



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3415

Quinta-feira - 18 de Fevereiro de 2021

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Abdon Batista .....	3	Chapécó .....	375	Jaborá .....	709
Agrolândia .....	7	Concórdia .....	381	Jacinto Machado .....	710
Agronômica .....	9	Cordilheira Alta .....	385	Jaraguá do Sul .....	712
Água Doce .....	17	Coronel Martins .....	389	Jardinópolis .....	740
Águas de Chapécó .....	20	Correia Pinto .....	411	Joaçaba .....	742
Águas Frias .....	25	Corupá .....	413	Jupia .....	749
Águas Mornas .....	26	Cunha Porã .....	441	Lacerdópolis .....	752
Alfredo Wagner .....	30	Cunhataí .....	446	Lages .....	754
Anchieta .....	31	Curitibanos .....	451	Laguna .....	756
Angelina .....	34	Descanso .....	454	Lajeado Grande .....	758
Anitópolis .....	38	Dionísio Cerqueira .....	456	Lauro Muller .....	759
Antônio Carlos .....	42	Doutor Pedrinho .....	466	Lebon Régis .....	760
Apiuna .....	46	Entre Rios .....	472	Leoberto Leal .....	765
Arabutã .....	63	Ermo .....	488	Lindóia do Sul .....	767
Arroio Trinta .....	66	Flor do Sertão .....	489	Lontras .....	769
Arvoredo .....	72	Formosa do Sul .....	490	Luiz Alves .....	770
Ascurra .....	78	Forquilha .....	493	Luzerna .....	775
Aurora .....	89	Fraiburgo .....	495	Mafrá .....	784
Balneário Arroio do Silva .....	90	Frei Rogério .....	505	Maracajá .....	785
Balneário Camboriú .....	91	Garopaba .....	508	Massaranduba .....	789
Balneário Gaivota .....	112	Garuva .....	513	Meleiro .....	791
Balneário Piçarras .....	119	Gaspar .....	517	Modelo .....	792
Balneário Rincão .....	134	Governador Celso Ramos .....	520	Mondaí .....	794
Bandeirante .....	142	Gravatal .....	522	Monte Carlo .....	798
Barra Bonita .....	145	Guaraciaba .....	527	Monte Castelo .....	800
Barra Velha .....	148	Guaramirim .....	531	Morro da Fumaça .....	801
Bela Vista do Toldo .....	153	Guarujá do Sul .....	536	Morro Grande .....	807
Belmonte .....	162	Guatambú .....	540	Navegantes .....	808
Benedito Novo .....	166	Herval d'Oeste .....	543	Nova Erechim .....	855
Biguaçu .....	172	Ibicaí .....	558	Nova Itaberaba .....	858
Blumenau .....	184	Ibirama .....	562	Nova Trento .....	861
Bom Jardim da Serra .....	203	Ilhota .....	565	Nova Veneza .....	865
Bom Jesus .....	211	Imbituba .....	567	Novo Horizonte .....	867
Bom Jesus do Oeste .....	212	Imbuia .....	577	Orleans .....	869
Bom Retiro .....	215	Indaial .....	578	Otacílio Costa .....	872
Braço do Trombudo .....	223	Iomerê .....	586	Ouro .....	877
Brunópolis .....	244	Ipira .....	589	Ouro Verde .....	894
Brusque .....	247	Iporã do Oeste .....	613	Paial .....	895
Caçador .....	267	Ipuacú .....	616	Palhoça .....	902
Caibi .....	278	Ipumirim .....	622	Papanduva .....	904
Camboriú .....	282	Iraceminha .....	636	Paraíso .....	911
Campo Alegre .....	302	Irani .....	640	Passo de Torres .....	916
Campo Erê .....	348	Iratí .....	649	Passos Maia .....	920
Campos Novos .....	349	Irineópolis .....	650	Paulo Lopes .....	938
Canoinhas .....	355	Itá .....	652	Penha .....	940
Capinzal .....	357	Itapema .....	654	Pescaria Brava .....	943
Catanduvas .....	371	Itapiranga .....	655	Pinhalzinho .....	944
Caxambu do Sul .....	373	Itapoá .....	669	Pinheiro Preto .....	946
Chapadão do Lageado .....	374	Ituporanga .....	691	Piratuba .....	952

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)





# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3415

Quinta-feira - 18 de Fevereiro de 2021

Florianópolis/SC

## Sumário

Planalto Alegre.....	955	Salto Veloso.....	1069	Seara.....	1277
Pomerode.....	958	Santa Cecília.....	1071	Serra Alta.....	1279
Ponte Alta do Norte.....	965	Santa Rosa do Sul.....	1072	Siderópolis.....	1293
Porto Belo.....	966	Santa Terezinha do Progresso.....	1073	Sul Brasil.....	1294
Porto União.....	968	Santo Amaro da Imperatriz.....	1075	Taió.....	1297
Pouso Redondo.....	977	São Bento do Sul.....	1084	Tangará.....	1318
Praia Grande.....	978	São Bernardino.....	1085	Tigrinhos.....	1319
Presidente Getúlio.....	979	São Bonifácio.....	1091	Tijucas.....	1340
Presidente Nereu.....	986	São Carlos.....	1092	Timbé do Sul.....	1343
Princesa.....	992	São Domingos.....	1106	Timbó.....	1344
Quilombo.....	994	São Francisco do Sul.....	1142	Timbó Grande.....	1348
Rancho Queimado.....	996	São João Batista.....	1146	Treviso.....	1349
Rio das Antas.....	1000	São João do Oeste.....	1147	Treze de Maio.....	1354
Rio do Campo.....	1001	São João do Sul.....	1152	Treze Tilias.....	1356
Rio do Oeste.....	1004	São Joaquim.....	1153	Trombudo Central.....	1377
Rio dos Cedros.....	1018	São José.....	1157	Tunápolis.....	1380
Rio do Sul.....	1007	São José do Cedro.....	1167	Turvo.....	1384
Rio Fortuna.....	1021	São José do Cerrito.....	1191	União do Oeste.....	1385
Rio Negrinho.....	1022	São Lourenço do Oeste.....	1198	Urussanga.....	1388
Rio Rufino.....	1033	São Ludgero.....	1235	Videira.....	1391
Riqueza.....	1036	São Miguel do Oeste.....	1237	Vitor Meireles.....	1411
Rodeio.....	1065	São Pedro de Alcântara.....	1241	Xanxerê.....	1414
Romelândia.....	1066	Saudades.....	1257	Xavantina.....	1423
Saltinho.....	1068	Schroeder.....	1259	Xaxim.....	1425

## Associações

AMAI.....	1427	AMURC.....	1446
AMERIOS.....	1428	AMUREL.....	1446

## Consórcios

AGIR.....	1450
CIGA.....	1451
CINCATARINA.....	1456
CIS/AMUREL.....	1561
CIS/AMURES.....	1561
CIS/AMVI.....	1584
CISAM.....	1587
CISAMREC.....	1587
CISNORDESTE.....	1589
CISAMA.....	1646
CVC.....	1648
CIMGEPA.....	1649
CIGAMERIOS.....	1650
CIS/AMERIOS.....	1684
CONDER.....	1718
CIRSURES.....	1730



**Abdon Batista****PREFEITURA****DECRETO 03 DE 13 DE JANEIRO DE 2021**

Publicação Nº 2867769

DECRETO Nº 3/2021 de 13 de Janeiro de 2021

Abre crédito adicional suplementar abertos no Orçamento programa de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ABDON BATISTA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ABDON BATISTA e autorização contida na Lei Municipal nº1087/20 de 15 de Dezembro de 2020.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$51.160,17 para as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 02 – PODER EXECUTIVO

Unidade 001 – GABINETE DO PREFEITO

2.004 – Manutenção das Atividades do Gabinete

5 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.00.000000 Aplicações Diretas R\$1.000,00

Órgão 02- PODER EXECUTIVO

Unidade 002 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2.006 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

8 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.00.000000 Aplicações Diretas R\$10.000,00

Órgão 02- PODER EXECUTIVO

Unidade 002 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2.074 – Participação em Consórcios Públicos Intermunicipais

13 – 3.3.71.00.00.00.00.00.01.00.000000 Transferências a Consórcios Públicos R\$649,41

Órgão 02- PODER EXECUTIVO

Unidade 002 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2.074 – Participação em Consórcios Públicos Intermunicipais

15 – 4.4.71.00.00.00.00.00.01.00.000000 Transferências a Consórcios Públicos R\$6.000,00

Órgão 02- PODER EXECUTIVO

Unidade 006 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

2.042 – Manutenção de Consorcio Público - CISAM

83 – 3.1.71.00.00.00.00.00.01.00.000000 Transferência a Consorcio Público R\$1.638,38

Órgão 03- FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Unidade 001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

2.046 – Manutenção, Expansão das Atividades da Saúde Básica

6 – 4.4.90.00.00.00.00.00.00.00.202.000000 Aplicações Diretas R\$2.000,00

Órgão 03- FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Unidade 001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

2.130 – Manutenção do Programa MAC

19 – 3.1.71.00.00.00.00.00.01.38.000088 Transferências a Consórcios Públicos R\$22.685,04

Órgão 03- FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Unidade 001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

2.130 – Manutenção do Programa MAC

21 – 3.3.71.00.00.00.00.00.01.38.000088 Transferências a Consórcios Públicos R\$7.187,34

Total: R\$51.160,17

Art.2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 02- PODER EXECUTIVO

Unidade 001 – GABINETE DO PREFEITO

2.004 – Manutenção das Atividades do Gabinete

4 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.00.000000 Aplicações Diretas R\$1.000,00

Órgão 02- PODER EXECUTIVO

Unidade 002 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2.006 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

7 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.00.000000 Aplicações Diretas R\$10.000,00

**Órgão 02- PODER EXECUTIVO**

Unidade 002 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2.074 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

12 – 3.1.71.00.00.00.00.0.1.00.00000 Transferências a Consórcios Públicos R\$649,41

**Órgão 02- PODER EXECUTIVO**

Unidade 002 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2.074 – Participação em Consórcios Públicos Intermunicipais

12 – 3.1.71.00.00.00.00.0.1.00.00000 Transferências a Consórcios Públicos R\$6.000,00

**Órgão 02- PODER EXECUTIVO**

Unidade 006 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

2.042 – Manutenção de Consórcio Público - CISAM

85 – 4.4.71.00.00.00.00.0.1.00.00000 Transferências a Consórcios Públicos R\$1.638,38

**Órgão 03- FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

Unidade 001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

2.046 – Manutenção, Expansão das Atividades da Saúde Básica

5 – 3.3.90.00.00.00.00.0.202.000000 Aplicações Diretas R\$2.000,00

**Órgão 03- FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

Unidade 001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

2.130 – Manutenção do Programa MAC

21 – 3.3.71.00.00.00.00.0.1.38.000088 Transferências a Consórcios Públicos R\$22.685,04

**Órgão 03- FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

Unidade 001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

2.130 – Manutenção do Programa MAC

22 – 3.3.90.00.00.00.00.0.1.38.000088 Transferências a Consórcios Públicos R\$7.187,34

Total: R\$51.160,17

Art.3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 13 de Janeiro de 2021.

Jadir Luiz de Souza

Prefeito Municipal

**DECRETO 21 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868484

DECRETO Nº 21 de 17 de fevereiro de 2021.

“DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS DE RESTRIÇÃO PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DA PANDEMIA DO COVID-19, DIANTE DA PORTARIA PUBLICADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE Nº 592/SES/2020 ALTERADA PELA PORTARIA 658/SES/2020, A SEREM OBSERVADAS PELAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS, PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO, MUNICÍPIOS E DEMAIS CIDADÃOS, NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA SC DIANTE DA ATUAL MATRIZ DE RISCO DIVULGADA PELO ESTADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JADIR LUIZ DE SOUZA, Prefeito de ABDON BATISTA SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por lei e,

CONSIDERANDO, a informação contida na matriz do risco potencial para Covid19 publicada pelo Governo do Estado de Santa Catarina em 13 de Fevereiro de 2021, classificando a Região de Saúde do Meio Oeste em RISCO POTENCIAL GRAVÍSSIMO;

CONSIDERANDO, que a Portaria da Secretaria de Estado da Saúde nº 464/SES/2020 instituiu o Programa de Descentralização e Regionalização das Ações de Combate à COVID-19;

CONSIDERANDO, o monitoramento constante da situação pandêmica regional pelo Estado de Santa Catarina, e que apresenta subsídios e recomendações à decisão para o enfrentamento ao coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO, a Portaria SES nº 592 de 17 de agosto de 2020 alterada pela Portaria SES nº 658 de 28 de agosto de 2020, editada e publicada em cumprimento a determinação judicial e fundamentada no art. 3º, art. 8º A e art. 9º, § 3º, todos do Decreto Estadual nº 1027/2020, alterada pela Portaria SES nº 658 de 28 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO, a Portaria SES Nº 710, de 18 de setembro de 2020.

RESOLVE:

I. Suspensão de concentração e de permanência de pessoas adultas em espaços públicos de uso coletivo onde evidencie-se consumo de



bebidas alcoólicas, como parques, praças e calçadas, em especial em pontos específicos de aglomeração como o Mirante Santo Antônio e Praça Central os quais serão fiscalizados pelos órgãos competentes com a poio vigilância privada sujeito a penalidades em conformidade com o ART. 268 do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940 "Art. 268 - Infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa" - com exceção da prática de esportes individuais;

II. Autorizar a entrada de crianças na área de lazer/parquinho junto a praça central respeitando-se as regras de utilização máscara, higiene das mãos e distanciamento social..

III. A realização de missas e cultos religiosos presenciais serão somente permitidas respeitando-se as normas de distanciamento social (mínimo 2,0 metros por participante)e utilização de máscara de proteção, limitado a 30%(trinta) por cento de sua capacidade de público para o seus respectivos espaços e a 50%(cinquenta) por cento de capacidade em espaços abertos para realização de missas e/ou cultos campais.

IV. Fiscalização e encerramento das atividades de estabelecimentos que não estejam atendendo às normas sanitárias de prevenção à COVID-19, sejam elas orientadas por regramento específico ou geral, como uso obrigatório de máscara, distanciamento entre pessoas, prioridade à ventilação natural e disponibilização de álcool 70% para higienização das mãos.

V. Autorização de funcionamento, com restrições condicionada ao cumprimento de Portarias SES que regulamentam protocolos sanitários específicos, das seguintes atividades:

a) Fica Expressamente proibido a colocação de mesas e/ou cadeiras sobre passeios e vias públicas em qualquer horário.

b) Bares, Restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos congêneres, funcionarão até às 18h00, independentemente do dia de semana;

c) Supermercados estarão proibidos de permitir o consumo de bebidas alcoólicas dentro de seus espaços em qualquer horário.

d) §1º- Todos os estabelecimentos nos horários de funcionamento devem manter o distanciamento entre as mesas e adotar todos os protocolos de higienização.

IX - Autorização de funcionamento, condicionada ao cumprimento de Portarias SES que regulamentam protocolos sanitários específicos, das seguintes atividades:

a) Comércio de rua e no geral;

b) Supermercados e lojas de departamento;

c) Atividades relacionadas ao turismo, que já possuam regramento específico, como hotéis, pousadas, albergues e afins, ficando restritas as demais atividades relacionadas até a respectiva regulamentação por meio de Portaria;

d) Agências bancárias, correspondentes bancários, lotéricas e cooperativas de crédito;

e) Profissionais autônomos ou liberais de saúde;

f) Construção civil, obras de infraestrutura e atividades correlacionadas;

Parágrafo Único - Para fins de cumprimento das medidas restritivas constantes no inciso VI, consideram-se essenciais todos os serviços públicos municipais, pois a essencialidade é característica que decorre de sua própria natureza e os torna indispensáveis ao atendimento das necessidades da sociedade.

Art.2º - A implementação automática das medidas de enfrentamento de que trata o art. 1º deste Decreto ocorrerá a cada 07 (sete) dias, sendo considerada para atualização das medidas a classificação de risco da região de saúde divulgada na última semana das medidas anteriormente adotadas.

Art.3º- Além das medidas prevista no art. 1º deste Decreto, na forma do art. 8º da Portaria SES nº 710 de 18 de setembro de 2020, cabe aos gestores públicos e privados, independentemente da classificação de risco, manter:

I. Fiscalização da utilização de máscaras por todos os indivíduos acima de 2 (dois) anos de idade em qualquer espaço público ou privado compartilhado, com exceção do ambiente domiciliar;

II. Identificação e comunicação à população das atividades mais propensas à transmissão da Covid-19;

III. Adaptação de serviços públicos e privados presenciais para atendimento com redução de público e de trabalhadores, desde que obedecidas as normas sanitárias, devendo ser mantidos em regime de trabalho remoto os servidores e trabalhadores dos grupos de risco e adotado o sistema de rodízio e/ou novos turnos que assegurem a redução do número de pessoas no ambiente de trabalho;

IV. Monitoramento de todos os casos suspeitos e confirmados de covid-19, de forma que casos sintomáticos permaneçam em isolamento domiciliar pelo período preconizado e casos que possam se agravar recebam atendimento hospitalar;

V. Monitoramento e atendimento de pessoas com doenças crônicas;

VI. Notificação e investigação de casos, surtos e todos os óbitos suspeitos de covid-19 e registro por meio dos sistemas de informação oficiais;

VII. Controle do fluxo de atendimento nos estabelecimentos de atenção à saúde, de forma a evitar o contato de pessoas infectadas (ou com suspeita de estarem com covid-19) com pessoas não infectadas, a fim de orientar a população quanto ao local mais adequado para atendimento, de acordo com os sintomas apresentados;

VIII. Acompanhamento dos dados epidemiológicos sobre a circulação do novo coronavírus e outros vírus respiratórios utilizando as ferramentas de análise de dados disponibilizadas pelo Governo do Estado, assim como outras utilizadas pelos Municípios;

IX. Reforço de campanhas educativas para os profissionais da área da saúde e a população em relação às medidas não farmacológicas preventivas para doenças respiratórias, incluindo a covid-19, como etiqueta respiratória, higiene das mãos, uso de EPIs e uso de máscara;

X. Monitoramento da rede de unidades sentinelas de síndrome gripal (SG) e síndrome respiratória aguda grave (SRAG).

Art.4º - As medidas para enfrentamento do Covid-19 neste Município podem ser reavaliadas a qualquer tempo, tornadas mais restritivas, caso seja necessário.

Art. 5º - A fiscalização dos estabelecimentos fica a cargo das equipes de Vigilância Sanitária e de Segurança Pública, através da Polícia Militar conforme legislação em vigor.

ABDON BATISTA SC em 17 de fevereiro de 2021.

JADIR LUIZ DE SOUZA  
PREFEITO MUNICIPAL

## **PREGÃO PRESENCIAL 5/2021**

Publicação Nº 2868345

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 05/2021

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 05/2021

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILANTES PARA IMOVEIS PUBLICOS MUNICIPAIS.

TIPO: Menor preço por item

Abertura da Sessão: 14h00min. do dia 03 de março de 2021 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 17 de fevereiro de 2021

Jadir Luiz de Souza  
Prefeito Municipal

# Agrolândia

## CÂMARA MUNICIPAL

### PAUTA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA, DO 1º EXERCÍCIO DA 15ª LEGISLATURA, EM 08 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2867756



#### CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

*"O Poder Unido é mais Forte"*

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

[www.cvagrolandia.sc.gov.br](http://www.cvagrolandia.sc.gov.br)

### ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º EXERCÍCIO, DA 15ª LEGISLATURA, EM 08 DE FEVEREIRO DE 2021.

Aos 08 (oito) dias do mês de fevereiro de 2021 (dois mil e vinte e um), na Avenida 25 de Julho, nº 850, Centro, a Câmara de Vereadores de Agrolândia esteve reunida em sua 1ª Sessão Ordinária, na qual a Presidente solicitou ao 1º Secretário para que fizesse a Verificação do Quórum para dar início a presente sessão. Feita a Verificação nominal, obteve-se Quórum Regimental com a presença de 09 (nove) Vereadores: **Ardoli Lehmann de Souza, Arlindo Dias, Daniel Neckel, Gianfranco Christiano Mohr, Hélio Miranda de Oliveira, Jefferson Daboit, Otto Carlos Bertelli, Sérgio João May e Solange Esser Martins.** Por haver quórum regimental e sob a proteção de Deus, a Presidente declarou aberta a presente Sessão Ordinária. Em seguida a Presidente solicitou ao 1º Secretário para proceder a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual depois de lida e submetida ao Plenário foi aprovada sem restrição. No grande Expediente, o 1º Secretário fez a leitura e despacho do expediente. Em seguida a Presidente declarou aberta a Palavra Livre, e solicitou ao 1º Secretário que verificasse se havia alguém inscrito, não havendo ninguém inscrito. A Presidente deu início a Ordem do Dia, e deu entrada no **PROJETO DE LEI Nº 004/2021, DE 20 DE JANEIRO DE 2021.** Altera dispositivos da Lei nº 2.784, de 23 de dezembro de 2020, que autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Colaboração com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e dá outras providências, que foi encaminhado para as Comissões de: Constituição, Legislação e Justiça; Finanças e Orçamento; e de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social, para emitirem seus pareceres; o **PROJETO DE LEI Nº 005, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021.** Autoriza o município de Agrolândia a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, através do Instituto Geral de Perícias, visando à descentralização da atividade de inserção de dados de identificação civil, preliminar à emissão da cédula individual de identificação, que foi encaminhado para as comissões de: Constituição, Legislação e Justiça; e de Finanças e Orçamento, para emitirem seus pareceres; o **PROJETO DE LEI Nº 006, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021.** Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Termo Aditivo ao Termo de Colaboração Nº 002/2021, firmado com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, e dá outras providências, que foi encaminhado para as comissões de: Constituição, Legislação e Justiça; Finanças e Orçamento; e de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social, para emitirem seus pareceres; o **PROJETO DE LEI Nº 007, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2021.** Homologa o Termo

Página 1 de 2

Ata da 1ª Sessão Ordinária de 2021.

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA****"O Poder Unido é mais Forte"**

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

[www.cvagrolandia.sc.gov.br](http://www.cvagrolandia.sc.gov.br)

de Doação de Veículo para a Assistência Social, que entre si celebram a União, por intermédio do Ministério da Cidadania e o Município de Agrolândia/SC, que foi encaminhado para as comissões de: Constituição, Legislação e Justiça; e de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social, para emitirem seus pareceres; o **PROJETO DE LEI Nº 008, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2021**. Dispõe sobre a concessão de benefícios na área da saúde e dá outras providências, que foi encaminhado para as comissões de: Constituição, Legislação e Justiça; Finanças e Orçamento; e de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social, para emitirem seus pareceres. Nada mais constando, a Presidente encerrou a Ordem do Dia e declarou aberta a Palavra para as Explicações Pessoais, na qual os vereadores fizeram seus agradecimentos e comentários finais. (Estes pronunciamentos foram gravados na íntegra, que também consta como sistema oficial de arquivamento da Câmara Municipal, conforme Resolução 004/2007). Por fim, a Presidente convocou uma Reunião Ordinária, para o dia 15 de fevereiro de 2021, no horário e local de costume. Desta forma, para constar, solicitou ao secretário designado, para que lavrasse a presente Ata, a qual será lida e apreciada na próxima Sessão. E assim declarou encerrada a presente Sessão Ordinária.

**Plenário Vereador Emil Jansen, 08 de Fevereiro de 2021.**

**Solange Esser Martins**  
Presidente da Mesa

**Hélio Miranda de Oliveira**  
Vice-Presidente

**Sérgio João May**  
1º Secretário

**Jefferson Daboit**  
2º Secretário

# Agrônômica

## PREFEITURA

**237/2021**

Publicação Nº 2868182

PORTARIA Nº 237/2021 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública.

Considerando que para o desempenho de atividades laborais a que são investidos no ato da posse para com a administração pública municipal, os servidores públicos se encontram amparados e submetidos ao que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Considerando alterações produzidas nas Leis Complementares n.º 05/1999 de 20/04/99, mediante a edição da Lei Complementar n.º 27/2005 de 14/12/2005, Lei Complementar nº 56/2010, cujo texto trata exclusivamente para com os servidores municipais excepcionalmente admitidos em caráter temporário e por prazo determinado,

Considerando o disposto no Processo Seletivo nº 001/2020 de 23 de dezembro de 2020.

Considerando que quando da realização daquele tudo correu dentro da normalidade, ainda, o resultado se encontra homologado através do Decreto nº 38/2021 de 08/02/2021.

**RESOLVE:**

1-) Homologa por este ato a nomeação da Sra. Daniela Schafer brasileira, portadora da carteira de identidade n.º 6517612, inscrito no CPF/MF sob o nº 127.986.619-51, em dia com suas obrigações eleitorais, domiciliada e residente em Agrônômica SC, para a partir de 15/02/2021 (quinze de fevereiro de dois mil e vinte um) ocupar o cargo de AUXILIAR DE SALA, em regime temporário, com jornada laboral de 40 (QUARENTA) horas semanais e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

**238/2021**

Publicação Nº 2868193

PORTARIA Nº 238/2021 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública.

Considerando que para o desempenho de atividades laborais a que são investidos no ato da posse para com a administração pública municipal, os servidores públicos se encontram amparados e submetidos ao que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Considerando alterações produzidas nas Leis Complementares n.º 05/1999 de 20/04/99, mediante a edição da Lei Complementar n.º 27/2005 de 14/12/2005, Lei Complementar nº 56/2010, cujo texto trata exclusivamente para com os servidores municipais excepcionalmente admitidos em caráter temporário e por prazo determinado,

Considerando o disposto no Processo Seletivo nº 001/2020 de 23 de dezembro de 2020.

Considerando que quando da realização daquele tudo correu dentro da normalidade, ainda, o resultado se encontra homologado através do Decreto nº 38/2021 de 08/02/2021.

**RESOLVE:**

1-) Homologa por este ato a nomeação da Sra. MARINA GUCKERT brasileira, portadora da carteira de identidade n.º 4.403.362 inscrita no CPF/MF sob o Nº 068.227.259-03, em dia com suas obrigações eleitorais, domiciliada e residente em Agrônômica SC, para a partir de 15/02/2021 (quinze de fevereiro de dois mil e vinte um) ocupar o cargo de AUXILIAR DE SALA, em regime temporário, com jornada laboral de 40 (QUARENTA) horas semanais e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

## 239/2021

Publicação Nº 2868235

PORTARIA Nº 239/2021 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública.

Considerando que para o desempenho de atividades laborais a que são investidos no ato da posse para com a administração pública municipal, os servidores públicos se encontram amparados e submetidos ao que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando alterações produzidas nas Leis Complementares n.º 05/1999 de 20/04/99, mediante a edição da Lei Complementar n.º 27/2005 de 14/12/2005, Lei Complementar nº 56/2010, cujo texto trata exclusivamente para com os servidores municipais excepcionalmente admitidos em caráter temporário e por prazo determinado,

Considerando o disposto no Processo Seletivo nº 001/2020 de 23 de dezembro de 2020.

Considerando que quando da realização daquele tudo correu dentro da normalidade, ainda, o resultado se encontra homologado através do Decreto nº 38/2021 de 08/02/2021.

RESOLVE:

1-) Homologa por este ato a nomeação da Sra. PAMELA CAROLINE FERNANDES brasileira, portadora da carteira de identidade n.º 5.232.797 inscrita no CPF/MF sob o Nº 049.112.769-32, em dia com suas obrigações eleitorais, domiciliada e residente em Agronômica SC, para a partir de 15/02/2021 (quinze de fevereiro de dois mil e vinte um) ocupar o cargo de AUXILIAR DE SALA, em regime temporário, com jornada laboral de 40 (QUARENTA) horas semanais e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

## 240/2021

Publicação Nº 2868263

PORTARIA Nº 240/2021 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal permitem-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 14, "caput", da Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/90,

Considerando que a convocação a termo da candidata aprovada no processo seletivo nº 001/2020, Sra. RITA ZANELA VOGEL, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o n.º 018.557.079-85, em dia com suas obrigações eleitorais, que obteve a PRIMEIRA colocação para o cargo de provimento TEMPORARIO MERENDEIRA 40H, ocorreu a termo em 08/02/2021.

Considerando manifestação de convocado, protocolizada nesta municipalidade em 08/02/2021, onde manifesta seu desinteresse em tomar posse da vaga alcançada e para o qual foi convocado para assunção do cargo e funções,

Considerando o atendimento ao inteiro teor do requerimento,

RESOLVE:

1-) Fica, por manifesto desinteresse em assumir o cargo e funções para a qual foi convocado a termo em 08/02/2021, conforme termos do requerimento protocolizado nesta municipalidade, homologado a desistência em assumir o cargo de MERENDEIRA 40h, em vaga



conquistada no processo seletivo Nº 001/2020 Sra. RITA ZANELA VOGEL, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o n.º 018.557.079-85, em dia com suas obrigações eleitorais, que obteve a PRIMEIRA colocação.

2-)Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 18 DE FEVEREIRO DE 2021

CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

## 241/2021

Publicação Nº 2868282

PORTARIA Nº 241/2021 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal permitem-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,  
Considerando o disposto no Art. 14, "caput", da Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/90,  
Considerando que a convocação a termo da candidata aprovada no processo seletivo nº 001/2020, Sra. VALDETE ELENIR MOSER PRETO, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o n.º 008.331.459-83, em dia com suas obrigações eleitorais, que obteve a PRIMEIRA colocação para o cargo de provimento TEMPORARIO PROFESSOR ANOS INICIAIS 40H , ocorreu a termo em 08/02/2021.  
Considerando manifestação de convocado, protocolizada nesta municipalidade em 08/02/2021, onde manifesta seu desinteresse em tomar posse da vaga alcançada e para o qual foi convocado para assunção do cargo e funções,  
Considerando o atendimento ao inteiro teor do requerimento,

### RESOLVE:

1-) Fica, por manifesto desinteresse em assumir o cargo e funções para a qual foi convocado a termo em 08/02/2021, conforme termos do requerimento protocolizado nesta municipalidade, homologado a desistência em assumir o cargo de PROFESSOR ANOS INICIAIS 40H, em vaga conquistada no processo seletivo Nº 001/2020 Sra. VALDETE ELENIR MOSER PRETO, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o n.º 008.331.459-83, em dia com suas obrigações eleitorais, que obteve a PRIMEIRA, em dia com suas obrigações eleitorais, que obteve a PRIMEIRA colocação.

2-)Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 18 DE FEVEREIRO DE 2021

CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

## 242/2021

Publicação Nº 2868297

PORTARIA Nº 242/2021 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal permitem-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,  
Considerando o disposto no Art. 14, "caput", da Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/90,  
Considerando que a convocação a termo da candidata aprovada no processo seletivo nº 001/2020, Sra. GRASIELE LAZZARI RIBAS, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o n.º 052.099.739-56, em dia com suas obrigações eleitorais, que obteve a SEGUNDA colocação para o cargo de provimento TEMPORARIO PROFESSOR ANOS INICIAIS 40H , ocorreu a termo em 08/02/2021.  
Considerando manifestação de convocado, protocolizada nesta municipalidade em 08/02/2021, onde manifesta seu desinteresse em tomar posse da vaga alcançada e para o qual foi convocado para assunção do cargo e funções,

Considerando o atendimento ao inteiro teor do requerimento,

**RESOLVE:**

1-) Fica, por manifesto desinteresse em assumir o cargo e funções para a qual foi convocado a termo em 08/02/2021, conforme termos do requerimento protocolizado nesta municipalidade, homologado a desistência em assumir o cargo de PROFESSOR ANOS INICIAIS 40H, em vaga conquistada no processo seletivo Nº 001/2020 Sra. GRASIELE LAZZARI RIBAS, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o n.º 052.099.739-56, em dia com suas obrigações eleitorais, que obteve a SEGUNDA colocação.

2-)Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 18 DE FEVEREIRO DE 2021

CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

**243/2021**

Publicação Nº 2868322

PORTARIA Nº 243/2021 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal permitem-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 14, "caput", da Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/90,

Considerando que a convocação a termo da candidata aprovada no processo seletivo nº 001/2020, Sra. THAINARA THAYSE STEINBACH DE LIMA CÉ, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o n.º 084.591.389-17, em dia com suas obrigações eleitorais, que obteve a quarta colocação para o cargo de provimento TEMPORARIO PROFESSOR ANOS INICIAIS 40H , ocorreu a termo em 08/02/2021.

Considerando manifestação de convocado, protocolizada nesta municipalidade em 08/02/2021, onde manifesta seu desinteresse em tomar posse da vaga alcançada e para o qual foi convocado para assunção do cargo e funções,

Considerando o atendimento ao inteiro teor do requerimento,

**RESOLVE:**

1-) Fica, por manifesto desinteresse em assumir o cargo e funções para a qual foi convocado a termo em 08/02/2021, conforme termos do requerimento protocolizado nesta municipalidade, homologado a desistência em assumir o cargo de PROFESSOR ANOS INICIAIS 40H, em vaga conquistada no processo seletivo Nº 001/2020 Sra. THAINARA THAYSE STEINBACH DE LIMA CÉ, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o n.º 084.591.389-17,, em dia com suas obrigações eleitorais, que obteve a quarta colocação.

2-)Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 18 DE FEVEREIRO DE 2021

CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

**244/2021**

Publicação Nº 2868331

PORTARIA Nº 244/2021 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal permitem-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 14, "caput", da Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/90,

Considerando que a convocação a termo da candidata aprovada no processo seletivo nº 001/2020, Sra. THAINARA THAYSE STEINBACH

DE LIMA CÉ, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o n.º 084.591.389-17, em dia com suas obrigações eleitorais, que obteve a Nona colocação para o cargo de provimento TEMPORARIO PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL 40H, ocorreu a termo em 08/02/2021.

Considerando manifestação de convocado, protocolizada nesta municipalidade em 08/02/2021, onde manifesta seu desinteresse em tomar posse da vaga alcançada e para o qual foi convocado para assunção do cargo e funções,  
Considerando o atendimento ao inteiro teor do requerimento,

**RESOLVE:**

1-) Fica, por manifesto desinteresse em assumir o cargo e funções para a qual foi convocado a termo em 08/02/2021, conforme termos do requerimento protocolizado nesta municipalidade, homologado a desistência em assumir o cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL 40H, em vaga conquistada no processo seletivo Nº 001/2020 Sra. THAINARA THAYSE STEINBACH DE LIMA CÉ, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o n.º 084.591.389-17, em dia com suas obrigações eleitorais, que obteve a Nona colocação.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 18 DE FEVEREIRO DE 2021

CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

**245/2021**

Publicação Nº 2868354

PORTARIA Nº245/2021 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública.

Considerando que para o desempenho de atividades laborais a que são investidos no ato da posse para com a administração pública municipal, os servidores públicos se encontram amparados e submetidos ao que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Considerando alterações produzidas nas Leis Complementares n.º 05/1999 de 20/04/99, mediante a edição da Lei Complementar n.º 27/2005 de 14/12/2005, Lei Complementar nº 56/2010, cujo texto trata exclusivamente para com os servidores municipais excepcionalmente admitidos em caráter temporário e por prazo determinado,

Considerando o disposto no Processo Seletivo nº 001/2020 de 23 de dezembro de 2020.

Considerando que quando da realização daquele tudo correu dentro da normalidade, ainda, o resultado se encontra homologado através do Decreto nº 38/2021 de 08/02/2021.

**RESOLVE:**

1-) Homologa por este ato a nomeação da Sra. MAIARA FONTANIVE DE SOUZA, brasileira, portadora da carteira de identidade n.º 4.379.131 inscrita no CPF/MF sob o n. 082.508.899-24 para a partir de 15/02/2021 (quinze de fevereiro de dois mil e vinte um) ocupar o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – HABILITADA, em regime temporário, com jornada laboral de 40 (QUARENTA) horas semanais e lotação no Departamento de Educação

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

**246/2021**

Publicação Nº 2868436

PORTARIA N.º 246/2021 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração

pública municipal,

Considerando que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal, os servidores públicos se encontram amparados e submetidos ao que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais da Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/91 de 16/04/91, todas com alterações posteriores.

Considerando concurso público efetuado por esta municipalidade (edital 01/2019), objetivando preencher vagas de caráter efetivo de vínculo definitivo para com esta municipalidade e existentes no quadro de carreira, cujo provimento é de vital importância quando na prestação dos serviços públicos a que está incumbida esta fazenda pública municipal,

Considerando que quando da realização daquele tudo correu dentro da normalidade, ainda, o resultado se encontra homologado através do Decreto nº 040/2019 de 31/05/2019.

Considerando o atendimento das necessidades que urgem, haja vista ação desenvolvida por esta fazenda municipal, promove-se o chamamento dos aprovados em concurso público e pela ordem de classificação,

Considerando o disposto nos Arts.13 e 14 da lei municipal Nº 001/90 de 31 de outubro de 1990,

Considerando ainda, o disposto no Art. 37, seus incisos e Parágrafos, Art. 39 e parágrafos da CF/88, bem como as Emendas Constitucionais correlatas,

#### RESOLVE:

1-) Fica convocado por este ato a partir de 12/02/2021 (doze de fevereiro de dois mil e vinte e um), a Sra. ANGELA CINARA HECH, brasileira, portador da carteira de identidade nº 2.258.940 inscrito no CPF/MF sob o nº 017.966.149-39, que obteve a 9º (nona) classificação no concurso público Nº 01/2019 desta municipalidade, para ocupar o cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, do quadro de carreira e lotação no Departamento de EDUCAÇÃO, com jornada laboral integral de 40 (quarenta) horas semanais.

2) Estabelece o prazo de 30 dias para a posse do devido cargo.

3-) Esta portaria tem efeitos a partir 12/02/2021.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 18 de fevereiro de 2021.

CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

## 247/2021

Publicação Nº 2868475

PORTARIA N.º 247/2021 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal, os servidores públicos se encontram amparados e submetidos ao que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais da Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/91 de 16/04/91, todas com alterações posteriores.

Considerando concurso público efetuado por esta municipalidade (edital 01/2019), objetivando preencher vagas de caráter efetivo de vínculo definitivo para com esta municipalidade e existentes no quadro de carreira, cujo provimento é de vital importância quando na prestação dos serviços públicos a que está incumbida esta fazenda pública municipal,

Considerando que quando da realização daquele tudo correu dentro da normalidade, ainda, o resultado se encontra homologado através do Decreto nº 040/2019 de 31/05/2019.

Considerando o atendimento das necessidades que urgem, haja vista ação desenvolvida por esta fazenda municipal, promove-se o chamamento dos aprovados em concurso público e pela ordem de classificação,

Considerando o disposto nos Arts.13 e 14 da lei municipal Nº 001/90 de 31 de outubro de 1990,

Considerando ainda, o disposto no Art. 37, seus incisos e Parágrafos, Art. 39 e parágrafos da CF/88, bem como as Emendas Constitucionais correlatas,

#### RESOLVE:

1-) Fica convocado por este ato a partir de 17/02/2021 (dezessete de fevereiro de dois mil e vinte e um), o Sr. ROGERIO SCHAFER, brasileiro, portador da carteira de identidade nº 4088733 inscrito no CPF/MF sob o nº 039.768.569-67, que obteve a 10º (DECIMA) classificação no concurso público Nº 01/2019 desta municipalidade, para ocupar o cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, do quadro de carreira e lotação no Departamento de EDUCAÇÃO, com jornada laboral integral de 40 (quarenta) horas semanais.

2) Estabelece o prazo de 30 dias para a posse do devido cargo.

3-) Esta portaria tem efeitos a partir 17/02/2021.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 18 de fevereiro de 2021.

CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

## 248/2021

Publicação Nº 2868514

PORTARIA N.º 248/2021 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal, os servidores públicos se encontram amparados e submetidos ao que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais da Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/91 de 16/04/91, todas com alterações posteriores.

Considerando concurso público efetuado por esta municipalidade (edital 01/2020), objetivando preencher vagas de caráter efetivo de vínculo definitivo para com esta municipalidade e existentes no quadro de carreira, cujo provimento é de vital importância quando na prestação dos serviços públicos a que está incumbida esta fazenda pública municipal,

Considerando que quando da realização daquele tudo correu dentro da normalidade, ainda, o resultado se encontra homologado através do Ato 021 de 11/12/2020.

Considerando o atendimento das necessidades que urgem, haja vista ação desenvolvida por esta fazenda municipal, promove-se o chamamento dos aprovados em concurso público e pela ordem de classificação,

Considerando o disposto nos Arts.13 e 14 da lei municipal Nº 001/90 de 31 de outubro de 1990,

Considerando ainda, o disposto no Art. 37, seus incisos e Parágrafos, Art. 39 e parágrafos da CF/88, bem como as Emendas Constitucionais correlatas,

### RESOLVE:

1-) Fica, convocada por este ato a partir de 17/02/2021 (dezessete de fevereiro de dois mil e vinte e um), a Sra. IASMIN NATALI BEIRÃO, brasileira, portador da carteira de identidade nº 7.446.923, inscrito no CPF/MF sob o nº 118.624.119-56, que obteve a 2º (segunda) classificação no concurso público Nº 01/2020 desta municipalidade, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico Administrativo – 2.09, do quadro de carreira e lotação no Departamento de Saúde, com jornada laboral integral de 40 (quarenta) horas semanais.

2) Estabelece o prazo de 30 dias para a posse do devido cargo.

3-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 17/02/2021

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 18 de fevereiro de 2021.

CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

## 249/2021

Publicação Nº 2868552

PORTARIA N.º 249/2021 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal, os servidores, se encontram amparados e submetidos ao que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais da lei Complementar nº 01/90 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/91 de 16/04/91, todas com alterações posteriores,

Considerando o atendimento das necessidades que urgem haja vista as ações a serem desenvolvidas por esta fazenda pública municipal no âmbito do Departamento de Educação,

Considerando ainda, o disposto no Art. 37, seus incisos e Parágrafos, Art. 38 e incisos Art. 39 e parágrafos da CF/88 bem como as Emendas

Constitucionais correlatas,

RESOLVE:

1-) Fica nomeado a partir de 08/02/2021 (oito de fevereiro de dois mil e vinte um), a Sra. JAQUELINE VALCANAIA DA SILVA, brasileira, domiciliado nesta comarca, residente em Agronômica, portador da carteira de identidade nº 5.261.369-0, inscrito no CPF sob o nº 010.150.629-54 que se encontra em dia com suas obrigações eleitorais para ocupar o cargo de provimento em comissão, CHEFE DE SETOR – DAS 05 e lotação no Departamento de EDUCAÇÃO

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 08/02/2021.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO PR 08/2021**

Publicação Nº 2867824

Prefeitura Municipal de Agronômica – Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2021

PREGAO PRESENCIAL Nº PR 08/2021

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA TODOS OS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL

Abertura dos envelopes e sessão do pregão: 02/03/2021 às 08:30h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Agronômica na Rua 7 de Setembro, 215, Centro.

Local para a obtenção do edital: na Prefeitura, pelo e-mail: [licitacao@agronomica.sc.gov.br](mailto:licitacao@agronomica.sc.gov.br) ou pelo site [www.agronomica.sc.gov.br](http://www.agronomica.sc.gov.br).

Maiores informações: (47) 3542-0166.

Agronômica-Santa Catarina, 18 de fevereiro de 2021.

CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito



# Água Doce

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO SIRLEI AP. DA SILVA

Publicação Nº 2868890

#### CONVOCAÇÃO

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições. Convoca o (a) Senhor (a) SIRLEI APARECIDA DA SILVA, aprovada no Concurso Público 01/2018, no cargo de Agente Operacional de Manutenção e Limpeza com carga horária de 40 horas semanais, para apresentar-se em quinze dias, contados a partir desta convocação, para tomar posse do cargo em caráter efetivo. O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 17 de fevereiro de 2021.

Nelci Fátima Trento Bortolini  
Prefeita

### PORTARIA 135/2021

Publicação Nº 2868873

PORTARIA Nº 135/2021 – DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA”

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município

#### RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a servidora VERA LÚCIA DARÓS BALESTRIN, inscrita no CPF nº 027.692.789-32 efetiva no cargo de Auxiliar Administrativo no período de 17/02/2021 até 26/02/2021, período 19/20.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 17 de fevereiro de 2021.

Nelci Fátima Trento Bortolini  
Prefeita de Água Doce

Camila Luiza Lucian Bedin  
Diretora Dpto de Recursos Humanos

### PORTARIA 136/2021

Publicação Nº 2868876

PORTARIA Nº 136/2021 – DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

“CONFERIR DESISTÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO 01/2018 – VAGA EM CARÁTER EFETIVO”

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município

#### RESOLVE:

Artigo 1º Conferir desistência, de ISABEL DE OLIVEIRA HOFFMAN do Concurso Público 01/2018, referente ao cargo em caráter efetivo de Agente Operacional de Manutenção e Limpeza, conforme convocação e desistência em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 17 de fevereiro de 2021.

Nelci Fátima Trento Bortolini  
Prefeita de Água Doce

Camila Luiza Lucian Bedin  
Diretora Dpto de Recursos Humanos

**PORTARIA 137/2021**

Publicação N° 2868879

PORTARIA N° 137/2021 – DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

“CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA QUE MENCIONA”

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

Art. 1º. Concede função gratificada a servidora CLAUDETE APARECIDA DE ASSIS, inscrita no CPF sob o nº 908.059.929-87, efetiva no cargo de Assistente Administrativo, para exercer o cargo de Coordenadora dos Serviços da Junta de Serviço Militar do município.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/02/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 17 de fevereiro de 2021.

Nelci Fátima Trento Bortolini  
Prefeita de Água Doce

Camila Luiza Lucian Bedin  
Diretora Dpto de Recursos Humanos

**PORTARIA 138/2021**

Publicação N° 2868881

PORTARIA N° 138/2021 – DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

“CONFERIR DESISTÊNCIA DA VAGA DE CONSELHEIRA TUTELAR DO EDITAL 011/2019/CMDCA”

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

Artigo 1º Conferir desistência, de SIMONE LORENCI DE OLIVEIRA, referente ao cargo eletivo de Conselheira Tutelar do EDITAL 011/2019/CMDCA, conforme convocação e desistência em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 17 de fevereiro de 2021.

Nelci Fátima Trento Bortolini  
Prefeita de Água Doce

Camila Luiza Lucian Bedin  
Diretora Dpto de Recursos Humanos

**PORTARIA 139/2021**

Publicação N° 2868886

PORTARIA N° 139/2021 – DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

“CORRIGE ERRO MATERIAL DA PORTARIA 118/2021”

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

Art. 1º. Corrigir erro material sanável referente a data de emissão da Portaria nº 118/2021. Fica alterada a Portaria 118/2021 nos seguintes termos.

Onde se lê no art. 3º:

“Prefeitura Municipal de Água Doce, 02 de outubro de 2020”

Leia-se:

“Prefeitura Municipal de Água Doce, 09 de fevereiro de 2021”

Art. 2º. Continuam inalterados os demais dispositivos constantes na Portaria nº 118/2021.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 17 de fevereiro de 2021.

Nelci Fátima Trento Bortolini  
Prefeita de Água Doce

Camila Luiza Lucian Bedin  
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

## **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 7/2021 -DISPENSA Nº. 3/2021**

Publicação Nº 2867599

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE  
PROCESSO LICITATÓRIO 7/2021  
DISPENSA DE LICITAÇÃO 3/2021

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento o PROCESSO LICITATÓRIO nº 7/2021, “DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 3/2021”, destinado a aquisição emergencial de telhas de fibrocimento e cumeeiras para reparos em residências atingidas por granizo em 13/02/2021. Processo julgado em consonância com art. 24 Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Água Doce, SC, 17 de fevereiro de 2021

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI  
Prefeita Municipal

# Águas de Chapecó

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 019 - 2021, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2867410

DECRETO Nº 019/2021 De 17 de fevereiro de 2021	SUSPENDE, POR PRAZO DETERMINADO, AS AULAS PRESENCIAIS NO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito do Município de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO que o Congresso Nacional no dia 20 de março de 2020, reconheceu o Estado de Calamidade Pública para os fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO a Portaria nº 454/GM/MS, de 20 de março de 2020, que declara em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do COVID-19;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 1.027, de 18 de dezembro de 2020, que instituiu novas regras para organização das medidas para o enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO o elevado número de casos ativos e suspeitos, registrado no boletim informativo de 16 de fevereiro de 2021, da Secretaria Municipal de Saúde, bem como, dos casos em monitoramento;

CONSIDERANDO que se está enfrentando o pior momento no que diz respeito ao comprometimento da capacidade instalada da rede de atendimento em saúde do município e região;

CONSIDERANDO as deliberações e as ações aprovadas na reunião extraordinária realizada no dia 16 de fevereiro de 2021, envolvendo a representação dos 52 municípios integrantes do CIS-AMOSC e o Secretário de Estado da Saúde;

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam suspensas até o dia 1º de março próximo, as aulas presenciais em toda a rede de ensino do Município de Águas de Chapecó/SC, pública e privada, em todos os níveis.

Art. 2º Ficam suspensas até o dia 1º de março próximo, as atividades extracurriculares presenciais em toda a rede de ensino do Município de Águas de Chapecó/SC, pública e privada.

Art. 3º As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município e da Região de Saúde.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
Águas de Chapecó/SC, em 17 de fevereiro de 2021.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES  
Prefeito Municipal

Registre e Publique-se

### DECRETO Nº 020 - 2021, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2867755

DECRETO Nº 020/2021 De 17 de fevereiro de 2021	DISPÕE SOBRE MEDIDAS PREVENTIVAS PARA REDUÇÃO DOS RISCOS DE DISSEMINAÇÃO E CONTÁGIO DA COVID-19 NO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito do Município de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO que o Congresso Nacional no dia 20 de março de 2020, reconheceu o Estado de Calamidade Pública para os fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO a Portaria nº 454/GM/MS, de 20 de março de 2020, que declara em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do COVID-19;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 1.027, de 18 de dezembro de 2020, que instituiu novas regras para organização das medidas para o enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a oportunidade e conveniência ao interesse público da medida implementada por este decreto, já reconhecida inclusive pelo Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina, no sentido de que ampliação de horários de funcionamento e flexibilização de ocupação de estabelecimentos aliada à competente fiscalização "facilita a fiscalização do Estado e a observância dos critérios de segurança estabelecidos, afastando-se eventual clandestinidade";

CONSIDERANDO a possibilidade da efetiva punição aos infratores das normas de segurança em saúde e vigilância sanitária, vigentes durante a pandemia da COVID-19, com as medidas ora adotadas;

CONSIDERANDO o elevado número de casos ativos e suspeitos, registrado no boletim informativo de 16 de fevereiro de 2021, da Secretaria Municipal de Saúde, bem como, dos casos em monitoramento;

CONSIDERANDO que se está enfrentando o pior momento no que diz respeito ao comprometimento da capacidade instalada da rede de atendimento em saúde do município e região;

CONSIDERANDO as deliberações e as ações aprovadas na reunião extraordinária realizada no dia 16 de fevereiro de 2021, envolvendo a representação dos 52 municípios integrantes do CIS-AMOSC e o Secretário de Estado da Saúde;

CONSIDERANDO, por fim, a imperiosa necessidade de preservar a VIDA dos cidadãos agouenses e de, ao mesmo tempo, manter ativas as atividades empresariais em âmbito municipal.

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam suspensas, até o dia 1º de março próximo, a atividade de bares, petiscaria, choperias, cervejarias, whiskerias, e outros locais destinados ao consumo predominante de bebidas alcoólicas em qualquer horário.

Parágrafo único. A comercialização de bebidas alcoólicas, no recinto de estabelecimento tipo lanchonetes, sorveterias, padarias e lojas de conveniências instaladas em postos de gasolina, ficam expressamente proibidas.

Art. 2º Os restaurantes poderão funcionar exclusivamente nos seguintes horários, sem permissão para comercialização de bebidas alcoólicas, e observando a lotação máxima preconizada pelo Estado de Santa Catarina para o nível gravíssimo:

- I – das 10h às 14h;
- II – das 18h às 22h.

§ 1º Considera-se atividade de restaurante, para os fins deste decreto, aquela destinada a servir almoço e jantar, nos períodos correspondentes aos horários definidos nos incisos I e II deste artigo;

§ 2º O atendimento deverá atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias e de saúde relativas à COVID-19, como a obrigatoriedade do uso de máscaras, disponibilização de álcool gel, luvas descartáveis e todas as demais preconizadas pelos protocolos vigentes.

§ 3º As restrições e obrigações estabelecidas neste artigo não se aplicam aos serviços de tele entrega ou retirada no estabelecimento.

Art. 3º Estabelecimentos comerciais tipo lanchonetes, padarias e sorveterias poderão comercializar seus produtos mediante retirada no estabelecimento ou de forma delivery, sem permissão para consumo no local.

Art. 4º Ficam suspensas, até o dia 1º de março próximo, as seguintes atividades no território do Município de Águas de Chapecó/SC:

- a) Todas as atividades religiosas presenciais em templos e igrejas, em qualquer horário;
- b) A prática de esportes coletivos, inclusive futebol, carteados, dominó, bocha, bilhar e outras modalidades que possam aglomerar pessoas, em clubes sociais, bares, lanchonetes e demais estabelecimentos sediados na cidade e no interior deste município;
- c) Fica proibida a aglomeração de pessoas em qualquer ambiente, seja público ou privado, interno ou externo, para a realização de atividades de qualquer natureza;
- d) O funcionamento de casas noturnas (bailões e boates);
- e) Apresentações artísticas de qualquer natureza, em bares, restaurantes, eventos sociais e assemelhados (atração musical mecânica ou ao vivo);
- f) Fica proibido o consumo de bebidas alcoólicas em áreas públicas (ruas, praças, passeios, canteiros, estacionamentos, entre outros);
- g) O funcionamento de academias;
- h) O funcionamento de cabeleireiros, barbeiros e salões de beleza, exceto com prévio agendamento.

Art. 5º Fica estabelecido expediente interno até o dia 1º de março próximo, nas secretarias, departamentos e setores municipais.

Parágrafo único. Fica excepcionado do disposto no caput desde artigo, as secretarias, departamentos e setores que, pela natureza das atividades, não possam deixar de atender ao público, tais como serviços básicos de saúde, coleta de lixo e limpeza pública entre outros.

Art. 6º Para o enfrentamento do estado de calamidade pública, em razão do COVID-19, fica restrito o acesso simultâneo de até 02 (duas) pessoas do mesmo núcleo familiar nos estabelecimentos comerciais em geral (supermercados, lojas e congêneres) até 1º de março próximo.

Parágrafo único. O disposto no caput desde artigo, não se aplica aos estabelecimentos comerciais de que trata o art. 2º deste Decreto.

Art. 7º Fica estabelecido o fechamento total, de toda a área pública do parque da Companhia Hidromineral do Oeste Catarinense (HIDRO-ESTE), compreendendo a área de lazer, quiosques, piscinas e camping, até o dia 1º de março próximo.

Parágrafo único. Fica excepcionado do disposto no caput desde artigo, o funcionamento de estabelecimentos comerciais estabelecidos na área da Cia, deste que cumpridas as normas estabelecidas neste Decreto.

Art. 8º Caberá à Vigilância Sanitária Municipal, compartilhada com Vigilância Sanitária Regional, à Defesa Civil Municipal e à Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, a fiscalização das medidas constantes neste Decreto e demais normas sanitárias vigentes, as quais terão autonomia para interditar e/ou adotar qualquer outra medida necessária para garantia da saúde pública, nas situações em que os estabelecimentos estejam descumprindo as normas estabelecidas para enfrentamento da pandemia da COVID-19.

Art. 9º As pessoas diagnosticadas infectadas com o coronavírus (COVID-19), devem manter-se em isolamento pelo tempo recomendado pelo profissional de saúde, sob pena de aplicação da sanção prevista no art. 268 do Código Penal por infração a determinação do poder público, destinada a impedir a propagação de doença contagiosa e, cumulativamente, às sanções previstas na Lei Municipal nº 1.365, de 29 de novembro de 2002.

Art. 10 A inobservância ao disposto neste Decreto sujeita o infrator ao crime de desobediência, previsto no art. 268 do Código Penal.

Art. 11 As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município e da Região de Saúde.

Art. 12 Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de  
Águas de Chapecó/SC, em 17 de fevereiro de 2021.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES  
Prefeito Municipal

Registre e Publique-se

## PORTARIA Nº 073, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2867870

PORTARIA Nº 073/2021 De 17 de Fevereiro de 2021	DISPÕE SOBRE RESCISÃO DE CONTRATO DE SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.586/2007 e demais disposições legais vigentes;

### RESOLVE:

Art. 1º - Fica rescindido, a pedido da própria servidora, em 17 de fevereiro de 2021, o contrato de trabalho firmado com a Servidora ANDREA DA SILVEIRA, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.

Art. 2º - As verbas rescisórias ficarão à disposição da mesma, junto a Tesouraria Municipal, sendo pagas de acordo com os Termos de Rescisão.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 17 de fevereiro de 2021.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.



**PORTARIA Nº 075, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2869492

PORTARIA Nº 075/2021 De 18 de Fevereiro de 2021	CONTRATA, NOS TERMOS DA LEI, ANDRÉA DA SILVEIRA, PARA EXERCER O CARGO DE TÉCNICA EM ENFERMAGEM PLANTÃO B, 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS DIURNAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o inciso I do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso I do Art. 18 da Lei Orgânica Municipal, Art. 2º da Lei Municipal nº 1.586/2007 e Processo Seletivo nº 002/2019, Lei Complementar Municipal nº 010/2006, demais disposições legais vigentes, e justificativa da Secretaria;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica contratada a Sra. ANDRÉA DA SILVEIRA, para o cargo de Técnica em Enfermagem Plantão B, 40 (quarenta) horas semanais diurnas – jornada de trabalho de plantão de 12 (doze) horas, com intervalo para repouso de 36 (trinta e seis) horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O período de vigência do contrato é de 18 de fevereiro de 2021 a 17 de fevereiro de 2022.

Art. 3º - Fica-lhe assegurado o direito de perceber o vencimento atribuído ao cargo, fixado em Lei Municipal.

Art. 4º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 18 de Fevereiro de 2021.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

**CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO**

Contrata servidora para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

Em cumprimento a Lei Municipal n.º 1.586/2007, Lei Complementar Municipal nº 010/2006, Edital do Processo Seletivo nº 002/2019, e justificativa da Secretaria, a Prefeitura Municipal de Águas de Chapecó-SC, inscrita no CGC/MF sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, LEONIR ANTÔNIO HENTGES, doravante denominada CONTRATANTE e ANDRÉA DA SILVEIRA, brasileira, solteira, portadora do RG 4.791.722-9 SSP/SC e do CPF 027.307.369-99, residente na Rua Arlindo Mohr, 16, Bairro São Cristóvão, Águas de Chapecó/SC, doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo celebrar o presente Contrato, obedecendo as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

Tem por objeto o presente, a contratação por prazo determinado, da servidora acima qualificada, aprovada em Processo Seletivo, para desempenhar as atribuições do cargo de Técnica em Enfermagem Plantão B, 40 (quarenta) horas semanais diurnas, para atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DISCIPLINAR:**

A Contratante e o (a) CONTRATADO (a) sujeitam-se ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Águas de Chapecó e Lei Municipal Nº 1.586/2007, e quando omissa a legislação local, à Constituição federal.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME:**

A relação de emprego entre a Contratante e o(a) CONTRATADO(a), reger-se-á pelo regime Jurídico Estatutário, conforme disposto no Art. 39 da Constituição Federal. O(a) contratado(a) nos termos da legislação supracitada e por este contrato é segurado obrigatório do Regime Previdenciário: Regime Geral Previdenciário Social.

**CLÁUSULA QUARTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO:**

O contrato cumprirá o horário estabelecido pela chefia imediata, compreendendo uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais diurnas.

**CLÁUSULA QUINTA – DA RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA:**

Pela prestação dos serviços, a Contratante pagará a(o) Contratado(a) o valor correspondente ao cargo contratado, em conformidade com a legislação municipal vigente.

**CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:**

O presente Contrato terá a duração de 18 de Fevereiro de 2021 a 17 de Fevereiro de 2022, podendo ser renovado conforme os dispositivos da Lei Municipal nº 1.586/2007 e demais legislação pertinente.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO TEMPO DE SERVIÇO:**

A Contratante, a pedido do(a) CONTRATADO(a), fornecerá certidão de tempo de serviço, em cumprimento a Constituição Federal.

**CLÁUSULA OITAVA – DA REVOGAÇÃO:**

Esse Contrato deixará de vigorar, sempre que Lei ou disposições em contrário determinar, quitando-se as partes, pelos seus respectivos direitos, até a data de sua revogação, cessando seus efeitos.

Parágrafo Único – A rescisão do contrato, por iniciativa do contratado, deverá ser comunicada pelo mesmo com a antecedência mínima de trinta dias.

#### CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES:

O descumprimento do estipulado neste Contrato Administrativo, autoriza a parte ofendida a distratá-lo e sujeita o infrator a responsabilidade civil, penal, administrativa e demais disposições estatutárias pertinentes e correlatas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO:

Para dirimir quaisquer dúvidas jurídicas resultantes deste Termo de Contrato Administrativo, fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

Os Contratantes declaram o perfeito conhecimento e compreensão de todas as cláusulas e condições do presente Termo de Contrato Administrativo, que leram, entenderam e o assinam em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

Águas de Chapecó-SC, 18 de Fevereiro de 2021.

\_\_\_\_\_  
ANDRÉA DA SILVEIRA  
Servidora

\_\_\_\_\_  
LEONIR ANTÔNIO HENTGES  
Prefeito Municipal

Testemunhas:

### PORTARIA Nº074, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2869489

PORTARIA Nº 074/2021 De 18 de fevereiro de 2021	NOMEIA, NOS TERMOS DA LEI, DIEGO DE MOURA, PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE PLANEJAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, da Lei Orgânica Municipal, Estatuto do Servidor Público Municipal, Lei Complementar nº 064/2019 e demais disposições legais vigentes;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. DIEGO DE MOURA para o Cargo em Comissão de Assessor de Planejamento, com lotação na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, carga horária dedicação integral, percebendo o vencimento constante no nível CC04 do Anexo I do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão, da Lei que dispõe sobre a alteração do Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 18 de Fevereiro de 2021.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

#### TERMO DE POSSE

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de 2021, nas dependências da Prefeitura Municipal, compareceu o Senhor DIEGO DE MOURA, a fim de tomar posse em Comissão de Assessor de Planejamento (Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças), nível CC-04, nomeado pela Portaria nº 074/2021. O cerimonial de posse foi conduzido pelo Prefeito Municipal, comprometendo-se o empossado a desempenhar suas funções com eficiência, dignidade, disciplina, honradez, impessoalidade e moralidade, bem como respeitar as Leis e cumprir com os deveres e responsabilidades previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais legislação vigente. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo de posse, sendo devidamente assinado pelas partes.

DIEGO DE MOURA  
Nome do Empossado

LEONIR ANTÔNIO HENTGES  
Prefeito Municipal

# Águas Frias

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 55/2021

Publicação Nº 2867546

DECRETO Nº 55/2021

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE COMISSÃO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ JOSÉ DAGA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, em especial a Lei Complementar Municipal nº 45/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Senhora Elizandra de Carli Daniel, para o cargo de Coordenador de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período integral, provido em comissão, percebendo a remuneração fixada no Anexo II, Nível CC-1, Cód. 6106, da Lei Complementar Municipal nº 45/2016, e suas alterações.

Art. 2º - Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Águas Frias - SC, em 17 de fevereiro de 2021.

LUIZ JOSÉ DAGA  
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

### DECRETO Nº 56/2021

Publicação Nº 2867547

DECRETO Nº 56/2021

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE COMISSÃO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ JOSÉ DAGA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 45/2016 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado de suas funções o Senhor Ruan Paulo Cavalli, ocupante do Cargo de Diretor de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, pelo período integral, provido em comissão, conforme a Lei Municipal Complementar nº 45/2016.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Águas Frias - SC, em 17 de fevereiro de 2021.

LUIZ JOSÉ DAGA  
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

# Águas Mornas

## PREFEITURA

**PORTARIA N°. 027/2021 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação N° 2867743

**PORTARIA N°. 027/2021**

### **CONTRATA SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais, à vista da autorização que lhe foi conferida pela lei n°. 639/2003, de 20.06.2003,

**RESOLVE:**

Art. 1°. – CONTRATAR os abaixo relacionados no cargo e nível/padrão identificados, considerando a necessidade para o perfeito funcionamento dos serviços públicos municipais:

#### **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – PADRÃO 1-A**

- . SOLANGE NILSEN – Escola Municipal Santa Cruz da Figueira - período de 08.02.2021 a 17.12.2021 - 40 horas semanais.
- . ANA MARIA MARTINS - Centro de Educação Infantil Beija Flor - período de 08.02.2021 a 17.12.2021 - 40 horas semanais.
- . KARINA LOUISE DA SILVA CARDOSO - Centro de Educação Infantil Beija Flor - período de 08.02.2021 a 17.12.2021 - 40 horas semanais.
- . LETICIA JOCHEN - Escola Municipal Santa Cruz da Figueira - período de 17.02.2021 a 17.12.2021 - 40 horas semanais.
- . ELISABETE LUZIA - Centro de Educação Infantil Beija Flor - período de 17.02.2021 a 31.03.2021 - 40 horas semanais.

#### **MOTORISTA - PADRÃO 3-A**

- . GLAUCON RODRIGUES DO CARMO - Rede Municipal de Ensino - período de 18.02.2021 a 17.12.2021 - 40 horas semanais.

#### **PROFESSOR – NÍVEL 8709-2A**

- . RODRIGO WERLICH - Escolas Santa Isabel, José Loffi e Fazenda Ressurreição - período de 08.02.2021 a 22.12.2021 - 30 horas semanais.
- . KARINA ELIS CHRISTMANN - Escola Municipal Santa Cruz da Figueira - período de 08.02.2021 a 22.12.2021 - 40 horas semanais.
- . VANESSA KUHNEN DA CUNHA - Escola Municipal Fazenda Ressurreição - período de 08.02.2021 a 22.12.2021 - 40 horas semanais.
- . JUDITH ROHLING HEINZ - Escola Municipal Santa Cruz da Figueira - período de 08.02.2021 a 22.12.2021 - 40 horas semanais.
- . ALOANA GARCIA BILHAN - Escola Municipal Fazenda Ressurreição - período de 08.02.2021 a 22.12.2021 - 40 horas semanais.
- . FLAVIA ALVES DA SILVA - Escolas Santa Isabel, José Loffi e Fazenda Ressurreição - período de 08.02.2021 a 22.12.2021 - 30 horas semanais.
- . MARIANA CRISTINA LOHN - Centro de Educação Infantil Beija Flor - período de 08.02.2021 a 22.12.2021 - 40 horas semanais.

- . FABIANE FOLSTER - Centro de Educação Infantil Beija Flor - período de 08.02.2021 a 22.12.2021 - 40 horas semanais.
- . ANA CAROLINA DA ROSA DE OLIVEIRA - Escola Municipal Santa Cruz da Figueira - período de 12.02.2021 a 22.12.2021 - 40 horas semanais.
- . BIANCA DE FARIAS - Centro de Educação Infantil Beija Flor - período de 12.02.2021 a 22.12.2021 - 40 horas semanais.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 08 de fevereiro de 2021.

**OMERO PRIM**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrada e publicada a presente portaria aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um.

**LUANA CAROLINE DA SILVA ROSA**  
**RESPONSÁVEL**

**PORTARIA N°. 028/2021 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação N° 2867748

**PORTARIA N°. 028/2021****Concede Exoneração, a pedido, a Servidora Público Municipal.**

Omero Prim, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1°. – EXONERAR do serviço público municipal de Águas Mornas, a pedido, a Senhora Fabiane Folster, ocupante do cargo temporário de Professora, matrícula n°. 1383, a partir do dia 17.02.2021.

Art. 2°. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 17 de fevereiro de 2021.

**OMERO PRIM**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrada e publicada a presente portaria aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um.

**LUANA CAROLINE DA SILVA ROSA**  
**Responsável**



**PORTARIA N°. 029/2021 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação N° 2867761

**PORTARIA N°. 029/2021****CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE**

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1°. – CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE, a servidora pública municipal, Senhora Renata Luana Sens, matrícula n°. 9269, com direito a 120 (cento e vinte) dias de licença, pelo período de 10.02.2021 09.06.2021, sem perda da remuneração, conforme dispõe a Lei Complementar n°. 017/2015.

Art. 2°. - PRORROGAR LICENÇA MATERNIDADE por mais 60 (sessenta) dias, pelo período de 10.06.2021 a 08.08.2021, conforme § 5° do artigo 212 da Lei Complementar n° 017/2015.

Art. 3°. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 10.02.2021.

Águas Mornas-SC, 17 de fevereiro de 2021.

**OMERO PRIM**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrada e publicada a presente portaria aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um.

**LUANA CAROLINE DA SILVA ROSA**  
**Responsável**

# Alfredo Wagner

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL N°04/2021

Publicação N° 2868334

MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER

AVISO DE LICITAÇÃO

Tipo de Licitação: Menor preço por Item / Registro de preço

Data de Abertura: 03 de Março de 2021.

Horário de Abertura: 10h00min

Local da Abertura: Prefeitura Municipal, Rua Anitápolis nº250, Centro- Alfredo Wagner.

Registro de preço para aquisição estimada de pranchas, de ripas, de esteio e de palanques de eucalipto para manutenção do Parque Municipal de Exposições e para reforma de pontes e pontilhões de localidades do interior do município, conforme especificações constantes no ANEXO I do Edital. Informa ainda que o edital e seus anexos encontram-se no site: [www.alfredowagner.sc.gov.br](http://www.alfredowagner.sc.gov.br), dúvidas pelo telefone (48) 3276-1211 Setor de Licitações.

Alfredo Wagner, em 18 de Fevereiro de 2021.

Gilmar Sani

Prefeito Municipal

# Anchieta

## PREFEITURA

### DECRETO N. 042/2021

Publicação Nº 2867826

DECRETO Nº. 042/2021, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

INSTITUI E REGULAMENTA A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA, COMO INSTRUMENTO DE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL, NO MUNICÍPIO DE ANCHIETA – SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.517, de 20 de novembro de 2020 e demais dispositivos constitucionais e legais;

CONSIDERANDO a declaração de situação de PANDEMIA pela Organização Mundial de Saúde - OMS em 11 de março de 2020;  
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19)";  
CONSIDERANDO a necessidade de ações de prevenção para evitar a ocorrência de transmissão e óbitos por Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece:

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

CONSIDERANDO o art. 36 da Lei Complementar nº 141/2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde, que dispõe:

Art. 36. O gestor do SUS em cada ente da Federação elaborará Relatório detalhado referente ao quadrimestre anterior, o qual conterá, no mínimo, as seguintes informações:

I - montante e fonte dos recursos aplicados no período;

II - auditorias realizadas ou em fase de execução no período e suas recomendações e determinações;

III - oferta e produção de serviços públicos na rede assistencial própria, contratada e conveniada, cotejando esses dados com os indicadores de saúde da população em seu âmbito de atuação.

[...] 5º O gestor do SUS apresentará, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, em audiência pública na Casa Legislativa do respectivo ente da Federação, o Relatório de que trata o caput.

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade definição das providências a serem adotadas durante o período em que perdurar a situação de emergência de saúde pública, decorrentes do Coronavírus (COVID-19), com objetivo de garantir a prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Anchieta - SC.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída, a Audiência Pública na forma eletrônica, como instrumento de transparência da gestão fiscal, para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do terceiro quadrimestre do exercício de 2020 do Município de Anchieta/SC e do Fundo Municipal de Saúde de Anchieta.

Parágrafo Único. A audiência pública que trata o caput deste artigo, será divulgada nos meios eletrônicos oficiais do Município de Anchieta, no dia 25 de fevereiro de 2021, até às 17h.

Art. 2º A ferramenta eletrônica utilizada para realização da audiência pública, que poderá ser através de vídeo conferência ou vídeo explicativo previamente elaborado, deve oferecer amplo acesso público, como forma de incentivo à participação popular, ficando também garantido o direito de manifestação através dos seguintes meios eletrônicos:

I - Via Ouvidoria, pelo sistema eletrônico e-Ouv - disponível no site do Município de Anchieta - SC.

II - Via Lei de Acesso a Informação – LAI - disponível no site do Município de Anchieta - SC.

III - Por e-mail oficial do Município.

Art. 3º A ata de realização da Audiência Pública, será elaborada e juntada à confirmação das participações dos usuários, na forma eletrônica escolhida pelos mesmos.

Art. 4º Fica assegurada a ampla divulgação do Edital de Convite de Audiência Pública Eletrônica, nas mídias em geral e nos meios eletrônicos oficiais do Município, de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo único. O Edital de convite de que trata o caput desse artigo, irá divulgar no mínimo, data e horário da realização, objetivo, meios de coletas de dados e manifestações, endereço eletrônico e outras informações relevantes.

Art. 5º Sem prejuízo de outras medidas legais passíveis de serem adotadas, em atenção aos esforços de contenção à propagação da infecção pela COVID-19, as audiências públicas, ficarão disponíveis no link oficial do Município, para acesso via internet.

Art. 6º A Audiência Pública realizada, será divulgada, no sítio eletrônico oficial do Município, com link de acesso a partir da página inicial, e ficará disponível por um período mínimo de 5 (cinco) anos.

Art. 7º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Anchieta (SC), 17 de fevereiro de 2021.

IVAN JOSÉ CANCI  
Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)  
Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

**DECRETO N. 043/2021**

Publicação Nº 2868353

DECRETO Nº. 043/2021, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

ADOTA MEDIDAS PREVENTIVAS E RESTRITIVAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA, SANTA CATARINA, PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19).

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 84, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais;

CONSIDERANDO o estado de emergência em saúde pública de importância internacional declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO o artigo 23, inciso II, da Constituição Federal, que determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o artigo 30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO os Decretos emitidos pelo Estado de Santa Catarina declarando estado de calamidade pública em todo o território catarinense, estabelecendo medidas de combate e enfrentamento à pandemia da COVID-19 e atribuiu às autoridades sanitárias municipais a competência para estabelecer medidas específicas que suspendam ou restrinjam as atividades a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus em seus territórios;

CONSIDERANDO a Portaria Estadual nº 464 de 03 de julho de 2020 que instituiu o programa de descentralização e regionalização das ações de combate ao COVID-19 prevendo que os municípios de uma mesma Região de Saúde possam tomar decisões no sentido de restringir atividades sociais e econômicas embasados em critérios e dados epidemiológicos locais pertinentes a curva de contaminação e disseminação do novo Coronavírus – COVID-19;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 1.027 de 18 de dezembro de 2020 que institui regras para organização das medidas para o enfrentamento da pandemia COVID-19 no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a situação epidemiológica local, o crescente número de pessoas contaminadas, a falta de vagas de leitos de UTI nos hospitais da região do extremo oeste e oeste catarinense e, decisão conjunta dos municípios que integram a AMEOSC tomada em assembleia extraordinária realizada na data de 16 de fevereiro de 2021;

CONSIDERANDO a ata do Comitê Gestor de Crise Municipal do Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública decorrente do Coronavírus, de 15 de fevereiro de 2021, que recomenda adoção de medidas restritivas visando combater a disseminação da COVID19 no Município.

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam SUSPENSAS no território deste município, até o dia 1º de março de 2021:

- I. as aulas presenciais em todas as unidades de ensino da rede pública e privada, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA) e Educação Especial, sem prejuízo da realização das aulas na modalidade à distância/remoto.
- II. a prática de atividades esportivas coletivas e recreativas, como futebol, carteados, dominó, bocha, bilhar e outras modalidades que possam aglomerar pessoas, em estabelecimentos sediados na cidade e no interior deste município, inclusive aquelas de treinamentos realizadas por clubes e escolas;
- III. todas as atividades religiosas presenciais em templos e igrejas;
- IV. todas as atividades pertinentes a cinemas, teatros, shows, espetáculos, festas, eventos e reuniões que acarretem a aglomeração de pessoas;
- V. o funcionamento de campings e áreas de lazer de associações e entidades afins;
- VI. a realização de velórios por período superior a 06 (seis) horas;
- VII. a realização de transporte coletivo urbano municipal;
- VIII. a realização de transporte escolar;
- IX. a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivos, como parques, praças e afins;
- X. o funcionamento de casas noturnas.

Art. 2º Os restaurantes e lanchonetes poderão realizar atendimentos presenciais ao público exclusivamente no horário compreendido das 10:30 às 14:00 horas e observando a lotação máxima preconizadas pelo Estado de Santa Catarina. Nos demais horários, poderá ser realizado o atendimento por meio de delivery.

§ 1º Considera-se atividade de restaurante e lanchonete, para fins deste Decreto, aquela destinada a servir almoço e/ou alimentação nos

horários previstos no caput deste artigo.

§ 2º O atendimento presencial pelos estabelecimentos previstos no caput deste artigo, deverá atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias e de saúde relativas ao COVID-19, como a obrigatoriedade do uso de máscaras, disponibilização de álcool gel, luvas descartáveis, medidores de temperatura na entrada do estabelecimento e todas as demais medidas de segurança preconizadas pelos protocolos vigentes.

Art. 3º As atividades de bares, petiscarias, choperias, cervejarias e outros locais congêneres destinados a happy hours ou consumo predominantemente de bebidas alcoólicas prestarão atendimento ao público, até as 22h00min, sendo vedado consumo e permanência no local do estabelecimento ou na via na pública;

Art. 4º As academias e estabelecimentos afins poderão funcionar respeitado o limite de 50% de sua capacidade normal e deverão atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias e de saúde relativas ao COVID-19, como a obrigatoriedade do uso de máscaras, disponibilização de álcool gel, medidores de temperatura na entrada do estabelecimento e todas as demais medidas de segurança preconizadas pelos protocolos vigentes.

Art. 5º Os demais estabelecimentos comerciais e de atendimento ao público poderão realizar atendimentos presenciais no entanto deverão atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias e de saúde relativas ao COVID-19, como a obrigatoriedade do uso de máscaras, disponibilização de álcool gel e todas as demais medidas de segurança preconizadas pelos protocolos vigentes.

Art. 6º As pessoas diagnosticadas infectadas com o coronavírus (Covid-19), devem manter-se em isolamento pelo tempo recomendado pelo profissional de saúde, sob pena de aplicação da sanção prevista no artigo 268 do Código Penal por infração a determinação do poder público destinada a impedir a propagação de doença contagiosa.

Art. 7º Caberá à Vigilância Sanitária Municipal, compartilhada com Vigilância Sanitária Regional, à Polícia Militar, Polícia Civil do Estado de Santa Catarina e Bombeiros, a fiscalização das medidas constantes neste Decreto e demais normas sanitárias vigentes, as quais terão autonomia para interditar e/ou adotar qualquer outra medida necessária para garantia da saúde pública, nas situações em que os estabelecimentos estejam descumprindo as normas estabelecidas para enfrentamento da pandemia da COVID-19.

Art. 8º As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município e da Região de Saúde.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Anchieta (SC), 17 de fevereiro de 2021.

IVAN JOSÉ CANCI  
Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)  
Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

# Angelina

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 030/2021

Publicação Nº 2867650

CONTRATO Nº 030/2021

CONTATANTE: Município de Angelina

CNPJ nº 82.951.195/0001-10

CONTATADA: ASSOCIAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE SÃO JOSÉ

CNPJ nº 86.185.220/0054-64

OBJETO: Contratação direta de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos com atuação na Central de Triagem e Monitoramento do COVID-19, sendo 01 (um) médico.

VALOR: R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais)

DATA: 17/02/2021

PROCESSO LICITATÓRIO/DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 010/2021

### DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2021

Publicação Nº 2867600

DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2021, objetivando a contratação direta de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos junto à Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social com atuação nas dependências da Central de Triagem e Monitoramento do COVID-19, sendo: 01 (um) médico, contrato este em caráter temporário. Contratada: Associação das Irmãs Franciscanas de São José, CNPJ nº 86.185.220/0054-64. Valor total estimado: R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais). Fundamentação legal art. 24, IV da Lei nº 8.666/93. Angelina (SC), 17 de fevereiro de 2021. Roseli Anderle - Prefeita Municipal

### DÉCIMO SEXTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 040/2020

Publicação Nº 2867279

DÉCIMO SEXTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 040/2020

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº 017/2020

CONTRATADA: Auto Posto Patrício Ltda.

CNPJ: 75.534.818/0001-93

OBJETO DO CONTRATO: Fornecimento de combustíveis

OBJETO DO ADITIVO: Os valores do objeto do presente contrato, de acordo com a Cláusula Sexta do Contrato, serão aplicados reajustes de valores no item 3 do lote 2 (diesel comum) passará R\$ 3,479 (três reais e quarenta e sete centavos e nove milésimos) para R\$ 3,594 (três reais e cinquenta e nove centavos e quatro milésimos) e item 1 do lote 1 (gasolina comum) de R\$ 4,574 (quatro reais e cinquenta e sete centavos e quatro milésimos) para R\$ 4,604 (quatro reais e sessenta centavos e quatro milésimos).

FUNDAMENTO: o presente aditivo encontra embasamento legal no artigo 65, inciso II, alínea ☐d☐ da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

LOCAL E DATA: Angelina/SC em 08 de fevereiro de 2021.

### DÉCIMO SÉTIMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 040/2020

Publicação Nº 2867304

DÉCIMO SÉTIMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 040/2020

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº 017/2020

CONTRATADA: Auto Posto Patrício Ltda.

CNPJ: 75.534.818/0001-93

OBJETO DO CONTRATO: Fornecimento de combustíveis

OBJETO DO ADITIVO: Os valores do objeto do presente contrato, de acordo com a Cláusula Sexta do Contrato, serão aplicados reajustes de valores no item 4 do lote 2 (diesel S-10) passará R\$ 3,678 (três reais e sessenta e sete centavos e oito milésimos) para R\$ 3,797 (três reais e setenta e nove centavos e sete milésimos) e item 1 do lote 1 (gasolina comum) de R\$ 4,604 (quatro reais e sessenta centavos e quatro milésimos) para R\$ 4,736 (quatro reais e sessenta e três centavos e seis milésimos).

FUNDAMENTO: o presente aditivo encontra embasamento legal no artigo 65, inciso II, alínea ☐d☐ da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

LOCAL E DATA: Angelina/SC em 12 de fevereiro de 2021.

**PORTARIA Nº 061/2021**

Publicação Nº 2867396

Portaria Nº 061/2021

"Nomeia o Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas do Município de Angelina"

Roseli Anderle, Prefeita Municipal de Angelina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, e atendendo ao disposto na Lei Nº 1.232/2017, observadas as devidas indicações,

Resolve

Art. 1º Designar as seguintes pessoas para compor o Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas do Município de Angelina, de acordo com os órgãos representativos:

**REPRESENTANTES DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS DO MUNICÍPIO****SECRETARIA DE EDUCAÇÃO OU CONGÊNERE**

Titular: Renata de Melo

Suplente: Leandro Tomasoni

**SECRETARIA DE SAÚDE OU CONGÊNERE**

Titular: Tatiana Scherer Martins

Suplente: Larissa Lehmkuhl

**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL OU CONGÊNERE**

Titular: Edna Maria Mendes

Suplente: Aline K-ster Silveiro

**SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER OU CONGÊNERE**

Titular: Rosi Meri da Silva

Suplente: Pamela Kristina Bastos

**REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL****ENTIDADES OU INSTITUIÇÕES QUE ATUAM NA ÁREA**

Titular: Patrícia Rei de Simas

Suplente: Liane Tavares Dippold

Titular: Valmor Raimundo Machado

Suplente: Deivid Mairlon Henckel dos Santos

**POLÍCIA MILITAR**

Titular: João Marcos Martins

Suplente: Edson Kalmann

**POLÍCIA CIVIL**

Titular: Ricardo Augusto da Silva Dalbó

Suplente: Taís Ferraz Duarte

**CONSELHO TUTELAR**

Titular: Krystine Maccarini

Suplente: Cleuceia Tomasoni

Titular: Priscila Silvino Ferreira

Suplente: Adriana Petry

**IGREJAS, ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS, E AFINS**

Titular: Eliezer Tayllor Raimundo

Suplente: Maytê Mahara Raimundo França

Titular: Ana Cristina Lopes França

Suplente: Carlos Alberto Lopes

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições ao contrário.

Angelina, 17 de fevereiro de 2021.

Roseli Anderle

Prefeita Municipal



**PORTARIA Nº 062/2021**

Publicação Nº 2867393

Portaria Nº 062/2021

“Nomeia o Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Angelina□

Roseli Anderle, Prefeita Municipal de Angelina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, e atendendo ao disposto na Lei Nº 745/1997, observadas as devidas indicações,

Resolve

Art. 1º Designar as seguintes pessoas para compor o Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Angelina, de acordo com os órgãos representativos:

**REPRESENTANTES DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS DO MUNICÍPIO****SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Titular: Edna Maria Mendes

Suplente: Aline K-ster Silveiro

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

Titular: Márcia Ventura Hames

Suplente: Rosi Meri da Silva

**SECRETARIA DE SAÚDE**

Titular: Marciana Bratfisch

Suplente: Franciele Alexandre Schimitz

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

Titular: Michael Soares

Suplente: Isac Hames

**SECRETARIA DE AGRICULTURA**

Titular: Ronildo Luciano Mafra Schappo

Suplente: Vilmar Werlich

**REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL****USUÁRIOS E/OU ORGANIZAÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Titular: Cristiane Aparecida Baumgarten

Suplente: Juceli Rita da Silva

Titular: Marcia Aparecida Kammers Andrade

Suplente: Maria Ivone de Pinho Sens

**ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Titular: Adriana Petry

Suplente: Priscila Silvino Ferreira

Titular: Dauri Exterkoetter

Suplente: Sirlene Hillenshein

**ENTIDADES DE TRABALHADORES DO SETOR/ OUTROS SEGMENTOS**

Titular: Maria Aparecida Zimmermann

Suplente: Maristela Schappo Exterkoetter

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições ao contrário.

Angelina, 17 de fevereiro de 2021.

Roseli Anderle  
Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 063/2021**

Publicação Nº 2867615

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

PORTARIA MUNICIPAL Nº 063 /2021

CONSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DE SINDICÂNCIAS PERMANENTE, DESIGNA SERVIDORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROSELI ANDERLE, Prefeita do Município de Angelina, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e nos moldes do art. 142, da Lei Complementar n. 21/2013,

RESOLVE

Art. 1º Fica constituída Comissão Administrativa de Processo Disciplinar e de Sindicância Permanente, cujas atribuições estão dispostas no § 6º, do art. 142, da Lei Complementar n. 21/2013 e legislação extravagante.

Art. 2º Ficam designados para compor a Comissão, sob a presidência do primeiro, os seguintes servidores:

I. MICHAEL SOARES – Matrícula: 1191 – Cargo: Agente Operacional; como presidente da Comissão;

II. MARCIANA BRATIFISH – Matrícula: 2008 – Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais;

III. WALTER SOUZA ROSA JUNIOR – Matrícula - 1060 – Cargo: Fiscal de Tributos,

Art. 3º Fica assegurada, aos servidores designados para participarem como membros titulares da Comissão, a concessão de gratificação individual de R\$ 30,00(trinta reais), pela participação efetiva e ativa, a cada uma das reuniões da comissão, limitada ao máximo de seis reuniões mensais(§ 4º, art. 142, Lei Complementar 21/2013), e desde que não cumulem com o recebimento de verba da mesma natureza.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a Portaria Municipal n. 012/2021, que CONSTITUI

COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DE SINDICÂNCIAS, DESIGNA SERVIDORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publique-se.

Intime-se.

Angelina, 16 de fevereiro de 2021

ROSELI ANDERLE  
Prefeita Municipal

**SÉTIMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 042/2020**

Publicação Nº 2867437

EXTRATO DO SÉTIMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 042/2020 - REAJUSTE

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 017/2020

CONTRATADA: Auto Posto Barra Clara Ltda.

CNPJ: 04.793.863/0001-14

OBJETO DO CONTRATO: Fornecimento de combustíveis

OBJETO DO ADITIVO: Os valores do objeto do presente contrato, de acordo com a Cláusula Sexta do Contrato, serão aplicados uma readequação de valores, sendo que o valor do item 27 do lote 4 (gasolina comum) passará R\$ 4,599 (quatro reais e cinquenta e nove centavos e nove milésimos) para R\$ 4,799 (quatro reais e setenta e nove centavos e nove milésimos) e o item 28 do lote 5 (óleo diesel S-10) passará R\$ 3,899 (três reais e oitenta e nove centavos e nove milésimos) para R\$ 3,999 (três reais e noventa e nove centavos e nove milésimos).

FUNDAMENTO: o presente aditivo encontra embasamento legal no artigo 65, inciso II, alínea ☐d☐ da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

LOCAL E DATA: Angelina/SC em 08 de fevereiro de 2021.

# Anitápolis

## PREFEITURA

### DECRETO 013.2021 - SUSPENDE CONCURSO PÚBLICO COVID 19

Publicação Nº 2868810

DECRETO Nº 013/2021

Suspende o prazo de validade do concurso público para provimento de cargos efetivos do Município de Anitápolis, correspondente ao Edital nº 001/2019 nos termos da Lei Complementar Federal nº. 173 de 27 de maio 2020 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 97, VIII, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO que o Concurso Público referente ao Edital nº. 001/2019, homologado em 15 de abril de 2019, promovido pela municipalidade, encontra-se com a data de vigência prevista para finalização em 14 de abril de 2021, conforme prorrogação viabilizada por previsão constitucional (art. 37, III da Constituição Federal/88);

CONSIDERANDO que o que o Decreto Municipal n. 015, de 18 de março de 2020, declarou situação de emergência no âmbito da saúde pública do Município de Anitápolis, em função do risco de surto do Novo Coronavírus - COVID-19;

Considerando a emergência em saúde pública, declarada de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde em razão da disseminação do novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o Decreto Legislativo Federal nº. 06 de 2020, publicado em 20 de março de 2020, que reconhece a ocorrência de estado de calamidade pública em âmbito federal, dada emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao Coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO as disposições da Lei Complementar nº. 173 de 27 de maio de 2020, que determina em seu art. 10, a suspensão dos prazos de validade dos concursos públicos já homologados na data da publicação do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, em todo o território nacional, até o término da vigência do estado de calamidade pública estabelecido pela União.

CONSIDERANDO que as disposições da referida Lei Complementar são auto aplicáveis a todas as unidades da Federação.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica suspenso o prazo de validade do Concurso Público, correspondente ao Edital nº 001/2019, homologado em 15 de abril de 2019, pelo período em que perdurar o reconhecimento de calamidade pública estabelecido pela União.

Parágrafo único. Após a retomada do prazo previsto no caput, a Administração Pública Municipal terá a validade do referido certame prorrogada por 57 (cinqüenta e sete) dias, em vista de ser este, o prazo remanescente para validade do certame.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Anitápolis, em 17 de fevereiro de 2021.

Solange Back  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente decreto no órgão oficial do município de anitápolis, em 17 de fevereiro de 2021.

Jéssica Rieg Haverot  
Chefe de Gabinete

### PORTARIA 069/2021

Publicação Nº 2867985

PORTARIA Nº 069/2021

PROGRESSÃO FUNCIONAL

A Prefeita Municipal de Anitápolis, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de competência prevista no Capítulo VI, art 15, inciso I da Lei 505/2000 de 28.12.00 e seção II, inciso VIII do Art. 97 da Lei Orgânica do Município de 16.12.04.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
Prefeitura Municipal de Anitápolis  
GABINETE DA PREFEITA  
CNPJ 82.892.332/0001-92 Rua Gonçalves Júnior, 260 – Centro – 88475-000 – ANITÁPOLIS – SC.  
Fone: (0xx) 48 3256-0131 – Fax 3256-0188 E-mail: prefeitura@anitapolis.sc.gov.br

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido progressão funcional por tempo de serviço ao servidor MADSON MATES, matrícula nº 669, ocupante do cargo de Motorista I, lotado na Secretaria de Saúde, Saneamento e Assistência Social do quadro permanente de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis, passando da Letra E-05 para F-06, a partir de 13 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Anitápolis, 17 de fevereiro de 2021.

Solange Back  
Prefeita Municipal

**PORTARIA 070/2021**

Publicação Nº 2867986

PORTARIA Nº 070/2021

**PROGRESSÃO FUNCIONAL**

A Prefeita Municipal de Anitápolis, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de competência prevista no Capítulo VI, art 15, inciso I da Lei 505/2000 de 28.12.00 e seção II, inciso VIII do Art. 97 da Lei Orgânica do Município de 16.12.04.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
Prefeitura Municipal de Anitápolis  
GABINETE DA PREFEITA  
CNPJ 82.892.332/0001-92 Rua Gonçalves Júnior, 260 – Centro – 88475-000 – ANITÁPOLIS – SC.  
Fone: (0xx) 48 3256-0131 – Fax 3256-0188 E-mail: prefeitura@anitapolis.sc.gov.br

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido progressão funcional por tempo de serviço ao servidor GILSON SCHILLER VIGANTSKI, matrícula nº 852, ocupante do cargo de Motorista II, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do quadro permanente de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis, passando da Letra D-04 para E-05, a partir de 16 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Anitápolis, 17 de fevereiro de 2021.

Solange Back  
Prefeita Municipal

**PORTARIA 071/2021**

Publicação Nº 2867987

PORTARIA Nº 071/2021

**PROGRESSÃO FUNCIONAL**

A Prefeita Municipal de Anitápolis, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de competência prevista no Capítulo VI, art 15, inciso I da Lei 505/2000 de 28.12.00 e seção II, inciso VIII do Art. 97 da Lei Orgânica do Município de 16.12.04.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
Prefeitura Municipal de Anitápolis  
GABINETE DA PREFEITA  
CNPJ 82.892.332/0001-92 Rua Gonçalves Júnior, 260 – Centro – 88475-000 – ANITÁPOLIS – SC.  
Fone: (0xx) 48 3256-0131 – Fax 3256-0188 E-mail: prefeitura@anitapolis.sc.gov.br

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido progressão funcional por tempo de serviço a servidora ANGELITA DOS SANTOS, matrícula nº 829, ocupante do cargo de Servente/Merendeira, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do quadro permanente de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis, passando da Letra D-04 para E-05, a partir de 16 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Anitápolis, 17 de fevereiro de 2021.

Solange Back  
Prefeita Municipal

## PORTARIA 072/2021

Publicação N° 2868362

PORTARIA N° 072/2021

A Prefeita Municipal de Anitápolis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 620/05 de 01.06.05 e Seção II, Inciso VIII, Artigo 97, da Lei Orgânica do Município de Anitápolis de 16 de dezembro de 2004.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
Prefeitura Municipal de Anitápolis  
GABINETE DA PREFEITA  
CNPJ 82.892.332/0001-92 Rua Gonçalves Júnior, 260 – Centro – 88475-000 – ANITÁPOLIS – SC.  
Fone: (0xx) 48 3256-0131 – Fax 3256-0188 E-mail: prefeitura@anitapolis.sc.gov.br

RESOLVE:

Art. 1º - Transferir a lotação da servidora ANGELITA DOS SANTOS, matrícula nº 829, ocupante do cargo de Servente/Merendeira do quadro permanente de pessoal desta Prefeitura, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes para a Secretaria de Agropecuária, Turismo e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Anitápolis, 17 de fevereiro de 2021.

Solange Back  
Prefeita Municipal

## PORTARIA 073/2021

Publicação N° 2868365

PORTARIA N° 073/2021

A Prefeita Municipal de Anitápolis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 620/05 de 01.06.05 e Seção II, Inciso VIII, Artigo 97, da Lei Orgânica do Município de Anitápolis de 16 de dezembro de 2004.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
Prefeitura Municipal de Anitápolis  
GABINETE DA PREFEITA  
CNPJ 82.892.332/0001-92 Rua Gonçalves Júnior, 260 – Centro – 88475-000 – ANITÁPOLIS – SC.  
Fone: (0xx) 48 3256-0131 – Fax 3256-0188 E-mail: prefeitura@anitapolis.sc.gov.br

RESOLVE:

Art. 1º - Transferir a lotação da servidora ENITA HEINZEN, matrícula nº 462, ocupante do cargo de Servente/Merendeira do quadro permanente de pessoal desta Prefeitura, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes para a Secretaria de Saúde, Saneamento e Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Anitápolis, 17 de fevereiro de 2021.

Solange Back  
Prefeita Municipal

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 030/2020**

Publicação N° 2867405

MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao contrato nº 030/2020. CONTRATANTE: Município de Anitápolis. CONTRATADA: PAULO ADALBERTO FUCKS DA VEIGA JÚNIOR EIRELI CLAUSULA PRIMEIRA – DA VIGENCIA: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de contrato, que fica prorrogado até 24/05/2021 – Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições não especialmente alteradas neste termo. Data: 17/02/2021. Marcelo Boeing – Secretário Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente.

**TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO N° 033/2020**

Publicação N° 2868029

TERMO RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO N° 033/2020 – PROCESSO LICITATÓRIO 035/2020 – PREGÃO PRESENCIAL 035/2020

Pelo presente termo de rescisão contratual, MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, Anitápolis, SC, CEP 88.475-000, inscrito no CNPJ 82.892.332/0001-92, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, o Sr. Marcelo Boeing, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 863.780.669-49, de agora em diante denominada DISTRATANTE, e a empresa AGROWERNER COMÉRCIO DE MÁQUINAS E IMPLANTOS AGRÍCOLAS LTDA, inscrita no CNPJ: 86.430.576/0001-04, com sede na Rodovia SC 438 – Km 186, na cidade de Braço do Norte - SC, doravante denominada DISTRATADO, têm justo e decidido o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - do objeto o presente termo tem por objeto a rescisão unilateral do contrato nº. 033/2020, aquisição de um Trator Agrícola, novo, zero hora, através do convênio da União por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- MAPA e o Município de Anitápolis.

CLÁUSULA SEGUNDA – esta rescisão se dá pelo fato do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, ter rejeitado o valor da proposta vencedora, que ficou acima da média prevista no edital. A administração municipal resolve dar por causa, unilateral, a presente rescisão, por razões de interesse público, de alta relevância, com base legal no artigo 79, inciso I, da lei federal 8.666/93, em comum acordo com o inciso XII, do art. 78 da mesma lei.

CLÁUSULA TERCEIRA – da quitação por força desta rescisão, fica autorizada a baixa do empenho, e, as partes se declaram reciprocamente quitadas.

CLÁUSULA QUARTA - do foro para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o foro da comarca de Santo Amaro da Imperatriz – SC.

Anitápolis, 09 de fevereiro 2021.  
Município de Anitápolis  
Distratante

Agrowerner Comércio de Máquinas e Implementos Agrícolas LTDA  
Distratado

**Antônio Carlos****PREFEITURA****1ª CONVOCAÇÃO – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2021**

Publicação Nº 2868269

**1ª CONVOCAÇÃO – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2021**

O PREFEITO MUNICIPAL, Geraldo Pauli, no uso de suas atribuições, nos termos do artigo 37 de Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, CONVOCA aprovados do Chamamento Público nº 03/2021, para comparecerem na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a partir do dia 18/02/2021, nos termos da Lei Municipal n. 1.544/2017, conforme ROL abaixo:

MONITOR ESCOLAR	
Class.	Candidato
01º	LUIS CLAUSE COELHO DIAS
02º	JEFERSON DA ROSA
03º	JEANE CORREA DE OLIVEIRA
04º	ANA PAULA FRAGA WILVERT
05º	ANA PAULA DA ROCHA
06º	ARLEIDE SCHMITT
07º	CLEONICE RICHARTZ
08º	EDUARDA VARELA CANTELI
09º	MARIA APARECIDA DE PAULA

Antônio Carlos, 17 de fevereiro de 2021.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

**ERRATA DE PORTARIA N 025/2021**

Publicação Nº 2867961

**ERRATA DE PORTARIA**

A Prefeitura Municipal de Antônio Carlos torna pública a ERRATA, comunicando que na Portaria nº. 025/2021, publicada no DOM no dia 22 de janeiro de 2021, Edição nº. 3388, pg. 27.

Onde se lê:

IVONETE TEREZINHA CONRADI HOFFMANN	AUXILIAR ADMINISTRATIVO I	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	01/04/2019 a 31/03/2020	17/02/2021 a 26/02/2021
------------------------------------	---------------------------	---	-------------------------	-------------------------

Leia-se:

IVONETE TEREZINHA CONRADI HOFFMANN	AUXILIAR ADMINISTRATIVO I	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	01/04/2019 a 31/03/2020	15/02/2021 a 24/02/2021
------------------------------------	---------------------------	---	-------------------------	-------------------------

Antônio Carlos, 17 de fevereiro de 2021.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N 125/2021**

Publicação Nº 2868115

PORTARIA Nº 125/2021  
Concede licença prêmio a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;



**RESOLVE:**

Artigo 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO por 20 dias ao servidor CEZAR NILO HOFFMANN, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR CONTÁBIL FINANCEIRO III, referente ao período aquisitivo de 16/05/2015 a 15/04/2020, a partir de 17 de fevereiro de 2021.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17/02/2021.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 17 de fevereiro de 2021.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 18 de fevereiro de 2021.

**PORTARIA N 126/2021**

Publicação N° 2868119

PORTARIA N° 126/2021

Exonera servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Exonerar a pedido, SABRINA SUELEN DE SOUZA ocupante do cargo de CONSELHEIRO TUTELAR, a partir de 17 de fevereiro de 2021.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17/02/2021.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 17 de fevereiro de 2021

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 18 de fevereiro de 2021.

**PORTARIA N 127/2021**

Publicação N° 2868121

PORTARIA N° 127/2021

Dispensa servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Dispensar a pedido, JULIA ANDRIANI SOARES do cargo temporário de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, a partir de 17 de fevereiro de 2021.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17/02/2021.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 17 de fevereiro de 2021.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 18 de fevereiro de 2021.

**PORTARIA N 128/2021**

Publicação N° 2868245

PORTARIA N° 128/2021  
Concede férias.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Conceder FÉRIAS por 30 dias ao servidor ILTON NICOLAU PAULI, ocupante do cargo efetivo de ZELADOR, referente ao período aquisitivo de 07/08/2019 a 06/08/2020, a partir de 01 de março de 2021.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 17 de fevereiro de 2021

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 18 de fevereiro de 2021.

**PORTARIA N 129/2021**

Publicação N° 2868370

PORTARIA N° 129/2021

Cessa portarias.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Cessar a partir de 18/02/2021, os efeitos das seguintes Portarias:

- Portaria 608/2020, publicada no DOM no dia 04/11/2020, que realocava temporariamente o servidor PAULO PEREIRA DE JESUS.
- Portaria 431/2020, publicada no DOM no dia 29/07/2020, que realocava temporariamente o servidor DARLAN JOSE DUTRA.
- Portaria 427/2020, publicada no DOM no dia 27/07/2020, que realocava temporariamente o servidor FÁBIO ALFREDO DA SILVA.

Artigo 2º - Os servidores acima mencionados, ocupantes do cargo efetivo de MOTORISTA, retornam para a Secretaria de Educação e Cultura.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 10 de fevereiro de 2021

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 11 de fevereiro de 2021.

**PORTARIA N 130/2021**

Publicação N° 2868539

PORTARIA N° 130/2021  
Admite servidores ACT.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com o Edital de Chamamento Público nº 004/2021;

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Admitir em caráter temporário, a relação abaixo, para o cargo de MONITOR ESCOLAR, a partir de 18 de fevereiro de 2021 a 17

de dezembro de 2021:

NOME
LUIS CLAUZE COELHO DIAS
JEANE CORREA DE OLIVEIRA
ARLEIDE SCHMITT
CLEONICE RICHARTZ
EDUARDA VARELA CANTELI

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 17 de fevereiro de 2021.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 18 de fevereiro de 2021.

### **PORTARIA N 131/2021**

Publicação N° 2868543

PORTARIA N° 131/2021  
Admite servidor ACT.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 001/2019;

RESOLVE:

Artigo 1º - Admitir em caráter temporário ANA CAROLINA KOERICH, para o cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO/LICENCIATURA PLENA 20H (NÃO HABILITADO), a partir de 18 de fevereiro de 2021 a 17 de dezembro de 2021.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 17 de fevereiro de 2021.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 18 de fevereiro de 2021.

# Apiuna

## PREFEITURA

### DECRETO N° 3735

Publicação N° 2868060

DECRETO N°3735/2021  
De 12/02/2021

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

#### DECRETA

MARCELO DOUTEL DA SILVA, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 945/2020 de 01/12/2020:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Apiúna, o valor de até 10.100,00 (Dez mil e cem Reais), da seguinte dotação orçamentária:

05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
300000000000	Despesas Correntes	
330000000000	Outras Despesas Correntes	
339000000000	Aplicações Diretas	
10.200	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	100,00
	Subtotal	100,00
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
300000000000	Despesas Correntes	
330000000000	Outras Despesas Correntes	
339000000000	Aplicações Diretas	
33.841	Repasse SUS Portaria 2358/2020-EA	10.000,00
	Subtotal	10.000,00
	TOTAL	10.100,00

Art. 2º - Por conta da anulação constante no Art. 1º, o Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado suplementar no orçamento vigente no Fundo Municipal de Saúde de Apiúna, até o valor de R\$ 10.100,00 (Dez mil e cem Reais), na seguinte dotação orçamentária:

05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
400000000000	Despesas de Capital	
440000000000	Investimentos	
449000000000	Aplicações Diretas	
10.200	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	100,00
	TOTAL	100,00
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
400000000000	Despesas de Capital	
440000000000	Investimentos	
449000000000	Aplicações Diretas	
33.841	Repasse SUS Portaria 2358/2020-EA	10.000,00
	Subtotal	10.000,00
	TOTAL	10.100,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Apiúna em, 12 de Fevereiro de 2021.

MARCELO DOUTEL DA SILVA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº0214/2021**

Publicação Nº 2868383

PORTARIA Nº 0214/2021  
De 15 de fevereiro de 2021  
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO  
ELIANE NASCIMENTO DELABENETA

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 169/2017 de 20/09/2017, considerando a Portaria nº 0064/2016 de 10 de fevereiro de 2016, considerando a Portaria nº 0151/2021 de 02 de fevereiro de 2021 e tendo em vista o Processo Seletivo nº 09/2020 de 05/11/2020 com homologação do resultado final em 30/12/2020,

**RESOLVE**

Art. 1º - Contratar temporariamente ELIANE NASCIMENTO DELABENETA para o cargo de PROFESSOR – 20h, inscrição nº 3546 do Processo Seletivo Simplificado nº 009/2020, com Contribuição Geral de Previdência Social (RGPS), a partir de 16/02/2021, em substituição ao servidor efetivo Adilson Fernando Delabeneta que está como responsável pela Escola Albertina Kreusch Caprale e conforme a licença maternidade da servidora temporária Ravena Lisboa de Moraes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 15 de fevereiro de 2021.

Marcelo Doutel da Silva  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº0215/2021**

Publicação Nº 2868384

PORTARIA Nº 0215/2021  
De 16 de fevereiro de 2021  
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO  
YASMIN SILVA ABILA

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 169/2017 de 20/09/2017, considerando a Portaria nº 0046/2021 de 11 de janeiro de 2021 e tendo em vista o Processo Seletivo nº 09/2020 de 05/11/2020 com homologação do resultado final em 30/12/2020,

**RESOLVE**

Art. 1º - Contratar temporariamente YASMIN SILVA ABILA para o cargo de PROFESSOR – 20h, inscrição nº 3248 do Processo Seletivo Simplificado nº 009/2020, com Contribuição Geral de Previdência Social (RGPS), a partir de 17/02/2021, em substituição a servidora efetiva Juliana Jaqueline Elias que realiza funções de confiança na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 16 de fevereiro de 2021.

Marcelo Doutel da Silva  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº0216/2021**

Publicação Nº 2868403

PORTARIA Nº 0216/2021  
De 16 de fevereiro de 2021  
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO  
ANNA PAULA BONA

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 169/2017 de 20/09/2017, considerando a Portaria nº 0047/2021 de 11 de janeiro de 2021, considerando a Portaria nº 0103/2019 de 01 de fevereiro de 2019, considerando a Portaria nº 0165/2021 de 03 de fevereiro de 2021 e tendo em vista o Processo Seletivo nº 09/2020 de 05/11/2020 com homologação do resultado final em 30/12/2020,

**RESOLVE**

Art. 1º - Contratar temporariamente ANNA PAULA BONA para o cargo de PROFESSOR – 40h, inscrição nº 3582 do Processo Seletivo Simplificado nº 009/2020, com Contribuição Geral de Previdência Social (RGPS), a partir de 16/02/2021, em substituição 10 horas da servidora efetiva Ana Paula Custódio que realiza funções de confiança na Secretaria Municipal de Educação e Cultura e 30 horas em substituição da servidora efetiva Cheila Ferrari que está como responsável pela Escola Básica Professor Wadislau Schmidt e conforme o afastamento da servidora temporária de Leiriane Sousa Leal Rodrigues.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 16 de fevereiro de 2021.

Marcelo Doutel da Silva  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N°0217/2021**

Publicação N° 2868405

PORTARIA N° 0217/2021  
De 16 de fevereiro de 2021  
CONCEDE INSALUBRIDADE PARA  
JOSE CARLOS GIRAO CAVALERI

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar n° 95/2008 de 01/09/2009, Art. 107,  
RESOLVE

Art. 1º - Conceder insalubridade de 40% para o servidor efetivo JOSE CARLOS GIRAO CAVALERI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, por realizar coletas de lixo e estar exposto a micro-organismos a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Prefeitura Municipal de Apiúna, em 16 de fevereiro de 2021.

Marcelo Doutel da Silva  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N°0218/2021**

Publicação N° 2868407

PORTARIA N° 0218/2021  
De 16 de fevereiro de 2021  
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE INSALUBRIDADE DOS SERVIDORES DA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar n° 95/2008 de 01/09/2009, Art. 107,  
RESOLVE

Art. 1º - Somente os servidores municipais expressamente autorizados pela autoridade competente poderão realizar serviços de roçadas e recolhimento de lixo das salas de aulas e sanitários das unidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Parágrafo único. Os servidores que realizarem serviços sem autorização estarão sujeitos ao recebimento de advertência por insubordinação.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Prefeitura Municipal de Apiúna, em 16 de fevereiro de 2021.

Marcelo Doutel da Silva  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N°0219/2021**

Publicação N° 2868408

PORTARIA N° 0219/2021  
De 16 de fevereiro de 2021

ESTABELECE CUMPRIMENTO DA JORNADA DE TRABALHO DIFERENCIADO  
PARA A SERVIDORA NAIARA VOLTOLINI

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Decreto n° 3483/2020 de 13 de abril de 2020 e Decreto n° 3697/2020 de 18 de dezembro de 2020,  
RESOLVE

Art. 1º - Conceder cumprimento de jornada de trabalho na forma de teletrabalho para a servidora Naiara Voltolini de acordo com o artigo 2º, inciso V do Decreto n° 3483/2020 de 13 de abril de 2020 enquanto durar a decretação de emergência devido a pandemia do Covid-19 no Município de Apiúna.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Prefeitura Municipal de Apiúna, em 16 de fevereiro de 2021.

Marcelo Doutel da Silva  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº0220/2021**

Publicação Nº 2868409

PORTARIA Nº 0220/2021  
De 16 de fevereiro de 2021  
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO  
MARCIEL FERRARI

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 169/2017 de 20/09/2017 e tendo em vista o Processo Seletivo nº 09/2020 de 05/11/2020 com homologação do resultado final em 30/12/2020,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar temporariamente MARCIEL FERRARI para o cargo de PROFESSOR – 40h, inscrição nº 3554 do Processo Seletivo Simplificado nº 009/2020, com Contribuição Geral de Previdência Social (RGPS), a partir de 16/02/2021, em substituição ao servidor efetivo Marcelo Doutel da Silva que está atuando como Prefeito Municipal.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Prefeitura Municipal de Apiúna, em 16 de fevereiro de 2021.

Marcelo Doutel da Silva  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº0221/2021**

Publicação Nº 2868413

PORTARIA Nº 0221/2021  
De 16 de fevereiro de 2021

DEMITE SERVIDORA CONTRATADA TEMPORARIAMENTE  
PAMELA SCHNEIDER

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 169/2017 de 20/09/2017,

RESOLVE

Art. 1º - Demitir em 16 de fevereiro de 2021, funcionária contratada em caráter temporário via Processo Seletivo nº 009/2020, PAMELA SCHNEIDER, contrato nº 84557-07, ocupante do cargo de PROFESSOR – 20H, por iniciativa do funcionário.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Prefeitura Municipal de Apiúna, em 16 de fevereiro de 2021.

Marcelo Doutel da Silva  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº0222/2021**

Publicação Nº 2868414

PORTARIA Nº 0222/2021  
De 16 de fevereiro de 2021

DEMITE SERVIDORA CONTRATADA TEMPORARIAMENTE  
PAMELA SCHNEIDER

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 169/2017 de 20/09/2017,

RESOLVE

Art. 1º - Demitir em 16 de fevereiro de 2021, funcionária contratada em caráter temporário via Processo Seletivo nº 009/2020, PAMELA SCHNEIDER, contrato nº 84557-08, ocupante do cargo de PROFESSOR – 20H, por iniciativa do funcionário.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Prefeitura Municipal de Apiúna, em 16 de fevereiro de 2021.

Marcelo Doutel da Silva  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº0223/2021**

Publicação Nº 2868415

PORTARIA Nº 0223/2021  
De 16 de fevereiro de 2021

DEMITE SERVIDORA CONTRATADA TEMPORARIAMENTE



SIMONI BARTH

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 169/2017 de 20/09/2017,

RESOLVE

Art. 1º - Demitir em 16 de fevereiro de 2021, funcionária contratada em caráter temporário via Processo Seletivo nº 009/2020, SIMONI BARTH, contrato nº 205931-01, ocupante do cargo de PROFESSOR – 40H, por iniciativa do funcionário.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 16 de fevereiro de 2021.

Marcelo Doutel da Silva

Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº0224/2021

Publicação Nº 2868417

PORTARIA Nº 0224/2021

De 17 de fevereiro de 2021

NOMEIA EM CARÁTER EFETIVO

DENISE JOSEANE BOEIRA

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008 Art. 14, I e, tendo em vista o resultado do Concurso Público nº. 02/2017, com homologação do resultado final em 17/07/2017, e considerando a Portaria nº 0080/2021 de 18/01/2021,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear em 17 de fevereiro de 2021, DENISE JOSEANE BOEIRA, em caráter Efetivo sob regime de trabalho Estatutário e Contribuição Previdenciária para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - 40 horas semanais, inscrição nº 408 do Concurso Público nº. 02/2017.

Art. 2º - A partir da publicação desta, abre-se o prazo de 15 dias para que o candidato, acima mencionado, apresente o rol de documentos necessários para tomar posse conforme estabelece Arts. 17 e 18 da Lei Complementar n. 95/2008 de 01/09/2008.

Art. 3º - Será tornada sem efeito a nomeação e declarado extinto o direito do nomeado quando, por ato ou omissão de que for responsável, a posse não se verificar no prazo estabelecido.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 17 de fevereiro de 2021.

Marcelo Doutel da Silva

Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº0225/2021

Publicação Nº 2868418

PORTARIA Nº 0225/2021

De 17 de fevereiro de 2021

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR COMISSÃO COORDENADORA DO

CADASTRO SIMPLIFICADO Nº 02/2021

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Fica instituída a Comissão Municipal Coordenadora do Cadastro Simplificado n.º 02/2021 do Município de Apiúna.

Art. 2º - A Comissão de que trata o artigo primeiro desta Portaria, fica assim composta:

I. Presidente: Luzia Martins Roedel

II. Secretário: Marlene Krucynski da Silva

III. Membro: Ana Paula Nahring

IV. Membro: Thean Carlos Moser

V. Membro: Vanessa Fuluvarni Rozza

Parágrafo Único - A Comissão poderá funcionar somente com a maioria absoluta de seus membros.

Art. 3º - À Comissão Municipal Coordenadora do Cadastro Simplificado nº 02/2021, compete avaliar, acompanhar e fiscalizar a realização do Cadastro, emitir julgamentos acerca de impugnações e recursos impetrados e deliberar sobre os casos omissos.

Art. 4º - As decisões da Comissão Municipal Coordenadora do Cadastro Simplificado nº 02/2021 serão tomadas por maioria simples de votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate, quando for necessário.

Art. 5º - Compete ao Presidente da Comissão Municipal Coordenadora do Cadastro Simplificado nº 02/2021 acima mencionado presidir as reuniões.

Art. 6º - Compete ao Secretário da Comissão Municipal Coordenadora do Cadastro Simplificado nº 02/2021:

I. Lavrar as atas dos trabalhos da Comissão, assinando-as em conjunto com os demais membros;

II. Propor ao Presidente as medidas adequadas ao bom andamento dos trabalhos da Comissão;

III. Elaborar os relatórios, assinando-os em conjunto com os demais membros;

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Prefeitura Municipal de Apiúna, em 17 de fevereiro de 2021.

Marcelo Doutel da Silva  
Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº0226/2021

Publicação Nº 2868419

PORTARIA Nº 0226/2021  
De 17 de fevereiro de 2021

DESIGNA JEFERSON GADIEL DUBIELLA PEREIRA COMO  
FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 05/2021

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Designar o servidor comissionado JEFERSON GADIEL DUBIELLA PEREIRA, matrícula n. 113620, ocupante do cargo de Diretor de Departamento, para desempenhar a função de fiscal da ata abaixo relacionada, além de contribuir no que for necessário para o desempenho das funções de seus auxiliares:

ATA	OBJETO	EMPRESAS CONTRATADAS
05/2021	AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	COMERCIAL AMARILDO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI - EPP FISTAROL PRESTADORA DE SERVICOS EIRELI-ME AGROPECUARIA D Z LTDA EPP

Art. 2º - Ficam também designados com a função de assessorar o fiscal titular na fiscalização do contrato acima mencionado os servidores a seguir:

SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

Servidor: Ademir Schulz

Cargo: Pedreiro

Matricula: 119822

SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

Servidor: Amarildo Augustinho dos Santos

Cargo: Pedreiro

Matricula: 91766

Art. 3º - O auxiliar designado com a atribuição de assessorar o fiscal titular, deve desempenhar as seguintes funções:

I. Ter conhecimento dos termos contratuais;

II. Acompanhar a execução contratual;

III. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;

IV. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;

V. Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminhá-las ao fiscal do contrato;

VI. Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficarão automaticamente designados os servidores Ademir Schulz, matrícula nº 119822 e Amarildo Augustinho dos Santos, matrícula nº 91766, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 17 de fevereiro de 2021.

Marcelo Doutel da Silva  
Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº0227/2021

Publicação Nº 2868421

PORTARIA Nº 0227/2021  
De 17 de fevereiro de 2021

DESIGNA CARLOS ALBERTO DA SILVA COMO  
FISCAL DOS CONTRATOS 17/2021 E 18/2021

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as

funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,  
**RESOLVE**

Art. 1º - Designar o servidor efetivo CARLOS ALBERTO DA SILVA, matrícula n. 17426, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO NIVEL MEDIO, para desempenhar a função de fiscal do contrato abaixo relacionado, além de contribuir no que for necessário para o desempenho das funções de seus auxiliares:

CONTRATO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
17/2021	Contratação de serviços para manutenção elétrica para veículos de passeio, utilitários de pequeno porte e mão de obra mecânica para veículos de passeio e utilitários de pequeno porte para consertos em	CARLOS CAPRARI
18/2021	geral das secretarias municipais.	SANDRO MURILO MACHADO

Art. 2º - Ficam também designados com a função de assessorar o fiscal titular na fiscalização do contrato acima mencionado os servidores a seguir:

SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

Servidor: Jeferson Gadiel Dubiella Pereira

Cargo: Diretor de Departamento

Matricula: 113620

Art. 3º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

I. Ter conhecimento dos termos contratuais;

II. Acompanhar a execução contratual;

III. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;

IV. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;

V. Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminha-las ao fiscal do contrato;

VI. Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado o servidor Jeferson Gadiel Dubiella Pereira, matrícula 113620, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 17 de fevereiro de 2021.

Marcelo Doutel da Silva

Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº0228/2021

Publicação Nº 2868422

PORTARIA Nº 0228/2021

De 17 de fevereiro de 2021

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

MICHELE PEREIRA

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 169/2017 de 20/09/2017 e tendo em vista o Processo Seletivo nº 09/2020 de 05/11/2020 com homologação do resultado final em 30/12/2020,

**RESOLVE**

Art. 1º - Contratar temporariamente MICHELE PEREIRA para o cargo de AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO EM EDUCAÇÃO INFANTIL – 44h, inscrição nº 3498 do Processo Seletivo Simplificado nº 009/2020, com Contribuição Geral de Previdência Social (RGPS), a partir de 18/02/2021, em substituição a servidora efetiva Regiani Kouda que está afastada para tratamento de doença.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 17 de fevereiro de 2021.

Marcelo Doutel da Silva

Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº0229/2021

Publicação Nº 2868424

PORTARIA Nº 0229/2021

De 17 de fevereiro de 2021

DESIGNA ANA PAULA NAHRING COMO

FISCAL DE CONTRATO Nº 05/2021FMS

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,

**RESOLVE**

Art. 1º - Designar a servidora efetiva ANA PAULA NAHRING, matrícula n. 104671, ocupante do cargo de Auxiliar de Escritório, para desempenhar a função de fiscal do contrato abaixo relacionado, além de contribuir no que for necessário para o desempenho das funções de seus auxiliares:

CONTRATO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
5/2021	Locação de imóvel para instalação da unidade básica de saúde na localidade São Pedro. Dispensa – 5/2021	Everalba Schmidt Bloemer

Art. 2º - Ficam também designados com a função de assessorar o fiscal titular na fiscalização do contrato acima mencionado os servidores a seguir:

**SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL**

Servidor: Vanessa Fuluvani Roza

Cargo: Técnico de Enfermagem

Matrícula: 103780

Art. 3º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

I. Ter conhecimento dos termos contratuais;

II. Acompanhar a execução contratual;

III. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;

IV. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;

V. Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminhá-las ao fiscal do contrato;

VI. Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designada a servidora Vanessa Fuluvani Roza, matrícula 103780, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 17 de fevereiro de 2021.

Marcelo Doutel da Silva

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº0230/2021**

Publicação Nº 2868426

PORTARIA Nº 0230/2021

De 17 de fevereiro de 2021

DESIGNA JULIANA VANELLI COMO FISCAL DOS CONTRATOS Nº 19/2021, 20/2021, 21/2021, 22/2021, 23/2021, 24/2021, 25/2021, 26/2021 E 27/2021

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,

**RESOLVE**

Art. 1º - Designar a servidora efetiva JULIANA VANELLI, matrícula n. 32387, ocupante do cargo de Professor, para desempenhar a função de fiscal dos contratos abaixo relacionados, além de contribuir no que for necessário para o desempenho das funções de seus auxiliares:

CONTRATOS	OBJETO	EMPRESAS CONTRATADAS
19/2021 20/2021 21/2021 22/2021 23/2021 24/2021 25/2021 26/2021 27/2021	Contratação de serviços de transporte escolar para Secretaria de Educação e Cultura. Pregão 03/2021	MJD TRANSPORTES LTDA TRANSPORTES ODELI LTDA JOSE ANTUNES VALDIR TAMBANI TRANSPORTES TRANSMAC LTDA AGIO TUR LTDA ARF NICOLLETTI TRANSPORTES LTDA LDL TURISMO LTDA ALVOSTUR AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA ME

Art. 2º - Ficam também designados com a função de assessorar o fiscal titular na fiscalização do contrato acima mencionado os servidores a seguir:

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

Servidor: Marileia Rezini Merini

Cargo: Professora

Matrícula: 14770-4

Art. 3º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

I. Ter conhecimento dos termos contratuais;

II. Acompanhar a execução contratual;

III. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;  
 IV. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;  
 V. Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminha-las ao fiscal do contrato;  
 VI. Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.  
 Art. 4º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designada a servidora Marileia Rezini Merini, matrícula 14770-4, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.  
 Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.  
 Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
 Prefeitura Municipal de Apiúna, em 17 de fevereiro de 2021.

Marcelo Doutel da Silva  
 Prefeito Municipal

## PORTARIA N°0231/2021

Publicação N° 2868427

PORTARIA N° 0231/2021  
 De 17 de fevereiro de 2021

DESIGNA ROSANA DE FATIMA ANTUNES VOLTOLINI COMO  
 FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 36/2020

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,  
**RESOLVE**

Art. 1º - Designar a servidora comissionada ROSANA DE FATIMA ANTUNES VOLTOLINI, matrícula n. 125148, ocupante do cargo de Assistente de Gabinete, para desempenhar a função de fiscal do contrato abaixo relacionado, além de contribuir no que for necessário para o desempenho das funções de seus auxiliares:

ATA	OBJETO	EMPRESAS CONTRATADAS
36/2020	Aquisição parcelada de produtos de higiene e limpeza, material de copa, cozinha, café, água e diversos destinados para manutenção das diversas secretarias desta municipalidade, contrato 82/2020.	AP OESTE SUPERMERCADO PETERS LTDA FILIAL SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS FISTAROL PRESTADORA DE SERVIÇOS CLEITON DE SOUZA BILLIG COMERCIO BMI PROSPER EIRELI HILEON CESAR SUCATELLI ME KLEIN E FILHOS PRODUTOS SANTA RITA COMERCIO DE EMBALAGENS PAULO ROBERTO DOS SANTOS SNOB IND E COM DE PAPEIS LTDA

Art. 2º - Ficam também designados com a função de assessorar o fiscal titular na fiscalização do contrato acima mencionado os servidores a seguir:

### SETOR JURÍDICO

Servidor: Rodrigo Silveira dos Santos

Cargo: Aux. Adm. Nível Médio

Matricula: 116726

### CONSELHO TUTELAR

Servidor: Claudia Oriques Bento

Cargo: Conselheiro Tutelar

Matricula: 187690

### SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

Servidor Ana Paula Nahring

Cargo: Aux. de Escritorio

Matricula: 104671

### SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Servidor: Jeniffer Bueno de Oliveira

Cargo: Aux. de Escritorio

Matricula: 119415

### SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

Servidor: Rodrigo Bussi

Cargo: Professor

Matricula: 42463

**SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS**

Servidor: Jeferson Gadiel Dubiella Pereira

Cargo: Diretor de Departamento

Matricula: 113620

**SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO**

Servidor: Valdir Amarante

Cargo: Chefe de Gabinete

Matricula: 125946

**ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Servidor: Andrea Martendal

Cargo: Assistente Social

Matricula: 102652

**DELEGACIA DE POLICIA**

Servidor: George Eduardo Samagaia

Cargo: Delegado de Polícia

**CORPO DE BOMBEIROS MILITARES**

Servidor: Ivan Rupp Bittencourt

Cargo: Soldado

**GUARNIÇÃO POLÍCIA MILITAR**

Servidor: Lúcio Goles

Cargo: Sargento

Matricula: 915.019

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

Servidor: Juliana Vanelli

Cargo: Professor

Matricula: 32387

Art. 3º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

I - Ter conhecimento dos termos contratuais;

II - Acompanhar a execução contratual;

III - Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;

IV - Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;

V - Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminha-las ao fiscal do contrato;

VI - Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado o servidor Valdir Amarante, matrícula 125946, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 204/2021 de 11 de fevereiro de 2021.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 17 de fevereiro de 2021.

Marcelo Doutel da Silva

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº0232/2021**

Publicação Nº 2868429

PORTARIA Nº 0232/2021

De 17 de fevereiro de 2021

DESIGNA ROSANA DE FATIMA ANTUNES VOLTOLINI COMO

DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2020

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,

**RESOLVE**

Art. 1º - Designar a servidora comissionada ROSANA DE FATIMA ANTUNES VOLTOLINI, matrícula n. 125148, ocupante do cargo de Assistente de Gabinete, para desempenhar a função de fiscal do contrato abaixo relacionado, além de contribuir no que for necessário para o desempenho das funções de seus auxiliares:



ATA	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
23/2020	Fornecimento de papel A4 para todas as secretarias e fundos municipais de Apiúna - Pregão Eletrônico – no 56/2020	GF Comercial Eireli

Art. 2º - Ficam também designados com a função de assessorar o fiscal titular na fiscalização da ata acima mencionada os servidores a seguir:

**I - SETOR JURÍDICO**

Servidor: Rodrigo Silveira dos Santos

Cargo: Aux. Adm. Nível Medio

Matricula: 116726

**II - CONSELHO TUTELAR**

Servidor: Claudia Oriques Bento

Cargo: Conselheiro Tutelar

Matricula: 187690

**III - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL**

Servidor Ana Paula Nahring

Cargo: Aux. de Escritorio

Matricula: 104671

**IV - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

Servidor: Jeniffer Bueno de Oliveira

Cargo: Aux. de Escritorio

Matricula: 119415

**SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER**

Servidor: Rodrigo Bussi

Cargo: Professor

Matricula: 42463

**SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS**

Servidor: Jeferson Gadiel Dubiella Pereira

Cargo: Diretor de Departamento

Matricula: 113620

**SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO**

Servidor: Valdir Amarante

Cargo: Chefe de Gabinete

Matricula: 125946

**VIII - ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Servidor: Andrea Martendal

Cargo: Assistente Social

Matricula: 102652

**IX - DELEGACIA DE POLICIA**

Servidor: George Eduardo Samagaia

Cargo: Delegado de Polícia

**X - CORPO DE BOMBEIROS MILITARES**

Servidor: Ivan Rupp Bittencourt

Cargo: Soldado

**XI - GUARNIÇÃO POLÍCIA MILITAR**

Servidor: Lúcio Goles

Cargo: Sargento

Matricula: 915019

**XII - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

Servidor: Juliana Vanelli

Cargo: Professor

Matricula: 32387

**XIII - ESCOLA BÁSICA PROFESSORA ALBERTINA KREUSCH CAPRALE**

Servidor: Adilson Fernando Dalabeneta

Cargo: Professor

Matricula: 56251

**XIV - ESCOLA BÁSICA SUBIDA**

Servidor: Luana Caroline Pinto

Cargo: Professor

Matricula: 96539

**XV - ESCOLA BÁSICA PROFESSOR WADISLAU SCHMIDT**

Servidor: Cheila Ferrari

Cargo: Professor

Matricula: 112097

**XVI - ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VICTÓRIA CERUTTI PETTERS**

Servidor: Marcela Cristina Voigt

Cargo: Secretario De Escola



Matricula: 51675

XVII - ESCOLA ISOLADA CAPELA SÃO PEDRO

Servidor: Darlene Maria Raimundo Torres

Cargo: Assistente Tecnico Pedagogico

Matricula: 17485

XVIII - ESCOLA ISOLADA EDEGAR BRANDES

Servidor: Aline Berkembrock

Cargo: Secretario De Escola

Matricula: 50946

XIX - ESCOLA ISOLADA PADRE AGUSTINHO VORGERD

Servidor: Ana Paula Da Luz Cani

Cargo: Diretor De Escola

Matricula: 79618

XX - CEI CAROLINE DO NASCIMENTO

Servidor: Jucelia Bertoli

Cargo: Diretor de Escola

Matricula: 13145

XXI - CEI DOCE INFÂNCIA - RIBEIRÃO VINTE

Servidor: Eni Herbst

Cargo: Professor

Matricula: 48585

XXII - CEI SONHO ENCANTADO - SUBIDA

Servidor: Andreia Bloemer Elias

Cargo: Diretor De Escola

Matricula: 3727

Art. 3º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

I - Ter conhecimento dos termos contratuais;

II - Acompanhar a execução contratual;

III - Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;

IV - Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;

V - Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminha-las ao fiscal do contrato;

VI - Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado a servidora Carolaine de Lima Bohmann, matrícula 141119, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 202/2021 de 11 de fevereiro de 2021.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 17 de fevereiro de 2021.

Marcelo Doutel da Silva

Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº0233/2021

Publicação Nº 2868431

PORTARIA Nº 0233/2021

De 17 de fevereiro de 2021

DESIGNA ROSANA DE FATIMA ANTUNES VOLTOLINI COMO

FISCAL DE CONTRATO Nº 44/2020

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora comissionada ROSANA DE FATIMA ANTUNES VOLTOLINI, matrícula n. 125148, ocupante do cargo de Assistente de Gabinete, para desempenhar a função de fiscal do contrato abaixo relacionado, além de contribuir no que for necessário para o desempenho das funções de seus auxiliares:

CONTRATO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
44/2020	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS E MULTIFUNCO-NAIS – Licitação 10/2020.	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME

Art. 2º - Ficam também designados com a função de assessorar o fiscal titular na fiscalização do contrato acima mencionado os servidores a seguir:

I - SETOR JURÍDICO

Servidor: Rodrigo Silveira dos Santos

Cargo: Aux. Adm. Nivel Medio

Matricula: 116726

II - CONSELHO TUTELAR

Servidor: Claudia Oriques Bento

Cargo: Conselheiro Tutelar

Matricula: 187690

III - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

Servidor Ana Paula Nahring

Cargo: Aux. de Escritorio

Matricula: 104671

IV - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Servidor: Jeniffer Bueno de Oliveira

Cargo: Aux. de Escritorio

Matricula: 119415

V - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

Servidor: Ernani Moser Filho

Cargo: Professor

Matricula: 74381

VI - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

Servidor: Jeferson Gadiel Dubiella Pereira

Cargo: Diretor de Departamento

Matricula: 113620

VII - SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

Servidor: Celia Terezinha Schulz

Cargo: Diretor de Departamento

Matricula: 17469

VIII - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Servidor: Andrea Martendal

Cargo: Assistente Social

Matricula: 102652

IX - DELEGACIA DE POLICIA

Servidor: George Eduardo Samagaia

Cargo: Delegado de Polícia

X - CORPO DE BOMBEIROS MILITARES

Servidor: Ivan Rupp Bittencourt

Cargo: Soldado

XI - GUARNIÇÃO POLÍCIA MILITAR

Servidor: Lúcio Goles

Cargo: Sargento

Matricula: 915019

XII - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Servidor: Juliana Vanelli

Cargo: Professor

Matricula: 32387

XIII - ESCOLA BÁSICA PROFESSORA ALBERTINA KREUSCH CAPRALE

Servidor: Adilson Fernando Dalabeneta

Cargo: Professor

Matricula: 56251

XIV - ESCOLA BÁSICA SUBIDA

Servidor: Luana Caroline Pinto

Cargo: Professor

Matricula: 96539

XV - ESCOLA BÁSICA PROFESSOR WADISLAU SCHMIDT

Servidor: Cheila Ferrari

Cargo: Professor

Matricula: 112097

XVI - ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VICTÓRIA CERUTTI PETTERS

Servidor: Marcela Cristina Voigt

Cargo: Secretario De Escola

Matricula: 51675

XVII - ESCOLA ISOLADA CAPELA SÃO PEDRO

Servidor: Darlene Maria Raimundo Torres

Cargo: Assistente Tec Pedagogico

Matricula: 17485

XVIII - ESCOLA ISOLADA EDEGAR BRANDES

Servidor: Aline Berkembrock

Cargo: Secretario De Escola

Matricula: 50946

XIX - ESCOLA ISOLADA PADRE AGUSTINHO VORGERD

Servidor: Ana Paula Da Luz Cani

Cargo: Diretor De Escola

Matricula: 79618

XX - CEI CAROLINE DO NASCIMENTO

Servidor: Jucelia Bertoli

Cargo: Professor

Matricula: 13145

XXI - CEI DOCE INFÂNCIA - RIBEIRÃO VINTE

Servidor: Eni Herbst

Cargo: Professor

Matricula: 48585

XXII - CEI SONHO ENCANTADO - SUBIDA

Servidor: Andreia Bloemer Elias

Cargo: Diretor De Escola

Matricula: 3727

Art. 3º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

I - Ter conhecimento dos termos contratuais;

II - Acompanhar a execução contratual;

III - Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;

IV - Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;

V - Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminha-las ao fiscal do contrato;

VI - Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado a servidora Carolaine de Lima Bohmann, matrícula 141119, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 200/2020 de 11 de fevereiro de 2021.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 17 de fevereiro de 2021.

Marcelo Doutel da Silva

Prefeito Municipal

**DECRETO 3737/2021**

Publicação Nº 2867994

**MUNICÍPIO DE APIÚNA**

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

**DECRETO Nº 3737/2021**

De 17 de fevereiro de 2021.

**“DISPÕE SOBRE A APLICABILIDADE AUTOMÁTICA DOS DECRETOS E REGULAMENTOS EDITADOS PELO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, COM VISTAS A ESTABELECER MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO E CONTENÇÃO DO CONTÁGIO DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) ”.**

**MARCELO DOUTEL DA SILVA**, Prefeito Municipal de Apiúna/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, promulgada em 03 de Abril de 1990, assim como em observância às disposições constantes da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e,

**CONSIDERANDO** o Decreto nº 562 de 17 de Abril de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina, que, em seu artigo 36, autoriza os municípios catarinenses estabelecerem medidas específicas de enfrentamento mais restritivas do que as nele previstas, a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus em seus territórios, e estabelece outras providências,

**CONSIDERANDO** que o § 1º do artigo 3º da Lei n. 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que *“dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019”*, estabelece que as medidas nela previstas *“somente poderão ser determinadas com base em evidências científicas e em análises sobre as informações estratégicas em saúde e deverão ser limitadas no tempo e no espaço ao mínimo indispensável à promoção e à preservação da saúde pública”*,

**CONSIDERANDO** a avaliação do Risco Potencial Regional, instituída pela Secretaria de Estado da Saúde no âmbito do Programa de Descentralização e Regionalização das Ações de Combate à COVID-19, do Governo do Estado de Santa Catarina,

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

**CONSIDERANDO** a necessidade de se adotar com brevidade medidas “*promotoras de isolamento social*”, a fim de evitar o colapso do sistema de saúde pública do Município de Apiúna/SC e região, conforme o Alerta 015 – 14/07/2020, Região Médio Vale do Itajaí, do Centro de Operações e Emergências em Saúde – COES, da Secretaria de Estado da Saúde do Governo do Estado de Santa Catarina,

**CONSIDERANDO** o posicionamento exposto pelos representantes técnicos da Universidade Regional de Blumenau – FURB, que assessoram a AMMVI para a análise científica das medidas necessárias para o enfrentamento do COVID-19 na área da saúde,

**CONSIDERANDO** o dever e responsabilidade do Poder Público dado o atual quadro de expansão do contágio, estabelecer medidas voltadas a evitar o colapso do sistema de saúde do Município,

**CONSIDERANDO** que o descumprimento das medidas aqui tomadas poderá importar em medidas ainda mais restritivas,

## DECRETA:

**Art. 1º** Terão vigência automática, no âmbito do Município de Apiúna, os Decretos emitidos pelo Governo do Estado de Santa Catarina, bem como as regulamentações da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, contendo medidas para o enfrentamento da infecção humana pelo novo Corona vírus (COVID-19), independentemente de ato administrativo municipal.

**Parágrafo Único.** A cláusula de vigência automática não se aplica nas hipóteses em que a autoridade municipal, por ato normativo próprio, entender que devam ser adotadas medidas mais restritivas de contenção e de enfrentamento à pandemia em âmbito local.

**Art. 2.** As medidas estabelecidas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

**Art. 3.** Ficam revogadas as disposições em contrário.

**Art 4.** Deverão ser observadas as regras mais restritivas impostas por normas e atos expedidos pelo Governo do Estado e Federal.

**Art. 5.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º. e no art. 8º da Lei federal nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020.

Município de Apiúna/SC, em 17 de fevereiro de 2021.

**MARCELO DOUTEL DA SILVA**

Prefeito Municipal

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001

# Arabutã

## PREFEITURA

**2780**

Publicação Nº 2868757

Decreto nº 2780, 17 de fevereiro de 2021.

SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO/CMT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeito em Exercício de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado os incisos "I" do Art. 1º, do Decreto nº 2.299, de 04 de outubro de 2018, que passa a ter a seguinte redação:

(...)

I-Autoridade Municipal de Trânsito, que será o Presidente;

RAÍ ALAN LAMB

(...)

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arabutã SC, 17 de fevereiro de 2021.

Leani Kapp Schmitt

Prefeita

Registrado e publicado em data supra.

Glaucia Pottratz

Responsável Pelas Publicações

**2781**

Publicação Nº 2868762

DECRETO Nº 2781, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEANI KAPP SCHMITT, PREFEITA DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 51, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; c/c Lei 10.520;

DECRETA

Art. 1º- Fica designado Pregoeiro, para a aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do Município de Arabutã, conforme abaixo:

I – EMANUELE AREND

Art. 2º- Fica designada Equipe de Apoio, para a aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do Município de Arabutã, conforme abaixo:

I. CARLA SANDRA COZER MORCHE, membro;

II. CLEITON JAIR LERMEN, membro;

III. DULCI DRIEMEIER, membro;

IV. DEISE KARIN MORCHE, membro;

V. JONAS TIAGO WEBER, membro;

VI. FELIPE PATZLAFF, membro;

VII. MARCELO MORCHE, membro;

VIII. RAÍ ALAN LAMB, membro;

IX. JORDANA ELISA TIBOLLA, membro;

X. MARCOS MARINHO WEIMER, membro.

Art. 3º- Os Pregoeiros, que não estiverem exercendo a função designada poderão integrar a Equipe de Apoio.

Art. 4º -A Atuação dos Pregoeiros e Equipe de Apoio, suas atribuições e impedimentos são os definidos em Lei Federal que, além de atuarem



nas licitações da Administração Municipal (direta e indireta), atuarão em licitações dos consórcios públicos em que o município de Arabutã for integrante, quando necessário.

Art. 5º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arabutã - SC, 17 de Fevereiro de 2021.

Leani Kapp Schmitt  
Prefeita

Registra-se e Publica-se em data supra  
Glaucia Pottratz  
Responsável pelas Publicações

## DL 04/2021

Publicação Nº 2868772

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2021

A Prefeita de Arabutã SC, torna público que ratificou o ato Senhor Douglas Braun, Secretário de Agricultura, que declarou dispensável a licitação, em conformidade com o Inciso XXX do artigo 24 da Lei nº 8.666/93, Processo nº 015/2021, que tem por objeto a contratação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho (PAT), junto a Empresa de Pesquisa Agropecuária E Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, visando promover o desenvolvimento de todo o setor de agricultura familiar no Município, em favor da Empresa de Pesquisa Agropecuária E Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI, no valor total de R\$ 45.000,00(quarenta e cinco mil reais), com vigência até 31/12/2021. Arabutã SC, 17 de fevereiro de 2021.

Leani Kapp Schmitt  
Prefeita

## LC 240

Publicação Nº 2869486

LEI COMPLEMENTAR 240 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

Fixa índice de revisão geral da remuneração e subsídios dos agentes públicos do município de Arabutã dá outras providências

LEANI KAPP SCHMITT, PREFEITA DO MUNICIPIO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso X, art. 37 da Constituição Federal, inciso X do artigo 76 da Lei Orgânica Municipal e § 4º do art. 64 da dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Município de Arabutã, das Fundações Municipais e dá outras providências, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Poder Legislativo Municipal aprova e ELA sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido revisão anual da remuneração dos servidores públicos do Poder Executivo do Município de Arabutã.

§ 1º O percentual de revisão anual previsto no presente artigo é de 4,52 % (quatro vírgula cinquenta e dois cento), referente a 100 % (cem por cento) da variação acumulada mês a mês do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo– IPCA - IBGE, ocorrido á partir de 1º janeiro a 31 de dezembro de 2020.

§ 2ºO índice que dispõe o artigo primeiro se estende a todos os grupos funcionais do Município e aos servidores inativos e pensionistas pagos pelo Município e será aplicado sobre os anexo/tabelas e leis:

I – anexos III, IV e V, em vigor, da Lei Complementar nº 155, de 29 de dezembro de 2014, que dispõe o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos Profissionais do Magistério Público do Município de Arabutã, e dá outras providências, faz compilação de Leis, revoga Leis e dá outras providências.

II – anexo II em vigor, da Lei Complementar 156, de 219 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Agentes Comunitários de Saúde - ACS e dá outras providências;

III – anexo III, IV e V em vigor, da Lei Complementar 158, de 29 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para os Servidores Públicos do Município de Arabutã revoga Leis e dá outras providências.

VI – anexo III em vigor, da Lei Complementar nº 123 de 1 de março de 2013 que dispõe sobre a Organização, Modernização e Atualização da Estrutura Administrativa do Governo Municipal, e dá outras providências;

VII – às contratações vinculadas à Lei Completar nº 210, de 28 de junho de 2018, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37, da Constituição Federal, e dá outras providências.

§ 3º Ficam garantido a revisão anual e reajuste estabelecido neste artigo aos inativos e pensionistas que integram o quadro de pessoal civil do Município de Arabutã/SC, do Poder Executivo.

Art. 2º Fica concedido revisão anual dos servidores públicos do Poder Legislativo Municipal do Município de Arabutã.

§ 1º O percentual de revisão anual previsto no presente artigo é de 4,52 % (quatro vírgula cinq-enta e dois cento), referente a 100 % (cem por cento) da variação acumulada mês a mês do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo– IPCA - IBGE, ocorrido á partir de 1º janeiro a 31 de dezembro de 2020.

§ 2º O percentual previsto no § 1º do art. 2º da presente Lei será aplicado sobre as seguintes anexos/tabelas e leis:

I – anexos III, IV e V em vigor da Lei Complementar nº 153, de 29 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para os Servidores Públicos do Poder Legislativo do Município de Arabutã revoga Leis e dá outras providências;

II – Anexo Único em vigor, da Lei Complementar nº 62, de 05 de abril de 2006, que dispõe sobre a Organização da Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Arabutã, e da outras providências.

Art. 3º Não será concedido revisão dos subsídios dos membros do Poder, detentores de mandato eletivo e secretários municipais, nos termos da Lei Municipal Nº 964/2020, art. 1º, 2º e 3º e Lei Municipal Nº 965/2020.

Art. 4º Em caráter excepcional não será aplicado como índice de revisão salarial o INPC - IBGE

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2021.

Centro Administrativo Municipal de Arabutã, SC.

LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Glaucia Pottratz  
Responsável pelas Publicações

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2088

Publicação Nº 2868064

DECRETO Nº 2088, de 17 de fevereiro de 2021.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item I da Lei nº 1957 de 16/12/2020,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

#### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.3000.3001.10.301.10.2.19.1 MANUTENÇÃO DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL.

33900000-0338 Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 300.000,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

Parágrafo Único R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), por conta do superávit do exercício anterior na fonte de recursos 0338 – Superávit – Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 17 de fevereiro de 2021.

Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 17 de fevereiro de 2021.

Valcir Afonso Serighelli  
Supervisor de Finanças

### DECRETO Nº 2089

Publicação Nº 2868061

DECRETO Nº 2089, de 17 de fevereiro de 2021.

Nomeia Membros que irão Compôr Comissão Eleitoral para Eleição dos Suplentes do Conselho Tutelar do Município de Arroio Trinta – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Membros que irão compor a Comissão Eleitoral para Eleição dos Suplentes do Conselho Tutelar que será realizado no dia 30/05/2021, conforme abaixo:

- MANOEL WANDERLEI DE MORAIS – Presidente
- LIDIA MARIA LOCATELLI
- SIBELE MUNARO
- FABIANA HOELTGBAUM
- VANIA CARLA KOSLOWSKI
- CHEILA APARECIDA BONASSA
- FRANCIANE APARECIDA MORATELLI
- SANTO POSSATO

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arroio Trinta – SC, 17 de fevereiro de 2021.

Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 2090

Publicação Nº 2868734

DECRETO Nº 2090, de 17 de fevereiro de 2021.

Dispõe sobre Uso Emergencial de Veículo da Saúde para Transporte de Alunos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é Outorgada por Lei e tendo em vista a obrigação imediata e urgente que tem a Administração pública de evitar situações que possam causar a interrupção da prestação dos serviços públicos,

CONSIDERANDO que o Município de Arroio Trinta, realizou Processo Licitatório para transporte de alunos, Processo Administrativo nº 0011/2021 - PR, Pregão Presencial nº 0004/2021 – PR, cujo objeto é CONTRATAÇÃO de empresa especializada no ramo de transporte de passageiros por fretamento, para realizar o transporte escolar dos alunos da zona rural (Linha Gramado) que frequentam as escolas na zona urbana do Município de Arroio Trinta E OUTROS.

CONSIDERANDO que a empresa Vencedora do item 01 - SUA ROTA TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS LTDA CNPJ sob nº 05.270.486/0001-00 - Trajeto: No período diurno inicia na Linha Aparecida, segue na Linha Gramado, na Linha Val Verde, Linha Santo Antônio, seguindo até na EBBGB, PROJAF e PROFABI, não apresentou a documentação exigida no edital em tempo hábil;

CONSIDERANDO que as aulas iniciam no dia 18 de fevereiro de 2021, quinta-feira próxima, e naquele itinerário deverão ser transportados 11(once) alunos;

CONSIDERANDO que a Secretaria de Educação, não possui na sua frota, veículos em condições de transporte de estudantes;

CONSIDERANDO que a Secretaria de Saúde, possui veículo ocioso, ou que pode ser substituído por outro, com capacidade para 16(dezesesseis) pessoas, em condições ideais para o transporte de alunos no itinerário acima;

CONSIDERANDO que somente a partir de 23 de fevereiro de 2021, deverá ser dado continuidade do Processo Licitatório para contratação do segundo colocado;

CONSIDERANDO que a contratação de emergência, também depreende de alguns dias, para realização do processo licitatório com elaboração de orçamentos, sendo impossível a contratação até o dia 18/02/2021;

CONSIDERANDO que a Educação é atividade essencial e foi elaborado o Plano de retorno das aulas, em consonância com as determinações do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO que é pública e notória a urgência de se realizar o transporte de alunos das Comunidades citadas, sob pena de comprometer a continuidade da educação do Município num todo;

### DECRETA:

Art. 1º Fica decreto urgência no setor de educação, para que se solucione o problema do transporte de estudantes do itinerário da Linha Aparecida, Linha Gramado, Linha Val Verde e Linha Santo Antônio com início para o dia 18 de fevereiro de 2021, conforme programado pela Secretaria de Estado de Educação e Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizada o deslocamento e utilização do Veículo da frota da Secretaria Municipal de Saúde, Placa QJH5756, Veículo Iveco cap. 16 lugares, cor branca, ano de fabricação 2018/2019, para a Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 18/02/2021 a 23/02/2021, até conclusão do Processo Licitatório em andamento, ou até contratação emergencial.

Art. 3º Este decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Arroio Trinta – SC, 17 de fevereiro de 2021.

Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 2091

Publicação Nº 2868700

DECRETO Nº 2091, de 18 de fevereiro de 2021.

Homologa o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 002/2021 do Município de Arroio Trinta – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

### DECRETA:

Art. 1º.- Fica homologado o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 002/2021, conforme relação Anexo I.

Art. 2º.- As despesas decorrentes com a execução do presente Decreto, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento Vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Arroio Trinta – SC, 18 de fevereiro de 2021.

Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

ANEXO I  
PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 002/2021.

CARGO: PROFESSOR PEDAGOGO							
Nº	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PONTUAÇÃO TÍTULOS	PONTUAÇÃO EXPERIÊNCIA	PONTUAÇÃO CURSOS	DATA NASCI- MENTO	NOTA
1	005	ELISA APARECIDA LOURENÇO BRAIS	4	10	10	03/03/1973	24
2	010	CLAUDIA DE BASTIANI	4	10	10	19/10/1994	24
3	002	SILVANIA DE CAMARGO DOS SANTOS	1	10	10	21/04/1980	21
4	004	ANA PAULA CORDEIRO	1	10	10	24/04/1982	21
5	001	ALAN ALVES PAZ	3	7	10	05/11/1975	20
6	008	CIBELE VIGOLO	3	6	10	21/12/1994	19
7	009	LUCELIA DE F. SCHEIS BRANDALISE	2	5	10	23/08/1979	17
8	007	SABRINA CIVIERO	2	3	10	05/07/1999	15
9	003	ELANE DOS SANTOS CARDOSO	2	2	10	26/02/1978	14
10	012	JORDANA TASCA GONÇALVES	1	1	10	01/11/1998	12
11	006	THAYNÁ GABRIELLA PADIA	2	3	4	05/07/1999	9
12	011	TAIS DE BORTOLI	0	1	0	03/01/1998	1

Arroio Trinta - SC, 18 de fevereiro de 2021.

Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

## EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 0001 2021 (FMS)

Publicação Nº 2868143

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA

### AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

MODALIDADE: Pregão PRESENCIAL Nº 0001/2021 - PR.

Tipo: Menor preço.

Forma de Julgamento: Por item.

OBJETO: Escolha da proposta mais vantajosa, objetivando a aquisição de testes de detecção qualitativas de antígenos de Covid 19 do tipo amostra por swab de nasofaringe e aquisição de testes de detecção de anticorpos IGM/IGG anti Covid 19, para atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Arroio Trinta.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09:00 do dia 03/03/2021.

Abertura dos Envelopes: Às 09:30 do dia 03/03/2021.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: [compras@arroiotrinta.sc.gov.br](mailto:compras@arroiotrinta.sc.gov.br) ou através do Site: [www.arroiotrinta.sc.gov.br](http://www.arroiotrinta.sc.gov.br).

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 17 de fevereiro de 2021.

JULIANA SERIGHELLI  
Secretária Municipal de Saúde

**TERMO DE ADITIVO 0001/2021 AO CONTRATO 0008/2021 - RETIFICAÇÃO**

Publicação Nº 2867341

TERMO ADITIVO 0001/2021 - RETIFICAÇÃO – AO CONTRATO Nº 0008/2021, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0003/2021, CHAMADA PÚBLICA 0001/2021, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE ARROIO TRINTA.

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua XV de Novembro, 26, centro, inscrito no C.N.P.J. sob nº 82.826.462.0001-27, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s.n.º, Centro, Município de Arroio Trinta – Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa, COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE ARROIO TRINTA pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua do Comércio, 476, no bairro Centro, na cidade de Arroio Trinta, inscrita no CNPJ sob o nº 07.591.970/0001-58, neste ato representada pela Senhora IRACEMA CORREA SONÁLIO, Brasileira, casada, agricultora, residente e domiciliado na Rua do Comércio nº 476, Centro do Município de Arroio Trinta Portadora do CPF sob nº 020.140.229-76 e CI sob nº 789.475 doravante denominada CONTRATADA, que de acordo com o Processo Licitatório Nº 0003/2021, Chamada PÚBLICA 0001/2021, doravante denominado o processo, retificam o Contrato nº 008/2021, nos seguintes Termos:

CLÁUSULA ADITIVA PRIMEIRA: CONSIDERANDO, que houve falha no sistema, excluindo, os itens de nº 028 a 35, ficam os mesmos incluídos na Clausula Quarta, do contrato 008/2021, conforme segue

28	31898 - Pão Caseiro Integral de Forma Fatiado. Deve ser fresco, macio, apresentar sabor, odor e cor característicos. Fatiado, preparado com farinha de trigo, no mínimo, 20% integral. Serão rejeitados pães queimados ou mal cozidos. Isento de gordura trans. Cada unidade deve conter em média 500 g. A embalagem deve ser plástica, estéril e descartável.	Un	175	10,73	1.877,75
29	31899 - Pão Caseiro de Milho Fatiado. Deve ser fresco, macio, apresentar sabor, odor e cor característicos. Fatiado. Serão rejeitados pães queimados ou mal cozidos. Isento de gordura trans. Cada unidade deve conter em média 500 g. A embalagem deve ser plástica, estéril e descartável.	Un	45	10,67	480,15
31	29592 - Poncã. Preferencialmente orgânica. Fruta in natura, íntegros, fresco, aroma, cor e sabor próprios. Grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.	KG	300	6,14	1.842,00
32	31772 - Repolho Branco. Preferencialmente orgânico. Hortaliça de tamanho grande, com características íntegras e de primeira qualidade. Fresco, limpo, coloração uniforme, aroma, cor e sabor típicos da espécie. Isento de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física ou biológica.	KG	100	4,15	415,00
33	29594 - Rúcula. Preferencialmente orgânica. Características: de primeira qualidade, folhas firmes, não poderá estar murcha, íntegra, adequadas para o consumo, com todas as partes comestíveis aproveitáveis, cor e sabor característicos. Não deverão estar danificados por lesões que afetem sua aparência e utilização. Isento de pontos amarelados ou apodrecidos, livre de sujidades, parasitas e larvas. Acondicionadas em embalagem de polietileno atóxico.	KG	15	9,42	141,30
34	29595 - Suco de uva tinto integral. Bebida não fermentada, não alcoólica, não diluída e não adoçada, obtida da parte comestível da uva (Vitis spp.), através de processo tecnológico adequado. Ausência de material microscópico ou macroscópico prejudicial à saúde humana. Ausência de corantes e aromas artificiais. A embalagem do produto deverá ser composta por garrafas de vidro com capacidade de 1,5 litros. O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente. O prazo de validade do produto deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses a partir da data de fabricação, somente será recebido o produto que tenha data de fabricação de até 30 (trinta) dias do momento da entrega. O produto deverá estar de acordo com a legislação vigente.	Un	50	17,95	897,50
35	29596 - Tortéi de abóbora pastel. Massa composta de farinha de trigo, ovos e sal, com recheio de abóbora cabotiá cozida, queijo parmesão, farinha de rosca, noz-moscada e canela. No formato de pastel pequeno.	KG	60	19,07	1.144,20

Parágrafo único: o valor total do contrato 008/2021, passa a ser de R\$29.393,40(VINTE E NOVE MIL TREZENTOS E NOVENTA E TRÊS REAIS E QUARENTA CENTAVOS).

CLÁUSULA ADITIVA SEGUNDA: As demais cláusulas, permanecem inalteradas.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 16 de fevereiro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA  
CNPJ 82.826.462/0001-27  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE



COOPERATIVA DE ARTESÕES DE ARROIO TRINTA  
IRACEMA CORREA SONÁLIO  
CPF nº 020.140.229-76  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

MARCILENE DE OLIVEIRA BALDO  
CPF Nº: 934.260.891-49

ANDRÉIA GIACOMIN  
CPF: 006.984.999-48

**TERMO DE ADITIVO Nº 0003/2021 AO CONTRATO Nº 0034/2020**

Publicação Nº 2867435

TERMO ADITIVO Nº 0003/2021 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE Nº 0034/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM O Município de Arroio Trinta E A EMPRESA NOSSA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - ME.

Processo Administrativo nº 0060/2020 - TP

Tomada de Preço nº 0002/2020 - TP

OBJETO: Contratação de empresa especializada visando a execução de obra sob o regime de empreitada global, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários, compreendendo: serviços iniciais, construção de passeios públicos, adequação do sistema de drenagem pluvial, pavimentação asfáltica em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) e sinalização horizontal e vertical, para a Rua Padre Agostinho, Rua Félix Antônio Spricigo, Rua David Nava e Rua Vereador Favorino Turmina, tudo de acordo com os projetos, memoriais descritivos e quantitativos anexados ao Edital.

Data de assinatura: 12/02/2021.

Prazo de vencimento: 31/05/2021.

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa à Rua XV de Novembro, nº 26, Centro - Arroio Trinta / SC, CEP: 89.590-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.826.462/0001-27, neste ato representado pelo seu Prefeito o Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s.n.º, Centro, Município de Arroio Trinta – Santa Catarina, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa NOSSA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.841.750/0001-42 e estabelecida à Rua Suíça, nº 78, Bairro Santo Antônio, Fraiburgo, Santa Catarina, CEP: 89.580-000, representada pelo Sr. LAURECI BITTENCOURT, sócio, portador da Carteira de Identidade nº 3.263.197 e do CPF nº 014.931.649-61, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo de Prorrogação, em conformidade com o que consta no Contrato nº 0034/2020, oriundo do Processo Administrativo nº 0060/2020 - TP, Tomada de Preço nº 0002/2020 - TP, mediante às cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1.O presente Termo Aditivo tem por objeto:

0.0.1. A prorrogação do Prazo de execução da obra e vigência contratual, por mais 60(sessenta) dias, conforme justificativa e solicitação apresentadas por parte da contratada, autorizada do Prefeito Municipal.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO**

2.1. Fica aditivado o prazo de execução da obra por mais 60(sessenta) dias, que agora se encerrará em 14 de abril de 2021, da mesma forma, fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 60(sessenta) dias, que agora se encerrará em 31 de maio de 2021.

Parágrafo único - CONSIDERANDO, QUE A MUNICIPALIDADE JÁ PROMOVEU TRÊS TERMOS ADITIVO DE PRAZO SEM QUE A OBRA FOSSE CONCLUÍDA, FICA PACTUADO ENTRE AS PARTES, QUE CASO A OBRA PARE, POR MAIS DE 5(CINCO) DIAS, O CONTRATO SERÁ AUTOMATICAMENTE ENCERRADO, PODENDO O MUNICÍPIO, CONTRATAR OUTRO LICITANTE.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

3.1. Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado, naquilo que não conflitem com o presente aditamento.

**CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO**

4.1. Incumbirá à CONTRATANTE a publicação do presente Termo Aditivo, nos termos do disposto no Art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença das



testemunhas abaixo assinadas.

Arroio Trinta – SC, 12 de fevereiro de 2021.

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

CONTRATADA:

NOSSA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - ME  
LAURECI BITTENCOURT  
Representante Legal

TESTEMUNHAS

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI  
CPF Nº: 000.077.349-21

CRISLAINE SCOPEL  
CPF Nº: 084.392.529-94

De acordo:

Santo Possato.  
Advogado – OAB 19.045 / SC  
Responsável Jurídico.

# Arvoredo

## PREFEITURA

### DECRETO 2.548

Publicação Nº 2869111

DECRETO Nº 2.548, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À EPIDEMIA DA COVID-19.

NEURI MENEGUZZI, Prefeito Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 100, da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO que o nível da Avaliação de Risco Potencial do Estado de Santa Catarina para região de Chapecó e Xanxerê permanece em nível GRAVÍSSIMO (representado pela cor vermelha no mapa do Estado);

CONSIDERANDO o colapso na rede de saúde pública e privada do Oeste de Santa Catarina, com ausência de vagas nas UTI's – Unidades de Terapia Intensiva e severo comprometimento do atendimento ambulatorial, bem como o colapso no Hospital Regional Oeste de Chapecó;

CONSIDERANDO que, no âmbito do Município de Arvoredo, tem sido observado o descumprimento das determinações normativas alusivas ao enfrentamento da pandemia em diversos setores;

CONSIDERANDO que se está enfrentando o pior momento no que diz respeito ao comprometimento da capacidade instalada da rede de atendimento em saúde do município e região;

CONSIDERANDO as deliberações e as ações aprovadas na reunião extraordinária realizada no dia de hoje, envolvendo a representação dos 52 municípios integrantes do CIS-AMOSC e o Secretário de Estado da Saúde;

CONSIDERANDO, por fim, a imperiosa necessidade de preservar a VIDA dos cidadãos Arvoredoenses e de, ao mesmo tempo, preservar o ensino escolar e manter ativas as atividades empresariais em âmbito municipal;

CONSIDERANDO, o aumento expressivo de casos ativos no município;

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam suspensas, até 28 de fevereiro do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior, as atividades de:

I - bares, petiscarias, choperias, cervejarias, ou a consumo predominante de bebidas alcoólicas em qualquer horário, exceto delivery;

II - clubes de campo, associações de trabalhadores, centros de convivências, sedes de empresas e locais afins (a exemplo de ranchos, recantos, camping, etc.), exceto para a prática em tais locais de exercícios ou esportes individuais que permitam o distanciamento físico, como caminhadas, ciclismo, tênis e afins;

III - prática, recreativa ou por meio de competições, independentemente do número de participantes, de atividades físicas ou esportivas coletivas, a exemplo de futebol, vôlei, futevôlei e outros, em quadras, campos ou ginásios de esportes, abertos ou fechados, públicos ou privados, academias;

IV - circos, bailões, shows, amostras e apresentações que importem em acesso generalizado de pessoas, a título gratuito ou mediante pagamento de ingresso ou entrada.

Art. 2º. Até 28 de fevereiro do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior, os restaurantes, pizzarias, lanchonetes e food trucks, poderão funcionar exclusivamente nos seguintes horários, e observando a lotação máxima preconizada pelo Estado de Santa Catarina para o nível Gravíssimo:

I - das 11:00 às 14:00 horas; e,

II - das 18:00 às 21:00 horas;

§ 1º. Considera-se atividade de restaurante, para os fins deste decreto, aquela destinada a servir almoço e jantar, nos períodos correspondentes aos horários definidos nos incisos I e II deste artigo, sendo que as demais atividades assemelhadas serão regidas pelas demais disposições específicas deste e dos demais decretos e normas em vigor;

§ 2º. O atendimento deverá atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias e de saúde relativas ao enfrentamento da pandemia da Covid-19, especialmente:

I - a obrigatoriedade do uso de máscaras;

II - disponibilização de luvas descartáveis e de recipiente próprio para o descarte das mesmas após o uso;

III - redução da ocupação máxima a 50% (cinquenta por cento) da capacidade total permitida;

IV - respeitar o intervalo de uma mesa ocupada e uma mesa vazia, devendo esta última estar devidamente identificada;

V - permitir apenas a ocupação máxima de 04 (quatro) pessoas por mesa;

VI - intensificar o uso de álcool em gel 70% na entrada do estabelecimento e nos locais de uso compartilhado, como buffet, banheiros e afins; e,

VII - impedir filas ou locais de espera sem o devido distanciamento.

Art. 3º Fica vedado até 28 de fevereiro do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior:

I - a realização presencial de missas, cultos e demais atividades religiosas ou de outras crenças que importem em uso comum de espaços

de igrejas, templos, santuários, grutas e locais afins;

II - a realização de promoções ou eventos por estabelecimentos comerciais, de qualquer natureza, destinadas ao chamamento de clientes;

III - a utilização de parques infantis, situados em praças, associações, ou condomínios residenciais, cuja proibição deverá ser devidamente identificada pelos responsáveis legais, exceto para a prática em tais locais de exercícios ou esportes individuais que permitam o distanciamento físico, como caminhadas, ciclismo e afins;

IV - o funcionamento de brinquedotecas, espaços kids e espaços de jogos, em condomínios residenciais, clubes recreativos, associações e entidades afins, cuja proibição deverá ser devidamente identificada pelos responsáveis legais;

V - o uso de salões de festa, espaços gourmet, salões de jogos, espaços de recreação, piscinas, em condomínios residenciais, associações e entidades afins, cuja proibição deverá ser devidamente identificada pelos responsáveis legais;

VI - a utilização de propriedades particulares, na cidade e no interior (sítios, chácaras e afins), com o objetivo de realização de festas ou eventos irregulares que impliquem em aglomeração de pessoas;

VII - a prática, em locais públicos ou privados, de jogos baralho, sinuca, dominó, bocha, bolão, 48 e demais meios recreativos que importem em compartilhamento de objetos;

VIII - a disposição de mesas, cadeiras e bancos em áreas externas de lojas de conveniências e estabelecimentos afins.

Art. 4º Ficam suspensas até 28 de fevereiro do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior, as aulas presenciais nas unidades da rede pública Municipal e Estadual de ensino, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), ensino técnico e ensino superior, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo.

Art. 5º Fica vedado até 07 de março do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior, a realização de eventos sociais, educacionais, recreativos, de confraternização e afins (a exemplo de palestras, reuniões associativas, assembleias e outros), independentemente da quantidade de pessoas, de caráter público ou privado.

Art. 6º Além das medidas já em vigor, para os estabelecimentos que têm por objeto a venda de produtos alimentícios, tais como mercearias, minimercados, mercados, supermercados e afins, fica restabelecida, até reavaliação posterior, a proibição da entrada de mais de uma pessoa por grupo familiar a cada compra a ser realizada, cabendo ao responsável legal pelo local a obrigação de fiscalização dessa medida.

Art. 7º Em razão de deslocamento de munícipes a destinos turísticos deste e de outros Estados (a exemplo de praias, resorts, hotéis, campings e outros), fica recomendado às empresas, estabelecimentos locais e repartições públicas que viabilizem o trabalho remoto às pessoas inseridas nesse grupo por pelo menos 07 (sete) dias após o retorno confirmado, devendo ainda monitorar de modo mais intenso eventuais sintomas típicos da covid-19 apresentados pelos mesmos quando do retorno ao trabalho presencial.

Parágrafo único. Os estabelecimentos de ensino e de cursos livres deverão estender a recomendação prevista no caput aos seus respectivos alunos ou frequentadores.

Art. 8º O descumprimento das medidas estabelecidas no presente decreto sujeitará o infrator às penalidades previstas nas normas estaduais e municipais em vigor.

Art. 9º As pessoas, entidades ou estabelecimentos referidos no presente decreto deverão comunicar o respectivo público alvo acerca das normas ora estabelecidas.

Art. 10 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Arvoredo, 17 de fevereiro de 2021

NEURI MENEGUZZI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

ANTONIO LUIZ CONTE

Gerencia de Administração e Gestão

## PORTARIA 78/2021

Publicação Nº 2869113

PORTARIA Nº. 078, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021.

Dispõe sobre a contratação por tempo determinado, e dá outras providências

NEURI MENEGUZZI, Prefeito Municipal de Arvoredo, no uso das atribuições do cargo que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 100 Inciso VIII e,

Considerando o que prevê a alínea, do Inciso II, do Art. 2º, e o que prevê a alínea, §1º, do Art. 3º, da Lei nº do Complementar Nº. 14; de 30 de setembro de 2005,

Considerando, a necessidade de contratação de servidora para atender na Unidade Básica de Saúde, decorrente da pandemia Coronavírus (Covid 19), demanda necessária para o controle e contenção de riscos à saúde pública;

Considerando, o decreto 2.547 de 09 de fevereiro de 2021, que adota medidas preventivas e restritivas para enfrentamento de emergência

de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo Coronavírus (Covid 19);

Considerando, devido aos crescentes casos de (Covid 19) em Arvoredo, colocando o município em estado GRAVÍSSIMO, conforme nota técnica publicada nas redes sociais;

RESOLVE,

Art. 1º. Contratar a Senhora, ANA CAROLINE EVANGELISTA, brasileira, solteira, portadora do RG. 5.893.477 e CPF. 102.429.199-52, residente e domiciliada na Rua Alemanha Bairro das Nações – Seara - SC, para o cargo de Enfermeiro, do Quadro Geral de Cargos do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, Admitida em Caráter Temporário, com carga horária de 40 horas semanais e vencimentos referentes ao cargo.

Parágrafo Único. A servidora ora nomeada fica, vinculada ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Arvoredo, sujeita ao Direito Administrativo e filiada ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de fevereiro de 2021 com vigência de seis meses.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 11 DE FEVEREIRO DE 2021.

NEURI MENEGUZZI  
PREFEITO MUNICIPAL

ANA CAROLINE EVANGELISTA  
Contratada

Publicada em  
data supra

Miriam Meneguzzi Padova  
Agente Administrativa

## PORTARIA 79/2021

Publicação Nº 2869114

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO

PORTARIA Nº. 079, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021.  
Concede férias coletivas a servidores e dá outras providências

NEURI MENEGUZZI, Prefeito Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições legais, e, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII, da Lei orgânica Municipal de Arvoredo, e

Considerando, o vencimento do período aquisitivo,

Considerando, o que prevê o Art. 76 e incisos da Lei Complementar nº. 90, de 23 de outubro de 2019.  
RESOLVE,

Art. 1º. Ficam concedidas férias aos servidores relacionados no anexo único desta portaria, no período de 01-03-2021 até 30-03-2021, em conformidade com os respectivos períodos aquisitivos de cada servidor.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 11 DE FEVEREIRO DE 2021.

NEURI MENEGUZZI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada em  
data supra

Miriam Padova  
Agente Administrativa

## ANEXO ÚNICO

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	ASSINATURA
ROQUE MENIN	31/03/2019 Á 30/03/2020	
VANDERLEI DOMINGOS	16/07/2019 Á 16/07/2020	

**PORTARIA 80/2021**

Publicação Nº 2869115

PORTARIA Nº. 080, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021.

Dispõe sobre a contratação por tempo determinado e dá outras providências

NEURI MENEGUZZI, Prefeito Municipal de Arvoredo, no uso das atribuições do cargo que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 100 Inciso VIII e,

Considerando o que prevê a alínea, do Inciso IV, do Art. 2º., da Lei Complementar Nº. 14; de 30 de setembro de 2005,

Considerando, a aprovação em Processo Seletivo Simplificado Nº. 001/2020, homologado em, 30 de dezembro de 2020.

Considerando, a necessidade de contratação de professora para atender a turma do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para pessoas com deficiências no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

RESOLVE,

Art. 1º. Contratar a Senhora, ELISEANI INES PIES, brasileira, união estável, professora, portadora do RG 3.920.189 e CPF. 033.688.569-52, residente e domiciliada na Rua 01 do Loteamento Colina do Sol, Arvoredo SC, para o cargo de Professor II - Habilitada, do Quadro Geral de Cargos do Magistério Municipal de Arvoredo, Admitido em Caráter Temporário, com carga horária de 20 horas semanais e vencimentos referentes ao cargo.

Parágrafo Único. A servidora ora nomeada fica vinculada ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Arvoredo, sujeita ao Direito Administrativo e filiada ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de fevereiro de 2021 com vigência até o encerramento do ano letivo 2021, conforme calendário escolar da rede municipal de ensino 17 de dezembro de 2021.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 11 DE FEVEREIRO DE 2021.

NEURI MENEGUZZI  
PREFEITO MUNICIPAL

ELISEANI INES PIES  
CONTRATADA

Publicada em data supra

Miriam Meneguzzi Padova  
Agente Administrativa

**PORTARIA 81/2021**

Publicação Nº 2869116

PORTARIA Nº. 081, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021.

Dispõe sobre a contratação por tempo determinado e dá outras providências

NEURI MENEGUZZI, Prefeito Municipal de Arvoredo, no uso das atribuições do cargo que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 100 Inciso VIII e,

Considerando o que prevê a alínea, do Inciso IV, do Art. 2º., da Lei Complementar Nº. 14; de 30 de setembro de 2005,

Considerando, a aprovação em Processo Seletivo Simplificado Nº. 001/2020, homologado em, 30 de dezembro de 2020.

RESOLVE,

Art. 1º. Contratar a Senhora, GISLAINE BOMBONATO, brasileira, separada, professora, portadora do RG 3.407,563 e CPF. 021.451.659-83, residente e domiciliada na Linha Santa Terezinha - Interior, Arvoredo SC, para o cargo de Professor II - Habilitada, do Quadro Geral de

Cargos do Magistério Municipal de Arvoredo, Admitido em Caráter Temporário, com carga horária de 20 horas semanais e vencimentos referentes ao cargo.

Parágrafo Único. A servidora ora nomeada fica vinculada ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Arvoredo, sujeita ao Direito Administrativo e filiada ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de fevereiro de 2021 com vigência até o encerramento do ano letivo 2021, conforme calendário escolar da rede municipal de ensino 17 de dezembro de 2021.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 11 DE FEVEREIRO DE 2021.

NEURI MENEGUZZI  
PREFEITO MUNICIPAL

GISLAINE BOMBONATO  
CONTRATADA

Publicada em data supra

Miriam Meneguzzi Padova  
Agente Administrativa

## **PORTARIA 82/2021**

Publicação N° 2869117

PORTARIA N°. 082, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021.

Dispõe sobre a contratação por tempo determinado e dá outras providências

NEURI MENEGUZZI, Prefeito Municipal de Arvoredo, no uso das atribuições do cargo que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 100 Inciso VIII e,

Considerando o que prevê a alínea, do Inciso IV, do Art. 2º., da Lei Complementar N°. 14; de 30 de setembro de 2005,

Considerando, a aprovação em Processo Seletivo Simplificado N°. 001/2020, homologado em, 30 de dezembro de 2020.  
RESOLVE,

Art. 1º. Contratar a Senhora, JANAINA APARECIDA GAPSKI MORO DE OLIVEIRA, brasileira, casada, professora, portadora do RG 5.890.752 e CPF. 041.162.129-70, residente e domiciliada na Rua 02 do Loteamento Ivete Maria N°102 Lote 05 Quadra B - Centro, Arvoredo SC, para o cargo de Professor II - Habilitada, do Quadro Geral de Cargos do Magistério Municipal de Arvoredo, Admitido em Caráter Temporário, com carga horária de 20 horas semanais e vencimentos referentes ao cargo.

Parágrafo Único. A servidora ora nomeada fica vinculada ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Arvoredo, sujeita ao Direito Administrativo e filiada ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de fevereiro de 2021 com vigência até o encerramento do ano letivo 2021, conforme calendário escolar da rede municipal de ensino 17 de dezembro de 2021.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 11 DE FEVEREIRO DE 2021.

NEURI MENEGUZZI  
PREFEITO MUNICIPAL

JANAINA APARECIDA GAPSKI MORO DE OLIVEIRA  
CONTRATADA

Publicada em data supra

Miriam Meneguzzi Padova  
Agente Administrativa

**PORTARIA 83/2021**

Publicação Nº 2869118

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº. 085, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021.

Convoca servidora para trabalhar em período de férias por necessidade da Administração e dá outras providências

NEURI MENEGUZZI, Prefeito Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições legais, e, de acordo com o art. 100, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal de Arvoredo e

Considerando, a necessidade declarada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, em acordo com o Art. 80 da Lei Complementar Nº.090 de 23 de outubro de 2019,

Considerando, a necessidade declarada do Poder Executivo Municipal, em convocar o servidor para o trabalho devido ao grande número de casos de Corona vírus em nosso município.

RESOLVE,

Art. 1º. Fica convocada a servidora, LEILA PICOLLI, que ocupa o cargo de Diretora de Programas de Saúde, do Quadro Geral de Cargos de Provimento em Comissão do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, para trabalhar nas férias no período de 12/02/2021 até 09/03/2021.

Parágrafo Único. Fica reservado o direito de gozo do período restante de (vinte e seis) dias em data a ser marcada.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 12 DE FEVEREIRO DE 2021.

NEURI MENEGUZZI  
PREFEITO MUNICIPAL DE ARVOREDO

Publicada em  
data supra

Miriam Padova  
Agente Administrativa



# Ascurra

## PREFEITURA

### DECRETO N. 3797

Publicação Nº 2867446



#### PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ: 83.102.772/0001-61

### DECRETO Nº 3797, de 08 de fevereiro de 2021

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO.

**ARÃO JOSINO DA SILVA** Prefeito do Município de ASCURRA, Estado, de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1604, de 04 de dezembro de 2020,

#### DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 26.532,85 ( vinte e seis mil, quinhentos e trinta e dois reais e oitenta e cinco centavos ).

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	05.001.0010.0301.0070.2024.33390000000000000000.03382000	22.532,85
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	05.001.0010.0301.0070.2024.34490000000000000000.03382000	4.000,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		- 03382000	26.532,85

Art. 3 - Este DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 08 de Fevereiro de 2021.

Arão Josino da Silva  
Prefeito de Ascurra/SC

Publicado o presente decreto, na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 08 de Fevereiro de 2021.

Elenice Tomio  
Contadora

**DECRETO N. 3798**

Publicação Nº 2867444

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA****CNPJ: 83.102.772/0001-61****DECRETO Nº 3798, de 08 de fevereiro de 2021.**

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO.

**ARÃO JOSINO DA SILVA** Prefeito do Município de ASCURRA, Estado, de Santa Catarina, em conformidade com a Lei N°1604, de 04 de dezembro de 2020,

**DECRETA:**

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 1.108,50 ( um mil, cento e oito reais e cinquenta centavos )

<b>Crédito Adicional</b>			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Administracao e Planejamento	03.001.0006.0181.0100.2007.34490000000000000000.03110000	1.108,50

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

<b>Fonte de Recurso</b>			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Secretaria de Administracao e Planejamento	03.001.0006.0181.0100.2007.33390000000000000000.03110000	1.108,50

Art. 3 - Este DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 08 de Fevereiro de 2021.

Arão Josino da Silva  
**Prefeito de Ascurra/SC**

Publicado o presente decreto, na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 08 de Fevereiro de 2021.

Elenice Tomio  
Contadora

**DECRETO N. 3799**

Publicação Nº 2867448

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA****CNPJ: 83.102.772/0001-61****DECRETO Nº 3799, de 08 de fevereiro de 2021.**

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO.

**ARÃO JOSINO DA SILVA** Prefeito do Município de ASCURRA, Estado, de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº1604, de 04 de dezembro de 2020,

**DECRETA:**

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 10.000,00 ( dez mil reais ).

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	05.001.0010.0301.0070.2034.33393000000000000000.03381800	10.000,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		- 03381800	10.000,00

Art. 3 - Este DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 08 de Fevereiro de 2021.

Arão Josino da Silva  
**Prefeito de Ascurra/SC**

Publicado o presente decreto, na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 08 de Fevereiro de 2021.

Elenice Tomio  
Contadora

**DECRETO N. 3800**

Publicação N° 2867447

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA****CNPJ: 83.102.772/0001-61****DECRETO N° 3800, de 08 de fevereiro de 2021.**

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO.

**ARÃO JOSINO DA SILVA** Prefeito do Município de ASCURRA, Estado, de Santa Catarina, em conformidade com a Lei N°1604, de 04 de dezembro de 2020,

**DECRETA:**

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 287,58 ( duzentos e oitenta e sete reais e cinquenta e oito centavos )

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Educacao	04.001.0012.0361.0040.2062.33390000000000000000.03620400	287,58

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		- 03620400	287,58

Art. 3 - Este DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 08 de Fevereiro de 2021.

Arão Josino da Silva  
**Prefeito de Ascurra/SC**

Publicado o presente decreto, na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 08 de Fevereiro de 2021.

Elenice Tomio  
Contadora

**PORTARIA Nº 7144, DE 01/02/2021**

Publicação Nº 2867526

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ: 83.102.772/0001-6PORTARIA Nº 7144 de 01 de Fevereiro de 2021.

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA PÚBLICA ROSIELE POFFO.

ARÃO JOSINO DA SILVA, Prefeito Municipal de Ascurra, do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município, promulgada em 18 de dezembro de 2002; e de acordo com o parágrafo 2.º, do artigo 49, da Lei Complementar nº 117/2011 de 19 de dezembro de 2011, e,

CONSIDERANDO, a solicitação da servidora ROSIELE POFFO pela redução da carga horária;

CONSIDERANDO, a Decisão Administrativa nº 03/2021, datada de 12/02/2021, do Senhor Prefeito Municipal.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Reduzir em 10 horas semanais a carga horária da servidora ROSIELE POFFO, matrícula funcional 134589-00, do cargo de Professora de Educação Física, constante do Anexo I, Quadro de Pessoal do Magistério Municipal, Grupo Operacional - Magistério, da Lei Complementar n.º 119 de 19/12/2011, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Promoção Social.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Ascurra em, 01 de Fevereiro de 2021.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

ARÃO JOSINO DA SILVA  
Prefeito de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Ascurra, em 01 de Fevereiro de 2021.

Claudia Dalfovo  
Auxiliar Administrativo  
Diretora da Divisão de RH

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000  
ASCURRA – SC Home-page: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) E-mail: [gabinete@ascurra.sc.gov.br](mailto:gabinete@ascurra.sc.gov.br)

**PORTARIA Nº 7145, DE 01/02/2021**

Publicação Nº 2867527

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ: 83.102.772/0001-6PORTARIA N.º 7145 de 01 de Fevereiro de 2021.

PRORROGA PRAZO DO PROCESSO ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR Nº 12/2019.

ARÃO JOSINO DA SILVA, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 197 e Art. 198, da Lei Complementar n.º 117/2011 de 19/12/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ascurra),

CONSIDERANDO, o art. 192 da Lei Complementar nº 117/2011 de 19.12.2011, que determina a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado a ampla defesa;

CONSIDERANDO, a Decisão Administrativa nº 277/2019 de 08/10/2019, determinando a abertura de Processo Administrativo Disciplinar, tendo como investigada a servidora ZULEIDE APARECIDA PEREIRA DIAS DA SILVA, ocupante do cargo de Atendente de Educação Infantil, e

CONSIDERANDO, o objeto da investigação em apurar os fatos relatados na denúncia recebida pela Ouvidoria do Município (01424.2019.000017/01) e os fatos relacionados ao tratamento dispensado pela servidora investigada às crianças da creche submetidas à sua guarda e cuidado;

CONSIDERANDO, a necessidade da prorrogação do Processo Administrativo Disciplinar,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 12/2019 designada pela Portaria Nº 6698 de 09/10/2019, a contar do dia 01/02/2021 até o dia 01/04/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 01 de Fevereiro de 2021.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

ARÃO JOSINO DA SILVA  
Prefeito de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Ascurra, em 01 de Fevereiro de 2021.

Claudia Dalfovo  
Auxiliar Administrativo  
Diretora da Divisão de RH

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000  
ASCURRA – SC Home-page: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) E-mail: [gabinete@ascurra.sc.gov.br](mailto:gabinete@ascurra.sc.gov.br)

### **PORTARIA Nº 7146, DE 03/02/2021**

Publicação Nº 2867530

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CNPJ: 83.102.772/0001-6 PORTARIA N.º 7146, de 03 de Fevereiro de 2021.

PRORROGA PRAZO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 01/2020.

ARÃO JOSINO DA SILVA, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 197 e Art. 198, da Lei Complementar n.º 117/2011 de 19/12/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ascurra),

CONSIDERANDO, o art. 192 da Lei Complementar nº 117/2011 de 19.12.2011, que determina a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado a ampla defesa;

CONSIDERANDO, a Decisão Administrativa nº 18/2020, de 07/02/2020, determinando a abertura de Processo Administrativo Disciplinar, tendo como investigada a servidora ZULEIDE APARECIDA PEREIRA DIAS DA SILVA, ocupante do cargo de Atendente de Educação Infantil,

CONSIDERANDO, o objeto da investigação em apurar as denúncias de ameaça e injúria às testemunhas do PAD nº 12/2019, bem como as pessoas que tenham conhecimento dos fatos lá narrados, e

CONSIDERANDO, a necessidade da prorrogação do Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2020 designado pela Portaria Nº 6826 de 10/02/2020, a contar do dia 03/02/2021 até o dia 03/04/2021.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Ascurra, em 03 de Fevereiro de 2021.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

ARÃO JOSINO DA SILVA  
Prefeito de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Ascurra/SC, em 03 de Fevereiro de 2021.

Claudia Dalfovo  
Auxiliar Administrativo

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000  
ASCURRA – SC Home-page: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) E-mail: [gabinete@ascurra.sc.gov.br](mailto:gabinete@ascurra.sc.gov.br)

**PORTARIA Nº 7147, DE 11/02/2021**

Publicação Nº 2867531

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ: 83.102.772/0001-6PORTARIA N.º 7147 de 11 de Fevereiro de 2021.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA POR PRAZO DETERMINADO DE PROFESSOR II

ARÃO JOSINO DA SILVA, Prefeito Municipal de Ascurra, do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município, promulgada em 18 de dezembro de 2002; e

CONSIDERANDO, o artigo 2º, inciso IV da Lei nº 1053 de 23 de Março de 2007, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, e ainda em observância ao artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, e demais legislação aplicável;

CONSIDERANDO, a justificativa apresentada na solicitação para contratação de pessoal, da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Promoção Social referente ao cargo de Professor II para o ano letivo de 2021; e

CONSIDERANDO, o resultado do Processo Seletivo nº 002/2019, homologado pelo Decreto n.º 3522 de 11/02/2020;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Contratar temporariamente DRIELE KARINE MOSER MARCHI, para o cargo de Professor II, sigla – PRF-II, constante do Anexo I, Grupo Operacional - Magistério, nível salarial M-I-B-01, com carga horária de 20 horas semanais e exercício na Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Promoção Social da Lei Complementar n.º 119 de 19/12/2011, contrato de prazo determinado com início em 11/02/2021 até 17/12/2021.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 11 de Fevereiro de 2021.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

ARÃO JOSINO DA SILVA  
Prefeito de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Ascurra, em 11 de Fevereiro de 2021.

Claudia Dalfovo  
Auxiliar Administrativo  
Diretora da Divisão de RH

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000  
ASCURRA – SC Home-page: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) E-mail: [gabinete@ascurra.sc.gov.br](mailto:gabinete@ascurra.sc.gov.br)

**PORTARIA Nº 7148, DE 12/02/2021**

Publicação Nº 2867532

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ: 83.102.772/0001-6PORTARIA N.º 7148 de 12 de Fevereiro de 2021.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA POR PRAZO DETERMINADO DE PROFESSOR II

ARÃO JOSINO DA SILVA, Prefeito Municipal de Ascurra, do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município, promulgada em 18 de dezembro de 2002; e

CONSIDERANDO, o artigo 2º, inciso IV da Lei nº 1053 de 23 de Março de 2007, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, e ainda em observância ao artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, e demais legislação aplicável;

CONSIDERANDO, a justificativa apresentada na solicitação para contratação de pessoal, da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Promoção Social referente ao cargo de Professor II para o ano letivo de 2021; e

CONSIDERANDO, o resultado do Processo Seletivo nº 002/2019, homologado pelo Decreto n.º 3522 de 11/02/2020;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Contratar temporariamente LENISE TEREZINHA PASQUALINI MOSER, para o cargo de Professor II, sigla – PRF-II, constante do Anexo I, Grupo Operacional - Magistério, nível salarial M-I-B-01, com carga horária de 20 horas semanais e exercício na Secretaria de



Educação, Cultura, Desporto e Promoção Social da Lei Complementar n.º 119 de 19/12/2011, contrato de prazo determinado com início em 12/02/2021 até 17/12/2021.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 12 de Fevereiro de 2021.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

ARÃO JOSINO DA SILVA  
Prefeito de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Ascurra, em 12 de Fevereiro de 2021.

Claudia Dalfovo  
Auxiliar Administrativo  
Diretora da Divisão de RH

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000  
ASCURRA – SC Home-page: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) E-mail: [gabinete@ascurra.sc.gov.br](mailto:gabinete@ascurra.sc.gov.br)

## **PORTARIA Nº 7149, DE 12/02/2021**

Publicação Nº 2867534

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ: 83.102.772/0001-6PORTARIA Nº 7149, de 12 de Fevereiro de 2021.

NOMEIA COMISSÃO PARA INSTRUÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DESTINADO À APURAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DA EMPRESA NOVA ERA INDÚSTRIA ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI

ARÃO JOSINO DA SILVA, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 86 a 88 da Lei Federal n. 8.666/1993 (Lei de Licitações e Contratos) e, CONSIDERANDO, a necessidade de apurar a responsabilidade envolvendo a empresa contratada NOVA ERA INDÚSTRIA ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI, relativamente à inexecução e não cumprimento integral do objeto descrito na Ata de Registro de Preços nº 32/2020, conforme Decisão Administrativa nº 02/2021,

### **RESOLVE:**

Art. 1º - Designar os servidores membros da Comissão de Licitações, quais sejam YAGO MATHEUS STEDILE DE MELLO, JULIANA FISTAROL, MERY MOSER PACHECO e CAROLINA BADALOTTI FIAMONCINI, para constituírem Comissão de Processo Administrativo destinada a apurar os fatos narrados acima especificados, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º - A comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, admitida sua prorrogação por igual período, quando as circunstâncias assim o exigirem.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra/SC, 12 de Fevereiro de 2021.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

ARÃO JOSINO DA SILVA  
Prefeito de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.  
Ascurra/SC, 12 de Fevereiro de 2021.

Claudia Dalfovo  
Auxiliar Administrativo  
Diretora da Divisão de RH

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000  
ASCURRA – SC Home-page: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) E-mail: [gabinete@ascurra.sc.gov.br](mailto:gabinete@ascurra.sc.gov.br)

**PORTARIA Nº 7150, DE 15/02/2021**

Publicação Nº 2867538

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ: 83.102.772/0001-6PORTARIA Nº 7150, 15 de Fevereiro de 2021.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA REGINA APARECIDA GOMES ANDREANI.

ARÃO JOSINO DA SILVA, Prefeito Municipal de Ascurra, do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município, promulgada em 18 de dezembro de 2002; e de acordo com o parágrafo 3º, do artigo 49, da Lei Complementar nº 117/2011 de 19 de dezembro de 2011 e,

CONSIDERANDO, o Quadro de Distribuição de Aulas para o ano letivo de 2021 da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Promoção Social pela alteração da carga horária;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Alterar a carga horária da servidora REGINA APARECIDA GOMES ANDREANI, matrícula 119865-06, do cargo efetivo de Professora II, em 20 (vinte) horas semanais, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, para atender a demanda da secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Promoção Social, até o encerramento do ano letivo.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 15 de Fevereiro de 2021.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

ARÃO JOSINO DA SILVA  
Prefeito de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Ascurra, em 15 de Fevereiro de 2021.

Claudia Dalfovo  
Auxiliar Administrativo  
Diretora da Divisão de RH

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000  
ASCURRA – SC Home-page: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) E-mail: [gabinete@ascurra.sc.gov.br](mailto:gabinete@ascurra.sc.gov.br)

**PORTARIA Nº 7151, DE 15/02/2021**

Publicação Nº 2867540

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ: 83.102.772/0001-6PORTARIA Nº 7151 de 15 de Fevereiro de 2021.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA POR PRAZO DETERMINADO DE PROFESSOR II

ARÃO JOSINO DA SILVA, Prefeito Municipal de Ascurra, do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município, promulgada em 18 de dezembro de 2002; e

CONSIDERANDO, o artigo 2º, inciso IV da Lei nº 1053 de 23 de Março de 2007, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, e ainda em observância ao artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, e demais legislação aplicável;

CONSIDERANDO, a justificativa apresentada na solicitação para contratação de pessoal, da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Promoção Social referente ao cargo de Professor II para o ano letivo de 2021; e

CONSIDERANDO, o resultado do Processo Seletivo nº 002/2019, homologado pelo Decreto n.º 3522 de 11/02/2020;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Contratar temporariamente LUANA APARECIDA MANFRINI, para o cargo de Professor II, sigla – PRF-II, constante do Anexo I, Grupo Operacional - Magistério, nível salarial M-I-B-01, com carga horária de 20 horas semanais e exercício na Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Promoção Social da Lei Complementar n.º 119 de 19/12/2011, contrato de prazo determinado com início em 15/02/2021 até 17/12/2021.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 15 de Fevereiro de 2021.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

ARÃO JOSINO DA SILVA  
Prefeito de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Ascurra, em 15 de Fevereiro de 2021.

Claudia Dalfovo  
Auxiliar Administrativo  
Diretora da Divisão de RH

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000  
ASCURRA – SC Home-page: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) E-mail: [gabinete@ascurra.sc.gov.br](mailto:gabinete@ascurra.sc.gov.br)

## **PORTARIA Nº 7152, DE 15/02/2021**

Publicação Nº 2867541

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CNPJ: 83.102.772/0001-6PORTARIA N.º 7152 de 15 de Fevereiro de 2021.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CIAE

ARÃO JOSINO DA SILVA, Prefeito Municipal de Ascurra, do Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 72, incisos IV e I da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO, a Resolução nº 01, de 09/04/2020, que institui a Comissão Intersetorial de Alimentação Escolar;

CONSIDERANDO, o Decreto n. 3546, de 13/04/2020, que dispõe sobre a garantia ao direito à alimentação dos estudantes beneficiários do programa bolsa família, durante o regime especial de atividades escolares não presenciais na rede municipal de ensino; e

CONSIDERANDO, a comunicação Interna nº 07/2021/SEMED, solicitando a alteração da Portaria nº 6890, que nomeou a Comissão Intersetorial de Alimentação Escolar - CIAE

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a Comissão Intersetorial de Alimentação Escolar – CIAE, para acompanhamento e fiscalização na distribuição dos kits de alimentação, que será composto pelos seguintes representantes:

Representante da Secretaria Municipal de Educação: VALQUIRIA FAUSTA MARCHI LANGE

Representante da Secretaria Municipal Assistência Social: VANESSA MUNIQUE FAVA

Representante do Serviço de Nutrição Escolar: EDILAINE FABICHASKI MOSER

Representante do Conselho Municipal de Educação: ADRIANA DOS SANTOS

Representante do Conselho Municipal de Alimentação Escolar: MARIA CAROLINA BILK

Representante Gestor de cada Unidade da Rede Municipal de Educação:

- CEI Dona Júlia Bonelli e Pré Escolar Pequeno Príncipe: SANDRA MARIA DIAS ZIMATH

- CEI Professora Onorata Zonta Dalfovo: GRASIELA DEBARBA

- Escola Municipal Tenente Coronel Amaro Medeiros de Vasconcelos: CÁTIA VANILDE DAROLT

Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: CLAUDIA DALFOVO.

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000  
ASCURRA – SC Home-page: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) E-mail: [gabinete@ascurra.sc.gov.br](mailto:gabinete@ascurra.sc.gov.br)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CNPJ: 83.102.772/0001-61

Art. 2º - Esta portaria nº 7152 entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 15 de Fevereiro de 2021.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

ARÃO JOSINO DA SILVA  
Prefeito de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Ascurra, em 15 de Fevereiro de 2021.

Claudia Dalfovo  
Auxiliar Administrativo  
Diretora da Divisão de RH

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000  
ASCURRA – SC Home-page: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) E-mail: [gabinete@ascurra.sc.gov.br](mailto:gabinete@ascurra.sc.gov.br)

### TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 5/2018

Publicação Nº 2867813

#### TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 5/2018

Pelo presente Contrato Administrativo nº 5/2018, firmado em 15 de fevereiro de 2018, entre o MUNICÍPIO DE ASCURRA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.102.772/0001-61, com sede na Rua Benjamin Constant, nº. 221, nesta cidade, representado por seu Secretário de Administração e Planejamento Senhor LEANDRO CHIARELLI, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a empresa INFO DIGITALLE – SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA GESTÃO DOCUMENTAL LTDA – ME LTDA, com sede na Rua Ernesto Prada, nº 280, bairro Vila Nova na cidade de Trombudo Central (SC), CEP 89.176-000, inscrita no CNPJ sob n. 86.731.494/0001-08, neste ato representado por seu representante legal, Senhor JOSÉ DA SILVA, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente termo aditivo, tudo de conformidade com Edital de Dispensa de Licitação nº 5/2018, com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, da seguinte forma:

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O presente termo aditivo renova a vigência do contrato pelo período adicional de 12 (doze) meses, tendo início em 16/02/2021 e término em 16/02/2022, podendo ser renovado mediante Termo Aditivo até o limite no inciso IV do Art. 57 da Lei de nº 8.666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA

O presente termo aditivo está sendo realizado tendo em vista a continua necessidade da prestação dos serviços de locação de sistema de informática GedocAdministrativo - Executivo (gerenciador eletrônico de documentos) sob a forma de licença de uso, não exclusiva, em ambiente Windows. O sistema destina-se ao gerenciamento eletrônico e digitalização dos seguintes documentos administrativos (ata das sessões, audiências públicas, contratos, certidões, ofícios, correspondências, decretos, editais, emendas, indicações, medidas provisórias, moções, pareceres, parecer jurídico, pedidos de informação, projetos de lei, leis, protocolo, portarias, relatório de controle interno, requerimentos, resoluções, lei orgânica, subemendas e vetos) com o devido acompanhamento de todas as suas fases processuais, de forma ordenada, possibilitando a pesquisa e a visualização de todas as peças e o seu armazenamento digital; previstos no contrato administrativo de n.5/2018, serviços estes que são prestados junto ao setor administrativo deste Município, conforme solicitação do Secretário de Administração e Planejamento, com amparo legal no artigo 65, alínea "b" do inciso I, combinada com o § 1º do mesmo artigo, da Lei n.º 8.666/93.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 O valor total do novo período é de R\$ 5.201,76 (cinco mil duzentos e um reais e setenta e seis centavos), que será pago em 12 (doze) parcelas mensais e iguais no valor de R\$ 433,48 (quatrocentos e trinta e três reais e quarenta e oito centavos).

3.2 Pela prestação de serviços de suporte técnico, não coberta pela manutenção (cláusula oitava deste contrato), será devido o valor de R\$ 117,00 (cento e dezesseis reais) a hora técnica, acrescidos de despesas de deslocamento no valor de R\$ 1,17 (um real e dezesseis centavos) o KM rodado, mais despesas de estadia no valor de R\$ 166,00 (cento e sessenta e seis reais) ao dia, quando exigir a presença do técnico por mais de 5 horas.

#### CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas estabelecidas no Contrato Administrativo 5/2018, firmado em 15 de fevereiro de 2018, em decorrência do Edital de Dispensa de Licitação 5/2018.

E, por estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas no presente termo aditivo, firmando-o em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Ascurra, 3 de fevereiro de 2021.

MUNICÍPIO DE ASCURRA  
Leandro Chiarelli  
CONTRATANTE

INFO DIGITALLE – SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA GESTÃO DOCUMENTAL LTDA – ME LTDA  
Representante Legal  
CONTRATADA

# Aurora

## PREFEITURA

### RESULTADO DE LICITAÇÃO PP 005/2021

Publicação N° 2867472

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA

#### RESULTADO DE LICITAÇÃO

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aurora, nomeada pelo Decreto N°. 001 de 04 de janeiro de 2021, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados o resultado do Pregão Presencial N°. 005/2021. Vencedor a empresa: CRISTIANE GESSER DE SOUZA ME itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20 com o valor total de R\$ 77.485,50 (Setenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos).

Aurora, 12 de fevereiro de 2021.

Alexsandro Kohl  
Prefeito Municipal

# Balneário Arroio do Silva

## PREFEITURA

### OFICIO N° 024/2021

Publicação N° 2867812

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS

Of. n° 024/2021-DT

Balneário Arroio do Silva-SC, 17 de fevereiro de 2021.

À Empresa  
EDELTER – EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO DE TERRAS S/A  
A/C ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (Administrador Judicial)  
Nesta

Assunto: INTIMAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE OPOSIÇÃO

Senhor contribuinte,

Venho por meio deste, informar que tramita na esfera administrativa o Processo Administrativo (PA) n° 966/2020, formulado por DAVI ALVES DOS SANTOS, onde o mesmo requer a alteração cadastral de contribuinte pela posse, do cadastro imobiliário do imóvel inscrito sob o n° 37643, referente ao lote 09 da quadra 91 do loteamento Praia Arroio do Silva Zona Nova.

Desta forma, em respeito ao princípio do contraditório, fica esta Empresa INTIMADA para que no PRAZO DE 10 (DEZ) dias apresente oposição ao pedido formulado, sob pena de deferimento do requerimento interposto.

Tal oposição deverá ser apresentada pessoalmente ou através do e-mail [iptu@arroiodosilva.sc.gov.br](mailto:iptu@arroiodosilva.sc.gov.br) mencionando o número do Processo Administrativo.

Sendo o que tinha para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente.

GUSTAVO AMBONI  
Diretor de Tributos

### PROCESSO LICITATÓRIO N° 022/2021 - ERRATA AO AVISO

Publicação N° 2867349

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA

#### ERRATA AO AVISO DE LICITAÇÃO

OBJETO: Contratação de serviços técnicos especializados para elaboração de projeto de engenharia para pavimentação Asfáltica da Avenida Santa Catarina no município de Balneário Arroio do Silva, conforme especificações contidas no termo de referência.

ONDE SE LÊ:  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 021/2021  
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N° 15/2021

LEIA-SE:  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 022/2021  
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N° 16/2021

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14h30min, do dia 02 de março de 2021, na Sala de Licitações, na Sede da Prefeitura Municipal, situada na Avenida Santa Catarina, n° 1122, Centro, na Cidade de Balneário Arroio do Silva/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou pelo telefone: (48) 3526-1445. E-mail: [administracao@arroiodosilva.sc.gov.br](mailto:administracao@arroiodosilva.sc.gov.br).

Balneário Arroio do Silva/SC, 17 de fevereiro de 2021.

EVANDRO SCAINI  
Prefeito Municipal

# Balneário Camboriú

## PREFEITURA

### 3º ADT CT 008/2020 - FMS

Publicação N° 2867286

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
SECRETARIA DE COMPRAS



PMBC – SECRETARIA DE COMPRAS  
RUA DINAMARCA 320, NAÇÕES – FONE (47) 3267-7106.

#### 1 TERCEIRO ADITIVO DE RENOVACÃO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERMO N° 008/2020 – FMS

CONTRATADA: **INSTITUTO MARIA SCHMITT DE DESENVOLVIMENTO DE ENSINO, ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DO CIDADAO**

OBJETO: serviços especializados nas áreas de: Pronto Atendimento Médico, Enfermagem, Apoio Administrativo e Operacional para UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24HS - UPA NAÇÕES.

I – DA ALTERAÇÃO DE PRAZO – Fica acrescido 12 (doze) meses, passando o prazo contratual para 36 (trinta e seis) meses, alterando a cláusula 5.2 do contrato originário.

II – DA ALTERAÇÃO DO PREÇO GLOBAL – Em face do acréscimo agregar-se-à ao valor global do contrato a cifra de R\$ 6.900.000,00 (seis milhões e novecentos mil reais), passando a importar o presente contrato o valor de R\$ 14.161.192,00 (quatorze milhões, cento e sessenta e um mil e cento e noventa e dois reais), alterando a cláusula 4.1 do contrato originário;

III – Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

Balneário Camboriú, 12 de fevereiro de 2021.

**SAMARONI BENEDET**

### 7º ADT CT 020-20 PEREIRA E TONEZER

Publicação N° 2867733

SÉTIMO TERMO ADITIVO DE RENOVACÃO AO E SUPRESSÃO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE VAGAS DESTINADAS AO ENSINO INFANTIL – TERMO N° 020 /2018 – PMBC.

CONTRATADA: PEREIRA E TONEZER CENTRO EDUCACIONAL LTDA ME,  
CNPJ: 04.983.202/0001-51

OBJETO: Constitui a prestação de serviços para o atendimento de até 20 crianças de 0 a três anos onze meses e vinte e nove dias, de acordo com o Plano de Trabalho/Atendimento, que integra o presente Contrato

I – DA ALTERAÇÃO DE PRAZO – Fica acrescido 12 (doze) meses, passando o prazo contratual para 48 (quarenta e oito) meses, alterando a cláusula 3.1 do contrato originário.

II – DA SUPRESSÃO DO PREÇO GLOBAL – Diante composição dos valores a suprimir, conforme acima ajustados e previstos no ofício 011/2021 ficará suprimido ao item 5.1, do contrato, a cifra de R\$ 25.550,40 (vinte e cinco mil e quinhentos e cinquenta reais e quarenta centavos).

III – DA ALTERAÇÃO DO PREÇO GLOBAL – Diante do acréscimo e supressão supracitado fica acrescido o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), passando a importar o presente contrato, o valor global de R\$ 1.238.964,78 (um milhão e duzentos e trinta e oito mil e novecentos e sessenta e quatro reais e setenta e oito centavos), alterando a cláusula 5.1 do contrato.

IV – Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

Balneário Camboriú, 05 de fevereiro de 2021.

Samaroni Benedet  
Secretário de Compras  
Portaria n° 25.245/2018



**CONTRATO Nº 007/2020 - FMAS**

Publicação Nº 2868805

**SEGUNDO TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

TERMO Nº 007/2020 - FMAS

CONTRATANTE: INSTITUTO REDENÇÃO – CAETÉS

CNPJ sob o nº 10.197.909/0004-88

Objeto: A contratação de 05 (cinco) vagas femininas para serviço de Acolhimento Institucional em Casa de Passagem para indivíduos em situação de rua com vínculos familiares rompidos ou fragilizados.

I – DA ALTERAÇÃO DO PRAZO: Ao prazo de execução das obras do objeto contratual, acrescentará o prazo 03 (três) meses, ficando alterada a vigência do contrato para 09 (nove) meses.

II – DA ALTERAÇÃO DO PREÇO GLOBAL – Diante da proposta apresentada e do acréscimo supracitado fica acrescido o valor de R\$ 27.750,00 (vinte e sete mil setecentos e cinquenta reais), passando a importar o presente contrato, o valor global de R\$ 55.500,00 (cinquenta e cinco mil e quinhentos reais).

III – Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, para que possa produzir os devidos efeitos legais.

Balneário Camboriú, 06 de fevereiro de 2021.

SAMARONI BENEDET  
Secretário de Compras

**CONTRATO Nº 007/2020 - FMAS**

Publicação Nº 2868183

**TORNAR SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL**

O Município de Balneário Camboriú torna público para conhecimento, que decidiu tornar sem efeito a publicação do SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO do Contrato nº 007/2020 - FMAS, cujo objeto é a contratação de 05 (cinco) vagas femininas para serviço de Acolhimento Institucional em Casa de Passagem para indivíduos em situação de rua com vínculos familiares rompidos ou fragilizados.

Motivo: Publicado erroneamente.

Balneário Camboriú, 17 de fevereiro de 2021.

SAMARONI BENEDET

**PAUTA DE DJULGAMENTO - RECURSO TRIBUTÁRIO N.º 265/2021 - RECORRENTE: FIVE BROTHERS HOLDING LTDA**

Publicação Nº 2867636

**PAUTA de JULGAMENTO de RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

DATA de JULGAMENTO: 23/02/2021, às 9h00min

O Presidente do Conselho de Contribuintes torna público que será julgado no dia 23 de fevereiro de 2021, terça-feira, às 9h00m, em Sessão Pública em ambiente digital, via videoconferência, o(s) seguinte(s) recurso(s) tributário(s):

RECURSO TRIBUTÁRIO n.º 265/2021

RECORRENTE: FIVE BROTHERS HOLDING LTDA

ASSUNTO: ITBI - REVISÃO DA BASE DE CÁLCULO - PRETENSÃO INDEFERIDA - RECURSO INTERPOSTO À SEGUNDA INSTÂNCIA.

RELATOR: CONSELHEIRO CHARLES DOUGLAS CORREA E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, determinou o Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes a expedição do presente Edital, que deverá ser publicado no Diário Oficial do Município e no site [http://controladoria.balneariocamboriu.sc.gov.br/conselho\\_contribuinte](http://controladoria.balneariocamboriu.sc.gov.br/conselho_contribuinte). Para acesso à videoconferência, favor enviar mensagem para o telefone (47) 99640-7252.

Balneário Camboriú, 17 de fevereiro de 2021

Francisco de Paula Ferreira Junior  
Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes

**PAUTA DE JULGAMENTO - RECURSO TRIBUTÁRIO N.º 266/2021 - RECORRENTE: IGREJA EVANGÉLICA BOLA DE NEVE**

Publicação Nº 2867638

PAUTA de JULGAMENTO de RECURSOS TRIBUTÁRIOS

DATA de JULGAMENTO: 23/02/2021, às 9h00min

O Presidente do Conselho de Contribuintes torna público que será julgado no dia 23 de fevereiro de 2021, terça-feira, às 9h00m, em Sessão Pública em ambiente digital, via videoconferência, o(s) seguinte(s) recurso(s) tributário(s):

RECURSO TRIBUTÁRIO n.º 266/2021

RECORRENTE: IGREJA EVANGÉLICA BOLA DE NEVE

ASSUNTO: IPTU - ISENÇÃO DE IPTU PARA IGREJA DE QUALQUER CULTO - LEI MUNICIPAL Nº 4197/2018 - PRETENSÃO INDEFERIDA - RECURSO INTERPOSTO À SEGUNDA INSTÂNCIA.

RELATOR: CONSELHEIRO CHARLES DOUGLAS CORREA E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, determinou o Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes a expedição do presente Edital, que deverá ser publicado no Diário Oficial do Município e no site [http://controladoria.balneariocamboriu.sc.gov.br/conselho\\_contribuinte](http://controladoria.balneariocamboriu.sc.gov.br/conselho_contribuinte). Para acesso à videoconferência, favor enviar mensagem para o telefone (47) 99640-7252.

Balneário Camboriú, 17 de fevereiro de 2021

Francisco de Paula Ferreira Junior

Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes

**VISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2021 - PMBC**

Publicação Nº 2867764

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2021 - PMBC

O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ, por intermédio da Secretaria de Compras, torna público que realizará licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, pelo tipo MENOR PREÇO, sob a forma de execução indireta, pelo regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, cujo objeto é a "contratação de empresa para a execução da obra de ampliação do Núcleo de Educação Infantil Odácia Tereza Damázio, localizado no bairro da Barra, com fornecimento de material e mão de obra, conforme detalhado no projeto básico e demais documentos que integram o processo licitatório".

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Global.

VALOR GLOBAL MÁXIMO ADMITIDO: R\$ 156.171,09 (cento e cinquenta e seis mil cento e setenta e um reais e nove centavos).

DATA DE ABERTURA E JULGAMENTO: Dia 11/03/2021, às 9h30min.

O edital e demais documentos estão disponíveis no site do Município ([www.bc.sc.gov.br](http://www.bc.sc.gov.br)), na aba LICITAÇÕES, ou no endereço <https://www.bc.sc.gov.br/licitacao.cfm?codigo=758>.

Informações adicionais podem ser obtidas junto à Secretaria de Compras, no térreo da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, sito à Rua Dinamarca, nº 320, Bairro das Nações, CEP 88.338-900, endereço no qual os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, ou ainda, por meio do Protocolo Eletrônico, disponível no site do Município ou no endereço "<https://bc.1doc.com.br/b.php?pg=o/wp>".

Balneário Camboriú, SC, 17 de fevereiro de 2021.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras

**FUNDAÇÃO CULTURAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ****EDITAL DE CONCURSO LIC Nº. 001 /2021 - LEI MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA**

Publicação Nº 2868634

**EDITAL DE CONCURSO LIC Nº. 001 /2021****Edital da Lei Municipal de Incentivo à Cultura**

**Dispõe sobre a seleção de projetos artísticos e culturais a serem desenvolvidos em conformidade com Lei Municipal nº 3.750, de 29 de dezembro de 2014, e dá outras providências.**

A Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, por meio da Fundação Cultural de Balneário Camboriú torna público a abertura de prazo para inscrições de projetos artísticos e culturais a serem desenvolvidos neste município – on-line ou presenciais, que receberão recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura, instituído pela Lei Municipal no. 3796/2015.

**1. DO OBJETO**

1.1 Constitui objeto do presente edital a **premição** do montante de R\$ 827.000,00 (oitocentos e vinte e sete mil reais) para o fomento às artes e às manifestações artísticas por meio de apoio financeiro a projetos artísticos e culturais no Município de Balneário Camboriú.

1.2 As despesas decorrentes do presente edital correrão por conta da dotação consignada no orçamento da Fundação Cultural de Balneário Camboriú, Programa: 4011 BALNEÁRIO DA CULTURA – Ação 2.59 – Apoio a Projetos Artísticos e Culturais – despesa 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas.

1.3 Este edital destina-se a projetos a serem desenvolvidos on-line ou presencialmente nas áreas culturais de Artes Integradas, Artes Populares e Circo, Artes Visuais, Artesanato, Audiovisual, Cultura Alimentar, Dança, Fotografia, Literatura, Música, Patrimônio Cultural e Teatro, nas modalidades e segmentos a seguir:

Parágrafo Único: Enquanto permanecer o estado de pandemia de Covid-19 e suas variações, deverão ser priorizadas ações on-line. No caso de ações presenciais, as regras sanitárias deverão ser cumpridas, cabendo ao organizador observar:

I - Limite da ocupação de percentual conforme a Avaliação do Risco Potencial para COVID19 nas regiões de saúde, conforme legislação vigente na data da ação (Matriz de Risco do Estado de Santa Catarina);

II - Os espaços devem permitir o controle de acesso dos participantes, com lista de presença;

III - Uso de máscara por todos os participantes e trabalhadores;

IV - Disponibilizar álcool 70% na entrada e em pontos estratégicos para higienização das mãos;

V - Realizar a aferição de temperatura corporal, sem contato físico, dos trabalhadores e dos participantes na entrada do local do evento;

VI - Caso algum participante apresente temperatura corporal igual ou superior a 37,8°C ou sintomas gripais como, por exemplo: tosse seca ou produtiva, dor no corpo, dor de



garganta, congestão nasal, dor de cabeça, falta de ar, não permitir a participação no evento e orientá-lo a procurar uma unidade de assistência à saúde do município;

VIII - Na recepção, providenciar marcação no piso com distanciamento de 1,5 metros;

IX - Os recepcionistas e atendentes devem estar com protetores faciais, além da máscara;

X- Manter a distância de 1,5 metros entre os participantes, exceto para pessoas que coabitam. Priorizar a identificação dos assentos destinados aos participantes, mantendo seu uso, evitando o rodízio destes assentos;

**1.4 MODALIDADE 1: PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL** - Iniciativas que promovam a manifestação cultural por meio de práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas que resultam da criatividade de indivíduos, grupos ou comunidades, nos segmentos:

**1.4.1 Circulação:** realização de apresentações de um espetáculo de música, dança, teatro, circo, artes populares, exposições de artes visuais, exposições fotográficas, distribuição de conteúdo audiovisual, já estreado ou apresentado, e sua realização em diferentes localidades do município.

**1.4.2 Concurso:** organização e realização de seleções, festivais e mostras competitivas com premiações em dinheiro ou não.

**1.4.3 Produção de espetáculo:** montagem de espetáculos de música, dança, teatro, circo, apresentações artísticas de culturas afrodescendentes e indígenas;

**1.4.4 Exposição de artes visuais** (fotografia, artes plásticas);

**1.4.5 Gravação de álbum musical** – áudio e audiovisual (exceto prensagem em suporte físico como CD ou DVD)

**1.4.6 Site Specific:** instalações de artes nos espaços da cidade com ou sem performances. Método artístico em que se concebe ou dedica uma obra de arte ao seu local de exposição, pelo que se assume uma característica não transportável da mesma;

**1.4.7 Publicações:** livros, catálogos, fanzines, revistas e periódicos;

**1.4.8 Produções audiovisuais:** curta e média-metragem, animação, games, documentários ou outros formatos que utilizem os recursos audiovisuais de criação, difusão artística, memória e preservação de acervos culturais;

**1.4.9 Produção de roteiro:** para cinema, teatro, TV, web série;

**1.4.10 Cineclube:** programação de filmes, documentários e diversas produções audiovisuais em espaços dedicados a exposições periódicas, acompanhados ou não de debates ou palestras;

**1.4.11 Festivais, encontros, saraus e mostras de artes em geral.**



- 1.5 MODALIDADE 2: FORMAÇÃO - Iniciativas de caráter cultural ou artístico de formação inicial, especialização e aperfeiçoamento. Encontros on-line ou presenciais de mediação e discussão de conhecimentos e profissionalização sobre as diversas linguagens artísticas, artísticas, presenciais dentro do território nacional. No exterior só serão aceitas propostas para formação on-line.
- 1.5.1 Bolsas de estudo ou de trabalho em artes;
- 1.5.2 Seminários, conferências e fóruns;
- 1.5.3 Cursos;
- 1.5.4 Pesquisa: levantamentos, estudos e pesquisas em torno de temas da arte e da cultura;
- 1.5.5 Residência artística no Brasil;
- 1.5.6 Preservação, identificação, reconhecimento, valorização e salvaguarda; elaboração ou execução de projetos de restauração ou revitalização de bens culturais; registro e difusão de patrimônio imaterial; catalogação, indexação, conservação, restauração, manutenção de acervos, desenvolvimento de projetos museológicos e educação patrimonial.
- 1.6 As solicitações de bolsas de estudo, cursos e residência artística serão analisadas pela Comissão de Seleção, de acordo com os seguintes critérios e sua correspondente pontuação:
- 1.6.1 O reconhecimento do evento ou da instituição promotora no circuito cultural internacional e/ou nacional; (0 a 4 pontos);
- 1.6.2 A valorização das fontes de conhecimento, das dimensões históricas e sociais da arte e cultura brasileiras; (0 a 4 pontos);
- 1.6.3 O incentivo a novas temáticas e investigações artísticas e culturais; (0 a 4 pontos);
- 1.6.4 A promoção e repercussão da produção artística e cultural para a reafirmação dos valores artísticos nacionais; (0 a 4 pontos);
- 1.6.5 O intercâmbio e apropriação de tecnologias, pesquisas, linguagens e valores artísticos e culturais. (0 a 4 pontos).
- Parágrafo único:** Como contrapartida, os beneficiários devem realizar no município, no retorno da viagem ou ao fim da formação, atividades públicas e gratuitas relacionadas ao objeto da proposta, como oficinas, palestras, cursos, seminários e apresentações, para potencializar a propagação das experiências adquiridas no processo de intercâmbio.
- 1.7 Os eventos, lançamentos de produtos, espetáculos, concursos, cursos, inaugurações, exposições e estreias relacionadas a projetos **premiados** por este edital deverão ser realizados obrigatoriamente no Município de Balneário Camboriú. (art. 5º da lei municipal 3.750/2014)
- 1.8 Os projetos deverão obedecer às determinações do Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004 e legislação pertinente quanto à acessibilidade e democratização ao acesso.



## 2. DA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS

2.1 O montante a ser destinado aos projetos artísticos e culturais por este edital distribuído por modalidade e respectivas cotas, **no pagamento em prêmios**, conforme quadro de valores abaixo:

ÁREAS CULTURAIS	MODALIDADE	VALORES DAS COTAS	QUANTIDADE DE PROJETOS	VALOR TOTAL (R\$)
Artes Populares e Circo	PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL	60.000,00	1	60.000,00
		30.000,00	4	120.000,00
Artes Visuais		20.000,00	10	200.000,00
Audiovisual		15.000,00	12	180.000,00
Dança				
Literatura				
Música				
		TOTAL 27	560.000,00	
Teatro	FORMAÇÃO CULTURAL	26.000,00	2	52.000,00
Patrimônio Cultural		20.000,00	4	80.000,00
Fotografia		15.000,00	9	135.000,00
Artesanato			TOTAL 15	267.000,00
Artes Integradas				
			TOTAL GERAL 42	827.000,00

2.2 No Formulário de Inscrição on-line no item “Orçamento”, o valor total do projeto deverá estar adequado **EXATAMENTE** ao valor da cota, conforme o Quadro de Valores expresso no item 2.1 deste edital, caso contrário o projeto será desclassificado. Os valores repassados a pessoas físicas sofrerão incidência de imposto de renda, de acordo com a tabela progressiva vigente ([Lei 13.149/2015](#)). O desconto do IR deverá constar do cronograma de desembolso, no item impostos, no orçamento da proposta.

2.3 Deverá ser garantida a aprovação de, pelo menos, 1 (um) projeto de cada área artística, desde que tenha média acima da nota de corte, estipulada segundo o parágrafo único do artigo 8.6.

2.4 No caso de uma modalidade não ter projetos aprovados, ou sobrar recursos por não haver mais projetos a serem contemplados, o valor remanescente será redistribuído, considerando a ordem de classificação dos projetos, independentemente da modalidade e área.





2.5 No caso de um projeto contemplado sofrer modificações no seu plano de trabalho que reduza o recurso inicial do prêmio, o saldo poderá ser utilizado para contemplar outra proposta habilitada (suplente) não contemplada inicialmente.

### 3. DA PARTICIPAÇÃO

3.1 Estão habilitados a participar deste edital:

#### 3.1.1 Pessoas

físicas, maiores (dezoito) anos, residentes e domiciliadas em Balneário Camboriú há pelo menos 2 (dois) anos e com comprovada atuação artística na área cultural a que se destina o projeto, por período mínimo de 2 (dois) anos.

3.1.2 Pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, devidamente registradas em Balneário Camboriú há pelo menos 2 (dois) anos e com comprovada atuação artística na área cultural a que se destina o projeto, por período mínimo de 2 (dois) anos.

3.1.3 Pessoas jurídicas enquadradas como microempreendedor individual – MEI, devidamente registradas em Balneário Camboriú com comprovada atuação na área cultural a que se destina o projeto. Caso o MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL não possua 2 (dois) anos de atuação na área, o responsável pelo projeto inscrito no CPF do MICROEMPREENDEDOR é quem deverá comprovar residência e atuação na área pelo mínimo de 2 (dois) anos.

3.2. É vedada a participação neste edital:

3.2.1 De membros do Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal da Fundação Cultural de Balneário Camboriú (FCBC) e seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau.

3.2.2 De membros representantes do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC) que sejam integrantes da Comissão de Organização e Acompanhamento (COA) dos projetos da LIC e seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau.

3.2.3 De servidores da Fundação Cultural de Balneário Camboriú, seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau.

3.2.4 De pessoas físicas ou jurídicas que estejam em situação de pendência, inadimplência ou falta de prestação de contas em contratos celebrados com a FCBC, Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú ou outra entidade pública, pelos quais tenham recebido –integralmente ou não – recursos de tais instituições.

3.2.5 De pessoas físicas ou jurídicas que, na condição de contratadas de editais anteriores, não concluíram a execução do projeto conforme plano de trabalho.





3.2.6 De pessoas físicas ou jurídicas com ou sem fins lucrativos que estejam comprometidos com editais LIC anteriores, na condição de execução do objeto e/ou na condição de não ter prestado contas de recursos recebidos de editais anteriores.

3.3. Projetos anteriores já contemplados em editais da Lei de Incentivo à Cultura não poderão ser reapresentados com o mesmo objeto, exceto os que sejam para outra modalidade ou projetos de continuidade como eventos, encontros, seminários.

#### 4. DAS INSCRIÇÕES

4.1 As inscrições dos projetos são gratuitas e deverão ser realizadas exclusivamente pelo site [www.culturabc.com.br](http://www.culturabc.com.br) entre os dias 18 de fevereiro de 2021 e 18 de março de 2021 (às 19h).

4.2 Não será aceita nenhuma inscrição protocolada ou recebida por via postal ou pessoalmente na sede da FCBC.

4.3 Para efeito de cadastro neste edital o proponente deverá acessar a página inicial no endereço eletrônico [www.culturabc.com.br/PINC](http://www.culturabc.com.br/PINC), acessar o link “**Edital da LIC 2021**”.

4.4 **A inscrição** será efetuada da seguinte forma:

4.4.1 **1º passo:** na Plataforma de Interação Cultural – Pinc, no site [www.culturabc.com.br](http://www.culturabc.com.br). **Esta etapa é eliminatória, e toda a documentação exigida deverá ser entregue nesta etapa, sob pena de desclassificação da inscrição.**

4.4.2 Preencher o formulário de inscrição para pessoa física, pessoa jurídica sem fins lucrativos ou pessoa jurídica de microempreendedor individual (MEI).

4.4.3 Inserir os seguintes documentos (legíveis e sem rasuras), em formato PDF ou JPG;

4.4.3.1 Para **pessoa física**:

- a) Cópia do RG;
- b) Cópia do CPF;
- c) Declaração de residência na cidade de Balneário Camboriú; (modelo anexo 4);
- d) Declaração de fatos impeditivos (modelo anexo 2);
- e) Declaração de não parentesco (modelo anexo 3).

4.4.3.2 Para **pessoa jurídica sem fins lucrativos**, que contenha em seu ato constitutivo a finalidade cultural. Os documentos deverão ser encaminhados em formato PDF ou JPG:

- a) Comprovante de registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ ativo com sede em Balneário Camboriú;
- b) Estatuto devidamente registrado;



- c) Ata de eleição da atual diretoria;
- d) RG do presidente da instituição;
- e) CPF do presidente da instituição;
- f) Declarações de fatos impeditivos (modelo anexo 2);
- g) Declaração de não parentesco (modelo anexo 3).
- h) Declaração que não emprega menor (modelo anexo 5)

4.4.3.3 Para **pessoa jurídica microempreendedor individual - MEI**, que contenha em seu ato constitutivo a finalidade cultural.

- a) RG do proponente ou responsável pela Pessoa Jurídica –CNPJ;
- b) CPF do proponente ou responsável pela Pessoa Jurídica - CNPJ;
- c) Cadastro do CNPJ ativo com sede em Balneário Camboriú;
- d) Comprovante de pagamento do recolhimento da última parcela do imposto DAS quando houver tempo de recolhimento do imposto;
- e) Comprovante da ocupação – CNAE expresso no cartão, relativa ao objeto do projeto inscrito no edital;
- f) Declaração de fatos impeditivos (modelo anexo 2);
- g) Declaração de não parentesco (modelo anexo 3);
- h) Declaração que não emprega menor (anexo 5)

**Parágrafo único:** O inscrito deverá declarar ciência da documentação complementar previstas nos itens 5 e 9 deste edital.

4.4.4 **2º passo** - Do preenchimento dos campos do Projeto Cultural na plataforma PINC (on-line) [www.culturabc.com.br](http://www.culturabc.com.br)

4.4.5 Inserir o formulário Plano de Trabalho preenchido (modelo anexo 1);

4.4.6 O proponente deverá completar os campos de preenchimento do projeto do início ao final do processo, **não** havendo possibilidade de SALVAR antes do término do processo. Ao final do preenchimento dos campos, será gerado um protocolo de entrega que deverá ser guardado pelo proponente como comprovante legal. Esse número o identificará no sistema durante todas as etapas do certame.

4.4.7 A soma total dos anexos de cada projeto não poderá superar o tamanho de 20 MB. Só serão aceitos arquivos em formato PDF ou JPG.

4.4.8 Nos casos em que o detalhamento do projeto exija arquivos de extensão superior a 20 MB será permitido o envio de arquivos na nuvem, com endereço de acesso. Importante: o compartilhamento deve ser acessível via link e deve ser compartilhado no momento da inscrição. Os arquivos devem permanecer disponíveis até a data final de análise dos projetos e sua publicação oficial. Caso os arquivos ou pastas estejam bloqueados ou impedidos de acessar, em nuvem, serão considerados não enviados.

4.5 A apresentação da inscrição implica prévia concordância do proponente com as disposições previstas neste Edital.



4.6 A Fundação Cultural de Balneário Camboriú não se responsabiliza pela falha na inscrição por conta de problemas nos servidores, em provedores de acesso, na transmissão dos dados, na linha de comunicação ou por lentidão de servidores.

4.7 São de responsabilidade dos proponentes a veracidade e a autenticidade de todos os dados inseridos no sistema, sendo o proponente o único responsável pelas informações e documentos encaminhados, isentando a FCBC de qualquer responsabilidade civil ou penal.

4.8 Os proponentes cadastrados na plataforma poderão acompanhar suas inscrições via e-mail: [lic@culturabc.com.br](mailto:lic@culturabc.com.br).

4.9 Todas as dúvidas sobre o edital da LIC 2021 deverão ser encaminhadas por e-mail: [lic@culturabc.com.br](mailto:lic@culturabc.com.br), no limite de até 48 horas antes do prazo final de inscrição.

4.10 Para a correta inscrição o proponente deverá seguir a ordem dos itens apresentados na tela e incluir os dados referentes ao enunciado e conferir a indexação dos arquivos quando solicitados.

4.11 Cada proponente poderá inscrever apenas um (1) projeto. No caso de inscrição de um projeto como pessoa física e outro como pessoa jurídica ou MEI com o mesmo proponente responsável, somente um (1) deles poderá ser contemplado, e será considerado o de maior nota emitida pela comissão de avaliação.

4.12 Não serão admitidas inscrições fora do prazo definido por este edital.

## 5. DO MATERIAL COMPLEMENTAR DA INSCRIÇÃO

5.1 Dependendo do segmento selecionado será obrigatório o envio de arquivos complementares ao objeto do projeto. Assim relacionados:

5.1.1 Gravação de álbum musical: apresentação do respectivo projeto em arquivo MP3, com no mínimo 03 (três) músicas a serem gravadas. Caso os arquivos estejam em plataformas digitais, enviar o link para acesso dos avaliadores.

5.1.2 Festival, workshop, seminários, fóruns, conferências, mostras, cineclubes, saraus e eventos em geral: apresentação da programação, critérios de inscrição ou seleção para realização do projeto.

5.1.3 Produção de espetáculos e performances: concepção cênica, roteiro e ficha técnica indicando os principais envolvidos no projeto.

5.1.4 Produção audiovisual: apresentação de roteiro e ficha técnica indicando os principais envolvidos no projeto.

5.1.5 Exposição: apresentação de portfólio com 5 (cinco) fotos e/ou croquis das obras a serem expostas e/ou esboço do projeto expográfico.

5.1.6 Concurso: apresentação de critérios de avaliação, regulamento.



5.1.7 Publicação de livros e periódicos: o texto final deve ser entregue em formato digital em arquivo PDF. Os originais deverão ter número mínimo de 30 laudas para a análise do Parecerista da comissão de avaliação.

5.1.8 Circulação de apresentações artísticas e exposições: apresentar em fotos e links de vídeos, de todo o espetáculo. Apresentar o roteiro da circulação e o plano básico de recursos técnicos para sua execução (plano de palco, luz, som e divulgação com expectativa de público).

5.1.9 Site Specific: apresentar o plano básico de recursos técnicos para sua execução (plano de palco, luz, som e divulgação com expectativa de público); termos de adequação do local a ser utilizado para o projeto.

5.1.10 Produção de artes visuais (grafite, artes plásticas, escultura): projeto expográfico e conceitual.

5.1.11 Para projeto que envolva bolsa de pesquisa, bolsa de trabalho e residência artística, apresentação de cartas de aceite das instituições envolvidas e apresentação de sinopse da proposta e do plano de contrapartida sociocultural.

5.1.12 Os projetos da área cultural de patrimônio material que tiverem como objeto intervenção em patrimônio edificado, deverá ter na equipe um profissional com formação em arquitetura, com a devida comprovação e apresentação de currículo. No caso de o objeto ser patrimônio imaterial, deverá ter um profissional com formação em Artes, História, Sociologia ou Antropologia e, em projetos que o objeto for bens culturais móveis e integrados deverá existir um profissional com formação em Conservação e Restauro, sempre com a devida comprovação e apresentação de currículo.

5.1.13 Todas as comprovações (certificados, diplomas, declarações), assim como currículos e portfólios, deverão estar em língua nacional.

5.1.14 Apresentar cartas de anuência (modelo anexo 6) quando o projeto utilizar espaços públicos ou privados que necessitem de autorização prévia para sua execução.

Obs: As cartas de anuência que forem solicitadas aos órgãos públicos deverão ser requisitadas no prazo máximo de 72 horas antes do final do período das inscrições.

5.2 - Todos os projetos deverão apresentar **contrapartida sociocultural**, entendida como o retorno social à população por meio de ações a serem desenvolvidas pelos proponentes contemplados neste edital. Os custos que porventura sejam decorrentes do desenvolvimento das ações de contrapartida não poderão ser financiados com recursos públicos direcionados ao projeto.

## 6. DO CREDENCIAMENTO



6.1 O credenciamento compreende triagem, de caráter eliminatório com o objetivo de verificar se o proponente cumpre com a apresentação da documentação exigida de acordo com o item 4.4.1, conforme as exigências previstas na INSCRIÇÃO.

6.2 Esta etapa será realizada pela Comissão de Organização e Acompanhamento - COA da LIC, com prazo de 7 dias úteis de análise após o término das inscrições.

6.3 A lista de credenciados será disponibilizada no site da FCBC, contendo os termos de habilitação ou não do proponente.

6.4 É de total responsabilidade do proponente o acompanhamento e atualização das informações sobre o andamento dos prazos de seu projeto.

## 7. DA COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO – COA

7.1 O presente edital será executado pela Fundação Cultural de Balneário Camboriú por intermédio da Comissão de Organização e Acompanhamento – COA, órgão transitório, de deliberação colegiada, constituído especificamente para esta Edição, em portaria específica publicada no site da Fundação Cultural: Portaria nº 002/FCBC, de 12 de fevereiro de 2021, composta por 4 (quatro) membros titulares e seus respectivos suplente, sendo:

- a) 3 (três) representantes da FCBC, cabendo a um deles a coordenação dos trabalhos;
- b) 1 (um) membro da sociedade civil indicado pelo Conselho Municipal de Política Cultural.

7.2 Enquanto estiverem no exercício de suas funções, é vedado aos membros da COA:

7.2.1 Apresentar ou fazer parte da equipe técnica dos projetos concorrentes;

7.2.2 Atuar em projetos concorrentes, em qualquer atividade ou função;

7.2.3 Interferir ou se manifestar sobre qualquer projeto nas reuniões de avaliação.

**Parágrafo único:** os membros da comissão de organização e acompanhamento não serão remunerados pela atuação na mesma.

## 8. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

8.1 A comissão de seleção terá a função de, exclusivamente, selecionar e classificar os projetos inscritos e habilitados na etapa documental deste edital, bem como analisar e responder recursos que vierem a ser interpostos sobre a seleção.

8.2 A comissão de seleção será selecionada entre os curadores credenciados pelo Edital 004/2020, e a portaria de nomeação será publicada no site oficial da Fundação Cultural de Balneário Camboriú após a publicação dos proponentes credenciados na etapa documental deste edital.



8.3 Caberá à COA, consultar individualmente cada indicado sobre a possibilidade de agenda e aceite das condições de participação como membro da comissão de seleção do edital da LIC 2021.

8.4 Os membros da comissão de seleção não poderão ter participado da elaboração ou vir a participar da execução dos projetos selecionados por este edital. A violação acarretará o imediato cancelamento do contrato de prestação de serviço do membro da comissão de seleção, bem como, a desclassificação do respectivo projeto e/ou o cancelamento do seu contrato de execução a qualquer tempo.

8.5 São diretrizes norteadoras da avaliação para seleção de projetos a serem contemplados e suas respectivas pontuações:

8.5.1 Relevância cultural e artística da iniciativa; (0 a 10 pontos);

8.5.2 Planilha de Aplicação Financeira compatível com o fim a que se destina; (0 a 10 pontos).

8.5.3 Capacidade comprovada de execução da proposta por parte do proponente, considerando currículo e portfólio; (0 a 20 pontos);

8.5.4 Cronograma de execução exequível no tempo previsto para sua execução; (0 a 10 pontos).

8.5.5 Excelência do projeto quanto à clareza na definição dos objetivos, justificativa e estratégias de ação; (0 a 20 pontos);

8.5.6 Impacto cultural do projeto e seu efeito multiplicador resultante do alcance e eficácia da proposta; (0 a 10 pontos);

8.5.7 Relevância do projeto para o cumprimento das metas do Plano Municipal de Cultura; (0 a 5 pontos);

8.5.8 Coerência e eficácia do plano de divulgação para atingir um maior número possível de pessoas que possam participar das atividades previstas; (0 a 5 pontos);

8.5.9 Viabilidade e relevância da contrapartida sociocultural. (0 a 10 pontos).

**Parágrafo único:** No de caso de projetos do segmento descrito no item 1.3, inciso II, alínea a, além das diretrizes norteadoras (exceto itens f, g e h), serão acrescentados na avaliação os critérios do item 1.4.

8.6 A pontuação final dos projetos será a média aritmética da somatória total da pontuação obtida em cada um dos critérios.

**Parágrafo único:** Serão considerados para efeito de classificação final apenas os projetos que atingirem a pontuação final de no mínimo 7,0 (sete) pontos, como média de corte. Projetos que tiverem zerado em qualquer um dos critérios de avaliação não poderá ser contemplado, independentemente da pontuação final.





8.7 Os projetos serão classificados em ordem decrescente pela média final, ou seja, da maior para a menor, respeitando a média de corte prevista no parágrafo único do item 8.6.

**Parágrafo único:** Caso haja empate na pontuação final entre os projetos, para o desempate serão considerados dos seguintes critérios:

- a) Da maior nota obtida na contrapartida sociocultural;
- b) Da maior nota de capacitação do proponente para a execução da proposta;
- c) Comprovada participação em no mínimo 2 (duas) reuniões da câmara setorial nos últimos 12 meses, correspondente à área cultural do projeto, conforme cadastro das câmaras setoriais, e;
- d) Por último, se ainda, persistir o empate, por sorteio conforme § 2º, art. 45 da Lei 8.666/93, que estabelece o critério de sorteio realizado em ato público;

8.8 Caberá ao representante de cada câmara setorial encaminhar à FCBC, caso solicitado, as listas de presença e as atas das reuniões antes do encerramento do período de inscrição deste edital, para fins de desempate conforme descrito no parágrafo único do item 8.7.

8.9 A classificação final contendo a relação dos projetos aprovados, com suas respectivas pontuações, será divulgado na página eletrônica da Fundação Cultural de Balneário Camboriú e publicado no site oficial da Prefeitura Municipal, sendo de total responsabilidade do proponente acompanhar a atualização das informações.

8.10 Os recursos sobre o resultado da avaliação da comissão de seleção deverão ser enviados para o e-mail: [lic@culturabc.com.br](mailto:lic@culturabc.com.br) por meio de um formulário próprio disponibilizado pela FCBC, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a divulgação da classificação final.

8.11 A Comissão de Seleção fará a análise dos recursos num prazo de 5 (cinco) dias úteis e, caso sejam procedentes, a reavaliação da pontuação obtida e consequente classificação final.

8.12 Os resultados das decisões sobre os recursos serão informados diretamente aos proponentes através do e-mail informado na ficha de inscrição no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o período constante no item 8.11.

## 9. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

9.1 Os proponentes dos projetos selecionados celebrarão com a FCBC o contrato que disporá sobre as obrigações previstas na Lei Federal 8666/93 e Instrução Normativa específica do Município e demais obrigações decorrentes deste presente Edital, bem como os prazos para conclusão e entrega do produto cultural constantes no Plano de Trabalho apresentado.

9.2 Os proponentes dos projetos selecionados deverão entregar, por e-mail [lic@culturabc.com.br](mailto:lic@culturabc.com.br), à FCBC os seguintes documentos complementares, em formato PDF ou JPG, obrigatórios para celebração do contrato:





#### 9.2.1 **pessoa física:**

- a) Comprovante de residência (água, luz, telefone, gás) em nome do proponente, ou declaração assinada e registrada em cartório caso seja morador e não possua contas no mesmo nome do candidato. Neste caso, também anexar uma conta em nome do proprietário atualizada. Caso seja locatário, anexar contrato de locação atualizado.
- b) Certidão negativa de débitos Federal;
- c) Certidão negativa de débitos Estadual;
- d) Certidão negativa de débitos Municipal de Balneário Camboriú;
- e) Comprovante do PIS/PASEP;

#### 9.2.2 **pessoa jurídica:**

- a) Certidão negativa de débitos Federal;
- b) Certidão negativa de débitos Estadual;
- c) Certidão negativa de débitos Municipal da cidade de Balneário Camboriú;
- d) Certidão negativa de débitos com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (Certificado de regularidade do FGTS – CRF);
- e) Certidão negativa de débitos Trabalhistas Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (incluído pela Lei nº 12.440, de 2011). OBS: A obtenção da certidão, é eletrônica e gratuita, encontra-se disponível no site [www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao) e em todos os demais portais da Justiça do Trabalho disponíveis na internet (Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho). Atenção: O documento exigido é de DÉBITOS trabalhistas, e não de ações;

#### 9.2.3 **pessoa jurídica microempreendedor individual - MEI:**

- a) Certidão negativa de débitos Federal;
- b) Certidão negativa de débitos Estadual;
- c) Certidão negativa de débitos Municipal da cidade de Balneário Camboriú;
- d) Certidão negativa de débitos com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (Certificado de regularidade do FGTS – CRF);
- e) Certidão negativa de débitos Trabalhistas Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (incluído pela Lei nº 12.440, de 2011). OBS: A obtenção da certidão, é eletrônica e gratuita, encontra-se disponível no site [www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao) e em todos os demais portais da Justiça do Trabalho disponíveis na internet (Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho). Atenção: O documento exigido é de DÉBITOS trabalhistas, e não de ações;

9.3 A FCBC procederá com a convocação dos proponentes premiados pelo Edital para a assinatura do Contrato de Apoio Financeiro para a execução do projeto cultural, ao qual terão 05 (CINCO) dias úteis para COMPARECER E ASSINAR. Transcorrido esse prazo sem que o proponente tenha se manifestado, a FCBC poderá convocar o próximo proponente, obedecendo à ordem de classificação.



9.4 Os valores dos prêmios serão pagos em uma única parcela, mediante assinatura do contrato e informação de conta bancária do proponente.

9.5 No pagamento dos prêmios para pessoas físicas haverá retenção de Imposto de Renda na fonte (conforme tabela progressiva disponível no site da Receita Federal). Os prêmios pagos a pessoas jurídicas não sofrerão retenção na fonte, porém não estão isentas de tributação, ficando o recolhimento sob a responsabilidade do premiado.

9.6 O prazo para a execução do projeto proposto e aprovado e entrega do produto final será de até 31 de dezembro de 2021.

9.7 Como parte da prestação de contas, o contratado deverá entregar Relatório Técnico – comprovação do objeto – com as ações desenvolvidas conforme o plano de trabalho, incluindo documentos de comprovação tais como: fotos, listas de presença, autorizações de uso de imagem e depoimentos, material utilizado nas oficinas, workshops, cursos e seminários; certificados emitidos, material de divulgação; prints de telas de compartilhamento nas redes sociais, estatísticas de público, entre outros materiais que comprovem a efetiva realização do objeto do projeto contemplado. O material deve ser entregue digitalmente, por ordem de serviços de forma cronológica, imagens com qualidade e com legenda; separar o cumprimento do objeto das ações de contrapartida; digitalizar todos os documentos em arquivos nomeados e organizados para envio de prestação de contas. Estes documentos devem ser enviados digitalmente via sistema de protocolo disponibilizado no site da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú (<https://bc.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=8>). A prestação de contas, ao ser protocolada, deve ser nomeada com identificação do número do edital, nome do proponente e nome do projeto (reduzido). O modelo de relatório técnico disponível neste edital – anexo 7 – poderá ser editado de acordo com as necessidades do proponente.

9.8 Como complemento da prestação de contas, o contratado deverá entregar Relatório Financeiro – comprovação fiscal de prestação de contas referente à utilização dos recursos em conformidade com o relatório técnico. Este relatório inclui todos os documentos referentes à movimentação da conta bancária do projeto, notas fiscais; documentos digitalizados. Digitalizar todos os documentos em arquivos nomeados e organizados para envio de prestação de contas. Estes documentos devem ser enviados digitalmente via sistema de protocolo disponibilizado no site da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú (<https://bc.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=8>). A prestação de contas, ao ser protocolada, deve ser nomeada com identificação do número do edital, nome do proponente e nome do projeto (reduzido). O modelo de relatório financeiro disponível neste edital – anexo 8 – poderá ser editado de acordo com as necessidades do proponente.

9.9 A prestação de contas dos recursos recebidos como prêmio deste Edital deverá ser entregue até 30 dias após a execução do projeto e a entrega do produto final, respeitado o limite de 31 de janeiro de 2022.

9.10 Os critérios técnicos para prestação de contas do presente Edital estão estabelecidos na Instrução Normativa LIC 2021 referente, e em conformidade com a Instrução Normativa TCE – 14/2012 e outras legislações vigentes, que será publicada no site da Fundação Cultural.



9.11 A FCBC oferecerá aos contratados oficina de capacitação para prestação de contas, a ser agendado após resultado final dos contemplados neste edital.

9.12 Na ocorrência excepcional de motivo relevante poderão ser apresentadas modificações no cronograma de desenvolvimento do Plano de Trabalho, cabendo à COA manifestar-se quanto às alterações requeridas, desde que solicitadas por e-mail.

9.13 Não serão admitidas, sob qualquer hipótese, alterações de contratado e de objeto da proposta apresentada e aprovada.

9.14 É indispensável informar à FCBC, caso ocorram, mudanças de endereço postal e eletrônico do contratado.

9.15 A FCBC e a Comissão de Organização e Acompanhamento de Projetos da LIC poderão realizar ou determinar vistorias, avaliações, perícias, análises e demais levantamentos necessários, em qualquer fase do projeto, tomando as providências que julgar necessárias para que se cumpram os Planos de Trabalho apresentados.

9.16 Para fins de execução do Plano de Trabalho o contratado deverá providenciar e enviar para a FCBC, em versão digital para o e-mail: [lic@culturabc.com.br](mailto:lic@culturabc.com.br), a arte-final de todas as peças de divulgação, sinopses, releases e imagens que serão utilizados, com o mínimo de 20 (vinte) dias de antecedência do início ou lançamento da programação cultural prevista, para avaliação dos textos e da aplicação dos logotipos e apoios conforme Manual de Apresentação do Material de Divulgação e Aplicação de Logotipos disponível na página eletrônica da FCBC ([www.culturabc.com.br](http://www.culturabc.com.br)) e das demais informações pertinentes ao projeto contemplado, devendo a FCBC apresentar o resultado da análise em até 5 (cinco) dias úteis.

**Parágrafo único:** A palavra **Realização** somente será aceitável nos materiais de divulgação quando estiver diretamente relacionada ao nome do proponente contemplado.

9.16 No caso de o produto final ser publicação impressa, como: livro, periódico, catálogo dentre outros, 5% (cinco por cento) do total produzido deverão ser cedidos à FCBC, e quando se tratar de obras de artes visuais, deverá ser cedida 01 (uma) obra mediante termo de doação.

9.17 No caso de gravação de musical ou produção audiovisual, uma cópia deverá ser enviada junto ao relatório técnico para constar na prestação de contas da realização do objeto do projeto.

9.18 É vedada a cobrança de ingressos e de inscrições em ações da execução do projeto e venda do produto final confeccionado com recursos do projeto. Fazer constar em todos os materiais produzidos, venda e/ou distribuição gratuita.

9.19 Em todos os produtos oriundos deste Edital, independentemente da fase de execução, do material impresso e/ou em áudio deverá constar a informação de que se trata de produto cultural patrocinado pelo Edital 001/2021 da LIC/FCBC acompanhado dos logos oficiais.



9.20 É vedada a inclusão do custo da contrapartida como item de despesas de execução do projeto.

## **10. DA RESCISÃO DO CONTRATO**

10.1 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, de acordo com as normas que tratam da matéria, em especial os artigos 58, incisos II e IV, 77, 78, 79, 86, e 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.

10.2 O contrato poderá ser rescindido ou cancelado a critério da FCBC, independentemente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, sem que ao contratado caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

10.2.1 Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e/ou prazos.

10.2.2 Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e/ou prazos.

10.2.3 Lentidão ou atraso injustificado no cumprimento do projeto.

10.2.4 Decretação de falência ou instauração de insolvência civil, dissolução da sociedade, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do contrato.

10.2.5 Prática dos crimes constantes do art. 96 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das penas cominadas.

10.2.6 Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, em conformidade com o que dispõe o Art. 393 do Código Civil.

## **11. DOS RECURSOS FINANCEIROS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

11.1 O contratado receberá o recurso financeiro em moeda nacional em consonância com o Quadro de Valores/Valor do Projeto, conforme expresso no item 2.1.

11.2 Os valores contratados deverão ser objeto de prestação de contas conforme expresso nos itens 9.6, 9.7, 9.8 e 9.9 do presente edital. O não cumprimento implicará nas penalidades previstas em lei.

11.3 O contratado deverá efetuar a abertura de conta específica para movimentação financeira do projeto, de preferência com denominação "Edital da LIC/FCBC 001/2021", em agência virtual e/ou agência bancária instalada no Município de Balneário Camboriú.

## **12. ESCLARECIMENTOS DE DÚVIDAS E HORÁRIO DE ATENDIMENTO**

12.1 Esclarecimentos de dúvidas poderão ser feitos por e-mail: [lic@culturabc.com.br](mailto:lic@culturabc.com.br).



### 13. DOS DIREITOS AUTORAIS, DO USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS E DAS AUTORIZAÇÕES:

13.1 Pela adesão ao presente Edital, o proponente inscrito que for contemplado autoriza o Município de Balneário Camboriú e a Fundação Cultural de Balneário Camboriú – FCBC a utilizarem os registros das ações e etapas do projeto, bem como as imagens do produto final em mídia impressa, televisão, internet, mídias digitais, eletrônicas e audiovisuais para divulgação, podendo também utilizar para fins educacionais sem ônus e por tempo indeterminado.

13.2 Ao se inscrever no presente edital, o proponente declara a **inexistência de plágio** das obras artísticas e/ou projetos inscritos, bem como garante ter a autorização de terceiros que porventura tenham direitos autorais sobre a produção artística, se responsabilizando inclusive por eventuais reivindicações quanto ao uso não autorizado, indenizando as instituições responsáveis por este edital, quando for o caso.

13.3 Em todos os projetos contemplados que contenham depoimentos e/ ou imagens de pessoas ou de bens imóveis e acervos, os proponentes deverão providenciar documento com autorização expressa das pessoas fotografadas e/ou entrevistadas, e/ou proprietários dos bens para utilização destas imagens ou depoimentos nos projetos em questão.

13.4 Caso o projeto contemplado utilize imagens, depoimentos ou participação física de menores de 18 (dezoito) anos, o proponente deverá providenciar documento de autorização dos pais e/ou responsáveis, com firma reconhecida em cartório.

13.5 É de inteira e exclusiva responsabilidade do proponente a solicitação destas autorizações responsabilizando- se inclusive por eventuais reivindicações quanto ao uso não autorizado, indenizando as instituições responsáveis por este edital conforme item 13.6, quando for o caso.

13.6 Os documentos originais das referidas autorizações deverão compor o relatório técnico do projeto.

### 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 A inscrição efetuada implica na aceitação das condições estabelecidas no presente edital.

14.2 A inobservância das normas estabelecidas por este edital, constatada a qualquer tempo, implicará na eliminação do projeto ou no rompimento do contrato.

14.3 A FCBC e os demais realizadores deste Edital não se responsabilizam pelas licenças e autorizações necessárias ao desenvolvimento do Plano de Trabalho dos projetos contemplados, sendo essas de total responsabilidade do contratado.

14.4 O proponente cujo projeto for contemplado estará sujeito às penalidades previstas na Lei nº 8666/93 em virtude da inexecução total ou parcial do projeto ou, ainda, pela execução do projeto em desacordo com a descrição contida na proposta selecionada pelo Conselho Curador e Plano de Trabalho, obrigando-se a devolver os recursos recebidos



atualizados de acordo com a legislação vigente à época em que se realizar a respectiva quitação.

14.5 O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e dos documentos encaminhados, isentando o Município de Balneário Camboriú, a FCBC e o CMPC de qualquer responsabilidade civil ou penal.

14.6 Este edital trata de patrocínio à realização de atividades artísticas e culturais, não inviabilizando ao contratado a obtenção de outros recursos junto à iniciativa pública ou privada.

14.7 A FCBC se reserva o direito de realizar comunicações e solicitar documentos ou informações aos contratados por meio eletrônico, exceto as informações ou convocações que exijam publicação na imprensa oficial.

14.8 Fazem parte deste edital, documentos anexos que poderão ser editados de acordo com as necessidades do proponente, e serão disponibilizados na página eletrônica da FCBC ([www.culturabc.com.br](http://www.culturabc.com.br)).

14.9 Os casos omissos serão apreciados e resolvidos pela Comissão de Organização e Acompanhamento deste Edital, ficando desde logo eleito o Foro da Comarca de Balneário Camboriú para dirimir eventuais questões relativas a este edital.

Balneário Camboriú, SC, 17 de fevereiro de 2021

Fabício de Oliveira  
Prefeito de Balneário Camboriú

Denize Aparecida Rodrigues Leite  
Presidente Interina da Fundação Cultural de Balneário Camboriú

Anexos:

- Plano de Trabalho (anexo 1);
- Declarações de Fatos Impeditivos (anexo 2);
- Declaração de não parentesco (anexo 3);
- Declaração de residência na cidade de Balneário Camboriú (anexo 4);
- Declaração que não emprega menor (anexo 5)
- Modelo de Carta de Anuência (anexo 6)
- Relatório Técnico de Prestação de Contas (anexo 7)
- Relatório Financeiro de Prestação de Contas (anexo 8)
- Modelo de carimbo de certificação (anexo 9)



# Balneário Gaivota

## PREFEITURA

### DECRETO 017/2021

Publicação Nº 2867706

DECRETO Nº 017, de 12 Fevereiro de 2021.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL AO ORÇAMENTO VIGENTE."

EVERALDO DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso V e VII do artigo 58 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o inciso II do artigo 6º da Lei 1.070/2020,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias, conforme abaixo especificado:

ORGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

UNIDADE: 01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Atividade: 2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração

Mod. de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.3071 - Aplicações Diretas ..... R\$ 55.036,08

Mod. de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.3020 - Aplicações Diretas ..... R\$ 549,80

Atividade: 2.040 – Manutenção Corpo de Bombeiro

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.3025 - Aplicações Diretas ..... R\$ 18.217,91

ORGÃO: 05 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE: 02 – DIRETORIA DE OBRAS

Atividade: 2.036 – Conservação de Estradas Municipais

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.3016 - Aplicações Diretas ..... R\$ 2.526,12

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.3044 - Aplicações Diretas ..... R\$ 29.234,07

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.3045 - Aplicações Diretas ..... R\$ 1.739,45

UNIDADE: 03 – DIRETORIA DE OBRAS

Atividade: 2.028 – Sinalização e Fiscalização de Trânsito

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.3026 - Aplicações Diretas ..... R\$ 25.617,13

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.3027 - Aplicações Diretas ..... R\$ 231.269,15

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.3028 - Aplicações Diretas ..... R\$ 487.760,94

Atividade: 2.030 – Manutenção da Rede de Iluminação Pública

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.3017 - Aplicações Diretas ..... R\$ 95.353,98

ORGÃO: 05 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE: 03 – DIRETORIA DE SERVIÇOS URBANOS

Projetos: 1.015 – Pavimentação de Vias Urbanas

Mod. de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.3055 - Aplicações Diretas ..... R\$ 202.874,72

ORGÃO: 06 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

UNIDADE: 02 – DIRETORIA DE ENSINO

Projetos: 1.010 – Ampl. e Reforma da Rede Física do Ensino Infantil

Mod. de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.3087 - Aplicações Diretas ..... R\$ 459.220,61

Mod. de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.3056 - Aplicações Diretas ..... R\$ 400.098,00

Mod. de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.3022 - Aplicações Diretas ..... R\$ 3.499,39

Projetos: 1.021 – Manutenção do Ensino Fundamental

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.3073 - Aplicações Diretas ..... R\$ 1.680,00

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.3074 - Aplicações Diretas ..... R\$ 126.367,07

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.3075 - Aplicações Diretas ..... R\$ 43.496,32

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.3078 - Aplicações Diretas ..... R\$ 1.442,00

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.3081 - Aplicações Diretas ..... R\$ 36.729,41

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.3082 - Aplicações Diretas ..... R\$ 6,71

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.3083 - Aplicações Diretas ..... R\$ 6.122,80

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.3085 - Aplicações Diretas ..... R\$ 2.891,42

ORGÃO: 07 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

UNIDADE: 04 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Atividades: 2.008 – Benefícios Eventuais à Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.3068 - Aplicações Diretas ..... R\$ 63.517,19

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.3070 - Aplicações Diretas ..... R\$ 20.928,56



Atividades: 2.009 – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos  
Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.3062 - Aplicações Diretas ..... R\$ 79.187,40  
Atividades: 2.011 – Programa de Atendimento Integral a Família – PAIF  
Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.3061 - Aplicações Diretas ..... R\$ 177.061,20  
Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.3066 - Aplicações Diretas ..... R\$ 4.496,82  
Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.3064 - Aplicações Diretas ..... R\$ 14.741,65  
Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.3067 - Aplicações Diretas ..... R\$ 810,30  
Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.3069 - Aplicações Diretas ..... R\$ 25,11  
Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.3065 - Aplicações Diretas ..... R\$ 43.322,86  
Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.3059 - Aplicações Diretas ..... R\$ 218,40  
Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.3060 - Aplicações Diretas ..... R\$ 5.459,61

ORGÃO: 10 – SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE

UNIDADE: 04 – FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

Atividades: 2.041 – FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.3058 - Aplicações Diretas ..... R\$ 61,47

TOTAL GERAL: ..... R\$ 2.641.563,65

Art. 2º Crédito Adicional de que trata o artigo anterior correrá a conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Gaivota, 12 de fevereiro de 2021.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

Márcio Luiz Abatti – Secretário de Administração e Finanças - designado.

## DECRETO 018/2021

Publicação Nº 2867708

DECRETO Nº 018, de 12 Fevereiro de 2021.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL AO ORÇAMENTO VIGENTE.”

EVERALDO DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso V e VII do artigo 58 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o inciso I do artigo 6º da Lei 1.070/2020,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias, conforme abaixo especificado:

ORGÃO: 05 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE: 03 – DIRETORIA DE SERVIÇOS URBANOS

Projetos: 1.015 – Pavimentação de Vias Urbanas

Mod. de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0055 - Aplicações Diretas ..... R\$ 1.000.000,00

ORGÃO: 06 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

UNIDADE: 02 – DIRETORIA DE ENSINO

Projetos: 1.010 – Ampl. e Reforma da Rede Física do Ensino Infantil

Mod. de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0087 - Aplicações Diretas ..... R\$ 200.000,00

Projetos: 1.021 – Manutenção do Ensino Fundamental

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0056 - Aplicações Diretas ..... R\$ 120.000,00

TOTAL GERAL: ..... R\$ 1.320.000,00

Art. 2º Para atender ao crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos oriundos do excesso ou provável excesso de arrecadação, verificado por fonte de recursos, conforme artigo 6º da Lei 1.070/2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Gaivota, 12 de fevereiro de 2021.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

Márcio Luiz Abatti – Secretário de Administração e Finanças - designado.

## DECRETO 019/2021

Publicação Nº 2867711

DECRETO Nº 019, de 12 Fevereiro de 2021.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL AO ORÇAMENTO VIGENTE.”

EVERALDO DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso V e VII do artigo 58 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o inciso II do artigo 6º da Lei 1.070/2020,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias, conforme abaixo especificado:

ORGÃO: 07 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BALNEÁRIO GAIVOTA

UNIDADE: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BALNEÁRIO GAIVOTA

Projetos: 1.006 – Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde

Mod. de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.3042 - Aplicações Diretas ..... R\$ 23,75

Mod. de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.3023 - Aplicações Diretas ..... R\$ 972,66

Mod. de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.3053 - Aplicações Diretas ..... R\$ 7.363,04

Projetos: 1.008 – Aquisição de Equipamentos p/ Saúde

Mod. de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.3031 - Aplicações Diretas ..... R\$ 10.425,00

Mod. de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.3048 - Aplicações Diretas ..... R\$ 49.311,21

Atividades: 2.015 – Ações Básicas de Saúde

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.3029 - Aplicações Diretas ..... R\$ 41.252,12

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.3030 - Aplicações Diretas ..... R\$ 107.509,94

Mod. de Aplicação: 3.3.93.00.00.00.00.00.3033 - Aplicações Diretas ..... R\$ 45.041,79

Mod. de Aplicação: 3.3.93.00.00.00.00.00.3039 - Aplicações Diretas ..... R\$ 22.037,79

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.3043 - Aplicações Diretas ..... R\$ 1.430,62

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.3049 - Aplicações Diretas ..... R\$ 2.181,09

Atividades: 2.016 – Programa Saúde da Família- PSF

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.3041 - Aplicações Diretas ..... R\$ 135.166,78

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.3040 - Aplicações Diretas ..... R\$ 40.398,29

Atividades: 2.018 – Ações da Vigilância Sanitária

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.3035 - Aplicações Diretas ..... R\$ 7,76

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.3034 - Aplicações Diretas ..... R\$ 7.000,00

Mod. de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.3034 - Aplicações Diretas ..... R\$ 3.000,00

Atividades: 2.017 – Ações de Vigilância Epidemiológica

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.3034 - Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

Mod. de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.3034 - Aplicações Diretas ..... R\$ 3.100,07

TOTAL GERAL: ..... R\$ 486.221,91

Art. 2º Crédito Adicional de que trata o artigo anterior correrá a conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Gaivota, 12 de fevereiro de 2021.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

Márcio Luiz Abatti – Secretário de Administração e Finanças - designado.

**DECRETO 020/2021**

Publicação Nº 2867712

DECRETO Nº 020, de 12 Fevereiro de 2021.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL AO ORÇAMENTO VIGENTE."

EVERALDO DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso V e VII do artigo 58 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 11º e 12º da Lei 1.076/2021,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias, conforme abaixo especificado:

ORGÃO: 07 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BALNEÁRIO GAIVOTA

UNIDADE: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BALNEÁRIO GAIVOTA Atividades: 2.015 – Ações Básicas de Saúde

Mod. de Aplicação: 3.1.71.00.00.00.00.00.0072 - Aplicações Diretas ..... R\$ 51.666,60

Mod. de Aplicação: 3.3.71.00.00.00.00.00.0072 - Aplicações Diretas ..... R\$ 9.694,44

Mod. de Aplicação: 4.4.71.00.00.00.00.00.0072 - Aplicações Diretas ..... R\$ 1.172,76

TOTAL GERAL: ..... R\$ 62.533,80

Art. 2º Para atender ao crédito adicional no artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulações das seguintes dotações orçamentárias:

ORGÃO: 07 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BALNEÁRIO GAIVOTA

UNIDADE: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BALNEÁRIO GAIVOTA Atividades: 2.015 – Ações Básicas de Saúde

Mod. de Aplicação: 3.3.93.00.00.00.00.00.0072 - Aplicações Diretas ..... R\$ 62.533,80

TOTAL GERAL: ..... R\$ 62.533,80

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Gaivota, 12 de fevereiro de 2021.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

Márcio Luiz Abatti – Secretário de Administração e Finanças - designado.

**EXTRATO DE ADITIVO Nº 01 010-2021\_PREF**

Publicação Nº 2867859

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA

ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

1º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/2021/PREF

OBJETO: O termo aditivo tem por objeto a renovação do prazo de vigência do contrato de origem acima mencionado, cujo objeto é a locação de duas salas comerciais, totalizando em 70 m² aproximadamente, no imóvel situado no lote 15 (quinze) da quadra 16 A (dezesesseis-a), Avenida Santa Catarina, nº 282, Bairro Praia Gaivota, Balneário Gaivota - SC, que servirá para a continuidade da instalação da Biblioteca Pública Municipal e do Tele Centro Comunitário. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA. CONTRATADA: Ari Martins Zanol VIGÊNCIA: 01/03/2021 a 31/03/2022. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990. Balneário Gaivota/SC, 17 de fevereiro de 2021. Everaldo dos Santos - Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE ADITIVO Nº 01 018-2021\_PREF**

Publicação Nº 2867866

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA

ADITIVO DE SUPRESSÃO CONTRATUAL

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

1º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 018/2021/PREF

OBJETO: Fica, em consonância com o art. 65, inciso I, alínea "b", §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 8.666/93, suprimido em R\$ 1.000,00 (Hum mil reais) o valor mensal do Contrato Administrativo nº 18/2021, passando o valor global do presente contrato de R\$ 126.500,00 (Cento e vinte e seis mil e quinhentos reais) para R\$ 115.500,00 (Cento e quinze mil e quinhentos reais). CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO

GAIVOTA CONTRATADA: Mult Engenharia Ltda. VIGÊNCIA: 01/02/2021 a 31/12/2021. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Balneário Gaivota/SC, 01 de fevereiro de 2021. Everaldo dos Santos - Prefeito Municipal.

#### **EXTRATO DE ADITIVO Nº 01 02-2021\_PREF**

Publicação Nº 2867829

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA

ADITIVO DE SUPRESSÃO CONTRATUAL

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

1º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2021/PREF

OBJETO: Fica, em consonância com o art. 65, inciso I, alínea "b", §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 8.666/93, suprimido em R\$ 1.000,00 (Hum mil reais) o valor mensal do Contrato Administrativo nº 02/2021, passando o valor global do presente contrato de R\$ 11.500,00 (Onze mil e quinhentos reais) para R\$ 10.500,00 (Dez mil e quinhentos reais). CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA CONTRATADA: Mult Engenharia Ltda. VIGÊNCIA: 27/01/2021 a 31/01/2021. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Balneário Gaivota/SC, 27 de janeiro de 2021. Everaldo dos Santos - Prefeito Municipal.

#### **EXTRATO DE ADITIVO Nº 01 048-2020\_PREF**

Publicação Nº 2867754

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA

ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

1º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 048/2020/PREF

OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a renovação do prazo de vigência do contrato de origem acima mencionado, cujo objeto é "aquisição de Duas retroescavadeira 0km, ano 2020/2020 com tração 4x4, para a Sec. De Agricultura, Pesca e meio Ambiente". CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA CONTRATADA: ENGEPECAS EQUIPAMENTOS LTDA. VIGÊNCIA: 04/01/2021 a 01/02/2021. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990. Balneário Gaivota/SC, 04 de janeiro de 2021. Everaldo dos Santos - Prefeito Municipal.

#### **EXTRATO DE ADITIVO Nº 01 068-2020\_PREF**

Publicação Nº 2867759

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA

ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

1º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 068/2020/PREF

OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a renovação do prazo de vigência do contrato de origem acima mencionado, cujo objeto é "execução de pavimentação com lajotas da Rua Martinho Bernadino Ferreira - Rua 06, em Balneário Gaivota/SC, conforme localização, condições e quantitativos constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e projeto básico". O prazo de vigência previsto na cláusula segunda, do contrato original fica então prorrogado pelo período de 18 de Janeiro de 2021 até 01 de Março de 2021. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA CONTRATADA: FABSUL PAVIMENTAÇÕES LTDA. VIGÊNCIA: 18/01/2021 a 01/03/2021. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Balneário Gaivota/SC, 18 de janeiro de 2021. Everaldo dos Santos - Prefeito Municipal.

#### **EXTRATO DE ADITIVO Nº 01 097-2020\_PREF**

Publicação Nº 2867835

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA

ADITIVO DE SUPRESSÃO CONTRATUAL

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

1º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 097/2020/PREF

OBJETO: Fica, em consonância com o art. 65, inciso I, alínea "b", §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 8.666/93, suprimido em R\$ 120.483,82 (cento e vinte mil, quatrocentos e oitenta e três reais e oitenta e dois centavos) do valor global do Contrato Administrativo nº 97/2020, passando o valor global do presente contrato de R\$ 252.738,57 (duzentos e cinquenta e dois mil setecentos e trinta e oito reais e cinquenta e sete centavos) para R\$ 132.254,75 (Cento e trinta e dois mil e duzentos e cinquenta e quatro reais e setenta e cinco centavos). CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA CONTRATADA: FABSUL PAVIMENTAÇÕES LTDA. VIGÊNCIA: 01/02/2021 a 20/05/2021. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Balneário Gaivota/SC, 01 de fevereiro de 2021. Everaldo dos Santos - Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE ADITIVO Nº 01 098-2020\_PREF**

Publicação Nº 2867836

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA

ADITIVO DE SUPRESSÃO CONTRATUAL

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

1º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 098/2020/PREF

OBJETO: Fica, em consonância com o art. 65, inciso I, alínea "b", §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 8.666/93, suprimido em R\$ 121.065,45 (cento e vinte e um mil, sessenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos) do valor global do Contrato Administrativo nº 98/2020, passando o valor global do presente contrato de R\$ 246.888,90 (duzentos e quarenta e seis mil, oitocentos e oitenta e oito reais e noventa centavos) para R\$ 125.823,45 (Cento e vinte e cinco mil e oitocentos e vinte e três reais e quarenta e cinco centavos). CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA CONTRATADA: FABSUL PAVIMENTAÇÕES LTDA. VIGÊNCIA: 01/02/2021 a 20/05/2021. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Balneário Gaivota/SC, 01 de fevereiro de 2021. Everaldo dos Santos - Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE ADITIVO Nº 02 031-2020\_PREF**

Publicação Nº 2867280

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA

ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

2º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 031/2020/PREF

OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a renovação do prazo de vigência do contrato de origem acima mencionado, cujo objeto é "Contratação de empresa do ramo pertinente especializada para a locação, montagem e desmontagem de sanitários ecológicos, por diária, para atender as necessidades dos eventos realizados no projeto no exercício de 2021". CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA. CONTRATADA: GUIMARAES SANEAMENTO PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI. VIGÊNCIA: 22/02/2021 a 21/02/2022. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990. Balneário Gaivota/SC, 17 de fevereiro de 2021. Everaldo dos Santos - Prefeito Municipal.

**PORTARIA 048/2021**

Publicação Nº 2867734

PORTARIA Nº. 048, de 17 de Fevereiro de 2021.

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o estabelecido no inciso V do artigo 58 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 10 da Lei 341/2003 e a Lei 002/97 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada para responder pelo Fundo Municipal de Saúde, ficando responsável perante o CNPJ nº 11.425.649/0001-70 e pela Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota/SC, a servidora DAIANE DABOIT DA ROSA MELO, portadora da matrícula nº 1261.

Art. 2º A referida servidora fica concedida a Função Gratificada de Assessor Especial II de nível FG-7.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/02/2021. Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Gaivota, 17 de Fevereiro de 2021.

EVERALDO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

Márcio Luiz Abatti – Secretário de Administração e Finanças - designado.

**PORTARIA 049/2021**

Publicação Nº 2867833

PORTARIA Nº. 049, de 17 de Fevereiro de 2021.

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o estabelecido no inciso V do artigo 58 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 10 da Lei 341/2003 e a Lei 002/97 e suas alterações,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica designada para responder pela Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota/SC, a servidora Grasiela Speck Eufrásio, portadora da matrícula nº 2811.

Art. 2º A referida servidora fica concedida a Função Gratificada de Assessor Especial I de nível FG-6.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/02/2021. Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Gaivota, 17 de Fevereiro de 2021.

EVERALDO DOS SANTOS  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

Márcio Luiz Abatti – Secretário de Administração e Finanças - designado.



# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 020/2021

Publicação Nº 2867573

#### DECRETO Nº 020/2021

Dispõe sobre as Aplicações dos Recursos Financeiros do Regime Próprio de Previdência Social e Nomeia Membros e Constitui o COMITÉ DE INVESTIMENTOS no Âmbito Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Balneário Piçarras - IPRESP e Aprova o Regimento Interno do Comitê de Investimentos e Dá Outras Providências.

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art.90, VII, da Lei Orgânica do Município, e também, em conformidade com o disposto na Resolução BACEN nº 3922/2010, e nas Portarias do Ministério da Previdência Social nº 170 de 25 de abril de 2012 e nº 440 de 09 de outubro de 2013,

Considerando a necessidade de assegurar a melhoria da rentabilidade do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Balneário Piçarras - IPRESP;

Considerando a necessidade de garantir atendimento de melhor qualidade ao contribuinte do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Balneário Piçarras - IPRESP;

Considerando a necessidade de aprimorar os instrumentos de ação da Administração Municipal, DECRETA:

Art. 1º Fica constituído o COMITÉ DE INVESTIMENTOS do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Balneário Piçarras - IPRESP, que tem como objetivos principais - Auxiliar o Órgão gestor nas decisões relativas à aplicação dos recursos garantidores, observada a legislação, a Política de Investimentos do mesmo e as disposições do Regimento; e proporcionar maior transparência ao processo decisório concernente às aplicações financeiras do RPPS e demais dispositivos legais, composto pelos seguintes servidores:

Membros Titulares:

I SILVANA DALLAGNOL - Matrícula 2799, Cargo Estatutário de Especialista em Finanças, CPF nº 033.460.479-62;

II ROSANI CESÁRIO PEREIRA - Matrícula 16, Cargo Estatutário de Especialista em Administração, CPF nº 576.380.989-00.

III AGDA SOLANGE - Matrícula 4021, Cargo Estatutário de Agente Jurídico, CPF nº 734.547.619-72;

Membro Suplente:

I - MARIA OLINDIA VEIRA - Matrícula 1579, Cargo Estatutário de Auxiliar Administrativo III, CPF nº 035.783.709-67;

Art. 2º O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Balneário Piçarras - IPRESP é membro nato do Comitê de Investimentos com direito a voz e voto, cabendo ao mesmo o voto de desempate quando necessário.

Parágrafo único. O Diretor Presidente do RPPS e a maioria dos membros do Comitê de Investimentos deverão possuir a Certificação mínima exigida pela Resolução 3922/10 ou a que venha substituí-la e também em acordo ao condão na Portaria MPS nº 440/13.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, juntamente com Anexo Único Regimento Interno do Comitê de Investimentos que faz parte integrante deste instrumento.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Balneário Piçarras (SC), 10 de fevereiro de 2021.

TIAGO MACIEL BALTT

Prefeito Municipal

#### ANEXO ÚNICO

#### REGIMENTO INTERNO COMITÉ DE INVESTIMENTOS IPRESP

#### TÍTULO I

##### DA CARACTERIZAÇÃO E DOS OBJETIVOS

Art. 1º O IPRESP, nos termos da Lei nº 132/2017, caracteriza-se como instituição sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito público interno, com patrimônio e receitas próprias, com autonomia administrativa, técnica e financeira.

Art. 2º O IPRESP é ente de cooperação governamental, no cumprimento de suas obrigações, compreendendo os Programas de Seguridade Funcional em conformidade com a Constituição Federal, que são beneficiários os servidores públicos municipais, seus dependentes, aposentados e pensionistas, pelo Município de Balneário Piçarras.

#### CAPÍTULO ÚNICO

#### DO COMITÉ DE INVESTIMENTOS

#### SEÇÃO I

##### DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º O Comitê de Investimentos, como órgão de gerenciamento, normatização e deliberação é composto por 03 (três) Membros Titulares e por 01 (um) membro suplente, todos escolhidos entre pessoas com reconhecida capacidade sendo os 04 (quatro) membros indicados pelo Prefeito Municipal de Balneário Piçarras através do competente Ato Oficial.

§ 1º Os membros do Comitê de Investimentos deverão possuir a condição obrigatória de servidores ou ocupantes de cargos efetivos da municipalidade e filiados ao IPRESP.

§ 2º O Diretor-Presidente do IPRESP é membro nato do Comitê de Investimentos, com direito a voz, voto, inclusive voto de desempate quando necessário e homologação das decisões do Comitê de Investimentos.

§ 3º O mandato dos membros do Comitê de Investimentos será de 2 (dois) anos, sem remuneração pelo exercício do cargo, permitida a recondução, sendo obrigatória a renovação de 1/3 (um terço) dos membros a cada mandato.



§ 4º As reuniões do Comitê de investimentos apenas poderão ser promovidas com a presença dos 3 (três) membros, sendo permitida a presença do membro suplente que não terá direito a voto, salvo quando da ausência justificada do membro titular.

§ 5º O Comitê de Investimentos reunir-se-á ordinariamente a cada 02 (dois) meses e extraordinariamente mediante convocação do Diretor Presidente do IPRESP ou por necessidades quando houver situações de oportunidades de mercado, de oscilações do mercado financeiro e dos fundos de investimentos onde o IPRESP é investidor.

Art. 4º Para poder integrar o Comitê de Investimentos, o Diretor Presidente do RPPS e a maioria dos membros, conforme disciplinado na Portaria nº 440/13 do MPS, deverão apresentar a certificação de qualificação de mercado financeiro exigida pela legislação do MPS e Bacen e prova de sua validade.

## SEÇÃO II DA COMPETÊNCIA

Art. 5º Compete ao Comitê de Investimentos do IPRESP zelar pelos seus compromissos, diretrizes e objetivos, buscando de forma constante e permanente, que a Instituição se comprometa com a garantia do nível de excelência e de qualidade no encaminhamento, solução e execução das matérias levadas a seu exame ou que lhe são pertinentes, buscando assegurar, em suas decisões, opiniões, votos e atos, a efetividade, êxito e a garantia de perenidade do IPRESP, e, principalmente:

I - Estabelecer as diretrizes gerais da política de investimentos de gestão financeira do Instuto em conjunto com o Conselho Administrativo e Direção Executiva do IPRESP;

II - Propor e aprovar os planos de aplicação financeira dos recursos do Instuto, bem como de seu patrimônio;

III - Apreciar os cenários econômico-financeiro de curto, médio e longo prazo;

IV - Observar e aplicar os limites de alocações em fundos de acordo às normas do BACEN;

V - Praticar na íntegra os conceitos estabelecidos na Resolução 3.922/10 ou a que vier substituí-la ou complementá-la, juntamente com mais dispositivos legais do MPS - Ministério da Previdência Social;

VI - Elaborar e votar o Regimento Interno do Comitê de Investimentos;

VII - Realizar avaliação das Instituições Financeiras conforme Questionário de Avaliação padrão AMBIMA (Due Diligence) já implantado pelo IPRESP;

VIII - Propor após as devidas análises a aplicação em novas Instituições Financeiras;

IX - Propor quando necessário à revisão da Política de Investimentos do IPRESP;

X - Recomendar a adoção de melhores estratégias para as aplicações dos recursos, visando o cumprimento e a superação da Meta Atuarial;

XI - Analisar as taxas de juros, de administração e de performance das aplicações existentes e as que vierem ser realizadas;

XII - Fornecer subsídios a Direção Executiva e ao Conselho de Administração na seleção de Gestores, bem como se for o caso a recomendação de exclusões que julgar procedente;

XIII - Praticar os demais atos atribuídos pelas legislações específicas e vigentes.

## SEÇÃO III DA POSSE E DA DURAÇÃO DO MANDATO

Art. 6º Os Membros Titulares e Suplente serão nomeados pelo Prefeito Municipal, após comprovada idoneidade criminal e administrativa, tomarão posse de seus respectivos cargos em imediato a publicação da citada nomeação e com Ata lavrada em livro próprio.

Parágrafo único. Será de 2 (dois) anos o mandato dos Membros titulares e Suplentes.

## SEÇÃO IV DO FUNCIONAMENTO

Art. 7º As reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente do IPRESP.

§ 1º As reuniões serão ordinárias e extraordinárias, sendo aquelas realizadas conforme medida da necessidade do comportamento do mercado financeiro.

§ 2º Na última sessão de cada reunião ordinária, marcar-se-á a reunião ordinária seguinte e essa decisão terá força de uma convocação formal.

Art. 8º A Ordem do Dia, organizada pelo Diretor Presidente do IPRESP, será comunicada previamente a todos os membros, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para as reuniões ordinárias e para as reuniões extraordinárias com o mínimo de 02 (duas horas) de antecedência.

Art. 9º As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pelo Diretor Presidente do IPRESP, Prefeito Municipal ou por qualquer dos membros do Comitê de Investimentos.

Parágrafo único. A convocação deve ser enviada aos Membros titulares e suplente com informação expressa das razões de urgência que motivaram tal convocação.

Art. 10 O direito de voto será exercido pelo Membro Efetivo ou, na ausência deste, pelo suplente.

Parágrafo único. Fica facultado ao Membro Suplente, comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias, tendo sempre direito à voz e, na ausência do Conselheiro Titular, com direito a voto.

Art. 11 O Comitê de Investimentos reunir-se-á com a presença da maioria absoluta dos Membros e deliberará por maioria simples dos presentes.

Art. 12 Quando houver empate na votação de uma matéria, o Presidente do Comitê de Investimentos tem o voto de desempate.

Parágrafo único. O Diretor-Presidente do IPRESP, participa das reuniões do Comitê de Investimentos, com direito a voz, voto, voto de desempate quando necessário e a homologação das decisões.

Art. 13 Ao ocorrer vacância definitiva do cargo de Membro Efetivo ou Suplente, por motivos legais, os novos Membros serão substituídos por servidores que possuam as mesmas qualificações.

Art. 14 É vedado aos Membros do Comitê de Investimentos efetuarem negócios de qualquer natureza, direta ou indiretamente relacionados com o IPRESP junto às instituições financeiras, não sendo consideradas como tal, movimentações de seus recursos particulares e laborai funcional.

Art. 15 Os Membros perceberão remuneração pelo desempenho de suas funções.

Parágrafo único. Em acordo as normas do MPS, poderá ser utilizado valor referente aos recursos da Taxa Administrativa para custeio de diárias com valor igual a diária ao cargo de Diretor do IPRESP, além de pagamentos de inscrições e transportes para participação de cursos, palestras, treinamentos, certificação e congressos que sejam realizados fora do município de Balneário Piçarras e que tenham como motivo assuntos do mercado financeiro ligados ao RPPS.

Art. 16 O Diretor Presidente do IPRESP deverá apresentar em cada reunião ordinária, uma exposição detalhada, sobre os assuntos financeiros do IPRESP durante o período transcorrido da última reunião ordinária ou outras exposições que os Membros solicitarem.

Art. 17 As atas deverão conter:

- a) O número da reunião por extenso, em ordem sucessiva e cronológica;
- b) O lugar, data e hora da reunião;
- c) A relação dos nomes dos integrantes do Comitê de Investimentos presentes e dos ausentes, com ou sem licença ou aviso; d) A Ordem do Dia;
- e) O resumo das exposições e a decisão tomada em cada assunto;
- f) A hora em que houver terminado a reunião.

Art. 18 As atas do Comitê de Investimentos serão lidas na presente reunião e, após votadas e aprovadas, serão assinadas pelos membros presentes e homologadas pelo Diretor Presidente do IPRESP.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19 O Membro do Comitê de Investimentos que, sem justa motivação, faltar a duas sessões consecutivas ou quatro alternadas durante o exercício, terá seu mandato declarado extinto.

Art. 20 Os casos omissos no presente Regimento, serão resolvidos pela Diretoria Executiva do IPRESP e pelos Membros do Comitê de Investimentos, atendendo as disposições legais e normatizações do MPS Ministério da Previdência Social e normatizações do BACEN e demais órgãos que disciplinam o Sistema Financeiro Nacional.

Art. 21 As reuniões do Comitê de Investimentos ocorrerão na sede do Instituto ou paço municipal.

§ 1º Se, no início da reunião, não houver quórum suficiente será aguardado o prazo de 15 (quinze) minutos para a composição do número legal.

§ 2º Esgotado o prazo referido no § 1º sem que haja quórum, o Presidente do Comitê de Investimentos convocará nova reunião, que se realizará no prazo mínimo de 24(vinte e quatro) horas.

§ 3º As convocações para as reuniões ordinárias e ou extraordinárias poderão ser realizadas através de notificações individuais devidamente protocoladas ou através de meio eletrônico (e-mail);

§ 4º O Membro titular que não puder comparecer as reuniões por motivos justificáveis, deverá convocar o membro suplente.

Art. 22 Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 23 Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Balneário Piçarras (SC), 10 de fevereiro 2021.

TIAGO MACIEL BALLT

## DECRETO Nº 022/2021

Publicação Nº 2867575

### DECRETO Nº 022/2021

Nomeia Membros para Comissão de Monitoramento e Avaliação da Lei Federal nº 13.019/2014, no Município de Balneário Piçarras.

Tiago Maciel Baltt, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o inciso VII, do artigo 90, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO as exigências da Lei Federal nº 13019/2014, de 31 de julho de 2014;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 030/2017, de 31/03/2017, Art. 13;

#### DECRETA:

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituída junto à Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras a Comissão de Monitoramento e Avaliação da Lei Federal nº 13019/2014, composta pelos seguintes membros:

Carlos Herbert Stoebeal, brasileiro, solteiro, matrícula nº 11550, ocupante do cargo efetivo de Especialista em Finanças, CPF/MF nº 059.645.929-70, residente e domiciliado na Rua Jaguari, nº 468 - Centro - Balneário Piçarras-SC.

Elaine Cristina Suzuki, brasileira, solteira, matrícula nº 11528, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, CPF/MF nº 934.661.109-04, residente e domiciliada na Rua Antônio Zimmermann, nº 613 - Itacolomi - Penha-SC.

Douglas John, brasileiro, solteiro, matrícula nº 11845, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo III, CPF/MF nº 041.197.849-75, residente e domiciliado na Rua Araguaçu nº 366 - Rio Pequeno - Camboriú-SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Este Decreto revoga as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Balneário Piçarras/SC, 15 de fevereiro de 2021.

Tiago Maciel Baltt

Prefeito Municipal

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO SAÚDE PROCESSO SELETIVO 001/2021**

Publicação Nº 2868176

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2021  
PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 01/2019

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Art. 37, da Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, no Art. 90, IX, considerando a homologação do Resultado do Processo Seletivo objeto do Edital nº 001/2019, TORNA PÚBLICA A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS, descrito abaixo para o provimento de cargos do quadro da Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras:

Nome do Candidato	Cargo	Classificação
Maria Fernanda Pinto	Médico ESF 20h	11º
Pedro Otavio Rogowski	Médico ESF 20h	12º
Jorge Oberhofer Chammas	Médico ESF 20h	13º
Raquel Tani Suga	Médico ESF 20h	14º
Amanda Elisa Zajankauskas	Médico ESF 40h	12º
Caroline Marconatto Flores	Médico ESF 40h	13º
Karin Lisiany de Pontes	Médico ESF 40h	14º
Andriele Pacheco Fernandes	Técnico em Enfermagem ESF 40h	18º
Andrea do Prado	Técnico em Enfermagem ESF 40h	19º
Maria Lucia Fogaça Podolano	Técnico em Enfermagem ESF 40h	20º
Roseleia Kirschner	Técnico em Enfermagem ESF 40h	21º
Kendi Sato	Professor em Educação Física	01º
Paula Cristiane Becker Guggiana	Cirurgiã-Dentista	07º

A entrega dos documentos constantes no Rol do Anexo I do referido Edital, deverão ser entregues junto ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Secretaria Municipal de Saúde de Balneário Piçarras, situada na Rua Paulo Amandio de Borba, 535, Santo Antônio, Balneário Piçarras/SC, em até 15 dias corridos contados a partir do recebimento deste comunicado, no horário das 8:00 às 12h e das 13:30 às 17:00 min. O exame de saúde admissional deverá ser realizado com o médico do trabalho do município na data mais próxima ofertada após o recebimento do edital de convocação. Em caso de desistência da vaga, o candidato deverá apresentar declaração assinada informando que não tem interesse em assumir o cargo e também encaminhar uma via pelo correio eletrônico utilizado para fazer a inscrição no concurso público.

Balneário Piçarras (SC), 17 de fevereiro de 2021.

TIAGO MACIEL BALTT  
PREFEITO MUNICIPAL

**EDITAL FINAL PROCESSO SIMPLIFICADO SAÚDE Nº001/2021**

Publicação Nº 2868877

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO  
EDITAL No 01/2021

A Comissão do Processo Seletivo torna público o edital de abertura para realização de Processo Seletivo destinado ao preenchimento de vagas temporárias para o quadro de pessoal da Secretaria de Saúde do Município de Balneário Piçarras, que se regerá pelas Leis nº 79/2004; 99/2015 e 107/2016, suas alterações e pelas normas estabelecidas neste edital.

**1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

- 0.1. Os cargos objeto do Processo Seletivo, os valores dos respectivos vencimentos, o número de vagas e a jornada de trabalho são os constantes do Anexo I deste Edital.
- 0.2. As condições de habilitação, a descrição sumária dos cargos, o processo seletivo e as demais informações próprias de cada cargo constarão de instruções específicas, expressas nos Apensos e Anexos deste documento.
- 0.3. O candidato para se inscrever deve procurar o setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde na Rua Paulo Amandio de Borba, 535 – Bairro Santo Antônio – Balneário Piçarras.
- 0.4. Para efeito do que dispõe o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal, bem como o parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 1331 de 31 de agosto de 2007, serão reservados aos portadores de deficiência 5% (cinco por cento) do número de vagas de cada cargo, para aquelas vagas que possuem mais de 5 vagas no total para o cargo.
- 0.5. O disposto no subitem 1.4 não terá incidência nos casos em que a aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) implique, na prática, em majoração indevida do percentual mínimo fixado.
- 0.6. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo poderão ser designados para as vagas existentes em qualquer unidade de serviço, de acordo com as necessidades do Município de Balneário Piçarras.
- 1.7. O Processo Seletivo Simplificado destina-se ao provimento de cargo por tempo determinado a fim de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sempre no interesse do Município de Balneário Piçarras, observada a ordem classificatória dos candidatos.
- 1.8. O Processo Seletivo Simplificado será realizado sob a responsabilidade da Secretaria de Gestão de Pessoas do Município, coordenado por Comissão específica, obedecidas as normas do presente Edital.
- 1.9. O Edital, seus anexos, bem como em eventuais alterações e comunicações serão publicados no Diário Oficial do Município de Balneário

Piçarras. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar, no endereço eletrônico [www.balneariopicarras.atende.net](http://www.balneariopicarras.atende.net), a publicação de todos os atos referentes a este Processo Seletivo Simplificado.

1.10. O Processo Seletivo Simplificado terá validade de noventa (90) dias a contar da data do ato de homologação do resultado final.

1.11. Os documentos relacionados a seguir são parte integrante do presente Edital de Processo Seletivo Simplificado:

Apenso I : Dos cargos, carga horária e vagas

Apenso II: Documentação

Anexo I: Requerimento vaga PcD

Anexo II: Ficha de Inscrição

## 1. REQUISITOS BÁSICOS PARA CONTRATAÇÃO

1.1. Ter nacionalidade brasileira ou equivalente;

1.2. Estar em pleno gozo dos direitos políticos;

1.3. Estar quites com as obrigações militares e eleitorais;

1.4. Nível de escolaridade e capacitação técnica exigida para o exercício do cargo;

1.5. Idade mínima de 18 (dezoito) anos;

1.6. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo;

1.7. Apresentar, quando se tratar de profissão regulamentada, no ato da posse, o competente registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;

1.8. Apresentar declaração de não possuir acúmulo de cargo público, exceto aqueles previstos na Lei.

1.9. Apresentar declaração firmada pelo interessado na qual conste não haver sofrido condenação definitiva por crime doloso ou contravenção, nem penalidade disciplinar de demissão a bem do serviço público no exercício de função pública qualquer.

## 2. VAGAS DESTINADAS AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

3.1. Às pessoas com deficiência (PcD) é assegurado o direito de se inscrever neste Processo Seletivo Simplificado desde que as atribuições do cargo pretendido sejam compatíveis com a deficiência e a eles serão reservados o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) das vagas a serem preenchidas, de acordo com o artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal, Lei Federal nº 8.112/1990, Lei Federal nº 13.146/2015, Lei Federal nº 7.853/1989, Decreto Federal nº 3.298/1999, bem como os portadores de visão monocular conforme discriminado neste Edital.

3.2. O primeiro candidato pessoa com deficiência (PcD) classificado no Processo Seletivo Simplificado será convocado para ocupar a quinta vaga aberta, enquanto os demais serão convocados a cada intervalo de vinte vagas providas.

3.3. Consideram-se pessoas com deficiência (PcD) aquelas que se enquadrem nas categorias discriminadas no Artigo 4º do Decreto Federal 3.298/99, da Lei 13.146/15, bem como os portadores de visão monocular.

3.4. O candidato pessoa com deficiência (PcD) deverá também disponibilizar no ato da inscrição os documentos de 1 à 5:

1) Documento pessoal com foto: serão considerados documentos de identificação pessoal: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelo Corpo de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público e da Magistratura; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (com foto);

2) Cadastro de pessoas físicas (CPF);

3) Requerimento preenchido para concorrer às vagas reservadas conforme modelo constante neste documento;

4) Laudo Médico comprobatório da deficiência que deverá atender cumulativamente aos seguintes requisitos:

a) Atestar a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como provável causa da deficiência;

b) Ser emitido assinado por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina (o número do CRM deverá constar no Laudo Médico);

c) Ter sido emitido de forma legível e no máximo há 6 (seis) meses da data de publicação deste Edital.

5) A documentação enviada após o encerramento das inscrições, ou em desacordo com o item 5.4, será considerada intempestiva e não será analisada. Neste caso, o candidato não concorrerá as vagas reservadas e figurará na classificação de ampla concorrência.

3.5. Os laudos médicos terão valor somente para este Processo Seletivo Simplificado, não sendo devolvidos aos candidatos.

3.6. As pessoas com deficiência (PcD), resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal 3.289/99, particularmente em seu Artigo 4º, participarão do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere à avaliação e aos critérios de classificação exigidos para os demais candidatos.

3.7. O candidato classificado para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, será submetido à avaliação médica ocupacional, após a convocação, para verificação da deficiência e da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo.

3.8. Os candidatos pessoa com deficiência (PcD) classificados, além de figurarem na classificação de ampla concorrência, terão seus nomes publicados na classificação das vagas reservadas, constando em ambas, a pontuação final e classificação ordinal em cada uma das listas.

3.9. O candidato pessoa com deficiência (PcD) cuja classificação permita que seja chamado na primeira convocação, mesmo sem a reserva, não deve ser computado para a reserva a ser cumprida no Processo Seletivo Simplificado, passando-se ao próximo candidato da classificação de ampla concorrência

3.10. Caso o candidato pessoa com deficiência (PcD) seja considerado inapto para o cargo, será convocado o candidato imediatamente posterior. Vaga reservada e não provida por falta de candidatos pessoas com deficiência (PcD) ou por reprovação dos concorrentes será revertida para a classificação de ampla concorrência.

## 3. INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

3.1. Período: de 12 de fevereiro de 2021 a 19 de fevereiro de 2021, presencialmente, no setor de Recursos Humanos da Secretaria de



Saúde, na Rua Paulo Amandio de Borba, 535 – Bairro Santo Antônio, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h00.

3.2. Nos dias 22, 23 e 24 de fevereiro acontecerá a análise da documentação e apuração pela Comissão. No dia 25 ocorrerá a publicação dos resultados.

3.3. O candidato será responsável por qualquer erro ou omissão no preenchimento da ficha de inscrição, não sendo permitido pedido de retificação de dados após o encerramento do prazo das inscrições, exceto atualização de endereço.

#### 4.2.1 Do protocolo sanitário

O candidato deve comparecer ao local de inscrição utilizando máscara para proteção à COVID- 19 podendo portar álcool em gel ou líquido antisséptico (70%). A máscara deve cobrir totalmente o nariz e a boca do participante e estar no rosto desde a sua entrada até sua saída do local.

Será de responsabilidade do candidato levar máscara e álcool para seu uso durante a inscrição.

### 4. DOS CARGOS E ATRIBUIÇÕES

4.1. Os cargos objetos deste Processo Seletivo Simplificado, as respectivas vagas, carga horária, remuneração, atividades, escolaridade e requisitos estão indicados no APENSO I.

4.2. Os candidatos aprovados e classificados poderão ser convocados para (atender a necessidade temporária de excepcional interesse público) o preenchimento das vagas que vierem a surgir no Quadro Único da pasta da Saúde, dentro do prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.

4.3. São requisitos legais para o ingresso no serviço público municipal, devendo o candidato atender e comprovar cumulativamente no ato da convocação, apresentando prova de:

a) ter nacionalidade brasileira, ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado das prerrogativas dos Decretos números 70.391 de 12 de abril de 1972 e

70.436 de 18 de abril de 1972 e Artigo 12, § 1º da Constituição Federal do Brasil;

b) encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;

c) estar quite com as obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, também com as militares;

d) cumprir as regras estabelecidas neste Edital;

e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos;

f) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, que será comprovada por meio de Atestado de Saúde Ocupacional;

g) não ter sofrido pena de demissão ou de destituição de cargo público, no Município de Balneário Piçarras ou outro ente público, nos últimos 05 (cinco) anos;

h) não exercer outro emprego, cargo, ou função pública e não possuir aposentadoria, no serviço público, em qualquer das esferas de governo, ressalvadas as exceções constitucionais, apresentando declaração própria sobre essa condição;

i) ter sido classificado no Processo Seletivo Simplificado e possuir todos os requisitos específicos exigidos para o cargo

### 5. DAS INSCRIÇÕES

5.1. A inscrição será efetuada, exclusivamente, in loco no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde.

5.2. Não haverá cobrança de taxa de inscrição para este Processo Seletivo Simplificado.

5.3. A etapa de inscrição é composta pelo cadastro dos dados pessoais, seleção do cargo e títulos que se refere este Processo Seletivo Simplificado.

5.4. Não serão admitidas inscrições fora do período de inscrição estabelecido no item 5.3.

5.5. Em qualquer situação, caso seja verificada a existência de mais de uma inscrição para o mesmo candidato, serão canceladas as mais antigas e considerado válida a última inscrição concluída.

5.6. A inscrição do candidato importa no conhecimento e na aceitação tácita das normas e condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

### 6 DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PcD)

6.1. Às pessoas com deficiência (PcD) é assegurado o direito de se inscrever neste Processo Seletivo Simplificado desde que as atribuições do cargo pretendido sejam compatíveis com a deficiência e a eles serão reservados o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) das vagas a serem preenchidas, de acordo com o artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal, Lei Federal nº 8.112/1990, Lei Federal nº 13.146/2015, Lei Federal nº 7.853/1989, Decreto Federal nº 3.298/1999, bem como os portadores de visão monocular conforme discriminado neste Edital.

6.2. O primeiro candidato pessoa com deficiência (PcD) classificado no Processo Seletivo Simplificado será convocado para ocupar a quinta vaga aberta, enquanto os demais serão convocados a cada intervalo de vinte vagas providas.

6.3. Consideram-se pessoas com deficiência (PcD) aquelas que se enquadrem nas categorias discriminadas no Artigo 4º do Decreto Federal 3.298/99, da Lei 13.146/15, bem como os portadores de visão monocular.

6.4. O candidato pessoa com deficiência (PcD) deverá também disponibilizar no ato da inscrição os documentos de 1 à 5:

1) Documento pessoal com foto: serão considerados documentos de identificação pessoal: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelo Corpo de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público e da Magistratura; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (com foto);

2) Cadastro de pessoas físicas (CPF);

3) Requerimento preenchido para concorrer às vagas reservadas conforme modelo constante neste documento;

4) Laudo Médico comprobatório da deficiência que deverá atender cumulativamente aos seguintes requisitos:

a) Atestar a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como provável causa da deficiência;

b) Ser emitido assinado por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina (o número do CRM deverá constar no Laudo Médico);

c) Ter sido emitido de forma legível e no máximo há 6 (seis) meses da data de publicação deste Edital.

5) A documentação enviada após o encerramento das inscrições, ou em desacordo com o item 5.4, será considerada intempestiva e não será analisada. Neste caso, o candidato não concorrerá as vagas reservadas e figurará na classificação de ampla concorrência.

6.5. Os laudos médicos terão valor somente para este Processo Seletivo Simplificado, não sendo devolvidos aos candidatos.

6.6. As pessoas com deficiência (PcD), resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal 3.289/99, particularmente em seu Artigo 4º, participarão do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere à avaliação e aos critérios de classificação exigidos para os demais candidatos.

6.7. O candidato classificado para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, será submetido à avaliação médica ocupacional, após a convocação, para verificação da deficiência e da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo.

6.8. Os candidatos pessoa com deficiência (PcD) classificados, além de figurarem na classificação de ampla concorrência, terão seus nomes publicados na classificação das vagas reservadas, constando em ambas, a pontuação final e classificação ordinal em cada uma das listas.

6.9. O candidato pessoa com deficiência (PcD) cuja classificação permita que seja chamado na primeira convocação, mesmo sem a reserva, não deve ser computado para a reserva a ser cumprida no Processo Seletivo Simplificado, passando-se ao próximo candidato da classificação de ampla concorrência.

6.10. Caso o candidato pessoa com deficiência (PcD) seja considerado inapto para o cargo, será convocado o candidato imediatamente posterior. Vaga reservada e não provida por falta de candidatos pessoas com deficiência (PcD) ou por reprovação dos concorrentes será revertida para a classificação de ampla concorrência.

## 7. DA FORMA DE AVALIAÇÃO/MÉTODO DE AVALIAÇÃO

Além da apresentação de títulos, o Processo Seletivo Simplificado que rege este Edital configura para critério de pontuação e desempate entre os candidatos as seguintes regras:

### 7.1 AVALIAÇÃO CURRICULAR (AC)

7.1.1 Na Avaliação Curricular os critérios são os seguintes:

A1) Habilitações Profissionais (HP): análise de toda a documentação pertinente aos cargos, em consonância com o solicitado.

A2) Experiência Profissional (EP): estendida como tempo de exercício na profissão, sendo:

B1: Período de 3 meses contínuos e completos de tempo de serviço em UBSs, CAPS ou qualquer outro equipamento de saúde, pontuados em 2 pontos cada até o limite de 10 pontos;

B2: Período de 3 meses contínuos e completos de tempo de serviço em Unidade de serviço de Urgência e Emergência ou CAPS, pontuado em 1 ponto até o limite de 6 pontos;

B3: Período de 6 meses contínuos e completos de tempo de serviço em Unidade Privada de prestação de cuidado de saúde, pontuado em 1 ponto cada até o limite de 4 pontos

A3) Formação Profissional (FP): adquirida após a conclusão da licenciatura e de relevância para a Profissão, sendo:

C1: Pós graduação e ou Especialização na área da saúde com carga horária igual ou superior a 35 horas, pontuando em 20 pontos. Mesma pontuação e carga horária para formação técnica.

A Classificação da Avaliação Curricular (AC) será calculada pela seguinte fórmula:

AC= (HP x 10) + (EP x 5) + (FP x 5)

20

## 8. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

Em caso de empate na pontuação final dos candidatos prevalecerão, para fins de desempate e posterior classificação, o seguinte critério:

### 8.1 Maior idade.

## 9. PRAZO

O prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado é de noventa (90) dias após a sua homologação.

Todos os cargos são para contratação temporária para manutenção até a efetivação das contratações do Processo Seletivo em vigência.

### APENSO I – Cargos, vagas e carga horária e remuneração

Cargos	Quantidade de vagas	Carga horária semanal	Remuneração	Contratação
Agente de Combate a Endemias	08	40h	R\$1.557,27	Até 90 dias
Agente Comunitário de saúde	27 vagas no total: • 03 vagas Nossa senhora da Paz; • 03 vagas Nossa Senhora da Conceição; • 04 vagas Morro Alto; • 08 vagas Centro; • 08 vagas Itacolomi; • 01 vaga Santo Antônio.	40h	R\$1.557,27	Até 90 dias
Auxiliar de Saúde Bucal	01	40h	R\$1.557,27	Até 90 dias
Artesão CAPS	01	40h	R\$1.698,84	Até 90 dias
Médico Psiquiátrica CAPS	01	20h	R\$7.912,47	Até 90 dias
Terapeuta Ocupacional	01	30h	R\$3.615,99	Até 90 dias
Pedagogo CAPS	01	40h	R\$3.397,69	Até 90 dias

Psicólogo CAPS	01	30h	R\$3.963,96	Até 90 dias
Técnico Enfermagem Triagem COVID	10	30h	R\$1.609,58	Até 90 dias
Enfermeiro 30h Triagem COVID	08	30h	R\$2.410,66	Até 90 dias

## APENSO II – Documentação

- Comprovação de nacionalidade (carteira de identidade)
- Comprovante de inscrição eleitoral (título de eleitor)
- Certidão de quitação eleitoral
- Certidão de Serviço Militar (masculino)
- CPF
- Carteira de trabalho (CTPS)
- PIS/PASEP
- Carteira de Vacinação ( Atualizado)
- Comprovante de Escolaridade (copia Legível)
- Diploma do Curso Superior do respectivo cargo pretendido
- CRM/CRO/COREN/ - Negativa de débitos e Certidão Ética Profissional (Obrigatório)
- Comprovante de Residência
- Certidão de Antecedentes Criminais do Tribunal de Justiça do local da Residência
- Certidão de casamento
- Certidão de filho menor de 14 anos ou dependente de IRRF (obrigatório CPF dos filhos)
- Certidão de negativas de débitos com o município (emitidas no órgão)
- 1 foto 3x4

## Anexo I

Requerimento vaga PCD – Processo Simplificado 01/2021 - FMS

Nome do requerente: \_\_\_\_\_

CPF requerente: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Endereço completo: \_\_\_\_\_

Cargo Pretendido: \_\_\_\_\_

CID PCD: \_\_\_\_\_

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do candidato: \_\_\_\_\_

## Anexo II

Ficha para participação Processo Seletivo Simplificado – FMS 01/2021

Nome do requerente: \_\_\_\_\_

CPF : \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Endereço completo: \_\_\_\_\_

Cargo Pretendido: \_\_\_\_\_

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do candidato: \_\_\_\_\_

Para preenchimento do Recursos Humanos:

Entregou toda documentação?: Sim ( ) Não ( )

Habilitado ( ) Não Habilitado ( )

Assinatura e identificação do Servidor: \_\_\_\_\_



**ERRATA EDITAL PROCESSO SIMPLIFICADO N°001/2021**

Publicação N° 2868808

Processo Seletivo Simplificado 01/2021 – FMS

**ERRATA**

Onde lia-se na publicação do dia 12/02/2021 – Termo de Referência 06/2021 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA NA ÁREA DA SAÚDE, lê-se então: "Processo Seletivo Simplificado – Edital nº 01/2021" com as devidas alterações.

Balneário Piçarras, 16 de fevereiro de 2021.

Gladys Brodersen  
Secretária Municipal da Saúde

**PORTARIA 103/2021**

Publicação N° 2867672

PORTARIA N.º 103/2021

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, COLOCA À DISPOSIÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, a servidora, Sra. SILVIA CRISTINA DA SILVA, no cargo efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação I, matrícula nº 11881, brasileira, RG nº 8.598.027-0, CPF nº 346.959.328-06, até a data de 31/12/2024, com a imediata posse e com as prerrogativas e competências que lhe concede a legislação deste município.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE  
Balneário Piçarras (SC), 04 de janeiro de 2021

Tiago Maciel Baltt  
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Adm. Marcelo A. Crivelatti  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA 125/2021**

Publicação N° 2867679

PORTARIA N.º 125/2021

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, FAZ CESSAR A PEDIDO, os efeitos da Portaria nº 048/2019, de 04 de fevereiro de 2019, que concedeu LICENÇA SEM VENCIMENTO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, conforme Lei Complementar nº 079/2004, a servidora, Sra. JOICE LILIAN VOLTOLINI, brasileira, maior, solteira, portadora do CPF sob o nº 032.034.559-94, RG sob o nº 4.091.723 SSP/SC, ocupante do cargo efetivo de Professora III, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, matrícula nº 6918, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE  
Balneário Piçarras (SC), 18 de janeiro de 2021.

Tiago Maciel Baltt  
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Adm. Marcelo A. Crivelatti  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA 136/2021**

Publicação N° 2867682

PORTARIA N.º 136/2021

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, COLOCA À DISPOSIÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA, a servidora Sra. CARLA ROSANA DOS SANTOS FERREIRA, brasileira, RG nº 7.900.368, CPF nº 924.779.840-04, no cargo efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação I, matrícula nº 11898, até a data de 31/12/2024, com a imediata posse e com as prerrogativas e competências que lhe concede a legislação deste município, retroagindo seus efeitos a partir de 11 de janeiro de 2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 20 de janeiro de 2021

Tiago Maciel Baltt

Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Adm. Marcelo A. Crivelatti

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA 144/2021**

Publicação N° 2867684

PORTARIA N.º 144/2021

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com os artigos 100 a 103, da Lei Complementar nº. 079/2004 de 26/11/2004 e considerando o requerimento RESOLVE, deferir o pedido de LICENÇA PRÊMIO, formulado pela servidora, Sra. MARIA DE FÁTIMA PEREIRA, inscrita no CPF sob o nº 552.118.109-10, portadora do RG sob o nº 1.994.493 SSP/SC, matrícula nº 12, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo III, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração, correspondente ao decênio de 26/11/2004 a 23/11/2014, com o prazo de (90) noventa dias consecutivos pelo período de 08/02/2021 a 08/05/2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 27 de janeiro de 2021.

Tiago Maciel Baltt

Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Adm. Marcelo A. Crivelatti

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA 148/2021**

Publicação N° 2867695

PORTARIA N.º 148/2021

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com os Art. 74 a 81 da Lei Complementar nº 099/2015, e considerando o que consta no Processo nº 191/2020/SED, RESOLVE deferir o pedido de ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA, formulado pela servidora, Sra. GABRIELA KASEMODEL, portadora do CPF nº 071.161.589-60, RG nº 5.318.240, ocupante do cargo efetivo de Professora III, Matrícula nº 10684, Nível A-3, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, reduzindo a carga horária para 20 (vinte) horas semanais, lotada na Escola Professora Francisca Borba.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 01 de fevereiro de 2021.

Tiago Maciel Baltt

Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Adm. Marcelo A. Crivelatti  
Secretário Municipal de Administração

## **PORTARIA 149/2021**

Publicação N° 2867696

PORTARIA N.º 149/2021

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com os Art. 74 a 81 da Lei Complementar nº 099/2015, e considerando o que consta no Processo nº 189/2020/SED, RESOLVE deferir o pedido de ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA, formulado pela servidora, Sra. LUCIANE DIAS LEMES DE VARGAS, portadora do CPF nº 005.513.200-60, RG nº 805.088.734-1, ocupante do cargo efetivo de Professora III, Matrícula nº 10690, Nível C-3, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, ampliando a carga horária para 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotada na Escola Professora Felicidade Pinto Figueredo.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE  
Balneário Piçarras (SC), 01 de fevereiro de 2021.

Tiago Maciel Baltt  
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Adm. Marcelo A. Crivelatti  
Secretário Municipal de Administração

## **PORTARIA 150/2021**

Publicação N° 2867686

PORTARIA N.º 150/2021

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com os Art. 36 a 43 da Lei Complementar nº 099/2015, e considerando o que consta no Processo nº 201/2020/SED, RESOLVE conceder REMOÇÃO a Servidora, Sra. MARI APARECIDA DE SOUZA, portadora do CPF nº 035.811.579-50, R.G nº 4/C 3.733.445, ocupante do cargo efetivo de Professora II, Matrícula nº 7905, Nível F-2, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pertencente a Secretaria Municipal de Educação, lotada no CEI Pinóquio.  
Art. 1. REMOVE, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para a Escola de São Brás.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE  
Balneário Piçarras (SC), 01 de fevereiro de 2021.

Tiago Maciel Baltt  
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Adm. Marcelo A. Crivelatti  
Secretário Municipal de Administração

## **PORTARIA 151/2021**

Publicação N° 2867688

PORTARIA N.º 151/2021

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com os Art. 36 a 43 da Lei Complementar nº 099/2015, e considerando o que consta no Processo nº 200/2020/SED, RESOLVE conceder REMOÇÃO ao Servidor Sr. CESAR AUGUSTO WITMANN, portadora do CPF nº 719.489.459-91, R.G nº 2402581, ocupante do cargo efetivo de Professor II, Matrícula nº 7620, Nível C-2, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais na Escola Núcleo de São Braz e 20 (vinte) horas semanais na Escola Monteiro Lobato, pertencente a

Secretaria Municipal de Educação.

Art. 1. REMOVE, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para a Escola Monteiro Lobato.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 01 de fevereiro de 2021.

Tiago Maciel Baltt  
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Adm. Marcelo A. Crivelatti  
Secretário Municipal de Administração

## **PORTARIA 162/2021**

Publicação Nº 2867697

PORTARIA N.º 162/2021

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, FAZ CESSAR A PEDIDO, os efeitos da Portaria nº 321/2020, de 11 de dezembro de 2020, que concedeu LICENÇA SEM VENCIMENTO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, conforme Lei Complementar nº 079/2004, a servidora, Sra. LAURITA FERREIRA, portadora do RG sob o nº 2.554.883, CPF sob o nº 004.596.019-46, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, matrícula nº 3052, lotada na Secretaria Municipal de Educação. Retornando no dia 08 de fevereiro de 2021.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 03 de fevereiro de 2021.

Tiago Maciel Baltt  
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Adm. Marcelo A. Crivelatti  
Secretário Municipal de Administração

## **PORTARIA 167/2021**

Publicação Nº 2867689

PORTARIA N.º 167/2021

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar nº 099/2015 de 23 de março de 2015, considerando o que consta no Processo nº 004/2021/SED, RESOLVE deferir o pedido de PROGRESSÃO FUNCIONAL POR NOVA TITULAÇÃO, formulado pela servidora Sra. JULIANA DONATILIA GOMES, inscrita no CPF nº 069.516.819-37, portadora do RG nº 5.306.249, ocupante do cargo efetivo de Professor(a) II – B, matrícula nº 10911, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, passando para o cargo de Professor(a) III – B. Esta Portaria retroage seus efeitos a 01 de fevereiro de 2021.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 03 de fevereiro de 2021.

Tiago Maciel Baltt  
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Adm. Marcelo A. Crivelatti  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA 168/2021**

Publicação Nº 2867690

PORTARIA N.º 168/2021

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar nº 099/2015 de 23 de março de 2015, considerando o que consta no Processo nº 005/2021/SED, RESOLVE deferir o pedido de PROGRESSÃO FUNCIONAL POR NOVA TITULAÇÃO, formulado pelo servidor Sr. JOSÉ ELIAS DE JESUS, inscrito no CPF nº 433.536.909-30, portador do RG nº 12436933, ocupante do cargo efetivo de Professor(a) II – C, matrícula nº 10254, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, passando para o cargo de Professor(a) III – C. Esta Portaria retroage seus efeitos a 01 de fevereiro de 2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 03 de fevereiro de 2021.

Tiago Maciel Baltt

Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Adm. Marcelo A. Crivelatti

Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA 169/2021**

Publicação Nº 2867691

PORTARIA N.º 169/2021

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar nº 099/2015 de 23 de março de 2015, considerando o que consta no Processo nº 006/2021/SED, RESOLVE deferir o pedido de PROGRESSÃO FUNCIONAL POR NOVA TITULAÇÃO, formulado pelo servidor Sr. CESAR AUGUSTO WITMANN, inscrito no CPF nº 719.489.459-91, portador do RG nº 2.402.581, ocupante do cargo efetivo de Professor(a) II – B, matrícula nº 7620, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, passando para o cargo de Professor(a) III – B. Esta Portaria retroage seus efeitos a 01 de fevereiro de 2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 03 de fevereiro de 2021.

Tiago Maciel Baltt

Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Adm. Marcelo A. Crivelatti

Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA 170/2021**

Publicação Nº 2867693

PORTARIA N.º 170/2021

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar nº 099/2015 de 23 de março de 2015, considerando o que consta no Processo nº 010/2021/SED, RESOLVE deferir o pedido de PROGRESSÃO FUNCIONAL POR NOVA TITULAÇÃO, formulado pela servidora Sra. MARCIA REGINA DE CRISTO CLARO, inscrita no CPF nº 037.571.589-13, portadora do RG nº 7.806.763-2, ocupante do cargo efetivo de Professor(a) II – A, matrícula nº 11196, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, passando para o cargo de Professor(a) III – A. Esta Portaria retroage seus efeitos a 01 de fevereiro de 2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 03 de fevereiro de 2021.

Tiago Maciel Baltt

Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Adm. Marcelo A. Crivelatti  
Secretária Municipal de Administração

### **PORTARIA 172/2021**

Publicação Nº 2867694

PORTARIA N.º 172/2021

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com o Art. 109, da Lei Complementar nº. 099/2015 de 23 de março de 2015 e considerando o que consta no Processo nº 008/2021/SED, RESOLVE, deferir o pedido de LICENÇA PRÊMIO, formulado pela servidora, Sra. TEREZINHA ELIZETE PINTO, inscrita no CPF nº 430.157.199-04, portadora do RG nº 1.659.148-8 SSP/SC, matrícula nº 5898 – Nível J-3, ocupante do cargo efetivo de Professora III, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, correspondente ao quinquênio de 03/10/2011 a 30/03/2017, com o prazo de (90) noventa dias consecutivos.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE  
Balneário Piçarras (SC), 03 de fevereiro de 2021.

Tiago Maciel Baltt  
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Adm. Marcelo A. Crivelatti  
Secretária Municipal de Administração

### **PORTARIA 174/2021**

Publicação Nº 2867699

PORTARIA N.º 174/2021

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, REVOGA, o ato instituído pela Portaria 035/2021 de 04 de janeiro de 2021, a conseguinte EXONERAÇÃO a pedido, do cargo em comissão de ASSESSOR JURÍDICO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E CONTENCIOSA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com as atribuições pertinentes a Procuradoria Geral do Município, a Sra. LEANDRA LORES, portadora do RG sob o nº 2.723.473, CPF nº 753.761.809-72, com a imediata exoneração e com as prerrogativas e competências que lhe concede a Legislação deste Município, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2021.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE  
Balneário Piçarras (SC), 03 de fevereiro de 2021.

Tiago Maciel Baltt  
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Adm. Marcelo A. Crivelatti  
Secretário Municipal de Administração

### **PORTARIA 175/2021**

Publicação Nº 2867700

PORTARIA N.º 175/2021

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo de ASSESSORIA DE MEIO AMBIENTE, junto a Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável a Sra. LEANDRA FLORES, portadora do RG sob o nº 2.723.473, CPF sob o nº 753.761.809-72, com a imediata posse e com as prerrogativas e competências que lhe concede a legislação deste município, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de fevereiro de 2021.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE  
Balneário Piçarras (SC), 03 de fevereiro de 2021.

Tiago Maciel Baltt  
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Adm. Marcelo A. Crivelatti  
Secretário Municipal de Administração



# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/PMBR/2021

Publicação Nº 2867852

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, PESCA E MEIO AMBIENTE

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/PMBR/2021.

Tipo: Menor Preço por item

Data e horário da sessão de abertura: 04/03/2021 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Registro de Preços para futuras contratações de serviços de sinalização em diversas ruas, avenidas e demais logradouros públicos, com fornecimento de materiais, no Município de Balneário Rincão – SC., conforme especificações (Anexo I – Termo de Referência do edital).

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou através do endereço eletrônico: <http://balneariorincao.impactolicitacoes.com.br/#/publico/licitacoes> ou pelo site [www.balneariorincao.sc.gov.br](http://www.balneariorincao.sc.gov.br) no link Transparência/Licitações/Editais.

Obs: Conforme Decreto Nº. 038/2020 de 12/04/2020.

Art. 3º.

§2º Nesse período, serão permitidos o protocolo de impugnação e recursos através do seguinte e-mail: [licitacao@baneariorincao.sc.gov.br](mailto:licitacao@baneariorincao.sc.gov.br), com todos os documentos definidos no edital e na legislação vigente.

§3º Será obrigatório o uso de máscaras durante a sessão de licitação, sob pena de não participação e desclassificação do certame caso a presença seja indispensável.

Balneário Rincão – SC, 17 de Fevereiro de 2021.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

### EXTRATO DE CONVÊNIO 001/2021

Publicação Nº 2869062

#### EXTRATO DO CONVÊNIO 001/2021

Constitui objeto do presente Termo de Convênio a destinação de recursos financeiros no valor de R\$ 11.669,56 para a Polícia Civil de Balneário Rincão, para a compra de armamento. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio (Prefeito Municipal) e pela POLÍCIA CIVIL o senhor RAFAEL MARIN IASCO (Delegado de Polícia).

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº. 02 AO CONTRATO Nº.012/SAMAE/2019 - SETUP

Publicação Nº 2867865

#### EXTRATOS DE TERMO ADITIVO SAMAE

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato Nº. 012/SAMAE/2019. CONTRATANTE: O SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEÁRIO RINCÃO; CONTRATADO: SETUP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REAJUSTE DE PREÇOS do Contrato Nº. 012/SAMAE/2019, conforme decima primeira deste contrato, de acordo com o Parecer Jurídico Nº. 156 de 24/11/2020, pelo índice INPC/IBGE, acumulado nos últimos 12 (doze) meses, sendo retroativo a (Dezembro/2019 a Dezembro/2020). VALOR DO ADITIVO: R\$31.920,00 (Trinta e um mil, novecentos e vinte reais). ASSINATURA: 16/02/2021. SIGNATÁRIOS: pelo Município o Sr. Ivoí Vieira – Diretor Presidente e pela empresa o Representante o Sr. Filipe Frassetto Machado.

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº.02 AO CONTRATO Nº.047/PMBR/2020 - CREMA

Publicação Nº 2867827

#### EXTRATOS DE TERMO ADITIVO PMBR

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato Nº. 047/PMBR/2020. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; CONTRATADO: CREMA CONSTRUÇÕES LTDA. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E O ACRESCIMO DOS SERVIÇOS, do Contrato Nº. 047/PMBR/2020, que tem como objeto a execução das "Obras de pavimentação asfáltica do Acesso e Orla do Município de Balneário Rincão /SC, (Rua Santa Catarina), compreendendo pavimentação asfáltica, passeio público e sinalização vertical e horizontal, conforme projeto, memorial descritivo e planilha que fazem parte integrante do edital", de acordo com o Contrato de Convenio Nº. 873077/2018/MTURCAIXA, firmado entre a Caixa Econômica Federal e o Município de Balneário Rincão", objeto do Edital de Tomada de Preços Nº. 036/PMBR/2020, homologado em 26/05/2020, em face do interesse público, Parecer Jurídico favorável e com base no Artigo 57

e 65, da Lei Nº. 8.666/93, conforme discriminações e quantitativos na tabela em anexo.

VALOR TOTAL DO ADITIVO: R\$ 25.251,50 (Vinte e cinco mil, duzentos e cinquenta e um reais e cinquenta centavos). ASSINATURA: 01/02/2021. SIGNATÁRIOS: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Representante Legal o Sr. Daniel Barp Crema.

## LEI Nº 474/2021

Publicação Nº 2868693

LEI Nº 474, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

ESTABELECE DIRETRIZES E NORMAS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - PMH, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - CMHIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

### Capítulo I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º. Esta Lei estabelece as diretrizes e normas da Política Municipal de Habitação – PMH e cria o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS, preconizando a Lei Complementar Nº 22 de 19 de Dezembro de 2018 sobre uso e ocupação do solo e a Lei Orgânica do município que em seu artigo 249 trata da política habitacional.

Art.2º. Para fins do disposto nesta lei, considera-se:

I - família de baixa renda: aquela cuja situação socioeconômica, definida segundo seu padrão de consumo, não lhe permita arcar, total ou parcialmente, com os custos de quaisquer formas de acesso a habitação, a preços de mercado;

II - financiamento habitacional: o mútuo destinado à aquisição de lote urbanizado, e/ou da construção, da conclusão, da recuperação, da ampliação ou da melhoria da habitação, bem como as despesas cartorárias e as de legalização do terreno;

III - habitação: a moradia inserida no contexto urbano, provida de infraestrutura básica, os serviços urbanos, os equipamentos comunitários básicos, ser obtida em forma imediata ou progressiva, localizada em área com situação legal regularizada;

IV - habitação de interesse social: a habitação urbana, nova ou usada, com o respectivo terreno e serviços de infraestrutura, com destinação a famílias de baixa renda;

V - áreas de interesse social: são aquelas originadas por ocupação espontânea ou por lotes irregulares ou clandestinos que apresentam condições precárias de moradia;

VI - áreas de Ocupação de Interesse Social: são áreas destinadas à produção de habitação de Interesse Social, com destinação específica, normas próprias de uso e ocupação do solo;

VII - lote urbanizado: parcela legalmente definida de uma área, conforme as diretrizes de planejamento urbano municipal ou regional, que disponha de acesso por via pública e, no seu interior, no mínimo, de soluções de abastecimento de água e esgotamento sanitário e ainda de instalações que permitam a ligação de energia elétrica;

VIII - lote social: lote de terreno urbano, situado em loteamento ou desmembramento aprovado pelo órgão municipal competente e registrado no Cartório de Registro de Imóveis, cujo preço seja igual ou inferior ao que vier a ser determinado por Conselho Municipal de Habitação, atendendo a parâmetros técnicos de padrão de consumo familiar;

IX - padrão de consumo familiar: é o parâmetro para definir os indicadores de implementação, de aferição de programas habitacionais, e de enquadramento para o acesso à política de subsídio. Constitui estrutura de consumo, segundo metodologia a ser estabelecida em regulamento, em função, entre outras variáveis, do nível de renda, tamanho e faixa etária das famílias, grau de escolaridade, número de membros da família que trabalham e hábitos locais ou regionais. O poder aquisitivo deve ser definido pelo padrão de consumo mediano, apurado por meio de metodologia validada (PNAD-IBGE; PPV-IPEA e POF-DIEESE) e deve ser usado para estratificar as famílias de forma a permitir definir grupos homogêneos;

X – assentamento irregular: assentamento habitacional irregular (favela, mocambo, palafita e assemelhados) localizados em terrenos de propriedade alheia, pública ou particular, ocupado de forma desordenada e densa, carente de serviços públicos essenciais, inclusive em área de risco ou legalmente protegida;

XI - regularização fundiária: é o processo de intervenção pública, sob os aspectos jurídico, físico e social, que objetiva legalizar a permanência de populações moradoras de áreas urbanas, ocupadas em desconformidade com a lei.

### Capítulo II DA FINALIDADE

Art. 3º. A Política Municipal de Habitação (PMH) tem por finalidade orientar as ações do Poder Público compartilhadas com as do setor privado, expressando a interação com a sociedade civil organizada, de modo a assegurar às famílias, especialmente as de baixa renda, o acesso, de forma gradativa, à habitação.

### Capítulo III

#### DAS DIRETRIZES GERAIS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Art. 4º. A Política Municipal de Habitação obedecerá às seguintes diretrizes gerais:

I - promover o acesso à terra e à moradia digna aos habitantes da cidade, com a melhoria das condições de habitabilidade, de preservação ambiental e de qualificação dos espaços urbanos, avançando na construção da cidadania, priorizando as famílias de baixa renda;

II - assegurar políticas fundiárias que garantam o cumprimento da função social da terra urbana;

III - promover processos democráticos na formulação, implementação e controle dos recursos da política habitacional, estabelecendo canais permanentes de participação das comunidades e da sociedade organizada;

IV - utilizar processos tecnológicos que garantam a melhoria da qualidade e a redução dos custos da produção habitacional e da construção civil em geral;

V - assegurar a vinculação da política habitacional com as demais políticas públicas, com ênfase às sociais, de geração de renda, de educação ambiental e de desenvolvimento urbano;

VI - estimular a participação da iniciativa privada na promoção e execução de projetos compatíveis com as diretrizes e objetivos da Política Municipal de Habitação.

### Capítulo IV

#### DOS OBJETIVOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DA HABITAÇÃO

Art.5º. Constituem objetivos da Política Municipal da Habitação:

I - a produção de lotes urbanizados e de novas habitações com vistas à redução progressiva do déficit habitacional e ao atendimento da demanda gerada pela constituição de novas famílias;

II - a melhoria das condições de habitabilidade das habitações existentes de modo a corrigir suas inadequações, inclusive em relação à infraestrutura e aos acessos aos serviços urbanos essenciais e aos locais de trabalho e lazer;

III - promover a reconstrução e requalificação dos imóveis vagos principalmente aqueles de valor histórico e cultural da área central de Balneário Rincão;

IV- a melhoria da capacidade de gestão dos planos e programas habitacionais;

V - a diversificação das formas de acesso à habitação para possibilitar a inclusão, entre os beneficiários dos projetos habitacionais, das famílias impossibilitadas de pagar os custos de mercado dos serviços de moradia;

VI - a melhoria dos níveis de qualificação da mão-de-obra utilizada na produção de habitações e na construção civil em geral, atendendo, de forma direta, a população mais carente, associando processos de desenvolvimento social e de geração de renda;

VII - urbanizar as áreas com assentamentos irregulares, inserindo-as no contexto da cidade;

VIII - reassentar moradores de áreas impróprias ao uso habitacional e em situação de risco, recuperando o ambiente degradado;

IX - promover e viabilizar a regularização fundiária e urbanística de assentamentos subnormais e de parcelamentos clandestinos e irregulares atendendo a padrões adequados de preservação ambiental de qualidade urbana;

X - a aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais;

XI - implantação de saneamento básico, infraestrutura e equipamentos urbanos, complementares aos programas habitacionais de interesse social.

### Capítulo V

#### DAS HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL

#### SEÇÃO I

##### DO PÚBLICO ALVO

Art.6º. Para fins de definição de ações de política habitacional, o público alvo a ser atendido pelos programas habitacionais deverá ser classificado em três estratos, identificados em razão do grau de inserção das famílias na economia:

**I - Grupo 1**

- famílias sem capacidade de pagamento, ou seja, aquelas localizadas abaixo da linha de pobreza ou que vivam na indigência;

**II - Grupo 2**

- famílias com baixa capacidade de pagamento, ou seja, aquelas com capacidade para atender integralmente suas necessidades básicas, excluindo as despesas de morar condignamente;  
- famílias com capacidade de pagamento, ou seja, aquelas que têm capacidade de atender integralmente suas necessidades básicas e, ainda, apresentam alguma capacidade para assumir serviço de moradia;

**III - Grupo 3**

- famílias com capacidade reduzida de poupança, ou seja, aquelas que, além de atenderem suas necessidades básicas, são capazes de integralizar uma pequena poupança.

§ 1º. A avaliação da capacidade de pagamento e de poupança das famílias, para enquadramento nos programas habitacionais de interesse social e na concessão de subsídio, terá como base o padrão de consumo familiar e de acordo com avaliação técnica de assistente social com base nos dados do Cadastro Único.

§ 2º. Estão excluídas da política de Habitação de Interesse Social, as famílias que já têm capacidade de investimento, compondo grupo capaz de resolver suas necessidades de moradia por meio do mercado.

**SEÇÃO II  
DOS PROGRAMAS E PROJETOS**

Art.7º. Os programas e projetos habitacionais de interesse social poderão contemplar, entre outras, as seguintes modalidades:

I - produção de loteamentos, lotes urbanizados, unidades e conjuntos habitacionais, destinados às habitações de interesse social;

II - revitalização e/ou requalificação de áreas degradadas, especialmente aquelas de interesse histórico e cultural da área central, com recuperação ou melhoria das habitações nelas existentes;

III - regularização fundiária e urbanística de loteamentos ou assentamentos subnormais e das respectivas unidades habitacionais;

IV - oferecimento de condições de habitabilidade a moradias já existentes, em termos de salubridade, de segurança e de oferta e acesso à infraestrutura, aos serviços e equipamentos urbanos e aos locais de trabalho;

V - assistência técnica e social às famílias moradoras de áreas de risco geológico efetivo, de caráter continuado, que visa diagnosticar, prevenir, controlar e eliminar situações de risco geológico, estruturando e revitalizando estas áreas.

Parágrafo único - As modalidades acima elencadas serão objeto de interação interinstitucional, ressalvadas as competências de cada área.

Art.8º. O Poder Executivo regulamentará as condições de enquadramento das famílias nos programas e projetos habitacionais de interesse social tendo em conta o padrão de consumo familiar referido no inciso IX do artigo 2º.

Parágrafo único. A mesma metodologia deverá ser utilizada na elaboração de indicadores destinados ao acompanhamento da execução e à avaliação dos programas e projetos indicados no caput deste artigo e para enquadramento em programas de subsídios financiados, total ou parcialmente, com recursos públicos.

**Capítulo VI  
DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (CMHIS)**

Art.9º.Fica criado o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS), órgão deliberativo, composto por representantes de órgãos públicos, representantes de entidades comunitárias e representantes de organizações civis para gestão partilhada do Município, que tem por finalidade propor e deliberar sobre diretrizes, planos e da Política Habitacional programas e fiscalizar a execução dessa política.

Art.10º. Compete ao Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social:

I - estabelecer diretrizes e fixar critérios para a priorização de linhas de ação, alocação de recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais, observado o disposto nesta Lei, a política e o plano municipal de habitação;

II - propor e aprovar as diretrizes, prioridades, estratégias e instrumentos da Política Municipal de Habitação de Interesse Social;

III - propor e participar da deliberação, junto ao processo de elaboração do Orçamento Municipal, sobre a execução de projetos e programas de urbanização, construção de moradias e de regularização fundiária em áreas irregulares;

IV - acompanhar e avaliar a execução da Política Nacional de Habitação e recomendar as providências necessárias ao cumprimento dos respectivos objetivos;

V - propor e aprovar os planos de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, instituído pela presente Lei;

- VI - definir as condições básicas de subsídios e financiamentos com recursos do FMHIS;
- VII - regulamentar, fiscalizar e acompanhar todas as ações referentes a subsídios habitacionais;
- VIII - aprovar as contas do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS);
- IX- apreciar as propostas e projetos de intervenção do Governo Municipal relativas às ocupações e assentamentos de interesse social;
- X - apreciar as formas de apoio às entidades associativas e cooperativas habitacionais cuja população seja de baixa renda, bem como as solicitações de melhorias habitacionais em autoconstrução ou ajuda mútua de moradias populares;
- XI - propor ao Executivo a elaboração de estudos e projetos, constituir Grupos Técnicos ou Comissões Especiais e Câmaras, quando julgar necessário, para o desempenho das suas funções;
- XII - elaborar seu regimento interno;
- XIII - outras atribuições previstas no seu Regimento Interno;
- XIV - aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos do FMHIS;
- XV - fixar critérios para a priorização de linhas de ações;
- XVI - deliberar sobre as contas do FMHIS;
- XVII - dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, aplicáveis ao FMHIS, nas matérias de sua competência;
- XVIII - convocar a Conferência Municipal da Habitação a cada três anos e acompanhar a implementação de suas Resoluções;
- XIX - participar da elaboração e da fiscalização de planos e programas da política municipal da habitação;
- XX - deliberar sobre os convênios destinados a execução de projetos de habitação, de melhorias das condições de habitabilidade, de urbanização e de regularização fundiária, ou demais relacionados à política habitacional;
- XXI - propor diretrizes, planos e programas visando a implantação da regularização fundiária e de reforma urbana e rural;
- XXII - incentivar a participação e o controle social sobre a implementação de políticas públicas habitacionais e de desenvolvimento urbano e rural;
- XXIII - possibilitar a informação à população e às instituições públicas e privadas sobre temas referentes à política habitacional;
- XIV - constituir grupos técnicos, comissões especiais, temporários ou permanentes para melhor desempenho de suas funções, quando necessário.

Parágrafo Único - O Conselho Municipal de Habitação promoverá ampla publicidade das formas e critérios de acesso aos programas, das modalidades de acesso à moradia, das metas anuais de atendimento habitacional, dos recursos previstos e aplicados, identificados pela fonte de origem, das áreas objeto de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos e subsídios concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade.

Art.11º. O Conselho Municipal de Habitação terá a seguinte composição:

I – Representantes da área Governamental:

- a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura;
- b) - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Turismo;
- c) - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
- d) - 01 (um) representante da Secretaria de Educação e Assistência Social.

II – Representantes da área não Governamental

- a) - 01 (um) representante do Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG);
- b) - 01 (um) representante das associações de moradores dos bairros;
- c) - 01 (um) representante da ACIBRI;
- d) - 01 (um) representante das organizações da sociedade civil – OSC.

Parágrafo único - Na composição e funcionamento do CMHIS deve ser observado o seguinte:

- I - cada entidade ou órgão serão representados por um titular e um suplente;
- II - o mandato dos representantes do CMHIS será de dois anos, podendo ser renovado uma única vez por igual período.
- III - as reuniões do conselho serão estabelecidas em Regimento Interno;

IV - as funções dos membros do Conselho não serão remuneradas, sendo seu desempenho considerado como de serviço público relevante;

V - os membros do conselho serão nomeados pelo Prefeito do Município de Balneário Rincão, através de Decreto, mediante indicação dos representantes do Poder Público e da sociedade civil.

VI - as reuniões do Conselho se instalarão com um quórum mínimo de metade de seus membros;

VII - as decisões do Conselho serão tomadas com aprovação da maioria simples de seus membros;

VIII - compete à Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social proporcionar ao Conselho condições para o seu pleno e regular funcionamento, dando-lhe suporte técnico, administrativo e financeiro;

IX - o Conselho é órgão de deliberação plena e conclusiva, configurado pela reunião ordinária de seus membros, e que deverá ser convocada trimestralmente, sendo que suas regras de funcionamento serão estabelecidas em Regimento Interno;

X - as reuniões extraordinárias só poderão ser convocadas com anuência da maioria absoluta dos conselheiros e por motivo fundamentado.

§ 1º Cada membro titular terá seu suplente que o substituirá em seus impedimentos e assumirá sua posição em caso de vacância.

Art.12º. O Conselho irá eleger seu presidente na primeira reunião e a este será dada a competência de:

I - representar legalmente o Conselho;

II - convocar e presidir as reuniões do conselho;

III - publicar no Diário Oficial do Município a composição do Conselho;

IV - cumprir e fazer cumprir seu Regimento Interno;

V - dirigir e coordenar as atividades do Conselho, determinando as providências necessárias ao seu pleno desempenho;

VI - promover ou praticar atos de gestão administrativa, necessárias ao desempenho das atividades do Conselho;

VII - emitir voto de desempate.

Art.13.O Conselho Municipal de Habitação terá como princípios norteadores de suas ações:

I - a promoção do direito de todos à moradia digna;

II - o acesso prioritário nas políticas habitacionais com recursos públicos, da população com renda familiar mensal de até 3 (três) salários mínimos;

III - a participação popular nos processos de formulação, execução e fiscalização da política municipal da habitação.

Art. 14º. O Conselho Municipal de habitação terá como objetivos e diretrizes:

I - a integração dos assentamentos precários ao tecido urbano, através de programas de regularização fundiária - urbanística e jurídica - e do desenvolvimento de projetos sociais de geração de trabalho e renda e capacitação profissional nestas áreas;

II - a articulação da política habitacional às demais políticas sociais, ambientais e econômicas;

III - a integração da política habitacional à política de desenvolvimento urbano e ao Plano Diretor;

IV - o apoio à implantação dos instrumentos da política urbana previstos no Estatuto da Cidade atendendo ao princípio constitucional da função social da cidade e da propriedade.

Art. 15º. As aplicações dos recursos do FMHIS serão destinadas a ações vinculadas aos programas de habitação de interesse social que contemplem:

I - aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas ou rurais;

II - produção de lotes urbanizados para fins habitacionais;

III - urbanização, produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas de interesse social;

IV - implantação de saneamento básico, infraestrutura e equipamentos urbanos, complementares aos programas habitacionais de interesse social;



V - aquisição de materiais de construção, ampliação e reforma de moradias;

VI - recuperação ou produção de imóveis em áreas encortçadas, deterioradas ou invadidas, centrais ou periféricas, para fins habitacionais de interesse social;

VII - outros programas e intervenções na forma aprovada pelo Conselho Municipal de Habitação.

Parágrafo Único - Será admitida a aquisição de terrenos vinculada à implantação de projetos habitacionais.

Art. 16º. O Conselho Municipal de Habitação tomará suas decisões mediante Resoluções.

Art. 17º. As decisões do Conselho Municipal de Habitação, depois de aprovadas na forma estabelecida no Regimento Interno, serão homologadas pelo Chefe do Poder Executivo.

#### Capítulo VIII

##### DA ESTRUTURA INSTITUCIONAL

Art. 18º. A Política Municipal de Habitação será administrada pelos seguintes órgãos:

I - Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS;

II - Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social;

Art. 19º. Além das atribuições previstas em seu diploma institutivo, compete à Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social:

I - regulamentar as operações ativas do FMHIS em consonância com as diretrizes do CMHIS;

II - fiscalizar a execução dos programas e projetos financiados pelo FMHIS;

III - elaborar relatório anual sobre a execução da Política Municipal de Habitação para exame pelo CMHIS;

#### Capítulo IX

##### DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 20º. Enquanto não estabelecido e regulamentados, os indicadores de que trata o inciso I do artigo 2º, serão considerados como projetos habitacionais de interesse social aqueles destinados a famílias com renda mensal de até três salários mínimos.

Parágrafo único. O valor da renda mensal de que trata este artigo poderá ser anualmente revisto, em função da conjuntura socioeconômica, mediante decreto do Poder Executivo, observado, como limite superior, a variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA).

Art. 21º. Os atos e contratos referidos nesta Lei ou resultantes da sua aplicação, mesmo aqueles que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis, poderão ser celebrados por escritura pública ou por instrumento particular com efeitos de escritura pública.

Art. 22º. Fica alterado o art.3º, inciso VII, da Lei Municipal nº 208/2015, passando a ter a seguinte redação:

VII - outros programas e intervenção na forma aprovada pelo Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS), órgão de orientação e controle de Gestão do FMHIS.

Art. 23º. Fica alterado o parágrafo único do art.4º, da Lei Municipal nº 208/2015, passando a dispor com a seguinte redação:

Parágrafo Único - A gestão do FMHIS será exercida pelo Secretário Municipal de Assistência Social, sob a orientação e controle do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS).

Art. 24º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 17 de fevereiro de 2021.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças em 17 de fevereiro de 2021.

RAMIRES LINO

Secretário de Administração e Finanças



**LEI Nº 475/2021**

Publicação Nº 2868697

LEI Nº 475, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a Polícia Militar de Santa Catarina - inscrita no CNPJ:83.931.550/0001-51, objetivando o repasse financeiro para manutenção da entidade no valor de R\$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais) para o exercício 2021, para fins de manutenção do serviço de policiamento ostensivo motorizado.

Parágrafo único. Caso não ocorra alteração de valores, o Convenio poderá ser aditivado oportunamente.

Art. 2º As despesas inerentes ao convênio citado no art. 1º correrão por conta do orçamento vigente do exercício de 2021

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 17 de fevereiro de 2021.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças em 17 de fevereiro de 2021.

RAMIRES LINO

Secretário de Administração e Finanças

**RESULTADO PRELIMINAR - EDITAL SME 001-2021**

Publicação Nº 2868912

EDITAL Nº 001/2021

CHAMADA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO EMERGÊNCIA TEMPORÁRIA DE PROFESSOR DISCIPLINA EDUCAÇÃO FÍSICA

RESULTADO PRELIMINAR

Função: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA							
Candidato	Pontuação						Classificação
	DOUTORADO PONTO 3,0	MESTRADO PONTO 2,5	GRADUAÇÃO PONTO 2,0	ESPECIALIZAÇÃO PONTO 1,0	CURSO DE APERFEIÇOAMENTO	Total	
					QUANTIDADE DE HORAS:		
					50 a 100 - Ponto 0,10		
					101 a 200 – Ponto 0,20		
					201 a 300 – Ponto 0,30		
					Acima de 300 – Ponto 0,40		
ALINE SILVEIRA			2,0		0,10	2,10	1º
THUANY VIANA FERREIRA			2,0		0,5	2,05	2º

Balneário Rincão /SC, 16 de Fevereiro de 2021.

JAIRO CELOY CUSTODIO

Prefeito de Balneário Rincão

**TERMO ADITIVO Nº. 02 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/FMS/2020 RP Nº. 007/FMS/2020 - ATLANTICO**

Publicação Nº 2868812

EXTRATOS DE TERMO ADITIVO FMS

TERMO ADITIVO Nº. 02 Pregão Presencial Nº. 027/FMS /2020 RP Nº. 007/FMS/2020. CONTRATANTE: MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; CONTRATADO: ATLANTICO BC PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI. OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo o REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO, requerido pela empresa ATLANTICO BC PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI, do Registro de Preços para futuras aquisições de materiais de enfermagem, fitas de glicemia, lancetas e lancetadores, para uso da Secretaria e Unidades de Saúde do Fundo Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão/SC, obedecendo integralmente às especificações do edital de Pregão Presencial Nº. 027/FMS/2020, por interesse público e feito amigavelmente pelas partes contratantes, em face da necessária execução dos mesmos, dentro dos limites e na forma do artigo 65 da Lei 8.666/93, de acordo com Parecer Jurídico favorável, instruído em processo Administrativo protocolado pela Detentora da Ata.

VALOR GLOBAL DO ADITIVO: R\$ 119,25 (Cento e dezenove reais). ASSINATURA: 16/02/2021. SIGNATÁRIOS: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Procurador o Sr. Julio Cezar Tondolo.

# Bandeirante

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 019/2021

Publicação Nº 2867666

DECRETO Nº 019, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

Nomeia os membros do Conselho de Planejamento Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei orgânica Municipal,

Considerando a Lei Municipal nº 1.021, de 13 de novembro de 2013, que institui o Conselho de Planejamento Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina;

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho de Planejamento Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, a seguir nomeados:

#### I – Representantes do Poder Público

a) um representante da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo

Titular: Juliana Menegatti

Suplente: Clademir José Mocelin

b) um representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio

Titular: Paula Andrea Stringhini

Suplente: Claudinei Zimmermann

c) um representante da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento

Titular: Carolini Larisse Heinz Martini

Suplente: Selso Neiland

d) um representante de Assistência Social e Habitação

Titular: Jiana Mosená

Suplente: Mirtes Salete P. Zarpelon

e) um representante da Secretaria de Administração ou Fazenda

Titular: Eder Luiz Marcon

Suplente: Alexandro Rodrigo Trampusch

#### II – Representantes da Sociedade Civil

a) um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Titular: Juciane Silvestre

Suplente: Ivone Crivelatti

b) um representante da indústria ou do comércio

Titular: Agostinho André Daltoé

Suplente: Jocelei Scaravonatto

c) um representante de entidades religiosas

Titular: Alberto Luiz Basso

Suplente: Julma Grizzon

d) um representante da Polícia Militar

Titular: Cesar Wasem

Suplente: Valdecir Kuhn

e) um representante dos serviços de transporte escolar

Titular: Osmar César Gonzatti

Suplente: Walney Biasi

Art. 2º A atuação dos membros do Conselho não será remunerada, sem ônus ao erário, sendo considerada atividade de relevante interesse público municipal.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto, correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC,  
em 18 de fevereiro de 2021.

CELSONO BIEGELMEIER  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 020/2021**

Publicação Nº 2868359

DECRETO Nº 020, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

Adota medidas preventivas e restritivas no âmbito do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19).

O PREFEITO MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o estado de emergência em saúde pública de importância internacional declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO o artigo 23, inciso II, da Constituição Federal, que determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o artigo 30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO os Decretos emitidos pelo Estado de Santa Catarina declarando estado de calamidade pública em todo o território catarinense, estabelecendo medidas de combate e enfrentamento à pandemia da COVID-19 e atribuiu às autoridades sanitárias municipais a competência para estabelecer medidas específicas que suspendam ou restrinjam as atividades a fim de conter a contaminação e a propagação do Coronavírus em seus territórios;

CONSIDERANDO a Portaria Estadual nº 464 de 03 de julho de 2020 que instituiu o programa de descentralização e regionalização das ações de combate ao COVID-19 prevendo que os municípios de uma mesma Região de Saúde possam tomar decisões no sentido de restringir atividades sociais e econômicas embasados em critérios e dados epidemiológicos locais pertinentes a curva de contaminação e disseminação do novo Coronavírus – COVID-19;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 1.027 de 18 de dezembro de 2020 que institui regras para organização das medidas para o enfrentamento da pandemia COVID-19 no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a situação epidemiológica local, o crescente número de pessoas contaminadas, a falta de vagas de leitos de UTI nos hospitais da região do extremo oeste e oeste catarinense e decisão conjunta dos municípios que integram a AMEOSC tomada em assembleia extraordinária realizada na data de 16 de fevereiro de 2021;

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam SUSPENSAS no território deste Município, até o dia 1º de março de 2021:

- a) as aulas presenciais nas unidades de ensino da rede municipal, estadual e privada, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA) e Educação Especial, sem prejuízo da realização das aulas na modalidade à distância/remoto;
- b) a prática de atividades esportivas coletivas e recreativas, como futebol, carteados, dominó, bocha, bilhar e outras modalidades que possam aglomerar pessoas, em estabelecimentos sediados na cidade e no interior deste Município, inclusive aquelas de treinamentos realizadas por clubes e escolas;
- c) todas as atividades religiosas presenciais em templos e igrejas;
- d) todas as atividades pertinentes a cinemas, teatros, shows, espetáculos, festas e eventos que acarretem a aglomeração de pessoas;
- e) todas as atividades de bares, petiscarias, choperias, cervejarias e outros locais congêneres, destinados a happy hours ou consumo predominantemente de bebidas alcoólicas em qualquer horário;
- f) o funcionamento de campings e áreas de lazer de associações e entidades afins;
- g) a realização de velórios por período superior a 06 (seis) horas;
- h) a realização de viagens de turismo;
- i) a realização de transporte coletivo urbano municipal;
- j) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivos, como parques, praças e afins;
- k) o funcionamento de casas noturnas.

Art. 2º Os restaurantes e lanchonetes poderão realizar atendimentos presenciais ao público exclusivamente no horário compreendido das 10:30 às 14:00 horas e observando a lotação máxima preconizadas pelo Estado de Santa Catarina. Nos demais horários, poderá ser realizado o atendimento por meio de delivery.

§ 1º Considera-se atividade de restaurante e lanchonete, para fins deste Decreto, aquela destinada a servir almoço e/ou alimentação nos horários previstos no caput deste artigo.

§ 2º O atendimento presencial por bares e lanchonetes, nos horários previstos no caput deste artigo, deverá atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias e de saúde relativas ao COVID-19, como a obrigatoriedade do uso de máscaras, disponibilização de álcool gel, luvas descartáveis, medidores de temperatura na entrada do estabelecimento e todas as demais medidas de segurança preconizadas pelos protocolos vigentes.

Art. 3º As academias e estabelecimentos afins poderão funcionar respeitado o limite de 50% de sua capacidade normal e deverão atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias e de saúde relativas ao COVID-19, como a obrigatoriedade do uso de máscaras, disponibilização de álcool gel, medidores de temperatura na entrada do estabelecimento e todas as demais medidas de segurança preconizadas pelos protocolos vigentes.

Art. 4º Os demais estabelecimentos comerciais e de atendimento ao público poderão realizar atendimentos presenciais no entanto deverão atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias e de saúde relativas ao COVID-19, como a obrigatoriedade do uso de máscaras, disponibilização de álcool gel e todas as demais medidas de segurança preconizadas pelos protocolos vigentes.

Art. 5º As pessoas diagnosticadas infectadas com o Coronavírus (Covid-19), devem manter-se em isolamento pelo tempo recomendado pelo profissional de saúde, sob pena de aplicação da sanção prevista no artigo 268 do Código Penal por infração a determinação do poder público destinada a impedir a propagação de doença contagiosa.

Art. 6º Caberá à Vigilância Sanitária Municipal, compartilhada com Vigilância Sanitária Regional, à Defesa Civil Municipal e à Polícia Militar e Polícia Civil do Estado de Santa Catarina e Bombeiros, a fiscalização das medidas constantes neste Decreto e demais normas sanitárias vigentes, as quais terão autonomia para interditar e/ou adotar qualquer outra medida necessária para garantia da saúde pública, nas situações em que os estabelecimentos estejam descumprindo as normas estabelecidas para enfrentamento da pandemia da COVID-19.

Art. 7º As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município e da Região de Saúde.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC,  
em 18 de fevereiro de 2021.

CELSO BIEGELMEIER  
Prefeito Municipal

## **LEI Nº 1369/2021**

Publicação Nº 2867558

LEI Nº 1.369, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo em nome do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, firmar Convênio com o Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, objetivando contribuição ao Abrigo Institucional para Crianças e Adolescentes do Município de São Miguel do Oeste, SC, denominado "Cantinho Acolhedor", e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo em nome do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina por meio do Fundo Municipal de Assistência Social, celebrar Termo de Convênio com o Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, por meio do seu Órgão competente, objetivando o repasse de recursos financeiros para manutenção das atividades de atendimento a crianças e adolescentes do Município de Bandeirante, SC com medida protetiva de acolhimento institucional.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC,  
em 18 de fevereiro de 2021.

CELSO BIEGELMEIER  
Prefeito Municipal

**Barra Bonita****PREFEITURA****EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 04/2021**

Publicação Nº 2867808

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2021

CONVOCA PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE BARRA BONITA-SC

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Art.1º. Convocar os aprovados no Concurso Público 001/2019, cujo resultado foi homologado pelo Decreto 1126/2019 de 23 de julho de 2019, a seguir relacionado:

Nome	Cargo	Classificação
ISABELA CAROLINE GAGLIOTTO GALVAN	Engenheiro Civil	5º

Art.2º O convocado deve apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos, junto a Prefeitura Municipal de Barra Bonita/SC, até o dia 19 de março de 2021, durante o horário de expediente munidos da seguinte documentação:

- Carteira de Identidade;
- CPF;
- Título eleitoral e comprovante da última votação;
- Certidão de Casamento;
- Certidão de nascimento dos filhos;
- Nº do PIS, encontrado na Carteira de Trabalho;
- 01 Foto 3x4;
- Quando em cargos que exigem formações: (certificados e registros);
- Comprovante de Escolaridade;
- Certidão de antecedentes criminais (obtida na Distribuição no Fórum ou site TJSC);
- Declaração de Bens;
- Declaração de ter sofrido ou não penalidades;
- Declaração de Conta bancaria para depósito salarial. (Sicoob ou BB);
- Declaração de não acúmulos de cargos;
- Atestado médico ocupacional;
- Comprovante de residência.

Art.3º O Não comparecimento do candidato, bem como a Não apresentação dos documentos exigidos até a data aprazada ou Não havendo justificativa para tal falta, importará em Renúncia tácita do candidato a vaga que se classificou.

Barra Bonita - SC em 17 de fevereiro de 2021.

AGNALDO DERESZ  
Prefeito Municipal

**EDITAL PREGÃO Nº03/2021 FMAS**

Publicação Nº 2868016

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2021  
EDITAL DE PREGÃO RP Nº 03/2021

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial para registro de preço, objetivando a Contratação de Empresa para o fornecimento de cestas básicas para atendimento das famílias de baixa renda atendida pela Secretaria de Assistência Social. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 2 de março de 2021. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 15 de fevereiro de 2021.

VALI ROST ZANGALLI  
Secretária de Assistência Social

**EDITAL PREGÃO Nº22/2021**

Publicação Nº 2868006

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2021  
EDITAL DE PREGÃO RP Nº 22/2021

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço, objetivando a Aquisição de materiais de materiais de construções e reformas executadas pela Administração Municipal. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 03 de março de 2021. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 15 de fevereiro de 2021.

PAULO SÉRGIO BOFF  
Secretário de Administração

**EDITAL PREGÃO Nº25/2021**

Publicação Nº 2868025

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2021  
EDITAL DE PREGÃO RP Nº 25/2021

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial Registro de Preço, objetivando a prestação de Prestadoras de Serviços para pessoas com deficiência intelectual, múltipla e com Transtorno de Espectro Autista do Município de Barra Bonita/SC. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 13:30 horas do dia 03 de março de 2021. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 16 de fevereiro de 2021.

NEURA MARIA SCHONARDIE DERES  
Secretária Municipal de Educação

**EDITAL PREGÃO Nº26/2021**

Publicação Nº 2868004

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2021  
EDITAL DE PREGÃO RP Nº 26/2021

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial Registro de Preço, objetivando a prestação de Prestadoras de Serviços de atendimento fonoaudiólogo, assistencial, psicológico, pedagógico, acompanhamento escolar, ensino de LIBRAS, e todo suporte necessário para inclusão social de surdos. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 14:30 horas do dia 03 de março de 2021. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 16 de fevereiro de 2021.

NEURA MARIA SCHONARDIE DERES  
Secretária Municipal de Educação

**EDITAL PREGÃO Nº27/2021**

Publicação Nº 2868019

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2021  
EDITAL DE PREGÃO RP Nº 27/2021

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial para registro de preço, objetivando Contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços de transporte escolar de alunos do Município de Barra Bonita/SC, conforme linhas, itinerários abaixo. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 13:30 horas do dia 4 de março de 2021. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 17 de fevereiro de 2021.

NEURA MARIA SCHONARDIE DERES  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº23/2021**

Publicação Nº 2868145

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 23/2021

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital Tomada de Preço, objetivando a Contratação de Empresa para elaboração e execução de projeto de edificação de torres de telecomunicações conforme especificações termo de referência. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08h15min do dia 5 de março de 2021, iniciando-se a Sessão Pública às 08:30 horas do dia 5 de março de 2021. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 15 de fevereiro de 2021.

PAULO SERGIO BOFF  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA N. 138/2021**

Publicação Nº 2868301

PORTARIA Nº 138, de 17 de Fevereiro de 2021

“Concede diária e das outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Art.1º. Conceder Adiantamento ao servidor VANDERLEI FERRONATO, ocupante do cargo de Motorista com exercício na Secretaria Municipal da Saúde, do Quadro de Geral da Prefeitura Municipal, na importância de R\$30,00 (trinta reais), conforme Memorando nº 051/2021 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. A aplicação do referido adiantamento far-se-á em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 009/97, de 22 de janeiro de 1997.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 17 de fevereiro de 2021.

Aginaldo Deresz  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.



# Barra Velha

## PREFEITURA

### 005/2021

Publicação Nº 2867797

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2021

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2021

Contratada: DIEGO FERREIRA &amp; CIA LTDA – ME

Objeto: Aquisição de tubo, meio fio, grelha, lajotas e paver para secretaria de obras do município, conforme memorial, e especificações constantes do Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 316.250,00

Data de Assinatura: 15/02/2021

Data de Vencimento: 15/02/2022

Barra Velha, 15 de fevereiro de 2021.

DIEGO FERREIRA

Pela Empresa Contratada

DOUGLAS ELIAS DA COSTA

Prefeito

### 006/2021

Publicação Nº 2867800

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2021

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2021

Contratada: SCHIMITT ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME

Objeto: Aquisição de tubo, meio fio, grelha lajotas e paver para secretaria de obras do município, conforme memorial, e especificações constantes do Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 209.530,00

Data de Assinatura: 15/02/2021

Data de Vencimento: 15/02/2022

Barra Velha, 15 de fevereiro de 2021.

SILVIA SCHIMITT BORGES

Pela Empresa Contratada

DOUGLAS ELIAS DA COSTA

Prefeito

### 007/2021

Publicação Nº 2867880

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2021

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2021

Contratada: HIDROPAR LUBRIFICANTES LTDA ME

Objeto: Aquisição de óleo lubrificante e graxa para veículos da secretaria de educação e secretaria de agricultura do município de barra velha conforme memorial descritivo e especificações constantes do anexo i – termo de referência.

Valor do Contrato: R\$ 6.024,00

Data de Assinatura: 16/02/2021

Data de Vencimento: 16/02/2022

Barra Velha, 16 de fevereiro de 2021.

ANA CARLA MEDINA DE CARVALHO

Pela Empresa Contratada

DOUGLAS ELIAS DA COSTA

Prefeito

**008/2021**

Publicação N° 2867881

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 006/2021  
PREGÃO ELETRÔNICO N° 006/2021  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 008/2021

Contratada: LINCETRATOR COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI - EPP

Objeto: Aquisição de óleo lubrificante e graxa para veículos da secretaria de educação e secretaria de agricultura do município de barra velha conforme memorial descritivo e especificações constantes do anexo i – termo de referência.

Valor do Contrato: R\$ 18.215,60

Data de Assinatura: 16/02/2021

Data de Vencimento: 16/02/2022

Barra Velha, 16 de fevereiro de 2021.

VANDIR JORGE FILHO

Pela Empresa Contratada

DOUGLAS ELIAS DA COSTA

Prefeito

**009/2021**

Publicação N° 2867884

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 006/2021  
PREGÃO ELETRÔNICO N° 006/2021  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 009/2021

Contratada: RP COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

Objeto: Aquisição de óleo lubrificante e graxa para veículos da secretaria de educação e secretaria de agricultura do município de barra velha conforme memorial descritivo e especificações constantes do anexo i – termo de referência.

Valor do Contrato: R\$ 3.441,00

Data de Assinatura: 16/02/2021

Data de Vencimento: 16/02/2022

Barra Velha, 16 de fevereiro de 2021.

CEZAR EDUARDO DUARTE ALBERTI

Pela Empresa Contratada

DOUGLAS ELIAS DA COSTA

Prefeito

**LEI COMPLEMENTAR N° 259, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação N° 2868604

LEI COMPLEMENTAR N° 259, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre a instituição do Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) do Município de Barra Velha e dá outras Providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, faz saber a todos habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e é sancionada a seguinte lei:

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) destinado a promover a regularização de créditos do Município de Barra Velha, constituídos ou não, cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2020, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, parcelados ou não, administrativa ou judicialmente, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento do imposto declarado ou lançado, a serem regularizados na forma desta Lei.

Art. 2º O REFIS será administrado pela Secretaria Municipal de Finanças – SEMF, com competência para regulamentar e implementar os procedimentos necessários à execução do Programa, ouvida a Procuradoria Geral do Município, em especial quanto aos débitos inscritos em Dívida Ativa e executados.

Art. 3º O controle dos parcelamentos administrativos será de competência do Setor de Fiscalização Tributária da Secretaria Municipal de Finanças - SEMF.

**TÍTULO I****DAS NORMAS GERAIS****CAPÍTULO I****DO REFIS****Seção I****DAS CONDIÇÕES DO REFIS**

Art. 4º A formalização do REFIS impõe ao devedor a:

I – aceitação plena e inequívoca de todas as condições decorrentes desta Lei;

II – confissão irrevogável e irretratável dos débitos incluídos no programa, importando em confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 389, 394 e 395 da Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), bem como no reconhecimento expresso da sua certeza, liquidez e exigibilidade, produzindo os efeitos previstos no inciso IV do parágrafo único do art. 174 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) e no inciso VI do art. 202 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

III – desistência ou renúncia expressa e irrevogável aos recursos administrativos ou as ações judiciais propostas sobre os débitos dos quais pretende contemplar no programa;

IV – autorização para que eventuais créditos tributários que possua ou venha a possuir junto ao Município de Barra Velha, passíveis de restituição ou ressarcimento, sejam compensados com os débitos objeto do programa, quitando-se, nesse caso, as parcelas vincendas, partindo-se da última para a primeira;

V – responsabilidade pelos documentos anexados ao requerimento de adesão, os quais após entregues, permanecerão arquivados junto ao respectivo processo administrativo, de forma a constituírem-se prova hábil e passível de averiguação, a qualquer momento, pelos órgãos de fiscalização e controle interno e externo;

VI – ciência de que a realização de qualquer ato com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, não gera direito adquirido, e responsabiliza pessoalmente quem o executou ou beneficiou-se da sua irregularidade, não excluindo a responsabilidade criminal e funcional aplicável.

§ 1º A comprovação da desistência ou renúncia de que trata o inciso III deste artigo deverá ser feita em conjunto com o termo de adesão ao programa, sob pena de indeferimento ou cancelamento do mesmo.

§ 2º Verificando-se a hipótese de desistência dos embargos à execução fiscal, o devedor concordará com a suspensão do processo de execução, nos termos acordados no programa, obedecendo-se o estabelecido no art. 922, da Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), ressalvada a hipótese de prosseguimento no caso de exclusão, na forma do art. 17 desta Lei.

§ 3º No caso do § 2º deste artigo, liquidado os débitos, o Município informará o fato ao juízo da execução fiscal e requererá a sua extinção, correndo por conta do contribuinte eventuais custas finais remanescentes do processo.

Art. 5º Em se tratando de débitos ajuizados, o deferimento do REFIS fica condicionado:

I – a manutenção automática das garantias por meio de penhora ou da indisponibilidade de ativos financeiros do executado junto às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional (penhora online), quando esses existirem.

Art. 6º O deferimento do REFIS é uma prerrogativa do Município de Barra Velha e não gera direito adquirido, não se configurando transação ou novação de dívida, podendo não ser aceito ou ser rescindido de ofício, se constatado o não cumprimento de seus requisitos.

Art. 7º Mediante decisão devidamente motivada, a Secretaria Municipal de Finanças – SEMF, poderá indeferir o pedido de adesão ao REFIS, nos casos em que:

I – não houver o cumprimento pelo devedor ou responsável legal de quaisquer condições ou requisitos desta Lei, ainda que em decorrência de pendência judicial ou administrativa;

II – haja impossibilidade de inscrição em dívida ativa:

a) em virtude do não cumprimento de dever instrumental, ainda que decorrente de responsabilidade conjunta ou subsidiária, por parte do devedor ou responsável legal;

b) na hipótese prevista no § 4º deste artigo;

III – seja caracterizado o ânimo protelatório do devedor ou responsável legal;

IV – haja conflito de interesses para com Município.

§ 1º No caso de haver pendência administrativa, afeta à competência de outros órgãos da administração direta do Município, a qual impossibilite o pedido de adesão ao REFIS, a Secretaria Municipal de Finanças – SEMF, poderá requerer que a causa do impedimento seja tratada prioritariamente pelo respectivo órgão responsável.

§ 2º Incidindo a hipótese prevista no parágrafo anterior deste artigo, o órgão instado à realização do procedimento, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento do requerimento de priorização, deverá concluir o procedimento a seu cargo ou, sendo o caso, informar o prazo necessário para sua implementação ou justificar fundamentadamente a impossibilidade de execução.

§ 3º O requerimento mencionado nos parágrafos 1º e 2º deste artigo, que resultar na informação de impossibilidade de execução, bem como em prazos que inviabilizem a análise do pedido de adesão ao REFIS, será encaminhado para deliberação do titular da Fazenda Municipal ou da Procuradoria Municipal, dependendo do caso.

§ 4º Caso não ocorra a deliberação mencionada no parágrafo anterior deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias do encaminhamento, o pedido de parcelamento deverá ser indeferido pela Secretaria Municipal de Finanças – SEMF, com fundamento na alínea “b”, do inciso II, deste artigo, sendo defesa a análise de pedido de mesmo teor, em relação aos mesmos débitos, enquanto não se houver resolvido o impedimento.

Art. 8º É vedado inserir no REFIS os seguintes débitos tributários:

I – proveniente de retenção na fonte;

II – que, após regular processo administrativo ou judicial, seja considerado como crime contra a ordem tributária, nos termos da legislação de regência;

III – cobrado em processo de execução fiscal em que tenha sido verificada, pelo juiz da causa, prova de fraude à execução ou sua tentativa.

IV – em fase de execução, não embargada, em que tenha havido pagamento judicial de quantia superior a 80% do valor executado, ou, garantida por terceiros, por fiança bancária ou por seguro garantia judicial.

Art. 9º O Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) permite aos devedores parcelarem os débitos tributários em até 06 (seis) parcelas, devendo as parcelas serem mensais, sucessivas e observarem os seguintes valores mínimos:

I – quando o devedor for pessoa jurídica: 1,5 UFM's (Uma vírgula cinco Unidades Fiscais Municipais);

II – quando o devedor for pessoa física ou microempreendedor individual: 1,0 UFM (Uma Unidade Fiscal Municipal).

Parágrafo único. O não pagamento das parcelas dentro do prazo estabelecido implicará na cobrança de atualização monetária, multa moratória e juros moratórios, nos termos da legislação municipal.

Art. 10. O vencimento da primeira parcela será de até 05 (cinco) dias da data do deferimento ao programa e, sendo o caso de parcelamento, as demais parcelas para cada 30 (trinta) dias.

Art. 11. As Certidões Negativas de Débitos ou as Certidões Positivas com efeito de Negativas somente poderão ser emitidas após a quitação do acordo ou, quando houver parcelamento, após a quitação integral da primeira parcela, mediante a respectiva baixa bancária na base de dados do Município.

**Seção II****DA FORMALIZAÇÃO DO REFIS**

Art. 12. A solicitação do REFIS deverá ser realizada, pelo devedor ou responsável legal, através do atendimento junto à Secretaria Municipal de Finanças – SEMF, na fiscalização tributária municipal, em horário normal de expediente, do dia 01/03/2021 até o dia 15/05/2021.

Parágrafo primeiro. A solicitação do REFIS deverá ser realizada através de atendimento presencial na Secretaria Municipal de Finanças – SEMF, e excepcionalmente, solicitada remotamente, desde que todos os documentos sejam assinados digitalmente através de certificado digital.

Parágrafo segundo. Para solicitação de pagamento em parcela única, não se faz necessário o comparecimento presencial, nem o encaminhamento dos documentos assinados digitalmente, bastando apenas a apresentação dos documentos listados no artigo 13 desta Lei.

Art. 13. Para a adesão ao programa, o devedor ou o responsável legal, deverá preencher o requerimento de adesão e apresentar as cópias dos seguintes documentos:

I – tratando-se de pessoa física ou microempreendedor individual, apresentar a cédula de identidade e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

II – tratando-se de pessoa jurídica, apresentar a cédula de identidade, o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e o comprovante de endereço atualizado do representante legal ou procurador, bem como as respectivas cópias do contrato social e do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

III – em todos os casos, pessoa física ou pessoa jurídica:

a) nos casos de representação, a procuração pública ou particular, com poderes especiais para firmar o acordo e realizar confissão de dívida, devendo o procurador também apresentar os documentos mencionados no inciso I deste artigo;

b) o requerimento de pedido de adesão ao REFIS, devidamente assinados pelo devedor ou responsável legal;

c) nos casos de sucessão causa mortis, documento que comprove a formalização da partilha ou o termo de nomeação do inventariante ou certidão de óbito acompanhada de prova da situação de sucessor;

§ 1º Nos casos do inciso III, alínea “c”, deste artigo, quando o sucessor não possuir os documentos mencionados, será legitimado para aderir ao REFIS aquele que comprovar a condição de herdeiro e assumir, através de declaração própria, a responsabilidade tributária supletiva pelo fato gerador da respectiva obrigação, nos termos do art. 128 da Lei nº 5.172/66 (Código Tributário Nacional).

§ 2º Nos casos de tributos imobiliários, constatada a divergência de propriedade, o solicitante deverá apresentar cópia do instrumento público ou particular de promessa de venda e compra ou outro documento, que comprove a posse com animus domini.

§ 3º O devedor ou responsável legal assumirá plena e total responsabilidade pela autenticidade dos documentos que apresentar para a formalização do acordo.

§ 4º A não correspondência entre os documentos fornecidos e as informações anotadas ensejará a não formalização do acordo, ou sendo o caso, sua rescisão do acordo, sem prejuízo da responsabilização penal, civil e administrativa do devedor ou responsável legal.

Art. 14. Observados os demais requisitos da legislação, somente se aperfeiçoará o acordo após a sua quitação integral ou, sendo o caso de parcelamento, de sua primeira parcela, mediante a respectiva baixa bancária na base de dados do Município.

Art. 15. Uma vez aperfeiçoado o acordo a Procuradoria Geral do Município requererá em juízo a suspensão de eventuais execuções fiscais.

**Seção III****DA CONSOLIDAÇÃO**

Art. 16. Na data da formalização do pedido do REFIS, os débitos tributários deverão ser consolidados tendo por base o débito principal acrescido de atualização monetária, juros e multa moratória.

§ 1º Para fins de consolidação, deverão ser aplicados à atualização monetária e acréscimos moratórios, conforme legislação de regência, incidentes até a data de formalização do pedido.

§ 2º Observado o disposto no art. 17 desta Lei, os débitos que não foram objeto de parcelamentos anteriores poderão ser pagos ou parcelados da seguinte forma:

I – em até 03 (três) parcelas, com redução de 100% (cem por cento) da multa e juros;

II – de 04 (quatro) a 08 (oito) parcelas, com redução de 80% (oitenta por cento) da multa e juros;

III – 09 (nove) a 12 (doze) parcelas, com redução de 70% (setenta por cento) da multa e juros;

IV – 13 (treze) a 18 (dezoito) parcelas, com redução de 60% (sessenta por cento) da multa e juros;

V – 19 (dezenove) a 24 (vinte e quatro), com redução de 50% (cinquenta por cento) da multa e juros;

**Seção IV****DA RENEGOCIAÇÃO**

Art. 17. No caso de parcelamento de débitos que já tenham sido objeto de parcelamentos cancelados por inadimplência, observar-se-á o seguinte:

I – serão restabelecidos à data da solicitação do novo parcelamento os valores correspondentes ao crédito originalmente confessado e seus respectivos acréscimos legais, de acordo com a legislação aplicável em cada caso, consolidado à época do parcelamento anterior;

II – computadas as parcelas pagas, atualizadas pelos critérios aplicados aos débitos, até a data da solicitação do novo parcelamento, o pagamento ou parcelamento do saldo que houver poderá ser liquidado pelo contribuinte na forma e condições previstas nos incisos I e II do artigo 9º e dos incisos do art. 16, ambos desta Lei;

III – a opção pelo pagamento ou parcelamento de que trata este artigo importará desistência compulsória do parcelamento anterior e da manutenção das garantias dadas, caso o parcelamento esteja vigente.

§ 1º É facultado ao devedor a inclusão de novo débito ao montante renegociado, desde que, relativamente a este, também seja pago o percentual previsto no inciso III deste artigo, conforme o caso.

§ 2º É vedada a renegociação prevista neste artigo, se caracterizado o uso protelatório.

§ 3º Os efeitos do disposto neste artigo aplicam-se ao sucessor a qualquer título.

**Seção V****DA RESCISÃO**

Art. 18. O acordo poderá ser rescindido de ofício pela Secretaria Municipal de Finanças – SEMF, sem necessidade de intimação ou prévio aviso, pela inadimplência de qualquer parcela por mais de 90 (noventa) dias, restabelecendo-se o montante do débito originário na data da celebração do acordo, com a incidência dos respectivos acréscimos legais moratórios, desde o vencimento de cada um de seus componentes, sendo imputados os valores até então pagos, de acordo com o art. 63 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1.966 (Código Tributário Nacional).

Art. 19. A rescisão do acordo acarretará a imediata exigibilidade da totalidade do débito tributário confessado e não pago, podendo ser encaminhado inclusive para à cobrança extrajudicial, através do Tabelionato de Notas e Protestos da Comarca.

## CAPÍTULO II

### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. O Chefe do Poder Executivo adotará as providências regulamentares e administrativas necessárias à implantação desta Lei.

Art. 21. O contribuinte que pretender transferir um imóvel no curso do parcelamento previsto nesta Lei, deverá saldar integralmente o saldo devedor do parcelamento referente ao imóvel.

Art. 22. A anistia concedida pela presente Lei não enseja qualquer restituição de quantias pagas, nem compensação de dívidas.

Art. 23. Os benefícios desta Lei têm por fundamento a estimativa de impacto orçamentário-financeiro que acompanha o Anexo Único, de cuja previsão se infere renúncia de receita inferior ao aumento da arrecadação tributária orçada para o exercício, e demonstrativo do total da Dívida Ativa até 31 de dezembro de 2020.

Art. 24. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 17 de fevereiro de 2021.

DOUGLAS ELIAS DA COSTA

Prefeito Municipal

## Anexo Único

### ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

(Art. 14 da LRF)

Nos termos do artigo 30, inciso III da Constituição Federal e artigo 11, da Lei de Responsabilidade Fiscal, constituem requisitos essenciais de responsabilidade fiscal do gestor municipal a instituição, previsão e a efetiva arrecadação de todos os tributos de sua competência.

Motivado pelo grande volume de trabalho com a consequente morosidade das decisões da justiça nas ações de execução fiscal e a necessidade de buscar receita para atender os gastos com o combate ao COVID-19 e às demandas ordinárias municipais, que em virtude da pandemia da COVID-19, foram afetadas, e ainda pela necessidade de redução do estoque da dívida ativa, está sendo proposto ao Poder Legislativo Municipal, projeto de lei concedendo anistia de multa e juros de mora incidente sobre os créditos da fazenda pública, inscrito ou não em dívida ativa e lançados até 31/12/2020 com o propósito de estimular o contribuinte inadimplente a aderir a esse programa de incentivo. Segundo relatórios obtidos com base no último REFIS (253, de 17 de junho de 2020) o município conseguiu realizar o parcelamento de débitos tributários que totalizaram R\$ 1.769.351,94 (Um milhão, setecentos e sessenta e nove mil trezentos e cinquenta e um reais e noventa e quatro centavos). Desse montante, até a presente data foram pagos R\$ 1.188.613,08 (um milhão, cento e oitenta e oito mil, seiscentos e treze reais e oito centavos), ou seja, quase 70 % (setenta por cento) dos débitos parcelados já foram pagos, justificando, portanto, a viabilidade de aprovar a presente lei.

Estudos realizados e baseado em experiências anteriores, estima-se que pelo menos 10% dos contribuintes inadimplentes inscritos em dívida ativa, especialmente os maiores devedores, venham a aderir ao programa de incentivo, o que auxiliaria na manutenção da hígidez fiscal do município.

O valor da renúncia da multa e juros incidente sobre os créditos da fazenda pública serão apurados no momento da adesão pelo contribuinte ao programa e objeto de registro contábil em conta redutora de receita.

Por fim, cabe destacar que a referida renúncia de receita não afetará as metas de resultados fiscais previstos no anexo próprio da LDO para 2021, nos termos do art. 14, inciso I da LRF, em que pese o Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 6357/DF tenha reconhecido que durante a situação de crise causada pela pandemia da COVID-19 os entes federados tenham ficado dispensados em demonstrar o cumprimento das metas fiscais indicadas na Lei de Responsabilidade Fiscal.



# Bela Vista do Toldo

## PREFEITURA

### EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Publicação Nº 2869110

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021

EDUCAÇÃO, 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE TÍTULOS, DESTINADO AO PROVIMENTO DE VAGAS TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E A FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA DO QUADRO DOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e regimentais, em especial de conformidade com a Lei Nº 1.275 de 15 de Fevereiro de 2018, Lei Nº 1.093, de 08 de Maio de 2015, Lei Nº 1.232, de 22 de Agosto de 2017, Lei Orgânica Municipal, de 05 de Outubro de 1999, Lei Nº 04, de 27 de Janeiro de 1997 e demais disposições legais pertinentes à matéria, TORNA PÚBLICO aos interessados que estarão abertas as inscrições para PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO destinado ao provimento de vagas e à formação de cadastro reserva de profissionais para atuação nas unidades escolares da rede municipal de ensino, durante o ano letivo de 2021, o qual reger-se-á pelas Instruções Especiais contidas neste Edital e seus anexos.

#### 1 DAS INSCRIÇÕES

1.1 LOCAL: Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua Professor Alfredo Ludka, s/n, centro, Prédio 2, no Município de Bela Vista do Toldo/SC.

1.2 PERÍODO E HORÁRIO: Nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2021, no horário das 8h às 11h e das 13h às 16h.

1.3 A ficha de inscrição estará disponível em anexo a este edital ou pessoalmente na Secretaria Municipal de Educação.

1.4 A inscrição do candidato deverá ser para uma única área de habilitação.

1.5 As inscrições deverão ser preenchidas e assinadas pelos candidatos e entregues pessoalmente, juntamente com toda a documentação solicitada por intermédio do item 1.6 deste edital, em envelope lacrado e identificado com nome e área de atuação pretendida, diretamente na recepção da Secretaria Municipal de Educação.

1.6 DA DOCUMENTAÇÃO: Documentos a serem apresentados para inscrição de que dispõe este edital:

- Ficha de Inscrição sem rasuras;
- Fotocópia da Carteira de Identidade;
- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia do título de eleitor;
- Diploma de graduação, pós-graduação, mestrado e/ou doutorado, devidamente registrados em órgão competente (habilitados), ou comprovante de estar matriculado e frequentando curso de graduação na área que pretende atuar (não habilitados);
- Atestado/certidão de tempo de serviço para o cargo pretendido, expresso em anos, meses e dias;
- Eventual comprovante de cursos de aperfeiçoamento e atualização, específicos na área de atuação, de conformidade com a respectiva inscrição;
- Fotocópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos;
- Certidão de comprovação do tempo de serviço na área pretendida;
- Atestado médico que declare a aptidão do candidato para ministrar aula de forma presencial, sem que apresente comorbidade e/ou pertença ao grupo de risco para agravamento do COVID-19.

#### 2 QUADRO COM PREVISÃO DE VAGAS E CARGA HORÁRIA POR ÁREA: PROFESSOR

Nº de vagas	Carga Horária	Área
08	20 horas	Educação Infantil
04	20 horas	Anos Iniciais
02	20 horas	Língua Portuguesa
03	15 horas	Inglês
01	25 horas	Ciências
01	15 horas	Ciências
02	15 horas	História
01	15 horas	Geografia

#### VAGAS RESERVAS

Nº de vagas	Área
10	Anos Iniciais
10	Educação Infantil
02	Matemática
02	Língua Portuguesa
02	Geografia
02	Ciências

02	Inglês
02	Educação Física
02	Arte
02	Ensino Religioso
02	História

**CARGA HORÁRIA E RESPECTIVOS VENCIMENTOS**

Carga Horária	Remuneração
Professor 40h	R\$2.886,15
Professor 30h	R\$ 2.164,61
Professor 20h	R\$ 1.443,07
Professor 15h	R\$ 1.082,30
Professor 10h	R\$ 721,52
Professor 05 h	R\$ 360,76

Observação: o valor será proporcional à carga horária admitida.

2.1 O turno de trabalho e/ou carga horária poderá ser alterado no curso do exercício do emprego, conforme conveniência e interesse público da Administração.

**3 DAS ATRIBUIÇÕES**

Aquelas constantes no Regimento Interno nº 1.060/2012 de 23 de outubro de 2012.

**4 DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO**

- Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos, completos no ato da inscrição;
- Encontrar-se em pleno gozo de seus direitos civis e políticos;
- Estar quites com as obrigações militares, conforme o caso, e eleitorais;
- Ter sanidade mental e capacidade física;
- Ter concluído o curso com habilitação na área ou disciplina em que pretende atuar.
  - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - Escolaridade exigida: Magistério completo, Ensino Superior em Pedagogia (Educação Infantil) ou Pós-graduação na área de Educação.
  - PROFESSOR DE ANOS INICIAIS – Escolaridade exigida: Magistério completo, Ensino Superior em Pedagogia (Anos Iniciais) ou Pós-graduação na área de Educação.
  - PROFESSOR DE ANOS FINAIS (ÁREA ESPECÍFICA - LICENCIATURA) - Escolaridade exigida: Ensino Superior na área específica ou Pós-graduação na área de Educação.
- Estar matriculado e frequentando curso de graduação na área ou disciplina que pretende atuar (para classificação como não habilitado);
- Fornecer com exatidão todos os demais dados necessários para o preenchimento da ficha de inscrição;
- Conhecer e estar de acordo com as exigências do edital.

4.1. Será aceito inscrição de interessados que estejam cursando as áreas específicas constante das disposições de vagas, para formação de cadastro de reserva de professor não habilitado e será devidamente efetuada classificação própria.

**5 DA FORMA DE SELEÇÃO**

A forma de seleção dos candidatos será efetuada por intermédio de prova de títulos na área preterida, com caráter classificatório.

**5.1 Do Processo Seletivo Simplificado**

5.1.1 A titulação dar-se-á de acordo com os seguintes critérios:

- Magistério 1,0 (um) ponto;
- Graduação na área 2,0 (dois) pontos;
- Pós-Graduação na área específica 3,0 (três) pontos;
- Mestrado na área específica 4,0 (quatro) pontos;
- Doutorado na área específica 5,0 (cinco) pontos;
- Atuação na área específica 1,0 (um) ponto para cada 06 (seis) meses de serviço profissional até o limite de 5 (cinco) pontos;
- Será atribuído ainda 0,5 (zero vírgula cinco) ponto para cada 50 (cinquenta) horas de curso na área de atuação até o limite de 200 horas, podendo ser incluído cursos na área de educação especial.

5.1.2 A classificação dos professores cursando graduação (não habilitados) será efetuada, considerando:

- Cursando graduação na área de atuação - 0,5 pontos para cada período/semestre cursado até o dia da inscrição;
- O tempo de serviço no magistério terá valor igual a 1 (um) ponto, para cada 6 (seis) meses de serviço profissional até o limite de 5 (cinco) ponto;
- Será atribuído ainda 0,5 (zero vírgula cinco) ponto para cada 50 (cinquenta) horas de curso na área de atuação até o limite de 200 horas, podendo ser incluído cursos na área de educação especial.

5.2 Havendo empate entre os candidatos, após a classificação, deverão ser aplicados os seguintes critérios:

- 1º) O que possuir maior tempo de serviço para o cargo escolhido;
- 2º) O de maior idade;



3º) O que possuir maior número de dependentes.

5.3. Persistindo o empate será feito o sorteio na presença dos/as candidatos/as empatados, a serem previamente comunicados da data, horário e local.

5.4 A classificação se dará por itens e levar-se-á em conta a seguinte ordem de seleção dos candidatos/títulos:

1º) Habilitação;

2º) Tempo de serviço no magistério;

3º) Cursos.

5.5 A lista preliminar de classificação será disponibilizada no dia 24 de fevereiro de 2021 no mural público da Secretaria Municipal de Educação, a partir das 8h, e também por intermédio do site oficial do Município de Bela Vista do Toldo ([www.pmbvt.sc.gov.br](http://www.pmbvt.sc.gov.br)).

5.6 O candidato terá o prazo de 01 (um) dia útil (até 25 de fevereiro de 2021), a contar da data de divulgação da listagem de classificação preliminar para entrar com pedido de reconsideração da classificação, protocolado junto à Secretaria de Educação, em horário de expediente da Secretaria, por requerimento fundamentado pelo candidato.

5.7 Os pedidos de reconsideração serão julgados pela Comissão Organizadora, até 26 de fevereiro de 2021.

5.8 Após análise dos pedidos de reconsideração, se houver, a lista de classificação final será homologada pelo Prefeito e publicada no dia 1º de março de 2021, no Diário Oficial dos Municípios – DOM e disponibilizada no mural da Secretaria de Educação em caráter meramente informativo.

## 6 DA ESCOLHA DA VAGA

6.1 Os/as candidatos/as classificados/as poderão ser chamados pela Secretaria Municipal de Educação, de acordo com a necessidade e interesse público, para o atendimento ao chamamento de vaga e apresentação dos documentos previstos neste Edital, em data a ser definida conforme demanda.

6.2 Caso o/a primeiro/a classificado/a não compareça na data solicitada, a chamada será feita obedecendo a ordem de classificação, até o preenchimento de vaga eventualmente existente. Se não houver interessados ao final das convocações o Município deverá assegurar conforme disposições legais o atendimento e continuidade dos serviços da Educação.

6.3 Caso, no decorrer do ano, surgirem novas vagas, o professor que estiver atuando não poderá desistir da mesma para participar da nova escolha.

6.4 Caberá a Comissão, nomeada por intermédio do Decreto 898, de 16 de fevereiro de 2021, do Executivo Municipal, a responsabilidade pela coordenação da seleção dos professores, juntamente com a Secretaria de Educação.

6.5 O/a candidato/a convocado/a, deverá apresentar os seguintes documentos para a respectiva contratação:

a) Fotocópia da carteira de identidade;

b) Fotocópia do CPF;

c) Fotocópia do título de eleitor;

d) Fotocópia de certificado militar (homens);

e) Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;

f) Fotocópia do comprovante de escolaridade;

g) Número da conta bancária para depósito do vencimento;

h) Foto 3 x 4;

i) Declaração de bens;

j) Declaração de inexistência de incompatibilidade;

k) Nº do PIS/PASEP;

l) Comprovante de endereço atualizado;

m) Comprovante última votação;

n) Atestado médico;

o) Fotocópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;

p) Caderneta de vacinação dos/as filhos/as menores;

q) Fotocópia do CPF dos/as filhos/as menores de 14 anos;

s) Declaração que não pertence ao grupo de risco a COVID – 2019.

## 7 DO REGIME EMPREGATÍCIO E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

7.1 Os candidatos habilitados e classificados neste Processo Seletivo serão admitidos em caráter temporário e serão filiados ao Regime Geral da Previdência Social.

## 8 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E ESPECIAIS

8.1 O requerimento de inscrição implica o conhecimento e a aceitação, pelo candidato, de todos os prazos e normas estabelecidos pelo presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata ou que não satisfizer às condições exigidas, poderá ter cancelada sua inscrição a qualquer momento, por decisão da Comissão responsável pela realização do certame. Cancelada a inscrição, serão anulados

todos os atos dela decorrentes.

8.2 A seleção de que trata este Edital será para o ano letivo de 2021, podendo ser prorrogado no atendimento do interesse público.

8.3 A habilitação nem a classificação neste Processo Seletivo asseguram ao candidato o direito de contratação, pois esta será realizada dentro do interesse e necessidade da Secretaria Municipal de Educação à qual o cargo esteja vinculado, observada a ordem de classificação dos candidatos.

8.4 A chamada dos candidatos relacionados como não habilitados, deve ocorrer após esgotadas as possibilidades de admissão dos candidatos relacionados como habilitados.

8.5 Havendo contratação, a rescisão do contrato temporário poderá ocorrer a qualquer tempo pelo Município, no atendimento do interesse público, ou pelo termo final ou ainda por motivo de concurso público.

8.6 O Município poderá contratar o profissional selecionado, conforme as necessidades e vacância das vagas, sendo para o ano letivo de 2021 e durante o exercício de 2021, considerando que há necessidade emergencial de suprir o preenchimento das vagas de professores efetivos afastados (readaptações, licenças: prêmio, sem vencimentos, tratamento de saúde, grupo de risco ao Covid-19, etc.), bem como as vagas de turmas que desdobrem no decorrer do ano letivo.

8.7 O regime de trabalho semanal do membro do magistério admitido em caráter temporário de excepcional interesse público, poderá ser de 05, 10, 15, 20, 30 ou 40 horas semanais conforme disposição do Plano de Cargos do Magistério Municipal, podendo completar a carga horária em mais de uma unidade de ensino, conforme verificado a necessidade e o quadro de abertura de vagas.

8.8 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão especialmente designada para elaboração do processo seletivo e pelo Departamento de Educação.

8.9 O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao Processo Seletivo de que trata este Edital é o da Comarca de Canoinhas/SC.

8.10 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, no órgão de divulgação oficial do Município.

Bela Vista do Toldo/SC, 17 de fevereiro de 2021

\_\_\_\_\_  
ADELMO ALBERTI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
MARIA CRISTINA SCHIESSL GELINSKI  
Secretária de Educação

#### FICHA DE INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2021

NOME DO (A) CANDIDATO (A): \_\_\_\_\_

NOME DA MÃE: \_\_\_\_\_

CARGO: \_\_\_\_\_

DATA DE NASCIMENTO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

NATURAL: \_\_\_\_\_

REGISTRO GERAL: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

CIDADE: \_\_\_\_\_ ESTADO: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

FONE: \_\_\_\_\_

DEPENDENTES MENORES: \_\_\_\_\_

Área de Inscrição:

( ) Professor de Educação Infantil

( ) Professor de Anos Iniciais

( ) Professor de Anos Finais: Área: \_\_\_\_\_

Descrição dos Títulos	Nº de horas	Total de pontos
Habilitados na área de inscrição		
( ) Magistério		
( ) Graduação		
( ) Comprovante de Pós-Graduação		
( ) Comprovante de Mestrado		
( ) Comprovante de Doutorado		
( ) Tempo de Serviços na Área de Atuação		
( ) Cursos de Aperfeiçoamento/capacitação na área específica		
1.		

2.		
3.		
Não habilitados:		
( ) Cursando graduação		
( ) Tempo de Serviço		
( ) Curso na área de atuação		
1.		
2.		
Observação:		
SOMA GERAL DA PONTUAÇÃO		

Bela Vista do Toldo/SC, \_\_\_\_ de fevereiro de 2021.

Responsável pelo Recebimento da Inscrição Assinatura do (a) Candidato (a)

OBS: Que nesta data conferi todos os títulos acima, estando ciente da pontuação ora Comissão de Avaliação, não tendo mais nada a reclamar.

## LEI COMPLEMENTAR 09

Publicação Nº 2868233

LEI COMPLEMENTAR Nº09/2021, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021.

"INSTITUI A REFORMA E ALTERA A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO PODER LEGISLATIVO DE BELA VISTA DO TOLDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Artigo 1º - Esta Lei altera a Estrutura Administrativa do Poder Legislativo Municipal de Bela Vista do Toldo, e determina outras providências.

Artigo 2º - Fica extinto o Cargo em Comissão de Diretor Contábil, criado pela Lei 946/2013, revogando-se integralmente a mencionada Lei.

Artigo 3º - Fica Criado o Cargo em Comissão de Supervisor Legislativo, vinculado a Presidência da Mesa Diretora, com atribuições previstas no Anexo I, carga horária e salário estipuladas na tabela que segue:

CARGO	ESCOLARIDADE E REQUISITOS DE INVESTIDURA	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO BASE
SUPERVISOR LEGISLATIVO	ENSINO MÉDIO COMPLETO	40	R\$ 1.600,00

Artigo 4º - Os Cargos de Provimento em Comissão, criados Pela Lei Complementar n.º 02/2009, Resolução n.º 01/2011 e Lei 775/2011, acrescidos do Cargo de Supervisor Legislativo, passam a vigorar na quantidade, denominação e remuneração disposta na Tabela abaixo:

CARGO	ESCOLARIDADE E REQUISITOS DE INVESTIDURA	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO BASE
SUPERVISOR LEGISLATIVO	ENSINO MÉDIO COMPLETO	40	R\$ 1.600,00
DIRETOR DA SECRETARIA LEGISLATIVA	ENSINO MÉDIO COMPLETO	40	R\$ 1.600,00
DIRETOR DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA	ENSINO MÉDIO COMPLETO	40	R\$ 1.600,00

Artigo 5º - As atribuições dos Cargos em Comissão, constantes nesta Lei e dos Cargos de Provimento Efetivo, criados em Legislação própria, serão os previstos no Anexo I da Presente Lei, fazendo parte integrante da mesma, revogando-se integralmente a Resolução n.º 05 e 06 e 07/2010 e seus anexos e tabelas, bem como as demais disposições em contrário.

Artigo 6º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações previstas no orçamento vigente, respeitadas as determinações da Lei Complementar 173/2020.

Artigo 7º - Os funcionários efetivos estão subordinados ao Estatuto dos Servidores Públicos do Município, suas alterações e demais Leis que façam parte da vida funcional do Servidor.

Artigo 8º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Bela Vista do Toldo - SC, 12 de fevereiro de 2021.

ADELMO ALBERTI  
Prefeito Municipal

MARIANE LESSAK MASSANEIRO  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 12 de fevereiro de 2021.

**ANEXO I – DAS ATRIBUIÇÕES DOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO DE BELA VISTA DO TOLDO –SC****Item 1 - DAS ATRIBUIÇÕES DOS SERVIDORES DO QUADRO EFETIVO****A - SECRETÁRIO LEGISLATIVO**

Assessorar os Vereadores, nas Comissões Legislativas;

Elaborar e/ou digitar ofícios, atas, comunicados, relatórios, decretos, resoluções e portarias de interesse do processo legislativo;

Efetuar a triagem de documentos do processo legislativo, arquivá-los ou encaminhá-los às unidades competentes;

Efetuar a publicidade dos atos legislativos da Câmara Municipal;

Preparar documentos e relatórios referentes aos atos do processo legislativo;

Lavar termos de posse;

Solicitar, receber e publicar a documentação no ato de posse dos Vereadores eleitos, conforme regimento interno;

Elaborar atas de posse e instalação de comissões da câmara, quando solicitado;

Em conjunto com o Assessor Parlamentar orientar o Presidente e demais Vereadores sobre normas protocolares, mantendo relação atualizada de autoridades federais, estaduais, municipais e outras, apoiando a organização e promoção de solenidades;

Auxiliar nos trabalhos de pesquisa legislativa, consultando legislação pertinente, para subsidiar a elaboração de pareceres e projetos;

Redigir atas das reuniões do Plenário e das Comissões da Câmara a partir de notas manuscritas ou gravações;

Secretariar a Câmara, digitando e redigindo expedientes relacionados às suas atividades;

Realizar pesquisa de leis e o acompanhamento da tramitação das proposições legislativas;

Auxiliar no preparo de pautas e ordens do dia, organizando as matérias de acordo com a resenha fornecida;

Acompanhar, pesquisar e estudar a evolução legislativa, informando as unidades administrativas e os vereadores a respeito da alteração de dispositivos legais que afetam os trabalhos legislativos da Câmara Municipal;

Participar, quando solicitado, das atividades determinadas pela diretoria de suporte legislativo nas sessões legislativas e congêneres;

Auxiliar, sempre que solicitado, nos trabalhos das comissões permanentes, temporárias e especiais;

Realizar operações básicas de microcomputador e atividades correlatas, monitorar e alimentar os sistemas operacionais do processo legislativo;

Conferir documentos afetos ao departamento de atos legislativos;

Operar aparelhos de reprografia, tais como scanner, máquina fotocopadora ou outras similares;

Preencher fichas de registro para formar processos;

Realizar levantamentos e preparar síntese das proposições que tramitaram e da atuação dos Vereadores, para elaboração de relatório anual das atividades da Câmara;

Demais atividades e atribuições, determinadas pela Presidência da Câmara.

As tarefas acima descritas poderão ser designadas ou não pelo Presidente.

**B - ASSESSOR PARLAMENTAR:**

Apoio aos trabalhos legislativos, protocolo e informações;

Acompanhar sessões plenárias e outras anotando a frequência dos Vereadores e as principais ocorrências;

Apoiar a organização e execução dos controles e eventos no plenário, mantendo controle de inscrições, controlando o tempo de oradores, anotando o resultado de votações, registrando questões de ordem;

Lavar termos de posse;

Solicitar, receber e publicar a documentação no ato de posse dos Vereadores eleitos, conforme regimento interno;

Elaborar atas de posse e instalação de comissões da câmara, quando solicitado;

Em conjunto com o Secretário Legislativo orientar o Presidente e demais Vereadores sobre normas protocolares, mantendo relação atualizada de autoridades federais, estaduais, municipais e outras, apoiando a organização e promoção de solenidades;

Elaborar e/ou digitar ofícios, atas, comunicados, relatórios, decretos, resoluções, e portarias decretos quadros demonstrativos e outros de interesse do processo legislativo, quando solicitado;

Protocolar projeto de lei, resoluções, decretos, requerimentos e ofícios de qualquer ordem, moções, indicações, substitutivos, emendas, subemendas e pareceres das comissões;

Auxiliar o Presidente da Câmara de Vereadores, a mesa Diretora para o pleno exercício da atividade legislativa, quando solicitado;

Receber, conferir e registrar a tramitação de papéis, fiscalizando o cumprimento das normas referentes a protocolo;

Autenticar documentos e, encaminhando-os às unidades ou aos superiores competentes;

Protocolar as proposições dos Vereadores;

Operacionalizar o cumprimento da pauta das sessões plenárias;

Atender ao público, pessoalmente ou por telefone, registrando e fornecendo informações sobre documentos da Câmara;

Supervisionar a organização da agenda de eventos da Câmara Municipal, auxiliando os vereadores quanto aos procedimentos a serem adotados;

Demais atividades e atribuições, determinadas pela Presidência da Câmara.

As tarefas acima descritas poderão ser designadas ou não pelo Presidente.

**C – CONTADOR**

Registrar os atos e fatos contábeis de acordo com as leis da contabilidade pública;

Planejar, coordenar e executar os trabalhos de análise, registro contábeis, estabelecendo normas e procedimentos contábeis, obedecendo às determinações Legais;

Registrar os repasses recebidos;

Realizar a escrituração contábil, orçamentária e patrimonial;

Participar das atividades administrativas de controle e de apoio à Presidência;

Emitir parecer da área contábil, desde que correlatos a sua formação profissional;  
Executar tarefas de apoio administrativo na área de gestão de pessoal, realizando as tarefas necessárias;  
Redigir Portarias que fazem parte da vida funcional dos servidores e manter os arquivos da vida funcional dos servidores e vereadores atualizados;  
Fornecer certidões da vida funcional dos servidores e vereadores;  
Acompanhar a elaboração e controlar os contratos e convênios que impactem no orçamento da entidade;  
Demais atividades e atribuições, determinadas pela Presidência da Câmara;  
As tarefas acima descritas poderão ser designadas ou não pelo Presidente.

#### D – ADVOGADO:

Executar intervenções judiciais e representar a Câmara Municipal em todas as instâncias judiciárias;  
Assistir o Presidente e vereadores em assuntos jurídicos;  
Representar e defender em juízo, ou fora dele por designação do Presidente, todo e qualquer processo de interesse do legislativo;  
Promover auxílio a pesquisas e estudos sobre doutrina, legislação e jurisprudência;  
Manifestar ou opinar por meio de pareceres escritos sobre a interpretação de textos legais e projetos de leis e demais atos normativos;  
Colaborar na elaboração de minutas de contratos, convênios, acordos e ajustes;  
Redigir petições iniciais, contestações e outros expedientes de ordem jurídica;  
Promover a revisão e a atualização da legislação municipal, em colaboração com outros órgãos municipais;  
Zelar pela regularização dos arquivos e livros jurídicos do patrimônio municipal;  
Emitir pareceres sobre questões jurídicas e legais;  
Assessorar juridicamente o Presidente, a Mesa Diretora, as Comissões, os Servidores do Legislativo, inclusive o Sistema de Controle Interno, Comissão de Licitação ou responsável por processo específico;  
Redigir os Projetos de Leis e suas justificativas, opinando sobre os vetos quando necessário, redigir decretos, portarias, regulamentos, contratos e demais documentos de natureza jurídica;  
Orientar os responsáveis a participar, quando necessário, de processo administrativo de qualquer natureza e acompanhar a realização de processos licitatórios no âmbito do Legislativo Municipal com emissão de pareceres;  
Orientar e participar nos inquéritos e processos administrativos de qualquer natureza;  
Organizar e atualizar a coletânea de leis municipais, bem como das legislações estadual e federal de interesse do Legislativo;  
Demais atividades e atribuições, determinadas pela Presidência da Câmara;  
As tarefas acima descritas poderão ser designadas ou não pelo Presidente.

#### E- AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Realizar serviços necessários ao funcionamento e controle da cantina e copa;  
Servir café e lanches;  
Executar atividades de limpeza e conservação nas dependências dos diversos setores da Câmara Municipal;  
Auxiliar em pequenos consertos, remoção, arrumação e mudanças de móveis e utensílios, quando solicitado;  
Manter organizados e conservados os materiais utilizados na execução dos serviços;  
Auxiliar na limpeza da cantina e dos utensílios empregados;  
Manter a devida higiene das instalações sanitárias e da cozinha;  
Manter a arrumação da cozinha limpando recipientes e vasilhames;  
Remover o pó de móveis, tetos, portas, janelas e equipamentos;  
Limpar utensílios, como cinzeiros e objetos de adornos;  
Coletar o lixo nos depósitos, recolhendo-o adequadamente;  
Solicitar material de copa e cozinha;  
Encaminhar visitantes aos diversos setores da Câmara;  
Executar outras atividades correlatas;  
Demais atividades e atribuições, determinadas pela Presidência da Câmara;  
As tarefas acima descritas poderão ser designadas ou não pelo Presidente.

#### Item 2 - DAS ATRIBUIÇÕES DOS SERVIDORES DO QUADRO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

##### A.1) CONSULTOR JURÍDICO

Assistência jurídica, vinculado ao Presidente nas questões legais do processo legislativo. Atribuições típicas: prestar, quando solicitado pelo Presidente, assessoramento jurídico à Mesa Diretora, às Comissões, aos Vereadores, emitindo pareceres sobre assuntos em tramitação no Plenário, através de pesquisas de legislação, jurisprudências, doutrinas e instruções regulamentares; estudar e redigir minutas de atos internos ou externos, bem como documentos contratuais de toda espécie, em conformidade com as normas legais; interpretar normas legais e administrativas diversas, para responder a consultas dos interessados; manifestar-se sobre questões de interesse da Câmara e das Comissões Especiais que apresentem aspectos jurídicos específicos, orientando a elaboração de relatórios conclusivos; Representar a Câmara de Vereadores Judicial e Extrajudicialmente, bem como realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional, realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional e demais atividades e atribuições, determinadas pela Presidência da Câmara a que estiver vinculado, desde que correlatos a sua formação profissional.

##### B.1) DIRETOR DA SECRETARIA LEGISLATIVA:

Dirigir e supervisionar as atividades destinadas ao Funcionamento do Setor Legislativo;  
Supervisionar a digitação de documentos e encaminhá-los para assinatura, quando for o caso;

Orientar o Presidente da Câmara, Vereadores e demais funcionários sobre normas protocolares;  
Supervisionar a redação das atas das reuniões do Plenário e das Comissões da Câmara;  
Determinar a realização de pautas e ordens do dia;  
Supervisionar, redigir e expedir ofícios e correspondências, inclusive digitando e providenciando todos os documentos e roteiros necessários a realização de Sessões e outros atos;  
Assessorar o Consultor Jurídico no que for necessário;  
Demais atividades e atribuições, determinadas pela Presidência da Câmara.  
As tarefas acima descritas poderão ser designadas ou não pelo Presidente.

#### C.1) DIRETOR DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Dirigir e Supervisionar as atividades Administrativas da Câmara adotando as providências necessárias determinadas pela Presidência da Casa e Mesa Diretora;  
Executar tarefas da folha de pagamento, bem como os controles de pessoal; Executar tarefas de apoio administrativo na área de gestão de pessoal;  
Manter o cadastro de fornecedores atualizado, bem como realizar atividades de compras para o funcionamento da entidade.  
Auxiliar na execução de serviços de almoxarifado, manutenção e organização de estoques e recebimento de materiais;  
Zelar pela manutenção de máquinas e equipamentos sob sua responsabilidade;  
Responsabilizar-se pelas correspondências da Câmara e sua correta distribuição;  
Controlar os materiais de consumo em estoques;  
Controlar as notas de entradas de mercadorias exigindo o carimbo da pessoa que recebeu;  
Controlar o patrimônio da Entidade;  
Assessorar o Contador no que for necessário ao andamento das atividades. Demais atividades e atribuições, determinadas pela Presidência da Câmara.  
As tarefas acima descritas poderão ser designadas ou não pelo Presidente.

#### D.1) SUPERVISOR LEGISLATIVO

Vinculado a Presidência da Mesa Diretora, é o responsável por assessorar o Presidente em assuntos que lhe forem designados;  
Assistir ao Presidente na organização e no funcionamento do Gabinete da Presidência;  
Auxiliar o Presidente e Mesa Diretora em suas relações político-administrativas com a população, órgão e entidades públicas e privadas;  
Assessorar na elaboração da pauta de assuntos a serem discutidos e deliberados nas reuniões em que participe o Presidente;  
Assessorar o preparo dos expedientes a serem despachados ou assinados pelo Presidente;  
Receber munícipes, marcar audiências e assessorar o Presidente e a Mesa Diretora em suas reuniões e congêneres;  
Controlar e assessorar a tramitação de documentos, projetos, processos e demandas, bem como transmitir aos diretores e servidores da Câmara Municipal as ordens e comunicados do Presidente;  
Auxiliar nas atividades Legislativas e Administrativas quando determinado, e demais atividades e atribuições, determinadas pela Presidência da Câmara.  
Demais atividades e atribuições, determinadas pela Presidência da Câmara.  
As tarefas acima descritas poderão ser designadas ou não pelo Presidente.

ADELMO ALBERTI  
Prefeito Municipal

MARIANE LESSAK MASSANEIRO  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 12 de fevereiro de 2021.

### **TOMADA DE PREÇOS 002/2021**

Publicação N° 2868104

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 011/2021 - PREF  
TOMADA DE PREÇOS N.º 002/2021 – PREF

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Tomada de Preço do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, sob a forma de execução indireta e regime de empreitada por preço global. O objeto é SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, PARA RECUPERAÇÃO DE MALHA VIÁRIA MUNICIPAL EM TRECHOS CRÍTICOS REFERENTE AO CONTRATO DE REPASSE OGU N° 890891/2019 - OPE-RAÇÃO 1.067.735-55 – PROGRAMA AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL – ADEQUAÇÃO DE ESTRADA VICINAL - TRECHO 01 ESTRADA GERAL DA LOCALIDADE DE RIO DA AREIA DE CIMA, CONTANDO COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, CONFORME PROJETOS EM ANEXO.

ENTREGA DE ENVELOPES.

Até a 08h30min do dia 08/03/2021.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 08/03/2021 às 08h30min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro.



O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC [www.pmbvt.sc.gov.br](http://www.pmbvt.sc.gov.br). Informações poderão ser solicitadas pelo e-mail [compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br](mailto:compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br).

Bela Vista do Toldo, 17 de Fevereiro de 2021.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal



# Belmonte

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 023/2021

Publicação Nº 2867392

#### DECRETO Nº 023/2021.

#### **ESTABELECE PREÇOS PÚBLICOS DOS ATOS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA A SEREM PRATICADOS NO MUNICÍPIO DE BELMONTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

JAIR ANTÔNIO GIUMBELLI Prefeito Municipal de Belmonte, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas na Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 525/2001, **DECRETA**:

Art. 1º Ficam estabelecidos no Município de Belmonte, Estado de Santa Catarina os preços públicos a serem praticados e cobrados **durante o exercício financeiro de 2021** para atos de vigilância sanitária de acordo, com a Lei Municipal nº 525/2001, de 26 de março de 2001, Decreto nº 030/2001, de 21 de maio de 2001, devida pela pessoa física ou jurídica que se utilizar os serviços constantes do anexo I, do presente Decreto.

Art. 2º O **alvará sanitário** somente será expedido mediante a apresentação do **alvará de localização e alvará policial**, quando for o caso.

Art. 3º As demais taxas dos atos da vigilância sanitária municipal tem como base a Tabela II, atos da saúde, Lei Federal nº 8.505, de 28 de dezembro de 1991 e Lei nº 7.541, de 30 de dezembro de 1988, de conformidade com a Lei Municipal nº 525/2001.

Art. 4º As multas e juros obedecerão ao disposto no Código Tributário Municipal.

Art. 5º Ficam ratificados os valores cobrados até a presente data.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Belmonte-SC, 12 de fevereiro de 2021.

JAIR ANTÔNIO GIUMBELLI  
Prefeito Municipal

*REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA.*

Rosangela Sigulin Pelissari  
Secretaria de Administração

**ANEXO I****TABELA DOS PREÇOS PUBLICA PARA O EXERCÍCIO 2021.**

ITEM	TARIFAS DE EXPEDIENTE:	VALOR EM R\$
I	Vistoria sanitária a pedido da pessoa proprietária ou responsável por empresa, imóvel, bens, produtos ou serviços que por sua natureza, uso, aplicação, comercialização, industrialização, transporte, armazenamento, divulgação, que possa interessar à saúde pública:	42,74
II	Vistoria prévia: visto- realizada, sempre para instruir o processo para concessão de alvará sanitário:	42,74
III	Concessão de alvará sanitário: entendido como autorização sanitária para funcionamento de estabelecimentos, serviços e atividades de interesse da Vigilância Sanitária Municipal:	84,81
IV	Concessão de licença especial: entendida como autorização sanitária para realização de atividades não enquadradas no inciso anterior:	84,81
V	Concessão de licença provisória: entendida como autorização sanitária para a realização de atividades por prazo determinado, pré-determinado, que não ultrapasse os 30 (trinta) dias:	84,81
VI	Fornecimento de certidões: declaração ou atestado relativos à assentos atribuíveis a Secretaria Municipal da Saúde	7,09
VII	Taxa de expediente:	6,34
VIII	Protocolo:	6,34
IX	Fornecimento de outros documentos:	7,09
X	Análise e aprovação sanitária de projetos de construção de residências ou apartamentos por m2:	0,56

**DECRETO Nº 025-2021**

Publicação Nº 2867394

DECRETO Nº 025/2021, DE 16 de fevereiro de 2021.

DISPÕE SOBRE O CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART.2º DA LEI Nº 9.452/1997, NO QUE TANGE A NOTIFICAÇÃO SOBRE A LIBERAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS.

JAIR ANTONIO GIUMBELLI, Prefeito Municipal de Belmonte, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, de acordo ao inciso VI do artigo 67 da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA**

Art. 1º Fica determinado que a Administração Pública Municipal Direta e Indireta, ao receber verbas federais a qualquer título, entendidas como recursos financeiros oriundos de órgãos e entidades da administração federal direta, suas autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista federais, deverá notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no Município de Belmonte, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento dos recursos, conforme disposto no art. 2º da Lei nº 9.452/1997, pelos meios a seguir definidos:

I – por meio de publicação no Portal da Transparência do Município, no endereço [www.belmonte.sc.gov.br](http://www.belmonte.sc.gov.br);

II – pelo Mural Público Municipal localizado no átrio de acesso da Prefeitura Municipal de Belmonte.

Parágrafo Único. As entidades que trata o art. 2º da Lei nº 9.452/1997, que desejarem receber individualmente as notificações, deverão comparecer junto a Secretaria de Administração e realizar o cadastro de seu e-mail, sendo que a partir de então, passarão a receber no seu endereço eletrônico, no prazo definido pela citada Lei, a comunicação de recebimento de recursos federais pela administração pública, direta e indireta.

Art. 2º As notificações de que trata o artigo anterior conterão, obrigatoriamente, o nome do órgão concessor, a data do recebimento, o valor recebido e a destinação dos recursos.

Art. 3º Fica delegada à Secretária Municipal de Administração a função de coordenar e de viabilizar a expedição das notificações, nos termos do presente Decreto.

Art. 4º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura.

Belmonte/SC, 16 de fevereiro de 2021.

JAIR ANTONIO GIUMBELLI  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 026/2021**

Publicação Nº 2869523

DECRETO nº 026/2021, de 17 de fevereiro de 2021.

Adota medidas preventivas e restritivas no âmbito do Município de Belmonte para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19).

JAIR ANTONIO GIUMBELLI, Prefeito Municipal de Belmonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o estado de emergência em saúde pública de importância internacional declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO o artigo 23, inciso II, da Constituição Federal, que determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o artigo 30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO os Decretos emitidos pelo Estado de Santa Catarina declarando estado de calamidade pública em todo o território catarinense, estabelecendo medidas de combate e enfrentamento à pandemia da COVID-19 e atribuiu às autoridades sanitárias municipais a competência para estabelecer medidas específicas que suspendam ou restrinjam as atividades a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus em seus territórios;

CONSIDERANDO a Portaria Estadual nº 464 de 03 de julho de 2020 que instituiu o programa de descentralização e regionalização das ações de combate ao COVID-19 prevendo que os municípios de uma mesma Região de Saúde possam tomar decisões no sentido de restringir atividades sociais e econômicas embasados em critérios e dados epidemiológicos locais pertinentes a curva de contaminação e disseminação do novo Coronavírus – COVID-19;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 1.027 de 18 de dezembro de 2020 que institui regras para organização das medidas para o enfrentamento da pandemia COVID-19 no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a situação epidemiológica local, o crescente número de pessoas contaminadas, a falta de vagas de leitos de UTI nos hospitais da região do extremo oeste e oeste catarinense e, decisão conjunta dos municípios que integram a AMEOSC tomada em assembleia

extraordinária realizada na data de 16 de fevereiro de 2021;

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam SUSPENSAS no território deste município, até o dia 1º de março de 2021:

- a) as aulas presenciais nas unidades de ensino municipal e estadual, das redes pública e privada, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), sem prejuízo da realização das aulas na modalidade à distância/"on line";
- b) as atividades de bares, petiscarias, choperias, cervejarias e outros locais congêneres destinados a happy hours ou consumo predominantemente de bebidas alcoólicas em qualquer horário;
- c) a prática de atividades esportivas coletivas e recreativas, como futebol, carteados, dominó, bocha, bilhar e outras modalidades que possam aglomerar pessoas, em estabelecimentos sediados na cidade e no interior deste município, inclusive aquelas de treinamentos realizadas por clubes e escolas;
- d) Todas as atividades religiosas presenciais em templos e igrejas;
- e) todas as atividades pertinentes a cinemas, teatros, shows, espetáculos, festas e eventos que acarretem a aglomeração de pessoas;
- f) o funcionamento de campings e áreas de lazer de associações e entidades afins;
- g) a realização de velórios por período superior a 06 (seis) horas;
- h) a realização de transporte coletivo urbano municipal;
- i) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivos, como parques, praças e afins;
- j) o funcionamento de casas noturnas.

Parágrafo Único. Fica também SUSPENSO, pelo prazo de 30 (trinta) dias a contar da data deste Decreto, o atendimento presencial no Centro Municipal de Educação Pingo de Ouro (creche: berçário, maternal I, maternal II e maternal III).

Art. 2º - Os restaurantes e lanchonetes poderão realizar atendimentos presenciais ao público exclusivamente no horário compreendido das 10:30 às 14:00 horas e observando a lotação máxima preconizadas pelo Estado de Santa Catarina. Nos demais horários, poderá ser realizado o atendimento por meio de delivery.

§ 1º - Considera-se atividade de restaurante e lanchonete, para fins deste Decreto, aquela destinada a servir almoço e/ou alimentação nos horários previstos no caput deste artigo.

§ 2º - O atendimento presencial por restaurantes e lanchonetes, nos horários previstos no caput deste artigo, deverá atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias e de saúde relativas ao COVID-19, como a obrigatoriedade do uso de máscaras, disponibilização de álcool gel, luvas descartáveis, medidores de temperatura na entrada do estabelecimento e todas as demais medidas de segurança preconizadas pelos protocolos vigentes.

Art. 3º - As academias e estabelecimentos afins poderão funcionar, respeitado o limite de 50% de sua capacidade normal e deverão atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias e de saúde relativas ao COVID-19, como a obrigatoriedade do uso de máscaras, disponibilização de álcool gel, medidores de temperatura na entrada do estabelecimento e todas as demais medidas de segurança preconizadas pelos protocolos vigentes.

Art. 4º - As pessoas diagnosticadas infectadas com o coronavírus (Covid-19), devem manter-se em isolamento pelo tempo recomendado pelo profissional de saúde, sob pena de aplicação da sanção prevista no artigo 268, do Código Penal, por infração a determinação do poder público destinada a impedir a propagação de doença contagiosa e, cumulativamente, às sanções previstas impostas por este Decreto, consistentes na aplicação de multa no valor de 2,0 URFM – Unidade Fiscal de Referência Municipal, com valor unitário vigente para 2021 de R\$ 250,41 (duzentos e cinquenta reais e quarenta e um centavos).

Art. 5º - Caberá à Vigilância Sanitária Municipal, compartilhada com Vigilância Sanitária Regional, à Defesa Civil Municipal e à Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, a fiscalização das medidas constantes neste Decreto e demais normas sanitárias vigentes, as quais terão autonomia para interditar e/ou adotar qualquer outra medida necessária para garantia da saúde pública, nas situações em que os estabelecimentos estejam descumprindo as normas estabelecidas para enfrentamento da pandemia da COVID-19.

Art. 6º - Os demais estabelecimentos comerciais não elencados neste Decreto ficam obrigados a exigir de seus funcionários e clientes o uso de máscara de proteção facial e disponibilizar álcool gel em locais acessíveis.

Art. 7º - As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município e da Região de Saúde.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Belmonte/SC, 17 de fevereiro de 2021.

JAIR ANTONIO GIUMBELLI  
Prefeito Municipal

**Benedito Novo****PREFEITURA****ATA ABERTURA E JULGAMENTO CHAMADA PUBLICA Nº 7/2021**

Publicação Nº 2867585

**ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES E JULGAMENTO DA CHAMADA PÚBLICA**

DATA: 08/02/2021 - HORA DE INÍCIO: 9 horas

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7/2021

MODALIDADE: Dispensa de Licitação – 7/2021 - Chamada Pública

FINALIDADE: CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE.

No dia e horário supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reunidos, em sessão pública na sala de reuniões os membros da Comissão Permanente de Licitações, nomeados pela Portaria nº 002/2021, incumbida de dirigir e julgar o procedimento licitatório tipo dispensa, Chamada Pública, que objetiva a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE. A Chamada Pública foi devidamente publicada na imprensa oficial do Município. O período inicialmente aberto para apresentação dos envelopes contendo a documentação para habilitação e os projetos de venda foi de 15/01/2021 a 08/02/2021. Aberta a sessão, o Presidente da Comissão de Licitação conferiu com os presentes todos os envelopes protocolados para certificar-se de que os mesmos permanecem lacrados, sem nenhum tipo de violação. Protocolou os envelopes necessários para a realização do certame até o horário estipulado (9:00 horas do dia 08/02/2021) somente a interessada COOPERATIVA MISTA AGRÍCOLA DE PISCICULTORES – COOMAPEIXE. Nenhum representante se fez presente e acompanhou a sessão. Dando início aos trabalhos, a presidente da comissão permanente de licitações procedeu a abertura do envelope contendo os documentos de habilitação exigidos no edital, sendo os mesmos analisados e rubricados por todos os presentes. Todos os documentos encontram-se de acordo sendo assim a empresa foi considerada habilitada. Colocada a palavra a disposição dos presentes, todos declinaram do direito de usá-la. Elaborou-se o quadro abaixo afim de identificar o participante e seu respectivo grupo para definir as prioridades de seleção, conforme Art. 35 da Resolução CD/FNDE Nº 06/2020 alterada pela Resolução CD/FNDE nº 20/2020.

PARTICIPANTE	GRUPO	CIDADE	% DE ASSOC COM DAP
COOMAPEIXE	COOP CENTRAL AGRIC FAM	TIMBÓ	66,67

Em seguida, abriu-se o envelope contendo o projeto de venda, sendo este analisado e rubricado por todos os presentes. O projeto de venda foi selecionado e classificado conforme as determinações do Art. 35 da Resolução CD/FNDE Nº 06/2020 alterada pela Resolução CD/FNDE nº 20/2020. Elaborou-se o quadro em anexo a esta Ata com o fornecedor selecionado conforme grupo e prioridade. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da comissão de licitações. Ficam os interessados intimados do inteiro teor desta Ata de abertura e julgamento para, querendo apresentar recurso, nos termos do art. 109, alíneas "a e b" da Lei nº 8666/93, ou seja, 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC) ou desistência do mesmo, viabilizando assim a continuidade do certame. Todos os documentos encontram-se anexos ao processo licitatório e com vistas aos interessados mediante agendamento no Setor de Licitações desta Prefeitura.

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES:**

MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI

Presidente

MARCIO GURSKE

Membro

JOICE APARECIDA COSTA

Membro

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DOS ENVELOPES E JULGAMENTO DA FASE DE HABILITAÇÃO - TP 4/2020**

Publicação Nº 2867484

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DOS ENVELOPES E JULGAMENTO DA FASE DE HABILITAÇÃO**

DATA: 17/02/2021 - HORA DE INÍCIO: 9:05 horas

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4/2020

MODALIDADE: Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia – 4/2020

FINALIDADE: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA DO PRÉDIO DA NOVA SEDE DA CÂMARA DE VEREDORES – ETAPA I, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

Na data e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para recebimento dos envelopes contendo a documentação de habilitação e

as propostas de preços, abertura e julgamento dos envelopes contendo a documentação de habilitação em razão do certame licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com a presença dos membros da Comissão de Licitações SÉRGIO DÁRIO PASQUALI, MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI e EUNICE DA SILVA FREITAS nomeados pela Portaria nº 132/2020. Aberta a sessão, verificou-se que somente compareceu ao certame, protocolando os envelopes até o horário estipulado (9 horas) a empresa VB CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. Os envelopes foram conferidos por todos os presentes e verificou-se que os mesmos se encontram devidamente identificados e lacrados. A empresa se fez representar por seu sócio VALMIR DE SOUZA presente na sessão. Em seguida proferiu-se a abertura do envelope contendo os documentos de habilitação exigidos no edital, sendo estes conferidos e rubricados pelos membros da Comissão de Licitações e pelo representante presente. A empresa apresentou a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e poderá fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006 com redação dada pela LC nº 147/2014. Os documentos foram analisados e rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e representante presente. Na sequência, o Presidente da Comissão de Licitações suspendeu a sessão para envio dos documentos de Habilitação apresentados pela empresa ao Setor de Engenharia e ao Setor de Contabilidade da Prefeitura, tendo em vista a necessidade de análise e parecer destes. O envelope contendo a proposta de preços permanecerá no Setor de Licitações, devidamente lacrado, até posterior decisão. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, e lavrou-se a presente ata que segue assinada pela Comissão Permanente de Licitações e representante presente.

#### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES:

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI

Presidente

MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI

Membro

EUNICE DA SILVA FREITAS

Membro

REPRESENTANTE PRESENTE:

VB CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

### **DECRETO Nº 019/2021 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO VIGENTE**

Publicação Nº 2867664

DECRETO Nº 019 de 16 de fevereiro de 2021.

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Superávit Financeiro No Orçamento Vigente.

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA, Prefeita do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 2.001, de 04 de dezembro de 2020.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme dotação orçamentária abaixo:

06.001.0027.0812.0600.1601		
Construir Ampliar e Melhorar os Espaços Esportivos	03790000	100.000,00
34490000000000000000 - Aplicações diretas		

Art. 2º - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á através do superávit financeiro do exercício anterior:

Superávit		03790000	100.000,00
-----------	--	----------	------------

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 16 de fevereiro de 2021.

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA

Prefeita de Benedito Novo

O Decreto nº 019/2021 foi publicado na forma da Lei.

Benedito Novo, aos 16 de fevereiro de 2021.

ANDREIA THUROW

Chefe De Gabinete CCS



**PORTARIA N º 056/2021 - DESIGNA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE ESTAGIO PROBATÓRIO**

Publicação Nº 2867821

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO  
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08  
FONE/FAX: (47) 3385-0487  
Rua Celso Ramos, 5070  
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PORTARIA Nº 056/2021, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2021.

**DESIGNA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO  
DE ESTAGIO PROBATÓRIO**

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA, Prefeita de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município e Lei nº 1.523 de 16 de setembro de 2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar para comporem a Comissão de Avaliação do Estágio Probatório, para o exercício de 2021, instituído pela Lei nº 1.523 de 16 de setembro de 2009, em atendimento ao art. 41 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 19/98, os Servidores de cada Secretaria:

\*Secretaria de Administração e Finanças e Secretaria de Planejamento e Trânsito, e Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer : MARLI KLITZKE SCHMIDT, ROSE CARLA LIESKOW MENGARDA e SERGIO DARIO PASQUALI.

\*Secretaria de Saúde e Assistência Social: ALEXANDRA GUIDARINI STORTTI, JESSICA NASATO BEBER E JOELMA CRISTA SANDRI BONETTI.

\*Secretaria de Educação e Cultura: DORLITA STARKE LENZI, ROSELI MARIA ALVISE BONA e ZORAIA NELLY CAMPESTRINI BONA.

\*Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente: LARISSA INDIANA LONGO, MARIZA PASQUALI E MAURO ROEDER.

\*Secretaria de Transporte Obras e Serviços Urbanos: FLAVIO TESKE, MAURICIO JOSE CAMPESTRINI E TIAGO ALEXANDRE.

Art. 2º - A comissão homologará a avaliação do servidor em estágio probatório, juntamente com o titular do cargo de hierarquia igual ou superior que realizou a avaliação, apresentando o Resumo/Resultado Final ao servidor avaliado.

Art. 3º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 05 de fevereiro de 2021.

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA  
Prefeita de Benedito Novo

**PORTARIA Nº 054/2021 - HOMOLOGA A AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO**

Publicação Nº 2867811

PORTARIA Nº 054/2021, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2021.

**HOMOLOGA A AVALIAÇÃO  
DO ESTÁGIO PROBATÓRIO**

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA, Prefeita de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "g", da Lei Orgânica do Município, art. 28 da Lei Complementar nº 004, de 22 de dezembro de 1995 e art. nº 41 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 19/98.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Homologar os resultados da Avaliação do Estágio Probatório, realizada em 2020, de acordo com o parecer da Comissão para Avaliação de Estágio Probatório, designada através da Portaria nº 021/2020, de 23 de janeiro de 2020, conforme relação a baixo:

RELAÇÃO DE SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO			
NOME	DATA DE ADMISSÃO	PONTUAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
Rafael Goncalves	03/07/2019	01/20=72	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Fabiana Thurow Devigili	16/03/2017	01/20=98	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Valdir Kirchner	07/02/2017	02/20=70	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Willian Herbert Da Silva	01/02/2018	02/20=70	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Willian Herbert Da Silva	01/02/2018	02/20=70	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Jose Mauricio Alves De Souza	10/04/2017	02/20=75	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Nelson Grankow	10/04/2017	02/20=75	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Valmir Kuster	01/08/2017	02/20=75	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA



Sandra Regina Schuetze Alves Reis	06/02/2018	02/20=86	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Alcemir Voitechen	01/03/2018	03/20=72	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Janete Zanluca Campestrini	01/09/2017	03/20=82	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Jaison Peter Rutz	09/03/2018	03/20=92	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Carla Carol Venturi	16/10/2019	04/20=70	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Leonardo Genske Tambosi	01/10/2019	04/20=74	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Samuel Andre Domingos	01/10/2019	04/20=77	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Joao Roberto Idesio	01/10/2019	04/20=78	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Rosane Pereira	03/07/2017	04/20=80	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Flavia Elen Ferreira Longo	21/10/2019	04/20=80	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Michelle Klemann Gumz	02/06/2017	04/20=90	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Patricia Pereira Nones	09/10/2019	04/20=90	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Aline Mittank	25/11/2019	05/20=58	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Elana Thaines Viana Da Silva Sousa	06/11/2019	05/20=60	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Juvenal Ricardo Junio	04/09/2017	05/20=68	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Susan Adriano Helfensteller	04/11/2019	05/20=70	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Giovana Karoline Persuhn	18/11/2019	05/20=78	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Alessandra Samp	20/11/2019	05/20=82	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Scheila Biarzi	04/11/2019	05/20=86	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Pamela Pricila Klosowski	04/11/2019	05/20=90	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Carlos Eduardo Schure	04/11/2019	05/20=92	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Jessica Maiochi	19/11/2019	05/20=96	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Valmir Kuster	01/08/2017	06/20=74	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Breno Goncalves Vercosa	02/12/2019	06/20=96	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Juliana Santos Da Silva	14/01/2020	07/20=50	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Rafael Goncalves	03/07/2019	07/20=76	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Yuri Dutra Stachera	04/09/2017	07/20=82	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Janete Zanluca Campestrini	01/09/2017	07/20=84	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Maria Fernandes Belem	14/01/2020	07/20=88	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Sueli Novak De Souza	14/01/2020	07/20=88	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Tatiane Tonolli Gomes	15/01/2018	07/20=90	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Erike Allan Hennich	05/02/2020	08/20=66	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Janete Aparecida Ramos	03/02/2020	08/20=69	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Willian Herbert Da Silva	01/02/2018	08/20=71	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Cristiane Borges Da Cruz Schwabe	12/02/2020	08/20=78	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Marize Muller Mayer	05/02/2020	08/20=82	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Marileia Trento	04/02/2020	08/20=84	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Adriana De Souza Viana Dantas	03/02/2020	08/20=86	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Camila Milchert	03/02/2020	08/20=90	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Diego Lopes Dos Santos	06/02/2020	08/20=92	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Ariele Dourado Alves	02/03/2020	09/20=70	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Juvenal Ricardo Junior	04/09/2017	09/20=72	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Jaison Peter Rutz	09/03/2018	09/20=94	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Leonardo Genske Tambosi	01/10/2019	10/20=72	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Samuel Andre Domingos	01/10/2019	10/20=74	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Carla Carol Venturi	16/10/2019	10/20=76	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Leticia Da Cunha	14/10/2019	10/20=76	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Joao Roberto Idesio	01/10/2019	10/20=80	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Flavia Elen Ferreira Longo	21/10/2019	10/20=80	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Marceu Flores Pinto	01/10/2019	10/20=80	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Bruna Rafaela Hochsprung Buzzi	15/10/2019	10/20=84	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Leonir Vicente Junior	07/10/2019	10/20=84	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Carla Cristine Da Silva	07/10/2019	10/20=86	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Camila Hiltrudes Nau	01/04/2019	10/20=86	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Sandra Regina Schuetze Alves Reis	06/02/2018	10/20=90	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Amanda Luana Girardi	11/11/2019	11/20=84	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Marcos Roper	15/01/2018	11/20=58	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Aline Mittank	25/11/2019	11/20=60	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Marcia Hennich	01/11/2019	11/20=60	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Elana Thaines Viana Da Silva Sousa	06/11/2019	11/20=68	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Giovana Karoline Persuhn	18/11/2019	11/20=78	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Alessandra Samp	20/11/2019	11/20=84	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Scheila Biarzi	04/11/2019	11/20=86	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Pamela Pricila Klosowski	04/11/2019	11/20=90	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA

Carlos Eduardo Schure	04/11/2019	11/20=92	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Danilo Boanerges Souza	15/01/2018	11/20=92	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Jessica Maiochi	19/11/2019	11/20=96	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Breno Goncalves Vercosa	02/12/2019	12/20=96	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 05 de fevereiro de 2021.

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA  
Prefeita de Benedito Novo

## PORTARIA Nº 055/2021 - HOMOLOGA A APROVAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Publicação Nº 2867819

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO  
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08  
FONE/FAX: (47) 3385-0487  
Rua Celso Ramos, 5070  
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PORTARIA Nº 055/2021, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2021.  
HOMOLOGA A APROVAÇÃO DO  
ESTÁGIO PROBATÓRIO.

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA, Prefeita de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "g", da Lei Orgânica do Município, art. 28 da Lei Complementar nº 004, de 22 de dezembro de 1995 e art. nº 41 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 19/98.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a aprovação do Estágio Probatório, realizado de acordo com a Lei Municipal nº 1.523, de 16 de setembro de 2009, que dispõe sobre as normas do Estágio Probatório, dos servidores conforme relação abaixo.

NOME	DATA DE ADMISSÃO
Danilo Boanerges Souza	15/01/2018
Fabiana Thurow Devigili	16/03/2017
Ivan Hennich	16/01/2017
Janete Zanluca Campestrini	01/09/2017
Jose Mauricio Alves De Souza	10/04/2017
Juvenal Ricardo Junior	04/09/2017
Marcos Roper	15/01/2018
Michelle Klemann Gumz	02/06/2017
Nelson Grankow	10/04/2017
Rosane Pereira	03/07/2017
Tatiane Tonolli Gomes	15/01/2018
Valdir Kirchner	07/02/2017
Valmir Kuster	01/08/2017
Willian Herbert Da Silva	01/02/2018
Yuri Dutra Stachera	04/09/2017

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 05 de fevereiro de 2021.

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA  
Prefeita de Benedito Novo

## RESULTADO CHAMADA PÚBLICA Nº 7/2021 - AGRICULTURA FAMILIAR

Publicação Nº 2868124

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC  
RESULTADO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 7/2021

O Município de Benedito Novo – SC leva a conhecimento público o resultado final da CHAMADA PÚBLICA PARA CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE.

## CHAMADA PUBLICA 7/2021 - AGRICULTURA FAMILIAR - RESULTADO FINAL

	Produto	Und	Qtd	Valor	Total
Cooperativa Mista Agrícola de Piscicultores - Coomapeixe	01 – Filé de Tilápia [...]	Kg	1.000	33,45	33.450,00
	02 – Brócolis, in natura [...]	Und	300	4,23	1.269,00
	03 – Couve Flor, in natura [...]	Und	300	4,94	1.482,00
	04 – Alface Crespa, in natura [...]	Und	300	2,46	738,00
	TOTAL DA DAP				36.939,00
	TOTAL GERAL				36.939,00

Maiores informações poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487 ou no site: [www.beneditonovo.sc.gov.br](http://www.beneditonovo.sc.gov.br).

Benedito Novo (SC), 08 de fevereiro de 2021.

ARRABEL A. L. MURARA – Prefeita

# Biguaçu

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 602/2021

Publicação Nº 2868524

PORTARIA nº 602 de 17 de fevereiro de 2021

Remove a pedido, servidor efetivo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

Art. 1º Remover a pedido, a critério da Administração Pública, JEAN CARLOS ANTÔNIO, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ENSINO - 30H, do CEIM RECANTO FELIZ para o CEIM JARDIM JANAÍNA, a partir desta data, de acordo com o Processo Seletivo de Remoção Interna nº 001/2021, nos termos do art. 92, inciso II e art. 98 da Lei Complementar nº 54 de 04 de julho de 2012.

Art. 2º A partir da publicação do ato de movimentação funcional, a lotação pessoal do servidor passa a ser na unidade de destino de que trata o artigo anterior, nos termos do art. 44, § 4º, da Lei Complementar nº 54 de 04 de julho de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2021.

SALMIR DA SILVA  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 603/2021

Publicação Nº 2868525

PORTARIA nº 603 de 17 de fevereiro de 2021

Remove a pedido, servidor efetivo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

Art. 1º Remover a pedido, a critério da Administração Pública, LARYSSA TATIANI DE CAMPOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ENSINO - 30H, do CEIM DONA LILI para o CEIM CÂNDIDO JOÃO DE AQUINO, a partir desta data, de acordo com o Processo Seletivo de Remoção Interna nº 001/2021, nos termos do art. 92, inciso II e art. 98 da Lei Complementar nº 54 de 04 de julho de 2012.

Art. 2º A partir da publicação do ato de movimentação funcional, a lotação pessoal do servidor passa a ser na unidade de destino de que trata o artigo anterior, nos termos do art. 44, § 4º, da Lei Complementar nº 54 de 04 de julho de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2021.

SALMIR DA SILVA  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 604/2021

Publicação Nº 2868527

PORTARIA nº 604 de 17 de fevereiro de 2021

Remove a pedido, servidor efetivo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

Art. 1º Remover a pedido, a critério da Administração Pública, CLARICE DA SILVA COUTINHO, ocupante do cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM MAGISTÉRIO AUXILIAR DE SALA – 30H, do CEIM PROFESSORA LINDÓIA MARIA SOUZA DE FARIA para o CEIM CECÍLIA ALAÍDE DE CARVALHO ROSA, a partir desta data, de acordo com o Processo Seletivo de Remoção Interna nº 001/2021, nos termos do art.

92, inciso II e art. 98 da Lei Complementar nº 54 de 04 de julho de 2012.

Art. 2º A partir da publicação do ato de movimentação funcional, a lotação pessoal do servidor passa a ser na unidade de destino de que trata o artigo anterior, nos termos do art. 44, § 4º, da Lei Complementar nº 54 de 04 de julho de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2021.

SALMIR DA SILVA  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 605/2021**

Publicação Nº 2868528

PORTARIA nº 605 de 17 de fevereiro de 2021

Remove a pedido, servidor efetivo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Remover a pedido, a critério da Administração Pública, ALICE MARIA BORBA, ocupante do cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM MAGISTÉRIO AUXILIAR DE SALA - 30H, do CEIM PROFESSORA LINDÓIA MARIA SOUZA DE FARIA para o CEIM ALGODÃO DOCE, a partir desta data, de acordo com o Processo Seletivo de Remoção Interna nº 001/2021, nos termos do art. 92, inciso II e art. 98 da Lei Complementar nº 54 de 04 de julho de 2012.

Art. 2º A partir da publicação do ato de movimentação funcional, a lotação pessoal do servidor passa a ser na unidade de destino de que trata o artigo anterior, nos termos do art. 44, § 4º, da Lei Complementar nº 54 de 04 de julho de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2021.

SALMIR DA SILVA  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 606/2021**

Publicação Nº 2868530

PORTARIA nº 606 de 17 de fevereiro de 2021

Remove a pedido, servidor efetivo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Remover a pedido, a critério da Administração Pública, CRISTIANA FRANCIÉLE DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE) - 30H, do CEIM DONA PAULINA para o CEIM DONA VIRGÍNIA, a partir desta data, de acordo com o Processo Seletivo de Remoção Interna nº 001/2021, nos termos do art. 92, inciso II e art. 98 da Lei Complementar nº 54 de 04 de julho de 2012.

Art. 2º A partir da publicação do ato de movimentação funcional, a lotação pessoal do servidor passa a ser na unidade de destino de que trata o artigo anterior, nos termos do art. 44, § 4º, da Lei Complementar nº 54 de 04 de julho de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2021.

SALMIR DA SILVA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 607/2021**

Publicação Nº 2868531

PORTARIA nº 607 de 17 de fevereiro de 2021

Remove a pedido, servidor efetivo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

Art. 1º Remover a pedido, a critério da Administração Pública, RODRIGO AQUILES DA SILVA CANEDA, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE) - 30H, do CEIM ALGODÃO DOCE para a EBM OLGA DE ANDRADE BORGONOV, a partir desta data, de acordo com o Processo Seletivo de Remoção Interna nº 001/2021, nos termos do art. 92, inciso II e art. 98 da Lei Complementar nº 54 de 04 de julho de 2012.

Art. 2º A partir da publicação do ato de movimentação funcional, a lotação pessoal do servidor passa a ser na unidade de destino de que trata o artigo anterior, nos termos do art. 44, § 4º, da Lei Complementar nº 54 de 04 de julho de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2021.

SALMIR DA SILVA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 608/2021**

Publicação Nº 2868532

PORTARIA nº 608 de 17 de fevereiro de 2021

Remove a pedido, servidor efetivo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

Art. 1º Remover a pedido, a critério da Administração Pública, ALMIR ROGÉRIO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE) - 30H, do CEIM LINDÓIA MARIA SOUZA DE FARIA para o CEIM CÂNDIDO JOÃO DE AQUINO, a partir desta data, de acordo com o Processo Seletivo de Remoção Interna nº 001/2021, nos termos do art. 92, inciso II e art. 98 da Lei Complementar nº 54 de 04 de julho de 2012.

Art. 2º A partir da publicação do ato de movimentação funcional, a lotação pessoal do servidor passa a ser na unidade de destino de que trata o artigo anterior, nos termos do art. 44, § 4º, da Lei Complementar nº 54 de 04 de julho de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2021.

SALMIR DA SILVA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 609/2021**

Publicação Nº 2868533

PORTARIA nº 609 de 17 de fevereiro de 2021

Remove a pedido, servidor efetivo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

Art. 1º Remover a pedido, a critério da Administração Pública, MARIA DA GLORIA LEON DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA) - 30H, do CEIM DONA LILI para o CEIM CÂNDIDO JOÃO DE AQUINO, a partir desta data, de acordo com o Processo Seletivo de Remoção Interna nº 001/2021, nos termos do art. 92, inciso II e art. 98 da Lei Complementar nº 54 de 04 de julho de 2012.

Art. 2º A partir da publicação do ato de movimentação funcional, a lotação pessoal do servidor passa a ser na unidade de destino de que trata o artigo anterior, nos termos do art. 44, § 4º, da Lei Complementar nº 54 de 04 de julho de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2021.

SALMIR DA SILVA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 610/2021**

Publicação Nº 2868535

PORTARIA nº 610 de 17 de fevereiro de 2021

Remove a pedido, servidor efetivo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

Art. 1º Remover a pedido, a critério da Administração Pública, NILDA GOMES DE MORAES ZAFRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA) - 30H, do CEIM DONA LILI para o CEIM ALGODÃO DOCE, a partir desta data, de acordo com o Processo Seletivo de Remoção Interna nº 001/2021, nos termos do art. 92, inciso II e art. 98 da Lei Complementar nº 54 de 04 de julho de 2012.

Art. 2º A partir da publicação do ato de movimentação funcional, a lotação pessoal do servidor passa a ser na unidade de destino de que trata o artigo anterior, nos termos do art. 44, § 4º, da Lei Complementar nº 54 de 04 de julho de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2021.

SALMIR DA SILVA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 611/2021**

Publicação Nº 2868538

PORTARIA nº 611 de 17 de fevereiro de 2021

Remove a pedido, servidor efetivo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

Art. 1º Remover a pedido, a critério da Administração Pública, ANDREI RAFAEL GALKOWSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR III 40H - ARTES, da EBM OLGA DE ANDRADE BORGONOVO (20H) para o GEM RUTH FARIAS DOS REIS (10H) e EBM MANOEL ROLDÃO DAS NEVES (10H), a partir desta data, de acordo com o Processo Seletivo de Remoção Interna nº 001/2021, nos termos do art. 92, inciso II e art. 98 da Lei Complementar nº 54 de 04 de julho de 2012.

Art. 2º A partir da publicação do ato de movimentação funcional, a lotação pessoal do servidor passa a ser na unidade de destino de que trata o artigo anterior, nos termos do art. 44, § 4º, da Lei Complementar nº 54 de 04 de julho de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2021.

SALMIR DA SILVA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 612/2021**

Publicação Nº 2868542

PORTARIA nº 612 de 17 de fevereiro de 2021

Remove a pedido, servidor efetivo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**



Art. 1º Remover a pedido, a critério da Administração Pública, GABRIELA NASCIMENTO ROSSI DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR III 40H - INGLÊS, do GEM CÉLIA LISBOA DOS SANTOS (40H) para a EBM FERNANDO B. VIEGAS DE AMORIM (40H), a partir desta data, de acordo com o Processo Seletivo de Remoção Interna nº 001/2021, nos termos do art. 92, inciso II e art. 98 da Lei Complementar nº 54 de 04 de julho de 2012.

Art. 2º A partir da publicação do ato de movimentação funcional, a lotação pessoal do servidor passa a ser na unidade de destino de que trata o artigo anterior, nos termos do art. 44, § 4º, da Lei Complementar nº 54 de 04 de julho de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2021.

SALMIR DA SILVA  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 613/2021**

Publicação Nº 2868564

PORTARIA nº 613 de 17 de fevereiro de 2021

Remove a pedido, servidor efetivo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

### **RESOLVE:**

Art. 1º Remover a pedido, a critério da Administração Pública, KARINA CRISTINE PETRI SCHUBERT, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR III 20H - INGLÊS, do CEIM PÁSCOA RÉGIS MENDES (20H) para a EBM MANOEL ROLDÃO DAS NEVES (20H), a partir desta data, de acordo com o Processo Seletivo de Remoção Interna nº 001/2021, nos termos do art. 92, inciso II e art. 98 da Lei Complementar nº 54 de 04 de julho de 2012.

Art. 2º A partir da publicação do ato de movimentação funcional, a lotação pessoal do servidor passa a ser na unidade de destino de que trata o artigo anterior, nos termos do art. 44, § 4º, da Lei Complementar nº 54 de 04 de julho de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2021.

SALMIR DA SILVA  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 614/2021**

Publicação Nº 2868568

PORTARIA nº 614 de 17 de fevereiro de 2021

Remove a pedido, servidor efetivo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

### **RESOLVE:**

Art. 1º Remover a pedido, a critério da Administração Pública, DANIELA DOS SANTOS SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de BIBLIOTECÁRIO II, da EBM DONATO ALÍPIO DE CAMPOS para o GEM RUTH FARIAS DOS REIS, a partir desta data, de acordo com o Processo Seletivo de Remoção Interna nº 001/2021, nos termos do art. 92, inciso II e art. 98 da Lei Complementar nº 54 de 04 de julho de 2012.

Art. 2º A partir da publicação do ato de movimentação funcional, a lotação pessoal do servidor passa a ser na unidade de destino de que trata o artigo anterior, nos termos do art. 44, § 4º, da Lei Complementar nº 54 de 04 de julho de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2021.

SALMIR DA SILVA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 615/2021**

Publicação Nº 2868769

PORTARIA nº 615 de 17 de fevereiro de 2021

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) HERTO LUNARDELLI JÚNIOR, detentor do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), para exercer a Função de Confiança de COORDENADOR DE COMPRAS DA CULTURA, na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são a partir de 18/02/2021.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2021.

SALMIR DA SILVA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 616/2021**

Publicação Nº 2868770

PORTARIA nº 616 de 17 de fevereiro de 2021

Nomeia servidor (a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, IVANIA CRISTINA GRIGA SCHUSSLER, brasileiro (a) para exercer o cargo de DIRETOR ESCOLAR III (EBM PROF. RUTH FARIA DOS REIS), na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/02/2021.

Art. 2º O servidor opta pela remuneração normal, acrescida de 30% sobre seus vencimentos, observada a aplicação do inciso II do art. 146 da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/02/2021.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2021.

SALMIR DA SILVA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 617/2021**

Publicação Nº 2868817

PORTARIA nº 617 de 17 de fevereiro de 2021

Nomeia servidor (a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, IARA HAHN DE SOUSA, brasileiro (a) para exercer o cargo de DIRETOR GERAL – nível CC3, na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 17/02/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são a partir de 17/02/2021.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2021.

SALMIR DA SILVA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 618/2021**

Publicação Nº 2868819

PORTARIA nº 618 de 17 de fevereiro de 2021

Concede Licença para Tratar de Interesses Particulares, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença, para tratar de interesses particulares, ao (a) servidor (a) ANDRESSA CRISTINA ALVES TAVARES, detentor do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, inscrita na matrícula funcional nº 15935-3.

Art. 2º O período de concessão da licença para tratar de interesses particulares é de 26/02/2021 a 25/02/2022.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são a partir de 26/02/2021.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2021.

SALMIR DA SILVA

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 619/2021**

Publicação Nº 2868822

PORTARIA nº 619 de 17 de fevereiro de 2021

AUTORIZA SERVIDORES MUNICIPAIS A DIRIGIR VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

CONSIDERANDO que os motoristas do Município devem atender prioritariamente as atividades de maior urgência ou aquelas que envolvam alguma particularidade de transporte;

CONSIDERANDO os expedientes anexos, encaminhados acerca de autorização para conduzir veículos por servidor de cargo diverso;

CONSIDERANDO que a administração municipal dispõe em seu quadro de funcionários de motoristas de todas as categorias;

CONSIDERANDO o que dispõe o prejulgado do TCE/SC nº 0984: "Compete à legislação local fixar as regras para a condução dos veículos do Município, disciplinando as condições e responsabilidades pelos atos cometidos no exercício dessa atividade, podendo prever a condução por servidores habilitados não ocupantes de cargos específicos de motoristas, se assim entender o interesse público."

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizado a dirigir veículos da municipalidade os servidores:

ADRIANO MEDEIROS FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;

AIRTON VENTURA DOS SANTOS, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);

ALEXANDRE FRANCO MATOS PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;

ALEXANDRE MARTINS DE SOUZA, ocupante do Cargo Eletivo de Vice-Prefeito;

ALEXSANDRA BATISTA JOÃO PORTELA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais IV (Merendeira);

ALICE MARIA VIEIRA MARÇAL MOMM, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;

AMANDA MORLOS, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Planejamento Urbano;

ANA CLAUDIA MACIEL DA MAIA DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Atendente da Criança e do Adolescente;

ANA CRISTINA ESPÍNDOLA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação;

ANDERSON KLEITON DA SILVA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;

ANDERSON OPUSZKA SOARES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;

ANDRÉ GOMES, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor de Finanças;

ANDRÉ LEAL, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico;

ANTERO CLAITON VARELA, ocupante do Cargo Efetivo de Enfermeiro;

ANTÔNIO CARLOS DE SOUSA BARROS, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Desenvolvimento Urbano e Transportes;

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral de Obras e Infraestrutura;

ANTÔNIO LEOCÁDIO ELISARDO, ocupante do Cargo Efetivo de Calceteiro;

ARNALDO GRANDO, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;

ARTHUR FABIANO DE OLIVEIRA FARIAS, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;

AURILIO DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;

BEATRIZ GUEDES FAGUNDES, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Escolar III;

BIANCA CRISTINA DA ROSA, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador da Casa do Povo de Cachoeiras;

BRUNO CÉLIO DA SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Saúde;

BRUNO RAFAEL CARNEIRO, ocupante do Cargo Temporário de Guarda Patrimonial;

CARLOS EDUARDO FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Escolar I;

CARLOS EDUARDO FUZZI, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;

CARLOS ENRIQUE FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;

CAROLINA MOMM, ocupante do Cargo Efetivo de Contador;

CESAR MINA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;

CESAR MURILO SOUTO DOS SANTOS, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Plantonista;  
CESAR VALMOR EIGI FUZINO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal do Meio Ambiente;  
CHARLES CORREIA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Patrôla;  
CINTIA ROSA DE SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Monitor do Transporte Escolar;  
CRISTIANO FERREIRA BORBA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Lazer;  
CLAUDIO ADÃO DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;  
CLEBER DE MIRANDA, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador de Vigilância Socioassistencial;  
DANIEL DE BARROS, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão de Agropecuária;  
DAVI JONATTAS DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Roçadeira Costal;  
DAVI NUNES DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer;  
DÉCIO PELEGRINI, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;  
DIEGO ADEMAR SODRE, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Abrigo Institucional;  
DOUGLAS BATISTA DE ANDRADE, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;  
EDEGAR CHIQUETTI, ocupante do Cargo Efetivo de Motorista II (C – Veículos Leves e Utilitários);  
EDERSON DA SILVEIRA VIDAL, ocupante do Cargo Efetivo de Motorista III (D – Ônibus, Utilitários e Ambulância);  
EDERSON KREMER DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Planejamento e Gestão Participativa;  
EDÉZIO JOSÉ SCHMITT, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral de Agricultura;  
EDICIO GAMBETA, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente da Saúde;  
EDUARDO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;  
EDUARDO JOSÉ MENDES, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;  
EDUARDO NAU RODRIGUES, ocupante do Cargo Efetivo de Motorista I (B – Veículos Leves);  
EDSON LUIZ DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Mapeamento de Áreas de Risco;  
ENIO BOLL, ocupante do Cargo Efetivo Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
EURICO RILLO DE CAMPOS JÚNIOR, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;  
EVANDRO DE OLIVEIRA DANTAS, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente);  
EVANIA CUNHA DE MEDEIROS E SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Escolar III;  
FABIANO TIAGO JOSÉ, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente);  
FABIO ARAUJO MARTINS, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;  
FABIO LEANDRO MAFIOLETE, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Topografia;  
FABIO SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;  
FERNANDA APARECIDA DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
FERNANDO MACHADO, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais III (Jardineiro);  
FILLIPE PEREIRA FAGUNDES, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;  
FRANCIS BARP REIS, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Ambiental;  
FULVIO HENRIQUE, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;  
GABRIEL ANSELMO CARDOSO, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
GABRIEL CRISTANI MORFIM, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente de Trânsito e Desenvolvimento Urbano;  
GEDIR PRAZERES, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
GIOVANI RAFAEL GASPARETTO, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
GISELE MAURILDA DOS SANTOS GORDERT SIQUEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Especialista em Assuntos Educacionais;  
GUSTAVO FREDERICO MARDER, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;  
GUSTAVO JOÃO MARTINS, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Atendimento ao Público;  
GUSTAVO PACHECO DOS REIS, ocupante do cargo comissionado de Superintendente de Planejamento Participativo;  
GUILHERME ORLI DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Enfermagem;  
GRAZIELA SILVEIRA FERNANDES, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Escolar II;  
HAMILTON REIS, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
HERTO LUNARDELLI JUNIOR, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
IRAN CARLOS NOGUEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente);  
ISOLETE SCHLEMPER WALTER, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;  
ISRAEL SOARES, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Trator Agrícola;  
JAQUELINE SANTOS BERNARDO, ocupante do Cargo Efetivo de Bibliotecário;  
JANAINA PEREIRA GUIMARÃES CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Obras e Posturas;  
JAYSON INACIO COSTA VELHO, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Retroescavadeira;  
JEAN ANDRE DE MARIA, ocupante do Cargo Efetivo de Pintor;  
JEAN CARLO GARCIA, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;  
JEAN CARLOS DE MELO, ocupante do cargo comissionado de Gerente de Obras e Manutenção Escolar;  
JEAN CARLOS SANTANA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
JEDILSON CELSO FERNANDES, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;  
JOÃO BATISTA KRETZER, ocupante do cargo comissionado de Diretor do Procon;  
JOÃO DOMINGOS ZIMMERMANN, ocupante do cargo comissionado de Superintendente da Defesa Civil;  
JOÃO JOSÉ MORFIM NETO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Obras;  
JOCELI COAN, ocupante do cargo comissionado de Diretor de Transporte Escolar;  
JOEL AROLDI PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Saneamento;  
JOILSON ANTONIO DA CRUZ, ocupante do Cargo Efetivo de Calceteiro;  
JONAS DE JESUS, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente da Saúde;  
JORGE LUIZ DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
JORGE LUIZ COUTINHO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;  
JOSE CARLOS MARCELINO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Manutenção de Obras em Geral;  
JOSE LUIZ ALVES, ocupante do Cargo Efetivo de Especialista em Assuntos Educacionais;



JOSE RICARDO BIM GOMES, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico Em Enfermagem Plantonista;  
JOSSIANE COSTA DE MELO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Exatoria;  
JÚNIOR MORESCO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Governo;  
LEANDRO DE SOUZA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
LEANDRO KROTH BASTIANELLO, ocupante do Cargo Efetivo de Motorista II (C – Veículos Leves e Utilitários);  
LÉO INACIO LOHN, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;  
LEO RICARDO MARTINS, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
LIDIO EUGENIO CARDOSO, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor de Ensino Fundamental;  
LORIDANE GASPERI ORSI, ocupante do Cargo Efetivo de Professor III (Educação Especial);  
LUCIANO FREIBERGER, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Integração e Atenção em Saúde;  
LUIS CLAUDIO SANTANA DAS MERCES, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
LUIS ANDRE PIMENTEL MACEDO, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;  
LUIZ BEZERRA DOS SANTOS, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Apoio e Suporte Eletrônico da Policlínica Municipal;  
LUIZ FERNANDO CHALTEIN DE OLIVEIRA BELLO, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Veterinário;  
LUIZ GUSTAVO DA SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Turismo;  
LUIZA FAGUNDES NEVES AZAMBUJA, ocupante do Cargo Efetivo de Especialista em Assuntos Educacionais;  
MANOEL CUSTÓDIO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;  
MANOEL JOSÉ DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Armador;  
MANOELA LUCIANO DE AMORIM, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário I;  
MARCELO CONRAT, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura;  
MARCIO ROBERTO DIAS DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Saúde II;  
MARCONDES RODRIGUES BORBA, ocupante do Cargo Comissionado de Superintendente da FAMABI;  
MARCOS VINÍCIOS GONÇALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Procurador Geral do Município;  
MARIANA MARIA KONS HOFFMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Obras e Posturas;  
MARINA KOERICH, ocupante do Cargo Efetivo de Especialista em Assuntos Educacionais;  
MARJORY BIANCA TERNES TRAEBERT FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Enfermagem;  
MATEUS COSTA CABRAL, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Protocolo e Expediente;  
MATHEUS CAVALCANTI MARQUES, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente da Administração;  
MAURICEIA GRASIELE MACHADO CORREA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Financeiro;  
MAYARA VOLPINI TURRA, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheira Civil;  
MAYCON DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
MILTON JOÃO DOS SANTOS, ocupante do Cargo Efetivo de Almoxarife;  
MOISES DE ANDRADE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
MOISES FREITAS DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;  
NATHALIE MORAES DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente de Trânsito e Desenvolvimento Urbano;  
NELSON PEDRO CARDOSO, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
OSCAR SILVA NETO, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Educação;  
OSLI ROBERTO DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
OSMAR ESPINDOLA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Retroescavadeira;  
OSNI GILBERTO FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
PAULO ROBERTO BINHOTTI, ocupante do Cargo Efetivo de Motorista Geral;  
PAULO ROBERTO DA SILVA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
PATRICK MACHRY, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;  
PAULO RODRIGO FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Acompanhamento Externo;  
PEDRO ANTONIO STOTZ DA SILVA, ocupante do Cargo Temporário de Fiscal de Obras e Posturas;  
PEDRO KARPINSKI NETO, ocupante do Cargo Temporário de Guarda Patrimonial;  
PEDRO LUIZ DE AQUINO NAU, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Aquicultura;  
PEDRO RODRIGUEZ SUAREZ GOMES, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Agrônomo;  
PETERSON de SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
RAFAEL EMILIO POLLMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Mecânico;  
RAFAEL ROBERTO ROMAN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;  
RICARDO ANDRE DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;  
RICARDO LUIZ DA ROSA, ocupante do Cargo Efetivo de Carpinteiro;  
RICARDO ROBERTO VARGAS, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Patrôla;  
ROBERTO ANDRADE DA SOLEDADE, ocupante do Cargo Efetivo de Motorista II (C – Veículos Leves e Utilitários);  
ROBERTO FABRICIO ROSA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
ROBERVAL REIS DE SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;  
RODRIGO JAIR MARTINS, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;  
ROGGERS JOSE DE MELLO, ocupante do Cargo Efetivo de Motorista II (C – Veículos Leves e Utilitários);  
RONALDO FERNANDES JUNQUEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Retroescavadeira;  
RONEI JOSE DE ANDRADE, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Trator Agrícola;  
ROSINEI JOSE CUNHA, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente de Obras;  
RUAN CARLOS DE SOUSA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
SÁLVIO DA SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Governo;  
SARITA MELLO PEIXOTO ORSI, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Cadastro Técnico e Controle de Índices Urbanísticos;  
SIDNEI ALVES MOREIRA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
SINCLER BILCK, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;  
SUELENO PEIXER DOS SANTOS, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Execução de Obras Públicas;  
SUENY SELL, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;

THAYSE ROSA, ocupante do Cargo Comissionado de Superintendente de Saúde;  
THIAGO FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal;  
THIAGO VINÍCIUS NAHAS, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais I;  
THOMAS SCHROEDER, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal;  
THYARA CRISTINA MACHADO FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Educação;  
VANESSA ROSA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Municipal de Trânsito;  
VILMAR DE ASSUNÇÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquina de Corte;  
VINICIUS HAMILTON DO AMARAL, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Administração;  
WILLYAN LUCIANO, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;  
WYLLIANN SILVA TEIXEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Motorista II (C – Veículos Leves e Utilitários).

Art. 2º. A presente autorização restringe-se aos veículos da municipalidade e em situações consideradas especiais, tais como a urgência do serviço e a indisponibilidade de motoristas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e a Portaria nº 572/2021.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2021.

SALMIR DA SILVA  
Prefeito Municipal

## **TERMO DE RETOMADA DO CONTRATO N. 169/2017**

Publicação Nº 2868978

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

### **TERMO DE RETOMADA DO CONTRATO N. 169/2017**

Ao primeiro dia do mês de fevereiro de 2021, o MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, no Estado do Santa Catarina, neste ato representado pela Sr. VINICIUS HAMILTON DO AMARAL, Secretário Municipal de Administração, por delegação de competência (Portaria nº 1/2021, de 04/01/2021), DETERMINA a retomada do Contrato nº 169/2017, firmado com a Empresa MMB TRANSPORTE LTDA., cujo objeto é a contratação de empresa especializada em transporte escolar para os educandos do município de Biguaçu, em virtude da suspensão do retorno das aulas presenciais a partir de 18/02/2021.

Biguaçu, 01 de fevereiro de 2021.

SALMIR DA SILVA  
Prefeito Municipal

## **TP20/2021-PMB**

Publicação Nº 2867805

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº20/2021- PMB

Objeto: Contratação de empresa especializada com serviços de mão de obra e fornecimento de material para a reforma da E.B.M. Ruth Farias dos Reis, localizada na Rua Viviane da Silva, s/nº, Bairro Morro da Bina, Município de Biguaçu, de acordo com termo de referência, planilha orçamentária, memorial descritivo, cronograma físico financeiro e projetos, partes integrantes desse processo

ENTREGA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Até 13:45 horas do dia 09/03/2021, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Dia 09/03/2021, às 14:00 horas no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: site da PMB: [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br), ou no Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 30944100.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2021.

SALMIR DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**DL02/2021-FMS**

Publicação Nº 2867995

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES**

**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2021-FMS**

**OBJETO:** Aquisição de cadeiras de Rodas motorizada para atender processo administrativo 13921/2020 - Requerente: Luan João José Kuhn.

**EMPRESA CONTRATADA:** W & D Comércio de Produtos Médico Hospitalares e Podologia Ltda

**VALOR TOTAL:** R\$ 4.074,90 (quatro mil, setenta e quatro reais e noventa centavos)

**VIGÊNCIA DO CONTRATO:** 30 (trinta) dias.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 24, IV da lei 8.666/93 - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

**JUSTIFICATIVA:** Essa aquisição se faz necessário para atender o requerimento feito pelo Sr. Luan João José Kuhn através do processo administrativo n 13921/2020, conforme Termo de Referência, parte integrante deste processo.

**DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E DO PREÇO:**

O contratado apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como a Secretaria requisitante apresentou 03 (três) orçamentos cujos documentos encontram-se acostados ao processo. O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

**Biguaçu, 17 de fevereiro de 2021.**

**SALMIR DA SILVA  
PREFEITO(A) MUNICIPAL**

\_\_\_\_\_  
**Por Delegação – Vinícios Hamilton do Amaral  
Secretário Municipal de Administração**



**CÂMARA MUNICIPAL****TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA 009/2021**

Publicação Nº 2868288

## Termo de Ratificação e Homologação

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, vereador Ednei M-ller Coelho, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, após de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento relativo à DISPENSA DE LICITAÇÃO n. 009/2021, que tem como:

1. OBJETO: - O presente Termo de Referência tem por objeto a compra de materiais de pintura em geral, para a realização dos serviços necessários para a manutenção das salas localizados no 1º andar da Câmara de vereadores de Biguaçu, conforme especificações, quantitativos e condições conforme descrição, especificação e quantitativo constantes no termo de referência, resolve RATIFICAR e HOMOLOGAR o presente em favor do:
2. CONTRATADO: Cristiani Louri Rodrigues CNPJ Nº 20.496.317/0001-78
3. VALOR GLOBAL DA DISPENSA: R\$ 467,50 (Quatrocentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos).
4. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei 8666/93 e suas alterações posteriores.
5. FORMA DE JULGAMENTO: Menor preço global, conforme orçamentos apresentados pelas empresas.
6. VIGÊNCIA DO CONTRATO: A vigência do contrato será de 30 (trinta) dias.

Biguaçu/SC, 16 de fevereiro de 2021.

Ednei Muller Coelho

Presidente da Câmara de Vereadores de Biguaçu

# Blumenau

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 13.031/2021

Publicação Nº 2868225

DECRETO Nº13.031, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2021.

ALTERA DECRETO 12.825, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020, QUE DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL DESTINADO AO MELHORAMENTO DA INTERSECÇÃO DAS RUAS ANTÔNIO HEIL E MISSÕES, PERTENCENTE A MAURI RODESKI BOURSCHIEDT.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art.1º O artigo 1º do Decreto nº 12.825, de 16 de setembro de 2020, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarado de utilidade pública para fins de desapropriação e destinado ao melhoramento da intersecção das ruas Antônio Heil e Missões o imóvel pertencente a Mauri Rodeski Bourscheidt, localizado à Rua das Missões, 1372, Bairro Ponta Aguda, contendo a área de 27,93m², edificado com uma cerca metálica de 41,33m² e um telheiro metálico contendo 31,91m², matriculado sob o nº11.474 junto ao 1ºOfício de Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau e inscrito no cadastro técnico imobiliário municipal sob 4.2.08.0001.0402.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de fevereiro de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 24.932/2021

Publicação Nº 2868228

PORTARIA Nº 24.932, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE KARLA CRISTINA DE SOUZA ALTHOFF, NOMEADA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE TRANSPARÊNCIA, NA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM, ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 24.858, DE 27 DE JANEIRO DE 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, “a”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

TORNAR SEM EFEITO a nomeação de KARLA CRISTINA DE SOUZA ALTHOFF, Portaria nº 24.858, de 27 de janeiro de 2021, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Diretor de Transparência, na Controladoria Geral do Município - CGM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de fevereiro de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 24.933/2021

Publicação Nº 2868234

PORTARIA Nº 24.933, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, “a”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, de conformidade com o art. 46, “II” da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019, resolve:

EXONERAR, no dia 16 de fevereiro de 2021,  
os servidores públicos municipais abaixo, ocupantes de cargos de provimento em comissão:

IVO RONALD BACHMANN JUNIOR, do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN, símbolo CC-1, nomeado pela Portaria nº 23.105, de 04/07/2019;

CESAR PAPPIANI, do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Esporte - SME, símbolo CC-1, nomeado pela Portaria nº 24.013, de 03/04/2020;

HENRIQUE HORÁCIO CARLINI, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Iluminação Pública, símbolo CC-2, lotado na Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção Urbana – SEURB, nomeado cumulativamente pela Portaria nº 24.764, de 11/12/2020;

PAULO ROBERTO TESSEROLLI FRANÇA, do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Mobilidade Sustentável e de Projetos Especiais - SEMOSPE, símbolo CC-1, nomeado pela Portaria nº 24.827, de 13/01/2021;

ÉDER ANTÔNIO BORON, do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, símbolo CC-1, nomeado pela Portaria nº 24.153, de 03/06/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de fevereiro de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 24.934/2021**

Publicação Nº 2868237

PORTARIA Nº 24.934, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

EXONERA JULIA GOMES LOTTIN DO EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE GERENTE DE TRANSPARÊNCIA, NA CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO - CGM.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007; no art. 50 da Lei Complementar nº 1.220, de 17/12/2018 e de conformidade com a Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019 e com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

EXONERAR, no dia 16 de fevereiro de 2021, JULIA GOMES LOTTIN, do exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Transparência, símbolo CC-3, lotada na Controladoria-Geral do Município, nomeada pela Portaria nº 23.135, de 15/07/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de fevereiro de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 24.935/2021**

Publicação Nº 2868239

PORTARIA Nº 24.935, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

NOMEIA PARA O EXERCÍCIO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

NOMEAR, no dia 17 de fevereiro de 2021:

JULIA GOMES LOTTIN, para o exercício  
do cargo de provimento em comissão de Gerente de Atendimento  
ao Público, símbolo CC-3, lotada na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD;

DANIEL HOSTIN, para o exercício  
do cargo de provimento em comissão de Diretor de Iluminação Pública, símbolo CC-2, lotado na Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção Urbana – SEURB.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de fevereiro de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 24.936/2021**

Publicação Nº 2868241

PORTARIA Nº 24.936, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

NOMEIA KARLA CRISTINA DE SOUZA ALTHOFF PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE GERENTE DE TRANSPARÊNCIA, LOTADA NA CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO - CGM.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007; no art. 50 da Lei Complementar nº 1.220, de 17/12/2018 e de conformidade com a Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019 e com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

NOMEAR, no dia 17 de fevereiro de 2021:

KARLA CRISTINA DE SOUZA ALTHOFF, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Transparência, símbolo CC-3, lotada na Controladoria-Geral do Município - CGM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de fevereiro de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 24.937/2021**

Publicação Nº 2868242

PORTARIA Nº 24.937, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

NOMEIA SYLVIO ZIMMERMANN NETO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL E DE PROJETOS ESPECIAIS - SEMOSPE.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019, e no Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

NOMEAR, no dia 17 de fevereiro de 2021:

SYLVIO ZIMMERMANN NETO, para o exercício  
do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal  
de Mobilidade Sustentável e de Projetos Especiais – SEMOSPE, símbolo CC-1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de fevereiro de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 24.938/2021**

Publicação Nº 2868247

PORTARIA Nº 24.938, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

NOMEIA RICARDO ARTY ECHELMEIER PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DO ESPORTE - SME.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019, e no Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

NOMEAR, no dia 17 de fevereiro de 2021:

RICARDO ARTY ECHELMEIER, para o exercício  
do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal  
do Esporte - SME, símbolo CC-1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de fevereiro de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 24.939/2021**

Publicação Nº 2868251

PORTARIA Nº 24.939, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

NOMEIA ÉDER ANTÔNIO BORON PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO - SEPLAN.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019, e no Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

NOMEAR, no dia 17 de fevereiro de 2021:

ÉDER ANTÔNIO BORON, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN, símbolo CC-1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de fevereiro de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 29.940/2021**

Publicação Nº 2868252

PORTARIA Nº 24.940, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

NOMEIA CUMULATIVAMENTE, ÉDER ANTÔNIO BORON, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMMAS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019, e no Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

NOMEAR CUMULATIVAMENTE, no dia 17 de fevereiro de 2021:

ÉDER ANTÔNIO BORON, Secretário Municipal de Planejamento Urbano, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMMAS, símbolo CC-1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de fevereiro de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 24.942/2021**

Publicação Nº 2868260

PORTARIA Nº 24.942, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

NOMEIA MAURO DA SILVA JUNIOR PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE GERENTE DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA E RELAÇÕES COMUNITÁRIAS, LOTADO NO GABINETE DA VICE-PREFEITA - GAVICE.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019, e no Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

NOMEAR, no dia 17 de fevereiro de 2021:

MAURO DA SILVA JUNIOR, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Articulação Política e Relações Comunitárias, símbolo CC-3, lotado no Gabinete da Vice-Prefeita – GAVICE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de fevereiro de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 24.948/2021**

Publicação Nº 2868264

PORTARIA Nº 24.948, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ADRIANA REGINA NAVARRO CAMPOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIA ESCOLAR E CONCEDE A RESPECTIVA GRATIFICAÇÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012, e de conformidade com o Memorando nº 011/2021, encaminhado pelo Secretário Municipal de Administração, resolve:

DESIGNAR, a contar de 03 de fevereiro de 2021:

ADRIANA REGINA NAVARRO CAMPOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para o exercício da função de Secretária Escolar do Centro de Educação Infantil "Irmgard Zoschke", concedendo-lhe a gratificação de que trata o art. 1º, I, da Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012, equivalente a 20% (vinte por cento).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de fevereiro de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO Nº 032/2021**

Publicação Nº 2868267

EXTRATO – CONTRATO Nº. 032/2021

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A INSIGHT ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.

OBJETO: Concessão administrativa remunerada de uso de bem público contemplando a construção de edificação na técnica enxaimel para exploração comercial de atividades alimentícias e venda de souvenirs, no imóvel patrimônio público denominado Praça Victor Konder, com área total de 11.152,00m², prevendo outorga de área de 2.640,25 m² (23,67% da área total da praça), conforme especificações constantes no edital, seus anexos e demais documentos – SECTUR.

PROCESSO: Concorrência nº 015/2020.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 22, I, Lei Federal n. 8.666/1993 e alterações.

VALOR: O valor da outorga onerosa é de R\$ 8.702,00 (oito mil, setecentos e dois reais) mensais na data da assinatura do presente contrato, totalizando atualmente para o período de 30 anos R\$ 3.132.720,00 (três milhões, cento e trinta e dois mil e setecentos e vinte reais).

PRAZO: 30 (trinta) anos, a contar da data de assinatura do presente termo.

DATA DE ASSINATURA: 02 de fevereiro de 2021.

**EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 064/2018**

Publicação Nº 2868268

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 064/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E O SR. BERTRAM BARTH

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL SITUADO NA RUA ROBERT KOCH, Nº. 078, BAIRRO FORTALEZA, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA (E.S.F.) EVACIR BARTH.

PROCESSO: Dispensa nº 08-23/2018.

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 03 de março de 2021 até 02 de março de 2022.

VALOR: Renova-se o valor do contrato que se mantém em R\$ 917,79 (novecentos e dezessete reais e setenta e nove centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 11.013,48 (onze mil, treze reais e quarenta e oito centavos).

DATA DE ASSINATURA: 05 de Fevereiro de 2021.

**PROCESSOS DE DISPENSA NºS 08-194/20; 08-09/21 E 08-11/21**

Publicação Nº 2868272

Processo Dispensa 08 – 194/2020

Objeto: Locação de imóvel funcionamento do abrigo Nossa Casa - SEMUDES/FMAS

Contratada: RAYMUNDI INCORPORAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA ME

Artigo 24, Inciso X da lei 8.666/93.

Valor mensal R\$4.000,00 - Valor total anual: R\$48.000,00

Processo Dispensa 08 - 09/2021

Objeto: Contratação emergencial de transporte escolar diário - SEMED

Contratada 01: CANDY TUR FRETAMENTOS LTDA EPP

Valor: R\$603.647,50

Contratada 02: TRANSPORTES RODOPAS EIRELI EPP

Valor: R\$473.276,37

Artigo 24, Inciso IV da lei 8.666/93

Valor total: R\$1.076.923,87

Processo Dispensa 08 - 11/2021

Objeto: Aquisição de creme hidratante - SEMUS/FMS.

Contratada: CRP COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E MEDICAMENTOS EIRELI

Artigo 24, Inciso IV da lei 8.666/93

Valor total: R\$1.650,00

**PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 09-01/2021**

Publicação Nº 2868275

Processo inexigibilidade 09 - 01/2021

Objeto: Serviço de atualização e suporte Software Icewarp Server (merak) - SEGG.

Contratada: LUCANET SISTEMAS LTDA ME

Artigo 24, Inciso IV da lei 8.666/93

Valor total: R\$15.600,10

**PORTARIA SEDEAD Nº 35.147/2020**

Publicação Nº 2868284

PORTARIA SEDEAD Nº 35.147/2020

ALTERA A PORTARIA Nº 35.022/2020, QUE CONCEDEU LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES DE 02 (DOIS) ANOS AO(A) SERVIDOR(A) CARLA CRISTIANE DE OLIVEIRA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

ALTERAR

De acordo com o Artigo 139, "caput" e Parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

A Portaria nº 35.022/2020, que concedeu licença para tratar de assuntos particulares de até 02 (dois) anos, para 73 (setenta e três) dias, concedida no período de 21.09.2020 a 02.12.2020, ao(a) servidor(a) público(a) municipal CARLA CRISTIANE DE OLIVEIRA, cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado(a) Gabinete do Prefeito - GABPREF, de conformidade com o Processo nº 2020/12/006657.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de dezembro de 2020.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA SEDEAD Nº 35.163/2020**

Publicação Nº 2868289

PORTARIA SEDEAD Nº 35.163/2020

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES AO(A) SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) ANDREIA GESSER.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:



CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES.

De acordo com o artigo 139, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

ANDREIA GESSER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Higiene Dental, lotado(a) na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, sem remuneração, de até dois (02) anos, a contar de 21 de dezembro de 2020, de conformidade com o Processo nº 2020/12/006705.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de dezembro de 2020.

ANDERSON ROSA  
Secretário Municipal de Administração

### **PORTARIA SEDEAD Nº 35.202/2021**

Publicação Nº 2868292

PORTARIA SEDEAD Nº 35.202/2021

RENOVA CEDENCIA DO(A) SERVIDOR(A) PÚBLICO MUNICIPAL JAISON JONI PEREGUDA A CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 10.175, de 13 de novembro de 2013, resolve:

RENOVAR

a cedência com ônus para o Município, mediante ressarcimento, do(a) servidor(a) público(a) municipal JAISON JONI PEREGUDA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ, junto a Câmara Municipal de Blumenau, a partir de 20 de janeiro de 2021, conforme designação através do Ofício do CMB/GAPRES Nº 02/2021, processo 2021/000619

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de janeiro de 2021.

ANDERSON ROSA  
Secretário Municipal de Administração

### **PORTARIA SEDEAD Nº 35.201/2021**

Publicação Nº 2868298

PORTARIA SEDEAD Nº 35.201/2021

CEDÊ O(A) SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ZILDA RODRIGUES ROECKER À CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU - CMB.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 10.175, de 13 de novembro de 2013, resolve:

CEDER

com ônus para o Município mediante ressarcimento, o(a) servidor público municipal ZILDA RODRIGUES ROECKER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a Câmara Municipal de Blumenau - CMB, a contar de 20 de janeiro de 2021, de acordo com o Processo Administrativo nº 2021/01/000618.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de janeiro de 2021.

ANDERSON ROSA  
Secretário Municipal de Administração

### **PORTARIA SEDEAD Nº 35.579/2020**

Publicação Nº 2868300

PORTARIA SEDEAD Nº 34.579/2020

CEDÊ O(A) SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL SHEILA DENISE TRAPP BORTOLINI AO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 10.175,

de 13 de novembro de 2013, resolve:

CEDER

com ônus para o Município, mediante ressarcimento, a cedência do(a) servidor(a) público(a) municipal SHEILA DENISE TRAPP BORTOLINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação SEMED, ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAMAE, a contar de 02 de abril de 2021, de acordo com o Processo Administrativo nº 2020/01/007479.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 30 de janeiro de 2020.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA SEDEAD Nº 35.168/2020**

Publicação Nº 2868304

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO****PORTARIA SEDEAD Nº 35.168/2020**

**AUTORIZA O RETORNO DOS SERVIDORES PÚBLICOS  
MUNICIPAIS AS SUAS DEVIDAS LOTAÇÕES.**

**ANDERSON ROSA**, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 10.049, de 23 de julho de 2013, resolve:

**AUTORIZAR**

o retorno do(a) servidores públicos municipais,

NOME	CARGO	SECRETARIA	Processo
AMMANDA KHAROLYNE BORGES DE JESUS LIMA	Agente Administrativo	PROGEM	2020/7442
ANDREIA HADLICH	Agente Administrativo	SEMUDES	2020/7443
DEORILDO MARIA	Educador Social	SEMUDES	2020/7445
EDNEIA ALESANDRA MARCHETTI	Educador Social	SEMUDES	2020/7447
EDISON LUIZ ROSA	Motorista	SEMUS	2020/7450
JEANY ESKELSEN	Educador Social	SEMUDES	2020/7451
VALMEIR ROBERTO VENERA DOS SANTOS	Agente de Endemias	SEMUS	2020/7453

ao exercício dos cargos efetivos, a contar de **04 de janeiro de 2021**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de dezembro de 2020.

**ANDERSON ROSA**  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA SEDEAD Nº 35.170/2020**

Publicação Nº 2868309

PORTARIA SEDEAD Nº 35.170/2020

RENOVAR A CEDENCIA O(A) SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL NICOLE SIEWERT CORNETET SCHIOCCHET AO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 10.175, de 13 de novembro de 2013, resolve:

RENOVAR A CEDENCIA

com ônus para o Município, mediante ressarcimento, a cedência do(a) servidor(a) público(a) municipal NICOLE SIEWERT CORNETET SCHIOCCHET, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAMAE, a contar de 03 de fevereiro de 2021, de acordo com o Processo Administrativo nº 2020/12/007481.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 18 de dezembro de 2020.

ANDERSON ROSA  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA SEDEAD Nº 35.166/2020**

Publicação Nº 2868312

PORTARIA SEDEAD Nº 35.166/2020

ALTERA A PORTARIA Nº 35.022/2020, QUE CONCEDEU LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES DE 02 (DOIS) ANOS AO(A) SERVIDOR(A) NEUSA PASTA FELIZETTI.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

ALTERAR

De acordo com o Artigo 139, "caput" e Parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

A Portaria nº 35.041/2020, que concedeu licença para tratar de assuntos particulares de até 02 (dois) anos, para 60(sessenta) dias, concedida no período de 15.10.2020 A 13.12.2020, ao(a) servidor(a) público(a) municipal NEUSA PASTA FELIZETTI, lotado(a) na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Empreendedorismo - SEDEC, de conformidade com o Processo nº 2020/12/007206.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de dezembro de 2020.

ANDERSON ROSA  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA SEDEAD Nº 35.200/2021**

Publicação Nº 2868316

PORTARIA SEDEAD Nº 35.200/2021

CONCEDE LICENÇA PARA ACOMPANHAR O CÔNJUGE OU COMPANHEIRO A SERVIDORA PÚBLICA NAYANNA FELER DE SOUZA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 10.049, de 23 de julho de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA ACOMPANHAR O CÔNJUGE OU COMPANHEIRO.

De acordo com o artigo 145, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

À NAYANNA FELER DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, sem remuneração, por prazo indeterminado, a contar de 29 de janeiro de 2021, de conformidade com o Processo nº 2021/01/000608.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 25 de janeiro de 2020.

ANDERSON ROSA  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA SEDEAD Nº 35.198/2021**

Publicação Nº 2868318

PORTARIA SEDEAD Nº 35.198/2021

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES AO(A) SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) LEILA CRISTINA PERDONCINI.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES.

De acordo com o artigo 139, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

LEILA CRISTINA PERDONCINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Geólogo, lotado(a) na Secretaria Municipal de Defesa Civil, sem remuneração, de até dois (02) anos, a contar de 25 de janeiro de 2021, de conformidade com o Processo nº 2021/01/000523.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de janeiro de 2021.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA SEDEAD Nº 35.172/2021**

Publicação Nº 2868325

PORTARIA SEDEAD Nº 35.172/2021

AUTORIZA O RETORNO DO(A) SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL HELOISA HELENA DE SOUZA AO CARGO EM PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE ADMINISTRATIVO, LOTADO(A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E LAZER - SECTUR.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 10.049, de 23 de julho de 2013, resolve:

AUTORIZAR

o retorno do(a) servidor(a) público(a) municipal HELOISA HELENA DE SOUZA, ao exercício do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado(a) na Secretaria Municipal de Turismo e Lazer - SECTUR, a contar de 01 de janeiro de 2021, conforme Processo Administrativo nº 2021/01/000055.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de janeiro de 2021.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA SEDEAD Nº 35.156/2021**

Publicação Nº 2868327

PORTARIA SEDEAD Nº 35.156/2021

CEDÊ O(A) SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ERLEDIO PEDRO PERING À CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU - CMB.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 10.175, de 13 de novembro de 2013, resolve:

CEDER

com ônus para o Município mediante ressarcimento, o(a) servidor público municipal ERLEDIO PEDRO PERING, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a Câmara Municipal de Blumenau - CMB, a contar de 20 de janeiro de 2021, de acordo com o Processo Administrativo nº 2021/01/000388.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de janeiro de 2021.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA SEDEAD Nº 35.203/2021**

Publicação Nº 2868329

PORTARIA SEDEAD Nº 35.203/2021

RENOVA CEDENCIA DO(A) SERVIDOR(A) PÚBLICO MUNICIPAL EDITE APARECIDA ADRIANO A CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 10.175, de 13 de novembro de 2013, resolve:

RENOVAR

a cedência com ônus para o Município, mediante ressarcimento, do(a) servidor(a) público(a) municipal EDITE APARECIDA ADRIANO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretária Municipal da Educação - SEMED, junto a Câmara Municipal de Blumenau, a partir de 20 de janeiro de 2021, conforme designação através do Ofício do CMB/GAPRES Nº 02/2021. Processo 2021/000620.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de janeiro de 2021.

ANDERSON ROSA  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA SEMOB Nº 009/2021**

Publicação Nº 2868336

PORTARIA SEMOB Nº 009, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

DESIGNA O SERVIDOR CHARLES PATRIK KARASINSKI, ENGENHEIRO CIVIL, PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 2021/012, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA DBM COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI.

EDSON FRANCISCO BRUNSFELD, Secretário Municipal de Obras do Município de Blumenau, no uso das atribuições, e com fundamento no art. 58, III c/cart. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como no § 3º, do art. 7º do Decreto Municipal nº 9.365, de 05 de abril de 2011, resolve:

DESIGNAR o servidor público municipal Charles Patrik Karasinski, Engenheiro Civil, matrícula nº 21094-3, CREA/SC nº. 048557-4, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 2021/009, firmado entre o Município de Blumenau, por meio da Secretaria Municipal de Obras e a empresa DBM Comércio e Serviços Eireli, CNPJ nº 31.109.919/0001-41, que tem por objeto a execução de muro de contenção localizado na Rua Dário João Vieira, bairro: Valparaíso, Blumenau/SC, conforme planilhas, Cronograma Físico Financeiro e demais especificações constantes no edital de licitação na modalidade Concorrência nº. 03-026/2020. Finisa – Contrato nº. 0498.699 – DVº. 69.

Blumenau, 15 de fevereiro de 2021.

EDSON FRANCISCO BRUNSFELD  
Secretário Municipal de Obras  
Ciência do Fiscal: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Data da Ciência: \_\_/\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA SEMOB Nº 010/2021**

Publicação Nº 2868339

PORTARIA SEMOB Nº 010, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

DESIGNA O SERVIDOR VOLNEI SCHIESTL, ENGENHEIRO CIVIL, PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 2021/023, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA CELEIRO DA CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES EIRELI - EPP.

EDSON FRANCISCO BRUNSFELD, Secretário Municipal de Obras do Município de Blumenau, no uso das atribuições, e com fundamento no art. 58, III c/c art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como no § 3º, do art. 7º do Decreto Municipal nº 9.365, de 05 de abril de 2011, resolve:

DESIGNAR o servidor público municipal Volnei Schiestl, Engenheiro Civil, matrícula nº 21634-8, CREA/SC nº. 049.443-5, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 2021/023, firmado entre o Município de Blumenau, por meio da Secretaria Municipal de Obras e a empresa Celeiro da Construção e Transportes Eireli - EPP, CNPJ nº 04.221.236/0001-09, que tem por objeto a execução de obra de infraestrutura com pavimentação em lajota e drenagem pluvial da Rua João Krause (Programa Pavimenta Ação), bairro: Itoupava Central, Blumenau/SC, conforme planilhas, cronograma físico financeiro e demais especificações constantes no edital de licitação na modalidade Concorrência nº 03-045/2020. Programa Pavimenta Ação – Finisa – Contrato nº. 0498.699 – DVº. 69.

Blumenau, 17 de fevereiro de 2021.

EDSON FRANCISCO BRUNSFELD

Secretário Municipal de Obras

Ciência do Fiscal: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Data da Ciência: \_\_/\_\_/\_\_\_\_\_

## **PORTARIA Nº 7903/2021 - SAMAE**

Publicação Nº 2868343

PORTARIA Nº 7903/21

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA PARA APURAR RESPONSABILIDADE.

PAULO FRANÇA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 24.826, de 13 de janeiro de 2021, RESOLVE:

DETERMINAR

a instauração de processo administrativo de sindicância, a ser conduzido pela Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, para apurar eventual responsabilidade a possíveis irregularidades na cessão de servidor e utilização das redes sociais em horário de expediente, conforme Ofício da Controladoria Geral do Município, nº 010/2020.

Samae, 08 de fevereiro de 2021.

PAULO FRANÇA

Diretor Presidente

## **PORTARIA Nº 7904/2021 - SAMAE**

Publicação Nº 2868350

PORTARIA Nº 7904/21

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2208/17 FIRMADO COM BALANTEC COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA.

PAULO FRANÇA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 24.826, de 13 de janeiro de 2021, RESOLVE:

DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem os serviços de manutenção preventiva, ajustes e calibração de equipamentos de laboratório, com reposição de peças:

JOICE ADELIA GARCIA MARCHETTI, cadastro 2075-3, ocupante de cargo de provimento em comissão de Gerente de Água, lotada na Diretoria de Operações, atuando como GESTORA do contrato;

VIVIANE CAVALLI, cadastro 1111-8, ocupante de cargo de provimento efetivo Técnico de Laboratório de Análise de Água e Esgoto, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

JANOR FERNANDES ANDRÉ, cadastro 1993-3, ocupante de cargo de provimento efetivo de Químico, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Revoga a Portaria nº 7498/19, de 07 de agosto de 2019.

Samae, 15 de fevereiro de 2021.

PAULO FRANÇA

Diretor Presidente



**PORTARIA Nº 7905/2021 - SAMAE**

Publicação Nº 2868357

PORTARIA Nº 7905/21

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2214/19 FIRMADO COM GESTÃO AMBIENTAL LTDA-GTA.

PAULO FRANÇA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 24.826, de 13 de janeiro de 2021, RESOLVE:

DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem os serviços de coleta e disposição final de resíduos e serviços de saúde provenientes de unidades laboratoriais, compreendendo em resíduos infectantes e perigosos:

JOICE ADELIA GARCIA MARCHETTI, cadastro 2075-3, ocupante de cargo de provimento em comissão de Gerente de Água, lotada na Diretoria de Operações, atuando como GESTORA do contrato;

VIVIANE CAVALLI, cadastro 1111-8, ocupante de cargo de provimento efetivo Técnico de Laboratório de Análise de Água e Esgoto, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

JANOR FERNANDES ANDRÉ, cadastro 1993-3, ocupante de cargo de provimento efetivo de Químico, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Revoga a Portaria nº 7495/19, de 07 de agosto de 2019.

Samae, 15 de fevereiro de 2021.

PAULO FRANÇA  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7906/2021 - SAMAE**

Publicação Nº 2868361

PORTARIA N.º 7906/21

DESIGNA SEVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2214/20 FIRMADO COM HEXIS CIENTIFICA.

PAULO FRANÇA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 24.826, de 13 de janeiro de 2021, RESOLVE:

DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem a prestação de serviços de manutenção e calibração dos equipamentos de laboratório, com reposição de peças:

JOICE ADELIA GARCIA MARCHETTI, cadastro 2075-3, ocupante de cargo de provimento em comissão de Gerente de Água, lotada na Diretoria de Operações, atuando como GESTORA do contrato;

VIVIANE CAVALLI, cadastro 1111-8, ocupante de cargo de provimento efetivo de Técnico de Laboratório de Análises de Água e Esgoto, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

JANOR FERNANDES ANDRE, cadastro 1993-3, ocupante de cargo de provimento efetivo de Químico, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Revoga Portaria 7869/21, de 20 de janeiro de 2021.

Samae, 15 de fevereiro de 2021.

PAULO FRANÇA  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7907/2021 - SAMAE**

Publicação Nº 2868420

PORTARIA Nº 7907/21

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2204/17 FIRMADO COM LABB LABORATÓRIOS DE ANÁLISES AMBIENTAIS LTDA EPP.

PAULO FRANÇA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 24.826, de 13 de janeiro de 2021, RESOLVE:

DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem prestação de serviços de análises físico-químico e microbiológicas de água (Portaria 2.914/2011 MS) e resolução nº 357/2005 do CONAMA; análise de *Cryptosporidium* spp e oocistos de *Girardia* spp, em água bruta nas ETA's (Portaria 2.914/2011 MS), e análise do lado das ETA's (NBR 10.004:2004):

JOICE ADELIA GARCIA MARCHETTI, cadastro 2075-3, ocupante de cargo de provimento em comissão de Gerente de Água, lotada na Diretoria de Operações, atuando como GESTORA do contrato;

VIVIANE CAVALLI, cadastro 1111-8, ocupante de cargo de provimento efetivo Técnico de Laboratório de Análise de Água e Esgoto, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

JANOR FERNANDES ANDRÉ, cadastro 1993-3, ocupante de cargo de provimento efetivo de Químico, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Revoga a Portaria nº 7493/19, de 07 de agosto de 2019.

Samae, 15 de fevereiro de 2021.

PAULO FRANÇA  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7908/2021 - SAMAE**

Publicação Nº 2868423

PORTARIA Nº 7908/21

DESIGNA SEVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2208/20 FIRMADO COM CHAPECO INDUSTRIA E COMERCIO DE FIBRAS LTDA.

PAULO FRANÇA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 24.826, de 13 de janeiro de 2021, RESOLVE:

DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem a implantação e pré-operação de estação de tratamento de esgoto compacta a ser implantada na Rua Frederico Jensen, S/N, bairro Itoupavazinha:

JORGE LUIZ DUTRA DE AVIZ, cadastro 1932-1, ocupante de cargo de provimento em comissão de Gerente de Esgoto Sanitário, lotado na Diretoria de Operações, atuando como GESTOR do contrato;

JOSE JACQUES ZEITOUNE, cadastro 1056-1, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

THIAGO CAMARA DE VICARI, cadastro 2174-1, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheiro Sanitarista, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Revoga Portaria 7700/20, de 29 de abril de 2020.

Samae 15 de fevereiro de 2021.

PAULO FRANÇA  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7910/2021 - SAMAE**

Publicação Nº 2868428

PORTARIA N.º 7910/21

DESIGNA SEVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2224/2019 FIRMADO COM L'ART ARQUITETURA E ENGENHARIA.

PAULO FRANÇA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 24.826, de 13 de janeiro de 2021, RESOLVE:

DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem a prestação de serviço de perícia técnica, laudos e diagnósticos do Sistema de Esgotamento Sanitário de Blumenau SC:

LEANDRO HENRIQUE FERNANDES DE SOUSA, cadastro 1976-3, ocupante de cargo de provimento efetivo de Economista, lotado na Diretoria Administrativo- Financeira, atuando como GESTOR do contrato;

ANTONIO MARCOS MENDES ALVES DA CRUZ, cadastro 1979-8, ocupante de cargo de provimento efetivo de Técnico em Saneamento, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

Revoga Portaria 7649/19, de 05 de março de 2020.

Samae 15 de fevereiro de 2021

PAULO FRANÇA  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7911/2021 - SAMAE**

Publicação Nº 2868432

PORTARIA N.º 7911/21

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2218/18 FIRMADO COM RAMOS TERRAPLANAGEM LTDA.

PAULO FRANÇA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 24.826, de 13 de janeiro de 2021, RESOLVE:

DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem a execução das redes de interligação dos reservatórios Caçadores e Fortaleza:

WILSON LIGMANOSKI, cadastro 2185-7, ocupante de cargo de provimento em comissão de Gerente de Obras, lotado na Diretoria de Operações, atuando como GESTOR do contrato;

GRAZIELE REGINA PEIXER GARCIA, cadastro 1885-6, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheira Civil, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

SAMANTHA BLAETH KEIM MEJIA FERRETTI, cadastro 2002-8, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheira Sanitarista, lotada na Diretoria Técnica, atuando como FISCAL do contrato;

JACKSON JACOB DUARTE MEDEIROS JUNIOR, cadastro 2117-2, ocupante de cargo de provimento efetivo Engenheiro Civil, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Revoga Portaria 7335/19, de 16 de agosto de 2021.

Samae, 15 de fevereiro de 2021.

PAULO FRANÇA  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7913/2021 - SAMAE**

Publicação Nº 2868433

PORTARIA N.º 7913/21

DESIGNA SEVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2212/20 FIRMADO COM ARI PASOLD.

PAULO FRANÇA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 24.826, de 13 de janeiro de 2021, RESOLVE:

DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem a locação de imóvel para a manutenção de um Booster:

RENATO BORGONOV, cadastro 1923-2, ocupante de cargo de provimento em comissão de Gerente de Patrimônio, lotado na Diretoria Administrativo- Financeira, atuando como GESTOR do contrato;

MARLI TEREZINHA AZEREDO, cadastro 1073-1, ocupante de cargo de provimento efetivo de Contadora, lotada na Diretoria Administrativo- Financeira, atuando como FISCAL do contrato;

ALESSANDRO ALVES DORBERTO, cadastro 2121-0, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Diretoria Administrativo- Financeira, atuando como FISCAL do contrato.

Revoga Portaria 7868/21., de 20 de janeiro de 2021

Samae, 15 de fevereiro de 2021.

PAULO FRANÇA  
Diretor Presidente

**CONCORRENCIA Nº 007/2021**

Publicação Nº 2868440

MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
CONCORRÊNCIA Nº 007/21

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de Ciclovia, compreendendo os serviços de drenagem, pavimentação, sinalização e calçadas, da Rua Engenheiro Udo Deeke entre a Rua Dr. Pedro Zimmermann e a BR-470, Bairro: Salto Norte, Blumenau/SC, conforme especificações constantes neste edital, sendo que os recursos para pagamento serão arcados por meio de Contrato de Financiamento nº 0410520-66/2013 - PAC Mobilidade Médias Cidades – Ministério do Desenvolvimento Regional/Programa Pro-Transporte - CEF-SEMOB. ABERTURA DOS ENVELOPES: dia 22 de março de 2021 às 09:00 horas. EDITAL COMPLETO: sem custas no site oficial do Município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. BASE LEGAL: Lei nº 8.666/93 e alterações e legislação complementar. Informações (47) 3381-6277/(47) 3381-6724. Blumenau, 15/02/2021. ANDERSON ROSA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

**CONCORRENCIA Nº 008/2021**

Publicação Nº 2868442

MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
CONCORRÊNCIA Nº 008/21

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de Ciclovia, compreendendo os serviços de drenagem, pavimentação, sinalização e calçadas, da Rua Bahia entre a Rua São Paulo e a Ponte do Salto, Bairro: Itoupava Seca, Blumenau/SC, conforme especificações constantes neste edital, sendo que os recursos para pagamento serão arcados por meio de Contrato de Financiamento nº 0410520-66/2013 - PAC Mobilidade Médias Cidades – Ministério do Desenvolvimento Regional/Programa Pro-Transporte - CEF-SEMOB. ABERTURA DOS ENVELOPES: dia 23 de março de 2021 às 09:00 horas. EDITAL COMPLETO: sem custas no site oficial do Município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. BASE LEGAL: Lei nº 8.666/93 e alterações e legislação complementar. Informações (47) 3381-6277/(47) 3381-6724. Blumenau, 15/02/2021. ANDERSON ROSA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

**CONCORRENCIA Nº 009/2021**

Publicação Nº 2868446

MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
CONCORRÊNCIA Nº 009/21

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de Ciclovia, compreendendo os serviços de drenagem, pavimentação, sinalização e calçadas, da Rua Itajaí entre a Rua XV de Novembro e o SESI, Bairro: Centro, Blumenau/SC, conforme especificações constantes neste edital, sendo que os recursos para pagamento serão arcados por meio de Contrato de Financiamento nº 0410520-66/2013 - PAC Mobilidade Médias Cidades – Ministério do Desenvolvimento Regional/Programa Pro-Transporte - CEF-SEMOB. ABERTURA DOS ENVELOPES: dia 24 de março de 2021 às 09:00 horas. EDITAL COMPLETO: sem custas no site oficial do Município <http://www.blumenau.sc.gov.br/>

transparencia. BASE LEGAL: Lei nº 8.666/93 e alterações e legislação complementar. Informações (47) 3381-6277/(47) 3381-6724. Blumenau, 15/02/2021. ANDERSON ROSA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

**EXTRATO Nº 020/2021 - FURB**

Publicação Nº 2868456

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 020/2021

Inexigibilidade de Licitação nº. 015/2021

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal de Inexigibilidade de Licitação do procedimento em epígrafe, com fundamento no Artigo 25, I, da Lei 8.666/1993 e demais alterações e o Parecer Jurídico nº 025/2021/PROGEF, para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DO EQUIPAMENTO CONDUTIVÍMETRO PORTÁTIL DA FABRICANTE DIGIMED, LOCALIZADO NO LAC. Setor solicitante(s): LAC. Contratada(s): DIGICROM ANALITICA LTDA (CNPJ: 60.160.546/0001-31). Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 25, inciso I da Lei 8.666/1993. Forma de Pagamento: Em até 21 dias após término da execução do serviço com NF. Prazo de Entrega: Em até 22 dias úteis após recebimento da Ordem de Serviço. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: R\$ 1.841,00 (um mil, oitocentos e quarenta e um reais)/01.27.12.364.0100.2001/ (Manutenção das Ativ. Técnicas, Operacionais e Administrativa) /3.3.90 (Outras Despesas Correntes)/ 3.3.90.39.17.03 (Manutenção de Máquinas e Equipamentos Gerais).

Blumenau/SC, 17 de fevereiro 2021.

Profª. Marcia Cristina Sardá Espindola  
Reitora da FURB

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 092/2020**

Publicação Nº 2868577

MUNICÍPIO DE BLUMENAU – REPUBLICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 092/2020

Objeto: Contratação de empresa para locação de veículos, pelo período de 01 (um) ano, para atendimento de diversas Secretarias da Administração direta - ISSBLU – FMAS - PROEB. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 02 de março de 2021, até às 09h00min. Início da sessão: dia 02 de março de 2021, às 09h30min. Edital completo: via e-mail: lene@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <https://grp.blumenau.sc.gov.br/transparencia/portal/#/consultaLicitacao>

Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.

Blumenau, 18/02/2021 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

**CÂMARA MUNICIPAL****MD 3577**

Publicação Nº 2868173

RESOLUÇÃO MD Nº 3577

ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO X DO ARTIGO 1º DA RESOLUÇÃO MD Nº 3.543, DE 11 DE JANEIRO DE 2021, PARA CORRIGIR NOME DE SERVIDORA PÚBLICA.

EGÍDIO DA ROSA BECKHAUSER, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Para corrigir nome de servidora pública, o inciso X do art. 1º da Resolução MD nº 3.543, de 11 de janeiro de 2021, que “NOMEIA SERVIDORES PÚBLICOS EM CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO”, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. [...]”

X – Jussara Araújo Felisberto;

[...]” (NR)

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional da servidora pública.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 11 de janeiro de 2021.

Câmara Municipal de Blumenau, 11 de fevereiro de 2021.

EGÍDIO DA ROSA BECKHAUSER  
Presidente

SILMARA SILVA MIGUEL  
Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA  
1º Secretário

AILTON DE SOUZA  
2º Secretário

## MD 3578

Publicação Nº 2868175

RESOLUÇÃO MD Nº 3578

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

EGÍDIO DA ROSA BECKHAUSER, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerado, em 15 de fevereiro de 2021, o servidor público Carlos Alberto Raulino dos Santos, ocupante do cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Marcos da Rosa - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Blumenau, 15 de fevereiro de 2021.

EGÍDIO DA ROSA BECKHAUSER  
Presidente

SILMARA SILVA MIGUEL  
Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA  
1º Secretário

AILTON DE SOUZA  
2º Secretário

## MD 3579

Publicação Nº 2868178

RESOLUÇÃO MD Nº 3579

NOMEIA IREMAR JOSÉ BLUM EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

EGÍDIO DA ROSA BECKHAUSER, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeado, em 16 de fevereiro de 2021, Iremar José Blum, no cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Marcos da Rosa - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 16 de fevereiro de 2021.

Câmara Municipal de Blumenau, 15 de fevereiro de 2021.

EGÍDIO DA ROSA BECKHAUSER  
Presidente

SILMARA SILVA MIGUEL  
Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA  
1º Secretário

AILTON DE SOUZA  
2º Secretário

# Bom Jardim da Serra

## PREFEITURA

### CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DOS INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO 001/2021

Publicação Nº 2869029

#### CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

ATO Nº 003 DO EDITAL Nº 001/2021 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE TÍTULOS PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL POR PRAZO DETERMINADO.

O MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA, Estado do Santa Catarina, através de seu Prefeito Municipal, Pedro Luiz Ostetto, no uso das atribuições, publica classificação preliminar dos inscritos conforme as normas estabelecidas pelo Edital de Processo Seletivo Simplificado 001/2021.

Cargo – Agente de Serviços Gerais Masculino

Classificação	Inscrição	Nome	Nota/Pontuação
1º	014	WLADIMIR NORDI	3,25
2º	004	JONATHAN DA SILVA	3,00
3º	008	LORENI GOMES DA SILVA	2,50
4º	006	IVORI JOSÉ PEREIRA	1,83
5º	024	JOSÉ ANTONIO GOMES NETO	1,29
6º	007	PEDRO CLAUDECIR DE ASSUNÇÃO	1,26
7º	038	ZILDO PADILHA	1,064
8º	025	SEBASTIÃO ALVES DE ALMEIDA	1,034
9º	033	SEBASTIÃO EDILSON TEODORO PEREIRA	1,024
10º	001	SEBASTIÃO ANASTÁCIO DE ASSUNÇÃO	1,00

Cargo – Motorista do Transporte Escolar \* desempate por idade

Classificação	Inscrição	Nome	Nota/Pontuação
1º	002	ADILSON ANTUNES DE LIMA	7,00
2º	049	EDENIR SALVADOR PEREIRA	7,00
3º	009	JOSÉ TELMO RIBEIRO RODRIGUES	5,125
4º	005	MARIO BORGES DE MACEDO	5,09
5º	003	EDVANIO ABÍLIO DA SILVA	5,00
6º	050	RENAN ANDRÉ BADIALE	5,00
7º	037	MARCIO DE ASSUNÇÃO	3,00

Cargo – Técnico Administrativo - \* desempate por idade

Classificação	Inscrição	Nome	Nota/Pontuação
1º	018	LÍDIA FLORIANO	7,00
2º	045	DANIELA VALIM DA SILVA	7,00
3º	017	SANDRINA MACEDO VELHO	5,80
4º	034	ANGELA APARECIDA DA SILVA	5,54
5º	044	SIRNEI MARY DOS SANTOS	5,20
6º	026	MAIARA DE SOUZA	5,04
7º	020	TAIANE ZANDONADI	5,00
8º	028	ANDERSON DA SILVA	4,84
9º	030	GABRIEL CRUZ DE LIMA	4,00
10º	029	JENIFER GONÇALVES PADILHA RIBEIRO	4,00
11º	016	RITA DE CACIA PEREIRA	3,59
12º	010	BEATRIZ DA SILVA FERNANDES	3,30
13	019	IGOR PEDRO MACARI PEREIRA	2,94
14º	046	RITA DE CÁSSIA VITAL VIEIRA	2,80
15º	052	VALTAIR PAIM VELHO	2,00
16º	013	JOSILEIA PEREIRA NEZI	2,00
17º	035	MARIA DELZIRA DA SILVA	2,00
18º	036	SONIA MARIA GUEDES	2,00
19º	048	LUANA DA SILVA VELHO	2,00
20º	031	SAMANTA CAROLINA RODRIGUES	2,00
21º	022	CAMILA NEZI BENEDET	2,00
22º	021	MARIA EDUARDA DA ROSA	2,00
23º	015	BRUNA RODRIGUES	2,00



24º	012	CARLOS DANIEL PADILHA PEREIRA	2,00
25º	023	GILDA ELLEN PADILHA	2,00
26º	011	SOFIA WOLLINGER DELFINO	2,00
27º	040	LUDIMILA DAMACENA VELHO	-

Cargo – Tratorista Agrícola \* desempate por idade

Classificação	Inscrição	Nome	Nota/Pontuação
1º	027	ALDORI ALVARO PEREIRA	4,00
2º	051	TOMAZ VELHO DA SILVA	4,00

Bom Jardim da Serra, 17 de fevereiro de 2021.

PEDRO LUIZ OSTETTO

Prefeito Municipal

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO 10/2021 DO PROCESSO SELETIVO 01/2019

Publicação Nº 2869024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 10/2021

PARA OS APROVADOS NO EDITAL Nº 001/2019 DE PROCESSO SELETIVO

O Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, PEDRO LUIZ OSTETTO, no uso de suas atribuições legais, convoca os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Edital de Processo Seletivo nº 001/2019 de Processo Seletivo, realizado no dia 07 de Abril de 2019, para comparecer na Secretaria Municipal de Administração/Setor de Recursos Humanos, na Rua Manoel Cecílio Ribeiro, nº 68, centro, Bom Jardim da Serra – SC, no período de 18/02/2021 a 24/02/2021, das 12h30 às 18h30, a fim de apresentar os documentos abaixo descritos.

O prazo para entrega de toda a documentação referente à contratação no setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra, após a convocação, será de 05 (cinco) dias úteis. O não comparecimento e entrega da documentação dentro desse prazo acarretará na desclassificação do candidato, sendo que será convocado o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo, conforme item 10.9.1 do Edital nº 001/2019.

Caso o candidato admitido para assumir o cargo não preencha os requisitos para a posse, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, ou ainda não compareça para a escolha de vaga, será convocado o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo e o candidato será automaticamente desclassificado do certame conforme item 10.14 do Edital nº 001/2019.

Relação dos Convocados:

Cargo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - CENTRO

Nome	Nº Inscrição	Data Nasc.	Classificação
BRUNA RODRIGUES	1439915	20/01/2000	3º

Relação de Documentos para Admissão:

I – CPF;

II – Identidade;

III – Título de Eleitor;

IV – Comprovação da quitação eleitoral;

V- Carteira de Trabalho;

VI – Número do PIS/PASEP;

VII – Carteira de Reservista (Homens);

VIII – Comprovação da Habilitação Exigida (Diploma e Histórico);

IX- Carteira de registro do Órgão de Classe (conforme sua formação);

X – Atestado Médico Admissional (médico Trabalhista);

XI – 1 foto 3x4;

XII – Comprovação de dependentes; XIII – Comprovação de Estado Civil;

XIV – Certidão Cível e Criminal (Estadual e Federal);

XV – Carteira de motorista (cargos onde for necessário)

XVI – Grupo sanguíneo;

XVII – Comprovação da não acumulação de cargos;

XVIII – Número de conta corrente;

XIX – Comprovante de Endereço; e

XX- Declaração de Bens.

Bom Jardim da Serra – SC, 18 de fevereiro de 2021 .

PEDRO LUIZ OSTETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

## **PORTARIA 136/2021 NOMEIA FISCAL DE CONTRATOS**

Publicação Nº 2869037

PORTARIA Nº 136/2021  
De 16 de fevereiro de 2021

PEDRO LUIZ OSTETTO, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Geila Preza Vieira Ribeiro, matrícula 466, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 24/2021 referente ao Pregão Presencial nº 06/2021 com a empresa VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI, com CNPJ 27.286.283/0001-36, empresa privada com personalidade jurídica de direito público que tem por objetivo: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE CADEIRAS, LONGARINAS, ARMÁRIOS E MESAS PARA ATENDER A NECESSIDADE DA PREFEITURA E DE SUAS SECRETARIAS.

Art. 2º Designar Ana Cláudia Lima - matrícula 2349, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 16 de fevereiro de 2021.

PEDRO LUIZ OSTETTO  
Prefeito Municipal

Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

## **PORTARIA 137/2021 NOMEIA FISCAL DE CONTRATOS**

Publicação Nº 2869041

PORTARIA Nº 137/2021  
De 16 de fevereiro de 2021

PEDRO LUIZ OSTETTO, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Geila Preza Vieira Ribeiro, matrícula 466, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 25/2021 referente ao Pregão Presencial nº 06/2021 com a empresa SUPRIMOVEIS EIRELI, com CNPJ 04.563.256/0001-68, empresa privada com personalidade jurídica de direito público que tem por objetivo: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE CADEIRAS, LONGARINAS, ARMÁRIOS E MESAS PARA ATENDER A NECESSIDADE DA PREFEITURA E DE SUAS SECRETARIAS.

Art. 2º Designar Ana Cláudia Lima - matrícula 2349, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 16 de fevereiro de 2021.

PEDRO LUIZ OSTETTO  
Prefeito Municipal

Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA 138/2021 NOMEIA FISCAL DE CONTRATOS**

Publicação N° 2869042

PORTARIA N° 138/2021  
De 16 de fevereiro de 2021

PEDRO LUIZ OSTETTO, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR Geila Preza Vieira Ribeiro, matrícula 466, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato N° 26/2021 referente ao Pregão Presencial nº 06/2021 com a empresa FARIAS E FARIAS MOVEIS LTDA, com CNPJ 11.943.540/0001-25, empresa privada com personalidade jurídica de direito público que tem por objetivo: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE CADEIRAS, LONGARINAS, ARMÁRIOS E MESAS PARA ATENDER A NECESSIDADE DA PREFEITURA E DE SUAS SECRETARIAS.

Art. 2º Designar Ana Cláudia Lima - matrícula 2349, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 16 de fevereiro de 2021.

PEDRO LUIZ OSTETTO  
Prefeito Municipal

Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA 139/2021 NOMEIA FISCAL DE CONTRATOS**

Publicação N° 2869045

PORTARIA N° 139/2021  
De 16 de fevereiro de 2021

PEDRO LUIZ OSTETTO, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR Geila Preza Vieira Ribeiro, matrícula 466, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato N° 27/2021 referente ao Pregão Presencial nº 06/2021 com a empresa NORMELIA LOTTERMANN, com CNPJ 20.132.150/0001-66, empresa privada com personalidade jurídica de direito público que tem por objetivo: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE CADEIRAS, LONGARINAS, ARMÁRIOS E MESAS PARA ATENDER A NECESSIDADE DA PREFEITURA E DE SUAS SECRETARIAS (EDUCAÇÃO).

Art. 2º Designar Ana Cláudia Lima - matrícula 2349, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 16 de fevereiro de 2021.

PEDRO LUIZ OSTETTO  
Prefeito Municipal

Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA 140/2021 NOMEIA FISCAL DE CONTRATOS**

Publicação N° 2869046

PORTARIA N° 140/2021  
De 16 de fevereiro de 2021

PEDRO LUIZ OSTETTO, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR Emanuelle Schlemper Barth, matrícula 2398, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato N° 27/2021 referente ao Pregão Presencial nº 06/2021 com a empresa NORMELIA LOTTERMANN, com CNPJ 20.132.150/0001-66, empresa privada com personalidade jurídica de direito público que tem por objetivo: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE CADEIRAS, LONGARINAS,

ARMÁRIOS E MESAS PARA ATENDER A NECESSIDADE DA PREFEITURA E DE SUAS SECRETARIAS (ADMINISTRAÇÃO).

Art. 2º Designar Sabrina de Assunção Padilha, matrícula 1714, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 16 de fevereiro de 2021.

PEDRO LUIZ OSTETTO  
Prefeito Municipal

Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

## **PORTARIA 141/2021 NOMEIA FISCAL DE CONTRATOS**

Publicação N° 2869047

PORTARIA N° 141/2021  
De 16 de fevereiro de 2021

PEDRO LUIZ OSTETTO, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

### **RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR DESIGNAR Valdinei Cassão de Jesus, matrícula 2261, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato N° 27/2021 referente ao Pregão Presencial nº 06/2021 com a empresa NORMELIA LOTTERMANN, com CNPJ 20.132.150/0001-66, empresa privada com personalidade jurídica de direito público que tem por objetivo: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE CADEIRAS, LONGARINAS, ARMÁRIOS E MESAS PARA ATENDER A NECESSIDADE DA PREFEITURA E DE SUAS SECRETARIAS (OBRAS).

Art. 2º Designar Reni da Silva, matrícula 441, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 16 de fevereiro de 2021.

PEDRO LUIZ OSTETTO  
Prefeito Municipal

Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

## **PORTARIA 142/2021 NOMEIA FISCAL DE CONTRATOS**

Publicação N° 2869048

PORTARIA N° 142/2021  
De 16 de fevereiro de 2021

PEDRO LUIZ OSTETTO, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

### **RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR Guilhermina Ribeiro matrícula 597, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato N° 27/2021 referente ao Pregão Presencial nº 06/2021 com a empresa NORMELIA LOTTERMANN, com CNPJ 20.132.150/0001-66, empresa privada com personalidade jurídica de direito público que tem por objetivo que: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE CADEIRAS, LONGARINAS, ARMÁRIOS E MESAS PARA ATENDER A NECESSIDADE DA PREFEITURA E DE SUAS SECRETARIAS (SAÚDE).

Art. 2º Designar Angela Juliani Melo, matrícula 1126, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 16 de fevereiro de 2021.

PEDRO LUIZ OSTETTO  
Prefeito Municipal

Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

## **PORTARIA 143/2021 NOMEIA FISCAL DE CONTRATOS**

Publicação Nº 2869049

PORTARIA Nº 143/2021  
De 16 de fevereiro de 2021

PEDRO LUIZ OSTETTO, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

### **RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR Lucieli Matos Pereira, matrícula 2543, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 27/2021 referente ao Pregão Presencial nº 06/2021 com a empresa NORMELIA LOTTERMANN, com CNPJ 20.132.150/0001-66, empresa privada com personalidade jurídica de direito público que tem por objetivo que: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE CADEIRAS, LONGARINAS, ARMÁRIOS E MESAS PARA ATENDER A NECESSIDADE DA PREFEITURA E DE SUAS SECRETARIAS (HOSPITAL).

Art. 2º Designar Angela Juliani Melo, matrícula 1126, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 16 de fevereiro de 2021.

PEDRO LUIZ OSTETTO  
Prefeito Municipal

Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

## **PORTARIA 144/2021 NOMEIA FISCAL DE CONTRATOS**

Publicação Nº 2869050

PORTARIA Nº 144/2021  
De 16 de fevereiro de 2021

PEDRO LUIZ OSTETTO, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

### **RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR Sabrina Padilha de Assunção matrícula 1714, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 28/2021 referente a Dispensa de Licitação nº 12/2021 com a empresa Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri, com CNPJ 83.052.191/0009-10, empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, regida pelo seu Estatuto Social e pelo art. 81 da Lei Complementar Estadual nº 741/2019 que tem por objetivo que: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA E A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 8.666/1993 E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS.

Art. 2º Designar Saionara Dias, matrícula 1713, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 16 de fevereiro de 2021.

PEDRO LUIZ OSTETTO  
Prefeito Municipal

Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA 145/2021 NOMEIA FISCAL DE CONTRATOS**

Publicação Nº 2869051

PORTARIA Nº 145/2021  
De 16 de fevereiro de 2021

PEDRO LUIZ OSTETTO, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR Emanuelle Schlemper Barth, matrícula 2398, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 29/2021 referente a Dispensa de Licitação nº 04/2021 com a empresa MARLON SA MOLIM (MSM IMAGENS AÉREAS), com CNPJ 36.476.875/0001-01, empresa privada com personalidade jurídica de direito público que tem por objetivo: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE A PRODUÇÃO AUDIOVISUAL PARA A SECRETARIA DE TURISMO CONTENDO IMAGENS AÉREAS E TERRESTRES DE LUGARES TURÍSTICOS DE BOM JARDIM DA SERRA.

Art. 2º Designar Sabrina de Assunção Padilha, matrícula 1714, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 16 de fevereiro de 2021.

PEDRO LUIZ OSTETTO  
Prefeito Municipal

Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA 146/2021 NOMEIA FISCAL DE CONTRATOS**

Publicação Nº 2869052

PORTARIA Nº 146/2021  
De 16 de fevereiro de 2021

PEDRO LUIZ OSTETTO, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR Joana Corrêa Seminotti Machado, matrícula 2222, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 02/2021 referente a Dispensa de Licitação nº 02/2021 com Geisebel de Souza, CPF 008.681.729-95, que tem por objetivo: Dispensa de licitação que tem por finalidade a locação de imóvel para única e exclusivamente fim residencial da Sra. Márcia Pereira Padilha.

Art. 2º Designar Emanuella Schlemper Barth, matrícula sob o nº 2398 para atuar como substituta.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 16 de fevereiro de 2021.

PEDRO LUIZ OSTETTO  
Prefeito Municipal

Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA 147/2021 NOMEIA FISCAL DE CONTRATOS**

Publicação Nº 2869053

PORTARIA Nº 147/2021  
De 16 de fevereiro de 2021

PEDRO LUIZ OSTETTO, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR Joana Corrêa Seminotti Machado, matrícula 2222, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 01/2021 referente a Dispensa de Licitação nº 01/2021 com Ednara Anastácio Rodrigues, CPF 023.171.299-55, que tem por objetivo: Dispensa de licitação que tem por finalidade a locação de imóvel para única e exclusivamente fim residencial da Sra. Marquelize Gonçalves Alves.

Art. 2º Designar Emanuella Schlemper Barth, matrícula sob o nº 2398, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 16 de fevereiro de 2021.

PEDRO LUIZ OSTETTO  
Prefeito Municipal

Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

### **PORTARIA 148/2021 SUBSTITUI MEMBRO DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO**

Publicação Nº 2869054

PORTARIA Nº 148/2021  
De 16 de fevereiro de 2021

PEDRO LUIZ OSTETTO, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º Substituir a Senhora Aline Gasperin nas Comissões de Processo Administrativo em que a mesma faz parte pela Servidora Jussara de Assunção.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando a Portaria 105/2021 e alterando as Portarias 84/2020 e 85/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 16 de fevereiro de 2021.

PEDRO LUIZ OSTETTO  
Prefeito Municipal

Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se



# Bom Jesus

## PREFEITURA

### EDITAL DE RECLASSIFICAÇÃO CHAMAMENTO PS Nº001/2021

Publicação Nº 2867749

#### EDITAL DE RECLASSIFICAÇÃO CHAMAMENTO PS Nº001/2021

RAFAEL CALZA, Prefeito Municipal de Bom Jesus, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que obedecida a Classificação do Processo Seletivo nº001/2021 onde determina no Edital no inciso XV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS item 15.4 e 15.5 a reclassificação de candidatos (as). Para o CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HS SEMANAL reclassifica candidatas, por não possuírem habilitação mínima para contratação, CARGO DE PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 20 HS SEMANAL, reclassifica candidata, por não ter interesse no momento de assumir a vaga solicitando a reclassificação no certame, conforme segue:

CARGO – PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 20 HORAS SEMANAL	
Identificação do Candidato	
Ordem classificação	Nome
1ªRECLASSIFICADA	AMANDA DA SILVA MARTINS (cursando curso de Pedagogia)
2ªRECLASSIFICADA	FABIANA DARIO (cursando curso de Pedagogia)

CARGO – PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – 20 HORAS SEMANAL	
Identificação do Candidato	
Ordem classificação	Nome
1ªRECLASSIFICADA	JULIANE APARECIDA MENDES (Requerimento desistência do chamamento)

Maiores informações poderão ser obtidas junto a Secretaria Municipal de Administração, na Prefeitura Municipal de Bom Jesus -SC, no horário 07:00 às 13:00 horas, fone/fax (0xx49) 3424 -0181.

Bom Jesus (SC), em 17 de Fevereiro de 2021.

RAFAEL CALZA  
Prefeito Municipal

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO N 5565/2021

Publicação Nº 2867529

DECRETO MUNICIPAL Nº 5.565/2021, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021

CONSTITUI E NOMEIA COMITÊ MUNICIPAL DE GESTÃO DE RISCO MUNICIPAL DA PANDEMIA DE COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Orgânica:

DECRETA:

Art. 1º. Constituir o Comitê Municipal de Gerenciamento de gestão de risco Municipal da Pandemia de COVID-19 – no âmbito do Município de Bom Jesus do Oeste - SC.

Art. 2º. Para compor o Comitê de Gestão de Risco Municipal do COVID-19, ficam designados os seguintes representantes:

I. Secretaria municipal da administração - SIDINEI LUIZ WALKER

II. Secretaria Municipal de Saúde – LÚCIA FUZINATTO

III. Secretaria Municipal de Assistência Social - ROSELI SIMONE JANDT

IV. Secretaria Municipal de Educação – SILENE SEELIG REINEHR

V. Defesa Civil - VILMAR LUBENOW

VI. Polícia Militar – Comandante 2º sargento ELISEU INÁCIO SCHEIBLER

VII. CDL/ Associação Comercial – GRAZIELA SIMON

VIII. Representante Legislativo municipal – ELENI PEREIRA SCHMIDT

IX. Representante do conselho Municipal da Saude – JUCELI SUCKOW

Art. 3º. O Poder Executivo Municipal considera o Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19 como órgão consultivo e fiscalizador dos protocolos de enfrentamento a pandemia do COVID – 19 no Município de Bom Jesus do Oeste;

Art. 4º. Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, e a validade e eficácia com a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto n.º 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,  
aos 12 de fevereiro de 2021.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se, cumpra-se

### DECRETO N 5566/2021

Publicação Nº 2868368

DECRETO MUNICIPAL Nº 5.566/2021, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS DE CONTROLE DE TRANSMISSÃO E REDUÇÃO DOS RISCOS DE DISSEMINAÇÃO E CONTAGIO DO CORONAVÍRUS E ENFRENTAMENTO À EPIDEMIA DA COVID-19 NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal:

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março de 2020, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

CONSIDERANDO o aumento significativo de casos de infecção pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) no Município de Bom Jesus do Oeste – SC e região;

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 1.027 de 18.12.2020 que instituiu novas regras para organização das medidas para o enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO que o nível da Avaliação de Risco Potencial do Estado de Santa Catarina para região do extremo Oeste permanece em nível GRAVÍSSIMO (representado pela cor vermelha no mapa do Estado);

CONSIDERANDO o colapso na rede de saúde pública e privada do Oeste de Santa Catarina, com ausência de vagas nas UTI's – Unidades de Terapia Intensiva e severo comprometimento do atendimento ambulatorial;

CONSIDERANDO que, no âmbito do Município de Bom Jesus do Oeste - SC, tem sido observado o descumprimento de algumas das determinações normativas alusivas ao enfrentamento da pandemia em diversos setores;

CONSIDERANDO que se está enfrentando o pior momento no que diz respeito ao comprometimento da capacidade instalada da rede de atendimento em saúde do município e região;

CONSIDERANDO as deliberações e as ações aprovadas na reunião extraordinária realizada na data de 17 de fevereiro de 2021, em conjunto com o Comitê municipal de Gestão de Risco do COVID – 19, conselho municipal da educação, conselho municipal da saúde, Polícia Militar, vigilância Sanitária e membros do comércio municipal;

CONSIDERANDO, por fim, a imperiosa necessidade de preservar a VIDA dos cidadãos Bom-jesuenses de, ao mesmo tempo, preservar o ensino escolar e manter ativas as atividades empresariais em âmbito municipal;

**DECRETA:**

Art. 1º. Todas as determinações contidas neste Decreto terão validade até o dia 08.03.2021, podendo ser prorrogada a critério da administração municipal.

Art. 2º. Ficam suspensas as aulas presenciais em todo território do município de Bom Jesus do Oeste – SC, em toda a rede de ensino pública e privada e em todos os níveis de ensino mantendo-se as atividades remotas / não presenciais, quando possível, que terão início em 18.02.2021 na rede estadual e em 22/02/2021 na rede municipal.

Art. 3º. Ficam suspensas em todo o território municipal as atividades esportivas.

Art. 4º. Ficam suspensas, em todo território municipal, todos os eventos governamentais, esportivos, artísticos, culturais, políticos, científicos, comerciais, religiosos e outros com concentração de pessoas.

Art. 5º. A Unidade Básica de Saúde do Município e a Secretaria de Assistência Social atuarão somente em regime de URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, em todas as áreas de atuação, realizando somente atendimentos que sejam considerados urgentes ou emergenciais para cada área.

Art. 6º. Fica proibida a realização de festas, encontros, reuniões particulares e similares, com mais de 10 (dez) pessoas, sendo necessária ainda, a observância do distanciamento social de 1,5 metros entre os presentes além do uso de máscaras e álcool gel.

Art. 7º. As atividades religiosas presenciais (cultos) nos templos, igrejas e similares, em todo território municipal, só poderão ocorrer com lotação máxima de 30% de sua capacidade, devendo os participantes utilizarem máscaras, bem como ser disponibilizado álcool em gel e mantido o distanciamento.

Art. 8º. Mantém-se obrigatório o uso de máscaras e distanciamento social em todo território do Município de Bom Jesus do Oeste - SC (em todos os estabelecimentos e espaços públicos), exceto na própria residência, estando sujeito o infrator as penalidades legais.

Art. 9º. As pessoas infectadas com o coronavírus (COVID-19) ou com determinação de isolamento por Autoridade de Saúde, devem manter-se em isolamento pelo tempo recomendado, sob pena de aplicação das sanções previstas no Código Penal

Art. 10º. Caberá à Vigilância Sanitária, à Defesa Civil e à Polícia Militar do Estado de Santa Catarina a fiscalização das medidas constantes neste Decreto e demais normas sanitárias vigentes.

Art. 11º. O descumprimento das medidas estabelecidas no presente decreto sujeitará o infrator às penalidades previstas nas normas estaduais e municipais em vigor.

Art. 12º. Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, e a validade e eficácia com a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto n.º 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 13º. Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,  
aos 17 de fevereiro de 2021.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se, cumpra-se

**PROCESSO LICITATORIO Nº 329/2021 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2021**

Publicação Nº 2867785

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 329/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2021

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, que no dia 03 de Março de 2021, as 08h30min, realizara processo licitatório, na modalidade pregão presencial, tendo como objeto a Contratação de Profissionais Habilitados para exercer a função de Instrutores de Aulas de patinação sobre Rodas, Gaita (Acordeom), Violão e Técnica Vocal e Dança de Salão para atividades e projetos dos Departamentos de Cultura e Assistência Social Municipal no Exercício 2021.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto ao setor de Licitações do Município, sita a Av. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: [licitacao@bomjesusdooeste.sc.gov.br](mailto:licitacao@bomjesusdooeste.sc.gov.br) ou pelo site [www.bomjesusdooeste.sc.gov.br](http://www.bomjesusdooeste.sc.gov.br).

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 17 de fevereiro de 2021.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### 294.02.21 - PORTARIA SINDICÂNCIA

Publicação Nº 2868508

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 294/21 DE 08.02.2021.

DETERMINA A REALIZAÇÃO PROCEDIMENTO PARA APURAÇÃO DE FATOS RELACIONADOS A OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO ENVOLVENDO VEÍCULO DO MUNICÍPIO E DE TERCEIROS.

O Prefeito municipal de Bom Retiro, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 135 da Lei Complementar 01/03 de 02 de dezembro de 2003;

Considerando que chegou ao nosso conhecimento, através do Boletim de Ocorrência nº. 2021.021121798, a ocorrência de acidente de trânsito datado de 28 de janeiro de 2021, envolvendo o veículo do Município e veículo de terceiro;

Considerando o Requerimento da Sra. Larissa Schlichting datado de 29 de janeiro de 2021;

Considerando que o Servidor Cesar Antônio Faustino - Motorista, assumiu na data de 08 de fevereiro de 2021, que o caminhão estava sob sua responsabilidade no momento da colisão e que não houve estrago no mesmo;

Considerando que houve apenas danos leves ao veículo Kicks Placa REA/8J10 de propriedade da Sra. Larissa Schlichting, conforme orçamento em anexo;

Considerando a confissão do fato pelo servidor do dano e anuência ao desconto em folha do valor do Conserto de R\$ 1.140,00 em 06 (seis) parcelas no valor de R\$ 190,00 (cento e noventa reais) cada parcela para pagamento do ressarcimento a terceiros.

Considerando o dever e interesse desta Administração em apurar todos os fatos e as responsabilidades porventura existentes;

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR que o município de Bom Retiro restitua o valor dos prejuízos causados a requerente no que tange ao acidente de trânsito em epígrafe;

Parágrafo Único. Para a referida restituição a requerente deverá apresentar a comprovação da despesa através da apresentação da nota fiscal, bem como a conta bancária para depósito da restituição.

Art. 2º DETERMINAR o desconto em folha do valor acima acordado tendo em vista a confissão pelo servidor Cesar Antônio Faustino, bem como autorizo o pagamento do dano causado a proprietária do veículo Sra. Larissa Schlichting.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
08 de fevereiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha  
Prefeito Municipal

Ercileia Faustino da Mota  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

### 325.02.21 - P. AUTORIZAÇÃO DIRIGIR VEICULOS

Publicação Nº 2868513

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Portaria Nº 325/21 de 15.02.2021

Autoriza excepcionalmente o Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte a Dirigir Veículos Oficiais Pertencentes à Frota da Prefeitura Municipal de Bom Retiro - SC.

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com 2335/17 de 22.02.17 que autoriza em caráter excepcional servidores efetivos e comissionados a dirigirem veículos oficiais da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências:

Resolve:

Art. 1º. Autorizar o Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte, abaixo identificado a dirigir veículos oficiais pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, de acordo com os requerimentos:

Servidor	CNH	Categoria	validade
Jocemar da Silva	02849268952	AB	11/03/2023

Art. 2º. O servidor autorizado a conduzir veículo oficial que for autuado por infração às normas de trânsito estará sujeito ao procedimento administrativo para apuração de responsabilidade e ressarcimento ao Erário.

Art. 3º. O servidor autorizado a dirigir veículo oficial deverá preencher e assinar todo e qualquer formulário que eventualmente se mostre eficaz no dirimir de possíveis dúvidas sobre o trajeto, horário e finalidade da condução, em especial a ficha de controle de tráfego a ser instituída pelo Município.

Art. 4º. A autorização de que trata esta Portaria não configura acúmulo de atribuições e não assegura ao servidor autorizado o direito a qualquer acréscimo salarial.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. CUMRA-SE, com as medidas legais pertinentes.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
15 de fevereiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha  
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

### **326.02.21 - P.LIC. MOT. P. FAM. DULCEARA FAUSTINO**

Publicação Nº 2868516

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 326/21 de 15.02.21  
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no Atestado apresentado meio dia de licença para acompanhar familiar, na realização de tratamento de saúde, no dia 08 de fevereiro de 2021, a Conselheira Tutelar Dulceara Faustino, com exercício na Secretaria Municipal Assistência Social e Habitação – Conselho Tutelar.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
15 de fevereiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha  
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

### **327.02.21 - P.LIC. MOT. P. FAM. ROSA O. V. FERREIRA**

Publicação Nº 2868518

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 327/21 de 15.02.21  
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no Atestado apresentado meio dia de licença para acompanhar familiar, na realização de tratamento de saúde, no dia 09 de fevereiro de 2021, a funcionária Rosa Olivia Vieira Ferreira, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
15 de fevereiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha  
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

### **328.02.21 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ELIANE E. R. ROVARIS**

Publicação Nº 2868519

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 328/21 de 15.02.21  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado, meio dia de licença para realizar tratamento odontológico, no dia 09 de fevereiro de 2021, a funcionária Eliane Eleusa Rosar Rovaris, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, 40 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
15 de fevereiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha  
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

### **329.02.21 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MAGDA R. CRUZ**

Publicação Nº 2868541

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 329/21 de 15.02.21  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado, 06 (seis) dias de licença para realizar tratamento de saúde, a contar do dia 15 de fevereiro com término no dia 20 de março de 2021, a funcionária Magda Regina da Cruz, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, 20 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Escola do Campo Paraíso da Serra.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
15 de fevereiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha  
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota  
Sec. Mun. Administração e Fazenda



**330.02.21 - P.LIC. MOT. P. FAM. MARCIA D. S. GRUDTNER**

Publicação Nº 2868546

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 330/21 de 15.02.21

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no Atestado apresentado 01 (01) dia de licença para acompanhar familiar, na realização de tratamento de saúde, no dia 11 de fevereiro de 2021, a funcionária Marcia Denize Schiestl Grudtner, ocupante do cargo de Assistente Social – Padrão I – Nível 09, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação - CRAS.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
15 de fevereiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha  
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

**331.02.21 - P.LIC. MOT. P. FAM. MARCIA D. S. GRUDTNER**

Publicação Nº 2868548

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 331/21 de 15.02.21

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no Atestado apresentado 01 (01) dia de licença para acompanhar familiar, na realização de tratamento de saúde, no dia 12 de fevereiro de 2021, a funcionária Marcia Denize Schiestl Grudtner, ocupante do cargo de Assistente Social – Padrão I – Nível 09, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação - CRAS.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
15 de fevereiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha  
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

**332.02.21 - P. LIC. TRAT. SAÚDE NEIDE MARIA SILVEIRA**

Publicação Nº 2868557

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 332/21 de 17.02.21

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado, 30 (trinta) dias de licença para realizar tratamento de saúde, a contar do dia 17 de fevereiro com término no dia 18 de março de 2021, a funcionária Neide Maria Silveira, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação,

Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
17 de fevereiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha  
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

### **333.02.21 - P. REMANEJAMENTO ROSENILDA MORETTI**

Publicação Nº 2868559

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 333/21 de 17.02.21

REMANEJA SERVIDORA PÚBLICA DE UM LOCAL DE SERVIÇO PARA OUTRO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais; e

Considerando a necessidade de otimização dos recursos humanos do quadro de pessoal da Administração Municipal, a fim de preencher as lacunas existentes, aumentar a eficiência na prestação do serviço público, e, por consequência, atender aos interesses da coletividade;

Considerando que o remanejamento constitui no exercício de atribuições do cargo, elencados na Lei Complementar nº 01/2003 de 03 de dezembro de 2003, não havendo qualquer desvios de função;

Considerando que a mudança de lotação implica apenas na mudança do local de trabalho.

RESOLVE:

Remanejar a servidora Rosenilda Moretti, Ocupante do cargo de Servente, Padrão I – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier, para ocupar as mesmas funções na Secretaria Municipal de Saúde \_ Samu, a contar do dia 17 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
17 de fevereiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha  
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

### **334.02.21 - P. REMANEJAMENTO ELIANE H. MAZZUQUETTI**

Publicação Nº 2868562

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 334/21 de 17.02.21

REMANEJA SERVIDORA PÚBLICA DE UM LOCAL DE SERVIÇO PARA OUTRO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais; e

Considerando a necessidade de otimização dos recursos humanos do quadro de pessoal da Administração Municipal, a fim de preencher as lacunas existentes, aumentar a eficiência na prestação do serviço público, e, por consequência, atender aos interesses da coletividade;

Considerando que o remanejamento constitui no exercício de atribuições do cargo, elencados na Lei Complementar nº 01/2003 de 03 de dezembro de 2003, não havendo qualquer desvios de função;

Considerando que a mudança de lotação implica apenas na mudança do local de trabalho.

RESOLVE:

Remanejar a servidora Eliane Hoffmann Mazzuchetti, Ocupante do cargo de Servente, Padrão I – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Patrícia Deucher, para ocupar as mesmas funções na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Municipal Antônia Maria da Silva Vieira, a contar do dia 17 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
17 de fevereiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha  
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

### **335.02.21 - P. REMANEJAMENTO MARIZETE B. M. BARRETO**

Publicação Nº 2868563

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 335/21 de 17.02.21

REMANEJA SERVIDORA PÚBLICA DE UM LOCAL DE SERVIÇO PARA OUTRO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais; e

Considerando a necessidade de otimização dos recursos humanos do quadro de pessoal da Administração Municipal, a fim de preencher as lacunas existentes, aumentar a eficiência na prestação do serviço público, e, por consequência, atender aos interesses da coletividade;

Considerando que o remanejamento constitui no exercício de atribuições do cargo, elencados na Lei Complementar nº 01/2003 de 03 de dezembro de 2003, não havendo qualquer desvios de função;

Considerando que a mudança de lotação implica apenas na mudança do local de trabalho.

#### **RESOLVE:**

Remanejar a servidora Marizete Benke Mena Barreto, Ocupante do cargo de Professor I - 3, Padrão I – Nível 22, 30 horas do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula, para ocupar as mesmas funções na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Municipal Antônia Maria da Silva Vieira, a contar do dia 18 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
17 de fevereiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha  
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

### **336.02.21 - P. NOM. MARIA JULIA PEREIRA**

Publicação Nº 2868567

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 336/21 de 17.02.21

Nomeia em Caráter Efetivo Servidora Aprovada em Concurso Público e dá outras providências

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere os Arts. 14 e 16 da Lei Complementar nº 01/2003 de 02.12.03 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC:

#### **Resolve:**

Art. 1º. Nomear por concurso Maria Julia Pereira, nos termos da Lei Complementar nº 01/03 de 02.12.03 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 6º lugar no Concurso Público n.º 001/2018, a fim de tomar posse e exercer o cargo de Assistente Social - Padrão I – Nível – 9 – 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º. O nomeado tem o prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data de publicação deste ato, para tomar posse, podendo, a pedido, ser prorrogado por igual período, devendo comparecer à Prefeitura Municipal de Bom Retiro, a fim de assinar o respectivo Termo de Posse, situação em que deverá comprovar o preenchimento dos requisitos para investidura no cargo.

Art. 3º. Caso não compareça no prazo estipulado ou, na data da posse, não reúna os requisitos necessários à investidura no cargo, será tornada sem efeito a sua nomeação e este perderá o direito à investidura no cargo.

Registre-se e Publique-se,

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
17 de fevereiro de 2021.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

ERICLEIA FAUSTINO DA MOTA  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

## EXTRATO TA ATA REGISTRO DE PREÇOS 01/2021

Publicação Nº 2868495

Extrato 1º Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços 01/2021

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratada: Auto Posto VT Ltda.

O presente termo aditivo estabelece o reajuste de valor no litro do combustível conforme segue: 9,51% no litro da gasolina Comum passando de R\$ 4,551 para R\$ 4,984; 6,80% no litro do óleo diesel comum passando de R\$ 3,721 para R\$ 3,974 e 6,78% no litro do óleo diesel S10, passando de R\$ 3,789 para R\$ 4,046, conforme faculta legislação vigente. Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços 01/2021, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Bom Retiro, 18 de fevereiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha  
Prefeito Municipal

## LISTA DE INSCRITOS CHAMADA PÚBLICA 02/2021

Publicação Nº 2867520

LISTA DE INSCRITOS DA CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2021

CARGO - PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL  
(CRECHES E PRÉ ESCOLA):

Inscrição	Nome	Nasc.
01	Cátia da Rosa	26/09/97
02	Gustavo Américo Pereira	10/12/99
06	Carla Karine de Brida da Rosa	20/07/92
08	Marina Vieira	10/06/88
11	Jéssica Becker	04/05/95
12	Andréia Maria Heinz	20/12/78
13	Karina Ramos Rosa	17/08/78
19	Gabriela Moretti de Souza Trentin	10/02/88
21	Juliana Souza Cruz	24/01/83
27	Dalise Buratto Vaz	28/07/92
30	Andriele Tailla de Oliveira	07/01/00
31	Laiane da Cruz Bonin	05/11/98
35	Marizete Apª. Benke Mena Barreto	21/04/69

CARGO - PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL

Inscrição	Nome	Nasc.
23	Keila Cristina Marinho	21/07/87
26	Maria Paulina da Rosa Pinheiro	20/02/85
32	Sabrina Marian Schutz	03/07/94
37	William Machado da Silva	03/12/87
49	Suzi Mara Broering Neckel	07/06/80
51	Guilherme Deucher	27/10/99

CARGO - PROFESSOR DE ARTES

Inscrição	Nome	Nasc.
40	Mayara Cristini Bonin	18/09/91

CARGO - PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA

Inscrição	Nome	Nasc.
15	Willian Zapelini Rosa	03/10/94
20	Everton Vieira Souza	09/04/97
25	Alexsandro de Oliveira	26/12/85
36	Jefferson Batista Pereira da Silva	02/06/97
42	Everton Alexsandro Bueno	16/12/83

CARGO – SERVENTE:

Inscrição	Nome	Nasc.
03	Daniela de Souza	10/05/95
04	Ana Maria dos Santos	13/08/97
10	Alice Fernanda Erhardt	17/09/87
14	Cleusa Sangaletti	20/06/75
17	Namir Aparecida de Andrade	01/08/68
18	Franciele Alves dos Santos	11/11/91
22	Ana Paula dos Santos	23/09/91
24	Sandra Correa (indeferido)	13/03/80
39	Lucélia Veloso	04/02/85
45	Luciene Aparecida Rodrigues Prange	07/07/76
46	Maria Regislene Mondo Oliveira	15/08/87
50	Grasiela Aparecida Urbano	08/09/86
52	Patricia Kelly Cordeiro Apno	26/01/77
55	Grazieli Priscila Farias	27/06/95
56	Patrícia Popeng da Cruz	15/03/86

**CARGO – MONITOR DE CRECHE:**

Inscrição	Nome	Nasc.
05	Fabiula de Oliveira	30/05/91
07	Aline França Mendes	30/05/89
09	Gabrielle Prange	20/09/98
16	Gisele da Cruz Bento	28/06/85
28	Eduarda da Silva	07/06/95
29	Luiza Eduarda dos Santos	07/10/00
33	Rosa Maria de Liz	13/02/75
34	Jenifer da Luz	28/03/01
38	Gibrail da Luz Junior	11/02/03
41	Maria Eduarda de Souza Tereza	07/12/02
43	Mariana Rizzotto Marinho	16/01/96
44	Jaine de Oliveira Pizzi	03/11/99
47	Ingridi de Souza Oliveira	21/11/01
48	Camila Zapelini Capistrano Rosa	04/01/99
53	Isabela Carolina Perroni	24/09/99
54	João Vitor Oliveira	28/11/01

Aviso aos candidatos inscritos 19/02/2021, será publicada a classificação provisória.

Bom Retiro, 17 de fevereiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha  
Prefeito Municipal

Jocemar Da Silva  
Sec. Mun. Educ. Cult. e Esporte

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 21/2021

Publicação Nº 2868040

DECRETO Nº. 021/2021.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento vigente.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso III do Art. 9º da Lei Municipal nº 0955, de 16 de dezembro de 2020,  
DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 12.355,00 (Doze mil, trezentos e cinquenta e cinco reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.085 – Manutenção, Coordenação e Reequipamento das Atividades da Saúde

(40) – 3.3.90.00.00.00.00.00 3698 – Aplicações Diretas ..... R\$ 12.355,00

TOTAL ..... R\$ 12.355,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação do exercício de 2020 do recurso 0.3.3698 – Portaria 1857 Educação - Superávit

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 09 de Fevereiro de 2021.

Nildo Melmestet  
Prefeito Municipal

### EXTRATO E CONTRATO E EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2021

Publicação Nº 2867945

MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO-SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2021

CONTRATO Nº 14/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO

CONTRATADA: GUISELA BENNETT, inscrita no CNPJ nº01.598.148/0001-32

ENDEREÇO: Rua Dom Pedro, nº28, Bairro Centro, Braço do Trombudo/SC.

OBJETO: Constitui objeto da presente dispensa de licitação, contratação de pessoa jurídica para aquisição de Estofados e Tapete para equipar adequadamente a sala da recepção da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo/SC.

VALOR TOTAL: de 3.080,00 (três mil e oitenta reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

VIGÊNCIA: 12/02/2021 até 11/03/2021

ASSINATURA: 12.02.2021.

Braço do Trombudo, em 12 de fevereiro de 2021.

Nildo Melmestet  
Prefeito Municipal.

**EXTRATO E CONTRATO E EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2021**

Publicação Nº 2867951

MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO-SC  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18/2021  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2021  
CONTRATO Nº 15/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO

CONTRATADA: GRILO INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA, inscrita no CNPJ nº05.567.019/0001-38

ENDEREÇO: Rua Tiradentes, nº107, bairro Centro, Braço do Trombudo/SC

OBJETO: Constitui objeto da presente dispensa de licitação, aquisição de Material de Hidráulico para a Estação de Tratamento de Água do município de Braço do Trombudo/SC.

VALOR TOTAL: de 4.058,00 (quatro mil e cinquenta e oito reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

VIGÊNCIA: 17/02/2021 até 16/03/2021

ASSINATURA: 17.02.2021.

Braço do Trombudo, em 17 de fevereiro de 2021.

Nildo Melmestet  
Prefeito Municipal.

**EXTRATO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 05/2021 -SRP**

Publicação Nº 2868257

PROCESSO ADMINISTRATIVO 19/2021  
EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 05/2021 SRP

O Município de Braço do Trombudo/SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 02/03/2021, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preços para contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão de obra para o sistema elétrico para manutenção predial de todas as Secretarias do Município de Braço do Trombudo/SC. Informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: [licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br](mailto:licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br) ou pelo site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br).

Braço do Trombudo, em 18 de fevereiro de 2021.

Nildo Melmestet - Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 36/2021**

Publicação Nº 2867942

PORTARIA Nº 036/2021

Retifica Portaria

Nildo Melmestet, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, etc...

RESOLVE:

Art.1º Retificar a Portaria 035/2021 de 16/02/2021, que designa a servidora JOSIANI DA SILVA, para responder pelo funcionamento e pelos atos administrativos do Posto do Correio, no Artigo 2º leia-se:

2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 01/02/2021, fica revogada a Portaria 035/2021 de 16/02/2021.

Braço do Trombudo, em 17 de Fevereiro de 2021.

Nildo Melmestet  
Prefeito Municipal



## ATA REGISTRO DE PREÇOS 06/2020

Publicação Nº 2841330

Página: 1/13

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2020

Número do Registro de Preços: 6/2020		Data do Registro: 18/02/2020		Válido até: 18/02/2021		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de peças para manutenção da patrôla RG 140B da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	corrente 73161843 (25853)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	1.142,8225	1
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	1.234,9075	2
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA- (6675)	D.I.D.	0	1.422,0000	3
2	rolamento 26794670 (25854)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	SKF	0	365,6920	1
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	308,7277	2
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA- (6675)	NTN	0	464,1100	3
3	junta 75257147 (25855)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	7,9482	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA- (6675)	MTD	0	8,7100	2
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	11,4670	3
4	relentor 75326525 (25856)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC	0	31,8337	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA- (6675)	MTD	0	41,3900	2
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	44,1040	3
5	anel 73155650 (25857)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	127,0659	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA- (6675)	MTD	0	174,3800	2
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	176,4158	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2020**

Página: 2/13

Número do Registro de Preços: 6/2020		Data do Registro: 18/02/2020		Válido até: 18/02/2021		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de peças para manutenção da patrôla RG 140B da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	arame de aço 70052519 (25866)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	4,8012	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	CNH	0	6,0700	2
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	6,1746	3
7	anel 75253782 (25869)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	102,3579	1
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	105,8495	2
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	MTD	0	125,6800	3
8	calço 75325418 (25860)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	27,5582	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	PAVONI	0	31,8500	2
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	43,2219	3
9	calço 75325420 (25861)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	13,9827	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	PAVONI	0	18,9400	2
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	22,0620	3
10	calço 75325419 (25862)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	9,8946	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	PAVONI	0	8,5400	2
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	12,3491	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2020**

Página: 3/13

Número do Registro de Preços: 6/2020		Data do Registro: 18/02/2020		Válido até: 18/02/2021		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de peças para manutenção da patrôla RG 140B da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
11	bucha 75246450 (25863)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	124,4680	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	MTD	0	147,1500	2
			TRATOR PECAS-COMERC. PECAS P/ TRATORES LT. (6611)	NH	0	149,9534	3
12	vedante 87625368 (25864)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	ARCA	0	49,1227	1
			TRATOR PECAS-COMERC. PECAS P/ TRATORES LT. (6611)	NH	0	39,6936	2
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	MTD	0	55,8900	3
13	vedante 87625367 (25865)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	ARCA	0	202,1018	1
			TRATOR PECAS-COMERC. PECAS P/ TRATORES LT. (6611)	NH	0	158,7742	2
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	ARCA	0	291,9600	3
14	rolamento 87625366 (25866)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	TIMKEN	0	340,5606	1
			TRATOR PECAS-COMERC. PECAS P/ TRATORES LT. (6611)	NH	0	176,4158	2
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	TIMKEN	0	424,3400	3
15	rolamento 87625365 (25867)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	TIMKEN	0	375,2201	1
			TRATOR PECAS-COMERC. PECAS P/ TRATORES LT. (6611)	NH	0	176,4158	2
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	TIMKEN	0	467,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2020

Página: 4/13

Número do Registro de Preços: 6/2020		Data do Registro: 18/02/2020		Válido até: 18/02/2021		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de peças para manutenção da patrôla RG 140B da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	anel 87625355 (25868)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC	0	39,0001	1
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	35,2832	2
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA- (6675)	MTD	0	43,0800	3
17	anel 87625357 (25869)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC	0	49,1553	1
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	39,6936	2
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA- (6675)	MTD	0	53,2600	3
18	disco 87625345 (25870)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	UNITEC	0	159,1683	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA- (6675)	MTD	0	172,4500	2
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	176,4158	3
19	disco 87625346 (25871)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	UNITEC	0	185,3583	1
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	158,7742	2
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA- (6675)	MTD	0	200,8300	3
20	anel 87625356 (25872)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC	0	44,0818	1
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	52,9247	2
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA- (6675)	APC	0	54,1400	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2020**

Página: 5/13

Número do Registro de Preços: 6/2020		Data do Registro: 18/02/2020		Válido até: 18/02/2021		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de peças para manutenção da patrôla RG 140B da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
21	cobertura 87625344 (25873)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	1.836,2455	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	CNH	0	2.362,4500	2
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	2.846,2373	3
22	Engrenagem (20251)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	2.054,6347	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	CNH	0	2.562,1100	2
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	2.734,4452	3
23	pino 87647423 (25874)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	PIM	0	128,2548	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	PIM	0	141,2800	2
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	202,8782	3
24	bucha 87647431 (25875)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	67,4541	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	PIM	0	86,4900	2
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	106,7316	3
25	bucha 84167878 (25876)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	155,4873	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	PIM	0	193,7400	2
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	246,9821	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2020**

Página: 6/13

Número do Registro de Preços: 6/2020		Data do Registro: 18/02/2020		Válido até: 18/02/2021		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de peças para manutenção da patrola RG 140B da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
26	pinho 87647426 (25877)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	PIM	0	36,1742	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	PIM	0	51,6100	2
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	57,3351	3
27	pinho 87647422 (25878)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	208,8662	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	PIM	0	282,8800	2
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	332,5438	3
28	porca 87668014 (25879)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FIBAM	0	56,7615	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	PIM	0	76,8800	2
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	86,2079	3
29	rotula 87663318 (25880)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	89,3362	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	MTD	0	111,3100	2
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	142,0147	3
30	anetula 87663319 (25881)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	17,9161	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	MTD	0	25,5600	2
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	26,4624	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2020**

Página: 7/13

Número do Registro de Preços: 6/2020		Data do Registro: 18/02/2020		Válido até: 18/02/2021		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de peças para manutenção da patrula RG 140B da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
31	graxela 87648785 (25882)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC	0	36,9235	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	MTD	0	52,6700	2
			TRATOR PECAS-COMERC. PECAS P/ TRATORES LT. (6611)	NH	0	58,2172	3
32	rotula 87663317 (25883)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	121,4793	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	PIM	0	136,0100	2
			TRATOR PECAS-COMERC. PECAS P/ TRATORES LT. (6611)	NH	0	185,2366	3
33	pino 87647425 (25885)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	132,8235	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	MTD	0	189,4800	2
			TRATOR PECAS-COMERC. PECAS P/ TRATORES LT. (6611)	NH	0	202,8782	3
34	vedante 1960253 (25886)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC	0	19,0888	1
			TRATOR PECAS-COMERC. PECAS P/ TRATORES LT. (6611)	NH	0	17,6416	2
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	MTD	0	25,8500	3
35	pino 87647427 (25887)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	105,1757	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	MTD	0	121,4400	2
			TRATOR PECAS-COMERC. PECAS P/ TRATORES LT. (6611)	NH	0	132,3119	3



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2020**

Página: 8/13

Número do Registro de Preços: 6/2020		Data do Registro: 18/02/2020		Válido até: 18/02/2021		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de peças para manutenção da patrola RG 140B da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
36	reparo cilhidraulico 87632361/R (25888)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC	0	114,7363	1
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	132,3119	2
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA- (6675)	APC	0	161,6100	3
37	reparo cilhidraulico 87632371/R (25889)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC	0	87,5772	1
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	105,8495	2
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA- (6675)	APC	0	109,1300	3
38	reparo cilhidraulico 75270374/R (25890)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC	0	118,8489	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA- (6675)	APC	0	119,9500	2
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	132,3119	3
39	reparo cilhidraulico 75266899/R (25891)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC	0	75,8910	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA- (6675)	APC	0	104,1600	2
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	114,6703	3
40	reparo esquerdo 75267026/R (25892)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC	0	139,0452	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA- (6675)	APC	0	178,2700	2
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	220,5198	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2020**

Página: 9/13

Número do Registro de Preços: 6/2020		Data do Registro: 18/02/2020		Válido até: 18/02/2021		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de peças para manutenção da patrôla RG 140B da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
41	reparo direito 75267020/R (25893)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC	0	139,7293	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	APC	0	164,0100	2
			TRATOR PECAS-COMERC. PECAS P/ TRATORES LT. (6611)	NH	0	220,5198	3
42	bomba principal 75323556 (25894)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	REXROTH	0	8.899,5622	1
			TRATOR PECAS-COMERC. PECAS P/ TRATORES LT. (6611)	NH	0	13,2312	2
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	CNH	0	12.053,1400	3
43	junta esferica 1925104 (25895)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	TANAKA	0	334,0538	1
			TRATOR PECAS-COMERC. PECAS P/ TRATORES LT. (6611)	NH	0	264,6237	2
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	CNH	0	440,3700	3
44	lirante 84361155 (25896)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	TANAKA	0	4.814,4959	1
			TRATOR PECAS-COMERC. PECAS P/ TRATORES LT. (6611)	NH	0	8.820,7909	2
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	CNH	0	9.191,8200	3
45	vedante 70634037 (25898)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	ARCA	0	27,9980	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	APC	0	33,3700	2
			TRATOR PECAS-COMERC. PECAS P/ TRATORES LT. (6611)	NH	0	35,2832	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2020**

Página: 10/13

Número do Registro de Preços: 6/2020		Data do Registro: 18/02/2020		Válido até: 18/02/2021		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de peças para manutenção da patrôla RG 140B da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
46	engrenagem 73125501 (25887)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	1.842,9471	1
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	1.764,1582	2
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA- (6675)	PATROPECAS	0	1.955,0000	3
47	sem fim 75215793 (25899)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	1.083,2156	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA- (6675)	PATROPECAS	0	964,7000	2
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	1.146,7028	3
48	rolamento 731 24683 (25900)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	NTN	0	416,0118	1
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	441,0395	2
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA- (6675)	KOYO	0	548,4000	3
49	anel 70622212 (25901)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	10,7334	1
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	11,4670	2
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA- (6675)	MTD	0	14,9200	3
50	calço 75240817 (25902)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	4,8211	1
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	5,2925	2
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA- (6675)	MTD	0	6,9600	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2020**

Página: 11/13

**Número do Registro de Preços: 6/2020**      **Data do Registro: 18/02/2020**      **Válido até: 18/02/2021**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de peças para manutenção da patrôla RG 140B da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descob. (%)	Preço Unitário	Classif.
51	capo 75240818 (25903)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	5,1305	1
			TRATOR PECAS-COMERC. PECAS P/ TRATORES LT. (6611)	NH	0	5,2925	2
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	MTD	0	7,3200	3
52	anel 70923590 (25904)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC	0	2,2802	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	MTD	0	3,2500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2020

Página: 12/13

Número do Registro de Preços: 6/2020 Data do Registro: 18/02/2020 Válido até: 18/02/2021

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de peças para manutenção da patrula RG 140B da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descob. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

TRATOR PECAS-COMERC. PECAS P/TRATORES LT. (6611) NH 0 3,5283 3

Página: 13/13

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2020

Número do Registro de Preços: 6/2020 Data do Registro: 18/02/2020 Válido até: 18/02/2021

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de peças para manutenção da patrôla RG 140B da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2020

PROCESSO Nº 6/2020

- (6241) - OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA.  
(6611) - TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT.  
(8675) - R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA -

Braço do Trombudo, 18 de Fevereiro de 2020.

## ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2020 FMAS

Publicação Nº 2841371

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2020

Número do Registro de Preços: 1/2020		Data do Registro: 18/05/2020		Válido até: 18/05/2021		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Cestas Básicas para as famílias em situações de Vulnerabilidade do Município de Braco do Trombudo/SC	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descb. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Aroz parbolizado, pct com 5 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (1938)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (6224)	rio romão	0	13,2000	1
2	Farinha de trigo especial Tipo I, pct de 5 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (2008)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (6224)	gardenia	0	12,5000	1
3	Açúcar Refinado pct 5 Kg, com identificação produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso fabricante, data de fabricação e validade. (1940)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (6224)	guarani	0	12,5000	1
4	Fubá grosso pct 1 Kg, com identificação produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso fabricante, data de fabricação e validade. (1941)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (6224)	sinha	0	2,5000	1
5	Farinha de mandioca branca pct 1 Kg, com identificação produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso fabricante, data de fabricação e validade. (1942)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (6224)	super 10	0	5,4900	1
6	Feijão preto tipo I, 1º qualidade, pct 1 kg, embalagem plástica transparente. Sem presença de sujidades, de grãos molhados, amantoados, torrados. (1943)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (6224)	rio belo	0	5,4800	1
7	Sal refinado pct 1 kg, com identificação produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso fabricante, data de fabricação e validade. (1944)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (6224)	miramar	0	1,8000	1
8	Macarrão parafuso côvicos pct 1 kg, com identificação produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso fabricante, data de fabricação e validade. (1945)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (6224)	diana	0	4,8000	1
9	Biscoito doce sabor leite pct 400 gr, com identificação produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso fabricante, data de fabricação e validade. (1946)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (6224)	diana	0	4,4000	1
10	Óleo de soja refinado 900 ml, embalagem não amassadas, com identificação produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso fabricante, data de fabricação e validade. (1947)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (6224)	coamo	0	4,6500	1
11	Café torrado e moído cx com 500 gr, embalado a vácuo, com identificação produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso fabricante, data de fabricação e validade. (1948)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (6224)	ouro	0	9,9000	1
12	Leite Longa vida integral, embalagem Tetra Pack de 1 litro, com identificação produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega (1949)	LT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (6224)	piracanjuba	0	3,1500	1



Página: 2/4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2020**

Número do Registro de Preços: 1/2020		Data do Registro: 18/05/2020		Válido até: 18/05/2021				
Objeto da Compra:		Registro de Preços para aquisição de Cestas Básicas para as famílias em situações de Vulnerabilidade do Município de Braço do Trombudo/SC						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca	Ofert.	Descob. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Doce de frutas cremoso pote 400 gr, com identificação produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso fabricante, data de fabricação e validade. (1950)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (6224)	julimar		0	3,8500	1
14	Ovos de galinha, grandes, inteiros sem rachaduras e limpos (1951)	DZ	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (6224)	carminatti		0	6,5000	1
15	Coxa sobrecoxa de frango embalado com peso aproximado de 1 kg, sem acúmulo de líquido em seu interior, com identificação produto, rótulo contendo a data do abate, peso, fabricante e data de validade. (1952)	KG	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (6224)	ave serra		0	7,2500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2020**

Página: 3/4

**Número do Registro de Preços:** 1/2020      **Data do Registro:** 18/05/2020      **Válido até:** 18/05/2021

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de Cestas Básicas para as famílias em situações de Vulnerabilidade do Município de Braço do Trombudo/SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descob. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	Fermento biológico seco embalagem com 125 gr, embalado vácuo, com identificação produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso fabricante, data de fabricação e validade. (1953)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (6224)	flechmann	0	5,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2020

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 1/2020		Data do Registro: 18/05/2020		Válido até: 18/05/2021	
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Cestas Básicas para as famílias em situações de Vulnerabilidade do Município de Braço do Trombudo/SC					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
					Preço Unitário
					Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2020

PROCESSO Nº 3/2020

(6224) - ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME

Braço do Trombudo, 18 de Maio de 2020.

## ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020

Publicação Nº 2841321

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2020

Número do Registro de Preços: 30/2020		Data do Registro: 18/11/2020		Válido até: 18/11/2021			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual contratação de serviço de som de rua para diversas secretarias do Município de Braco do Trombudo/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Som de rua com 1 carro ptao com 1 cx de som, com no mínimo 4 autofalantes, com no mínimo 15 polegadas MC6, com no mínimo 4 cornetas hds 1000, com no mínimo 4 super tufar 80 wats, com no mínimo 1 mix com duas entradas para microfone, 1 microfone sem fio, com no mínimo 1 aparelho de cd player com entrada USB, com no mínimo 2 módulos digitais, com no mínimo 1 crossover, tudo em perfeito funcionamento, mais o motorista habilitado. (22407)	HORA	TIPO EXPORTACAO SOM E LUZES LTDA - ME (9233)	Comum	0	60,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2020

Número do Registro de Preços: 30/2020		Data do Registro: 18/11/2020		Válido até: 18/11/2021			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual contratação de serviço de som de rua para diversas secretarias do Município de Brago do Trombudo/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descob. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020  
PROCESSO Nº 72/2020

(9233) - TIPO EXPORTACAO SOME LUZES LTDA - ME

Braco do Trombudo, 18 de Novembro de 2020.

# Brunópolis

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL N° 026, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021. HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO N. 01/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação N° 2867938

DECRETO MUNICIPAL N° 026, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO N. 01/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VOLCIR CANUTO, PREFEITO MUNICIPAL DE BRUNÓPOLIS/SC, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município:

#### RESOLVE:

Art. 1º. Fica Homologado o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado N. 01/2021, conforme relação no Anexo I deste Decreto, já devidamente divulgada e publicada.

Parágrafo Único – As convocações serão realizadas obedecidas rigorosamente à ordem de classificação, de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Brunópolis/SC,  
em 17 de Fevereiro de 2021.

Volcir Canuto,  
Prefeito Municipal

Elaine Novacki dos Santos  
Secretária de Administração Planejamento e Fazenda  
Registrado e Publicado no DOM

#### ANEXO I DECRETO 026/2021. RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO N. 01/2021

AUXILIAR DE OBRAS											
Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	T.P.O.	N.P.P	Total	Situação	Class.	Data Nasc.
0024	ARIEL ALMEIDA DE OLIVEIRA	3,30	2,55	0,94	0,43	7,22	9,00	8,47	APROVADO(A)	1º	12/02/1999
0023	NELIO DE OLIVEIRA	0,00	1,02	0,47	0,86	2,35	9,00	7,01	APROVADO(A)	2º	27/10/1980
0036	RODRIGO SCHMIDT	0,55	0,51	0,00	0,86	1,92	9,00	6,88	APROVADO(A)	3º	29/01/1986
0095	ADILSON MACIEL DOS SANTOS	0,00	0,00	0,47	0,86	1,33	9,00	6,70	APROVADO(A)	4º	22/07/1976
0137	EDEGAR SILVEIRA	1,10	1,02	0,47	0,86	3,45	8,00	6,64	APROVADO(A)	5º	24/07/1966
0101	CARLOS SEZAR PEREIRA DE OLIVEIRA	0,00	0,51	0,00	0,86	1,37	8,00	6,01	APROVADO(A)	6º	05/04/1993
0126	ANILDO FERREIRA DE SOUZA	1,10	1,02	0,47	0,86	3,45	7,00	5,94	APROVADO(A)	7º	05/12/1979
0135	JONATHAN JACOB ZANATTA RAUPP	3,30	2,04	1,88	0,86	8,08	5,00	5,92	APROVADO(A)	8º	05/12/1995

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS											
Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	T.P.O.	N.P.P	Total	Situação	Class.	Data Nasc.
0067	ROSANE KEMER	2,75	1,53	0,94	1,29	6,51	10,00	8,95	APROVADO(A)	1º	01/07/1978
0108	ROSMARI PANISSON	2,20	1,02	1,41	1,72	6,35	10,00	8,91	APROVADO(A)	2º	25/10/1965
0131	CLEOMARA ALVES DOS SANTOS	2,20	0,51	0,94	0,86	4,51	10,00	8,35	APROVADO(A)	3º	12/09/1986
0061	ANGELA ALVES DE OLIVEIRA	2,75	1,53	1,41	0,86	6,55	9,00	8,27	APROVADO(A)	4º	02/07/1990
0140	ILHANE DE FATIMA ALVES DOS REIS	2,75	1,53	0,94	1,29	6,51	9,00	8,25	APROVADO(A)	5º	29/07/1981
0042	ANTONIA BELONICE FONTE DOS SANTOS	0,55	1,53	0,94	0,86	3,88	10,00	8,16	APROVADO(A)	6º	27/02/1984
0077	SOLANGE APARECIDA FOGAÇA	3,30	2,04	1,41	1,72	8,47	8,00	8,14	APROVADO(A)	7º	22/01/1987
0052	CAMILA DA SILVA	0,55	1,02	0,94	1,29	3,80	10,00	8,14	APROVADO(A)	8º	17/07/1993
0080	TEREZINHA RODRIGUES COLAÇO	1,65	1,53	0,94	1,72	5,84	9,00	8,05	APROVADO(A)	9º	26/04/1965
0130	ELEN ALVES DOS SANTOS	3,85	1,53	0,94	1,29	7,61	8,00	7,88	APROVADO(A)	10º	17/02/2001
0112	ELIANE DE OLIVEIRA SANTOS	1,10	1,02	0,00	0,43	2,55	10,00	7,77	APROVADO(A)	11º	05/04/1979

0012	VANESSA CRISTINA MARCELINO PAES	3,30	2,04	0,94	0,86	7,14	8,00	7,74	APROVADO(A)	12º	30/10/1990
0090	ADELIR APARECIDA GOMES	3,30	2,04	0,47	1,29	7,10	8,00	7,73	APROVADO(A)	13º	23/08/1969
0102	LUCIANE RODRIGUES	1,65	1,02	0,47	1,29	4,43	9,00	7,63	APROVADO(A)	14º	15/03/1984
0070	JULIANA APARECIDA FERREIRA BATISTA	1,10	1,53	0,47	1,29	4,39	9,00	7,62	APROVADO(A)	15º	11/10/1988
0050	MARIA JULIANA RODRIGUES	0,00	0,00	0,47	1,29	1,76	10,00	7,53	APROVADO(A)	16º	22/07/1985
0123	MARCIANE VIEIRA DA SILVA	0,55	1,02	1,88	0,43	3,88	9,00	7,46	APROVADO(A)	17º	11/09/1982
0105	CLEOMARA ALVES FERREIRA	0,55	1,02	0,94	1,29	3,80	9,00	7,44	APROVADO(A)	18º	15/08/1982
0094	MARCIA DOS SANTOS SOUZA	0,55	1,02	0,94	1,29	3,80	9,00	7,44	APROVADO(A)	19º	30/03/1983
0085	ZUDEIDE DE OLIVEIRA	0,55	0,51	0,94	1,72	3,72	9,00	7,42	APROVADO(A)	20º	24/01/1984
0059	LETICIA APARECIDA NUNES DE SOUZA	2,75	1,02	1,41	0,86	6,04	8,00	7,41	APROVADO(A)	21º	26/12/1990
0084	VIVIANE RAMOS DE SOUZA	1,10	1,02	0,00	1,29	3,41	9,00	7,32	APROVADO(A)	22º	06/10/1992
0104	PATRÍCIA PEREIRA DE OLIVEIRA	0,55	1,53	0,00	1,29	3,37	9,00	7,31	APROVADO(A)	23º	20/12/2002
0029	ALICE DALTORA	0,55	0,51	0,94	1,29	3,29	9,00	7,29	APROVADO(A)	24º	05/10/1994
0117	LINEIA DE OLIVEIRA LIMA	3,30	1,02	1,41	1,72	7,45	7,00	7,14	APROVADO(A)	25º	06/09/1989
0089	DÉBORA MELLO	2,20	0,51	0,94	1,29	4,94	8,00	7,08	APROVADO(A)	26º	15/06/1999
0016	PATRICIA DOS SANTOS LEODORO	1,65	1,02	0,94	1,29	4,90	8,00	7,07	APROVADO(A)	27º	05/05/1991
0116	MARIA TEREZINHA DA SILVA	0,55	1,53	0,94	0,86	3,88	8,00	6,76	APROVADO(A)	28º	22/07/1968
0064	DANIELA PEREIRA DA SILVA	0,55	1,02	0,47	1,72	3,76	8,00	6,73	APROVADO(A)	29º	15/03/2000
0048	JOSIELI DA SILVA CANDIDO	1,10	0,51	0,94	0,86	3,41	8,00	6,62	APROVADO(A)	30º	03/09/1995
0051	LUANA APARECIDA DA SILVA MELO	1,10	0,00	0,94	0,86	2,90	8,00	6,47	APROVADO(A)	31º	23/11/2002
0043	TEREZINHA DE JESUS GONÇALVES DE OLIVEIRA	0,00	1,02	0,47	1,29	2,78	8,00	6,43	APROVADO(A)	32º	12/09/1990
0103	GREICY SIEBENEICHLER	0,55	0,51	0,47	0,86	2,39	8,00	6,32	APROVADO(A)	33º	17/04/1983
0098	ANDRESSA TAIANE SOUZA	1,10	0,51	0,47	0,00	2,08	8,00	6,22	APROVADO(A)	34º	16/09/1990
0046	TEREZINHA HELEODORO DE OLIVEIRA	0,55	1,02	0,47	0,86	2,90	7,00	5,77	APROVADO(A)	35º	13/06/1971

## PROFESSOR DE ANOS INICIAIS E EDUCAÇÃO INFANTIL

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	T.P.O.	N.P.P	Total	Situação	Class.	Data Nasc.
0074	ELIZABETH ZANATTA	2,75	1,02	1,41	1,72	6,90	-----	6,90	APROVADO(A)	1º	13/04/1969
0011	HELENA MARIA NOVACKI PRANDI	2,75	1,02	0,94	1,72	6,43	-----	6,43	APROVADO(A)	2º	29/03/1984
0055	CLAUDIA ZANELLA	2,20	1,02	1,41	1,72	6,35	-----	6,35	APROVADO(A)	3º	02/12/1980
0005	JOSIANE SOUZA DOS SANTOS	2,75	1,53	0,47	1,29	6,04	-----	6,04	APROVADO(A)	4º	15/05/1989
0015	GIRLENE CRISTIANE CHAGAS DE MORAIS TORMEN	2,75	1,02	0,94	1,29	6,00	-----	6,00	APROVADO(A)	5º	06/08/1982
0019	ROSEVETE DE FÁTIMA GASPARET TRENTIN	2,20	1,53	0,94	1,29	5,96	-----	5,96	APROVADO(A)	6º	29/12/1970
0037	TEREZINHA APARECIDA RATHJE	2,75	0,51	0,94	1,72	5,92	-----	5,92	APROVADO(A)	7º	22/10/1964
0120	SILVANA FATIMA DOS SANTOS SILVEIRA	3,30	1,02	0,47	0,86	5,65	-----	5,65	APROVADO(A)	8º	22/01/1988
0075	THAYANNE ALVES DA LUZ DE GOIS	2,75	1,53	0,47	0,86	5,61	-----	5,61	APROVADO(A)	9º	05/08/1996
0132	REGIANE ALVES KRIEGER	2,75	1,02	0,94	0,86	5,57	-----	5,57	APROVADO(A)	10º	04/05/1989
0014	BEATRIS DE OLIVEIRA PRADO GASPARET	2,20	2,04	0,47	0,86	5,57	-----	5,57	APROVADO(A)	11º	16/07/1995
0063	MÁRCIA APARECIDA BALDO RICHTER	2,75	1,02	0,47	1,29	5,53	-----	5,53	APROVADO(A)	12º	11/10/1985
0033	PAMELA OLIVEIRA DE SOUZA	2,75	1,02	0,47	1,29	5,53	-----	5,53	APROVADO(A)	13º	11/01/1996
0134	DAIANE CARVALHO FERREIRA	2,75	1,02	0,47	1,29	5,53	-----	5,53	APROVADO(A)	14º	06/02/1997
0119	SONI FRANÇA ALBINO	2,75	0,51	0,94	1,29	5,49	-----	5,49	APROVADO(A)	15º	23/04/1970
0128	ELIZANDRA DOMINGUES	2,75	0,51	0,94	1,29	5,49	-----	5,49	APROVADO(A)	16º	05/08/1994
0057	SIRLENE APARECIDA GATNER	2,20	1,53	0,47	1,29	5,49	-----	5,49	APROVADO(A)	17º	17/12/1968
0058	LUCIANE GOMES	2,20	1,02	0,94	1,29	5,45	-----	5,45	APROVADO(A)	18º	28/07/1982
0044	JOCELI SILVA MATTOS GONÇALVES	2,75	1,02	0,47	0,86	5,10	-----	5,10	APROVADO(A)	19º	25/12/1978

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	T.P.O.	N.P.P	Total	Situação	Class.	Data Nasc.
0076	TÂNIA FLAVIA ALVES DOS REIS	1,65	1,53	1,41	1,29	5,88	-----	5,88	APROVADO(A)	1º	25/09/1985

## PROFESSOR NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	T.P.O.	N.P.P	Total	Situação	Class.	Data Nasc.
0018	PÂMELA MORGANA DE MORAIS	2,20	2,04	0,94	1,29	6,47	-----	6,47	APROVADO(A)	1º	21/03/1994
0020	NEUSEIA ALONSO DE SIQUEIRA	2,75	0,51	1,41	0,86	5,53	-----	5,53	APROVADO(A)	2º	29/01/1988
0035	FABIOLA FERREIRA DE OLIVEIRA	2,20	1,53	0,94	0,86	5,53	-----	5,53	APROVADO(A)	3º	27/02/1997
0002	ANGELA MARIA DA SILVA BRANCO	2,20	0,51	1,41	1,29	5,41	-----	5,41	APROVADO(A)	4º	06/06/2000



Gabinete do Prefeito Municipal de Brunópolis/SC,  
em 17 de Fevereiro de 2021.

Volcir Canuto,  
Prefeito Municipal

Elaine Novacki dos Santos  
Secretária de Administração Planejamento e Fazenda

Registrado e Publicado no DOM

## **DECRETO Nº 025, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021. ALTERA O DECRETO 055/2020, E DÁ OUTRAS DISPOSIÇÕES**

Publicação Nº 2867458

DECRETO Nº 025, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021.

ALTERA O DECRETO 055/2020, E DÁ OUTRAS DISPOSIÇÕES.

VOLCIR CANUTO, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e:

Considerando a necessidade de ajustes no sistema de emissão das faturas GSAN;

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o art. 2º do Decreto 055 de 01 de outubro de 2020, o qual passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º. Os valores das faturas que tiveram a exigibilidade suspensas pelo prazo de 90(noventa) dias, por causa da Pandemia COVID 19, nos meses de abril/2020, maio/2020 e junho/2020, residencial percebendo um total de R\$ 54,00 (cinquenta e quatro reais), e comercial valor total de 129,60 (cento e vinte e nove reais e sessenta centavos) serão cobrados no ano vigente.

§ 1º. A cobrança será em 10 parcelas iguais de R\$ 5,40 (cinco reais e quarente centavos) fatura residencial e R\$ 12,96 (doze reais e noventa e seis centavos) fatura comercial, iniciando as parcelas em março de 2021 e término em dezembro de 2021.

§ 2º. A cobrança desse período não gera multa e juro exceto se o credor pagar a fatura atual em atraso.

§ 3º. Este valor somente será acrescido nas faturas dos imóveis ativos nos meses de suspensão.

Art.º 2. Revogadas as disposições em contrário este decreto em vigor na data de sua publicação, revogando o art. 3º do Decreto 055/2020, demais artigos permanecem inalterados.

Brunópolis, 12 de fevereiro de 2021.

VOLCIR CANUTO  
PREFEITO MUNICIPAL

ELAINE NOVACKI DOS SANTOS  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FAZENDA

Registrado e Publicado o presente Decreto no DOM .

# Brusque

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 8858 -2021

Publicação Nº 2868726

DECRETO Nº 8858, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.  
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR"

O PREFEITO DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 21º da Lei nº 4.333 de 27/11/2020, Lei 4.343 de 22/12/2020 e a Lei nº 4.311 de 01/09/2020, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no valor de R\$ 1.036.194,93 (um milhão trinta e seis mil cento e noventa e quatro reais e noventa e três centavos) para atender as programações abaixo especificadas:

09.00 Secretaria Municipal de Educação  
09.001 Secretaria Municipal de Educação  
0012.0361.0025.1013 Construção Ampliação e Reformas de Escolas de Ensino Fundamental  
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos  
0.1.36.00 Salário educação  
VALOR R\$ 32.604,93  
13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
0015.0452.0305.2040 Manutenção e Implantação da Iluminação Pública  
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
0.3.08.00 Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP  
VALOR R\$ 1.000.000,00  
29.00 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo  
29.001 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo  
0004.0122.0165.2026 Manutenção das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico  
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 3.590,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I– Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

09.00 Secretaria Municipal de Educação  
09.001 Secretaria Municipal de Educação  
0012.0361.0025.1013 Construção Ampliação e Reformas de Escolas de Ensino Fundamental  
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
0.1.36.00 Salário educação  
VALOR R\$ 32.604,93  
29.00 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo  
29.001 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo  
0004.0122.0165.2026 Manutenção das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico  
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 3.590,00

II – Superavit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

Conta-Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2020
39865-2	Besc Tip – C/c 39.865-2	0.1.08.00 0.3.08.00	156.160,68 1.698.741,03
248-7	C E F – PMB/COSIP 248-7	0.1.08.00 0.3.08.00	0,00 1.104.259,57

TOTAL GERAL		2.959.161,28
-------------	--	--------------

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.08.00/0.3.08.00	0,00
DDO à Pagar	0.1.08.00/0.3.08.00	0,00
Restos à Pagar	0.1.08.00/0.3.08.00	156.160,68



TOTAL	0.1.08.00/0.3.08.00	156.160,68
Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superavit Financeiro	0.3.08.00	2.803.000,60
Valor Utilizado Decreto nº 8.847/2021	0.3.08.00	200.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 8.848/2021	0.3.08.00	.200,000,00
Saldo a Utilizar	0.3.08.00	2.403.000,60

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Fevereiro de 2021.

JOSÉ ARI VEQUI Dr. EDSON RISTOW  
Prefeito de Brusque Procurador-Geral do Município

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretária de Orçamento, Finanças e Patrimônio

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA  
Chefe de Gabinete

## EDITAL Nº 002-2021 SAMAE-RETIFICAÇÃO

Publicação Nº 2868633

### RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2021

Diante das inconsistências descritas no edital lançado, retifica-se o texto conforme a seguir especificado, permanecendo inalterado os demais itens e subitens:

1. No subitem 5.1.b, A CLASSIFICAÇÃO E DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS, do Edital nº 02/2021, ONDE SE LÊ:

5.1

b) Habilitação, na área que pretende atuar:

TÍTULOS	PONTUAÇÃO
Diploma de graduação de Engenharia Civil	5,0
Diploma de Conclusão de Pós-Graduação/ Especialização	10,0
Diploma de Conclusão de Mestrado	15,0
Diploma de Conclusão de Doutorado	20,0

LEIA-SE:

b) Habilitação, na área que pretende atuar:

TÍTULOS	PONTUAÇÃO
Diploma de graduação	5,0
Diploma de Conclusão de Pós-Graduação/ Especialização	10,0
Diploma de Conclusão de Mestrado	15,0
Diploma de Conclusão de Doutorado	20,0

2. No anexo III, DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS, do Edital nº 02/2021, ONDE SE LÊ:

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2021

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), \_\_\_\_\_ (estado civil), inscrito (a) no RG nº \_\_\_\_\_, e CPF nº \_\_\_\_\_, declaro para os fins, para tomar posse no cargo de \_\_\_\_\_, que não sou titular, não exerço e/ou não estou em licença, remunerada ou não, de qualquer cargo, emprego, ou função pública da administração pública direta e indireta, incluídas as autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de qualquer Município, Estado, do Distrito Federal ou da União, que seja incompatível com

o Cargo em que tomarei posse, em consonância com os incisos XVI e XVII do art. 37, da Constituição Federal.

DECLARO, que não percebo proventos de aposentadoria decorrente do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que seja incompatível com o Cargo em que tomarei posse.

DECLARO, que não prestei serviços à autarquia tampouco ocupei cargo emprego ou função na autarquia nos seis meses que antecederam a minha convocação.

DECLARO, outrossim, estar ciente de que devo comunicar ao Diretoria de Recursos Humanos do SAMAE de Brusque qualquer alteração que venha a ocorrer em minha vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes relativamente à acumulação de cargos.

DECLARO, ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, sujeitando o declarante às suas penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Brusque (SC), \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2021.

(Preencher local e data)

(Assinatura do candidato)

LEIA-SE:

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2021

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), \_\_\_\_\_ (estado civil), inscrito (a) no RG nº \_\_\_\_\_, e CPF nº \_\_\_\_\_, declaro para os fins, para tomar posse no cargo de \_\_\_\_\_, que não sou titular,

não exerço e/ou não estou em licença, remunerada ou não, de qualquer cargo, emprego, ou função pública da administração pública direta e indireta, incluídas as autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de qualquer Município, Estado, do Distrito Federal ou da União, que seja incompatível com o Cargo em que tomarei posse, em consonância com os incisos XVI e XVII do art. 37, da Constituição Federal.

DECLARO, que não percebo proventos de aposentadoria decorrente do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que seja incompatível com o Cargo em que tomarei posse.

DECLARO, outrossim, estar ciente de que devo comunicar ao Diretoria de Recursos Humanos do SAMAE de Brusque qualquer alteração que venha a ocorrer em minha vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes relativamente à acumulação de cargos.

DECLARO, ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, sujeitando o declarante às suas penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Brusque (SC), \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2021.

(Preencher local e data)

(Assinatura do candidato)

Brusque/SC, 16 de fevereiro de 2021.

LUCIANO CAMARGO

Diretor Presidente

## LEI N. 4.347-2021

Publicação Nº 2868620

LEI N. 4.347, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

Cria e denomina o Centro de Educação Infantil Prefeito Hylário Zen.

O PREFEITO DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado e denominado o Centro de Educação Infantil Prefeito Hylário Zen, situado na Rua Maria André de Freitas, n. 1020, Loteamento Parque Residencial Jardim das Bromélias, bairro Rio Branco, Brusque – SC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de fevereiro de 2021.

JOSÉ ARI VEQUI

Prefeito de Brusque

DR. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA  
Chefe de Gabinete

## LEI N. 4.348-2021

Publicação Nº 2868626

LEI N. 4.348, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar termo de convênio com o Hospital Arquidiocesano Cônsul Carlos Renaux – Hospital Azambuja conforme específica, e dá outras providências.

O PREFEITO DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar termo de convênio para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, com o Hospital Arquidiocesano Cônsul Carlos Renaux – Hospital Azambuja, inscrito no C.N.P.J. n. 82.986.985/0001-30, entidade sem fins lucrativos, com registro no Sistema Nacional de Cadastros de Estabelecimento de Saúde – SCNES n. 2522411.

§ 1º O objeto do presente convênio é a cooperação financeira, no valor de até R\$ 418.000,00 (quatrocentos e dezoito mil reais), objetivando a conservação e manutenção de equipamento de tomografia computadorizada, utilizado para procedimentos de diagnóstico por imagem nos atendimentos ambulatoriais e hospitalares pelos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

§ 2º Minuta do termo de convênio é parte desta Lei.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de fevereiro de 2021.

JOSÉ ARI VEQUI  
Prefeito de Brusque

DR. EDSON RISTOW  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA  
Chefe de Gabinete  
TERMO DE CONVÊNIO nº \_\_\_\_/2021

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM, O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E O HOSPITAL ARQUIDIOCESANO CÔNSUL CARLOS RENAUX – HOSPITAL AZAMBUJA.

Pelo presente Convênio, de um lado o MUNICÍPIO DE BRUSQUE, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ nº 83.102.343/0001-94, com sede administrativa na Praça das Bandeiras, n. 77, bairro Centro, Brusque/SC, CEP 88350-051, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, doravante denominado CONCEDENTE, neste ato representado pelos Senhores José Ari Vequi e Osvaldo Quirino de Souza, brasileiros, residentes e domiciliados nesta cidade e comarca de Brusque/SC e o HOSPITAL ARQUIDIOCESANO CÔNSUL CARLOS RENAUX – HOSPITAL AZAMBUJA, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 82.986.985/0001-30, com sede na Rua Azambuja, n. 1089, bairro Azambuja, Brusque/SC, neste ato representado por seu Responsável Legal, Senhor GILBERTO BASTIANI, brasileiro, inscrito no C.P.F. n. 030.505.369-85, residente e domiciliado nesta cidade e comarca de Brusque/SC, doravante denominado CONVENENTE, ajustam celebrar o presente Termo de Convênio, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº ....., conforme cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este Convênio tem por objeto a cooperação financeira para a manutenção e conservação de equipamento de tomografia computadorizada, utilizado para procedimentos de diagnóstico por imagem, de suma importância aos atendimentos ambulatoriais e hospitalares pelos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, tanto para o serviço de urgência e emergência, quanto para as demandas eletivas com prévio agendamento ou em pacientes internados, destacando-se a relevância deste equipamento relativamente no que diz respeito a detecção precoce e diagnóstico preciso do Covid-19.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE obriga-se:

I – Transferência dos recursos financeiros na ordem de até R\$ 418.000,00 (quatrocentos e dezoito mil reais), por meio de depósito bancário, no banco, agência e conta-corrente específica, que deverá ser criada e utilizada pela CONVENENTE para execução do presente ajuste,

mediante apresentação de comprovante, referentes despesas efetuadas, e na forma estabelecida no Plano de Aplicação.

II – Dar publicidade no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC da celebração, alteração, liberação dos recursos, acompanhamento da execução e prestação de contas deste convênio;

III – Decidir sobre a regularidade da aplicação dos recursos transferidos, após analisar a prestação de contas do objeto deste Convênio;

IV – A promover a suspensão da execução dos serviços que constam na cláusula primeira, em caso de desvio de finalidade de interesse público constante no plano de trabalho, por parte da CONVENIENTE, atrasos injustificados no cumprimento do plano de trabalho apresentado, no caso de práticas atentatórias aos princípios fundamentais que regem a Administração Pública e em se verificando o descumprimento de qualquer cláusula ou condição deste convênio;

V – Designar servidor técnico habilitado mediante ato oficial expedido pelo Chefe do Executivo em conjunto com o Secretário Municipal de Saúde para acompanhar, fiscalizar e emitir relatório final referente a destinação dos recursos repassados e o cumprimento do Plano de Aplicação delineado no plano de trabalho apresentado.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE

A CONVENIENTE obriga-se a:

I – Executar direta ou indiretamente todas as atividades inerentes à consecução do objeto do presente convênio, observado o Plano de Trabalho;

II – Instruir a prestação de contas, com documentos obrigatórios constantes na legislação aplicável a matéria, decreto municipal e instrução normativa específica do Tribunal de Contas de Santa Catarina;

III – Prestar contas, com relatórios e documentos comprobatórios originais, no prazo: (a) 60 (sessenta) dias após a conclusão do objeto conveniado;

IV – Ressarcir o CONCEDENTE através de devolução pecuniária dos serviços executados por meio deste Convênio, quando se comprovar a sua inadequada utilização;

V – Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, danos causados a terceiros e pagamento de seguros em geral, eximindo o CONCEDENTE de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

VI – Manter parceria contratualizada com o Poder Público relativamente aos serviços de diagnóstico por imagem através de tomografia computadorizada, pelo período que perdurar a vigência deste convênio, não podendo em hipótese alguma, reduzir os quantitativos contratados, tendo como referência, o último contrato em vigência até a presente data;

VII – Manter a contabilidade e registros atualizados e em boa ordem, bem como relação nominal dos beneficiários das ações colaboradas à disposição dos órgãos fiscalizadores, e, ainda, manter registros contábeis específicos relativos aos recebimentos de recursos oriundos do presente convênio;

VIII – Assegurar ao CONCEDENTE, por meio do setor de Monitoramento e Avaliação e ao Conselho Municipal de Saúde, as condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação da execução e dos resultados dos serviços, objeto deste convênio;

IX – Apresentar, na ocasião da celebração do convênio e prestação de contas, cópias de CND municipal, estadual e federal, Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica do profissional que executará o serviço de substituição das ampolas, Certidão Negativa FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Previdenciárias atualizadas, Licença Ambiental ou outro documento similar que tenha o mesmo poder conferido em lei, concernentemente ao procedimento para aquisição de licenciamento ambiental ou expedição de alvará obrigatório para o registro das atividades econômicas junto aos órgãos municipal, estadual e federal de fiscalização, no que se refere a empresa e ou entidade responsável pelo recolhimento, destino e descarte da ampola que será descartada.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Convênio terá vigência de 12 (doze) meses, com início na data da assinatura do convênio.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Para a execução do presente Convênio o CONCEDENTE efetuará a transferência dos recursos financeiros na ordem de até R\$ 418.000,00 (quatrocentos e dezoito mil reais), por meio de depósito bancário, no banco, agência e conta-corrente específica, que deverá ser criada e utilizada pela CONVENIADA para execução do presente ajuste, mediante apresentação de comprovante, referentes despesas efetuadas, e na forma estabelecida no Plano de Aplicação.

Parágrafo único. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente da Secretaria Municipal de Saúde ou do Fundo Municipal de Saúde, de acordo com a apresentação de pareceres técnico, contábil e jurídico, à deliberação pelo Secretário Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO

O presente Convênio e o respectivo Plano de Trabalho somente poderão ser alterados por meio de termos aditivos com as devidas justificativas, diante de proposta a ser apresentada e protocolizada antes de expirado o seu prazo de vigência e desde que aceita pelo Gestor da Parceria, bem como do Ordenador de Despesas.

É vedado aditar o presente Convênio e o respectivo Plano de Trabalho com o intuito de modificação do objeto, ainda que parcialmente, mesmo que sem alteração da dotação orçamentária.

Qualquer alteração no Convênio ou Plano de Trabalho sujeita-se as mesmas regras do presente instrumento.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PAGAMENTOS COM OS RECURSOS TRANSFERIDOS

A Conveniada deverá manter os recursos na conta específica indicada neste convênio, somente podendo utilizá-los para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho, nas hipóteses previstas neste convênio.



**CLÁUSULA OITAVA – DA LIBERAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS**

Os recursos financeiros serão liberados em PARCELA ÚNICA, de acordo com o Plano de Aplicação constante do Plano de Trabalho, observadas as etapas de execução a partir da publicação deste convênio no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, depositados e geridos na conta do Banco do \_\_\_\_, Agência \_\_\_\_, conta-corrente \_\_\_\_, utilizada pela CONVENIENTE.

§ 1º Os recursos transferidos, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados: a) em caderneta de poupança de instituição financeira pública, se a previsão de seu uso for igual ou superior a 30 dias; ou b) em fundo de aplicação financeira;

§ 2º Os rendimentos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente aplicados no objeto deste convênio;

§ 3º Para o recebimento da parcela única, o conveniente deverá apresentar os documentos obrigatórios constantes em lei e decreto, com vistas à formalização do referido termo, de acordo com o princípio da legalidade;

**CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

Fica assegurada ao CONCEDENTE, a prerrogativa de conservar a autoridade normativa e o exercício do controle e da fiscalização sobre a execução deste convênio, de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto, respondendo a CONVENIENTE pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do convênio.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO**

O CONCEDENTE e a CONVENIENTE poderão propor a rescisão do presente Convênio, se comprovado inadimplemento de qualquer de suas cláusulas e condições, pela superveniência de normas legais ou eventos que o torne material ou formalmente inexecutável, ou por mútuo consenso das partes.

O CONCEDENTE poderá rescindir o presente instrumento unilateralmente, através de processo de tomada de contas especial, nos seguintes casos:

1. Se verificada a utilização dos serviços disponibilizados e executados em desacordo com o objeto do Convênio e respectivo plano de trabalho;
2. Na falta de apresentação da prestação de contas dentro do prazo estabelecido neste instrumento;
3. Por motivo de conveniência e oportunidade.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Brusque/SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio.

E, por assim, estarem acordes, assinam as partes o presente Convênio, conjuntamente com duas testemunhas.

Brusque/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2021.

CONCEDENTE

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

JOSÉ ARI VEQUI – Prefeito

CONCEDENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

OSVALDO QUIRINO DE SOUZA

SECRETÁRIO DE SAÚDE

CONVENIENTE

HOSPITAL ARQUIDIOCESANO CÔNSUL CARLOS RENAUX – HOSPITAL AZAMBUJA

GILBERTO BASTIANI

RESPONSÁVEL LEGAL

Testemunhas: 1. 2.

**PORTARIA N. 13.838 - 2021**

Publicação Nº 2868654

PORTARIA N. 13.838, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021.

Altera o percentual de gratificação na forma que especifica.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

Considerando o art. 97 da Lei Complementar Municipal n. 147, de 25 de setembro de 2009 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), que permite a concessão de gratificação de função de confiança ao servidor efetivo, que desempenha atividades de especial responsabilidade,



além daquelas atribuídas ao seu cargo,

Considerando o Ofício n. 010/2021, expedido pela Secretaria Municipal de Saúde,

**RESOLVE:**

Art. 1º Alterar o percentual da gratificação de função de confiança concedida à servidora Carmen Sylvia Schnaider Pedrini, por meio da Portaria n. 12.507/2018, para 20% (vinte por cento) sobre o vencimento do cargo de origem, conforme previsto no art. 97 da Lei Complementar Municipal n. 147, de 25 de setembro de 2009 e alterações, a partir de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de fevereiro de 2021.

JOSÉ ARI VEQUI  
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA N. 13.839 - 2021**

Publicação Nº 2868657

PORTARIA N. 13.839, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021.

Concede gratificação na forma que especifica.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

Considerando o art. 97 da Lei Complementar Municipal n. 147, de 25 de setembro de 2009 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), que permite a concessão de gratificação de função de confiança ao servidor efetivo, que desempenha atividades de especial responsabilidade, além daquelas atribuídas ao seu cargo,

Considerando o Ofício n. 010/2021, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora Danieli Martins, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, matrícula 941506-0, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, gratificação de função de confiança no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o vencimento do cargo de origem, conforme previsto no art. 97 da Lei Complementar Municipal n. 147, de 25 de setembro de 2009 e alterações, a partir de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n. 13.187, de 20 de janeiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de fevereiro de 2021.

JOSÉ ARI VEQUI  
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA N. 13.840 - 2021**

Publicação Nº 2868662

PORTARIA N. 13.840, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021.  
Concede gratificação na forma que especifica.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

Considerando o art. 97 da Lei Complementar Municipal n. 147, de 25 de setembro de 2009 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), que permite a concessão de gratificação de função de confiança ao servidor efetivo, que desempenha atividades de especial responsabilidade, além daquelas atribuídas ao seu cargo,

Considerando o Ofício n. 010/2021, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora Inajá Gonçalves de Araújo, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, matrícula 625604-0, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, gratificação de função de confiança no percentual de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento do cargo de origem, conforme previsto no art. 97 da Lei Complementar Municipal n. 147, de 25 de setembro de 2009 e alterações, a partir de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de fevereiro de 2021.

JOSÉ ARI VEQUI  
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA N. 13.841 - 2021**

Publicação Nº 2868667

PORTARIA N. 13.841, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021.  
Concede gratificação na forma que especifica.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

Considerando o art. 97 da Lei Complementar Municipal n. 147, de 25 de setembro de 2009 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), que permite a concessão de gratificação de função de confiança ao servidor efetivo, que desempenha atividades de especial responsabilidade, além daquelas atribuídas ao seu cargo,

Considerando o Ofício n. 010/2021, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora Jamille Moura dos Santos, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, matrícula 4177657-1, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, gratificação de função de confiança no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o vencimento do cargo de origem, conforme previsto no art. 97 da Lei Complementar Municipal n. 147, de 25 de setembro de 2009 e alterações, a partir de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n. 13.044-A, de 07 de agosto de 2019.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de fevereiro de 2021.

JOSÉ ARI VEQUI  
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.  
AURINHO SILVEIRA DE SOUZA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA N. 13.842 - 2021**

Publicação Nº 2868671

PORTARIA N. 13.842, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021.  
Concede gratificação na forma que especifica.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

Considerando o art. 97 da Lei Complementar Municipal n. 147, de 25 de setembro de 2009 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), que permite a concessão de gratificação de função de confiança ao servidor efetivo, que desempenha atividades de especial responsabilidade, além daquelas atribuídas ao seu cargo,

Considerando o Ofício n. 010/2021, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora Lúcia Regina Winter, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Especiais, matrícula 8958-0, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, gratificação de função de confiança no percentual de 10% (dez por cento) sobre o vencimento do cargo de origem, conforme previsto no art. 97 da Lei Complementar Municipal n. 147, de 25 de setembro de 2009 e alterações, a partir de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de fevereiro de 2021.

JOSÉ ARI VEQUI  
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA N. 13.843 - 2021**

Publicação Nº 2868675

PORTARIA N. 13.843, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021.  
Concede gratificação na forma que especifica.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

Considerando o art. 97 da Lei Complementar Municipal n. 147, de 25 de setembro de 2009 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), que permite a concessão de gratificação de função de confiança ao servidor efetivo, que desempenha atividades de especial responsabilidade, além daquelas atribuídas ao seu cargo,

Considerando o Ofício n. 010/2021, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora Rafaela Lopes Doria, ocupante do cargo efetivo de Nutricionista, matrícula 727210-0, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, gratificação de função de confiança no percentual de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento do cargo de origem, conforme previsto no art. 97 da Lei Complementar Municipal n. 147, de 25 de setembro de 2009 e alterações, a partir de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n. 13.046, de 07 de agosto de 2019.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de fevereiro de 2021.

JOSÉ ARI VEQUI  
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.  
AURINHO SILVEIRA DE SOUZA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA N. 13.844 - 2021**

Publicação Nº 2868678

PORTARIA N. 13.844, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021.  
Concede gratificação na forma que especifica.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

Considerando o art. 97 da Lei Complementar Municipal n. 147, de 25 de setembro de 2009 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), que permite a concessão de gratificação de função de confiança ao servidor efetivo, que desempenha atividades de especial responsabilidade, além daquelas atribuídas ao seu cargo,

Considerando o Ofício n. 010/2021, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora Susana da Silva, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, matrícula 876569-0, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, gratificação de função de confiança no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento do cargo de origem, conforme previsto no art. 97 da Lei Complementar Municipal n. 147, de 25 de setembro de 2009 e alterações, a partir de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n. 13.260, de 19 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de fevereiro de 2021.

JOSÉ ARI VEQUI  
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 331-2021**

Publicação Nº 2868683

PORTARIA Nº 331/2021  
Remoção

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

Considerando o pedido de remoção do servidor FERNANDA SABRINA DIAS, bem como anuência da Secretaria Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica.

**RESOLVE:**

Art. 1º – Remover por acordo o(a) servidor(a) FERNANDA SABRINA DIAS, matrícula nº 4294335, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO lotado (a) na Secretaria Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica para Secretaria Municipal de Educação/ EEF Nova Brasília.

Parágrafo único: A Remoção por acordo se dá a pedido do Servidor, bem como com anuência da Secretaria Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, conforme o Art. 45 c/c com o Art. 49 da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de fevereiro de 2021

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

WILLIAM FERNANDES MOLINA  
Secretário de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de recursos Humanos

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO  
Secretária de Educação

**RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 1 - 2021-LEGISLATIVO**

Publicação Nº 2868691

Resolução Administrativa Nº 1, de 17 de fevereiro de 2021.

Nomeia Vereadores Membros da Comissão Especial de Revisão Legal.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear os Vereadores André Vechi, Cassiano Tavares, Jean Carlo Dalmolin, Jean Daniel dos Santos Pirola e Nik Angelo Imhof para comporem a Comissão Especial de Revisão Legal, criada pelo Requerimento nº 01/2021, aprovado em 02/02/2021.

Art. 2º Os Vereadores nomeados reunir-se-ão em data a ser definida de comum acordo entre os Membros, para eleição e posse do Presidente da Comissão.

Art. 3º As despesas relativas ao trabalho da Comissão Especial correrão à conta de dotações próprias do Orçamento do Poder Legislativo.

Art. 4º Esta Resolução Administrativa entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 17 de fevereiro de 2021.

Ver. Alessandro André Moreira Simas
-------------------------------------

Presidente
------------

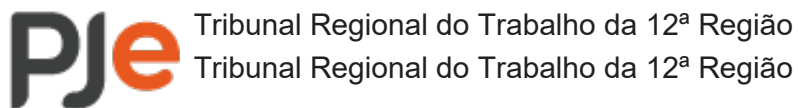
Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira

Diretor Geral

**LEI N. 4.346-2021**

Publicação N° 2868526



O documento a seguir foi juntado aos autos do processo de número 0001323-06.2010.5.12.0010 em 10/12/2020 13:55:19 - ecee83f e assinado eletronicamente por:

- GUILHERME NASCIMENTO DO AMARAL



Consulte este documento em:  
<https://pje.trt12.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>  
usando o código **20121013514829500000038824217**



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHORA(A) DOUTORA(A) JUIZ(A) DA VARA DA 1ª VARA DO TRABALHO DE BRUSQUE/SC.**

**AT. 0001323-06.2010.5.12.0010**

Reclamante: SINSEB {Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Brusque e Região}

Reclamado: Município de Brusque

**MUNICÍPIO DE BRUSQUE**, devidamente qualificado nos autos do processo acima em epígrafe, que lhe move **SINSEB {Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Brusque e Região}**, igualmente qualificado, vem à presença de Vossa Excelência, **MANIFESTAR** o seguinte:

Após audiência realizada em 02/12/2020, informação foi encaminhada aos setores competentes, com os apontamentos da Parte Exequente, para realização de um acordo. Nesse sentido, o Ente Municipal apresentou proposta de acordo em 04/12/2020.

Por sua vez, o sindicato se manifestou de forma favorável ao acordo apresentado nos autos. Todavia, informou que oito {08} servidores estavam listados na execução, mas estariam fora dos cálculos confeccionados.

Assim, apresentou novo cálculo {conforme petição i.d 30dc80b}. Análise da informação revela que alteração gera um aumento no valor final do pactuado, em **R\$ 25 156,71 {vinte e cinco mil cento e cinquenta e seis reais e setenta e um centavos}**.

Nesse sentido, o valor total da condenação passaria de R\$ 3.681.029,34 {três milhões seiscentos e oitenta e um mil e vinte e nove reais e trinta e quatro centavos} para R\$3.706. 186.05 {três milhões setecentos e seis mil, cento e oitenta e seis reais e cinco centavos}.<sup>1</sup>

Fato é que, em razão da alteração de valores, tornou-se necessário nova comunicação com os respectivos setores da administração, envolvidos no planejamento orçamentário, financeiro, estratégico e jurídico do município.

<sup>1</sup> correspondendo a um aumento de R\$25.156,71 {vinte e cinco mil cento e cinquenta e seis reais e setenta e um centavos}.



Praça das Bandeiras, 77 - Centro  
Brusque - Santa Catarina  
88350-051 - fone: 47 3251-1833  
www.brusque.sc.gov.br





Nesse sentido, conforme descrito na comunicação em anexo, é possível formalização de um acordo, com o acréscimo de valores indicado pelo Sindicato/Exequente, nos termos seguintes:

1. *Pagamento com os honorários periciais, no total de R\$ 31.751,17 {trinta e um mil e setecentos e cinquenta e um reais e dezessete centavos} corrigido em 31/10/2020, seria destacado do montante total {R\$3.706. 186.05 - três milhões setecentos e seis mil, cento e oitenta e seis reais e cinco centavos} e seria pago em separado;*
2. *Pagamento dos honorários periciais se daria em duas parcelas mensais de R\$ 15.875,59 {quinze mil, oitocentos e setenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos}, com depósito na conta indicada nos autos pelo perita;*
3. *Valor do montante principal devido aos substituídos, correspondente a R\$ 3.674.434,88 {três milhões seiscentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e oitenta e oito centavos}, corrigido em 31/10/2020, seria pago em 60 {sessenta} parcelas mensais começando em janeiro de 2021;*
4. *Valor de cada parcela seria de R\$ 61 240,58 {sessenta e um mil, duzentos e quarenta reais e cinquenta e oito centavos}, com valores corrigidos pela tabela de correção dos créditos trabalhistas {correção pelo índice IPCA-E - válido para correção monetária dos créditos trabalhistas}, a partir de 01/11/2020;*
5. *O depósito de cada parcela seria em conta indicada pelo Exequente nos autos {cujo titular da conta é a ADVOCACIA CLAUDIO SILVA E ALBANEZA TONET, CNPJ número 03.164.932/0001-68, BANCO: NÚMERO 104 - CEF. AGÊNCIA: 03954-3. CONTA: 00300000097-3};*



PREFEITURA DE  
**BRUSQUE**

PROCURADORIA

6. O reclamante compromete-se a juntar aos autos cópia do(s) recibo(s) de depósitos bancários, ficando a encargo e responsabilidade do Sindicato dos Servidores públicos Municipais de Brusque o repasse dos valores correspondentes a cada servidor, mediante recibo a ser juntado aos autos;

7. Confirmando o pactuado, o acordo seria homologado pelo Juízo nos autos da Ação Trabalhista 0001323-06.2010.5.12.0010;

8. O Município pagará os créditos decorrentes desta ação, após aprovação de Lei autorizando a celebração do acordo;

9. Com pagamento dos valores devidos, fica quitado o valor objeto da presente execução;

Doravante, para fins processuais e análise da *Parte Adversa*, requer-se a juntada da documentação em anexo. Após *nova manifestação de concordância expressa da Parte Adversa com os termos descritos acima*, requer-se que o presente acordo seja homologado pelo R. Juízo, viabilizando deflagração do procedimento para pagamento.

*Nestes termos,  
pede deferimento.*

Brusque, 10/12/2020

**PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE**

Guilherme Nascimento do Amaral

Procurador do Município.

OAB/SC 26568

Matrícula 4263235-01

Praça das Bandeiras, 77 - Centro  
Brusque - Santa Catarina  
88350-051 - fone: 47 3251-1833  
[www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br)



Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região

Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região

O documento a seguir foi juntado aos autos do processo de número 0001323-06.2010.5.12.0010 em 10/12/2020 16:05:09 - 5ecb833 e assinado eletronicamente por:

- CLAUDIO ROBERTO DA SILVA



Consulte este documento em:

<https://pje.trt12.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.jspx>  
usando o código **20121016012519300000038830090**



Documento assinado pelo Shodo

A D V O C A C I A

**Cláudio Silva  
Albaneza Tonet**

TRABALHISTA • CÍVEL • PREVIDENCIÁRIA • SERVIDOR PÚBLICO

**EXMO. SR. DR. JUIZ DA 1ª VARA DO TRABALHO DE BRUSQUE,  
SC.**

**PROCESSO NÚMERO 0001323-06.2010.5.12.0010.**

**SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS  
MUNICIPAIS DE BRUSQUE e Região**, já qualificado, nos autos de **AÇÃO  
ORDINÁRIA TRABALHISTA**, promovida contra o **MUNICÍPIO DE  
BRUSQUE**, vem à presença de Vossa Excelência **CONCORDAR,  
EXPRESSAMENTE, COM A PROPOSTA DE ACORDO,  
APRESENTADA PELO EXECUTADO, NA PETIÇÃO ID ecee83f E  
DOCUMENTO ID 9a23d41**, bem como reiterar o pedido de homologação  
do acordo.

Pede Deferimento.

Blumenau, 10 de dezembro de 2020.

**CLAUDIO ROBERTO DA SILVA**

**ADVOGADO OAB/SC 6187**

Rua São Paulo, 1318 – Centro – 89012000 – Blumenau – SC – Fone: 47-3404230

[www.advocaciasilvaetonet.com.br](http://www.advocaciasilvaetonet.com.br) - [falecom@advocaciasilvaetonet.com.br](mailto:falecom@advocaciasilvaetonet.com.br)

[https://d.docs.live.net/8616e229e5261b69/dados/Claudio/Word/Pet. Prov/PETIÇÕES VARA DO TRABALHO DE  
BRUSQUE/Concordando expressamente com acordo Id ecee83f Sinseb x Mun. Bru. 0001323-06.2010.doc](https://d.docs.live.net/8616e229e5261b69/dados/Claudio/Word/Pet. Prov/PETIÇÕES VARA DO TRABALHO DE BRUSQUE/Concordando expressamente com acordo Id ecee83f Sinseb x Mun. Bru. 0001323-06.2010.doc)

12/15/2020

<https://pje.trt12.jus.br/primeirograu/VisualizaDocumento/Autenticado/documentoHTMLProtegido.seam?idBin=fabaa6327f16d6bb00908...>**ATA DE AUDIÊNCIA**

**PROCESSO:** 0001323-06.2010.5.12.0010  
**EXEQUENTE:** SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE BRUSQUE E REGIAO  
**EXECUTADO:** MUNICIPIO DE BRUSQUE

**CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS -CEJUSC - BRUSQUE**

*Em 14 de dezembro de 2020, sob a direção do Exmo(a). Juiz PAULO CEZAR HERBST, realizou-se audiência, por video conferência, relativa a Ação Trabalhista - Rito Ordinário número 0001323-06.2010.5.12.0010 ajuizada por SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE BRUSQUE E REGIAO em face de MUNICIPIO DE BRUSQUE.*

Às 16h27min, aberta a vídeo-conferência, foram autorizadas/conferidas o ingresso das partes na sala telepresencial.

Ausente o exequente e seu advogado.

Ausente o executado e seu advogado.

Tendo em vista as petições de ID ecee83f e ID 5ecb833 em que as partes informam composição para solução do litígio, HOMOLOGA-SE O ACORDO celebrado, em seus estritos termos.

Os valores dos honorários periciais contábeis deverão ser pagos na forma prevista na petição de ID ecee83f.

Custas isentas na forma da Lei.

Cumprido o acordo, encaminhem-se os autos para prolação de Sentença de extinção da execução.

Descumprido execute-se.

Devolva-se à origem para aguardar cumprimento acordo e dar ciência as partes da homologação da composição.

<https://pje.trt12.jus.br/primeirograu/VisualizaDocumento/Autenticado/documentoHTMLProtegido.seam?idBin=fabaa6327f16d6bb009083cf782306a73f...> 1/2

12/15/2020

<https://pje.trt12.jus.br/primeirograu/VisualizaDocumento/Autenticado/documentoHTMLProtegido.seam?idBin=fabaa6327f16d6bb00908...>

Nada mais.

**PAULO CEZAR HERBST**

Juiz do Trabalho

<https://pje.trt12.jus.br/primeirograu/VisualizaDocumento/Autenticado/documentoHTMLProtegido.seam?idBin=fabaa6327f16d6bb009083cf782306a73f...> 2/2



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

### LEI N. 4.346, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

Ratifica os termos de acordo judicial firmado entre Município de Brusque e o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Brusque, nos autos da Ação Trabalhista n. 0001323-06.2010.5.12.0010, e dá outras providências.

#### O PREFEITO DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ratificado o termo de acordo judicial firmado entre o Município de Brusque e o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Brusque, constante nos autos da Ação Trabalhista n. 0001323-06.2010.5.12.0010, da 1ª Vara do Trabalho de Brusque, cujo objeto envolve a condenação do Município ao pagamento de auxílio-transporte para professores contratados de forma temporária.

Parágrafo único. Os termos do acordo e a homologação judicial é parte integrante desta Lei.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotação própria.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de fevereiro de 2021.

**JOSÉ ARI VEQUI**  
Prefeito de Brusque

**DR. EDSON RISTOW**  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

**AURINHO SILVEIRA DE SOUZA**  
Chefe de Gabinete

Praça das Bandeiras, 77 - Fone: (47) 3251-1833 - Centro - 88350-050 - Brusque - SC  
[www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br)



# Caçador

## PREFEITURA

### ATA DA QUARTA SESSÃO DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO 21/2020 – FMS

Publicação Nº 2868922

ATA DA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO PARA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA E EMISSÃO DE LAUDO

Aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, as quatorze horas, na sala do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Caçador, situada na Avenida Santa Catarina, n.º 195, nesta cidade de Caçador, SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente nomeada pelo Decreto nº 7.375 de 10 de janeiro de 2018, em sessão reservada, para análise da documentação do edital de credenciamento para prestação de serviços para realização de exames de ultrassonografia e emissão de laudo. Inicialmente passou-se a análise da documentação da seguinte empresa: DIAGMAX PRESTADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA. A Comissão realizou os seguintes apontamentos referentes a empresa mencionada acima: não há objeções quanto aos documentos apresentados pelo preposto. Portanto, o credenciamento da empresa DIAGMAX PRESTADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA está DEFERIDO. Nada mais havendo a tratar e digno de nota, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão.

Caçador/SC, 17 de fevereiro de 2021.

Lucas Filipini Chaves  
Presidente

Andrieli Perego  
Membro

Ivolnéia Alves de Freitas  
Membro

### ATA DE ANÁLISE DE DOCUMENTAÇÃO TERCEIRA SESSÃO - PROCESSO Nº 007/2020 – CREDENCIAMENTO Nº 02/2020 - FMS

Publicação Nº 2868931

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PARA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIO CLÍNICO PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS E SERVIÇOS AUXILIARES EM DIAGNOSE COMPREENDENDO COLETA DE MATERIAL, REALIZAÇÃO DE EXAMES E EMISSÃO DE LAUDOS AFIM DE ATENDER A DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC – TERCEIRA SESSÃO

Aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, as dezessete horas, na sala do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Caçador, situada na Avenida Santa Catarina, n.º 195, nesta cidade de Caçador, SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente nomeada pelo Decreto nº 7.375 de 10 de janeiro de 2018, em sessão reservada, para análise da documentação do edital de credenciamento para Prestação de Serviços Laboratoriais. Inicialmente passou-se a análise da documentação da seguinte empresa que protocolou os documentos para se credenciar: J&F ANÁLISES CLÍNICAS E AMBIENTAIS. A Comissão realizou os seguintes apontamentos referentes a documentação apresentada: para o item 3.1.1.10 alíneas 'a', 'b' e 'c' encontram-se em cópias simples, sem a devida autenticação, estando em descumprimento com o item 3.2 do presente edital, sendo necessária a apresentação dos originais para a devida autenticação ou a apresentação dos documentos autenticados; além disso não foram apresentados a documentação pertinente ao item 3.1.1.10 alínea "d". Portanto, o credenciamento da empresa está INDEFERIDO, podendo a mesma enviar os documentos faltantes, condicionados prazo limitado durante validade do presente chamamento público, ou seja, até 01/04/2021, o qual ficará aberto para qualquer interessado se credenciar, desde que atendidas as condições do previstas no presente edital. Nada mais havendo a tratar e digno de nota, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão.

Caçador/SC, 17 de fevereiro de 2021.

Lucas Filipini Chaves  
Presidente

Andrieli Perego  
Membro

Ivolnéia Alves de Freitas  
Membro

**DECRETO Nº 9.218**

Publicação Nº 2868660

DECRETO Nº 9.218, de 17 de fevereiro de 2021.

Substitui fiscal de contrato administrativo.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituída a fiscal do Contrato Administrativo nº 72/2020, vinculado ao Processo Licitatório nº 120/2020 – Pregão Eletrônico nº 62/2020, designada através do Decreto nº 9.031, de 11 de novembro de 2020, pelo Servidor Gustavo Spuldaro Tanno.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Administração, em 17 de fevereiro de 2021.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

**DECRETO Nº 9.219**

Publicação Nº 2868724

DECRETO Nº 9.219, de 17 de fevereiro de 2021.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município, exercício de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 16, incisos I, II, III da Lei nº 3.642, de 18 de dezembro de 2020, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2021,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar na importância de R\$ 3.352 (três mil, trezentos e cinquenta e dois reais) no orçamento geral do Município, conforme segue:

4000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

4001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.8.2.24 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.1.71.00.00 - 0.1.02 – Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio (207) ..... R\$ 3.352,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º fica anulada parcialmente a dotação a seguir especificada:

4000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

4001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.8.2.24 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.3.71.00.00 - 0.1.02 – Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio (211) ..... R\$ 3.352,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, de 17 de fevereiro de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

**INFORMATIVO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 07/2021**

Publicação Nº 2867958

**INFORMATIVO DE ENVIO DE ADITIVO DE CONTRATO PARA ASSINATURA Nº 07/2021**

Informamos o envio por e-mail do: 01º ADITIVO AO CONTRATO Nº 108-2020, da Prefeitura Municipal de Caçador, para assinatura do (s) representantes da (s) empresa (s): STANG & STANG LTDA.

O (s) aditivo (s) do (s) CONTRATOS (s) assinado (s) deverá ser entregue no endereço: Av. Santa Catarina Nº 195 – Centro, CEP 89500-124, Caçador/SC, em no máximo três dias úteis prorrogáveis por igual período, a contar do primeiro dia desta publicação. O despacho deverá conter 3 (três) vias assinadas encaminhadas por SEDEX, transportadora ou pessoalmente, na sede da Prefeitura Municipal de Caçador.

Para os representantes que não são do estado de Santa Catarina, poderá ser dilatado o prazo conforme justificativa e necessidade, e ambas devem ser protocoladas na Prefeitura Municipal de Caçador, ou pelo site em seu protocolo online [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br), ou ainda encaminhadas para o e-mail [licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br).

O responsável pela assinatura, deve enviar por e-mail ou junto com as vias do(s) aditivo(s) do (s) CONTRATOS(S), (pode-se utilizar assinatura digital) as certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, Seguridade Social - INSS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

Na ausência do retorno do (s) aditivo(s) do(s) e CONTRATOS apresentação das certidões atualizadas de regularidade fiscal, no prazo estabelecido, ou deixar de fazê-la, além de decair do direito, sujeitar-se-á às penalidades previstas no instrumento contratual.

Caçador, 08 de Fevereiro de 2021.

**INFORMATIVO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 09/2021**

Publicação Nº 2867966

**INFORMATIVO DE ENVIO DE ADITIVO DE CONTRATO PARA ASSINATURA Nº 09/2021**

Informamos o envio por e-mail do: 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 03-2021, 4º ADITIVO AO CONTRATO Nº 05-2018 do Fundo Municipal da Saúde, para assinatura do (s) representantes da (s) empresa (s): J.A. FERREIRA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS, CENTRO AVANÇADO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DE CAÇADOR LTDA- ME.

O (s) aditivo (s) do (s) CONTRATOS (s) assinado (s) deverá ser entregue no endereço: Av. Santa Catarina Nº 195 – Centro, CEP 89500-124, Caçador/SC, em no máximo três dias úteis prorrogáveis por igual período, a contar do primeiro dia desta publicação. O despacho deverá conter 3 (três) vias assinadas encaminhadas por SEDEX, transportadora ou pessoalmente, na sede da Prefeitura Municipal de Caçador.

Para os representantes que não são do estado de Santa Catarina, poderá ser dilatado o prazo conforme justificativa e necessidade, e ambas devem ser protocoladas na Prefeitura Municipal de Caçador, ou pelo site em seu protocolo online [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br), ou ainda encaminhadas para o e-mail [licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br).

O responsável pela assinatura, deve enviar por e-mail ou junto com as vias do(s) aditivo(s) do (s) CONTRATOS(S), (pode-se utilizar assinatura digital) as certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, Seguridade Social - INSS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

Na ausência do retorno do (s) aditivo(s) do(s) e CONTRATOS apresentação das certidões atualizadas de regularidade fiscal, no prazo estabelecido, ou deixar de fazê-la, além de decair do direito, sujeitar-se-á às penalidades previstas no instrumento contratual.

Caçador, 10 de Fevereiro de 2021.

**INFORMATIVO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 10/2021**

Publicação Nº 2867971

**INFORMATIVO DE ENVIO DE ADITIVO DE CONTRATO PARA ASSINATURA Nº 10/2021**

Informamos o envio por e-mail do: 4º ADITIVO AO CONTRATO Nº 78-2017, 4º ADITIVO AO CONTRATO Nº 04-2018 da Prefeitura Municipal de Caçador, para assinatura do (s) representantes da (s) empresa (s): FAHDO THOMÉ NETO, ESTRUTURARTE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

O (s) aditivo (s) do (s) CONTRATOS (s) assinado (s) deverá ser entregue no endereço: Av. Santa Catarina Nº 195 – Centro, CEP 89500-124, Caçador/SC, em no máximo três dias úteis prorrogáveis por igual período, a contar do primeiro dia desta publicação. O despacho deverá conter 3 (três) vias assinadas encaminhadas por SEDEX, transportadora ou pessoalmente, na sede da Prefeitura Municipal de Caçador.

Para os representantes que não são do estado de Santa Catarina, poderá ser dilatado o prazo conforme justificativa e necessidade, e ambas devem ser protocoladas na Prefeitura Municipal de Caçador, ou pelo site em seu protocolo online [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br), ou ainda encaminhadas para o e-mail [licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br).

O responsável pela assinatura, deve enviar por e-mail ou junto com as vias do(s) aditivo(s) do (s) CONTRATOS(S), (pode-se utilizar

assinatura digital) as certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, Seguridade Social - INSS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

Na ausência do retorno do (s) aditivo(s) do(s) e CONTRATOS apresentação das certidões atualizadas de regularidade fiscal, no prazo estabelecido, ou deixar de fazê-la, além de decair do direito, sujeitar-se-á às penalidades previstas no instrumento contratual.

Caçador, 12 de Fevereiro de 2021.

## **INFORMATIVO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 08/2021**

Publicação Nº 2867963

### **INFORMATIVO DE ENVIO DE ADITIVO DE CONTRATO PARA ASSINATURA Nº 08/2021**

Informamos o envio por e-mail do: 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 01-2020, 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 03-2020, 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 03-2018 BERNARDY E BERNARDY do Fundo Municipal da Saúde, para assinatura do (s) representantes da (s) empresa (s): ASSISTÊNCIA ODONTOMEDICA EIRELI, CLINICA E CIRURGIA DE OLHOS DR. SEIKO S/S LTDA, BERNARDY E BERNARDY S/S LTDA – ME.

O (s) aditivo (s) do (s) CONTRATOS (s) assinado (s) deverá ser entregue no endereço: Av. Santa Catarina Nº 195 – Centro, CEP 89500-124, Caçador/SC, em no máximo três dias úteis prorrogáveis por igual período, a contar do primeiro dia desta publicação. O despacho deverá conter 3 (três) vias assinadas encaminhadas por SEDEX, transportadora ou pessoalmente, na sede da Prefeitura Municipal de Caçador.

Para os representantes que não são do estado de Santa Catarina, poderá ser dilatado o prazo conforme justificativa e necessidade, e ambas devem ser protocoladas na Prefeitura Municipal de Caçador, ou pelo site em seu protocolo online [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br), ou ainda encaminhadas para o e-mail [licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br).

O responsável pela assinatura, deve enviar por e-mail ou junto com as vias do(s) aditivo(s) do (s) CONTRATOS(S), (pode-se utilizar assinatura digital) as certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, Seguridade Social - INSS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

Na ausência do retorno do (s) aditivo(s) do(s) e CONTRATOS apresentação das certidões atualizadas de regularidade fiscal, no prazo estabelecido, ou deixar de fazê-la, além de decair do direito, sujeitar-se-á às penalidades previstas no instrumento contratual.

Caçador, 09 de Fevereiro de 2021.

## **INFORMATIVO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 11/2021**

Publicação Nº 2867973

### **INFORMATIVO DE ENVIO DE ADITIVO DE CONTRATO PARA ASSINATURA Nº 11/2021**

Informamos o envio por e-mail do: 2ª ADITIVO DA ATA 70-2020, 3º ADITIVO AO CONTRATO ADM Nº 010/2020, da Prefeitura Municipal de Caçador, para assinatura do (s) representantes da (s) empresa (s): SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI, PLANET DANCE SONORIZAÇÃO LTDA.

O (s) aditivo (s) da (s) ATA (s) assinado (s) deverá ser entregue no endereço: Av. Santa Catarina Nº 195 – Centro, CEP 89500-124, Caçador/SC, em no máximo três dias úteis prorrogáveis por igual período, a contar do primeiro dia desta publicação. O despacho deverá conter 3 (três) vias assinadas encaminhadas por SEDEX, transportadora ou pessoalmente, na sede da Prefeitura Municipal de Caçador.

Para os representantes que não são do estado de Santa Catarina, poderá ser dilatado o prazo conforme justificativa e necessidade, e ambas devem ser protocoladas na Prefeitura Municipal de Caçador, ou pelo site em seu protocolo online [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br), ou ainda encaminhadas para o e-mail [licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br).

O responsável pela assinatura, deve enviar por e-mail ou junto com as vias do(s) aditivo(s) do (s) CONTRATOS(S), (pode-se utilizar assinatura digital) as certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, Seguridade Social - INSS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

Na ausência do retorno do (s) aditivo(s) do(s) e CONTRATOS apresentação das certidões atualizadas de regularidade fiscal, no prazo estabelecido, ou deixar de fazê-la, além de decair do direito, sujeitar-se-á às penalidades previstas no instrumento contratual.

Caçador, 17 de fevereiro de 2021

**INFORMATIVO DE CONTRATO ADM Nº07/2021**

Publicação Nº 2867977

**INFORMATIVO DE ENVIO DE CONTRATOS PARA ASSINATURAS Nº 07/2021**

Informamos o envio por e-mail do CONTRATO: CONTRATO 07-2021 e CONTRATO 09-2021 Da Prefeitura Municipal de Caçador, para assinatura do (s) representantes da (s) empresa (s): CONVICTA ESTRUTURAS METÁLICAS EIRELI- ME, PORTAL TURISMO E SERVIÇO EIRELI EPP.

O contrato assinado deverá ser entregue no endereço: Av. Santa Catarina Nº 195 – Centro, CEP 89500-124, Caçador/SC, em no máximo três dias úteis prorrogáveis por igual período, a contar do primeiro dia desta publicação. O despacho deverá conter 3 (três) vias assinadas encaminhadas por SEDEX, transportadora ou pessoalmente, na sede da Prefeitura Municipal de Caçador.

Para os representantes que não são do estado de Santa Catarina, poderá ser dilatado o prazo conforme justificativa e necessidade, e ambas devem ser protocoladas na Prefeitura Municipal de Caçador, ou pelo site em seu protocolo online [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br), ou ainda encaminhadas para o e-mail [licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br).

O responsável pela assinatura, deve enviar por e-mail ou junto com as vias do CONTRATO, (se necessário, poderá ser utilizado assinatura digital) as certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, Seguridade Social - INSS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

Conforme consta no edital, a empresa também deverá enviar a proposta de preços original devidamente atualizada com o último lance e assinada pelo representante da empresa (quando PEDIR NO EDITAL), deverá ser encaminhada com o contrato ou entregue junto ao Setor de licitações do Município de Caçador ou no endereço descrito acima

Na ausência do retorno do Contrato, e apresentação das certidões atualizadas de regularidade fiscal, no prazo estabelecido, ou deixar de fazê-la, além de decair do direito, sujeitar-se-á às penalidades previstas no instrumento contratual.

(Não há necessidade de assinar esse informativo, ou de fazer a impressão do mesmo).

Caçador, 10 de Fevereiro de 2021

**CÂMARA MUNICIPAL****EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2021**

Publicação Nº 2868722

**EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA nº 02/2021**

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Caçador convida todos os membros da sociedade caçadorenses a participar de AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL, no âmbito da COMISSÃO DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREVIDÊNCIA, que se realizará no dia 03 de março de 2021, às 19h30min, no Plenário Osvaldo José Gomez – Edifício Vereador Carlos Evandro Luz, sito à Rua Fernando Machado, 139, com a finalidade de discutir o Projeto de Lei nº 004/2021, que autoriza a qualificar Organização Social para a Gestão de Serviços de Saúde no Município de Caçador, e dá outras providências, respeitadas todas as medidas de prevenção de contágio ao Novo Coronavírus (COVID-19). A população poderá acompanhar a Audiência Pública através da página da Câmara Municipal ([camaracacador.sc.gov.br](http://camaracacador.sc.gov.br)) no Youtube e encaminhar seus questionamentos pelo WhatsApp (49) 9-9996.2963.

Caçador, em 16 de fevereiro de 2021.

Moacir Elvis D´Agostini,  
Presidente da CMC.

Alcedir Ferlin,  
Presidente da CSASP.

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC****PORTARIA Nº 1.608, DE 26 DE JANEIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868897

PORTARIA nº 1.608, de 26 de janeiro de 2021.

Aposenta a Servidora Pública Municipal MARLI TEREZINHA BORTOLI WOJEICCHOWSKI.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador – IPASC em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, em conformidade com o §5º, do art. 40 da Constituição da República (redação anterior a EC nº 103/2019), mais a redação dos incisos I, II, III e IV do art. 6º e art. 7º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, do art. 2º, da Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005 e ainda, dos arts. 32 e 33, da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015 c/c os arts. 10, §7º e 36, II, ambos da Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição à Servidora Pública Municipal MARLI TEREZINHA BORTOLI WOJEICCHOWSKI, Matrícula nº 833 na atividade, ocupante do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental I, Referência 04, Nível E, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação, a contar de 18 de janeiro de 2021, passando à Matrícula nº 3610 no IPASC.

Art. 2º Autorizar o pagamento do benefício com proventos integrais, correspondentes a 100% (cem por cento) de sua remuneração de contribuição do mês de dezembro de 2020, na modalidade com paridade, reajustada nos termos da Lei Complementar nº 389, de 19 de janeiro de 2021, compreendendo o valor dos vencimentos básicos de R\$ 2.686,29 (Dois mil, seiscentos e oitenta e seis reais e vinte e nove centavos) e adicional de triênio de R\$ 564,12 (Quinhentos e sessenta e quatro reais e doze centavos), totalizando o valor de R\$ 3.250,41 (Três mil, duzentos e cinquenta reais e quarenta e um centavos).

Parágrafo único. As despesas decorrentes com a execução desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 26 de janeiro de 2021.

Fábio Deniz Casagrande - Diretor Presidente.

**PORTARIA Nº 1.609, DE 26 DE JANEIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868904

PORTARIA nº 1.609, de 26 de janeiro de 2021.

Aposenta a Servidora Pública Municipal ELENA GRACI GRABASCH CARNEIRO.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, em conformidade com a redação dos incisos I, II e III do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005, do art. 7º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003 e ainda, do art. 34 da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, c/c os arts. 10, §7º e 36, II, ambos da Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição à Servidora Pública Municipal ELENA GRACI GRABASCH CARNEIRO, Matrícula nº 1046 na atividade, ocupante do cargo efetivo de Telefonista, Referência 14, Nível 15, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Administração, a contar de 11 de janeiro de 2021, passando à Matrícula nº 3611 no IPASC.

Art. 2º Autorizar o pagamento do benefício com proventos integrais, correspondentes a 100% (cem por cento) de sua remuneração de contribuição do mês de dezembro de 2020, na modalidade com paridade, reajustada nos termos da Lei Complementar nº 389, de 19 de janeiro de 2021, compreendendo o valor dos vencimentos básicos de R\$ 3.237,70 (Três mil, duzentos e trinta e sete reais e setenta centavos), adicional de triênio de R\$ 971,31 (Novecentos e setenta e um reais e um centavos), adicional de 25 anos - 6ª parte no valor de R\$ 781,26 (Setecentos e oitenta e um reais e vinte e seis centavos) e complementação de regime jurídico no valor de R\$ 477,63 (Quatrocentos e sessenta e sete reais e sessenta e três centavos) totalizando o valor de R\$ 5.467,90 (Cinco mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e noventa centavos).

Parágrafo único. As despesas decorrentes com a execução desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador- IPASC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 26 de janeiro 2021.

Fábio Deniz Casagrande - DIRETOR PRESIDENTE.

## **PORTARIA Nº 1.610, DE 26 DE JANEIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868911

PORTARIA nº 1.610, de 26 de janeiro de 2021.

Aposenta a Servidora Pública Municipal ERENILDA AMERICANO.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC em exercício, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, em conformidade com a alínea "a", do inciso III, do §1º, do art. 40 da Constituição Federal (redação anterior a EC nº 103/2019), mais a redação do art. 23, da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, c/c o §1º e §2º do art. 37, do mesmo diploma legal e os arts. 10, §7º e 36, II, ambos da Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição à Servidora Pública Municipal ERENILDA AMERICANO, Matrícula nº 3745 na atividade, ocupante do cargo efetivo de Recepcionista, Referência 01, Nível 04, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria da Saúde, a contar de 25 de janeiro de 2021, passando à Matrícula nº 3612 no IPASC.

Art. 2º Autorizar o pagamento do benefício com proventos integrais, correspondentes a 100% do resultado da média apurada dos salários de contribuição, no valor de R\$ 1.461,20 (Um mil, quatrocentos e sessenta e um reais e vinte centavos), não estando sujeito ao regime de paridade.

Parágrafo único. As despesas decorrentes com a execução desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador- IPASC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 26 de janeiro de 2021.

Fábio Deniz Casagrande - DIRETOR PRESIDENTE.

## **PORTARIA Nº 1.611, DE 27 DE JANEIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868949

PORTARIA nº 1.611, de 27 de janeiro de 2021.

Aposenta o Servidor Público Municipal JULIO CEZAR CORRENTE.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC em exercício, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, em conformidade com a alínea "a", do inciso III, do §1º, do art. 40 da Constituição Federal (com redação anterior a EC nº 103/2019), mais a redação do art. 23, da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, c/c o §1º e §2º do art. 37 do mesmo diploma legal e os art. 10, §7º e 36, II, ambos da Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição ao Servidor Público Municipal JULIO CEZAR CORRENTE, Matrícula nº 1083 na atividade, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, Referência 14, Nível 12, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Cultura Esporte e Turismo, a contar de 25 de janeiro de 2021, passando à Matrícula nº 3613 no IPASC.

Art. 2º Autorizar o pagamento do benefício com proventos integrais, correspondentes a 100% (cem por cento) de sua remuneração de contribuição do mês de dezembro de 2020, na modalidade com paridade, reajustada nos termos da Lei Complementar nº 389, de 19 de janeiro de 2021, compreendendo o valor dos vencimentos básicos de R\$ 3.036,72 (Três mil, trinta e seis reais e setenta e dois centavos), adicional de triênio de R\$ 728,81 (Setecentos e vinte e oito reais e oitenta e um centavos) e adicional de 25 anos - 6ª parte no valor de R\$ 627,71 (setecentos e vinte e sete reais e setenta e um centavos), totalizando o valor de R\$ 4.393,25 (Quatro mil, trezentos e noventa e três reais e vinte e cinco centavos).

Parágrafo único. As despesas decorrentes com a execução desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador- IPASC.



Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 27 de janeiro de 2021.  
Fábio Deniz Casagrande - DIRETOR PRESIDENTE.

## **PORTARIA Nº 1.617, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868965

PORTARIA nº 1.617, de 02 de fevereiro de 2021.

Altera redação da Portaria nº 1.612, de 27 de janeiro de 2021, que nomeia comissão especial para análise e julgamento de Processo Licitatório.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a redação do art. 1º, da Portaria nº 1.612, de 27 de janeiro de 2021, que nomeia comissão especial para análise e julgamento de Processo Licitatório passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º Nomear os Servidores Públicos Municipais FERNANDA FIORELLI, LEONARDO FELIPE DUARTE e KAREN FERNANDA RIBEIRO, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão Especial de análise e julgamento do Processo Licitatório nº 01/2021, Dispensa nº 01/2021, cujo objeto é a contratação de empresa para Elaboração de Estudo de Gestão de Ativos e Passivos - ALM (Asset Liability Management)." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 02 de fevereiro de 2020.  
Fábio Deniz Casagrande – DIRETOR PRESIDENTE

## **PORTARIA Nº 1.618, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868974

PORTARIA nº 1.618, de 11 de fevereiro de 2021.

Aposenta o Servidor Público Municipal VITOR HUGO DE LIMA.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, em conformidade com a redação dos incisos I, II, III e IV do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, do art. 2º, da Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005 e ainda, do art. 32 da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015 c/c arts. 10, §7º e 36, II, ambos da Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição ao Servidor Público Municipal VITOR HUGO DE LIMA, Matrícula nº 444 na atividade, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, Referência 14, Nível 12, com carga horária de 35 (Trinta e cinco) horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria da Fazenda, a contar de 22 de fevereiro de 2021, passando à Matrícula nº 3614 no IPASC.

Art. 2º Autorizar o pagamento do benefício com proventos integrais, correspondentes a 100% (cem por cento) de sua remuneração de contribuição do mês de janeiro de 2021, na modalidade com paridade, compreendendo o valor dos vencimentos básicos de R\$ 3.036,72 (Três mil, trinta e seis reais e setena e dois centavos), adicional de triênio de R\$ 728,81 (Setecentos e vinte e oito reais e oitenta e um centavos) e adicional 25 anos - 6ª parte de R\$ 627,71 (Seiscentos e vinte e sete reais e setenta e um centavos), totalizando o valor de R\$ 4.393,24 (Quatro mil, trezentos e noventa e três reais e vinte e quatro centavos).

Parágrafo único. As despesas decorrentes com a execução desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador- IPASC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 11 de fevereiro de 2021.  
Fábio Deniz Casagrande - DIRETOR PRESIDENTE.

**PORTARIA Nº 1.619, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868976

PORTARIA nº 1.619, de 11 de fevereiro de 2021.

Concede Pensão por Morte a SIMONE APARECIDA GONÇALVES CORRÊA MACHADO.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, em conformidade com o §7º e §8º, do art. 40 da Constituição Federal (com redação anterior a EC nº 103/2019), mais a redação dos arts. 26 e 27, ambos da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015 c/c os arts. 10, §7º e 36, II, ambos da Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019

RESOLVE:

Art. 1º Conceder pensão por morte a SIMONE APARECIDA GONÇALVES CORRÊA MACHADO, Matrícula nº 5999, na condição de cônjuge do Servidor Público Municipal CARLOS ALBERTO MACHADO, falecido em 09/10/2020, na espécie sem paridade, correspondendo a 100% (cem por cento) do valor do último salário de contribuição do servidor, totalizando o valor de R\$ 1.992,11 (Um mil, novecentos e noventa e dois reais e onze centavos) a serem pagos pelo IPASC a contar de 10 de outubro de 2020.

Parágrafo único. As despesas decorrentes com a execução desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador- IPASC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 11 de fevereiro de 2021.

Fábio Deniz Casagrande - DIRETOR PRESIDENTE.

**PORTARIA Nº 1.620, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868982

PORTARIA nº 1.620, de 11 de fevereiro de 2021.

Concede Pensão por Morte a LORELÍ DA APARECIDA VARELLA.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, em conformidade com o §7º e §8º, do art. 40 da Constituição Federal (com redação anterior a EC nº 103/2019), mais a redação dos arts. 26 e 27, ambos da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015 c/c os arts. 10, §7º e 36, II, ambos da Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019

RESOLVE:

Art. 1º Conceder pensão por morte a LORELÍ DA APARECIDA VARELLA, Matrícula nº 6000, na condição de cônjuge do Servidor Público Municipal ANTONIO GALVÃO VARELLA, falecido em 28/01/2021, na espécie sem paridade, correspondendo a 100% (cem por cento) do valor do último salário de contribuição do servidor, totalizando o valor de R\$ 1.840,01 (Um mil, oitocentos e quarenta reais e um centavo) a serem pagos pelo IPASC a contar de 29 de janeiro de 2021.

Parágrafo único. As despesas decorrentes com a execução desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador- IPASC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 11 de fevereiro de 2021.

Fábio Deniz Casagrande - DIRETOR PRESIDENTE.

**PORTARIA Nº 1.621, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868984

PORTARIA nº 1.621, de 12 de fevereiro de 2021.

Convoca servidores inativos e pensionistas nascidos no mês de fevereiro para realização de recadastramento obrigatório e prova de vida junto ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador – IPASC.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2017

RESOLVE:

Art. 1º Convocar, nos termos do art. 2º, da Portaria nº 1.294, de 06 de dezembro de 2018, os servidores inativos e pensionistas abaixo

listados, nascidos no mês de fevereiro, para realização de recadastramento obrigatório e prova de vida junto ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC:

ANA MARIA BORGES	
ANDIARA ZENI PACHECO	
ARGEMIRO RODRIGUES	
ARTHUR AUGUSTORIBEIRO	
AUREA FERNANDES MAURILIO	
CARLOS COPETTI	
CATARINA STANKEVICZ	
CECILIA BERTOTTO PALOSCHI	
CLEMENTINA BERTOTTO TESSARO	
DALILA BATISTA DE ALMEIDA	
DARCI SOUZA VIEIRA FILHO	
EUCLIDES ALVES DE MELLO	
GELCY ANA LAVA STANIESKY	
GELSON LUIZ SAVI	
GILDA CASTILHO	
GLAUCIA LANGE ZAPONI PELIZZARO	
HELENA NIZER DA SILVA	
HILDA RIBEIRO DOS SANTOS	
IMAR ROCHA	
IRES MILAN DOS SANTOS	
JANETE TEREZINHA COLDEBELLA	
JOAO DAVID DE CAMPOS	
JORGE BERTULINO	
JOSÉ DARCI ROSA DE OLIVEIRA	
JOSE VOLNI ARRUDA PALHANO	
JULIA FERNANDES GOMES	
JURACEMA TEODORO	
LOURDES DE MATIAS ALVES	
LUIZ CARLOS TEIXEIRA	
MARDIONICE HELENA PARES	
MARI ELZA COLLA	
MARIA DE FATIMA GEREMIA FREIRE	
MARIA DE LURDES CHIOSSI	
MARIA SALETE WERLANG LEBELEIN	
NADIR ALVES	
ODILA RAISER	
OSVALDINA DIAS RIBEIRO	
ROGERIO MANOEL PEREIRA	
RUI MATTANA	
SEBASTIAO MORAES	
TEREZA PAULEK	
TEREZINHA PIROLI PETRYKOWSKI	

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 12 de fevereiro de 2021.  
Fábio Deniz Casagrande - DIRETOR PRESIDENTE.

**PORTARIA Nº 1.622, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2869004

PORTARIA nº 1.622, de 17 de fevereiro de 2021.

Averba tempo de serviço/contribuição.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 121, da Lei Complementar Municipal nº 291, de 29/04/2015, c/c o §7º, do art. 10 e inciso II, do art. 36, ambos da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019  
RESOLVE:

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 291 de 29 de abril de 2015, do Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Servidor Público Municipal JOSÉ VANDIR MROZ, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente a 4.212 ( quatro mil, duzentos e doze) dias, ou 11 (onze) anos, 06 (seis) meses e 17 (dezessete) dias, conforme Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição nº 20022010.1.00056/13-0 fornecida pelo INSS, datada de 06/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 17 de fevereiro de 2021.

Fábio Deniz Casagrande – Diretor Presidente.

**PORTARIA Nº 1.623, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2869018

PORTARIA nº 1.623, de 17 de fevereiro de 2021.

Averba tempo de serviço/contribuição.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 121, da Lei Complementar Municipal nº 291, de 29/04/2015, c/c c/c o §7º, do art. 10 e inciso II, do art. 36, ambos da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019  
RESOLVE:

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 291 de 29 de abril de 2015, do Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, da Servidora Pública Municipal GLAUCIR DAS GRAÇAS RIBAS, ocupante do cargo de AUXILIAR DE BIBLIOTECA, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente a 3.135 (três mil, cento e trinta e cinco) dias, ou 08 (oito) anos, 07 (sete) meses e 05 (cinco) dias, conforme Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição nº 18021060.1.00325/20-4 fornecida pelo INSS, datada de 24/06/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 17 de fevereiro de 2021.

Fábio Deniz Casagrande - DIRETOR PRESIDENTE.

# Caibi

## PREFEITURA

### DECRETO 044/21 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2867981

DECRETO Nº 044/21, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

ADOTA MEDIDAS PREVENTIVAS PARA O ENFRENTAMENTO, CONTROLE DA TRANSMISSÃO E REDUÇÃO DOS RISCOS DE DISSEMINAÇÃO E CONTÁGIO DO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO MUNICÍPIO DE CAIBI (SC).

EDER PICOLI prefeito do município de caibi, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 71, IV, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

Considerando que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do COVID-19 em todos os Continentes caracteriza pandemia;

Considerando o aumento significativo de casos de infecção pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) no Município de Caibi e região;

Considerando a Portaria nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, Ministério da Saúde, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

Considerando o Decreto Estadual nº 1.027 de 18.12.2020 que instituiu novas regras para organização das medidas para o enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Estado de Santa Catarina;

Considerando, ainda, a Portaria nº 356, de 11 de março de 2020 do Ministério da Saúde, Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) no Brasil;

Considerando a preocupante situação vivida pelo Município de Chapecó em relação ao iminente colapso no sistema de saúde, bem como à indisponibilidade de leitos de UTI no Hospital Regional de Chapecó(HRO), para onde são encaminhados os casos de internação do Município de Caibi;

Considerando que o Município de Chapecó é, também, referência para Caibi para tratamento de casos graves de COVID-19;

Por fim, considerando importante reunião realizada na manhã do dia 17.02.2021 em conjunto pela Administração Municipal, com o Comitê de Gestão de Risco Municipal e a Comissão Municipal De Educação de Gerenciamento da Pandemia do COVID-19

DECRETA:

Art. 1º. Todas as determinações contidas neste Decreto terão validade até o dia 01.03.2021.

Art. 2º. Ficam suspensas as aulas presenciais em toda a rede de ensino de Caibi/SC, pública e privada, em todos os níveis de ensino, mantendo-se as atividades remotas, quando possível, que terão início previsto em 18.02.2021.

Art. 3º. Ficam suspensas em todo o território municipal as atividades esportivas, mas não se limitando a futebol, inclusive baralho, bocha, bilhar (sinuca) e outras modalidades que possam aglomerar pessoas em clubes sociais, bares, lanchonetes e demais estabelecimentos sediados na cidade e no interior do município.

Art. 4º. Os Restaurantes terão seu funcionamento ao público até as 23:00 hs, com limitação de lotação máxima equivalente a 30% (trinta por cento) da capacidade, conforme definido em Decreto Estadual para o nível gravíssimo, desde que respeitado o distanciamento social de 1,5 metros entre os presentes, além do uso de máscaras, devendo ser mantido acessível ao público álcool em gel (70º).

Parágrafo Único: Os clientes deverão permanecer no estabelecimento somente pelo período necessário para realizar as refeições.

Art. 5º. As atividades de bares, petiscarias, choperias, cervejarias, conveniências (inclusive de Postos de Combustíveis) e outros locais destinados preponderantemente a consumo de bebidas alcoólicas devem ficar limitadas a 30 % (trinta por cento) de sua capacidade desde que observado o distanciamento social de 1,5 metros entre os presentes além do uso de máscaras, devendo ser mantido acessível ao público álcool em gel (70º).

Art. 6º. Ficam suspensas, em todo território municipal, todos os eventos esportivos, artísticos, culturais, políticos, científicos, comerciais, religiosos e outros com concentração de pessoas.

Art. 7º. As Unidades Básicas de Saúde do Município e a Secretaria de Assistência Social atuarão somente em regime de URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, em todas as áreas de atuação, realizando somente atendimentos que sejam considerados urgentes ou emergenciais para cada área.

Art. 8º. Fica proibida a aglomeração ou permanência de pessoas em logradouros públicos como praças e parques municipais.

Art. 9º. Fica proibida a realização de festas, encontros, reuniões particulares e similares, com mais de 10 (dez) pessoas, sendo necessária ainda, a observância do distanciamento social de 1,5 metros entre os presentes além do uso de máscaras e álcool gel.

Art. 10º. As atividades religiosas presenciais em templos, igrejas e similares, em todo território municipal devem ficar limitadas a 30 % (trinta por cento) de sua capacidade desde que observado o distanciamento social de 1,5 metros entre os presentes além do uso de máscaras, devendo ser mantido acessível ao público álcool em gel (70º).

Art. 11. As atividades desempenhadas pelos comércios em geral do município devem ficar limitadas a adentrar nos estabelecimentos somente 01 (uma) pessoa por família, limitando-se a permanência simultânea de clientes de, no máximo, 30% (trinta por cento) da capacidade do Estabelecimento, desde que observado o distanciamento social de 1,5 metros entre os presentes além do uso de máscaras, devendo ser mantido acessível ao público álcool em gel (70º).

Parágrafo Único. As restrições do caput aplicam-se a todos os estabelecimentos que mantêm acesso ao público, inclusive, mas não se limitando, a escritórios de contabilidade, de advocacia, despachantes, e similares.

Art. 12. Mantém-se obrigatório o uso de máscaras e distanciamento social em todo território do Município de Caibi (em todos os estabelecimentos, espaços públicos), exceto na própria residência, estando sujeito o infrator as penalidades legais.

Art. 13. As pessoas infectadas com o Coronavírus (COVID-19) ou com determinação de isolamento por Autoridade de Saúde, devem manter-se em isolamento pelo tempo recomendado, sob pena de aplicação das sanções previstas no Código Penal.

Art. 14. As indústrias do Município de Caibi deverão adotar medidas a fim de redobrar os cuidados em relação à propagação da COVID-19 no ambiente de trabalho, como intensificar a higienização do local de trabalho, cumprir, na medida do possível o distanciamento de 1,5 metros entre os trabalhadores e exigir o uso de máscaras.

Art. 15. Caberá à Vigilância Sanitária, à Defesa Civil e à Polícia Militar do Estado de Santa Catarina a fiscalização das medidas constantes neste Decreto e demais normas sanitárias vigentes.

Art. 16. O descumprimento das determinações elencadas no presente Decreto está sujeito à imposição alternativa ou cumulativa das penalidades de:

I - Advertência;

II – Multa;

III – Interdição parcial ou total do estabelecimento.

Art. 17. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação e terá prazo até dia 01 de Março de 2021, podendo ser prorrogado por mais períodos, se necessário.

Art. 20. Revoga-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi – SC, 17 de Fevereiro de 2021.

EDER PICOLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

MIGUEL PICCOLI

Secretário Municipal de Administração

## **DECRETO 045/21 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868406

DECRETO Nº 045/21, de 17 de fevereiro de 2021.

Dispõe sobre a nomeação das comissões escolares no âmbito do município de Caibi, devido ao enfrentamento da COVID-19, para o retorno das aulas presenciais e dá outras providências.

EDER PICOLI, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais Legislação vigente,

CONSIDERANDO a orientação constante nas Diretrizes para o retorno das aulas presenciais e de modo a subsidiar a implementação das mesmas, com a elaboração do Plano de Contingência em nível Estadual, para consequente elaboração de Planos de Contingência Municipal de Prevenção, Monitoramento e Controle da disseminação do COVID-19, os quais orientarão os estabelecimentos de ensino na definição de seus Protocolos específicos;

CONSIDERANDO a importância da organização do trabalho e distribuição das atividades, respeitando as características regionais e as situações epidemiológicas locais, bem como a possibilidade de regimentos sanitários próprios emitidos pelos municípios, orientando que cada município constitua um Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19 e Comissões Escolares de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19;

DECRETA:

Art. 1º. - Ficam constituídas as comissões escolares, que terão como objetivo elaborar seus próprios Protocolos, tendo como base o Plano de Contingência Municipal, no que couber a cada estabelecimento, ajustando às suas especificidades, com os nomes de titulares e respectivos suplentes, conforme segue:

Art. 2º - COMISSÃO ESCOLAR DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ABC:

I - Gestores: Glaucia Fior Trentin e Mrilete Novotny Peroza

II - Representantes do quadro de professores: Danúbia Rosset e Simoni Balestreri

III - Representantes das famílias dos alunos: Luana Guasseli Schena e Cristiane Furlan

IV - Representante das entidades colegiadas: Juceli Bem e Rossane Todescato

V - Representantes de outros trabalhadores (higienização/administrativo/alimentação): Marines Turcatto e Lair Alberti.

Art. 3º. COMISSÃO ESCOLAR DA ESCOLA REUNIDA MUNICIPAL PEDRO IVO CAMPOS:

I - Gestores: Solange Maria Prior e Silvane Furlaneto

II - Representantes do quadro de professores: Marcieli Salete Schuh e Patricia Strege

III - Representantes das famílias dos alunos: Catiane Fanta Rigon e Cleonice Fabonato

IV - Representantes dos alunos: Sabrina Alberti e Isabeli Beilfuss;

V - Representantes das entidades colegiadas: Marcos Tortora e Odirlei Pólis;



VI - Representantes de outros trabalhadores (higienização/administrativo/alimentação): Salete Lopes da Silva, Eleci Oro e Marqueline de Arrude.

Art. 4º. COMISSÃO ESCOLAR DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO DE LINHA PLANALTINA:

I - Gestor: Barbara Rodrigues

II - Representante do quadro de professores: Graciela Marta Marx

III - Representante das famílias dos alunos: Laídes Piacentini Meazza

IV - Representantes dos alunos: Aline Meazza

V - Representante das entidades colegiadas: Neide Aparecida de Barros Togni

Art. 5º. COMISSÃO ESCOLAR DA CASA FAMILIAR RURAL SÃO DOMINGOS

I - Gestor: Daiana de Souza

II - Representantes do quadro de professores: Alan Marcon, Aline Ernzen, Clairton Bernardo e Silvano Jung

III - Representante das famílias dos alunos: Elton Santoro

IV - Representantes dos alunos: Marcelo Henrique Santoro e Sarah Priscila Naibo

V - Representante das entidades colegiadas: Sonia de Nadal

VI - Representante de outros trabalhadores (higienização/administrativo/alimentação): Mariza Bonn

Art. 6º. COMISSÃO ESCOLAR DA APAE

I - Gestora: Marlei Solange W. Poletto

II - Representante do quadro de professores: Carla Cristina Azeredo

III - Representante das famílias dos alunos: Elizabete Bernardi

IV - Representante dos alunos: Raquel Perosa

V - Representante das entidades colegiadas: Iraci A. Fazolo

VI - Representantes de outros trabalhadores (higienização/administrativo/alimentação): Sandro Spielmann e Bruna Klein Alfing

Art. 7º. COMISSÃO ESCOLAR DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DOM PEDRO II

I - Gestores: Salete Dalberto Cecon e Dorivanes Gallon de Almeida

II - Representantes do quadro de professores: Carine Gallon e Carla Cola Batisti

III - Representante das famílias dos alunos: Liandra Lorenzon e Janice Maria Bison

IV - Representantes dos alunos: Livia Sechi e Gláucia de Almeida

V - Representantes das entidades colegiadas: Mariluci Rossatto e Magno Galon

VI - Representantes de outros trabalhadores (higienização/administrativo/alimentação): Ana Diniz e Adelar Cecon

Art. 8º. COMISSÃO ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL ANITA GARIBALDI DE LINHA PLANALTINA

I - Gestor: Janaína Nazario da Rosa Volpin

II - Representantes do quadro de professores: Marlei Ines de Marqui e Arlinda Bregalda Arndt

III - Representante dos alunos: Neilovan Dias Pedroso

V - Representantes das entidades colegiadas: Taiz Carvalho e Neiloar Dias Pedroso

VI - Representantes de outros trabalhadores (higienização/administrativo/alimentação): Paulina Gessi

Art. 9º - Os integrantes das Comissões instituídas por este Decreto, não serão remunerados pela função.

Art. 10º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente o decreto 223/20 de 22 de outubro de 2020.

Prefeitura Municipal de Caibi - SC, em 17 de fevereiro de 2021.

EDER PICOLI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra

MIGUEL PICCOLI

Diretor de Administração e Planejamento

## DECRETO Nº 046/2021

Publicação Nº 2868760

DECRETO Nº 046/2021, de 17 de fevereiro de 2021.

Dispõe sobre a Homologação da decisão da Pregoeira designada pelo Decreto Nº 018/2021 do objeto do Processo Licitatório de Nº 15/2021 na Modalidade Pregão Presencial Nº008/2021 da Prefeitura Municipal de Caibi – SC.

EDER PICOLI, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com da Lei Federal 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, alterado pelos Decretos nº 3.693, de 20/12/2000 e nº 3.784, de 06/04/2001, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações,

DECRETA:



Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Pregoeira DANDARA JEANE GALLON designada pelo Decreto Nº 018/2021, sobre o Processo Licitatório Nº 15/2021, na Modalidade Pregão Nº 8/2021 que tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM ASSESSORIA ADMINISTRATIVA, PARA AVERIGUAR A LEGALIDADE E NORMALIDADE DOS CONTRATOS, PROCESSOS LICITATÓRIOS E DESPESAS PÚBLICAS PRATICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NA GESTÃO MUNICIPAL E AINDA, ASSESSORIA EM CERTAMES LICITATÓRIOS, CONTRATOS PÚBLICOS, ADMINISTRATIVA, TRIBUTÁRIA, PESSOAL E OUTRAS ÁREAS

Art. 2º. Fica homologado o objeto desta licitação em favor do proponente abaixo relacionado, tudo conforme consta no Mapa Comparativo de Preços em sua exata ordem de classificação a seguir:

Proponente	Item	Und	Quant	Produto	VI Unit.	VI Total Item
HERMOGENES BALENA AUDITORIA LTDA	1	Mês	11	Prestar serviços de acompanhamento das obrigações diárias dos servidores municipais de Caibi-SC, sob a óptica pedagógica, considerando a necessidade de suplementar os conhecimentos técnicos das atividades da Administração Pública Municipal, buscando o crescimento profissional dos servidores nas áreas de administração, finanças, pessoal, controladoria, licitações e contratos, através de atendimento pessoal e pelos meios de comunicação usuais, promovendo reuniões de esclarecimento, atendimento de consultas e solicitações e treinamentos individuais e em grupos, podendo, se necessário, relatar sob a ótica de auditoria. Os serviços deverão priorizar o desenvolvimento profiss., técnica e independe	11.500,00	120.750,00

Total do proponente vencedor:

Proponente	Valor Total
HERMOGENES BALENA AUDITORIA LTDA	120.750,00

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi – SC, em 17 de fevereiro de 2021.

Eder Picoli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios

Miguel Piccoli  
Secretário de Administração e Planejamento

# Camboriú

## PREFEITURA

**181/2021**

Publicação N° 2868914

PORTARIA N°181/2021

EXONERA DIRETOR(A) DO DISTRITO MONTE ALEGRE

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº.026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, LINDOMAR MARCOS DE OLIVEIRA, matrícula nº 21416-4, do cargo em comissão de DIRETOR DO DISTRITO MONTE ALEGRE, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 01 de fevereiro de 2021.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

**182/2021**

Publicação N° 2868915

,PORTARIA N° 182/2021

Exonera Servidor(a) a pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Complementar nº 039/2012, de 02/01/2012 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido ZULEIMA APARECIDA DA SILVA NEVES, portador do CPF N° 619.626.439-72, matrícula nº. 11554-1 do cargo efetivo de MONITOR (A), concurso público Edital nº 001/2007.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
Em 01 de fevereiro de 2021.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

**183/2021**

Publicação Nº 2868917

,PORTARIA Nº 183/2021

Concede Acesso de Categoria Funcional a Servidor (a) Público (a) e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo nº79, inciso V da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº. 019/2008, de 02/07/2008, e posteriores alterações;

CONSIDERANDO orientação da Procuradoria Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a MARGARETE CARDOSO, matrícula Nº. 19314-1, acesso da categoria de MONITOR (A) nível 2, que ocupa, para MONITOR (A) nível 3, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. O Departamento de Gestão de Pessoas procederá às alterações na ficha funcional do(a) servidor(a) mencionada no artigo anterior.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 01 de fevereiro de 2021.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

**184/2021**

Publicação Nº 2868918

,PORTARIA Nº 184/2021

Concede Acesso de Categoria Funcional a Servidor (a) Público (a) e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo nº79, inciso V da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº. 019/2008, de 02/07/2008, e posteriores alterações;

CONSIDERANDO orientação da Procuradoria Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a CLAUDIA ROSINEI PECHARKA, matrícula Nº. 23265-1, acesso da categoria de PROFESSOR (A) nível 2, que ocupa, para PROFESSOR (A) nível 3, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. O Departamento de Gestão de Pessoas procederá às alterações na ficha funcional do(a) servidor(a) mencionada no artigo anterior.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 01 de fevereiro de 2021.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

**185/2021**

Publicação Nº 2868919

,PORTARIA Nº 185/2021

**DESIGNA FISCAL**

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 048/2013 de 29/04/2013, e posteriores alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designa, a servidor(a) LUANA SPERRY, matrícula 31-1, lotada na FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE de Camboriú, como FISCAL, exercendo as atividades de fiscalização, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 01 de fevereiro de 2021.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

**186/2021**

Publicação Nº 2868921

,PORTARIA Nº 186/2021

Concede Acesso de Categoria Funcional a Servidor (a) Público (a) e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo nº79, inciso V da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº. 019/2008, de 02/07/2008, e posteriores alterações;

CONSIDERANDO orientação da Procuradoria Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a EVANILDE SALETE FEROLDI, matrícula Nº. 19035-1, acesso da categoria de MONITOR (A) nível 2, que ocupa, para MONITOR (A) nível 3, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. O Departamento de Gestão de Pessoas procederá às alterações na ficha funcional do(a) servidor(a) mencionada no artigo anterior.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 01 de fevereiro de 2021.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

**187/2021**

Publicação Nº 2868923

PORTARIA Nº187/2021  
EXONERA ASSESSOR(A) DE DEPARTAMENTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº.026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar, a pedido, FERNANDA MUNIZ DA SILVA, matrícula nº 21243-1, do cargo em comissão de ASSESSOR(A) DE DEPARTAMENTO, da Secretaria de Planejamento Urbano, a partir de 31/01/2021 com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos á 31/01/2021, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 01 de fevereiro de 2021.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**188/2021**

Publicação Nº 2868925

,PORTARIA Nº 188/2021  
Concede Acesso de Categoria Funcional a Servidor (a) Público (a) e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo nº79, inciso V da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº. 019/2008, de 02/07/2008, e posteriores alterações;

CONSIDERANDO orientação da Procuradoria Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a JULIA MARIA COPPI KERKHOFF, matrícula Nº. 19064-1, acesso da categoria de MONITOR (A) nível 1, que ocupa, para MONITOR (A) nível 2, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. O Departamento de Gestão de Pessoas procederá às alterações na ficha funcional do(a) servidor(a) mencionada no artigo anterior.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 01 de fevereiro de 2021.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**189/2021**

Publicação Nº 2868926

,PORTARIA Nº 189/2021

Concede Acesso de Categoria Funcional a Servidor (a) Público (a) e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo nº79, inciso V da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº. 019/2008, de 02/07/2008, e posteriores alterações;

CONSIDERANDO orientação da Procuradoria Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a EVANDRA CRISTINA DOS SANTOS ESTRELA LAUER, matrícula Nº. 19310-7, acesso da categoria de MONITOR (A) nível 1, que ocupa, para MONITOR (A) nível 2, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. O Departamento de Gestão de Pessoas procederá às alterações na ficha funcional do(a) servidor(a) mencionada no artigo anterior.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 01 de fevereiro de 2021.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

**190/2021**

Publicação Nº 2868928

,PORTARIA Nº 190/2021

DESIGNA FISCAL

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 048/2013 de 29/04/2013, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, a servidor(a) NIVEA MORENA GONÇALVES MIRANDA, matrícula 28-1, lotada na FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE de Camboriú, como FISCAL, exercendo as atividades de fiscalização, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 01 de fevereiro de 2021.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

**191/2021**

Publicação Nº 2868929

,PORTARIA Nº 191/2021  
NOMEIA SECRETARIA DE ESCOLA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009, e posteriores alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, CARLA COLSANI no cargo de SECRETARIA DE ESCOLA, da Secretaria Municipal da Educação, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 01 de fevereiro de 2021.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**192/2021**

Publicação Nº 2868930

,PORTARIA Nº 192/2021  
NOMEIA SECRETARIA DE ESCOLA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009, e posteriores alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, BEATRIZ NICOLETTI DE SOUZA no cargo de SECRETARIA DE ESCOLA, da Secretaria Municipal da Educação, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 02/02/2021, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 01 de fevereiro de 2021.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**193/2021**

Publicação Nº 2868932

,PORTARIA Nº 193/2021  
NOMEIA DIRETOR(A) DO DISTRITO MONTE ALEGRE

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009, e posteriores alterações;

CONSIDERANDO o artigo 8º, da Lei Complementar Federal nº173/2020.

CONSIDERANDO substituição de servidor, Portaria nº 181/2021.



**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, ELIO SADI MAIER no cargo de DIRETOR(A) DO DISTRITO MONTE ALEGRE, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 01 de fevereiro de 2021.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

**194/2021**

Publicação Nº 2868933

,PORTARIA Nº 194/2021

NOMEIA COORDENADOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009, e posteriores alterações;

CONSIDERANDO o artigo 8º, da Lei Complementar Federal nº173/2020.

CONSIDERANDO substituição de servidor, Portaria nº 905/2020.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, MAYARA PEREIRA no cargo de COORDENADOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL, da Secretaria Municipal da Educação, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 02 de fevereiro de 2021.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

**195/2021**

Publicação Nº 2868934

,PORTARIA Nº 195/2021

NOMEIA DIRETOR(A) DE DEPARTAMENTO ADJUNTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009, e posteriores alterações;

CONSIDERANDO o artigo 8º, da Lei Complementar Federal nº173/2020.

CONSIDERANDO substituição de servidor, Portaria nº 1362/2020.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, NEUSA MARIA JUNGLES no cargo de DIRETOR(A) DE DEPARTAMENTO ADJUNTO, da Secretaria Municipal de Administração, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 02 de fevereiro de 2021.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

## 196/2021

Publicação N° 2868935

,PORTARIA N° 196/2021  
NOMEIA DIRETOR(A) - EXECUTIVO DA CUIDA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009, e posteriores alterações;

CONSIDERANDO o artigo 8º, da Lei Complementar Federal nº173/2020.

CONSIDERANDO substituição de servidor, Portaria nº 127/2021.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, ELCANA MEDEIROS no cargo de DIRETOR(A) – EXECUTIVO DA CUIDA, da Secretaria Municipal de Proteção e Defesa civil, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 02 de fevereiro de 2021.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

## 197/2021

Publicação N° 2868936

,PORTARIA N° 197/2021  
NOMEIA COORDENADOR(A) DE PROGRAMAS DE INCENTIVOS DE QUALIFICAÇÃO EM SAUDE NASF

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 083/2016, e posteriores alterações;

CONSIDERANDO o artigo 8º, da Lei Complementar Federal nº173/2020.

CONSIDERANDO substituição de servidor, Portaria nº 046/2021.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, ELIESER CONINCK no cargo de COORDENADOR(A) DE PROGRAMAS DE INCENTIVOS DE QUALIFICAÇÃO EM SAUDE NASF, da Secretaria Municipal de Saude, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 02 de fevereiro de 2021.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**198/2021**

Publicação N° 2868937

,PORTARIA N° 198/2021  
NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CONTROLE E ANALISE DE ESTATISTICA DE TRÂNSITO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 031/2010, e posteriores alterações;

CONSIDERANDO o artigo 8º, da Lei Complementar Federal nº173/2020.

CONSIDERANDO substituição de servidor, Portaria nº 042/2021.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, PAULO COELHO no cargo de CHEFE DE DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CONTROLE E ANALISE DE ESTATISTICA DE TRÂNSITO, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 02 de fevereiro de 2021.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**199/2021**

Publicação N° 2868938

,PORTARIA N° 199/2021  
NOMEIA COORDENADOR(A) DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 050/2013, e posteriores alterações;

CONSIDERANDO o artigo 8º, da Lei Complementar Federal nº173/2020.

CONSIDERANDO substituição de servidor, Portaria nº 1405/2020.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, CRISTIANE MACHADO DA SILVA no cargo de COORDENADOR(A) DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO, da Secretaria Municipal de Saude, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 02 de fevereiro de 2021.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**200/2021**

Publicação Nº 2868941

,PORTARIA Nº 200/2021  
NOMEIA DIRETOR(A) DE DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA A SAUDE

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009, e posteriores alterações;

CONSIDERANDO o artigo 8º, da Lei Complementar Federal nº173/2020.

CONSIDERANDO substituição de servidor, Portaria nº 199/2021.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, ANTONIO CARLOS BARTH MOREIRA no cargo de DIRETOR(A) DE DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA A SAUDE, da Secretaria Municipal de Saude, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 02 de fevereiro de 2021.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**201/2021**

Publicação Nº 2868942

PORTARIA Nº201/2021

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 12/02/2021 à 12/02/2022:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
RAFAELLA SETTI DE ANDRADE	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 40 HORAS	231/2020	020/2021

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 02 de fevereiro de 2021.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**202/2021**

Publicação Nº 2868944

## PORTARIA Nº202/2021

## Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

## RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 09/02/2021 à 09/02/2022:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
VERA LUCIA RITA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 40 HORAS	230/2020	021/2021

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 02 de fevereiro de 2021.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

**203/2021**

Publicação Nº 2868947

## PORTARIA Nº203/2021

## Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

## RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 03/02/2021 à 03/02/2022:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
JOSIANI MANLOSKI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 40 HORAS	015/2020	022/2021

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 02 de fevereiro de 2021.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

**204/2021**

Publicação Nº 2868950

PORTARIA Nº 204/2021  
EXONERA ASSESSOR(A) ADMINISTRATIVO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº.049/2013 de 03/01/2013 e posteriores alterações.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar, a pedido, DORIEDSON GARCIA PEREIRA, matrícula nº 19-1, do cargo em comissão de ASSESSOR(A) ADMINISTRATIVO, da Fundação Municipal de Esportes, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 02 de fevereiro de 2021.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**205/2021**

Publicação Nº 2868951

PORTARIA Nº 205/2021  
NOMEIA ASSESSOR(A) DE DEPARTAMENTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009, e posteriores alterações;

CONSIDERANDO o artigo 8º, da Lei Complementar Federal nº173/2020.

CONSIDERANDO substituição de servidor, Portaria nº 1115/2020.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, THALIA APARECIDA PORTELA NUNES no cargo de ASSESSOR(A) DE DEPARTAMENTO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 02 de fevereiro de 2021.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**206/2021**

Publicação Nº 2868953

PORTARIA Nº 206/2021  
Designa funcionários(as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Fundação Municipal do Meio Ambiente, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 001/2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 03/02/2021 á 03/02/2022:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
LUIZA DOS ANJOS LOPES	FISCAL AMBIENTAL 40 HORAS	046/2021	04º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 03 de fevereiro de 2021.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**207/2021**

Publicação Nº 2868955

,PORTARIA Nº 207/2021

Designa funcionários(as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saude, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 012/2020;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 04/02/2021 á 31/07/2021:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
EGLANTINA PAIVA DE ALMEIDA	TECNICO DE ENFERMAGEM ESF 40 HORAS	047/2021	81º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 04 de fevereiro de 2021.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração



**208/2021**

Publicação Nº 2868956

,PORTARIA Nº 208/2021

Designa funcionários(as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saude, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 001/2021;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 04/02/2021 á 31/12/2021:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ALEXANDRA CINARA CORREA DOS SANTOS	ENFERMEIRO(A) 40 HORAS	048/2021	02º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 04 de fevereiro de 2021.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**209/2021**

Publicação Nº 2868957

,PORTARIA Nº 209/2021

NOMEIA ASSESSOR(A) PARA ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009, e posteriores alterações;

CONSIDERANDO o artigo 8º, da Lei Complementar Federal nº173/2020.

CONSIDERANDO substituição de servidor, Portaria nº 200/2021.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, NAYARA MARCIA DA FONSECA no cargo de ASSESSOR(A) PARA ASSUNTOS COMUNITÁRIOS, da Secretaria Municipal de Administração, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 04 de fevereiro de 2021.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**210/2021**

Publicação N° 2868959

## PORTARIA N° 210/2021

## RESCINDE CONTRATO POR TÉRMINO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

## RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, o contrato firmado entre o Município de Camboriú e os servidores da Secretaria Municipal de Obras e serviços Urbanos, com suas respectivas datas de término, da relação que segue a baixo:

MATRÍCULA		NOME	TÉRMINO
22306	7	ADAO ZILIO VIEIRA	28/02/2021
22270	2	CLEITON CARVALHO DOS SANTOS	28/02/2021
22314	5	DELIVAR BERNARDO DOS SANTOS	28/02/2021
22298	2	JOSE ROBERIO BARBOSA	28/02/2021

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 04 de fevereiro de 2021.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL N° 003/2021 - PMC**

Publicação N° 2867898

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial n° 003/2021 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 006/2021 – PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS A VAREJO ATRAVÉS DE POSTO REVENDEDOR, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME TERMO DE REFERENCIA, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses da data de homologação do processo.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 17/02/2021

1ª Publicação.

**DECRETO N.º 3.824/2021**

Publicação N° 2867879

DECRETO N.º 3.824/2021

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal da Cidade.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO que o artigo 129 da Lei Complementar Municipal n.º 055/2013 estabelece que a nomeação dos membros do Conselho Municipal da Cidade será feita por meio de decreto municipal;

## DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros integrantes do Conselho Municipal da Cidade, formado por representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, na forma que segue:

**I - Representantes do Poder Executivo Municipal:****a) Secretaria Municipal de Planejamento Urbano:**

1. titular: Eloisa Chiamulera;
2. suplente: Carlos Eduardo de Souza.

**b) Secretaria Municipal de Administração:**

1. titular: Eduardo Pugatsch;
2. suplente: Paul Jackson de Almeida.

**c) Secretaria Municipal de Agricultura:**

1. titular: Mario Bianchet;
2. suplente: José Elias Porto.

**d) Secretaria Municipal de Finanças:**

1. titular: Rogério Braun;
2. suplente: Douglas Jedson Macelai.

**e) Secretaria Municipal de Educação:**

1. titular: Marcela Vidal Eleutério;
2. suplente: Gisele Rebelo Medeiros.

**f) Secretaria Municipal de Saúde:**

1. titular: Pedro Augusto de Mendonça;
2. suplente: Sabrina dos Santos Soares.

**g) Secretaria Municipal de Saneamento Básico:**

1. titular: Isaías Vivilaqua;
2. suplente: Eduardo Kriszch Junior.

**h) Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos:**

1. titular: Jucelino Kazmierczak;
2. suplente: Maria da Gloria Faquetti.

**i) Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social:**

1. titular: Kelly Emely Correa de Freitas Antonio;
2. suplente: Elisabete Machado de Oliveira.

**j) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:**

1. titular: Angelo Cesar Gervásio;
- Suplente: Carlos Moritz Filho.

**k) Procuradoria-Geral do Município:**

1. titular: Larissa Maria Correia;
2. suplente: Helio Cardoso Derenne Filho.

**l) Controladoria Interna:**

1. titular: Eber Valdevino de Oliveira;
2. suplente: Alexsander Silva Batista.

**m) Secretaria de Proteção e Defesa Civil:**

1. titular: Jaime Angel da Silva;
2. suplente: Mary Lúcia Pereira Olegário.

**n) Fundação Municipal de Esportes:**

1. titular: Adam Alves Ribeiro;
2. suplente: Rodrigo Noveletto.

**o) Fundação do Meio Ambiente de Camboriú:**

1. titular: Valmor Dalago;
2. suplente: Caroline Marques Teixeira.

**p) Fundação Cultural:**

1. titular: Rose Maria dos Santos Figueiredo;
2. suplente: Simone Clemente Amaral.

**II - Representantes da Sociedade Civil:****a) Organização de entidade ambiental ou do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú:**

1. titular: Paulo Roberto Medes de Oliveira Junek;
2. suplente: Adelita Ramaiana Bennemann Granemann.

## b) Categoria Profissional relacionada a desenvolvimento urbano:

1. titulares: Michele Carla Staniczuk Morimoto (Arquitetos e Urbanistas do CAU/SC) e Fábio Nunes Martello (Engenheiros Civis do CREA/SC);
2. suplentes: Luiz Gustavo Rech Fracaro (Arquitetos e Urbanistas do CAU/SC) e Toni Fausto Frainer (Engenheiros Civis do CREA/SC).

## c) Instituições de ensino e pesquisa:

1. titulares: Lairton Luiz Rozza (Instituto Federal Catarinense - IFC) e Carlos Alberto Barbosa de Souza (UNIVALI);
2. suplentes: Michela Cancilier (Instituto Federal Catarinense - IFC) e Janio Vicente Rech (UNIVALI).

## d) Setor empresarial:

1. titulares: Fernando Ricardo Bernz (SINDUSCON), Fernando Assanti (ACIBALC), Emerson Fabri Fernandes (AEDIC);
2. suplentes: Emanuel Duarte de Souza (SINDUSCN), Maria Pissaia (ACIBALC), Marcelo Silva (AEDIC).

## e) Trabalhadores e entidades de categoria profissional:

1. titulares: Maria Theodora Waltrick de Bem (SISEMCAM), Sanção Souza Ferreira (SITICOM) e Silvio Matias (SITRUC);
2. suplentes: Luciana Sobota (SISEMCAM), José Domingos Minela (SITICOM) e Vilnton de Souza (SITRUC).

## III - Representantes das localidades de planejamento:

## a) Bairro Várzea do Ranchinho:

1. titular: Giovane Artuzo
2. suplente: Mildred Gustack.

## b) Bairro Monte Alegre:

1. titular: Samuel Violante
2. suplente: Assis Westsal.

## c) Bairro Taboleiro:

1. titular: Afranio Austregésilo Thiel;
2. suplente: Valmor Alexandre Gonçalves.

## d) Bairro Centro:

1. titular: Luiz Gonzaga Spindola;
2. suplente: Rosana Soares.

## e) Bairro São Francisco de Assis:

1. titular: Ivan dos Santos Leal;
2. suplente: Celia Aparecida de Moraes.

## f) Bairro Rio Pequeno:

1. titular: Sonia Maria Pinheiro;
2. suplente: Eliete Alves;

## g) Bairro Santa Regina:

1. titular: Everson da Silva;
2. suplente: Marcio Conceição.

## h) Bairro Areias:

1. titular: Celso Carvalho;
2. suplente: Janete Weber.

## i) Bairro Cedro:

1. titular: José Aurino Leal;
2. suplente: Milton Carlos Vieira.

## j) Bairro Lídia Duarte:

1. titular: Dener Antonio Silva;
2. suplente: Silvana da Silva e Silva.

## k) Localidades do Rio do Meio e Nova Brasília:

1. titular: Luiz Antonio de Lima;
2. suplente: Valdorin Jose da Cunha Klein.

## l) Localidades do Braço, Limeira, Lajeado, Areia Vermelha, Louro, Encantada, Santa Luzia, Cerro e Alemães:

1. titular: Nery Antonio de Souza;
2. suplente Moacyr Custódio Junior.

## m) Localidades do Caetés, Vila Conceição, Macacos, Vila das Pedras, Rio Canoas e Morretes:

1. titular: Clenio da Silva;
2. suplente: Justino Bernardino.

Art. 2º Os membros do Conselho da Cidade exercerão suas funções com base nas competências que lhes são atribuídas pela Lei Complementar Municipal n.º 55/2013.

Art. 3º As atividades exercidas pelos membros do Conselho Municipal da Cidade não serão remuneradas, sendo os serviços prestados considerados de relevância social.

Art. 4º Fica revogado o Decreto Municipal n.º 3.663/2020.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,  
Em, 12 de fevereiro de 2021.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado no Livro de Publicações

## DL 02/2021 - FMAS

Publicação N° 2868347

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
DISPENSA LICITATÓRIA N°. 002/2021 – FMAS  
Data: 17/02/2021

Objeto: ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA M. C. dos S. H. EM SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE LONGA PERMANÊNCIA, VISANDO O CUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO JUDICIAL, CONTIDA NO AUTOS N° 08.2016.00055865-1

Valor total: R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).

Secretaria: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMBORIÚ

Contratado: ANJO MIGUEL RESIDENCIA INCLUSIVA E ASSISTENCIA PSICOSSOCIAL E A SAUDE LTDA

Embasamento legal: artigo 24, inciso IV", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú, 17 de fevereiro de 2021

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

## DL 03/2021 - FMAS

Publicação N° 2868749

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
DISPENSA LICITATÓRIA N°. 003/2021 – FMAS  
Data: 17/02/2021

Objeto: ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA L. A. da S. EM SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE LONGA PERMANÊNCIA, VISANDO O CUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO JUDICIAL, CONTIDA NO AUTOS N° 0900074-45.2017.8.24.0013

Valor total: R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).

Secretaria: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMBORIÚ

Contratado: ANJO MIGUEL RESIDENCIA INCLUSIVA E ASSISTENCIA PSICOSSOCIAL E A SAUDE LTDA

Embasamento legal: artigo 24, inciso IV", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú, 17 de fevereiro de 2021

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

## LEI MUNICIPAL N.º 3.319/2021

Publicação N° 2868980

LEI N.º 3.319/2021

Dispõe sobre o programa de pagamento incentivado - PPI e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO PROGRAMA DE PAGAMENTO INCENTIVADO - PPI

**SEÇÃO I****Das Disposições Preliminares**

Art. 1º Fica instituído o Programa de Pagamento Incentivado - PPI destinado a promover a liquidação de créditos tributários e não tributários vencidos perante a Fazenda Pública Municipal de Camboriú.

Parágrafo único. Para fins de pagamento dos débitos previstos nesta Lei, fica o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria Municipal de Finanças, autorizado a emitir boletos de cobrança bancária em nome dos contribuintes optantes do PPI.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, créditos tributários e não tributários são valores inscritos em dívida ativa, com exigibilidade suspensa ou não, em fase de cobrança administrativa ou judicial.

§ 1º Incluem-se neste programa os débitos objeto de parcelamento já realizado, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.

§ 2º Caso exista defesa judicial, o sujeito passivo deverá desistir, expressamente e de forma irrevogável, da ação judicial proposta e renunciar a quaisquer direitos relativos à matéria cujo débito queira parcelar.

§ 3º A opção pelo Programa implica na manutenção automática dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal, cuja suspensão será requerida ao juízo da causa pela Procuradoria-Geral do Município.

Art. 3º Para se beneficiar do Programa de Pagamento Incentivado - PPI o interessado deverá realizar sua adesão em até 180 (cento e oitenta) dias após a publicação da presente Lei. (Emenda Substitutiva nº 0001/2021)

Art. 4º O Programa de Pagamento Incentivado - PPI não gera crédito e não confere direito à restituição ou compensação de importância já paga, a qualquer título.

**SEÇÃO II****Do Ingresso no PPI**

Art. 5º O ingresso no Programa de Pagamento Incentivado - PPI dar-se-á por opção do sujeito passivo, que terá direito ao regime especial de consolidação e parcelamento de débitos.

§ 1º Para ingressar no Programa de Pagamento Incentivado - PPI o sujeito passivo deverá realizar a atualização do cadastro, munido de cópias do RG, CPF e comprovante de residência atualizado ou, em caso de pessoa jurídica, cópias do contrato social e CNPJ atualizados, bem como realizar o pedido de parcelamento em formulário próprio, instituído pela Secretaria Municipal de Finanças, ou por meio de seu sítio na internet.

§ 2º No caso de débitos já ajuizados, o Contribuinte/Optante deverá recolher os honorários advocatícios arbitrados em juízo para ingressar no Programa de Pagamento Incentivado - PPI.

§ 3º Existindo parcelamentos concedidos sob outras modalidades, cancelados ou não, será admitida a transferência dos saldos remanescentes para a modalidade prevista nesta Lei, mediante requerimento e observando o prazo de 90 (noventa) dias para adesão.

§ 4º O parcelamento concedido nos termos desta Lei independe de apresentação de garantias ou arrolamento de bens, ficando mantidos aqueles decorrentes de débitos transferidos de outras modalidades de parcelamentos, ação ou execução fiscal.

§ 5º O prazo fixado no artigo 3º desta Lei poderá sofrer prorrogações mediante Decreto Municipal do Chefe do Poder Executivo.

**SEÇÃO III****Da Consolidação dos Débitos e dos Benefícios**

Art. 6º A consolidação dos débitos para os efeitos desta Lei terá por base a data da formalização do pedido de pagamento à vista ou de parcelamento e resultará da soma dos valores:

I - do débito principal;

II - de atualização monetária;

III - da multa moratória;

IV - dos juros moratórios;

V - dos demais acréscimos legais.

§ 1º O pedido de parcelamento não importa em novação, transação ou no levantamento ou extinção da garantia ofertada em execução judicial, a qual ficará suspensa até o término do cumprimento do parcelamento requerido.

§ 2º A consolidação e a opção na forma desta Lei não prejudica o lançamento de tributos relativos a fatos geradores cuja ocorrência venha a ser verificada posteriormente, enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.

Art. 7º O contribuinte que aderir ao Programa de Pagamento Incentivado - PPI terá direito à remissão dos valores correspondentes à multa e juros moratórios apurados até a data da consolidação, nas seguintes porcentagens:

I - para condição de pagamento do débito tributário à vista o percentual de remissão dos juros e multa corresponderá a 100% (cem por cento);

II - para condição de pagamento do débito tributário em até 03 (três) parcelas o percentual de remissão dos juros e multa corresponderá a 90% (noventa por cento);

III - para condição de pagamento do débito tributário em até 06 (seis) parcelas o percentual de remissão dos juros e multa corresponderá a 80% (oitenta por cento);

IV - para condição de pagamento do débito tributário em até 09 (nove) parcelas o percentual de remissão dos juros e multa corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento);

V - para condição de pagamento do débito tributário em até 12 (doze) parcelas o percentual de remissão dos juros e multa corresponderá a 70% (setenta por cento);

VI - para condição de pagamento do débito tributário em até 15 (quinze) parcelas o percentual de remissão dos juros e multa corresponderá a 65% (sessenta e cinco por cento).

VII - para condição de pagamento do débito tributário em até 18 (dezoito) parcelas o percentual de remissão dos juros e multa corresponderá a 60% (sessenta por cento).

VIII - para condição de pagamento do débito tributário em até 21 (vinte e uma) parcelas o percentual de remissão dos juros e multa corresponderá a 55% (cinquenta e cinco por cento).

IX - para condição de pagamento do débito tributário em até 24 (vinte e quatro) parcelas o percentual de remissão dos juros e multa corresponderá a 50% (cinquenta por cento).

Parágrafo único. No caso de débitos já ajuizados, caberá ao Contribuinte/Optante o recolhimento das custas processuais junto ao Fórum da Comarca Camboriú/SC.

Art. 8º A quitação da primeira prestação do parcelamento implica na adesão ao Programa de Pagamento Incentivado - PPI, com a expressa



e irrevogável confissão de dívida e desistência de recursos administrativos.

#### SEÇÃO IV

##### Das Condições de Pagamento

Art. 9º O débito consolidado com os benefícios previstos nesta Lei poderá ser quitado à vista ou em até 24 (vinte e quatro) prestações mensais, iguais e sucessivas, devidamente atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Parágrafo único. O valor mínimo da parcela do débito objeto do PPI não poderá ser menor que R\$ 60,00 (sessenta) reais para pessoa física e R\$ 120,00 (cento e vinte) reais para pessoa jurídica.

Art. 10. O pagamento da primeira prestação ou da parcela única deverá ser efetuado no próximo dia útil a data de adesão ao Programa de Pagamento Incentivado - PPI.

Parágrafo único. No caso de parcelamento, o vencimento das parcelas subsequentes a primeira ocorrerá sempre a cada 30 (trinta) dias.

Art. 11. Os benefícios previstos nesta Lei não serão cumulativos com qualquer outro admitido em lei.

Art. 12. Caso ocorra o pagamento de prestação em atraso, incidirão os acréscimos previstos no artigo 126 da Lei Complementar Municipal n.º 030/2010, sendo a atualização monetária realizada com base no índice IPCA e os juros com base no índice de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

Art. 13. O Programa de Pagamento Incentivado - PPI será administrado pela Secretaria Municipal de Finanças e, em se tratando de débito com execução fiscal ou defesa ajuizada, será, obrigatoriamente, informada a Procuradoria-Geral do Município.

#### SEÇÃO V

##### Do Cancelamento do Parcelamento

Art. 14. O parcelamento será cancelado automática e definitivamente, nas seguintes hipóteses:

I - atraso superior a 60 (sessenta) dias corridos da data do vencimento de qualquer parcela;

II - propositura de qualquer medida judicial ou extrajudicial relativa aos débitos objeto do Programa de Pagamento Incentivado - PPI;

III - inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei;

IV - prática de qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações, a diminuir ou a subtrair receita do sujeito passivo optante, devidamente comprovado, após se exaurirem os prazos para a ampla defesa do contribuinte.

Art. 15. O cancelamento do parcelamento nos termos desta Lei independe de notificação prévia e implicará na perda dos benefícios concedidos e no restabelecimento, em relação ao montante não pago, dos acréscimos legais, inclusive honorários advocatícios, na forma da legislação aplicável e, ainda:

I - na inscrição em dívida ativa e ajuizamento fiscal de débitos que não foram extintos com o pagamento das prestações efetuadas e, encontrando-se o débito em execução fiscal, em prosseguimento da respectiva ação, independentemente de qualquer outra providência administrativa;

II - na autorização de protesto extrajudicial das certidões de dívida ativa referentes aos débitos que não foram extintos com o pagamento das prestações efetuadas, nos termos expressamente autorizados pelo parágrafo único do artigo 1º da Lei Federal n.º 9.492/1997, com redação dada pela Lei Federal n.º 12.762/2012;

III - no leilão judicial ou na execução hipotecária dos bens que garantam os débitos parcelados.

#### CAPÍTULO II

##### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. O Chefe do Poder Executivo poderá, mediante Decreto, regulamentar o disposto nesta Lei.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 28 de janeiro de 2021.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e

Registrado no Livro de Publicações

**PR 015/2021 - PMC**

Publicação Nº 2868323

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2021 - MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE. OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES DE USO DAS GUARNIÇÕES DE SERVIÇO, DO EXPEDIENTE ADMINISTRATIVO E ESTAGIÁRIOS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:30 horas do dia 12 (doze) de março de 2021, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 17 de fevereiro de 2021.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal



# Campo Alegre

## PREFEITURA

### ADITIVO CONTRATUAL Nº 27/2021

Publicação Nº 2867991

#### ADITIVO CONTRATUAL Nº 27/2021

Considerando a necessidade da execução de serviços de transporte escolar para o ano letivo de 2021, demonstrada através da Requisição nº 0211;

Considerando a Autorização da Autoridade Superior Prorroga-se o contrato n. 29/2019 (referente ao Processo de Licitação Pregão nº 88/2018) e estimam-se os gastos para o exercício 2021 e prevê a reserva orçamentária que passa vigorar conforme segue.

QUARTO ADITIVO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA ASS TURISMO LTDA. – ME.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa ASS TURISMO LTDA. – ME, CNPJ: 82.342.510-0002-92, as partes acordam o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 29/2019 até 31 de dezembro de 2021.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

Para o exercício 2021 o contrato 29/2019 fica reajustado em 23,14%, conforme o índice I-GPM acumulado período 12 meses, passando o valor do quilômetro para R\$ 8,22 (oito reais e vinte e dois centavos).

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA PREVISÃO DE GASTOS PARA O PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2021:

prestação de serviços de Transporte Escolar do Município de Campo Alegre-SC, com estimativa de 1.356 quilômetros por dia, durante 207 dias (7 dias para atividades extracurriculares: Festival de Inverno, Sete de Setembro, Dia de Integração, Jogos Escolares, PROERD), totalizando 280.692 quilômetros para o ano letivo de 2021, distribuídos nas linhas descritas a seguir:

#### LINHA 01 – RODEIO DE SANTA CRUZ / BATEIAS DE BAIXO

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 100 km/dia. Tempo ida e volta: 100 minutos

HORÁRIO: PERÍODO MATUTINO

SAÍDA: Rodeio de Santa Cruz, Rodeio Grande, Santana, Ximbuva (casa do senhor Antonio Rivaldo Fuckner), Ribeirão do Meio, Mato Bonito, Tijucume, Campinas (entra no Pesque Truta até a casa do Pelé taxista), Bateias de Cima, Saltinho, Bateias de Baixo (escola Argemiro Gonçalves).

RETORNO: Bateias de Baixo (escola Argemiro Gonçalves) Saltinho, Bateias de Cima, Campinas, Tijucume, Ribeirão do Meio, Mato Bonito, Ximbuvinha, Ximbuva (casa do senhor Antonio Rivaldo Fuckner) Santana, Rodeio Grande, Rodeio de Santa Cruz (oficina).

#### LINHA 02 – CUBATÃO/ BATEIAS DE BAIXO

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 92 km/dia. Tempo ida e volta: 120 minutos

HORÁRIO: PERÍODO MATUTINO

SAÍDA: Cubatão, Santana, Ximbuva, Ribeirão do Meio, Mato Bonito, Tijucume, Campinas dos Simões, Bateias do Meio, Bateias de Cima, Bateias de Baixo

RETORNO: Bateias de Baixo, Bateias de Cima, Bateias do Meio, Campinas dos Simões, Tijucume, Mato Bonito, Ribeirão do Meio, Ximbuva, Santana, Cubatão.

#### LINHA 03 – BATEIAS DE CIMA /BATEIAS DE BAIXO/PANDUVINHA

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 98 km/dia Tempo ida e volta: 120 minutos

HORÁRIO: PERÍODO MATUTINO/VESPERTINO

SAÍDA: Bateias de Cima, Papanduvinha, Pirizal, Lageado, Bateias de Baixo (Escola Argemiro Gonçalves)

RETORNO: Bateias de Baixo, Pirizal, Saltinho, Papanduvinha e Bateias de Cima (Escola Paulo Fuckner).

#### LINHA 04 – LAGEADO/ BATEIAS DE BAIXO

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 77 km/dia. Tempo ida e volta: 60 minutos

HORÁRIO: PERÍODO MATUTINO/VESPERTINO

SAÍDA: Centro, Passando Por: Lageado, Queimados, Bateias de Baixo (Escola Marise Neneve, Escola Argemiro Gonçalves)

RETORNO: Escola Argemiro Gonçalves, Escola Marise Neneve, Pirizal, Queimados e Lageado.

#### LINHA 05 – RIO REPRESO/CENTRO

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 86 km/dia. Tempo ida e volta: 120 minutos

HORÁRIO: PERÍODO MATUTINO

SAÍDA: Campo Alegre, Rio Represo, Ecoflex, Parque Industrial, Vila Briski, E.E.B. Lebon Regis, EMEB Maria José, CMEI Alegre Infância.

RETORNO: CMEI Alegre Infância, EMEB. Maria José, EEB. Lebon Régis, Vila Briski, Parque Industrial, Ecoflex, Rio Represo, Campo Alegre

HORÁRIO: PERÍODO VESPERTINO

SAÍDA: Bairro Belo Horizonte (Vila Scheide), E.E.B. Lebon Regis, EMEB Maria José, CMEI Alegre Infância.

#### LINHA 06 – FRAGOSOS/CORREDEIRAS

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 39 km / dia. Tempo ida e volta: 120 minutos

HORÁRIO: PERÍODO MATUTINO

SAÍDA: Fragosos, Corredeiras, EMEF Jeronimo F. C. Pacheco, CMEI Maria da Gloria

RETORNO: CMEI Maria da Glória, EEF Jerônimo F. C. Pacheco, Corredeiras, Fragosos.

**LINHA 07 – FRAGOSOS/CAPINZAL/AVENQUINHA**

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 43 km / dia. Tempo ida e volta: 60 minutos

HORÁRIO: PERÍODO VESPERTINO

SAÍDA: Fragosos, Avenquinha, Capinzal, CMEI Maria da Gloria, EMEF Jeronimo F. C. Pacheco RETORNO: EMEF Jeronimo F. C. Pacheco, CMEI Maria da Gloria, Fragosos, Capinzal, Avenquinha.

**LINHA 08 – BATEIAS DE BAIXO/ BATEIAS DE CIMA DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 117 km/dia. Tempo ida e volta: 120 minutos**

HORÁRIO: PERÍODO MATUTINO

SAÍDA: Bateias De Baixo, Saltinho, Campinas, Bateias do Meio, Bateias de Cima e Bateias de Baixo.

RETORNO: Bateias de Baixo, Bateias de Cima, Bateias do Meio, Campinas, Saltinho, Papanduvinha.

HORÁRIO: PERÍODO VESPERTINO

SAÍDA: Bateias de Cima (EMEB Paulo Fuckner), Bateias do Meio, Campinas, Saltinho, Bateias de Cima.

RETORNO: Bateias de Cima (EMEB. Paulo Fuckner), Bateias do Meio, Campinas, Saltinho

**LINHA 09 – SALTO/AVENCA DO RIO NEGRO**

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 80 km/dia. Tempo ida e volta: 150 minutos

HORÁRIO: PERÍODO VESPERTINO

SAÍDA: : Campo Alegre – Centro, Avenquinha, Mangueira Velha, Salto, Queimados, Avenca do Rio Negro, EEB Lebon Régis, EMEB. Maria José, CMEI. Alegre Infância.

RETORNO: CMEI. Alegre Infância, EMEB. Maria José, EEB Lebon Régis, Avenquinha, Avenca do Rio Negro, Queimados, Salto, Mangueira Velha.

**LINHA 10 – AVENQUINHA/SERRINHA**

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 96 km / dia. Tempo ida e volta: 80 minutos

HORÁRIO: PERÍODO MATUTINO

SAÍDA: Centro: Avenquinha, Serrinha, Parque Industrial (Campestre), EEB. Lebon Régis, E.M.E.B. Maria José, CMEI Alegre Infância.

RETORNO: CMEI. Alegre Infância, EMEB Maria José, EEB Lebon Régis, Parque Industrial (Campestre), Serrinha, Avenquinha.

HORÁRIO: PERÍODO VESPERTINO

SAÍDA: Avenquinha, Sitio do Alemão, Salto, EEB. Lebon Régis, E.M.E.B. Maria José, CMEI Alegre Infância.

RETORNO: CMEI. Alegre Infância, EMEB Maria José, EEB Lebon Régis, Avenquinha, Salto

**LINHA 11 – CAMPO ALEGRE/SÃO MIGUEL**

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 59 km / dia. Tempo ida e volta: 60 minutos

HORÁRIO: PERÍODO MATUTINO

SAÍDA: Campo Alegre, Estrada Velha dona Francisca, Vila Scheide, CMEI Alegre Infância, Escola Maria José, EEB Lebon Regis.

RETORNO: CMEI Alegre Infância, Escola Maria José, EEB Lebon Regis, Vila Scheide, Estrada Velha dona Francisca.

HORÁRIO: PERÍODO VESPERTINO

SAÍDA: Estrada Velha, São Miguel, Rio dos Bugres, CMEI Alegre Infância, Escola Maria José, Escola Bela Vista.

RETORNO: CMEI Alegre Infância, Escola Maria José, EEB Lebon Regis, São Miguel.

**LINHA 12 – LAGEADO/CENTRO/BATEIAS DE BAIXO/PIRIZAL**

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 65 km / dia. Tempo ida e volta: 60 minutos

HORÁRIO: PERÍODO MATUTINO

SAÍDA: Lageado, Centro, CMEI Alegre Infância, EEB Lebon Régis, EMEB Maria José.

RETORNO: CMEI. Alegre Infância, EMEB Maria José, EEB Lebon Régis, Lageado

HORÁRIO: PERÍODO VESPERTINO

SAÍDA: Lageado, Queimados, Bateias de Baixo, CMEI Chapeuzinho Vermelho, EEB Argermiro Gonçalves, EMEF Prof.<sup>a</sup> Marise Neneve Cordeiro

RETORNO: CMEI Chapeuzinho Vermelho, EMEF Prof. <sup>a</sup> Marise Neneve Cordeiro, EEB. Argemiro Gonçalves, Pirizal, Bateias de Baixo, Queimados, Lageado

**NUCLEAÇÃO E.M.E.B. PAULO FUCKNER – BATEIAS DE CIMA**

**LINHA 13 – RODEIO DE SANTA CRUZ / BATEIAS DE CIMA**

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 100 km/dia. Tempo ida e volta: 100 minutos

HORÁRIO: PERÍODO MATUTINO E VESPERTINO

SAÍDA: Rodeio De Santa Cruz, Rodeio Grande, Santana, Ximbuva (Igreja), Cãozinho, Ribeirão Do Meio, EMEB. Paulo Fuckner.

RETORNO: EMEB. Paulo Fuckner, passando por: Ribeirão do Meio, Cãozinho, Ximbuva (Igreja), Santana, Rodeio Grande e Rodeio De Santa Cruz.

VESPERTINO: Rodeio de Santa Cruz, Rodeio Grande, Santana, Ximbuva, Cãozinho, Ribeirão do Meio, Bateias de Cima.

RETORNO: Bateias de Cima, Ribeirão do Meio, Cãozinho, Ximbuva, Santana, Rodeio Grande, Rodeio de Santa Cruz.

**LINHA 14 – XIMBUVA / BATEIAS DE CIMA**

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 107 km / dia. Tempo ida e volta: 100 minutos

HORÁRIO: PERÍODO MATUTINO

SAÍDA: Bateias De Cima, Cãozinho (Casa Nenibi), Onça Parda, Ximbuva, Ximbuvinha (Escolinha), Ribeirão do Meio, E.M.E.B. Paulo, Fuckner.  
Retorno: E.M.E.B. Paulo Fuckner, Ribeirão Do Meio, Bar Luci (Vai / Volta), Cãozinho.

Vespertino: Cãozinho, Casa Nenibi, Ximbuva, Ximbuvinha (Escolinha), Onça Parda, Ribeirão Do Meio, Paulo Fuckner.  
Retorno: E.M.E.B. Paulo Fuckner, Ribeirão Do Meio, Cãozinho, Casa Nenibi, Ximbuva, Ximbuvinha, Onça Parda.

LINHA 15 – SANTANA / BATEIAS DE CIMA. Tempo ida e volta: 100 minutos

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 98 km / dia

HORÁRIO: PERÍODO MATUTINO / VESPERTINO

SAÍDA: De Santana Passando Por: Cubatão, Tijucume, Campinas, Bateias do Meio EMEB. Paulo Fuckner.

RETORNO: Saída Da E.M.E.B. Paulo Fuckner Passando Por: Bateias do Meio, Campinas, Tijucume, Mato Bonito, Tijucume, Cubatão.

VESPERTINO: Cubatão, Tijucume, Campinas, Bateias Do Meio, Paulo Fuckner.

RETORNO: Paulo Fuckner, Bateias Do Meio, Campinas, Tijucume, Cubatão e Santana.

LINHA 16 – RODEIO GRANDE/BATEIAS DE CIMA. Tempo ida e volta: 100 minutos

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 99 km / dia

HORÁRIO: PERÍODO MATUTINO

SAÍDA: Rodeio Grande, Santana, Ximbuva, Cãozinho, Ribeirão do Meio, Bateias de Cima (Escola Paulo Fuckner)

RETORNO: EMEB. Paulo Fuckner, Ribeirão do Meio, Cãozinho, Ximbuva, Santana, Rodeio Grande.

VESPERTINO: Rodeio Grande Santana, Cubatão, Tijucume, Mato Bonito, Ribeirão do Meio, EMEB. Paulo Fuckner.

RETORNO: EMEB. Paulo Fuckner, Ribeirão do Meio, Cãozinho, Ximbuva, Santana, Rodeio Grande.

As demais cláusulas do Contrato nº 29/2019 permanecem inalteradas e em vigor até a data de 31/12/2021.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 26 de janeiro de 2021.

ALICE BAYERL GROSSKOPF Prefeita Municipal Contratante	JAQUELINE SARA DOS SANTOS Ass Turismo Ltda. – Me Contratada
EMERSON HINKE Assessor Jurídico OAB/SC 14.233	

## ADITIVO CONTRATUAL Nº 29/2021

Publicação Nº 2867375

ADITIVO CONTRATUAL Nº 29/2021

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o Ofício 05PL/2021 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação do contrato nº 119/2020 (originado do Processo Licitatório nº 63/2020, modalidade Tomada de Preços);

Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de vigência do Contrato nº 119/2020, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

QUARTO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA CONSTRUTORA FORTUNATO LTDA OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 119/2020.

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

O prazo de execução do Contrato nº 119/2020 fica prorrogado até o dia 02 de abril de 2021 e o prazo de vigência fica prorrogado até 02 de maio de 2021.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 119/2020 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 29 de janeiro de 2021

ALICE BAYERL GROSSKOPF Prefeita Municipal CONTRATANTE	JOSIANE KEMPER Construtora Fortunato Ltda. CONTRATADO
---	---

EMERSON HINKE  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 14.233

**ADITIVO CONTRATUAL Nº 33/2021**

Publicação Nº 2867365

**ADITIVO CONTRATUAL Nº 33/2021**

Considerando o Contrato nº 80/2018 (referente ao Processo de Licitação Pregão nº 71/2018) e a Requisição 0210/2021, **ACRESCE-SE** 01(um) ponto de internet e prevê a reserva orçamentária:

**NONO ADITIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A.**

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE (CNPJ: 83.102.749/0001-77)**, e de outro lado a empresa **UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A (CNPJ: 02.255.187/0001-08)**, as partes acordam o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ACRÉSCIMO**

Contratação de empresa especializada em fornecimento de sinal de internet via fibra óptica para o CMEI Maria da Glória Pereira Kroll, situado na Rua Francisco Dranka, 23, Fragosos. Previsão de gastos para os meses de Março a Dezembro de 2021.

ITEM	QT	UN	SETOR	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	01	SER	Serviço de instalação	350,00	350,00
02	10	MÊS	Mensalidade referente fornecimento de serviços de comunicação de dados através de link de internet via fibra óptica, com velocidade não inferior a 50 (cinquenta) MB de download e 25 (vinte e cinco) MB de upload, no CMEI Maria da Glória, situada na Rua Francisco Dranka, 23, Fragosos.	129,90	1.299,00
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 1.649,00</b>	

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício 2021:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	05.00	Secretaria Municipal de Educação
Unidade	05.03	Serviço de Educação Infantil
Função	12	Educação
Subfunção	365	Educação Infantil
Programa	11	Educação Infantil
Projeto	2.106	Manutenção e Coordenação das Atividades da Educação
Elemento de Despesa	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Recurso	519	Receitas Impostos e Transf. de Impostos Educação – Dotação 131

**CLAÚSULA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS**

Estas alterações se fazem nos moldes do Art. 57, § 1º, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do Contrato nº 80/2018, permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre, 02 de fevereiro de 2021.

**ALICE BAYERL GROSSKOPF**

Prefeita Municipal  
CONTRATANTE

**FABIANO BUSNARDO**

UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A  
CONTRATADA

**EMERSON HINKE**

Assessor Jurídico  
OAB/SC 14.233

**ADITIVO CONTRATUAL Nº 41/2021**

Publicação Nº 2867379

ADITIVO CONTRATUAL Nº 41/2021

**TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL**

Considerando o Ofício 015PL/2021 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, acréscimo ao contrato nº 119/2020 (originado do processo nº 63/2020, Tomada de Preços.

Considerando a Autorização da Autoridade Superior às alterações;

ACRESCE ao Contrato nº 119/2020, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

QUINTO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA CONSTRUTORA FORTUNATO LTDA OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 119/2020.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS:**

Considerando que o valor a ACRESCER é de R\$ 82.566,42 (oitenta e dois mil quinhentos e sessenta e seis reais e quarenta e dois centavos), EMPENHE-SE o valor de R\$ 82.566,42 (oitenta e dois mil quinhentos e sessenta e seis reais e quarenta e dois centavos),

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 119/2020 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 16 de fevereiro de 2021.

ALICE BAYERL GROSSKOPF Prefeita Municipal CONTRATANTE	JOSIANE KEMPER Construtora Fortunato Ltda. CONTRATADO
---	---

EMERSON HINKE  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 14.233

**ATA (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2021)**

Publicação Nº 2867781

RESUMO DA ATA  
(Pregão Eletrônico nº 03/2020 FMS)

Às 9h do dia 02/03/2020, reuniu-se a Pregoeira deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de material ambulatorial para uso em atendimentos nas unidades de saúde do Município de Campo Alegre/SC. A ata completa está disponível no site Portal de Compras Públicas (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/e3mgKH>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

**ATA CIRCUNSTANCIADA CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2021**

Publicação Nº 2867584

ATA CIRCUNSTANCIADA  
CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2021

Aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um na cidade de Campo Alegre, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se às dez horas, em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz, Irineu Woitskovski Júnior e Ana Flavia Marciniak, integrantes da Comissão de Licitações, responsáveis pelo julgamento do Processo de Chamada Pública nº 1/2021, que tem por objeto aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e/ou do empreendedor familiar rural, para atender os alunos matriculados na rede municipal de ensino deste Município (Infantil e Fundamental), para o exercício 2021. Inicialmente a Presidente declarou aberta a sessão e passou ao recebimento dos envelopes contendo os documentos para habilitação e o projeto de venda, para classificação do único proponente: Cooperativa de Agricultores de Frutas e Verduras de Campo Alegre – COOPERVITA, CNPJ: 20139.855/0001-05, DAP JURÍDICA:



SDW2013985500011911190501. Cadastrou-se na sessão o Sr. Lucimar Hoff como representante da proponente (COOPERVITA). O grupo COOPERVITA classifica-se como GRUPO FORMAL LOCAL. Os documentos apresentados pelo grupo proponente foram passados aos presentes para visto, abaixo relação do projeto de venda vencedor do proponente:

Item	Especificação do Produto	Qtde anual prevista	Unidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	CEBOLA, compacta e firme, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e/ou cortes. Tamanho e coloração uniforme, devendo estar bem desenvolvida, isentas de sujidades e parasitas.	1500	kg	4,19	6.285,00
02	CENOURA, fresca, firme, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanhos regulares, coloração própria da espécie, estar bem desenvolvida.	1500	kg	3,55	5.325,00
03	BETERRABA, fresca, compacta e firme, isentas de enfermidades e sujidades, tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvida.	800	kg	3.85	3.080,00
04	REPOLHO Branco, fresco, liso, tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvido, firme e intacto, sem lesões.	1600	Kg	2.15	3.440,00
05	BRÓCOLIS comum, fresco, devendo estar bem desenvolvido, firme e intacto, isento de enfermidades, parasitas e larvas, material terroso,	1800	Unidade	5.65	10.170,00
06	COUVE-FLOR comum, fresco, devendo estar bem desenvolvido, firme e intacto, isento de enfermidades, parasitas e larvas, material terroso.	1800	Unidade	5.30	9.540,00
07	BATATA, lisa, firme, intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanho uniforme.	2000	kg	4.70	9.400,00
08	ALFACE, tipo crespa e tipo lisa, folhas frescas, firmes e, embaladas em maços de 250g, livres de material terroso, parasitas e outras sujidades.	1000	Unid	2.00	2.000,00
09	ABOBRINHA, superfície lisa, intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanho gráudo, coloração verde característica, casca limpa, sem a presença de areia e poeiras. Parasitas e sujidades.	600	kg	3.50	2.100,00
10	PEPINO SALADA – de ótima qualidade, fresco, firme, gráudo e isento de enfermidades e sujidades. O tamanho e a coloração devem estar uniformes, devendo ser bem desenvolvido.	800	kg	3.35	2.680,00
11	CHUCHU – superfície lisa, intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanho gráudo, coloração verde clara característica. Livre de parasitas e sujidades.	600	kg	3.50	2.100,00
12	FEIJÃO preto, tipo 1, grãos escolhidos, íntegros, sem sujidades, parasitas ou larvas, acondicionados em embalagem própria.	2200	kg	8.20	18.040,00
13	ABÓBORA de pescoço ou abóbora menina, tamanho pequeno. Devem estar firmes e frescas, casca lisa e rijas. Sem a presença de areia e poeiras. Parasitas e sujidades.	400	Kg	3.05	1.220,00
14	BATATA DOCE – de primeira linha, com superfície lisa, intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanho uniforme, alongado, devendo ser gráuda, parasitas e sujidades.	400	Kg	4.15	1.660,00
15	TOMATE – superfície lisa, intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanho gráudo, coloração vermelha característica, limpo, sem a presença de areia, poeiras, parasitas e sujidades e LIVRE DE QUALQUER TIPO DE AGROTOXICO.	1200	kg	6.30	7.560,00
16	BATATA SALSA – de primeira linha, com superfície lisa, intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanho uniforme, alongado, devendo ser gráuda e LIVRE DE QUALQUER TIPO DE AGROTOXICO, parasitas e sujidades.	1000	Kg	7.50	7.500,00
17	Alho – de primeira linha, com superfície lisa, intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanho uniforme, alongado, devendo ser gráuda, parasitas e sujidades.	30	Kg	32.00	960,00
18	Melancia – de primeira linha, com superfície lisa, intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanho uniforme, adequado, devendo ser gráuda e livre de parasitas e sujidades.	6000	kg	2.85	17.100,00
19	Laranja, tipo Pêra ou Bahia, procedente de planta sadia, destinado ao consumo in natura devendo ser entregue fresca, ter atingido o desenvolvimento ideal para consumo, não sendo muito madura, tamanho, aroma, cor e sabor próprios das variedades "Bahia" ou "Pêra". O manejo, transporte e manipulação da fruta não deve acarretar danos físicos ou mecânicos ou prejudicar a conservação da mesma. As frutas devem estar aptas ao consumo imediato, não conter elementos terrosos na casca, parasitas e outras sujidades, bem como produtos químicos ou corpos estranhos no seu interior e exterior. Tamanho médio e uniforme, obedecendo aos padrões da ANVISA	6000	kg	4.70	28.200,00
20	Banana – Banana, tipo caturra ou nanica, climatizada, oriunda de plantas sadias, destinada ao consumo in natura, devendo estar fresca, ter atingido o grau de maturação sem passar do ponto, o qual permita sua conservação durante a semana, mantendo o tamanho, cor, aroma e sabor característicos. A manipulação e o transporte não devem causar danos físicos e mecânicos na fruta e ela deve ser entregue com boa aparência, livre de sujidades e parasitas, corpos estranhos, substâncias terrosas e resíduos de fertilizantes. Deve permitir o consumo imediato.	6000		3.15	18.900,00



21	Maçã – tipo “Gala”ou “Fuji” Extra. As frutas devem ser procedentes de plantas saudáveis, destinadas ao consumo in natura devendo apresentar-se fresca e ter atingido o máximo grau de desenvolvimento, sendo ideal no tamanho, coloração, aroma e sabor próprios da variedade entregue. O seu grau de maturação deve permitir o manuseio, transporte e manipulação das frutas, sem prejudicar sua conservação. As frutas devem estar aptas ao consumo imediato, não conter elementos terrosos na casca, parasitas e outras sujidades, bem como produtos químicos ou corpos estranhos no seu interior e exterior. Tamanho médio e uniforme, obedecendo aos padrões da ANVISA.	4000		6.20	24.800,00
22	Amora preta congelada: fruta inteira (não há necessidade de padronização do tamanho), limpa (sem folhas, ou partes impróprias para o consumo) higienizada e congelada. A higienização deve ser feita com produtos registrados no ministério da Saúde e seguindo criteriosamente e diluição e tempo de contato. A embalagem deve ser plástica, atóxica e transparente, permitindo a visualização da amora. A embalagem deve conter informações da procedência do produto e data de validade. Deve conter no mínimo 75% da validade no momento da entrega.	110		15.00	1.650,00
23	Pinhão de primeira qualidade fresco, íntegro, livre de manchas, danos mecânicos e perfurações de insetos. Embalado em saco de papel conforme peso predefinido para cada unidade escolar.	110	litro	13.00	1.430,00
24	Bolacha de Banana com biomassa: maisena, banana caturra, biomassa (banana caturra verde sem casca, água e ácido cítrico), óleo de palma, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, bicarbonato de amônio. Embalagem de 1 (um) kg.	100		32,00	3.200,00
					188.340,00

Considerando o único Projeto de Venda apresentado e sendo a proponente Grupo Formal, conforme a ordem de prioridade de seleção determinada na Resolução Nº4 de 2 de abril de 2015 e conforme §6º do Art.25 da RESOLUÇÃO Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013, a Comissão julga a COOPERVITA, CNPJ: 20139.855/0001-05 vencedora dos itens da Chamada Pública 1/2021 conforme tabela acima. Nada mais a tratar, encerra-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

### CONVOCAÇÃO Nº 043/2021

Publicação Nº 2867698

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2019  
CONVOCAÇÃO Nº 043/2021

ALICE BAYERL GROSSKOPF, Prefeita Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. MELISSA CARLA CUSTÓDIO VICENTE THOMAZ, inscrita no CPF/MF sob nº 032.533.959-79, aprovada em 51º lugar no Processo Seletivo nº 02/2019, para o Cargo Público de PROFESSOR I, na Função de PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até às 17:00h do dia 23 de fevereiro de 2021, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 17 de fevereiro de 2021.  
ALICE BAYERL GROSSKOPF  
Prefeita Municipal

CARLA LUCIANE FUCKNER KOTOVICZ  
Secretária Municipal de Educação

### CONVOCAÇÃO Nº 044/2021

Publicação Nº 2867702

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019  
CONVOCAÇÃO Nº 044/2021

ALICE BAYERL GROSSKOPF, Prefeita Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. MAIRA ROMMY DA CONCEIÇÃO inscrita no CPF/MF sob nº 058.932.959-60, aprovada em 9º lugar no Concurso Público nº 01/2019, para o Cargo Público e na Função de AGENTE ADMINISTRATIVO II, para assumir o respectivo Cargo Público. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 23 de fevereiro de 2021, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 17 de fevereiro de 2021.  
ALICE BAYERL GROSSKOPF  
Prefeita Municipal

ROSANA EMÍLIA GREIPEL  
Secretária Municipal de Saúde

## CONVOCAÇÃO Nº 045/2021

Publicação Nº 2868478

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2019  
CONVOCAÇÃO Nº 045/2021

ALICE BAYERL GROSSKOPF, Prefeita Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. EMELYN EHLKE, inscrita no CPF/MF sob nº 055.940.379-85, aprovada em 52º lugar no Processo Seletivo nº 02/2019, para o Cargo Público de PROFESSOR I, na Função de PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até às 17:00h do dia 23 de fevereiro de 2021, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 17 de fevereiro de 2021.

ALICE BAYERL GROSSKOPF  
Prefeita Municipal

CARLA LUCIANE FUCKNER KOTOVICZ  
Secretária Municipal de Educação

## DECRETO Nº 13.641 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2868293

GABINETE DA PREFEITA

DECRETO Nº 13.641 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021  
DISPÕE SOBRE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO A PEDIDO.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Inciso II do art. 309 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art. 1º Rescindir a pedido o Contrato de Trabalho Temporário firmado com WANEISSA SCHROTH, registro no sistema sob nº 956096, do Cargo Público de Professor I, na Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 17 de fevereiro de 2021.

Parágrafo único. A Rescisão de que trata o caput deste artigo em atenção ao Requerimento do pedido devidamente assinado pela Servidora Pública Municipal Contratada, protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 17 de fevereiro de 2021 sob nº 008338.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 17 de fevereiro de 2021.

ALICE BAYERL GROSSKOPF  
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/02/2021.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI  
Chefe de Gabinete da Prefeita

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2021**

Publicação Nº 2868761

**CMDCA****Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campo Alegre/SC**

**Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008**  
**Rua Jorge Lacerda, nº 86, Centro, Campo Alegre/SC. CEP: 89294-000**  
**Fone: 47 3632-1568 – [cmdca@campoalegre.sc.gov.br](mailto:cmdca@campoalegre.sc.gov.br)**

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2021**

Torna público a seleção pública de Projetos para financiamento dos recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campo Alegre – CMDCA/CA para o ano de 2021.

**1 – INFORMAÇÕES GERAIS**

**1.1.** O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, representado pela sua Presidente, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal nº 3.425/08, resolve tornar público o presente Edital, declarando que estão abertas as inscrições e entrega dos Projetos de Entidades não Governamentais e Programas Governamentais, de Atendimento a Crianças e Adolescentes, visando a inscrição e seleção de projetos apresentados pelas Entidades da Sociedade Civil, viabilizando a celebração de parcerias, em regime de mútua colaboração, pelo presente Edital, dos recursos captados junto ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – FIA, de acordo com as regras e normas previstas neste Edital.

**1.2.** O projeto aprovado será repassado mediante Termo de Colaboração, via contribuição financeira com recursos do FIA, devendo a Entidade proponente apresentar projeto e Plano de Trabalho, expondo como a organização atuará, conforme o presente Edital.

**1.3.** Fazem parte deste Edital:

- a)** Anexo I – Formato do Projeto;
- b)** Anexo II – Documentos exigidos para o repasse da contribuição financeira;
- c)** Anexo III – Plano de Trabalho;
- d)** Anexo IV – Declarações;
- e)** Anexo V – Minuta do Termo de Colaboração.

**2 – OBJETIVO**

**2.1** Selecionar novos projetos de Entidades privadas sem fins lucrativos registradas no CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de cunho social ou projetos com o objetivo de incentivar, apoiar, promover, atender, que contribuam para a promoção, garantia, defesa, atendimento de crianças e adolescentes.

**3 – DO RECURSO FINANCEIRO**

**3.1.** O CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente destinará a quantia de R\$ 88.126,75 (oitenta e oito mil cento e vinte e seis reais e setenta e cinco centavos).

**3.1.1** As despesas provenientes da execução deste Edital de Chamamento serão custeadas por conta da Dotação Orçamentária do exercício financeiro de 2021:

**Órgão 93** – Fundo da Infância e Adolescência

**Unidade 01** – Manutenção das Atividades da Infância e Adolescência

**Ação 2.122** – Manutenção e Coordenação das Atividades

**Elemento de Despesas:** (1) 3.3.50.41.00.00.00.00.0859 – Contribuições até valor de R\$ 33.126,75 (trinta e três mil cento e vinte e seis reais e setenta e cinco centavos) e (8) 3.3.50.43.00.00.00.00.0859 – Subvenção Social até o valor R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).

**3.2.** Os Projetos voltados a área de assistência social, saúde ou educação são classificados como Subvenção Social e terá valor disponível de até R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) para ratear entre os projetos apresentados (desde que aprovados) para esta finalidade.

**3.3.** Os Projetos voltados as demais áreas, ou seja, nos setores não abrangidos pela subvenção social, são classificados como Contribuições e terá valor disponível de até R\$ 33.126,75 (trinta e três mil cento e vinte e seis reais e setenta e cinco centavos) para ratear entre os projetos apresentados (desde que aprovados) para esta finalidade.

**3.3.1** Somente será contemplado um projeto por Entidade.

#### **4 – DOS EIXOS**

**4.1.** O projeto deve contemplar, cumulativamente ou não, aspectos que envolvam necessariamente ações relacionadas a atenção de crianças e adolescentes, sob a orientação e recomendação do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescente de Campo Alegre – 2018/2027), com base nos seguintes eixos:

**a) Eixo 1** – Promoção dos direitos de crianças e adolescentes:

- Promoção da cultura do respeito e da proteção aos direitos humanos de crianças e adolescentes no âmbito da família, das instituições e da sociedade; - Universalização do acesso a políticas públicas de qualidade que garantam os direitos humanos de crianças, adolescentes e suas famílias e contemplem a superação das desigualdades, com promoção da equidade e afirmação da diversidade.

**b) Eixo 2** – Proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente:

- Universalização e fortalecimento dos conselhos tutelares, objetivando a sua atuação qualificada; - Proteção especial a crianças e adolescentes com seus direitos ameaçados ou violados.

**c) Eixo 3** – Participação de crianças e adolescentes:

- Fomento de estratégias e mecanismos que facilitem a expressão livre de crianças e adolescentes sobre os assuntos a eles relacionados e sua participação organizada, considerando sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento.

**d) Eixo 4 – Controle Social da efetivação dos direitos:**

- Universalização e fortalecimento dos conselhos de direitos da criança e do adolescente para assegurar seu caráter paritário, deliberativo e controlador, garantindo a natureza vinculante de suas decisões.

**e) Eixo 5 – Gestão da política:**

- Fomento e aprimoramento de estratégias de gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes fundamentadas nos princípios da indivisibilidade dos direitos, descentralização, intersetorialidade, participação, continuidade e corresponsabilidade dos três níveis de governo, efetivação da prioridade absoluta no ciclo e na execução orçamentária das três esferas de governo para a Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, garantindo que não haja cortes orçamentários, qualificação de profissionais para atuarem na rede de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes com especial atenção para a formação continuada de conselheiras e conselheiros dos direitos e tutelares, implementação de monitoramento gerencial do Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e do seu respectivo orçamento, produção de conhecimentos sobre a infância e a adolescência, aplicada ao processo de formulação de políticas públicas.

**4.1.1.** Os projetos que contemplem as práticas desportiva, deverão observar a Resolução nº 155/2012 do CONANDA, sendo priorizado o atendimento de projetos que visem o desporto educacional e o desporto de participação.

**4.1.2.** Projeto relacionado ao desporto de rendimento, caso haja recurso excedente nas diversas áreas.

**4.2.** Todos os projetos devem estar direcionados para o Município de Campo Alegre/SC.

**4.3.** Não serão objetos de financiamento:

**a)** projetos de políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo próprio;

**b)** projetos que visem o pagamento de funcionários e equipamentos para o setor administrativo da Entidade bem como aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e adolescência, de acordo com o Art. 16, Parágrafo único, da Resolução 137/2010 do CONANDA;

**c)** projetos com prazo de execução superior a 31.12.2021;

**d)** projeto realizado nos últimos 03 anos, de forma consecutiva, em atendimento ao inciso I, Art. 15 da Resolução 137/2010 do CONANDA;

**e)** despesas com uso de veículo/transporte que não tenha comprovação de vínculo com a Entidade contemplada;

**f)** projetos que prevejam contrapartida financeira ou por meio de prestação de serviços do público-alvo.

**4.4** Em caso de utilização de veículo/transporte, é necessário a observância das normas regulamentadora junto aos órgãos competentes de trânsito, sendo vedado a utilização de veículo particular.

## **5 – TERMO DE COMPROMISSO**

**5.1.** A Entidade proponente, aceita as condições estabelecidas por este Edital e se responsabiliza por todas as informações contidas na sua proposta e no seu cadastramento, comprometendo-se a comprovar a veracidade destas quando for solicitada.

**5.2** A instituição beneficiada deverá divulgar a execução do projeto, afixando em local público e encaminhando à Assessoria de Comunicação Social do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., para divulgação, constando o nome do Projeto, o objetivo, período de vigência, o valor recebido e que o mesmo foi contemplado com recursos do FIA – Fundo da Infância e Adolescência.

**a)** a divulgação deve ser comprovada juntamente na prestação de contas do referido projeto.

**5.3** A não observância destas condições, inclusive a alínea “a”, do item 5.2 deste Edital, implica o cancelamento automático da proposta, inclusive com a devolução total dos recursos subvencionados, caso já tenha recebido o recurso e na exclusão do proponente de eventual solicitação de recursos do FIA deste Edital, estando também sujeita às penalidades previstas em lei.

**5.4.** Havendo a utilização de veículo/transporte custeado pelo projeto, incluindo despesas com combustível, deverá a Entidade solicitante especificar a quilometragem estimada de deslocamento e a finalidade e vínculo com o projeto.

## **6 – REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO EDITAL**

**6.1.** A qualquer tempo o presente Edital poderá ser revogado ou anulado, por motivo de interesse público, no todo ou em parte, sem que isso implique o direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

## **7 – REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO**

**7.1.** Poderão participar desta seleção de projetos sociais as Entidades registradas no CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que atendam aos seguintes requisitos:

**a)** Estar em dia com o registro no CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, durante a vigência do projeto; e

**b)** não possuir prestação de contas pendentes de aprovação.

**§ 1º** É vedada a participação no presente Chamamento Público de Organização da Sociedade Civil (OSC) que tenha em seu quadro de dirigente: membro de Poder Executivo ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou Entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

**§ 2º** Ficarão impedidas de participar no presente Edital, as Entidades da Sociedade Civil que não atenderem as exigências da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações, bem como aquelas impedidas de contratar ou celebrar contratos e parcerias com a Administração Pública.

## **8 – INSCRIÇÃO**

**8.1.** As Entidades interessadas em participar do processo de seleção deste Edital, deverão protocolar por ofício de seus Projetos no Serviço de Protocolo do Poder Executivo do Município de Campo Alegre “Prefeitura”, sito na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro – Anexo ao Prédio Sede, no horário das 08h às 12h e das 13h às 16h, no período de **22 de fevereiro de 2021 a 22 de março de 2021**, devendo protocolar em envelopes lacrados separadamente:

**a)** O Projeto (conforme Anexo I) em 01 (uma) via impressa, apresentar três orçamentos para cada objeto/profissionais a ser adquirido/contratados, com CNPJ/CPF, data de emissão, nome, papel timbrado e/ou carimbo da empresa/pessoa física; e em caso de impossibilidade de apresentação de mais de um orçamento, apresentar a carta de exclusividade do fornecedor ou a justificativa;

**b)** Documentos descritos no Anexo II – “Documentos exigidos para o repasse”, Plano de Trabalho estabelecido no Anexo III; e Declarações estabelecidas no Anexo IV, devidamente assinadas e em papel timbrado da instituição.

**8.3.** Não haverá cobrança de taxa de inscrição e não serão aceitas inscrições via e-mail ou por via correio.

**8.4.** Em caso de necessidade de diligências, quando das inscrições dos Projetos suscitarem dúvidas ou contiverem informações incompletas, os interessados terão prazo de quarenta e oito horas para o envio das respostas necessárias ao esclarecimento de dúvidas ou complementação de informações, sob pena de desclassificação automática.

**8.5.** Com a inscrição do Projeto, a Entidade autoriza desde já, sem quaisquer ônus, a utilização do nome, imagem e voz dos dirigentes e demais profissionais envolvidos com a prática, bem como o Projeto no todo ou em parte, seja para fins de pesquisa ou divulgação em qualquer meio de comunicação, por prazo indeterminado.

**8.6.** No quadro do orçamento do Projeto deverá constar a quantidade de itens que será adquirido, bem como o valor do item de acordo com a média calculada, conforme item 16 do Anexo I.



**8.7** O valor do item a ser adquirido deverá ser feito pela média dos três orçamentos para cada bem e/ou serviço que se deseja adquirir/contratar, que deverá ser lançada no quadro de cotação e com as devidas médias calculadas.

**8.8** Para a prestação de contas, o produto/serviço a ser adquirido deverá estar dentro da média de preços apresentada no quadro de orçamento do Projeto, devendo apresentar no mínimo três orçamentos obtidos na tomada de preço, quando de sua compra.

## **9 – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO**

**9.1** A **Comissão de Seleção de Projetos** analisará o atendimento dos critérios de elegibilidade dos proponentes e o enquadramento dos Projetos nas normas deste Edital. A seleção será desenvolvida nas seguintes etapas:

- a)** Abertura das propostas para seleção dos Projetos e verificação dos documentos no dia **24 de março de 2021**, de modo a verificar os requisitos deste Edital;
- b)** Visitas de campo, caso necessário, que ratificarão as informações prestadas e coletarão dados adicionais, se for o caso;
- c)** Caso o projeto não esteja de acordo com o Edital o mesmo será desclassificado;
- d)** Os projetos classificados passarão pelos critérios de avaliação proposto no item 9.3 deste Edital, onde serão habilitados e encaminhados a plenária do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Campo Alegre/SC;
- e)** Os projetos habilitados passarão por deliberação, em reunião plenária, do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Campo Alegre/SC., no dia **30 de março de 2021**, de forma a garantir a adequação dos Projetos inscritos aos objetivos deste Edital; e serão publicados;
- f)** Após o prazo para apresentação de recurso previsto no item 12.1 deste Edital, os projetos aprovados seguem para homologação conforme o item 12.2 deste Edital.

**9.2.** Os Projetos aprovados pelo CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente serão encaminhados ao Controle Interno do Município de Campo Alegre/SC., com a documentação referente ao Anexo II que procederá com a tramitação burocrática.

**9.3.** Dos critérios de avaliação serão:

<b>a) Cumprimento dos Objetivos (50 Pontos)</b>					
	Atende (Nota 50)	Atende Parcialmente (Nota 25)		Não Atende (Nota 0)	
	Nota máxima atribuída	Nota obtida	Nota máxima atribuída	Nota obtida	
Adequação ao tema, de acordo com os eixos do item 4 deste Edital.	10		5		
Qualidade técnica do Projeto.	10		5		

Metodologia aplicada.	10		5		
Clareza, pertinência e exequibilidade dos objetivos.	10		5		
Atividades e resultados esperados.	10		5		

**b) Impacto social da iniciativa (benefícios gerados com a implantação do projeto). (35 Pontos)**

	Atende (Nota 35)		Atende Parcialmente (Nota 23)		Não Atende (Nota 0)
	Nota máxima atribuída	Nota obtida	Nota máxima atribuída	Nota obtida	
Contribuição para o fortalecimento da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	15		10		
Abrangência da proposta a público em qualquer situação de vulnerabilidade.	12		8		
Benefícios sociais gerados para o público diretamente ou indiretamente envolvido.	8		5		

**c) Inovação e criatividade (15 Pontos)**

	Atende (Nota 15)		Atende Parcialmente (Nota 7)		Não Atende (Nota 0)
	Nota máxima atribuída	Nota obtida	Nota máxima atribuída	Nota obtida	
Práticas inovadoras que promovam a garantia de direitos e a sustentabilidade das ações proposta.	15		7		

**9.4.** A pontuação total será de 0 a 100 (zero a cem) e serão escolhidos os Projetos com maior pontuação.

**9.5.** O critério de desempate serão os elencados no item acima na ordem em que se encontram. Em persistindo o empate, a plenária do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Campo Alegre/SC., fará o desempate tendo como referencial o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescente do Município de Campo Alegre/SC.

**9.6** No caso de apresentação de mais de um projeto por Entidade, será analisada a abrangência/público alvo e finalidade e poderá ser considerada a designação de prioridade apontada pela Entidade.

**10 – ROTEIRO OBRIGATÓRIO DO PROJETO:**

**10.1.** O Projeto deve ser apresentado no modelo fornecido no Anexo I, denominado “Formato do Projeto”, deste Edital, devendo, obrigatoriamente conter a descrição detalhada das atividades previstas durante a execução do projeto.

**11 – DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS**

**11.1.** O resultado da seleção estará disponível na página oficial do Município de Campo Alegre/SC., [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br), e no Diário Oficial dos Municípios – DOM após aprovação em reunião plenária do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Campo Alegre/SC.

**11.2.** A Entidade também será notificada por e-mail sobre a aprovação de seu projeto (salientando que será utilizado o e-mail informado no Projeto).

**11.3.** Os Projetos das Instituições vencedoras receberão a importância a eles destinados de acordo com o cronograma de desembolso de cada um, ou seja, o desembolso poderá ser em parcelas.

**12 – DO RECURSO ADMINISTRATIVO**

**12.1.** Poderá ser apresentado recurso contra o resultado preliminar, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação da decisão, apresentando justificativa e/ou documentos que fundamentem a revisão do Projeto.

**12.2** Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, os Projetos selecionados serão homologados, divulgados e publicados na página oficial do site oficial do Município de Campo Alegre/SC. e no DOM – Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina.

**13 – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**13.1.** Os Projetos das Entidades selecionados deverão prestar contas junto ao Serviço de Controle Interno do Município de Campo Alegre/SC.

**13.2.** A prestação de contas será analisada e aprovada pelo CMDCA– Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Município de Campo Alegre/SC., após o encaminhamento do Serviço de Controle Interno do Município de Campo Alegre/SC., sendo que, a partir do parecer do CMDCA, este poderá emitir seu parecer, conforme prevê a Instrução Normativa do Tribunal de Contas nº 14/2012.

**13.3.** Quando da prestação de contas, no caso de aquisição de equipamentos, materiais permanentes ou de consumo para a execução do projeto, deverá ser apresentada a nota fiscal original que relacione os bens adquiridos contendo, quantidade, preço unitário e preço total de cada item.

**13.4.** No caso de cursos e palestras deverá ser apresentado ficha de inscrição, lista de presença dos participantes com número do RG ou CPF/MF, fotos do evento além de outros

documentos comprobatórios que a Entidade julgar pertinente apresentar para comprovar a realização do evento.

**13.5.** As contas apresentadas e não aprovadas pelo órgão competente, após parecer do Serviço de Controle Interno, será notificada a Entidade, a qual deverá no prazo imprerível de 05 (cinco) dias a partir da notificação, devolver os valores recebidos devidamente atualizados segundo os índices oficiais (UFM – Unidade Fiscal Municipal), sob pena das consequências previstas na legislação vigente, de ordem administrativa, civil e criminal, bem como daquelas previstas no item 5.3.

**13.6.** Ressalta-se que na conta bancária exclusiva não será admitida nenhuma movimentação financeira que não seja do projeto, e ainda, a prestação de contas deverá cumprir a Instrução Normativa nº 14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.

#### **14 – CRONOGRAMA/PRAZOS**

**a)** Publicação dos projetos pré-selecionados, dando prazo para interposição de recurso: até 5 (cinco) dias úteis após a deliberação e divulgação pelo CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Campo Alegre/SC;

**b)** análise das interposições de recurso: até 2 (dois) dias úteis;

**c)** homologação e divulgação do resultado dos projetos aprovados, no primeiro dia útil após o fim do prazo para interposição de recursos ou da análise de recursos que vierem a ser interpostos.

#### **15 – INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

**15.1.** A liberação dos recursos será após aprovação de Lei específica, aprovada pela Câmara Municipal de Vereadores e respeitando o cronograma do Serviço de Controle Interno e da Secretaria Municipal de Finanças do Município de Campo Alegre/SC.

**15.2** Havendo sobra de recurso, oriundo da economia do Município na execução do Projeto, a Entidade poderá solicitar ao CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Município de Campo Alegre/SC., a ampliação da quantidade dos objetos/itens solicitados, previsto no item 16 do Anexo I, deste Edital. A Entidade poderá solicitar diretamente a plenária do CMDCA, sem necessidade do parecer da Comissão, uma vez que esta está ciente do Projeto.

**15.3.** O descumprimento de qualquer uma das regras que regulamentam o presente Edital acarretará a desclassificação da Entidade.

**15.4.** Os casos omissos serão resolvidos pelo CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Campo Alegre/SC.

**15.5.** Das decisões sobre a improcedência apreciando o recurso administrativo interposto pela parte preterida não caberá novo recurso.

**15.6.** Todos os projetos em execução poderão ser fiscalizados a qualquer momento pelos Conselheiros do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Município de Campo Alegre/SC., independente de prévio aviso.

#### **16 – DO FORO**

**16.1** Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., renunciando as partes a qualquer outro foro, mesmo que privilegiado.

Campo Alegre/SC., 17 de fevereiro de 2021.

#### **BRIGITTE SUELI DEN AKKER STEUERNAGEL**

Presidente do CMDCA – Conselho Municipal  
dos Direitos da Criança e do Adolescente  
do Município de Campo Alegre/SC.

Publicado o Presente Edital de Convocação nº 01/2021 aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte um, no Diário Oficial dos Municípios – DOM, e nos seguintes locais: Mural no Prédio Sede da Prefeitura Municipal; Mural no Prédio Sede da Câmara de Vereadores; Mural no Prédio Sede do Fórum Municipal “Casa da Cidadania”; na Sala sede do CMDCA; Mural no Prédio Sede da Casa da Cultura; no Mural do Prédio Sede Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde e no Mural do Prédio Sede da Secretaria Municipal de Assistência Social.

## PAPEL TIMBRADO DA ENTIDADE

## ANEXO I – FORMATO DO PROJETO

Deverão ser redigidos conforme normas da ABNT (espaçamento entrelinhas 1,5 cm; fonte times new Roman ou arial, altura da fonte 12, margem superior e esquerda 3 cm, margens direita e inferior 2,5 cm; alinhamento justificado, folha A4 impressa no formato “retrato”).

## 1. Resumo do Projeto

Entidade	Razão Social completa
Endereço	Rua, número, Bairro
Fone	nº
Responsável pelo Projeto / fone / e-mail (deve conter 2 pessoas)	Nome completo
Nome do Projeto	Nome completo
Objetivo geral	
Objeto a ser financiado	
Público alvo/faixa etária	
Quantidade de atendimento	
Horário de funcionamento do projeto	
Valor solicitado ao CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Campo Alegre/SC.	
Valor Total do Projeto	
Prioridades do Projeto	

**2.DADOS INSTITUCIONAIS**

- a. Nome do Projeto/Título;
- b. Instituição responsável e logotipo se houver;
- c. Endereço;
- d. nº Fone;
- e. Ano de fundação da Entidade;
- f. Missão da Entidade;
- g. Diretoria da Entidade;
- h. Nome dos responsáveis pela execução do projeto.

Nome	Função	Fone/E-mail

**2.1.IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

A Entidade deverá informar os objetivos previstos em seu Estatuto;

Descrever as suas atividades fins realizadas;

Sustentabilidade financeira e administrativa;

Breve histórico da Entidade.

**3. APRESENTAÇÃO COM JUSTIFICATIVA DO PROJETO**

O solicitante do recurso deve apresentar de uma forma clara, sucinta e objetiva o seu Projeto para o financiador entendê-lo.

O solicitante do recurso deve explicar e responder às questões: por que e para que executar o Projeto?

Deve descrever as demandas verificadas no contexto que levaram à elaboração deste Projeto. Mencione dados específicos para justificar tais demandas.



### 3.1 OBJETO A SER FINANCIADO

Descrição do que será o objeto do financiamento.

Isso deve estar claro, objetivo e especificando o tipo (“atendimento”, aquisição de equipamento) desde que esteja de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Atenção: objeto é o que será comprado o que diferente de objetivo que significa o que pretende atender, o resultado esperado com o Projeto.

### 4. PÚBLICO ALVO

Quem direta e indiretamente serão os beneficiários deste Projeto.

Quantos recebem 100% de gratuidade e quantos são os beneficiários diretos pagantes parcial ou integralmente (quando for o caso).

De preferência deve quantificar os beneficiários diretos e indiretos.

Enviar em anexo relação com os nomes e o percentual de desconto (gratuidade) da mensalidade recebido por cada beneficiário.

População	Nº de atendimento direto	Nº de atendimentos indireto	Quantidade de atendimentos gratuitos	Quantidade de atendimentos com gratuidade parcial	Quantidade de atendimentos pagamento integral
Crianças					
Adolescentes					
Jovens (18 a 25 anos)					
Adultos					
Famílias (se houver)					
Técnicos/profissionais					
Total					

### 5. OBJETIVOS

#### 5.1 GERAL

Qual o impacto, mudança de contexto, que este projeto visa causar?

## 5.2 ESPECÍFICOS

- Informar quais são as condições/situações que serão contempladas devido à realização das ações propostas neste Projeto;
- Os objetivos específicos deverão ser claros e mensuráveis;
- O que será efetuado para atingir o objetivo geral.

## 6. ATIVIDADES EXECUTADAS:

Descrição detalhada das atividades previstas para a execução do Projeto.

## 7. METODOLOGIA

Descrever detalhadamente, passo a passo, a metodologia que será utilizada para realização das ações planejadas.

## 8. INDICADORES DE RESULTADOS

Para cada atividade principal, preencha a tabela abaixo informando quais são os indicadores que serão verificados para determinar o cumprimento dos objetivos específicos do Projeto;

Os indicadores são verificações, acontecimentos, ocorrências ou dados mensuráveis que comprovam que o projeto teve efeitos e causou mudanças no grupo beneficiário;

Demonstrar que houve fortalecimento comunitário, um indicador possível é o aumento do número de pessoas beneficiadas na comunidade, todo indicador é necessário que seja mensurável.

Atividade	Indicadores de Progresso	Meios de verificação

## 9. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Atividade	Período											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12

**10. EQUIPE TÉCNICA DA ENTIDADE**

Devem constar os nomes, formação e funções das pessoas envolvidas na elaboração do Projeto. Se os profissionais são contratados com registro ou voluntários e a carga horária de cada um.

Nome	Formação	Função	Carga horária semanal	Vínculo empregatício

**11. DESCRIÇÃO DA CONTRAPARTIDA**

Descreva quais os recursos materiais, humanos e tecnológicos, espaço físico e parcerias com que a organização já conta e que serão utilizados na execução deste Projeto.

**11.1 Contrapartida**

Caso existir a contrapartida deve ser mencionado. Deve ser real e pode ser financeira ou não. Por exemplo: sala de aula para execução de curso.

**11.2 Parceiros**

Também deve mencionar outras parcerias estabelecidas para execução do Projeto, fontes de apoio e de financiamento – caso existam, especificando as funções de cada uma.

Organização	Principais funções no Projeto
Nome completo	
Nome completo	

**12. SUSTENTABILIDADE**

Descreva os elementos abaixo e outros que favorecem a continuidade do Projeto e de seus resultados em longo prazo.

**13. FINANCEIRO**

Presença de outras fontes de financiamento ou empreendimento de autofinanciamento. Deverão constar os nomes.

**13.1 TÉCNICO**

Recursos humanos.

Deverá ser englobada a equipe técnica.

**13.2 COMUNITÁRIO**

Apropriação do Projeto pela comunidade.

**14. COMUNICAÇÃO DO PROJETO**

Como a Entidade solicitante de recursos divulgará suas ações aos parceiros, líderes, autoridades governamentais, público interno, sociedade em geral e formadores de opinião nos assuntos relacionados à criança e ao adolescente no Município em Campo Alegre/SC.

É obrigação da Entidade divulgar o recebimento de recursos do FIA por meio de comunicação visual (placa, banner) fornecido pelo CMDCA– Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Município de Campo Alegre/SC., ou confeccionada pela Entidade conforme modelo fornecido pelo CMDCA.

Tipo de Mídia	Quantidade

**15 – MÉDIAS DOS ORÇAMENTOS**

O quadro de média dos itens a serem adquiridos deverá conter os valores apresentados em cada orçamento para cada item, após lançado os valores individuais será extraído a média multiplicando por 3. Este valor será lançado no quadro do Orçamento no item 16.

Objeto	Orçamento 1 R\$	Orçamento 2 R\$	Orçamento 3 R\$	Média R\$
Total				

**16 ORÇAMENTO**

O orçamento deve conter os itens que serão adquiridos e os respectivos preços, com descrição dos itens/serviço pesquisados. Para cumprir as exigências legais, Lei Federal nº 8.666/93, é importante que seja apresentado, em anexo, orçamentos de três fornecedores para cada produto a ser adquirido, em papel timbrado do fornecedor ou por meio de correspondência eletrônica com nº do CNPJ/MF incluso.

O orçamento deve estar de acordo com a média calculada no quadro anterior e com o preço de mercado porque o CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Município de Campo Alegre/SC., analisará os custos reais da solicitação e, valores subfaturados ou superfaturados podem fazer com que o Projeto não seja aprovado.

Em caso de contratação de profissional, o mesmo deverá constar as horas a serem utilizadas, o valor de cada hora e na prestação de contas deverá ser apresentado o contrato de prestação de serviço ou o documento legal de voluntariado.

OBJETO	QUANTIDADE	VALOR MÉDIO UNITÁRIO(R\$)	VALOR TOTAL (R\$)

#### 17. CRONOGRAMA

Desenvolver quadro sintético e de fácil visualização das etapas do projeto; definir o calendário com margem de segurança, representando capa Município física, organizacional e financeira da Entidade.

NATUREZA DA DESPESA	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	TOTAL 1º SEM
1. CUSTOS FIXOS							
TOTAL GERAL R\$							

#### 18. VALOR DO PROJETO

Deverá constar o valor solicitado ao CMDCA– Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Município de Campo Alegre/SC., para execução do Projeto.

Valor solicitado ao CMDCA: R\$

Valor da contrapartida: R\$

Valor total do projeto: R\$

Campo Alegre/SC., de de 2021.

**Assinatura do responsável e Cargo**

## 19 ANEXOS

Os anexos poderão ser: relação de nomes das crianças e adolescentes atendidas; cópia dos orçamentos de fornecedores utilizados para elaborar o custo do Projeto incluindo quantidades e fotos, etc...

**ANEXO II – DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O REPASSE DA CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA**

01	Cópias das atas de Posse da atual Diretoria e Conselho Fiscal, devidamente autenticadas em Cartório.
02	Cópia do Estatuto Social da Entidade, registrado no Cartório competente e suas alterações, regulamentos ou compromissos da instituição, deve estar de acordo com o novo Código Civil (artigos 44 a 61 e seguintes), o Estatuto deve ser completo e Digitado, descrevendo a Entidade como sem fins lucrativos, e observa: Finalidade da Entidade, Mandato da Diretoria, Dissolução e demais preceitos do Código Civil.
03	Cópia autenticada do CPF/MF e do RG do Presidente, do Diretor Financeiro/Tesoureiro, e do Presidente do Conselho Fiscal.
04	Atestado de funcionamento regular da Instituição, fornecido pelo Conselho Municipal ou órgão de fiscalização com jurisdição sobre a Entidade do Município a que pertencer a Entidade, com data de emissão não superior a 12 meses.
05	Declaração original e recente do Gerente da Agência Bancária, comprovando que a Entidade é correntista e que mantém a conta ativa. A conta precisa ser específica para recebimento de subvenção/contribuição (custeio) e/ou para recebimento de auxílio (capital permanente). Para receber nas duas modalidades, subvenção/contribuição (custeio) e auxílio (capital permanente) a Entidade vai precisar de duas contas distintas. Para os casos de Subvenção, a Declaração da Agência Bancária deverá constar o nome da Entidade – Subvenção/Contribuição, para os casos de auxílio, a Declaração Bancária deverá constar o nome da Entidade – Auxílio. Ambas as Declarações precisam apresentar o CNPJ/MF da Entidade, número da Agência, Dígito e o número da Conta Corrente e seu respectivo dígito (validade: 60 dias).
06	Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF da Entidade. Poderá ser obtido no site da Receita Federal do Brasil – <a href="http://www.receita.fazenda.gov.br">www.receita.fazenda.gov.br</a> (entrar em pessoa jurídica situação cadastral).
07	Comprovante de endereço da Entidade e do seu representante legal (conta de água, ou de Energia Elétrica, telefone, ou Contrato de Locação).
08	Relatório das atividades realizadas pela Entidade no período de um ano (janeiro a dezembro do ano anterior), contendo as seguintes informações: objetivo, justificativa, número de pessoas atendidas, e se os resultados propostos foram atingidos ou não, justificando.
09	Plano de Trabalho (Anexo III) completo assinado pelo Presidente da Entidade, constando: a) Identificação e credenciais do proponente, objetivos sociais da Entidade, com informações relativas à capa, Município, técnica e operacional para a execução do objeto. b) Descrição do título, do objeto e da finalidade do Projeto, de modo a permitir a identificação da necessidade que se pretende realizar ou obter, bem como região e/ou comunidade beneficiada. c) Justificativa contendo a caracterização do interesse público do objeto, evidenciando os benefícios econômicos e sociais a serem obtidos. d) Especificação de todas as demais fontes de recursos que irão financiar o objeto, com os valores estimados, se for o caso. e) Plano de Aplicação com orçamento detalhado dos bens e serviços a serem adquiridos ou contratados. f) Cronograma Físico de execução. g) Cronograma Financeiro de Desembolso. h) Especificação completa dos bens a serem produzidos ou adquiridos, bem como dos serviços a serem contratados, discriminando o custo de sua aquisição no mercado.
10	Declaração assinada pelo Presidente atual da Entidade, pelo Diretor Financeiro/Tesoureiro, e pelo Presidente do Conselho Fiscal, pela correta aplicação dos recursos recebidos. Com firma



	reconhecida em Cartório, no Original. Anexo IV.
11	Cópia do Alvará de Funcionamento fornecido pelo Serviço de Tributação do Município de Campo Alegre/SC.
12	Cópia da Lei Municipal que declarou de Utilidade Pública.
13	Certidão Negativa de Débitos – CND ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa – CPD-EN emitido pela Previdência Social.
14	Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF.
15	Certidão Negativa de Débitos Municipal, Estadual e Federal.
16	Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do art. 29, inciso V, da Lei 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos.
17	Declaração de capa Município de aplicação de Contrapartida Financeira, no percentual mínimo de 20% do recurso solicitado (Anexo IV).
18	Certificado de Regularidade de Entidade Pública válido, emitido pela Câmara Municipal de Vereadores.

PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO

**ANEXO III – PLANO DE TRABALHO****PLANO DE TRABALHO 1/3****1 - DADOS CADASTRAIS**

Proponente			CNPJ/MF nº	
Endereço				
Município		UF.	CEP:	DDD/Fone
Conta Corrente nº	Banco	Agência nº	Praça de Pagamento	
Nome do Responsável			CPF/MF nº	
RG/Órgão Expedidor	Cargo	E-mail		
Endereço				CEP:

**2 - DESCRIÇÃO DO PROJETO**

Título do Projeto:	Período de Execução	
	Início	Término
Identificação do Objeto:		
Justificativa:		

**PLANO DE TRABALHO 2/3****3 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)**

Meta	Etapa	Especificação	Indicador Físico		Custo Total	Duração	
	Fase		Unidade	Quantidade		Início	Término

**4 - PLANO DE APLICAÇÃO (R\$)**

Código	Especificação Natureza da Despesa	Recebimentos	Pagamentos
Total Geral R\$			

**PLANO DE TRABALHO 3/3****5 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$)****CONCEDENTE**

Meta	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho
Meta	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro

**PROPONENTE**

Meta	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho
Meta	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro

**6 – DEFERIMENTO SOLICITADO**

Na qualidade de representante legal do conveniente, peço deferimento ao que ora é solicitado para fins de desenvolver o Plano de Trabalho proposto no ano de 2021.

Campo Alegre/SC., de                      de 2021.

**Assinatura do Conveniente**

**7 – MANIFESTAÇÃO DO CONCEDENTE**

Deferido Campo Alegre/SC., de                      de 2021.	Assinatura Concedente
Indeferido Campo Alegre/SC., de                      de 2021.	Assinatura Concedente

PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO

**ANEXO IV – DECLARAÇÕES**

**DECLARAÇÃO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

Na qualidade de representantes legais da Entidade \_\_\_\_\_,  
estabelecida a Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Município de Campo  
Alegre/SC., CEP: 89294-000, Inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_.

Declaro para os devidos fins que nos comprometemos em receber, aplicar e prestar contas dos recursos que nos forem concedidos pelo FIA – Fundo da Infância e Adolescência do Município de Campo Alegre/SC., na forma de Subvenção Social/Contribuição no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento não podendo exceder o último dia do exercício de 2021.

Para maior clareza, firmamos a presente Declaração.

Campo Alegre/SC., \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

**Assinatura do Presidente com firma reconhecida**

**RG nº: \_\_\_\_\_ CPF/MF nº: \_\_\_\_\_**

**Assinatura do Tesoureiro com firma reconhecida**

**RG nº: \_\_\_\_\_ CPF/MF nº: \_\_\_\_\_**

PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO

**DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA**

Na qualidade de representantes legais da \_\_\_\_\_, estabelecida a Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Município : \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, Declaro para os devidos fins que nos comprometemos em aplicar a contrapartida mínima exigida dos recursos que nos forem concedidos pelo Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., de acordo com o Plano de Trabalho apresentado.

Para maior clareza, firmamos a presente Declaração.

Campo Alegre/SC., de \_\_\_\_\_ de 2021.

**Assinatura Presidente com firma reconhecida**

RG nº \_\_\_\_\_ CPF/MF nº \_\_\_\_\_

**Assinatura Tesoureiro com firma reconhecida**

RG nº \_\_\_\_\_ CPF/MF nº \_\_\_\_\_

**ANEXO V – Minuta do Termo de Colaboração****TERMO DE COLABORAÇÃO Nº /2021**

**QUE ENTRE SI CELEBRAM O FIA – FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., E A (NOME DA ENTIDADE BENEFICIADA) PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

Pelo presente instrumento, de um lado o **FIA – Fundo da Infância e Adolescência** do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob nº 15.511.879/0001-03, com sede e foro na Rua Jorge Lacerda, nº 86, Centro, neste ato representado por seu Gestor , portador do RG nº e do CPF/MF nº , designado por meio da Portaria nº , doravante denominado CONCEDENTE e do outro lado a Entidade , com sede na Rua , inscrita no CNPJ/MF sob nº , neste ato representada pela seu Presidente, , residente e domiciliado na Rua , portador do RG nº e do CPF/MF sob nº , doravante denominado PROPONENTE, resolvem celebrar este TERMO DE COLABORAÇÃO, amparados pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Federal nº 101 de 04 de maio de 2000, Lei Municipal nº de de 2021 e Decreto Municipal nº de de 2021 e demais normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – O presente Termo de Colaboração tem por objeto , conforme Plano de Trabalho proposto pelo CONVENIENTE e aprovado pelo CONCEDENTE e pelo CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Campo Alegre/SC.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA GESTÃO**

2.1 – Este Termo de Colaboração terá como Gestor da PROPONENTE , portador do RG nº e do CPF/MF nº , o qual se responsabiliza, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na colaboração.

2.2 – O CONCEDENTE nomeia como Gestor(a) do presente Termo de Colaboração o Sr.(a) , portador do RG nº e do CPF/MF sob nº , nomeado(a) pela Portaria nº /2021.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS**

3.1 – Para execução do presente Termo de Colaboração, serão destinados recursos financeiros no montante de até R\$ ( ).

**CLÁUSULA QUARTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**



4.1 – Os recursos de que trata a Cláusula Segunda serão repassados pelo CONCEDENTE, em ( ) parcelas sendo a primeira parcela no valor de R\$ ( ) e as demais parcelas no valor de R\$ ( ), perfazendo o valor total de R\$ ( ).

Paragrafo único: Os valores mencionados na Cláusula Terceira serão repassados mediante depósito em conta individualizada no Banco , Agência nº , Conta Corrente nº a favor da Entidade: .

#### CLÁUSULA QUINTA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 – Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Termo de Colaboração e aplicados no seu objeto, desde que previamente aprovado pelo CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Campo Alegre/SC., estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes do presente Termo de Colaboração correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

**Órgão 93 – Fundo da Infância e Adolescência**

**Unidade 01 – Manutenção das Atividades da Infância e Adolescência**

**Ação 2.122 – Manutenção e Coordenação das Atividades**

**Elemento de Despesas:** (1) 3.3.50.41.00.00.00.00.0859 – Contribuições (R\$ 33.126,75); e (8) 3.3.50.43.00.00.00.00.0859 – Subvenção Social (R\$ 55.000,00).

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

##### 7.1 – SÃO OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE:

- I. Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Colaboração;
- II. Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e
- III. Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

##### 7.2 – SÃO OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE:

- I. Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Termo de Colaboração na conta corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira e Segunda;
- II. Não repassar os recursos recebidos a outras Entidades de direito público ou privado;
- III. Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;
- IV. Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto da colaboração, inclusive os rendimentos da aplicação financeira na data da conclusão ou rescisão do termo de colaboração ou dos prazos previstos no presente termo, observando a Cláusula Quarta deste Termo;

- V. Excluir o Município de Campo Alegre/SC., de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Colaboração;
- VI. Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

8.1 – A PROPONENTE compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- a) inexecução do objeto;
- b) falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido;
- c) utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.
- d) não apresentação dos documentos previstos neste Termo de Colaboração.

Parágrafo único: Compromete-se, ainda a PROPONENTE, a recolher à conta do CONCEDENTE o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito aplicação.

#### CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

9.1 – O PROPONENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de ( ) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento;
- b) Declaração do responsável pela Entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos, conforme modelo do ANEXO VI;
- c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados, conforme modelo do ANEXO VII;
- d) Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor), preenchidos com clareza e sem rasuras;
- e) Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;
- f) Extrato bancário com movimentação completa do período;
- g) Conciliação bancária, quando for o caso;
- h) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
- i) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;
- j) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no período, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PROIBIÇÕES

10.1 – Fica ainda proibido à PROPONENTE:

- a) a redistribuição dos recursos recebidos a outras Entidades, congêneres ou não;
- b) integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo concedente;
- c) realizar despesas e pagamentos fora da vigência deste Termo de Colaboração;

- d) utilizar recursos para finalidade diferente da prevista e despesas a título de taxa de administração;
- e) utilizar recursos em pagamento de despesas diversas, não compatíveis com o objeto deste Termo de Colaboração;
- f) executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;
- g) transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias que não haja comprovante;
- h) retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento;
- i) deixar de aplicar ou não comprovar a contrapartida pactuada no Plano de Trabalho;
- j) realizar despesas com:
  - a.1) multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros, bem como verbas indenizatórias;
  - a.2) publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da colaboração, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
  - a.3) obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas;
  - a.4) pagamento de despesas bancárias, salvo as previstas no plano de trabalho.

Parágrafo único: Não serão financiados gastos com aluguel de imóvel (com base na Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA Nº 137/2010).

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 – Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PRAZO

12.1 – O presente Termo de Colaboração terá vigência a partir da publicação da Lei Municipal que autoriza o presente instrumento até o prazo previsto do Anexo I (Formato do Projeto), do Edital de Chamamento Público nº 01/2021.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

13.1 – Este Termo de Colaboração poderá ser alterado ou ter modificação no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada por meio de TERMO DE ADITAMENTO.

Parágrafo único: Admitir-se-á modificação do Plano de Trabalho com prévia apreciação do CONCEDENTE, do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Campo Alegre/SC. e aprovação do Gestor deste Instrumento ou Sistema de Controle, ficando vedada a alteração do objeto em qualquer hipótese.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 – Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Colaboração.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

15.1 – Por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.

Campo Alegre/SC., de                      de 2021.

**Assinatura do Gestor do FIA – Fundo da Infância e  
Adolescência do Município de Campo Alegre/SC.**

**Assinatura do Presidente do CMDCA do  
Município de Campo Alegre/SC.**

**Assinatura do Presidente da Entidade**

**TESTEMUNHAS:**

**Nome:**

**RG nº:**

**CPF/MF nº:**

**Nome:**

**RG nº:**

**CPF/MF nº:**

**ANEXO VI****PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.****PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS**

Nome da Entidade

Endereço:

Telefone de Contato nº

CNPJ/MF nº

Empenho nº

Data depósito: / /2021

Valor R\$

Lei Municipal de Autorização nº

Data: / /2021.

**DECLARAÇÃO DO RECEBEDOR DE RECURSOS**

Declaro, sob as penas da Lei, que os recursos recebidos foram regularmente empregados aos fins a que se destinavam, de acordo com a lei autorizativa, cuja prestação de contas foi montada conforme os requisitos da IN/TC-14/2012 e Decreto Municipal, sendo que todos os documentos de despesa estão legíveis e devidamente assinados pelo presidente da Entidade.

Campo Alegre/SC.,    /    /2021.

**Assinatura do Responsável Legal da Entidade**

**ANEXO VII****MODELO DE BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC. Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados Mês/Ano:						
Unidade Concedente:						
Ordenador da Despesa:						
Entidade Beneficiada:						
Endereço:						
Responsável:						
Nota de Empenho nº:		Data:    /    /2021		Valor R\$		
Projeto/Atividade:				Item/Fonte:		
Histórico Fiel da Finalidade:						
Documento Nº	Data Doc.	Data Pagamento	Ordem Bancária	Histórico	Recebimentos	Pagamentos
<b>TOTAL EM R\$</b>						

**Campo Alegre/SC.,    /    /2021.**

**Assinatura do Titular da Entidade**

**Assinatura do Contador/Tesoureiro da Entidade**



**INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS**

**MÊS/ANO:** Indicar o mês e o ano em que o recurso foi depositado na conta corrente específica do projeto da Entidade beneficiada.

**UNIDADE CONCEDENTE:** Indicar o nome da unidade concedente como FIA – Fundo da Infância e Adolescência do Município de Campo Alegre/SC., conforme a Lei autorizativa.

**ORDENADOR DA DESPESA:** Indicar o nome do Gestor responsável do Fundo que concedeu o recurso.

**ENTIDADE BENEFICIADA:** Indicar o nome completo da Entidade que recebeu o recurso.

**ENDEREÇO:** Indicar o endereço completo da Entidade Beneficiada.

**RESPONSÁVEL:** Indicar o nome do Presidente da Entidade, responsável pela aplicação dos recursos.

**CPF/MF:** Indicar o número do cadastro da pessoa física junto ao Ministério da Fazenda responsável pela aplicação do recurso.

**NOTA DE EMPENHO nº:** Indicar o número da nota de empenho (verificar com o Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC).

**DATA:** Indicar a data de emissão da nota de empenho (verificar com o Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC).

**VALOR:** Indicar o valor total da nota de empenho (verificar com o Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC).

**PROJETO/ATIVIDADE:** Indicar o número do código do projeto atividade da nota de empenho (verificar com o Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC).

**ITEM/FONTE:** Indicar o código da classificação orçamentária e a fonte de recursos da nota de empenho (verificar com o Departamento de Contabilidade).

**HISTÓRICO FIEL DA FINALIDADE:** Informar a finalidade do projeto ou da etapa correspondente a Prestação de Contas em questão, Incluir neste campo o número da Lei Municipal de aprovação do repasse dos recursos e informar a data da publicação da referida Lei.

**DOCUMENTO Nº, 1ª LINHA:** Indicar o mesmo número da ordem bancária de recebimento dos recursos, conforme extrato bancário.

**DATA, 1ª LINHA:** Indicar a data de pagamento da ordem bancária, que deverá ser a mesma data do repasse no extrato bancário.

**HISTÓRICO, 1ª LINHA:** Informar o recebimento do Recurso do FIA – Fundo da Infância e Adolescência do Município de Campo Alegre/SC., conforme Lei Municipal que autorizou o repasse do recurso.

**RECEBIMENTOS 1ª LINHA:** Indicar o valor do recurso recebido e assim sucessivamente se houverem mais recebimentos e/ou para destacar o valor da entrada de recursos próprios (contrapartida de 20%) na respectiva conta bancária.

**DOCUMENTO Nº (DEMAIS LINHAS):** Indicar o número do documento fiscal para comprovação da despesa.

**DATA DOCUMENTO (DEMAIS LINHAS):** Indicar a data de emissão do documento fiscal.

**DATA PAGAMENTO (DEMAIS LINHAS):** Indicar a data do pagamento realizado.

**ORDEM BANCÁRIA Nº (DEMAIS LINHAS):** Indicar o número do DOC ou TED que efetuou o pagamento da despesa.

**HISTÓRICO (DEMAIS LINHAS):** Indicar o nome do destinatário/favorecido do pagamento.

**PAGAMENTOS (DEMAIS LINHAS):** Indicar o valor do documento fiscal, que deverá ser igual ao valor do pagamento e que consta no extrato bancário.

**TOTAL EM R\$:** Indicará o total dos valores das colunas pagamento e recebimento.

**DATA:** Indicar data do preenchimento do balancete de prestação de contas de recursos antecipados.

**ASSINATURA DO TITULAR DA ENTIDADE:** Campo destinado à assinatura do representante legal da Entidade.

**ASSINATURA DO CONTADOR (NOME E CRC Nº):** Campo destinado à assinatura do contador/técnico em contabilidade. Caso não haja contador, deverá ser assinado pelo tesoureiro da Entidade.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 174/2020**

Publicação Nº 2867335

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 174/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) do Município de Campo Alegre/SC.

Dotação orçamentária: As despesas oriundas da contratação correrão por conta da dotação orçamentária do exercício 2020, na seguinte classificação:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	13.00	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental
Unidade	13.01	Serviço de Saneamento Ambiental
Função	17	Saneamento
Subfunção	512	Saneamento Básico Urbano
Programa	77	Águas de Campo Alegre
Projeto	2.124	Manutenção e Coordenação das Ativ. da Secretaria
Elemento de Despesa	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Vigência: 26/11/2020 a 31/07/2021.

Do valor total: R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais)

Contratado: ALTO URUGUAI – ENGENHARIA E PLANEJAMENTO DE CIDADE.

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 19.034 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2867619

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 19.034 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal CLAYTON FRANCISCO VALENTIM, matrícula funcional nº 000763, registro no sistema sob nº 955370, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Farmacêutico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.

Art. 2º O Servidor Público Municipal gozará as férias no período de 17 de fevereiro de 2021 à 26 de fevereiro de 2021, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 25 de janeiro de 2021 sob nº 007639.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 17 de fevereiro de 2021.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 16 de fevereiro de 2021.

ALICE BAYERL GROSSKOPF  
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/02/2021.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI  
Chefe de Gabinete da Prefeita

**PORTARIA Nº 19.036 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2867718

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 19.036 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao art. 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal, ELIANE BAUM, matrícula funcional nº 000090, registro no sistema sob nº 272000, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. A Licença Prêmio de que trata o caput deste artigo referente ao período aquisitivo, 18 de fevereiro de 2017 a 18 de fevereiro de 2020, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção da Servidora Pública Municipal a qual requereu junto ao Serviço de Pessoal e devidamente protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 28 de janeiro de 2021 sob nº 007759.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 17 de fevereiro de 2021.

ALICE BAYERL GROSSKOPF  
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/02/2021.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI  
Chefe de Gabinete da Prefeita

# Campo Erê

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 03/2021

Publicação Nº 2867940

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2021  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2021  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, SC, representado pelo seu Prefeito Sra. ROZANE BORTONCELLO MOREIRA, TORNA PÚBLICO que até às 08:30 horas do dia 03 de março de 2021, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 77/2021 na modalidade de Pregão Presencial Nº 3/2021, tipo menor Menor preço - por lote para a REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE HONORÁRIOS DE SERVIÇOS PRESTADOS POR DESPACHANTE DE TRÂNSITO, PARA REGULARIZAÇÃO, LICENCIAMENTO, PRIMEIRO EMPLACAMENTO PARA OS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ - SC, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme especificado neste Edital . Fundamentado na Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina, de segunda a sexta-feira no horário das 7h30 às 11h30 e das 13h15 às 17h15 e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê - SC, 17 de fevereiro de 2021. Gilmar Fior de Medeiros – Pregoeiro Oficial // ROZANE BORTONCELLO MOREIRA - Prefeita Municipal.

# Campos Novos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 8.843/21 DE 17/02/2021. ABRE CREDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO DO SAMAE

Publicação Nº 2868952

DECRETO Nº 8.843/21 de 17/02/2021.

ABRE CREDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO DO SAMAE

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371/17 DE 21/09/2017 (Plano Plurianual), Lei nº 4.346/17 DE 14/07/2017 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.405/17 de 22/12/2017 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto credito adicional no orçamento do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal o valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) no projeto/ atividade abaixo discriminado:

17.512.0018.1.036 – Reequipamento do Sistema de Captação, Tratamento e Redes de Distribuição de água

4.4.9.0.00.00.00.00.0600 – Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

Art.2º - Para a cobertura dos créditos previstos no Art. 1º, na forma do disposto no art. 43, parágrafo 1º, inciso I da lei federal nº. 4.320/64, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2020.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 17 de fevereiro de 2021.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 8.844 / DE 17/02/2021. "ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Publicação Nº 2868948

DECRETO Nº 8.844 / DE 17/02/2021.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO".

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Campos Novos e pelo art. 5º, inciso III da Lei Orçamentária Anual nº 4.665/2020 de 22 de dezembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado no orçamento do município o valor de R\$ 6.500,00 (Seis mil e quinhentos reais) nas dotações abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 19 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0020 - 1.044 – REEQUIPAMENTO DA SAÚDE – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0038.000107(40) – Aplicações Diretas R\$ 6.500,00

Total Suplementado: R\$ 6.500,000

Art.2º - Para dar cobertura ao crédito a ser aberto no artigo anterior indicamos como fonte de recursos na forma do disposto no Art. 43, Parágrafo 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, o SUPERÁVIT FINANCEIRO apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2020. / Recursos do SUS/ União – QUALIFAR – 00.03.0038.000107 R\$ 6.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 17 de fevereiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 22/2021**

Publicação Nº 2868458

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS**

**Rua Coronel Lucidoro, 1301**  
**Fone: (49) 3541-0599**  
**89620-000 - Campos Novos - Santa Catarina**

**PORTARIA Nº 22/2021**

**NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO  
PERMANENTE DE LICITAÇÃO E PREGÃO DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS  
NOVOS/SC.**

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65 do Regimento Interno e art. 58 da LOM ....

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Ficam nomeados, nos termos do artigo 51 da Lei nº 8.666/93, os seguintes membros para compor a Comissão permanente de Licitação e Pregão da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos:

- I- Presidente e Pregoeira: Ana Carla Wolff Lopes
- II- Membro e Equipe de Apoio: Joelma Francisca Faé
- III- Membro e Equipe de Apoio: Fernando Eduardo do Amaral Galafassi

**Art. 2º.** Os membros e equipe de apoio da Comissão Permanente de Licitação e Pregão deverão acompanhar as licitações, em todos os seus trâmites e expedir, se necessário, quaisquer atos e manifestações a fim de dar o bom e fiel andamento dos certames, nos termos da lei nº 8.666/93.

**Art. 3º.** A presente comissão tem validade pelo prazo de 1(um) ano a partir de sua publicação.

**Art. 4º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando em especial a Portaria nº 24/2020.

Campos Novos, 11 de Fevereiro de 2021.

**Adavilson Telles**  
**Presidente da Mesa**

e-mail: [administrativo@camaracamposnovos.sc.gov.br](mailto:administrativo@camaracamposnovos.sc.gov.br)  
[www.camaracamposnovos.sc.gov.br](http://www.camaracamposnovos.sc.gov.br)



Este documento é cópia do original assinado digitalmente. Para conferir o original, acesse o site [www.legislaador.com.br/verifica](http://www.legislaador.com.br/verifica), informe o código: 2#1#36#2#5#2#2021#0#0#1



**PORTARIA Nº 23/2021**

Publicação Nº 2868465

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS**

**Rua Coronel Lucidoro, 1301**  
**Fone: (49) 3541-0599**  
**89620-000 - Campos Novos - Santa Catarina**

**PORTARIA Nº 23/2021****CONCEDE AFASTAMENTO A SERVIDOR QUE MENCIONA.**

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65 do Regimento Interno, e art. 58 da LOM ....

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica concedido afastamento para tratamento de saúde a servidora a Senhora **JAQUELINE APARECIDA POLEZA**, brasileira, solteira, inscrita sob RG nº 4.984.976 - SSP/SC e CPF nº 066.709.079-74, do cargo em Comissão de Assessora Legislativa - AL - 01, pelo período de 01/02/2021 à 30/04/2021 da Câmara Municipal de Vereadores, conforme atestado médico, a partir desta data.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 15 de Fevereiro de 2021.

**Adavilson Telles**  
**Presidente da Mesa**

e-mail: [administrativo@camaracamposnovos.sc.gov.br](mailto:administrativo@camaracamposnovos.sc.gov.br)  
[www.camaracamposnovos.sc.gov.br](http://www.camaracamposnovos.sc.gov.br)



Este documento é cópia do original assinado digitalmente. Para conferir o original, acesse o site [www.legislador.com.br/verifica](http://www.legislador.com.br/verifica), informe o código: 2#1#36#2#5#23#2021#1#0#0#1

**PORTARIA Nº 24/2021**

Publicação Nº 2868468

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS**

**Rua Coronel Lucidoro, 1301**  
**Fone: (49) 3541-0599**  
**89620-000 - Campos Novos - Santa Catarina**

**PORTARIA Nº 24/2021**

**EXONERA SANDRA MARI GARCIA DOS SANTOS ALMEIDA DO CARGO EM COMISSÃO DE OPERADORA DE CENTRAL TELEFONICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS/SC.**

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65 do Regimento Interno e art. 58 da LOM ....

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Exonera a Senhora **SANDRA MARI GARCIA DOS SANTOS ALMEIDA**, brasileira, casada, portadora do RG nº 2.417.861 e CPF nº .031.106.149-44 - SSP/SC, CPF nº .031.106.149-44 - SSP/SC, da função temporária de Operadora de Central Telefônica - OCT 01 da Câmara Municipal de Vereadores.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 17 de Fevereiro de 2021.

**Adavilson Telles**  
**Presidente da Mesa**

e-mail: [administrativo@camaracamposnovos.sc.gov.br](mailto:administrativo@camaracamposnovos.sc.gov.br)  
[www.camaracamposnovos.sc.gov.br](http://www.camaracamposnovos.sc.gov.br)



Este documento é cópia do original assinado digitalmente. Para conferir o original, acesse o site [www.legislador.com.br/verifica](http://www.legislador.com.br/verifica), informe o código: 2#1#36#2#5#2#4#2021#1#0#0#1

**PORTARIA Nº 25/2021**

Publicação Nº 2868470

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS**

**Rua Coronel Lucidoro, 1301**  
**Fone: (49) 3541-0599**  
**89620-000 - Campos Novos - Santa Catarina**

**PORTARIA Nº 25/2021**

**EXONERA KELLY JOSEANE RAMBO DA FUNÇÃO  
TEMPORÁRIA DE ASSESSORA COMUNITÁRIA DE  
ATENDIMENTO A CIDADANIA DA CÂMARA  
MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS  
NOVOS/SC.**

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65 do Regimento Interno e art. 58 da LOM ....

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Exonerar a Senhora **KELLY JOSEANE RAMBO**, brasileira, solteira, inscrita sob o RG nº 3.150.221, SSP/SC, expedida em 24/01/2012 e CPF nº 021.631.869-62, da função temporária de Assessora Comunitária de Atendimento à Cidadania - ACC, da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos/SC, a partir desta data.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 17 de Fevereiro de 2021.

**Adavilson Telles**  
**Presidente da Mesa**

e-mail: [administrativo@camaracamposnovos.sc.gov.br](mailto:administrativo@camaracamposnovos.sc.gov.br)  
[www.camaracamposnovos.sc.gov.br](http://www.camaracamposnovos.sc.gov.br)



Este documento é cópia do original assinado digitalmente. Para conferir o original, acesse o site [www.legislador.com.br/verifica](http://www.legislador.com.br/verifica), informe o código: 2#1#36#2#5#25#2021#1#0#0#1

**PORTARIA Nº 26/2021**

Publicação Nº 2868472

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS**

**Rua Coronel Lucidoro, 1301**  
**Fone: (49) 3541-0599**  
**89620-000 - Campos Novos - Santa Catarina**

**PORTARIA Nº 26/2021**

**EXONERA ANA CAROLINA STEFANES ANTUNES  
DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA  
PARLAMENTAR DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
VEREADORES DE CAMPOS NOVOS/SC.**

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65 do Regimento Interno e art. 58 da LOM ....

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Exonerar a senhorita **ANA CAROLINA STEFANES ANTUNES**, brasileira, solteira, inscrita sob RG nº 1.212.157 - SSP/SC data de expedição 31/01/2018, e CPF nº 018.445.251-12, do cargo em Comissão de Assessora Parlamentar - AP - 01, da Câmara Municipal de Vereadores.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 17 de Fevereiro de 2021.

**Adavilson Telles**  
**Presidente da Mesa**

e-mail: [administrativo@camaracamposnovos.sc.gov.br](mailto:administrativo@camaracamposnovos.sc.gov.br)  
[www.camaracamposnovos.sc.gov.br](http://www.camaracamposnovos.sc.gov.br)



Este documento é cópia do original assinado digitalmente. Para conferir o original, acesse o site [www.legislador.com.br/verifica](http://www.legislador.com.br/verifica), informe o código: 2#1#36#2#5#26#2021#1#0#0#1

# Canoinhas

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 308/2021

Publicação Nº 2868490

PORTARIA Nº. 308/2021

RENATO JARDEL GURTINSKI, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Canoinhas, resolve:

NOMEAR

Art. 1º - Fica nomeado LEANDRO GONTARECH SCHULTZ, para exercer o cargo de Chefe de Setor Esportes, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a disposição da Fundação Municipal de Esportes e Lazer, a partir de 15/02/2021, conforme Memorando nº 2.999/GAB/2021.

Art. 2º - Fica nomeado CARLOS ALBERTO DE FARIA, para exercer o cargo de Chefe de Setor, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 12/02/2021, conforme Memorando nº 2.999/GAB/2021.

Art. 3º - Fica nomeado VINÍCIUS FONTANA, para exercer o cargo de Chefe de Setor, junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, a disposição da Secretaria Municipal de Planejamento, a partir de 15/02/2021, conforme Memorando nº 2.999/GAB/2021.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de fevereiro de 2021.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/02/2021.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

### PUBLICAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE PREGÃO Nº FMS 04/2021 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 2867418

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE PREGÃO Nº. FMS 04/2021 (ELETRÔNICO)

ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O Município de Canoinhas/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº. 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou o edital descrito acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 03/03/2021, ficando estipulado os seguintes horários: às 14h00min (entrega) e 15h00min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto dos Passos

Prefeito

### PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 02/2021

Publicação Nº 2867799

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. PMC 02/2021

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 23/03/2021, às 09h15min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DE M3 (METRO CÚBICO) IN NATURA DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHA E CASCALHO, EM PEDREIRAS E CASCALHEIRAS QUE VENHAM A SER OBJETO DE EXPLORAÇÃO PELO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES. Recebimento de propostas até às 09h00min do dia 23/03/2021, no setor de protocolo da prefeitura. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto dos Passos

Prefeito

**PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 20/2021 (PRESENCIAL)**

Publicação Nº 2868221

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 20/2021 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 03/03/2021, às 08h20min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECÂNICA EM GERAL, DESTINADAS AS MÁQUINAS PESADAS COM PNEUS E SISTEMA RODANTE COM ESTEIRAS, DE USO DA SECRETARIA DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO E DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até às 08h15min do dia 03/03/2021, no setor de protocolo da prefeitura. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

## Capinzal

## PREFEITURA

## ADENDO PREGÃO ELETRÔNICO 0016/2021

Publicação Nº 2867502

ADENDO Nº 001 ÀO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 0016/2021

Processo Licitatório Nº 0024/2021

Pregão Eletrônico Nº 0016/2021

## REGISTRO DE PREÇO DO TIPO MENOR PREÇO ITEM

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Kits com Lousas Digitais / Películas e Equipamentos afins, para compor salas de aulas interativas nas escolas Municipais de Capinzal. Com Recursos de Emenda Parlamentar, Salário Educação e Próprios.

O Município de Capinzal, pessoa jurídica de direito público interno, situado à Rua Carmelo Zócolli, 155, Centro, Capinzal, SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.406/0001-07, através da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes Sr. VERANICE MARIA LOVATEL, TORNA PÚBLICA a ocorrência de ALTERAÇÃO do edital do Processo Licitatório supracitado.

1. Em virtude do recebimento de Memorando da Secretaria competente solicitando a correção da descrição do item 01 devido um equívoco no momento de compor a descrição.
2. Face ao acima exposto, e em observância ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/93, o presente Edital fica ALTERADO.
3. O Edital Republicado pode ser encontrado na íntegra no site deste Município bem como no site Portal de Compras Públicas.
4. Não se altera a data de abertura, uma vez que a publicidade ainda é maior que 08 (oito) dias.

Capinzal/SC, 17 de fevereiro de 2021.

VERANICE MARIA LOVATEL

Secretária da Educação, Cultura e Esportes

## DECRETO Nº 006-2021

Publicação Nº 2867634

DECRETO No 006, DE 29 DE JANEIRO DE 2021.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 139.500,00 (cento e trinta e nove mil e quinhentos reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 14 da Lei Municipal no 3.388, de 3 de dezembro de 2020,

## DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 139.500,00 (cento e trinta e nove mil e quinhentos reais), para reforço da dotação orçamentária vinculada ao orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, na forma do quadro a seguir:

0502.13.392.0095.2063	MANUT. ESCOLA MUNIC MÚSICA, BANDA E FANF	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-133	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	10.000,00
0501.12.367.0085.2057	MANUT ATENDIM PORTADORES NECES ESPEC	FTE	DR	R\$	0,00
33500000-121	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1000	00	R\$	20.000,00
0701.17.511.0165.2087	PERFURAÇÃO INSTALAÇÃO POÇOS ARTESIANOS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-225	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	109.500,00
	Total			R\$	139.500,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 139.500,00 (cento e trinta e nove mil e quinhentos reais), na forma do quadro a seguir:

0502.13.392.0095.2063	MANUT. ESCOLA MUNIC MÚSICA, BANDA E FANF	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-134	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	10.000,00
0501.12.367.0085.2057	MANUT ATENDIM PORTADORES NECES ESPEC	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-122	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	10.000,00
44900000-123	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	10.000,00
0701.17.511.0165.2087	PERFURAÇÃO INSTALAÇÃO POÇOS ARTESIANOS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-224	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	109.500,00
	Total			R\$	139.500,00



Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 29 de janeiro de 2021.

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO  
Prefeita Municipal em Exercício

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES  
Secretário da Administração e Finanças

**DECRETO Nº 003-2021 METAS BIM ARREC**

Publicação Nº 2867504

**DECRETO Nº 003, DE 8 DE JANEIRO DE 2021**

Dispõe sobre o desdobramento das receitas em metas bimestrais e o cronograma de execução mensal de desembolso, para o exercício de 2021.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, usando da competência privativa que lhe confere o art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto nos art. 8º e 13, da Lei Complementar nº 101, Lei de Responsabilidade Fiscal, de 04 de maio de 2000,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica fixado o desdobramento das Receitas em Metas Bimestrais e Quadrimestrais, para o exercício de 2021, baseado no comportamento das receitas nos últimos três exercícios, conforme disposição nos quadros a seguir:

QUADRO – I							
DEMONSTRATIVO DO DESDOBRAMENTO DAS METAS FISCAIS DE ARRECADAÇÃO EM METAS BIMESTRAIS, CONFORME ARTS. 8º, e 13, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 04 DE MAIO DE 2000.							
DESCRIÇÃO	TOTAL ORÇADO	1º BIM	2º BIM	3º BIM	4º BIM	5º BIM	6º BIM
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	100.329.000,00	11.241.375,37	11.764.846,90	13.570.380,05	13.008.666,23	13.755.173,98	36.988.557,49
Receitas Correntes	98.301.337,92	11.241.375,37	11.764.846,90	13.570.380,05	12.912.666,23	12.835.173,98	35.976.895,41
Receita Tributaria	11.537.683,39	920.899,68	1.320.825,65	2.927.594,36	1.277.570,01	1.938.261,49	3.152.532,20
Impostos	8.285.568,32	769.723,68	1.041.958,59	2.753.565,69	1.124.243,68	1.165.723,54	1.430.353,15
Taxas	1.781.931,31	31.430,26	159.121,32	54.282,93	33.580,59	452.792,20	1.050.724,02
Contribuição de Melhoria	1.470.183,75	119.745,74	119.745,74	119.745,74	119.745,74	319.745,74	671.455,03
Receita de Contribuições	1.600.000,00	211.561,53	217.749,52	213.289,53	206.145,66	281.136,32	470.117,44
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	1.600.000,00	211.561,53	217.749,52	213.289,53	206.145,66	281.136,32	470.117,44
Receita Patrimonial	731.843,05	155.088,59	155.088,59	155.088,59	155.088,59	76.111,72	35.376,98
Receitas Imobiliárias	47.132,84	4.335,31	4.335,31	4.335,31	4.335,31	15.665,42	14.126,20
Receitas de Valores Mobiliár.	678.590,02	149.861,74	149.861,74	149.861,74	149.861,74	59.281,24	19.861,81
Receita Conces. e Permissões	5.903,89	891,54	891,54	891,54	891,54	1.165,06	1.172,68
Outras Receitas Patrimoniais	216,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	216,30
Receita Agropecuária	240.000,00	20.977,36	20.977,36	20.977,36	20.977,36	79.977,36	76.113,21

Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Produç Animal e deriv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	240.000,00	20.977,36	20.977,36	20.977,36	20.977,36	79.977,36	76.113,21
Receita Industrial	500,00	87,39	87,39	87,39	87,39	62,39	88,05
Rec. Indústria de Transform	500,00	87,39	87,39	87,39	87,39	62,39	88,05
Receita de Serviços	9.229.717,46	1.113.749,70	1.390.293,68	1.389.106,68	1.410.324,78	1.821.280,28	2.104.962,33
Serviços de Transporte	650.000,00	101.333,23	99.864,29	111.263,38	112.309,10	117.868,87	107.361,13
Serviços Administrativos	2.000,00	250,00	250,00	250,00	350,00	450,00	450,00
Serviços Inspeção e Fiscaliz.	6.163,00	1.027,17	1.027,17	1.027,17	1.027,17	1.027,17	1.027,15
Serviços Agropecuários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serv. Capt. adução, trat. Água	7.740.472,96	962.202,95	1.233.804,67	1.219.466,30	1.230.335,79	1.404.077,73	1.690.585,51
Serv. Preparação da Terra Em	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serv. Coleta Dest. Fin. Esgoto	826.081,50	48.603,24	54.784,00	56.537,39	65.380,26	297.241,89	303.534,72
Outros Serviços	5.000,00	333,11	563,56	562,43	922,46	614,63	2.003,82
Transferências Correntes	73.059.144,45	8.607.678,65	8.401.169,03	8.494.314,45	9.456.399,31	8.415.974,15	29.683.608,85
Transferências Intergovernam	87.692.193,77	10.148.092,76	9.860.091,35	9.995.549,33	10.880.928,89	9.880.871,03	36.926.660,41
(-)Ded.de Receita para Fundeb	14.694.625,56	1.540.414,10	1.458.922,31	1.512.059,88	1.432.342,14	1.477.829,00	7.273.058,12
Transferências Instit. Priv.	51.576,25	0,00	0,00	10.825,00	7.812,57	7.932,11	25.006,57
Transferências de Pessoas	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	1.902.449,58	211.332,47	258.655,68	369.921,69	386.073,12	222.370,27	454.096,35
Multas e Juros de Mora	621.215,44	55.027,06	68.493,34	177.699,26	169.925,06	47.861,77	102.208,97
Indenizações e Restituições	117.799,59	19.169,50	10.255,53	9.797,86	29.137,39	15.410,94	34.028,38
Receitas Correntes Diversas	1.163.434,55	137.135,91	179.906,82	182.424,58	187.010,67	159.097,57	317.859,00
Receitas de Capital	2.027.662,08	0,00	0,00	0,00	96.000,00	920.000,00	1.011.662,08
Operações de Crédito	2.016.000,00	0,00	0,00	0,00	96.000,00	920.000,00	1.000.000,00
Operações de Crédito Internas	2.016.000,00	0,00	0,00	0,00	96.000,00	920.000,00	1.000.000,00
Alienação de Bens	11.662,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.662,08
Alienação de Bens Móveis	11.083,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.083,27
Alienação de Bens Imóveis	578,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	578,81

## QUADRO – II

DEMONSTRATIVO DO DESDOBRAMENTO DAS METAS FISCAIS DE ARRECADAÇÃO EM METAS QUADRIMESTRAIS, CONFORME ARTS. 8º e 13, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 04 DE MAIO DE 2000.

DESCRIÇÃO	TOTAL ORÇADO	1º QUADRM	2º QUADRM	3º QUADRM
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	100.329.000,00	23.006.222,27	26.579.046,28	50.743.731,47

Receitas Correntes	98.301.337,92	23.006.222,27	26.483.046,28	48.812.069,39
Receita Tributaria	11.537.683,39	2.241.725,33	4.205.164,37	5.090.793,69
Impostos	8.285.568,32	1.811.682,26	3.877.809,37	2.596.076,69
Taxas	1.781.931,31	190.551,58	87.863,52	1.503.516,22
Contribuição de Melhoria	1.470.183,75	239.491,49	239.491,49	991.200,77
Receita de Contribuições	1.600.000,00	429.311,05	419.435,19	751.253,76
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	1.600.000,00	429.311,05	419.435,19	751.253,76
Receita Patrimonial	731.843,05	310.177,17	310.177,17	111.488,70
Receitas Imobiliárias	47.132,84	8.670,61	8.670,61	29.791,62
Receitas de Valores Mobiliar.	678.590,02	299.723,48	299.723,48	79.143,05
Receita Conces. e Permissões	5.903,89	1.783,08	1.783,08	2.337,74
Outras Receitas Patrimoniais	216,30	0,00	0,00	216,30
Receita Agropecuária	240.000,00	41.954,72	41.954,72	156.090,57
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Produç Animal e deriv	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	240.000,00	41.954,72	41.954,72	156.090,57
Receita Industrial	500,00	174,78	174,78	150,44
Rec. Indústria de Transform	500,00	174,78	174,78	150,44
Receita de Serviços	9.229.717,46	2.504.043,38	2.799.431,46	3.926.242,61
Serviços de Transporte	650.000,00	201.197,51	223.572,49	225.230,00
Serviços Administrativos	2.000,00	500,00	600,00	900,00
Serviços Inspeção e Fiscaliz.	6.163,00	2.054,34	2.054,34	2.054,32
Serviços Agropecuários	0,00	0,00	0,00	0,00
Serv. Capt. adução, trat. Água	7.740.472,96	2.196.007,63	2.449.802,10	3.094.663,24
Serv. Preparação da Terra Em	0,00	0,00	0,00	0,00
Serv. ColetaDest.Fin.Esgoto	826.081,50	103.387,23	121.917,65	600.776,62
Outros Serviços	5.000,00	896,67	1.484,89	2.618,44
Transferências Correntes	73.059.144,45	17.008.847,68	17.950.713,76	38.099.583,00
Transferências Intergovernam	87.692.193,77	20.008.184,10	20.876.478,22	46.807.531,44
(-)Ded.de Receita para Fundeb	14.694.625,56	2.999.336,42	2.944.402,02	8.750.887,12
Transferências Instit. Priv.	51.576,25	0,00	18.637,57	32.938,68
Transferências de Pessoas	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	1.902.449,58	469.988,15	755.994,81	676.466,62
Multas e Juros de Mora	621.215,44	123.520,39	347.624,32	150.070,73

Indenizações e Restituições	117.799,59	29.425,03	38.935,24	49.439,32
Receitas Correntes Diversas	1.163.434,55	317.042,73	369.435,25	476.956,57
Receitas de Capital	2.027.662,08	0,00	96.000,00	1.931.662,08
Operações de Crédito	2.016.000,00	0,00	96.000,00	1.920.000,00
Operações de Crédito Internas	2.016.000,00	0,00	96.000,00	1.920.000,00
Alienação de Bens	11.662,08	0,00	0,00	11.662,08
Alienação de Bens Móveis	11.083,27	0,00	0,00	11.083,27
Alienação de Bens Imóveis	578,81	0,00	0,00	578,81

Art. 2º Fica fixado o cronograma de execução mensal e bimestral de desembolso, para o exercício de 2021, conforme disposição a seguir:

QUADRO – III							
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, ARTS. 8º e 13 DA LC 101, DE 04.05.2000							
DESCRIÇÃO	VL. ORÇADO	Janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>82.966.150,71</b>	<b>5.283.600,06</b>	<b>5.290.657,92</b>	<b>5.524.069,54</b>	<b>5.520.786,17</b>	<b>6.022.772,82</b>	<b>6.253.467,31</b>
Pessoal e Encargos Sociais	45.395.373,46	3.291.291,52	3.123.315,02	3.357.277,17	3.267.112,90	3.749.265,59	3.883.429,47
Juros e Encargos da Dívida	300.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
Outras Despesas Correntes	37.270.777,25	1.967.308,54	2.142.342,90	2.141.792,37	2.228.673,27	2.248.507,23	2.345.037,84
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>17.312.849,29</b>	<b>279.508,32</b>	<b>387.609,07</b>	<b>438.985,38</b>	<b>281.005,81</b>	<b>667.082,73</b>	<b>627.057,20</b>
Investimentos	16.912.849,29	246.174,98	354.275,73	405.652,04	247.672,47	633.749,39	593.723,86
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	400.000,00	33.333,34	33.333,34	33.333,34	33.333,34	33.333,34	33.333,34
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>50.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Reserva de Contingência	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>100.329.000,00</b>	<b>5.563.108,38</b>	<b>5.678.266,99</b>	<b>5.963.054,92</b>	<b>5.801.791,98</b>	<b>6.689.855,55</b>	<b>6.880.524,51</b>
		<b>1ºBIM</b>		<b>2ºBIM</b>		<b>3ºBIM</b>	
<b>METAS BIMESTRAIS</b>		<b>11.241.375,37</b>	<b>0,00</b>	<b>11.764.846,90</b>	<b>0,00</b>	<b>13.570.380,05</b>	<b>0,00</b>

QUADRO – III							
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, ARTS. 8º e 13 DA LC 101, DE 04.05.2000							
DESCRIÇÃO	VL. ORÇADO	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	Dezembro
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>82.966.150,71</b>	<b>6.978.179,78</b>	<b>5.299.220,52</b>	<b>5.335.981,02</b>	<b>5.564.055,57</b>	<b>10.401.772,94</b>	<b>15.491.587,07</b>
Pessoal e Encargos Sociais	45.395.373,46	5.037.193,92	3.399.579,35	3.421.816,99	3.657.200,40	3.869.739,69	5.338.151,45
Juros e Encargos da Dívida	300.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
Outras Despesas Correntes	37.270.777,25	1.915.985,86	1.874.641,17	1.889.164,03	1.881.855,17	6.507.033,25	10.128.435,62
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>17.312.849,29</b>	<b>379.120,19</b>	<b>352.145,74</b>	<b>1.435.692,14</b>	<b>1.419.445,25</b>	<b>4.558.962,39</b>	<b>6.486.235,07</b>
Investimentos	16.912.849,29	345.786,85	318.812,40	1.402.358,80	1.386.111,91	4.525.629,09	6.452.901,77
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	400.000,00	33.333,34	33.333,34	33.333,34	33.333,34	33.333,30	33.333,30

<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>50.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>50.000,00</b>
Reserva de Contingência	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>100.329.000,00</b>	<b>7.357.299,97</b>	<b>5.651.366,26</b>	<b>6.771.673,16</b>	<b>6.983.500,82</b>	<b>14.960.735,33</b>	<b>22.027.822,14</b>
		<b>4ºBIM</b>		<b>5ºBIM</b>		<b>6ºBIM</b>	
<b>METAS BIMESTRAIS</b>		<b>13.008.666,23</b>	<b>0,00</b>	<b>13.755.173,98</b>	<b>0,00</b>	<b>36.988.557,49</b>	<b>100.329.000,00</b>

## QUADRO – IV

## CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, ARTS. 8º e 13 DA LC 101, DE 04.05.2000

DESCRIÇÃO	VL. ORÇADO	1ºBIM	2ºBIM	3ºBIM	4ºBIM	5ºBIM	6ºBIM
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>82.966.150,71</b>	<b>10.574.257,98</b>	<b>11.044.855,71</b>	<b>12.276.240,12</b>	<b>12.277.400,30</b>	<b>10.900.036,59</b>	<b>25.893.360,01</b>
Pessoal e Encargos Sociais	45.395.373,46	6.414.606,54	6.624.390,07	7.632.695,05	8.436.773,27	7.079.017,39	9.207.891,14
Juros e Encargos da Dívida	300.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
Outras Despesas Correntes	37.270.777,25	4.109.651,44	4.370.465,64	4.593.545,07	3.790.627,03	3.771.019,20	16.635.468,87
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>17.312.849,29</b>	<b>667.117,39</b>	<b>719.991,19</b>	<b>1.294.139,93</b>	<b>731.265,93</b>	<b>2.855.137,39</b>	<b>11.045.197,46</b>
Investimentos	16.912.849,29	600.450,71	653.324,51	1.227.473,25	664.599,25	2.788.470,71	10.978.530,86
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	400.000,00	66.666,68	66.666,68	66.666,68	66.666,68	66.666,68	66.666,60
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>50.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>50.000,00</b>
Reserva de Contingência	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>100.329.000,00</b>	<b>11.241.375,37</b>	<b>11.764.846,90</b>	<b>13.570.380,05</b>	<b>13.008.666,23</b>	<b>13.755.173,98</b>	<b>36.988.557,49</b>
<b>METAS BIMESTRAIS</b>	<b>100.329.000,00</b>	<b>11.241.375,37</b>	<b>11.764.846,90</b>	<b>13.570.380,05</b>	<b>13.008.666,23</b>	<b>13.755.173,98</b>	<b>36.988.557,49</b>

## QUADRO – V

## CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, ARTS. 8º e 13 DA LC 101, DE 04.05.2000

DESCRIÇÃO	VL. ORÇADO	1º QUADRIM	2º QUADRIM	3º QUADRIM
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>82.966.150,71</b>	<b>21.619.113,69</b>	<b>24.553.640,43</b>	<b>36.793.396,59</b>
Pessoal e Encargos Sociais	45.395.373,46	13.038.996,61	16.069.468,33	16.286.908,52
Juros e Encargos da Dívida	300.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
Outras Despesas Correntes	37.270.777,25	8.480.117,08	8.384.172,10	20.406.488,07
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>17.312.849,29</b>	<b>1.387.108,58</b>	<b>2.025.405,86</b>	<b>13.900.334,85</b>
Investimentos	16.912.849,29	1.253.775,22	1.892.072,50	13.767.001,57
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	400.000,00	133.333,36	133.333,36	133.333,28
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>50.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>50.000,00</b>
Reserva de Contingência	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>100.329.000,00</b>	<b>23.006.222,27</b>	<b>26.579.046,28</b>	<b>50.743.731,45</b>
<b>METAS BIMESTRAIS</b>	<b>100.329.000,00</b>	<b>23.006.222,27</b>	<b>26.579.046,28</b>	<b>50.743.731,47</b>

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 1º de janeiro de 2021.

Capinzal, SC, 8 de janeiro de 2021.

**NILVO DORINI**  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

**IVAIR LOPES RODRIGUES**  
Secretário da Administração e Finanças



**DECRETO Nº 004-2021**

Publicação Nº 2867508

DECRETO No 008, DE 8 DE JANEIRO DE 2021.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 141,32 (cento e quarenta e um reais e trinta e dois centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 14 da Lei Municipal no 3.388, de 3 de dezembro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 141,32 (cento e quarenta e um reais e trinta e dois centavos), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0801.10.301.0150.2100	MANUTENÇÃO DA SAUDE PUBLICA	DTE	DR	R\$	0,00
33900000-037	Aplicações Diretas	1023	55	R\$	141,32
	Total	1023	55	R\$	141,32

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, no valor de R\$ 141,32 (cento e quarenta e um reais e trinta e dois centavos), na forma do quadro a seguir.

0801.10.301.0150.2100	MANUTENÇÃO DA SAUDE PUBLICA	DTE	DR	R\$	0,00
33900000-010	Aplicações Diretas	1023	55	R\$	141,32
	Total	1023	55	R\$	141,32

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 8 de janeiro de 2021

NILVO DORINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

**DECRETO Nº 007-2021**

Publicação Nº 2867511

DECRETO No 007, DE 29 DE JANEIRO DE 2021.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 880.816,60 (oitocentos e oitenta mil, oitocentos e dezesseis reais e sessenta centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 14 da Lei Municipal no 3.388, de 3 de dezembro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 880.816,60 (oitocentos e oitenta mil, oitocentos e dezesseis reais e sessenta centavos), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0801.10.301.0150.2100	MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-038	Aplicações Diretas	3152	00	R\$	480.000,00
33900000-039	Aplicações Diretas	3152	00	R\$	400.816,60
	Total	3152	00	R\$	880.816,60

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2020, do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, na fonte 3.152 "Superávit - COVID-19 -Recursos transferência União destinados a ações de Saúde e Assistência social", no valor de R\$ 880.816,60 (oitocentos e oitenta mil, oitocentos e dezesseis reais e sessenta centavos), na forma do demonstrativo em anexo e quadro a seguir.

Demonstrativo do Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Superávit Financeiro - COVID-19 -Recursos transferência União destinados a ações de Saúde e Assistência social	3152	00	R\$	880.816,60
Total	3152	00	R\$	880.816,60

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 29 de janeiro de 2021

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO

Prefeita Municipal em Exercício

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

## DECRETO Nº 008-2021

Publicação Nº 2867512

DECRETO Nº 008, DE 29 DE JANEIRO DE 2021

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.323.841,70 (dez milhões, trezentos e vinte e três mil, oitocentos e quarenta e um reais e setenta centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 3388, de 3 de dezembro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 10.323.841,70 (dez milhões, trezentos e vinte e três mil, oitocentos e quarenta e um reais e setenta centavos), para reforço da dotação orçamentária vigente, na forma do quadro a seguir:

0601	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	FTE	DR	R\$	0,00
0601.15	URBANISMO	FTE	DR	R\$	0,00
0601.15.451	INFRAESTRUTURA URBANA	FTE	DR	R\$	0,00
0601.15.452.0120	DESENVOLVIMENTO URBANO	FTE	DR	R\$	0,00
0601.15.451.0120.1022	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DE VIAS PÚBLICAS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-172	Aplicações Diretas	0183	00	R\$	10.323.841,70
	Total			R\$	10.323.841,70

Art. 2º Servirá de recursos para abertura do crédito de que trata o art. 1º do presente Decreto, na forma do disposto no inciso IV, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a receita proveniente da operação de crédito contrata com a Caixa Econômica Federal, contrato nº 0505122-77- Programa PRÓ-TRANSPORTE, autorizada pela Lei nº 3.311, de 26 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 10.323.841,70 (dez milhões, trezentos e vinte e três mil, oitocentos e quarenta e um reais e setenta centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, em 29 de janeiro de 2021.

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO

Prefeita Municipal em Exercício

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

## DECRETO Nº 010-2021

Publicação Nº 2867514

DECRETO Nº 010, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.755.109,41 (dois milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, cento e nove reais e quarenta e um centavos)

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 14 da Lei Municipal nº 3.388, de 3 de dezembro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 2.755.109,41 (dois milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, cento e nove reais e quarenta e um centavos), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0501.12.361.0065.2043	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUND E PROFIS MAGIST	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-263	Aplicações Diretas	3058	00	R\$	300.000,00

31900000-267	Aplicações Diretas	3019	00	R\$	217.638,42
44900000-271	Aplicações Diretas	3079	00	R\$	450.000,00
0501.12.361.0065.2046	CONST MANUT CONS. AMPL INSTAÇÕES FISICAS ESC	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-264	Aplicações Diretas	3058	00	R\$	161.594,30
44900000-272	Aplicações Diretas	3079	00	R\$	200.000,00
0501.10.306.0090.2059	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-265	Aplicações Diretas	3060	00	R\$	241.483,10
0501.12.361.0065.2048	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-266	Aplicações Diretas	3061	00	R\$	64.056,64
33900000-268	Aplicações Diretas	3022	55	R\$	127.028,95
0501.12.365.0060.1010	CONST ADEQUAÇÃO CRECHES E CENT M EDUC INF	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-273	Aplicações Diretas	3079	00	R\$	150.000,00
0501.12.361.0065.1011	CONST E AMPL GINÁSIO ESPORTES JUNTO A ESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-269	Aplicações Diretas	3079	00	R\$	693.308,00
0501.12.361.0065.1013	AQUISIÇÃO VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-270	Aplicações Diretas	3079	00	R\$	150.000,00
	Total			R\$	2.755.109,41

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2020, da Prefeitura Municipal de Capinzal, na fonte 3.060 "Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE", no valor de R\$ 241.483,10 (duzentos e quarenta e um mil, quatrocentos e oitenta e três reais e dez centavos); na fonte 3019 "Transferências do FUNDEB 40%" R\$ 217.638,42 (duzentos e dezessete mil, seiscentos e trinta e oito reais e quarenta e dois centavos); na fonte 3058 "Salário Educação" R\$ 461.594,30 (quatrocentos e sessenta e um mil, quinhentos e noventa e quatro reais e trinta centavos); fonte 3022 "Transferências de Convênios – Educação", na destinação 55 "Transferências de Convênios do Estado" R\$ 127.028,95 (cento e vinte e sete mil, vinte e oito reais e noventa e cinco centavos); na fonte 3061 "Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PENAT" R\$ 64.056,64 (sessenta e quatro mil, cinquenta e seis reais e sessenta e quatro centavos); e na fonte 3.079 "Emendas Parlamentares Impositivas – Transferências do Estado" R\$ 1.643.308,00 (um milhão, seiscentos e quarenta e três mil, trezentos e oito reais), totalizando a importância de R\$ 2.755.109,41 (dois milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, cento e nove reais e quarenta e um centavos) forma do demonstrativo em anexo e quadro a seguir.

#### Demonstrativo do Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Superávit Financeiro – Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	3060	00	R\$	241.483,10
Superávit Financeiro – Transferências do FUNDEB 40%	3019	00	R\$	217.638,42
Superávit Financeiro – Salário Educação	3058	00	R\$	461.594,30
Superávit Financeiro – Transferências de Convênios Educação – Estado	3022	55	R\$	127.028,95
Superávit Financeiro – Programa Nac. de Apoio ao Transp. Escolar – PNATE	3061	00	R\$	64.056,64
Superávit Financeiro – Emendas Parlamentares Impositivas – Transferências do Estado	3079	00	R\$	1.643.308,00
				2.755.109,41

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 10 de fevereiro de 2021

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES  
Secretário da Administração e Finanças

#### DISPENSA DE LICITAÇÃO 0010/2021

Publicação Nº 2867845

#### EDITAL

Processo Licitatório Nº 0026/2021  
Dispensa de Licitação Nº 0010/2021

VERANICE MARIA LOVATEL, Secretária de Educação, Cultura e Esportes do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o inciso abaixo citado do art. 24 da Lei nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório n. 0026/2021, conforme segue:

## 1. DO OBJETO

O objeto da presente Dispensa de Licitação consiste na Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Maestro Regente para a Fanfarra Municipal. Com Recursos Próprios.

## 2. DA JUSTIFICATIVA

A reativação da Fanfarra Municipal de Capinzal é interesse da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, com o objetivo de propiciar às crianças e adolescentes a oportunidade de se integrarem a música, através da disponibilização de um espaço para práticas musicais, tornando-as interessadas em desenvolver habilidades musicais no âmbito de instrumentos de percussão, tais como: bumbo, caixa, repique, surdo, contra surdo, e pratos; com prática instrumental, individual e em grupo, tem como eixo norteador a socialização dos alunos, buscando desenvolver as capacidades psíquicas e motoras, a aprendizagem musical em seus diversos aspectos.

Hoje temos em atividade a Escola Municipal de Música que atende a mais de 300 crianças e adolescentes residentes no município de Capinzal e registra, quase que diariamente, a procura de jovens interessados a ingressar nas aulas de música.

Diante deste quadro a Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, através do Departamento de Cultura, estudou a possibilidade de retomar as atividades de música da Fanfarra de modo que venham a ampliar o atendimento da demanda da Escola de Música, principalmente neste momento de Pandemia, onde precisamos diversificar as oficinas, para poder atender tanta procura, mantendo as regras de distanciamento e capacidade de atendimento conforme determina os protocolos.

Chegou-se a conclusão de que será possível a retomada da Fanfarra Municipal de forma integrada as atividades já existentes, considerando que essa ação tende a somar de maneira significativa à nossa banda Municipal com intuito de abrilhantar as atividades cívicas, cada vez mais solicitadas em solenidades e eventos de nossa cidade.

Partindo dessa premissa e considerando o fortalecimento deste segmento em nossa região, sem dúvidas, vê-se a premência de resgate desta prática tão admirada e respeitada pela sociedade capinzalense, já que historicamente nosso município destacava-se em apresentações do gênero.

Para isso, tivemos o cuidado de buscar empresas especializadas em música e instrumentais que tivessem profissionais com boas referências pessoais e profissionais com disponibilidade para realizar 16 horas de aulas/mês. Dentre as possibilidades disponíveis, a empresa que apresentou a proposta mais vantajosa foi : Acácio Antunes

O profissional em questão, atuou de forma voluntária, durante 2 anos, como Maestro Regente da Fanfarra da Escola Municipal Ernesto Hachmann, com 24 integrantes e obteve muitos elogios do corpo docente e discente da escola, bem como de toda comunidade, pelo seu profissionalismo, carisma e técnica de ensino musical.

Portanto, de acordo com o objetivo da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, o profissional, dentre tantos de tão importante qualificação, apresenta-se como um dos melhores profissionais da área para atuar como Maestro Regente para a Fanfarra Municipal.

Para instruir o processo de contratação, encaminhamos, em anexo, as certidões comprobatórias de regularidade fiscal da empresa ACÁCIO ANTUNES e pesquisa de valores realizadas com profissionais da região a fim de comprovar vantajosidade na contratação.

## 3. DO FUNDAMENTO LEGAL

A presente contratação encontra respaldo no inciso II, do art. 24, da Lei n. 8.666/93, e alterações posteriores, que dispõe o seguinte:

Art. 24. É dispensável a licitação:

[...]

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

## 4. RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Efetuada a pesquisa de preços junto aos profissionais do ramo do objeto e analisadas as propostas ofertadas, a empresa ACACIO ANTUNES 06333681997, inscrita no CNPJ sob o n. 16.651.126/0001-66, com endereço na Rua Artur Santos, n. 204, Sala 02, Andorinhas, no Município de Zortéa, Estado de Santa Catarina, foi selecionada para a execução dos serviços, uma vez que apresentou o menor preço item com relação às demais. Ainda, a contratada está em dia com sua regularidade fiscal, conforme documentação anexa.

## 5. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A empresa acima qualificada apresentou a proposta mais vantajosa, com preço compatível com o de mercado, estando, inclusive, abaixo dos demais apresentados, razão pela qual justifica-se sua escolha, conforme tabela abaixo:

Item	Qtidade	Unid.	Especificação	Preço Unit.	Preço Total
1	10,00	MES	MAESTRO REGENTE para a Fanfarra Municipal. Com formação superior em música, com no mínimo 300 horas de cursos de aperfeiçoamento na área, com atestado de capacidade técnica em regência de fanfarra, para instrução de aproximadamente 28 (vinte e oito) integrantes, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas mensais, para realizar ensaios, utilizando métodos consagrados, como: Bohumil Med; Pozzoli e Suzuki. Além de estar disponível para acompanhar as apresentações em espaços públicos e em locais determinados pela Administração Municipal através do Departamento de Cultura em datas cívicas, natalinas, festivais, dentre outros eventos realizados.	1.700,00	17.000,00
Total					17.000,00

**6. DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA**

As despesas decorrentes da presente dispensa de licitação, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

RUBRICA ORÇAMENTÁRIA 2021:

Órgão: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 02 – DIRETORIA DE CULTURA

Reduzido: 133

Projeto/Atividade: 2063 – Manutenção da escola municipal de música, banda, fanfarra e coral

Elemento Despesa: 3.3.90 – Aplicações Diretas

**7. DA VIGÊNCIA**

O contrato decorrente desta licitação terá prazo de vigência até 31/12/2021, podendo ser prorrogado, desde que haja interesse da Administração, de acordo com o art. 57 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Encerrada a vigência, a extinção do contrato operar-se-á de pleno direito. Extinto o contrato em decorrência do decurso do prazo de vigência nele estabelecido não pode, em hipótese alguma, ser objeto de prorrogação.

A Eventual prorrogação, nas hipóteses admitidas em lei, deve ser promovida antes do término da vigência da avença original, por meio de termo aditivo, sob pena de nulidade do ato.

As Eventuais prorrogações de prazo deverão ser justificadas, por escrito, e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato, devidamente autuados no processo.

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal-SC, 17 de fevereiro de 2021.

VERANICE MARIA LOVATEL

Secretária de Educação, Cultura e Esportes

Município de Capinzal

---

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL**

---

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/02/2021**

Publicação Nº 2868023

**AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/02/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº CAO/0047/2021

OBJETO DA LICITAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSENTAMENTO DE REDE DISTRIBUIDORA DE ÁGUA TRATADA EM PEAD, ATRAVÉS DO MÉTODO NÃO DESTRUTIVO (MND) PELO SISTEMA DE FURO DIRECIONAL, NAS RUAS CLETO TOALDO, FIORINDO LUVISON, EDUARDO BERGAMO E JOÃO TONINI, NO MUNICÍPIO DE CAPINZAL/SC. DEVERÁ SER EMITIDA ART DE EXECUÇÃO, BEM COMO AS BUILT NA CONCLUSÃO DA OBRA.

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO

DATA DE ABERTURA: 04 DE MARÇO DE 2021, ÀS 09:00 HORAS

LOCAL: ESCRITÓRIO DO SIMAE, SITO A RUA DOMINGOS OMIZOLLO, Nº 447, BAIRRO SÃO LUIZ - CAPINZAL - SC, CEP 89.665.000.

O EDITAL PODERÁ SER RETIRADO NO ESCRITÓRIO DO SIMAE, COM A COMISSÃO DE LICITAÇÃO, SOLICITADO PELO E-MAIL FRANCIELI@SIMAECAO.SC.GOV.BR OU PELO SITE DO SIMAE WWW.SIMAECAO.SC.GOV.BR.

MAIORES ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER PRESTADOS NO ESCRITÓRIO DO SIMAE, SITO À RUA DOMINGOS OMIZOLLO, Nº 447, BAIRRO SÃO LUIZ - CAPINZAL - SC, CEP 89.665.000, OU PELO FONE (049) 3555-1107, COM A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DURANTE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE – 7:30H AS 11:30 E DAS 13H AS 17H.

CAPINZAL/SC, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

FRANCIELI A. DA ROSA

PREGOEIRA

**EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/03/2021**

Publicação Nº 2868129

**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº CAO/03/2021

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: K2 EMPREENDIMENTOS EM OBRAS LTDA

CNPJ DO CONTRATADO: 13.677.686/0001-00

OBJETO: TERMO DO 4º ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/36/2020 PARA ADITIVO DE VALOR.

OBRA: ASSENTAMENTO DE REDE ADUTORA E REDE DISTRIBUIDORA DE ÁGUA TRATADA EM PEAD, NAS RUAS MÁXIMO TOALDO, NO MUNICÍPIO DE CAPINZAL/SC E GOVERNADOR JORGE LACERDA, NO MUNICÍPIO DE OURO/SC.

VALOR DO ADITIVO: R\$ 7.034,79 (SETE MIL, TRINTA E QUATRO REAIS E SETENTA E NOVE CENTAVOS).

DATA DA ASSINATURA: 17/02/2021.

VIGÊNCIA: 17/02/2021 A 05/03/2021.

PELA CONTRATANTE: SIDNEI PENZO - DIRETOR DO SIMAE

PELA CONTRATADA: FERNANDO HENRIQUE DE AMORIM CASTOLDI - REPRESENTANTE LEGAL

# Catanduvras

## PREFEITURA

### CONTRATO PMC Nº 0011/2021

Publicação Nº 2869418

EXTRATO DE CONTRATO PMC Nº 0011/2021  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0011/2021  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0001/2021  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC  
CONTRATADA: SIMÃO ELIAS WOLF LTDA

Objeto: Contratação de show musical intitulado "Projeto Show na Rua em Movimento" executado pelo músico Simão Wolf, dentro da programação dos 58 anos de emancipação político administrativa do município de Catanduvras - SC.

Vigência do Contrato: 16/02/2021 a 30/05/2021  
Valor Contratual: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Catanduvras – SC, 16 de fevereiro de 2021.  
Elenir Fátima Chinato  
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto

### CONTRATO PMC Nº 0012/2021

Publicação Nº 2869419

EXTRATO DE CONTRATO PMC Nº 0012/2021  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0012/2021  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0002/2021  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC  
CONTRATADA: SENAT – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE

Objeto: Contratação de empresa para promover curso de capacitação para professores da educação infantil e ensino fundamental da Rede Municipal de Catanduvras - SC.

Vigência do Contrato: 16/02/2021 a 30/05/2021  
Valor Contratual: R\$ 4.280,00 (quatro mil duzentos e oitenta reais).

Catanduvras – SC, 16 de fevereiro de 2021.

Elenir Fátima Chinato  
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto

### CONTRATO PMC Nº 0013/2021

Publicação Nº 2869420

EXTRATO DE CONTRATO PMC Nº 0013/2021  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0014/2021  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0003/2021  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC  
CONTRATADA: N'ATIVA.COM COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA

Objeto: Contratação de empresa especializada para campanha publicitária em comemoração aos 58 anos de emancipação político administrativa do Município de Catanduvras - SC.

Vigência do Contrato: 16/02/2021 a 30/05/2021

Valor Contratual: R\$ 4.250,00 (quatro mil duzentos e cinquenta reais).

Catanduvras – SC, 16 de fevereiro de 2021.

Elenir Fátima Chinato  
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



**PORTARIA 10210-2021**

Publicação Nº 2867395

Portaria nº 10210/2021, 16 de fevereiro de 2021.

“Autoriza os servidores relacionados a guiar veículos oficiais do Município e da outras providências.”

Paulo Constante Fuga, Prefeito Municipal em Exercício de Catanduvas-SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere os incisos II e; VIII do artigo 103 da lei Orgânica do Município de Catanduvas,

RESOLVE :

Art. 1º Autorizar FELIPE PERINI, a guiar veículos oficiais do Município, devendo os servidores observar o que dispõe o Decreto nº 2366/2018 de 07 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revigora-se as disposição em contrário.

Catanduvas, 16 de fevereiro de 2021.

PAULO CONSTANTE FUGA  
Prefeito Municipal em Exercício

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0002/2021 - FMAS EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2021 - FMAS**

Publicação Nº 2869421

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0002/2021 - FMAS  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2021 - FMAS  
SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Catanduvas – SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, que se encontra aberto até as 10h30min do dia 03 de março de 2021, Edital de Pregão Presencial, visando o registro de preços para futura e eventual, aquisição de kit natalidade, conforme edital e demais informações constantes no anexo. As propostas e demais documentos solicitados deverão ser protocolados no Setor de Licitação do Município de Catanduvas - SC, a partir desta data, encerrando no prazo acima citado. O início da abertura dos envelopes de proposta e habilitação respectivamente, se dará a partir das 10h45min do dia 03 de março de 2021. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitação do município de Catanduvas – SC, situado na Rua Felipe Schmidt, 1.435, Bairro Centro, neste município de Catanduvas – SC, CEP 89670-000, ou pelo e-mail [licitacao@catanduvas.sc.gov.br](mailto:licitacao@catanduvas.sc.gov.br) . Cópias do presente edital poderão ser obtidas no site [www.catanduvas.sc.gov.br](http://www.catanduvas.sc.gov.br), ou pelo fone: 49 – 3525-6530.

Catanduvas – SC, 17 de fevereiro de 2021.

JANETE COUTO DE OLIVEIRA  
Secretária Municipal de Assistência Social

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0016/2021 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0010/2021**

Publicação Nº 2869422

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0016/2021  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0010/2021  
SISTEMA REGISTRO DE PREÇO

O Município de Catanduvas – SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, que se encontra aberto até as 08h30min do dia 04 de março de 2021, Edital de Pregão Presencial, visando registro de preço para futura e eventual contratação de serviço de transporte eventuais, conforme edital e demais informações constantes no anexo. As propostas e demais documentos solicitados deverão ser protocolados no Setor de Licitação do Município de Catanduvas - SC, a partir desta data, encerrando no prazo acima citado. O início da abertura dos envelopes de proposta e habilitação respectivamente, se dará a partir das 08h45min do dia 04 de março de 2021. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitação do município de Catanduvas – SC, situado na Rua Felipe Schmidt, 1.435, Bairro Centro, neste município de Catanduvas – SC, CEP 89670-000, ou pelo e-mail [licitacao@catanduvas.sc.gov.br](mailto:licitacao@catanduvas.sc.gov.br) . Cópias do presente edital poderão ser obtidas no site [www.catanduvas.sc.gov.br](http://www.catanduvas.sc.gov.br), ou pelo fone: 49 – 3525-6530.

Catanduvas – SC, 17 de fevereiro de 2021.

PAULO CONSTANTE FUGA  
Prefeito Municipal em Exercício

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 036/2021

Publicação Nº 2869549

DECRETO N. 036/2021

Dispõe sobre a designação de servidores para exercer as funções de pregoeiro e equipe de apoio nas licitações realizadas na modalidade pregão no município de Caxambu do Sul/SC

O Prefeito Municipal de Caxambu do Sul/SC, no uso das atribuições legais previstas no art. 71, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, c/c o Decreto Municipal nº 91/2006, que regulamentou a Licitação – Modalidade Pregão, instituída pela Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, no âmbito do Município.

DECRETA:

Art. 1º. Fica designado o Servidor Municipal ALAONE SICHELERO para exercer a função de pregoeiro nos processos licitatórios na modalidade Pregão, em conformidade com o disposto no artigo 2º, inciso IV da Lei Federal 10.520 de 17 julho de 2002.

Art. 2º. Ficam designados os Servidores Municipais abaixo relacionados para integrarem a equipe de apoio nos processos licitatórios na modalidade Pregão, em conformidade com o disposto no artigo 2º, inciso IV da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002:

I – SAIANE BURTET DO AMARAL

II – GABRIELI TAFFAREL

Suplentes:

I – ITANIR MARANGONI

Art. 3º. As atribuições do pregoeiro e da equipe de apoio inclui, entre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, no exercício de 2021;

Art. 4º. Este Decreto entrou em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 16 de fevereiro de 2021.

GLAUBER BURTET

Prefeito Municipal de Caxambu do Sul

### DECRETO Nº 037/2021

Publicação Nº 2869552

DECRETO Nº 037/2021

“Dispõe sobre nomeação de membros da comissão permanente de licitações e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 71, IV da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Federal nº 8.666/93.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão de Licitações do município de Caxambu do Sul, para atuar em caráter permanente no exercício de 2021.

Art. 2º. A comissão permanente de licitação, ora instituída, será composta pelos seguintes membros, sob a presidência dos primeiro e segundo:

I – ALAONE SICHELERO

II – SAIANE BURTET DO AMARAL

III – GABRIELI TAFFAREL

SUPLENTE:

I – ITANIR MARANGONI;

Art. 3º As atribuições da Comissão inclui, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações, adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, no exercício 2021.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, em 16 de fevereiro de 2021.

GLAUBER BURTET

Prefeito Municipal de Caxambu do Sul

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### PORTARIA N° 135/2021

Publicação N° 2868512

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

#### PORTARIA N° 135/2021

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

#### RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 21/01/2020 a 20/02/2021, a servidora MARIA CATARINA DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Enfermagem – 40 horas, na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Autorizar a servidora a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 18.02.2021 à 19.03.2021, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de fevereiro de 2021.

ABEL DA SILVA  
Prefeito Municipal

# Chapecó

## PREFEITURA

### DECRETO 40.277

Publicação N° 2869005

DECRETO N°. 40.277, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Dispõe sobre exoneração de servidor(a) público(a) municipal ocupante de cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. Fica exonerado(a), a partir de 16 de fevereiro de 2021, a pedido, o servidor(a) público(a) municipal CELSIANE TEILONARA ZILIOTTO, matrícula 71315, ocupante do cargo de Fiscal de Serviços Públicos Concedidos.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 17 de fevereiro de 2021.

JOÃO RODRIGUES  
Prefeito Municipal

### DECRETO 40.278

Publicação N° 2869007

DECRETO N°. 40.278, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Dispõe sobre exoneração de servidor(a) público(a) municipal ocupante de cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. Fica exonerado(a), a partir de 15 de fevereiro de 2021, a pedido, o servidor(a) público(a) municipal BRUNO SOUZA VENDRUSCOLO, matrícula 68427, ocupante do cargo de Guarda Municipal.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 17 de fevereiro de 2021.

JOÃO RODRIGUES  
Prefeito Municipal

### DECRETO 40.279

Publicação N° 2869010

DECRETO N°. 40.279, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Dispõe sobre a nomeação de membro do Conselho Tutelar do Município de Chapecó.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, no período de 22 de fevereiro de 2021 a 08 de março de 2021, a Conselheira Tutelar Suplente GIOVANA CAROLINA SCHMIDT SANCHES, para responder pela função da Conselheira Tutelar Titular Eliana Olga Moro Espíndola, durante seu período de férias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 17 de fevereiro de 2021.

JOÃO RODRIGUES  
Prefeito Municipal

**DECRETO 40.280**

Publicação Nº 2869012

DECRETO Nº. 40.280, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

Dispõe sobre exoneração de servidor(a) público(a) municipal ocupante de cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. Fica exonerado(a), a partir de 15 de fevereiro de 2021, a pedido, o servidor(a) público(a) municipal ANA FLAVIA DE ALMEIDA DIOGO, matrícula 62743, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 16 de fevereiro de 2021.

JOÃO RODRIGUES  
Prefeito Municipal

**DECRETO 40.281**

Publicação Nº 2869013

DECRETO Nº. 40.281, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

Dispõe sobre exoneração de servidor(a) público(a) municipal ocupante de cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. Fica exonerado(a), a partir de 26 de fevereiro de 2021, a pedido, o servidor(a) público(a) municipal VANESSA THOME, matrícula 80462, ocupante do cargo de Médico.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 16 de fevereiro de 2021.

JOÃO RODRIGUES  
Prefeito Municipal

**DECRETO 40.282**

Publicação Nº 2869034

DECRETO Nº 40.282, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Dispõe sobre alteração de dispositivos do Decreto nº 36.716, de 25 de fevereiro de 2019, que nomeia a Comissão Municipal Permanente de Avaliação Mobiliária e Imobiliária – COPAMI e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, e CONSIDERANDO o Memorando nº 10.741/2021,

DECRETA :

Art. 1º. Os incisos I, II, III do artigo 1º do Decreto nº 36.716, de 25 de fevereiro de 2019 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º ..... :

I- PRESIDENTE: Jorge Luiz dos Santos;

II - SECRETÁRIO GERAL: Valdecir Antônio Disner;

III - JUNTA RELATORA:

a)Coordenador: Claudemir Maffessoni;

b)Secretária: Ana Paula Dalla Costa;

c)Membro: Oli Berghahn;

d)Membro: Jonas Brighenti;

e)Membro: Sabrina Antonini;

f)Membro: Rafael Morandi;

g)Membro: Julio Francisco Tasca;

h)Membro: Fernanda Botin;  
i)Membro: Leila Asiria Schenkel.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 17 de fevereiro de 2021.

JOÃO RODRIGUES  
Prefeito Municipal

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 010/2021

Publicação Nº 2868291

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 010/2021

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Ficam CONVOCADOS para tomar posse, no respectivo cargo, junto a Diretoria de Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Chapecó, sito à Avenida Getúlio Vargas nº 957-S, o candidato abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO Nº 001/2019		
CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
76º	4551	MICHEL LAUSCHNER MACHRY
CARGO: MÉDICO- ESF		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
69º	7688	RAISSA DOS REIS ECHER
70º	6864	BIBIANE SIGNOR
71º	331	RAFAELA HAETTINGER KLEIN
72º	11387	ISABELA TRAMONTINI BENEVENUTO

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a posse;

III. A posse, o exercício e o estágio probatório, dar-se-á nas condições da legislação específica;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapecó (SC), em 17 de fevereiro de 2021

JOÃO RODRIGUES  
Prefeito Municipal.

## CÂMARA MUNICIPAL

### ALTERAÇÃO DE DATA. AVISO DE LICITAÇÃO. PR1.2021

Publicação Nº 2868155

Estado de Santa Catarina  
Câmara Municipal de Chapecó

Aviso adiamento de sessão de licitação.

Pregão Presencial nº 1/2021

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE INTERNA DE ENERGIA ELÉTRICA, DE TELEFONIA E DE COMUNICAÇÃO INTERNA

NOVA Data/Hora da abertura da Sessão: 24/02/2021, às 14h

Entrega dos envelopes: até a abertura da sessão.

A íntegra do edital poderá ser obtida no endereço da Câmara Municipal, na Rua Marechal Bormann, nº 320-E, Centro, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 13h00min às 18h00min, através de pedido pelo e-mail [compras@cmc.sc.gov.br](mailto:compras@cmc.sc.gov.br) e no portal [www.cmc.sc.gov.br](http://www.cmc.sc.gov.br), >transparência >licitações >consulta de licitações >entidade câmara municipal de chapecó.

Chapecó, 17 de fevereiro de 2021.

João Maria Marques Rosa  
Presidente

## **ALTERAÇÃO DE DATA. AVISO DE LICITAÇÃO. PR2.2021**

Publicação Nº 2868160

Estado de Santa Catarina  
Câmara Municipal de Chapecó

Aviso adiamento de sessão de licitação.

Pregão Presencial nº 2/2021

Objeto: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO

NOVA Data/Hora da abertura da Sessão: 24/02/2021, às 16h

Entrega dos envelopes: até a abertura da sessão.

A íntegra do edital poderá ser obtida no endereço da Câmara Municipal, na Rua Marechal Bormann, nº 320-E, Centro, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 13h00min às 18h00min, através de pedido pelo e-mail [compras@cmc.sc.gov.br](mailto:compras@cmc.sc.gov.br) e no portal [www.cmc.sc.gov.br](http://www.cmc.sc.gov.br), >transparência >licitações >consulta de licitações >entidade câmara municipal de chapecó.

Chapecó, 17 de fevereiro de 2021.

João Maria Marques Rosa  
Presidente

## **PORTARIA 63/2021**

Publicação Nº 2868943

Portaria Nº 63/21

Autoriza a Câmara Municipal de Chapecó a contratar empresa especializada para a realização de laudos de inspeção de saúde admissional e demissional.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art.1º.Fica autorizada a contratação de empresa especializada para a realização de laudos de inspeção de saúde admissional e demissional e dos Programas de Saúde e Segurança do Trabalho PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, conforme as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego NR-9 e NR-7, respectivamente.

Art.2º.A contratação dos serviços da empresa ficará condicionada à indisponibilidade do órgão médico oficial do município em atender às solicitações da Câmara Municipal de Chapecó, devido à demora no atendimento ou pela falta de servidores especializados para a realização dos trabalhos.

Art. 3º.Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente, em 17 de fevereiro de 2021.

JOÃO MARIA MARQUES ROSA  
Presidente

## **PORTARIA 65/2021**

Publicação Nº 2868960

Portaria Nº 65/21

Dispõe sobre nomeação em cargo comissionado.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Nomear o senhor ALEXANDRE DA SILVA SANTOS para exercer cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, com



vencimento de R\$ 3.689,88 (Três mil, seiscentos e oitenta e nove reais e oitenta e oito centavos).

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 17 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Presidente, em 17 de fevereiro de 2021.

JOÃO MARIA MARQUES ROSA
-------------------------

Presidente
------------

**PORTARIA 64/2021**

Publicação Nº 2868249

**Portaria Nº 64/21***Suspende as atividades da Câmara Municipal de Chapecó.*

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a declaração de pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19) pela Organização Mundial da Saúde (OMS);

CONSIDERANDO o alerta emitido pelo HOSPITAL REGIONAL DO OESTE no dia 02/02/2021, a respeito da superlotação da UTI e internações (<https://hro.org.br/blog/hro-alerta-para-superlotacao/>) e, o aumento de casos de infecções e a necessidade de estabelecer procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção e propagação do Coronavírus (COVID-19), no âmbito do Município de Chapecó;

CONSIDERANDO que na Câmara Municipal de Chapecó circulam diariamente, em média, 200 (duzentas) pessoas, tal medida torna-se imperiosa para evitar aglomerações;

CONSIDERANDO que vários servidores da Câmara Municipal de Chapecó testaram positivo para Covid-19;

CONSIDERANDO ser indispensável a necessidade de adoção de medidas para frear o avanço da pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19) enquanto perdurar a emergência de saúde pública no âmbito do Município de Chapecó;

CONSIDERANDO ainda que não haverá Sessão Ordinária nesta Casa Legislativa no período de 17 a 19 de fevereiro de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam suspensas todas as atividades da Câmara Municipal de Chapecó de 17 à 21 de fevereiro de 2021, retornando as atividades normalmente em 22 de fevereiro de 2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor em 17 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Presidente, em 17 de fevereiro de 2021.

JOÃO MARIA MARQUES ROSA  
Presidente

# Concórdia

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 6.611, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2868177

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.611, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Adota, no âmbito do Município de Concórdia, as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública – COVID-19, previstas na Portaria SES nº 592, de 17 de agosto de 2020 e alterações e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, e considerando:

- a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde – OMS, em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

- o disposto na Portaria Federal nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

- o disposto no art. 8º da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que determina a forma regionalizada e hierarquizada das ações e serviços de saúde;

- o disposto no Decreto Federal nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais;

- que o momento atual demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da COVID-19 no Estado de Santa Catarina, de acordo com o Decreto nº 562, de 17 de abril de 2020 e alterações;

- a importância e a necessidade da retomada gradativa das atividades sociais e econômicas, respeitada a situação epidemiológica local, associada ao cumprimento das exigências para prevenção e mitigação da disseminação da COVID-19;

- o disposto na Portaria SES nº 658, de 28 de agosto de 2020, que alterou dispositivos das Portarias SES nº 464, de 3 de julho de 2020 e SES nº 592, de 21 de agosto de 2020, delegando ao Governo do Estado o controle e estabelecimento dos critérios de funcionamento das atividades de interesse regional e local, bem como as medidas de enfrentamento da COVID-19, de acordo com o Risco Potencial Regional das regiões de saúde;

- que diante do compartilhamento das ações e decisões do Governo do Estado cabe aos gestores públicos e privados de todas as regiões, independentemente da sua classificação de risco, executar as ações previstas no art. 8º da Portaria SES nº 592/2020;

- as análises realizadas pelo Governo do Estado em relação à evolução da pandemia nas diferentes regiões do Estado, combinadas com a disponibilidade de leitos e a atual estrutura de saúde existentes.

DECRETA:

Art. 1º Ficam adotadas, no âmbito do Município de Concórdia, as medidas de enfrentamento à COVID-19, estabelecidas na Portaria SES nº 592, de 17 de agosto de 2020 e alterações, de acordo com a classificação do Mapa de Avaliação de Risco Potencial Regional, publicada pela Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina – SES, na forma prevista no § 3º do art. 7º da Portaria SES nº 592/2020.

Art. 2º A entrada de clientes nos estabelecimentos destinados ao preparo e consumo de alimentos como bares, restaurantes, lojas de conveniências, bem como casas noturnas e afins, será permitida até às 22h, e o fechamento destes estabelecimentos deverá ocorrer até às 23h, devendo ser observadas as regras de funcionamento previstas pela SES.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogados os Decretos nºs.:

I – 6.566, de 8 de setembro de 2020;

II – 6.574, de 8 de outubro de 2020.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de fevereiro de 2021.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### **EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2021 – FMS**

Publicação Nº 2867485

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA - SC  
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE  
LICITAÇÃO Nº 3/2021 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde, em exercício, torna público que ratificou o ato da Senhora Grace Simioni Menegat, Diretora de Saúde, que declarou inexigível a licitação, nos termos do Art. 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 15/02/2021, para a prestação de serviços médicos profissionais, em razão da necessidade temporária, de excepcional interesse público, visando ao auxílio às equipes de saúde, nas ações de combate e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, decorrente da infecção humana pelo COVID-19, nos termos do Edital de Credenciamento nº 01/2021; a favor das empresas: MAYARA BIONDO CLÍNICA MÉDICA LTDA, no valor de R\$ 224.000,00 (duzentos e vinte e quatro mil reais), e MARCOS DYNKOSKI E YOHAN WILLIAN SERVIÇOS MÉDICOS LTDA no valor de R\$ 89.600,00 (oitenta e nove mil e seiscentos reais).

LEANDRO BOEIRA ZORZAN  
Gestor do FMS, em exercício

### **CÂMARA MUNICIPAL**

### **DECRETO 2872/2021**

Publicação Nº 2868033

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.872, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Nomeia RUDIMARA ADRIANA DALÓ ROSA AULER – Assessor Parlamentar.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com a Lei Complementar nº 660, de 16 de dezembro de 2013,

RESOLVE:

Nomear a senhora RUDIMARA ADRIANA DALÓ ROSA AULER, para exercer o cargo de Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível CC-3, a partir do dia 17 de fevereiro de 2021.

Concórdia, 17 de fevereiro de 2021.

Fabiano Caitano  
Presidente

Jaderson Miguel Prudente  
Vice-Presidente

Lenir Molossi Comin  
1º Secretário

Closmar Zagonel  
2º Secretário

### **RESOLUÇÃO 499/2021**

Publicação Nº 2868046

RESOLUÇÃO Nº 499, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2021.

Estabelece normas para realização de homenagens a entidades pelo Poder Legislativo Municipal de Concórdia.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer normas para realização de homenagens a entidades pelo Poder Legislativo Municipal de Concórdia na forma desta Resolução.

Art. 2º As homenagens a entidades serão realizadas no grande expediente das Reuniões Ordinárias da Câmara e deverão ser em comemoração a decênio, não podendo ser em período inferior.

Art. 3º O número de homenagens a entidades será limitado a 10 (dez), sendo que a decisão para realização das mesmas se dará por consenso dos Vereadores.

Parágrafo único. O disposto neste artigo vigorará até dezembro de 2022.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta do orçamento da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 9 de fevereiro de 2021.

Fabiano Caitano  
Presidente

Jaderson Miguel Prudente  
Vice-Presidente

Lenir Molossi Comin  
1º Secretário

Closmar Zagonel  
2º Secretário

## RESOLUÇÃO 500/2021

Publicação Nº 2868049

RESOLUÇÃO Nº 500, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021.

Constitui comissão de licitação, e dá outras providências.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir comissão para abertura, julgamento e classificação de propostas das licitações da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia.

Art. 2º Nomear os servidores Ivonei Gasparin Giordani, Zenite T. Michelin Farina e Luciane Corezzolla Decarli, para comporem a comissão.

Parágrafo único. A comissão será presidida pelo primeiro membro e secretariada pelo segundo.

Art. 3º Conceder aos servidores efetivos Ivonei Gasparin Giordani e Zenite T. Michelin Farina, gratificação pelo exercício da função de assessoramento equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o vencimento, enquanto perdurarem os trabalhos nesta Comissão.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2021.

Art. 5º Revogada a Resolução nº 482, de 6 de abril de 2020.

Concórdia, 10 de fevereiro de 2021.

Fabiano Caitano  
Presidente

Lenir Molossi Comin  
1º Secretário

**RESOLUÇÃO 501/2021**

Publicação Nº 2868052

RESOLUÇÃO Nº 501, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021.

Nomeia servidores para comporem a Comissão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários – CPCCS; dá outras providências.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA SC.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 574, de 13 de dezembro de 2010 e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os seguintes servidores para comporem a Comissão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários – CPCCS do Poder Legislativo:

I – Luciane Corezzolla Decarli – Secretário Administrativo, como Presidente;

II – Delair M. Selbach Dallegrave – Contador Geral, como Secretário;

III – Elenice Zitta – Agente Legislativo, como Relator.

Art. 2º Conceder às servidoras ocupantes de cargo efetivo Delair M. Selbach Dallegrave e Elenice Zitta, gratificação pelo exercício da função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre os respectivos vencimentos, enquanto perdurarem os trabalhos nesta Comissão.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2021.

Art. 4º Revogada a Resolução nº 468, de 25 de março de 2019.

Concórdia, 10 de fevereiro de 2021.

Fabiano Caitano  
Presidente

Lenir Molossi Comin  
1º Secretário

**IPRECON - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA****PORTARIA Nº 10/2021 - IPRECON**

Publicação Nº 2867984

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 10/2021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

Concede Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição à servidora GELSI BERGAMO.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 40, § 1º, III, “a” e § 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003 e arts. 30-A e seus parágrafos, 31 e § 3º e 105, da Lei Complementar nº 164/1999, de 27 de julho de 1999.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora GELSI BERGAMO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, nível 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, matrícula nº 61140-02, Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição, com proventos integrais, equivalentes a 100% da média aritmética simples das 80% maiores remunerações-de-contribuição, efetuadas desde julho de 1994, assegurado o reajustamento na mesma data e pelo mesmo índice aplicado aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social – RGPS/INSS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

ONEIDE BERTOLINI  
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 16 de fevereiro de 2021.

MARGARETE PECINI  
Agente Administrativo

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO N. 110/2021

Publicação Nº 2868174

DECRETO Nº 110, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À EPIDEMIA DA COVID-19, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o art. 70 da Lei Orgânica do Município de Cordilheira Alta;

CONSIDERANDO que o nível da Avaliação de Risco Potencial do Estado de Santa Catarina para a Região Oeste permanece em nível gravíssimo (representado pela cor vermelha no mapa do estado);

CONSIDERANDO o colapso na rede de saúde pública e privada do Oeste de Santa Catarina, com ausência de vagas nas UTI's – Unidades de Terapia Intensiva e severo comprometimento do atendimento ambulatorial, bem como o colapso no Hospital Regional do Oeste;

CONSIDERANDO que, no âmbito do Município de Cordilheira Alta, tem sido observado o descumprimento das determinações normativas alusivas ao enfrentamento da pandemia em diversos setores;

CONSIDERANDO que se está enfrentando o pior momento no que diz respeito ao comprometimento da capacidade instalada da rede de atendimento em saúde do município e região;

CONSIDERANDO as deliberações e as ações aprovadas na reunião extraordinária realizada no dia 17 de fevereiro de 2021, envolvendo a representação dos 52 municípios integrantes do CIS-AMOSC e o Secretário de Estado da Saúde;

CONSIDERANDO, por fim, a imperiosa necessidade de preservar a vida dos munícipes e de, ao mesmo tempo, preservar o ensino escolar e manter ativas as atividades empresariais em âmbito municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam suspensas, até 01 de março do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior, as atividades de:

I - bares, pubs, boates, petiscarias, choperias, cervejarias, whiskerías, casas de show, bailões e outros locais destinados a happy hours ou a consumo predominante de bebidas alcoólicas em qualquer horário;

II - clubes de campo, associações de trabalhadores, centros de convivências, sedes de empresas e locais afins (a exemplo de ranchos, recantos, etc.), exceto para a prática em tais locais de exercícios ou esportes individuais que permitam o distanciamento físico, como caminhadas, ciclismo, tênis e afins;

III - prática, recreativa ou por meio de competições, independentemente do número de participantes, de atividades físicas ou esportivas coletivas, a exemplo de futebol, vôlei, futevôlei e outros, em quadras, campos ou ginásios de esportes, abertos ou fechados, públicos ou privados; e

IV - circos, shows, amostras e apresentações que importem em acesso generalizado de pessoas, a título gratuito ou mediante pagamento de ingresso ou entrada.

Art. 2º Até 01 de março do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior, os restaurantes, pizzarias, lanchonetes e food trucks poderão funcionar exclusivamente nos seguintes horários, e observando a lotação máxima preconizada pelo Estado de Santa Catarina para o nível gravíssimo:

I - das 10:00 às 14:00 horas; e

II - das 18:00 às 22:00 horas.

§ 1º Considera-se atividade de restaurante, para os fins deste decreto, aquela destinada a servir almoço e jantar, nos períodos correspondentes aos horários definidos nos incisos I e II deste artigo, sendo que as demais atividades assemelhadas serão regidas pelas demais disposições específicas deste e dos demais decretos e normas em vigor;

§ 2º O atendimento deverá atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias e de saúde relativas ao enfrentamento da pandemia da Covid-19, especialmente:

I - a obrigatoriedade do uso de máscaras;

II - disponibilização de luvas descartáveis e de recipiente próprio para o descarte das mesmas após o uso;

III - medidores de temperatura na entrada do estabelecimento;

IV - redução da ocupação máxima a 50% (cinquenta por cento) da capacidade total permitida:

V - respeitar o intervalo de uma mesa ocupada e uma mesa vazia, devendo esta última estar devidamente identificada;

VI - permitir apenas a ocupação máxima de 04 (quatro) pessoas por mesa;

VII - intensificar o uso de álcool em gel 70% na entrada do estabelecimento e nos locais de uso compartilhado, como buffet, banheiros e afins; e

VIII - impedir filas ou locais de espera sem o devido distanciamento.

Art. 3º Fica vedado até 01 de março do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior:

I - a realização presencial de missas, cultos e demais atividades religiosas ou de outras crenças que importem em uso comum de espaços de igrejas, templos, santuários, grutas e locais afins;

II - a realização de promoções ou eventos por estabelecimentos comerciais, de qualquer natureza, destinadas ao chamamento de clientes;

III - a utilização de parques infantis, situados em praças, associações, ou condomínios residenciais, cuja proibição deverá ser devidamente identificada pelos responsáveis legais, exceto para a prática em tais locais de exercícios ou esportes individuais que permitam o distanciamento físico, como caminhadas, ciclismo e afins;

IV - o funcionamento de brinquedotecas, espaços kids e espaços de jogos, em condomínios residenciais, clubes recreativos, associações e entidades afins, cuja proibição deverá ser devidamente identificada pelos responsáveis legais;

V - o uso de salões de festa, espaços gourmet, salões de jogos, salas de cinema, espaços de recreação, piscinas e saunas, em condomínios residenciais, associações e entidades afins, cuja proibição deverá ser devidamente identificada pelos responsáveis legais;

VI - a utilização de propriedades particulares, na cidade e no interior (sítios, chácaras e afins), com o objetivo de realização de festas ou eventos irregulares que impliquem em aglomeração de pessoas;

VII - a prática, em locais públicos ou privados, de jogos de sinuca, dominó, bocha, bolão, 48 e demais meios recreativos que importem em compartilhamento de objetos;

VIII - a disposição de mesas, cadeiras e bancos em áreas externas de lojas de conveniências e estabelecimentos afins.

Art. 4º Ficam suspensas até 01 de março do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior, as aulas presenciais nas unidades da rede pública de ensino, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), ensino técnico e ensino superior, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente.

Art. 5º Fica vedado até 07 de março do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior, a realização de eventos sociais, educacionais, recreativos, de confraternização e afins (a exemplo de palestras, reuniões associativas, assembleias e outros), independentemente da quantidade de pessoas, de caráter público ou privado.

Art. 6º Além das medidas já em vigor, para os estabelecimentos que têm por objeto a venda de produtos alimentícios, tais como mercearias, minimercados, mercados, supermercados e afins, fica restabelecida, até reavaliação posterior, a proibição da entrada de mais de uma pessoa por grupo familiar a cada compra a ser realizada, cabendo ao responsável legal pelo local a obrigação de fiscalização dessa medida.

Art. 7º Em razão do notório deslocamento de munícipes a destinos turísticos deste e de outros Estados (a exemplo de praias, resorts, hotéis, campings e outros), fica recomendado às empresas, estabelecimentos locais e repartições públicas que viabilizem o trabalho remoto às pessoas inseridas nesse grupo por pelo menos 07 (sete) dias após o retorno confirmado, devendo ainda monitorar de modo mais intenso eventuais sintomas típicos da covid-19 apresentados pelos mesmos quando do retorno ao trabalho presencial.

Parágrafo único. Os estabelecimentos de ensino e de cursos livres deverão estender a recomendação prevista no caput aos seus respectivos alunos ou frequentadores.

Art. 8º O descumprimento das medidas estabelecidas no presente decreto sujeitará o infrator às penalidades previstas nas normas estaduais e municipais em vigor.

Art. 9º As pessoas, entidades ou estabelecimentos referidos no presente decreto deverão comunicar o respectivo público alvo acerca das normas ora estabelecidas.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n. 109/2021.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor em 17 de fevereiro de 2021.

Cordilheira Alta/SC, 17 de fevereiro de 2021.

CLODOALDO BRIANCINI

Prefeito Municipal



**DECRETO Nº 111/2021**

Publicação Nº 2868243

DECRETO Nº 111/2021, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

**"DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e Lei 468/2001,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica rescindido, por término de contrato, a partir de 17/02/2021, o Contrato Administrativo para Admissão Temporária por Excepcional Interesse Público nº 108/2020, com GUNNAR GABRIEL MANOEL DE SOUZA, matrícula nº 1370801, ocupante do cargo de Agente de Combate às Endemias, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, 17 de fevereiro de 2021.

**CLODOALDO BRIANCINI**

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE RETIFICAÇÃO PROC. 28/2021 CP17/2021**

Publicação Nº 2868352

RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR N. 01/2021

PROCESSO LICITATÓRIO N. 28/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 17/2021

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, torna pública a retificação do Edital em epígrafe, nos seguintes termos:

1. Ficam alterados o valor unitário máximo do item 7 e a quantidade do item 14, ambos constantes da tabela da CLÁUSULA 1 - OBJETO, nos seguintes termos:

Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
7	200	kg		BOLACHA DE MILHO CASEIRA, DEVIDAMENTE EMBALADA COM INFORMAÇÃO NUTRICIONALEINFORMAÇÕES DO FABRICANTE	23,89	4.778,00
14	980	un		IOGURTE ELABORADO A PARTIR DE LEITE PASTEURIZADO, AÇÚCAR E POLPA DE FRUTAS, ESTABILIZANTES, ESPESANTES, CONSERVANTES E FERMENTOS LÁCTEOS. EMBALAGEM: PACOTE PLÁSTICO (FILME POLIETILENO), BEM VEDADO, DEVERÁ TRAZER INFORMAÇÕES GERAIS, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE BEM VISÍVEIS E CLARAS. O PRODUTO NÃO APRESENTA SINAIS DE SUJIDADE, CORPOS ESTRANHOS AO PRODUTO, COR NÃO CARACTERÍSTICA DO PRODUTO, SABOR ÁCIDO INTENSO OU PROBLEMAS NA VEDAÇÃO DA EMBALAGEM. PACOTES DE 900ML	7,58	7.428,40

2. O valor total previsto para a licitação passa a ser o seguinte: R\$ 74.966,40.

3. As datas e horários de entrega dos envelopes contendo a habilitação e os projetos de venda passam a ser os seguintes:

- a) Entrega dos envelopes: até às 08h30min do dia 19/03/2021 (horário de Brasília/DF).
- b) Abertura da sessão: 09h00min do dia 19/03/2021 (horário de Brasília/DF).

4. O edital retificado encontra-se disponível no site [www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br). Esclarecimentos poderão ser obtidos via contato telefônico pelo número (49) 33589100.

Cordilheira Alta/SC, 17 de fevereiro de 2021.

**CLODOALDO BRIANCINI**

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 115/2021**

Publicação Nº 2867832

PORTARIA Nº 115/2021

"DISPÕE SOBRE A RELOTAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e artigo 35, § 1º, da Lei Complementar nº 018/2001,

RESOLVE:

Art. 1º Relotar, a partir do dia 15 de fevereiro de 2021, de ofício, no interesse da Administração, o servidor CLAUDIMAR MATEUS OBETZNE, matrícula n. 1370502, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, para a Secretaria Municipal de Água e Saneamento Básico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 15 de fevereiro de 2021.

Registrada e publicada em data supra.

CLODOALDO BRIANCINI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 116/2021**

Publicação Nº 2868152

PORTARIA Nº 116/2021

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 5 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde à servidora municipal Patrícia Strada Machado, matrícula nº 1349704, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 16/02/2021.

Cordilheira Alta/SC, 17 de fevereiro de 2021.

Registrada e publicada em data supra.

CLODOALDO BRIANCINI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 117/2021**

Publicação Nº 2868186

PORTARIA Nº 117/2021

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde à servidora municipal TEREZINHA BEE, matrícula nº 352501, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 15/02/2021.

Cordilheira Alta/SC, 17 de fevereiro de 2021.

Registrada e publicada em data supra.

CLODOALDO BRIANCINI

Prefeito Municipal

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### DECRETO 038/2021

Publicação Nº 2868826

DECRETO Nº. 038, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal, e pela Lei Complementar Nº 038 de 03 de Dezembro de 2013 – Disciplina a Admissão de Pessoal por Prazo Determinado no Âmbito do Município, para Atender à Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público, sob Regime Administrativo Especial, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

Considerando o Edital do Processo Seletivo Nº 001/2018;

Considerando o Decreto Nº 219 de 09 de Dezembro de 2019, com data de Prazo de Validade de até 28 de Dezembro de 2020, prazo este não cumprido pela gestão anterior.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerada a Servidora Pública Municipal, Sra. Laiane Marssona Lopes, ocupante de Cargo de Provimento Temporário de Auxiliar de Serviços Gerais, enquadrada na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 01 de Fevereiro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Nº 041 de 11 de Fevereiro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 01 de Fevereiro de 2021.

MOACIR BRESOLIN

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

SOELI MOREIRA

Secretária de Administração

Planejamento e Finanças

### DECRETO 039/2021

Publicação Nº 2868827

DECRETO Nº. 039, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal, e pela Lei Complementar Nº 038 de 03 de Dezembro de 2013 – Disciplina a Admissão de Pessoal por Prazo Determinado no Âmbito do Município, para Atender à Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público, sob Regime Administrativo Especial, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

Considerando o Edital do Processo Seletivo Nº 001/2018;

Considerando o Decreto Nº 219 de 09 de Dezembro de 2019, com data de Prazo de Validade de até 28 de Dezembro de 2020, prazo este não cumprido pela gestão anterior.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o Servidor Público Municipal, Sr. Valmir Ravarena, ocupante de Cargo de Provimento Temporário de Auxiliar de Serviços Gerais, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 1º de Fevereiro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Nº 072 de 13 de Março de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 01 de Fevereiro de 2021.

MOACIR BRESOLIN

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

SOELI MOREIRA

Secretária de Administração

Planejamento e Finanças

**DECRETO 040/2021**

Publicação Nº 2868829

DECRETO Nº. 040, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2021.

ALTERA TEMPORARIAMENTE CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal, e pelos Artigos 44 e 45 da Subseção II da Lei Complementar Nº 039 de 03 de Dezembro de 2013 – Dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério Público do Município de Coronel Martins, Consolida a Legislação Existente e Institui o respectivo quadro de Cargos e Funções;

Considerando a solicitação da Secretária de Educação:

DECRETA:

Art. 1º Fica Alterada a Carga Horária, de 20 (vinte) horas para 30 (Trinta) horas semanais, da Servidora Pública Municipal Sra. Carla Rava-rena, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, na área de Artes, a critério da Administração Municipal, e por conveniência administrativa ou interesse público, a partir de 01 de Fevereiro de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 1º de Fevereiro de 2021.

MOACIR BRESOLIN

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

SOELI MOREIRA

Secretária de Administração

Planejamento e Finanças

**DECRETO 042/2021**

Publicação Nº 2868832

DECRETO Nº. 042, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021.

ALTERA TEMPORARIAMENTE CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal, e pelos Artigos 44 e 45 da Subseção II da Lei Complementar Nº 039 de 03 de Dezembro de 2013 – Dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério Público do Município de Coronel Martins, Consolida a Legislação Existente e Institui o respectivo quadro de Cargos e Funções;

Considerando a solicitação pela Secretária de Educação:

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada a carga horária, de 10 (Dez) horas para 20 (Vinte) horas semanais, da Servidora Pública Municipal Sra. Genoeva Lurdes Maculan, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, na área de Ciências Humanas – (Geografia e História), a critério da Administração Municipal, e por conveniência administrativa ou interesse público, a partir de 01 de Fevereiro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 1º de Fevereiro de 2021.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 11 de Fevereiro de 2021.

MOACIR BRESOLIN

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

SOELI MOREIRA

Secretária de Administração

Planejamento e Finanças

**DECRETO 043/2021**

Publicação Nº 2868835

DECRETO Nº.043, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021.  
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal, 2ª Edição – 2005 – Consolidada, e Lei Complementar Nº 034 de 27 de Agosto de 2013- Dispõe sobre a Reestruturação do Plano de Cargos e Vencimentos do Pessoal do Poder Executivo do Município de Coronel Martins:

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica Nomeado o Servidor Público Municipal, abaixo relacionado, para o respectivo Cargo em Comissão, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir do dia 02 de Fevereiro de 2021.

**NOME CARGO**

Sidevan Rogelson Chitto	Diretor Geral de Serviços Rurais e Urbanos
-------------------------	--

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 02 de Fevereiro de 2021.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins/SC,  
em 11 de Fevereiro de 2021.

MOACIR BRESOLIN  
Prefeito Municipal.

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

SOELI MOREIRA  
Secretária de Administração  
Planejamento e Finanças

**DECRETO 044/2021**

Publicação Nº 2868836

DECRETO Nº. 044, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021.  
NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, e Lei Complementar Nº 039 de 03 de Dezembro de 2013 – Dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério Público do Município de Coronel Martins, Consolida a Legislação Existente e Institui o respectivo quadro de Cargos e Funções;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica Nomeada a Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, para o respectivo Cargo Comissionado, enquadrada na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir do dia 02 de Fevereiro de 2021:

**NOME CARGO CARGA HORÁRIA**

Leila Jung	Assessora de Planejamento Educacional	20HS
------------	---------------------------------------	------

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 02 de Fevereiro de 2021.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins/SC,  
em 11 de Fevereiro de 2021.

MOACIR BRESOLIN  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

SOELI MOREIRA  
Secretária de Administração,  
Planejamento e Finanças

**DECRETO 045/2021**

Publicação Nº 2868839

DECRETO Nº. 045, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal, e pela Lei Complementar Nº 038 de 03 de Dezembro de 2013 – Disciplina a Admissão de Pessoal por Prazo Determinado no Âmbito do Município, para Atender à Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público, sob Regime Administrativo Especial, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

Considerando o Edital do Processo Seletivo Nº 001/2018;

Considerando o Decreto Nº 219 de 09 de Dezembro de 2019, com data de Prazo de Validade de até 28 de Dezembro de 2020, prazo este não cumprido pela gestão anterior.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica Exonerada a Servidora Pública Municipal, Sra. Geni Aparecida Bellé Santetti, ocupante de Cargo de Provimento Temporário de Agente Comunitário de Saúde – Micro Área 4, enquadrada na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir do dia 02 de Fevereiro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 02 de Fevereiro de 2021.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Nº 120 de 07 de Julho de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 11 de Fevereiro de 2021.

MOACIR BRESOLIN

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

SOELI MOREIRA

Secretária de Administração

Planejamento e Finanças

**DECRETO 046/2021**

Publicação Nº 2868841

DECRETO Nº 046, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021.

DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94, da Lei Orgânica do Município, 2ª edição – 2005 - Consolidada, e pela Lei Complementar Municipal Nº 034 de 27/08/2013;

**RESOLVE:**

Art. 1º- Designar a Servidora Pública Municipal Senhorita, Chaiane Zanata, ocupante do Cargo Efetivo de Coordenadora do CRAS, para atuar no Cargo Comissionado de Secretária de Assistência Social, optando pelo vencimento do Cargo de Provimento Efetivo, conforme Declaração apresentada, acrescido da Gratificação de 30%, conforme artigo 16, da Lei Complementar Municipal nº 034, de 27 de agosto de 2013, a partir de 01 de Fevereiro de 2021.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de Fevereiro de 2021.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins/SC,  
em 11 de Fevereiro de 2021.

MOACIR BRESOLIN

Prefeito Municipal.

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

SOELI MOREIRA

Secretária de Administração

Planejamento e Finanças

**DECRETO 047/2021**

Publicação Nº 2868848

DECRETO Nº 047, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE SERVIDORES APROVADOS EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal, e pela Lei Complementar Nº 038 de 03 de Dezembro de 2013 – Disciplina a Admissão de Pessoal por Prazo Determinado no Âmbito do Município, para Atender à Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público, sob Regime Administrativo Especial, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

Considerando classificação referente ao Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2021.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam Contratados Temporariamente, os Servidores abaixo relacionados, iniciando suas atividades a parti do dia 03 de Fevereiro de 2021 até o dia 21 de Dezembro de 2021, podendo ocorrer à rescisão antecipada a critério da Administração Municipal, por conveniência administrativa ou interesse público:

Nome	Cargo	Carga Horária
Patricia Merlin	Nutricionista	20 Horas
Suzana Bolzan Schvans	Professor de Língua Portuguesa	20 Horas
Ana Paula Anghinoni	Professor de Língua Inglesa	20 Horas
Lais Coltro	Auxiliar de Saúde Bucal	40 horas

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 03 de Fevereiro de 2021.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC,  
em 11 de Fevereiro de 2021.

MOACIR BRESOLIN

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

SOELI MOREIRA

Secretária de Administração

Planejamento e Finanças

**DECRETO 048/2021**

Publicação Nº 2868851

DECRETO Nº 048, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE SERVIDORES APROVADOS EM TESTE SELETIVO Nº 001/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal, e pela Lei Complementar Nº 038 de 03 de Dezembro de 2013 – Disciplina a Admissão de Pessoal por Prazo Determinado no Âmbito do Município, para Atender à Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público, sob Regime Administrativo Especial, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

Considerando classificação referente ao Teste Seletivo Nº 001/2020, Homologado através do Decreto Nº 020 de 22 de Janeiro de 2020, e prorrogado pelo Decreto nº 017 de 04 de Janeiro de 2021, com validade até 22 de Janeiro de 2022.

Considerando Edital de Chamamento para escolha de vaga Nº 001/2021;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam Contratados Temporariamente, os Servidores abaixo relacionados, iniciando as atividades em 03 de Fevereiro de 2021 até 21 de Dezembro de 2021, podendo ocorrer à rescisão antecipada a critério da Administração Municipal por conveniência administrativa ou interesse público.

Nome	Cargo	Carga Horária
Édina Maria Diesel	Professor de Educação Infantil	40 Horas
Andreia Augusta Bonadiman	Professor de Educação Infantil	40 Horas
Vandra Cecatto de Oliveira	Professor de Ensino Fundamental	40 Horas
Carlos Alexandre Picchi	Professor de Educação Física	40 horas
Gilberto Bett	Professor de Informática	20 horas
Elizangela Turmina Biazin	Professor de Ciências	20 horas

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 03 de Fevereiro de 2021.



Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC,  
em 11 de Fevereiro de 2021.

MOACIR BRESOLIN

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

SOELI MOREIRA

Secretária de Administração

Planejamento e Finanças

## DECRETO 049/2021

Publicação Nº 2868854

DECRETO Nº. 049, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021.

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 94, VI, da Lei Orgânica Municipal, pelos artigos 80 e 87, da Lei Complementar 040/2014 de 29 de Abril de 2014, e Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho, elaborado por profissional da área, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º - Adicional de Insalubridade a Servidora Pública Municipal, Sra. Lais Coltro, ocupante do Cargo Temporário de Auxiliar de Saúde Bucal, no percentual de 20% (vinte por cento), sobre o piso mínimo do vencimento Municipal, em virtude de prestação de serviços insalubres, junto a Secretaria de Saúde, desta Administração Municipal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 03 de Fevereiro de 2021.

Art. 3º- Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins-SC,  
em 11 de Fevereiro de 2021.

MOACIR BRESOLIN

Prefeito Municipal.

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

SOELI MOREIRA

Secretária de Administração

Planejamento e Finanças

## DECRETO 050/2021

Publicação Nº 2868856

DECRETO Nº 050, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE SERVIDOR APROVADO EM TESTE SELETIVO Nº 001/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal, e pela Lei Complementar Nº 038 de 03 de Dezembro de 2013 – Disciplina a Admissão de Pessoal por Prazo Determinado no Âmbito do Município, para Atender à Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público, sob Regime Administrativo Especial, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

Considerando classificação referente ao Teste Seletivo Nº 001/2020, Homologado através do Decreto Nº 020 de 22 de Janeiro de 2020, e prorrogado pelo Decreto nº 017 de 04 de Janeiro de 2021, com validade até 22 de Janeiro de 2022.

Considerando Edital de Chamamento para escolha de vaga Nº 002/2021;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam Contratados Temporariamente, os Servidores abaixo relacionados, iniciando as atividades em 03 de Fevereiro de 2021 até 21 de Dezembro de 2021, podendo ocorrer à rescisão antecipada a critério da Administração Municipal por conveniência administrativa ou interesse público.



Nome	Cargo	Carga Horária
Celito Pinheiro	Professor de Matemática	20 horas

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 03 de Fevereiro de 2021.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC,  
em 11 de Fevereiro de 2021.

MOACIR BRESOLIN

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

SOELI MOREIRA

Secretária de Administração

Planejamento e Finanças

## DECRETO 051/2021

Publicação N° 2868858

DECRETO N° 051, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS, APROVADOS EM AVISO PÚBLICO N° 001/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal, e pela Lei Municipal N° 612 de 19 de Novembro de 2013 – Estabelece Normas para Estagiários na Administração Direta e Fundacional do Município:

Considerando classificação referente ao Aviso Público nº 001/2021, Edital de Chamamento de Estagiário 001/2021;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam Contratados Temporariamente os Estagiários, abaixo relacionados, conforme especifica, aprovados através do Aviso Público N° 001/2021, iniciando as atividades a partir de 08 de Fevereiro de 2021 à 17 de Dezembro de 2021, podendo ocorrer à rescisão antecipada a critério da Administração Municipal, por conveniência administrativa ou interesse público:

I – Estagiários em Curso Superior na Área de Educação:

Nome	Cargo	Carga Horária
Danieli de Oliveira	Estagiária	30 Horas
Laiane Marssona Lopes	Estagiária	30 Horas
Poliana de Oliveira Pretto	Estagiária	30 Horas
Alan Patrick Lopes	Estagiária	30 Horas
Keli F. da Silva Nunes Poncio	Estagiária	30 Horas
Kauani Beatriz de A. dos Santos	Estagiária	30 Horas
Taila Luiza Fonseca	Estagiária	30 Horas
Letícia Cristina Teston	Estagiária	30 Horas

II - Estagiários em Curso Superior Outras Áreas:

Nome	Cargo	Carga Horária
Fabiola de Barba dos Santos	Estagiária	30 Horas
Pâmela Consoli	Estagiária	30 Horas
Iara Carlyne Gusthmann	Estagiária	30 Horas

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 08 de Fevereiro de 2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC,  
em 11 de Fevereiro de 2021.

MOACIR BRESOLIN

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

SOELI MOREIRA

Secretária de Administração

Planejamento e Finanças

**DECRETO 052/2021**

Publicação N° 2868860

DECRETO N° 052, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE CORONEL MARTINS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MOACIR BRESOLIN, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETAR:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Assistência Social, conforme disposto no Art. 6º, da Lei Municipal N° 645/2014, composto dos seguintes membros:

**1 – DA ESFERA GOVERNAMENTAL:****I – Secretaria Municipal de Assistência Social:**

Titular – Sandra Aparecida Scudella

Suplente – Chaiane Zanata

**II – Secretaria Municipal de Saúde:**

Titular – Dinaura Dall Acqua

Suplente – Valderes Karacek

**III - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:**

Titular – Lenice Burato dos Santos

Suplente – Maria Nilce Somavila

**IV – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:**

Titular – Gilson Eduardo Pahl

Suplente – Jones Emanuel Maraschin

**V – Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças:**

Titular – Soeli Moreira

Suplente – Rudinei Smaniotto

**2- DA ESFERA NÃO GOVERNAMENTAL:****I – Usuários da Assistência Social:**

Titular – Ilda Picchi

Suplente – Ana Trevizol

**II- Usuários da Assistência Social:**

Titular – Volnei Bottega

Suplente – Salete Cuchi

**III - Usuários da Assistência Social:**

Titular – Isabel Dutra

Suplente – Sidineia Dutra

**IV- Usuários da Assistência Social:**

Titular – Dircineia Picchi

Suplente – Neusa de Oliveira

**V – Entidade de Assistência Social inscrita no CMAS - APAE:**

Titular – Lorete Mores

Suplente – Sonia Mara Ecker Debastiani

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto N°. 113 de 18 de Junho de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins/SC,  
em 11 de Fevereiro de 2021.

MOACIR BRESOLIN

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

SOELI MOREIRA  
Secretária de Administração  
Planejamento e Finanças

**DECRETO 053/2021**

Publicação Nº 2868862

DECRETO Nº. 053, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021.

NOMEIA MEMBROS TITULARES E SUPLENTES DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE – CMDCA DE CORONEL MARTINS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MOACIR BRESOLIN, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeados os membros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA, conforme abaixo:

**1 – Órgãos Públicos Municipais:****I – Secretaria Municipal de Saúde:**

Titular – Dinaura Dall Acqua

Suplente – Valderes Karacek

**II – Secretaria Municipal de Assistência Social:**

Titular – Raquel Sbabo Fabris

Suplente – Chaiane Zanata

**III - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:**

Titular – Lenice Burato dos Santos

Suplente – Maria Nilce Somavila

**IV – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:**

Titular – Gilson Eduardo Pahl

Suplente – Jones Emanuel Maraschin

**V – Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças:**

Titular – Soeli Moreira

Suplente – Rudinei Smaniotto

**2 – Organizações Representativas da Participação Popular:****I - Representantes da Associação de Pais e Professores – APP – do Município:**

Titular – Soeli Bolzan Sigel

Suplente – Neusa de Oliveira

**II – Representantes da Educação Especial - APAE**

Titular – Lorete Mores

Suplente – Sonia Mara Ecker Debastiani

**III – Representantes dos Diretores das Escolas de Nível Básico e Médio do Município:**

Titular – Jocimara Manera Balastrelli

Suplente – Libera Galetti Fin

**IV – Representantes das Associações existentes no Município:**

Titular – Isolda Amabili Pertusatti

Suplente – Alexandra Menegatti

**V- Representantes das Cooperativas Existentes no Município:**

Titular – Josiane Smaniotto

Suplente – Ediamara Marmentini

Art. 2º O mandato dos Conselheiros será de dois (02) anos, permitida a recondução por igual período.

Art. 3º Os Membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, não serão remunerados sendo considerado serviço de interesse público relevante.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial Decreto nº. 115 de 18 de Junho de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins/SC,  
em 11 de Fevereiro de 2021.

MOACIR BRESOLIN  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

SOELI MOREIRA  
Secretária de Administração  
Planejamento e Finanças

## **DECRETO 054/2021**

Publicação Nº 2868872

DECRETO Nº. 054 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021.

NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - CMDPD DE CORONEL MARTINS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MOACIR BRESOLIN, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD, conforme abaixo:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular - Dinaura Dall Acqua

Suplente - Valderes Karacek

II – Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular – Lenice Burato dos Santos

Suplente – Maria Nilce Somavila

III – Representantes da Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças:

Titular – Soeli Moreira

Suplente – Rudinei Smaniotto

IV – Representantes do Fundo de Assistência Social:

Titular - Chaiane Zanata

Suplente - Sandra Aparecida Scudella

V – Representantes da APAE:

Titular - Lorete Mores

Suplente - Sonia Mara Ecker Debastiani

VI – Representantes das Associações de Moradores:

Titular – Valdocir Paulo Girardi

Suplente - Arno Rigo

VII – Representantes do Comércio:

Titular – Isolda Amabili Pertusatti

Suplente – Alexandra Menegatti

VIII – Representantes das Igrejas:

Titular – Leonilda Paludo Favretto

Suplente – Elias Gomes

Art. 2º O Conselho Municipal dos direitos da Pessoa com Deficiência terá um presidente escolhidos pelos membros.

Art. 3º O mandato dos Membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido por igual período, a critério da entidade a qual representa.

Art. 4º Os Membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, não serão remunerados, uma vez que trata-se de órgão de apoio voltado a pessoas com deficiência do Município sem vínculo empregatício e constituir-se-á de relevante serviço público.

Art. 5º As competências, funcionamento e demais disposições conforme previsto na Lei que Institui o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, serão tratadas e definidas no Regimento Interno.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº. 117 de 22 de junho de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins/SC,  
em 11 de Fevereiro de 2021.

MOACIR BRESOLIN  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

SOELI MOREIRA  
Secretária de Administração  
Planejamento e Finanças

## DECRETO 055/2021

Publicação Nº 2868874

DECRETO Nº. 055, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021.

NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO – CMI DE CORONEL MARTINS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MOACIR BRESOLIN, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal do Idoso- CMDI, conforme abaixo:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular - Dinaura Dall Acqua

Suplente - Valderes Karacek

II – Representantes da Câmara Municipal de Vereadores:

Titular - Luiz Carlos Savi

Suplente - Rosa Maria Camargo

III- Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

Titular - Lenice Burato dos Santos

Suplente - Maria Nilce Somavila

IV – Representantes da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças:

Titular - Soeli Moreira

Suplente - Rudinei Smaniotto

V – Representantes do Fundo Municipal de Assistência Social:

Titular - Chaiane Zanata

Suplente – Sandra Aparecida Scudella

VII – Representantes da Sociedade Civil:

Titular – Adolfo Brancalione

Suplente – Felícia da Silva

VIII – Representantes da Organização do Grupo de Idosos:

Titular - Antonio Ravarena

1º Suplente - Pedro Campagnollo

2º suplente - Delize Campagnollo

Art. 2º O Conselho Municipal do Idoso terá um presidente escolhido pelos membros.

Art. 3º O mandato dos Membros do Conselho Municipal do Idoso será de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido por igual período, a critério da entidade a qual representa.

Art. 4º Os Membros do Conselho Municipal do Idoso, não serão remunerados, uma vez que trata-se de órgão de apoio voltado aos idosos do Município sem vínculo empregatício e constituir-se-á de relevante serviço público.

Art. 5º As competências, funcionamento e demais disposições conforme previsto na Lei que Institui o Conselho Municipal do Idoso, serão tratadas e definidas no Regimento Interno.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Nº. 114 de 18 de Junho de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins/SC,  
em 11 de Fevereiro de 2021.

MOACIR BRESOLIN  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

SOELI MOREIRA  
Secretária de Administração  
Planejamento e Finanças

## DECRETO 056/2021

Publicação Nº 2868878

DECRETO Nº. 56, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE AS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, DOS CONSELHEIROS, DA DIRETORIA, BEM COMO DEMAIS NORMAS DE FUNCIONAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MOACIR BRESOLIN, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º O presente Regimento Interno disciplina o funcionamento do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social de Coronel Martins - SC.

Art. 2º O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social é órgão da Administração do Município, composto por membros do governo e da sociedade civil, tendo caráter deliberativo, normativo, consultivo e fiscalizador acerca das políticas, planos programas para produção de moradia e de curadoria dos recursos a serem aplicados e acompanhar e avaliar a Política Municipal de Habitação.

§ 1º - Como órgão normativo deverá expedir resoluções definindo e disciplinando a política habitacional.

§ 2º - Como órgão consultivo emitirá parecer sobre todas as consultas que lhe forem dirigidas, e após aprovação do Plenário.

§ 3º - Como órgão deliberativo reunir-se-á em sessões plenárias, decidindo, após ampla discussão, e por maioria simples de votos, todas as questões que lhe forem pertinentes.

§ 4º - Como órgão fiscalizador acompanhará as ações na área habitacional, receberá comunicações oficiais, representações ou reclamações de qualquer cidadão sobre questões pertinentes a esta, deliberando em plenário e dando a solução adequada.

Art. 3º Compete ao FHIS:

1. Analisar, discutir e aprovar:

- a) Os objetivos, as diretrizes e o estabelecimento de prioridades da Política Municipal de Habitação;
- b) A Política de Captação e Aplicação de Recursos para a produção de moradia;
- c) Os Planos, anuais e plurianuais, de Ação e Metas;
- d) Os Planos, anuais e plurianuais, de Captação e Aplicação de Recursos;
- e) Liberação de recursos para os programas decorrentes do Plano de Ação e Metas;

2. Acompanhar e avaliar a gestão econômica e financeira dos recursos e a execução dos programas, projetos e ações, cabendo-lhe a suspensão de desembolsos caso constatadas irregularidades;

3. Propor reformulação ou revisão de Planos e programas à luz de avaliações periódicas;

4. Analisar e aprovar, anualmente, relatórios contábeis referentes à aplicação dos recursos para a Habitação no Município, inclusive aqueles referentes ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;

5. Elaborar e aprovar seu regimento interno;

6. Definir os parâmetros para a concessão dos subsídios, obedecendo, observada a capacidade de pagamento da família, levando em

consideração as seguintes diretrizes:

- a) Os valores dos benefícios devem guardar relação inversa com a capacidade de pagamento das famílias beneficiárias;
- b) A concessão do benefício deve estar condicionada ao acesso a imóveis em condições de habitabilidade definidas pelas posturas municipais, com base em padrões referenciais estabelecidos a partir da realidade local;
- c) Identificação dos beneficiários das políticas de subsídios, em cadastro municipal, de modo a controlar a concessão dos benefícios;
- d) Utilização de metodologia aprovada pelo FHIS, para o estabelecimento dos parâmetros relativos aos valores dos benefícios, capacidade de pagamento da família e valores máximos dos imóveis, que expresse as diferenças regionais;
- e) Concepção do subsídio como benefício pessoal e intransferível, concedido com a finalidade de complementar a capacidade de pagamento do beneficiário para o acesso à moradia, ajustando-a ao valor de venda do imóvel ou ao custo do serviço de moradia, compreendido como retribuição de uso, aluguel, arrendamento ou outra forma de pagamento pelo direito de acesso à habitação.
- f) Suspensão ou revisão do benefício, no caso de alterações nas condições que lhe deram causa ou inadimplemento contratual.

7. Acompanhar a implementação das Resoluções das Conferências Municipais de Habitação;

8. Deliberar sobre convênios destinados à execução dos projetos habitacionais, urbanização e regularização fundiária;

9. Estimular a participação e o controle popular sobre a implementação das políticas públicas habitacionais e de desenvolvimento urbano;

10. Possibilitar a ampla informação à população e às instituições públicas e privadas sobre temas e questões pertinentes à política habitacional;

11. Acompanhar, avaliar e modificar, as condições operacionais da política municipal de habitação, estabelecendo os instrumentos para o seu controle e fiscalização;

12. Propor ao Poder Executivo legislação relativa à habitação e ao uso do solo urbano, bem como obras complementares de saneamento, infraestrutura e equipamentos urbanos;

13. Constituir grupos técnicos, comissões especiais, temporárias ou permanentes, quando julgar necessário para o desempenho de suas funções;

Parágrafo Único: O FHIS fará as publicações das deliberações as quais são competências estabelecidas por esta Lei, através de ato administrativo denominado resoluções os quais deverão ser publicados em mural público.

Art. 4º O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social terá a seguinte composição, conforme disposto na Lei Municipal nº. 125/2009:

Representantes do Governo Municipal

I – Representantes do Poder Executivo:

Titular – Soeli Moreira

Suplente – Chaiane Zanata

II – Representantes do Poder Legislativo:

Titular – Rosa Maria Camargo

Suplente – Luiz Carlos Savi

Representante da Sociedade Civil

III – Representantes das Igrejas:

Titular – Leonilda Paulo Favretto

Suplente – Elias Gomes

IV – Representantes do Fundo do Conselho Comunitário:

Titular – Evandro Goes

Suplente – Marcelo Smaniotto

V – Representantes do Grupo de Idosos:

Titular – Antonio Ravarena

Suplente – Iraci de Carli

VI – Representantes do Comércio:

Titular – Isolda Amabili Pertusatti

Suplente – Alexandra Menegatti

VII – Representantes das Cooperativas:

Titular – Josiane Smaniotto

Suplente – Ediamara Marmentini

Art. 5º Na composição e funcionamento do FHIS, será observado o seguinte:



I – o mandato dos representantes será de 02 (dois) anos, podendo haver recondução uma única vez por igual período;  
II – o Conselho terá um Presidente, um vice-presidente e um Secretário, eleitos entre seus membros, para este fim;  
III- o presidente do conselho será eleito por seus membros;  
IV – as reuniões do FHIS somente poderão ser instaladas com no mínimo 5 (cinco) de seus membros presentes;  
V – as decisões deverão ser tomadas por maioria simples cabendo ao Presidente o voto de desempate;  
VI – os assuntos e deliberações, fruto das reuniões do Conselho, serão registrados em ata que será lida e aprovada em cada reunião posterior e, quanto às deliberações serão publicadas por instrumento administrativo denominadas resoluções;  
VII – as reuniões do Conselho ocorrerão ordinariamente a cada seis meses e extraordinariamente sempre que se fizer necessário discutir acerca da Política Municipal de Habitação e Interesse Social;  
VIII – as reuniões terão convocação por escrito, com antecedência mínima de três dias da data para as reuniões ordinárias e quarenta e oito horas para as extraordinárias;  
IX – no caso de afastamento temporário ou definitivo de um dos membros titulares, será escolhido pelos membros um novo representante;  
X - perderá o mandato e vedada recondução para o mesmo mandato o membro que no exercício da titularidade faltar a 03 assembleias ordinárias consecutivas ou 03 alternadas, salvo justificativas, aprovadas pelo Conselho.

Art. 6º Os membros do FHIS exercerão seus mandatos de forma gratuita, ficando vedada a concessão de qualquer remuneração, vantagem ou benefício de natureza pecuniária.

Art. 7º O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social terá a seguinte estrutura: a Assembleia Geral e a Diretoria.

§ 1º - À Assembleia Geral, órgão soberano do FHIS, compete deliberar e exercer o controle da Política Habitacional no município;

§ 2º - A Diretoria é composta de Presidente, Vice- presidente e Secretário, que serão escolhidos dentre os seus membros, para cumprirem mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, e a ela compete representar o Conselho, dar cumprimento às decisões plenárias e praticar atos de gestão;

§ 3º - À Secretaria compete assegurar suporte técnico e administrativo das ações da Comissão;

Art. 8º A Presidência é a representação máxima do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, a reguladora dos seus trabalhos e a fiscal de sua ordem, com anuência dos demais Conselheiros, tudo de conformidade com o Regimento.

§ 1º - Ocorrendo a ausência do Presidente a Presidência será exercida pelo vice-presidente e em sua ausência pelo Secretário.

Art. 9º São atribuições do Presidente:

I - Presidir as sessões plenárias, tomando parte nas discussões e votações, com direito a voto;  
II - Decidir soberanamente as questões de ordem, reclamações ou solicitações em plenário;  
III - Convocar sessões ordinárias, extraordinárias ou solenes;  
IV - Proferir voto de desempate nas votações plenárias;  
V - Assinar a correspondência oficial da FHIS;  
VI - Representar o Conselho em Juízo e fora dele, podendo delegar poderes;  
VII - Assinar convênios, acordos e contratos do Conselho;  
VIII- Exercer outras funções definidas em leis ou regulamentos.

Art. 10º A Secretaria do Conselho será exercida pelo Secretário ao qual compete:

I - Secretariar as sessões do Conselho;  
II - Despachar com o Presidente;  
III - Manter, sob sua guarda livros, fichas e documentos do Conselho;  
IV - Prestar as informações que lhe forem requisitadas;  
V - Propor ao Presidente a requisição de funcionários dos órgãos governamentais que compõem o Conselho para a execução dos serviços da Secretaria;  
VI - Orientar, coordenar e fiscalizar os serviços da Secretaria;  
VII - Substituir o Presidente e/ou o vice-presidente na falta deste e em caso de vacância, até que o Conselho eleja novo titular;  
VIII - Elaborar e submeter à Diretoria a pauta de reuniões;  
IX - Anotar e redigir as atas das reuniões do Conselho.

Art. 11 São atribuições dos membros do Conselho:

I - Comparecer às reuniões, justificando as faltas quando ocorrerem.  
II - Assinar em livro próprio e/ou no livro ata, sua presença na reunião a que comparecer.  
III - Levar ao conhecimento do Conselho, toda e qualquer informação ou denúncia que receber.  
IV - Votar e ser votado para cargos do Conselho.  
V - Apresentar ao Conselho seu novo endereço em caso de mudança.  
VI - Exercer outras atribuições no âmbito de sua competência, delegadas pelo Presidente.

Art. 12 É vedado aos Membros:

I - Pronunciar-se em nome do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social e da Diretoria da mesma, sem prévia autorização da

Presidência.

II - Utilizar-se do cargo ou de meios da Comissão para vantagens pessoais, eleitorais, político-partidária(s), financeira(s) ou de outra ordem.

III - Censurar pessoas ou ações do Conselho ou da Diretoria fora das reuniões da mesma.

IV - Contrariar, deliberadamente decisões tomadas colegialmente pelo Conselho.

Parágrafo Único - Em caso de comprovada infração a qualquer uma das presentes vedações, deverá o Conselho por maioria absoluta afastar do Colegiado o membro faltoso, convocando um substituto.

Art. 13 A Secretaria Municipal de Assistência Social prestará apoio técnico e administrativo necessários ao regular funcionamento da FHIS.

Art. 14 O Servidor Público convocado para prestar serviços junto ao Conselho, terá suas faltas justificadas junto a Secretaria que se encontra lotado, de tantos dias quantos necessários se fizerem.

Art. 15 As disposições do presente Regimento Interno poderão ser complementadas por meio de resoluções a serem aprovadas pelo Plenário do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, e por maioria absoluta dos seus membros.

Art. 16 O Presente Regimento foi aprovado em sessão plenária realizada no dia 20 de outubro de 2009.

Art. 17 Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 18 Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto n.º 118 de 22 de Junho de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins/SC,  
em 11 de Fevereiro de 2021.

MOACIR BRESOLIN

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

SOELI MOREIRA

Secretária de Administração

Planejamento e Finanças

## DECRETO 057/2021

Publicação Nº 2868880

DECRETO Nº. 057, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021.

AMPLIA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS DOS OCUPANTES DO CARGO DE OPERADOR DE MÁQUINAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS E AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal.

Considerando que a administração municipal visa atender intrinsecamente aos interesses da administração e dos munícipes uma vez que as atividades agrícolas são inarredavelmente predominantes no município;

Considerando que o período de adequação (abertura e reabertura) de silos e principalmente colheita da silagem é sazonal e é uma demanda de grande importância para a agricultura familiar;

Considerando que o Município possui um parque de máquinas limitado para atender a toda demanda existente.

DECRETA:

Art. 1º - Fica permitida até 30 de Abril de 2021, a execução de serviços extraordinários e consequentemente o seu pagamento excedendo os limites previstos na legislação Municipal, por se tratar de situação excepcional (sazonais) tais como adequação (abertura e reabertura) de silos e colheita da silagem, da qual a maioria dos munícipes dependem.

Art. 2º - Fica a cargo dos Secretários de Transportes Obras e serviços públicos e de Agricultura e Meio Ambiente a autorização e o controle das horas-extras a serem realizadas pelos servidores, que deverá ser realizado mensalmente através de relatório próprio, assinado e entregue ao departamento de Recursos Humanos para inclusão na Folha de Pagamento.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Fevereiro de 2021.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário,

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins/SC,  
em 11 de Fevereiro de 2021.

MOACIR BRESOLIN  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

SOELI MOREIRA  
Secretária de Administração  
Planejamento e Finanças

## DECRETO 058/2021

Publicação Nº 2868882

DECRETO Nº. 058, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021.

AUTORIZA SERVIDORA PÚBLICA A CONDUZIR VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994, Resolve;

AUTORIZAR:

Art. 1º - A Servidora Pública Municipal, abaixo nominado, a conduzir os veículos da frota Municipal, quando a serviço do Poder Executivo.

NOME CARGO

Leila Jung	Assessora de Planejamento Educacional
------------	---------------------------------------

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de Fevereiro de 2021.

Art. 3º- Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins-SC,  
em 11 de Fevereiro de 2021.

MOACIR BRESOLIN  
Prefeito Municipal.

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

SOELI MOREIRA  
Secretária de Administração  
Planejamento e Finanças

## DECRETO 059/2021

Publicação Nº 2868884

DECRETO Nº 059, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021.

DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94, da Lei Orgânica do Município, 2ª edição – 2005 - Consolidada, e com o Art. 83 da Lei Complementar Municipal Nº 039 de 03 de Dezembro de 2013 – Dispõe Sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Coronel Martins, Consolida a Legislação Existente e Institui o Respetivo Quadro de Cargos e Funções;

RESOLVE:

Art. 1º- Designar a Servidora Pública Municipal Senhora, Maria Nilce Marmentini Somavila, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professora, na área de III, para atuar no Cargo Comissionado de Diretora Geral de Escola de Ensino Fundamental, optando pelo vencimento do Cargo de Provimento Comissionado, conforme Declaração apresentada, a partir de 01 de Fevereiro de 2021.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de Fevereiro de 2021.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial aos Decretos Nº 004 de 04 de Janeiro de 2021, onde especificamente se refere ao nome da Servidora Sra. Maria Nilce Marmentini Somavila, e o Decreto Nº. 025, de 14 de Janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins/SC,  
em 11 de Fevereiro de 2021.

MOACIR BRESOLIN  
Prefeito Municipal.

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

SOELI MOREIRA  
Secretária de Administração  
Planejamento e Finanças

## DECRETO 060/2021

Publicação Nº 2868887

DECRETO Nº 060, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021.  
DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94, da Lei Orgânica do Município, 2ª edição – 2005 - Consolidada, e com o Art. 83 da Lei Complementar Municipal Nº 039 de 03 de Dezembro de 2013 – Dispõe Sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Coronel Martins, Consolida a Legislação Existente e Institui o Respetivo Quadro de Cargos e Funções;

### RESOLVE:

Art. 1º- Designar a Servidora Pública Municipal Senhora, Raquéli da Silva Gitrone, ocupante do Cargo Efetivo de Professor, na área de Educação Especial, para atuar no Cargo Comissionado de Diretora Geral de Escola de Educação Infantil, optando pelo vencimento do Cargo de Provimento Comissionado, conforme Declaração apresentada, a partir de 01 de Fevereiro de 2021.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de Fevereiro de 2021.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins/SC,  
em 11 de Fevereiro de 2021.

MOACIR BRESOLIN  
Prefeito Municipal.

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

SOELI MOREIRA  
Secretária de Administração  
Planejamento e Finanças

## DECRETO 061/2021

Publicação Nº 2868889

DECRETO Nº. 061, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021.

REVOGA CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 94, VI, da Lei Orgânica Municipal, pelos artigos 80 e 86, da Lei Complementar 040/2014 de 29 de Abril de 2014, e Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho, elaborado por profissional da área, resolve;

### REVOGAR:

Art. 1º - Concessão de Adicional de Insalubridade do Servidor Público Municipal, Sr. Vinicius Smaniotto, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar Administrativo, devido ao afastamento de serviços insalubre, a partir do dia 11 de Fevereiro de 2021, conforme Portaria Nº 032 de 10 de Fevereiro de 2021 – que dispõe sobre revogação da Portaria nº 079, de 08 de Junho de 2018.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins-SC,  
em 11 de Fevereiro de 2021.

MOACIR BRESOLIN  
Prefeito Municipal.

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

SOELI MOREIRA  
Secretária de Administração  
Planejamento e Finanças

**DECRETO 062/2021**

Publicação Nº 2868891

DECRETO Nº. 062, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021.

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 94, VI, da Lei Orgânica Municipal, pelos artigos 80 e 87, da Lei Complementar 040/2014 de 29 de Abril de 2014, e Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho, elaborado por profissional da área, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º - Adicional de Insalubridade a Servidor Público Municipal, Sr. Ivair Carlos Baldissera, ocupante do Cargo Efetivo de Agente de Vigilância Sanitária, no percentual de 40% (quarenta por cento), sobre o piso mínimo do vencimento Municipal, em virtude de prestação de serviços insalubres, junto a Secretaria de Saúde, desta Administração Municipal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins-SC,  
em 11 de Fevereiro de 2021.

MOACIR BRESOLIN  
Prefeito Municipal.

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

SOELI MOREIRA  
Secretária de Administração  
Planejamento e Finanças

**DECRETO 063/2021**

Publicação Nº 2868892

DECRETO Nº. 063, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021.

INTERROMPE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal, e com o Art. 102 da Lei Complementar Nº 040 de 29 de Abril de 2014;

CONSIDERANDO:

- A Necessidade de pessoal no Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nas Secretarias de Transportes, Obras e Serviços Públicos, e na Secretaria de Agricultura;

- O § 1º A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo a pedido do servidor ou suspensão no interesse da Administração Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Interromper Licença para Tratar de Interesses Particulares/sem Vencimentos, do Servidor Público Municipal Sr. Jeferson Alceu de Oliveira, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, retornando as suas atividades, a partir do dia 1º de Março de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 194 de 15 de Dezembro de 2020 - Licença para Tratar de Interesses Particulares.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,  
em 11 de Fevereiro de 2021.

MOACIR BRESOLIN  
Prefeito Municipal.

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

SOELI MOREIRA  
Secretária de Administração  
Planejamento e Finanças

**DECRETO 064/2021**

Publicação Nº 2868895

DECRETO Nº. 064, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO POR MÉRITO DOS SERVIDORES PÚBLICOS OCUPANTES DE CARGO EM PROVIMENTO EFETIVO E ESTÁVEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto no art. 23, da Lei Complementar Municipal Nº 034 de 27 de Agosto de 2013 - Dispõe sobre a Reestruturação do Plano de Cargos e Vencimentos do Pessoal do Poder Executivo do Município de Coronel Martins,

Considerando Decreto Nº 013, de 04 de Janeiro de 2021 – Nomeia Comissão para Análise dos Cursos de Progressão por Mérito, dos Servidores Públicos Municipais, e da Progressão Funcional do Magistério dos Efetivos/Estágio Probatório;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica Concedida Progressão por Mérito, no valor de 1% (um por cento), aos Servidores Efetivos e Estáveis que apresentaram 20 (vinte) horas de cursos de aperfeiçoamento realizados às suas expensas, conforme tabela abaixo a seguir.

CÓDIGO	SERVIDOR	1% - 20 (vinte) horas de cursos às expensas de cada Servidor
561	Carolina de Fatima de Jesus Madella	1%
895	Cleusa Menegat Belatto	1%
1090	Chaiane Zanata	1%
512	Dinaura Dall Acqua	1%
515	Elisangela de Fatima Salvador	1%
1071	Evandro Belatto	1%
120	Geneci da Costa Pertussatti	1%
892	Josuel de Oliveira	1%
896	Josiane Silvestri	1%
915	Laudinei Bandeira	1%
910	Marivone Cecatto Maraschin	1%
129	Neimar Cassol	1%
1011	Paulo Roberto da Silva	1%
936	Rafaela N. dos Santos Marconssoni	1%
912	Rodrigo Paulo Barboza	1%
1069	Rosi Meri de Freitas	1%
545	Roseli Brandalise	
969	Raquel Sbabo Fabris	1%
964	Sandra Aparecida Scudélla	1%
903	Silvia Basi karacek	1%
890	Talita Scheffer Gitrone	1%
1009	Valdir Frin	1%
888	Vanderlei Erculino Consoli	1%
928	Vinissius Belatto	1%
932	Vinicius Smaniotto	1%

Art. 2º - O Adicional acima mencionado está garantido e será averbado, assim que a situação da pandemia decorrente do Coronavírus (COVID 19), se estabilizar, considerando o mês subsequente como base de Concessão da Progressão por Mérito, aos Servidores acima relacionados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,  
em 11 de Fevereiro de 2021.

**MOACIR BRESOLIN**

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

**SOELI MOREIRA**

Secretária de Administração

Planejamento e Finanças



**DECRETO 065/2021**

Publicação Nº 2868896

DECRETO Nº 065, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.  
DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS DE  
ENFRENTAMENTO À EPIDEMIA DA COVID-19.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que o nível da Avaliação de Risco Potencial do Estado de Santa Catarina para região de Xanxerê permanece em nível GRAVÍSSIMO (representado pela cor vermelha no mapa do Estado);

CONSIDERANDO o colapso na rede de saúde pública e privada do Oeste de Santa Catarina, com ausência de vagas nas UTI's – Unidades de Terapia Intensiva e severo comprometimento do atendimento ambulatorial, bem como o colapso no Hospital da Fundação de São Lourenço do Oeste;

CONSIDERANDO que, no âmbito do Município de Coronel Martins, tem sido observado o descumprimento das determinações normativas alusivas ao enfrentamento da pandemia em diversos setores;

CONSIDERANDO que se está enfrentando o pior momento no que diz respeito ao comprometimento da capacidade instalada da rede de atendimento em saúde da região;

CONSIDERANDO as deliberações e as ações aprovadas na reunião extraordinária realizada no dia 16 de fevereiro de 2021, envolvendo a representação dos 52 municípios integrantes do CIS-AMOSC e o Secretário de Estado da Saúde;

CONSIDERANDO, por fim, a imperiosa necessidade de preservar a VIDA dos cidadãos coronelmartinense e de, ao mesmo tempo, preservar o ensino escolar e manter ativas as atividades empresariais em âmbito municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suspensas, até 22 de fevereiro do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior, as atividades de:

I - Bares, pubs, boates, petiscarias, choperias, cervejarias, whiskerias, casas de show, bailões e outros locais destinados a happy hours ou a consumo predominante de bebidas alcoólicas em qualquer horário;

II - Clubes de campo, associações de trabalhadores, centros de convivências, sedes de empresas e locais afins (a exemplo de ranchos, recantos, etc.), exceto para a prática em tais locais de exercícios ou esportes individuais que permitam o distanciamento físico, como caminhadas, ciclismo, tênis e afins;

III - Prática, recreativa ou por meio de competições, independentemente do número de participantes, de atividades físicas ou esportivas coletivas, a exemplo de futebol, vôlei, futevôlei e outros, em quadras, campos ou ginásios de esportes, abertos ou fechados, públicos ou privados; e,

IV - Circos, shows, amostras e apresentações que importem em acesso generalizado de pessoas, a título gratuito ou mediante pagamento de ingresso ou entrada.

Art. 2º. Até 22 de fevereiro do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior, os restaurantes, pizzarias, lanchonetes e padarias, poderão funcionar exclusivamente nos seguintes horários, e observando a lotação máxima preconizada pelo Estado de Santa Catarina para o nível Gravíssimo:

I - Das 10:00 às 14:00 horas; e,

II - Das 18:00 às 22:00 horas;

§ 1º. Considera-se atividade de restaurante, para os fins deste decreto, aquela destinada a servir almoço e jantar, nos períodos correspondentes aos horários definidos nos incisos I e II deste artigo, sendo que as demais atividades assemelhadas serão regidas pelas demais disposições específicas deste e dos demais decretos e normas em vigor;

§ 2º. O atendimento deverá atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias e de saúde relativas ao enfrentamento da pandemia da Covid-19, especialmente:

I - A obrigatoriedade do uso de máscaras;

II - Disponibilização de luvas descartáveis e de recipiente próprio para o descarte das mesmas após o uso;

III - medidores de temperatura na entrada do estabelecimento;

IV - Redução da ocupação máxima a 50% (cinquenta por cento) da capacidade total permitida;

V - Respeitar o intervalo de uma mesa ocupada e uma mesa vazia, devendo esta última estar devidamente identificada;

VI - Permitir apenas a ocupação máxima de 04 (quatro) pessoas por mesa;

VII - Intensificar o uso de álcool em gel 70% na entrada do estabelecimento e nos locais de uso compartilhado, como buffet, banheiros e afins; e,

VIII - Impedir filas ou locais de espera sem o devido distanciamento.

Art. 3º Fica vedado até 28 de fevereiro do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior:

I - A realização presencial de missas, cultos e demais atividades religiosas ou de outras crenças que importem em uso comum de espaços de igrejas, templos, santuários, grutas e locais afins;

II - A realização de promoções ou eventos por estabelecimentos comerciais, de qualquer natureza, destinadas ao chamamento de clientes;

III - A utilização de parques infantis, situados em praças, associações, ou condomínios residenciais, cuja proibição deverá ser devidamente identificada pelos responsáveis legais, exceto para a prática em tais locais de exercícios ou esportes individuais que permitam o distanciamento físico, como caminhadas, ciclismo e afins;

IV - O funcionamento de brinquedotecas, espaços kids e espaços de jogos, em condomínios residenciais, clubes recreativos, associações e entidades afins, cuja proibição deverá ser devidamente identificada pelos responsáveis legais;

V - O uso de salões de festa, espaços gourmet, salões de jogos, salas de cinema, espaços de recreação, piscinas e saunas, em condomínios residenciais, associações e entidades afins, cuja proibição deverá ser devidamente identificada pelos responsáveis legais;

VI - A utilização de propriedades particulares, na cidade e no interior (sítios, chácaras e afins), com o objetivo de realização de festas ou eventos irregulares que impliquem em aglomeração de pessoas;

VII - A prática, em locais públicos ou privados, de jogos de sinuca, dominó, bocha, bolão, 48 e demais meios recreativos que importem em compartilhamento de objetos;

VIII - A disposição de mesas, cadeiras e bancos em áreas externas de lojas de conveniências e estabelecimentos afins.



Art. 4º Ficam suspensas até 28 de fevereiro do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior, as aulas presenciais nas unidades da rede municipal e estadual de ensino, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente.

Art. 5º Fica vedado até 07 de março do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior, a realização de eventos sociais, educacionais, recreativos, de confraternização e afins (a exemplo de palestras, reuniões associativas, assembleias e outros), independentemente da quantidade de pessoas, de caráter público ou privado.

Art. 6º Além das medidas já em vigor, para os estabelecimentos que têm por objeto a venda de produtos alimentícios, tais como mercearias, minimercados, mercados, supermercados e afins, fica restabelecida, até reavaliação posterior, a proibição da entrada de mais de uma pessoa por grupo familiar a cada compra a ser realizada, cabendo ao responsável legal pelo local a obrigação de fiscalização dessa medida.

Art. 7º Fica determinado a Vigilância Sanitária Municipal com apoio da Polícia Militar e Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, para atuar quanto a fiscalização das medidas aplicadas decorrentes do novo Coronavírus – COVID-19.

Art. 8º O descumprimento das medidas estabelecidas no presente decreto sujeitará o infrator às penalidades previstas nas normas estaduais e municipais em vigor sendo:

I - Multa, no valor de R\$ 80,00(oitenta reais), aplicada ao indivíduo, que descumprir as obrigações descritas neste Decreto;

II - Multa, no valor de R\$ 150,00(cento e cinquenta reais), aplicada à empresa, qualquer que seja a sua forma de constituição ou enquadramento de porte, bem como aos empresários individuais e microempreendedores individuais, em cujo estabelecimento for constatado o descumprimento das obrigações deste Decreto;

Art. 9º As pessoas, entidades ou estabelecimentos referidos no presente decreto deverão comunicar o respectivo público alvo acerca das normas ora estabelecidas.

Art. 10 Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor em 18 de fevereiro de 2021.

Coronel Martins - SC, 17 de fevereiro de 2021.

MOACIR BRESOLIN  
Prefeito Municipal

## DECRETO 36/2021

Publicação Nº 2868818

DECRETO Nº. 036, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 94, VI, da Lei Orgânica Municipal, pelos artigos 80 e 87, da Lei Complementar 040/2014 de 29 de Abril de 2014, e Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho, elaborado por profissional da área, resolve;

### CONCEDER:

Art. 1º - Adicional de Insalubridade a Servidora Pública Municipal, Sra. Marlene Brandalize, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, no percentual de 40% (quarenta por cento), sobre o piso mínimo do vencimento Municipal, em virtude de prestação de serviços insalubres, junto a Secretaria de Educação, desta Administração Municipal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins-SC,  
em 01 de Fevereiro de 2021.

MOACIR BRESOLIN  
Prefeito Municipal.

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

SOELI MOREIRA  
Secretária de Administração  
Planejamento e Finanças

**DECRETO 37/2021**

Publicação Nº 2868823

DECRETO Nº. 037, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021.  
NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, e Lei Complementar Nº 034 de 27 de Agosto de 2013- Dispõe sobre a Reestruturação do Plano de Cargos e Vencimentos do Pessoal do Poder Executivo do Município de Coronel Martins;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica Nomeada a Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, para o respectivo Cargo Comissionado, enquadrada na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 01 de Fevereiro de 2021:

**NOME CARGO**

Marilene Dutra Campagnolo	Diretora Geral de Educação
---------------------------	----------------------------

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins/SC,  
em 01 de Fevereiro de 2021.

MOACIR BRESOLIN  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

SOELI MOREIRA  
Secretária de Administração,  
Planejamento e Finanças

**Correia Pinto****PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO - ADITIVO DE VALOR - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 02/2020 PMCP**

Publicação Nº 2867911

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2020 PMCP  
EXTRATO DE CONTRATO  
ADITIVO DE VALOR

Instrumentos: Contrato nº 043/2021 PMCP, aditivo de valor ao Contrato nº 0107/2020 PMCP.

Partes: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC e BETHA SISTEMAS LTDA, CNPJ nº 00.456.865/0001-67.

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos neste edital em conformidade com as especificações prescritas no memorial descritivo/projeto técnico, Anexo I – Termo de Referência e minuta contratual, toda parte integrante deste Edital.

Considerando que se tem possível a alteração do contrato, consoante se verifica da exposição de motivos, cuja solicitação é aceita, concedido o aditivo sobre a contratação do Sistema Controle Interno – FAEE, bem como seu respectivo serviço de instalação, eis que observado o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, Capítulo III, Seção III, Da Alteração dos Contratos.

Edilson Germiniani dos Santos  
Prefeito

**RERRATIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 03/2021 PMCP**

Publicação Nº 2868398

I RERRATIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO  
PRGÃO PRESENCIAL - PROCESSO Nº 03/2021 PMCP  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto - SC, com sede à Avenida Duque de Caxias, 3601 – Centro em Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a RERRATIFICAÇÃO ao edital de Pregão Presencial - Processo nº 03/2021 PMCP, alterando-se os seguintes descritivos:

ITEM Nº 16.4.2. DO EDITAL.

Feitas as devidas correções e entendendo que estas não afetam a formulação das propostas pelas licitantes, em conformidade com o Art. 21, § 4º da Lei 8.666/93, mantem-se a data anteriormente marcada para a abertura dos envelopes, no dia 25/02/2021 às 09h00min, no mesmo local. O edital retificado encontra-se disponível no site [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br).

Correia Pinto/SC, 17 de fevereiro de 2021.  
Edilson Germiniani dos Santos  
Prefeito

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 0013, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868011



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO**

**PORTARIA Nº 0013, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2021**

**NOMEIA RAFAEL LOURENÇO DE SOUZA, PARA  
OCUPAR O CARGO DE ASSESSOR  
PARLAMENTAR DA CÂMARA DE VEREADORES  
DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, SC.**

**A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE  
CORREIA PINTO, ESTADO DE SANTA CATARINA,** no uso de suas atribuições legais e  
regimentais, e com amparo no artigo 54, inciso VII da LOM.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Nomeia **RAFAEL LOURENÇO DE SOUZA**, para ocupar o cargo de  
Assessor Parlamentar do Vereador Anildo do Nascimento, da Câmara de Vereadores do  
Município de Correia Pinto SC.

Art. 2º Esta portaria entra vigor em 08 de fevereiro de 2021, às 14h00min.

CORREIA PINTO/SC, 08 DE FEVEREIRO DE 2020.

**Osni Antonio do Amaral Duarte (PSD)**  
*Presidente*

**Vilso Rostirolla (MDB)**  
*1º Secretário*

**Everaldo da Silva (Prego) (PSD)**  
*2º Secretário*

Rua Duque de Caxias, nº 3601 - Cep: 88535-000, Centro, Correia Pinto - SC

Fone: (49) 3243-1166 - E-mail: [camaracorreiapinto@gmail.com](mailto:camaracorreiapinto@gmail.com)

Página 1

[www.camaracorreiapinto.sc.gov.br](http://www.camaracorreiapinto.sc.gov.br)

Este documento é cópia do original assinado digitalmente  
Para conferir o original, acesse o site <https://www.camaracorreiapinto.sc.gov.br/cei>, informe o código: 210208154505EC470

## Corupá

## PREFEITURA

## DECRETO Nº 2192/2021 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2869515



Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0\*\*47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

<https://corupa.atende.net> e-mail: [gabinete@corupa.sc.gov.br](mailto:gabinete@corupa.sc.gov.br)

## DECRETO Nº 2192/2021

## AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**LUIZ CARLOS TAMANINI**, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº 2445/2020 de 17 de dezembro de 2020,

## DECRETA:

**Art. 1** - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizar e abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 756.492,74 (setecentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e noventa e dois reais e setenta e quatro centavos)

Código	Classificação	Valor
<b>07</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA</b>	
004	CONVÊNIO BOMBEIROS MILITAR	
0006.0153.0040.2066	MANUTENÇÃO CONVÊNIO BOMBEIROS MILITAR	
03000715	TAXA BOMBEIRO – Tesouro Ex. Ant.	
33390000000000000000	Aplicações diretas	R\$ 1.860,50
364	Referência Dotação	
<b>07</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA</b>	
004	CONVÊNIO BOMBEIROS MILITAR	
0006.0153.0040.2066	MANUTENÇÃO CONVÊNIO BOMBEIROS MILITAR	
03000120	TAXA BOMBEIRO – Tesouro Ex. Ant.	
34490000000000000000	Aplicações diretas	R\$ 7.177,24
363	Referência Dotação	
<b>07</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA</b>	
004	CONVÊNIO BOMBEIROS MILITAR	
0006.0153.0040.2066	MANUTENÇÃO CONVÊNIO BOMBEIROS MILITAR	
03000120	TAXA BOMBEIRO – Tesouro Ex. Ant.	
33390000000000000000	Aplicações diretas	R\$ 50.000,00
362	Referência Dotação	
<b>10</b>	<b>ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO</b>	
001	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
0004.0122.0090.2032	DESPESAS GERAIS DO MUNICIPIO	
03530000	COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b) – Tesouro Ex. Ant.	
33390000000000000000	Aplicações diretas	R\$ 4.326,34
361	Referência Dotação	
<b>06</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE</b>	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
0010.0301.0081.1010	BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA	
03530000	COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b) – Tesouro Ex. Ant.	
34490000000000000000	Aplicações diretas	R\$ 100.000,00
360	Referência Dotação	
<b>06</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE</b>	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
0010.0301.0081.1010	BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA	
03530000	COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b) – Tesouro Ex. Ant.	
33390000000000000000	Aplicações diretas	R\$ 2.378,03
359	Referência Dotação	
<b>06</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE</b>	

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ**

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0\*\*47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

<https://corupa.atende.net> e-mail: [gabinete@corupa.sc.gov.br](mailto:gabinete@corupa.sc.gov.br)

001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
0010.0301.0081.1010	BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA	
03530000	COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b) – Tesouro Ex. Ant.	
33190000000000000000	Aplicações diretas	R\$ 193,13
358	Referência Dotação	
<b>08</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO E CULTURA</b>	
001	DIVISAO DE EDUCAÇÃO	
0012.0361.0047.2018	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
03621007	Transferência de Convênio/Estado - Veículo Educação – Tesouro Ex. Ant.	
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	R\$ 50.112,11
357	Referência Dotação	
<b>08</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO E CULTURA</b>	
001	DIVISAO DE EDUCAÇÃO	
0012.0361.0047.2020	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
03620719	TRANSPORTE ESCOLAR FUNDEB – Tesouro Ex. Ant.	
33390000000000000000	Aplicações diretas	R\$ 135.560,88
356	Referência Dotação	
<b>08</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO E CULTURA</b>	
001	DIVISAO DE EDUCAÇÃO	
0012.0361.0047.2018	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
03370059	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (não repassadas por meio de convênios) – Tesouro Ex. Ant.	
33390000000000000000	Aplicações diretas	R\$ 7,72
355	Referência Dotação	
<b>07</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA</b>	
001	DIVISAO DE ESTRADAS E RODAGEM	
0015.0451.0040.1006	CONSTRUÇÃO DE PONTES, PONTILHÕES E PRAÇAS	
03500000	Cessão Onerosa – Tesouro Ex. Ant.	
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	R\$ 24,32
353	Referência Dotação	
<b>06</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE</b>	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
0010.0301.0080.1001	CONSTRUÇÃO, AMPL. E MELHORIA DA REDE FÍSICA DAS U	
03500000	Cessão Onerosa – Tesouro Ex. Ant.	
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	R\$ 8.377,41
352	Referência Dotação	
<b>03</b>	<b>SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FAZENDA</b>	
001	DIVISÃO DE ADMINISTRACAO E FAZENDA	
0004.0122.0009.1007	MODERNIZAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONSTR. NOVA PREFEITURA	
03500000	Cessão Onerosa – Tesouro Ex. Ant.	
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	R\$ 49.623,80
351	Referência Dotação	
<b>08</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO E CULTURA</b>	
001	DIVISAO DE EDUCAÇÃO	
0012.0365.0047.2019	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - CRECHE	
03370062	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (não repassadas por meio de convênios) – Tesouro Ex. Ant.	
33390000000000000000	Aplicações diretas	R\$ 534,20
350	Referência Dotação	
<b>08</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO E CULTURA</b>	
001	DIVISAO DE EDUCAÇÃO	

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”**



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ**

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0\*\*47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá –SC

<https://corupa.atende.net> e-mail: [gabinete@corupa.sc.gov.br](mailto:gabinete@corupa.sc.gov.br)

0012.0361.0047.2018	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
03370062	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (não repassadas por meio de convênios) – Tesouro Ex. Ant.	
33390000000000000000	Aplicações diretas	R\$ 295,54
349	Referência Dotação	
<b>08</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO E CULTURA</b>	
001	DIVISAO DE EDUCAÇÃO	
0012.0361.0047.2020	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
03370061	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (não repassadas por meio de convênios) – Tesouro Ex. Ant.	
33390000000000000000	Aplicações diretas	R\$ 1.957,72
348	Referência Dotação	
<b>08</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO E CULTURA</b>	
001	DIVISAO DE EDUCAÇÃO	
0012.0306.0047.2017	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR	
03370060	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Tesouro-Ex. Cor.	
33390000000000000000	Aplicações diretas	R\$ 41.041,29
347	Referência Dotação	
<b>09</b>	<b>SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO</b>	
001	MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA SOCIAL	
0008.0244.0064.2011	MANUT. DO DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	
03350002	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União – Tesouro Ex. Ant.	
33390000000000000000	Aplicações diretas	R\$ 1.302,24
346	Referência Dotação	
<b>09</b>	<b>SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO</b>	
001	MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA SOCIAL	
0008.0244.0064.2011	MANUT. DO DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	
03350001	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União - Ações no COVID SUAS EPI - Portaria 369 – Tesouro Ex. Ant.	
33390000000000000000	Aplicações diretas	R\$ 4.205,59
345	Referência Dotação	
<b>06</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE</b>	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
0010.0301.0080.1001	CONSTRUÇÃO, AMPL. E MELHORIA DA REDE FÍSICA DAS U	
03790012	Emendas Parlamentares Impositivas - Transferências do Estado – Tesouro Ex. Ant.	
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	R\$ 100.000,00
344	Referência Dotação	
<b>08</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO E CULTURA</b>	
001	DIVISAO DE EDUCAÇÃO	
0012.0365.0047.1004	CONSTRUÇÃO, AMPL. E MELHORIA DAS UNIDADES DE ENSINO INFANTIL	
03790010	Emendas Parlamentares Impositivas - Transferências do Estado – Tesouro Ex. Ant.	
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	R\$ 150.000,00
343	Referência Dotação	
<b>08</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO E CULTURA</b>	
001	DIVISAO DE EDUCAÇÃO	
0012.0361.0047.1005	CONSTRUÇÃO, AMPL. E MELHORIA DAS UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	
03790008	Emendas Parlamentares Impositivas - Transferências do Estado –	

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”**





Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ**

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0\*\*47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá –SC

<https://corupa.atende.net> e-mail: [gabinete@corupa.sc.gov.br](mailto:gabinete@corupa.sc.gov.br)

34490000000000000000	Tesouro Ex. Ant.	
342	Aplicacoes diretas	R\$ 46.682,39
	Referência Dotação	
<b>18</b>	<b>Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer</b>	
001	Divisão de Turismo, Esporte e Lazer	
0027.0812.1011.2058	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TURISMO.,ESPORTE. E LAZER	
03790007	Emendas Parlamentares Impositivas - Transferências do Estado – Tesouro Ex. Ant.	
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	R\$ 72,45
341	Referência Dotação	
<b>06</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE</b>	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
0010.0303.0081.1009	BLOCO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA	
03790006	Emendas Parlamentares Impositivas - Transferências do Estado – Tesouro Ex. Ant.	
33390000000000000000	Aplicações diretas	R\$ 759,84
340	Referência Dotação	
	<b>TOTAL R\$</b>	<b>756.492,74</b>

**Art. 2º** - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior conforme consta no Balanço Patrimonial de 2020, fonte 03790006 – Emendas Parlamentares Impositivas - Transferências do Estado – Tesouro Ex. Ant., no valor de R\$ 759,84 ( setecentos e cinquenta e nove reais e oitenta e quatro centavos), fonte 03790007 – Emendas Parlamentares Impositivas - Transferências do Estado – Tesouro Ex. Ant., no valor de R\$ 72,45 ( setenta e dois reais e quarenta e cinco centavos), fonte 03790008 - Emendas Parlamentares Impositivas - Transferências do Estado – Tesouro Ex. Ant., no valor de R\$ 46.682,39 ( quarenta e seis mil seiscentos e oitenta e dois reais e trinta e nove centavos), fonte 03790010 - Emendas Parlamentares Impositivas - Transferências do Estado – Tesouro Ex. Ant., no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais ), fonte 03790012 - Emendas Parlamentares Impositivas - Transferências do Estado – Tesouro Ex. Ant., no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais), fonte 03350001 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União - Ações no COVID SUAS EPI - Portaria 369 – Tesouro Ex. Ant., no valor de R\$ 4.205,59 (quatro mil duzentos e cinco reais e cinquenta e nove centavos), fonte 03350002 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União – Tesouro Ex. Ant., no valor de R\$ 1.302,24 ( um mil trezentos e dois reais e vinte e quatro centavos), fonte 03370060 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Tesouro-Ex.Cor., no valor de R\$ 41.041,29 (quarenta e um mil quarenta e um reais e vinte e nove centavos), fonte 03370061 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (não repassadas por meio de convênios) – Tesouro Ex. Ant., no valor de R\$ 1.957,72 ( um mil novecentos e cinquenta e sete reais e setenta e dois centavos), e fonte 03370062 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (não repassadas por meio de convênios) – Tesouro Ex. Ant. , no valor de R\$ 829,74 (oitocentos e vinte e nove reais e setenta e quatro centavos), fonte 03500000 - Cessão Onerosa – Tesouro Ex. Ant. no valor de R\$ 58.025,53 (cinquenta e oito mil vinte e cinco reais e cinquenta e três centavos), fonte 03370059 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (não repassadas por meio de convênios) – Tesouro Ex. Ant., no valor de R\$ 7,72 (sete reais e setenta e dois centavos), fonte 03620719 - TRANSPORTE ESCOLAR FUNDEB – Tesouro Ex. Ant., no valor de R\$ 135.560,88 ( cento e trinta e cinco mil quinhentos e sessenta reais e oitenta e oito centavos), fonte 03621007 - Transferência de Convênio/Estado - Veículo Educação – Tesouro Ex. Ant., no valor de R\$ 50.112,11 (cinquenta mil cento e doze reais e onze centavos), fonte 03530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b) – Tesouro Ex. Ant., no valor de R\$ 106.897,50 (cento e seis mil oitocentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos), fonte 03000120 - TAXA BOMBEIRO – Tesouro Ex. Ant., no valor R\$ 57.177,24 (cinquenta e sete mil cento e setenta e sete reais e vinte e quatro centavos) e fonte 03000715 - TAXA BOMBEIRO – Tesouro Ex. Ant., no valor de R\$ 1.860,50 (um mil oitocentos e cinquenta reais e cinquenta centavos).

Código	Classificação	Valor
03790006	Emendas Parlamentares Impositivas - Transferências do Estado – Tesouro Ex. Ant.	R\$ 759,84
		R\$ 72,45

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

## “CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ**

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0\*\*47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá –SC

<https://corupa.atende.net> e-mail: [gabinete@corupa.sc.gov.br](mailto:gabinete@corupa.sc.gov.br)

03790007	Emendas Parlamentares Impositivas - Transferências do Estado – Tesouro Ex. Ant.	
03790008	Emendas Parlamentares Impositivas - Transferências do Estado – Tesouro Ex. Ant.	R\$ 46.682,39
03790010	Emendas Parlamentares Impositivas - Transferências do Estado – Tesouro Ex. Ant.	R\$ 150.000,00
03790012	Emendas Parlamentares Impositivas - Transferências do Estado – Tesouro Ex. Ant.	R\$ 100.000,00
03350001	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União - Ações no COVID SUAS EPI - Portaria 369 – Tesouro Ex. Ant.	R\$ 4.205,59
03350002	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União – Tesouro Ex. Ant.	R\$ 1.302,24
03370060	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Tesouro-Ex.Cor.	R\$ 41.041,29
03370061	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (não repassadas por meio de convênios) – Tesouro Ex. Ant.	R\$ 1.957,72
03370062	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (não repassadas por meio de convênios) – Tesouro Ex. Ant.	R\$ 829,74
03500000	Cessão Onerosa – Tesouro Ex. Ant.	R\$ 58.025,53
03370059	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (não repassadas por meio de convênios) – Tesouro Ex. Ant.	R\$ 7,72
03620719	TRANSPORTE ESCOLAR FUNDEB – Tesouro Ex. Ant.	R\$ 135.560,88
03621007	Transferência de Convênio/Estado - Veículo Educação – Tesouro Ex. Ant.	R\$ 50.112,11
03530000	COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b) – Tesouro Ex. Ant.	R\$ 106.897,50
03000120	TAXA BOMBEIRO – Tesouro Ex. Ant.	R\$ 57.177,24
03000715	TAXA BOMBEIRO – Tesouro Ex. Ant.	R\$ 1.860,50
<b>TOTAL R\$</b>		<b>756.492,74</b>

**Art. 3** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 18 de fevereiro de 2021.

**LUIZ CARLOS TAMANINI**  
**PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ**

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”**

**DECRETO Nº 2193/2021 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2869522



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ**

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0\*\*47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá –SC

<https://corupa.atende.net> e-mail: [gabinete@corupa.sc.gov.br](mailto:gabinete@corupa.sc.gov.br)**DECRETO Nº 2193/2021****AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**LUIZ CARLOS TAMANINI**, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº 2445/2020 de 17 de dezembro de 2020,

**DECRETA:**

**Art. 1** - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizar e abrir por Decreto, Créditos Adicionais Especiais até o limite do valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais)

<b>Código</b>	<b>Classificação</b>	<b>Valor</b>
<b>18</b>	<b>Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer</b>	
002	Fundo Municipal de Turismo	
0027.0695.1011.2062	Manutenção do Fundo Municipal de Turismo	
03500000	Cessão Onerosa – Tesouro Ex. Ant.	
34490000000000000000	Aplicações diretas	R\$ 400,00
354	Referência Dotação	
<b>TOTAL R\$</b>		<b>400,00</b>

**Art. 2º** - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior conforme consta no Balanço Patrimonial de 2020, fonte 03500000 – Cessão Onerosa – Tesouro Ex. Ant., no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais),

<b>Código</b>	<b>Classificação</b>	<b>Valor</b>
03500000	Cessão Onerosa – Tesouro Ex. Ant.	R\$ 400,00
<b>TOTAL R\$</b>		<b>400,00</b>

**Art. 3** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 18 de fevereiro de 2021.

**LUIZ CARLOS TAMANINI**  
**PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ**

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”**

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2021**

Publicação Nº 2868290

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2021**

O Prefeito Municipal de Corupá, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar nº 014/2009, de 15 de dezembro de 2009 e da Lei 1193/99, faz saber que se encontram abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO, UNICAMENTE COM BASE EM EXAME DE TÍTULOS E TEMPO DE SERVIÇO, no período de 18 a 22 fevereiro de 2021, para contratação de pessoal por tempo determinado para atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público, nas condições e prazos previstos no presente Edital.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente Edital tem como objeto a Seleção Pública Simplificada de Pessoal para contratação em caráter temporário, para atuar em uma das vagas disponíveis nas Unidades Escolares, sendo: Professor das disciplinas específicas de Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Geografia, Matemática e Ciências.

1.2 A contratação temporária será adotada nas hipóteses previstas no artigo 253, da Lei Complementar nº 014/2009, de 15 de dezembro de 2009.

1.3 O candidato aprovado, observada a sua inscrição e a ordem de classificação, poderá ser convocado para atuar em caráter temporário na vaga em que realizou sua inscrição.

1.4 No caso de pedido de demissão de algum servidor contratado, a vaga será preenchida conforme a disponibilidade de profissionais existentes no quadro ou respeitando a ordem de classificação da homologação do presente Processo Seletivo Público Simplificado.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO E CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA**

2.1 São requisitos para o candidato participar do Processo Seletivo Público Simplificado e/ou para firmar contrato temporário com a administração pública:

- a) nacionalidade brasileira;
- b) idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- c) quitação com as obrigações militar e eleitoral;
- d) aptidão física e mental;
- e) nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo e ou cursando licenciatura específica na área

2.2 É vedada a celebração de contrato com a administração pública sem o preenchimento dos requisitos do item 2.1, observando ainda, a vedação de acumulação de cargos públicos, o período de interrupção do contrato de trabalho e a inexistência de aplicação de penalidade de demissão ou perda de cargo público.

2.3 O período de interrupção do contrato de trabalho será de 6 (seis) meses para candidatos que firmaram contratos com a administração municipal de Corupá nos anos de 2019 e 2020.

2.4 É vedada a contratação de candidatos que na data da contratação não tiverem cumprido os 6 (seis) meses de interrupção conforme o item 2.3.

2.4.1 O candidato nesta condição será comunicado da impossibilidade de sua contratação, sendo o mesmo realocado para o final da lista.

2.5 As informações sobre o cargo, salário mensal, jornada de trabalho, vaga e escolaridade e atribuições estão descritas no anexo II deste Edital.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA INSCRIÇÃO**

3.1 A inscrição do Processo Seletivo Público Simplificado é gratuita e implica, desde logo, o conhecimento e a tácita concordância pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.2 O candidato deverá conhecer, antes de efetuar a inscrição, os termos deste Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para exercício das atribuições do cargo.

3.3 O candidato deverá entregar sua ficha de inscrição devidamente preenchida e a documentação exigida, na Secretaria Municipal de Educação de Corupá, localizada à Jorge Lacerda, nº 85, Centro, Município de Corupá/SC, no período de 18 de fevereiro a 22 de fevereiro de 2021, no horário das 08:00 às 11h30min e das 13h30min às 16h.

3.4 No período estipulado para a entrega da ficha de inscrição e documentos, o candidato deverá apresentar:

- a) ficha de inscrição preenchida e assinada;
- b) 1 (uma) foto 3x4 atual;
- c) fotocópia da Carteira de Identidade;
- d) fotocópia do CPF;
- e) fotocópia da Carteira de Trabalho (página da foto e o verso);
- f) fotocópia do diploma ou certificado de conclusão de curso exigido para cada cargo;

g) declaração de tempo de serviço preenchida corretamente, anexo VIII, juntamente com os respectivos comprovantes.

3.4.1 Os documentos devem ser apresentados em cópia autenticada ou originais para que os servidores autenticuem.

3.4.2 A ficha de inscrição e os documentos entregues no período estabelecido não serão conferidos no ato da entrega, sendo fornecido ao candidato o protocolo de recebimento com seu nome, data da entrega e número de folhas (anexo IX).

### 3.5 Observações

3.5.1 O tempo de serviço (data de início e data fim) digitado na inscrição deverá estar de acordo com os comprovantes de tempo de serviço apresentados, conforme acima; caso haja divergência entre o tempo expresso no comprovante e a digitação, este período será excluído.

3.5.2 Em hipótese alguma a Comissão fará correção de tempo de serviço;

3.5.3 Para aposentados será computado apenas o tempo de serviço após aposentadoria. Caso seja verificado, a qualquer tempo, a comprovação de que o candidato está aposentado, este perderá a pontuação recebida a título de tempo de serviço;

3.5.4 É de total responsabilidade do candidato providenciar e entregar os documentos conforme solicitado, bem como, estar de posse do protocolo de recebimento caso haja necessidade.

## CLÁUSULA QUARTA – DA CLASSIFICAÇÃO PRÉVIA, RECURSO, CLASSIFICAÇÃO FINAL E HOMOLOGAÇÃO

4.1 A classificação dar-se-á de acordo com os seguintes critérios:

4.1.1 Habilitação (doutorado, mestrado, especialização e habilitado) e ou cursando licenciatura específica na área

4.1.2 Tempo de Serviço: 01 (um) ponto por mês trabalhado somente no cargo de Professor.

4.2 Serão considerados aprovados no presente processo seletivo, os candidatos que atenderem a todos os requisitos estabelecidos neste Edital.

4.3 Os candidatos aprovados serão classificados em ordem de habilitação específica em cada área e em seguida pela somatória dos pontos por tempo de serviço.

4.4 No caso de igualdade de pontos obtidos terá preferência o candidato com maior idade.

4.7 A classificação prévia dos candidatos será divulgada por meio da internet no sítio do município (<http://www.corupa.atende.net>), e no sítio do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site>), no dia 24 de fevereiro de 2021.

4.8 O candidato poderá impetrar recurso do resultado da classificação prévia do dia 24 a 26 de fevereiro de 2021, protocolando na Prefeitura Municipal de Corupá, localizada à Avenida Getúlio Vargas, nº 443, Centro, Município de Corupá/SC, no setor de Recursos Humanos, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 16:30 horas preenchendo o formulário (anexo III); ou encaminhar para o e-mail: [rh@corupa.sc.gov.br](mailto:rh@corupa.sc.gov.br)

4.9 A classificação final e homologação serão divulgados por meio da internet no sítio do município (<http://www.corupa.atende.net>), e no sítio do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site>), no dia 01 de março de 2021.

## CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

5.0 Os candidatos serão admitidos, em caráter temporário, pelo regime da CLT, através de processo seletivo público e universal, para atender a necessidade temporária decorrente de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal.

5.2 Os candidatos serão convocados em observância a conveniência da administração pública, respeitando a ordem de classificação.

5.3 O candidato classificado que não se apresentar no dia e horário determinado para o preenchimento da vaga, perderá todos os direitos e considerar-se-á eliminado do certame.

5.4 O candidato convocado para contratação deverá se apresentar na Prefeitura Municipal de Corupá, localizada à Avenida Getúlio Vargas, nº 443, Centro, Município de Corupá/SC, no setor de Recursos Humanos, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a divulgação do Edital de Chamamento no sítio do município (<http://www.corupa.atende.net>), e no sítio do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>), sob pena da perda do direito ao preenchimento da vaga.

5.5 O candidato que não comparecer na data agendada pela administração pública para a realização do exame médico admissional, decairá do direito ao preenchimento da vaga, sendo considerado desistente da vaga.

5.6 Na admissão, o candidato deverá apresentar os documentos exigidos pelo setor de Recursos Humanos (anexo IV). A não apresentação dos documentos implicará na perda de todos os direitos ao preenchimento da vaga e considerar-se-á eliminado do certame.

5.7 A contratação do candidato classificado dependerá ainda, da aprovação prévia em exames médico admissionais.

5.8 As contratações serão realizadas mediante dotação orçamentária específica e prévia autorização do Prefeito Municipal e parecer favorável da Controladoria Geral do Município.

5.9 Aplica-se ao candidato contratado nos termos deste Edital o disposto na legislação municipal, Lei Complementar nº 014/09, referente o

auxílio-alimentação e auxílio-transporte.

5.10 O candidato contratado nos termos deste Edital não poderá:

- a) receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato de trabalho;
- b) ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;
- c) ser novamente contratado com base no mesmo Processo Seletivo Público Simplificado que originou a sua contratação, ressalvadas as prorrogações contratuais.

5.11 As infrações disciplinares atribuídas a pessoa contratada por tempo determinado serão apuradas mediante Processo Administrativo Disciplinar.

5.12 O contrato firmado de acordo com este Edital, extinguir-se-á:

- a) pelo término contratual;
- b) por iniciativa do candidato contratado antes da data do término contratual;
- c) quando o candidato contratado incorrer em infração disciplinar punível com demissão por justa causa, observando a ampla defesa e o contraditório.

5.13 A extinção do contrato fundamentada nas alíneas 'a' e 'c' do item 5.12, não implicará no pagamento de indenização.

5.14 A extinção do contrato fundamentada na alínea 'b' do item 5.12, implicará no pagamento de indenização (aviso prévio).

5.15 O tempo de serviço público objeto de contratação por tempo determinado será computada na forma prevista em Lei, observada a legislação relativa ao Regime Geral da Previdência Social - RGPS.

5.16 A conferência e assinatura da ficha de inscrição deste Edital valerá como aceitação tácita das normas do Processo Seletivo Público Simplificado.

5.17 O Edital de Chamamento será divulgado por meio da internet no sítio do município (<http://www.corupa.atende.net>), e no sítio do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site>) à medida que surgir a necessidade, durante o prazo de vigência deste edital, que será de 1 (um) ano, contado do ato de homologação do resultado final do presente edital, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Poder Executivo. Sendo de responsabilidade do candidato acompanhar a divulgação das chamadas nos respectivos sítios.

5.18 Os candidatos classificados deverão manter atualizados seus endereços (telefones e e-mail) junto ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Corupá, se responsabilizando pelos prejuízos que por ventura vierem a ter em decorrência da não atualização, inclusive os que levarem a compreensão de sua desistência tácita.

5.19 Fica assegurado à pessoa com deficiência (PcD), 5% (cinco por cento) das vagas existentes, nos termos do artigo 37, inciso VIII, da Constituição Federal, da Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, regulamentada pelo Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, cujas atribuições do cargo sejam compatíveis com a necessidade de que sejam portadores. O candidato pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar na ficha de inscrição o tipo de deficiência e anexar laudo médico pericial que comprove a deficiência e se a mesma é compatível com o exercício do cargo ao qual se inscreveu.

5.20 A classificação do candidato no Processo Seletivo Público Simplificado não implica direito a contratação, cabendo a administração pública, exclusivamente, a decisão quanto à conveniência e oportunidade as convocações para provimento das demandas verificadas.

5.21 A inexistência de informações e/ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente a contratação do candidato, na insubsistência da inscrição no Processo Seletivo Público Simplificado poderão levar a sua nulidade e consequente rescisão unilateral por parte da administração pública, sem prejuízo das cominações legais aplicáveis.

5.22 A simples efetuação da inscrição não gera qualquer direito ao candidato.

5.23 As despesas decorrentes da execução deste Edital, correrão por conta de dotação específica consignada no orçamento.

5.24 Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em adendo ou aviso a serem publicados em Edital próprio junto ao sítio do município (<http://www.corupa.atende.net>), e sítio do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site>).

5.25 As datas e horários ora definidos neste Edital poderão sofrer alteração em virtude de necessidade justificada a serem publicados em Edital próprio junto ao sítio do município (<http://www.corupa.atende.net>), e sítio do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site>).

5.26 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo Público Simplificado.

5.27 Integram o presente Edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I: Ficha de inscrição;
- b) Anexo II: Tabela de cargo, salário mensal, jornada de trabalho, vaga, escolaridade, atribuições;
- c) Anexo III: Formulário para recurso;



- e) Anexo IV: Documentos para admissão de acordo com o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE;  
 f) Anexo V: Declaração de bens;  
 g) Anexo VI: Declaração de não ter sofrido no exercício da função pública penalidades disciplinares conforme legislação aplicável;  
 h) Anexo VII: Declaração de que a posse no cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública;  
 i) Anexo VIII: Declaração de tempo de serviço;  
 j) Anexo IX: Protocolo de inscrição.

5.28 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
 17 de fevereiro de 2021.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
 PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

## ANEXO I

### FICHA DE INSCRIÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ			
Nome do candidato:		Inscrição nº (uso interno):	
Cargo pretendido:			
DADOS CADASTRAIS			
Nome do pai:			
Nome da mãe:			
Data de nascimento:			
Naturalidade:		Estado:	
Sexo:		Estado Civil:	
Endereço residencial:			nº:
Cidade:		Estado:	
CPF:		Fone(s):	
Carteira de Identidade:		Órgão Expedidor:	
Pessoa com deficiência: Sim ( ) Não ( )		Tipo:	
E-mail:			

Declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras, e assumo total responsabilidade pelo preenchimento, bem como, pelos dados declarados nesta Ficha de Inscrição, declarando explicitamente conhecer e aceitar as normas e regulamentos estabelecidos no Edital de Processo Seletivo Público Simplificado nº 001/2021 e todas as disposições nele contidas.

Corupá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Assinatura

## ANEXO II

### TABELA DE CARGO, SALÁRIO MENSAL, JORNADA DE TRABALHO, VAGA, ESCOLARIDADE E ATRIBUIÇÕES

Cargo	Remuneração	Carga horária/semanal	Vagas	Escolaridade
Professor de Língua Portuguesa	R\$ 2.642,44	40 horas	03	Ensino Superior Completo com Licenciatura na área
Professor de Língua Inglesa	R\$ 2.642,44	40 horas	02	Ensino Superior Completo com Licenciatura na área
Professor de Geografia	R\$ 2.642,44	40 horas	02	Ensino Superior Completo com Licenciatura na área
Professor de Matemática	R\$ 1.321,22	20 horas	CR	Ensino Superior Completo com Licenciatura na área
Professor de Ciências	R\$ 1.981,83	30 horas	CR	Ensino Superior Completo com Licenciatura na área

CR = Cadastro de Reserva

A remuneração de 40 horas será proporcional a carga assumida pelo candidato classificado.



## Atribuições dos cargos

Cargos	Atribuições de cargos
Professor	Ministrar aulas e orientar a aprendizagem do aluno, elaborar programas, planos de curso e de aula no que for de sua competência; avaliar o desempenho dos alunos, atribuindo-lhes notas ou conceitos nos prazos fixados; cooperar com os serviços de orientação, educação e supervisão escolar; promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade de ensino; participar de reunião, conselho de classe, atividades cívicas, culturais, recreativas e outras de interesse da Secretaria Municipal de Educação ou da municipalidade, cumprindo rigorosa e pontualmente os horários definidos; promover aulas e trabalhos de recuperação com alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem; seguir as diretrizes do ensino em anados do órgão superior competente; fornecer dados e apresentar relatórios de suas atividades; executar outras atividades compatíveis com o cargo; comparecer às reuniões para as quais for convocado, sem a presença dos filhos, ainda que em horário e data diferente do normal; fornecer dados e apresentar com clareza e pontualidade os relatórios de suas atividades como: os de bochecho, mapa de merenda, movimento bimestral, diário de classe e demais documentos solicitados; comunicar com antecedência à Secretaria Municipal de Educação qualquer atividade extra-curricular, mudança de turno ou dispensa de alunos para participação em atividades em outro turno; zelar pela ordem, pela disciplina em sua sala de aula e fora dela, pela conservação do material didático e do imóvel junto aos alunos, responsabilizando-se ainda pela abertura e fechamento, desligamento das luzes e equipamentos das dependências do estabelecimento sob sua responsabilidade; verificar a presença dos alunos em aula efetuando diariamente a chamada; não delongar-se em aulas sobre assuntos alheios ao que deverá lecionar; comentar com os alunos os resultados de trabalhos, provas, testes, pesquisas e outras atividades, esclarecendo os erros cometidos, afim de que possam esses no futuro serem evitados; manter na sala de aula, nas reuniões e na escola, equilíbrio emocional, auto controle e postura, assegurando um ambiente mais adequado para aprendizagem e para realização dos trabalhos; tratar todos os alunos com igualdade, carinho e respeito, com elogios em público e censura em particular; avisar com a maior antecedência possível a Secretaria Municipal de Educação eventual necessidade de ausência ou falta ao trabalho; evitar intervalo extenso na avaliação dos trabalhos realizados nos cadernos de exercícios e deveres aos quais os pais tenham fácil acesso, atribuindo conceitos ou notas as atividades, seja em caderno, folha ou de outra espécie; realizar semanalmente um mutirão de limpeza da instalações do estabelecimento de ensino e do respectivo pátio, horta e acessos, bem como dos jardins e praças por ventura existentes; orientar os alunos quanto a hábitos de estudo, formas de avaliações, pontualidade, horários, uso de uniformes, assiduidade, ordem e limpeza da sala de aula, pátio e demais dependências, recreio e conservação do material individual do aluno; evitar doutrinas de qualquer natureza ou ideias religiosas contrárias aos interesses nacionais ou da atividade escolar; realizar junto aos alunos todas as manifestações cívicas inerentes ao currículo escolar cantando o Hino Nacional e outros Hinos e cantos conforme a efeméride a ser celebrada; lembrar os alunos dos aniversários dos colegas, professores, servidores da escola e diretores, entoando hinos relativos à data; não fumar no estabelecimento de ensino; não dispensar da sala os alunos que concluíram as avaliações antes do término das aulas; mesmo quando se tratar de saída para o recreio, da última aula do turno ou quando a aula posterior for de educação física; permanecer na sala de aula com os alunos a partir do início das aulas, permanecendo até o término da mesma, ausentando-se somente em caso de extrema necessidade, evitando ainda permanecer sentado durante as aulas; diversificar a posição das carteiras e alunos em classe; ao término das aulas e do período, cobrar dos alunos a ordem e a limpeza das carteiras, lixo recolhido, quadro apagado, mesa do professor em ordem, luzes, caixas de som e ventiladores desligados; os professores de ensino infantil devem acompanhar seus alunos no recreio; promover análise crítica dos textos didáticos e a elaboração de materiais didáticos mais adequados aos alunos e coerentes com as concepções do homem e da sociedade que direcionam a ação pedagógica; influir, para que todos os funcionários da escola se comprometam com o atendimento às reais necessidades dos alunos; executar outras atividades compatíveis com a função.

ANEXO III  
FORMULÁRIO PARA RECURSO

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO
NOME DO CANDIDATO: _____
CPF: _____
MOTIVO: _____
(Para uso da Prefeitura Municipal de Corupá)
<input type="checkbox"/> DEFERIDO <input type="checkbox"/> INDEFERIDO

Corupá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_

Assinatura

## ANEXO IV

## DOCUMENTOS PARA ADMISSÃO DE ACORDO COM O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA – TCE

- Carteira de Identidade
- CPF
- Carteira Nacional de Habilitação (CNH) – categoria B
- Documento Militar (Certificado de Reservista – sexo masculino)
- Título de eleitor e comprovante que votou na última eleição ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral

- 1 (uma) foto 3x4 recente
- Comprovante de residência (Água; Energia; Telefone)
- Carteira de Trabalho – CTPS
- Certidão de nascimento ou casamento
- Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos ou Carteira de Identidade dos dependentes
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda
- CPF dos dependentes
- Certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual e Justiça Federal (Fórum/Internet)
- Comprovante de escolaridade exigido para o cargo
- Declaração de bens (anexo VI) ou declaração de Imposto de Renda
- Declaração de não ter sofrido no exercício da função pública penalidades disciplinares conforme legislação aplicável (anexo VII)
- Declaração de que a posse no cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública (anexo VIII)
- Carteira de Registro no órgão (se houver): CRM – COREN – CREF – CRN – CREFITO – CRP – CRBIO – CREA – Outros
- Número de conta salário: obrigatório que seja da Caixa Econômica Federal – agência Corupá
- Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) – Exame Admissional

• Observações:

1. Todos os documentos deverão ser apresentados no original, acompanhado de fotocopia simples para autenticação do servidor público.
2. Na falta de qualquer documento acima, não será possível realizar a admissão.

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a) inscrito (a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_ e no RG nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado (a) à \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins que até a presente data ( ) sim ( ) não possuo bens móveis e imóveis.

- |               |              |
|---------------|--------------|
| 1) Bem: _____ | Valor: _____ |
| 2) Bem: _____ | Valor: _____ |
| 3) Bem: _____ | Valor: _____ |
| 4) Bem: _____ | Valor: _____ |
| 5) Bem: _____ | Valor: _____ |

Sendo o que havia a declarar e por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Corupá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Assinatura

ANEXO VI

DECLARAÇÃO NÃO SOFRIDO PROCESSO DISCIPLINAR

Declaro para fins de admissão no Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, não ter sofrido processo disciplinar ou outra penalidade no exercício de função pública.

Atesto sob as penas do artigo 299 do Código Penal Brasileiro que minhas informações são a expressão da verdade.

Corupá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Assinatura

ANEXO VII

DECLARAÇÃO – NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS

Declaro que:

Considerando o disposto no art. 37, XI, XVI, XVII, §§ 10 e 11, da Constituição Federal, e art. 61, Parágrafo único da lei 014/09 :

(\_\_\_\_) Não exerço outro cargo, emprego ou função pública (Federal, Estadual ou Municipal; Administração Direta ou Indireta)

(\_\_\_\_) Percebo remuneração, provento, pensão do órgão: \_\_\_\_\_ cargo: \_\_\_\_\_ valor mensal: R\$ \_\_\_\_\_

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsas, ficarei sujeito às penalidades previstas no art. 299 do Código Penal Brasileiro.

Corupá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Assinatura

ANEXO VIII

#### DECLARAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

Declaro para fins de contagem de tempo de serviço que eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF nº \_\_\_\_\_, exerci e/ou ainda exerço atividades de \_\_\_\_\_, conforme abaixo especificado:

PERÍODO DE: \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_

PERÍODO DE: \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_

PERÍODO DE: \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_

PERÍODO DE: \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_

PERÍODO DE: \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_

PERÍODO DE: \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_

PERÍODO DE: \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_

Totalizando: anos, meses e dias.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsas, ficarei sujeito às penalidades previstas no art. 299 do Código Penal Brasileiro.

Corupá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Assinatura

ANEXO IX

#### PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Eu, \_\_\_\_\_, certifico que foram entregues no setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Corupá, na data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ os documentos abaixo relacionados, referente a inscrição no Processo Seletivo Simplificado.

- ( ) Ficha de inscrição preenchida e assinada;
- ( ) 1 (uma) foto 3x4 atual;
- ( ) fotocopia da Carteira de Identidade ;
- ( ) fotocopia do CPF;
- ( ) fotocopia da Carteira de Trabalho (página da foto e o verso);
- ( ) fotocopia do diploma ou certificado de conclusão de curso exigido para cada cargo;
- ( ) declaração de tempo de serviço preenchida corretamente, juntamente com os respectivos comprovantes.

Sem mais para o momento.

### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 002/2021

Publicação Nº 2868296

#### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 002/2021

O Prefeito Municipal de Corupá, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar nº 014/2009, de 15 de dezembro de 2009 e da Lei 1193/99, faz saber que se encontram abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO, UNICAMENTE COM BASE EM EXAME DE TÍTULOS E TEMPO DE SERVIÇO, no período de 19 de fevereiro a 10 de março de 2021, para contratação de pessoal por tempo determinado para atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público, nas condições e prazos previstos no presente Edital.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Edital tem como objeto a Seleção Pública Simplificada de Pessoal para contratação em caráter temporário, para atuar nas diversas Secretarias que necessitem de contratação de pessoal por tempo determinado para atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público, na função do quadro do anexo II.

1.2 A contratação temporária será adotada nas hipóteses previstas no artigo 253, da Lei Complementar nº 014/2009, de 15 de dezembro de 2009.

1.3 O candidato aprovado, observada a sua inscrição e a ordem de classificação, poderá ser convocado para atuar em caráter temporário

na vaga em que realizou sua inscrição.

1.4 No caso de pedido de demissão de algum servidor contratado, a vaga será preenchida conforme a disponibilidade de profissionais existentes no quadro ou respeitando a ordem de classificação da homologação do presente Processo Seletivo Público Simplificado.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO E CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

2.1 São requisitos para o candidato participar do Processo Seletivo Público Simplificado e/ou para firmar contrato temporário com a administração pública:

- a) nacionalidade brasileira;
- b) idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- c) quitação com as obrigações militar e eleitoral;
- d) aptidão física e mental;
- e) nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo/função pública.

2.2 É vedada a celebração de contrato com a administração pública sem o preenchimento dos requisitos do item 2.1, observando ainda, a vedação de acumulação de cargos públicos, o período de interrupção do contrato de trabalho e a inexistência de aplicação de penalidade de demissão ou perda de cargo público.

2.3 O período de interrupção do contrato de trabalho será de 6 (seis) meses para candidatos que firmaram contratos com a administração municipal de Corupá nos anos de 2019 e 2020.

2.4 É vedada a contratação de candidatos que na data da contratação não tiverem cumprido os 6 (seis) meses de interrupção conforme o item 2.3.

2.4.1 O candidato nesta condição será comunicado da impossibilidade de sua contratação, sendo o mesmo realocado para o final da lista.

2.5 As informações sobre o cargo, salário mensal, jornada de trabalho, vaga e escolaridade e atribuições estão descritas no anexo II deste Edital.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA INSCRIÇÃO

3.1 A inscrição do Processo Seletivo Público Simplificado é gratuita e implica, desde logo, o conhecimento e a tácita concordância pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.2 O candidato deverá conhecer, antes de efetuar a inscrição, os termos deste Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para exercício das atribuições do cargo.

3.3 O candidato deverá entregar sua ficha de inscrição devidamente preenchida e a documentação exigida, na Secretaria Municipal de Educação de Corupá, localizada à Jorge Lacerda, nº 85, Centro, Município de Corupá/SC, no período de 19 de fevereiro a 10 de março de 2021, no horário das 08:00 às 11h30min e das 13h30min às 16h.

3.4 No período estipulado para a entrega da ficha de inscrição e documentos, o candidato deverá apresentar:

- a) ficha de inscrição preenchida e assinada;
- b) 1 (uma) foto 3x4 atual;
- c) fotocópia da Carteira de Identidade;
- d) fotocópia do CPF;
- e) fotocópia da Carteira de Trabalho (página da foto e o verso);
- f) fotocópia do diploma ou certificado de conclusão de curso exigido para cada cargo;
- g) declaração de tempo de serviço preenchida corretamente, anexo VIII, juntamente com os respectivos comprovantes.

3.4.1 Os documentos devem ser apresentados em cópia autenticada ou originais para que os servidores autenticuem.

3.4.2 A ficha de inscrição e os documentos entregues no período estabelecido não serão conferidos no ato da entrega, sendo fornecido ao candidato o protocolo de recebimento com seu nome, data da entrega e número de folhas (anexo IX).

#### 3.5 Observações

3.5.1 O tempo de serviço (data de início e data fim) digitado na inscrição deverá estar de acordo com os comprovantes de tempo de serviço apresentados, conforme acima; caso haja divergência entre o tempo expresso no comprovante e a digitação, este período será excluído.

3.5.2 Em hipótese alguma a Comissão fará correção de tempo de serviço;

3.5.3 Para aposentados será computado apenas o tempo de serviço após aposentadoria. Caso seja verificado, a qualquer tempo, a comprovação de que o candidato está aposentado, este perderá a pontuação recebida a título de tempo de serviço;

3.5.4 É de total responsabilidade do candidato providenciar e entregar os documentos conforme solicitado, bem como, estar de posse do protocolo de recebimento caso haja necessidade.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA CLASSIFICAÇÃO PRÉVIA, RECURSO, CLASSIFICAÇÃO FINAL E HOMOLOGAÇÃO

4.1 A classificação dar-se-á de acordo com os seguintes critérios, assim estabelecidos, limitado a 10 (dez) pontos totais, considerando nesta ordem as habilitações específicas em cada área:

4.2

- a) Pós-Graduação - Especialização: 1,0 ponto (limitado a 1,0 ponto);
- b) Mestrado: 1,5 pontos (limitado a 1,5 pontos);
- c) Doutorado: 2,5 pontos (limitado a 2,5 pontos);
- d) Será considerado o Tempo de Serviço: 01 (um) ponto por mês trabalhado;

4.2 Para a contagem do tempo de serviço será considerado apenas o tempo na função do cargo pretendido.

4.3 Para classificação do cargo de Instrutor de Música, deverá apresentar horas de curso na área de musicalização infantil e de clarinete/saxofone. Para cada hora de curso valerá 1 ponto. Somente serão computadas horas de curso nas áreas solicitadas.

4.4 Serão considerados aprovados no presente processo seletivo, os candidatos que atenderem a todos os requisitos estabelecidos neste Edital.

4.5 Os candidatos aprovados serão classificados em ordem de habilitação específica em cada área e em seguida pela somatória dos pontos por tempo de serviço.

4.6 No caso de igualdade de pontos obtidos terá preferência o candidato com maior idade.

4.7 A classificação prévia dos candidatos será divulgada por meio da internet no sítio do município (<http://www.corupa.atende.net>), e no sítio do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site>), no dia 15 de março de 2021.

4.8 O candidato poderá impetrar recurso do resultado da classificação prévia do dia 16 a 17 de março de 2021, protocolando na Prefeitura Municipal de Corupá, localizada à Avenida Getúlio Vargas, nº 443, Centro, Município de Corupá/SC, no setor de Recursos Humanos, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 16:30 horas preenchendo o formulário (anexo III); ou encaminhar para o e-mail: [rh@corupa.sc.gov.br](mailto:rh@corupa.sc.gov.br)

4.9 A classificação final e homologação serão divulgados por meio da internet no sítio do município (<http://www.corupa.atende.net>), e no sítio do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site>), no dia 19 de março de 2021.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

5.0 Os candidatos serão admitidos, em caráter temporário, pelo regime da CLT, através de processo seletivo público e universal, para atender a necessidade temporária decorrente de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal.

5.2 Os candidatos serão convocados em observância a conveniência da administração pública, respeitando a ordem de classificação.

5.3 O candidato classificado que não se apresentar no dia e horário determinado para o preenchimento da vaga, perderá todos os direitos e considerar-se-á eliminado do certame.

5.4 O candidato convocado para contratação deverá se apresentar na Prefeitura Municipal de Corupá, localizada à Avenida Getúlio Vargas, nº 443, Centro, Município de Corupá/SC, no setor de Recursos Humanos, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a divulgação do Edital de Chamamento no sítio do município (<http://www.corupa.atende.net>), e no sítio do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>), sob pena da perda do direito ao preenchimento da vaga.

5.5 O candidato que não comparecer na data agendada pela administração pública para a realização do exame médico admissional, decairá do direito ao preenchimento da vaga, sendo considerado desistente da vaga.

5.6 Na admissão, o candidato deverá apresentar os documentos exigidos pelo setor de Recursos Humanos (anexo IV). A não apresentação dos documentos implicará na perda de todos os direitos ao preenchimento da vaga e considerar-se-á eliminado do certame.

5.7 A contratação do candidato classificado dependerá ainda, da aprovação prévia em exames médico admissionais.

5.8 As contratações serão realizadas mediante dotação orçamentária específica e prévia autorização do Prefeito Municipal e parecer favorável da Controladoria Geral do Município.

5.9 Aplica-se ao candidato contratado nos termos deste Edital o disposto na legislação municipal, Lei Complementar nº 014/09, referente o auxílio-alimentação e auxílio-transporte.

5.10 O candidato contratado nos termos deste Edital não poderá:

- a) receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato de trabalho;
- b) ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;
- c) ser novamente contratado com base no mesmo Processo Seletivo Público Simplificado que originou a sua contratação, ressalvadas as prorrogações contratuais.

5.11 As infrações disciplinares atribuídas a pessoa contratada por tempo determinado serão apuradas mediante Processo Administrativo Disciplinar.

5.12 O contrato firmado de acordo com este Edital, extinguir-se-á:

- a) pelo término contratual;
- b) por iniciativa do candidato contratado antes da data do término contratual;
- c) quando o candidato contratado incorrer em infração disciplinar punível com demissão por justa causa, observando a ampla defesa e o contraditório.

5.13 A extinção do contrato fundamentada nas alíneas 'a' e 'c' do item 5.12, não implicará no pagamento de indenização.

5.14 A extinção do contrato fundamentada na alínea 'b' do item 5.12, implicará no pagamento de indenização (aviso prévio).

5.15 O tempo de serviço público objeto de contratação por tempo determinado será computada na forma prevista em Lei, observada a legislação relativa ao Regime Geral da Previdência Social - RGPS.

5.16 A conferência e assinatura da ficha de inscrição deste Edital valerá como aceitação tácita das normas do Processo Seletivo Público Simplificado.

5.17 O Edital de Chamamento será divulgado por meio da internet no sítio do município (<http://www.corupa.atende.net>), e no sítio do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site>) à medida que surgir a necessidade, durante o prazo de vigência deste edital, que será de 1 (um) ano, contado do ato de homologação do resultado final do presente edital, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Poder Executivo. Sendo de responsabilidade do candidato acompanhar a divulgação das chamadas nos respectivos sítios.

5.18 Os candidatos classificados deverão manter atualizados seus endereços (telefones e e-mail) junto ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Corupá, se responsabilizando pelos prejuízos que por ventura vierem a ter em decorrência da não atualização, inclusive os que levarem a compreensão de sua desistência tácita.

5.19 Fica assegurado à pessoa com deficiência (PcD), 5% (cinco por cento) das vagas existentes, nos termos do artigo 37, inciso VIII, da Constituição Federal, da Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, regulamentada pelo Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, cujas atribuições do cargo sejam compatíveis com a necessidade de que sejam portadores. O candidato pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar na ficha de inscrição o tipo de deficiência e anexar laudo médico pericial que comprove a deficiência e se a mesma é compatível com o exercício do cargo ao qual se inscreveu.

5.20 A classificação do candidato no Processo Seletivo Público Simplificado não implica direito a contratação, cabendo a administração pública, exclusivamente, a decisão quanto à conveniência e oportunidade as convocações para provimento das demandas verificadas.

5.21 A inexistência de informações e/ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente a contratação do candidato, na insubsistência da inscrição no Processo Seletivo Público Simplificado poderão levar a sua nulidade e consequente rescisão unilateral por parte da administração pública, sem prejuízo das cominações legais aplicáveis.

5.22 A simples efetuação da inscrição não gera qualquer direito ao candidato.

5.23 As despesas decorrentes da execução deste Edital, correrão por conta de dotação específica consignada no orçamento.

5.24 Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em adendo ou aviso a serem publicados em Edital próprio junto ao sítio do município (<http://www.corupa.atende.net>), e sítio do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site>).

5.25 As datas e horários ora definidos neste Edital poderão sofrer alteração em virtude de necessidade justificada a serem publicados em Edital próprio junto ao sítio do município (<http://www.corupa.atende.net>), e sítio do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site>).

5.26 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo Público Simplificado.

5.27 Integram o presente Edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I: Ficha de inscrição;
- b) Anexo II: Tabela de cargo, salário mensal, jornada de trabalho, vaga, escolaridade, atribuições;
- c) Anexo III: Formulário para recurso;
- e) Anexo IV: Documentos para admissão de acordo com o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE;
- f) Anexo V: Declaração de bens;
- g) Anexo VI: Declaração de não ter sofrido no exercício da função pública penalidades disciplinares conforme legislação aplicável;
- h) Anexo VII: Declaração de que a posse no cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública;
- i) Anexo VIII: Declaração de tempo de serviço;
- j) Anexo IX: Protocolo de inscrição.

5.28 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
17 de fevereiro de 2021.



LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

# ANEXO I

## FICHA DE INSCRIÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ			
Nome do candidato:		Inscrição nº (uso interno):	
Cargo pretendido:			
DADOS CADASTRAIS			
Nome do pai:			
Nome da mãe:			
Data de nascimento:			
Naturalidade:		Estado:	
Sexo:		Estado Civil:	
Endereço residencial:			nº:
Cidade:		Estado:	
CPF:		Fone(s):	
Carteira de Identidade:		Órgão Expedidor:	
Pessoa com deficiência: Sim ( ) Não ( )		Tipo:	
E-mail:			

Declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras, e assumo total responsabilidade pelo preenchimento, bem como, pelos dados declarados nesta Ficha de Inscrição, declarando explicitamente conhecer e aceitar as normas e regulamentos estabelecidos no Edital de Processo Seletivo Público Simplificado nº 002/2021 e todas as disposições nele contidas.

Corupá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Assinatura

## ANEXO II

### TABELA DE CARGO, SALÁRIO MENSAL, JORNADA DE TRABALHO, VAGA, ESCOLARIDADE E ATRIBUIÇÕES

Cargo	Remuneração	Carga horária/semanal	Vagas	Escolaridade
Fonoaudiólogo F-31	R\$ 3.316,18	35h	CR	Ensino Superior, registro no órgão de classe
Fisioterapeuta F-31	R\$ 3.316,18	30 horas	CR	Ensino Superior, registro no órgão de classe e CNH-B
Técnico de enfermagem F-13	R\$ 1.902,41	40 horas	CR	Curso Técnico na área e registro no órgão de classe
Agente Epidemiológico F-01	R\$ 1.456,02	40 horas	CR	Séries Iniciais do Ensino Fundamental e CNH-AB
Auxiliar de consultório dentário F-08	R\$ 1.638,30	40 horas	CR	Ensino Médio completo
Médico Pediatra F-39 10h F-48 20h	10h: R\$ 5.472,66 20h R\$ 7.610,95	10 horas 20h	CR	Ensino Superior, registro no órgão de classe e especialização
Médico de ESF F-45	R\$ 15.221,93	40 horas	CR	Ensino Superior, registro no órgão de classe
Médico Ginecologista F-39 10h F-48 20h	10h: R\$ 5.472,66 20h R\$ 7.610,95	10 horas/ 20h	CR	Ensino Superior, registro no órgão de classe e especialização
Odontólogo F-44	R\$ 8.562,33	40 horas	CR	Ensino Superior, registro no órgão de classe



Agente Comunitário F-01	R\$ 1.456,92	40 horas	CR	Ensino Médio completo
Fiscal Ambiental F-31	R\$ 3.316,18	35 horas	CR	Ensino Superior, em qualquer área e CNH-B
Técnico Agrícola F-17	R\$ 1.812,12	35 horas	CR	Ensino Médio Técnico na área
Motorista F-19	R\$ 1.929,93	44 horas	CR	Séries iniciais do ensino fundamental e CNH-D
Instrutor de Música F-15	R\$ 1.630,92	40h	CR	Ensino Médio
Enfermeiro de Estratégia Saúde da Família F-31	R\$ 3.316,18	40h	CR	Superior, registro órgão de classe
CR = Cadastro de Reserva				

## Atribuições dos cargos

Cargos	Atribuições de cargos
AGENTE COMUNITÁRIO	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário;</li> <li>· Realizar ações e atividades, no nível de suas competências nas áreas prioritárias da Atenção Básicas;</li> <li>· Promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras;</li> <li>· Traduzir para a ESF (Estratégia de Saúde da Família) a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites;</li> <li>· Identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possam ser potencializados pela equipe e atividades constantes da Lei 11.350/06, Art. 3º, Parágrafo Único e seus incisos;</li> <li>· Desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população adscrita à UBS, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividade; Trabalhar com adscrição de famílias em base geográfica definida: a microárea;</li> <li>· Estar em contato permanente com as famílias desenvolvendo ações educativas, visando a promoção da saúde e a prevenção das doenças, de acordo com o planejamento da equipe;</li> <li>· Cadastrar todas as pessoas de sua microárea e manter os cadastros atualizados;</li> <li>· Orientar famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis;</li> <li>· Desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e de agravos, e de vigilância à saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, mantendo a equipe informada, principalmente a respeito daquelas em situação de risco;</li> <li>· Acompanhar mensalmente, por meio de visita domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade, de acordo com as necessidades definidas pela equipe;</li> <li>· Cumprir com as atribuições atualmente definidas para os ACS em relação à prevenção e ao controle da malária e da dengue, conforme a Portaria nº 44/GM, de 3 de janeiro de 2002.</li> </ul> <p>Nota: É permitido ao ACS desenvolver atividades nas unidades básicas de saúde, desde que vinculadas às atribuições acima.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Executar outras atividades compatíveis com o cargo.</li> </ul>
AGENTE EPIDEMIOLÓGICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Desenvolver ações de vigilância em saúde;</li> <li>· Orientar a comunidade quanto aos meios de controle e prevenção de doenças;</li> <li>· Encaminhar às Unidades de Referência os casos de suspeita de doenças e situações, objeto de vigilância;</li> <li>· Realizar ações de saneamento e melhoria do meio ambiente, através de visitas domiciliares periódicas;</li> <li>· Realizar controle químico de vetores, roedores e outros agentes de doenças e agravos em imóveis no Município;</li> <li>· Auxiliar na realização de inquérito epidemiológico e demais pesquisas de vigilância;</li> <li>· Realizar atividades de mutirão de limpeza;</li> <li>· Realizar pesquisa de triatomíneos em domicílios localizados nas áreas endêmicas;</li> <li>· Realizar identificação e eliminação de focos e/ou criadouros do Aedes aegypti e Aedes albopictus;</li> <li>· Realizar borrifação em domicílios para controle de triatomíneos;</li> <li>· Realizar tratamento de imóveis com focos do Aedes aegypti;</li> <li>· Conduzir veículos automotores do Município para consecução das atividades principais descritas acima, recolhendo-o ao local destinado após concluída a jornada diária;</li> <li>· Comunicar qualquer defeito que eventualmente ocorra nos veículos;</li> <li>· Manter os veículos utilizados em perfeitas condições de funcionamento e zelar pela sua conservação;</li> <li>· Promover o abastecimento de combustível e verificar água e óleo;</li> <li>· Verificar o funcionamento do sistema elétrico e informar qualquer defeito percebido;</li> <li>· Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.</li> </ul>

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aplicar flúor e orientar a escovação dental em alunos de escolas e comunidade, acompanhar grupos de crianças aos banheiros das escolas para estimular e ensinar as crianças a prática da escovação, controlar número de atendimentos através de formulários a serem preenchidos, participar de feiras e campanhas de prevenção de doenças bucais;</li> <li>• Realizar ações de promoção e prevenção em saúde bucal para as famílias, grupos e indivíduos, mediante planejamento local e protocolos de atenção à saúde;</li> <li>• Proceder a desinfecção e à esterilização de materiais e instrumentos utilizados;</li> <li>• Preparar e organizar instrumental e materiais necessários;</li> <li>• Instrumentalizar e auxiliar o cirurgião dentista e/ou o THD nos procedimentos clínicos;</li> <li>• Cuidar da manutenção e conservação dos equipamentos odontológicos;</li> <li>• Organizar a agenda clínica;</li> <li>• Acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da equipe de saúde da família, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar;</li> <li>• Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF;</li> <li>• Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.</li> </ul>
FISCAL AMBIENTAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Executar trabalhos de fiscalização no campo de saneamento e melhoria do meio ambiente;</li> <li>• Exercer ação fiscalizadora externa, observando as normas de proteção ambiental contidas em leis ou em regulamentos específicos;</li> <li>• Organizar coletâneas de pareceres, decisões e documentos concernentes à interpretação da legislação com relação ao meio ambiente;</li> <li>• Coligir, examinar, selecionar e preparar elementos necessários à execução da fiscalização externa;</li> <li>• Inspeccionar guias de trânsito de madeira, caibro, lenha, carvão, areia e qualquer outro produto extrativo, examinando-as à luz das leis e regulamentos que defendem o patrimônio ambiental, para verificar a origem dos mesmos e apreendê-los, quando encontrados em situação irregular;</li> <li>• Emitir pareceres em processos de concessão de licenças para localização e funcionamento de atividades real ou potencialmente poluidoras ou de exploração de recursos ambientais;</li> <li>• Acompanhar a conservação dos rios, flora e fauna de parques e reservas florestais do município, controlando as ações desenvolvidas e/ou verificando o andamento de práticas, para comprovar o cumprimento das instruções técnicas e de proteção ambiental;</li> <li>• Instaurar processos por infração verificada pessoalmente;</li> <li>• Participar de sindicâncias especiais para instauração de processos ou apuração de denúncias e reclamações;</li> <li>• Realizar plantões fiscais e emitir relatórios sobre os resultados das fiscalizações efetuadas;</li> <li>• Contatar, quando necessário, órgãos públicos, comunicando a emergência e solicitando socorro;</li> <li>• Articular-se com fiscais de outras áreas, bem como com as forças de policiamento, sempre que necessário;</li> <li>• Redigir memorandos, ofícios, relatórios e demais documentos relativos aos serviços de fiscalização executados;</li> <li>• Formular críticas e propor sugestões que visem aprimorar e agilizar os trabalhos de fiscalização, tornando-os mais eficazes;</li> <li>• Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.</li> </ul>
FISIOTERAPEUTA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejar, organizar e administrar serviços gerais e específicos de fisioterapia, bem como assessorar autoridades em assuntos de fisioterapia, preparando informes, documentos e pareceres;</li> <li>• Ensinar exercícios físicos de preparação e condicionamento pré e pós-parto, operatório ou de pacientes com dificuldade motora, fazendo demonstrações e orientando o paciente, visando sua recuperação;</li> <li>• Fazer relaxamento, exercícios e jogos com pacientes portadores de problemas psíquicos, treinando-os sistematicamente, para promover a descarga ou liberação da agressividade estimular a sociabilidade;</li> <li>• Supervisionar e avaliar atividades do pessoal auxiliar de fisioterapia, orientando-os na execução das tarefas para possibilitar a execução correta de exercícios físicos e a manipulação de aparelhos mais simples;</li> <li>• Participar e/ou coordenar programas específicos na comunidade e ambientes escolares e postos de saúde (público alvo), definir resultados a serem atingidos, definir a linha de trabalho, assim como assessorar e prestar orientação aos familiares;</li> <li>• Realizar diagnóstico com levantamento dos problemas;</li> <li>• Redução de incapacidades e deficiências;</li> <li>• Melhorar a qualidade de vida;</li> <li>• Inclusão social;</li> <li>• Interdisciplinaridade e multidisciplinaridade;</li> <li>• Ação de promoção e proteção da saúde em conjunto com as ESF;</li> <li>• Acompanhamento de crianças com riscos em todas as fases do ciclo de vida;</li> <li>• priorizar ações coletivas;</li> <li>• Realizar orientações;</li> <li>• Realizar acompanhamentos;</li> <li>• capacitar RH;</li> <li>• Acolher e apoiar as famílias;</li> <li>• Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de dificuldade</li> </ul>

FONOAUDIÓLOGO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolve trabalho de prevenção e correção na área de comunicação escrita e oral, voz e audição;</li> <li>Participa de equipes de diagnóstico e realiza terapia fonoaudiológica;</li> <li>Ensina exercícios corretivos à pacientes;</li> <li>Promove a reintegração dos pacientes à família e outros grupos familiares;</li> <li>Elabora pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas e entrevistas;</li> <li>Participa de atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;</li> <li>Participa de grupos de trabalho para fins de formulação de diretrizes, planos e programas afetos ao município;</li> <li>Atende ao público;</li> <li>Participar e/ou coordenar programas específicos na comunidade e ambientes escolares e postos de saúde (público alvo), definir resultados a serem atingidos, definir a linha de trabalho, assim como assessorar e prestar orientação aos familiares;</li> <li>Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.</li> </ul>
MÉDICO ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar as atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção na atenção primária, definidas na Norma Operacional da Assistência à Saúde;</li> <li>Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva;</li> <li>Fomentar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc;</li> <li>Verificar e atestar óbito;</li> <li>Analisar e interpretar exames laboratoriais e radiográficos;</li> <li>Conceder atestados de saúde;</li> <li>Coordenar e auxiliar as atividades dos serviços de saúde; Realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade;</li> <li>Realizar consultas clínicas e procedimentos na USF e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc);</li> <li>Realizar atividades de demanda espontânea e programada em clínica médica, pediatria, ginecoobstetrícia, cirurgias ambulatoriais, pequenas urgências clínico-cirúrgicas e procedimentos para fins de diagnósticos;</li> <li>Encaminhar, quando necessário, usuários a serviços de média e alta complexidade, respeitando fluxos de referência e contrareferência locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário, proposto pela referência;</li> <li>Indicar a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento do usuário;</li> <li>Contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Técnicos em Enfermagem, ACD e THD; e</li> <li>Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF.</li> <li>Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.</li> </ul>
MÉDICO GINECOLOGISTA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Prestar assistência médica integral à saúde da mulher, na área de ginecologia;</li> <li>Realizar anamnese (Histórico Clínico);</li> <li>Efetuar exame físico;</li> <li>Efetuar exame ginecológico;</li> <li>Determinar o diagnóstico ou hipótese diagnóstica;</li> <li>Solicitar exames laboratoriais e/ou ultra-sonografia quando julgar necessário;</li> <li>Prescrever medicação, quando necessário;</li> <li>Orientar mulheres e/ou gestantes quanto ao planejamento familiar, uso de métodos contraceptivos, controle de pré-natal, parto hospitalar, aleitamento materno entre outros aspectos;</li> <li>Realizar acompanhamento pré-natal da gestante, com encaminhamento quando se fizer necessário;</li> <li>Coletar material para exames de preventivo de CA de mama e colo uterino, quando julgar necessário;</li> <li>E demais atribuições pertinentes à profissão, segundo a classe, ordem ou conselho profissional específico;</li> <li>Desenvolver atividades administrativas (documentos, registros, encaminhamentos, outros) relativas ao exercício do cargo, utilizando-se dos meios mecânicos e/ou informatizados disponíveis para esse fim;</li> <li>Utilizar os equipamentos de proteção individual, pertinentes ao exercício de suas atribuições;</li> <li>Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.</li> </ul>

MÉDICO PEDIATRA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prestar atendimento médico hospitalar e ambulatorial, examinando pacientes, solicitando e interpretando exames complementares, formulando diagnósticos e orientando-os no tratamento;</li> <li>• Efetuar exames médicos, emitir diagnóstico, prescrever medicamentos, na especialidade de Pediatria e Clínica Geral, e realizar outras formas de tratamento para demais tipos de patologia, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica;</li> <li>• Elaborar programas epidemiológicos, educativos e de atendimento médico preventivo, voltados para a comunidade em geral;</li> <li>• Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnosticada, tratamento prescrito e evolução da doença;</li> <li>• Prestar atendimento de urgência em Pediatria e Clínica Geral;</li> <li>• Prestar serviços de âmbito de saúde pública, executando atividades clínico, epidemiológicas e laboratoriais, visando a promoção prevenção e recuperação da saúde da coletividade;</li> <li>• Coordenar atividades médicas institucionais a nível local;</li> <li>• Coordenar as atividades médicas, acompanhando e avaliando ações desenvolvidas, participando do estudo de casos, estabelecendo planos de trabalho, visando dar assistência integral ao município;</li> <li>• Delegar funções à equipe auxiliar, participando da capacitação de pessoal, bem como de supervisão dos demais recursos envolvidos na prestação de cuidados de saúde;</li> <li>• Grau máximo de responsabilidade imprescindíveis à função;</li> <li>• Efetuar outras tarefas correlatas, mediante determinação superior;</li> <li>• Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.</li> </ul>
MOTORISTA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dirigir automóveis leves e utilitários de pequeno e médio porte, utilizados no transporte municipal, intermunicipal e interestadual, transportando funcionários, equipamentos, produtos químicos, objetos e outros, conduzindo-os em trajeto determinado de acordo com as regras de trânsito e as instruções recebidas, assim também, caminhões munch, caminhão guincho e carretas, caminhão basculante, caminhão carroceria, microônibus, ônibus urbano e ônibus rodoviário;</li> <li>• Operar o equipamento do caminhão munch carregando e descarregando peças e equipamentos.</li> <li>• Operar o caminhão guincho efetuando a fixação dos veículos para remoção;</li> <li>• Operar o caminhão basculante carregando e descarregando sua carga;</li> <li>• Operar o caminhão carroceria supervisionando e ajudando a descarregar sua carga;</li> <li>• Operar o microônibus, ônibus urbano e rodoviário, no transporte de passageiros;</li> <li>• Auxiliar nas atividades de carga e descarga de materiais e/ou equipamentos no veículo sob sua responsabilidade;</li> <li>• Controlar o consumo de combustível, quilometragem, nível do óleo, água, freios, calibragem dos pneus, cargas dos extintores, elétrica, documentos de trânsito e outros, visando a manutenção do veículo;</li> <li>• Apresentar o veículo para manutenção nos períodos previstos ou em casos emergenciais;</li> <li>• Comunicar de imediato a seu superior hierárquico no caso de constatação de ruídos ou defeitos;</li> <li>• Zelar pela manutenção e conservação do veículo sob sua responsabilidade;</li> <li>• Elaborar planilha mensal da quilometragem dos veículos da municipalidade, com os locais percorridos e as devidas anotações de horários de saída e retorno;</li> <li>• Efetuar a prestação de contas das despesas efetuadas com a manutenção do veículo; Realizar viagens a serviço da Município;</li> <li>• Executar outras atividades afins, determinadas pelo superior imediato.</li> </ul>
ODONTÓLOGO ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar diagnóstico com a finalidade de obter o perfil epidemiológico para o planejamento e a programação em saúde bucal;</li> <li>• Realizar os procedimentos clínicos da Atenção Básica em saúde bucal, incluindo atendimento das urgências e pequenas cirurgias ambulatoriais;</li> <li>• Realizar a atenção integral em saúde bucal (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) individual e coletiva a todas as famílias, a indivíduos e a grupos específicos, de acordo com planejamento local, com resolubilidade;</li> <li>• Encaminhar e orientar usuários, quando necessário, a outros níveis de assistência, mantendo sua responsabilização pelo acompanhamento do usuário e o segmento do tratamento;</li> <li>• Coordenar e participar de ações coletivas voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças bucais;</li> <li>• Acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da Equipe de Saúde da Família, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar;</li> <li>• Contribuir e participar das atividades de Educação Permanente do THD, ACD e ESF;</li> <li>• Realizar supervisão técnica do THD e ACD;</li> <li>• Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF;</li> <li>• Realizar extrações, restaurações, limpeza profilática, orientar a comunidade quanto a prevenção das doenças da boca e seus cuidados participando de campanhas de saúde bucal, zelar pelos instrumentos utilizados no consultório;</li> <li>• Verificar e registrar os dados de cada paciente;</li> <li>• Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.</li> </ul>

ENFERMEIRO DE ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Prestar os primeiros socorros a acidentados, fazendo curativos e em casos mais graves efetuar o encaminhamento hospitalar;</li> <li>· Responder pela reposição e validade dos medicamentos;</li> <li>· Planejar, organizar, supervisionar, coordenar e executar os serviços que lhe forem afins nas Unidades Municipais de Saúde, bem como, participar da elaboração e execução de Programa Saúde da Família;</li> <li>· Realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias na USF e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc), em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade;</li> <li>· Conforme protocolos ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor municipal ou do Distrito Federal, observar as disposições legais da profissão, realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares e prescrever medicações;</li> <li>· Planejar, gerenciar, coordenar e avaliar as ações desenvolvidas pelos ACS;</li> <li>· Supervisionar, coordenar e realizar atividades de educação permanente dos ACS e da equipe de enfermagem;</li> <li>· Contribuir e participar das atividades de Educação Permanente do Técnico em Enfermagem, ACD e THD; e</li> <li>· Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF;</li> <li>· Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.</li> </ul>
TÉCNICO AGRÍCOLA	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Prestar assistência e orientação aos agricultores e criadores, bem como auxiliar no tratamento no trabalho de defesa sanitária animal e vegetal;</li> <li>· Prestar assistência aos agricultores sobre métodos de cultura, bem como sobre meios de defesa e tratamento contra pragas e moléstias nas plantas;</li> <li>· Realizar culturas experimentais através de plantio de canteiros, bem como cálculos de adubação e preparo da terra;</li> <li>· Informar aos agricultores sobre a conveniência da introdução de novas culturas e equipamentos indicados para cada lavoura, bem como a manutenção e conservação dos mesmos;</li> <li>· Orientar os criadores, fazendo demonstrações práticas sobre métodos de vacinação, de criação e contenção de animais, bem como sobre processos adequados de limpeza e desinfecção de estábulos, baias, tambos;</li> <li>· Auxiliar o veterinário nas práticas operatórias e tratamento dos animais, controlando a temperatura, administrando remédios, aplicando injeções, supervisionando a distribuição de alimentos;</li> <li>· Colaborar em experimentação zootécnica;</li> <li>· Realizar a inseminação artificial; Colaborar na organização de exposição rurais;</li> <li>· Conduzir veículos automotores do Município para consecução das atividades principais descritas acima, recolhendo-o ao local destinado após concluída a jornada diária;</li> <li>· Comunicar qualquer defeito que eventualmente ocorra nos veículos;</li> <li>· Manter os veículos utilizados em perfeitas condições de funcionamento e zelar pela sua conservação;</li> <li>· Promover o abastecimento de combustível e verificar água e óleo;</li> <li>· Verificar o funcionamento do sistema elétrico e informar qualquer defeito percebido;</li> <li>· Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.</li> </ul>
INSTRUTOR DE MUSICA	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Planejar, organizar, coordenar e orientar o ensino da música;</li> <li>· Orientar, estimular e acompanhar o desenvolvimento das potencialidades artísticas e criativas;</li> <li>· Realizar estudos dos processos técnicos, transmitindo ensinamentos do uso dos diversos materiais de música;</li> <li>· Cuidado e conservação dos materiais de trabalho; realizar pesquisas na área da música;</li> <li>· Testar e afinar instrumentos musicais;</li> <li>· Fazer arranjos, preparar repertórios e sugerir apresentações musicais;</li> <li>· Participar ou coordenar programas específicos na comunidade e ambiente escolares;</li> <li>· Auxiliar a professores da rede de ensino na aplicação da música no currículo escolar;</li> <li>· Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.</li> </ul>
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	<p>Exerce atividades auxiliares, de nível técnico atribuídas à equipe de enfermagem como: assistir ao enfermeiro no planejamento, programação, orientação das atividades de assistência de enfermagem;</p> <p>Na prestação de cuidados diretos de enfermagem a pacientes em estado grave;</p> <p>Na prevenção e controle de das doenças transmissíveis em geral;</p> <p>Na prevenção controle sistemáticos de danos físicos que possam ser causados a pacientes durante a assistência de saúde;</p> <p>Integrar a equipe de saúde;</p> <p>Participar das atividades de assistência básica realizando procedimentos regulamentados no exercício de sua profissão na USF e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc);</p> <p>Coletar material referente a notificação de doenças compulsórias;</p> <p>Realizar atividades de assistência e ações de educação em saúde a grupos específicos e a famílias em situação de risco, conforme planejamento da equipe;</p> <p>Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF;</p> <p>Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.</p>

**ANEXO III**  
**FORMULÁRIO PARA RECURSO****IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO**NOME DO CANDIDATO: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
MOTIVO: \_\_\_\_\_

(Para uso da Prefeitura Municipal de Corupá)

☐ DEFERIDO  
☐ INDEFERIDO

Corupá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_

Assinatura

**ANEXO IV****DOCUMENTOS PARA ADMISSÃO DE ACORDO COM O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA – TCE**

- Carteira de Identidade
  - CPF
  - Carteira Nacional de Habilitação (CNH) – categoria B
  - Documento Militar (Certificado de Reservista – sexo masculino)
  - Título de eleitor e comprovante que votou na última eleição ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral
  - 1 (uma) foto 3x4 recente
  - Comprovante de residência (Água; Energia; Telefone)
  - Carteira de Trabalho – CTPS
  - Certidão de nascimento ou casamento
  - Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos ou Carteira de Identidade dos dependentes
  - Declaração de dependentes para Imposto de Renda
  - CPF dos dependentes
  - Certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual e Justiça Federal (Fórum/Internet)
  - Comprovante de escolaridade exigido para o cargo
  - Declaração de bens (anexo VI) ou declaração de Imposto de Renda
  - Declaração de não ter sofrido no exercício da função pública penalidades disciplinares conforme legislação aplicável (anexo VII)
  - Declaração de que a posse no cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública (anexo VIII)
  - Carteira de Registro no órgão (se houver): CRM – COREN – CREF – CRN – CREFITO – CRP – CRBIO – CREA – Outros
  - Número de conta salário: obrigatório que seja da Caixa Econômica Federal – agência Corupá
  - Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) – Exame Admissional
- Observações:
1. Todos os documentos deverão ser apresentados no original, acompanhado de fotocópia simples para autenticação do servidor público.
  2. Na falta de qualquer documento acima, não será possível realizar a admissão.

**ANEXO V****DECLARAÇÃO DE BENS**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a) inscrito (a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_ e no RG nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado (a) à \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins que até a presente data ☐ sim ☐ não possuo bens móveis e imóveis.

- |               |              |
|---------------|--------------|
| 1) Bem: _____ | Valor: _____ |
| 2) Bem: _____ | Valor: _____ |
| 3) Bem: _____ | Valor: _____ |
| 4) Bem: _____ | Valor: _____ |
| 5) Bem: _____ | Valor: _____ |

Sendo o que havia a declarar e por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Corupá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Assinatura



## ANEXO VI

## DECLARAÇÃO NÃO SOFRIDO PROCESSO DISCIPLINAR

Declaro para fins de admissão no Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, não ter sofrido processo disciplinar ou outra penalidade no exercício de função pública.

Atesto sob as penas do artigo 299 do Código Penal Brasileiro que minhas informações são a expressão da verdade.

Corupá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Assinatura

## ANEXO VII

## DECLARAÇÃO – NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS

Declaro que:

Considerando o disposto no art. 37, XI, XVI, XVII, §§ 10 e 11, da Constituição Federal, e art. 61, Parágrafo único da lei 014/09 :

(\_\_\_\_) Não exerço outro cargo, emprego ou função pública (Federal, Estadual ou Municipal; Administração Direta ou Indireta)

(\_\_\_\_) Percebo remuneração, provento, pensão do órgão: \_\_\_\_\_ cargo: \_\_\_\_\_ valor mensal: R\$ \_\_\_\_\_

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsas, ficarei sujeito às penalidades previstas no art. 299 do Código Penal Brasileiro.

Corupá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Assinatura

## ANEXO VIII

## DECLARAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

Declaro para fins de contagem de tempo de serviço que eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF nº \_\_\_\_\_, exerci e/ou ainda exerço atividades de \_\_\_\_\_, conforme abaixo especificado:

PERÍODO DE: \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_  
PERÍODO DE: \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_  
PERÍODO DE: \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_  
PERÍODO DE: \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_  
PERÍODO DE: \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_  
PERÍODO DE: \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_  
PERÍODO DE: \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_

Totalizando: anos, meses e dias.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsas, ficarei sujeito às penalidades previstas no art. 299 do Código Penal Brasileiro.

Corupá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Assinatura

## ANEXO IX

PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Eu, \_\_\_\_\_, certifico que foram entregues no setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Corupá, na data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ os documentos abaixo relacionados, referente a inscrição no Processo Seletivo Simplificado.

- ( ) Ficha de inscrição preenchida e assinada;
- ( ) 1 (uma) foto 3x4 atual;
- ( ) fotocópia da Carteira de Identidade ;



- ( ) fotocopia do CPF;
- ( ) fotocopia da Carteira de Trabalho (página da foto e o verso);
- ( ) fotocopia do diploma ou certificado de conclusão de curso exigido para cada cargo;
- ( ) declaração de tempo de serviço preenchida corretamente, juntamente com os respectivos comprovantes.

Sem mais para o momento.

## **EDITAL Nº 003/2021 – PRORROGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2020**

Publicação Nº 2868351

EDITAL Nº 003/2021 – PRORROGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2020

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais resolve: Prorrogar por 1 (um) ano, a contar de 28/01/2021, a validade do Processo Seletivo Público Simplificado de Professores, realizado por este Município – objeto do Edital nº 001/2020 de 28/01/2020 em seu disposto no item 5.17 das Disposições Gerais e Finais.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
17 de fevereiro de 2021.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

## **PORTARIA Nº 5923-2021 - CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 6 A SERVIDORA ANITA APARECIDA KRISANSKI**

Publicação Nº 2867301

PORTARIA Nº 5923/2021  
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 6 A SERVIDORA ANITA APARECIDA KRISANSKI.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no inciso VII do art. 66 da Lei Orgânica do Município e amparado no §1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014 de 15 de dezembro de 2009.  
RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Função Gratificada, com denominação de FG – 6, a servidora ANITA APARECIDA KRISANSKI, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para desempenhar atividade de coordenação de recepção, organização e encaminhamentos necessários, referente a todas as demandas de atendimentos dos munícipes que buscam informações, seja de qualquer tipo, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01 de fevereiro de 2021 revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
16 de fevereiro de 2021.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

## **PORTARIA Nº 5924/2021 CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 4 A SERVIDORA WALDILÉIA LÍGIA SCHULTZ KLITZKE**

Publicação Nº 2867314

PORTARIA Nº 5924/2021  
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 4 A SERVIDORA WALDILÉIA LÍGIA SCHULTZ KLITZKE.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no inciso VII do art. 66 da Lei Orgânica do Município e amparado no §1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014 de 15 de dezembro de 2009.  
RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Função Gratificada, com denominação de FG – 4, a servidora WALDILÉIA LÍGIA SCHULTZ KLITZKE, ocupante do cargo efetivo de Farmacêutica, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para desempenhar além do descritivo da função tais como: responsabilidade técnica; responsável pelo componente especializado da assistência farmacêutica do Estado; responsável pelas ações judiciais de medicamentos do município; responsável por pregão e compra dos insumos de diabetes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01 de fevereiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
16 de fevereiro de 2021.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

**JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

Publicação Nº 2868727



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ**

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0\*\*47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá

– SC - [www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br)**JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO**Proponente: **ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CORUPÁ.**

Considerando as disposições do §1º, do art. 32 da Lei n. 13.019/2014;

Considerando o art. 4º, §4º do Decreto Municipal n. 1.256/2017;

Considerando o art. 20 da Lei n. 13.019/2014

Considerando em especial, inciso II, do artigo 31, da Lei n. 13.019/2014;

Considerando os Pareceres do órgão técnico e jurídico do Município;

Considerando a natureza singular do objeto e das metas que se busca atingir;

Considerando que a referida entidade, há anos, vem desenvolvendo atividades em parceria com o poder público municipal de maneira satisfatória, sendo a única na região que desenvolve a atividade proposta.

Torno pública que é inexigível o chamamento público para a celebração de Acordo de Cooperação com a Associação de Bombeiros Voluntários de Corupá, para a Cessão e Uso do Veículo Especial Caminhão, marca Mercedes Benz 416 Niks Ambulância, ano de fabricação 2020, ano modelo 2021, cor branca, placas RKZ1J21, diesel, Renavan 01253583100, Chassi 8AC907643ME193710.

Será de responsabilidade do Município o custeio do combustível desde que abastecido nas bombas de combustível de propriedade do Município e/ou em postos de combustíveis contratados pela municipalidade e ainda os pagamento dos valores a título de IPVA - Licenciamento Anual e Seguro DPVAT, além de formalizar outros contratos de seguros sobre o veículo referido, troca de pneus e troca de óleo e revisões da garantia e fora dela. Cita-se também que em caso de necessidade de mudanças das características do veículo sendo as mesmas realizadas pela Associação de Bombeiros Voluntários de Corupá, os custos serão de sua responsabilidade e ainda inclusive se houver a necessidade de retorno para as características originais.

Com a publicação do extrato da presente justificativa, inicia-se o prazo de 5 (cinco) dias para impugnação por qualquer interessado, na forma do art. 32, §2º, da Lei 13.019/2014.

Corupá, 17 de fevereiro de 2021.

**LUIZ CARLOS TAMANINI**  
**PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ**

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 002/2021**

Publicação Nº 2868338



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ**  
Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC.  
<https://corupa.atende.net> e-mail: [licitacao@corupa.sc.gov.br](mailto:licitacao@corupa.sc.gov.br)

**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

Trata-se de **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE** MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC.

Considerando que o presente procedimento encontra-se em conformidade com a legislação pertinente (art. 24, inc. XXX, da Lei n. 8.666/93 c/c art. 14, parágrafo primeiro, da Lei 11.947/09 e art. 20 e seguintes da Resolução 26/13 CD/FNDE e alterações) e, com arrimo no parecer jurídico, **RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO**, nos termos das razões lançadas no Processo Administrativo n.º **003/2021**, **AUTORIZO** a contratação por **DISPENSA DE LICITAÇÃO** sob o n.º **002/2021**, das pessoas jurídicas denominadas **COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR RIO NOVO**, inscrita no CNPJ sob nº 08.086.051/0001-90, **COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS DE SÃO BENTO DO SUL / APROSUL**, inscrita no CNPJ sob nº 29.244.551/0001-82 e **COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL DE SCHROEDER – COOPER SCHROEDER**, inscrita no CNPJ sob nº 12.463.731/0001-52, para o cumprimento do objeto, qual seja, a **“AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE”**, tendo como valor total para contratação, a monta de R\$ 122.947,30 (cento e vinte e dois mil, novecentos e quarenta e sete reais e trinta centavos).

Ademais, de acordo com o Acórdão TCU nº 1.336/2006 – Plenário, têm-se o seguinte entendimento: **“A eficácia dos atos de dispensa e inexigibilidade de licitação a que se refere o art. 26 da Lei 8.666/93 (art. 24, Incisos III a XXIV e Art. 25 da Lei 8.666/93), está condicionada a sua publicação na Imprensa Oficial, salvo se, em observância ao princípio da economicidade, os valores contratados estiverem dentro dos limites fixados nos art. 24, I e II da Lei 8.666/93”**.

Vislumbra-se da redação legal, portanto, que em relação aos valores até os limites fixados pelo art. 24, incisos I e II, não há a obrigatoriedade da publicação no **DOU/DOM**, contudo, visando garantir a eficácia dos atos, **DETERMINO** que a presente **RATIFICAÇÃO** seja efetivada pela publicação do ato, nos termos da lei. Publique-se e cumpra-se.

Corupá, SC, 17 de fevereiro de 2021

**LUIZ CARLOS TAMANINI**  
Prefeito Municipal

1

# Cunha Porã

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 035, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2868000

DECRETO MUNICIPAL Nº 035, de 17 de fevereiro de 2021.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO COMITÊ DE GESTÃO DE RISCO MUNICIPAL PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do COVID-19 em todos os Continentes caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO a ampla velocidade do supracitado vírus em gerar pacientes graves, levando os sistemas de saúde a receber uma demanda muito acima de sua capacidade de atendimento adequado;

CONSIDERANDO os Decretos emitidos pelo Governo do Estado de Santa Catarina, bem como as regulamentações da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, contendo medidas para o enfrentamento da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeado o Comitê de Gestão de Risco Municipal, com a incumbência de operacionalizar, monitorar e articular ações para o enfrentamento e resposta imediata à emergência de saúde pública.

Parágrafo único. As ações e os serviços públicos de saúde voltados à contenção da emergência serão articulados pelo Comitê de Gestão de Risco Municipal em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde, e poderão contar com a participação dos demais órgãos ou entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal e da sociedade civil.

Art. 2º. Ficam designados para compor o Comitê de Gestão de Risco Municipal:

GABINETE DO PREFEITO – Luzia Iliane Vacarin

VICE PREFEITO – Rafael Augusto Boer

SECRETARIA DA SAÚDE – Sandro Kloh

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO – Luciane de Oliveira Bueno

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL – Rosina Ana Kuntzler

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO – Ariel Jose Henn

SECRETARIA DA AGRICULTURA – Vilson Pedro Kempfer

DEFESA CIVIL – Edson Elias Mayer

BOMBEIROS – Maikel Junior de Lima

POLICIA MILITAR – Adair Sehn

POLICIA CIVIL – João Luiz Miotto

CDL/ACISA – Vandemir Alceu Zingler

FUNDAÇÃO HOSPITALAR – Debora Rizzi

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS – Lírio Egon Koch

CONSELHO SAÚDE – Selsi Inês Weimer

Art. 3º. Fica revogado o Art.32 do Decreto Nº 039, de 18 de março de 2020.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Gabinete da Prefeita, 17 de fevereiro de 2021.

LUZIA ILIANE VACARIN

Prefeita Municipal

Registrado e publicado,

SILVIO RICHARDT

Secretário de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 036, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2869108

DECRETO Nº 036, de 17 de fevereiro de 2021.

“DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS SELETIVOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CUNHA PORÃ PARA O EXERCÍCIO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ”

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Art. 96, VII da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a disposições da Lei Complementar nº 40, Art. 42 § 2º;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica CONSTITUÍDA a COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSO SELETIVO para o exercício de 2021, para as finalidades dos procedimentos previstos no presente Decreto.

Parágrafo único. À Comissão Municipal de Acompanhamento de Processos Seletivos cabe acompanhar a divulgação do Edital, receber os recursos, verificar a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização de provas, ou prova de títulos apresentados pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital.

Art. 2º. DESIGNA, sem ônus adicionais para o Município, os servidores: GRACIELI COSTA DE OLIVEIRA, GILSON FRIEDRICH, ANDREIA COSTA, FABIANO DORN E ANDREIA MARION FISCHER para compor, sob a presidência do primeiro, a Comissão Municipal de Acompanhamento de Processo Seletivo.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Gabinete da Prefeita, 17 de fevereiro de 2021.

LUZIA ILIANE VACARIN

Prefeita Municipal

Registrado e publicado,

SILVIO RICHARDT

Secretário de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 037, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2869109

DECRETO Nº 037, de 17 de fevereiro de 2021.

ADOTA MEDIDAS PREVENTIVAS E RESTRITIVAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o estado de emergência em saúde pública de importância internacional declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO o art. 23, inciso II, da Constituição Federal, que determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o art.30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO o art. 8º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que diz que as ações e serviços de saúde serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada;

CONSIDERANDO, o contido no Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020, e suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO, que o nível da Avaliação de Risco Potencial do Estado de Santa Catarina para a região Oeste permanece GRAVÍSSIMO;

CONSIDERANDO, a necessidade de contenção da disseminação do vírus da COVID-19 e de garantia do adequado funcionamento dos serviços de saúde;

CONSIDERANDO, as análises realizadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina em relação à evolução da pandemia, a disponibilidade de leitos e a estrutura de saúde existente para enfrentamento da COVID-19;

CONSIDERANDO, a tentativa de desestimular aglomerações, visto que como medida preventiva à propagação do COVID-19;

CONSIDERANDO, o colapso na rede de saúde pública e privada do oeste de Santa Catarina, com ausência de vagas nas UTI's – Unidades de Terapia Intensiva – e severo comprometimento do atendimento ambulatorial, bem como o colapso na rede hospitalar;

CONSIDERANDO, que se está enfrentando o pior momento no que diz respeito ao comprometimento da capacidade instalada na rede de

atendimento em saúde no município e região;

CONSIDERANDO, a imperiosa necessidade de preservar a VIDA dos cidadãos cunhaporenses e de, ao mesmo tempo, preservar o ensino escolar e manter ativas as atividades empresariais no âmbito municipal;

CONSIDERANDO, a decisão do Comitê de Gestão de Risco Municipal para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), nomeada pelo Decreto nº. 035, de 17 de fevereiro de 2021,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suspensas no território do município, até o dia 28 de fevereiro de 2021, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior, as aulas presenciais na rede pública de ensino, relacionadas à educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), sem prejuízo do calendário letivo, que deverá ser objeto de reposição oportunamente.

Art. 2º. As atividades de bares, restaurantes, lanchonetes, choperias, cervejarias e congêneres, obedecerão às seguintes regras para funcionamento, até o dia 28 de fevereiro de 2021, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior:

I – fechamento obrigatório às 22 horas;

II – atendimento dos clientes que permanecerem no estabelecimento até às 23 horas;

III – redução do número de clientes a 50% da capacidade do local;

IV – respeitar o intervalo de uma mesa ocupada e uma mesa vazia, devendo esta última estar devidamente identificada;

V – manutenção de todas as medidas preventivas previstas na Portaria SES nº. 82, de 29 de janeiro de 2021;

Parágrafo único. O atendimento a domicílio e a entrega de alimentos (serviços delivery) ficam autorizadas até as 24 horas, vedada a entrega de bebidas alcoólicas após as 22 horas.

Art. 3º. As atividades esportivas de caráter recreativo; atividades industriais; casas noturnas; congressos, feiras e exposições; eventos e competições esportivas; eventos sociais; igrejas e templos religiosos; parques aquáticos e complexos de águas termais e academias de ginástica e áreas afins obedecerão ao disposto no Decreto Estadual nº. 562, de 17 de abril de 2020 e alterações posteriores, e bem assim ao contido na Portaria SES nº 713/2020 e demais Portarias da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 4º. As instituições financeiras deverão observar o contido na Portaria SES nº. 86/2021.

Art. 5º. Fica proibida a aglomeração de pessoas em qualquer ambiente, seja público ou privado, interno ou externo, para a realização de atividades de qualquer natureza.

Parágrafo único. A fiscalização será intensificada nos espaços públicos abertos, notadamente praças, vias públicas e loteamentos, sujeitando os infratores aos procedimentos e penalidades legais.

Art. 6º. Permanece obrigatório o uso de máscara de proteção individual, artesanal ou industrial, com cobertura da boca e nariz, quando em circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos coletivos.

Art. 7º. As pessoas diagnosticadas infectadas com o coronavírus (Covid-19), devem manter-se em isolamento pelo tempo recomendado pelo profissional de saúde, sob pena de aplicação da sanção prevista no art. 268 do Código Penal por infração a determinação do poder público destinada a impedir a propagação de doença contagiosa e, cumulativamente, às sanções previstas na Lei Complementar nº. 51, de 30 de abril de 2015

Art. 8º. Caberá à Vigilância Sanitária Municipal, compartilhada com Vigilância Sanitária Regional, à Defesa Civil Municipal, o Corpo de Bombeiros Militar e a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, a fiscalização das medidas constantes neste Decreto e demais normas sanitárias vigentes, as quais terão autonomia para interditar e/ou adotar qualquer outra medida necessária para garantia da saúde pública, nas situações em que os estabelecimentos estejam descumprindo as normas estabelecidas para enfrentamento da pandemia da COVID-19.

Art. 9º. As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município e da Região de Saúde.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor às 00 horas do dia 18 de fevereiro de 2021.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Prefeita, 17 de fevereiro de 2021.

LUZIA ILIANE VACARIN  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado,

SILVIO RICHARDT  
Secretário de Administração e Fazenda



**EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2021**

Publicação Nº 2868863

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ  
EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO Nº 007/2021

O Município de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados que fará realizar o Processo Licitatório nº 063/2021, na modalidade Pregão nº 007/2021, com julgamento do tipo MENOR PREÇO – Por item, cujo objeto é a seleção de propostas visando registro de preços para eventual, parcelada e futura prestação de serviços de horas máquinas pesadas para uso na manutenção das atividades das Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente e de Infraestrutura do Município de Cunha Porã/SC, para o período de 12 (doze) meses conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, deste Edital.

A Sessão Pública será no dia 03/03/2021, com início às 08:30h, horário de Brasília – DF.

Maiores informações podem ser obtidas no Departamento de Compras e Licitações, pelo e-mail: [licitacao@cunhapora.sc.gov.br](mailto:licitacao@cunhapora.sc.gov.br) ou pelo telefone (49) 3646-3509.

A íntegra do edital se encontra disponível no site do Município: [www.cunhapora.sc.gov.br](http://www.cunhapora.sc.gov.br).

Cunha Porã/SC, 29 de janeiro de 2021.

LUZIA ILIANE VACARIN  
Prefeita Municipal.

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO N. 02-2021**

Publicação Nº 2867635

DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2021

SUSPENDE A PRESENÇA DO PÚBLICO NAS SESSÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA DE VEREADORES DE CUNHA PORÃ.

NEODIR GRADE, Presidente da Câmara Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

CONSIDERANDO, o aumento significativo de casos de COVID-19 no Município de Cunha Porã – SC, bem como a situação de calamidade que se encontra o Estado de Santa Catarina em especial o Extremo Oeste, DECRETA o seguinte:

Art. 1º - Fica suspendida a presença do Público nas sessões ordinárias da Câmara de Vereadores de Cunha Porã – SC,

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Câmara Municipal, 15 de fevereiro de 2021.  
NEODIR GRADE  
Presidente  
Câmara de Vereadores de Cunha Porã, SC

**PORTARIA N. 07/2021**

Publicação Nº 2867625

PORTARIA Nº. 07/2021

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CUNHA PORÃ-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NEODIR GRADE, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Fica pela presente portaria NOMEADA a Servidora da Câmara Municipal de Cunha Porã, SC, Sra. FLAVIA CRISTINA STEIN, para desempenhar a função de Assessora Parlamentar, Cargo Comissionado, lotado na Câmara Municipal de Vereadores, a partir desta data, com vencimento do respectivo cargo do quadro de pessoal a partir de 01/02/2021.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cunha Porã, SC, 01 de fevereiro de 2021.  
NEODIR GRADE  
Presidente  
Câmara Municipal de Vereadores de Cunha Porã- SC

**PORTARIA N. 08/2021**

Publicação Nº 2867624

PORTARIA Nº. 08/2021

REGULAMENTA O BANCO DE HORAS DOS SERVIDORES QUE REALIZAREM ATIVIDADES EXTRAORDINÁRIAS DE INTERESSE PÚBLICO.

NEODIR GRADE, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituído o Banco de Horas no âmbito da Câmara de Vereadores de Cunha Porã, atividade específica de natureza compensatória, destinada ao servidor público efetivo ou comissionado do legislativo, por realizar atividades extraordinárias de interesse público em caráter excepcional.

Art. 2º. Os servidores farão jus à compensação das horas trabalhadas excedentes ao horário normal ou trabalhadas aos sábados, domingos ou feriados, que serão computadas como horas crédito para posterior compensação como horas-folga.

§ 1º Horas executadas além do horário de expediente normal, entendidas como extensão de jornada, serão compensadas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento), nos termos do art. 35 do Estatuto do Servidor Público Municipal, observadas a jornada semanal.

§ 2º Horas trabalhadas nos finais de semana e feriados, desde que não façam parte de escala de revezamento, serão compensadas com acréscimo de 100% (cem por cento), nos termos do art. 35 do Estatuto do Servidor Público Municipal, observadas a jornada semanal do cargo.

Art. 3º. A compensação do banco de horas prevista nesta Portaria deverá, obrigatoriamente, ocorrer até 31/12/2021, sendo vedada a conversão em pecúnia do saldo não compensado, nos termos da Lei Complementar n. 62/2017 e do Estatuto do Servidor Público - Lei complementar n. 02/1990 e suas alterações.

Art. 4º. As horas folgas serão concedidas mediante solicitação prévia pelo servidor, após autorização expressa do Presidente da Casa Legislativa, com a devida comunicação ao Departamento de Recursos Humanos, para registro e controle, visando evitar prejuízo ao desenvolvimento dos trabalhos nas secretarias e departamentos.

Art. 5º. Na hipótese de impossibilidade de compensação no período estabelecido na presente lei em virtude de férias, afastamentos e demais concessões previstas na legislação municipal, o saldo deverá ser compensado obrigatoriamente até o final do mês seguinte ao do retorno do servidor.

Art. 6º. Serão computadas como horas crédito com direito à compensação, aquelas registradas no sistema eletrônico de registro e controle de frequência manual.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições das Portarias Anteriores.

Cunha Porã, SC, 3 de fevereiro de 2021.

NEODIR GRADE

Presidente

Câmara Municipal de Vereadores de Cunha Porã

# Cunhataí

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 05/2021

Publicação Nº 2867519

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13/2021  
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 09/2021

VALIDADE: 01 (um) ano a contar da homologação.

Aos 17 dias do mês de fevereiro de 2021, o MUNICÍPIO DE CUNHATAI, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.116/0001-44, Inscr. Est. ISENTA, estabelecido a Avenida 29 de Setembro, nº 450, Centro, Cunhataí - SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. LUCIANO FRANZ, no uso de suas atribuições nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, de 18 de julho de 2002 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 09/2021 Ata de julgamento de Preços, publicada no Mural Público e homologada pela autoridade competente deste Município, RESOLVE registrar os preços referente Aquisição de combustível, Gasolina comum, Óleo Diesel, Óleo Diesel S10 destinados ao abastecimento da frota de veículos e máquinas deste Município para o exercício de 2021, conforme consta do anexo I, desta ata que passa a fazer parte desta, tendo sido, os referidos preços, oferecido pela empresa cuja proposta foi classificada em 1º lugar no certame acima numerado.

#### Cláusula Primeira – Do objeto

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível e futura contratação entre o MUNICÍPIO DE CUNHATAI e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 09/2021, cujos objetos estão descritos na referida ata, que passa a fazer parte, para todos os efeitos desta ata:

Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
1	68.000,00	LTS		Gasolina Comum.	4,85	329.800,00
2	180.000,00	LTS		OLEO DIESEL B S500.	3,98	716.400,00
3	125.000,00	LTS		OLEO DIESEL S10.	4,12	515.000,00

#### Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá de um ano a contar da homologação.

Subcláusula única. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o MUNICÍPIO DE CUNHATAI não será obrigado a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### Cláusula Terceira – Da utilização da Ata de Registro de Preços

A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por todos os órgãos da Administração Pública Municipal, desde que autorizados pelo Prefeito Municipal de Cunhataí.

Subcláusula primeira. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado no Anexo I.

Subcláusula segunda. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

Subcláusula terceira. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

#### Cláusula Quarta – Do local e prazo de entrega

Em cada fornecimento, o prazo de entrega do produto será acordado pela unidade requisitante, não podendo, todavia, ultrapassar o máximo estipulado no Edital do Pregão em referência nesta Ata. O prazo de entrega será aquele estipulado no edital do pregão presencial referente a esta Ata.

#### Cláusula Quinta – Do pagamento

O pagamento será efetuado em até 20 dias após o recebimento e inspeção do objeto licitado pelo Responsável de cada Secretaria ou do órgão requisitante, condicionado à apresentação da Nota Fiscal, através de depósito em conta bancária indicada pelo fornecedor.

#### Cláusula Sexta - Das condições de fornecimento

A entrega dos produtos só estará caracterizada mediante o recebimento da ordem de fornecimento pelo Município de Cunhataí.

Subcláusula primeira. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

#### Cláusula sétima – Das penalidades

A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE CUNHATAI, e será descredenciada do MUNICÍPIO, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, e das demais cominações legais.

Subcláusula primeira. A Contratada ficará sujeita, ainda, às seguintes penalidades:

Os produtos, cujos fornecimentos vierem a ser contratados, deverão ser entregues no local previsto no presente edital para cada item, responsabilizando-se a Contratada pelas normas de segurança, após a emissão da Autorização de Fornecimento;  
O município aplicará Multa na ordem de 0,5 % (meio por Cento) por dia de atraso, limitado este a 05 (cinco) dias, após o qual será considerada inexecução contratual;  
Aplicará o Contratante, Multa na ordem de 8 % (oito por cento), no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um ano);  
Aplicará o município, Multa na ordem de 10% (dez por cento), no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois anos).  
As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato. Rescisão contratual, nos casos dos itens 7.4 e 7.5, respeitado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

#### Cláusula oitava – Dos reajustamentos de preços

Considerando o prazo de validade estabelecido na Cláusula II da presente Ata, e, em atendimento ao §1º, art. 28, da Lei Federal nº 9.069, de 29.06.1995 e demais legislação, é vedado qualquer reajustamento de preços, exceto casos previstos na alínea “d” inciso II do Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Subcláusula única. O Município procederá o reajuste ou reequilíbrio financeiro, somente para aqueles bens tabelados por órgãos oficiais competentes, mediante comprovação do aumento.

#### Cláusula nona – Do cancelamento da Ata de Registro de Preços

Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

I - Pela Administração, quando:

- a - A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b - A detentora não assinar o contrato no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
- c - A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- d - Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;
- e - Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- f - Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
- g - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste Edital, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.
- h - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado após a publicação.

II - Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

- a - A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas neste Contrato, caso não aceitas as razões do pedido.

#### Cláusula décima – Da autorização para aquisição e emissão das ordens de fornecimento

As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Ordenador de Despesas do MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ.

Subcláusula primeira. A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo Prefeito Municipal.

#### Cláusula Décima Primeira – Dos Preços Registrados

O Fornecedor, os preços, as quantidades, as especificações e a classificação registrados na presente Ata, encontram-se indicados no anexo I desta Ata, o qual passa integrar a presente como se transcrito fosse.

#### Cláusula Décima Primeira – Das disposições finais e do foro

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 09/2021 e as propostas das empresas acima relacionadas.

Fica eleito o foro da Comarca de São Carlos/SC, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 10.520/2002 e demais normas aplicáveis.

Cunhataí/SC, em 17 de fevereiro de 2021.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal de Cunhataí

RENATO PERSCH EIRELI

CNPJ Nº 11.663.195/0001-76

AUTO POSTO CUNHATAÍ EIRELI

CNPJ Nº 28.444.322/0001-49

**DECRETO MUNICIPAL Nº. 022/2021 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2869533

DECRETO MUNICIPAL Nº. 022/2021 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

“Estabelece medidas de caráter temporário para mitigação dos riscos decorrentes da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.”

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, no uso de suas atribuições legais, especialmente o estabelecido no artigo 77 inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Cunhataí; na Lei Federal n.º 13.979, de 6 de fevereiro 2020; e ainda,

CONSIDERANDO que o nível da Avaliação de Risco Potencial do Estado de Santa Catarina para região oeste e extremo oeste permanece em nível GRAVÍSSIMO (representado pela cor vermelha no mapa do Estado);

CONSIDERANDO o colapso na rede de saúde pública e privada do Oeste de Santa Catarina, com ausência de vagas nas UTI's – Unidades de Terapia Intensiva e severo comprometimento do atendimento ambulatorial, bem como o colapso no Hospital Regional do Oeste e demais hospitais da região;

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (com público superior a cem pessoas);

CONSIDERANDO que, no âmbito do Município de Cunhataí/SC, tem sido observado o descumprimento das determinações normativas alusivas ao enfrentamento da pandemia em diversos setores;

CONSIDERANDO que se está enfrentando o pior momento no que diz respeito ao comprometimento da capacidade instalada da rede de atendimento em saúde do município e região;

CONSIDERANDO as deliberações e as ações aprovadas na reunião extraordinária realizada no dia de ontem (17/02/2021), pelo Comitê de Gestão de Risco do Município de Cunhataí/SC;

CONSIDERANDO, por fim, a imperiosa necessidade de preservar a VIDA dos cidadãos cunhataienses e de, ao mesmo tempo, preservar e manter ativas as atividades empresariais em âmbito municipal;

CONSIDERANDO, que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública;

CONSIDERANDO, que o Hospital Regional do Oeste está com 100% dos leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) ocupados;

CONSIDERANDO, que o Município de Cunhataí/SC, está com uma quantidade elevada de casos ativos de Covid-19;

CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecer limites, para que sejam mitigadas as possibilidades de contaminações, bem como, estimular uma consciência coletiva de que os cuidados com a saúde devem prevalecer.

**DECRETA:**

Art. 1º. Ficam suspensos e proibidos, até 10 de março do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior:

I – Os eventos e reuniões de natureza religiosa, inclusive missas e cultos religiosos que importem em uso comum de espaços de igrejas, templos, santuários, grutas e locais afins;

II – As atividades esportivas realizadas em academias, bem como, atividades realizadas em associações privadas, ou ainda, desenvolvidas de forma coletiva em recreação nos ambientes públicos ou privados;

III – A concentração e permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças e ginásios de esporte;

IV – A permanência e aglomeração de pessoas em espaços públicos de uso coletivos como clubes e afins;

V – A prática em locais, públicos ou privados, de jogos de sinuca, baralho, dominó, bocha, bolão, 48 e demais meios recreativos que importem em compartilhamento de objetos;

Art. 2º. Até 10 de março do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior, os restaurantes, pizzarias, lanchonetes e food trucks, poderão funcionar exclusivamente no horário das 10:00 às 20:00 horas, e observando a lotação máxima de 50% de capacidade local, preconizada pelo Estado de Santa Catarina para o nível Gravíssimo.

§ 1º. Considera-se atividade de restaurante, para os fins deste decreto, aquela destinada a servir almoço e jantar, nos períodos correspondentes ao horário definidos no caput deste artigo, sendo que as demais atividades assemelhadas serão regidas pelas demais disposições específicas deste e dos demais decretos e normas em vigor;

§ 2º. O atendimento deverá atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias e de saúde relativas ao enfrentamento da pandemia da Covid-19, especialmente:

I - à obrigatoriedade do uso de máscaras quando não estiver consumindo;

II - disponibilização de luvas descartáveis e de recipiente próprio para o descarte das mesmas após o uso;

III – higienização constante para todos os equipamentos e itens de uso comum;

IV - redução da ocupação máxima a 50% (cinquenta por cento) da capacidade total permitida do local;

V – intensificar e fornecer o uso de álcool em gel 70% na entrada do estabelecimento e nos locais de uso compartilhado, como buffet,

banheiros e afins; e,  
VI - impedir filas ou locais de espera sem o devido distanciamento.

§ 3º. Os serviços de entregas a domicílio (delivery) ficam autorizados sem a restrição/limitação de horário.

Art. 3º Os bares e congêneres, obedecerão as seguintes regras até 10 de março do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior:

- I – fechamento obrigatório até as 20:00 horas;
- II - uso de máscaras quando não estiver consumindo;
- III - intensificar e fornecer o uso de álcool em gel 70% para todos os clientes que adentrarem ao estabelecimento;
- IV - – higienização constante para todos os equipamentos e itens de uso comum;
- V - redução da ocupação máxima a 50% (cinquenta por cento) da capacidade total permitida do local.

Art. 4º As atividades de mercados e comércio em geral obedecerão às seguintes regras para funcionamento, até o dia 10 de março do corrente ano, sem prejuízo de reavaliação posterior:

- I – Uso obrigatório de máscaras para funcionários e clientes;
- II - intensificar e fornecer o uso de álcool em gel 70% para todos os clientes que adentrarem ao estabelecimento;
- III – higienização constante para todos os equipamentos e itens de uso comum;
- IV - redução da ocupação máxima a 50% (cinquenta por cento) da capacidade total permitida do local;

§ 1º. Além das medidas já em vigor, para os estabelecimentos que têm por objeto a venda de produtos alimentícios e afins, fica restabelecida, até reavaliação posterior, a proibição da entrada de mais de uma pessoa por grupo familiar a cada compra a ser realizada, cabendo ao responsável legal pelo local a obrigação de fiscalização dessa medida.

§ 2º A entrega de produtos em geral a domicílio fica autorizada, desde que observadas as regras sanitárias vigentes.

Art. 5º Todas as demais portarias e decretos estaduais referentes cada setor devem ser observadas.

Art. 6º A fiscalização deste decreto ficará a cargo da vigilância sanitária, vigilância epidemiológica e das equipes de Segurança Pública (Polícia Militar, Polícia Civil e Bombeiros Militar conforme Portaria SES nº 266/2020).

Art. 7º O descumprimento das medidas estabelecidas no presente decreto sujeitará o infrator às penalidades previstas nas normas estaduais e municipais em vigor.

Art. 8º As pessoas diagnosticadas infectadas com o coronavírus (COVID-19), devem manter-se em isolamento pelo tempo recomendado pelo profissional de saúde sob pena de aplicação do sansão prevista no art. 268 do Código Penal por infração a determinação do poder público, destinada a impedir a propagação de doença contagiosa.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cunhataí, Santa Catarina em 18 de fevereiro de 2021.

Luciano Franz  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO DE CONTRATO 005/2021

Publicação Nº 2867647

Extrato de Contrato 005/2021

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº 05/2021

Processo Administrativo nº 01/2021

Inexigibilidade de licitação nº 01/2021

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Cunhataí – SC.

CONTRATADA: CLIC SISTEMAS PARA TRANSMISSÃO AO VIVO LTDA - ME

OBJETO: Locação completa de equipamentos e sistema patenteado e exclusivo de transmissão, em tempo real e gravação/armazenamento de vídeo em HD, das Sessões da Câmara Municipal de Vereadores, denominado "TV do Legislativo".

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato se iniciará na data de 15/02/2021 e se findará em 31/12/2021.

VALOR: R\$ 8.250,00 (oito mil e duzentos e cinquenta reais).

DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do presente correrão por conta do Orçamento vigente, cuja fonte de recurso tem a seguinte classificação:

Projeto/Atividade nº 2.075;



Elemento da despesa nº: 3.3.90.00.00.00.00.00;

SIGNATÁRIOS: EVELTON JAIR SCHMITT e a empresa CLIC SISTEMAS PARA TRANSMISSÃO AO VIVO LTDA - ME  
Cunhataí/SC, 12/02/2021.

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº 05/2021

Processo Administrativo nº 01/2021

Inexigibilidade de licitação nº 01/2021

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Cunhataí – SC.

CONTRATADA:CLIC SISTEMAS PARA TRANSMISSÃO AO VIVO LTDA - ME

OBJETO: Locação completa de equipamentos e sistema patenteado e exclusivo de transmissão, em tempo real e gravação/armazenamento de vídeo em HD, das Sessões da Câmara Municipal de Vereadores, denominado "TV do Legislativo".

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato se iniciará na data de 15/02/2021 e se findará em 31/12/2021.

VALOR: R\$ 8.250,00 (oito mil e duzentos e cinquenta reais).

DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do presente correrão por conta do Orçamento vigente, cuja fonte de recurso tem a seguinte classificação:

Projeto/Atividade nº 2.075;

Elemento da despesa nº: 3.3.90.00.00.00.00.00;

SIGNATÁRIOS: EVELTON JAIR SCHMITT e a empresa CLIC SISTEMAS PARA TRANSMISSÃO AO VIVO LTDA - ME  
Cunhataí/SC, 12/02/2021.



# Curitibanos

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 27/2021

Publicação Nº 2867784

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 27/2021

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE ROÇADEIRAS PARA USO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CEMITÉRIO MUNICIPAL E SECRETARIA DE OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 08/03/2021, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 08/03/2021, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 17 de fevereiro de 2021.

Kleberson Luciano Lima

Prefeito Municipal

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 28/2021

Publicação Nº 2868222

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 28/2021

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNO, PARA USO DA SECRETARIA DE OBRAS E VICINAIS, DO MUNICIPIO DE CURITIBANOS, PELO PERIODO DE 01 ANO. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 09/03/2021, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 09/03/2021, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 17 de fevereiro de 2021.

Kleberson Luciano Lima

Prefeitura Municipal

### JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2021

Publicação Nº 2867786

#### JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2021

REFERENTE: Contrato de prestação de serviços firmado entre o município de Curitibanos e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. com o valor total de R\$ 51.510,84 (Cinquenta e um mil quinhentos e dez reais e oitenta e quatro centavos)

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A. - EPAGRI, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, DE CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS.

#### FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de:

- XXIII – “na contratação realizada por empresa pública ou sociedade de economia mista com suas subsidiárias e controladas, para a aquisição ou alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado” PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso XXIII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 15 de fevereiro de 2021.

Orlando Kantovisk Júnior  
Presidente da Comissão

Cristiane P. Sandri  
Membro

Cristina Melo Menegotto  
Membro

Mary Hellen Bordignon Dacol Ribeiro  
Membro

Roberto Carlos da Silva  
Membro

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24 o inciso XXIII dou como aprovada.

Curitibanos, 15 de fevereiro de 2021.

Hérion Adalberto Rech  
Procurador Geral do Município

**AUTORIZAÇÃO:**

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.  
Curitibanos, 15 de fevereiro de 2021.

Kleberson Luciano Lima  
Prefeito Municipal

**REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 19/2021**

Publicação Nº 2868311

**REPUBLICAÇÃO****EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 19/2021**

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA CONTINUADA DE EMISSÃO DE BILHETES DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS, COM LINHAS E HORÁRIOS DIVERSIFICADOS, DESTINADOS AO TRANSPORTE DE USUÁRIOS DO SUS QUE NECESSITEM DE TRATAMENTO FORA DE DOMICÍLIO E DEMAIS SECRETARIAS.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 09/03/2021, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 16:00 horas do dia 09/03/2021, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se na página da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 17 de fevereiro de 2021

Kleberson Luciano Lima  
Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****ERRATA PREGÃO 1 2021**

Publicação Nº 2868945

**ERRATA AO ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO, DO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2021**

A Câmara de Vereadores do Município de Curitibanos/SC, através de seu Presidente e seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados, que foi realizada correção no Anexo III – Modelo de Proposta de Preço, do Edital de Licitação do Pregão Presencial nº 1/2021, assim como segue:

Onde se lê: Valor da Tarifa de Agenciamento (Por Emissão)

Leia-se: Porcentagem da Tarifa de Agenciamento (Calculada sobre a Tarifa Aérea)

E

Onde se lê: 1) Valor da Tarifa de Agenciamento (Por Emissão): R\$ \_\_\_\_\_ (VALOR POR EXTENSO).

Leia-se: 1) Porcentagem da Tarifa de Agenciamento (Calculada sobre a Tarifa Aérea): \_\_\_\_\_% (PORCENTAGEM POR EXTENSO).

Trata-se de um pequeno equívoco que nada compromete o processo licitatório. Convém corrigir o texto do modelo de proposta de preços para evitar interpretações errôneas quando à forma de apresentação da proposta, que deve ser feita em porcentagem sobre a tarifa aérea e não valores fixos como induzia o texto anterior.

Curitibanos/SC, 17 de fevereiro de 2021.

Vilma Natalina Fontana Maciel  
Presidente

Ronaldo Spricigo  
Pregoeiro

AUDIÊNCIA 25 02 2021

Publicação Nº 2867925



ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Câmara de Vereadores de Curitiba e a Prefeitura Municipal, em ação conjunta e em conformidade com a Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, em seu artigo 9º, § 4º, e de acordo com a **Lei Municipal nº 6.197, de 14 de outubro de 2019**, convocam entidades do município e a população em geral para participarem da **Audiência Pública para Demonstrar e Avaliar as Metas Fiscais referentes ao 3º Quadrimestre do Exercício de 2020 e do Relatório Quadrimestral da Saúde conforme Lei Complementar n. 141/2012 de 13 de janeiro de 2012.**

**Local:** Plenário da Câmara de Vereadores de Curitiba.

**Data:** 25 de fevereiro de 2021.

**Horário:** 15h30min.

Vilma Natalina Fontana Maciel  
Presidente da Câmara

Documento assinado digitalmente (Assinado por: Vilma Natalina Fontana Maciel - 82050619987)  
Para verificar sua autenticidade, acesse: <https://www.camaracuritiba.sc.gov.br/cer> e informe o código: 210216160746682167

# Descanso

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 2222/2021, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021. ADOTA MEDIDAS PREVENTIVAS E RESTRITIVAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE DESCANSO PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19)**

Publicação Nº 2867844

DECRETO Nº 2222/2021, de 17 de fevereiro de 2021.

ADOA MEDIDAS PREVENTIVAS E RESTRITIVAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE DESCANSO PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19).

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica de Descanso e,

CONSIDERANDO o estado de emergência em saúde pública de importância internacional declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO o artigo 23, inciso II, da Constituição Federal, que determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o artigo 30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO os Decretos emitidos pelo Estado de Santa Catarina declarando estado de calamidade pública em todo o território catarinense, estabelecendo medidas de combate e enfrentamento à pandemia da COVID-19 e atribuiu às autoridades sanitárias municipais a competência para estabelecer medidas específicas que suspendam ou restrinjam as atividades a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus em seus territórios;

CONSIDERANDO a Portaria Estadual nº 464 de 03 de julho de 2020 que instituiu o programa de descentralização e regionalização das ações de combate ao COVID-19 prevendo que os municípios de uma mesma Região de Saúde possam tomar decisões no sentido de restringir atividades sociais e econômicas embasados em critérios e dados epidemiológicos locais pertinentes a curva de contaminação e disseminação do novo Coronavírus – COVID-19;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 1.027 de 18 de dezembro de 2020 que institui regras para organização das medidas para o enfrentamento da pandemia COVID-19 no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a situação epidemiológica local, o crescente número de pessoas contaminadas, a falta de vagas de leitos de UTI nos hospitais da região do extremo oeste e oeste catarinense e, decisão conjunta dos municípios que integram a AMEOSC tomada em assembleia extraordinária realizada na data de 16 de fevereiro de 2021;

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam SUSPENSAS no território deste município, até o dia 1º de março de 2021:

- I. as aulas presenciais nas unidades de ensino municipal, das redes pública e privada, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), sem prejuízo da realização das aulas na modalidade à distância/"on line";
- II. a prática de atividades esportivas coletivas e recreativas, como futebol, carteados, dominó, bocha, bilhar e outras modalidades que possam aglomerar pessoas, em estabelecimentos sediados na cidade e no interior deste município, inclusive aquelas de treinamentos realizadas por clubes e escolas;
- III. todas as atividades religiosas presenciais em templos e igrejas;
- IV. todas as atividades pertinentes a shows, espetáculos, festas e eventos que acarretem a aglomeração de pessoas;
- V. o funcionamento de campings e áreas de lazer;
- VI. a realização de velórios por período superior a 06 (seis) horas;
- VII. a realização de transporte coletivo urbano municipal;
- VIII. a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivos, como parques, praças e afins;
- IX. o funcionamento de casas noturnas.

Art. 2º - Os bares, restaurantes e lanchonetes poderão realizar atendimentos presenciais ao público exclusivamente no horário compreendido das 10:30 às 13:30 horas e observando a lotação máxima preconizadas pelo Estado de Santa Catarina. Nos demais horários, poderá ser realizado o atendimento por meio de delivery.

§ 1º - Considera-se atividade de bares, restaurante e lanchonete, para fins deste Decreto, aquela destinada a servir almoço e/ou alimentação nos horários previstos no caput deste artigo.

§ 2º - O atendimento presencial por bares, restaurantes e lanchonetes, nos horários previstos no caput deste artigo, deverá atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias e de saúde relativas ao COVID-19, como a obrigatoriedade do uso de máscaras, disponibilização de álcool gel, luvas descartáveis, medidores de temperatura na entrada do estabelecimento e todas as demais medidas de

segurança preconizadas pelos protocolos vigentes.

Art. 3º - As academias e estabelecimentos afins poderão funcionar respeitado o limite de 50% de sua capacidade normal e deverão atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias e de saúde relativas ao COVID-19, como a obrigatoriedade do uso de máscaras, disponibilização de álcool gel, medidores de temperatura na entrada do estabelecimento e todas as demais medidas de segurança preconizadas pelos protocolos vigentes.

Art. 4º As atividades de bares, petiscarias, choperias, cervejarias e outros locais congêneres destinados a happy hours ou consumo predominantemente de bebidas alcoólicas poderão funcionar apenas até às 20:00 horas, com lotação máxima de 50%, podendo realizar serviço de delivery após esse horário;

I - Os locais acima mencionados deverão atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias e de saúde relativas ao COVID-19, como a obrigatoriedade do uso de máscaras, disponibilização de álcool gel, medidores de temperatura na entrada do estabelecimento e todas as demais medidas de segurança preconizadas pelos protocolos vigentes.

Art. 5º - As pessoas diagnosticadas infectadas com o coronavírus (Covid-19), devem manter-se em isolamento pelo tempo recomendado pelo profissional de saúde, sob pena de aplicação da sanção prevista no artigo 268 do Código Penal por infração a determinação do poder público destinada a impedir a propagação de doença contagiosa e, cumulativamente, às sanções previstas na Lei.

Art. 6º - Caberá à Vigilância Sanitária Municipal, compartilhada com Vigilância Sanitária Regional, à Defesa Civil Municipal e à Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, a fiscalização das medidas constantes neste Decreto e demais normas sanitárias vigentes, as quais terão autonomia para interditar e/ou adotar qualquer outra medida necessária para garantia da saúde pública, nas situações em que os estabelecimentos estejam descumprindo as normas estabelecidas para enfrentamento da pandemia da COVID-19.

Art. 7º - As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município e da Região de Saúde, ficando revogadas medidas conflitantes determinadas em instrumentos anteriores.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Descanso – SC, de 17 de fevereiro de 2021.

Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei o presente Decreto.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 6150/2021

Publicação Nº 2867618

DECRETO Nº 6150/2021

ESTABELECE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO DA PREFEITURA, E DE TODOS OS ÓRGÃOS E PROGRAMAS A ELA VINCULADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, amparado na Lei Orgânica Municipal e na Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º. A partir do dia 1º de março de 2021, a Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira e todos os órgãos e programas a ela vinculados funcionarão de segunda-feira a sexta-feira, no horário compreendido entre 08h às 12h e 13:30h às 17:30h.

Art. 2º Os servidores ou empregados públicos da Secretaria Municipal da Saúde ou de órgãos e programas a ela vinculados que, por força de lei, desempenham 30 horas semanais, terão sua jornada compreendida entre 08h às 11h e 13:30h às 16:30h, de segunda-feira a sexta-feira.

Art. 3º. As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta do orçamento em execução.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M. no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

NORMÉLIO PÉRCIO  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 6151/2021

Publicação Nº 2868015

DECRETO Nº 6151/2021

DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira-SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, a Constituição Federal e a Constituição Estadual, e

CONSIDERANDO o estado de emergência em saúde pública de importância internacional declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO o artigo 23, inciso II, da Constituição Federal, que determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o artigo 30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO os Decretos emitidos pelo Estado de Santa Catarina declarando estado de calamidade pública em todo o território catarinense, estabelecendo medidas de combate e enfrentamento à pandemia da COVID-19 e atribuiu às autoridades sanitárias municipais a competência para estabelecer medidas específicas que suspendam ou restrinjam as atividades a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus em seus territórios;

CONSIDERANDO a Portaria Estadual nº 464 de 03 de julho de 2020 que instituiu o programa de descentralização e regionalização das ações de combate ao COVID-19 prevendo que os municípios de uma mesma Região de Saúde possam tomar decisões no sentido de restringir atividades sociais e econômicas embasados em critérios e dados epidemiológicos locais pertinentes a curva de contaminação e disseminação do novo Coronavírus – COVID-19;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 1.027 de 18 de dezembro de 2020 que institui regras para organização das medidas para o enfrentamento da pandemia COVID-19 no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a situação epidemiológica local, o crescente número de pessoas contaminadas, a falta de vagas de leitos de UTI nos hospitais da região do extremo oeste e oeste catarinense e a decisão conjunta dos municípios que integram a AMEOSC, tomada em assembleia



extraordinária realizada na data de 16 de fevereiro de 2021,

DECRETA:

Art. 1º Ficam SUSPENSAS no território deste município, até o dia 28 de fevereiro de 2021, as aulas presenciais nas unidades de ensino públicas e privadas, municipais e estaduais, relacionadas à educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), sem prejuízo da realização das aulas na modalidade à distância/online.

Art. 2º Os estabelecimentos que oferecem serviços de alimentação, como hamburguerias, lanchonetes, restaurantes, pizzarias e similares, poderão servir alimentação no local somente nos horários compreendidos entre 11:00 às 14:00 horas e das 18:00 às 21:00 horas. Após esses horários, só será permitido o serviço de tele-entrega (delivery).

Parágrafo único. O atendimento presencial nos horários previstos no caput deste artigo deverá atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias e de saúde relativas ao COVID-19, como a obrigatoriedade do uso de máscaras, disponibilização de álcool gel, luvas descartáveis, medidores de temperatura na entrada do estabelecimento e todas as demais medidas de segurança preconizadas pelos protocolos vigentes.

Art. 3º Poderão funcionar somente até às 20:00 horas, e com apenas 30% de sua capacidade, os estabelecimentos caracterizados como bares, petiscarias, choperias, cervejarias e outros locais congêneres que comercializam predominantemente bebidas alcoólicas.

Parágrafo único. Durante o horário de funcionamento, fica proibido no interior dos estabelecimentos jogos de baralho, dominó, bocha, bilhar e qualquer outra modalidade que possa gerar aglomeração de pessoas.

Art. 4º Ficam permitidas as atividades religiosas presenciais em templos e igrejas, desde que respeitada a ocupação máxima de 30% da sua capacidade.

Art. 5º Fica permitida a realização de velório com no máximo 06 horas de duração.

Art. 6º As academias e estabelecimentos afins poderão funcionar respeitados o limite de 50% de sua capacidade normal e deverão atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias e de saúde relativas ao COVID-19, como a obrigatoriedade do uso de máscaras, disponibilização de álcool gel, medidores de temperatura na entrada do estabelecimento e todas as demais medidas de segurança preconizadas pelos protocolos vigentes.

Art. 7º Ficam suspensas completamente, sem exceção de horário, as seguintes atividades e serviços:

- a) a prática de atividades esportivas coletivas em ambientes públicos e privados, como futebol, carteados, dominó, bocha, bilhar e outras modalidades que possam aglomerar pessoas, em estabelecimentos sediados na cidade e no interior deste município, inclusive aquelas de treinamentos realizadas por clubes e escolas;
- b) todas as atividades pertinentes a cinemas, teatros, shows, espetáculos, festas e eventos que acarretem a aglomeração de pessoas;
- c) o funcionamento de campings, parques aquáticos, clubes recreativos e entidades afins;
- d) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivos, como parques, praças e afins;
- e) casas noturnas, tabacarias e outros estabelecimentos similares.

Artigo 8º O descumprimento das medidas previstas neste Decreto sujeitará o infrator, quando pessoa física, ao pagamento de multa no valor de 1,5 URM (Unidade de Referência Municipal), que será dobrado no caso de reincidência, sem prejuízo da responsabilização criminal como incurso nas penas do artigo 268 do Código Penal, e, quando pessoa jurídica, ao pagamento de multa, no valor de 15 URMs (Unidades de Referência Municipal), que será dobrado em caso de reincidência, sem prejuízo da interdição do estabelecimento comercial pelo prazo de 05 dias.

Artigo 9º A fiscalização do contido no presente Decreto ficará a cargo das Vigilâncias Sanitária e Epidemiológica Municipais, da Fiscalização Tributária Municipal, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar.

§1º Ficam autorizados a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar a coletar e repassar informações ao Município de Dionísio Cerqueira acerca das infrações a que se refere o presente Decreto, independentemente da presença de agente municipal das Vigilâncias Sanitária e Epidemiológica ou da Fiscalização Tributária, no momento da abordagem.

§2º Fica autorizada a Polícia Militar a efetuar o encerramento de qualquer atividade que esteja em desacordo com as disposições deste Decreto.

Artigo 10º Este Decreto entra em vigor no dia 18 de fevereiro de 2021 e vigorará até 28 de fevereiro de 2021, ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M. no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

## HOMOLOGAÇÃO PREGAO PRESENCIAL 15-2021 - PMDC

Publicação Nº 2867565

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/21

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/21

HOMOLOGAÇÃO: 17/02/21

CONTRATADO: BRITES PECAS AGRICOLAS LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO

CERQUEIRA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ROÇADEIRA, A SER UTILIZADA NO

CORTE DE GRAMA E LIMPEZA DE UNIDADES ESCOLARES DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, BEM COMO

AQUISIÇÃO DE ROÇADEIRA E MOTOSSERRA PARA SEREM

USADAS NA PODA DE ARVORES E CORTE DE GRAMAS E

LIMPEZA DE RUAS DA CIDADE E DISTRITO DE IDAMAR, EM



ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICIPIO DE  
DIONISIO CERQUEIRA - SC.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 9.072,00 (nove mil e setenta e dois reais)  
DATA: 17/02/21 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO  
GONÇALVES - Prefeito Municipal.  
-----

### **HOMOLOGAÇÃO PREGAO PRESENCIAL 3-2021 - FMS**

Publicação N° 2867449

PREGÃO PRESENCIAL N° 3/21  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 3/21  
HOMOLOGAÇÃO: 17/02/21  
CONTRATADO: FARMACIA LOVIS LTDA  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO  
CERQUEIRA  
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE  
FRALDAS DESCARTAVEIS, GERIATRICAS, PARA SUPRIR A  
DEMANDA DE USUARIOS DE SAUDE ACAMADOS, IDOSOS E  
DEFICIENTES FISICOS DO MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA  
- SC.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 20.800,00 (vinte mil oitocentos reais)  
DATA: 17/02/21 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO  
GONÇALVES - Prefeito Municipal.  
-----

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 3/2021 - PREGÃO 3-2021 - FMS**

Publicação Nº 2867442

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/7

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA****Processo Nº.: 3/2021****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2021****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/2021**

No dia 17 do mês de Fevereiro do ano de 2021, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.265.919/0001-23, com sede administrativa localizada na RUA DOM PEDRO II, Nº 969, bairro CENTRO, CEP nº. 89950-000, nesta cidade de Dionísio Cerqueira/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, inscrito no CPF sob o nº. 796.689.179-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 3/2021, Processo Licitatório nº. 3/2021, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS, GERIÁTRICAS, PARA SUPRIR A DEMANDA DE USUÁRIOS DE SAUDE ACAMADOS, IDOSOS E DEFICIENTES FÍSICOS DO MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
8324	FARMACIA LOVIS LTDA	1
8159	VENEZA - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LT	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
FARMACIA LOVIS LTDA	20.036.341/0001-24	CLAUDIA REGINA LOVIS	685.025.409-04
VENEZA - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES L	13.229.567/0001-86		

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS, GERIÁTRICAS, PARA SUPRIR A DEMANDA DE USUÁRIOS DE SAUDE ACAMADOS, IDOSOS E DEFICIENTES FÍSICOS DO MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 8324 - FARMACIA LOVIS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	FRALDA DESCARTÁVEL, GERIÁTRICA, FORMATO ANATÔMICO, TIPO CALÇA, COM FECHAMENTO NA CINTURA POR MEIO DE FITAS ADESIVAS, BARREIRAS PROTETORAS ANTIVAZAMENTO, PARA ADULTO COM PESO ACIMA DE 90 KG, CINTURA APROXIMADA DE 110 A 156 CM, ATOXICA, HIPOALERGICA. PCT COM 07 UNIDADES.	PCT	HIGIFRAL	2.500,000	8,3200	20.800,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 2/7

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA****Processo Nº.: 3/2021**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2021**

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 3/7

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA****Processo Nº.: 3/2021****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2021****CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES****5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 4/7

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA****Processo Nº.: 3/2021**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2021****5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA**

Página: 5/7  
Processo N°.: 3/2021  
PREGÃO PRESENCIAL N°. 3/2021

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 6/7

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA****Processo N°: 3/2021**  
**PREGÃO PRESENCIAL N°. 3/2021**

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA**

Página: 7/7  
Processo Nº.: 3/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2021

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Dionísio Cerqueira para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Dionísio Cerqueira, 17 de Fevereiro de 2021.

\_\_\_\_\_  
THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES  
PREFEITO MUNICIPAL

**Empresas Participantes:**

FARMACIA LOVIS LTDA

CNPJ: 20.036.341/0001-24 \_\_\_\_\_

VENEZA - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LT

CNPJ: 13.229.567/0001-86 \_\_\_\_\_

**Doutor Pedrinho****PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2021**

Publicação Nº 2867326

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2021

VALIDADE: Até 30 de junho de 2021

Aos dezesesseis dias do mês de fevereiro do ano de 2021, na Sede da Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho/SC, o Setor de Licitações, por seus representantes nomeados nos termos do art. 15 da Lei Federal n.º 8.666/1993 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico - Registro de Preços n.º 01/2021, conforme Ata de julgamento de preços homologada pelo Prefeito Municipal Sr. HARTWIG PERSUHN, RESOLVE registrar os preços para a aquisição dos itens conforme consta no Anexo I, que passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado.

Presentes as empresas e seus representantes:

Nº	EMPRESA	CNPJ	REPRESENTANTE	CPF
01	MP COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI	30.510.775/0001-78	WILLIAN JOSE MOMM	061.388.399-35
02	MAURI FRAGA 83808582987	27.935.215/0001-50	MAURI FRAGA	838.085.829-87
03	SEBMED PRODUTOS PARA A SAÚDE EIRELI	33.154.286/0001-19	VANESSA DE OLIVEIRA SEBOLD	052.944.469-01

**CLÁUSULA I – DO OBJETO**

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O NÚCLEO EDUCACIONAL "FRITZ DONNER" E PRÉ ESCOLAR E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL "FREI BRUNO LINDEN", "FREI ANTONIO RECHIA", E "CHAPEUZINHO VERMELHO" PARA O 1º SEMESTRE DE 2021, de acordo com as especificações e quantitativos constantes no Anexo I, do Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2021.

**CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS**

2.1 - Esta Ata de Registro de Preços terá validade até 30 de junho de 2021, contados a partir da data de sua assinatura.

2.2 - Durante o prazo de validade desta Ata o Município de Doutor Pedrinho/SC não será obrigado a adquirir o material referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo da forma que julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA III – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1 - A presente Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital.

3.2 - O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Fornecedor: SEBMED PRODUTOS PARA A SAÚDE EIRELI					Valor Proposto	
Item	Unid.	Quant.	Descrição	Marca	Unitário	Total
88	LATA	50	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES (EMBALAGEM 800 G).	NESTOGENO 1	R\$ 40,88	R\$ 2.044,00
89	LATA	150	FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES DE 06 A 12 MESES (EMBALAGEM 800 G).	NESTOGENO 2	R\$ 39,98	R\$ 5.997,00
TOTAL DO FORNECEDOR:					R\$ 8.041,00	

3.3 - Em cada fornecimento de produto decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes no Edital supracitado e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento.

3.4 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinarem a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização/pedido da municipalidade.

3.5 - No caso da impossibilidade da entrega do produto licitado pelo primeiro classificado a municipalidade poderá chamar o segundo pelo preço do primeiro e assim sucessivamente.

**CLÁUSULA IV – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

4.1 - A licitante vencedora disporá do prazo de 05 (cinco) dias corridos para entrega do(s) produto(s) licitado(s), contados da data da respectiva solicitação, conforme necessidade da municipalidade, independentemente da quantidade solicitada, nos meses de fevereiro a junho de 2021. A entrega deverá ser efetuada uma vez ao mês, exceto os pães, frutas, verduras e ovos, os quais deverão ser entregues semanalmente nos dias a serem repassados ao licitante vencedor pela Secretaria de Educação. Poderão ocorrer pedidos extras ao longo do mês, conforme novas demandas, eventos ou falta de produto, que deverão ser entregues conforme prazo descrito acima (cinco dias corridos).

4.2 - As entregas deverão ser efetuadas de segunda a sexta feira, durante o horário de funcionamento das Escolas e Centros de Educação Infantil, nos seguintes locais e endereços informados abaixo:

LOCAL	ENDEREÇO
NÚCLEO EDUCACIONAL FRITZ DONNER	Rua da Glória, nº 236, Bairro Salto Donner, Doutor Pedrinho – SC.
CEI FREI BRUNO LINDEN	Rua Santa Catarina, nº 321, Bairro Centro, Doutor Pedrinho – SC.
CEI FREI ANTONIO RECHIA	Rodovia Municipal - DPE 040, nº 14490, Bairro Forçação, Doutor Pedrinho – SC.
UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL CHAPEUZINHO VERMELHO	Rua Navegantes, nº 54, Bairro Capivari, Doutor Pedrinho – SC.

4.2.1 - Ressalva-se que no CEI FREI ANTONIO RECHIA, localizado na Rodovia Municipal - DPE 040, nº 14490, Bairro Forçação, Doutor Pedrinho – SC, as entregas deverão ocorrer somente no período vespertino.

4.3 - Fica aqui estabelecido que os produtos serão recebidos:

- a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da quantidade e conformidade dos mesmos com a especificação;
- b) Definitivamente, após a verificação da quantidade, qualidade e conformidade dos mesmos e a consequente aceitação.

4.4 - Caso o produto não seja entregue no prazo estabelecido acima, o gestor do Contrato poderá iniciar procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao licitante vencedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pelo município.

4.5 - Será entregue a CONTRATADA uma lista dos itens com suas respectivas quantidades solicitadas, bem como as datas e os locais de entrega.

4.6 - A data de validade dos produtos deverá ser superior a 180 (cento e oitenta) dias contados da data da entrega dos mesmos, exceto para os hortifrutigranjeiros, derivados de laticínio e demais produtos perecíveis, os quais o prazo de validade consta na descrição do produto/item. Os demais produtos estocáveis deverão ter prazo de validade superior conforme acima citado.

4.6.1 - Os hortifrúteis in natura dispensam data de validade, porém, deverão estar em perfeitas condições de maturação e conservação.

4.6.2 - Os produtos que não seguirem a estes critérios serão devolvidos ao fornecedor, e o mesmo terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para entregar novamente a mercadoria com a validade dos respectivos produtos conforme estabelecido no item 4.6.

4.7 - Todos os produtos deverão possuir a rotulagem de acordo com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA): nome do produto, lista de ingredientes em ordem decrescente de quantidade, conteúdo líquido, identificação da origem, identificação do lote, selo de inspeção municipal, estadual ou federal para produtos de origem animal, prazo de validade, instruções para uso quando necessário e informação nutricional.

4.8 - Em cumprimento ao Art. 14, da Lei nº 11.947/2009 a qual aduz que (do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas). Desta forma, a Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho dará preferência para a aquisição das frutas, legumes, verduras e filé de tilápia diretamente do produtor rural, e somente serão adquiridos nesta licitação caso não houver agricultor ou empreendedor familiar interessado e/ou habilitado para o fornecimento dos mesmos.

4.9 - As carnes e frios deverão ser entregues por caminhão refrigerado, seguindo as normas da Vigilância Sanitária (VS) e no ato da entrega poderão ser recebidas e conferidas por servidor designado pela Administração.

4.10 - O produto será recusado quando entregue com especificações técnicas diferentes das contidas no Edital e da proposta feita no procedimento licitatório.

4.11 - Os itens que forem recusados (tanto no recebimento provisório ou antes do recebimento definitivo) deverão ser substituídos na forma do item 4.6.2 deste Edital, sem qualquer ônus para o município.

4.12 - Se a entrega e/ou a substituição dos materiais não for realizada no prazo estipulado, o fornecedor estará sujeito às sanções previstas no Edital, inclusive seus Anexos, e na lei.

4.13 - O recebimento dos materiais, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos materiais entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e/ou do Contrato.

**CLÁUSULA V – DO PAGAMENTO**

5.1 - Em relação ao objeto da presente licitação, o pagamento dar-se-á da seguinte forma: ATÉ O 15º DIA DO MÊS SUBSEQUENTE AO DA ENTREGA DO(S) PRODUTO(S), mediante apresentação do respectivo documento fiscal (emitido de acordo com as orientações do TCE/SC), acompanhado do comprovante de entrega assinado pelos responsáveis pelo recebimento.

5.2 - Os pagamentos serão realizados através de depósito bancário, conforme dados informados na Proposta Comercial.

5.3 - Havendo erro no documento de cobrança, ou qualquer circunstância que desaprove a liquidação da despesa, a contratada se obriga a fazer as correções no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, ficando pendente o pagamento até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso quaisquer ônus para a Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho.

5.4 - Considerando que o período de vigência da Ata de Registro de Preços e/ou do contrato não ultrapassará 12 (doze) meses, não será concedido reajuste de preço.

5.5 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto desta Licitação correrão a conta de dotações consignadas no Orçamento-Programa 2021 do MUNICÍPIO, como segue:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL

001 – DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

2010 – MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR

333903007 – GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO

1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

1430300 – PNAE FUNDAMENTAL

3430300 – PNAE FUNDAMENTAL

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL

001 – DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

2031 – MERENDA PARA ALUNOS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

333903007 – GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO

1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

1430100 – PNAE CRECHE

1430200 – PNAE PRÉ ESCOLA

3430100 – PNAE CRECHE

3430200 – PNAE PRÉ ESCOLA

**CLÁUSULA VI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1 - Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Edital da Licitação nº 01/2021, a CONTRATADA obriga-se a:

- a) Cumprir todas as disposições constantes do Edital de Pregão Eletrônico – Registro de Preços, e Anexos;
- b) Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste Edital;
- c) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- d) Manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços as mesmas condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação, (inclusive o preço);
- e) Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- f) Fornecer o objeto com boa qualidade e durabilidade, dentro dos padrões exigidos;
- g) Aceitar que sejam entregues os produtos de forma parcial, conforme necessidade do município;
- h) Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrente de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto, exceto quando isso ocorrer por exigência do MUNICÍPIO ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas devidamente comunicadas ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- i) Substituir o produto defeituoso ou que esteja em desacordo com o descrito neste Edital, imediatamente após a notificação/comunicação, arcando única e exclusivamente com todos os custos e ônus (independente de sua natureza sem prejuízo da aplicação das medidas legais/contratuais aplicáveis à espécie);
- j) Fornecer o objeto com prazo de validade regular, quando aplicável, observando-se o mínimo fixado no Edital de licitação;
- k) Fornecer integralmente os gêneros alimentícios propostos, inclusive substituindo aqueles que apresentarem problemas sanitários, de qualidade, integridade ou sem condições de consumo;
- l) Aguardar no momento da entrega a conferência de toda mercadoria, inclusive quando necessário pesagem dos produtos e verificação da temperatura;
- m) Manter seus dados para contato (endereço físico, e-mail e telefones) atualizados perante o MUNICÍPIO;
- n) Firmar a Ata de Registro de Preços resultante desta licitação em até 02 (dois) dias úteis após o recebimento da convocação para fazê-lo, sob pena de decair do direito de contratar com o Município.

**CLÁUSULA VII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1 - Compete a Contratante:

- a) Controlar a efetiva entrega do objeto desta licitação, bem como sua qualidade e conformidade;
- b) Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação, bem como a compatibilidade dos produtos, para fins de liquidação da despesa;
- c) Efetuar o pagamento à licitante contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente, e sua regular

liquidação;

- d) Notificar, por escrito, à licitante contratada das irregularidades constatadas, dando prazo para correção e/ou defesa, incluindo-se o alerta sobre a possibilidade de aplicação de sanções;
- e) Aplicar à empresa vencedora as penalidades previstas, quando for o caso;
- f) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- g) Rejeitar, no todo ou em parte os materiais fornecidos, se estiverem em desacordo com as especificações do Edital e seus Anexos, assim como da proposta de preços da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA VIII – DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

8.1 - Os preços informados pelo licitante vencedor em sua proposta serão fixos e irrevogáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

8.2 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de fatos e de normas aplicáveis à espécie, nos termos do Art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações, mas caso a Administração julgar conveniente, poderá optar por cancelar esta Ata de Registro de Preços e iniciar outro processo licitatório.

8.2.1 - No caso de iniciativa da empresa contratada, o requerimento de manutenção do equilíbrio econômico financeiro deverá ser protocolado junto ao Gabinete do Prefeito, devidamente fundamentado, acompanhado dos documentos fiscais ou equivalentes (da época da proposta e da data do pedido) e planilha de custos que comprovem o efetivo aumento no preço, condicionada à análise pela Administração.

8.3 - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, os fornecedores registrados serão convocados pelo Setor de Licitações para alteração, por aditamento, do preço da Ata. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

8.3.1 - No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido.

8.3.2 - Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pelo Fornecedor (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

#### CLÁUSULA IX – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 - O fornecedor terá seu registro na Ata cancelado por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

9.1.1 - A pedido, quando:

- a) Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) O preço registrado se tornar comprovadamente inexecutável em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do produto.

9.1.2 - Por iniciativa da Administração, quando:

- a) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b) Perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- c) Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;
- d) O fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- e) Não comparecer para assinar o contrato ou se recusar a retirar no prazo estabelecido as Ordens de Serviço/Compra/Notas de Empenho decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- f) Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos de serviços/obras dela decorrentes.

9.1.3 - Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

#### CLÁUSULA X – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação poderá ser cancelada de pleno direito pela Administração Municipal quando:

- a) Automaticamente por decurso do prazo de vigência e/ou quando não restarem fornecedores registrados;
- b) A detentora não cumprir as obrigações desta Ata, Edital e Anexos;
- c) A detentora, injustificadamente, não retirar a Ordem de Compra no prazo estabelecido e/ou a Administração não aceitar sua justificativa;
- d) A detentora der causa ao cancelamento da Ata decorrente de Registro de Preços;
- e) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata, no Edital e seus Anexos;
- f) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- g) Por razões de interesse público, demonstradas e justificadas pela Administração.

10.2 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos acima será feita por mensagem eletrônica ou correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)), considerando-se cancelado o preço registrado após 02 (dois) dias úteis da publicação.

10.4 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pelas detentoras quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

10.5 - A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula XI, caso não aceitas as razões do pedido.

10.6 - Aplica-se à Ata de Registro de Preços no que couberem as disposições dos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/1993.

10.7 - Os casos de cancelamento da Ata de Registro de Preços serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA XI – DAS PENALIDADES

11.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas na Ata de Registro de Preços sujeitará à CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

11.1.1 - A inexecução parcial ou total desta Ata poderá ensejar a suspensão do cadastro da CONTRATADA e/ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO, cumuladas em ambas as hipóteses, com multa de 0,5% (meio por cento) do valor total da Ata por dia de atraso na entrega do objeto ou cumprimento de obrigação contratual, até o limite de 15% (quinze por cento) do valor total da Ata.

11.1.2 - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

11.1.3 - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

11.1.4 - Os pagamentos referentes a serviços que estejam sendo objeto de discussão em Processo Administrativo ficarão suspensos até a conclusão do mesmo.

#### CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - Integram esta Ata o Edital de Pregão Eletrônico - Registro de Preços n.º 01/2021, seus anexos e as propostas das empresas classificadas no certame supranumerado, sendo que as obrigações, responsabilidades, prazos e demais condições contidas em uma e omitidas em outras são consideradas existentes e válidas para todos os fins.

12.2 - Fica eleito o foro da Comarca de Timbó/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/93, alterações e demais normas aplicáveis.

Doutor Pedrinho - SC, 16 de fevereiro de 2021.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO

HARTWIG PERSUHN - PREFEITO

LUIZ CLAUDIO KADES

Assessor Jurídico

OAB/SC 17.692

EMPRESA CONTRATADA

Razão social: SEBMED PRODUTOS PARA A SAÚDE EIRELI

CNPJ: 33.154.286/0001-19

Responsável legal: VANESSA DE OLIVEIRA SEBOLD

CPF: 052.944.469-01



**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2021**

Publicação Nº 2868070

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2021  
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

LOCATÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR PEDRINHO, CNPJ: 79.373.775/0001-62.

LOCADOR: ARCANGELO NONES, CPF: 076.518.059-68

OBJETO: LOCAÇÃO PARCIAL DE UM TERRENO RURAL SITUADO NO LADO PAR DA RODOVIA SC-477, DISTANTE 2.000 METROS DA SEDE DO MUNICÍPIO, SENTIDO CENTRO - CAPIVARI, CONTENDO SOBRE ESTE UMA JAZIDA MINERAL (REGISTRO DE EXTRAÇÃO Nº 15/06 – PROCESSO DNPM Nº 815.277/06 – E DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO SUJEITA AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL Nº 523303/2019 – INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE - IMA), COM CESSÃO DO MATERIAL EXISTENTE NA JAZIDA (SAIBRO, ARGILA, CASCALHO, ROCHA E/OU GNAISSE) E AUTORIZAÇÃO DE RETIRADA/USO PARA APLICAÇÃO NO REVESTIMENTO PRIMÁRIO E/OU NA MACADAMIZAÇÃO DE ESTRADAS E OUTROS FINS PRECÍPUOS DA SECRETARIA DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2021.

VALOR TOTAL: R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ARTIGO 24, INCISO X, DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93.

Doutor Pedrinho/SC, 17 de fevereiro de 2021.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho



# Entre Rios

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 018/2021

Publicação Nº 2868499

DECRETO N. 018/2021

DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ENTRE RIOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Entre Rios e autorização contida na Lei Municipal nº.805/20 de 11 de dezembro de 2020.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal nº.805/20 de 11/12/2020, no valor de R\$ 1.331,00 (um mil trezentos e trinta e um reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 15 – FUNDO MUNICIPAL SAÚDE

Unidade Orçamentária: 15.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj/Ativ: 2.034 – Manut. das Atividades da Saúde

Despesa: 3.3.93.00 (07) – 0.1.02.0002– Aplicações Diretas ..... R\$ 560,00

Órgão: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade Orçamentária: 03.001 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Proj/Ativ: 2.004 – Manut. das Atividades da Sec. de Administração

Despesa: 3.3.93.00 (09) – 0.1.00.0000– Aplicações Diretas ..... R\$ 771,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias.

Órgão: 15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 15.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj/Ativ: 2.034 – Man. das Atividades de Saúde

Despesa: 3.1.90.00 (04) – 0.1.02.0002 – Aplicações Diretas ..... R\$ 560,00

Órgão: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade Orçamentária: 03.001 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Proj/Ativ: 2.004 – Manut. das Atividades da Sec. de Administração

Despesa: 3.1.90.00 (05) – 0.1.00.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 771,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de Fevereiro de 2021.

JOÃO MARIA ROQUE

PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 019/2021

Publicação Nº 2868502

DECRETO Nº 019/2021

DETERMINA A REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA, ESTABELECE NOVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS NO MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO MARIA ROQUE, Prefeito Municipal de Entre Rios/SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a declaração de emergência em saúde pública de importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando o Decreto Legislativo nº 18.332/2020, de 20 de março de 2020, que declara estado de calamidade pública em Santa Catarina, para fins do disposto no artigo 65 da Lei Complementar nº 101 de 2000;

Considerando o Decreto nº 562, de 17 de abril de 2020, do Governador do Estado de Santa Catarina que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências;

Considerando o Decreto nº 630, de 1º de junho de 2020, do Governador do Estado de Santa Catarina, que altera o Decreto nº 562, de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências;

Considerando o Decreto Estadual nº 1.027, de 18 de dezembro de 2020 que instituiu novas regras para organização das medidas para o enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Estado de Santa Catarina;

Considerado a Nota de Alerta Nº. 003/2021 - DIVE/DIVS/SUV/SES/SC emitida em 12 de fevereiro de 2021 com recomendações relacionadas à prevenção e controle da COVID-19 para Santa Catarina, especialmente para as regiões do Extremo Oeste, Oeste e Xanxerê;

Considerando a deliberação da Comissão de Resposta ao Coronavírus no Município de Xanxerê, em reunião realizada na data de 13 de fevereiro de 2021;

DECRETA:

Art. 1º. Além das medidas restritivas estaduais e municipais vigentes, ficam suspensas no período de 15 de fevereiro a 1º de março de 2021 as seguintes atividades, independentemente de eventual alteração da posição do Município na matriz de risco divulgada pelo Estado de Santa Catarina:

I - atividades esportivas de caráter recreativo, inclusive as escolinhas particulares e programas esportivos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Esportes;

II - eventos e competições esportivas organizados pelo poder público ou pela iniciativa privada;

III - casas noturnas, boates, casas de shows, pubs e afins;

IV - bares, petiscarias, choperias, cervejarias, whiskerias, e outros locais destinados ao consumo predominante de bebidas alcoólicas em qualquer horário;

V - congressos, feiras e exposições;

VI - eventos sociais, compreendendo casamentos, aniversários, jantares, confraternizações, bodas, formaturas, batizados, festas infantis e afins, realizados em espaços comerciais ou residenciais;

VII - igrejas e templos religiosos;

VIII - piscinas de uso coletivo em clubes sociais, parques aquáticos e similares;

§ 1º Fica proibida a permanência de pessoas em praças, vias públicas, pátios de postos de combustíveis e outros espaços onde há risco potencial de ocorrerem aglomerações, especialmente naquelas onde ocorre o compartilhamento de chimarrão e de bebidas em geral.

§ 2º Fica proibido, em estabelecimentos comerciais, clubes e congêneres, atividades coletivas que envolvam jogos de baralho, dominó, sinuca/bilhar, bocha, boliche, entre outros que possam incentivar aglomerações.

§ 3º Fica proibido o uso de equipamentos de amplificação sonora ou instrumentos musicais, bem como a realização de shows, voz e violão e eventos em geral que possam incentivar aglomerações.

§ 4º As lojas de conveniência de postos de combustíveis devem suspender a venda de bebidas alcólicas a partir das 18 horas, diariamente.

Art. 2º. As aulas no território municipal (Municipais/Estaduais/Particulares) começarão a partir do dia 18/02/2021, na forma remota, ao passo que as aulas presenciais começarão a partir do dia 01/03/2021.

Parágrafo único: Em situações excepcionais, em que se verifique que algum aluno demande maior atenção para absorção e desenvolvimento do conteúdo repassado para as atividades remotas, caberá ao respectivo professor detectar o problema e, em conjunto com a Secretaria de Educação, buscar a resolução do problema através de atendimento individual presencial, durante o tempo e a periodicidade que entender necessários.

Art. 3º. No período de 15 de fevereiro a 1º de março de 2021 os restaurantes poderão funcionar exclusivamente nos seguintes horários, desde que atendidas as medidas sanitárias vigentes:

I – das 10:00 às 14:00;

II – das 18:00 às 22:00;

§ 1º. Considera-se atividade de restaurante, para os fins deste decreto, aquela destinada a servir almoço e jantar, nos períodos correspondentes aos horários definidos nos incisos I e II deste artigo.

Art. 4º. Os food trucks e similares passam a funcionar exclusivamente nos sistemas Take Away e Delivery, sendo proibido o consumo no local.

Parágrafo único: Os estabelecimentos descritos no caput poderão atender em horário normal, desde que respeitado o horário máximo de funcionamento às 22 horas.

Art. 5º. O descumprimento do disposto neste Decreto acarretará a responsabilização dos proprietários dos estabelecimentos e constituirá infração sanitária nos termos da Lei Estadual nº 6.320/1983 e Lei Municipal nº 2.008/1993.

Art. 6º. A fiscalização do cumprimento das restrições estabelecidas neste Decreto ficará a cargo Vigilância Sanitária e Defesa Civil Municipal, com apoio dos órgãos de segurança pública.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, 17 de fevereiro de 2021.

JOÃO MARIA ROQUE  
Prefeito Municipal

**EDITAL 004/2021 - FMS**

Publicação N° 2869514

1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 004/2021- FMS****EDITAL DE PREGÃO N° 002/2021****1 - PREÂMBULO**

1.1- O Município de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal Sr. **JOÃO MARIA ROQUE**, comunica que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, pelo critério do menor preço por item, tendo por finalidade **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MÉDICO AMBULATORIAIS, conforme o item 2.1 deste edital**, cujo processamento, direção e julgamento serão realizados pelo Pregoeiro e Equipe de apoio, constituída pelo Decreto n° 9/2021, em conformidade com os preceitos da Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei n° 8.666, de 21 de e 1993, com suas alterações, demais legislação pertinentes, bem como as condições adiante fixadas.

1.2 - O recebimento dos Envelopes n° 01 e n° 02, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até **às 13h30min (horário oficial de Brasília) do dia 26 de fevereiro de 2021**, no Setor de Protocolo desta Prefeitura, no endereço acima indicado.

1.3 - A abertura dos Envelopes n° 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das **13h45min horas (horário oficial de Brasília) do dia 26 de Janeiro de 2021**, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações da Prefeitura de Entre Rios, situada no endereço Rua Pergentino Alberici, n° 152, centro.

1.4 - Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecidos neste Edital.

**2 – OBJETO**

2.1 - A presente licitação tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MÉDICO AMBULATORIAIS, ALEM DE**



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS**

**ATENDIMENTO EM DECORENCIA DA COVID-19, DE ACORDO COM ANEXO I,  
DESTE EDITAL;**

Entre Rios, SC, 15 de fevereiro de 2021.

**JOÃO MARIA ROQUE**

Prefeito Municipal

3



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

ANEXO I  
RELAÇÃO DOS ITENS CONTENDO OS VALORES MÁXIMOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	V. UNIT	V. TOTAL
01	<p><b>SERVIÇOS MEDICOS CLINICO GERAL 40 HORAS SEMANAIS</b></p> <p>O atendimento deverá ser realizado nas Unidades Básicas de Saúde do município, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, cujo expediente será cumprido integralmente de segundas feiras a sextas feiras.</p> <p>Os serviços que serão prestados pelo profissional e de sua obrigação são os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atendimento de Demanda Espontânea de consultas tanto no período da manhã quanto da tarde;</li> <li>• Atendimento a todas as emergências surgidas no horário de expediente e dar os devidos encaminhamentos;</li> <li>• Atuar como Responsável técnico da unidade João Batista Dell Osbel;</li> <li>• Atuar como Médico do Programa Estratégia Saúde da Família;</li> <li>• Atuar como Palestrante de orientação e treinamento, a municípes e servidores;</li> <li>• Atuar nas Visitas domiciliares e de orientação;</li> <li>• Acompanhar a transferência de pacientes do município;</li> <li>• Responder pelo serviço de Regulação (SISREG);</li> <li>• Realizar a consultas periódicas dos Servidores públicos, de forma parcelada e agendada.</li> <li>• Responsável pela demanda de Óbitos ocorridos no município, até mesmo em horário fora do expediente;</li> </ul> <p><b>OBS:</b> Tendo em vista o ultimo item acima, e necessário que o profissional que ira realizar os trabalho, devera obrigatoriamente residir no quadro urbano do município de Entre Rios-SC, a partir do ato da contratação até o termino do mesmo.</p>	MES	12	R\$ 22.500,00	R\$ 270.000,00
02	<p><b>SERVIÇOS MEDICOS CLINICO GERAL 40 HORAS SEMANAIS</b></p> <p>O atendimento deverá ser realizado nas Unidades Básicas de Saúde do município, com carga horária de 40</p>	MES	12	R\$ 21.000,00	R\$ 252.000,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS**

					<p>(quarenta) horas semanais, cujo expediente será cumprido integralmente de segundas feiras a sextas feiras. Os serviços que serão prestados pelo profissional e de sua obrigação são os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atendimento de Demanda Espontânea de consultas tanto no período da manhã quanto da tarde;</li> <li>• Atendimento a todas as emergências surgidas no horário de expediente e dar os devidos encaminhamentos;</li> <li>• Atuar como responsável técnico da unidade João Batista Dell Osbel (<b>em substituição do principal se for necessário de forma temporária</b>);</li> <li>• Atuar como Médico do Programa Estratégia Saúde da Família;</li> <li>• Atuar como Palestrante de orientação e treinamento, a munícipes e servidores;</li> <li>• Atuar nas Visitas domiciliares e de orientação;</li> <li>• Acompanhar a transferência de pacientes do município;</li> <li>• Responder pelo serviço de Regulação (SISREG) (<b>em substituição do principal se for necessário de forma temporária</b>);</li> <li>• Realizar a consultas periódicas dos Servidores públicos, de forma parcelada e agendada.</li> <li>• Responsável pela demanda de Óbitos ocorridos no município, até mesmo em horário fora do expediente (<b>em substituição do principal se for necessário de forma temporária</b>);</li> </ul>				
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

5

## ANEXO II

### MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

Telefone:

e-mail:

À Prefeitura Municipal de Entre Rios, SC.

Credenciamos o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Entre Rios, SC, na modalidade **PREGÃO N° \_\_\_\_/2019**, na qualidade de **REPRESENTANTE LEGAL**, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa \_\_\_\_\_, **bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.**

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

(nome e assinatura do responsável legal)

(CPF ou RG)





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

6

**ANEXO III**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO**  
**TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE – ARTIGO 7º,**  
**XXXIII, CF**

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

Ref.: **PREGÃO N°** \_\_\_\_/2019

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

**Ressalva:** emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

(Observação: **em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.**)

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

(nome e assinatura do responsável legal)

(CPF ou RG)



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

7

#### ANEXO IV

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO VII DO ART. 4º DA LEI Nº 10.520/2002 (\*)

(\*) Este documento deverá ser preenchido e anexado ao Envelope nº 01 – PROPOSTA  
COMERCIAL (pelo lado externo)

#### DECLARAÇÃO

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

Em atendimento ao inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, **DECLARA** que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no **PREGÃO Nº \_\_\_\_/2019**, instaurado pela Prefeitura Municipal de Entre Rios, SC.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

(nome e assinatura do responsável legal)

(CPF ou RG)



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

8

## ANEXO V

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) \_\_\_\_\_, CNPJ nº  
\_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_ (endereço  
completo), declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos  
impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da  
obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

(nome e assinatura do responsável legal)  
(CPF ou RG)



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

9

## ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE O PROPONENTE TEM PLENO  
CONHECIMENTO DO OBJETO LICITADO E ANUÊNCIA DAS EXIGÊNCIAS  
CONSTANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS

(NOME DA EMPRESA) \_\_\_\_\_, CNPJ nº  
\_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_ (endereço  
completo), declara, sob as penas da lei, que está ciente das condições do Edital, sendo  
que anui com todas as condições constantes do Edital e seus anexos.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009.

(nome e assinatura do responsável legal)  
(CPF ou RG)



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

10

## ANEXO VII

### MINUTA DE CONTRATO

#### CONTRATO LICITATÓRIO N° \_\_\_\_/201x

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS** E A  
EMPRESA \_\_\_\_\_, OBJETIVANDO A  
XX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

O **MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS/SC**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 01.612.698/0001-69, com sede na Rua Pergentino Alberici, 152, Centro, na cidade de Entre Rios, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JURANDI DELL OSBEL, portador da Cédula de Identidade RG nº 763.489 e inscrito no CPF/MF sob o nº 065.875.939-68, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ-MF sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, representada neste ato, pelo seu(ua) \_\_\_\_\_, Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no CPF-MF sob o nº \_\_\_\_\_,

doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação modalidade **Pregão nº xxxxx**, e que se regerá pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

XX  
XX

2.1.– O atendimento deverá ser realizado na Unidade Básica de Saúde do município, da livre demanda espontânea, com carga horária de 08 (oito) horas semanais, cujo expediente será



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS**

11

cumprido integralmente nas segundas feiras. Os serviços que serão prestados pelo profissional são os seguintes:

XX  
XX

2.2 – Como responsável profissional pela demanda de óbitos do município, o profissional deverá obrigatoriamente residir no quadro urbano do município de Entre Rios-SC, e assim se disponibilizar a realizar o atendimento em outros horários caso seja necessário, desta forma podendo realizar a compensação de horas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:**

Faz parte Integrante deste Contrato, independente de sua transcrição, as peças constantes do Processo Licitatório nº xxxxxxxx, Pregão nº xxxxxx e seus anexos.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

O presente Contrato terá vigência da assinatura do presente contrato até xxxxxxxx, podendo ser prorrogado a critério da administração, conforme art. 57, II, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL**

Pelo prestação dos serviços previsto(s) na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) conforme descrição abaixo.

**PARÁGRAFO ÚNICO:**

A(s) despesa(s) decorrente(s) do fornecimento do(s), objeto deste Contrato, correrão à conta da(s) seguinte(s) **Dotação(ões) Orçamentária(s)**, prevista(s) na Lei Orçamentária do Exercício de 2017.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

A CONTRATANTE efetuará o pagamento do objeto deste Contrato até 10 dias após a efetiva prestação do serviço e mediante a apresentação das respectivas notas fiscais eletrônicas.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS**

12

**PARÁGRAFO ÚNICO:**

O CONTRATANTE poderá sustar o pagamento, no todo ou em parte, quando não forem respeitadas as normas para a prestação do serviço ou em desacordo com as exigências e especificações estabelecidas neste Contrato e no Processo Licitatório.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A rescisão contratual poderá ser:

- I - determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- II - amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES**

Pelo atraso injustificado na entrega do(s) objeto deste Contrato, sujeita-se a CONTRATADA às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, na seguinte conformidade:

I – Advertência:

II - multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento)

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

V – As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à CONTRATANTE.





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS**

13

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA**

O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

**CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO**

A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em Lei.

**CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES**

Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Xaxim, SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Entre Rios/ SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201x.

**JURANDI DELL OLBEL**

Prefeito

Contratada

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_

02. \_\_\_\_\_

Nome:

Nome:

CPF: CPF

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201x.

(nome e assinatura do responsável legal)

(CPF ou RG)



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

## ANEXO VIII

### MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Nome da Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos produtos/serviços solicitados, objetos da presente licitação, modalidade Pregão Presencial nº \_\_\_\_\_/2018, acatando todas as estipulações consignadas, conforme abaixo:

Item	Descrição.	Quant.	Unid.	Marca	Valor unitário	Valor total

Valor total da proposta (por extenso): R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

Obs. No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Declaramos que os itens ofertados atendem a todas as especificações descritas no edital.

Validade da proposta comercial: \_\_\_\_\_ (no mínimo 60 {sessenta} dias da data-limite para a entrega dos envelopes).

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

# Ermo

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 071, DE 17 DE FEVEREIRO 2021

Publicação Nº 2868305

PORTARIA Nº 071, de 17 de fevereiro 2021.  
Concede férias ao servidor que especifica.

PAULO DELLA VECCHIA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 100, da Lei Complementar nº 039, de 01 de agosto de 2018;

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias de 30 (trinta) dias ao servidor DEODATO DE OLIVEIRA, Matrícula nº 328, referente ao período aquisitivo de 21/06/2019 a 20/06/2020, a serem gozadas de 17 de fevereiro de 2021 a 18 de março de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 17 de fevereiro de 2021.

PAULO DELLA VECCHIA  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAYTON NAZÁRIO AMÉRICO  
Secretário de Administração e Finanças

### TERMO DE RETIFICAÇÃO 01 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 08/2021 – PREGÃO PRESENCIAL

Publicação Nº 2868485

Estado de Santa Catarina  
Município de Ermo

TERMO DE RETIFICAÇÃO 01  
Processo de Licitação nº 08/2021 – Pregão Presencial

O MUNICÍPIO DE ERMO/SC comunica aos interessados que houve alteração no Processo Licitatório nº 08/2021 – Pregão Presencial, que tem por objeto a aquisição de 03 (três) veículos para a Administração Municipal de Ermo/SC, com fundamento no art. 21, § 4, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993:

I - Retificação do Edital – prazo de entrega e abertura dos envelopes (nova data)

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES: Até 02/03/2021

HORÁRIO: Até 08h30min

DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES: Dia 02/03/2021

HORÁRIO: As 08h45min

II - Alteração das características técnicas dos veículos (nova descrição – Item 01):

Veículo novo, tipo hatch, com as seguintes características mínimas: ano/modelo 2021/2021, zero km; motor dianteiro; Combustível: flex (álcool/gasolina); Capacidade de transporte de no mínimo 5 (cinco) passageiros, incluindo o condutor; 04 portas; motorização 1.0; Potência de 75cv (G) e 80 cv (A); câmbio manual (5 marchas) ou automatico; direção elétrica; ar condicionado; freios a disco com ABS e EBD; airbag duplo frontal; capacidade de bagageiro de 250 (duzentos e cinquenta) litros; tanque de combustível 50(quarenta) litros; rodas aro 14; rádio AM/FM, MP3/WMA player, bluetooth; trava e vidros elétricos nas portas com acionamento na chave; cor branca; Distância entre eixos de no mínimo 2400mm; Apoios de cabeça dianteiros e traseiros com regulagem de altura; cintos de segurança traseiros de três pontos; limpador e desembaçador do vidro traseiro; Jogo de tapetes.

III - Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Edital do Processo Licitatório nº 08/2021- Pregão Presencial e seus Anexos, não alterados por este Aviso de Retificação.

Ermo, 17 de fevereiro de 2021.

PAULO DELLA VECCHIA  
Prefeito Municipal

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 088/2021

Publicação Nº 2867315

PORTARIA Nº 088/2021

EXONERA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria EXONERADA a Servidora Municipal RAQUEL APARECIDA DE LIMA ocupante do cargo comissionado de Diretor, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 17 dias do mês de Fevereiro de 2021.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER Prefeito Municipal

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

### PORTARIA Nº 089/2021

Publicação Nº 2867782

PORTARIA Nº 089/2021

ALTERA CARGA HORARIA DE FUNCIONARIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria ALTERADA a carga horaria da Funcionaria Municipal RAQUEL APARECIDA DE LIMA ocupante do cargo de Educador Físico para Academia, de 20 horas semanais para 10 horas semanais, sendo que seu turno de trabalho será no período noturno, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 17 dias do mês de Fevereiro de 2021.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER Prefeito Municipal

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

### PORTARIA Nº 090/2021

Publicação Nº 2867783

PORTARIA Nº 090/2021

REVOGA PORTARIAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei

#### RESOLVE

Art. 1º Fica pela presente REVOGADA AS PORTARIAS Nºs. 028/2017, 128/2017 e 136/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 17 dias do mês de Fevereiro de 2021.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER Prefeito Municipal

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

# Formosa do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL N.º 5230/2021

Publicação Nº 2868059

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 5230, DE 17 DE FEVEREIRO 2021.

ESTABELECE NOVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS NO MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JORGE ANTONIO COMUNELLO, Prefeito Municipal de Formosa do Sul - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 71 inciso IV e XXXII da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o estado de emergência em saúde pública de importância internacional declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o reconhecimento de Calamidade Pública pelo Congresso Nacional, em 20 de março de 2020;

CONSIDERANDO o reconhecimento de Calamidade Pública até 31 de março de 2021 pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a Portaria n. 188 do Ministério da Saúde, que declara emergência em saúde pública de importância internacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID –19);

CONSIDERANDO a Portaria n. 454/GM/MS, que declara em todo o território nacional o estado de transmissão comunitária da COVID-19;

CONSIDERANDO a emissão do Decreto Estadual n. 1.027, de 18 de dezembro de 2020, que institui novas regras para a organização das medidas sanitárias para o enfrentamento da pandemia no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO o interesse público, aliado aos princípios da conveniência e oportunidade que regem os atos do Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO as medidas sugeridas pelo Comitê Municipal de Contingenciamento de Gestão da COVID-19;

CONSIDERANDO a atual taxa de contaminação viral no território do Município de Formosa do Sul, bem como classificação da região Oeste como estado gravíssimo pela Matriz de Risco Potencial;

CONSIDERANDO a atual taxa de ocupação de leitos e UTI's dos hospitais de referência da região Oeste;

CONSIDERANDO as deliberações adotadas em reunião conjunta aos municípios associados à Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina – AMOSC- e ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS AMOSC, em 16 de fevereiro de 2021;

#### DECRETA:

Art. 1º FICAM PROIBIDAS, até o dia 1º de março de 2021, inclusive, em todo o território do Município de Formosa do Sul as seguintes atividades:

I- De consumo no local, em bares, petiscarias, cervejarias, lanchonetes e outros locais destinados ao consumo predominantemente de bebidas alcoólicas.

II- Todas as atividades religiosas presenciais, em templos, igrejas e congêneres, bem como a circulação de “capelinhas”, em qualquer horário em Formosa do Sul/SC;

III- Todas as atividades esportivas de caráter recreativo (futebol, futsal, baralho, sinuca, cinquillo, bocha rolada, e similares);

IV- Todos os eventos e competições esportivas coletivas de caráter amador ou profissional;

V- Todas as atividades de casas noturnas (boates, bailes e congêneres);

VI- Apresentações artísticas de qualquer natureza em bares, restaurantes, eventos sociais e assemelhados (atração musical mecânica e ao vivo);

VII- Eventos de caráter social, de qualquer natureza, realizados por Clubes e Associações privadas;

Art. 2º Os restaurantes localizados no Município de Formosa do Sul poderão funcionar para atendimento do público externo, mediante o atendimento da lotação máxima preconizada pela Secretaria de Estado da Saúde – 50% (cinquenta por cento) das pessoas sentadas –, das 10:00 às 14:00 e 18:00 às 22:00 de cada dia.

§ 1º Considera-se atividade de restaurante, para os fins deste decreto, as pizzarias e lanchonetes e todos aqueles destinados a servirem almoço e jantar, nos horários correspondentes aos definidos no caput.

§ 2º O atendimento deverá atender, rigorosamente, às determinações das autoridades estaduais de saúde relativas à pandemia, especialmente a obrigatoriedade do uso de máscara de proteção facial, disponibilização de álcool gel 70%, e todas as demais estabelecidas pelos protocolos sanitários vigentes.

§ 3º deve-se respeitar, obrigatoriamente, o intervalo de uma mesa ocupada e uma mesa vazia, devendo esta última estar devidamente identificada.

§ 4º A limitação de horário estabelecida no caput não se aplica ao serviço de delivery e tele-entrega.

Art. 3º Fica proibido o consumo de bebidas alcoólicas em áreas públicas e compartilhadas (ruas, praças, passeios, canteiros, estacionamentos, acessos de trevos, áreas vicinais de rodovias, pátios de postos de combustíveis e demais áreas similares).

Art. 4º Fica determinado o fechamento das praças municipais, canchas de bocha, centro de múltiplo uso e demais equipamentos públicos de fácil acesso.

Parágrafo único. Fica, igualmente, proibida a permanência de pessoas nos locais públicos citados.

Art. 5º Fica autorizado o funcionamento de academias, desde que respeitada a ocupação máxima de 30% (trinta por cento) da capacidade, e cumpridas as demais normas sanitárias estaduais para a matéria.

Art. 6º Fica restrito o acesso simultâneo de, no máximo, 02 (duas) pessoas do mesmo grupo familiar aos estabelecimentos comerciais em

geral e espaços públicos (supermercados, lojas e congêneres).

§ 1º Fica estabelecida, na forma da normatização estadual, a limitação de entrada e permanência de pessoas nos estabelecimentos citados no caput a 50% (cinquenta por cento) da capacidade do estabelecimento.

§ 2º Os responsáveis pelos estabelecimentos deverão evitar a formação de filas, bem como providenciar o controle de acesso, marcação de lugares reservados aos clientes, se for o caso, controle da área externa do estabelecimento e a observância da distância mínima de 1,5 metros entre os usuários.

§ 3º Os responsáveis pelos estabelecimentos deverão providenciar a disponibilização de álcool gel 70% para higienização das mãos dos clientes e cobrar a obrigatoriedade do uso de máscara de proteção facial por todos os funcionários e clientes e/ou usuários.

Art. 7º Ficam suspensas até o dia 1º de março de 2021, inclusive, as aulas presenciais e atividade extracurriculares presenciais em toda a rede de ensino de Formosa do Sul/SC, pública e privada, em todos os níveis de ensino.

§ 1º As aulas e atividades extracurriculares a que se refere este artigo poderão ocorrer na forma remota.

§ 2º As atividades dos professores da rede pública municipal continuam normalmente de forma remota devendo cumprir suas jornadas em seus respectivos locais de trabalho.

Art. 8º As determinações previstas neste dispositivo normativo caracterizam normas destinadas a promoção, preservação e recuperação da saúde pública do Município, bem como combate a pandemia e integram o rol de medidas de enfrentamento à emergência internacional de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo Coronavírus – COVID19.

Art. 9º A fiscalização do cumprimento das presentes medidas fica a cargo da Polícia Militar, Polícia Civil e Vigilância Sanitária e Epidemiológica Municipal.

Art. 10. Sem prejuízo de outras sanções de caráter cível, administrativo ou penal, ficam estabelecidas, nos termos da Lei Municipal n.º 268, de 05 de outubro de 2001 (Normas de Saúde em Vigilância Sanitária) e Lei Municipal nº 68, de 09 de agosto de 1994 (Código de Posturas do Município de Formosa Do Sul), as seguintes penalidades pelo descumprimento das medidas de prevenção ao Coronavírus:

I- Pessoa física:

a) multa de R\$ 100,00 (cem reais), por infração, ao munícipe monitorado (suspeito), no caso de descumprimento das medidas de isolamento determinadas pela Secretaria de Saúde do município;

b) multa de R\$ 200,00 (duzentos reais), por infração, ao munícipe contaminado (confirmado), no caso de descumprimento das medidas de isolamento determinadas pela Secretaria de Saúde do município.

II- Pessoa Jurídica:

a) multa de R\$ 300,00 (trezentos reais), por infração, ao estabelecimento que descumprir as medidas de prevenção e combate ao contágio do Coronavírus ou às medidas determinadas pela Secretaria de Saúde do município;

b) no caso de reincidência, nova multa de R\$ 300,00 (trezentos reais), por infração, e cassação do alvará de funcionamento ao estabelecimento que descumprir as medidas de prevenção e combate ao contágio do Coronavírus ou às medidas determinadas pela Secretaria de Saúde do município.

Parágrafo Único. As penalidades previstas neste artigo não excluem outras que a autoridade em saúde ou Fiscal da Vigilância Sanitária entenda pertinentes à situação concreta.

Art. 11 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 5.112 de 02 de dezembro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Formosa do Sul - SC,  
17 de fevereiro de 2021.

JORGE ANTONIO COMUNELLO  
Prefeito Municipal

## DECRETO MUNICIPAL N.º 5231/2021

Publicação Nº 2868677

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 5231, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

“DISPÕE SOBRE ATRIBUIÇÃO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JORGE ANTONIO COMUNELLO, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere Artigo 71, Inciso IV da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com os artigos 21 e 22 da Lei Complementar N.º 19, de 08 de março de 2007.

DECRETA:

Art.1º Fica concedido ao Servidor Público Municipal de Formosa do Sul, DANIMAR TRESSOLDI, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal De Transportes, Obras e Serviços Publico, FUNÇÃO DE CONFIANÇA, no valor de 50% sobre o valor do nível 11, Grupo SEG (Serviços Gerais), sob a denominação de Coordenador das Atividades de Interesse Público, nível FC-3.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste decreto correrão por conta do Orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 17 de fevereiro de 2021.

JORGE ANTONIO COMUNELLO  
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

**EXTRATO CONTRATUAL N.º 021/2021**

Publicação N° 2868845

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE FORMOSA DO SUL

EXTRATO CONTRATUAL

CONTRATO ADM. N.º: 021/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

CONTRATADO: CELSO DEVISE

OBJETO: O objeto do presente contrato é a AQUISIÇÃO DE CASCALHO, a ser retirado pela CONTRATANTE, conforme necessidade, de uma área rural de 1.666,67 M² do imóvel de propriedade do CONTRATADO, matriculada sob o nº 02.480, situada na localidade de Linha Santa Inês, interior do Município de Formosa do Sul/SC.

VIGÊNCIA: 17/02/2021 à 31/12/2021

FORMOSA DO SUL, 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

JORGE ANTONIO COMUNELLO

PREFEITO MUNICIPAL



# Forquilha

## PREFEITURA

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF 03/2021

Publicação Nº 2867822

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 03/2020

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 116/2019  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – KAMILLA CONST. E TRANSP. LTDA ME

DO OBJETO – O presente contrato tem por objetivo, a contratação de empresa especializada para finalização da construção da Escola de Educação Básica - Jardim Eldorado, localizada na Avenida dos Papagaios, Bairro Santa Líbera, Município de Forquilha/SC, conforme Projeto Espaço Educativo II do Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação - FNDE.

DO PRAZO – Fica acrescido 120 (cento e vinte) dias no prazo de execução de serviços, objeto do Contrato nº. 116/PMF/2019 passando de 03/02/2021 para 03/06/2021 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 02/06/2026.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93, Tomada de Preço nº 111/2019

DATA DA ASSINATURA – 20 de janeiro de 2021.

JOSE CLAUDIO GONÇALVES  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF 10/2021

Publicação Nº 2868285

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 10/2021

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 123/2019  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – SETEP CONSTRUÇÕES S.A.

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de pavimentação asfáltica das Ruas José Feltrin no Bairro Vila Feltrin e Avenida Euclides Bortolotto no Bairro Santa Cruz, Município de Forquilha/SC, conforme Financiamento à Infraestrutura e Saneamento (FINISA), Contrato nº. 0519541 – DV: 33.

Lote 01: Execução dos serviços de pavimentação asfáltica da Avenida Euclides Bortolotto no Bairro Santa Cruz, Município de Forquilha/SC, com extensão de 1.165,52 metros (linear).

Lote 02: Execução dos serviços de pavimentação asfáltica da Rua José Feltrin no Bairro Vila Feltrin, Município de Forquilha/SC, com extensão de 305,03 metros (linear).

DO PRAZO – Fica acrescido 120 (cento e vinte) dias no prazo de execução do lote 01 e 02, das obras objeto do Contrato nº. 123/PMF/2019, nos moldes da solicitação da empresa Contratada, conforme segue:

LOTE 01: prazo de execução fica prorrogado de 03/03/2021 para 01/07/2021;

LOTE 02: prazo de execução fica prorrogado de 03/03/2021 para 01/07/2021;

Fica prorrogada a vigência do contrato para 30/06/2026 (último prazo de execução + garantia).

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 11 de fevereiro de 2021.

JOSE CLAUDIO GONÇALVES  
Prefeito Municipal

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 19/PMF/2021**

Publicação Nº 2867810

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 19/PMF/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADA: TRANSPORTES COLETIVOS SÃO MARCOS LTDA.

OBJETO: Aquisição de passagens de ônibus do sistema de transporte coletivo urbano municipal, para serem utilizados pelos alunos da rede municipal e estadual (convênio), do ensino fundamental e ensino médio do Município de Forquilha/SC, durante o exercício de 2021.

VALOR ESTIMADO: R\$ 1.198.500,00 (um milhão cento e noventa e oito mil e quinhentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, inciso I da Lei 8666/93.

JUSTIFICATIVA: A empresa contratada por meio deste ato de Inexigibilidade de Licitação se apresenta apta a prestar o serviço proposto cumprindo com o objeto de interesse público. A contratação da referida empresa é imprescindível pois a mesma tem exclusividade na exploração do transporte coletivo no Município de Forquilha, conforme Contrato de Concessão nº. 01/PMF/2005, Termo Aditivo nº. 122/PMF/2015. O valor desta Inexigibilidade está embasado pela Lei Municipal nº. 2.138 de 20/11/2015 e Decreto Municipal nº. 206 de 24/09/2018.

DESPACHO FINAL: de acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e levando em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Procuradoria-Geral do Município, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com Art. 25, inciso I da Lei 8666/93.

Forquilha/SC, 17 de fevereiro de 2021.

JOSÉ CLAUDIO GONÇALVES

Prefeito Municipal

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0007\_2021- PMF - ALAMBRADO CEMITERIO

Publicação Nº 2868759

AVISO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0007/2021 – PMF  
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0023/2021 – PMF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

O Município de Fraiburgo (SC), torna público a Dispensa de Licitação nº 0007/2021, Contratação de empresa para execução do Alamedramento no Cemitério Municipal, localizado na Av. Miguel Novicki s/n na Cidade em Fraiburgo-SC, incluindo fornecimento de materiais, conforme projetos, memorial descritivo e quantitativos (ANEXOS ao PAL) e parte dele integrante. Com fulcro no artigo 24, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93. Contratada: ESQUADRIAS SANTA MONICA EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 18.200.111/0001-07. Valor Total: R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Fraiburgo(SC), 17 de fevereiro de 2021.

Wilson Ribeiro Cardoso Junior– Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 039 - 2021

Publicação Nº 2868571

DECRETO Nº 039, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR, Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 2290, de 29 de abril de 2015 e Lei Municipal nº 2394, de 14 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º. Nomeia membros para compor o Conselho Municipal de Saúde e Saneamento, com mandato de 2 (dois) anos:

I – Representantes dos Prestadores de Serviços de Saúde (25%):

a) Executivo Municipal:

Titular: Edson Luiz Medeiros

Suplente: Indaiara Viero Perazzoli

Titular: Ricardo Meyer

Suplente: Andréa Puhl

b) Hospital Municipal:

Titular: Flaviana Ribeiro de Deis

Suplente: Giana Vescovi Zimmermann Candido

c) Corpo de Bombeiro Militar

Titular: Diego Trombeta

Suplente: Everton Kleinubing Kafer

d) Engelix

Titular: Ederson Antônio de Cezaro

Suplente: Adriano José Welter

II - Representantes dos Profissionais de Saúde e Saneamento (25%):

a) Nível Superior:

Titular: Ana Paula Rodrigues Alves (Enfermeira)

Suplente: Daiana Ciesca (Enfermeira)

Titular: Franz Shimoya Junior (Dentista)

Suplente: Bruna Joana Matias (Dentista)

Titular: Alessandro Fusatto Neto (Médico)

Suplente: Marcel Calixto Mainardes (Médico)

Titular: Charles Weider Silveira dos Santos (Engenheiro Sanitarista)

Suplente: Eduarda Pruner (Assistente Administrativo)

## b) Nível Médio:

Titular: Elaine Silveira Frigotto (Técnica em Enfermagem)

Suplente: Lais Perazzoli Serafini (Técnica em Enfermagem)

## III- Representantes dos Usuários (50%):

## a) ACIAF- Associação Empresarial de Fraiburgo:

Titular: Fábio Dutra

Suplente: Elizabete Zenere

## b) CDL- Câmara de Dirigentes Lojistas de Fraiburgo:

Titular: Antonio Marcos Xavier

Suplente: Guilherme Emanuel Techio

## c) Rede Feminina de Combate ao Câncer de Fraiburgo:

Titular: Divair Edina Posanske

Suplente: Maria Eduarda Nascimento Barrachini

## d) Associação de Moradores do Bairro São Miguel:

Titular: Antonio Rogerio dos Santos

Suplente: Lauri Anderson

## e) Associação de Moradores do Bairro Santo Antonio:

Titular: Adão Vieira Padilha

Suplente: Eder Prates Serafini Vieira

## f) APAE- Associação de Pais e amigos dos Excepcionais de Fraiburgo:

Titular: Carolina Fumagalli Tasca Hoffmann

Suplente: Monica Dal Magro Perazzoli

## g) Pastoral da Saúde:

Titular: Paulo Roberto Posonski

Suplente: Irene Rinaldi Peretti

## h) ASAPREV- Associação de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social de Fraiburgo:

Titular: Maria Lúcia Oechsler da Silva

Suplente: Onori Cendron

## i) SITRUFRAI- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fraiburgo:

Titular: Oracir Ferreira de Deus

Suplente: Osenir Ribeiro

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC, 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR

Prefeito Municipal

RUI CARLOS BRAUN

Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3415 de 18/02/2021, disponibilizada no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

**DECRETO Nº 040 - 2021**

Publicação Nº 2868574

DECRETO Nº 040, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

NOMEIA GESTOR DA PARCERIA PREVISTA NA LEI FEDERAL 13.019/2014 E SUAS ALTERAÇÕES FIRMADA COM ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E RECREATIVA CULTURAL DE FRAIBURGO - ADRC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR, Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; especialmente as que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações posteriores, em seus artigos 61 e 62 e demais disposições legais aplicáveis.

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica nomeado o Sr. Paulo Roberto Balestrin, ocupante do cargo comissionado de Assessor de Superintendência da Fundação Municipal de Esportes e Fazer - FME, como Gestor, para controle e fiscalização da parceria entre a Administração Pública de Fraiburgo e Associação Desportiva e Recreativa Cultural de Fraiburgo - ADRC, em regime de mútua cooperação, para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, de acordo com o Termo de colaboração nº 0002/2020.

Art. 2º. O Gestor da Parceria terá por atribuições as contidas na Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações posteriores, especialmente os artigos 61 a 62, e demais dispositivos legais aplicáveis, bem como as previsões contidas no Termo de colaboração nº 0002/2020.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 077 de 27 de março de 2020.

**GABINETE DO PREFEITO**

FRAIBURGO, SC, 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR

Prefeito Municipal

RUI CARLOS BRAUN

Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3415 de 18/02/2021, disponibilizada no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

**DECRETO Nº 041 - 2021**

Publicação Nº 2868583

DECRETO Nº 041, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

NOMEIA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO QUE REALIZARÁ O ACOMPANHAMENTO TÉCNICO E FINANCEIRO DO PLANO DE TRABALHO, DO TERMO DE COLABORAÇÃO, PREVISTO NA LEI Nº 13.019/2014 FIRMADO COM A ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E RECREATIVA CULTURAL DE FRAIBURGO - ADRC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR, Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; especialmente as que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão de Monitoramento e Avaliação no Município, para o acompanhamento da parceria firmada entre a Administração Pública de Fraiburgo e a Associação Desportiva e Recreativa Cultural de Fraiburgo - ADRC, (termo de colaboração 0002/2020 - PMF), em regime de mútua cooperação, para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, sendo assim constituída:

I – Valdeci Lopes Antunes Júnior

II – Alexsandro Ribeiro das Almas

III – Jean Carlos de Andrade

Art. 2º. A comissão terá por atribuições as contidas na Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações, observadas as demais previstas nos chamamentos públicos que serão lançados pela Administração Pública de Fraiburgo.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 078 de 27 de março de 2020.

**GABINETE DO PREFEITO**

FRAIBURGO, SC, 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR

Prefeito Municipal

RUI CARLOS BRAUN

Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3415 de 18/02/2021, disponibilizada no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

## DECRETO Nº 042 - 2021

Publicação Nº 2868590

DECRETO Nº 042, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

NOMEIA GESTOR DA PARCERIA PREVISTA NA LEI FEDERAL 13.019/2014 E SUAS ALTERAÇÕES FIRMADA COM ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA, CULTURAL E RECREATIVA FRAIBURGO FUTSAL - ACREF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR, Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; especialmente as que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações posteriores, em seus artigos 61 e 62 e demais disposições legais aplicáveis.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o Sr. Paulo Roberto Balestrin, ocupante do cargo comissionado de Assessor de Superintendência da Fundação Municipal de Esportes e Fazer - FME, como Gestor, para controle e fiscalização da parceria entre a Administração Pública de Fraiburgo e Associação Desportiva, Cultural e Recreativa Fraiburgo Futsal - ACREF, em regime de mútua cooperação, para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, de acordo com o Termo de colaboração nº 0001/2019.

Art. 2º. O Gestor da Parceria terá por atribuições as contidas na Lei Federal n. 13.019/2014 e suas alterações posteriores, especialmente os artigos 61 a 62, e demais dispositivos legais aplicáveis, bem como as previsões contidas no Termo de colaboração n. 0001/2019.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 086 de 01 de abril de 2019.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC, 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR

Prefeito Municipal

RUI CARLOS BRAUN

Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3415 de 18/02/2021, disponibilizada no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

## DECRETO Nº 043 - 2021

Publicação Nº 2868595

DECRETO Nº 043, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

NOMEIA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO QUE REALIZARÁ O ACOMPANHAMENTO TÉCNICO E FINANCEIRO DO PLANO DE TRABALHO, DO TERMO DE COLABORAÇÃO, PREVISTO NA LEI Nº 13.019/2014 FIRMADO COM A ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA, CULTURAL E RECREATIVA FRAIBURGO FUTSAL - ACREF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR, Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; especialmente as que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n. 13.019/2014 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão de Monitoramento e Avaliação no Município, para o acompanhamento da parceria firmada entre a Administração Pública de Fraiburgo e a Associação Desportiva, Cultural e Recreativa Fraiburgo Futsal – ACREF, (termo de colaboração 0001/2019 – PMF), em regime de mútua cooperação, para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, sendo assim constituída:

I – Valdeci Lopes Antunes Júnior

II – Alexsandro Ribeiro das Almas

III – Jean Carlos de Andrade

Art. 2º. A comissão terá por atribuições as contidas na Lei Federal n. 13.019/2014 e suas alterações, observadas as demais previstas nos chamamentos públicos que serão lançados pela Administração Pública de Fraiburgo.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 087 de 01 de abril de 2019.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR  
Prefeito Municipal

RUI CARLOS BRAUN  
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3415 de 18/02/2021, disponibilizada no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

## DECRETO Nº 044 - 2021

Publicação Nº 2868601

DECRETO Nº 044, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

NOMEIA GESTOR DA PARCERIA PREVISTA NA LEI FEDERAL 13.019/2014 E SUAS ALTERAÇÕES FIRMADA COM ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL CHUTE CERTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR, Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; especialmente as que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações posteriores, em seus artigos 61 e 62 e demais disposições legais aplicáveis.

### DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o Sr. Paulo Roberto Balestrin, ocupante do cargo comissionado de Assessor de Superintendência da Fundação Municipal de Esportes e Fazer - FME, como Gestor, para controle e fiscalização da parceria entre a Administração Pública de Fraiburgo e Associação Desportiva e Cultural Chute Certo, em regime de mútua cooperação, para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, de acordo com o Termo de colaboração nº 0001/2020.

Art. 2º. O Gestor da Parceria terá por atribuições as contidas na Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações posteriores, especialmente os artigos 61 a 62, e demais dispositivos legais aplicáveis, bem como as previsões contidas no Termo de colaboração nº 0001/2020.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 075 de 27 de março de 2020.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR  
Prefeito Municipal

RUI CARLOS BRAUN  
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3415 de 18/02/2021, disponibilizada no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

## DECRETO Nº 045 - 2021

Publicação Nº 2868608

DECRETO Nº 045, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

NOMEIA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO QUE REALIZARÁ O ACOMPANHAMENTO TÉCNICO E FINANCEIRO DO PLANO DE TRABALHO, DO TERMO DE COLABORAÇÃO, PREVISTO NA LEI Nº 13.019/2014, FIRMADA COM A ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL CHUTE CERTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR, Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; especialmente as que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações.

### DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão de Monitoramento e Avaliação no Município, para o acompanhamento da parceria firmada entre a Administração Pública de Fraiburgo e a Associação Desportiva e Cultural Chute Certo, (termo de colaboração 0001/2020 – PMF), em regime de mútua cooperação, para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, sendo assim constituída:

- I – Valdeci Lopes Antunes Júnior
- II – Alexsandro Ribeiro das Almas
- III – Jean Carlos de Andrade



Art. 2º. A comissão terá por atribuições as contidas na Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações, observadas as demais previstas nos chamamentos públicos que serão lançados pela Administração Pública de Fraiburgo.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 076 de 27 de março de 2020.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR  
Prefeito Municipal

RUI CARLOS BRAUN  
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3415 de 18/02/2021, disponibilizada no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

## PORTARIA 05312021

Publicação Nº 2868663

PORTARIA Nº 0531, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Determina Abertura de Processo Administrativo e Nomeia Comissão Especial

O Prefeito Municipal de Fraiburgo no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar nº 109/2010; e em conformidade com o Despacho contido no Processo Administrativo 0457/2021;

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo, para apuração dos fatos contidos no Processo Administrativo 0457/2021, fixando o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão, podendo ser prorrogado.

Art. 2º. Nomear, para integrarem a Comissão Especial, os servidores públicos abaixo relacionados:

I – SILVANO PELISSARO;  
II – SIMARA CRISTINA FERREIRA DE DEUS SARTURI;  
III – SIGHARD EGON SEIDEL.

Parágrafo Único: Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades funcionais durante os trabalhos de coleta de provas em geral, bem como para a elaboração do relatório final.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de fevereiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR  
Prefeito Municipal

RUI CARLOS BRAUN  
Secretário de Administração e Planejamento

## PORTARIA 05322021

Publicação Nº 2868668

PORTARIA Nº 0532, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Concede Afastamento para Exercício de Mandato Eletivo a Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 99 da Lei Complementar Municipal nº 0109, de 03 de Março de 2010; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 0347/2021;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder afastamento para exercício de Mandato Eletivo, sem direito a remuneração à servidora TATIANA CARLA SCALABRIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 001.084.979-33, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR LP, matrícula funcional 4626, com carga horária de 20 horas semanais, no

período de 03 de fevereiro de 2021 até 31 de dezembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2021, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de fevereiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR  
Prefeito Municipal

RUI CARLOS BRAUN  
Secretário de Administração e Planejamento

## **PORTARIA 05332021**

Publicação Nº 2868670

PORTARIA Nº 0533, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido a servidora KAROLINE CONTE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 076.548.829-98, nomeada no cargo de provimento de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 17 de fevereiro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de fevereiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR  
Prefeito Municipal

RUI CARLOS BRAUN  
Secretário de Administração e Planejamento

## **PORTARIA 05342021**

Publicação Nº 2868672

PORTARIA Nº 0534, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 04 de novembro de 2020, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 17/2021 oriunda da Secretaria de Ação Social;

Considerando que foram efetivados 02 servidores para o cargo de Monitor Social; considerando a oscilação de crianças que ficam abrigadas na Casa Lar Célio Thibes dos Santos, e que por este motivo não é prudente a efetivação de mais servidores neste cargo, e considerando a forma dos horários de trabalho dos monitores sociais que é de 12x36;

Considerando que foram abrigados mais 2 (dois) adolescentes na Casa Lar;

Considerando a necessidade dos serviços de Monitor Social, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário KAROLINE CONTE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 076.548.829-98, na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de fevereiro de 2021 até 31 de março de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de fevereiro de 2021.  
WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR  
Prefeito Municipal

RUI CARLOS BRAUN  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 05352021**

Publicação N° 2868676

PORTARIA N° 0535, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.  
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de PATRICIA MENEGAZZO GONÇALVES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 086.448.789-48, contratada em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 17 de fevereiro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de fevereiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR  
Prefeito Municipal

RUI CARLOS BRAUN  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 05362021**

Publicação N° 2868679

PORTARIA N° 0536, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 04 de novembro de 2020, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 17/2021 oriunda da Secretaria de Ação Social;

Considerando que a Sra. Patricia Menegazzo Gonçalves já é servidora desta municipalidade contratada na função de Monitor Social através do edital 0011/2019, portanto estará somente trocando de edital;

Considerando que foram efetivados 02 servidores para o cargo de Monitor Social; considerando a oscilação de crianças que ficam abrigadas na Casa Lar Célio Thibes dos Santos, e que por este motivo não é prudente a efetivação de mais servidores neste cargo, e considerando a forma dos horários de trabalho dos monitores sociais que é de 12x36; considerando que foram abrigados mais 2 (dois) adolescentes na Casa Lar;

Considerando a necessidade dos serviços de Monitor Social, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário PATRICIA MENEGAZZO GONÇALVES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 086.448.789-48, na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de fevereiro de 2021 até 31 de março de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de fevereiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR  
Prefeito Municipal

RUI CARLOS BRAUN  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 05372021**

Publicação Nº 2868681

PORTARIA Nº 0537, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 04 de novembro de 2020, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 17/2021 oriunda da Secretaria de Ação Social;

Considerando que foram efetivados 02 servidores para o cargo de Monitor Social; considerando a oscilação de crianças que ficam abrigadas na Casa Lar Célio Thibes dos Santos, e que por este motivo não é prudente a efetivação de mais servidores neste cargo, e considerando a forma dos horários de trabalho dos monitores sociais que é de 12x36;  
Considerando que foram abrigados mais 2 (dois) adolescentes na Casa Lar;

Considerando a necessidade dos serviços de Monitor Social, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CLAUDIA APARECIDA RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 049.508.279-10, na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de fevereiro de 2021 até 31 de março de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de fevereiro de 2021.  
WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR  
Prefeito Municipal

RUI CARLOS BRAUN  
Secretário de Administração e Planejamento

**TERMO DE CONVOCAÇÃO EMANUELI CARISE FRANÇA**

Publicação Nº 2868684

**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Sr (a) EMANUELI CARISE FRANÇA

Cargo: Agente de Combate às Endemias  
Classificação: 1º lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº 009 de 04 de novembro de 2020 e seu resultado homologado pelo Decreto nº 006/2021, convocamos-lhe a comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de Agente de Combate às Endemias na vaga onde o município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 3 dias do Recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de Agente de Combate às Endemias ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação.

Entrega da cópia dos mesmos no setor RH:

a) 01 foto ¾ recente;	k) Atestado de Saúde Ocupacional;
b) Carteira Profissional;	l) Diploma de Formação Escolar;
c) Cartão PIS/PASEP;	m) Conta Bancária (BRADESCO);
d) CPF;	n) Endereço Completo (fatura de água, luz ou telefone)
e) Identidade;	o) Comprovante de Imunização
f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;	
g) Certificado de Reservista (somente para Homens)	
h) Registro Civil de Nascimento ou Casamento;	
i) Registro dos Filhos menores de 14 anos;	
j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;	

Fraiburgo, SC, 17/02/2021

Declaro que recebi e estou ciente da presente convocação.

Em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_  
EMANUELI CARISE FRANÇA

**TERMO DE CONVOCAÇÃO ETIENNE CRISTINA SINZKER SANTOS**

Publicação Nº 2868686

**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Sr (a) ETIENNE CRISTINA SINZKER SANTOS

Cargo: Médico Pediatra

Classificação: 1º lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº 009 de 04 de novembro de 2020 e seu resultado homologado pelo Decreto nº 006/2021, convocamos-lhe a comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de Médico Pediatra na vaga onde o município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 3 dias do Recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de Médico Pediatra ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação.

Entrega da cópia dos mesmos no setor RH:

a) 01 foto ¾ recente;	
k) Atestado de Saúde Ocupacional;	
b) Carteira Profissional;	l) Diploma de Formação Escolar;
c) Cartão PIS/PASEP;	m) Conta Bancária (BRADESCO);
d) CPF;	n) Endereço Completo (fatura de água, luz ou telefone)
e) Identidade;	o) Comprovante de Imunização
f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;	
g) Certificado de Reservista (somente para Homens)	
h) Registro Civil de Nascimento ou Casamento;	
i) Registro dos Filhos menores de 14 anos;	
j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;	

Fraiburgo, SC, 17/02/2021

Declaro que recebi e estou ciente da presente convocação.

Em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

ETIENNE CRISTINA SINZKER SANTOS

## Frei Rogério

## PREFEITURA

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 28-2021-TRANSPORTE ESCOLAR-FREITUR

Publicação Nº 2868266

## EXTRATO

CONTRATO Nº 28/2021

Processo Administrativo nº 01/2021

Pregão Presencial nº 01/2021

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC

Contratante: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC

CNPJ: 01.616.039/0001-09

Contratada: FREITUR TRANSPORTES COLETIVO LTDA

CNPJ: 08.597.850/0001-20

Objeto: O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada, para efetuar transporte de alunos do ensino fundamental e médio regularmente matriculados na rede municipal do município de Frei Rogério.

Item	Descrição	Und	Km estimado	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
1	<p><b>LINHA 01 – NÚCLEO TRITÍCOLA:</b></p> <p>Itinerário - período matutino: Frei Rogério, Estrada Geral do Núcleo Tritícola, Kalico, Lau Mello, Escola Ângelo Ferrarez, Vilmar Ende, Linha Rinaldi, Linha Maciel, Lote 14, Taquaruçu (Canhada Funda) Frei Rogério (destino). Destino: Escola Estadual Urbano Salles, Centro Municipal Adolfo Soletti e CMEI.</p> <p>Itinerário – (meio dia): Frei Rogério, Taquaruçu (Canhada Funda), Lote 14, Linha Maciel, Linha Rinaldi, Escola Ângelo Ferrarez, Lau Mello, Kalico, Escola Irmã Florentina, Estrada geral Núcleo Tritícola, Frei Rogério, (destino).</p> <p>Itinerário – período vespertino: Frei Rogério, Taquaruçu (Canhada Funda), Lote 14, Linha Maciel, Linha Rinaldi, Escola Ângelo Ferrarez, Vilmar Ende, Lau Mello, Kalico, Núcleo Tritícola, Frei Rogério (destino).</p> <p>Veículo: 40 lugares (capacidade mínima)</p>	KM	24.395	6,54	159.543,30
2	<p><b>LINHA 02 – SEDE SÃO JOSÉ</b></p> <p>Itinerário – período matutino: Frei Rogério, São José, Miúra, Dino, Caixa da água João Franz, Agenor Almeida, São José, Ponte divisa Monte Carlo, Frei Rogério (destino). Destino: Escola Estadual Urbano Salles, Centro Municipal Adolfo Soletti e CMEI, CRAS.</p> <p>Itinerário – (meio dia): Frei Rogério, São José, Ponte divisa Monte Carlo, Agenor Almeida, Caixa da água João Franz, Dino, Miúra, Rogério Machry, Frei Rogério (destino).</p> <p>Itinerário – período vespertino: Frei Rogério, São José, Ponte divisa Monte Carlo, Agenor Almeida, Caixa da água João Franz, Dino, Miúra, Rogério Machry, Frei Rogério.</p> <p>Veículo: 40 lugares (capacidade mínima).</p>	KM	25.215	6,54	164.906,10
3	<p><b>LINHA 03 – ÍNDIO GALDINO, TAQUARUÇU DE BAIXO.</b></p> <p>Itinerário - matutino: Frei Rogério, Índio Galdino, Taquaruçu de Baixo, Dino, Linha Ferreira, Frei Rogério (destino). Destino: Escola Estadual Urbano Salles, Centro Municipal Adolfo Soletti e CMEI.</p> <p>Itinerário – (meio dia): Frei Rogério, Linha Ferreira, Dino, Taquaruçu de Baixo, Índio Galdino, Frei Rogério (destino).</p> <p>Itinerário – período vespertino: Frei Rogério, Linha Ferreira, Dino, Taquaruçu de Baixo, Índio Galdino, Frei Rogério.</p> <p>Veículo: 24 lugares (capacidade mínima).</p>	KM	31.365	4,89	153.374,85

7	<p><b>LINHA 07 – NÚCLEO TRITÍCOLA/CELSE RAMOS:</b>  <b>Itinerário - matutino:</b> Frei Rogério, Núcleo Tritícola, Celso Ramos, Frei Rogério.  <b>Destino:</b> Escola Estadual Urbano Salles, Centro Municipal Adolfo Soletti e CMEI.  <b>Itinerário - (meio dia):</b> Frei Rogério, Celso Ramos, Linha Reserva, Núcleo Tritícola, Lote 14 Frei Rogério.  <b>Itinerário - vespertino:</b> Frei Rogério, Celso Ramos, Linha Reserva, Núcleo Tritícola, Frei Rogério  <b>Veículo:</b> 40 Lugares (capacidade mínima)  <b>Obs:</b> Para esta linha é exigido a contratação de monitor de transporte escolar</p>	KM	18.450	6,54	120.663,00
9	<p><b>LINHA 09 – FREI ROGÉRIO/TAKASHI CHONAN</b>  <b>ITINERÁRIO – MATUTINO:</b> Frei Rogério, Ivo Rutz, Antônio Alberton, Nelsinha Biehlas, Valdir Giazsoni, Claudio Novacoski, Mercado Santo Antônio, Locks Bar, Takashi Chonan, Frei Rogério (Destino).  <b>DESTINO:</b> Centro Municipal Irmã Florentina, Escola Estadual Urbano Salles, Centro Municipal Adolfo Soletti E CMEI - Meus Primeiros Passos.  <b>ITINERÁRIO – (MEIO DIA):</b> Frei Rogério, Ivo Rutz, Antônio Alberton, Nelsinha Biehlas, Valdir Giazsoni, Claudio Novacoski, Mercado Santo Antônio, Locks Bar, Takashi Chonan, Caetano Vezaro, Frei Rogério (Destino).  <b>ITINERÁRIO – VESPERTINO:</b> Frei Rogério, Ivo Rutz, Antônio Alberton, Nelsinha Biehlas, Valdir Giazsoni, Claudio Novacoski, Mercado Santo Antônio, Locks Bar, Takashi Chonan, Caetano Vezaro, Frei Rogério.  <b>VEICULO:</b> 40 Lugares (Capacidade mínima)</p>	KM	19.065	6,54	124.685,10
Valor Estimado R\$					723.172,35

Vigência: 08/02/2021 á 31/12/2021

Jair da Silva Ribeiro  
 Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 29-2021-TRANSPORTE ESCOLAR-MARCOS RODRIGO**

Publicação Nº 2868277

EXTRATO  
 CONTRATO Nº 29/2021

Processo Administrativo nº 01/2021  
 Pregão Presencial nº 01/2021

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC  
 Contratante: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC  
 CNPJ: 01.616.039/0001-09  
 Contratada: MARCOS RODRIGO MOREIRA 04343739902  
 CNPJ: 31.233.615/0001-91

Objeto: O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada, para efetuar transporte de alunos do ensino fundamental e médio regularmente matriculados na rede municipal do município de Frei Rogério.

Item	Descrição	Und	Km estimado	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
5	<p><b>LINHA 05 – NÚCLEO TRITÍCOLA/COAB</b>  <b>Itinerário – matutino:</b> Núcleo Tritícola, Gídio De Lorenzi, Neri Felisbino, Otávio Tartere, Fazenda Pelizzaro, Ângelo Ferrarezi, Vilmar Ender, Maiume Inco Zager, Adejair Maciel, Eugenio St-pp, Rodrigo Maciel, Valdomiro Vaz, Erico Coller, Centro Municipal Irmã Florentina, Graziela Furlan coab, retorna ao Centro Municipal Irmã Florentina.  <b>Destino:</b> Centro Municipal Irmã Florentina.  <b>Itinerário - vespertino:</b> Centro Municipal Irmã Florentina, Graziela Furlan, Coab, Erico Coller, Valdomiro Vaz, Eugenio Stupp, Rodrigo Maciel, Adejair Maciel, Inco Zager, Vilmar Ender, Maiume, Ângelo Ferrarezi, Fazenda Pelizzaro, Otavio Tartere, Neri Felisbino, Gídio De Lorenzi, Núcleo Tritícola.  <b>Veículo:</b> 12 lugares (capacidade mínima)</p>	KM	12.177	3,80	46.272,60
Valor Estimado R\$					46.272,60

Vigência: 08/02/2021 á 31/12/2021

Jair da Silva Ribeiro  
 Prefeito Municipal



**EXTRATO-CONTRATO Nº 31-2021-CRED. 01-2020-CIRURGIA CARD. DA SERRA**

Publicação Nº 2867768

**EXTRATO**

CONTRATO Nº 31/2021

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIOContratante: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC  
CNPJ: 01.616.039/0001-09  
Contratado: CIRURGIA CARDÍACA DA SERRA CATARINENSE LTDA  
CNPJ: 30.291.364/0001-39

Objeto: O presente contrato tem por objetivo a contratação de pessoa física ou jurídica, interessadas na prestação de serviços de consultas, procedimentos médicos, exames clínicos e laboratoriais aprovados pelo Conselho Municipal de Saúde e homologados pelo Decreto nº 1050/2021 para ano de 2021 e os seguintes, observando o limite de prazo estabelecido pela lei 8.666/93 para a contratação de serviços a serem prestados de forma continuada.

**Valores:**

1 – Consultas Médicas;		
Item	Descrição	Valor Unitário R\$
1.7	Endocrinologista	100,00

Vigência: 17/02/2021 à 31/12/2021.

Jair da Silva Ribeiro  
Prefeito Municipal

# Garopaba

## PREFEITURA

### AVISO DE LOTE DESERTO PE074/2020

Publicação Nº 2867936

AVISO DE LOTE DESERTO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2020  
PROCESSO Nº 029/2020

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que restou DESERTO o LOTE 03 do Pregão Eletrônico nº 074/2020, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC em 09/10/2020 e retificado em 20/10/2020 e realizado às 14h10min do dia 03/11/2021, que teve por objeto o registro de preço para aquisição parcelada de materiais de enfermagem para atender demanda das unidades básicas de saúde do município de Garopaba.

Garopaba, 17 de fevereiro de 2021.

Ana Carolina Pereira  
Pregoeira

### AVISO DE LOTES FRACASSADOS PE074/2020

Publicação Nº 2867937

AVISO DE LOTES FRACASSADOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2020  
PROCESSO Nº 029/2020

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que restaram FRACASSADOS os LOTES 06, 07, 11, 14, 15 e 17 do Pregão Eletrônico nº 074/2020, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC em 09/10/2020 e retificado em 20/10/2020 e realizado às 14h10min do dia 03/11/2021, que teve por objeto o registro de preço para aquisição parcelada de materiais de enfermagem para atender demanda das unidades básicas de saúde do município de Garopaba.

Garopaba, 17 de fevereiro de 2021.

Ana Carolina Pereira  
Pregoeira

### AVISO DE REVOGAÇÃO DE LOTES PE074/2020

Publicação Nº 2867933

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LOTES DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2020  
PROCESSO Nº 029/2020

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que os lotes 01, 10, 12 e 19 do Pregão Eletrônico nº 074/2020, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC em 09/10/2020 e retificado em 20/10/2020 e realizado às 14h10min do dia 03/11/2021, que tem por objeto o registro de preço para aquisição parcelada de materiais de enfermagem para atender demanda das unidades básicas de saúde do município de Garopaba foram REVOGADOS em razão do interesse público, conforme justificativa constante no processo.

Garopaba, 17 de fevereiro de 2021.

Junior de Abreu Bento  
Prefeito Municipal

### EXTRATO 2º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 085/2020

Publicação Nº 2868031

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 2º  
CONTRATO Nº 086/2020

CONTRATO Nº: 085/2020; PROCESSO Nº: 106/2020; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADO: COSS ENGENHARIA EIRELI; CNPJ Nº 32.883.905/0001-43; OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do

referido contrato por 02 (dois) meses, que vigorará a partir de 26/02/2021 até 26/04/2021, conforme Ofício SIE nº 015/2021. DATA DA ASSINATURA: 16/02/2021.

### **EXTRATO 3º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 047/2020**

Publicação Nº 2868013

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 3º  
CONTRATO Nº 047/2020

CONTRATO Nº: 047/2020; PROCESSO Nº: 065/2020; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADO: CONSTRUTORA SILVEIRA MARTINS EIRELI; CNPJ Nº 13.565.760/0001-98; OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do referido contrato por 30 (trinta) dias, que vigorará a partir de 23/02/2021 até 24/03/2021, conforme Ofício SIE nº 016/2021. DATA DA ASSINATURA: 16/02/2021.

### **EXTRATO 3º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 086/2020**

Publicação Nº 2868024

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 3º  
CONTRATO Nº 086/2020

CONTRATO Nº: 086/2020; PROCESSO Nº: 107/2020; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADO: CONSTRUTORA SILVEIRA MARTINS EIRELI; CNPJ Nº 13.565.760/0001-98; OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do referido contrato por 02 (dois) meses, que vigorará a partir de 23/02/2021 até 24/04/2021, conforme Ofício SIE nº 014/2021. DATA DA ASSINATURA: 16/02/2021.

### **EXTRATO 4º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 055/2020**

Publicação Nº 2868020

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 4º  
CONTRATO Nº 055/2020

CONTRATO Nº: 055/2020; PROCESSO Nº: 073/2020; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADO: CONSTRUTORA SILVEIRA MARTINS EIRELI; CNPJ Nº 13.565.760/0001-98; OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do referido contrato por 30 (trinta) dias, que vigorará a partir de 01/04/2021 até 30/04/2021, conforme Ofício SIE nº 018/2021. DATA DA ASSINATURA: 16/02/2021.

### **LEI Nº 2287, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2869073

LEI COMPLEMENTAR Nº 2.287, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

ALTERA E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 471, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1993, QUE "INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAROPABA".

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. O art. 112, da Lei Complementar nº 471, de 14 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 112 - No lançamento do imposto serão notificados os sujeitos passivos de forma global e impessoal, através de publicação única de edital, contendo:

- I. A notificação do lançamento;
- II. A data do vencimento do imposto para pagamento em parcela única e do vencimento das parcelas em caso de pagamento parcelado;
- III. Prazo e todas as demais informações necessárias para o sujeito passivo imprimir seu carnê do pagamento via site ou outro sistema oficial da Prefeitura Municipal de Garopaba;
- IV. Caso seja impossível o acesso via internet, o prazo para o sujeito passivo solicitar o carnê do pagamento junto a Secretaria Municipal da Administração ou no local que esta indicar;

§ 1º - Para todos os efeitos de direito, presume-se feita a notificação do lançamento, e regularmente constituído o crédito tributário correspondente, 10(dez) dias após o prazo previsto no inciso IV.

§ 2º - A regra prevista no §1 deste artigo aplica-se também ao contribuintes que elejam domicílio tributário fora do seu território municipal.

Art. 2º. O Artigo 114 da Lei nº 471/1993 passa a ter a seguinte redação:

Art. 114 - A notificação de lançamento conterá:

- I. O endereço do imóvel tributado;
- II. O nome do sujeito passivo, e seu domicílio tributário;
- III. A denominação do tributo e o exercício a que se refere;
- IV. O valor do tributo, sua alíquota e base de cálculo;
- V. O prazo de recolhimento;
- VI. o comprovante, para o órgão fiscal, de recebimento pelo contribuinte.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de fevereiro de 2021.

JUNIOR DE ABREU BENTO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 18/02/2021, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LUIZ HENRIQUE CASTRO DE SOUZA  
Secretário de Administração

## **PORTARIA Nº 366/2021**

Publicação Nº 2867268

PORTARIA N.º 366, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 1.374/2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 10, "caput" da Lei nº. 1374, de 2009, ANDRESA DE OLIVEIRA FERNANDES, CPF n.º \*\*\*.\*\*\*.979-70, para exercer o cargo comissionado de DIRETOR DE ESCOLA da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com atribuições de Cumprir e fazer cumprir a legislação em vigor; Responsabilizar-se pelo patrimônio público escolar recebido no ato da posse; Coordenar a elaboração e acompanhar a implementação do Projeto Político-Pedagógico da Escola; Coordenar a construção coletiva do Regimento Escolar, em consonância com a legislação em vigor; Coordenar e incentivar a qualificação permanente dos profissionais da educação; Coordenar a elaboração do plano de Ação Do estabelecimento de ensino e submetê-lo à aprovação da comunidade escolar; Encaminhar às decisões tomadas coletivamente pelo conselho escolar aos órgãos competentes, a partir de 16/02/2021.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 16/02/2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de fevereiro de 2021.

JUNIOR DE ABREU BENTO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 18/02/2021, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

## **PORTARIA Nº 367/2021**

Publicação Nº 2869454

PORTARIA N.º 367, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.  
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA OCUPAR CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA EXERCER CARGO COMISSIONADO, nos termos do art. 140 da Lei nº. 1000/2005, a Servidora TATIANE AGOSTINHO, Professora, matrícula funcional nº. 7851, por período indeterminado de ocupação de cargo comissionado, a partir de 17/02/2021.

Art. 2º. Na forma prevista no §2º do art. 140 da Lei nº. 1000/2005, enquanto estiver no cargo comissionado o servidor permanecerá contribuindo para o IPREGOBA sobre a remuneração de contribuição decorrente de seu cargo efetivo.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 17/02/2021.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de Fevereiro de 2021.

JUNIOR DE ABREU BENTO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 18/02/2021, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

## **PORTARIA Nº 368/2021**

Publicação Nº 2869455

PORTARIA N.º 368, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 1.374/2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 10, "caput" da Lei nº. 1374, de 2009, TATIANE AGOSTINHO, CPF n.º \*\*\*.\*\*\*.000-00, para exercer o cargo comissionado de DIRETOR DE ESCOLA da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com atribuições de Cumprir e fazer cumprir a legislação em vigor; Responsabilizar-se pelo patrimônio público escolar recebido no ato da posse; Coordenar a elaboração e acompanhar a implementação do Projeto Político-Pedagógico da Escola; Coordenar a construção coletiva do Regimento Escolar, em consonância com a legislação em vigor; Coordenar e incentivar a qualificação permanente dos profissionais da educação; Coordenar a elaboração do plano de Ação Do estabelecimento de ensino e submetê-lo à aprovação da comunidade escolar; Encaminhar às decisões tomadas coletivamente pelo conselho escolar aos órgãos competentes, a partir de 17/02/2021.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 17/02/2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de fevereiro de 2021.

JUNIOR DE ABREU BENTO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 18/02/2021, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

## **PORTARIA Nº 369/2021**

Publicação Nº 2869456

PORTARIA N.º 369, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 1.374/2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 10, "caput" da Lei nº. 1374, de 2009, LIDIA BENTO DE SOUZA, CPF n.º \*\*\*.\*\*\*.659-01, para exercer o cargo comissionado de ASSESSOR ADMINISTRATIVO da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com atribuições de Cumprir e fazer cumprir a legislação em vigor; Responsabilizar-se pelo patrimônio público escolar, realizando conferência semestral; Auxiliar na implementação do Projeto Político Pedagógico da Escola; Auxiliar na construção do Regimento Escolar; Participar da elaboração do calendário Escolar; Responsabilizar-se pela realização das atividades administrativas relacionada à vida escolar de alunos e demais profissionais da Unidade escolar; Cooperar com o cumprimento das orientações técnicas dos programas existentes na Instituição; Zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias, a partir de 17/02/2021.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 17/02/2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de fevereiro de 2021.

JUNIOR DE ABREU BENTO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 18/02/2021, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº 01 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2867874

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

“Dispõe sobre a Comissão Especial que irá tratar de assuntos relevantes aos limites e fronteiras dos bairros do Município de Garopaba e dá outras providências”.

NILTON BATISTA RAUPP, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município de Garopaba, que o Plenário aprovou e eu Presidente promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Considerando que os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Membros da Comissão, foram definidos em Plenário na Sessão Ordinária realizada em 16 de fevereiro de 2021, conforme constatado em Ata – 4ª Sessão Ordinária da 15ª Legislatura;

RESOLVE,

Art. 1º Fica criada a COMISSÃO ESPECIAL, para tratar de assuntos relevantes aos limites entre bairros do município de Garopaba e suas respectivas fronteiras.

Parágrafo único. A Comissão será composta por 7 (sete) membros, mediante indicação do Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, conforme Art. 23, Inciso I, alínea “h”, e Art. 63, § 4º do Regimento Interno.

Art. 2º A Comissão terá a seguinte composição:

- I. Presidente: Jean Ricardo Antunes
- II. Vice-Presidente: Jairo Pereira dos Santos
- III. Membro: Sérgio Luiz Gonçalves
- IV. Membro: Handerson aertes Martins
- V. Membro: João Julião Luz Lopes
- VI. Membro: Rogério Linhares
- VII. Membro: Felipe de Souza

Art. 3º O prazo de funcionamento da Comissão será de 90 (noventa) dias, prorrogáveis mediante requerimento aprovado em Plenário, pelo prazo que se fizer necessário ao exercício de suas atribuições, devendo submeter relatórios parciais e relatório final à Secretaria da Câmara Municipal de Garopaba.

Art. 4º A Comissão tem por finalidade levantar dados como:

- I. Definição dos limites e fronteiras entre os bairros do município;
- II. Utilizar elementos físicos e geográficos com legibilidade estável como referenciais para limites de bairro:
  - logradouros públicos oficiais de maior legibilidade, reconhecendo intervenções viárias de maior importância - avenida, rua, estrada, beco, travessa, praça - considerando o eixo central do logradouro;
  - margem ou orla dos Lagos e Lagoas;
  - eixo central do leito ou talvegue de arroios e dos Rios;
  - excepcionalmente, utilizar limite de propriedade institucional, torre ou linha de alta tensão, topo de morro e “linha reta e imaginária”, definidos por coordenadas georreferenciadas.
  - Local para colocação de marcos;

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de fevereiro de 2021.

Nilton Batista Raupp  
Presidente  
Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Resolução nº 01/2021, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos 17 dias do mês de fevereiro de 2021.

Publicada a presente Resolução nº 01/2021 no DOM/SC em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2021, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Ivaldo da Silva Lobo Filho  
Secretário  
Câmara Municipal de Garopaba

# Garuva

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 002/2021 PMG

Publicação Nº 2867656

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 002/2021  
Modalidade: Pregão Presencial  
Tipo de julgamento: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de empresa especializada, mediante empreitada por preço global, para a prestação dos serviços de corte, coleta, transporte e destinação final de vegetação que apresente risco de queda ou que esteja obstruindo cursos de água no município de Garuva/SC, em decorrência do ciclone "bomba" que acometeu o município na data de 30 de junho de 2020, e declaração de Situação de Emergência pelo Decreto Municipal nº 116/2020.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 03/03/2021 as 09:00 horas.  
A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [garuva.atende.ne](http://garuva.atende.ne)

GARUVA, 17 de fevereiro de 2021.

Rodrigo Adriany David  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 066/2021

Publicação Nº 2865839

DECRETO Nº. 066 de 16 de fevereiro de 2021

"DISPÕE SOBRE NOVAS REGRAS DE RESTRIÇÃO PARA BARES, RESTAURANTES E SIMILARES, PRÁTICAS ESPORTIVAS, CAPACIDADE DE HOSPEDAGEM, CULTOS RELIGIOSOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GARUVA, E AINDA, CONSIDERANDO as análises realizadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina em relação à evolução da pandemia nas diferentes regiões do estado, combinadas com a disponibilidade de leitos e da atual estrutura de saúde existentes, na forma da Portaria SES nº 464 de 03 de julho de 2020;

CONSIDERANDO a Deliberação do CIR nº 007/2021;

#### DECRETA:

Art. 1º Acatar as normativas estabelecidas na PORTARIA SES nº 82 de 29 de janeiro de 2021 sobre o funcionamento de serviços de alimentação (restaurantes, bares, cafeterias, pizzarias, casas de chás, casas de sucos, lanchonetes, confeitaria afins);

§ 1º Os serviços de alimentação têm autorização para permanecerem abertos e com atendimento ao público, com acesso e uso do ambiente interno, durante o período de enfrentamento da pandemia causada pela COVID-19, cumprindo as normativas estabelecidas;

§ 2º É permitido Música ao vivo, com devido distanciamento entre cantores e clientes, ficando proibida a publicidade e propaganda que promova aglomerações nos estabelecimentos, bem como fica proibido dançar nestes estabelecimentos;

§ 3º A Portaria SES 256 de 21.04.2020 foi revogada;

Art. 2º Ficam liberados para o funcionamento os salões de beleza e estética. E determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias da Portaria SES nº 223, de 05 de abril de 2020 e da Instrução normativa nº 004/DIVS/2013;

Art. 3º Ficam liberadas para o funcionamento as atividades dos estabelecimentos que oferecem serviços relacionados à prática regular de exercícios físicos como Academias de Ginástica, Musculação, Crossfit, Funcionais, Estúdios, Danças, Escolas de Natação, Hidroginástica, Hidroterapia, Academias de Lutas e áreas afins. E determina-se o cumprimento das Medidas e Diretrizes Sanitárias conforme a Portaria SES 713 de 18/09/2020, limitando o número de usuários a 30% da capacidade operativa do estabelecimento;

Art. 4º Ficam liberados para o funcionamento os estabelecimentos que comercializam gêneros alimentícios e medicamentos (farmácias, drogarias, mercados, mercearias e supermercados, açougues, verdureiros e afins);

Art. 5º Ficam liberados para o funcionamento os estabelecimentos de serviço de delivery (tele- entrega) para estabelecimentos comerciais



conforme a Portaria SES nº 237 de 08 de abril de 2020.

Art. 6º O funcionamento para atendimento presencial das agências bancárias, correspondentes bancários, lotéricas, cooperativas de crédito devem ser conforme a PORTARIA SES nº 86 de 29 de janeiro de 2021 que regulamenta. Revogada as portarias 192 e 216.

Art. 7º Ficam liberadas para o funcionamento as atividades dos estabelecimentos: Centros de Formação de Condutores (Auto Escolas), Categorias credenciadas ao Departamento de Trânsito – DETRAN, como médicos, psicólogos, estampadores de placas, remarcadores de chassi e desmontes, bem como das entidades credenciadas, conforme a PORTARIA SES nº 83 de 29 de janeiro de 2021.

§ 1º Revogadas as portarias 238, 282, 347 e 677;

Art. 8º A PORTARIA SES nº 89 de 29 de janeiro de 2021 estabelece os cuidados sanitários durante a pandemia COVID-19 para os estabelecimentos públicos e privados que desenvolvem atividades de cursos livres, incluindo os cursos preparatórios para vestibular;

§ 1º Para efeito da Portaria cursos livres são aqueles considerados como educação não formal de duração variável. Enquadram-se na categoria de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional, proporcionando ao aluno conhecimentos que lhe permitam inserir-se no mercado de trabalho ou ainda aperfeiçoar seus conhecimentos em área específica. Os estabelecimentos devem priorizar as atividades que possam ser mantidas de forma remota através de ensino a distância, em especial às aulas teóricas, disponibilizando apenas as aulas práticas de forma presencial;

§ 2º Os estabelecimentos educacionais que dispuserem de Cantinas, Lanchonetes, Restaurantes e espaços equivalentes a praças de alimentação, devem atender os requisitos definidos nas Portaria SES vigentes;

§ 3º Revogadas as portarias 352, 357 e 864;

Art. 9º Dispõe sobre as atividades essenciais no Estado de Santa Catarina conforme o Decreto Estadual n. 1.003, de 14 de dezembro de 2020, que regulamenta a Lei Estadual n. 18.032 de 8 de dezembro de 2020.

§ 1º O Decreto estabelece as condições gerais para a retomada das atividades presenciais na área da Educação, nas redes pública e privada de ensino, durante a pandemia de COVID-19;

§ 2º As atividades educacionais presenciais ficam limitadas a até 50% das matrículas ativas por turno de atendimento do estabelecimento de ensino, seguindo rigorosamente todos os cuidados e regramentos sanitários estabelecidos;

§ 3º As bibliotecas funcionarão com até 50% de ocupação;

§ 4º Ficam os hotéis, resorts, pousadas, albergues e estabelecimentos congêneres obrigados a cumprir todas as medidas estabelecidas nos regramentos sanitários federais, estaduais e municipais e poderão ofertar seus serviços na sua capacidade integral;

Art. 10. Ficam liberadas a realização de cultos religiosos com lotação máxima de 30% da capacidade e determina-se o cumprimento das Medidas e Diretrizes Sanitárias conforme Portaria 1002 de 23 de dezembro de 2020;

Art. 11. Portaria 998 de 23 de dezembro de 2020 autoriza o funcionamento de parques aquáticos, com o máximo de 50% de taxa de ocupação devendo os restaurantes, bares, cafeterias, lanchonetes e afins, localizados dentro do parque aquático devem seguir as normativas de funcionamento de serviços de alimentação devem seguir as normativas estabelecidas nas Portarias em vigor pela Secretaria de Estado da Saúde;

Art. 12. Ficam autorizados a retomada dos eventos sociais, na capacidade de 30% do espaço, conforme a Portaria 1025 de 30 de dezembro de 2020;

§ 1º Consideram-se eventos sociais aqueles restritos a convidados sem cobrança de ingresso, compreendendo casamentos, aniversários, jantares, confraternizações, bodas, formaturas, batizados, festas infantis e afins;

§ 2º Devem seguir as normativas de funcionamento de serviços de alimentação nos eventos (restaurantes, bares, cafeterias, lanchonetes e afins), estabelecidas nas Portarias em vigor pela Secretaria de Estado da Saúde;

Art. 13. Fica autorizada a retomada dos eventos na modalidade de Congressos, Palestras, Seminários e afins, com 30% de ocupação do espaço conforme a Portaria SES 1004 de 23 de dezembro de 2020;

§ 1º Serviços de alimentação nos eventos (restaurantes, bares, cafeterias, lanchonetes e afins), bem como cerimônias religiosas e outras atividades devem seguir as normativas estabelecidas nas Portarias em vigor pela Secretaria de Estado da Saúde;

Art. 14. Autoriza a realização de eventos na modalidade feiras, exposições e leilões na capacidade de 30% do espaço conforme a Portaria SES 999 de 23 de dezembro de 2020;

§ 1º Os serviços de alimentação nos eventos devem seguir as normativas estabelecidas nas Portarias em vigor pela Secretaria Estadual da Saúde;

Art. 15. Fica proibido o funcionamento de casas noturnas, boates, pubs, casas de shows conforme Portaria SES 1024 de 30 de dezembro de 2020;

Art. 16 O Decreto Estadual 1027 de 18 de dezembro de 2020 define que fica suspenso, em todo o território catarinense, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, até 28 de fevereiro de 2021, o acesso de público a competições esportivas públicas ou privadas;

§ 1º Estabelece a obrigatoriedade do uso de máscara de proteção individual em todo o território estadual, em espaços públicos e privados, com exceção dos espaços domiciliares;

§ 2º Atividades esportivas de caráter recreativo ficam proibidas no nível gravíssimo;

§ 3º Eventos e competições esportivas organizados pela iniciativa privada, por meio de entidades de administração esportiva ou pela FES-ORTE são permitidos em todos os níveis de risco;

Art. 17 Atividades industriais são permitidas em todos os níveis de risco;

Art. 18 A PORTARIA SES nº 87 de 29 de janeiro de 2021 autoriza as operações das atividades industriais no território catarinense desde que atendam aos requisitos estabelecidos na portaria;

§ 1º Revogada as portarias 272, 187, 189, 743, 758; 21.

Art. 19 A PORTARIA SES nº 84 de 29 de janeiro de 2021 autoriza funcionamento dos estabelecimentos internos a shoppings, centros comerciais e galerias, e comércio de rua em geral;

§ 1º Os serviços voltados à recreação como parques, praças de diversão e similares fica proibido o funcionamento;

§ 2º O acesso simultâneo de pessoas nas dependências dos, centros comerciais e galerias, ficam limitados a 50% (cinquenta por cento) de sua capacidade;

§ 3º Os centros comerciais, galerias e comércio de rua em geral devem disponibilizar em todos os acessos de clientes dispensadores com álcool 70% para limpeza das mãos, bem como manter um funcionário em tempo integral para orientar os clientes sobre a limpeza das mãos e sobre o uso obrigatório de máscara;

§ 4º Os estabelecimentos devem intensificar a manutenção da ventilação natural, quando possível, tanto para as áreas comuns, centros

comerciais e galerias, quanto dos estabelecimentos instalados nestes e comércio de rua em geral;

§ 5º Nos estabelecimentos de cosméticos fica proibido o mostruário disposto ao cliente para prova de produtos (batom, perfumes, bases, pós, sombras, cremes hidratantes, entre outros);

§ 6º Para prova de roupas, calçados, acessórios e bijouterias devem seguir as normativas estabelecidas na portaria;

§ 7º Revogada as portarias 257, 743, 883 e Art. 3º da 346;

Art. 20. Autoriza as operadoras de transporte intermunicipal urbano ou rodoviário, assim como o transporte interestadual e de fretamento, e as empresas transportadoras a desenvolverem as suas atividades conforme a PORTARIA CONJUNTA SIE/SES nº 22 de 08 de janeiro de 2021;

§ 1º Disponibilizar bilhetes de passagens de transporte intermunicipal rodoviário, assim como o transporte interestadual e de fretamento até 70% (setenta por cento) da capacidade de assentos de passageiros sentados;

§ 2º Disponibilizar bilhetes de passagens de transporte intermunicipal urbano até 70% (setenta por cento) da capacidade de passageiros;

§ 3º As administradoras dos terminais de transporte rodoviário estão autorizadas a operar, devendo-se adotar as medidas sanitárias previstas na portaria;

Art. 21. Determina-se que os velórios realizados em âmbito municipal tenham duração máxima de 6 (seis) horas nos casos que não são suspeitos de COVID19 e sejam realizados entre as 07 horas até as 18 horas limitando a entrada ao local em 10 (dez) pessoas por vez, sob responsabilidade da funerária;

§ 1º As celebrações de despedidas também deverão ser limitadas à presença de somente 10 (dez) pessoas, utilizando obrigatoriamente a máscara. Quanto aos sepultamentos, estes deverão ocorrer até as 18h00, sendo que, nos casos que a liberação do corpo ocorra após as 18 horas, este deverá permanecer na funerária até o horário que é permitido a realização do velório;

§ 2º Os funerais para óbitos ocorridos após 21 dias ou mais do início dos sintomas de COVID-19, poderão ocorrer com caixão aberto, seguindo as recomendações da Nota Técnica 25/2020-DIVS/DIVE/SUV/SES/SC.

§ 3º Nos casos de indígenas não suspeitos de COVID19 o velório seguirá os ritos da tribo, respeitando as normas da segurança e as diretrizes sanitárias;

§ 4º As normas no caso de velório de indígenas em tempo de covid19 devem seguir o Protocolo sobre sepultamento da Associação Indígena Kiukuro do Alto Xingu de 16 de junho de 2020, a Nota Técnica 6/2020/COASI/CGPDS/DPDSFUNAI de 20 de agosto de 2020 e o Ofício de 29 de setembro de 2020 de Nº 230/2020/SEDISC - CR-LIS/DIT - CR-LIS/CR-LIS/FUNAI;

Art. 22. Determina-se o isolamento dos pacientes confirmados ou suspeita de COVID19: Para contenção da transmissibilidade do COVID-19, deverá ser adotada como, medida não farmacológica, o isolamento domiciliar conforme determinação da vigilância epidemiológica com reavaliação médica com ou sem exame de acompanhamento, da pessoa com sintomas respiratórios e das pessoas que residam no mesmo endereço, ainda que estejam assintomáticos sob pena do artigo 268 do Código Penal: "Infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa". Deve ser observada a Nota Técnica COES 015/2020 – Fluxos de Atendimento de Casos Suspeitos ou Confirmados de COVID19;

§ 1º Seguir o Manual de Orientações da Covid19 (vírus SARS-Cov-2) atualizado em 23 de outubro de 2020. (Este manual consolida e revoga as orientações técnicas: Nota Técnica Conjunta nº 002/2020 – COEMS/SUV/SPS/SES/SC – COE; Nota Técnica Nº. 003/2020 – DIVE/SUV/SES/SC; NOTA INFORMATIVA CONJUNTA Nº. 001/2020 – SUV/DIVE/LACEN/SES/SC – COE; Nota Informativa nº. 002/2020 – DIVE/SUV/SES/SC; Nota Informativa Conjunta nº. 003/2020 – DIVE/LACEN/SUV/SES/SC e Nota Técnica nº 003/2020 SES/SUV/SC – COE);

Art. 23. As reuniões presenciais deverão respeitar as diretrizes sanitárias. Recomendam-se preferencialmente as reuniões on-line;

Art. 24. A Portaria SES 1000 de 07 de dezembro de 2020 autoriza e estabelecer critérios para o acesso e permanência de pessoas nas faixas de areia e/ou margens de rios, lagos e lagoas;

§ 1º Os serviços de alimentação (restaurantes, bares, cafeterias, lanchonetes e afins) localizados nos rios lagos e lagoas, devem seguir as normativas específicas estabelecidas nas Portarias da Secretaria de Estado da Saúde em vigor;

Art. 25. Portaria 1005 de 23 de dezembro de 2020 define que os esportes coletivos recreativos ficam proibidos, exceto os esportes recreativos individuais e aqueles que não acarretem contato físico;

§ 1º Ficam proibidas as rodas de aquecimento e confraternizações, antes e após jogo, assim como o cumprimento físico inicial e/ou final entre os praticantes;

§ 2º Revogadas as portarias 312 e 614;

Art. 26. É de responsabilidade da Vigilância Sanitária Municipal, compartilhada com Vigilância Sanitária Regional, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina, fiscalizar os estabelecimentos e locais públicos visando garantir o cumprimento das medidas sanitárias exigidas. Necessária a fiscalização e encerramento das atividades de estabelecimentos que não estejam atendendo as normas sanitárias de prevenção à COVID19, sejam elas orientadas por regramento específico ou geral, como uso obrigatório de máscara, distanciamento entre pessoas, prioridade à ventilação natural e disponibilização de álcool 70% para higienização de mãos.

Art. 27. Prestadores de serviços de qualquer natureza, sejam eles considerados serviços essenciais ou não essenciais, conforme a PORTARIA SES nº 91 de 29 de janeiro de 2021 estão condicionados às seguintes medidas:

a) Uso obrigatório de máscaras por todos que adentrarem os locais de prestação do serviço;

b) Manter distanciamento interpessoal de 1,5m, exceto aos que coabitam;

c) Uso de álcool 70% para higienização das mãos;

d) Estimular a etiqueta da tosse bem como da higienização demãos em vários momentos ao longo do tempo de permanência nas dependências dos estabelecimentos;

e) Todos os ambientes devem ser mantidos arejados;

f) Quando a prestação do serviço for realizada em estabelecimentos que disponham de estacionamentos controlados, devem disponibilizar alternativas de acessos e saídas sem comandos com o contato das mãos, em especial se utilizarem sistemas de digitação numérica ou de biometria digital;

g) Realizar limpeza e desinfecção freq-ente das superfícies e dos equipamentos de trabalho;

h) Caso estejam disponíveis equipamentos de informática como computadores, notebooks, ou similares, as partes onde há contato direto com os usuários, como teclados, mouses, touchscreens, touchpads, ou mouse pads, devem ser higienizados após a utilização de cada usuário com álcool 70% ou preparações antissépticas com utilização de produtos compatíveis com as recomendações dos seus fabricantes;

i) Priorizar o agendamento para atendimento aos clientes, evitando aglomerações.

27.1 Devem adotar as seguintes medidas os casos suspeitos ou confirmados para COVID-19:

a) Os trabalhadores e clientes que apresentem sintomas de infecção pelo Coronavírus devem buscar assistência médica;

b) Os suspeitos ou confirmados devem ser afastados conforme orientações do Manual de Orientações da COVID-19 (vírus SARS COV-2) de Santa Catarina de 23/10/2020;

c) Priorizar trabalho remoto para os trabalhadores que estiverem enquadrados em grupos de risco (idosos com mais de 60 anos, portadores de doenças crônicas, doenças que afetem a imunidade, gestantes ou outros por recomendação e atestado médico).

Art. 28. Ficam recepcionadas e ratificadas todas as normas estaduais previstas em leis, decretos e portarias, que disponham sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19).

Art. 29. As medidas propostas nesta deliberação ficam estabelecidas até 23 de fevereiro de 2021.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

## EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO PMG Nº 025/2020 - 1

Publicação Nº 2867722

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

### EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 025/2020 – Aditivo 1

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal

CONTRATADA: ASR CONSTRUTORA EIRELI

CNPJ: 27.383.455/0001-90

OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa para execução de reformas nas Escolas Municipais Vicente Vieira, Tancredo de Almeida Neves e Pré - Escolar Dente de Leite, incluindo o fornecimento de materiais, conforme planilha orçamentária, cronograma físico – financeiro, memorial descritivo e projetos em anexo

OBJETO ADITIVO: 60 (sessenta) dias de prazo

VIGÊNCIA ATUALIZADA: 16/12/2020 a 13/04/2021

DATA DE ASSINATURA: 12/02/2021

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito

## PORTARIA Nº 017/2021

Publicação Nº 2867443

PORTARIA Nº 017 de 12 de fevereiro de 2021

“DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO - PROCESSO Nº 3842/2020.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando, o memorando nº 565/2021 da Comissão Permanente de Sindicância;

Considerando, o disposto no artigo 210 da Lei Complementar 001/98.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão do Inquérito Administrativo – Processo nº. 3842/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a contar de 12 de fevereiro de 2021.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

# Gaspar

## PREFEITURA

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2021

Publicação Nº 2868021

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2021

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2021

OBJETO: Registro de preços para futuras aquisições de pneus, câmaras de ar e protetores de pneus para os veículos pertencentes à frota municipal. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 09h00min do dia 02/03/2021, no Departamento de Compras, Rua São Pedro, nº 128, 2º Piso – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09h30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br).

Gaspar (SC), 17/02/2021.

CARLOS ROBERTO PEREIRA

Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

### MUNICÍPIO DE GASPAR/SC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2020 PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2020

Publicação Nº 2867806

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2020

OBJETO: Promove o aditivo de 2 unidades do item 3; 5 unidade do item 11 e 2 unidades do item 16 da presente ata de registro de preços para futuras aquisições de materiais e equipamentos para o programa "Novo Esporte Gaspar – Iniciação Esportiva", conforme as características descritas no Anexo I – Termo de Referência e Anexo II – Proposta de Preços, do Edital de Pregão Presencial nº 07/2020. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (CNPJ nº 83.102.244/0001-02). CONTRATADA: BIG BALL SPORTS - MATERIAL ESPORTIVO LTDA (CNPJ nº 20.510.631/0001). VALOR TOTAL: R\$ 442,20 (quatrocentos e quarenta e dois reais e vinte centavos).

SIMARA NICOLETTI MARASCHI

Secretária Municipal de Educação

Gaspar, 15 de setembro de 2020.

### PORTARIA Nº 6.638, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2867670

PORTARIA Nº 6.638, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2021.

DESIGNA VANDERLEI SCHMITZ PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 006/2021.

LUIS CARLOS SPENGLER FILHO, Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018, e no Decreto nº 8.092, de 26 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 19 de janeiro de 2021, o servidor VANDERLEI SCHMITZ, inscrito no CPF sob o nº 032.811.269-01, ocupante do cargo de Diretor de Habitação, para atuar como Fiscal do Contrato nº 006/2021, firmado entre o Município de Gaspar e a empresa PACO-PEDRA PAVIMENTADORA E COM. DE PEDRAS LTDA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 19 de janeiro de 2021.

Gaspar, 09 de fevereiro de 2021.

LUIS CARLOS SPENGLER FILHO

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

### PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 028/2021 EXTRATO – AVISO DE ABERTURA CREDENCIAMENTO Nº 01/2021

Publicação Nº 2867662

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 028/2021

EXTRATO – AVISO DE ABERTURA

CREDENCIAMENTO Nº 01/2021

A Secretaria Municipal de Saúde de Gaspar, na forma da lei, faz saber a todos os interessados, a abertura do Credenciamento nº 01/2021. Os interessados deverão apresentar a documentação exigida a qualquer tempo, enquanto vigorar o credenciamento, de segunda a sexta-feira,

das 8h às 12h e das 13h às 17h, no Departamento de Compras, no Edifício Edson Elias Wieser, 2º andar, Rua São Pedro, nº 128, Centro, Gaspar/SC. OBJETO: Credenciamento de entidades públicas, filantrópicas e/ou privadas prestadoras de serviços de saúde para realização de consultas e procedimentos com finalidade diagnóstica ou cirúrgica, hospitalar, ambulatorial, de média e alta complexidade. BASE LEGAL: Art. 25, caput, da Lei 8.666/1993. A íntegra do edital encontra-se disponível no site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br).

Gaspar, 17 de fevereiro de 2021.

Silvânia Janoelo dos Santos

Secretária Municipal de Saúde

## CÂMARA MUNICIPAL

### A V I S O = REFERENTE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2019

Publicação Nº 2855303

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

A V I S O

O Presidente da Câmara Municipal de Gaspar, no uso de suas atribuições (artigo 172, incisos I a III, do Regimento Interno), comunica que está à disposição de qualquer do povo, pelo prazo de 60 (sessenta dias), junto à Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, o Parecer Prévio nº 221/2020, no Processo nº PCP-20/00083824, emitido pelo egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina em face da Prestação de Contas do Prefeito relativa ao exercício de 2019, podendo ser questionada a sua legitimidade. Informa-se, ainda, que o parecer prévio e todo o processo também estão à disposição no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Gaspar ([www.camaragaspar.sc.gov.br](http://www.camaragaspar.sc.gov.br)), na seção ☐ Acesso à Informação ☐ à ☐ Prestação de Contas do Prefeito ☐, ou no sítio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (<http://www.tce.sc.gov.br>), na seção ☐ Processos à Consulta de Processos, endereço (<https://virtual.tce.sc.gov.br/pwa/#/processo>). Câmara Municipal de Gaspar, em 17 de fevereiro de 2021.

Francisco Solano Anhaia

Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

### HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO = DISPENSA DE LICITAÇÃO 003/2021

Publicação Nº 2868191

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Trata-se de Procedimento de Dispensa de Licitação 003/2021 com fundamento no artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, cujo objetivo é a aquisição de 01 (um) relógio protocolador de documentos, para as protocolizações necessárias desta Casa de Leis.

Segundo constam dos autos, empresas especializadas nestes serviços se mostraram interessadas, apresentando seus orçamentos.

Quanto à possibilidade financeira para aquisição do objeto mencionados acima e sobre a previsão orçamentária, registra-se que há a pretendida adequação orçamentária para viabilizar esta contratação.

No mais, a empresa que ofertou o menor preço e apresentou a documentação necessária, foi a qualificada para a transação com o Poder Público.

Diante disso, HOMOLOGO o procedimento destacado nos autos do Processo de Dispensa de Licitação nº 003/2021 e ADJUDICO o objeto do procedimento à empresa, ZWANG CONTROLE DE PONTO/ACESSO LTDA, inscrita no CNPJ: 07.944.327/0001-60, referente a contratação dos serviços citados acima para esta Edilidade, na importância de R\$ 1.350,00 (um mil e trezentos e cinquenta reais).

Está autorizada a contratação do objeto.

Gabinete da Presidência, 17 de fevereiro de 2021.

Francisco Solano Anhaia

Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar

### RESOLUÇÃO Nº 23/2021

Publicação Nº 2867929

RESOLUÇÃO Nº 23/2021

Prorroga, até 31 de dezembro de 2021, o mandato dos Vereadores Mirins eleitos em 2019.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto e ela promulga a seguinte Resolução:

CONSIDERANDO que a crise gerada pela pandemia do COVID-19 impossibilitou o exercício regular do mandato dos vereadores mirins no ano de 2020;

CONSIDERANDO a não realização de aulas presenciais nos educandários durante o ano de 2020, o que impossibilitou a regular eleição para



a escolha de novos vereadores mirins;

CONSIDERANDO o intuito de permitir que a Câmara Mirim possa realizar seus trabalhos e assim os eleitos em 2019 possam ter a oportunidade de aprender e vivenciar o processo legislativo mirim; e

CONSIDERANDO os princípios da legalidade e economicidade dos atos públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado, até o dia 31 de dezembro de 2021, o mandato dos vereadores mirins eleitos em 2019 e empossados em 27 de fevereiro de 2020 - 16ª Legislatura.

Art. 2º Fica prorrogado, até o dia 31 de dezembro de 2021, o mandato dos eleitos em 2020 para os cargos da Mesa Diretora Mirim.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31 de dezembro de 2020.

Câmara de Vereadores de Gaspar, em 17 de fevereiro de 2021.

Francisco Solanho Anhaia	Franciele Daiane Back
Presidente	Vice-Presidente
Amauri Bornhausen	Cleverson Ferreira dos Santos
1º Secretário	2º Secretário

## **SAMAE - GASPAR**

### **PORTARIA Nº 10 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2867372

PORTARIA Nº 10 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA DE COMPRAS DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE A SERVIDORA KARINE MARQUES DE SOUZA

CLEVERTON JOÃO BATISTA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada, a partir do dia 17 de fevereiro de 2021, a servidora Karine Marques de Souza, portadora do CPF nº 083.135.889-00 e da CI nº. 6.157.199 do cargo em comissão de Diretora de Compras, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref. 55, com 40 horas semanais, o qual foi nomeado pela Portaria nº 89 de 19 de novembro de 2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 17 de fevereiro de 2021.

Gaspar (SC), 17 de fevereiro de 2021.

CLEVERTON JOÃO BATISTA  
Diretor Presidente

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 015/2021 - AQUISIÇÃO DE ITENS ODONTOLÓGICOS

Publicação Nº 2868973

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 015/2021

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação, tipo Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 02/03/2021 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 02/03/2021 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: [www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br](http://www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br).

Governador Celso Ramos, 17 de Fevereiro de 2021.

ALCIDES PEREIRA  
Secretário de Administração

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 16/2021 - AQUISIÇÃO DE ITENS PARA TESTE DE GLICEMIA

Publicação Nº 2868975

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 016/2021

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação, tipo Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ITENS PARA TESTE DE GLICEMIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 02/03/2021 até às 10h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 02/03/2021 às 10h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: [www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br](http://www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br).

Governador Celso Ramos, 17 de Fevereiro de 2021.

ALCIDES PEREIRA  
Secretário de Administração



**SAMAE - Gov. CELSO RAMOS****AVISO DE LICITACAO PROCESSO 08/2021 RP 08/2021**

Publicação Nº 2868294

**AVISO DE LICITAÇÃO**

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL RP 08/2021

PROCESSO 08/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÁCIDO TRICLOROISOCIANÚRICO, HIPOCLORITO DE SÓDIO E HIPOCLORITO DE CÁLCIO PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 03/03/2021 até às 14h00min.

NOVA DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 03/03/2021 às 14h30min.

OBSERVAÇÕES: NOVO ENDEREÇO DA SEDE DO SAMAE, LOCAL ONDE OCORRERÁ A REFERIDA SESSÃO: RODOVIA FRANCISCO WOLLINGER, Nº 4095, KM 05, BAIRRO JORDÃO - GOVERNADOR CELSO RAMOS - FONE: (48) 3047 8647

Os interessados deverão retirar o edital no site do SAMAE de Governador Celso Ramos – [www.samaegcr.com.br](http://www.samaegcr.com.br), ou excepcionalmente de forma presencial na sede do SAMAE de segunda a sexta feira, das 13:30 às 17:00hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando - o pelo e-mail: [compraslicitacoes@samaegcr.com.br](mailto:compraslicitacoes@samaegcr.com.br).

Governador Celso Ramos, 17 de fevereiro de 2021.

NEDISON NILDO MARTINS

Diretor Geral

# Gravatal

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 07/2021 - LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS

Publicação Nº 2867687

MUNICIPIO DE GRAVATAL. AVISO DE LICITAÇÃO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2021. PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2021. O Prefeito Municipal de Gravatal, Sr. CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, torna público Processo Licitatório, critério de julgamento MENOR PREÇO, Lei Federal Nº 8666/93 e atualizações, Lei Complementar 123/2006 e alterações e 10.520/2002, abertura dia 02 de março de 2021, às 09:00hs, objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PARA IMPRESSÃO, CÓPIA E DIGITALIZAÇÃO, INCLUINDO EQUIPAMENTOS, TONERS, CILINDROS, PEÇAS DE REPOSIÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL." Mais informações e retirada de Edital disponíveis na Rua Eng. Annes Gualberto, Nº 121, Centro, (048) 3648-8022, E-mail licitacao@gravatal.sc.gov.br ou site do Portal Transparência [https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-066/con\\_licitacoes.faces](https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-066/con_licitacoes.faces) Gravatal, 17 de fevereiro de 2021. CLEINILS RODRIGUES DA SILVA Prefeito Municipal.

### DECRETO 14/2021

Publicação Nº 2867550

DECRETO N.º 14 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

"ABRE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICIPIO POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO RECURSO DA PORTARIA N.º 3.874/2020E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 2.105, de 15 de Fevereiro de 2021.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente, um crédito extraordinário suplementar no valor total de R\$ 60.000,00(Sessenta mil reais) nas seguintes classificações orçamentárias:

Órgão:	03-Fundo Municipal de Saúde	
Unidade:	01-Fundo Municipal de Saúde	
Atividade:	2.087-Vigilância em Saúde	
Despesa:	(49) 3.3.90.00.00.00.0794 -	R\$ 60.000,00

Total: ..... R\$ 60.000,00

Art. 2º Para cobrir despesas decorrentes da abertura de crédito extraordinário suplementar de que trata o art. anterior, serão utilizados recursos provenientes do enfrentamento da emergência em saúde nacional através da Portaria n.º 3.874, de 30 de dezembro de 2020, conforme art. 2º, cujos recursos financeiros tem como finalidade apoiar a manutenção do funcionamento dos Centros de Atendimento e Centros Comunitários de Referências para Enfrentamento da Covid-19, âmbito da Atenção Primária à saúde.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gravatal - SC, 15 de fevereiro de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA  
Prefeito Municipal

### DECRETO 15/2021

Publicação Nº 2867553

DECRETO N.º 15 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

"ABRE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICIPIO POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO RECURSO DA PORTARIA N.º 3.830/2020E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 2.104, de 15 de Fevereiro de 2021.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente, um crédito extraordinário suplementar no valor total de R\$ 12.015,64(Doze mil, quinze reais e sessenta e quatro centavos) nas seguintes classificações orçamentárias:

Órgão:	03-Fundo Municipal de Saúde	
Unidade:	01-Fundo Municipal de Saúde	
Atividade:	2.087-Vigilância em Saúde	
Despesa:	(47) 3.3.90.00.00.00.0786 -	R\$ 12.015,64

Total: ..... R\$ 12.015,64

Art. 2º Para cobrir despesas decorrentes da abertura de crédito extraordinário suplementar de que trata o art. anterior, serão utilizados recursos provenientes do enfrentamento da emergência em saúde nacional através da Portaria n.º 3.830, de 29 de dezembro de 2020, conforme art. 5º, cujos recursos financeiros serão destinados ao custeio de ações e serviços de saúde no âmbito da Atenção Primária Saúde, em conformidade com as regras do Programa Previne Brasil.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gravatal - SC, 15 de fevereiro de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 010/2021

Publicação Nº 2867568

DECRETO Nº 10 DE 29 DE JANEIRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO PARA COORDENAR O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais, DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os Servidores abaixo relacionados, para comporem a Comissão Coordenadora do processo Seletivo Simplificado Emergencial, podendo proceder às avaliações e recebimentos dos títulos, inscrições dos candidatos, apreciar recursos e demais atos necessários à realização do certame:

- Presidente: Gecinéia de Souza Martins Mendes
- Membro: Bruna de Souza de Oliveira
- Membro: Kelly Mendes Izidório
- Suplente: Aurora de Oliveira Cardoso

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 3º da Lei Municipal nº 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal - SC,  
em 29 de janeiro de 2021

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA  
Prefeito de Gravatal

## EDITAL ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA 01/2021 - RELAÇÃO DE INSCRITOS

Publicação Nº 2867731

EDITAL DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORARIA No 01/2021

RELAÇÃO DE INSCRITOS PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORARIA PARA PROFESSORES EFETIVOS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GRAVATAL PARA O ANO LETIVO DE 2021, CONFORME EDITAL 01/2021.

CARGO: EDUCAÇÃO INFANTIL

QUANTIDADE	FUNCIONÁRIOS	UNIDADE ESCOLAR
01	JANETE COMELI RODRIGUES	CEI ZILDA LUCK SILVEIRA
02	MARIA APARECIDA MEDEIROS CAETANO TORRES	CEI ZILDA LUCK SILVEIRA
03	SUZANA DELFINO ANTUNES	EEB JOSÉ CARDOSO DE AGUIAR
04	JALUZA SIMONE PEREIRA DE ASSUNÇÃO	CEI MICKEYLANDIA
05	JULIANE WARMLING CANANI	CEI MICKEYLANDIA
06	MARLI BOEGER KEMPER LUNARDI	CEI MICKEYLANDIA
07	LAIS DE OLIVEIRA SCHUEROFF	PROJETO BRINCARTE
08	DAIANE GHIZZO MENDES	CEI MANOEL DOS PASSOS DE MEDEIROS
09	MARILENE DOS SANTOS VIEIRA MENDES	CEI MICKEYLANDIA
10	THAYSE MAY	CEI ZILDA LUCK SILVEIRA
11	ANDREIA MENDES COSTA CORREA	CEI PROF. ALMERINDA DOS S. MENDES

**.CARGO: ENSINO FUNDAMENTAL**

QUANTIDADE	FUNCIONÁRIOS	UNIDADE ESCOLAR
01	JUCINEIA RECH MARCELINO FIDELIS	EEB JOSÉ CARDOSO DE AGUIAR
02	GECEINEIA DE SOUZA MARTINS MENDES	EEB JOAQUIM CARDOSO DUARTE

Gravatal (SC), 17 de fevereiro de 2021.

JADER SALAZAR CARDOSO  
Secretário Municipal de Educação

**EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2020 - FMS**

Publicação Nº 2867735

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO REGISTRO DE PREÇO Nº 09/2020  
PARA REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2020  
REGISTRO DE PREÇO Nº 09/2020

OBJETO: "I TERMO ADITIVO AO REGISTRO DE PREÇO Nº 09/2020 PARA REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO REFERENTE À AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA USO DAS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL."  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CNPJ: 11.347518/0001-12.

CONTRATADA: SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 05.531.725/0001-20

ENDEREÇO: Av. Gentil Reinaldo Cordioli, nº 391 – bairro: Jardim Eldorado – Palhoça/SC

Cláusula I – Fica reajustado o valor do produto registrado com a empresa Soma/SC Produtos Hospitalares Ltda, correspondendo o seguinte valor e produto:

Item	Descrição	Unidade	Preço Unitário vigente	Preço Unitário atualizado
77	Luva p/procedimento descartável Tam M – Marca: Medix	CX	R\$ 54,00	R\$ 89,90
78	Luva p/procedimento descartável Tam P – Marca: Medix	CX	R\$ 54,00	R\$ 89,90

Clausula II - Ficam revogadas, as disposições contrárias á Cláusula I deste Termo Aditivo, sem prejuízo das demais clausulas contratuais. E por estarem justos e acertados, as partes firmam o presente instrumento aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Fundamento Legal: a previsão contida na cláusula 1.4.2 da Ata de Registro de Preço e o art. 9º do Decreto Municipal nº 278/2007 e o art. 17º do Decreto Federal nº 7.892/2013. Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 02 de fevereiro de 2021.

Maria Pereira Calegari  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

**PORT 086/2021 - NOMEIA FISCAL DE CONTRATO 14/2020 - YOHANA VARGAS PICKLER**

Publicação Nº 2867344

PORTARIA Nº. 086/2021, DE 25 DE JANEIRO DE 2021.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal de Contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos na forma e condições abaixo relacionadas:

CONTRATO Nº:	14/2020
OBJETO:	"I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2020 PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO, REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO PARA CONFEÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS REFERENTE AO PROGRAMA LABORATÓRIO REGIONAL DE PRÓTESES DENTÁRIAS – LRPD, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE".
FORNECEDOR:	NSA ODONTOLOGIA LTDA
CNPJ Nº:	36.404.340/0001-25

FISCAL TITULAR	
SERVIDORA:	YOHANA VARGAS PICKLER
CARGO:	ODONTÓLOGA ESF
CPF: 096.414.309-71	MATRÍCULA: 1341902
LOTAÇÃO:	SECRETARIA DE SAÚDE

Art. 2º O serviço de fiscal de Contrato é considerado de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gravatal /SC, 25 de janeiro de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA  
Prefeito Municipal

## **PORT 087/2021 - CONCEDE 07 DIAS DE FÉRIAS ANDREIA MACHADO FERNANDES MENDES**

Publicação Nº 2867348

PORTARIA N.º 087/2021 DE 25 DE JANEIRO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 07 (sete) dias de férias à servidora municipal ANDREIA MACHADO FERNANDES MENDES, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativo período aquisitivo de 02/12/2016 a 01/12/2017, gozadas nos períodos de 25/01/2021 a 31/01/2021;

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 25 de janeiro de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA  
Prefeito Municipal

## **PORT 088/2021 - CONCEDE 05 DIAS DE FÉRIAS ANDRÉIA MACHADO FERNANDES MENDES**

Publicação Nº 2867351

PORTARIA N.º 088/2021 DE 25 DE JANEIRO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 05 (cinco) dias de férias à servidora municipal ANDREIA MACHADO FERNANDES MENDES, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativo período aquisitivo de 02/12/2018 a 01/12/2019, gozadas nos períodos de 01/02/2021 a 05/02/2021;

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 25 de janeiro de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA  
Prefeito Municipal

**PORT 089/2021 - CONCEDE 30 DIAS DE FÉRIAS ANDRÉIA MACHADO FERNANDES MENDES**

Publicação Nº 2867355

PORTARIA N.º 089/2021 DE 25 DE JANEIRO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- CONCEDER 30 (trinta) dias de férias à servidora municipal ANDREIA MACHADO FERNANDES MENDES, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativo período aquisitivo de 02/12/2019 a 01/12/2020, gozadas nos períodos de 06/02/2021 a 07/03/2021;

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 25 de janeiro de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA  
Prefeito Municipal

**PORT 090/2021 - EXONERAR A PEDIDO ANA FLORA MULLER MOURA - PSICÓLOGA NASF**

Publicação Nº 2867358

PORTARIA Nº 090/2021 DE 27 DE JANEIRO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- Exonerar a pedido ANA FLORA MULLER MOURA do cargo de Psicóloga – NASF, com carga horária de 20 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 27 de janeiro de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA  
Prefeito Municipal

**PORT 091/2021 - REVOGAR PORT 084/2021 QUE REMANEJOU VEÍCULO SPIN PARA SEC SAÚDE**

Publicação Nº 2867363

PORTARIA N.º 091/2021 DE 29 DE JANEIRO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- Revogar Portaria 084/2021 de 19/01/2021 que remanejou o veículo Chevrolet/Spin – Placa QHT-5934 para a Secretaria de Saúde.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogando a Portaria nº 333 de 16 de março de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 29 de janeiro de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA  
Prefeito Municipal

## Guaraciaba

## PREFEITURA

## ATA Nº16.2021 PROCESSO 25.2021 PMGBA.DOC

Publicação Nº 2867893

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE GUARACIABA</b>  CNPJ: 82.821.216/0001-82 RUA ADEMAR DE BARROS, 85 C.E.P.: 89920-000 - Guaraciaba - SC		<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 14/2021 - PR</b>
		Processo Administrativo: 25/2021 Processo de Licitação: 25/2021 Data do Processo: 04/02/2021
		Folha: 1/1

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 16/2021 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, NO TRANSPORTE DE ALUNOS MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO, COM FORNECIMENTO DE NOVE MONITORES PARA AS ROTAS DE TRANSPORTE ESCOLAR REALIZADOS COM VEÍCULOS DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO DE 2021.

Às 14:00 (catorze) horas do dia 17 (dezesete) do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um, horário marcado para julgamento do Processo Licitatório 25/2021, Pregão Presencial 14/2021 do Município de Guaraciaba/SC o Pregoeiro reuniu-se com a Equipe de apoio para receber as propostas e documentação do Processo em epígrafe. No horário marcado nenhuma empresa apresentou envelopes contendo proposta e documentação, diante disso o Pregoeiro juntamente com a Equipe de apoio resolve REABRIR o prazo para as empresas interessadas na apresentação de propostas e documentação conforme previsto no Artigo 48 parágrafo único da Lei Federal 8.666/93, ficando o novo prazo previsto para o dia 02/03/2021, às 08:00 (oito) horas no mesmo local, descrito no edital.

**COMISSÃO:**

Guaraciaba, 17 de Fevereiro de 2021

ALDO JUSTINO SALVI

-.. - Pregoeiro(a)

RAFAEL LEMOS

.. - Equipe de Apoio/Suplente

LUCIANE BONDAN SANTIN

-.. - Equipe de Apoio/Suplente



**EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL Nº 14/2021**

Publicação Nº 2867452

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL Nº 14/2021

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 42/2021 CONDER

O município de Guaraciaba, estabelecida na Rua Ademar de Barros – 85 – Centro, CNPJ 82.821.216/0001-82, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão Certidão de Conformidade Ambiental, com prazo de validade de 12/01/2022, formulado pelo empreendedor: Supermercado Kiko, inscrito no CNPJ nº: 82.878.034/0001-48, declarou nos termos da Resolução CONSEMA nº 99/2017, o empreendimento/Atividade: 26.50.02 – Industrialização de produtos de origem animal e Atividade 26.50.01 – Industrialização de produtos de origem vegetal, situado na Rua Primeiro de Maio, 824- Centro, Município de Guaraciaba, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

**EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL Nº 15/2021**

Publicação Nº 2867462

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL Nº 15/2021

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 144/2021 CONDER

O município de Guaraciaba, estabelecida na Rua Ademar de Barros – 85 – Centro, CNPJ 82.821.216/0001-82, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão Declaração de Atividade não Constante, com prazo de validade de 12/02/2022, formulado pelo empreendedor: Ademir Luiz Gatti, inscrito no CPF nº: 796.735.979-87, declarou nos termos da Resolução CONSEMA nº 99/2017, o empreendimento/Atividade: Construção de estação de tratamento de água (privada) para dessedentação animal situado na: Linha Cordilheira, s/n, Interior, Município de Guaraciaba, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

**EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL Nº 16/2021**

Publicação Nº 2867471

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL Nº 16/2021

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 1.132/2020 CONDER

O município de Guaraciaba, estabelecida na Rua Ademar de Barros – 85 – Centro, CNPJ 82.821.216/0001-82, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão Licença Ambiental Prévia, com prazo de validade de 17/02/2022, formulado pelo empreendedor Luiz Zilli –Loteamento Zilli, inscrito no CPF: 758.785.429-00, informou a implantação/operação da atividade: 71.11.00 Parcelamento de solo urbano, com área de 1 hectare, localizado na : Rua Presidente Vargas, s/n, Interior, Município de Guaraciaba, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

**HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 15.2021 FMS**

Publicação Nº 2867337

PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2021

PROCESSO Nº 15/2021 HOMOLOGAÇÃO: 17/02/2021

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA

SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para FUTURA E EVENTUAL ELABORAÇÃO E FORNECIMENTO DE ALMOÇO, BUFÊ LIVRE, COM CARDÁPIO DIVERSIFICADO, SERVIDO EM ESTABELECIMENTO, DESTINADO AOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM EM CAMPANHAS COMO PREVENTIVO, VACINAÇÃO, COMBATE A FOCO DE DENGUE, REUNIÕES DOS ACS E OUTRAS ATIVIDADES QUE POSSAM OCORRER EM HORARIO DIFERENCIADO PARA ATENDIMENTO AOS PACIENTES DA SEC. DE SAÚDE DE GUARACIABA SC. PARA O ANO DE 2021.

CONTRATADO: RESTAURANTE BEM ESTAR LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

=====

**HOMOLOGAÇÕES PROCESSO 06.2021 FMAS**

Publicação Nº 2867602

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2021

PROCESSO Nº 6/2021 HOMOLOGAÇÃO: 17/02/2021

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTA BÁSICA COMPOSTA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL TEMPORÁRIA, CONFORME PREVÊ A LEI Nº2535/2003 E RESOLUÇÃO 01/2019 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

-----  
CONTRATADO: MERCADO GABBI LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 30.560,00 (trinta mil quinhentos e sessenta reais)

-----  
CONTRATADO: ROMALDO PEDRO MALDANER 06543804904

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.026,80 (cinco mil e vinte e seis reais e oitenta centavos)

**MINUTA EDITAL DE PREGÃO 22.21 REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO MUDAS DE FLORES**

Publicação Nº 2869479

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº22/2021.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 35/21, Edital de Pregão Presencial Nº 22/21, Sistema de Registro de Preços - Tipo Menor Preço por Item. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ADUBO E FLORES DAÉPOCA PARA EMBELEZAMENTO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS, SENDO QUE SERÃO UTILIZADOS NOS CANTEIROS LOCALIZADOS NA PRAÇA MUNICIPAL GIUSEPE PALU, RÓTULAS E NOS CANTEIROS EM FRENTE AOS PREDIOS PÚBLICOS E OUTROS LOCAIS PÚBLICOS QUE NECESSITAREM.; recebimento de propostas até às 09 horas do dia 02/03/21; a abertura do Edital será às 09 horas do dia 02/03/21, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademir de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br) Guaraciaba em 18 de fevereiro de 2021.

Vandecir Dorigon,  
Prefeito Municipal**RETIFICAÇÃO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 004/2021**

Publicação Nº 2868204

RETIFICAÇÃO Nº 01

O Prefeito de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, Sr. VANDECIR DORIGON, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e suas atualizações e em conformidade com as Leis municipais nº 1.940/06, nº 1.645/01, nº 2764/2014, nº 1890/2006, nº 2489/2012, nº 3.137/2018, TORNA PÚBLICO aos interessados, que o Edital de Concurso Público nº 04/2021, sofre alteração no que pertine ao conteúdo programático do cargo de Fiscal de Tributos Municipais, a saber:

ONDE SE LÊ:

ANEXO III – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

(...)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO | NÍVEL MÉDIO

(...)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS:

Código Tributário Municipal. Plano Diretor Municipal. Constituição Federal. Código Tributário Nacional. LC 123/2006. Lei nº 8.212/91. Lei nº 9.430/96. Lei complementar 116/2004 (ISSQN). Direito Tributário: Conceito de tributo. Dever fundamental de pagar tributo e dever de colaboração com a tributação. Espécies tributárias. Competência tributária: critérios de outorga, distribuição da competência. Imunidades tributárias: natureza, classificação, imunidades genéricas a impostos. Princípios tributários: segurança jurídica, capacidade contributiva, igualdade tributária, praticabilidade da tributação. Garantias da legalidade tributária, da irretroatividade e das anterioridades, vedação do confisco. Legislação tributária: o papel dos diversos instrumentos legislativos; a lei complementar em matéria tributária. Vigência,

interpretação e aplicação da legislação tributária. Capacidade, cadastro e domicílio tributários. Constituição do crédito tributário: declarações do contribuinte e espécies de lançamento. Existência, exigibilidade e exequibilidade do crédito tributário. Hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário e seus efeitos. Exclusão do crédito tributário: isenção e anistia. Extinção do crédito tributário: modalidades, pagamento, compensação, decadência e prescrição. Indébito tributário e sua repetição. Impostos federais: II, IE, IPI, IR, IOF, ITR. Impostos estaduais e municipais: ICMS e ISS, IPTU.

LEIA-SE:

### ANEXO III – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

(...)

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO | NÍVEL MÉDIO

(...)

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS:

Código Tributário Municipal. Plano Diretor Municipal. Constituição Federal. Código Tributário Nacional. LC 123/2006. Lei nº 8.212/91. Lei nº 9.430/96. Lei complementar 116/2003 (ISSQN). Direito Tributário: Conceito de tributo. Dever fundamental de pagar tributo e dever de colaboração com a tributação. Espécies tributárias. Competência tributária: critérios de outorga, distribuição da competência. Imunidades tributárias: natureza, classificação, imunidades genéricas a impostos. Princípios tributários: segurança jurídica, capacidade contributiva, igualdade tributária, praticabilidade da tributação. Garantias da legalidade tributária, da irretroatividade e das anterioridades, vedação do confisco. Legislação tributária: o papel dos diversos instrumentos legislativos; a lei complementar em matéria tributária. Vigência, interpretação e aplicação da legislação tributária. Capacidade, cadastro e domicílio tributários. Constituição do crédito tributário: declarações do contribuinte e espécies de lançamento. Existência, exigibilidade e exequibilidade do crédito tributário. Hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário e seus efeitos. Exclusão do crédito tributário: isenção e anistia. Extinção do crédito tributário: modalidades, pagamento, compensação, decadência e prescrição. Indébito tributário e sua repetição. Impostos federais: II, IE, IPI, IR, IOF, ITR. Impostos estaduais e municipais: ICMS e ISS, IPTU.

As demais informações constantes no referido edital permanecem inalteradas.

Guaraciaba – SC, 17 de fevereiro de 2021.

VANDECIR DORIGON  
Prefeito Municipal

# Guaramirim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 1392/2021

Publicação Nº 2867773

DECRETO Nº. 1392/2021

Altera o Decreto nº. 47/2007, que institui a Declaração de Informações Fiscais - DIF, via web, no Município de Guaramirim relativo aos serviços prestados e retidos por substituição tributária e retenção na fonte do ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) de acordo a permissão do artigo 29 da lei complementar nº 7, de 30/12/2003.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. O Decreto nº. 47/2007 passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 16. ....

.....

II - Atraso na emissão da Declaração de Informações Fiscais - DIF: 30% (trinta por cento) da UFM por declaração enviada em atraso;

III - Não entrega da Declaração de Informações Fiscais - DIF – 01 (uma) UFM por declaração omissa.” (NR)

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de fevereiro de 2021.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jiuvani Assis Assing

Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO Nº. 1393/2021

Publicação Nº 2867775

DECRETO Nº. 1393/2021

Regulamenta os limites de níveis de pressão sonora no município de Guaramirim.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Os limites de níveis de pressão sonora no Município, visando o conforto acústico da comunidade, são os definidos na seguinte tabela:

Tipos de áreas habitadas	Limite de níveis de pressão sonora (em dB)	
	Diurno	Noturno
MPA; MR; ZPA-1; ZPA-2	40	35
ZCH; ZS-Zona Sensível: raio de 300m de hospitais	50	45
ZOL; ZEIS; ZOC-1; ZOC-2	55	50
ZS-1; ZS-2; SEC; ZBR; ZM	60	55
ZOP-1; ZOP-2; SETUR; ZP	65	55
ZID; SET	70	60

Art. 2º. Os perímetros e a localização dos tipos de áreas habitadas estão descritos no Anexo I, Mapa de Zoneamento, da Lei 4.753/2020 e Anexo Único, Mapa de Macrozoneamento, da Lei Complementar 171/2020.

Art. 3º. As medições devem ser efetuadas de acordo com a NBR 10.151 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, aprovada pela Resolução CONAMA 01/90.

Parágrafo único. Na hipótese de o local da medição estar abrangido por dois ou mais tipos de áreas habitadas, aplica-se o mais restritivo.

Art. 4º Considera-se período noturno o compreendido entre 22h e 7h e diurno entre 7h e 22h.

Parágrafo único. Nos domingos e feriados considera-se noturno o período compreendido entre 22h e 9h.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de fevereiro de 2021.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Alcibaldo Pereira Germann  
Gestor da Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim

## **EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2021 – FMS**

Publicação Nº 2868388

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

### **EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2021 – FMS**

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COFFEE BREAKS.

Modalidade de Licitação: Dispensa de licitação.

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso V, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, através do seu FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 415, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000.

Contratada: : PANIFICADORA E CONFEITARIA KENO'S, sob o CNPJ nº 73.823.015/0001-23, estabelecida na Rua 28 de Agosto, nº 2737, Bairro Centro, Guaramirim - SC, CEP: 89.270-000.

Valor Total: R\$ 5.717,20 (cinco mil setecentos e dezessete reais e vinte centavos).

Guaramirim (SC), 17 de fevereiro de 2021.  
LUIS ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

## **EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 139/2020 –PMG**

Publicação Nº 2867996

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 139/2020 –PMG.  
Processo de Licitação: 127/2020 - PMG

Modalidade: Pregão.

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, bairro Centro, Guaramirim/SC, CEP 89.270-000.

Contratada: MULTILIZZA COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 16.607.942/0001-72, com sede na Rua Monsenhor Gercino, nº 1286, sala 01, bairro Itaum, CEP 89.210-146, município de Joinville, estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente Termo tem como objeto o reequilíbrio econômico-financeiro do item 02 (ÁLCOOL EM GEL 70% INPM, COM 480G...).

O valor unitário do referido item passará a ser R\$ 5,01 (cinco reais e um centavo), correspondendo a aproximadamente 37,27% (trinta e sete vírgula vinte e sete por cento) de aumento.

Vigência: Início: 02/12/2020 Término: 19/10/2021

Guaramirim (SC), 17 de fevereiro de 2021.

LUIS ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2020 – PMG**

Publicação Nº 2868127

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2020 – PMG.

Processo de Licitação: 74/2020 - PMG

Modalidade: Pregão.

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER OS ALUNOS DAS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS: ESCOLAS, PRÉS E CEIs, CONFORME DETERMINA O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE E AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE HIGIENE PARA ATENDIMENTO DO ABRIGO MUNICIPAL VINCULADO A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, bairro Centro, Guaramirim/SC, CEP 89.270-000.

Contratada: JUARPO COMÉRCIO ATACADISTA EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.982.741/0001-09, com sede na Rua 7 de Setembro, nº 28, bairro Divinéia, em Rio dos Cedros - SC, CEP 89.121-000.

Resumo do aditivo: O presente Termo tem como objeto o reequilíbrio econômico-financeiro dos itens 40, 217 e 218.

Item	Descritivo	Valor Unitário	Valor Atualizado
40	CARNE BOVINA EM PEDAÇOS	R\$ 14,97	R\$ 20,80
217	CARNE MOÍDA	R\$ 12,38	R\$ 19,27
218	CARNE BOVINA EM PEDAÇOS	R\$ 14,97	R\$ 20,80

Vigência: Início: 29/01/2021 Término: 30/08/2021

Guaramirim (SC), 17 de fevereiro de 2021.

LUIS ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DO SEGUNDO TA CT 62/2018 - PMG**

Publicação Nº 2867814

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 62/2018 - PMG

Processo de Licitação: 234/2018 - PMG

Modalidade: Pregão Presencial.

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PARA MINISTRAR CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA AOS PROFESSORES E PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Contratada: SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TECNOLOGIA SÃO FIDÉLIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.158.686/0001-05, com sede na Rua Emigdio Maia Santos, nº 1035, bairro Vila dos Coroados, em São Fidelis/RJ, CEP 28.400-000.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

- a) prorrogar o prazo de vigência do contrato;
- b) reajustar o valor do contrato.

Vigência: Início: 18/12/2020 Término: 19/12/2021.

Guaramirim (SC), 17 de fevereiro de 2021.

LUIS ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DO TERCEIRO TA CT 62/2018 - PMG**

Publicação Nº 2867817

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 62/2018 - PMG

Processo de Licitação: 234/2018 - PMG

Modalidade: Pregão Presencial.

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PARA MINISTRAR CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA AOS PROFESSORES E PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Contratada: SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TECNOLOGIA SÃO FIDÉLIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.158.686/0001-05, com sede na Rua Emigdio Maia Santos, nº 1035, bairro Vila dos Coroados, em São Fidelis/RJ, CEP 28.400-000.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

a.1. Constitui objeto deste Termo Aditivo a supressão de 32 horas equivalente a R\$ 11.841,60 (onze mil e oitocentos e quarenta e um reais e sessenta centavos), sobre o Valor Total do Primeiro Termo Aditivo ao 62/2018, tendo em vista a pandemia da Covid-19 e ao trabalho home office dos professores e profissionais, a SEMED reformulou toda a formação continuada e construção da proposta.

Vigência: Início: 18/12/2020 Término: 19/12/2021.

Guaramirim (SC), 17 de fevereiro de 2021.

LUIS ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

## PORTARIA Nº. 073/2021

Publicação Nº 2867776

PORTARIA Nº. 073/2021

Nomeia Cleonice Terezinha Correia Paludo.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a Portaria nº. 40/2021, que exonerou a Sra. Katherine Thais da Roza, da função de Assessora de Planejamento;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Cleonice Terezinha Correia Paludo, no cargo de Assessora de Planejamento, vinculada à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, a partir de 12 de fevereiro de 2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de fevereiro de 2021.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jiuvani Assis Assing  
Secretário de Administração e Finanças

## PORTARIA Nº. 075/2021

Publicação Nº 2867778

PORTARIA Nº. 075/2021

Designa Defensor Dativo no Processo Administrativo Disciplinar nº. 01/2020.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e com o § 2º, art. 57-E, da Lei Complementar nº. 007/2001;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora pública municipal Emily Sasse Jordan, matrícula 335193, servidora pública municipal efetiva e estável, ocupante do cargo de Auxiliar de Setor, lotada na Procuradoria-Geral do Município, para acompanhar o Processo Administrativo Disciplinar nº. 01/2020, instaurado pela Portaria nº. 128/2020, e apresentar a respectiva defesa escrita, a fim de garantir ao acusado a ampla defesa e o contraditório.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de fevereiro de 2021.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jiuvani Assis Assing  
Secretário de Administração e Finanças



**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CEDUP**

Publicação Nº 2867895

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Este Comitê Municipal homologa o PLANCON do CEDUP – CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PERFEITO MANOEL DE AGUIAR, a partir do termo de responsabilidade da Comissão Escolar de gerenciamento da pandemia da COVID-19, onde ratificam que a elaboração seguiu o que preconiza a Portaria Conjunta Nº 750/2020 SED/SES/DCSC de 25 de setembro de 2020, Decretos Municipais Nº 1321/2020 e Nº 1391/2021.

Membros do Comitê	Representatividade
Cláudia Roberta Chiodini Scheila Richartz	Secretaria Municipal de Educação
Cheila Patricia Rohweder Adriana R. S. de Andrade	Secretaria Municipal de Saúde
Luciana Mohr Tonet Alcibaldo Pereira Germann	Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação
Keila Patrícia dos Santos Jiuvani Assis Assing	Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Rogério Vonk Vilmar Volkmann	Defesa Civil
Antonio Pacher Filho Heloise Karina Marinho	Profissionais e Trabalhadores da Educação
Patricia Varela da Silva Marilei Deretti	Responsável Familiar de Estudante da Educação Básica
Maria Helena C. de L. Hobus Marcia do Prado Gutz	Conselho Municipal de Educação
Clarice Tomaselli Borchardt Claudia Aparecida da C. Fernandes Taionara Teresinha Albano Meri Rose Testoni	Comissões Escolares
Betânia Coelho Cristiana Poltronieri Ziehlsdorff	Escolas da rede Estadual
Mara Cleonice Brayer Claudemir José Gomes dos Santos	Escolas da rede Privada
Noeli Lorenzi Cristiane Maria Engel Dalcastagne	Instituição de Ensino vinculada ao segmento da Pessoa com Deficiência
Dóris Cord Sprung Eunice Maria da Silva	Conselho Municipal da Alimentação Escolar
Eliane Marques Nitz Cenira Telma Weber Hohl	Controle Social do FUNDEB
Samuel Vollrath	Transporte Escolar

Guaramirim, 17 de fevereiro de 2021.

Defesa Civil: Rogério Vonk

Educação: Cláudia Roberta Chiodini

Saúde: Cheila Patricia Rohweder

**TERMO DE RESPONSABILIDADE CEDUP**

Publicação Nº 2867930

**TERMO DE RESPONSABILIDADE**

Eu, CRISTIANA POLTRONIERI ZIEHLSDORFF, CPF 007.261.359-92, portador(a) do documento de identidade, 3.817.870 declaro, que a Comissão Escolar de gerenciamento da pandemia da COVID-19, para o fim de atender a Portaria Conjunta Nº 750/2020 SED/SES/DCSC de 25 de setembro de 2020, Decretos Municipais Nº 1321/2020 e Nº 1391/2021, elaborou o PLANCON seguindo o estabelecido nas Diretrizes para o Retorno às aulas, cadernos integrantes do Plano Estadual de Contingência para a Educação, ajustando às suas especificidades.

Membros da Comissão	Representatividade
CRISTIANA POLTRONIERI ZIEHLSDORFF	GESTORA
CAMILA NUNES MOREIRA -	SERVIDORA
ELIZABETE DE OLIVEIRA VOMBOMELL	SERVIDORA

Ratifico serem verdadeiras as informações Prestadas. Guaramirim, 16 de FEVEREIRO de 2021.

CRISTIANA POLTRONIERI ZIEHLSDORFF

Gestora Escolar

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - FMS 04/2021

Publicação Nº 2869508

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº.04/2021 – Pregão Presencial Nº. 03/2021

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada que forneça carga de oxigênio medicinal, bem como outros materiais, para uso na Unidade Básica de Saúde e Ambulâncias do município de Guarujá do Sul.

Propostas e Habilitação: 02/03/2021

(Documentos as 13:15 horas / Abertura as 13:30 horas ).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:00 as 13:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal, informações pelo fone 49 36420122 ou no site [www.guarujadosul.sc.gov.br](http://www.guarujadosul.sc.gov.br).

Guarujá do Sul, SC, 18 de janeiro de 2021.

Franciane Baseggio

Secretaria Municipal de Saúde.

### DECRETO MUNICIPAL 022/2021

Publicação Nº 2869414

DECRETO Nº 022/2021.

Adota medidas preventivas e restritivas no âmbito do município de Guarujá do Sul - SC para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19).

Claudio Junior Weschenfelder, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o estado de emergência em saúde pública de importância internacional declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO o artigo 23, inciso II, da Constituição Federal, que determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o artigo 30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO os Decretos emitidos pelo Estado de Santa Catarina declarando estado de calamidade pública em todo o território catarinense, estabelecendo medidas de combate e enfrentamento à pandemia da COVID-19 e atribuiu às autoridades sanitárias municipais a competência para estabelecer medidas específicas que suspendam ou restrinjam as atividades a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus em seus territórios;

CONSIDERANDO a Portaria Estadual nº 464 de 03 de julho de 2020 que instituiu o programa de descentralização e regionalização das ações de combate ao COVID-19 prevendo que os municípios de uma mesma Região de Saúde possam tomar decisões no sentido de restringir atividades sociais e econômicas embasados em critérios e dados epidemiológicos locais pertinentes a curva de contaminação e disseminação do novo Coronavírus – COVID-19;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 1.027 de 18 de dezembro de 2020 que institui regras para organização das medidas para o enfrentamento da pandemia COVID-19 no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a situação epidemiológica local, o crescente número de pessoas contaminadas, a falta de vagas de leitos de UTI nos hospitais da região do extremo oeste e oeste catarinense e, decisão conjunta dos municípios que integram a AMEOSC tomada em assembleia extraordinária realizada na data de 16 de fevereiro de 2021;

DECRETA:

Art. 1º Ficam SUSPENSAS no território deste município, até o dia 1º de Março de 2021:

a) as aulas presenciais nas unidades de ensino municipal e estadual, relacionadas à educação infantil (Creche e Pré-Escolar), ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), educação especial, sem prejuízo da realização das aulas na modalidade à

distância/"on line";

- b) as atividades de bares, lancherias, petiscarias, choperias, cervejarias e outros locais congêneres, em qualquer horário, ficando autorizado apenas a venda delivery ou tele entrega, com a expressa vedação da permanência e consumo dos clientes no ambiente interno e externo do estabelecimento, evitando aglomerações, com funcionamento autorizado até o horário das 20 horas;
- c) a prática de atividades esportivas coletivas e recreativas, como futebol, carteados, dominó, bocha, bilhar e outras modalidades que possam aglomerar pessoas, em estabelecimentos sediados na cidade e no interior deste município, inclusive aquelas de treinamentos realizadas por clubes e escolas, inclusive as escolinhas mantidas pelo poder público ou particulares;
- d) todas as atividades religiosas presenciais em templos e igrejas;
- e) todas as atividades pertinentes a cinemas, teatros, shows, espetáculos, festas e eventos que acarretem a aglomeração de pessoas;
- f) o funcionamento de campings e áreas de lazer de associações e entidades afins;
- g) a realização de velórios por período superior a 06 (seis) horas;
- h) a realização de transporte coletivo urbano municipal, com exceção do transporte de funcionários de empresas até o local de trabalho;
- i) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivos, como parques, praças e afins;
- j) o funcionamento de casas noturnas;
- k) a realização de festas e/ou confraternizações particulares;

Art. 2º Os restaurantes e lanchonetes poderão realizar atendimentos presenciais ao público exclusivamente no horário compreendido das 11:00 às 14:00 horas e observando a lotação máxima preconizadas pelo Estado de Santa Catarina. Nos demais horários, poderá ser realizado o atendimento por meio de delivery, ou tele entrega, com a expressa vedação de permanência dos clientes no ambiente do estabelecimento, com o horário de funcionamento autorizado até às 22 horas.

§ 1º Considera-se atividade de restaurante e lanchonete, para fins deste Decreto, aquela destinada a servir almoço e/ou alimentação nos horários previstos no caput deste artigo.

§ 2º O atendimento presencial por restaurantes e lanchonetes, nos horários previstos no caput deste artigo, deverá atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias e de saúde relativas ao COVID-19, como a obrigatoriedade do uso de máscaras, disponibilização de álcool gel, luvas descartáveis e todas as demais medidas de segurança preconizadas pelos protocolos vigentes.

Art. 3º As academias e estabelecimentos afins poderão funcionar respeitado o limite de 50% de sua capacidade normal e deverão atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias e de saúde relativas ao COVID-19, como a obrigatoriedade do uso de máscaras, disponibilização de álcool gel e todas as demais medidas de segurança preconizadas pelos protocolos vigentes.

Art. 4º A realização de reuniões de trabalho do poder público ou da iniciativa privada, poderão ser realizadas obedecendo os protocolos sanitários, observando, entre outros, a vedação da oferta de Coffee Breaks e a garantia do distanciamento social com a ocupação máxima de 30% da capacidade física do espaço quando a região de saúde estiver na classificação de risco na zona Vermelha e com 50% da ocupação quando estiver na zona Laranja.

Art. 5º As pessoas diagnosticadas infectadas com o coronavírus (Covid-19), devem manter-se em isolamento pelo tempo recomendado pelo profissional de saúde, sob pena de aplicação da sanção prevista no artigo 268 do Código Penal por infração a determinação do poder público destinada a impedir a propagação de doença contagiosa e, cumulativamente, às sanções previstas no § 1º do artigo 5º do Decreto Municipal nº 115/2020, a Lei Municipal nº 23/2015 e Lei Estadual 6.320/1983.

Art. 6º Caberá à Vigilância Sanitária Municipal, compartilhada com Vigilância Sanitária Regional, à Defesa Civil Municipal, à Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, ao Corpo de Bombeiros e à Polícia Civil, a fiscalização das medidas constantes neste Decreto e demais normas sanitárias vigentes, as quais terão autonomia para, orientar, autuar, multar, interditar e/ou adotar qualquer outra medida necessária para garantia da saúde pública, nas situações em que os estabelecimentos estejam descumprindo as normas estabelecidas para enfrentamento da pandemia da COVID-19.

Art. 7º As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município e da Região de Saúde.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em,  
17 de fevereiro de 2021.

69º ano da Fundação e 59º ano da Instalação  
Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

Claudio Junior Weschenfelder  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO - PREF CT 01/2021 TA 02**

Publicação Nº 2867738

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

SEGUNDO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 01/2021

PROCESSO LICITATORIO Nº. 62/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: AUTO POSTO GUARUJA LTDA EPP

OBJETO: O valor do combustível Óleo Diesel e Óleo Diesel S10, constante no presente Contrato, fica a partir de 16 de fevereiro de 2021, com manutenção do Equilíbrio Econômico-Financeiro, conforme demonstrativo abaixo exposto:

DESCRIÇÃO	Valor atual	EEF – Valor	Valor com EEF
Óleo Diesel	3,52	0,19	3,71
Óleo Diesel S10	3,58	0,22	3,80

Guarujá do Sul, SC, 16 de fevereiro de 2021.

Claudio Junior Weschenfelder,  
Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO - 14.02.2021**

Publicação Nº 2867612

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

TERCEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 38/2020

PROCESSO LICITATORIO Nº. 41/2020 – TOMADA DE PREÇO Nº. 12/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: E.J.F. EMPREENDIMENTOS LTDA

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência de execução do contrato constante na Clausula Segunda do Contrato, bem como Cronograma Físico Financeiro e Autorização de Início de obra de 15 de fevereiro de 2021 até 14 de março de 2021.

(Contratação de empresa para Execução de pavimentação asfáltica em C.B.Q.U., (reperfilagem) e sinalização viária na Rua Antônio Bavaresco, município de Guarujá do Sul).

Guarujá do Sul, SC, 14 de fevereiro de 2021.

Claudio Junior Weschenfelder,  
Prefeito Municipal.

**LEI MUNICIPAL 2702\_2021**

Publicação Nº 2869415

Lei nº 2.702/2021.

Altera o Parágrafo único do Artigo 1º da Lei Municipal 2.325/2013 que “Fixa a data base da Concessão da Revisão Anual Geral, Concede Revisão Geral Anual, e adota outras providências”, e Concede revisão Geral Anual para o exercício de 2021.

Art. 1º O Parágrafo único do Artigo 1º da Lei Municipal 2.325/2013, de 18 de dezembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único. O Índice Inflacionário apurado terá como referência o IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo), medido pelo IBGE-Instituto de Geografia e Estatística, acumulados nos últimos 12 meses, tendo como referência o mês de dezembro do exercício anterior à elaboração do Projeto de Lei, a novembro do exercício da elaboração, com aplicação do índice Inflacionário no exercício seguinte, sempre a partir de Janeiro, sendo encaminhado no mês de dezembro, com seus efeitos a contar em 01 de janeiro do exercício seguinte.”

Art. 2º Para fins de assegurar o contido no caput do Artigo 1º da Lei 2.325/2013, fica autorizado a concessão da reposição salarial no percentual de 4,31% (quatro virgula trinta e um por cento) a partir de 1º de janeiro do presente exercício.

Parágrafo único. O índice previsto no caput deste artigo corresponde a variação inflacionária do IPCA-IBGE apurada entre os meses de Dezembro de 2019 a novembro de 2020.

Art. 3º Excetua-se à contemplação contida no caput do Artigo 2º do presente Projeto de Lei, os cargos há que se refere o Artigo 6º da LC 055/2019 e os cargos de: Prefeito Municipal e Vice-Prefeito, e os cargos de Secretário Municipal conforme Leis 2.675/2020 e 2.676/2020, respectivamente.

Art. 4º As despesas com a execução da presente Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas nos orçamentos, e não afetarão as metas de resultados fiscais previstas, bem como atendem as exigências contidas na Lei Complementar Federal nº 101/2000 de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

.Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em,  
17 de fevereiro de 2021.  
69º ano da Fundação e 59º ano da Instalação  
Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

Claudio Junior Weschenfelder  
Prefeito Municipal

# Guatambú

## PREFEITURA

### AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO 11/2021

Publicação N° 2867772

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE GUATAMBU  
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO  
Processo Adm. N°. 20/2021

Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO N°. 11/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA DE INSTALAÇÃO DE CÂMARAS DE MONITORAMENTO NO PRÉ-ESCOLAR TRILHA DO SABER E CENTRO DE CULTURA E TURISMO. É COM INTERESSE DE GARANTIR A INTEGRIDADE E A SEGURANÇA DOS ALUNOS, PROFESSORES E OUTROS SERVIDORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS.

A INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA SIGNIFICA NÃO APENAS UM MODO DE DESESTIMULAR A AÇÃO DE AGENTES DELITUOSOS EM NOSSAS ESCOLAS, MAS VALERÁ PARA ELUCIDAR E APURAR DELITOS PRATICADOS NAS CERCANIAS, AUXILIANDO, ASSIM, O TRABALHO POLICIAL.

Contratada: Josiel Francisco Campagnolo

CNPJ: 30.542.541/0001-02

Valor: R\$ 5.218,90(cinco mil duzentos e dezoito reais e noventa centavos ).

Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei °. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.

Guatambu, 17 de fevereiro de 2021.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

### DECRETO 088 / 2021

Publicação N° 2867596

DECRETO N.088/2021 DO MÊS FEVEREIRO DE 2021.  
NOMEIA CHEFE DE GABINETE.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, PREFEITO MUNICIPAL DE GUATAMBU, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do artigo 72 Lei Orgânica do Município.

DECRETA: Fica nomeada a Senhora LARIANE DAL PIVA DA SILVA, inscrita no CPF sob o n. 090.060.419-04, para o cargo comissionado de CHEFE DE GABINETE, lotada no Departamento de Administração, Fazenda e Planejamento, recebendo à remuneração de Lei.

Art. 1º Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados recursos do Orçamento Municipal vigente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposição e contrário.

Registre e Publique-se.

Guatambu, 17 de fevereiro de 2021.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

### DECRETO 089 / 2021

Publicação N° 2867598

DECRETO N.089/2021 DO MÊS FEVEREIRO DE 2021.  
NOMEIA DIRETOR DE DEPARTAMENTO.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, PREFEITO MUNICIPAL DE GUATAMBU, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do artigo 72 Lei Orgânica do Município.

DECRETA: Fica nomeada a Senhora JULIANA SALETE SOARES DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o n. 010.068.720-27, para o cargo comissionado de DIRETORA DE DEPARTAMENTO, lotada no Departamento de Saúde, recebendo à remuneração de Lei.

Art. 1º Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados recursos do Orçamento Municipal vigente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposição e contrário.

Registre e Publique-se.

Guatambu, 17 de fevereiro de 2021.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 09/2021**

Publicação Nº 2868041

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO GUATAMBU	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	09/2021
Contratante.:	MUNICÍPIO DE GUATAMBU
Contratado...: CNPJ ..... :	CASADO E MAYER CLINICA MÉDICA LTDA 18.834.132/00001-84
Objeto ..... :	O objeto do presente instrumento refere-se à Prestação de Serviço Médico 40 horas semanais para atender uma estratégia de Saúde da Família na Unidade de Saúde do Município de Guatambu.
Valor ..... :	R\$ 181.596,62 (cento e oitenta e um mil, quinhentos e noventa e seis reais e sessenta e dois centavos).
Vigência....: Licitação...:	Início: 15/02/2021 Término: 31/12/2021. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2021.
Guatambu/SC, 18/02/2021.	
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA	
PREFEITO MUNICIPAL	

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA 174/2021**

Publicação Nº 2868940

PORTARIA Nº 174 de 18 de fevereiro de 2021

Dispõe sobre o trabalho Home Office a ser realizado por servidores da Câmara Municipal de Guatambu e dá outras providências.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE GUATAMBU, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno do Poder Legislativo, CONSIDERANDO que a região Oeste de Santa Catarina está enquadrada no nível gravíssimo conforme definição da Central de Operações de Emergência em Saúde (COES) da Secretaria de Estado da Saúde; CONSIDERANDO que a região Oeste de Santa Catarina está sem vagas de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) na rede pública e privada; CONSIDERANDO o Decreto Municipal 82 de 15 de fevereiro de 2021, que adota medidas preventivas e restritivas no âmbito do Município de Guatambu/SC, para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da infecção humana pelo coronavírus (covid-19).

**RESOLVE:**

Art. 1º Os servidores da Câmara de Vereadores de Guatambu, a partir de 18 de fevereiro de 2021 até dia 5 de março de 2021 (inclusive), realizarão o tele trabalho via home office, com a utilização de ferramentas de tecnologia da informação e escala alternada fixada na Secretaria Geral da Câmara.

§1º A escala de trabalho de que trata o caput, será anexada à presente Portaria, para fins de registro, assim que for elaborada e toda vez que for alterada.

§2º No dia que o servidor estiver em trabalho presencial é obrigatório registrar a presença no ponto.

§3º Para o trabalho home office será obrigatório apresentar ao Secretário Geral da Casa de Leis e ao Recursos Humanos, os registros de atividades semanais, discriminadas por dia de trabalho.

§ 4º Além das demais atividades inerentes ao cargo, é dever dos Servidores em regime de home office:

I. manter telefones de contato, inclusive pessoais, atualizados no cadastro da Câmara e ativos em dias úteis;

II. estar disponível:

- a) para comparecimento à Câmara em escala de revezamento;
- b) para participar de reuniões administrativas através de ferramentas tecnológicas;
- c) para participação em eventos de capacitação a distância e gratuitos,

III. consultar, nos dias úteis, a sua caixa postal individual de correio eletrônico ou o aplicativo de mensagens utilizado pela Câmara;

IV. alimentar os sistemas informatizados de acordo com as normas e dentro dos prazos estabelecidos;

V. informar ao Secretário Geral da Câmara, o andamento dos trabalhos e apontar eventual dificuldade, dúvida ou informação que possa atrasar ou prejudicar a entrega dos trabalhos sob sua responsabilidade;



VI. arquivar os documentos que produziu; e

VII. preservar o sigilo dos dados acessados de forma remota, observadas a legislação aplicável e as normas internas de segurança da informação, e adotar as cautelas adicionais necessárias.

§ 4º - Compete, exclusivamente ao Servidor em home office, providenciar a infraestrutura física e tecnológica necessária à realização dos trabalhos fora das dependências físicas da Câmara, mediante o uso de equipamentos e instalações que permitam o tráfego de informações de maneira segura e tempestiva.

§ 5º - Caso o Servidor não tenha disponível a infraestrutura de que trata o § 3º desta Portaria, deverá informar o Secretário Geral da Câmara, para que lhe seja proporcionado escala de trabalho, para que cumpra exclusivamente trabalhos urgentes e com prazo certo de forma presencial.

§ 6º - O acesso remoto a processos e demais documentos deve observar os procedimentos relativos à segurança da informação e aqueles relacionados à salvaguarda de informações de natureza sigilosa, nos termos das normas aplicáveis.

§ 7º - A retirada de documentos e processos físicos, quando necessária, será realizada pelo próprio Servidor em regime de home office e deverá ser registrada com trâmite para a sua carga pessoal, junto à Secretária Geral ou junto à Responsável pelo Recursos Humanos.

Art. 3º. A servidora auxiliar de serviços gerais fará escala alternada na Câmara no período matutino e vespertino, para providenciar a higienização do local, conforme combinado com a Secretária Geral ou com a responsável pelo Recursos Humanos.

Parágrafo único – quando a servidora realizar o seu trabalho no período matutino, permanecerá no espaço de trabalho, apenas o tempo necessário para a realização das suas tarefas.

Art. 4º. A permanência de cada Servidor na Câmara, será pelo tempo necessário a realização do serviço indispensável, à exceção dos servidores escalados para o dia.

Art. 5º O Banco de horas no período de que trata esta Portaria ficará suspenso não somando ou diminuindo horas, retornando ao normal quando for retomado o trabalho presencial.

Parágrafo único – O Servidor que tiver débito ou crédito no Banco de horas nesta data, deverá pagá-las ou gozá-las, em até dois meses após o retorno do horário presencial.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu, SC, 18 de fevereiro de 2021.

Clademir Antonio Azevedo da Silva  
Presidente

Anderson Mateus Giacomelli  
1º Secretário

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### CONTRATO N° 005/2021

Publicação N° 2869545

Estado de Santa Catarina  
Município de Herval d'Oeste

PROCESSO LICITATÓRIO N° 002/2021  
EXTRATO CONTRATO N° 005/2021  
CONTRATANTE:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADO:  
ACÁCIO HORÁCIO MARTINI 10570950953

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar aos alunos da rede pública de educação básica, verba FNDE/PNAE, para o primeiro semestre letivo de 2021.

VALOR: R\$ 3.708,64 (três mil setecentos e oito reais e sessenta e quatro centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2021, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA n° 3.455/2020 de 24/11/2020.

Herval d'Oeste (SC), 17 de fevereiro de 2021.  
Mauro Sergio Martini  
Prefeito  
Acácio Horácio Martini  
Contratado

### CONTRATO N° 006/2021

Publicação N° 2869550

Estado de Santa Catarina  
Município de Herval d'Oeste

PROCESSO LICITATÓRIO N° 002/2021  
EXTRATO CONTRATO N° 006/2021  
CONTRATANTE:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADO:  
ALCEU HERICKS

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar aos alunos da rede pública de educação básica, verba FNDE/PNAE, para o primeiro semestre letivo de 2021.

VALOR: R\$ 1.913,27 (mil novecentos e treze reais e vinte e sete centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2021, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA n° 3.455/2020 de 24/11/2020.

Herval d'Oeste (SC), 17 de fevereiro de 2021.  
Mauro Sergio Martini  
Prefeito  
Alceu Hericks  
Contratado

**CONTRATO Nº 007/2021**

Publicação Nº 2869554

Estado de Santa Catarina  
Município de Herval d'Oeste

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2021  
EXTRATO CONTRATO Nº 007/2021  
CONTRATANTE:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADO:  
ALEXSON BORDIN POLATTI

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar aos alunos da rede pública de educação básica, verba FNDE/PNAE, para o primeiro semestre letivo de 2021.

VALOR: R\$ 8.250,00 (oito mil duzentos e cinquenta reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2021, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.455/2020 de 24/11/2020.

Herval d'Oeste (SC), 17 de fevereiro de 2021.  
Mauro Sergio Martini  
Prefeito  
Alexson Bordin Polatti  
Contratado

**CONTRATO Nº 008/2021**

Publicação Nº 2869560

Estado de Santa Catarina  
Município de Herval d'Oeste

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2021  
EXTRATO CONTRATO Nº 008/2021  
CONTRATANTE:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADO:  
ANTÔNIO LUIZ ZANELLA 42342600968

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar aos alunos da rede pública de educação básica, verba FNDE/PNAE, para o primeiro semestre letivo de 2021.

VALOR: R\$ 12.563,00 (doze mil quinhentos e sessenta e três reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2021, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.455/2020 de 24/11/2020.

Herval d'Oeste (SC), 17 de fevereiro de 2021.  
Mauro Sergio Martini  
Prefeito  
Antônio Luiz Zanella  
Contratado

**CONTRATO Nº 009/2021**

Publicação Nº 2869563

Estado de Santa Catarina  
Município de Herval d'Oeste

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2021  
EXTRATO CONTRATO Nº 009/2021  
CONTRATANTE:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADO:  
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar aos alunos da rede pública de educação básica, verba FNDE/PNAE, para o primeiro semestre letivo de 2021.

VALOR: R\$ R\$ 406,00 (quatrocentos e seis reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2021, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.455/2020 de 24/11/2020.

Herval d'Oeste (SC), 17 de fevereiro de 2021.  
Mauro Sergio Martini  
Prefeito  
Cooperativa Central Sabor Colonial  
Contratado

## CONTRATO Nº 010/2021

Publicação Nº 2869567

Estado de Santa Catarina  
Município de Herval d'Oeste

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2021  
EXTRATO CONTRATO Nº 010/2021  
CONTRATANTE:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADO:  
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO AGROINDUSTRIAL DE JABORÁ - COOPERJABORÁ

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar aos alunos da rede pública de educação básica, verba FNDE/PNAE, para o primeiro semestre letivo de 2021.

VALOR: R\$ 21.664,70 (vinte e um mil seiscentos e sessenta e quatro reais e setenta centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2021, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.455/2020 de 24/11/2020.

Herval d'Oeste (SC), 17 de fevereiro de 2021.  
Mauro Sergio Martini  
Prefeito  
Cooperativa de Produção e Consumo Agroindustrial de Jaborá - Cooperjaborá  
Contratado

## CONTRATO Nº 022/2021

Publicação Nº 2867360

Estado de Santa Catarina  
Município de Herval d'Oeste

EXTRATO DE CONTRATO Nº 022/2021  
CONTRATANTE:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D' OESTE  
CONTRATADO:  
SOULVITA SAÚDE PROFISSIONAL LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para eventual e/ou futura realização de exames admissionais, periódicos, demissionais e perícias médicas para os servidores efetivos da administração direta do Município de Herval d' Oeste

VALOR R\$\_220.000,00 (duzentos e vinte mil reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2021, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.455/2020 de 24/11/2020.

Herval d'Oeste, em 12 de fevereiro de 2021.

MAURO SÉRGIO MARTINI  
Prefeito  
GEAN CARLOS RODRIGUES  
Sócio Administrador

## DECRETO 4381/2021

Publicação Nº 2868463

DECRETO Nº 4381/2021.

"NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE PROJETOS APRESENTADOS JUNTO AO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, CONFORME EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2021 – FIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as servidoras EDIANE SOARES DA SILVA, CATARINA GONÇALVES e ADRIANA CHIAMOLERA, para sob a Presidência do primeira, comporem a COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO de projetos apresentados pelas Organizações da Sociedade Civil interessadas em celebrar Termo de Fomento que tenham por objeto a realização de ações na área da criança e adolescente por meio do FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (Edital nº 01/2021 – FIA).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval do Oeste (SC), 16 de fevereiro de 2021.

MAURO SÉRGIO MARTINI  
Prefeito

## DECRETO Nº 4378/2021

Publicação Nº 2868444

DECRETO Nº 4.378/2021.

"NOMEIA COMISSÃO PARA ATUAR NAS CHAMADAS PÚBLICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PARA O ANO LETIVO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito de Herval d' Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores públicos municipais Paulo Cézar Dolejal Berté (Presidente), Geisa Trombeta Bernardi, Andréia Dorini Giacomini, Daize Terezinha Borsoi e Sadir Rovea, para comporem a Comissão responsável para atuar nas Chamadas Públicas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes para o ano letivo de 2021.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 12 de fevereiro de 2021.

MAURO SÉRGIO MARTINI  
Prefeito

## DECRETO Nº 4379/2021

Publicação Nº 2868455

DECRETO Nº 4.379/2021.

"SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - CMH DE HERVAL D´ OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito do Município de Herval d` Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município, e ainda, considerando o teor do Decreto Municipal nº 4.054/2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituído os membros titulares e suplentes que compõem o Conselho Municipal de Habitação - CMH do Município de Herval d'Oeste, pelos membros abaixo nominados:

a) Poder Executivo

Titular: Jair da Rosa

b) PROCURADORIA MUNICIPAL

Titular: Michelle Benedetti

Suplente: Ademir Rafael Zabott

(...)

e) SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS

Titular: Lorivan Xavier de Almeida

Art. 2º As demais nomeações não alteradas pelo Decreto nº 4.054/2019 permanecem inalteradas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste (SC), 12 de fevereiro de 2021.

MAURO SÉRGIO MARTINI

Prefeito

## DECRETO Nº 4380/2021

Publicação Nº 2868460

DECRETO Nº 4.380/2021.

"SUBSTITUI MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – CMDE DE HERVAL D'OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito do Município de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município, e ainda, considerando o teor do Decreto Municipal nº 4.093/2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Sr. LORIVAN XAVIER DE ALMEIDA em substituição ao Sr. EUCLIDES FILIPINI, para compor o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – CMDE do Município de Herval d'Oeste.

Art. 2º As demais nomeações não alteradas pelo Decreto nº 4.093/2019 permanecem inalteradas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste (SC), 12 de fevereiro de 2021.

MAURO SÉRGIO MARTINI

Prefeito

## EDITAL Nº 004/2021/SMECE

Publicação Nº 2868793

EDITAL Nº 004/2021/SMECE

Estabelece normas para Chamada Pública de professor destinada a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na rede municipal de ensino e dá outras providências.

O prefeito do município de Herval d'Oeste-SC, no uso de suas atribuições legais e tendo por base a Lei Complementar nº 291/2011 de 22 de dezembro de 2011, baixa este Edital e torna público as normas para contratação de Professores na Rede Municipal de Ensino, em caráter temporário de excepcional interesse público, conforme a necessidade e conveniências do interesse público, e;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na rede municipal de ensino para provimento de vagas no âmbito da Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a educação é um direito constitucional, cabendo ao Município garantir a continuidade da prestação desse serviço essencial à população;

Considerando o esgotamento das listas de aprovados e/ou a inexistência de aprovados nos processos seletivos originados pelos Editais nºs 003/2020/HO e 005/2020/SMECE, torna público os procedimentos para a CHAMADA PÚBLICA de professores destinada ao provimento de vagas temporárias na rede municipal de ensino.

### I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A comissão, nomeada por Decreto Municipal n. 4378/2021, deverá realizar a Chamada Pública das vagas remanescentes dos Processos

Seletivos referente aos Editais nºs 003/2020/HO e 005/2020/SMECE, somente após esgotarem-se todas as possibilidades de oferta das aulas aos professores efetivos e aos professores ACTs que já escolheram.

1.2. Os candidatos interessados deverão dirigir-se a Câmara de Vereadores, Rua Nereu Ramos, 389, Centro, Herval d'Oeste-SC, munidos de documentos pessoais, comprovação de sua habilitação e tempo de serviço no magistério, para escolha das vagas disponíveis, no dia 19 de fevereiro, por ordem de cargos conforme sequência e horários estabelecidos na tabela do Item II.

1.2.1. O horário será seguido rigorosamente, não sendo permitida a participação de candidatos que chegarem após o horário estabelecido.

## II – DOS CARGOS, HORÁRIO, VAGAS, DISCIPLINAS, CARGA HORÁRIA E UNIDADES ESCOLARES

Horário: 13h40min

Vagas	Unidade Escolar	Cargo/ Disciplina	Turno	Carga Horária	Vínculo/ Período
01	EBM Cruz e Sousa/CME Pequeno Príncipe	Professor de Língua Inglesa	Matutino/Vespertino	40h	Vaga vinculada a servidora Francieli Prando Dacas Lokstein, pelo período em que perdurar seu afastamento, limitada ao término do ano letivo de 2021.
01	CME Pequeno Príncipe	Professor de Língua Inglesa	Matutino/Vespertino	10h	Vaga vinculada a servidora Gisele Bulh, pelo período em que perdurar seu afastamento, limitada ao término do ano letivo de 2021.

Horário: 14h00min

Vagas	Unidade Escolar	Cargo/ Disciplina	Turno	Carga Horária	Vínculo/ Período
01	CME Pequeno Príncipe	Professor de Atendimento Educacional Especializado – AEE/DI	Matutino/Vespertino	40h	Sem vínculo, limitada ao término do ano letivo de 2021.

## III – DA HABILITAÇÃO

3.1. A Comissão da Chamada Pública, a Secretaria de Educação e o Setor de Recursos Humanos, no mesmo ato, procederá a Chamada Pública, convocando os professores que tiverem interesse em assumir as vagas disponíveis.

Cargo/ Disciplina:	HABILITADOS	NÃO-HABILITADOS
Professor de Língua Inglesa	a) curso de pós-graduação em área específica, com registro no órgão competente condicionado a comprovação da Graduação na mesma área; b) habilitação específica de grau superior, obtida em curso de licenciatura de duração plena na área específica, com registro no órgão competente;	a) ser estudante da área específica, a partir da 5ª fase.
Professor de Atendimento Educacional Especializado – AEE/DI	a) Diploma de Pós-Graduação em Educação Especial, com registro no órgão competente, condicionado a Graduação na mesma área ou em Licenciatura Plena em Pedagogia, acrescidos de Comprovante de 80 (oitenta) horas de formação continuada na área da Deficiência Intelectual; b) Diploma de Curso de Licenciatura Plena em Educação Especial, acrescidos de Comprovante 80 (oitenta) horas de formação continuada na área da Deficiência Intelectual; c) Diploma de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia - com Ênfase em Educação Especial, acrescidos de Comprovante de 60 (sessenta) horas de formação continuada na área da Deficiência Intelectual; d) Diploma de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, acrescidos de Comprovante de 60 (sessenta) horas de formação continuada na área da Deficiência Intelectual.	a) ser estudante de Curso de Licenciatura Plena em Educação Especial, a partir da 5ª fase, acrescidos de Comprovante de 60 (sessenta) horas de formação continuada na área da Deficiência Intelectual; b) ser estudante de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, a partir da 5ª fase, acrescidos de Comprovante 60 (sessenta) horas de formação continuada na área da Deficiência Intelectual.

## IV – DA DOCUMENTAÇÃO

4.1. No ato da Chamada Pública para o cargo pleiteado o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Original e fotocópia do diploma de Pós-Graduação;
- Original e fotocópia do diploma de Graduação;
- Original e fotocópia dos cursos de capacitação (quando for o caso);
- Original e fotocópia de documento de identificação com foto;
- Original e fotocópia do atestado de tempo de serviço no magistério de acordo com os artigos 4.2, 4.2.1.

4.2. O tempo de serviço no magistério deverá ser expresso em anos, meses e dias, constando os períodos trabalhados com data de início e fim. Será desconsiderado o tempo de serviço que não estiver de acordo com a formatação exigida neste edital.

4.2.1. O atestado de tempo de serviço que apresentar datas/períodos concomitantes em redes de ensino distintas será computado apenas uma vez.

4.3. Os candidatos deverão apresentar os documentos previstos no item 4.1, originais com cópias, as quais serão conferidas e entregues no local. A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO NÃO FARÁ CÓPIA DE DOCUMENTOS (HABILITAÇÃO, DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO E TEMPO DE SERVIÇO), bem como não efetuará a devolução de fotocópia de documentos.



**V - DA CLASSIFICAÇÃO**

- 5.1. Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, será dada preferência ao que possuir maior habilitação, obedecendo os critérios: 1º) Professores Habilitados e 2º) Professores Não-Habilitados
- 5.2. Havendo dois ou mais professores habilitados, será dada preferência aos que tiverem maior tempo de serviço no magistério, e persistindo a igualdade, precederá o candidato com maior idade.
- 5.3. Havendo dois ou mais professores não habilitados, será dada preferência aos que tiverem maior tempo de serviço no magistério, persistindo a igualdade precederá o candidato com maior idade.
- 5.4. Em não havendo candidatos não-habilitados de acordo com os critérios descritos no item III, será analisada pela Comissão Responsável pela Chamada Pública a documentação dos demais candidatos presentes ao certame, podendo ser admitido aquele que possuir a qualificação mais adequada ao cargo/função pretendido. Caso nenhum candidato seja aprovado pela Comissão, esta poderá manifestar-se pelo lançamento de um novo Edital de Chamada Pública visando suprir a referida vaga.
- 5.5. Ficará impedido de participar de Chamada Pública no decorrer do ano o candidato que, tendo sido contratado por meio de Processo Seletivo ou de Chamada Pública anterior, venha a desistir da vaga, solicitando distrato no decorrer do prazo de vigência do contrato.
- 5.6. O professor poderá escolher vaga(s) até o limite de 40 horas semanais desde que haja compatibilidade de horário, respeitada a classificação.
- 5.7. O professor ACT não poderá reduzir a carga horária da respectiva vaga enquanto perdurar o contrato.

**VI – DA REMUNERAÇÃO**

CH	Habilitado com Graduação	Habilitado com Magistério/Não-Habilitado
40h	R\$ 2.543,19 + benefícios Nas demais cargas horárias os vencimentos e benefícios serão proporcionais.	R\$ 2.520,14 + benefícios Nas demais cargas horárias os vencimentos e benefícios serão proporcionais.

**VII – DA CONDUÇÃO DA CHAMADA**

7.1 – Os interessados em concorrer à vaga oferecida deverão comparecer ao local previsto no item 1.2, munidos de máscaras de proteção, manter a distância mínima de 1,5m do atendente, bem como do outro candidato, assegurando-se de todos os métodos propostos de higienização, especialmente álcool gel que será disponibilizado no local, observando-se a vida e saúde de todos.

**VIII – DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

- 8.1. O servidor admitido em caráter temporário que não entregar toda a documentação exigida para as suas funções no prazo de 3 (três) dias, a contar da data da chamada pública, será automaticamente excluído da chamada, perdendo o direito à vaga.
- 8.2. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste-SC, 17 de fevereiro de 2021.

MAURO SÉRGIO MARTINI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 265/2021**

Publicação Nº 2868707

**PORTARIA Nº 265/2021**

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, GISLAINE BISCHOFF SABRITO (Matr. 5380), para exercer a função de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência – 3/A, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais; para atuar no CME Pequeno Príncipe, a partir de 08 de fevereiro de 2021, em substituição à servidora Naiara Tiemi Tanaka, enquanto perdurar seu afastamento, limitado ao término do ano letivo de 2021, classificada em 9º (nono) lugar no Processo Seletivo nº 004/2020, homologado através do Decreto nº 4.349/2020 de 23 de dezembro de 2020, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013. Seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 08 de fevereiro de 2021.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 12 de fevereiro de 2021.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 266/2021**

Publicação Nº 2868719

PORTARIA Nº 266/2021

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, SANDRA APARECIDA PEREIRA PINTO RAMOS (Matr. 5381), para exercer a função de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência – 3/A, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais; para atuar na EEB Prof. Odilon Fernandes (extensão das unidades escolares: CMEI Tio Zezinho e EBM Estação Luzerna, sem vínculo (gestão compartilhada), a partir de 08 de fevereiro de 2021, até o término do ano letivo de 2021, classificada em 10º (décimo) lugar, no Processo Seletivo nº 004/2020, homologado através do Decreto nº 4.349/2020 de 23 de dezembro de 2020, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013. Seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 08 de fevereiro de 2021.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 12 de fevereiro de 2021.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 267/2021**

Publicação Nº 2868720

PORTARIA Nº 267/2021

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, FERNANDA LINS DA SILVA (Matr. 5382), para exercer a função de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência – 3/A, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais; para atuar no GEM Nossa Senhora de Fátima, a partir de 08 de fevereiro de 2021, em substituição à servidora Tamara Ângela Lopes, enquanto perdurar seu afastamento, limitado ao término do ano letivo de 2021, classificada em 12º (décimo segundo) lugar no Processo Seletivo nº 004/2020, homologado através do Decreto nº 4.349/2020 de 23 de dezembro de 2020, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013. Seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 08 de fevereiro de 2021.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 12 de fevereiro de 2021.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 268/2021**

Publicação Nº 2868730

PORTARIA Nº 268/2021

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, JANETE ROVÊA (Matr. 5383), para exercer a função de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência – 3/A, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais; para atuar no CME Pequeno Príncipe, a partir de 08 de fevereiro de 2021, em substituição à servidora Marli Salete Rebetchuck Behnke, enquanto perdurar seu afastamento, limitado ao término do ano letivo de 2021, classificada em 13º (décimo terceiro) lugar no Processo Seletivo nº 004/2020, homologado através do Decreto nº 4.349/2020 de 23 de dezembro de 2020, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013. Seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 08 de fevereiro de 2021.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 12 de fevereiro de 2021.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

## **PORTARIA Nº 269/2021**

Publicação Nº 2868744

PORTARIA Nº 269/2021

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, ASSIS BRASIL DA SILVA (Matr. 5384), para exercer a função de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência – 3/A, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, junto ao Departamento de Esportes, sem vínculo, a partir de 08 de fevereiro de 2021, limitado ao término do ano letivo de 2021, classificado em 15º (décimo quinto) lugar no Processo Seletivo nº 004/2020, homologado através do Decreto nº 4.349/2020 de 23 de dezembro de 2020, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 08 de fevereiro de 2021.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 12 de fevereiro de 2021.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

## **PORTARIA Nº 270/2021**

Publicação Nº 2868746

PORTARIA Nº 270/2021

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a senhora MARIZETE APARECIDA DALMÉDICO (MATRÍCULA 5385), para exercer a função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – Habilitado com Graduação, Nível - 2, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 40 horas semanais, turno vespertino, junto ao CMEI Tio Zezinho, sem vínculo (gestão compartilhada), a contar de 08 de fevereiro de 2021, limitado ao término do ano letivo de 2021, classificada em 2º (segundo) lugar no Processo Seletivo de que trata o Edital Nº 005/2020/SMECE, homologado pelo Decreto nº 4.369/2021 de 26 de janeiro de 2021, conforme a Lei Complementar nº 291/2011. Seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 08 de fevereiro de 2021.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 12 de fevereiro de 2021.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

**TERMO ADITIVO Nº 013/2021**

Publicação Nº 2867334

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE  
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38  
Rua Nereu Ramos, nº 389 - Centro  
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
Empresa: NÚCLEO BRASIL SUL DE PROVAS E AVALIAÇÕES EIRELI  
CNPJ/MF nº 34.768.312/0001-61  
Rua Timbó nº 301, sala 54 – Victor Konder.  
CONTRATADA

**TERMO ADITIVO Nº 013/2021 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021**

Pelo presente instrumento de contrato, a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro - Herval d'Oeste/SC, inscrita no CNPJ nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor Mauro Sérgio Martini, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 713.164.509-53, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa Núcleo Brasil Sul de Provas e Avaliações Eireli estabelecida na Rua Timbó nº 301, sala 54 – Bairro Victor Konder, Blumenau - SC, inscrita no CNPJ sob o número nº 34.768.312/0001-61 neste ato representado por sua administradora senhora Grace Jennifer Trautmann Ratzmann, brasileira, portadora do CPF nº 636.640.203-59 doravante denominada CONTRATADA,, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 026/2020, Processo Licitatório nº 028/2020, que tem por prestação de serviços para a realização de concurso público para admissão de servidores em caráter efetivo, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Herval d'Oeste, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e as seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira – Do Objeto**

Este termo aditivo tem por objeto o reequilíbrio econômico do contrato em razão da forma de execução do concurso público nº 001/2020.

**CLÁUSULA SEGUNDA- DO ACRÉSCIMO**

O Acréscimo de serviços constante no anexo único corresponde a um acréscimo do quantitativo do objeto na ordem de 25 % do valor total inicial do Contrato, correspondendo ao valor de R\$ 1.612,50 (um mil seiscentos e doze reais e cinquenta centavos).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO**

Com o acréscimo decorrente deste termo aditivo o valor do contrato atualizado passará de R\$\_6.450,00 (seis mil quatrocentos e cinquenta reais) para R\$\_8.062,50 (oito mil, sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

**CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

4.1. Os recursos financeiros serão provenientes da própria contratante e de transferências constitucionais e legais.

4.2. As despesas decorrentes da execução do presente termo correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2021, conforme Lei Orçamentária nº 3.455/2020 de 24/11/2020, na seguinte rubrica:

Órgão: 04- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade: 01- Departamento de Administração

Projeto Atividade:

2.008 - Manutenção, Encargos e atividades de Apoio Administrativo da Secretaria.

Elemento da Despesa: 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Complemento do Elemento: 3.3.90.39.48.00.00.00 – Serviços de Seleção e Treinamento

Código Reduzido: 18

**CLÁUSULA QUINTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 58 inciso I, no artigo 65 inciso I, alínea "a," , da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada e Legislação Complementar.

**CLÁUSULA SEXTA - DA JUSTIFICATIVA**

Justifica-se o acréscimo em razão de alterações necessárias a forma de aplicação das provas, em virtude das novas regras impostas devido ao enfrentamento da Pandemia do COVID-19, com a realização de provas em etapas distintas, aumento no número de fiscais necessários devido ao grande número de inscritos e a diminuição de candidatos por sala, como a realização de despesas com os procedimentos de higienização dos materiais, disponibilização de álcool em gel em todas as salas.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO**

O presente Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios, nos termos do artigo 61, parágrafo único da Lei 8.666/1993, correndo as despesas a expensas da Contratante.

**CLÁUSULA OITAVA - DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato acima referido, ora aditado e que não conflitem com o presente, permanecendo o mesmo em pleno vigor.

**CLÁUSULA NONA - Das Disposições Finais**

E, por estarem de pleno acordo, lavrou-se o presente instrumento para um só efeito, depois de lido e achado conforme, segue assinado pelas partes na forma digital com igual teor para a publicação e execução.

Herval d'Oeste, 12 de fevereiro de 2021.

MAURO SÉRGIO MARTINI  
Prefeito  
CPF: 713.164.509-53  
Contratante

GRACE JENNIFER TRAUTMANN RATZMANN  
Administradora  
CPF: 636.640.203-59  
Contratada

**TERMO ADITIVO Nº 014/2021**

Publicação Nº 2867336

Estado de Santa Catarina  
Município de Herval d'Oeste  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE  
CNPJ/MF nº 82.939.430/0001-38  
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro  
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA.  
CNPJ/MF Nº 09.223.659/0001-81  
Rodovia BR 282 km 382 S/Nº - Interior.  
CONTRATADA

**TERMO ADITIVO Nº 014/2021 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021**

Pelo presente instrumento, o Município de Herval d'Oeste, através de sua UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, 389, Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Mauro Sérgio Martini, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 713.164.509-53, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA. estabelecida na Rodovia BR 282 km 382 S/Nº - Interior - Herval d'Oeste - Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.223.659/0001-81, neste ato representado por seu Diretor Administrativo, Senhor Riciéri Ernani Appelt, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 001.149.740-80, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo ao contrato nº 033/2020 que tem por objeto a execução pavimentação em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) da Estrada Geral da Serra Alta com fornecimento de Material e Mão de Obra, em decorrência do processo licitatório nº 053/2020, na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 005/2020 mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

**Cláusula Primeira – Do Objeto**

Este termo aditivo tem por objeto a supressão de serviços e valores da planilha orçamentária contratual, devido a alterações nos projetos conforme abaixo:

Item	Serviço	Und	Qtde	Total em R\$
1.3	Levantamento de Poços de visita, caixas e grelhas.	Und	1	342,50

**CLÁUSULA SEGUNDA- DA SUPRESSÃO**

A Supressão de serviços constante no anexo único corresponde a uma supressão do quantitativo do objeto na ordem de 0,0252 % do valor total atualizado do Contrato, correspondendo a um valor de R\$ 342,50 (trezentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos).

**CLÁUSULA TERCEIRA- DO VALOR DO CONTRATO**

Com a supressão decorrente deste termo aditivo, aditivos anteriores o valor do contrato atualizado passará de R\$ 1.355.850,43 (um milhão trezentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais e quarenta e três centavos), para R\$ 1.355.507,93 (um milhão trezentos e cinquenta e cinco mil quinhentos e sete reais e noventa e três centavos).

**CLÁUSULA QUARTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo aditivo é celebrado com base na cláusula terceira do contrato, no artigo 58 inciso I, no artigo 65 inciso I, alínea "a", da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada e Legislação Complementar.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Integra o presente termo aditivo o parecer técnico do Analista de Execução de Obras Públicas, Eng.º Luiz Valgrande, e o parecer Jurídico nº 047/2021.

Todos os demais itens e cláusulas do Contrato nº 33/2020, que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor, desde que não conflitem com o presente, permanecendo em plena vigência, sendo o presente assinado pelas partes, na forma digital com igual teor para a publicação e execução.

MAURO SÉRGIO MARTINI  
Prefeito Municipal  
CPF: 713.164.509-53  
Pelo Município

RICIÉRI ERNANI APPELT  
Diretor Administrativo  
CPF nº 001.149.740-80  
Pela Empresa

**TERMO DE AJUSTE Nº 003/2021**

Publicação Nº 2867327

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE  
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38  
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro  
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE CAPINZAL  
MERCADO MUNARI LTDA ME.  
CNPJ/MF Nº 10.878.273/0001-97  
Rua Paulo de Giacometti, nº 199, Sala A – Bairro São João  
CONTRATADA

TERMO de ajuste Nº 003/2021 de 10 de fevereiro de 2021

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Mauro Sergio Martini, brasileiro, portador do CPF nº 713.164.509-53, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa MERCADO MUNARI LTDA ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado estabelecida na Rua Paulo de Giacometti, nº 199, Sala A – Bairro São João – Município de Capinzal - Estado do Santa Catarina inscrita no CNPJ sob nº 10.878.273/0001-97, neste ato representada por sua sócia administradora, Camila Munari Stefens, brasileira, portadora do CPF nº 094.490.739-37, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo de ajuste a ata de Registro de Preços nº 006B/2020 em decorrência do Processo Licitatório nº 056/2020, na Modalidade de Pregão Presencial nº 016/2020 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira – Do Objeto**

O presente termo tem por objeto a repactuação dos valores contratados para o fornecimento de Gêneros Alimentícios para manutenção do equilíbrio econômico.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES**

Considerando o acordo entre as partes, são repactuados os valores e a marca para o fornecimento dos gêneros alimentícios, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	VALOR REGISTRADO	%	VAOR REAJUSTADO
2	ACHOCOLATADO EM PÓ, EMBALAGEM DE 1KG	KG	Celli	R\$ 4,20	10,95%	R\$ 4,66
14	ARROZ QUEBRADINHO 1KG	KG	URBANINHO	R\$ 1,59	56,60%	R\$ 2,49
19	BEBIDA LACTEA	UND	LEITBOM	R\$ 0,62	20,9%	R\$ 0,75
46	CARNE BOVINA CORTE ACÉM	KG	FRIBAZZ	R\$ 19,78	23,05%	R\$ 24,34
48	CARNE BOVINA MOÍDA DE SEGUNDA	KG	FRIBAZZ	R\$ 12,68	33,20%	R\$ 16,89
49	CARNE DE 2ª SEM OSSO PICADA	KG	FRIBAZZ	R\$ 15,99	45,27%	R\$ 23,23
50	CARNE DE 2ª SEM OSSO PALETA	KG	FRIBAZZ	R\$ 15,99	45,27%	R\$ 23,23
52	CARNE SUÍNA PICADA, PERNIL, SEM OSSO	KG	PRANDO	R\$ 12,99	54,65%	R\$ 20,09
70	CREME DE LEITE PASTEURIZADO (NATA) 300GR	UND	PIA	R\$ 3,79	20,31%	R\$ 4,56
73	CREME VEGETAL SEM SAL 500GR	UND	CLAYBOM	R\$ 2,49	5,22%	R\$ 2,62
96	FERMENTO BIOLÓGICO SECO 125GR	UND	PAKMAYA	R\$ 3,05	26,55%	R\$ 3,86
102	IOGURTE MORANGO 900ML	PCT	TIROL	R\$ 3,85	8,57%	R\$ 4,18



115	LINGUIÇA SUÍNA TOSCANA	KG	PRANDO	R\$ 8,95	33,8%	R\$ 11,98
159	REQUEIJÃO CREMOSO SEM LACTOSE 180GR	UND	PIA	R\$ 4,79	2,08%	R\$ 4,89
164	SARDINHA 250G	UND	NATURAL	R\$ 4,35	10,8%	R\$ 4,82

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 65, II, d da Lei Federal 8.666/ 93 e Legislação Complementar.

**CLÁUSULA QUARTA - Das Disposições Finais**

A publicação deste Termo de Ajuste não supre a necessidade de emissão de autorização escrita, para o fornecimento dos itens previstos no instrumento contratual.

Todos os demais itens e cláusulas da ARP Nº 006B/2020, que não foram modificados por força deste termo permanecem em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes de forma digital.

Herval d'Oeste, 10 de fevereiro de 2021.

MAURO SERGIO MARTINI  
Prefeito Municipal  
CPF: 713.164.509-53  
Pelo Município

CAMILA MUNARI STEFANES  
Sócia Administradora  
CPF nº 094.490.739-37  
Pela Empresa

**TERMO DE AJUSTE Nº 004/2021**

Publicação Nº 2867328

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE  
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38  
Rua Nereu Ramos, nº 389 - Centro  
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
POSTO ESTRELA LTDA.  
CNPJ/MF Nº 78.617.750/0001-02  
Rua Santos Dumont, nº 594 - Centro  
CONTRATADA

**TERMO DE AJUSTE Nº 004/2021 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021**

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor MAURO SERGIO MARTINI, brasileiro, portador do CPF nº 713.164.509-53, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa POSTO ESTRELA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Santos Dumont, nº 594 - Centro - Município de Herval d'Oeste - Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 03.556.616/0001-31, neste ato representado por seu sócio administrador, Senhor Mauro Antonio Dall'Orsoletta, brasileiro, casado, portador do CPF nº 509.673.719-53, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo de Ajuste à Ata de Registro de Preços nº 002A/2020, que tem por objeto o eventual fornecimento de combustíveis para uso nos veículos, máquinas e equipamentos da frota do Município e do Corpo de Bombeiros de Herval d'Oeste pelo período de 12 (doze) meses, em decorrência do Processo Licitatório nº 035/2020, na Modalidade de Pregão Presencial nº 011/2020 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira – Do Objeto**

O presente termo tem por objeto a repactuação dos valores contratados para o fornecimento de combustíveis.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES**

Considerando o acordo entre as partes, são repactuados os valores para o fornecimento de combustíveis, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	VALOR ATUAL	%	VALOR REAJUSTADO
01	ÓLEO DIESEL COMUM	LITRO	RODOIL	R\$ 3,698	+4,59%	R\$ 3,868
03	GASOLINA COMUM	LITRO	RODOIL	R\$ 4,629	+4,96%	R\$ 4,859
04	GASOLINA ADITIVADA	LITRO	RODOIL	R\$ 4,638	+4,98%	R\$ 4,869

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo é celebrado com base no artigo 65, inciso II, alínea d da Lei Federal 8.666/ 93 de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar..

**CLÁUSULA QUARTA - Das Disposições Finais**



A publicação deste Termo de Ajuste não supre a necessidade de emissão de autorização escrita, para o fornecimento dos itens previstos no instrumento contratual.

Todos os demais itens e cláusulas da ARP Nº 002A/2020, que não foram modificados por força deste termo permanecem em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 12 de fevereiro de 2021.

MAURO SERGIO MARTINI  
Prefeito Municipal  
CPF: 713.164.509-53

MAURO ANTONIO DALL'ORSOLETA  
Sócio-Administrador  
CPF: 509.673.719-53

Testemunhas:

Rubens Antonio Correa.  
CPF: 687.857.399-87.

Heloise Borsoi Favretto.  
CPF: 051.249.579-30

## TERMO DE AJUSTE Nº 005/2021

Publicação Nº 2867329

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE  
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38  
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro  
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR  
GIACOMELLI & PARIS COMERCIO DE MOVEIS LTDA.  
CNPJ/MF Nº 31.004.025/0001-97  
Rua Presidente Castelo Branco, nº 167 – Bairro Paraíso  
CONTRATADA

TERMO de ajuste Nº 005/2021 de 12 de fevereiro de 2021

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Mauro Sergio Martini, brasileiro, portador do CPF nº 713.164.509-53, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa GIACOMELLI & PARIS COMERCIO DE MOVEIS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado estabelecida na Rua Presidente Castelo Branco, nº 167 – Bairro Paraíso – Município de Caçador - Estado do Santa Catarina inscrita no CNPJ sob nº 31.004.025/0001-97, neste ato representado por LUIS GIACOMELLI, sócio-administrador, inscrito no CPF nº 960.160.439-15, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo de ajuste a ata de Registro de Preços nº 031/2020 em decorrência do Processo Licitatório nº 115/2020, na Modalidade de Pregão Presencial nº 016/2020 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do Objeto

O presente termo tem por objeto a repactuação dos valores contratados para eventual e futura compra de móveis sob medida para as Unidades Escolares Municipais e para a Secretaria Municipal de Assistência Social de Herval d'Oeste para manutenção do equilíbrio econômico.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES

Considerando o acordo entre as partes, são repactuados os valores e a marca para o fornecimento dos gêneros alimentícios, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNTDE	MARCA	VALOR REGISTRADO	%	VAOR REAJUSTADO
7	Mesas com pés e estrutura de ferro pintado de preto fosco e tampo em MDF 18 mm de espessura, acabamento branco. Medindo 2,30 metros de comprimento X 70 centímetros de largura e 78 centímetros de altura, medidas aproximadas, conferir medidas na Unidade Escolar. CME Pequeno Príncipe. - Marca: DELLUS	UND	8	DELLUS	R\$ 745,40	+11,41%	R\$ 830,45

8	Mesas com pés e estrutura de ferro pintado de preto fosco e tampo em MDF 18 mm de espessura, acabamento branco. Medindo 2,30 metros de comprimento X 70 centímetros de largura e 65 centímetros de altura, medidas aproximadas, conferir medidas na Unidade Escolar. CME Pequeno Príncipe. - Marca: DELLUS	UND	8	DELLUS	R\$ 739,20	+11,41%	R\$ 823,54
9	Banco com pés e estrutura de ferro pintado de preto fosco e acentos em MDF 18 mm de espessura branco, acabamento branco. Medidas 2.30 metros de comprimento X 30 centímetros de largura e 40 centímetros de altura, medidas aproximadas, os bancos podem ter duas alturas devido às idades, medir na Unidade Escolar. CME Pequeno Príncipe - Marca: DELLUS	UND	32	DELLUS	R\$ 346,70	+11,41%	R\$ 386,25

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ACRESCIMO AO VALOR TOTAL**

Sendo assim, o valor total dos três itens passa de R\$ 22.971,20 (vinte e dois mil novecentos e setenta e um reais e vinte centavos) para R\$ 25.591,92 (vinte e cinco mil quinhentos e noventa e um reais e noventa e dois centavos)

**CLÁUSULA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 65, II, d da Lei Federal 8.666/ 93 e Legislação Complementar.

**CLÁUSULA QUINTA - Das Disposições Finais**

A publicação deste Termo de Ajuste não supre a necessidade de emissão de autorização escrita, para o fornecimento dos itens previstos no instrumento contratual.

Todos os demais itens e cláusulas da ARP Nº 006B/2020, que não foram modificados por força deste termo permanecem em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes de forma digital.

Herval d'Oeste, 12 de fevereiro de 2021.

MAURO SÉRGIO MARTINI  
Prefeito  
CPF: 713.164.509-53  
Pelo Município

LUIS GIACOMELLI  
Sócio Administrador  
CPF nº 960.160.439-15  
Pela Empresa

# Ibicaré

## PREFEITURA

### ERRATA DE ALTERAÇÃO 2TA ATA 020/2020

Publicação Nº 2867998

Onde se lê:

UNICÍPIO DE IBICARÉ

ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato Primeiro Termo Aditivo ATA nº 020/2020

FUNDAMENTO LEGAL Processo Licitatório 010/2020, PP 008/2020 - Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DE ALTERAÇÃO:

“Mediante apresentação de requerimento de prorrogação de prazo pela empresa detentora, o prazo de vigência passará a vigorar até o dia 31 de dezembro de 2021.”

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ/SC;

CONTRATADA: VALTUR TRANSPORTES COLETIVOS ILTDA

CNPJ: 12.880.840/0001-75

Ibicaré, SC, aos 16 de fevereiro de 2021.

Gianfranco Volpato

Prefeito

Leia-se:

UNICÍPIO DE IBICARÉ

ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato Segundo Termo Aditivo ATA nº 020/2020

FUNDAMENTO LEGAL Processo Licitatório 010/2020, PP 008/2020 - Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DE ALTERAÇÃO:

“Mediante apresentação de requerimento de prorrogação de prazo pela empresa detentora, o prazo de vigência passará a vigorar até o dia 31 de dezembro de 2021.”

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ/SC;

CONTRATADA: VALTUR TRANSPORTES COLETIVOS ILTDA

CNPJ: 12.880.840/0001-75

Ibicaré, SC, aos 16 de fevereiro de 2021.

Gianfranco Volpato

Prefeito

### EXTRATO ATA 013/2021 PMI

Publicação Nº 2868189

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Extrato Ata de Registro de Preços nº 013/2021 PMI

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 08/2006, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, originado do Processo de Licitação nº 07/2021, Pregão Presencial nº 005/2021.

OBJETO: registro de preços para aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de ruas e estradas do município de Ibicaré, SC.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE IBICARÉ (SC)

FORNECEDOR: COMERCIAL IBICARÉ LTDA ME

CNPJ: 12.915.496/0001-02.

Valor Total: R\$: 20.188,40 (Vinte mil, cento e oitenta e oito reais e quarenta centavos).

VIGÊNCIA: 18 de fevereiro de 2022.

Ibicaré, SC, em 18 de fevereiro de 2021.

Gianfranco Volpato;

Prefeito.

**EXTRATO ATA 014/2021 PMI**

Publicação Nº 2868196

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Extrato Ata de Registro de Preços nº 014/2021 PMI

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 08/2006, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, originado do Processo de Licitação nº 07/2021, Pregão Presencial nº 005/2021.

OBJETO: registro de preços para aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de ruas e estradas do município de Ibicaré, SC.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE IBICARÉ (SC)

FORNECEDOR: CONSTRUTILIAS COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA

CNPJ: 26.553.949/0001-02.

Valor Total: R\$: 23.958,00 (Vinte e três mil, novecentos e cinquenta e oito reais).

VIGÊNCIA: 18 de fevereiro de 2022.

Ibicaré, SC, em 18 de fevereiro de 2021.

Gianfranco Volpato;

Prefeito.

**EXTRATO ATA 015/2021 PMI**

Publicação Nº 2868219

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Extrato Ata de Registro de Preços nº 015/2021 PMI

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 08/2006, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, originado do Processo de Licitação nº 07/2021, Pregão Presencial nº 005/2021.

OBJETO: registro de preços para aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de ruas e estradas do município de Ibicaré, SC.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE IBICARÉ (SC)

FORNECEDOR: SSM COMÉRCIO DE TINTAS LTDA

CNPJ: 28.040796/0001-25.

Valor Total: R\$: 5.900,00 (Cinco mil, e novecentos reais).

VIGÊNCIA: 18 de fevereiro de 2022.

Ibicaré, SC, em 18 de fevereiro de 2021.

Gianfranco Volpato;

Prefeito.

**EXTRATO ATA 016/2021 PMI**

Publicação Nº 2868238

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Extrato Ata de Registro de Preços nº 016/2021 PMI

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 08/2006, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, originado do Processo de Licitação nº 07/2021, Pregão Presencial nº 005/2021.

OBJETO: registro de preços para aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de ruas e estradas do município de Ibicaré, SC.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE IBICARÉ (SC)

FORNECEDOR: JACKSON FABIANO PERETTI

CNPJ: 23.687.311/0001-76

Valor Total: 96.859,00 (Noventa e seis mil, oitocentos e cinquenta e nove reais).

VIGÊNCIA: 18 de fevereiro de 2022.

Ibicaré, SC, em 18 de fevereiro de 2021.

Gianfranco Volpato;

Prefeito.

**EXTRATO ATA 017/2021 PMI**

Publicação Nº 2868246

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Extrato Ata de Registro de Preços nº 017/2021 PMI

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 08/2006, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, originado do Processo de Licitação nº 07/2021, Pregão Presencial nº 005/2021.

OBJETO: registro de preços para aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de ruas e estradas do município de Ibicaré, SC.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE IBICARÉ (SC)

FORNECEDOR: TRANSPORTES RODAPINEM LTDA - EPP

CNPJ: 81.310.989/0001-31

Valor Total: 261.782,44 (Duzentos e sessenta e um mil, setecentos e oitenta e dois reais e quarenta e quatro centavos).

VIGÊNCIA: 18 de fevereiro de 2022.

Ibicaré, SC, em 18 de fevereiro de 2021.

Gianfranco Volpato;

Prefeito.

**PORTARIA Nº 057-2021**

Publicação Nº 2867955

PORTARIA Nº 057, de 17 de fevereiro de 2021.

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR QUE MENCIONA”

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições e, de conformidade com o Artigo 129 e Artigo 130, Inciso I da CLT e Artigo 7º, Inciso XVII da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE Férias Regulamentares ao servidor ANA KETLYN DE ANDRADE KRACHINSKI, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, na execução do Programa Saúde da Família – PSF.

Parágrafo único. O período de gozo será compreendido entre 17 de fevereiro de 2021 à 03 de março de 2021, referentes ao período aquisitivo de 22 de dezembro de 2019 a 21 de dezembro de 2020, a que faz jus.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 17 de fevereiro de 2021.

GIANFRANCO VOLPATO

Prefeito

**PORTARIA Nº 058-2021**

Publicação Nº 2867956

PORTARIA Nº 058, de 17 de fevereiro de 2021.

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR QUE MENCIONA”

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições e, de conformidade com o artigo 96, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Ibicaré, artigo 53 da Lei Complementar nº 1.230/00 de 15 de março de 2000.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE Férias Regulamentares ao servidor LINDOMAR MACHADO ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nível 9, Classe “A”, Anexo II- Quadro de Pessoal Efetivo, Grupo II – Atividades e Serviços Operacionais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. O período de gozo será compreendido entre 17 de fevereiro de 2021 à 08 de março de 2021, referentes ao período aquisitivo de 09 de maio de 2021 a 08 de maio de 2021, a que faz jus.

Art. 2º. O saldo remanescente das férias, serão gozadas posteriormente.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 17 de fevereiro de 2021.  
GIANFRANCO VOLPATO  
Prefeito

## **REVOGAÇÃO PROCESSO 5 - 2021**

Publicação N° 2868454

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE IBICARÉ  
EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO N° 5/2021 PMI  
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N° 4/2021 PMI  
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Município de Ibicaré - SC, através do Prefeito Municipal Sr. GIANFRANCO VOLPATO, torna público para conhecimento, que a licitação na modalidade Pregão Presencial nº. 4/2021, que previa a aquisição eventual e futura de Kit Lousa Digital Interativa, destinados para a Escola Municipal Madre Leontina do Município de Ibicaré, com recursos Estadual empenho 2020NE009960, e recursos Próprios., indicou a falta de interesse da Administração em manter o certame.

Em nova análise constatou-se que o objeto do certame não possui caráter emergencial, e pode facilmente ser modificado para uma aquisição similar, com maiores vantagens financeiras para a Municipalidade.

Ibicaré, 10 de fevereiro de 2021.

Gianfranco Volpato  
Prefeito

# Ibirama

## PREFEITURA

**CONTRATO Nº: 24/2021 CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IBIRAMA**

Publicação Nº 2867892

**MUNICIPIO DE IBIRAMA**

Contrato Nº: 24/2021

Contratante: MUNICIPIO DE IBIRAMA

Contratada: ALEX LUIZ DA SILVA, número inscrição CNPJ 21.690.014/0001-54.

Licitação: Dispensa de Licitação 22/2021

Objeto: Contratação de empresa especializada para coordenação e operacionalização de Concurso Público.

Vigência: Início: 17/02/2021 Término: 31/12/2021

Assinatura: 17/02/2021

Valor R\$: 17.400,00 (dezesete mil e quatrocentos reais).

Dotações: 04.001.2004.33390000000000000000(30)01010000

MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO.

09.001.2057.33390000000000000000(263)01010000 RECEITAS IMPOSTOS E TRANSF. DE IMPOSTOS – SAÚDE.

FISCAL: FABIO LUIZ FUSINATO.

**DECRETO Nº 4.646, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021. "ALTERA MEMBROS DO NÚCLEO GESTOR DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL – NGPT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

Publicação Nº 2867909

DECRETO nº 4.646, de 17 de fevereiro de 2021.

"ALTERA MEMBROS DO NÚCLEO GESTOR DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL – NGPT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam alterados os membros governamentais, respectivamente com seus membros suplentes, em conformidade com o § 4º do art. 3º da Lei Complementar n. 65, de 11 de dezembro de 2007, alterada pela Lei Complementar n. 114, de 24 de julho de 2012, para compor o Núcleo Gestor de Planejamento Territorial – NGPT, a saber:

**I - Entidades Governamentais****A) SEDEMA (Poder Público Municipal):**

Matheos Abner Silva – Titular

Anderson Fozina Kruger– Suplente

[...]

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a alínea "a" do Item I, do Art. 1º do Decreto nº 4.386, de 19 de agosto de 2019.

Art. 3º Ficam mantidas as demais determinações do Decreto nº 4.386, de 19 de agosto de 2019.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 17 de fevereiro de 2021.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças



**DECRETO Nº 4.647 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021. "ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – CONMPDEC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2867912

DECRETO nº 4.647 de 17 de fevereiro de 2021.

"ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – CONMPDEC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os membros governamentais, respectivamente com seus membros suplentes, conforme Lei Municipal nº 3.226, de 05 de abril de 2016, para compor o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil - CONMPDEC, a saber:

a) Representantes governamentais:

[...]

IV – 01 (um) da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

Titular: Suely Sandra Silva

Suplente: Bruno Leno Moser

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o item IV, da alínea "a", do artigo 1º do decreto nº 4.298, de 07 de dezembro de 2018.

Art. 3º Ficam mantidas as demais determinações constantes no Decreto Municipal nº 4.298, de 07 de dezembro de 2018.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 17 de fevereiro de 2020.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 4.645, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021. "ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO – COMUTRAN – DE IBIRAMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2867907

DECRETO nº 4.645, de 17 de fevereiro de 2021.

"ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO – COMUTRAN – DE IBIRAMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os membros governamentais, respectivamente com seus membros suplentes, conforme Lei Municipal nº 2.659, de 16 de setembro de 2009, para compor o Conselho Municipal de Trânsito – COMUTRAN, a saber:

[...]

IV – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente:

Titular: John Maicon Uessler

Suplente: Edson Luis Bittencourt

[...]

Art. 2º Ficam mantidas as demais determinações constantes no Decreto nº 4.391, de 23 de agosto de 2019.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o inciso IV do art. 1º do Decreto nº 4.391, de 23 de agosto de 2019.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 17 de fevereiro de 2021.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

**DL - PROCESSO LICITATÓRIO 22/2021**

Publicação N° 2867890

MUNICÍPIO DE IBIRAMA.  
-----

DL - Processo Licitatório 22/2021.

Base legal: Art. 24, inciso I da lei nº 8.666/93.

Objeto: Contratação de empresa especializada para coordenação e operacionalização de Concurso Público.

Contratada: ALEX LUIZ DA SILVA, número inscrição CNPJ 21.690.014/0001-54. Ibirama, 17 de fevereiro de 2021. Adriano Poffo – Prefeito.  
-----

# Ilhota

## PREFEITURA

### PORTARIA 37/2021

Publicação Nº 2867490

PORTARIA Nº 37/2021  
REVOGA PORTARIA 93/2020

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

#### RESOLVE

Revogar portaria 93/2020, que nomeava o Sr. Sidnei Agostinho, no cargo de COORDENADOR GERAL DO PROCON MUNICIPAL, em caráter comissionado, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 16 de fevereiro de 2021.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 16 de fevereiro de 2021.

ERICO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 38/2021

Publicação Nº 2867496

PORTARIA Nº 38/2021

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

#### RESOLVE

NOMEAR, a Sra. Elaine Batista, do cargo de COORDENADOR GERAL DO PROCON MUNICIPAL, em caráter comissionado, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 16 de fevereiro de 2021

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 16 de fevereiro de 2021.

ERICO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 39/2021

Publicação Nº 2867499

PORTARIA Nº 39/2021

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

#### RESOLVE

EXONERAR, o Sr. Clóvis Hostins, do cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, em caráter comissionado, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 17 de fevereiro de 2021.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 17 de fevereiro de 2021.

ERICO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO 01/2021**

Publicação Nº 2868261

RESOLUÇÃO Nº 01/2021

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO NO REGIMENTO INTERNO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ILHOTA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do artigo 173 do Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgada a seguinte resolução:

Art. 1º. Altera o parágrafo único do artigo 74 do Regimento Interno que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. As segundas e quartas-feiras serão destinadas aos trabalhos das Comissões, salvo quando necessária à realização de Sessão para apreciação de projetos em regime de urgência. "

Art. 2º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Municipal de Ilhota em 10 de fevereiro de 2021.

Juarez Antonio da Cunha

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Ilhota

# Imbituba

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO DE COMPROMISSO DE RATEIO 02/2021

Publicação Nº 2868097

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

Contrato ..... : 02/2021  
Contratante ..... : Prefeitura Municipal de Imbituba  
Contratada ..... : Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – Cisam/Sul  
Vigência ..... : 31/12/2021  
Valor ..... : R\$ 143.000,00  
Objeto ..... : Este contrato de rateio tem por objetivo a transferência de recursos públicos da contratante ao contratado para promover a consecução dos seguintes objetos colocados à disposição pelo contratado em razão de contrato de consórcio público:  
I – manutenção de assessoria contábil na área pública (sistemas de informação e congêneres e resolução de questões junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina);  
II - manutenção de serviços administrativos em geral, envolvendo organização de documentos e de procedimentos licitatórios e demais atos correlatos no âmbito do ora contratado;  
III – apoio na manutenção de serviços prestados nessas áreas por prestadores de serviços e/ou estagiários contratados pelo contratado;  
IV - realização e apoio em palestras e reuniões sobre saneamento ambiental e outros de interesse dos consorciados aprovados em assembléia;  
V - apoio, treinamento e/ou supervisão no controle da qualidade da água.  
VI – Despesas com obras e Instalações na construção do Laboratório Regional, inclusive contrapartida

Imbituba, 19 de janeiro de 2021.  
ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE ADITIVO 02/2020 - A/01 – PROCESSO 03/2020

Publicação Nº 2868733

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

Aditivo ..... : 01  
Contrato ..... : 02/2020  
Processo ..... : 03/2020  
Modalidade ..... : Dispensa 02/2020 DL  
Contratante ..... : Fundo Municipal de Transito - Demutran  
Contratada ..... : MARLENE DE SOUZA CANDEMIL  
Vigência ..... : 12 meses  
Valor ..... : R\$ 50.475,12  
Objeto ..... : LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL MEDINDO NO TOTAL 206,00M<sup>2</sup>, SITUADA Á RUA: RUTH DA CRUZ SECCO, Nº 119, BAIRRO CENTRO, PARA INSTALAÇÃO DA SEDE ADMINISTRATIVA DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO BÁSICO.

Imbituba, 11 de fevereiro de 2021.  
Edilson Misael Antunes da Silva

### EXTRATO DE ADITIVO 20/2019 - A/02 – PROCESSO 17/2019

Publicação Nº 2868690

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

Aditivo ..... : 02  
Contrato ..... : 20/2019  
Processo ..... : 17/2019  
Modalidade ..... : Inexigibilidade 01/2019  
Contratante ..... : Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Contratada ..... : SANTO ANJO DA GUARDA LTDA

Vigência ..... : 12 meses

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA DE TRANSPORTE COLETIVO PARA FORNECIMENTO DE PASSAGENS ESCOLARES AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA/SC, NO ITINERÁRIO: CASA – ESCOLA, ESCOLACASA, PARA O ANO LETIVO DE 2019

Imbituba, 20 de fevereiro de 2021.

Rafaela Pereira De Mello

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

## EXTRATO DE ADITIVO 20/2020 - A/01 – PROCESSO 17/2019

Publicação Nº 2868754

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

Aditivo ..... : 01

Contrato ..... : 20/2020

Processo ..... : 17/2020

Modalidade ..... : Dispensa 04/2020

Contratante ..... : Secretaria Municipal da Fazenda

Contratada ..... : CONTRIBUTO ESTUDOS TRIBUTARIOS LTDA

Vigência ..... : 12 meses

Valor ..... : R\$ 6.360,00

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS

Imbituba, 18 de fevereiro de 2021.

ADRIANE MARTINS LUIZ

Secretária Municipal da Fazenda

## EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 21/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2021 - PMI/SEDETUR

Publicação Nº 2868807

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PMI - SEDETUR

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2021

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 17/2021

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da SEDETUR – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico, comunica que realizará às 14:00 horas, do dia 03 de MARÇO de 2021, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por ITEM, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006 atualizada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para a possível “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LIXEIRAS ECOLÓGICAS EM MADEIRA PLÁSTICA COM TAMPA PARA COLETA SELETIVA, CAPACIDADE 94 LITROS, COM E SEM SUPORTE PARA FIXAÇÃO, E FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE BANCOS EM MADEIRA PLÁSTICA, COM ENCOSTO PADRÃO PARA ADULTOS, SUPORTA NO MÍNIMO 400 KG, ECOLOGICAMENTE CORRETO, FABRICADO ATRAVÉS DE POLÍMEROS RECICLADO, VASOS EM PLÁSTICO POLIETILENO, SUSTENTÁVEL, COM MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO NO PERÍODO DO CONTRATO”.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 18 de fevereiro de 2021

Henrique Francisco de Melo

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico.

## EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 22/2021 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2021 - PMI/SEFAZ

Publicação Nº 2868939

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2021

PMI - SEFAZ

Objeto: “CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA E APOIO TÉCNICO OPERACIONAL PARA ELABORAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, E DEMAIS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, COMPREENDENDO AUXÍLIO TÉCNICO NA ELABORAÇÃO DO MESMO E APRESENTAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, BEM COMO ASSESSORAMENTO E CONSULTORIA JUNTO AS SECRETARIAS NA GESTÃO MUNICIPAL E DEMAIS ATIVIDADES RELATIVAS AO PPA”

Contratado: CONTABILIDADE ESMERALDINO EIRELI - ME

CNPJ: 18.515.192/0001-34.

Valor Total: R\$ 16.950,00 (Dezesseis mil, novecentos e cinquenta reais).

Fundamento: Artigo 24, Inciso II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 18 de fevereiro de 2021.

Adriane Martins Luiz

Secretária Municipal da Fazenda.

### PORTARIA PMI/SEAD Nº 147/2021

Publicação Nº 2867944

PORTARIA PMI/SEAD Nº 147, de 17 de fevereiro de 2021.

Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, considerando ainda o exposto no Memorando nº 3.247/2021;

#### RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 01/2020, para exercer a função temporária de Professora, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Função Temporária	CPF	Admissão	Motivo da Contratação
Gizelli Torquato	Prof II Ed Especial – 20h	081.735.479-47	22/02/2021	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária

Art. 2º A rescisão contratual ocorrerá no dia útil seguinte ao término do ano letivo de 2021, ou se houver punição disciplinar, ou no momento em que cessar o motivo que justificou a contratação acima, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Único. A critério da Administração Pública, se não houver punição disciplinar ou cessação do motivo que justificou a contratação acima, tal contrato temporário pode ser prorrogado do término do ano letivo de 2021 até o término da colônia de férias.

Art. 3º Os servidores admitidos para a referida função, darão início ao seu efetivo exercício laborativo, tão-somente, após a entrega de toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação, bem como, a assinatura do termo de posse caso constatado a sua aptidão, de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 003/2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 17 de fevereiro de 2021.

Paulo Márcio de Souza

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Agente Administrativo

### PORTARIA PMI/SEAD Nº 148/2021

Publicação Nº 2867946

PORTARIA PMI/SEAD Nº 148, de 17 de fevereiro de 2021.

Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, considerando ainda o exposto no Memorando nº 3.247/2021;

#### RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 01/2020, para exercer a função temporária de Professora, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Função Temporária	CPF	Admissão	Motivo da Contratação
Gizelli Torquato	Prof II Ed Especial – 20h	081.735.479-47	23/02/2021	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária

Art. 2º A rescisão contratual ocorrerá no dia útil seguinte ao término do ano letivo de 2021, ou se houver punição disciplinar, ou no momento em que cessar o motivo que justificou a contratação acima, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Único. A critério da Administração Pública, se não houver punição disciplinar ou cessação do motivo que justificou a contratação acima, tal contrato temporário pode ser prorrogado do término do ano letivo de 2021 até o término da colônia de férias.

Art. 3º Os servidores admitidos para a referida função, darão início ao seu efetivo exercício laborativo, tão-somente, após a entrega de toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação, bem como, a assinatura do termo de posse caso constatado a sua



aptidão, de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 003/2019.  
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 17 de fevereiro de 2021.  
Paulo Márcio de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Agente Administrativo

### PORTARIA PMI/SEAD Nº 149/2021

Publicação Nº 2868179

PORTARIA PMI/SEAD Nº 149, de 17 de fevereiro de 2021.  
Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, considerando ainda o exposto no Memorando nº 3.405/2021;

#### RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 01/2020, para exercer a função temporária de Professora, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Função Temporária	CPF	Admissão	Motivo da Contratação
Rosicleia Pinto dos Santos Ferreira	Prof II Ed Especial – 20h	476.180.003-87	22/02/2021	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária

Art. 2º A rescisão contratual ocorrerá no dia útil seguinte ao término do ano letivo de 2021, ou se houver punição disciplinar, ou no momento em que cessar o motivo que justificou a contratação acima, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Único. A critério da Administração Pública, se não houver punição disciplinar ou cessação do motivo que justificou a contratação acima, tal contrato temporário pode ser prorrogado do término do ano letivo de 2021 até o término da colônia de férias.

Art. 3º Os servidores admitidos para a referida função, darão início ao seu efetivo exercício laborativo, tão-somente, após a entrega de toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação, bem como, a assinatura do termo de posse caso constatado a sua aptidão, de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 003/2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 17 de fevereiro de 2021.  
Paulo Márcio de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Agente Administrativo

### PORTARIA PMI/SEAD Nº 150/2021

Publicação Nº 2868185

PORTARIA PMI/SEAD Nº 150, de 17 de fevereiro de 2021.  
Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, considerando ainda o exposto no Memorando nº 3.405/2021;

#### RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 01/2020, para exercer a função temporária de Professora, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Função Temporária	CPF	Admissão	Motivo da Contratação
Rosicleia Pinto dos Santos Ferreira	Prof II Ed Especial – 20h	476.180.003-87	23/02/2021	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária

Art. 2º A rescisão contratual ocorrerá no dia útil seguinte ao término do ano letivo de 2021, ou se houver punição disciplinar, ou no momento

em que cessar o motivo que justificou a contratação acima, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Único. A critério da Administração Pública, se não houver punição disciplinar ou cessação do motivo que justificou a contratação acima, tal contrato temporário pode ser prorrogado do término do ano letivo de 2021 até o término da colônia de férias.

Art. 3º Os servidores admitidos para a referida função, darão início ao seu efetivo exercício laborativo, tão-somente, após a entrega de toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação, bem como, a assinatura do termo de posse caso constatado a sua aptidão, de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 003/2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 17 de fevereiro de 2021.

Paulo Márcio de Souza

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Agente Administrativo

## PORTARIA PMI/SEAD Nº 151/2021

Publicação Nº 2868337

PORTARIA PMI/SEAD Nº 151, de 17 de fevereiro de 2021.

Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, considerando ainda o exposto no Memorando nº 3.405/2021;

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 01/2020, para exercer a função temporária de Professora, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Função Temporária	CPF	Admissão	Motivo da Contratação
Adriana Costa	Prof II Ed Especial – 20h	806.479.289-49	22/02/2021	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária

Art. 2º A rescisão contratual ocorrerá no dia útil seguinte ao término do ano letivo de 2021, ou se houver punição disciplinar, ou no momento em que cessar o motivo que justificou a contratação acima, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Único. A critério da Administração Pública, se não houver punição disciplinar ou cessação do motivo que justificou a contratação acima, tal contrato temporário pode ser prorrogado do término do ano letivo de 2021 até o término da colônia de férias.

Art. 3º Os servidores admitidos para a referida função, darão início ao seu efetivo exercício laborativo, tão-somente, após a entrega de toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação, bem como, a assinatura do termo de posse caso constatado a sua aptidão, de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 003/2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 17 de fevereiro de 2021.

Paulo Márcio de Souza

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Agente Administrativo

**PPE - PMI/SEAD Nº 90/2021**

Publicação Nº 2867965

**PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO**  
**PPE - PMI/SEAD Nº 90/2021**

O Secretário Municipal de Administração, Sr. PAULO MÁRCIO DE SOUZA, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, a servidora nomeada/admitida pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 147, de 17 de fevereiro de 2021, para exercer a função temporária de PROFESSOR(A), habilitado (a) pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 01/2020.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
Gizelli Torquato	Prof II Ed Especial – 20h	081.735.479-47

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação que rege os contratos temporários, a servidora entra em exercício em 22/02/2021.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de fevereiro de 2021.

Paulo Márcio de Souza

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Agente Administrativo

**PPE - PMI/SEAD Nº 91/2021**

Publicação Nº 2867967

**PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO**  
**PPE - PMI/SEAD Nº 91/2021**

O Secretário Municipal de Administração, Sr. PAULO MÁRCIO DE SOUZA, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, a servidora nomeada/admitida pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 148, de 17 de fevereiro de 2021, para exercer a função temporária de PROFESSOR(A), habilitado (a) pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 01/2020.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
Gizelli Torquato	Prof II Ed Especial – 20h	081.735.479-47

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação que rege os contratos temporários, a servidora entra em exercício em 23/02/2021.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de fevereiro de 2021.

Paulo Márcio de Souza

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Agente Administrativo

**PPE - PMI/SEAD Nº 92/2021**

Publicação Nº 2868063

**PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO**  
**PPE - PMI/SEAD Nº 92/2021**

O Secretário Municipal de Administração, Sr. PAULO MÁRCIO DE SOUZA, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 66, de 20 de janeiro de 2021, para exercer a função temporária de Agente Comunitário de Saúde – Área 04, habilitado (a) pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 08/2016.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	CPF
LIEDA ANTUNES ZANELLA	912.679.949-91

Art. 2º Em conformidade com a legislação que rege os contratos temporários, a servidora entra em exercício em 18/02/2021.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de fevereiro de 2021.

Paulo Márcio de Souza

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Agente Administrativo

**PPE - PMI/SEAD Nº 93/2021**

Publicação Nº 2868200

**PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO**  
**PPE - PMI/SEAD Nº 93/2021**

O Secretário Municipal de Administração, Sr. PAULO MÁRCIO DE SOUZA, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, a servidora nomeada/admitida pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 149, de 17 de fevereiro de 2021, para exercer a função temporária de PROFESSOR(A), habilitado (a) pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 01/2020.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
Rosicleia Pinto dos Santos Ferreira	Prof II Ed Especial – 20h	476.180.003-87

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação que rege os contratos temporários, a servidora entra em exercício em 22/02/2021.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de fevereiro de 2021.

Paulo Márcio de Souza

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Agente Administrativo

**PPE - PMI/SEAD Nº 94/2021**

Publicação Nº 2868202

**PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO**  
**PPE - PMI/SEAD Nº 94/2021**

O Secretário Municipal de Administração, Sr. PAULO MÁRCIO DE SOUZA, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, a servidora nomeada/admitida pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 150, de 17 de fevereiro de 2021, para exercer a função temporária de PROFESSOR(A), habilitado (a) pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 01/2020.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
Rosicleia Pinto dos Santos Ferreira	Prof II Ed Especial – 20h	476.180.003-87

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação que rege os contratos temporários, a servidora entra em exercício em 23/02/2021.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de fevereiro de 2021.

Paulo Márcio de Souza

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Agente Administrativo

**PPE - PMI/SEAD Nº 95/2021**

Publicação Nº 2868349

**PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO**  
**PPE - PMI/SEAD Nº 95/2021**

O Secretário Municipal de Administração, Sr. PAULO MÁRCIO DE SOUZA, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, a servidora nomeada/admitida pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 151, de 17 de fevereiro de 2021, para exercer a função temporária de PROFESSOR(A), habilitado (a) pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 01/2020.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
Adriana Costa	Prof II Ed Especial – 20h	806.479.289-49

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação que rege os contratos temporários, a servidora entra em exercício em 22/02/2021.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de fevereiro de 2021.

Paulo Márcio de Souza

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Agente Administrativo

**EXTRATO DE ADITIVO 09/2019 - A/01 – PROCESSO 135/2019**

Publicação Nº 2868712

**GOVERNO DE  
IMBITUBA**

<b>Contrato PMI SEFAZ 2019/09-A/01</b> <b>Processo Licitatório 135/2019</b> <b>Inexigibilidade 04/2019</b> <b>Memorando 19833/2020</b>	<b>PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO</b> <b>CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM</b> <b>O MUNICÍPIO DE IMBITUBA E TYCOON</b> <b>TECHNOLOGY S/A</b>
---	---

**O MUNICÍPIO DE IMBITUBA**, com endereço na AV. Dr. Ernani Cotrin, 601, Centro, Imbituba (SC), inscrição CNP) n.º 82.909.409/0001-90, neste ato representado pela Secretária Municipal da Fazenda, Sra. **ADRIANE MARTINS LUIZ**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas sob o n.º **003.770.449-46**, e **TYCOON TECHNOLOGY S/A**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas sob o n.º **266.15279/0001-01**, sediada na Rua Alameda Doutor Carlos de Carvalho, n.º 431, 17º andar, Bairro Centro/PR, por seu representante abaixo assinado, doravante denominada simplesmente **CREDENCIADA**, em conformidade com a Inexigibilidade 04/2019, processo no 135/2019 observado o disposto na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, têm, entre si, justo e contratado o que se contém nas **CLÁUSULAS** seguintes

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS**

Fundamenta-se este ADITIVO, na qual consta justificativa apresentada pela Secretária Municipal da Fazenda, Sra. Adriane Martins Luiz, por meio de Memorando Nº 19.833/2020.

**CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO**

É objetos deste Aditivo, a prorrogação do prazo de vigência do Contrato por mais 12 (doze) meses. (03/01/2021 a 03/01/2022)

O Termo Aditivo refere-se ao CONTRATO PMI SEFAZ 2019/08 - A/00, cujo objeto é **"CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS OPERADORAS/FACILITADORES,**

**CREDENCIADORES, BANCOS, E/OU AGENTES DE CARTÕES DE CRÉDITOS PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEM INFORMATIZADO DE GESTÃO DE PAGAMENTOS, DE TAXAS, IMPOSTOS E DÉBITOS EM GERAL, ATRAVÉS DO USO DE CARTÕES DE, CRÉDITO/DÉBITO, AFIM DE PROPORCIONAR AOS CONTRIBUINTE ALTERNATIVAS DE QUITAÇÃO DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS"**

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR**

Todos os custos operacionais das taxas envolvidas serão de responsabilidade da(s) Contratada(S) eximindo o Município de quaisquer ônus.

**CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

A Dotação Orçamentária destinada ao pagamento do objeto deste Termo Aditivo correrão por conta do orçamento 2021

**CLÁUSULA QUINTA– CONVALIDAÇÃO**

**Prefeitura de Imbituba**  
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000  
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100  
imbituba@imbituba.sc.gov.br  
[www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br)

**IMBITUBA**  
Um Mar de Oportunidades

**Página 1 de 2**  
**Imbituba**  
CAPITAL NACIONAL DA BAIEIRA FRANCA



**GOVERNO DE  
IMBITUBA**

Ficam mantidas, integralmente, todas as demais cláusulas e condições do Contrato Original nº. PMI SEFAZ 2019/08 – A/00 e aditivos posteriores, que não foram modificadas por este Termo Aditivo.

**CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização da execução do aditivo será exercida por um representante da CONTRATANTE, devidamente credenciado por autoridade competente da mesma, a qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços e exercer em toda a sua plenitude a ação fiscalizadora de que trata a Lei Federal 8.666/93. A CONTRATANTE deverá ser informada de quaisquer irregularidades porventura levantadas pelo seu representante na execução do Aditivo, sendo a CONTRATADA responsável por quaisquer danos que possam advir da inexecução ou má execução, total ou parcial, que não tenham sido informados.

**CLÁUSULA SETIMA – PUBLICAÇÃO**

A publicação do extrato do presente instrumento no órgão de Imprensa Oficial de Santa Catarina correrá à conta do CONTRATANTE.

**CLÁUSULA OITAVA– FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Imbituba (SC) para dirimir questões ou litígios resultantes deste Aditivo, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente instrumento em três (3) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Imbituba, 03 de janeiro de 2021.

**TYCOON TECHNOLOGY S/A**  
Representante Legal  
**CONTRATADA**

**ADRIANE MARTINS LUIZ**  
Secretária Municipal da Fazenda  
**CONTRATANTE**

**Prefeitura de Imbituba**  
Rua Emani Cotrin, 601 • 88780-000  
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100  
imbituba@imbituba.sc.gov.br  
[www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br)

**IMBITUBA**  
Um Ato de Oportunidades



Página 2 de 2



# Imbuia

## PREFEITURA

### EDITAL 03/2021 FMS

Publicação N° 2868358

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE IMBUÍIA - SC

CHAMADA PÚBLICA N° 01/2021 PARA CREDENCIAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 03/2021

O Prefeito Municipal de Imbuia – SC, de acordo com o Art. 25 da Lei nº 8666/93 de 21 de junho de 1.993, na forma do disposto no art 24 e art. 197 da Constituição Federal, no art, 4º, § 2º da Lei Federal 8.080/90. Conforme portaria MS/GM nº. 3.277, de 22 de dezembro de 2006 que prevê a complementaridade na contratação de instituições privadas para a prestação de serviços de saúde, conforme seus Art. 3º e 6º. Torna público aos interessados, que estará realizando a partir de 22/02/2021 o CREDENCIAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, Contratação de empresas, para a realização de Consultas Médicas, Exames e Procedimentos complementares, de forma complementar, nos estabelecimentos próprios do Município de Imbuia nas áreas de Eletroencefalograma, Psiquiatria, Endocrinologia, Neuropediatria e Exames de laboratório de suporte ao PS 24h.. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço, AV. Bernardino de Andrade, nº 86. Centro, Cep 88440-000, Pref. Municipal de Imbuia ou pelo Site [www.imbuia.sc.gov.br](http://www.imbuia.sc.gov.br) Informações no e-mail [adriana@imbuia.sc.gov.br](mailto:adriana@imbuia.sc.gov.br); Local: a Pref. Municipal de Imbuia, na AV. Bernardino de Andrade, nº 86.fone: (47) 3557-2419 no Dep. de Licitações. Em 17/02/2021. DENY SCHEIDT- Prefeito Municipal.

# Indaial

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3166/2021

Publicação Nº 2867838

. DECRETO Nº 3166/21

. De 15 de fevereiro de 2021

ALTERA O DECRETO 3079/2021 QUE NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA O CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2020.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, da Lei Complementar nº 105/10 e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o Decreto 3079/2021 que nomeia a Comissão Especial de Concurso Público nº 001/2020, do Fundo Municipal de Saúde, que passa a ser integrada pelos servidores a seguir relacionados:

- Edson Calson
- Mara Aparecida Tambani
- Roberto Mathiussi
- Elsa Berkenbrock da Rocha
- Solange Pazini

Art. 2º - Fica concedida gratificação da ordem de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) para cada servidor designado, conforme dispõe o artigo 49, inciso VII, da Lei Complementar 105/10.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial em 15 de fevereiro de 2021.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

### DECRETO Nº 3172/2021

Publicação Nº 2867839

. DECRETO Nº 3172/21

. De 16 de fevereiro de 2021

ALTERA DECRETO Nº 1555/2019 - NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL COMPROVAÇÃO INCRA PARA FINS IPTU

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos VIII, XI e XII e Lei Orgânica do Município, e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados/designados para integrar a Comissão Especial para análise da documentação que comprove a situação INCRA, para fins do IPTU do Município de Indaial, os seguintes servidores:

- LENIRIA PREILEPPER
- ANDERSON TOMIO
- SONIA PACIFICO DE CASTRO MONTIBELLER
- WOLFREDO HAAG

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 1555/19.

Município de Indaial, em 16 de fevereiro de 2021.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

**DECRETO Nº 3175/2021**

Publicação Nº 2867840

. DECRETO Nº 3175/21  
. De 16 de fevereiro de 2021  
INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu artigo 92, incisos VIII, XI e XII, conforme estabelece a Lei Complementar nº 105/10 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, em seu artigo 109 e demais dispositivos legais em vigor, e

CONSIDERANDO, Comunicação Interna n. 217/2020/FMS;

CONSIDERANDO, Parecer nº 100/2020;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica instaurado Processo Administrativo Disciplinar, de acordo com a Lei Complementar nº105/10, para apuração das supostas infrações da Servidora Rosane de Fátima Sieg, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem II, na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Ficam designados para integrarem a Comissão do Processo Administrativo, objeto do artigo 1º, os servidores abaixo:

- Patricia Nickhorn e Silva – Presidente
- Roberto Mathiusi - Membro
- Daianne Marcia de Jesus Lira – Secretária

Art. 3º - Fica determinado o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da vigência deste Decreto, para a conclusão do Processo Administrativo.

Art. 4º - Fica concedida gratificação da ordem de R\$ 300,00 (trezentos reais) para cada servidor designado, conforme dispõe o artigo 53, alínea "d" e parágrafo 2º da Lei Complementar 105/10, o qual deverá ser requerido ao final do Processo.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 16 de fevereiro de 2021.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

**DECRETO Nº 3176/2021**

Publicação Nº 2867455

. DECRETO Nº 3176/21  
. De 16 de fevereiro de 2021  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2021 DO MUNICÍPIO DE INDAIAL, PROVENIENTES DE SUPERÁVIT FINANCEIRO.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.837/20,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do Município de Indaial, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 127.000,00 (cento e vinte e sete mil reais) destinados a atender a despesa abaixo discriminada:

02.001 – Gabinete do Prefeito	
0004.0122.0002.1050 – Aquisição de Veículo, Equipamentos e Mobiliário em Geral	
34490000000000000000 – Aplicações Diretas	
03000000 – Recursos Ordinários – E.A.	127.000,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 16 de fevereiro de 2021.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

**DECRETO Nº 3179/2021**

Publicação Nº 2868404

. DECRETO Nº 3179/21  
. De 17 de fevereiro de 2021  
RECONHECE DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR / MUNICÍPIO DE INDIAIAL.

André Luiz Moser, Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º - Fica reconhecida, pelo Município de Indaial, as seguintes despesas, de competência de Exercício anterior, conforme abaixo:

ENTIDADE	MUNICIPIO DE INDIAIAL
O.U.	10.002
P.A.	1410
ELEMENTO/CTA	333909230000000
VINCULO	1000000
CREDOR	PEDREIRA VALE DO SELKE LTDA
VALOR	R\$ 972,30
N.FISC/FAT./REC.	324233

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 17 de fevereiro de 2021.  
André Luiz Moser  
Prefeito  
Publique-se na Forma da Lei.

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - TERMO ADITIVO 003 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2020**

Publicação Nº 2867639

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO Nº 003 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2020

FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

- AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.919.156/0001-94, estabelecida à RUA ESTI RUA DO COMERCIO, nº – Bairro CENTRO, no município de Planalto Alegre – Santa Catarina.

- COMERCIAL AGRÍCOLA ALTO VALE LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 75.779.223/0001-06, estabelecida à AVENIDA COLOMBO MACHADO SALLES, nº 1371 – Bairro VILA NOVA, no município de Laurentino – Santa Catarina.

- COMERCIAL MARTENDALL LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 18.413.694/0001-54, estabelecida à RODOVIA SC 414, nº 1460 – Bairro Terceiro Braço, no município de Massaranduba – Santa Catarina.

OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Aquisição de hortifrúti para alimentação escolar. Termo aditivo, visa o reequilíbrio econômico financeiro, tem por objetivo o realinhamento de preços do item 72 do Lote da empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP da presente Ata de Registro de preços.

VALOR UNITÁRIO:

Item	Valor Unit
72	R\$ 6,60

DATA DA ASSINATURA: 17/02/2021.

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - TERMO ADITIVO 004 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2020**

Publicação Nº 2867566

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO Nº 004 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2020

FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

- PANIFICADORA MARYMARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.448.522/0001-08, estabelecida à RUA DR. BLUMENAU, nº 58 – Bairro CENTRO, no município de Indaial – Santa Catarina.

- COMERCIAL STORINNY LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 73.977.480/0001-19, estabelecida à AVENIDA GIRASSOL, nº 180 – Bairro MORRINHOS, no município de Bombinhas – Santa Catarina.

- COMERCIAL AGRÍCOLA ALTO VALE LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 75.779.223/0001-06, estabelecida à AVENIDA COLOMBO MACHADO SALLES, nº 1371 – Bairro VILA NOVA, no município de Laurentino – Santa Catarina.

- FISTAROL PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 20.524.233/0001-09, estabelecida à RUA BLUMENAU, nº 083 – Bairro CENTRO, no município de Apiúna – Santa Catarina.

- MAYCON WILL EIRELI EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 18.712.730/0001-80, estabelecida à RUA ALVORADA, nº 180 – Bairro FLOR DE NAPOLIS, no município de São José – Santa Catarina.

- MOMM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.310.833/0001-60, estabelecida à RUA NORUEGA, nº 533 – Bairro NAÇÕES, no município de Balneário Camboriú – Santa Catarina.

- PARANA FOODS COMERCIO EIRELI EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 24.170.620/0001-37, estabelecida à RUA Rua do Comércio, nº 00 – Bairro CENTRO, no município de Planalto Alegre – Santa Catarina.

- JUARPO COMERCIO ATACADISTA EIRELI EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 26.982.741/0001-09, estabelecida à RUA 7 DE SETEMBRO, nº 28 – Bairro DIVINEIA, no município de Rio dos Cedros – Santa Catarina.

- JLF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 33.924.940/0001-26, estabelecida à RUA ALEXANDRE GUGELMIM, nº 139 – Bairro VILA JULIANA, no município de Piraquara – Paraná.

- MAQUEA & MAQUEA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 01.046.618/0001-55, estabelecida à TRAVESSA A, nº 15 – Bairro CENTRO, no município de Japurá – Paraná.

- CLÁUDIO ESTEVÃO JUNIOR EIRELI EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 21.491.455/0001-27, estabelecida à RUA TAILÂNDIA, nº 500 – Bairro DAS NACOES, no município de Balneário Camboriú – Santa Catarina.

- PR COMERCIO ATACADISTA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 33.488.848/0001-60, estabelecida à RUA EDEGAR LINHARES, nº 756 – Bairro NOVA ESPERANCA, no município de Balneário Camboriú – Santa Catarina.

OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Aquisição de gêneros alimentícios para atendimento a alimentação escolar.

Termo aditivo, visa o reequilíbrio econômico financeiro, tem por objetivo o realinhamento de preços dos itens 76 e 94 do Lote - empresa JLF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI, da presente Ata de Registro de preços.

#### VALOR UNITÁRIO DOS ITENS:

Item	Valor unit
76	R\$ 9,80
94	R\$ 9,80

DATA DA ASSINATURA: 17/02/2021.

### PORTARIA Nº 107/21

Publicação Nº 2867551

PORTARIA Nº 107/21

De 27 de janeiro de 2021

Retifica Portaria 1560/20

Concede Folha Compensatória

Cristiane Pereira da Costa

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, Decreto nº 1028 de 09 de abril de 2019 e considerando a Comunicação Interna confeccionada pela servidora Regina Beneri de Albuquerque, Enfermeira CAEC da Secretaria de Saúde, de 25 de janeiro de 2021, RESOLVE:

Retificar a portaria nº 1560/20, que Concede Folha Compensatória à servidora temporária Cristiane Pereira da Costa, que passa a ter a seguinte redação:

Conceder folga compensatória nos dias 28,29 e 30 de dezembro de 2020 e nos dias 26, 27 e 28 de janeiro de 2021 à servidora temporária Cristiane Pereira da Costa, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem II, em virtude de serviços prestados por motivo de convocação da Justiça Eleitoral, nos moldes de resolução do TSE.

Prefeitura de Indaial, em 27 de janeiro de 2021.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PAULO ROBERTO MOSCHETTA

Secretário de Saúde

JOSILENE DARUGNA  
Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 187/21**

Publicação Nº 2867554

PORTARIA Nº 187/21

De 05 de fevereiro de 2021  
Concede Folga Compensatória

Jefferson Eduardo de Souza

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, Decreto nº 1028 de 09 de abril de 2019 e considerando a Notificação de Folgas confeccionada pela Secretaria de Saúde em 02 de fevereiro de 2021, a Declaração confeccionada pela Justiça Eleitoral, Juízo da 15ª Zona Eleitoral – Indaial/SC em 13 de novembro de 2020 e o Certificado de Treinamento para Mesários de 02 de novembro de 2020, RESOLVE:

Conceder folga compensatória nos dias 28 e 29 de janeiro de 2021, 04 e 05 de fevereiro de 2021 ao servidor temporário Jefferson Eduardo de Souza, ocupante do cargo de Agente de Controle de Endemias, em virtude de serviços prestados por motivo de convocação da Justiça Eleitoral, nos moldes de resolução do TSE.

Prefeitura de Indaial, em 05 de fevereiro de 2021.

SÍLVIO CESAR DA SILVA  
Secretário de Administração e Finanças

PAULO ROBERTO MOSCHETTA  
Secretário de Saúde

JOSILENE DARUGNA  
Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 213/21**

Publicação Nº 2867556

PORTARIA Nº 213/21

De 08 de fevereiro de 2021

Normatiza Escala de Plantão e Sobreaviso Secretaria de Agricultura

JACIR RONI FLORIANO, Secretário de Agricultura do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações; considerando o disposto da lei 4.507 de 03 de novembro de 2011, alterada pela lei 4.872/13 e o Decreto nº 1658/15 de 23 de novembro de 2015, alterado pelo Decreto nº 2226/20 de 05 de maio de 2020, que regulamenta o regime de sobreaviso e o regime de plantão na Secretaria Municipal de Agricultura e considerando a Comunicação Interna confeccionada pela Secretaria de Agricultura em 04 de fevereiro de 2021, resolve:

Normatizar as escalas de serviços de sobreaviso e hora plantão no âmbito da Secretaria Municipal de Agricultura com efeitos ao período de 01 de fevereiro de 2021 até 28 de fevereiro de 2021 conforme tabela abaixo:

Nome	Cargo	Períodos
Valmir França	Operador de Máquina Niveladora	06,07,20 e 21 de fevereiro de 2021
Roberto Joni Stahnke	Inseminador	06,07,13,14,20 e 21 de fevereiro de 2021
Olacir José Nunes	Operador de Máquina Rotativa	27 e 28 de fevereiro de 2021
Charles Suchara	Operador de Retroescavadeira	13,14,27 e 28 de fevereiro de 2021

Prefeitura Municipal de Indaial em 08 de fevereiro de 2021.

JACIR RONI FLORIANO  
Secretário de Agricultura

**PORTARIA Nº 22/2021**

Publicação Nº 2867841

. PORTARIA Nº 22/21  
. De 16 de fevereiro de 2021  
DELEGA ATRIBUIÇÕES / CARMELITA IRIS VICENZI.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 92, incisos II, VIII, XI, XII e Parágrafo Único da Lei Orgânica do Município, e demais dispositivos legais em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar a servidora CARMELITA IRIS VICENZI, ocupante do cargo de Supervisor de Desenvolvimento Estratégico, atribuições para validar e autorizar as alterações do registro do ponto e demais comunicações relacionadas ao Departamento de Gestão de Pessoal, com base no disposto no Decreto 1028/19, dos servidores lotados na Secretaria de Planejamento e Obras, na ausência do Secretário Fabiano dos Santos.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 16 de fevereiro de 2021.

André Luiz Moser

Prefeito

Cumpre-se.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2021**

Publicação Nº 2867433

PUBLICAÇÃO DE EDITAL  
MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Administrativo nº 013/2021  
Edital de Pregão Eletrônico nº 003/2021-37941

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto Aquisição de material esportivo, uniformes e equipamentos para academia para implantação do núcleo de base para o esporte de alto rendimento na modalidade handebol da Fundação Municipal de Esportes Vereador Maro Marcos Hadlich, através do Convênio Plataforma +Brasil nº 905547/2020, celebrado com a União, por intermédio do Ministério da Cidadania - Exclusivo para ME e EPP.

As propostas deverão ser cadastradas através do site [comprasbr.com.br](http://comprasbr.com.br), até a data e horário informados à seguir:

Cadastro das propostas: até 05/03/2021 - 08h30min – Horário de Brasília

Início da sessão: 05/03/2021 - 08h31min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail [lic2@indaial.sc.gov.br](mailto:lic2@indaial.sc.gov.br), e o site [www.indaial.sc.gov.br](http://www.indaial.sc.gov.br).

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2021**

Publicação Nº 2867434

PUBLICAÇÃO DE EDITAL  
MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Administrativo nº 014/2021  
Edital de Pregão Eletrônico nº 002/2021-37941

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto Contratação de serviços técnicos profissionais de fisioterapeuta, psicólogo e nutricionista para implantação do núcleo de base para o esporte de alto rendimento na modalidade handebol da Fundação Municipal de Esportes Vereador Maro Marcos Hadlich, através do Convênio Plataforma +Brasil nº 905547/2020, celebrado com a União, por intermédio do Ministério da Cidadania.

As propostas deverão ser cadastradas através do site [comprasbr.com.br](http://comprasbr.com.br), até a data e horário informados à seguir:

Cadastro das propostas: até 04/03/2021 - 08h30min – Horário de Brasília

Início da sessão: 04/03/2021 - 08h31min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail [lic2@indaial.sc.gov.br](mailto:lic2@indaial.sc.gov.br), e o site [www.indaial.sc.gov.br](http://www.indaial.sc.gov.br).

André Luiz Moser – Prefeito Municipal



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2021**

Publicação Nº 2867438

PUBLICAÇÃO DE EDITAL  
MUNICÍPIO DE INDAIALProcesso Administrativo nº 015/2021  
Edital de Pregão Eletrônico nº 004/2021-37941

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto Aquisição de máquinas e equipamentos de fisioterapia, nutrição, avaliação e preparação física para implantação do núcleo de base para o esporte de alto rendimento na modalidade handebol da Fundação Municipal de Esportes Vereador Maro Marcos Hadlich, através do Convênio Plataforma +Brasil nº 905547/2020, celebrado com a União, por intermédio do Ministério da Cidadania - Exclusivo para ME e EPP. As propostas deverão ser cadastradas através do site [comprasbr.com.br](http://comprasbr.com.br), até a data e horário informados à seguir:

Cadastro das propostas: até 03/03/2021 - 08h30min – Horário de Brasília

Início da sessão: 03/03/2021 - 08h35min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail [lic2@indaial.sc.gov.br](mailto:lic2@indaial.sc.gov.br), e o site [www.indaial.sc.gov.br](http://www.indaial.sc.gov.br).

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2021**

Publicação Nº 2867439

PUBLICAÇÃO DE EDITAL  
MUNICÍPIO DE INDAIALProcesso Administrativo nº 016/2021  
Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2021-37941

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto Aquisição de equipamentos de filmagem, projeção e impressão para implantação do núcleo de base para o esporte de alto rendimento na modalidade handebol da Fundação Municipal de Esportes Vereador Maro Marcos Hadlich, através do Convênio Plataforma +Brasil nº 905547/2020, celebrado com a União, por intermédio do Ministério da Cidadania - Exclusivo para ME e EPP.

As propostas deverão ser cadastradas através do site [comprasbr.com.br](http://comprasbr.com.br), até a data e horário informados à seguir:

Cadastro das propostas: até 03/03/2021 - 14h00min – Horário de Brasília

Início da sessão: 03/03/2021 - 14h05min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail [lic2@indaial.sc.gov.br](mailto:lic2@indaial.sc.gov.br), e o site [www.indaial.sc.gov.br](http://www.indaial.sc.gov.br).

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****ATA CIRCUNSTANCIADA DA SESSÃO PÚBLICA - DIA 17/02/2021 - PROCESSO LICITATÓRIO 03/2021 - PREGÃO PRESENCIAL 02/2021**

Publicação Nº 2869001

ATA CIRCUNSTANCIADA DA SESSÃO PÚBLICA DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL.

DATA:	17/02/2021
HORÁRIO:	09h15
LICITAÇÃO:	PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2021
TIPO:	MENOR PREÇO - MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO NA TARIFA.
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COTAÇÃO DE PREÇOS, RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, CANCELAMENTO, REMARCAÇÃO E FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, conforme especificações constantes no edital de Pregão nº 02/2021 – Processo Licitatório nº 03/2021.

No dia e hora supramencionados, na sala do plenário da sede da Câmara Municipal de Indaial, realizou-se sessão pública para o recebimento de propostas dos licitantes participantes para a licitação epígrafa, com a presença do Pregoeiro e Equipe de Apoio designada (Nomeia Pregoeiro e Equipe de Apoio para realização Processos Licitatórios na modalidade de Pregão – Portaria 20/2020). Aberta a sessão, procedeu-se ao credenciamento, identificação dos representantes e recolhimento dos envelopes de proposta comercial (anexo II) e documentos de habilitação das empresas PORTAL TURISMO E SERVIÇOS EIRELI EPP, CNPJ 04.595.044/0001-62 (ausente à sessão), mas que comunicou a postagem por e-mail, conforme determina o item 4.6.2. do edital; e ACÁCIA AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA – ME, CNPJ 21.917.319/0001-56, credenciado o senhor Jackson Cesar Rodrigues, único participante presente na sessão de abertura. Ato contínuo, foram recebidas as Declarações dos Licitantes de atendimento aos Requisitos de Habilitação e de Enquadramento na Condição de ME ou EPP estabelecidos no Edital, respectivamente anexos III e IV. Prosseguindo, verificou-se que as empresas estavam de acordo com as exigências do Edital, e, portanto, aberto o Envelope de nº 1 (Proposta de Preços) das empresas participantes, o Pregoeiro, com a colaboração dos membros da Equipe de Apoio, examinou a compatibilidade do objeto e demais condições estabelecidas no edital, observando classificadas as propostas apresentadas pelas empresas PORTAL TURISMO E SERVIÇOS EIRELI EPP, com o percentual de desconto de 10,00% (dez por

cento), e ACÁCIA AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA – ME, com o percentual de desconto de 11,10% (onze virgula dez por cento). Continuando, por se tratar de único participante presente na sessão, o pregoeiro iniciou a negociação com a licitante ACÁCIA AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA – ME, chegando ao desconto de 11,5% (onze vírgula cinco por cento). Encerrada esta etapa, o pregoeiro procedeu com a abertura do envelope de habilitação da empresa classificada. Os documentos ali contidos foram verificados pelo pregoeiro, equipe de apoio e representante presente. Após análise e conferência dos documentos, a comissão declarou CLASSIFICADA a proposta. Desta forma, o Pregoeiro declarou VENCEDORA a licitante ACÁCIA AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA – ME. Questionado sobre a intenção de apresentar recurso, o licitante não se manifestou, importando na decadência do direito de recurso. Ato contínuo, o Pregoeiro adjudicou o objeto constante no presente pregão presencial. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e representante presente, para produza efeitos legais.

Jefferson José Carlini  
Pregoeiro

\_\_\_\_\_  
Luiz Fernando Surdi  
Membro da Equipe de Apoio

\_\_\_\_\_  
Ivonei Marcos Pasqualini  
Membro da Equipe de Apoio

\_\_\_\_\_  
Fabiane de Oliveira Borges  
Membro da Equipe de Apoio

\_\_\_\_\_  
Lucas Nathaniel da Silva  
Membro da Equipe de Apoio

Sidnei Vieira  
Membro da Equipe de Apoio

Empresas/Representantes:

ACÁCIA AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA – ME  
Jackson Cesar Rodrigues

# Iomerê

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2004/2021

Publicação Nº 2867934

DECRETO Nº. 2004 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 954/2020 de 02 de dezembro de 2020, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a lei nº 954/2020 de 02 de dezembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ R\$ 216.742,97 (duzentos e dezesseis mil setecentos e quarenta e dois reais e noventa e sete centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

03.00 Secretaria de Administração e Finanças  
03.01 Secretaria de Administração e Finanças  
2005 Manut. de Convênios Secretaria de Segurança Pública  
33900000 Aplicações Diretas  
1311 Convenio de Trânsito - Cicil – Exercício Anterior  
R\$ 13.366,15

04.00 Secretaria M. de Educação, Cultura, Esportes e Turismo  
04.01 Departamento de Educação  
2007 Manutenção da Merenda Escolar  
33900000 Aplicações Diretas  
1337-000027 Transf. do FNDE – PNAE - Exercício Anterior  
R\$ 3.769,99

04.00 Secretaria M. de Educação, Cultura, Esportes e Turismo  
04.01 Departamento de Educação  
2007 Manutenção da Merenda Escolar  
33900000 Aplicações Diretas  
1343 Transf. do FNDE – PNAE - Exercício Anterior  
R\$ 14.386,07

04.00 Secretaria M. de Educação, Cultura, Esportes e Turismo  
04.01 Departamento de Educação  
2008 Manutenção do Transporte Escolar  
33900000 Aplicações Diretas  
1344 Transf. do FNDE – PNATE - Exercício Anterior  
R\$ 32.128,04

04.00 Secretaria M. de Educação, Cultura, Esportes e Turismo  
04.01 Departamento de Educação  
2009 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental  
31900000 Aplicações Diretas  
1319 Transferência do FUNDEB – Exercício Anterior  
R\$ 13.442,11

04.00 Secretaria M. de Educação, Cultura, Esportes e Turismo  
04.01 Departamento de Educação  
2009 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental  
33900000 Aplicações Diretas  
1336 Salário Educação - Exercício Anterior  
R\$ 90.142,87

06.00 Secretaria M. de Infraestrutura  
06.01 Secretaria M. de Infraestrutura  
2020 Manutenção das Atividades de Infraestrutura  
33900000 Aplicações Diretas  
1339 Fundo Especial do Petróleo – Exercício Anterior  
R\$ 6.851,11

06.00 Secretaria M. de Infraestrutura

06.01 Secretaria M. de Infraestrutura  
2021 Manutenção dos Serviços de Utilidade Publica  
33900000 Aplicações Diretas  
1308 Contr. Custeio dos Serv. COSIP – Exercício Anterior  
R\$ 18.357,23

06.00 Secretaria M. de Infraestrutura  
06.01 Secretaria M. de Infraestrutura  
2021 Manutenção dos Serviços de Utilidade Publica  
33900000 Aplicações Diretas  
1312 Convenio de Trânsito - Prefeitura – Exercício Anterior  
R\$ 24.299,40

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita.  
Iomerê, 15 de fevereiro de 2021.  
LUCI PERETTI  
Prefeita Municipal

## DECRETO Nº 2005/2021

Publicação Nº 2868281

DECRETO Nº. 2005 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 954/2020 de 02 de dezembro de 2020, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a lei nº 954/2020 de 02 de dezembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ R\$ 185.578,08 (cento e oitenta e cinco mil quinhentos e setenta e oito reais e oito centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

11.00 Fundo Municipal de Saúde  
11 .01 Fundo Municipal de Saúde  
2027 Manutenção do Bloco Atenção Básica Variável  
33900000 Aplicações Diretas  
1338 Transferências do SUS/União  
R\$ 89.498,79

11.00 Fundo Municipal de Saúde  
11 .01 Fundo Municipal de Saúde  
2027 Manutenção do Bloco Atenção Básica Variável  
44900000 Aplicações Diretas  
1338 Transferências do SUS/União  
R\$ 3.475,00

11.00 Fundo Municipal de Saúde  
11 .01 Fundo Municipal de Saúde  
2027 Manutenção do Bloco Atenção Básica Variável  
33900000 Aplicações Diretas  
1338-000099 Transferências do SUS/União  
R\$ 75.522,75

11.00 Fundo Municipal de Saúde  
11 .01 Fundo Municipal de Saúde  
2030 Manutenção da Assistência Farmacêutica  
33900000 Aplicações Diretas  
1338 Transferências do SUS/União  
R\$ 2.689,69

11.00 Fundo Municipal de Saúde  
11 .01 Fundo Municipal de Saúde  
2027 Manutenção do Bloco Atenção Básica Variável  
44900000 Aplicações Diretas  
1333 Transferências de Convênios/União

R\$ 11.216,99

11.00 Fundo Municipal de Saúde

11 .01 Fundo Municipal de Saúde

2032 Manutenção dos Programas SUS - Estado

33900000 Aplicações Diretas

1367 Transferências do SUS/Estado

R\$ 3.174,86

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita.

Iomerê, 15 de fevereiro de 2021.

LUCI PERETTI

Prefeita Municipal

# Ipira

## PREFEITURA

### INSTRUÇÃO NORMATIVA 001/2021

Publicação N° 2868779

#### INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 001/2021

Disciplina os procedimentos gerais para compras diretas, dispensas, inexigibilidades, processos licitatórios, registro de preços, contratos e aditivos no âmbito do Poder Executivo Municipal.

A Controladoria Geral do Município de Ipira, com fundamento na Constituição Federal, art. 37, XXI, Lei Federal nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 7.892/2013 e Decreto Federal nº 10.024/2019, RESOLVE:

#### CAPÍTULO I NORMAS GERAIS

Art. 1º - As ações dos agentes públicos devem obedecer aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 2º - A Lei Federal nº 8.666/1993 estabelece procedimentos rígidos para os processos de licitação e contratos administrativos.

Art. 3º - É necessária a padronização e normatização das solicitações de compras, processos licitatórios, termos aditivos aos contratos e atas de registro de preços no âmbito do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º - Cada Secretaria do Município deverá planejar, com antecipação, suas compras, conforme normas estabelecidas nesta Instrução.

Art. 5º - Todas as compras que envolvam as secretarias, unidades e fundos pertencentes da administração pública direta serão centralizadas no Setor de Compras e Licitações, sendo vedada a realização de compra/serviço sem a devida autorização.

§ 1º - Qualquer despesa realizada em nome do Município e seus fundos sem a devida autorização será nula e não será objeto de formalização de processo de compra, devendo o servidor responsável assumir o ônus junto ao fornecedor.

§ 2º - Somente as compras efetuadas através de consórcio público para licitações em conjunto poderão ser realizadas diretamente na unidade consumidora.

## **CAPÍTULO II**

### **DA SOLICITAÇÃO DE COMPRAS, DO PROCESSO DE COMPRA DIRETA, DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

#### **SEÇÃO I – DA SOLICITAÇÃO DE COMPRAS**

Art. 6º - Todas as compras realizadas no âmbito deste Município decorrentes de compras diretas por dispensa e inexigibilidade de licitação, pregão e atas de registros de preços serão precedidas de Solicitação de Compras emitidas por cada secretaria, numerada e encaminhada ao Setor de Compras e Licitações, contendo (conforme modelo Anexo I):

I – Dados do fornecedor com Razão Social, CNPJ, endereço, telefone, dados bancários e justificativa da escolha do mesmo;

II - Descrição detalhada do bem/serviço a ser adquirido com quantidades, unidade de medida, preço unitário apurado, preço total;

III - Justificativa da necessidade da aquisição do material/serviço, fundamentada em argumentos que indiquem o interesse público envolvido;



IV - Recurso financeiro a ser utilizado;

V – Condições de aquisição e forma de pagamento;

VI - Assinatura do solicitante;

VII - Assinatura do Secretário;

VIII - Cotação de preços contendo dados completos do item, valor, unidade de medida sendo considerados documentos hábeis para tal fim:

a) documento físico com razão social, telefone, endereço, CNPJ, assinatura do responsável da empresa e data;

b) documento próprio do Município com assinatura do servidor responsável pelo levantamento dos valores informando locais da realização da pesquisa e datas;

c) documento emitido em sites considerados detentores de credibilidade no ramo de atuação, devendo possuir data, horário da pesquisa, link para verificação e assinatura do servidor que realizou a pesquisa;

d) e-mail oficial de empresa, desde que no corpo do mesmo conste os dados referente à cotação;

e) dados de consulta provenientes de sistemas de referência de preços reconhecidos pelos órgãos oficiais.

Art. 7º - A cotação de preços é condição indispensável para realização de contratação com o Município, devendo ser efetivada nos mesmos moldes e exigências ao solicitado na compra. Também deverá ser realizada em empresas do ramo pertinente ao objeto, em preços correntes de mercado, sendo elaborado pelo menos 3 (três) cotações para cada item.

§ 1º - No caso de impossibilidade de apresentação de 3 (três) cotações de preços por motivo relevante, deverá ser devidamente justificada;

§ 2º - Os materiais/serviços orçados deverão ter descrições completas, não sendo aceitas definições de forma genéricas que impossibilitem sua verificação posterior ou não deixem claro ao fornecedor o que está sendo solicitado.

Art. 8º - Não deverá ser adotada a variação de índice inflacionário para estimar o custo dos bens e serviços a serem contratados, devendo sempre ser realizada a pesquisa de mercado.

Art. 9º - Nos casos de solicitação de compras de materiais já constantes em atas de registros de preços ou contratos, deverá ser informado o número do Processo Licitatório, não sendo necessária a apresentação da cotação de preços, uma vez que serão utilizados os preços registrados.

Art. 10º - A secretaria solicitante deverá informar a empresa selecionada para a contratação que possua conta vinculada a pessoa jurídica, preferencialmente junto ao Banco do Brasil ou pagamento através de boleto bancário.

§ 1º - Não deverão ser realizados pagamentos em conta diversa do CNPJ do fornecedor, a menos que haja autorização expressa.

## SEÇÃO II – DOS PROCESSOS DE COMPRA DIRETA

Art. 11º - A compra direta é aquela realizada sem licitação, em situações excepcionais, expressamente previstas em lei.

Art. 12º - Poderá ser realizada a compra direta nos limites estabelecidos abaixo:

I - Até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para compras e serviços; e

II – Até R\$ 7.000,00 (sete mil reais) para obras e serviços de engenharia.

Parágrafo único - Esse montante equivale a cada objeto dentro do exercício financeiro, ou seja, anual somando-se o realizado no Município e seus fundos, sendo vedado o fracionamento de despesas para enquadramento na compra direta.

Art. 13º - A realização da compra direta nos moldes do item acima será realizada através de processo simplificado de compra, devendo obedecer ao seguinte procedimento:

I – Preenchimento da Solicitação de Compra nos moldes do art. 6º e Anexo I pela secretaria responsável;

II – Solicitação de documentação de habilitação jurídica para as empresas não cadastradas, sendo:

- a) Para pessoas jurídicas: Contrato social ou última alteração contratual para sociedades comerciais, Registro Comercial no caso de empresa individual.
- b) Para pessoas físicas: RG, nº do PIS, endereço completo;

III - Solicitação de documentação de regularidade fiscal do fornecedor, sendo:

- a) Para Pessoas Jurídicas: CNPJ, Inscrição Estadual, certidões de regularidade junto ao Município, Estado, União, Seguridade Social, e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, Justiça do Trabalho;
- b) Para Pessoas Físicas: CPF, certidões de regularidade junto ao Município, Estado, União;

IV – Nos casos de compra/serviço de entrega parcelada, deverá ser efetivado contrato para se definirem as condições pré-estabelecidas e o fiscal responsável;

V – Quando se referirem a obras deverá ser anexado ao processo simplificado a ART emitida pelo engenheiro responsável e projeto básico da obra;

Parágrafo único – As compras diretas cujo valor total não ultrapassem R\$ 400,00 (quatrocentos reais) ficam dispensadas da apresentação de 3 (três) orçamentos, sendo responsabilidade da secretaria a busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

Art. 14º - Quando efetivada a solicitação de compra direta, deverá ser ponderada a necessidade de aditivos às contratações, cujos valores não podem ultrapassar os limites definidos no art. 24º, incisos I e II da Lei 8.666/1993 e suas alterações, pois descaracterizam a dispensa por limite de valor.

Art. 15º - Nas compras diretas, deverão ser verificados se a pessoa jurídica contratada possui em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau, do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários do Poder Executivo Municipal ou dos titulares de cargos que lhe sejam equiparados e dos dirigentes de órgãos da administração direta ou indireta municipal, da Câmara de Vereadores ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento, sendo vedada a contratação nesses casos por compra direta, ressalvada a apresentação de justificativa que demonstre a vantajosidade para o município.

Diagrama de Parentesco			
	Parente em linha reta	Parente Colateral	Parente por afinidade
1º grau	Pai, mãe e filho (a)		Padrasto, madrasta, enteado (a), sogro (a), genro e nora
2º grau	Avô, Avó e neto (a)	Irmãos	Cunhado (a) avô e avó do cônjuge
3º grau	Bisavô, Bisavó e bisneto (a)	Tio (a) e Sobrinho (a)	Concunhado (a)

Parágrafo único – Também deverá ser verificado as vedações impostas pela Constituição Federal, no art. 54º, incisos I, alíneas “a” e “b” quanto a empresas que possuem em seu quadro societário agente político detentor de mandato eletivo, sendo solicitada declaração de não parentesco.

Art. 17º - O prazo mínimo previsto para trâmite do processo simplificado de

compra direta é de 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo único – Para cumprimento do prazo estipulado neste artigo, as secretarias deverão encaminhar as solicitações com antecedência e com toda a documentação aqui descrita para que não haja prejuízo ou perda do lapso temporal.

### SEÇÃO III – DOS PROCESSOS DE DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

Art. 18º – As compras realizadas com valores superiores ao previsto no art. 12º da presente instrução e que se enquadrem dentro dos limites estabelecidos no art. 24º, incisos I e II (atentando-se às alterações previstas no Decreto Federal nº 9.412/2018), e as demais compras que atendem aos incisos III ao XXXV, serão realizadas através de processo de dispensa de licitação completo conforme previsto na Lei 8.666/1993, devendo sempre ser precedidas do preenchimento do Termo de Referência (conforme Anexo II) pela secretaria responsável e parecer jurídico que ateste a legalidade da modalidade escolhida.

Art. 19º – Quando a dispensa referir-se a locação de imóveis deverá ser solicitado também os seguintes documentos:

I – Avaliação escrita de imobiliária, indicando preço praticado pelo mercado imobiliário na localização do imóvel;

II – Matrícula atualizada do imóvel selecionado para locação, que deverá estar devidamente averbado;

III – Certidão de Cadastro do Imóvel junto ao Município.

Art. 20º – Nos casos de Inexigibilidade de Licitação, que ocorre quando há inviabilidade de licitação, também deverá ser exigida a seguinte documentação extra:

I – Carta de Exclusividade no caso de fornecedor ou prestador de serviço

exclusivo;

II – Relação de corpo técnico com a devida formação, nos casos de serviço de natureza singular, com informações de serviços já realizados na área contratada.

Art. 21° – Para as compras por dispensa e inexigibilidade também deverão ser apresentados os documentos previstos nos incisos II (independentemente se a empresa já for cadastrada junto ao Município), III e V, do art. 13° da presente instrução.

Parágrafo único – Os documentos mencionados acima deverão acompanhar o Termo de Referência, não sendo iniciado o processo de compra sem a apresentação concomitante de todos.

Art. 22° - As Solicitações para elaboração dos processos de Dispensa e Inexigibilidade deverão ser realizadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias a contar do recebimento pelo Setor de Compras e Licitações.

Art. 23° – Os processos de Dispensa previstos no art. 24° e os processos de inexigibilidade de licitação deverão ser publicados no DOM e sítio oficial do Município.

#### SEÇÃO IV – INEXIGIBILIDADE EM DECORRÊNCIA DE CREDENCIAMENTO

Art. 24° – O credenciamento é procedimento de cadastro de interessados em prestar certos tipos de serviços, com valores prefixados pela administração e que possam ser executados por mais de um interessado.

Art. 25° – Nos casos do credenciamento, proceder-se-á a contratação por inexigibilidade, considerando que há inviabilidade de competição.

Art. 27° – Deverão ser estabelecidos no edital os casos de descredenciamento para os credenciados que não cumpram as regras e condições fixadas pelo Município.

### **CAPÍTULO III**

### **DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**

#### **SEÇÃO I – DO TERMO DE REFERÊNCIA**

Art. 28º – Os procedimentos licitatórios iniciam-se com a emissão do Termo de Referência pela secretaria responsável, que deverá conter no mínimo (modelo Anexo II):

- I – Descrição sucinta do objeto da licitação;
- II – Especificação do objeto com quantidade, valor estimado (unitário e total);
- III - Justificativa fundamentada da necessidade do objeto;
- IV – Condições de garantias/assistência técnica do objeto;
- V – Recurso a ser utilizado para pagamento;
- VI – Condições de recebimento do objeto;
- VII – Prazo de execução/entrega;
- VIII – Prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação;
- IX – Local de entrega/execução;
- X – Gestor e Fiscal responsáveis pelo contrato;
- XI – Obrigações da Contratada e do Contratante;
- XII – Forma de pagamento;
- XIII – Possibilidade de subcontratação;
- XIV – Solicitação de amostras de produtos (da proposta vencedora) se for necessário;



XV - Informações Adicionais que se façam necessárias para tornar eficiente o procedimento de compra.

Art. 29° - Cotação de preços;

Art. 30° – Deverá acompanhar o Termo de Referência nos casos de obras e serviços de engenharia:

I – Projeto básico e memorial descritivo, com elementos suficientes e em nível de precisão adequado para caracterizar a obra ou serviço de engenharia;

II – Plantas arquitetônicas;

III - Orçamento detalhado em planilhas que expressam a composição de todos os seus custos unitários;

IV – Cronograma físico-financeiro;

V – ART paga.

## SEÇÃO II – DA MODALIDADE E DO EDITAL DE LICITAÇÃO

Art. 31° – A partir do Termo de Referência, o Setor de Compras e Licitações definirá a modalidade de licitação aplicável à efetuação da compra nas diretrizes da Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002, Decreto Federal nº 7.892/2013 e Decreto Federal nº 10.024/2019, observando-se os valores estimados da contratação.

Art. 32° – Para a aquisição de bens e serviços comuns deverá ser utilizada a modalidade Pregão, podendo ser aplicada também nos casos de obras de manutenção conforme Súmula TCU 257/2010 e Prejulgado 2149/2014 TCE SC

Art. 33° – Nos casos em que haja necessidade frequente da aquisição de bem ou serviço, de forma parcelada, sendo difícil estimar o quantitativo exato a

10

ser consumido deverá ser utilizado o Sistema de Registro de Preços, pela modalidade Pregão ou Concorrência do tipo menor preço, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013.

Parágrafo único – Quando da utilização do Sistema de Registro de Preço, deverá ser elaborada listagem com os itens do processo e enviada a cada secretaria para manifestarem seu interesse na participação do certame. Cada secretaria terá o prazo de 3 (três) dias úteis para análise e devolução ao Setor de Compras e Licitações.

Art. 34º – Com base no Termo de Referência será elaborado o edital de licitação que obedecerá ao definido no art. 40 na Lei 8.666/1993.

Art. 35º – A dotação orçamentária deverá ser informada pelo Setor de Contabilidade através de Parecer Contábil, procedendo-se ao bloqueio orçamentário para garantir a execução do objeto licitado.

Art. 36º - O Setor jurídico deverá emitir parecer ou vista quanto à regularidade do edital e minuta de contrato, quanto à modalidade de licitação escolhida, em relação ao processo de dispensa ou inexigibilidade, aprovando-o ou indicando as modificações que se façam necessárias para atendimento dos princípios que regem a administração pública.

Art. 37º - As Solicitações para encaminhamento dos processos licitatórios deverão ser realizadas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias para as modalidades pregão, tomada de preços e convite e 45 (quarenta e cinco dias) para as modalidades concorrência e tomada de preços do tipo “melhor técnica” ou “técnica e preço”, a contar do recebimento pelo Setor de Compras e Licitações.

### SEÇÃO III – DA PUBLICAÇÃO

Art. 38º – Os extratos dos editais serão publicados no Diário Oficial dos Municípios – DOM e sítio oficial do Município de Ipira, em obediência ao art. 21º da Lei 8.666/1993, mesmo nos casos da modalidade Convite, que também deverá ser publicada no mural público.

Art. 39º – Deverão ser remetidos ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina para análise prévia por meio do portal TCE VIRTUAL com senha e *login* específicos, até o dia seguinte à primeira publicação do aviso no DOM, os seguintes editais de licitações, conforme previsto na IN 021/2015 TCE SC:

I – Editais de Concorrências;

II – Editais de Pregão Presencial e Eletrônico cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 para compras e serviços e R\$ 1.500.000,00 para obras e serviços de engenharia;

III - Editais de Concorrências para concessão de serviços públicos e de obras públicas;

IV – Dispensas e Inexigibilidades cujos valores ultrapassem R\$ 650.000,00 para compras e serviços e R\$ 1.500.000,00 para obras e serviços de engenharia.

### SEÇÃO IV – DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Art. 40º – Os envelopes contendo documentação e proposta de preços deverão ser protocolados junto ao Setor de Protocolo do Município de Ipira, contendo data e horário de recebimento das propostas.

Parágrafo único – no caso de Pregão Eletrônico o recebimento da documentação e propostas será efetuado exclusivamente por meio do sistema de compras eletrônicas adotado pelo Município.

Art. 41° – A fase de habilitação e abertura de propostas seguirá o definido na Lei 8.666/1993, 10.520/2002, conforme a modalidade definida no edital de licitação.

Art. 42° – As decisões proferidas durante a realização do processo licitatório deverão ser lavradas em ata de julgamento.

Art. 43° - A homologação do processo licitatório far-se-á após o encerramento das fases de recursos, mediante termo assinado pelo gestor da entidade licitante.

Art. 44° – A adjudicação' será formalizada após a homologação pelo gestor responsável.

Art. 45° – A devolução dos envelopes fechados nos casos de pregão presencial, tomada de preços ou concorrência far-se-á diretamente aos representantes legais das empresas participantes do certame através de protocolo.

Parágrafo único - Caso as empresas não retirem a documentação apresentada no prazo de 10 (dez) dias após a realização da sessão pública, os mesmos serão descartados, pelo Setor de Compras e Licitações.

#### **CAPÍTULO IV**

#### **DO CONTRATO, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, FISCALIZAÇÃO E**

#### **TERMO ADITIVO**

##### **SEÇÃO I – DO CONTRATO E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Art. 46° – Após a homologação do processo licitatório proceder-se-á a formalização do contrato administrativo ou ata de registro de preços, nos casos de utilização do Sistema de Registro de Preços.

Art. 47° – Os contratos e atas de registros de preços serão numerados

sequencialmente, contendo o número do Processo Licitatório e modalidade utilizada.

Parágrafo único – Deverá ser estabelecida numeração específica para os contratos e atas direcionadas ao Fundo Municipal de Saúde, adotando-se após sua numeração as expressões FMS.

Art. 48º - Os contratos deverão conter as cláusulas mínimas previstas no art. 55º da Lei 8.666/1993, atendo-se para as seguintes situações específicas:

I – Nos casos de obras e serviços de engenharia deverão estar previstos adicionalmente:

- a) Possibilidade ou não de subcontratação do objeto contratado;
- b) Obrigatoriedade de matrícula de obra junto ao INSS (CNO), conforme disposto na Instrução Normativa RFB nº 971/2009, e sua devida apresentação ao fiscal do contrato, antes do início da obra;
- c) Apresentação de relação dos funcionários da contratada e subcontratada bem como sua documentação;
- d) Apresentação de cópias das folhas de pagamento dos funcionários vinculados a CNO, GFIP e quitação de encargos trabalhistas e previdenciários para cada parcela de pagamento a ser efetuada;
- e) Retenções a serem efetuadas sobre os valores relativos ao ISS e INSS na forma da legislação vigente;
- f) Obrigatoriedade da entrega da certidão de baixa da matrícula da obra junto ao INSS (CNO) como condição para efetuação do último pagamento.

II – Nos casos de serviços técnicos:

- a) Retenções de ISS, INSS e IRF, conforme legislação vigente;

b) Necessidade de apresentação de relatório dos serviços prestados, contendo profissionais envolvidos, datas e os resultados obtidos.

§ 1º – Todos os contratos e atas de registro de preços conterão cláusula específica designando o fiscal e gestor e forma de publicação legal do extrato do instrumento.

§ 2º – A regularidade fiscal deverá ser mantida durante toda a vigência do contrato, devendo ser mencionado como condição para efetuação do pagamento de cada parcela.

§ 3º – Os contratos deverão conter valores unitários e totais para o período que estiver vigente.

Art. 49º – É dispensável a elaboração de contrato, independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens/serviços adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive garantia e assistência técnica, podendo ser substituído pela nota de empenho.

Art. 50º – Os vencedores dos processos licitatórios serão convocados no prazo de 5 (cinco) dias úteis para assinarem os devidos instrumentos, sob pena de decair o direito à contratação.

Art. 51º – O extrato do contrato deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM, sítio oficial do Município [www.lpira.sc.gov.br/Portal](http://www.lpira.sc.gov.br/Portal) da Transparência e cadastrado no sistema de compras até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente a sua assinatura.

Art. 52º – Deverá ser solicitada, na ocasião da assinatura do contrato, a indicação de preposto da empresa contratada, conforme modelo previsto na Instrução Normativa relativa a procedimentos de acompanhamento e fiscalização de contratos.

## SEÇÃO II – DO TERMO ADITIVO E APOSTILAMENTOS

Art. 53º - A solicitação de aditivo deverá ser formalizada através de Comunicação Interna da Secretaria destinada ao Setor de Compras e Licitações, contendo as seguintes informações:

I – Justificativa fundamentada da necessidade da realização do aditivo;

II – Informação quanto ao período a que fica prorrogado;

III – Informação quanto aos valores que serão adicionados ou suprimidos e para os casos de aditivos aos contratos de obras e serviços de engenharia, planilha do acréscimo ou supressão, devidamente assinada pelo engenheiro responsável;

IV – Informação quanto ao recurso a ser utilizado, nos casos de acréscimos;

V – Parecer jurídico (nos casos de modificações em cláusulas de valor ou responsabilidades).

Art. 54º – Nos casos de solicitação de termo aditivo em virtude da necessidade de reestabelecimento de reequilíbrio econômico-financeiro conforme art. 65º, d, da Lei 8.666/93, os mesmos deverão ser precedidos de requerimento do fornecedor com comprovação de aumentos incorridos através de notas fiscais de compras, devendo constar parecer jurídico acerca da legalidade da concessão.

Art. 55º – O reequilíbrio será apurado considerando-se a margem de lucro inicial apurada e aplicando-se sobre o valor atual de custo do item solicitado.

Art. 56º – A solicitação para realização de termo aditivo de contrato deverá ser encaminhada com prazo de 30 (trinta) dias de antecedência ao Setor de Compras e Licitações, salvo situações excepcionais devidamente justificadas.

Art. 57º – Conforme previsto no art. 12º do Decreto 7.892/2013, são vedados acréscimos de quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

Art. 58º – O extrato do termo aditivo ao contrato deverá ser publicado no Diário



Oficial dos Municípios – DOM, sítio oficial do Município [www.lpira.sc.gov.br](http://www.lpira.sc.gov.br)/Portal da Transparência e cadastrado no sistema de compras até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente a sua assinatura.

## **CAPÍTULO V**

### **DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**

Art. 59º – Concluídos os procedimentos legais para a realização da compra, seja por compra direta, dispensa, inexigibilidade, pregão e modalidades previstas na Lei 8.666/1993 será gerado o documento denominado Autorização de Fornecimento.

Art. 60º – A Autorização de Fornecimento (AF) será gerada pelo Setor de Compras e Licitações, que encaminhará via e-mail à secretaria solicitante para que proceda a conferência, assinatura e envio ao fornecedor.

**Art. 61º - Nenhuma compra será realizada sem a emissão prévia da Autorização de Fornecimento, que será base para emissão da nota fiscal correspondente.**

Art. 62º - Os dados da Autorização de Fornecimento serão base para emissão de prévio empenho, através de sistema de integração entre sistema de compras e contabilidade.

Art. 63º – Os documentos fiscais deverão conter o número da autorização de fornecimento a que se vincula.

Art. 64º – Para os Contratos e Termos Aditivos será gerada Autorização de Fornecimento pela totalidade contratada, sendo geradas Autorizações parciais nos casos de Registro de Preços.

## **CAPÍTULO VI**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 65° - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Ipira/SC, 10 de fevereiro de 2021.

**Cristiane Ferri**  
Responsável Controle  
Interno

## ANEXO I - MODELO DE SOLICITAÇÃO DE COMPRAS

**TODOS OS DADOS DESCRITOS NA COR VERMELHA SÃO INSTRUTIVOS, DEVENDO SER EXCLUÍDOS QUANDO DO PREENCHIMENTO DA SOLICITAÇÃO.**

**SOLICITAÇÃO DE COMPRAS/SERVIÇOS nº \_\_\_\_/20\_\_ (número sequencial do pedido)**

## 1. DADOS DA EMPRESA

Requisitante: (secretaria solicitante)	
Empresa: (razão social da empresa, não o nome fantasia)	
CNPJ:	
Telefone:	E-mail:

## 2. ITENS DA COMPRA

(1) Item	(2) Descrição	(3) Unid .	(4) Quant	(5) Valor Unitário	(6) Valor Total
Total da Compra					(7) Valor

- (1) Item:** Indicação da ordem dos itens. Exemplo: 1, 2, 3, ...
- (2) Descrição:** Descrever de forma completa, clara o material que pretende adquirir ou serviço que pretender contratar. **Isso para evitar que seja comprado "o que escreveu e não o que imaginou".** A questão da descrição é fundamental para uma compra eficiente, resultando na aquisição de bens/serviço de qualidade, melhor oferta de preços e adequação às necessidades do órgão solicitante.
- (3) Unidade:** Precisa ser relacionada com a descrição, natureza e a necessidade do requisitante. Exemplo: unidade, litro, caixa, pacote, frasco, rolo, saco, gramas, quilogramas, etc.
- (4) Valor Unitário:** O menor preço unitário apurado conforme cotações de preço levantadas. Quando mais de um item o preço global mais baixo deverá ser considerado na compra.

**(5) Valor Total:** Multiplicação da quantidade do objeto ou serviço requisitado pelo preço unitário.

**(6) Valor Total da Compra:** soma de todos os valores da coluna Valor Total.

### 3. DAS CONDIÇÕES DA COMPRA

#### 3.1 - Recurso financeiro a utilizar:

(considerar o saldo bancário de recurso que pretende ser gasto, ex. Salário educação, SUS, SUAS, BPC.....);

3.2 - Condições de Aquisição: (como deverá ser recebido, em quanto tempo, local e demais informações que se façam necessárias);

3.3. Forma de pagamento: (quantos dias após o recebimento da nota e da mercadoria deverá ser pago, levando-se em conta que nenhum pagamento será realizado à vista pela necessidade do trâmite administrativo e deve ser considerado um prazo médio de 30 dias).

### 4. DA JUSTIFICATIVA DA COMPRA

Deverá ser elaborada justificativa que embasa a escolha do fornecedor, a necessidade de aquisição ou contratação de serviços, informando a finalidade, aplicação, objetivo, detalhamento do quantitativo, atendimento e todos os aspectos que justificam a requisição. Salientar o que ocorre na Unidade solicitante, os ganhos que advirão com a quantificação e o quanto esta aquisição/contratação será benéfica. Esta fundamentação tem como propósito subsidiar a aprovação do pedido pela autoridade competente.

5. DA JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO FORNECEDOR: (informar o motivo da escolha do fornecedor, ex. capacidade técnica, menor valor....)

Ipíra/SC, (data)

## 6. DOS RESPONSÁVEIS

<b>Declaramos</b> para os devidos fins que a presente descrição atende sucessivamente aos §5º do Art. 7º, §7º do Art. 15 e Inciso I do Art. 40, ambos da Lei Federal 8666/93 e Inciso II do Artigo 3º da Lei Federal 10.520/02.	Data: ____/____/____
Requisitante: (nome do servidor)	_____ Assinatura do Servidor
<b>Aprovação</b> ( ) Aprovo e autorizo a abertura do processo licitatório. ( ) Não aprovo.  Carimbo e Assinatura Secretário Responsável  Data: ____/____/____  <u>Obs.: Deverão ser rubricadas todas as vias da solicitação pelo servidor requisitante e secretário responsável.</u>	
E-mail para envio da Autorização de Fornecimento: (informar e-mail da secretaria a qual será enviada a AF para conferência, assinatura e envio a empresa fornecedora).	
<b>Protocolo</b>  Recebido: _____  Data: ____/____/____	

Emitir a solicitação em duas vias, sendo uma para o Setor de Compras e Licitações e outra para arquivo na secretaria

A solicitação é documento destinado a uso interno devendo ser enviado ao Setor de Compras e Licitações.

## ANEXO II - MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA

## TERMO DE REFERÊNCIA

O Termo de Referência em epígrafe tem por finalidade, atender o disposto na legislação vigente concernente às contratações públicas, em especial ao artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal e aos dispositivos da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como, normatizar, disciplinar e definir os elementos que nortearão o presente Processo Licitatório.

## 1. DA ÁREA SOLICITANTE E DA FISCALIZAÇÃO

## 1.1. (Secretaria ou Fundo solicitante)

1.2. Fica designado como fiscal do presente contrato, nos moldes do artigo 67 da Lei nº 8.666/1993 o servidor Sr. \_\_\_\_\_ (nome de servidor nomeado para fiscalizar a execução do contrato), e como Gestor o (a) Secretário (a) Municipal Sr (a). \_\_\_\_\_ (nome do secretário responsável).

## 2. OBJETO: (Descrição clara do objeto do processo licitatório).

## 3. DESCRIÇÃO DO ITEM

(1) Item	(2) Descrição	(3) Unid .	(4) Quant	(5) Valor Unitário	(6) Valor Total
Total Estimado				(7) Valor	

Valor total estimado por extenso:

(1) **Item:** Indicação da ordem dos itens. Exemplo: 1, 2, 3, ...

(2) **Descrição:** Descrever de forma completa e clara o material que pretende adquirir ou serviço que pretender contratar. **Isso para evitar que seja comprado “o que escreveu e não o que imaginou”.** A questão da descrição é fundamental para uma compra eficiente, resultando na aquisição de bens/serviço de qualidade, melhor oferta de preços e adequação às necessidades do órgão solicitante.

**(3) Unidade:** Precisa ser relacionada com a descrição, natureza e a necessidade do requisitante. Exemplo: unidade, litro, caixa, pacote, frasco, rolo, saco, gramas, quilogramas, etc.

**(4) Valor Unitário:** O menor preço unitário apurado conforme cotações de preço levantadas. Quando mais de um item o preço global mais baixo deverá ser considerado na compra.

**(5) Valor Total:** Multiplicação da quantidade do objeto ou serviço requisitado pelo preço unitário.

**4. JUSTIFICATIVA DO OBJETO:** (Deverá ser elaborada justificativa que embasa a necessidade de aquisição ou contratação de serviços, informando a finalidade, aplicação, objetivo, detalhamento do quantitativo, atendimento e todos os aspectos que justificam a requisição. Salientar o que ocorre na Unidade solicitante, os ganhos que advirão com a quantificação e o quanto esta aquisição/contratação será benéfica. Esta fundamentação tem como propósito subsidiar a aprovação do pedido pela autoridade competente).

**5. ESPECIFICAÇÕES DAS OBRIGAÇÕES MÍNIMAS DA CONTRATADA E CONTRATANTE:**

(Detalhar TODAS as obrigações da contratada vencedora e as obrigações do Município para consecução da compra).

**6. DOCUMENTAÇÃO EXTRA:** (Documentações extras que se façam necessário para eficiência da contratação).

**7. PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO:** (Vigência do contrato, local de entrega ou prestação do serviço, possibilidades de subcontratação, possibilidade de prorrogação).

**8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** (Como deverá ser realizado o pagamento - prazos, parcelas - e mediante que condições).

**9. GARANTIA/ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO OBJETO:** (Quais garantias serão exigidas da empresa vencedora do certame).

**10. RECURSO A SER UTILIZADO:** (Detalhar qual recurso financeiro deverá ser utilizado para cobertura do valor contratado, ex. Salário Educação, SUS, SUS, BPC...).



**11. TERMO DE ACEITE:**

Declaro, nos termos da Lei 8.666/93, art. 67, §1º e §2º que serei responsável pela fiscalização do contrato originado por esse Processo Licitatório, acompanhando e anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que se fizer necessário à regularização das faltas ou defeitos para exigir seu fiel cumprimento.

Nome Fiscal:

CPF:

Cargo/função:

Unidade:

Fone para contato:

E-mail para contato:

Assinatura do fiscal: \_\_\_\_\_

Ipira/SC, (data).

\_\_\_\_\_  
(NOME SECRETÁRIO)  
(SECRETARIA)

# Iporã do Oeste

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PR 038/2021

Publicação Nº 2867888

MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 038/2021

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2021

O MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 9h30min do dia 10 de MARÇO de 2021, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste/SC, localizada na Rua Santo Antônio, nº 100, Centro, município de Iporã do Oeste/SC.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA - PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E PASSEIO NA ÁREA INDUSTRIAL NA SCT 386/Lª SÃO LOURENÇO DO MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC”, conforme contrato de Repasse Nº 903619/2020/MDR/CAIXA – Operação 1072241-33/2020 e conforme as especificações e normas estabelecidas no presente edital, memorial descritivo, orçamento estimativo, cronograma físico financeiro, incluindo material e serviços de mão de obra e demais especificações técnicas, contidas no Anexo I – Termo de Referência do presente edital.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Licitações, pelo telefone (49 3634-1210), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município, <www.ipora.sc.gov.br>.

Iporã do Oeste/SC, 18 de fevereiro de 2021.

ADELIO MARX

PREFEITO MUNICIPAL

### CONTRATO 026-2021

Publicação Nº 2868450

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE - SC

EXTRATO CONTRATO Nº 026/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2021

O MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA PATROLA KOMATZU GD 555 PERTENCENTE A FROTA DE MÁQUINAS DO MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE-SC

DO VALOR TOTAL: R\$ 7.065,00 (Sete mil e sessenta e cinco reais),

DA CONTRATANTE: Município de Iporã do Oeste/SC – CNPJ 78.485.554/0001-13

DO CONTRATADO: MECANICA THESSING LTDA - ME CNPJ nº. 10.360.989/0001-06

DA VIGÊNCIA: Da data da assinatura até o dia 31/12/2021.

DO FUNDAMENTO: Art. 24 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de Mondai/SC.

Iporã do Oeste/SC, 18 de fevereiro de 2021.

ADELIO MARX

Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 30/2021

Publicação Nº 2867875

DECRETO Nº 30 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

ADOTA MEDIDAS PREVENTIVAS E RESTRITIVAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19).

ADÉLIO MARX, Prefeito de Iporã do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o estado de emergência em saúde pública de importância internacional declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO o artigo 23, inciso II, da Constituição Federal, que determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o artigo 30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre

assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO os Decretos emitidos pelo Estado de Santa Catarina declarando estado de calamidade pública em todo o território catarinense, estabelecendo medidas de combate e enfrentamento à pandemia da COVID-19 e atribuiu às autoridades sanitárias municipais a competência para estabelecer medidas específicas que suspendam ou restrinjam as atividades a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus em seus territórios;

CONSIDERANDO a Portaria Estadual nº 464 de 03 de julho de 2020 que instituiu o programa de descentralização e regionalização das ações de combate ao COVID-19 prevendo que os municípios de uma mesma Região de Saúde possam tomar decisões no sentido de restringir atividades sociais e econômicas embasados em critérios e dados epidemiológicos locais pertinentes a curva de contaminação e disseminação do novo Coronavírus – COVID-19;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 1.027 de 18 de dezembro de 2020 que institui regras para organização das medidas para o enfrentamento da pandemia COVID-19 no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a situação epidemiológica local, o crescente número de pessoas contaminadas, a falta de vagas de leitos de UTI nos hospitais da região do extremo oeste e oeste catarinense e, decisão conjunta dos municípios que integram a AMEOSC tomada em assembleia extraordinária realizada na data de 16 de fevereiro de 2021;

CONSIDERANDO a ata do Comitê Gestor de Crise Municipal do Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública decorrente do Coronavírus, de 15 de fevereiro de 2021, que recomenda adoção de medidas restritivas visando combater a disseminação da COVID19 no Município.

DECRETA:

Art. 1º Ficam SUSPENSAS no território deste município, até o dia 1º de março de 2021:

- a) as aulas presenciais nas unidades de ensino da rede municipal, estadual e privada, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA) e Educação Especial, sem prejuízo da realização das aulas na modalidade à distância/remoto.
- b) a prática de atividades esportivas coletivas e recreativas, como futebol, carteados, dominó, bocha, bilhar e outras modalidades que possam aglomerar pessoas, em estabelecimentos sediados na cidade e no interior deste município, inclusive aquelas de treinamentos realizadas por clubes e escolas;
- c) todas as atividades religiosas presenciais em templos e igrejas;
- d) todas as atividades pertinentes a cinemas, teatros, shows, espetáculos, festas e eventos que acarretem a aglomeração de pessoas;
- e) o funcionamento de campings e áreas de lazer de associações e entidades afins;
- f) a realização de velórios por período superior a 06 (seis) horas;
- g) a realização de viagens de turismo;
- h) a realização de transporte coletivo urbano municipal;
- i) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivos, como parques, praças e afins;
- j) o funcionamento de casas noturnas.

Art. 2º Os restaurantes e lanchonetes poderão realizar atendimentos presenciais ao público exclusivamente no horário compreendido das 10:30 às 14:00 horas e observando a lotação máxima preconizadas pelo Estado de Santa Catarina. Nos demais horários, poderá ser realizado o atendimento por meio de delivery.

§ 1º Considera-se atividade de restaurante e lanchonete, para fins deste Decreto, aquela destinada a servir almoço e/ou alimentação nos horários previstos no caput deste artigo.

§ 2º O atendimento presencial por bares e lanchonetes, nos horários previstos no caput deste artigo, deverá atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias e de saúde relativas ao COVID-19, como a obrigatoriedade do uso de máscaras, disponibilização de álcool gel, luvas descartáveis, medidores de temperatura na entrada do estabelecimento e todas as demais medidas de segurança preconizadas pelos protocolos vigentes.

Art. 3º As atividades de bares, petiscarias, choperias, cervejarias e outros locais congêneres destinados a happy hours ou consumo predominantemente de bebidas alcoólicas prestarão atendimento ao público, até as 22h00min, sendo vedado consumo e permanência no local do estabelecimento ou na via na pública;

Art. 4º As academias e estabelecimentos afins poderão funcionar respeitado o limite de 50% de sua capacidade normal e deverão atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias e de saúde relativas ao COVID-19, como a obrigatoriedade do uso de máscaras, disponibilização de álcool gel, medidores de temperatura na entrada do estabelecimento e todas as demais medidas de segurança preconizadas pelos protocolos vigentes.

Art. 5º Os demais estabelecimentos comerciais e de atendimento ao público poderão realizar atendimentos presenciais no entanto deverão atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias e de saúde relativas ao COVID-19, como a obrigatoriedade do uso de máscaras, disponibilização de álcool gel e todas as demais medidas de segurança preconizadas pelos protocolos vigentes.

Art. 6º As pessoas diagnosticadas infectadas com o coronavírus (Covid-19), devem manter-se em isolamento pelo tempo recomendado pelo profissional de saúde, sob pena de aplicação da sanção prevista no artigo 268 do Código Penal por infração a determinação do poder público destinada a impedir a propagação de doença contagiosa.

Art. 7º Caberá à Vigilância Sanitária Municipal, compartilhada com Vigilância Sanitária Regional, à Defesa Civil Municipal e à Polícia Militar e Polícia Civil do Estado de Santa Catarina e Bombeiros, a fiscalização das medidas constantes neste Decreto e demais normas sanitárias vigentes, as quais terão autonomia para interditar e/ou adotar qualquer outra medida necessária para garantia da saúde pública, nas situações em que os estabelecimentos estejam descumprindo as normas estabelecidas para enfrentamento da pandemia da COVID-19.

Art. 8º As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município e da Região de Saúde.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste - SC, 17 de fevereiro de 2021.

Registre-se e publique-se

ADÉLIO MARX

Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

ERVINO HENKEL

Secretário de Administração e Finanças

# Ipuacú

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 046 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021. DETERMINA A REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA, ESTABELECE NOVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS NO MUNICÍPIO DE IPUAÇU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2868306

DECRETO Nº 046

DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

DETERMINA A REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA, ESTABELECE NOVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS NO MUNICÍPIO DE IPUAÇU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Ipuacú, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 91 da Lei Orgânica Municipal; e Considerando a declaração de emergência em saúde pública de importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19); Considerando o Decreto Legislativo nº 18.332/2020, de 20 de março de 2020, que declara estado de calamidade pública em Santa Catarina, para fins do disposto no artigo 65 da Lei Complementar nº 101 de 2000; Considerando o Decreto nº 562, de 17 de abril de 2020, do Governador do Estado de Santa Catarina que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências; Considerando o Decreto nº 630, de 1º de junho de 2020, do Governador do Estado de Santa Catarina, que altera o Decreto nº 562, de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências; Considerando o Decreto Estadual nº 1.027, de 18 de dezembro de 2020 que instituiu novas regras para organização das medidas para o enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Estado de Santa Catarina; Considerando a Nota de Alerta Nº. 003/2021 - DIVE/DIVS/SUV/SES/SC emitida em 12 de fevereiro de 2021 com recomendações relacionadas à prevenção e controle da COVID-19 para Santa Catarina, especialmente para as regiões do Extremo Oeste, Oeste e Xanxerê; Considerando a deliberação da Comissão de Resposta ao Coronavírus no Município de Xanxerê, em reunião realizada na data de 13 de fevereiro de 2021;

#### DECRETA:

Art. 1º Além das medidas restritivas estaduais e municipais vigentes, ficam suspensas no período de 15 de fevereiro a 1º de março de 2021 as seguintes atividades, independentemente de eventual alteração da posição do Município na matriz de risco divulgada pelo Estado de Santa Catarina:

- I - atividades esportivas de caráter recreativo, inclusive as escolinhas particulares e programas esportivos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Esportes;
- II - eventos e competições esportivas organizados pelo poder público ou pela iniciativa privada;
- III - casas noturnas, boates, casas de shows, pubs e afins;
- IV - bares, petiscarias, choperias, cervejarias, whiskerias, e outros locais destinados ao consumo predominante de bebidas alcoólicas em qualquer horário;
- V - congressos, feiras e exposições;
- VI - eventos sociais, compreendendo casamentos, aniversários, jantares, confraternizações, bodas, formaturas, batizados, festas infantis e afins, realizados em espaços comerciais ou residenciais;
- VII - igrejas e templos religiosos;
- VIII - piscinas de uso coletivo em clubes sociais, parques aquáticos e similares.

§ 1º Fica proibida a permanência de pessoas em praças, vias públicas, pátios de postos de combustíveis e outros espaços onde há risco potencial de ocorrerem aglomerações, especialmente naquelas onde ocorre o compartilhamento de chimarrão e de bebidas em geral.

§ 2º Fica proibido, em estabelecimentos comerciais, clubes e congêneres, atividades coletivas que envolvam jogos de baralho, dominó, sinuca/bilhar, bocha, boliche, entre outros que possam incentivar aglomerações.

§ 3º Fica proibido o uso de equipamentos de amplificação sonora ou instrumentos musicais, bem como a realização de shows, voz e violão e eventos em geral que possam incentivar aglomerações.

§ 4º As lojas de conveniência de postos de combustíveis devem suspender a venda de bebidas alcólicas a partir das 18 horas, diariamente.

Art. 2º As aulas no território municipal (Municipais/Estaduais/Particulares) começarão a partir do dia 18/02/2021, na forma remota, ao passo que as aulas presenciais começarão a partir do dia 01/03/2021, mediante avaliação da situação podendo a medida ser estendida por tempo superior.

Art. 3º No período de 15 de fevereiro a 1º de março de 2021 os restaurantes poderão funcionar exclusivamente nos seguintes horários, desde que atendidas as medidas sanitárias vigentes:

I – das 10:00 às 14:00;  
II – das 18:00 às 22:00;

Parágrafo único. Considera-se atividade de restaurante, para os fins deste decreto, aquela destinada a servir almoço e jantar, nos períodos correspondentes aos horários definidos nos incisos I e II deste artigo.

Art. 4º Os food trucks e similares passam a funcionar exclusivamente nos sistemas Take Away e Delivery, sendo proibido o consumo no local.

Parágrafo único: Os estabelecimentos descritos no caput poderão atender em horário normal, desde que respeitado o horário máximo de funcionamento às 22 horas.

Art. 5º Os estabelecimentos que oferecem serviços relacionados à prática regular de exercícios físicos como Academias de Ginástica, Musculação, Crossfit, Funcionais, Estúdios, Danças, Escolas de Nataação, Hidroginástica, Hidroterapia, Academias de Lutas, Pilates e áreas afins devem limitar-se ao número máximo de 04 (quatro) alunos durante o mesmo horário.

Art 6º Os estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços ficam obrigados a:

I – observar o distanciamento mínimo de 1,5m entre os clientes e colaboradores;

II – disponibilizar álcool 70% ou solução antisséptica similar para higienização de mãos;

III – manter preferencialmente ventilação natural nos ambientes fechados;

IV – intensificar a higienização de utensílios, superfícies e equipamentos com álcool 70%, ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar, nos utensílios, equipamentos, maçanetas, mesas, corrimãos, interruptores, sanitários, elevadores, entre outros, respeitando a característica do material quanto à escolha do produto.

Art. 7º O descumprimento do disposto neste Decreto acarretará a responsabilização dos proprietários dos estabelecimentos e constituirá infração sanitária nos termos da Lei Estadual nº 6.320/1983 e Lei Municipal nº 923/2020.

Art. 8º A fiscalização do cumprimento das restrições estabelecidas neste Decreto ficará a cargo Vigilância Sanitária e Defesa Civil Municipal, com apoio dos órgãos de segurança pública.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu - SC, em 15 de fevereiro de 2021.

CLORI PEROZA

Prefeita do Município.

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

(O texto deste Decreto substitui integralmente aquele publicado sob o mesmo número no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, na data de 16/02/2021).

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios-[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

## **DECRETO Nº 047 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021. EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL**

Publicação Nº 2868313

DECRETO Nº 047

DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Complementar Municipal nº 013, de 14 de junho de 2005; e Lei Complementar Municipal nº 011, de 14 de junho de 2005, artigo 40, inciso I;

DECRETA:

Art. 1º Fica a Servidora abaixo relacionada, EXONERADA do respectivo cargo em provimento de Cargo em Comissão, conforme segue:

Servidora:	Cargo:	Data:
TAISE BIELESKI	Diretora de Comunicação Social	15/02/2021

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 15 de fevereiro de 2021.

CLORI PEROZA

Prefeita do Município.

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios-[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2021 AUDIÊNCIA PÚBLICA DE DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS RELATIVAS AO 3º QUADRIMESTRE DE 2020**

Publicação Nº 2867751

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2021**

Audiência Pública de demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao 3º trimestre de 2020  
(LRF – art. 9º - § 4º)

CLORI PEROZA, Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, nos termos do § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, c/c com o § 1º do art. 166 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal convida os integrantes do Poder Legislativo e a população em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, onde será demonstrado e avaliado o cumprimento das metas fiscais relativas ao TERCEIRO QUADRIMESTRE do exercício financeiro de 2020, que será realizada no dia 23 de fevereiro de 2021, às 16:30 horas.

Tendo em vista as restrições impostas por atos normativos estaduais e municipais quanto à não realização de reuniões presenciais, como medida preventiva de combate à pandemia de COVID-19, a audiência pública de demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do Município, será realizada em ambiente virtual (videoconferência), ao vivo via internet, em plataforma cujo link será disponibilizado a todo e qualquer cidadão interessado, no site oficial do Município ([www.ipuacu.sc.gov.br](http://www.ipuacu.sc.gov.br)) em até 24 hs (vinte e quatro horas) antes do início da audiência, acompanhado das necessárias instruções de acesso remoto.

Ipuacu SC, 17 de fevereiro de 2021.

Clori Peroza

Prefeita do Município

**PORTARIA Nº 045 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021. CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL**

Publicação Nº 2868315

PORTARIA Nº 045

DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente Lei Complementar Municipal nº 011, de 14 de junho de 2005, artigo 76 e seguintes – Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder FÉRIAS, de 15 (quinze) dias para a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica, conforme recibo de férias:

Servidora:	Cargo:	Período Aquisitivo:	Gozo:
ELIÉZE COMACHIO	Enfermeira	01/02/2008 a 31/01/2009	16/02/2021 a 02/03/2021

Art. 2º Esta Portaria é publicada na presente data, produzindo efeitos a contar do dia 16 de fevereiro de 2021.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 15 de fevereiro de 2021.

CLORI PEROZA

Prefeita do Município.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

CERTIFICO que a Presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios - [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

**PRORROGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREF Nº. 11.2021 PREGÃO PRESENCIAL PREF Nº. 08.2021**

Publicação Nº 2868283

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE IPUACU, Estado de Santa Catarina COMUNICA que prorrogou o prazo para entrega da proposta referente ao Processo Licitatório PREF n.11/2021, Tipo Pregão Presencial PREF n. 08/2021 (menor preço por item) em virtude que foi realizada a alteração no anexo I termo de referência do edital.

Entrega de envelopes: Até às 13h30min do dia 03 de março de 2021.

Data de abertura: A partir das 13h45min do dia 03 de março de 2021.

Objeto: Objeto consiste na seleção de propostas para a locação/serviços de assistência técnica de copiadoras/impressoras para uso em diversas Secretarias e Fundos Municipais, com fornecimento de suprimentos sem limite de uso e com prestação de serviços de manutenção dos equipamentos sem qualquer ônus ao município, conforme as especificações do anexo I- Termo de Referência. Fundamento legal é a Lei Federal n. 10.520/2002 e Lei n. 8.666 1993 consolidada e legislação aplicável. A dos documentos poderão ser obtidos no site oficial do município e junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Rua Zanella n. 818, na cidade de Ipuacu –SC, telefone (49) 34490045.

Ipuacu - SC, em 17 de fevereiro de 2021.

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal



**1 TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº. 02.2021**

Publicação Nº 2868215

**DATA DE ADITAMENTO:04/02/2021.****PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº. 02 DE 11 DE JANEIRO DE 2021.**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº. 02 /2021  
QUE CONTRATA EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE FORMA  
PARCELADA DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM) PARA  
USO DA PREFEITURA E FUNDOS DA MUNICIPALIDADE PARA O  
EXERCÍCIO DE 2021 2021 PARA OS FINS QUE ESPECÍFICA –  
REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.**

**CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC**, inscrita no CNPJ n. 95.993.028/0001-83.

**CONTRATADA: COUSSEAU COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA**, CNPJ sob nº 37.001.535/0001-97.

**FUNDAMENTO LEGAL:** vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório PREF n. 68/2020 Pregão Presencial PREF n. 30/2020 e Ata de Registro de Preços PREF n. 17/2021 datada de 11 de janeiro de 2021.

**DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:** O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da cláusula quarta –preço, forma de pagamento e reajuste e entrega do Contrato Fms nº. 02 de 11 de janeiro de 2021. Considerando solicitação da empresa de reequilíbrio econômico financeiro e parecer jurídico favorável, faz-se o reequilíbrio de valor de R\$ 0,07 no custo do litro do de gasolina comum sobre o saldo remanescente ao contrato original.

Sendo assim, o valor antes pago de R\$ 4,17 por litro de gasolina comum passa a ser de R\$ 4,24 sobre o saldo remanescente.

**1 TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF Nº. 17.2021**

Publicação Nº 2868100

**DATA DE ADITAMENTO: 04/02/2021.****PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF Nº. 17 DE 11 DE JANEIRO DE 2021.**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF Nº. 17/2021 QUE CONTRATA EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM) PARA USO DA PREFEITURA E FUNDOS DA MUNICIPALIDADE PARA O EXERCÍCIO DE 2021 PARA OS FINS QUE ESPECÍFICA – REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.**

**CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC,** inscrita no CNPJ n. 95.993.028/0001-83.

**CONTRATADA: COUSSEAU COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA,** CNPJ sob nº 37.001.535/0001-97.

**FUNDAMENTO LEGAL:** vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório PREF n. 68/2020 Pregão Presencial PREF n. 30/2020 e Ata de Registro de Preços PREF n. 17/2021 datada de 11 de janeiro de 2021.

**DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:** O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da cláusula quarta –preço, forma de pagamento e reajuste e entrega do Contrato Pref nº. 17 de 11 de janeiro de 2021. Considerando solicitação da empresa de reequilíbrio econômico financeiro e parecer jurídico favorável, faz-se o reequilíbrio de valor de R\$ 0,07 no custo do litro do de gasolina comum sobre o saldo remanescente ao contrato original.

Sendo assim, o valor antes pago de R\$ 4,17 por litro de gasolina comum passa a ser de R\$ 4,24 sobre o saldo remanescente.

**CONTRATO FMS Nº. 13.2021**

Publicação Nº 2868037

**CONTRATO FMS Nº. 13 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.**

**CONTRATO DE CREDENCIAMENTO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IPUAÇU – SC E A EMPRESA  
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE  
DE IPUAÇU.**

**CONTRATANTE:** O MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC, inscrita no CNPJ n. 95.993.028/0001-83.

**CONTRATADA:** ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE IPUAÇU, inscrita no CNPJ sob o nº 06.080.502/0001-56 e Inscrição Estadual sob o nº 160140102974612.

**DO OBJETO:** O presente contrato tem por objeto credenciar estabelecimentos prestadores de serviços, assistenciais/especiais de reabilitação em deficiência intelectual e/ou distúrbios do espectro autista, de conformidade com o Edital de Credenciamento n.01/2020, devidamente homologada e ratificada pelo CONTRATANTE, regendo-se pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do edital referido, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

**DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO:** O contrato terá duração de 12 (doze) meses, ou seja, de 15 de fevereiro de 2021 a 15 de fevereiro de 2022, podendo ser prorrogado a critério da Administração, mediante firmação de termo aditivo.

# Ipumirim

## PREFEITURA

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N° 01/2021

Publicação N° 2868479

Edital de Notificação n° 01/2021

HILÁRIO REFFATTI, Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2° da Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997 e Decreto nº 1.526/2007, de 25 de outubro de 2.007 que regulamenta notificação da liberação de recursos federais para o Município, NOTIFICA pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, que a Prefeitura Municipal de Ipumirim, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:

Recursos recebidos no período de 01/01/2021 a 12/02/2021

Rúbrica	Descrição	Valor
417180311000015	Incentivo da APS - Desempenho	9.675,00
417180311000016	Incentivo da APS – Per Capita	3.764,86
417180311000017	Incentivo Ações Estratégicas	4.906,00
417180311000018	ACS – Agentes Comunitários de Saúde	22.400,00
417180311000019	Incentivo da APS – Capacitação Ponderada	50.971,87
417180311000020	Programa de Informatização da APS	4.000,00
417180311000021	Incentivo Vigilância em Saúde	2.590,80
417180311000022	Assistência Financeira – Combate Endemias	1.400,00
417180311000023	Média e Alta Complexidade	8.291,11
417180311000026	Políticas atenção psicossocial raps crack	28.305,00
417280311000001	Farmácia Básica	3.733,22
417280311000002	Cofinanciamento Atenção Básica	18.035,78
417280311000003	NASF	571,43
417180511000000	Transferências do Salário-Educação - PRINCIPAL	63.536,86
Total dos Recursos Recebidos no Período		222.181,93

Maiores informações a respeito do valor liberado e a íntegra dos Termos supramencionado, podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, na Prefeitura Municipal de Ipumirim, situada na Avenida D. Pedro II, 230, Centro, ou pelo telefone (49) 3438.11.11.

Ipumirim(SC), em 17.02.2021

HILÁRIO REFFATTI

Prefeito de Ipumirim

### JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 6/2021 PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 18/2021/PM

Publicação N° 2867430

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 6/2021

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 18/2021

HILARIO REFFATTI - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso IV, cujo objeto é: aquisição de gêneros alimentícios em caráter emergencial, destinado as atividades do programa de alimentação escolar da Creche Municipal Danilo João Cason, e Núcleos Educacionais. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 17/02/2021

HILARIO REFFATTI

PREFEITO MUNICIPAL

**PL 19 DISPENSA DE LICITAÇÃO 7-2021-TS TRANSP.- TRANSPORTE ESCOLAR E MONITOR ESCOLAR/PM**

Publicação Nº 2867953

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM  
Estado de Santa Catarina  
JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2021  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 19/2021

HILARIO REFFATTI - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso IV, cujo objeto é: contratação de empresa especializada, em caráter emergencial, para locação de ônibus, para atendimento dos alunos matriculados nas escolas da rede municipal e estadual de ensino, devendo disponibilizar também de Monitor escolar, para desempenhar as atribuições constantes da Justificativa. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 17/02/2021  
HILARIO REFFATTI  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº. 180/2021 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868073

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO MUNICIPAL DE IPUMIRIM  
PORTARIA Nº. 180/2021 de 12 de Fevereiro de 2021.  
HOMOLOGA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS.

HILARIO REFFATTI, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 4º da Lei nº 0866/91 de 30 de Setembro de 1991.  
HOMOLOGA

Ficam homologados os seguintes membros para constituírem o Conselho Municipal de Saúde de Ipumirim – SC.

**I – Governo:**

Representante da Secretaria Municipal de Saúde:  
Titular: Adilo de Almeida Gosh  
Suplente: Simone Scalco

Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.  
Titular: Guilherme Renan Benvenuti  
Suplente: Adriana Giombelli Bordinhon

Representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças:  
Titular: João Valdomiro Nicodem  
Suplente: Diego Sprícigo

Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação:  
Titular: Maria Salete Cristani  
Suplente: Claudira Andreia Kammers Costa

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO MUNICIPAL DE IPUMIRIM

**II – Representante de Entidades privada contratada ou conveniada, subalterna ao SUS:**

Titular: Andrisa Luana Schons  
Suplente: Maikeli Frozza

**III – Representante dos profissionais das áreas de psicologia, fonoaudiologia e fisioterapia:**

Titular: Fabiane Farina  
Suplente: Flaviane Fatima Manica

**IV – Representante dos profissionais de enfermagem - COREN:**

Titular: Milania Zucchi

Suplente: Adriana Bortolanza

V – Representante dos profissionais médicos – CRM:

Titular: Aner Anderson Xavier Rocha

Suplente: Juliana Petzen

VI – Representante dos profissionais de odontólogos do município – CRO:

Titular: Jean Berton

Suplente: Talitha Zamprogna Berton

VII – Representante das agentes comunitárias de saúde:

Titular: Suelen Heemann

Suplente: Flaviane Liliana Marchesi

Representantes de entidades de usuários do SUS:

VIII – Representante da Associação de Pais e amigos dos Excepcionais:

Titular: Nelva Burin Reffatti

Suplente: Clessimara Spricigo Devensi

IX – Representante da Associação dos Morados do Bairro Costa do Engano

Titular: Eloi Colossi

Suplente: Almeida de Jesus

X – Representante do CAPS:

Titular: Giovania Ruth Montag Giombelli

Suplente: Adriana da Silva

XI – Representante das APPs dos Colégios EBBC de Oliveira e NEM Professor Claudino Locatelli

Titular: Juciane Raimundi

Suplente: Joselaine Ritta

XII – Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Titular: Claudiomiro Cerutti

Suplente: Marisete Colpani Padia

XIII – Representante das Igrejas e Cultos:

Titular: Charles Andre Wildner

Suplente: Silvana Brunetto Rigon

XIV – Representante da Associação dos Produtores Rurais:

Titular: Janete Clarice Bernardi Locatelli

Suplente: Amarildo Benelli

XV – Representante do Grupo de Idosos:

Titular: Neli Noeli Mertins

Suplente: Orilde Lurdes Goldoni

XI – Representante da Pastoral da Saúde:

Titular: Leir de Oliveira Botelho

Suplente: Anilde Luiza Eisenhardt

XII – Representante das Farmácias:

Titular: João Victor Canton

Suplente: Francieli Milan

Conselheiro ora nomeado terá mandato de 02 (dois) anos;

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 12 de Fevereiro de 2021.

Ipumirim/SC, 12 de Fevereiro de 2021.

HILARIO REFFATTI

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº. 181/2021 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868078

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO MUNICIPAL DE IPUMIRIM

PORTARIA Nº. 181/2021 de 12 de Fevereiro de 2021

ALTERA TEMPORARIAMENTE A JORNADA DE TRABALHO DE MEMBRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº. 072 de 16 de Dezembro de 2009.

### **ALTERA**

Fica alterada temporariamente a jornada de trabalho do servidor Juarez Lopes da Silva, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Ipumirim – SC, portador da cédula de Identidade nº. 3.815.811 e CPF sob o nº. 352.659.309-49, no cargo efetivo de Professor na disciplina de Educação Física, passando de 20 horas semanais para 40 horas semanais, com lotação no Núcleo Educacional Municipal Professor Claudino Locatelli, até retorno da professora titular Vanderson Cerutti.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria entrará em vigor a partir de 18 de fevereiro de 2021.

Ipumirim - SC, 12 de Fevereiro de 2019.

Hilario Reffatti

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº. 182/2021 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868091

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO MUNICIPAL DE IPUMIRIM

PORTARIA Nº. 182/2021 de 12 de Fevereiro de 2021

ALTERA TEMPORARIAMENTE A JORNADA DE TRABALHO DE MEMBRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº. 072 de 16 de Dezembro de 2009.

### **ALTERA**

Fica alterada temporariamente a jornada de trabalho do servidor Edson Pedroso, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Arabutã – SC, portador da cédula de Identidade nº. 2.421.579 e CPF sob o nº. 832.077.679-15, no cargo efetivo de Professor na disciplina de Educação Física, passando de 30 horas semanais para 40 horas semanais, com lotação no Núcleo Educacional Municipal João Canton, até retorno da professora titular Vanderson Cerutti.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria entrará em vigor a partir de 18 de fevereiro de 2021.

Ipumirim - SC, 12 de Fevereiro de 2019.

Hilário Reffatti

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº. 183/2021 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868093

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO MUNICIPAL DE IPUMIRIM

PORTARIA Nº. 183/2021 de 12 de Fevereiro de 2021

ALTERA TEMPORARIAMENTE A JORNADA DE TRABALHO DE MEMBRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº. 072 de 16 de Dezembro de 2009.

**ALTERA**

Fica alterada temporariamente a jornada de trabalho do servidor Lucas Rissi Von Dentz, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Lindóia do Sul – SC, portador da cédula de Identidade nº. 5.398.503 e CPF sob o nº. 084.670.359-94, no cargo efetivo de Professor na disciplina de Educação Física, com lotação no NEM Orides Rovani e no NEM Prefeito Isidoro Giacomo Savaris, passando de 20 horas semanais para 30 horas semanais, no Núcleo Educacional Municipal Professor Claudino Locatelli, até retorno da professora titular Vanderson Cerutti.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria entrará em vigor a partir de 18 de fevereiro de 2021.

Ipumirim - SC, 12 de Fevereiro de 2019.  
Hilário Reffatti  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 184/2021 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868096

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO MUNICIPAL DE IPUMIRIM

PORTARIA Nº. 184/2021 de 12 de Fevereiro de 2021

ALTERA TEMPORARIAMENTE A JORNADA DE TRABALHO DE MEMBRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº. 072 de 16 de Dezembro de 2009.

**ALTERA**

Fica alterada temporariamente a jornada de trabalho da servidora Rosméri Guerini Falabretti, brasileira, residente e domiciliado na cidade de Ipumirim – SC, portador da cédula de Identidade nº. 1.876.967 e CPF sob o nº. 825.036.999-87, no cargo efetivo de Professora, com lotação no Núcleo Educacional Municipal João Canton passando de 30 horas semanais para 40 horas semanais, no Núcleo Educacional Municipal Professor Claudino Locatelli, até o preenchimento da vaga por concurso público.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria entrará em vigor a partir de 18 de fevereiro de 2021.

Ipumirim - SC, 15 de Fevereiro de 2019.  
Hilario Reffatti  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 185/2021 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868098

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO MUNICIPAL DE IPUMIRIM

PORTARIA Nº. 185/2021 de 12 de Fevereiro de 2021

ALTERA TEMPORARIAMENTE A JORNADA DE TRABALHO DE MEMBRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº. 072 de 16 de Dezembro de 2009.

**ALTERA**

Fica alterada temporariamente a jornada de trabalho do servidor Fernando Hermann, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Ipumirim – SC, portador da cédula de Identidade nº. 1.879.062 e CPF sob o nº. 891.988.169-34, no cargo efetivo de Professor, passando de 10 horas semanais para 20 horas semanais, com lotação no Núcleo Educacional Municipal João Canton, até o preenchimento da vaga por concurso público.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria entrará em vigor a partir de 18 de fevereiro de 2021.

Ipumirim - SC, 15 de Fevereiro de 2019.

Hilario Reffatti

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 186/2021 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868101

PORTARIA Nº. 186/2021 de 15 de Fevereiro de 2021.

NOMEIA POR CONCURSO PUBLICO NO CARGO EFETIVO DE SERVENTE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 002/2002, que Dispõe sobre o Plano de Carreira e remuneração para os Servidores do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Edital de Concurso Público 001/2018.

**RESOLVE:**

NOMEAR, OTAVIO MARTINS, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 14/R 2.466.809 e do CPF 716.323.799-53, para o cargo de provimento efetivo de Servente, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambas da Lei Complementar 002/2002, nível salarial NIVEL CE 20, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Secretaria de Urbanismo.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 24 de fevereiro de 2021.

Ipumirim - SC, 15 de fevereiro de 2021.

Hilário Reffatti

Prefeito de Ipumirim

**PORTARIA Nº. 187/2021 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868103

PORTARIA Nº 187/2021 DE 15/02/2021

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Hilário Reffatti, prefeito de Ipumirim, no uso de suas atribuições em com fulcro na Lei Complementar 178 de 24 de outubro de 2018, - RESOLVE

Art. 1º - Contratar temporariamente JAQUELINE DIANA SEGNETTO, CPF nº 082.143.279-62, documento de identidade nº 53980409, para o cargo de Professor - Ensino Superior, com carga horária semanal de 30h, face a aprovação no Teste Seletivo Simplificado 10/2019, homologado em 31 de dezembro de 2019, com Contribuição Geral de Previdência Social (RGPS), a partir de 16/02/2021 para atuar como professora de Ciências, com carga de 30hs, para atuar na no NEM João Canton, em substituição de Caroline B. Zulian e Jacinta Melania Spricigo. .

Art. 2º - A presente contratação fundamenta-se no a alínea "e" do inciso IV do art. 2º da Lei complementar 178 de 24 de outubro de 2018, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de Excepcional Interesse Público do Município de Ipumirim – SC.

Art. 3º - Os vencimentos serão aqueles constantes no Anexo I da Lei Complementar 03 de 27 de setembro de 2002.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de 16/02/2021.

Ipumirim - SC, 15 de fevereiro de 2021.

Hilário Reffatti

Prefeito de Ipumirim

**PORTARIA Nº. 188/2021 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868105

PORTARIA Nº 188/2021 DE 15/02/2021

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Hilário Reffatti, prefeito de Ipumirim, no uso de suas atribuições em com fulcro na Lei Complementar 178 de 24 de outubro de 2018, - RESOLVE

Art. 1º - Contratar temporariamente GESSICA LUANA MONTAG RAUSCHKOLB, CPF nº 104.912.679-32, documento de identidade nº 6.216.367, para o cargo de Professor - Ensino Superior, com carga horária semanal de 10h, face a aprovação no Teste Seletivo Simplificado 10/2019, homologado em 31 de dezembro de 2019, com Contribuição Geral de Previdência Social (RGPS), a partir de 16/02/2021 para

para atuar como Professora de Artes, com lotação no NEM Professor João Jacob Nicodem, e com complementação de carga horária no NEM Professor Claudino Locatelli, em substituição de Nelisse Salete Pagliosa. .

Art. 2º - A presente contratação fundamenta-se no a alínea "d" do inciso IV do art. 2º da Lei complementar 178 de 24 de outubro de 2.018, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de Excepcional Interesse Público do Município de Ipumirim – SC.

Art. 3º - Os vencimentos serão aqueles constantes no Anexo I da Lei Complementar 03 de 27 de setembro de 2.002.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de 16/02/2021.

Ipumirim - SC, 15 de fevereiro de 2021.

Hilário Reffatti

Prefeito de Ipumirim

## **PORTARIA Nº. 189/2021 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868106

PORTARIA Nº 189/2021 DE 15/02/2021

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Hilário Reffatti, prefeito de Ipumirim, no uso de suas atribuições em com fulcro na Lei Complementar 178 de 24 de outubro de 2,018, - RESOLVE

Art. 1º - Contratar temporariamente CESAR HENRIQUE BENELLI, CPF nº 079.567.249-70, documento de identidade nº 5.893,902, para o cargo de Professor - Ensino Superior "Lato Sensu", com carga horária semanal de 20h, face a aprovação no Teste Seletivo Simplificado 10/2019, homologado em 31 de dezembro de 2.019, com Contribuição Geral de Previdência Social (RGPS), a partir de 16/02/2021 para para atuar como Professor de História, com lotação no NEM Professor João Canton, em substituição de Mariana Rissi Cason Machado .

Art. 2º - A presente contratação fundamenta-se no a alínea "d" do inciso IV do art. 2º da Lei complementar 178 de 24 de outubro de 2.018, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de Excepcional Interesse Público do Município de Ipumirim – SC.

Art. 3º - Os vencimentos serão aqueles constantes no Anexo I da Lei Complementar 03 de 27 de setembro de 2.002.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de 16/02/2021.

Ipumirim - SC, 15 de fevereiro de 2021.

Hilário Reffatti

Prefeito de Ipumirim

## **PORTARIA Nº. 190/2021 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868107

PORTARIA Nº 190/2021 DE 15/02/2021

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Hilário Reffatti, prefeito de Ipumirim, no uso de suas atribuições em com fulcro na Lei Complementar 178 de 24 de outubro de 2,018, - RESOLVE

Art. 1º - Contratar temporariamente ADRIANA CRISTINA RAMOS, CPF nº 032.001.669-24, documento de identidade nº 3.922.082, para o cargo de Professor - Ensino Superior, com carga horária semanal de 20h, face a aprovação no Teste Seletivo Simplificado 10/2019, homologado em 31 de dezembro de 2.019, com Contribuição Geral de Previdência Social (RGPS), a partir de 16/02/2021 para para atuar como professora de Língua Portuguesa, com lotação: NEM Professor Claudino Locatelli, em substituição de Sandra Anater .

Art. 2º - A presente contratação fundamenta-se no a alínea "d" do inciso IV do art. 2º da Lei complementar 178 de 24 de outubro de 2.018, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de Excepcional Interesse Público do Município de Ipumirim – SC.

Art. 3º - Os vencimentos serão aqueles constantes no Anexo I da Lei Complementar 03 de 27 de setembro de 2.002.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de 16/02/2021.

Ipumirim - SC, 15 de fevereiro de 2021.

Hilário Reffatti

Prefeito de Ipumirim

## **PORTARIA Nº. 191/2021 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868109

PORTARIA Nº 191/2021 DE 15/02/2021

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Hilário Reffatti, prefeito de Ipumirim, no uso de suas atribuições em com fulcro na Lei Complementar 178 de 24 de outubro de 2,018, - RESOLVE

Art. 1º - Contratar temporariamente Taíse Cristina Fuchs Went, CPF nº 082.512.199-06, documento de identidade nº 4.334.315, para o cargo de Professor - Ensino Superior "Lato Sensu", com carga horária semanal de 20h, face a aprovação no Teste Seletivo Simplificado 10/2019, homologado em 31 de dezembro de 2.019, com Contribuição Geral de Previdência Social (RGPS), a partir de 16/02/2021 para para atuar como professora Anos Iniciais, com lotação: NEM Professor Claudino Locatelli.

Art. 2º - A presente contratação fundamenta-se no a alínea "d" do inciso IV do art. 2º da Lei complementar 178 de 24 de outubro de 2.018, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de Excepcional Interesse Público do Município de Ipumirim – SC.

Art. 3º - Os vencimentos serão aqueles constantes no Anexo I da Lei Complementar 03 de 27 de setembro de 2.002.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de 16/02/2021.

Ipumirim - SC, 15 de fevereiro de 2021.

Hilário Reffatti

Prefeito de Ipumirim

## **PORTARIA Nº. 192/2021 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868110

PORTARIA Nº 192/2021 DE 15/02/2021

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Hilário Reffatti, prefeito de Ipumirim, no uso de suas atribuições em com fulcro na Lei Complementar 178 de 24 de outubro de 2,018,

- RESOLVE

Art. 1º - Contratar temporariamente Adriana Tania Sipp Toffoli, CPF nº 061.389.999-75, documento de identidade nº 5.398.115, para o cargo de Professor - Ensino Superior, com carga horária semanal de 40h, face a aprovação no Teste Seletivo Simplificado 10/2019, homologado em 31 de dezembro de 2.019, com Contribuição Geral de Previdência Social (RGPS), a partir de 16/02/2021 para atuar como Agente Educador para Educação Especial, com lotação: NEM João Canton.

Art. 2º - A presente contratação fundamenta-se no a alínea "d" do inciso IV do art. 2º da Lei complementar 178 de 24 de outubro de 2.018, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de Excepcional Interesse Público do Município de Ipumirim – SC.

Art. 3º - Os vencimentos serão aqueles constantes no Anexo I da Lei Complementar 03 de 27 de setembro de 2.002.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de 16/02/2021.

Ipumirim - SC, 15 de fevereiro de 2021.

Hilário Reffatti

Prefeito de Ipumirim

## **PORTARIA Nº. 193/2021 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868113

PORTARIA Nº 193/2021 DE 15/02/2021

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Hilário Reffatti, prefeito de Ipumirim, no uso de suas atribuições em com fulcro na Lei Complementar 178 de 24 de outubro de 2,018,

- RESOLVE

Art. 1º - Contratar temporariamente ELIANE REGINA BONISSONI ROSSETTO, CPF nº 915.025.789-72, documento de identidade nº 21311447, para o cargo de Professor - Ensino Superior, com carga horária semanal de 20h, face a aprovação no Teste Seletivo Simplificado 10/2019, homologado em 31 de dezembro de 2.019, com Contribuição Geral de Previdência Social (RGPS), a partir de 16/02/2021 para atuar como Agente Educador para Educação Especial, com lotação: NEM Professor Claudino Locatelli.

Art. 2º - A presente contratação fundamenta-se no o inciso I do art. 2º da Lei complementar 178 de 24 de outubro de 2.018, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de Excepcional Interesse Público do Município de Ipumirim – SC.

Art. 3º - Os vencimentos serão aqueles constantes no Anexo I da Lei Complementar 03 de 27 de setembro de 2.002.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de 16/02/2021.

Ipumirim - SC, 15 de fevereiro de 2021.

Hilário Reffatti

Prefeito de Ipumirim

## **PORTARIA Nº. 194/2021 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868114

PORTARIA Nº 194/2021 DE 15/02/2021

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Hilário Reffatti, prefeito de Ipumirim, no uso de suas atribuições em com fulcro na Lei Complementar 178 de 24 de outubro de 2,018,

- RESOLVE

Art. 1º - Contratar temporariamente MIRIAN CATIA FISTER MARTINS, CPF nº 024.955.149-79, documento de identidade nº 3.572.001, para o cargo de AUXILIAR DE SALA, com carga horária semanal de 20h, face a aprovação no Teste Seletivo Simplificado 10/2019, homologado em 31 de dezembro de 2.019, com Contribuição Geral de Previdência Social (RGPS), a partir de 16/02/2021 para atuar como Auxiliar de Sala, lotação: NEM João Canton.

Art. 2º - A presente contratação fundamenta-se no o inciso VI do art. 2º da Lei complementar 178 de 24 de outubro de 2.018, que dispõe

sobre a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de Excepcional Interesse Público do Município de Ipumirim – SC.

Art. 3º - Os vencimentos serão aqueles constantes no Anexo I da Lei Complementar 178 de 24 de outubro de 2.018.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de 16/02/2021.

Ipumirim - SC, 15 de fevereiro de 2021.

Hilário Reffatti

Prefeito de Ipumirim

## **PORTARIA Nº. 195/2021 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868120

PORTARIA Nº 195/2021 DE 15/02/2021

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Hilário Reffatti, prefeito de Ipumirim, no uso de suas atribuições em com fulcro na Lei Complementar 178 de 24 de outubro de 2,018, - RESOLVE

Art. 1º - Contratar temporariamente EDUARDA MORENO GONÇALVES, CPF nº 093.574.719-28, documento de identidade nº 6.606.587, para o cargo de AUXILIAR DE SALA, com carga horária semanal de 20h, face a aprovação no Teste Seletivo Simplificado 10/2019, homologado em 31 de dezembro de 2.019, com Contribuição Geral de Previdência Social (RGPS), a partir de 16/02/2021 para atuar como Auxiliar de Sala, com lotação: NEM Professor Claudino Locatelli .

Art. 2º - A presente contratação fundamenta-se no o inciso VI do art. 2º da Lei complementar 178 de 24 de outubro de 2.018, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de Excepcional Interesse Público do Município de Ipumirim – SC.

Art. 3º - Os vencimentos serão aqueles constantes no Anexo I da Lei Complementar 178 de 24 de outubro de 2.018.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de 16/02/2021.

Ipumirim - SC, 15 de fevereiro de 2021.

Hilário Reffatti

Prefeito de Ipumirim

## **PORTARIA Nº. 196/2021 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868122

PORTARIA Nº 196/2021 DE 15/02/2021

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Hilário Reffatti, prefeito de Ipumirim, no uso de suas atribuições em com fulcro na Lei Complementar 178 de 24 de outubro de 2,018, - RESOLVE

Art. 1º - Contratar temporariamente JULIANA SOMMER, CPF nº 093.175.219-16, documento de identidade nº 5.893.131, para o cargo de AUXILIAR DE SALA, com carga horária semanal de 40h, face a aprovação no Teste Seletivo Simplificado 10/2019, homologado em 31 de dezembro de 2.019, com Contribuição Geral de Previdência Social (RGPS), a partir de 16/02/2021 para atuar como Auxiliar de Sala, com lotação: NEM Joao Canton e NEM Professor João Jacob Nicodem.

Art. 2º - A presente contratação fundamenta-se no o inciso VI do art. 2º da Lei complementar 178 de 24 de outubro de 2.018, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de Excepcional Interesse Público do Município de Ipumirim – SC.

Art. 3º - Os vencimentos serão aqueles constantes no Anexo I da Lei Complementar 178 de 24 de outubro de 2.018.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de 16/02/2021.

Ipumirim - SC, 15 de fevereiro de 2021.

Hilário Reffatti

Prefeito de Ipumirim

## **PORTARIA Nº. 197/2021 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868126

ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE IPUMIRIM

PORTARIA Nº. 197/2021 de 15 de Fevereiro de 2021.

CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO À SERVIDORA NOMEADA EM CONCURSO PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

HILARIO REFFATTI, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 105 da Lei 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

C O N C E D E

A Ananda Mosconi, matrícula 3157, brasileira, residente e domiciliada na Cidade de Ipumirim - SC, CPF sob o nº. 083.193.669-09, no cargo de Professora, com carga horária de 20 horas semanais, licença gestação de 180 (Cento e Oitenta) dias, para o período de 15 de Fevereiro de 2021 a 13 de Agosto de 2021, conforme atestado médico.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzira efeitos a partir de 15 de Fevereiro de 2021.

Ipumirim - SC, 15 de Fevereiro de 2021.

HILARIO REFFATTI

Prefeito Municipal

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 18, DL Nº 6-2021-MERENDA ESCOLAR/PM**

Publicação Nº 2867465

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 6/2021 - DL</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 18/2021 Data do Processo: 17/02/2021
	Folha: 1/3

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, HILARIO REFFATTI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 18/2021  
b ) Licitação Nr.: 6/2021-DL  
c ) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
d ) Data Homologação: 17/02/2021  
e ) Objeto da Licitação aquisição de gêneros alimentícios em caráter emergencial, destinado as atividades do programa de alimentação escolar da Creche Municipal Danilo João Cason, e Núcleos Educacionais.

(em Reais R\$)

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**MERCADO DAL PUPPO LTDA (7280)**

1 Amido de milho- 500 g, validade mínima na entrega de 120 dias - Marca: DAJU	PCT	10,00	0,0000	4,99	49,90
2 Açúcar Cristal pct 5Kg. - Marca: DELTA	PCT	10,00	0,0000	18,00	180,00
3 SAL REFINADO IODADO 1KG, COM VÁLIDADE MÍNIMA NA ENTREGA DE 120 DIAS. - Marca: DIANA	PCT	20,00	0,0000	2,50	50,00
4 ÁGUA DE COCO SEM ADIÇÃO DE AÇUCAR - Marca: PURO COCO	L	30,00	0,0000	8,99	269,70
5 Farinha de Trigo Especial - pct 5 Kg. - Marca: MARTELLI	PCT	4,00	0,0000	16,00	64,00
6 MILHO CONGELADO PCT DE 500 GRAMAS - Marca: LAR	PCT	30,00	0,0000	6,99	209,70
7 ERVILHA CONGELADA PCT DE 500 GRAMAS - Marca: LAR	PCT	30,00	0,0000	6,99	209,70

Ipumirim, 17 de Fevereiro de 2021.

-----  
HILARIO REFFATTI  
PREFEITO MUNICIPAL

-----  
Hilário Reffatti - Prefeito de Ipumirim



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02  
AV. DOM PEDRO II, 230  
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**Nr.: 6/2021 - DL**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 18/2021  
Data do Processo: 17/02/2021

Folha: 2/3

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

**MERCADO DAL PUPPO LTDA (7280)**

8	Lentilha, tipo 1, classe graúda, nova, de 1ª qualidade, sem grãos mofados e/ou cartuchos, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 60,7g de carboidrato, 23,7g de proteína e 1,3g de lipídio, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: LAR	PCT	40,00	0,0000	8,99	359,60
9	Carne de Frango tipo coxa e sobrecoxa, congelada, com adição de água de no máximo 6%, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente, de 1Kg, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação e prazo de validade de 4 meses, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: SEARA	KG	100,00	0,0000	8,99	899,00
10	açafrão da terra ( curcuma moída) pacote de 20 gramas - Marca: INCAS	PCT	10,00	0,0000	3,00	30,00
11	Alho, novo, graúdo, pct, 180 gramas - Marca: CHAPECÓ	PCT	20,00	0,0000	8,00	160,00
12	Aveia em flocos finos, produto resultante da moagem de grãos de aveia após limpeza e classificação, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 13,5g de proteína, 4,8g de lipídio e 68,4g de carboidrato, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações sobre o fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: QUAQUER	PCT	50,00	0,0000	4,99	249,50
13	AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM GARrafa DE 500 ML - Marca: DOM FIORELO	GR	20,00	0,0000	25,00	500,00
14	CACAU EM PÓ PCT 200 GRAMAS - Marca: TERRA	PCT	20,00	0,0000	10,00	200,00
15	carne de frango moída - Marca: COLONINHO	KG	60,00	0,0000	15,00	900,00
16	Coxinha da asa de frango, pct 01 kg - Marca: MAIS FRANGO	KG	20,00	0,0000	15,00	300,00
17	Crema de leite cx 200g - Marca: TIROL	CX	40,00	0,0000	3,50	140,00
18	FERMENTO EM PÓ 250 GRAMAS - Marca: APTI	UN	40,00	0,0000	7,99	319,60

Ipumirim, 17 de Fevereiro de 2021.

-----  
HILARIO REFFATTI  
PREFEITO MUNICIPAL

-----  
Hilário Reffatti - Prefeito de Ipumirim

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02  
 AV. DOM PEDRO II, 230  
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**Nr.: 6/2021 - DL**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 18/2021  
 Data do Processo: 17/02/2021

Folha: 3/3

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

**MERCADO DAL PUPPO LTDA (7280)**

19	Leite UHT Integral - Marca: TIROL	L	500,00	0,0000	3,99	1.995,00
20	LOURO PCT 8 GRAMAS - Marca: INCAS	UN	20,00	0,0000	3,00	60,00
21	OREGANO - 100 gr - Marca: INCAS	UN	20,00	0,0000	10,00	200,00
22	Óleo de soja Lt 900 ml - Marca: SOYA	UN	40,00	0,0000	7,99	319,60
23	OVOS DE GALINHA COM CERTIFICADO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA - Marca: ARENDT	DZ	200,00	0,0000	7,00	1.400,00
24	PORVILHO DOCE PCT 500 GRAMAS - Marca: KANTY	PCT	40,00	0,0000	5,00	200,00
25	Uva passa preta, ingredientes: uva passa preta sem semente. Sem adição de açúcar. Sem glúten. Sem sementes. Embalagem de 200g. - Marca: DAJU	UN	60,00	0,0000	10,00	600,00
26	VINAGRE DE MAÇÃ 750 ML - Marca: KOLER	UN	50,00	0,0000	4,99	249,50
27	BOLACHA SALGADA TIPO "ÁGUA E SAL" 370 GRAMAS - Marca: PARATI	PCT	100,00	0,0000	4,99	499,00
28	BISCOITO DOCE TIPO "MAISENA" 370 GRAMAS - Marca: PARATI	PCT	100,00	0,0000	4,99	499,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>11.112,80</b>
<b>Total Geral:</b>						<b>11.112,80</b>

Ipumirim, 17 de Fevereiro de 2021.

-----  
 HILARIO REFFATTI  
 PREFEITO MUNICIPAL

-----  
 Hilário Reffatti - Prefeito de Ipumirim

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 19, DL Nº 7-2021-TRANSP. ESCOLAR-TS TRANSP. COLETIVO LTDA/PM**

Publicação Nº 2867968

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 7/2021 - DL</b>
<b>CNPJ:</b> 82.814.575/0001-02 <b>AV. DOM PEDRO II, 230</b> <b>C.E.P.:</b> 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 19/2021 <b>Data do Processo:</b> 17/02/2021
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, HILARIO REFFATTI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 19/2021  
b ) Licitação Nr.: 7/2021-DL  
c ) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
d ) Data Homologação: 17/02/2021  
e ) Objeto da Licitação: contratação de empresa especializada, em caráter emergencial, para locação de ônibus, para atendimento dos alunos matriculados nas escolas da rede municipal e estadual de ensino, devendo disponibilizar também de Monitor escolar, para desempenhar as atribuições constantes da Justificativa.

			(em Reais R\$)
f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):	<u>Qtd de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 006036 - TS TRANSPORTES COLETIVOS LTDA	<u>2</u>	0,0000	<u>15.844,42</u>
	2		15.844,42

Ipumirim, 17 de Fevereiro de 2021.

HILARIO REFFATTI  
PREFEITO MUNICIPAL

Hilário Reffatti - Prefeito de Ipumirim

# Iraceminha

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PL 23/2021 IL 02/2021

Publicação N° 2868017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 023/2021

INEXIGIBILIDADE/CHAMAMENTO PÚBLICO N° 002/2021

Objeto: O presente Chamamento Público se destina a selecionar organização da sociedade civil sem fins lucrativos para firmar parceria, em regime de mútua cooperação, que envolva transferência de recursos financeiros no valor de até R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), por meio de Termo de Fomento, para a consecução de Atividade que promovam e divulgam a Indústria e Comércio do Município de Iraceminha - SC. A presente licitação será regida pelas Leis n° 8.666/93 e alterações posteriores. Informações e edital completo poderão ser obtidos no Departamento de Compras e Licitações, em horário de expediente. Fone para contato (0xx49) 3665 3200. Os documentos de habilitação e propostas poderão ser entregues a partir do dia 18 de fevereiro de 2021 até dia 18 de março de 2021. Iraceminha (SC), 18 de fevereiro de 2021. JEAN CARLOS NYLAND – Prefeito Municipal.

**DECRETO 019 2021**

Publicação N° 2867770

**DECRETO N° 000019/21 de 17 de Fevereiro de 2021**

Abre crédito adicional - especial - abertos no Orçamento programa de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de IRACEMINHA e autorização contida na Lei Municipal nº 001469/21 de 15 de Fevereiro de 2021.

**D E C R E T A :**

**Art. 1º** - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 41.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**05 - SECRET MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE****05.01 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA**

05.01.20.606.1012.2.045-3.1.71.00.00.00.00.00 - Transf. a Consórcios Públicos	25.000,00
05.01.20.606.1012.2.045-3.3.71.00.00.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos	3.500,00
05.01.20.606.1012.2.045-4.4.71.00.00.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos	500,00

**08 - SECRETARIA DE IND, COMERCIO E DESENV ECONOMIC****08.01 - DEPTO DE INDUSTRIA, COM E DESENVOLVIMENTO ECONOMIC**

08.01.22.122.1010.2.052-3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	12.000,00
--	-----------

**Art. 2º** - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**05 - SECRET MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE****05.01 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA**

05.01.20.606.1012.1.020-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	41.000,00
--	-----------

**Art 3º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 17 de Fevereiro de 2021**

---

**JEAN CARLOS NYLAND****Prefeito Municipal**

**DECRETO 020 2021**

Publicação N° 2867771

**DECRETO N° 000020/19 de 17 de Fevereiro de 2021**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de IRACEMINHA e autorização contida na Lei Municipal nº 001470/21 de 15 de Fevereiro de 2021.

**D E C R E T A :**

**Art. 1º** - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 591.700,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA TRANSP E PLANEJAMENTO	
06.02 - DEPARTAMENTO DE URBANISMO	
06.02.15.122.1009.2.053-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	61.700,00
06.01 - DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTES	
06.01.26.782.1011.1.029-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	380.000,00
10 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
10.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
10.01.28.843.1013.0.002-3.2.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	150.000,00

**Art. 2º** - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	
02.04 - ASSESSORIA DE IMPRENSA	
02.04.04.131.1001.2.005-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	34.000,00
02.02 - ASSESSORIA JURIDICA GERAL DO MUNICIPIO	
02.02.04.122.1001.2.003-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	90.000,00
02.04 - ASSESSORIA DE IMPRENSA	
02.04.04.131.1001.2.005-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	11.000,00
02.04.04.131.1001.2.005-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	1.000,00
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRACAO E FAZENDA	
03.02 - DEPARTAMENTO DE PATRIMONIO	
03.02.04.122.1002.2.008-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	15.900,00
03.02.04.122.1002.2.008-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	600,00
03.02.04.122.1002.2.008-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	1.200,00
04 - SECRET MUN EDUCACAO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO	
04.06 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
04.06.27.812.1005.2.044-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	30.000,00
04.05 - DEPARTAMENTO DE TURISMO	
04.05.13.695.1016.1.013-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	24.100,00
04.04 - DEPARTAMENTO DE CULTURA	
04.04.13.392.1004.1.012-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	1.200,00
04.06 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
04.06.27.812.1005.1.018-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	36.200,00
04.05 - DEPARTAMENTO DE TURISMO	
04.05.13.695.1016.2.065-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	6.000,00
04.05.13.695.1004.1.055-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	12.000,00
04.05.13.695.1016.1.054-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	12.000,00
04.05.13.695.1016.1.013-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	1.200,00
04.06 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
04.06.27.812.1005.1.018-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	1.200,00
04.05 - DEPARTAMENTO DE TURISMO	
04.05.13.695.1016.2.065-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	3.600,00

05 - SECRET MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
05.02 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
05.02.18.608.1012.2.046-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	12.000,00
06 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA TRANSP E PLANEJAMENTO	
06.02 - DEPARTAMENTO DE URBANISMO	
06.02.15.451.1009.1.046-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	12.000,00
06.02.15.451.1009.1.046-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	24.100,00
08 - SECRETARIA DE IND, COMERCIO E DESENV ECONOMICO	
08.01 - DEPTO DE INDUSTRIA, COM E DESENVOLVIMENTO ECONOMIC	
08.01.22.122.1010.2.052-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	60.000,00
09 - SECRETARIA MUNIC DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	
09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
09.01.08.244.1008.2.069-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	12.000,00
09.01.08.244.1008.2.068-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	6.000,00
09.01.08.243.1008.2.067-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	6.000,00
09.01.08.243.1008.2.066-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	18.100,00
09.02 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
09.02.08.243.1007.2.024-4.4.50.00.00.00.00.00 - Transf. a Instituicoes Privadas s/ Fins Lucrativos	60.300,00
10 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
10.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
10.01.28.846.1013.0.004-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	100.000,00

**Art 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 17 de Fevereiro de 2021**

\_\_\_\_\_  
**JEAN CARLOS NYLAND**

**Prefeito Municipal**



**Irani****PREFEITURA****DECRETO Nº 038/2021**

Publicação Nº 2869517

DECRETO 038/2021, de 11 de fevereiro de 2021

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

VANDERLEI CANCI, Prefeito de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso VIII, do artigo 104, da Lei Orgânica do Município, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Municipal 1939, de 15/10/2020, em seu artigo 27, §2º e pela Lei Orçamentária Municipal - LOA, Lei Municipal nº 1943 de 24/11/2020 em seu artigo 5º, inciso III:

DECRETA,

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 25.338,77 (vinte e cinco mil trezentos e trinta e oito reais e setenta e sete centavos), no orçamento vigente para o exercício de 2021, do Fundo Municipal de Saúde, para fazer frente ao seguinte projeto atividade:

		FONTE DE RECURSOS		
		ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
03	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRANI			
03.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRANI			
03.01.10	Saúde			
03.01.10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial			
03.01.10.302.1001	SAÚDE COM QUALIDADE			
03.01.10.302.1001.2.033	ATENÇÃO A SAÚDE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC			
3.3.93.00.00.00.00.3149	Aplicação Direta Decorrente de Op. Entre Órgãos		25.338,77	25.338,77
TOTAL			25.338,77	25.338,77

Art. 2º. Para cobertura dos Créditos Adicionais Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos do superávit financeiro verificado na fonte de recurso

3149 – Superávit recursos do CORONAVIRUS-PORTARIA 1666/2020 no valor de R\$ 25.338,77 (vinte e cinco mil trezentos e trinta e oito reais e setenta e sete centavos);

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Irani - SC, em 11 de fevereiro de 2021.

VANDERLEI CANCI

Prefeito

Registrado e publicado nesta Secretaria em 11/02/2021.

**DECRETO Nº 039/2021**

Publicação Nº 2869521

DECRETO Nº 039, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

"ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VANDERLEI CANCI, Prefeito de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, as Leis nº 1.142/02 e 1588/2011.

DECRETA:

Art. 1º. A composição do Conselho Municipal da alimentação escolar nomeado pelo decreto 51/2020, passa a ser assim constituída:

I – REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Titular: Jussimara Antonio Rossi;

Suplente: Elizete Ana Guareski Fachin.

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

Titular: Genoir Frizon;

Suplente: Nilse Zamarki.

Titular: Dilce Neis Techio;

Suplente: Audete Dalberti.

**III – REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES:**

Titular: Marília de Bastiani;  
Suplente: Salete Frozza.

Titular: Dalvana Sandi;  
Suplente: Rosemari Sarturi.

**IV – REPRESENTANTES DOS PROFESSORES:**

Titular: Juliana das Neves Sarturi;  
Suplente: Ivanete Braguerolli

**V – REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO**

Titular: Divani Gasparini;  
Suplente: Simara Andreia Casara.

Parágrafo Único – O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Municipal de Alimentação Escolar, serão eleitos pelos seus membros em reunião Ordinária.

Art.2º. Os Serviços prestados serão gratuitos e considerados relevantes para o serviço público municipal.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Irani/SC, 15 de fevereiro de 2021.

Vanderlei Canci  
Prefeito

Publicado e Registrado nessa Secretaria em 15/02/2021.

Aluisio Delino Bavaresco  
Secretário Municipal de Administração e Gestão

**DECRETO Nº 041/2021**

Publicação Nº 2869526

DECRETO Nº. 041 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

DECRETA LUTO OFICIAL NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE IRANI.

VANDERLEI CANCI, Prefeito do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. – Fica Decretado Luto Oficial de 03 (três) dias nas repartições públicas Municipais em razão do falecimento do senhor Delino Gelino Vuelma ex-vereador deste município e avô do Secretário de Administração e Gestão Aluisio Delino Bavaresco.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Irani/SC, 17 de fevereiro de 2021.

VANDERLEI CANCI  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretária de Administração em 17/02/2021.

ALUISIO DELINO BAVARESCO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão.

**EDITAL Nº 005/2021 - INSCRIÇÕES DEFERIDAS DE ESTAGIÁRIOS PARA 2021**

Publicação Nº 2868496

EDITAL Nº 005/2021

INSCRIÇÕES DEFERIDAS DE ESTAGIÁRIOS PARA 2021.

VANDERLEI CANCI, Prefeito de Municipal de Irani – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que estabelece o Artigo 2º, §2º da Lei Federal 11.788/2008 e de acordo com o Edital nº 001/2021.

1. – Da Classificação:

1.1 – Fica deferida a inscrição da Sr.ta Vanessa Amadei, lançada como indeferida no Edital nº 004/2021, aja visto que a mesma comprovou a apresentação de toda a documentação exigida no Edital nº 001/2021.

2. – Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Irani/SC, 15 de fevereiro de 2021.

VANDERLEI CANCI

Prefeito

## EDITAL Nº 006/2021 - DEFERE INSCRIÇÕES SELETIVO SIMPLIFICADO

Publicação Nº 2869538

EDITAL Nº 004/2021

DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DA INSCRIÇÕES DEFERIDAS PARA A SELEÇÃO PÚBLICA DESTINADA À ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, EM VAGAS DA CLASSE INICIAL, DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, Senhor VANDERLEI CANCI, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, principalmente, de acordo com a Lei Complementar nº 029, de 27 de abril de 2007, combinada com a Lei Complementar nº 109/2019, para o conhecimento dos interessados, tona público que divulga as inscrições deferidas, para o preenchimento, em caráter temporário.

Revolve:

1 - Fica homologada as inscrições do processo seletivo simplificado nº 001/2021, conforme relatório em anexo.

2 - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Irani/SC, em 17 de fevereiro de 2021.

VANDERLEI CANCI

Prefeito Municipal

Irani/SC - Próximas etapas Agente comunitário de saúde - Linha Antonioli, Moinho Velho, Passo Maciel e parte de Caroveira.

Nº INSC	CANDIDATO	Cidade	Status inscrição
183	EMILLY CARVALHO DA SILVA CAMPOS	Irani	Deferida
29	GILVANA SALETE DEOLA	Irani	Deferida
271	GRACELI RECALCATTI	Irani	Deferida
269	JOCELIA REZENDE DE MORAIS	Irani	Deferida
74	MARCIANA LORENCI	Irani	Deferida

Agente comunitário de saúde - Linha Toldinho I e II, Lajeado da Anta, Sadia Fragoso, Fabricio, Sadia Trevão e Trevão.

Nº INSC	CANDIDATO	Cidade	Status inscrição
164	CARLOS ALEXANDRE ROSSI	Irani	Deferida
50	MARLI T. DE AZEVEDO	Irani	Deferida

Agente de construção e manutenção (pedreiro)

Nº INSC	CANDIDATO	Cidade	Status inscrição
298	ARMELINDO ADÃO DA SILVA	Irani	Deferida
112	MARCOS VINICIUS RODRIGUES	Irani	Deferida
302	ODECIR MARTINS	Irani	Deferida

Agente de controle patrimonial

Nº INSC	CANDIDATO	Cidade	Status inscrição
154	ALANI CAMARGO TROMBETTA	Irani	Deferida
15	AMÁBILA APARECIDA DIAS	Irani	Deferida
63	BRUNA TAYONARA ZANINI	Irani	Deferida
253	CARINA WEISS SIMI BAVARESCO	Joaçaba	Deferida
158	CARLOS HENRIQUE OBERBACHER CESAR	Catanduvas	Deferida
297	CAROLINE PIZATTO GUAREZI	Lindóia do Sul	Deferida
304	FABIO JUNIOR BUYNO	São José	Deferida
114	JANAINA AMERICO RIBEIRO	Irani	Deferida
230	JOSE HENRIQUE DAS NEVES LAMBERT	Curitiba	Deferida
180	MARIVANE LORENCI	Irani	Deferida

10	MICHELE DE BARROS	Irani	Deferida
270	ROSELAINE JANAINA DO PRADO FREITAS	Catanduvas	Deferida
334	SAMIRA RIBEIRO	Irani	Deferida
103	TAINARA FOLLMANN	Irani	Deferida
140	VANDERLEI DE AZEVEDO	Irani	Deferida
139	WEILLER CARLOS CHAVES	Concórdia	Deferida

## Agente do copa e limpeza

Nº INSC	CANDIDATO	Cidade	Status inscrição
40	ANDREZA NÁDIA VENTURIN	Irani	Deferida
17	CARINE CORREIA	Irani	Deferida
160	CARINE DE OLIVEIRA LUZ	Irani	Deferida
195	CLAUDIA ARAUJO	Irani	Deferida
199	DALIRIA ROSA	Irani	Deferida
72	ELIANE ALVES	Irani	Deferida
147	ELIANE VAZ DE LIMA DOS SANTOS	Irani	Deferida
226	ELIZETE DOS ANJOS ROSA	Irani	Deferida
149	FATIMA CRISTINA SALVINSKI	Irani	Deferida
193	FERNANDA VIVIAN	Irani	Deferida
113	FRANCIANE CRISTINA LUNARDI LEORATTO	Irani	Deferida
178	IRISLANA PINTO DE SOUSA	Irani	Deferida
104	IVONETE COLLET DE SOUZA	Irani	Deferida
331	IZETE TEREZA RODRIGUES	Irani	Deferida
101	JUCELI GONCALVES	Irani	Deferida
90	JULIANA SALETE RODRIGUES	Irani	Deferida
107	JUSSARA CORDEIRO PAZ	Irani	Deferida
93	KATIA FERNANDES DE PAULA GONÇALVES DE AZEVEDO	Irani	Deferida
100	LILIAN REGINA PEREIRA	Irani	Deferida
76	LORENI RODRIGUES DA SILVA DOS SANTOS	Irani	Deferida
142	LUCIANE ANDRIN	Irani	Deferida
198	LUCIANE APARECIDA TROMBETTA	Irani	Deferida
121	LUCIMARA AGUILHEIRA C DA SILVEIRA	Irani	Deferida
111	LUIZ GUSTAVO FERNANDES	Irani	Deferida
168	MARIVANI KOBRYN	Irani	Deferida
162	NAYARA SUELYN FUNINI	Irani	Deferida
137	PAMELA TAÍS DA SILVA DOS SANTOS	Irani	Deferida
214	ROSEMARI SARTORI	Irani	Deferida
88	SALETE DAL ´ BELLO	Irani	Deferida
265	SILVANA CASTRO ARAUJO	Ponte Serrada	Deferida
283	SILVANA V ARTIFON	Irani	Deferida
310	SOLANGE APARECIDA BLAKA	Irani	Deferida
87	TATIANE RONSONI DA LUZ	Irani	Deferida
38	VIVIANE MARIA URBANO DE MORAES	Irani	Deferida
236	ZILDA MACHADO	Irani	Deferida

## Assistente Social

Nº INSC	CANDIDATO	Cidade	Status inscrição
256	ANDREIA CARLA DA SILVA BUYNO	São José	Deferida
196	BARBARA PATRICIA DE MELLO	São Lourenço do Oeste	Deferida
170	CATIANI MIRIAM CARDOSO	Canelinha	Deferida
219	CLAUDIA TONET	Passos Maia	Deferida
247	ELIANE NICOLAO DAMIN	Lindóia do Sul	Deferida
338	FRANCIELI DAMBRÓS	Capinzal	Deferida

234	GERUSA DETONI	Concórdia	Deferida
294	IONARA PAULA BENINCÁ	Concórdia	Deferida
314	JAINE CAMILA ZENATTI KRINDGES	Irani	Deferida
163	JULIANA FERNANDA KADES	Concórdia	Deferida
174	LARISSA RUVIARO	Concórdia	Deferida
287	LIDIANE BARRIONUEVO BRUSTOLIN	Passos Maia	Deferida
118	MARIELI KRAUSE	Irani	Deferida
166	MARTA BRANDÃO	Concórdia	Deferida
311	PRISCILA ONOFRE DA SILVA	Passo Fundo	Deferida
135	RAQUEL KARLINSKI ALMEIDA	Redentora	Deferida

## Auxiliar Administrativo

Nº INSC	CANDIDATO	Cidade	Status inscrição
325	ADRIAN FERNANDO DOS SANTOS	Irani	Deferida
33	ALESSANDRA KADES	Irani	Deferida
16	ALINE ALVES BEDIN	Irani	Deferida
259	ALINE PEREIRA MACEDO	Irani	Deferida
308	ANIELY KARINA BLAKA DE SALLES	Irani	Deferida
332	BRUNA LETICIA DA SILVA ROSSETTI	Irani	Deferida
14	CAMILA WESP	Irani	Deferida
115	CAROLINE MALINSKI	Irani	Deferida
267	CAROLINE VIDAL DE SOUZA	Irani	Deferida
85	DANIELLI CRISTINA MACHADO BIAVATTI	Irani	Deferida
58	DÉBORA RENNER	Irani	Deferida
206	EDILEIA GONÇALVES DA SILVA ROSSETTI	Irani	Deferida
5	ELEN CHAIANE CORBARI	Irani	Deferida
328	ELIANE LAVORATTI	Irani	Deferida
218	ELISANDRA OTT DE MENESES	Irani	Deferida
223	ELTON CASTRO DOS SANTOS	Irani	Deferida
95	FABIANA MARIA SALVADOR MARMENTINI	Irani	Deferida
75	FLAVIA LUCIA LUNARDI	Irani	Deferida
289	FRANCIELI CAROLINE DE SOUZA	Irani	Deferida
278	FRANCIELI VARGAS	Irani	Deferida
20	IDIANE DAL BELLO OLIVEIRA	Irani	Deferida
179	JESSICA CARLA DA SILVA	Irani	Deferida
27	JHÉSSICA KADES	Irani	Deferida
31	JORDANA KELLY LONCZYNSKI	Irani	Deferida
337	JULIA FERREIRA JUVINO	Irani	Deferida
257	JULIANA FERREIRA DA SILVA	Irani	Deferida
128	KARINE DA COSTA BIANCHI	Irani	Deferida
98	KARINE FERNANDA DA SILVA PEREIRA	Irani	Deferida
36	KELLY JAQUELINE LORENCI DA VEIGA	Irani	Deferida
49	LETICIA PETINI	Irani	Deferida
327	LILIANE BITTENCOURT HARTKOPF OLBERMANN	Irani	Deferida
330	LIZANDRA CARLA TROMBETTA	Irani	Deferida
42	LORENA ANTONIA TROMBETTA	Irani	Deferida
169	LUCIANE KRUEZMANN	Ipumirim	Deferida
335	MALÚ TEREZINHA DE OLIVEIRA RIBEIRO DA SILVA	Irani	Deferida
48	MARINALVA FERREIRA	Irani	Deferida
284	MICHEL BERNDT	Irani	Deferida
54	NAIANE SALVADEGO	Irani	Deferida
8	NATHALIA XAVIER RIBEIRO	Irani	Deferida
157	NELCI APARECIDA SALVINSKI	Irani	Deferida

69	PAMELA KEROLIN DE SOUZA	Irani	Deferida
116	PAOLA ANDRESSA DE LIMA	Irani	Deferida
299	PAOLA RECALCATTI	Irani	Deferida
34	PATRÍCIA RIFFEL FERNANDES ALESSI	Irani	Deferida
153	RAFAELA EDUARDA DE OLIVEIRA	Irani	Deferida
251	RENATA MESTIÇO	Irani	Deferida
292	RODRIGO MARTINS FROZZA	Irani	Deferida
315	RUAN DEIVID CUMERLATTO	Irani	Deferida
155	SAYONARA TEDESCO	Irani	Deferida
249	TAINÁ CARLA MORTARI DOS SANTOS	Irani	Deferida
28	TAIS SANDRA ZENARO	Irani	Deferida
106	TALITA DE OLIVEIRA	Irani	Deferida
57	TATIANE FERREIRA DA CRUZ RIBEIRO DE FREITAS CUMERLATTO	Irani	Deferida
167	VANESSA GUARESCHI	Irani	Deferida

## Auxiliar de serviços gerais

Nº INSC	CANDIDATO	Cidade	Status inscrição
317	ANA CRISTINA CURSEL	Irani	Deferida
220	ARTEMIO BONAVIDA	Irani	Deferida
321	CHAIANE RIBEIRO DIAS LEAL DA SILVA	Irani	Deferida
215	DILSON DALBERTTI	Irani	Deferida
245	JENNIFER DOMINGO	Irani	Deferida
45	JÉSSICA DOMINGO	Irani	Deferida
96	LUCAS MATEUS DAL 'BELLO ANDRADE DOS SANTOS	Irani	Deferida
266	MARCELI KARINA DA SILVA	Irani	Deferida
268	MIGUEL ALVES DA ROSA	Irani	Deferida
225	VILMAR LOPES DA CUNHA	Irani	Deferida

## Enfermeiro

Nº INSC	CANDIDATO	Cidade	Status inscrição
319	AMANDA DO ROSARIO TAVARES	Concórdia	Deferida
181	ANA CRISTINA BORGHESEAN	Maringá	Deferida
146	CAMILA ZANESCO	Chapecó	Deferida
229	DEBORA POLIANE SANTOS MARTINS	Lindóia do Sul	Deferida
78	ERIKA DIAS BARROS	Irani	Deferida
122	JULIANA RESMINI	Concórdia	Deferida
255	LARYSSA IVAZ CORREIA DA SILVA	Irani	Deferida
145	LUCAS EDUARDO GONÇALVES	Concórdia	Deferida
306	MARINA SILVEIRA COSTA	Bagé	Deferida
235	SONIA REGINA DA SILVA GONÇALVES	Rio de Janeiro	Deferida

## Enfermeiro (PLANTONISTA) PA

Nº INSC	CANDIDATO	Cidade	Status inscrição
264	CAMILA TREVISAN SALDANHA	Palmitos	Deferida
211	CHERIE RECH	Lindóia do Sul	Deferida
165	GILIANE CRISTINA PIRES VIEIRA	Irani	Deferida
222	GUSTAVO COSTA BRASIL	São José	Deferida
18	LETÍCIA FARINA PUNTEL	Concórdia	Deferida
182	MARCIA NOEMA NAIBO	Ponte Serrada	Deferida
231	MARCOS OSTERLEIN	Palmitos	Deferida
26	MARILAINE LORENCI	Irani	Deferida
124	MARIZA SALETE EGER BISCHOFF	Concórdia	Deferida
132	SIMONI CHIOTTI	Concórdia	Deferida

323	THIERRY COSTA DUFAU	Concórdia	Deferida
79	VALERIA DE SOUZA VIEIRA DOS SANTOS	Criciúma	Deferida

## Farmacêutico

Nº INSC	CANDIDATO	Cidade	Status inscrição
68	IARA CRISTINA RIBEIRO DA SILVA	Irani	Deferida
291	SABRINA KARLA GUARESKI	Irani	Deferida

## Motorista

Nº INSC	CANDIDATO	Cidade	Status inscrição
209	ALEXANDRE BOSIO	Irani	Deferida
250	CLIONE FERRASSO	Irani	Deferida
65	EDER MALMANN	Irani	Deferida
295	JANIOMAR MARCOS DE SIQUEIRA	Irani	Deferida
258	MARCELO MOREIRA	Irani	Deferida
23	OLIANDRO SEBASTIÃO PEREIRA	Irani	Deferida
109	SIDNEI ALVES CARVALHO	Irani	Deferida
296	TEODORO LUIZ HOLLMANN	Irani	Deferida
252	VALMIR DE SOUZA	Irani	Deferida

## Operador de máquinas rodoviárias

Nº INSC	CANDIDATO	Cidade	Status inscrição
300	ANDRE LUIZ BALDESSAR	Irani	Deferida
246	ARLINDO GONÇALVES DE AZEVEDO	Irani	Deferida
244	DARCI GONÇALVES DE AZEVEDO	Irani	Deferida
99	ETSON MORTARI	Irani	Deferida
273	JAIME GUILHERME GALEASSI	Irani	Deferida
134	LUIZ DE LIMA	Balneário Camboriú	Deferida
288	MARCOS DA SILVA VIANA	Irani	Deferida
25	MARCOS PEREIRA DE MEDEIROS	Irani	Deferida
290	OTACILIO TIEPPO	Irani	Deferida
272	ROBERTO CARLOS RAUSCHKOLB	Arabutã	Deferida
186	ROBSON CLEITON SARTURI DE AVILA	Irani	Deferida
119	VALDECIR PIMENTEL	Irani	Deferida
276	VILMAR VARGAS	Irani	Deferida

## Técnico em enfermagem

Nº INSC	CANDIDATO	Cidade	Status inscrição
320	ANDRESSA DOS SANTOS	Irani	Deferida
61	GESSICA DE SOUZA	Irani	Deferida
260	IZABEL TORTELLI	Irani	Deferida
201	LUAN JOSÉ HETKOWSKI	Irani	Deferida
191	SANDRA PASCÔA SALVADOR	Irani	Deferida
285	WASHINGTON LUIS OLIVEIRA DO NASCIMENTO	Irani	Deferida

## Técnico em enfermagem - PLANTONISTA (PA)

Nº INSC	CANDIDATO	Cidade	Status inscrição
32	ANDERSON LUCAS BIONDO	Irani	Deferida
185	CRISTINA LOHMANN	Irani	Deferida
282	FABIANA SALETE FARINELLA	Irani	Deferida
143	GILVANA COELHO DO ROSARIO	Irani	Deferida
152	IDILES PERONDI	Ponte Serrada	Deferida
175	JURACI APARECIDA VELHO DE OLIVEIRA	Irani	Deferida
151	LIA MARA DOS SANTOS ALVES PEREIRA	Ponte Serrada	Deferida
80	LUCIANE MARLI SCHULZE	Irani	Deferida



51	NEIVA LUZIA DE OLIVEIRA	Irani	Deferida
123	SALETE BERTOCHO	Irani	Deferida
239	SARA RIBEIRO DIAS	Irani	Deferida
202	SAYONARA BOCH DA SILVA PERUZZO	Irani	Deferida
133	SIMONE REGINA SCALCO	Ipumirim	Deferida

## Técnico em informática

Nº INSC	CANDIDATO	Cidade	Status inscrição
129	ALICIA VIEIRA SANTOS	Criciúma	Deferida
313	ANGELO GABRIEL FABRICIO ZAMPIERI	Irani	Deferida
207	EDUARDO LEMOS	Irani	Deferida
97	GUSTAVO HENRIQUE ZANELLA	Irani	Deferida
117	PABLO LUIZ SZYMANSKI	Irani	Deferida
316	RAFAEL MARCOS SPADA	Irani	Deferida

## Vigia

Nº INSC	CANDIDATO	Cidade	Status inscrição
309	AGNALDO DOS SANTOS	Irani	Deferida
159	JICELEI JADES ZAREMWSKI	Irani	Deferida
312	JOCIEL FIDEL	Irani	Deferida
120	JULIANO DA SILVA	Irani	Deferida
47	LINDOMAR CABRAL	Irani	Deferida
240	RONIVAGNER PEREIRA	Irani	Deferida
55	SHEILA DAIANA DUTRA DE MATTOS	Irani	Deferida

**RESOLUÇÃO CME Nº01/2021, 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868549

RESOLUÇÃO CME Nº01/2021, 17 de FEVEREIRO de 2021.

Dispõe sobre a aprovação PLANO DE RETORNO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE IRANI/SC, em regime de ensino híbrido - aulas não presenciais e presenciais – para o ano de 2021, como medida de prevenção e combate ao contágio do Coronavírus (COVID-19).

Presidente do Conselho Municipal de Educação do Município de IRANI/SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Regimento Interno deste Conselho, e o deliberado na Sessão Plenária do dia 17 de fevereiro de 2021, tendo em vista o plano de retorno e adoção de medidas com o objetivo de reduzir os riscos de contágio e de disseminação do COVID-19:

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, a qual estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009;

CONSIDERANDO a Lei 18.032 – de 08 de dezembro de 2020, que dispõe sobre as atividades essenciais no Estado de Santa Catarina. Considera a educação como atividade essencial no Estado de Santa Catarina, em situação de emergência ou calamidade pública:

CONSIDERANDO o Decreto Estadual n. 1003 de 14 de dezembro de 2020, que regulamenta a Lei nº 18.032, de 2020, estabelece as condições gerais para a retomada das atividades presenciais na área da Educação, nas redes pública e privada de ensino, durante a pandemia de COVID-19.

CONSIDERANDO a declaração de emergência em todo o território catarinense para fins de prevenção e enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19), nos termos do Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020, que institui regime de quarentena para diversas atividades, dentre elas a circulação de veículos de transporte coletivo urbano de passageiros e os serviços públicos não essenciais;

CONSIDERANDO a Portaria Conjunta SED/SES nº 750 de 25 de setembro de 2020, Determina que cada município do território catarinense elabore o Plano de Contingência Municipal para a Educação, seguindo o modelo do Plano Estadual de Contingência para a Educação;

CONSIDERANDO a Portaria Conjunta SES/SED nº 983 de 15 de dezembro de 2020, que estabelece protocolos de segurança sanitária para o retorno de atividades escolares/educacionais (curriculares e extracurriculares) presenciais para as etapas da Educação Básica, Educação Profissional, Ensino Superior e afins no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO o Plancon Edu Municipal e o Plancon Edu Escolar de cada Unidade de Ensino, que definem as diretrizes e o plano de ações referentes ao retorno das atividades presenciais no município e em cada instituição;

CONSIDERANDO todos os atos, pareceres, normativas, deliberações, orientações dos órgãos governamentais e de fiscalização, inclusive Ministério Público e Tribunal de Contas de Santa Catarina, que foram expedidas até esta data em decorrência da situação de emergência no Estado e em todo território Nacional, devido a pandemia do COVID-19;

RESOLVE:



Art. 1º - Aprovar o Plano de Retorno às Aulas Presenciais da Rede Municipal de Ensino do Município de IRANI/SC, em regime especial de ensino híbrido - aulas não presenciais e presenciais, nos moldes em que foi apresentado em plenária deste conselho no dia 17 de fevereiro de 2021, folhas 02 a 29 e seus anexos, como uma das estratégias de continuidade do processo de ensino/aprendizagem como medida de prevenção e combate ao contágio do Coronavírus (COVID-19).

Art. 2º O Plano de Retorno da Rede Municipal de Ensino prevê atividades pedagógicas não presenciais e presenciais no âmbito do município, iniciando suas atividades no dia 18 de fevereiro de 2021 e surtirão efeitos até o término de cenário de pandemia, ou pelo período que se fizerem necessárias.

Art. 3º O referido plano poderá e deverá ser ajustado na medida em que os possíveis cenários educacionais no País, Estado e no Município apresentarem ou solicitarem novas formas de atuação, novas ações pedagógicas e educacionais ou de segurança aos educandos e profissionais da educação, ainda não contempladas ou necessárias neste primeiro momento.

Art. 4º O Plano de Retorno da Rede Municipal de Ensino está organizado de modo a respeitar as diretrizes estabelecidas no Plancon-Edu Municipal e nos Plancons-Edu Escolares, de forma de garantir a segurança de toda comunidade escolar.

Art. 5º Fica aprovado o Calendário Letivo de 2021 do Ensino Fundamental e Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino do Município de IRANI/SC, contabilizando carga horária presencial e não presencial nos termos do Plano de Retorno da Educação, com início das aulas no dia 18 de fevereiro e término previsto no dia 22 de dezembro, em regime de ensino híbrido.

Após análise da legislação, este conselho está de acordo e emite parecer favorável a execução do Plano de Retorno da Rede Municipal de Ensino do Município de IRANI/SC e aprova o calendário apresentado, com carga horária de acordo com legislação vigente.

IRANI - SC, 17 de fevereiro de 2021.

CONSELHEIROS DA PLENÁRIA:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Presidente do Conselho Municipal de Educação

# Irati

## PREFEITURA

### **CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2021-PMI - TORNA PÚBLICO QUE ESTARÃO ABERTAS AS INSCRIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2021, NO PERÍODO DE 18.02.2021 A 22.03.2021**

Publicação Nº 2867601

#### EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2021

O MUNICÍPIO DE IRATI-SC, através da Comissão de Concurso Público, no uso de suas atribuições legais, torna público que estarão abertas as inscrições para realização do Concurso Público Nº 01/2021, para preenchimento de vaga das categorias funcionais constantes do Quadro de Pessoal de Pessoal do Município de Irati/SC:

Cargos: AGENTE ADMINISTRATIVO 40 HORAS SEMANAIS; OPERADOR DE MÁQUINAS 40 HORAS SEMANAIS; MOTORISTA 40 HORAS SEMANAIS; TELEFONISTA 40 HORAS SEMANAIS; AGENTE DE SERVIÇOS E OBRAS PÚBLICAS 40 HORAS SEMANAIS; AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO 40 HORAS SEMANAIS; AUXILIAR ADMINISTRATIVO 40 HORAS SEMANAIS; CONTADOR 40 HORAS SEMANAIS, TOTAL 08 CARGOS.

AS INSCRIÇÕES SERÃO REALIZADAS NO PERÍODO DE 18/02/2021 A 22/03/2021.

O Edital completo e as demais resoluções decorrentes estarão afixados no mural das publicações oficiais do Município de Irati-SC, site do Município de Irati/SC ([www.irati.sc.gov.br](http://www.irati.sc.gov.br) – Transparência – Concursos, Editais e Testes Seletivos) e disponibilizados também no site da empresa executora ([www.gsassessoriaconcursos.com.br](http://www.gsassessoriaconcursos.com.br)).

Irati-SC, 18 de fevereiro de 2021.

NEURI MEURER

Prefeito Municipal

# Irineópolis

## PREFEITURA

### PORTARIA N° 084/2021

Publicação N° 2868491

PORTARIA N° 084/2021.

DELEGA COMPETÊNCIA PARA A GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS – FMSI - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001, combinado com o disposto no art. 2º e 3º da Lei Complementar nº 672/93 de 09/07/1993,

**RESOLVE:**

Art. 1º - DELEGAR à servidora BERNADETE SCHUSTER LONGO, inscrita no CPF sob o nº 382.349.129-68, ocupante do cargo de Tesoureira, do Quadro de Cargos Comissionados do Município de Irineópolis, competência para juntamente com a Secretária Municipal de Saúde, promover a gestão do Fundo Municipal abaixo relacionado:

1. Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis - FMSI, CNPJ nº 06.089.125/0001-16.

Art. 2º - As transações financeiras serão realizadas através da assinatura da Tesoureira do Município, senhora BERNADETE SCHUSTER LONGO conjuntamente com a Secretária Municipal de Saúde, senhora GISELI KEMPINSKI.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 17 de Fevereiro de 2021.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal.

### RESOLUÇÃO 01/2021/CME

Publicação N° 2867818

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, SC  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Resolução nº 01/CME/2021

Dispõe sobre a homologação do funcionamento da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Irineópolis em turnos escolares no ano de 2021.

O Conselho Municipal de Educação de Irineópolis, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no PLANCON – EDU/COVID – 19,

Considerando que a educação infantil de 0 a 03 anos fica dispensada, em caráter excepcional, da obrigatoriedade de observância do efetivo trabalho escolar;

Considerando que em virtude da calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19, flexibilizou-se excepcionalmente a educação infantil em tempo integral;

Considerando que o monitoramento da evolução do contágio de COVID-19, tanto na comunidade escolar quanto na comunidade geral da localidade, deve-se contemplar novos alinhamentos;

Considerando a necessidade da aprovação do funcionamento da educação infantil em turnos escolares;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar o funcionamento das turmas de educação infantil de 0 a 03 anos nos Centros de Educação Infantil do centro e interior do município, em turnos matutino ou vespertino.

Art. 2º - Retorno gradativo dos alunos da educação infantil (0 a 3 anos) com termo de responsabilidade assinado pelos responsáveis, sendo para o funcionamento de um dos turnos supracitados.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis/SC, 08 de fevereiro de 2021.

Conselho Municipal de Educação

Portaria nº 359/2020

(CME)

Sezinanda Aparecida dos Santos (Presidente) \_\_\_\_\_

Ana Paula Martins Reichardt \_\_\_\_\_

Andreia Aparecida Kaschuk Janiszewski \_\_\_\_\_

Elizangela Haubricht \_\_\_\_\_

Maria Cecília Brauhardt da Silva \_\_\_\_\_

Martha Denise da Costa Kutinski \_\_\_\_\_

Reinaldo Stasiak \_\_\_\_\_

Simone Zielinski \_\_\_\_\_

# Itá

## PREFEITURA

### DECRETO N° 039/2021

Publicação N° 2868466

DECRETO N° 039, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2021

"Dispõe sobre a intensificação da adoção das medidas de prevenção e enfrentamento do Covid 19 no âmbito do poder executivo e dá outras providências".

CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá-SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, e de conformidade com o art. 70 c/c o art. 69, Incisos VII, IX, XV e XXIV da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de intensificar medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública diante da ampliação do número de pacientes sintomáticos e que recorrem à Central de Atendimento COVID e o hospital;

CONSIDERANDO que a capacidade de atendimento das estruturas de saúde estabelecidas no município e região estão com insuficiência de profissionais e leitos para atendimento dos pacientes;

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença.

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido/ratificado o uso obrigatório de máscara facial de proteção no território do município, para acesso, permanência e circulação em logradouros e repartições públicas e privadas, estabelecimentos comerciais e industriais de qualquer ordem, táxi ou outro meio de transporte remunerado coletivo ou privado com mais de um passageiro, exceto quando do mesmo núcleo familiar.

§ 1º. Excetuam-se da obrigatoriedade deste artigo as crianças menores de dois anos, pessoas com problemas respiratórios ou inconscientes, incapacitadas ou incapazes de remover a máscara sem assistência de terceiros.

§ 2º. Caso o local de espera para acessar estabelecimentos públicos ou particulares, seja o passeio público ou qualquer área de circulação comum, não poderão ocorrer aglomerações, devendo ser respeitado o distanciamento mínimo de 1,5 metros entre os usuários.

§ 3º. As pessoas infectadas com o coronavírus Covid 19, devem manter-se em isolamento pelo tempo determinado pelo profissional da saúde que o atendeu, estando sujeito às implicações dos arts. 268 e 330 do Código Penal, se a infração não constituir crime mais grave.

Art. 2º. Fica recomendado como medida de cautela e prevenção que o atendimento às necessidades essenciais, a exemplo da aquisição de insumos em mercados, farmácias e afins, sempre que possível, seja realizado por pessoas fora do grupo de riscos e individualmente, sem o acompanhamento de outras pessoas, mesmo familiares.

Art. 3º. Os estabelecimentos comerciais ficam obrigados a disponibilizar álcool 70% ou solução antisséptica similar para higienização de mãos, proibir o uso bebedouros com jato inclinado, manter preferencialmente ventilação natural nos ambientes fechados, manter rigorosamente a higienização de utensílios, superfícies e equipamentos com álcool 70%, ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar, nos utensílios, equipamentos, maçanetas, mesas, corrimãos, interruptores, sanitários, elevadores, entre outros.

Art. 4º. Os estabelecimentos de comercialização de gêneros alimentícios que se enquadram no conceito de supermercados, fruteiras, açougues e padarias deverão proceder a higienização dos carrinhos, cestas e utensílios necessários para a utilização das compras posteriormente ao uso dos consumidores, assegurar que permaneçam no interior do estabelecimento quantidade segura para evitar aglomerações e proximidade de usuários, com distanciamento mínimo de 1,5m entre cada pessoa, restringindo e controlando a entrada quando necessário, impedir o acesso de usuários ao interior do estabelecimento sem o uso de máscaras, fiscalizando a sua utilização durante a realização das compras, assegurar que os usuários utilizem álcool em gel antes de ingressarem no estabelecimento, orientar aos usuários a comparecerem às compras de maneira individualizada, sem a companhia de familiares e que, preferencialmente, não se enquadre no grupo de risco, proibir o uso de bebedouros com jato inclinado, manter preferencialmente ventilação natural nos ambientes fechados e indicar um funcionário do estabelecimento como a pessoa responsável pela fiscalização e o controle das medidas impostas.

Art. 5º Os bares, sorveterias, tabacarias, restaurantes e estabelecimentos destinados ao preparo e consumo de alimentos e similares, no período de 15 a 28 de fevereiro de 2021, deverão garantir o ingresso e permanência de quantidade segura de usuários a fim de evitar aglomerações e proximidades, ficando limitado o horário de funcionamento até as 22h00, sendo que posteriormente a esse horário será permitida a comercialização somente através de delivery, devendo ainda garantir distanciamento seguro das mesas para o consumo de alimentos, evitando o contato e interação entre os consumidores, manter preferencialmente ventilação natural nos ambientes fechados.

§ 1º. Centros comunitários e sedes de entidades privadas sem fins lucrativos, deverão permanecer sem atendimento durante o período estabelecido no presente artigo.

§ 2º. Eventos com concentração de pessoas, sejam eles de caráter público ou particular, somente poderão ser realizados em conformidade com as normas estabelecidas pelo Governo Estadual e mediante autorização da vigilância sanitária.

§ 3º A prática de esportes coletivos, inclusive futebol, carteados, dominó, bocha, bilhar e outras modalidades que possam aglomerar pessoas, em estabelecimentos sediados no território municipal estão proibidas no período estabelecido no caput do presente artigo.

Art. 6º. As agências bancárias, correspondentes bancários, lotéricas e cooperativas de crédito situadas no Município deverão assegurar que permaneçam no interior do estabelecimento quantidade segura para evitar aglomerações e proximidade de usuários, com distanciamento mínimo de 1,5m entre cada pessoa, restringindo a entrada quando necessário, havendo restrição de acesso, deverão ser organizadas filas seguras preferencialmente em local arejado, com acesso à álcool em gel e com o espaçamento adequado entre os usuários, impedir o acesso de usuários ao interior do estabelecimento sem o uso de máscaras, fiscalizando a sua utilização durante a permanência no local, assegurar que os usuários utilizem álcool em gel antes de ingressarem no estabelecimento, orientar aos clientes a comparecerem aos referidos estabelecimentos de maneira individualizada, sem a companhia de familiares e que, preferencialmente, não se enquadre no grupo de risco, proibir o uso bebedouros com jato inclinado, manter preferencialmente ventilação natural nos ambientes fechados e indicar um funcionário do estabelecimento como a pessoa responsáveis pela fiscalização e o controle das medidas impostas.

Art. 7º. Nos veículos de fretamento para transporte de trabalhadores, a ocupação fica limitada a deliberação dos órgãos estaduais, respeitada a classificação regional de risco, assegurando que os trabalhadores sejam orientados a saírem de casa usando máscara, que deve ser mantida durante todo o trajeto até a empresa, e no retorno para casa, inclusive nos locais de espera, realizar a limpeza e sanitização dos veículos fretados para transporte de trabalhadores ao final de cada viagem, com álcool 70% ou outro desinfetante indicado para este fim, disponibilizar álcool 70% ou preparações antissépticas de efeito similar nos veículos de transporte de trabalhadores para higiene das mãos.

Art. 8º. O setor industrial deverá obedecer às notas técnicas, instruções normativas, decretos e demais atos legislativos relacionados à prevenção do COVID -19, expedidos pelos órgãos competentes do Governo do Estado de Santa Catarina e do Governo Federal, aos quais competem a fiscalização e regulação dos serviços sanitários e de vigilância epidemiológica.

Art. 9º. Os templos de cultos religiosos poderão realizar suas reuniões, desde que observada a capacidade de lotação máxima e protocolos previstos nas deliberações estaduais.

Art. 10º. O funcionamento de hotéis deverá observar a capacidade de lotação máxima prevista e demais protocolos e deliberações estaduais.

Art. 11º. Haverá apenas atendimento interno nas repartições públicas municipais, incluindo museu e casa da cultura no período de 15 a 28 de Fevereiro de 2021.

§ 1º. A Unidade Básica de Saúde Central e a Secretaria de Saúde atenderão de forma restrita, apenas casos prioritários, ficando suspensos os atendimentos de rotina e eletivos durante o período determinado nesse artigo.

§ 2º. Nos postos do interior haverá atendimento apenas dos pacientes já agendados durante o período determinado nesse artigo.

§ 3º. Nesse mesmo período, fica proibida a permanência nos locais públicos e pontos turísticos do município, incluindo: porto, prainha, Mirante Caracol, Mirantes do Lago UHE, torres da Antiga Igreja, museus e praças.

Art. 12º. A fiscalização e o cumprimento das medidas propostas ficam a cargo da Vigilância Epidemiológica e a Vigilância Sanitária, auxiliadas pela Defesa Civil Municipal, Bombeiros Militares, Polícia Civil e Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, e outros órgãos da Administração Municipal.

Art. 13º. Havendo descumprimento das medidas estabelecidas neste Decreto, as autoridades competentes devem apurar a eventual prática da infração administrativa prevista no inciso VII do art. 10 da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, bem como do crime previsto no art. 268 do Código Penal e demais legislações.

Art. 14º. Ficam adotadas e acatadas no território do município, as medidas de enfrentamento à Covid-19, de acordo com a classificação no Mapa de Avaliação de Risco Potencial Regional, publicada pela Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina – SES.

Parágrafo único. Em caso de descumprimento das medidas estabelecidas no referido Decreto, ficam sujeitos os infratores a apuração de eventual prática de infração administrativa prevista no inciso VII, do art. 10, da Lei Federal n.º 6.437/77, e de crime previsto no art. 268 do Código Penal e demais legislações aplicáveis à espécie, inclusive a de cassação do alvará de funcionamento.

Art. 15º. Fica suspensa a emissão de licença para o comércio de ambulantes de outros Municípios, destinado à venda de mercadorias de qualquer natureza.

Art. 16º. As medidas do presente decreto terão vigência por prazo indeterminado, exceto aquelas pré-estabelecidas neste instrumento, sendo que todas poderão ser revistas a qualquer tempo, caso a situação epidemiológica no Município indicar ou normas mais restritivas sobrevierem pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

Art. 17º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá –SC, 13 de fevereiro de 2021

CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

NILVO NILTON BERTICELLI

Secretário de Administração e Fazenda

# Itapema

## PREFEITURA

### ERRATA 006 - DA PUBLICAÇÃO 064 - PROCESSO 015.2021 – HOMOLOGAÇÃO

Publicação N° 2868780

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE ITAPEMA  
ERRATA DO EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO  
DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 015/2021  
PUBLICAÇÃO 2866337  
EDIÇÃO 3413

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de formação continuada para qualificação e aperfeiçoamento de profissionais da educação.

ONDE SE LÊ: PROCESSO LICITATÓRIO N° 014/2021.

LEIA-SE : PROCESSO LICITATÓRIO N° 015/2021.

Itapema, 17 de fevereiro de 2021  
NILZA NILDA SIMAS  
Prefeita de Itapema

### PUBLICAÇÃO 069 - PROCESSO 203.2020 – HOMOLOGAÇÃO

Publicação N° 2868846

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE ITAPEMA  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Prefeitura Municipal de Itapema/SC, através da Prefeita Municipal, Nilza Nilda Simas, torna público que foi homologado o Processo licitatório n° 203/2020, Pregão Presencial n° 04.112.2020.

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de solução integrada de fiscalização e apoio ao Trânsito, contemplando sistemas (Talonário Eletrônico de Multas e ferramentas complementares), equipamentos, serviços de infraestrutura necessária para o efetivo funcionamento, suporte e treinamento, nas quantidades e especificações mínimas descritas no edital 04.112.2020.  
CONTRATADO: DSIN TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA  
CNPJ: 07.342.481/0001-62

DO VALOR: R\$ 67.200,00 (sessenta e sete mil e duzentos reais).

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 11/02/2021.

Itapema, 11 de fevereiro de 2021.  
NILZA NILDA SIMAS  
Prefeita Municipal

# Itapiranga

## PREFEITURA

### COMITÊ DE CRISE MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Publicação Nº 2868271

#### COMITÊ DE CRISE

#### MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2021

A Coordenadora do Comitê de Crise do Município de Itapiranga/SC, Sra. Clair Maria Heck Heinen, expede CONVOCAÇÃO a todos os membros do Comitê de Crise, designados pelo Decreto Municipal nº 37, de 18 de março de 2020, alterado pelo Decreto Municipal nº 10, de 07 de janeiro de 2021 e, Decreto Municipal nº 12, de 11 de janeiro de 2021, para participar de uma reunião, a realizar-se no dia 19 de fevereiro de 2021, às 07:30 horas, no auditório da Prefeitura localizado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, para tratar sobre assuntos relacionados a situação do COVID-19 em nosso município.

Sendo o que se apresenta para o momento, expede-se a Convocação.

Itapiranga/SC, 17 de fevereiro de 2021.

CLAIR MARIA HECK HEINEN

Coordenadora

### DECRETO Nº 44, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2868371

#### DECRETO Nº 44, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

ADOA MEDIDAS PREVENTIVAS E RESTRITIVAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA/SC PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19).

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a declaração de emergência em saúde pública de importância Internacional feita pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o artigo 23, inciso II, da Constituição Federal, que determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o artigo 30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO os Decretos emitidos pelo Estado de Santa Catarina declarando estado de calamidade pública em todo o território catarinense, estabelecendo medidas de combate e enfrentamento à pandemia do Coronavírus (COVID-19) e atribuiu às autoridades sanitárias municipais a competência para estabelecer medidas específicas que suspendam ou restrinjam as atividades a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus em seus territórios;

CONSIDERANDO a Portaria Estadual nº 464 de 03 de julho de 2020 que instituiu o programa de descentralização e regionalização das ações de combate ao Coronavírus (COVID-19) prevendo que os municípios de uma mesma Região de Saúde possam tomar decisões no sentido de restringir atividades sociais e econômicas embasados em critérios e dados epidemiológicos locais pertinentes a curva de contaminação e disseminação do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 1.027 de 18 de dezembro de 2020 que institui regras para organização das medidas para o enfrentamento da pandemia do Coronavírus (COVID-19) no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a situação epidemiológica local, o crescente número de pessoas contaminadas, a falta de vagas de leitos de UTI nos hospitais da região do extremo oeste e oeste catarinense;

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam suspensas no território deste município, até o dia 28 de fevereiro de 2021:

- a) as aulas presenciais nas unidades de ensino municipal e estadual, relacionadas a rede pública de educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), devendo as aulas neste período acontecer de forma remota ou à distância (on line);
- b) a prática de atividades esportivas coletivas e recreativas, inclusive aquelas de treinamentos realizadas por clubes e escolas, bem como, outras modalidades que possam aglomerar pessoas, em estabelecimentos sediados na cidade e no interior deste município;
- c) todas as atividades pertinentes a shows, festas e eventos que acarretem a aglomeração de pessoas;
- d) o funcionamento de campings e áreas de lazer de associações e entidades afins;
- e) o funcionamento de casas noturnas.



Art. 2º Os restaurantes, bares, lanchonetes, cervejarias e outros locais congêneres, poderão funcionar e realizar atendimentos presenciais ao público exclusivamente até às 22:00 horas, com lotação máxima de 50% (cinquenta por cento) de sua capacidade normal, com mesas e cadeiras sinalizadas e com distância mínima de um metro e meio entre elas, ficando proibido som ao vivo nos locais.

§ 1º O atendimento presencial nos horários previstos no caput deste artigo, deverá atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias e de saúde relativas ao COVID-19, como a obrigatoriedade do uso de máscaras, disponibilização de álcool gel, luvas descartáveis e todas as demais medidas de segurança preconizadas pelos protocolos vigentes.

Art. 3º As academias e estabelecimentos afins poderão funcionar respeitando o limite de 50% de sua capacidade normal e deverão atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias e de saúde relativas ao COVID-19, como a obrigatoriedade do uso de máscaras, disponibilização de álcool gel, e todas as demais medidas de segurança preconizadas pelos protocolos vigentes.

Art. 4º Os locais de grande circulação de pessoas (bancos, mercados) e comércio em geral devem reforçar as medidas impostas pelas autoridades sanitárias e de saúde relativas ao COVID-19, como a obrigatoriedade do uso de máscaras, disponibilização de álcool gel e manter o distanciamento.

Art. 5º É obrigatório o uso de máscaras e o distanciamento social em espaços públicos de uso coletivos, como parques, praças e afins.

Art. 6º Caberá à Vigilância Sanitária Municipal, compartilhada com Vigilância Sanitária Regional, à Defesa Civil Municipal e à Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, a fiscalização das medidas constantes neste Decreto e demais normas sanitárias vigentes, as quais terão autonomia para interditar e/ou adotar qualquer outra medida necessária para garantia da saúde pública, nas situações em que os estabelecimentos estejam descumprindo as normas estabelecidas para enfrentamento da pandemia da COVID-19.

Art. 7º As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município, principalmente, em atenção a realidade das Unidades de Terapia Intensiva (UTI) e Hospitais locais e regionais.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga/SC, 17 de fevereiro de 2021.

ALEXANDRE GOMES RIBAS

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Alexandre Siqueira

Secretaria de Administração

## EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2021

Publicação Nº 2869460

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2021

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA DE MEIOS FIOS, DE ROÇADAS MECANIZADAS OU MANUAIS E DE LIMPEZA DE RUAS NÃO PAVIMENTADAS E PAVIMENTADAS COM PEDRAS IRREGULARES DESTE MUNICÍPIO.

Modalidade: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das Propostas: até 08h30min do dia 02/03/2021.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município itapiranga.atende.net ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00. Informações através do e-mail [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br) ou fones (49) 3678-7714, (49) 3678-7700.

Itapiranga, SC, 17 de fevereiro de 2021.

Alexandre Siqueira

Secretaria de Administração, Obras e Serviços Urbanos

## EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2020

Publicação Nº 2867595

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 006/2020

Aditivo Nº: 2 T.A 006/2020

Tipo Aditivo: Valor (Equilíbrio)

Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Contratada: MÁRIO E. KUNZLER - ME.

Licitação: Pregão Presencial 9/2020

Objeto: REAJUSTE DE 12,86% (METADE DO IGPM ACUMULADO DOS ÚLTIMOS DOZE MESES) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DESTE MUNICÍPIO.

Vigência: Início: 12/02/2021 Término: 31/12/2021

Assinatura: 12/02/2021

Valor R\$: 93.972,00 (Noventa e Três Mil e Novecentos e Setenta e Dois Reais)

Dotação: 77 - 06.002.2022.3339039260000000000.01011001

Dotação: 78 - 06.002.2022.3339039260000000000.01361036

Dotação: 80 - 06.002.2022.3339039260000000000.01443702

Dotação: 81 - 06.002.2022.3339039260000000000.01626201

Dotação: 87 - 06.003.2026.3339039260000000000.01011001

Dotação: 89 - 06.003.2026.3339039260000000000.01443702

Itapiranga, 17 de fevereiro de 2021

### EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 008/2019

Publicação N° 2867486

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°: 008/2019

Aditivo N°: 3 T.A 008/2019

Tipo Aditivo: Valor (Equilíbrio)

Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Contratada: HERTON ROGERIO FERRI

Licitação: Pregão Presencial 4/2019

Objeto: REAJUSTE DE 12,86% (METADE DO IGPM ACUMULADO NOS ÚLTIMOS DOZE MESES) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DESTE MUNICÍPIO.

Vigência: Início: 12/02/2021 Término: 31/12/2021

Assinatura: 12/02/2021

Valor R\$: 78.781,50 (Setenta e Oito Mil, Setecentos e Oitenta e Um Reais e Cinquenta Centavos)

Dotação: 89 - 06.003.2026.3339039260000000000.01443702

Itapiranga, 17 de fevereiro de 2021

### EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 009/2019

Publicação N° 2867481

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°: 009/2019

Aditivo N°: 3 T.A 009/2019

Tipo Aditivo: Valor (Equilíbrio)

Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Contratada: JACÓ ASTOR JUCHEM

Licitação: Pregão Presencial 4/2019

Objeto: REAJUSTE DE 12,86% (METADE DO IGPM ACUMULADO NOS ÚLTIMOS DOZE MESES) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DESTE MUNICÍPIO.

Vigência: Início: 11/02/2021 Término: 31/12/2021

Assinatura: 11/02/2021

Valor R\$: 81.631,00 (Oitenta e Um Mil e Seiscentos e Trinta e Um Reais)

Dotação: 89 - 06.003.2026.3339039260000000000.01443702

Itapiranga, 17 de fevereiro de 2021

**EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 006/2017**

Publicação N° 2867633

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°: 006/2017  
Aditivo N°: 5 T.A 006/2017  
Tipo Aditivo: Valor (Equilíbrio)  
Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
Contratada: ALDOMIRO PETZOLD 42303761972  
Licitação: Pregão Presencial 193/2016  
Objeto: REAJUSTE DE 12,86% (METADE DO IGPM ACUMULADO DOS ÚLTIMOS DOZE MESES) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DESTE MUNICÍPIO.  
Vigência: Início: 15/02/2021 Término: 31/12/2021  
Assinatura: 15/02/2021  
Valor R\$: 80.155,00 (Oitenta Mil e Cento e Cinquenta e Cinco Reais)  
Dotação: 89 - 06.003.2026.333903926000000000.01443702  
Itapiranga, 17 de fevereiro de 2021

**EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 007/2017**

Publicação N° 2867478

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°: 007/2017  
Aditivo N°: 5 T.A 007/2017  
Tipo Aditivo: Valor (Equilíbrio)  
Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
Contratada: ANDERSON CANISIO DETERS 07142168951  
Licitação: Pregão Presencial 193/2016  
Objeto: REAJUSTE DE 12,86% (METADE DO IGPM ACUMULADO NOS ÚLTIMOS DOZE MESES) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DESTE MUNICÍPIO.  
Vigência: Início: 09/02/2021 Término: 31/12/2021  
Assinatura: 09/02/2021  
Valor R\$: 77.317,80 (Setenta e Sete Mil, Trezentos e Dezesete Reais e Oitenta Centavos)  
Dotação: 89 - 06.003.2026.333903926000000000.01443702  
Itapiranga, 17 de fevereiro de 2021

**EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 008/2017**

Publicação N° 2867623

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°: 008/2017  
Aditivo N°: 5 T.A 008/2017  
Tipo Aditivo: Valor (Equilíbrio)  
Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
Contratada: EDIPO CASPERS 07659760998  
Licitação: Pregão Presencial 193/2016  
Objeto: REAJUSTE DE 12,86% (METADE DO IGPM ACUMULADO DOS ÚLTIMOS DOZE MESES) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DESTE MUNICÍPIO.  
Vigência: Início: 15/02/2021 Término: 31/12/2021  
Assinatura: 15/02/2021  
Valor R\$: 119.966,00 (Cento e Dezenove Mil e Novecentos e Sessenta e Seis Reais)  
Dotação: 89 - 06.003.2026.333903926000000000.01443702  
Itapiranga, 17 de fevereiro de 2021

**EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 009/2017**

Publicação N° 2867620

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°: 009/2017  
Aditivo N°: 5 T.A 009/2017  
Tipo Aditivo: Valor (Equilíbrio)  
Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
Contratada: FABIANE REGINA TERNUS MEES 04434517961  
Licitação: Pregão Presencial 193/2016  
Objeto: REAJUSTE DE 12,86% (METADE DO IGPM ACUMULADO DOS ÚLTIMOS DOZE MESES) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DESTE MUNICÍPIO.  
Vigência: Início: 15/02/2021 Término: 31/12/2021  
Assinatura: 15/02/2021  
Valor R\$: 64.718,50 (Sessenta e Quatro Mil, Setecentos e Dezoito Reais e Cinquenta Centavos)  
Dotação: 89 - 06.003.2026.3339039260000000000.01443702  
Itapiranga, 17 de fevereiro de 2021

**EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 012/2017**

Publicação N° 2867604

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°: 012/2017  
Aditivo N°: 5 T.A 012/2017  
Tipo Aditivo: Valor (Equilíbrio)  
Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
Contratada: MÁRIO E. KUNZLER - ME.  
Licitação: Pregão Presencial 193/2016  
Objeto: REAJUSTE DE 12,86% (METADE DO IGPM ACUMULADO DOS ÚLTIMOS DOZE MESES) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DESTE MUNICÍPIO.  
Vigência: Início: 12/02/2021 Término: 31/12/2021  
Assinatura: 12/02/2021  
Valor R\$: 115.497,00 (Cento e Quinze Mil e Quatrocentos e Noventa e Sete Reais)  
Dotação: 89 - 06.003.2026.3339039260000000000.01443702  
Itapiranga, 17 de fevereiro de 2021

**EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 013/2017**

Publicação N° 2867590

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°: 013/2017  
Aditivo N°: 5 T.A 013/2017  
Tipo Aditivo: Valor (Equilíbrio)  
Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
Contratada: TRANSPORTES WALKER & KLEIN LTDA ME  
Licitação: Pregão Presencial 193/2016  
Objeto: REAJUSTE DE 12,86% (METADE DO IGPM ACUMULADO DOS ÚLTIMOS DOZE MESES) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DESTE MUNICÍPIO.  
Vigência: Início: 12/02/2021 Término: 31/12/2021  
Assinatura: 12/02/2021  
Valor R\$: 152.294,50 (Cento e Cinquenta e Dois Mil, Duzentos e Noventa e Quatro Reais e Cinquenta Centavos)  
Dotação: 89 - 06.003.2026.3339039260000000000.01443702  
Itapiranga, 17 de fevereiro de 2021

**EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 015/2017**

Publicação N° 2867574

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°: 015/2017  
Aditivo N°: 5 T.A 015/2017  
Tipo Aditivo: Valor (Equilíbrio)  
Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
Contratada: NOEMIA KLEIN BEUMER 98630946920  
Licitação: Pregão Presencial 193/2016  
Objeto: REAJUSTE DE 12,86% (METADE DO IGPM ACUMULADO DOS ÚLTIMOS DOZE MESES) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DESTES MUNICÍPIO.  
Vigência: Início: 12/02/2021 Término: 31/12/2021  
Assinatura: 12/02/2021  
Valor R\$: 88.929,00 (Oitenta e Oito Mil e Novecentos e Vinte e Nove Reais)  
Dotação: 89 - 06.003.2026.3339039260000000000.01443702  
Itapiranga, 17 de fevereiro de 2021

**EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 016/2017**

Publicação N° 2867571

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°: 016/2017  
Aditivo N°: 5 T.A 016/2017  
Tipo Aditivo: Valor (Equilíbrio)  
Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
Contratada: ROMEU BECKER - MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL  
Licitação: Pregão Presencial 193/2016  
Objeto: REAJUSTE DE 12,86% (METADE DO IGPM ACUMULADO DOS ÚLTIMOS DOZE MESES) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DESTES MUNICÍPIO.  
Vigência: Início: 12/02/2021 Término: 31/12/2021  
Assinatura: 12/02/2021  
Valor R\$: 45.479,25 (Quarenta e Cinco Mil, Quatrocentos e Setenta e Nove Reais e Vinte e Cinco Centavos)  
Dotação: 89 - 06.003.2026.3339039260000000000.01443702  
Itapiranga, 17 de fevereiro de 2021

**EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 017/2017**

Publicação N° 2867497

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°: 017/2017  
Aditivo N°: 5 T.A 017/2017  
Tipo Aditivo: Valor (Equilíbrio)  
Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
Contratada: THIAGO CASPERS 05736679930  
Licitação: Pregão Presencial 193/2016  
Objeto: REAJUSTE DE 12,86% (METADE DO IGPM ACUMULADO DOS ÚLTIMOS DOZE MESES) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DESTES MUNICÍPIO.  
Vigência: Início: 12/02/2021 Término: 31/12/2021  
Assinatura: 12/02/2021  
Valor R\$: 73.964,00 (Setenta e Três Mil e Novecentos e Sessenta e Quatro Reais)  
Dotação: 89 - 06.003.2026.3339039260000000000.01443702  
Itapiranga, 17 de fevereiro de 2021

**EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 018/2017**

Publicação N° 2867489

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°: 018/2017  
Aditivo N°: 5 T.A 018/2017  
Tipo Aditivo: Valor (Equilíbrio)  
Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
Contratada: TRANSPORTES BARCELO LTDA  
Licitação: Pregão Presencial 193/2016  
Objeto: REAJUSTE DE 12,86% (METADE DO IGPM ACUMULADO NOS ÚLTIMOS DOZE MESES) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DESTE MUNICÍPIO.  
Vigência: Início: 12/02/2021 Término: 31/12/2021  
Assinatura: 12/02/2021  
Valor R\$: 150.798,00 (Cento e Cinquenta Mil e Setecentos e Noventa e Oito Reais)  
Dotação: 89 - 06.003.2026.3339039260000000000.01443702  
Itapiranga, 17 de fevereiro de 2021

**EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 020/2017**

Publicação N° 2867482

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°: 020/2017  
Aditivo N°: 5 T.A 020/2017  
Tipo Aditivo: Valor (Equilíbrio)  
Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
Contratada: VILSON KLEIN ME  
Licitação: Pregão Presencial 193/2016  
Objeto: REAJUSTE DE 12,86% (METADE DO IGPM ACUMULADO NOS ÚLTIMOS DOZE MESES) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DESTE MUNICÍPIO.  
Vigência: Início: 11/02/2021 Término: 31/12/2021  
Assinatura: 11/02/2021  
Valor R\$: 338.834,05 (Trezentos e Trinta e Oito Mil, Oitocentos e Trinta e Quatro Reais e Cinco Centavos)  
Dotação: 89 - 06.003.2026.3339039260000000000.01443702  
Itapiranga, 17 de fevereiro de 2021

**EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 019/2017**

Publicação N° 2867474

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°: 019/2017  
Aditivo N°: 6 T.A 019/2017  
Tipo Aditivo: Valor (Equilíbrio)  
Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
Contratada: TRANSPORTES STA ISABEL LTDA  
Licitação: Pregão Presencial 193/2016  
Objeto: REAJUSTE DE 12,86% (METADE DO IGPM ACUMULADO NOS ÚLTIMOS DOZE MESES) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DESTE MUNICÍPIO.  
Vigência: Início: 11/02/2021 Término: 31/12/2021  
Assinatura: 11/02/2021  
Valor R\$: 138.943,20 (Cento e Trinta e Oito Mil, Novecentos e Quarenta e Três Reais e Vinte Centavos)  
Dotação: 89 - 06.003.2026.3339039260000000000.01443702  
Itapiranga, 17 de fevereiro de 2021



**EXTRATO DO CONTRATO Nº 008/2021**

Publicação Nº 2867281

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 008/2021  
Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
Contratada: IGAM SC CURSOS E CONSULTORIA LTDA  
Licitação: Inexigibilidade 10/2021  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE INFORMATIVOS TÉCNICOS MENSIS ONLINE  
Vigência: Início: 12/02/2021 Término: 31/12/2021  
Assinatura: 12/02/2021  
Valor R\$: 12.760,00 (Doze Mil e Setecentos e Sessenta Reais)  
Dotação: 70 - 04.001.2012.3339039050000000000.01001000  
Itapiranga, 17 de fevereiro de 2021

**RETIFICAÇÃO**

Publicação Nº 2869547

**RETIFICAÇÃO**

Publicado no Diário Oficial dos Municípios, de 13 de janeiro de 2021, Edição nº 3379, páginas nº 602-603.

DECRETO Nº 13, DE 12 DE JANEIRO DE 2021.

Onde se lê:

“Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o decreto nº 137, de 13 de agosto de 2020.”

Leia-se

“Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.”

Itapiranga/SC, 17 de fevereiro de 2021.

ALEXANDRE GOMES RIBAS

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Alexandre Siqueira

Secretaria Municipal de Administração

**TERMO DE FOMENTO 03-2021 - ACETI**

Publicação Nº 2869458

**TERMO DE FOMENTO N. 01/2021**

O MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, inscrito no CNPJ sob n. 82.821.208/0001-36, com sede na Praça das Bandeiras, 200, Itapiranga-SC, representado pelo Prefeito, Sr. ALEXANDRE GOMES RIBAS, brasileiro, portador do CPF n. 927.322.919-00, doravante simplesmente designado de MUNICÍPIO e do outro lado a ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO DE ITAPIRANGA - ACETI pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na Rua São José, 244, sala 01- Centro -, Itapiranga - SC inscrita no CNPJ n.º 04.858.3136/0001-36, representada neste ato pelo Presidente Sr. INÁCIO HAMMES, brasileiro, portador do CPF n. 477.244.559-53 e RG n. 1.155.885 doravante designada simplesmente de OSC – ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, conforme as condições adiante estabelecidas, decorrente da Lei Municipal n. 3.402, de 29 de Janeiro de 2021 e INEXIGIBILIDADE de CHAMAMENTO PÚBLICO n. 03/2021, observadas as normas e disposições estabelecidas na Lei Federal n.º 13.019/2014, e demais normas pertinentes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 - O Presente Termo de Fomento, tem por objeto o estabelecimento de ações de interesse público e recíproco em regime de mútua cooperação entre o Município e a Associação de Cultura, Esporte Turismo de Itapiranga - ACETI, visando a realização do Projeto “Incentivo as Atividades Culturais” conforme detalhado no Plano de Trabalho.

1.2 - Integram este instrumento, independente de transcrição, o Plano de Trabalho proposto pela OSC e aprovado pela Comissão de Avaliação e Julgamento, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os participantes acatam integralmente.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DA CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

2.1 - O MUNICÍPIO de Itapiranga repassará à OSC - Organização Social Civil a quantia de R\$ 83.910,00 (oitenta e três mil, novecentos e dez reais).

2.2 - A contrapartida da entidade é efetivar o cumprimento de atividades e ações propostas no plano de trabalho.

2.3 - Não será exigida contrapartida financeira da OSC - Organização Social Civil.

2.4 - As despesas decorrentes deste TERMO correrão por conta do orçamento, conforme segue:  
06.08 – Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto – Fundo Municipal da Cultura - FUNCULTURA  
2035 – Manutenção das atividades do Fundo da Cultura  
33350.0000000000 1000 – Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PLANO DE TRABALHO E DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

- 3.1 - Integram este instrumento, independente de transcrição, o Plano de Trabalho aprovado pela Comissão de Avaliação e Julgamento, propostos pela OSC, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os participantes acatam integralmente.
- 3.2 - Os recursos financeiros relativos ao repasse da Administração Pública Municipal serão depositados na conta corrente junto ao Banco CEF, Agência n. 3869, Operação: 003, Conta Corrente n. 00000278-8
- 3.3 - Os recursos serão liberados em parcela única, conforme constante no Plano de Trabalho aprovado, que guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto do Termo de Fomento, ficando condicionada, ainda, ao cumprimento dos requisitos previstos no art. 48 da Lei nº 13.019/2014.
- 3.4 - Os recursos transferidos serão utilizados exclusivamente para o pagamento das despesas previstas no Plano de Trabalho, vedada a sua aplicação em finalidade diversa.
- 3.5 - Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente computados a crédito do Termo de Fomento e aplicados, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, mediante solicitação fundamentada da OSC e anuência prévia da Administração Pública Municipal, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.
- 3.6 - Os recursos da parceria geridos pela OSC estão vinculados ao Plano de Trabalho e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- 4.1 - O prazo de vigência deste Termo de Fomento será de doze meses, contados a partir da publicação deste termo, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições previstos no art. 55 da Lei nº 13.019/2014:
- I - mediante termo aditivo, por solicitação da OSC devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, desde que autorizada pela Administração Pública Municipal.
- II - de ofício, por iniciativa da Administração Pública Municipal quando der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado;
- III - a prorrogação da vigência prevista no inciso I apenas será admitida, mantidas as demais cláusulas do Termo de Fomento, desde que seja devidamente formalizada, justificada e previamente autorizada pela Administração Pública Municipal, considerando as seguintes situações:
- a) Alteração do Plano de Trabalho sugeridos pela Administração Pública Municipal para aperfeiçoamento dos processos e dos resultados previstos;
- b) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do Plano de Trabalho; e
- c) ampliação de metas e etapas com aumento das quantidades inicialmente previstas no Plano de Trabalho.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO

- 5.1 - Este Termo de Fomento poderá ser modificado, em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo ou por apostilamento, devendo o respectivo pedido ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do seu término, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 13.019/2014.
- 5.2 - Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que submetidos pela OSC e aprovados previamente pela autoridade competente.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

##### 6.1 - São obrigações dos partícipes:

##### I - DA OSC – ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

- a) Os recursos recebidos em decorrência da parceria deverão ser depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária. Transferir os recursos em conta bancária exclusiva para cumprimento do Termo de Fomento de titularidade da OSC. Quando o prazo previsto para utilização for superior a 30 (trinta) dias, os recursos devem ser obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo lastreado em títulos da dívida pública federal.
- b) executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Administração Pública Municipal, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Fomento, observado o disposto na Lei n. 13.019/2014, e no Decreto Municipal nº 21/2017;
- c) com relação aos pagamentos efetuados com os recursos provenientes deste Termo, observar o disposto no artigo 53, § 1º, da Lei Federal n. 13.019/2014;
- d) aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Termo de Fomento;
- e) executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Termo de Fomento, inclusive os serviços eventualmente contratados, observando a qualidade, quantidade, prazos e custos definidos no Plano de Trabalho;
- f) elaborar os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado, reunir toda documentação jurídica e institucional necessária à celebração deste Termo de Fomento;
- g) não utilizar os recursos recebidos nas finalidades vedadas pelo art. 45 da Lei n. 13.019/2014;
- h) apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014;
- i) assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pela Administração Pública Municipal ou pelos órgãos de controle;
- j) submeter previamente à Administração Pública Municipal qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;
- k) arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros fixados neste instrumento, indicados na cláusula



atinente ao valor e à dotação orçamentária;

- l) realizar todos os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e demais informações, quando couber, incluindo regularmente as informações e os documentos exigidos pela Lei 13.019, de 2014, mantendo-o atualizado;
- m) estimular a participação dos beneficiários finais na implementação do objeto do Termo de Fomento, bem como na manutenção do patrimônio gerado por esses investimentos;
- n) garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;
- o) manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Fomento, pelo prazo de 10 (dez) anos, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019/2014;
- p) facilitar a supervisão e a fiscalização da Administração Pública Municipal, permitindo-lhe efetuar acompanhamento in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Termo de Fomento, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa aos contratos celebrados;
- q) permitir o livre acesso de servidores da Administração Pública Municipal e dos órgãos de controle interno e externo, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
- r) responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, fiscal, comercial e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Termo de Fomento, bem como por todos os encargos tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento;
- s) dar ampla publicidade divulgando em seu sítio eletrônico, redes sociais, placa/banner exposta no evento constando a parceria celebrada, contendo o objeto, nº do termo, nome do órgão responsável pela parceria e valores recebidos e assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação da Administração Pública Municipal em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito neste Termo de Fomento e, apor a marca da Administração Pública Municipal nas placas, painéis e outdoors de identificação dos projetos custeados, no todo ou em parte, com os recursos deste Termo, conforme modelo-padrão identificado no Anexo I;
- t) manter a Administração Pública Municipal informada sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Termo de Fomento e prestar informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização;
- u) permitir à Administração Pública Municipal, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta específica vinculada ao presente Termo de Fomento;
- v) ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público;
- w) garantir a manutenção da capacidade técnica e operacional necessária ao bom desempenho das atividades; e
- x) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- y) Manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Colaboração em conta específica, aberta em instituição financeira oficial, federal ou estadual, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, bem assim aqueles oferecidos como contrapartida, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas.

## II - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

- a) transferir os recursos à OSC, de acordo com a programação orçamentária e financeira estabelecida no Cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;
- b) designar o gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização;
- c) acompanhar, fiscalizar e avaliar, sistematicamente, a execução do objeto deste Termo de Fomento, comunicando à OSC quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, bem como suspender a liberação de recursos, fixando o prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;
- d) prorrogar de "ofício" a vigência do Termo de Fomento, antes do seu término, quando der causa à atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do art. 55, parágrafo único, da Lei nº 13.019/2014;
- e) publicar, no Diário Oficial do Município, extrato do Termo de Fomento;
- f) analisar as prestações de contas parciais e final relativas a este Termo de Fomento, emitindo parecer conclusivo sobre sua aprovação ou não, na forma proposta nos arts. 66 e 67 da Lei 13.019/2014; e
- g) em cumprimento do disposto na alínea "h" do artigo 35 da Lei n. 13.019/2014, designar a Comissão de Monitoramento e Avaliação, para o monitoramento e avaliação da presente parceria;
- h) retomar os bens públicos em poder da OSC na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei nº 13.019/2014;
- i) assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no Plano de Trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC até o momento em que a Administração Pública Municipal assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei nº 13.019/2014;
- j) analisar a prestação de contas relativa a este Termo de Fomento, emitindo parecer conclusivo sobre sua aprovação ou não, na forma proposta nos arts. 66 e 67 da Lei 13.019/2014;

## CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DA OSC - ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

7.1 - Arcar com eventuais prejuízos causados, por dolo ou culpa, a Administração Pública e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, filiados ou prepostos, na execução dos serviços, objeto do presente termo.

7.2 - As despesas diretas ou indiretas tais como: encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a empregados da OSC no desempenho dos serviços para o cumprimento deste termo, ficando ainda o MUNICÍPIO, isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

## DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

7.4 - Acompanhar a execução do termo zelando pelo cumprimento das normas estabelecidas, fazendo garantir o direito e os deveres das partes.

**CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO DA DESPESA**

8.1 - O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

I - É vedado à OSC:

- a) utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho;
- b) pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- c) efetuar pagamento de despesas que tenham fato gerador fora do prazo de vigência deste termo; e
- d) efetuar pagamento em data posterior à vigência deste Termo de Fomento, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente da Administração Pública Municipal e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante sua vigência.

II - Toda a movimentação de recursos será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária, salvo quando autorizado o pagamento em espécie.

III - Caso os recursos transferidos não sejam utilizados no prazo de 120 (cento e vinte) dias, o Termo de Fomento deverá ser rescindido, salvo quando houver execução parcial do objeto, desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pela Administração Pública Municipal.

**CLÁUSULA NONA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS**

9.1 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Fomento, a OSC deverá restituir, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, os saldos financeiros remanescentes.

9.2 - Os recursos a serem restituídos na forma do caput incluem:

I - o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros depositados na conta bancária específica, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado;

II - os valores relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada;

III - o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos, na hipótese de dissolução da OSC ou quando a motivação da rejeição da prestação de contas estiver relacionada ao uso ou aquisição desses bens.

9.3 - A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, conforme art. 52 da Lei nº 13.019/2014.

9.4 - Os débitos a serem restituídos pela OSC serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros equivalentes à taxa Selic.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA**

10.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser denunciado ou rescindido a qualquer tempo, por qualquer dos partícipes, desde que comunicada esta intenção à outra parte no prazo mínimo de 30 (trinta) dias, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

10.2 - O Termo de Fomento será rescindido unilateralmente pela Administração Pública Municipal nas seguintes hipóteses:

- a) quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 120 (cento e vinte) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pela Administração Pública Municipal.
- b) caso haja irregularidade ou inexecução parcial do objeto.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL**

11.1 - Nos termos do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Administração Pública Municipal, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

11.2 - A Administração Pública Municipal determinará a instauração da Tomada de Contas Especial nas seguintes hipóteses:

I - caso conclua pela rescisão unilateral da parceria e a OSC não devolva os valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada no prazo determinado; e

II - no caso de rejeição da prestação de contas, caso a OSC não devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS**

12.1 - A execução do objeto da parceria será acompanhada pela Administração Pública Municipal por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria, devendo ser registradas na prestação de contas.

12.2 - As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.

12.3 - A Administração Pública Municipal designará servidor público que atuará como gestor da parceria, responsável pelo monitoramento sistemático da parceria, podendo designar também fiscais que farão o acompanhamento da execução e com visitas in loco.

12.4 - A Administração Pública Municipal realizará visita técnica in loco para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para a verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas, hipótese em que a OSC deverá ser previamente notificada, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis anteriores à realização da visita.

12.5 - Sempre que houver visita técnica in loco, o resultado será circunstanciado em relatório de visita técnica in loco, e enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério do órgão ou da entidade da Administração Pública Municipal.

12.6 - A visita técnica in loco não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizadas pela Administração Pública Municipal, pelos órgãos de controle interno e externo.

#### CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

13.1 - A OSC prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, para a Administração Pública Municipal.

13.2 - A prestação de contas observará as regras previstas nos arts. 63 a 72 da Lei 13.019/2014, além das cláusulas constantes deste Termo de Fomento e do Plano de Trabalho.

13.3 - A prestação de contas apresentada pela OSC deverá conter elementos que permitam a Administração Pública Municipal concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas, sendo considerada a verdade real e os resultados alcançados. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

13.4 - A OSC deverá realizar prestação de contas, perante a administração Municipal, em até 30 dias após o término da vigência do Termo de Fomento.

13.5 - A Prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser apresentada com os seguintes documentos:

I - execução financeira através do Relatório de Execução Financeira, assinado pelo representante legal da OSC e pelo tesoureiro, acompanhada da documentação fiscal que comprova a despesa, conforme disposto na Instrução Normativa n. 14/2012 do TCE/SC e IN n. 03/2015 do CI ou outras que vierem a substituí-las que deverá conter:

- a) balancete contendo a relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;
- b) comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;
- c) extrato da conta bancária específica;
- d) cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da OSC e do fornecedor, indicação do produto ou serviço, bem como a identificação / referência a este Termo de Fomento;
- e) comprovante bancário dos pagamentos realizados.

II - relatório de monitoramento do Gestor da Parceria sobre o andamento da parceria e o atingimento das metas.

III - relatório de Execução do Objeto:

- a) demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;
- b) descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- c) os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros;
- d) os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver;
- e) informações sobre os impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
- f) informações sobre o grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros;
- g) informações sobre a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto;
- h) justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas, quando for o caso e as medidas para ajustamento.

13.6 - A análise do relatório de execução financeira será feita pela Administração Pública e contemplará:

- a) o exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho;
- b) a verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.

13.7 - A análise da prestação de contas final pela Administração Pública Municipal será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no Plano de Trabalho e considerará:

I - os relatórios finais de execução do objeto;

II - os relatórios finais de execução financeira;

III - relatório de visita técnica in loco, quando houver;

IV - relatório técnico de monitoramento e avaliação.

13.8 - Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico, avaliará os efeitos da parceria.

13.9 - O parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e poderá concluir pela:

I - aprovação das contas, que ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria;

II - aprovação das contas com ressalvas, que ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, forem constatados impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário; ou

III - rejeição das contas, que ocorrerá nas seguintes hipóteses:

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

13.10 - A decisão sobre a prestação de contas final caberá à autoridade responsável por celebrar a parceria ou ao agente a ela diretamente subordinado, vedada a subdelegação.

13.11 - A OSC será notificada da decisão da autoridade competente e poderá:

I - apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao Prefeito Municipal, para decisão final no prazo de 30 (trinta) dias; ou

II - sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.

13.12 - Exaurida a fase recursal, a Administração Pública Municipal deverá:

I - no caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, notificar a OSC as causas das ressalvas; e

II - no caso de rejeição da prestação de contas, notificar a OSC para que, no prazo de 30 (trinta) dias devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada.

13.13 - O registro da aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerado na eventual aplicação das sanções.

13.14 - No caso de rejeição da prestação de contas, o não ressarcimento ao erário ensejará:

I - A instauração da Tomada de Contas Especial, nos termos da legislação vigente; e

II - o registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

13.15 - O prazo de análise da prestação de contas final pela Administração Pública Municipal será de até cento e cinquenta dias, contados da data do seu recebimento do cumprimento de diligência por ela determinada, podendo ser prorrogado, justificadamente, por igual período.

13.16 - O transcurso do prazo definido na anterior, e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não impede que a OSC participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e

II - não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

#### CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

14.1 - A OSC adotar métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos pela Administração Pública Municipal.

14.2 - A OSC deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no Plano de Trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no Plano de Trabalho, deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado.

14.3 - Para fins de comprovação das despesas, a OSC deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas ou comprovantes fiscais, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço.

#### CLÁUSULA DECIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

15.1 - Será de responsabilidade do MUNICÍPIO, providenciar a publicação deste Termo por extrato, nos termos da legislação vigente, a contar da data de sua assinatura.

15.2 - O Plano de Trabalho, nos termos previstos no artigo 22 e seus incisos, c/c parágrafo único do artigo 42, ambos da Lei Federal n. 13.019/2014, constará como anexo ao presente termo, sendo dele parte integrante e indissociável.

#### CLÁUSULA DECIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1 - Tanto quanto possível os partícipes se esforçarão para resolver amistosamente as questões que surgirem no presente termo e, no caso de eventuais omissões, deverão observar as disposições contidas na Lei Federal nº 13.019/14, Decreto Federal nº 8.726/2016; Lei Municipal nº 3.302/2019 e Decreto Municipal nº 21/2017.

#### CLÁUSULA DECIMA SETIMA – DOS BENS REMANESCENTES

17.1 - Os bens remanescentes na data da conclusão ou extinção do presente Termo de Colaboração, e que, em razão deste, tenham sido adquiridos, produzidos, transformados ou construídos serão de propriedade da OSC, não sendo permitida sua utilização em qualquer outra ação que não esteja dentro do escopo do objeto pactuado.

17.2 - Caso a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a OSC, observados os seguintes procedimentos:

I - não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou

II - o valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.

17.3 - Na hipótese de dissolução da OSC durante a vigência da parceria, o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos deverá ser computado no cálculo do valor a ser ressarcido.

#### CLÁUSULA DECIMA OITAVA - DO FORO

18.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga - SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Fomento.

E, assim por estarem de acordo, ajustados e contratados, após ser lido e achado conforme, os partícipes, a seguir, firmam o presente Termo, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas

Itapiranga(SC), 25 de janeiro de 2021.

Alexandre Gomes Ribas

Prefeito

Município de Itapiranga

Luis Inácio Borscheid

Presidente

Associação da Orquestra de Itapiranga

Testemunhas:

Nome: Maciel Welter

CPF: 023.267.359-43

Nome: Maridiane Silva Ribeiro

CPF:072.804.019-02

Visto pela Assessoria Jurídica:

Arlei Eidt

Advogado Assessor Geral do Município

OAB/SC 41.136

ANEXO I  
MODELO PLACA/BANNER  
ESSA OSC RECEBE RECURSOS PÚBLICOS

Valor do repasse financeiro anual:

R\$ 83.207,25

Objetivo do repasse: efetivar a realização do Projeto "Educação Musical e Difusão Cultural"

Termo de Fomento nº: 01/2021

OSC: Associação da Orquestra de Itapiranga

Esta OSC recebe recursos públicos do Município de Itapiranga para a consecução do objetivo social. Você cidadão, é responsável pela fiscalização da correta aplicação desses recursos. Denuncie qualquer desvio de sua finalidade.

Brasão do Município



# Itapoá

## PREFEITURA

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N 001/2021 - PRIME CONSULTORIA

Publicação Nº 2867725

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N 001/2021

Aos 29 dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte um, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Mariana Michels Borges, nº 201, Itapoá - SC, CEP 89249-000, inscrito no CNPJ sob nº 81.140.303/0001-01, neste ato representado pelo Prefeito(a) Municipal, Sr(a). Marlon Roberto Neuber, doravante denominado CONTRATANTE e também são CONTRATANTES o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob nº 11.485.410.0001-96, o FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inscrito no CNPJ sob nº 02.482.295/0001-05 e o o FUNDO MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 12.115.907/0001-85 o CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, Consórcio Público multifinalitário, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32 e com sede na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 13º andar, Sala 1305, Centro Executivo Imperatriz, Bairro Canto, CEP: 88.070-800, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Elói Rönna, doravante denominado INTERVENIENTE, e de outro lado a Empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Calçada Canopo, nº 11, 2º andar, Sala 03, Bairro Alphaville, CEP: 06.541-078, na cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 05.340.639/0001-30, neste ato representada pela sua Procuradora, Sra. Sirlene Cardoso Minganti, doravante denominada CONTRATADA, para a prestação dos serviços, constantes do Objeto seguir, sujeitando-se as partes às determinações do Processo Administrativo Licitatório Eletrônico nº 10945/2020-e, Pregão, na Forma Eletrônica nº 0024A/2020, Registro de Preços, realizado pelo Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, da Resolução nº 22, de 12 de março de 2020, Resolução nº 44, de 30 de junho de 2020, Lei Federal nº 10.520/02 e pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores nos casos omissos.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Constitui Objeto do presente Contrato a contratação de empresa especializada no gerenciamento do fornecimento de Combustíveis, Aditivos, Lubrificantes, Filtros de Óleo e Arruelas de Vedação do "Bujão" do Câter, com o uso de cartão magnético, com fornecimento parcelado, para uso nos veículos automotores e equipamentos, do Ente da Federação Consorciado ao CINCATARINA, seus órgãos e entidades, em uma ampla rede credenciada de postos de combustíveis, conforme especificações constantes do Termo de Referência que compõe o ANEXO I, parte integrante do Edital e deste Contrato.

#### 1.2 – Fazem parte do Objeto do Contrato:

1.2.1 – Controle das despesas com abastecimento dos veículos e equipamentos junto à rede credenciada.

1.2.2 – Equipamentos para o processamento das informações dos cartões e terminais ELETRÔNICOS periféricos na rede credenciada.

1.2.3 – Cartões ELETRÔNICOS para cada veículo e equipamento, para o gerenciamento de informações da frota; e contingenciamento de vales em papel para casos que envolvam problemas na captura de informações, visando evitar paralisações do serviço ao CONTRATANTE.

1.2.4 – Organização das informações dos dados de consumo de combustível, quilometragem, custos, identificação do veículo, identificação dos condutores, datas e horários, tipos de combustíveis, lubrificantes, que deverão ser alimentados por meio ELETRÔNICO e em base gerencial de dados permanentemente disponíveis para o CONTRATANTE, consolidando dados financeiros e operacionais da frota, com a emissão de relatórios gerenciais, conforme detalhamento descrito.

1.2.5 – Disponibilização de relatórios customizáveis que possibilitem a geração e o cruzamento de informações necessárias ao CONTRATANTE, conforme detalhamento descrito no Termo de Referência.

1.2.6 – Disponibilização de ferramenta de BI – Business Intelligence (Inteligência de Negócios) que permita agrupar os dados de todos os órgãos e entidades que aderirem à Ata de Registro de Preços e ao Contrato, de forma consolidada, relacionando através de indicadores as principais disparidades encontradas.

#### 1.3 – Possuir Rede credenciada de estabelecimentos que forneçam:

1.3.1 – Combustíveis dos tipos: Gasolina (comum e aditivada), Etanol, Diesel, Diesel S-10 e GNV;

1.3.2 – Aditivos;

1.3.3 – Lubrificantes;

1.3.4 – Filtros de óleo;

1.3.5 – Arruelas de Vedação do "Bujão" do Câter, quando necessário.

1.4 – Nota Fiscal emitida pela CONTRATADA, para cada Centro de Custo do CONTRATANTE, sendo que deverá ser disponibilizado mensalmente para o CONTRATANTE um relatório detalhado dos abastecimentos realizados.

1.4.1 – Sempre que o CONTRATANTE entender necessário, será exigida da CONTRATADA declaração dos estabelecimentos credenciados, que as despesas estão sendo quitadas mensalmente, conforme estabelecido no Edital.

1.5 – Para os fins deste Contrato, considera-se que a expressão “veículos/equipamentos” representa a seguinte definição: veículos terrestres, veículos aquáticos, equipamentos motorizados, equipamentos acoplados e rebocáveis, caldeiras e outros tipos de equipamentos que possuam tanque de combustível próprio.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

2.1 – Este Contrato é decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP e será formalizado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

2.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade de cada CONTRATANTE.

2.1.2 – A contratação com os Fornecedores registrados será formalizada pelo CONTRATANTE por intermédio de emissão de Nota de Empenho de Despesa e Autorização de Fornecimento de Compra.

2.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues na forma estabelecida no Termo de Referência, em rede de postos de combustíveis credenciados, de acordo com o preço da bomba, na data do abastecimento, através do uso de cartão magnético.

2.1.4 – Não poderá o preço da bomba, na data do abastecimento, ser superior ao Preço Máximo estabelecido no Sistema de Levantamento de Preços da ANP.

2.1.5 – O preço de mercado adotado será o menor preço informado, pela CONTRATADA, dentre os postos credenciados em cada local.

2.1.6 – A presente contratação é celebrada na forma de execução indireta e EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, sendo que os quantitativos e valores foram estimados pelo CONTRATANTE.

2.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas dos itens ocorrerão por conta da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 – A CONTRATADA é a única responsável pelo pagamento aos estabelecimentos credenciados, decorrente dos fornecimentos efetivamente realizados, ficando claro que o CONTRATANTE não responderá solidária ou subsidiariamente por esse pagamento.

3.2 – A contratação do serviço Objeto deste instrumento contratual, conforme consta na proposta da CONTRATADA, parte integrante deste instrumento, terá como Taxa de Administração o percentual de - 4,75% (quatro vírgula setenta e cinco por cento negativo).

3.3 – Nos valores, estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, Taxa de Administração, frete, seguro, treinamento, instalação do sistema, manutenção de equipamentos e softwares, cartões, assistência técnica e outros necessários ao cumprimento integral do Objeto da contratação.

3.4 – O valor contratado é meramente estimativo, de forma que os pagamentos dependerão dos fornecimentos, efetivamente, prestados.

3.5 – O percentual de Taxa de Administração ofertado deverá ser considerado no momento do pagamento da Nota Fiscal, durante toda a execução do Contrato.

3.5.1 – O CONTRATANTE tem a prerrogativa de, em caso de fornecimento de Combustíveis, Aditivos e Lubrificantes, filtro e arruela de vedação, acima dos parâmetros estabelecidos ou da média do valor de mercado, conforme o caso, ter glosado das respectivas notas fiscais os montantes correspondentes às diferenças indevidamente repassadas pela CONTRATADA, os quais deverão ser devolvidos aos cofres públicos pela prestadora de serviços.

3.6 – O CONTRATANTE, seus Órgãos e Entidades serão responsáveis pelo pagamento dos serviços que fizerem uso, devendo, para tanto, assinar Contratos individualizados com a CONTRATADA, sob a gestão do CINCATARINA.

3.7 – O valor estimado para este contrato é de R\$ 1.225.968,00 (um milhão, duzentos e vinte e cinco mil, novecentos e sessenta e oito reais).

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 – O pagamento pelas aquisições, Objeto do Contrato, será feito pelo CONTRATANTE em favor da CONTRATADA, mensalmente, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 – O CONTRATANTE efetuará o pagamento até o vigésimo dia do mês subsequente ao serviço prestado, Objeto deste Contrato, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML.



4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação da Licitação.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – As despesas resultantes do Contrato serão pagas de acordo com a proposta de preços apresentada pela CONTRATADA, observado o que consta no Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

4.5 – A CONTRATADA deverá comprovar, de forma inequívoca, o repasse dos pagamentos efetuados às empresas credenciadas das respectivas despesas realizadas pelo CONTRATANTE.

4.6 – A CONTRATADA é a única responsável pelo pagamento aos estabelecimentos credenciados, decorrentes dos fornecimentos efetivamente realizados, ficando claro que o CONTRATANTE não responderá solidária ou subsidiariamente por esse pagamento.

4.7 – O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os Combustíveis fornecidos em postos varejistas credenciados, de acordo com o preço de bomba, na data do abastecimento, não podendo ser o preço superior ao valor máximo estabelecido, no Sistema de Levantamento de Preços da ANP, no município do abastecimento.

4.8 – O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os Aditivos, Lubrificantes, Filtros de Óleo e Arruelas de Vedação do "Bujão" do Câter, quando necessário, fornecidos em estabelecimentos credenciados, de acordo com o valor de mercado, na data do abastecimento.

4.8.1 – O preço de mercado adotado será o menor preço informado, pela CONTRATADA, dentre os postos credenciados na região.

4.9 – Efetivado mediante apresentação da Nota Fiscal, que deverá ser emitida em nome do Órgão Participante, devendo constar também o CNPJ, o número da Licitação e da Ata de Registro de Preços.

4.10 – A Nota Fiscal compreenderá a utilização dos serviços Objeto do Contrato, no mês anterior a sua emissão;

4.11 – Para fins de pagamento, somente serão considerados gastos realizados junto à rede credenciada.

4.12 – Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o Fornecedor providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Órgão Participante.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

5.1 – O valor percentual relativo à Taxa de Administração será fixo e irrevogável, durante a vigência deste Contrato e suas possíveis prorrogações, mesmo que seja negativa.

5.2 – A revisão dos preços poderá ser concedida, pelo CONTRATANTE, nos termos do art. 65, inciso II, letra "d" da Lei Federal nº 8.666/93, a partir da análise e discussão de planilha de custos.

5.3 – Para revisão dos preços, a CONTRATADA deverá solicitar, formalmente, ao CONTRATANTE o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, e ainda, comprovar hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

5.4 – O CONTRATANTE também poderá solicitar a revisão em caso de redução de valores por conta da política de preços praticada nas refinarias.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

6.1 – Se o CONTRATANTE não efetuar o pagamento no prazo previsto neste Contrato, e tendo a CONTRATADA, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a Nota Fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 40, inciso XIV, alínea "c", da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 – As despesas decorrentes da aquisição, pelo CONTRATANTE, do Objeto do presente Contrato correrão à conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2021 e seguintes:

Órgão	Secretaria de Administração
Unidade	Ação: 2015 - Manutenção do Departamento de Administração
Funcional	33390000000000000000 - Aplicações diretas

Órgão	Fundo Municipal de Saúde
Unidade	Fundo Municipal de Saúde
Funcional	0010.0301.0013
Funcional	0010.0304.0013
Funcional	0010.0305.0013

Órgão	Fundo Municipal do Bem Estar Social
Unidade	Fundo Municipal do Bem Estar Social

Órgão	Fundo Municipal de Educação
Unidade	Fundo Municipal de Educação

7.2 – Os recursos financeiros para fazer face às despesas da contratação correrão por conta do Ente da Federação Consorciado ou Referendado ao CINCATARINA, seus órgãos e entidades, disponibilizados no ato da contratação, como condição essencial, observadas as normas estabelecidas no Processo Administrativo Licitatório.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1 – O prazo de vigência do Contrato tem início em 08 de fevereiro de 2021 e término em 08 de fevereiro de 2022.

8.2 – O Contrato poderá ser prorrogado, por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

9.1 – O Contrato a ser celebrado poderá ser alterado, na forma e condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.2 – A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários do valor atualizado do Contrato, não cabendo nesse caso qualquer tipo de indenização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

10.1 – A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em Lei, com assento no Capítulo III, Seção V, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos seguintes casos:

I – por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

II – amigavelmente, por acordo entre as partes, mediante formalização por intermédio de aviso com antecedência mínima de 30 dias, não cabendo indenização de qualquer das partes, exceto para pagamento dos fornecimentos comprovadamente prestados;

III – judicialmente, na forma da legislação vigente;

IV – a rescisão contratual determinada por ato unilateral, em que constatado o descumprimento do avençado, acarreta as seguintes consequências para a CONTRATADA, sem prejuízo das sanções previstas:

a) execução dos valores das multas e indenizações devidas ao CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO MODELO DE CONTRATAÇÃO, USUÁRIOS, DO PRAZO PARA IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1 – O modelo de contratação, usuários, prazo para implantação e execução dos serviços, deverão seguir rigorosamente todas as disposições e especificações contidas no Edital de Licitação, Ata de Registro de Preços, Contrato e no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 – Além das obrigações previstas no Edital de Licitação e na Ata de Registro de Preços, compete à CONTRATADA:

I – Disponibilizar estrutura administrativa que garanta o bom desempenho de suas atribuições técnicas e administrativas, dando o necessário suporte para uma eficiente execução do serviço e um bom relacionamento com o CONTRATANTE e com os estabelecimentos credenciados.

II – Planejar e executar a implantação do sistema contratado, integrando-o com os sistemas de frotas existentes e utilizados pelo CONTRATANTE.

III – O sistema da CONTRATADA deve satisfazer aos requisitos mínimos exigidos neste instrumento.

IV – Validar o planejamento da implantação, em momento oportuno, junto ao CINCATARINA e ao Ente da Federação Contratante, contemplando o cronograma e forma de execução das seguintes ações:

a) Customização do Sistema de Gestão de Frota;

b) Cadastramento dos veículos/equipamentos;

c) Cadastramento dos gestores, aprovadores e condutores;

d) Parametrização dos cartões de veículos;

e) Parametrização dos limites de consumo e financeiros;

f) Capacitação dos usuários;

g) Suporte aos gestores.

V – Implantação, parametrização e integração dos sistemas tecnológicos.

VI – Prover suporte técnico e capacitação permanente para os gestores, aprovadores e condutores do CONTRATANTE, após a fase de implantação, em cada órgão aderente ao Contrato, de acordo com a conveniência e necessidade do CONTRATANTE.

VII – Atender em até 24 (vinte e quatro) horas toda e qualquer demanda feita pelo CINCATARINA acerca da parametrização dos cartões.

VIII – Garantir que o sistema, uma vez operacional, satisfaça todos os requisitos desse instrumento.

IX – Cadastrar todos os veículos e equipamentos da frota, com informações suficientes para que sejam emitidos todos os relatórios de interesse do CONTRATANTE.

X – Garantir que só deverão ser cadastrados veículos/equipamentos com dados completos e fidedignos.

XI – Confeccionar e distribuir os cartões magnéticos, sem custo adicional para o CONTRATANTE, conforme necessidade.

a) Administrar todas as solicitações e cancelamentos demandados.

b) Implementar a Expedição ou cancelamento de cartões a partir da autorização do CINCATARINA ou por ele indicado.

c) Associar cada cartão a um veículo e equipamento.

d) Cada órgão/entidade fará jus a um quantitativo de cartões genéricos, definido pelo CINCATARINA, que poderá ser associado a qualquer veículo e equipamento.

XII - Disponibilizar consultores que, durante a vigência contratual, deverão realizar, no mínimo, uma visita mensal a gestores dos Entes da Federação Consorciado com 100 veículos ou mais e, no mínimo, uma visita trimestral aos demais gestores, objetivando a capacitação para a análise dos indicadores de desempenho da frota e o suporte técnico para a execução da gestão da frota, informar ao CINCATARINA sobre o cronograma das visitas, e relatórios das reuniões.

XIII – Executar o monitoramento e o acompanhamento do desempenho do serviço, sugerindo métricas e indicadores de desempenho e resultados, para os gastos e consumos, apoiando os gestores setoriais e analistas em gestão administrativa na análise dos dados e operacionalização do sistema.

XIV – Definir uma metodologia para o controle dos indicadores de desempenho e das despesas com abastecimento, com recomendações de ações de melhoria operacional e redução de custo.

XV – Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do Contrato e das condições estabelecidas neste instrumento.

XVI – Responsabilizar-se solidariamente pelos atos de sua Rede Credenciada na execução dos Contratos originários deste instrumento.

XVII – Relatar toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação do serviço, respondendo todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, com o pronto atendimento às demandas.

XVIII – Reembolsar os estabelecimentos que fizerem parte da rede credenciada, inexistindo qualquer relação financeira entre estes prestadores de serviço e o CONTRATANTE.

XIX – Disponibilizar suporte técnico 24 (vinte e quatro) horas através de e-mail, telefone e outros.

XX – Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE quanto à execução dos serviços contratados.

XXI – Manter, durante a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, para comprovação, sempre que necessário for, junto ao CONTRATANTE.

XXII – Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o Objeto deste instrumento em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da comunicação expedida pelo CONTRATANTE.

XXIII – Fornecer, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, em meio magnético, eletrônico e/ou documental, relatórios e informações constantes do seu banco de dados, em consonância com os parâmetros definidos pelo CONTRATANTE, não podendo haver limitações ao período solicitado.

XXIV – Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de transporte e demais custos resultantes da execução do Contrato.

XXV – Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

XXVI – Manter preposto, aceito pelo CONTRATANTE, para representá-la na execução do Contrato.

XXVII – Quanto às obrigações da CONTRATADA, relativas às informações:

a) Guardar sigilo sobre as informações do CONTRATANTE constante do seu banco de dados, devendo mantê-las arquivadas e disponíveis ao CONTRATANTE para fins de consulta e auditoria, ainda que extinto o Contrato, por, no mínimo, 10 (dez) anos;

b) Disponibilizar, permanentemente para o CONTRATANTE, por meio de mídia eletrônica, os dados operacionais e financeiros da frota, obtidos durante a vigência do Contrato, inclusive após o seu término;

c) Disponibilizar capacidade de armazenamento suficiente para manter todos os dados disponíveis para consulta online;

d) Disponibilizar, através do sistema, a possibilidade de exportação de dados para várias tecnologias (.xls, .xlsx, .txt, .csv, .pdf ou outras similares);

e) Disponibilizar, sem ônus para o CONTRATANTE, as atualizações das funcionalidades dos sistemas de gestão;

f) Prover os recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) necessários à garantia do funcionamento do sistema, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia e, ainda, apoiar as ações de melhorias tecnológicas e funcionais, quando solicitadas pelo CINCATARINA;

g) Desenvolver, às suas expensas, processo de gerenciamento do serviço, compatível com o ambiente seguro, via WEB, online, interligando os locais de atendimento com o CONTRATANTE;

h) Disponibilizar ao CONTRATANTE pleno acesso às informações do sistema, inclusive para a extração, a qualquer tempo, de relatórios referentes aos serviços prestados, discriminados, com os respectivos custos e em extensão e formatação a serem definidas pelo CONTRATANTE;

i) Responsabilizar-se pela instalação e manutenção dos softwares do sistema;

j) Responsabilizar-se pela integração com os Sistemas de Frotas existentes e utilizados pelo CONTRATANTE;

k) Disponibilizar manual de utilização do sistema em língua portuguesa;

l) Estabelecer, junto à sua rede credenciada, os critérios de definição dos preços a serem pagos para o abastecimento de combustíveis, conforme estabelecido no Edital de Licitação.

XXVIII – Quanto à rede de Fornecedores credenciados, a CONTRATADA deverá:

a) Garantir que a sua Rede Credenciada atenda aos requisitos mínimos elencados neste Contrato, no Edital e seus Anexos;

b) Pagar, pontualmente, aos estabelecimentos credenciados, o valor efetivamente devido, ficando definido que o CONTRATANTE não responde solidária ou subsidiariamente por esse pagamento, que é de total responsabilidade da CONTRATADA;

c) Manter nos estabelecimentos credenciados à sua rede, em local visível, a identificação visual de sua adesão ao sistema Objeto deste Contrato;

- d) Planejar, em conjunto com o CINCATARINA, a inclusão e exclusão de estabelecimentos à sua rede credenciada, seja qual for a origem da solicitação;
- e) Exercer o credenciamento e o descredenciamento dos estabelecimentos, observando as exigências técnicas e condições definidas pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA, observados os prazos e quantitativos mínimos previstos no Edital e Termo de Referência;
- f) Treinar os colaboradores dos estabelecimentos da rede credenciada para operar os equipamentos necessários;
- g) Fiscalizar a qualidade da prestação dos serviços dos postos, garantindo que o abastecimento só ocorra após a conferência do condutor, do veículo, da quilometragem e dos respectivos cartões;
- h) Disponibilizar 01 (um) profissional com objetivo de prestar assessoria relativa ao Objeto deste Contrato, junto ao CINCATARINA;
- i) Manter os cadastros dos estabelecimentos credenciados atualizados, garantindo que as informações dos relatórios sejam fidedignas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

##### 13.1 – São obrigações do CONTRATANTE:

- I – Adotar medidas visando um eficaz relacionamento com a CONTRATADA de forma a ensejar o melhor desempenho e qualidade dos serviços contratados;
- II – Acompanhar a execução operacional da CONTRATADA;
- III – Fiscalizar a qualidade do serviço prestado;
- IV – Propor medidas de regulamentação e controle;
- V – Estabelecer diretrizes para a atuação da CONTRATADA;
- VI – Aprovar o planejamento definido junto com a CONTRATADA para inclusão e exclusão de estabelecimentos da Rede Credenciada;
- VII – Acompanhar os processos de penalização movidos pelo CINCATARINA em face da CONTRATADA;
- VIII – Cumprir todas as obrigações constantes no Edital de Licitação, seus Anexos e neste Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do Contrato, poderá o CINCATARINA ou o CONTRATANTE aplicar à CONTRATADA, em relação às contratações, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do Objeto, fica a CONTRATADA sujeito à multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do Contrato, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do Objeto, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do Contrato, ou proporcional por cada descumprimento;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no Contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicada multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

14.2 – Nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, ao proponente que, convocado dentro do prazo de validade da sua Proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a Licitação, que ensejarem o retardamento da execução do Certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do Contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, pelo prazo de 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

15.1 – O CINCATARINA e/ou o CONTRATANTE exercerá(ão) ampla e irrestrita fiscalização na prestação dos serviços, Objeto deste Contrato, a qualquer hora, por intermédio de seus agentes públicos, aos quais caberá acompanhar a execução dos serviços, fiscalizar os prazos e especificações do Objeto do Contrato, efetuar a liberação dos pagamentos, bem como comunicar à CONTRATADA, formalmente, o descumprimento de quaisquer cláusulas deste Contrato.

15.2 – A CONTRATADA, após o recebimento da notificação, deverá regularizar os problemas apontados pela fiscalização do CONTRATANTE, sem quaisquer ônus adicionais.

15.3 – A fiscalização atuará desde o início da prestação dos serviços até o término do presente Contrato.

15.4 – A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive de terceiros, por quaisquer irregularidades verificadas durante a execução deste Contrato.

15.5 – Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da CONTRATADA, o titular da fiscalização deverá comunicar por escrito ao CINCATARINA, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei, no Edital, bem como neste Contrato, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS PARA O GERENCIAMENTO DA FROTA A SER DISPONIBILIZADO PELA CONTRATADA

16.1 – Permitir integração (transferência e recebimento de informações por meio de arquivos eletrônicos em formato .csv, .xls ou mais atual)

de sua base de dados existente nos sistemas informatizados utilizados pelo CONTRATANTE.

16.2 – Disponibilizar, em tempo real, todos os dados das operações capturados pelo uso dos cartões, com detalhes suficientes para compilação de relatórios.

16.3 – Disponibilizar acesso às informações, via WEB, 24 (vinte e quatro) horas por dia, não devendo ser necessário nada mais que um navegador de Internet para tanto.

16.4 – Comportar senhas de acesso que permitam a visualização e extração de informações e relatórios do CONTRATANTE simultaneamente ou de alguns selecionados a critério do usuário.

16.5 – Prover solução para individualizar cada motorista no momento do abastecimento, de modo que o sistema possa identificar quem foi o responsável por cada despesa dessa natureza feita com cada veículo ou equipamento.

16.6 – Prover solução para os veículos e equipamentos alugados, evitando que, em caso de substituição dos mesmos, o cadastro não mantenha ativos veículos que tenham sido devolvidos em substituição a outros.

16.7 – Permitir a consulta do saldo disponível nos cartões a qualquer tempo, através dos terminais eletrônicos de transação, SMS, aplicativo para dispositivos móveis ou call center, além do próprio sistema de gestão.

16.8 – Disponibilizar, em forma de mapa, quando da efetiva execução do Contrato, a localização dos estabelecimentos da rede credenciada, de modo que seja possível visualizar, simultaneamente, os postos de uma determinada região. Esse mapa deve ser dotado, no mínimo, das seguintes funcionalidades:

- a) Zoom, da escala de 1.000:1 até a escala de 10.000:1;
- b) Identificação dos estabelecimentos pelo nome fantasia;
- c) Valores dos combustíveis praticados, oferecendo opção de escolha ao condutor;
- d) Elaboração de rotas, entre os estabelecimentos, de modo que seja possível planejar paradas em viagens pelo Estado de Santa Catarina.

16.9 – Possibilitar o agrupamento de veículos e equipamentos cadastrados, por família, por município da transação, por estabelecimento da transação (Nome e CNPJ), por qualquer combinação desses de forma hierarquizada ou por qualquer informação disponível. Para os fins deste Termo de Referência, entende-se por "família" os agrupamentos de veículos e equipamentos por marca, modelo e motorização.

16.10 – Permitir restrições ao uso dos cartões por:

- a) Dia da semana, feriados e horário;
- b) Quilometragem mínima e máxima;
- c) Tipo de combustível e tipo de serviço;
- d) Tempo entre as transações;
- e) Local da transação;
- f) Consumo/desempenho;
- g) Valor;
- h) Cota de consumo.

16.11 – Registrar a data e hora dos acessos e as atividades realizadas pelos usuários.

16.12 – Cadastrar e manter atualizados os estabelecimentos credenciados contendo, no mínimo:

- a) Nome Fantasia e Razão Social;
- b) CNPJ;
- c) UF;
- d) Município;
- e) Endereço;
- f) Telefone;
- g) Horário de funcionamento;
- h) Área de atuação;
- i) Serviços que oferece.

16.13 – Disponibilizar bases de dados distintas contemplando informações de veículos ativos e alienado ou solução de filtragem que permita resultado semelhante.

16.14 – Capturar os dados relativos às operações, no momento da transação, incluindo, no mínimo:

- a) Data, horário, estabelecimento em que ocorreu, número da autorização, município em que ocorreu, motorista ou aprovador responsável e veículo a que se refere;
- b) Tipo de combustível;
- c) Quantidade abastecida;
- d) Valor unitário pago;
- e) Hodômetro/Cronômetro atual do veículo/equipamento.

16.15 – Conter uma gestão financeira hierarquizada para cada órgão, permitindo um acompanhamento centralizado.

16.16 – Parametrizar restrições e permissões para as transações de fornecimento de forma que estas se estendam para os órgãos



hierarquicamente inferiores. Caso nas bases inferiores existam parâmetros com valores diferentes nas mesmas regras, então os parâmetros dos órgãos inferiores irão sobrepor aos parâmetros hierarquicamente acima, por serem mais específicos.

16.17 – Possibilitar controle para que os limites definidos para gasto nos cartões sejam de uso exclusivo dos órgãos, onde em caso de veículos emprestados, estes deverão utilizar limites individuais do órgão a qual foi emprestado/cedido.

16.18 – Permitir, dentro do mesmo orçamento, cotação sem limite de quantidade de credenciados participantes.

16.19 – Apontar a especificação dos lubrificantes recomendados pela Fabricante/Montadora de cada veículo a fim de evitar que sejam utilizados produtos que danifiquem o veículo, identificando a durabilidade temporal e a durabilidade estimada em quilômetros de cada tipo de lubrificante.

16.20 – Emitir alerta para a troca de lubrificantes do veículo com 1.000 (um mil) quilômetros de antecedência em relação à próxima troca, bem como com uma semana de antecedência em relação à data de vencimento do lubrificante, conforme o caso. Para tanto, deverá ser considerada a quilometragem/data da última troca, a durabilidade do lubrificante em quilômetros e a data de vencimento do mesmo.

16.20.1 – Esse alerta deverá permanecer ativo até que a nova troca de lubrificante seja realizada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS DOS RELATÓRIOS EMITIDOS PELO SISTEMA DA CONTRATADA

17.1 – Relação dos veículos cadastrados.

17.2 – Relação dos condutores e gestores.

17.3 – Relação dos estabelecimentos credenciados filtrável por qualquer das informações constantes no cadastro.

17.4 – Relação das operações de fornecimento.

17.5 – Relação consolidada de todas as operações.

17.6 – Relação das operações realizadas em contingência.

17.7 – Relação das operações não realizadas por estarem em desconformidade com as parametrizações do sistema.

17.8 – Relação das operações realizadas em desconformidade com os índices de referência definidos pelo CINCATARINA e/ou CONTRATANTE.

17.9 – Indicação dos veículos que apresentem distorções em termos de deslocamento, consumo por quilômetro, custo por quilômetro, no período, comparando com a média da família do veículo.

17.10 – Relação dos cartões inativos por 30 (trinta) dias, 120 (cento e vinte) dias ou mais, filtrável por órgão e por centro de custo, e seu respectivo percentual em relação à quantidade total de cartões e do total de cada um dos filtros.

17.11 – Relação do preço médio pago por tipo de combustível, e seu respectivo percentual em relação à quantidade total de transações e do total de cada um dos filtros disponíveis.

17.12 – Relação mensal contendo a identificação do valor a ser pago à CONTRATADA.

17.13 – Relação dos preços praticados pela rede credenciada.

17.14 – Relação dos limites de créditos distribuídos aos veículos da frota ou grupo de veículos previamente estabelecidos.

17.15 – Relação do volume de gastos realizados por tipo de Combustível, Aditivo, Lubrificante, Filtro de Óleo e Arruela de Vedação do "Bujão" do Câter, quando necessário.

17.16 – Relatórios comparativos entre órgãos, centros de custo, veículos ou qualquer outro, desde que haja informação disponível no sistema.

17.17 – Relação de cartões magnéticos.

17.18 – Relação das restrições aplicadas à rede credenciada e à frota.

17.19 – Deve haver pelo menos um login e senha para que possibilite ao usuário o acesso aos relatórios consolidados de toda a frota cadastrada, permitindo que os dados sejam visualizados no nível de BI – Business Intelligence (Inteligência de Negócios) pelo CINCATARINA e/ou CONTRATANTE.

17.20 – Os dados capturados pelo sistema devem estar disponíveis para geração de relatórios em tempo real.

17.21 – Os relatórios devem fornecer todas as informações disponíveis no sistema sobre os itens de análise e permitir que os campos de

informação sejam critérios de filtragem.

17.22 – Deve ser possível visualizar os relatórios de forma customizada, através da escolha de quais dos dados disponíveis serão utilizados.

17.23 – Os relatórios devem ser exportáveis para ao menos um formato compatível com softwares de planilha de dados (.xls, .csv, .odt, etc).

17.24 – Não deve haver limite para o intervalo temporal selecionado para exportação de relatórios.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - REQUISITOS DE OPERACIONALIZAÇÃO PARA USO DOS CARTÕES MAGNÉTICOS

18.1 – Cada cartão é de uso exclusivo do veículo/equipamento nele identificado, não sendo permitido o abastecimento de combustíveis ou o lançamento de qualquer outra despesa relativa a veículo/equipamento diverso daquele, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a apresentação de solução que identifique e iniba, com agilidade e segurança, as eventuais utilizações não autorizadas.

18.2 – Os cartões deverão ser fornecidos devidamente personalizados para cada veículo/equipamento, identificados por secretaria ou órgão, placa e outras informações disponibilizadas pelo sistema.

18.3 – O cartão destinado ao veículo/equipamento permanecerá como propriedade exclusiva da CONTRATADA, devendo ser devolvido em caso de inutilização definitiva ou rescisão do Contrato.

18.4 – Para utilização do cartão do veículo, o condutor ou responsável deverá apresentá-lo ao estabelecimento credenciado onde, através do equipamento da CONTRATADA, será efetuada a identificação da placa do veículo, a consistência do hodômetro, a respectiva identificação do motorista ou responsável e a adequação da operação às restrições definidas no sistema. Finalizada a operação, o condutor ou responsável digitará a senha exclusiva do sistema para autorizar a transação, recebendo um termo impresso pelo equipamento da CONTRATADA instalado no estabelecimento credenciado, denominado comprovante de transação, contendo todas as informações referentes à compra recém realizada.

18.5 – Em caso de danos involuntários ao cartão do veículo ou ao equipamento da CONTRATADA instalado na rede de estabelecimentos credenciados, ou em situações de força maior (falta de energia elétrica, etc.), obriga-se a CONTRATADA a disponibilizar procedimento de compra em contingência, caso não seja possível realizar a transação eletrônica, através de serviço de atendimento ao cliente disponível vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, que consiste na obtenção, por telefone, por parte do posto, do número da autorização de compra a ser transcrito para um formulário específico da CONTRATADA, que garanta a manutenção das informações necessárias ao controle e gestão da frota do CONTRATANTE, visando não prejudicar a continuidade das atividades operacionais de sua frota.

18.6 – As informações referentes aos casos de transação contingencial, nos moldes do item acima, devem ser inseridas imediatamente no sistema após o restabelecimento da normalidade.

18.7 – A CONTRATADA deverá prover meios para que o CONTRATANTE possa comunicar a perda ou roubo do cartão utilizado, desobrigando-o sobre qualquer transação realizada a partir da data/hora da comunicação.

18.8 – Na hipótese de o crédito tornar-se insuficiente por motivos alheios à gestão (ocorrências operacionais não programadas, tarefas extras, entre outros), apenas o responsável pela gestão dos veículos poderá realizar um crédito adicional e somente para o período necessário, devendo o limite voltar automaticamente ao habitual no mês subsequente.

18.9 – O sistema deverá imprimir no comprovante de transação de abastecimento as informações abaixo, independentemente de solicitação prévia do portador e sem custo adicional para o CONTRATANTE, indispensáveis à manutenção da segurança e o controle do sistema:

18.9.1 – O saldo remanescente do cartão destinado ao veículo.

18.9.2 – Quilometragem indicada no hodômetro do veículo no momento do abastecimento.

18.9.3 – O nome do estabelecimento comercial onde foi efetivada a transação de aquisição de combustível.

18.9.4 – A data, a hora e a quantidade em unidades (litros ou m<sup>3</sup>) de Combustível, Aditivo, Lubrificante, Filtro de Óleo e/ou Arruela de Vedação do "Bujão" do Carter (quando necessário) adquiridos.

18.9.5 – Tipo de Combustível, Aditivo, Lubrificante, Filtro de Óleo e/ou Arruela de Vedação do "Bujão" do Carter (quando necessário) adquiridos.

18.9.6 – Valor total da operação.

18.9.7 – Matrícula do condutor no ato do abastecimento de combustíveis ou aquisição do serviço.

18.9.8 – O CONTRATANTE não se responsabilizará pelo pagamento de despesas quando realizadas sem a utilização do cartão de identificação do veículo/equipamento, com exceção daquelas realizadas seguindo o padrão de operações em contingência.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - REQUISITOS MÍNIMOS A SEREM ATENDIDOS PELA REDE CREDENCIADA DA CONTRATADA

19.1 – Para integrar a rede credenciada a ser utilizada pelo CINCATARINA e CONTRATANTE, os estabelecimentos deverão apresentar os



seguintes documentos à CONTRATADA:

19.1.1 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

19.1.2 – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o Objeto contratual.

19.1.3 – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

19.1.4 – Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

19.1.5 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

19.1.6 – Atestado emitido pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, ou por empresa por ele credenciada, quanto à regularidade de aferição metrológica das bombas de combustíveis do estabelecimento.

19.1.7 – Atestado emitido pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina - IMA, informando que o estabelecimento está dentro das condições exigidas por aquele órgão.

19.1.8 – Registro do estabelecimento na Agência Nacional do Petróleo - ANP, de acordo com a Portaria 116/2000, informando a bandeira da Distribuidora.

19.1.9 – O estabelecimento credenciado deverá manter a documentação exigida durante todo o período em que se mantiver na condição de credenciado.

19.1.10 – A referida documentação poderá ser exigida pelo CINCATARINA e/ou CONTRATANTE para comprovação do fiel cumprimento dos requisitos de credenciamento previsto nos itens acima, durante o período da contratação, a qualquer tempo.

19.1.11 – Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causado por ela, seus empregados, representantes ou prepostos, direta ou indiretamente.

19.1.12 – Responder civil e penalmente por qualquer descumprimento das disposições legais, inclusive por acidentes decorrentes da sua ação ou omissão, que ocorram durante a realização dos serviços, Objeto deste Contrato.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com a renúncia expressa de qualquer outro, para serem dirimidas questões originárias da execução do presente Contrato.

E, por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 2 (duas) vias, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Itapoá – SC 01 de fevereiro de 2021

[Assinado Eletronicamente] MUNICÍPIO DE ITAPOÁ MARLON ROBERTO NEUBER Prefeito(a) Municipal	[Assinado Eletronicamente] PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA SIRLENE CARDOSO MINGANTI Procuradora
[Assinado Eletronicamente] CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA ELÓI RÖNNAU Diretor Executivo INTERVENIENTE	

Testemunhas:

JANAYNA GOMES SILVINO  
SECRETÁRIA DE SAÚDE

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO  
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

FABIO TRISTAO PIETRANGELO  
SECRETÁRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

**JONECIR SOARES**  
**SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO**

Documento origina eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo10 da Medida Provisória 2.200-2 de 24/08/2001

**PESQUISAS DE PREÇOS REALIZADAS ENTRE OS DIAS 25 E 26 DE JANEIRO DE 2021**

Combustível	POSTOS DE COMBUSTÍVEIS					Preço Total	Preço médio
	Auto Posto Princi- pal Ltda	Auto Posto Man- chester	Auto Posto Ponta Pedra Ltda	Posto Grid Ltda	Miranda Budaz	R\$	R\$
Óleo Diesel	3,75	3,69	3,69	3,69	3,79	18,61	3,72
Gasolina	4,50	4,52	4,42	4,55	4,59	22,58	4,52

**ESTIMATIVAS DE CONSUMO DE GASOLINA COMUM POR SECRETARIA**

SECRETARIAS	QUANTIDADE LITROS	VALOR ESTIMADO R\$ 4,52/LITRO	VALOR ESTIMADO COM ADICIONAL DE 20%
Saúde	25.000	113.000,00	135.600,00
Obras	10.000	45.200,00	54.240,00
Educação	9.000	40.680,00	48.816,00
Administração	27.000	122.040,00	146.448,00
Assistência	8.000	36.160,00	43.392,00
Agricultura e Pesca	3.000	13.560,00	16.272,00
TOTAIS	82.000	370.640,00	444.768,00

**ESTIMATIVAS DE CONSUMO DE DIESEL S10 POR SECRETARIA**

SECRETARIAS	QUANTIDADE LITROS	VALOR ESTIMADO R\$ 3,72/LITRO	VALOR ESTIMADO COM ADICIONAL DE 20%
Saúde	30.000	111.600,00	133.920,00
Agricultura	15.000	55.800,00	66.960,00
Obras	115.000	427.800,00	513.360,00
Educação	13.500	50.220,00	60.264,00
Administração	1.500	5.580,00	6.696,00
TOTAIS	175.000	651.000,00	781.200,00

TOTAL ESTIMADO PARA 12 MESES COM BASE NA ULTIMA LICITAÇÃO: R\$ 1.021.640,00

ADICIONAL DE 20% CONSIDERANDO AUMENTO DA FROTA E REEQUILÍBRIOS FUTUROS: R\$ 204.328,00

TOTAL GERAL ESTIMADO: R\$ 1.225.968,00

**CONTRATO DE RATEIO Nº 001/2021 - CINCATARINA**

Publicação Nº 2867724

**CONTRATO DE RATEIO**

Contrato nº 001/2021

Pelo presente instrumento de Contrato de Rateio, a teor das disposições constantes do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, decorrente da ratificação por lei pelos entes consorciados, da segunda alteração e consolidação do Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público, de um lado, o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº81.140.303/0001-01, com sede na Rua 1590, 430, na cidade de Itapoá - SC, representado por seu Prefeito Municipal Marlon Roberto Neuber, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de Itapoá - SC, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, o CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, sala 1305, Bairro Canto, no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Elói Rönnau, ao final assinado, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal n. 6.017/07, do Protocolo de Intenções, das Leis de Ratificações, do Contrato de Consórcio Público, as seguintes cláusulas e condições.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O contrato de rateio tem por objeto a entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE ao Consórcio Público CONTRATADO.

1.2. A finalidade é o custeio das despesas de pessoal, correntes e de capital do CONTRATADO, para atendimento do TERMO DE USO DE LICITAÇÕES COMPARTILHADAS - TU131/01.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES**

2.1. O CONTRATANTE entregará ao CONTRATADO durante o exercício de 2021 o valor total de R\$ 63.000,00 (Sessenta e três mil reais) divididos em 12 parcelas mensais de R\$ 5.250,00 (Cinco mil duzentos e cinq-enta reais).

2.2. Os valores para o exercício de 2021 foram aprovados em Assembléia Geral do Consórcio Público, realizada em 31 de julho de 2020 e publicada no órgão de publicação oficial (DOM) através da Resolução n. 053/2020.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3.1. O CONTRATANTE deverá pagar mensalmente a parcela do mês de referência até o dia 10 (dez) do respectivo mês, através de boleto bancário ou depósito em conta do CINCATARINA.

3.2. Os valores do rateio mensais serão devidos, total ou parcial, a partir do início das atividades do uso das licitações compartilhadas previsto no TERMO DE USO DE LICITAÇÕES COMPARTILHADAS – TU131/01.

3.2.1. O valor do rateio mensal será parcial quando o início das atividades de uso das licitações compartilhadas ocorrerem após o dia 1º do mês, sendo devido pagamento proporcional.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO

4.1. O Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA será responsável pela execução do objeto deste contrato, seguindo suas disposições legais e contratuais, vinculando as partes nas disposições do TERMO DE USO DE LICITAÇÕES COMPARTILHADAS – TU131/01.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

5.1. A fim de garantir a transparência da gestão econômica e financeira do objeto deste contrato, serão estritamente observadas as disposições legais, além das constantes no Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio Público e Termo de Uso de Licitações Compartilhadas.

5.2. A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Conselho Fiscal do Consórcio Público, de representante do CONTRATANTE, da Casa Legislativa do Município Contratante e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

5.3. Quanto ao presente contrato o CONTRATADO não poderá opor qualquer resistência, afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos internos e externos de controle ou pela sociedade civil.

5.4. O CONTRATADO deve fornecer ao CONTRATANTE as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude deste contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

#### CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

6.1. São direitos e deveres do CONTRATANTE:

- Acompanhar os trabalhos do CONTRATADO, mediante recebimento de informações previamente solicitadas;
- Acompanhar as atividades desenvolvidas pelo CONTRATADO;
- Entregar os recursos financeiros decorrentes deste Contrato de Rateio;
- Acatar as determinações da Assembléia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações estabelecidas, em especial neste Contrato de Rateio.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes do presente Contrato de Rateio terão as seguintes classificações orçamentárias para o exercício de 2021:

Classificação	Denominação/Valor		
3.1.71.70	Rateio Pela Participação em Consórcio Público	R\$	37.500,00
3.3.71.70	Rateio Pela Participação em Consórcio Público	R\$	19.500,00
4.4.71.70	Rateio Pela Participação em Consórcio Público	R\$	6.000,00
TOTAL		R\$	63.000,00

#### CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.1. O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará até 31 de dezembro de 2021.

#### CLÁUSULA NONA – DA INADIMPLÊNCIA

9.1. O CONTRATANTE inadimplente com o CONTRATADO será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação, sendo suspensas as atividades até a regularização do pagamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1 – O presente contrato de rateio poderá ser rescindido por:

- descumprimento de qualquer das obrigações para execução do objeto do contrato de rateio;
- superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, formal ou materialmente, inexecutável;
- por ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, ou por vontade das partes, devendo ser comunicadas com antecedência mínima de 30(trinta) dias, respeitadas as obrigações deste contrato de rateio.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Em caso de descumprimento das obrigações ajustadas pelas partes neste contrato de rateio, a parte que der causa ao descumprimento, estará sujeita a penalidade de advertência e suspensão das atividades, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Aplicam-se ao presente Contrato de Rateio as disposições da legislação federal de consórcios públicos, Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07, bem como a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções, Lei Municipal nº 941/2019.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

13.1. Fica eleito o foro da Comarca da Capital de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato de Rateio em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Itapoá – SC, 29 de janeiro de 2021.

MARLON ROBERTO NEUBER Prefeito Municipal Município de Itapoá	ELÓI RÖNNAU Diretor Executivo CINCATARINA
--	---

Testemunhas:

1ª –
JONECIR SOARES CPF 985.627.709-49
2ª –

ANGELA MARIA PUERARI  
CPF 683.078.539-15

**DL Nº02-21- PRODUTOR RURAL**

Publicação Nº 2869571

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2021  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2021  
PROCESSO Nº 08/2021

O Município de Itapoá, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, faz saber que se encontra aberto, o EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2021 para o CREDENCIAMENTO DE PRODUTOR RURAL, AGRICULTOR FAMILIAR, ASSOCIAÇÕES OU COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR VISANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS E PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL DESTINADOS A PREPARAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE. Maiores informações podem ser obtidas na Secretaria de Educação, da Prefeitura Municipal de Itapoá, na Rua 1590, nº 430, bairro Itapoá, na cidade de Itapoá-SC, no horário das 08h00min às 14h00min, de segunda à sexta-feira, ou pelo telefone (47) 3443-0739, ou através do site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br), ou no Centro de Preparação da Alimentação Escolar da Prefeitura Municipal de Itapoá, telefone: (47) 3443-6114 (Centro de Preparação da Alimentação Escolar).

Itapoá, 18 de fevereiro de 2021.  
ANGELA MARIA PUERARI  
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO  
DECRETO MUNICIPAL Nº 3479/2018

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO  
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

**PORTARIA Nº 6643/2020**

Publicação Nº 2867366

PORTARIA Nº 6.643/2020  
De: 10 de dezembro de 2020.  
CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

- Edital de Contratação temporária nº 42/2020;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) CARLOS EDUARDO PEREIRA DE SOUZA, na função temporária de EDUCADOR SOCIAL I 40H, em vaga excedente de Concurso Público.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 10 de dezembro de 2020.  
CÉLIA MARIA REINERT  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA N° 6734/2020**

Publicação N° 2867267

PORTARIA N° 6.734/2020

De: 22 de dezembro de 2020.

ADITIVA CONTRATO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal n° 016/2007, considerando:

- A Solicitação da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público o Aditivo de Contrato Temporário do(a) Sr.(a). ROMILDO DE FREITAS SILVA, na função temporária de PROFESSOR DISCIPLINA CIÊNCIAS ANOS FINAIS I 40H, prorrogando o prazo do mesmo a partir do dia 19/12/2020, vinculada a vaga excedente de Concurso Público.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 18.12.20.

Itapoá – SC, 22 de dezembro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA N° 6735/2020**

Publicação N° 2867272

PORTARIA N° 6.735/2020

De: 22 de dezembro de 2020.

ADITIVA CONTRATO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal n° 016/2007, considerando:

- A Solicitação da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público o Aditivo de Contrato Temporário do(a) Sr.(a). ROSANA DOS SANTOS CORDEIRO, na função temporária de PROFESSOR ANOS INICIAIS I 40H, prorrogando o prazo do mesmo a partir do dia 19/12/2020, vinculada a vaga excedente de Concurso Público.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 18.12.20.

Itapoá – SC, 22 de dezembro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA N° 6736/2020**

Publicação N° 2867275

PORTARIA N° 6.736/2020

De: 22 de dezembro de 2020.

ADITIVA CONTRATO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal n° 016/2007, considerando:

- A Solicitação da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público o Aditivo de Contrato Temporário do(a) Sr.(a). ROSANA NOGUEIRA BATISTA, na função temporária de PROFESSOR DISCIPLINA EDUCAÇÃO FÍSICA I 40H, prorrogando o prazo do mesmo a partir do dia 19/12/2020, vinculada à Professora Luciana Fernandes Coan.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 18.12.20.

Itapoá – SC, 22 de dezembro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 6737/2020**

Publicação Nº 2867283

PORTARIA Nº 6.737/2020

De: 22 de dezembro de 2020.

ADITIVA CONTRATO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

- A Solicitação da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público o Aditivo de Contrato Temporário do(a) Sr.(a). ROSELI ANTT DE BRITO, na função temporária de PROFESSOR ANOS INICIAIS I 40H, prorrogando o prazo do mesmo a partir do dia 19/12/2020, vinculada ao Professor Gilmar Santin.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 18.12.20.

Itapoá – SC, 22 de dezembro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 6738/2020**

Publicação Nº 2867285

PORTARIA Nº 6.738/2020

De: 22 de dezembro de 2020.

ADITIVA CONTRATO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

- A Solicitação da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público o Aditivo de Contrato Temporário do(a) Sr.(a). SAMIA SALEH PIRES, na função temporária de PROFESSOR ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIAL AEE I 40H, prorrogando o prazo do mesmo a partir do dia 19/12/2020, vinculada à Professora Verginia Laurinda Rissi.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 18.12.20.

Itapoá – SC, 22 de dezembro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 6739/2020**

Publicação Nº 2867292

PORTARIA Nº 6.739/2020

De: 22 de dezembro de 2020.

ADITIVA CONTRATO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

- A Solicitação da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público o Aditivo de Contrato Temporário do(a) Sr.(a). SHEILA SOARES ROSA, na função temporária de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL I 40H, prorrogando o prazo do mesmo a partir do dia 19/12/2020, vinculada às Professoras Marcia Sutil de O. Arins (20 horas) e Ana Paula Rosário (20 horas).

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 18.12.20.

Itapoá – SC, 22 de dezembro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos



**PORTARIA N° 6740/2020**

Publicação N° 2867303

PORTARIA N° 6.740/2020

De: 22 de dezembro de 2020.

ADITIVA CONTRATO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal n° 016/2007, considerando:

- A Solicitação da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público o Aditivo de Contrato Temporário do(a) Sr.(a). SILVANA FATIMA DE LIMA, na função temporária de PROFESSOR ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIAL AEE I 40H, prorrogando o prazo do mesmo a partir do dia 19/12/2020, vinculada à Professora Patrícia Cristina Toaldo.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 18.12.20.

Itapoá – SC, 22 de dezembro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA N° 6741/2020**

Publicação N° 2867319

PORTARIA N° 6.741/2020

De: 22 de dezembro de 2020.

ADITIVA CONTRATO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal n° 016/2007, considerando:

- A Solicitação da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público o Aditivo de Contrato Temporário do(a) Sr.(a). SILVIA CRISTINA DOS SANTOS NERI, na função temporária de PROFESSOR ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIAL AEE I 40H, prorrogando o prazo do mesmo a partir do dia 19/12/2020, vinculada a vaga excedente de Concurso Público.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 18.12.20.

Itapoá – SC, 22 de dezembro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA N° 6742/2020**

Publicação N° 2867346

PORTARIA N° 6.742/2020

De: 22 de dezembro de 2020.

ADITIVA CONTRATO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal n° 016/2007, considerando:

- A Solicitação da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público o Aditivo de Contrato Temporário do(a) Sr.(a). SIMONI DO ROCIO ALMEIDA LIMA, na função temporária de PROFESSOR ANOS INICIAIS I 20H, prorrogando o prazo do mesmo a partir do dia 19/12/2020, vinculada a vaga excedente de Concurso Público.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 18.12.20.

Itapoá – SC, 22 de dezembro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos



**PORTARIA N° 6743/2020**

Publicação N° 2867350

PORTARIA N° 6.743/2020

De: 22 de dezembro de 2020.

ADITIVA CONTRATO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal n° 016/2007, considerando:

- A Solicitação da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público o Aditivo de Contrato Temporário do(a) Sr.(a). SIRLENE TERESINHA AVILA ANTUNES, na função temporária de PROFESSOR ANOS INICIAIS I 40H, prorrogando o prazo do mesmo a partir do dia 19/12/2020, vinculada à Professora Sandra Regina Fernandes (20 horas) e vaga excedente de Concurso Público (20 horas).

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 18.12.20.

Itapoá – SC, 22 de dezembro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA N° 6744/2020**

Publicação N° 2867353

PORTARIA N° 6.744/2020

De: 22 de dezembro de 2020.

ADITIVA CONTRATO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal n° 016/2007, considerando:

- A Solicitação da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público o Aditivo de Contrato Temporário do(a) Sr.(a). TANIA APARECIDA HAUPT, na função temporária de PROFESSOR ANOS INICIAIS I 40H, prorrogando o prazo do mesmo a partir do dia 19/12/2020, vinculada à Professora Luiza Montalvão de Oliveira Bongalhardo.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 18.12.20.

Itapoá – SC, 22 de dezembro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA N° 6745/2020**

Publicação N° 2867361

PORTARIA N° 6.745/2020

De: 22 de dezembro de 2020.

ADITIVA CONTRATO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal n° 016/2007, considerando:

- A Solicitação da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público o Aditivo de Contrato Temporário do(a) Sr.(a). THAINA ZANETTI DA SILVA, na função temporária de PROFESSOR DISCIPLINA EDUCAÇÃO FÍSICA I 40H, prorrogando o prazo do mesmo a partir do dia 19/12/2020, vinculada à Professora Pamela Todesco.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 18.12.20.

Itapoá – SC, 22 de dezembro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ: TERMO- CONVOCAÇÃO Nº 050/-2021 EDITAL 063//2019**

Publicação Nº 2867767

**TERMO CONVOCAÇÃO Nº 050/2021**

PROCESSO SELETIVO: Edital nº063/2019 – Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados a comparecerem na Secretaria de Educação no dia 18/02/2021, CONFORME O HORÁRIO ESTIPULADO, para distribuição da vaga ao professor que atuará nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

10 horas

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
17	40H	Ed. Física	Thaynara Tatiana H. Ledoux	25/02/2021	03/04/2021
18	40H	Ed. Física	Gisele Aparecida de Oliveira	25/02/2021	03/04/2021

Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados, que descumprirem os itens 27, 27.3 e 28.1 do edital 063/2019:

Itapoá, 17 de fevereiro de 2021.

Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo

Secretária de Educação

**TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2021 - EDITAL 004/2021 - MÉDICO ESF**

Publicação Nº 2867356

**TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2021**

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2021

MÉDICO ESF

JANAYNA GOMES SILVINO, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA o candidato ELÍDIO BARBOSA TORRES para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados:

- Cédula de Identidade – RG (cópia e original);
- Cadastro de Pessoa Física – CPF (cópia e original);
- Título de Eleitor (cópia e original);
- Certidão de nascimento ou casamento (cópia e original);
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep (contendo número, série e data de emissão);
- Uma foto recente 3x4;
- Comprovante de residência – água, energia elétrica ou telefone fixo (cópia e original);
- Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo – diploma (cópia e original);
- Registro no órgão de classe;
- Certidão de nascimento dos filhos dependentes (cópia e original);
- Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
- Certidão de Antecedentes Criminais do Poder Judiciário, dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 anos (fórum);
- Certidão de regularização do CPF (internet);
- Declaração de Qualificação Social (Site – consulta cadastral.inss.gov.br);
- Declaração de Bens (prefeitura fornece) ou IRRF;
- Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (prefeitura fornece);
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda (prefeitura fornece);
- Tipagem sanguíneo – Exame, carteira de doador ou declaração;
- Laudo médico, com aptidão para o trabalho e constando não pertencer ao Grupo de Risco para o COVID 19;
- Conta salário na Caixa Econômica Federal Itapoá (prefeitura fornece declaração)

Itapoá, 17 de Fevereiro de 2021.

Janayna Gomes Silvino

Secretária Municipal de Saúde

**TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2021 - EDITAL 002/2021 - MÉDICO 20HS**

Publicação Nº 2867352

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2021  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2021  
MÉDICO 20HORAS

JANAYNA GOMES SILVINO, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA o candidato THIAGO JOSÉ PINHEIRO LOPES para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados:

- Cédula de Identidade – RG (cópia e original);
- Cadastro de Pessoa Física – CPF (cópia e original);
- Título de Eleitor (cópia e original);
- Certidão de nascimento ou casamento (cópia e original);
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep (contendo número, série e data de emissão);
- Uma foto recente 3x4;
- Comprovante de residência – água, energia elétrica ou telefone fixo (cópia e original);
- Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo – diploma (cópia e original);
- Registro no órgão de classe;
- Certidão de nascimento dos filhos dependentes (cópia e original);
- Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
- Certidão de Antecedentes Criminais do Poder Judiciário, dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 anos (fórum);
- Certidão de regularização do CPF (internet);
- Declaração de Qualificação Social (Site – consulta cadastral.inss.gov.br);
- Declaração de Bens (prefeitura fornece) ou IRRF;
- Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (prefeitura fornece);
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda (prefeitura fornece);
- Tipagem sanguíneo – Exame, carteira de doador ou declaração;
- Laudo médico, com aptidão para o trabalho e constando não pertencer ao Grupo de Risco para o COVID 19;
- Conta salário na Caixa Econômica Federal Itapoá (prefeitura fornece declaração)

Itapoá, 17 de Fevereiro de 2021.

Janayna Gomes Silvino  
Secretária Municipal de Saúde

**TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2020 PROCESSO SELETIVO Nº 044/2020 ENGENHEIRO CIVIL**

Publicação Nº 2867632

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2020  
PROCESSO SELETIVO Nº 044/2020  
ENGENHEIRO CIVIL

STEFANIE LIARA DE CASTILHO, Secretária de Obras e Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais CONVOCA o(a) candidato(a) abaixo relacionado para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela contratação mediante a apresentação dos documentos exigidos no Edital e específicos para esta fase do processo:

Classificação	Candidato
4º	Flavio Damin

- Cédula de Identidade – RG (cópia e original);
- Cadastro de Pessoa Física – CPF (cópia e original);
- Título de Eleitor (cópia e original);
- Carteira Nacional de Habilitação (CNH);
- Certidão de nascimento ou casamento (cópia e original);
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/pasep (contendo número, série e data de emissão);
- Uma foto recente 3x4;
- Comprovante de residência – água, energia elétrica ou telefone fixo (cópia e original);
- Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo – diploma (cópia e original);
- Certidão de nascimento dos filhos dependentes (cópia e original);
- Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
- Certidão de Antecedentes Criminais do Poder Judiciário, dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 anos (fórum);
- Certidão de regularização do CPF (internet);
- Declaração de Qualificação Social (Site – consulta cadastral.inss.gov.br)
- Declaração de Bens (prefeitura fornece) ou IRRF;
- Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);

- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (prefeitura fornece);
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda (prefeitura fornece);
- Tipagem sanguíneo – Exame, carteira de doador ou declaração;
- Laudo médico;
- Conta salário na Caixa Econômica Federal Itapoá (prefeitura fornece declaração).

Itapoá, 17 de fevereiro de 2021.

STEFANIE LIARA CASTILHO DE AGUIAR

Secretária de Obras e Serviços Públicos

## **TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 023/2021 - EDITAL 077/2019 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM**

Publicação Nº 2867359

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 023/2021

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 077/2019

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

JANAYNA GOMES SILVINO, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata LEDA BERTOLI ALEXANDRINO para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados:

- Cédula de Identidade – RG (cópia e original);
- Cadastro de Pessoa Física – CPF (cópia e original);
- Título de Eleitor (cópia e original);
- Certidão de nascimento ou casamento (cópia e original);
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep (contendo número, série e data de emissão);
- Uma foto recente 3x4;
- Comprovante de residência – água, energia elétrica ou telefone fixo (cópia e original);
- Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo (cópia e original);
- Registro no órgão de classe;
- Certidão de nascimento dos filhos dependentes (cópia e original);
- Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
- Certidão de Antecedentes Criminais do Poder Judiciário, dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 anos (fórum);
- Certidão de regularização do CPF (internet);
- Declaração de Qualificação Social (Site – consulta cadastral.inss.gov.br);
- Declaração de Bens (prefeitura fornece) ou IRRF;
- Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (prefeitura fornece);
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda (prefeitura fornece);
- Tipagem sanguíneo – Exame, carteira de doador ou declaração;
- Laudo médico, com aptidão para o trabalho e constando não pertencer ao Grupo de Risco para o COVID 19;
- Conta salário na Caixa Econômica Federal Itapoá (prefeitura fornece declaração)

Itapoá, 17 de Fevereiro de 2021.

Janayna Gomes Silvino

Secretária Municipal de Saúde

## **TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 024/2021 - EDITAL 077/2019 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM**

Publicação Nº 2867362

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 024/2021

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 077/2019

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

JANAYNA GOMES SILVINO, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata CAMILA KUBOSKI para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados:

- Cédula de Identidade – RG (cópia e original);
- Cadastro de Pessoa Física – CPF (cópia e original);
- Título de Eleitor (cópia e original);
- Certidão de nascimento ou casamento (cópia e original);
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep (contendo número, série e data de emissão);
- Uma foto recente 3x4;
- Comprovante de residência – água, energia elétrica ou telefone fixo (cópia e original);
- Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo (cópia e original);
- Registro no órgão de classe;
- Certidão de nascimento dos filhos dependentes (cópia e original);

- Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
- Certidão de Antecedentes Criminais do Poder Judiciário, dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 anos (fórum);
- Certidão de regularização do CPF (internet);
- Declaração de Qualificação Social (Site – consulta cadastral.inss.gov.br);
- Declaração de Bens (prefeitura fornece) ou IRRF;
- Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (prefeitura fornece);
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda (prefeitura fornece);
- Tipagem sanguíneo – Exame, carteira de doador ou declaração;
- Laudo médico, com aptidão para o trabalho e constando não pertencer ao Grupo de Risco para o COVID 19;
- Conta salário na Caixa Econômica Federal Itapoá (prefeitura fornece declaração)

Itapoá, 17 de Fevereiro de 2021.

Janayna Gomes Silvino

Secretária Municipal de Saúde

## **TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 025/2021 - EDITAL 077/2019 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM**

Publicação Nº 2867561

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 025/2021

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 077/2019

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

JANAYNA GOMES SILVINO, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata EDILENE ALVES FEITOSA para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados:

- Cédula de Identidade – RG (cópia e original);
- Cadastro de Pessoa Física – CPF (cópia e original);
- Título de Eleitor (cópia e original);
- Certidão de nascimento ou casamento (cópia e original);
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep (contendo número, série e data de emissão);
- Uma foto recente 3x4;
- Comprovante de residência – água, energia elétrica ou telefone fixo (cópia e original);
- Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo (cópia e original);
- Registro no órgão de classe;
- Certidão de nascimento dos filhos dependentes (cópia e original);
- Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
- Certidão de Antecedentes Criminais do Poder Judiciário, dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 anos (fórum);
- Certidão de regularização do CPF (internet);
- Declaração de Qualificação Social (Site – consulta cadastral.inss.gov.br);
- Declaração de Bens (prefeitura fornece) ou IRRF;
- Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (prefeitura fornece);
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda (prefeitura fornece);
- Tipagem sanguíneo – Exame, carteira de doador ou declaração;
- Laudo médico, com aptidão para o trabalho e constando não pertencer ao Grupo de Risco para o COVID 19;
- Conta salário na Caixa Econômica Federal Itapoá (prefeitura fornece declaração)

Itapoá, 17 de Fevereiro de 2021.

Janayna Gomes Silvino

Secretária Municipal de Saúde

## **TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 026/2021 - EDITAL 077/2019 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM**

Publicação Nº 2867562

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 026/2021

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 077/2019

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

JANAYNA GOMES SILVINO, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA o candidato MARCOS AURÉLIO RAMOS para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados:

- Cédula de Identidade – RG (cópia e original);
- Cadastro de Pessoa Física – CPF (cópia e original);

- Título de Eleitor (cópia e original);
- Certidão de nascimento ou casamento (cópia e original);
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep (contendo número, série e data de emissão);
- Uma foto recente 3x4;
- Comprovante de residência – água, energia elétrica ou telefone fixo (cópia e original);
- Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo (cópia e original);
- Registro no órgão de classe;
- Certidão de nascimento dos filhos dependentes (cópia e original);
- Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
- Certidão de Antecedentes Criminais do Poder Judiciário, dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 anos (fórum);
- Certidão de regularização do CPF (internet);
- Declaração de Qualificação Social (Site – consulta cadastral.inss.gov.br);
- Declaração de Bens (prefeitura fornece) ou IRRF;
- Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (prefeitura fornece);
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda (prefeitura fornece);
- Tipagem sanguíneo – Exame, carteira de doador ou declaração;
- Laudo médico, com aptidão para o trabalho e constando não pertencer ao Grupo de Risco para o COVID 19;
- Conta salário na Caixa Econômica Federal Itapoá (prefeitura fornece declaração)

Itapoá, 17 de Fevereiro de 2021.  
Janayna Gomes Silvino  
Secretária Municipal de Saúde

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA N° 247/2021, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação N° 2867721

PORTARIA N° 247/2021, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021  
Nomeia cargo em comissão de assessora da Mesa Diretora

O Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC – no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Art. 44, Inciso IV e Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e Art. 39, Inciso XXX, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itapoá/SC, bem como com observância dos Arts. 7º, 9º, 10, 16 e § 2º, Inciso I do Art. 36 da Lei Complementar nº. 44/2014 e da Resolução Legislativa nº 07/2014 –

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada, a partir do dia 17 de fevereiro de 2021, a servidora comissionada Sra. ANA CARLA DE OLIVEIRA, CPF nº 096.736.949-58, no cargo de Assessora da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Itapoá/SC.

§ 1º A nomeação será feita com observância da Resolução nº 07/2014, de 1º de julho de 2014, e suas alterações posteriores, respeitando o vencimento estabelecido no Padrão 5 (cinco) da Lei Complementar nº 76/2019, de 11 de fevereiro de 2019 e suas atualizações, bem como com observância do requisito do cargo, isto é, a idade mínima de 18 anos.

§ 2º A servidora nomeada deverá seguir os procedimentos administrativos indicados pelos Setores de Recursos Humanos e de Informática da Câmara Municipal de Itapoá, para apresentar o rol de documentos necessários para finalizar o processo de nomeação e para realizar os cadastros de biometria para o registro de ponto eletrônico e acesso ao e-mail oficial.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, em 17 de fevereiro de 2021.  
Tiago de Oliveira  
Presidente  
[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>



# Ituporanga

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 27, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2868131

DECRETO Nº 27, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

“Dispõe sobre a revogação do Processo Licitatório nº 108/2020.”

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga/SC, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que o art. 49 da Lei Federal 8.666/93, que trata da revogação do procedimento é de uma clareza exemplar no momento em que dispõe:

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

Considerando que a Administração Pública tem o poder-dever, com ou sem provocação, de anular o ato administrativo, sem que isso se constitua em ato de ilegalidade ou abuso de poder, lição assentada pelo STF no enunciado das Súmulas 346 e 473;

Considerando que, pelo princípio da autotutela administrativa, quem tem competência para gerar o ato, ou seu superior hierárquico, tem o poder-dever de anulá-lo, se houver vícios que os tornem ilegais.

Considerando as argumentações constantes no Parecer Jurídico Nº 33/2021, de 2 de fevereiro de 2021, bem como na decisão de fls. 86 e 87;

DETERMINO:

Art. 1º. A REVOGAÇÃO do Processo Licitatório nº 108 de 8 de dezembro de 2020, cujo objeto é a contratação de empresa para a “Construção de Centro Comunitário na localidade de Alto Rio das Pedras” no município de Ituporanga.

Art. 2º. Publique-se no órgão oficial.

Ituporanga, 15 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

### PORTARIA Nº 215, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2868133

PORTARIA Nº 215, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 157 da Lei Complementar Nº 020, de 17 de dezembro de 2008, de acordo com Requerimento Nº 186/2021 e considerando a certidão exarada do Departamento de Recursos Humanos,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença Prêmio em período oportuno a(o) servidor(a) JEFERSON SOMMER DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, referente o período aquisitivo de 15.01.2016 a 15.01.2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga, 3 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

LAURA CELLARIUS

Secretária da Administração

### PORTARIA Nº 238, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2868135

PORTARIA Nº 238, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 65 da Lei Orgânica do Município, em conformidade com a Lei Complementar Nº 020, de 17 de dezembro de 2008, de acordo com Requerimento nº 108/2021 e a certidão exarada do Departamento de Recursos Humanos,

RESOLVE:



Art. 1º Autoriza a conversão de 1/3 da licença-prêmio em abono pecuniário, do(a) servidor(a) CLAUDINÉIA DOS SANTOS GUCKERT, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, referente ao período aquisitivo de 16/10/2015 a 16/10/2020, concedida pela Portaria nº 2.099/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 31 de janeiro de 2021.

Ituporanga, 15 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

LAURA DOS SANTOS CELLARIUS

Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN

Secretária da Educação

## **PORTARIA Nº 239, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868138

PORTARIA Nº 239, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 65 da Lei Orgânica do Município, em conformidade com a Lei Complementar Nº 020, de 17 de dezembro de 2008, de acordo com Requerimento nº 333/2021 e a certidão exarada do Departamento de Recursos Humanos,

RESOLVE:

Art. 1º Autoriza a conversão de 1/3 da licença-prêmio em abono pecuniário, do(a) servidor(a) JULIANA HUNTEMANN, ocupante do cargo de provimento efetivo de SERVENTE, referente ao período aquisitivo de 20/02/2010 a 20/02/2015, concedida pela Portaria nº 391/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga, 15 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

LAURA DOS SANTOS CELLARIUS

Secretária da Administração

ANTONIELA CRISTINA FERREIRA

Secretária de Assistência Social

## **PORTARIA Nº 240, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868140

PORTARIA Nº 240, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 157 da Lei Complementar Nº 020, de 17 de dezembro de 2008, e de acordo com Requerimento nº 83/2021 e a certidão exarada do Departamento de Recursos Humanos,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o gozo da licença prêmio a(o) servidor(a) ADRIANA FRANCENER MARCILIO, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, na Secretaria da Educação, no período de 03/02/2021 a 03/05/2021, concedida pela Portaria nº 1.648/2020, referente ao período aquisitivo de 08/02/2015 a 08.02.2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 3 de fevereiro de 2021.

Ituporanga, 15 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

LAURA DOS SANTOS CELLARIUS

Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN

Secretária da Educação

**PORTARIA Nº 241, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868146

PORTARIA Nº 241, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 157 da Lei Complementar Nº 020, de 17 de dezembro de 2008, e de acordo com Requerimento nº 434/2021 e a certidão exarada do Departamento de Recursos Humanos,

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar o gozo da licença prêmio a(o) servidor(a) CLEUZA TEREZINHA MAY SEHNEM, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, na Secretaria da Educação, no período de 18/02/2021 a 18/05/2021, concedida pela Portaria nº 675/2019, referente o período aquisitivo de 17/10/2013 a 17/10/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de fevereiro de 2021.

Ituporanga, 15 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

LAURA DOS SANTOS CELLARIUS

Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN

Secretária da Educação

**PORTARIA Nº 242, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868151

PORTARIA Nº 242, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 157 da Lei Complementar Nº 020, de 17 de dezembro de 2008, e de acordo com Requerimento nº 432/2021 e a certidão exarada do Departamento de Recursos Humanos,

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar o gozo da licença prêmio a(o) servidor(a) MARLENE YOHANSON, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, na Secretaria da Educação, no período de 18/02/2021 a 18/05/2021, concedida pela Portaria nº 5.625/2016, referente o período aquisitivo de 03.05.2011 a 03.05.2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de fevereiro de 2021.

Ituporanga, 15 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

LAURA DOS SANTOS CELLARIUS

Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN

Secretária da Educação

**PORTARIA Nº 243, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868156

PORTARIA Nº 243, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 65 da Lei Orgânica do Município, em conformidade com a Lei Complementar Nº 020, de 17 de dezembro de 2008, de acordo com Requerimento nº 251/2021 e a certidão exarada do Departamento de Recursos Humanos,

**RESOLVE:**

Art. 1º Autoriza a conversão de 1/3 da licença-prêmio em abono pecuniário, do(a) servidor(a) ODAIR JOSÉ MARCÍLIO, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, na Secretaria da Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 02/02/2010 a 02/02/2015, concedida pela Portaria nº 3.106/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 31 de janeiro de 2021.

Ituporanga, 15 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

LAURA DOS SANTOS CELLARIUS

Secretária da Administração

ANTONIELA CRISTINA FERREIRA

Secretária de Assistência Social

## **PORTARIA Nº 244, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868158

PORTARIA Nº 244, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 157 da Lei Complementar Nº 020, de 17 de dezembro de 2008, de acordo com Requerimento Nº 395/2021 e considerando a certidão exarada do Departamento de Recursos Humanos,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença Prêmio em período oportuno a(o) servidor(a) MICHELE DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de PSICÓLOGA, na Secretaria da Educação, referente o período aquisitivo de 04.01.2016 a 04.01.2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga, 15 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

LAURA DOS SANTOS CELLARIUS

Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN

Secretária da Educação

## **PORTARIA Nº 245, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868163

PORTARIA Nº 245, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 157 da Lei Complementar Nº 020, de 17 de dezembro de 2008, de acordo com Requerimento Nº 407/2021 e considerando a certidão exarada do Departamento de Recursos Humanos,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença Prêmio em período oportuno a(o) servidor(a) VILSON PRIM, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, na Secretaria da Educação, referente o período aquisitivo de 07.02.2016 a 07.02.2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga, 15 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

LAURA DOS SANTOS CELLARIUS

Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN

Secretária da Educação

**PORTARIA Nº 246, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868164

PORTARIA Nº 246, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga/SC, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com os artigos 65 e 97 da Lei Orgânica do Município, combinados com a Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) MARILEUSA LECY MONTEIRO BORGES, ocupante do cargo de PROFESSORA na Secretaria da Educação, a gozar férias pelo período de 07 (sete) dias a contar de 15/03/2021 a 21/03/2021, e a receber abono pecuniário de 10 dias, referente ao período aquisitivo de 21/08/2019 a 20/08/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 31 de janeiro de 2021.

Ituporanga, 15 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

LAURA DOS SANTOS CELLARIUS

Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN

Secretária da Educação

**PORTARIA Nº 247, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868166

PORTARIA Nº 247, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) EDELTRUDES VIEIRA, ocupante do cargo de Servente, na Secretária de Assistência Social, a gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 20/01/2021 a 18/02/2021, referente ao período aquisitivo de 01/08/2018 a 31/07/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de janeiro de 2021.

Ituporanga, 15 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

LAURA DOS SANTOS CELLARIUS

Secretária da Administração

ANTONIELA CRISTINA FERREIRA

Secretária de Assistência Social

**PORTARIA Nº 248, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868168

PORTARIA Nº 248, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) ZULEIDE DUMES HESSMANN, ocupante do cargo de OFICIAL ADMINISTRATIVO, na Secretária da Fazenda, a gozar férias pelo período de 12 (doze) dias a contar de 27/01/2021 a 07/02/2021, referente ao período aquisitivo de 13/04/2017 a 12/04/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27 de janeiro de 2021.

Ituporanga, 15 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

LAURA DOS SANTOS CELLARIUS

Secretária da Administração

NILSON WERTER

Secretário da Fazenda

## **PORTARIA Nº 249, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868180

PORTARIA Nº 249, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) GABRIELA BELING DE CARVALHO, ocupante do cargo de PSICÓLOGA, na Secretária de Assistência Social, a gozar férias pelo período de 10 (dez) dias a contar de 01/02/2021 a 10/02/2021, referente ao período aquisitivo de 02/09/2018 a 01/09/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1ª de fevereiro de 2021.

Ituporanga, 15 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

LAURA DOS SANTOS CELLARIUS

Secretária da Administração

ANTONIELA CRISTINA FERREIRA

Secretária de Assistência Social

## **PORTARIA Nº 250, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2869476

PORTARIA Nº 250, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) RENATO PETRY, ocupante do cargo de OPERADOR DE EQUIPAMENTO, na Secretária de Infraestrutura, a gozar férias pelo período de 12 (doze) dias a contar de 01/02/2021 a 12/02/2021, referente ao período aquisitivo de 01/09/2014 a 31/08/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1ª de fevereiro de 2021.

Ituporanga, 15 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

LAURA DOS SANTOS CELLARIUS

Secretária da Administração

LUISMAR AGUIAR SENA

Secretário de Infraestrutura

**PORTARIA Nº 251, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2869474

PORTARIA Nº 251, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) ROGÉRIO MEES, ocupante do cargo de OPERADOR DE EQUIPAMENTO, na Secretária de Infraestrutura, a gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 01/02/2021 a 02/03/2021, referente ao período aquisitivo de 02/02/2017 a 01/02/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1ª de fevereiro de 2021.

Ituporanga, 15 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

LAURA DOS SANTOS CELLARIUS

Secretária da Administração

LUISMAR AGUIAR SENA

Secretário de Infraestrutura

**PORTARIA Nº 252, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2869472

PORTARIA Nº 252, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) JEFFERSON LUIS MARTINI, ocupante do cargo de MOTORISTA, na Secretária de Infraestrutura, a gozar férias pelo período de 20 (vinte) dias a contar de 01/02/2021 a 20/02/2021, e a receber abono pecuniário de 10 dias, referente ao período aquisitivo de 02/02/2015 a 01/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1ª de fevereiro de 2021.

Ituporanga, 15 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

LAURA DOS SANTOS CELLARIUS

Secretária da Administração

LUISMAR AGUIAR SENA

Secretário de Infraestrutura

**PORTARIA Nº 253, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2869467

PORTARIA Nº 253, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) LUIZ CARLOS DA ROSA, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na Secretária de Urbanismo, a gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 04/02/2021 a 05/03/2021, referente ao período aquisitivo de 01/02/2020 a 31/01/2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 4 de fevereiro de 2021.

Ituporanga, 15 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

LAURA DOS SANTOS CELLARIUS

Secretária da Administração

WILMAR VANDRESEN

Secretário de Urbanismo

## **PORTARIA Nº 254, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2869464

PORTARIA Nº 254, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) CRISTIANE KAMMERS PORTO, ocupante do cargo de SERVENTE, na Secretária da Agricultura e Meio Ambiente, a gozar férias pelo período de 14 (quatorze) dias a contar de 08/02/2021 a 21/02/2021, referente ao período aquisitivo de 02/02/2019 a 01/02/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 8 de fevereiro de 2021.

Ituporanga, 15 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

LAURA DOS SANTOS CELLARIUS

Secretária da Administração

SANDRA BEZERRA LOFFI PETRY

Secretária de Agricultura e Meio Ambiente

## **PORTARIA Nº 255, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2869471

PORTARIA Nº 255, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) CELIO LUCIANO ERHARDT, ocupante do cargo de AUXILIAR DE MECÂNICO, na Secretária de Infraestrutura, a gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 08/02/2021 a 09/03/2021, referente ao período aquisitivo de 01/02/2018 a 31/01/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 8 de fevereiro de 2021.

Ituporanga, 15 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

LAURA DOS SANTOS CELLARIUS

Secretária da Administração

LUISMAR AGUIAR SENA

Secretário de Infraestrutura



**PORTARIA Nº 256, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868192

PORTARIA Nº 256, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) JUCELI FRANCENER, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, na Secretária da Educação, a gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 08/02/2021 a 09/03/2021, referente ao período aquisitivo de 01/02/2019 a 31/01/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 8 de fevereiro de 2021.

Ituporanga, 15 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

LAURA DOS SANTOS CELLARIUS

Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNS CLASEN

Secretária da Educação

**PORTARIA Nº 258, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868197

PORTARIA Nº 258, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) JOSIANE ROSA SIEVES, ocupante do cargo de OFICIAL ADMINISTRATIVO, na Secretária da Administração, a gozar férias pelo período de 3 (três) dias a contar de 10/02/2021 a 12/02/2021, referente ao período aquisitivo de 01.10.2015 a 30.09.2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de fevereiro de 2021.

Ituporanga, 15 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

LAURA DOS SANTOS CELLARIUS

Secretária da Administração

**PORTARIA Nº 259, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868199

PORTARIA Nº 259, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) MARILIAM GRACIELA DOS SANTOS DE MELO, ocupante do cargo de OFICIAL ADMINISTRATIVO, na Secretária da Administração, a gozar férias pelo período de 10 (dez) dias a contar de 10/02/2021 a 19/02/2021, e a receber abono pecuniário de 10 dias, referente ao período aquisitivo de 01.10.2015 a 30.09.2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de fevereiro de 2021.

Ituporanga, 15 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

LAURA DOS SANTOS CELLARIUS  
Secretária da Administração

**PORTARIA Nº 260, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868201

PORTARIA Nº 260, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) JULIANA HUNTEMANN, ocupante do cargo de SERVENTE, na Secretária de Assistência Social, a gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 11/02/2021 a 12/03/2021, referente ao período aquisitivo de 20.02.2019 a 19.02.2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de fevereiro de 2021.

Ituporanga, 15 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito de Ituporanga

LAURA DOS SANTOS CELLARIUS  
Secretária da Administração

ANTONIELA CRISTINA FERREIRA  
Secretária de Assistência Social

**PORTARIA Nº 261, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2869477

PORTARIA Nº 261, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) BRUNA RUDOLFO, ocupante do cargo de OFICIAL ADMINISTRATIVO, na Secretária de Infraestrutura, a gozar férias pelo período de 10 (dez) dias a contar de 11/02/2021 a 20/02/2021, referente ao período aquisitivo de 04.02.2020 a 03.02.2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de fevereiro de 2021.

Ituporanga, 15 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito de Ituporanga

LAURA DOS SANTOS CELLARIUS  
Secretária da Administração

LUISMAR AGUIAR SENA  
Secretário de Infraestrutura

**PORTARIA Nº 262, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868205

PORTARIA Nº 262, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) JOSIANE ROSA SIEVES, ocupante do cargo de OFICIAL ADMINISTRATIVO, na Secretária da Administração,

a gozar férias pelo período de 02 (dois) dias a contar de 13/02/2021 a 14/02/2021, referente ao período aquisitivo de 01.10.2016 a 30.09.2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13 de fevereiro de 2021.

Ituporanga, 15 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

LAURA DOS SANTOS CELLARIUS

Secretária da Administração

## **PORTARIA Nº 263, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868207

PORTARIA Nº 263, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) JOSIANE ROSA SIEVES, ocupante do cargo de OFICIAL ADMINISTRATIVO, na Secretária da Administração, a gozar férias pelo período de 10 (dez) dias a contar de 15/02/2021 a 24/02/2021, referente ao período aquisitivo de 01.10.2017 a 30.09.2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de fevereiro de 2021.

Ituporanga, 15 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

LAURA DOS SANTOS CELLARIUS

Secretária da Administração

## **PORTARIA Nº 264, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2869478

PORTARIA Nº 264, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) RENATO PETRY, ocupante do cargo de OPERADOR DE EQUIPAMENTO, na Secretária de Infraestrutura, a gozar férias pelo período de 20 (vinte) dias a contar de 15/02/2021 a 06/03/2021, e a receber abono pecuniário de 10 dias, referente ao período aquisitivo de 01.09.2018 a 31.08.2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de fevereiro de 2021.

Ituporanga, 15 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

LAURA DOS SANTOS CELLARIUS

Secretária da Administração

LUISMAR AGUIAR SENA

Secretário de Infraestrutura

**PORTARIA Nº 267, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2869466

PORTARIA Nº 267, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com o Edital de Chamada Pública nº 02/2021 e parecer do Controle Interno nº 75/2021,

**RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR em caráter temporário ROGERIO ALVES, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na Secretaria de Urbanismo, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de janeiro de 2021.

Ituporanga, 15 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

LAURA DOS SANTOS CELLARIUS

Secretária da Administração

WILMAR VANDRESEN

Secretário de Urbanismo

**PORTARIA Nº 275, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868210

PORTARIA Nº 275, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com o Edital de Chamada Pública nº 02/2021 e parecer do Controle Interno nº 77/2021,

**RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR em caráter temporário SIMONI SCHLOSSER WEISS, no cargo de SERVENTE, na Secretaria da Educação, com desempenho de suas funções no C.E. Olinda Israel Laurindo, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de fevereiro de 2021.

Ituporanga, 15 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

LAURA DOS SANTOS CELLARIUS

Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNS CLASEN

Secretária da Educação

**PORTARIA Nº 276, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868213

PORTARIA Nº 276, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com o Edital de Chamada Pública nº 02/2021 e parecer do Controle Interno nº 76/2021,

**RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR em caráter temporário LUCIANE RODE, no cargo de SERVENTE, na Secretaria da Educação, com desempenho de suas funções no CE Leandro dos Santos, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de fevereiro de 2021.

Ituporanga, 15 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

LAURA DOS SANTOS CELLARIUS  
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN  
Secretária da Educação

### **PORTARIA Nº 277, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868216

PORTARIA Nº 277, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com o Edital de Chamada Pública nº 02/2021 e parecer do Controle Interno nº 79/2021,

**RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR em caráter temporário JANETE DE SOUZA, no cargo de SERVENTE, na Secretaria da Educação, com desempenho de suas funções no CEI Mário César Sens, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de hoje.

Ituporanga, 15 de fevereiro de 2021.  
GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito de Ituporanga

LAURA DOS SANTOS CELLARIUS  
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN  
Secretária da Educação

### **PORTARIA Nº 278, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868220

PORTARIA Nº 278, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o inciso IV do artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder READAPTAÇÃO ao servidor NILO ANTÔNIO SCHWARTZ, ocupante do cargo efetivo de Professor IV, na Secretaria da Educação com lotação no CE – Pedro Júlio Muller, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, no período de 28.01.2021 a 26.07.2021, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º - Fica atribuído exercício de suas funções no Departamento da Secretaria do CEI - Irma Kempner de Farias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga, 16 de fevereiro de 2021.  
GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito de Ituporanga

LAURA DOS SANTOS CELLARIUS  
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN  
Secretária da Educação

### **PORTARIA Nº 279, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868224

PORTARIA Nº 279, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o inciso IV do artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, Requerimento nº 125/2021 e Parecer Jurídico nº 25/2021,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença por motivo de doença em pessoa da família à servidora SIDNEY TEREZINHA HAMMES, ocupante do cargo de PROFESSORA na Secretaria da Educação, pelo período de 04.01.2021 a 03.04.2021, conforme atestado médico anexo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 4 de janeiro de 2021.

Ituporanga, 16 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

LAURA DOS SANTOS CELLARIUS

Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN

Secretária da Educação

## **PORTARIA Nº 280, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2869480

PORTARIA Nº 280, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC e conforme a Lei Complementar nº 20/2008,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, PEDRO HENRIQUE VIEIRA, ocupante do cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1ª de fevereiro de 2021.

Ituporanga, 16 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

LAURA DOS SANTOS CELLARIUS

Secretária da Administração

LUISMAR AGUIAR SENA

Secretário de Infraestrutura

## **PORTARIA Nº 282, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868226

PORTARIA Nº 282, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC e conforme a Lei Complementar nº 20/2008,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, ELAINE EISELER, ocupante do cargo temporário de SERVENTE, na Secretaria da Educação.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 5 de fevereiro de 2021.

Ituporanga, 16 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

LAURA DOS SANTOS CELLARIUS

Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN

Secretária da Educação

## **PORTARIA Nº 283, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2869463

PORTARIA Nº 283, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC e conforme a Lei Complementar nº 20/2008,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a pedido, SANDRA APARECIDA KEMPNER, ocupante do cargo temporário de OFICIAL ADMINISTRATIVO, na Secretaria

da Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de fevereiro de 2021.

Ituporanga, 16 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

LAURA DOS SANTOS CELLARIUS

Secretária da Administração

SANDRA BEZERRA LOFFI PETRY

Secretária de Agricultura e Meio Ambiente

### **PORTARIA Nº 284, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868229

PORTARIA Nº 284, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Complementar nº 20/2008,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor JEAN CARLOS DE ESPINDOLA, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, para desempenhar suas funções em regime de sobreaviso, de segunda à sexta-feira – das 04:00 as 08:00, 12:00 A 13:00 e das 17:00 as 24:00.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de janeiro de 2021.

Ituporanga, 16 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

LAURA DOS SANTOS CELLARIUS

Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN

Secretária da Educação

### **PORTARIA Nº 285, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868232

PORTARIA Nº 285, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII do artigo 65 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor LUIS FERNANDO LONGEN, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, para desempenhar suas funções na Secretaria da Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de janeiro de 2021.

Ituporanga, 16 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

LAURA DOS SANTOS CELLARIUS

Secretária da Administração

### **PORTARIA Nº 287, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868236

PORTARIA Nº 287, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

O Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município, Requerimento nº 405/2021 e deferimento da Secretária da Educação em anexo,

RESOLVE;



Art. 1º. Designar temporariamente à servidora FRANCIELE KUHLEN HOFFMANN, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA, para desempenhar 20 horas semanais no CE. Bom Pastor, em vaga vinculada à Marceli Errath Westphal, sendo que a mesma é efetiva 40 horas semanais, com lotação de 20 horas no CE. Bom Pastor e 20 horas no CE Pedro Julio Muller.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 4 de fevereiro de 2021.

Ituporanga, 16 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

LAURA DOS SANTOS CELLARIUS

Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN

Secretária da Educação

## **PORTARIA Nº 288, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868240

PORTARIA Nº 288, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com o Edital de Chamada Pública nº 02/2021 e parecer do Controle Interno nº 95/2021,

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR em caráter temporário MANOEL DA SILVA FLAUSINO, no cargo de SERVENTE, na Secretaria da Educação, com desempenho de suas funções no CE Bernaerdina Farias Mattos, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 17 de fevereiro de 2021.

Ituporanga, 16 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

LAURA DOS SANTOS CELLARIUS

Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN

Secretária da Educação

## **PORTARIA Nº 305, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2869469

PORTARIA Nº 305, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII do artigo 65 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora SUELI RAMOS, ocupante do cargo ACT de SERVENTE, para desempenhar suas funções na Secretaria de Urbanismo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de fevereiro de 2021.

Ituporanga, 17 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

LAURA DOS SANTOS CELLARIUS

Secretária da Administração

WILMAR VANDRESEN

Secretário de Urbanismo

**PORTARIA N° 306, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação N° 2869465

PORTARIA N° 306, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII do artigo 65 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar n° 20, de 17 de dezembro de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar a servidora REGINA CUZIK, ocupante do cargo ACT de SERVENTE, para desempenhar suas funções na Secretaria de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de fevereiro de 2021.

Ituporanga, 17 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

LAURA DOS SANTOS CELLARIUS

Secretária da Administração

NEIDE SORBARA MACIEL

Secretária da Saúde

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA N° 547, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação N° 2868035

PORTARIA N° 0547, DE 16 DE FEVEREIRO DE 021

Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

LEANDRO MAY, Presidente da Câmara Municipal de ITUPORANGA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 25, II, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga e dos arts. 23 e 25, II, do Regimento Interno.

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Lei Municipal n° 2.798, de 20 de maio de 2020, que dispõe sobre medidas administrativas a serem adotadas no âmbito do Poder Legislativo do Município de Ituporanga, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a necessidade de reduzir o risco de contágio da população;

CONSIDERANDO a necessidade de conter a propagação de infecção e transmissão local e preservar a saúde de parlamentares, servidores, estagiários e da população em geral;

CONSIDERANDO a necessidade de manter, tanto quanto possível, a prestação do serviço da casa legislativa; e

CONSIDERANDO o Decreto Municipal n° 145/2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da COVID-19, em âmbito municipal, em conformidade com os critérios de funcionamento estabelecidos pela Secretaria de Estado de Saúde/SC, de acordo com a Avaliação do Risco Potencial Regional das regiões de saúde e dá outras providências.

**RESOLVE:**

Art. 1º Os servidores detentores de cargos de provimento efetivo, em comissão e os estagiários que desenvolvem suas atividades nesta Câmara Municipal devem retornar às atividades normais a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

§1º É obrigatório o uso de máscara de tecido ou outra recomendada durante todo o horário de trabalho, bem como o distanciamento mínimo de 1,5m entre os servidores, além do uso frequente de álcool gel 70% para higienização das mãos.

§2º Os servidores deverão apresentar o relatório circunstanciado de atividades laboradas em regime de home-office entre os dias 26 de janeiro e 17 de fevereiro até às 19h00min do dia 19 de fevereiro de 2021 (sexta-feira).

Art. 2º As seguintes medidas de segurança continuarão a ser adotadas pela Câmara Municipal de Ituporanga:

I. em relação aos eventos, cursos, audiências públicas, sessões solenes e reuniões de qualquer tipo no auditório/plenário da Câmara Municipal de Ituporanga, de acordo com o que estabelece a Portaria SES/SC n° 1.004, de 23 de dezembro de 2020:

- a. limitação do público a 30% (trinta por cento) da capacidade máxima do auditório/plenário quando a região do Alto Vale do Itajaí estiver classificada como de risco GRAVÍSSIMO (vermelho);
- b. limitação do público a 50% (cinquenta por cento) da capacidade máxima do auditório/plenário quando a região do Alto Vale do Itajaí estiver classificada como de risco GRAVE (laranja);
- c. limitação do público a 75% (setenta e cinco por cento) da capacidade máxima do auditório/plenário quando a região do Alto Vale do Itajaí estiver classificada como de risco ALTO (amarelo); e
- d. limitação do público a 100% (cem por cento) da capacidade máxima do auditório/plenário quando a região do Alto Vale do Itajaí estiver classificada como de risco MODERADO (azul), desde que respeitado o distanciamento de 1,5m entre os presentes.

II. qualquer pessoa que atue nas dependências da Câmara deverá comunicar, imediatamente, via aplicativo de transmissão instantânea de mensagens (WhatsApp, Telegram, entre outros) à Presidência da Casa caso apresente sintomas similares aos da gripe e se tiverem contato com pessoa potencialmente contaminada pela COVID-19; e

III. manutenção de estoques de álcool em gel 70% para desinfecção e assepsia de mãos, conforme recomendado pelas autoridades sanitárias.

Parágrafo único. Em qualquer situação de classificação da região do Alto Vale do Itajaí quando à avaliação de risco potencial, é obrigatório o uso de máscara de tecido ou outra recomendada nas dependências da Câmara Municipal de Ituporanga.

Art. 4º O atendimento ao público será realizado preferencialmente pelas redes sociais, e-mail ou telefone da Câmara Municipal, no horário normal de funcionamento (das 13h às 19h).

Parágrafo único. Havendo necessidade de atendimento presencial, o mesmo deve ser agendado com, pelo menos, 1 (um) dia útil de antecedência pelo canais elencados no caput.

Art. 5º A Presidência da Câmara poderá vir a adotar outras medidas administrativas necessárias ao cumprimento desta Portaria.

Art. 6º As ações ou omissões que violem o disposto na presente Portaria sujeitam o autor a sanções penais, civis, éticas e administrativas.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria nº 545, de 18 de janeiro de 2021.

Ituporanga/SC, 16 de fevereiro de 2021.

Leandro May

Presidente

# Jaborá

## PREFEITURA

### AVISO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 11/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2021

Publicação Nº 2869461

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2021

O Município de Jaborá, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Ângelo Poyer, 320, Centro, Jaborá, SC, através do Senhor Clevson Rodrigo Freitas, Prefeito Municipal, TORNA PÚBLICO, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, para MULTIENTIDADES, no dia 2 de março de 2021, às 09 horas, destinado a AQUISIÇÃO DE BATERIAS NOVAS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE JABORÁ E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ DE ACORDO COM SUAS NECESSIDADE PARA O EXERCÍCIO DE 2021, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, ESTIMATIVAS DE CONSUMO E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NO EDITAL. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO tendo como critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, e será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas respectivas alterações, demais legislações aplicáveis e Decreto Municipal nº 1.508/2014, de 17 de fevereiro de 2014.

Jaborá (SC), 18 de janeiro de 2021.  
Clevson Rodrigo Freitas  
Prefeito Municipal

### EXTRATO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 2/2021

Publicação Nº 2868603

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO

Município de Jaborá.  
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 37/2020  
Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.  
Processo de Licitação Nº: 70/2020.  
Contrato Administrativo nº: 02/2021.  
Objeto: FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E REAGENTES, DE NITROGÊNIO PRESENTES NOS GASES DE ESCAPE DOS VEÍCULOS, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE JABORÁ E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SC, DURANTE O PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2021.  
Valor: R\$ 5.577,39 (cinco mil quinhentos e setenta e sete mil e trinta e nove centavos).  
Contratantes: MUNICÍPIO DE JABORÁ  
Contratada: CLEUSA MASCARELLO CORADI, inscrita no CNPJ sob o nº 05.441.190/0001-04.

Jaborá, SC, 18 de fevereiro de 2021.  
Clevson Rodrigo Freitas  
Prefeito Municipal

# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### AVISO DA LICITAÇÃO 20/2021 PP

Publicação Nº 2868212

Estado de Santa Catarina  
Município de Jacinto Machado

AVISO DE LICITAÇÃO  
Processo Licitatório nº 20/2021

Modalidade: Pregão Presencial - Menor Preço por Item.

Objeto: Aquisição parcelada de óleos lubrificantes, hidráulicos, graxas, fluídos, aditivos e filtros (filtros devem ser originais ou compatíveis) para manutenção da frota de máquinas, veículos e implementos do Município de Jacinto Machado/SC, para o ano de 2021.

Data e hora da entrega dos envelopes: até as 07h45min do dia 01/03/2021.

Data e hora da abertura dos envelopes: a partir das 08horas do dia 01/03/2021.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, sito a Rua Pool Jorge Zacca, 75 - Centro, no município de Jacinto Machado/SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h em dias úteis, ou através do e-mail [licita@jacintomachado.sc.gov.br](mailto:licita@jacintomachado.sc.gov.br) . Fone (48) 3535-1133.

João Batista Mezzari  
Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2868068

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre a suspensão das medidas adotadas, em caráter temporário, para enfrentamento da emergência em saúde pública decorrente da pandemia do coronavírus (Covid-19), no âmbito da Câmara de Vereadores.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas regimentais atribuições, com base no que dispõe o art. 38, inc. IV, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 38, incs. IV e V, do Regimento Interno da Câmara, resolve:

Art. 1º Fica determinado o retorno das atividades presenciais na Câmara Municipal de Jacinto Machado, desde que não envolvam aglomeração de pessoas nas suas dependências, bem como a realização das reuniões das comissões permanentes e as sessões plenárias ordinárias e extraordinárias.

Parágrafo único. Para cumprimento do disposto neste artigo, deverá ser mantido as normas de limpeza e higienização, bem como a sinalização das dependências da Câmara, visando prevenir qualquer risco de eventual contágio dos Vereadores, servidores e demais participantes ou visitantes, quando convocados ou autorizados a entrar na sala de reunião das comissões permanentes, no Plenário ou nas dependências da Câmara.

Art. 2º O disposto no caput do art. 1º deste Decreto Legislativo poderá ser reavaliado a qualquer momento, pela presidência da Câmara, conforme a evolução ou involução da pandemia do coronavírus (Covid-19) no âmbito do Município ou do Estado, com base nas orientações ou recomendações expedidas pelo Ministério da Saúde e as Secretarias de Estado e Municipal da Saúde.

Art. 3º Deverá ser mantido à disposição dos Vereadores, dos cidadãos e dos dirigentes das entidades da sociedade civil organizada, os canais eletrônicos disponíveis para o recebimento das demandas ou solicitações encaminhadas aos membros do Poder Legislativo, que recebidas por meio eletrônico, serão protocoladas e, de acordo com os prazos regimentais, receberá a devida tramitação para seu atendimento, observadas as restrições técnicas, quando for o caso.

Art. 4º Fica o presidente da Câmara, com base no disposto no Regimento Interno, autorizado a adotar novas medidas, quando necessário, diante de qualquer situação eventual ou emergencial, quer nas áreas funcional, administrativa ou operacional, em decorrência da evolução ou involução da pandemia do coronavírus (Covid-19).

Art. 5º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 2 de fevereiro de 2021.

Art. 6º Ficam revogados:

I – o Decreto Legislativo nº 6, de 30 de julho de 2020.

II – o Decreto Legislativo nº 7, de 10 de setembro de 2020.

Jacinto Machado, 8 de fevereiro de 2021; 62º da Instalação da Câmara de Vereadores.

Vereador ENISON JOSÉ RECCO (MDB)

Presidente

Registre-se e publique-se.

Vereador AGRICIO ABEL GONÇALVES (MDB)

Primeiro Secretário

..

# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 136/2020

Publicação Nº 2869431

#### ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 136/2020

Aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, com início às quatorze horas, realizou-se, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, do prédio-sede da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, situado na Rua Walter Marquardt, 1111 – Bairro Rio Molha, em Jaraguá do Sul, Santa Catarina, sessão pública, relativa à licitação modalidade Pregão Presencial nº 136/2020, que tem por objeto a aquisição de TINTAS, SOLVENTE E MICROESFERAS, para sinalização viária e manutenções diversas ao longo de 12(doze) meses, com a presença da servidora Rosinei A.G. Dias, Pregoeira e dos servidores Sidnei Correa de Almeida e Lenita Malheiro da equipe de apoio, designados pelo Decreto nº 14.631/2021. Compareceram ao certame, devidamente credenciados e entregando os necessários envelopes, as seguintes empresas:

Proponente	Credenciado	Identificação
COMERCIAL JR FILHOS LTDA ME	Sem representante	.X.X.X.X.
GLOBAL MINERIOS LTDA ME	Evandro Rossi	821.814.979-15
FENIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI ME	Raphael Silva de Paula	008.982.831-32
I.C.D. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS PARA INFRAESTRUTURA VIÁRIA LTDA	Andrei de Souza de Oliveira	096.927.059-35
MAVI TINTAS E SINALIZADORA LTDA EPP	Adilson Rodrigues	001.429.908-92
PORTO UNIÃO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	Sem representante	.X.X.X.X.
SINAL CITY SINALIZAÇÃO LTDA EPP	Patricia Regina dos Santos May	023.738.219-90
VIA RN TINTAS INDÚSTRIA E COMERCIO EIRELI ME	Osmar Michreff	020.662.579-07

Presentes a sessão o Sr Gildo Martins de Andrade e Filho e as Sras. Marcia Evelise Jamoski e Laurita Dallmann de Castro, servidores da Diretoria de Trânsito de Transporte do Município para analisar a documentação técnica exigida no item 4.1 alíneas I.1, I.2, I.3 e I.4, visto a Pregoeira não ter conhecimento técnico para análise das mesmas. Dando início a sessão foi realizada o credenciamento dos representantes presentes e após passou-se à abertura das propostas comerciais. Após a análise, relativamente às imposições do edital, foram desclassificados os itens 01 ao 08 da proposta da empresa GLOBAL MINERIOS LTDA ME por não ter apresentado para estes itens a documentação técnica exigida no item 4.1 alíneas "I.1, I.2, I.3 e I.4" do Edital; foi desclassificado o item 13 da empresa FENIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI ME por não ofertar a MARCA conforme exigido no item 4.1 alínea "c" do Edital; foi desclassificada a proposta comercial da empresa PORTO UNIÃO COM. E REP. EIRELI por não apresentar a Declaração de Habilitação e por não ter Representante credenciado para suprir a falta da declaração, deixando de atender ao item 3.2.1.4, 3.2.2.1 e 3.2.2.2 do Edital e foram classificados os demais itens das empresas citadas e as demais propostas apresentadas, por estarem em conformidade com o exigido no edital. Ato contínuo passou-se à próxima fase (lance), conforme mapa de preços em anexo. Em atendimento a LC 147/2014 este Edital foi lançado para participação de empresas ME/EPP e Empresas de Grande Porte. Restaram vencedoras as seguintes empresas, com o seguinte preço final para os itens:

Item	Proponente vencedora	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Valor unitário do item (R\$)
01	VIA RN TINTAS INDÚSTRIA E COMERCIO EIRELI ME	1.170	Balde D.Ampla	Tinta acrílica BRANCA, especial para demarcação viária, acondicionada em balde de 18 L (Padrão ABNT 11862). Laudadas por lote.	172,90
02	VIA RN TINTAS INDÚSTRIA E COMERCIO EIRELI ME	130	Balde 10% do item 01 ME/EPP	Tinta acrílica BRANCA, especial para demarcação viária, acondicionada em balde de 18 L (Padrão ABNT 11862). Laudadas por lote.	172,90
03	VIA RN TINTAS INDÚSTRIA E COMERCIO EIRELI ME	990	Balde D.Ampla	Tinta acrílica AMARELA, especial para demarcação viária, acondicionada em balde de 18 L (Padrão ABNT 11862). Laudadas por lote.	176,80
04	VIA RN TINTAS INDÚSTRIA E COMERCIO EIRELI ME	110	Balde 10% do item 03 ME/EPP	Tinta acrílica AMARELA, especial para demarcação viária, acondicionada em balde de 18 L (Padrão ABNT 11862). Laudadas por lote.	176,80
05	VIA RN TINTAS INDÚSTRIA E COMERCIO EIRELI ME	100	Balde	Tinta acrílica PRETA, especial para demarcação viária, acondicionada em balde de 18 L (Padrão ABNT 11862). Laudadas por lote.	176,80
06	VIA RN TINTAS INDÚSTRIA E COMERCIO EIRELI ME	540	Balde D.Ampla	Tinta acrílica VERMELHA, especial para demarcação viária, acondicionada em balde de 18 L (Padrão ABNT 11862). Laudadas por lote.	187,00
07	VIA RN TINTAS INDÚSTRIA E COMERCIO EIRELI ME	60	Balde 10% do item 06 ME/EPP	Tinta acrílica VERMELHA, especial para demarcação viária, acondicionada em balde de 18 L (Padrão ABNT 11862). Laudadas por lote.	187,00
08	VIA RN TINTAS INDÚSTRIA E COMERCIO EIRELI ME	25	Balde	Tinta acrílica AZUL, especial para demarcação viária, acondicionada em balde de 18 L (Padrão ABNT 11862). Laudadas por lote.	189,00
09	MAVI TINTAS E SINALIZADORA LTDA EPP	54	Tambor D.Ampla	Solvente Tipo Diluente, especial para tinta Acrílica, tambor com 200 L	1.379,00
10	MAVI TINTAS E SINALIZADORA LTDA EPP	06	Tambor 10% do item 09 ME/EPP	Solvente Tipo Diluente, especial para tinta Acrílica, tambor com 200 L	1.379,00



11	GLOBAL MINERIOS LTDA ME	585	Saca D.Ampla	Microesfera de vidro (DO II – A) acondicionada em sacos de 25 kg. Laudadas por lote.	117,00
12	GLOBAL MINERIOS LTDA ME	65	Saca 10% do item 11 ME/EPP	Microesfera de vidro (DO II – A) acondicionada em sacos de 25 kg. Laudadas por lote.	117,00
13	GLOBAL MINERIOS LTDA ME	200	Saca	Microesfera de vidro EXTRA I-B (Premix) acondicionada em sacos de 25 kg. Laudadas por lote.	138,00
14	VIA RN TINTAS INDÚSTRIA E COMERCIO EIRELI ME	03	Galão	Tinta esmalte sintética PRETO fosco, para aplicação em metal, acondicionada em galão de 3,60 L	58,00

Os valores iniciais das propostas encontram-se no Anexo I da Ata de abertura – Mapa comparativo de preços. A seguir procedeu-se a abertura do envelope 02-Documentação das licitantes vencedoras, concluindo-se pela HABILITAÇÃO das mesmas, visto terem atendido as exigências do edital. Não houve Manifestação de Intenção de Recurso. A decisão do certame será publicada no Diário Oficial dos Municípios para a devida publicidade e será submetida à apreciação do Senhor Prefeito Municipal, para a competente Homologação. E, nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião. Jaraguá do Sul, SC, 17 de fevereiro de 2021.

Rosinei Aparecida Gretter Dias	
Lenita Malheiro	
Sidnei Corrêa de Almeida	
Gildo Martins de Andrade e Filho	
Marcia Evelise Jamoski	
Laurita Dallmann de Castro	
Evandro Rossi	
Raphael Silva de Paula	
Andrei de Souza de Oliveira	
Adilson Rodrigues	
Patricia Regina dos Santos May	
Osmar Michreff	

## ATA DE REUNIÃO PARA CONVOCAÇÃO REF. ENVELOPES "B" – PROPOSTAS DA TOMADA DE PREÇOS Nº 228/2020

Publicação Nº 2869435

### ATA DE REUNIÃO PARA CONVOCAÇÃO REF. ENVELOPES "B" – PROPOSTAS DA TOMADA DE PREÇOS Nº 228/2020

Aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, com início às treze horas, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, sita na Rua Walter Marquardt, nº 1111, bairro Rio Molha, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto 14.468/2021, formada pelos membros Edson Willian Piotto, matrícula 9677, Rafael Wanzuitta Salustriano, matrícula 113724, e Sérgio Felipe dos Santos, matrícula 8916, para sob a presidência do primeiro, considerando a não interposição de recursos, resolve convocar e designar data, para abertura dos envelopes 02 – Proposta Comercial das empresas participantes do certame, ficando marcado para o dia 19/02/2021 as 13h30, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos. Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião e lavrou-se o presente Ata, a qual vai assinada pelos membros da Comissão Especial. Jaraguá do Sul, 17 de fevereiro de 2021.

Edson Willian Piotto	
Rafael Wanzuitta Salustriano	
Sérgio Felipe dos Santos	

## CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES PAUTA DE JULGAMENTO Nº 38

Publicação Nº 2867422

### CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES PAUTA DE JULGAMENTO Nº 38

De ordem da Senhora CARLA SALETE PEREIRA FISCHER, Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, faço público a todos os interessados e aos que virem o presente EDITAL, ou dele conhecimento tiverem, que:

a) no dia três de março de dois mil e vinte e um (03/03/2021), com início às 16h30min, na sala de reuniões da Secretaria Municipal da Fazenda, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, realizar-se-á Sessão Ordinária para julgamento do(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

01) PROCESSO Nº 4740/2020  
RECURSO DE OFÍCIO  
Recorrente: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL  
Recorrido: ROSLINDO ADVOCACIA EMPRESARIAL

Relator: Cons. MILTON PEREIRA JÚNIOR

02) PROCESSO Nº 28772/2020

Recurso de I Instância nº: 7775/2020

Recorrente: ALTAMIRO ALDROVANDI

Recorrida: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

Relator: Cons. ANDRÉ LUIZ MÁXIMO FOGAÇA

b) no dia dez de março de dois mil e vinte e um (10/03/2021), com início às 16h30min, na sala de reuniões da Secretaria Municipal da Fazenda, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, realizar-se-á Sessão Extraordinária para julgamento do(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

03) PROCESSO Nº 20524/2020

Recurso de I Instância nº: 3810/2020

Recorrente: LUNENDER INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO LTDA.

Recorrida: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

Relator: Cons. JOSÉ BENEDITO DE CAMPOS

c) no dia dezessete de março de dois mil e vinte e um (17/03/2021), com início às 16h30min, na sala de reuniões da Secretaria Municipal da Fazenda, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, realizar-se-á Sessão Extraordinária para julgamento do(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

04) PROCESSO Nº 31039/2020

Recurso de I Instância nº: 15230/2020

Recorrente: ADENILSON FILIPP

Recorrida: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

Relator: Cons. MARCOS ADRIANO SILVA

d) no dia vinte e quatro de março de dois mil e vinte e um (24/03/2021), com início às 16h30min, na sala de reuniões da Secretaria Municipal da Fazenda, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, realizar-se-á Sessão Extraordinária para julgamento do(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

05) PROCESSO Nº 27150/2020

Recurso de I Instância nº: 1976/2020

Recorrente: DJULIANA KALINA VOSS

Recorrida: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

Relator: Cons. DIRCEU HILLER

e) no dia trinta e um de março de dois mil e vinte e um (31/03/2021), com início às 16h30min, na sala de reuniões da Secretaria Municipal da Fazenda, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, realizar-se-á Sessão Extraordinária para julgamento do(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

06) PROCESSO Nº 29463/2020

Recurso de I Instância nº: 15362/2020

Recorrente: TALITA FREIBERGER

Recorrida: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

Relator: Cons. NILTON DE OLIVEIRA SIMÕES

07) PROCESSO Nº 19127/2020

Recurso de I Instância nº: 1591/2020

Recorrente: MARCHETTI ADMINISTRADORA DE BENS LTDA.

Recorrida: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

Relator: Cons. MILTON PEREIRA JÚNIOR

f) no dia sete de abril de dois mil e vinte e um (07/04/2021), com início às 16h30min, na sala de reuniões da Secretaria Municipal da Fazenda, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, realizar-se-á Sessão Ordinária para julgamento do(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

08) PROCESSO Nº 29362/2020

Recurso de I Instância nº: 16283/2020

Recorrente: A COMERCIAL ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL E SERVIÇOS EIRELI.

Recorrida: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

Relator: Cons. JOSÉ BENEDITO DE CAMPOS

g) no dia quatorze de abril de dois mil e vinte e um (14/04/2021), com início às 16h30min, na sala de reuniões da Secretaria Municipal da Fazenda, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, realizar-se-á Sessão Extraordinária para julgamento do(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

09) PROCESSO Nº 30918/2020

Recurso de I Instância nº: 9081/2020  
Recorrente: GILMARA ANACLETO  
Recorrida: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL  
Relator: Cons. ANDRÉ LUIZ MÁXIMO FOGAÇA

10) PROCESSO Nº 30917/2020  
Recurso de I Instância nº: 9082/2020  
Recorrente: GILMARA ANACLETO  
Recorrida: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL  
Relator: Cons. ANDRÉ LUIZ MÁXIMO FOGAÇA

h) no dia vinte e oito de abril de dois mil e vinte e um (28/04/2021), com início às 16h30min, na sala de reuniões da Secretaria Municipal da Fazenda, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, realizar-se-á Sessão Extraordinária para julgamento do(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

11) PROCESSO Nº 30617/2020  
Recurso de I Instância nº: 16923/2020  
Recorrente: DALILA KNEUBUHLER FISCHER  
Recorrida: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL  
Relator: Cons. DIRCEU HILLER

i) no dia cinco de maio de dois mil e vinte e um (05/05/2021), com início às 16h30min, na sala de reuniões da Secretaria Municipal da Fazenda, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, realizar-se-á Sessão Ordinária para julgamento do(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

12) PROCESSO Nº 23116/2020  
Recurso de I Instância nº: 34897/2019  
Recorrente: ARTAMA METALMECANICA EIRELI  
Recorrida: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL  
Relator: Cons. MARCOS ADRIANO SILVA

13) PROCESSO Nº 23117/2020  
Recurso de I Instância nº: 34899/2019  
Recorrente: ARTAMA METALMECANICA EIRELI  
Recorrida: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL  
Relator: Cons. MARCOS ADRIANO SILVA

14) PROCESSO Nº 23115/2020  
Recurso de I Instância nº: 34892/2019  
Recorrente: ARTAMA METALMECANICA EIRELI  
Recorrida: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL  
Relator: Cons. MARCOS ADRIANO SILVA

j) no dia doze de maio de dois mil e vinte e um (12/05/2021), com início às 16h30min, na sala de reuniões da Secretaria Municipal da Fazenda, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, realizar-se-á Sessão Extraordinária para julgamento do(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

15) PROCESSO Nº 20525/2020  
Recurso de I Instância nº: 3808/2020  
Recorrente: LUNELLI INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO LTDA.  
Recorrida: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL  
Relator: Cons. NILTON DE OLIVEIRA SIMÕES

k) no dia dezenove de maio de dois mil e vinte e um (19/05/2021), com início às 16h30min, na sala de reuniões da Secretaria Municipal da Fazenda, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, realizar-se-á Sessão Extraordinária para julgamento do(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

16) PROCESSO Nº 28395/2020  
Recurso de I Instância nº: 17796/2020  
Recorrente: CÁSSIO FONTOURA  
Recorrida: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL  
Relator: Cons. MILTON PEREIRA JÚNIOR

l) no dia vinte e seis de maio de dois mil e vinte e um (26/05/2021), com início às 16h30min, na sala de reuniões da Secretaria Municipal da Fazenda, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, realizar-se-á Sessão Extraordinária para julgamento do(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

17) PROCESSO Nº 1314/2021  
Recurso de I Instância nº: 15987/2020

Recorrente: AFONSO PATERNOLLI  
Recorrida: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL  
Relator: Cons. ANDRÉ LUIZ MÁXIMO FOGAÇA

18) PROCESSO Nº 185/2021  
Recurso de I Instância nº: 15710/2020  
Recorrente: MARLI SELL  
Recorrida: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL  
Relator: Cons. JOSÉ BENEDITO DE CAMPOS

m) no dia dois de junho de dois mil e vinte e um (02/06/2021), com início às 16h30min, na sala de reuniões da Secretaria Municipal da Fazenda, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, realizar-se-á Sessão Ordinária para julgamento do(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

19) PROCESSO Nº 27035/2020  
Recurso de I Instância nº: 18882/2019  
Recorrente: GONÇALVES CONTABILIDADE LTDA.  
Recorrida: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL  
Relator: Cons. DIRCEU HILLER

n) no dia nove de junho de dois mil e vinte e um (09/06/2021), com início às 16h30min, na sala de reuniões da Secretaria Municipal da Fazenda, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, realizar-se-á Sessão Extraordinária para julgamento do(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

20) PROCESSO Nº 27274/2020  
Recurso de I Instância nº: 23021/2019  
Recorrente: IMPRESSUL INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA.  
Recorrida: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL  
Relator: Cons. NILTON DE OLIVEIRA SIMÕES

o) no dia dezesseis de junho de dois mil e vinte e um (16/06/2021), com início às 16h30min, na sala de reuniões da Secretaria Municipal da Fazenda, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, realizar-se-á Sessão Extraordinária para julgamento do(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

21) PROCESSO Nº 28658/2020  
Recurso de I Instância nº: 17271/2020  
Recorrente: RAST PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.  
Recorrida: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL  
Relator: Cons. MARCOS ADRIANO SILVA

Ficam as partes científicas de que poderão comparecer a sessão e fazer uso da palavra por 15 (quinze) minutos, conforme o previsto no art. 26 do Regimento Interno (Decreto nº 6.260/2007).

No entanto, em virtude da COVID-19, a participação do contribuinte e/ou de seu Procurador ficam condicionadas ao cumprimento de todas as medidas de segurança sanitária, recomendadas pelas autoridades e de amplo conhecimento, quais sejam: evitar aglomerações, distanciamento mínimo, uso obrigatório de máscara e uso de álcool gel 70%.

Jaraguá do Sul, 17 de fevereiro de 2021.  
Daisy Cristina Ruediger Minatti  
Secretária do Conselho Municipal de Contribuintes

## DECISÃO - PROCESSO Nº 0025053/2020

Publicação Nº 2867544

Processo nº 0025053/2020  
Origem: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos  
Fase processual: Decisão Administrativa.  
Interessados: Paviplan Pavimentações Ltda e Município de Jaraguá do Sul.

### DECISÃO

#### I - RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo por meio do qual é noticiado o descumprimento contratual da empresa Paviplan Pavimentações Ltda, devidamente qualificada no Contrato nº 334/2019, cujo objeto licitado foi a prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica drenagem pluvial, sinalização viária, com fornecimento de materiais e mão de obra da Rua 502, Bertha Weege, no Bairro Barra do Rio Cerro.  
Em 17 de dezembro de 2019, foi expedida a Notificação Nr. 012/2019 para que a empresa contratada, realizasse a limpeza de bocas de lobo

e sinalização da pista no trecho já executado antes do final do ano, de forma a evitar possíveis problemas com alagamentos e acidentes devido a falta de sinalização.

Em 18 de dezembro de 2019, a empresa contratada apresentou sua defesa, na qual aduziu que a sinalização estava agendada para o dia 17/12/2019, no período noturno, no entanto devido a chuvas ocorrida no período, a mesma foi transferida para o dia 18/12/2019.

O Fiscal do contrato (fl. 05) informou que as providências foram tomadas pela empresa contratada. No respeitável despacho (fl. 6), a Secretária Municipal de Transparência e Integridade Pública remeteu os autos para a secretaria de origem para o procedimento e análise pormenorizada dos fatos para eventual penalização.

No Parecer Jurídico nº 005/2021, firmou-se o cumprimento dos princípios constitucionais do devido processo legal e dos demais a ele inerente, uma vez que a empresa teve a oportunidade de se manifestar, de apresentar sua defesa e de justificar os motivos do atraso opinando pelo arquivamento do processo.

É o relatório.

## II - DA DECISÃO ADMINISTRATIVA

Em virtude de delegação de poderes contida no artigo 1º, inciso XIV, do Decreto Municipal nº 12.302/2018, eventual aplicação de multas previstas em lei e contratos, bem como a relevação destas quando impostas de forma irregular é de competência do Secretário Municipal de Administração.

Importante esclarecer que não há questões pendentes a serem trazidas aos autos, motivo pelo qual passa-se ao mérito.

### II.1 - Da vinculação do Administrador Público às regras sancionadoras

A aplicação de sanções administrativas é antes de tudo um dever-poder da Administração Pública. Não há uma faculdade, não cabendo ao Administrador deixar de aplicar o que a lei determina, salvo justificativa de robusta envergadura que tenha o condão de afastar a culpabilidade do Particular Contratado ou a ilicitude da conduta, no caso concreto.

Outra não é a lição pacificada na doutrina especializada. Cita-se aqui, os ensinamentos do Ilustre Professor Marçal Justen Filho:

Quando determinada conduta é qualificada como ilícito administrativo, sua ocorrência gera o dever de punição. A omissão de punição é tão antijurídica quanto a prática do próprio ilícito. Nunca pode ser uma questão de escolha da Administração punir ou não punir, segundo um juízo de conveniência política. Aliás, o agente público que deixa de adotar as providências destinadas a promover a punição do sujeito que praticou ilícito pode configurar inclusive crime. Portanto, a prévia definição normativa dos ilícitos puníveis vincula o administrador e retira a margem de liberdade sobre a conduta futura a adotar.

A jurisprudência do TCU é firme no sentido de que o Administrador está vinculado à aplicação das sanções administrativas previstas na legislação. Porém, sempre há a possibilidade de não ser adequada ou necessária a sua aplicação, diante de certas circunstâncias do caso concreto. Circunstâncias essas que poderão vir à lume exatamente durante a tramitação do respectivo processo sancionador. Isso se infere da seguinte determinação contida em Acórdão da Corte de Contas da União:

#### ACÓRDÃO nº 877/2010 - SEGUNDA CÂMARA

Acórdão: VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Prestação de Contas da Fundação Universidade Federal do Maranhão - FUFMA, referente ao exercício de 2005. ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, em: [...] 9.6.26. aplique as penalidades previstas nos arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993 nos casos de atraso na execução e de inadimplência contratual ou justifique no processo o motivo da não-aplicação de multa ou outra sanção;

A publicação oficial do Governo Federal para orientação dos agentes administrativos em relação à aplicação de sanções administrativas denominada "Caderno de logística - Sanções administrativas - Diretrizes para formulação de procedimento administrativo específico" também reflete a posição firmada no TCU de que o Administrador vincula-se à aplicação das sanções em razão da ocorrência de ilícitos contratuais, salvo se houver justificativa nos autos do processo:

Em outra oportunidade, o TCU se manifestou orientando que, na análise do caso em concreto, se houver situações em que o gestor tenha motivos para deixar de aplicar as sanções, tal situação deve ser devidamente justificada nos autos do processo.

Logo, resta claro que não há alternativa ao Administrador, em caso de conhecimento da prática de atos ilícitos contratuais por parte de Particular Contratado, a não ser a imediata autuação de processo administrativo sancionador.

No entanto, deve a sanção ser afastada quando existe motivo justo que afaste a natureza ilícita do ato ou a culpabilidade do particular, ele deve obrigatoriamente aplicar a sanção cabível, sempre sob a luz da regra da proporcionalidade.

### II.2 - Do contraditório e ampla defesa

Imprescindível ressaltar, novamente, que o Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, Sr. Onésimo José Sell, a Gestora do Contrato nº 334/2019, Sra. Carla Eduarda Scheuer Keiser, e o Sr. Marcelo Gumboski, Engenheiro Fiscal constituído para os trabalhos relacionados ao contrato em questão, expediram a Notificação Extrajudicial nº 12/2019, fls. 02, para que a empresa em questão concluisse a obra e/ou justificativas.

**II.3 - Da(s) conduta(s) do contratado**

O inadimplemento contratual decorre de uma ação ou omissão do Particular no cumprimento de suas obrigações contratuais.

Houve o descumprimento da obrigação por apenas um dia de atraso. A sinalização estava agendada para o dia 17/12/2019, no período noturno, no entanto devido a chuvas ocorrida no período, a mesma foi transferida para o dia 18/12/2019.

A força maior e o caso fortuito são institutos que se inserem no universo dos contratos. A ordem de serviço foi recebida em 12/08/2019 e o prazo da obra era de 180(cento e oitenta) dias consecutivos, a contar do dia útil seguinte ao recebimento da respectiva Ordem de Serviço.

E diante disso, para que haja a possibilidade de penalização, necessário que conduta ilícita do contratado esteja devidamente tipificada e demonstrada nos autos. O que no caso concreto não restou demonstrada.

A Lei das Licitações, ao prever as sanções administrativas no art. 86, assim diz: "O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato".(grifo deste gabinete)

DIANTE DO EXPOSTO, e nos termos do Parecer Jurídico, determino o ARQUIVAMENTO do processo, com justificativa no art. 57, §1º inciso II, da Lei 8.666/93.

Publique-se e intime-se.

Após, archive-se.

Jaraguá do Sul, 27 de janeiro de 2021.

Argos José Burgardt

Secretário Municipal de Administração

**DECISÃO ADMINISTRATIVA AUTOS Nº 0001434/2021**

Publicação Nº 2869433

**DECISÃO ADMINISTRATIVA**

Autos nº 0001434/2021

Requerente: Al Certa Construtora e Incorporadora Ltda

Requerido: Município de Jaraguá do Sul - Comissão de Licitação

Objeto: Impugnação do Edital - Tomada de Preço nº 235/2020

**DECISÃO ADMINISTRATIVA**

I- Trata-se de pedido Recurso Administrativo formalizado por Al Certa Construtora e Incorporadora Ltda, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 11.479.726/0001-75, com sede na Rua Vinte e Cinco de Julho, nº 188, Bairro Itoupava Norte, Blumenau, Santa Catarina, referente ao Processo de Licitação - Edital Tomada de Preço nº 235/2020, do tipo Menor Preço Global, cujo objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para reforma no antigo prédio do Procad, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

A requerente pleiteia a revisão da decisão da Comissão de Licitação que entendeu que a Empresa Recorrente não conseguiu atender as exigências do Edital, em relação à capacidade técnico-operacional.

Em 28 de janeiro os autos foram encaminhados à Procuradoria-Geral do Município para Manifestação Jurídica (fl. 30/36). A Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, por meio do Arquiteto Sr. Rafael Wanzuita Salustriano, emitiu parecer com relação a capacidade técnico-profissional exigência técnica estabelecida no Edital, objeto do recurso.

É o relatório.

**II - FUNDAMENTO E DECIDO**

II.I Em sede preliminar, tempestivo o Recurso, vez que a abertura dos envelopes se deu 21 de janeiro de 2021 e protocolado em 28 de janeiro de 2021 (fl. 01), logo, a tempo e modo, conforme regra do art. 109 da Lei de Licitações.

II.II - Desde já, digo, ciente do conteúdo recursal (fls. 03/08) e documentos (fl. 09/29).

Em virtude de delegação de poderes contida no artigo 8º, VII, do Decreto Municipal nº 12.302/2018, cabe aos Secretários Municipais, emitir decisão em processos administrativos licitatórios, como instância recursal das decisões proferidas pelos pregoeiros e pelas comissões de licitações.

Importante esclarecer que não há questões preliminares pendentes a serem trazidas aos autos, motivo pelo qual passa-se ao mérito.



O Edital de Licitação Modalidade Tomada de Preço nº 235/2020, letra "j" do item 6.1. do edital, traz a exigência:

(...) VI – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – Invólucro nº 01

6.1 – As proponentes deverão entregar os documentos abaixo relacionados (preferencialmente numerados) e protocolados até a data e horário constante no item "1.1" deste edital, em uma única via, em original ou por qualquer processo de cópia, previamente autenticada por cartório competente ou por servidor da Gerência de Licitações e Contratos/Compras, ou publicação em órgão da imprensa oficial:

j) Comprovação da capacidade técnico-operacional através de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que a empresa proponente já executou objeto equivalente ao licitado, nos termos do artigo 30 da Lei 8.666/93, em metragem quadrada, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do item de maior relevância da Planilha Orçamentária/Quantitativa do município, acompanhado de acervo técnico, que atenda a quantidade mínima descritas a seguir:

\* Reestruturação de telhado e impermeabilização de lajes - A= 1.400,57 m²;

\* Instalação de prevenção e combate a incêndio - A=2.801,13 m²;

\* Lixamento e restauração de piso de granitina - A=2.801,13 m²; (...)

Infere-se que a controvérsia refere-se à exigência de certidão de capacitação técnica, nos termos do artigo 30 da Lei 8.666/93.

A empresa Recorrente apresentou várias certidões de acervo técnico que atestam que atua no mesmo ramo de atividade do objeto da licitação, inclusive com comprovação de colocação de pisos, nas metragens estabelecidas no edital.

No entanto, entendeu a Comissão Especial de Licitação por inabilitá-la, pela ausência expressa do item "de piso de granitina", nos referidos atestados (CAT's) exigida na letra "j" do item 6.1. do edital.

Pois bem.

A qualificação técnica envolve o domínio de conhecimentos e habilidades teóricas e práticas necessárias à execução do objeto a ser contratado. Por determinação contida no art. 37, XXI, da Constituição Federal, só podem ser impostas exigências indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações:

"Art. 37. (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."[grifo nosso].

Dito isso, é consabido que o Edital Licitatório faz lei entre as partes, ao anuir com as regras do certame, anui-se com a Lei, bem por isso:

A licitação é um procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia. Está voltada a um duplo objetivo: o de proporcionar à Administração a possibilidade de realizar o negócio mais vantajoso --- o melhor negócio --- e o de assegurar aos administrados a oportunidade de concorrerem, em igualdade de condições, à contratação pretendida pela Administração. Imposição do interesse público, seu pressuposto é a competição. Procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia, a função da licitação é a de viabilizar, através da mais ampla disputa, envolvendo o maior número possível de agentes econômicos capacitados, a satisfação do interesse público. A competição visada pela licitação, a instrumentar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, impõe-se seja desenrolada de modo que reste assegurada a igualdade (isonomia) de todos quantos pretendam acesso às contratações da Administração.

E, no dizer do ilustre doutrinador Hely Lopes Meirelles a vinculação ao instrumento convocatório é:

[...] Princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. (grifado)

No caso concreto, a aplicação rígida e literal da previsão editalícia resultou no afastamento da participação da Recorrente. Entretanto, não se vislumbra justificativa concreta para a inabilitação.

Com efeito, não se trata de descumprimento do instrumento convocatório, sob pena de gerar distorções e frustrar o caráter competitivo da licitação. No entanto, o excesso de formalismo em questões de fácil constatação, não pode desclassificar concorrente que preenche os demais requisitos exigidos.

A concorrente trouxe documentação hábil a comprovar sua qualificação técnica por meio de atestados técnicos emitidos pelo CREA, demonstrando sua aptidão em conformidade com o exigido no edital, a despeito de qualquer mera irregularidade do instrumento utilizado.

Ainda, ficou demonstrado pelos documentos anexos ao recurso que o sistema do CREA/CONFEA do Estado de Santa Catarina, não há descrição ou aporte exclusivo para o piso em granitina.

Consta nas CAT's (Certificado de Acervo Técnico), que a empresa Recorrente já foi responsável pela colocação de várias formas de pisos, entre elas: Piso em concreto, piso de cimento queimado e piso cerâmico;

Além do mais, o arquiteto e urbanista Sr. Rafael Wanzuita, inscrição CAU A69216-6, matrícula 113.724, autor do projeto objeto licitado (fl. 37) disse:

"(...) Nota-se que os questionamentos levantados pela empresa no recurso administrativo 464, é passível de deferimento, hora pelo item solicitado no edital ter similaridade com a execução de piso de concreto, ou por não constar a possibilidade de elencar na lista de serviços



do sistema Crea-net a opção de "piso de granitina", e também, por ser notório que tal item pode ser suprimido ou substituído por "piso de concreto" ou "piso de material não relacionado" sem causar prejuízos para uma execução primorosa dos serviços. (...) Grifei

Considerando que o próprio profissional técnico, autor do projeto, atestou que para a comprovação da exigência contida no item 6.1 do Edital, pode ser substituído por piso de concreto, não há como manter a inabilitação da empresa Recorrente.

Derradeiramente, cito o art. 30, parágrafo 3º da Lei 8.666/93, que permite que sejam aceitos serviços similares ou de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior:

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior."

Desta forma, não pode a Administração Pública prejudicar a participação da Empresa Recorrente. Nessa ordem de ideias, aparenta haver excesso de formalismo da comissão licitante.

Nesse sentido já decidiu o Tribunal de Justiça de Santa Catarina :

MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. DESCLASSIFICAÇÃO DE CONCORRENTE POR SUPOSTA VIOLAÇÃO ÀS NORMAS DO EDITAL. IN-SERÇÃO DA DESPESA "SEGURO DE RISCO DE ENGENHARIA" EM RUBRICA INADEQUADA. EQUÍVOCO IRRELEVANTE POR NÃO ENSEJAR ALTERAÇÃO NO PREÇO GLOBAL. FORMALISMO EXAGERADO POR PARTE DOS IMPETRADOS. PRECEDENTES. CONCESSÃO DA ORDEM. (TJSC, Mandado de Segurança n. 4028325-10.2019.8.24.0000, da Capital, rel. Des. Jorge Luiz de Borba, Primeira Câmara de Direito Público, j. 09-06-2020).

Ainda:

"A Administração Pública não pode descumprir as normas legais, tampouco as condições editalícias, tendo em vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (Lei 8.666/93, art. 41). Contudo, rigorismos formais extremos e exigências inúteis não podem conduzir a interpretação contrária à finalidade da lei, notadamente em se tratando de concorrência pública, do tipo menor preço, na qual a existência de vários interessados é benéfica, na exata medida em que facilita a escolha da proposta efetivamente mais vantajosa (Lei 8.666/93, art. 3º) [...]

(REsp. n. 797.170/MT, Relatora: Ministra Denise Arruda, j. 17/10/2006)." (TJSC, Agravo Regimental em Medida Cautelar Inominada n. 2014.018059-0, de Joinville, rel. Des. Paulo Ricardo Bruschi, Terceira Câmara de Direito Público, j. 23/9/2014). (Reexame Necessário n. 0301297-19.2016.8. 24.0113, de Camboriú, rel. Des. Sérgio Roberto Baasch Luz, 2ª Câmara de Direito Público, j. 20.2.2018).

Assim, acolho, como razão de decidir assinto integralmente o entendimento da Manifestação Jurídica (fl. 30/36).

### III – DISPOSITIVO

Diante do exposto, conheço do pedido e, no mérito, DOU PROVIMENTO AO RECURSO, DEFIRO o pedido para HABILITAR a empresa AL CERTA CONSTRUTORA E INCORPORADORA, no Processo de Licitação Tomada de Preço nº 235/2020.

Cumpra-se. Registre-se. Intime-se.

Jaraguá do Sul, 16 de fevereiro 2021.

Argos José Burgardt

Secretário Municipal de Administração

## DECRETO Nº 14.680/2021

Publicação Nº 2868042

### D E C R E T O Nº 14.680/2021

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.456/2020, de 21/10/2020, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 8.456/2020, de 21 de outubro de 2020,

### DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 2.647.686,94 (Dois milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, seiscentos e oitenta e seis reais e noventa e quatro centavos), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001.15.452.450.3.064 - Pavimentação Rua Abramo Pradi

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.308 4.4.90 - Aplicações Diretas

0.1.76.0636 - Emenda Par Ind-Convênio MDR-CEF 885324 R\$ 942.459,04

6.3.00.0636 - Contrapartida Conv SF Próprios - Emenda Par.

Ind-Convênio R\$ 10.309,69

09.001.15.452.450.3.065 - Pavimentação Rua Adela Erdmann

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.309 4.4.90 - Aplicações Diretas  
0.1.76.0636 - Emenda Par Ind-Convênio MDR-CEF 885324 R\$ 152.420,36  
6.3.00.0636 - Contrapartida Conv SF Próprios - Emenda Par.  
Ind-Convênio R\$ 1.667,35  
09.001.15.452.450.3.066 - Pavimentação Rua Lina Walz Schwarz  
4.4.00 - INVESTIMENTOS  
09.001.310 4.4.90 - Aplicações Diretas  
0.1.76.0636 - Emenda Par Ind-Convênio MDR-CEF 885324 R\$ 1.068.810,48  
6.3.00.0636 - Contrapartida Conv SF Próprios - Emenda Par.  
Ind-Convênio R\$ 11.691,76  
09.001.15.452.450.3.067 - Pavimentação Rua Verena Sch-nke Kroeger  
4.4.00 - INVESTIMENTOS  
09.001.311 4.4.90 - Aplicações Diretas  
0.1.76.0636 - Emenda Par Ind-Convênio MDR-CEF 885324 R\$ 455.347,16  
6.3.00.0636 - Contrapartida Conv SF Próprios - Emenda Par.  
Ind-Convênio R\$ 4.981,10  
TOTAL R\$ 2.647.686,94

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do provável "Excesso de Arrecadação" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos Emenda Parlamentar Individual - Convênio MDR - CEF 885324, no valor de R\$ 2.619.037,04 (Dois milhões, seiscentos e dezenove mil, trinta e sete reais e quatro centavos); e do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2020, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos ordinários, no valor de R\$ 28.649,90 (Vinte e oito mil, seiscentos e quarenta e nove reais e noventa centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de fevereiro de 2021.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## DECRETO Nº 14.681/2021

Publicação Nº 2868045

D E C R E T O Nº 14.681/2021

Aprova o Loteamento Residencial VICTOR BAUER.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos das Leis Federal Nº 6.766/1979, de 19/12/1979; Estadual Nº 17.492/2018, de 22/01/2018; e Municipal Nº 1.767/1993, de 09/12/1993; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 063/2021/Semplu, de 15 de fevereiro de 2021, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo;

DECRETA :

Art.1º Fica aprovado o Loteamento Residencial VICTOR BAUER, com área total de 5.955,63m<sup>2</sup>, parte da MI Nº 24.085 com área total de 7.500,00m<sup>2</sup>, de propriedade de Guisela Maske Bauer, Iracilda Bauer Bioni, Nelson Bioni, Irosaleti Bauer de Lima, Mauro de Lima, Ivanildes Bauer de Pin, Luiz Carlos de Pin, Arcildo Bauer, Marli Ferreira Bauer, Ivanete Bauer Scoz, Sérgio Luiz Scoz, Jonny Adael Wehrmeister, Ieda Bauer Wehrmeister e Ivane Bauer, situado à Rua 601 - Manoel Francisco da Costa, bairro João Pessoa, área urbana, conforme plantas e documentação anexas ao Processo PMJS Nº 18225/2019.

Art.2º O loteamento é composto de 01 (um) lote destinado à Área Verde, com a área de 301,15m<sup>2</sup>; 07 (sete) lotes comercializáveis, do 01 ao 07, totalizando a área de 3.799,29m<sup>2</sup>; e 1.855,19m<sup>2</sup> de área de arruamento, compreendendo leito carroçável e passeios. A área remanescente contém 1.544,37m<sup>2</sup>.

§1º A Rua "A" passa a receber o número 1588.

§2º Sobre a Área Verde está gravada a faixa non aedificandi de 2,00m para ambos os lados da tubulação de drenagem (diâmetros 0,40m).

§3º Sobre o Lote 01 e a Área Remanescente está gravado o recuo obrigatório de 5,00m da Rua 601 - Manoel Francisco da Costa.

§4º As Diretrizes Básicas de Projeto de Loteamento foram protocoladas no Processo PMJS Nº 16199/1995, de 21/11/1995.

§5º O loteamento possui licenciamento ambiental na LAO Nº 035/2020/FUJAMA/JGS.

§6º Todos os lotes possuem suas linhas limítrofes que extremam com vias públicas oficiais coincidentes com o alinhamento predial.

§7º Parcelamento do Solo aprovado nos termos da Lei Municipal Nº 8.265/2020, de 11/03/2020.

Art.3º Este Decreto tem validade para atualização de confrontantes conforme a planta técnica de aprovação do Loteamento Residencial VICTOR BAUER.

Art.4º O registro do loteamento em pauta em cartório competente deverá ser efetuado no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de fevereiro de 2021.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**DECRETO Nº 14.682/2021**

Publicação Nº 2868047

**D E C R E T O Nº 14.682/2021**

Autoriza o Município de Jaraguá do Sul a Adquirir, por Doação, da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, o Bem que Especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições, e nos termos do inciso IX, do artigo 71, da Lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 6/2021-Presidência, de 15/01/2021, da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul;

DECRETA :

Art.1º Fica o Município de Jaraguá do Sul, com fundamento no artigo 9º, §1º, III, e no artigo 12, §1º, da Lei Municipal Nº 3.875/2005, de 13/07/2005, alterada pelas Leis Municipais Nºs 4.571/2007, de 27/02/2007, 5.869/2011, de 17/02/2011, e 7.385/2017, de 24/05/2017, autorizado a adquirir, por doação, da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, 01 (um) veículo, usado, espécie/tipo Pas/Automóvel, marca/mo-  
delo I/VW Spacefox Sportline GII, a álcool/gasolina, Cap/Pot/Cil 5P/104CV, categoria Oficial, cor prata, placas MJS5379, ano de fabricação/  
modelo 2010/2011, Chassi Nº 8AWPB45Z4BA521591, Código de RENAVAM Nº 280011997, avaliado em R\$ 24.046,62 (Vinte e quatro mil,  
quarenta e seis reais e sessenta e dois centavos).

Art.2º O veículo discriminado no artigo 1º deste Decreto passará a integrar a Frota de Veículos Municipal.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de fevereiro de 2021.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**DECRETO Nº 14.683/2021**

Publicação Nº 2868050

**D E C R E T O Nº 14.683/2021**

Revoga o Decreto Municipal Nº 14.458/2020, de 25 de Novembro de 2020, que Declara de Utilidade Pública Áreas de ILSO NOLTÊNIO BASTOS E AMAZILDA DA COSTA BASTOS e JOÃO LÚCIO DA COSTA.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 014/2021-Semfaz, de 15/02/2021, da Secretaria Municipal da Fazenda;

DECRETA :

Art.1º Fica revogado o Decreto Municipal Nº 14.458/2020, de 25/11/2020, que "Declara de Utilidade Pública Áreas de ILSO NOLTÊNIO BASTOS E AMAZILDA DA COSTA BASTOS e JOÃO LÚCIO DA COSTA".

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de fevereiro de 2021.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**DECRETO Nº 14.684/2021**

Publicação Nº 2868051

**D E C R E T O Nº 14.684/2021**

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.456/2020, de 21/10/2020, e Alterações Pos-  
teriores, Mediante Anulação de Despesa da Mesma Categoria de Programação, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no inciso IX, do artigo 6º, da Lei Municipal Nº 8.456/2020, de 21 de outubro de 2020, e no inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 6.200,74 (Seis mil, duzentos reais e setenta e quatro centavos), para readequação  
orçamentária da ação abaixo discriminada, constante do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e  
Inovação (Sedein), a saber:

41 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO E INOVAÇÃO  
41.002 - TURISMO  
41.002.23.695.1060.5.261 - Reforma do Portal Germânico  
4.4.00 - INVESTIMENTOS  
41.002.672 4.4.90 - Aplicações Diretas  
0.1.00.0080 - Recursos Próprios R\$ 6.200,74

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária da ação abaixo discriminada, constante do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação (Sedein), a saber:

41 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO E INOVAÇÃO  
41.002 - TURISMO  
41.002.23.695.1060.5.261 - Reforma do Portal Germânico  
4.4.00 - INVESTIMENTOS  
41.002.672 4.4.90 - Aplicações Diretas  
6.1.00.0568 - Contrap. Conv. Min. Turis. - Reforma Portal Germânico R\$ 6.200,74

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 17 de fevereiro de 2021.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## DECRETO Nº 14.685/2021

Publicação Nº 2868053

### D E C R E T O Nº 14.685/2021

Altera e Revoga Dispositivos do Decreto Municipal Nº 6.329/2008, de 31 de Março de 2008, Alterado pelo Decreto Municipal Nº 6.348/2008, de 28 de Abril de 2008, que Dispõem Sobre a Instituição da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (SAMAEE).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Lei Municipal Nº 3.436/2003, de 12 de agosto de 2003, e alterações; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício/Samae Nº 31/2021, de 01/02/2021, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae);

#### DECRETA :

Art.1º O artigo 5º, do Decreto Municipal Nº 6.329/2008, de 31/03/2008, alterado pelo Decreto Municipal Nº 6.348/2008, de 28/04/2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.5º Os representantes do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae) serão nomeados por ato do seu Diretor Presidente, assegurando, no mínimo, 01 (um) representante de cada Diretoria existente na estrutura administrativa da autarquia.”

Art.2º O parágrafo único, do artigo 6º, do Decreto Municipal Nº 6.329/2008, de 31/03/2008, alterado pelo Decreto Municipal Nº 6.348/2008, de 28/04/2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.6º ...

Parágrafo único. O mandato dos membros eleitos e indicados para composição da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) terá duração de 02 (dois) anos, permitida 01 (uma) reeleição ou nova indicação.”

Art.3º Fica revogado o inciso IV, do artigo 13, do Decreto Municipal Nº 6.329/2008, de 31/03/2008, alterado pelo Decreto Municipal Nº 6.348/2008, de 28/04/2008.

Art.4º Os incisos IV e V, do artigo 23, do Decreto Municipal Nº 6.329/2008, de 31/03/2008, alterado pelo Decreto Municipal Nº 6.348/2008, de 28/04/2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art.23. ...

...

IV - a realização da eleição deverá ocorrer no prazo de 25 (vinte e cinco) dias antes da posse da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA);

V - a realização de eleição ocorrerá em dia normal de trabalho, respeitando os horários de turnos e em horário que possibilite a participação da maioria dos servidores. Será obrigatória a utilização de urnas "itinerantes", de forma a garantir maior participação;

...”

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 17 de fevereiro de 2021.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## DECRETO Nº 14.686/2021

Publicação Nº 2868054

D E C R E T O Nº 14.686/2021

Altera Dispositivos do Decreto Municipal Nº 14.623/2021, de 04 de Fevereiro de 2021, que Designa Comissão Especial que Procederá o Processo Seletivo do Edital Nº 001/2021/Semash.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e  
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 058/2021/Semash, de 05/02/2021, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

DECRETA :

Art.1º O caput, do artigo 1º, do Decreto Municipal Nº 14.623/2021, de 04/02/2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1º Ficam designados, a partir de 02/02/2021, os servidores públicos municipais a seguir relacionados para comporem a COMISSÃO ESPECIAL que procederá o Processo Seletivo do Edital Nº 001/2021/Semash, para a contratação de Assistente Social, Psicólogo e Cuidador Social, para atender necessidades essenciais da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação:

...”

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/02/2021.

Jaraguá do Sul, 17 de fevereiro de 2021.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## DECRETO Nº 14.687/2021

Publicação Nº 2868055

D E C R E T O Nº 14.687/2021

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais RAFAEL WANZUITA SALUSTRIANO, matrícula 113724, MARCELO ADRIANO ELERT, matrícula 10956, e MICHELE CRISTINA DE AMORIM, matrícula 7491, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura, em razão da TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2021, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para reforma no Pavilhão B, do Parque Municipal de Eventos, localizado à Rua Walter Marquardt, Nº 910, no bairro Barra do Rio Molha, em Jaraguá do Sul/SC, contemplando reforma da cobertura, da estrutura pré-moldada, do piso de concreto, troca das telhas de fibrocimento, pintura da estrutura pré-moldada e estrutura metálica e revestimento em ACM, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 17 de fevereiro de 2021.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## DECRETO Nº 14.688/2021

Publicação Nº 2868056

D E C R E T O Nº 14.688/2021

Designa Fiscal e Gestor de Contrato.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Tomada de Preços Nº 004/2021, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica

para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para reforma no Pavilhão B, do Parque Municipal de Eventos, localizado à Rua Walter Marquardt, Nº 910, no bairro Barra do Rio Molha, em Jaraguá do Sul/SC, contemplando reforma da cobertura, da estrutura pré-moldada, do piso de concreto, troca das telhas de fibrocimento, pintura da estrutura pré-moldada e estrutura metálica e revestimento em ACM;

**DECRETA :**

Art.1º Fica designado o servidor público municipal RAFAEL WANZUITA SALUSTRIANO, matrícula 113724, Arquiteto e Urbanista, para FISCALIZAÇÃO, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 004/2021 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.2º Fica designado o servidor público municipal ROBSON GUILHERME DE ANDRADE MINEL, matrícula 82148, Gerente de Fiscalização de Bens Públicos, para GERIR, controlar, conhecer, encaminhar e acompanhar a execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 004/2021 com os termos do ato convocatório, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 17 de fevereiro de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**DECRETO Nº 14.689/2021**

Publicação Nº 2868057

**D E C R E T O Nº 14.689/2021**

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.456/2020, de 21/10/2020, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 8.456/2020, de 21 de outubro de 2020,

**DECRETA :**

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 4.324,40 (Quatro mil, trezentos e vinte e quatro reais e quarenta centavos), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (Semplu), a saber:

33 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

33.002 - TRÂNSITO E TRANSPORTE

33.002.6.183.410.2.257 - Manutenção das Atividades do Programa Polícia Militar

4.4.00 - INVESTIMENTOS

33.002.504 4.4.90 - Aplicações Diretas

0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios - PMJS R\$ 4.324,40

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2020, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos ordinários, no valor de R\$ 4.324,40 (Quatro mil, trezentos e vinte e quatro reais e quarenta centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 17 de fevereiro de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**EDITAL DE AUDIÊNCIA VIA CONSULTA PÚBLICA ELETRÔNICA PLANEJAMENTO PLURIANUAL – PPA 2022-2025  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2022 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA 2022**

Publicação Nº 2867915

**EDITAL DE AUDIÊNCIA VIA CONSULTA PÚBLICA ELETRÔNICA**

Planejamento Plurianual – PPA 2022-2025

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2022

Lei Orçamentária Anual - LOA 2022

Considerando o Art. 13º do Decreto 13.723/2020.

Considerando o disposto no parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, que prevê a participação popular na elaboração das propostas de Planejamento do Governo.

Considerando que o exercício da cidadania é direito e dever de todo munícipe, e a participação da comunidade é muito importante neste processo de definição do planejamento de ações, vimos convidá-los a participar da Audiência via Consulta Pública Eletrônica que tem como



objetivo fomentar a elaboração do Plano Plurianual PPA 2022-2025, a Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO 2022 e a Lei Orçamentária Anual – LOA/2022.

Link: <https://www.jaraguadosul.sc.gov.br/audiencia-publica-ppa-ldo-loa-2022>

Período Disponível: 21 a 28 de Março/2021

Sua participação e opinião é muito importante para a administração de Jaraguá do Sul. Contamos com você.

Atenciosamente,

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2021

Publicação Nº 2869429

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2021

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 209/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: G.J WINTER TERRAPLENAGEM E DISK CAÇAMBAS EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para prestação de serviços de CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS DE CAMINHÕES E MÁQUINAS RODANTES, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, destinados para prestação de serviços ao município durante o período de 01/02/2021 a 17/12/2021, segundo as conveniências da administração direta.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários estão previstos no item 13.1 da cláusula décima terceira desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, nas devidas Secretarias solicitantes.

Prazo de execução dos serviços: Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade do município, que procederá a solicitação nas quantidades que lhe convir, realizada dentro do prazo de vigência da Ata de Registro, formalizada através de Autorização de Fornecimento enviada via fax símile ou e-mail, devendo a empresa vencedora iniciar o serviço no prazo máximo 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento, nos locais indicados pelo município, dentro do território do Município de Jaraguá do Sul.

DATA DA ASSINATURA: 01/02/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Argos José Burgardt e Gilmar Júlio Winter.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2021

Publicação Nº 2869430

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2021

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 209/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: MÁRIO VIEIRA & CIA TERRAPLENAGEM LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para prestação de serviços de CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS DE CAMINHÕES E MÁQUINAS RODANTES, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, destinados para prestação de serviços ao município durante o período de 01/02/2021 a 17/12/2021, segundo as conveniências da administração direta.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários estão previstos no item 13.1 da cláusula décima terceira desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, nas devidas Secretarias solicitantes.

Prazo de execução dos serviços: Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade do município, que procederá a solicitação nas quantidades que lhe convir, realizada dentro do prazo de vigência da Ata de Registro, formalizada através de Autorização de Fornecimento enviada via fax símile ou e-mail, devendo a empresa vencedora iniciar o serviço no prazo máximo 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento, nos locais indicados pelo município, dentro do território do Município de Jaraguá do Sul.

DATA DA ASSINATURA: 01/02/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Argos José Burgardt e Márcio Ivam Vieira

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração



**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 309/2020**

Publicação Nº 2869432

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 309/2020**

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 195/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: FORTQUIM DO BRASIL, INDUSTRIA QUIMICA LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de produtos de higiene e limpeza, destinados para as Escolas Municipais de Educação Básica e Centros Municipais de Educação Infantil do Município de Jaraguá do Sul ao longo de 12(doze) meses, em conformidade com as especificações técnicas constantes no ANEXO IX do edital de PREGÃO PRESENCIAL 195/2020, segundo as conveniências da administração direta.

DO VALOR: Os valores estão previstos no item 1.2 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2020 e 2021, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima sexta desta Ata de Registro.

PAGAMENTO: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega total de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue na Secretaria Municipal da Educação.

PRAZO PARA ENTREGA: Parcelada, ao longo de 12 (doze) meses, conforme interesse e solicitação do Município.

4.2.1 - A cada pedido realizado, a entrega total deverá acontecer com prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil após recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile e/ou e-mail.

LOCAIS DE ENTREGA: Os produtos deverão ser entregues diretamente nos locais informados pela Secretaria Municipal de Educação, conforme endereços constantes no Anexo IX do edital

DATA DA ASSINATURA: 23/12/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Ivana Atanásio Dias e Sandro Nunes da Silva

Ivana Atanásio Dias

Secretária Municipal de Educação

**ORDEM DE PARALISAÇÃO – Nº 01/2021**

Publicação Nº 2869434

**ORDEM DE PARALISAÇÃO – nº 01/2021.**

Determinamos por meio desta, a empresa GECPAV CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO EIRELI, a paralisação dos serviços referentes a contratação de serviços de engenharia para execução de obra de adequação de acessibilidade na UBS Mathilde Sebold Blunk, situada à Rua Ingo Blunk, 110, no Bairro Estrada Nova, em Jaraguá do Sul/SC, com fornecimento de materiais e mão de obra, objeto do Edital de Tomada de Preços nº 38/2020-FMS, e formalizada pelo Contrato nº 632/2020, a partir da data do recebimento desta Ordem, pelo prazo de 30 (trinta) dias, devido motivos de ordem técnica (determinação da solução para serviço imprevisível identificado no decorrer da obra, referente infiltração pluvial sob o piso) – exceção do parágrafo único do artigo 8º da lei 8.666/93).

Jaraguá do Sul, 27 de janeiro de 2021.

FELIPE KUTZNER

Engenheiro Civil – Fiscal Designado

Recebi em, 28 / 01 / 2021

GECPAV CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO EIRELI

CNPJ 32.137.794/0001-26

OBS:- Será lavrada em 5 (cinco) vias: a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Controladoria; d) Arquivo no Setor responsável pelas obras; e) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos;

- REINÍCIO DOS SERVIÇOS deverá ser também autorizado, expressamente pelo contratante.

RATIFICAÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

Conforme o art. 26 da Lei 8.666/93, face a presente Ordem de Paralisação, fica ratificada pela autoridade superior, nos termos propostos.

Jaraguá do Sul, 28 de Janeiro de 2021.

ALCEU GILMAR MORETTI

Secretário Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 002/2021 – SEDEIN**

Publicação Nº 2867762

Portaria Nº 002/2021 – Sedein

DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO nº 57/2021 AO CONTRATO DE GESTÃO Nº 01/2018 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E TURISMO, HOJE SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO E A ASSOCIAÇÃO CENTRO DE INOVAÇÃO JARAGUÁ DO SUL – NOVALE HUB

O Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação – Sedein, Daniel Gustavo Schmitz de Arruda, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 40 da Lei Complementar Nº 240/2019 de 31 de Outubro de 2019, e em conformidade com o Leis Nº 7.740 e 7.741/2018 e o Decreto Municipal Nº 12.359/2018

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores públicos municipais DANIEL PEACH matrícula 9124, RICARDO AMADIO matrícula 11271 e MARILENE GIESE matrícula 11135, para, sob a presidência da primeira, comporem a COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação – Sedein, em virtude de demandas apresentadas a esta secretaria, sendo:

- SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 57/2021 AO CONTRATO DE GESTÃO Nº 001/2018 entre Município de Jaraguá do Sul através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação e a Associação Centro de Inovação Jaraguá do Sul – NOVALE HUB.

Art. 2º As atividades desenvolvidas pela Comissão são consideradas de relevante interesse público e não serão remuneradas.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir do dia 15/02/2021.

Jaraguá do Sul (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Daniel Gustavo Schmitz de Arruda

Secretário de Desenvolvimento Econômico e Inovação

**PORTARIA Nº 007/2021**

Publicação Nº 2867535

PORTARIANº 007/2021

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 240 de 31 de outubro de 2019, anexo XXII; e

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 266/2020, art. 140, que trata da licença à gestante e ao adotante;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA À ADOTANTE, no período de 12/02/2021 a 10/08/2021, à Servidora Pública Municipal, Sra. PATRICIA GISELIA EGER HILLESHEIM, matrícula 8936, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 12/02/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de fevereiro de 2021

ALESSANDRO BUOZI MARTINS

Diretor de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº 008/2021**

Publicação Nº 2867537

PORTARIANº 008/2021

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 240 de 31 de outubro de 2019, anexo XXII; e

CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus, que configura Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

CONSIDERANDO as regras de isolamento social instituídas pelo Decreto Estadual Nº 515, de 17/03/2020, e pelo Decreto Estadual Nº 525, de 23/03/2020, e alterações posteriores;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal Nº 13.723/2020, de 18/03/2020, declarou Situação de Emergência no Município de Jaraguá do Sul

e estabelece medidas para enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a motivação dos Decretos Municipais N°s 13.709/2020, de 16/03/2020; 13.715/2020, de 17/03/2020; 13.723/2020, de 18/03/2020; e 13.729/2020, de 23/03/2020;

CONSIDERANDO, ainda, o teor dos Decretos Municipais N°s 13.731/2020, de 25/03/2020; 13.740/2020, de 03/04/2020; e 13.744/2020, de 09/04/2020; e 14.624/2021, de 05/02/2021; e alterações;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196, da Constituição da República Federativa do Brasil;

RESOLVE :

Art. 1º CONCEDER afastamento do exercício do cargo para tratamento da própria saúde aos servidores públicos municipais a seguir relacionados:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO DE AFASTAMENTO
Matheus Vinicius Munhoz	10024	Psicólogo	Secretaria Municipal de Saúde	08/02/2021 a 11/02/2021
Wilson Roberto Grubba Moreira	3229	Cirurgião Dentista	Secretaria Municipal de Saúde	08/02/2021 a 13/02/2021
Marisa dos Santos Ziembikiewicz	9477	Farmacêutica Bioquímico	Secretaria Municipal de Saúde	09/02/2021 a 11/02/2021
Anair Fochezatto de Souza	9780	Professora de Educação Infantil	Secretaria Municipal de Educação	09/02/2021 a 11/02/2021
Douglas Aparecido da Silva	8694	Agente Operacional	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	09/02/2021 a 13/02/2021
Francielle Oliani	11216	Fisioterapeuta	Secretaria Municipal de Saúde	07/02/2021 a 16/02/2021
Marisa Pletsch Pegoraro	10041	Agente de Alimentação e Nutrição	Secretaria Municipal de Administração	09/02/2021 a 11/02/2021
Adalberto Geraldo Moraes	9392	Agente Administrativo	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação	07/02/2021 a 10/02/2021
Valdirene Rodrigues Silva	10569	Técnico de Enfermagem	Secretaria Municipal de Saúde	09/02/2021 a 16/02/2021
Jurema Meier Dalpiaz Grumm	7827	Professora de Ensino Fundamental	Secretaria Municipal de Educação	08/02/2021 a 15/02/2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de fevereiro de 2021

ALESSANDRO BUOZI MARTINS

Diretor de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº 009/2021**

Publicação Nº 2867533

PORTARIANº 009/2021

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 240 de 31 de outubro de 2019, anexo XXII; e

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 154/2014, art. 125 que trata da licença por motivo de doença em pessoa da família;

CONSIDERANDO a avaliação da Junta Médica Oficial;

RESOLVE :

Art. 1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 10/02/2021 a 12/02/2021, à servidora pública municipal LIDIA COUTINHO PIRES, matrícula 8593, ocupante do cargo efetivo de Atendente de Berçário, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/02/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de fevereiro de 2021  
ALESSANDRO BUOZI MARTINS  
Diretor de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº 010/2021**

Publicação Nº 2867539

PORTARIANº 010/2021

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 240 de 31 de outubro de 2019, anexo XXII; e

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 154/2014, art. 125 que trata da licença por motivo de doença em pessoa da família;

CONSIDERANDO a avaliação da Junta Médica Oficial;

RESOLVE :

Art. 1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 11/02/2021 a 17/02/2021, à servidora pública municipal LUCIANE BALTAZAR DA LUZ FURTADO, matrícula 10599, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11/02/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de fevereiro de 2021.  
ALESSANDRO BUOZI MARTINS  
Diretor de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº 339/2021**

Publicação Nº 2868069

PORTARIANº 339/2021

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, incisos IX e XIII, da LOM; e pelo inciso VII, do artigo 148, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, 238/2019, de 10/10/2019, 260/2020, de 22/07/2020, 266/2020, de 11/12/2020, e 270/2021, de 11/01/2021; e

CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus, que configura Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

CONSIDERANDO as regras de isolamento social instituídas pelo Decreto Estadual Nº 515, de 17/03/2020, e pelo Decreto Estadual Nº 525, de 23/03/2020, e alterações posteriores;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal Nº 13.723/2020, de 18/03/2020, declarou Situação de Emergência no Município de Jaraguá do Sul e estabelece medidas para enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a motivação dos Decretos Municipais Nºs 13.709/2020, de 16/03/2020; 13.715/2020, de 17/03/2020; 13.723/2020, de 18/03/2020; e 13.729/2020, de 23/03/2020;

CONSIDERANDO, ainda, o teor dos Decretos Municipais Nºs 13.731/2020, de 25/03/2020; 13.740/2020, de 03/04/2020; e 13.744/2020, de 09/04/2020, e alterações;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196, da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 015/2021/Semad/DGP/GAS, de 02/02/2021, da Gerência de Assistência ao Servidor;

**RESOLVE :**

Art.1º CONCEDER afastamento do exercício do cargo para tratamento da própria saúde aos servidores públicos municipais a seguir relacionados:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO DE AFASTAMENTO
Dayse Cristine Malamin	113890	Técnica de Enfermagem	Secretaria Municipal de Saúde	28/01/2021 a 05/02/2021
Cibeli Franco da Silva Rosa	8721	Recepcionista	Secretaria Municipal de Saúde	31/01/2021 a 04/02/2021
Luciani Cristina Siewerdt Stein	10757	Pedagoga	Secretaria Municipal de Educação	24/01/2021 a 08/02/2021
Jessica Castoldi	10887	Recepcionista	Secretaria Municipal de Saúde	28/01/2021 e 29/01/2021
Neide Steffen Marcchetti	8111	Professora de Educação Infantil - Ensino Superior	Secretaria Municipal de Educação	03/02/2021 a 07/02/2021
Andreia Pereira Volkmann	8231	Auxiliar em Saúde Bucal	Secretaria Municipal de Saúde	26/01/2021 a 29/01/2021
Daniel Bittencourt de Medeiros	113916	Médico Especialista	Secretaria Municipal de Saúde	21/01/2021 a 26/01/2021
Ana Luiza Grabowski Perdoncini	11238	Farmacêutica	Secretaria Municipal de Saúde	27/01/2021 a 04/02/2021
Anderson Rodrigo Escopelli	10889	Médico	Secretaria Municipal de Saúde	24/01/2021 a 26/01/2021
Luciana Kulkamp Lehmann	82160	Assessora de Gabinete	Secretaria Municipal da Fazenda	25/01/2021 a 05/02/2021
Eric de Souza	10508	Técnico de Enfermagem	Secretaria Municipal de Saúde	28/01/2021
Angela Ropke Boa-Hora	10398	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal de Educação	26/01/2021
Jéssica Maria Alexa da Silva	10675	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal de Educação	24/01/2021 a 26/01/2021

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de fevereiro de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 340/2021**

Publicação Nº 2868072

PORTARIANº 340/2021

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e  
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 070/2021/Semash, de 10/02/2021, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a pedido, a partir de 05/02/2021, BABIANI BUZZI MOREIRA da função gratificada de SUPERVISORA DE CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS), da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 228/2021, de 1º/02/2021.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/02/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de fevereiro de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 341/2021**

Publicação Nº 2868075

PORTARIANº 341/2021

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e  
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 030/2021/Semad-DGP, de 15/02/2021, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º TORNAR SEM EFEITO, a partir de 1º/02/2021, o artigo 4º, da Portaria Nº 207/2021, de 1º/02/2021, que designou DANIELA MATHIAS BASTOS ALVES, matrícula 9640, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE GESTÃO TÉCNICA DA SAÚDE - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/02/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de fevereiro de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 342/2021**

Publicação Nº 2868076

PORTARIANº 342/2021

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e  
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 030/2021/Semad-DGP, de 15/02/2021, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º TORNAR SEM EFEITO, a partir de 1º/02/2021, o artigo 16, da Portaria Nº 207/2021, de 1º/02/2021, que designou SIMONE SEMEN-TKOWSKI, matrícula 8967, ocupante do cargo efetivo de Recepcionista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE CAPACITAÇÃO E GESTÃO DO TRABALHO - (FGC-2), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/02/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de fevereiro de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 343/2021**

Publicação Nº 2868079

PORTARIANº 343/2021

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, incisos IX e XIII, da LOM; e pelo inciso VII, do artigo 148, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, 238/2019, de 10/10/2019, 260/2020, de 22/07/2020, 266/2020, de 11/12/2020, e 270/2021, de 11/01/2021; e

CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus, que configura Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

CONSIDERANDO as regras de isolamento social instituídas pelo Decreto Estadual Nº 515, de 17/03/2020, e pelo Decreto Estadual Nº 525, de 23/03/2020, e alterações posteriores;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal Nº 13.723/2020, de 18/03/2020, declarou Situação de Emergência no Município de Jaraguá do Sul e estabelece medidas para enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a motivação dos Decretos Municipais Nºs 13.709/2020, de 16/03/2020; 13.715/2020, de 17/03/2020; 13.723/2020, de 18/03/2020; e 13.729/2020, de 23/03/2020;

CONSIDERANDO, ainda, o teor dos Decretos Municipais Nºs 13.731/2020, de 25/03/2020; 13.740/2020, de 03/04/2020; e 13.744/2020, de 09/04/2020, e alterações;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196, da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 016/2021/Semad/DGP/GAS, de 03/02/2021, da Gerência de Assistência ao Servidor;

**RESOLVE :**

Art.1º CONCEDER afastamento do exercício do cargo para tratamento da própria saúde aos servidores públicos municipais a seguir relacionados:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO DE AFASTAMENTO
Zelize Fernanda Schenekemberg	10293	Técnica de Enfermagem	Secretaria Municipal de Saúde	25/01/2021 a 28/01/2021
Nelci Copini	8606	Auxiliar de Enfermagem	Secretaria Municipal de Educação	26/01/2021 a 29/01/2021
Karin Daniele Krehnke Fucks	11159	Professora de Educação Infantil - Ensino Superior	Secretaria Municipal de Educação	03/02/2021 a 05/02/2021
Paula Funke Gobbi Garcia	8128	Agente Administrativo	Secretaria Municipal da Administração	27/01/2021 a 02/02/2021
Ricardo Amadio	11271	Agente Administrativo	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação	28/01/2021 a 05/02/2021
Leonardo Haffermann	8438	Assistente de TI	Secretaria Municipal da Administração	29/01/2021 a 02/02/2021
Maria Celia Fideles	10444	Agente de Alimentação e Nutrição	Secretaria Municipal de Educação	03/02/2021 a 08/02/2021
Julie Alexandra Marcchetti Pogli	9602	Agente Comunitária de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde	02/02/2021 e 03/02/2021
Vanessa Hillesheim Will	10254	Agente de Alimentação e Nutrição	Secretaria Municipal de Educação	03/02/2021 a 09/02/2021



Estela Hertel Nagel	9218	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal de Educação	03/02/2021 e 04/02/2021
Maria Madalena Bernardini	11278	Agente de Endemias	Secretaria Municipal de Saúde	20/01/2021 a 29/01/2021
Mosart Freitas da Rosa	7057	Fiscal de Atividades Urbanas	Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo	24/01/2021 a 26/01/2021
Karla Vilhalba Pamplona Nakirimoto	11203	Cirurgiã Dentista	Secretaria Municipal de Saúde	24/01/2021 a 27/01/2021

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de fevereiro de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

## PORTARIA Nº 344/2021

Publicação Nº 2868080

PORTARIANº 344/2021

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 49 a 52, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 252/2020, de 04/03/2020, e 253/2020, de 06/03/2020; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 033/2021/Semop, de 10/02/2021, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, a partir de 16/02/2021, ANTÔNIO KLEIN para exercer o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE EQUIPE IV - OFICINAS, da Gerência de Obras e Serviços Públicos, da Diretoria de Obras e Serviços Públicos, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/02/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de fevereiro de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

## PORTARIA Nº 345/2021

Publicação Nº 2868081

PORTARIANº 345/2021

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 53 a 58, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 252/2020, de 04/03/2020, e 253/2020, de 06/03/2020; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 033/2021/Semop, de 10/02/2021, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 11/02/2021, JOÃO CARLOS LÚCIO, matrícula 7522, ocupante do cargo efetivo de Soldador, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, para exercer a função gratificada de ENCARGADO DA EQUIPE DE OFICINA - (FGC-3), da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11/02/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de fevereiro de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA N° 346/2021**

Publicação N° 2868082

PORTARIAN° 346/2021

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 53 a 58, da Lei Complementar Municipal N° 240/2019, de 31/10/2019, alterada pelas Leis Complementares Municipais N°s 252/2020, de 04/03/2020, e 253/2020, de 06/03/2020,

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/02/2021, ANGELIN SECCO PRIMO, matrícula 8013, ocupante do cargo efetivo de Carpinteiro I, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, para exercer a função gratificada de ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO - (FGC-3), da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/02/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de fevereiro de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA N° 347/2021**

Publicação N° 2868083

PORTARIAN° 347/2021

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 49 a 52, da Lei Complementar Municipal N° 240/2019, de 31/10/2019, alterada pelas Leis Complementares Municipais N°s 252/2020, de 04/03/2020, e 253/2020, de 06/03/2020,

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 12/02/2021, MARUSA BUTTCHEVITZ, matrícula 7865, ocupante do cargo efetivo de Fiscal Tributarista, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA, da Secretaria Municipal da Fazenda, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12/02/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de fevereiro de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA N° 348/2021**

Publicação N° 2868084

PORTARIAN° 348/2021

Designa Vice-Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de conformidade com o disposto na Lei Municipal N° 7.292/2016, de 02/12/2016, alterada pelas Leis Municipais N°s 7.493/2017, de 10/11/2017, e 8.460/2020, de 28/10/2020; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício N° 04/2021/CMDI/JS, de 11/02/2021, do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR a conselheira HILDEGARD BOSHAMMER para Vice-Presidência do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI), em substituição a Anderson Fabiano Schmitt.

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogada a Portaria N° 765/2019, de 22/08/2019, no que se refere a designação de Anderson Fabiano Schmitt.

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 1º de abril de 2021, conforme consubstanciado no Decreto Municipal N° 13.861/2020, de 12/05/2020.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de fevereiro de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 349/2021**

Publicação Nº 2868086

PORTARIANº 349/2021

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, incisos IX e XIII, da LOM; e pelo inciso VII, do artigo 148, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, 238/2019, de 10/10/2019, 260/2020, de 22/07/2020, 266/2020, de 11/12/2020, e 270/2021, de 11/01/2021; e

CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus, que configura Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

CONSIDERANDO as regras de isolamento social instituídas pelo Decreto Estadual Nº 515, de 17/03/2020, e pelo Decreto Estadual Nº 525, de 23/03/2020, e alterações posteriores;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal Nº 13.723/2020, de 18/03/2020, declarou Situação de Emergência no Município de Jaraguá do Sul e estabelece medidas para enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a motivação dos Decretos Municipais Nºs 13.709/2020, de 16/03/2020; 13.715/2020, de 17/03/2020; 13.723/2020, de 18/03/2020; e 13.729/2020, de 23/03/2020;

CONSIDERANDO, ainda, o teor dos Decretos Municipais Nºs 13.731/2020, de 25/03/2020; 13.740/2020, de 03/04/2020; e 13.744/2020, de 09/04/2020, e alterações;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196, da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 017/2021/Semad/DGP/GAS, de 08/02/2021, da Gerência de Assistência ao Servidor;

**RESOLVE :**

Art.1º CONCEDER afastamento do exercício do cargo para tratamento da própria saúde aos servidores públicos municipais a seguir relacionados:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO DE AFASTAMENTO
Camila Souza da Rosa	11065	Agente Administrativo	Secretaria Municipal da Administração	24/01/2021 a 26/01/2021
Silvio Sacoman	10366	Operador de Máquinas Leves	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	25/01/2021 a 01/02/2021
Telma Deise Freiburger de Oliveira	7903	Recreadora	Secretaria Municipal de Educação	24/01/2021 a 26/01/2021
Roberta Barros do Nascimento Tomaselli	10869	Fonoaudióloga	Secretaria Municipal de Saúde	24/01/2021 a 31/01/2021
Ramirez Bordignon Antunes	8732	Desenhista Projetista	Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo	24/01/2021 e 25/01/2021
Alba Regina de Souza	7589	Agente Comunitário	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação	27/01/2021 a 29/01/2021
Juliana Jorge Ploszai	10025	Técnica de Enfermagem	Secretaria Municipal de Saúde	21/01/2021 a 25/01/2021
Glauce Luciane Klabunde Ern	9607	Agente Comunitária de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde	21/01/2021 e 22/01/2021
Aneli Bernardete Heinzen	10424	Professora de Educação Infantil - Ensino Superior	Secretaria Municipal de Educação	03/02/2021 e 04/02/2021

Michelly Dayana Passig Ern	11117	Técnica de Enfermagem	Secretaria Municipal de Saúde	04/02/2021 e 05/02/2021
Vera Lucia Cani	10399	Professora de Educação Infantil - Ensino Superior	Secretaria Municipal de Educação	03/02/2021 e 04/02/2021
Cibeli Franco da Silva Rosa	8721	Recepcionista	Secretaria Municipal de Saúde	05/02/2021
Wilson Chagas Coelho	113813	Enfermeiro	Secretaria Municipal de Saúde	20/01/2021 a 22/01/2021

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de fevereiro de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

### PORTARIA Nº 350/2021

Publicação Nº 2868088

PORTARIANº 350/2021

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no artigo 127, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, 238/2019, de 10/10/2019, 260/2020, de 22/07/2020, 266/2020, de 11/12/2020, e 270/2021, de 11/01/2021; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 031/2021/Semad-DGP, de 15/02/2021, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR A LICENÇA, sem remuneração, do servidor público municipal EDUARDO SCHRODER, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 1º de março de 2021, encerrando-se em 28 de fevereiro de 2023.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/03/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de fevereiro de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

### PORTARIA Nº 351/2021

Publicação Nº 2868089

PORTARIANº 351/2021

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE :

Art.1º REVOGAR, a partir de 1º/02/2021, a Portaria Nº 131/2018, de 05/03/2018, que dispõe sobre a designação da PRIMEIRA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO GERAL e da SEGUNDA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO GERAL.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/02/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de fevereiro de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 352/2021**

Publicação Nº 2868090

PORTARIANº 352/2021

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 49 a 52, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 252/2020, de 04/03/2020, e 253/2020, de 06/03/2020,

**RESOLVE :**

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/02/2021, REGINALDO PANSTEIN, matrícula 8898, ocupante do cargo efetivo de Agente de Logística, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE ALMOXARIFADO CENTRAL, da Gerência de Controle Patrimonial e Serviços Gerais, da Diretoria de Administração, da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/02/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de fevereiro de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 353/2021**

Publicação Nº 2868092

PORTARIANº 353/2021

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e  
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 059/2021/Semed/GABSECR, de 15/02/2021, da Secretaria Municipal de Educação;

**RESOLVE :**

Art.1º DISPENSAR, a partir de 16/02/2021, CARLA FABIANE UBER DE MEDEIROS GRUTZMACHER da função gratificada de DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "ADELINO FRANCENER", da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogado o artigo 1º, da Portaria Nº 182/2021, de 28/01/2021.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/02/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de fevereiro de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 354/2021**

Publicação Nº 2868094

PORTARIANº 354/2021

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e  
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 088/2021/Semash, de 16/02/2021, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

**RESOLVE :**

Art.1º DISPENSAR, a partir de 14/02/2021, MÁRCIA CARDOSO GARCIA TEIXEIRA TAVARES do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE, da Diretoria Administrativa e Técnica de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 334/2021, de 11/02/2021.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/02/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de fevereiro de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 355/2021**

Publicação Nº 2868095

PORTARIANº 355/2021

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 49 a 52, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 252/2020, de 04/03/2020, e 253/2020, de 06/03/2020; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 088/2021/Semash, de 16/02/2021, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

**RESOLVE :**

Art.1º NOMEAR, a partir de 15/02/2021, MÁRCIA CARDOSO GARCIA TEIXEIRA TAVARES para exercer o cargo de provimento em comissão de GERENTE DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE, da Diretoria Administrativa e Técnica de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/02/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de fevereiro de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

# Jardinópolis

## PREFEITURA

### AVISO DE EDITAL DE PREGÃO Nº15/2021 PROCESSO LICITATÓRIO Nº18/2021

Publicação Nº 2869473

Estado de Santa Catarina
Município de Jardinópolis - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº 18/2021.
Edital: Pregão Presencial Nº 15/2021.
Tipo: Menor preço – Por item
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, PARA MANUTENÇÕES DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, CONFORME ANEXO - I DESTE EDITAL.
Entrega dos Envelopes : 08:00 do dia 03 de março de 2021.
Abertura dos Envelopes : 08:00 do dia 03 de março de 2021.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: pelo SITE <a href="http://www.jardinopolis.sc.gov.br">www.jardinopolis.sc.gov.br</a> ou <a href="http://jardinopolis.atende.net">jardinopolis.atende.net</a> ou Prefeitura de Jardinópolis localizada na Avenida Getúlio Vargas, 815, nos dias úteis, das Segundas à Sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo fone (49)3337-0004.
Jardinópolis, 18 de fevereiro de 2021
MAURO FRANCISCO RISSO PREFEITO MUNICIPAL

### RETIFICAÇÃO DECRETO N. 5.788/21 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2869487

Retificação DECRETO N. 5.788/21 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

ESTABELECE NOVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO, Prefeito do Município de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Jardinópolis e, ainda,

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, na forma do artigo 196 da CF/88;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que a Portaria n. 188/GM/MS, de 03 de fevereiro de 2020, declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que a Portaria n. 454/GM/MS, de 20 de março de 2020, declara em todo o território nacional o estado de transmissão comunitária do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que o Congresso Nacional, no dia 20 de março de 2020, reconheceu o Estado de Calamidade Pública para os fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal n. 101/2000;

CONSIDERANDO que o Decreto Estadual n. 1.027, de 18 de dezembro de 2020, instituiu novas regras e medidas para o enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO que a Matriz da Avaliação de Risco Potencial, de 13 de fevereiro de 2021, classifica a Região Oeste como "risco potencial gravíssimo";

CONSIDERANDO a atual taxa de ocupação de leitos de UTI nos Hospitais da Região Oeste prestes a entrar em colapso a rede de saúde pública e o considerável aumento de casos de pessoas contaminadas com o coronavírus (COVID-19) no Município de Jardinópolis;

CONSIDERANDO que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação do coronavírus (COVID-19),

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido, nos termos deste Decreto, as novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), visando a prevenção, controle, redução e enfrentamento da Pandemia, no âmbito do Município de Jardinópolis.

Art. 2º Fica suspenso o início das atividades escolares, presenciais previamente agendadas para o dia 18 de Fevereiro de 2021, mantendo-se as atividades online, considerando esta data para início do ano letivo na Rede Municipal e Estadual de ensino, sem prejuízo do cumprimento do calendário escolar.



Parágrafo único – Fixa determinada a data de 01/03/2021 para o início das atividades escolares presenciais na Rede Municipal e Estadual de Ensino do Município de Jardinópolis.

Art. 3º Ficam suspensas, temporariamente, no território do Município de Jardinópolis, as seguintes atividades

I – Até o dia 28/02/2021:

- a) a prática de esportes coletivos, inclusive futebol, carreados, dominó, bocha, bilhar e outras modalidades que possam aglomerar pessoas em clubes sociais, bares, lanchonetes e demais estabelecimentos sediados na cidade e no interior do município;
- b) a concentração e permanência de pessoas em espaços públicos, como parques, praças e afins;
- c) a realização de shows, espetáculos, festas e eventos que acarretem reunião de público.

Art. 4º Para o enfrentamento do estado de calamidade pública, em razão do COVID-19, fica restrito o acesso simultâneo de até 02 pessoas do mesmo núcleo familiar nos estabelecimentos comerciais em geral (supermercados, lojas e congêneres) até o dia 28 de fevereiro de 2021. Parágrafo único. Fica determinado, nos termos das Portarias do Estado, a limitação de entrada de pessoas em estabelecimentos que atendam ao público em 50% de sua capacidade. Os responsáveis deverão providenciar controle de acesso, marcação de lugares reservados aos clientes, se for o caso, controle da área externa do estabelecimento e a observância da distância mínima de 1,5 metro entre os usuários, bem como a disponibilização de álcool 70% para higienização das mãos dos clientes e a aferição da temperatura de todos os usuários na entrada do estabelecimento.

Art. 5º. Fica vedado a prova de roupas, calçados ou congêneres, permitindo apenas a escolha e aquisição.

Art. 6º. Ficam suspensas, até o dia 28 de fevereiro de 2021, as atividades de bares, lojas de conveniência e afins, e outros locais destinados ao consumo predominante de bebidas alcoólicas em qualquer horário, sendo vedada a permanência de pessoas/clientes no estabelecimento. Parágrafo único: As restrições e obrigações estabelecidas por este artigo, não se aplicam aos serviços de tele entrega ou retirada no estabelecimento.

Art. 7º. Fica proibido o consumo de bebidas alcoólicas em áreas públicas (ruas, praças, passeios, canteiros, estacionamentos, entre outros), exceto nos lugares expressamente autorizados.

Art.8º. Ficam suspensas, até o dia 28 de fevereiro de 2021, as atividades religiosas presenciais em templos e igrejas no Município de Jardinópolis/SC.

Art.9º. Fica obrigatória o uso de máscara em todos os estabelecimentos públicos e privados, espaços públicos, inclusive em vias públicas.

Art. 10. As pessoas infectadas com o coronavírus (COVID-19) devem manter-se em isolamento pelo tempo recomendado pelos profissionais de saúde, sob pena de aplicação das sanções previstas no Código Penal.

Art. 11. Caberá à Vigilância Sanitária Municipal e Estadual, à Defesa Civil e à Polícia Militar do Estado de Santa Catarina a fiscalização das medidas constantes neste Decreto e demais normas sanitárias vigentes.

Art. 12 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Jardinópolis, aos 16 de fevereiro de 2021.

MAURO FRANCISCO RISSO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI

Chefe de Gabinete.

# Joaçaba

## PREFEITURA

### 195/2020/PMJ - TA 03

Publicação Nº 2868967

CONTRATO Nº 195/2020/PMJ – TA 03

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de novembro, nº 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pela Secretária, TÂNIA APARECIDA DURIGON, e a empresa TRANSPORTES AMARAL EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.269.637/0001-08, estabelecida na Linha Quioca, Bairro INTERIOR, no Município de Joaçaba/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. JULIA DO AMARAL, sócia administradora da empresa, portadora do documento de Identidade nº 7438929, inscrita no CPF sob o nº 118.001.079-51, residente e domiciliada na Linha Quioca, na cidade de Joaçaba/SC, a qual outorga poderes de representação ao seu bastante procurador, LEONIR DO AMARAL, portador do RG nº. 3149464, inscrito no CPF sob o nº. 019.470.839-02, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 195/2019/PMJ, firmado em 05/03/2020, proveniente do Processo de Licitação nº 10/2020/PMJ – Edital PP nº 06/2020/PMJ, cujo objeto é a prestação, pela CONTRATADA, dos serviços de transporte escolar em linha do Município de Joaçaba, mediante os seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

##### DA RETOMADA DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Diante do retorno das atividades escolares de forma presencial, fica retomada a execução dos serviços objeto do Contrato 195/2020/PMJ, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021, em conformidade com as especificações constantes Memorando nº. 56/2021/SME.

Salienta-se, por fim, que o presente instrumento contratual se encontrava com sua execução paralisada por força dos Termos Aditivos 01 e 02, que determinaram a suspensão dos serviços até o dia 23/02/2021 e prorrogaram a vigência contratual para o dia 31/08/2021.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

##### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

Em decorrência da antecipação da retomada dos serviços e da consequente cessação dos efeitos suspensivos, a vigência contratual passa a ser 26 de agosto de 2021, nos termos do art. 79, § 5º da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer foro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 04 (quatro) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 17 de fevereiro de 2021  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
TÂNIA APARECIDA DURIGON - Secretária

LEONIR DO AMARAL  
PROCURADOR  
TRANSPORTES AMARAL EIRELI

Testemunhas: 1 \_\_\_\_\_ 2 \_\_\_\_\_

### 21/2018/FMS - TA 04

Publicação Nº 2867900

CONTRATO Nº 21/2018/FMS – TA 04

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pelo Secretário, Sr. VALMOR JOÃO REISDORFER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, com sede à Rua Getúlio Vargas, nº. 205, Edifício Olímpio Trevisan, Primeiro Andar, Bairro Centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00 doravante denominado CREDENCIANTE, e CLÍNICA DR. MIRANDA LTDA, estabelecida na Rua Veneriano dos Passos, nº 213, centro, Videira, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.472.621/0001-01, doravante denominada CREDENCIADA, representada neste ato por May Silvio Chagas da Silveira, portador do documento de identidade nº 7106737864 e inscrito no CPF/MF sob o nº 689.418.541-72, residente e domiciliado em Videira, SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 21/2018/FMS, firmado em 20 de fevereiro de 2018, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2018/FMS – Inexigibilidade nº 03/2018/FMS, cujo objeto é a realização pela CREDENCIADA de consultas médicas especializadas em caráter de urgência, terapias e

exames de imagem, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba, onde se ADITA a CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO VALOR e CLÁUSULA SEXTA, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA****CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO VALOR**

O valor do procedimento fica reajustado em 5,531520%, correspondentes a variação do INPC/IBGE no período de fevereiro de 2020 a janeiro de 2021, passando a vigorar conforme discriminado a seguir:

ITEM	PROCEDIMENTO	ÚLTIMO VALOR REAJUSTA- DO R\$	VALOR REAJUSTADO R\$
CONSULTAS ESPECIALIZADAS - EM CARÁTER DE URGÊNCIA			
1	ORTOPEDIA	162,04	171,00

**CLÁUSULA SEGUNDA****CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO**

Altera-se a cláusula 4.3 para incluir o novo endereço do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba nos dados correspondentes à emissão do documento fiscal. Diante disso, o item passa a vigorar com a seguinte redação:

4.3. A Nota Fiscal deverá ser emitida para o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, Rua Getúlio Vargas, nº. 205, Edifício Olímpio Trevisan, Bairro Centro do Município de Joaçaba/SC, CNPJ/MF 10.594.533/0001-00 e ter a mesma razão social e CNPJ/MF dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho global e do Edital de Credenciamento.

**CLÁUSULA TERCEIRA****CLÁUSULA SEXTA**

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 (doze) meses, a contar de 20 de fevereiro de 2021, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 48 (quarenta e oito) meses, contados do seu início.

**CLÁUSULA QUARTA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba/SC, 16 de fevereiro de 2021  
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
VALMOR JOÃO REISDORFER - Secretário

CLÍNICA DR. MIRANDA LTDA.  
MAY SILVIO CHAGAS DA SILVEIRA  
Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_ 2 \_\_\_\_\_

**23/2018/FMS TA03**

Publicação Nº 2867917

CONTRATO Nº 23/2018/FMS – TA 03

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, SC, com sede à Rua Getúlio Vargas, nº. 205, Edifício Olímpio Trevisan, Bairro Centro de Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00, representada neste ato pelo Secretário, Sr. VALMOR JOÃO REISDORFER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, doravante denominado CREDENCIANTE, e CLÍNICA IBS LTDA, estabelecida na Rua Salgado Filho, nº 394, sala 104, centro, Joaçaba, SC, inscrita no CNPJ/MJ sob nº 10.139.675/0001-70, doravante denominada CREDENCIADA, representada neste ato por Igor Bernardes da Silva, portador do documento de identidade nº 4.059.598 e inscrito no CPF/MF sob o nº 040.113.359-16, residente e domiciliado em Joaçaba, SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 23/2018/FMS, firmado em 21/02/2018, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2018/FMS – Inexigibilidade nº 01/2018/FMS, cujo objeto é a realização, pela CREDENCIADA, de consultas médicas especializadas em caráter de urgência e exames de imagem, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba, mediante os seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA****CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO VALOR**

O valor do procedimento constante no contrato original fica reajustado em 5,531520%, correspondentes à variação do INPC/IBGE no período de fevereiro/2020 a janeiro/2021, passando a vigorar conforme o discriminado a seguir:

ITEM	PROCEDIMENTO	ÚLTIMO VALOR REAJUSTADO R\$	VALOR REAJUSTADO R\$
4	CONSULTA EM ENDOCRINOLOGIA	185,45	195,71

**CLÁUSULA SEGUNDA****CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO**

Altera-se a cláusula 4.3 para incluir o novo endereço do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba nos dados correspondentes à emissão do documento fiscal. Diante disso, o item passa a vigorar com a seguinte redação:

4.3. A Nota Fiscal deverá ser emitida para o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, Rua Getúlio Vargas, nº. 205, Edifício Olímpio Trevisan, Bairro Centro do Município de Joaçaba/SC, CNPJ/MF 10.594.533/0001-00 e ter a mesma razão social e CNPJ/MF dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho global e do Edital de Credenciamento.

**CLÁUSULA TERCEIRA****CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 (doze) meses, a contar de 21 de fevereiro de 2021, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 48 (quarenta e oito) meses, contados do seu início.

**CLÁUSULA QUARTA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA, SC, 16 de fevereiro de 2021.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CREDENCIANTE

VALMOR JOÃO REISDORFER – Secretário

CLÍNICA IBS LTDA.

CREDENCIADA

IGOR BERNARDES DA SILVA

Testemunhas: 1 \_\_\_\_\_ 2 \_\_\_\_\_

## **CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA POR TEMPO DETERMINADO EDITAL Nº 02/2021/SME**

Publicação Nº 2868833

### **CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA POR TEMPO DETERMINADO EDITAL Nº 02/2021/SME**

Processo de AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA POR TEMPO DETERMINADO, para o ano letivo de 2021, de professores efetivos.

Educação Física					
Classificação	Nome	Carga horária atual	Carga a ampliar	Unidade Ensino Atual	Unidade Ensino Ampliação
1º	Christine Matzenauer	20h	20h	Escola Nossa Senhora de Lourdes	Escola e CEI Nossa Senhora de Lourdes
Inglês					
Classificação	Nome	Carga horária atual	Carga a ampliar	Unidade Ensino Atual	Unidade Ensino Ampliação
1º	Haydee Adriane Schneider Spier	20h	10h	Escola Mercedes Luiza Nascimento	Todas as Unidades de Ensino – de forma remota

Ciências					
Classificação	Nome	Carga horária atual	Carga a ampliar	Unidade Ensino Atual	Unidade Ensino Ampliação
1º	Ilmária Gleice da Rocha Silva Seimetz	20h	10h	Nuperaço	Todas as Unidades de Ensino – de forma remota

Joaçaba, 18 de fevereiro de 2021.

Dioclesio Ragnini  
Prefeito de Joaçaba

Tânia Aparecida Durigon  
Secretária Municipal de Educação

## DL 02/2021/PMJ

Publicação Nº 2868776

EXTRATO DO CONTRATO Nº 011/2021/PMJ  
PROVENIENTE DO PL 10/2021/PMJ –DL 02/2021/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

OBJETO: Contratação com a EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – ECT para a prestação de serviços postais à Prefeitura Municipal de Joaçaba durante o ano de 2021.

VALOR: R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

FISCAL: VANDAMIR FATIMA PESSOLI

VIGÊNCIA: 12 meses

DATA DE ASSINATURA: 17/02/2021.

Joaçaba – SC, 17 de fevereiro de 2021.

DIOCLELIO RAGNINI  
Prefeito

## DL 02/2021/PMJ

Publicação Nº 2868658

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 10/2021/PMJ  
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2021/PMJ

### 1 – DO OBJETO

Contratação com a EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – ECT para a prestação de serviços postais à Prefeitura Municipal de Joaçaba durante o ano de 2021.

### 2 – DA JUSTIFICATIVA

O presente processo de dispensa de licitação se justifica em razão de a Prefeitura Municipal de Joaçaba estar situada a distâncias diversas de fornecedores contratados, órgãos públicos federais, estaduais e municipais, sendo de essencial importância a contratação de empresa especializada que ofereça serviços de postagem, possibilitando o envio de comunicação de forma escrita e demais documentos.

Além disso, é frequente o envio de correspondência aos munícipes, a exemplo de autos de infração, notificações de dívida ativa, entre outros.

### 3 – DA CONTRATADA

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT, empresa pública federal, vinculada ao Ministério das Comunicações, constituída nos termos do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, inscrita no CNPJ sob o nº 34.028.316/0028-23, sita a Rua Romeu José Vieira, nº 90, Bloco B, Bairro Nossa Senhora do Rosário, na cidade de São José/SC, CEP: 88.110-923.

### 4 – DO VALOR CONTRATADO

O valor global estimado da presente contratação é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) durante o período de doze meses.

### 5 – DO FUNDAMENTO LEGAL

Ampara-se a presente dispensa de licitação no art. 24, inciso VIII, que prevê, in verbis:

Art. 24 – É dispensável a licitação:

[...]

VIII – para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

A escolha recaiu sobre a ECT, uma vez que se trata de empresa pública federal, constituída nos termos do Decreto Lei nº 509, de 20 de março de 1969, e compete a esta empresa:

Art. 2º - À ECT compete:

I – executar e controlar, em regime de monopólio, os serviços postais em todo o território nacional;

Com relação às atividades exercidas pela ECT não compreendidas no monopólio da empresa – aquelas não descritas no art. 9º e 27 da Lei nº 6.538/78 -, embora também sejam exercidas por outras empresas no mercado, elas não constituem atividade econômica em sentido estrito, tendo sido expressamente reconhecida sua natureza pública no julgamento da Suprema Corte, não incidindo os princípios constitucionais da liberdade de iniciativa e da livre concorrência, previstos no art. 173 da Magna Carta, e nos termos do PARECER AGU/CGU/JCBM/0019/2011, aprovado pelo Exmo. Sr. Advogado Geral da União.

#### 6 – DO PRAZO CONTRATUAL

O prazo de vigência da presente contratação será de 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais períodos até o limite de 60 (sessenta) meses.

#### 7- DO ACOMPANHAMENTO

A execução do contrato oriundo da presente dispensa de licitação deverá ser acompanhada e fiscalizada pela servidora VANDAMIR FATIMA PESSOLI, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados

#### 8 - DOS RECURSOS

Os recursos necessários para atender a despesa gerada por esta contratação correrão por conta da seguinte modalidade de aplicação:

2.030 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO/ SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL

2.095 - MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO DE TRÂNSITO – ADMINISTRAÇÃO/SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL

Joaçaba (SC), em 15 de fevereiro de 2021.

DIOCLESIO RAGNINI

Prefeito

**DL 02/2021/PMJ**

Publicação Nº 2868645



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA**

**CNPJ:** 82.939.380/0001-99 **Telefone:** (49) 3527-8800  
**Endereço:** Av. XV de Novembro, 378 - Centro  
**CEP:** 89600-000 - Joaçaba

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
**Nr.: 2/2021**

**Processo Adm.:** 10/2021  
**Data do Processo:** 05/02/2021

Folha: 1 / 1

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 10/2021  
b) **Nr. Licitação:** 2/2021 - DL  
c) **Modalidade:** Dispensa de licitação  
d) **Data de Homologação:** 15/02/2021  
e) **Objeto da Licitação:** Contratação com a EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – ECT para a prestação de serviços postais à Prefeitura Municipal de Joaçaba durante o ano de 2021.

**f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:**

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
<b>EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS</b>				
1 - Contratação com a EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – ECT para a prestação de serviços postais à Prefeitura Municipal de Joaçaba durante o ano de 2021. - Marca:	SERVIÇOS	1,000	100.000,0000	R\$ 100.000,00
<b>Total do Fornecedor :</b>				100.000,00
<b>Total geral :</b>				R\$ 100.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	04.001.28.846.0002.2030.3.3.90.00.00	R\$ 50.000,00
MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO TRÂNSITO - ADMINISTRAÇÃO	08.004.06.181.0003.2095.3.3.90.00.00	R\$ 50.000,00

Joaçaba, 15/02/2021

Assinatura do Responsável



**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****ERRATA CREDENCIAMENTO 0001/2021 - SIMAE**

Publicação Nº 2867861

**ERRATA**

Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna - SC.

Credenciamento JHL 0001/2020

Inexigibilidade 0001/2021

Processo nº 0005/2021

Protocolo 0062/2021

Objeto: CREDENCIAR EMISSORAS DE RADIODIFUSÃO EM ONDAS MÉDIAS (AM) SEDIADAS NOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, E COM INCIDÊNCIA MAJORITÁRIA NESTES, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DE MENSAGENS EDUCATIVAS E INFORMATIVAS DO SIMAE.

A Diretora Presidente torna público aos interessados a alteração do Edital de Credenciamento n.º 0001/2021, nos seguintes termos:

1ª Alteração – Alteração do Período de Credenciamento (item 2 e 4.2 do Edital)

Período de Credenciamento: 11/02/2021 a 08/03/2021

2º Alteração – Alteração da Descrição do Objeto

Onde se lê:

O objeto deste Edital visa credenciar emissoras de radiodifusão em ondas médias (AM) sediadas nos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, e com incidência majoritária nestes, para a prestação de serviços de divulgação de mensagens educativas e informativas do Simae, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

Leia-se:

O objeto deste Edital visa credenciar emissoras de radiodifusão em ondas médias (AM) e FM sediadas nos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, e com incidência majoritária nestes, para a prestação de serviços de divulgação de mensagens educativas e informativas do Simae, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

Joaçaba, 17 de fevereiro de 2021.

Patrícia Callegari Warken

Diretora-Presidente

# Jupirá

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1878/21 DE 12/02/2021

Publicação Nº 2867681

DECRETO Nº 1878/21 de 12/02/2021.

DISPOE SOBRE A CRIAÇÃO DO COMITÊ MUNICIPAL AO RETORNO DAS AULAS E AO GERENCIAMENTO DA PANDEMIA COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ, Prefeito Municipal de Jupirá – SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 74, inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO as orientações do Comitê Estadual de Retomada das Aulas em Santa Catarina que orienta as ações das Diretrizes, dos Protocolos e os Planos de Contingência a fim de parametrizar as ações que visam a segurança dos espaços escolares para receber os estudantes nas escolas públicas e privadas em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino em todo o território catarinense,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o Comitê Municipal para Estudos do Retorno das Aulas Presenciais da Rede Municipal de Ensino, que será composta pelos representantes dos seguintes órgãos e entidades:

- I. Representante da Secretaria Municipal de Educação: Giamili Rossoni Turmina;
  - II. Representante da Secretaria Municipal de Saúde: Dércio Luzza;
  - III. Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social: Carla Cristina Orso;
  - IV. Representante da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda: Deise Lucia Noal Ribeiro;
  - V. Representante dos Profissionais e Trabalhadores da Educação: Patricia Conteratto;
  - VI. Representante dos Estudantes da Educação Básica: Maria Eduarda Vanin Accorsi;
  - VII. Representante do Conselho Municipal de Educação: Ariel da Costa Moraes;
  - VIII. Representante das Comissões Escolares: Caciane Rossoni Cividini;
  - IX. Representante da Escola da Rede Estadual: Géssica Bastezini;
  - X. Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Sheila Crisitni Mineiro da Silva;
  - XI. Representante do Conselho Municipal da Alimentação Escolar: Renara Loureiro;
  - XII. Representante do Conselho Municipal de Controle Social do FUNDEB: Raquel da Costa Moraes;
- Art. 2º - O Comitê Municipal para Estudos do Retorno das Aulas Presenciais da Rede Municipal de Ensino possui as seguintes atribuições:
- I. Elaborar o Plano de Contingência Municipal de Prevenção, Monitoramento e Controle da disseminação do COVID-19, tomando como base o Plano de Contingência Estadual e demais normativas vigentes;
  - II. Monitorar os resultados das testagens mínimas realizadas na população, em um processo contínuo no município ou região, que constitui como indicador da "Matriz de Risco Potencial Regional";
  - III. Auxiliar na criação e treinamento de "Comissões Escolares" de fiscalização dos regramentos sanitários aplicáveis, na unidade escolar que se pretende o retorno do ensino, extensão e pesquisas presenciais;
  - IV. Divulgar a existência da ouvidoria municipal para o recebimento de denúncias pelo descumprimento dos protocolos, cujas informações serão repassadas, tanto quanto possível, a este Comitê de estudos;
  - V. Fomentar a realização de Seminários Virtuais, que permitam um debate amplo entre os órgãos sanitários dos níveis federal, estadual, municipal e regional com a presença dos cientistas e pesquisadores sobre saúde pública das Universidades;
  - VI. Analisar e validar os Protocolos elaborados pelas Comissões Escolares;

Art. 3º - A retomada das atividades presenciais levará em consideração as definições do Comitê de Operações em Emergência em Saúde (COES), o qual segue como referência a Matriz de Risco Potencial Regional e com antecedência mínima de 15 dias, deve definir e comunicar as atividades que podem retornar com base no planejamento e ações proativas de segurança sanitária.

Art. 4º - O Comitê poderá se reunir presencialmente ou pelos meios tecnológicos disponíveis, quando houver necessidade, para avaliação da situação epidemiológica do Covid-19 no município de Jupirá e discussão referente ao retorno das aulas presenciais.

Art. 5º - O Comitê estará em vigor pelo tempo que perdurar a pandemia resultante da transmissão do CORONAVÍRUS (COVID-19).

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Jupirá – SC, 12 de Fevereiro de 2021.

VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 1879/21 DE 17/02/2021**

Publicação Nº 2867683

DECRETO Nº 1879/21 de 17/02/2021.

Dispõe sobre novas medidas de enfrentamento à epidemia da Covid-19.

VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ, Prefeito Municipal de Jupiá – SC, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 74, inciso V, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que o nível da Avaliação de Risco Potencial do Estado de Santa Catarina para região de Xanxerê permanece em nível GRAVÍSSIMO (representado pela cor vermelha no mapa do Estado);

CONSIDERANDO o colapso na rede de saúde pública e privada do Oeste de Santa Catarina, com ausência de vagas nas UTI's – Unidades de Terapia Intensiva e severo comprometimento do atendimento ambulatorial, bem como o colapso no Hospital da Fundação de São Lourenço do Oeste;

CONSIDERANDO que, no âmbito do Município de Jupiá, tem sido observado o descumprimento das determinações normativas alusivas ao enfrentamento da pandemia em diversos setores;

CONSIDERANDO que se está enfrentando o pior momento no que diz respeito ao comprometimento da capacidade instalada da rede de atendimento em saúde do município e região;

CONSIDERANDO as deliberações e as ações aprovadas na reunião extraordinária realizada no dia de ontem, envolvendo a representação dos 52 municípios integrantes do CIS-AMOSC e o Secretário de Estado da Saúde;

CONSIDERANDO, por fim, a imperiosa necessidade de preservar a VIDA dos cidadãos Jupiaenses, e de, ao mesmo tempo, preservar o ensino escolar e manter ativas as atividades empresariais em âmbito municipal;

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam suspensas, até 28 de fevereiro do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior, as atividades de:

I - bares, pubs, boates, petiscarias, choperias, cervejarias, whiskerias, casas de show, bailões e outros locais destinados a happy hours ou a consumo predominante de bebidas alcoólicas em qualquer horário;

II - clubes de campo, associações de trabalhadores, centros de convivências, sedes de empresas e locais afins (a exemplo de ranchos, recantos, etc.), exceto para a prática em tais locais de exercícios ou esportes individuais que permitam o distanciamento físico, como caminhadas, ciclismo, tênis e afins;

III - prática, recreativa ou por meio de competições, independentemente do número de participantes, de atividades físicas ou esportivas coletivas, a exemplo de futebol, vôlei, futevôlei e outros, em quadras, campos ou ginásios de esportes, abertos ou fechados, públicos ou privados; e,

IV - circos, shows, amostras e apresentações que importem em acesso generalizado de pessoas, a título gratuito ou mediante pagamento de ingresso ou entrada.

Art. 2º - Até 28 de fevereiro do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior, os restaurantes, pizzarias, lanchonetes e food trucks, poderão funcionar exclusivamente nos seguintes horários, e observando a lotação máxima preconizada pelo Estado de Santa Catarina para o nível Gravíssimo:

I - das 10:00 às 14:00 horas; e,

II - das 18:00 às 22:00 horas;

§ 1º. Considera-se atividade de restaurante, para os fins deste decreto, aquela destinada a servir almoço e jantar, nos períodos correspondentes aos horários definidos nos incisos I e II deste artigo, sendo que as demais atividades assemelhadas serão regidas pelas demais disposições específicas deste e dos demais decretos e normas em vigor;

§ 2º. O atendimento deverá atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias e de saúde relativas ao enfrentamento da pandemia da Covid-19, especialmente:

I - a obrigatoriedade do uso de máscaras;

II - disponibilização de luvas descartáveis e de recipiente próprio para o descarte das mesmas após o uso;

III - redução da ocupação máxima a 50% (cinquenta por cento) da capacidade total permitida;

IV - respeitar o intervalo de uma mesa ocupada e uma mesa vazia, devendo esta última estar devidamente identificada;

V - permitir apenas a ocupação máxima de 04 (quatro) pessoas por mesa;

VI - intensificar o uso de álcool em gel 70% na entrada do estabelecimento e nos locais de uso compartilhado, como buffet, banheiros e afins; e,

VII - impedir filas ou locais de espera sem o devido distanciamento.

Art. 3º - Fica vedado até 28 de fevereiro do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior:

I - a realização presencial de missas, cultos e demais atividades religiosas ou de outras crenças que importem em uso comum de espaços de igrejas, templos, santuários, grutas e locais afins;

II - a realização de promoções ou eventos por estabelecimentos comerciais, de qualquer natureza, destinadas ao chamamento de clientes.

III - a utilização de parques infantis, situados em praças, associações, ou condomínios residenciais, cuja proibição deverá ser devidamente identificada pelos responsáveis legais, exceto para a prática em tais locais de exercícios ou esportes individuais que permitam o distanciamento físico, como caminhadas, ciclismo e afins;

IV - o funcionamento de brinquedotecas, espaços kids e espaços de jogos, em condomínios residenciais, clubes recreativos, associações e entidades afins, cuja proibição deverá ser devidamente identificada pelos responsáveis legais;

- V - o uso de salões de festa, espaços gourmet, salões de jogos, salas de cinema, espaços de recreação, piscinas e saunas, em condomínios residenciais, associações e entidades afins, cuja proibição deverá ser devidamente identificada pelos responsáveis legais;
- VI - a utilização de propriedades particulares, na cidade e no interior (sítios, chácaras e afins), com o objetivo de realização de festas ou eventos irregulares que impliquem em aglomeração de pessoas;
- VII - a prática, em locais públicos ou privados, de jogos de sinuca, dominó, bocha, bolão, 48 e demais meios recreativos que importem em compartilhamento de objetos;
- VIII - a disposição de mesas, cadeiras e bancos em áreas externas de lojas de conveniências e estabelecimentos afins.

Art. 4º - Ficam suspensas até 28 de fevereiro do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior, as aulas presenciais nas unidades da rede pública Municipal e Estadual de ensino, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente.

Art. 5º - Fica vedado até 07 de março do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior, a realização de eventos sociais, educacionais, recreativos, de confraternização e afins (a exemplo de palestras, reuniões associativas, assembleias e outros), independentemente da quantidade de pessoas, de caráter público ou privado.

Art. 6º - Além das medidas já em vigor, para os estabelecimentos que têm por objeto a venda de produtos alimentícios, tais como mercearias, minimercados, mercados, supermercados e afins, fica restabelecida, até reavaliação posterior, a proibição da entrada de mais de uma pessoa por grupo familiar a cada compra a ser realizada, cabendo ao responsável legal pelo local a obrigação de fiscalização dessa medida.

Art. 7º - Fica determinado a Vigilância Sanitária Municipal com apoio da Polícia Militar e Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, para atuar quanto a fiscalização das medidas aplicadas decorrentes do novo Coronavírus – COVID-19.

Art. 8º - O descumprimento das medidas estabelecidas no presente decreto sujeitará o infrator às penalidades previstas nas normas estaduais e municipais em vigor sendo:

I - multa, no valor de R\$ 80,00(oitenta reais), aplicada ao indivíduo, que descumprir as obrigações descritas neste Decreto;

II - multa, no valor de R\$ 150,00(cento e cinquenta reais), aplicada à empresa, qualquer que seja a sua forma de constituição ou enquadramento de porte, bem como aos empresários individuais e microempreendedores individuais, em cujo estabelecimento for constatado o descumprimento das obrigações deste Decreto;

Art. 9º - As pessoas, entidades ou estabelecimentos referidos no presente decreto deverão comunicar o respectivo público alvo acerca das normas ora estabelecidas.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 11 - Este Decreto entra em vigor em 17 de Fevereiro de 2021.

Município de Jupiá – SC, 17 de Fevereiro de 2021.

VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ

Prefeito Municipal

# Lacerdópolis

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATORIO 03-2021

Publicação Nº 2867916

MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Administrativo n. 03/2021  
Dispensa de Licitação n. 01/2021

Município de Lacerdópolis, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de março, n. 1050, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001 – 24, neste ato representado pelo prefeito, Sérgio Luiz Calegari, no uso das suas atribuições legais, em conformidade a Lei 8.666/93, torna público o presente edital, no uso das suas atribuições legais, em conformidade a Lei 8.666/93, torna público o presente edital.

#### 01 - OBJETO

Contratação, com recursos próprios e/ou vinculados, através da Secretaria Municipal de Administração, de empresa especializada na área de Medicina e Segurança no Trabalho para a prestação de serviços para o setor de Recursos Humanos do Município de Lacerdópolis para o exercício de 2021, consistente no seguinte:

- a) PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais), conforme Norma Regulamentadora NR 09 da Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho do Ministério do Trabalho;
- b) PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), conforme Norma Regulamentadora NR 07 da Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho do Ministério do Trabalho;
- c) LTCAT (Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho); Laudo com parecer técnico sobre cargos insalubres e/ou perigosos;
- d) PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário): Histórico-Laboral do servidor que reúne informações sobre a atividade que exerce, os agentes nocivos ao qual é exposto, registros ambientais e resultados da monitoração biológica durante a vigência de contrato de trabalho.

#### Descrição dos serviços:

Realização dos serviços seguintes, na quantidade e qualidade necessárias à empresa, ao cumprimento da legislação visando à melhoria e manutenção de condições para o trabalho:

- a) Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho: Análise quantitativa da exposição dos trabalhadores aos riscos existentes no ambiente laboral (ruído, calor) e qualitativa da exposição dos trabalhadores aos riscos existentes no ambiente laboral (agentes químicos, agentes biológicos). O LTCAT identifica e propõe e orienta a implementação de medidas de prevenção de riscos no ambiente de trabalho. Execução por Médico do Trabalho.
- b) Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA): Programa desenvolvido com a finalidade de preservar a saúde e integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e controle de riscos ambientais. Elaborado por Técnico em Segurança do Trabalho.
- c) Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO): Programa desenvolvido para promover e preservar a saúde do trabalhador. É elaborado a partir do conhecimento das condições de trabalho, incluindo os processos e ambientes. Identifica os riscos e exigências físicas e psíquicas das atividades dos trabalhadores e propõe medidas, visando a eliminação ou redução da probabilidade de adoecimento pelo trabalho. A elaboração é prerrogativa exclusiva do médico do Trabalho.
- d) Exame Médico Ocupacional Periódico e Audiometria: exame clínico realizado pelo Médico do Trabalho ou designado e pelo Fonoaudiólogo, com a finalidade de avaliar a saúde no aspecto geral, a capacidade laborativa e as possíveis repercussões do trabalho sobre a saúde.

#### 02 - JUSTIFICATIVA

A justificativa para a contratação é, primeiramente, que o município não dispõe de pessoal qualificado para a prestação desse tipo de serviço.

Não obstante, esses documentos são imprescindíveis para servirem de fundamento ao município nas suas decisões relativas aos direitos dos seus servidores, especialmente quanto ao conhecimento de atividades consideradas insalubres ou penosas, a necessidade de distribuição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), etc.

É uma questão de transparência e efetividade do direito de acesso a informação, pois muitos os servidores que solicitam esses documentos para fins pessoais como para encaminhar a aposentadoria, por exemplo.

#### 03 - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A dispensa de licitação concernente à despesa especificada neste processo tem amparo no art. 24, inciso II, ambos da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações promovidas pelo Decreto Federal n. 9.412 de 18 de junho de 2018, o qual aumentou o valor para dispensa de licitação para R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos).

É importante ressaltar que a Assessoria Jurídica deste município segue o mesmo entendimento da Assessoria Jurídica da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, no sentido de que a aplicação do Decreto Federal n. n. 9.412 de 18 de junho de 2018 tem aplicação cogente e imediata, independentemente, portanto, de regulamentação municipal.

#### 04 - FORNECEDOR

Brandalise & Padilha Assessoria, Consultoria em Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita CNPJ 10.665.295/0001-79, com sede na Rua Francisco Lindner, 561, Sala 01, Centro, Joaçaba/SC, representada por seu sócio representante Sidnei Padilha, CPF 005.059.399-40.

#### 05 - RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

A razão da escolha deve-se ao fato de que a empresa supracitada ofertou o menor preço.

#### 06 - VALOR DO OBJETO

6.1 - O valor a ser pago pela prestação dos serviços é R\$ 9.490,00 (nove mil, quatrocentos e noventa reais), em moeda corrente, mediante depósito ou transferência, em 11 (onze) parcelas iguais e sucessivas de R\$ 862,72 (oitocentos e sessenta e dois reais e setenta e dois centavos).

6.2 - O pagamento será realizado até o 10º dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal e comprovante/relatório de prestação dos serviços, sem rasuras.

6.3 - O preço acima comporta todas as despesas para execução dos serviços e não sofrerá reajuste nem atualização de valores.

#### 07 – VIGÊNCIA

O prazo de vigência é de 11 (onze) meses (fevereiro a 31/12/2021) a iniciar-se com a publicação do mesmo na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis (art. 61, § único da Lei 8.666/93).

#### 08 - EXECUÇÃO

Os serviços serão prestados nas dependências da contratante e, eventualmente, nas dependências da contratada, ou em local designado, a combinar.

#### 09 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente:

ORGAO 03-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS JURÍDICOS  
UNIDADE 01-SECR.DE ADMINISTRAÇÃO E SERV.JURÍDICOS  
Proj/At. 04.122.1002.2.003 - MANUT. SERV. ADMINSTR. PESSOAL E MAT.  
Compl.Elem. 3.3.90.39.50.00.00.00 - Serviços Médico-hospitalar, Odontol. e Labor (09)  
Recurso 0000-Recursos Ordinários 10 - JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O preço equivale ao valor pago à contratada pelos serviços a serem prestados.

Não obstante, é o menor entre as 03 (três) empresas que forneceram orçamento, sendo R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais) e R\$ 12.000,00 (doze mil reais) os preços apresentados pelas empresas “+ Nova Saúde e Segurança do Trabalho Ltda” (CNPJ 201.418.368/0001-44) e “Portal Seg Consultoria e Assessoria em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho Ltda. ME” (CNPJ 18.979.456/0001-00), respectivamente.

Além das empresas acima citadas, foram solicitados orçamentos para AMETRA Assessoria e Consultoria em Segurança do Trabalho e Engemed Soluções Integradas no Trabalho, sendo que a primeira não respondeu e a segunda informou não ter interesse em participar do processo, conforme documentos anexos.

Lacerdópolis/SC, 17 de fevereiro de 2021.

Comissão de Licitações

# Lages

## PREFEITURA

### ATO DE DISPENSA 05/2021 PML

Publicação N° 2868137

PROCESSO DISPENSA DE LICITAÇÃO n° 05/2021– PML/SMEL

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura de Dispensa De Licitação sob n° 05/2021–PML, através do Município de Lages, com:

STELAMARIS B. ANDRADE - ME. - inscrita no CNPJ sob n° 72.395.635/0001-46;  
RAMOS E ATANÁZIO LTDA. - ME. - inscrita no CNPJ sob n° 04.566.165/0001-86;  
PAULO ZARAMBA DE SOUZA- ME. - inscrita no CNPJ sob n° 20.329.497/0001-97;  
MARCO AURELIO DE SOUZA. - Inscrito no CPF sob n° 038.084.579-29;  
ANTONIO VALDECIR DE SOUZA. - Inscrita no CPF sob n° 818.678.919-72

O valor total da presente Dispensa é de R\$ 984.207,00 (novecentos e oitenta e quatro mil duzentos e sete reais).

Objeto: " Contratação de Empresa ou Autônomos, em caráter emergencial, para prestação de serviço de transporte escolar, afim de atender a demanda dos alunos da rede municipal de Educação".

Face ao disposto no art. 26, da Lei n° 8.666/93, submeto o ato à Autoridade Superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 17 de fevereiro, de 2021.  
Ivana Elena Michaltchuk  
Secretária Municipal de Educação

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 05/2021 – PML/SMEL

Ratifico o ato acima, de autoria do(a) Exmo(a). Sr.(ª)Ivana Elena Michaltchuk, Secretária Municipal de Educação, que está em conformidade com os documentos que instruem o respectivo Processo, uma vez que preenchido todos os requisitos que a legislação exige.

Publique-se.  
Lages, 17 de fevereiro, de 2021.  
Antonio Ceron  
Prefeito do Município

### PE 12/2021 PML

Publicação N° 2867402

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico 12/2021 PML

Objeto: Registro de Preços para Contratação de Empresa para Fornecimento de Coffee Break aos Participantes de Cursos de Formação e Grupos Reflexivos de Homens do Projeto "Estruturação da Rede de Prevenção e Enfrentamento às Violências Contra as Mulheres no Município de Lages".

Abertura: 05/03/2021 às 09h

Valor Estimado: R\$ 22.094,68

Da retirada do Edital: [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br)

Lages, 18 de fevereiro de 2021.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

### PE 16/2021 SMS

Publicação N° 2867878

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico 16/2021 SMS

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Medicamentos e Materiais para Atender as Demandas Judiciais da Secretaria Municipal de Saúde de Lages. Abertura: 09/03/2021 às 09h

Valor Estimado: R\$ 1.582.816,12

Da retirada do Edital: [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br)

Lages, 18 de fevereiro de 2021.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda



**RERRATIFICAÇÃO Nº 01 PE 11/2021 SMS**

Publicação Nº 2864898

**RERRATIFICAÇÃO I**

REF: Pregão ELETRÔNICO Nº 11/2021 – SMS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ARES CONDICIONADOS, ELETRODOMÉSTICOS, PERSONALIZADOS E ITENS DIVERSOS PARA USO DAS VIGILÂNCIAS AMBIENTAL E EPIDEMIOLÓGICA, LABORATÓRIOS MUNICIPAL E DE ANÁLISE DE ÁGUA.

O Município de Lages, representado neste ato pelo Secretário de Administração e Fazenda, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento:

NO SUBITEM 12. DO(S) PRAZO(S) E LOCAL(IS) E NA CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

Passar a considerar a seguinte redação:

12.3 De Entrega(s)/Local(is):

a) para os itens: 03, 04 e 05 - Personalizados Em até 30 (trinta) dias da solicitação da SMS, no Almoxarifado Central da Saúde, sito: Rua Cruz e Souza, nº 368, Bairro Brusque – Lages – SC;

b) para os demais itens: Em até 15 (quinze) dias da solicitação da SMS, no Almoxarifado Central da Saúde, sito: Rua Cruz e Souza, nº 368, Bairro Brusque – Lages – SC;

2.3 De Entrega(s)/Local(is): De Entrega(s)/Local(is):

a) para os itens: 03, 04 e 05 - Personalizados Em até 30 (trinta) dias da solicitação da SMS, no Almoxarifado Central da Saúde, sito: Rua Cruz e Souza, nº 368, Bairro Brusque – Lages – SC;

b) para os demais itens: Em até 15 (quinze) dias da solicitação da SMS, no Almoxarifado Central da Saúde, sito: Rua Cruz e Souza, nº 368, Bairro Brusque – Lages – SC.

Em consequência, alteram-se os prazos para:

-Recebimento das Propostas Comerciais e Documentos de Habilitação, até as 09:00 horas do dia 03/03/2021;

-Sessão Pública, às 09:00 horas do dia 03/03/2021;

-Impugnação e Pedido de Esclarecimento, até as 23:59 horas do dia 26/02/2021.

Lages, 18 de fevereiro de 2021.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

**RERRATIFICAÇÃO PE 10/2021 SMS**

Publicação Nº 2867431

**RERRATIFICAÇÃO I**

REF: Pregão ELETRÔNICO Nº 10/2021 – SMS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LABORATÓRIO PARA VIGILÂNCIA AMBIENTAL, MÓVEIS HOSPITALARES, EQUIPAMENTOS, PRESERVATIVOS E GÉIS LUBRIFICANTES PARA USO DAS VIGILÂNCIAS AMBIENTAL E EPIDEMIOLÓGICA, LABORATÓRIOS MUNICIPAL E DE ANÁLISES DE ÁGUA.

O Município de Lages, representado neste ato pelo Secretário de Administração e Fazenda, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento:

NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Passar a considerar para os itens abaixo a seguinte redação :

-COTA RESERVADA PARA ME/EPP

46 Saco Estéril Nasco com Tiossulfato de Sódio. Apresentação: Caixa com 100 unidades.

Características: Estéril, uso único, projetado para coleta de amostras de água clorada. Contendo tarja de identificação. Em conformidade com o INMETRO e com as recomendações contidas nas normas da ABNT no que couber, volume 100 ml. CX 50 R\$ 423,00 R\$ 21.150,00

-COTA PRINCIPAL

48 Saco Estéril Nasco com Tiossulfato de Sódio. Apresentação: Caixa com 100 unidades.

Características: Estéril, uso único, projetado para coleta de amostras de água clorada. Contendo tarja de identificação. Em conformidade com o INMETRO e com as recomendações contidas nas normas da ABNT no que couber, volume 100 ml. CX 150 R\$ 423,00 R\$ 63.450,00

Em consequência, alteram-se os prazos para:

-Recebimento das Propostas Comerciais e Documentos de Habilitação, até as 09:00 horas do dia 16/03/2021;

-Sessão Pública, às 09:00 horas do dia 16/03/2021;

-Impugnação e Pedido de Esclarecimento, até as 23:59 horas do dia 11/03/2021.

Lages, 18 de fevereiro de 2021.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

# Laguna

## PREFEITURA

### EXTRATOS ADITIVOS 02

Publicação Nº 2867993

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2019 – FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: BRANET GESTÃO DE LOGISTICA EM SAÚDE LTDA – ME

ADITIVO: Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 007/2019 - FMS até o dia 15/02/2022. Fica reajustado o presente contrato em 4,29% (quatro vírgula vinte e nove por cento), passando o valor total do contrato para R\$ 16.300,36 (dezesesseis mil e trezentos reais e trinta e seis centavos).

DATA: 12 de Fevereiro de 2.021.

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2018 – PML

CONTRATANTE: CONDOMÍNIO CENTRO COMERCIAL TORDESILHAS

ADITIVO: De acordo com o processo administrativo nº. 0125.0000825/2021 deverá ser incluído no objeto do contrato contido na cláusula primeira a locação das salas nºs. 209 e 210, passando a figurar como parte integrante da citada cláusula.

Ainda de acordo o processo administrativo nº. 0125.0000825/2021 deverá ser incluído na cláusula terceira do contrato os valores a serem pagos pela inclusão das salas nºs. 209 e 210, passando a figurar com a seguinte redação:

“e) R\$ 2.473,12 (dois mil quatrocentos e trinta e seis reais e cinquenta e seis centavos) mensais, sendo que este valor compreende a locação e condomínio das salas nºs. 209 e 210.”

DATA: 08 de Fevereiro de 2.021

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 027/2018 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

ADITIVO: Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 027/2018 – PML, até o dia 12/08/2021

DATA: 12 de Fevereiro de 2.021.

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 034/2020 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

ADITIVO: Fica prorrogada a vigência do Contrato nº. 034/2020 – PML até o dia 10/03/2021

DATA: 10 de Fevereiro de 2.021.

### PORTARIA Nº 283/2021

Publicação Nº 2868147

PORTARIA RH Nº 283/2021

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

R E S O L V E:

CONCEDER FÉRIAS, a Servidora MILENE GOMES ALVES, Agente Comunitário, do dia 08.02.2021 a 09.03.2021, referente ao período aquisitivo 2019/2020.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 12 de Fevereiro de 2021.

GABRIELLE SIQUEIRA DA CUNHA

Secretário Municipal

### PORTARIA Nº 288/2021

Publicação Nº 2868153

PORTARIA RH Nº 288/2021

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

R E S O L V E:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 15.02.2021 a 16.03.2021.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
------	--------------------

Maria Olivia de Oliveira Helena	2019/2020
---------------------------------	-----------

Patricia Bento	2019/2020
----------------	-----------

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Fevereiro de 2021.  
GABRIELLE SIQUEIRA DA CUNHA  
Secretário Municipal

### **RESOLUÇÃO 03/2021 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS**

Publicação N° 2869017

Resolução CMAS nº03/2021 de 15 de fevereiro de 2021.

Convoca o Fórum para a eleição dos Conselheiros Titulares e seus respectivos suplentes, representantes de entidades das organizações da sociedade civil, no Conselho Municipal de Assistência Social e Habitação para o Período 2021/2023, e dá outras providências

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742. de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 478, de 26 de agosto de 1996 e suas alterações, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Laguna – CMAS, e considerando o disposto no Regimento Interno do CMAS

Resolve:

Art. 1º – Aprovar o lançamento do Edital que convoca a Assembleia de escolha dos representantes da Sociedade Civil no CMAS período 2021/2023.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Laguna, 15 de fevereiro 2021.  
Adriana Soares Duarte  
Presidente CMAS

# Lajeado Grande

## CÂMARA MUNICIPAL

### **DECRETO LEGISLATIVO 004/2021 DE 17/02/2021 DISPÕE SOBRE RETORNO DAS SESSÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS E REUNIÕES DAS COMISSÕES TEMÁTICAS DE FORMA REMOTA PELO SISTEMA DE DELIBERAÇÃO DIGITAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2869518

DECRETO LEGISLATIVO 004/2021

De 17/02/2021

Dispõe sobre retorno das sessões ordinárias e extraordinárias e reuniões das comissões temáticas de forma remota pelo Sistema de Deliberação Digital e dá outras providências.

INELVE TEREZA MARASCHIM DIERINGS, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Regimento Interno da Câmara de Vereadores e de acordo com a legislação em vigor e,

Considerando as disposições do Decreto Municipal n. 017, de 16 de fevereiro de 2021, que determina a revisão do Plano Municipal de Contingência e estabelece novas para enfrentamento e prevenção ao contágio pelo COVID-19 – Coronavírus;

Considerando a necessidade da adoção de medidas de prevenção da saúde dos próprios Vereadores, Servidores e demais pessoas envolvidas no Processo Legislativo, diante do retorno de altos índices de contágio pelo COVID-19, elevando a regional a que pertence o Município para o nível gravíssimo;

#### DECRETA:

Art.1º As sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara de Vereadores, bem como as reuniões deliberativas das comissões temáticas, a partir da data de 22 de fevereiro de 2021, serão realizadas pelo Sistema de Deliberação Digital, instituído pela Resolução n. 01, de 25 de março de 2020, e se estenderá pelo prazo que perdurar a gravidade da situação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara de Vereadores de Lajeado Grande-SC, em 17 de fevereiro de 2021.

INELVE TEREZA MARASCHIM DIERINGS

Presidente da Câmara de Vereadores

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

EDILSON DA SILVA

Primeiro Secretário

# Lauro Muller

## PREFEITURA

### AVISO DE CADASTRAMENTO E RENOVAÇÃO DE CADASTRO DE FORNECEDORES

Publicação Nº 2868319

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE LAURO MULLER. AVISO DE CADASTRAMENTO E RENOVAÇÃO DE CADASTRO DE FORNECEDORES.

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, através do Departamento de Licitações e Contratos, em observância ao art. 34, parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93, e suas respectivas alterações, convida os atuais fornecedores a promoverem a atualização dos registros existentes e os novos interessados em fornecer bens, obras e serviços à Administração Municipal, na forma prescrita pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a realizarem seu cadastramento, junto ao Setor de Cadastro, Licitações e Contratos Administrativos, localizado a Rua Valter Veterlly, 239, Centro, Lauro Muller - SC, no horário das 08h00min as 12h00min e das 13h00min as 17h00min, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico [compraslicitacaopmlm@gmail.com](mailto:compraslicitacaopmlm@gmail.com).

Lauro Muller 17 de fevereiro de 2021.

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA.

PREFEITA MUNICIPAL.

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/PMLM/2021

Publicação Nº 2868378

PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/PMLM/2021

Data e horário da sessão de abertura: 03/03/2021 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição parcelada de cestas básicas para atendimento das demandas da Secretaria de Assistência Social de Lauro Muller/SC, vislumbrando atender famílias de baixa renda da municipalidade.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico [compraslicitacaopmlm@gmail.com](mailto:compraslicitacaopmlm@gmail.com) disponível em [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br).

Lauro Muller/SC, 17 de fevereiro de 2021.

Diezom Silva da Luz

Pregoeiro

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/PMLM/2021

Publicação Nº 2868396

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/PMLM/2021

Data e horário da sessão de abertura: 03/03/2021 às 11h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição parcelada de caixas de leite para atendimento das demandas da Secretaria de Assistência Social de Lauro Muller/SC, por meio do "Projeto Leite é Vida".

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico [compraslicitacaopmlm@gmail.com](mailto:compraslicitacaopmlm@gmail.com) disponível em [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br).

Lauro Muller/SC, 17 de fevereiro de 2021.

Diezom Silva da Luz

Pregoeiro

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/PMLM/2021

Publicação Nº 2868400

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/PMLM/2021

Data e horário da sessão de abertura: 04/03/2021 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição uma colhedora de forragens para atendimento das demandas da secretaria de agricultura de Lauro Muller/SC.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico [compraslicitacaopmlm@gmail.com](mailto:compraslicitacaopmlm@gmail.com) disponível em [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br).

Lauro Muller/SC, 17 de fevereiro de 2021.

Diezom Silva da Luz

Pregoeiro

## Lebon Regis

## PREFEITURA

## ANEXO\_14 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RREO\_5BIMESTRE

Publicação Nº 2867999



## MUNICÍPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Outubro 2020/Bimestre Setembro-Outubro



LRF, Art. 48 – Anexo 14		Em Reais		
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		34.037.351,00		
Previsão Atualizada		34.037.351,00		
Receitas Realizadas		36.989.813,39		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados por Créditos Adicionais)		1.819.692,26		
DESPESAS				
Dotação Inicial		34.037.351,00		
Créditos Adicionais		15.480.708,69		
Dotação Atualizada		49.518.059,69		
Despesas Empenhadas		32.630.933,03		
Despesas Liquidadas		30.560.403,00		
Despesas Pagas		29.788.355,92		
Superávit Orçamentário		6.429.410,39		
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		32.630.933,03		
Despesas Liquidadas		30.560.403,00		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		36.359.427,80		
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		34.470.292,57		
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		33.781.692,57		
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Primário - Acima da Linha		0,00	2.613.650,49	0,00
Resultado Nominal - Acima da Linha		0,00	2.025.401,99	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	267.983,05	600,03	254.987,02	12.396,00
Poder Executivo	267.983,05	600,03	254.987,02	12.396,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	159.275,74	8.865,06	144.824,02	5.586,66
Poder Executivo	159.275,74	8.865,06	144.824,02	5.586,66
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	427.258,79	9.465,09	399.811,04	17.982,66
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de impostos em MDE		3.770.713,55	25,00	22,36
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		4.560.261,15	60,00	79,65
Complementação da União ao FUNDEB		0,00	10,00	0,00

**MUNICIPIO DE LEBON REGIS**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA****ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Outubro 2020/Bimestre Setembro-Outubro



Continuação

LRF, Art. 48 – Anexo 14

**Em Reais**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	2.492.031,88	15,00	15,16
<b>DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP</b>	<b>Valor Apurado no Exercício Corrente</b>		
Total das Despesas/RCL (%)			0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1537-0225-174). Unidade Responsável: . Data da emissão: 17/02/2021 e hora de emissão: 15:00.  
: Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.



**ANEXO\_14 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RREO\_6BIMESTRE**

Publicação Nº 2868002

**MUNICIPIO DE LEBON REGIS**

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2020/Bimestre Novembro-Dezembro

LRF, Art. 48 – Anexo 14

**Em Reais**

<b>BALANÇO ORÇAMENTÁRIO</b>	<b>Até o Bimestre</b>
<b>RECEITAS</b>	
Previsão Inicial	34.037.351,00
Previsão Atualizada	34.037.351,00
Receitas Realizadas	44.705.042,24
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados por Créditos Adicionais)	1.819.692,26
<b>DESPESAS</b>	
Dotação Inicial	34.037.351,00
Créditos Adicionais	15.711.908,69
Dotação Atualizada	49.749.259,69
Despesas Empenhadas	39.654.964,77
Despesas Liquidadas	38.808.996,37
Despesas Pagas	38.645.347,45
Superávit Orçamentário	5.896.045,87

<b>DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO</b>	<b>Até o Bimestre</b>
Despesas Empenhadas	39.654.964,77
Despesas Liquidadas	38.808.996,37

<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL</b>	<b>Até o Bimestre</b>
Receita Corrente Líquida	35.709.873,43
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	33.460.500,37
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	33.071.900,37

<b>RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES</b>	<b>Até o Bimestre</b>
<b>Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO</b>	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
<b>Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO</b>	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

<b>RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL</b>	<b>Meta Fixada no AMF da LDO (a)</b>	<b>Resultado Apurado Até o Bimestre (b)</b>	<b>% em Relação à Meta (b/a)</b>
Resultado Primário - Acima da Linha	0,00	1.335.826,58	0,00
Resultado Nominal - Acima da Linha	0,00	690.237,45	0,00

<b>RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	<b>Inscrição</b>	<b>Cancelamento Até o Bimestre</b>	<b>Pagamento Até o Bimestre</b>	<b>Saldo a Pagar</b>
<b>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS</b>	267.983,05	1.342,25	254.987,02	11.653,78
Poder Executivo	267.983,05	1.342,25	254.987,02	11.653,78
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>	159.275,74	12.152,48	144.824,02	2.299,24
Poder Executivo	159.275,74	12.152,48	144.824,02	2.299,24
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	427.258,79	13.494,73	399.811,04	13.953,02

<b>DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>	<b>Valor Apurado Até o Bimestre</b>	<b>Limites Constitucionais Anuais</b>	
		<b>% Mínimo a Aplicar no Exercício</b>	<b>% Aplicado Até o Bimestre</b>
Mínimo Anual de 25% das Receitas de impostos em MDE	5.361.790,38	25,00	25,10
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	5.901.205,46	60,00	83,71
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	10,00	0,00

<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>Valor Apurado Até o Bimestre</b>	<b>Saldo Não Realizado</b>
Receitas de Operações de Crédito	5.241.436,55	-2.241.436,55

1 / 2



## MUNICÍPIO DE LEBON REGIS



RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2020/Bimestre Novembro-Dezembro

Continuação

LRF, Art. 48 – Anexo 14

Em Reais

Despesa de Capital Líquida		9.843.587,59		5.514.815,49	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Exercício¹	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Plano Previdenciário					
Receitas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário		0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro					
Receitas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	0,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
				% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos			3.683.442,47	15,00	17,95
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			Valor Apurado no Exercício Corrente		
Total das Despesas/RCL (%)			0,00		

FONTE: Sistema e-Pública (1613-6852-994). Unidade Responsável: . Data da emissão: 17/02/2021 e hora de emissão: 15:04.

¹ Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

**ANEXO\_6 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RGF\_3QUADRIMESTRE**

Publicação Nº 2868003

**MUNICIPIO DE LEBON REGIS**

PODER EXECUTIVO

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL****DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL****ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2020/Quadrimestre Setembro-Dezembro



LRF, art. 48 - ANEXO 06

**R\$ 1,00**

<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE</b>	
Receita Corrente Líquida	35.709.873,43	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	33.460.500,37	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	33.071.900,37	
<b>DESPESA COM PESSOAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL AJUSTADA</b>
Despesa Total com Pessoal - DTP	15.722.471,78	47,54
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	17.858.826,20	54,00
Limite Prudencial (Parag. Único, art. 22 da LRF)	16.965.884,89	51,30
Limite de Alerta (Incisos II do §1º do art. 59 da LRF)	16.072.943,58	48,60
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Dívida Consolidada Líquida	-1.637.031,48	-4,89
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	40.152.600,44	120,00
<b>GARANTIA DE VALORES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	11.427.159,50	32,00
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Operações de Crédito Externas e Internas	5.241.436,55	15,66
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	5.353.680,06	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.342.235,03	7,00
<b>RESTOS A PAGAR</b>	<b>RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO</b>	<b>DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)</b>
Valor Total	788.957,76	6.117.426,22

FONTE: Sistema e-Pública (1738-0128-142). Unidade Responsável: . Data da emissão: 17/02/2021 e hora de emissão: 15:06.

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 023/2021

Publicação Nº 2867397

DECRETO N.º 023, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

"APROVA EDITAL N.º 001/2021 QUE ABRE INSCRIÇÕES PARA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEIS PÚBLICOS MUNICIPAIS".

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município, e em atenção à Lei Municipal n.º 1.088, de 11 de setembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Edital n.º 001/2021, de seleção de interessados em se beneficiar com a Concessão de Direito Real de Uso da Escola Isolada Rio Antinha que está desativada, pertencente à Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 17 de fevereiro de 2021.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

### EDITAL N.º 001/2021 - CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO

Publicação Nº 2867389

EDITAL Nº 001/2021

OBJETO: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO

A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, nos termos do Art. 1º da Lei Municipal n.º 1.088, de 11 de setembro de 2014, e art. 17, I, "f" da Lei Federal n.º 8.666/93, FAZ SABER a quem interessar possa, que realizará Concessão Gratuita do Direito Real de Uso dos seguintes imóveis de propriedade do Município de Leoberto Leal:

I – Escola Isolada "Rio Antinha", com uma área construída de 70m², de alvenaria, com uma sala de aula, 02 banheiros e cozinha. Caracterizada por terreno de 486,09m², localizado em Rio Antinha, Leoberto Leal/SC.

As inscrições de interessados na ordem legal, estarão abertas no período de 22 de fevereiro a 10 de março, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, devendo apresentar na Diretoria de Assistência Social/Casa da Cidadania os seguintes documentos: Cédula de Identidade, Cartão do CPF, Certidão de nascimento de filhos menores (se os tiver), Certidão de Casamento (se for o caso). Para ser beneficiado conforme o Art. 3º, da Lei Municipal n.º 1.088/2014, o interessado deverá estar cadastrado junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, como "município carente", que será comprovado por estudo social a ser realizado pela Assistente Social desta Prefeitura Municipal.

Deverá ser respeitada a ordem de prioridade prescrita pelo Art. 1º da Lei Municipal n.º 1.088/2014, qual seja: "Grupos de Mulheres, Grupos de Idosos, Grupos ou Associações de Agricultores, Funcionários Públicos, Igrejas e Congregações, e antigos proprietários do imóvel".

A escolha do futuro beneficiado, será realizada pela Comissão de Seleção, devidamente habilitada, e homologada ao final, pelo Prefeito Municipal.

Após concluída esta etapa, lavra-se-á "Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, que será devidamente assinado e publicado nos órgãos competentes.

Leoberto Leal, 17 de fevereiro de 2021.

Gian Carlos Knauth  
PresidenteAna Paula Eger  
SecretáriaCricila Aparecida Hillesheim  
membro

### LEI N.º 1.508/2021

Publicação Nº 2869507

LEI N.º 1.508 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

Altera Anexo de Metas do Plano Plurianual – PPA 2018/2021 e Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO de 2021, com inclusão de Ação.

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, SC, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ao Anexo de Metas do Plano Plurianual – PPA 2018/2021, aprovado pela Lei Municipal nº 1.335/2017, fica acrescido ao Programa

11 – URBANIZAÇÃO, a seguinte ação:

1.022– Construção da Casa Mortuária.

Art. 2º Ao anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para 2021, aprovado pela Lei Municipal nº 1.495 de 24 de novembro de 2020, fica acrescido ao Programa 11 - URBANIZAÇÃO, a seguinte ação:

1.022– Construção da Casa Mortuária.

Art. 3º A execução da Ação de que tratam os artigos 1º e 2º desta lei ocorrerá no exercício de 2021, através da abertura de Crédito Adicional Especial no orçamento vigente, tendo como fonte de recursos o superávit financeiro de exercícios anteriores nas seguintes Fontes de Recursos:

I – 0.3.0079.357 – Emenda Parlamentar – Estado/ Emenda Parl. Imp. Est. (534/2020)-Casa Mortuária; e

II – 0.3.0000.000 – Recursos Ordinários/sem detalhamento

Art. 4º Ficam alterados, onde se fizer necessário, os anexos e demonstrativos do Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes, com a inclusão da ação de que trata esta lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 18 de fevereiro de 2021.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

## LEI N.º 1.509/2021

Publicação Nº 2869509

LEI N.º 1.509, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL”

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento Fiscal, no valor de até R\$ 294.024,95, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	294.024,95
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	294.024,95
Função	15	Urbanismo	294.024,95
Sub-função	451	Infra-Estrutura Urbana	294.024,95
Programa	0011	URBANIZAÇÃO	294.024,95
Atividade	1.022	Construção da Casa Mortuária	294.024,95
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesa de Capital	294.024,95
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimento	294.024,95
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	294.024,95
Fonte de Recurso/Detalhamento	0.3.0079.357	Emenda Parlamentar – Estado/ Emenda Parl. Imp. Est. (534/2020)-Casa Mortuária	200.000,00
Fonte de Recurso/Detalhamento	0.3.0000.000	Recursos Ordinários	94.024,95
TOTAL DO CRÉDITO ESPECIAL .....			294.024,95

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta Superávit financeiro de exercícios anteriores:

Fonte/Detalhamento	Fonte/Detalhamento	Valor
Emenda Parlamentar – Estado/ Emenda Parl. Imp. Est. (534/2020)-Casa Mortuária	0.1.0079.357	200.000,00
Recursos ordinários	0.1.0000.000	94.024,95
TOTAL DO SUPERÁVIT FINANCEIRO UTILIZADO .....		294.024,95

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 18 de fevereiro de 2021.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PE 04/2021

Publicação Nº 2867943

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2021 PROCESSO LICITATÓRIO 07/2021

Objeto: Aquisição de forma parcelada de britas, areia industrial, pedra marroada, pó de brita e pedrisco.

Modalidade: Pregão Eletrônico

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas até: as 08h30min do dia 04/03/2021, através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

Abertura: dia 04/03/2021 as 08h31min

Informações complementares: O edital na íntegra esta a disposição dos interessados nas home pages [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br) e [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

Lindóia do Sul - SC, 17 de fevereiro de 2021.

Neudi Angelo Bertol

Prefeito de Lindóia do Sul

### DECRETO 3.520, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2867480

DECRETO Nº 3.520, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

Abre Crédito Adicional Suplementar no orçamento do exercício vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município no inciso I do § 4º, do Art. 122 e,

Considerando o disposto no Art. 6º da Lei nº 1.475, de 14 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a Elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2021 – LOA e dá outras providências.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320 de 17/03/64, autorizado a proceder à abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL

Órgão: 10 – Fundo Municipal de Saúde de Lindóia do Sul

Projeto/Atividade: 2.025 – Programa Saúde da Família - ESF

Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 0.3.38.0332 – Serviços Públicos de Saúde/Custeio ..... R\$ 2.832,51

Projeto/Atividade: 2.026 – Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS

Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 0.3.38.0332 – Serviços Públicos de Saúde/Custeio ..... R\$ 40.507,49

Projeto/Atividade: 2.027 – Programa Farmácia Básica

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 0.3.38.0332 – Serviços Públicos de Saúde/Custeio ..... R\$ 16.598,49

Fonte de Recursos: 0.3.67.0075 – Farmácia Básica Estado ..... R\$ 19.821,88

Fonte de Recursos: 0.3.38.0343 – Assistência Farmac. Saúde/Mental ..... R\$ 736,02

Projeto/Atividade: 2.028 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública

Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00.00.00 \_ Aplicação Direta

Fonte de Recurso: 0.3.38.0332 – Serviços Públicos de Saúde/Custeio ..... R\$ 100.000,00

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 0.3.38.0335 – Progr. Informat. Unid. Básicas de Saúde ..... R\$ 11.527,85

Fonte de Recursos: 0.3.38.0332 – Serviços Públicos de Saúde/Custeio ..... R\$ 69.781,90

Fonte de Recursos: 0.3.52.0052 – Transf.União Saúde/Ação Social COVID-19 ..... R\$.. 9.078,54

Projeto/Atividade: 2.029 – Vigilância Epidemiológica

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 0.3.38.0332 – Vigilância em Saúde ..... R\$ 10.000,00

Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 0.3.38.0332 – Serviços Públicos de Saúde/Custeio ..... R\$ 3.839,92

Projeto/Atividade: 2.039 – Vigilância Sanitária

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 0.3.38.0332 – Serviços Públicos de Saúde/Custeio ..... R\$ 10.000,00

Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 0.3.38.0332 – Serviços Públicos de Saúde/Custeio ..... R\$ 5.000,00

Total das Suplementações ..... R\$ 299.724,60

Art. 2º. Os recursos necessários para a suplementação da dotação constante no art. 1º correrão por conta:

Do Superávit Financeiro de 2020:

Fonte de Recursos: 0.3.38.0332 – Serviços Públicos de Saúde/Custeio ..... R\$ 258.560,31

Fonte de Recursos: 0.3.38.0343 – Assistência Farmac. Saúde/Mental ..... R\$ 736,02

Fonte de Recursos: 0.3.38.0335 – Progr. Informat. Unid. Básicas de Saúde ..... R\$ 11.527,85

Fonte de Recursos: 0.3.67.0075 – Farmácia Básica Estado ..... ..R\$ 19.821,88

Fonte de Recursos: 0.3.52.0052–Transf.União Saúde/Ação Social COVID-19.. .....R\$ 9.078,54

Total das Fontes de Recursos ..... R\$ 299.724,60

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul-SC, 16 de fevereiro de 2021.

NEUDI ANGELO BERTOL

Prefeito Municipal



# Lontras

## PREFEITURA

### RETIFICAÇÃO AO EDITAL 14/2021

Publicação Nº 2867331

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LONTRAS  
PREGÃO ELETRÔNICO 14/2021  
RETIFICAÇÃO AO EDITAL

OBJETO: Aquisição de uma escavadeira hidráulica e um rolo compactador autopropulsado conforme especificações constantes no anexo I do edital para manutenção das atividades da Secretaria de Obras. Exclusão do item 6.9 do edital. Recebimento das propostas: Das 12:00 horas do dia 17/02/2021 às 13:30 horas do dia 02/03/2021. Abertura e julgamento das propostas: Das 13:31 às 13:59 horas do dia 02/03/2021. Início da sessão de disputa de preços: às 14:00 horas do dia 02/03/2021. Referência de tempo: horário de Brasília (DF). Local: Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)Lontras, 09 de fevereiro de 2021. Marcionei Hillesheim. Prefeito.

## CÂMARA MUNICIPAL

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6-2021

Publicação Nº 2867905

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2021

Ref. Compra de 7 (sete) refis de placa de Vereador; 6 (seis) placas de mesas dos vereadores; 9 (nove) Acrílico cristal 3mm com mão francesa 70x 56 cm cada e 1 (um) quadro da Legislatura 2021-2024 de 700x500mm, para uso na Câmara de Vereadores de Lontras/SC. Empresa: Camargo Adesivos LTDA ME. CNPJ 85.289.437/0001-10, apresentou menor valor orçado. Valor para pagamento em parcela única: é de R\$ 3.055,00 (três mil e cinquenta e cinco reais).

Lontras, 8 de fevereiro de 2021.  
GEFERSON ROBERTO DO ARAGÃO  
Presidente da Câmara

**Luiz Alves****PREFEITURA****DECRETO N.º 31/2021**

Publicação Nº 2868321

**DECRETO N.º 31/2021**

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária para o exercício de 2021 - Lei Municipal n.º 1.836, de 01 de dezembro de 2020;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 324.331,10 (trezentos e vinte e quatro mil, trezentos e trinta e um reais e dez centavos) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 16 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.040 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 2

Fonte de Recursos: 0.3.00.0098 – SF: Recursos Ordinários

Valor: R\$ 15.421,42

Fonte de Recursos: 0.6.35.0916 – SF: IGD – SUAS

Valor: R\$ 6.310,83

2.042 – Apoio ao Conselho Municipal de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 6

Fonte de Recursos: 0.6.35.0916 – SF: IGD – SUAS

Valor: R\$ 500,00

2.043 – Manutenção das Atividades de Proteção Social Básica

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 7

Fonte de Recursos: 0.6.35.0910 – SF: PBF – Piso Básico Fixo – Proteção Social Básica - CRAS

Valor: R\$ 17.234,37

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 8

Fonte de Recursos: 0.6.35.0918 – SF: SCFV – Serv. de Convivência e Fortalecimento Vínculos

Valor: R\$ 41.625,62

Fonte de Recursos: 0.6.35.0914 – SF: IGDBF – Bolsa Família

Valor: R\$ 21.810,88

Fonte de Recursos: 0.6.35.0954 – SF: Benefício de Prestação Continuada

Valor: R\$ 340,28

Fonte de Recursos: 0.6.65.0856 – SF: Proteção Social Básica / CRAS / Estadual

Valor: R\$ 65.731,63

Fonte de Recursos: 0.6.35.0002 – SF: Incremento Temporário ao Bloco da Proteção Social Básica para Ações de Combate ao COVID-19

Valor: R\$ 87.777,38

Fonte de Recursos: 0.6.35.0004 – SF: Ações do COVID no SUAS para EPI - Portaria 369

Valor: R\$ 4.728,17

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 9

Fonte de Recursos: 0.6.35.0914 – SF: IGDBF – Bolsa Família

Valor: R\$ 20.000,00

Fonte de Recursos: 0.6.65.0961 – SF: PSB / CRAS / Estadual – Investimentos

Valor: R\$ 11.885,20

Fonte de Recursos: 0.6.31.0986 – SF: Aquisição de Veículo para estruturação da rede de serviços de proteção social básica

Valor: R\$ 214,82

Fonte de Recursos: 0.6.35.0004 – SF: Ações do COVID no SUAS para EPI - Portaria 369

Valor: R\$ 199,73

2.046 – Concessão de Benefícios Eventuais

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 10

Fonte de Recursos: 0.6.35.0912 – SF: Benefícios Eventuais

Valor: R\$ 30.550,77

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com os recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício de 2020, por conta dos recursos Ordinários, na importância de R\$ 15.421,42 (quinze mil, quatrocentos e vinte e um reais e quarenta e dois centavos), dos Recursos do Piso Básico Fixo – CRAS, na importância de R\$ 17.234,37 (dezoito mil, duzentos e trinta e quatro reais e trinta

e sete centavos), dos Recursos do SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, na importância de R\$ 41.625,62 (quarenta e um mil, seiscentos e vinte e cinco reais e sessenta e dois centavos), dos Recursos do IGD-SUAS, na importância de R\$ 6.810,83 (seis mil, oitocentos e dez reais e oitenta e três centavos), dos Recursos do IGDBF – Bolsa Família, na importância de R\$ 41.810,88 (quarenta e um mil, oitocentos e dez reais e oitenta e oito centavos), dos Recursos do Benefício de Prestação Continuada, na importância de R\$ 340,28 (trezentos e quarenta reais e vinte e oito centavos), dos Recursos de Aquisição de Veículo para Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica, na importância de R\$ 214,82 (duzentos e quatorze reais e oitenta e dois centavos), dos Recursos de Benefícios Eventuais, na importância de R\$ 30.550,77 (trinta mil, quinhentos e cinquenta reais e setenta e sete centavos), dos Recursos de Proteção Social Básica – CRAS Estadual, na importância de R\$ 65.731,63 (sessenta e cinco mil, setecentos e trinta e um reais e sessenta e três centavos), dos Recursos do PSB/CRAS/Estadual – Investimentos, na importância de R\$ 11.885,20 (onze mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e vinte centavos), dos Recursos do SIGTV – Estruturação Investimentos, na importância de R\$ 199,73 (cento e noventa e nove reais e setenta e três centavos), dos Recursos do Incremento Temporário ao Bloco da Proteção Social Básica para Ações de Combate ao COVID-19, na importância de R\$ 87.777,38 (oitenta e sete mil, setecentos e setenta e sete reais e trinta e oito centavos), dos Recursos de Ações do COVID no SUAS para EPI - Portaria 369, na importância de R\$ 4.728,17 (quatro mil, setecentos e vinte e oito reais e dezessete centavos), totalizando o montante de R\$ 324.331,10 (trezentos e vinte e quatro mil, trezentos e trinta e um reais e dez centavos).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 15 de fevereiro de 2021.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves

[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

## DECRETO N.º 32/2021

Publicação Nº 2867492

DECRETO N.º 32/2021

Altera o Decreto n.º 151/2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelos incisos IV e VI do artigo 47 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Ficam alteradas as alíneas “a” e “b” do inciso VI do artigo 1º do Decreto Municipal n.º 151/2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º (...)

(...)

VI – representantes do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina:

a) titular: Willian Otavio Felício

b) suplente: Alison Pasquali

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 17 de fevereiro de 2021.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves

[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

## DECRETO N.º 33/2021

Publicação Nº 2867498

DECRETO N.º 33/2021

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária para o exercício de 2021 - Lei Municipal n.º 1.836, de 01 de dezembro de 2020;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Educação  
Unidade: 01 – Fundo Municipal de Educação  
12.361.97.2.055 – Conservação do Patrimônio Público do Ensino Fundamental  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas  
Código Reduzido: 42  
Fonte de Recursos: 0.3.40.0488 – SF: Royalties do Petróleo - Educação 75%  
Valor: R\$ 5.000,00

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com os recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício de 2020, por conta de recursos do Royalties do Petróleo - Educação 75%, na importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,  
Em, 17 de fevereiro de 2021.  
MARCOS PEDRO VEBER  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal  
e no site da Prefeitura de Luiz Alves  
[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar Lorenceti da Silva  
Secretário Municipal de Administração

## DECRETO N.º 34/2021

Publicação Nº 2867500

### DECRETO N.º 34/2021

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária para o exercício de 2021 - Lei Municipal n.º 1.836, de 01 de dezembro de 2020;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ R\$ 138.569,69 (cento e trinta e oito mil e quinhentos e sessenta e nove reais e sessenta e nove centavos) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Educação  
Unidade: 01 – Fundo Municipal de Educação  
12.361.20.2.054 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental  
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas  
Código Reduzido: 12  
Fonte de Recursos: 0.6.18.0820 – SF: FUNDEB 60%  
Valor: R\$ 138.569,69

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com os recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício de 2020, por conta de recursos do FUNDEB 60%, na importância de R\$ 138.569,69 (cento e trinta e oito mil e quinhentos e sessenta e nove reais e sessenta e nove centavos).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,  
Em, 17 de fevereiro de 2021.  
MARCOS PEDRO VEBER  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal  
e no site da Prefeitura de Luiz Alves  
[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar Lorenceti da Silva  
Secretário Municipal de Administração

## EXTRATO DE ERRATA AO 1º ADITIVO DO CONTRATO Nº 117/2019 - PREFEITURA

Publicação Nº 2867661

EXTRATO DA ERRATA DO CONTRATO N.º 47/2020  
1º ADITIVO AO CONTRATO N.º 117/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORMA PRESENCIAL EM APOIO E CAPACITAÇÃO NO SUPORTE AO SOFTWARE QUE ATENDE OS DEPARTAMENTOS DAS ÁREAS DE ARRECADAÇÃO, FISCALIZAÇÃO, NOTA FISCAL ELETRÔNICA E PESSOAL.

Contratante: MUNICIPIO DE LUIZ ALVES – CNPJ sob n.º 83.102.319/0001-55.

Contratado: MLAB – TECNOLOGIA E ASSESSORIA EM SERVIÇOS LTDA – CNPJ sob n.º 24.886.427/0001-05.

Do Prazo e dos valores: Em conformidade com a Lei n.º 8666/93 e suas alterações posteriores, na forma do artigo 57, inciso II da referida Lei, o contrato inicial fica prorrogado pelo período de 12 (doze) meses a contar da assinatura, de 10 de Setembro de 2020 a 10 de Setembro de 2021, sendo acrescido o valor de R\$ 74.400,00 (setenta e quatro mil e quatrocentos reais) ao valor original contratado.

Luiz Alves, 17 de fevereiro de 2021.

MARCOS PEDRO WEBER

Prefeito Municipal

## **EXTRATO DE ERRATA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021 - PREFEITURA**

Publicação Nº 2867401

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

EXTRATO DE ERRATA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2021

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021

Conforme evidenciado pelo órgão requisitante, em relação ao item 08 (oito) do Anexo I (Termo de Referência), onde se lê: "MICROONDAS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 30 LITROS, MATERIAL EM AÇO INOXIDÁVEL, VOLTAGEM BIVOLT OU 220 volts, DISPLAY DIGITAL, TRAVA DE SEGURANÇA, RELÓGIO, FUNÇÃO DESCONGELAR E CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS"; leia-se: MICROONDAS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 30 LITROS, INOX OU BRANCO, VOLTAGEM BIVOLT OU 220 volts, DISPLAY DIGITAL, TRAVA DE SEGURANÇA, RELÓGIO, FUNÇÃO DESCONGELAR E CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS.

Desta forma, conforme preceitua a legislação, altera-se a data da abertura e julgamento das propostas para o dia 03/03/2021, às 10h:00min.

Luiz Alves, 17 de fevereiro de 2021.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

## **EXTRATO DO CONTRATO N.º 03/2021 - FME**

Publicação Nº 2868022

EXTRATO DO CONTRATO N.º 03/2021 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 02/2021 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2021

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES – CNPJ sob n.º 19.578.710/0001-21.

Contratado: MANOEL ESPERANDIO TRANSPORTES– CNPJ n.º 17.748.502/0001-06.

Do objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ESTUDANTES DE LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES CUJO ACESSO É DIFÍCIL OU IMPOSSÍVEL PARA OS ÔNIBUS DE TRANSPORTE ESCOLAR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES.

Do valor: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de até R\$ 199.998,40 (cento e noventa e nove mil novecentos e noventa e oito reais e quarenta centavos).

Da vigência: O presente instrumento terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

Luiz Alves, 17 de fevereiro de 2021.

Marcos Pedro Veber

Prefeito Municipal

## **EXTRATO DO CONTRATO N.º 04/2021 - FME**

Publicação Nº 2868026

EXTRATO DO CONTRATO N.º 04/2021 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 02/2021 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2021

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES – CNPJ sob n.º 19.578.710/0001-21.

Contratado: CLAUDINEI FERNANDES TRANSPORTES – CNPJ n.º 26.799.645/0001-20.

Do objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ESTUDANTES DE LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES CUJO ACESSO É DIFÍCIL OU IMPOSSÍVEL PARA OS ÔNIBUS DE TRANSPORTE ESCOLAR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES.

Do valor: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de até R\$ 297.796,40 (duzentos e noventa e sete mil setecentos e noventa e seis reais e quarenta centavos).

Da vigência: O presente instrumento terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

Luiz Alves, 17 de fevereiro de 2021.

Marcos Pedro Veber

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO N.º 05/2021 - FME**

Publicação N° 2868030

EXTRATO DO CONTRATO N.º 05/2021 - PROCESSO DE LICITAÇÃO N°. 02/2021 - PREGÃO PRESENCIAL N°. 02/2021

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES – CNPJ sob n.º 19.578.710/0001-21.

Contratado: IVONEI SCHMITZ TRANSPORTADOR - ME – CNPJ n.º 11.410.694/0001-51.

Do objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ESTUDANTES DE LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES CUJO ACESSO É DIFÍCIL OU IMPOSSÍVEL PARA OS ÔNIBUS DE TRANSPORTE ESCOLAR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES.

Do valor: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de até R\$ 666.344,00 (seiscentos e sessenta e seis mil trezentos e quarenta e quatro reais).

Da vigência: O presente instrumento terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

Luiz Alves, 17 de fevereiro de 2021.

Marcos Pedro Veber

Prefeito Municipal

# Luzerna

## PREFEITURA

### 2º TERMO ADITIVO - CONTRATO 02-2020 - ANA CLAUDIA HERMANN

Publicação Nº 2868123

#### CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO

2º Termo Aditivo do Contrato Nº 002/2020

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito JULIANO SCHNEIDER, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF nº 005.113.009-21 e portador da cédula de identidade nº 11/C- 3.620.613, residente e domiciliado na Rua Primavera, 303, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CONTRATANTE e ANA CLAUDIA HERMANN, brasileira, união estável, professora, portadora da cédula de identidade nº 5.708.406 e inscrita no CPF/MF sob nº 077.487.989-07, residente e domiciliada na Rua Cecília Roweder, sn, Vila Alemanha, na cidade de Luzerna/SC, doravante designada CONTRATADA, celebram o presente 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, mediante as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Ficam alteradas as Cláusulas Primeira, Terceira e Quarta do CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO celebrado entre o MUNICÍPIO DE LUZERNA e ANA CLAUDIA HERMANN, passando, a partir de 11 de fevereiro de 2021 até 17 de Dezembro de 2021, a vigorar da seguinte forma:

"CLÁUSULA PRIMEIRA - A CONTRATADA exercerá as funções de Professora de Educação Infantil – (Habilitada), e terá sua carga ampliada em razão da necessidade de ficar com os alunos após o término da aula regular, não justificando o provimento do cargo. As atribuições são as constantes do anexo que é parte integrante do presente contrato, além de outras funções que vierem a ser objeto de ordens verbais, cartas ou avisos, segundo as necessidades do CONTRATANTE, desde que compatíveis com a sua formação profissional.

CLÁUSULA TERCEIRA - A remuneração mensal paga pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, incluindo o repouso semanal remunerado será de R\$ 2.473,42 (dois mil, quatrocentos e setenta e três reais e quarenta e dois centavos).

CLÁUSULA QUARTA - A jornada total de trabalho DA CONTRATADA será de 30 (trinta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas oriunda da contratação inicial e 10 (dez) horas de carga horária suplementar concordando desde logo com a prorrogação ou compensação desse horário, se assim for necessário."

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato em questão, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem de pleno acordo com o teor das cláusulas acima, firmam o presente contrato administrativo de trabalho em 02 (duas) vias de igual teor.

Luzerna(SC), 11 de fevereiro de 2021.

MUNICÍPIO DE LUZERNA CONTRATANTE	ANA CLAUDIA HERMANN CONTRATADA
-------------------------------------	-----------------------------------

#### TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

### 2º TERMO ADITIVO - CONTRATO 23-2020 - GUSTAVO VALMÓRBIDA

Publicação Nº 2868149

#### CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO

2º Termo Aditivo do Contrato Nº 023/2020

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Linha Nogueira, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CONTRATANTE e GUSTAVO VALMÓRBIDA, brasileiro, solteiro, professor de educação física, portador da cédula de identidade nº 4.954.822 e inscrito no CPF/MF sob nº 090.928.329-01, residente e domiciliado na Rua Benno Dresch, 75, Vila Alemanha, na cidade de LUZERNA/SC, doravante designado CONTRATADO, celebram o presente 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, mediante as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA



Ficam alteradas as Cláusulas Primeira, Terceira e Quarta do CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO celebrado entre o MUNICÍPIO DE LUZERNA e GUSTAVO VALMÓRBIDA, passando, a partir de 08 de fevereiro de 2021 até 17 de Dezembro de 2021, a vigorar da seguinte forma:

“CLÁUSULA PRIMEIRA - O CONTRATADO exercerá as funções de Professor de Educação Física (Habilitado) tendo sua carga ampliada devido o aumento no número de alunos e o desdobramento de algumas turmas, não justificando o provimento do cargo”. As atribuições são as constantes do anexo que é parte integrante do presente contrato, além de outras funções que vierem a ser objeto de ordens verbais, cartas ou avisos, segundo as necessidades do CONTRATANTE, desde que compatíveis com a sua formação profissional.

CLÁUSULA TERCEIRA - A remuneração mensal paga pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, incluindo o repouso semanal remunerado será de R\$ 3.297,90 (três mil, duzentos e noventa e sete reais e noventa e centavos).

CLÁUSULA QUARTA - A jornada total de trabalho DO CONTRATADO será de 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas oriunda da contratação inicial e 20 (vinte) horas de carga horária suplementar concordando desde logo com a prorrogação ou compensação desse horário, se assim for necessário.”

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato em questão, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem de pleno acordo com o teor das cláusulas acima, firmam o presente contrato administrativo de trabalho em 02 (duas) vias de igual teor.

Luzerna(SC), 08 de fevereiro de 2021.

MUNICÍPIO DE LUZERNA CONTRATANTE	GUSTAVO VALMÓRBIDA CONTRATADO
-------------------------------------	----------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

### 3º TERMO ADITIVO - CONTRATO 16-2020 - VANESSA ALBERTI WILLMSEN

Publicação Nº 2868159

CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO  
3º Termo Aditivo do Contrato Nº 016/2020

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito JULIANO SCHNEIDER, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF nº 005.113.009-21 e portador da cédula de identidade nº 11/C- 3.620.613, residente e domiciliado na Rua Primavera, 303, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CONTRATANTE e VANESSA ALBERTI WILLMSEN, brasileira, casada, professora, portadora da cédula de identidade nº 4.756.600 e inscrita no CPF/MF sob nº 063.112.489-64, residente e domiciliada na Rua São Roque, 465, Bairro São Francisco, na cidade de Luzerna/SC, doravante designada CONTRATADA, celebram o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, mediante as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Ficam alteradas as Cláusulas Primeira, Terceira e Quarta do CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO celebrado entre o MUNICÍPIO DE LUZERNA e VANESSA ALBERTI WILLMSEN, passando, a partir de 08 de fevereiro de 2021 até 17 de Dezembro de 2021, ou com o retorno da professora titular o que ocorrer antes a vigorar da seguinte forma:

“CLÁUSULA PRIMEIRA - A CONTRATADA exercerá as funções de Professora de Educação Infantil – (Habilitada) em substituição da Professora NILZI TEREZINHA SCHMITZ, que encontra-se em afastamento em razão de pertencer ao grupo de risco da COVID-19 exercendo suas atividades em Home Office, não justificando o provimento do cargo. As atribuições são as constantes do anexo que é parte integrante do presente contrato, além de outras funções que vierem a ser objeto de ordens verbais, cartas ou avisos, segundo as necessidades do CONTRATANTE, desde que compatíveis com a sua formação profissional.

CLÁUSULA TERCEIRA - A remuneração mensal paga pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, incluindo o repouso semanal remunerado será de R\$ 3.297,90 (três mil, duzentos e noventa e sete reais e noventa centavos).

CLÁUSULA QUARTA - A jornada total de trabalho DA CONTRATADA será de 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas oriunda da contratação inicial e 20 (vinte) horas de carga horária suplementar concordando desde logo com a prorrogação ou compensação desse horário, se assim for necessário.”

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato em questão, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estaremde pleno acordo com o teor das cláusulas acima, firmam o presente contrato administrativo de trabalho em 02 (duas) vias de igual teor.

Luzerna(SC), 08 de fevereiro de 2021.

MUNICÍPIO DE LUZERNA CONTRATANTE	VANESSA ALBERTI WILLMSEN CONTRATADA
-------------------------------------	--

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

### 3º TERMO ADITIVO - CONTRATO 19-2020 - JORGE JAIR ALVES JUNIOR

Publicação Nº 2868169

CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO  
3º Termo Aditivo do Contrato Nº 019/2020

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito JULIANO SCHNEIDER, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF nº 005.113.009-21 e portador da cédula de identidade nº 11/C- 3.620.613, residente e domiciliado na Rua Primavera, 303, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CONTRATANTE e JORGE JAIR ALVES JUNIOR, brasileiro, solteiro, professor, portador da cédula de identidade nº 7.234.755 e inscrito no CPF/MF sob nº 111.739.689-46, residente e domiciliado na Linha Limeira, sn, Interior, na cidade de LUZERNA/SC, doravante designado CONTRATADO, celebram o presente 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, mediante as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Ficam alteradas as Cláusulas Primeira, Terceira e Quarta do CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO celebrado entre o MUNICÍPIO DE LUZERNA e JORGE JAIR ALVES JUNIOR, passando, a partir de 08 de fevereiro de 2021 até 17 de Dezembro de 2021, a vigorar da seguinte forma:

"CLÁUSULA PRIMEIRA - O CONTRATADO exercerá as funções de Professor de Séries Iniciais (Habilitado) tendo sua carga ampliada devido o aumento no número de alunos e o desdobramento das turmas do 4º ano, não justificando o provimento do cargo". As atribuições são as constantes do anexo que é parte integrante do presente contrato, além de outras funções que vierem a ser objeto de ordens verbais, cartas ou avisos, segundo as necessidades do CONTRATANTE, desde que compatíveis com a sua formação profissional.

CLÁUSULA TERCEIRA - A remuneração mensal paga pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, incluindo o repouso semanal remunerado será de R\$ 3.297,90 (três mil, duzentos e noventa e sete reais e noventa centavos).

CLÁUSULA QUARTA - A jornada total de trabalho DO CONTRATADO será de 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas oriunda da contratação inicial e 20 (vinte) horas de carga horária suplementar concordando desde logo com a prorrogação ou compensação desse horário, se assim for necessário."

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato em questão, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estaremde pleno acordo com o teor das cláusulas acima, firmam o presente contrato administrativo de trabalho em 02 (duas) vias de igual teor.

Luzerna(SC), 08 de fevereiro de 2021.

MUNICÍPIO DE LUZERNA CONTRATANTE	JORGE JAIR ALVES JUNIOR CONTRATADO
-------------------------------------	---------------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

### 3º TERMO ADITIVO - CONTRATO 26-2020 - HELOISE ANA HEINECK

Publicação Nº 2868181

CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO  
3º Termo Aditivo do Contrato Nº 026/2020

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito JULIANO SCHNEIDER, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF

nº 005.113.009-21 e portador da cédula de identidade nº 11/C- 3.620.613, residente e domiciliado na Rua Primavera, 303, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CONTRATANTE e HELOISE ANA HEINECK, brasileira, solteira, professora, portadora da cédula de identidade nº 5.895.773 e inscrita no CPF/MF sob nº 094.807.349-74, residente e domiciliada na Rua Do Progresso, sn, Bairro Jardim Morada dos Sol, na cidade de Herval D' Oeste/SC, doravante designada CONTRATADA, celebram o presente 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, mediante as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Ficam alteradas as Cláusulas Primeira, Terceira e Quarta do CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO celebrado entre o MUNICÍPIO DE LUZERNA e HELOISE ANA HEINECK, passando, a partir de 08 de fevereiro de 2021 até 17 de Dezembro de 2021 a vigorar da seguinte forma:

"CLÁUSULA PRIMEIRA - A CONTRATADA exercerá as funções de Professora de Educação Infantil – (Não Habilitada) exercendo as atividades de professora volante, não justificando o provimento do cargo. As atribuições são as constantes do anexo que é parte integrante do presente contrato, além de outras funções que vierem a ser objeto de ordens verbais, cartas ou avisos, segundo as necessidades do CONTRATANTE, desde que compatíveis com a sua formação profissional.

CLÁUSULA TERCEIRA - A remuneração mensal paga pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, incluindo o repouso semanal remunerado será de R\$ 2.638,32 (dois mil, seiscentos e trinta e oito reais e trinta e dois centavos).

CLÁUSULA QUARTA - A jornada total de trabalho DA CONTRATADA será de 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas oriunda da contratação inicial e 20 (vinte) horas de carga horária suplementar concordando desde logo com a prorrogação ou compensação desse horário, se assim for necessário."

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato em questão, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem de pleno acordo com o teor das cláusulas acima, firmam o presente contrato administrativo de trabalho em 02 (duas) vias de igual teor.

Luzerna(SC), 08 de fevereiro de 2021.

MUNICÍPIO DE LUZERNA CONTRATANTE	HELOISE ANA HEINECK CONTRATADA
-------------------------------------	-----------------------------------

#### TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

### CONTRATO 022021 - SIMONE RESMINI NORA

Publicação Nº 2868187

#### CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO 002/2021

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito JULIANO SCHNEIDER, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF nº 005.113.009-21 e portador da cédula de identidade nº 11/C- 3.620.613, residente e domiciliado na Rua Primavera, 303, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CONTRATANTE e SIMONE RESMINI NORA, brasileira, casada, professora, portadora da cédula de identidade nº 5.008.370 e inscrita no CPF/MF sob nº 062.135.279-90, residente e domiciliada na Rua Da Amizade, 760 – Jardim Morada do Sol – Herval D' Oeste/SC, doravante designada CONTRATADA, celebram o presente CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do REGIME ADMINISTRATIVO ESPECIAL previsto na Lei Complementar nº 210 de 21 de maio de 2019 com fundamento no inciso IX do art.37 da Constituição Federal, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A CONTRATADA exercerá as funções de Professora de Educação Infantil para reger classe que foi desdobrada, não justificando o provimento do cargo. As atribuições são as constantes do anexo que é parte integrante do presente contrato, além de outras funções que vierem a ser objeto de ordens verbais, cartas ou avisos, segundo as necessidades do CONTRATANTE, desde que compatíveis com a sua formação profissional.

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente Contrato vigorará de 11/02/2021 a 17/12/2021, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Complementar nº 210 de 21 de maio de 2019, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - A remuneração mensal paga pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, incluindo o repouso semanal remunerado será de R\$ 1.648,95 (mil, seiscentos e quarenta e oito reais e noventa e cinco centavos).

CLÁUSULA QUARTA - A jornada de trabalho será de 20 (vinte) horas semanais, concordando desde logo com a prorrogação ou compensação desse horário, se assim for necessário.

CLÁUSULA QUINTA - A CONTRATADA sujeitar-se-á às proibições do art.20 da Lei Complementar nº 164 de 25 de abril de 2017, bem como aos deveres, proibições, responsabilidades e penalidades previstas na Lei Complementar nº 210 de 21 de maio de 2019, que em nenhum

momento poderão ser ignorados, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas e a usar os equipamentos de segurança fornecidos, sob pena de ser punido por falta grave, nos termos da legislação vigente e demais disposições inerentes à segurança e medicina do trabalho.

**CLÁUSULA SEXTA** - O CONTRATANTE poderá descontar do salário da CONTRATADA o valor dos danos e prejuízos por ela causados por dolo, negligência, imprudência ou imperícia.

**CLAUSULA SÉTIMA** - O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses do art. 11 da Lei Complementar nº 210 de 21 de maio de 2019. E, por estarem de pleno acordo com o teor das cláusulas acima, firmam o presente contrato administrativo de trabalho em 02 (duas) vias de igual teor.

Luzerna(SC), 11 de fevereiro de 2021.

MUNICÍPIO DE LUZERNA CONTRATANTE	SIMONE RESMINI NORA CONTRATADA
-------------------------------------	-----------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

Anexo I  
Atribuições

**DENOMINAÇÃO DO EMPREGO:** PROFESSOR

**GRUPO OCUPACIONAL:** DOCENTE

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Realizar o exercício da docência em classes de Educação Infantil, Ensino Fundamental e outros Programas da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

- \* planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;
- \* participar do processo de planejamento das atividades da escola;
- \* cooperar na elaboração, execução e avaliação do Plano Político-Pedagógico da Unidade Escolar;
- \* elaborar programas, projetos e planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e às diretrizes do ensino;
- \* executar o trabalho docente em consonância com a proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino;
- \* contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino;
- \* participar de processos seletivos de avaliação do próprio trabalho e da Unidade Escolar com vistas ao melhor rendimento do processo ensino-aprendizagem, replanejando sempre que necessário;
- \* colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- \* avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar nos prazos estabelecidos;
- \* estabelecer formas alternativas de recuperação (contínua e/ou paralela), aos alunos que apresentam menor rendimento;
- \* atualizar-se em sua área de conhecimento;
- \* participar de reuniões de estudo, conselhos de classe, encontros, cursos, seminários, atividades cívicas, culturais, recreativas e outros eventos, tendo em vista o seu constante aperfeiçoamento para melhoria da qualidade do ensino;
- \* cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, supervisão e orientação educacional;
- \* zelar pela aprendizagem do aluno, pela disciplina e pelo material docente;
- \* manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;
- \* levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s), mediante relatório(s) escrito(s);
- \* seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;
- \* constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento, mediante relatório por escrito;
- \* manter a pontualidade e assiduidade e, na impossibilidade do cumprimento de suas funções enviar planejamento diário;
- \* comunicar previamente à Direção (dentro do possível, na véspera) sempre que estiver impossibilitado de comparecer à Unidade Escolar;
- \* preencher a documentação solicitada pela secretaria e entregá-la no prazo estipulado;
- \* manter ética profissional no ambiente de trabalho e fora deste no que se refere a assuntos da Unidade Escolar;
- \* manter bom relacionamento com os alunos, pais e colegas de trabalho;
- \* executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

**CONTRATO 032021 - KARINE THAYS FERREIRA BORBA**

Publicação Nº 2868190

CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO  
003/2021

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito JULIANO SCHNEIDER, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF nº 005.113.009-21 e portador da cédula de identidade nº 11/C- 3.620.613, residente e domiciliado na Rua Primavera, 303, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CONTRATANTE e KARINE THAYS FERREIRA BORBA, brasileira, casada, professora, portadora da cédula de identidade nº 13.302.284-8 e inscrita no CPF/MF sob nº 100.645.659-71, residente e domiciliada na Rua Voluntários da Pátria, 226 – Vila Militar – Herval D’ Oeste/SC, doravante designada CONTRATADA, celebram o presente CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do REGIME ADMINISTRATIVO ESPECIAL previsto na Lei Complementar nº 210 de 21 de maio de 2019 com fundamento no inciso IX do art.37 da Constituição Federal,

mediante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - A CONTRATADA exercerá as funções de Professora de Educação Infantil para reger classe que foi desdobrada, não justificando o provimento do cargo. As atribuições são as constantes do anexo que é parte integrante do presente contrato, além de outras funções que vierem a ser objeto de ordens verbais, cartas ou avisos, segundo as necessidades do CONTRATANTE, desde que compatíveis com a sua formação profissional.

**CLÁUSULA SEGUNDA** - O presente Contrato vigorará de 11/02/2021 a 17/12/2021, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Complementar nº 210 de 21 de maio de 2019, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - A remuneração mensal paga pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, incluindo o repouso semanal remunerado será de R\$ 1.648,95 (mil, seiscentos e quarenta e oito reais e noventa e cinco centavos).

**CLÁUSULA QUARTA** - A jornada de trabalho será de 20 (vinte) horas semanais, concordando desde logo com a prorrogação ou compensação desse horário, se assim for necessário.

**CLÁUSULA QUINTA** - A CONTRATADA sujeitar-se-á às proibições do art.20 da Lei Complementar nº 164 de 25 de abril de 2017, bem como aos deveres, proibições, responsabilidades e penalidades previstas na Lei Complementar nº 210 de 21 de maio de 2019, que em nenhum momento poderão ser ignorados, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas e a usar os equipamentos de segurança fornecidos, sob pena de ser punido por falta grave, nos termos da legislação vigente e demais disposições inerentes à segurança e medicina do trabalho.

**CLÁUSULA SEXTA** - O CONTRATANTE poderá descontar do salário da CONTRATADA o valor dos danos e prejuízos por ela causados por dolo, negligência, imprudência ou imperícia.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses do art. 11 da Lei Complementar nº 210 de 21 de maio de 2019.

E, por estarem de pleno acordo com o teor das cláusulas acima, firmam o presente contrato administrativo de trabalho em 02 (duas) vias de igual teor.

Luzerna(SC), 11 de fevereiro de 2021.

MUNICÍPIO DE LUZERNA CONTRATANTE	KARINE THAYS FERREIRA BORBA CONTRATADA
-------------------------------------	---

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

Anexo I  
Atribuições

**DENOMINAÇÃO DO EMPREGO:** PROFESSOR

**GRUPO OCUPACIONAL:** DOCENTE

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Realizar o exercício da docência em classes de Educação Infantil, Ensino Fundamental e outros Programas da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

- \* planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;
- \* participar do processo de planejamento das atividades da escola;
- \* cooperar na elaboração, execução e avaliação do Plano Político-Pedagógico da Unidade Escolar;
- \* elaborar programas, projetos e planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e às diretrizes do ensino;
- \* executar o trabalho docente em consonância com a proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino;
- \* contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino;
- \* participar de processos seletivos de avaliação do próprio trabalho e da Unidade Escolar com vistas ao melhor rendimento do processo ensino-aprendizagem, replanejando sempre que necessário;
- \* colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- \* avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar nos prazos estabelecidos;
- \* estabelecer formas alternativas de recuperação (contínua e/ou paralela), aos alunos que apresentam menor rendimento;
- \* atualizar-se em sua área de conhecimento;
- \* participar de reuniões de estudo, conselhos de classe, encontros, cursos, seminários, atividades cívicas, culturais, recreativas e outros eventos, tendo em vista o seu constante aperfeiçoamento para melhoria da qualidade do ensino;
- \* cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, supervisão e orientação educacional;
- \* zelar pela aprendizagem do aluno, pela disciplina e pelo material docente;
- \* manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;
- \* levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s), mediante relatório(s) escrito(s);
- \* seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;
- \* constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento, mediante relatório por escrito;
- \* manter a pontualidade e assiduidade e, na impossibilidade do cumprimento de suas funções enviar planejamento diário;
- \* comunicar previamente à Direção (dentro do possível, na véspera) sempre que estiver impossibilitado de comparecer à Unidade Escolar;
- \* preencher a documentação solicitada pela secretaria e entregá-la no prazo estipulado;
- \* manter ética profissional no ambiente de trabalho e fora deste no que se refere a assuntos da Unidade Escolar;
- \* manter bom relacionamento com os alunos, pais e colegas de trabalho;
- \* executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.



**CONTRATO 042021 - ROSEMAR SCHAITEI PIMENTEL**

Publicação Nº 2868194

**CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO  
004/2021**

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito JULIANO SCHNEIDER, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF nº 005.113.009-21 e portador da cédula de identidade nº 11/C- 3.620.613, residente e domiciliado na Rua Primavera, 303, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CONTRATANTE e ROSEMAR SCHAITEI PIMENTEL, brasileira, casada, professora, portadora da cédula de identidade nº 3.563.821 e inscrita no CPF/MF sob nº 020.506.949-54, residente e domiciliada na Rua Dario Fontana, 260 – São Francisco - Luzerna/SC, doravante designada CONTRATADA, celebram o presente CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do REGIME ADMINISTRATIVO ESPECIAL previsto na Lei Complementar nº 210 de 21 de maio de 2019 com fundamento no inciso IX do art.37 da Constituição Federal, mediante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - A CONTRATADA exercerá as funções de Professora de Educação Infantil para reger classe que foi desdobrada, não justificando o provimento do cargo. As atribuições são as constantes do anexo que é parte integrante do presente contrato, além de outras funções que vierem a ser objeto de ordens verbais, cartas ou avisos, segundo as necessidades do CONTRATANTE, desde que compatíveis com a sua formação profissional.

**CLÁUSULA SEGUNDA** - O presente Contrato vigorará de 11/02/2021 a 17/12/2021, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Complementar nº 210 de 21 de maio de 2019, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - A remuneração mensal paga pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, incluindo o repouso semanal remunerado será de R\$ 1.648,95 (mil, seiscentos e quarenta e oito reais e noventa e cinco centavos).

**CLÁUSULA QUARTA** - A jornada de trabalho será de 20 (vinte) horas semanais, concordando desde logo com a prorrogação ou compensação desse horário, se assim for necessário.

**CLÁUSULA QUINTA** - A CONTRATADA sujeitar-se-á às proibições do art.20 da Lei Complementar nº 164 de 25 de abril de 2017, bem como aos deveres, proibições, responsabilidades e penalidades previstas na Lei Complementar nº 210 de 21 de maio de 2019, que em nenhum momento poderão ser ignorados, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas e a usar os equipamentos de segurança fornecidos, sob pena de ser punido por falta grave, nos termos da legislação vigente e demais disposições inerentes à segurança e medicina do trabalho.

**CLÁUSULA SEXTA** - O CONTRATANTE poderá descontar do salário da CONTRATADA o valor dos danos e prejuízos por ela causados por dolo, negligência, imprudência ou imperícia.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses do art. 11 da Lei Complementar nº 210 de 21 de maio de 2019.

E, por estarem de pleno acordo com o teor das cláusulas acima, firmam o presente contrato administrativo de trabalho em 02 (duas) vias de igual teor.

Luzerna(SC), 11 de fevereiro de 2021.

MUNICÍPIO DE LUZERNA CONTRATANTE	ROSEMAR SCHAITEI PIMENTEL CONTRATADA
-------------------------------------	---

**TESTEMUNHAS:**

1. _____	2. _____
----------	----------

Anexo I  
Atribuições

**DENOMINAÇÃO DO EMPREGO:** PROFESSOR

**GRUPO OCUPACIONAL:** DOCENTE

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Realizar o exercício da docência em classes de Educação Infantil, Ensino Fundamental e outros Programas da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

- \* planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;
- \* participar do processo de planejamento das atividades da escola;
- \* cooperar na elaboração, execução e avaliação do Plano Político-Pedagógico da Unidade Escolar;
- \* elaborar programas, projetos e planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e às diretrizes do ensino;
- \* executar o trabalho docente em consonância com a proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino;
- \* contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino;
- \* participar de processos seletivos de avaliação do próprio trabalho e da Unidade Escolar com vistas ao melhor rendimento do processo ensino-aprendizagem, replanejando sempre que necessário;
- \* colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- \* avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar nos prazos estabelecidos;
- \* estabelecer formas alternativas de recuperação (contínua e/ou paralela), aos alunos que apresentam menor rendimento;
- \* atualizar-se em sua área de conhecimento;
- \* participar de reuniões de estudo, conselhos de classe, encontros, cursos, seminários, atividades cívicas, culturais, recreativas e outros eventos, tendo em vista o seu constante aperfeiçoamento para melhoria da qualidade do ensino;
- \* cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, supervisão e orientação educacional;

- \* zelar pela aprendizagem do aluno, pela disciplina e pelo material docente;
- \* manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;
- \* levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s), mediante relatório(s) escrito(s);
- \* seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;
- \* constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento, mediante relatório por escrito;
- \* manter a pontualidade e assiduidade e, na impossibilidade do cumprimento de suas funções enviar planejamento diário;
- \* comunicar previamente à Direção (dentro do possível, na véspera) sempre que estiver impossibilitado de comparecer à Unidade Escolar;
- \* preencher a documentação solicitada pela secretaria e entregá-la no prazo estipulado;
- \* manter ética profissional no ambiente de trabalho e fora deste no que se refere a assuntos da Unidade Escolar;
- \* manter bom relacionamento com os alunos, pais e colegas de trabalho;
- \* executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

**CONTRATO 052021 - BEATRIZ PADILHA**

Publicação Nº 2868198

**CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO  
005/2021**

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito JULIANO SCHNEIDER, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF nº 005.113.009-21 e portador da cédula de identidade nº 11/C- 3.620.613, residente e domiciliado na Rua Primavera, 303, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CONTRATANTE e BEATRIZ PADILHA, brasileira, divorciada, professora, portadora da cédula de identidade nº 3.563.821 e inscrita no CPF/MF sob nº 020.506.949-54, residente e domiciliada na Rua Toscana, Sn – Jardim Alvorada - Joaçaba/SC, doravante designada CONTRATADA, celebram o presente CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do REGIME ADMINISTRATIVO ESPECIAL previsto na Lei Complementar nº 210 de 21 de maio de 2019 com fundamento no inciso IX do art.37 da Constituição Federal, mediante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - A CONTRATADA exercerá as funções de Professora de Educação Infantil para reger classe que foi desdobrada, não justificando o provimento do cargo. As atribuições são as constantes do anexo que é parte integrante do presente contrato, além de outras funções que vierem a ser objeto de ordens verbais, cartas ou avisos, segundo as necessidades do CONTRATANTE, desde que compatíveis com a sua formação profissional.

**CLÁUSULA SEGUNDA** - O presente Contrato vigorará de 16/02/2021 a 17/12/2021, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Complementar nº 210 de 21 de maio de 2019, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - A remuneração mensal paga pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, incluindo o repouso semanal remunerado será de R\$ 1.648,95 (mil, seiscentos e quarenta e oito reais e noventa e cinco centavos).

**CLÁUSULA QUARTA** - A jornada de trabalho será de 20 (vinte) horas semanais, concordando desde logo com a prorrogação ou compensação desse horário, se assim for necessário.

**CLÁUSULA QUINTA** - A CONTRATADA sujeitar-se-á às proibições do art.20 da Lei Complementar nº 164 de 25 de abril de 2017, bem como aos deveres, proibições, responsabilidades e penalidades previstas na Lei Complementar nº 210 de 21 de maio de 2019, que em nenhum momento poderão ser ignorados, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas e a usar os equipamentos de segurança fornecidos, sob pena de ser punido por falta grave, nos termos da legislação vigente e demais disposições inerentes à segurança e medicina do trabalho.

**CLÁUSULA SEXTA** - O CONTRATANTE poderá descontar do salário da CONTRATADA o valor dos danos e prejuízos por ela causados por dolo, negligência, imprudência ou imperícia.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses do art. 11 da Lei Complementar nº 210 de 21 de maio de 2019.

E, por estarem de pleno acordo com o teor das cláusulas acima, firmam o presente contrato administrativo de trabalho em 02 (duas) vias de igual teor.

Luzerna(SC), 16 de fevereiro de 2021.

MUNICÍPIO DE LUZERNA CONTRATANTE	BEATRIZ PADILHA CONTRATADA
-------------------------------------	-------------------------------

**TESTEMUNHAS:**

1. _____	2. _____
----------	----------

Anexo I  
Atribuições

**DENOMINAÇÃO DO EMPREGO:** PROFESSOR

**GRUPO OCUPACIONAL:** DOCENTE

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Realizar o exercício da docência em classes de Educação Infantil, Ensino Fundamental e outros Programas da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

- \* planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;
- \* participar do processo de planejamento das atividades da escola;
- \* cooperar na elaboração, execução e avaliação do Plano Político-Pedagógico da Unidade Escolar;



- \* elaborar programas, projetos e planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e às diretrizes do ensino;
- \* executar o trabalho docente em consonância com a proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino;
- \* contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino;
- \* participar de processos seletivos de avaliação do próprio trabalho e da Unidade Escolar com vistas ao melhor rendimento do processo ensino-aprendizagem, replanejando sempre que necessário;
- \* colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- \* avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar nos prazos estabelecidos;
- \* estabelecer formas alternativas de recuperação (contínua e/ou paralela), aos alunos que apresentam menor rendimento;
- \* atualizar-se em sua área de conhecimento;
- \* participar de reuniões de estudo, conselhos de classe, encontros, cursos, seminários, atividades cívicas, culturais, recreativas e outros eventos, tendo em vista o seu constante aperfeiçoamento para melhoria da qualidade do ensino;
- \* cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, supervisão e orientação educacional;
- \* zelar pela aprendizagem do aluno, pela disciplina e pelo material docente;
- \* manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;
- \* levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s), mediante relatório(s) escrito(s);
- \* seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;
- \* constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento, mediante relatório por escrito;
- \* manter a pontualidade e assiduidade e, na impossibilidade do cumprimento de suas funções enviar planejamento diário;
- \* comunicar previamente à Direção (dentro do possível, na véspera) sempre que estiver impossibilitado de comparecer à Unidade Escolar;
- \* preencher a documentação solicitada pela secretaria e entregá-la no prazo estipulado;
- \* manter ética profissional no ambiente de trabalho e fora deste no que se refere a assuntos da Unidade Escolar;
- \* manter bom relacionamento com os alunos, pais e colegas de trabalho;
- \* executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

# Mafra

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 294/2020

Publicação Nº 2868048

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 294/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: Flymed Comércio de Produtos Hospitalares Ltda-ME

CNPJ: 25.034.906/0001-58

Valor registrado: R\$15.420,00 (quinze mil quatrocentos e vinte reais).

Objeto: aquisição de materiais de Atendimento Pré-Hospitalar, destinados ao Corpo de Bombeiros Militar de Mafra .

Origem: Processo nº 437/2020, Pregão Eletrônico RP Nº 095/2020.

Data de assinatura: 02 de dezembro de 2020.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 02 de dezembro de 2021.

Foro: Comarca de Mafra

### EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DA ATA CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 046/2020

Publicação Nº 2868065

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DA ATA CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 046/2020

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratada: CLASSMED PRODUTOS HOSPITALARES

CNPJ nº 01.328.535/0001-59

Objeto: aquisição de material médico de consumo hospitalar, que será destinado para todas as unidades de Saúde do Município de Mafra, incluindo Atenção Primária em Saúde, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, CAPS e Policlínica Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 028/2020. Pregão Eletrônico Registro de Preços Nº 010/2020.

Data Assinatura do termo aditivo: 04 de fevereiro de 2021.

Valor do Termo Aditivo:

Item	Descrição	Valor Unitário Inicial R\$	Valor Unit. atual com Reequilíbrio Financeiro (revisão) R\$
52	82959 - Coletor material perfurocortante 13 litros recipiente em papelão para descarte de material perfurocortante, em material resistente a perfurações, interior impermeável, com sistema de abertura e fechamento pratico com trava de segurança que impeça a violação, alças resistentes para o manuseio e transporte seguro. O produto devera atender as exigências da NBR 13853, constando dados de identificação procedência, lote, isenção/registro no MS/ANVISA. Embalagem em caixa e segura para armazenamento.	R\$ 3,10	R\$ 3,63

Foro: Comarca de Mafra.

# Maracajá

## PREFEITURA

### PORTARIA 038/2021

Publicação Nº 2867908

PORTARIA Nº 038 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA JOSIANE SILVA DA SILVA.

ANIBAL BRAMBILA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 85 da Lei Complementar Nº 02 de 07/10/97,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Prêmio a servidora pública Josiane Silva da Silva, referente ao período de 14/2/2013 à 13/2/2018.

Art. 2º A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Complementar Nº 02 de 07/10/97, é de 30 dias e iniciará em 4/2/2021 à 5/3/2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 15 de Fevereiro de 2021.

ANIBAL BRAMBILA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal em 15 de Fevereiro de 2021.

EDILANE ROCHA NICOLEITE

Secretária de Administração

### PORTARIA 039/2021

Publicação Nº 2867703

Portaria Nº 039, de 16 de fevereiro de 2021.  
EXONERA A PEDIDO DO CARGO EFETIVO DE AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL A SERVIDORA BRUNA DA SILVA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 06 de 22 de dezembro de 2003,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a pedido a servidora BRUNA DA SILVA, CPF 101.957.419-43, matrícula 2020, nascida em 31 de janeiro de 1996, nomeada para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria Nº 107 de 17 de março de 2017.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 16 de fevereiro de 2021.

ANIBAL BRAMBILA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 16 de fevereiro de 2021.

EDILANE ROCHA NICOLEITE

Secretária de Administração

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 001/2021 - PREGÃO PRESENCIAL N° 008/2021

Publicação N° 2868521

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 1/2021 Data do Registro: 17/02/2021 Válido até: 17/02/2022

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENIZAÇÃO E DESINFECÇÃO COM EQUIPAMENTOS EM COMODATO PARA ATENDIMENTO A REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ESCOLAS E CEI), SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO, CONSELHO TUTELAR, RÁDIO PATRULHA, CENTRO DE TRIAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS, PARQUE E

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	PAPEL HIGIÊNICO ROLÃO - Características: Papel higiênico em rolo, branco, não reciclado, 100% de fibras naturais, neutro, macio, com alto poder de absorção, com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel. Caixa com 8 unidades/rolos de 300 metros x 10 cm cada. Fornecer todos os dispensers necessários em comodato.	CX	NICOLAU SATURNINO VEIRA (111887)	ALVEFLOR	0	67,2000	1
2	SABONETE EM ESPUMA - Sabonete líquido em espuma, em refil de 600 ml, indicado para uso profissional. Fragrância floral. Cada refil deve conter sua própria válvula de acionamento. Fornecer todos os dispensers necessários em comodato.	UN	SERLAX PLASTICOS E PAPEIS LTDA (112051)	PROPAPER	0	70,5000	2
3	ALCOOL SPRAY PARA AS MÃOS - Alcool em gel, antisséptico, 70% higienizante para as mãos, spray para uso à seco, com ação antibacteriana, embalagem para ser usada em dispenser. Refil de 600 ml. Ativo: álcool etílico extra fino e triclosan secagem rápida. Fornecer todos os dispensers necessários em comodato.	UN	NICOLAU SATURNINO VEIRA (111887)	HERBAL SENS	0	25,5000	1
4	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO - Papel toalha interfolhado cor branca, folhas 100% celulose virgem, sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, com alto poder de absorção, acondicionados em caixa ou fardo com 5000 folhas, com 2 dobras e embaladas em maços/paquetes plásticos com 250 unidades. Fornecer todos os equipamentos necessários em comodato.	CX	SERLAX PLASTICOS E PAPEIS LTDA (112051)	HYDRAPLUS	0	27,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

Número do Registro de Preços: 1/2021		Data do Registro: 17/02/2021		Válido até: 17/02/2022			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENIZAÇÃO E DESINFECÇÃO COM EQUIPAMENTOS EM COMODATO PARA ATENDIMENTO A REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ESCOLAS E CEI), SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO, CONSELHO TUTELAR, RÁDIO PATRULHA, CENTRO DE TRIAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS, PARQUE E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SERLAX PLASTICOS E PAPEIS LTDA (112051)	PROPAPER	0	84.0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Número do Registro de Preços: 1/2021		Data do Registro: 17/02/2021		Válido até: 17/02/2022	
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENIZAÇÃO E DESINFECÇÃO COM EQUIPAMENTOS EM COMODATO PARA ATENDIMENTO A REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ESCOLAS E CEI), SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO, CONSELHO TUTELAR, RÁDIO PATRULHA, CENTRO DE TRIAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS, PARQUE E					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
					Preço Unitário
					Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2021  
PROCESSO Nº 8/2021  
(111887) - NICOLAU SATURNINO VIEIRA  
(112051) - SERLAX PLASTICOS E PAPEIS LTDA

Maracajá, 17 de Fevereiro de 2021.

# Massaranduba

## PREFEITURA

### ADITIVO DE QUANTIDADE - ITEM 06 PREGÃO 163.2020 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 84.2020

Publicação Nº 2867288

TERMO ADITIVO DE QUANTIDADE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 84/2020  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 163/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 163/2020

Ao Décimo sétimo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, situada na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, bem como do Decreto Municipal 3.749/18 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas comerciais apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 163/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 163/2020, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pela Autoridade supracitada, resolve aditar quantitativamente o seguinte item:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E UTENSÍLIOS PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS FUNDOS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO QUANTITATIVO

2.1. Este aditivo deu-se em virtude da quantidade estimada não ser o suficiente para suprir a demanda da Administração Municipal.

FORNECEDOR: 15369 - MERCADO MOA LTDA EPP							
ITEM	PRODUTO	UNID	QTDE LICITADA	MARCA	ADITIVO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
6	BORRIFADOR EM PLÁSTICO PARA USO GERAL COM CAPACIDADE PARA ATÉ 250 ML DE ÁGUA.	UNID	200	TRAPP	50	R\$ 4,98	R\$ 249,00
TOTAL: R\$ 249,00 (DUZENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS).							

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. Integra esta ata aditiva, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 163/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 163,2020, e as propostas comerciais das licitantes classificadas no certame supra numerado.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 bem como as demais normas aplicáveis.

3.4. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da ata que este termo originou.

Massaranduba (SC), 17 de fevereiro de 2021.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ARMINDO SESAR TASSI
CONTRATANTE
MERCADO MOA LTDA EPP
MOACIR PRAWUTZKI
CONTRATADA



**DECRETO N° 4412 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação N° 2867789

DECRETO N° 4412 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021

Abre crédito adicional suplementar

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal nº 2149 de 14 de dezembro de 2020, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no Orçamento de 2021 (Lei Municipal nº 2149/2020), no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), conforme classificação funcional programática abaixo:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

09.001 – Gerência de Saúde

09.001- 0010.0301.0026.2096 - Manutenção do Programa Agente Comunitário de Saúde - PACS

09.001 – 3.3.00 – Outras Despesas Correntes

09.001 – 3.3.90 – Aplicações diretas

09.001 – 03380300 - Agentes Comunitários de Saúde – PACS .....R\$ 15.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º, são oriundos do Superávit Financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior conforme art. 43, § 1º, I da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 16 de fevereiro de 2021.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

# Meleiro

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO Nº. 012/2021

Publicação Nº 2867652

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 012/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: SILVANA DE OLIVEIRA

Objeto: Locação de uma casa mista (madeira e alvenaria) localizada na Rua 38, nº88, Bairro Imigrantes– Meleiro/SC, para abrigar família em situação de risco social, conforme estudo sócio econômico emitido pela assistente social do município e parecer jurídico anexos ao processo.

Valor: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)

Vigência: Início: 09/02/2021 Término: 07/08/2021.

Data da assinatura: 09 de fevereiro de 2021.

# Modelo

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2021

Publicação Nº 2867630

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2021 DE 01.02.2021

FICA APROVADO O CALENDÁRIO E OS HORÁRIOS DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MODELO, PARA A SESSÃO LEGISLATIVA DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCIA TERESINHA JACOBY, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que me são conferidas, em especial as contidas na Resolução nº. 002/98 (Regimento Interno da Câmara), faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica fixado o calendário e os horários das Sessões Ordinárias da Câmara Municipal de Vereadores de Modelo-SC, para a Sessão Legislativa de 2021, conforme a seguir especificado:

MÊS	DATA	HORÁRIO
FEVEREIRO	15 – 22	19:00 horas
MARÇO	01 – 08 – 15 – 22	19:00 horas
ABRIL	05 – 12 – 19 – 26	19:00 horas
MAIO	03 – 10 – 17 – 24	19:00 horas
JUNHO	07 – 14 – 21 – 28	19:00 horas
JULHO	RECESSO LEGISLATIVO	
AGOSTO	02 – 09 – 16 – 23	19:00 horas
SETEMBRO	06 – 13 – 20 – 27	19:00 horas
OUTUBRO	04 – 11 – 18 – 25	19:00 horas
NOVEMBRO	01 – 08 – 22 – 29	19:00 horas
DEZEMBRO	06 – 13	19:00 horas
	15/12/2021 INÍCIO DO RECESSO LEGISLATIVO	

Art. 2º. As datas e os horários mencionados no artigo 1º poderão ser alterados, por decisão da maioria do Plenário, constando na Ata a alteração aprovada.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Câmara Municipal de Vereadores de Modelo, em 01 de fevereiro de 2021.

MARCIA TERESINHA JACOBY

Presidente da Câmara de Vereadores

Registrado e Publicado na Data Supra:

TIAGO RAMBO GELLER

Secretário

### RESOLUÇÃO Nº 001/2021

Publicação Nº 2867627

RESOLUÇÃO Nº 001/2021 DE 15.02.2021.

DISPÕE SOBRE LICENÇA DE MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCIA TERESINHA JACOBY, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e em especial ao disposto no artigo 95, inciso II, c/c artigo 154, § 1º, "b" da Resolução 002/98 de 30.03.1998 - Regimento Interno da Câmara, faz saber que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º. Fica concedida licença para tratar de assuntos de interesse particular, sem remuneração, pelo prazo de 30 (trinta) dias, no período de 22 de fevereiro de 2021 a 23 de março de 2021, ao Vereador TIAGO RAMBO GELLER, de conformidade com o artigo 95, inciso II da Resolução 002/98 de 30.03.1998 - Regimento Interno da Câmara.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões da Câmara de Vereadores de Modelo, 15 de fevereiro de 2021.

MARCIA TERESINHA JACOBY

Presidente

Registrada e Publicada na Data Supra:

TIAGO RAMBO GELLER  
Secretário

# Mondaí

## PREFEITURA

### DECRETO 5440/2021

Publicação Nº 2867788

#### ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 5.440 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

Homologa as inscrições (antes dos recursos) do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2021 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mondaí, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam homologadas preliminarmente as inscrições, referentes ao Processo Seletivo Simplificado nº 01/2021, conforme segue:

Inscrição	Nome do Candidato (a)	Situação da Inscrição
4	Cleiton Hirsch	HOMOLOGADA
7	Dilceu de Souza	HOMOLOGADA
8	Evandro José Maldaner	HOMOLOGADA
5	Felipe Leite da Silva	HOMOLOGADA
3	Iago Anderson Buss	HOMOLOGADA
10	Marilene Reinke	HOMOLOGADA
6	Sérgio Dörr	HOMOLOGADA
9	Valdecir dos Santos	HOMOLOGADA
2	Wagner Morbach Rosa	HOMOLOGADA
1	Zilmar Ilario Maldaner	HOMOLOGADA

Art. 2º - Foram Homologadas todas as inscrições que atenderam as instruções contidas no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 01/2021 do Município de Mondaí – SC.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Mondaí - SC, 17 de fevereiro de 2021.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

### DECRETO 5441/2021

Publicação Nº 2867580

#### ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 5.441, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

Adota medidas preventivas e restritivas no âmbito do município de Mondaí-SC para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19).

O Senhor VALDIR RUBERT, Prefeito do município de Mondaí, localizado no estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 56, Inciso XVIII, da Lei Orgânica do Município, de 05 de abril de 1990, e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012 e, ainda, o disposto no nos art. 6, art. 196, 227º, da Constituição Federal, e tendo em vista o plano de contingência e adoção de medidas com o objetivo de reduzir os riscos de contágio e de disseminação do COVID-19:

CONSIDERANDO o estado de emergência em saúde pública de importância internacional declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO o artigo 23, inciso II, da Constituição Federal, que determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o artigo 30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO os Decretos emitidos pelo Estado de Santa Catarina declarando estado de calamidade pública em todo o território

catarinense, estabelecendo medidas de combate e enfrentamento à pandemia da COVID-19 e atribuiu às autoridades sanitárias municipais a competência para estabelecer medidas específicas que suspendam ou restrinjam as atividades a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus em seus territórios;

CONSIDERANDO a Portaria Estadual nº 464 de 03 de julho de 2020 que instituiu o programa de descentralização e regionalização das ações de combate ao COVID-19 prevendo que os municípios de uma mesma Região de Saúde possam tomar decisões no sentido de restringir atividades sociais e econômicas embasados em critérios e dados epidemiológicos locais pertinentes a curva de contaminação e disseminação do novo Coronavírus – COVID-19;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 1.027 de 18 de dezembro de 2020 que institui regras para organização das medidas para o enfrentamento da pandemia COVID-19 no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a situação epidemiológica local, o crescente número de pessoas contaminadas, a falta de vagas de leitos de UTI nos hospitais da região do extremo oeste e oeste catarinense e, decisão conjunta dos municípios que integram a AMEOSC tomada em assembleia extraordinária realizada na data de 16 de fevereiro de 2021;

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam SUSPENSAS no território do município de Mondaí, até o dia 1º de março de 2021:

- a) As aulas presenciais nas unidades de ensino municipal, das redes pública e privada, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), sem prejuízo da realização das aulas na modalidade à distância/"on line";
- b) As atividades de bares, petiscarias, choperias, cervejarias e outros locais congêneres destinados a happy hours ou consumo predominantemente de bebidas alcoólicas em qualquer horário, sendo possível apenas Delivery e Tele entrega até as 22 horas;
- c) A prática de atividades esportivas coletivas e recreativas, como futebol, carteados, dominó, bocha, bilhar e outras modalidades que possam aglomerar pessoas, em estabelecimentos sediados na cidade e no interior deste município, inclusive aquelas de treinamentos realizadas por clubes e escolas;
- d) Todas as atividades religiosas presenciais em templos e igrejas;
- e) Todas as atividades pertinentes a cinemas, teatros, shows, espetáculos, festas e eventos que acarretem a aglomeração de pessoas;
- f) O funcionamento de campings e áreas de lazer de associações e entidades afins;
- g) A realização de velórios por período superior a 06 (seis) horas;
- h) A realização de transporte coletivo urbano municipal;
- i) A concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivos, como parques, praças e afins;
- j) O funcionamento de casas noturnas.

Art. 2º Os restaurantes e lanchonetes poderão realizar atendimentos presenciais ao público exclusivamente no horário compreendido das 10:30 às 13:30 horas e observando a lotação máxima preconizadas pelo Estado de Santa Catarina. Nos demais horários, poderá ser realizado o atendimento por meio de delivery ou Tele entrega até as 22 horas.

§ 1º - Considera-se atividade de restaurante e lanchonete, para fins deste Decreto, aquela destinada a servir almoço e/ou alimentação nos horários previstos no caput deste artigo.

§ 2º - O atendimento presencial por Restaurantes e lanchonetes, nos horários previstos no caput deste artigo, deverá atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias e de saúde relativas ao COVID-19, como a obrigatoriedade do uso de máscaras, disponibilização de álcool gel, luvas descartáveis e todas as demais medidas de segurança preconizadas pelos protocolos vigentes.

Art. 3º - As academias e estabelecimentos afins poderão funcionar respeitado o limite de 50% de sua capacidade normal e deverão atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias e de saúde relativas ao COVID-19, como a obrigatoriedade do uso de máscaras, disponibilização de álcool gel, medidores de temperatura na entrada do estabelecimento e todas as demais medidas de segurança preconizadas pelos protocolos vigentes.

Art. 4º - As pessoas diagnosticadas infectadas com o Coronavírus (Covid-19), devem manter-se em isolamento pelo tempo recomendado pelo profissional de saúde, sob pena de aplicação da sanção prevista no artigo 268 do Código Penal por infração a determinação do poder público destinada a impedir a propagação de doença contagiosa e, além de multa no valor de 01 UFR (Unidade Fiscal de Referência).

Art. 5º - Caberá à Vigilância Sanitária Municipal, compartilhada com Vigilância Sanitária Regional, à Defesa Civil Municipal e à Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, a fiscalização das medidas constantes neste Decreto e demais normas sanitárias vigentes, as quais terão autonomia para interditar e/ou adotar qualquer outra medida necessária para garantia da saúde pública, nas situações em que os estabelecimentos estejam descumprindo as normas estabelecidas para enfrentamento da pandemia da COVID-19.

Art. 6º - As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do

município e da Região de Saúde.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Mondaí, 17 de fevereiro de 2021.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

## **EXTRATO CONTRATO Nº 008/2021 - PMM**

Publicação Nº 2867597

MUNICÍPIO DE MONDAÍ/SC

PUBLICAÇÃO DO RESUMO DO CONTRATO

Contrato: 008 de 01/02/2021 - Origem: Processo Licitatório nº 005/2021 - Modalidade: Tomada de Preço nº 001/2021. Objeto: Contratação de serviços técnicos especializados de Treinamento e Consultoria aplicadas ao setor público, abrangendo capacitação contínua através da transferência de conhecimentos, acompanhamento e orientação para as áreas de: Tributária, Econômica, Financeira, Contábil, Planejamento, Patrimônio, Recursos Humanos, Previdenciária, E-social, Controladoria, Atos Normativos e Contraditórios ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, de forma presencial na sede do município, para continua capacitação dos servidores, e de forma remota, mediante orientações a distância via telefone, correio eletrônico outras facilidades tecnológicas, bem como, na sede da proponente, para o exercício de 2021 e/ou subsequentes, conforme demais especificações constantes no edital. Fornecedor: CONTARE - ASSESSORIA E NEGÓCIOS EIRELI ME, CNPJ sob o nº 06.300.204/0001-24. Valor Mensal: R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais) que deverá ser paga conforme execução, preferencialmente até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços. Vigência: até 31 de dezembro de 2021. Mondaí/SC, 01 de fevereiro de 2021. ELISEU BOHN - Secretário de Administração e Fazenda/Ordenador da Despesa.

## **EXTRATO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001.2021 - FMAS**

Publicação Nº 2867542

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ - SC torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Eletrônico. TIPO: Menor Preço por ITEM. OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de produtos de limpeza, cozinha e equipamentos, destinados à manutenção das diversas atividades da Secretária Municipal de Assistência Social, pelo período de 12 (doze) meses após a data de homologação e conforme especificações, modelos e quantitativos descritos no Anexo I, deste Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min do dia 24/02/2021 até as 08h15min horas do dia 08/03/2021. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h16min às 08h30min horas do dia 08/03/2021. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08h30min horas do dia 08/03/2021. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital, em inteiro teor e seu anexo, está à disposição dos interessados nos sites [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) e [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br), ou no Departamento de Compras, situado na Avenida Laju, nº 420, de 2ª a 6ª feira, das 07h45min às 11h45min e 13h30min às 17h30min. Informações através do e-mail [compras@mondai.sc.gov.br](mailto:compras@mondai.sc.gov.br) ou telefone (49) 3674-3100. MONDAI (SC), 12 de fevereiro de 2021. LUCIANE WOCKES MARASCHIN Gestora do Fundo Municipal da Assistência Social Ordenador de Despesas

## **EXTRATO TERMO ADITIVO - CT Nº 014.2020 - PMM**

Publicação Nº 2867660

MUNICIPIO DE MONDAÍ/SC

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº. 004/2020. Tomada de Preços nº. 001/2020. Contrato: 014 de 03/03/2020 - Termo Aditivo nº 004. Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia, arquitetura e/ou construção civil para a execução em regime de empreitada global, com fornecimento de material e mão de obra, necessários à construção de POSTO AVANÇADO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA, medindo 264m², junto ao Lote Urbano 274, localizado no entroncamento das ruas Valdemar Ernesto Glufke, Cristiano Wandscher e Anildo Heissler, Centro, Mondaí/SC. Finalidade: O presente Termo Aditivo ao Contrato nº 014/2020 tem por objeto a prorrogação do prazo até 14 de Abril de 2021. Fornecedor: JK IMÓVEIS LTDA, CNPJMF sob o nº 10.878.259/0001-93. Vigência: até 31/12/2021. Mondaí/SC, 12 de Fevereiro de 2021. ELISEU BOHN Secretário de Administração e Fazenda Ordenador de Despesas



**PORTARIA Nº. 077/2021**

Publicação Nº 2867277

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 077 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, e Lei Municipal nº 3.196 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º. RESOLVE EXONERAR, ANTONIO LUIZ PIRES, matrícula nº 3713, servidor desta municipalidade, lotado no cargo de DIRETOR ADJUNTO DE ESCOLA, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 03/02/2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 03 de fevereiro de 2021.

Mondaí, SC, 12 de fevereiro 2021.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí.

SANDRA REGINA CALLAI SCHUH

Secretária Municipal da Educação e Cultura.

**PORTARIA Nº. 081/2021**

Publicação Nº 2868736

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 081 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; e Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE pelo período de 180 dias a SIRLEI PITROVSKI, matrícula nº 3856, ocupante do cargo de ASSESSOR DE COORDENAÇÃO no período de 08/02/2021 a 06/08/2021, devendo a funcionária retornar aos trabalhos normais no dia 07/08/2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 08 de fevereiro.

Mondaí, SC, 16 de fevereiro de 2021.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí.

SANDRA REGINA CALLAI SCHUH

Secretária Municipal de Educação e Cultura

# Monte Carlo

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTROS DE PREÇO Nº: 05/2021

Publicação Nº 2867456

#### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO - Prefeitura Municipal de Monte Carlo

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Monte Carlo

CNPJ: 95.996.104/0001-04

ATA DE REGISTROS DE PREÇO Nº: 05/2021

CONTRATADO: PERSIANAS CRISDAN

CNPJ: 02.173.150/0001-22

A contratada por força do presente instrumento obriga-se junto ao MUNICÍPIO DE MONTE CARLO a fornecer os serviços/produtos: PERSIANAS, conforme especificações em Edital.

VALOR: R\$ 78.000,00

VIGÊNCIA: O Contrato Administrativo vigorará até 11 de fevereiro 2022.

Monte Carlo, 12 de fevereiro de 2021.

### ATA DE REGISTROS DE PREÇO Nº: 06/2021

Publicação Nº 2867467

#### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO - Prefeitura Municipal de Monte Carlo

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Monte Carlo

CNPJ: 95.996.104/0001-04

ATA DE REGISTROS DE PREÇO Nº: 06/2021

CONTRATADO: ROTA FRAY PRODUTOS

CNPJ: 19.201.478/0001-08

A contratada por força do presente instrumento obriga-se junto ao MUNICÍPIO DE MONTE CARLO a fornecer os serviços/produtos: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, conforme especificações em Edital.

VALOR: R\$ 39.340,00

VIGÊNCIA: O Contrato Administrativo vigorará até 11 de fevereiro 2022.

Monte Carlo, 12 de fevereiro de 2021.

### ATA DE REGISTROS DE PREÇO Nº: 07/2021

Publicação Nº 2867464

#### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO - Prefeitura Municipal de Monte Carlo

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Monte Carlo

CNPJ: 95.996.104/0001-04

ATA DE REGISTROS DE PREÇO Nº: 07/2021

CONTRATADO: ENIO DELAZERI EIRELI

CNPJ: 07.383.088/0001-17

A contratada por força do presente instrumento obriga-se junto ao MUNICÍPIO DE MONTE CARLO a fornecer os serviços/produtos: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, conforme especificações em Edital.

VALOR: R\$ 69.410,00

VIGÊNCIA: O Contrato Administrativo vigorará até 11 de fevereiro 2022.

Monte Carlo, 12 de fevereiro de 2021.

**ATA DE REGISTROS DE PREÇO Nº: 08/2021**

Publicação Nº 2867457

**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO ADMINISTRATIVO - Prefeitura Municipal de Monte Carlo

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Monte Carlo

CNPJ: 95.996.104/0001-04

ATA DE REGISTROS DE PREÇO Nº: 08/2021

CONTRATADO: TATIELLE BUENO ALVES ME

CNPJ: 35.193.845/0001-25

A contratada por força do presente instrumento obriga-se junto ao MUNICÍPIO DE MONTE CARLO a fornecer os serviços/produtos: MATERIAIS DE LIMPEZA, conforme especificações em Edital.

VALOR: R\$ 14.990,00

VIGÊNCIA: O Contrato Administrativo vigorará até 11 de fevereiro 2022.

Monte Carlo, 12 de fevereiro de 2021.

**AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITAÇÃO Nº 14/2021/PM**

Publicação Nº 2867450

**AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 14/2021/PM

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104.0001.04, representado neste ato pela Prefeita Sra. SONIA SALETE VEDOVATTO no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando REGISTRO DE PREÇO para a contratação futura de TRANSPORTE ESCOLAR PARA O INTERIOR. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues a partir das 08:00 horas do dia 03/março/2021 até as 09:45 horas do dia 03/março/2021. Abertura da sessão no dia 03/março/2021 às 10:00 horas. A presente licitação será do tipo menor preço, julgamento por item e valor máximo fixado, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 149 de 24/Novembro/2006, Decreto Municipal nº 119/2018 de 16/novembro/2017, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

OSMAR MARQUES

Prefeita Municipal

# Monte Castelo

## PREFEITURA

### TERMO DE APOSTILAMENTO 001/2021

Publicação Nº 2867674

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CASTELO**  
Relação de Apostilamento de Itens

Página: 1/1  
Data: 17/02/2021

#### TERMO DE APOSTILAMENTO

Contrato nº: 011/2021  
Processo nº: 3/2021  
Contratada: AUTO POSTO DE LUCA LTDA CNPJ/CPF: 82.904.210/0001-79  
Objeto: PREGÃO PRESENCIAL do Tipo MENOR PREÇO - POR ITEM para AQUISIÇÕES DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA (comum), ÓLEO DIESEL S-10 e ÓLEO DIESEL S-500 com abastecimento diretamente em bomba da(s) empresa(s) licitante(s), SOB A FORMA FRACIONADA conforme o presente EDITAL, em especial ao ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA) e demais anexos

#### OBJETO DO APOSTILAMENTO:

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 001/2021

Apostilamento ao contrato 011/2021, referente ao Processo de Compra 003/2021, Pregão Presencial 002/2021, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustível para os veículos da frota municipal, celebrado com AUTO POSTO DE LUCA LTDA, inscrito no CNPJ nº 82.904.210/0001-79.

Realiza-se o presente apostilamento com fundamento:

Item	Descrição	Unid.	Preço Unit. Anterior	Preço Unit. Atual
1	OLEO DIESEL S-500 (comum) FILTRADO conforme legislação vigen	LT	3,2990	3,3940
2	GASOLINA COMUM FILTRADA conforme legislação vigente.	LT	4,1890	4,3010
3	ÓLEO DIESEL S-10 FILTRADO CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE	LT	3,3890	3,4860

Monte Castelo, 12 de Fevereiro de 2021



# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 026 - CRÉDITO ESPECIAL

Publicação Nº 2868326

DECRETO Nº 026 de 17 de fevereiro de 2021.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO NO EXERCÍCIO DE 2021."

EDUARDO SARTOR GUOLLO, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 2.077, de 25 de novembro de 2019,

Art.1º - Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito orçamentário especial no valor R\$ 22.080,00 (Vinte e dois mil e oitenta reais), com a seguinte discriminação:

04.01 – SECRETARIA DO SISTEMA DE INFRAESTRUTURA	
Ativ. (2.084) Serviços de Coleta de Lixo	
4.4.93.00.00.00.00.00.0109 – Aplicações Diretas	R\$ 22.080,00

Art. 2º - O crédito de que trata o artigo anterior correrá por conta de anulação da dotação orçamentária abaixo discriminada:

04.01 – SECRETARIA DO SISTEMA DE INFRAESTRUTURA	
Ativ. (2.084) Serviços de Coleta de Lixo	
4.4.90.00.00.00.00.00.0109 – Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00.0109 – Aplicações Diretas	R\$ 12.080,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 17 de Fevereiro de 2021.

EDUARDO SARTOR GUOLLO

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

### DECRETO Nº 027 - CRÉDITO ESPECIAL

Publicação Nº 2868320

DECRETO Nº 027 de 17 de fevereiro de 2021.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO NO EXERCÍCIO DE 2021."

EDUARDO SARTOR GUOLLO, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 2.077, de 25 de novembro de 2019,

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo, autorizado a abrir crédito especial no orçamento da Prefeitura de Morro da Fumaça, no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais) para o exercício de 2021, destinado ao Fundo para melhoria do corpo de bombeiro militar – FUMCBM para aquisição de veículo, com a seguinte discriminação:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.01 – GABINETE DO PREFEITO	
PROJETO/ATIVIDADE: 2.049 – Manutenção do FUNREBOM – Corpo de Bombeiro	
4.4.30.00.00(Rec. 191) – Transferências a Estado e DF	R\$ 60.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à cobertura do disposto no artigo anterior correrão por conta de anulação de dotação orçamentária abaixo discriminada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.01 – GABINETE DO PREFEITO	
PROJETO/ATIVIDADE: 2.049 – Manutenção do FUNREBOM – Corpo de Bombeiro	
4.4.90.00.00(Rec. 191) – Aplicações diretas (17)	R\$ 60.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 17 de Fevereiro de 2021.

EDUARDO SARTOR GUOLLO

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO  
Secretário do Sistema Econômico

## DECRETO Nº 018/2021

Publicação Nº 2868584

DECRETO Nº 018 de 22 de janeiro de 2021.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2021.”

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 2.080, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 329.383,95 (trezentos e vinte e nove mil trezentos e oitenta e três reais e noventa e cinco centavos), para as seguintes dotações orçamentárias:

04 – SECRETARIA DO SISTEMA DE INFRAESTRUTURA

04.03 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

04.03.18.542.0015.2.044-3.3.93.00.00.00.00 – Apl. Direta Decorrente de Op. entre Órgãos – Rec. 109

Valor de R\$ 90.297,80

04.03.18.542.0015.1.070-4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 239.086,15

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 – SECRETARIA DO SISTEMA DE INFRAESTRUTURA

04.03 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

04.03.18.542.0015.2.044-3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 109

Valor de R\$ 90.297,80

Art. 3º - O crédito que trata o artigo anterior correrá por conta do excesso de arrecadação da fonte 188 – CONVÊNIO UNIÃO no valor de R\$ 109.287,38 e no superávit financeiro da fonte 109 – RECURSO PRÓPRIO.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 22 de janeiro de 2021.

EDUARDO SARTOR GUOLLO

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

## DECRETO Nº 024/2021

Publicação Nº 2868580

DECRETO Nº 024 de 28 de janeiro de 2021.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2021.”

EDUARDO SARTOR GUOLLO, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça em exercício, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 2.080, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 115.350,04 (cento e quinze mil trezentos e cinquenta reais e quatro centavos), para as seguintes dotações orçamentárias:

07 – SECRETARIA DO SISTEMA DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

07.01 – SECRETARIA DO SISTEMA DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

07.01.10.301.0011.2.037-3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 115.350,04

Art. 2º - O crédito que trata o artigo anterior correrá por conta do excesso de arrecadação da fonte 3121 – FNS – INCENTIVO FINANCEIRO DESEMPENHO.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 28 de janeiro de 2021.

EDUARDO SARTOR GUOLLO

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

## DECRETO Nº 025/2021

Publicação Nº 2868578

DECRETO Nº 025 de 28 de janeiro de 2021.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2021.”

EDUARDO SARTOR GUOLLO, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça em exercício, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 2.080, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 1.230.000,00 (um milhão e duzentos e trinta mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

10 – SAMAE

10.01 – SAMAE

10.01.17.512.0017.2.100-3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 550.000,00

10.01.17.512.0017.1.074-4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 180.000,00

10.01.17.512.0017.1.073-4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 500.000,00

Art. 2º - O crédito que trata o artigo anterior correrá por conta do superávit financeiro na fonte do recurso 109.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 28 de janeiro de 2021.

EDUARDO SARTOR GUOLLO

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

## ERRATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 018/2021

Publicação Nº 2868554

MORRO DA FUMAÇA. ERRATA da Dispensa de Licitação 018/2021. Objeto: GENEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR, conforme anexo. Altera-se Item 38 – Queijo mussarela - alterar preço para R\$ 34,15. Data 23/02/2021 as 08:30 Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

## LEI Nº 2.084, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2868332

LEI Nº 2.084, de 17 de fevereiro de 2021.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO NO EXERCÍCIO DE 2021.

EDUARDO SARTOR GUOLLO, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito orçamentário especial no valor R\$ 22.080,00 (Vinte e dois mil e oitenta reais), com a seguinte discriminação:

04.01 – SECRETARIA DO SISTEMA DE INFRAESTRUTURA	
Ativ. (2.084)Serviços de Coleta de Lixo	
4.4.93.00.00.00.00.00.0109 – Aplicações Diretas	R\$ 22.080,00



Art. 2º - O crédito de que trata o artigo anterior correrá por conta de anulação da dotação orçamentária abaixo discriminada:

04.01 – SECRETARIA DO SISTEMA DE INFRAESTRUTURA	
Ativ. (2.084) Serviços de Coleta de Lixo	
4.4.90.00.00.00.00.0109 – Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
3.3.93.00.00.00.00.0109 – Aplicações Diretas	R\$ 12.080,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 17 de Fevereiro de 2021.

EDUARDO SARTOR GUOLLO

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

## LEI Nº 2.085, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2868328

LEI Nº 2.085, de 17 de fevereiro de 2021.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO NO EXERCÍCIO DE 2.021.

EDUARDO SARTOR GUOLLO, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo, autorizado a abrir crédito especial no orçamento da Prefeitura de Morro da Fumaça, no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais) para o exercício de 2021, destinado ao Fundo para melhoria do corpo de bombeiro militar – FUMCBM para aquisição de veículo, com a seguinte discriminação:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.01 – GABINETE DO PREFEITO	
PROJETO/ATIVIDADE: 2.049 – Manutenção do FUNREBOM – Corpo de Bombeiro	
4.4.30.00.00(Rec. 191) – Transferências a Estado e DF	R\$ 60.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à cobertura do disposto no artigo anterior correrão por conta de anulação de dotação orçamentária abaixo discriminada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.01 – GABINETE DO PREFEITO	
PROJETO/ATIVIDADE: 2.049 – Manutenção do FUNREBOM – Corpo de Bombeiro	
4.4.90.00.00(Rec. 191) – Aplicações diretas (17)	R\$ 60.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 17 de Fevereiro de 2021.

EDUARDO SARTOR GUOLLO

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

## LEI Nº 2.087, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2868087

LEI Nº 2.087, de 17 de fevereiro de 2021.

FICA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA AUTORIZADO A FIRMAR TERMO DE PARCERIA COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, OBJETIVANDO A FORMAÇÃO DE VÍNCULO DE COOPERAÇÃO PARA O FOMENTO E EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE INTERESSE PÚBLICO E DA ÁREA DA SAÚDE. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO SARTOR GUOLLO, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal de Morro da Fumaça autorizado a firmar Termo de Parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE, objetivando a formação de vínculo de cooperação para o fomento e execução das atividades de interesse público, em especial a execução de programas sociais, educacionais e da área da saúde.

Art. 2º - O Termo de Parceria firmado de comum acordo entre o Município e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE deverá discriminar direitos, responsabilidades e obrigações dos signatários, e ser antecedido de procedimento licitatório.

Art. 3º - São cláusulas obrigatórias do Termo de Parceria:

I – do objeto, que deverá conter a especificação detalhada do programa de trabalho proposto pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE;

II – da estipulação de metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução;

III – da previsão expressa dos critérios, objetivos e avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de resultados;  
IV – da previsão de receitas e despesas a serem realizadas em seu cumprimento, estipulando por item as categorias contábeis utilizadas pela Associação e detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal, a serem pagos com recursos oriundos ou vinculados ao Termo de Parceria, a seus diretores, empregados ou consultores;

V – do estabelecimento das obrigações da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE, entre as quais a de repassar ao Município, ao término de cada exercício, relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo específico de metas propostas com os resultados alcançados, acompanhados de prestação de contas dos gastos e receitas efetivamente realizados, independente das previsões contidas no inciso IV deste artigo;

Art. 4º - Antes da celebração do Termo de Parceria deverá o órgão da administração municipal interessado na assinatura do instrumento verificar:

I - o regular funcionamento da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE;

II - o exercício, pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE de atividades referentes à matéria objeto do Termo de Parceria nos últimos três anos; e

III - se não existe processo administrativo no Ministério da Justiça solicitando o cancelamento da qualificação da entidade.

Art. 5º - A especificação do Programa de Trabalho proposto pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE será executada mediante aprovação pelo Poder Executivo, nos seguintes termos:

I – identificação do objeto a ser executado;

II – metas a serem atingidas;

III – etapas ou fases de execução;

IV – plano de aplicação dos recursos financeiros;

V – previsão de início e término da execução do objeto.

Art. 6º - A execução do Termo de Parceria será acompanhada e fiscalizada pelo órgão da Administração Municipal afeto ao objeto do instrumento, que a qualquer momento poderá requisitar informações e a devida prestação de contas.

Parágrafo Único: Os resultados atingidos com a execução do Termo de Parceria devem ser analisados por comissão de avaliação, composta de comum acordo entre o órgão parceiro e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE.

Art. 7º - A prestação de contas, que deverá ser realizada anualmente e ao término do Termo de Parceria, deverá ser instruída com os seguintes documentos:

I - relatório anual de execução das atividades objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo entre metas propostas e os resultados alcançados;

II - demonstrativo integral da receita e despesa realizada na execução do termo de parceria;

III - demonstração do resultado final do exercício;

IV - balanço patrimonial;

V - demonstração das origens e aplicações dos recursos;

VI - demonstração das mutações do patrimônio social;

VII - notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário; e

VIII - parecer e relatório de auditoria nos termos do artigo 15, se for o caso.

Parágrafo Único: Para efeito do disposto no caput deste artigo, entende-se por Prestação de Contas a comprovação da correta aplicação dos recursos públicos recebidos e do adimplemento do objeto do Termo de Parceria.

Art. 8º - Os responsáveis pela fiscalização do Termo de Parceria que tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE, deverão representar imediatamente ao Tribunal de Contas Estadual e ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 9º - Qualquer alteração realizada no estatuto da entidade posteriormente à assinatura do Termo de Parceria deverá ser comunicada imediatamente ao órgão municipal.

Art. 10 - O Termo de Parceria não poderá ser celebrado por período superior ao do exercício fiscal.

Parágrafo Único: Caso o Termo de Parceria termine sem o adimplemento total do objeto ou havendo excedentes financeiros disponíveis com a Associação, poderá o referido Termo ser prorrogado até o adimplemento total ou devolução da verba excedente.

Art. 11 - A movimentação dos recursos destinados ao cumprimento do Termo de Parceria deverá ser feita em conta corrente específica, a ser aberta em instituição financeira indicada pelo Município.

Art.12 - A liberação de recursos para execução do Termo de Parceria deverá ser realizada de acordo com o cronograma apresentado, cabendo-lhe o repasse anual no valor de R\$ 156.200,00 (Cento e cinquenta e seis mil e duzentos reais) para fins de assegurar o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência e o valor anual de R\$ 35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais) com o objetivo de proporcionar uma dieta saudável e equilibrada visando o bem estar e a saúde dos educandos da referida entidade.

Parágrafo Único: deverão ser firmadas duas minutas de convênios em separado para as devidas prestações de conta de cada valor repassado.

Art. 13 - Aplica-se, no que couber ao âmbito municipal, as disposições da Lei Federal nº 13.019, de 31 de Julho de 2017 e o Decreto Municipal nº 038, de 10 de Fevereiro de 2017.

Art. 14 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art. 15 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 17 de fevereiro de 2021.

EDUARDO SARTOR GUOLLO

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

Publicado no Diário Oficial do Município e no site [www.morrodafumaca.sc.gov.br](http://www.morrodafumaca.sc.gov.br)

**LEI Nº 2086/2021 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868077

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA  
Paço Municipal Prefeito Auzilio Frason, Rua 20 de Maio, 100  
88.830-000 – Centro - MORRO DA FUMAÇA-SC  
CNPJ: 10.598.648/0001-65 - [www.morrodafumaca.sc.gov.br](http://www.morrodafumaca.sc.gov.br)  
ESTADO DE SANTA CATARINA

LEI Nº 2086/2021 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

FICA AUTORIZADO O MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA A TRANSFERIR RECURSOS FINANCEIROS AO FUNDO PARA MELHORIA DO CORPO DE BOMBEIRO MILITAR - FUMCBM, CNPJ 14.186.135/0001-06, COM A FINALIDADE DE AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA O QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA NO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA.

EDUARDO SARTOR GUOLLO, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça em Exercício, Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Para dar cumprimento ao Convênio celebrado entre o Município de Morro da Fumaça e o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina, objetivando a modernização do corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina por meio de aquisição de veículos e equipamentos de combate a incêndio, fica autorizado o Município a repassar ao FUNDO PARA MELHORIA DO CORPO DE BOMBEIRO MILITAR – FUMCBM, CNPJ 14.186.135/0001-06, os recursos necessários para aquisição de um veículo para o Quartel do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina no Município de Morro da Fumaça.

Parágrafo Único – Os recursos repassados serão os arrecadados do convênio supra citado, disponíveis em c/c 106561-0, agência 2329-9 - Banco do Brasil.

Art. 2º A prestação de contas dos valores recebidos se dará na forma da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Auzilio Frasson, em 17 de fevereiro de 2021.

EDUARDO SARTOR GUOLLO  
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO  
Secretário do Sistema Econômico

Publicado no Diário Oficial do Município e no site [www.morrodafumaca.sc.gov.br](http://www.morrodafumaca.sc.gov.br)

# Morro Grande

## PREFEITURA

### EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2021 - PMMG

Publicação Nº 2867715

Ata de Registro de Preços nº	4/2021
Órgão Gerenciador	Município de Morro Grande – Prefeitura Municipal
Detentora da Ata	Carminatti Peças Comércio e Transportes Ltda
Valor	R\$ 393.000,00
Data da Assinatura	17/02/2021
Vigência Inicial	17/02/2021
Vigência Final	16/02/2022
Licitação	Edital de Pregão Presencial nº 1/2021 - PMMG
Objeto Resumido	Contratação de serviços de mecânica e fornecimento de peças, visando a manutenção preventiva e corretiva da frota municipal de ônibus escolares, caminhões e demais veículos do município de Morro Grande.
Espécie	Fornecimento de material de consumo e prestação de serviços
Observação	A íntegra da ata contendo todas as informações, encontra-se no site <a href="http://www.morrogrande.sc.gov.br">www.morrogrande.sc.gov.br</a>

### PORTARIA 45 -2021

Publicação Nº 2867726

PORTARIA Nº 45/2020

#### INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CLELIO DANIEL OLIVO, Prefeito do Município de Morro Grande, uso de suas atribuições legais, e,  
CONSIDERANDO que chegou a nosso conhecimento os fatos ocorridos no dia 15/02/2021, por volta das 11h11min, constante do Boletim de Ocorrência de protocolo n. 6450273, que segue como anexo a esta Portaria;  
CONSIDERANDO o disposto no artigo 116 da Lei Municipal n. 005, de 15 de janeiro de 1993 – Estatuto Municipal de Morro Grande;  
CONSIDERANDO que os fatos em questão podem configurar infração disciplinar, sujeita a apuração de responsabilidades e sancionamento;  
RESOLVO,

Art. 1º. Determinar a abertura de um Processo Administrativo Disciplinar – PAD para apurar eventuais infrações administrativas praticadas pelo servidor Antonio Manenti, matrícula 99, ocupante do cargo de motorista, apurar responsabilidades e aplicar as sanções respectivas, se for o caso, assegurando-se o contraditório e ampla defesa, com todos os meios e recursos inerentes;

Art. 2º. Determinar que os trabalhos do Processo Administrativo Disciplinar – PAD, sejam conduzidos pela seguinte comissão de servidores efetivos, a qual exercerá suas atividades com independência e imparcialidade:

a) JOSSEMAR ANTONIO DANIEL matrícula nº 119 que, exercerá a presidência da comissão e indicará o membro que atuará como secretário;  
b) TAMIRES CANDEO matrícula nº 808 e

c) DANNIEL ORIONE DA SILVA, matrícula nº 804.

Art. 3º. Fixar o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão do inquérito administrativo, podendo ser prorrogado por igual prazo;

Art. 4º. As despesas decorrentes dos atos necessários ao desenvolvimento do Processo Administrativo Disciplinar – PAD, serão custeadas em conformidade com a legislação municipal vigente.

Art. 5º. Se a comissão entender necessário, poderá ele dedicar tempo integral aos trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.

Art. 6º. Determinar o afastamento temporário do servidor Antonio Manenti, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por igual prazo, sem prejuízo de seus vencimentos, medida de natureza cautelar para o fim de que o servidor não venha a influenciar na apuração dos fatos e responsabilidades.

Art. 7º. Comunique-se aos membros da comissão, ao servidor e ao departamento de recursos humanos.

Art. 8º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Morro Grande, SC, 17 de fevereiro de 2021

CLELIO DANIEL OLIVO

Prefeito Municipal

# Navegantes

## PREFEITURA

### 2021-001 - EDITAL COMUNICAÇÃO DECISÃO

Publicação Nº 2868983

2021-001 - EDITAL COMUNICAÇÃO DE DECISÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECEITA  
SETOR DE ITBI

PROCESSO ADMINISTRATIVO 009/2020	
CONTRIBUINTE:	HABITAS INCORPORADORA E LOGÍSTICA
CADASTRO:	77448
ASSUNTO:	ITBI

#### PARECER

HABITAS INCORPORADORA E LOGISTICA LTDA, CNPJ 07.394.\*\*\*0001-07, protocolizou: "... requerimento administrativo de imunidade tributária com base nos argumentos a seguir... pela documentação anexa, é possível verificar que a Requerente compõe o quadro societário da NAG EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA. desde a sua constituição, ou seja, desde o início da construção do condomínio de galpões, o que revela, portanto, ter assumido os custos da obra do galpão de sua propriedade... portanto, à luz do IV do art. 248 do Código Tributário Municipal de Navegantes, requer-se que a base de cálculo do ITBI para a operação em comento seja o valor da quitação de haveres pela saída da NAG EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA... (que) as notificações/intimações/comunicados sejam direcionadas ao e-mail 'glauco@assuncaoadvogados.com.br'" (fls. 02/03).

O pedido encontra óbice no Código Tributário Nacional:

"Art. 37. O disposto no artigo anterior não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante a venda ou locação de propriedade imobiliária ou a cessão de direitos relativos à sua aquisição.

Assim dizendo, resta claro que o fulcro da questão reside no objeto específico da SPE. Se este objeto social estiver relacionado à compra e venda de imóveis, locação imobiliária e arrendamento mercantil de imóveis evidencia-se uma exceção à regra de imunidade estabelecida na Constituição Federal.

No mesmo sentido o inciso "I" do § 2º do art. 156 da CF dita o seguinte:

"I - não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;"

Logo, considerando que tanto a empresa transmitente NAG EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA, CNPJ 19.439.788/0001-65 foi constituída com o objeto social vedado para quem objetiva a imunidade:

"A Sociedade tem como objeto social: (i) a incorporação de empreendimentos imobiliários; e (ii) a locação e a compra e venda de bens imóveis próprios." (Cláusula Terceira do Contrato Social)

"CLÁUSULA QUINTA: Os sócios decidem pela alteração do objeto social, que a passa a ser composto exclusivamente das atividades de locação de imóveis próprios, compra e venda de imóveis próprios e administração de imóveis próprios e de terceiros, e pela exclusão da Cláusula Terceira do Contrato Social." (Alteração do Objeto Social)

Quanto a empresa adquirente HABITAS INCORPORADORA E LOGISTICA LTDA, CNPJ 07.394.821/0001-07, ambas possuem objeto social incondizente com o requerimento:

"Cláusula terceira - A Sociedade tem como objeto social a exploração de incorporação de empreendimentos imobiliários, desmembramentos e loteamentos de terrenos, compra e venda de imóveis próprios, transportes rodoviários de cargas e Logística." (2ª alteração do Contrato Social)

De outra banda, analisando o pedido com vistas à legislação municipal mencionada pelo requerente, o Código Tributário Municipal dispõe que:

"IV - na transmissão de terreno ou fração ideal edificadas, a base de cálculo será composta pelo valor do terreno e da edificação, salvo se comprovado que o contribuinte assumiu o ônus da construção por conta própria ou de terceiros;" (art. 248, CTM).

Mencionado artigo da lei municipal positiva o enunciado das Súmulas 110 e 470 do Egrégio Supremo Tribunal Federal:



"O imposto de transmissão inter vivos não incide sobre a construção, ou parte dela, realizada pelo adquirente, mas sobre o que tiver sido construído ao tempo da alienação do terreno." Súmula 110, STF.

"O imposto de transmissão "inter vivos" não incide sobre a construção, ou parte dela, realizada, inequivocamente, pelo promitente comprador, mas sobre o valor do que tiver sido construído antes da promessa de venda." Súmula 470, STF.

No caso em tela, contudo, não se observa tratar, nem de compra e venda, nem promessa de compra e venda anterior a construção, mas sim a desincorporação na qual sócio que está se retirando não detinha a propriedade do imóvel e consequentemente não integralizou, razão pela qual seguimos o entendimento do E. Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

"APELAÇÃO CÍVEL EM MANDADO DE SEGURANÇA. PRETENSÃO DE RECONHECIMENTO DE IMUNIDADE TRIBUTÁRIA. ITBI. INCISO I DO § 2º DO ART. 156 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA. TRANSFERÊNCIA DE IMÓVEIS DA EMPRESA AO SÓCIO RETIRANTE PARA QUITAÇÃO DE SEUS HAVERES. BENS QUE POR ELE NÃO FORAM ENTREGUES PARA INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL. IMUNIDADE NÃO RECONHECIDA. APLICAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 36 DO CTN. IMPOSTO DEVIDO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. "Em se tratando de desincorporação do capital social, para que esteja configurada hipótese de não incidência do ITBI, há que se demonstrar, pelo sócio que está se retirando do quadro societário, a propriedade pretérita do bem que utilizou para integralizar o capital quando de seu ingresso." (TJSC, Apelação Cível n. 0303467-43.2016.8.24.0022, Terceira Câmara de Direito Público, Rel. Des. Júlio César Knoll, julgado em 27.08.2019). (TJSC, Apelação Cível n. 0301411-63.2018.8.24.0023, da Capital, rel. Jaime Ramos, Terceira Câmara de Direito Público, j. 21-01-2020).

Somado a isso, verifica-se que o Alvará de Construção nº 113/2013 foi retirado em nome de outra pessoa jurídica a NAG EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA, indo contra a tese fundamentada no art. 248 da Lei Complementar Municipal 02/2002.

#### CONCLUSÃO:

Salvo melhor juízo, SOU PELO INDEFERIMENTO do pedido de imunidade/não incidência do ITBI pelos fatos e fundamentos supracitados.

Comunique-se. Arqueie-se.  
Navegantes, 10/11/2020.  
MARCELO NICOLAS AYALA FERES  
AUDITOR FISCAL / MAT. 63343601

## ATA DA 1ª SESSÃO -- TP 176/2020 PMN

Publicação Nº 2869061

### Ata 176/2020 PMN -- HABILITAÇÃO

Aberto a certame as quatorze horas do dia dezessete de fevereiro de dois mil e vinte e um, no auditório do Paço Municipal, com a presença da Comissão Permanente nomeada pela Portaria nº 739 de doze de fevereiro de dois mil e vinte um para abertura dos envelopes da Tomada de Preço 176/2020 PMN cujo objeto é tomada de preço visando a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de engenharia elétrica (com fornecimento de equipamentos e ferramentas) para execução dos serviços de manutenção do sistema de iluminação dos locais públicos da cidade de Navegantes, através da Secretaria de Obras de Navegantes/sc. Participam do certame as empresas Iluminaterra Construções e Montagens Ltda representada por Thayná de Almeida Lima, Engeluz Iluminação e Eletricidade Eireli representada por Fabio Murilo de Oliveira Motta, WT Tecnologia, Gestão e Energia Ltda representada por Rafael Camarini Martins, Cenpege Engenharia Ltda representado por Marcelo Francisco Zardo, Mercoluz Comercial Elétrica Ltda representada por Oruam Elismar Gouveia Junior, JJ Instaladora e Manutenção Eireli representada por José Ricardo Barbosa Vaz e Ecolux Engenharia sem representante presente. A empresa JMM Elétrica Eireli representada por Luiz Apolinário Custodio Júnior não cumpriu com o item 2.3.1 (As Empresas interessadas em participar do presente certame deverão proceder com cadastro prévio junto a Secretaria de Administração e Logística do Município de Navegantes/SC com no mínimo 03 (três) dias de antecedência, tudo em consonância com a Legislação Vigente), ficando credenciada, porém seus envelopes não serão abertos, estando inabilitada. A empresa ACM Representação Comerciais Ltda, representada por Antônio Carlos da Maia, no momento do certame não possuía cadastro, porém apresentou as cópias impressas dos e-mails que foram enviados contendo os documentos necessários para realizar o cadastro prévio, com a data do dia 12 de fevereiro de 2021. Abriu - se diligência para verificar essa situação. Ata da sessão de diligência:

No dia dezessete de fevereiro de dois mil e vinte um, durante a sessão de licitação da Tomada de Preço 176/2020 PMN cujo objeto é tomada de preço visando a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de engenharia elétrica (com fornecimento de equipamentos e ferramentas) para execução dos serviços de manutenção do sistema de iluminação dos locais públicos da cidade de Navegantes, através da Secretaria de Obras de Navegantes/SC, a empresa participante ACM Representações Comerciais Ltda, não apresentou cadastro prévio no sistema como exige o edital no item 2.3.1 (As Empresas interessadas em participar do presente certame deverão proceder com cadastro prévio junto a Secretaria de Administração e Logística do Município de Navegantes/SC com no mínimo 03 (três) dias de antecedência, tudo em consonância com a Legislação Vigente), porém alegou que enviou toda a documentação para realizar o cadastro, confirmando sua alegação com a apresentação das cópias dos e-mail. Verificando na caixa de e-mail do setor responsável, não foi encontrado o e-mail apresentado pela empresa. Foi solicitado suporte técnico ao Departamento de Tecnologia e Informação da Secretária de Administração, que constatou que o e-mail juntamente com os anexos é maior do que o suportado pelo provedor da prefeitura. Após diligência e conferência das informações do e-mail, a empresa comprovou que o e-mail estava na caixa de saída, encaminhado no dia 12 de fevereiro de 2021 às 10H26 . Foi solicitado também a orientação a Procuradoria Geral do Município, que após a comprovação na caixa de saída do e-mail orientou a aceitar a documentação diante da diligência, ratificando a decisão da comissão.

Dando prosseguimento a sessão, foram abertos os envelopes de habilitação e disponibilizados para serem vistos pelos presentes. A

empresa WT Tecnologia questionou o capital social da empresa ACM representações Comerciais, item 5.3.10 (Comprovação de possuir capital social mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação....), apontados pelas demais empresas. Referente a Iluminaterra questionou os atestados de capacidades técnicas apresentados, enfatizando a questão dos quantitativos e nomes divergentes, apontado também pela Enguluz. A empresa JMM elétrica solicita que conste em ata, referente a sua inabilitação, propõe intenção de recurso pois não teve o seu envelope de habilitação aberto/conferido, alegado pela comissão permanente que a mesma não possui cadastro prévio de fornecedores. Sendo que o artigo 3º parágrafo 1º combinado com o artigo 22º parágrafo 2º inciso 1º da Lei 8666/93, descreve a necessidade prévia ou os documentos que atenda as exigências de habilitação do edital. A sessão foi suspensa as 18h53, e terá continuidade no dia 18 de fevereiro de 2021 as 13h30.

## DECRETO Nº 37 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2869011

DECRETO N.º 37 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

PREVÊ A CONTINUIDADE DAS MEDIDAS DE COMBATE À CONTAMINAÇÃO PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

Considerando a continuidade de casos confirmados de infecção humana pelo novo coronavírus na região dos Municípios que compõem a AMFRI – Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí, na qual se inclui a cidade de Navegantes;

Considerando a Recomendação Conjunta nº 002/2020, da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí – AMFRI;

Considerando a Recomendação Conjunta expedida pela Procuradoria Geral de Justiça nos autos do Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002405-5, do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, na data de 10 de julho de 2020;

Considerando os termos da Portaria SES nº 256, 592, alterada pela Portaria SES nº 658, de 28 de agosto de 2020, estabelecendo o dever de adoção de medidas de enfrentamento à Pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), nas regiões de saúde do Estado de Santa Catarina, de acordo com a Matriz de Avaliação de Risco Potencial divulgada no sítio eletrônico [www.coronavirus.sc.gov.br](http://www.coronavirus.sc.gov.br);

Considerando os termos das Portarias SES nº 710, 713, 715 e 716, 1000, 1023, 1024, 1025, estabelecendo critérios para a retomada de diversas atividades esportivas e sociais; e serviços diversos.

Considerando a Atualização semanal da Avaliação de Risco Potencial divulgada pelo COES – Centro de Operações de Emergência em Saúde do Estado de Santa Catarina, no sítio eletrônico [www.coronavirus.sc.gov.br](http://www.coronavirus.sc.gov.br);

DECRETA:

Art. 1º Pelo período de 14 dias a partir de 17 de FEVEREIRO de 2021, a adoção das seguintes medidas:

§1º Quanto aos mercados:

I – Nos estabelecimentos que comercializam gêneros alimentícios (mercados, mercearias e supermercados), determina-se:

a) A redução da capacidade de entrada de pessoas, conforme a matriz estadual:

Gravíssimo	Grave	Alto	Moderado
Limitado a 50% de sua capacidade instalada.	Limitado a 70% de sua capacidade instalada.	Autorizado 100% de sua capacidade instalada.	Autorizado 100% de sua capacidade instalada.

b) O horário previsto de funcionamento é das 6:00 às 24:00 horas, de segunda-feira a domingo, devendo realizar a mensuração de temperatura da população e dos funcionários na entrada dos estabelecimentos, fornecimento de álcool em gel, líquido ou spray, uso de máscaras, desinfecção de cestas e carrinhos de compras, bem como o controle da fila na entrada, mantendo o distanciamento de no mínimo 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros);

c) Os estabelecimentos devem seguir as diretrizes sanitárias do Estado, disponíveis no link: <http://dados.sc.gov.br/dataset/covid-19-diretrizes-sanitarias/resource/093d8933-94ba-4f3f-82f6-074f73c3a632>, com atenção ao controle da temperatura dos clientes e funcionários.

§2º Quanto aos serviços de alimentação:

I – Em relação aos serviços que envolvem a alimentação, tais como restaurantes, padarias, lanchonetes, carrinhos de lanche, petiscarias, conveniências, para manutenção de suas atividades econômicas, deverão funcionar das 6:00 as 24:00 horas, de segunda-feira à domingo e deverão seguir as seguintes medidas:

a) A manutenção da capacidade integral de entrada de pessoas, conforme a matriz estadual:

Gravíssimo	Grave	Alto	Moderado
Autorizado capacidade integral. Manter distanciamento interpessoal de 2,0m.	Autorizado capacidade integral. Manter distanciamento interpessoal de 1,5m.	Autorizado capacidade integral. Manter distanciamento interpessoal de 1,5m.	Autorizado capacidade integral. Manter distanciamento interpessoal de 1,5m.



- b) Priorização do atendimento mediante reserva com agendamento de horário;
- c) Intensificação das medidas de higienização de superfícies e áreas circulantes, bem como, disponibilização de álcool em gel, líquido ou spray 70% para os usuários nas entradas e saídas do estabelecimento, bem como em cada mesa ou balcão;
- d) Disponibilização de informações visíveis sobre higienização de mãos, sabonete líquido, toalha descartável e lixeira com acionamento a pedal nos lavatórios de higienização;
- e) Controle de acesso e marcação de lugares na área interna, reservados aos clientes, obedecendo a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre as mesas com a devida demarcação a fim de aumentar os espaços circulantes;
- f) Obedecer à distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre as pessoas;
- g) Controle da área externa do estabelecimento, respeitadas as boas práticas e a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre cada pessoa com a devida demarcação horizontal (solo);
- h) Adoção de medidas internas, especialmente aquelas relacionadas à saúde no trabalho, tais como a lavagem das mãos com água e sabão ou higienização com álcool em gel, líquido ou spray 70%;
- i) Uso obrigatório de máscaras pelos atendentes;
- j) Posse obrigatória de máscara por todo cliente que estiver no interior estabelecimento durante a alimentação;
- k) Higienização das máquinas de cartão ou totens de pedido a cada uso;
- l) Higienização das mesas, cadeiras e cardápios a cada uso;
- m) Proibição de acondicionamento de copos em refrigeradores;
- n) Priorização de trabalho remoto para os setores administrativos quando couber;
- o) Fica vedada a utilização de bandas musicais;
- p) Fica proibido, o uso de equipamentos de "Narguilé" em espaços públicos e privados com acesso ao público, mesmo em ar livre;
- q) Fica proibida a permanência de pessoas em pé no interior do estabelecimento exceto, em filas e para acesso aos sanitários.

§3º Quanto às atividades das casas noturnas, bem como a realização de eventos, shows e espetáculos – públicos e privados:

I – Em relação aos eventos públicos e privados supracitados, determina-se a redução da capacidade de entrada de pessoas, conforme a matriz estadual:

Gravíssimo	Grave	Alto	Moderado
Proibido o funcionamento.	Autorizado 20% de ocupação.	Autorizado 50% de ocupação.	Autorizado ocupação integral.

§4º Quanto à execução de música ao vivo em qualquer local:

I – Fica vedada a utilização de bandas musicais, sendo permitidos voz e violão ou similares, executado por um único artista, durante o prazo estabelecido no caput deste artigo.

§5º Quanto aos espaços de parques, praças, clubes sociais, academias ao ar livre, playgrounds e afins:

I – Em relação aos espaços públicos de uso coletivo, determina-se a redução da capacidade de entrada de pessoas, conforme a matriz estadual:

Gravíssimo	Grave	Alto	Moderado
Suspensão de concentração e permanência, com exceção da prática de esportes individuais.	Suspensão de concentração e permanência, com exceção da prática de esportes individuais.	Restrição à permanência em espaços públicos de uso coletivo, sendo autorizada somente.	Restrição da permanência em espaços públicos de uso coletivo, sendo autorizada somente.

II – Os clubes sociais ficam autorizados a realizar eventos na forma do §3º, deste artigo, sendo permitido o funcionamento do bar, lanchonete ou restaurante, bem como academia de ginástica, musculação, crossfit, funcionais, natação, hidroginástica, hidroterapia e quadras de futebol recreativo existentes em sua estrutura física, devendo, porém, observar a regulamentação específica para tais atividades dispostas neste Decreto.

§6º Quanto às academias de Ginástica, Musculação, Crossfit, Funcionais, Estúdios, Danças, Escolas de Natação, Escolas e Escolinhas de Futebol, Hidroginástica em estabelecimentos privados e públicos:

I – Fica autorizada a manutenção das atividades dos estabelecimentos que oferecem serviços relacionados à prática regular de exercícios físicos como Academias de Ginástica, Musculação, Crossfit, Funcionais, Estúdios, Danças, Escolas e Escolinhas de Futebol, Escolas de

Natação, Hidroginástica e Hidroterapia, Academias de Luta e áreas afins, somente em ambientes privados e seguindo os protocolos sanitários específicos expedidos pela Secretaria do Estado da Saúde e pelos órgãos municipais de vigilância sanitária, especialmente aqueles definidos na Portaria SES nº 713, de 18 de setembro de 2020.

§7º Quanto às atividades esportivas coletivas:

I – Em relação às atividades esportivas coletivas, determina-se:

a) A suspensão do acesso de público a competições esportivas públicas ou privadas, oficiais ou não, até 28/02/2021, conforme a matriz estadual:

COMPETIÇÕES ESPORTIVAS	Gravíssimo	Grave	Alto	Moderado
O acesso de público a competições esportivas públicas ou privadas, oficiais ou não. Portaria SES nº 592/2020, alterada pela Portaria SES nº 658/2020 Decreto nº 562/2020, alterado pelo Decreto nº 1.027/2020	Suspenso até 28/02/2021.	Suspenso até 28/02/2021.	Suspenso até 28/02/2021.	Suspenso até 28/02/2021.

b) A adequação das práticas esportivas coletivas recreativas, conforme a matriz estadual:

ESPORTES COLETIVOS RECREATIVOS	Gravíssimo	Grave	Alto	Moderado
Portaria SES nº 1.005/2020 Decreto nº 1.027/2020	Proibido, exceto os esportes recreativos individuais e aqueles que não acarretem contato físico.	Liberados em todos os dias da semana.	Liberados em todos os dias da semana.	Liberados em todos os dias da semana.

§8º Quanto a Condomínios e Residenciais:

I – Para utilização de piscinas fica autorizada a capacidade integral e manter distanciamento interpessoal de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) (Portaria SES nº 713/2020);

II – Fica proibida a realização de festas em residências com pessoas que não as residentes do domicílio, com o intuito de evitar aglomerações e manter o isolamento social (Portaria SES nº 348/2020).

§9º Quanto às Praias:

I – Fica permitida a pesca profissional, esportiva e artesanal;

II – Deve ser mantido o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas, exceto as que coabitam;

III – Não é permitido o agrupamento de pessoas que não coabitam nas faixas de areia e dentro da água de praias, rios, lagos e lagoas;

IV – Não são permitidos eventos de grupo, encontros ou reuniões, dentro e fora da água, se o distanciamento social de pelo menos 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) entre as pessoas que não coabitam não puder ser mantido;

V – Os guarda-sóis de pessoas ou grupos distintos devem estar afastados com uma distância de, no mínimo, 2 metros entre eles, contados a partir da borda exterior, exceto pessoas que coabitam (Portaria SES nº 1.000/2020).

§10º Quanto aos hotéis, pousadas e similares:

I – Autorização da capacidade integral, mantendo o distanciamento interpessoal de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) (Portaria SES nº 1.023/2020 Decreto nº 1.003/2020);

II – O serviço de alimentação deve seguir a Portaria SES nº 256/2020;

III – Os estabelecimentos com áreas de piscina e academias para prática de exercícios físicos devem seguir o previsto na Portaria SES nº 713/2020.

§11º Quanto às agências bancárias, correspondentes bancários, lotéricas e cooperativas de crédito:

I – Fica autorizado o seu funcionamento, devendo o estabelecimento manter um funcionário para organizar o distanciamento nas filas e uso de máscaras e, dispor de álcool em gel, líquido ou spray 70% junto aos caixas eletrônicos, inclusive aos finais de semana.

§12º Quanto às atividades religiosas:

I – Quanto às atividades religiosas presenciais, determina-se:

a) A adequação da realização de missas e cultos presenciais conforme a matriz estadual:

Gravíssimo	Grave	Alto	Moderado
------------	-------	------	----------

Lotação máxima de 30% (trinta por cento) da capacidade.	Lotação máxima de 50% (cinquenta por cento) da capacidade.	Lotação máxima de 75% (setenta e cinco por cento) da capacidade.	Lotação máxima será aquela onde possa garantir o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas, exceto para pessoas que coabitam.
---	--	--	--

b) Deve-se observar o cumprimento das medidas sanitárias de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus e seguindo os limites e regras previstas na Portaria GAB/SES nº 254/2020, com as alterações dadas pela Portaria SES nº 736, de 23 de setembro de 2020;

II – Ficam permitidas às missas e cultos realizados na modalidade Drive in e/ou on-line.

§13º Quanto à realização de velórios:

I – Os velórios realizados no âmbito do Município de Navegantes terão a duração máxima de 4 (quatro) horas ininterruptas, limitando a entrada ao local em 10 (dez) pessoas por vez, utilizando obrigatoriamente a máscara;

II – As celebrações de despedidas também deverão ser limitadas à presença de somente 10 (dez) pessoas, utilizando obrigatoriamente a máscara;

III – O velório só será permitido no dia do sepultamento e este deverá ocorrer das 05h00min horas até as 17h30min;

IV – Em todos os casos, deverão ser obedecidas as normas da Vigilância Sanitária Estadual (Nota Técnica Conjunta nº. 025/2020 –DIVS).

§14º Quanto às aulas presenciais nas unidades das redes pública e privada de ensino municipal, estadual e federal, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio e educação de jovens e adultos (EJA):

I – Fica autorizado o retorno de aulas e atividades presenciais nas unidades de ensino da rede pública, nos termos e sob as condições das normas de segurança em saúde pública, especialmente as Portarias SES nº 900 e 901, ambas de 20 de novembro de 2020, com previsão de início das aulas presenciais para o dia 08 de março de 2021 ;

II – Fica autorizado o retorno das aulas e atividades presenciais nas unidades de ensino da rede privada, nos termos e sob as condições das normas de segurança em saúde pública, especialmente as Portarias SES nº 900 e 901, ambas de 20 de novembro de 2020.

§15º Quanto às aulas práticas de cursos técnicos, atividades de ensino presencial em estabelecimentos acadêmicos públicos e privados nas modalidades de ensino superior e pós-graduação, bem como aulas teóricas nas dependências do DETRAN, Centros de Formação de Condutores, Atividades Extracurriculares e de Reforço Pedagógico:

I – Ficam permitidas, condicionada ao cumprimento das Portarias da Secretaria do Estado da Saúde que regulamentam protocolos sanitários específicos, bem como demais regulamentações dos órgãos de vigilância sanitária municipal.

§16º Quanto às conferências públicas ou privadas, eventos na modalidade de Congressos, Palestras, Seminários e afins, e, Feiras e Exposições que acarretem aglomeração de pessoas:

I – Ficam autorizados os eventos na modalidade de Congressos, Palestras, Seminários e afins, bem como Feiras e Exposições, somente em ambientes privados e seguindo os protocolos sanitários específicos expedidos pela Secretaria do Estado da Saúde e pelos órgãos municipais de vigilância sanitária, especialmente aqueles definidos nas Portarias SES nº 715 e 716, ambas de 18 de setembro de 2020, conforme a matriz estadual:

Gravíssimo	Grave	Alto	Moderado
Autorizado 30% de ocupação do espaço e o distanciamento de 2,0m entre as pessoas.	Autorizado 50% de ocupação do espaço e o distanciamento de 1,5m entre as pessoas.	Autorizado 75% de ocupação do espaço e o distanciamento de 1,5m entre as pessoas.	Autorizado respeitando o distanciamento de 1,5m entre as pessoas.

II – Excepcionalmente, poderão ser realizadas Feiras e Exposições em Equipamentos Públicos e Comunitários de posse ou propriedade do Município, desde que expressamente autorizado pela repartição competente e pelos serviços de fiscalização em saúde, vigilância sanitária e segurança, respeitando a capacidade de ocupação de 75% do espaço (Portaria SES nº 999/2020 e Decreto nº 1.027/2020) e seguindo os mesmos protocolos sanitários estabelecidos no inciso anterior.

§17º Quanto às cirurgias eletivas:

I – Ficam autorizadas as cirurgias eletivas em todos os estabelecimentos de saúde públicos ou privados que atende na rede complementar ao SUS, nos termos e sob as condições das normas de segurança em saúde pública, especialmente a Portaria SES/SC nº 659, de 31/08/2020.

§18º Quanto ao funcionamento do comércio em geral:

I – Fica permitida a abertura de segunda-feira a domingo das 08 horas às 24 horas;

II – O disposto no inciso I acima, também se aplica aos bares (que deverão utilizar as mesmas condições sanitárias de segurança previstas no §2º, do art. 1º, deste Decreto), sendo vedado, porém, a prática e o uso das mesas de sinuca, bem como a prática e o uso de jogos de azar (dominó, baralho etc.).

§19º Quanto às medidas para a sociedade em geral, recomenda-se:

- a) higienizar as mãos com frequência;
- b) adotar como prática a etiqueta da tosse;
- c) ingerir bastante água e se alimentar de forma saudável;
- d) manter distância de 1,5 metros de outras pessoas;
- e) não participar ou frequentar locais em que possa haver aglomeração de pessoas;
- f) priorizar serviços de delivery;
- g) utilizar máscara em espaços públicos e espaços privados compartilhados; e,
- h) não frequentar locais que não sigam as recomendação e adequações necessárias para minimizar a transmissão do Coronavírus.

§20º Quanto às medidas ao setor privado, recomenda-se:

- a) adaptar seu funcionamento para manter o distanciamento de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) entre as pessoas, sanitização de ambientes e higienização;
- b) adequar o funcionamento de atividades essenciais com a menor quantidade de pessoas possível;
- c) adotar regimes de escala, rodízio e/ou novos turnos de trabalho com redução do número de trabalhadores presentes ao mesmo tempo no ambiente de atividades essenciais;
- d) afastar colaboradores suspeitos de COVID-19;
- e) apresentar informativo visível das normas de funcionamento do local para a prevenção de contaminação com COVID-19;
- f) disponibilizar pias com água e sabão ou álcool 70% para higienização das mãos de funcionários e clientes nas atividades essenciais;
- g) higienizar com frequência equipamentos e utensílios com álcool 70% ou preparações antissépticas respeitando as características do produto nas atividades essenciais;
- h) intensificar higienização dos ambientes com preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar nas atividades essenciais;
- i) monitorar temperatura corporal de funcionários e clientes e evitar a permanência no ambiente de pessoas com temperatura acima de 37,5°C;
- j) priorizar a ventilação natural dos ambientes nas atividades essenciais;
- k) procurar testar regularmente colaboradores; e,
- l) uso de máscaras pelos funcionários de atividades essenciais durante todo o período de funcionamento.

§21º Quanto à fiscalização e sanção:

I – O descumprimento deste Decreto sujeitará ao infrator, seja ele pessoa física ou jurídica, às penalidades previstas no art. 74, da Lei Complementar nº 148, de 23 de fevereiro de 2012, além das penas previstas no art. 268, do Código Penal;

II – A fiscalização desses estabelecimentos deve ser ampliada pela vigilância sanitária municipal, com apoio da Polícia Militar e/ou Guarda Municipal e/ou Defesa Civil e/ou Corpo de Bombeiro Militar, buscando garantir o cumprimento das diretrizes estabelecidas;

III – Todos os estabelecimentos citados neste artigo devem seguir as diretrizes sanitárias estabelecidas pelo Estado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 de FEVEREIRO DE 2021.

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA

PREFEITO MUNICIPAL

Ditmar Alfonso Zimath

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**DECRETO Nº 38 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2869015

DECRETO Nº 38, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE MEMBRO INSTITUÍDO ATRAVÉS DO DECRETO 118/2019, CONFORME SEGUE.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, combinado com a Lei 3376/2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado, por este ato, membros integrantes do Conselho Municipal da Cidade, conforme segue:

## I - Representantes do poder Público:

REPRESENTAÇÃO DO PODER PÚBLICO	NOME	FUNÇÃO
1 - Secretaria de Governo	Régis Chrystian da Silva	Titular
	Antonio Augusto da Silva	Suplente
2 - Secretaria de Planejamento u Urbano	Dagmar de Oliveira	Titular
	Heloísa Flores	Suplente
3 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita	Rodrigo Leonardo Vargas Silveira	Titular
	Amanda Macedo dos Santos	Suplente
4 - Secretaria de Segurança Pública	Wancarlos Corsani	Titular
	Naiara Figueiredo da F. Jacomelli	Suplente
5 - Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte	Norberto Mette	Titular
	Fernando Cardoso de Souza	Suplente
6 - Secretaria de Saneamento Básico	Valério César Gonzaga de Campos	Titular
	Elen dos Santos Paixão Daniel Augusto	Suplente
7 - Secretaria de Obras e Serviços	Caroline da Silva Bressan	Titular
	Jones Landi da Silva	Suplente
8 - Procuradoria Geral do Município	Ricardo Muniz Ventura	Titular
	Rodrigo Sabino Soares	Suplente
9 - Secretaria de do Meio Ambiente, Agricultura e Pesca	Jairo Ferracioli	Titular
	Thiago Santos da Cruz	Suplente
10 - Secretaria de Educação	Marília Soares	Titular
	Larissa Regina Schneider	Suplente
11 - Secretaria de Saúde	Vicki Mirele Schiessel Diniz	Titular
	Mateus da Silva Ardigó	Suplente
12 - Fundação Municipal de Vigilância e Trânsito	Joziel José Pereira	Titular
	Júlio Sandro Evaristo	Suplente
13 - Fundação do Meio Ambiente	Marcos Zaleski de Matos	Titular
	Barbara Moreira Barreto	Suplente
14 - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero	Jaison Rafael Mello	Titular
	Everton Tadeu de Oliveira Silva	Suplente

## II – Representantes da sociedade civil organizada:

[...]

13 - Rotary Club de Navegantes	Laercio Benatti	Titular
	Irineu Zimmermann	Suplente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação mantendo inalterados os demais dispositivos do decreto 118/2019.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura de Navegantes, 17 de fevereiro de 2021.

Libardoni Lauro Claudino Fronza  
Prefeito Municipal

Ditmar Alfonso Zimath  
Secretário de Administração e Logística

## EDITAL DE CHAMADA DO PROCESSO SELETIVO 041/2020

Publicação Nº 2869060

### PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 004/2021

EDITAL DE CHAMADA DO PROCESSO SELETIVO 041/2020, DESTINADO A PROVER VAGAS PARA OS CARGOS AGENTE DE EDUCAÇÃO 20 H, AGENTE DE EDUCAÇÃO 30 H, AGENTE DE EDUCAÇÃO 40 H, INTERPRETE DE LIBRAS, AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, MONITOR, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, SECRETÁRIO ESCOLAR, SUPERVISOR ESCOLAR, ORIENTADOR ESCOLAR, PROFESSOR DE ARTE, PROFESSOR DE CIÊNCIAS, PROFESSOR DE GEOGRAFIA, PROFESSOR DE INGLÊS, PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA, PROFESSOR DE MATEMÁTICA, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, PROFESSOR DE ANOS INICIAIS, PROFESSOR DE HISTÓRIA, PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO E INSTRUTOR DE INFORMÁTICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, através da Secretaria de Administração, torna pública a primeira chamada do Edital do Processo Seletivo 041/2020 para o provimento da função Agente de Educação 20 H, Agente de Educação de 30 H, Agente de Educação 40h, Interprete de Libras, Agente de serviços Gerais, Monitor, Professor de Educação Infantil, Secretário Escolar, Supervisor Escolar, Orientador Escolar, Professor de Arte, Professor de Ciências, Professor de Geografia, Professor de Inglês, Professor de Língua Portuguesa, Professor de Matemática, Professor de Educação Física, Professor de História, Professor de Ensino Religioso, Professor de Anos Iniciais e Instrutor de Informática.

0.1. Serão chamados para o provimento a partir de 23 de fevereiro de 2021 os candidatos aprovados e relacionados no Edital do Processo Seletivo 041/2020 conforme segue:

CARGO	QUANTIDADE DE VAGAS	CH	PERÍODO
Agente de Educação 20 H	85	20 H	MAT/VESP
Agente de Educação 30 H	35	30 H	MAT/VESP
Agente de Educação 40 H	04	40 H	INTEGRAL
Interprete de Libras	01	20 H	INTEGRAL
Agente de Serviços Gerais	131	40 H	INTEGRAL
Monitor	144	30 H	MAT/VESP
Professor de Educação Infantil	84	20 H	MAT/VESP
Secretário Escolar	15	40 H	INTEGRAL
Supervisor Escolar	05	40 H	INTEGRAL
Orientador Escolar	05	40 H	INTEGRAL
Professor de Artes	06	10/20 H	MAT/VESP
Professor de Ciências	07	10/20/30 H	MAT/VESP
Professor de Geografia	10	10/20/40 H	MAT/VESP
Professor de Inglês	07	10/20 H	MAT/VESP
Professor de Língua Portuguesa	09	10/20/30 H	MAT/VESP
Professor de Matemática	11	10/20/40H	MAT/VESP
Professor de Ensino Religioso	01	20 H	MATUTINO
Professor Educação Física	23	10/20 H	MAT/VESP
Professor de História	12	10/20/40 H	MAT/VESP
Professor de Anos Iniciais	34	20/40 H	MAT/VESP
Instrutor de informática 20 H	05	20 H	MAT/VESP
Instrutor de informática 40 H	07	40 H	MAT/VESP

### 2 . Das Exigências para a Contratação DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA ADMISSÃO:

- Qualificação Cadastral (<http://portal.esocial.gov.br/institucional/consulta-qualificacao-cadastral>)
- 1 foto 3x4 atualizada
- 1 cópias do RG – Carteira de Identidade – não pode ser habilitação
- 1 cópias do CPF
- Situação cadastral do CPF, consultar no site:  
<https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>)
- 1 cópias do comprovante de residência – em nome do candidato, do pai ou da mãe, do cônjuge anexar cópia da certidão de casamento ou declaração de residência autenticada em cartório ou originais e cópias.
- Cópia da certidão de nascimento ou casamento ou escritura pública de união estável ou documento similar emitido por autoridade de



registro civil com cópia do RG e CPF do(a) companheiro(a)

h. Cópia do certificado de reservista ou equivalente (para candidatos do sexo masculino até 45 anos)

i. Cópia do Título de Eleitor

j. Questionário Pré Admissional preenchido para laudo médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo expedido pelos médicos do trabalho oficiais do município; A data do exame será agendada no ato da entrega de documentos.

k. 1 cópia da carteira profissional frente e verso, constando: número, série, U.F. e data de expedição

l. 1 cópia do número de PIS/PASEP

m. 1 cópia do conselho de registro profissional (se o cargo exigir)

n. DIPLOMA ou HISTÓRICO ESCOLAR comprovando a escolaridade e a especialidade exigida para o cargo cópia e original,

o. Apresentar declaração de bens, conforme legislação vigente

p. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição

q. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no artigo 137 da Lei 6.745/85 e o Parágrafo Único da Lei Federal nº 8.112/90 e as correspondentes, constantes da Legislação do Estado e dos Municípios

r. Certidão de Nascimento dos dependentes, ou RG.

s. CPF dos dependentes, (nascidos antes de janeiro de 2018).

t. 1 cópia de Comprovante de Escolaridade para filhos maiores de 07 (sete) anos

u. 1 cópia da Carteira de Vacinação para filhos menores de 7(sete) anos

v. Para dependentes de Imposto de Renda com idade superior a 17 (dezesete) anos, deverá anexar aos documentos necessários a admissão cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do dependente

w. Se possuir filhos menores de 18 anos: RG ou Certidão de Nascimento

x. Se possuir filhos entre 18 e 21 anos: RG e CPF

y. Se possuir filhos com algum tipo de deficiência incapacitante permanente: laudo médico e documentação do dependente RG e CPF

z. Se possui filhos dependentes em situação de guarda, tutela ou curatela: termo correspondente e documentação do dependente RG e CPF

aa. Certidões de negativas de antecedentes criminais:

a) da Justiça Federal ([www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br)) certidão cível, criminal, eleitoral 1º grau e eleitoral 2º grau

b) da Justiça Estadual (<https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do> ou no Fórum da sua Cidade) - criminal

c) da Justiça Eleitoral ([www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)) certidão de quitação e de crimes eleitorais.

2.1. A aprovação neste Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro de Servidores Públicos Cíveis da Prefeitura Municipal de Navegantes.

2.2. A efetivação é de competência do Prefeito de Navegantes, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

OBS: Os itens o, p, q foram anexados os formulários para preenchimento, assinatura e apresentação com toda a documentação.

### 3. Dos candidatos a serem chamados

#### 3.1. Cargo: Cargo: AGENTE DE EDUCAÇÃO – 20 H

CL	NOME DO CANDIDATO
1	DIVA MARIA ALVES
2	ANA CAROLINA FIGUEIREDO KERSCH
3	EDUARDA PONTALDI
4	MORGANA BASTOS DE ARAUJO
5	CLEITON ROBERTO DOS SANTOS
6	SELMA AP. DELUCA SANTHIAGO
7	LUCIANE REGINA PATRICIO MARTINS
8	DARLINE NUNES DE SOUZA
9	JAQUELINE PEREIRA TORRES
10	IEDA MARÍLIA NAVARRO COELHO BITTENCOURT
11	JESSICA OLIVEIRA MONTEIRO CAVALCANTE
12	VIVIANE REGINA DE SOUZA
13	ROSANE DREON
14	MÔNICA MARIA JACINTO
15	LETÍCIA GOMES FARIAS
16	GRASIELE SCHNEIDER PEREIRA
17	JOSÉ MIRALDO DOS SANTOS JÚNIOR
18	EDIANE DE OLIVEIRA VIANNA
19	JANAINA ILDMIRA PINNOV BRAATZ
20	JOZIANE DE BRITO SOUZA
21	HELENA PINTO
22	HELGA RAMOS DA SILVA
23	THAIS TOLEDO EGEA
24	JOSELAINE FURTADO DOS SANTOS
25	JOÃO PEDRO DA SILVA FURTADO
26	GABRIELE SCHOTKA DOS SANTOS
27	MURILO ALEXANDRE PEREIRA KRUMMENAUER
28	CLAUDIA CRISTINA PEREIRA PELISSON
29	ALINE CARLOS PINTO



30	SIMONE HOLLERBACH
31	JULIANA MARTINS REZENDE HOCHSCHEIDT
32	CRISTIANE DE SOUZA E SILVA
33	ROSANGELA COELHO
34	RENATA LARISSA RAMOS
35	ALINE TATIANE ROSA
36	ANA CRISTINA MARCHESAN DA SILVA
37	PATRÍCIA DOS SANTOS BOCHI
38	DEISE MACHADO
39	ZAIRA MARIA FAUSTO
40	JAÍNE MARQUES DOS SANTOS
41	JOSEANE RIBEIRO DE CASTRO
42	MARLENE DA COSTA
43	ADRIELE COUTO CORREA
44	NICOLY CIPRIANO
45	JUSSARA CRISTINA DA SILVA
46	RITA DE CASSIA DA LUZ
47	ALESSANDRA DE CARVALHO SILVA
48	MIKAELLY DE AMORIM GUILHERMINO
49	STHEFANI CAROLINE DA SILVA
50	MAILDO FERREIRA
51	GISELE FRANCISCA PEREIRA
52	JULIANA REGINA BENTO TEIXEIRA
53	VANESSA CAROLINA MACHADO
54	YASMIM DA SILVA PEREIRA
55	PATRÍCIA RODRIGUES
56	RAFAEL ANTÔNIO BAPTISTA
57	JACKELINE BAGATINI RIBEIRO
58	ALINE BARBOSA ASSUMPTÃO SIQUEIRA
59	CÍNTIA LUZIA DO NASCIMENTO
60	LUCIANA INÊZ GOULART TREDEZINI
61	ANDRÉA CESÁRIO DA SILVA
62	SUZANA DA CUNHA
63	ROBERTA CRISTINE TAVARES
64	LUCIANA BRETZKE
65	GABRIELLY VIVIAN RODRIGUES MOURA
66	GABRIELA FIEDLER
67	BRUNO LORENCIO DE SIMAS
68	PATRÍCIA MARIA PALUMBO
69	GISELE CRISTINA DE SANTIAGO
70	ALINE DA SILVA GOBIRA
71	MARIA LÍDIA PEREIRA PROVESI
72	EDNEIA ALVES ANTUNES PEREIRA
73	NEIVA FATIMA DE SOUZA
74	OLIVIA FEITOSA DE PAULA
75	ILZA ROSA DA SILVA
76	VANDERLEIA DO PRADO DA SILVA
77	MARILIA MARIA DE SOUZA
78	JESSICA ANTUNES
79	ANDREA VICENTE
80	ESTER COSTA DA SILVA
81	ANA PAULA FAGUNDES MENDES
82	TEREZA JAZINSKI
83	PATRICIA ALESSANDRA DOS SANTOS
84	BEATRIZ ROSA DA SILVA VIDALMEDEIROS
85	CRISTIANO VENERI RIBEIRO

### 3.1.1. Cargo: AGENTE DE EDUCAÇÃO – 20 H

Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas, os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

CL	NOME DO CANDIDATO
86	GABRIELA DA COSTA JACINTO
87	ROBERTO MACHADO

88	PÂMELA RODRIGUES CHAGAS ZEFERINO
89	MARINALVA DOS SANTOS ANTUNES

## 3.2. Cargo: AGENTE DE EDUCAÇÃO – 30 H

CL	NOME DO CANDIDATO
1	MARILSE BETTONI SOARES
2	KIVIA GABRIELA SANTOS ARAUJO
3	ROSEMARY FELTRIN DE MELO
4	CLAUDIA MARIA DE PAULA CARVALHO MENDES
5	RENATA BARRIOS DE LIMA
6	JOSEFA CLEMÊNCIA DE OLIVEIRA ANDRADE GONÇALVES
7	SOLANGE RODRIGUES FRANÇA
8	RENAN JOSÉ SILVA
9	GLEICE KELLY DE SOUZA BEZERRA BERLANDA
10	EVELYN GOMES VIANA DE MACEDO SILVA
11	CLEIDE REGINA FERREIRA
12	STEFANE CRISTHINE LOPES VIEIRA
13	ANA PAULA LUCIANI DE SOUZA
14	BARBARA CAMILA LINZMAYER DE SOUSA TRAMONTIM
15	MARISTELA LISBOA
16	THAMIRES CAROLINA COSTA BUSCHMANN
17	ANDRIELLE CRISTINE DA SILVA MASCENO
18	HELENA SCHULLER PROVESI
19	ROSINEIDE MIRANDA DE FREITAS
20	DANIELA SPULDARO ALVES
21	TATIELE MOREIRA DE JESUS MARTINS
22	ANGELICA MORAES DE OLIVEIRA
23	ANA PAULA PAIVA DAS NEVES
24	JOAO PAULO SOUSA VIEIRA
25	MAIARA CRISTINA PACHECO
26	JUCELIA APARECIDA KIERAS TEIXEIRA
27	TAÍSA DE ALMEIDA TAVARES LIMA
28	ROSIMERI MACHADO PEREIRA
29	JAQUELINE MARIA MENDES PEZZINI
30	JULIANA ELIAS
31	KARLA DAYANE BENDLIN
32	ISABELE CARDOSO DOS SANTOS
33	ROSELEI DE ARAÚJO
34	ANDRESSA MARIA DE SANTI PAHISSA
35	ANA BEATRIZ MARÇAL GALO

## 3.2.1. Cargo: AGENTE DE EDUCAÇÃO – 30 H

Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas, os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

CL	NOME DO CANDIDATO
36	EDIANE ETELVINA VOLTOLINI BEZERRA
37	JUSCELENE ALEXANDRE
38	VÂNIA CRISTINA DE CARVALHO BOENOS
39	CHRISTIANNY DA CUNHA BORBA
40	REGINA MARIA GONÇALVES
41	LUIZA BISPO DOS SANTOS
42	JULIANA FIDGLESKI
43	ANA FLÁVIA OLIVEIRA DALL AGNOL
44	MARIA LUCIA BASTOS DE ARAUJO
45	ANGELA DE ARAZAO DA CUNHA
46	ANDRESSA CAROLINE BALDO
47	DEYSE MIRIÃ CAZABUENA
48	BIANCA DE ALCANTARA PEIRÃO
49	TABATA CRISTINA OLIVEIRA XAVIER
50	ALINE CRISTINA DE BORBA

## 3.3. Cargo: AGENTE DE EDUCAÇÃO – 40 H

CL	NOME DO CANDIDATO
1	MARCIA FARIAS AGUIAR
2	VITORIA MEDEIROS DE MENEZES
3	ISIS RIBEIRO ALVES DA SILVA
PCD	HÉRICA KERTICHKA DO NASCIMENTO

## 3.3.1. Cargo: AGENTE DE EDUCAÇÃO – 40 H

Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas, os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

CL	NOME DO CANDIDATO
4	SUSAN JULIANA DE LIMA
5	PAOLA STEFANY VAZ CORREIA
6	JOAO ROBERTO LIBORIO

## 3.4. Cargo: INTERPRETE DE LIBRAS – 20 H

CL	NOME DO CANDIDATO
1	HELENA PINTO

## 3.4.1. Cargo: INTERPRETE DE LIBRAS – 20 H

Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas, os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

CL	NOME DO CANDIDATO
2	VANESSA FAGUNDES FERREIRA

## 3.5. Cargo: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – 40 H

CL	NOME DO CANDIDATO
1	VATUSI GRASIELA DA CONCEIÇÃO
2	DEUSIMAR ESPERANDIL NUNES ALONSO
3	ARLETE SOUZA MARTINS
4	ROSECLAR DA SILVA WOLFF
5	ROSELENE FAGUNDES CORREA
6	MARILENE RIBEIRO DAS CHAGAS
7	MARIA FERNANDA RAMOS DOS SANTOS
8	MARIA TERESINHA CONSTANCIO
9	ROMULO DANTAS DA SILVA
10	ADELINDA ALTMANN ARAÚJO
PCD	MAURO PEREIRA DA FONSECA
11	ELISANDRA GARCIA
12	ODETE PEREIRA DA SILVA DOS SANTOS
13	CAROLINE SANTANA DE OLIVEIRA
14	GEOVANI PEDRO DE BORBA
15	DALTON LUIZ FARION
16	ROSANA CAETANO DA SILVA
17	SUELLEN NEVES
18	SUZIMARA MOREIRA DE JESUS
19	WALESHA SANTOS DA SILVA
20	DAIANE BORGES PAIN
21	DUNIA FERNANDA ANTUNES GONZAGA
22	CRISLAINE MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA
23	CAROLINE KINAL
24	BIBIANA BERNARDO MARTINS DO NASCIMENTO
25	ANA HIGINIA ZIMERMANN
26	REGINA ANTONIA DE OLIVEIRA
27	SHEILA LURDES FLORES
28	DÉBORA REGINA MUELLER
29	MARGARETE CORREA DE SOUZA DE OLIVEIRA
30	LARYSSA RIGON DE OLIVEIRA

31	MARILEIA DE FÁTIMA DA SILVA
32	TEREZINHA DE JESUS FERREIRA DA COSTA CONDE
33	JULIANA MENDES FURTADO
34	JOÃO BATISTA ADORNO JUNIOR
35	LUCIANA SILVEIRA CÂMARA DA SILVA
36	MERI TEREZINHA DA SILVA GASPAR DE OLIVEIRA
37	JOICE APARECIDA SÃO NASCIMENTO
38	RAFAELA EDUARDA DOS SANTOS
39	ENELICE MILANI
40	SUELEN EREIAS SOUZA
41	DANUSA LOPES SIMÃO SUTILLI
42	ANA PAULA GALDAMEZ VIANA TAVARES
43	MARIA ROSA MACIEL DE OLIVEIRA
44	CARLA REJANE MIRANDA COITINHO
45	KARINA GONÇALVES GULARTE
46	DENISE FERNANDA COSTA ANTUNES
47	ADRIANA RODIO
48	CÁTIA MARIA RIBEIRO COLIM
49	LUANA KETLYN PEREIRA PASINATTO
50	CLAUDECIR BRUINSMA
51	MARIA EDUARDA PALUDO QUEVEDO
52	ANDRÉA APARECIDA DE MENEZES DE BORBA
53	DANIELA DE CASSIA DE SOUZA
54	CRISTIANE CASEMIRO RODRIGUES
55	FÁTIMA APARECIDA PEREIRA PENA
56	SANDRA IARA SANTOS DE SOUZA
57	REGINA INÊS BORNHAUSEN PATRÍCIO
58	ELISÂNGELA DE ALMEIDA VIEIRA
59	ROSIMERI BORGES
60	VIVIANE FELISBERTO
61	ALINE FATIMA RONCALIO
62	JOYCE ROMAO
63	SÉRGIO ROBERTO DA COSTA
64	MAIRA WINDSON REBELO DE SOUZA
65	LEONILCE MARIA DE LIMA DE SOUZA
66	NASIR POLICARPO BENTO
67	SUELEN DE LIMA PEREIRA
68	ELIS REGINA CARVALHO
69	ADRIANA BIAZUS
70	DRIELEN DOS SANTOS
71	MARY STER GONÇALVES RODRIGUES
72	SILVIAANTUNES MUNIZSOARES
73	ELIANE TERESINHA DIAS TERLAN
74	JANINE LORDES INÁCIO
75	VANESSA FRANCISCO RAMOS DE OLIVEIRA
76	DAIANA ROECKER
77	KATIANE ISABEL PEREIRA
78	ROSÂNGELA ROZA PEREIRA GOMES
79	RITA MARISTELA DOS SANTOS
80	KEYLA DA SILVA ALMEIDA
81	SELMA MARIA RODRIGUES SILVA DOS SANTOS
82	MARIA VITÓRIA ESTELITA BRITO DOS SANTOS
83	ELISABETE MARCONDES MACHADO
84	LUCIENE LOPES BARROSO DE OLIVEIRA
85	TAINARA DUGGEN FERRETTI
86	ROSENILDA RIBEIRO
87	FERNANDA FRANCISCO
88	ELIZANE SUELI CALDEIRA
89	MORLOWE CURZ
90	AMANDA CRISTINA SANTIAGO
91	KEZEA NAYARA BRUINSMA DOS ANJOS
92	IVANEIA DA CONCEIÇÃO PAULA MACHADO
93	TAIS FERREIRA DE BARROS
94	MAURO PEREIRA DA FONSECA

95	CARLOS ALBERTO DE SOUZA MOTA
96	REGIANE DOS SANTOS VIEIRA
97	JOSILENE FONTOURA MIKAEL
98	EDILENE DOS SANTOS COSTA
99	SILEIDE NASCIMENTODE FREITAS SILVA
100	MANOELA JAQUELINE MENDES EUFLORZINO
101	CÉLIA REGINA DOS SANTOS
102	LUCIANA DA SILVA
103	AURIANE DA LUZ JOAQUIM
104	KATIANY REGINA COUTO
105	KAROLINA LUIZA CORDEIRO DOS SANTOS
106	MARLENE NASCIMENTO DOS SANTOS
107	FABIANA QUIRINO DE OLIVEIRA TIMIDADE
108	ELIANE BALBINO DE SOUZA CONCEIÇÃO
109	CLAUDIA APARECIDA REI MAXIMIANO DA CUNHA
110	LAURA EMILIA DOS SANTOS
111	RAIANA DA SILVA VELLOSO
112	ROSANGELA CAMILO GALIETA DA CRUZ
113	ZILMA ZANCANELA
114	PRISCILA PEDROSO
115	MARA LÍGIA FELÍCIO
116	ALINE DA SILVA CRISTOVAO PINTO
117	MONIQUE MARLIANE DOS SANTOS
118	QUEZIA BALBINO LIMA PEDRON
119	ANDREIA WESSLER
120	AMELIA DOS SANTOS
121	MARIA ELIETE DA SILVA OLIVEIRA DE ALMEIDA
122	MARIA ALICE ANGELICO
123	LÍGIA LIMA FERREIRA DA HORA
124	ROSELI RODRIGUES MACHADO
125	DAYANE YASMIM DOS SANTOS GOMES
126	ELIZAMA KINAL DA LUZ
127	MARIA CRISTINA DE MATTOS
128	FERNANDA GONÇALVES PRESTES
129	RAQUEL GOMES DA COSTA
130	GISELE EMILIO ELEUTÉRIO
131	ELIZETE ALVES RIBEIRO

#### 2.4.1. Cargo: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – 40 H

Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas, os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

CL	NOME DO CANDIDATO
132	LEANDRO SANTOS
133	HANA CARLA BODNAR DE JESUS
134	LEONIDES SILVINO DA SILVA HAEHNER
135	TAINA ARANHA SILVA
136	ELIANE LOUREIRO
137	GABRIELI GARCIA DA ROCHA WERNER
138	EDILENE APARECIDA DOMINGOS VIEIRA
139	SIMONE RODRIGUES NUNES DE ABREU
140	JOÃO PEDRO PEREIRA DE LIMA
141	ADRIANA DE OLIVEIRA HINCKEL
142	EDI MARIA HANK
143	ANA MARIA RODRIGUES DA SILVA
144	MIRIAM CARLA UECKER
145	ELIANE DOS SANTOS
146	LARISSA GALIETA DA CRUZ
147	ADRIANA VIEIRA LEAL
148	MARINA DOS SANTOS MARCELINO
149	CLEUSA SOUSA DOS SANTOS VIEIRA
150	MARLETE MARCONDES DE RAMOS
151	MARTA CRISTINA DA SILVA

152	MARIA DE FATIMA CARDOSO NEVES
153	GERSON DE SOUZA
154	NATANIELE DE OLIVEIRA PEREIRA
155	JOSIANE FATIMA DE OLIVEIRA
156	VILMA DA APARECIDA RODRIGUES
157	SAMARA ELISA EMILIO
158	DAIANE CALDEIRA DE CARVALHO
159	STEFANY ISABELA STEIN
160	NEUCELI DA SILVA GELINSKI
161	ALESSANDRA APARECIDA BAZE
162	ANGELINA CAROLINA CARVALHO
163	MÁRCIA CABRAL DA SILVA
164	NORAI ZENAIDE DA CONCEIÇÃO
165	ELUARA CAMILA MILANI
166	MARCIA PIRES DOS SANTOS
167	CELSE REGIS TOMBINI
168	ISABELA CAROLINE SANTOS DA SILVA FERREIRA
169	VALDELANE LUCIA DA SILVA
170	MAIRA TEREZINHA BARRETO

## 2.5.1. Cargo: MONITOR – 30 H

CL	NOME DO CANDIDATO
1	CAROLINE DACOL
2	ANA PAULA MASSIROLI DIAS
3	VIVIANE DA SILVA
4	EVELYN GOMES VIANA DE MACEDO SILVA
5	SUSANA SANTOS DE SOUZA
6	LUZINETE ANDRADE FEITOSA
7	GISLAINE FERNANDA ANTUNES
8	MAIARA DE AREDE DIAS
9	TATIANE DA SILVA PEREIRA CAVALCANTE
10	THAIS CRISTINA CHIMARELLI PEREIRA
11	ANDRÉA DOS SANTOS ANDRADE
12	TATIELE MOREIRA DE JESUS MARTINS
13	GISELLE RONCHI
14	THAINARA CAMILO DE ARAÚJO
15	JESSICA SCHNIVINGEL DE SOUZA
16	PATRÍCIA MARIA PALUMBO
17	JACQUELINE SILVA BARBOSA
18	ELIS REGINA NOGUEIRA
19	MARCELHA CORINNE A. CORDEIRO BÜLAU
20	JENNIFER DA SILVA DOS SANTOS
21	MARIANE WUNDERLICH
22	MIRIAN GÓES DOS SANTOS
23	ILLANA DA COSTA COUTO
24	RHUANA ERBS DA COSTA
25	CATRIANNE DE OLIVEIRA VIANA DOURADO
26	CAMILA BENDLIN
27	CAMILA SANTINA DE SOUZA DAHER
28	KATIANE NAZARIO RICARDO
29	ALINE ALICE DE LIMA
30	ANNE JORDÃO SANTOS VEIGA
31	BIANCA ELOISA BERKENBROCK
32	ANDRESSA RODRIGUES
33	ELIZETE MARIA DOS SANTOS
34	GABRIELA SOUZA RODRIGUES
35	JOSIANE MACHADO DE LIZ
36	KARLA DAYANE BENDLIN
37	PRISCILA LAGOAS MARTINI FURUUCHI
38	HELGA RAMOS DA SILVA
39	JAIR JUAZES PORTO JUNIOR
40	LUANA DE ANDRADE
41	ELIANE MENDES DE CARVALHO

42	MARIA EDUARDA RODRIGUES
43	MARIA EDUARDA DE PAULA OLIVEIRA
44	ADRIANA CORREIA DOS SANTOS
45	PRISCILA ZUCATELLI DE MENEZES
46	GABRIELA FURTADO
47	ANGELA DE ARAZAO DA CUNHA
48	JESSICA ALINE FRANCEZ PIVATTO
49	MARIZANGELA LOPES DEMORE
50	MARIA EDUARDA MARACHIN CRISPIM
51	VIVIANE REGINA DE SOUZA
52	SIRLENE DE SOUZA MARANGONI
53	CARINA PACHECO DOS SANTOS
54	JULIANA ELIAS
55	RENAN JOSÉ SILVA
56	MARCELLY SILVA WOUTER VERHAERT
57	LUANNA VANZUITA
58	RITA DE CÁSSIA DE SOUZA
59	SUZANE DE FÁTIMA BARILLI
60	JAQUELINE MARIA MENDES PEZZINI
61	HELLEN LIMA DA SILVA FERNANDES
62	CRISTIANE DE SOUZA E SILVA
63	MILIANE CRISTINE CORDEIRO
64	GISELE ALVES MACHADO
65	THAYSE DE SOUZA LOURENÇO
66	GREICE LIMA TABORDA MIGUEL
67	THAMIRES CAROLINA COSTA BUSCHMANN
68	ANDRESSA PINNOW DOS SANTOS
69	MIRIAM ALEXANDRA MARTINS DA SILVA
70	LAYS MEIRE JACÓ
71	MAYRA NADJARA DOS SANTOS ANDRÉ
72	CRISTIANE COSTA VICENTE
73	JAQUELINE DA SILVA CAETANO MEDEIROS
74	GABRIELA DE BORBA
75	THAÍS WIGGERS
76	JESICA CRISTINA PADILHA MIRANDA
77	MARCIA APARECIDA OLIVEIRA LEITE
78	JULIANA FIDGLESKI
79	CAROLINA P MACIEL
80	JAQUELINE DA SILVA SCHARDONG
81	ARIANE APARECIDA DA SILVA BAGNARA
82	SARA RUANA WARISS DA COSTA
83	CARINE MARQUES
84	LORANNA SOARES MARQUES
85	ADRIANA DOS SANTOS PEREIRA
86	RAABE ASSUNÇÃO MARQUES
87	JANNINE VITÓRIA CARVALHO VASCONCELOS
88	RAQUEL PEIXOTO SOARES
89	ILCA ROSANA VINCI
90	RENATA TRONCOSO RODRIGUES
91	FABIA CRISTIANE BLIESNER QUIRINO
92	ROBERTA DOS SANTOS DE LIMA
93	FLÁVIA DE OLIVEIRA IOMES
94	MARIA THAÍS DOS SANTOS LUZ
95	BIANCA CRISTINA RODRIGUES
96	ROSIMERI MACHADO PEREIRA
97	JESSICA DE MACEDO TORRES NUNES
98	ANA PAULA DE LARA CASSOL
99	VIRGINIA LANE DA CRUZ SILVA CARDOSO
100	SIRLENE CRISTINA GUEDES DE SOUZA
101	JOÃO RICARDO COUTINHO DA SILVA
102	YASMIN QUEIROS SILVA
103	ELISIANE DE FÁTIMA OLIVEIRA RODRIGUES
104	ROSANA DA COSTA BUENO
105	LAÍS PERCILIA DA SILVA OLIVEIRA GOMES



106	ANYA RAFAELA HEMMER DOS SANTOS
107	SOFIA TAIS WITZKE
108	RENATA BARRIOS DE LIMA
109	CRISLAINE BRITES DE SOUZA
110	ANA FLÁVIA OLIVEIRA DALL AGNOL
111	JANAINA CUSTODIO LUZ PACHECO
112	FRANCINI VEIGA RODRIGUES
113	EDUARDA FRANCISCA DA COSTA DE MARTINO
114	FRANCIELE VIEIRA PRUCHE
115	GLEICE KELLY DE SOUZA BEZERRA BERLANDA
116	ANA CRISTINA BARBOSA GUERRA
117	TREICE DANIELLE VIEIRA
118	TABATA LEONTINA DE OLIVEIRA CAETANO
119	ALINE SIQUEIRA
120	SARA MEMÓRIA DO NASCIMENTO THEODORO
121	MARIELE DE OLIVEIRA
122	THALITA DO NASCIMENTO FERREIRA
123	ERICA DE ABREU COSTA
124	THAIRINE A. BENTO ALSINO
125	SANDRA LEMOS DA SILVA
126	GRAZIELE WALT BIRCK
127	JAÍNA ELLEN LUZ
128	VITORIA MEDEIROS DE MENEZES
129	ANA CLARA DE CAMARGO IGNÁCIO
130	ANA JÚLIA COTCHELLO
131	MARIA MARISA PINNOW
132	LAUDELINA LOPES BARROSO PLAXESK
133	ROSEMARI REGIANE DA SILVA FERREIRA
134	LUCIANE SALETE DE SOUZA
135	ARLETE MILHOMEM PIRES
136	JOSILENE DA SILVA RODRIGUES
137	CLEIDIANE DE ANDRADE SILVA REIS
138	ANELICE AMANDA BARCELLO
139	LILIAN RAQUEL DA SILVA
140	SABRINA STÉDILE
141	FABRIELE LUZIA BENTO
142	JESSICA PARANAGUA
143	ROSIANA BIALESKI
144	JULIANA MARINA DE SOUZA SANTOS

## 2.5.1. Cargo: MONITOR – 30 H

Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas, os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

CL	NOME DO CANDIDATO
145	GABRIELA FERNANDES FONTES SOUZA
146	ADRIANA MARIA DA SILVA
147	ROSILANE COUTO ARANTES DA SILVA
148	LUCIANE GONÇALVES
149	SIRLEI ESKELSEN
150	GISELE FRANCISCA PEREIRA
151	LAUDICEIA DE OLIVEIRA SANTANA SILVA
152	ALINE CRISTINA DE BORBA
153	KAUANE CRACCO GAZANIGA
154	THELRY GONZAGA DOS SANTOS
155	ELISANDRA MACHADO DE BORBA COSTA
156	BEATRIZ DAS NEVES FORTUNATO
157	TAMIRES MILANI VICENTE
158	DÉBORA DE FREITAS MARTINS
159	FRANCIELY TEODORO
160	JESICA PAOLA NAVOA PALLELA
161	LARISSA DA SILVEIRA
162	DANIANE WOLFF COSTA TOMAZ

163	CARINE GONÇALVES
164	GABRIEL VELASQUES
165	ANDRÉA LUCIANA COSTA
166	CRISTIANE DOS SANTOS VIEIRA
167	GRAZIELA FERNANDES MANENTI
168	LUANA MACIEL PARDAL
169	JULIANA MONTANHERI 02237054118
170	AMANDA STEFANI FELICIO MALAQUIAS
171	JOYCE PEREIRA DO NASCIMENTO
172	JOCELINE DE SOUZA
173	TATYANA GUIMARÃES BISSACO
174	DUMIRIA MEDEIROS
175	VIVIANE MARTINS NUNES
176	YARA ELIZETE DOS SANTOS
177	ANA CRISTINA CARDOSO DE ANDRADE COUTO
178	LUCIANA MOURÃO TAVARES DE OLIVEIRA
179	JULIANA CABRAL GONÇALVES
180	MESSIAS SOUSA VIEIRA

## 3.7. Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – 20 H

CL	NOME DO CANDIDATO
1	LETICIA IVANI JORGE FLOR
2	CYNTHIA FUGAZZA DE OLIVEIRA HERBST
3	CLEONICE ABADI STEINHORST
4	KATIANE REGINA MARA DA ROSA HERBERTS
5	MARIA APARECIDA DA SILVA SEREIA
6	CLÁUDIA BENTA DOS SANTOS SOUZA
7	MURIEL SAIBEL NERES CORDEIRO
8	REGIANE ULLER
9	EDMARA DE SOUZA DOS SANTOS
PCD	SCARLET LOUISE POTT LEMOS
10	JEANE APARECIDA NEUBURGER DA SILVA
11	GENECI COLLA
12	MARISE MOSER
13	LETICIA CLEDINEIA BENTO
14	JENIFFER PEREIRA DA SILVA
15	CLARA LUÍZA RABELO PEIXOTO
16	GRASIELE SCHNEIDER PEREIRA
17	THAÍS MEDEIROS DA SILVA
18	CAMILA DA SILVA KAULE
19	SANDRA MASCHIO GONÇALVES
PCD	MARCIA DA SILVA
20	DANIELE MERLADETTI WOLFF RANGEL
21	ELENITA DE SOUZA
22	TAIANA FERNADA MARTINS SEVERO
23	JOSIANE APARECIDA DE CAMPOS PINTO SILVA
24	DAGMAR MARIA GONZAGA KALBUSCH
25	KAUANA KLAUMANN FRANCISCO
26	SIRLENE FRANCISCO VIEIRA
27	VISANGELA SAGÁS
28	RENATA RICOBOM PIVATTO
29	JESSICA MONIQUE BAÚ
30	MARIA GORETTI DE SOUZA MARTINS
PCD	AMABILIE CRISTINA FERNANDES
31	ELISABETE RODRIGUES GARCIA SILVA
32	BRUNA REGINA ALVES DE OLIVEIRA
33	MAELLY CUSTODIO PIVATTO
34	EVELYN ALVES CUSTÓDIO
35	PATRÍCIA BERALDO DE FARIA
36	STEPHANIE AUGUSTIN FIGUEIRÓ
37	INDIARA BORGES FERNANDES
38	ALINE MANOELA DA SILVA VIEIRA
39	ANA SUELY SANTANA DA SILVA

40	FRANCISCA DAS CHAGAS FERREIRA DA SILVA
PCD	MAIARA FERNANDES
41	SUELEN ARACI GOULART DE ALMEIDA
42	RUBIA MARA DO AMARAL
43	SANDRA ANDREA FRAGA FAGUNDES
44	MAXSINEIDE MOTA VIEIRA DE MATOS
45	KATIA CILENE DA SILVA MAZON
46	MARLI DE SOUZA
47	THAIS COSTA DE MAGALHÃES
48	JULIANA THAIS MACHADO ANTUNES
49	LUCIANA GOMES DOS SANTOS
50	TAMARA APARECIDA DOS SANTOS
PCD	SUSANA DOS SANTOS
51	JAKLINE CRISTINA GONÇALVES DELFINO
52	FERNANDA RAPHAEL DOS SANTOS
53	KARINA SHEYLA CARNIEL
54	CRISTIANE RAQUEL DE QUEVEDO FERNANDES
55	ROSELI ESPOSITO MAZZA
56	ARIANE CAROLINA DA CRUZ
57	LORENA MONTEIRO RODRIGUES FERREIRA
58	KELLEN CECÍLIA BARG
59	SIMONE ALVES TRINDADE
60	TIARA ALINE ARZAMENDES DA SILVA MACHADO
61	MÔNICA ROCHA DE SOUZA BITENCOURT
62	ROSILENE SOUZA MARTINS
63	JOSIANE DE FÁTIMA FERREIRA DA SILVA
64	KARINE MALDANER ALVES
65	JOSIANE DE BORBA BENTO
66	JOSIANE DE OLIVEIRA GONÇALVES
67	ELIANE LOPES LIMA
68	ARIANE VIEGAS LUIZA
69	DANUBIA BORBA
70	JAQUELINE VIEIRA ALBINO
71	DINACIR KOSCIANSKI DOS SANTOS
72	LILIAN ELEUTERIO MACHADO BUSSMANN
73	ZAIRA IRIAS DA SILVA
74	TELMA SUSETTE FERNANDES DPS SANTOS
75	SARAH CRISTINA BITTENCOURT CLAUDINO
76	JULIANA BURLAN DA SILVA
77	LEDINÉIA CORREIA
78	PAOLA BUSS
79	FABIANE MOREIRA

### 3.7.1. Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – 20 H

Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas, os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

CL	NOME DO CANDIDATO
80	DJENEFFER KIMBERLY DOMINGOS
81	IVETE TARNOWSKI
82	DIONE AUGUSTINHO
83	MARIA CRISTINA DA CRUZ DA FONSECA
84	JULIANA PORTO DE BARROS
85	ANDREIA PEREIRA DE ANDRADE
86	ANA TEREZA MARTINS RIBEIRO
87	ROSILENE IGNÁCIO
88	MAYARA LOURDES FRANCISCO FLORIANO
89	JOSIANE DAVILA
90	TÂNIA LILIANE PEREIRA
91	VIVIANE BATHEKE INOCÊNCIO
92	MARICELY BARBOSA VIEIRA
93	JANAINA WALTRIK BETIM
94	THAYNARA DE CÁSSIA SANTOS COELHO

95	DANIELY COSTA LINDOZO NUNES
96	INDIANARA MENDES
97	PRISCILA ODETE DA SILVA
98	FRANCISLAINE CRISTINA DA SILVA
99	JOSIANE PEZENTI ALBUQUERQUE
100	CÉLIA BITTENCOURT
101	ANA LUCIA NAZARÉ NUNES E LIMA
102	KEYLA SILVANO MEMÓRIA SOUTO RODRIGUES
103	GLÁUCIA BENEVENUTO DE OLIVEIRA
104	IVONE TERESINHA DOS PASSOS ORTIZ
105	RAQUEL BASTOS SANTOS

### 3.8. Cargo: SECRETÁRIO ESCOLAR – 40 H

CL	NOME DO CANDIDATO
1	ISAC PEDRO REBELO
2	ELISABETE MARGOT VIEIRA
3	NILTON CESAR DE MORAES
4	ARGEL VIVALDINO ANTENOR RIBEIRO
5	LUCILAINE CRISTINA NARDES MELLO
6	JAQUIELE APARECIDA DE LIMA ZAGO PADILHA
7	REGINA EDUARDO CRAES
8	JORGE GONÇALVES DA SILVA
PCD	NANDARA CAMARGO DE AMORIM ESNARRIAGA
9	CLENIR APARECIDA BERNARDO LUZIA
10	KARLA JARA DE ALMEIDA
11	VANESSA FAGUNDES
12	HOSANA COSTA DA SILVA
13	MARCIA REGINA DA VEIGA
PCD	DIEGO DA SILVA BARRETO

#### 2.7.1. Cargo: SECRETÁRIO ESCOLAR – 40 H

Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas, os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

CL	NOME DO CANDIDATO
14	JENIFER BORGES REINA
15	ANA CRISTINA DOS SANTOS
16	MARCO ANTONIO DEBRASSI
17	LUCIANE DO ROCIO CARDOZO ZELA
18	SANDRA REGINA DOS SANTOS SOUZA
19	JOSE SIDNEI SILVEIRA JUNIOR
20	GABRIEL NASCIMENTO FURTADO
21	EMERSON CÉSAR GRANJA BARRETO
22	JACKSON ALISSON SILVA
23	ISTEYSY BERNARDO BARBOSA
24	BRUNA PINHO DA COSTA
25	JÉSSICA LIMA GUIMARÃES NAVARRETTE

### 2.9. Cargo: ORIENTADOR ESCOLAR – 40 H

CL	NOME DO CANDIDATO
1	OLGA HENRIQUETA FURTADO DOS SANTOS
2	LARISSA TEREZA NEVES MURER
3	ANA CELIA CABRAL DO CARMO
4	VALERIA CAMARA
PCD	LINDOMAR SILVA DE JESUS

#### 2.9.1. Cargo: ORIENTADOR ESCOLAR – 40 H

Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas, os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

CL	NOME DO CANDIDATO
5	ANTÔNIO AZEREDO COUTINHO NETO
6	SIMONE FELICIO RÉGIS DUTRA

7	CRISTINA FATIMA SILVEIRA CASTRO
8	JOSE ANTONIO FERREIRA
9	ELIANE CRISTINA DAVANCO
10	NÁDIA SIEGEL

## 3.10. Cargo: SUPERVISOR ESCOLAR – 40 H

CL	NOME DO CANDIDATO
1	SIMONE DUTRA DA ROSA
2	MARIZA MARIA AMORIM
3	MARILUCIA DA LUZ TORMEN CRIVELETTO
4	MAINDRA SESTREM
PCD	TATIANE APARECIDA DE OLIVEIRA BARBOSA

## 3.10.1. Cargo: SUPERVISOR ESCOLAR - 40H

Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas, os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

CL	NOME DO CANDIDATO
5	THAIS CATTAR DA COSTA
6	ARABEL MENTRANIA GARM
7	WALQUIRIA SOLANGE PIPINO
8	MIRIAN FATIMA SANTANA DA SILVA
9	TATIANE APARECIDA DE OLIVEIRA BARBOSA
10	NÁDIA SIEGEL

Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas, os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

## 3.11. Cargo: PROFESSOR DE ARTES – 10/20/40 H

CL	NOME DO CANDIDATO
1	GISELE CHRISTIANE CHAVES ESMEALDINO BAZZOTTI
2	NARA REGINA CRIZEL MARONE
3	ALAINÉ LUIZ MACHADO MARTINS
4	MARCELO KLIMKE BENTO
5	CAMILLA DE OLIVEIRA FERREIRA LEITE
6	ALANA AGUIDA BERTI

## 2.10.1. Cargo: PROFESSOR DE ARTES – 10/20/40 H

Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas, os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

CL	NOME DO CANDIDATO
7	MARIA DOLORES DE OLIVEIRA KLATTER
8	GABRIELA FERNANDA ERN
9	ADRIANA SARETO
10	FLÁVIA REGINA MACHADO BOEIRA
11	JESSICA MIRANDA DOS SANTOS

## 2.11. Cargo: PROFESSOR DE CIENCIAS – 10/20/30 H

CL	NOME DO CANDIDATO
1	ALEXANDRA GUEDES CARAMES
2	JOHANNA ÊMILE FINGER
3	ALANA DRIELLE ROCHA
4	EDUARDO ANTONIO CORREA JUNIOR
5	BRUNA PRIMON
6	ALISSON DE ALMEIDA PEREIRA
7	KATRINE PECETTI DE OLIVEIRA

## 2.11.1. Cargo: PROFESSOR DE CIENCIAS – 10/20/30 H

Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas, os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

CL	NOME DO CANDIDATO
8	FERNANDA CRISTINA FERNANDES
9	GIOVANNA MELATTI MOREIRA DE BRITO
10	ISABELLA RENATA GOMES DA CUNHA
11	JOSUÉ ASAFE DOS SANTOS
12	MARIA CAROLINA SCHEFFER DE SOUZA

## 2.12. Cargo: PROFESSOR DE GEOGRAFIA – 10/20/40 H

CL	NOME DO CANDIDATO
1	RONALDO LOPES
2	ÍCARO GUSTAVO CORRÊA
3	PAMELA ARRUIZ LIMA
4	CRISTINA BURATTO GROSS
5	HENRIQUE PITT
6	NAYARA CAROLINE LEACHENSKI
7	MAIKY DEPINE
8	BRUNO DE SOUSA ABREU
9	LUIZ FERNANDO SOARES
10	JOSE JAIRO HOFMANN

## 2.12.1. Cargo: PROFESSOR DE GEOGRAFIA – 10/20/40 H

Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas, os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

CL	NOME DO CANDIDATO
11	NEILA SCHULZ REISER
12	GUILHERME CEZAR SOUSA VIEIRA
13	DANIEL EUZÉBIO DO NASCIMENTO
14	JULIO CESAR FERREIRA GOMES
15	CLAUDIA FERNANDA BUENO
16	GLEICE BENEVENUTO DE OLIVEIRA R DOS SANTOS

## 2.13. Cargo: PROFESSOR DE INGLES – 10/20 H

CL	NOME DO CANDIDATO
1	OSVALDO CORREA DE MELLO JUNIOR
2	VAGNER APARECIDO TEODORO
3	ALAN DENIS SAMPAIO
4	ROBSON LEANDRO ROSA
5	RODRIGO NOVELLO
6	LEONICE DOS SANTOS
7	FERNANDA DE OLIVEIRA OLEGARIO PETZOLD

## 2.13.1. Cargo: PROFESSOR DE INGLES – 10/20 H

Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas, os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

CL	NOME DO CANDIDATO
8	SUZAN CRISTINA LEAL
9	MARCOS ANTONIO CRUZ TARESKIEWICZ
10	ALEXANDRA REGINA SIMON
11	ELISÂNGELA SILVA LINALDI PELEGRINI
12	JULIANA DE FATIMA PADILHA TORQUATO

## 2.14. Cargo: PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA – 10/20/30 H

CL	NOME DO CANDIDATO
1	FERNANDO CAPARROS LESSA
2	MIRTA DANYELLA SILVA AYRES
3	VALDETE AMORIM
4	THAÍS GONÇALVES DANTAS
5	THULLAV BATISTA DE CARVALHO

6	VANESSA CRISTINA TAVARES LOPES VIEIRA
PCD	PATRÍCIA ALVES DE OLIVEIRA DA LUZ
7	LUIS GUSTAVO VARELA
8	MARIA DE LURDES VALOSKI STUPKA

## 2.14.1. Cargo: PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA – 10/20/30 H

Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas, os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

CL	NOME DO CANDIDATO
9	BIANCA ROCHA LEITE ELIAS DA CRUZ
10	PATRÍCIA ALVES DE OLIVEIRA DA LUZ
11	LUCIANA FIDLEIS DE SOUZA DA COSTA
12	ARIANE FERREIRA PEREIRA DE JESUS
13	ADRIANA ANGELA DA SILVA FONSECA
14	JACKLLINI MACIEL TESSARI
15	JEANE CAROLINE THEISS

## 2.15. Cargo: PROFESSOR DE MATEMÁTICA – 10/20/40 H

CL	NOME DO CANDIDATO
1	JEAN RONALD VELUS
2	MATHEUS JOAO CORDEIRO
3	JULIO CESAR DE SOUZA
4	JONAS WALTRIK
5	RAFAELA DE OLIVEIRA CHIQUIO
6	LUIS CLAUDIO DA SILVA
7	FABIANA REIS DE JESUS
8	MARCIA ENI VOELZ
9	ISABELA PEREIRA GEREMIAS
PCD	WALTER DE BORBA
10	JAQUELINE KLEIN GALLI

## 2.15.1. Cargo: PROFESSOR DE MATEMÁTICA – 10/20/40 H

Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas, os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

CL	NOME DO CANDIDATO
11	RONALDO TEIXEIRA RAIOL
12	ADEMIR DONIZETI GUIOTTI
13	RODRIGO SEARA SALVINI
14	CRISTIANE CAROLINE VIEIRA
15	MAURÍCIO MENDES DA SILVA
16	JOÃO ANGELO DA COSTA MASNIK
17	MICHEE MUBIKAYI KALALA

## 2.16. Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – 10/20 H

CL	NOME DO CANDIDATO
1	FÁBIO JUNIOR RISTOFF
2	CAIO BENASSI GUILHERME
3	DOUGLAS PEREIRA DE JESUS
4	PRISCILA REGINA RORATO VITOR
5	MARCIO RIBEIRO
6	VANIA APARECIDA SILVA DOS SANTOS
7	CLEBER FABRÍCIO CIPRIANO DOS SANTOS
8	GUILHERME MASCARENHAS SANTANA
9	CAMILA CURVELO SOARES
PCD	PABLO CELIO BATISTA
10	JOSÉ LUIZ VIANA JUNIOR
11	PABLO CELIO BATISTA
12	LÁZARO OLIVEIRA DE SENA



13	ANA DETI BRAZAO DO ROSÁRIO
14	MARIA VERÔNICA DA SILVA CHAGAS
15	BENÍCIO JÚNIOR GOMES DA SILVA
16	GUSTAVO GOMES DA SILVA DELMONDES
17	ANDRIUS INÁCIO
18	LINARA ZANCANELA DA CUNHA
19	RAUL ALFREDO TULESKI LUZ
20	HENRY RAULISON AZEVEDO SAMENEZES
21	JOSÉ EDUARDO ABREU
22	DAVID FERREIRA ALVES
23	JOREL KULIK CAMARGO

#### 2.16.1. Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – 10/20 H

Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas, os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

CL	NOME DO CANDIDATO
24	JONAS DO AMARAL
25	BRUNA LEAL
26	VIVIANE DE OLIVEIRA MAGALHAES
27	JOYCE MACIEL
28	PEDRO CESAR DA SILVA
29	GISELA VITTORI MUSSI
30	ALICE TEREZA ZUCCHI
31	KARINE HELENA MORAIS
32	GERMOCI VAILATTE DE OLIVEIRA

#### 2.17. Cargo: PROFESSOR DE HISTÓRIA – 10/20/40 H

CL	NOME DO CANDIDATO
1	LEANDRO DOUGLAS LEITE
2	EZEQUIEL ALVES DA ROCHA
3	ABEL ANTONIO BORGES
4	ANDRÉ LUIZ ANDREOLA
5	JÁCSON DA SILVA DOS SANTOS
6	PAULA SCHMITZ
7	HEGLE MARTINS GOULART
8	LUIZ FELIPE APOLINARIO
9	MARCUS VINICIUS DE SOUZA FREITAS
10	FLÁVIA ALSINO SANES
11	WILSON DE OLIVEIRA NETO
12	KARLON FERREIRA DE PAULA

#### 2.17.1. Cargo: PROFESSOR DE HISTÓRIA – 10/20/40 H

Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas, os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

CL	NOME DO CANDIDATO
13	ANTONIO CESAR FROIO
14	TATIANA NERI SIMÕES
15	JOÃO VICTOR GUILHERME ZUFFO
16	TAIANE CUNHA DA SILVA
17	LUCAS DIEGO MOROZINI
18	JAQUELINE SILVA FURTADO
19	GUILHERME HAUSER
20	ELISIANE ZVIR
21	DENIS PORTELA PEREIRA
22	PAULO ROBERTO VALADARES

#### 2.18. Cargo: Professor de Anos Iniciais – 20/40 H

CL	NOME DO CANDIDATO
1	ROSANE STREY SCHWARZ
2	JEANE FRANCISCA DE OLIVEIRA
3	DAMARIS BAGGENSTOSS
4	KEYLA SILVANO MEMÓRIA SOUTO RODRIGUES
5	ANGELA CRISTINA DOS SANTOS DE SOUZA
6	EDERSON EDUARDO MINSKY
7	REGILAINE LUCAS SILVA
8	SANDRA ADAM FERREIRA
9	JUZIANE DE PAULA OLIVEIRA
10	JEANE APARECIDA NEUBURGER DA SILVA
11	TATYANE ABEN ATHAR VIEIRA
12	GENECI COLLA
13	JANAINA WALTRIK BETIM
14	DENISE DE AZEVEDO DA SILVA
15	SÂMIA HASSAN RESLAN
16	MELISSA PONTES REBELO
17	SHEILA LIMA DOS SANTOS
18	HUMBERTO MAGNANI
19	CARLOS SILVANO DE OLIVEIRA
20	IZOLETE SCHLEMPER AMARANTE
21	CARLA HOELLER BUDAG DO VALLE
22	ALINE DO NASCIMENTO
23	DENISE PAZ DA SILVA
24	DANIELLE SANDRI AFFONSO
25	CAMILA AGNES
26	JOSIANE SCHERNOVSKI
27	ANA CAROLINE RAUE
28	LAIS DA SILVA ARRUDA
29	FERNANDA RUIZ FRANCISCO
30	JOSIANE APARECIDA DE CAMPOS PINTO SILVA
31	TELMA SUSETTE FERNANDES DPS SANTOS
32	LIA CARINE HENRIQUE DOS SANTOS
33	ELEINE LÉA BAADER
34	ARIANE SOARES ALVES DOS SANTOS

#### 2.18.1. Cargo: Professor de Anos Iniciais – 20/40 H

Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas, os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

CL	NOME DO CANDIDATO
35	HELEN MENEZES E SILVA
36	SIMONE JACOBI VARGAS
37	JULIANA DOMIT
38	ELISA BETH GRANJA BARRETO
39	SUELEN DE ALENCAR LOPES DE ALENCAR LOPES
40	REGIANE ULLER
41	JULIANA MÜLLER EGER TRENTINI
42	PAMELA SUELI ALEXANDRINA
43	CAROLINE DE FARIAS
44	EDUARDO CLAUDIANO FONSECA DA SILVA
45	RENATA SILVA DE SOUSA
46	DANIELA GONÇALVES GIRARDI
47	ANGELA RIBEIRO MACHADO LOPES
48	ROSANA SILVA DE SANT ANNA
49	SILVANA DA SILVA CAMARGO DE SOUZA
50	NANCY MONTEIRO DE OLIVEIRA TEIXEIRA
51	ALEXANDRINA ALVES DE OLIVEIRA
52	DIANA DE FATIMA CAMARGO DOS SANTOS
53	GIANDRA MANES ZIMMERMANN
54	JUSCELINO OLIVEIRA
55	KARLA RAFAELI

## 2.19. Cargo: Professor de Ensino Religioso 20 H

CL	NOME DO CANDIDATO
1	MATHEUS DE ASSIS FERREIRA DA CONCEIÇÃO

## 2.19.1. Cargo: Professor de Ensino Religioso 20 H

Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas, os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

CL	NOME DO CANDIDATO
2	LILIA PAULINO NOGUEIRA
3	FRANCK YOLENO FIGUEIREDO CARDOSO

## 2.20. Cargo: Instrutor de Informática 20 H

CL	NOME DO CANDIDATO
1	MARCOS DIAS MENEGHEL
2	BRUNO SOUZA DE BORBA
3	GUSTAVO DA ROSA
4	MATHEUS GUILHERME WITZKE
5	ALEXANDER LEWSON RODRIGUES DA COSTA

## 2.20.1. Cargo: Instrutor de Informática 20 H

Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas, os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

CL	NOME DO CANDIDATO
6	BÁRBARA FERNANDA RHEINHEIMER FONSECA
7	DAYANA SANTOS
8	JULIANO URBANO SILVA
9	ELISÂNGELA MARIA POLICARPO
10	RAFAEL ANTÔNIO BAPTISTA

## 2.21. Cargo: Instrutor de Informática 40h

CL	NOME DO CANDIDATO
1	FERNANDO RODRIGUES ORLOSKI
2	EMERSON ANDRÉ PASA
3	ANDRÉ RAEDER MORFIM
4	NICOLAU SOARES CARDOSO NETTO
5	TIAGO CABRAL DE SIQUEIRA
6	FELIPE LARRÉ NOGUEIRA
7	DOUGLAS ALVES SERPA

## 2.21.1. Cargo: Instrutor de Informática 40 H

Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas, os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

CL	NOME DO CANDIDATO
8	ISACK WELINGTON SILVA DOS SANTOS
9	LUIZ FELIPE APOLINARIO
10	GABRIEL DE SOUZA VALÉRIO
11	FLAVIO ITALO PEIXOTO DA SILVA
12	IGOR LUIZ VAZ CORREIA
13	ERIK MONTEIRO RODRIGUES

## 3. Da entrega de documentos e escolha de vagas:

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
Agente de educação 20 H	23/02/2021	08:00 H	E M profª Elsir Bernadete Gaya Muller
Agente de educação 30 H	23/02/2021	10:30 H	E M profª Elsir Bernadete Gaya Muller
Agente de educação 40 H	23/02/2021	11:30 H	E M profª Elsir Bernadete Gaya Muller
Interprete de Libras	05/03/2021	08:00 H	Sede da Secretaria Municipal de Educação *
Professor de Ensino Religioso	05/03/2021	08:00 H	Sede da Secretaria Municipal de Educação *
Agente de Serviços Gerais	24/02/2021	08:00 H	E M profª Elsir Bernadete Gaya Muller
Monitor	23/02/2021	13:30 H	E M profª Elsir Bernadete Gaya Muller
Professor de Educação Infantil	24/02/2021	13:30 H	E M profª Elsir Bernadete Gaya Muller

Secretário Escolar	25/02/2021	15:00 H	Sede da Secretaria Municipal de Educação *
Supervisor Escolar	25/02/2021	16:00 H	Sede da Secretaria Municipal de Educação *
Orientador Escolar	25/02/2021	16:15 H	Sede da Secretaria Municipal de Educação *
Professor de Arte	25/02/2021	17:00 H	Sede da Secretaria Municipal de Educação *
Professor de Ciências	25/02/2021	09:00 H	Sede da Secretaria Municipal de Educação *
Professor de Geografia	25/02/2021	11:00 H	Sede da Secretaria Municipal de Educação *
Professor de Inglês	25/02/2021	16:30 H	Sede da Secretaria Municipal de Educação *
Professor de Língua Portuguesa	25/02/2021	10:00 H	Sede da Secretaria Municipal de Educação *
Professor de Matemática	25/02/2021	13:30 H	Sede da Secretaria Municipal de Educação *
Professor Educação Física	25/02/2021	14:30 H	Sede da Secretaria Municipal de Educação *
Professor de Anos Iniciais	24/02/2021	16:30 H	E M profª Elsir Bernadete Gaya Muller
Instrutor de informática	26/02/2021	10:00 H	Sede da Secretaria Municipal de Educação *
Professor de História	25/02/2021	17:30	Sede da Secretaria Municipal de Educação *

\* Sede da Secretaria Municipal de Educação, Avenida: Prefeito José Juvenal Mafra,430 – Centro – Navegantes -SC - prox. Ao Ginásio de esportes.

A falta de quaisquer dos documentos, acima listados, no dia marcado para a entrega implicará na perda da vaga escolhida.

#### 4. Da retirada do encaminhamento para a unidade escolar:

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
Agente de educação 20 H	03/03/2021	08:00 H	E M profª Elsir Bernadete Gaya Muller
Agente de educação 30 H	03/03/2021	09:00 H	E M profª Elsir Bernadete Gaya Muller
Agente de educação 40 H	03/03/2021	09:00 H	E M profª Elsir Bernadete Gaya Muller
Interprete de Libras	04/03/2021	08:00 H	E M profª Elsir Bernadete Gaya Muller
Agente de Serviços Gerais	03/03/2021	13:00 H	E M profª Elsir Bernadete Gaya Muller
Monitor	03/03/2021	10:00 H	E M profª Elsir Bernadete Gaya Muller
Professor de Educação Infantil	03/03/2021	15:00 H	E M profª Elsir Bernadete Gaya Muller
Secretário Escolar	04/03/2021	08:00 H	E M profª Elsir Bernadete Gaya Muller
Supervisor Escolar	04/03/2021	10:00 H	E M profª Elsir Bernadete Gaya Muller
Orientador Escolar	04/03/2021	10:00 H	E M profª Elsir Bernadete Gaya Muller
Professor de Arte	04/03/2021	12:00 H	E M profª Elsir Bernadete Gaya Muller
Professor de Ciências	04/03/2021	08:00 H	E M profª Elsir Bernadete Gaya Muller
Professor de Geografia	04/03/2021	09:00 H	E M profª Elsir Bernadete Gaya Muller
Professor de Inglês	04/03/2021	12:00 H	E M profª Elsir Bernadete Gaya Muller
Professor de Língua Portuguesa	04/03/2021	09:00 H	E M profª Elsir Bernadete Gaya Muller
Professor de Matemática	04/03/2021	10:00 H	E M profª Elsir Bernadete Gaya Muller
Professor Educação Física	04/03/2021	11:00 H	E M profª Elsir Bernadete Gaya Muller
Professor de Anos Iniciais	03/03/2021	16:30 H	E M profª Elsir Bernadete Gaya Muller
Instrutor de Informática	04/03/2021	13:00 H	E M profª Elsir Bernadete Gaya Muller
Professor de História	04/03/2021	12:00 H	E M profª Elsir Bernadete Gaya Muller

#### 5. Das Disposições Finais

5.1. A convocação para apresentação será feita por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios, no site da Prefeitura Municipal de Navegantes, enviados por e-mail para o e-mail cadastrados pelo candidato no ato da inscrição e no mural público da Secretaria de Educação de Navegantes.

5.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Educação

Navegantes (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Libardoni Lauro Claudino Fronza

Prefeito Municipal

Marília Soares

Secretária de Educação

Ditmar Alfonso Zimath

Secretário da Administração e Logística

#### ANEXO I

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PERÍCIA MÉDICA E SAÚDE OCUPACIONAL

NOME \_\_\_\_\_ TELEFONE \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



RG \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_ DATA DE NASCIMENTO \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
 END \_\_\_\_\_  
 Nº \_\_\_\_\_  
 BAIRRO \_\_\_\_\_ CIDADE \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_  
 CARGO \_\_\_\_\_ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
 EFETIVO ( ) ACT ( X ) COMISSIONADO ( )

### QUESTIONARIO PRÉ ADMISSIONAL MASCULINO

- 01 – Fumante ?  
 ( ) Sim ( ) Não ( ) Ex fumante  
 02 – Pratica algum tipo de atividade física ? qual (is)?  
 ( ) Sim ( ) Não  
 03 - Já fez alguma cirurgia ? qual (is) ?  
 ( ) Sim ( ) Não  
 04 - Já sofreu algum tipo de fratura ? Em que parte do corpo?  
 ( ) Sim ( ) Não  
 05- Já teve algum acidente de trabalho importante?  
 ( ) Sim ( ) Não  
 06 – Tem filhos ?Quantos?  
 ( )  
 07 – Tem problema de saúde na família , tipo: diabetes , hipertensão , cardiopatias , câncer ou AVC? Qual parentesco ?  
 ( ) Sim ( ) Não  
 08 – Já teve alguma doença grave? Qual (is) ?  
 ( ) Sim ( ) Não  
 09 – Algum sintoma como dor de cabeça , tontura , desmaio ? Se sim , qual (is) ?  
 ( ) Sim ( ) Não  
 10 – Algum problema de visão ?  
 ( ) Sim ( ) Não  
 11 – Algum problema no ouvido, como: dor , zumbido ou chiado ?  
 ( ) Sim ( ) Não  
 12 – Alguma dor na garganta, como : falta de voz ou rouquidão ?  
 ( ) Sim ( ) Não  
 13 – Algum problema pulmonar como : falta de ar, asma ou bronquite?  
 ( ) Sim ( ) Não  
 14 – Sente dor no peito , como : palpitação?  
 ( ) Sim ( ) Não  
 15 – Sente algum tipo de dor no estomago como : azia ,queimação ou quando se alimenta sente alguma dor? Se sim qual?  
 ( ) Sim ( ) Não  
 16 – Tem ou já teve algum distúrbio psiquiátrico ? Se sim qual?  
 ( ) Sim ( ) Não  
 17 – Apresente algum problema de saúde aqui não especificado ? Se sim qual?  
 ( ) Sim ( ) Não  
 18 – Toma algum tipo de medicação continua ? Se sim qual?  
 ( ) Sim ( ) Não  
 19 – Como esta sua alimentação ?  
 Adequada ( ) Não adequada ( )  
 20 – Como esta seu sono ?  
 De boa qualidade ( ) Sem qualidade ( )

Afirmo que todas as informações prestadas são verdadeiras, sabendo que informações erradas, simulações serão enquadradas e puníveis de acordo com os critérios legais ART. 301 e 304 do CÓDICO PENAL.

Ass: \_\_\_\_\_

Data : \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### ANEXO II

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
 DEPARTAMENTO DE PERÍCIA MÉDICA E SAÚDE OCUPACIONAL

NOME \_\_\_\_\_ TELEFONE \_\_\_\_\_  
 RG \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_ DATA DE NASCIMENTO \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
 END \_\_\_\_\_  
 Nº \_\_\_\_\_  
 BAIRRO \_\_\_\_\_ CIDADE \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_



CARGO \_\_\_\_\_ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EFETIVO ( ) ACT ( X ) COMISSIONADO ( )

## QUESTIONARIO PRÉ ADMISSIONAL FEMININO

01 – Fumante ?

( ) Sim ( ) Não ( ) Ex fumante

02 – Pratica algum tipo de atividade física ? qual (is)?

( ) Sim ( ) Não

03 - Já fez alguma cirurgia ? qual (is) ?

( ) Sim ( ) Não

04 - Já sofreu algum tipo de fratura ? Em que parte do corpo?

( ) Sim ( ) Não

05- Já teve algum acidente de trabalho importante?

( ) Sim ( ) Não

06 – Já esteve grávida ?

( ) Sim ( ) Não

07 – Quantos filhos?

( )

08 – Parto Normal ou Cesária ?

Normal ( ) Cesária ( ) Normal e Cesária ( )

09 – Tem problema de saúde na família , tipo: diabetes , hipertensão , cardiopatias , câncer ou AVC? Qual parentesco ?

( ) Sim ( ) Não

10 – Já teve alguma doença grave? Qual (is) ?

( ) Sim ( ) Não

11- Tem menstruação regular ?

( ) Sim ( ) Não

12 – Toma algum anticoncepcional ? qual (is)?

( ) Sim ( ) Não

13 – Algum sintoma como dor de cabeça , tontura , desmaio ? Se sim , qual (is) ?

( ) Sim ( ) Não

14 – Algum problema de visão ?

( ) Sim ( ) Não

15 – Algum problema no ouvido, como: dor , zumbido ou chiado ?

( ) Sim ( ) Não

16 – Alguma dor na garganta, como : falta de voz ou rouquidão ?

( ) Sim ( ) Não

17 – Algum problema pulmonar como : falta de ar, asma ou bronquite?

( ) Sim ( ) Não

18 – Sente dor no peito , como : palpitação?

( ) Sim ( ) Não

19 – Sente algum tipo de dor no estomago como : azia ,queimação ou quando se alimenta sente alguma dor? Se sim qual?

( ) Sim ( ) Não

20 – Tem ou já teve algum distúrbio psiquiátrico ? Se sim qual?

( ) Sim ( ) Não

21 – Apresente algum problema de saúde aqui não especificado ? Se sim qual?

( ) Sim ( ) Não

22 – Toma algum tipo de medicação continua ? Se sim qual?

( ) Sim ( ) Não

23 – Como esta sua alimentação ?

Adequada ( ) Não adequada ( )

24 – Como esta seu sono ?

De boa qualidade ( ) Sem qualidade ( )

Afirmo que todas as informações prestadas são verdadeiras, sabendo que informações erradas, simulações serão enquadradas e puníveis de acordo com os critérios legais ART. 301 e 304 do CÓDICO PENAL.

Ass: \_\_\_\_\_

Data : \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

ANEXO III  
DECLARAÇÃO

## IDENTIFICAÇÃO DO (A) ADMITIDO (A):

Nome:
Cargo:
Secretaria: Municipal de Educação

Já trabalhou com carteira assinada?

( ) SIM ( ) NÃO

Se nunca teve carteira assinada, e seja o seu primeiro emprego, informar se tem:

( ) PIS ou ( ) PASEP ( ) NÃO TEM

Tem dependente para Imposto de Renda?

( ) SIM ( ) NÃO

Se sim, quais os respectivos nomes dos dependentes?

E-mail do funcionário: \_\_\_\_\_

Número do telefone do funcionário: \_\_\_\_\_

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração

Navegantes, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Assinatura do declarante

#### DECLARAÇÃO DE NÃO TER SOFRIDO PENALIDADES NO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO PÚBLICA

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº. \_\_\_\_\_, CPF nº. \_\_\_\_\_, declaro, junto à Prefeitura Municipal de Navegantes, não ter sofrido, no exercício da função pública, as penalidades previstas no art. 137, da Lei nº. 8.112/90, das quais tenho pleno conhecimento.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Navegantes, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Assinatura do declarante

#### DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS

##### IDENTIFICAÇÃO DO (A) CONTRATADO (A)

Nome:
Secretaria:
Cargo:

Declaro, em cumprimento às disposições legais vigentes, que não estou em disponibilidade, em gozo de aposentadoria, em licença para tratar de interesse particular ou suspensão contratual, nem ocupo nenhum outro cargo/emprego/função em autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e controladas, fundação mantida pelo poder público ou outra entidade que se ache sob seu controle direto ou indireto, quer no âmbito federal, estadual ou municipal.

Assinatura

Navegantes, \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_.

DECLARAÇÃO DE BENS, DIREITOS, VALORES, COM INDICAÇÃO DAS FONTES DE RENDA CONFORME RESOLUÇÃO TC – 10/94
1. IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE
NOME:
ORGÃO DE LOTAÇÃO:
CARGO/FUNÇÃO:
DATA DA POSSE: DATA DA EXONERAÇÃO:
2. FONTES DE RENDA



DENOMINAÇÃO:	CGC/CPF:
PREFEITURA DE NAVEGANTES	83.102.855/001-50

## 3. RELAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO (AQ) ALIENAÇÃO (AL)	VALOR R\$	COD: 1.2 3.4

## 4. CARGOS. FUNÇÕES OU CARGOS EFETIVOS OCUPADOS NOS ULTIMOS 2 (DOIS) ANOS

ENTIDADE	CARGO	PERÍODO

Atesto para os devidos fins, que os dados constantes da presente declaração são expressão da verdade.

Navegantes , \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

Assinatura

## FORMULÁRIO DE CADASTRAMENTO FUNCIONAL:

NOME:		
MATRÍCULA: CARGO:		
RG.:	ORG.EXP.:	DATA DE EXP:
CPF:	PASEP:	RESERVISTA:
D.N.:	LOCAL:	UF:
CNH:	DATA DE EXP:	VALIDADE:
GRAU DE INSTRUÇÃO: ( ) ENSINO FUNDAMENTAL ( ) ENSINO MÉDIO ( ) SUPERIOR ( ) ESPECIALISTA		
ESTADO CIVIL: ( ) SOLTEIRO ( ) CASADO ( ) VIÚVO ( ) UNIÃO ESTAVEL ( ) DIVORCIADO ( ) OUTROS		
ENDEREÇO:		
BAIRRO:	CIDADE:	UF:
E-MAIL:	TELEFONE:	
DEPENDENTES:		
Nome:		
RG.:	ORG.EXP.:	DATA DE EXP:
CPF:	D.N.:	LOCAL:
TIPO DA DEPENDENCIA: ( ) CONJUGE ( ) FILHO		DEP. PARA IRRF: ( ) SIM ( ) NÃO
DEPENDENTES:		
Nome:		
RG.:	ORG.EXP.:	DATA DE EXP:
CPF:	D.N.:	LOCAL:
TIPO DA DEPENDENCIA: ( ) CONJUGE ( ) FILHO		DEP. PARA IRRF: ( ) SIM ( ) NÃO
DEPENDENTES:		
Nome:		

RG.:	ORG.EXP.:	DATA DE EXP:
CPF:	D.N.:	LOCAL:
TIPO DA DEPENDENCIA: ( ) CONJUGE ( ) FILHO		DEP. PARA IRRF: ( ) SIM ( ) NÃO
DEPENDENTES:		
Nome:		
RG.:	ORG.EXP.:	DATA DE EXP:
CPF:	D.N.:	LOCAL:
TIPO DA DEPENDENCIA: ( ) CONJUGE ( ) FILHO		DEP. PARA IRRF: ( ) SIM ( ) NÃO
DEPENDENTES:		
Nome:		
RG.:	ORG.EXP.:	DATA DE EXP:
CPF:	D.N.:	LOCAL:
TIPO DA DEPENDENCIA: ( ) CONJUGE ( ) FILHO		DEP. PARA IRRF: ( ) SIM ( ) NÃO

- FAVOR PREENCHER EM LETRA DE FORMA;
- CASO SEJA NOVA DEPENDENCIA FAVOR TRAZER OS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS PARA PASTA FUNCIONAL;
- SE O DEPENDENTE CURSAR ENSINO SUPERIOR FAVOR TRAZER O COMPROVANTE DE MATRICULA;
- CASO EXISTA MAIS DEPENDENTES QUE OS CAMPOS ACIMA, FAVOR SOLICITAR NOVA GUIA DE PREENCHIMENTO.

Navegantes, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_

Assinatura do Servidor

## ERRATA - PORTARIA 728 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2867798

### ERRATA:

Na Portaria 728 de 11 de fevereiro de 2021, publicada na Edição nº 3402 do Diário Oficial dos Municípios de 12 de fevereiro de 2021,

Onde se lê:

Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 1º de fevereiro de 2021 e termina em 1º de maio de fevereiro de 2021.

Leia-se:

Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 1º de fevereiro de 2021 e termina em 1º de maio de 2021.

DITMAR ALFONSO ZIMATH  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Errata foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 12 de fevereiro de 2021.

## ERRATA - PORTARIA 731 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2867804

### ERRATA:

Na Portaria 731 de 11 de fevereiro de 2021, publicada na Edição nº 3402 do Diário Oficial dos Municípios de 12 de fevereiro de 2021,

Onde se lê:

Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 04 de fevereiro de 2021 e termina em 04 de maio de fevereiro de 2021.

Leia-se:

Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 04 de fevereiro de 2021 e termina em 04 de maio de 2021.

DITMAR ALFONSO ZIMATH  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Errata foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 12 de fevereiro de 2021.

**ERRATA - PORTARIA 732 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação N° 2867791

**ERRATA:**

Na Portaria 732 de 11 de fevereiro de 2021, publicada na Edição nº 3402 do Diário Oficial dos Municípios de 12 de fevereiro de 2021,

Onde se lê:

Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 04 de fevereiro de 2021 e termina em 05 de março de fevereiro de 2021.

Leia-se:

Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 04 de fevereiro de 2021 e termina em 05 de março de 2021.

DITMAR ALFONSO ZIMATH  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Errata foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 12 de fevereiro de 2021.

**ERRATA -- PORTARIA 729 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação N° 2867795

**ERRATA:**

Na Portaria 729 de 11 de fevereiro de 2021, publicada na Edição nº 3402 do Diário Oficial dos Municípios de 12 de fevereiro de 2021,

Onde se lê:

Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 1º de fevereiro de 2021 e termina em 1º de maio de fevereiro de 2021.

Leia-se:

Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 1º de fevereiro de 2021 e termina em 1º de maio de 2021.

DITMAR ALFONSO ZIMATH  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Errata foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 12 de fevereiro de 2021.

**PORTARIA 691/2021**

Publicação N° 2869063

PORTARIA N ° 691 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2021.  
NOMEIA PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a Lei Complementar nº 62/2009 e posteriores alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR, por este ato, para exercer o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SEÇÃO, JAIR DE AVILA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 04/02/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE FEVEREIRO DE 2021.  
LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA  
PREFEITO MUNICIPAL

DITMAR ALFONSO ZIMATH  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 695/2021**

Publicação Nº 2869064

PORTARIA Nº 695 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2021  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes-

**RESOLVE:**

I – CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (a) servidor (a) ANTONIO CARLOS MEES, matrícula 75601, ocupante do cargo de TECNICO SERVIÇOS COMPLEMENTARES, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 05.02.2021.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 05.02.2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE FEVEREIRO DE 2021.  
DITMAR ALFONSO ZIMATH  
Secretario de Administração e Logística

**PORTARIA 696/2021**

Publicação Nº 2869065

PORTARIA Nº 696 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2021  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes-

**RESOLVE:**

I – CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (a) servidor (a) ANDREIA SCHMITT PONTUALDI, matrícula 1673202, ocupante do cargo de PROFESSORA, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 05.02.2021.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 05.02.2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE FEVEREIRO DE 2021.  
DITMAR ALFONSO ZIMATH  
Secretario de Administração e Logística

**PORTARIA 697/2021**

Publicação Nº 2869066

PORTARIA Nº 697 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2021  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei Orgânica

**RESOLVE:**

Art. 1º. TORNAR PUBLICA A CONCESSAO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DENISE CRISITNA DOMINGOS FLORES, matrícula 69502 ocupante do cargo AUXILIAR DE ENFERMAGEM, com carga horaria de 40 horas semanais, pelo período de 295 (Duzentos noventa cinco) dias consecutivos, com início em 17.04.2020 e termino em 05.02.2021, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 05.02.2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE FEVEREIRO DE 2021.  
DITMAR ALFONSO ZIMATH  
Secretário de Administração e Logística

**PORTARIA 717/2021**

Publicação N° 2869067

PORTARIA N ° 717 DE 09 DE FEVEREIRO 2021.  
EXONERA SERVIDOR DE CARGO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a Lei Complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, por este ato, do cargo de confiança de EXECUTIVO PROJETOS ESTRATÉGICOS III, ARGEL VIVALDINO ANTENOR RIBEIRO.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 08/02/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE FEVEREIRO DE 2021.  
LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA  
PREFEITO MUNICIPAL

DITMAR ALFONSO ZIMATH  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 720/2021**

Publicação N° 2869068

PORTARIA N° 720 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes-

RESOLVE:

I – CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (a) servidor (a) CLAISE BILLIG, matrícula 63468501, ocupante do cargo de RECEPCIONISTA, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 10.02.2021.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 10.02.2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE FEVEREIRO DE 2021.  
DITMAR ALFONSO ZIMATH  
Secretario de Administração e Logística

**PORTARIA 721/2021**

Publicação N° 2869069

PORTARIA N° 721 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes-

RESOLVE:

I – CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (a) servidor (a) REGINA CELIA DA SILVA SANTOS RODRIGUES, matrícula 1466411, ocupante do cargo de PROFESSORA, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 10.02.2021.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 10.02.2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE FEVEREIRO DE 2021.  
DITMAR ALFONSO ZIMATH  
Secretario de Administração e Logística

**PORTARIA 723/2021**

Publicação N° 2869070

PORTARIA N ° 723 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021.  
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR DE CARGO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a Lei Complementar nº 62/2009.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, A PEDIDO, por este ato, do cargo de SECRETÁRIA ESCOLAR, CLAUDIA REGINA DETTONI.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE FEVEREIRO DE 2021.  
LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA  
PREFEITO MUNICIPAL

DITMAR ALFONSO ZIMATH  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 726/2021**

Publicação N° 2869071

PORTARIA N° 726 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PUBLICA A CONCESSAO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO SAMUEL BOSCHI, matrícula 6226601 ocupante do cargo MEDICO ORTOPEDISTA, com carga horaria de 10 horas semanais, pelo período de 16 (Dezesseis) dias consecutivos, com início em 21.01.2021 e termino em 05.02.2021, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 05.02.2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE FEVEREIRO DE 2021.  
DITMAR ALFONSO ZIMATH  
Secretário de Administração e Logística

**PORTARIA 727/2021**

Publicação N° 2869072

PORTARIA N ° 727 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

O SECRETARIO DE ADMINSTRACÃO E LOGISTICA, no uso das atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratar de interesses particulares a SCHIRLE MARIA DE SOUZA, matrícula 410908 ocupante do cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 30 horas semanais, pelo período de 02 (dois) anos consecutivos, com início em 03.02.2021 e término em 03.02.2023, conforme art. 89, § 1º ao 6º do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 03/02/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE FEVEREIRO DE 2021.  
DITMAR ALFONSO ZIMATH  
Secretário de Administração e Logística

**PORTARIA 730/2021**

Publicação N° 2869074

PORTARIA N ° 730 DE 11 DE FEVEREIRO 2021.  
EXONERA SERVIDOR DE CARGO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a Lei Complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, por este ato, do cargo de confiança de DIRETORA DE ESCOLA DESC 1, LUANA CRISTINA FONSECA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos em 10/02/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE FEVEREIRO DE 2021.

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA  
PREFEITO MUNICIPAL

DITMAR ALFONSO ZIMATH  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 733/2021**

Publicação N° 2869075

PORTARIA N ° 733 DE 11 DE FEVEREIRO 2021.  
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a Lei Complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, por este ato, da função de confiança de EXECUTIVO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS I, ALESSANDRA REGINA LUCAS.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 08/02/2021 .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE FEVEREIRO DE 2021.

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA  
PREFEITO MUNICIPAL

DITMAR ALFONSO ZIMATH  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 734/2021**

Publicação N° 2869076

PORTARIA N ° 734 DE 11 DE FEVEREIRO 2021.  
EXONERA SERVIDOR DE CARGO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a Lei Complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, por este ato, do cargo de confiança de GESTOR PÚBLICO MUNICIPAL III, JEFERSON ERIBERTO DALMARCO.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 10/02/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE FEVEREIRO DE 2021.

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA  
PREFEITO MUNICIPAL

DITMAR ALFONSO ZIMATH  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA



**PORTARIA 742/2021**

Publicação N° 2869077

PORTARIA N ° 742 DE 12 DE FEVEREIRO 2021.  
NOMEAR SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a Lei Complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, por este ato, da função de confiança de GERENTE DE PROGRAMAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PLANOS DA EDUCAÇÃO, SUSANA DOS PASSOS DE SOUZA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 03/02/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE FEVEREIRO DE 2021.

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA  
PREFEITO MUNICIPAL

DITMAR ALFONSO ZIMATH  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 743/2021**

Publicação N° 2869078

PORTARIA N ° 743 DE 12 DE FEVEREIRO 2021.  
EXONERA SERVIDOR DE CARGO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a Lei Complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, por este ato, do cargo de confiança de SUPERVISOR DE ATIVIDADES, ADRIANA GOULART PONTES.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 10/02/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE FEVEREIRO DE 2021.

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA  
PREFEITO MUNICIPAL

DITMAR ALFONSO ZIMATH  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 744/2021**

Publicação N° 2869079

PORTARIA N ° 744 DE 12 DE FEVEREIRO 2021.  
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a Lei Complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, por este ato, da função de confiança de ASSESSOR TÉCNICO III, FRANCISCO MANOEL COUTO NETO.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 10/02/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE FEVEREIRO DE 2021.

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA  
PREFEITO MUNICIPAL

DITMAR ALFONSO ZIMATH  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 745/2021**

Publicação N° 2869080

PORTARIA N ° 745 DE 12 DE FEVEREIRO 2021.  
EXONERA SERVIDOR DE CARGO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a Lei Complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, por este ato, do cargo de confiança de EXECUTIVO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS III, ELEN DOS SANTOS PAIXÃO DANIEL AUGUSTO.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 10/02/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE FEVEREIRO DE 2021.

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA  
PREFEITO MUNICIPAL

DITMAR ALFONSO ZIMATH  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 746/2021**

Publicação N° 2869081

PORTARIA N ° 746 DE 12 DE FEVEREIRO 2021.  
EXONERA SERVIDOR DE CARGO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a Lei Complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, por este ato, do cargo de confiança de GERENTE NA SECRETARIA DE SANEAMENTO BÁSICO, MERLEI SCHMITZ.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 10/02/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE FEVEREIRO DE 2021.

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA  
PREFEITO MUNICIPAL

DITMAR ALFONSO ZIMATH  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 747/2021**

Publicação N° 2869082

PORTARIA N ° 747 DE 12 DE FEVEREIRO 2021.  
EXONERA SERVIDOR DE CARGO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a Lei Complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, por este ato, do cargo de confiança de AGENTE PÚBLICO MUNICIPAL I ,EVERTON CARVALHO DE SOUZA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 10/02/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE FEVEREIRO DE 2021.

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA  
PREFEITO MUNICIPAL

DITMAR ALFONSO ZIMATH  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 748/2021**

Publicação N° 2869084

PORTARIA N ° 748 DE 12 DE FEVEREIRO 2021.  
EXONERA SERVIDOR DE CARGO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a Lei Complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, por este ato, do cargo de confiança de GERENTE NA SECRETARIA DE SANEAMENTO BÁSICO, EMERSON LUIZ NARDES

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 10/02/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE FEVEREIRO DE 2021.

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA  
PREFEITO MUNICIPAL

DITMAR ALFONSO ZIMATH  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 749/2021**

Publicação N° 2869085

PORTARIA N ° 749 DE 12 DE FEVEREIRO 2021.  
EXONERA SERVIDOR DE CARGO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a Lei Complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, por este ato, do cargo de confiança de GERENTE NA SECRETARIA DE SANEAMENTO BÁSICO, FELIPE MARQUES SANTANA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 10/02/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE FEVEREIRO DE 2021.

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA  
PREFEITO MUNICIPAL

DITMAR ALFONSO ZIMATH  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 750/2021**

Publicação N° 2869086

PORTARIA N ° 750 DE 12 DE FEVEREIRO 2021.  
EXONERA SERVIDOR DE CARGO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a Lei Complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, por este ato, do cargo de confiança de GERENTE NA SECRETARIA DE SANEAMENTO BÁSICO, FLAVIO PRETI.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 10/02/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE FEVEREIRO DE 2021.

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA  
PREFEITO MUNICIPAL

DITMAR ALFONSO ZIMATH  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 758/2021**

Publicação N° 2869087

PORTARIA N ° 758 DE 12 DE FEVEREIRO 2021.  
NOMEAR SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a Lei Complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, por este ato, da função de confiança de ASSESSOR TÉCNICO III, FRANCISCO MANOEL COUTO NETO.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 11/02/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE FEVEREIRO DE 2021.

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA  
PREFEITO MUNICIPAL

DITMAR ALFONSO ZIMATH  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 759/2021**

Publicação N° 2869088

PORTARIA N ° 759 DE 12 DE FEVEREIRO 2021.  
NOMEAR SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a Lei Complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, por este ato, da função de confiança de GERENTE NA SECRETARIA DE SAÚDE, MELISSA CRISTINA CORREA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE FEVEREIRO DE 2021.

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA  
PREFEITO MUNICIPAL

DITMAR ALFONSO ZIMATH  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 760/2021**

Publicação N° 2869089

PORTARIA N ° 760 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021.  
NOMEIA PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a Lei Complementar nº 62/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, por este ato, para exercer o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SEÇÃO, ALESSANDRO LUIS GAIK.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 03/02/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE FEVEREIRO DE 2021.

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA  
PREFEITO MUNICIPAL

DITMAR ALFONSO ZIMATH  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 772/2021**

Publicação N° 2869096

PORTARIA N ° 772 DE 17 DE FEVEREIRO 2021.  
EXONERA SERVIDOR DE CARGO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a Lei Complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, por este ato, do cargo de confiança de ASSESSOR TECNICO I, ELIANE GOMES MAFRA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 09/02/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE FEVEREIRO DE 2021.  
LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA  
PREFEITO MUNICIPAL

DITMAR ALFONSO ZIMATH  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 773/2021**

Publicação N° 2869097

PORTARIA N ° 773 DE 17 DE FEVEREIRO 2021.  
NOMEAR SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a Lei Complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, por este ato, da função de confiança de CHEFE DE DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, ELIANE GOMES MAFRA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 10/02/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE FEVEREIRO DE 2021.  
LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA  
PREFEITO MUNICIPAL

DITMAR ALFONSO ZIMATH  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 774/2021**

Publicação N° 2869098

PORTARIA N ° 774 DE 17 DE FEVEREIRO 2021.  
EXONERA SERVIDOR DE CARGO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a Lei Complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, por este ato, do cargo de confiança de GESTOR PÚBLICO MUNICIPAL I, MARLETE DUARTE BETTONI.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 11/02/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE FEVEREIRO DE 2021.  
LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA  
PREFEITO MUNICIPAL

DITMAR ALFONSO ZIMATH  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 775/2021**

Publicação N° 2869099

PORTARIA N ° 775 DE 17 DE FEVEREIRO 2021.  
EXONERA SERVIDOR DE CARGO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a Lei Complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, por este ato, do cargo de confiança de GESTOR PÚBLICO MUNICIPAL I, LARA PEREIRA LOPES DE OLIVEIRA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 11/02/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE FEVEREIRO DE 2021.  
LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA  
PREFEITO MUNICIPAL

DITMAR ALFONSO ZIMATH  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 776/2021**

Publicação N° 2869100

PORTARIA N ° 776 DE 17 DE FEVEREIRO 2021.  
EXONERA SERVIDOR DE CARGO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a Lei Complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, por este ato, do cargo de confiança de GESTOR PÚBLICO MUNICIPAL II, THALITA AMORIM.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 11/02/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE FEVEREIRO DE 2021.  
LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA  
PREFEITO MUNICIPAL

DITMAR ALFONSO ZIMATH  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 777/2021**

Publicação N° 2869101

PORTARIA Nº 777 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PUBLICA A CONCESSAO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO FERNANDA SOARES GOMES, matrícula 63530601 ocupante do cargo DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com carga horaria de 40 horas semanais, pelo período de 53 (Cinquenta três) dias consecutivos, com início em 26.12.2020 e termino em 16.02.2021, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 16.02.2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE FEVEREIRO DE 2021.  
DITMAR ALFONSO ZIMATH  
Secretário de Administração e Logística

**PORTARIA 778/2021**

Publicação Nº 2869102

PORTARIA N º 778 DE 17 DE FEVEREIRO 2021.  
EXONERA SERVIDOR DE CARGO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a Lei Complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, por este ato, do cargo de confiança de DIRETORA DE DEPARTAMENTO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, FERNANDA SOARES GOMES.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE FEVEREIRO DE 2021.  
LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA  
PREFEITO MUNICIPAL

DITMAR ALFONSO ZIMATH  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 781 - COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE PROGRESSÃO VERTICAL E HORIZONTAL**

Publicação Nº 2869033

PORTARIA Nº 781 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021  
INSTITUI COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE PROGRESSÃO VERTICAL E HORIZONTAL - EDUCAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 75, II

RESOLVE:

Art. 1º. INSTITUIR a Comissão Responsável pela Avaliação do Processo de Progressão Vertical – Promoção por Titulação (Alteração de Nível) e Progressão Funcional Horizontal por Cursos de Aperfeiçoamento ou Capacitação dos ocupantes do cargo efetivo de Professora e de Especialista em Assuntos Educacionais do quadro do Magistério Público Municipal de Navegantes, cujos integrantes são os seguintes:

Mari Angela Rocha Ferreira;  
Valiria Caviglia;  
Marcia Da Costa Oliveira Liborio;  
Tereza Cristina Socorro dos Santos;  
Tathiana Correa Stern Soares.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE FEVEREIRO DE 2021  
Libardoni Lauro Claudino Fronza  
PREFEITO

Ditmar Alfonso Zimath  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 782/2021**

Publicação Nº 2869103

PORTARIA N º 782 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.  
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE QUE ESPECIFICA

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei a Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDOR LICENÇA MATERNIDADE a ESTEFANY CLAUDINO DOS SANTOS, matrícula 63501801 ocupante do cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL com carga horária de 30 horas semanais. Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, com início em 13.02.2021 e término em 11.08.2021, conforme art.82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Os 60 (sessenta) dias de prorrogação já incluídos no período de gozo de que trata o art.1ºdesta portaria estão amparados pela lei



municipal 2088/2007

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 13.02.2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE FEVEREIRO DE 2020.  
DITMAR ALFONSO ZIMATH  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 783/2021**

Publicação Nº 2869104

PORTARIA Nº 783 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes-

RESOLVE:

I – CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (a) servidor (a) ROSETE CELESTINO DA SILVA, matrícula 450404, ocupante do cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 11.02.2021.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 11.02.2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE FEVEREIRO DE 2021.  
DITMAR ALFONSO ZIMATH  
Secretario de Administração e Logística

### **PORTARIA 784/2021**

Publicação Nº 2869105

PORTARIA Nº 784 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes-

RESOLVE:

I – CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (a) servidor (a) PAULO ROBERTO GENOBI ANTONIO, matrícula 63337901, ocupante do cargo de MÉDICO, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 13.02.2021.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 13.02.2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE FEVEREIRO DE 2021.  
DITMAR ALFONSO ZIMATH  
Secretario de Administração e Logística

### **PORTARIA 785/2021**

Publicação Nº 2869106

PORTARIA Nº 785 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes-

RESOLVE:

I – CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (a) servidor (a) MARCIA ANDREA GERVASIO, matrícula 1876204, ocupante do cargo de PROFESSORA, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 16.02.2021.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 16.02.2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE FEVEREIRO DE 2021.  
DITMAR ALFONSO ZIMATH  
Secretario de Administração e Logística

**PORTARIA N º 769 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2867792

PORTARIA N º 769 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a SIMONICA DO NASCIMENTO, matrícula 265302, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de ATENDENTE POSTO SAÚDE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para usufruir de 30 (trinta) dias.

Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 08 de fevereiro de 2021 e termina em 09 de março de 2021.

Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.

Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2014/2019.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 08/02/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE FEVEREIRO DE 2021.  
DITMAR ALFONSO ZIMATH  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**CÂMARA MUNICIPAL****AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 04-2021 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07-2021 - MATERIAL DE EXPEDIENTE**

Publicação Nº 2869542

**AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL N. 004/2021 / Processo Licitatório N.007/2021

OBJETO: Seleção de propostas visando ao Registro de Preços de material de expediente para fornecimento e entrega ao longo de 12 (doze) meses, segundo as conveniências da Câmara de Vereadores de Navegantes.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO (VALOR POR ITEM).

REGIMENTO: Leis Federais nºs 8.666 de 21/06/93, 10.520 de 17/07/02 e demais alterações posteriores e, demais decretos e normas regulamentadoras aplicáveis à espécie.

ABERTURA DA SESSÃO: dia 02 de março de 2021, às 09:00 horas, no auditório da Prefeitura Municipal de Navegantes, sito à Rua João Emílio, nº 100, bairro Centro, Navegantes/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente, na sede da Câmara de Vereadores, localizada na Rua Ezequiel Antero Rocha, 315, Centro, Navegantes-SC, CEP 88370-410, ou ainda por telefone: (47) 3342-1818, com a pregoeira SHEILA MAGALI MOSER ISENSEE, no horário das 08:00 as 13:00, de segunda-feira a sexta-feira.

LEITURA E/OU RETIRADA DO EDITAL: Pessoalmente, no endereço acima citado, ou no endereço eletrônico [www.cvnavergantes.sc.gov.br](http://www.cvnavergantes.sc.gov.br)

Navegantes, 18 de fevereiro de 2021.  
ADRIANA MACARINI  
Presidente

# Nova Erechim

## PREFEITURA

### **DECRETO 455/2021 DISPÕE SOBRE ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO QUE, EFETUOU O LANÇAMENTO DE RECEITA DE CRÉDITO**

Publicação Nº 2867779

DECRETO Nº.455/2021, de 16 de fevereiro de 2021.

Dispõe sobre anulação de ato administrativo que, efetuou o lançamento de receita de crédito e da outras providências.

O Prefeito Municipal em Exercício de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e, conforme dispõe o artigo 61 da Lei Orgânica Municipal.

Considerando que o débito de contribuição de melhoria está prescrito;

Considerando o Parecer Jurídico nº. 05/2021, que dispõe sobre pedido de exclusão de crédito tributário;

Considerando que o Município tem autonomia para rever seus atos.

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulado o ato administrativo, lançamento de receita de crédito, em face de:

- Ângelo José Dalla Costa, CPF nº. 067.366.619-00 – R\$ 16.528,40 (valor atualizado), débito inscrito em dívida ativa, com vencimento no ano de 2003.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do lançamento da receita de crédito.

Nova Erechim, 16 de fevereiro de 2021

EDILSON FERLA

Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 457/2021 ADOTA MEDIDAS PREVENTIVAS PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA PROVOCADA PELA COVID-19 NO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2867849

DECRETO Nº 457, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

Adota medidas preventivas para o enfrentamento da pandemia provocada pela Covid-19 no Município de Nova Erechim, e dá outras providências.

EDILSON FERLA, Prefeito Municipal de Nova Erechim - SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Orgânica Municipal, conforme disposto na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020,

CONSIDERANDO a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Estado de Santa Catarina, conforme Decreto nº 525/2020 e alterações posteriores;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março de 2020, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 6.259/1975, segundo a qual a autoridade sanitária é obrigada a adotar, prontamente, as medidas indicadas para o controle de doença transmissível, no que concerne a indivíduos, grupos populacionais e ambiente (art. 12), bem como que, em tais situações, as pessoas físicas e as entidades públicas ou privadas ficam sujeitas ao controle determinado pela autoridade sanitária (art. 13);

CONSIDERANDO o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal n. 8.078, de 1990, especialmente os artigos 6º, I e V; 39, V; 51, IV, § 1º, I, II, III, bem como art. 36, III da Lei Federal n. 12.529, de 2011, que versa sobre "Infrações da Ordem Econômica" e ainda com fulcro nos incisos I, II, III, IV, V, XI, XII do art. 5º da Lei Complementar n. 189, de 2005;

CONSIDERANDO que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19; Considerando as informações disponibilizadas pelo Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO o aumento preocupante de casos de infecção pelo Coronavírus no Município de Nova Erechim nos últimos dias;

CONSIDERANDO que a região Oeste de Santa Catarina se encontra no estado GRAVÍSSIMO conforme Matriz de Risco Potencial da COVID-19 do Estado de Santa Catarina, e vive o pior cenário da Pandemia até o momento;

CONSIDERANDO a preocupante situação vivida pelo Município de Chapecó em relação ao iminente colapso no sistema de saúde, bem como

à indisponibilidade de leitos de UTI no Hospital Regional de Chapecó, para onde são encaminhados os casos de internação do Município de Nova Erechim;

CONSIDERANDO as últimas orientações do Governo do Estado de Santa Catarina, bem como do Ministério Público;

CONSIDERANDO importante reunião realizada na manhã do dia 15.02.2021 em conjunto pela Administração Municipal e suas Secretarias e representantes da Polícia Militar de Santa Catarina, da Câmara de Vereadores de Nova Erechim, da Vigilância Sanitária e da Associação Comercial e Industrial de Nova Erechim - ACINE;

CONSIDERANDO que se está enfrentando o pior momento no que diz respeito ao comprometimento da capacidade instalada da rede de atendimento em saúde do município e região;

CONSIDERANDO as deliberações e as ações aprovadas na reunião extraordinária realizada no dia de ontem, envolvendo a representação dos 52 municípios integrantes do CIS-AMOSC e o Secretário de Estado da Saúde;

CONSIDERANDO, por fim, a imperiosa necessidade de preservar a VIDA dos cidadãos Nova Erechinenses e de, ao mesmo tempo, preservar o ensino escolar e manter ativas as atividades empresariais em âmbito municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º As medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19, no âmbito do município de Nova Erechim-SC, ficam definidas nos termos deste Decreto.

Art. 2º Como medidas individuais recomenda-se que pacientes com sintomas respiratórios fiquem restritos ao domicílio e que pessoas idosas e pacientes de doenças crônicas evitem sua circulação em ambientes com aglomeração de pessoas.

Art. 3º O Posto de Saúde do Município de Nova Erechim e a Secretaria de Assistência Social atuarão em regime de URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, em todas as áreas de atuação, realizando somente atendimentos que sejam considerados urgentes ou emergenciais para cada área.

§1º Especialmente, cumpre ressaltar, que além das consultas médicas emergenciais, atendimentos odontológicos, fonoaudiológicos, nutricionais e psicológicos, considerados urgentes serão mantidos, a fim de garantir o bem-estar tanto físico quanto psicológico da população.

§2º A triagem dos atendimentos será realizada por profissional de saúde lotado no Posto de Saúde de Nova Erechim e os agendamentos de consultas não emergenciais, dúvidas e demais situações deverão ser comunicadas pelos telefones: 49 3333-3200 e 49 988086221.

§3º Na Secretaria de Assistência Social a triagem dos atendimentos considerados emergenciais será realizada pelos profissionais de cada área de atuação, dúvidas e demais situações deverão ser comunicadas pelo telefone 49 3333-0829.

Art. 4º O Centro Administrativo (Prefeitura) seguirá com suas atividades e expediente interno sem atendimento ao público, dúvidas e orientações serão sanas pelo telefone 49 3333-3100.

Art. 5º. Ficam suspensas, em todo o território municipal as atividades esportivas e recreativas de qualquer natureza, como futebol, voleibol, futsal, bocha, boliche, sinuca, baralho, e similares que gerem contato físico e demais meios recreativos que importem em compartilhamento de objetos;

Art. 6º. Ficam suspensas, em todo território municipal as atividades de bares, petiscarias, choperias, cervejarias, whiskerias e outros locais destinados a happy hours ou consumo predominante de bebidas alcoólicas em qualquer horário.

Parágrafo Único – Os referidos estabelecimentos poderão funcionar apenas para serviços de delivery e entrega de bebidas e alimentos e demais gêneros disponíveis para venda pelo estabelecimento, ficando proibido o consumo no local.

Art. 7º. Ficam suspensas, em todo território municipal a realização de Feiras e similares.

Art. 8º. Fica suspensa, em todo território municipal a visitação e circulação de pessoas no Camping do Salto Meia Lua, localizado na Linha Barreiros Município de Nova Erechim, e no Museu Municipal.

Art. 9º. Ficam suspensos, em todo território municipal os serviços de atendimento coletivo, serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, plenária e reuniões de Conselhos Municipais, grupos de convivência de idosos, oficinas e reuniões ampliadas e passeios, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 10º. Fica suspenso, em todo território municipal o acesso da população às academias de saúde, bem como aos parques municipais.

Art. 11º. Ficam suspensas, em todo território municipal os eventos de massa (governamentais, esportivos, artísticos, culturais, políticos, científicos, comerciais, religiosos e outros com concentração próxima de pessoas).

Art. 12º. Ficam suspensas as atividades religiosas presenciais em templos e igrejas e similares, em qualquer horário, em todo território municipal.

Art. 13. Ficam suspensas as aulas presenciais em toda rede de ensino de Nova Erechim, pública ou privada, em todos os níveis de ensino.

Parágrafo Único – As atividades da rede pública municipal no período poderão ser desenvolvidas a distância ou mediante compensação futura, sob critério e organização da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 14º Fica proibida a realização de festas, encontros, reuniões particulares e similares, com mais de 15 pessoas. Sendo necessária ainda, a observância do distanciamento social de 1,5 metros entre os presentes além do uso de máscaras e álcool gel.

Art. 15º O comércio em geral, restaurantes, bem como prestadores de serviços poderão manter os estabelecimentos abertos somente das 06:00 h às 20:00h, e atuar com capacidade de público reduzida, com apenas 30% de sua capacidade máxima, além de reforçar as medidas de higienização de superfície e disponibilizar álcool gel 70% para os usuários, em local sinalizado, bem como, realizar a aferição de temperatura dos clientes e funcionários.

§ 1º Devem ser disponibilizadas informações visíveis na forma de cartazes indicando o número de pessoas que podem adentrar o estabelecimento ao mesmo tempo (respeitando o limite de 30% da capacidade máxima), a fim de facilitar a fiscalização da medida, tanto pelo poder público quanto pela própria população.

§ 2º Permanecem liberados, sem restrição de horário, os sistemas de delivery.

Art. 16º. Os restaurantes, anexos aos Postos de Combustível do Município, poderão funcionar exclusivamente para os serviços de almoço e jantar, nos seguintes horários, e observando a lotação máxima preconizada pelo Estado de Santa Catarina para o nível Gravíssimo, 30%: I - das 10:00 às 14:00 horas; e, II - das 18:00 às 22:00 horas;

Art. 17º As indústrias do Município de Nova Erechim deverão adotar medidas a fim de redobrar os cuidados em relação à propagação da COVID-19 no ambiente de trabalho, como intensificar a higienização do local de trabalho, cumprir, na medida do possível o distanciamento de 1,5 metros entre os trabalhadores, realizar aferição de temperatura a cada troca de turno e exigir o uso de máscaras.

Art. 18º O acesso e a circulação da população às praças e demais espaços públicos está permitida somente até às 20h, desde que haja respeito ao distanciamento de, no mínimo, 1,5 metros entre um e outro usuário.

Art. 19º Além das medidas já em vigor, para os estabelecimentos que têm por objeto a venda de produtos alimentícios, tais como mercearias, minimercados, mercados, supermercados e afins, fica restabelecida, até reavaliação posterior, a proibição da entrada de mais de duas

peçoas por grupo familiar a cada compra a ser realizada, cabendo ao responsável legal pelo local a obrigação de fiscalização dessa medida.

Art. 20º Mantém-se obrigatório o uso de máscaras para circulação nas ruas e demais vias públicas do Município de Nova Erechim.

Art. 21º O descumprimento das determinações elencadas no presente Decreto está sujeito à imposição alternativa ou cumulativa das penalidades de:

I - Advertência

II - Multa

III – Interdição parcial ou total do estabelecimento

Art. 22º Eventuais denúncias acerca do descumprimento das medidas aqui elencadas deverão ser efetuadas diretamente para a Polícia Militar pelo 190 ou 20497982, ou em horário comercial, para a Vigilância Sanitária do Município de Nova Erechim, pelo telefone: 49 988244924.

Art. 23º Os casos omissos relativos ao funcionamento interno dos órgãos públicos municipais serão decididos pela Secretaria Municipal de Administração em conjunto com a Comissão Especial de Monitoramento do CORONAVÍRUS – COVID-19.

Art. 24º As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município.

Art. 25º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo as medidas válidas até 1º de março de 2021.

Art. 26º. Revogam-se a disposições em contrário.

Art. 27º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim-SC, 17 de fevereiro de 2021.

Edilson Ferla

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

# Nova Itaberaba

## PREFEITURA

### 8º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 92/2020

Publicação Nº 2869502

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 92/2020

8º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 92/2020

PROCESSO LICITATÓRIO nº 92/2020 PREGÃO PRESENCIAL nº 35/2020

O Município de Nova Itaberaba, inscrito no CNPJ sob n.º 95.990.131/0001-70, situado na Rua José Marocco, 2226 – Centro – Nova Itaberaba Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ivanir Possebon, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob número 625.902.609-97, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 092/2020, RESOLVE, registrar o preço da empresa AUTO POSTO ITABERABA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.521.344/0001-73, com sede à Rua Frei Liberato 174, Centro – Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo Sr. Gilvanio Basso portador do CPF 023.959.379-08, de acordo com a classificação por ela alcançada, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

#### 1. DO OBJETO

1.1. Aditar à ata de registro de preços 92/2020 a alta de preços provocado pela variação do preço dos combustíveis Diesel S10 conforme comprovantes apresentados pela contratada (NFE 122.254 DE 27/01/2021 e NFE 123.029 DE 15/02/2021), aceitos pelo Município, visando à manutenção do equilíbrio econômico e financeiro previsto na lei 8.666/93, o preço por litro passa a ser conforme a tabela abaixo:

Item	Und.	Especificação do Produto	Marca	R\$ Unt. Antes do Reajuste	% da alta	R\$ Unt. após reajuste
1	Lts	Óleo Diesel S10	Shell	3,63	3,5218	3,76

#### 2 . DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

2.1. As demais cláusulas e condições dispostas na ata de registro de preços 092/2020 permanecem inalteradas.

#### 3. DO DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica eleito o foro da comarca de Chapecó – SC, para dirimir eventuais dúvidas

e/ou conflitos originados pela presente Ata, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam traduzir.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas aplicáveis.

Município de Nova Itaberaba, 16 de fevereiro de 2021.

IVANIR POSSEBON

PREFEITO MUNICIPAL

AUTO POSTO ITABERABA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

MELANIA GAMBETTA MUSA

Fiscal do Contrato

### CONVOCAÇÃO PARA ESCOLHA DE AULA - SELETIVO 001-2021

Publicação Nº 2869512

#### CONVOCAÇÃO PARA ESCOLHA DE AULA

A Secretaria Municipal de Educação de Nova Itaberaba-SC CONVOCA os candidatos aprovados no Processo Seletivo nº 01/2021 nas funções abaixo especificadas para a escolha de aula a realizar-se dia 18 de fevereiro de 2021, às 15h no Núcleo de Ensino Fundamental Nova Itaberaba.

No Anexo I é possível verificar o quadro de vagas.

Professor de Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano 20 horas;

Professor de Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano 40 horas;

Professor da Educação Infantil - 20 horas

Professor da Educação Infantil - 40 horas

Professor de Informática – 30 horas

Professor de Inglês – 10 horas

Nova Itaberaba, 16 de fevereiro de 2021.

Fernanda Fiorezze

Secretária Municipal de Educação



**DECRETO Nº 073/2021 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2869494

DECRETO Nº 073/2021 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

"TORNA PÚBLICO E HOMOLOGA O RESULTADO DEFINITIVO DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO;

CONSIDERANDO: os Princípios da Legalidade e Publicidade;

CONSIDERANDO: a necessidade de tornar públicos os atos praticados no Processo Seletivo nº 001/2021.

DECRETA:

Art. 1º TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, e HOMOLOGA o resultado definitivo referente ao Processo Seletivo nº 001/2021, destinado ao preenchimento de vagas no quadro de pessoal do Município de Nova Itaberaba-SC, conforme edital anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA- SC, EM 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

IVANIR JOSE POSSEBON

Prefeito Municipal

MELANIA MARIA GAMBETTA MUSA

Secretaria de Administração e Fazenda

**ANEXO I**

MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA/SC  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021  
EDITAL 008/2021

O Município de Nova Itaberaba/SC, representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor Ivanir Jose Possebon, TORNA PÚBLICO o presente edital para divulgar o que segue:

1. Resultado definitivo da prova objetiva: Após a análise do(s) recurso(s) interposto(s), ratifica-se o resultado preliminar da prova objetiva divulgado pelo Edital 007/2021, o qual passa a constar como resultado definitivo da prova objetiva.

1.1. Todos os pareceres exarados pela Banca da Objetiva Concursos se encontram disponíveis na Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba/SC. Cada recorrente poderá consultar o parecer do seu recurso diretamente na área do candidato, no site [www.objetivas.com.br](http://www.objetivas.com.br).

2. Resultado definitivo da prova de títulos: Após a análise do(s) recurso(s) interposto(s), ratifica-se o resultado preliminar da prova de títulos divulgado pelo Edital 007/2021, o qual passa a constar como resultado definitivo da prova de títulos.

3. Homologação final: Depois de decorridas todas as etapas do certame e processados todos os resultados, conforme estipulado pelo Edital de Abertura das Inscrições, constatada a inexistência de empates entre os candidatos classificados, o que torna desnecessária a realização de sorteio de desempate, DIVULGA-SE a classificação final do Processo Seletivo Simplificado 001/2021, conforme o Anexo deste edital, e, em decorrência, a homologação final do referido certame para as funções contempladas no respectivo anexo.

4. A partir deste momento, a publicidade oficial referente a este Processo Seletivo Público Simplificado dar-se-á exclusivamente através do site [www.novaitaberaba.sc.gov.br](http://www.novaitaberaba.sc.gov.br). Acompanhar os meios de publicidade anteriormente dispostos, até que expire o prazo de validade do certame e manter atualizados os seus dados junto ao Município de Nova Itaberaba/SC através de correspondência com aviso de recebimento ou pessoalmente, são de responsabilidade exclusiva do candidato, sob o risco de perder o prazo para contratação.

5. É única e exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar o andamento deste certame, nos termos do Edital de Abertura das Inscrições.

Nova Itaberaba/SC, 17 de fevereiro de 2021.

Ivanir Jose Possebon,  
Prefeito Municipal.

Registre-se e publique-se.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 015-2021**

Publicação Nº 2869504

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 15/2021, de 15/02/21

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba

CONTRATADO: EMPRESA JORNALISTICA A SUA VOZ EIRELI

OBJETO: Contratação de serviços de imprensa escrita para Divulgação de Atos Institucionais desta municipalidade para o ano de 2021 e assinatura de Jornal de Circulação Regional

VALOR DO CONTRATO: R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais)





AMPARO LEGAL Dispensa por Limite nº 26/2021, Lei nº 10.520/02 e Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

IVANIR JOSÉ POSSEBON  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA N.º 029/2021 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação N° 2869497

PORTARIA N.º 029/2021 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021.  
"TRANSFERE SERVIDOR DE SETOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 1.225/2019 de 12 de Março de 2019;

CONSIDERANDO: a necessidade de realocação dos servidores tendo em vista a programação administrativa da nova gestão municipal.

DECRETA:

Art. 1º - FICA transferido para exercer as funções de Motorista, 40 horas semanais, o Sr. MARCELO BOTTIN, Cargo Efetivo, passando sua lotação para a Secretaria Municipal de Transportes e Obras, percebendo os vencimentos conforme previsto na Lei Complementar nº 1.225/2019 de 12 de Março de 2019.

Art. 2º - O presente ato poderá ser revogado a qualquer momento pôr razões de interesse público devidamente justificado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos há 03/02/2021, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, 12 DE FEVEREIRO DE 2021.  
IVANIR JOSE POSSEBON  
Prefeito Municipal

MELANIA MARIA GAMBETTA MUSA  
Secretária Mun. De Administração e Fazenda

## **PORTARIA N.º 030/2021 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação N° 2869499

PORTARIA N.º 030/2021 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.  
"TRANSFERE SERVIDOR DE SETOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 1.225/2019 de 12 de Março de 2019;

CONSIDERANDO: a necessidade de realocação dos servidores tendo em vista a programação administrativa da nova gestão municipal.

DECRETA:

Art. 1º - FICA transferida para exercer as funções de Assistente Social, 40 horas semanais, a Srt. CLAUDETE MARIA ECKERT, Cargo Efetivo, passando sua lotação para a Secretaria Municipal de Saúde, percebendo os vencimentos conforme previsto na Lei Complementar nº 1.225/2019 de 12 de Março de 2019.

Art. 2º - O presente ato poderá ser revogado a qualquer momento pôr razões de interesse público devidamente justificado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, 16 DE FEVEREIRO DE 2021.  
IVANIR JOSE POSSEBON  
Prefeito Municipal

MELANIA MARIA GAMBETTA MUSA  
Secretária Mun. De Administração e Fazenda

# Nova Trento

## PREFEITURA

### PORTARIA N.114/2021 (A)

Publicação Nº 2867487

PORTARIA Nº 114/2021 (A)

Concede Licença para Tratamento de Saúde

Graciela Darós Piffer, Secretária Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal JANETE DUARTE TAVARES, matrícula nº 7044, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Creche Ciranda Cirandinha – Trinta Reis, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 07(sete) dias, com efeitos a contar de 10 de fevereiro de 2021 até 16 de fevereiro de 2021, conforme atestado médico, datado de 10/02/2021.

Nova Trento, em 11 de fevereiro de 2021.

Tiago Dalsasso

Prefeito Municipal

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

### PORTARIA N.120/2021

Publicação Nº 2867488

PORTARIA Nº 120/2021

Concessão de Férias

Luiz Henrique Lauritzen, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário do Município de Nova Trento - Interino, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 10 (dez) dias, ao Servidor Público Municipal, GABRIEL DE LIMA QUEIROZ, matrícula nº 7987, ocupante do cargo de Fonoaudiólogo, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Unidade Básica de Saúde Madre Paulina, da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 17/02/2021 a 26/02/2021, relativo ao período aquisitivo de 04/03/2019 a 03/03/2020.

Nova Trento, em 16 de fevereiro de 2021.

Luiz Henrique Lauritzen

Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário - Interino

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

### PORTARIA N.121/2021

Publicação Nº 2867399

PORTARIA Nº 121/2021

Dispõe sobre a Nomeação de Cargo de Provimento em Comissão de Agente Social

TIAGO DALSSASSO, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207, de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º – NOMEAR, JULIANA SGROTT VEBER, inscrita no CPF sob nº 041.147.829-07, para exercer o cargo de provimento em comissão de Agente Social, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, a partir de 16 de fevereiro de 2021.

Nova Trento, em 16 de fevereiro de 2021.

Tiago Dalsasso

Prefeito Municipal

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

**PORTARIA Nº123/2021-DISPÕE SOBRE CREDENCIAMENTO**

Publicação Nº 2867515

PORTARIA Nº 123/2021  
Dispõe sobre Credenciamento

Rodrigo Bonecher, secretário Municipal de Cultura e Turismo do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 04/2021, de 01/01/2021 e em conformidade com a Lei nº 2.518/2013, de 17/12/2013.

Resolve:  
Credenciar a Servidora Pública Municipal Evelyn Andressa Benedett dos Santos, matrícula nº 8455 ocupante do Cargo de Provimento Comissionado de Assessor Administrativo, na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, do Quadro de Servidores deste Órgão Público, do Município de Nova Trento, para dirigir veículo do Município em viagem a serviço da municipalidade, a contar de 17 de fevereiro de 2021.

Município de Nova Trento, 17 de fevereiro de 2021  
Rodrigo Bonecher  
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

Registrada a Presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Luiz Henrique Lauritzen  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2021 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2021**

Publicação Nº 2869555

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Origem: Edital de Licitação nº 022/2021, modalidade Dispensa de Licitação nº 004/2021. Homologação: 16/02/2021 – Fundamentação: fundamento no artigo 4º, caput, da Lei nº 13.979/2020. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Rua Nereu Ramos, 164, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 08.858.200/0001-91. Contratada: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rodovia Itapira-Lindoia, S/N, KM 14, Fazenda Estância Cristalia, Itapira/SP, CEP 13.974-900, inscrita no CNPJ/MF nº. 44.734.671/0001-51. MCW PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à RSC 287, KM 109+500, s/n, Industrial, VERA CRUZ/RS, CEP 96880-000, inscrita no CNPJ/MF nº. 94.389.400/0001-84. SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à GENTIL REINALDO CORDIOLI, 391, JARDIM ELDORADO, PALHOÇA/SC, CEP 88133-500, inscrita no CNPJ/MF nº. 05.531.725/0001-20. ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Estrada Boa Esperança, nº 2320, Fundo Canoas, Rio do Sul/SC, CEP 89.163-554, inscrita no CNPJ/MF nº. 00.802.002/0001-02. Objeto: Aquisição de medicamentos, em caráter de urgência, para o enfrentamento da emergência de Saúde Pública decorrente do COVID-19 (SARS-CoV-2), de acordo com a lei 13.979 de 06 de fevereiro de 2020 e atualizações. O valor total é de R\$ R\$ 96.875,60 (noventa e seis mil, oitocentos e setenta e cinco reais e sessenta centavos). Validade: 16/02/2021 até 31/12/2021.

Tiago Dalsasso  
Prefeito

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2021 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2021 - SRP**

Publicação Nº 2868713

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2021 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição parcelada de uniforme escolar, visando a distribuição gratuita aos alunos da Rede Municipal de Ensino que comprovarem real necessidade, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do Anexo I que integra o presente Edital. Disputa em meio eletrônico COM USO DA PLATAFORMA BNC QUE É CREDENCIADA JUNTO A PLATAFORMA MAIS BRASIL. Empresas interessadas deverão cadastrar-se no site: bnc.org.br

Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Entrega da documentação e propostas a partir do dia 19/02/2021 até as 08:30 horas do dia 02/03/2021. Abertura das Propostas e Início da sessão em MEIO ELETRÔNICO: dia 02/03/2021 a partir das 09:00 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: (48) 3267-3213 ou 3267-3211. Site: www.novatreto.sc.gov.br. Email: compras @novatreto.sc.gov.br.

Tiago Dalsasso  
Prefeito

**TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 001 DE 2021**

Publicação Nº 2867385

**TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 001/2021**

Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel que entre si celebram o Município de Nova Trento e o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de uma retroescavadeira.

O SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE, autarquia municipal, com personalidade jurídica de direito público interno, CNPJ nº 95.785.267/0001-48, com sede à Rua dos Imigrantes, nº 356, Centro, Nova Trento/SC, representado pelo seu Diretor, GODOFREDO LUIZ TONINI, doravante denominado CEDENTE, e o MUNICIPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 82.925.025/0001-60, com sede à Rua Santo Inácio, nº 126, Praça Del Comune, Centro, neste ato representado pelo Chefe do Poder Executivo, TIAGO DALSASSO, doravante denominado CESSIONÁRIO, amparados no art. 10, VII, da Lei Orgânica Municipal e art. 116 da Lei Federal nº 8.666/93, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL, de acordo com as cláusulas e condições seguintes :

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O CEDENTE cede ao CESSIONÁRIO, a título precário, para utilização exclusiva da Prefeitura Municipal de Nova Trento, o bem móvel representado pela retroescavadeira com as seguintes características: fabricação nacional, tração 4X4, Ano e Modelo de Fabricação 2016, com motor a diesel turbo alimentado de no mínimo 79 hp de potência bruta, transmissão com conversor de torque, cabine fechada com ar condicionado, limpador e lavador e cinto de segurança, banco com suspensão e apoio de braço esquerdo e direito, caçamba traseira com 24", caçamba de pá carregadeira com capacidade mínima de 0,85m³ com lamina reta sem dentes, pneus dianteiros com mínimo 12,5x16,5,-traseiros com mínimo 19,5x24 com mínimo de 10 lonas com equipamento Adicional, 01 Concha de Vala entre 30 e 35cm de largura, em perfeito estado de funcionamento e conservação, com registro no patrimônio sob placa nº 390, Bem nº 2867.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESTINAÇÃO**

O bem móvel descrito na cláusula anterior destina-se a manutenção e execução dos serviços da Prefeitura Municipal de Nova Trento dentro dos limites da área urbana, exceto quando o CEDENTE necessitar além desta fronteira, especialmente da Secretaria Municipal de Obras, de acordo com o plano de Trabalho a ser elaborado, ficando o Cessionário responsável pelo fornecimento do pessoal necessário a execução dos serviços.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CESSIONÁRIO:**

Competem ao CESSIONÁRIO as seguintes obrigações:

- I. Receber, guardar e conservar o equipamento entregue;
- II. Responsabilizar-se pelos custos operacionais do equipamento, bem como pela execução das obras;
- III. Executar, às suas expensas, todo e qualquer ato de manutenção e conservação do bem, preferencialmente em estabelecimento comercial especializado e autorizado, não cabendo indenização pelo CEDENTE pelas despesas feitas;
- IV. Responsabilizar-se pelo correto uso do equipamento, utilizando – o para atendimento das finalidades do presente Termo;
- V. Responsabilizar-se por tudo e qualquer ato que possa resultar em responsabilidade civil ou criminal decorrente do uso do equipamento cedido;
- VI. Ressarcir o CEDENTE, em caso de perda, a qualquer título, ou dano, pelos prejuízos causados, podendo, a critério do CEDENTE, tal reposição ser realizada por bem de igual valor, espécie, qualidade e quantidade, sem prejuízo da apuração da responsabilidade do servidor que der causa a reposição;
- VII. Permitir, a qualquer momento, a vistoria do bem pelo CEDENTE;
- VIII. Atender em caráter prioritário as requisições de serviços por parte do CEDENTE, A QUALQUER TEMPO, com a devida justificação, inclusive com o operador da máquina e as despesas de combustível;

**PARAGRAFO ÚNICO.** Com a extinção do termo de cessão de uso, o bem móvel deverá ser restituído ao CEDENTE nas mesmas condições em que foi cedido, ressalvada a depreciação natural pelo seu uso constante.

**CLAUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência deste termo será de 12 meses, a contar de 01 de janeiro de 2021 à 31 de dezembro de 2021, podendo, a critério das partes, ser renovado por um novo período, se houver manifestação por escrito do CESSIONÁRIO, no prazo de 30 (trinta) dias antes de seu término.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REVOGAÇÃO**

ESTE TERMO PODERÁ SER REVOGADO SE:

- a) O CESSIONÁRIO utilizar o bem móvel para fim diverso do consignado neste termo;
- b) No caso de o CESSIONÁRIO deixar de cumprir as obrigações mencionadas neste instrumento.
- c) O CESSIONÁRIO desejar, antes de expirar o prazo de vigência, devolver o bem móvel ao CEDENTE.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

O bem móvel cedido para o atendimento dos objetivos constantes na cláusula segunda deste termo, poderá, a qualquer momento ser vistoriado pelo CEDENTE.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS CONTROLES**

É de responsabilidade do CESSIONÁRIO o registro e digitação dos controles, dos relatórios de gastos com combustível, lavação, engraxate, além do relatório de controle das horas trabalhadas pela máquina, com a assinatura do operador responsável, bem como demais procedimentos exigidos pelos órgãos de fiscalização e controle.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DOS TERMOS ADITIVOS**

Este instrumento poderá ser alterado através de termo aditivo, de comum acordo entre as partes.

**CLÁUSULA OITAVA – DO FORO**

Fica eleito o foro da comarca de São João Batista para dirimir as dúvidas ou pendências oriundas do presente instrumentos. E, por assim estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, junto com as testemunhas.

Nova Trento/SC, 01 de janeiro de 2021.

GODOFREDO LUIZ TONINI	TIAGO DALSSASSO
Diretor SAMAE	Prefeito Municipal
CEDENTE	CESSIONÁRIO
Testemunha: Emiliana Speranzini	Testemunha: Fabiano Bottamedi
CPF nº 036.582.439-96	CPF nº 030.412.369-23

# Nova Veneza

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2021 - FMS

Publicação Nº 2868012

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2021 - FMAS

OBJETO: Aquisição futuras combustível, destinado ao abastecimento da frota de veículo conforme necessidade do Fundo de Assistência Social do Município de Nova Veneza, SC.

Abertura: às 08:30 horas do dia 01/03/2021

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, n.º 44 – Centro - Nova Veneza, SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE [WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR](http://WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR).

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 17 de fevereiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

### PREGÃO PRESENCIAL N.º 10/2021 - FMS

Publicação Nº 2868014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 10/2021 - FMS

OBJETO: Contratação de serviço de manutenção corretiva e preventiva para equipamentos de informática (com fornecimento de peças e insumos), acrescido do valor de deslocamento do técnico até as Unidades Básicas de Saúde do Município de Nova Veneza, SC.

Abertura: às 08:30 horas do dia 03/03/2021

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, n.º 44 – Centro - Nova Veneza, SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE [WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR](http://WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR).

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 17 de fevereiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

### PREGÃO PRESENCIAL N.º 23/2021 - PMNV

Publicação Nº 2868005

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 23/2021

OBJETO: Aquisição de filtros, lubrificantes e fluídos para a manutenção da frota da Secretaria de Educação do Município de Nova Veneza, SC.

Abertura: às 09:30 horas do dia 01/03/2021

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, n.º 44 – Centro - Nova Veneza, SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE: [WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR](http://WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR).

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo telefone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 17 de fevereiro de 2021.  
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal de Nova Veneza

### **PREGÃO PRESENCIAL N.º 25/2021 - PMNV**

Publicação N° 2868008

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 25/2021

OBJETO: Contratação de empresa para realização de seguro para os novos veículos da Secretaria de Educação do Município de Nova Veneza, SC.

Abertura: às 08:30 horas do dia 05/03/2021  
Local: Trav. Oswaldo Búrigo, n.º 44 – Centro - Nova Veneza, SC.  
EDITAL COMPLETO NO SITE: [WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR](http://WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR).

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo telefone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 17 de fevereiro de 2021.  
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal de Nova Veneza

### **PREGÃO PRESENCIAL N.º 26/2021 - PMNV**

Publicação N° 2868009

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 26/2021

OBJETO: Aquisição de material para manutenção do Horto Municipal de Nova Veneza, SC.

Abertura: às 09:30 horas do dia 02/03/2021

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, n.º 44 – Centro - Nova Veneza, SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE: [WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR](http://WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR).

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo telefone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 17 de fevereiro de 2021.  
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal de Nova Veneza



# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### DECRETO 2.733 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2867889

DECRETO Nº 2.733 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À EPIDEMIA DA COVID-19.

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 56 da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que o nível da Avaliação de Risco Potencial do Estado de Santa Catarina para região de Xanxerê permanece em nível GRAVÍSSIMO (representado pela cor vermelha no mapa do Estado);

CONSIDERANDO o colapso na rede de saúde pública e privada do Oeste de Santa Catarina, com ausência de vagas nas UTI's – Unidades de Terapia Intensiva e severo comprometimento do atendimento ambulatorial, bem como o colapso no Hospital da Fundação no município de São Lourenço Do Oeste-SC que atende os pacientes do município de Novo Horizonte

CONSIDERANDO que, no âmbito do Município de Novo Horizonte-SC, tem sido observado o descumprimento das determinações normativas alusivas ao enfrentamento da pandemia em diversos setores;

CONSIDERANDO que se está enfrentando o pior momento no que diz respeito ao comprometimento da capacidade instalada da rede de atendimento em saúde do município e região;

CONSIDERANDO as deliberações e as ações aprovadas na reunião extraordinária realizada no dia de 16 de fevereiro de 2021, envolvendo a representação dos 52 municípios integrantes do CIS-AMOSC e o Secretário de Estado da Saúde;

CONSIDERANDO, por fim, a imperiosa necessidade de preservar a VIDA dos cidadãos novohorizontinos e de, ao mesmo tempo, preservar o ensino escolar e manter ativas as atividades empresariais em âmbito municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam suspensas, até 22 de fevereiro do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior, as atividades de:

I - bares, pubs, boates, petiscarias, choperias, cervejarias, whiskerías, casas de show, bailões e outros locais destinados a happy hours ou a consumo predominante de bebidas alcoólicas em qualquer horário;

II - clubes de campo, associações de trabalhadores, centros de convivências, sedes de empresas e locais afins (a exemplo de ranchos, recantos, etc.), exceto para prática em tais locais de exercícios ou esportes individuais que permitam o distanciamento físico, como caminhadas, ciclismo, tênis e afins;

III - prática, recreativa ou por meio de competições, independentemente do número de participantes, de atividades físicas ou esportivas coletivas, a exemplo de futebol, vôlei, futevôlei e outros, em quadras, campos ou ginásios de esportes, abertos ou fechados, públicos ou privados; e,

IV - circos, shows, amostras e apresentações que importem em acesso generalizado de pessoas, a título gratuito ou mediante pagamento de ingresso ou entrada.

Art. 2º. Até 22 de fevereiro do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior, os restaurantes, pizzarias, lanchonetes e food trucks, poderão funcionar exclusivamente nos seguintes horários, e observando a lotação máxima preconizada pelo Estado de Santa Catarina para o nível Gravíssimo:

I - das 07:30 às 21:30 horas;

§ 1º. Considera-se atividade de restaurante, para os fins deste decreto, aquela destinada a servir almoço e jantar, nos períodos correspondentes aos horários definidos nos incisos I e II deste artigo, sendo que as demais atividades assemelhadas serão regidas pelas demais disposições específicas deste e dos demais decretos e normas em vigor;

§ 2º. O atendimento deverá atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias e de saúde relativas ao enfrentamento da pandemia da Covid-19, especialmente:

I - a obrigatoriedade do uso de máscaras;

II - disponibilização de luvas descartáveis e de recipiente próprio para o descarte das mesmas após o uso;

III - medidores de temperatura na entrada do estabelecimento;

IV - redução da ocupação máxima a 50% (cinquenta por cento) da capacidade total permitida;

V - respeitar o intervalo de uma mesa ocupada e uma mesa vazia, devendo esta última estar devidamente identificada;

VI - permitir apenas a ocupação máxima de 04 (quatro) pessoas por mesa;

VII - intensificar o uso de álcool em gel 70% na entrada do estabelecimento e nos locais de uso compartilhado, como buffet, banheiros e afins; e,

VIII - impedir filas ou locais de espera sem o devido distanciamento.

Art. 3º Fica vedado até 28 de fevereiro do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior:

I - a realização presencial de missas, cultos e demais atividades religiosas ou de outras crenças que importem em uso comum de espaços

de igrejas, templos, santuários, grutas e locais afins;

II - a realização de promoções ou eventos por estabelecimentos comerciais, de qualquer natureza, destinadas ao chamamento de clients;

III - a utilização de parques infantis, situados em praças, associações, ou condomínios residenciais, cuja proibição deverá ser devidamente identificada pelos responsáveis legais, exceto para a prática em tais locais de exercícios ou esportes individuais que permitam o distanciamento físico, como caminhadas, ciclismo e afins;

IV - o funcionamento de brinquedotecas, espaços kids e espaços de jogos, em condomínios residenciais, clubes recreativos, associações e entidades afins, cuja proibição deverá ser devidamente identificada pelos responsáveis legais;

V - o uso de salões de festa, espaços gourmet, salões de jogos, salas de cinema, espaços de recreação, piscinas e saunas, em condomínios residenciais, associações e entidades afins, cuja proibição deverá ser devidamente identificada pelos responsáveis legais;

VI - a utilização de propriedades particulares, na cidade e no interior (sítios, chácaras e afins), com o objetivo de realização de festas ou eventos irregulares que impliquem em aglomeração de pessoas;

VII - a prática, em locais públicos ou privados, de jogos de sinuca, barralhos, dominó, bocha, bolão, 48 e demais meios recreativos que importem em compartilhamento de objetos;

VIII - a disposição de mesas, cadeiras e bancos em áreas externas de lojas de conveniências e estabelecimentos afins.

Art. 4º Ficam suspensas até 28 de fevereiro do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior, as aulas presenciais nas unidades da rede pública Municipal e Estadual de ensino, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente.

Art. 5º Fica vedado até 07 de março do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior, a realização de eventos sociais, educacionais, recreativos, de confraternização e afins (a exemplo de palestras, reuniões associativas, assembleias e outros), independentemente da quantidade de pessoas, de caráter público ou privado.

Art. 6º Além das medidas já em vigor, para os estabelecimentos que têm por objeto a venda de produtos alimentícios, tais como mercearias, minimercados, mercados, supermercados e afins, fica restabelecida, até reavaliação posterior, a proibição da entrada de mais de uma pessoa por grupo familiar a cada compra a ser realizada, cabendo ao responsável legal pelo local a obrigação de fiscalização dessa medida.

Art. 7º Em razão do notório deslocamento de munícipes a destinos turísticos deste e de outros Estados (a exemplo de praias, resorts, hotéis, campings e outros), fica recomendado às empresas, estabelecimentos locais e repartições públicas que viabilizem o trabalho remoto às pessoas inseridas nesse grupo por pelo menos 07 (sete) dias após o retorno confirmado, devendo ainda monitorar de modo mais intenso eventuais sintomas típicos da covid-19 apresentados pelos mesmos quando do retorno ao trabalho presencial.

Parágrafo único. Os estabelecimentos de ensino e de cursos livres deverão estender a recomendação prevista no caput aos seus respectivos alunos ou frequentadores.

Art. 8º O descumprimento das medidas estabelecidas no presente decreto sujeitará o infrator às penalidades previstas nas normas estaduais e municipais em vigor.

Art. 9º As pessoas, entidades ou estabelecimentos referidos no presente decreto deverão comunicar o respectivo público alvo acerca das normas ora estabelecidas.

Art. 10º – Este Decreto entra em vigor na data de 17 de fevereiro de 2021.

Art. 11º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Novo Horizonte – SC.  
Em 17 de fevereiro de 2021.

-----  
VANDERLEI SANAGIOTTO  
Prefeito Municipal

Registre-se Aimar Francisco Pavelecini  
Publique-se Secretário de Administração e Fazenda

# Orleans

## PREFEITURA

### DECISÃO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO Nº 021/2020

Publicação Nº 2868262

DECISÃO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO Nº 021/2020

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE  
VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL

Rua: Olinda Fort Hammershimidt, nº 34– Bairro: Lomba – Orleans – SC – CEP: 88870.000

Fone: 48 3886-0186 – E-mail: [vigilanciasanitaria@orleans.sc.gov.br](mailto:vigilanciasanitaria@orleans.sc.gov.br)

Em cumprimento ao disposto no Art. 18, inciso III §2º da Lei Complementar nº 2463 de 18 de dezembro de 18 de 2012. A Coordenação da Vigilância Sanitária Municipal de Orleans, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA ERONI MAGNUS PEREIRA, pessoa física, inscrita no CPF nº 471.928.019-68, que foi proferida decisão no Processo Administrativo Sanitário nº 021/2020 sendo acolhido e julgado procedente o Auto de Infração nº 32117510830/20, decidindo pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA. Dispositivos legais transgredidos e tipificação da infração: Arts. 4º inciso I; 6º inciso III, V; 9º inciso I da Lei Complementar Municipal nº 2463/2012.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação. Querendo o infrator, poderá oferecer recurso no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetivação da notificação via Protocolo na Vigilância Sanitária Municipal.

Michelle Tessmann Librelato  
Coordenadora da Vigilância Sanitária do Município de Orleans

### EDITAL CHAMAMENTO EFETIVAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 001/2019

Publicação Nº 2867704

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA EFETIVAÇÃO DE ACORDO COM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019 mediante o qual ficam CONVOCADOS, para nomeação, o candidato aprovado no Concurso Público nº 001/2019, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 12:00hs as 18:00hs, no prazo de 30 dias, munido de todos os documentos constantes do Edital do Concurso Público nº 001/2019 (disponível no sitio eletrônico: [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br), ciente de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Concurso Público nº 001/2019, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas.

NOME	CARGO	CH
ALCENIRA DIAS DE ARAÚJO	MEDICO DA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF	40 h

Orleans, 17 de fevereiro de 2021.  
JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

### EDITAL CHAMAMENTO EFETIVAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 002/2019

Publicação Nº 2867729

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA EFETIVAÇÃO DE ACORDO COM CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2019 mediante o qual ficam CONVOCADOS, para nomeação, o candidato aprovado no Concurso Público nº 002/2019, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, no prazo de 15 dias, munido de todos os documentos constantes do Edital do Concurso Público nº 002/2019 (disponível no sitio eletrônico: [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br), ciente de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Concurso Público nº 002/2019, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas.

NOME	CARGO	CH
JOSUE RIBEIRO NUNES	MOTORISTA	40 h
GIORGE OLIVEIRA LUBINI	MOTORISTA	40 h
CRISTINA EING	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO	40 h

Orleans, 17 de fevereiro de 2021.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

## PORTARIA Nº71/2021

Publicação Nº 2867896

PORTARIA Nº 71/2021

“INSTAURA A SINDICÂNCIA E DESIGNAR OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Orleans - SC e a Lei Complementar nº 1.929 de 20 de dezembro de 2005, e pelas demais legislações aplicáveis;

CONSIDERANDO o não cumprimento das atribuições do cargo, conforme Art. 105 da Lei Complementar nº 1.929/2005;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instaurada a Sindicância e estando nomeada a Comissão de acordo com Decreto nº 4.501 de 14 de janeiro de 2019, para atuar como Presidente: FABIO SALVADOR, matrícula nº 2376, ocupante do cargo efetivo de Auditor Fiscal de Tributos; membros: ARIEL ALBERTON BERNARDINO BORGES matrícula nº 4692, ocupante do cargo efetivo Continuo e ROSANA TEZZA WASSEN BASCHIROTTO, matrícula nº 196, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, para apurar a irregularidade, em relação campanha de imunização contra a COVID-19.

Art. 2º - A comissão deverá iniciar os trabalhos tão logo seja publicada esta portaria, devendo concluir a Sindicância no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, notificando de tudo desde o início, o servidor (a), possibilitando-lhe a ampla defesa e o contraditório.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 08 de fevereiro de 2021.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS OITO (08) DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO (02) DO ANO DE DOIS MIL E VINTE UM (2021).

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER  
Secretário de Administração

## PROCESSO Nº 41/2021 PREFEITURA

Publicação Nº 2867978

EXTRATO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROCESSO Nº 41/2021

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 26/2021

TERMO DE FOMENTO Nº 1/2021

Concedente...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Proponente...: REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE ORLEANS -SC

Valor ..... : 60.000,00 (sessenta mil reais)

Vigência ..... : Início: 17/02/2021 Término: 31/12/2021

Recursos ..... : Dotação: 2/2021 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Objeto ..... : REPASSE FINANCEIRO A REDE FEMININA DE COMBATE O CÂNCER DE ORLEANS – RFCC, PARA O CUSTEIO DE DESPESAS COM O PAGAMENTO DE ENFERMEIRA, FAXINEIRA, TÉCNICA DE ENFERMAGEM E DEMAIS DESPESAS DE MANUTENÇÃO.

FUNDAMENTO LEGAL ARTIGO 30, INCISO VI DA LEI 13.019/2014

Orleans, 17 de fevereiro de 2021

JORGE LUIZ KOCH  
PREFEITO MUNICIPAL

**REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO PROCESSO 251/2020 PREFEITURA**

Publicação Nº 2868656

REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 251/2020

PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2020

ATA DE REGITRO DE PREÇOS Nº 197/2020

EMPRESA: COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS JARDIM LTDA

Visando manter a margem de lucro anteriormente pactuada, fica alterado o preço do seguinte item:

Item 1- GASOLINA COMUM ABASTECIDO EM BOMBA – 4,841

Orleans, 17 de Fevereiro de 2021

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

**REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO PROCESSO 251/2020 PREFEITURA**

Publicação Nº 2868664

REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 251/2020

PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2020

ATA DE REGITRO DE PREÇOS Nº 198/2020

EMPRESA: FRANCISCO PEDRO CARDOSO &amp; CIA LTDA

Visando manter a margem de lucro anteriormente pactuada, fica alterado o preço do seguinte item:

Item 2- OLEO DIESEL COMUM ABASTECIDO EM BOMBA – R\$ 3,737

Item 3 - OLEO DIESEL S10 ABASTECIDO EM BOMBA – R\$ 3,84

Orleans, 17 de Fevereiro de 2021

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

**Otacílio Costa****PREFEITURA****DEC 2.994/2021**

Publicação Nº 2868995

DECRETO Nº 2.994/2021

REGULAMENTA OS ARTS. 240 E 374 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 206/2016 ACERCA DA COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA – IPTU E DA TAXA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS - TRS

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, no exercício das atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, em seu artigo 86, inciso VIII, artigo 113, inciso I, alínea "a"

DECRETA:

Art. 1º. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU será pago até o dia 12 de abril em cota única ou em 3 (três) parcelas mensais e consecutivas.

§ 1º. Para o pagamento em cota única até o dia 12 de abril será concedido desconto de 10% (dez por cento) do valor total do imposto.

§ 2º. O parcelamento será em até 3 (três) prestações mensais e consecutivas a partir de 12 de abril.

Art. 2º. A Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos – TRS será paga até o dia 12 de abril em cota única ou em 9 (nove) parcelas mensais e consecutivas.

Parágrafo único. O parcelamento será em até 9 (nove) prestações mensais e consecutivas a partir de 10 de abril.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em sentido contrário, em especial o Decreto 2.993 de 15 de fevereiro de 2021.

Otacílio Costa (SC), 16 de fevereiro de 2021.

FABIANO BALDESSAR DE SOUZA

Prefeito

O presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 16 de fevereiro de 2021.

RODRIGO BARTH PEREIRA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DEC 2.995/2021

Publicação N° 2868997



### RESULTADO FINAL DA ENTREVISTA E SOMATÓRIO FINAL DE PONTOS

POSICÃO	NOME	FUNÇÃO PRETENDIDA	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO	NOTA DESEMPENHO ACADÊMICO	NOTA DOS CURSOS	NOTA DA ENTREVISTA	ADICIONAL RESIDENTE OTACILIO COSTA	ADICIONAL CURSO SUPERIOR -MONITOR	NOTA FINAL
1	ÉRIKA MICKAELLY ROCHA DE SOUZA	MONITOR	VALIDADA	8,80	0,80	10,00	0,50	-	20,10
2	MAIARA GRANEMANN BICOSKI	MONITOR	VALIDADA	8,99	0,24	10,00	0,50	-	19,73
3	MAIZA DA CRUZ DE ANDRADE	MONITOR	VALIDADA	9,36	0,12	9,50	0,50	-	19,48
4	ANA CLAUDIA SILVEIRA	MONITOR	VALIDADA	8,83	-	10,00	0,50	-	19,33
5	EDUARDA TRIERWEILER WEISS	MONITOR	VALIDADA	8,57	-	10,00	0,50	-	19,07
6	CAUAN GILMAR SILVA MARIANO	MONITOR	VALIDADA	8,54	-	10,00	0,50	-	19,04
7	LUIS FILIPI ANTUNES VARGAS	MONITOR	VALIDADA	7,43	0,10	10,00	0,50	1,00	19,03
8	SABRINA DE SOUZA ROSA	MONITOR	VALIDADA	7,22	-	10,00	0,50	1,00	18,72
9	BIANCA MIRANDA VELHO	MONITOR	VALIDADA	9,17	-	9,00	0,50	-	18,67
10	ANA JULIA BORGES VALIN	MONITOR	VALIDADA	8,06	0,05	10,00	0,50	-	18,61
11	FRANCINE DE MATOS RIBEIRO	MONITOR	VALIDADA	7,98	-	10,00	0,50	-	18,48
12	RAISSA LOPES ALVES	MONITOR	VALIDADA	8,34	0,10	9,50	0,50	-	18,44
13	SAIURI DA LUZ ANTIKEVIS	MONITOR	VALIDADA	7,35	0,40	10,00	0,50	-	18,25
14	SABRINA APARECIDA DA CRUZ SEMANN	MONITOR	VALIDADA	8,05	-	9,50	0,50	-	18,05
15	MIRELLA ANTUNES DE JESUS	MONITOR	VALIDADA	8,51	-	9,00	0,50	-	18,01
16	LAISA DOS SANTOS BARBOSA	MONITOR	VALIDADA	8,40	-	9,00	0,50	-	17,90
17	IZADORA DE LIZ ANTUNES MOREIRA	MONITOR	VALIDADA	8,72	-	8,50	0,50	-	17,72
18	NICOLI ZAMBONIN BORGHEZAN	MONITOR	VALIDADA	9,23	-	7,00	0,50	-	16,73
19	GABRIELA SOUZA DE ALMEIDA	MONITOR	VALIDADA	6,91	0,15	9,00	0,50	-	16,56
20	CAROLINA DE SOUZA FERREIRA	MONITOR	VALIDADA	9,51	-	-	0,50	-	10,01
21	SABRINA DA SILVA REICHERT	MONITOR	VALIDADA	9,00	-	-	0,50	-	9,50
22	NICOLAS RODRIGUES DE LIMA	MONITOR	VALIDADA	8,93	-	-	0,50	-	9,43
23	CLEUZENI OLIVEIRA DE LIZ MARCOS	MONITOR	VALIDADA	8,46	-	-	0,50	-	8,96
24	NICOLE DE SOUZA DE LIZ	MONITOR	VALIDADA	7,37	-	-	0,50	-	7,87
25	FRANCINE DE OLIVEIRA SOUZA	MONITOR	VALIDADA	6,30	-	-	0,50	-	6,80
26	GABRIELI JANDIRA LOPES ESSER	MONITOR	DESCCLASSIFICADA	0	0	0	0	0	0

OTACILIO COSTA, 12 DE FEVEREIRO DE 2021.

COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO - DECRETO 2.984/2021





## RESULTADO FINAL DA ENTREVISTA E SOMATÓRIO FINAL DE PONTOS

POSICÃO	NOME	FUNÇÃO PRETENDIDA	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO	NOTA DE DESEMPENHO ACADEMICO	NOTA DOS CURSOS	NOTA DA ENTREVISTA	ADICIONAL RESIDENTE OTACILIO COSTA	NOTA FINAL
1	JOICE ALINI SILVEIRA DE SOUZA	SALA DE AULA - APOIO AO PROFESSOR	VALIDADA	8,95	0,03	10,00	0,50	19,48
2	GILZA DA CRUZ MEDEIROS	SALA DE AULA - APOIO AO PROFESSOR	VALIDADA	8,91	0,02	10,00	0,50	19,43
3	MAILANA ROSA IZIDIO SCHUSSLER	SALA DE AULA - APOIO AO PROFESSOR	VALIDADA	8,91	-	10,00	0,50	19,41
4	ROBERTA GRANEMANN BACCARIN	SALA DE AULA - APOIO AO PROFESSOR	VALIDADA	9,35	0,02	9,50	0,50	19,37
5	PAMELA DA SILVA COELHO DA COSTA	SALA DE AULA - APOIO AO PROFESSOR	VALIDADA	8,65	0,10	10,00	0,50	19,25
6	KALINE VARGAS OLIVEIRA	SALA DE AULA - APOIO AO PROFESSOR	VALIDADA	9,12	0,04	9,50	0,50	19,16
7	KÍRIA LETÍCIA LIMA DA SILVA	SALA DE AULA - APOIO AO PROFESSOR	VALIDADA	9,49	-	9,00	0,50	18,99
8	TÂMARA CRISTINA PAES	SALA DE AULA - APOIO AO PROFESSOR	VALIDADA	7,83	0,65	10,00	0,50	18,98
9	LUCIANA ALVES DE SOUZA	SALA DE AULA - APOIO AO PROFESSOR	VALIDADA	9,26	0,09	9,00	0,50	18,85
10	SUELI DA SILVA CAMARGO MACIEL	SALA DE AULA - APOIO AO PROFESSOR	VALIDADA	7,78	0,42	10,00	0,50	18,70
11	MARIA TAUANA DA COSTA ALVES	SALA DE AULA - APOIO AO PROFESSOR	VALIDADA	9,09	-	9,00	0,50	18,59
12	ANA CLAUDIA VARGAS DOS SANTOS	SALA DE AULA - APOIO AO PROFESSOR	VALIDADA	8,00	0,02	10,00	0,50	18,52
13	CAMILA VELHO VARGAS	SALA DE AULA - APOIO AO PROFESSOR	VALIDADA	8,27	0,50	9,00	0,50	18,27
14	SABRINA SILVA PADILHA MILITA	SALA DE AULA - APOIO AO PROFESSOR	VALIDADA	8,67	-	9,00	0,50	18,17
15	SIMONE GOMES DA SILVEIRA	SALA DE AULA - APOIO AO PROFESSOR	VALIDADA	9,00	0,07	8,50	0,50	18,07
16	SÔNIA MARIA PIRES	SALA DE AULA - APOIO AO PROFESSOR	VALIDADA	7,53	-	10,00	0,50	18,03

17	ANA CAROLINA DE OLIVEIRA BARBOSA	SALA DE AULA – APOIO AO PROFESSOR	VALIDADA	8,54	-	8,50	0,50	17,54
18	ROBERTA NATALINE SCHMIDT DE SOUZA DA CRUZ	SALA DE AULA – APOIO AO PROFESSOR	VALIDADA	8,03	-	9,00	0,50	17,53
19	BRUNA SOUZA DIAS DE OLIVEIRA	SALA DE AULA – APOIO AO PROFESSOR	VALIDADA	8,22	-	8,50	0,50	17,22
20	SUZANI DA ROSA	SALA DE AULA – APOIO AO PROFESSOR	VALIDADA	8,42	-	8,00	0,50	16,92
21	TAILA DA SILVA VELHO	SALA DE AULA – APOIO AO PROFESSOR	VALIDADA	8,13	0,20	8,00	0,50	16,83
22	ELIS REGINA GAMBA COELHO	SALA DE AULA – APOIO AO PROFESSOR	VALIDADA	8,73	-	7,00	0,50	16,23
23	JOSIELE SOUZA DE LIZ	SALA DE AULA – APOIO AO PROFESSOR	VALIDADA	8,46	-	7,00	0,50	15,96
24	TAILLEN TAIYENNA PADILHA LEITE	SALA DE AULA – APOIO AO PROFESSOR	VALIDADA	5,78	-	9,50	0,50	15,78
25	IVELDE APARECIDA DE OLIVEIRA	SALA DE AULA – APOIO AO PROFESSOR	VALIDADA	6,58	-	7,00	0,50	14,08
26	MARIA DA CONCEIÇÃO DE MELO	SALA DE AULA – APOIO AO PROFESSOR	VALIDADA	-	-	10,00	0,50	10,50
27	BRUNA PEREIRA	SALA DE AULA – APOIO AO PROFESSOR	VALIDADA	9,55	0,12	-	0,50	10,17
28	ANDRIELA MOREIRA DA CRUZ	SALA DE AULA – APOIO AO PROFESSOR	VALIDADA	9,02	0,31	-	0,50	9,83
29	SABRINA MARIA NOVAES RIBEIRO	SALA DE AULA – APOIO AO PROFESSOR	VALIDADA	9,02	0,22	-	0,50	9,74
30	ELOIZA CORREIA BACKER CASTILHO	SALA DE AULA – APOIO AO PROFESSOR	VALIDADA	9,02	0,01	-	0,50	9,53
31	CRISTINA DE LOURDES ORTIZ DA LUZ	SALA DE AULA – APOIO AO PROFESSOR	VALIDADA	8,33	0,52	-	0,50	9,35
32	FLAVIANI BALCKER CASTILHO STEHL	SALA DE AULA – APOIO AO PROFESSOR	VALIDADA	8,17	-	-	0,50	8,67
33	SILVANA DELFES LOPES	SALA DE AULA – APOIO AO PROFESSOR	VALIDADA	7,33	-	-	0,50	7,83
34	GABRIELA VARGAS HINORATO	SALA DE AULA – APOIO AO PROFESSOR	VALIDADA	7,11	-	-	0,50	7,61
35	ELAINE BUENO DE FREITAS	SALA DE AULA – APOIO AO PROFESSOR	VALIDADA	5,81	-	-	0,50	6,31

OTACÍLIO COSTA, 12 DE FEVEREIRO DE 2021.

COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO - DECRETO 2.984/2021

**DECRETO N° 2.995/2021****HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA  
CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS PARA A  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO  
DE OTACÍLIO COSTA**

O **PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA**, Estado de Santa Catarina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 86, incisos VIII e IX, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica homologado o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado para contratação de estagiários da Secretaria de Educação, à vista do relatório apresentado pela comissão instaurada pelo Decreto nº. 2.984/2021.

**Art. 2º.** Publique-se a classificação definitiva.

**Art. 3º.** O Processo seletivo terá validade pelo prazo previsto no edital.

**Art. 4º.** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Otacílio Costa (SC), 16 de fevereiro de 2021.

**FABIANO BALDESSAR DE SOUZA**  
**Prefeito**

O presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fê.

Otacílio Costa (SC), 16 de fevereiro de 2021.

**RODRIGO BARTH PEREIRA**  
**Chefe de Gabinete do Prefeito**



**Av. Vidal Ramos Júnior, 228 - Centro Administrativo - 88540-000 - Otacílio Costa – SC**  
**Fone: (49) 3221.8000 – CNPJ 75.326.066/0001-75**

## Ouro

## PREFEITURA

## ATAS RP 009-014

Publicação Nº 2868703

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0006/2021

PREGÃO PRESENCIAL n. 0004/2021

VALIDADE: até 31/12/2021

CONTRATANTE: Município de Ouro

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra, na área mecânica e elétrica, para os veículos leves, utilitários, máquinas pesadas e maquinários agrícolas das secretarias municipais, para o exercício de 2021.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 009/2021

CONTRATADA: ADIMAC PECAS E SERVICOS LTDA ME

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Nego- ciado	Total
41	Mão de obra mecânica: Motoniveladora Case, ano 2013.	ADIMAC	hora	ADIMAC PECAS E SERVICOS LTDA ME	150	64,00	9.600,00
9.600,00							

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 010/2021

CONTRATADA: DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Nego- ciado	Total
1	Mão de obra mecânica: Veículo Volkswagen Space Fox, ano 2011. Placa MIL 2604.	DISPA	hora	DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA	50	77,00	3.850,00
4	Mão de obra mecânica: Veículo Chevrolet Classic LS, ano 2014. Placa MLV 0516	DISPA	hora	DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA	40	78,00	3.120,00
5	Mão de obra mecânica: Veículo Citroen Air Cross. Ano 2016. Placa QID 0673	DISPA	hora	DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA	40	77,00	3.080,00
8	Mão de obra mecânica: Veículo Fiat Doblô, ano 2006. Placa MDD 9903.	DISPA	hora	DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA	100	79,00	7.900,00
9	Mão de obra mecânica: Veículo Chevrolet Montana, ano 2016. Placa QIU 5942.	DISPA	hora	DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA	30	75,00	2.250,00
10	Mão de obra mecânica: Veículo Renault Clio, ano 2014. Placa OKF 1455	DISPA	hora	DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA	30	72,00	2.160,00
12	Mão de obra mecânica: Veículo Renault Kangoo Cirilo AM, ano 2017. Placa QIC 2254.	DISPA	hora	DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA	30	76,00	2.280,00
13	Mão de obra mecânica: Veículo Fiat Ducato Jaedi, ano 2013. Placa MKA 6544.	DISPA	hora	DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA	85	93,00	7.905,00
15	Mão de obra mecânica: Veículo Renault Master Jaedi, ano 2015. Placa MLY 1467.	DISPA	hora	DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA	80	93,00	7.440,00
16	Mão de obra mecânica: Veículo Renault Clio, ano 2016. Placa QIK 1916	DISPA	hora	DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA	50	75,00	3.750,00
18	MÃO DE OBRA MECÂNICA: Veículo Chevrolet Spin, ano 2018. Placa QIJ 1059	DISPA	hora	DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA	50	78,00	3.900,00
21	Mão de obra mecânica: Veículo Ford Ranger, ano 2006. Placa MDF 0253.	DISPA	hora	DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA	50	95,00	4.750,00
23	Mão de obra mecânica: Veículo Fiat Ducato, ano 2020. Placa RAG 5C23.	DISPA	hora	DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA	50	95,00	4.750,00
25	Mão de obra mecânica: Veículo Renault, ano 2020. Placa REA 1I38.	DISPA	hora	DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA	50	79,00	3.950,00
78	Mão de obra elétrica: Veículo Volkswagen Space Fox, ano 2011. Placa MIL 2604.	DISPA	hora	DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA	50	75,00	3.750,00
81	Mão de obra elétrica: Veículo Chevrolet Classic LS, ano 2014. Placa MLV 0516.	DISPA	hora	DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA	40	65,00	2.600,00
83	Mão de obra elétrica: Veículo Volkswagen Gol, ano 2018. Placa QIU 0427.	DISPA	hora	DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA	50	64,00	3.200,00
85	Mão de obra elétrica: Veículo Fiat Doblô, ano 2006. Placa MDD 9903.	DISPA	hora	DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA	100	78,00	7.800,00
86	Mão de obra elétrica: Veículo Chevrolet Montana, ano 2016. Placa QIU 5942.	DISPA	hora	DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA	30	73,00	2.190,00

89	Mão de obra elétrica: Veículo Renault Kangoo Cirilo AM, ano 2017. Placa QIC 2254.	DISPA	hora	DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA	30	70,00	2.100,00
93	Mão de obra elétrica: Veículo Renault Clio, ano 2016. Placa QIK 1916.	DISPA	hora	DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA	50	70,00	3.500,00
95	Mão de obra elétrica: Veículo Chevrolet Spin, ano 2018. Placa QIJ 1059.	DISPA	hora	DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA	50	80,00	4.000,00
97	Mão de obra elétrica: Veículo Hyundai HB20, ano 2019. Placa QJV 3393.	DISPA	hora	DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA	50	82,00	4.100,00
99	Mão de obra elétrica: Veículo Siena Atractive, ano 2018. Placa QIV 5015.	DISPA	hora	DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA	50	74,00	3.700,00
101	Mão de obra elétrica: Veículo Chevrolet Spin, ano 2021. Placa REB 2C68.	DISPA	hora	DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA	50	80,00	4.000,00
102.025,00							

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 011/2021

## CONTRATADA: POGERE COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA - EPP

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Negociado	Total
2	Mão de obra mecânica: Veículo Fiat Línea, ano 2015. Placa QHF 8835.	POGERE COM. DE PNEUMÁTICOS	hora	POGERE COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA - EPP	50	83,00	4.150,00
3	Mão de obra mecânica: Veículo Renault Clio, ano 2014. Placa MLM 3698	POGERE COM. DE PNEUMÁTICOS	hora	POGERE COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA - EPP	40	77,00	3.080,00
6	Mão de obra mecânica: Veículo Volkswagen Gol, ano 2018. Placa QIU 0427	POGERE COM. DE PNEUMÁTICOS	hora	POGERE COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA - EPP	50	69,00	3.450,00
7	Mão de obra mecânica: Veículo Fiat Pálio Fire, ano 2015. Placa QHG 3543	POGERE COM. DE PNEUMÁTICOS	hora	POGERE COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA - EPP	40	73,00	2.920,00
11	Mão de obra mecânica: Veículo Volkswagen Gol, ANO 2012. Placa MIL 2704.	POGERE COM. DE PNEUMÁTICOS	hora	POGERE COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA - EPP	30	73,00	2.190,00
14	Mão de obra mecânica: Veículo Citroen Jumper Jaedi, ano 2014. Placa MFU 2494.	POGERE COM. DE PNEUMÁTICOS	hora	POGERE COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA - EPP	80	88,00	7.040,00
17	MÃO DE OBRA MECÂNICA: Veículo Chevrolet Spin, ano 2019. Placa QJY 3669	POGERE COM. DE PNEUMÁTICOS	hora	POGERE COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA - EPP	50	78,00	3.900,00
19	MÃO DE OBRA MECÂNICA: Veículo Citroen C4, ano 2019. Placa QJQ 8684.	POGERE COM. DE PNEUMÁTICOS	hora	POGERE COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA - EPP	50	88,00	4.400,00
20	Mão de obra mecânica: Veículo Hyundai HB20, ano 2019. Placa QJV 3393.	POGERE COM. DE PNEUMÁTICOS	hora	POGERE COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA - EPP	50	81,00	4.050,00
22	Mão de obra mecânica: Veículo Siena Atractive, ano 2018. Placa QIV 5015.	POGERE COM. DE PNEUMÁTICOS	hora	POGERE COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA - EPP	50	82,00	4.100,00
24	Mão de obra mecânica: Veículo Chevrolet Spin, ano 2021. Placa REB 2C68.	POGERE COM. DE PNEUMÁTICOS	hora	POGERE COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA - EPP	50	81,00	4.050,00
43.330,00							

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 012/2021

## CONTRATADA: JULIANA CLARICE MACHADO - ME

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Negociado	Total
52	Mão de obra elétrica: Ônibus Marcopolo, ano 2014. Placa QHC 9908.	MARCOPOLO	hora	JULIANA CLARICE MACHADO - ME	100	125,00	12.500,00
53	Mão de obra elétrica: Ônibus Marcopolo, ano 2014. Placa QHQ 8174.	MARCOPOLO	hora	JULIANA CLARICE MACHADO - ME	100	125,00	12.500,00
54	Mão de obra elétrica: Ônibus Volvo, ano 2012. Placa MLF 5887.	Volvo	hora	JULIANA CLARICE MACHADO - ME	100	125,00	12.500,00
55	Mão de obra elétrica: Ônibus Volkswagen, ano 2012. Placa MKC 6055.	Volkswagen	hora	JULIANA CLARICE MACHADO - ME	100	125,00	12.500,00
56	Mão de obra mecânica: Ônibus Volkswagen, ano 2020. Placa QJV 5064.	Volkswagen	hora	JULIANA CLARICE MACHADO - ME	80	125,00	10.000,00
57	Mão de obra elétrica: Caminhão Iveco, ano 2012, ano 2012. Placa MKL 2596.	IVECO	hora	JULIANA CLARICE MACHADO - ME	50	125,00	6.250,00
58	Mão de obra elétrica: Caminhão Volkswagen, ano 2007. Placa MED 6384.	Volkswagen	hora	JULIANA CLARICE MACHADO - ME	50	118,00	5.900,00
59	Mão de obra elétrica: Caminhão Mercedes, ano 2014. Placa OKH 0265.	Mercedes Benz	hora	JULIANA CLARICE MACHADO - ME	50	125,00	6.250,00
60	Mão de obra mecânica: Caminhão Mercedes, ano 2018. Placa QJS 3555.	Mercedes Benz	hora	JULIANA CLARICE MACHADO - ME	50	125,00	6.250,00

61	Mão de obra elétrica: Caminhão Volvo, ano 2020. Placa RAG 2119.	Volvo	hora	JULIANA CLARICE MACHADO - ME	50	128,00	6.400,00
62	Mão de obra elétrica: Retroescavadeira JCB, ano 2012	JCB	hora	JULIANA CLARICE MACHADO - ME	100	75,00	7.500,00
63	Mão de obra elétrica: Retroescavadeira JCB, ano 2006.	JCB	hora	JULIANA CLARICE MACHADO - ME	100	75,00	7.500,00
66	Mão de obra elétrica: Escavadeira Hidráulica Komatsu, ano 2012.	KOMATSU	hora	JULIANA CLARICE MACHADO - ME	80	76,00	6.080,00
67	Mão de obra elétrica: Motoniveladora Case, ano 2013.	CASE	hora	JULIANA CLARICE MACHADO - ME	80	110,00	8.800,00
72	Mão de obra elétrica: Trator Massey Ferguson 75, ano 2013.	MASSEY FERGUSON	hora	JULIANA CLARICE MACHADO - ME	80	69,00	5.520,00
73	Mão de obra elétrica: Trator Massey Ferguson 95, ano 2013.	MASSEY FERGUSON	hora	JULIANA CLARICE MACHADO - ME	80	69,00	5.520,00
74	Mão de obra elétrica: Trator Massey Ferguson 75, ano 2017.	MASSEY FERGUSON	hora	JULIANA CLARICE MACHADO - ME	80	68,00	5.440,00
75	Mão de obra elétrica: Trator LS 100 CV. Ano 2018.	LS TRACTOR	hora	JULIANA CLARICE MACHADO - ME	80	69,00	5.520,00
77	Mão de obra elétrica: Britador CCM, ano 2008.	CCM	hora	JULIANA CLARICE MACHADO - ME	100	100,00	10.000,00
79	Mão de obra elétrica: Veículo Fiat Línea, ano 2015. Placa QHF 8835.	Fiat	hora	JULIANA CLARICE MACHADO - ME	50	82,00	4.100,00
80	Mão de obra elétrica: Veículo Renault Clio, ano 2014. Placa MLM 3698.	Renault	hora	JULIANA CLARICE MACHADO - ME	40	70,00	2.800,00
82	Mão de obra elétrica: Veículo Citroen Air Cross. Ano 2016. Placa QID 0673.	Citroën	hora	JULIANA CLARICE MACHADO - ME	40	77,00	3.080,00
84	Mão de obra elétrica: Veículo Fiat Pálio Fire, ano 2015. Placa QHG 3543.	FIAT/PALIO 1.0	hora	JULIANA CLARICE MACHADO - ME	40	70,00	2.800,00
87	Mão de obra elétrica: Veículo Renault Clio, ano 2014. Placa OKF 1455.	Renault	hora	JULIANA CLARICE MACHADO - ME	30	68,00	2.040,00
88	Mão de obra elétrica: Veículo Volkswagen Gol, ANO 2012. Placa MIL 2704.	VOLKSWAGEM GOL	hora	JULIANA CLARICE MACHADO - ME	30	68,00	2.040,00
90	Mão de obra elétrica: Veículo Fiat Ducato Jaedi, ano 2013. Placa MKA 6544.	FIAT DUCATO	hora	JULIANA CLARICE MACHADO - ME	85	81,00	6.885,00
91	Mão de obra elétrica: Veículo Citroen Jumper Jaedi, ano 2014. Placa MFU 2494.	Citroën	hora	JULIANA CLARICE MACHADO - ME	80	80,00	6.400,00
92	Mão de obra elétrica: Veículo Renault Master Jaedi, ano 2015. Placa MLY 1467.	Renault	hora	JULIANA CLARICE MACHADO - ME	80	80,00	6.400,00
94	Mão de obra elétrica: Veículo Chevrolet Spin, ano 2019. Placa QJY 3669.	chevrolet	hora	JULIANA CLARICE MACHADO - ME	50	80,00	4.000,00
96	Mão de obra elétrica: Veículo Citroen C4, ano 2019. Placa QJQ 8684.	Citroën	hora	JULIANA CLARICE MACHADO - ME	50	87,00	4.350,00
98	Mão de obra elétrica: Veículo Ford Ranger, ano 2006. Placa MDF 0253.	Ford	hora	JULIANA CLARICE MACHADO - ME	50	76,00	3.800,00
100	Mão de obra elétrica: Veículo Fiat Ducato, ano 2020. Placa RAG 5C23.	chevrolet	hora	JULIANA CLARICE MACHADO - ME	50	87,00	4.350,00
102	Mão de obra elétrica: Veículo Renault, ano 2020. Placa REA 1138.	Renault	hora	JULIANA CLARICE MACHADO - ME	50	78,00	3.900,00
209.875,00							

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 013/2021**  
**CONTRATADA: JV TORNEARIA LTDA - ME**

Item	Lote/Produto	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Nego- ciado	Total
26	Mão de obra mecânica: Ônibus Marcopolo, ano 2014. Placa QHC 9908.	hora	JV TORNEARIA LTDA - ME	150	143,00	21.450,00
27	Mão de obra mecânica: Ônibus Marcopolo, ano 2014. Placa QHQ 8174.	hora	JV TORNEARIA LTDA - ME	150	143,00	21.450,00
28	Mão de obra mecânica: Ônibus Volvo, ano 2012. Placa MLF 5887.	hora	JV TORNEARIA LTDA - ME	150	143,00	21.450,00
29	Mão de obra mecânica: Ônibus Volkswagen, ano 2012. Placa MKC 6055.	hora	JV TORNEARIA LTDA - ME	150	143,00	21.450,00
30	Mão de obra mecânica: Ônibus Volkswagen, ano 2020. Placa QJV 5064.	hora	JV TORNEARIA LTDA - ME	150	145,00	21.750,00
31	Mão de obra mecânica: Caminhão Iveco, ano 2012, ano 2012. Placa MKL 2596	hora	JV TORNEARIA LTDA - ME	120	143,00	17.160,00



32	Mão de obra mecânica: Caminhão Volkswagen, ano 2007. Placa MED 6384.	hora	JV TORNEARIA LTDA - ME	150	143,00	21.450,00
33	Mão de obra mecânica: Caminhão Mercedes, ano 2014. Placa OKH 0265.	hora	JV TORNEARIA LTDA - ME	100	143,00	14.300,00
34	Mão de obra mecânica: Caminhão Mercedes, ano 2018. Placa QJS 3555.	hora	JV TORNEARIA LTDA - ME	100	145,00	14.500,00
35	Mão de obra mecânica: Caminhão Volvo, ano 2020. Placa RAG 2119.	hora	JV TORNEARIA LTDA - ME	80	145,00	11.600,00
51	Mão de obra mecânica: Britador CCM, ano 2008.	hora	JV TORNEARIA LTDA - ME	100	75,00	7.500,00
194.060,00						

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 014/2021**  
**CONTRATADA: MGS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA**

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Negociado	Total
36	Mão de obra mecânica: Retroescavadeira JCB, ano 2012.	AGROMASTER	hora	MGS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA	80	67,00	5.360,00
37	Mão de obra mecânica: Retroescavadeira JCB, ano 2006.	AGROMASTER	hora	MGS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA	150	69,00	10.350,00
38	Mão de obra mecânica: Retroescavadeira JCB, 4 CX, ano 2014.	AGROMASTER	hora	MGS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA	100	59,00	5.900,00
39	Mão de obra mecânica: Retroescavadeira JCB, 3 CX, ano 2018.	AGROMASTER	hora	MGS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA	100	50,00	5.000,00
40	Mão de obra mecânica: Escavadeira Hidráulica Komatsu, ano 2012.	AGROMASTER	hora	MGS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA	150	75,00	11.250,00
42	Mão de obra mecânica: Motoniveladora New Holland RG 140B, ano 2017.	AGROMASTER	hora	MGS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA	150	66,00	9.900,00
43	Mão de obra mecânica: Carregadeira Michigan, ano 1979.	AGROMASTER	hora	MGS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA	100	62,00	6.200,00
44	Mão de obra mecânica: Rolo Compactador CA 250, Atlas Dinapar, ano 2014	AGROMASTER	hora	MGS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA	100	74,00	7.400,00
45	Mão de obra mecânica : Trator Valtra, ano 2011.	AGROMASTER	hora	MGS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA	50	60,00	3.000,00
46	Mão de obra mecânica: Trator Massey Ferguson 75, ano 2013	AGROMASTER	hora	MGS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA	100	54,00	5.400,00
47	Mão de obra mecânica: Trator Massey Ferguson 95, ano 2013.	AGROMASTER	hora	MGS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA	100	60,00	6.000,00
48	Mão de obra mecânica: Trator Massey Ferguson 75, ano 2017.	AGROMASTER	hora	MGS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA	100	52,00	5.200,00
49	Mão de obra mecânica: Trator LS 100 CV. Ano 2018.	AGROMASTER	hora	MGS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA	100	51,00	5.100,00
50	Mão de obra mecânica: Trator New Holland TT 4030, ano 2018.	AGROMASTER	hora	MGS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA	100	50,00	5.000,00
64	Mão de obra elétrica: Retroescavadeira JCB, 4 CX ano 2014.	AGROMASTER	hora	MGS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA	80	77,00	6.160,00
65	Mão de obra elétrica: Retroescavadeira JCB, 3 CX, ano 2018.	AGROMASTER	hora	MGS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA	80	75,00	6.000,00
68	Mão de obra elétrica: Motoniveladora New Holland RG 140B, ano 2017.	AGROMASTER	hora	MGS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA	80	80,00	6.400,00
69	Mão de obra elétrica: Carregadeira Michigan, ano 1979.	AGROMASTER	hora	MGS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA	40	68,00	2.720,00
70	Mão de obra elétrica: Rolo Compactador CA 250, Atlas Dinapar, ano 2014	AGROMASTER	hora	MGS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA	80	70,00	5.600,00
71	Mão de obra elétrica: Trator Valtra, ano 2011.	AGROMASTER	hora	MGS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA	80	70,00	5.600,00
76	Mão de obra elétrica: Trator New Holland TT 4030, ano 2018.	AGROMASTER	hora	MGS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA	80	68,00	5.440,00
128.980,00							



**ATAS RP 015-019**

Publicação Nº 2868743

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0014/2021

PREGÃO PRESENCIAL n. 0012/2021

VALIDADE: até 31/12/2021

CONTRATANTE: Município de Ouro

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa para aquisição de Material Elétrico para manutenção da rede de iluminação pública, nas áreas urbana e rural do Município de Ouro, para o exercício de 2021.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 015/2021

CONTRATADA: OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Nego- ciado	Total
2	Lâmpada vapor de sódio 150W (Padrão CELESC)	EMPALUX	UN	OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP	75	13,00	975,00
5	Reator vapor de sódio 70W (Padrão CELESC)	DEMAPE	UN	OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP	350	36,30	12.705,00
6	Reator vapor de sódio 150W (Padrão CELESC)	DEMAPE	UN	OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP	40	38,75	1.550,00
7	Reator vapor de sódio 250W (Padrão CELESC)	DEMAPE	UN	OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP	75	39,50	2.962,50
8	Reator vapor de sódio 400W (Padrão CELESC)	DEMAPE	UN	OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP	60	40,00	2.400,00
12	kit padrão trifásico instalado	SC POSTES	UN	OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP	5	2.250,00	11.250,00
13	Braço Br-1 - 1MT galvanizado a fogo (Padrão CELESC)	OLIVO	UN	OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP	8	26,90	215,20
14	Braço Br-2 - 1,5 MT galvanizado a fogo (Padrão CELESC)	OLIVO	UN	OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP	45	68,00	3.060,00
15	Braço BR-2 - 3MT galv. fogo curvo (Padrão CELESC)	OLIVO	UN	OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP	5	142,00	710,00
16	Luminária ABNT NBR integrada p/ lâmpada de 400 w	EMPALUX	UN	OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP	7	300,00	2.100,00
17	Luminária ABNT NBRE integrada lâmpada de 70 w	EMPALUX	UN	OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP	40	299,30	11.972,00
18	CONECTOR CUNHA VERM. III 2,5 6/25	INTELLI	UN	OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP	150	2,00	300,00
19	GRAMPO PARAL. PERF. 16-120MM	INTELLI	UN	OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP	60	9,20	552,00
20	CONECTOR CUNHA II VD C/CAPA 10-25MM	INCESA	UN	OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP	200	7,90	1.580,00
21	kit padrão completo monofásico instalado	SC POSTES	UN	OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP	5	1.970,00	9.850,00
22	kit padrão bifásico completo instalado	SC POSTES	UN	OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP	5	2.190,00	10.950,00
23	poste dt 11/600 padrão CELESC	ARTELAJE	UN	OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP	3	1.770,00	5.310,00
24	Poste dt 10/300 padrão CELESC	ARTELAJE	UN	OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP	4	1.140,00	4.560,00
25	cruzeta de aço 2 mts galvanizada e padrão CELESC	ROMAGNOLI	UN	OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP	8	190,00	1.520,00
27	PARAFUSO GALVANIZADO 5/º 25CM	ROMAGNOLI	UN	OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP	50	5,70	285,00
28	Fio flexível 2,5 mm² - metro	CORFIO	MT	OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP	300	1,30	390,00
29	cabo multiplexado 3x50x35 mm padrão CELESC - metro	CORFIO	MT	OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP	100	25,00	2.500,00
31	isolador pilar 25 kv com pino	ROMAGNOLE	UN	OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP	15	115,00	1.725,00
33	CHAVE COMANDO ILUMINAÇÃO 1X50A	EXATRON	UN	OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP	12	197,00	2.364,00
91.785,70							

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 016/2021**  
**CONTRATADA: MULTILUZ COMERCIAL EIRELI**

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Nego- ciado	Total
1	Lâmpada vapor de sódio 70W (Padrão CELESC)	GOODLUX	UN	MULTILUZ COMERCIAL EIRELI	450	11,60	5.220,00
10	Base para Relê fotoeletrônico NF 5A (Padrão CELESC)	TECNOLINSA	UN	MULTILUZ COMERCIAL EIRELI	250	4,50	1.125,00
11	Lâmpada vapor metálico 400w (Padrão CELESC)	GOODLUX	UN	MULTILUZ COMERCIAL EIRELI	25	24,60	615,00
6.960,00							

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 017/2021**  
**CONTRATADA: JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORAÇÃO LTDA**

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Nego- ciado	Total
3	Lâmpada vapor de sódio 250W (Padrão CELESC)	NSK	UN	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORAÇÃO LTDA	100	16,99	1.699,00
4	Lâmpada vapor de sódio 400W (Padrão CELESC)	NSK	UN	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORAÇÃO LTDA	70	17,43	1.220,10
2.919,10							

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 018/2021**  
**CONTRATADA: E.R.VELANI ELETRICA EPP**

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Nego- ciado	Total
30	alça para cabo 50 mm	STEEL	UN	E.R.VELANI ELETRICA EPP	12	4,50	54,00
54,00							

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 019/2021**  
**CONTRATADA: ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI**

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Nego- ciado	Total
9	Rele fotoeletrônico NF 5A Base 10ª (Padrão CELESC)	TECNOLINSA	UN	ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	400	15,50	6.200,00
26	Fita isolante - rolo 20mt	SOPRANO	UN	ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	50	3,31	165,50
32	Lâmpada econômica 45w espiral	EMPALUX	UN	ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	40	25,11	1.004,40
7.369,90							

**ATAS RP 020-026**

Publicação Nº 2868763

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0013/2021  
 PREGÃO PRESENCIAL n. 0011/2021  
 VALIDADE: até 31/12/2021

CONTRATANTE: Município de Ouro

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa para o fornecimento de produtos e gêneros alimentícios que utilizados na alimentação escolar e nas atividades e eventos realizados pelas secretarias solicitantes.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 020/2021**  
**CONTRATADA: DOLMORA & MASSON LTDA - ME**

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Nego- gociado	Total
1	Abacaxi Havai, de 1ª qualidade. Unidades de tamanho médio, frutas firmes, sem machucados e lesões de origem física ou mecânica, grau médio de amadurecimento, devem estar limpos.	FEIRÃO	KG	DOLMORA & MASSON LTDA - ME	600	4,99	2.994,00
2	Abobrinha de 1ª qualidade, sem machucados e lesões de origem física ou mecânica..	FEIRÃO	KG	DOLMORA & MASSON LTDA - ME	400	3,17	1.268,00

23	Banana caturra comum de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, tamanho médio. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livres de danos mecânicos e fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	FEIRÃO	KG	DOLMORA & MASSON LTDA - ME	4.900	3,15	15.435,00
26	Batata doce, com casca roxa, lavada lisa de primeira compacta e firme sem lesões de origem física ou mecânica, com tamanho uniforme devendo ser graúda.	FEIRÃO	KG	DOLMORA & MASSON LTDA - ME	200	2,95	590,00
27	Batata inglesa de 1º qualidade. Lavada, lisa, compacta e firme sem lesões de origem física ou mecânica, com tamanho uniforme devendo ser graúda.	FEIRÃO	KG	DOLMORA & MASSON LTDA - ME	1.060	3,82	4.049,20
28	Batata salsa de 1ª qualidade. Sem lesões de origem física ou mecânica, com tamanho uniforme.	FEIRÃO	KG	DOLMORA & MASSON LTDA - ME	280	7,47	2.091,60
30	Beterraba de 1ª qualidade. Deve apresentar-se fisiologicamente desenvolvida, bem formada, limpa, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	FEIRÃO	KG	DOLMORA & MASSON LTDA - ME	500	3,22	1.610,00
39	BRÓCOLIS DE 1ª QUALIDADE, CABEÇAS FRES-CAS E TENRAS.	FEIRÃO	KG	DOLMORA & MASSON LTDA - ME	500	4,48	2.240,00
49	Cebola de cabeça de 1ª qualidade. Sem rama, fresca compacta e firme sem lesões de origem física ou mecânica, sem perfurações e cortes sem manchas com tamanho e coloração uniformes, isenta de sujidades parasitas e larvas.	FEIRÃO	KG	DOLMORA & MASSON LTDA - ME	700	3,40	2.380,00
50	Cenoura de 1ª qualidade. Sem rama, fresca compacta e firme sem lesões de origem física ou mecânica sem rachaduras e cortes com tamanho e coloração uniforme, devendo ser graúda.	FEIRÃO	KG	DOLMORA & MASSON LTDA - ME	530	3,22	1.706,60
56	Couve flor tamanho médio, folhas firmes e flores fechadas de talos não amarelos e com ausência de manchas pretas. Pesando entre oitocentos a mil gramas a unidade.	FEIRÃO	KG	DOLMORA & MASSON LTDA - ME	420	4,89	2.053,80
77	Maçã vermelha de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento. Unidades de tamanho médio, limpas, sem machucados, danos físicos ou mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	FEIRÃO	KG	DOLMORA & MASSON LTDA - ME	3.190	6,22	19.841,80
82	Mamão formosa 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, tamanho médio, pesando entre 2 e 2,5 quilogramas a unidade, fresco, deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvido, bem formado, limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	FEIRÃO	KG	DOLMORA & MASSON LTDA - ME	960	4,15	3.984,00
83	Manga Tomy, primeira qualidade, tamanho médio, firme, grau médio de amadurecimento, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	FEIRÃO	KG	DOLMORA & MASSON LTDA - ME	700	3,78	2.646,00
87	Moranga cabutiá, casca firme, sem manchas. Kg.	FEIRÃO	KG	DOLMORA & MASSON LTDA - ME	220	2,95	649,00
93	Pimentão verde, tamanho médio, no ponto de maturação, sem ferimentos ou defeitos, de 1ª qualidade sem manchas livres de resíduos de fertilizantes.	FEIRÃO	KG	DOLMORA & MASSON LTDA - ME	160	6,47	1.035,20
98	Repolho verde de 1ª qualidade, in natura, firme, sem rachaduras, as folhas devem estar livre de rachaduras e perfurações.	FEIRÃO	KG	DOLMORA & MASSON LTDA - ME	410	3,50	1.435,00

101	Tomate de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento. Isento de enfermidades boa qualidade, livres de resíduos de fertilizantes, sujidade, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica oriunda de manuseio ou transporte, acondicionado em sacos plásticos.	FEIRÃO	KG	DOLMORA & MASSON LTDA - ME	1.372	4,90	6.722,80
134	Gengibre de 1ª qualidade	FEIRÃO	KG	DOLMORA & MASSON LTDA - ME	10	18,75	187,50
140	Laranja de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento.	FEIRÃO	KG	DOLMORA & MASSON LTDA - ME	280	3,40	952,00
145	Limão de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento	FEIRÃO	KG	DOLMORA & MASSON LTDA - ME	10	4,49	44,90
150	Melancia de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento	FEIRÃO	KG	DOLMORA & MASSON LTDA - ME	360	1,68	604,80
153	Morango de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento	FEIRÃO	KG	DOLMORA & MASSON LTDA - ME	20	22,95	459,00
74.980,20							

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 021/2021  
CONTRATADA: ENIO DELAZERI EIRELI

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Ne-gociado	Total
3	Achocolatado - Mistura em pó para o preparo de achocolatado, enriquecido com vitaminas e minerais. O produto deve estar com suas características de cor, sabor, cheiro, preservadas, deve ser formulado a partir de matérias-primas selecionadas. Ingredientes: açúcar, cacau, extrato de malte, sal, leite em pó desnatado, soro de leite em pó, vitaminas (A, B1, B2, B6, C, D3, e PP), estabilizante, lecitina de soja e aromatizantes. Contém glúten. Acondicionado em pacotes, potes plásticos ou latas de no mínimo 400g, deve conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Marcas pré aprovadas: APTI; NESTLE e TODDY Equivalente ou similar	CELLI	UN	ENIO DELAZERI EIRELI	600	4,97	2.982,00
4	Açúcar branco cristal, com aspecto, cor, cheiro próprio, sabor doce, isento de sujidades, parasitas, materiais terrosos e detritos animais ou vegetais. Embalado em sacos plásticos íntegros hermeticamente fechados contendo 5 kg Marcas pré aprovadas: União, Doçula, Alto Alegre. Equivalente ou similar	DOCESUCAR	UN	ENIO DELAZERI EIRELI	500	14,15	7.075,00
6	Açúcar refinado especial, embalagem de 1 kg	DUÇULA	UN	ENIO DELAZERI EIRELI	150	3,99	598,50
7	Adoçante Dietético com stevia natural unidades com 100 ml. Selo da ANAD (Associação Nacional de Assistência ao Diabético)..	ADOCYL	UN	ENIO DELAZERI EIRELI	40	3,98	159,20
10	Aipim descascado e congelado.	CEASA	KG	ENIO DELAZERI EIRELI	25	4,87	121,75
14	Amido de milho, embalagem 500 gramas. Deve ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isenta de matérias terrosas e parasitas. Não deverá apresentar resíduos ou impurezas, bolor ou cheiro não característico. Embalagem: deve estar intacta, vedada com 500g. Prazo de validade mínimo 12 meses a contar a partir da data de entrega.	DAJUJ	UN	ENIO DELAZERI EIRELI	80	4,47	357,60
16	Arroz colonial. Tipo 2. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar data de fabricação recente e validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade. Embalagem de 1 kg	Urbano	UN	ENIO DELAZERI EIRELI	350	3,87	1.354,50

18	Arroz parbolizado, tipo 1, sem glúten longo fino constituídos de grãos inteiros isento de sujidades, materiais estranhos e mofos, safra corrente e procedência nacional, embalagem plástica atóxica limpa não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo, pacote com 5 Kg. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar data de fabricação recente e validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade.	CAXANGÁ	PCT	ENIO DELAZE-RI EIRELI	400	26,83	10.732,00
20	Azeite de Oliva, extra virgem, com acidez máxima de 0,8% (em ácido oléico) - para temperar alimentos; embalagem com 500 ml. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir data de entrega.	COCINEIRO	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	125	25,99	3.248,75
21	Bacon, embalagem com 500 gr	FRIPRANDO	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	40	15,99	639,60
25	Barras de flocos de arroz, embalagem com 500 gr	CE	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	10	12,64	126,40
32	Biscoito doce sortido. Embalagem com Informação nutricional e data de validade. Embalagem 400 gramas.	VITORIA	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	280	4,36	1.220,80
33	Biscoito Doce tipo Maria; Maisena ou Leite, embalagem de 400 gramas.	DIANA	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	700	4,59	3.213,00
36	Biscoito salgado tipo água e sal ou cream craker. Embalagem com Informação nutricional e data de validade. Embalagem 400 gramas.	DIANA	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	400	4,07	1.628,00
38	Bolacha de mel: tipo bolachão-caseiro. Ingredientes: Farinha de trigo, açúcar, mel natural de abelha, leite integral, margarina, sal amoníaco, canela em pó e cravo da Índia moído. Embalagens acondicionadas em pacotes de polietileno de 1 kg. O Pacote não poderá apresentar mais de 2% de Bolachas quebradas. Validade mínimo de 5 dias a partir da data de fabricação.	PICCININI	KG	ENIO DELAZE-RI EIRELI	220	9,98	2.195,60
40	Café em pó solúvel, embalagem de 200 gramas. Validade mínima 12 meses, tipo extra forte com selo de qualidade ABIC. Marcas pré aprovadas: MELITTA, 3 CORAÇÕES, IGUAÇU. Equivalente ou similar.	AMIGO	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	590	10,91	6.436,90
42	Canela em rama, embalagem de 10 gramas. Validade mínima de 6 meses no momento da entrega.	INCAS	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	207	2,07	428,49
43	Carne bovina moída de 1ª qualidade, tipo paleta ou acém, Características Técnicas: carne bovina sem osso, com máximo 8% de gordura (comprovada mediante laudo), congelada e moída sem gordura, pelanca e sebo aparente, carne de cor vermelha cereja, elástica firme e com odor agradável. Sem sujidades e ação de micróbios. Inspeccionada (SIM, SIE, SIF). Embalagem de 1 kg.	FRIBAZ	KG	ENIO DELAZE-RI EIRELI	600	17,90	10.740,00
52	Chá de camomila, em sachês, composto de capítulos florais de camomila (Matricaria chamomilla), sem glúten. Em sachês envelopados individualmente. Caixa de 10g com 10 sachês	nobel	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	307	2,59	795,13
53	Chá de erva-doce, em saquinhos, composto de funcho nacional (Foeniculum vulgare), sem glúten. Em sachês envelopados individualmente de aproximadamente 2g cada. Caixa com 10 sachês. Embalagem 13g.	INCAS	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	307	3,09	948,63
55	Colorau, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, isento de materiais estranhos, acondicionado em embalagens de 500 gramas. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	INCAS	PCT	ENIO DELAZE-RI EIRELI	140	5,35	749,00
58	CREME DE LEITE - UHT homogeneizado, sem necessidade de refrigeração. Embalagem tetrapak de 200g. Prazo de validade mínimo 06 meses a contar a partir da data de entrega.	TERRA VIVA	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	185	2,95	545,75
59	Creme vegetal, com sal, emulsão de água e óleos vegetais, não possui leite e seus derivados em sua composição. Informação nutricional, zero gordura Trans, embalagem de 500 gramas	PRIME	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	150	3,17	475,50
60	Doce de fruta em pasta. Embalagem com 900 gramas. Sabores diversos.	NUTRI OURO	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	105	10,72	1.125,60
62	Farinha de milho, fina, amarela, safra corrente. Produto obtido do grão de milho, deverão ser fabricada à partir de matérias primas e limpas, isentas de matérias terrosas e parasitas. Não poderão estar úmidas ou rançosas, prazo de validade mínima de 90 dias. Pacote de 1 kg.	DAJUJ	KG	ENIO DELAZE-RI EIRELI	350	3,79	1.326,50



63	Farinha de trigo branca especial, tipo 1, enriquecida, com ferro e ácido fólico, livre de sujidades, parasitas e larvas, produto obtido a partir de cereal limpo. Não poderá estar úmida, fermentada ou rançosa. Com aspecto de pó fino BRANCO, cheiro e sabor próprio. A embalagem primária deverá declarar a marca, nome e endereço do fabricante, peso líquido, prazo de validade, lote, número do registro no órgão competente. Validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. Embalagem de 5 kg. Marcas pré aprovadas: NORDESTE; LIBARDONE e SANANDUVA. Equivalente ou similar	BEATRIZ	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	381	15,14	5.768,34
66	Feijão preto tipo 1, embalagem 1 kg. Procedência natural de safra corrente. Será permitido limite de 2 % de impurezas e materiais estranhos. Embalado em pacotes plásticos, atóxico, transparente e resistente.	REI DA MESA	KG	ENIO DELAZE-RI EIRELI	380	7,31	2.777,80
67	Fermento químico em pó, ingredientes: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Embalagem rotulada com 250g. Validade mínima de 120 dias a contar da data da entrega.	APTI	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	205	6,30	1.291,50
70	Gelatina em pó, sabores variados, embalagem de 1 kg. Informação nutricional e prazo de validade mínima de 180 dias no momento da entrega.	DE CASA	KG	ENIO DELAZE-RI EIRELI	40	30,00	1.200,00
72	Leite de Soja, composto elaborado com grãos de soja não transgênico, 0% lactose e 0% colesterol e fonte de proteínas, cálcio, zinco e vitaminas A, B2, B6, B12, C, D, E e Ácido Fólico, sabor natural, embalagem tetrapack que garanta a integridade do produto e rótulo contendo a composição do produto, em embalagem de 1 litro, cor, cheiro e sabor próprios, conforme legislação vigente. Prazo de validade de 6 meses após a data da entrega.	PURITY	LIT	ENIO DELAZE-RI EIRELI	150	7,64	1.146,00
75	Lentilha classe média, de primeira qualidade, constituído de no mínimo, 95% de grãos inteiros na cor característica a variedade correspondente, de tamanho e formatos naturais, maduros, limpos e secos. Embalagem com procedência, informação nutricional e registro no órgão competente. Validade mínima de seis meses no momento da entrega. Pacote com 500 gramas.	CAMIL	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	100	7,69	769,00
76	Louro, ingredientes: folhas de louro secas. Embalagem plástica atóxica de 4g	INCAS	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	80	2,00	160,00
78	Macarrão com ovos, tipo espagete ou parafuso. Embalagem com 01 Kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade.	FLOR DE LIS	KG	ENIO DELAZE-RI EIRELI	500	5,68	2.840,00
81	Macarrão tipo letrinha embalagem de 500 gramas, com ovos, produzida com farinha de trigo tipo I, pura e livre de impurezas. Validade mínima de 06 meses no momento da entrega. Embalagem de 500 gramas.	GALO	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	50	4,14	207,00
85	Margarina vegetal com sal, emulsão de água e óleos vegetais, não possuir leite e seus derivados em sua composição, zero gordura trans. Deve conter Informação nutricional, identificação do produto e do fabricante, data de fabricação e de validade exposta. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. O produto deve estar acondicionado em potes plásticos com 500 gramas. O produto deverá ter validade mínima de 08 meses. Marcas pré aprovadas: QUALY, DORIANA, BECEL. Equivalente ou similar	COAMO	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	170	5,62	955,40
86	Milho/ervilha dueto, sache em conserva, embalagem de 300 gramas. Validade mínima de 12 meses a contar a partir da data de entrega. Na embalagem deverá constar o nome e marca do produto, data de fabricação, prazo de validade, número do lote e tabela de informação nutricional.	FUGINI	SCH	ENIO DELAZE-RI EIRELI	400	2,79	1.116,00
89	Óleo de soja refinado, 100% natural. Embalagem com 900 ml, limpas, não amassadas, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	COCAMAR	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	800	8,72	6.976,00

90	Orégano. Validade mínima de 6 meses no momento da entrega. Embalagem com 100 gramas.	INCAS	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	80	7,40	592,00
94	Polpa de tomate concentrado, ingredientes tomate, sal e açúcar, isento de sujidades e fermentação. Devem constar na embalagem a validade e modo de conservação do produto. Embalagem de 520 gramas. Marcas pré aprovadas: QUERO; ELEFANTE e FUGINI. Equivalente ou similar	OLÉ	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	1.000	4,49	4.490,00
95	POLVILHO AZEDO, EMBALAGEM DE 500 GRAMAS.	PRATA	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	65	4,88	317,20
97	Quirera de milho amarela, tipo fina, embalagem de 500 gramas	INCAS	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	100	2,77	277,00
99	Sagu sem sabor, tipo 01, embalagem 500 gramas.	PRATA	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	110	3,79	416,90
100	Sal refinado Iodado, embalagem de 1 Kg. Deve constar na embalagem: composição, registro, peso líquido e prazo de validade de no mínimo 1 ano a contar da data da entrega.	ZIZO	KG	ENIO DELAZE-RI EIRELI	374	1,91	714,34
103	Bife de gado fresco batido	FRIGORIGI-CO FILIPIN	KG	ENIO DELAZE-RI EIRELI	30	31,99	959,70
104	Bolacha doce embalagem de 1 kg.	VITORIA	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	209	9,39	1.962,51
107	Bolacha salgada embalagem de 740 gr	DIANA	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	134	9,29	1.244,86
110	Bombons recheados, embalagem com 1 kg	AMOR CA-RIOCA	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	50	33,99	1.699,50
111	Café solúvel granulado, embalagem 50 gr.	AMIGO	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	110	5,59	614,90
114	Caldo de galinha, embalagem com 12 unidades com 114g.	APTI	CX	ENIO DELAZE-RI EIRELI	30	3,64	109,20
116	Chá diversos sabores, embalagem, com 25 sachês com 40 gramas	nobel	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	205	5,68	1.164,40
118	Chocolate em barra preto ao leite, com 2,10 Kg	DOCEIRO	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	20	33,22	664,40
119	Chocolate em pó solúvel, embalagem de 200 gr.	APTI	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	45	12,65	569,25
121	Colher Plástica Descartável Pequena para Sobremesa com 50 Unid	MAGITUS	PCT	ENIO DELAZE-RI EIRELI	50	6,45	322,50
123	Copo plástico descartável transparente capacidade de 200 ml, caixa com 2.500 Unidades.	copossul	CX	ENIO DELAZE-RI EIRELI	15	101,00	1.515,00
130	Filtro nº 103 para café, caixa com 30 unidades.	TRÊS CORA-ÇÕES	CX	ENIO DELAZE-RI EIRELI	150	3,91	586,50
132	Garfos plásticos para bolo embalagem com 50 Unid	MAGITUS	PC	ENIO DELAZE-RI EIRELI	86	6,25	537,50
135	Goiabada, embalagem com 1 kg	PREDILECTA	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	5	16,89	84,45
137	Guardanapos medindo 24 cm X 22 cm. Embalagem com 50 Unid	BELA VISTA	PC	ENIO DELAZE-RI EIRELI	100	2,04	204,00
139	Ketchup, embalagem com 390 gr	MIRIAM	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	10	6,95	69,50
141	Leite condensado, embalagem com 250g	TIROL	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	125	5,64	705,00
142	Leite desnatado, embalagem de 1 litro	TERRA VIVA	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	24	3,87	92,88
143	Leite em pó, embalagem com 1 kg	DE CASA	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	10	32,86	328,60
146	Linguiça suína tipo calabresa	PAMPLONA	KG	ENIO DELAZE-RI EIRELI	10	23,89	238,90
147	Linguicinha	FRIPRANDO	KG	ENIO DELAZE-RI EIRELI	50	16,82	841,00
152	Molho de Mostarda amarela, embalagem com 255g	MIRIAM	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	10	4,49	44,90
155	Pão de queijo	VETORI	KG	ENIO DELAZE-RI EIRELI	110	6,97	766,70
160	Pêssego em calda, embalagem com 1 kg	SCHRAMM	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	20	9,67	193,40



162	Pirulito com recheio mastigável, embalagem de 480 gr	FLORESTAL	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	120	6,34	760,80
165	Prato plástico para bolo. Embalagem com 10 Unid	COPO SUL	PC	ENIO DELAZE-RI EIRELI	1.050	1,64	1.722,00
166	Preparo sólido para refresco, sabores diversos, embalagem de 500 gramas.	CELLI	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	150	6,90	1.035,00
169	QUEIJO PRATO FATIADO EMBALAGEM DE 150 GRAMAS.	GARCIA	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	200	5,70	1.140,00
170	Refrigerante diversos sabores embalagem de 2 litros.	KIKO	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	480	7,55	3.624,00
172	Requeijão, embalagem com 1 kg	UNIBABY	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	12	22,99	275,88
177	Suco de frutas sem conservantes, embalagem 1 litro	MARATA	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	555	7,37	4.090,35
179	Suco de uva integral, embalagem de 1,5 litros	CASA DA SERRA	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	50	14,85	742,50
182	Tempero para frango, peixe, e suíno, sabor limão, emb. com 60 gr	DMESA	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	10	5,12	51,20
184	Vinagre branco, embalagem 750 ml	KOLLER	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	10	2,39	23,90
185	Vinagre tinto colonial, embalagem de 2 lt	COLONIAL	UN	ENIO DELAZE-RI EIRELI	10	14,39	143,90
120.367,76							

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 022/2021  
CONTRATADA: MERCADO MUNARI LTDA - ME

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Ne-gociado	Total
5	Açúcar branco refinado com aspecto, cor, cheiro próprio, sabor doce, isento de sujidades, parasitas, materiais terrosos e detritos animais ou vegetais. Embalado em sacos plásticos íntegros hermeticamente fechados contendo 5 kg. Marcas pré aprovadas: União, Doçula, Alto Alegre. Equivalente ou similar	ALTO ALEGRE	UN	MERCADO MUNARI LTDA - ME	350	15,44	5.404,00
9	Água de coco, embalagem com 200 ml	PURO COCO	UN	MERCADO MUNARI LTDA - ME	300	3,34	1.002,00
12	Ameixa seca sem caroço, embalagem com 200 gr	SABOR SAUDE	UN	MERCADO MUNARI LTDA - ME	20	9,84	196,80
13	Amendoim sem casca, embalagem com 500 gr	CAROL	UN	MERCADO MUNARI LTDA - ME	40	6,30	252,00
15	Apresuntado fatiado embalagem 200 gramas.	FRIMESA	UN	MERCADO MUNARI LTDA - ME	220	6,16	1.355,20
17	Arroz integral, tipo 1, embalagem com 1 kg, contendo data de fabricação (na entrega não superior a 30 dias) e data de validade.	SAFRA	PCT	MERCADO MUNARI LTDA - ME	200	5,77	1.154,00
19	Aveia em flocos finos caixa com 200 gramas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar data de fabricação recente e validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade.	NATURALLE	UN	MERCADO MUNARI LTDA - ME	80	3,11	248,80
22	Balas de frutas diversas, embalagem com 500 gr	M DELICIA	UN	MERCADO MUNARI LTDA - ME	110	10,24	1.126,40
24	Barra de cereal, sabores diversos, embalagem com 22 gramas	NATURALE	UN	MERCADO MUNARI LTDA - ME	300	1,11	333,00
29	Bebida láctea fermentada. Produto elaborado a partir de soro de leite em pó reconstituído, leite pasteurizado e polpa de fruta. Deverá constar na embalagem do produto tabela de informações nutricionais, data de fabricação e prazo de validade. Validade mínima de 45 dias. Produto deverá estar resfriado. Pacote de 900 ml. Sabores coco e morango.	TIROL	PCT	MERCADO MUNARI LTDA - ME	550	4,35	2.392,50
31	Biscoito diet, para dieta de ingestão controlada de açúcares, alimento integral, fonte de fibras, proteínas e sem adição de açúcares. Embalagem com informação nutricional, data de validade, selo de qualidade e confiança da Associação Nacional de Assistência ao Diabético. Embalagens com peso líquido de 150g.	JASMINE	PCT	MERCADO MUNARI LTDA - ME	80	8,83	706,40

34	Biscoito integral, tipo Cookie, alimento para dieta de Ingestão 0% Lactose. Elaborado com ingredientes naturais, como farinha Integral, melado de cana, açúcar Mascavo, óleos vegetais, amido de Milho, flocos de limão, laranja e tangerina desidratada. Produto sem Leite e derivados. Embalagem com Informação nutricional, data de validade e peso líquido 200g.	JASMINE	PCT	MERCADO MUNARI LTDA - ME	150	8,68	1.302,00
35	Biscoito Maria sem lactose, embalagem de 400g. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, água, açúcar, gordura vegetal hidrogenada zero trans, açúcar invertido, estabilizante lecitina de soja, fermentos químicos (bicarbonato de sódio, pirofosfato ácido de sódio e bicarbonato de amônio), sal, metabisulfito de sódio, aroma artificial de baunilha, proteinase, vitaminas (b1, b2, b6 e pp). Sem colesterol, sem lactose e sem proteína do leite. Isento de produtos de origem animal. Contém glúten. Alérgicos: contém trigo. Pode conter derivados de cevada, aveia, soja e centeio.	LIANE	UN	MERCADO MUNARI LTDA - ME	150	6,84	1.026,00
37	Biscoito salgado, Crackers, sem glúten e sem lactose. Embalagem com 210 gramas.	LIANE	PCT	MERCADO MUNARI LTDA - ME	50	7,36	368,00
41	Canela em pó - canela em pó pura, pote contendo 35g. Na embalagem deverá constar o nome e marca do produto, data de fabricação, prazo de validade, número do lote e tabela de informações nutricionais.	INCAS	UN	MERCADO MUNARI LTDA - ME	35	3,58	125,30
44	Carne bovina tipo colchão mole, cortada em bifes de aproximadamente 100 / 130g. Características Técnicas: Peça de carne bovina sem osso, com no máximo 10% de gordura, congelada sem gordura e sebo aparente, sem nervos, tendões. Inspeccionada (SIM, SIE, SIF), de 1º qualidade. Validade a vencer de no mínimo 3 meses contados a partir da data de entrega. Embalagem de 1 kg.	FRIBAZ	KG	MERCADO MUNARI LTDA - ME	250	24,99	6.247,50
45	Carne bovina tipo patinho, colchão mole ou acém, cortada em cubos ou iscas de aproximadamente 30g. Características Técnicas: Peça de carne bovina sem osso, com no máximo 10% de gordura (comprovada mediante laudo), congelada sem gordura e sebo aparente, sem nervos, tendões. Carne de cor vermelha cereja, elástica firme e com odor agradável. Inspeccionada (SIM, SIE, SIF), de 1º qualidade. Validade a vencer de no mínimo 3 meses contados a partir da data de entrega. Embalagem de 1 kg.	FRIBAZ	KG	MERCADO MUNARI LTDA - ME	700	18,48	12.936,00
46	Carne de Frango misto, cortado em pedaços, congelado. Embalagem contendo cortes de galinha, inclusos peito, coxa, sobrecoxa, dorso, asas e pescoço. Embalado em embalagens plásticas que contenham a identificação do produto data de fabricação, prazo de validade, registro de inspeção (SIM, SIE, SIF).	SEARA	KG	MERCADO MUNARI LTDA - ME	100	11,63	1.163,00
51	Cereal matinal de milho. Embalagem de 500 gramas em plástico atóxico, declarar fabricante, endereço, lote, data de validade mínima de seis meses a contar da data de entrega, registro no órgão competente	ALCA-FOODS	UN	MERCADO MUNARI LTDA - ME	300	10,74	3.222,00
54	Coco ralado desidratado, sem adição de açúcar, procedência nacional, isento de materiais estranhos à sua composição normal. Embalado em polietileno atóxico, capacidade de 100 gramas. Embalagem deve conter procedência, identificação, lote, validade mínima de 6 meses a partir da data de fabricação, informações nutricionais.	APTI	UN	MERCADO MUNARI LTDA - ME	85	4,00	340,00
57	Cravo da Índia, embalagem de 10g. Validade mínima de 6 meses no momento da entrega.	INCAS	UN	MERCADO MUNARI LTDA - ME	167	2,23	372,41
61	Doce de leite pastoso. Deverá ser fabricado com matérias-primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa, parasitas, e em perfeito estado de conservação. Com registro no SIF ou SISP. Pote de 900 gramas.	DOCITO	UN	MERCADO MUNARI LTDA - ME	120	12,73	1.527,60
64	Farinha especial, sem glúten. Ingredientes: Farinha de Arroz, Polvilho Doce, Amido de Milho e espessante goma xantana (INS 4151). Sem glúten, sem ovo, sem lactose e sem soja. Embalagem com 1 kg.	KI ARROZ	KG	MERCADO MUNARI LTDA - ME	50	8,94	447,00

65	Farinha integral.Não poderá estar úmida, fermentada ou rançosa. Com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio. Embalagem de 1 kg	PANFACIL	KG	MERCADO MUNARI LTDA - ME	80	5,00	400,00
68	Fermento seco para pão, instantâneo, embalado a vácuo, validade mínima de 120 dias no momento da entrega, embalagem 500 gr.	PAKMAYA	UN	MERCADO MUNARI LTDA - ME	95	18,58	1.765,10
69	Fígado de gado de primeira qualidade, limpo, congelado á -12°C, isento de aditivos ou substâncias estranhas ao produto, que sejam impróprias ao consumo e que alterem suas características naturais (físicas químicas e organolépticas). Deverá ser acondicionada em embalagem primária constituída de plástico atóxico transparente, isenta de sujidades e ou ação de microorganismos. Inspeccionado(SIM, SIE,SIF),acondicionado em embalagem de 1Kg.	FRIBAZ	KG	MERCADO MUNARI LTDA - ME	280	10,36	2.900,80
71	Iogurte sem lactose, parcialmente desnatado com polpa de morango, coco, abacaxi ou frutas vermelhas, rico em nutrientes. Deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção. Embalagem de 170 gramas. Produto deverá estar resfriado no momento da entrega	TIROL	UN	MERCADO MUNARI LTDA - ME	600	2,66	1.596,00
73	Leite de vaca, UHT e zero lactose. Leite indicado para pessoas que sofrem de intolerância a lactose, permitindo uma alimentação balanceada, com todos os benefícios do leite, sem prejudicar o seu organismo, validade mínima de 90 dias no momento da entrega, embalagem Tetra Pak, 1 litro.	LEITBOM	LTR	MERCADO MUNARI LTDA - ME	500	4,36	2.180,00
74	Leite integral longa vida, caixas com 12 unidades cada. Marcas pré aprovadas: TIROL; TERRA VIVA e AURORA. Equivalente ou similar	TERRA VIVA	CX	MERCADO MUNARI LTDA - ME	213	46,93	9.996,09
79	Macarrão com ovos, tipo fino - cabelinho de anjo. Com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Embalagem de 500 gramas.	NORDESTE	UN	MERCADO MUNARI LTDA - ME	600	4,26	2.556,00
80	Macarrão de Arroz - sem glúten e sem ovos Características Técnicas: Massa alimentícia de arroz, formato curto, tipo parafuso ou penne. Produto 100% natural. Isento de glúten, ovos e conservantes. Embalagem: Pacote atóxico, incolor, transparente, termosoldado, resistente. Embalagem com 500g. Contendo todas as informações segundo a legislação vigente. Ingredientes: farinha de arroz, urucum e água. Prazo de Validade: Mínimo de 06 meses;	Urbano	UN	MERCADO MUNARI LTDA - ME	120	4,86	583,20
84	Manteiga de 1ª qualidade, sem sal. Obtida do creme de leite (nata) padronizado, pasteurizado e maturado, com 200g, com teor mínimo de 80% de lipídeos, embalagens com dados de identificação, data de fabricação e validade, lote, registro do Ministério da Agricultura SIF/ DIPOA. Validade de, no mínimo, 4 meses.	GARCIA	UN	MERCADO MUNARI LTDA - ME	150	8,90	1.335,00
88	NATA - Fabricada a partir de matérias primas sãs e limpas, deverá apresentar aspecto e cheiro característico, livre de sujidades e substâncias nocivas. Embalagem: pote de 300g cada unidade. Data de validade mínima 10 dias a contar a partir da data de entrega.	PIA	UN	MERCADO MUNARI LTDA - ME	320	6,14	1.964,80
91	Ovos de galinha, vermelhos, tipo 1, grandes, frescos, sem rachaduras e limpos. Embalagem com data e validade e aviário de origem, com registro no SIM, SIF ou CISPOA.	zanini	DUZ	MERCADO MUNARI LTDA - ME	388	5,60	2.172,80
96	POLVILHO DOCE, EMBALAGEM DE 500 GRAMAS.	PRATA	UN	MERCADO MUNARI LTDA - ME	30	3,71	111,30
102	Vinagre de maçã (garrafa plástica), atóxica, com identificação do produto. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data da entrega.	KOLLER	UN	MERCADO MUNARI LTDA - ME	350	3,59	1.256,50
105	Bolacha recheada diversos sabores, embalagem de 100 gr	VITORIA	UN	MERCADO MUNARI LTDA - ME	300	2,36	708,00
106	Bolacha salgada embalagem de 400 gr	DIANA	UN	MERCADO MUNARI LTDA - ME	80	5,36	428,80

112	Café solúvel, granulado, embalagem de 200 gramas.	IGUAÇU	UN	MERCADO MUNARI LTDA - ME	40	10,98	439,20
113	Calda sorvete sabores diversos embalagem 335g	CELLI	UN	MERCADO MUNARI LTDA - ME	10	6,40	64,00
115	Cereja em calda, embalagem com 100 gr	SABOR SAUDE	UN	MERCADO MUNARI LTDA - ME	15	9,65	144,75
117	Chantilly creme, embalagem com 1 litro	CHANTY	UN	MERCADO MUNARI LTDA - ME	23	13,95	320,85
120	CHOCOLATE GRANULADO, EMBALAGEM DE 500 GR.	ROMA	UN	MERCADO MUNARI LTDA - ME	20	8,80	176,00
122	Confeitos decorativos ( missangas) com 500 g	REALTA	UN	MERCADO MUNARI LTDA - ME	5	18,90	94,50
124	Corantes alimentícios diversos cores, embalagem com 10 ml	INCAS	UN	MERCADO MUNARI LTDA - ME	10	4,38	43,80
126	Doce "Teta de nega" caixa contendo 24 unidades 1,01 kg.	MARAS	UN	MERCADO MUNARI LTDA - ME	10	31,00	310,00
128	Emulsificante, embalagem com 200 gr	SELECTA	UN	MERCADO MUNARI LTDA - ME	30	7,18	215,40
131	Forma para docinhos nº 2, embalagem com 200 unidades	INCAS	UN	MERCADO MUNARI LTDA - ME	10	6,90	69,00
133	Gelatina de diversos sabores embalagem com 30 gr	APTI	UN	MERCADO MUNARI LTDA - ME	150	1,38	207,00
136	Granola, embalagem com 500 gr	NATURALE	PC	MERCADO MUNARI LTDA - ME	74	15,79	1.168,46
138	Iogurte bandeja com 6 Unidades. Diversos sabores.	FRIMESA	bandeja	MERCADO MUNARI LTDA - ME	334	4,94	1.649,96
144	Leite sem lactose, embalagem de 1 litro	LEITBOM	UN	MERCADO MUNARI LTDA - ME	12	4,40	52,80
148	Maionese, embalagem em sachê com 470 gr	SOYA	UN	MERCADO MUNARI LTDA - ME	48	4,42	212,16
151	Milho pipoca de 1ª qualidade, embalagem com 500 gr	CAROL	UN	MERCADO MUNARI LTDA - ME	30	4,60	138,00
164	Pó para sorvete, sabores: morango, creme, chocolate embalagem com 150 gr	APTI	UN	MERCADO MUNARI LTDA - ME	50	4,35	217,50
167	Presunto fatiado.	PAMPLONA	KG	MERCADO MUNARI LTDA - ME	85	23,77	2.020,45
171	Refrigerante diversos sabores embalagem de 3.300 ml	CONTI	UN	MERCADO MUNARI LTDA - ME	550	8,23	4.526,50
178	Suco de frutas sem conservantes, embalagem 200 ml	MARATA	UN	MERCADO MUNARI LTDA - ME	310	1,96	607,60
85.880,23							

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 023/2021

CONTRATADA: STEMPCOSKI &amp; STEMPCOSKI PADARIA LTDA - ME

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Negociado	Total
154	Pão de milho	Stempcosky	KG	STEMPCOSKI & STEMPCOSKI PADARIA LTDA - ME	25	19,85	496,25
157	PÃO FRANCES	Stempcosky	KG	STEMPCOSKI & STEMPCOSKI PADARIA LTDA - ME	410	10,95	4.489,50
4.985,75							

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 024/2021

CONTRATADA: SACOLÃO DO TREVO LTDA ME

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Negociado	Total
11	Alho bulbo inteiro, nacional, boa qualidade, firme e intacto, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido, isento de sujidades, parasitas e larvas, embalagem de 200 gramas.	SACOLAO TREVO	UN	SACOLÃO DO TREVO LTDA ME	250	4,75	1.187,50
181	Temperinho verde.	SACOLAO TREVO	MAÇO	SACOLÃO DO TREVO LTDA ME	30	2,24	67,20
1.254,70							

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 025/2021  
CONTRATADA: SILVIO MELO WALTRICK 05027184980

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Negociado	Total
8	Agnolini, embalagem com 500 gr	MASSAS WALTRICK	UN	SILVIO MELO WALTRICK 05027184980	40	15,45	618,00
92	Pão de cachorro quente, aproximadamente 50 gramas.	MASSAS WALTRICK	KG	SILVIO MELO WALTRICK 05027184980	410	11,95	4.899,50
108	Bolo de forma com cobertura de creme, coco ralado e chocolate.	MASSAS WALTRICK	KG	SILVIO MELO WALTRICK 05027184980	375	27,06	10.147,50
109	BOLO RECHEADO	MASSAS WALTRICK	KG	SILVIO MELO WALTRICK 05027184980	383	27,85	10.666,55
125	CUCA RECHEADA diversos sabores	MASSAS WALTRICK	KG	SILVIO MELO WALTRICK 05027184980	325	10,96	3.562,00
127	Doces diversos ( sonho com recheio, crostoli, brigadeiro,cajuzinho..)	MASSAS WALTRICK	KG	SILVIO MELO WALTRICK 05027184980	425	24,87	10.569,75
156	PÃO FATIADO, PACOTE DE 500 GR.	MASSAS WALTRICK	UN	SILVIO MELO WALTRICK 05027184980	380	5,49	2.086,20
158	Pão integral, embalagem de 500 gr.	MASSAS WALTRICK	UN	SILVIO MELO WALTRICK 05027184980	60	5,97	358,20
163	Pizza média de diversos sabores, embalagem de 450gr	MASSAS WALTRICK	UN	SILVIO MELO WALTRICK 05027184980	90	11,45	1.030,50
173	Salgados diversos ( pastel, esfiha, risoles, croquete...)	MASSAS WALTRICK	KG	SILVIO MELO WALTRICK 05027184980	640	27,85	17.824,00
175	Sanduíche com pão tipo bisnaguinha (queijo, presunto, alface e maionese)	MASSAS WALTRICK	KG	SILVIO MELO WALTRICK 05027184980	325	25,83	8.394,75
176	Sanduíche natural com pão integral (alface, cenoura, queijo e tomate)	MASSAS WALTRICK	KG	SILVIO MELO WALTRICK 05027184980	350	25,98	9.093,00
180	Suspiro, embalagem com 500 gr	MASSAS WALTRICK	UN	SILVIO MELO WALTRICK 05027184980	40	22,00	880,00
80.129,95							

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 026/2021  
CONTRATADA: NC COMERCIAL LTDA

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Negociado	Total
47	Carne de frango, coxa e sobre coxa, inteira. Inspeccionada (SIM, SIE, SIF). Identificadas com rótulo, data de fabricação e validade.	LAR	KG	NC COMERCIAL LTDA	2.200	7,25	15.950,00
48	Carne suína picada, inspeccionada (SIM, SIE, SIF). Características Técnicas: Peça de carne suína sem osso, congelada, sem pele, gordura e sebo aparente, carne de cor uniforme, entre rosada e avermelhada, elástica firme e com odor agradável. Cortada em cubos pequenos. Acondicionada em embalagem de 1 Kg. Identificadas com rótulo, data de fabricação e validade.	FRIPRANDO	KG	NC COMERCIAL LTDA	600	14,35	8.610,00
129	Filezinho de frango kg	C. VALE	KG	NC COMERCIAL LTDA	50	12,90	645,00
159	PEITO DE FRANGO	FRIAVES	KG	NC COMERCIAL LTDA	50	9,80	490,00
168	Queijo mussarela fatiado	GARCIA	KG	NC COMERCIAL LTDA	125	31,95	3.993,75
174	Salsicha, embalagem com 1 kg	NAT.	UN	NC COMERCIAL LTDA	40	12,80	512,08
183	Tulipa de frango	MAIS FRANGO	KG	NC COMERCIAL LTDA	50	22,95	1.147,50
31.348,33							

**CONTRATO N. 015/2021**

Publicação N° 2867975

Processo Licitatório n. 0016/2021

Pregão Presencial n. 0014/2021

CONTRATO N. 015/2021

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: JULIANA DA SILVA REICHERT EIRELI

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de controle de vetores e pragas, compreendendo desinsetização, desratização e descupinização, conforme condições, especificações e quantitativos estabelecidos no anexo I do Edital de Pregão nº 0014/2021.

Valor total do contrato: R\$ 7.970,00 (sete mil novecentos e setenta reais).

Vigência: Da assinatura até 11/08/2021.

Data da assinatura: 12/02/2021.

**CONTRATO N. 016/2021**

Publicação N° 2867988

Processo Licitatório n. 0016/2021

Pregão Presencial n. 0014/2021

CONTRATO N. 016/2021

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: CARNIEL &amp; CORDEIRO DEDETIZAÇÃO LTDA

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de controle de vetores e pragas, compreendendo desinsetização, desratização e descupinização, conforme condições, especificações e quantitativos estabelecidos no anexo I do Edital de Pregão nº 0014/2021.

Valor total do contrato: R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

Vigência: Da assinatura até 11/08/2021.

Data da assinatura: 12/02/2021.

**CONTRATO N. 017/2021**

Publicação N° 2867990

Processo Licitatório n. 0016/2021

Pregão Presencial n. 0014/2021

CONTRATO N. 017/2021

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: JOSÉ LUIZ MORESCO

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de controle de vetores e pragas, compreendendo desinsetização, desratização e descupinização, conforme condições, especificações e quantitativos estabelecidos no anexo I do Edital de Pregão nº 0014/2021.

Valor total do contrato: R\$ 238,00 (duzentos e trinta e oito reais).

Vigência: Da assinatura até 11/08/2021.

Data da assinatura: 12/02/2021.

**CONTRATO N. 018/2021**

Publicação N° 2868375

Processo Licitatório n. 0008/2021

Pregão Presencial n. 0006/2021

CONTRATO N. 018/2021

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: FIGUEIRÓ TRANSPORTES E TURISMO LTDA

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para efetuar serviços em roteiros de transporte escolar dos alunos da rede pública municipal e da educação especial, para o ano letivo de 2021.

Valor total do contrato: R\$ 154.560,00 (cento e cinquenta e quatro mil quinhentos e sessenta reais).

Vigência: Da assinatura até 31/12/2021.

Data da assinatura: 17/02/2021.



# Ouro Verde

## PREFEITURA

### RETIFICAÇÃO AO EDITAL Nº003/2021

Publicação Nº 2867523

#### ERRATA EDITAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

AVISO DE RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2021

PROCESSO LICITATÓRIO nº010/2021

O Município de Ouro Verde inscrito no CNPJ sob. nº 80.913.031/0001-72 com sede na Rua João Maria Conrado nº 425 Centro, Cidade de Ouro Verde/SC, por intermédio do Prefeito Municipal, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, vem por meio deste retificar excluindo no termo de referência parte elétrica. Fica nova data da Entrega dos Envelopes: Até as 08h35min dia 03 de março de 2021. Credenciamento, sessão de lances e Hab.: Às 08h40min dia 03 de março de 2021. Obt. Infor. Secretaria Geral de Administração - Setor de licit. Da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425. O Edital retificado está disponível do site [www.ouroverde.sc.gov.br](http://www.ouroverde.sc.gov.br). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde (SC), 17 de fevereiro de 2021. Moacir Mottin Prefeito Municipal.



# Paial

## PREFEITURA

### DECRETO 13/2021

Publicação Nº 2867518

DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DE VALORES APLICADOS PELA LEI COMPLEMENTAR 47/2017, QUE DISPÕE SOBRE PAGAMENTO DE AUXÍLIO À ESTUDANTES DE UNIVERSIDADES, CURSOS PROFISSIONALIZANTES E OU DE NÍVEL TÉCNICO, NOS TERMOS DO ART. 69 VII DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VOLNEI DIOGO DE PELEGRIN, Prefeito Municipal de Paial em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente Lei Complementar 47/2017 de 28 de abril de 2017.

DECRETA:

Art. 1º. Para os estudantes que possuem qualquer vínculo empregatício, nos termos da Lei Complementar 47/2017, fica atualizado sua remuneração pelo índice de IGPM/FGV, nos termos do quadro abaixo:

Valor Aplicado em 2020	Índice de Reajuste – IGPM/FGV	Ano	Valor Atualizado
R\$ 1.565,57	+25,71 %	2021	R\$ 1.968,07

Art. 2º. Integra este Decreto o Anexo Único que trata da evolução do IGPM/FGV para sua atualização.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto n. 13/2020 de 13 de fevereiro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paial (SC), em 15 de fevereiro de 2021.

VOLNEI DIOGO DE PELEGRIN

Prefeito Municipal em Exercício

### ANEXO ÚNICO

#### DEMONSTRATIVO MENSAL DO CALCULO DO IGPM/FGV

TAXAS DE VARIAÇÃO EM 12 MESES DO IGPM E SEUS COMPONENTES				
Data	IGPM	IPA-M	IPC-M	INCC-M
	% 12 m	% 12 m	% 12 m	% 12 m
jan/20	7,81%	9,91%	3,72%	3,99%
fev/20	6,82%	8,38%	3,67%	4,15%
mar/20	6,81%	8,48%	3,20%	4,34%
abr/20	6,68%	8,54%	2,63%	4,02%
mai/20	6,51%	8,60%	1,65%	4,14%
jun/20	7,31%	9,77%	1,76%	4,01%
jul/20	9,27%	12,60%	2,09%	3,95%
ago/20	13,02%	18,15%	2,34%	4,44%
set/20	17,94%	25,26%	3,04%	5,01%
out/20	20,93%	29,14%	3,88%	6,64%
nov/20	24,52%	34,16%	4,42%	7,86%
dez/20	23,14%	31,63%	4,81%	8,66%
jan/21	25,71%	35,40%	4,70%	9,39%
Fonte: FGV IBRE				

### DECRETO Nº 014/21 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2867521

“DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À EPIDEMIA DA COVID-19, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VOLNEI DIOGO DE PELEGRIN, Prefeito Municipal em exercício de Paial, Estado de Santa Catarina, no exercício a competência exclusiva que lhe são conferidas por lei, especialmente nos termos do Art. 69, VII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que o nível da Avaliação de Risco Potencial do Estado de Santa Catarina para as regiões de Chapecó e Xanxerê permanecem em nível GRAVÍSSIMO (representado pela cor vermelha no mapa do Estado);

CONSIDERANDO o colapso na rede de saúde pública e privada do Oeste de Santa Catarina, com ausência de vagas nas UTI's – Unidades de Terapia Intensiva e severo comprometimento do atendimento ambulatorial, bem como o colapso no Hospital Regional do Oeste - HRO;

CONSIDERANDO que, no âmbito do Município de Paial, tem sido observado o descumprimento das determinações normativas alusivas ao enfrentamento da pandemia em diversos setores;

CONSIDERANDO que se está enfrentando o pior momento no que diz respeito ao comprometimento da capacidade instalada da rede de atendimento em saúde do município e região;

CONSIDERANDO as deliberações e as ações aprovadas na reunião extraordinária realizada no dia 16 de fevereiro de 2021, envolvendo a representação dos 52 municípios integrantes do CIS-AMOSC e o Secretário de Estado da Saúde;

CONSIDERANDO, por fim, a imperiosa necessidade de preservar a VIDA dos cidadãos paialenses e de, ao mesmo tempo, preservar o ensino escolar e manter ativas as atividades empresariais em âmbito municipal;

**DECRETA:**

Art. 1º. Ficam suspensas, até 01 de março do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior, as atividades de:

I- bares e outros locais destinados a happy hours ou a consumo predominante de bebidas alcoólicas em qualquer horário;

II- clubes de campo, camping, associações de trabalhadores, centros de convivências, sedes de empresas e locais afins (a exemplo de ranchos, recantos, etc.), exceto para a prática em tais locais de exercícios ou esportes individuais que permitam o distanciamento físico, como caminhadas, ciclismo, e afins;

III- prática, recreativa ou por meio de competições, independentemente do número de participantes, de atividades físicas ou esportivas coletivas, a exemplo de futebol, vôlei, futevôlei, bocha, bolão e outros, em quadras, campos ou ginásios de esportes, abertos ou fechados, públicos ou privados;

Art. 2º. Ficam suspensas até 01 de março do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior, os restaurantes e lanchonetes poderão funcionar exclusivamente nos seguintes horários, e observando a lotação máxima preconizada pelo Estado de Santa Catarina para o nível Gravíssimo:

I - das 10:00 às 14:00 horas; e,

II - das 18:00 às 22:00 horas;

§ 1º. Considera-se atividade de restaurante, para os fins deste decreto, aquela destinada a servir almoço e jantar, nos períodos correspondentes aos horários definidos nos incisos I e II deste artigo, sendo que as demais atividades assemelhadas serão regidas pelas demais disposições específicas deste e dos demais decretos e normas em vigor;

§ 2º. O atendimento deverá atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias e de saúde relativas ao enfrentamento da pandemia da Covid-19, especialmente:

III- a obrigatoriedade do uso de máscaras;

IV- disponibilização de luvas descartáveis e de recipiente próprio para o descarte das mesmas após o uso;

V- medidores de temperatura na entrada do estabelecimento;

VI- redução da ocupação máxima a 50% (cinquenta por cento) da capacidade total permitida;

VII- respeitar o intervalo de uma mesa ocupada e uma mesa vazia, devendo esta última estar devidamente identificada;

VIII- permitir apenas a ocupação máxima de 04 (quatro) pessoas por mesa;

IX- intensificar o uso de álcool em gel 70% na entrada do estabelecimento e nos locais de uso compartilhado, como buffet, banheiros e afins; e,

X- impedir filas ou locais de espera sem o devido distanciamento.

Art. 3º Fica vedado até 01 de março do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior:

I- a realização presencial de missas, cultos e demais atividades religiosas ou de outras crenças que importem em uso comum de espaços de igrejas, templos, santuários, grutas e locais afins;

II- a realização de promoções ou eventos por estabelecimentos comerciais, de qualquer natureza, destinadas ao chamamento de clients;

III- a utilização de parques infantis, situados em praças, associações, ou condomínios residenciais, cuja proibição deverá ser devidamente identificada pelos responsáveis legais, exceto para a prática em tais locais de exercícios ou esportes individuais que permitam o distanciamento físico, como caminhadas, ciclismo e afins;

IV- o uso de salões de festa, espaços gourmet, salões de jogos, espaços de recreação, piscinas, cuja proibição deverá ser devidamente identificada pelos responsáveis legais;

V- a utilização de propriedades particulares, na cidade e no interior (sítios, chácaras e afins), com o objetivo de realização de festas ou eventos irregulares que impliquem em aglomeração de pessoas;

VI- a prática, em locais públicos ou privados, de jogos de sinuca, dominó, bocha, bolão, 48, jogos de baralho e demais meios recreativos que importem em compartilhamento de objetos;

VII- a disposição de mesas, cadeiras e bancos em áreas externas de lojas de conveniências e estabelecimentos afins.

Art. 4º Ficam suspensas até 01 de março do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior, as aulas presenciais nas unidades da rede pública de ensino, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente.

Art. 5º Fica vedado até 01 de março do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior, a realização de eventos sociais, educacionais, recreativos, de confraternização e afins (a exemplo de palestras, reuniões associativas, assembleias e outros), independentemente da quantidade de pessoas, de caráter público ou privado.

Art. 6º Além das medidas já em vigor, para os estabelecimentos que têm por objeto a venda de produtos alimentícios, tais como mercearias, minimercados, mercados, supermercados e afins, fica restabelecida, até reavaliação posterior, a proibição da entrada de mais de 2 (duas) pessoa por grupo familiar a cada compra a ser realizada, cabendo ao responsável legal pelo local a obrigação de fiscalização dessa medida.

Art. 7º O descumprimento das medidas estabelecidas no presente decreto sujeitará o infrator às penalidades previstas nas normas estaduais e municipais em vigor.

Art. 8º As pessoas, entidades ou estabelecimentos referidos no presente decreto deverão comunicar o respectivo público alvo acerca das normas ora estabelecidas.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 10 Fica determinado a Vigilância Sanitária municipal, com apoio da Polícia Militar e, Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, para atuar quanto a fiscalização das medidas aplicadas decorrente do novo Coronavírus – COVID 19.

Art. 11 Este decreto entra em vigor a partir de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto 012/21 de 15 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paial, em 17 de fevereiro de 2021.

VOLNEI DIOGO DE PELEGRIN

Prefeito Municipal em Exercício

## DESPACHO DE REVOGAÇÃO PROCESSO 011/2021 PP 005/2021 PM

Publicação Nº 2867807

### DESPACHO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Referência	:	Processo Administrativo nº 011/2021 Pregão Presencial nº 005/2021
Assunto	:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOLDA/HORAS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO PARA USO PELA AS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, JUNTO AO MUNICÍPIO DE PAIAL/SC.

VOLNEI DIOGO DE PELEGRIN, Prefeito municipal em exercício de Paial/SC, no uso de sua competência e tendo como prerrogativas os regimentos estatuídos pela Lei Federal nº 8.666/93, bem como:

Considerando a supremacia da Administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios tramitantes em sua instância, com fundamento no teor do art. 49, caput, da Lei Federal 8.666/93;

Considerando equívoco quanto ao lançamento de itens e suas quantidades unitárias;

#### DECIDE:

Tendo como princípio o interesse da Administração e a conveniência administrativa, REVOGAR o Processo Administrativo nº 011/2021, Pregão Presencial 005/2021.

Publique-se.

Ao fim, archive-se.

Paial/SC em 17 de fevereiro de 2021.

VOLNEI DIOGO DE PELEGRIN

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

## HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 03/2020

Publicação Nº 2867548

### HOMOLOGAÇÃO FINAL

O Município de Paial, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, o Excelentíssimo Senhor Volnei Diogo de Pelegrin, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

#### 1. HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

1.1. Homologa-se o resultado final para os cargos de Agente de Higienização, Copa e Cozinha, Assistente Social, Auxiliar de Classe (Habilitado), Enfermeiro, Engenheiro Civil, Fisioterapeuta, Professor de Educação Física, Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental, Psicólogo, destinados para o preenchimento de vaga no Quadro Temporário do Executivo Municipal, conforme classificação constante no Anexo I desta publicação.

1.1.1. Não houve candidatos aprovados para os cargos de Técnico em Enfermagem e Farmacêutico.

1.2. A nomeação dos candidatos aprovados aos seus respectivos cargos ficará condicionada ao atendimento dos requisitos básicos para a

investidura, constantes no Edital n.º 03/2020, de 23 de dezembro de 2020 e na legislação vigente.

1.3. O prazo de validade do Processo Seletivo Público é de 01 (um) ano, a contar da publicação desta homologação, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério do Executivo Municipal, antes de expirado o prazo de vigência original.

1.4. Esse Edital e seus Anexos encontram-se afixados no Mural Público da Prefeitura Municipal de Paial, publicados nos sites <http://paial.sc.gov.br/>, [www.wedoservicos.com.br](http://www.wedoservicos.com.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina.

Paial, 15 de fevereiro de 2021.

Volnei Diogo de Pelegrin

Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e publique-se.

#### ANEXO I – CLASSIFICAÇÃO FINAL AMPLA CONCORRÊNCIA

AGENTE DE HIGIENIZAÇÃO, COPA E COZINHA				
INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
140	MIRANGELA BROCK FERREIRA	72,00	1º	Aprovado
163	SUZANA MISSIO	68,00	2º	Excedente
120	SIMONE APARECIDA ROSA	64,00	3º	Excedente
82	TAÍS NAIARA BECKER	64,00	4º	Excedente
7	VANESSA NOLL	60,00	5º	Excedente
83	JAQUELINE DALAZEN	56,00	6º	Excedente
135	ANIELA FAGUNDES	56,00	7º	Excedente
105	JOSIANI BRAATZ DE VARGAS	52,00	8º	Excedente
ASSISTENTE SOCIAL				
INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
207	SONIA DE VARGAS ABREU	59,70	1º	Excedente
42	LARISSA RUVIARO	54,20	2º	Excedente
189	ADRIANA TELES COSMANN	53,60	3º	Excedente
ENFERMEIRA				
INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
116	GREICI DAIANI BERLEZI	53,40	1º	Excedente
180	CRISTIANE CARLA ALBRECHT	53,30	2º	Excedente
ENGENHEIRO CIVIL				
INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
172	MARJORY ANDRIGHETTO RUVIARO DA SILVA	90,00	1º	Aprovado
175	EVERTON KAZUAKI YOKOYAMA	86,30	2º	Excedente
122	RENAN MARCOS MURARO	83,20	3º	Excedente
89	ALLISSON AUGUSTO ZAMBONI	80,10	4º	Excedente
74	IGORI FRIPP DAINESE	79,90	5º	Excedente
239	VINÍCIUS POSSER	79,80	6º	Excedente
20	SABIANA GILSANE MUHLEN DOS SANTOS	79,30	7º	Excedente
90	GABRIEL BENDER FERRAZ	76,70	8º	Excedente
63	ELAINE APARECIDA MACHADO DA MOTTA	76,70	9º	Excedente
247	NADINE MACHADO FICHER	76,60	10º	Excedente

162	PIETRO DA ROCHA MACALOSSI	76,20	11º	Excedente
182	KARINA PAULA OSMARIN PAGLIARINI	74,30	12º	Excedente
72	GUILHERME SCHERER HARTTFEIL	73,80	13º	Excedente
40	JONATHA FELIPE BRAUN DE AQUINO	73,50	14º	Excedente
12	GABRIEL SCHOLL ROBALLO	73,00	15º	Excedente
127	CAROLINE SCHEFFER	73,00	16º	Excedente
152	DASSAEV HABOWSKI	69,70	17º	Excedente
161	IGOR ALADIO SCHAFFER	69,40	18º	Excedente
65	RODRIGO TAVEIRA DA SILVA	69,40	19º	Excedente
213	DAIANE ALINE GROOMERS	67,70	20º	Excedente
130	LORENE MANFROI	67,30	21º	Excedente
44	VANUZA LORENZET BONETTI	67,20	22º	Excedente
178	JOEL MARCOS OZIMBOSKI	67,00	23º	Excedente
255	PÂMELA TAYNARA COGO	67,00	24º	Excedente
34	SABRINA CAROLINE ARENHART FRARE	67,00	25º	Excedente
75	PAMELA SANDER ALVES LISBOA	66,80	26º	Excedente
124	GIOVANA PELISSER	66,60	27º	Excedente
224	FABRÍCIO LUCAS ZAMADEI	66,50	28º	Excedente
27	CARLOS MIGUEL KLAMT	66,40	29º	Excedente
109	ERICSON BIGLIA DE GODOIS	66,30	30º	Excedente
22	GUILHERME RAUSCHKOLB	66,00	31º	Excedente
197	RAQUEL MARION DE FRANCESCHI	63,70	32º	Excedente
144	ALLAN AMARAL DE OLIVEIRA	63,50	33º	Excedente
250	FRANCISCO MARCELINO JUNIOR	62,90	34º	Excedente
13	ISMAEL WERMEIER	60,50	35º	Excedente
14	ARTHUR BERNARDO DREWS	59,80	36º	Excedente
129	JONATAS CARDOSO BORGES VIEIRA	59,70	37º	Excedente
160	DAIANE LÚCIA SANTOLIN	59,40	38º	Excedente
67	GIAN CARLOS BEDIN	59,20	39º	Excedente
170	BRUNO NUNES	57,20	40º	Excedente
93	WILLIAN DIEGO FRANCESCHINA GLANERT	57,20	41º	Excedente
45	LEONEI JOSÉ MARTINS	56,60	42º	Excedente
181	BRUNA CAROLINE VEDOVATTO	56,50	43º	Excedente
254	LUCAS GALVÃO KUNS	56,00	44º	Excedente
126	JULIANO RIBOLI DE OLIVEIRA	54,50	45º	Excedente
208	MEDICKSON LAMONATO BERRA	53,70	46º	Excedente
240	GUILHERME AUGUSTO MATTIELLO	53,50	47º	Excedente
217	MARCO AURELIO COUTO	53,00	48º	Excedente
168	ELIS REGINA BETTO	50,80	49º	Excedente
158	LUANI LUCIA HARTMANN	50,70	50º	Excedente
257	LEANDRO PEDRO MACHADO	50,30	51º	Excedente
96	AMANDA SAFRAIDER DA COSTA	50,30	52º	Excedente
9	GILBERTO LAZAROTTO JUNIOR	50,30	53º	Excedente

## FISIOTERAPEUTA

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
245	ANA MARIA ROBERTI	66,90	1º	Excedente
31	ARNALDO CALVIN KLEIN	66,40	2º	Excedente
134	DAIARA RAFAELE DRESCH	60,60	3º	Excedente

232	GISELY FERNANDES DA SILVA	57,40	4º	Excedente
198	KETLEN ELIZA TOCCHETTO	57,00	5º	Excedente
211	FERNANDO ZANCANARO MIOTTO	50,00	6º	Excedente
PSICÓLOGO				
INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
185	JANALISE RODRIGUES	96,50	1º	Excedente
252	LUCIANO MACIEL DA CONCEIÇÃO	69,50	2º	Excedente
32	SANDRO RONEI GONÇALVES	60,00	3º	Excedente
112	CAROLINA ORO PRANCUTTI	56,50	4º	Excedente
139	SUZIMARA CRISTINA ZUSE	52,60	5º	Excedente
43	GUILHERME MARAFON	50,20	6º	Excedente

AUXILIAR DE CLASSE (HABILITADO)							
INSCRIÇÃO	NOME	OBJ	TIT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	
95	CLAUDIA ROSA P. CAPEL-LESSO	45,00	5,40	50,40	1º	Aprovado	
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA							
INSCRIÇÃO	NOME	OBJ	TIT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	
94	PATRICIA BENDER	45,00	4,00	49,00	1º	Excedente	
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL							
INSCRIÇÃO	NOME	OBJ	TIT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	
137	GABRIELA STEFFEN	51,00	3,80	54,80	1º	Excedente	
91	CLAUDIA ROSA P. CAPEL-LESSO	48,00	5,40	53,40	2º	Excedente	
136	PAULA MARCIELI AULER	48,00	4,16	52,16	3º	Excedente	
21	ROZANGELA MARIA Z. FAVERO	48,00	2,40	50,40	4º	Excedente	
103	JULINE KUHN	48,00	1,00	49,00	5º	Excedente	
119	SILMARA FABIANA FARINA	45,00	3,00	48,00	6º	Excedente	

**PREGÃO PRESENCIAL 007/2021 PM MANUTENÇÃO CARREGADEIRA**

Publicação N° 2867663

**AVISO DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE PAIAL, Estado de Santa Catarina, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, TORNA PÚBLICO que realizará o certame licitatório acima mencionado, conforme o objeto e demais indicações a seguir, na forma consubstanciada nas cláusulas deste Edital.

PROCESSO N.º		
013/2021		
MODALIDADE:		
PREGAO PRESENCIAL		Nº 007/2021
OBJETO: – A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PARA SERVIÇOS REFERENTE A REMOÇÃO DE EIXO DIANTEIRO E EIXO TRASEIRO, PARA TROCA DE FREIOS, TROCA DE CILINDRO MESTRE E TROCA DE REPAROS DE CILINDRO DE ELEVAÇÃO PARA CARREGADEIRA WA180.		
RECEBIMENTO DOS ENVELOPES		



O recebimento dos Envelopes Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até as 08:45 horas do dia 04 DE MARÇO DE 2021, no Setor de Protocolo desta Prefeitura Sala de Licitações da Prefeitura de Paial, sito a Rua Goiás, 400, centro – Paial – SC.

#### JULGAMENTO DA PROPOSTAS DE PREÇOS HABILITAÇÃO

A abertura dos Envelopes n. 01 – PROPOSTA DE PREÇOS dar-se-á a partir das 09:00 horas no dia 04 DE MARÇO DE 2021, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações da Prefeitura de Paial e da PROPOSTA DE PREÇOS no mesmo local e horário, desde que atendido o disposto no inciso III, art. 43 de Lei 8.666/93 em caso contrário a abertura das Propostas se dará após o prazo recursal previsto no art. 109 da Lei 8.666/93.

#### LOCAL DE RETIRADA DO EDITAL E OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES

Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente pelo fone (49) 3451-0045, ou diretamente no Setor Administrativo (LICITACOES) da Prefeitura Municipal de PAIAL, Rua Goiás nº 400, Centro e ainda no site: [www.paial.sc.gov.br](http://www.paial.sc.gov.br)

Paial – SC, 17 de fevereiro de 2021

VOLNEI DIOGO DE PELEGRIN

Prefeito Municipal em exercício

### PREGÃO PRESENCIAL 008/2021 SOLDAS PP 014/2021 PM

Publicação Nº 2868558

#### AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2021

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2021

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2021

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICIPIO DE PAIAL, Estado de Santa Catarina, nos termos da Lei Legislação vigente, TORNA PÚBLICO que realizará o certame licitatório acima mencionado, conforme o objeto e demais indicações a seguir, na forma consubstanciada nas cláusulas deste Edital.

	PROCESSO N.º	
	014/2021	
MODALIDADE:		N.º:
PREGÃO PRESENCIAL		008/2021
REGISTRO DE PREÇOS		

#### OBJETO:

Pregão Presencial Registro de Preços do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para possível prestação de serviços de solda/horas para eventual e futura contratação para uso pelas Secretarias Municipais e pelo Fundo Municipal de Saúde, de acordo com as disposições contidas neste Edital, conforme relação de itens constantes no Anexo "E" deste Edital, com o concomitante fornecimento de peças sem exclusividade.

O recebimento dos Envelopes Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até às 08H45MIN do dia 05/03/2021 no Setor de Protocolo deste Município, sito a Rua Goiás, 400, centro – Paial – SC.

#### JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS E HABILITAÇÃO

A abertura dos Envelopes n. 01 – PROPOSTA DE PREÇOS dar-se-á a partir das 09H00MIN do dia 05/03/2021 em sessão pública, realizada na Sala de Licitações do Município de Paial, e da PROPOSTA DE PREÇOS no mesmo local e horário.

#### LOCAL DE RETIRADA DO EDITAL E OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES

Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de

expediente, das 08:00 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo fone (49) 3451-0045, ou diretamente no Setor Administrativo do Município de Paial, Rua Goiás, 400, Centro e ainda no site: [www.paial.sc.gov.br](http://www.paial.sc.gov.br)

Paial, 17 de fevereiro de 2021



# Palhoça

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO 039/2021

Publicação Nº 2867727

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial nº 039/2021

Objeto: Aquisição de fraldas infantis e geriátricas, para suprir as necessidades dos pacientes que fazem uso de fraldas e são atendidos na rede municipal de saúde deste Município de Palhoça, bem como fraldas e meias elásticas para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, através de Registro de Preços.

Abertura: 08/03/2021 às 09:00h.

Local da retirada do Edital e Anexos: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br)

Palhoça, 17 de fevereiro de 2021.

EDUARDO FRECCIA

Prefeito Municipal

### EDITAL DE ELEIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO (CMI) DE PALHOÇA INSCRIÇÕES - PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Publicação Nº 2867828

#### EDITAL DE ELEIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO (CMI) DE PALHOÇA INSCRIÇÕES - PRORROGAÇÃO DE PRAZO

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA DE PALHOÇA/SC, considerando as inscrições para a eleição dos membros da gestão do Conselho Municipal do Idoso (CMI) de Palhoça/SC, para o biênio 2020/2022, por meio da Resolução nº 002/2020/CMI e do Edital nº 01/2020/CMI, publicado em 23 de novembro de 2020, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC) nº 3330, resolve:

Art. 1º Alterar o Calendário da Seleção Pública em anexo do referido Edital, conforme atividade e prazo apresentado abaixo:

Posse dos Conselheiros Local: Rua Padre Batista Réus, s/n, Caminho Novo, Palhoça/SC (Centro do Idoso).	24/02/2021
---	------------

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 16 de fevereiro de 2021.

Rosângela Campos

Secretária de Assistência Social de Palhoça

### EXTRATO DE CHAMAMENTO 2º COLOCADO TP 132/2020 AMVT

Publicação Nº 2867851

#### CHAMAMENTO DO 2º COLOCADO NO PROCESSO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 132/2020

A empresa V. WAGNER CONSTRUÇÕES EIRELI venceu o Processo Licitatório Tomada de Preço nº 132/2020 com o objeto é a contratação de empresa para execução de drenagem, pavimentação em paver e sinalização viária da Rua Paulo César Fraga, bairro Praia de Fora (Lote 3), incluindo mão de obra com fornecimento de todo material. Entretanto, por não cumprir Cláusulas do Contrato n.º 332/2020, este foi rescindido unilateralmente pela Administração. Desta forma, conforme disposto em Lei foi convocada, na ordem de classificação, a Empresa AMVT Construções Eireli, por meio eletrônico no dia 19 de janeiro de 2021, e esta não aceitou assumir a obra.

### EXTRATO DE CHAMAMENTO 2º COLOCADO TP 132/2020 PROPAV

Publicação Nº 2867848

#### CHAMAMENTO DO 2º COLOCADO NO PROCESSO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 132/2020

A empresa V. WAGNER CONSTRUÇÕES EIRELI venceu o Processo Licitatório Tomada de Preço nº 132/2020 com o objeto é a contratação de empresa para execução de drenagem, pavimentação em blocos intertravados de concreto e sinalização viária da Rua Wilson dos Reis Cadalso, bairro Pontal (Lote 2), incluindo mão de obra com fornecimento de todo material. Entretanto, por não cumprir Cláusulas do Contrato n.º 332/2020, este foi rescindido unilateralmente pela Administração. Desta forma, conforme disposto em Lei foi convocada, na ordem de classificação, a Empresa PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, por meio eletrônico no dia 19 de janeiro de 2021, e esta aceitou assumir a obra.

**EXTRATO DE CHAMAMENTO 2º COLOCADO TP 132/2020 CRESTANI**

Publicação Nº 2867853

CHAMAMENTO DO 2º COLOCADO NO PROCESSO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 132/2020

A empresa V. WAGNER CONSTRUÇÕES EIRELI venceu o Processo Licitatório Tomada de Preço nº 132/2020 com o objeto é a contratação de empresa para execução de drenagem, pavimentação em paver e sinalização viária da Rua Paulo César Fraga, bairro Praia de Fora (Lote 3), incluindo mão de obra com fornecimento de todo material. Entretanto, por não cumprir Cláusulas do Contrato n.º 332/2020, este foi rescindido unilateralmente pela Administração. Desta forma, conforme disposto em Lei foi convocada, na ordem de classificação, a Empresa CRESTANI COMÉRCIO EIRELI, por meio eletrônico no dia 20 de janeiro de 2021, e esta aceitou assumir a obra.

**EXTRATO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO 332/2019**

Publicação Nº 2867854

EXTRATO TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

Espécie: Contrato nº 332/2020, firmado em 06/10/2020, com a Empresa V. WAGNER CONSTRUÇÕES EIRELI.

Objeto: Contratação de empresa para execução de drenagem, pavimentação em blocos intertravados de concreto e sinalização viária da Rua Wilson dos Reis Cadalso, bairro Pontal (Lote 2) e drenagem, pavimentação em paver e sinalização viária da Rua Paulo César Fraga, bairro Praia de Fora (Lote 3), incluindo mão de obra com fornecimento de todo material.

TOMADA DE PREÇO Nº 132/2020.

Cláusula Rescisória: Fica rescindido de forma UNILATERAL, a partir da assinatura desse termo, o Contrato n.º 332/2020, firmado em 06 de outubro de 2020, celebrado entre o Município e a Empresa V. WAGNER CONSTRUÇÕES EIRELI. A rescisão foi motivada através de Processo Administrativo nº 27735/2020, por solicitação da Secretaria de Infraestrutura e Saneamento, devido o descumprimento do cronograma físico financeiro e do prazo de execução da obra sem justificativa aceitável, trazendo transtornos para o Município e sua Comunidade.

Data: 19/01/2021

Signatários: pelo Contratante,

KRISTY CARDOSO FABRE

Secretária de Infraestrutura e Saneamento

**NOTIFICAÇÃO DE VEÍCULO EM ESTADO DE ABANDONO - LEI MUNICIPAL 4630/2018**

Publicação Nº 2869112

Notificação nº 3917/2021

Placa do veículo: MBW8807

Data da fiscalização: 17/02/2021

Hora da fiscalização: 18:00:00

Endereço de localização do veículo: RUA VITOR MEIRELES, 901

Nome do(a) proprietário(a): LUCELIO FRANCISCO VIEIRA

CPF/CNPJ do(a) proprietário(a): 850.849.139-53

Fica NOTIFICADO(A) o(a)proprietário(a) do veículo de placa MBW8807 a retirá-lo do logradouro público no prazo de até 5 (cinco) dias do recebimento desta notificação, tendo em vista que foi caracterizado como veículo abandonado. Em caso de não cumprimento, o veículo será removido com base na lei municipal nº 4630, de 26 de junho de 2018.

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº058/2021**

Publicação Nº 2868961

PORTARIA Nº 58 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR:

Art. 1º - Fica EXONERADO do Gabinete do Senhor Vereador ELTON ESOMÉRICO DE QUADROS, o servidore ocupante do cargo em comissão abaixo:

Servidor	Cargo	Vencimentos
JUSCELINO GOMES DE OLIVEIRA	Assessor Parlamentar	R\$ 4.222,84

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

JOEL FILIPE GASPAR

Presidente

# Papanduva

## PREFEITURA

### EXTRATO DE 4º ADITIVO DO CONTRATO N° 007-2019 MARIELI CRISTIANE GULKA

Publicação N° 2867406

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

EXTRATO DE ADITIVO

ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao CONTRATO N° 007/2019, vinculada ao processo licitatório na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 001/2019. CONTRATANTE: Município de Papanduva. CONTRATADA: MARIELI GULKA. Vigência até 31/12/2021. Base Legal: n° 8666/93. Papanduva, 17 de Fevereiro de 2021. Luiz Henrique Saliba - Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE 5º ADITIVO AO CONTRATO N° 065-2017 - APAE

Publicação N° 2867424

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

EXTRATO DE ADITIVO

ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo ao CONTRATO N° 065/2017, vinculada ao processo licitatório na modalidade INEXIGIBILIDADE N° 005/2017. CONTRATANTE: Município de Papanduva. CONTRATADA: APAE. Vigência até 31/12/2021. Base Legal: n° 8666/93. Papanduva, 17 de Fevereiro de 2021. Luiz Henrique Saliba - Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE CONTRATO N° 002-2021 - HÉLIO DE ASSIS WERKA

Publicação N° 2867454

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: EXTRATO de CONTRATO N° 002/2021. CONTRATANTE: Município de Papanduva. CONTRATADA: HÉLIO DE ASSIS WERKA. Valor: R\$ 1.100,000 (hum mil e cem reais) mensais. Vigência até 31/12/2021. Base Legal: n° 8666/93. Papanduva, 17 de Fevereiro de 2021. Luiz Henrique Saliba - Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DOS PREGÕES PRESENCIAIS N° 008-009-010/2021

Publicação N° 2867658

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Objeto: EXTRATO DE RETIFICAÇÃO

ONDE SE LÊ:

PREGÃO PRESENCIAL N° 008/2020 - PREGÃO PRESENCIAL N° 009/2020 -PREGÃO PRESENCIAL N° 010/2020

LEIA-SE:

PREGÃO PRESENCIAL N° 008/2021 - PREGÃO PRESENCIAL N° 009/2021 - PREGÃO PRESENCIAL N° 010/2021. Base legal: Lei n.º 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n° 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislações vigentes e pertinentes à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Portal da Transparência Municipal e na Sede da Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva, 17 de fevereiro de 2021. Luiz Henrique Saliba – Prefeito Municipal.

**CÂMARA MUNICIPAL****PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 0001/2021**

Publicação Nº 2867969

**REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 0001/2021**

Concede revisão geral anual dos vencimentos e proventos dos Servidores Públicos Municipais Ativos, Inativos, Pensionistas, Empregados Públicos, Servidores das Autarquias Municipais e Conselheiros Tutelares do Poder Executivo, e dá outras providências.

Luiz Henrique Saliba, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faz saber a todos os Habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu, sanciono a seguinte

**L E I**

**Art. 1º** Fica concedida revisão geral anual de que trata o art. 37, inciso X, da Constituição Federal, aos vencimentos e proventos de todos os Servidores Públicos Municipais Ativos, Inativos, Pensionistas, Empregados Públicos, Conselheiros Tutelares e Servidores das Autarquias Municipais no percentual de 4,52% (quatro vírgula cinquenta e dois por cento), aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, no acumulado dos últimos doze meses, de janeiro a dezembro de 2020.

**Art. 2º** As despesas decorrentes da execução financeira da presente lei correrão por conta das dotações próprias consignadas no Orçamento Geral do Município.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de janeiro de 2021.

**Art. 4º** Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de fevereiro de 2021.

**ALEXANDRE MIGUEL  
GRABOVSKI  
PRESIDENTE**

**ADOLFO GERALDI  
MEMBRO**

**MARIÂNGELA SILVEIRA  
SENNÁ  
MEMBRO**

**LUIZ EDUARDO SALIBA  
PROCURADOR JURÍDICO**

**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 0001/2021 - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL (CLJRF)**

Publicação Nº 2867962

**Parecer nº 04/2021**  
**Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJRF)****PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 0001/2021**

**Concede revisão geral anual dos vencimentos e proventos dos Servidores Públicos Municipais Ativos, Inativos, Pensionistas, Empregados Públicos, Servidores das Autarquias Municipais e Conselheiros Tutelares do Poder Executivo, e dá outras providências.**

Autor: **Poder Executivo**Relator: **Mariângela Silveira Senna (MDB)****I - Relatório**

A presente proposição tem por finalidade conceder revisão geral anual dos vencimentos e proventos dos Servidores Públicos Municipais Ativos, Inativos, Pensionistas, Empregados Públicos, Servidores das Autarquias Municipais e Conselheiros Tutelares do Poder Executivo.

O presente Projeto de Lei objetiva conceder revisão geral anual de 4,52% (quatro vírgula cinquenta e dois por cento), usando o índice nacional de preços ao consumidor amplo – IPCA, no acumulado de janeiro a dezembro de 2020.

O presente projeto foi discutido e votado sem apresentação de emendas.

É o relatório.

**II - Fundamentação e Conclusão**

Em suma, esta proposição foi regimentalmente discutida e aprovada pelos Senhores Vereadores desta Casa Legislativa.

Sendo assim, analisando-se ainda o Parecer já relatado nesta mesma Comissão, entendemos que a Redação Final do Projeto ora em questão deva ser exatamente aquele que já foi aprovado.

É o parecer.

**III - Deliberação da Comissão**

Votaram com o Relator aprovando o parecer:

**Alexandre Miguel Grabovski (PP)**

( X ) pelas conclusões

( ) voto contrário em anexo

**Adolfo Geraldi (PSD)**

( X ) pelas conclusões

( ) voto contrário em anexo.

Sala das Comissões, em 17 de fevereiro de 2021.

**Mariângela Silveira Senna (MDB)**  
Relator

**Ata da Reunião da Comissão Permanente de Comissão de Legislação, Justiça e  
Redação Final**

Aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, reuniram-se na Sala das Comissões, nesta Casa Legislativa, os seguintes Vereadores: **Alexandre Miguel Grabovski, Mariângela Silveira Senna e Adolfo Geraldi**. Sob a Presidência do Vereador **Alexandre Miguel Grabovski** efetuou-se a apreciação do **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 0001/2021** de autoria do **Poder Executivo** que: "**Concede revisão geral anual dos vencimentos e proventos dos Servidores Públicos Municipais Ativos, Inativos, Pensionistas, Empregados Públicos, Servidores das Autarquias Municipais e Conselheiros Tutelares do Poder Executivo, e dá outras providências**". Ato contínuo procedeu-se à leitura do parecer elaborado pelo Senhor Relator, dispostos e firmados em favor do parecer da relatoria pelo Presidente e membros, respectivamente. Face ao exposto, a matéria em questão foi encaminhada ao Presidente para declaração de aprovação da Redação Final em Plenário. Sala das comissões em, 17 de fevereiro de 2021.

**Presidente: Alexandre Miguel Grabovski (Progressistas)**

**Relatora: Mariângela Silveira Senna (MDB)**

**Membro: Adolfo Geraldi (PSD)**

**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 0002/2021**

Publicação Nº 2867970

**REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 0002/2021****CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS E AGENTES POLÍTICOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina**, no uso de suas atribuições legais,  
Faz saber a todos os habitantes deste Município que a **Câmara de Vereadores** aprovou e Ele, sanciona a seguinte:

**L E I**

**Art. 1º** Fica concedida revisão geral anual que trata o art. 37, inciso X da Constituição Federal, aos vencimentos dos Servidores Públicos e subsídios dos Agentes Políticos do Poder Legislativo Municipal de Papanduva, no percentual de **4,52% (quatro vírgula cinquenta e dois por cento)**, corresponde à inflação registrada pelo o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, levando em consideração o período acumulado de **janeiro/2020 à dezembro/2020**.

**Art. 2º** O referido índice no artigo anterior será utilizado para fins do que consta no art. 2º, parágrafo único, da Lei municipal 2041/2015.

**Art. 3º** As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta de dotação orçamentária do orçamento do exercício financeiro corrente da Câmara Municipal de Papanduva .

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de **1º de janeiro de 2021**.

**Art. 5º** Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de fevereiro de 2021.

**ALEXANDRE MIGUEL  
GRABOVSKI  
PRESIDENTE**

**ADOLFO GERALDI  
MEMBRO**

**MARIÂNGELA SILVEIRA  
SENNA  
MEMBRO**

**LUIZ EDUARDO SALIBA  
PROCURADOR JURÍDICO**



**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 0002/2021 - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL (CLJRF)**

Publicação Nº 2867960

**Parecer nº 03/2021  
Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJRF)****PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 0002/2021****CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AOS  
SERVIDORES PÚBLICOS E AGENTES  
POLÍTICOS DO PODER LEGISLATIVO  
MUNICIPAL E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**Autor: **Mesa Diretora**Relator: **Adolfo Geraldi (PSD)****I - Relatório**

A presente proposição tem por finalidade conceder revisão geral anual dos Servidores Públicos e Agentes Políticos do Poder Legislativo.

O projeto em pauta estabelece em 4,52% (quatro vírgula cinquenta e dois por cento) o índice para a revisão geral anual dos subsídios e vencimentos dos servidores públicos e agentes políticos da Câmara Municipal de Papanduva, a fim de preservar o valor aquisitivo da moeda e recompor as perdas ocasionadas pelo processo inflacionário, tendo como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, levando em consideração o período acumulado de janeiro/2020 à dezembro/2020.

O presente projeto foi discutido e votado sem apresentação de emendas.

É o relatório.

**II - Fundamentação e Conclusão**

Em suma, esta proposição foi regimentalmente discutida e aprovada pelos Senhores Vereadores desta Casa Legislativa.

Sendo assim, analisando-se ainda o Parecer já relatado nesta mesma Comissão, entendemos que a Redação Final do Projeto ora em questão deva ser exatamente aquele que já foi aprovado.

É o parecer

**III - Deliberação da Comissão**

Votaram com o Relator aprovando o parecer:

**Alexandre Miguel Grabovski (PP)**

( X ) pelas conclusões

( ) voto contrário em anexo

**Mariângela Silveira Senna (MDB)**

( X ) pelas conclusões

( ) voto contrário em anexo.

Sala das Comissões, em 17 de fevereiro de 2021.

**Adolfo Geraldi (PSD)**

Relator

**Ata da Reunião da Comissão Permanente de Comissão de Legislação, Justiça e  
Redação Final**

Aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, reuniram-se na Sala das Comissões, nesta Casa Legislativa, os seguintes Vereadores: **Alexandre Miguel Grabovski, Mariângela Silveira Senna e Adolfo Geraldi**. Sob a Presidência do Vereador **Alexandre Miguel Grabovski** efetuou-se a apreciação do **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 0002/2021** de autoria da **Mesa Diretora** que: "**CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS E AGENTES POLÍTICOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**". Ato contínuo procedeu-se à leitura do parecer elaborado pelo Senhor Relator, dispostos e firmados em favor do parecer da relatoria pelo Presidente e membros, respectivamente. Face ao exposto, a matéria em questão foi encaminhada ao Presidente para declaração de aprovação da Redação Final em Plenário. Sala das comissões em, 17 de fevereiro de 2021.

**Presidente: Alexandre Miguel Grabovski (Progressistas)**

**Membro: Mariângela Silveira Senna (MDB)**

**Relator: Adolfo Geraldi (PSD)**

# Paraíso

## PREFEITURA

### 1ª RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº 002/2021 ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL TEMPORÁRIO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, EM RAZÃO DE EXISTÊNCIA DE VAGAS VINCULADAS E/OU EXCEDENTE, PARA S

Publicação Nº 2867563

1ª RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº 002/2021

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL TEMPORÁRIO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, EM RAZÃO DE EXISTÊNCIA DE VAGAS VINCULADAS E/OU EXCEDENTE, PARA SUBSTITUIÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDORES LEGALMENTE AFASTADOS E PARA COMPOR RESERVA TÉCNICA DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA.

A Prefeita Municipal de Paraíso/SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Municipal nº 531/2001, de 26 de abril de 2001; Lei Municipal nº 532/2001, de 26 de abril de 2001; Lei Municipal nº 1179/2009, de 30 de dezembro de 2009; Lei Complementar nº 003/2017 de 06 de abril de 2017; Lei Complementar nº 021/2020, de 01 de abril de 2020 TORNA PÚBLICO aos interessados, que o Edital de Processo Seletivo Simplificado Emergencial nº 002/2021 sofreu alteração, a saber:

#### 02 – DOS CARGOS:

ONDE SE LÊ:

#### QUADRO I – PROFESSORES HABILITADOS

CARGO	ESCOLARIDADE	CARGA HORARIA SEMANAL	VENCIMENTO	VAGAS
Professor II (Matemática)	Portador de Diploma ou Certificado de Conclusão de Ensino Superior específico na área de atuação.	20hrs	R\$ 2.886,15	CR*
Professor II (Ciências)	Portador de Diploma ou Certificado de Conclusão de Ensino Superior específico na área de atuação.	15hrs	R\$ 2.886,15	CR*
Professor II (Artes)	Portador de Diploma ou Certificado de Conclusão de Ensino Superior específico na área de atuação.	10/20/30/40hrs	R\$ 2.886,15	CR*
Professor II (História)	Portador de Diploma ou Certificado de Conclusão de Ensino Superior específico na área de atuação.	20hrs	R\$ 2.886,15	CR*
Professor II (Geografia)	Portador de Diploma ou Certificado de Conclusão de Ensino Superior específico na área de atuação.	15hrs	R\$ 2.886,15	CR*
Professor II (Inglês)	Portador de Diploma ou Certificado de Conclusão de Ensino Superior específico na área de atuação.	10/20/30/40hrs	R\$ 2.886,15	CR*

\*CR: Cadastro de Reserva.

Obs.: Os valores do vencimento do quadro acima se referem a carga horária de 40 horas semanais. Poderão haver contratações com carga horária diferente, conforme necessidade e previsão legal, com o vencimento proporcional.

LEIA-SE:

CARGO	ESCOLARIDADE	CARGA HORARIA SEMANAL	VENCIMENTO	VAGAS
Professor II (Matemática)	Portador de Diploma ou Certificado de Conclusão de Ensino Superior específico na área de atuação.	20hrs	R\$ 2.886,15	CR*
Professor II (Ciências)	Portador de Diploma ou Certificado de Conclusão de Ensino Superior específico na área de atuação.	15hrs	R\$ 2.886,15	CR*
Professor II (Artes)	Portador de Diploma ou Certificado de Conclusão de Ensino Superior específico na área de atuação.	10/20/30/40hrs	R\$ 2.886,15	CR*
Professor II (História)	Portador de Diploma ou Certificado de Conclusão de Ensino Superior específico na área de atuação.	20hrs	R\$ 2.886,15	CR*
Professor II (Geografia)	Portador de Diploma ou Certificado de Conclusão de Ensino Superior específico na área de atuação.	15hrs	R\$ 2.886,15	CR*
Professor II (Inglês)	Portador de Diploma ou Certificado de Conclusão de Ensino Superior específico na área de atuação.	10/20/30/40hrs	R\$ 2.886,15	CR*
Professor II (Informática)	Portador de Diploma ou Certificado de Conclusão de Ensino Superior específico na área de atuação.	30hrs	R\$ 2.886,15	CR*

\*CR: Cadastro de Reserva.

Obs.: Os valores do vencimento do quadro acima se referem a carga horária de 40 horas semanais. Poderão haver contratações com carga horária diferente, conforme necessidade e previsão legal, com o vencimento proporcional.

As demais informações constantes no referido edital permanecem inalteradas.

Paraíso, 17 de fevereiro de 2021.  
MARLENE FURLAN GIACOMINI  
PREFEITA MUNICIPAL

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2021**

Publicação Nº 2867586

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PARAISO – SC

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2021  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2021  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2021

O MUNICÍPIO DE PARAISO torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO: TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA, EM CARATER EMERGENCIAL, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS E QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, OS QUANTITATIVOS E OS SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS.

DO VALOR DO ADITIVO: R\$ 17.986,86 (Dezessete mil, novecentos e oitenta e seis reais e oitenta e seis centavos).

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso/SC

DO CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente aditivo será do 01 de março de 2021 ao dia 30 de abril de 2021.

DO FUNDAMENTO: Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC.

Paraíso/SC, 17 de fevereiro de 2021

MARLENE FURLAN GIACOMINI  
PREFEITA MUNICIPAL

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2021 FMS**

Publicação Nº 2867616

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PARAISO – SC

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2021 FMS  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2021  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2021

O MUNICÍPIO DE PARAISO torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO: TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA, EM CARATER EMERGENCIAL, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS E QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, OS QUANTITATIVOS E OS SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS.

DO VALOR DO ADITIVO: R\$ 1.407,50 (Hum mil, quatrocentos e sete reais e cinquenta centavos).

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso/SC

DO CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente aditivo será do 01 de março de 2021 ao dia 30 de abril de 2021.

DO FUNDAMENTO: Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC.

Paraíso/SC, 17 de fevereiro de 2021

VALDECIR SILVEIRA MENEGAIS  
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº 002/2021 ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL TEMPORÁRIO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, EM RAZÃO DE EXISTÊNCIA DE VAGAS VINCULADAS E/OU EXCEDENTE, PARA SUBSTITUIÇÃO TEMPOR**

Publicação Nº 2867423

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº 002/2021

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL TEMPORÁRIO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, EM RAZÃO DE EXISTÊNCIA DE VAGAS VINCULADAS E/OU EXCEDENTE, PARA SUBSTITUIÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDORES LEGALMENTE AFASTADOS E PARA COMPOR RESERVA TÉCNICA DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA.

A Prefeita Municipal de Paraíso/SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Municipal nº 531/2001, de 26 de abril de 2001; Lei Municipal nº 532/2001, de 26 de abril de 2001;

Lei Municipal nº 1179/2009, de 30 de dezembro de 2009; Lei Complementar nº 003/2017 de 06 de abril de 2017; Lei Complementar nº 021/2020, de 01 de abril de 2020 TORNA PÚBLICO aos interessados, que será realizado PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL TEMPORÁRIO PARA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL TEMPORÁRIA PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, EM RAZÃO DE EXISTÊNCIA DE VAGAS VINCULADAS E/OU EXCEDENTE, PARA SUBSTITUIÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDORES LEGALMENTE AFASTADOS E PARA COMPOR RESERVA TÉCNICA DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO.

CONSIDERANDO a necessidade temporária de contratação de pessoal de excepcional interesse público previsto no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal, regulamentada no âmbito municipal pela Lei Complementar nº 003/2017;

CONSIDERANDO que não existem processos seletivos vigentes e/ou finalizados para os cargos constantes deste edital;

## 01 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O Processo Seletivo Simplificado Emergencial será Classificatório, conforme previsto neste Edital, seus Anexos e eventuais retificações, cabendo à Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado Emergencial à sua execução.

Os candidatos que atenderem a todas as condições exigidas neste Edital serão contratados conforme o número de vagas ou ficarão em "Cadastro de Reserva" na expectativa de abertura de novas vagas.

O inteiro teor do Edital estará disponível no site [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br) e diário oficial dos municípios – DOM, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse documento.

## 02 – DOS CARGOS:

### QUADRO I – PROFESSORES HABILITADOS

CARGO	ESCOLARIDADE	CARGA HORARIA SEMANAL	VENCIMENTO	VAGAS
Professor II (Matemática)	Portador de Diploma ou Certificado de Conclusão de Ensino Superior específico na área de atuação.	20hrs	R\$ 2.886,15	CR*
Professor II (Ciências)	Portador de Diploma ou Certificado de Conclusão de Ensino Superior específico na área de atuação.	15hrs	R\$ 2.886,15	CR*
Professor II (Artes)	Portador de Diploma ou Certificado de Conclusão de Ensino Superior específico na área de atuação.	10/20/30/40hrs	R\$ 2.886,15	CR*
Professor II (História)	Portador de Diploma ou Certificado de Conclusão de Ensino Superior específico na área de atuação.	20hrs	R\$ 2.886,15	CR*
Professor II (Geografia)	Portador de Diploma ou Certificado de Conclusão de Ensino Superior específico na área de atuação.	15hrs	R\$ 2.886,15	CR*
Professor II (Inglês)	Portador de Diploma ou Certificado de Conclusão de Ensino Superior específico na área de atuação.	10/20/30/40hrs	R\$ 2.886,15	CR*

\*CR: Cadastro de Reserva.

Obs.: Os valores do vencimento do quadro acima se referem a carga horária de 40 horas semanais. Poderão haver contratações com carga horária diferente, conforme necessidade e previsão legal, com o vencimento proporcional.

### QUADRO II – PROFESSORES NÃO HABILITADOS

CARGO	ESCOLARIDADE	CARGA HORARIA SEMANAL	VENCIMENTO	VAGAS
Professor I (Séries Iniciais)	Cursando Ensino Superior específico na área de atuação.	20/40hrs	R\$ 2.308,92	CR*
Professor I (Português)	Cursando Ensino Superior específico na área de atuação.	10/20/30/40hrs	R\$ 2.308,92	CR*
Professor I (Ciências)	Cursando Ensino Superior específico na área de atuação.	10/20/30/40hrs	R\$ 2.308,92	CR*
Professor I (Artes)	Cursando Ensino Superior específico na área de atuação.	10/20/30/40hrs	R\$ 2.308,92	CR*
Professor I (História)	Cursando Ensino Superior específico na área de atuação.	10/20/30/40hrs	R\$ 2.308,92	CR*
Professor I (Educação Física)	Cursando Ensino Superior específico na área de atuação.	10/20/30/40hrs	R\$ 2.308,92	CR*
Professor I (Informática)	Cursando Ensino Superior específico na área de atuação.	10/20/30/40hrs	R\$ 2.308,92	CR*
Professor I (Geografia)	Cursando Ensino Superior específico na área de atuação.	10/20/30/40hrs	R\$ 2.308,92	CR*
Professor I (Inglês)	Cursando Ensino Superior específico na área de atuação.	10/20/30/40hrs	R\$ 2.308,92	CR*

\*CR: Cadastro de Reserva.

Obs.: Os valores do vencimento do quadro acima se referem a carga horária de 40 horas semanais. Poderão haver contratações com carga horária diferente, conforme necessidade e previsão legal, com o vencimento proporcional.

### QUADRO III – CARGOS DIVERSOS

CARGO	ESCOLARIDADE	CARGA HORARIA SEMANAL	VENCIMENTO	VAGAS
Auxiliar de Serviços Gerais	Alfabetizado.	40hrs	R\$ 1.163,88	CR*

\*CR: Cadastro de Reserva.

Obs.: Os valores do vencimento da tabela acima se referem à carga horária de 40hrs semanais. Para contratação referente ao Quadro III, a carga horária será a que está especificada.

### 03 – DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO

a) As Inscrições deverão ser realizadas no dia 18 de fevereiro de 2021, em horário normal de expediente, no turno matutino das 07h30min às 11h30min e no turno vespertino das 13h às 17h, na Secretaria Municipal de Gestão e Desenvolvimento, sito à Rua Alcides Zanin, Nº 593, Centro, Paraíso/SC.

b) Requisitos para inscrição:

É necessário apresentar cópia dos seguintes documentos:

\* Currículo atualizado, datado, rubricado e assinado;

\* Certificado de Escolaridade exigida para o cargo;

\* Certificado de Graduação;

\* Histórico Escolar e Atestado de Frequência para os cargos do Quadro II;

\* Certificado de Especialização (Pós) na área de atuação; (se houver)

\* Certificados de Cursos na área de atuação; (Ano de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020); (se houver)

\* Carteira de IDENTIDADE E CPF;

\* Tempo de serviço na área de atuação, no setor público ou privado. Deverá ser apresentada Declaração de tempo de serviço emitida pelo empregador;

No ato da inscrição, o candidato deverá anexar fotocópia dos documentos solicitados, em envelope lacrado deixando a ficha de inscrição para ser anexada na parte de fora do envelope.

Não haverá conferência de documentos no ato da inscrição, ficando sob responsabilidade do candidato a conferência dos mesmos, assim como não será aceito entrega posterior.

Comprovar experiência profissional citadas neste Edital e formações acadêmicas com fotocópias de título, certificados, atestados ou declarações;

Efetuada a inscrição, o candidato receberá um comprovante de inscrição, o qual deverá ser apresentado, caso sua inscrição seja selecionada;

Cada candidato(a) poderá se inscrever somente para um 01 (um) cargo.

### 04 – DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO

a) Títulos: Será considerada a maior soma conforme tabela, abaixo:

Títulos	Nº Máximo de Títulos	Valor do Título
Certificado de Graduação (caso não for exigência para o cargo)	01	1,0
Especialização na área de atuação (Pós)	01	0,5
Cursos na área de atuação Ano de (2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020)		0,5 a cada 20 horas de curso
Tempo de serviço na área de atuação		1,0 a cada ano trabalhado

b) Em caso de empate no item a), será considerado o critério de maior idade do candidato para a classificação, mantendo-se o empate, será realizado sorteio.

c) Da Classificação: A classificação será publicada no mural da Secretaria de Gestão e Desenvolvimento, Diário Oficial dos Municípios – DOM e no site da Prefeitura Municipal de Paraíso/SC, no dia 19 de fevereiro de 2020, a partir das 16hs.

### 05 – DAS VAGAS

a) As vagas são para preenchimento de cadastro de reserva das Secretarias Municipais do Município de Paraíso/SC;

b) Da Escolha: A escolha acontecerá conforme a necessidade de contratação, através de contato telefônico com o candidato pelo Departamento de Recursos Humanos do Município de Paraíso, sito à Rua Alcides Zanin, Nº 593, Centro, Paraíso/SC.

### 06 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

a) O candidato que prestar declarações falsas ou apresentar documentos adulterados será desclassificado.

b) Preenchida a ficha de inscrição, o candidato deverá revisá-la, ficando após a sua assinatura, inteiramente responsável pelas informações nela contidas.

c) O candidato que estiver impossibilitado de realizar a sua inscrição pessoalmente poderá fazê-la por procuração, desde que devidamente preenchida, assinada e reconhecida.

d) Os responsáveis pela validação das inscrições e a análise dos documentos, bem como do resultado (Ata de Análise Final), será a comissão formada pelos seguintes servidores:

Eunice Bacin – Secretária de Gestão e Desenvolvimento

Raimundo Maldaner – Recursos Humanos

Clades Diesel Konzen – Assistente Administrativo

Patricia Biazzi – Assistente Administrativo

Paraíso, 17 de fevereiro de 2021.

MARLENE FURLAN GIACOMINI

PREFEITA MUNICIPAL

## ANEXO ÚNICO

## FICHA DE INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº 002/2021

Nome Completo: \_\_\_\_\_ RG nº: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Endereço: Número: Complemento: Bairro: CEP: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_  
Fone: residencial ( ) celular ( ) .  
Cargo Pretendido: \_\_\_\_\_.

Ao assinar e entregar esta ficha de inscrição na Secretaria Municipal de Gestão e Desenvolvimento, declaro que ACEITO as normas definidas no Edital de Processo Seletivo Simplificado Emergencial nº 002/2021.

Paraíso – SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2021.

Assinatura do candidato

Protocolo do processo seletivo simplificado emergencial nº 002/2021, para preenchimento de cadastro de reserva das Secretarias Municipais do Município de Paraíso/SC.

Candidato: \_\_\_\_\_.

Assinatura do Servidor(a): \_\_\_\_\_.

Paraíso – SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2021.

**EDITAL Nº 001/2021/CMDCA HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES PARA CONSELHEIRO TUTELAR**

Publicação Nº 2867476

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE PARAÍSO - SC  
EDITAL Nº 001/2021/CMDCA

## HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES PARA CONSELHEIRO TUTELAR

A Coordenadora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Paraíso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação municipal em vigor,

## RESOLVE:

Art. 1º - Ficam homologadas as inscrições deferidas dos candidatos inscritos em conformidade com o Edital Nº 001/2021/CMDCA, para concorrerem ao cargo de Conselheiro Tutelar suplementar do Município de Paraíso – SC, por apresentarem os documentos exigidos no ato da inscrição, conforme relação abaixo:

Cargo: CONSELHEIRO TUTELAR		
Inscr.	Nome do Candidato	CPF
001	JAQUELINE FERNANDA DRACHESKI MACHADO	012.427.539-74
002	FILISBINA CONCEIÇÃO BIAZZI	034.240.609-41
003	ROSANE MARLENE SCHIRMANN	062.071.309-79
Total de candidatos (as): 03		

Os candidatos acima inscritos estão aptos a prosseguirem no processo de escolha dos membros suplementar do Conselho Tutelar.

Paraíso (SC), em 17 de fevereiro de 2021.

Vera Lucia Knob

Coordenadora Geral do CMDCA



# Passo de Torres

## PREFEITURA

### EDITAL CARTA CONVITE 001/2021

Publicação Nº 2868609

#### ESTADO DE SANTA CATARINA

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

#### AVISO DE LICITAÇÃO – CARTA CONVITE Nº 001/2021

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por finalidade a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA/PROFISSIONAL ESPECIALIZADO PARA SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS E URBANÍSTICOS DE EDIFICAÇÕES NOVAS E OU REFORMAS, ELABORAÇÃO DE PROJETOS COMPLEMENTARES - ESTRUTURAL, HIDROSSANITÁRIO E DE ELETRICIDADE; ASSESORIA EM ANÁLISE DE REQUERIMENTO DE APROVAÇÃO DE PROJETOS DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC, DE ACORDO COM OS QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.

Regime Legal: Atendendo a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis; demais legislações aplicáveis à espécie, bem como pelas disposições fixadas no Edital e seus anexos.

Entrega e Abertura dos Envelopes: O recebimento de envelopes de habilitação e propostas deverão ser **entregues no dia 24/02/2021 às 14horas para o Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes.**

O Edital e maiores informações deverão ser obtidos no Setor de Licitações, sito à AV. BEIRA RIO, Nº 20, CENTRO, PASSO DE TORRES – SC, no horário das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira.

**VALMIR AUGUSTO RODRIGUES**

**Prefeito Municipal**

**EDITAL CHAMADA PÚBLICA 01/2021**

Publicação Nº 2868492

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES****AVISO DE LICITAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2021**

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por finalidade a CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, DESTINADOS AO ATENDIMENTO E PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA O MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC NO EXERCÍCIO DE 2021

Regime Legal: Lei nº 10.520/2002; Lei nº 8.666/1993 e suas alterações; demais legislações aplicáveis à espécie, bem como pelas disposições fixadas no Edital e seus anexos.

Entrega e Abertura dos Envelopes: As propostas serão recebidas até as 14 horas do dia 05 de março de 2021, com início da Sessão de Abertura dos envelopes e julgamento na mesma data e hora.

O Edital e maiores informações deverão ser obtidos no Setor de Licitações, sito à AV. BEIRA RIO, Nº 20, CENTRO, PASSO DE TORRES – SC, no horário das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira.

**VALMIR AUGUSTO RODRIGUES****Prefeito Municipal**

**EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 01/2021**

Publicação Nº 2868108

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES****AVISO DE LICITAÇÃO -PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021**

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por finalidade a REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA(S) E EVENTUAL(IS) CONTRATAÇÃO(ÕES) DE EMPRESA(S) PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA SEREM UTILIZADOS NA MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS E CRECHES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL DE PASSO DE TORRES/SC, E PARA AS DEMAIS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME DEMANDA, OBEDECIDAS AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, BEM COMO, AS DEMAIS CONDIÇÕES, CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Regime Legal: Lei nº 10.520/2002; Lei nº 8.666/1993 e suas alterações; Lei Complementar nº 123/2006; demais legislações aplicáveis à espécie, bem como pelas disposições fixadas no Edital e seus anexos.

Entrega e Abertura dos Envelopes: os envelopes deverão ser entregues **até às 13:45min para o credenciamento e a abertura da licitação está marcada para as 14h00min, do dia 02/03/2021.**

O Edital e maiores informações deverão ser obtidos no Setor de Licitações, sito à AV. BEIRA RIO, Nº 20, CENTRO, PASSO DE TORRES – SC, no horário das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira.

**VALMIR AUGUSTO RODRIGUES**

**Prefeito Municipal**

**EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 02/2021**

Publicação Nº 2868209

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES****AVISO DE LICITAÇÃO -PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021**

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por finalidade a AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL S500 E ÓLEO DIESEL S10) PARA ATENDER OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES/SC, NO EXERCÍCIO DE 2021

Regime Legal: Lei nº 10.520/2002; Lei nº 8.666/1993 e suas alterações; Lei Complementar nº 123/2006; demais legislações aplicáveis à espécie, bem como pelas disposições fixadas no Edital e seus anexos.

Entrega e Abertura dos Envelopes: os envelopes deverão ser entregues **até 13:45min para o credenciamento e a abertura da licitação está marcada para as 14h00min, do dia 04/03/2021.**

O Edital e maiores informações deverão ser obtidos no Setor de Licitações, sito à AV. BEIRA RIO, Nº 20, CENTRO, PASSO DE TORRES – SC, no horário das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira.

**VALMIR AUGUSTO RODRIGUES****Prefeito Municipal**

**Passos Maia****PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 12/2021 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 03/2021**

Publicação Nº 2868462

Estado de Santa Catarina  
MUNICIPIO DE PASSOS MAIA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo. Nº. 012/2021

Edital: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 003/2021

Fundamento: Art. 25 I, da Lei 8.666/93

Objeto: Contratação de empresa especializada fornecimento de bilhetes rodoviários para passagens destinadas a pacientes que necessitam de tratamento fora do domicílio (TFD), e benefícios eventuais conforme as demandas e encaminhamentos das Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social.

Contratado: REUNIDAS TURISMO S/A.

Dotação: 3.3.90.33.01.00.00.00 (98, 13/2021)

Passos Maia/SC, 16 de fevereiro de 2021. Osmar Tozzo. Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO 011/2021 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2021**

Publicação Nº 2867593

Estado de Santa Catarina  
MUNICIPIO DE PASSOS MAIA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº 011/2021

Edital: Dispensa de Licitação para Compras e Serviços nº 004/2021

Fundamento: art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93

Objeto: Dispensa de Licitação para contratação de 500 (quinhentos) Exames Antígeno Sars Cov (swab), para detecção do vírus SARS-COV-2, agente causador da doença epidêmica COVID-19, incluído coleta e laudo, para pacientes do Município de Passos Maia.

Fornecedor: LABORATÓRIO NOVA ANÁLISE

Valor: R\$ 58.500,00 (cinquenta e oito mil e quinhentos reais).

Dotações: 33.90.39.50.00.00.00 (24/2021).

Xaxim/SC, 16 de fevereiro de 2021. Osmar Tozzo. Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO 005/2021**

Publicação Nº 2867528

Estado de Santa Catarina  
MUNICIPIO DE PASSOS MAIA  
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 005/2021  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PASSOS MAIA  
CONTRATADO: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA

Objeto: Prestação de serviço de gerenciamento, divulgação e publicação dos Atos Legais, compreendendo: implantação, consolidação, compilação e versionamento dos atos oficiais (Lei Orgânica, Leis Complementares, Leis Ordinárias), com a disponibilização em plataforma online para consulta direcionada no portal oficial da Prefeitura e via aplicativo mobile para sistemas Android e iOS; integração das leis estaduais no banco de dados da legislação municipal, publicação e consulta de documentos administrativos de efeito interno (pareceres, ofícios, despachos, etc.); e acesso exclusivo a banco de dados compreendendo a legislação de municípios e estados brasileiros em um único ambiente de pesquisa, com mais de 6 milhões de normas disponibilizadas..

Valor do Contrato: R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais)

Vigência: 12/02/2021 a 31/12/2021.

Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.99.00.00 (8/2021)

Dispensa de Licitação: Processo de Compra 010/2021 – Inexigibilidade de Licitação para Compras e Serviços nº 02/2021

Passos Maia/SC, 12 de fevereiro de 2021. OSMAR TOZZO. Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO 006/2021**

Publicação Nº 2867594

Estado de Santa Catarina  
MUNICIPIO DE PASSOS MAIA  
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2021  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PASSOS MAIA  
CONTRATADO: LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS NOVA ANALISE LTDA

Objeto: Dispensa de Licitação para contratação de 500 (quinhentos) Exames Antígeno Sars Cov (swab), para detecção do vírus SARS-COV-2,

agente causador da doença epidêmica COVID-19, incluído coleta e laudo, para pacientes do Município de Passos Maia.

Valor: R\$ 58.500,00 (cinquenta e oito mil e quinhentos reais).

Dotações: 33.90.39.50.00.00 (24/2021).

Licitação: Processo de Compra 011/2021 – Dispensa de Licitação para Compras e Serviços nº 04/2021

Passos Maia/SC, 12 de fevereiro de 2021. OSMAR TOZZO. Prefeito Municipal

## **EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 007/2021**

Publicação Nº 2868641

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 007/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PASSOS MAIA

CONTRATADO: T&Z Contabilidade e Assessoria S/S LTDA

Objeto: contratação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria contábil, incluindo assessoria, treinamento, capacitação e orientação nas áreas financeira, orçamentária, contábil e patrimonial referentes as demonstrações contábeis, mensais, bimestrais e anuais, com observância as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais normas pertinentes, para atendimento ao Município de Passos Maia.

Valor: R\$ 93.500,00 (noventa e três mil e quinhentos reais).

Dotações: 33.90.35.99.00.00 (8/2021)

Licitação: Processo de Licitação nº 006/2021, modalidade Pregão Presencial Nº 003/2021

Passos Maia/SC, 17 de fevereiro de 2021. OSMAR TOZZO. Prefeito Municipal

## **RETIFICAÇÃO DE EDITAL DO PROCESSO 008/2021 PREGÃO 005/2021**

Publicação Nº 2867491

1ª RETIFICAÇÃO DO EDITAL

Processo Licitatório nº 008/2021

Pregão Presencial nº 005/2021

O Município de Passos Maia/SC, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. Padre João Bottero, nº 485, através seu Pregoeiro, TORNA PÚBLICO que está promovendo RETIFICAÇÃO ao Edital de Pregão Presencial nº 005/2021 - Processo Licitatório nº 008/2021, que tem por objeto a Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados à manutenção do programa de merenda escolar e demais secretarias municipais necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano do Município de Passos Maia, em razão da necessidade de realizar alterações no edital, divulga o seguinte:

1. Do Tipo de Julgamento:

Onde se lê:

MENOR PREÇO GLOBAL

Leia-se:

MENOR PREÇO POR ITEM

Uma vez que a alteração não afeta na formulação das propostas, fica permanecida a mesma data e horário para a abertura do certame e demais itens e cláusulas do Edital permanecem inalterados.

Xaxim/SC, 17 de fevereiro de 2021.

André Antonio Clamer

Pregoeiro

**PORTARIA 058/2021**

Publicação Nº 2867284

**PORTARIA Nº 058, de 01 de fevereiro de 2021.****“NOMEIA SERVIDOR EM FUNÇÃO DE DIRETOR DE ESCOLA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

**OSMAR TOZZO**, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 72 e 73 da Lei Complementar nº 002, de 14 de setembro de 1998,

**Considerando** a necessidade de nomear diretores das escolas municipais para organização e coordenação das atividades escolares no ano letivo em curso;

**Considerando** o disposto nos artigos 72 e 73 da Lei Complementar nº 002, de 14 de setembro de 1998, que estabelece ser devido ao servidor público efetivo, gratificação pelo exercício de função de direção enquanto estiver no exercício de tais funções;

**RESOLVE:**

Art. 1º **NOMEAR** o Senhor **CARLOS ALBERTO ZENARO**, para ocupar a função de Diretor de Escola, desempenhando as atividades inerentes à referida função junto à Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Duque de Caxias, na Comunidade de INDUMEL, cumprindo uma jornada semanal de 40 (quarenta) horas, a partir do dia 01 de fevereiro de 2021.

**Parágrafo Único** – Para o exercício da função, o servidor ora nomeado fará jus a remuneração do seu cargo de origem.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º A presente Portaria terá vigência da data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia SC, 01 de fevereiro de 2021.

**OSMAR TOZZO**  
**Prefeito Municipal**

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

**LUCIANO DE GOIS CAVALHEIRO**  
**Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.**



**PORTARIA 059/2021**

Publicação Nº 2867289

**PORTARIA Nº 059, de 01 de fevereiro de 2021.**

**“DESIGNA SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO PARA RESPONDER PELO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

**OSMAR TOZZO**, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c § 2º, do art. 48, da Lei Complementar nº 018, de 03 de agosto de 2005,

**Considerando**, que a servidora Edinalva Bocalon Zotti passará a responder pelas atividades do Departamento Municipal de Cultura;

**RESOLVE:**

Art. 1º **DESIGNAR** a servidora **EDINALVA BOCALON ZOTTI**, ocupante do cargo de Instrutor de Trabalhos Artesanais, matrícula nº 9015, para responder como Diretor de Cultura, código DIC-22 pelo Departamento Municipal de Cultura, junto à Secretaria do Desenvolvimento Social, desempenhando carga horária semanal de 40 (quarenta) horas a partir do dia 01 de fevereiro de 2021.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo público o servidor ora nomeado fará jus à remuneração fixada no Anexo I, da Lei Complementar nº 018, de 03 de agosto de 2005.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01 de fevereiro de 2021.

Publique-se.

Passos Maia SC, 01 de fevereiro de 2021.

**OSMAR TOZZO**  
**Prefeito Municipal**

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

**LUCIANO DE GOIS CAVALHEIRO**  
**Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.**

**PORTARIA 060/2021**

Publicação Nº 2867295

**PORTARIA Nº 060, de 01 de fevereiro de 2021.****“NOMEIA SERVIDOR EM CARGO DE  
PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

**OSMAR TOZZO**, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º **DESIGNAR** a Senhora **ELIANE APARECIDA ZENARO**, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Educação, Grupo Ocupacional Assessoramento Superior, Código DIE-15, lotando-a na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, desempenhando carga horária semanal de 30 (trinta) horas, a partir do dia 1º de fevereiro de 2017.

**Parágrafo Único** – Para o exercício da função, o servidor ora nomeado fará jus a remuneração do seu cargo de origem.

Art. 2º A presente Portaria terá vigência da data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 1º de fevereiro de 2017.

Passos Maia SC, 01 de fevereiro de 2021.

**OSMAR TOZZO**  
**Prefeito Municipal**

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

**LUCIANO DE GOIS CAVALHEIRO**  
**Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.**

**PORTARIA 061/2021**

Publicação Nº 2867299

**PORTARIA Nº 061, de 01 de fevereiro de 2021.****“NOMEIA SERVIDORA EM FUNÇÃO DE COORDENAÇÃO E ASSESSORAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

**OSMAR TOZZO**, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, I, V e VII, ambos da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 72 e 73 da Lei Complementar nº 002 de 14 de setembro de 1998,

**RESOLVE:**

Art. 1º **DESIGNAR** a servidora **ELIZETE CORONA**, ocupante do cargo de Professor, matrícula nº 376 para desenvolver as atividades de assessoramento, coordenação e monitoria de cursos, desempenhando tais atividades na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, com jornada de trabalho de 40 horas/semanais, a partir do dia 01 de fevereiro de 2021.

**Parágrafo Único** – Para o exercício da função, a servidora ora nomeada manterá o seu cargo e a remuneração de origem.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Passos Maia SC, 01 de fevereiro de 2021.

**OSMAR TOZZO**  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no art. 91-A da Lei Orgânica Municipal

**LUCIANO DE GOIS CAVALHEIRO**  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

**PORTARIA 062/2021**

Publicação Nº 2867306

**PORTARIA Nº 062, de 01 de fevereiro de 2021.****“NOMEIA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

**OSMAR TOZZO**, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º **DESIGNAR** a servidora **IVETE OLIVA GANDOLFI DOS SANTOS**, ocupante do cargo de Professor, matrículas nº 176 e 8009, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Secretaria, Código ASS-12, lotando-a na Secretaria da Educação e Esportes, a partir do dia 01 de fevereiro de 2021.

**Parágrafo Único** – Para o exercício da função, o servidor ora nomeado fará jus a remuneração do seu cargo de origem.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º A presente Portaria terá vigência da data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia SC, 01 de fevereiro de 2021.

**OSMAR TOZZO**  
**Prefeito Municipal**

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

**LUCIANO DE GOIS CAVALHEIRO**  
**Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.**

**PORTARIA 063/2021**

Publicação Nº 2867310

**PORTARIA Nº 063, de 01 de fevereiro de 2021.****“NOMEIA SERVIDORA EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**OSMAR TOZZO**, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com o art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Complementar Municipal nº 018, de 03 de agosto de 2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º **NOMEAR** a senhora **JULIANA SAADE JOSE** para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assessor de Secretaria, Grupo Ocupacional Assessoramento Superior, símbolo ASS-12, cumprindo uma carga horária mínima de 40 (quarenta) horas semanais, lotando-a na Secretaria da Educação e Esportes, a partir do dia 01 de fevereiro de 2021.

**Parágrafo Único** – Para o exercício da função, o servidor ora nomeado fará jus a remuneração do seu cargo de origem.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º A presente Portaria terá vigência da data de sua publicação.

Passos Maia SC, 01 de fevereiro de 2021.

**OSMAR TOZZO**  
**Prefeito Municipal**

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

**LUCIANO DE GOIS CAVALHEIRO**  
**Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.**

**PORTARIA 064/2021**

Publicação Nº 2867313

**PORTARIA Nº 064, de 01 de fevereiro de 2021.****“NOMEIA SERVIDORA EM FUNÇÃO DE DIRETOR DE ESCOLA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

**OSMAR TOZZO**, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 72 e 73 da Lei Complementar nº 002, de 14 de setembro de 1998,

**Considerando** a necessidade de nomear diretores das escolas municipais para organização e coordenação das atividades escolares no ano letivo em curso;

**Considerando** o disposto nos artigos 72 e 73 da Lei Complementar nº 002, de 14 de setembro de 1998, que estabelece ser devido ao servidor público efetivo, gratificação pelo exercício de função de direção, bem como, o servidor com carga horária de 20 (vinte) horas semanais perceberá o dobro da remuneração inerente a seu cargo de origem, enquanto estiver no exercício de tais funções;

**RESOLVE:**

Art. 1º **NOMEAR** a Senhora **JULIANE CIZINANDE LINCK**, para ocupar a função de Diretor de Escola, desempenhando as atividades inerentes à referida função junto ao Centro Infantil Branca de Neve, centro, cumprindo uma jornada semanal de 40 (quarenta) horas, a partir do dia 01 de fevereiro de 2021.

**Parágrafo Único** – Para o exercício da função, a servidora ora nomeada fará jus ao dobro da remuneração do seu cargo de origem, conforme previsto no art. 73, da Lei Complementar nº 002 de 14 de setembro de 1998.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º A presente Portaria terá vigência da data de sua publicação.

Passos Maia SC, 01 de fevereiro de 2021.

**OSMAR TOZZO**  
**Prefeito Municipal**

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

**LUCIANO DE GOIS CAVALHEIRO**  
**Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.**

**PORTARIA 065/2021**

Publicação Nº 2867317

**PORTARIA Nº 065, de 01 de fevereiro de 2021.****“NOMEIA SERVIDORA EM FUNÇÃO DE ASSESSOR DE SECRETARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

**OSMAR TOZZO**, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 72 e 73 da Lei Complementar nº 002, de 14 de setembro de 1998,

**Considerando** o disposto nos artigos 72 e 73 da Lei Complementar nº 002, de 14 de setembro de 1998, que estabelece ser devido ao servidor público efetivo, gratificação pelo exercício de função de direção, bem como, o servidor com carga horária de 20 (vinte) horas semanais perceberá o dobro da remuneração inerente a seu cargo de origem, enquanto estiver no exercício de tais funções;

**RESOLVE:**

Art. 1º **NOMEAR** a senhora **NILSE DALL IGNA ZENARO** para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assessor de Secretaria, Grupo Ocupacional Assessoramento Superior, símbolo ASS-12, cumprindo uma carga horária mínima de 40 (quarenta) horas semanais, lotando-a na Secretaria da Educação e Esportes, a partir do dia 01 de fevereiro de 2021.

**Parágrafo Único** – Para o exercício da função, a servidora ora nomeada fará jus ao dobro da remuneração do seu cargo de origem.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º A presente Portaria terá vigência da data de sua publicação.

Passos Maia SC, 01 de fevereiro de 2021.

**OSMAR TOZZO**  
**Prefeito Municipal**

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

**LUCIANO DE GOIS CAVALHEIRO**  
**Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.**



**PORTARIA 066/2021**

Publicação Nº 2867321

**PORTARIA Nº 066 de 01 de fevereiro de 2021.****“NOMEIA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

**OSMAR TOZZO**, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei Complementar nº 018/2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica o Servidor **ANDRÉ LUIZ HANSEN**, designado para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor do Desenvolvimento Urbano, cumprindo uma carga horária mínima de 40 (quarenta) horas semanais, lotando-o na Secretaria da Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, a partir do dia 01 de fevereiro de 2021.

**Parágrafo Único** – Para o exercício da atividade que trata o caput, o servidor fará jus a um adicional de representação de 40% (quarenta por cento) sobre remuneração integral de seu cargo efetivo, conforme dispõe o § 2º, do art. 48, da Lei Complementar nº 018, de 03 de agosto de 2005.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se

Passos Maia SC, 01 de fevereiro de 2021.

**OSMAR TOZZO**  
**Prefeito Municipal**

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

**LUCIANO DE GOIS CAVALHEIRO**  
**Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.**

**PORTARIA 067/2021**

Publicação Nº 2867323

**PORTARIA Nº 067, de 03 de fevereiro de 2021.****“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

**OSMAR TOZZO**, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

**Considerando** o direito do servidor ao gozo de férias e o pedido do servidor;

**RESOLVE:**

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS**, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora **MARIA SOLANGE ALBRECHT RIO BRANCO**, matrícula nº 10930, ocupante do Cargo Eletivo de Conselheiro Tutelar, lotada na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo de 10/01/2020 A 09/01/2021, para serem gozadas do dia 04/02/2021 a 05/03/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia - SC, 03 de fevereiro de 2021.

**OSMAR TOZZO**  
**Prefeito Municipal**

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

**LUCIANO DE GOIS CAVALHEIRO**  
**Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.**

**PORTARIA 068/2021**

Publicação Nº 2867324

**PORTARIA Nº 068, de 11 de fevereiro de 2021.**

**“PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

**OSMAR TOZZO**, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o parágrafo único, do art. 81, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999,

**Considerando** o atestado médico expedido pelo Dr. Eduardo José Frigeri, CRM 3533 SC, datado de 11/02/2021 e, entregue ao setor de Recursos Humanos, que sugere afastamento da servidora de suas atividades laborais por um período de 30 (trinta) dias;

**RESOLVE:**

Art. 1º **CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE** a servidora **CLEUCI DE FÁTIMA CHERNOSKI**, matrícula nº 19, ocupante do Cargo de Professor, lotada junto à Secretaria Municipal da Educação e Esportes, até o dia 12 de março de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Passos Maia - SC, 11 de fevereiro de 2021.

**OSMAR TOZZO**  
**Prefeito Municipal**

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

**LUCIANO DE GOIS CAVALHEIRO**  
**Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.**

**PORTARIA 069/2021**

Publicação N° 2867641

**PORTARIA N° 069, de 11 de fevereiro de 2021.****“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

**OSMAR TOZZO**, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 76, inciso II e art. 81, Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999,

**Considerando** o atestado médico expedido pela Dra. Débora de Cesaro – CRM/SC 25209 – no dia 10/02/2021, que sugere o internamento na UTI ADULTO da Sra. Elizangela Maria Roberto Bertotto, sem previsão de alta, e a necessidade de acompanhamento de familiar,

**RESOLVE:**

Art. 1º **CONCEDER LICENÇA REMUNERADA** para acompanhamento de familiar em tratamento de saúde ao servidor **CLAUDIO SERGIO BERTOTTO**, matrícula nº 7061, ocupante do Cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas Rodoviárias, lotado na Secretaria Municipal da Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano pelo período de 10/02/2021 a 10/04/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Passos Maia - SC, 11 de fevereiro de 2021.

**OSMAR TOZZO**  
**Prefeito Municipal**

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

**LUCIANO DE GOIS CAVALHEIRO**  
**Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.**

**PORTARIA 070/2021**

Publicação Nº 2867642

**PORTARIA Nº 070, de 11 de fevereiro de 2021.****“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

**OSMAR TOZZO**, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o parágrafo único, do art. 81, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999,

**Considerando** o atestado médico expedido pelo Dr. Juliano R. Pereira – CRM/SC 19007 – no dia 10/02/2021, que sugere afastamento da servidora de suas atividades laborais por 90 (noventa) dias;

**RESOLVE:**

Art. 1º **CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE** à servidora **VANUZA MACHADO**, matrícula nº 9008, ocupante do Cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal da Saúde pelo período de 10/02/2021 a 10/05/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Passos Maia - SC, 11 de fevereiro de 2021.

**OSMAR TOZZO**  
**Prefeito Municipal**

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

**LUCIANO DE GOIS CAVALHEIRO**  
**Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.**

**PORTARIA 071/2021**

Publicação Nº 2867643

**PORTARIA Nº 071, de 16 de fevereiro de 2021.****“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

**OSMAR TOZZO**, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

**Considerando** o atestado médico expedido pelo Dr. Guilherme Faccina Curtanelli – CRM 25170 – no dia 16/02/2021, que sugere afastamento da servidora de suas atividades laborais por 03 (três) dias;

**Considerando** o atestado médico expedido pelo Dr. Mario Sergio Passarello – CRM 26266 – no dia 16/02/2021, que sugere afastamento da servidora de suas atividades laborais por 03 (três) dias.

**RESOLVE:**

Art. 1º **CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE** à servidora **MARIA SIDIANE ALBRECHT**, matrícula nº 192, ocupante do Cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração Fazenda e Planejamento, pelo período de 13/02/2021 a 18/02/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Passos Maia - SC, 16 de fevereiro de 2021.

**OSMAR TOZZO**  
**Prefeito Municipal**

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

**LUCIANO DE GOIS CAVALHEIRO**  
**Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.**

**PORTARIA 072/2021**

Publicação Nº 2867645

**PORTARIA Nº 072, de 16 de fevereiro de 2021.****“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

**OSMAR TOZZO**, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

**Considerando** o direito da servidora ao gozo de férias e o pedido da servidora;

**RESOLVE:**

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS**, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora **SILVANE ALBRECHT ELY** matrícula nº 10399, ocupante do Emprego Público de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, referente ao período aquisitivo de 01/09/2019 a 31/08/2020, para serem gozadas do dia 16/02/2021 a 17/03/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Passos Maia - SC, 16 de fevereiro de 2021.

**OSMAR TOZZO**  
**Prefeito Municipal**

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

**LUCIANO DE GOIS CAVALHEIRO**  
**Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.**



**PORTARIA 073/2021**

Publicação Nº 2867646

**PORTARIA Nº 073, de 16 de fevereiro de 2021.****“CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

**OSMAR TOZZO**, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 76, VI, da Lei Complementar 004 de 31 de agosto de 1999 e,

**Considerando** o pedido formulado pelo servidor através de requerimento, solicitando licença para tratar de assuntos de interesse particular (sem remuneração) por um período de 02 (dois) anos;

**Considerando** o direito do solicitante e não haver prejuízos ao serviço público;

**RESOLVE:**

Art. 1º **CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTOS**, conforme art. 76, VI, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, para o servidor **RICARDO BORTOLINI**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas Rodoviárias, Grupo Ocupacional Serviços Gerais, símbolo SG-4, carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, matrícula nº 194, lotado na Secretaria Municipal da Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, pelo período de 16/02/2021 A 15/02/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Passos Maia - SC, 16 de fevereiro de 2021.

**OSMAR TOZZO**  
**Prefeito Municipal**

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

**LUCIANO DE GOIS CAVALHEIRO**  
**Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.**

# Paulo Lopes

## PREFEITURA

### LEI 1874/2021

Publicação Nº 2867717

LEI Nº 1874/2021

Denomina o Ginásio Poliesportivo do Bairro Penha. "GINÁSIO DE ESPORTES ADEMAR SENEM RODRIGUES".

Art. 1º - O ginásio de esportes localizado no Bairro Penha, na Rua Manoel Zeferino Estácio, Município de Paulo Lopes, passa a denominar-se GINÁSIO DE ESPORTES ADEMAR SENEM RODRIGUES.

Art. 2º - Fica fazendo parte integrante da presente Lei, Histórico do Sr. Ademar Senem Rodrigues.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

NADIR CARLOS RODRIGUES

Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 18 de fevereiro de 2020.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA

Secretária Municipal de Administração

#### Histórico Ademar Senem Rodrigues

Ademar Senem Rodrigues nasceu em 20 de Abril de 1931 em Paulo Lopes, filho de Senem Manoel Rodrigues e Bernadina Ana de Jesus Rodrigues era o 3º filho de 06 irmãos. Ao longo da vida teve como sua profissão a de Motorista. Foi casado com Leondina da Conceição e teve 04 filhos: Zulma Rodrigues, Cicílio Ademar Rodrigues, Zeonei Conceição Rodrigues e Zenaide Leondina Rodrigues. Após o falecimento de sua 1ª esposa, no ano de 1970 casou-se com Maria da Luz Rodrigues, onde desta união nasceram mais 03 filhos: Célio Ademar Rodrigues (in memória), Sandro Ademar Rodrigues e Fernanda Rodrigues.

Além de motorista, Ademar teve um vida pública e política de desafios e conquistas, sendo eleito vereador em 1989/1992. Em sua legislatura como vereador cumpriu seu mandato desempenhando lealdade e compromisso.

Durante sua vida pública foi fundador, em 1973, do Penharol Recreativo Futebol Clube, sendo presidente por 06 mandatos.

Durante o período que foi presidente, o clube sempre esteve ativo participando de competições municipais e regionais, sendo que em 1988 foi campeão Regional de Futebol de Campo, assim como, também conquistou diversos títulos em torneios de futsal realizados no Ginásio Osnizão.

Sempre demonstrou ser um amante do futebol, além disso demonstrava um grande apreço pelo clube que ele juntamente com amigos do bairro ergueu.

Por sua incansável luta e incentivo a comunidade da Penha teve seu destaque no Município por ter uma sede recreativa, que recebia milhares de pessoas vindas de outras comunidades e municípios, afinal "quem nunca frequentou o Penharol?".

Seu legado é reconhecido até hoje com respeito e admiração, foi um líder comunitário que conquistou amigos que se orgulham até hoje e relembram os eventos no Penharol com saudades.

Nós, familiares, somos gratos pela pessoa que ele foi e ficamos honrados por esta homenagem.

Fernanda Rodrigues Leite

Filha (representante da Família)

### LEI 1875/2021

Publicação Nº 2867719

LEI Nº 1875/2021

Denomina o Parque Municipal de Eventos, na Comunidade de Santa Cruz. "PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS ABELARDO JUVÊNCIO RODRIGUES".

Art. 1º - O Parque Municipal de Eventos, localizado no Bairro Santa Cruz, na Rua Manoel Felipe, Município de Paulo Lopes, passa a denominar - PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS ABELARDO JUVÊNCIO RODRIGUES.

Art. 2º - Fica fazendo parte integrante da presente Lei, Histórico do Sr. Abelardo Juvêncio Rodrigues.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

NADIR CARLOS RODRIGUES

Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 18 de fevereiro de 2020.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA  
Secretária Municipal de Administração

#### HISTÓRICO ABELARDO JUVÊNCIO RODRIGUES

Abelardo Juvêncio Rodrigues, nascido no dia 11 de fevereiro de 1923, filho de Juvêncio Vieira Rodrigues e Olímpia Raupp Rodrigues, nascido em Paulo Lopes, teve como profissão Lavrador. Ele foi casado com Maria Pereira Rodrigues, teve 05 Filhos: Olímpia Maria Rodrigues (in Memória); Manoel Nilson Abelardo Rodrigues; Nilton Fetes Rodrigues; Nelson Valter Rodrigues e Nadir Carlos Rodrigues. Além de lavrador Abelardo teve uma vida pública e política de conquistas e desafios. Foi vereador em 05 (cinco) Legislaturas consecutivas, sendo parte delas de forma voluntária, sem remuneração.

1ª Legislatura – 1963 à 1966 - Vereador e Vice-Presidente da Câmara;

2ª Legislatura – 1967 à 1969 – Vereador;

3ª Legislatura – 1970 à 1972 – 1º Suplente de Vereador;

4ª Legislatura – 1973 à 1976 – Vereador;

5ª Legislatura – 1977 à 1982 – Vereador e Vice-Presidente da Câmara.

Durante sua vida pública, foi membro de um único partido, e além das legislaturas de Vereador, seu Abelardo ainda foi Vice-Prefeito de 1983 à 1988. E dentro desses mandatos foi Prefeito em Exercício por duas vezes. Numa das vezes, em abril de 1982, assumiu a Prefeitura em um momento bem delicado, pois o Prefeito da época, Joaquim Sérgio Demétrio, havia sofrido um grave acidente e ficou hospitalizado.

Seu Abelardo Juvêncio Rodrigues não apenas conquistou títulos políticos e públicos, conquistou amigos, admiradores e companheiros, que até hoje orgulham-se de prestar homenagens a este homem de fibra e batalhador.

Além de uma figura pública, foi filho, esposo, pai, avó... Deixou um legado como político honrado. Seus filhos se orgulham do pai e político, e agradecem as homenagens já realizadas por esta Casa legislativa.

Manoel Nilson Abelardo Rodrigues  
Filho

Nilton Fetes Rodrigues  
Filho

Nelson Valter Rodrigues  
Filho

Nadir Carlos Rodrigues  
Filho

# Penha

## PREFEITURA

### TERMO DE CREDENCIAMENTO 001/2021 - FMS

Publicação Nº 2867766

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2021-FMS de 15/02/2021  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2020 - FMS  
MODALIDADE CHAMADA PÚBLICA Nº 007/2020 - FMS  
HOMOLOGADO EM 24/09/2020

Pelo presente instrumento de Contrato de locação firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede nesta Cidade, Rua Domingos Manoel Corrêa, nº 311, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pela Sra. CAMILA LUCHTENBERG, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG 4562427 e inscrita no CPF/MF sob o nº 048.489.069-70, residente e domiciliada na Rua Gerhard Schmidt, 376 – Bairro Gravatá – Penha/SC, nomeada pela Portaria nº 282/2021, doravante denominada CONTRATANTE e, de outro lado, SIMONE NASCIMENTO DIAS DA COSTA, inscrita no CPF sob o n.º 005.276.079-08, residente e domiciliada na Rua Benvenute Laurentino, nº 59, Gravata, Penha/SC, telefone (47) 99618-5316, doravante denominada CREDENCIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento de pessoas físicas ou microempreendedores individuais, para prestação de serviços de auxiliares em saúde bucal nas Unidades Básicas da Saúde, destinados a pacientes e profissionais do Município de Penha/SC, conforme solicitação do Fundo Municipal de Saúde nº 555/2020, com inexigibilidade de licitação, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 8.666/93 e às seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Credenciamento de pessoas físicas ou microempreendedores individuais, para prestação de serviços de auxiliares em saúde bucal nas Unidades Básicas da Saúde, destinados a pacientes e profissionais do Município de Penha/SC, conforme solicitação do Fundo Municipal de Saúde nº 555/2020.

Assinale com um "X" as atividades que serão realizadas	PROCEDIMENTO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
X	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	hrs	2.400	R\$ 10,16	R\$ 24.384,00
				PREÇO TOTAL	R\$ 24.384,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO

2.1 - Os serviços deverão ser realizados por profissionais habilitados, nas dependências das Unidades Básicas de Saúde ou em outros locais, na qual será previamente informado pela Secretaria de Saúde.

2.2 - A CREDENCIADA compromete-se a prestar aos usuários do SUS, tratamento idêntico ao dispensado a particulares.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS E DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 - O Fundo Municipal de Saúde de Penha pagará pelos serviços prestados conforme preços constantes no Anexo II.

3.2 - Quanto ao processamento, faturamento e forma de pagamento:

I – Estas despesas obedecerão às normas contidas na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

II – Após o cumprimento dos procedimentos do inciso anterior, a CREDENCIADA emitirá Nota Fiscal de Prestação de Serviços.

III – O pagamento se dará após a efetiva liquidação da despesa, obedecendo a ordem cronológica de pagamentos da Tesouraria Municipal.

IV – O preço máximo previsto para o período de 12 meses será de R\$ 24.384,00 (Vinte e quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais).

#### CLAUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas referentes ao objeto do presente Termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

150.39.50– Pessoa Jurídica – Saúde Bucal - Federal

150.36.30 – Pessoa Física – Saúde Bucal - Federal

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA

5.1 - Compromete-se a efetuar o pagamento das faturas conforme ordem cronológica de pagamentos.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÃO DA CREDENCIADA

6.1 - A CREDENCIADA é responsável por possíveis danos causados ao MUNICÍPIO de Penha e aos usuários do SUS, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos seus serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município.

6.2 - A CREDENCIADA obriga-se a manter, durante a inteira execução do Termo de Credenciamento, todas as condições de habilitação e regularidades exigidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas por ocasião da assinatura do Termo de Credenciamento.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DA VALIDADE**

7.1 - A vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, podendo mediante aditivo, ser prorrogado obedecendo ao limite previsto no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

7.2 - A credenciada prestará serviços no limite de valor determinado pela Secretaria de Saúde, durante o período de Termo de Credenciamento.

7.3 - O referido limite será regulado e controlado pela Secretaria de Saúde, bem como mediante a produção apresentada pela CREDENCIADA mensalmente, cabendo a Secretaria de Saúde comunicar, bem como a CREDENCIADA, a descontinuidade dos serviços, pelo limite financeiro atingido.

**CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO**

8.1 - Caberá à Secretaria de Saúde a fiscalização dos serviços constantes no Termo de Credenciamento.

**CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO**

9.1 - O não cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista no termo de Credenciamento ou ainda, a inobservância das previsões legais contidas nos artigos 58, II, 77, 78, I ao III e 86, §1º, todos da Lei 8.666/93, bem como futuras modificações ou acréscimos pertinentes à Lei que rege os contratos, administrativos, acarretará para o Município de Penha, o direito de rescindi-lo. Poderá, ainda, o Fundo Municipal de Saúde de Penha a seu exclusivo critério, oportunidade e conveniência, rescindir unilateralmente o Termo de Credenciamento, devendo para isso, avisar a CREDENCIADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

9.2 - A CREDENCIADA deverá comunicar, por escrito e com justificativa, a CONTRATANTE, qualquer fato superveniente que acarrete o descredenciamento, mediante aviso prévio mínimo de 30 (trinta) dias.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO**

10.1 - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste processo, erros ou atrasos na execução do objeto e quaisquer outras irregularidades, o MUNICÍPIO poderá, isolada ou cumulativamente, respeitado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a adjudicatária as seguintes penalidades.

I – Advertência: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido;

II – Multa Moratória: de 2% (dois por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado;

III – Multa Compensatória: nas seguintes ocorrências:

a) de 20% (vinte por cento) do total de preços registrados, caso haja recusa em assinar o contrato.

b) de 20% (vinte por cento) sobre o valor do (s) exame (s) não entregue (s) – observando-se que, independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da prestação do serviço se dará no momento em que é atestado o recebimento e totalidade dos exames realizados, via Relatório apresentado pela empresa e aceito, hipótese está caracterizada, conforme o caso, como inexecução parcial ou total do ajuste.

c) de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado pelo inadimplemento de quaisquer outras cláusulas, também podendo caracterizar inexecução parcial ou total do ajuste, dependendo do caso.

Parágrafo único: Nos termos do § 3º do art. 86 e do § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, a multa, caso aplicada após o regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido à empresa detentora, e ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO**

11.1 - Fica eleito o foro da cidade de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2021.

CAMILA LUCHTENBERG	SIMONE NASCIMENTO DIAS DA COSTA
Responsável pelo expediente da	Contratado
Secretaria de Saúde	

Portaria nº 282/2021  
Contratante

**TESTEMUNHAS**

Nome Completo:	Nome Completo:
CPF nº.:	CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

De acordo:

Luiz Eduardo Bueno  
Controlador Geral

---

## **CÂMARA MUNICIPAL**

---

### **EDITAL Nº 01/2021 - AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Publicação Nº 2867873

EDITAL Nº 01/2021  
Convocação de Audiência Pública

O Presidente da Câmara de Vereadores de Penha, representante legal do Poder Legislativo, no exercício da competência fixada no artigo 50, parágrafo 4º, inciso I, do Regimento Interno, Resolução nº 24/2016, CONVOCA, a pedido da Comissão Legislativas Permanentes de Finanças e Orçamentos, com fulcro no artigo 67, II, do Regimento Interno, PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA:

DIA: 26 de fevereiro de 2021 (sexta-feira)

HORÁRIO: 16 horas

LOCAL: Sede do Poder Legislativo Municipal

ASSUNTO: AVALIAÇÃO DO 3º QUADRIMESTRE DE 2020

FUNDAMENTO: ARTIGO 9º, §4º, LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Observação.: A reunião será presencial e transmitida ao vivo pelos sites oficiais, em relação a presença de público será observado as diretrizes previstas na Resolução da Mesa Diretora nº 04/2021. Questionamento sobre as contas poderão ser encaminhadas para o e-mail atendimento@cvp.sc.gov.br

Penha, SC, 15 de fevereiro de 2021  
MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD  
Presidente da Câmara de Vereadores

# Pescaria Brava

## PREFEITURA

### EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº. 05/2019 PMPB – VALOR GLOBAL - PL Nº. 13/2019 PMPB DL Nº. 05/2019 PMPB

Publicação Nº 2867732

PREFEITO MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº. 05/2019 PMPB – VALOR GLOBAL

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA- CNPJ Nº. 16.780.795/0001-38

CONTRATADA: EDILSON DELLA GIUSTINA– CPF Nº. 018.516.189-88

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 13/2019 PMPB

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 05/2019 PMPB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NO BAIRRO DE SANTIAGO PARA O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA/SC.

JUSTIFICATIVA: MODIFICAÇÃO DA CLÁUSULA SEXTA DO CONTRATO ORIGINAL QUE SE REFERE AO VALOR A SER PAGO, PASSANDO ASSIM O VALOR GLOBAL A VIGER EM R\$ 9.600,00 (NOVE MIL E SEISCENTOS REAIS)

VALOR GLOBAL COM O APOSTILAMENTO: R\$ 9.600,00 (NOVE MIL E SEISCENTOS REAIS)

DATA DE FORMALIZAÇÃO DO TERMO DE APOSTILAMENTO: 11/02/2021

## CÂMARA MUNICIPAL

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 01/2021

Publicação Nº 2868295

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PESCARIA BRAVA

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 01/2021

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PESCARIA BRAVA CNPJ: 17.481.072/0001-09

CONTRATADA: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA) - CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA SEREM USADOS PELA CÂMARA DE VEREADORES DE PESCARIA BRAVA/SC.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.3.3.90.00.00.00.00.00.01.5000

VALOR: R\$ 6.230,00 (SEIS MIL DUZENTOS E TRINTA REAIS)

DATA DA ASSINATURA: 18/01/2021

JAISSON CASTRO DE SOUZA – PRESIDENTE DA CÂMARA



# Pinhalzinho

## PREFEITURA

### **AVISO PREGAO ELETRONICO 008-2021 - PMP - PARQUES INFANTIS MADEIRA PLASTICA E BRINQUEDOS**

Publicação Nº 2868248

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2021 – PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual AQUISIÇÃO DE PARQUES INFANTIS EM MADEIRA PLÁSTICA e BRINQUEDOS a serem instalados nas praças e parques do Município de Pinhalzinho para atender as necessidades das Secretarias do Município de Pinhalzinho, de acordo com as especificações constantes no ANEXO "A" do Edital.

Modalidade: Pregão Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até as 08:30h do dia 11/03/2021.

Abertura: dia 11/03/2021, às 09:00h.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município pinhalzinho.atende.net ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail: [compras.01@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras.01@pinhalzinho.sc.gov.br) ou [compras.00@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras.00@pinhalzinho.sc.gov.br).

Pinhalzinho, SC, 17 de fevereiro de 2021.

Fabricio Fontana

Secretário Municipal de Educação

### **AVISO PREGAO PRESENCIAL 001 - 2021 - FMS - SERVIÇOS DE LIMPEZA**

Publicação Nº 2868299

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PINHALZINHO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2021 – FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual contratação de profissionais para fornecimento de mão de obra visando a prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização a desinfecção e a sanitização, em função do aumento da necessidade em manter os ambientes higienizados em razão da pandemia do COVID – 19 nas dependências dos prédios do Fundo Municipal de Saúde com carga horaria de 08 (oito) horas diárias, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Pinhalzinho, de acordo com as especificações constantes no ANEXO "A" deste Edital.

Modalidade: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até as 08:30h do dia 04/03/2021.

Abertura: dia 04/03/2021, às 08:45h

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município pinhalzinho.atende.net ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail: [compras.01@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras.01@pinhalzinho.sc.gov.br) ou [compras.00@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras.00@pinhalzinho.sc.gov.br)

Pinhalzinho, SC, 18 de fevereiro de 2021

Cleomar Provenci

Secretário Municipal de Saúde

### **AVISO PREGÃO PRESENCIAL 007-2021 - PMP - CONCERTO DO SISTEMA COMPLETO DE DIFERENCIAL DO CAMINHÃO VM 330**

Publicação Nº 2868449

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2021 – PMP

Objeto: Contratação de empresa Especializada para Fornecimento de Mão de obra e Peças (originais ou similares) para Concerto do Sistema Completo de Diferencial do Caminhão VM 330, PLACA QHE 5122. Conforme especificações constantes do Anexo "A" do Edital.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das Propostas: até as 08:30h do dia 10/03/2021 Abertura: dia 10/03/2021, às 08:45h

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município pinhalzinho.

atende.net ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00. Informações através do e-mail: [compras.01@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras.01@pinhalzinho.sc.gov.br) ou [compras.02@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras.02@pinhalzinho.sc.gov.br)

Pinhalzinho, SC, 18 de fevereiro de 2021

Elmo Zanchet

Diretor Municipal de Estradas e Rodagens

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 5.414, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2867790

DECRETO Nº 5.414, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PINHEIRO PRETO

GILBERTO CHIARANI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 2.165 de 17 de novembro de 2020.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 327.181,30 (Trezentos e vinte e sete mil, cento e oitenta e um reais e trinta centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE  
Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE  
Função:10 - Saúde  
Subfunção:301 - Atenção Básica  
Programa:9 - Saúde Com Qualidade  
Ação:2.72 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA - UNIÃO  
Despesa 266  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:03.38 - Transferência do SUS/União

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto de 2020, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial. (CONTA 6.740-7 Bloco Custeio-União).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 11 DE FEVEREIRO DE 2021.

GILBERTO CHIARANI

PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 5415, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2867887

DECRETO Nº 5415, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

"ALTERA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO"

GILBERTO CHIARANI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 5.074, de 23 de setembro de 2019;

CONSIDERANDO a indicação da comissão do idoso,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado os membros do Conselho Municipal de Assistência Social, ficando nomeados os seguintes membros:

[...]

IV - Representante da Comissão Municipal do Idoso:

Titular: Rosangela Elizabete Mânica Dall Bosco

Suplente: Cleci Nora Chiarani

[...]

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 17 de fevereiro de 2021.

GILBERTO CHIARANI

Prefeito Municipal

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 09/2021 CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020**

Publicação Nº 2867801

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 09/2021  
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020

GILBERTO CHIARANI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em atendimento ao disposto no Edital n. 01/2020, CONVOCA a seguinte candidata aprovada no Concurso Público para apresentação de exames de saúde para análise de aptidão física:

CPF	NOME DO CANDIDATO	CARGO (Regime estatutário)
020.403.640-21	MARIE ELIZABETE CHISTE	Atendente de Creche I

O candidato acima relacionado deverá no prazo máximo de 30 dias, contados da data da publicação, providenciar os seguintes exames de saúde:

- Sangue: Hemograma, Glicemia e Sorologia de Lues;
- Parcial de Urina;
- Raio-X do Tórax P.A e perfil;
- Raio X de coluna P.A e perfil – cervical e lombar
- ECG – eletrocardiograma com laudo.

1. Os EXAMES MÉDICOS deverão ser apresentados para Certificação, aos médicos Credenciados pelo Município, através de agendamento junto ao Setor de Recursos Humanos, pelos telefones 3562-2025 ou 3562-2000.

2. Além dos referidos exames, a candidata deverá apresentar exames complementares caso haja solicitação do Médico Credenciado pelo Município de Pinheiro Preto – SC, bem como os seguintes documentos:

- formulário de Dados Cadastrais; (anexo Modelo);
  - formulário de Declaração de Dependência; (anexo Modelo);
  - formulário de Declaração de Bens; (anexo Modelo);
  - formulário de Declaração de Não Acumulação de Cargos, Empregos e/ou Funções pública; (anexo Modelo);
  - Carteira de Identidade;
  - Título de Eleitor, com confirmação da última votação, assim como, declaração emitida pelo T.R.E. que comprove o pleno gozo dos direitos civis e políticos;
  - Certificado de Reservista;
  - Certificado escolar (prova de que o candidato satisfaz o nível de escolaridade exigido no edital do concurso);
  - Documento com o nº do PIS/PASEP, ou extrato de inexistência de registro obtido, junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal);
  - CPF - Cartão do Cadastro de Pessoa Física;
  - Carteira nacional do S.U.S;
  - Certidão de Casamento;
  - Certidão de Nascimento do(s) filho(s);
  - Laudo médico (obtido mediante perícia médica);
  - Carteira de Trabalho (CTPS);
  - Comprovante de conta corrente bancária;
  - Comprovante de residência (conta de luz ou água ou telefone não superior a 90 dias);
  - 01 (uma) foto no tamanho 3X4 colorida atual;
  - Documentos exigidos para cargos específicos: CNH categoria mínima "C"
- Comprovante expedida pelo conselho profissional, comprovando a inscrição e a regularidade do registro para os cargos exigidos.

Analizados os exames e sendo o candidato considerado apto, o mesmo será, então, nomeado para o cargo, através de Portaria expedida pelo Chefe do Poder Executivo.

OBS: A presente convocação para apresentação de exames de saúde não gera direito à nomeação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC 17 de fevereiro de 2021.

GILBERTO CHIARANI  
PREFEITO MUNICIPAL

**NOTIFICAÇÃO TRIBUTOS**

Publicação Nº 2867760

**NOTIFICAÇÃO**

O Município de Pinheiro Preto, Pessoa jurídica de direito Público interno, inscrito na CNPJ sob nº 82.827.148/0001-69, com sede administrativa na Av. Mal. Costa e Silva, 111, Centro, NOTIFICA DJANDIR TOMAZ GARBIN, inscrito(a) no CNPJ/CPF sob nº 595.248.989-34, localizado na rua Pedro Zago, bairro São Jose, Município de Pinheiro Preto – SC, para que fique ciente da RESCISÃO DO PARCELAMENTO Nº 21/2020, das dívidas junto a este Município, tendo em vista " A manutenção em aberto de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não, ou de uma parcela, estando pagas todas as demais, implicará, após comunicação ao sujeito passivo, a imediata rescisão do parcelamento e, conforme o caso,

o prosseguimento da cobrança.”, na forma do art. 1º § 6º, da Lei 2.133, de 03 de Junho de 2020.

Intima-se ainda, para que querendo contestar no prazo de 20 (vinte) dias contados do recebimento da notificação, apresente defesa por escrito.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 17 de fevereiro de 2021.

HYOLANDA MHARYA GROSSKOPF

Fiscal de Rendas, Tributos e Obras

**TERMO ADITIVO 16/2021**

Publicação Nº 2867809



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**  
Capital Catarinense do Vinho

**TERMO ADITIVO Nº 16/2021****PRIMEIRO TERMO ADITIVO  
AO CONTRATO Nº 144/2019**

**MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede administrativa na Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111, Centro, Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito **Gilberto Chiarani**, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado a empresa **PÚBLICA TECNOLOGIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 95.836.771/0001-20, com sede na Rua Içara, 151, Bairro Itoupava Seca, Blumenau SC, por seu representante legal Sr. Giovani de Bortoli, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o primeiro termo aditivo ao contrato nº 144/2019, nos termos da Lei nº 8.666/93, que se regerá mediante as cláusulas e condições que subseguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1** Constitui objeto deste termo aditivo a **INCLUSÃO DE ITEM E ACRÉSCIMO DE VALOR** no contrato nº 144/2019, que versa sobre **OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, CAPACITAÇÃO E FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO TEMPORÁRIO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, COM ACESSO SIMULTÂNEO PARA USUÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA**, autorizado através do processo nº 051/2019, Licitação nº 022/2019, modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA INCLUSÃO DE ITEM**

**2.1** A cláusula quarta do contrato nº 144/2019 que trata dos valores e das condições para pagamento, passará a vigorar com a seguinte redação devido a inclusão dos módulos de “estoque e frotas” para o Fundo de Saúde e de “frota” para o Fundo de Assistência Social conforme Memorando 338/2021, sendo o valor era de Licença de uso mensal de R\$ 9.250,00 (nove mil duzentos e cinquenta reais) e anual R\$ 111.000,00 (cento e onze mil reais) e com o acréscimo de inclusão de licenças no valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) mês e R\$ 1.350,00 (um mil trezentos e cinquenta reais) anual, passando os valores para R\$ 9.700,00 (nove mil

Av. Mel. Costa e Silva, 111 - Centro  
PINHEIRO PRETO - SC. - CEP: 89570-000  
Fone/Fax: 49 3582-2000 - [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**

**Capital Catarinense do Vinho**  
 e setecentos reais) mensais e R\$ 112.350,00 (cento e doze mil trezentos e cinquenta reais) anual conforme Parecer Jurídico 20/2021:

Item	Licença de Uso, Suporte Técnico e Atualização legal e Corretiva	Un. Med	Qtde	R\$ Unit. Proposto	R\$ Total
<b>PREFEITURA DE PINHEIRO PRETO</b>					
1	Planejamento PPA/LDO/LOA	Mês	12	300,00	3.600,00
2	Gestão Contábil – Execução Orçamentária, Tesouraria, Contabilidade, Lei Fiscal e Monitor NF-e	Mês	12	1.100,00	13.200,00
3	Compras, Licitações e Contratos	Mês	12	700,00	8.400,00
4	Patrimônio	Mês	12	150,00	1.800,00
5	Almoxarifado / Estoque	Mês	12	150,00	1.800,00
6	Frotas	Mês	12	150,00	1.800,00
7	Gestão de Pessoas, Folha de Pagamento, Recursos Humanos, eSocial, Segurança e Medicina Trabalho / Plano de saúde / Portal Servidor / E-social / Concursos Públicos	Mês	12	2.100,00	25.200,00
8	Tributação Pública / ISS via Internet / Executivo Fiscal / Portal Cidadão	Mês	12	1.000,00	12.000,00
9	Nota Fiscal de Serviço Eletrônica	Mês	12	900,00	10.800,00
10	Portal da Transparência	Mês	12	150,00	1.800,00
11	Documentos Eletrônicos / Protocolo Web/ Alvará Eletrônico	Mês	12	1.100,00	13.200,00
12	Controle De Ponto Eletrônico	Mês	12	600,00	7.200,00
<b>TOTAL</b>				<b>8.400,00</b>	<b>100.800,00</b>
<b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</b>					
13	Contabilidade Pública / Tesouraria	Mês	12	100,00	1.200,00
14	Compras, Licitações e Contratos	Mês	12	100,00	1.200,00
15	Portal da Transparência	Mês	12	0,00	0,00
16	Patrimônio	Mês	12	50,00	600,00
26	Estoque	Mês	03	150,00	450,00
27	Frotas	Mês	03	150,00	450,00
<b>TOTAL</b>				<b>550,00</b>	<b>3.900,00</b>
<b>FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>					
17	Contabilidade Pública / Tesouraria	Mês	12	100,00	1.200,00
18	Compras, Licitações e Contratos	Mês	12	100,00	1.200,00
19	Portal da Transparência	Mês	12	0,00	0,00
28	Frotas	Mês	03	150,00	450,00
<b>TOTAL</b>				<b>350,00</b>	<b>2.850,00</b>
<b>FUNDO MUNICIPAL SISTEMA DE ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS</b>					
20	Contabilidade Pública / Tesouraria	Mês	12	100,00	1.200,00
21	Compras, Licitações e Contratos	Mês	12	100,00	1.200,00
22	Portal da Transparência	Mês	12	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>				<b>200,00</b>	<b>2.400,00</b>
<b>INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL</b>					
23	Contabilidade Pública / Tesouraria	Mês	12	100,00	1.200,00

Av. Maj. Costa e Silva, 111 - Centro  
 PINHEIRO PRETO - SC. - CEP: 89570-000  
 Fone/Fax: 49 3582-2000 - www.pinheiropreto.sc.gov.br





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**

**Capital Catarinense do Vinho**

24	Compras, Licitações e Contratos	Mês	12	100,00	1.200,00
25	Portal da Transparência	Mês	12	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>				<b>200,00</b>	<b>2.400,00</b>
<b>TOTAL LICENÇA DE USO MENSAL</b>				9700,00	112.350,00

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

3.1 A presente despesa correrá a conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2002 - SECRET. DE ADMIN E FINANÇAS

Função: 04 - Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 3 – Administração Geral

Ação: 2.22 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Despesa 100 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

**CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO**

.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas constantes do contrato nº 1744/2019, independente de transcrição.

**CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO**

5.1 O presente termo aditivo será publicado, em resumo, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina dando-se cumprimento ao disposto no art. 61, paragrafo único da Lei 8.666/93.

E por estarem, assim, justos e acertados, assinam o presente instrumento em 02(duas) vias de igual teor e forma, após lido e achado conforme, para que produza os seus efeitos legais.

**Pinheiro Preto, 12 de fevereiro de 2021**

**GILBERTO CHIARANI**

Prefeito  
CONTRATANTE

**PUBLICA TECNOLOGIA LTDA**

CONTRATADA

Av. Mal. Costa e Silva, 111 - Centro  
 PINHEIRO PRETO - SC. - CEP: 89570-000  
 Fone/Fax: 49 3582-2000 - www.pinheiropreto.sc.gov.br

# Piratuba

## PREFEITURA

### DECRETO 1514/2021

Publicação Nº 2867855

DECRETO Nº 1.514/2021, de 17 de Fevereiro de 2021.

Abre crédito suplementar por conta da Anulação Parcial de Dotações no valor de R\$ 8.000,00 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do § 2º do artigo 26 da Lei 1.557/2020, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2021 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64.

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão: 09.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 09.01 – Fundo de Apoio a Agricultura

Projeto/Atividade: 2.036 – Promoção do Desenvolvimento Agropecuário

Modalidade: 59 – 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000 – Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos ..... R\$ 8.000,00

TOTAL: ..... R\$ 8.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos da anulação parcial das seguintes dotações:

Órgão: 09.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 09.01 – Fundo de Apoio a Agricultura

Projeto/Atividade: 2.036 – Promoção do Desenvolvimento Agropecuário

Modalidade: 60 – 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 – Outras despesas correntes ..... R\$ 8.000,00

TOTAL: ..... R\$ 8.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 17 de Fevereiro de 2021.

VANDERLEI WEBER

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se no Mural Público Conforme Lei 1.388/2017, Lei nº226/93 e Decreto 1.512/2021 Em 17 de Fevereiro de 2021	
---	--

Cristiano Schwingel  
Administrador

### DECRETO 1515/2021

Publicação Nº 2867863

DECRETO Nº 1.515/2021, de 17 de Fevereiro de 2021.

Abre crédito suplementar por conta do Superávit Financeiro no valor de R\$ 83.448,51 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do § 2º do artigo 26 da Lei 1.557/2020, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2021 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64.

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão: 11.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto/Atividade: 1.017 – Modernização da Assistência Social

Modalidade: 163– 4.4.90.00.00.00.00.0.3.1304 – Investimentos ..... R\$ 32.755,09

Órgão: 11.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto/Atividade: 1.017 – Modernização da Assistência Social

Modalidade: 164 – 4.4.90.00.00.00.00.0.3.1308 – Investimentos ..... R\$ 1.528,71

Órgão: 11.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto/Atividade: 2.029 – Manutenção da Ações da Assistência Social

Modalidade: 166 – 3.3.90.00.00.00.00.0.3.1304 – Outras Despesas Correntes ..... R\$ 17.994,74

Órgão: 11.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto/Atividade: 2.030 – Apoio as Ações Assistenciais ao Idoso

Modalidade: 167 – 3.3.90.00.00.00.00.0.3.1304 – Outras Despesas Correntes ..... R\$ 9.132,65

Órgão: 11.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto/Atividade: 2.050 – Benefícios Eventuais SEAS/SC

Modalidade: 161 – 3.3.90.00.00.00.00.0.3.1304 – Outras Despesas Correntes ..... R\$ 21.562,43

Órgão: 11.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto/Atividade: 2.050 – Benefícios Eventuais SEAS/SC

Modalidade: 168 – 3.3.90.00.00.00.00.0.3.1309 – Outras Despesas Correntes ..... R\$ 474,89

TOTAL: ..... R\$ 83.448,51

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado por fonte de recursos no Balanço Patrimonial em 31/12/2020

Fonte de Recursos – 0.3.1304 – Transferências FEAS SC cofinanciamento Estadual – Superávit Financeiro .....R\$ 81.444,91

Fonte de Recursos – 0.3.1308 – Transferências FNAS Ações COVID no SUAS p/ EPIs– Superávit Financeiro .....R\$ 1.528,71

Fonte de Recursos – 0.3.1309 – Transferências FNAS Ações COVID no SUAS p/ Acolhimento – Superávit Financeiro .....R\$ 474,89

TOTAL: ..... R\$ 83.448,51

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº1.508/2021 de 04 de Fevereiro de 2021

Piratuba-SC, 17 de Fevereiro de 2021.

VANDERLEI WEBER

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se no Mural Público Conforme Lei 1.388/2017, Lei nº226/93 e Decreto 1.512/2021 Em 17 de Fevereiro de 2021	
---	--

Cristiano Schwingel  
Administrador

## DECRETO 1516/2021

Publicação Nº 2867871

DECRETO Nº 1.516/2021, de 17 de Fevereiro de 2021

INSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL-COMDEC

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de acordo ao inciso VI do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, e nos termos da Lei nº 1.163/2012, que Cria a Coordenadoria Municipal da Defesa Civil – COMDEC,

DECRETA

Art. 1º Para atendimento a disposição contida na Lei Municipal nº 1.163/2012, que Cria a Coordenadoria Municipal da Defesa Civil – COMDEC, do Município de Piratuba – SC, conforme Art. 5º fica definido a nomeação dos seguintes membros:

I – Coordenador – Evando Antonio de Azeredo

II – Conselho Municipal:

a) Secretário – Paulo Ricardo Kurt Schuch

b) Setor Técnico – Franciele Luciane Turetta

- Luana Cristina Freitag

c) Setor Operacional – Alcir Jose Subtil da Trindade

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 17 de Fevereiro de 2021.

VANDERLEI WEBER

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se no Mural Público Conforme Lei 1.388/2017, Lei nº226/93 e Decreto 1.512/2021 Em 17 de Fevereiro de 2021	
---	--

Cristiano Schwingel  
Administrador

## PORTARIA Nº156/2021

Publicação Nº 2867850

PORTARIA Nº 156/2021  
EXONERA SERVIDORAS A PEDIDO.

VANDERLEI WEBER, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

### EXONERA

Exonera os servidores abaixo relacionados:

Nome	Portaria Contratação	Término Contrato
Natália Regina de Aguiar (Matrícula 4282)	148/2021	17/02/2021
Sélia Regina Knobloch (Matrícula 4276)	135/2021	17/02/2021

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 17 de fevereiro de 2021.

Vanderlei Weber

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº 1.388/2017.  
Em 17 de fevereiro de 2021.

Cristiano Schwingel  
Administrador

# Planalto Alegre

## PREFEITURA

### DECRETO 5103/2021

Publicação Nº 2867886

DECRETO Nº 5103/2021, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

"Suspende, por prazo indeterminado, atividades no Município de Planalto Alegre e da outras providências."

O Prefeito Municipal de Planalto Alegre SADI DALLACORTTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com da Lei Orgânica do Município de Planalto Alegre,

CONSIDERANDO que o Congresso Nacional no dia 20 de março de 2020, reconheceu o Estado de Calamidade Pública para os fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO a Portaria nº 454/GM/MS, de 20 de março de 2020, que declara em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do COVID-19;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 1.027 de 18.12.2020 que instituiu novas regras para organização das medidas para o enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO: o interesse público, aliado aos princípios da conveniência e oportunidade que regem os atos do Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO: as medidas sugeridas pelo Comitê Municipal de Contingenciamento de Gestão da COVID-19;

CONSIDERANDO: a atual taxa de contaminação viral no território do Município de Planalto Alegre- SC, bem como classificação da região Oeste como estado gravíssimo pela Matriz de Risco Potencial;

CONSIDERANDO: a atual taxa de ocupação de leitos e UTI's dos hospitais de referência da região Oeste;

CONSIDERANDO: as deliberações adotadas em reunião conjunta aos municípios associados à Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina –AMOSC- e ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS AMOSC, em 16 de fevereiro de 2021;

CONSIDERANDO a recomendação do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, "caso entenda necessário manter suspensas as atividades educacionais na rede de ensino pública e privada de Planalto Alegre, faça cumprir também as mesmas medidas de suspensão total de atividades em relação a bares, cinemas, igrejas e demais atividades equiparadas ou não essenciais, exercendo seu Poder de Polícia nos termos da Portaria n. 356/2020, do Ministério da Saúde, bem como instaurando o competente procedimento administrativo para imposição das penalidades administrativas correspondentes";

#### DECRETA:

Art. 1º. FICA SUSPENSA, até o dia 01 de março de 2021, em todo o território do Município de Planalto Alegre- SC, a volta as aulas em caráter presencial em toda rede de ensino, municipal e estadual, em todos os níveis e modalidades.

Art. 2º. Ficam suspensas, até o dia 01 de março em todo o território do município,

I- As atividades de bares, petiscarias, choperias, cervejarias, whiskerias, e outros locais destinados a happy hours ou consumo predominante de bebidas alcoólicas em qualquer horário;

II- Todas as atividades esportivas de caráter recreativo ( futebol, futsal, baralho, sinuca, cinquillo, bocha rolada e similares);

III- Todos os eventos e competições esportivas de caráter amador, bem como a participação de atletas e que representem a CME ou o Município em competições esportivas deste caráter fora da sede do município;

IV- Todas as atividades de casas noturnas ( boates, bailes, e congêneres);

V- Apresentações artísticas de qualquer natureza em bares, restaurantes, eventos sociais e assemelhados (atração musical mecânica e ao vivo);

VI- Eventos de caráter social, de qualquer natureza, realizado por clubes e associações privadas;

VII- Eventos de caráter público, como Audiências Públicas, e outras;

VIII- O funcionamento de academias e similares;

Art.3º. Os restaurantes poderão funcionar exclusivamente nos seguintes horários, e observando a lotação máxima preconizada pelo Estado de Santa Catarina – 50% (cinquenta por cento) das pessoas sentadas:

I – das 10:00 às 14:00

II – das 18:00 às 22:00

§ 1º. Considera-se atividade de restaurante, para os fins deste decreto, aquela destinada a servir almoço e jantar, nos períodos correspondentes aos horários definidos nos incisos I e II deste artigo;

§ 2º. O atendimento deverá atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias e de saúde relativas à COVID-19, como a obrigatoriedade do uso de máscaras, disponibilização de álcool gel, luvas descartáveis, medidores de temperatura na entrada do estabelecimento, e todas as demais preconizadas pelos protocolos vigentes.

§ 3º. A limitação de horário estabelecida nos incisos I e II não se aplica ao serviço de delivery e tele-entrega.

Art.4º. Ficam suspensas, até o dia 01 de março, todas as atividades religiosas presenciais em templos e igrejas, além de cinemas e teatros, e congêneres.

Art.5º. Fica determinado o fechamento das praças municipais e demais equipamentos público de fácil acesso, a partir das 20:00 até as 06:00 do dia seguinte.

Parágrafo único: Durante o horário estabelecido no caput, fica, igualmente proibido a permanência de pessoas nos locais públicos citados.

Art.6º. Fica proibido o consumo de bebidas alcólicas e aglomerações em áreas públicas e compartilhadas (ruas, praças, passeios, canteiros, estacionamentos, acessos a trevos, áreas vicinais de rodovias, pátios de postos de combustíveis e demais áreas similares).

Art.7º. Fica restrito o acesso simultâneo de, no máximo, 02 (duas) pessoas do mesmo grupo familiar aos estabelecimentos comerciais em geral e espaços públicos (supermercados, lojas e congêneres, Farmácias, Consultórios Odontológicos, Clínicas de Fisioterapia).

§ 1º. Fica estabelecida, na forma da normatização estadual, a limitação de entrada e permanência de pessoas nos estabelecimentos comerciais em geral citados no caput a 50% (cinquenta por cento) da capacidade do estabelecimento.

§ 2º. Os responsáveis pelos estabelecimentos deverão providenciar controle de acesso, marcação de lugares reservados aos clientes, se for o caso, controle da área externa do estabelecimento e a observância da distância mínima de 1,5 metros entre os usuários.

§ 3º. Os responsáveis pelos estabelecimentos deverão providenciar a disponibilização de álcool gel 70% para higienização das mãos dos clientes e cobrar a obrigatoriedade do uso de máscara de proteção facial por todos os funcionários e clientes e/ou usuários.

Art. 8º. As determinações previstas neste dispositivo normativo caracterizam normas destinadas a promoção, preservação e recuperação da saúde pública do Município, bem como combate a pandemia e integram o rol de medidas de enfrentamento à emergência internacional de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo Coronavírus – COVID 19.

Art.9º. Os demais serviços considerados como essenciais bem como, Bancos, Posto de Saúde, Farmácias, Consultórios Odontológicos, Clínicas de Fisioterapia, Prefeitura e demais Setores Públicos, continuarão realizando seu trabalho normal, seguindo todas as normas sanitárias.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, em 17 de fevereiro de 2021.

DIONATAN CAMATTI BABICZ

Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

SADI DALLACORTTE

Prefeito Municipal

## EDDI016\_2021

Publicação Nº 2867671

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE
Processo Administrativo nº DL/PM-16/2021
Contrato: Contrato Administrativo nº 10/2021
Contratante: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
Contratada: LOIVA CECILIA DAL PIVA E ADVOGADOS ASSOCIADOS.
Objeto: contratação de empresa para a prestação de serviços de Consultoria e Assessoria Jurídica ao município de Planalto Alegre- Santa Catarina.
Fundamento Legal: Art. 25, II, c/c art. 13, III e V, ambos da Lei 8.666/93.
Valor Total: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) mensal.
Vigência: 17/02/2021 até 17/08/2021.
Planalto Alegre- SC em 17 de Fevereiro de 2021.
SADI DALLACORTTE
Prefeito

## PORTARIA 084/2021

Publicação Nº 2867949

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 084/2021

NOMEIA A SENHORA CARLA MARIA CHIARELLO PARA EXERCER O CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DO SETOR DE COMBATE À ENDEMIAS E DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E SANITÁRIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI DALLACORTTE, Prefeito de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora CARLA MARIA CHIARELLO, para exercer o cargo comissionado de Chefe do Setor de Combate a Endemias e da Vigilância Epidemiológica e Sanitária lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, regime estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, percebendo valores fixados no anexo II da Lei Complementar nº 85 de 08 de Setembro de 2020.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes desta portaria serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Planalto Alegre, 17 de Fevereiro de 2021.

SADI DALLACORTTE

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

## **PORTARIA 085/2021**

Publicação N° 2867950

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA N° 085/2021

NOMEIA O SENHOR JOVANE DELLALIBERA PARA EXERCER O CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DE SETOR DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTEE DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

SADI DALLACORTTE, Prefeito de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor JOVANE DELLALIBERA, para exercer o cargo comissionado de Chefe de Setor da Agricultura e Meio Ambiente lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, regime estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, percebendo valores fixados no anexo II da Lei Complementar nº 85 de 08 de Setembro de 2020.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes desta portaria serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º Esta portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Planalto Alegre, 17 de Fevereiro de 2021.

SADI DALLACORTTE

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.



# Pomerode

## PREFEITURA

### EDITAL 002/2021 - PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2021

Publicação Nº 2867957

EDITAL 002/2021

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2021

ÉRCIO KRIEK, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO o JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE ISENÇÃO do Edital 002/2021 de Processo Seletivo Público 01/2021, conforme segue:

#### JULGAMENTO DOS RECURSOS

##### RECURSO 001

Requer a candidata nº 0117 o deferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição.

DESPACHO/JUSTIFICATIVA: INDEFERIDO. Recurso não assiste a recorrente, visto que a candidata não anexou declaração assinada de próprio punho, conforme solicita o item 5.2 do edital, senão vejamos:

5.2. Para os candidatos que se encontram na condição de DESEMPREGO, deverão comprovar por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS e declaração firmada pelo próprio candidato, sob as penas da Lei, de que não é profissional liberal, que não trabalha na informalidade, que não é detentor de cargo público e que não está contemplado com o seguro-desemprego. O candidato deverá ANEXAR cópia da carteira de trabalho, autenticada, contendo a página dos dados pessoais, página que contenha o último emprego e demissão e a página em branco subsequente, juntamente com as cópias anexar ainda à declaração constante no anexo V deste edital, a falta do anexo de qualquer destes documentos implicará no indeferimento do pedido de isenção. (grifo nosso)

##### RECURSO 002

Requer o candidato nº 0111 o deferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição.

DESPACHO/JUSTIFICATIVA: INDEFERIDO. Recurso não assiste ao recorrente, visto que o candidato não anexou declaração assinada de próprio punho, conforme solicita o item 5.2 do edital, senão vejamos:

5.2. Para os candidatos que se encontram na condição de DESEMPREGO, deverão comprovar por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS e declaração firmada pelo próprio candidato, sob as penas da Lei, de que não é profissional liberal, que não trabalha na informalidade, que não é detentor de cargo público e que não está contemplado com o seguro-desemprego. O candidato deverá ANEXAR cópia da carteira de trabalho, autenticada, contendo a página dos dados pessoais, página que contenha o último emprego e demissão e a página em branco subsequente, juntamente com as cópias anexar ainda à declaração constante no anexo V deste edital, a falta do anexo de qualquer destes documentos implicará no indeferimento do pedido de isenção. (grifo nosso)

Município de Pomerode, 17 de fevereiro de 2021.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

### EDITAL 003/2021 - PROCESSO SELETIVO Nº 01/2021

Publicação Nº 2867959

EDITAL 003/2021

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2021

ÉRCIO KRIEK, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO o JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE ISENÇÃO do Edital 003/2021 de Processo Seletivo 01/2021, conforme segue:

#### JULGAMENTO DOS RECURSOS

##### RECURSO 001

Requer a candidata nº 0217 o deferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição.

DESPACHO/JUSTIFICATIVA: INDEFERIDO. Recurso não assiste a recorrente, visto que a candidata não anexou declaração assinada de próprio punho, conforme solicita o item 5.2 do edital, senão vejamos:

5.2. Para os candidatos que se encontram na condição de DESEMPREGO, deverão comprovar por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS e declaração firmada pelo próprio candidato, sob as penas da Lei, de que não é profissional liberal, que não trabalha na informalidade, que não é detentor de cargo público e que não está contemplado com o seguro-desemprego. O candidato deverá ANEXAR cópia da carteira de trabalho, autenticada, contendo a página dos dados pessoais, página que contenha o último emprego e demissão e a página em branco subsequente, juntamente com as cópias anexar ainda à declaração constante no anexo V deste edital, a falta do anexo

de qualquer destes documentos implicará no indeferimento do pedido de isenção. (grifo nosso)

Município de Pomerode, 17 de fevereiro de 2021.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

## **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO POR CREDENCIAMENTO N.º 003 / 2021 - ATA N.º 01 - ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

Publicação N° 2868497

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE OBRAS – SEOB  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 004 / 2021  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO POR CREDENCIAMENTO N.º 003 / 2021

ATA N.º 01  
ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Às quinze horas (15h00min.) do décimo sétimo dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e vinte e um (17/02/2021), na sala de licitações do MUNICÍPIO DE POMERODE, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pela Portaria n.º 27.273 / 2021 e suas alterações, para análise dos documentos apresentados no Processo da Inexigibilidade de Licitação por Credenciamento n.º 003 / 2021.

Aberta a sessão, foram analisados os documentos de Habilitação apresentados pelas Empresas:

Cód. Participante	Nome
135720	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA
257257	FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA

Em análise aos documentos habilitatórios apresentados, verificou-se o atendimento as exigências editalícias, razão pela qual, a Comissão Permanente de Licitações DECLARA HABILITADAS as licitantes no presente Credenciamento, nos seguintes lotes:

Participante	Lotes Credenciados
PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA	Lote 01 – Pavimentação Asfáltica.
FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA	Lote 01 – Pavimentação Asfáltica.

Nada mais havendo a tratar após ser lida e aprovada será assinada e encerrada a presente ata.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
ROSÂNGELA DE OLIVEIRA BORCHARDT  
Presidente da Comissão de Licitações

RODRIGO FABIANO DOEGE  
Secretário

CLÁUDIO MARCOS KRUEGER  
Membro

## **LEI ORDINÁRIA N.º 3.108/2021**

Publicação N° 2868280

LEI ORDINÁRIA N.º 3.108/2021

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DE 2021, PROVENIENTE DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica e de acordo com o art. 8º da Lei Ordinária Municipal nº 3.104/2020, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito especial, proveniente do SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, na Unidade Gestora, na importância de R\$ 61.883,33 (sessenta e um mil, oitocentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos), conforme especificado na tabela abaixo:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Dotação	19.004.0010.0305.0060.2108.34493 - Manutenção da Vigilância Epidemiológica
Vínculo	03530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)

Valor	R\$ 21.816,67
Dotação	19.001.0010.0301.0060.2100.34493 - Manutenção da Atenção Básica
Vínculo	03530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 - Art. 5º, II-b)
Valor	R\$ 40.066,66

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 18 de fevereiro de 2021.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

## LEI ORDINÁRIA Nº 3.107/2021

Publicação Nº 2868265

LEI ORDINÁRIA Nº 3.107/2021

AUTORIZA O PREFEITO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM ESTADO DE SANTA CATARINA PARA AQUISIÇÃO DE ARMAMENTOS E MUNIÇÕES PARA A POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA EM POMERODE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Prefeito Municipal de Pomerode a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Polícia Civil, para o repasse de R\$ 26.714,52 (vinte e seis mil, setecentos e quatorze reais e cinquenta e dois centavos) para aquisição de armamentos e munições.

Parágrafo Único. O termo de convênio é parte integrante da presente lei, na forma de seu anexo único.

Art. 2º Os objetos da presente Lei são destinados para a execução dos serviços realizados pela Polícia Civil local, garantindo a ordem pública e diminuindo os riscos de crime, violência e desordem, ampliando a segurança da população local.

Art. 3º As despesas decorrentes da manutenção, conservação e utilização, bem como a aquisição dos materiais, serão de responsabilidade da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 5º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pomerode (SC), 18 de fevereiro de 2021.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO CONVÊNIO Nº \_\_\_\_\_/2021

CONVÊNIO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE POMERODE E O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA POLÍCIA CIVIL, VISANDO A COOPERAÇÃO FINANCEIRA PARA AQUISIÇÃO DE ARMAMENTO PARA A SUBUNIDADE DA POLÍCIA CIVIL COM SEDE NO MUNICÍPIO DE POMERODE

Pelo presente Termo de Convênio que entre si celebram MUNICÍPIO DE POMERODE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.251/0001-04, com sede na Rua 15 de Novembro, nº 525, Centro, Pomerode (SC), neste ato representado pelo Prefeito Municipal, ÉRCIO KRIEK, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 605.728.259-00 e portador da Cédula de Identidade nº 2.026.174, domiciliado no mesmo endereço acima, doravante denominado CONCEDENTE, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 15.211.786/0001-63, com sede na Rua Governador Ivo Silveira, nº 1521, Bloco B, Bairro Capoeiras, Florianópolis (SC), representada pelos Delegados de Polícia da Comarca de Pomerode, Dr. ANTÔNIO LUCIO ANTUNES GODOI, residente e domiciliado em Pomerode (SC), portador da Cédula de Identidade nº 5.570.173, inscrito no CPF sob nº 899.894.730-72 e Dr. RODRIGO EMANUEL MARCHETTI, residente e domiciliado em Pomerode (SC), portador da Cédula de Identidade nº 418.740, inscrito no CPF sob nº 739.340.209-25, doravante denominada CONVENIENTE, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Convênio, conforme as cláusulas e condições seguintes:

### 1. OBJETO

1.1 O presente Termo de Convênio tem como objeto o repasse financeiro de R\$ 26.714,52 (vinte e seis mil, setecentos e quatorze reais e cinquenta e dois centavos) para aquisição dos seguintes itens:

a) Dois fuzis modelo T4, marca Taurus, calibre 5,56 nato, cujo preço unitário é de R\$ 11.669,56 (onze mil seiscentos e sessenta e nove reais e cinquenta e seis centavos), totalizando R\$ 23.339,12 (vinte e três mil trezentos e trinta e nove reais e doze centavos) ; e

b) Quatrocentos cartuchos de munições CBC, calibre 5,56 X 45 mm comum, no valor de R\$ 3.375,40 (três mil trezentos e setenta e cinco reais e quarenta centavos).

## 2. PRAZO

2.1 O prazo do presente Termo de Convênio é de 1 (um) ano a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, no Diário Oficial do Município ou até o cumprimento do objeto do item 1.

## 3. VALOR

3.1 O cumprimento do objeto do presente convênio, na forma do item 1, se dará através do repasse financeiro da CONCEDENTE para o CONVENIENTE, no montante total de R\$ 26.714,52 (vinte e seis mil, setecentos e quatorze reais e cinquenta e dois centavos), que será depositado no Fundo de Melhoria da Polícia Civil, através de depósitos identificados, CNPJ nº 07.188.579/0001-07, na conta bancária nº 911.114-X, Agência nº 3582-3, do Banco Brasil, denominada "Fundo de Melhorias da Polícia Civil", para atender o objeto do presente Convênio.

## 4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes da execução do presente convênio correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento e na legislação vigente.

## 5. OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

5.1 Disponibilizar o valor descrito nos termos do item 3 deste convênio.

5.2 Realizar, à conta de suas dotações orçamentárias, o repasse financeiro de que trata o presente convênio.

## 6. OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE

6.1 Prestar contas através da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, com o encaminhamento à CONCEDENTE, de cópia das notas fiscais de aquisição, em até 180 (cento e oitenta) dias, após o pagamento e comprovação de utilização do armamento no Município de Pomerode, na forma do convênio.

## 7. RENÚNCIA E RESCISÃO

7.1 A rescisão do presente convênio poderá ser:

7.1.1 Determinada por ato unilateral de uma das partes, em face do não cumprimento das cláusulas pela outra, devendo ser feito por escrito;

7.1.2 Amigável, por acordo entre as partes, a qualquer tempo;

7.1.3 Ocorrendo a superveniência de normas legais ou eventos que o tornem material ou formalmente inviável.

## 8. PENALIDADES

8.1 A não apresentação de cópia das notas fiscais, por parte da CONVENIENTE, implicará na devolução do valor mencionado no item 3 deste convênio;

8.2 O não depósito dos valores e nas condições estipuladas no item 3 torna sem efeito este convênio.

## 9. FORO

9.1 Fica eleito o foro da Comarca de Pomerode (SC), para dirimir as questões decorrentes da execução do presente convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e conveniados, as partes assinam o presente Termo de Convênio em 04 (quatro) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Pomerode (SC), ..... de ..... de 2021.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

ANTÔNIO LÚCIO ANTUNES GODOI

Delegado de Polícia

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI

Delegado de Polícia

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**PORTARIA 27.091**

Publicação N° 2867941

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE  
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254  
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04  
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

**PORTARIA N° 27.091****CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO (EDITAL 16/2018) MAIKON DA SILVA PARA A FUNÇÃO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM DO SAMU.**

A Secretária de Saúde, LIGIA HOEPFNER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal n° 3364/18, em seu artigo 1°, inciso VI;

**RESOLVE:**

Contratar por prazo determinado, de acordo com a Lei Ordinária de n° 2819 de 17 de março de 2016, MAIKON DA SILVA, para exercer a função de Técnico em Enfermagem do SAMU, com carga horária semanal de 42 (quarenta e duas) horas, vaga vinculada a servidora FRANCIELE FERMO VIERGUTZ em auxílio-doença, da Secretaria de Saúde, a partir de 17 de outubro de 2020, não podendo ultrapassar o prazo de dois anos.

A prorrogação da respectiva contratação, quando for necessária, será regida pelo §1º do artigo 4º da Lei Ordinária n° 2819, de 17 de março de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 29 de outubro de 2020.

LIGIA HOEPFNER  
Secretaria de Saúde

GRAZIELLE KÜSTER LESSMANN  
Diretora de Recursos Humanos

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 106 / 2020 - PRORROGAÇÃO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

Publicação N° 2867794

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 106 / 2020  
PRORROGAÇÃO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

Processo Administrativo n.º 103 / 2020. Pregão Presencial n.º 061 / 2020. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: CENTRAL ELÉTRICA VALE DO ITAJAÍ EIRELI. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE UMA SUBESTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE 150 KVA PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL DE TESTO CENTRAL, COM O FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A COMPLETA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SUBESTAÇÃO, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Justificativa: Prorrogação de execução contratual por mais 60 dias, em conformidade com a Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 106 / 2020 e de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/1993, tendo em vista as condições climáticas desfavoráveis no mês de Janeiro/2021 e as restrições impostas no enfrentamento da pandemia do COVID-19, bem como o atraso no recebimento dos materiais necessários para a execução da obra. Ass.: Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode, Contratante / Juliana Eyng, Sócia Administradora, Central Elétrica Vale do Itajaí Eireli, Contratada.

Pomerode / SC, 12 de Fevereiro de 2021.

ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal de Pomerode

**QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 033 / 2019 - PRORROGAÇÃO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

Publicação Nº 2867802

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**5.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 033 / 2019  
PRORROGAÇÃO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

Processo Administrativo n.º 100 / 2018. Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n.º 009 / 2018 – Tipo Técnica e Preço. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: CONSÓRCIO GEOPOMERODE, representado pela Empresa Líder GEOMAIIS GEOTECNOLOGIA LTDA e pela Empresa AEROSAT ENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTOS LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA REALIZAÇÃO DE AEROLEVANTAMENTO E SEU PROCESSAMENTO, PERFILAMENTO A LASER AEROTRANSPORTADO, LEVANTAMENTO DE DADOS CADASTRAIS, DESENHO TÉCNICO, FORNECIMENTO DE SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO CORPORATIVO, BEM COMO SEU TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. Justificativa: Prorrogação por mais 06 (seis) meses do prazo de execução e entrega final dos produtos, em virtude do aumento e a dificuldade no levantamento das unidades imobiliárias "in loco", visto que os imóveis estão localizados mais distantes uns dos outros, tornando o levantamento de campo mais demorado, bem como os atrasos ocasionados pelas medidas restritivas de isolamento social decretadas pelos governos estadual e municipal no enfrentamento da pandemia do coronavírus (COVID-19), conforme justificativa anexa e em conformidade com o Artigo 57, § 1º, Inciso II da Lei Federal n.º 8.666/1993 e a Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 033 / 2019. Desta forma, o prazo de vigência contratual fica estendido para 38 (trinta e oito) meses, sendo 26 (vinte e seis) meses de execução e entrega final dos produtos, cujo término está previsto para o dia 04/08/2021, iniciando a partir desta data, o prazo de 12 (doze) meses de suporte. Ass.: Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode, Contratante / Rafael Carlos Thiesen, Representante Legal, CONSÓRCIO GEOPOMERODE - Empresa Líder GEOMAIIS GEOTECNOLOGIA LTDA, Contratada.

Pomerode / SC, 02 de Fevereiro de 2021.  
ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal de Pomerode

**SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 043 / 2020 - PRORROGAÇÃO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

Publicação Nº 2867868

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**6.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 043 / 2020  
PRORROGAÇÃO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

Processo Administrativo n.º 013 / 2020. Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia n.º 001 / 2020. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, OBRAS COMPLEMENTARES E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DAS RUAS DR. WUNDERWALD E ALBERTO RAHN - BAIRRO WUNDERWALD, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO, COM RECURSOS DO FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO - FINISA, CONFORME CONTRATO FIRMADO ENTRE A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE POMERODE. Justificativa: Prorrogação de execução contratual por mais 60 dias, em conformidade com a Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 043 / 2020 e de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/1993, tendo em vista as férias coletivas de final de ano e as condições climáticas desfavoráveis no mês de Janeiro de 2021. Ass.: Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode, Contratante / Jardel Floriani, Sócio Administrador, Terrabase Terraplenagem Ltda, Contratada.

Pomerode / SC, 13 de Janeiro de 2021.  
ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal de Pomerode

**CÂMARA MUNICIPAL****DISPENSA0022021\_JUSTIFICATIVA**

Publicação Nº 2867559

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE POMERODE

PROCESSO ADMINISTRATIVO 002/2021  
DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2021

CAUSA ENSEJADORA  
Dispensa de licitação, com base no artigo 24, II c/c artigo 23, II, “a” da Lei 8.666/93.

JUSTIFICATIVA  
Licitação dispensada em razão do valor dos serviços ser inferior ao limite legal que exige a abertura de procedimento licitatório.

RAZÃO DA ESCOLHA  
Dentre as empresas consultadas a contratada possui reconhecida qualidade na prestação de serviços desta natureza.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO  
Compatível com os preços praticados no mercado.

OBJETO DO CONTRATO  
Direito de uso, manutenção e suporte do sistema Legislador ao Vivo, para gravação e transmissão ao vivo das atividades legislativas.

CONTRATADA  
Lancer Soluções em Informática Ltda EPP, inscrita no CNPJ sob nº 00.685.840/0001-34, com sede na Rua XV de Novembro, nº 1480, Sala 704, Bairro Centro, Blumenau – SC.

VALOR:  
O valor do contrato é de R\$ 6.360,00 (Seis mil, trezentos e setenta reais).

Pomerode, 15 de fevereiro de 2021

Sirio Jandre  
Presidente



# Ponte Alta do Norte

## PREFEITURA

### PORTARIA-063-2021- CHEFE ANTONIO DONIZETE

Publicação N° 2869090

PORTARIA N.º 063/2021

NOMEIA SERVIDOR MUNICIPAL EM CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARI ALVES WOLINGER, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 81, item VIII da Lei Orgânica Municipal.

#### RESOLVE

Art.1º-Fica nomeado ao servidor municipal, ANTONIO DONIZETE RIBEIRO, matrícula nº 10681, para o cargo comissionado de Chefe de Divisão, em conformidade LC N° 035/2010, a partir de 18 de fevereiro de 2021.

Art.2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 18 de fevereiro de 2021.

ARI ALVES WOLINGER  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de 2021, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa  
Secretaria Executiva

# Porto Belo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.678, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2867572

DECRETO Nº 2.678, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

"Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 17 da Lei Municipal nº 2.936/2020". O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 334.400,00 (Trezentos e trinta e quatro mil e quatrocentos reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 03 - Secretaria Municipal de Administração

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Administração

Funcional Programática: 0004.0122.0004

Atividade: 2.008 – Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Administração

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 03890900 - SF Alienações de Bens - Outros Programas

Valor: R\$ 59.900,00

Órgão: 11 - Fundo Municipal de Segurança Pública

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Segurança Pública

Funcional Programática: 0006.0182.0007

Atividade: 2.025 – Manutenção do Departamento de Trânsito

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 03890900 - SF Alienações de Bens - Outros Programas

Valor: R\$ 77.350,00

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação

Funcional Programática: 0012.0361.0011

Atividade: 2.037 – Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Educação

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 06790001 - SF Emendas Parlamentares Impositivas - Transferências do Estado

Valor: R\$ 59.900,00

Órgão: 27 - Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana

Funcional Programática: 0015.0452.0005

Atividade: 2.121 – Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 03890900 - SF Alienações de Bens - Outros Programas

Valor: R\$ 77.350,00

Órgão: 28 – Secretaria Municipal de Planejamento Urbano

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano

Funcional Programática: 0015.0451.0004

Atividade: 2.122 – Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 03890900 - SF Alienações de Bens - Outros Programas

Valor: R\$ 59.900,00

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado no Exercício de 2020 por conta dos Recursos Alienações de Bens - Outros Programas a importância de R\$ 274.500,00 (Duzentos e setenta e quatro mil e quinhentos reais), Emendas Parlamentares Impositivas - Transferências do Estado a importância de R\$ 59.900,00 (Cinquenta e nove mil e novecentos reais), totalizando a importância de R\$ 334.400,00 (Trezentos e trinta e quatro mil e quatrocentos reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 17 de fevereiro de 2021.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DE CONTRATO - EXERCÍCIO 2021**

Publicação Nº 2868644

**EXTRATO DE CONTRATO - EXERCÍCIO 2021****CONTRATO Nº 01-2021 – DISPENSA DE LICITAÇÃO**

BASE LEGAL: LEI Nº 8666/93 e alterações

OJBETO: Prestação de serviços de locação de plataforma completa de transmissão, ao vivo, das sessões ordinárias, extraordinárias e audiências públicas – TV do Legislativo – e equipamentos no prédio da sede administrativa da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Belo. Conforme especificações e quantitativos constantes no Contrato.

CONTRATADA: CLIC SISTEMAS PARA TRANSMISSÃO AO VIVO LTDA

SÓCIOS: Willian Perondi e Adreane Maria Zorzi Perondi.

PRAZO: 04 de janeiro de 2021 e seu término em 03 de janeiro de 2022.

VALOR: R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais)

Porto Belo, 04 de janeiro de 2021.

Joel Orlando Lucinda

Presidente

**CONTRATO Nº 02-2021 – DISPENSA DE LICITAÇÃO**

BASE LEGAL: LEI Nº 8666/93 e alterações

OJBETO: Prestação de serviço especializado na área de informática, para uso, manutenção e suporte do SISTEMA LEGISLADOR COM PLENÁRIO, conforme especificações e quantitativos constantes no Contrato.

CONTRATADA: LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.

SÓCIOS: Ronnie Eduardo Gauche, Marcia Massignan de Freitas e Jeser Mauri Alvarenga..

PRAZO: 04 de janeiro de 2021 à 03 de janeiro de 2022.

VALOR: R\$ 15.800,00 (Quinze mil e oitocentos reais)

Porto Belo, 04 de janeiro de 2021.

Joel Orlando Lucinda

Presidente

**CONTRATO Nº 03-2021 – DISPENSA DE LICITAÇÃO**

BASE LEGAL: LEI Nº 8666/93 e alterações

OJBETO: Prestação de serviço referente manutenção e suporte a servidor, hospedagem e streaming do site [www.camaraportobelo.sc.gov.br](http://www.camaraportobelo.sc.gov.br), e manutenção nos computadores: 23 (vinte e três) computadores (09 computadores de mesa e 14 notebooks), consultoria na compra de novos equipamentos, suporte aos usuários via remoto, telefone e/ou presencial, backup automático e manutenção preventiva (limpezas das máquinas), suporte aos usuários via remoto, telefone e/ou presencial e demais especificações e quantitativos constantes no Contrato.

CONTRATADA: ALEXANDRE DOS SANTOS 82480214915.

SÓCIOS: Alexandre dos Santos.

PRAZO: 04 de janeiro de 2021 à 03 de janeiro de 2022.

VALOR: R\$ 16.800,00 (dezesseis mil e oitocentos reais)

Porto Belo, 04 de janeiro de 2021.

Joel Orlando Lucinda

Presidente

**CONTRATO Nº 04-2021 – DISPENSA DE LICITAÇÃO**

BASE LEGAL: LEI Nº 8666/93 e alterações

OJBETO: Prestação de serviços de monitoramento remoto de equipamentos eletrônicos de alarme com fornecimento de equipamentos, conforme especificações e quantitativos constantes no Contrato.

CONTRATADA: ORSEGUPS MONITORAMENTO ELETRÔNICO LTDA.

SÓCIOS: Manuelle Berger, Dilmo Wanderley Berger, Metropolitana Vigilância Comercial e Industrial, Gabrielle Fontoura Berger, Pedro Henrique Fontoura Berger, Livia Fontoura Berger.

PRAZO: 04 de janeiro de 2021 à 03 de janeiro de 2022.

VALOR: R\$ 4.513,80 (Quatro mil quinhentos e treze reais e oitenta centavos).

Porto Belo, 04 de janeiro de 2021.

Joel Orlando Lucinda

Presidente

**CONTRATO Nº 05-2021 – DISPENSA DE LICITAÇÃO**

BASE LEGAL: LEI Nº 8666/93 e alterações

OJBETO: Prestação de serviço de conexão à internet via fibra óptica com o Plano Empresarial de banda 300 Mbps / 100 Mbps para recepção (download) e envio (upload) de dados, conforme especificações e quantitativos constantes no Contrato.

CONTRATADA: UNETVALE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP

SÓCIOS: Marcelo Letti e Jucilene da Silva Serpa.

PRAZO: 01 de fevereiro de 2021 até o dia 31 de janeiro de 2022.

VALOR: R\$ 2.148,00 (Dois mil cento e quarenta e oito reais)

Porto Belo, 29 de janeiro de 2021.

Joel Orlando Lucinda

Presidente

# Porto União

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 018/2021

Publicação Nº 2867924

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
ATA de Registro de Preços 018/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO E DE OUTRO A EMPRESA ALTEVIR AUGUSTO DEMBINSKI – ME, NA FORMA ABAIXO.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2021 – MULTIENTIDADE  
Processo LICITATÓRIO nº 006/2021

Aos 09 dias do mês de fevereiro de 2021, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ 83.102.541/0001-58 situada na Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, município de Porto União, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Eliseu Mibach, em face da classificação das propostas de preços - no Pregão Presencial para formação da Ata de Registro de Preços, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços, RESOLVE registrar os preços para aquisição de bancos de jardim em madeira plástica constantes no referido Edital, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços, tendo sido a empresa Altevir Augusto Dembinski – ME, CNPJ/MF 17.914.845/0001-95, sediada na Avenida Manoel Ribas, nº 2344, bairro Centro, CEP 84.560-000, telefone (42) 3463-1411, e-mail al.tevirdembinski@hotmail.com, classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha anexa. A Ata de Registro de Preços tem validade de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura. Esta será utilizada pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, como ÓRGÃO GERENCIADOR, na forma prevista no Edital, com as empresas que tiverem preços registrados, na forma do Anexo I do Edital. Depois de cumpridas as formalidades legais e nada mais havendo para registrar, foram dados por encerrados os trabalhos, lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Sr. Eliseu Mibach, bem como, pelo representante da empresa com preços registrados, Sr. Altevir Augusto Dembinski (ou representante legal), para que opere seus efeitos jurídicos e legais.

Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 003/2021 e seus Anexos, Processo Licitatório nº 006/2021, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do FORNECEDOR REGISTRADO.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de bancos de jardim em madeira plástica constantes da proposta comercial referente ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2021 – MULTIENTIDADE e dos anexos.

#### 1.2. Itens Homologados:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UN	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	BANCO DE JARDIM COM ENCOSTO PARA ÁREA EXTERNA Informações técnicas: Acompanha manual de instalação: Sim Altura: 75 cm Cor predominante: Marrom Escala de brilho: Fosco Estilo de cor: Amadeirado Garantia do fornecedor: 03 meses Itens inclusos: Perfis plásticos e parafusos bicromatizados Largura: 150 cm Material: Madeira plástica Material principal: Madeira plástica Peso: 16 kg Profundidade: 55 cm Sistema de montagem: Parafusos, Suporta até (kg): 450	150	UN	377,99	56.698,50

Valor total: R\$ 56.698,50 (cinquenta e seis mil, seiscentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos)

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1. – A forma de fornecimento será de acordo com a NECESSIDADE da Secretaria responsável.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

- O objeto ora contratado deverá ser entregue CONFORME A NECESSIDADE, de forma fracionada, sendo que o pedido dos itens será feita através da autorização de fornecimento, sendo que sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses;

Após o recebimento da autorização de fornecimento, a empresa vencedora deverá efetuar a entrega do produto em até 15 (quinze) dias, na sede da Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Públicos;

É total responsabilidade da proponente os custos com o frete para efetuar a entrega do produto;

Os itens que não atenderem as exigências do edital serão devolvidos para a empresa fornecedora, a qual deverá retirá-los no local em que se encontram armazenados e promover a substituição dos mesmos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

O recebimento do objeto será realizado na forma do inciso II do art. 73 da Lei nº. 8.666/1993:

3.5.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação;

3.5.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação, conforme disposto no Termo de Referência.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas para a execução do fornecimento decorrente desta Ata de Registro de Preços correrão à conta dos recursos determinados pelo Departamento de Compras.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

5.1. Pelo fornecimento do material o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará ao FORNECEDOR REGISTRADO, conforme os preços registrados na Ata de Registro de Preços, mediante apresentação pelo FORNECEDOR REGISTRADO da nota fiscal, devidamente formalizadas e atestadas pelos responsáveis pelo recebimento dos materiais.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos ficarão condicionados às disponibilidades financeiras do Município de Porto União e serão liberados em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da respectiva Nota Fiscal, nas condições exigidas no texto do Edital. A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente conter o CNPJ/MF, correspondente ao CNPJ/MF do cadastramento no Município de Porto União e ser atestada pelos responsáveis pelo recebimento. A nota fiscal deverá ser entregue exatamente conforme o empenho encaminhado (Deverá ser observado o CNPJ do empenho).

6.2. Após o devido processamento, os pagamentos serão creditados em nome do FORNECEDOR, através de ordem bancária em conta indicada na nota fiscal de fornecimento, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, identificação da agência e da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após as retenções devidas. As empresas optantes pelo SIMPLES deverão apresentar cópia do termo de opção.

6.2.1. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) optante pelo Simples Nacional, enquanto permaneçam na condição de ME e EPP, estão dispensadas do recolhimento das contribuições às terceiras entidades (SESI, SESC, SENAI, SENAC, SEBRAE, INCRA e Salário Educação), conforme disposto no § 3º do art. 13 da Lei Complementar nº. 123/2006.

6.3. O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de suspender o pagamento caso o fornecimento seja efetuado em desacordo com as especificações constantes da Nota de Empenho.

6.4. A nota fiscal a ser emitida por ocasião do fornecimento do objeto, deverá conter o mesmo número do CNPJ/MF com o qual o licitante tenha se habilitado na licitação, sob pena de suspensão do pagamento até a regularização da divergência.

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR REGISTRADO

8.1. Efetuar a entrega dos objetos desta licitação de acordo com os prazos e especificações constantes no Edital.

8.2. Efetuar a troca do material, no total ou em parte, o objeto do presente pregão em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de materiais ou técnicas empregadas.

8.3. Reconhecer todos os direitos do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, em caso de rescisão administrativa do compromisso assumido, com a finalidade de que a Administração não sofra solução de continuidade nas suas atividades.

8.4. Manter, durante o período de vigência até o pagamento dos materiais, todas as condições de habilitação e qualificação previamente exigidas, quando da fase de habilitação da licitação que lhe deu origem, sujeitando-se às penalidades decorrentes do desatendimento a tal obrigação.

8.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo, na execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 70 da Lei nº. 8.666/1993.

8.6. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 71 da Lei nº. 8.666/1993.

8.7. E outras obrigações constantes no do referido Edital.

#### CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, na forma do que estabelece o art. 4º, § 3º do Decreto nº. 7892/13.

9.2. Exercer a fiscalização, examinando quanto ao cumprimento da Ata de Registro de Preços, por meio de servidor especialmente designado,

na forma prevista no art. 67 da Lei nº. 8.666/1993.

9.3. Efetuar o pagamento referente ao fornecimento dos materiais objeto do Pregão Presencial 003/2021, deduzindo-se das faturas as eventuais glosas determinadas pelo Fiscal do Contrato, sendo assegurado ao FORNECEDOR REGISTRADO o direito à ampla defesa.

9.4. Não obstante o FORNECEDOR REGISTRADO seja o único responsável pelo fornecimento de todos os materiais, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a fiscalização mais ampla e completa sobre os produtos entregues e aceitos pela Administração.

9.5. Prestar as informações e esclarecimentos que venham ser solicitados.

9.6. E outras obrigações constantes no referido Edital.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Com fundamento no artigo 7º, da Lei nº. 10.520/2002, e art. 28, do Decreto nº. 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Porto União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa a CONTRATADA e a adjudicatária que:

- a) Não retirar ou não aceitar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) Deixar de entregar documentação exigida nesta Ata;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) Não mantiver a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Fizer declaração falsa;
- i) Cometer fraude fiscal.

10.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/93, o Fornecedor Registrado ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- Multa de 20%;
- c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar.

10.3. As sanções de multa poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

10.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Contratante ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.5. As penalidades previstas poderão ser suspensas, no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa contratada, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

11.1. O FORNECEDOR REGISTRADO poderá requerer ao ÓRGÃO GERENCIADOR o cancelamento do seu Registro na Ata, mediante solicitação, por escrito, na forma do que dispõe o art. 21, II, do Decreto nº. 7892/13.

11.2. O FORNECEDOR REGISTRADO terá seu registro cancelado, quando sobrevierem algumas das condições previstas nos art. 20 e 21, do Decreto nº. 7892/13.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL.

12.1. Aplicam-se a esta Ata de Registro de Preços decorrente de Pregão Presencial 003/2021, a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Decreto nº. 7892/13, e o Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, e, ainda, subsidiariamente, as normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais regulamentos e normas administrativas que fazem parte integrante desta Ata, independente de suas transcrições.



**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO.**

14.1. Quaisquer dúvidas ou questões oriundas do fornecimento dos materiais constantes da presente Ata de Registro de Preços e que não forem passíveis de solução amigável, serão dirimidas perante o Foro da Comarca de Porto União, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

14.2. E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, rubricadas as páginas precedentes, para que surta seus efeitos jurídicos, obrigando-se por si e seus sucessores.

Porto União (SC), 09 de fevereiro de 2021.

Eliseu Mibach MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO	Altevir Augusto Dembinski – ME FORNECEDOR
---	--

**EXTRATO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 149/2020**

Publicação Nº 2868488

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Termo de Apostilamento a Ata de Registro de Preços 149/2020 – Sequencial 1.

Partes: Município de Porto União e DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS EIRELI

OBJETO DO APOSTILAMENTO:

Concede-se reequilíbrio financeiro para o item:

5 – ATADURA DE CREPOM 15 CM, passando do valor de R\$ 10,4500 para R\$ 13,3200.

6 - ATADURA DE CREPOM 20 CM, passando do valor de R\$ 14,0500 para R\$ 17,8800.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas da ata que a este deu origem.

Porto União SC, 03 de fevereiro de 2021.

Eliseu Mibach

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 014/2021**

Publicação Nº 2868503

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 014/2021.

Partes: Município de Porto União e Imprensa Nacional.

Objeto: prestação de serviços, pela CONTRATADA, de publicação no Diário Oficial da União de atos oficiais e demais matérias de interesse do CONTRATANTE.

Valor: O valor do centímetro por coluna corresponde a R\$ 33,04 (trinta e três reais e quatro centavos).

Vigência: o contrato terá sua vigência a partir da data de sua assinatura, por prazo indeterminado.

Base legal: Inexigibilidade de Licitação 003/2021, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 05 de fevereiro de 2021.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Imprensa Nacional.

Contratada.

**EXTRATO DE CONTRATO 015/2021**

Publicação Nº 2867914

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 015/2021

Partes: Município de Porto União e Macromaq Equipamentos LTDA.

Objeto: prestação de serviços e fornecimento de peças genuínas, para manutenção da frota de equipamentos da marca XCMG, pertencente ao município de Porto União.

Valor: R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

Vigência: 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato.

Base legal: Inexigibilidade de Licitação 006/2021, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 08 de fevereiro de 2021.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Macromaq Equipamentos LTDA

Contratado.



**EXTRATO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA 001/2021**

Publicação Nº 2867972

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Licitatório 046/2021  
Extrato de Edital de Concorrência 001/2021

O Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Concorrência, com adjudicação por MELHOR OFERTA POR ITEM, para a PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO FÍSICO PÚBLICO NA CASA CULTURAL ANÍBAL KHURY E NA SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO PARA O DESENVOLVIMENTO DE OFICINAS ARTÍSTICAS. O recebimento dos envelopes se dará até às 09h00min do dia 24 de março de 2021 na Prefeitura Municipal, com abertura dos envelopes, no mesmo local, data e horário. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [licitateportouniao@yahoo.com.br](mailto:licitateportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 17 de fevereiro de 2021.

Eliseu Mibach  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 008/2021**

Publicação Nº 2867974

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Licitatório 044/2021  
Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 008/2021

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo Eletrônico, para AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site "[www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)" até às 08h15min do dia 05 de março de 2021, com início da mesma às 08h30min no mesmo site e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União "[www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br)" e no site "[www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)". Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [licitateportouniao@yahoo.com.br](mailto:licitateportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 17 de fevereiro de 2021.

Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 009/2021 - REGISTRO DE PREÇOS - MULTIENTIDADE**

Publicação Nº 2867980

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Licitatório 045/2021 – Registro de Preços  
Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 009/2021 - Multientidade

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo Eletrônico, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA E COZINHA, ELETRODOMÉSTICOS E ELETRÔNICOS, somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site "[www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)" até às 08h15min do dia 08 de março de 2021, com início da mesma às 08h30min no mesmo site e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União "[www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br)" e no site "[www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)". Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [licitateportouniao@yahoo.com.br](mailto:licitateportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 17 de fevereiro de 2021.

Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 026/2021 - REGISTRO DE PREÇOS - MULTIENTIDADE**

Publicação Nº 2867964

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Licitatório 047/2021 – Registro de Preços  
Extrato de Edital de Pregão Presencial 026/2021 – Multientidade

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por MENOR CUSTO ABASTECIMENTO por ITEM, do tipo presencial para AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 05 de março de 2021 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores

informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 17 de fevereiro de 2021.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

## **EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 003/2021 - EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 2868665

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento nº 003/2021 - Educação

Partes: Município de Porto União e Editora Aprende Brasil Ltda.

Onde se lê:

VII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA 7ª – As despesas decorrentes desta contratação serão efetuadas à conta das seguintes Dotações Orçamentárias, estabelecidas para o exercício fiscal de 2021:

Unidade 1701 – Fundo Municipal de Educação

Atividade 2117 – Pré Escola

Modalidade 3390-104 – Aplicações Diretas

Cód. 23

Atividade 2014 – Manutenção Ensino Fundamental

Modalidade 3390-104 – Equipamentos e Material Permanente

Cód. 12

Complemento 33903999 – Outros Serviços de Terceiros - PJ

Leia-se:

VII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA 7ª – As despesas decorrentes desta contratação serão efetuadas à conta das seguintes Dotações Orçamentárias, estabelecidas para o exercício fiscal de 2021:

Unidade 1701 – Fundo Municipal de Educação

Atividade 2117 – Pré Escola

Modalidade 3390-104 – Aplicações Diretas

Cód. 23

Atividade 2014 – Manutenção Ensino Fundamental

Modalidade 3390-104 – Equipamentos e Material Permanente

Cód. 12

Complemento 33903200 – Material para Distribuição Gratuita

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 08 de fevereiro de 2021.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal

Contratante.

Editora Aprende Brasil LTDA

Contratada.

## **EXTRATO DE TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 006/2020**

Publicação Nº 2868520

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Execução de Obra Nº 006/2020

Partes: Município de Porto União e José Lucas Moreira Empreendimentos

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se o prazo de vigência do aludido contrato superior até a data de 06 de março de 2021, a contar de 04 de fevereiro de 2021.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 03 de fevereiro de 2021.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal

Contratante.

José Lucas Moreira Empreendimentos

Contratada.

**EXTRATO DE TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 046/2019**

Publicação N° 2868694

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento nº 046/2019  
Partes: Município de Porto União e K.C.R. Indústria e Comércio de Equipamentos Eireli.  
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA  
Prorroga-se pelo período de 06 (seis) meses o aludido contrato superior, a contar de 22/02/2021.  
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.  
Porto União SC, 08 de fevereiro de 2021.  
Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal  
Contratante.  
K.C.R. Indústria e Comércio de Equipamentos Eireli.  
Contratada.

**EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 003/2021 - REGISTRO DE PREÇOS - MULTIENTIDADE**

Publicação N° 2867918

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 006/2021 – Registro de Preços  
Pregão Presencial 003/2021 – Multientidade.  
Termo de Homologação e Adjudicação.  
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Altevir Augusto Dembinski – ME.  
Porto União SC, 09 de fevereiro de 2021.  
Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE TERMO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 002/2021 - MULTIENTIDADE**

Publicação N° 2868725

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 005/2021 – Multientidade.  
Pregão Presencial 002/2021.  
Termo de Revogação  
Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da lei 8.666/93, tendo em vista que deu-se deserta.  
Porto União SC, 04 de fevereiro de 2021.  
Eliseu Mibach  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE TERMO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 006/2021**

Publicação N° 2867932

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 011/2021.  
Pregão Presencial 006/2021.  
Termo de Revogação  
Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da lei 8.666/93, tendo em vista que deu-se deserta.  
Porto União SC, 08 de fevereiro de 2021.  
Eliseu Mibach  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE TERMO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 053/2020**

Publicação N° 2868708

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 128/2020.  
Pregão Presencial 053/2020.  
Termo de Revogação  
Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da lei 8.666/93, para fins de readequação de edital.  
Porto União SC, 03 de fevereiro de 2021.  
Eliseu Mibach  
Prefeito Municipal

**EXTRATO TERMO DE ADESÃO - VOLUNTÁRIO PYERRE CASTELLANO PEREIRA**

Publicação Nº 2867445

Extrato de Termo de Adesão – Pyerre Castellano Pereira.

Partes: Prefeitura Municipal de Porto União e Pyerre Castellano Pereira.

Objeto: Serviço Voluntário – Auxílio junto ao Setor Jurídico da Secretaria Municipal de Administração e Esporte.

Vigência: 01/02/2021 à 28/02/2021

Base legal: Lei 9.608/98

Porto União SC, 01 de fevereiro de 2021.

Eliseu Mibach

Prefeito Municipal

Pyerre Castellano Pereira

Voluntário

Gustavo Banaszkeski

Testemunha

Dinarte Ribeiro Guedes Neto

Testemunha

**JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 002/2021 - EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 2867983

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 002/2021 - Educação

Inexigibilidade de Licitação nº 002/2021

Caracterização da Situação: Considerando a melhoria da qualidade de vida de nossos educandos, vimos a oportunidade de implantar nos Núcleo Educacionais da rede pública municipal o Programa Escola de Inteligência – Educação Socioemocional, deste modo o Município pretende contratar uma empresa para aquisição de livros didáticos da Escola da Inteligência, material que utiliza a metodologia da Teoria Multifocal.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a aquisição de livros didáticos da Escola da Inteligência, material que utiliza a metodologia da Teoria Multifocal que tem por objetivo trabalhar o psicológico infantil, a fim de trabalhar com as perdas, frustrações e adaptações, tendo um cuidado essencialmente necessário para com as emoções das crianças, uma vez que é na infância que se desenvolvem os comportamentos e habilidades, influenciados pelos aspectos sociais. Serão atendidos aproximadamente 1.385 alunos e pais e/ou responsáveis da Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais e Ensino Fundamental Anos Finais sendo que nosso município é pioneiro no Planalto Norte.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa Inteligência Educacional Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 18.631.682/0001-04 em razão que esta possui a Carta de Exclusividade do Programa Escola de Inteligência.

Do Preço: O valor total a ser pago será de R\$ 290.872,80 (duzentos e noventa mil oitocentos e setenta e dois reais e oitenta centavos) neste valor está incluído os livros didáticos para os alunos, material para os pais e/ou responsáveis, capacitação dos professores que irão utilizar os livros e capacitação do responsável em coordenar o programa, considerando o valor e quantitativo abaixo descrito por aluno para a aplicação durante o ano letivo de 2021.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Livro Didático Escola da Inteligência – Pré Escola	320	176,40	56.448,00
02	Livro Didático Escola da Inteligência – Ensino Fundamental 1º ao 8º ano	958	225,00	215.550,00
03	Livro Didático Escola da Inteligência – Ensino Fundamental 9º ano	107	176,40	18.874,80

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Unidade 1701 – Fundo Municipal de Educação

Atividade 2117 – Pré Escola

Modalidade 3390-104 – Aplicações Diretas

Cód. 23

Atividade 2014 – Manutenção Ensino Fundamental

Modalidade 3390-104 – Aplicações Diretas

Cód. 12

Complemento 33903201 – Livros Didáticos

Justificativa: A presente inexigibilidade encontra respaldo no art. 25 caput inciso I, da Lei 8.666/93, já que restou evidenciada a inviabilidade de competição, face os motivos já expostos.

Porto União, 17 de fevereiro de 2021.

LUIZ RICARDO FANTIN

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Decreto 1.106/2021

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N° 013/2021 –DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 011/2021**

Publicação N° 2867555

Câmara de Vereadores de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato

Processo Licitatório n° 013/2021 –Dispensa de Licitação n° 011/2021

Contratante: PORTO UNIÃO – CÂMARA DE VEREADORES (CNPJ SOB n ° 83.529.933/0001-06).

Contratada: Weber Comércio de Materiais Elétricos Ltda. (CNPJ n° 06.979.598/0001-99).

Objeto: Contratação de empresa que forneça o material e realize a manutenção e conservação de bens imóveis (instalação de tomadas).

Valores: R\$ 380,40 (trezentos e oitenta reais e quarenta centavos).

Dotação Orçamentária:

Órgão 01 – Poder Legislativo Porto União

Unidade 01 – Câmara de Vereadores de Porto União

Atividades – 2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas

Modalidade – 3.3.90.100 – Aplicações Diretas

Complemento – 3.3.90.30.24.00.00.00 – Material para Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Complemento – 3.3.90.39.16.00.00.00 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Foro: Comarca de Porto União (SC).

Base legal: Artigo 24, inciso II da Lei n° 8.666/93

Gildo Luiz Masselai

Presidente

# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### ATA DE AVALIAÇÃO 13 019 - CHAMAMENTO 01 2021

Publicação Nº 2867567

ATA DE AVALIAÇÃO DOS PLANOS DE TRABALHO  
Chamamento Público Nº 01/2021

Aos dezessete (17) dias do mês de fevereiro de 2021 às oito horas e trinta minutos (08h30), reuniram-se na Sala de Licitações, os membros da Comissão de seleção Monitoramento e Avaliação nomeada pelo Decreto 016/2018 de 22 de fevereiro de 2018, Sras. Edna Aparecida Dias e Andreza Tischner, e Sr Diego Miguel Borba. Dando início a sessão, os membros declaram que receberam a documentação das entidades Abrigo Mão Amiga enviadas por e-mail na data de 08 de fevereiro de 2021 e Asilo de Velhos de Braço do Trombudo – Lar Recanto do Sossego, protocoladas no setor de licitações na data de 08 de fevereiro de 2021, com os respectivos planos de trabalho para sua seleção e julgamento. Devido a pandemia Covid 19, houve atraso na avaliação dos projetos contemplados com parecer da comissão de Seleção, onde em virtude do atraso, prorroga-se o cronograma, estabelecendo novas datas para divulgação do resultado preliminar, interposição de recursos, análise de recursos e divulgação do resultado final. Fica estabelecida a data de 18 de fevereiro de 2021, para publicação do resultado preliminar, e a partir desta data estabelece prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso (19/02/2021 a 26/02/2021). Dando continuidade aos trabalhos, a comissão conferiu a documentação e o plano de trabalho da entidade com o que determina o edital de Chamamento Público nº 01/2021. A documentação do Asilo de Velhos de Braço do Trombudo – Lar Recanto do Sossego estava de acordo com o solicitado. A entidade se encontra de acordo com o referido edital, estando apta para firmar parceria com o município de Pouso Redondo. Ao analisar a documentação do Abrigo Mão Amiga, a comissão encontrou a falta de alguns itens exigidos no edital. Faz-se necessário adequar o plano de trabalho de acordo com modelo disponível no edital, contendo o item 10 - plano de aplicação dos recursos, detalhadamente, junto com descrição de outras fontes de recurso que mantém a entidade, para atestar a sustentabilidade da instituição. Com base no item 6, subitem 6.1 do edital de chamamento público 01/2021, a comissão solicita a regularização da documentação enviada pelo Abrigo Mão Amiga, no prazo de até Vinte e Quatro horas (24 horas), para que possa elaborar a tabela de pontuação das instituições e finalizar seu parecer. Nada mais havendo a tratar, os membros encerram a sessão e assinam a presente ata.

Edna Aparecida Dias: \_\_\_\_\_

Andreza Tischner: \_\_\_\_\_

Diego Miguel Borba: \_\_\_\_\_

# Praia Grande

## PREFEITURA

### CONTRATO 24/2021 - PREFEITURA

Publicação Nº 2868648

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 23/2021  
CARTA CONVITE N.º 05/2021  
CONTRATO Nº 24/2021

CONTRATADA: LIBRA ASSESSORIA LTDA

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA E CONSULTORIA NAS ATIVIDADES DO SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, TREINAMENTO PARA PREGÃO ELETRÔNICO E PLATAFORMAS DE COMPRAS, ELABORAÇÃO DE EDITAIS DE LICITAÇÕES, MINUTAS DEMONSTRATIVAS, PARA O CUMPRIMENTO ADEQUADO DA LEI Nº 8666/93, EM GERAL, DA LEI Nº 8987/95 E LEI Nº 10.520/02. OBEDECIDAS AS CONDIÇÕES, QUANTITATIVOS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO E VALORES CONSTANTES NA PROPOSTA DE PREÇOS.

DO VALOR: R\$ 24.200,00

DA VIGENCIA: 12/02/2021 À 31/12/2021.

PRAIA GRANDE - SC, 12 DE FEVEREIRO 2021.

ELISANDRO PEREIRA MACHADO

PREFEITO MUNICIPAL.

### EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 003/2021

Publicação Nº 2867325

Estado de Santa Catarina		
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC		
EXTRATO DE CONVÊNIO		
Convênio Nº.:	003/2021	
Participantes:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE E ASSOCIAÇÃO DE ANTI-ÁLCOL E DEPENDÊNCIA QUÍMICA DE APOIO AS FAMÍLIAS	
Objeto ..... :	TRANSF. À INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS.	
Valor ..... :	22.000,00 (Vinte e dois mil reais).	
Vigência ..... :	15.02.2021 até 31.12.2021	
Fundamento Legal ....:		Lei Federal nº13.019/2014
Origem dos Recursos :		Fundo Mun. de Assistência Social
PRAIA GRANDE/SC, 15 de fevereiro de 2021.		
ELISANDRO PEREIRA MACHADO		
Prefeito Municipal		



# Presidente Getúlio

## PREFEITURA

### PARECER DEFINITIVO DO CHAMAMENTO PUBLICO EDITAL 04/2021 - QUADRO DE VAGAS 03/2021 - SAÚDE

Publicação Nº 2867426

Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Getúlio

Lista de classificação DEFINITIVA da Chamada pública nº 004/2021

Visto a realização da Chamada Publica nº 004/2021 com a necessidade de contratação de profissional AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS (vagas para saúde), e considerando que TRÊS candidatos se inscreveram para concorrer as vagas, Vimos através deste relatório, após avaliação dos documentos solicitados no edital, apontar os nomes por ordem de classificação:

- 1º Jiani Teresinha da Silva Tobias;  
2º Ionete Namblá;  
3º France Dalva Sousa da Costa.

Sem mais para o momento  
Att.

Enf. Monica Chiodini                      Enf. Cheila Hoepers  
Coordenadora da Atenção Básica      Gerente de Unidade

Enf. Joice K. Prust  
Coordenadora da ESF Rio Ferro

Presidente Getúlio, 17 de fevereiro de 2021.

### PORTARIA Nº. 191/2021

Publicação Nº 2868534

PORTARIA Nº 191/2021  
ADMITE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 98, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 1º e 2º, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 2338/2013, e tendo em vista a homologação do resultado da Processo Seletivo nº 01/2020, resolve,

#### ADMITIR:

A partir do dia 18 de fevereiro de 2021, TAMI CRISTINA FARIA MAKIYAMA, para o cargo de Professora de Educação Infantil, nível 1, classe A, com função do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo – em Caráter Contratual - da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, subordinada à Secretaria de Educação Cultura e Desporto – SECULDE, com designação para CEIM Cantinho Feliz, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, vinculada a vaga de Luciana Loch Beltrame que está em função de confiança com prazo até 21 de dezembro de 2021.

Presidente Getúlio - SC em, 17 de fevereiro de 2021.  
NELSON VIRTUOSO  
Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA  
PRESIDENTE GETÚLIO/SC, 17 DE FEVEREIRO DE 2021  
ATO OFICIAL NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

### PORTARIA Nº. 192/2021

Publicação Nº 2868537

PORTARIA Nº 192/2021  
ADMITE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 98, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 1º e 2º, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 2338/2013, e tendo em vista a homologação do resultado da Processo Seletivo nº 01/2020, resolve,

#### ADMITIR:

A partir do dia 18 de fevereiro de 2021, MILENA NUNES, para o cargo de Professora de Educação Infantil, nível 1, classe A, com função do

Quadro de Cargos de Provimento Efetivo – em Caráter Contratual - da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, subordinada à Secretaria de Educação Cultura e Desporto – SECULDE, com designação para CEIM Adelina Clara Hess de Souza, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, vinculada a vaga de Iara Ferreira Klitzke de Souza que está em função de confiança com prazo até 21 de dezembro de 2021.

Presidente Getúlio - SC em, 17 de fevereiro de 2021.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA

PRESIDENTE GETÚLIO/SC, 17 DE FEVEREIRO DE 2021

ATO OFICIAL NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

## **PORTARIA Nº. 193/2021**

Publicação Nº 2868540

PORTARIA Nº 193/2021

ADMITE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 98, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 1º e 2º, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 2338/2013, e tendo em vista a homologação do resultado da Processo Seletivo nº 01/2020, resolve,

ADMITIR:

A partir do dia 18 de fevereiro de 2021, CRISLAINE SCHADE, para o cargo de Professora de Educação Infantil, nível 1, classe A, com função do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo – em Caráter Contratual - da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, subordinada à Secretaria de Educação Cultura e Desporto – SECULDE, com designação para CEIM Agostinho Antonio Sehnem, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, vinculada a vaga de Heloisa Fernanda Heidrich Bayer Demuth que está em função de confiança com prazo até 21 de dezembro de 2021.

Presidente Getúlio - SC em, 17 de fevereiro de 2021.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA

PRESIDENTE GETÚLIO/SC, 17 DE FEVEREIRO DE 2021

ATO OFICIAL NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

## **PORTARIA Nº. 194/2021**

Publicação Nº 2868544

PORTARIA Nº 194/2021

ADMITE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 98, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 1º e 2º, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 2338/2013, e tendo em vista a homologação do resultado da Processo Seletivo nº 01/2020, resolve,

ADMITIR:

A partir do dia 18 de fevereiro de 2021, PATRICIA CRISTINA HOPPE, para o cargo de Professora de Educação Infantil, nível 1, classe A, com função do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo – em Caráter Contratual - da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, subordinada à Secretaria de Educação Cultura e Desporto – SECULDE, com designação para CEIM Agostinho Antonio Sehnem, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, vinculada a vaga de Adriana Suchara Wiese (falecimento), com prazo até 21 de dezembro de 2021.

Presidente Getúlio - SC em, 17 de fevereiro de 2021.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA

PRESIDENTE GETÚLIO/SC, 17 DE FEVEREIRO DE 2021

ATO OFICIAL NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

**PORTARIA Nº. 195/2021**

Publicação Nº 2868550

PORTARIA Nº 195/2021  
ADMITE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 98, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 1º e 2º, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 2338/2013, e tendo em vista a homologação do resultado da Processo Seletivo nº 01/2020, resolve,

**ADMITIR:**

A partir do dia 18 de fevereiro de 2021, SINTIA PALOMA STARK, para o cargo de Professora de Educação Infantil, nível 1, classe A, com função do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo – em Caráter Contratual - da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, subordinada à Secretaria de Educação Cultura e Desporto – SECULDE, com designação para CEIM Dom Quixote, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, até abertura de concurso público, com prazo até 21 de dezembro de 2021.

Presidente Getúlio - SC em, 17 de fevereiro de 2021.

NELSON VIRTUOSO  
Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA  
PRESIDENTE GETÚLIO/SC, 17 DE FEVEREIRO DE 2021  
ATO OFICIAL NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

**PORTARIA Nº. 196/2021**

Publicação Nº 2868555

PORTARIA Nº 196/2021  
ADMITE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 98, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 1º e 2º, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 2338/2013, e tendo em vista a homologação do resultado da Processo Seletivo nº 01/2020, resolve,

**ADMITIR:**

A partir do dia 18 de fevereiro de 2021, ANDRESA HANCK, para o cargo de Professora de Educação Infantil, nível 1, classe A, com função do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo – em Caráter Contratual - da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, subordinada à Secretaria de Educação Cultura e Desporto – SECULDE, com designação para CEIM Dom Quixote, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, em substituição a servidora Bruna Ruzeler Bozan (falecimento) até abertura de concurso público, com prazo até 21 de dezembro de 2021.

Presidente Getúlio - SC em, 17 de fevereiro de 2021.

NELSON VIRTUOSO  
Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA  
PRESIDENTE GETÚLIO/SC, 17 DE FEVEREIRO DE 2021  
ATO OFICIAL NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

**PORTARIA Nº. 197/2021**

Publicação Nº 2868560

PORTARIA Nº 197/2021  
ADMITE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 98, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 1º e 2º, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 2338/2013, e tendo em vista a homologação do resultado da Processo Seletivo nº 01/2020, resolve,

**ADMITIR:**

A partir do dia 18 de fevereiro de 2021, MARIA HELENA REZINI, para o cargo de Professora de Educação Infantil, nível 1, classe A, com função do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo – em Caráter Contratual - da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, subordinada à Secretaria de Educação Cultura e Desporto – SECULDE, com designação para CEIM Dom Quixote, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, em substituição a servidora Anete Kloth que está em função de confiança, com prazo até 21 de dezembro de 2021.

Presidente Getúlio - SC em, 17 de fevereiro de 2021.

NELSON VIRTUOSO  
Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA  
PRESIDENTE GETÚLIO/SC, 17 DE FEVEREIRO DE 2021  
ATO OFICIAL NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

**PORTARIA Nº. 198/2021**

Publicação Nº 2868566

PORTARIA Nº 198/2021  
ADMITE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 98, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 1º e 2º, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 2338/2013, e tendo em vista a homologação do resultado da Processo Seletivo nº 01/2020, resolve,

**ADMITIR:**

A partir do dia 18 de fevereiro de 2021, ORLI DAGOSTIN, para o cargo de Professora de Educação Infantil, nível 1, classe A, com função do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo – em Caráter Contratual - da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, subordinada à Secretaria de Educação Cultura e Desporto – SECULDE, com designação para CEIM Cantinho Feliz, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, em substituição a servidora Mayhure Andressa Wilth Wagner Gramkow que está em função de confiança, com prazo até 21 de dezembro de 2021.

Presidente Getúlio - SC em, 17 de fevereiro de 2021.

NELSON VIRTUOSO  
Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA  
PRESIDENTE GETÚLIO/SC, 17 DE FEVEREIRO DE 2021  
ATO OFICIAL NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

**PORTARIA Nº. 199/2021**

Publicação Nº 2868570

PORTARIA Nº 199/2021  
ADMITE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 98, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 1º e 2º, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 2338/2013, e tendo em vista a homologação do resultado da Processo Seletivo nº 01/2020, resolve,

**ADMITIR:**

A partir do dia 18 de fevereiro de 2021, LUANA BRAATZ, para o cargo de Professora de Educação Infantil, nível 1, classe A, com função do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo – em Caráter Contratual - da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, subordinada à Secretaria de Educação Cultura e Desporto – SECULDE, com designação para CEIM Dom Quixote, com carga horária semanal de 20 (vinte) horas, em substituição a servidora Juciani Toewe que está em licença maternidade, com prazo até 21 de dezembro de 2021.

Presidente Getúlio - SC em, 17 de fevereiro de 2021.

NELSON VIRTUOSO  
Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA  
PRESIDENTE GETÚLIO/SC, 17 DE FEVEREIRO DE 2021  
ATO OFICIAL NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

**PORTARIA Nº. 200/2021**

Publicação Nº 2868572

PORTARIA Nº 200/2021  
ADMITE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 98, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 1º e 2º, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 2338/2013, e tendo em vista a homologação do resultado da Processo Seletivo nº 01/2020, resolve,

**ADMITIR:**

A partir do dia 18 de fevereiro de 2021, JANICE BRANDL, para o cargo de Professora de Educação Infantil, nível 1, classe A, com função do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo – em Caráter Contratual - da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, subordinada à

Secretaria de Educação Cultura e Desporto – SECULDE, com designação para CEIM Adelina Clara Hess de Souza, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, em substituição a servidora Soraia Schroeder que está em função de confiança, com prazo até 21 de dezembro de 2021.

Presidente Getúlio - SC em, 17 de fevereiro de 2021.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA

PRESIDENTE GETÚLIO/SC, 17 DE FEVEREIRO DE 2021

ATO OFICIAL NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL N° 3.237/2018

## **PORTARIA N° 201/2021**

Publicação N° 2868575

PORTARIA N° 201/2021

ADMITE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 98, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 1º e 2º, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 2338/2013, e tendo em vista a homologação do resultado da Processo Seletivo nº 01/2020, resolve,

ADMITIR:

A partir do dia 18 de fevereiro de 2021, SCHEILA SCHROEDER DAGOSTIN, para o cargo de Professora de Educação Infantil, nível 1, classe A, com função do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo – em Caráter Contratual - da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, subordinada à Secretaria de Educação Cultura e Desporto – SECULDE, com designação para CEIM Dom Quixote, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, em substituição a servidora Marion Marold vacância por aposentadoria, com prazo até 21 de dezembro de 2021.

Presidente Getúlio - SC em, 17 de fevereiro de 2021.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA

PRESIDENTE GETÚLIO/SC, 17 DE FEVEREIRO DE 2021

ATO OFICIAL NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL N° 3.237/2018

## **PORTARIA N° 202/2021**

Publicação N° 2868587

PORTARIA N° 202/2021

ADMITE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 98, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 1º e 2º, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 2338/2013, e tendo em vista a homologação do resultado da Processo Seletivo nº 01/2020, resolve,

ADMITIR:

A partir do dia 18 de fevereiro de 2021, HOSANA LIMA DA CUNHA, para o cargo de Professora de Educação Infantil, nível 1, classe A, com função do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo – em Caráter Contratual - da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, subordinada à Secretaria de Educação Cultura e Desporto – SECULDE, com designação para CEIM Dom Quixote, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, em substituição a servidora Andreia Torreti que está em função de confiança, com prazo até 21 de dezembro de 2021.

Presidente Getúlio - SC em, 17 de fevereiro de 2021.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA

PRESIDENTE GETÚLIO/SC, 17 DE FEVEREIRO DE 2021

ATO OFICIAL NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL N° 3.237/2018

**PORTARIA N°. 203/2021**

Publicação N° 2868593

PORTARIA N° 203/2021  
ADMITE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 98, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 1º e 2º, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 2338/2013, e tendo em vista a homologação do resultado da Processo Seletivo nº 01/2020, resolve,

**ADMITIR:**

A partir do dia 18 de fevereiro de 2021, JOICE SEMIANO, para o cargo de Professora de Educação Infantil, nível 1, classe A, com função do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo – em Caráter Contratual - da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, subordinada à Secretaria de Educação Cultura e Desporto – SECULDE, com designação para CEIM Cantinho Feliz, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, em substituição a servidora Djovana Bartira Avi Debatin que está em função de confiança, com prazo até 21 de dezembro de 2021.

Presidente Getúlio - SC em, 17 de fevereiro de 2021.

NELSON VIRTUOSO  
Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA

PRESIDENTE GETÚLIO/SC, 17 DE FEVEREIRO DE 2021

ATO OFICIAL NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL N° 3.237/2018

**PORTARIA N°. 204/2021**

Publicação N° 2868598

PORTARIA N° 204/2021  
ADMITE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 98, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 1º e 2º, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 2338/2013, e tendo em vista a homologação do resultado da Processo Seletivo nº 01/2020, resolve,

**ADMITIR:**

A partir do dia 18 de fevereiro de 2021, FERNANDA HOEPERS CANDIDO, para o cargo de Professora de Educação Infantil, nível 1, classe A, com função do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo – em Caráter Contratual - da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, subordinada à Secretaria de Educação Cultura e Desporto – SECULDE, com designação para CEIM Cantinho Feliz, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, em substituição a servidora Vanusa Teresinha Dietrich que está em função de confiança, com prazo até 21 de dezembro de 2021.

Presidente Getúlio - SC em, 17 de fevereiro de 2021.

NELSON VIRTUOSO  
Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA

PRESIDENTE GETÚLIO/SC, 17 DE FEVEREIRO DE 2021

ATO OFICIAL NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL N° 3.237/2018

**PORTARIA N°. 205/2021**

Publicação N° 2868606

PORTARIA N° 205/2021  
ADMITE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 98, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 1º e 2º, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 2338/2013, e tendo em vista a homologação do resultado da Chamada Pública nº 04/2021, Quadro de Vagas 01/2021, resolve,

**ADMITIR:**

A partir do dia 18 de fevereiro de 2021, ANDRÉ MACHADO, para o cargo de Professor de Informática, nível 1, classe A, com função do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo – em Caráter Contratual - da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, subordinada à Secretaria de Educação Cultura e Desporto – SECULDE, com designação para EMEB Guilherme Rotermel, EMEB Walter Buss, EMEB Franz Schneider, com carga horária semanal de 40 horas, em substituição a servidora Sirlei Favarin Vanderlinde que está em função de confiança, com prazo até 21 de dezembro de 2021.

Presidente Getúlio - SC em, 17 de fevereiro de 2021.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA

PRESIDENTE GETÚLIO/SC, 17 DE FEVEREIRO DE 2021

ATO OFICIAL NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

### **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2021**

Publicação Nº 2868451

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2021

DA INEXIGIBILIDADE/CREDENCIAMENTO Nº 06/2021

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE NUTRICIONISTA PARA ATENDIMENTO DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE

VALOR TOTAL: R\$ 25.000,00

VIGÊNCIA: 31/12/2021

Presidente Getúlio, 17 de fevereiro de 2021.

Nelson Virtuoso - Prefeito

### **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 50/2021**

Publicação Nº 2868208

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 50/2021

DA INEXIGIBILIDADE/CREDENCIAMENTO Nº 06/2021

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELETRICISTA EM TODA REDE PUBLICA DE PRESIDENTE GETULIO

VALOR TOTAL: R\$ 120.000,00

VIGÊNCIA: 31/12/2021

Presidente Getúlio, 17 de fevereiro de 2021.

Nelson Virtuoso - Prefeito

### **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 52/2021**

Publicação Nº 2868556

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 23/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 52/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RECONSTRUÇÃO DE GALERIA DE CONCRETO E BUEIROS INERENTES ÀS METAS 04, 05, 06, 07, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 E 46 DA DEFESA CIVIL DA UNIÃO, DECORRENTES DOS PREJUÍZOS OCASIONADOS PELA ENXURRADACNPJ: 05.594.264/0001-34

FUNDAMENTO LEGAL: INCISO IX, DO ART. 24 DA LEI Nº 8.666/93 E DECRETO MUNICIPAL Nº 261/2020.

VENCEDOR: PRESI ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.

VIGÊNCIA: 16/05/2021

VALOR: R\$575.868,22

Presidente Getúlio, SC, em 17 de fevereiro de 2021

NELSON VIRTUOSO – Prefeito Municipal



# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### PORTARIA 133/2021

Publicação N° 2869436

PORTARIA N°. 133 01 DE FEVEREIRO DE 2021.  
EXONERA DE FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CELSO AUGUSTO VIEIRA, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

#### PORTARIA

Art. 1º - Fica exonerada da Função Gratificada de "Resp. pela Limpeza e man. Da Casa Mortuária ", a partir desta data, a servidora MARIA GORETI PLOTGCKER GOEDERT.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 01 de Fevereiro de 2021.  
CELSO AUGUSTO VIEIRA  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 134/2021

Publicação N° 2869437

PORTARIA N°. 134 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021.  
DESIGNA SERVIDOR PARA FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CELSO AUGUSTO VIEIRA, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de duas atribuições, e de conformidade com a Lei Complementar nº. 11/2011 de 01 de setembro de 2011, alterada pela Lei Complementar nº 44/2017 de 16 de Janeiro de 2017;

#### RESOLVE:

Art. 1º. – Designar a servidora ZENAIDE HAMES, concursada na Carreira de Merendeira, para exercer a função gratificada de "Resp. pela Limpeza e Manutenção da Casa Mortuária ", FG2, Nível de Vencimentos V do Anexo III– Tabela de Vencimentos .

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 01 de Fevereiro de 2021.  
CELSO AUGUSTO VIEIRA  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 135/2021

Publicação N° 2869438

PORTARIA N°. 135 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021.  
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECÍFICA

CELSO AUGUSTO VIEIRA, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias parciais (15 dias) a VANESSA FRONZA DE MATOS, Assistente Social CRAS, pelo período de 01 de Fevereiro de 2021 a 15 de Fevereiro de 2021(fruição), relativo ao período aquisitivo de 27/03/2019 a 26/03/2020.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 01 de Fevereiro de 2021.  
CELSO AUGUSTO VIEIRA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 136/2021**

Publicação Nº 2869439

PORTARIA Nº. 136 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021.  
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

CELSO AUGUSTO VIEIRA, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte;  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias parciais (20 dias) a MARLENE KRAUS, Orientadora Escolar, pelo período de 03 de Fevereiro de 2021 a 22 de Fevereiro de 2021(fruição), relativo ao período aquisitivo de 02/04/2019 à 01/04/2020.

Art. 2.º - Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 03 de Fevereiro de 2021.  
CELSO AUGUSTO VIEIRA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 137/2021**

Publicação Nº 2869440

PORTARIA Nº. 137 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021.  
DESIGNA SERVIDOR PARA OCUPAR INTERINAMENTE A  
SECRETARIA DE ESPORTE, SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDUSTRIA E COMÉRCIO E SECRETARIA DE CULTURA COMO ESPECIFICA

CELSO AUGUSTO VIEIRA, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte  
PORTARIA

Art. 1º - Designar o servidor EDERSON VANDERLINDE, Secretário Municipal de Gabinete, nomeado pela Portaria Nº 088/2021, para responder interinamente pelas ações da Secretaria Municipal de Esporte, Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio e Secretaria Municipal de Cultura, Exercendo cumulativamente as atribuições de ambos os cargos.

Art. 2º. – Pela acumulação dos cargos descritos no artigo anterior, não decorrerá ao nomeado direito de acréscimo aos seus vencimentos.

Art. 3º. – a Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 03 de Fevereiro de 2021.  
CELSO AUGUSTO VIEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 138/2021**

Publicação Nº 2869441

PORTARIA Nº. 138 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

CELSO AUGUSTO VIEIRA, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a CRISTIANO CARLOS SANTIAGO, Motorista, pelo período de 04 de fevereiro de 2021 à 05 de Março de 2021, relativo ao período aquisitivo de 03/01/2020 à 02/01/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 04 de Fevereiro de 2021.  
CELSO AUGUSTO VIEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 139/2021**

Publicação N° 2869442

PORTARIA N°. 139 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021.  
FICA REVOGADA A PORTARIA N° 253/2020 COMO ESPECIFICA.

CELSO AUGUSTO VIEIRA, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

**PORTARIA**

Art. 1º - Fica revogada a portaria nº 253/2020 de 04/05/2020, onde estabelecia horário de trabalho diferenciado para servidores da sec. Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 04 de fevereiro de 2021.

CELSO AUGUSTO VIEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 140/2021**

Publicação N° 2869444

PORTARIA N°. 140 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021.  
REVOGA PORTARIA 058/2021 COMO ESPECIFICA

CELSO AUGUSTO VIEIRA, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

**PORTARIA**

Art. 1º - Fica revogada a Portaria n º 058/2021, onde concedia férias ao servidor SERGIO ALTAIR SANNTANA.

Art. 2.º - Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 04 de Fevereiro de 2021.

CELSO AUGUSTO VIEIRA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 141/2021**

Publicação N° 2869445

PORTARIA N.º 141 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021.  
DESIGNA SERVIDOR COMO ESPECIFICA

CELSO AUGUSTO VIEIRA, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de acordo com a instrução normativa TC 14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina baixa a seguinte:

**PORTARIA**

Art. 1.º - Designa a servidora SIMONE RECH, Assistente Administrativo, como responsável realização de despesas sob o regime de atendimento da Secretaria Municipal de Assistência Social, tendo poderes para isoladamente ABRIR CONTAS DE DEPOSITO ESPECIFICA, RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITAÇÃO, SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS, REQUISITAR CARTÃO ELETRÔNICO, CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS, EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO E EFETUAR TRANSFERÊNCIAS POR MEIO ELETRÔNICO.

Art. 2. º - Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 04 de Fevereiro de 2021.

CELSO AUGUSTO VIEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 142/2021**

Publicação N° 2869447

PORTARIA N°. 142 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2021.  
CONCEDE LICENÇA COMO ESPECIFICA

CELSO AUGUSTO VIEIRA, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o Art. 137 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, baixa a seguinte:

**PORTARIA**

Art. 1.º Fica concedido à servidora ADRIANA PEDRONI DE MLO, Licença para Tratar de Assuntos Particulares, sem remuneração, pelo período máximo de 02 (dois) anos, a partir desta data conforme requerimento em anexo.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 08 de Fevereiro de 2021.

CELSO AUGUSTO VIEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 143/2021**

Publicação N° 2869449

PORTARIA N°. 143, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2021.  
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

CELSO AUGUSTO VIEIRA, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

**PORTARIA**

Art. 1º - Ficam concedido férias parciais (15 dias) a JALISA JHULHIANE MAFRA, Tec. Em Enfermagem, pelo período de 08 de Fevereiro de 2021 a 22 de Fevereiro de 2021, relativo ao período aquisitivo de 24/06/2019 a 23/06/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 08 de Fevereiro de 2021.

CELSO AUGUSTO VIEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 144/2021**

Publicação N° 2869450

PORTARIA N°. 144 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2021.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

CELSO AUGUSTO VIEIRA, Prefeito em Exercício do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

**PORTARIA**

Art. 1º - Ficam concedido férias a FERNANDO DE SOUZA, Agente Comunitário de Saúde Centro, pelo período de 08 de Fevereiro de 2021 a 09 de Março de 2021, relativo ao período aquisitivo de 08/02/2020 a 07/02/2021.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 08 de Fevereiro de 2021.

CELSO AUGUSTO VIEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 145/2021**

Publicação Nº 2869451

PORTARIA Nº. 145 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2021.

DESIGNA SERVIDOR PARA FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CELSO AUGUSTO VIEIRA, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de duas atribuições, e de conformidade com a Lei Complementar nº. 11/2011 de 01 de setembro de 2011, alterada pela Lei Complementar nº 44/2017 de 16 de Janeiro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. – Designar a servidora DENICE DE FATIMA ELISEU, concursada na Carreira de Agente de Serviços de Gerais, para exercer a função gratificada de “Resp. pela Limpeza e Manutenção do Centro Histórico Municipal”, FG2, Nível de Vencimentos V do Anexo III– Tabela de Vencimentos.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 08 de Fevereiro de 2021.

CELSO AUGUSTO VIEIRA

Prefeito Municipal

**PORTARIA 147/2021**

Publicação Nº 2869453

PORTARIA N.º 147 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

INTERROMPE LICENÇA DE SERVIDOR.

CELSO AUGUSTO VIEIRA, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em conformidade com o Art. 137, § 3º da Lei Complementar Nº. 001/2002 baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Fica interrompida a partir desta data, Licença para Tratar de Assuntos Particulares, sem remuneração, concedida à servidora JAQUELINE PEREIRA DE ANDRADE.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação no DOM-SC.

Presidente Nereu, 17 de Fevereiro de 2021.

CELSO AUGUSTO VIEIRA

Prefeito do Município

**PORTARIA 148/2021**

Publicação Nº 2869457

PORTARIA Nº. 148, de 17 FEVEREIRO DE 2021.

NOMEIA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA EFETUAÇÃO DE LICITAÇÕES COMO ESPECIFICA

CELSO AUGUSTO VIEIRA, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1.º - Reconduzir a servidora JULIANA STEINHEUSER para função de Pregoeiro das Licitações na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL da Administração Pública de Presidente Nereu.

Art. 2º - Fica renomeada a Equipe de Apoio, ficando composta pelos servidores CARLOS BARND, JAQUELINE PEREIRA DE ANDRADE E MARILEIA FARIAS.

Art. 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios –DOM, revogando a portaria 085/2021.

Presidente Nereu, 17 de fevereiro de 2021.

CELSO AUGUSTO VIEIRA

Prefeito Municipal

**PORTARIA 149/2021**

Publicação Nº 2869459

PORTARIA Nº. 149, de 17 DE FEVEREIRO DE 2021.  
NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÕES COMO ESPECIFICA.

CELSO AUGUSTO VIEIRA, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, baixa a seguinte:

**PORTARIA**

Art. 1º. – Fica assim constituída a Comissão Municipal de Licitações, a partir desta data:

CARLOS BRAND – PRESIDENTE

JAQUELINE PEREIRA DE ANDRADE – SECRETARIA

MARILEIA FARIAS – MEMBRO

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, revogando-se a Portaria 084/2021.

Presidente Nereu, 17 de Fevereiro de 2021.

CELSO AUGUSTO VIEIRA

Prefeito Municipal

**PORTARIA 150/2021**

Publicação Nº 2869572

PORTARIA Nº. 150 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.  
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

CELSO AUGUSTO VIEIRA, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

**PORTARIA**

Art. 1º - Ficam concedidas férias parciais (15 dias), GESSELI RECH Professora, pelo período de 04 de Janeiro de 2021 a 18 de Janeiro de 2021(fruição), relativo ao período aquisitivo de 13/03/2019 à 12/03/2020.

Art. 2.º- Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, revogando-se a Portaria 013/2021 de 04/01/2021.

Presidente Nereu, 04 de Janeiro de 2021.

CELSO AUGUSTO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

# Princesa

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 807 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2867803

DECRETO Nº. 807, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021

"NOMEIA COMISSÃO PARA COMPOR CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRINCESA, SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinada com a Lei nº. 573, de 29 de outubro de 2010 e suas alterações, em especial as Leis nº 865/2017 e nº 1015/2019;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 7º, da Lei Municipal nº 573/2010 que dispõem que o mandato dos membros do Conselho Municipal de Saúde - CMS terá duração de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido por igual período.

CONSIDERANDO que o atual conselho foi nomeado pelo Decreto nº 389, de 18 de dezembro de 2019;

CONSIDERANDO o pedido de substituição do membro representante do governo municipal indicado no Conselho;

#### RESOLVE:

Art. 1º. SUBSTITUIR o Sr. Denacir Epping, membro integrante do Conselho Municipal de Saúde - CMS do Município de Princesa, pelo Sr. Marcos Vivan.

Art. 2º. Após a referida substituição, o Conselho Municipal de Saúde - CMS do Município de Princesa, é formado pelos seguintes membros:

a) Representantes do Governo Municipal

1- Efetivo: Marcos Vivan

2- Suplente: Márcia Cristina Wohlmuth Bisutti

b) Representantes de prestadores de serviços na área da saúde

1- Efetivo: Rossana Beal Sbruzzi

2- Suplente: Luciane Sbarbelotto

c) Representantes de entidades ou profissionais da saúde

1 - Efetivo: Angelita Maria Kraemer

2 - Efetivo: Gustavo Pivatto dos Santos

3 - Suplente: Jane Clarice Boelter Machado

4 - Suplente: Rosimeri de Jesus Tibes

d) Representantes do grupo de idosos

1- Efetivo: Maria Isonia Lunardi

2- Suplente: Alma Bogorni

e) Representantes do grupo de mulheres João Paulo

1- Efetivo: Elisete Almeida

2- Suplente: Nelci Schauen

g) Representantes da associação da comunidade

1- Efetivo: Inácio Dill

2- Suplente: Tânia Inês Diehl Hubner

h) Representante da Associação de Pais e Professores, da Escola Pública Municipal Renascer

1- Efetivo: Fernanda Rubin Klauss

2- Suplente: Marlei Ines Griebler Konzen

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial as contidas no Decreto nº 566 de 18 de Maio de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em 17 de Fevereiro de 2021.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,

Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado na forma da Lei.

Publicação no Diário Oficial dos Municípios – Ato nº 2867803.

Data da Publicação: 18 de fevereiro de 2021

Edineia Inês Wille



**PORTARIA Nº 58 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2867264

PORTARIA Nº. 58 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021

**"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinada com o constante no Artigo 121 da Lei Complementar nº 022, de 30 de Dezembro de 2014.

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à servidora pública estável Maristela Barp, inscrita no CPF nº 059.613.929-29 e com matrícula funcional nº 1439, ocupante do cargo de Psicólogo, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo único. Sendo que a referida licença será usufruída com data inicial em 10 de fevereiro de 2021 e data final em 08 de agosto de 2021.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigência na data de sua publicação, com efeitos ex tunc à data de 10 de fevereiro de 2021.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC), em 16 de fevereiro de 2021.

**EDILSON MIGUEL VOLKWEIS****PREFEITO MUNICIPAL**

Esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.

Publicação no DOM/SC – Ato nº 2867264.

Data da Publicação: 18 de fevereiro de 2021.

Edineia Inês Wille

# Quilombo

## CÂMARA MUNICIPAL

### ATO Nº 01/2021

Publicação Nº 2867657

ATO Nº 01/2021 de 15 de fevereiro de 2021.

Dispõe sobre a mudança do site da Câmara Municipal de Quilombo SC.

Kauana Vailon, presidente da Câmara de Vereadores de Quilombo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, em especial as citadas no Art. 246 do Regimento Interno;

CONSIDERANDO, a mudança do site oficial da Câmara Municipal de Vereadores de Quilombo SC, de "camaraquilombo.sc.gov.br", para "quilombo.sc.leg.br",

#### RESOLVE:

Art. 1º O site oficial para publicação de atos oficiais do Poder Legislativo Municipal de Quilombo SC, passa a ser o seguinte:

"quilombo.sc.leg.br".

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Quilombo, estado de Santa Catarina, em 15 de fevereiro de 2021.

Kauana Vailon  
Presidente.

Registrado e publicado em data supra.

Jovino Cambri  
Funcionário Designado

### PORTARIA Nº 010/2021

Publicação Nº 2867651

PORTARIA Nº 11/2021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO AO TRABALHO EM HOME OFFICE A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL DO PODER LEGISLATIVO, DEBORA COPETTI.

KAUANA VAILON, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e Regimentais, em especial as que lhe são conferidas pelo Art. 38, incisos II e XXX do Regimento Interno, e Art. 26 Inciso II da Lei Orgânica Municipal.

Considerando que, conforme previsto no Protocolo de Manejo Clínico da COVID – 19 na Atenção Especializada, elaborado pelo Ministério da Saúde, o grupo de risco da Covid-19 está composto por dentro outro as grávidas em qualquer idade gestacional, e

Considerando o Decreto nº 076/2020, de 25 de março de 2020 que trata sobre a situação de Emergência e Medidas de Prevenção e Combate à Covid-19 no Município de Quilombo e,

Considerando o Decreto nº 046/21 de 15 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre medidas de enfrentamento ao contágio pelo Covid-19, e Considerando o Requerimento apresentado pela Servidora Debora Copetti na data de 15 de fevereiro de 2021,

#### RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a realização do trabalho em HOME OFFICE, com comparecimento presencial apenas nos dias e horários das sessões do Legislativo, por tempo indeterminado a Servidora Pública Municipal Debora Copetti, ocupante do cargo de Assessora de Imprensa de Relações Públicas (96).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de sessões da Câmara de Vereadores de Quilombo,  
Estado de Santa Catarina, em 16 de fevereiro de 2021.

KAUANA VAILON  
Presidente

Registrada e Publicada em data supra.

Jovino Cambri  
Funcionário designado

## **PORTARIA Nº 011/2021**

Publicação Nº 2867654

PORTARIA Nº 10/2021, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA POR PROBLEMAS DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DO PODER LEGISLATIVO, SENHORA SUZANA APARECIDA CALDERAM PERIN.

KAUANA VAILON, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e Regimentais, em especial as que lhe são conferidas pelo Art. 38, incisos II e XXX do Regimento Interno, e Art. 26 Inciso II da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença para tratamento de saúde a Servidora Pública Municipal Suzana Aparecida Calderan Perim Assessora de Bancada (113), conforme Atestado Médico, por 14 (quatorze) dias do dia 15 (quinze) ao dia 28 (vinte e oito) de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de sessões da Câmara de Vereadores de Quilombo,  
Estado de Santa Catarina, em 16 de fevereiro de 2021.

KAUANA VAILON  
Presidente

Registrada e Publicada em data supra.

Jovino Cambri  
Funcionário designado

# Rancho Queimado

## PREFEITURA

### PORTARIA 082-2021 ADMITE ROSE MARI DA VEIGA PROFESSOR

Publicação N° 2868588

PORTARIANº 082/2021  
ADMITE EM CARATER TEMPORÁRIO

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, RESOLVE ADMITIR em caráter temporário, ROSE MARI DA VEIGA, para ocupar a função de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, cumprindo as determinações do Contrato Administrativo de Trabalho Temporário nº 11/2021 até 22 de dezembro de 2021.

Rancho Queimado, em 10 de fevereiro de 2021.  
CLECI APARECIDA VERONEZI  
Prefeita Municipal

### PORTARIA 083-2021 PATRICIA WALTRICH PROFESSOR

Publicação N° 2868597

PORTARIANº 083/2021  
ADMITE EM CARATER TEMPORÁRIO

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, RESOLVE ADMITIR em caráter temporário, PATRÍCIA WALTRICH, para ocupar a função de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, cumprindo as determinações do Contrato Administrativo de Trabalho Temporário nº 12/2021 até 22 de dezembro de 2021.

Rancho Queimado, em 10 de fevereiro de 2021.  
CLECI APARECIDA VERONEZI  
Prefeita Municipal

### PORTARIA 084-2021 SUÉLY MELO PROFESSOR

Publicação N° 2868600

PORTARIANº 084/2021  
ADMITE EM CARATER TEMPORÁRIO

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, RESOLVE ADMITIR em caráter temporário, SUÉLY MELO, para ocupar a função de Professor de Apoio a Alunos com Deficiência, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, cumprindo as determinações do Contrato Administrativo de Trabalho Temporário nº 13/2021 até 22 de dezembro de 2021.

Rancho Queimado, em 10 de fevereiro de 2021.  
CLECI APARECIDA VERONEZI  
Prefeita Municipal

### PORTARIA 085-2021 FERNANDA ERHARDT PROFESSOR

Publicação N° 2868607

PORTARIANº 085/2021  
ADMITE EM CARATER TEMPORÁRIO

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, RESOLVE ADMITIR em caráter temporário, FERNANDA ERHARDT, para ocupar a função de Professor de Apoio a Alunos com Deficiência, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, cumprindo as determinações do Contrato Administrativo de Trabalho Temporário nº 14/2021 até 22 de dezembro de 2021.

Rancho Queimado, em 10 de fevereiro de 2021.  
CLECI APARECIDA VERONEZI  
Prefeita Municipal

**PORTARIA 086-2021 ADMITE MICHELE CRISTINA DE SOUZA SCHUTZ AUX ENSINO**

Publicação N° 2868610

PORTARIANº 086/2021  
ADMITE EM CARATER TEMPORÁRIO

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, RESOLVE ADMITIR em caráter temporário, MICHELE CRISTINA DE SOUZA SCHUTZ, para ocupar a função de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, cumprindo as determinações do Contrato Administrativo de Trabalho Temporário nº 15/2021 até 22 de dezembro de 2021.

Rancho Queimado, em 10 de fevereiro de 2021.  
CLECI APARECIDA VERONEZI  
Prefeita Municipal

**PORTARIA 087-2021 ADMITE MEIRIELY E DOS SANTOS AUX ENSINO**

Publicação N° 2868613

PORTARIANº 087/2021  
ADMITE EM CARATER TEMPORÁRIO

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, RESOLVE ADMITIR em caráter temporário, MEIRIELY EGER DOS SANTOS, para ocupar a função de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, cumprindo as determinações do Contrato Administrativo de Trabalho Temporário nº 16/2021 até 22 de dezembro de 2021.

Rancho Queimado, em 10 de fevereiro de 2021.  
CLECI APARECIDA VERONEZI  
Prefeita Municipal

**PORTARIA 088-2021 ADMITE RAQUELE SCHAFER AUX ENSINO**

Publicação N° 2868621

PORTARIANº 088/2021  
ADMITE EM CARATER TEMPORÁRIO

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, RESOLVE ADMITIR em caráter temporário, RAQUELE SCHAFER, para ocupar a função de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, cumprindo as determinações do Contrato Administrativo de Trabalho Temporário nº 17/2021 até 22 de dezembro de 2021.

Rancho Queimado, em 10 de fevereiro de 2021.  
CLECI APARECIDA VERONEZI  
Prefeita Municipal

**PORTARIA 089-2021 ADMITE TATIANA SCHUCH SCHMITZ AUX ENSINO**

Publicação N° 2868627

PORTARIANº 089/2021  
ADMITE EM CARATER TEMPORÁRIO

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, RESOLVE ADMITIR em caráter temporário, TATIANA SCHUCH SCHMITZ, para ocupar a função de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, cumprindo as determinações do Contrato Administrativo de Trabalho Temporário nº 18/2021 até 22 de dezembro de 2021.

Rancho Queimado, em 10 de fevereiro de 2021.  
CLECI APARECIDA VERONEZI  
Prefeita Municipal

**PORTARIA 090-2021 ADMITE VINICIUS SANTOS DE SOUZA MOTORISTA AMB**

Publicação N° 2868631

PORTARIANº 90/2021  
ADMITE EM CARATER TEMPORÁRIO

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, RESOLVE ADMITIR em caráter temporário, VINICIUS SANTOS DE SOUZA para ocupar a função de Motorista de Ambulância, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, cumprindo as determinações do Contrato Administrativo de Trabalho Temporário nº 19/2021 até 10 de maio de 2021.

Rancho Queimado, em 10 de fevereiro de 2021.

CLECI APARECIDA VERONEZI  
Prefeita Municipal

**PORTARIA 091-2021 CONCEDE LIC MÉDICA NILVA ANDRÉ MILIORINI**

Publicação N° 2868635

PORTARIANº 091/2021  
CONCEDE LICENÇA MÉDICA

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, promulgada em 31 de Março de 1990, RESOLVE CONCEDER 90 (noventa) dias de Licença Médica a NILVA ANDRÉ MILIORINI, a partir de 03 de fevereiro a 03 de maio de 2021, conforme atestado e resultado de perícia médica.

Rancho Queimado, 11 de fevereiro de 2021.

CLECI APARECIDA VERONEZI  
Prefeita Municipal

**PORTARIA 092-2021 PRORROGA LICENÇA MEDICA ERICKSON A SOUZA**

Publicação N° 2868638

PORTARIANº 092/2021

PRORROGA  
LICENÇA MÉDICA

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado,  
CONSIDERANDO a perícia do INSS ter concedido o benefício até 31 de dezembro de 2021,  
RESOLVE PRORROGAR a licença médica concedida a ERICKSON ANDRADE E SOUZA, a partir de 05 de janeiro a 31 de dezembro de 2021.

Rancho Queimado, em 11 de fevereiro de 2021.

CLECI APARECIDA VERONEZI  
Prefeita Municipal

**RESOLUÇÃO 13 - APROVA RELATÓRIO 2019**

Publicação N° 2867607

CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO  
DE INTERESSE SOCIAL – RANCHO QUEIMADO/SC  
RESOLUÇÃO Nº. 013/ 2021  
Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Aprova o Relatório de Gestão do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FHIS, do Município de Rancho Queimado/SC, referente ao ano de 2019.

O CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE RANCHO QUEIMADO/SC, nomeados através da Portaria nº190/2019 e na forma do Decreto Municipal nº 2480/2019, e dos artigos 5º e 7º da Lei Municipal nº 1743 de 16 de julho de 2019, RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado, na forma do Anexo, o Relatório de Gestão do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FHIS, do Município de Rancho Queimado/SC referente ao ano de 2019.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rancho Queimado/SC, em 17 de fevereiro de 2021.

MECLET MARIA KAISER  
Presidente do Conselho

## **RESOLUÇÃO 14 - APROVA RELATÓRIO 2020**

Publicação N° 2867610

CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO  
DE INTERESSE SOCIAL – RANCHO QUEIMADO/SC

RESOLUÇÃO N°. 014/ 2021

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Aprova o Relatório de Gestão do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FHIS, do Município de Rancho Queimado/SC, referente ao ano de 2020.

O CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE RANCHO QUEIMADO/SC, nomeados através da Portaria nº190/2019 e na forma do Decreto Municipal nº 2480/2019, e dos artigos 5º e 7º da Lei Municipal nº 1743 de 16 de julho de 2019, RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado, na forma do Anexo, o Relatório de Gestão do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FHIS, do Município de Rancho Queimado/SC referente ao ano de 2020.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rancho Queimado/SC, em 17 de fevereiro de 2021.

MECLET MARIA KAISER  
Presidente do Conselho



# Rio das Antas

## PREFEITURA

### RESUMO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO 0001/2021-PMRA

Publicação Nº 2868317

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO Nº 0001/2021/PMRA - ELETRÔNICO

O Prefeito Municipal de Rio das Antas, comunica a quem possa interessar que realizar-se-á Processo Licitatório nº 0007/2021-PMRA na modalidade de PREGÃO nº 0001/2021/PMRA - ELETRÔNICO. A abertura/julgamento do presente processo será no dia 03/03/2021 as 09:00 horas, através do Sistema de Pregão na Forma Eletrônica. Modo de disputa: ABERTO. Tendo como Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORES EM TRANSPORTE ESCOLAR de alunos matriculados nas unidades de ensino da rede pública Municipal e Estadual do Município de Rio das Antas - SC, com fornecimento de 17 (dezessete) monitores para as rotas de transporte escolar realizados com veículos terceirizados e veículos próprios, E ainda, prestação de serviço com fornecimento de 10 (dez) ATENDENTES DE NORMAS, FISCALIZAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO do Covid-19, para atuarem nas Escolas e nas Creches da rede Municipal de Ensino (sendo 2 atendentes por escolas), para o período inicial de 4 (quatro) meses, ou seja até 30 de junho de 2021. Tudo conforme as normas vigentes no país e as condições estabelecidas no edital completo.

TIPO DE JULGAMENTO: Menor Preço Unitário (por item).

O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões, ([www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)).

BASE LEGAL: Lei 10.024/19, Lei 8.666/93, LC 123/06 e Decretos Municipais nºs 32/2007 e 23/2020.

DEMAIS INFORMAÇÕES: Setor de licitações, de Segunda a Sexta, em horário de expediente, ou pelo e-mail [licita@riodasantas.sc.gov.br](mailto:licita@riodasantas.sc.gov.br) ou Telefone (49) 3564-0125, Ramal 202.

Rio das Antas (SC), 16 de Fevereiro de 2021. João Carlos Munaretto - Prefeito Municipal

# Rio do Campo

## PREFEITURA

### **180 PORTARIA Nº 180 NOMEIA LUCIANA APARECIDA DE GOIS PARA EXERCER O CARGO TEMPORARIO DE AUXILIAR OPERACIONAL ESCOLAR**

Publicação Nº 2868618

Portaria nº. 180, de 17 de Fevereiro de 2021.

“ Dispoe sobre Contratação de LUCIANA APARECIDA DE GOIS, admissão em caráter temporário - ACT”.

Vidal Balak, Prefeito em exercício do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e em razão de aprovação obtida no Processo Seletivo Simplificado aberto pelo edital 02/2019,

#### RESOLVE

Art. 1º- Contratar, a partir do dia 17 de Fevereiro de 2021, LUCIANA APARECIDA DE GOIS, admissão de caráter temporário, para exercer o cargo de AUXILIAR OPERACIONAL ESCOLAR, 40 horas semanais, nível II, do quadro geral de cargos de Provimento Efetivo, anexo III, da Lei nº 1.570, de 02 de janeiro de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a partir de 17 de Fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, em 17 de fevereiro de 2021.

Vidal Balak

Prefeito Municipal

Vânia Fabiane Kohut Baldo

Secretária de Administração e Finanças

### **181 PORTARIA Nº181 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR MAURO HACKBARTH**

Publicação Nº 2868623

Portaria nº. 181 de 17 de Fevereiro de 2021.

“Concede Férias ao Servidor MAURO HACKBARTH.

Vidal Balak, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994,

#### RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor MAURO HACKBARTH, Matrícula 34228-03, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 05/07/2019 a 04/07/2020, tendo como período de gozo: 17 de fevereiro a 18 de março de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, em 05 de fevereiro de 2021.

Vidal Balak

Prefeito Municipal

Vânia Fabiane Kohut Baldo

Secretária de Administração e Finanças

### **182 PORTARIA Nº 182 NOMEIA JOSIMAR IGNACZUK PARA EXERCER O CARGO TEMPORARIO DE MOTORISTA**

Publicação Nº 2868716

Portaria nº. 182, de 17 de Fevereiro de 2021.

“ Dispoe sobre Contratação de JOSIMAR IGNACZUK, admissão em caráter temporário - ACT”.

Vidal Balak, Prefeito em exercício do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e em razão de aprovação obtida no Processo Seletivo Simplificado aberto pelo edital 02/2019,

#### RESOLVE

Art. 1º- Contratar, a partir do dia 18 de Fevereiro de 2021, JOSIMAR IGNACZUK, admissão de caráter temporário, para exercer o cargo de MOTORISTA, 40 horas semanais, nível VIII, do quadro geral de cargos de Provimento Efetivo, anexo III, da Lei nº 1.570, de 02 de janeiro

de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, em 17 de Fevereiro de 2021.

Vidal Balak

Prefeito Municipal

Vânia Fabiane Kohut Baldo

Secretária de Administração e Finanças

## CÂMARA MUNICIPAL

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 01-2021

Publicação Nº 2867459

#### RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 01-2021

A CAMARA MUNICIPAL DE VERADORES DE RIO DO CAMPO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua 29 de dezembro, 70, Sala 01, Centro, Rio do Campo, CNPJ sob o nº 07.776.936/0001-58 e de outro lado a empresa INFO DIGITALE, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua Ernesto Prada, nº 280, bairro Vila Nova na cidade de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 86.731.494/0001-08. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Sistema de informática GEDOC (Administrativo LE) - O objeto do presente contrato é a locação de Sistema de informática GEDOC (Gerenciador eletrônico de Documentos) sob a forma de licença de uso, não exclusiva, em ambiente Windows. O sistema destina-se ao gerenciamento eletrônico e digitalização dos seguintes documentos administrativos (Atas das Sessões, Audiências Públicas, Certidões, Contratos, Convênios, Ofícios / Correspondências enviadas e recebidas, Decretos, Editais, Emendas, Indicações, Lei Orgânica, Medidas Provisórias, Moções, Pareceres, Parecer Jurídico, Pedidos de Informação, Proposição / Pedido de Providências, Projetos de Lei / Leis, Portarias, Protocolo, Relatório de Controle Interno, Requerimentos, Resoluções, Subemendas e Vetos) com o devido acompanhamento de todas as suas fases processuais, de forma ordenada, possibilitando a pesquisa e a visualização de todas as peças e o seu armazenamento digital;

1.2 – Publicação e Hospedagem da Legislação (gedocNet LE) - Hospedagem da base de dados, das imagens digitalizadas no formato PDF e das redações no formato DOC e ou HTML das Leis Municipais (Ordinárias e Complementares), Decretos, Portarias, Resoluções e Atas no Servidor Web da CONTRATADA, as Indicações, Moções, Pedidos de Informação e Requerimentos serão publicadas apenas com a Base de dados e as devidas redações, possibilitando a pesquisa da referida legislação no domínio [www.legislacaomunicipal.com](http://www.legislacaomunicipal.com) e permitindo link de um formulário de consulta para a página de internet da CONTRATANTE.

§ 1º – O espaço em disco no servidor web da CONTRATADA referente ao item 1.2 é limitado a 4000Mb (quatro mil megabytes), caso haja necessidade de espaço adicional o mesmo será cobrado a parte conforme tabela de valores vigente.

1.3 - Sistema de Informática GEDOC CAMERA - Locação do Sistema de informática GEDOC CAMERA (gerenciador da câmera robotizada e transmissão das sessões) sob a forma de licença de uso, não exclusiva, em ambiente Windows. O sistema destina-se ao controle de câmeras robotizadas (PTZ - speed dome) focando todos os vereadores ao mesmo tempo ou cada vereador independente, gerando vídeos de alta qualidade (HD ou Full HD) com opções de legendas, sobreposição de imagens e integração e licenciamento (caso seja necessário) com softwares livres para Gravação ou Transmissão ao Vivo no facebook ou youtube com aspecto profissional juntamente com uma câmera IP PTZ – speed dome com zoom óptico de até 15x e computador com placa de vídeo dedicada apto a receber as imagens da câmera;

1.3.1 – Locação de equipamentos de gravação e transmissão de vídeo com as seguintes características;

a) Câmera Full HD robotizada com posicionamento pré-definido e controle PTZ digital através de software;

b) Microcomputador completo (gabinete, fonte, memória, hd, placa de vídeo dedicada com no mínimo 1gb de memória, teclado e mouse), com capacidade para receber, gravar e transmitir as sessões;

1.3.2 – Serviços de implantação e instalação do sistema e dos equipamentos serão realizados pela Contratada nas dependências da Contratante no início da vigência do presente termo e receberá pelos serviços o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) da contratante até o final do mês de janeiro de 2021 mediante apresentação de nota fiscal de serviços.

1.4 – Manutenção legal e corretiva necessária ao aprimoramento dos itens deste objeto, durante o período contratual conforme Cláusula Oitava deste contrato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 – O presente contrato terá sua vigência até 31/12/2021.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 – O valor total do presente contrato é de R\$ 13,337,64 (treze mil trezentos e trinta e sete reais e sessenta e quatro centavos) e será pago pela CONTRATANTE a CONTRATADA em 12 (doze) parcelas iguais e mensais de R\$ 1.111,47 (hum mil cento e onze reais e quarenta e sete centavos), sendo R\$ 385,99 pelo item 1.1, R\$ 76,48 pelo item 1.2 e R\$ 649,00 pelo item 1.3 da cláusula primeira deste contrato.

3.2 – Pela prestação de serviços de suporte técnico, não coberto pela manutenção (Cláusula Oitava deste contrato), será pago o valor de R\$ 117,00 (cento e dezessete reais) a hora técnica, acrescidos de despesas de deslocamento no valor de R\$ 1,17 (um real e dezessete centavos) o KM rodado, mais despesas de estadia no valor de R\$ 166,00 (cento e sessenta e seis reais) ao dia, quando exigir a presença do técnico por mais de 5 horas.

Rio do Campo (SC), em 04 de janeiro de 2021.

Câmara de Vereadores de Rio do Campo Info Digitalle

JEAN CARLOS LEITE Contratada - José da Silva

Contratante/Presidente

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2018**

Publicação Nº 2867413

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2018**

Termo Aditivo que entre si celebram a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO DO CAMPO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 05.160.525/0001-08 e a empresa IPM Sistemas LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.258.027/0003-03, com sede administrativa na Avenida Trompowsky, 354, 7º andar, bairro Centro, município de Florianópolis, estado de Santa Catarina: O prazo da vigência do Contrato em referência fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, nos termos do Art. 57, inciso IV, da Lei 8.666/93 e suas alterações, tendo vigência de 04 de novembro de 2020 até 03/11/2021. De acordo com a Cláusula Segunda, item 2.2, ficam reajustados os valores do presente contrato pelo índice INPC/IBGE, no valor percentual de 3,89%.

Rio do Campo, 16 de outubro de 2020.  
DIOMAR SADLOWSKI ALDO LUIZ MEES  
PRESIDENTE DA CÂMARA IPM SISTEMAS LTDA  
DE VEREADORES Contratada  
RIO DO CAMPO – SC.  
Contratante

# Rio do Oeste

## PREFEITURA

### PORTARIA 8588\_RETIFICADA

Publicação Nº 2867745

PORTARIA Nº 8588 DE 29 DE JANEIRO DE 2021

Nomeia Fabiana Pisetta para o Cargo em Comissão de Diretor de Departamento de Vigilância em Saúde.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Lei nº 1720/2007 e suas alterações,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Fabiana Pisetta, Cpf n. 831.629.339-00, para o cargo em comissão de Diretor de Departamento de Vigilância em Saúde, nível DAS-2, na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste, 29 de janeiro de 2021.

ARNILDO FERRARI

Prefeito Municipal

### PORTARIA 8614

Publicação Nº 2867728

PORTARIA Nº 8614 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

Concede Licença Para Repouso à Servidora Gestante.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e de acordo com o art. 146, § 1º do Regime Jurídico dos Servidores Públicos, instituído pela Lei Complementar nº 21/2006 e suas alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder Licença Para Repouso a Gestante, à servidora Camila Bonin, matrícula 66273-00, ocupante do cargo de Professora, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo prazo de 180 dias, de 11 de fevereiro de 2021 até 09 de agosto de 2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste, 17 de fevereiro de 2021.

ARNILDO FERRARI

Prefeito Municipal

ALMIR SCHMITZ

Secretário de Administração e Fazenda

DEISE CRISTINA BUSARELLO FELIX LEITE

Secretária de Educação e Cultura

### PORTARIA 8615

Publicação Nº 2869488

PORTARIA Nº 8615 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021

Exonera Servidora a pedido.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO Requerimento sob Protocolo nº 319/2021,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a pedido a servidora Nadir Negherbon, matrícula 47899-02, do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, na Secretária Municipal de Educação e Cultura em 10 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta portaria entra vigor a partir da data de sua publicação.

Rio do Oeste, 18 de fevereiro de 2021.  
ARNILDO FERRARI  
Prefeito Municipal

ALMIR SCHMITZ  
Secretário de Administração e Fazenda

DEISE CRISTINA BUSARELLO FELIX LEITE  
Secretaria de Educação e Cultura

## PROCESSO 019/2021 - PNEUS

Publicação Nº 2869491

MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE / SC. AVISO DE EDITAL. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2021 – PREGÃO PRESENCIAL 010/2021 – TIPO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PNEUS, tendo em vista que alguns itens tornaram-se CANCELADOS quando da abertura do Processo Licitatório nº 052/2020. Recebimento dos envelopes: até as 08:00 horas do dia 02/03/2021. Credenciamento: Após o prazo de entrega dos documentos. Abertura dos envelopes de Proposta de Preços para digitação: após o credenciamento. A íntegra do Edital está no site: <https://riodooeste.atende.net>, no link "consulta de licitações". A proposta deverá ser apresentada na forma digital diretamente no portal do Município de Rio do Oeste, no endereço eletrônico: <https://riodooeste.atende.net/#!/tipo/servico/valor/9/padrao/1> e selecionar o respectivo Processo Licitatório. Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261 ou endereço eletrônico: [comprasrdo@gmail.com](mailto:comprasrdo@gmail.com) e/ou [licita@riodooeste.sc.gov.br](mailto:licita@riodooeste.sc.gov.br)  
Rio do Oeste, 18 de fevereiro de 2021.

Arnildo Ferrari  
Prefeito

## PROCESSOS 016, 017 E 018 /2021

Publicação Nº 2867730

MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE / SC - DISPENSA Nº 005/2021 – PROCESSO Nº 016/2021. O Prefeito de Rio do Oeste/SC torna público a Dispensa de Licitação cujo Objeto é a Contratação dos serviços para realização de entregas de merenda escolar. Fornecedor: Z DA SILVA, inscrito no CNPJ nº 11.938.473/0001-50. O valor referente a cada entrega será de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), tendo por estimativa até o mês de dezembro de 2021, estimando-se a quantidade de 42 (quarenta e duas) entregas, sendo estimado o valor total de R\$ 14.700,00 (catorze mil e setecentos reais). Fundamento Jurídico: Artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666/93. Dotação Orçamentária da Secretaria Municipal da Secretaria de Educação referente ao orçamento de 2021..A íntegra do Edital está no site: <https://riodooeste.atende.net>, no link "consulta de licitações". Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261.  
Rio do Oeste/SC, 17 de fevereiro de 2021.

Arnildo Ferrari  
Prefeito

MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE / SC - DISPENSA Nº 006/2021 – PROCESSO Nº 017/2021. O Prefeito de Rio do Oeste/SC torna público a Dispensa de Licitação cujo Objeto é a Objeto: Aquisição de máscaras para escolas e centros de educação infantil do Município de Rio do Oeste, dessa forma serão adquiridos, com base em três orçamentos. Diante do exposto, justifica a compra por meio desta dispensa de licitação. Dos valores: O valor total estimado é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Fornecedor: HARIS SCOTTINI, inscrita no CNPJ nº 14.904.282/0001-66. Fundamento Jurídico: Artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666/93. Dotação Orçamentária da Secretaria Municipal da Secretaria de Educação referente ao orçamento de 2021..A íntegra do Edital está no site: <https://riodooeste.atende.net>, no link "consulta de licitações". Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261.  
Rio do Oeste/SC, 17 de fevereiro de 2021.

Arnildo Ferrari  
Prefeito

MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE / SC - DISPENSA Nº 007/2021 – PROCESSO Nº 018/2021. O Prefeito de Rio do Oeste/SC torna público a Dispensa de Licitação cujo Objeto é a Contratação do Serviço de Transporte de Escolares das Redes Municipal e Estadual de Ensino, pelos motivos expostos na Requisição nº 021/2021, emitida pela Secretaria de Educação e Cultura. Fornecedor: JRH TRANSPORTE LTDA ME, inscrito no CNPJ sob nº 04.472.710/0001-75. O valor será de R\$ 16.195,20 (dezesseis mil, cento e noventa e cinco reais e vinte centavos). O presente contrato tem sua vigência a partir da data de sua assinatura, vencendo até a data de homologação do novo processo licitatório, o qual será instaurado brevemente após a publicação desta Dispensa. Fundamento Jurídico: Artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666/93. Dotação Orçamentária da Secretaria Municipal da Secretaria de Educação referente ao orçamento de 2021..A íntegra do Edital está no site: <https://riodooeste.atende.net>, no link "consulta de licitações". Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261.  
Rio do Oeste/SC, 17 de fevereiro de 2021.

Arnildo Ferrari  
Prefeito

**CÂMARA MUNICIPAL****CONVITE PARA AUDIÊNCIA 23/02**

Publicação Nº 2867628

**CONVITE PARA AUDIENCIA PÚBLICA**

A Câmara Municipal convida a Comunidade Rioestense para acompanhar a Audiência Pública, a ser realizada no dia 23 de fevereiro de 2021, terça-feira, a partir das 17 horas, ao vivo na rede social Facebook da Câmara Municipal.

Na oportunidade será feita a Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orcamentárias, referente ao terceiro quadrimestre de 2020.

Legislação:

Lei Complementar n. 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.



# Rio do Sul

## PREFEITURA

### ADITIVO Nº 010/2021/FMS

Publicação Nº 2869516

1º TERMO ADITIVO Nº 010/2021/FMS – DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 046/2020/FMS, REFERENTE A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS DE EXAMES POR PCR COVID-19, QUE CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL E O SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI/SC – RIO DO SUL.

Aos dez (10) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e vinte e um (2021), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, inscrito no CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, com sede na Rua Tuiuti, nº154, Centro, neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. ROBERTA HOCHLEITER, ora denominada CONTRATANTE, e o Serviço Social da Indústria – SESI/SC – Rio do Sul, com sede na Rua Prefeito Wenceslau Borini, nº 2690, bairro Santa Galo, na cidade de Rio do Sul - SC, CEP 89.163-026, inscrita no CNPJ/MF sob n. 03.777.341/0088-17, representada neste ato por seu Gerente Executivo Regional, o Sr. GIOVANE HONORATO DE CARVALHO, portador do CPF n. 037.140.849-08, doravante designada CONTRATADA, resolvem nos termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas na Dispensa de Licitação 042/2020/FMS, e no Contrato original de Prestação de Serviços nº 046/2020/FMS, datado de 03 de setembro de 2020, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no Artigo 4º-H, da Lei nº 13.979/2020 e alterações posteriores. Justificada através da solicitação do Gabinete da Secretaria de Saúde, datada de 03 de fevereiro de 2021.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Segunda, Subitem 2.1 do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 6 (seis) meses, a contar de 03 março de 2021 e se encerrando em 02 de setembro de 2021, conforme o Memorando nº 190/2021 GAB/SEC.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL  
ROBERTA HOCHLEITNER  
CONTRATANTE

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI/SC – RIO DO SUL  
GIOVANE HONORATO DE CARVALHO  
CONTRATADA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2021/FMD

Publicação Nº 2867714


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS**

 RUA PRINCESA ISABEL - S/N | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-000  
 Fone: (047) 35217410 | CNPJ: 79.369.757/0001-07  
 e-mail: eventos@fmdriodosul.com.br

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.1/2021

Pregão Eletrônico Nº 1/2021/FMD

Validade: 12 meses

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um o **MUNICÍPIO DE RIO DO SUL**, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE DESPORTOS, pessoa jurídica de direito público, situado na PRINCESA ISABEL Nº. S/N, CANOAS, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 79.369.757/0001-07, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1/2021, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE COLCHÕES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS., pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Eletrônico, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP	24.537.945/0001-05
INDUSTRIA E COMERCIO COLCHOES ORTHOVIDA LTDA	07.628.070/0001-38
CONFIANCA COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	29.000.107/0001-11
MONARCA COMERCIAL LTDA	35.901.437/0001-80
JOAO CARLOS LOPES OKUYAMA	14.037.880/0001-85
TOP HOUSE COMERCIO E FABRICACAO DE COLCHOES EIRELI	37.652.650/0001-21

**CLÁUSULA I – DO OBJETO**

1. **CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE COLCHÕES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS.**, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da FMD, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 3037819 - JOAO CARLOS LOPES OKUYAMA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Colchão para solteiro; Tipo espuma selada; Medindo (78x14x188)cm = (LxAxC); Com densidade de D20; Revestido em tecido 51% Viscose e 49% Poliéster bordado; Com tratamento antiácaro, antialérgico, antifungo, antibacteriano; Com bordas em matelasse; Fabricado de acordo com as normas vigentes; Com prazo de garantia de no mínimo 12 meses; Acondicionado de forma adequada; Os produtos deverão possuir registro no INMETRO, conforme PORTARIA nº 349, de 09 de julho de 2015.	UND	VITTALEX	100,00000	R\$269,9000	R\$26.990,0000
Total do Fornecedor:						R\$26.990,0000
Total Geral dos Itens:						R\$26.990,0000

1.1. **CONSUMO MÉDIO:** O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$26.990,00 (vinte e seis mil e novecentos e noventa)

Rio do Sul (SC), 16 de Fevereiro de 2021

\_\_\_\_\_  
 JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
 CPF: 054.215.249-57  
 Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
 JOAO CARLOS LOPES OKUYAMA  
 CONTRATADA

**DECRETO Nº 9680, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2867649

DECRETO Nº 9680, de 16 de fevereiro de 2021.

"REVOGA O PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021/FMS, de 27.01.2021."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Orgânica do Município, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Artigo 49, e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica revogado o processo licitatório representado pelo Edital de Pregão Presencial nº 004/2021/FMS, de 27 de janeiro de 2021.

Parágrafo único – Atendendo aos interesses do Município, declaro revogado o Edital de Pregão Presencial nº 004/2021/FMS, de 27.01.2021, com base no despacho anexo ao processo, para que produza os efeitos legais nos termos do Artigo 49, da Lei 8.666/93, em sua atual redação. Ato motivado por não haver nenhum licitante interessado, restando o mesmo deserto.

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

16 de fevereiro de 2021.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 9681, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2867653

DECRETO Nº 9681, de 16 de fevereiro de 2021.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003.2021/FMS, DE 27.01.2021".

O Prefeito em Exercício do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei complementar Federal nº 123/2006, /2020 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 9528, de 16 de dezembro de 2020, o resultado do Edital de Pregão Eletrônico nº 003/2021/FMS, de 27.01.2021, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

ELBER INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LTDA.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

16 de fevereiro de 2021.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 9681/2021

Pregão Presencial: Nº 003/2021/FMS, de 27.01.2021

Objeto da Licitação:

REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE CÂMARAS PARA CONSERVAÇÃO DE VACINAS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL/SC CONFORME O EDITAL E SEUS ANEXOS.

Decisão: Pelo critério de menor preço por item, o pregoeiro declarou vencedor o licitante:

ELBER INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LTDA.

**DECRETO Nº 9682, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2867655

DECRETO Nº 9682, de 16 de fevereiro de 2021.

"HOMOLOGA PROCESSO DE EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2021, DE 17.02.2021".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições:

DECRETA:

Art. 1º-	Fica homologado o processo de Edital de Dispensa de Licitação nº 024/2021, Fundamento Legal: Art. 24º, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/1993, e Art. 2º, parágrafo primeiro, inciso III, da Lei 11.107/05.
	Parágrafo único – CONTRATAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTITARIFÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI (CIM-AMAVI), ATRAVÉS DE CONTRATO DE PROGRAMA, E DE RATEIO, VISANDO A DISPONIBILIZAÇÃO DE SERVIÇOS FORNECIDOS PELO CONSÓRCIO. CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTITARIFÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI (CIM-AMAVI) CNPJ: 14.695.989/0001-00. CUSTO APROXIMADO: R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos mil reais).
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

16 de fevereiro de 2021.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**PORTARIA N. 0129/DGP DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2867307

PORTARIA N. 0129/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 02/02/2021 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 019/2020, designada pela Portaria n. 0579/DGP de 27 de maio de 2020 (publicada no DOM em 28/05/2020), para conclusão da Instrução da Sindicância Administrativa n. 019/2020.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309/2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 007/SA/019/2020, de 23 de dezembro de 2020, devido a necessidade de prazo para os trabalhos de instrução dos autos em razão da complexidade do processo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 12 de fevereiro de 2021.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lso

**PORTARIA N. 0130/DGP DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2867297

PORTARIA N. 0130/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 02/02/2021 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 010/2020, designada pela Portaria n. 0569/DGP de 27 de maio de 2020 (publicada no DOM em 28/05/2020), para conclusão da Instrução da Sindicância Administrativa n. 010/2020.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309/2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 007/SA/010/2020, de 23 de novembro de 2020, devido a necessidade de prazo para os trabalhos de instrução dos autos em razão da complexidade do processo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 12 de fevereiro de 2021.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lso

## **PORTARIA N. 0131/DGP DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2867290

PORTARIA N. 0131/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 02/02/2021 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 005/2020, designada pela Portaria n. 0564/DGP de 27 de maio de 2020 (publicada no DOM em 28/05/2020), para conclusão da Instrução da Sindicância Administrativa n. 005/2020.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309/2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 007/SA/005/2020, de 23 de dezembro de 2020, devido a necessidade de prazo para os trabalhos de instrução dos autos em razão da complexidade do processo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 12 de fevereiro de 2021.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lso

## **PORTARIA N. 0132/DGP DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2867276

PORTARIA N. 0132/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 13/12/2020 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 039/2020, designada pela Portaria n. 0970/DGP de 11 de setembro de 2020 (publicada no DOM em 15/09/2020), para conclusão da Instrução da Sindicância Administrativa n. 039/2020.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309/2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 003/SA/039/2020, de 14 de dezembro de 2020, devido a necessidade de prazo para os trabalhos de instrução dos autos em razão da complexidade do processo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 12 de fevereiro de 2021.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lso

## **PORTARIA N. 0133/DGP DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2867274

PORTARIA N. 0133/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 13/12/2020 à Comissão de Sindicância Administrativa

n. 038/2020, designada pela Portaria n. 0969/DGP de 11 de setembro de 2020 (publicada no DOM em 15/09/2020), para conclusão da Instrução da Sindicância Administrativa n. 038/2020.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309/2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 003/SA/038/2020, de 13 de dezembro de 2020, devido a necessidade de prazo para os trabalhos de instrução dos autos em razão da complexidade do processo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 12 de fevereiro de 2021.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lso

4

## **PORTARIA N. 0134/DGP DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2867271

PORTARIA N. 0134/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 13/12/2020 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 037/2020, designada pela Portaria n. 0968/DGP de 11 de setembro de 2020 (publicada no DOM em 15/09/2020), para conclusão da Instrução da Sindicância Administrativa n. 037/2020.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309/2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 003/SA/037/2020, de 14 de dezembro de 2020, devido a necessidade de prazo para os trabalhos de instrução dos autos em razão da complexidade do processo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 12 de fevereiro de 2021.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lso

## **PORTARIA N. 0138/DGP DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2867278

PORTARIA N. 0138/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 13/12/2020 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 036/2020, designada pela Portaria n. 0966/DGP de 10 de setembro de 2020 (publicada no DOM em 14/09/2020), para conclusão da Instrução da Sindicância Administrativa n. 036/2020.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309/2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 003/SA/036/2020, de 14 de dezembro de 2020, devido a necessidade de prazo para os trabalhos de instrução dos autos em razão da complexidade do processo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 12 de fevereiro de 2021.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lso



**PORTARIA Nº 005 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2867588

PORTARIA Nº. 005 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2021.

"RETIFICA A PORTARIA DE Nº. 004 DE 25 DE DEZEMBRO DE 2020, QUE CONCEDE PENSÃO À SRA. ROSELI PRADA E O SR. ARTHUR PRADA FRONZA MARIA NELI DOS SANTOS"

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL – ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 104, da Lei Complementar n. 432 de 04 de Outubro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - A Portaria de nº 004 de 25 de Dezembro de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"CONCEDE PENSÃO À SRA. ROSELI PRADA E O SR. ARTHUR PRADA"

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL – ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 104, da Lei Complementar n. 432 de 04 de Outubro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1ª Fica concedido a partir de 23 de Dezembro de 2020, pensão por morte a Sra. ROSELI PRADA, brasileira, solteira, portadora do RG n. 7/R 2.914.666 e inscrita no CPF n. 821.619.929-53, e ao Sr. ARTHUR PRADA FRONZA, brasileiro, menor, portador do RG n. 6.906,098, e inscrito no CPF sob o n. 119.029.939-39, ambos residentes e domiciliados na Rua Ladeira Araranguá, s/n., Bairro Laranjeiras, Rio do Sul, SC., na qualidade de companheira e filho do servidor público municipal aposentado Sr. EDSON LUIS FRONZA, falecido em 23/12/2020.

Art. 2º - Mantidas as demais cominações da Portaria 004 de 25 de Dezembro de 2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de Fevereiro de 2021.

RAMIRO DE LIZ E SOUZA

Presidente do Conselho de Administração do Rio do Sul PREV

VALDENIR BORGES RIBEIRO

Diretor Executivo do Rio do Sul PREV

**PORTARIA Nº 006 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2867545

PORTARIA Nº. 006 de 16 de Fevereiro de 2021.

"CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A SRA. GERTRUDES WHRMEISTER."

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL – ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 104, da Lei Complementar n. 432 de 04 de Outubro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição - Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/05 – Fórmula 85/95 a Sra. GERTRUDES WHRMEISTER, brasileira, casada, funcionária pública, portadora do RG n. 1.221.861 e inscrita no CPF n. 901.611.499-87, residente e domiciliada na Rua Princesa Isabel, 667, apto 202, Bairro Canoas, Rio do Sul, SC., no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, nível B-I, com proventos Integrais ao tempo de contribuição, e paridade, a partir de 01/03/2021.

Art. 2º - A aposentadoria é concedida em conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 53 da Lei Complementar nº 432/2019 de 04/10/2019, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/01/2002, e Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/05 – Fórmula 85/95.

Art. 3º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE.

Art. 4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/03/2021.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Sul, 16 de Fevereiro de 2021.

RAMIRO DE LIZ E SOUZA

Presidente do Conselho de Administração do Rio do Sul PREV

VALDENIR BORGES RIBEIRO

Diretor Executivo do Rio do Sul PREV



**PORTARIA Nº 007 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2867577

PORTARIA Nº. 007 de 16 de Fevereiro de 2021.

"CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE A MARGARET ODEBRECHT."

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL – ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 104, da Lei Complementar n. 432 de 04 de Outubro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a aposentadoria voluntária por Idade - Art.40, § 1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal a Sra. MARGARET ODEBRECHT, brasileira, solteira, servidora pública, portadora da C.I. n. 433.412 SSP/SC e inscrita no CPF n. 449.505.439-20, residente e domiciliada na Rua Expedicionário Nardelli, 372, Bairro Centro, Rio do Sul, SC., no cargo de Professora, nível E-I, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição a partir de 01/03/2021.

Art. 2º - A aposentadoria é concedida em conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 32 da Lei Complementar nº 432/2019 de 04/10/2019, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/01/2002, e artigo 40, §1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal

Art. 3º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE.

Art. 4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/03/2021.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Sul, 16 de Fevereiro de 2021.

RAMIRO DE LIZ E SOUZA

Presidente do Conselho de Administração do Rio do Sul PREV

VALDENIR BORGES RIBEIRO

Diretor Executivo do Rio do Sul PREV

**PORTARIA Nº 008 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2867578

PORTARIA Nº. 008 de 16 de Fevereiro de 2021.

"CONCEDE PENSÃO POR MORTE À SRA MARLENE FERMINO CIMARDI"

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL – ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 104, da Lei Complementar n. 432 de 04 de Outubro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1ª - Fica concedido a partir de 30/01/2021, pensão por morte a Sra. MARLENE FERMINO CIMARDI, brasileira, viúva, portadora do RG n. 1.030.385 e inscrita no CPF n. 480.968.229-34, residente e domiciliada na Rua José Valiatti, s/n, Bairro Santa Rita, Município de Rio do Sul, SC., na qualidade de cônjuge o servidor público municipal Sr. CARLOS ADÃO CIMARDI, falecido em 30/01/2021, Motorista de Caminhão.

Art 2º - Em conformidade com o Art. 40, § 7º, inciso I da CF/88 com a redação dada pela EC. n. 41/2003, a pensão corresponderá ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito.

Art. 3º - Os proventos da pensão serão revistos pelo índice e na data do reajuste dos benefícios vinculados ao Regime Geral da Previdência Social.

Art. 4º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Sul, 16 de Fevereiro de 2021.

RAMIRO DE LIZ E SOUZA

Presidente do Conselho de Administração do Rio do Sul PREV

VALDENIR BORGES RIBEIRO

Diretor Executivo do Rio do Sul PREV

**PORTARIA Nº 009 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2867579

PORTARIA Nº. 009 de 16 de Fevereiro de 2021.

"CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE AO SR. CELSO CORREIA DOS SANTOS."

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL – ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 104, da Lei Complementar n. 432 de 04 de Outubro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a aposentadoria voluntária por Idade - Art.40, § 1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal ao Sr. CELSO CORREIA DOS SANTOS, brasileiro, casado, servidor público, portador da C.I. n. 2.917.323 SSP/SC e inscrito no CPF n. 826.992.839-91, residente e domiciliado na Rua Porto União, 156, Bairro Canoas, Rio do Sul, SC, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível B-I, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição a partir de 01/03/2021.

Art. 2º - A aposentadoria é concedida em conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 32 da Lei Complementar nº 432/2019 de 04/10/2019, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/01/2002, e artigo 40, §1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal

Art. 3º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE.

Art. 4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/03/2021.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Sul, 16 de Fevereiro de 2021.

RAMIRO DE LIZ E SOUZA

Presidente do Conselho de Administração do Rio do Sul PREV

VALDENIR BORGES RIBEIRO

Diretor Executivo do Rio do Sul PREV

**RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 014/2021/FMS**

Publicação Nº 2867774

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 014/2021/FMS Pregão Eletrônico Nº 02/2021/FMS Validade: 06 meses

Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na TUIUTI Nº. 154, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 10.469.199/0001.55, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/2021, RESOLVE registrar os valores para eventual aquisição parcelada de testes rápidos, com a finalidade de prevenção e enfrentamento à pandemia, a fim de atender as necessidades da Secretaria de Saúde do município de Rio do Sul/SC, pelo período de 06 meses, conforme consta no Anexo do Edital do(a) Pregão Eletrônico, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02
LANG E FILHOS MATERIAL HOSPITALAR LTDA	33.175.084/0001-53
TAICHI COMERCIO INTERNACIONAL EIRELI	21.349.701/0001-00
WAMA PRODUTOS PARA LABORATORIO LTDA	66.000.787/0001-08
HERA MEDICAL REPRESENTACOES, COMERCIO E SERVICOS LTDA	28.655.764/0001-34

**CLÁUSULA I – DO OBJETO**

1. CONTRATAÇÃO: registro de preços para eventual aquisição parcelada de testes rápidos, com a finalidade de prevenção e enfrentamento à pandemia, a fim de atender as necessidades da Secretaria de Saúde do município de Rio do Sul/SC, em um prazo que se estende até 6 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 3029964 - WAMA PRODUTOS PARA LABORATORIO LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Kit de Testes rápidos qualitativos para detecção de anticorpos IgG e IgM anti-COVID19 por meio de amostra: soro, plasma e sangue total capilar obtida por punção digital. Metodologia: imunocromatografia Sensibilidade mínima de 90% e especificidade mínima de 98%. Validade mínima de 6 meses. O modelo de teste deverá ser autorizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e possuir registro válido. Laudo do INCQS.	UND	Wama	7.000,00000	R\$11,8000	R\$82.600,0000
Total do Fornecedor:						R\$82.600,0000



Total Geral dos Itens:

R\$82.600,0000

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 6 meses, em conformidade com a Lei Federal nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, é de R\$82.600,00 (oitenta e dois mil e seiscentos reais). Rio do Sul (SC), 11 de fevereiro de 2021. WAMA PRODUTOS PARA LABORATORIO LTDA

CONTRATADA

ROBERTA HOCHLEITNER

Secretário

CPF: 032.540.729-01

**RESUMO DO CONTRATO N° 004/2021/FMS**

Publicação N° 2867777

RESUMO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS N° 004/2021/FMS

Pregão Eletrônico n° 002/2021/FMS.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul/SC.

Contratada: Wama Produtos para Laboratório LTDA – CNPJ 66.000.787/0001-08.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE TESTES RÁPIDOS.

Quantidade: 7.000 (sete mil) unidades.

Valor unitário: R\$ 11,80 (onze reais e oitenta centavos)

Valor total: R\$ 82.600,00 (oitenta e dois mil e seiscentos reais).

Recurso: 87.02.2059.3390.3950, 87.02.2063.3390.3950, 87.02.2058.3390.3950 e demais dotações conforme orçamento vigente.

Entrega: 5 (cinco) dias úteis após a entrega da Ordem de Compra.

Vigência: 06 (seis) meses.

Fundamento Legal: Art. 4º-G, da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e Art. 8º da Medida Provisória nº 1.026, de 06 de janeiro de 2021.

Rio do Sul/SC, 11 de fevereiro de 2021.

ROBERTA HOCHLEITNER

Secretária Municipal de Saúde

**1º EDITAL DE ALTERAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2021**

Publicação Nº 2867403

**1º EDITAL DE ALTERAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2021**

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE RELÓGIOS PONTO, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE RIO DO SUL/SC.

A **Prefeitura Municipal de Rio do Sul/SC**, torna público e faz saber que, por determinação de seu Prefeito Municipal, Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, procedeu às **seguintes alterações** no edital de Pregão Eletrônico nº 012/2021:

No edital e em qualquer anexo, sobretudo no subitem 2.4.1 do Termo de Referência (anexo II), ALTERA-SE o seguinte:

Onde se lê:

“Certificado pelo Inmetro – Certificado NCC 15.03813 homologado pela Portaria 1.510/2009 Capacidade de armazenamento de digitais mínimo de 15.000 digitais”

Leia-se:

“Certificado INMETRO, homologado pela Portaria nº 1.510/2009, capacidade de armazenamento mínimo de 15.000 digitais”

Fica designada **nova data** para abertura da sessão, que ocorrerá às **08h01min do dia 04/03/2021.**

;

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Rio do Sul, 17 de fevereiro de 2021.

**JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ**  
**Prefeito Municipal**

# Rio dos Cedros

## PREFEITURA

### ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES E JULGAMENTO DA CHAMADA PÚBLICA PROCESSO LICITATORIO Nº 08/2021, AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Publicação Nº 2868602



MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS  
ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL  
CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050  
www.riodosc Cedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodosc Cedros.sc.gov.br  
Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC



#### ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES E JULGAMENTO DA CHAMADA PÚBLICA

**DATA:** 17/02/2020 - **HORA DE INÍCIO:** 9 horas.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO** Nº 08/2021.

**MODALIDADE:** CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021

**OBJETO:** CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, COM DISPENSA DE LICITAÇÃO AMPARADA NO ART. 14, §1º DA LEI Nº 11.947, DE 16 DE JULHO DE 2009, E RESOLUÇÃO CD/FNDE/MEC Nº 06, DE 08 DE MAIO DE 2020.

No dia e horário supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reunidos, em sessão pública na sala de reuniões os membros da Comissão Permanente de Licitações, nomeados pela Portaria nº 033/2021, incumbida de dirigir e julgar o procedimento licitatório tipo dispensa, Chamada Pública, que objetiva a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR, DESTINADOS AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE**. A Chamada Pública foi devidamente publicada na imprensa oficial do Município. O período inicialmente aberto para apresentação dos envelopes contendo a documentação para habilitação e os projetos de venda foi de 25/01/2021 a 17/02/2021. Aberta a sessão, o Presidente da Comissão de Licitação conferiu com os presentes todos os envelopes protocolados para certificar-se de que os mesmos permanecem lacrados, sem nenhum tipo de violação. Protocolaram os envelopes necessários para a realização do certame no Setor de Protocolo e no Setor de Licitações da Prefeitura até o horário estipulado (09h00min horas do dia 17/02/2021) os Fornecedores Individuais, detentores de DAP Física PRONAF: **ANDREIAS CRISTIANO EBERT, WERMER KTIECK, JEFFERFON KRIECK, RANDOLF KRIECK, IRMA GESSNER, IVONEI GESSNER, JEAN HENRIQUE GAULKE, JUCINEI KOSLOSKI, FLAVIO HENCKEMAIER DE SOUZA, ROSA ANGELICA DEMARCHI PEDRON, GLAUCIO KRIESER** e, os Grupos Formais da Agricultura Familiar, detentores de DAP Jurídica: **COOPERATIVA MISTA AGRÍCOLA DE PISCICULTORES – COOMAPEIXE e COOPERATIVA DE AGRICULTORES E FAMILIARES DE LEBON REGIS – COOPERLAF**. Nenhum representante se fez presente na sessão. Dando início aos trabalhos, o presidente da comissão permanente de licitações procedeu a abertura dos envelopes nº 1, contendo os documentos de habilitação exigidos no edital, sendo os mesmos analisados e rubricados por todos os presentes. Todos os documentos encontram-se de acordo sendo todas as licitantes consideradas habilitadas. Na sequência, abriram-se os envelopes contendo os projetos de venda, os quais foram analisados e rubricados por todos os presentes. Elaborou-se o Relatório de fornecedores, com os fornecedores credenciados e seus respectivos itens de interesse e conforme critérios de seleção de beneficiários elencados no item 5 do edital 08/2021. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise da Assessoria Jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

#### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Mikael Felipe Spiess  
Presidente

Ana PaulaGiacomozzi  
Membro

Dionei Zobolli  
Membro



**MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL**  
 CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050  
 www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br  
 Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC



**ANEXO A ATA – RELATÓRIO DE FORNECEDORES Considerando a abertura dos Projetos de Venda, a classificação dos interessados restou conforme abaixo relacionados:**

Itens	Quantidade	Produto	Valor Unitário em R\$	Fornecedores
6	12.036	LEITE INTEGRAL	R\$3,48	COOPERLAF
8	268	ALHO - DE 1ª QUALIDADE	R\$27,91	COOPERLAF
10	2.567	BATATA SALSA	R\$7,79	WERNER KRIECK
11	300	CHUCHU	R\$3,32	ROSA ANGÉLICA DEMARCHI PEDRON
14	3.667	MAÇÃ GALA OU FUJI	R\$6,39	COOPERLAF
18	10.750	BISCOITO SALGADO DE POLVILHO	R\$4,01	COOPERLAF
20	836	FEIJÃO COMUM, CLASSE CORES (CARIOCA OU VERMELHO)	R\$7,18	COOPERLAF
21	1.624	FEIJÃO COMUM, CLASSE PRETO	R\$6,10	COOPERLAF
22	1.585	FILÉ DE PEIXE, TIPO TILÁPIA	R\$36,22	COOMAPEIXE
24	200	ABÓBORA PAULISTA	R\$3,01	ROSA ANGÉLICA DEMARCHI PEDRON
24	1144	ABÓBORA PAULISTA	R\$3,01	RANDOLF KRIECK
25	300	ABOBRINHA ITALIANA	R\$3,43	ROSA ANGÉLICA DEMARCHI PEDRON
25	435	ABOBRINHA ITALIANA	R\$3,43	IRMA GESSNER
26	1101	ALFACE - TIPO AMERICANA, CRESPA OU LISA	R\$2,23	JEAN HENRIQUE GAULKE
26	1102	ALFACE - TIPO AMERICANA, CRESPA OU LISA	R\$2,23	GLAUCIO KRIESER
27	300	BANANA BRANCA	R\$3,43	ROSA ANGÉLICA DEMARCHI PEDRON
28	1700	BANANA COMUM	R\$3,77	ROSA ANGÉLICA DEMARCHI PEDRON
29	1300	BATATA INGLESA	R\$3,92	JEAN HENRIQUE GAULKE
30	350	BETERRABA	R\$2,79	ROSA ANGÉLICA DEMARCHI PEDRON
31	400	BRÓCOLIS	R\$3,90	ROSA ANGÉLICA DEMARCHI PEDRON
31	1257	BRÓCOLIS	R\$3,90	IVONEI GESSNER
33	800	CEBOLA	R\$3,62	JEAN HENRIQUE GAULKE
34	350	CENOURA	R\$3,10	ROSA ANGÉLICA DEMARCHI PEDRON
34	1302	CENOURA	R\$3,10	JEFFERSON KRIECK
35	767	COUVE MANTEIGA	R\$3,94	GLAUCIO KRIESER
36	300	COUVE-FLOR	R\$4,28	ROSA ANGÉLICA DEMARCHI PEDRON
36	300	COUVE-FLOR	R\$4,28	IVONEI GESSNER
37	767	ESPINAFRE	R\$4,26	IRMA GESSNER
39	100	LIMÃO - TIPO CRAVO OU TAITI	R\$4,72	ROSA ANGÉLICA DEMARCHI PEDRON
39	129	LIMÃO - TIPO CRAVO OU TAITI	R\$4,72	ANDRÉIAS CRISTIANO EBERT
43	1.195	MORANGO	R\$4,47	FLAVIO HENCKEMAIER DE SOUZA
45	337	PEPINO - TIPO JAPONÊS	R\$4,15	JEAN HENRIQUE GAULKE
45	633	PEPINO - TIPO JAPONÊS	R\$4,15	IVONEI GESSNER
46	370	PEPINO COMUM	R\$3,58	ROSA ANGÉLICA DEMARCHI PEDRON
46	600	PEPINO COMUM	R\$3,58	IRMA GESSNER
48	100	PIMENTÃO VERDE	R\$6,78	ROSA ANGÉLICA DEMARCHI PEDRON
49	300	REPOLHO BRANCO	R\$3,29	ROSA ANGÉLICA DEMARCHI PEDRON
49	596	REPOLHO BRANCO	R\$3,29	GLAUCIO KRIESER
50	100	REPOLHO ROXO	R\$4,20	ROSA ANGÉLICA DEMARCHI PEDRON
50	256	REPOLHO ROXO	R\$4,20	GLAUCIO KRIESER
51	825	SALSINHA	R\$2,39	GLAUCIO KRIESER
51	1569	SALSINHA	R\$2,39	FLAVIO HENCKEMAIER DE SOUZA
52	2.790	TANGERINA	R\$4,55	ANDRÉIAS CRISTIANO EBERT
53	2.394	TEMPERO VERDE	R\$2,36	GLAUCIO KRIESER
54	1692	TOMATE	R\$3,90	JEAN HENRIQUE GAULKE
55	766	TOMATE CEREJA OU CAROLINA OU SWEET GRAPES	R\$14,49	JUCINEI KOSLOSKI
57	770	AIPIM CRU	R\$5,11	JEFFERSON KRIECK





## MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL

CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050

www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br

Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC



58	300	BATATA DOCE	R\$3,82	ROSA ANGÉLICA DEMARCHI PEDRON
58	570	BATATA DOCE	R\$3,82	IRMA GESSNER

**Sendo Classificados Como Fornecedores Locais (Município de Rio dos Cedros):**

JEAN HENRIQUE GAULKE – PRONAF DAP Física

ROSA ANGÉLICA DEMARCHI PEDRON – PRONAF DAP Física

GLAUCIO KRIESER – PRONAF DAP Física

**Sendo Classificados Como Fornecedores de Região Geografia Imediata:**

IRMA GESSNER – PRONAF DAP Física

JEFFERSON KRIECK – PRONAF DAP Física

JUCINEI KOSLOSKI – PRONAF DAP Física

ANDRÉIAS CRISTIANO EBERT – PRONAF DAP Física

FLAVIO HENCKEMAIER DE SOUZA – PRONAF DAP Física

IVONEI GESSNER – PRONAF DAP Física

RANDOLF KRIECK – PRONAF DAP Física

WERNER KRIECK – PRONAF DAP Física

COOPERATIVA MISTA AGRICOLA DE PISCICULTORES – COOMAPEIXE

**Sendo Classificados Como Fornecedores de Região Geografia Intermediária:**

COOPERATIVA DE AGRICULTORES E FAMILIARES DE LEBON REGIS – COOPERLAF

Entre os fornecedores classificados como fornecedores locais houve empate em alguns itens onde foi realizada a divisão dos mesmos e em de alguns itens não se obteve as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas foram complementadas com os projetos dos demais grupos, em concordância com os critérios de seleção e priorização citados nos itens 5.1 e 5.2 a quantidade total passando assim para os fornecedores de região geográfica imediata.

Já entre os fornecedores de região geografia imediata detentores da PRONAF DAP Física, foi realizado sorteio entre os participantes que cotaram os mesmos itens para critério de desempate.

Entre as cooperativas participantes não foi adotado nenhum critério de desempate, pois as mesmas cotaram itens distintos dos demais participantes.

Nada mais havendo, o Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão e demais interessados presentes.

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**

Mikael Felipe Spiess  
Presidente

Ana PaulaGiacomozzi  
Membro

Dionei Zobolli  
Membro



# Rio Fortuna

## PREFEITURA

### RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO Nº 046/2021

Publicação Nº 2869470

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

#### TERMO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Pelo presente Termo de Retificação de Publicação, faz-se constar que na publicação do EXTRATO DO CONTRATO Nº 146/2020, veiculada na edição de nº 3372 do Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), datada de 06 de janeiro de 2021, na página nº 1011, e publicada no Mural Público desta municipalidade, na mesma data, houve equívoco na digitação no número do contrato. Onde lê-se "EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO 001/2020", leia-se "EXTRATO DO CONTRATO Nº 146/2020".

Rio Fortuna/SC, 17 de fevereiro de 2021.  
NERI VANDRESEN  
Prefeito Municipal

# Rio Negrinho

## PREFEITURA

### CHAMADA PÚBLICA 001/2021

Publicação Nº 2869520

#### EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2021

O Município de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, através da Assessoria de Imprensa, vinculada ao Gabinete do Prefeito, torna público que está aberta a seleção de veículos de comunicação (periódicos impressos, rádios e portais eletrônicos), interessados em publicar atos e ações institucionais do Município de Rio Negrinho/SC (Administração Direta, Indireta e Fundacional), segundo o disposto na Lei de Licitações e os princípios gerais da Administração Pública.

#### 1. DO OBJETO:

1.1 - Este Edital tem por objeto habilitar periódicos impressos e serviços de radiodifusão, para veiculação de mídias fornecidas pelo Município de Rio Negrinho/SC, a fim de dar ampla publicidade de atos e ações institucionais, como programas e campanhas de educação, saúde, desenvolvimento econômico, meio ambiente, esporte, cultura, lazer, obras, serviços, festividades municipais, turismo, observados os ditames do Art. 37, § 1º da Constituição Federal.

#### 2. DO OBJETIVO E JUSTIFICATIVA:

2.1 - Com a principal função da publicidade institucional de atos do Poder Executivo e tendo em vista a percepção da necessidade de aproximar a Prefeitura de Rio Negrinho, incluindo seus fundos e fundações, da sociedade e ainda, da importância que a comunicação assume nos dias atuais, principalmente para o fortalecimento da cidadania, é imperiosa a divulgação de forma ampla, de todas as ações do Poder Executivo Municipal, objetivando promover um processo democrático de contratação de empresa para a veiculação de publicidade institucional de cunho informativo e, com o intuito de seguir os preceitos legais, de transparência e isonomia, demonstrando claramente que não há preferência por A ou B, bem como oportunizando o real alcance do objetivo das divulgações, que é a eficácia do ato, com uma ampla disseminação em rádios e jornais, impressos ou virtuais, que tenham abrangência no município de Rio Negrinho.

2.2- O Município de Rio Negrinho optou pelo credenciamento, posto que este permita a seleção de todos os interessados que atenderem os requisitos do regulamento. Quanto maior o número de credenciados, melhor será o atendimento ao interesse público. Tendo em vista a natureza dos serviços prestados (informação/publicidade/divulgação), objetivando dar o máximo de publicidade aos atos executivos, necessário se faz a contratação de espaços de comunicação do meio jornalístico e radiofônico, considerando que existem vários veículos de comunicação com abrangência no Município de Rio Negrinho, e que cada um deles atinge certo público, de forma individualizada, o que chamamos de audiência, para que os trabalhos de divulgação dos atos institucionais de interesse público atinja a todos indistintamente, o credenciamento, possibilita a contratação de todas as empresas interessadas, atingindo, desta forma, um maior número de pessoas, quanto maior a ampliação da publicidade, melhor para o acompanhamento e fiscalização da comunidade, e transparência dos atos públicos assim, para que o trabalho de divulgação dos serviços de Prefeitura atinja a todos, de forma igualitária, torna-se imprescindível o credenciamento e a possível contratação de todos. Em uma disputa licitatória, certamente que apenas um veículo seria escolhido, com risco até mesmo, de ser aquele que atinja o menor número de habitantes.

#### 3. DOS SERVIÇOS:

3.1 - Os serviços a serem tomados pelo Município de Rio Negrinho (SC) serão solicitados de acordo com o interesse público vigente, sem obrigar o contratante a um número mínimo de publicações.

#### 4. DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS:

4.1 - Poderão habilitar-se a prestar os serviços referidos no item anterior, pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos, com atuação no ramo e que atendam a todas as exigências constantes deste Edital.

4.2 - Não poderão participar do presente credenciamento, empresas proibidas de comercializar espaço publicitário por lei ou regulamento e:

- a) Concorratórias ou em processo de recuperação judicial ou de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou que estejam com tal direito suspenso;
- c) Estrangeiras que não funcionem no País.
- d) Que estejam enquadradas nos impedimentos previstos no Artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993.
- f) Cujo portal eletrônico da internet onde a publicidade institucional será postada não esteja vinculado ao CPF, CNPJ ou nome do respectivo prestador do serviço.

#### 5. DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.1 - Os preços referentes à prestação dos serviços de publicidade/divulgação de atos e ações institucionais serão remunerados, conforme o preço médio de mercado, conforme o caso, os seguintes:

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	
01	Página / fração	Publicidade institucional da Administração Pública Municipal de Rio Negrinho/SC, em jornal com circulação local, com frequência de 1 (uma) edição mensal, de acordo com as solicitações do Município.	De 400 a 999 Tiragens	R\$ 236,46 (1/4 pág. colorida)
			De 1.000 a 2.999 Tiragens	R\$ 354,69 (1/4 pág. colorida)
			De 3.000 a 5.000 Tiragens	R\$ 472,92 (1/4 pág. colorida)
			Acima de 5000	R\$ 591,15 (1/4 pág. colorida)
			De 400 a 999 Tiragens	R\$ 472,93 (1/2 pág. colorida)
			De 1.000 a 2.999 Tiragens	R\$ 709,39 (1/2 pág. colorido)
			De 3.000 a 5.000 Tiragens	R\$ 945,86 (1/2 pág. colorida)
			Acima de 5.000	R\$ 1.182,33 (1/2 pág. colorida)
			De 400 a 999 Tiragens	R\$ 946,21 (1 pág. colorida)
			De 1.000 a 2.999 Tiragens	R\$ 1.419,32 (1 pág. colorida)
			De 3.000 a 5.000 Tiragens	R\$ 1.892,43 (1 pág. colorida)
			Acima de 5.000	R\$ 2.365,54 (1 pág. colorida)
02	Página / fração	Publicidade institucional da Administração Pública Municipal de Rio Negrinho/SC, em jornal com circulação local, com frequência de 1 (uma) edição semanal, de acordo com as solicitações do Município.	De 400 a 999 Tiragens	R\$ 283,76 (1/4 pág. colorida)
			De 1.000 a 2.999 Tiragens	425,64 (1/4 pág. colorida)
			De 3.000 a 5.000 Tiragens	567,52 (1/4 pág. colorida)
			Acima de 5.000	R\$ 709,40 (1/4 pág. colorida)
			De 400 a 999 Tiragens	R\$ 567,52 (1/2 pág. colorida)
			De 1.000 a 2.999 Tiragens	R \$ 851,28 (1/2 pág. colorida)
			De 3.000 a 5.000 Tiragens	R\$ 1.135,04 (1/2 pág. colorida)
			Acima de 5.000	R\$ 1.418,80 (1/2 pág. colorida)
			De 400 a 999 Tiragens	R\$ 1.135,04 (1 pág. colorida)
			De 1.000 a 2.999 Tiragens	R\$ 1.702,56 (1 pág. colorida)
			De 3.000 a 5.000 Tiragens	R\$ 2.270,08 (1 pág. colorida)
			Acima de 5.000	R\$ 2.837,61 (1 pág. colorida)

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	
03	Página / fração	Publicidade institucional da Administração Pública Municipal de Rio Negrinho/SC, em jornal com circulação local, com frequência entre 2 (duas) a 4 (quatro) edições semanais, de acordo com as solicitações do Município.	De 400 à 999 Tiragens	R\$ 303,87 (1/4 pág. colorida)
			De 1.000 a 2.999 Tiragens	R\$ 455,81 (1/4 pág. colorida)
			De 3.000 a 5.000 Tiragens	R\$ 607,75 (1/4 pág. colorida)
			Acima de 5.000	R\$ 759,69 (1/4 pág. colorida)
			De 400 a 999 Tiragens	R\$ 607,76 (1/2 pág. colorida)
			De 1.000 a 2.999 Tiragens	R\$ 911,64 (1/2 pág. colorida)
			De 3.000 a 5.000 Tiragens	R\$ 1.215,52 (1/2 pág. colorida)
			Acima de 5.000	R\$ 1.519,40 (1/2 pág. colorida)
			De 400 a 999 Tiragens	R\$ 1.215,52 (1 pág. colorida)
			De 1.000 a 2.999 Tiragens	R\$ 1.823,29 (1 pág. colorida)
			De 3.000 a 5.000 Tiragens	R\$ 2.431,05 (1 pág. colorida)
			Acima de 5.000	R\$ 3.038,82 (1 pág. colorida)
			De 400 a 999 Tiragens	R\$ 331,04 (1/4 pág. colorida)
			De 1.000 a 2.999 Tiragens	R\$ 496,57 (1/4 pág. colorida)
04	Página / fração	Publicidade institucional da Administração Pública Municipal de Rio Negrinho/SC, em jornal com circulação local, com frequência entre 5 (cinco) a 7 (sete) edições semanais, de acordo com as solicitações do Município.	De 3.000 a 5.000 Tiragens	R\$ 662,09 (1/4 pág. colorida)
			Acima de 5.000	R\$ 827,62 (1/4 pág. colorida)
			De 400 a 999 Tiragens	R\$ 662,10 (1/2 pág. colorida)
			De 1.000 a 2.999 Tiragens	R\$ 993,15 (1/2 pág. colorida)
			De 3.000 a 5.000 Tiragens	R\$ 1.324,20 (1/2 pág. colorida)
			Acima de 5.000	R\$ 1.655,26 (1/2 pág. colorida)
			De 400 a 999 Tiragens	R\$ 1.324,21 (1 pág. colorida)
			De 1.000 a 2.999 Tiragens	R\$ 1.986,31 (1 pág. colorida)
			De 3.000 a 5.000 Tiragens	R\$ 2.648,42 (1 pág. colorida)
			Acima de 5.000	R\$ 3.310,53 (1 pág. colorida)
05	Anúncio	Publicidade institucional da Administração Pública Municipal de Rio Negrinho/SC, por meio de permissionária de serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM) – spot gravado.	R\$ 10,88 – 15"	
			R\$ 17,38 – 30"	
			R\$ 32,35 – 60"	
06	Anúncio	Publicidade institucional da Administração Pública Municipal de Rio Negrinho/SC, por meio de permissionária de serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM) – spot ao vivo.	R\$ 14,02 – 15"	
			R\$ 19,70 – 30"	
			R\$ 39,99 – 60"	

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
07	Anúncio	Publicidade institucional da Administração Pública Municipal de Rio Negrinho/SC, por meio de permissionária de serviços de radio-difusão sonora em amplitude modulada (AM) – spot gravado.	R\$ 8,11 – 15” R\$ 16,22 – 30” R\$ 28,98 – 60”
08	Anúncio	Publicidade institucional da Administração Pública Municipal de Rio Negrinho/SC, por meio de permissionária de serviços de radio-difusão sonora em amplitude modulada (AM) – spot ao vivo.	R\$ 11,01 – 15” R\$ 18,54 – 30” R\$ 33,03 – 60”
09	Anúncio	Publicidade institucional da Administração Pública Municipal de Rio Negrinho/SC, em portal eletrônico da Internet.	R\$ 1.738,72 (banner com medida mínima de 1200x100 pixels na página principal) por mês. R\$ 579,57 (banner com medida mínima de 600x600 pixels em página interna) por mês.
10	Anúncio	Publicidade institucional da Administração Pública Municipal de Rio Negrinho/SC, em revista de circulação mensal/bimestral/trimestral.	De 400 a 999 Tiragens R\$ 236,46 (1/4 pág. colorida)
			De 1.000 a 2.999 Tiragens R\$ 354,69 (1/4 pág. colorida)
			De 3.000 a 5.000 Tiragens R\$ 472,92 (1/4 pág. colorida)
			Acima de 5.000 R\$ 591,15 (1/4 pág. colorida)
			De 400 a 999 Tiragens R\$ 472,93 (1/2 pág. colorida)
			De 1.000 a 2.999 Tiragens R\$ 709,39 (1/2 pág. colorida)
			De 3.000 a 5.000 Tiragens R\$ 945,86 (1/2 pág. colorida)
			Acima de 5.000 R\$ 1.182,33 (1/2 pág. colorida)
			De 400 a 999 Tiragens R\$ 945,86 (1 pág. colorida)
			De 1.000 a 2.999 Tiragens R\$ 1.418,79 (1 pág. colorida)
			De 3.000 a 5.000 Tiragens R\$ 1.891,72 (1 pág. colorida)
			Acima de 5.000 R\$ 2.364,65 (1 pág. colorida)

5.1.1 – Os valores acima foram estabelecidos tendo como base o INPC verificado no período (5,45%), aplicado sobre os valores da Chamada Pública nº 001/2020 do exercício anterior.

5.2 - Os pagamentos serão efetuados pelo Município de Rio Negrinho, após a emissão da Ordem de Compra pelo Setor de Compras da Prefeitura de Rio Negrinho, através de boleto bancário emitido pela contratada no prazo de 30 (trinta) dias, após a entrega da respectiva Nota Fiscal devidamente certificada pelo servidor designado para fiscalização do contrato.

5.3 - As despesas decorrentes do atendimento do objeto deste Edital correrão por conta do orçamento vigente das dotações 3.3.90.00.00.00.00.00 das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, seus fundos e fundações, conforme a publicidade institucional necessária.

#### 6. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO ATO DA INSCRIÇÃO:

6.1 - O credenciamento para contratação de que trata o presente edital, dar-se-á a partir de 17/02/2021, permanecendo aberto até 31/12/2021 ou até que o presente edital seja revogado pela Prefeitura de Rio Negrinho, hipótese que ocorrer primeiro. Para o credenciamento serão necessários os seguintes documentos:

a) Solicitação de Credenciamento (conforme Anexo I), preenchida com as informações necessárias e os itens que a credenciada tem interesse, em papel timbrado ou identificado com os dados cadastrais da empresa (Razão Social, Nome fantasia, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, etc...)

b) Cópia autenticada do Contrato Social e última alteração ou Contrato Social Consolidado ou Declaração de Firma Individual ou de

Empreendedor Individual registrados na Junta Comercial do Estado sede da empresa. (conforme o caso)

c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (Cartão do CNPJ);

d) Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do veículo de comunicação, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; (Alvará);

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa Quanto a Dívida Ativa da União e de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Previdenciários, administrados pela Secretaria da Receita Federal;

f) Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio sede do veículo de comunicação, expedida pelos órgãos competentes, mediante a apresentação de Certidão Negativa Estadual e Certidão Negativa Municipal, respectivamente;

g) Prova de regularidade perante o FGTS, através do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS - CRF;

h) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

i) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial, de acordo com a Lei 11.101/2005.

Observação importante: Considerando a implantação do sistema Eproc no Poder Judiciário, quando a Certidão "Cível" e "Falência, Concordata e Recuperação Judicial" possuir a seguinte observação: "ATENÇÃO: A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema Eproc..." deverão ser solicitadas tanto no sistema Eproc, quanto do SAJ e apresentadas conjuntamente.

j) Comprovante de tiragem para o caso de veículos impressos (revista, jornal, etc), podendo ser declaração da gráfica responsável pela impressão;

k) Declaração de inexistência de fatos impeditivos, conforme modelo constante do Anexo II deste edital.

l) Declaração de que a licitante não possui débitos com o Município de Rio Negrinho, conforme modelo constante do Anexo III deste edital. Esta declaração é obrigatória somente para as empresas não sediadas no Município de Rio Negrinho.

m) Declaração emitida pela empresa de que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante do Anexo IV.

n) Declaração de conhecimento e atendimento às condições do edital, conforme modelo constante do Anexo V deste edital.

6.2 – Os documentos deverão ser apresentados em envelope lacrado, contendo a razão social, nº do CNPJ, telefone, e-mail da empresa, bem como o número da Chamada Pública, aos cuidados da Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho.

6.3 – O envelope deverá ser protocolado e entregue no setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, localizado na Av. Richard Schweitzer de Albuquerque nº 200, Centro de Rio Negrinho, durante o horário de expediente, de segunda a sexta-feira.

6.4 – A comissão se reunirá para análise dos documentos apresentados pelos interessados, no último dia útil de cada bimestre, ou seja, ao final dos meses de fevereiro, abril, junho, agosto, outubro e dezembro, este último antes do recesso dos trabalhos.

6.4.1– A comissão se reunirá, excepcionalmente, para análise da documentação caso haja necessidade.

6.5 - A falta de quaisquer documentos acima mencionados é razão para o indeferimento da solicitação.

6.6 - Os documentos exigidos poderão ser apresentados em fotocópia autenticada em cartório ou, à vista dos originais, em fotocópia autenticada por funcionário do Departamento de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho/SC, no mesmo endereço e horário.

6.7 - Uma vez homologada a inscrição, o prestador de serviços estará apto para firmar o Termo de Contrato de Credenciamento (Anexo VI), conforme decisão da Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, de acordo com o interesse público.

6.8 - A negativa da Contratada na prestação dos serviços, de acordo com o estipulado no presente edital, acarretará a anulação de seu credenciamento.

## 7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1 - Durante a contratação, os veículos de comunicação contratados comprometem-se a:

a) efetuar a publicação, no caso dos periódicos, em páginas escolhidas pela CONTRATANTE;

b) efetuar a inserção dos spots, no caso de serviços de radiodifusão, nos horários determinados pela CONTRATANTE, na medida do interesse público;

## 8. DAS FASES DO PROCEDIMENTO PARA A CONTRATAÇÃO:

8.1 - O procedimento seletivo para contratação será composto pelas seguintes fases:

- a) Divulgação da Chamada Pública;
- b) Análise da proposta e dos documentos para a habilitação;
- c) Decisão administrativa;
- d) Adjudicação e Homologação, quando aprovada a proposta.

8.2 - A divulgação dos prestadores habilitados será feita por meio da afixação em mural na Prefeitura Municipal de Rio Negrinho e publicação no Diário dos Municípios.

8.3 - Poderá o interessado interpor recurso no prazo de dois (2) dias úteis após a divulgação dos resultados, em caso de indeferimento.

#### 9. DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO DOS CONTRATOS:

9.1 - O Contrato de Credenciamento será celebrado entre a Prefeitura Municipal de Rio Negrinho e as empresas habilitadas nesta Chamada Pública, de acordo com a necessidade de utilização dos serviços credenciados, conforme minuta contratual constante do Anexo VI.

9.2 - A vigência do contrato coincidirá com o final do atual exercício financeiro (31/12/2021).

9.3 - A rescisão poderá ocorrer a qualquer momento, pela CONTRATANTE, em defesa do interesse público ou pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas contratuais, ou pela CONTRATADA, mediante aviso apresentado com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

#### 10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

10.1 - Dúvidas decorrentes do presente edital serão esclarecidas mediante consulta formulada por escrito e protocolada na Prefeitura Municipal de Rio Negrinho e/ou encaminhada através do e-mail imprensa@rionegrinho.sc.gov.br, durante o horário de expediente, de segunda-feira a sexta-feira. Maiores informações através do fone (47) 3646 3621.

10.2 - Fica reservada ao Município de Rio Negrinho, a faculdade de cancelar no todo ou em parte, adiar, revogar, prorrogar ou anular a presente Chamada Pública, de acordo com seus interesses, sem direito aos credenciados a qualquer reclamação, indenização, reembolso ou compensação.

#### 11. DO FORO

11.1 - Fica eleito o Foro do Município de Rio Negrinho (SC) para dirimir qualquer questão contratual ou editalícia, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Rio Negrinho (SC), 17 de fevereiro de 2021.

CAIO CESAR TREML  
Prefeito Municipal

CLEVERSON JOSÉ VELLASQUES  
Consultor Jurídico  
OAB/SC 39.431-A

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA ou contendo as informações cadastrais: Razão Social, Nome Fantasia, CNPJ, endereço, fone e e-mail)

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2021  
ANEXO I

#### SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

À  
Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho  
NESTA

Prezados Senhores:

2

Pelo presente, atendendo ao Edital de Chamada Pública nº 001/2021, de 17/02/2021, solicitamos o credenciamento da nossa empresa, para prestar o(s) serviço(s) especificados no(s) item (ns) \_\_\_\_\_ da tabela prevista no item 4.1 deste edital. Sendo eles:

(RELACIONAR OS ITENS E OS VALORES...)

Declaramos desde já, preencher todas as exigências legais para a prestação do(s) referido(s) serviços(s).

Declaramos outrossim, que aceitamos a remuneração fixada no presente credenciamento, sem o pagamento de qualquer adicional.

Informamos ainda, nossos dados bancários:

Banco \_\_\_\_\_ / Ag. \_\_\_\_\_ / Conta n. \_\_\_\_\_ / Titular: \_\_\_\_\_.

Em anexo, segue a relação dos documentos exigidos no item 5.2 do instrumento convocatório, para análise e parecer, razão pela qual, solicitamos o deferimento do nosso pedido de inscrição e de contratação de nossa empresa.



Rio Negrinho/SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Atenciosamente,

Carimbo e Assinatura (com identificação do responsável)

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2021  
ANEXO II

#### DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº (000), sediada (Endereço Completo), declara, sob as penas da Lei, que até a presente data não foi declarada inidônea no âmbito da Administração Pública e que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação credenciamento junto à presente Chamada Pública, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Está declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente ou carimbada com o número do CNPJ.

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2021  
ANEXO III

#### DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS COM O MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO

(Nome da Empresa ou profissional), CNPJ/MF (ou CPF) Nº (000), sediada (Endereço Completo), declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem débitos com a Fazenda do Município de Rio Negrinho, relativos a tributos municipais, até a presente data.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Está declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente ou carimbada com o número do CNPJ.

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2021  
ANEXO IV

#### DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADOS MENORES

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (Endereço Completo), declara expressamente que não possui, em seu Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99, que altera a Lei nº 8666/93.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: 1) Está declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente ou carimbada com o número do CNPJ.  
2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2021  
ANEXO V

#### DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DO EDITAL

##### DECLARAÇÃO

Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos as especificações, exigências e os termos constantes no Edital de Chamada Pública nº 001/2021, de 17/02/2021, do Município de Rio Negrinho e seu(s) ANEXOS e que temos totais condições de atender e cumprir todas as exigências de prestação dos serviços ali contidas, inclusive as demais formalidades relativas à documentação que deverá ser apresentada para fins habilitação.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Está declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente ou carimbada com o número do CNPJ.

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2021

**ANEXO VI  
MINUTA DO CONTRATO****CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº .../2021**

**TERMO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO E A EMPRESA xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Prestação de Serviços de Publicidade, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Richard Schweitzer de Albuquerque, nº 200, Centro, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.756/0001-79, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Caio Cesar Tremel, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxxxxxxx, estabelecida na Rua xxxxxxxxxxxxxx, nº xxxx, na cidade de xxxxxxxxx- SC, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxxxx, portador do CPF nº xxxxxxxxxxxxxx, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratada a prestação de serviços de publicidade institucional, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTO LEGAL**

1.1 - O presente Contrato decorre do Edital de Chamada Pública nº 001/2021, de 17/02/2021, efetuado pelo CONTRATANTE em sua sede, na forma estabelecida na legislação em vigor, homologado em xx de ..... de 2021, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo firmado entre as partes.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

2.1 - O objeto consiste em habilitar periódicos impressos e serviços de radiodifusão, para veiculação de mídias fornecidas pelo Município de Rio Negrinho/SC, a fim de dar ampla publicidade de atos e ações institucionais, como propagandas e campanhas de educação, saúde, desenvolvimento econômico, meio ambiente, esporte, cultura, lazer, obras, serviços, festividades municipais, turismo, observando os ditames do Art. 37, § 1 da Constituição Federal, constantes do Edital de Chamada Pública nº 001/2021.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

3.1 - Durante a contratação, os veículos de comunicação contratados comprometem-se a:

3.1.1 - Efetuar a publicação, no caso dos periódicos, em páginas escolhidas pelo CONTRATANTE;

3.1.2 - Efetuar a inserção dos spots, no caso de serviços de radiodifusão, nos horários determinados pela CONTRATANTE, na medida do interesse público.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA**

4.1 - A vigência do Contrato terá início na data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2021.

**CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR**

5.1 - Pela prestação dos serviços especificados o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA os seguintes valores:

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO

Parágrafo Único: Os pagamentos serão efetuados pelo Município de Rio Negrinho, após a emissão da Ordem de Compra pelo Setor de Compras da Prefeitura de Rio Negrinho, através de boleto bancário emitido pela contratada, no prazo de 30 (trinta) dias, após a entrega da respectiva Nota Fiscal devidamente certificada pelo servidor designado para fiscalização do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.1 - As despesas oriundas deste Contrato correrão por conta das dotações 3.3.90.00.00.00.00 das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, seus Fundos e Fundações, conforme o caso.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE**

7.1 - A CONTRATADA fica responsável pela publicação fidedigna do texto encaminhado pelo CONTRATANTE, ficando vedadas modificações de quaisquer ordens.

Parágrafo Primeiro - No caso de erros ou imperfeições que prejudiquem a exata compreensão do texto publicado, causadas por falhas de publicação, a CONTRATADA se obriga a efetuar nova publicação, às suas expensas, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo: As publicações deverão ser efetuadas nas dimensões e tamanhos solicitados pelo CONTRATANTE, ou na ausência de especificação, objetivando a utilização de menor espaço possível.

**CLÁUSULA OITAVA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA**

8.1 - A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir a terceiros no todo ou em parte os serviços ora contratados, sem prévio e expresso consentimento do CONTRATANTE.

**CLÁUSULA NONA - DA MULTA**

9.1 - O não cumprimento, por parte da CONTRATADA de quaisquer cláusulas deste Contrato, importará em multa de 10% (dez por cento) do valor do serviço a ser prestado.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES**

10.1 – A CONTRATADA fica obrigada a aceitar acréscimos ou supressões que o CONTRATANTE realizar, até 25% do valor inicial contratado, devidamente corrigido, de acordo com a Lei nº 8.666/93, como também as demais alterações previstas em Lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO**

11.1 - O CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente Contrato nas hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES**

12.1 – O descumprimento de quaisquer cláusulas deste Contrato por parte da CONTRATADA implicará na imediata suspensão de pagamento pelos serviços prestados, além da rescisão contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS ENCARGOS**

13.1 – O presente Contrato não importa em vínculo empregatício de qualquer natureza, correndo por conta da CONTRATADA, todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária e securitária, nos termos do Art. 71 e § 1º da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

114.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Rio Negrinho (SC), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente termo, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes contratantes assinam este Contrato, em 03 (três) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas relacionadas.

Rio Negrinho, ... de ..... de 2021.

CAIO CESAR TREML  
Prefeito Municipal

CLEVERSON JOSÉ VELLASQUES  
Consultor Jurídico  
OAB/SC 39.431-A

Testemunhas:

NOME: NOME:  
CPF: CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO  
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2021

O Município de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, através da Assessoria de Imprensa, vinculada ao Gabinete do Prefeito, torna público que acha-se aberta, no período de 17 de fevereiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021, edital de Chamada Pública para CREDENCIAMENTO DE VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO (PERIÓDICOS IMPRESSOS, RÁDIOS E PORTAIS ELETRÔNICOS), INTERESSADOS EM PUBLICAR ATOS E AÇÕES INSTITUCIONAIS DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO/SC (ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL), segundo o disposto no edital e nos princípios gerais da Administração Pública. O edital completo está disponível no site do município de Rio Negrinho [www.rionegrinho.sc.gov.br](http://www.rionegrinho.sc.gov.br), em Atos Municipais – Editais.

Rio Negrinho, 17 de fevereiro de 2021.  
CAIO CESAR TREML  
Prefeito Municipal

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2021**

Publicação Nº 2869529

PROCESSO LICITATÓRIO No 005/2021  
DISPENSA DE LICITAÇÃO  
CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS  
CNPJ 34.028.316/0028-23

OBJETO: Prestação de serviços postais e telemáticos convencionais para a Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, nas modalidades nacional e internacional, carga de máquina de franquear, bem como a venda de produtos postais, disponibilizados em Unidades de Atendimento da ECT, em âmbito regional, durante o prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, anualmente, até o limite previsto no inciso II do Artigo 57 da Lei Federal 8.666/93.

VALOR TOTAL: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

DESPESA: 18/ 02.01.04.122.0002.2.010.3.3.90.00.00.00 – Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito, do orçamento vigente.

FUNDAMENTO DA DESPESA: Conforme preceitua o inciso VIII do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: Trata-se de prestação de serviços postais e telemáticos, em caráter de exclusividade, explorada pela União, através da Empresa de Correios e Telégrafos, em regime de monopólio, por força da Lei Federal nº 6.538/78, conforme segue:

Artigo 9º:

(...) São exploradas pela União, em regime de monopólio, as seguintes atividades postais:

I – recebimento, transporte e entrega, no território nacional, e a expedição, para o exterior, de carta e cartão postal;

II – recebimento, transporte e entrega, no território nacional, e a expedição, para o exterior, de correspondência agrupada.

Mais subsídios para contratação:

Dispensa de Licitação – Lei 8.666 de 21/06/1993 – Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

VIII – para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado; (Redação dada pela Lei nº 8.883 de 1994)

Parecer da AGU/CGU/JCMB/0019/2011

(...) 41. Os serviços postais não exclusivos não estão excluídos do privilégio. Apenas não possuem privilégio da exclusividade (art. 9º da Lei nº 6.538/78) mas ostentam outro, de categoria menos ostensiva, inerente à qualidade de serviço público. Privilégio que possibilita a contratação desse serviço postal não exclusivo pela via da dispensa de licitação (art 24, VIII da Lei nº 8.666/93).

(...). Os serviços postais prestados pela ECT gozam de privilégios, em virtude da supremacia do interesse público. Dentre eles: o da exclusividade (art. 9º da Lei nº 6.538/78) e o da possibilidade da contratação direta pela via da dispensa de licitação (art. 24, III da Lei nº 8.666/93), se conveniente for ao gestor público.

Rio Negrinho, 15 de fevereiro de 2021

CLEVERSON JOSÉ VELLASQUES

OAB/SC 39.431-A

Consultor Jurídico

A vista do exposto, aprovo e autorizo a realização da despesa, independentemente de licitação, com fundamento na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, artigo 24, inciso VIII.

CAIO CESAR TREML

Prefeito Municipal

## **TERMO DE RESCISÃO Nº 01 DO CONTRATO 124/2020 DE CLAUDENI PEREIRA DA SILVA**

Publicação Nº 2867926

TERMO Nº 01 DE RESCISÃO ADMINISTRATIVA DO CONTRATO Nº 124/2020

O MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 83.102.756/0001-79, estabelecido na Avenida Richard S. de Albuquerque, nº 200, centro, Município de Rio Negrinho (SC), resolve RESCINDIR Administrativamente o contrato nº: 124/2020 firmado com Claudeni Pereira da Silva - EIRELI, inscrita no CNPJ 34.885.326/0001-65, com sede na Rua Nereu Ramos nº 109, em Rio Negrinho - SC, representada por Claudeni Pereira da Silva, CPF 890.097.549-87.

Destarte que o presente procedimento tem fulcro no artigo 79 §1º, c/c art. 78 inciso XVII da Lei n.º 8.666/93 e na Cláusula 5º e 7ª, do contrato 124/2020, devido autorização da autoridade competente que contem em seu bojo, informações sobre o falecimento do Sr. Ilário Narcloch certidão de óbito (anexo), ademais disso, a vigência contratual também é medida necessária, haja vista o esgotamento do prazo.

Rio Negrinho - SC, 12 de fevereiro de 2021.

MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO

Representado pelo Prefeito Municipal

CAIO CESAR TREML

## **TERMO DE RESCISÃO Nº 01/2021 AMIGÁVEL CONTRATO 138/2020 MARCELO GONÇALVES DOS SANTOS**

Publicação Nº 2867922

TERMO DE RESCISÃO N.º 01/2021

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 138/2020, QUE ENTRE SI CONCORDAM, O MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO E A EMPRESA MARCELO GONÇALVES DOS SANTOS, AMIGAVELMENTE EM ASSIM PROCEDER.

O MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 83.102.756/0001-79, estabelecido na Avenida Richard S. de Albuquerque, nº 200, centro, Município de Rio Negrinho – SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal e de outro lado a empresa MARCELO GONÇALVES DOS SANTOS, resolvem celebrar o presente TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL do Contrato nº 138/2020,

Pelo presente instrumento, fica rescindido amigavelmente o Contrato nº 138/2020, em razão das informações apresentadas junto ao ofício nº 01-TI, por conta da reestruturação do setor de compras, o qual neste momento não irá utilizar o software SOPP – Sistema de Orçamento Público Privado.

Diante da conveniência para o Município e a inexistência de prejuízo à empresa contratada, bem como ressaltada a possibilidade de rescisão amigável, opera-se a rescisão do contrato anteriormente celebrado entre as partes, qual por uma forma ou outra vence 31 de janeiro de

2021.

Destarte, o presente procedimento tem fulcro no artigo 79, II, da Lei n.º 8.666/93 e cláusula décima quinta do Contrato n.º 137/2020, pactuado entre o Município de Rio Negrinho e a empresa Marcelo Gonçalves dos Santos, assinado na data de 31 de agosto de 2020.

Rio Negrinho - SC, 08 de janeiro de 2021.

MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO

Representado pelo Prefeito Municipal

Caio Cesar Tremi

# Rio Rufino

## PREFEITURA

### PORTARIA MUNICIPAL Nº 70/2021

Publicação Nº 2869019

PORTARIA Nº70

17 de fevereiro de 2021.

"EXONERA DE CARGO EM PROVIMENTO DE COMISSÃO DE COORDENADORA DE PROGRAMAS ESPECIAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 82, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO que o cargo de coordenadora de Programas Especiais é livre nomeação e exoneração;

CONSIDERANDO o pedido de exoneração apresentado por Franciele Correia Mundi Pereira , CPF Nº 039.485.619-82 matrícula nº 2095.  
RESOLVE

Art.1º Exonerar Franciele Correia Mundi Pereira, CPF Nº 039.485.619-82 matrícula nº 2095 cargo em provimento de comissão de coordenadora de programas especiais, do Município de Rio Rufino/SC, a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino, 17 de fevereiro de 2021.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito do Município de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em

\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Nome do Servidor

### PORTARIA MUNICIPAL Nº66/2021

Publicação Nº 2868028

PORTARIA Nº 66

17 de fevereiro de 2021

"SUSPENDE CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO POR RECOMENDAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA DA COMARCA DE URUBICI/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Encaminhado para publicação no DOM em

\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Nome do Servidor

Rio Rufino, 17 de fevereiro de 2021.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

### PORTARIA MUNICIPAL Nº67/2021

Publicação Nº 2868968

PORTARIA Nº 67,

De 17 fevereiro de 2021.

"NOMEIA SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 82, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o surgimento da necessidade excepcional e temporária da contratação de profissionais para o desempenho de funções em razão do afastamento do(s) titular(es) do cargo;

CONSIDERANDO o resultado final do processo da chamada pública nº 08/2020,  
CONSIDERANDO o aumento de demanda pelo distanciamento social decorrente da COVID-19,

**RESOLVE**

Art.1º Nomear, em caráter temporário, por prazo certo e determinado, o servidores abaixo listados:

I – para o cargo de professor (a) com carga horária de trabalho semanal de 40/20/10 horas:

NOME	CPF	CARGA HORÁRIA
Andreia de Lima Zanella	022.619.599-66	40 h
Dayani Capistrano	105.588.169-75	40 h
Cleide Cabral Sartor	026.545.079-98	20 h
Cristiani Aparecida Cordova	057.397.389-03	20 h
Camila Vargas	084.149.219-06	20 h
Otilia Zuleima Baldessar	038.851.269-58	20 h
Hingrid Maria Alvin Cristoff	066.790.709-29	20 h
Erlita Fracetto Banck	915.592.439-53	20 h
Anaete Vaz Liz	010.267.219-97	20 h
Luana dos Santos Hasckel	091.750.819-03	20 h
Wiliany Kalinka Kunhen	045.387.419-30	20 h
Lizete Arent Willemann Pickler	019.287.339-30	20 h
Vera Lucia Cabral Coelho	624.931.089-49	20 h
Maria Isabel Wiggers	063.090.519-38	20 h
Tatiana Arruda Cavalheiro	067.845.279-25	20 h
Layane Costa de Andrade	090.645.479-47	20 h
Maria Rejane Silveira de Jesus Schmuler	023.838.149-89	20 h
Saete Terezinha Oliveira da Silva	066.001.249-97	20 h
Vanderlei Cordova de Liz	083.449.079-00	20 h
Susana Zambam Cirino	101.975.549-03	20 h

Art. 2º A vigência do contrato de trabalho será de:

I – em se tratando de professor, pelo período que durar o afastamento do titular do cargo, não podendo ultrapassar a data definida para o fim do ano letivo, nos termos do art. 11, da Lei Municipal nº 700, de 01 de agosto de 2018, momento em que a vigência se encerrará automaticamente; e,

II – nos demais casos, até o momento do retorno do titular do cargo, convocação de servidor aprovado em concurso público ou processo seletivo com a aplicação de provas, não podendo ultrapassar os prazos de que trata o art. 4º, da Lei Municipal nº 509, de 10 de janeiro de 2013.

Parágrafo único. Aplica-se os prazos de que trata o inciso II deste artigo aos nomeados em chamada pública sem a aplicação de provas.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos de retroagem ao dia 08 de fevereiro de 2021.

Rio Rufino, 17 de fevereiro de 2021.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito do Município de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em

\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Nome do Servidor

**PORTARIA MUNICIPAL Nº69/2021**

Publicação Nº 2868972

PORTARIA Nº69

De 17 fevereiro de 2021.

“EXONERA OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DE FUNÇÕES GRATIFICADAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 82, I, “a”, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que a gestão anterior se encerrou sem que seu titular promovesse a exoneração de toda a sua equipe de trabalho;

CONSIDERANDO que é direito do Chefe do Poder Executivo cercar-se de pessoas de sua confiança por ocasião da montagem de sua equipe de trabalho, composta de secretários e outros cargos de provimento em comissão;

CONSIDERANDO, ainda, que no mesmo sentido é a situação dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, mas que por discricionariedade da autoridade nomeante acabaram sendo designadas para ocuparem funções gratificadas de direção, chefia e assessoramento da antiga gestão,



**RESOLVE**

Art. 1º Exonerar das funções gratificadas de chefia, direção e assessoramento os servidores Nagela Silva, técnico em administração matrícula nº 1626.

Parágrafo único. Os servidores de que trata este artigo deverão retornar ao exercício das atribuições dos respectivos cargos nos quais foram investidos de forma efetiva, nos setores definidos pela reestruturação administrativa.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino, 17 de fevereiro de 2021.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito do Município de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em

\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Nome do Servidor

# Riqueza

## PREFEITURA

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2021**

Publicação Nº 2867939



Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 188/2021**  
**MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2021**  
**Exclusivo ME/EPP**

### 1. PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE RIQUEZA**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua João Mari, 55, centro do Município de Riqueza, Estado de Santa Catarina, CEP 89.895-000, inscrito no CNPJ sob n.º 95.988.309/0001-480, por meio de seu gestor o Prefeito de Riqueza/SC, Exmo. Sr. **Renaldo Mueller**, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, Exclusivo para ME/EPP, **pelo Menor preço**, em conformidade com que determina a Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/14; Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, vigente e pertinente à matéria, e por este Edital, destinado à aquisição estimada de gêneros alimentícios, produtos de limpeza e higiene, para cesta básica, para famílias carentes conforme programa criado pela lei 0353, de 19/08/2005, conforme descrito no objeto do presente edital.

**1.1 NÃO HAVENDO NO MÍNIMO 3 (TRÊS) LICITANTE QUE SE ENQUADRE COMO MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, será aberta para as demais licitantes interessadas a participação do Certame Licitatório.**

**1.2** Para recebimento dos envelopes de Habilitação e Proposta, fica determinado **às 09:00 horas do dia 05 de março de 2021**, o qual deverá ser entregue na Sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Riqueza (SC).

**1.3** O início da abertura dos envelopes ocorrerá **às 09:10 horas**, no mesmo endereço e no mesmo dia mencionado no item 1.2.

### 2. OBJETO

**2.1** A presente licitação, do tipo Menor preço Unitário, para aquisição estimada de gêneros alimentícios, produtos de limpeza e higiene, para cesta básica, para famílias carentes conforme programa criado pela lei 0353, de 19/08/2005, de acordo com as especificações constantes no Edital e seus anexos; sendo:

Item	Unid	Descrição do Objeto	Quant Mensal	Valor Máx. Unit.
1	Pct	Cesta básica Projeto Riqueza Florida.	25	<b>R\$ 389,79</b>

**Composição da Cesta:**

Item	Unid	Descrição do Objeto	Marca*	Quant por Cesta	Valor	Total
<b>TOTAL</b>						R\$
1.	Und	Achocolatada embalagem com 800g. Ingredientes: Açúcar, Cacau em Pó, Maltodextrina, Minerais (Cálcio e Ferro), Vitaminas (A, B1, B2, Niacina, B6, B12, Ácido Pantotênico e Biotina), Emulsificante Lecitina	Choco mil	1,00	9,14	9,14

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.

CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48

Fone/Fax (0xx49) 3675-3200 – E-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br)



Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

		de Soja, Aromatizante e Antioxidante Ácido Ascórbico.				
2.	Pct	Açúcar cristal, de primeira qualidade, branco, especial, peneirado, isento de fermentações, matérias terrosas, parasitas e detritos animais e vegetais. Acondicionado em embalagem plástica, atóxica, íntegra, resistente, vedada hermeticamente, contendo 5 kg. Deverá conter os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número do lote, data de fabricação e de validade. O produto deve estar de acordo com as normas de saúde/sanitárias vigentes (ANVISA, SIF, INMETRO e outras).	Alto Alegre, Estrela ou Santa Isabel	1,00	14,63	14,63
3.	Pct	Arroz parboilizado, tipo 1, classe longo fino, constituídos de grãos inteiros, com teor de unidade máxima 15% (g /100 g), isento de sujidades, parasitas, mofo, odores estranhos, substâncias nocivas, matérias terrosas e materiais estranhos. Embalado em saco plástico transparente e atóxico, limpo, resistente e íntegro. Deve conter selo aprovado pela ABIAP (Associação Brasileira das Indústrias de Arroz Parboilizado). Embalagem de 5 kg.	Marx, Panelaço ou Kiarroz	2,00	25,30	50,60
4.	Pct	Biscoito doce tipo rosquinha amanteigado, sem recheio, sabor chocolate, coco, leite, nata, etc., livre de gordura trans, empacotado em plástico atóxico, termosselado, isento de bolores, substâncias nocivas, odores e sabor estranhos ao seu aspecto normal. Embalagem de 720 gramas.		2,00	7,31	14,62
5.	Pct	Bolacha tipo Biscoito doce, tipo maria, tradicional, livre de gorduras trans Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, amido, açúcar invertido, sal, soro de leite em pó, fermentos químicos bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônio, emulsificante lecitina de soja, aromatizantes, acidulante ácido láctico e melhorador de farinha metabissulfito de sódio.740 grs	Casaredo, Parati ou Isabella	2,00	7,31	14,62
6.	Und	Café, solúvel granulado, apresentação pó, embalagem de vidro, contendo 200 gramas. O produto deverá ter registro no Ministério da Saúde e atender a Resolução RDC nº 277, de 22 de setembro de 2.005, da Anvisa. Embalagem de vidro com tampa plástica, contendo data de fabricação e prazo de validade.	Amigo, Pelé ou Iguaçu	1,00	12,49	12,49
7.	Kg.	Carne bovina moída de primeira (exceto carne em rolete/tubo). Sem osso, pouca gordura, embalagem plástica transparente, contendo no rótulo: identificação do produto, marca do fabricante, peso, data de fabricação e de validade. Com certificado da vigilância sanitária.	Flach	2,00	23,00	46,00
8.	Und	Creme dental - 90 grs. Sorbitol, Água, Sílica Hidratada, Laurilsulfato De Sódio, Sabor, Peg-	Soriso, Colgane ou	1,00	3,16	3,16

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.

CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48

Fone/Fax (0xx49) 3675-3200 – E-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

		12, Goma De Celulosa, Cocamidopropil Betaína, Sacarina Sódica, Fluoruro De Sódio, Ci 19140, Ci 15510, Alcool Bencilico, Dipenteno, Eugenol, Linalol. Contém Fluoreto De Sódio (1000 Ppm De Flúor).	Closeup			
9.	Und	Detergente 500ml Composição: Alquil benzeno sulfonado sódio linear, alquil benzeno sulfonato de trietanolamina, lauril éster sulfato de sódio, sulfato de magnésio, EDTA, formol, corante, perfume e água, Contém tensoativo biodegradável	YPE	2,00	2,25	4,50
10.	Und	<b>Doce de fruta cremoso 400gr</b> "tipo schmier". <b>Ingredientes:</b> polpa de fruta, açúcar, glicose, acidulante ácido láctico, estabilizante pectina e conservador sorbato de potássio. <b>não contém glúten.</b>		1,00	5,15	5,15
11.	Und	Farinha de milho fina, fubá enriquecido com ferro e ácido fólico. Embalagem de 1 kg.	Realta, São Domingos e Sananduva.	2,00	3,46	6,92
12.	Pct	Farinha de trigo especial tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico. Não deverá apresentar cor escura ou mistura com outras farinhas, formação de grumos (umidade), resíduos ou impurezas, nem rendimento insatisfatório. O rótulo deve conter informações do fabricante, lote do produto e tabela com informações nutricionais. Embalagem de 5 kg	Realta, São Domingos e Marx	2,00	14,70	29,40
13.	Kg.	Feijão preto, tipo 1, safra nova. Deve conter 98% de grãos inteiros e íntegros. Sem mofo, bolor, caruncho, impurezas (grãos partidos e pedras). Embalagem plástica, transparente, atóxica e resistente. A embalagem deve apresentar lote do produto, safra, e Registro no órgão competente. Pacotes de 01 kg	Azulão, Cantu, ou Tozzo	2,00	8,26	16,52
14.	Und	Fermento biológico instantâneo seco, embalado a vácuo, pacote com 125 gramas.	Pakmaya	1,00	5,96	5,96
15.	Und	Fermento químico, em pó, para elaboração de bolos. embalagem: intacta, condicionadas em latas de 100g peso líquido. fabricação: máximo de 60 dias. validade: mínimo de 8 meses.	Apti	1,00	3,10	3,10
16.	kg	FRANGO INTEIRO, Apresentação: Congelado e embalado em plástico resistente.	Sadia, Aurora ou Modelo	3,00	10,50	31,50
17.	L	Leite líquido integral, homogeneizado, submetido ao processo de ultra pasteurização, esterilizado (UHT), longa vida, contendo marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido; ter registro no MA e/ou MS. Embalagem tetra pack de 1 litro.	Realta	6,00	3,91	23,46
18.	Kg.	Macarrão. Ingredientes: sêmola de trigo, fortificada com ferro e ácido fólico, corantes naturais: urucum e curcuma). Não deve apresentar sujidades, bolor, manchas ou fragilidades. Com data de fabricação recente e prazo de validade mínimo de 4 meses após a entrega. A embalagem deve estar intacta,	Casaredo, Parati ou Isabella	3,00	6,03	18,09

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.

CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48

Fone/Fax (0xx49) 3675-3200 – E-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br)



Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

		acondicionado em pacotes de 1 kg.				
19.	Und	Óleo de soja refinado, de primeira qualidade, 100% natural; comestível; extrato refinado, acidez máxima de 0,6 mg KOH/g, isento de gorduras trans. (Embalagem 900 ml). Embalagens: Embalagem em polietileno tereftalado (PET), original do fabricante, de 900ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, quantidade do produto. Legislação: Resolução RDC nº 270, de 22 de setembro de 2005.	Soya, Concórdia ou Liza	3,00	8,43	25,29
20.	Dz	Ovos de galinha vermelhos grandes, de primeira qualidade, frescos, com casca firme, intacta, lisa e limpa; isento de aditivos ou substâncias estranhas ao produto que sejam impróprias ao consumo. Inspeccionado pelo Ministério da Agricultura. Deve ser entregue em embalagem de dúzia, em caixa atóxica, devidamente rotulada, conforme legislação vigente.	Pedal	2,00	6,50	13,00
21.	Pct	Papel Higiênico Branco Folha simples de alta qualidade Composição 100% fibras celulósicas - pcte. c/ 04 rolos de 60 m.	Mili, Fofinho ou Stylus	1,00	4,93	4,93
22.	Und	Sabonete em barra com no mínimo - 90 grs.	Palmolive, Sensus ou Lux	3,00	1,91	5,73
23.	Kg.	Sal refinado, iodado ou iodatado. (Embalagem 1 Kg). Embalagens: Plástico de polietileno, transparente original do fabricante, de 1 kg. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote data de fabricação, quantidade do produto, número de registro	Garça, Apollo ou cinco Estrelas	1,00	2,00	2,00
24.	Kg	Salsicha Carne mecanicamente separada de frango, gordura suína, carne suína, água, carne de peru, proteína isolada de soja, fécula de mandioca, sal, maltodextrina, condimentos naturais, INS 250) e corante urucum	Frimesa	2,00	10,96	21,92
25.	Und	Shampoo – embalagem com 325 ml.	Skala	1,00	7,06	7,06
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 389,79</b>		

\* Só serão aceitas marcas diferentes das de referência se comprovado documentalmente qualidade igual ou superior e com aprovação do Departamento de Assistência Social.

**As cestas deverão entregues montadas.**

**2.2** Os produtos deverão ser entregues mensalmente no Departamento de Assistência Social entre os dias 01 e 05 de cada mês.

**2.3** A carne bovina moída deverá ser de carnes de primeira, sem nervos e vedada a entrega de carnes em roletes ou tubos;

**2.4** Para efeitos de julgamento será considerada vencedora, a proponente que ofertar o Menor preço unitário.

**2.5** Em caso de divergência entre a descrição contida neste edital e no arquivo eletrônico prevalecerá o contido neste edital.

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.

CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48

Fone/Fax (0xx49) 3675-3200 – E-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br)



Estado de Santa Catarina

# Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

## 3. DA RETIRADA DO EDITAL:

**3.1** Far-se-á de segunda a sextas-feiras, das 07:00 às 11:45 horas e das 13:30 às 17:00 horas, no Departamento de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Riqueza, sita à Rua João Mari, 55, na cidade de Riqueza, SC ou em qualquer dia e horário através do endereço eletrônico: <http://www.riqueza.sc.gov.br/licitacoes/index/index/codMapaItem/9107>.

**3.2** As demais informações e esclarecimentos adicionais sobre o presente processo licitatório, poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo Fone/fax (0 XX 49) 3675-3200, com a Srta. Dirce Heinsohn.

## 4 - DAS CONDIÇÕES PRELIMINARES

**4.1** A convocação dos interessados dar-se-á através da publicação de aviso em órgão de imprensa oficial e quadro de avisos oficial.

**4.2** A sessão pública de realização do Pregão Presencial será conduzida por servidor designado como Pregoeiro, através da Portaria Municipal.

**4.3** A disputa entre os interessados ocorrerá através das propostas escritas apresentadas e em lances verbais durante a fase adequada da sessão pública.

**4.4** A manifestação da intenção de recorrer será feita no final da sessão, quando forem declarados os licitantes vencedores, devendo os interessados, através de seus representantes, registrarem em ata a síntese de suas razões.

**4.5** Para ofertar propostas através de lances verbais, recorrerem de decisão e contraditar, os interessados deverão credenciar, junto ao Pregoeiro, os respectivos representantes legais com poderes para praticar estes atos, podendo utilizar o modelo de credenciamento em anexo (Anexo II);

**4.6** Caso o proponente apresente representante legal, este deverá identificar-se e trazer ao Pregoeiro um documento hábil a comprovar sua representação, que poderá ser a apresentação do Contrato Social da empresa ou outro equivalente;

**4.7** Para o caso de não haver menção do nome do representante no Contrato Social ou equivalente, este deverá apresentar o Contrato Social ou equivalente juntamente com a procuração, **com firma reconhecida em Cartório**, que comprove poderes para praticar todos os atos referentes a este Pregão Presencial, tais como: formulação de lances, alegações em ata, interposição de recurso, renúncia de direitos, etc.

**4.8** O representante legal da empresa, no ato da entrega dos envelopes, deverá exibir sua cédula de identidade ou qualquer outro documento oficial de identificação (com foto).

**4.9** O não credenciamento de representante legal na sessão pública, ou a incorreção dos documentos de identificação apresentados não inabilita a licitante, mas inviabilizará a formulação de lances verbais e a manifestação de intenção de recorrer por parte do interessado, bem como de quaisquer atos relativos a presente licitação para o qual seja exigida a presença de representante legal da empresa.

**4.10** Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e, entregarão os envelopes contendo a documentação exigida no certame e as propostas, podendo, para tanto, ser utilizado o modelo de declaração constante no Anexo III.

## 5 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

**5.1** Poderão participar desta licitação **EXCLUSIVAMENTE** Micro Empresas e/ou Empresas de Pequeno Porte e Micro Empreendedor Individual que sejam pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta licitação e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.

CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48

Fone/Fax (0xx49) 3675-3200 – E-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br)



Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

documentação, constantes deste Edital, cadastradas ou não que se manifestarem dentro dos prazos indicados no edital.

**5.2 Em caso de retirada do edital pela internet no site da prefeitura é condição para acesso ao arquivo magnético das propostas e, conseqüentemente, participação no certame, o envio protocolo de retirada do edital com antecedência mínima de 1 (um) dia útil à data de abertura da licitação preenchido, assinado e escaneado para o e-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br).**

**5.3 É condição para a participação na presente licitação, ainda, a apresentação pelas licitantes, até a data, horário e no local indicado no presente Instrumento Convocatório, dos envelopes de PROPOSTA DE PREÇO (envelope nº 01) e DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO (envelope nº 02), separados, não transparentes e lacrados que serão identificados da seguinte forma:**

**A) ENVELOPE N.º 01 – PROPOSTA DE PREÇO  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 188/2021  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 08/2021  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIQUEZA – SC  
PROPONENTE: (Razão social/Nome)  
CNPJ/CPF:**

**B) ENVELOPE N.º 02 – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 188/2021  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 08/2021  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIQUEZA – SC  
PROPONENTE: (Razão social/Nome)  
CNPJ/CPF:**

**5.4** Para o caso da indicação acima referida apresentar-se incompleta ou com algum erro de transcrição nos envelopes, ou mesmo inversão dos envelopes (proposta no envelope de documentação ou vice-versa), tais fatos não constituirão motivo para exclusão da empresa do procedimento licitatório, desde que a incorreção apontada não cause dúvida ou não atrapalhe o andamento do processo.

**5.5** Em nenhuma hipótese serão recebidos os envelopes contendo a proposta de preços e a documentação posteriormente ao prazo limite estabelecido neste Edital.

**5.6** Os envelopes da proposta e da habilitação deverão ser entregues até a data, horário e local mencionado no Item 1.1, juntamente com a Declaração de que o licitante cumpre com os requisitos da habilitação e o Credenciamento, quando necessário.

**5.7** Não poderão participar do Presente Processo Licitatório:

- a)** Empresas ou pessoas que, por qualquer motivo, estejam declaradas inidôneas perante a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, ou que tenham sido punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com este Município, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;
- b)** Empresas que estejam sob falência, concurso de credores, dissolução e liquidação;
- c)** Empresas que possuam entre seus sócios servidores públicos do Município de Riqueza.
- d)** Empresas que não se enquadrem na definição do Art. 3º da Lei 123/06.

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.

CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48

Fone/Fax (0xx49) 3675-3200 – E-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br)





Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**5.8** A não observância das alíneas anteriores por parte da empresa ensejará as sanções e penalidades legais aplicáveis.

**6 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

**6.1** A proposta contida no envelope n.º 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:

**a)** preferencialmente emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa.

**b)** conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente, o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

**c)** descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações do objeto, podendo usar o modelo do anexo I, constando o valor, em moeda corrente nacional, em algarismos – até duas casas após a vírgula e, de preferência, também por extenso **e com marca do produto a ser fornecido.**

**c.1.** Em caso de divergência entre os preços unitários, preço total e por extenso, serão levados em consideração os primeiros.

**c.2.** No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

**d)** Conter prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data limite para a entrega dos envelopes.

**e)** conter a identificação do representante da empresa e a respectiva assinatura.

**f)** Para a empresa se enquadrar e usufruir dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/06, microempresas, empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples ou empresário, conforme artigo 966 da lei nº 10.406/02, a mesma deverá apresentar certidão emitida na junta comercial do estado onde a empresa está estabelecida ou no registro civil de pessoa jurídica.

**6.2.** O preenchimento, encerramento e finalização da proposta no sistema é de exclusiva responsabilidade da proponente, não se responsabilizando o pregoeiro ou equipe de apoio por proposta não encerrada ou não finalizada.

**7 - DA APRESENTAÇÃO DA HABILITAÇÃO**

**7.1** Para procederem a habilitação, os interessados deverão apresentar no **ENVELOPE N.º 02 – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**, os seguintes documentos:

**7.1.1.** No caso de Pessoa Jurídica:

**a)** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, emitida pela Secretaria da Receita Federal;

**b)** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;

**c)** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;

**d)** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

**e)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (NR);

**f)** Declaração que o proponente não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menores de dezesseis anos, em cumprimento do disposto

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.

CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48

Fone/Fax (0xx49) 3675-3200 – E-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br)



Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

no inciso V do art. 27 da lei nº 8.666/93, acrescidos pela lei nº 9.854 de 1999;(modelo Anexo V);

g) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, em plena validade;

h) Certidão Negativa de Falência ou Concordata de sua sede. Para as empresas com sede no Estado de Santa Catarina será obrigatório apresentar as certidões emitidas pelo sistema eproc do Poder Judiciário de Santa Catarina e pelo sistema SAJ. As duas certidões deverão ser apresentadas conjuntamente, caso contrário não terão validade;

i) Alvará municipal;

j) Declaração de Idoneidade (modelo Anexo IV);

k) Declaração emitida pela empresa de que a mesma não possui no quadro societário servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista (modelo anexo VI);

**7.2** Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório ou por funcionário do Setor de Compras/Licitações da Prefeitura Municipal de Riqueza, e estar dentro de seus prazos de validade na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes.

**7.3** Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pela mesma via pelo pregoeiro.

**8 – DAS FASES DA SESSÃO PÚBLICA E PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO****8.1 PRIMEIRA FASE: ABERTURA DA SESSÃO**

**8.1.1** No dia e horário estabelecidos neste Edital, o Pregoeiro Oficial fará a abertura da sessão, recebendo dos participantes, o documento para credenciamento (Anexo II), a declaração de habilitação prevista no Anexo III, a declaração de que trata a alínea "f" do item 6.1 e os envelopes de proposta e habilitação.

**8.1.2** Não será admitida a atuação de um representante para duas ou mais empresas.

**8.2 SEGUNDA FASE: ANÁLISE DAS PROPOSTAS E LANCES VERBAIS**

**8.2.1** Encerrada a fase de credenciamento, o Pregoeiro passará para a abertura dos envelopes contendo as propostas de preço, com a finalidade de verificar se as mesmas estão em conformidade com as exigências estabelecidas neste Edital, desclassificando aquelas que se encontrarem em desconformidade ou incompatíveis.

**8.2.2** Serão classificadas, para a fase dos lances verbais, as proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor valor.

**8.2.3** Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

**8.2.4** No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor até a proclamação do vencedor.

**8.2.5** Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

**8.2.6** A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços.

**8.2.7** É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

**8.2.8** Dos lances ofertados não caberá retratação.

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.

CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48

Fone/Fax (0xx49) 3675-3200 – E-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br)



Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**8.2.9** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado para efeito de ordenação das propostas.

**8.2.10** O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

**8.3** Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

**8.4** Durante a etapa de lances verbais, o Pregoeiro monitorará os preços ofertados, de modo a desclassificar propostas inexequíveis ou com preço excessivo.

**8.5** Encerrada a etapa competitiva e ordenadas, em ordem crescente, as ofertas de preços propostos, o pregoeiro verificará:

**8.5.1** Se houver proposta apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, caso em que, não sendo desta a melhor oferta, deverá se verificar o seguinte procedimento:

**a)** Havendo empate fictício, ou seja, se a proposta apresentada pela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, for até 5% (cinco por cento) superior a de menor preço, deverá ser assegurada a esta a apresentação de nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos do encerramento dos lances, na forma do art. 45 da Lei Complementar 123/06;

**b)** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo de empate fictício, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

**c)** Não ocorrendo a contratação na forma da alínea “a”, serão convocadas remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese de empate fictício, observada a ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**d)** Na hipótese da não contratação na forma das alíneas anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

**8.6** Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preços melhores.

**8.7 TERCEIRA FASE: HABILITAÇÃO**

**8.7.1** Encerrada a fase de julgamento das propostas o Pregoeiro procederá à abertura do envelope n.º 02, contendo os documentos de habilitação, dos licitantes que apresentaram as melhores propostas, observando-se os seguintes casos:

**8.7.1.1** As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, desde que comprovadas na fase de julgamento das propostas, poderão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, e, uma vez sendo declarada vencedora do certame, terá prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**8.7.1.2** A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

**8.7.2** Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.

CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48

Fone/Fax (0xx49) 3675-3200 – E-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br)



Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**8.7.3** Encerrado o julgamento das habilitações e Constatada a conformidade da documentação, conforme exigências impostas pelo edital, o pregoeiro, sem que haja interposição de recurso ou fato previsto na Lei Complementar 123/06, declara as empresas vencedoras, sendo adjudicados os objetos.

**9 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**9.1** Os recursos somente serão recebidos após a fase de habilitação quando for declarado o vencedor, momento que qualquer licitante poderá manifestar, imediatamente e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso (memoriais), ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentarem contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista aos autos.

**9.2** O recurso tempestivamente interposto terá efeito suspensivo e devolutivo exclusivamente em relação ao item questionado e deverá ser dirigido ao Prefeito Municipal, cabendo ao mesmo apreciá-lo em 05 (cinco) dias úteis.

**9.3** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**9.4** A falta de manifestação imediata e motivada da licitante, inclusive em função da falta de representante credenciado, importará na decadência do direito de recurso em âmbito administrativo e consequentemente adjudicação do objeto da licitação, pelo Pregoeiro, aos vencedores.

**9.5** A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

**9.6** Caso o recurso seja julgado improcedente, caberá ao Prefeito Municipal efetuar a adjudicação à licitante vencedora.

**9.7** Da Sessão Pública do Pregão Presencial será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

**9.8** A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

**9.9** Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

**10 – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO**

**10.1** No julgamento dos documentos observar-se-ão as previsões legais previstas no presente edital, sendo inabilitadas as empresas que apresentarem documentação fora do prazo de validade, salvo disposto na Lei Complementar 123/06, ou deixarem de apresentar qualquer documento exigido neste Edital;

**10.2** As propostas serão classificadas conforme o critério do menor preço do objeto licitado, apresentado em proposta ou lance verbal, sendo considerada vencedora do objeto a licitante que apresentar ou ofertar lance, como sendo o de menor preço, e ainda, estiver com sua documentação válida, salvo disposto na Lei Complementar 123/06, e satisfazendo os termos deste Edital e seus Anexos;

**10.3** Não será motivo de desclassificação, se a licitante não informar em sua proposta, telefone ou fax, dados bancários, dados do representante legal ou os prazos, devendo o (a)

---

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.

CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48

Fone/Fax (0xx49) 3675-3200 – E-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br)



Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

Pregoeiro Oficial solicitar ao representante legal do interessado a complementação das informações;

**10.4** A não indicação dos prazos exigidos na proposta indicará que a licitante se compromete com os prazos estabelecidos neste Edital;

**10.5** O Pregoeiro Oficial, verificando a necessidade de maiores informações, no que pertinente à documentação e às propostas apresentadas, aplicará subsidiariamente o disposto no § 3º, do art. 43 da Lei Federal n.º. 8.666/93, podendo suspender a sessão a qualquer momento para realização de diligências;

**10.6** Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, será lavrada ata circunstanciada narrando todos os fatos, ficando em poder da Comissão de Apoio ou Pregoeiro, todos os envelopes, devidamente rubricados e vistoriados pelo Pregoeiro, equipe de apoio e licitantes presentes, até a resolução do ocorrido, oportunidade em que será oficiada às mesmas a data para prosseguimento do certame;

**10.7** O Pregoeiro Oficial poderá desconsiderar erros meramente formais, desde que não resultem na necessidade de acostamento de novo(s) documento(s), salvo disposto na Lei Complementar 123/06, tanto na fase de habilitação, como na de análise das propostas de preços.

**11 – DOS PREÇOS**

**11.1** Os preços serão considerados no seu valor do item licitado, expressos em moeda corrente, devendo especificar o valor unitário de cada item, declarando-se vencedor o proponente que ofertar o menor preço unitário;

**11.2** Não serão aceitos preços cujos valores unitários sejam iguais a 0 (zero) ou excessivos, sendo entendido como excessivos os que forem superiores ao preço médio daqueles praticados pelo mercado, ou aqueles considerados inexequíveis na forma da lei.

**11.3** Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e com duas casas após a vírgula.

**12 - DO REAJUSTE**

**12.1** Os preços dos produtos apresentados nas propostas não serão reajustados;

**12.2** Os preços inicialmente cotados são fixos e irrevogáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição dos produtos, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Contratada, nos termos da legislação vigente;

**12.3** O reajuste será promovido levando-se em conta apenas o saldo não consumido, e não servirá, em hipótese alguma para ampliação de margem de lucro;

**12.4** O reajustamento apenas será efetuado no caso de o Contratante demonstrar através de Notas Fiscais do distribuidor o preço praticado anteriormente e o atual.

**12.5** A recomposição de preços não ficará adstrita a aumento devendo, o fornecedor repassar ao município as reduções que possivelmente venham ocorrer em seus respectivos percentuais;

**12.6** Tais recomposições poderão ser espontaneamente ofertadas pelo fornecedor ou requeridas pelo município.

**13 - DA CONTRATAÇÃO**

**13.1** Após a homologação do resultado, a licitante vencedora será intimada para assinatura do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na cláusula 20, deste Edital.

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.

CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48

Fone/Fax (0xx49) 3675-3200 – E-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br)



Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**13.2** Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidas, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela propostas, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

**14 – DA PRESTAÇÃO DA ENTREGA DOS OBJETOS**

**14.1** Os produtos deverão ser entregues no Departamento de Assistência Social, mediante ordem de compra, emitida pelo departamento responsável;

**15 - DA FISCALIZAÇÃO**

**15.1** Fica a cargo do Departamento de Assistência Social, o acompanhamento e a fiscalização dos objetos fornecidos e anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à (s) empresa (s) fornecedora (s) dos produtos os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma.

**16 - DO PAGAMENTO**

**16.1** O Pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega das mercadorias solicitadas e mediante apresentação de Nota Fiscal.

**16.2** Se a nota fiscal for apresentada com erro, a mesma será devolvida à licitante para retificação e reapresentação, reiniciando-se o prazo de pagamento;

**17 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**17.1** As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta do MUNICÍPIO DE RIQUEZA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL:

I - CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL	07
Unidade Orçament.	Fundo Municipal de Assistência Social	01
Função	ASSISTENCIA SOCIAL	08
Subfunção	ASSISTENCIA COMUNITARIA	244
Programa	ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	0007
Atividade	Manutenção Dpto. De Assistência Social	2.008
Fonte	Recursos Ordinários	0100

**II – CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE**

3.3.90.32.03.00.00 – Gêneros de Alimentação

**18 - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA**

**18.1** A empresa vencedora obriga-se a:

- Responsabilizar-se pelas despesas com salários, encargos sociais, trabalhistas e fiscais de seus empregados, quando colocados a serviços, não cabendo a Contratante, qualquer espécie de responsabilidade presente e futura.
- Responder em relação a terceiros, pelos danos que seus empregados possam vir causar em decorrência de negligência, imprudência e imperícia, na forma da Lei.
- Fornecer ao Município sempre que solicitadas informações e/ou esclarecimentos sobre a entrega dos produtos.
- Entregar os produtos mensalmente entre os dias 01 e 05 no Departamento de Assistência Social;
- Cumprir todas as demais obrigações constantes neste Edital.

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.

CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48

Fone/Fax (0xx49) 3675-3200 – E-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br)





Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**19 - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO****19.1** - Uma vez firmada a contratação, o Município se obriga a:

- a)** Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Edital;
- b)** Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a(s) licitante(s) vencedora(s), anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da(s) licitante(s) vencedora(s);
- c)** Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital, e Contrato a ser firmado entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;
- d)** Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**20- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS****20.1** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE RIQUEZA, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a)** Advertência;
- b)** Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c)** Rescisão Contratual;
- d)** Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE RIQUEZA;
- e)** Declaração de inidoneidade.

**20.2** A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE RIQUEZA.**20.3** À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.**20.4** A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE RIQUEZA, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE RIQUEZA.**20.5** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE RIQUEZA pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.**20.5.1** A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a)** Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b)** À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato.

**20.6** No caso de haver procedimentos administrativo instaurado, a proponente participante poderá ser notificada através do endereço eletrônico fornecido para retirada de edital ou via correio com aviso de recebimento**21 - DA RESCISÃO**

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.

CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48

Fone/Fax (0xx49) 3675-3200 – E-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br)





Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**21.1** A inexecução total ou parcial dos objetos a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

**21.2** A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal n.º 8.666/93 poderá ser:

**21.2.1** Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal n.º 8.666/93;

**21.2.2** Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

**21.2.3** Judicial, nos termos da legislação.

**21.3** Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

**22 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

**22.1** Qualquer pessoa poderá questionar solicitar informações ou impugnar este Edital de Pregão Presencial, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública de Pregão, devendo o Município, através do Pregoeiro Oficial, julgar e responder sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

**22.2** Acolhida a petição contra o edital, será designada nova data para realização do certame.

**23 – DA ACEITABILIDADE DOS PRODUTOS LICITADOS**

**23.1** Somente serão aceitos os produtos conforme especificações identificadas na cláusula 2 do presente edital e mediante formalização de ordem de compra ou instrumento de contrato e dentro dos prazos previsto para sua vigência;

**23.2** Os pagamentos dos produtos licitados serão efetivados mediante condições expressas no presente edital;

**23.3** Não serão aceitos produtos com data de validade inferior a 90(noventa) dias, contados da data de recebimento dos produtos, sob pena de devolução dos mesmos para efetiva(s) substituição(es), podendo ser aplicado ao proponente as penalidades cabíveis, conforme determina a legislação.

**24 – DOS PODERES DO PREGOEIRO**

24.1 coordenar o processo licitatório;

24.2 receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável;

24.3 conduzir a sessão pública;

24.4 verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

24.5 dirigir a etapa de lances;

24.6 verificar e julgar as condições de habilitação;

24.7 receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

24.8 indicar o vencedor do Pregão;

24.9 adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

24.10 conduzir os trabalhos da Equipe de Apoio; e

24.11 encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.

CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48

Fone/Fax (0xx49) 3675-3200 – E-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br)



Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

24.12 O pregoeiro poderá, ainda, a qualquer momento:

24.12.1 estabelecer parâmetros mínimos para formulação dos lances;

24.12.2 estipular tempo para formulação dos lances;

24.12.3 advertir as proponentes participantes, enfim, praticar todos os atos cabíveis para o bom andamento da sessão.

**25 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**25.1** As pessoas físicas licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação;

**25.2** Caso exista algum fato que impeça a participação de qualquer licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou estiver em regime de falência, este fica desde já impedido de participar da presente licitação;

**25.3** A apresentação da proposta de preços corresponderá à indicação por parte do licitante de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio do disposto no art. 97 da Lei Federal nº 8.666/93;

**25.4** A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato supervenientes devidamente comprovadas, ou anuladas, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, com a devida justificação;

**25.5** Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos ao presente certame;

**25.6** A licitante vencedora fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal N.º 8.666/93;

**25.7** Realizado o procedimento licitatório, com a observação de todas as formalidades legais, o resultado será comunicado aos licitantes na própria sessão de julgamento e, caso não houver interposição de recurso, será efetuada a adjudicação pelo Pregoeiro e submetidos ao Prefeito Municipal para homologação do certame;

**25.8** A Equipe de Apoio e o Pregoeiro dirimirão as dúvidas concernentes às especificações técnicas e demais esclarecimentos acerca do objeto desta licitação, desde que arguidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura dos envelopes;

**25.9** As informações poderão ser solicitadas via fax ou e-mail, estando o Pregoeiro e Equipe de Apoio disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 07:45 às 11:45 horas e das 13:30 às 17:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal de Riqueza, sito na Rua João Mari, n.º 55, com Dirce Heinsohn, no setor de Compras e Licitações, Fone/fax (49) 3675-3200.

**25.10** Fazem parte integrante deste Edital os seguintes Anexos: Anexo I – Carta de Apresentação Proposta Comercial, Anexo II – Modelo de Credenciamento; Anexo III – Modelo de Declaração para Habilitação; Anexo IV – Modelo de Declaração de Idoneidade; Anexo V – Modelo de Declaração de Menor; Anexo VI – Declaração Servidor, Anexo VII – Minuta de Contrato.

**25.11** Para conduzir a presente licitação ficam designados os servidores nomeados pela Portaria Municipal do Exmo. Sr. Prefeito Municipal;

**25.12** O presente Edital está condicionado as normas legais constantes na lei n.º 10.520/02 aplicando-se paralelamente a Lei Federal nº 8.666/93, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 e em especial pelo contido neste Edital.

**26. DO FORO:**

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.

CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48

Fone/Fax (0xx49) 3675-3200 – E-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br)



Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**26.1** Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Mondai, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

Riqueza/SC, 10 de fevereiro de 2021.

**Renaldo Mueller**  
**Prefeito Municipal**

---

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.  
CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48  
Fone/Fax (0xx49) 3675-3200 – E-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br)



Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 188/2021**  
**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 08/2021**

**ANEXO I**

**PROPOSTA COMERCIAL**

<b>EMPRESA:</b>			
<b>ENDEREÇO:</b>			
<b>CNPJ:</b>		<b>IE:</b>	
<b>BANCO:</b>			
<b>AGÊNCIA:</b>			
<b>CONTA COR.</b>			
<b>E-mail</b>			

Carimbo CNPJ

Apresentamos nossa proposta para entrega dos produtos a seguir:

Item	Unid	Descrição do Objeto	Quant Mensal	Valor. Unit.
1	Pct	Cesta básica Projeto Riqueza Florida.	25	

**Composição da Cesta:**

Item	Unid	Descrição do Objeto	Marca de referência*	Quant por Cesta	Valor	Total
<b>TOTAL</b>						R\$
1.	Und	Achocolatado embalagem com 800g. Ingredientes: Açúcar, Cacau em Pó, Maltodextrina, Minerais (Cálcio e Ferro), Vitaminas (A, B1, B2, Niacina, B6, B12, Ácido Pantotênico e Biotina), Emulsificante Lecitina de Soja, Aromatizante e Antioxidante Ácido Ascórbico.	Choco mil	1,00		
2.	Pct	Açúcar cristal, de primeira qualidade, branco, especial, peneirado, isento de fermentações, matérias terrosas, parasitas e detritos animais e vegetais. Acondicionado em embalagem plástica, atóxica, íntegra, resistente, vedada hermeticamente, contendo 5 kg. Deverá conter os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número do lote, data de fabricação e de validade. O produto deve estar de acordo com as normas de saúde/sanitárias vigentes (ANVISA, SIF, INMETRO e outras).	Alto Alegre, Estrela ou Santa Isabel	1,00		

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.

CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48

Fone/Fax (0xx49) 3675-3200 – E-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

## Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

3.	Pct	Arroz parboilizado, tipo 1, classe longo fino, constituídos de grãos inteiros, com teor de umidade máxima 15% (g /100 g), isento de sujidades, parasitas, mofo, odores estranhos, substâncias nocivas, matérias terrosas e materiais estranhos. Embalado em saco plástico transparente e atóxico, limpo, resistente e íntegro. Deve conter selo aprovado pela ABIAP (Associação Brasileira das Indústrias de Arroz Parboilizado). Embalagem de 5 kg.	Marx, Panelaço ou Kiarroz	2,00		
4.	Pct	Biscoito doce tipo rosquinha amanteigado, sem recheio, sabor chocolate, coco, leite, nata, etc., livre de gordura trans, empacotado em plástico atóxico, termosselado, isento de bolores, substâncias nocivas, odores e sabor estranhos ao seu aspecto normal. Embalagem de 720 gramas.		2,00		
5.	Pct	Bolacha tipo Biscoito doce, tipo maria, tradicional, livre de gorduras trans Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, amido, açúcar invertido, sal, soro de leite em pó, fermentos químicos bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônio, emulsificante lecitina de soja, aromatizantes, acidulante ácido láctico e melhorador de farinha metabissulfito de sódio.740 grs	Casaredo, Parati ou Isabella	2,00		
6.	Und	Café, solúvel granulado, apresentação pó, embalagem de vidro, contendo 200 gramas. O produto deverá ter registro no Ministério da Saúde e atender a Resolução RDC nº 277, de 22 de setembro de 2.005, da Anvisa. Embalagem de vidro com tampa plástica, contendo data de fabricação e prazo de validade.	Amigo, Pelé ou Iguaçu	1,00		
7.	Kg.	Carne bovina moída de primeira (exceto carne em rolete/tubo). Sem osso, pouca gordura, embalagem plástica transparente, contendo no rótulo: identificação do produto, marca do fabricante, peso, data de fabricação e de validade. Com certificado da vigilância sanitária.	Flach	2,00		
8.	Und	Creme dental - 90 grs. Sorbitol, Água, Sílica Hidratada, Laurilsulfato De Sódio, Sabor, Peg-12, Goma De Celulosa, Cocamidopropil Betaina, Sacarina Sódica, Fluoruro De Sódio, Ci 19140, Ci 15510, Alcool Bencilico, Dipenteno, Eugenol, Linalol. Contém Fluoreto De Sódio (1000 Ppm De Flúor).	Soriso, Colgane ou Closeup	1,00		
9.	Und	Detergente 500ml Composição: Alquil benzeno sulfonado sódio linear, alquil benzeno sulfonato de trietanolamina, lauril éster sulfato de sódio, sulfato de magnésio, EDTA, formol, corante, perfume e água, Contém tensoativo biodegradável	YPE	2,00		
10.	Und	<b>Doce de fruta cremoso 400gr</b> "tipo schmier". <b>Ingredientes:</b> polpa de fruta, açúcar, glicose, acidulante ácido láctico, estabilizante pectina e		1,00		

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.

CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48

Fone/Fax (0xx49) 3675-3200 – E-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

		conservador sorbato de potássio. <b>não contém glúten.</b>				
11.	Und	Farinha de milho fina, fubá enriquecido com ferro e ácido fólico. Embalagem de 1 kg.	Realta, São Domingos e Sananduva.	2,00		
12.	Pct	Farinha de trigo especial tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico. Não deverá apresentar cor escura ou mistura com outras farinhas, formação de grumos (umidade), resíduos ou impurezas, nem rendimento insatisfatório. O rótulo deve conter informações do fabricante, lote do produto e tabela com informações nutricionais. Embalagem de 5 kg	Realta, São Domingos e Marx	2,00		
13.	Kg.	Feijão preto, tipo 1, safra nova. Deve conter 98% de grãos inteiros e íntegros. Sem mofo, bolor, caruncho, impurezas (grãos partidos e pedras). Embalagem plástica, transparente, atóxica e resistente. A embalagem deve apresentar lote do produto, safra, e Registro no órgão competente. Pacotes de 01 kg	Azulão, Cantu, ou Tozzo	2,00		
14.	Und	Fermento biológico instantâneo seco, embalado a vácuo, pacote com 125 gramas.	Pakmaya	1,00		
15.	Und	Fermento químico, em pó, para elaboração de bolos. embalagem: intacta, condicionadas em latas de 100g peso líquido. fabricação: máximo de 60 dias. validade: mínimo de 8 meses.	Apti	1,00		
16.	kg	FRANGO INTEIRO, Apresentação: Congelado e embalado em plástico resistente.	Sadia, Aurora ou Modelo	3,00		
17.	L	Leite líquido integral, homogeneizado, submetido ao processo de ultra pasteurização, esterilizado (UHT), longa vida, contendo marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido; ter registro no MA e/ou MS. Embalagem tetra pack de 1 litro.	Realta	6,00		
18.	Kg.	Macarrão. Ingredientes: sêmola de trigo, fortificada com ferro e ácido fólico, corantes naturais: urucum e curcuma). Não deve apresentar sujidades, bolor, manchas ou fragilidades. Com data de fabricação recente e prazo de validade mínimo de 4 meses após a entrega. A embalagem deve estar intacta, acondicionado em pacotes de 1 kg.	Casaredo, Parati ou Isabella	3,00		
19.	Und	Óleo de soja refinado, de primeira qualidade, 100% natural; comestível; extrato refinado, acidez máxima de 0,6 mg KOH/g, isento de gorduras trans. (Embalagem 900 ml). Embalagens: Embalagem em polietileno tereftalado (PET), original do fabricante, de 900ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, quantidade do produto. Legislação: Resolução RDC nº 270, de 22 de setembro de 2005.	Soya, Concórdia ou Liza	3,00		
20.	Dz	Ovos de galinha vermelhos grandes, de	Pedal	2,00		

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.

CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48

Fone/Fax (0xx49) 3675-3200 – E-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br)



Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

		primeira qualidade, frescos, com casca firme, intacta, lisa e limpa; isento de aditivos ou substâncias estranhas ao produto que sejam impróprias ao consumo. Inspecionado pelo Ministério da Agricultura. Deve ser entregue em embalagem de dúzia, em caixa atóxica, devidamente rotulada, conforme legislação vigente.				
21.	Pct	Papel Higiênico Branco Folha simples de alta qualidade Composição 100% fibras celulósicas - pcte. c/ 04 rolos de 60 m.	Mili, Fofinho ou Stylus	1,00		
22.	Und	Sabonete em barra com no mínimo - 90 grs.	Palmolive, Sensus ou Lux	3,00		
23.	Kg.	Sal refinado, iodado ou iodatado. (Embalagem 1 Kg). Embalagens: Plástico de polietileno, transparente original do fabricante, de 1 kg. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote data de fabricação, quantidade do produto, número de registro	Garça, Apollo ou cinco Estrelas	1,00		
24.	Kg	Salsicha Carne mecanicamente separada de frango, gordura suína, carne suína, água, carne de peru, proteína isolada de soja, fécula de mandioca, sal, maltodextrina, condimentos naturais, INS 250) e corante urucum	Frimesa	2,00		
25.	Und	Shampoo – embalagem com 325 ml.	Skala	1,00		
<b>TOTAL</b>				<b>R\$</b>		

\* Só serão aceitas marcas diferentes das de referência se comprovado documentalmente qualidade igual ou superior e com aprovação do Departamento de Assistência Social.

**Valor total da proposta: R\$ (valor por extenso).**

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

**VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: 60 (sessenta) dias.**

**(Conforme Cláusula 6, alínea “d” edital.)**

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do  
representante e carimbo

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.  
CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48  
Fone/Fax (0xx49) 3675-3200 – E-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br





Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 188/2021  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2021****ANEXO II****MODELO DE CREDENCIAMENTO**

A empresa . . . . ., inscrito no CNPJ nº . . . . ., com sede à . . . . ., neste ato representada pelo(s) diretores ou sócios, com qualificação completa (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu Procurador o Senhor (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere amplos poderes para junto ao Município de Riqueza - SC, praticar os atos necessários com relação ao Processo Licitatório nº 188/2021, Edital de Pregão Presencial nº 08/2021, usando dos recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, e em especial, para esta licitação.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2021.

\_\_\_\_\_  
Carimbo e Assinatura do Credenciante

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.  
CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48  
Fone/Fax (0xx49) 3675-3200 – E-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br)



Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 188/2021**  
**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 08/2021****ANEXO III****DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**

DECLARAMOS para fins de participação no **PROCESSO LICITATÓRIO N° 188/2021**, na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL N° 08/2021**, que atendemos plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na cláusula V, do edital.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2021.

\_\_\_\_\_  
Carimbo e Assinatura do Representante Legal

\_\_\_\_\_  
Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.  
CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48  
Fone/Fax (0xx49) 3675-3200 – E-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br)



Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 188/2021  
PREGÃO PRESENCIAL N° 08/2021****ANEXO IV****DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

Declaro, sob as penas da lei, para fins desta licitação, que a empresa/pessoa física \_\_\_\_\_ não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do Art. 87 da Lei 8.666/93, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente a entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e econômica - financeira).

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.

CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48

Fone/Fax (0xx49) 3675-3200 – E-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 188/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2021****ANEXO V****DECLARAÇÃO DE EMPREGO DE MENORES DE IDADE**

A empresa \_\_\_\_\_,  
inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermediário de seu representante  
legal o(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador da  
carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, declara para o  
fim do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido  
pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em  
trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo os  
maiores de 14 anos na condição de aprendiz.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.

CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48

Fone/Fax (0xx49) 3675-3200 – E-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 188/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2021****ANEXO VI****DECLARAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO**

A empresa ....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº ...../.....-....., com sede na ....., nº, bairro ....., Município de ....., Estado de ....., CEP .....-....., neste ato representada pelo Sr. ...., (qualificação completa)....., residente e domiciliado na ....., nº, bairro ....., Município de ....., Estado de ....., CEP .....-....., **DECLARA**, sob as penas da Lei, **que não se enquadra nas hipóteses de impedimentos do art. 89 e Parágrafo Único da Lei Orgânica do Município de Riqueza.**

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2021.

\_\_\_\_\_  
Carimbo e Assinatura do Representante Legal

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.  
CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48  
Fone/Fax (0xx49) 3675-3200 – E-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 188/2021**  
**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 08/2021**

**ANEXO VII**

**MINUTA DO INSTRUMENTO DE CONTRATO**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N°**

O **MUNICÍPIO DE RIQUEZA**, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua João Mari, 55, inscrito no CNPJ sob n.º 95.988.309/0001-48, neste ato representado por seu Prefeito de Riqueza/SC, Sr. **RENALDO MUELLER**, brasileiro, casado, agente político, inscrito CPF n.º 526.329.119-15 e RG n.º 1.658.176, residente e domiciliado na Avenida José Bressan, 2277, Centro do Município de Riqueza, Estado de Santa Catarina, CEP 89.895-000, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal n.º 10.520/02 aplicando-se paralelamente a Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pela Lei Federal n.º 8883/94 e **PROCESSO LICITATÓRIO N° 188/2021**, na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL N° 08/2021**, resolvem contratar o objeto do presente pelas seguintes cláusulas que seguem:

**CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1** Aquisição estimada de gêneros alimentícios, produtos de limpeza e higiene, para cesta básica, para famílias carentes conforme programa criado pela lei 0353, de 19/08/2005, de acordo com as especificações constantes no Edital e seus anexos e conforme especificações e quantitativos que seguem:

Item	Und.	Descrição Objetos:	Marca	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$

**CLÁUSULA SEGUNDA- DAS CONDIÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS.**

**2.1** O valor total do presente instrumento de contrato será de R\$.\_\_\_\_\_, incluindo-se nele frete, tributos e demais custos e de acordo com o processo Licitatório N.º 188/2021, na modalidade de Pregão Presencial n.º 08/2021.

- a)** O valor do presente contrato não será reajustado, salvo condições estabelecidas na legislação federal.
- b)** O pagamento será em moeda corrente nacional e efetuado à vista após a entrega das mercadorias solicitadas e mediante apresentação de Nota Fiscal.
- c)** O presente Instrumento de Contrato a ser firmado entre a licitante adjudicada e o município terá sua vigência até **31 de dezembro de 2021**, contado a partir de sua assinatura.
- d)** Os pagamentos e as despesas decorrentes do presente contrato ocorrerão a conta dos seguintes elementos orçamentários:

I - CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL	07

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.  
 CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48  
 Fone/Fax (0xx49) 3675-3200 – E-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

Unidade Orçament.	Fundo Municipal de Assistência Social	01
Função	ASSISTENCIA SOCIAL	08
Subfunção	ASSISTENCIA COMUNITARIA	244
Programa	ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	0007
Atividade	Manutenção Dpto. De Assistência Social	2.008
Fonte	Recursos Ordinários	0100

**II – CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE**

3.3.90.32.03.00.00 – Gêneros de Alimentação

**2.2** A contratada declara ter examinado em detalhe a documentação objeto do presente contrato e possuir condições de executá-los preços apresentados.

**CLÁUSULA TERCEIRA-DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**3.1** A entrega dos produtos licitados deverá ser no Departamento de Assistência Social entre os dias 01 e 05 de cada mês.

**3.2** Responder danos que possam afetar a Licitante ou a terceiros em qualquer caso, durante a entrega dos produtos, bem como a reparação ou indenização sem ônus ao Município;

**3.3** Conduzir a entrega dos produtos com estrita observância do contido no Edital de Licitação n.º 188/2021;

**3.4** Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto contratado e andamento da entrega dos produtos;

**3.5** O presente instrumento de contrato não será de nenhuma forma, fundamento para a Constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a EMPRESA colocar a serviço;

**3.6** É da contratada a responsabilidade pelos danos que possam afetar o MUNICÍPIO ou terceiros em qualquer caso, durante a execução do objeto contratado, bem como custo para a reparação dos mesmos;

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

**4.1** Cabe a Secretaria de Assistência Social fazer fiscalização desde o início até o recebimento definitivo dos produtos licitados;

**4.2** Transmitir por escritas determinações sobre possíveis modificações.

**4.3** Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas;

**4.4** Cumprir as condições de pagamento;

**4.5** Modificar, rescindir e fiscalizar unilateralmente o termo de contrato, para melhor adequação as finalidades de interesse público, respeitando os direitos da Empresa.

**CLÁUSULA QUINTA - ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**5.1** O contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo município, ficando a EMPRESA obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

**5.2** Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de dispositivos legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos conforme o caso.

**5.3** O presente contrato poder ser aditado ou rescindido conforme o interesse da administração de acordo com o que diz a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.

CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48

Fone/Fax (0xx49) 3675-3200 – E-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br





Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES**

**6.1** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE RIQUEZA, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE RIQUEZA;
- e) Declaração de inidoneidade (modelo Anexo IV);

**6.2** A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE RIQUEZA.

**6.3** À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

**6.4** A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE RIQUEZA, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE RIQUEZA.

**6.5** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE RIQUEZA pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

**6.5.1** A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato.

**6.6** No caso de haver procedimentos administrativo instaurado, a proponente participante poderá ser notificada através do endereço eletrônico fornecido para retirada de edital ou via correio com aviso de recebimento

**CLÁUSULA SÉTIMA-DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**7.1** Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem o consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos;

**7.2** Quaisquer modificações e/ou alteração no objeto, correspondente ajuste será efetuado a qualquer dia, comunicando com antecedência de 02 dias;

**7.3** Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este Instrumento de Contrato, serão formalizados por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário; o que constituirá prova de sua efetiva entrega;

**7.4** Os casos omissos a este Instrumento de Contrato, reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria da Lei Federal nº 10.520/02, complementada pela Lei Federal nº 8.666/93 e atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 e demais normas pertinentes a matéria.

**7.5** O presente será juntado aos autos do processo Licitatório n.º 188/2021, bem como, no mesmo, será registrado todas as ocorrências e decididos as controvérsias administrativas.

**7.6** Ficam fazendo parte integrante do presente, como se aqui estivessem transcritas, as cláusulas fixadas na licitação na modalidade de Pregão Presencial n.º 08/2021.

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.

CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48

Fone/Fax (0xx49) 3675-3200 – E-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br)



Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

7.7 O MUNICÍPIO rejeitará, no todo ou em parte, os produtos pela empresa em desacordo com o instrumento de contrato;

7.8 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o instrumento contratual, aceitar ou rejeitar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo município, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas, referidas na Seção Administrativa, da Lei Federal nº 10.520/ e nº 8.666/93.

7.9 Os casos de má qualidade ou defeito dos produtos serão acusados e regulados nos disposto a Lei 8.078, de 11/09/90, do Código de Proteção ao Consumidor;

7.10 A afirmação falsa ou enganosa, omissão sobre a natureza, característica, qualidade, quantidade, segurança, desempenho, durabilidade, preço ou garantia dos produtos, tipificarão crime conforme no disposto no art. 18, inscrito na Seção III, sob rubrica "Da Responsabilidade por Vício do Produto e do Serviço" e as do art. 66, incrustadas no Título II "Das Infrações Penais" do Código de proteção ao Consumidor.

**CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO**

8.1 O presente Instrumento de Contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou conveniência administrativa, recebendo a Contratada somente o valor dos produtos já entregues, não lhe sendo devido qualquer outro valor a título de indenização ou a qualquer outro título presente ou futuramente sob qualquer alegação ou fundamento.

8.2 Em caso de inexecução contratual prevista no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, por culpa do contratado, fica estabelecida a multa de 10% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais.

8.3 Presume-se culpa do contratado a ocorrência das hipóteses descritas nos incisos I a XI do referido artigo supra mencionado.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

9.1 Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Mondai, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Riqueza, SC,      de      de 2021.

\_\_\_\_\_  
**RENALDO MUELLER**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

\_\_\_\_\_  
**CONTRATADA**

TESTEMUNHAS

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.  
CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48  
Fone/Fax (0xx49) 3675-3200 – E-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br)

# Rodeio

## PREFEITURA

### DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5550

Publicação Nº 2868085

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5550 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2021

ESTABELECE, POR TEMPO INDETERMINADO, HORÁRIO NOS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DA DIRETORIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E ESTRADAS DE RODAGEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALCIR FERRARI, Prefeito de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 71 da Lei 677 de 31 de maio de 1989;

DECRETA:

Art. 1º- Fica estabelecido, por tempo indeterminado, a partir do dia 15 de fevereiro de 2021, horário de trabalho para os serviços públicos municipais aos servidores subordinados a Diretoria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Estradas de Rodagem, conforme segue:

I – Horário de Expediente:

De segunda-feira a sexta-feira: das 6h30min às 13h30min

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 15 de fevereiro de 2021.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 09 de fevereiro de 2021.

VALCIR FERRARI

Prefeito Municipal de Rodeio/SC

O Decreto Executivo Municipal N.º 5550/21, foi publicado no mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrado em 09 de fevereiro de 2021.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4  
Secretaria Executiva

### EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL 03/2021

Publicação Nº 2867330

Estado De Santa Catarina - Município de Rodeio - Aviso de licitação - pregão presencial nº 03/2021 - menor preço. Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços na secretaria municipal de saúde, especificamente em sistemas de informação SIA, CNES, E-SUS, BPA/MAC, AIH, APAC, DIGISUS-GESTOR, dentre outros do ministério da saúde e secretaria de estado de saúde para atender as necessidades do fundo municipal de saúde do município de Rodeio. Fim da entrega de propostas: às 08h30min do dia 02/03/2021. Informações sobre o edital serão prestadas através do e-mail pmcomp@terra.com.br ou pelo fone 47 – 33840161, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, em dias úteis. Rodeio 17 de fevereiro de 2021. Valcir Ferrari - Prefeito Municipal

### EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 96/2020

Publicação Nº 2867270

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº do Termo Aditivo: 2º

Nº da Ata de Registro de Preços: nº 96/2020.

Objeto da Ata: contratação de empresa para a aquisição de combustíveis, com fornecimento na bomba, conforme a demanda, para abastecimento da frota de veículos do município de Rodeio para o ano de 2021.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial 37/2020.

Partes: Município de Rodeio e a empresa Auto Posto Médio Vale Eireli.

Objeto e Justificativa do Aditamento: readequação dos preços registrados.

Valor da gasolina comum: de R\$ 4,714 para R\$ 4,875.

Data da Assinatura: 16/02/2021.

Vigência do Aditamento: 12/02/2021 a 31/12/2021.

Endereço do Contratado: Rua Nova Brasília, Bairro Glória, Rodeio SC.

# Romelândia

## PREFEITURA

### PORTARIA 10269/2021

Publicação N° 2867483

PORTARIA N° 10269/2021

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUAREZ FURTADO, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR a pedido Servidor Público Municipal, Sr. GEAN CARLOS PERONDI, cargo de carreira MOTORISTA - CNH "C", 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 17 de fevereiro de 2021.

Juarez Furtado

Prefeito Municipal de Romelândia

Representado neste ato por

Maiara Francieli Haas

Secretária de Administração e Fazenda

(Designada pelo Decreto 4.367/2021)

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

**DECRETO Nº 4.368/2021**

Publicação Nº 2868254



Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA****DECRETO Nº 4.368/2021****DISPÕEM SOBRE A SUSPENSÃO E O RETORNO  
REMOTO E PRESENCIAL DAS AULAS NA REDE DE  
ENSINO DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

**JUAREZ FURTADO**, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a legislação vigente:

DECRETA:

**Art. 1º.** Fica pelo presente Decreto, em razão da situação gerada pelo vírus COVID-19, suspensa em todo território municipal as aulas presenciais até o dia 01/03/2021.

**Art. 2º.** Fica estabelecido o início das aulas na rede municipal de ensino referente ao ano letivo de 2021 na data do dia 22/02/2021.

**Art. 3º.** A fim de dar início às aulas, fica estabelecido que no período de 22/02/2021 à 28/02/2021 as aulas deverão ocorrer na forma remota, sendo que a partir do dia 01/03/2021, fica estabelecida o retorno das aulas na modalidade presencial.

**Art. 4º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º.** Revogam-se as disposições em contrário.

Romelândia/SC, 17 de fevereiro de 2021.

**JUAREZ**

**FURTADO:43036503900**

Assinado de forma digital por  
JUAREZ FURTADO:43036503900  
Dados: 2021.02.17 15:54:01 -03'00'

**Juarez Furtado**

**Prefeito Municipal de Romelândia**

Registrado e Publicado em data supra.

Maiara Francieli Haas - Secretária Municipal de Administração e Fazenda

[www.romelandia.sc.gov.br](http://www.romelandia.sc.gov.br)

Rua 12 de Outubro, 242 - Fone 49. 3624.1000 | CNPJ 82.821.182/0001-26 | 89908-000 ROMELÂNDIA - SC

# Saltinho

## PREFEITURA

### PREGÃO 08/2021 ERRATA

Publicação Nº 2867345

ESTADO DE SANTA CATARNA  
MUNICÍPIO DE SALTINHO  
Aviso de Licitação

#### ERRATA

Processo N.º 010/2021 - Pregão Presencial com Registro de Preços nº 008/2021

O Município de Saltinho – SC, torna público aos interessados que encontra-se aberto o PREGÃO PRESENCIAL 008/2021 – decorrente do PROCESSO 010/2021, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE. De acordo com as especificações contidas no Edital, disponível no Setor de Licitações. O recebimento dos Envelopes Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados e 7CREDENCIAMENTO dar-se-á até às 07:H30MIN DO DIA 05 DE MARÇO DE 2021, no Setor de Licitações deste Município, sito a Rua Álvaro Costa nº 545, Saltinho - SC. A abertura dos Envelopes n. 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 07:H45MIN DO DIA 05 DE MARÇO DE 2021, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações do Município de Saltinho/SC. Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente pelo fone (49) 3656.0044, ou diretamente no Setor Administrativo sito Rua Álvaro Costa nº 545, Saltinho - SC, 17 de fevereiro de 2021.. Edimar Noronha de Freitas - Prefeito Municipal

# Salto Veloso

## PREFEITURA

### ERRATA – TERMO ADITIVO Nº 001 DO CT Nº 0017/2020

Publicação Nº 2867637

Errata – Termo Aditivo Nº 001 do CT nº 0017/2020.

#### ERRATA

Informamos que o “Termo Aditivo Nº 001 do CT nº 0017/2020”, foi publicado com erro na edição 3380, veiculado em 22 de janeiro de 2021, no Diário Oficial dos Municípios.

Sendo o Conteúdo Correto do Contrato Administrativo conforme segue:

#### TERMO ADITIVO N.º 001

#### CT Nº 0017/2020

O presente Termo Aditivo modifica em comum acordo entre as partes interessadas o Contrato de Trabalho Nº 0017/2020, sendo de um lado o Município de Salto Veloso/SC, neste ato representado pelo Prefeito NEREU BORGHA, denominado CONTRATANTE, e de outro lado ADRIANO JOSÉ DE MELLO, denominado CONTRATADO, os quais fixam normas aditivas ao contrato supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª. Fica prorrogado o prazo para o encerramento do presente contrato de trabalho até a data de 05 de julho de 2021, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado, conforme previsto na Clausula VIII do Contrato de Trabalho Nº 0017/2020.

Amparo Legal: artigo 2º, inciso V, da Lei nº. 1.516/2014.

Justificativa: Prorrogação do contrato se justifica em razão de substituição de servidor efetivo transitoriamente afastado de suas funções decorrente de licença para tratamento de saúde, servidor Evainer Santian, Motorista Classe II, nomeado para o cargo pela Portaria nº. DP 007/2002.

Cláusula Aditiva 2ª. O presente termo aditivo surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos do contrato originário.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo de Contrato de Trabalho em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 04 de janeiro de 2021.

NEREU BORGHA  
Prefeito Municipal  
Contratante

ADRIANO JOSÉ DE MELLO  
Motorista Classe II  
Contratado

Robinson Andrei Gotardo  
Advogado – OAB/SC 31.370  
Matrícula 1.207

#### TESTEMUNHAS:

Eduardo Akio Yamamoto  
CPF: 072.790.249-04

João Paulo da Silva  
CPF: 049.552.459-00

### PORTARIA Nº 140/2021

Publicação Nº 2869496

PORTARIA Nº. 140, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021.

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NEREU BORGHA, Prefeito Municipal de Salto Veloso - SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 016/2010 de 23/12/2010, alterada pela Lei 031/2014 de 19 de dezembro de 2014,

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder a Função Gratificada – FG-4 para o servidor SILVANO ZAMBONI, para exercer as funções de Fiscal de Jornada de Trabalho e Patrimônio da Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 10 de fevereiro de 2021.

NEREU BORGHA  
Prefeito Municipal



**PORTARIA N° 141/2021**

Publicação N° 2869498

PORTARIA N° 141 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021.

ADMISSÃO DE SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO NO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NEREU BORGA, Prefeito Municipal em exercício de Salto Veloso - SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei N° 1516 de 10 de outubro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir a Sra. RAFAELA DOS SANTOS para prestar serviços em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, na função de Professor I (Educação Física), 20 horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 12 de fevereiro de 2021.

NEREU BORGA

Prefeito Municipal

**PORTARIA N° 142/2021**

Publicação N° 2869501

PORTARIA N° 142 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

EXONERA SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DO QUADRO DE PESSOAL.

NEREU BORGA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO - SC, usando da competência da Legislação em vigor:

RESOLVE:

Art 1º. Fica exonerada a pedido, a partir de 15 de fevereiro de 2021, a Sra. FATIMA LUDWIG, do cargo de Professor I (Pedagogo), admitida em caráter temporário pela Portaria N° 363/2020, lotada na Secretaria de Educação.

Art 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 15 de fevereiro de 2021.

NEREU BORGA

Prefeito Municipal

**PORTARIA N° 143/2021**

Publicação N° 2869503

PORTARIA N° 143 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA DO QUADRO DE PESSOAL.

NEREU BORGA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO - SC, usando da competência da Legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 15 de fevereiro de 2021 a 16 de março de 2021, totalizando 30 dias de férias à servidora CAMILA ZONIN do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 05/05/2019 a 04/05/2020, correspondente a 30 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 15 de fevereiro de 2021.

NEREU BORGA

Prefeito Municipal

# Santa Cecília

## PREFEITURA

### SÉTIMO TERMO ADITIVO À ATA CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2021

Publicação Nº 2868545

#### SÉTIMO TERMO ADITIVO À ATA CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2021

Pelo presente instrumento de Termo Aditivo, que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.997.237/0001-41, com sede na Rua João Goetten Sobrinho, nº 555, Centro, na cidade de Santa Cecília-SC, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Sra. ALESSANDRA APARECIDA GARCIA, brasileira, fonoaudióloga, portadora da Carteira de Identidade nº 2.667.655 inscrita no CPF sob o nº 848.094.859-00, residente e domiciliada na Rua Alceu Allage, 140, Bairro Adolfo Correia da Silva, na cidade de Santa Cecília-SC, de ora em diante neste instrumento contratual simplesmente denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa CESCA & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 80.979.107/0003-24, com sede na Rodovia BR-116, KM-129, s/n, interior da cidade de Santa Cecília-SC, neste ato por seu representante legal, Sr. JAIME CESCA, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 1.337.488 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 509.623.459-20, residente e domiciliado na Rua Augustinho Rodrigues de Abreu, nº 94, Bairro Monte Alegre, na cidade de São Cristóvão do Sul-SC, de ora em diante simplesmente denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2021, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

RESOLVEM firmar o presente TERMO ADITIVO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO TERMO ADITIVO – O presente Termo Aditivo tem por objeto o aumento do valor do litro de combustíveis, em razão da elevação do custo do item 3, conforme justificativas e documentação apresentadas pela CONTRATADA, as quais fazem parte integrante do presente, passando a terem novos valores de fornecimento, conforme tabela abaixo:

Item	Marca	Preço Anterior/LT	Preço Reajustado/LT
3- Gasolina aditivada	Ipiranga	4,382	4,491

CLÁUSULA SEGUNDA DO TERMO ADITIVO – A alteração contratual de que trata este instrumento é baseada no art. 65, § 1º, alínea “b”, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA DO TERMO ADITIVO – Ficam retificadas todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas na Ata Contrato de Registro de Preços nº 001/2021, não alteradas pelo presente Termo Aditivo, bem, como todos os demais termos constantes no Processo Licitatório nº 071/2020, Pregão Eletrônico nº 035/2020.

CLÁUSULA QUARTA DO TERMO ADITIVO – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data da sua assinatura.

E, por assim estarem as partes justas, entendidas, contratadas e de pleno acordo com as Cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento de Termo Aditivo, assinam o mesmo em 02 (duas) vias de igual conteúdo, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que dele possa gerar os jurídicos e legais efeitos.

Santa Cecília-SC, 17 de fevereiro de 2021.

MUNICÍPIO DE SANTA  
Pelo Contratante

CECÍLIA CESCA & CIA LTDA  
Pela Contratada

TESTEMUNHAS:

# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 023, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2868861

DECRETO Nº 023, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021.

Fixa calendário para cobrança do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISS, Alvará de Licença e/ou Funcionamento e Alvará Sanitário para o exercício de 2021 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os Artigos 33 e 120 da Lei nº 92, de 05/12/91 e Lei nº 564, de 24/12/2003,

DECRETA:

Art. 1º A cobrança do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISS Fixo para o exercício de 2021 será efetuada em parcela única ou 04 (quatro) parcelas mensais consecutivas, com os seguintes vencimentos:

I - Parcela única ou primeira parcela 26/03/2021

II - Segunda parcela 30/04/2021

III - Terceira parcela 28/05/2021

IV - Quarta parcela 30/06/2021

Art. 2º A cobrança Alvará Sanitário, Alvará de Licença e/ou Funcionamento, fica fixada para o dia 26/03/2021.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 12 de fevereiro de 2021.

Almides Roberg Silva da Rosa

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

Wilfried Hemmer

Diretor de Administração

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2021

Publicação Nº 2867825

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL SC

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2021

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores Santa Rosa do Sul - SC

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o licenciamento mensal do direito de uso não exclusivo dos aplicativos: Contabilidade, Folha de pagamento e Portal da Transparência.

Base Legal: Lei 8.666/93

VALOR: R\$4.426,71 (quatro mil, quatrocentos e vinte e seis reais e setenta e um centavos).

VIGÊNCIA: 05/01/2021 a 28/02/2021.

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### DECRETO 049/2021

Publicação Nº 2868581

DECRETO Nº 049/2021

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCIA DETOFOL, prefeita municipal de Santa Terezinha do Progresso, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições do seu cargo, e especialmente aquelas de conformidade com o Art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os Membros do Conselho Municipal de Assistência Social de Santa Terezinha do Progresso com os seguintes representantes:

I. DOIS REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL:

a- Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Cleonice Aparecida Garcia Comparin

Suplente: Neide Dalalibra

b- Representante da Secretaria Municipal da Saúde:

Titular: Eli Ortiz Gehlen

Suplente: Marla Cristina Fachini Sutil

Representante da Secretaria Municipal da Educação:

Titular: Gesiane Maria Secco

Suplente: Margarete Rosa Alves

c- Representante da Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico:

Titular: Noeli Vanin

Suplente: Iva Adriana Schlosser Segueto

II. DA SOCIEDADE CIVIL:

a- Representante do Comércio:

Titular: Oneide dos Santos

Suplente: Maria Odete Ely

Titular: Lindonesa Ribeiro de Moraes

Suplente: Cleosnete dos Santos

b- Representante de entidades e/ ou organizações de assistência social

Titular: Isolete Ludwig dos Santos

Suplente: Saul de Souza Campos

c- Representante dos trabalhadores do SUAS

Titular: Selmira Pedroso Aires

Suplente: Cleusa de Souza Campos

Art. 2º. O mandato deste conselho será por um período de 02 (dois) anos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 17 de Fevereiro de 2021.

MARCIA DETOFOL

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

**PREGÃO ELETRÔNICO 01/2021**

Publicação Nº 2868547

ESTADO DE SANTA CATARNA  
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO  
Aviso de Licitação

Processo N.º 04/2021 - Pregão Eletrônico nº 01/2021 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO/SC.

O Município de Santa Terezinha do Progresso – SC, torna público aos interessados que encontra-se aberto o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021–FMS decorrente do PROCESSO 04/2021, Cujo o objeto visa CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO-HOSPITALAR, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, COM CORPO CLÍNICO ESPECIALIZADO, CONFORME QUANTIDADES, DESCRIÇÕES CONTIDOS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: ATÉ AS 08H:20MIN DO DIA 03/03/2021
---

Início da sessão pública: 08h:30min do dia 03/03/2021 no site <a href="http://www.bnc.org.br">www.bnc.org.br</a>
--

Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente pelo fone (49) 3657.0223, ou no site do município [www.staterezhinaprogresso.sc.gov.br](http://www.staterezhinaprogresso.sc.gov.br) ou no Setor Administrativo sito Avenida Tancredo Neves nº 337, Santa Terezinha do Progresso - SC, 17 de Fevereiro de 2021. Márcia Detofol - Prefeita Municipal.

# Santo Amaro da Imperatriz

## PREFEITURA

**24/2021**

Publicação Nº 2868711

CONTRATO Nº 24, de 15 de fevereiro de 2021.

QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E A ASSOCIAÇÃO CHC DE ADMINISTRAÇÃO E ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

O Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, situada à Praça Governador Ivo Silveira, nº 306, Centro – Santo Amaro da Imperatriz – SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.307.876/0001-00, situada à Rua Teresa Cristina, 181, Centro – Santo Amaro da Imperatriz – SC, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado, por seu Gestor, sr. Dionísio César Medeiros, portador do RG n.º 2069877 - SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o n.º 767.449.579-53, e a Associação CHC de Administração e Assistência Hospitalar, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.041.334/0001-83, com sede a Rua 901, nº 431, sala 804, Centro, Balneário Camboriú/SC, neste ato representado por seu diretor geral Luis Fernando Pires, brasileiro, casado, médico, portador do CPF nº 326.087.978-14, residente e domiciliado à Rua Bruno Silva, 179, apto 702, Bairro Pioneiros, na cidade de Balneário Camboriú/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, resolvem firmar o presente contrato, decorrente do Edital de Dispensa nº 01/2021, cujo Edital fica fazendo parte integrante deste, mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação emergencial, imediata e temporária de empresa especializada em atendimento clínico com médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem atuar como Centro de Triagem COVID-19.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente contrato será regido na íntegra pela Constituição Federal, art. 199; Lei 8.080/90, arts. 24 e seguintes; Lei nº 13.979/20 e Lei 8.666/93 e alterações e demais normas da legislação vigente aplicável.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O Serviço descrito no objeto será executado no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) mensais, pelo período de 03 meses.

A despesa decorrente deste contrato correrá por conta do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Santo Amaro da Imperatriz: 1201.2041. 3390-3950 (15)

### CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES, DO LOCAL E DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A prestação dos serviços deverá ocorrer nas dependências do CATI, em caráter excepcional e temporário, para o acolhimento e atendimento de usuários com queixas relacionadas aos sintomas de Covi-19;

1. Identificar precocemente os casos suspeitos de infecção pelo Sars-COV-2, por meio da qualificação do processo de acolhimento com classificação de risco, visando a identificação da necessidade de tratamento imediato em sala específica para tal atividade;
2. Realizar atendimento presencial para os casos que necessitem, utilizando método fasttrack de atendimento, para:
  - a) identificação tempestiva da necessidade de tratamento imediato;
  - b) estabelecimento do potencial de risco, presença de agravos à saúde ou grau de sofrimento;
  - c) estabilização e encaminhamentos necessários, seguindo os protocolos relacionados ao Sars-CoV-2, publicados no endereço eletrônico do Ministério da Saúde;
3. Realizar a testagem da população de risco, considerando os públicos alvo e respectivas indicações do Ministério da Saúde;
4. Notificar adequadamente os casos conforme protocolos do Ministério da Saúde e atuar em parceria com a equipe de vigilância local;
5. Orientar a população sobre as medidas a serem adotadas durante o isolamento domiciliar e sobre medidas de prevenção comunitária;
6. Articular com os demais níveis de atenção à saúde fluxos de referência e contrarreferência considerando o disposto nos planos de contingência de cada ente federativo;
7. Funcionar em locais de fácil acesso à população e possuir espaço físico mínimo exigido para os centros de atendimento ao enfrentamento, resguardadas as diretrizes básicas de biossegurança e privacidade necessárias a cada tipo de atendimento ofertado;
8. Atuar de modo complementar às equipes que atuam na Atenção Primária à Saúde, compartilhando o cuidado das pessoas assistidas pelas equipes e prestando assistência àquelas que apresentarem síndrome gripal;
9. Enviar informações aos sistemas de Informação.

### CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado através da apresentação da Nota Fiscal, em reais, devidamente conferida e aceita pela CONTRATANTE, mediante depósito em conta bancária, correspondente aos serviços efetivamente prestados.

Parágrafo Único: A Nota Fiscal será emitida com o valor correspondente ao relatório de crítica emitido mensalmente pela CONTRATANTE, utilizando-se o Sistema SIA/SUS.

### CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções, sem prejuízo daquelas previstas no art. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93:

- a) pelo atraso injustificado no fornecimento dos serviços, ficará a CONTRATADA sujeita a multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, do valor da obrigação, se o atraso for até 30(trinta) dias. Excedido este prazo, a multa será em dobro;
- b) pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções

previstas nos incisos I, II e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor dos serviços não prestados;

c) as multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra;

d) multa correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida;

e) aplicadas as multas, a CONTRATANTE descontará do primeiro pagamento que fizer à CONTRATADA, após a sua imposição.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUSPENSÃO POR INTERESSE DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, suspender a prestação dos serviços, ou de parte deles, desde que notifique por escrito à CONTRATADA, conforme preceitua a Lei n.º 8.666/93 em seu artigo 78, inciso XIV.

#### CLÁUSULA OITAVA - GESTOR DO CONTRATO

A CONTRATANTE designa a Comissão de Contratualização dos Serviços de Saúde de Santo Amaro da Imperatriz, por intermédio do gestor Dionísio César Medeiros, para atuar como fiscal responsável pela execução do presente contrato, conforme determina o artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA NONA – DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O prazo do contrato terá vigência a partir de 15/02/2021 e enquanto perdurar a situação de emergência.

Parágrafo Único: Este contrato poderá, a qualquer tempo, ser alterado e ou, mediante assinatura de Termo Aditivo, nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo deverá ser publicado, no diário Oficial dos Municípios e sítio eletrônico do Município de Santo Amaro da Imperatriz.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado, exceto em seu objeto, nos casos previstos no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, através de Termos Aditivos e por acordo entre as partes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido nos casos previstos no artigo 78 da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se o disposto no seu artigo 77.

Parágrafo Único: Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões resultantes do presente contrato não resolvidas na esfera administrativa.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente contrato na data abaixo indicada, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Santo Amaro da Imperatriz, 15 de fevereiro de 2021.

Fundo Municipal de Saúde Associação  
CONTRATANTE

CHC de Adm. e Assist. Hospitalar  
CONTRATADO

### DISPENSA Nº 01/2021 - FMS

Publicação Nº 2868565

#### TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2021

#### CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAIS MÉDICOS, PARA ATENDER A DEMANDA DECORRENTE DA INFECÇÃO DA COVID-19

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde – OMS declarou em 11 de março de 2020 a elevação do estado da contaminação para pandemia em mais de 115 países do COVID-2019, que infelizmente é uma doença que assolou o mundo e têm desencadeado números assustadores de infectados e de falecimentos;

CONSIDERANDO que o COVID-2019 causa doença respiratória em quadro que pode variar de leve a moderado, semelhante a uma gripe, mas que alguns casos podem ser mais graves, como a ocorrência de síndrome respiratória aguda grave e complicações e, em casos extremos, pode levar a óbito;

CONSIDERANDO que a rede municipal de saúde deve implementar planos de contingência a partir dos protocolos orientados pelo Ministério da Saúde e pela OMS, devendo estar preparada para prevenir a infecção e ao mesmo tempo para receber eventualmente os casos graves da doença, necessitando da contratação de serviços e compra de material e insumos em caráter emergencial;

CONSIDERANDO que o art. 37 da Constituição Federal de 1988, inciso XXI, admite a contratação de obras, serviços, compras e alienações com ressalvas em casos especificados na legislação;

CONSIDERANDO que em situações que demandam uma ação rápida e eficaz por parte da administração pública, a Lei nº 8.666/1993 permite ao gestor a contratação direta de bens e serviços sem a necessidade de prévio procedimento licitatório (artigo 24, inciso IV);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020 que dispôs sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do COVID-19, bem como a Medida Provisória nº 926/2020, que altera a Lei Federal nº 13.979/2020, dispondo sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 515/2020, alterado pelo Decreto nº 525/2020, que declara situação de emergência em todo o território catarinense, para prevenção e enfrentamento à COVID-19;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 6.773/2020, que declara situação de Emergência em todo o território do município de Santo Amaro



da Imperatriz, para prevenção à COVID-19;

CONSIDERANDO, ainda, que o Município de Santo Amaro da Imperatriz enfrenta uma situação anormal e excepcional que merece por óbvio tratamento diferenciado para a contratação de profissionais, materiais e insumos para o tratamento e a adoção de medidas profiláticas para a prevenção da COVID-19,

A Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento do Município de Santo Amaro da Imperatriz, órgão encarregado do processo de compras, obras e serviços do Município, por seu Secretário, e diante da solicitação e exposição de motivos do gestor do Fundo Municipal de Saúde Dionísio César Medeiros para contratação emergencial da pessoa jurídica para atendimento clínico para atuar como Centro de Triagem do COVID-19, no âmbito do Município de Santo Amaro da Imperatriz; com base no inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666/93 e no art. 4º da Lei Federal nº 13.979/2020, resolve dar PARECER FAVORÁVEL A DISPENSA DE LICITAÇÃO, para a contratação emergencial, imediata e temporária de pessoa jurídica para atendimento clínico para atuar como Centro de Triagem do COVID-19, com equipe médica 12h, mediante o Processo Licitatório nº 01/2021 - Dispensa, diretamente da empresa ASSOCIAÇÃO CHC DE ADMINISTRAÇÃO E ASSISTÊNCIA HOSPITALAR, pelo valor mensal de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme contrato a ser firmado.

Registra-se que em decorrência do aumento da demanda de atendimento, cuja equipe ordinária do Município não dispõe de condições para atender, até mesmo porquanto alguns profissionais tiveram que ser dispensados por estarem no grupo de risco da COVID-19, entendeu-se necessária a contratação dessa entidade para atender especificamente os pacientes com suspeita ou infectados com a COVID-19.

Face a isto, o Município tem adotado todas as medidas necessárias para avaliar os profissionais disponíveis, bem como o preço praticado, neste caso para averiguar se o valor praticado está dentro do preço de mercado ou não.

No presente caso, considerando que o valor praticado pela entidade supracitada se encontra dentro do valor de mercado, entende-se por justificável a sua contratação para o atendimento dos pacientes com suspeita ou infectados com a COVID-19, que deverá se dar nos prazos e condições estipulados pelo Município, para o atendimento emergencial de sua demanda.

Assim, dada a situação adversa ocasionada pela pandemia da COVID-19, que sem dúvidas configura emergência, presente está o nexo de causalidade entre a contratação e a situação de emergência, bem como a razoabilidade dos preços praticados.

Este parecer será submetido à apreciação do Sr. Prefeito Municipal, para a decisão final.

Santo Amaro da Imperatriz, em 15 de fevereiro de 2021.

EDGARD CAMARGO FILHO

Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

RATIFICO A DISPENSA NOS TERMOS ACIMA.

RICARDO LAURO DA COSTA

Prefeito Municipal

## PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2021

Publicação Nº 2867720

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATORIO Nº 05/2021

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL- REGISTRO DE PREÇOS

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR LOTE

DATA: 03 DE MARÇO DE 2021

HORÁRIO: 14:00 h

### 1. PREÂMBULO

A Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, através da Comissão Permanente de Licitação, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo menor preço por lote, para REGISTRO DE PREÇOS, regida pela Lei 10.520, de 17/07/02, pelos Decretos Municipais 2.325/02 e 2.915/06 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 com suas alterações posteriores.

### 2. OBJETO

2.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de borracharia, para a Frota de Veículos e Equipamentos do Município, nas quantidades e especificações e exigências constantes neste Edital e seus Anexos.

2.1.1. Somente serão aceitas propostas de empresas para os Lotes 01, 02, 03 e 04 que estejam estabelecidas a uma distância máxima de 10 km da sede da Garagem Municipal, sito a Rua Natividade (Parque de Exposições) - Centro - Santo Amaro da Imperatriz.

2.1.2. Para o Lote 5 – não há limitação de distância.

### 3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão por conta dos recursos orçamentários previsto para este exercício corrente e para o ano de 2022, sendo que a cada contratação, de acordo com a necessidade da Municipalidade, será efetuado o devido empenhamento no item orçamentário específico.

### 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas às exigências constantes deste Edital e seus Anexos, que estejam localizados conforme o estabelecido no Objeto deste Edital.

4.2. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

4.2.1. Concordatárias ou em processo de falência;

4.2.2. Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração

Pública suspensa, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;

4.2.3. Estrangeiras que não funcionem no país.

## 5. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

5.1. O proponente deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

5.2. O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5.3. Na hipótese de instrumento particular de procuração, o proponente deverá apresentar juntamente ato constitutivo, estatuto ou contrato social da empresa interessada, na qual demonstre que quem lhe outorgou os poderes possuía competência para tanto.

5.4. O credenciamento poderá ser feito a qualquer momento na licitação, sendo que o novo credenciado poderá ofertar lances somente durante a sessão de julgamento, somente a partir do seu credenciamento, ficando precluso o seu direito de interpor recurso no que se refere a fatos ou situações que ocorreram antes do seu credenciamento.

5.5. Será admitido apenas (01) um representante para cada licitante credenciado, permitindo-se sua substituição, desde que com os poderes necessários ao credenciamento.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

5.7. E em havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.8. E a não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5.9. Para os licitantes que queiram se beneficiar das prerrogativas da Lei Complementar n. 123/06, devem apresentar:

5.10. Certidão Simplificada da Junta Comercial da sede da empresa ou do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme a forma da constituição empresarial que deverá ser entregue fora dos envelopes de proposta e habilitação, podendo sê-los em original, ou autenticados em Cartório ou na Prefeitura Municipal munidos do original.

## 6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. A Proposta de Preços e os documentos que a instruírem, deverão ser apresentados no local, dia e hora determinados, em 2 (dois) envelopes separados, devidamente fechados e rubricados no fecho, e atender os seguintes requisitos:

a) Envelope 1: Proposta de Preços

b) Envelope 2: Documentação de Habilitação, composto pelos Documentos de Habilitação exigidos no item 8 deste Edital.

6.1.1. Os envelopes deverão conter, ainda, em sua parte externa, os dizeres:

ENVELOPE 1 – PROPOSTA DE PREÇOS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2021  
EDITAL DE PREGÃO - REGISTRO DE PREÇO  
PROPOSTA DE PREÇOS  
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE  
CNPJ

ENVELOPE 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2021  
EDITAL DE PREGÃO - REGISTRO DE PREÇO  
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE  
CNPJ

6.2. Cada Proposta de Preço deverá obedecer ao que segue, sendo que a sua apresentação implicará na aceitação das condições descritas neste Edital:

6.2.1. Constar 01 (uma) via, impressa em papel timbrado do licitante, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricadas todas as folhas pelo representante legal do licitante proponente.

6.2.2. Indicar nome ou razão social do proponente, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como: nome, profissão, CPF e/ou Carteira de Identidade, domicílio e cargo na empresa.

6.2.3. O prazo de validade da proposta que será de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data da abertura do processo licitatório.

6.2.4. Ter preços com validade de 12 meses corridos, a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços.

- 6.2.5. Ser apresentada com cotação de preços definida no objeto deste Edital e seu anexo I em moeda corrente nacional (R\$ 1,00), expressos em algarismos e por extenso, básicos para a data de apresentação da proposta;
- 6.2.6. Constar preço unitário por item e total por lote cotado. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e entre os expressos em algarismos e por extenso será considerado este último;
- 6.2.7. Nos preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, inclusive de frete e impostos, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos, sendo para todos os efeitos o qual se presumirá assim independentemente de declaração;
- 6.2.8. Constar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- 6.2.9. Para os Lotes 01, 02, 03 e 04 o licitante deverá mencionar na Proposta a distância aproximada entre a empresa e a sede da garagem municipal, sito a Rua Natividade, nº 3.640– Centro – (Parque de Exposições) de Santo Amaro da Imperatriz, sob pena de desclassificação.
- 6.2.10. Será desclassificada a proposta comercial cuja distância exigida no item anterior, for superior ao raio circular de 10 Km (dez quilômetros) considerando a sede da garagem municipal como marco zero, para os Lotes 01,02,03 e 04.
- 6.2.11. Para o Lote 05 o licitante deverá apresentar o Registro do INMETRO do Reformulador, cfe. Portaria 554 de 29/10/2015.
- 6.2.12. Para o licitante que terceirizar os serviços de reformulação de pneus, deverá apresentar o Contrato de Prestação de Serviços com a empresa terceirizada, além do Registro do INMETRO do Reformulador, cfe. Portaria nº 554/2015.
- 6.3. Declaração expressa de que não possui em seu quadro societário, servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.
- 6.4. Declaração expressa do representante legal da licitante, de que seu proprietário ou sócio, nos últimos 6 (seis) meses não ocupou o cargo de Prefeito, Vice-Prefeito, Vereador, ou auxiliar direto do Prefeito, bem como no mesmo período, não possuiu vínculo de matrimônio, parentesco afim ou consanguíneo até segundo grau, igualmente por adoção, com pessoas que tenha exercido os cargos mencionados. (Art. 75 da Lei Orgânica Municipal)
- 6.5. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os bens serem fornecidos a Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz sem ônus adicionais.
- 6.6. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.
- 6.7. A apresentação de proposta implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 6.6. O preço ofertado permanecerá fixo e sem reajuste durante o prazo de validade da respectiva ata de registro de preços.
- 6.8. Apresentar junto a proposta (CD, pen drive ou qualquer outro dispositivo eletrônico), extraído do sistema de compras do Município de Santo Amaro da Imperatriz, contendo os itens do edital, com formulação da proposta no sistema "Betha auto cotação", instruções nos sites [www.santoamaro.sc.gov.br](http://www.santoamaro.sc.gov.br) e [www.betha.com.br](http://www.betha.com.br).
- 6.8.1. Os arquivos para formulação da proposta no sistema "Betha auto cotação" serão fornecidos pelo Setor de Licitações da Secretaria Municipal da Administração.
- 6.8.1.1. A proposta poderá ser impressa através do sistema de auto cotação, onde constam os itens com as especificações detalhadas no Anexo I deste edital.

## 7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 7.1. As Propostas serão julgadas e adjudicadas pelo menor preço por lote, conforme definidos neste Edital e seus Anexos.
- 7.2. Serão classificados pelo Pregoeiro, o proponente que apresentar a proposta de menor preço, definido no objeto deste Edital e seus Anexos e, as propostas com preços até 10% superiores àquele ou, as propostas das 03 (três) melhores ofertas.
- 7.3. Aos proponentes classificados conforme subitem 7.1., será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes.
- 7.4. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 12 deste Edital.
- 7.5. Após este ato, será encerrada a etapa competitiva (de lances) e ordenadas às ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço.
- 7.6. O pregoeiro examinará a aceitabilidade quanto ao objeto e valor apresentados pela primeira classificada, conforme definido neste Edital e seus Anexos, decidindo motivadamente a respeito.
- 7.7. Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias pelo licitante que a tiver formulado, com base nos dados cadastrais, assegurado o direito de atualizar seus dados no ato, ou, conforme documentação apresentada na própria sessão, quando for o caso. Passando-se neste caso abertura do Envelope de Habilitação.
- 7.7.1. Somente serão aceitas propostas de empresas que estejam localizadas na distância de 10 Km da sede da garagem municipal, para os Lotes 01, 02, 03 e 04.
- 7.8. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto deste Edital e seus Anexos, pelo Pregoeiro.
- 7.9. Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subseq-entes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda todas as exigências, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicada a aquisição, definida no objeto deste Edital e seus Anexos.
- 7.10. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro e licitantes presentes, ressaltando-se que poderá constar a assinatura da equipe de apoio, sendo-lhes facultado este direito.
- 7.11. Verificando-se no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, a Proposta será desclassificada, bem como quando cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital e que apresentem preço baseado exclusivamente em propostas dos demais licitantes.
- 7.12. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa em sessão e na proposta específica, prevalecerá a da proposta.
- 7.13. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste Edital e seus Anexos.

## 8. DA HABILITAÇÃO

8.1. A documentação exigida para habilitação nesta licitação, é a que segue:

- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e/ ou no Cadastro Nacional Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- c) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- d) certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio do licitante através do sistema e-Proc e SAJ, cuja data de emissão não seja anterior a 60 (sessenta) dias que precedem à data da sessão inaugural;
- e) declaração de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Não emprega menores de idade);
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

8.2. A documentação exigida para habilitação poderá ser substituída por Certificado de Registro Cadastral (CRC) dentro do prazo de validade, emitido pela Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, de acordo com a legislação vigente, assegurado ao cadastrado o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão.

8.3. Não será aceito para fins de habilitação, o Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido por outro órgão público, devendo o interessado cadastrado em outro órgão apresentar a documentação estabelecida no item 8.1. (Decisão TCU 214/97)

8.4. Os documentos necessários à habilitação, quando apresentados por qualquer processo de cópia, deverão estar acompanhados do seu original ou autenticados por cartório competente ou pelo Pregoeiro.

8.5. Todos os documentos necessários à habilitação deverão estar embalados em envelope não transparente denominado: ENVELOPE 02: DOCUMENTAÇÃO.

## 9. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

9.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

9.2. Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro (24) horas.

9.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

## 10. DOS RECURSOS

10.1. Durante a sessão de abertura das propostas declarado o(s) vencedor(es), qualquer Licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões do recurso, que serão restritas aos motivos já expostos quando da interposição de recurso, ficando os demais Licitantes desde logo intimados para apresentar as contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhe assegurada vista imediata dos autos.

10.2. A falta de manifestação imediata e motivada do Licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

10.3. Qualquer recurso e impugnação contra a decisão do Pregoeiro, não terá efeito suspensivo.

10.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.5. A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento, e, se oral, será reduzida a termo em ata.

10.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, Comissão Permanente de Licitação, sito à Praça Governador Ivo Silveira, 306 - Centro, nesta Cidade, nos dias úteis no horário das 12:00 às 18:00 horas. Não serão reconhecidos os recursos interpostos, enviados por fax e vencidos os respectivos prazos legais.

## 11. DAS CONTRATAÇÕES

11.1. As empresas vencedoras de serviços incluídos na ata de registro de preços estarão obrigadas a celebrar os contratos que poderão advir, nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria Ata. Farão parte da contratação, além da Ata, todos os demais anexos que compõe o presente Processo Licitatório, a saber:

- Anexo I – Especificação dos serviços da PMSAI e
- Anexo II – Minuta da Ata de Registro de Preços.

11.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

11.3. Para instruir a formalização dos contratos ou instrumento equivalente, o fornecedor do bem deverá providenciar e encaminhar ao órgão contratante, no prazo de 3 (três) dias úteis a partir da data da convocação, certidões negativas de débitos para com o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e certidões negativas de tributos e contribuições federais, expedidas pela Secretaria da Receita Federal, Municipal e pela Procuradoria da Fazenda Nacional, sob pena de a contratação não se concretizar, devendo manter estas certidões atualizadas.

11.4. Se as certidões anteriormente apresentadas para habilitação ou constantes do cadastro estiverem dentro do prazo de validade, o fornecedor ficará dispensado da apresentação das mesmas.

## 12. DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORNECIMENTO DO OBJETO

12.1. Os serviços objeto da presente licitação deverão ser executados no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da entrada do veículo na oficina da contratada, salvo em situações devidamente justificadas e aceitas pelo Setor de Transportes.



- 12.2. Para execução dos serviços, o veículo deverá ser conduzido até a oficina por profissional, devidamente autorizado pela Administração.
- 12.3. Os serviços deverão ser agendados com a contratada no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 12.4. Na aceitação dos serviços a Contratada deverá colher no comprovante respectivo, a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG), do servidor do Contratante responsável pelo recebimento.
- 12.5. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:
- a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 2 (dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;
- b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 1 (um) dia, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado, podendo valer como prova o recebi com a restrição de recebimento parcial.
- c) O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente contado da data de entrega do (s) bem (ns) ou serviço (s) uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, firmado pelo servidor responsável.

### 13. DA FORMA DE PAGAMENTO

- 13.1. O pagamento será efetuado em até 30 dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura no protocolo do órgão contratante, à vista do respectivo Termo de Recebimento provisório ou definitivo.
- 13.2. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá após a data de sua apresentação válida.
- 13.3. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada.

### 14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nas hipóteses legais.
- 14.2. Na hipótese de apresentação de declaração falsa ou deixar de apresentar a documentação exigida para o certame, ficará impedido de contratar com a Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital, no contrato e das demais cominações legais.
- 14.3. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
- 14.4. Os procedimentos para aplicação de advertência e multa relativas ao inadimplemento de obrigações contratuais, serão conduzidos no âmbito do Órgão Participante contratante e as penalidades serão aplicadas por autoridade competente do mesmo órgão.
- 14.5. Os procedimentos para aplicação das demais penalidades não indicadas no parágrafo anterior, serão conduzidos no âmbito da Secretaria de Administração e as penalidades serão aplicadas por autoridade competente do mesmo órgão.
- 14.6. Além dessas previstas, também são penalidades as previstas na minuta da Ata de Registro de Preços, inclusive multa, conforme Anexo, parte integrante deste processo.

### 15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública por parte de cada participante.
- 15.2. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.3. O resultado do presente certame será divulgado no órgão de imprensa oficial do Município, qual seja, o Diário Oficial dos Municípios.
- 15.4. Fica assegurado a Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.
- 15.5. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 15.6. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 15.7. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceita pela Autoridade Superior, nos casos previstos na Lei.
- 15.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 15.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz - SC.
- 15.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.
- 15.11. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.
- 15.12. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado, por escrito, ao Pregoeiro, na Praça Governador Ivo Silveira, 306, Centro, nesta cidade, no prédio da Prefeitura, ou ainda, pelo telefone (48) 3245 4324 (Setor de Licitações).

15.13. As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal, não garantindo direitos aos participantes.

Santo Amaro da Imperatriz, em 16 de fevereiro de 2021.  
RICARDO LAURO DA COSTA  
Prefeito Municipal

Anexo II  
(Modelo)

MINUTA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2021

INTERESSADO: Prefeitura Municipal de Santo amaro da Imperatriz

Ao \_\_\_\_ dia do mês de \_\_\_\_ do ano de dois mil e vinte e um, a Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Ricardo Lauro Costa, e a empresa \_\_\_\_, sita à \_\_\_\_, no município de \_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_, inscrita sob o CNPJ nº \_\_\_\_, neste ato, representada por seu representante legal, conforme documento comprobatório, nos termos regida pela Lei 10.520, de 17/07/02, pelos Decretos Municipais 2.325/02 e 2.915/06 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 com suas alterações posteriores, resolvem REGISTRAR OS PREÇOS, em conformidade com o constante no edital, seus anexos e demais documentos que integram o processo epigrafado.

Itens:  
Valor total:

CONFORME DESCRIÇÃO CONTIDA NO ANEXO I e da proposta

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo da validade da proposta apresentada no Pregão em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes em quatro vias de igual teor, bem como o Termo de Ciência e Notificação em duas vias de igual teor, que passa a fazer parte integrante do presente instrumento.

Município de Santo Amaro da Imperatriz  
Contratada

## CÂMARA MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO Nº 02, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2867847

RESOLUÇÃO Nº 02, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

Revoga e altera dispositivos da Resolução n.º 08/1992, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Santo Amaro da Imperatriz

A Mesa da Câmara Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe conferem o artigo 28, inciso XVIII, da Lei Orgânica Municipal e o artigo 146 do Regimento Interno, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e o Presidente da Câmara promulgou a seguinte Resolução:

Art. 1º Revoga-se o § 4º do artigo 58 da Resolução n. 08/1992, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 58. Sem prejuízo do registro eletrônico em áudio ou visual, de cada Sessão lavrar-se-á a ata com a sinopse dos trabalhos, cuja redação obedecerá a padrão adotado pela Mesa. (Redação dada pela Resolução n. 08/2019)

§ 1º - As atas impressas ou datilografadas, serão organizadas e digitalizadas em anais, por ordem cronológica, encadernadas por Sessão Legislativa e recolhidas ao arquivo da Câmara. (Redação dada pela Resolução n. 08/2019)

§ 2º - Da ata contará a lista dos ausentes às Sessões da Câmara. (Redação dada pela Resolução n. 08/2019)

§ 3º - A ata da última Sessão de cada Legislatura será redigida em resumo, submetida à aprovação com qualquer número, antes de encerrar-se a Sessão. (Redação dada pela Resolução n. 08/2019)

§ 4º - Os pronunciamentos serão resumidos e sua transcrição integral será feita somente se o orador a solicitar enquanto estiver fazendo uso da palavra. (Redação dada pela Resolução n. 08/2019)

§ 5º - Não será autorizada a transcrição de pronunciamentos ou expressões atentatórias ao decoro parlamentar. (Redação dada pela Resolução n. 08/2019)

§ 6º - As retificações da ata, solicitadas por Vereador, em termos concisos e por escrito, serão incluídas, por decisão do Presidente, na ata da Sessão subsequente. (Redação dada pela Resolução n. 08/2019)

Art. 2º Altera-se a redação do inciso VI do artigo 14 da Resolução n. 08/1992, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14. São atribuições do primeiro e do segundo Secretários, além de outras que vierem a ser estatuídas:

[...]

VI - assinar as resoluções e atos da Mesa, juntamente com o Presidente;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Amaro da Imperatriz, 17 de fevereiro de 2021.

RICARDO PASSIG TURNES

Presidente



# São Bento do Sul

## SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

### 5º TERMO ADITIVO CT 04/2017

Publicação Nº 2867885

#### EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo: processo administrativo nº 03/2017

Contrato nº 08/2021- 5º Termo Aditivo CT 04/2017

Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratada: MEP PRODUÇÕES LTDA ME

Vigência: Início: 17/02/2021 - Término: 17/02/2022

#### DO OBJETO

A contratada, na qualidade de adjudicatária da Licitação nº 03/2017, de que trata o Processo Administrativo nº 03/2017, obriga-se a cumprir o estabelecido neste instrumento contratual, o qual tem por objeto a prestação de serviços de filmagem, transmissão online e ao vivo via internet, gravação em mídia de DVD-R, sem edição, para arquivo do SAMAE e gravação do material em formato WMV para inclusão no site, das licitações realizadas pelo SAMAE, com fornecimento de todo material necessário, tudo em conformidade com as descrições e especificações contidas no Termo de Referência, constante do Anexo I do Edital, bem como às demais disposições do respectivo Edital e da Proposta Comercial que, para todos os efeitos, ficam fazendo parte integrante deste instrumento contratual, e a ele estão totalmente vinculados.

Sub - cláusula Única: A CONTRATADA declara ter conhecimento detalhado dos serviços atinentes ao objeto do presente Contrato, possuir condições de executá-lo dentro das normas, com qualidade e segurança.

#### DO ADITIVO

Ao contrato, que possui valor inicial de R\$ 334,17 (trezentos e trinta e quatro reais e dezessete centavos), fica acrescido o valor de R\$ 83,54 (oitenta e três reais e cinquenta e quatro centavos), correspondente a 25 % do mesmo, referente a inclusão dos itens abaixo:

01 unidade - TV LED 42" Smart - entrada HDMI, entrada RGB, entrada usb, entrada

02 unidades – computador WIN 10, Office (Word, Excel, Power Point), Processador I7, Disco rígido 1TB (7200 RPM), 8gb RAM, monitor 21", teclado e mouse. Tais itens estavam previstos anteriormente no contrato nº 91/2020, o qual se operou a rescisão na presente data.

O contrato passa, portanto, a ter valor final de R\$ 417,71 (quatrocentos e dezessete reais e setenta e um centavos), por sessão.

#### DO PRAZO

Através do presente fica renovada a vigência do contrato ora aditado pelo prazo de 12 (meses), a partir de 17 de fevereiro de 2021.

#### DO REAJUSTE

Através do presente aditivo, ainda, as partes convencionam que o valor do contrato celebrado será reajustado, adotando-se o índice IPCA, nos termos da Lei Complementar nº 001/2021, publicada em 08/01/2021, a qual alterou o indexador utilizado pela Administração.

Fica reajustado o valor, sendo corrigido pelo IPCA em 4,56 (Índice Acumulado nos últimos 12 meses) passando o valor para R\$436,76 (quatrocentos e trinta e seis reais e setenta e seis centavos) por sessão.

São Bento do Sul, 17 de fevereiro de 2021.

Oswaldir Peters

Diretor Presidente

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 08/2021

Publicação Nº 2867667

Pregão Presencial nº 08/2021

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 08/2021

MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 04 de março de 2021, em sua sede na Rua João Wenceslau Pscheidt, 811, Bairro Brasília, propostas para:

DO OBJETO: A aquisição de materiais (pó de pedra; brita graduada; brita 01; saibro britado e rachão) para uso em obras de implantação de redes de abastecimento de água e coleta de esgoto, além de consertos de redes e ligações de água e esgoto, para re-aterro de valas e manutenção da via onde ocorrem estas intervenções.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Estratégias para Inovação de Materiais), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: [www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao](http://www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao)

São Bento do Sul, 17 de fevereiro de 2021.

OSWALDIR PETERS

Diretor Presidente

# São Bernardino

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 14/2021

Publicação Nº 2868387

#### CONTRATO Nº 14/2021

TERMO ADITIVO PRIMEIRO AO CONTRATO Nº 2/2021, REALIZADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E A EMPRESA AUTO POSTO SAO BERNARDINO LTDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.431.615/0001-99, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.012, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Coordenador o Sr. ALCEO NEGRI, brasileiro, divorciado, portador do CPF 019.753.099-01, residente e domiciliado na Comunidade de Linha Sede Charuto, no interior do Município de São Bernardino-SC, doravante denominado FUNDO, e a Empresa AUTO POSTO SAO BERNARDINO LTDA, pessoa jurídica, de direito privado, sito a RUA PRINCIPAL na Cidade de São Bernardino-SC, inscrita no CNPJ sob nº 00236720000150, neste ato representado pelo representante credenciado o Sr. GUSTAVO PESAVENTO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua São Bernardino, na Cidade de São Bernardino-SC, inscrito no CPF sob nº 079.033.509-35, doravante denominado FORNECEDOR, de comum acordo resolvem celebrar o presente contrato pelas seguintes cláusulas:

#### CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2/2021 QUE CONSISTE NO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL ÓLEO DIESEL S-10. ESTA AQUISIÇÃO TORNA-SE NECESSÁRIO PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2021.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DO FUNDAMENTO LEGAL, VALOR E VIGÊNCIA.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 56/2020, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e Contrato nº 2/2021.

VALOR – O valor do presente Termo Aditivo Contratual é de R\$ 1.797,29 (um mil setecentos e noventa e sete reais e vinte e nove centavos).

VIGÊNCIA – A vigência do presente contrato será de 12/02/2021 até o dia 31/12/2021.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS QUANTIDADES E ADITAMENTO

As partes integrantes deste instrumento com base no Processo Licitatório nº 56/2020, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, Contrato nº 02/2021, e o aumento do valor nos preços do combustível (óleo diesel - S10), o que resultou consequentemente no aumento do preço praticado pelo fornecedor, amplamente divulgado pela mídia brasileira e posteriormente comprovada por meio fiscal, promovem a readequação de valores dos preços praticados na aquisição de combustíveis, conforme demonstrativo no quadro abaixo:

Nº AF	Nº EMPENHO	SALDO R\$	QUANT. LT.	PRODUTO	R\$ REVISÃO	TOTAL R\$ AUMENTO
45	17	23.429,02	6.418,91	Óleo Diesel S10	0,28	1.797,29
	TOTAL				TOTAL	1.797,29

#### CLAUSULA QUARTA - DO ADITAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

DO ADITAMENTO – Face acordo mútuo entre as partes promovem por meio deste termo a readequação de valores dos preços praticados dos combustíveis supra demonstrado, objeto do Contrato nº 02/2021, passando o valor do litro de óleo diesel S-10 de R\$ 3,65 (três reais e sessenta e cinco centavos) para o valor de R\$ 3,93 (três reais e noventa e três centavos) representando um aumento no valor de R\$ 0,28 (vinte e oito centavos) por litro.

DA FORMA DE PAGAMENTO - O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, sendo que as datas de pagamentos e reajustes, são os mesmos constantes no Processo Licitatório nº 56/2020, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e Contrato nº 2/2021.

#### CLAUSULA QUINTA DO FORO

Para todas as questões oriundas do presente contrato será competentes o Foro da Comarca de Campo Erê, com renúncia de qualquer outro, por mais especial que se apresente.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino-SC, em 12 de Fevereiro de 2021.

ALCEU NEGRI GUSTAVO PESAVENTO

Coordenador do Fundo Municipal de Saúde Fornecedor

RUDIMAR BORCIONI  
OAB/SC – 15.411  
Assessor Jurídico

TESTEMUNHAS: \_\_\_\_\_

## CONTRATO Nº 32/2021

Publicação Nº 2868395

### CONTRATO Nº 32/2021

TERMO ADITIVO PRIMEIRO AO CONTRATO Nº 2/2021, REALIZADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E A EMPRESA AUTO POSTO SAO BERNARDINO LTDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Município de São Bernardino-SC, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. DALVIR LUIZ LUDWIG, brasileiro, casado, residente e domiciliado no prolongamento da Rua Verônica Scheid s/n, neste Município, inscrito no CPF nº 961.204.109-10, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa AUTO POSTO SAO BERNARDINO LTDA, pessoa jurídica, de direito privado, sito a RUA PRINCIPAL na Cidade de São Bernardino-SC, inscrita no CNPJ sob nº 00236720000150, neste ato representado pelo representante credenciado o Sr. GUSTAVO PESAVENTO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua São Bernardino, na Cidade de São Bernardino-SC, inscrito no CPF sob nº 079.033.509-35, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de São Bernardino, doravante denominado FORNECEDOR, de comum acordo resolvem celebrar o presente contrato pelas seguintes cláusulas:

### CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2/2021, VISANDO O REEQUILIBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO RELATIVO A AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS ÓLEO DIESEL S-10. TAL AQUISIÇÃO TORNA-SE NECESSÁRIO PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2021.

### CLÁUSULA SEGUNDA DO FUNDAMENTO LEGAL, VALOR E VIGÊNCIA.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 56/2020, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e Contrato nº 2/2021.

VALOR – O valor do presente Termo Aditivo Contratual é de R\$ 8.403,40 (oito mil quatrocentos e três reais e quarenta centavos).

VIGÊNCIA – A vigência do presente contrato será de 12/02/2021 até o dia 31/12/2021 .

### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS QUANTIDADES E ADITAMENTO

As partes integrantes deste instrumento com base no Processo Licitatório nº 56/2020, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, Contrato nº 02/2021, e o aumento do valor nos preços do combustível (óleo diesel - S10), o que resultou consequentemente no aumento do preço praticado pelo fornecedor, amplamente divulgado pela mídia brasileira e posteriormente comprovada por meio fiscal, promovem a readequação de valores dos preços praticados na aquisição de combustíveis, conforme demonstrativo no quadro abaixo:

Nº AF	Nº EMPENHO	SALDO R\$	QUANT. LT.	PRODUTO	R\$ REVISÃO	TOTAL R\$ AUMENTO
26	34	8.504,10	2.329,89	Óleo Diesel S-10	0,28	652,38
27	35	36.500,00	10.000,00	Óleo Diesel S-10	0,28	2.800,00
28	36	11.368,49	3.114,65	Óleo Diesel S-10	0,28	872,10
29	37	7.300,00	2.000,00	Óleo Diesel S-10	0,28	560,00
30	38	7.300,00	2.000,00	Óleo Diesel S-10	0,28	560,00
31	39	7.300,00	2.000,00	Óleo Diesel S-10	0,28	560,00
32	40	14.600,00	4.000,00	Óleo Diesel S-10	0,28	1.120,00
33	41	7.300,00	2.000,00	Óleo Diesel S-10	0,28	560,00
34	42	9.371,73	2.567,59	Óleo Diesel S-10	0,28	718,92
	TOTAL	109.544,32	30.012,13		TOTAL	8.403,40

### CLAUSULA QUARTA - DO ADITAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO E FISCALIZAÇÃO

DO ADITAMENTO – Face acordo mútuo entre as partes promovem por meio deste termo a readequação de valores dos preços praticados dos combustíveis supra demonstrado, objeto do Contrato nº 02/2021, passando o valor do litro de óleo diesel S-10 de R\$ 3,65 (três reais e sessenta e cinco centavos) para o valor de R\$ 3,93 (três reais e noventa e três centavos) representando um aumento no valor de R\$ 0,28 (vinte e oito centavos) por litro.

DA FORMA DE PAGAMENTO - O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, sendo que as datas de pagamentos e reajustes, são os mesmos constantes no Processo Licitatório nº 56/2020, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e Contrato nº 2/2021.

DA FISCALIZAÇÃO - Fica por desde já, designada a Sra. TAIZA CARNIEL, portadora do RG nº 6.016.325 e do CPF nº 056.589.639-31, Secretária da Administração e Fazenda, Sr. ARCIONE RIBEIRO, portador CPF nº 046.522.709-09, Secretário da Agricultura e Meio Ambiente, Sr. RAUL BENDER, portador do CPF nº 051.664.819-50, Secretário da Infraestrutura, Sra. GESLAINE NEGRI ZANOVELLO, portadora do CPF nº 070.788.189-70, Secretário do Desenvolvimento Social e Sra. FERNANDA GEREMIA WALKER, portadora do CPF nº 059.108.239-06, Secretária da Educação Cultura e Esportes, respectivamente, conforme AF emitidas pelo Município para cada Secretaria Municipal, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

#### CLAUSULA QUINTA DO FORO

Para todas as questões oriundas do presente contrato será competentes o Foro da Comarca de Campo Erê, com renúncia de qualquer outro, por mais especial que se apresente.

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato nº 2/2021.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino-SC, em 12 de Fevereiro de 2021.

DALVIR LUIZ LUDWIG  
Prefeito Municipal  
Município

GUSTAVO PESAVENTO  
Fornecedor

RUDIMAR BORCIONI  
Assessor Jurídico  
OAB-SC 15.411

TESTEMUNHAS: \_\_\_\_\_

### DECRETO Nº 91/2021

Publicação Nº 2869485

DECRETO Nº 91/2021, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À EPIDEMIA DA COVID-19.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 57, inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que o nível da Avaliação de Risco Potencial do Estado de Santa Catarina para região de Xanxerê permanece em nível GRAVÍSSIMO (representado pela cor vermelha no mapa do Estado);

CONSIDERANDO o colapso na rede de saúde pública e privada do Oeste de Santa Catarina, com ausência de vagas nas UTIs – Unidades de Terapia Intensiva e severo comprometimento do atendimento ambulatorial, bem como o colapso nos Hospitais da Região;

CONSIDERANDO que, no âmbito do Município de São Bernardino, tem sido observado o descumprimento das determinações normativas alusivas ao enfrentamento da pandemia em diversos setores;

CONSIDERANDO que se está enfrentando o pior momento no que diz respeito ao comprometimento da capacidade instalada da rede de atendimento em saúde do município e região;

CONSIDERANDO, por fim, a imperiosa necessidade de preservar a VIDA dos cidadãos bernardinenses e de, ao mesmo tempo, preservar o ensino escolar e manter ativas as atividades cotidianas em âmbito municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam suspensas, até 28 de fevereiro do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior, as atividades de:

- I – Festas, bailes e outros locais destinados a happy hours ou a consumo predominante bebidas alcoólicas em qualquer horário;
- II - Centros de convivências, sedes de empresas e locais afins (a exemplo de ranchos, recantos, etc.), exceto para a prática em tais locais de exercícios ou esportes individuais que permitam o distanciamento físico, como caminhadas, ciclismo e afins;
- III - prática, recreativa ou por meio de competições, independentemente do número de participantes, de atividades físicas ou esportivas coletivas, a exemplo de futebol, vôlei, futevôlei e outros, em quadras, campos ou ginásios de esportes, abertos ou fechados, públicos ou privados;
- IV - Apresentações que importem em acesso generalizado de pessoas, a título gratuito ou pago;

Art. 2º. Até 28 de fevereiro do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior, o funcionamento de bares, restaurantes, pizarias, lanchonetes, lojas de conveniência e afins, ficam condicionados às seguintes restrições:

- I - redução da ocupação máxima a 50% (cinquenta por cento) da capacidade total permitida;
- II - respeitar o intervalo de uma mesa ocupada e uma mesa vazia, devendo esta última estar devidamente identificada;
- III - permitir apenas a ocupação máxima de 04 (quatro) pessoas por mesa;
- IV - intensificar o uso de álcool em gel 70% na entrada do estabelecimento e nos locais de uso compartilhado, como buffet, banheiros e afins;
- V - impedir filas ou locais de espera;

Art. 3º Fica vedado até 28 de fevereiro do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior:

I – A realização presencial de missas, cultos e demais atividades religiosas ou de outras crenças que importem em uso comum de espaço de igrejas, templos e locais afins.

II - a utilização de parques infantis, situados em praças ou associações, cuja proibição deverá ser devidamente identificada pelos responsáveis legais;

III - o uso de salões de festa, salões de jogos, espaços de recreação em associações e entidades afins, cuja proibição deverá ser devidamente identificada pelos responsáveis legais;

IV - a utilização de propriedades particulares, na cidade e no interior (sítios, chácaras e afins), com o objetivo de realização de festas ou eventos irregulares que impliquem em aglomeração de pessoas;

V - a prática, em locais públicos ou privados, de jogos de sinuca, baralho, bocha, 48 e demais meios recreativos que importem em compartilhamento de objetos;

Art. 4º Ficam suspensas até 28 de fevereiro, as aulas presenciais nas unidades da rede pública Municipal e Estadual de Ensino, relacionadas à educação infantil, ensino fundamental, nível médio, devendo ser ministradas na forma remota, ao passo sem prejuízo do comprometimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente, se for o caso.

Art. 5º Fica vedado até 28 de fevereiro do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior, a realização de eventos sociais, educacionais, recreativos, de confraternização e afins (a exemplo de palestras, reuniões associativas, assembleias e outros), independentemente da quantidade de pessoas, de caráter público ou privado.

Art. 6º Além das medidas já em vigor, para os estabelecimentos que têm por objeto a venda de produtos alimentícios, tais como mercearias, minimercados, mercados, supermercados e afins, fica restabelecida, até reavaliação posterior, a proibição da entrada de mais de uma pessoa por grupo familiar a cada compra a ser realizada, cabendo ao responsável legal pelo local a obrigação de fiscalização dessa medida.

Art. 7º Em razão do notório deslocamento de munícipes a destinos turísticos deste e de outros Estados (a exemplo de praias, resorts, hotéis, campings e outros), fica recomendado às empresas, estabelecimentos locais e repartições públicas que viabilizem o trabalho remoto às pessoas inseridas nesse grupo por pelo menos 07 (sete) dias após o retorno confirmado, devendo ainda monitorar de modo mais intenso eventuais sintomas típicos da covid-19 apresentados pelos mesmos quando do retorno ao trabalho presencial.

Parágrafo único. Os estabelecimentos de ensino e de cursos livres deverão estender a recomendação prevista no caput aos seus respectivos alunos ou frequentadores.

Art. 8º As pessoas, entidades ou estabelecimentos referidos no presente decreto deverão comunicar o respectivo público alvo acerca das normas ora estabelecidas.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor em 18 de fevereiro de 2021.

São Bernardino - SC, 18 de fevereiro de 2021.

DALVIR LUIZ LUDWIG  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

TAIZA CARNIEL  
Sec. Adm.e Fazenda

## DECRETO Nº 92/2021

Publicação Nº 2869566

DECRETO Nº 92/2021 DE 18/02/2021.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DALVIR LUIZ LUDWIG, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece o Art. 57, VII, da Lei Orgânica Municipal, arts. 7º e 43 da Lei nº 4.320/64 de 17/03/1964 e em especial o inciso III da letra "C", do Art. 5º da Lei nº 1.328/2020 de 23/11/2020;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica aberto crédito suplementar no valor de R\$ 44.300,20 (quarenta e quatro mil trezentos reais e vinte centavos), em favor da Secretaria que menciona, assim consignados:

ÓRGÃO:	06.00 Secretaria do Desenvolvimento Social
UNIDADE:	06.01 FMAS – Fundo Munic. Assistência Social
PROJETO ATIVIDADE:	Manutenção Programa CRAS/PAINF
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:	08.244.0014.2.045
ELEMENTO:	3390 (3652)
VALOR R\$:	44.300,20 (quarenta e quatro mil trezentos reais e vinte centavos);

Art. 2º. – Para a abertura do crédito suplementar de que trata o Art. anterior, serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do Exercício Anterior.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 18 de Fevereiro de 2021.

DALVIR LUIZ LUDWIG  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA

TAIZA CARNIEL  
Sec. Adm. e Fazenda

## EXTRATO DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 01/2021

Publicação N° 2867877

### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 01/2021

O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, que se encontram abertas no período de 18/02/2021 a 09/03/2021, as inscrições ao Processo Seletivo destinado a prover vagas do Quadro Temporário de acordo com a Lei Complementar nº 004/97 de 06/01/97, Lei Complementar nº 002/2003 de 03/02/2003, Lei Orgânica Municipal de São Bernardino, Lei Complementar nº 049/2014 de 18/12/2014; Lei Complementar nº 50/2014 de 18/12/2014, Lei Complementar nº 007/2005 de 01/09/2005 e alterações posteriores. Cargos: Professor (a) com Licenciatura em Pedagogia, Professor (a) de Música, Professor (a) de Dança, Professor (a) de Educação Física, Auxiliar de Serviços Gerais, Zeladora, Vigia, Motorista, Operador I e Operador II. As inscrições serão realizadas exclusivamente via Internet, através do sítio eletrônico [www.gsassessoriaconcursos.com.br](http://www.gsassessoriaconcursos.com.br). A prova objetiva, a prova de títulos e a prova prática serão realizadas no dia 21/03/2021. O edital e maiores informações poderão ser obtidas no site da empresa organizadora [www.gsassessoriaconcursos.com.br](http://www.gsassessoriaconcursos.com.br) e site do município [www.saobernardino.sc.gov.br](http://www.saobernardino.sc.gov.br). São Bernardino, 18 de fevereiro de 2021. DALVIR LUIZ LUDWIG. Prefeito Municipal.



**ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO LIC.04/2021 SAUDE**

Publicação Nº 2868167

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BERNARDINO</b>  CNPJ: 11.431.615/0001-99 RUA VERÔNICA SCHEID C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino -SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 2/2021 - PR</b>  Processo Administrativo: 4/2021 Processo de Licitação: 4/2021 Data do Processo: 29/01/2021
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Ordenador Da Despesa Do Fundo De Saúde, ALCEO NEGRI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 4/2021  
b) Licitação Nr.: 2/2021-PR  
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d) Data Homologação: 17/02/2021  
e) Data da Adjudicação: 17/02/2021 Sequência: 1  
f) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL FARMACÊUTICO(A) 40 HORAS SEMANAIS ATRAVÉS DE PESSOA JURÍDICA E OU FÍSICA, PARA ATUAR NA FARMÁCIA BÁSICA DA UNIDADE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO NO PERÍODO EM QUE A FUNCIONÁRIA EFETIVA ESTIVER DE LICENÇA MATERNIDADE/FÉRIAS NO EXERCÍCIO DE 2021.

					(em Reais R\$)	
g) Fornecedores e Itens Vencedores:					Preço Unitário	Total do Item
					Und.	Qtidade Desclo (%)
<b><u>EROS MIGUEL CATUSSO - (5565)</u></b>						
1	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO PROFISSIONAL DE FARMACÊUTICO(A), ATRAVÉS DE PESSOA JURÍDICA E OU FÍSICA 40 HORAS SEMANAIS PARA ATUAR JUNTO A UBS - UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.	MES	7,5	-	2.950,00	22.125,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>22.125,00</b>
<b>Total Geral:</b>						<b>22.125,00</b>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.008.3.1.90.00.00.00.00.00 (1) Saldo: 415.601,07

São Bernardino, 17 de Fevereiro de 2021.

ALCEO NEGRI  
ORDENADOR DA DESPESA DO FUNDO DE SAÚDE



# São Bonifácio

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 090/2021

Publicação Nº 2868894

Portaria n º 090/2021  
Concede Férias.

LAURINO PETERS, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 106, da Lei Complementar nº 144/2020, e em conformidade com o requerimento da parte interessada, protocolado sob nº 5745/2021, deferido em 17/02/2021,

#### RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS A FABIANA BERKENBROCK, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, nível 2703-E pelo período de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia 19 de fevereiro de 2021, referente ao exercício 2019/2020.

São Bonifácio, 17 de fevereiro de 2021.  
Laurino Peters  
Prefeito Municipal

### PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº18/2021 - CONVITE Nº 04/2021

Publicação Nº 2868899

#### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 18/2021

(Lei nº 8.666/93, art. 21) Modalidade de licitação: CONVITE Nº 04/2021

Síntese do objeto: ESTE PROCESSO LICITATÓRIO TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SÃO BONIFÁCIO. Sessão de entrega de envelopes: 01 de Março de 2021, à Comissão de Licitações, às 13:30 horas. Horário de abertura: 01 de Março de 2021, às 14:00 horas. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura sito à Avenida 29 de Dezembro, 12 – Centro – SC, ou pelo fone (48) 3252-0111. São Bonifácio(SC), 18 de Fevereiro de 2021. Laurino Peters – Prefeito Municipal.

### PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 17/2021 - EDITAL DE PREGÃO Nº 10/2021

Publicação Nº 2868901

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO AVISO DE LICITAÇÃO Processo de Licitação 17/2021 Edital de Pregão 10/2021 do Tipo: Menor Preço por Item; OBJETO: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS MÉDICAS AMBULATORIAIS, conforme especificações no edital e anexos. Início da sessão pública: às 14:00 horas do dia 02/03/2021. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura sito à Avenida 29 de Dezembro, 12 – Centro – SC, ou pelo fone (48) 3252-0111. São Bonifácio (SC), 18 de Fevereiro de 2021. Laurino Peters – Prefeito Municipal

# São Carlos

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL Nº 012/2021

Publicação Nº 2867675

DECRETO Nº 012, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

“DISPÕE SOBRE SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DO IPTU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

RUDI MIGUEL SANDER, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO CARLOS/SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 53 inciso VI, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO a edição, pelo Governo do Estado, do Decreto n. 515, de 17 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo o Território Catarinense, nos termos do COBRADE n. 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e estabelece providências;

Considerando a necessidade de se conter a disseminação da COVID-19 e garantir o adequado funcionamento dos serviços de saúde;

Considerando as análises realizadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina em relação à evolução da pandemia, a disponibilidade de leitos e a estrutura de saúde existente para enfrentamento da Covid-19;

Considerando a tentativa de desestimular aglomerações visto que como medida preventiva à propagação da Covid-19, causada pelo novo coronavírus, a relevância de que os brasileiros evitem aglomerações e o contato próximo com outras pessoas. A recomendação ocorre porque a transmissão pelo vírus costuma ocorrer pelo ar ou por contato pessoal com secreções contaminadas.

DECRETA:

Art. 1º. A isenção para pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, de que trata a Lei 595, DE 14 DE MARÇO DE 1997, será renovada automaticamente para o exercício de 2021 aos contribuintes que tenham 70 anos ou mais, e que tiveram seu pedido de isenção deferido no exercício de 2019.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Carlos/SC, em 17 de fevereiro de 2021.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal.

### DECRETO MUNICIPAL Nº 013/2021

Publicação Nº 2867676

DECRETO MUNICIPAL Nº 013, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À EPIDEMIA DA COVID19.

Rudi Miguel Sander, Prefeito Municipal De São Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 53 inciso VI, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO que o nível da Avaliação de Risco Potencial do Estado de Santa Catarina para região do Oeste permanece em nível GRA-VÍSSIMO (representado pela cor vermelha no mapa do Estado);

CONSIDERANDO a necessidade de se conter a disseminação da COVID-19 e garantir o adequado funcionamento dos serviços de saúde;

CONSIDERANDO o perceptível afrouxamento de parcela da população quanto à observância das regras de distanciamento e isolamento social;

CONSIDERANDO as análises realizadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina em relação à evolução da pandemia, a disponibilidade de leitos e a estrutura de saúde existente para enfrentamento da Covid-19.

CONSIDERANDO a tentativa de desestimular aglomerações visto que como medida preventiva à propagação do Covid-19 (coronavírus), a relevância de que os brasileiros evitem aglomerações e o contato próximo com outras pessoas. A recomendação ocorre porque a transmissão pelo vírus costuma ocorrer pelo ar ou por contato pessoal com secreções contaminadas;

CONSIDERANDO o colapso na rede de saúde pública e privada do Oeste de Santa Catarina, com ausência de vagas nas UTI's – Unidades de Terapia Intensiva e severo comprometimento do atendimento ambulatorial, bem como o colapso da rede hospitalar;

CONSIDERANDO que, no âmbito do Município de São Carlos/SC, tem sido observado o descumprimento das determinações normativas alusivas ao enfrentamento da pandemia em diversos setores;

CONSIDERANDO que se está enfrentando o pior momento no que diz respeito ao comprometimento da capacidade instalada da rede de atendimento em saúde do município e região;

CONSIDERANDO as deliberações e as ações aprovadas na reunião extraordinária realizada em 16 de fevereiro de 2021, envolvendo a representação dos 52 Municípios integrantes do CIS-AMOS e o Secretário de Estado da Saúde;

CONSIDERANDO, por fim, a imperiosa necessidade de preservar a VIDA dos cidadãos São-carlenses e de, ao mesmo tempo, preservar o ensino escolar e manter ativas as atividades empresariais em âmbito municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suspensas, até 1º de março do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior, as atividades de:

I - bares, pubs, boates, petiscarias, choperias, cervejarias, whiskerias, casas de show, tabacarias e a fins, bailões e outros locais destinados a happy hours ou a consumo predominante de bebidas alcoólicas em qualquer horário;

II- clubes de campo, associações de trabalhadores, centros de convivências, salões comunitários, sedes de empresas e locais afins (a

exemplo de ranchos, recantos, etc.), exceto para a prática em tais locais de exercícios ou esportes individuais que permitam o distanciamento físico, como caminhadas, ciclismo, tênis e afins;

III- prática, recreativa ou por meio de competições, independentemente do número de participantes, de atividades físicas ou esportivas coletivas, a exemplo de futebol, vôlei, futevôlei e outros, em quadras, campos ou ginásios de esportes, abertos ou fechados, públicos ou privados, e;

IV- circos, shows, amostras e apresentações que importem em acesso generalizado de pessoas, a título gratuito ou mediante pagamento de ingresso ou entrada.

Art. 2º. Até 1º de março do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior, os restaurantes, pizzarias, lanchonetes e food trucks, poderão funcionar exclusivamente nos seguintes horários, e observando a lotação máxima preconizada pelo Estado de Santa Catarina para o nível Gravíssimo:

I - das 10:00 às 14:00 horas, e;

II - das 18:00 às 22:00 horas;

§ 1º. Considera-se atividade de restaurante, para os fins deste decreto, aquela destinada a servir almoço e jantar, nos períodos correspondentes aos horários definidos nos incisos I e II deste artigo, sendo que as demais atividades assemelhadas serão regidas pelas demais disposições específicas deste e dos demais decretos e normas em vigor;

§ 2º. O atendimento deverá atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias e de saúde relativas ao enfrentamento da pandemia da Covid-19, especialmente:

I- a obrigatoriedade do uso de máscaras;

II- disponibilização de luvas descartáveis e de recipiente próprio para o descarte das mesmas após o uso;

III- medidores de temperatura na entrada do estabelecimento;

IV- redução da ocupação máxima a 50% (cinquenta por cento) da capacidade total permitida;

V- respeitar o intervalo de uma mesa ocupada e uma mesa vazia, devendo esta última estar devidamente identificada;

VI- permitir apenas a ocupação máxima de 04 (quatro) pessoas por mesa;

VII- intensificar o uso de álcool em gel 70% na entrada do estabelecimento e nos locais de uso compartilhado, como buffet, banheiros e afins, e;

VIII- impedir filas ou locais de espera sem o devido distanciamento.

Art. 3º Fica vedado até 1º de março do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior:

I- a realização presencial de missas, cultos e demais atividades religiosas ou de outras crenças que importem em uso comum de espaços de igrejas, templos, santuários, grutas e locais afins;

II- a realização de promoções ou eventos por estabelecimentos comerciais, de qualquer natureza, destinadas ao chamamento de clientes;

III- a utilização de parques infantis, situados em praças, associações, ou condomínios residenciais, cuja proibição deverá ser devidamente identificada pelos responsáveis legais, exceto para a prática em tais locais de exercícios ou esportes individuais que permitam o distanciamento físico, como caminhadas, ciclismo e afins;

IV- o funcionamento de brinquedotecas, espaços kids e espaços de jogos, em condomínios residenciais, clubes recreativos, associações e entidades afins, cuja proibição deverá ser devidamente identificada pelos responsáveis legais;

V- o uso de salões de festa, espaços gourmet, salões de jogos, salas de cinema, espaços de recreação, piscinas e saunas, em condomínios residenciais, associações e entidades afins, cuja proibição deverá ser devidamente identificada pelos responsáveis legais;

VI- a utilização de propriedades particulares, na cidade e no interior (sítios, chácaras e afins), com o objetivo de realização de festas ou eventos irregulares que impliquem em aglomeração de pessoas;

VII- a prática, em locais públicos ou privados, de jogos de sinuca, dominó, bocha, bolão, 48 e demais meios recreativos que importem em compartilhamento de objetos;

VIII- a disposição de mesas, cadeiras e bancos em áreas externas de lojas de conveniências e estabelecimentos afins.

Art. 4º - Ficam suspensas até 1º de março do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior, as aulas presenciais nas unidades da rede pública de ensino, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), ensino técnico e ensino superior, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente.

Art. 5º - Fica vedado até 07 de março do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior, a realização de eventos sociais, educacionais, recreativos, de confraternização e afins (a exemplo de palestras, reuniões associativas, assembleias e outros), independentemente da quantidade de pessoas, de caráter público ou privado.

Art. 6º - Além das medidas já em vigor, para os estabelecimentos que têm por objeto a venda de produtos alimentícios, tais como mercearias, minimercados, mercados, supermercados e afins, fica restabelecida, até reavaliação posterior, a proibição da entrada de mais de uma pessoa por grupo familiar a cada compra a ser realizada, cabendo ao responsável legal pelo local a obrigação de fiscalização dessa medida.

Art. 7º - Em razão do notório deslocamento de munícipes a destinos turísticos deste e de outros Estados (a exemplo de praias, resorts, hotéis, campings e outros), fica recomendado às empresas, estabelecimentos locais e repartições públicas que viabilizem o trabalho remoto às pessoas inseridas nesse grupo por pelo menos 07 (sete) dias após o retorno confirmado, devendo ainda monitorar de modo mais intenso eventuais sintomas típicos da covid-19 apresentados pelos mesmos quando do retorno ao trabalho presencial.

Parágrafo único. Os estabelecimentos de ensino e de cursos livres deverão estender a recomendação prevista no caput aos seus respectivos alunos ou frequentadores.

Art. 8º - O descumprimento das medidas estabelecidas no presente decreto sujeitará o infrator às penalidades previstas nas normas estaduais e municipais em vigor.

Art. 9º - As pessoas, entidades ou estabelecimentos referidos no presente decreto deverão comunicar o respectivo público alvo acerca das normas ora estabelecidas.

Art. 10- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 11- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Carlos/SC, em 17 de fevereiro de 2021.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal

**EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 001/2020 - FMS**

Publicação Nº 2867750

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	001/2020 - FMS – 2º TERMO ADITIVO
Contratante.:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS
Contratada.:	IPM SISTEMAS LTDA
Objeto ..... :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS E PRÁTICAS PARA FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO DE GESTÃO PÚBLICA, PARA ATENDIMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS/ SC, INCLUINDO PLATAFORMAS DE ATENDIMENTO TÉCNICO AOS USUÁRIOS, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO LEGAL
Valor:	R\$ 57.019,28 (cinquenta e sete mil e dezenove reais e vinte e oito centavos).
Dotação:	2.014.3390.00 - 02 – 269/2021 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS;
Licitação:	Processo Administrativo nº 139/2019 – Adm, Pregão Presencial nº 096/2019 - ADM
Vigência: .....	17/02/2022
SAO CARLOS, 11 DE FEVEREIRO DE 2021.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

**EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 007/2020 - ADM**

Publicação Nº 2867752

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	007/2020 - ADM – 2º TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICIPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	IPM SISTEMAS LTDA
Objeto ..... :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS E PRÁTICAS PARA FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO DE GESTÃO PÚBLICA, PARA ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DE TODOS OS SETORES ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO PLATAFORMAS DE ATENDIMENTO TÉCNICO AOS USUÁRIOS, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO LEGAL.
Valor:	R\$ 176.625,32 (CENTO E SETENTA E SEIS MIL SEISCENTOS E VINTE E CINCO REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS).
Dotação:	2.045.3390.00 - 01 – 224/2021 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO; 2.035.3390.00 - 0 - 247/2021 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; 2.003.3390.00 - 00 – 32/2021 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO GERAL; 2.002.3390.00 - 0 - 8/2021 - MANUTENÇÃO DA GESTÃO SUPERIOR; 2.028.3390.00 - 0 – 143/2021 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE;
Licitação:	Processo Administrativo nº 139/2019 – Adm, Pregão Presencial nº 096/2019 - ADM
Vigência: .....	17/02/2022
SAO CARLOS, 11 DE FEVEREIRO DE 2021.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

**EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 001/2020 - FCSC**

Publicação Nº 2867753

Estado de Santa Catarina	
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	001/2020 - FCSC – 3º TERMO ADITIVO
Contratante.:	FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS
Contratada.:	IPM SISTEMAS LTDA

Objeto ..... :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS E PRÁTICAS PARA FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO DE GESTÃO PÚBLICA, PARA ATENDIMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS/SC, INCLUINDO PLATAFORMAS DE ATENDIMENTO TÉCNICO AOS USUÁRIOS, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO LEGAL.
Valor:	R\$16.629,88 (dezesesseis mil seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e oito centavos).
Dotação:	2.038.3390.00 - 00 – 338/2020 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO CULTURAL;
Licitação:	Processo Administrativo nº 139/2019 – Adm, Pregão Presencial nº 096/2019 - ADM
Vigência: .....	17/02/2022
SAO CARLOS, 11 DE FEVEREIRO DE 2021.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

**PORTARIA Nº 055/2021**

Publicação Nº 2867343

**PORTARIA Nº 055/2021**

Dispõe sobre a Retificação da Portaria nº 029/2021 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor.

**“RESOLVE”**

Art. 1º - Na ementa da Portaria 029/2021 onde se lê “Dispõe sobre a nomeação para a função de Secretário Municipal de Saúde e dá outras providências”, leia-se “Dispõe sobre a nomeação para a função de Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos e dá outras providências”.

Art. 2º - Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria 029/2021.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, em 17 de Fevereiro de 2021.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

**PORTARIA Nº 056/2021**

Publicação Nº 2867493

**PORTARIA Nº 056/2021**

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio à Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor.

**“RESOLVE”**

Art. 1º - Concede ao Servidor Público Municipal FERNANDO LUIZ SCHWARTZ, ocupante do cargo de Operador de Máquina lotado no Departamento de Estradas e Rodagem, 30 dias de licença prêmio do período de 17 de Fevereiro de 2021 à 18 de Março de 2021, referente ao período aquisitivo de 01/11/2011 a 31/10/2016.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, em 17 de Fevereiro de 2021.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se.

**PORTARIA N° 057/2021**

Publicação N° 2867494

PORTARIA N° 057/2021

Dispõe sobre a concessão de férias à Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor.

**"RESOLVE"**

Art. 1º - Concede a Servidora Pública Municipal ANGELA ANDREA HOSS WIEST HERBERT, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria de Saúde, 10 dias de férias o período de 17 de Fevereiro de 2021 à 26 de Fevereiro de 2021, referente ao período aquisitivo de 01/11/2019 a 31/10/2020..

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, em 17 de Fevereiro de 2021.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se.

**PORTARIA N° 058/2021**

Publicação N° 2867495

PORTARIA N° 058/2021

Dispõe sobre a concessão de férias à Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor.

**"RESOLVE"**

Art. 1º - Concede ao Servidor Público Municipal NERI PEREIRA PUTZEL, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria de Saúde, 20 dias de férias do período de 17 de Fevereiro de 2021 à 08 de Março de 2021, referente ao período aquisitivo de 07/02/2019 a 06/02/2020 e 07/02/2020 a 06/02/2021.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, em 17 de Fevereiro de 2021.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se.

**PORTARIA N° 059/2021**

Publicação N° 2867501

PORTARIA N° 059/2021

Dispõe sobre a concessão de férias à Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor.

**"RESOLVE"**

Art. 1º - Concede ao Servidor Público Municipal SILVANO MAYER, ocupante do cargo de Secretário de Turismo, 15 dias de férias do período de 17 de Fevereiro de 2021 à 04 de Março de 2021, referente ao período aquisitivo de 19/02/2018 a 18/02/2018 e 19/02/2019 a 18/02/2020.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, em 17 de Fevereiro de 2021.

RUDI MIGUEL SANDER  
Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se.

## **PORTARIA Nº 060/2021**

Publicação Nº 2867564

PORTARIA Nº 060/2021

DISPOE SOBRE REMANEJAMENTO DE  
SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor.

“RESOLVE”

Art. 1º - Fica remanejada a Senhora VIVIANE FAVERO GESKE, nomeada pelo Decreto 177/2012 para atuar junto ao Posto de Saúde do Centro.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos com data de 14 de Janeiro de 2021.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, em 17 de Fevereiro de 2021.

RUDI MIGUEL SANDER  
Prefeito Municipal  
Registre-se e Publique-se.

## **CÂMARA MUNICIPAL**

## **DECRETO LEGISLATIVO N.º 01/2021**

Publicação Nº 2868740

Decreto Legislativo n.º 001/2021, de 17 de Fevereiro de 2021

Determina o afastamento preventivo do vereador Ademar João Brutscher.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 20, § 4º, da Lei Orgânica Municipal e art. 32, III e XII, do Regimento Interno da Câmara, FAZ SABER que o Plenário da Câmara deliberou na sessão ordinária do dia 15 de fevereiro de 2021 sobre o afastamento preventivo do vereador Ademar João Brutscher, e que fica promulgado o seguinte DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica o senhor Ademar João Brutscher afastado do cargo de vereador, pelo período de 90 (noventa) dias, nos termos do artigo 32, III, do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de São Carlos.

Parágrafo único. Ficam suspensos os subsídios do vereador durante o período de seu afastamento.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 16 de fevereiro de 2021.

São Carlos/SC, em 17 de fevereiro de 2021.

José Noimar Mai  
Presidente

José Cléo Kunst  
Vice-Presidente

Sidirléia Argenta Assmann  
1ª Secretária

Tiani Marschall Sackser  
2ª Secretária

Registre-se.  
Publique-se.



**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 01-2021**

Publicação Nº 2868576

Estado de Santa Catarina

**CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO CARLOS****EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO****PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N.º 001/2021**

Edital: Dispensa de Licitação nº 001/2021

Objeto: Execução indireta sob o regime de tarefa, com o fornecimento de materiais, consistente no serviço de manutenção do telhado (goteiras) e estrutura de concreto externa (colocação de tampa de concreto medindo 0,50m x 0,50m e no serviço de manutenção de paredes comprometidas por umidade.

Fornecedor: VALDAIR ANTONIO TELES 69295565991.  
CNPJ: 24.005.998/0001-85

Valor: R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais).

Justificativa: Justifica-se a contratação, considerando a existência de paredes danificadas na sede da Câmara Municipal, especialmente em face de umidade, se faz necessário reparar paredes danificadas, tanto por questões estéticas, como preservação de um prédio histórico, assim como zelar por um ambiente de trabalho saudável.

Fundamentação Legal: Lei nº 8.666/93, art. 24, II.

São Carlos/SC, 22 de janeiro de 2021.

**JOSÉ NOIMAR MAI**  
PRESIDENTE

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 02-2021**

Publicação Nº 2868585

Estado de Santa Catarina

**CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO CARLOS****EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO****PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N.º 002/2021**

Edital: Dispensa de Licitação nº 002/2021

Objeto: Identificação de Vereador para uso em mesa ou bancada, confeccionada em aço inox.

Fornecedor: MONUMENTAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TROFÉUS LTDA.

CNPJ: 02.313.167/0001-38.

Valor: R\$ 755,10 (setecentos e setenta e cinco reais e dez centavos).

Justificativa: Em toda Legislatura são utilizadas placas de mesa para identificação dos vereadores, para que possibilitem ao público presente e ao que acompanhe de forma virtual identificarem os parlamentares, além de possibilitar organização de lugares.

Fundamentação Legal: Lei nº 8.666/93, art. 24, II.

São Carlos/SC, 28 de janeiro de 2021.

**JOSÉ NOIMAR MAI**  
PRESIDENTE

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 03-2021**

Publicação Nº 2868589

Estado de Santa Catarina

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO CARLOS****EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO****PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N.º 003/2021**

Edital: Dispensa de Licitação nº 003/2021

Objeto: Aquisição de elementos filtrantes para manutenção de purificador de água.

Fornecedor: MARAGUÁ COM. DE TUBOS E PROCESSADORES DE ÁGUA LTDA.

CNPJ: 08.062.056/0001-82.

Valor: R\$ 265,00 (duzentos e sessenta e cinco reais).

Justificativa: Considerando a necessidade de efetuar trocas periódicas dos filtros de água utilizados pela Câmara Municipal, visando assegurar a eficácia dos equipamentos e zelar pela saúde daqueles que consumirem a água direta ou indiretamente.

Fundamentação Legal: Lei nº 8.666/93, art. 24, II.

São Carlos/SC, 28 de janeiro de 2021.

**JOSÉ NOIMAR MAI**  
PRESIDENTE

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 04-2021**

Publicação Nº 2868616

Estado de Santa Catarina

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO CARLOS****EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO****PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N.º 004/2021**

Edital: Dispensa de Licitação nº 004/2021

Objeto: Serviços de lavagem veicular.

Fornecedor: ALEXANDRE SCHLEICHER 08516698912.

CNPJ: 20.322.230/0001-84.

Valor: R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais).

Justificativa: Considerando a necessidade zelar pela boa conservação e aparência do veículo automóvel da Câmara Municipal, sendo este um patrimônio público municipal.

Fundamentação Legal: Lei nº 8.666/93, art. 24, II.

São Carlos/SC, 29 de janeiro de 2021.

**JOSÉ NOIMAR MAI**  
PRESIDENTE

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 06-2021**

Publicação Nº 2868629

Estado de Santa Catarina

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO CARLOS****EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO****PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N.º 006/2021**

Edital: Dispensa de Licitação n.º 006/2021

Objeto: Aquisição de combustível (gasolina comum) para o veículo oficial da Câmara.

Fornecedor: AUTO POSTO CAMPO VERDE LTDA.  
CNPJ: 04.524.238/0001-77.

Valor estimado: R\$ 1.845,00 (mil oitocentos e quarenta e cinco reais).

Justificativa: Considerando que a Câmara Municipal de São Carlos possui um veículo automóvel, e, por consequente, é necessária a aquisição de combustível para a utilização do veículo.

Fundamentação Legal: Lei nº 8.666/93, art. 24, II.

São Carlos/SC, 10 de fevereiro de 2021.

**JOSÉ NOIMAR MAI**  
PRESIDENTE

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 01-2021**

Publicação N° 2868651

Estado de Santa Catarina

**CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO CARLOS****EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Contrato N.º.: 001/2018 – TERCEIRO TERMO ADITIVO  
Contratante.: CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO CARLOS  
Contratada.: PORTAL SISTEMA FM DE COMUNICAÇÃO LTDA  
Objeto.....: SERVIÇOS DE PUBLICIDADE EM RÁDIO-DIFUSÃO DE CARÁTER INSTITUCIONAL E SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL DE CARÁTER OFICIAL/LEGAL DO PODER LEGISLATIVO DE SÃO CARLOS/SC.  
Valor.....: R\$ 33.600,00 (trinta e três mil e seiscentos reais)  
Vigência.....: 31 de Janeiro de 2022.  
Licitação.....: PROCESSO ADM. N.º 001/2018, PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2018

SÃO CARLOS/SC, 27 DE JANEIRO 2021.

**JOSÉ NOIMAR MAI  
PRESIDENTE**

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 02-2021**

Publicação N° 2868689

Estado de Santa Catarina

**CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO CARLOS****EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Contrato nº...: 002/2018 – TERCEIRO TERMO ADITIVO

Contratante.: CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO CARLOS

Contratada.: RÁDIO SÃO CARLOS LTDA.

Objeto.....: SERVIÇOS DE PUBLICIDADE EM RADIODIFUSÃO DE CARÁTER INSTITUCIONAL E SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL DE CARÁTER OFICIAL/LEGAL DO PODER LEGISLATIVO DE SÃO CARLOS/SC.

Valor.....: R\$ 25.200,00 (Vinte e cinco mil e duzentos reais).

Vigência.....: 31 de Janeiro de 2022.

Licitação.....: PROCESSO ADM. N.º 001/2018, PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2018.

SÃO CARLOS/SC, 27 DE JANEIRO 2021.

**JOSÉ NOIMAR MAI  
PRESIDENTE**





# São Domingos

## PREFEITURA

### DECRETO 076 DE 17 02 2021 - COVID

Publicação Nº 2867701

DECRETO Nº 076 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE MEDIDAS RESTRITIVAS DE PREVENÇÃO AO CONTÁGIO PELO COVID-19 NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada e;

- Considerando a declaração de emergência em saúde pública de importância Internacional emitida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);
- Considerando o Decreto Legislativo Estadual nº 18.332/2020, de 20 de março de 2020, que declara estado de calamidade pública em Santa Catarina, para fins do disposto no artigo 65da Lei Complementar nº 101 de 2020;
- Considerando o o Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020, do Governador do Estado de Santa Catarina que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 – doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências;
- Considerando o Decreto Estadual nº 630, de 1º de junho de 2020, do Governador do Estado de Santa Catarina, que altera o Decreto nº 562, de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 – doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências;
- Considerando o Decreto Estadual nº 1.027, de 18 de dezembro de 2020 que institui novas regras para organização das medidas para o enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Estado de Santa Catarina;
- Considerando a Nota de Alerta nº 003/2021 – DIVE/DIVS/SUV/SES/SC emitida em 12 de fevereiro de 2021 com recomendações relacionadas à prevenção e controle da COVID-19 para Santa Catarina, especialmente para as regiões do Extremo Oeste, Oeste e Xanxerê;
- Considerando que o nível da Avaliação de Risco Potencial do Estado de Santa Catarina para região de Xanxerê permanece em nível GRAVÍSSIMO;
- Considerando que o Município de São Domingos foi classificado como risco gravíssimo, na matriz epidemiológico-sanitário, por conta da epidemia do vírus Covid-19;
- Considerando o colapso na rede de saúde pública e privada do Oeste de Santa Catarina, com ausência de vagas nas UTI's – Unidade de Terapia Intensiva e severo comprometimento do atendimento ambulatorial;
- Considerando as deliberações e as ações aprovadas na reunião com os Prefeitos da Amai, no dia 15 de fevereiro, e na reunião extraordinária realizada pelos municípios integrantes da CIS-AMOSC, no dia 16 de fevereiro;
- Considerando que a situação atual demanda o emprego urgente de medidas mais restritivas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do vírus Covid-19, no Município de São Domingos;
- Considerando a necessidade da continuidade de orientação e afastamento social, a fim de evitar o contágio com o vírus COVID-19.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam determinadas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19) em todo o território do município de São Domingos.

Art. 2º. Diante da necessidade da continuidade do distanciamento social, a fim de evitar o contágio decorrente do Covid-19, fica determinado, o atendimento pelos munícipes, das seguintes medidas:

- I – Fica determinada a obrigatoriedade do uso de máscara facial de proteção em todo o território do município de São Domingos, por todos os indivíduos que transitarem em via pública ou que adentrarem a quaisquer estabelecimentos públicos ou privados.
- II – O uso de máscara facial, será, obrigatório em toda a extensão do município, inclusive quando duas ou mais pessoas transitarem simultaneamente em um mesmo veículo, exceto quando do mesmo núcleo familiar.
- III– É recomendado o afastamento dos colaboradores ou funcionários que estejam com suspeitas ou confirmação do vírus Covid-19, pelo prazo mínimo de 14 dias.
- IV –Os estabelecimentos comerciais ficam obrigados a reduzir a sua capacidade de ocupação interna para 50% do limite total, inclusive, devendo estabelecer um espaçamento entre as pessoas de no mínimo 1,50m (um metro e meio).
- V – Deve-se optar pelo atendimento não presencial ao público. Quando necessário o atendimento presencial, é obrigatório o uso de álcool gel 70%, pelos clientes, colaboradores ou funcionários.
- VI– Os estabelecimentos comerciais ficam responsáveis pela organização das filas que, eventualmente, se formarem observando sempre uma distância mínima de 1,50m(um metro e meio) entre as pessoas, além disso, deverão higienizar com frequência equipamentos e utensílios com álcool 70% ou preparação antissépticas adequada.

Art. 3º. Além das medidas restritivas estaduais e municipais vigentes, ficam suspensas no período de 15 de fevereiro a 01 de março de 2021 as seguintes atividades, independentemente de eventual alteração da posição do Município na matriz de risco divulgada pelo Estado de Santa Catarina:

- I - atividades esportivas de caráter recreativo, inclusive as escolinhas particulares e programas esportivos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Esportes;
- II - eventos com aglomeração bem como competições esportivas organizados pelo poder público ou pela iniciativa privada;
- III - casas noturnas, boates, casas de shows, pubs e afins;
- IV - bares, petiscarias, choperias, cervejarias, whiskerias, e outros locais destinados ao consumo predominante de bebidas alcoólicas em

qualquer horário;

V - congressos, feiras e exposições;

VI - eventos sociais, compreendendo casamentos, aniversários, jantares, confraternizações, bodas, formaturas, batizados, festas infantis e afins, realizados em espaços comerciais ou residenciais;

VII - igrejas e templos religiosos;

VIII – piscinas de uso coletivo em clubes sociais, parques aquáticos e similares;

§ 1º Fica proibida a permanência de pessoas em praças, vias públicas, pátios de postos de combustíveis e outros espaços onde há risco potencial de ocorrerem aglomerações, especialmente naquelas onde ocorre o compartilhamento de chimarrão e de bebidas em geral.

§ 2º Fica proibido, em estabelecimentos comerciais, clubes e congêneres, atividades coletivas que envolvam jogos de baralho, dominó, sinuca/bilhar, bocha, boliche, entre outros que possam incentivar aglomerações.

§ 3º Fica proibido o uso de equipamentos de amplificação sonora ou instrumentos musicais, bem como a realização de shows, voz e violão e eventos em geral que possam incentivar aglomerações.

§ 4º As lojas de conveniência de postos de combustíveis devem suspender a venda de bebidas alcólicas a partir das 18 horas, diariamente.

§ 5º Festas particulares em residências, sendo que em caso de flagrante a autoridade estará autorizada a adentrar na residência, por força do art. 268 do Código Penal e do art. 5º, XI, da Constituição Federal de 1988.

§ 6º Fica proibido a aglomeração de pessoas em velórios, conforme Nota Técnica Conjunta nº. 015/2020 – DIVS/SUV/SES/SC: (Atualizada pelo documento Manejo de Corpos no contexto do novo coronavírus, publicado pelo Ministério da Saúde em 23/03/2020).

§ 7º Fica proibida a comercialização de mercadorias realizadas por vendedores ambulantes residentes em outros municípios.

Art. 4º. No período de 15 de fevereiro a 1º de março de 2021 os restaurantes poderão funcionar exclusivamente nos seguintes horários, desde que atendidas as medidas sanitárias vigentes:

I – das 06:00 às 08:00;

II – das 11:00 às 14:00;

III – das 18:00 às 21:00;

§ 1º. Considera-se atividade de restaurante, para os fins deste decreto, aquela destinada a servir café da manhã, almoço e jantar, nos períodos correspondentes aos horários definidos nos incisos I, II e III deste artigo.

§ 2º. O atendimento deverá atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias, de saúde e do Poder Executivo, referente ao enfrentamento da pandemia Covid-19.

Art. 5º. Os foodtrucks e similares passam a funcionar exclusivamente nos sistemas TakeAway e Delivery, sendo proibido o consumo no local.

Parágrafo único: Os estabelecimentos descritos no caput poderão atender em horário normal, desde que respeitado o horário máximo de funcionamento até às 21 horas.

Art. 6º. Ficam suspensas até o dia 28 de fevereiro do corrente ano as aulas presenciais nas unidades da rede pública e privada de ensino.

Art. 7º. As atividades de estabelecimentos que oferecem serviços relacionados à prática regular de exercícios físicos como academias de ginástica e musculação ficam limitadas ao número máximo de 04 (quatro) alunos durante o mesmo horário, desde que respeitado as normas.

Art. 8º. Havendo descumprimento das medidas previstas neste Decreto, as autoridades competentes ou seus agentes devem apurar eventual prática de infração administrativa, aplicando-se as seguintes sanções:

I – Pessoa física que não estiver utilizando máscara ou descumprir quaisquer das normas previstas neste decreto consistirá em infração sanitária com multa no valor de R\$ 100,00 (cem reais);

II – O estabelecimento comercial que descumprir quaisquer das normas previstas neste decreto, ou que autorizar o acesso de pessoas sem a utilização de máscaras, salvo no momento das refeições, consistirá em infração sanitária com multa no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);

III – Aos indivíduos que sejam detectados como “suspeitos” e descumpram a quarentena será aplicada multa de R\$ 250,00 (cento e cinquenta reais);

IV – Aos indivíduos que tenham diagnóstico do vírus confirmado e descumpram o período de quarentena será aplicada multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais);

V – Em caso de reincidência nas infrações, o estabelecimento, além da aplicação da multa, também terá o seu alvará de funcionamento suspenso por 15 dias, quando reincidente pela primeira vez, e terá o seu alvará suspenso por tempo indeterminado quando reincidente pela segunda vez.

Parágrafo único – Para comprovação das infrações e aplicação das penalidades serão aceitas denúncias verbais acompanhadas de fotografias ou vídeos e a indicação de testemunha.

Art. 9º. Ficam investidos como autoridades de saúde, com poder de polícia administrativa, cabendo-lhes a fiscalização das medidas específicas de enfrentamento da COVID-19 e aplicação das respectivas multas na forma deste Decreto e dos que lhe antecederam, sem prejuízo da atuação dos órgãos com competência fiscalizatória específica, os seguintes cargos:

I – Os servidores do setor de Vigilância Sanitária;

- II – Os servidores da Defesa Civil do Município;
- III – Polícia Militar;
- IV – Polícia Civil;
- V – Bombeiros.

Art. 10. O Descumprimento das normas de saúde pública, em especial, descrita nesse Decreto, permite ao órgão fiscalizador, lavrar termo imposição de penalidade, com a imediata suspensão das atividades do estabelecimento comercial e no caso de novo descumprimento, poderá cassar definitivamente, o alvará de funcionamento.

Art. 11. Todos os casos de descumprimento do presente decreto serão encaminhados ao Ministério Público estadual desta comarca.

Art. 12º. Em qualquer hipótese, o funcionamento da atividade deverá observar os seguintes cuidados mínimos com a higiene de fornecedores, colaboradores, produtos, equipamentos e consumidores:

- I - Disponibilizar na entrada do estabelecimento e em outros lugares estratégicos de fácil acesso, álcool gel 70% para utilização de colaboradores e clientes;
- II - Higienizar, antes do início das atividades e após cada uso, durante o período de funcionamento, as superfícies de toque (carrinhos, cestos, cadeiras, maçanetas, corrimão, mesas e bancadas), preferencialmente com álcool gel 70%;
- III - Higienizar antes do início das atividades e durante o período de funcionamento, com intervalo máximo de 03 (três) horas, os pisos e banheiros, preferencialmente com água sanitária;
- IV - Manter locais de circulação e áreas comuns com os sistemas de ar condicionados limpos (filtros e dutos) e, obrigatoriamente, manter pelo menos uma janela externa aberta ou qualquer outra abertura, contribuindo para a renovação de ar;
- V - Manter disponível kit completo de higiene de mãos nos sanitários de clientes e colaboradores, com sabonete líquido, álcool gel 70% e toalhas de papel não reciclado;
- VI - Observar o Manual para a Limpeza e Desinfecção de Superfícies, da Anvisa, destacando-se:
  - a) Medidas de precaução, bem como o uso do EPI, devem ser apropriadas para a atividade a ser exercida e necessária ao procedimento.
  - b) Não varrer superfícies a seco, por conta do favorecimento da dispersão de microrganismos que são veiculados pelas partículas de pó, devendo utilizar varredura úmida, que pode ser realizada com mops ou rodo e panos de limpeza de pisos.
  - c) Para a limpeza dos pisos devem ser seguidas técnicas de varredura úmida, ensaboar, enxaguar e secar, utilizando desinfetantes com potencial para limpeza de superfícies incluem aqueles à base de cloro, álcoois, alguns fenóis e iodóforos e o quaternário de amônio.
  - d) Todos os equipamentos deverão ser limpos a cada término da jornada de trabalho, ainda com os profissionais usando EPI.
  - e) A frequência de limpeza das superfícies pode ser estabelecida para cada serviço, de acordo com o protocolo da instituição;
- VII - Recomenda-se estabelecer o teletrabalho para as atividades administrativas e para aqueles que se inserem no grupo de risco;
- VIII - Os funcionários que se enquadram no grupo de risco e que exercem atividades não compatíveis com o teletrabalho devem ser liberados para permanecerem em suas residências, à disposição da empresa;
- IX - Todos os colaboradores que apresentaram sintomas característicos da doença devem ser afastados e todos aqueles que tiveram contato com quem apresentou esses sintomas serem colocados em quarentena e encaminhada essa informação a Secretaria Municipal da Saúde;
- X - Insumos como máscaras, álcool 70% devem ser disponibilizados para os colaboradores, além de luvas de borracha para contribuir com os cuidados que a linha de frente necessita no atendimento ao público;
- XI - Os estabelecimentos poderão adotar medidas mais severas e restritivas, a critério de sua Administração e desde que embasadas em informações técnicas.

Art. 13. O descumprimento do disposto neste Decreto acarretará a responsabilização dos proprietários dos estabelecimentos e além das sanções ora previstas, também constituirá infração sanitária nos termos da Lei Estadual nº 6.320/1983.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

São Domingos/SC, 17 de fevereiro de 2021.

Márcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

## DECRETO 077 DE 17 02 2021 AGENTE EDUCATIVO

Publicação Nº 2868766

DECRETO Nº 077, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Dispõe sobre o chamamento de servidores públicos municipais.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012 atualizada;

Considerando que o Governo Municipal através da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, tem comprometimento e responsabilidade em garantir o atendimento a todas as crianças que freq-entam o Centro de Educação Infantil Municipal Criança Feliz;

Considerando a necessidade de ter na sala de aula desde o início do ano letivo agente educativo para auxiliar o professor regente nas atividades desenvolvidas com os alunos, juntamente com os professores;

Considerando a necessidade da Secretaria Municipal de Educação em realizar a formação com todas as Agente Educativas devido a adoção de diretrizes e ações para o retorno das aulas presenciais, conforme determina o PLANCON Municipal em conformidade a Organização Mundial da Saúde/OMS;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica contratado em caráter Emergencial temporário até a realização do processo seletivo, as Agente Educativo, ELIZANDRA AMARAL GODOI, JESSICA SANTOS MARIANI SOMAVILLA, DEBORA MARMENTINI, MARLENE PERUZZO LEAL AIOLFI, MARIA DE FATIMA LUNARDI, enquadrado no anexo I Grupo (SAUXI) Cód 31.07.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcos André Morschheiser  
Secretário da Administração e Fazenda

**DECRETO 078 DE 17 02 2021 AUXILIAR GERAL**

Publicação Nº 2868775

DECRETO Nº 078, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Dispõe sobre o chamamento de servidores públicos municipais.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012 atualizada;

Considerando que o Governo Municipal através da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, tem o comprometimento e responsabilidade em garantir a limpeza e a organização dos espaços escolares e havendo a necessidade de preenchimento da vaga para a função de auxiliar de serviços gerais, importante na manutenção da limpeza e conservação dos espaços públicos do Município de São Domingos/SC;

Considerando a necessidade da Secretaria Municipal de Educação em realizar a formação dos cargos de Serviços Gerais, devido a adoção de diretrizes e ações para o retorno das aulas presenciais, conforme determina o PLANCON Municipal em conformidade a Organização Mundial da Saúde/OMS;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica contratado em caráter Emergencial temporário até a realização do processo seletivo, as Auxiliar de Serviços Gerais, JOSEFINA GERTRUDES ZAREMBSKI, ANALICE CAMPAGNOLO BUSATTO, enquadrado no anexo I Grupo (SEGERI) Cód 11.02.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcos André Morschheiser  
Secretário da Administração e Fazenda

**DECRETO 081 DE 17 02 21 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT FRANCIELI CORREA DE MELLO SÉRIES INICIAIS**

Publicação Nº 2868777

DECRETO Nº 081, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Admite servidora em caráter emergencial, aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando que o ano letivo terá início no dia 18 de fevereiro de 2021 e considerando as medidas sanitárias que todos os profissionais da educação terão que seguir no combate ao COVID-19, conforme determina a Organização Mundial da Saúde/OMS;
- Considerando que está em andamento o Processo Seletivo Simplificado 001/2021;
- Considerando a necessidade de uma forma de seleção, optou-se pela lista da Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019;
- Considerando o primeiro Edital Emergencial de Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Francieli Correa de Mello para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Séries Iniciais) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será até a conclusão e homologação do resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021.

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

**DECRETO 082 DE 17 02 21 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT MARILENE SANTINA PANTANO SÉRIES INICIAIS**

Publicação Nº 2868778

DECRETO Nº 082, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Admite servidora em caráter emergencial, aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando que o ano letivo terá início no dia 18 de fevereiro de 2021 e considerando as medidas sanitárias que todos os profissionais da educação terão que seguir no combate ao COVID-19, conforme determina a Organização Mundial da Saúde/OMS;
- Considerando que está em andamento o Processo Seletivo Simplificado 001/2021;
- Considerando a necessidade de uma forma de seleção, optou-se pela lista da Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019;
- Considerando o primeiro Edital Emergencial de Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;



**DECRETA:**

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Marilene Santana Pantano para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Séries Iniciais) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será até a conclusão e homologação do resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

**DECRETO 083 DE 17 02 21 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT EDILAINE NARDI EDUCAÇÃO INFANTIL**

Publicação Nº 2868782

DECRETO Nº 083, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Admite servidora em caráter emergencial, aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando que o ano letivo terá início no dia 18 de fevereiro de 2021 e considerando a as medidas sanitárias que todos os profissionais da educação terão que seguir no combate ao COVID-19, conforme determina a Organização Mundial da Saúde/OMS;
- Considerando que está em andamento o Processo Seletivo Simplificado 001/2021;
- Considerando a necessidade de uma forma de seleção, optou-se pela lista da Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,
- Considerando o primeiro Edital Emergencial de Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Edilaine Nardi para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Educação Infantil) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será até a conclusão e homologação do resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.



Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

## **DECRETO 084 DE 17 02 21 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT EDILAINÉ NARDI EDUCAÇÃO INFANTIL**

Publicação Nº 2868785

DECRETO Nº 084, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Admite servidora em caráter emergencial, aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando que o ano letivo terá início no dia 18 de fevereiro de 2021 e considerando as medidas sanitárias que todos os profissionais da educação terão que seguir no combate ao COVID-19, conforme determina a Organização Mundial da Saúde/OMS;
- Considerando que está em andamento o Processo Seletivo Simplificado 001/2021;
- Considerando a necessidade de uma forma de seleção, optou-se pela lista da Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019;
- Considerando o primeiro Edital Emergencial de Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Edilaine Nardi, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Educação Infantil) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será até a conclusão e homologação do resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

## **DECRETO 085 DE 17 02 21 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT INGRIDI GARBIN EDUCAÇÃO INFANTIL**

Publicação Nº 2868788

DECRETO Nº 085, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Admite servidora em caráter emergencial, aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando que o ano letivo terá início no dia 18 de fevereiro de 2021 e considerando as medidas sanitárias que todos os profissionais da educação terão que seguir no combate ao COVID-19, conforme determina a Organização Mundial da Saúde/OMS;
- Considerando que está em andamento o Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

- Considerando a necessidade de uma forma de seleção, optou-se pela lista da Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,
- Considerando o primeiro Edital Emergencial de Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Ingridi Garbin, para exercer o cargo de Professor PD/C-III (Educação Infantil) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 40 (quarenta) horas semanais, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será até a conclusão e homologação do resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

**DECRETO 086 DE 17 02 21 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT SARA CORSO GRISS EDUCAÇÃO INFANTIL**

Publicação Nº 2868792

DECRETO Nº 086, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Admite servidora em caráter emergencial, aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando que o ano letivo terá início no dia 18 de fevereiro de 2021 e considerando as medidas sanitárias que todos os profissionais da educação terão que seguir no combate ao COVID-19, conforme determina a Organização Mundial da Saúde/OMS;
- Considerando que está em andamento o Processo Seletivo Simplificado 001/2021;
- Considerando a necessidade de uma forma de seleção, optou-se pela lista da Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,
- Considerando o primeiro Edital Emergencial de Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Sara Corso Griss, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Educação Infantil) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será até a conclusão e homologação do resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

## **DECRETO 087 DE 17 02 21 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT SARA CORSO GRISS SERIES INICIAIS**

Publicação Nº 2868796

DECRETO Nº 087, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Admite servidora em caráter emergencial, aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando que o ano letivo terá início no dia 18 de fevereiro de 2021 e considerando as medidas sanitárias que todos os profissionais da educação terão que seguir no combate ao COVID-19, conforme determina a Organização Mundial da Saúde/OMS;
- Considerando que está em andamento o Processo Seletivo Simplificado 001/2021;
- Considerando a necessidade de uma forma de seleção, optou-se pela lista da Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,
- Considerando o primeiro Edital Emergencial de Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Sara Corso Griss, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Séries Iniciais) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será até a conclusão e homologação do resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

## **DECRETO 088 DE 17 02 21 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT VANESSA POSSA SCHUSTER SERIES INICIAIS**

Publicação Nº 2868797

DECRETO Nº 088, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Admite servidora em caráter emergencial, aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando que o ano letivo terá início no dia 18 de fevereiro de 2021 e considerando as medidas sanitárias que todos os profissionais da educação terão que seguir no combate ao COVID-19, conforme determina a Organização Mundial da Saúde/OMS;
- Considerando que está em andamento o Processo Seletivo Simplificado 001/2021;
- Considerando a necessidade de uma forma de seleção, optou-se pela lista da Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,
- Considerando o primeiro Edital Emergencial de Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Vanessa Possa Schuster, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Séries Iniciais) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será até a conclusão e homologação do resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

**DECRETO 089 DE 17 02 21 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT VANESSA POSSA SCHUSTER EDUCAÇÃO INFANTIL**

Publicação Nº 2868798

DECRETO Nº 089, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Admite servidora em caráter emergencial, aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando que o ano letivo terá início no dia 18 de fevereiro de 2021 e considerando as medidas sanitárias que todos os profissionais da educação terão que seguir no combate ao COVID-19, conforme determina a Organização Mundial da Saúde/OMS;
- Considerando que está em andamento o Processo Seletivo Simplificado 001/2021;
- Considerando a necessidade de uma forma de seleção, optou-se pela lista da Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,
- Considerando o primeiro Edital Emergencial de Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Vanessa Possa Schuster, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Educação Infantil) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será até a conclusão e homologação do resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de

vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

## **DECRETO 090 DE 17 02 21 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT LUCINEIA RODRIGUES GABOARDI SÉRIES INICIAIS**

Publicação Nº 2868800

DECRETO Nº 090, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Admite servidora em caráter emergencial, aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando que o ano letivo terá início no dia 18 de fevereiro de 2021 e considerando as medidas sanitárias que todos os profissionais da educação terão que seguir no combate ao COVID-19, conforme determina a Organização Mundial da Saúde/OMS;
- Considerando que está em andamento o Processo Seletivo Simplificado 001/2021;
- Considerando a necessidade de uma forma de seleção, optou-se pela lista da Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,
- Considerando o primeiro Edital Emergencial de Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Lucineia Rodrigues Gaboardi, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Séries Iniciais) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será até a conclusão e homologação do resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal



**DECRETO 091 DE 17 02 21 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT MARINES CENCI SÉRIES INICIAIS**

Publicação Nº 2868809

DECRETO Nº 091, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Admite servidora em caráter emergencial, aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando que o ano letivo terá início no dia 18 de fevereiro de 2021 e considerando as medidas sanitárias que todos os profissionais da educação terão que seguir no combate ao COVID-19, conforme determina a Organização Mundial da Saúde/OMS;
- Considerando que está em andamento o Processo Seletivo Simplificado 001/2021;
- Considerando a necessidade de uma forma de seleção, optou-se pela lista da Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,
- Considerando o primeiro Edital Emergencial de Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Marinês Cenci, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Séries Iniciais) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será até a conclusão e homologação do resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

**DECRETO 092 DE 17 02 21 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT MARINES CENCI SÉRIES INICIAIS**

Publicação Nº 2868811

DECRETO Nº 092, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Admite servidora em caráter emergencial, aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando que o ano letivo terá início no dia 18 de fevereiro de 2021 e considerando as medidas sanitárias que todos os profissionais da educação terão que seguir no combate ao COVID-19, conforme determina a Organização Mundial da Saúde/OMS;
- Considerando que está em andamento o Processo Seletivo Simplificado 001/2021;
- Considerando a necessidade de uma forma de seleção, optou-se pela lista da Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,
- Considerando o primeiro Edital Emergencial de Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Marinês Cenci, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Séries Iniciais) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será até a conclusão e homologação do resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

**DECRETO 093 DE 17 02 21 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT ANA CAROLINE BERTUZZI SÉRIES INICIAIS**

Publicação Nº 2868814

DECRETO Nº 093, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Admite servidora em caráter emergencial, aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando que o ano letivo terá início no dia 18 de fevereiro de 2021 e considerando a as medidas sanitárias que todos os profissionais da educação terão que seguir no combate ao COVID-19, conforme determina a Organização Mundial da Saúde/OMS;
- Considerando que está em andamento o Processo Seletivo Simplificado 001/2021;
- Considerando a necessidade de uma forma de seleção, optou-se pela lista da Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,
- Considerando o primeiro Edital Emergencial de Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Ana Carolina Bertuzzi, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Séries Iniciais) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será até a conclusão e homologação do resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.



Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

## **DECRETO 094 DE 17 02 21 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT ANA CAROLINE BERTUZZI EDUCAÇÃO INFANTIL**

Publicação Nº 2868820

DECRETO Nº 094, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Admite servidora em caráter emergencial, aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando que o ano letivo terá início no dia 18 de fevereiro de 2021 e considerando as medidas sanitárias que todos os profissionais da educação terão que seguir no combate ao COVID-19, conforme determina a Organização Mundial da Saúde/OMS;
- Considerando que está em andamento o Processo Seletivo Simplificado 001/2021;
- Considerando a necessidade de uma forma de seleção, optou-se pela lista da Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019;
- Considerando o primeiro Edital Emergencial de Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

### **DECRETA:**

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Ana Carolina Bertuzzi, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Educação Infantil) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será até a conclusão e homologação do resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

## **DECRETO 095 DE 17 02 21 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT ADRIANA CARARO SÉRIES INICIAIS**

Publicação Nº 2868828

DECRETO Nº 095, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Admite servidora em caráter emergencial, aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando que o ano letivo terá início no dia 18 de fevereiro de 2021 e considerando as medidas sanitárias que todos os profissionais da educação terão que seguir no combate ao COVID-19, conforme determina a Organização Mundial da Saúde/OMS;

- Considerando que está em andamento o Processo Seletivo Simplificado 001/2021;
- Considerando a necessidade de uma forma de seleção, optou-se pela lista da Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,
- Considerando o primeiro Edital Emergencial de Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Adriana Cararo, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Séries Iniciais) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será até a conclusão e homologação do resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

**DECRETO 096 DE 17 02 21 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT ANDRESSA TOMAZINI ROSSANELI EDUCAÇÃO INFANTIL**

Publicação Nº 2868838

DECRETO Nº 096, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Admite servidora em caráter emergencial, aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando que o ano letivo terá início no dia 18 de fevereiro de 2021 e considerando as medidas sanitárias que todos os profissionais da educação terão que seguir no combate ao COVID-19, conforme determina a Organização Mundial da Saúde/OMS;
- Considerando que está em andamento o Processo Seletivo Simplificado 001/2021;
- Considerando a necessidade de uma forma de seleção, optou-se pela lista da Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,
- Considerando o primeiro Edital Emergencial de Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Andressa Tomazini Rosaneli, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Educação Infantil) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 40 (quarenta) horas semanais, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será até a conclusão e homologação do resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

## **DECRETO 097 DE 17 02 21 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT LURDES BIGOLIN ROTAVA SÉRIES INICIAIS**

Publicação Nº 2868843

DECRETO Nº 097, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Admite servidora em caráter emergencial, aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando que o ano letivo terá início no dia 18 de fevereiro de 2021 e considerando as medidas sanitárias que todos os profissionais da educação terão que seguir no combate ao COVID-19, conforme determina a Organização Mundial da Saúde/OMS;
- Considerando que está em andamento o Processo Seletivo Simplificado 001/2021;
- Considerando a necessidade de uma forma de seleção, optou-se pela lista da Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,
- Considerando o primeiro Edital Emergencial de Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Lurdes Bigolin Rotava, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Séries Iniciais) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será até a conclusão e homologação do resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

## **DECRETO 098 DE 17 02 21 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT ANDERSON FELIPE CARVALHO EDUCAÇÃO INFANTIL**

Publicação Nº 2868963

DECRETO Nº 098, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Admite servidor em caráter emergencial, aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando que o ano letivo terá início no dia 18 de fevereiro de 2021 e considerando as medidas sanitárias que todos os profissionais da educação terão que seguir no combate ao COVID-19, conforme determina a Organização Mundial da Saúde/OMS;
- Considerando que está em andamento o Processo Seletivo Simplificado 001/2021;
- Considerando a necessidade de uma forma de seleção, optou-se pela lista da Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,
- Considerando o primeiro Edital Emergencial de Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica admitido, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, o Senhor Anderson Felipe de Carvalho, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Educação infantil) Admitido em Caráter Temporário (ACT), com 40 (quarenta) horas semanais, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º O período de admissão do servidor acima será até a conclusão e homologação do resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

Art. 3º O servidor admitido em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

**DECRETO 099 DE 17 02 21 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT CAROLINE MARMENTINI EDUCAÇÃO INFANTIL**

Publicação Nº 2868855

DECRETO Nº 099, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Admite servidora em caráter emergencial, aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando que o ano letivo terá início no dia 18 de fevereiro de 2021 e considerando as medidas sanitárias que todos os profissionais da educação terão que seguir no combate ao COVID-19, conforme determina a Organização Mundial da Saúde/OMS;
- Considerando que está em andamento o Processo Seletivo Simplificado 001/2021;
- Considerando a necessidade de uma forma de seleção, optou-se pela lista da Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,
- Considerando o primeiro Edital Emergencial de Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Caroline Marmentini, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Educação infantil) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 40 (quarenta) horas semanais, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será até a conclusão e homologação do resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de

vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

## **DECRETO 100 DE 17 02 21 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT CLECI TRENTIN SERIES INICIAIS**

Publicação Nº 2868864

DECRETO Nº 100, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Admite servidora em caráter emergencial, aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando que o ano letivo terá início no dia 18 de fevereiro de 2021 e considerando as medidas sanitárias que todos os profissionais da educação terão que seguir no combate ao COVID-19, conforme determina a Organização Mundial da Saúde/OMS;
- Considerando que está em andamento o Processo Seletivo Simplificado 001/2021;
- Considerando a necessidade de uma forma de seleção, optou-se pela lista da Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,
- Considerando o primeiro Edital Emergencial de Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Cleci Fátima Trentin, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Séries Iniciais) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será até a conclusão e homologação do resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal



**DECRETO 101 DE 17 02 21 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT ANA CLAUDIA ARRUDA GAUER SERIES INICIAIS**

Publicação Nº 2868866

DECRETO Nº 101, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Admite servidora em caráter emergencial, aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando que o ano letivo terá início no dia 18 de fevereiro de 2021 e considerando as medidas sanitárias que todos os profissionais da educação terão que seguir no combate ao COVID-19, conforme determina a Organização Mundial da Saúde/OMS;
- Considerando que está em andamento o Processo Seletivo Simplificado 001/2021;
- Considerando a necessidade de uma forma de seleção, optou-se pela lista da Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,
- Considerando o primeiro Edital Emergencial de Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Ana Claudia Gauer Arruda, para exercer o cargo de Professor PD/C-III (Séries Iniciais) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será até a conclusão e homologação do resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

**DECRETO 102 DE 17 02 21 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT ANA CLAUDIA ARRUDA GAUER EDUCAÇÃO INFANTIL**

Publicação Nº 2868869

DECRETO Nº 102, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Admite servidora em caráter emergencial, aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando que o ano letivo terá início no dia 18 de fevereiro de 2021 e considerando as medidas sanitárias que todos os profissionais da educação terão que seguir no combate ao COVID-19, conforme determina a Organização Mundial da Saúde/OMS;
- Considerando que está em andamento o Processo Seletivo Simplificado 001/2021;
- Considerando a necessidade de uma forma de seleção, optou-se pela lista da Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,
- Considerando o primeiro Edital Emergencial de Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Ana Claudia Gauer Arruda, para exercer o cargo de Professor PD/C-III (Educação Infantil) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será até a conclusão e homologação do resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

**DECRETO 103 DE 17 02 21 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT ALBERILDE BARBOSA DA SILVA SERIES INICIAIS**

Publicação Nº 2868871

DECRETO Nº 103, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Admite servidora em caráter emergencial, aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando que o ano letivo terá início no dia 18 de fevereiro de 2021 e considerando a as medidas sanitárias que todos os profissionais da educação terão que seguir no combate ao COVID-19, conforme determina a Organização Mundial da Saúde/OMS;
- Considerando que está em andamento o Processo Seletivo Simplificado 001/2021;
- Considerando a necessidade de uma forma de seleção, optou-se pela lista da Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,
- Considerando o primeiro Edital Emergencial de Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Alberilde Barbosa da Silva, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Séries Iniciais) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será até a conclusão e homologação do resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.



Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

## **DECRETO 104 DE 17 02 21 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT JUCELE DOS SANTOS GROSPELLI EDUCAÇÃO INFANTIL**

Publicação Nº 2868875

DECRETO Nº 104, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Admite servidora em caráter emergencial, aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando que o ano letivo terá início no dia 18 de fevereiro de 2021 e considerando as medidas sanitárias que todos os profissionais da educação terão que seguir no combate ao COVID-19, conforme determina a Organização Mundial da Saúde/OMS;
- Considerando que está em andamento o Processo Seletivo Simplificado 001/2021;
- Considerando a necessidade de uma forma de seleção, optou-se pela lista da Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,
- Considerando o primeiro Edital Emergencial de Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Jucele dos Santos Grosbelli, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Educação infantil) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 40 (quarenta) horas semanais, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será até a conclusão e homologação do resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

## **DECRETO 105 DE 17 02 21 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT JULIANA FERREIRA DOS SANTOS SÉRIES INICIAIS**

Publicação Nº 2868883

DECRETO Nº 105, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Admite servidora em caráter emergencial, aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando que o ano letivo terá início no dia 18 de fevereiro de 2021 e considerando as medidas sanitárias que todos os profissionais da educação terão que seguir no combate ao COVID-19, conforme determina a Organização Mundial da Saúde/OMS;
- Considerando que está em andamento o Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

- Considerando a necessidade de uma forma de seleção, optou-se pela lista da Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,
- Considerando o primeiro Edital Emergencial de Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Juliana Ferreira dos Santos, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Séries Iniciais) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será até a conclusão e homologação do resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

**DECRETO 106 DE 17 02 21 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACTJULIANA FERREIRA DOS SANTOS EDUCAÇÃO INFANTIL**

Publicação Nº 2868888

DECRETO Nº 106, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Admite servidora em caráter emergencial, aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando que o ano letivo terá início no dia 18 de fevereiro de 2021 e considerando as medidas sanitárias que todos os profissionais da educação terão que seguir no combate ao COVID-19, conforme determina a Organização Mundial da Saúde/OMS;
- Considerando que está em andamento o Processo Seletivo Simplificado 001/2021;
- Considerando a necessidade de uma forma de seleção, optou-se pela lista da Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,
- Considerando o primeiro Edital Emergencial de Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Juliana Ferreira dos Santos, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Educação Infantil) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será até a conclusão e homologação do resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

## **DECRETO 107 DE 17 02 21 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT ELISANGELA WOLFF SÉRIES INICIAIS**

Publicação Nº 2868893

DECRETO Nº 107, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Admite servidora em caráter emergencial, aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando que o ano letivo terá início no dia 18 de fevereiro de 2021 e considerando as medidas sanitárias que todos os profissionais da educação terão que seguir no combate ao COVID-19, conforme determina a Organização Mundial da Saúde/OMS;
- Considerando que está em andamento o Processo Seletivo Simplificado 001/2021;
- Considerando a necessidade de uma forma de seleção, optou-se pela lista da Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,
- Considerando o primeiro Edital Emergencial de Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Elisangela Wolff, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Séries Iniciais) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será até a conclusão e homologação do resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

## **DECRETO 108 DE 17 02 21 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT ELISANGELA WOLFF EDUCAÇÃO INFANTIL**

Publicação Nº 2868898

DECRETO Nº 108, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Admite servidora em caráter emergencial, aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando que o ano letivo terá início no dia 18 de fevereiro de 2021 e considerando as medidas sanitárias que todos os profissionais da educação terão que seguir no combate ao COVID-19, conforme determina a Organização Mundial da Saúde/OMS;
- Considerando que está em andamento o Processo Seletivo Simplificado 001/2021;
- Considerando a necessidade de uma forma de seleção, optou-se pela lista da Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,
- Considerando o primeiro Edital Emergencial de Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Elisangela Wolff, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Educação Infantil) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será até a conclusão e homologação do resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

**DECRETO 109 DE 17 02 21 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT MARGARETE ANGELIF  
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Publicação Nº 2868900

DECRETO Nº 109, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Admite servidora em caráter emergencial, aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando que o ano letivo terá início no dia 18 de fevereiro de 2021 e considerando as medidas sanitárias que todos os profissionais da educação terão que seguir no combate ao COVID-19, conforme determina a Organização Mundial da Saúde/OMS;
- Considerando que está em andamento o Processo Seletivo Simplificado 001/2021;
- Considerando a necessidade de uma forma de seleção, optou-se pela lista da Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,
- Considerando o primeiro Edital Emergencial de Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Margarete Francisca Carvalho Angeli, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Educação Infantil) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 40 (quarenta) horas semanais, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será até a conclusão e homologação do resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de

vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

## **DECRETO 110 DE 17 02 21 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT LORITA BIGOLIN SÉRIES INICIAIS**

Publicação Nº 2868902

DECRETO Nº 110, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Admite servidora em caráter emergencial, aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando que o ano letivo terá início no dia 18 de fevereiro de 2021 e considerando as medidas sanitárias que todos os profissionais da educação terão que seguir no combate ao COVID-19, conforme determina a Organização Mundial da Saúde/OMS;
- Considerando que está em andamento o Processo Seletivo Simplificado 001/2021;
- Considerando a necessidade de uma forma de seleção, optou-se pela lista da Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,
- Considerando o primeiro Edital Emergencial de Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Lorita de Fátima de Jesus Bigolin, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Series Iniciais) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será até a conclusão e homologação do resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal



**DECRETO 111 DE 17 02 21 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT LORITA BIGOLIN SÉRIES INICIAIS**

Publicação Nº 2868903

DECRETO Nº 111, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Admite servidora em caráter emergencial, aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando que o ano letivo terá início no dia 18 de fevereiro de 2021 e considerando as medidas sanitárias que todos os profissionais da educação terão que seguir no combate ao COVID-19, conforme determina a Organização Mundial da Saúde/OMS;
- Considerando que está em andamento o Processo Seletivo Simplificado 001/2021;
- Considerando a necessidade de uma forma de seleção, optou-se pela lista da Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,
- Considerando o primeiro Edital Emergencial de Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Lorita de Fátima de Jesus Bigolin, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Series Iniciais) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será até a conclusão e homologação do resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

**DECRETO 112 DE 17 02 21 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACTELISA ROTAVA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Publicação Nº 2868905

DECRETO Nº 112, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Admite servidora em caráter emergencial, aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando que o ano letivo terá início no dia 18 de fevereiro de 2021 e considerando as medidas sanitárias que todos os profissionais da educação terão que seguir no combate ao COVID-19, conforme determina a Organização Mundial da Saúde/OMS;
- Considerando que está em andamento o Processo Seletivo Simplificado 001/2021;
- Considerando a necessidade de uma forma de seleção, optou-se pela lista da Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,
- Considerando o primeiro Edital Emergencial de Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Elisa Aparecida Rotava, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Educação Infantil) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 40 (quarenta) horas semanais, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será até a conclusão e homologação do resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

**DECRETO 113 DE 17 02 21 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT LUCINEIA MARQUES SÉRIES INICIAIS**

Publicação Nº 2868906

DECRETO Nº 113, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Admite servidora em caráter emergencial, aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando que o ano letivo terá início no dia 18 de fevereiro de 2021 e considerando a as medidas sanitárias que todos os profissionais da educação terão que seguir no combate ao COVID-19, conforme determina a Organização Mundial da Saúde/OMS;
- Considerando que está em andamento o Processo Seletivo Simplificado 001/2021;
- Considerando a necessidade de uma forma de seleção, optou-se pela lista da Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,
- Considerando o primeiro Edital Emergencial de Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Lucineia ferreira da Luz Marques, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Séries Iniciais) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será até a conclusão e homologação do resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.



Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

## **DECRETO 114 DE 17 02 21 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT MARI TANIA MEISTER EDUCAÇÃO INFANTIL**

Publicação Nº 2868907

DECRETO Nº 114, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Admite servidora em caráter emergencial, aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando que o ano letivo terá início no dia 18 de fevereiro de 2021 e considerando as medidas sanitárias que todos os profissionais da educação terão que seguir no combate ao COVID-19, conforme determina a Organização Mundial da Saúde/OMS;
- Considerando que está em andamento o Processo Seletivo Simplificado 001/2021;
- Considerando a necessidade de uma forma de seleção, optou-se pela lista da Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019;
- Considerando o primeiro Edital Emergencial de Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Mari Tânia Lodi Meister, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Educação Infantil) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será até a conclusão e homologação do resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

## **DECRETO 115 DE 17 02 21 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT VANDA KOLLR EDUCAÇÃO INFANTIL**

Publicação Nº 2868908

DECRETO Nº 115, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Admite servidora em caráter emergencial, aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando que o ano letivo terá início no dia 18 de fevereiro de 2021 e considerando as medidas sanitárias que todos os profissionais da educação terão que seguir no combate ao COVID-19, conforme determina a Organização Mundial da Saúde/OMS;
- Considerando que está em andamento o Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

- Considerando a necessidade de uma forma de seleção, optou-se pela lista da Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,
- Considerando o primeiro Edital Emergencial de Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Vanda Aparecida de Quadros Kohl, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Educação Infantil) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 40 (quarenta) horas semanais, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será até a conclusão e homologação do resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

**DECRETO 116 DE 17 02 21 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT ROSANE BAGGIO EDUCAÇÃO INFANTIL**

Publicação Nº 2868909

DECRETO Nº 116, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Admite servidora em caráter emergencial, aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando que o ano letivo terá início no dia 18 de fevereiro de 2021 e considerando as medidas sanitárias que todos os profissionais da educação terão que seguir no combate ao COVID-19, conforme determina a Organização Mundial da Saúde/OMS;
- Considerando que está em andamento o Processo Seletivo Simplificado 001/2021;
- Considerando a necessidade de uma forma de seleção, optou-se pela lista da Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,
- Considerando o primeiro Edital Emergencial de Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Rosane Aparecida Bampi Baggio, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Educação Infantil) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será até a conclusão e homologação do resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

## **DECRETO 117 DE 17 02 21 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT ANDREIA TRICHES EDUCAÇÃO INFANTIL**

Publicação Nº 2868910

DECRETO Nº 117, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Admite servidora em caráter emergencial, aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando que o ano letivo terá início no dia 18 de fevereiro de 2021 e considerando as medidas sanitárias que todos os profissionais da educação terão que seguir no combate ao COVID-19, conforme determina a Organização Mundial da Saúde/OMS;
- Considerando que está em andamento o Processo Seletivo Simplificado 001/2021;
- Considerando a necessidade de uma forma de seleção, optou-se pela lista da Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,
- Considerando o primeiro Edital Emergencial de Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Andreia Teresinha Walendorff Triches, para exercer o cargo de Professor PD/B-II (Educação Infantil) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será até a conclusão e homologação do resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

## **DECRETO 118 DE 17 02 21 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT LEONICE BRESSAN SERIES INICIAIS**

Publicação Nº 2868913

DECRETO Nº 118, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Admite servidora em caráter emergencial, aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando que o ano letivo terá início no dia 18 de fevereiro de 2021 e considerando as medidas sanitárias que todos os profissionais da educação terão que seguir no combate ao COVID-19, conforme determina a Organização Mundial da Saúde/OMS;
- Considerando que está em andamento o Processo Seletivo Simplificado 001/2021;
- Considerando a necessidade de uma forma de seleção, optou-se pela lista da Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,
- Considerando o primeiro Edital Emergencial de Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Leonice Dalacorte Bressan, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Séries Iniciais) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será até a conclusão e homologação do resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

**DECRETO 119 DE 17 02 21 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT LEONICE BRESSAN EDUCAÇÃO INFANTIL**

Publicação Nº 2868916

DECRETO Nº 119, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Admite servidora em caráter emergencial, aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando que o ano letivo terá início no dia 18 de fevereiro de 2021 e considerando as medidas sanitárias que todos os profissionais da educação terão que seguir no combate ao COVID-19, conforme determina a Organização Mundial da Saúde/OMS;
- Considerando que está em andamento o Processo Seletivo Simplificado 001/2021;
- Considerando a necessidade de uma forma de seleção, optou-se pela lista da Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,
- Considerando o primeiro Edital Emergencial de Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Leonice Dalacorte Bressan, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Educação Infantil) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será até a conclusão e homologação do resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de

vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

## **DECRETO 120 DE 17 02 21 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT ELIZABETE PRETTO SERIES INICIAIS**

Publicação Nº 2868920

DECRETO Nº 120, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Admite servidora em caráter emergencial, aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando que o ano letivo terá início no dia 18 de fevereiro de 2021 e considerando as medidas sanitárias que todos os profissionais da educação terão que seguir no combate ao COVID-19, conforme determina a Organização Mundial da Saúde/OMS;
- Considerando que está em andamento o Processo Seletivo Simplificado 001/2021;
- Considerando a necessidade de uma forma de seleção, optou-se pela lista da Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,
- Considerando o primeiro Edital Emergencial de Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Elizabeth Aparecida Figueiró Pretto, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Séries Iniciais) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será até a conclusão e homologação do resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal



**DECRETO 121 DE 17 02 21 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT FABIANE PERTUSSATTI EDUCAÇÃO FÍSICA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Publicação Nº 2868924

DECRETO Nº 121, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Admite servidora em caráter emergencial, aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando que o ano letivo terá início no dia 18 de fevereiro de 2021 e considerando as medidas sanitárias que todos os profissionais da educação terão que seguir no combate ao COVID-19, conforme determina a Organização Mundial da Saúde/OMS;
- Considerando que está em andamento o Processo Seletivo Simplificado 001/2021;
- Considerando a necessidade de uma forma de seleção, optou-se pela lista da Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,
- Considerando o primeiro Edital Emergencial de Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Fabiane Pertussatti, para exercer o cargo de Professor PD/B-II (Educação Física, Educação Infantil) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será até a conclusão e homologação do resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

**DECRETO 122 DE 17 02 21 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT ANDREI BOTTEGA EDUCAÇÃO FÍSICA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Publicação Nº 2868958

DECRETO Nº 122, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Admite servidor em caráter emergencial, aprovado em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando que o ano letivo terá início no dia 18 de fevereiro de 2021 e considerando as medidas sanitárias que todos os profissionais da educação terão que seguir no combate ao COVID-19, conforme determina a Organização Mundial da Saúde/OMS;
- Considerando que está em andamento o Processo Seletivo Simplificado 001/2021;
- Considerando a necessidade de uma forma de seleção, optou-se pela lista da Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,
- Considerando o primeiro Edital Emergencial de Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica admitido, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, o Senhor Andrei Bottega, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Educação Física, Educação Infantil) Admitido em Caráter Temporário (ACT), com 40 (quarenta) horas semanais, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º O período de admissão do servidor acima será até a conclusão e homologação do resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

Art. 3º O servidor admitido em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

**DECRETO 123 DE 17 02 21 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT RAFAELA SPOLTI EDUCAÇÃO FÍSICA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Publicação Nº 2868969

DECRETO Nº 123, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Admite servidora em caráter emergencial, aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando que o ano letivo terá início no dia 18 de fevereiro de 2021 e considerando a as medidas sanitárias que todos os profissionais da educação terão que seguir no combate ao COVID-19, conforme determina a Organização Mundial da Saúde/OMS;
- Considerando que está em andamento o Processo Seletivo Simplificado 001/2021;
- Considerando a necessidade de uma forma de seleção, optou-se pela lista da Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,
- Considerando o primeiro Edital Emergencial de Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Rafaela Spolti, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Educação Física, Educação Infantil) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 40 (quarenta) horas semanais, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será até a conclusão e homologação do resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.



Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

## **DECRETO 124 DE 17 02 21 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT CARLO GREGORIO CARDOSO EDUCAÇÃO FISICA SERIES INICIAIS**

Publicação Nº 2868971

DECRETO Nº 124, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Admite servidor em caráter emergencial, aprovado em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando que o ano letivo terá início no dia 18 de fevereiro de 2021 e considerando as medidas sanitárias que todos os profissionais da educação terão que seguir no combate ao COVID-19, conforme determina a Organização Mundial da Saúde/OMS;
- Considerando que está em andamento o Processo Seletivo Simplificado 001/2021;
- Considerando a necessidade de uma forma de seleção, optou-se pela lista da Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,
- Considerando o primeiro Edital Emergencial de Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitido, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, o Senhor Carlos Gregório Cardoso, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Educação Física, Séries iniciais) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 40 (quarenta) horas semanais, a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º O período de admissão do servidor acima será até a conclusão e homologação do resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021;

Art. 3º O servidor admitido em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 080 DE 17 DE FEVEREIRO 2021**

Publicação Nº 2867982

DECRETO Nº 080, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Dispõe sobre a nomeação de servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012 atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora Edinara Lascoski Corrêa, para exercer o cargo de Coordenador de Programa, neste Município de São Domingos (SC), enquadrado no Anexo III - Quadro Geral de Cargos Comissionados, Código 71.07, Nível CC-06, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/12, atualizada, a partir desta data.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

## **PROCESSO LICITATÓRIO FMS 004/2021 II**

Publicação Nº 2867400

No dia 17 de fevereiro de 2021, às 08:30 horas, a Comissão de Licitações reuniu-se para dar continuidade a Sessão Pública de Licitação referente ao Processo Licitatório FMS n. Processo Licitatório FMS 004/2021, na modalidade Tomada de Preços FMS n. 001/2021, instaurada para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES ULTRASSONOGRÁFICOS, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE APARELHO DE ULTRASSOM, PROFISSIONAL MÉDICO CAPACITADO E HABILITADO, TODOS OS MATERIAIS E INSUMOS, E A EMISSÃO E IMPRESSÃO DE LAUDO E FILME, conforme havia sido designado em ata na sessão anterior já que não houve interposição de recurso. O representante da empresa BORNELLI SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA., não se fez presente na sessão. Passou-se à abertura dos envelopes n. 02 – Proposta de Preços da proponente habilitada, sendo que a licitante BORNELLI SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA., apresentou valor global de R\$ 206.600,00 (duzentos e seis mil e seiscentos reais). A proposta da licitante foi considerada válida por cumprir com todos os requisitos editalícios, sendo a licitante BORNELLI SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA., declarada VENCEDORA do presente certame. Fica aberto o prazo recursal previsto no art. 109 da Lei n. 8.666/93. Decorrido o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, até 24 de fevereiro de 2021, o presente processo será remetido, na íntegra, ao Departamento Jurídico para análise e Parecer Final, e, posteriormente, à Autoridade Competente para deliberação. A presente ata será publicada no Diário Oficial do Municípios. Nada mais.

## **PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 021/2021**

Publicação Nº 2867357

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC  
PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 021/2021  
TOMADA DE PREÇOS PREFE N. 002/2021

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 05 de março de 2021, estará recebendo as propostas de interessados para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS NAS ÁREAS DE CONSULTORIA E ELABORAÇÃO DE PROJETOS (PLANOS DE TRABALHO, ESTUDOS DE DEMANDA, ATENDIMENTO AOS PARECERES E ATIVIDADES AFINS), BUSCA DE PROGRAMAS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS JUNTO AOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DA UNIÃO, ESTADOS, FUNDOS DE BANCOS OFICIAIS (EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE EM CADA ESFERA DE GOVERNO), BEM COMO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS PROJETOS DE ORIENTAÇÃO GERAL AOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO GERAL. TUDO conforme especificado em seu Edital, anexos, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos pelo fone (049) 34430281 e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 17 de fevereiro de 2021.

MARCIO LUIZ BIGOLIN GROSBELLI – Prefeito Municipal.

## **QUARTO TERMO ADITIVO: PREFE Nº 011 DE 17/02/2021**

Publicação Nº 2867581

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO  
MÊS/ANO: FEVEREIRO/2021

QUARTO TERMO ADITIVO: PREFE Nº 011 de 17/02/2021

LICITAÇÃO: Processo Licitatório PREFE n 012/2017, Pregão Presencial n. 005/2017

DESCRIÇÃO: O objeto deste termo aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREFE n. 011 de 22/02/2017

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Elton John Martins Do Prado OAB/SC 42.539

CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.

CNPJ n. 61.198.164/0001-60

DATA FINAL VIGÊNCIA: 22/02/2022

# São Francisco do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3.555/2021

Publicação Nº 2867857

DECRETO Nº 3.555, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor R\$ 226.360,36 (duzentos e vinte e seis mil, trezentos e sessenta reais e trinta e seis centavos), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com o inciso IV, do art. 9º, da Lei Municipal nº 2.372, de 18 de dezembro de 2020, que aprovou o orçamento para o exercício de 2021, combinado com o inciso I, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na seguinte dotação orçamentária:

19 - Fundo Municipal de Saúde - FMS

001 - Fundo Municipal de Saúde

2120 - Manutenção da UPA 24HS e Hospital Nossa Senhora da Graça

33000000000000000000 - Despesas correntes

33300000000000000000 - Outras despesas correntes

33390000000000000000 - Aplicações Diretas

033810000 - Média e Alta Compl. Ambul. e Hosp.- MAC ..... R\$ 226.360,36

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES ..... R\$ 226.360,36

Art. 2º Como recursos necessários à execução do artigo anterior ocorrerão por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior com a Fonte de recurso 033810000 - Média e Alta Compl. Ambul. e Hosp.- MAC.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 16 de fevereiro de 2021.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO

Prefeito Municipal

Procuradoria-Geral do Município

Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_.

#### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

DECRETO Nº 3.555, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

A presente suplementação, por Superávit Financeiro, com a Fonte de Recurso 033810000 - Média e Alta Compl. Ambul. e Hosp.- MAC, no valor de R\$ 226.360,36 (duzentos e vinte e seis mil, trezentos e sessenta reais e trinta e seis centavos), tem por finalidade adequar o orçamento para pagamento da manutenção de 15 leitos exclusivos para atendimentos de COVID, alocados no Hospital e Maternidade Municipal Nossa Senhora da Graça - HMMNSG.

São Francisco do Sul – SC, 16 de fevereiro de 2021.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 3.556/2021

Publicação Nº 2867858

DECRETO Nº 3.556, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor R\$ 33.800,00 (trinta e três mil e oitocentos reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com o inciso IV, do art. 9º, da Lei Municipal nº 2.372, de 18 de dezembro de 2020, que aprovou o orçamento para o exercício de 2021, combinado com o inciso I, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, nas seguintes dotações orçamentárias:

19 - Fundo Municipal de Saúde - FMS

001 - Fundo Municipal de Saúde

2115 - Manutenção Saúde da Família

33000000000000000000 - Despesas correntes

33300000000000000000 - Outras despesas correntes

33390000000000000000 - Aplicações Diretas

03670300 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado – ESF .....

.....R\$ 33.800,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES ..... R\$ 33.800,00

Art. 2º Como recursos necessários à execução do artigo anterior ocorrerão por conta do Superávit Financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, com a Fonte de Recurso 03670300 – Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado – ESF.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 16 de fevereiro de 2021.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO

Prefeito Municipal

Procuradoria-Geral do Município	Publicado em ____/____/____. Edição DOM nº ____.
---------------------------------	--

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

DECRETO Nº 3.556, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

A presente suplementação, por Superávit Financeiro, com a Fonte de Recurso 03670300 – Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado – ESF, no valor de R\$ 33.800,00 (trinta e três mil e oitocentos reais), tem por finalidade adequar o orçamento para pagamento de capacitação continuada e aperfeiçoamento aos profissionais da Atenção Primária.

São Francisco do Sul – SC, 16 de fevereiro de 2021.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 3.557/2021**

Publicação Nº 2867860

DECRETO Nº 3.557, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor R\$ 100.493,64 (cem mil quatrocentos e noventa e três reais e sessenta e quatro centavos), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com o inciso IV, do art. 9º, da Lei Municipal nº 2.372, de 18 de dezembro de 2020, que aprovou o orçamento para o exercício de 2021, combinado com o inciso I, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na seguinte dotação orçamentária:

19 - Fundo Municipal de Saúde - FMS

001 - Fundo Municipal de Saúde

2120 - Manutenção da UPA 24HS e Hospital Nossa Senhora da Graça

33000000000000000000 - Despesas correntes

33300000000000000000 - Outras despesas correntes

33390000000000000000 - Aplicações Diretas

03020000 - Rec.de impostos e de transf. imp-saúde ..... R\$ 100.493,64

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES ..... R\$ 100.493,64

Art. 2º Como recursos necessários à execução do artigo anterior ocorrerão por conta do Superávit Financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, com a Fonte de Recurso 03020000 - Rec. de Impostos e de Transf. Imp - Saúde.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 16 de fevereiro de 2021.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO  
Prefeito Municipal

Procuradoria-Geral do Município

Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_.

#### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

DECRETO Nº 3.557, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

A presente suplementação, por Superávit Financeiro, com a Fonte de Recurso 03020000 - Rec. de Impostos e de Transf. Imp – Saúde, no valor de R\$ 100.493,64 (cem mil quatrocentos e noventa e três reais e sessenta e quatro centavos), tem por finalidade adequar o orçamento para pagamento da manutenção de 15 leitos exclusivos para atendimentos de COVID alocados no Hospital Nossa Senhora da Graça.

São Francisco do Sul – SC, 16 de fevereiro de 2021.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO  
Prefeito Municipal

#### DECRETO Nº 3.558/2021

Publicação Nº 2867862

DECRETO Nº 3.558, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

DESIGNA A COMISSÃO DE RECEBIMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS REFERENTE AO AUXÍLIO TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 59, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam designados para compor a Comissão de Recebimento, Monitoramento e Avaliação dos Processos referentes ao Auxílio Transporte Intermunicipais dos Estudantes Universitários, os seguintes membros:

I – representantes Governamentais:

- a) Hever Paulo Cabral – Matrícula nº 592439;
- b) Laura Alice Klueger – Matrícula nº 7963114;
- c) Cibele Romana dos Santos – Matrícula nº 147485;
- d) Flávia da Costa Maluche – Matrícula nº 580120;

II – representantes das Organizações Não-governamentais:

- a) Observatório Social de São Francisco do Sul – SC:
  - 1. Luciane Garcez – CPF: 021.213.359-43

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 3.031, de 1º de fevereiro de 2019.

São Francisco do Sul – SC, 17 de fevereiro de 2021.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO  
Prefeito Municipal

Procuradoria-Geral do Município

Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_.

**DECRETO Nº 3.559/2021**

Publicação Nº 2867864

DECRETO Nº 3.559, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

ALTERA O DECRETO Nº 3.432, DE 28 DE AGOSTO DE 2020, QUE ESTABELECE PARÂMETROS MÍNIMOS DE SEGURANÇA SANITÁRIA PARA A CIRCULAÇÃO DE ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS, FURGÕES E DEMAIS VEÍCULOS DESTINADOS AO TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 59, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso VII, do artigo 3º, do Decreto nº 3.432, de 28 de agosto de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º [...]

VII - A lotação de cada veículo deverá ser limitada ao equivalente a 70% (setenta por cento) de sua capacidade nominal; (NR)

[...]"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor em 17 de fevereiro de 2021.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 17 de fevereiro de 2021.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO

Prefeito Municipal

Procuradoria-Geral do Município

Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_.

**RESOLUÇÃO 001 2021 PAS 2021**

Publicação Nº 2867479

RESOLUÇÃO nº 001, de 12 de fevereiro de 2021.

Dispõe sobre a aprovação do Plano Anual de Saúde - PAS 2021.

O Conselho Municipal de Saúde de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 717, de 14 de maio de 2009 e pelo art. 34 e parágrafos da Resolução nº 009, de 04 de novembro de 2016;

CONSIDERANDO a recomendação por meio do Parecer da Comissão de Assuntos Internos - CAI, do dia 09 de fevereiro de 2021;

CONSIDERANDO a deliberação em reunião ordinária do CMS, do dia 11 de fevereiro de 2021, com registro na Ata nº 02/2021;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano Anual de Saúde - PAS 2021, da Secretaria Municipal de Saúde de São Francisco do Sul/SC.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua homologação.

Janet da Silva Pibernat

Presidente do CMS – SFS

De acordo, HOMOLOGO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Jefferson Pacheco de Moraes

Secretário Municipal de Saúde

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_

# São João Batista

## PREFEITURA

### DECRETO FUNCIONAL N° 128/2021

Publicação N° 2867589

DECRETO FUNCIONAL 128/2021

#### Nomeação

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei n° 3.729/2017 decreta:

Art. 1º Fica nomeada LARISSA CAROLINI DOS SANTOS para o cargo em comissão de COORDENADORA DE ATENDIMENTO, com exercício no SISAM, a contar de 1º de fevereiro de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 16 de fevereiro de 2021.

Pedro Alfredo Ramos
---------------------

Prefeito Municipal
--------------------

### DECRETO FUNCIONAL N° 129/2021

Publicação N° 2867592

DECRETO FUNCIONAL 129/2021

#### Nomeação

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei n° 3.729/2017 decreta:

Art. 1º Fica nomeada MARCIANA LUIZA DA CONCEIÇÃO TOMASI para o cargo em comissão de DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS, a contar de 17 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 17 de fevereiro de 2021.

Pedro Alfredo Ramos
---------------------

Prefeito Municipal
--------------------

### DECRETO FUNCIONAL N° 130/2021

Publicação N° 2867856

DECRETO FUNCIONAL 130/2021

#### Nomeação

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei n° 3.729/2017 decreta:

Art. 1º Fica nomeada ELAINE SARTORI para o cargo em comissão de DIRETORA DE COMPRAS, a contar de 17 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 17 de fevereiro de 2021.

Pedro Alfredo Ramos
---------------------

Prefeito Municipal
--------------------



# São João do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO 035 - DECRETA NOVAS RESTRIÇÕES COVID FEV21

Publicação Nº 2869425

DECRETO Nº 035/21, DE 18/02/2021.

ADOTA NOVAS MEDIDAS PREVENTIVAS E RESTRITIVAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE, PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19).

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, Sr. Genésio Marino Anton, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO, o estado de emergência em saúde pública de importância internacional declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO, a Lei Federal nº 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO, o artigo 23, inciso II, da Constituição Federal, que determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o artigo 30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO, os Decretos emitidos pelo Estado de Santa Catarina declarando estado de calamidade pública em todo o território catarinense, estabelecendo medidas de combate e enfrentamento à pandemia da COVID-19 e atribuiu às autoridades sanitárias municipais a competência para estabelecer medidas específicas que suspendam ou restrinjam as atividades a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus em seus territórios;

CONSIDERANDO, a Portaria Estadual nº 464 de 03 de julho de 2020 que instituiu o programa de descentralização e regionalização das ações de combate ao COVID-19 prevendo que os municípios de uma mesma Região de Saúde possam tomar decisões no sentido de restringir atividades sociais e econômicas embasados em critérios e dados epidemiológicos locais pertinentes a curva de contaminação e disseminação do novo Coronavírus – COVID-19;

CONSIDERANDO, o Decreto Estadual nº 1.027 de 18 de dezembro de 2020 que institui regras para organização das medidas para o enfrentamento da pandemia COVID-19 no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO, a situação epidemiológica local, o crescente número de pessoas contaminadas, a falta de vagas de leitos de UTI nos hospitais da região do extremo oeste e oeste catarinense e, decisão conjunta dos municípios que integram a AMEOSC tomada em assembleia extraordinária realizada na data de 16 de fevereiro de 2021;

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam SUSPENSAS no território deste município, até o dia 1º de março de 2021:

- a) as aulas presenciais nas unidades de ensino municipal e estadual, das redes pública e privada, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), sem prejuízo da realização das aulas na modalidade à distância/"on line";
- b) a prática de atividades esportivas coletivas e recreativas, como futebol, carteados, dominó, bocha, bilhar e outras modalidades que possam aglomerar pessoas, em estabelecimentos sediados na cidade e no interior deste município, inclusive aquelas de treinamentos realizadas por clubes e escolas;
- c) todas as atividades religiosas presenciais em templos e igrejas;
- d) todas as atividades pertinentes a cinemas, teatros, shows, espetáculos, festas e eventos que acarretem a aglomeração de pessoas;
- e) a realização de velórios por período superior a 06 (seis) horas;
- f) a realização de transporte coletivo urbano municipal;
- g) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivos, praças e afins;
- h) o funcionamento de casas noturnas.

Art. 2º Os restaurantes, lanchonetes, bares, petiscarias, choperias, cervejarias, poderão realizar atendimentos presenciais ao público exclusivamente no horário compreendido das 6:30 às 22:00 horas e observando a lotação máxima de 50 % (cinquenta por cento) da capacidade

total do estabelecimento e o afastamento mínimo de 2 (dois) metros entre as mesas. Nos demais horários, poderá ser realizado o atendimento por meio de delivery.

§ 1º O atendimento presencial por bares e lanchonetes, bares, petiscarias, choperias, cervejarias, nos horários previstos no caput deste artigo, deverá atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias e de saúde relativas ao COVID-19, como a obrigatoriedade do uso de máscaras, disponibilização de álcool gel, luvas descartáveis, e todas as demais medidas de segurança preconizadas pelos protocolos vigentes.

Art. 3º As academias, campings, áreas de lazer e estabelecimentos afins poderão funcionar respeitado o limite de 50% de sua capacidade normal e deverão atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias e de saúde relativas ao COVID-19, como a obrigatoriedade do uso de máscaras, disponibilização de álcool gel, afastamento mínimo de dois metros, e todas as demais medidas de segurança preconizadas pelos protocolos vigentes.

Art. 4º As pessoas diagnosticadas infectadas com o coronavírus (Covid-19), devem manter-se em isolamento pelo tempo recomendado pelo profissional de saúde, sob pena de aplicação da sanção prevista no artigo 268 do Código Penal por infração a determinação do poder público destinada a impedir a propagação de doença contagiosa e, cumulativamente, às sanções previstas na Lei Complementar Municipal nº 016/2012 (Código Sanitário Municipal).

Art. 5º Caberá à Vigilância Sanitária Municipal, compartilhada com Vigilância Sanitária Regional, à Defesa Civil Municipal e à Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, a fiscalização das medidas constantes neste Decreto e demais normas sanitárias vigentes, as quais terão autonomia para interditar e/ou adotar qualquer outra medida necessária para garantia da saúde pública, nas situações em que os estabelecimentos estejam descumprindo as normas estabelecidas para enfrentamento da pandemia da COVID-19.

Parágrafo único: A não observância das regras estabelecidas culminará na imediata interdição do local bem como na aplicação de Multa no valor correspondente a 18 (dezoito) UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal), (R\$ 10.168,56).

Art. 6º As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município e da Região de Saúde.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste, 18 de fevereiro de 2021.

GENÉSIO MARINO ANTON  
Prefeito Municipal

## LEI 1871- REVISÃO SALARIAL DOS SERVIDORES 2020 - 2021 - IPCA

Publicação Nº 2869426

LEI Nº 1.871/21, DE 17/02/2021.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, Sr. Genésio Marino Anton, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e que ele sanciona e promulga a presente lei.

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder revisão geral anual da remuneração, que trata o art. 37, X, da Constituição Federal, aos servidores públicos municipais, ativos, inativos, pensionistas, aos admitidos em caráter temporário, aos admitidos na forma de empregos públicos, aos conselheiros tutelares e aos agentes comunitários de saúde.

Parágrafo único: A disposição prevista no caput deste artigo não se aplica os agentes políticos.

Art. 2º. O percentual de revisão que trata o artigo 1º será de 4,56% (quatro inteiros e cinquenta e seis décimos por cento), que corresponde à inflação registrada pelo índice do IPCA no período de fevereiro de 2020 a janeiro de 2021, incidente sobre todos os vencimentos do mês de fevereiro de 2021.

Art. 3º. As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do orçamento vigente em cada exercício financeiro.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeito a partir de 1º de fevereiro de 2021.

São João do Oeste, 17 de fevereiro de 2021.

GENÉSIO MARINO ANTON  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 107/2021**

Publicação Nº 2867408

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 107 DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal nº 885 de 02 de dezembro de 2005.

## RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sra. INÊS KLEIN, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 5.865.805, inscrita no CPF sob nº 094.819.349-26, para o exercício de cargo de provimento comissionado de DIRETOR DE SERVIÇOS GERAIS, pelo Regime Jurídico Estatutário Próprio e Regime Geral de Previdência Social, com fulcro do Art. 10º da Lei Municipal Nº 885 de 02 de dezembro de 2005.

Art. 2º. Esta portaria torna sem efeito a Portaria nº 27 de 04 de janeiro de 2021.

Art.3º. Esta portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 15 de fevereiro de 2021.

GENÉSIO MARINO ANTON  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 108/2021**

Publicação Nº 2867409

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 108 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPENSA SERVIDOR A PEDIDO E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, a pedido da parte interessada.

## RESOLVE:

Art. 1º. Dispensar a pedido o servidor Sr. DALVAN DIAS LIRIA, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 6.310.736, inscrito no CPF nº 091.363.099-31, matrícula funcional nº 1036, da função de AUXILIAR DE CONTABILIDADE, tornando sem efeito todos os demais Atos do Poder Executivo de designação ao servidor.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 15 de fevereiro de 2021.

GENÉSIO MARINO ANTON

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 109/2021**

Publicação Nº 2867412

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 109 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

ADMITIR ATRAVÉS DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, SERVIDOR PARA FUNÇÃO ACT DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Art. 190 da Lei 881/05 de 30 de novembro de 2005, tendo em vista o resultado do processo seletivo aberto pelo edital nº 005/2020, homologado pelo Decreto nº 142/2020, de 16 de dezembro de 2020;

## RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em Caráter Temporário o Sr. JOSÉ GILVANE LAUER, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 3.256.797, inscrito no CPF sob nº 033.086.199-97, para a função ACT de Professor de Educação Física, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período compreendido de 15 de fevereiro de 2021 – até – 22 de dezembro de 2021, pelo regime Jurídico Estatutário Próprio e Regime Geral

de Previdência Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 15 de fevereiro de 2021.

GENÉSIO MARINO ANTON  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 110/2021**

Publicação Nº 2867415

### **ATOS DO PODER EXECUTIVO**

PORTARIA Nº. 110 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

ADMITIR ATRAVÉS DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, SERVIDORA PARA FUNÇÃO ACT DE SERVENTE.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Art. 190 da Lei 881/05 de 30 de novembro de 2005, tendo em vista o resultado do processo seletivo aberto pelo edital nº 005/2020, homologado pelo Decreto nº 142/2020, de 16 de dezembro de 2020;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Admitir em Caráter Temporário a Sra. MARIANE BAUMGARTEN DOPKE, brasileira, portadora da cédula de identidade nº 3.678.566, inscrita no CPF sob nº 035.018.659-61, para a função ACT de SERVENTE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo regime Jurídico Estatutário Próprio e Regime Geral de Previdência Social, por período indeterminado em substituição a servidora de provimento efetivo afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 15 de fevereiro de 2021.

GENÉSIO MARINO ANTON  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 111/2021**

Publicação Nº 2867416

### **ATOS DO PODER EXECUTIVO**

PORTARIA Nº. 111 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em lei.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Autorizar o servidor FABIANO KLEIN, brasileiro, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, matrícula nº 759, lotado na Secretaria Municipal da Administração, a assinatura dos documentos de Alvarás de Construção e Habite-se.

Art. 2º. Esta portaria não conta com ônus aos cofres públicos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste/SC, 15 de fevereiro de 2021.

GENÉSIO MARINO ANTON  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 112/2021**

Publicação Nº 2867417

### **ATOS DO PODER EXECUTIVO**

PORTARIA Nº. 112 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal nº 1.783/2018

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sra. ROSELI PILZ FRIEDRICH, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 1.654.009, inscrita no CPF sob nº 649.319.609-44, para o exercício de cargo comissionado de DIRETOR DE ESCOLA, com fulcro no anexo I da Lei Municipal nº 1.783.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 15 de fevereiro de 2021.

GENÉSIO MARINO ANTON

Prefeito Municipal

# São João do Sul

## PREFEITURA

### CONT. N° 016-2021\_PREF

Publicação N° 2867787

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO N° 016/2020/PREF

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação técnicos de serviços técnicos profissionais de engenharia para, em carga horária não inferior a 25 horas semanais para desempenhar as funções fixadas no contrato e anexos.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: LITORAL SUL PROJETOS E ENGENHARIA EIRELI.

VIGÊNCIA: 15/02/2021 a 15/06/2021.

VALOR: R\$ 23.000,00.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal n° 8.666/93.

DOTAÇÃOESORÇAMENTÁRIAS:

09.01 – 2.042 – 3.3.90.39.05.0080 (134).

São João do Sul/SC, 15 de fevereiro de 2021.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeito Municipal

# São Joaquim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 090/2021

Publicação Nº 2867468

DECRETO Nº 090/2021

"QUE NOMEIA CARGO COMISSIONADO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com a C.I. Nº 015/2021, de 16/02/2021, fica NOMEADA a senhora CHEILA RODRIGUES DE OLIVEIRA, para ocupar o Cargo Comissionado de Assessora de Diretoria – Manutenção Predial – CC-3 (Secretaria da Saúde. A referida nomeação é a contar do dia 12/02/2021.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 12 de fevereiro de 2021, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 16 de fevereiro de 2021.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 091/2021

Publicação Nº 2867469

DECRETO Nº 091/2021

"QUE CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDOR MUNICIPAL"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o artigo 12, anexo VI da Lei Municipal Nº 4.324/15, de 15/05/15; fica concedido GRATIFICAÇÃO correspondente a 60% (sessenta por cento) do Piso Salarial do Quadro de Pessoal do Poder Executivo a senhora: - LUSIANE ZANDONADI NUNES, matrícula 9251, para atuar no Controle da Gestão das Assistentes Sociais da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 04 de fevereiro de 2021, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 16 de fevereiro de 2021.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 092/2021

Publicação Nº 2867470

DECRETO Nº 092/2021

"QUE CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDOR MUNICIPAL"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o artigo 12, anexo VI da Lei Municipal Nº 4.324/15, de 15/05/15; fica concedido GRATIFICAÇÃO correspondente a 20% (vinte por cento) do Piso Salarial do Quadro de Pessoal do Poder Executivo a senhora: - ELIELI PRISCILA DA SILVA, matrícula 10243, para atuar como membro da Comissão de Inquérito Administrativo.



Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 08 de fevereiro de 2021, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 16 de fevereiro de 2021.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## **PORTARIA Nº 159/2021**

Publicação Nº 2868993

PORTARIANº 159/2021

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas licenças para tratamentos de saúde, conforme apresentações de atestados médicos aos seguintes servidores: – JULIANA VIEIRA GRILLO, ocupante da função de Educadora Física - CAPS, por 01 (um) dia, no dia 10/02/2021, para tratamento de saúde de seu filho. – LEA MARAFIGO DE JESUS NUNES, ocupante da função de Técnica em Enfermagem - SAMU, por 01 (um) dia, no dia 11/02/2021. – RODRIGO NUNES DEMECIANO, ocupante do cargo eletivo de Conselheiro Tutelar, por 09 (nove) dias, a contar do dia 11/02/2021. – RAFAELA SAMARA FARIAS KAULING, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, por 01 (um) dia, no dia 12/02/2021, para tratamento de saúde de seu filho. – LUZIA DE FATIMA MACEDO SILVA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por ½ (meio) dia, no período vespertino do dia 12/02/2021. – TAMY MARIA CANDIDO NAMIKI, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde - ESF, por 01 (um) dia, no dia 12/02/2021, para tratamento de saúde de seu filho. – ARIANE CORDOVA MENDES, ocupante da função de Enfermeira - CAPS, por 01 (um) dia, no dia 12/02/2021. – JULIANA VIEIRA RABELO PEREIRA, ocupante do cargo de Enfermeira, por 01 (um) dia, no dia 12/02/2021, para tratamento de saúde de pessoa da família. – ROSIMERI DA CRUZ PEREIRA, ocupante da função de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 12/02/2021. – JANAINA APARECIDA DA SILVA, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde - ESF, por ½ (meio) dia, período matutino do dia 15/02/2021, para tratamento de saúde de pessoa da família. – MARIELBA PORTO VELHO, ocupante do cargo de Professora – 30 horas, por 03 (três) dias, a contar do dia 15/02/2021. – CORNELIA DEVES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo eletivo de Conselheira Tutelar, por 02 (dois) dias, a contar do dia 16/02/2021. – ANA DAS GRAÇAS DUTRA HASCKEL, ocupante do cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 16/02/2021. – TALITA GARCIA DOS SANTOS, ocupante da função de Técnica em Enfermagem, por 01 (um) dia, no dia 17/02/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 17 de fevereiro de 2021.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 155/2021**

Publicação Nº 2867460

PORTARIANº 155/2021

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica EXONERADA por Término de Contrato a senhora IVANA CUSTODIA GODINHO, ocupante da função de Técnica em Enfermagem (SAMU), na Secretaria Municipal de Saúde, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 139/2020, de 13/02/2020, a contar do dia 13/02/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 13 de fevereiro de 2021, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 16 de fevereiro de 2021.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 156/2021**

Publicação Nº 2867461

PORTARIANº 156/2021

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedida FÉRIAS a servidora FERNANDA ABADIA FRANÇA MARTINS BORGES, ocupante do cargo de Agente Administrativo, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 16/02/2021 à 25/02/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 16 de fevereiro de 2021.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 157/2021**

Publicação Nº 2867463

PORTARIANº 157/2021

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conforme apresentação de atestado médico, fica READAPTADA TEMPORARIAMENTE pelo período de 01 (um) ano a servidora ELIS REGINA NUNES DA SILVA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria Municipal de Assistência Social, para desempenhar suas funções compatíveis com sua incapacidade na Secretaria Municipal Assistência Social, Setor do Cadastro Único, períodos matutino/vespertino, com 40 horas semanais, a contar do dia 11/02/2021 á 10/02/2022, quando a mesma deve ser reavaliada.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 11 de fevereiro de 2021, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 16 de fevereiro de 2021.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 158/2021**

Publicação Nº 2867466

PORTARIANº 158/2021

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes servidores: – LUZIA DE FATIMA MACEDO SILVA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 17/02/2021 à 18/03/2021. – LUIZI MACEDO SILVA, ocupante do cargo de Farmacêutica, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 17/02/2021 à 26/02/2021. – PAULA DOMICIANO RIBEIRO, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 17/02/2021 à 18/03/2021. – THAYSE SALIB BOEIRA, ocupante da função de Enfermeira - ESF, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 17/02/2021 à 03/03/2021. – VINICIUS CARDOSO BOLZANI, ocupante do cargo de Agente Administrativo, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 17/02/2021 à 18/03/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 17 de fevereiro de 2021.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal

**PROCESSO 09/2021 PP 09/2021 PMSJ**

Publicação N° 2867947

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo N° 09/2021

Pregão Presencial 09/2021

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços especificamente de IMPRESSÃO/ XEROX monocromática e colorida em papel A4 e A3-A5, por meio da utilização dos equipamentos reprográficos que serão cedidos ao município em regime de comodato, para atender a diversos setores e secretarias. .

Tipo: Menor preço por item

Data: 04/03/2021

Valor estimado: R\$ 462.360,00 (quatrocentos e sessenta e dois mil trezentos e sessenta reais).

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400.

São Joaquim, 18 de fevereiro de 2021.

A Comissão

# São José

## PREFEITURA

### ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 109/2020

Publicação Nº 2869002

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 109/2020 – Processo nº 417/2020 – Proc. Adm. 5244/2020. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE FARDAMENTO OPERACIONAL GANDOLA TIPO COMBAT SHIRT, UNIFORME DO 7º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR (BPM) DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 18 de fevereiro de 2021 às 18h00min até o dia 03 de março de 2021, às 13h30min. ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 13h31min do dia 03 de março de 2021, INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 13h31min do dia 03 de março de 2021. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Fone: (48) 33810002.

### ACÓRDÃO Nº 005/2021

Publicação Nº 2869416

#### 1. RELATÓRIO

Trata-se de um processo administrativo com pedido de baixa de atividade e cancelamento de débitos do contribuinte Luiz Roberto Varella, CPF 796.178.678-34, protocolado em 22/01/2020.

É levantada a situação do contribuinte perante esta prefeitura, contata-se dívida dos anos de 2017, 2018 e, 2019 e em aberto o ano corrente.

Nos autos apresenta-se documento de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) emitido pelo CREA/SC, demonstrando que nos anos de 2017 e 2018 houve atividade no município. E que nos anos de 2019 e 2020 não houve registro de atividade no município. A fiscalização de tributos decide por cancelamento da dívida 1273942 por ausência de fato gerador, assim como a TFPU de 2020, e aplicando multa conforme Art. 404 por descumprimento do Art. 283 do CTM.

O requerente solicita revisão da decisão, informando que a partir de 2017 passa a ser Pessoa Jurídica.

Em solicitação ao CREA/SC a fiscalização de tributos questiona, se as ART's, foram emitidas por Pessoa Física ou Pessoa Jurídica, e em resposta o órgão informa que as ART's foram anotadas como profissional autônomo pelo CPF 796.178.678-34.

Com esta informação, a fiscalização de tributos mantém a decisão proferida anteriormente em fl.13 emitida em 06/08/2020. E encaminha ao Secretário da Receita, titular do órgão fazendário, para proferir decisão de primeira instância.

A Secretária da Receita, ante os fatos, mantém os valores exigidos pelo fisco, devendo ser extintos os lançamentos para os anos de, 2019 – pelo Setor da Dívida ativa, e 2020 – pelo Setor de Cadastro Econômico, o qual deverá, ainda lançar multa por descumprimento da obrigação acessória do Art. 283 com multa definida pelo art. 404 do CTM.

Por fim o contribuinte interpôs recurso voluntário a este conselho.

É o Relatório.

#### 2. VOTO

Em contestação, tem-se então, o lançamento da Taxa de Fiscalização (TFPU) dos exercícios de 2017 a 2020. Diante o exposto no processo, mais especificamente nas ART's indicando a ocorrência do fato gerador, havendo assim a incidência da taxa de fiscalização dos anos de 2017 e 2018. E com a ausência do fato gerador no ano de 2019 e 2020 não há incidência da taxa.

Diante o exposto, recebo o recurso, negando-lhe provimento, mantendo integralmente a decisão de primeira instância, sendo devido os valores dos anos de 2017 e 2018, extinguindo a dívida do ano de 2019, cancelando a taxa do ano de 2020, e aplicando multa conforme Art. 404, por descumprimento do Art. 283 do CTM.

É como voto.

São José, 04 de fevereiro de 2021.

RODRIGO KOERICH DA SILVA  
Conselheiro Relator

#### DECISÃO FINAL – ACÓRDÃO Nº 005/2021

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Voluntário em Processo Administrativo nº 1223/2020.

Acordam, os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes de São José/SC, reunidos na 441ª Sessão, decidiu, por unanimidade, dos conselheiros aptos a votarem por conhecer do recurso voluntário e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo inalterada a decisão de primeira instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

O julgamento, realizado nesta data, foi presidido pelo Conselheiro Sr. Júnior Spies, sem voto, e dele participaram, além do Conselheiro Relator Sr. Rodrigo Koerich da Silva, os Conselheiros, Sr. Valdecir Sagaz, Sr. Mário Antonio Vieira e a Sra. Lânea Aparecida Madeira.

Esteve presente à sessão de julgamento e fez uso da palavra o Sr. Rodrigo João Machado, na qualidade de representante da Fazenda.

São José, 04 de fevereiro de 2021.

JUNIOR SPIES  
Presidente

RODRIGO KOERICH DA SILVA Conselheiro Relator	GRAZIELA BESEN PETRY MARIOT Secretária-Geral
RODRIGO JOÃO MACHADO Procurador Municipal Representante da Fazenda Pública	

**ACÓRDÃO Nº 006/2021**

Publicação Nº 2869417

**1. RELATÓRIO**

Trata-se de um processo administrativo com pedido de prescrição de débito de ISS de construção e habite-se do ano de 1998, devido execução da dívida ter sido em 2014, fora do prazo legal de 5 anos, pede-se a prescrição.

Exposto nos autos, informações em relação à execução da dívida, que se deu sob CDA nº 485/2014, com base na informação a Secretaria da Receita defere o pedido de prescrição com fulcro no Art.188, I do CTM.

De acordo com o Art. 149 do CTM, a Fiscalização de Tributos solicita encaminhamento ao conselho de contribuinte, e assim a Secretaria da Receita solicita providências necessárias, de acordo com o artigo supracitado.

É o Relatório.

**2. VOTO**

A análise gira em torno da prescrição dos débitos da CDA nº 485/2014, e conforme Art. 188, I do CTM;

Art. 188. Serão declarados extintos os créditos fiscais inscritos em dívida ativa:

I - quando legalmente prescritos;

E o Art. 95 do CTM determina o período a ser prescrito;

Art. 95. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

Diante o exposto, recebo o recurso, dando-lhe provimento, em relação a prescrição da execução da dívida, que se deu sob CDA nº 485/2014. É como Voto.

São José, 04 de fevereiro de 2021.

RODRIGO KOERICH DA SILVA  
Conselheiro Relator

**DECISÃO FINAL – ACÓRDÃO Nº 006/2021**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Voluntário em Processo Administrativo nº 15714/2019.

Acordam, os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes de São José/SC, reunidos na 441ª Sessão, decidiu, por unanimidade, dos conselheiros aptos a votarem por conhecer do recurso voluntário e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo inalterada a decisão de primeira instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

O julgamento, realizado nesta data, foi presidido pelo Conselheiro Sr. Júnior Spies, sem voto, e dele participaram, além do Conselheiro Relator Sr. Rodrigo Koerich da Silva, os Conselheiros, Sr. Valdeci Sagaz, Sr. Mário Antonio Vieira e a Sra. Lânea Aparecida Madeira.

Esteve presente à sessão de julgamento e fez uso da palavra o Sr. Rodrigo João Machado, na qualidade de representante da Fazenda .

São José, 04 de fevereiro de 2021.

JUNIOR SPIES  
Presidente

RODRIGO KOERICH DA SILVA Conselheiro Relator	GRAZIELA BESEN PETRY MARIOT Secretária-Geral
RODRIGO JOÃO MACHADO Procurador Municipal Representante da Fazenda Pública	

**ACÓRDÃO Nº 007/2021**

Publicação Nº 2869423

**1. RELATÓRIO**

Trata-se de um recurso voluntário interposto por Maria Bento Julião – ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 85.290.963/0001-20, requerendo o cancelamento de sua inscrição municipal no Cadastro de Contribuintes Municipal (CCM) e das taxas de fiscalização (TFPU) lançadas em seu desfavor.

Em sede da Secretaria da Receita Municipal houve decisão, acostada a fl.09, determinando a baixa por prescrição das TFPU dos anos de 1995 a 1998 e 2000, conforme determina o artigo 95, do Código Tributário Municipal – CTM. Determinou, ainda, que o cancelamento da

inscrição municipal da empresa fique vinculada ao pagamento dos débitos referentes aos anos 2011 a 2016.

Maria Bento Julião – ME juntou ao processo, às fls. 11/20, declaração simplificada de pessoa jurídica de inatividade para os anos 2006 a 2016.

Posteriormente, o Secretário Adjunto da Receita reiterou a decisão anterior, indo ao encontro do entendimento do Fisco, mantendo a cobrança dos créditos para os anos de 2011 a 2016, com fulcro no inciso I, do artigo 307, do CTM (fl. 22).

A contribuinte recorreu a este Egrégio Conselho de Contribuintes com o pedido para que seja concedido o cancelamento de sua inscrição municipal e a dispensa das taxas de fiscalização lançadas para si.

O parecer do Ilmo. Procurador-geral do Município, Sr. Rodrigo João Machado, negou provimento ao recurso, mantendo integralmente a decisão de primeira instância, considerando ônus da recorrente apresentar as provas para sustentar suas alegações.

O recurso voluntário foi recebido pela Presidência deste Conselho de Contribuintes. Em seguida, abriu vista para manifestação do representante da Fazenda, determinando a sua posterior distribuição.

É o relatório.

## 2. ADMISSIBILIDADE

O recurso cumpre todos os requisitos de admissibilidade e fora apresentado de forma tempestiva, motivo pelo qual reconheço-o e passo a análise do mérito.

## 3. MÉRITO

A contribuinte, inscrita no CNPJ sob o nº. 85.290.963/0001-20, interpôs recurso pleiteando a reconsideração da decisão de primeira instância, reforçando o pedido de cancelamento da inscrição municipal junto à CCM e o consequente cancelamento da cobrança das taxas de fiscalização lançadas em seu desfavor para os anos não prescritos a época (2011 a 2016), devido inatividade da recorrente.

Os artigos 306, caput, e 307, inciso I e parágrafo único, do CTM, definem o fato gerador da taxa de fiscalização e sua incidência, conforme transcrito abaixo:

Art. 306. A Taxa de Fiscalização tem como fato gerador a fiscalização ou a verificação do cumprimento das normas de posturas concernentes à ordem, aos costumes, à segurança, à poluição sonora e visual, à tranq- ilidade pública, ao respeito à propriedade e aos direitos individuais e coletivos, bem como das normas urbanísticas do Município.

Art. 307. O fato gerador da taxa prevista nesta Seção decorrerá de qualquer dos seguintes atos ou fatos:

I - localização de estabelecimento de produção, comércio, indústria ou de prestação de serviços;

(...)

Parágrafo único. As disposições do inciso I deste artigo aplicam-se a todos os casos em que ficar devidamente comprovada a realização do objeto social da empresa.

Almejando elucidar um pouco mais o assunto do fato gerador, buscou-se apoio na doutrina especializada. Para o autor Martins (2013), no que tange a incidência do fato gerador, é necessário que ocorra a materialidade do fato, saindo do abstrato, ou seja, migrando da esfera legal para o mundo real.

É óbvio, portanto, que os efeitos da obrigação jurídico-tributária não surgirão só com a existência abstrata da descrição legal. É preciso que ocorra materialmente o ato ou fato descritos, ou, se preferirmos que sejam praticados

por alguém. A situação descrita pode ser, assim, entendida como o cerne do fato gerador. (grifo nosso)

Assim, entende-se que para haver a cobrança da taxa de fiscalização, deve ocorrer a atuação estatal na execução do seu poder de polícia. Cabe, conforme definido por lei, ao município realizar a fiscalização, o que não desobriga, entretanto, a empresa de dar baixa no seu cadastro no tempo certo, conforme lei.

Cumprir destacar que a recorrente juntou às fls. 11/20 as Declarações Simplificadas de Pessoa Jurídica (DSPJ) da empresa, documentos considerados aceitos até o exercício de 2016, conforme disposto no site da Receita Federal.

No que concerne a inatividade da empresa e a não comunicação à Prefeitura, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), em acórdão datado de junho de 2020, decide pela não cobrança das taxas referentes ao tempo em que a empresa estava inativa, pela não incidência do fato gerador, não havendo a execução do poder de polícia do município, tampouco ocorrendo o fato gerador.

EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. TAXA DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO (TLLF). FATO GERADOR POSTERIOR AO ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES DA EMPRESA NO MUNICÍPIO. FALTA DE COMUNICAÇÃO DA BAIXA À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. IRRELEVÂNCIA. EXAÇÃO INDEVIDA. PRECEDENTES. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. HONORÁRIOS RECURSAIS. ARBITRAMENTO. ESTIPÊNDIO ACRESCIDO ÀQUELE JÁ FIXADO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA. EXEGESE DO ART. 85, § 11, DO CPC/2015. "Este Tribunal tem sistematicamente se manifestado sobre a possibilidade de acolhimento da "exceção de pré-executividade", ou "objeção de executividade", inclusive em execução fiscal, quando a matéria deduzida deva ser apreciada de ofício pelo juiz ou que, sem a necessidade de produção de provas que não sejam documentais, tenha a eficácia de fulminar a ação executiva de plano. (TJSC, Des. Jaime Ramos). [...] Se a pessoa jurídica tributada encerrou suas atividades e não mais possui estabelecimento no município, não está sujeita a prévio exame e fiscalização pela municipalidade, esvaziando qualquer hipótese de ocorrência do fato gerador da Taxa de Licença Para Localização e Permanência (TJSC, Des. Jaime Ramos). [...] A ausência de comunicação da cessação da atividade ao ente municipal pode constituir infração administrativa de outra natureza mas não justifica a cobrança da taxa de vigilância sanitária pois, desde que inativa a empresa, não há que cogitar de exercício de poder de polícia (TJSC, Des. Nelson Schaefer Martins) (TJSC, Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva)." (TJSC, Apelação Cível n. 0802855-45.2012.8.24.0036, de Jaraguá do Sul, rel. Des. Pedro Manoel Abreu, Primeira Câmara de Direito Público, j. 16-04-2019). (TJSC, Apelação Cível n. 0900152-59.2017.8.24.0074, de Trombudo Central, rel. Jorge Luiz de Borba, Primeira Câmara de Direito Público,



j. 16-06-2020).

No lugar da cobrança das taxas, o Egrégio Tribunal de Justiça entende e defende a adoção de medidas administrativas, como a estipula o artigo 404, caput e alínea "a", do CTM, quando ao não ser informado à Prefeitura a cessação de suas atividades, imputar-se-á multa ao contribuinte.

Art. 404 Deixar de comunicar no prazo previsto no Art. 283 as alterações cadastrais ou baixas que impliquem em modificação ou extinção de fatos anteriormente gravados.

a) multa de 2 URM (duas Unidades de Referência Municipal).

Parágrafo único. Aos profissionais autônomos, enquadrados nas categorias descritas no art. 267, deste Código, aplicar-se-á a multa de 1 URM pra a infração estabelecida no caput deste artigo. (grifo nosso)

O artigo 283, referenciado no exposto acima, em seu inciso IV, impõe a obrigação ao contribuinte inscrito no CCM de comunicar a Prefeitura do encerramento de suas atividades.

Art. 283 Os contribuintes inscritos no Cadastro de Contribuinte Municipal são obrigados a comunicar à Prefeitura no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data da homologação da Junta Comercial ou Cartório no caso de Sociedade Simples, para fins de atualização cadastral, as seguintes ocorrências:

I - Alteração da razão social ou ramo de atividade;

II - Alteração da forma societária;

III - Mudança de endereço;

IV - Cessação das atividades;

Parágrafo único. Os contribuintes e demais pessoas obrigadas à inscrição cadastral deverão manter e escriturar os livros fiscais previstos em regulamento. (grifo nosso)

Cabe destacar que, conforme apresentado nos autos, através de declarações simplificadas de pessoa jurídica dos anos 2006 a 2016, juntada às fls. 11/20, a recorrente informa não ter realizado nenhuma atividade, estando inativa.

Como não houve atividade tributável neste período, ou seja, de fato não ocorreu a materialidade do fato gerador, qual seja a fiscalização, entendo ser correto o cancelamento de sua inscrição municipal no CCM e a baixa dos lançamentos feitos para a empresa.

#### 4. VOTO

Diante do exposto e da fundamentação na legislação, doutrina e jurisprudência que instruem este parecer, reconheço o recurso voluntário para cancelamento da inscrição municipal e extinção dos débitos fiscais existentes, no mérito, dou-lhe provimento.

Assim, VOTO por: a) cancelar a cobrança dos TFPUs nos anos de 2011 a 2016, conforme DSPJ de inatividades acostadas às fls. 11/20, e, por consequência, conceder o cancelamento da inscrição municipal da empresa Maria Benta Julião – ME; e b) imputar a empresa a multa prevista na alínea "a" do artigo 404, do CTM, pela não comunicação do encerramento das atividades, na forma do inciso IV, do artigo 283, do mesmo texto legal.

São José/SC, 11 de fevereiro de 2021.

SÉRGIO DA SILVA  
Conselheiro Relator

#### DECISÃO FINAL – ACÓRDÃO Nº 007/2021

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Voluntário em Processo Administrativo nº 9678/2016.

Acordam, os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes de São José/SC, reunidos na 442ª Sessão, decidiu, por unanimidade, dos conselheiros aptos a votarem por conhecer do recurso voluntário e, no mérito, dar-lhe provimento, no sentido de: a) cancelar a cobrança dos TFPUs nos anos de 2011 a 2016, conforme DSPJ de inatividades acostadas às fls. 11/20, e, por consequência, conceder o cancelamento da inscrição municipal da empresa Maria Benta Julião – ME; e b) imputar a empresa a multa prevista na alínea "a" do artigo 404, do CTM, pela não comunicação do encerramento das atividades, na forma do inciso IV, do artigo 283, do mesmo texto legal, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

O julgamento, realizado nesta data, foi presidido pelo Conselheiro Sr. Júnior Spies, sem voto, e dele participaram, além do Conselheiro Relator Sr. Sérgio da Silva, os Conselheiros, Sr. Rodrigo Koerich da Silva, Sr. Mário Antonio Vieira e a Sra. Lânea Aparecida Madeira.

Esteve presente à sessão de julgamento e fez uso da palavra o Sr. Rodrigo João Machado, na qualidade de representante da Fazenda.

São José, 11 de fevereiro de 2021.

JUNIOR SPIES  
Presidente

SÉRGIO DA SILVA  
Conselheiro Relator

GRAZIELA BESEN PETRY MARIOT  
Secretária-Geral



RODRIGO JOÃO MACHADO  
Procurador Municipal  
Representante da Fazenda Pública

**ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DA TOMADA DE PREÇOS Nº 040/2020**

Publicação Nº 2868259

**ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

TOMADA DE PREÇOS Nº 040/2020  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7456/2020  
PROCESSO DE COMPRA Nº 541/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA E DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE 6 (SEIS) PORTAIS (TIPO PÓRTICO E TIPO BANDEIRA) PARA AUXILIAR NA INDICAÇÃO E DEMARCAÇÃO DE PONTOS TURÍSTICOS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

**EMPRESA HABILITADA:**

· MORE SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA.

**ANÁLISE DA COMISSÃO**

A Comissão Permanente de Licitações informa que todas as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações foram plenamente observadas pela empresa participante da Fase de Proposta.

Por todo o exposto acima, à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e no regramento contido no Edital, a comissão RESOLVE:

**CLASSIFICAR A PROPOSTA DA EMPRESA:**

· MORE SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA.

Assim sendo, após análise da proposta apresentada, fica de tal modo classificada pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL a empresa:

1ª Classificada: MORE SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA: R\$ 554.611,25 (quinhentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e onze reais e vinte e cinco centavos).

OBS: O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM/SC), e tendo a empresa MORE Sinalização e Construção Ltda, protocolado documento apenso aos autos, abrindo mão do prazo recursal da Fase Proposta, a Comissão Permanente de Licitações (CPL), encaminhará o processo à autoridade superior para fins de Homologação, Anulação ou Revogação.

São José, 17 de fevereiro de 2021.

Paulo Dutra	Humberto Alcino da Silva
Presidente da CPL	Membro da CPL
Iriberto Antônio M. Júnior	Eliane Teresinha Souza
Membro da CPL	Membro da CPL
Izauro Pinto	Jefferson Eduardo da Cruz
Membro da CPL	Membro da CPL

**DECRETO Nº 14533/2021**

Publicação Nº 2869055

DECRETO Nº 14533/2021  
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada CLAUDIA MATTEUSSI para exercer o cargo de Supervisor de Ouvidoria – CCM-6, com lotação na Secretaria da Casa Civil, nos termos da Lei Complementar N.º 075, de 27 de abril de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de fevereiro de 2021.

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 14535/2021**

Publicação Nº 2869056

DECRETO Nº 14535/2021  
NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada EVELYNE NEVES SKRIPNIK para exercer o cargo de Diretor de Serviço de Média Complexidade em Saúde – CCM-7, com lotação na Secretaria de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 075, de 27 de abril de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de fevereiro de 2021.

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeita Municipal

### **PORTARIA Nº 008 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868964

PORTARIA Nº 008 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.  
DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO do Município de SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de São José, art. 66, Lei Federal n. 13.022, de 8 de agosto de 2014, em seu art. 13 e Lei Municipal Lei n. 5.723, de 29 de março de 2019, no art. 4º;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, a pedido da Comissão Processante, em razão da justificativa apresentada - o prazo de instrução do Processo Administrativo Disciplinar deflagrado pela Portaria nº 055/2020/SSDST, de 18 de novembro de 2020, publicada no DOM, Edição nº 3325, em mais 60 (sessenta) dias;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de 16 de fevereiro do ano em curso.  
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de fevereiro de 2021.

Vânio Luiz Dalmarco  
Secretário de Segurança, Defesa Civil e Trânsito

### **PORTARIA Nº 009 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868966

PORTARIA Nº 009 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.  
DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO do Município de SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de São José, art. 66, Lei Federal n. 13.022, de 8 de agosto de 2014, em seu art. 13 e Lei Municipal Lei n. 5.723, de 29 de março de 2019, no art. 4º;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, a pedido da Comissão Processante, em razão da justificativa apresentada - o prazo de instrução do Processo Administrativo Disciplinar deflagrado pela Portaria nº 060/2020/SSDST, de 16 de dezembro de 2020, publicada no DOM, Edição nº 3353, em mais 60 (sessenta) dias;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de 16 de fevereiro do ano em curso.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de fevereiro de 2021.

Vânio Luiz Dalmarco

Secretário de Segurança, Defesa Civil e Trânsito

## **PORTARIA Nº 04, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868962

PORTARIA Nº 04, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021

DISPÕE SOBRE A CONDUÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS PELOS SERVIDORES PARA O DESEMPENHO DE SUAS ATIVIDADES PÚBLICAS

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal;

### **RESOLVE:**

Art. 1º Ficam autorizados os servidores públicos a seguir relacionados para conduzir veículo oficial quando as atividades institucionais assim exigirem e não existirem outros meios de deslocamento entre seu ponto de origem e de seu destino, ou quando estes, por algum motivo impossibilitem o eficiente desempenho de suas atividades.

I. Diego Gnecco, matrícula nº 426362-6;

II. Cleidiamar Aparecida Furlanetto, matrícula nº 22693-9;

III. Marla Sacco Martins, matrícula nº 430093-9;

IV. Iria Locks, matrícula nº 432672-5;

V. Henrique Cabral Faraco, matrícula nº 426402-9.

Art. 2º A autorização concedida por este ato terá validade até o término do ano corrente, podendo ser revalidada, obedecido aos seguintes requisitos:

I - apresentação, pelo servidor, da Carteira Nacional de Habilitação – CNH, com categoria compatível com o tipo de veículo a ser conduzido;

II - preenchimento, pelo servidor, do formulário “diário de bordo”;

Art. 3º Concedida à autorização para dirigir veículo oficial, o servidor:

I - não poderá:

a) ceder à direção do veículo a terceiros;

b) utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão;

c) conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado.

II - deverá:

a) preencher corretamente o formulário “diário de bordo”;

b) exibir a presente Portaria, sempre que solicitada por quem de direito;

c) findo o deslocamento, guardar o veículo oficial no órgão detentor.

Parágrafo único. Em caso de acidente ou surgimento de dano no veículo concedido, serão aplicadas as normas constantes da Lei Orgânica do Município, bem com as constantes da Lei Ordinária nº 2248, de 20 de março de 1991, e demais aplicáveis.

Art. 4º Findo a prazo fixado no Art. 2º, a autorização a que refere a presente Portaria, poderá ser revalidado, desde que:

I - haja interesse da Administração;

II - o servidor não tenha infringido qualquer das vedações constantes do art. 3º.

Art. 5º O cancelamento da autorização para dirigir veículo oficial se dará:

I - a qualquer tempo, por interesse da Administração;

II - a pedido do servidor.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José, 16 de fevereiro de 2021.

LÉDIO COELHO

Secretário Municipal de Assistência Social

**CÂMARA MUNICIPAL****PEDIDO DE ORÇAMENTO – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 080/2021**

Publicação Nº 2867952

**PEDIDO DE ORÇAMENTO**

A Câmara Municipal de São José, inscrita sob o CNPJ nº 83.708.248/0001-39, com sede a Praça Arnaldo de Souza, 38, Bairro Centro, São José/SC, em conformidade com Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislação aplicável, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação (CPL), comunica que, estará recebendo orçamentos até o dia 01/03/2021 para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de elaboração de estudo de alternativas e viabilidade econômico-financeira, ambiental e técnica, projeto básico e projeto executivo para reparo ou implantação de sistema de geração de energia eólica para atendimento da demanda da Câmara Municipal de São José.

## Planilha dos itens:

ITEM	ATIVIDADE / ESPECIFICAÇÃO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	Estudo de alternativas	R\$
2	Análise do potencial de geração	R\$
3	Análise dos custos de implantação	R\$
4	Análise dos custos de O&M	R\$
5	Análise da legislação ambiental	R\$
6	Análise da legislação tributária	R\$
7	Análise dos pontos de conexão com a distribuidora	R\$
8	Análise financeira	R\$
9	Projeto Básico	R\$
10	Projeto Executivo	R\$
Valor global total		R\$

## Escopo das atividades:

A empresa deverá apresentar todos os estudos, premissas, relatórios, memoriais de cálculo e projetos completos para cada item.

## Item 1 – Estudo de alternativas:

Deverá ser levantado e estudado o potencial eólico da localidade, o equipamento já instalado, a rede de energia local e a possibilidade de retirada do equipamento avariado. O estudo de viabilidade da área deverá levar em consideração a análise dos itens abaixo, não se limitando a estes.

## Item 2 – Análise do potencial de geração:

Deverá ser analisado o potencial de geração da área estudada com base nos dados anemométricos coletados em estações da localidade. Deverão ser analisadas as particularidades do local que possam impactar na geração e fator de capacidade, como estrutura do vento (velocidade e direção), predominância da circulação atmosférica, densidade espectral de energia, histogramas de velocidade de ventos e outros.

## Item 3 – Análise dos custos de reparo/implantação/desmontagem do equipamento:

Analisar e considerar na avaliação de viabilidade os custos de reparo/implantação/desmontagem do equipamento, assim como as particularidades da área selecionada que possam impactar essas ações, como facilidade de acesso, logística de transporte e manutenção, proximidade com equipamentos, distância até o ponto de conexão ao sistema da distribuidora, existência de peças no mercado, qualificação da mão de obra e outros.

E ainda, diante da pretensão desta Administração em adotar outras formas sustentáveis de geração e redução de energia elétrica (placa fotovoltaicas, lâmpadas de LED), os dados levantados deverão ser analisados de modo a trazer claramente a vantagem em promover o reparo do aerogerador existe.

## Item 4 – Análise dos custos de Operação e Manutenção (O&amp;M) :

Analisar e considerar na avaliação de viabilidade os custos de O&M, bem como as particularidades de cada área selecionada que possam impactar esse custo, como temperatura local, desmontagem, transporte, acesso, eventos climáticos, exposição a vandalismo e outros.

## Item 5 – Análise da legislação ambiental:

Deverá ser estudada a legislação e condicionantes ambientais do Estado de Santa Catarina que impactam o projeto de manutenção e ligação na rede, no que tange ao licenciamento.

## Item 6 – Análise da legislação tributária:

Deverá ser estudada a legislação tributária do Estado de Santa Catarina que impacta o projeto.

## Item 7 – Análise dos pontos de conexão com a distribuidora:

Em todas as alternativas indicadas deverá ser analisado os pontos de conexão com a distribuidora local (Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC). A análise deverá considerar as regras e procedimentos para conexão de sistemas de geração, conforme normativo da distribuidora, bem como a forma como se dará o faturamento.

## Item 8 – Análise financeira:

Para análise de viabilidade da área selecionada deverá ser realizado o estudo financeiro, conforme diretrizes abaixo:

i. Metodologia da Modelagem Econômico-Financeira: a empresa deverá utilizar a metodologia do Income Approach (método da lucratividade) com enfoque no Fluxo de Caixa Descontado (Discount Cash Flow) para encontrar o Valor Presente Líquido (VPL), a TIR (Taxa Interna de Retorno) e o Payback do empreendimento, assim como o ROI (Retorno sobre Investimento). Também deverá ser apresentado o fluxo de desembolso referente ao CAPEX (Capital Expenditure) e OPEX (Operational Expenditure).

ii. Definição da receita operacional: a receita operacional do empreendimento deverá ser considerada como a redução anual média da conta de energia elétrica da Câmara Municipal de São José determinada pela operacionalização do sistema de geração de energia eólica,

considerando a média de gasto anual com energia elétrica dos últimos 5 (cinco) anos.

iii. Premissas de custos: para determinação do Valor Presente Líquido (VPL) e da TIR (Taxa Interna de Retorno) do empreendimento a empresa deve considerar todos os custos envolvidos na implantação do empreendimento, custos de operação e manutenção, assim como todos os encargos e demais custos inerentes a empreendimentos perante o setor elétrico. Os custos deverão ser atuais e baseados em referências solidamente comprovadas.

iv. Premissas tributárias: a empresa contratada deverá considerar os encargos tributários e suas respectivas alíquotas do setor elétrico. Deverão ser considerados na avaliação todos os benefícios concedidos à energia solar.

v. Custo do Capital Próprio: para determinação do Custo do Capital Próprio a empresa deverá utilizar o modelo CAPM (Capital Asset Price Model). O custo apurado pelo CAPM deverá ser utilizado para apurar o Fluxo de Caixa Descontado, o VPL e a TIR do empreendimento.

vi. Risco do empreendimento: a empresa contratada deverá considerar o risco do empreendimento e cenários adversos.

vii. A empresa deverá considerar os gastos com o meio de acesso ao aerogerador instalado junto a Câmara de São José, quantas vezes forem necessárias, de modo a descrever detalhadamente todos os componentes que precisam ser reparados ou substituídos.

#### Item 9 – Projeto Básico:

A empresa deverá apresentar, no mínimo:

- a) Orçamento detalhado em nível de projeto básico (Art. 6º da Lei Federal nº 8.666/93);
- b) Pranchas de desenho com os detalhes do projeto (2 cópias);
- c) Composição dos custos unitários (CCU) de todos os itens de materiais e serviços;
- d) Composição das taxas de BDI (edificação e equipamentos);
- e) Composição dos encargos sociais de horistas e mensalistas (SINAPI);
- f) Caderno de especificações técnicas.

#### Item 10 – Projeto Executivo:

A empresa deverá apresentar, no mínimo:

- a) Orçamento detalhado em nível de projeto executivo;
- b) Pranchas de desenho com os detalhes do projeto (03 cópias);
- c) Detalhes nas pranchas de desenho do desenvolvimento dos projetos básicos;
- d) Composição dos custos unitários (CCU) de todos os itens de materiais e serviços;
- e) Composição das taxas de BDI (edificação e equipamento);
- f) Composição dos encargos sociais de horistas e mensalistas (SINAPI);
- g) Caderno de especificações técnicas;
- h) ART de todos os projetos;
- i) ART da planilha orçamentária.

Os serviços referentes aos Itens 9 e 10 (Projeto Básico e Projeto Executivo) englobam as seguintes tarefas, no mínimo:

- a) ART de projeto;
- b) Layout de disposição da torre
- c) Projeto orientativo da estrutura metálica, considerando:
  - O terreno/solo;
  - A redondeza;
- d) Especificação técnica dos suportes de fixação, perfis, cabos e outros;
- e) Equipotencialização da estrutura metálica;
- f) Projeto elétrico do sistema de geração de energia eólico;
- g) Dimensionamento para o consumo de energia da edificação;
- h) Diagrama unifilar do lado c.a.;
- i) Diagrama unifilar do lado c.c.;
- j) Diagrama de conexão elétrica;
- k) Dimensionamento dos sistemas de proteção;
- l) Projeto orientativo da infraestrutura elétrica c.a. e c.c. (eletrodutos, eletrocalhas, canaletas, furação em parede, entre outros);
- m) Memorial descritivo do sistema de geração de energia eólico;
- n) Especificação técnica e listagem completa dos materiais do sistema de geração de energia eólico:
  - Turbina;
  - Pás;
  - Freios;
  - Carcaça;
  - Caixa de engrenagens;
  - Rotor;
  - Inversor;
  - Torre;
  - Cabos
  - Gerador;
- o) Composição de todos os custos unitários da planilha, com indicação do item de referência utilizado para cada serviço, devendo as cotações serem limitadas superiormente aos preços indicados nas fontes de consulta;
- p) Preços de mercado, com coleta e apresentação de três cotações;
- q) Avaliação da necessidade de adequações da instalação elétrica existente:
  - Adequação da entrada de energia (projeto orientativo);
  - Adequação da infraestrutura elétrica interna;
  - Assessoria para empresa responsável pela instalação do sistema;
  - Fiscalização durante a execução do sistema (ao menos uma visita por semana, sendo no mínimo duas no total) e;
  - Vistoria final do sistema instalado.

Forma de apresentação dos documentos:

Os arquivos de texto deverão ser elaborados no formato DOC para Word 2003 ou superior, arquivos de planilhas em formato XLS para Excel 2003 ou superior, e arquivos de desenho no formato DWG para AutoCAD versão 2007 ou superior. Deverá ser fornecido junto com os arquivos editáveis cópias do tipo PDF.

Os desenhos deverão ser feitos de acordo com as normas da ABNT e os formatos de papel deverão se limitar aos padrões A4, A3, A2, A1 e A0.

Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no e-mail [licitacoes@cmsj.sc.gov.br](mailto:licitacoes@cmsj.sc.gov.br) ou através do telefone (48) 3029 1301.

ANA LETÍCIA SOUSA DE OLIVEIRA  
Presidente CPL/2021 - CMSJ

## **PORTARIA N° 129/2021**

Publicação N° 2869057

PORTARIA N° 0129/2021

A Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Exonerar o servidor Luis Fabiano de Araújo Giannini, matrícula 1512, do cargo em comissão de Chefe de Gabinete Parlamentar – CCV-1, vinculado ao gabinete do Vereador Constâncio Krummel Maciel Neto, com efeitos a contar de 16 de fevereiro de 2021.

Câmara Municipal de São José, SC, 17 de fevereiro de 2021.

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
PRESIDENTE

## **PORTARIA N° 130/2021**

Publicação N° 2869058

PORTARIA N° 0130/2021

A Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Nomear o senhor Leonardo Rodrigues para o cargo em comissão de Chefe de Gabinete Parlamentar – CCV-1, vinculado ao gabinete do Vereador Constâncio Krummel Maciel Neto.

Câmara Municipal de São José, SC, 17 de fevereiro de 2021.

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
PRESIDENTE

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 014/2021/SF

Publicação Nº 2869540

DECRETO Nº 014/2021 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso III do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.895/2020 LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 26.049,26 (vinte e seis mil e quarenta e nove reais e vinte e seis centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS  
06 DEPARTAMENTO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE  
2.059 MANUTENÇÃO DA SAÚDE AMBULATORIAL E HOSPITALAR  
"63"3.3.90.00.00.3.0064 Aplicações Diretas ..... R\$ 26.049,26

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, no valor de R\$ 26.049,26 (vinte e seis mil e quarenta e nove reais e vinte e seis centavos), Recursos Média e Alta Complexidade, fonte 3.0064.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 11 de fevereiro de 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### DECRETO Nº 015/2021/SF

Publicação Nº 2869541

DECRETO Nº 015/2021 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso III do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.895/2020 LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 262.376,16 (duzentos e sessenta e dois mil trezentos e setenta e seis reais e dezesseis centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS  
06 DEPARTAMENTO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE  
2.059 MANUTENÇÃO DA SAÚDE AMBULATORIAL E HOSPITALAR  
"64"3.3.90.00.00.3.0723 Aplicações Diretas ..... R\$ 262.376,16

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, no valor de R\$ 262.376,16 (duzentos e sessenta e dois mil trezentos e setenta e seis reais e dezesseis centavos), Recursos Emendas Parlamentares Individuais, fonte 3.0723.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.



GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 11 de fevereiro de 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## DECRETO Nº 016/2021/SF

Publicação Nº 2869543

DECRETO Nº. 016/2021 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Municipal nº 4.968/2021;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Especial no orçamento geral de 2021 do Fundo Municipal de Saúde-FMS, Lei Nº 4.895 de 01/09/2020 no valor de R\$ 37.677,00 (trinta e sete mil, seiscentos e setenta e sete reais), para as verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

14.05 DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

2.149 PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA

“ \_\_\_\_ ” 3.3.90.00.00.00.0.3.3079 Aplicações Diretas ..... R\$ 37.677,00

Art. 2º. Para cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Fonte Nº 0.3.3079 – Recursos Emergenciais da Covid-19 no valor de R\$ 37.677,00 (trinta e sete mil seiscentos e setenta e sete reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de fevereiro de 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## DECRETO Nº 7004/2021

Publicação Nº 2869527

DECRETO Nº 7.004, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

“REGULAMENTA PRAZO PARA PAGAMENTO DO IPTU PARA O EXERCÍCIO DE 2021”.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e a Lei Complementar nº. 009/2005, de 27 de setembro de 2005,

DECRETA:

Art. 1º. Fica regulamentado o prazo para o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, de acordo com o § 1º do Artigo 137, da Lei Municipal Complementar nº 009/2005 – Código Tributário Municipal, fixando o pagamento para o exercício de 2021, em 06 (seis) parcelas, com os seguintes vencimentos:

1ª. Parcela em 10 de maio de 2021

2ª. Parcela em 10 de junho de 2021;

3ª. Parcela em 12 de julho de 2021;

4ª. Parcela em 10 de agosto de 2021;

5ª. Parcela em 10 de setembro de 2021;

6ª. Parcela em 11 de outubro de 2021;

Parágrafo único. Para o pagamento em cota única, com vencimento em 10 de maio de 2021, será concedido desconto de 10% (dez por

cento) sobre o valor total do IPTU.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 16 de fevereiro de 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## DECRETO Nº 7005/2021

Publicação Nº 2869530

DECRETO Nº 7.005, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

“CONSTITUI E DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR O COMITÊ DIRETOR LOCAL DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS”.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de acordo com o disposto na Lei Orgânica do Município de São José do Cedro, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituído Comitê Diretor Local, com a incumbência de operacionalizar o processo de Elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, juntamente com a empresa Líder Engenharia e Gestão de Cidades LTDA - ME.

Art. 2º Ficam designadas, para integrar referido Comitê, os seguintes servidores:

I – coordenadora: ANDRÉIA COLLE, ocupante do cargo de Diretor Administrativo do SEMAE;

II – membros:

a) EVANDRO DE VARGAS, ocupante do cargo de Diretor de Secretaria;

b) MARCOS BAGNARA, ocupante do cargo de Fiscal Sanitário;

c) EDIMILSON LUIZ DALMAGRO, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Administração;

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de fevereiro de 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## DECRETO Nº 7006/2021

Publicação Nº 2869532

DECRETO Nº 7.006, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

“ADOA MEDIDAS PREVENTIVAS E RESTRITIVAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19)”.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o estado de emergência em saúde pública de importância internacional declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO o artigo 23, inciso II, da Constituição Federal, que determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o artigo 30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO os Decretos emitidos pelo Estado de Santa Catarina declarando estado de calamidade pública em todo o território catarinense, estabelecendo medidas de combate e enfrentamento à pandemia da COVID-19 e atribuiu às autoridades sanitárias municipais a competência para estabelecer medidas específicas que suspendam ou restrinjam as atividades a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus em seus territórios;

CONSIDERANDO a Portaria Estadual nº 464 de 03 de julho de 2020 que instituiu o programa de descentralização e regionalização das ações de combate ao COVID-19 prevendo que os municípios de uma mesma Região de Saúde possam tomar decisões no sentido de restringir atividades sociais e econômicas embasados em critérios e dados epidemiológicos locais pertinentes a curva de contaminação e disseminação do novo Coronavírus – COVID-19;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 1.027 de 18 de dezembro de 2020 que institui regras para organização das medidas para o enfrentamento da pandemia COVID-19 no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a situação epidemiológica local, o crescente número de pessoas contaminadas, a falta de vagas de leitos de UTI nos hospitais da região do extremo oeste e oeste catarinense e, decisão conjunta dos municípios que integram a AMEOSC tomada em assembleia extraordinária realizada na data de 16 de fevereiro de 2021;

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam SUSPENSAS no território deste município, até o dia 1º de março de 2021:

a) as aulas presenciais nas unidades de ensino municipal, das redes pública e privada, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), sem prejuízo da realização das aulas na modalidade à distância/"on line";

b) as atividades de bares, petiscarias, choperias, cervejarias e outros locais congêneres destinados a happy hours ou consumo predominantemente de bebidas alcoólicas em qualquer horário;

c) a prática de atividades esportivas coletivas e recreativas, como futebol, carteados, dominó, bocha, bilhar e outras modalidades que possam aglomerar pessoas, em estabelecimentos sediados na cidade e no interior deste município, inclusive aquelas de treinamentos realizadas por clubes e escolas;

d) todas as atividades religiosas presenciais em templos e igrejas;

e) todas as atividades pertinentes a cinemas, teatros, shows, espetáculos, festas e eventos que acarretem a aglomeração de pessoas;

f) o funcionamento de campings e áreas de lazer de associações e entidades afins;

g) a realização de velórios por período superior a 06 (seis) horas;

h) a realização de transporte coletivo urbano municipal;

i) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivos, como parques, praças e afins;

j) o funcionamento de casas noturnas.

Art. 2º - Os restaurantes e lanchonetes poderão realizar atendimentos presenciais ao público exclusivamente no horário compreendido das 10h30min às 13h30min e observando a lotação máxima preconizadas pelo Estado de Santa Catarina. Nos demais horários, poderá ser realizado o atendimento por meio de delivery.

§ 1º - Considera-se atividade de restaurante e lanchonete, para fins deste Decreto, aquela destinada a servir almoço e/ou alimentação nos horários previstos no caput deste artigo.

§ 2º - O atendimento presencial por bares e lanchonetes, nos horários previstos no caput deste artigo, deverá atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias e de saúde relativas ao COVID-19, como a obrigatoriedade do uso de máscaras, disponibilização de álcool gel, luvas descartáveis e todas as demais medidas de segurança preconizadas pelos protocolos vigentes.

Art. 3º - As academias e estabelecimentos afins poderão funcionar respeitado o limite de 50% de sua capacidade normal e deverão atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias e de saúde relativas ao COVID-19, como a obrigatoriedade do uso de máscaras, disponibilização de álcool gel e todas as demais medidas de segurança preconizadas pelos protocolos vigentes.

Art. 4º - As pessoas diagnosticadas infectadas com o coronavírus (Covid-19), e casos suspeitos, devem manter-se em isolamento pelo tempo recomendado pelo profissional de saúde, sob pena de aplicação da sanção prevista no artigo 268 do Código Penal por infração a determinação do poder público, destinada a impedir a propagação de doença contagiosa e, cumulativamente, às sanções previstas na Lei

Complementar Municipal nº 081/2019 (Lei de Vigilância Sanitária).

Art. 5º - Caberá à Vigilância Sanitária Municipal, compartilhada com Vigilância Sanitária Regional, à Defesa Civil Municipal, à Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, Polícia Civil do Estado de Santa Catarina e ao Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, a fiscalização das medidas constantes neste Decreto e demais normas sanitárias vigentes, as quais terão autonomia para interditar e/ou adotar qualquer outra medida necessária para garantia da saúde pública, nas situações em que os estabelecimentos estejam descumprindo as normas estabelecidas para enfrentamento da pandemia da COVID-19.

Art. 6º - As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município e da Região de Saúde.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 17 de fevereiro de 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## DECRETO Nº 7007/2021

Publicação Nº 2869535

DECRETO Nº 7.007, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

“ADOTA MEDIDAS PREVENTIVAS E RESTRITIVAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19)”.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o estado de emergência em saúde pública de importância internacional declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO o artigo 23, inciso II, da Constituição Federal, que determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o artigo 30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO os Decretos emitidos pelo Estado de Santa Catarina declarando estado de calamidade pública em todo o território catarinense, estabelecendo medidas de combate e enfrentamento à pandemia da COVID-19 e atribuiu às autoridades sanitárias municipais a competência para estabelecer medidas específicas que suspendam ou restrinjam as atividades a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus em seus territórios;

CONSIDERANDO a Portaria Estadual nº 464 de 03 de julho de 2020 que instituiu o programa de descentralização e regionalização das ações de combate ao COVID-19 prevendo que os municípios de uma mesma Região de Saúde possam tomar decisões no sentido de restringir atividades sociais e econômicas embasados em critérios e dados epidemiológicos locais pertinentes a curva de contaminação e disseminação do novo Coronavírus – COVID-19;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 1.027 de 18 de dezembro de 2020 que institui regras para organização das medidas para o enfrentamento da pandemia COVID-19 no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a situação epidemiológica local, o crescente número de pessoas contaminadas, a falta de vagas de leitos de UTI nos hospitais da região do extremo oeste e oeste catarinense e, decisão conjunta dos municípios que integram a AMEOSC tomada em assembleia extraordinária realizada na data de 16 de fevereiro de 2021;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam SUSPENSAS no território deste município, até o dia 1º de março de 2021:

a) as aulas presenciais nas unidades de ensino municipal, das redes pública e privada, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), ensino técnico e superior, sem prejuízo da realização das aulas na modalidade à distância/“on line”;

- b) as atividades de bares, petiscarias, choperias, cervejarias e outros locais congêneres destinados a happy hours ou consumo predominantemente de bebidas alcoólicas em qualquer horário;
- c) a prática de atividades esportivas coletivas e recreativas, como futebol, carteados, dominó, bocha, bilhar e outras modalidades que possam aglomerar pessoas, em estabelecimentos sediados na cidade e no interior deste município, inclusive aquelas de treinamentos realizadas por clubes e escolas;
- d) todas as atividades religiosas presenciais em templos e igrejas;
- e) todas as atividades pertinentes a cinemas, teatros, shows, espetáculos, festas e eventos que acarretem a aglomeração de pessoas;
- f) o funcionamento de campings e áreas de lazer de associações e entidades afins;
- g) a realização de velórios por período superior a 06 (seis) horas;
- h) a realização de transporte coletivo urbano municipal;
- i) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivos, como parques, praças e afins;
- j) o funcionamento de casas noturnas.

Art. 2º - Os restaurantes e lanchonetes poderão realizar atendimentos presenciais ao público exclusivamente no horário compreendido das 10h30min às 13h30min e observando a lotação máxima preconizadas pelo Estado de Santa Catarina. Nos demais horários, poderá ser realizado o atendimento por meio de delivery.

§ 1º - Considera-se atividade de restaurante e lanchonete, para fins deste Decreto, aquela destinada a servir almoço e/ou alimentação nos horários previstos no caput deste artigo.

§ 2º - O atendimento presencial por bares e lanchonetes, nos horários previstos no caput deste artigo, deverá atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias e de saúde relativas ao COVID-19, como a obrigatoriedade do uso de máscaras, disponibilização de álcool gel, luvas descartáveis e todas as demais medidas de segurança preconizadas pelos protocolos vigentes.

Art. 3º - As academias e estabelecimentos afins poderão funcionar respeitado o limite de 50% de sua capacidade normal e deverão atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias e de saúde relativas ao COVID-19, como a obrigatoriedade do uso de máscaras, disponibilização de álcool gel e todas as demais medidas de segurança preconizadas pelos protocolos vigentes.

Art. 4º - As pessoas diagnosticadas infectadas com o coronavírus (Covid-19), e casos suspeitos, devem manter-se em isolamento pelo tempo recomendado pelo profissional de saúde, sob pena de aplicação da sanção prevista no artigo 268 do Código Penal por infração a determinação do poder público, destinada a impedir a propagação de doença contagiosa e, cumulativamente, às sanções previstas na Lei Complementar Municipal nº 081/2019 (Lei de Vigilância Sanitária).

Art. 5º - Caberá à Vigilância Sanitária Municipal, compartilhada com Vigilância Sanitária Regional, à Defesa Civil Municipal, à Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, Polícia Civil do Estado de Santa Catarina e ao Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, a fiscalização das medidas constantes neste Decreto e demais normas sanitárias vigentes, as quais terão autonomia para interditar e/ou adotar qualquer outra medida necessária para garantia da saúde pública, nas situações em que os estabelecimentos estejam descumprindo as normas estabelecidas para enfrentamento da pandemia da COVID-19.

Art. 6º - As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município e da Região de Saúde.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contidas no Decreto nº 7.006, de 17 de fevereiro de 2021.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 17 de fevereiro de 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,  
Prefeito Municipal.  
Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## DECRETO Nº 7008/2021

Publicação Nº 2869536

DECRETO Nº 7.008, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.  
"HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2021."

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, com base Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal Complementar 022/2009, Lei Municipal Complementar 035/2013, Lei Municipal 4.619/2017, Lei Municipal 4.661/2017, Lei Municipal 4.862/2019, Lei Municipal Complementar 053/2016, Lei Municipal Complementar nº 083/2019 - Estatuto dos Servidores, Lei Complementar 053/2016 e suas atualizações,

DECRETA:

Art. 1º Ficam homologadas as inscrições relativas ao Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021 do Município de São José do Cedro – SC, conforme segue:

**CARGO AUXILIAR DE DENTISTA**

Nº	Candidato	Situação Inscrição
001	Fabírcia Lunardi	HOMOLOGADA
002	Natália Rodrigues da Silva	HOMOLOGADA
003	Cristina Aparecida da Silva	HOMOLOGADA
004	Jéssica Machado Neumann	HOMOLOGADA
005	Istéfani Cristina Barro	HOMOLOGADA

**TÉCNICO DE ENFERMAGEM ESF**

Nº	Candidato	Situação Inscrição
001	Fabiana Delevatti	HOMOLOGADA
002	Elaine Rodrigues Moreti Vogt	HOMOLOGADA
003	Marisa Pedon Lechevetz	HOMOLOGADA
004	Ivonete Pinto Toigo	HOMOLOGADA

**PSICÓLOGO**

Nº	Candidato	Situação Inscrição
001	Taiana Galiassi	HOMOLOGADA
002	Idene Pauli	HOMOLOGADA
003	Janayna Priscilla Nascimento Longhi	HOMOLOGADA
004	Rayssa Becchi dos Santos	HOMOLOGADA
005	Raquel Freire Gorla	HOMOLOGADA
006	Dayse Layanne Chagas da Silva	HOMOLOGADA
007	Edinara da Costa Mittmann	HOMOLOGADA
008	Priscila Jaroseski Giron	HOMOLOGADA
009	Indiane Camila Ghisleri	HOMOLOGADA
010	Bárbara Alice Lilly Lohmann da Silva	HOMOLOGADA
011	Ana Thays dos Reis	HOMOLOGADA

**PROCURADOR MUNICIPAL**

Nº	Candidato	Situação Inscrição
001	Mariana Ambrozini	HOMOLOGADA
002	Jaqueline Reginaldo de Almeida	HOMOLOGADA
003	Geovane César Silveira Rocha	HOMOLOGADA
004	Eduardo Fernando Piran	HOMOLOGADA
005	Carla Roberta Schwantes Hachmann	HOMOLOGADA
006	Vitória Regina Rode	HOMOLOGADA
007	Simone da Costa	HOMOLOGADA
008	Gustavo Perosso	HOMOLOGADA
009	Edeviar Batista Lorenzon	HOMOLOGADA
010	Hiale Alves Lima	HOMOLOGADA
011	Mário Márcio Zucato Júnior	HOMOLOGADA
012	Daniela Trevisol	HOMOLOGADA
013	Marcos Krieger Filho	HOMOLOGADA

Art. 2º. Foram homologadas todas as inscrições que atenderam as instruções contidas no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº



001/2021 do Município de São José do Cedro – SC.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,  
Prefeito.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **EDITAL Nº 004/2021**

Publicação Nº 2867390

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e conforme determina os Arts. 12, 13 e 14, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos, CONVOCA para que, no prazo de 30 (trinta) dias, o candidato aprovado no Concurso Público, Edital nº 001/2018, de 14 de setembro de 2018, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 6.409, de 12 de dezembro de 2018, compareçam à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº1049, no horário de expediente da Prefeitura, a fim de assumir o cargo a seguir discriminado:

OPERADOR DE EQUIPAMENTOS

OZIEL DA SILVA CAVALHEIRO

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, 12 DE FEVEREIRO DE 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,  
Prefeito.

### **EDITAL Nº 005/2021**

Publicação Nº 2867391

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e conforme determina os Arts. 12, 13 e 14, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos, CONVOCA para que, no prazo de 30 (trinta) dias, os candidatos aprovados no Processo Seletivo de São José do Cedro, Edital nº 002/2020, de 06 de outubro de 2020, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 6.869, de 18 de dezembro de 2020, compareçam à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário de expediente da Prefeitura a fim de assumir o cargo a seguir discriminado:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LIDIANE SIQUEIRA WEPP  
DAIANE PEREIRA  
NATANIELI OLIVEIRA DA ROSA  
ANA PAULA DA SILVA PUERANI  
SALETE TOMIOZZO  
MARINES LENZ BONATTO

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, 12 DE FEVEREIRO DE 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,  
Prefeito.



**EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.13/2021**

Publicação Nº 2868310

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº13/2021

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº13/2021, Edital de Pregão Eletrônico Nº13/2021, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GENÊROS ALIMENTÍCIOS PARA USO NA MERENDE ESCOLAR E PARA MONTAGEM DE KIT DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, bem como, AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA. Início das Propostas: 19/02/2021 as 08:00 horas, Limite p/ Recebimento de Propostas: 03/03/2021 as 08:00 horas e Abertura das Propostas: 03/03/2021 as 08:01 horas, Local: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), Edital e anexos disponível no [www.prefcedro.sc.gov.br](http://www.prefcedro.sc.gov.br) e site do Portal de Compras Públicas, maiores informações pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, no horário de expediente, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. João Luiz de Andrade – Prefeito Municipal.

**LEI Nº 4968/2021**

Publicação Nº 2869537

LEI Nº 4.968, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

“INCLUI META NA LDO 2021, ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DE 2021 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica incluída a seguinte Ação na Relação de Despesas Planejadas da Lei Municipal Nº 4.881 de 19/05/2020 – LDO 2021, com a seguinte discriminação:

2.149 – PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA

AÇÕES		PRODUTO	UN.MED.	META	VALOR	FONTE
PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA	Mat.Consumo		UN	1	26.377,00	3.3079
	Equip. Mat.Perman.		UN	1	11.300,00	3..3079

Art. 2º. Fica aberto um Crédito Especial no orçamento geral de 2021 do Fundo Municipal de Saúde-FMS, Lei Nº 4.895 de 01/09/2020 no valor de R\$ 37.677,00 (trinta e sete mil, seiscentos e setenta e sete reais), para as verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

14.05 DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

2.149 PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA

“\_\_\_” 3.3.90.00.00.00.0.3.3079 Aplicações Diretas ..... R\$ 37.677,00

Art. 3º. Para cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Fonte Nº 0.3.3079 – Recursos Emergenciais da Covid-19 no valor de R\$ 37.677,00 (trinta e sete mil seiscentos e setenta e sete reais).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de fevereiro de 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,  
Prefeito Municipal.

TANIA REGINA GASPERIN DOS SANTOS,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

EDIMILSON LUIZ DALMAGRO,  
Secretário Municipal de Administração.

JAIR POSTAY,  
Secretário Municipal de Transportes e Obras

KELLY LISIANE FIGUEIRÓ,  
Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

IRONI FEDRIZZI,  
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**LEI Nº 4969/2021**

Publicação Nº 2869539

LEI Nº 4.969, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECONHECER E EFETUAR O PAGAMENTO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer despesa de exercícios anteriores e efetuar o pagamento de R\$254,40 (duzentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos) pendentes de pagamento relativo ao ano de 2020, relativamente a aquisição de medicamentos para dispensação junto a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde-Fundo Municipal de Saúde de São José do Cedro-FMS.

Art. 2º. Para cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizadas as verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS

14.07 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

2.060 MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

“56” 3.3.90.92.00.00.1.0000 Aplicações Diretas-Desp.Exerc.Ant ..... R\$254,40

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de fevereiro de 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,  
Prefeito Municipal.

TANIA REGINA GASPERIN DOS SANTOS,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

EDIMILSON LUIZ DALMAGRO,  
Secretário Municipal de Administração.

JAIR POSTAY,  
Secretário Municipal de Transportes e Obras

KELLY LISIANE FIGUEIRÓ,  
Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

IRONI FEDRIZZI,  
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**PORTARIA Nº 136/2021**

Publicação Nº 2867287

PORTARIA Nº 136/2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, Art. 12, III, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores, Inciso III, do Art. 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº 002/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário, Renan Scapini Paloschi, para exercer o cargo de Professor, Nível 2, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na área I da Educação Infantil e II do Ensino Fundamental, para ter exercício junto ao Centro Municipal de Educação Girassol – CEMEG, Jardim de Infância Padre Réus, Jardim de Infância Branca de Neve e Escola Municipal de 1º Grau Novo Sarandi, neste Município, no período de 08 de fevereiro a 17 de dezembro de 2021, em decorrência de abertura de novas vagas para o ano letivo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 08 de fevereiro de 2021.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 08 de fevereiro de 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,  
Prefeito.

TÂNIA REGINA GASPERIN DOS SANTOS,  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento Pessoal.

## **PORTARIA Nº 137/2021**

Publicação Nº 2867291

PORTARIA Nº 137/2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, Art. 12, III, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores, Inciso I, do Art. 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e item 13.6, do Edital de Processo Seletivo nº 002/2020;

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Admitir em caráter temporário, Simone Trevisol, para exercer o cargo de Professor, Nível 2, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na área I da Educação Infantil e II do Ensino Fundamental, para ter exercício junto ao Centro Municipal de Educação Girassol – CEMEG, neste Município, no período de 08 de fevereiro a 17 de dezembro de 2021, em substituição à professora titular da vaga, Olga da Silva Martins Ferrari, que se encontra exercendo as funções de Direção de Unidade Escolar.

Art. 2º. Em caso de retorno do titular da vaga, o contrato temporário será automaticamente rescindido.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 08 de fevereiro de 2021.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 08 de fevereiro de 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,  
Prefeito.

TÂNIA REGINA GASPERIN DOS SANTOS,  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento Pessoal.

## **PORTARIA Nº 138/2021**

Publicação Nº 2867293

PORTARIA Nº 138/2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, Art. 12, III, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores, Inciso III, do Art. 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº 002/2020;

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Alterar, a partir de 08 de fevereiro de 2021, os efeitos da Portaria nº118/2021, que admitiu em caráter temporário, Rozeli Pinheiro Wronski, para exercer o cargo de Professor, Nível 2, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na área I da Educação Infantil, para ter exercício junto ao Centro Municipal de Educação Girassol - CEMEG, passando para 40 (quarenta) horas semanais, junto à Creche Municipal Pingo de Gente, neste Município, no período de 08 de fevereiro a 17 de dezembro de 2021, em decorrência de abertura de novas vagas para o ano letivo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de fevereiro de 2021.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 15 de fevereiro de 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,  
Prefeito.

TÂNIA REGINA GASPERIN DOS SANTOS,  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento Pessoal.

## **PORTARIA Nº 139/2021**

Publicação Nº 2867294

PORTARIA Nº 139/2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, Art. 12, III, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores, Inciso VIII, do Art. 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº 002/2020;

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Alterar, a partir de 08 de fevereiro de 2021, os efeitos da Portaria nº118/2021, que admitiu em caráter temporário, Deise Michele Tiecher, para exercer o cargo de Professor, Nível 2, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na área II do Ensino Fundamental, para ter exercício junto ao Centro Municipal de Educação Girassol - CEMEG, neste Município, passando para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 08 de fevereiro a 17 de dezembro de 2021, para atender necessidades de alunos especiais, na condição de segundo professor.

Art. 2º. Em caso de transferência do aluno com necessidades especiais, o contrato temporário será automaticamente rescindido.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 08 de fevereiro de 2021.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 08 de fevereiro de 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,  
Prefeito.

TÂNIA REGINA GASPERIN DOS SANTOS,  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento Pessoal.

## **PORTARIA Nº 140/2021**

Publicação Nº 2867296

PORTARIA Nº 140/2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, Art. 12, III, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores, Inciso VIII, do Art. 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº 002/2020;

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Admitir em caráter temporário, Viviane Smaniotto, para exercer o cargo de Professor, Nível 2, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na área II do Ensino Fundamental, para ter exercício junto ao Centro Municipal de Educação Girassol - CEMEG, neste Município, no período de 17 de fevereiro a 17 de dezembro de 2021, para atender necessidades de alunos especiais, na condição de segundo professor.

Art. 2º. Em caso de transferência do aluno com necessidades especiais, o contrato temporário será automaticamente rescindido.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 08 de fevereiro de 2021.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 08 de fevereiro de 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,  
Prefeito.

TÂNIA REGINA GASPERIN DOS SANTOS,  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento Pessoal.

### **PORTARIA Nº 141/2021**

Publicação Nº 2867298

PORTARIA Nº 141/2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, Art. 12, III, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores, Inciso VIII, do Art. 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº 002/2020;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Admitir em caráter temporário, Auriane dos Santos Rubin, para exercer o cargo de Professor, Nível 2, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na área II do Ensino Fundamental, para ter exercício junto à Escola Municipal CEBEM São Cristóvão, neste Município, no período de 17 de fevereiro a 17 de dezembro de 2021, para atender necessidades de alunos especiais, na condição de segundo professor.

Art. 2º. Em caso de transferência do aluno com necessidades especiais, o contrato temporário será automaticamente rescindido.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 17 de fevereiro de 2021.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 15 de fevereiro de 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,  
Prefeito.

TÂNIA REGINA GASPERIN DOS SANTOS,  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento Pessoal.

### **PORTARIA Nº 142/2021**

Publicação Nº 2867300

PORTARIA Nº 142/2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, Art. 12, III, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores, Inciso VIII, do Art. 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº 002/2020;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Admitir em caráter temporário, Kátia Sirlene Kuhn Dallo, para exercer o cargo de Professor, Nível 2, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na área II do Ensino Fundamental, para ter exercício junto à Escola Municipal de 1º Grau Novo Sarandi, neste Município, no período de 17 de fevereiro a 17 de dezembro de 2021, para atender necessidades de alunos especiais, na condição de segundo professor.

Art. 2º. Em caso de transferência do aluno com necessidades especiais, o contrato temporário será automaticamente rescindido.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 17 de fevereiro de 2021.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 15 de fevereiro de 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,  
Prefeito.

TÂNIA REGINA GASPERIN DOS SANTOS,  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento Pessoal.

## **PORTARIA Nº 143/2021**

Publicação Nº 2867302

PORTARIA Nº 143/2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, Art. 12, III, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores, Inciso VIII, do Art. 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº 002/2020;

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Admitir em caráter temporário, Jéssica Carina Gonçalves Ott, para exercer o cargo de Professor não Habilitado, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na área II do Ensino Fundamental, para ter exercício junto à Escola Municipal de 1º Grau Novo Sarandi, neste Município, no período de 17 de fevereiro a 17 de dezembro de 2021, para atender necessidades de alunos especiais, na condição de segundo professor.

Art. 2º. Em caso de transferência do aluno com necessidades especiais, o contrato temporário será automaticamente rescindido.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 17 de fevereiro de 2021.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 15 de fevereiro de 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,  
Prefeito.

TÂNIA REGINA GASPERIN DOS SANTOS,  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento Pessoal.

## **PORTARIA Nº 144/2021**

Publicação Nº 2867308

PORTARIA Nº 144/2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, Art. 12, III, da Lei Complementar nº 083, de

29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores, Inciso III, do Art. 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº 002/2020;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Admitir em caráter temporário, Sueli Conceição da Silva, para exercer o cargo de Professor, Nível 2, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na área II do Ensino Fundamental, para ter exercício junto à Escola Municipal CEBEM São Cristóvão, neste Município, no período de 17 de fevereiro a 17 de dezembro de 2021, em decorrência de abertura de novas vagas para o ano letivo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 17 de fevereiro de 2021.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 15 de fevereiro de 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,  
Prefeito.

TÂNIA REGINA GASPERIN DOS SANTOS,  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento Pessoal.

**PORTARIA Nº 145/2021**

Publicação Nº 2867309

PORTARIA Nº 145/2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, Art. 12, III, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores, Inciso III, do Art. 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº 002/2020;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Admitir em caráter temporário, Ângela Maria Borssatti, para exercer o cargo de Professor, Nível 2, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, na área II do Ensino Fundamental, para ter exercício junto ao Centro Municipal de Educação Girassol - CEMEG, neste Município, no período de 17 de fevereiro a 17 de dezembro de 2021, em decorrência de abertura de novas vagas para o ano letivo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 17 de fevereiro de 2021.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 15 de fevereiro de 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,  
Prefeito.

TÂNIA REGINA GASPERIN DOS SANTOS,  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento Pessoal.

**PORTARIA Nº 146/2021**

Publicação Nº 2867311

PORTARIA Nº 146/2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, Art. 12, III, da Lei Complementar nº 083, de



29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores, Inciso III, do Art. 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº 002/2020;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Admitir em caráter temporário, Andréia Tatiane Baldus, para exercer o cargo de Monitor de Creche, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na área I da Educação Infantil, para ter exercício junto a Creche Municipal Pingo de Gente, neste Município, no período de 17 de fevereiro a 17 de dezembro de 2021, em decorrência de abertura de novas vagas para o ano letivo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 17 de fevereiro de 2021.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 15 de fevereiro de 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,  
Prefeito.

TÂNIA REGINA GASPERIN DOS SANTOS,  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento Pessoal.

**PORTARIA Nº 148/2021**

Publicação Nº 2867364

PORTARIA Nº 148/2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com os Arts. 85, 86 e 102, da Lei Complementar nº083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias à servidora pública municipal Daiana Winter, ocupante do cargo efetivo de Dentista ESF, matrícula nº 2417, referente ao período aquisitivo de 06/07/2019 a 05/07/2020, referente à compensação de dias utilizados para realização de Pós-Graduação nos meses de janeiro (27, 28 e 29) fevereiro (15, 16, 24, 25 e 26) e março (01) de 2021, restando 02 (dois dias) para serem usufruídos posteriormente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 08 de fevereiro de 2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 29 de janeiro de 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,  
Prefeito.

SONIA INEZ VOLKWEIS FERNANDES,  
Coordenador Geral dos ESFs  
Respondendo pela Secretaria Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento Pessoal.

**PORTARIA Nº 148/2021**

Publicação Nº 2867316

PORTARIA Nº 148/2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com os Arts. 85, 86 e 102, da Lei Complementar nº083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias à servidora pública municipal Daiana Winter, ocupante do cargo efetivo de Dentista ESF, matrícula nº 2417, referente ao período aquisitivo de 06/07/2019 a 05/07/2020, referente à compensação de dias utilizados para realização de Pós-Graduação nos meses de janeiro (27, 28 e 29) fevereiro (15, 16, 24, 25 e 26) e março (01) de 2021, restando 02 (dois dias) para serem usufruídos posteriormente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 08 de fevereiro de 2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 29 de janeiro de 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,  
Prefeito.

SONIA INEZ VOLKWEIS FERNANDES,  
Coordenador Geral dos ESFs  
Respondendo pela Secretaria Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento Pessoal.

**PORTARIA Nº 149/2021**

Publicação Nº 2867367

PORTARIA Nº 149/2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com os Arts. 85 e 86, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias ao servidor público municipal, Marlon Kasper Vidal, ocupante do cargo efetivo de Fiscal Sanitário, matrícula nº 1.910, referente ao período aquisitivo de 17/01/2020 a 16/01/2021, para serem gozadas no período de 15 a 24 de fevereiro de 2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 15 de fevereiro de 2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 15 de janeiro de 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,  
Prefeito.

SONIA INEZ VOLKWEIS FERNANDES,  
Coordenador Geral dos ESFs  
Respondendo pela Secretaria Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento Pessoal.

**PORTARIA Nº 150/2021**

Publicação Nº 2867368

PORTARIA Nº 150/2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com os Arts. 85 e 86, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias à servidora pública municipal, Inez Maria Stefani Galon, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro

ESF, matrícula nº2.452, referente ao período aquisitivo de 08/11/2018 a 07/11/2019, para serem gozadas no período de 15 a 24 de fevereiro de 2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 15 de fevereiro de 2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 15 de janeiro de 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,  
Prefeito.

SONIA INEZ VOLKWEIS FERNANDES,  
Coordenador Geral dos ESFs  
Respondendo pela Secretaria Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento Pessoal.

### **PORTARIA Nº 151/2021**

Publicação Nº 2867370

PORTARIA Nº 151/2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com os Arts. 85 e 86, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias à servidora pública municipal, Josiana Braz Pereira, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro ESF, matrícula nº 3.211, referente ao período aquisitivo de 02/06/2018 a 01/06/2019, para serem gozadas no período de 17 a 26 de fevereiro de 2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 17 de fevereiro de 2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 15 de janeiro de 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,  
Prefeito.

SONIA INEZ VOLKWEIS FERNANDES,  
Coordenador Geral dos ESFs  
Respondendo pela Secretaria Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento Pessoal.

### **PORTARIA Nº 152/2021**

Publicação Nº 2867371

PORTARIA Nº 152/2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com os Arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar estável a servidora pública municipal, Vera Lucia Schmitz, admitida para exercer o cargo efetivo de Monitor de Creche, matrícula nº 3.575, conforme Decreto de Nomeação nº 6.091, de 01 de setembro de 2017, por ter concluído o estágio probatório.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 17 de fevereiro de 2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 15 de fevereiro de 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,  
Prefeito.

TÂNIA REGINA GASPERIN DOS SANTOS,  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento Pessoal.

## **PORTARIA Nº 153/2021**

Publicação Nº 2867373

PORTARIA Nº 153/2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com os Arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos;

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Declarar estável a servidora pública municipal, Paloma Schuerz, admitida para exercer o cargo efetivo de Monitor de Creche, matrícula nº 3.584, conforme Decreto de Nomeação nº 6.098, de 11 de setembro de 2017, por ter concluído o estágio probatório.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 27 de fevereiro de 2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 15 de fevereiro de 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,  
Prefeito.

TÂNIA REGINA GASPERIN DOS SANTOS,  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento Pessoal.

## **PORTARIA Nº 154/2021**

Publicação Nº 2867374

PORTARIA Nº 154/2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, Art. 12, III, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores, Inciso I, do Art. 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº 002/2020;

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Admitir em caráter temporário, Marinês Lenz Bonatto, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, neste Município, no período de 16 de fevereiro a 17 de julho de 2021, em substituição à titular da vaga, Thaise Fávero, que se encontra em licença maternidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 16 de fevereiro de 2021.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 16 de fevereiro de 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,  
Prefeito.

TÂNIA REGINA GASPERIN DOS SANTOS,  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

## **PORTARIA Nº 155/2021**

Publicação Nº 2867376

PORTARIA Nº 155/2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, Art. 12, III, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores, Inciso I, do Art. 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº 002/2020;

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Admitir em caráter temporário, Salete Tomiozzo, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, neste Município, no período de 16 de fevereiro a 17 de dezembro de 2021, em substituição à titular da vaga, Raquel Lazzari, que se encontra em licença para tratamento de saúde.

Art. 2º. Em caso de retorno da titular da vaga, o contrato temporário será automaticamente rescindido.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 16 de fevereiro de 2021.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 16 de fevereiro de 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,  
Prefeito.

TÂNIA REGINA GASPERIN DOS SANTOS,  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

## **PORTARIA Nº 156/2021**

Publicação Nº 2867377

PORTARIA Nº 156/2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, Art. 12, III, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores, Inciso I, do Art. 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº 002/2020;

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Admitir em caráter temporário, Natanieli Oliveira da Rosa, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, neste Município, no período de 16 de fevereiro a 17 de dezembro de 2021, em substituição à titular da vaga, Daiane dos Santos, que se encontra em licença para tratamento de saúde.

Art. 2º. Em caso de retorno da titular da vaga, o contrato temporário será automaticamente rescindido.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 17 de fevereiro de 2021.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 16 de fevereiro de 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,  
Prefeito.

TÂNIA REGINA GASPERIN DOS SANTOS,  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

## **PORTARIA Nº 157/2021**

Publicação Nº 2867378

PORTARIA Nº 157/2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com as disposições contidas no Art. 16, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores;

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Suspender, a partir de 16 de fevereiro de 2021, os efeitos da Portaria nº398/2020, que designou a servidora pública municipal, Eliane da Silva Alexandre, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 2.686, para ter exercício junto à Secretaria Municipal Saúde, retornando para Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 16 de fevereiro de 2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 16 de fevereiro de 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,  
Prefeito.

TÂNIA REGINA GASPERIN DOS SANTOS,  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento Pessoal.

## **PORTARIA Nº 158/2021**

Publicação Nº 2867380

PORTARIA Nº 158/2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com as disposições contidas no § 2º, do Art. 84, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores;

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Suspender, a partir de 16 de fevereiro de 2021, os efeitos da Portaria nº399/2020, que concedeu adicional de insalubridade em grau médio à servidora pública municipal, Eliane da Silva Alexandre, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 2.686.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 16 de fevereiro de 2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 16 de fevereiro de 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,  
Prefeito.

TÂNIA REGINA DOS SANTOS GASPERIN,  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento Pessoal.

### **PORTARIA Nº 159/2021**

Publicação Nº 2867381

PORTARIA Nº 159/2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com as disposições contidas no Art. 16, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Suspende, a partir de 16 de fevereiro de 2021, os efeitos da Portaria nº356/2020, que designou a servidora pública municipal, Francieli Cristina Balerini Ludwig, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 2.556, para ter exercício junto à Secretaria Municipal Saúde, retornando para Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 16 de fevereiro de 2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 16 de fevereiro de 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,  
Prefeito.

TÂNIA REGINA GASPERIN DOS SANTOS,  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento Pessoal.

### **PORTARIA Nº 160/2021**

Publicação Nº 2867382

PORTARIA Nº 160/2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com as disposições contidas no § 2º, do Art. 84, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Suspende, a partir de 16 de fevereiro de 2021, os efeitos da Portaria nº357/2020, que concedeu adicional de insalubridade em grau médio à servidora pública municipal, Francieli Cristina Balerini Ludwig, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 2.556.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 16 de fevereiro de 2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 16 de fevereiro de 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,  
Prefeito.

TÂNIA REGINA DOS SANTOS GASPERIN,  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.



Rafael Santin,  
Departamento Pessoal.

**PORTARIA Nº 161/2021**

Publicação Nº 2867383

PORTARIA Nº 161/2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com as disposições contidas no Art. 16, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Suspender, a partir de 18 de fevereiro de 2021, os efeitos da Portaria nº097/2021, que designou o servidor público municipal, Volmir Ludwig, ocupante do cargo efetivo de Motorista, matrícula nº 2.456, para ter exercício junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, permanecendo junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 18 de fevereiro de 2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 16 de fevereiro de 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,  
Prefeito.

SONIA INEZ VOLKWEIS FERNANDES,  
Coordenador Geral dos ESFs  
Respondendo pela Secretaria Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento Pessoal.

**PORTARIA Nº 162/2021**

Publicação Nº 2867384

PORTARIA Nº 162/2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com as disposições contidas no § 2º, do Art. 84, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Revogar, a partir de 18 de fevereiro de 2021, os efeitos da Portaria nº111/2021, que suspendeu o pagamento de adicional de insalubridade em grau médio, ao servidor público municipal, Volmir Ludwig, ocupante do cargo efetivo de Motorista, matrícula nº 2.456, por seguir atuando junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 18 de fevereiro de 2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 16 de fevereiro de 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,  
Prefeito.

SONIA INEZ VOLKWEIS FERNANDES,  
Coordenador Geral dos ESFs  
Respondendo pela Secretaria Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento Pessoal.

**RESOLUÇÃO Nº 001/2021/CMS**

Publicação Nº 2869524

RESOLUÇÃO Nº. 001/CMS/2021

CONSIDERANDO os demonstrativos contábeis e o relatório do SIOPS referente aos recursos recebidos e aplicados no Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 12.094.507/0001-30, no exercício de 2020;

CONSIDERANDO que foi respeitada a aplicação mínima de 15% dos recursos em ações e serviços públicos de saúde sobre a receita de impostos líquida e transferências constitucionais, atingindo o percentual de 19,99%, no ano de 2020;

CONSIDERANDO por fim, o disposto no artigo 1º, caput, e § 2º da Lei Federal nº. 8.142, de 28 de dezembro de 1990, decorrente da apreciação do relatório de gestão elaborado pelo Poder Executivo, nos termos do art. 36, § 1º da Lei Complementar nº. 141, de 13 de janeiro de 2012 e art. 33 da Lei Federal nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990;

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, com fundamento em suas competências regimentais e no uso de suas atribuições, atendendo o disposto na Lei nº. 3.788, de 07 de dezembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º- APROVAR as contas anuais do Fundo Municipal de Saúde de São José do Cedro/SC, CNPJ nº. 12.094.507/0001-30, relativas ao Exercício Financeiro de 2020.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de publicação.

São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 17 de fevereiro de 2021.

MÔNICA CANTON DE TOLEDO,  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Membros do Conselho Municipal de Saúde presentes na 1ª Reunião Ordinária de 2021:

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

# São José do Cerrito

## PREFEITURA

### AVISO DE CANCELAMENTO DE SESSÃO PREGÃO PRESENCIAL 004/2021

Publicação Nº 2868715

AVISO DE CANCELAMENTO DE SESSÃO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 008/2021  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2021  
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

A Prefeitura Municipal de São José do Cerrito, Estado de Santa Catarina, através de seu Pregoeiro, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, o CANCELAMENTO DA SESSÃO DE LICITAÇÃO divulgada através do edital do PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2021, tendo por objeto a contratação de empresa(s) para a prestação, em regime de fretamento, de serviço de transporte de alunos da rede municipal de ensino do município de São José do Cerrito - SC, devido à alteração no conteúdo do Edital. Assim sendo, será publicado novo edital oportunamente divulgado através do Diário Oficial dos Municípios (DOM) e do site do Município: [www.cerrito.sc.gov.br](http://www.cerrito.sc.gov.br), devido a necessidade de urgência.

Fernando Presotto de Souza  
Pregoeiro do Município de São José do Cerrito

### DECRETO 003/2021

Publicação Nº 2867557

DECRETO Nº 003/2021  
De 11 de janeiro de 2021

“Dispõe sobre Alteração do Art. 9º do Decreto Municipal nº: 3176/2020”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO JOSÉ DIRCEU DA SILVA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 93, VIII, da Lei Orgânica do Município,  
DECRETA:

Art. 1º. O Art. 9º e seus incisos, do Decreto Municipal nº 3176/2020, de 17 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.9º Ficam nomeados para compor o Comitê de Gerenciamento de Crise:

I – Representantes do Poder Executivo:

- a) Leonardo Garcia Henizen – Vice-Prefeito;
- b) José Maria de Oliveira Branco- Secretário de Gabinete
- c) Edson Muniz Moraes – Secretário de Saúde;
- d) Alcione Donisete Mota – Secretário de Educação;
- e) Denilse Ludvichak da Silva. – Secretária de Assistência Social;
- f) Patrícia Ransoni – Enfermeira;
- g) Leonita Marcante – Técnica de Enfermagem;
- h) Marcos Rodrigo Freitas – Vigilância Sanitária, Agente de Serviços Diversos II;

II – Representante do Poder Legislativo:

- a) Leila Renata Pinheiro Roveda Neto – Presidente da Câmara de Vereadores;

- b) José Nilson Muniz – Vereador,

III – Representante da Sociedade Civil:

- a) Pe. Dionei Maccarini – Pároco Paróquia São Pedro;
- b) José Carlos Ramos – CDL;

IV – Representante da Polícia Militar

- a) José Valdecir Correa- Sargento da Polícia Militar

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
São José do Cerrito, 11 de janeiro de 2021.

JOSÉ DIRCEU DA SILVA

Prefeito Municipal

Certifico que este Decreto foi registrado e publicado no Mural, consoante o disposto nos arts. 115 e 170 da Lei Orgânica do Município.

SJC em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2021

Câmara Municipal

SJC em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2021

Prefeitura Municipal

**DECRETO 008/2021**

Publicação Nº 2867525

DECRETO Nº 008/2021  
De 05 de fevereiro de 2021.

“ESTABELECE MEDIDAS DE ORGANIZAÇÃO DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19 E OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 93, VIII, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO a necessidade de adequação de regulamentação municipal de acordo com as normas Nacionais e Estaduais vigentes, estabelecem ações, no âmbito do Município São José do Cerrito;

CONSIDERANDO, que o município de São José do Cerrito atualmente encontra-se com os casos do COVID-19 controlados, vem estabelecer medidas preventivas de enfrentamento de acordo com a situação ora apresentada, pelo Comitê de Enfrentamento a Crise do município, a fim de conter a propagação do coronavírus;

CONSIDERANDO a necessidade de alinhamento do município de São José do Cerrito, com o Decreto nº 1.027, de 18 de dezembro de 2020, objetivando unificar medidas para controle da pandemia de forma regional e a necessidade de complementação das ações que estabelece medidas de enfrentamento do coronavírus em seu território, a fim de conter a contaminação e a propagação;

CONSIDERANDO que, atualmente, a taxa de ocupação dos leitos de Unidade de Terapia Intensiva – UTI, voltados exclusivamente ao atendimento de pacientes acometidos de COVID-19, encontra-se normalizado no Município de Lages;

**DECRETA:**

Art.1º- Este Decreto estabelece, sem prejuízo daquelas já estabelecidas e em vigor, novas medidas de prevenção e o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, no âmbito do Município de São José do Cerrito, SC.

Art.2º- Fica estabelecida a obrigatoriedade do uso de máscara de proteção individual em todo território municipal, em espaços públicos e privados, conforme determina o Decreto Estadual nº 1.027/2020.

Art. 3º- Recomenda-se aos munícipes que não realizem nem permaneçam em aglomerações de pessoas nos espaços públicos, e a quaisquer eventos públicos e privados, sendo aceitável movimentação de natureza transitória, no caso de eventos que seja realizado conforme regulamentação estadual seguindo os percentuais de público exigidos.

Art. 4º - Assim ficou definido que seguiremos os Decretos e Portarias Estaduais para o Controle da Pandemia, descrevendo algumas normas de segurança municipal de maior ênfase em nosso município, em especial:

I – Jogos de futebol, voleibol e outras atividades esportivas, apenas com a presença dos desportistas, ou seja, sem a presença de público;  
II – Rodeios e torneios de laço, conforme determina o MTG/SC, com controle de número de inscrições e mantendo o distanciamento, sem a presença de público;

III – Festas das comunidades apenas com culto e ou a celebração religiosa, venda de bebidas e comidas com entrega somente para retirada, sendo que não podem se alimentar no local, mantendo as normas de segurança;

IV – Outras festas privadas /particulares com controle de fluxo de pessoas sendo respeitado a capacidade de público específico para cada evento, conforme determinação estadual;

V– Bares, restaurantes e similares devem garantir o distanciamento entre as mesas, realizando controle de fluxo de pessoas dentro do estabelecimento e devem encerrar suas atividades obedecendo o alvará de licença e localização;

Art. 5º. É responsabilidade dos Promotores de Eventos a completa e irrestrita fiscalização do cumprimento das regras já estabelecidas a nível Nacional e Estadual em vigência, bem como da responsabilidade pelos equipamentos necessários para tal controle; O Comitê Municipal definiu que será aplicado ao promotor do evento, que infringir as normas estabelecidas em primeiro momento notificação e e posterior não havendo cumprimento das normas será aplicado multa para cada descumprimento conforme determina a regulamentação estadual;

Art. 6º - Fica delegado a vigilância sanitária e epidemiológica do município, bem como a Polícia Militar a praticar os atos necessários a prevenção, contenção e combate a disseminação do vírus da COVID-19, bem como a adotarem todas as medidas e sanções previstas na regulamentação Estadual vigente.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao período da situação da pandemia.

São José do Cerrito, 05 de fevereiro de 2021.

JOSÉ DIRCEU DA SILVA  
Prefeito Municipal

Certifico que este Decreto foi registrado e publicado no Mural e no Diário Oficial dos Municípios - DOM consoante o disposto nos arts. 115 e 170 da Lei Orgânica do Município.

SJC em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2021

Câmara Municipal

SJC em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2021

Prefeitura Municipal

**PORTARIA 091/2021**

Publicação Nº 2868348

PORTARIA Nº 091/2021  
De 03 de Fevereiro de 2021

**"DEFERE PEDIDO DE EXONERAÇÃO"**

O Prefeito Municipal de São José do Cerrito, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 93, inciso I e art. 117 inciso II, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art.1º - Deferir o pedido de exoneração da funcionária PAOLA MEDEIROS RIBEIRO, brasileira, solteira, portadora do CPF nº 105.425.729-90, contratada pela Portaria de nº 0066/2020, para exercer a função de agente comunitária de saúde, área 01-04, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de Fevereiro de 2021.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São José do Cerrito, 03 de Fevereiro de 2021.

JOSÉ DIRCEU DA SILVA  
Prefeito Municipal

Certifico que esta Portaria foi registrada e publicada no Mural, consoante o disposto nos arts. 115 e 170 da Lei Orgânica do Município.  
SJC em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2021

Prefeitura Municipal

**PORTARIA 092/2021**

Publicação Nº 2868360

PORTARIA nº 092/2021  
De 03 de Fevereiro de 2021

**"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR OCUPANTE DO CARGO DE CIRURGIÃO DENTISTA"**

O Prefeito Municipal de São José do Cerrito JOSÉ DIRCEU DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 93, inciso I e art. 117 inciso II, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo 2020-2021, do servidor JAIME CESAR RODRIGUES DE ABREU NETTO, brasileiro, portador do CPF: 933.578.429-04, ocupante do cargo Cirurgião Dentista, do Município de São José do Cerrito/SC.

Art. 2º - O período do gozo de férias inicia-se no dia 01 de Fevereiro de 2021 com término em 03 de Março de 2021.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São José do Cerrito/SC, 03 de Fevereiro de 2021.

JOSÉ DIRCEU DA SILVA  
Prefeito Municipal

Certifico que esta Portaria foi registrado e publicado no Mural, consoante o disposto nos arts. 115 e 170 da Lei Orgânica do Município.  
SJC em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2021

Prefeitura Municipal

**PORTARIA 093/2021**

Publicação Nº 2868364

PORTARIA nº 093/2021  
De 03 de Fevereiro de 2021

“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR OCUPANTE DO CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL”

O Prefeito Municipal de São José do Cerrito JOSÉ DIRCEU DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 93, inciso I e art. 117 inciso II, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 15 (quinze) dias de férias relativas ao período aquisitivo 2019-2020, da servidora JÉSSICA MOTA DESLFES, brasileira, portador do CPF: 083.057.409-35, ocupante do cargo Assistente Social, do Município de São José do Cerrito/SC.

Art. 2º - O período do gozo de férias inicia-se no dia 01 de Fevereiro de 2021 com término em 16 de Fevereiro de 2021.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São José do Cerrito/SC, 03 de Fevereiro de 2021.

JOSÉ DIRCEU DA SILVA

Prefeito Municipal

Certifico que esta Portaria foi registrado e publicado no Mural, consoante o disposto nos arts. 115 e 170 da Lei Orgânica do Município.  
SJC em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2021

Prefeitura Municipal

**PORTARIA 094/2021**

Publicação Nº 2868372

PORTARIA Nº 094/2021  
De 03 de Fevereiro de 2021

“DEFERE PEDIDO DE EXONERAÇÃO”

O Prefeito Municipal de São José do Cerrito, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 93, inciso I e art. 117 inciso II, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Deferir o pedido de exoneração da funcionária HAIA SABRINA GENTIG, brasileira, solteira, portadora do CPF nº 035.313.709-01, contratada pela Portaria de nº0029/2020, para exercer a função de Enfermeira, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 04 de Fevereiro de 2021.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São José do Cerrito, 03 de Fevereiro de 2021.

JOSÉ DIRCEU DA SILVA

Prefeito Municipal

Certifico que esta Portaria foi registrada e publicada no Mural, consoante o disposto nos arts. 115 e 170 da Lei Orgânica do Município.  
SJC em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2021

Prefeitura Municipal

**PORTARIA 095/2021**

Publicação Nº 2868376

PORTARIA nº 095/2021  
De 03 de Fevereiro de 2021

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA OCUPANTE DO CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR”

O Prefeito Municipal de São José do Cerrito JOSÉ DIRCEU DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 93, inciso I e art. 117 inciso II, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo 2020-2021, da servidora NATALIA MARIA DA SILVA PINHEIRO, brasileira, portadora do CPF: 081.193.429-25, ocupante do cargo conselheira tutelar, do Município de São José do Cerrito/SC.

Art. 2º - O período do gozo de férias inicia-se no dia 18 de Fevereiro de 2021 com término em 19 de Março de 2021.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São José do Cerrito/SC, 03 de Fevereiro de 2021.

JOSÉ DIRCEU DA SILVA

Prefeito Municipal

Certifico que esta Portaria foi registrado e publicado no Mural, consoante o disposto nos arts. 115 e 170 da Lei Orgânica do Município.  
SJC em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2021

Prefeitura Municipal

**PORTARIA 096/2021**

Publicação Nº 2868379

PORTARIA nº 096/2021

De 03 de Fevereiro de 2021

**“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR OCUPANTE DO CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR”**

O Prefeito Municipal de São José do Cerrito JOSÉ DIRCEU DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 93, inciso I e art. 117 inciso II, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo 2019-2020, da servidora ELIETE WALTRICK BITENCOURT, brasileira, portadora do CPF: 944.877.829-53, ocupante do cargo conselheira tutelar, do Município de São José do Cerrito/SC.

Art. 2º - O período do gozo de férias inicia-se no dia 19 de Fevereiro de 2021 com término em 30 de Março de 2021.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São José do Cerrito/SC, 03 de Fevereiro de 2021.

JOSÉ DIRCEU DA SILVA

Prefeito Municipal

Certifico que esta Portaria foi registrado e publicado no Mural, consoante o disposto nos arts. 115 e 170 da Lei Orgânica do Município.  
SJC em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2021

Prefeitura Municipal

**PORTARIA 097/2021**

Publicação Nº 2868385

PORTARIA nº 097/2021

De 03 de Fevereiro de 2021

**“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA”**

O Prefeito Municipal de São José do Cerrito JOSÉ DIRCEU DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 93, inciso I e art. 117 inciso II, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo 2020-2021, do servidor EDEMILSON LEMOS, brasileiro, portador do CPF: 039.940.289-65, ocupante do cargo de motorista, do Município de São José do Cerrito/SC.

Art. 2º - O período do gozo de férias inicia-se no dia 08 de Fevereiro de 2021 com término em 09 de Março de 2021.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São José do Cerrito/SC, 03 de Fevereiro de 2021.

JOSÉ DIRCEU DA SILVA

Prefeito Municipal

Certifico que esta Portaria foi registrado e publicado no Mural, consoante o disposto nos arts. 115 e 170 da Lei Orgânica do Município.  
SJC em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2021

Prefeitura Municipal

## **PORTARIA 098/2021**

Publicação Nº 2868389

PORTARIA nº 098/2021

De 03 de Fevereiro de 2021

“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR OCUPANTE DO CARGO DE OPERÁRIO I”

O Prefeito Municipal de São José do Cerrito JOSÉ DIRCEU DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 93, inciso I e art. 117 inciso II, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo 2010-2020, do servidor JOSÉ EDEVINO PEREIRA, brasileiro, portador do CPF: 612.790.569-91, ocupante do cargo de Operário I, do Município de São José do Cerrito/SC.

Art. 2º - O período do gozo de férias inicia-se no dia 09 de Fevereiro de 2021 com término em 10 de Março de 2021.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São José do Cerrito/SC, 03 de Fevereiro de 2021.

JOSÉ DIRCEU DA SILVA

Prefeito Municipal

Certifico que esta Portaria foi registrado e publicado no Mural, consoante o disposto nos arts. 115 e 170 da Lei Orgânica do Município.  
SJC em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2021

Prefeitura Municipal

## **PORTARIA 099/2021**

Publicação Nº 2868392

PORTARIA nº 099/2021

De 12 de Fevereiro de 2021

“CONTRATAR ENFERMEIRA CONFORME PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2020”

O Prefeito Municipal de São José do Cerrito, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 93, inciso I e art. 117 inciso II, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVEM:

Art. 1º - Contratar em caráter temporário, consoante ao processo seletivo simplificado nº 01/2020, Sra. BRENDA DE FARIAS, brasileira, solteira portadora do CPF nº. 098.352.509-95, para exercer a função de Enfermeira, com a carga horária de 48h (quarenta e oito horas) semanais, a partir de 15 de Fevereiro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São José do Cerrito/SC, 12 de Fevereiro de 2021

JOSÉ DIRCEU DA SILVA

Prefeito Municipal

Certifico que esta Portaria foi registrado e publicado no Mural, consoante o disposto nos arts. 115 e 170 da Lei Orgânica do Município.  
SJC em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2021

Prefeitura Municipal

## PORTARIA 100/2021

Publicação Nº 2868394

PORTARIA nº 100/2021  
De 12 de Fevereiro de 2021

JOSÉ DIRCEU DA SILVA Prefeito Municipal de São José do Cerrito, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, previstas no art. 93, inciso I. 117, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, com base na Lei Municipal nº. 0029/2021,

### RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Sra. ELAINE ALVES DE CARVALHO MACHADO ROSA, brasileira, casada, portadora do CPF nº. 055.764.559-08, ocupante do Cargo de Telefonista, inscrito na Matrícula n. 1953, para exercer a função de telefonista junto ao CRAS Vo Maria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação..

Prefeitura Municipal de São José do Cerrito/SC, 12 de Fevereiro de 2021.

JOSÉ DIRCEU DA SILVA  
Prefeito Municipal  
SJC em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2021

Prefeitura Municipal

## PORTARIA SMECD 027/2021

Publicação Nº 2868416

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CNPJ: 06.086.335/0001-50  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

PORTARIA nº 027/2021/SMECD  
De 1º de fevereiro de 2021

“Designa professora efetiva como Coordenadora  
da Educação de Jovens e Adultos”

ALCIONE DONISETE MOTA, Secretário de Educação, Cultura e Desporto de São José do Cerrito, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Municipal nº 297/1997 e no Decreto Municipal Nº 2680/2014,

### RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a Professora MAGNA SILVANE PEREIRA MAIA, brasileira, divorciada, portadora do CPF 907.518.689-49, efetiva pelo Concurso Público Nº 02/2002, matrícula 392, com carga horária de 25 (vinte e cinco) horas semanais para atuar na função de Professora Coordenadora da Educação de Jovens e Adultos, no período matutino, centro do município, a partir de 1º de fevereiro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São José do Cerrito/SC, 1º de fevereiro de 2021.

ALCIONE DONISETE MOTA  
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto

Certifico que esta Portaria foi registrada e publicada no Mural, consoante o disposto nos artigos 115 e 170 da Lei Orgânica do Município.

SJC em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2021

Câmara Municipal

SJC em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2021

Prefeitura

Rua: Edite Pereira Batista, 224 – Centro – CEP 88570-000  
Fone: (49)3242-1828 – www.cerrito.sc.gov.br educacao@cerrito.sc.gov.br

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### AUDIÊNCIA PÚBLICA DE DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS RELATIVAS AO 3º QUADRIMESTRE DE 2020

Publicação Nº 2867906

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2021

Audiência Pública de demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao 3º trimestre de 2020

(LRF – art. 9º - § 4º)

O Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, nos termos do § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, c/c com o § 1º do art. 166 da Constituição Federal e inciso XXXVII do art. 55 da Lei Orgânica Municipal CONVOCA os integrantes da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento do Poder Legislativo do Município e convida a população em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, onde será demonstrado e avaliado o cumprimento das metas fiscais relativas ao TERCEIRO QUADRIMESTRE do exercício de 2020; e CONVOCA os integrantes do Poder Legislativo do Município e convida o Conselho Municipal de Saúde e população em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, onde será demonstrado e avaliado o Relatório Detalhado de Gestão da Saúde relativo ao TERCEIRO QUADRIMESTRE do exercício de 2020.

Tendo em vista as restrições impostas por atos normativos municipais para não ocorrência de aglomerações de pessoas como medida preventiva de combate à pandemia de COVID-19, a audiência pública de demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do Município, será realizada em ambiente virtual (videoconferência), ao vivo via internet, em plataforma no link <https://meet.jit.si/Audiencia-3Quadrimestre>, no dia 23 de fevereiro, às 08h30min.

São Lourenço do Oeste SC, 17 de fevereiro de 2021.

Rafael Caleffi  
Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2021 - SRP - PR Nº 003/2021 - FMS

Publicação Nº 2868682

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 02/03/2021, às 14h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2021. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2021. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA E SERVIÇOS GERAIS OPERACIONAIS DE RECEPÇÃO, A SEREM EXECUTADOS NA UPA-24H VINCULADA AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 17 de Fevereiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI  
PREFEITO MUNICIPAL  
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2021 - SRP - PR Nº 013/2021

Publicação Nº 2869475

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 02/03/2021, às 08h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2021. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2021. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE ESTRUTURAS DECORATIVAS EM FERRO E METALON, AMBAS COM ACABAMENTO EM PVC, PARA SEREM UTILIZADAS NOS EVENTOS ALUSIVOS À COMEMORAÇÃO DA PÁSCOA ORGANIZADOS

PELO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 17 de Fevereiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI  
PREFEITO MUNICIPAL

## DECRETO Nº 7.015, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2867569

DECRETO Nº 7.015, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.  
Dispõe sobre novas medidas de enfrentamento à epidemia da Covid-19.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO e reiterando o já exposto no Decreto nº 7.013, de 16 de fevereiro de 2021, e constatada a necessidade de novas medidas urgentes de enfrentamento da pandemia do Covid-19;

DECRETA:

Art. 1º Com exceção da Secretaria Municipal de Saúde, até 28 de fevereiro do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior, o atendimento público presencial na administração pública municipal direta e indireta somente será permitido a uma pessoa por grupo familiar por vez, cabendo ao responsável pelo setor a obrigação de organizar e fiscalizar essa medida, impedindo o acesso de mais de uma pessoa e aglomerações na área externa do local.

Art. 2º O inciso VII do artigo 3º, do Decreto nº 7.013, de 16 de fevereiro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º .....

VII - a prática, em locais públicos ou privados, de jogos de sinuca, dominó, bocha, bolão, 48, baralho, carteados e demais meios recreativos que importem em compartilhamento de objetos, independentemente do número de participantes;

.....”  
(N.R.)

Art. 3º O parágrafo único do artigo 4º do Decreto nº 7.013, de 16 de fevereiro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º .....

Parágrafo único. Ficam suspensas de 22 a 26 de fevereiro do corrente ano as aulas presenciais nos cursos livres e nas unidades da rede privada de ensino, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental e nível médio.” (N.R.).

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor em 17 de fevereiro de 2021.

São Lourenço do Oeste - SC, 17 de fevereiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 7.016, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2867992

DECRETO Nº 7.016, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.  
Dispõe sobre a revogação do Decreto nº 7.004, de 10 de fevereiro de 2021, que permite o uso do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, pertencente ao Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que dentre as novas medidas de enfrentamento à epidemia da Covid-19, presentes no Decreto nº 7.013, de 16 de fevereiro de 2021, consta, junto ao art. 5º, a vedação até 07 de março de 2021, da realização de eventos sociais, educacionais, recreativos, de confraternização e afins (a exemplo de palestras, reuniões associativas, assembleias e outros), independentemente da quantidade de pessoas, de caráter público ou privado;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 7.004, de 10 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 17 de fevereiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 442, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868206

PORTARIA Nº 442, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

### **RESOLVE:**

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a Servidora Pública Municipal PATRICIA ZANIN, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem – ACT, matrícula nº 3743/01, de 15 a 28 de fevereiro de 2021.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15 de fevereiro de 2021.

São Lourenço do Oeste - SC, 17 de fevereiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2021.

## **PORTARIA Nº 443, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868256

PORTARIA Nº 443, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos IV e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal e com base no artigo 100, inciso I, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010.

### **RESOLVE:**

Art.1º Conceder a Servidora Pública Municipal KEMOLI SPINELLO ocupante do cargo de Enfermeiro, matrícula nº 3392/02, licença por motivo do falecimento de seu avô, no período de 16 a 20 de fevereiro de 2021, sem prejuízo de seus direitos.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de fevereiro de 2021.

São Lourenço do Oeste - SC, 17 de fevereiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2021.

**PORTARIA Nº 444, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868258

PORTARIA Nº 444, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o disposto no artigo 103, inciso III, combinado com o artigo 110, ambos da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010 e alteração pela Lei Complementar nº 240 de 02 de Julho de 2019,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder, Licença Maternidade à servidora pública municipal CASSIANE DOS SANTOS, ocupante de cargo de Professor Habilitado – ACT, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, matrícula nº 3715/01, no período de 11 de fevereiro a 09 de agosto de 2021, sem prejuízo da remuneração do seu cargo.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 17 de fevereiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2021.

# REPUBLICAÇÃO - RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Publicação Nº 2867899

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC - Poder Executivo  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2020 A DEZEMBRO/2020

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESAS COM PESSOAL		DESPESAS EXECUCIONÁRIAS (Últimos 12 Meses)												INSCRITAS EM RESCISÃO A PAGAR MÊS PROCESSADOS	
		LÍQUIDAS												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	Dez/2020
		Jan/2020	Fev/2020	Mar/2020	Abr/2020	Mai/2020	Jun/2020	Jul/2020	Ago/2020	Sep/2020	Out/2020	Nov/2020	Dez/2020		
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>		2.601.292,20	2.663.680,73	3.417.223,55	3.481.605,13	3.370.335,19	3.266.700,58	3.410.983,33	3.550.941,82	3.322.987,30	3.556.883,02	3.813.088,46	7.154.408,08	44.051.029,59	0,00
Pessoal Ativo		2.515.020,37	2.647.529,89	2.860.897,80	2.957.360,40	2.926.103,64	2.946.925,95	2.948.941,36	2.863.528,37	2.980.451,42	2.996.883,11	3.004.974,17	6.296.657,74	37.905.308,20	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis		2.070.125,36	2.176.844,49	2.354.892,79	2.438.537,51	2.405.275,75	2.431.079,27	2.430.305,70	2.373.156,88	2.463.078,41	2.447.021,94	2.474.112,41	5.224.077,34	31.286.648,88	0,00
Obrigações Patronais		44.894,98	470.544,40	505.975,01	518.822,89	520.827,89	515.826,68	518.634,88	510.501,49	517.273,01	519.816,17	530.861,76	1.042.560,36	6.616.659,32	0,00
Benefícios Previdenciários		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista		86.271,83	85.002,49	93.136,63	93.136,63	93.136,63	93.136,63	93.136,63	93.136,63	93.136,63	93.136,63	93.136,63	186.273,26	1.195.777,25	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas		86.271,83	85.002,49	93.136,63	93.136,63	93.136,63	93.136,63	93.136,63	93.136,63	93.136,63	93.136,63	93.136,63	186.273,26	1.195.777,25	0,00
Outras Benefícios Previdenciários		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras disp. de pessoal decor. contratuais, terceiriz. ou contratação forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>		18.147,21	8.336,87	11.481,78	31.476,33	351.094,92	228.748,00	368.905,52	574.46,82	249.399,25	535.708,28	814.987,66	701.477,12	4.946.944,14	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		18.147,21	8.336,87	11.481,78	31.476,33	351.094,92	228.748,00	368.905,52	574.46,82	249.399,25	535.708,28	814.987,66	701.477,12	4.946.944,14	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)</b>		2.583.144,99	2.955.343,86	3.405.741,77	3.450.128,80	3.361.863,36	3.251.904,99	3.390.474,94	3.543.385,35	3.267.000,06	3.595.683,02	3.852.605,64	6.843.186,89	43.506.463,27	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>															
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)															
(-) Transferências obrigativas da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V): 166 da CF (V)															
(-) Transferências obrigativas da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)															
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)															
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III + III b)</b>															
LIMITE MÁXIMO (IX) (inciso I, II e III, art. 20 da LRF)															
LIMITE FUNDACIONAL (X) = 0,95 x IX (parágrafo único do art. 22 da LRF)															
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,60 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)															

SÃO LOURENÇO DO OESTE - 15/02/2021

CINARA TISSIAN DOS SANTOS SIMONE CRISTINA DE MARCO DANIEL RODRIGO HIPPLER  
CONTROLEADORA GERAL DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

FONTE:



MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2020

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>8.475.439,06</b>	<b>10.318.979,52</b>	<b>13.705.371,61</b>	<b>16.512.956,77</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	204.060,74	196.878,10	189.695,46	182.512,82
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	204.060,74	196.878,10	189.695,46	182.512,82
De Tributos	204.060,74	196.878,10	189.695,46	182.512,82
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	1.633.799,10	1.633.799,10	1.633.799,10	1.586.275,02
Outras Dívidas	6.637.579,22	8.488.302,32	11.881.877,05	14.744.168,93
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>10.577.500,60</b>	<b>12.865.346,88</b>	<b>14.492.999,48</b>	<b>8.734.218,79</b>
Disponibilidade de Caixa	10.533.831,08	12.821.677,36	14.449.329,96	8.690.549,27
Disponibilidade de Caixa Bruta	11.291.379,95	14.601.966,39	15.754.534,03	9.018.185,84
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	757.548,87	1.780.289,03	1.305.204,07	327.636,57
Demais Haveres Financeiros	43.669,52	43.669,52	43.669,52	43.669,52
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-2.102.061,54</b>	<b>-2.546.367,36</b>	<b>-787.627,87</b>	<b>7.778.737,98</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>86.328.628,59</b>	<b>88.079.300,17</b>	<b>92.962.631,53</b>	<b>93.791.362,05</b>
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	525.000,00	1.124.901,00	1.524.901,00	1.375.298,34
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)</b>	<b>85.803.628,59</b>	<b>86.954.399,17</b>	<b>91.437.730,53</b>	<b>92.416.063,71</b>
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	9,88%	11,87%	14,99%	17,87%
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	-2,45%	-2,93%	-0,86%	8,42%
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>102.964.354,31</b>	<b>104.345.279,00</b>	<b>109.725.276,64</b>	<b>110.899.276,45</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>92.667.918,88</b>	<b>93.910.751,10</b>	<b>98.752.748,97</b>	<b>99.809.348,81</b>
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	505.182,31	505.182,31	505.182,31	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	212.171,18	444.058,55	251.226,61	9.699,47
RP NÃO-PROCESSADOS	4.783.708,78	27.006.221,93	21.203.563,33	1.706.954,33
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim,

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2020

Continuação 2/2

quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Pecatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 15/02/2021

\_\_\_\_\_  
CINARA TISSIANI DOS SANTOS  
CONTROLADORA GERAL

\_\_\_\_\_  
DANIEL RODRIGO HIPPLER  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

\_\_\_\_\_  
SIMONE CRISTINA DE MARCO  
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

FONTE:

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>AOS ESTADOS (I)</b>				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>AOS MUNICÍPIOS (II)</b>				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)</b>				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)</b>	<b>86.328.628,59</b>	<b>88.079.300,17</b>	<b>92.962.631,53</b>	<b>93.791.362,05</b>
<b>( - ) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)</b>	<b>525.000,00</b>	<b>1.124.901,00</b>	<b>1.524.901,00</b>	<b>1.375.298,34</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)</b>	<b>85.803.628,59</b>	<b>86.954.399,17</b>	<b>91.437.730,53</b>	<b>92.416.063,71</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>18.992.298,29</b>	<b>19.377.446,04</b>	<b>20.451.778,94</b>	<b>20.634.099,65</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>17.093.068,46</b>	<b>17.439.701,44</b>	<b>18.406.601,05</b>	<b>18.570.689,69</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DOS ESTADOS (VII)</b>				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DOS MUNICÍPIOS (VIII)</b>				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)</b>				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 15/02/2021

CINARA TISSIANI DOS SANTOS  
CONTROLADORA GERAL

DANIEL RODRIGO HIPPLER  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

SIMONE CRISTINA DE MARCO  
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

**MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2020/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO**

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
<b>TOTAL (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>93.791.362,05</b>	<b>—</b>
( - ) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º da C)	1.375.298,34	—
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)</b>	<b>92.416.063,71</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS(VII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>14.786.570,19</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>13.307.913,17</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>6.469.124,46</b>	<b>7,00</b>

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 15/02/2021

CINARA TISSIANI DOS SANTOS  
CONTROLADORA GERALDANIEL RODRIGO HIPPLER  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIOSIMONE CRISTINA DE MARCO  
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

**MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC - PODER EXECUTIVO/MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2020/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS						INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSORCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LÍQUIDOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LÍQUIDOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)			
		Restos a Pagar Liquid. e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras	(e)	(f)						(g) = (a - (b + c + d + e) - f)	(h)	(i) = (g - h)
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício												
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)	(h)	(i) = (g - h)						
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	6.979.644,92	3.516,37	319.187,40	44.135,23	5.164,34	0,00	6.607.659,58	150.978,06	0,00	6.456.681,52					
Recursos Ordinários	5.996.966,00	3.516,37	244.170,38	0,00	5.164,34	0,00	5.744.112,91	150.978,06	0,00	5.593.134,85					
Outros Recursos não Vinculados	982.678,92	0,00	74.997,02	44.135,23	0,00	0,00	863.546,67	0,00	0,00	863.546,67					
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	2.038.540,92	0,00	4.950,80	0,00	4.535,13	0,00	2.029.054,99	1.511.841,04	0,00	517.213,95					
Recultas de Impostos e de Transferência de Impostos - Edu		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Transferências do FUNDEB		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Outros Recursos Vinculados à Educação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Recultas de Impostos e de Transferência de Impostos - Sau		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Outros Recursos Vinculados à Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Recursos Vinculados à Assistência Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Ex		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Recursos de Aterroação de Bens/Móveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Outros Recursos Vinculados		0,00	4.950,80	0,00	4.535,13	0,00	1.784.696,07	1.511.841,04	0,00	272.815,03					
TOTAL (III) = (I + II)	9.018.185,84	3.516,37	324.118,20	44.135,23	9.699,47	0,00	8.636.714,57	1.662.819,10	0,00	6.973.895,47					

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 15/02/2021

CINARA TISSIANI DOS SANTOS CONTROLDORA GERAL	DANIEL RODRIGO HIPPLER PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO	SIMONE CRISTINA DE MARCO DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
---	---	--

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC - PODER EXECUTIVO  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 3º Quadrimestre de 2020

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida	93.791.362,05	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	92.416.063,71	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	92.416.063,71	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	43.505.469,57	47,08
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	49.904.674,40	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	47.409.440,68	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	44.914.206,96	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	7.778.737,98	8,42
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	110.899.276,45	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	20.634.099,65	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	15.006.617,93	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	6.565.395,34	7,00
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO )
Valor Total	1.662.819,10	6.973.895,47

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 15/02/2021

CINARA TISSIANI DOS SANTOS  
CONTROLADORA GERAL

DANIEL RODRIGO HIPPLER  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

SIMONE CRISTINA DE MARCO  
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

# REPUBLICAÇÃO - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Publicação N° 2867903

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>82.250.000,00</b>	<b>82.250.000,00</b>	<b>18.859.981,05</b>	<b>22,93</b>	<b>106.445.207,12</b>	<b>129,42</b>	<b>-24.195.207,12</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>82.250.000,00</b>	<b>82.250.000,00</b>	<b>16.226.538,96</b>	<b>19,73</b>	<b>93.791.362,05</b>	<b>114,03</b>	<b>-11.541.362,05</b>
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	16.219.820,00	16.219.820,00	3.024.865,69	18,65	17.273.268,47	106,49	-1.053.448,47
IMPOSTOS	13.515.220,00	13.515.220,00	2.866.886,21	21,21	15.407.540,15	114,00	-1.892.320,15
TAXAS	2.350.631,00	2.350.631,00	157.874,75	6,72	1.740.110,49	74,03	610.520,51
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	353.969,00	353.969,00	124,73	0,04	125.617,83	35,49	228.351,17
CONTRIBUIÇÕES	2.050.650,00	2.050.650,00	265.828,34	12,96	1.569.833,48	76,55	480.816,52
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	2.050.650,00	2.050.650,00	265.828,34	12,96	1.569.833,48	76,55	480.816,52
RECEITA PATRIMONIAL	529.277,18	529.277,18	11.963,64	2,26	133.301,71	25,19	395.975,47
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	61.740,00	61.740,00	943,78	1,53	7.505,76	12,16	54.234,24
VALORES MOBILIÁRIOS	467.537,18	467.537,18	11.039,86	2,36	125.795,95	26,91	341.741,23
RECEITA AGROPECUÁRIA	2.205,00	2.205,00	804,00	36,46	3.393,30	153,89	-1.188,30
RECEITA DE SERVIÇOS	101.430,00	101.430,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101.430,00
OUTROS SERVIÇOS	101.430,00	101.430,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101.430,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	62.481.357,07	62.481.357,07	12.836.496,82	20,54	74.305.322,97	118,92	-11.823.965,90
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	20.710.812,07	20.710.812,07	5.310.705,61	25,64	32.236.188,44	155,65	-11.525.376,37
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	24.577.470,00	24.577.470,00	62.092,54	2,52	24.121.213,32	98,14	456.256,68
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	22.050,00	22.050,00	0,00	0,00	65.638,10	297,88	-43.588,10
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	17.160.000,00	17.160.000,00	3.360.742,46	19,58	17.868.055,05	104,13	-708.055,05
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	11.025,00	11.025,00	0,00	0,00	14.227,06	129,04	-3.202,06
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	865.260,75	865.260,75	86.540,47	10,00	506.242,12	58,51	358.018,63
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	3.307,50	3.307,50	0,00	0,00	22.539,87	681,48	-19.232,37
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	2.205,00	2.205,00	-3.934,37	-178,43	22.920,18	1.039,46	-2.0715,18
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	859.748,25	859.748,25	90.474,84	10,52	46.078,07	53,59	398.966,18
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.633.442,09</b>	<b>0,00</b>	<b>12.653.845,07</b>	<b>0,00</b>	<b>-12.653.845,07</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	1.163.280,74	0,00	8.000.000,00	0,00	-8.000.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	0,00	1.163.280,74	0,00	8.000.000,00	0,00	-8.000.000,00
ALIEIÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	167.328,72	0,00	-167.328,72
ALIEIÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	79.550,00	0,00	-79.550,00
ALIEIÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	87.778,72	0,00	-87.778,72
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	1.470.161,35	0,00	4.485.816,35	0,00	-4.485.816,35
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	570.161,35	0,00	1.993.266,35	0,00	-1.993.266,35
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	900.000,00	0,00	2.381.010,00	0,00	-2.381.010,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	111.540,00	0,00	-111.540,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	700,00	0,00	-700,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	700,00	0,00	-700,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>82.250.000,00</b>	<b>82.250.000,00</b>	<b>18.859.981,05</b>	<b>22,93</b>	<b>106.445.207,12</b>	<b>129,42</b>	<b>-24.195.207,12</b>

Continua 1/3



Continuação 2/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)</b>	<b>82.250,00,00</b>	<b>82.250,00,00</b>	<b>18.859,981,05</b>	<b>22,93</b>	<b>106.445,207,12</b>	<b>129,42</b>	<b>-24.195,207,12</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>		—	—	—	—	—	—
<b>TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)</b>		<b>82.250,00,00</b>	<b>18.859,981,05</b>	<b>22,93</b>	<b>106.445,207,12</b>	<b>129,42</b>	<b>-24.195,207,12</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>		0,00	—	—	4.651.196,59	—	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		0,00	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		—	—	—	4.651.196,59	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>2</sup> (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>82.250,00,00</b>	<b>110.939,665,62</b>	<b>12.565,536,31</b>	<b>104.216,755,31</b>	<b>6.722,910,31</b>	<b>24.583,328,69</b>	<b>102.553,936,21</b>	<b>8.385,729,41</b>	<b>102.229,818,01</b>	<b>1.662,819,10</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>72.804,763,12</b>	<b>87.929,809,62</b>	<b>10.106,715,91</b>	<b>84.512,883,48</b>	<b>3.416,926,14</b>	<b>18.258,166,41</b>	<b>83.251,163,99</b>	<b>4.678,645,63</b>	<b>83.074,265,16</b>	<b>1.261,719,49</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	36.255,553,36	45.441,141,75	9.651,607,03	45.205,805,19	235,336,56	11.262,272,19	45.205,805,19	235,336,56	45,109,553,12	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	300,000,00	324,000,00	-2,901,19	323,594,14	405,86	6,786,61	323,594,14	405,86	323,594,14	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36.249,209,76	42.164,667,87	458,010,07	38.983,484,15	3.181,183,72	6.989,107,61	37.721,764,66	4.442,903,21	37,641,117,90	1.261,719,49
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>9.415,236,88</b>	<b>22.979,856,00</b>	<b>2.458,820,40</b>	<b>19.703,871,83</b>	<b>3.275,984,17</b>	<b>6.325,162,28</b>	<b>19.302,772,22</b>	<b>3.677,083,78</b>	<b>19.155,552,85</b>	<b>401,099,61</b>
INVESTIMENTOS	9.003,109,38	22.635,428,50	2.465,294,67	19,372,138,29	3,263,290,21	6,285,012,09	18,971,038,68	3,664,389,82	18,823,819,31	401,099,61
INVERSOES FINANCEIRAS	12,127,50	12,127,50	0,00	0,00	12,127,50	0,00	0,00	12,127,50	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	400,000,00	332,300,00	-6,474,27	331,733,54	566,46	40,150,19	331,733,54	566,46	331,733,54	0,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>30,000,00</b>	<b>30,000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>30,000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>30,000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGENCIA	30,000,00	30,000,00	0,00	0,00	30,000,00	0,00	0,00	30,000,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>82.250,000,00</b>	<b>110.939,665,62</b>	<b>12.565,536,31</b>	<b>104.216,755,31</b>	<b>6.722,910,31</b>	<b>24.583,328,69</b>	<b>102.553,936,21</b>	<b>8.385,729,41</b>	<b>102.229,818,01</b>	<b>1.662,819,10</b>

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>2</sup>
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)</b>	<b>82.250.000,00</b>	<b>110.939.665,62</b>	<b>12.565.536,31</b>	<b>104.216.755,31</b>	<b>6.722.910,31</b>	<b>24.583.328,69</b>	<b>102.553.936,21</b>	<b>8.385.729,41</b>	<b>102.229.818,01</b>	<b>1.662.819,10</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>2.228.451,81</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>3.891.270,91</b>	<b>—</b>	<b>4.215.389,11</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>82.250.000,00</b>	<b>110.939.665,62</b>	<b>12.565.536,31</b>	<b>106.445.207,12</b>	<b>—</b>	<b>24.583.328,69</b>	<b>106.445.207,12</b>	<b>—</b>	<b>106.445.207,12</b>	<b>1.662.819,10</b>
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.788.527,96

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 11/02/2021

DANIEL RODRIGO HIPPLER  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS  
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

CINARA TISSIANI DOS SANTOS  
CONTROLADORA GERAL

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (i)	82.250.000,00	110.939.665,62	12.666.536,31	104.276.125,31	100,00	24.583.328,69	102.553.936,21	8.385.729,41	1.682.819,10
Legislativa	2.070.742,59	2.070.742,59	300.131,90	1.602.145,69	1,54	382.337,13	1.602.145,69	468.596,90	0,00
Ação Legislativa	2.070.742,59	2.070.742,59	300.131,90	1.602.145,69	1,54	382.337,13	1.602.145,69	468.596,90	0,00
Judiciária	680.690,00	625.690,00	115.168,49	615.798,63	0,59	120.082,26	615.398,63	12.291,17	2.400,00
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	680.690,00	625.690,00	115.168,49	615.798,63	0,59	120.082,26	615.398,63	12.291,17	2.400,00
Administração	7.666.281,16	8.819.914,16	846.386,64	8.664.947,53	8,31	1.857.978,97	8.653.910,63	166.003,53	11.036,90
Administração Geral	6.471.808,66	7.520.008,66	696.184,04	7.381.664,05	7,08	1.616.175,93	7.370.627,15	146.381,51	11.036,90
Administração Financeira	559.975,00	517.175,00	109.135,47	501.571,47	0,48	117.751,47	501.571,47	15.603,53	0,00
Controle Interno	234.290,00	300.948,00	42.499,92	300.894,90	0,29	43.977,47	300.894,90	63,20	0,00
Outras Transferências	400.207,50	481.782,50	587,21	480.827,21	0,46	77.074,47	480.827,21	955,29	0,00
Defesa Nacional	1.102,50	1.102,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.102,50	0,00
Defesa Civil	1.102,50	1.102,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.102,50	0,00
Segurança Pública	300.542,50	691.942,50	-153.404,90	480.324,23	0,46	91.237,64	474.821,80	217.120,70	5.502,43
Policiamento	300.542,50	691.942,50	-153.404,90	480.324,23	0,46	91.237,64	474.821,80	217.120,70	5.502,43
Assistência Social	3.146.920,00	2.798.964,11	148.880,08	2.669.326,30	2,56	492.589,12	2.669.101,28	129.862,83	225,02
Assistência ao Idoso	220.500,00	14.700,00	-5.720,26	14.493,77	0,01	0,00	14.493,77	206,23	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	214.223,50	219.223,50	29.574,83	204.993,58	0,20	28.746,33	204.993,58	14.269,92	0,00
Assistência Comunitária	2.712.196,50	2.565.040,61	84.507,51	2.449.878,95	2,35	462.842,79	2.449.653,93	115.386,68	225,02
Saúde	15.242.442,75	25.426.146,77	3.613.745,89	24.927.293,57	23,92	5.531.557,87	24.864.119,29	562.027,48	63.174,28
Atenção Básica	12.474.795,00	19.318.711,22	2.620.866,18	19.083.005,47	18,31	4.061.720,32	19.072.331,19	246.380,03	10.674,28
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.857.838,75	5.788.436,52	940.699,99	5.375.893,33	5,35	1.463.766,46	5.575.893,33	212.543,19	0,00
Vigilância Epidemiológica	109.809,00	318.999,03	43.179,72	268.394,77	0,26	16.071,09	215.894,77	103.104,26	52.500,00
Educação	26.193.961,00	31.480.379,21	4.789.588,08	28.184.259,92	27,04	7.442.346,21	26.829.054,31	4.651.324,90	1.355.205,61
Ensino Fundamental	20.466.318,50	25.821.790,98	4.152.352,58	22.583.043,94	21,67	6.022.396,16	21.254.881,91	4.566.909,07	1.328.192,03
Ensino Médio	135.607,50	107.361,50	-3.804,70	81.495,57	0,08	66.005,19	81.495,57	25.865,93	0,00
Ensino Superior	2.205,00	12.205,00	0,00	8.450,00	0,01	0,00	8.450,00	3.755,00	0,00
Educação Infantil	5.589.830,00	5.539.021,73	640.020,20	5.511.270,41	5,29	1.353.944,68	5.484.226,83	54.794,90	27.043,68
Cultura	1.171.767,50	1.342.348,41	327.805,90	1.159.782,11	1,11	423.972,20	1.148.472,11	193.877,30	11.310,00
Distensão Cultural	1.171.767,50	1.342.348,41	327.805,90	1.159.782,11	1,11	423.972,20	1.148.472,11	193.877,30	11.310,00
Urbanismo	9.446.112,50	19.173.220,04	2.103.578,99	18.582.112,03	17,83	5.196.863,01	18.572.219,04	601.001,00	9.892,99
Infra-Estrutura Urbana	7.241.112,50	16.403.220,04	1.535.602,12	15.812.144,20	15,17	4.513.985,67	15.802.251,21	600.968,83	9.892,99
Serviços Urbanos	2.205.000,00	2.770.000,00	561.976,87	2.769.967,83	2,66	662.377,34	2.769.967,83	32,17	0,00
Habituação	179.707,50	304.707,50	11.882,72	301.119,60	0,29	48.366,69	127.681,46	177.046,04	173.468,14
Habituação Urbana	179.707,50	304.707,50	11.882,72	301.119,60	0,29	48.366,69	127.681,46	177.046,04	173.468,14
Saneamento	316.375,00	352.795,00	-156.218,05	192.196,92	0,18	160.598,08	192.196,92	160.598,08	0,00
Saneamento Básico Rural	151.000,00	272.420,00	-109.820,05	162.594,92	0,16	114.115,22	162.594,92	109.825,08	0,00
Saneamento Básico Urbano	165.375,00	80.375,00	46.398,00	29.602,00	0,03	6.980,00	29.602,00	50.773,00	0,00
Agricultura	6.376.025,00	8.015.302,30	803.780,03	7.994.324,31	7,67	1.466.751,13	7.963.770,58	51.591,72	30.613,73
Promoção da Produção Animal	185.000,00	221.000,00	-8.025,60	220.974,40	0,21	20.508,00	220.974,40	25,60	0,00
Extensão Rural	6.180.000,00	7.794.277,30	811.805,63	7.773.349,91	7,46	1.436.243,13	7.746.736,18	51.541,12	30.613,73
Transporte Rodoviário	11.025,00	25,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25,00	0,00
Indústria	500.000,00	274.000,00	-385,09	270.764,81	0,26	0,00	270.764,81	3.215,19	0,00
Promoção Industrial	500.000,00	274.000,00	-385,09	270.764,81	0,26	0,00	270.764,81	3.215,19	0,00
Energia	2.162.002,50	5.201.202,50	-511.486,16	4.446.666,48	4,27	404.880,55	4.445.666,48	755.536,01	0,00
Energia Elétrica	2.162.002,50	5.201.202,50	-511.486,16	4.446.666,48	4,27	404.880,55	4.445.666,48	755.536,01	0,00

Continua 12

Continuação 22

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	82.250.000,00	110.939.665,62	12.565.536,31	104.216.755,31	6.722.910,31	24.583.328,69	102.553.936,21	8.385.729,41	1.682.819,10
Desporto e Lazer	2.750.000,00	1.539.567,00	-10.601,89	1.352.105,22	187.461,78	476.121,21	1.352.105,22	187.461,78	0,00
Desporto Comunitário	2.150.000,00	1.496.567,00	-10.601,89	1.310.562,22	186.004,78	476.121,21	1.310.562,22	186.004,78	0,00
Lazer	600.000,00	43.000,00	0,00	41.543,00	1.457,00	0,00	41.543,00	1.457,00	0,00
Encargos Especiais	4015.307,50	2.791.640,03	337.703,68	2.774.567,75	17.072,28	537.069,48	2.774.567,75	17.072,28	0,00
Serviço da Dívida Interna	1800.000,00	74.750,00	1.313,37	74.219,41	530,59	13.864,82	74.219,41	530,59	0,00
Outros Encargos Especiais	2.415.307,50	2.716.890,03	336.390,31	2.700.348,34	16.541,69	523.704,66	2.700.348,34	16.541,69	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>82.250.000,00</b>	<b>110.939.665,62</b>	<b>12.565.536,31</b>	<b>104.216.755,31</b>	<b>6.722.910,31</b>	<b>24.583.328,69</b>	<b>102.553.936,21</b>	<b>8.385.729,41</b>	<b>1.682.819,10</b>

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 11/02/2021

DANIEL RODRIGO HIPPLER  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS  
CONTADOR CROSC0316340-9

CINARA TISSIANI DOS SANTOS  
CONTROLADORA GERAL

\* Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2020 A DEZEMBRO/2020

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2020
	Jan/2020	Fev/2020	Mar/2020	Abr/2020	Mai/2020	Jun/2020	Jul/2020	Ago/2020	Sep/2020	Out/2020	Nov/2020	Dez/2020	TOTAL (ULT. 12 MES.)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>7.194.464,97</b>	<b>8.602.957,25</b>	<b>10.186.536,37</b>	<b>7.369.786,65</b>	<b>7.383.460,46</b>	<b>6.900.811,66</b>	<b>11.466.332,08</b>	<b>8.814.792,25</b>	<b>8.443.836,84</b>	<b>8.458.579,13</b>	<b>7.397.325,91</b>	<b>9.886.089,50</b>	<b>102.706.982,27</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	826.475,05	1.369.026,74	3.717.610,40	1.049.694,65	1.082.527,00	1.112.718,02	1.381.841,71	1.091.206,14	1.301.296,15	1.315.956,92	1.384.183,00	1.640.702,69	16.219.820,00
I.P.T.U.	66.479,65	405.530,21	2.346.910,54	159.606,48	180.872,98	130.503,79	129.280,30	135.957,59	142.504,71	130.040,86	132.219,34	162.333,90	4.644.815,00
I.R.R.F.	13.261,64	160.677,63	154.035,17	185.331,17	184.222,39	190.596,16	342.629,15	21.077,25	188.152,23	351.765,35	29.534,65	509.831,24	1.500.000,00
I.S.S.	563.851,52	514.024,38	426.008,58	491.334,92	600.744,17	575.800,78	603.039,12	670.321,06	666.753,03	614.951,68	975.854,12	734.581,59	7.477.904,95
I.T.B.I.	68.271,36	62.011,56	133.816,75	122.262,08	79.970,06	108.889,51	168.319,97	154.143,03	167.719,67	141.596,69	169.922,85	152.828,52	1.546.673,25
Outras Impostas, Taxas e Contribuições de Melhoria	115.670,88	226.782,76	666.837,36	91.160,00	106.717,80	107.127,78	138.573,17	100.707,21	84.137,51	76.672,04	124.622,69	141.205,65	1.860.336,09
Contribuições	4.319,75	140.477,21	282.306,71	125.776,07	122.552,49	118.971,39	119.994,06	126.598,88	133.926,17	129.111,41	124.622,69	141.205,65	2.704.600,00
Recicla Patrimonial	21.131,39	13.544,01	11.345,88	30.660,59	11.125,12	50.461,62	11.176,72	-36.536,59	-2.222,46	3.059,47	8.294,17	133.301,71	529.277,18
Outras Receitas Patrimoniais	1.503,40	2.072,08	1.735,71	638,47	0,00	468,07	0,00	542,81	0,00	310,38	1.288,17	8.636,98	61.740,00
Recebimentos de Aplicação Financeira	19.627,99	11.471,93	9.610,17	30.022,12	10.551,79	10.722,05	50.461,62	11.176,72	-37.079,40	-2.325,35	2.749,09	7.666,00	467.537,18
Recicla Agropecuária	0,00	0,00	0,00	15,00	150,00	0,00	0,00	0,00	1.306,00	1.116,30	396,00	435,00	3.393,30
Recicla Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recicla de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	6.307.181,66	7.000.914,33	6.136.304,25	6.156.233,48	6.134.696,19	5.614.731,31	9.870.099,42	7.537.922,76	6.965.002,16	6.982.534,36	6.428.512,28	8.066.840,99	83.220.943,19
Cota-Parte do FPM	1.507.237,54	2.177.890,94	1.273.473,11	1.248.285,56	1.304.175,82	1.061.669,07	1.530.208,88	1.162.593,75	1.260.122,37	1.670.196,75	1.490.392,36	1.792.723,92	17.070.000,00
Cota-Parte do ICMS	2.257.161,01	2.162.027,71	2.042.745,31	1.556.150,20	1.414.707,63	1.905.303,88	1.940.637,99	1.995.059,38	2.109.740,20	2.253.234,01	2.074.003,16	2.419.718,46	23.831.466,94
Cota-Parte do IPVA	287.684,60	308.003,31	350.907,66	375.879,89	407.585,35	422.804,18	408.545,31	377.637,34	373.342,65	345.504,84	199.825,74	99.777,00	3.857.468,07
Cota-Parte do ITR	278,77	405,66	84,31	173,24	235,98	90,71	184,90	535,03	68.112,11	11.120,45	411,99	778,98	21.922,13
Outras Transferências Correntes	606.234,55	669.394,67	904.972,81	1.750.373,80	1.820.196,45	1.275.791,27	4.222.658,68	2.469.961,37	2.022.001,82	1.422.424,83	868.796,49	1.231.932,60	19.293.699,34
Transferências da LC 61/1989	23.356,16	25.266,42	23.316,29	20.924,43	20.862,99	18.761,92	22.538,29	26.065,89	30.617,53	35.040,54	38.409,45	40.397,83	325.556,74
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	1.625.229,03	1.657.935,42	1.540.806,56	1.204.446,36	1.166.901,97	1.228.500,28	1.446.325,67	1.477.070,95	1.506,010,03	1.665.087,32	1.576.898,70	1.763.843,76	17.686.036,05
Outras Receitas Correntes	35.387,12	78.994,96	38.996,13	7.405,06	33.041,99	43.175,82	43.945,27	47.887,75	59.840,95	32.052,60	56.579,47	29.981,00	506.242,12
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>815.143,60</b>	<b>934.718,76</b>	<b>738.104,97</b>	<b>640.282,63</b>	<b>629.513,54</b>	<b>622.087,98</b>	<b>692.133,68</b>	<b>712.378,11</b>	<b>691.386,04</b>	<b>781.004,46</b>	<b>796.617,45</b>	<b>862.239,00</b>	<b>8.915.620,22</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	815.143,60	934.718,76	738.104,97	640.282,63	629.513,54	622.087,98	692.133,68	712.378,11	691.386,04	781.004,46	796.617,45	862.239,00	8.915.620,22
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>6.379.321,37</b>	<b>7.668.238,49</b>	<b>9.448.431,40</b>	<b>6.729.503,22</b>	<b>6.753.946,92</b>	<b>6.278.723,68</b>	<b>10.774.198,40</b>	<b>8.102.414,14</b>	<b>7.752.440,80</b>	<b>7.677.574,67</b>	<b>7.200.708,46</b>	<b>9.025.839,50</b>	<b>82.250.000,00</b>
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º da CF) (IV).													
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENCAMENTAMENTO (V) = (III - IV):</b>	<b>6.379.321,37</b>	<b>7.668.238,49</b>	<b>9.448.431,40</b>	<b>6.729.503,22</b>	<b>6.053.946,92</b>	<b>6.278.723,68</b>	<b>10.695.198,40</b>	<b>8.102.414,14</b>	<b>7.752.440,80</b>	<b>7.677.574,67</b>	<b>7.200.708,46</b>	<b>9.025.839,50</b>	<b>82.250.000,00</b>
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (V):													
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VI) = (V - V):</b>	<b>6.379.321,37</b>	<b>7.668.238,49</b>	<b>9.448.431,40</b>	<b>6.729.503,22</b>	<b>6.053.946,92</b>	<b>6.278.723,68</b>	<b>10.695.198,40</b>	<b>8.102.414,14</b>	<b>7.752.440,80</b>	<b>7.677.574,67</b>	<b>7.200.708,46</b>	<b>9.025.839,50</b>	<b>82.250.000,00</b>
FONTE:													
SÃO LOURENÇO DO OESTE, 11/02/2021													

DANIEL RODRIGO HIPPLER  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS  
CONTADOR CRC/SC 0315340-9

CINARA TISSIANI DOS SANTOS  
CONTROLADOR GERAL



Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2019 (A)	Em 31 Out 2020 (B)	Em 31 Dez 2020 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	8.475.439,06	15.020.574,97	16.512.956,77
DEDUÇÕES (II)	10.535.944,55	15.010.030,76	8.692.662,74
Disponibilidade de Caixa	10.533.831,08	15.007.917,29	8.690.549,27
Disponibilidade de Caixa Bruta	11.291.379,95	17.551.903,94	9.018.185,84
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	757.548,87	2.543.986,65	327.636,57
Demais Haveres Financeiros	2.113,47	2.113,47	2.113,47
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	10.544,21	7.820.294,03
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	1.633.799,10	1.633.799,10	1.540.742,73
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-1.633.799,10</b>	<b>-1.623.254,89</b>	<b>6.279.551,30</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Dez 2020 (Vlc - Vla)
<b>VALOR</b>	<b>7.902.806,19</b>	<b>7.913.350,40</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-820.000,00</b>

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 11/02/2021

DANIEL RODRIGO HIPPLER  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS  
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

CINARA TISSIANI DOS SANTOS  
CONTROLADORA GERAL

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2020
		RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)	82.250.000,00	93.791.362,05
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	16.219.820,00	17.273.268,47
I.P.T.U.	4.644.815,00	4.051.239,95
I.S.S.	6.090.405,00	7.475.512,72
I.T.B.I.	1.280.000,00	1.549.673,25
I.R.R.F.	1.500.000,00	2.331.114,23
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.704.600,00	1.865.728,32
Contribuições	2.050.650,00	1.569.833,48
Receita Patrimonial	529.277,18	133.301,71
Aplicações Financeiras (II)	467.537,18	124.664,73
Outras Receitas Patrimoniais	61.740,00	8.636,98
Transferências Correntes	62.481.357,07	74.305.322,97
Cota-Parte do FPM	13.470.000,00	14.634.442,39
Cota-Parte do ICMS	20.200.000,00	19.065.191,58
Cota-Parte do IPVA	3.200.000,00	3.165.829,65
Cota-Parte do ITR	5.292,00	17.537,72
Transferências da LC 87/1995	61.740,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	229.320,00	260.445,37
Transferências do FUNDEB	17.160.000,00	17.868.056,05
Outras Transferências Correntes	8.155.005,07	19.293.820,21
Demais Receitas Correntes	968.895,75	509.635,42
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	723,78
Receitas Correntes Restantes	968.895,75	508.911,64
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-III)	81.782.462,82	93.665.973,54
RECEITAS DE CAPITAL (V)	0,00	12.653.845,07
Operação de Crédito (VI)	0,00	8.000.000,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	167.328,72
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00

Continua 1/4



Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA						
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2020				
	RECEITAS REALIZADAS(a)					
Outras Alienações de Bens	0,00	167.328,72				
Transferências de Capital	0,00	4.485.816,35				
Convênios	0,00	1.275.257,41				
Outras Transferências de Capital	0,00	3.210.558,94				
Outras Receitas de Capital	0,00	700,00				
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00				
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	700,00				
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	0,00	4.653.845,07				
RECEITA PRIMARIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	81.782.462,82	98.319.818,61				

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2020				
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESAS CORRENTES (XIII)	87.929.809,62	84.512.883,48	83.251.163,99	83.074.265,16	631.469,34	673.270,08
Pessoal e Encargos Sociais	45.441.141,75	45.205.805,19	45.205.805,19	45.109.553,12	530.336,01	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	324.000,00	323.594,14	323.594,14	323.594,14	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	42.164.667,87	38.983.484,15	37.721.764,66	37.641.117,90	101.133,33	673.270,08
Transferências Constitucionais e Legais	50.001,00	49.466,38	49.466,38	49.466,38	5.560,37	0,00
Demais Despesas Correntes	42.114.666,87	38.934.017,77	37.672.298,28	37.591.651,52	95.572,96	673.270,08
DESPESA S PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	87.605.809,62	84.189.289,34	82.927.569,85	82.750.671,02	631.469,34	673.270,08
DESPESA S DE CAPITAL (XVI)	22.979.856,00	19.703.871,83	19.302.772,22	19.155.552,85	122.561,16	2.624.197,80
Investimentos	22.635.428,50	19.372.138,29	18.971.038,68	18.823.819,31	122.561,16	2.624.197,80
Inversões Financeiras	12.127,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	12.127,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	332.300,00	331.733,54	331.733,54	331.733,54	0,00	0,00
DESPESA S PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	22.647.556,00	19.372.138,29	18.971.038,68	18.823.819,31	122.561,16	2.624.197,80

Continua 2/4

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2020					RESTOSA PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOSA PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	110.283.365,62	103.561.427,63	101.898.608,53	101.574.490,33	754.030,50	3.297.467,88	3.279.657,52	
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]								
		-7.288.359,74						
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE						
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		414.462,82						
		Até o Bimestre/2020						
JUROS NOMINAIS		VALOR INCORRIDO						
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		124.664,73						
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		323.594,14						
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		-7.487.289,15						
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE						
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		414.462,82						
ABAIXO DA LINHA								
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		SALDO						
		Em 31 Dez 2019(a)				Até o Bimestre/2020(b)		
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		8.475.439,06				16.512.956,77		
DEDUÇÕES (XXIX)		10.577.500,60				8.734.218,79		
Disponibilidade de Caixa		10.533.831,08				8.690.549,27		
Disponibilidade de Caixa Bruta		11.291.379,95				9.018.185,84		
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		757.548,87				327.636,57		
Demais Haveres Financeiros		43.669,52				43.669,52		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		-2.102.061,54				7.778.737,98		
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		-9.880.799,52						

Continua 3/4

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 4/4

AJUSTE METODOLÓGICO		Até o Bimestre/2020
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXII) = (XXXa - XXXb)		429.912,30
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)		0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)		0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)		0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)		0,00
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)		0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)		0,00
<b>RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)</b>		<b>-10.310.711,82</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)</b>		<b>-10.111.782,41</b>
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>		4.651.196,59
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais		4.651.196,59
<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>		<b>0,00</b>

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)												RS 1,00
	PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total L=(e+k)
		Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (h+j)	
		Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2019 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2019 (g)				
	<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	652,31	756.896,56	754.030,50	-	3.518,37	153.176,60	4.630.532,18	3.279.657,52	1.459.916,03	44.135,23	47.653,60
	<b>EXECUTIVO</b>	652,31	756.896,56	754.030,50	0,00	3.518,37	153.176,60	4.630.532,18	3.279.657,52	1.459.916,03	44.135,23	47.653,60
	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	652,31	756.413,18	753.547,12	0,00	3.518,37	153.176,60	4.630.532,18	3.279.657,52	1.459.916,03	44.135,23	47.653,60
	CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM	0,00	6.408,20	6.408,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM	0,00	2.641,97	2.641,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	87.703,79	87.703,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	652,31	201.503,06	198.637,00	0,00	3.518,37	43.259,00	661.109,44	660.233,21	0,00	44.135,23	47.653,60
	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL - GPM	0,00	10.660,90	10.660,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM	0,00	8.846,53	8.846,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	122.931,68	122.931,68	0,00	0,00	0,00	68.749,82	19.777,56	48.972,26	0,00	0,00
	SECRETARIA DE AGRICULTURA	0,00	23.023,10	23.023,10	0,00	0,00	0,00	64.763,32	64.518,24	245,08	0,00	0,00
	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	22.142,60	22.142,60	0,00	0,00	0,00	40.975,15	36.324,93	4.650,22	0,00	0,00
	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	0,00	73.614,23	73.614,23	0,00	0,00	0,00	2.464.520,27	1.560.639,43	923.680,84	0,00	0,00
	SECRETARIA DE EDUCACAO	0,00	186.134,03	186.134,03	0,00	0,00	0,00	1.309.224,84	936.774,81	482.367,63	0,00	0,00
	SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	0,00	10.803,09	10.803,09	0,00	0,00	109.917,60	1.189,34	1.189,34	0,00	0,00	0,00
	COMITE DESPORTIVO MUNICIPAL DE SAO LOUREN	0,00	483,38	483,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	COMITE DESPORTIVO MUNICIPAL - CGM	0,00	483,38	483,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>652,31</b>	<b>756.896,56</b>	<b>754.030,50</b>	<b>0,00</b>	<b>3.518,37</b>	<b>153.176,60</b>	<b>4.630.532,18</b>	<b>3.279.657,52</b>	<b>1.459.916,03</b>	<b>44.135,23</b>	<b>47.653,60</b>
FONTE:												

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 15/02/2021

DANIEL RODRIGO HIPPLER  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

ANTONIO JOCENEI WAHNS DOS SANTOS  
CONTADOR CRCSC 0315340-9

CINARA TISSIANI DOS SANTOS  
CONTROLADORAGERAL

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

<b>RECEITAS DO ENSINO</b>				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	13.515.220,00	13.515.220,00	15.407.540,15	114,00
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	4.644.815,00	4.644.815,00	4.051.239,95	87,22
1.1.1- IPTU	4.250.000,00	4.250.000,00	3.792.444,38	89,23
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	394.815,00	394.815,00	258.795,57	65,55
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.280.000,00	1.280.000,00	1.549.673,25	121,07
1.2.1- ITBI	1.280.000,00	1.280.000,00	1.549.058,23	121,02
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	615,02	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	6.090.405,00	6.090.405,00	7.475.512,72	122,74
1.3.1- ISS	6.000.000,00	6.000.000,00	7.340.149,58	122,34
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	90.405,00	90.405,00	135.363,14	149,73
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.500.000,00	1.500.000,00	2.331.114,23	155,41
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	46.690.440,00	46.690.440,00	46.059.187,80	98,65
2.1- Cota-Parte FPM	17.070.000,00	17.070.000,00	17.922.723,92	105,00
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	15.570.000,00	15.570.000,00	16.441.407,67	105,60
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	750.000,00	750.000,00	739.869,42	98,65
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	750.000,00	750.000,00	741.446,83	98,86
2.2- Cota-Parte ICMS	25.250.000,00	25.250.000,00	23.831.486,94	94,38
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	77.175,00	77.175,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	286.650,00	286.650,00	325.556,74	113,57
2.5- Cota-Parte ITR	6.615,00	6.615,00	21.922,13	331,40
2.6- Cota-Parte IPVA	4.000.000,00	4.000.000,00	3.957.498,07	98,94
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	60.205.660,00	60.205.660,00	61.466.727,95	102,09
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	2.223.301,50	2.223.301,50	2.225.618,29	100,10
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.741.950,00	1.741.950,00	1.713.350,58	98,36
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	365.589,00	365.589,00	424.061,00	115,99
5.4- Transferências Diretas - PNATE	85.995,00	85.995,00	68.318,85	79,45
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	29.767,50	29.767,50	19.887,86	66,81
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	242.550,00	242.550,00	138.598,91	57,14
6.1- Transferências de Convênios	242.550,00	242.550,00	138.598,91	57,14
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.102,50	1.102,50	1.880.308,23	170.549,50
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.466.954,00	2.466.954,00	4.244.525,43	172,06
<b>FUNDEB</b>				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	9.524.088,00	9.524.088,00	8.915.620,22	93,61
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	3.600.000,00	3.600.000,00	3.288.281,53	91,34
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	5.050.000,00	5.050.000,00	4.766.295,36	94,38
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	15.435,00	15.435,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	57.330,00	57.330,00	65.111,37	113,57
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	1.323,00	1.323,00	4.384,41	331,40
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	800.000,00	800.000,00	791.547,55	98,94
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	17.215.125,00	17.215.125,00	17.876.861,94	103,84
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	17.160.000,00	17.160.000,00	17.868.056,05	104,13
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	55.125,00	55.125,00	8.805,89	15,97
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	7.635.912,00	7.635.912,00	8.952.435,83	117,24
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	10.296.000,00	13.371.353,00	13.369.377,63	99,99	13.369.377,63	99,99	0,00
13.1- Com Educação Infantil	3.417.750,00	3.560.640,00	3.560.564,82	100,00	3.560.564,82	100,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	6.878.250,00	9.810.713,00	9.808.812,81	99,98	9.808.812,81	99,98	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	6.864.000,00	4.500.603,25	4.470.008,10	99,32	4.400.685,39	97,78	69.322,71
14.1- Com Educação Infantil	1.521.450,00	836.960,00	835.897,21	99,87	835.897,21	99,87	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	5.342.550,00	3.663.643,25	3.634.110,89	99,19	3.564.788,18	97,30	69.322,71
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	17.160.000,00	17.871.956,25	17.839.385,73	99,82	17.770.063,02	99,43	69.322,71
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							17.839.385,73
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							74,79
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							25,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							0,21
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2019 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							49.633,25
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2020 <sup>2</sup>							49.633,25
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	5.291.052,50	4.738.452,50	4.734.205,66	99,91	4.734.205,66	99,91	0,00
22.1- Creche	1.502.500,00	1.712.900,00	1.711.781,69	99,93	1.711.781,69	99,93	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.450.000,00	1.660.400,00	1.659.567,85	99,95	1.659.567,85	99,95	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	52.500,00	52.500,00	52.213,84	99,45	52.213,84	99,45	0,00
22.2- Pré-escola	3.788.552,50	3.025.552,50	3.022.423,97	99,90	3.022.423,97	99,90	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.469.200,00	2.737.200,00	2.736.894,18	99,99	2.736.894,18	99,99	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	299.352,50	288.352,50	285.529,79	99,02	285.529,79	99,02	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	18.004.877,00	21.267.434,25	20.128.952,86	94,65	19.862.050,27	93,39	266.902,59
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	12.220.800,00	13.474.356,25	13.442.923,70	99,77	13.373.600,99	99,25	69.322,71
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	5.784.077,00	7.793.078,00	6.686.029,16	85,79	6.488.449,28	83,26	197.579,88
24- ENSINO MÉDIO	135.607,50	107.361,50	81.495,57	75,91	81.495,57	75,91	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	2.205,00	12.205,00	8.450,00	69,23	8.450,00	69,23	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	23.433.742,00	26.125.453,25	24.953.104,09	95,51	24.686.201,50	94,49	266.902,59
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							8.952.435,83
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							49.633,25
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO <sup>4</sup>							-
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44.i)							190.755,17
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)							9.192.824,25
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35))							15.670.334,27
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 2							25,49

## OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.768.410,00	3.545.410,00	1.960.472,53	55,30	931.173,94	26,26	1.029.298,59
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	605.934,00	1.478.940,96	1.109.788,44	75,04	1.050.784,01	71,05	59.004,43
42- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)	2.374.344,00	5.024.350,96	3.070.260,97	61,11	1.981.957,95	39,45	1.088.303,02
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 42)	25.808.086,00	31.149.804,21	28.023.365,06	89,96	26.668.159,45	85,61	1.355.205,61

Continua 2/3

Continuação 3/3

**MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO**  
Entidade: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2020 (j)	
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	190.755,17	
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	122.168,77	
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	68.586,40	
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		0,00	0,00
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		17.868.056,05	1.713.350,58
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
47.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
47.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		8.805,89	19.019,64
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE		17.876.861,94	1.732.370,22
50- (+) Ajustes		0,00	0,00
50.1. (+) Retenções		0,00	0,00
50.2. (-) Valores a recuperar		0,00	0,00
50.3. (+) Outros valores extraorçamentários		0,00	0,00
50.4. (+) Conciliação bancária		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO		17.876.861,94	1.732.370,22

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 15/02/2021

DANIEL RODRIGO HIPPLER  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS  
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

CINARA TISSIANI DOS SANTOS  
CONTROLADORA GERAL

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.



Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)</b>			
	<b>0,00</b>	<b>8.000.000,00</b>	<b>-8.000.000,00</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>22.979.856,00</b>	<b>19.703.871,83</b>	<b>3.275.984,17</b>
Investimentos	22.635.428,50	19.372.138,29	3.263.290,21
Inversões Financeiras	12.127,50	0,00	12.127,50
Amortização de Dívida	332.300,00	331.733,54	566,46
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>22.979.856,00</b>	<b>19.703.871,83</b>	<b>3.275.984,17</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)</b>	<b>22.979.856,00</b>	<b>11.703.871,83</b>	<b>11.275.984,17</b>

FONTE:

Notas:

<sup>1</sup> Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.<sup>2</sup> Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 15/02/2021

DANIEL RODRIGO HIPPLER  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS  
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

CINARA TISSIANI DOS SANTOS  
CONTROLADORA GERAL

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

		R\$ 1,00	
RECEITAS	PREMIAÇÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO (c) = (a-b)
<b>RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)</b>			
Receita de Alienação De Bens Móveis	0,00	167.328,72	-167.328,72
Receita de Alienação De Bens Imóveis	0,00	79.550,00	-79.550,00
	0,00	87.778,72	-87.778,72
<b>DESPESAS</b>			
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS
			DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)
			SALDO (h)=(d-e)
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)</b>			
Despesas de Capital	168.130,00	168.130,00	0,00
Investimentos	168.130,00	168.130,00	0,00
	168.130,00	168.130,00	0,00
<b>SALDO FINANCEIRO A APLICAR</b>	Em 2019 (i)	Em 2020 (j) = (lb - (llf + llg))	SALDO ATUAL (k) = (lli + lii)
<b>Valor(III)</b>			
	0,00		-801,28
FONTE:			

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 15/02/2021

DANIEL RODRIGO HIPPLER  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS  
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

CINARA TISSIANI DOS SANTOS  
CONTROLADORA GERAL

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS				PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
						Até o Bimestre(b)	%(b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)					13.515.220,00	15.407.540,15	114,00
Recetta Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU					4.644.815,00	4.051.239,95	87,22
IPTU					4.250.000,00	3.792.444,38	89,23
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do IPTU					394.815,00	258.795,57	65,55
Recetta Resultante do Imposto Sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI					1.280.000,00	1.549.673,25	121,07
ITBI					1.280.000,00	1.549.058,23	121,02
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do ITBI					0,00	615,02	0,00
Recetta Resultante do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS					6.090.405,00	7.475.512,72	122,74
ISS					6.000.000,00	7.340.149,58	122,34
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do ISS					90.405,00	135.363,14	149,73
Recetta Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF					1.500.000,00	2.331.114,23	155,41
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)					45.190.440,00	44.914.575,67	99,39
Cota-Parte FPM					15.570.000,00	16.441.407,67	105,60
Cota-Parte ITR					6.615,00	21.922,13	331,40
Cota-Parte IPVA					4.000.000,00	3.957.498,07	98,94
Cota-Parte ICMS					25.250.000,00	23.831.486,94	94,38
Cota-Parte IPI-Exportação					286.650,00	325.556,74	113,57
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais					77.175,00	336.704,12	436,29
Desoneração ICMS (LC 87/86)					77.175,00	0,00	0,00
Outras					0,00	336.704,12	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (III) = I + II					58.705.660,00	60.322.115,82	102,75
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	%(d/c)*100	Até Bimestre (f)	%(f/c)*100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	9.434.100,00	10.795.746,00	10.673.904,68	98,87	10.661.590,38	98,76	10.674,28
Despesas Correntes	9.402.050,00	10.744.596,00	10.659.073,62	99,20	10.646.399,34	99,10	10.674,28
Despesas de Capital	32.050,00	51.150,00	14.831,06	29,00	14.831,06	29,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	832.650,00	2.416.150,00	2.379.754,69	98,49	2.379.754,69	98,49	0,00
Despesas Correntes	716.625,00	1.724.925,00	1.690.899,38	98,03	1.690.899,38	98,03	0,00
Despesas de Capital	116.025,00	691.225,00	688.855,31	99,66	688.855,31	99,66	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	3.969,00	3.969,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)*100	Até Bimestre (e)	% (e/c)*100	Até Bimestre (f)	% (f/c)*100	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	3.969,00	3.969,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (XI) = (IV + V + VII + VIII + IX + X)</b>	<b>10.270.719,00</b>	<b>13.215.865,00</b>	<b>13.053.659,37</b>	<b>98,77</b>	<b>13.042.985,09</b>	<b>98,69</b>	<b>12.945.093,00</b>	<b>97,95</b>	<b>10.674,28</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS					DESPESAS EMPENHADAS (d)		DESPESAS LIQUIDADAS (e)		DESPESAS PAGAS (f)	
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)					13.053.659,37		13.042.985,09		12.945.093,00	
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)					0,00		0,00		0,00	
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)					0,00		0,00		0,00	
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)					0,00		0,00		0,00	
<b>(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)</b>					<b>13.053.659,37</b>		<b>13.042.985,09</b>		<b>12.945.093,00</b>	
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)									9.048.317,37	
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVIII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)									0,00	
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI) (d ou e) - XVII)					4.005.342,00		3.994.667,72			
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)					0,00		-		-	
<b>PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)</b>					<b>21,64</b>		<b>21,62</b>		<b>-</b>	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012					LIMITE NÃO CUMPRIDO			
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência		Saldo Final (não aplicado)¹ (= h - (i ou j))	Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2020	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em 2019	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO²	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Insc. Indevidamente no Exercício sem Disp. Financeira q = (XIIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + p)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)
Empenhos de 2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.612,05	-17.612,05	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS										
CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 §1º E 2º DA LC 141/2012	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))					
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)						
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019 a compensar(XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO										
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII) Proveniente da União - Fundo a Fundo Proveniente dos Estados Proveniente de outros Municípios RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX) OUTRAS RECEITAS (XXX)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%	(b/a)*100				
			Até o Bimestre (b)							
			10.684.942,20	217,81						
			10.584.919,65	215,77						
			100.022,55	0,00						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
	2.425,50	2.425,50	224.530,23	9.257,07						
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	4.907.999,25	4.907.999,25	10.909.472,43	222,28						

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)*100	Até Bimestre (e)	% (e/c)*100	Até Bimestre (f)	% (f/c)*100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	3.040.895,00	8.522.965,22	8.409.100,79	98,66	8.409.100,79	98,66	8.334.103,77	97,78	0,00
Despesas Correntes	3.036.285,00	8.130.955,22	8.099.927,90	98,62	8.099.927,90	99,62	8.099.203,86	99,61	0,00
Despesas de Capital	4.410,00	392.010,00	309.172,89	78,87	309.172,89	78,87	234.899,91	59,92	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	1.825.188,75	3.372.286,52	3.196.138,64	94,78	3.196.138,64	94,78	3.196.138,64	94,78	0,00
Despesas Correntes	1.786.050,00	2.871.216,89	2.704.068,75	94,18	2.704.068,75	94,18	2.704.068,75	94,18	0,00
Despesas de Capital	39.138,75	501.069,63	492.069,89	98,20	492.069,89	98,20	492.069,89	98,20	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	105.840,00	315.030,03	268.394,77	85,20	215.894,77	68,53	215.894,77	68,53	52.500,00
Despesas Correntes	99.225,00	268.415,03	234.584,79	87,40	182.084,79	67,84	182.084,79	67,84	52.500,00
Despesas de Capital	6.615,00	46.615,00	33.809,98	72,53	33.809,98	72,53	33.809,98	72,53	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)</b>	<b>4.971.723,75</b>	<b>12.210.281,77</b>	<b>11.873.634,20</b>	<b>97,24</b>	<b>11.821.134,20</b>	<b>96,81</b>	<b>11.746.137,18</b>	<b>96,20</b>	<b>52.500,00</b>

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Página 5/5

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)x100	Até Bimestre (e)	% (e/c)x100	Até Bimestre (f)	% (f/c)x100	
ATENÇÃO BÁSICA (XI) = (IV + XXXII)	12.474.795,00	19.318.711,22	19.083.005,47	98,78	19.072.331,19	98,72	18.995.694,15	98,33	10.674,28
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	2.657.838,75	5.788.436,52	5.575.893,33	96,33	5.575.893,33	96,33	5.479.641,26	94,67	0,00
SUORTE PROFIÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	109.809,00	318.999,03	268.394,77	84,14	215.894,77	67,68	215.894,77	67,68	52.500,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (IX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)</b>	<b>15.242.442,75</b>	<b>25.426.146,77</b>	<b>24.927.293,57</b>	<b>98,04</b>	<b>24.864.119,29</b>	<b>97,79</b>	<b>24.691.230,18</b>	<b>97,11</b>	<b>63.174,28</b>
(c) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes <sup>2</sup>	4.971.723,75	12.109.781,41	11.773.622,00	97,22	11.721.122,00	96,79	11.528.102,92	95,20	52.500,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS(XLVIII)</b>	<b>10.270.719,00</b>	<b>13.316.365,36</b>	<b>13.153.671,57</b>	<b>98,78</b>	<b>13.142.997,29</b>	<b>98,70</b>	<b>13.163.127,26</b>	<b>98,85</b>	<b>10.674,28</b>

FONTE:

<sup>1</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.  
<sup>2</sup> Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).  
<sup>3</sup> Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 15/02/2021

DANIEL RODRIGO HIPPLER PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO	ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS CONTADOR CRC/SC 031534/O-9	CINARA TISSIANI DOS SANTOS CONTROLADORA GERAL
---	--	--



Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCEIRAS PÚBLICO - PRIVADAS**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO**

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 26)

R\$ 1,00

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE EXERCÍCIO ANTERIOR	RESÍDUOS EFETUADOS EM 2020		2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
		No Bimestre	Até o Bimestre									
<b>TOTAL DE ATIVOS</b>	-	0,00	0,00	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-
Ativos Constituídos pela SPE	-	0,00	0,00	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DE PASSIVOS</b>	-	0,00	0,00	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	-	0,00	0,00	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-
Provisões de PPP	-	0,00	0,00	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	0,00	0,00	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-
<b>ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	-	0,00	0,00	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações contratuais	-	0,00	0,00	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Provisória	-	0,00	0,00	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-
Garantias Concedidas	-	0,00	0,00	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-
Outros Passivos Contingentes	-	0,00	0,00	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS DE PPP</b>	-	0,00	0,00	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-
<b>DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)</b>	-	0,00	0,00	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-
Contatadas (I.1)	-	0,00	0,00	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-
A contrair (I.2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>DAS ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)</b>	-	0,00	0,00	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-
A contrair (II.2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)</b>	-	0,00	0,00	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)</b>	-	0,00	0,00	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)</b>	-	93.791.962,05	93.791.962,05	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (RCL) (V) = (I / IV)</b>	-	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 15/02/2021

DANIEL RODRIGO HIPPLER  
 PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS  
 CONTADOR CRC/SC 081540-9

CINARA TESSIANI DOS SANTOS  
 CONTROLADORA GERAL

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
<b>RECEITAS</b>				
Previsão Inicial				82.250.000,00
Previsão Atualizada				82.250.000,00
Receitas Realizadas				106.445.207,12
Déficit Orçamentário				0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)				4.651.196,59
<b>DESPESAS</b>				
Dotação Inicial				82.250.000,00
Créditos Adicionais				28.689.665,62
Dotação Atualizada				110.939.665,62
Despesas Empenhadas				104.216.755,31
Despesas Liquidadas				102.553.936,21
Despesas pagas				102.229.818,01
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados				1.662.819,10
Superavit Orçamentário				3.891.270,91
<b>DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO</b>				
Despesas Empenhadas				104.216.755,31
Liquidadas				102.553.936,21
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados				1.662.819,10
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>				
Receita Corrente Líquida				93.791.362,05
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento				92.416.063,71
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal				92.416.063,71
<b>RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES</b>				
<b>Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO</b>				
Receitas Previdenciárias Realizadas				1.788.527,96
Despesas Previdenciárias Empenhadas				0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas				0,00
Resultado Previdenciário				1.788.527,96
<b>Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO</b>				
Receitas Previdenciárias Realizadas				0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas				0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas				0,00
Resultado Previdenciário				0,00
<b>RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO</b>		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-7.487.289,15	0,00
Resultado Primário		414.462,82	-7.288.359,74	-1.758,51
<b>RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	4.783.708,78	1.459.916,03	3.279.657,52	44.135,23
EXECUTIVO	4.783.708,78	1.459.916,03	3.279.657,52	44.135,23
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	757.548,87	0,00	754.030,50	3.518,37
EXECUTIVO	757.548,87	0,00	754.030,50	3.518,37

Continua 1/3

## Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

Continuação 2/3

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

## ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	757.548,87	0,00	754.030,50	3.518,37
EXECUTIVO	757.548,87	0,00	754.030,50	3.518,37
<b>TOTAL:</b>	<b>5.541.257,65</b>	<b>1.459.916,03</b>	<b>4.033.688,02</b>	<b>47.653,60</b>
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		15.670.334,27	25%	25,49
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		13.369.377,63	60%	74,79
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			8.000.000,00	-8.000.000,00
Despesa de Capital Líquida			19.703.871,83	3.275.984,17
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2020	2030	2040	2055
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			167.328,72	-167.328,72
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			168.130,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		13.053.659,37	15,00	21,64
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Continua 2/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

Continuação 3/3

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 15/02/2021

---

DANIEL RODRIGO HIPPLER  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

---

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS  
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

---

CINARA TISSIANI DOS SANTOS  
CONTROLADORA GERAL

# São Ludgero

## PREFEITURA

### ERRATA PREGÃO PRESENCIAL N° 012/2021-PMSL

Publicação N° 2867883

MUNICIPIO DE SÃO LUDGERO  
Departamento de Licitações e Contratos  
ERRATA

O Município de São Ludgero torna público a alteração de data e horário de abertura do presente Processo, por motivos de alterações em seu Edital e anexos, ficando determinado a nova data e horário para o dia 09 de Março de 2021 às 9 horas, no endereço abaixo.

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 015/2021

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

N° PROCESSO P/ MODALIDADE: N° 012/2021

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO, JOGOS E MATERIAIS EDUCATIVOS PARA USO DOS DEPARTAMENTOS VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O edital, anexos e esclarecimentos poderão ser obtidos através do endereço e horários: Av. Monsenhor Frederico Tombrock, n.º 1300 – Centro - 88730-000 - São Ludgero – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min as 17h00min, site: [www.saoludgero.sc.gov.br](http://www.saoludgero.sc.gov.br) ou pelo telefone (48) 3657-8800.

São Ludgero (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Ibaneis Lembeck

Prefeito de São Ludgero

**DECRETO N. 09/2021**

Publicação N° 2867386

**DECRETO N° 000009/21 de 17 de Fevereiro de 2021**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE São Ludgero no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de São Ludgero e autorização contida na Lei Municipal nº 002198/20 de 10 de Dezembro de 2020.

**D E C R E T A :**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 5.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LUDGERO

09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LUDGERO

09.01.10.301.0014.1.031-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

5.000,00

**Art. 2º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 17 de Fevereiro de 2021**

---

**IBANEIS LEMBECK**  
Prefeito Municipal

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### 3ºTERMO ADITIVO CONTRATO FINANCIAMENTO FINISA

Publicação Nº 2867606

#### TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO FINISA

Município de São Miguel do Oeste/SC

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Financiamento nº 0519.291-17

Agente Financeiro: Caixa Econômica Federal

Tomador: Município de São Miguel do Oeste/SC

Objeto: Empréstimo de R\$ 15.000.000,00 (Quinze milhões de reais), sob a forma de financiamento concedido pela Caixa Econômica Federal, nas condições do Programa Finisa – Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento, destinados ao apoio financeiro de Despesa de Capital, carência de 24 (vinte e quatro) meses, amortização de 96 (noventa e seis) meses e taxa de juros 4,90 ao ano.

Cláusula Primeira – Fica alterado o Anexo II – Cronograma de Desembolso do Contrato de Financiamento nº 0519.291-17 de 31/05/2019.

São Miguel do Oeste/SC, 17/02/2021

Wilson Trevisan - Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 9.478/2021

Publicação Nº 2868795

#### DECRETO Nº 9.478/2021

ADOTA MEDIDAS PREVENTIVAS E RESTRITIVAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe confere o Art. 72, VII, da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990, e

CONSIDERANDO a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO o artigo 23, inciso II, da Constituição Federal, que determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o artigo 30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO os Decretos emitidos pelo Estado de Santa Catarina, nos quais declarou estado de calamidade pública em todo o território catarinense, estabeleceu medidas de combate e enfrentamento à pandemia da COVID-19 e atribuiu às autoridades sanitárias municipais a competência para estabelecer medidas específicas que suspendam ou restrinjam as atividades a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus em seus territórios;

CONSIDERANDO a Portaria Estadual nº 464 de 03 de julho de 2020, que instituiu o programa de descentralização e regionalização das ações de combate ao COVID-19 prevendo que os municípios de uma mesma Região de Saúde possam tomar decisões no sentido de restringir atividades sociais e econômicas embasados em critérios e dados epidemiológicos locais pertinentes a curva de contaminação e disseminação do novo Coronavírus – COVID-19;

CONSIDERANDO a situação epidemiológica local, o crescente número de pessoas contaminadas, a falta de vagas de leitos de UTI nos hospitais da região do extremo oeste e oeste catarinense e a decisão conjunta dos municípios que integram a AMEOSC tomada em assembleia extraordinária realizada na data de 16 de fevereiro de 2021;

CONSIDERANDO a aprovação e homologação dos Planos Municipais de Contingência da Educação para volta às aulas pelo Comitê Municipal de Gerenciamento dos Planos de Contingência de Prevenção, Monitoramento e Controle da Pandemia da Covid-19;

CONSIDERANDO a deliberação do Comitê de Crise do Município em reunião realizada no dia 17 de fevereiro de 2021 (ATA 31), no sentido de adotar medidas restritivas no âmbito do Município de São Miguel do Oeste para fins de combate à pandemia da COVID-19.

DECRETA:

Art. 1º Ficam SUSPENSAS ATÉ O DIA 1º DE MARÇO DE 2021, em todo o território do Município de São Miguel do Oeste:

a) as atividades de bares, petiscarias, choperias, cervejarias e outros locais congêneres, em qualquer horário, salvo sob a forma delivery;



- b) as atividades de conveniências e sorveteria, que poderão ser exercidas somente na forma de retirada de produtos na entrada do estabelecimento ou delivery, vedado o consumo no local;
- c) a prática de atividades esportivas coletivas e recreativas, como futebol, carteados, dominó, bocha, bilhar e outras modalidades que possam aglomerar pessoas ou contato físico direto, inclusive aquelas de treinamentos realizadas por clubes e escolas;
- d) todas as atividades religiosas presenciais em templos e igrejas;
- e) todas as atividades pertinentes a cinemas, teatros, shows, espetáculos, festas e eventos que acarretem a aglomeração de pessoas;
- f) o funcionamento de pesque-pague, campings e áreas de lazer de associações e entidades afins;
- g) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivos, como parques, praças, passeios públicos, vias públicas e afins;
- h) o funcionamento de casas noturnas;
- i) consumo de produtos no local em padarias, confeitarias, cafeterias e afins;
- j) as visitas às instituições de acolhimento, como lar de idosos, cantinho acolhedor e afins.

Art. 2º Os restaurantes e lanchonetes poderão realizar atendimentos presenciais ao público exclusivamente no horário compreendido entre 11:00 e 14:00 horas.

§ 1º Nos demais horários não compreendidos naquele mencionado no caput deste artigo poderá ser realizado o atendimento sob a forma delivery.

§ 2º Considera-se atividade de restaurante e lanchonete, para fins deste Decreto, aquela destinada a servir almoço e/ou alimentação nos horários previstos no caput deste artigo.

§ 3º O atendimento presencial por restaurantes e lanchonetes, nos horários previstos no caput deste artigo, deverá atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias e de saúde relativas ao COVID-19, como a obrigatoriedade do uso de máscaras, disponibilização de álcool gel, luvas descartáveis e todas as demais medidas de segurança preconizadas pelos protocolos vigentes.

Art. 3º Os demais estabelecimentos deverão seguir rigorosamente as normas sanitárias vigentes de enfrentamento à pandemia da COVID-19.

Art. 4º As pessoas diagnosticadas infectadas com o coronavírus (COVID-19), devem manter-se em isolamento pelo tempo recomendado pelo profissional de saúde.

Art. 5º Caberá à Vigilância Sanitária Municipal, compartilhada com Vigilância Sanitária Regional, à Defesa Civil Municipal e à Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, a fiscalização das medidas constantes neste Decreto e demais normas sanitárias vigentes, as quais terão autonomia para interditar e/ou adotar qualquer outra medida necessária para garantia da saúde pública, nas situações em que os estabelecimentos estejam descumprindo as normas estabelecidas para enfrentamento da pandemia da COVID-19.

Art. 6º As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município e da Região de Saúde.

Art. 7º O descumprimento do disposto neste Decreto, de acordo com o Art. 39, XVIII, da Lei Complementar Municipal nº 3.407/1993, caracterizará infração à legislação municipal e sujeitará ao infrator a aplicação das penalidades administrativas cabíveis, sem prejuízo da aplicação da legislação penal e de outras normas vigentes.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 18 de fevereiro de 2021.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC  
Em, 17 de fevereiro de 2021.

WILSON TREVISAN  
Prefeito Municipal

GENI MARIA PADILHA GIRELLI  
Secretária Municipal de Saúde

Barbara Casales Giongo Rodrigues  
Procuradora Geral

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

**PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0234/2021**

Publicação Nº 2868116

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0234/2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso IX, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 026/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

Considerando os termos do artigo 19 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor), que a nomeação é o ato pelo qual o cargo efetivo de classe inicial de carreira, ou cargo em comissão, é atribuído a uma pessoa;

Considerando o disposto no artigo 21 da LCM 009/2012, que a nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos à ordem de classificação e o prazo de validade;

Considerando o artigo 22 da LCM 009/2012, que a posse é a aceitação expressa do cargo identificado no ato de nomeação, com o compromisso de bem servir, formalizada com a assinatura do Termo de Posse pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e pelo empossado;

Considerando o resultado do Concurso Público nº 008/2019, no qual há seleção de candidatos para o cargo de Professor de Ensino Fundamental Anos Iniciais;

Considerando que há a vacância do cargo de Professor de Ensino Fundamental Anos Iniciais, devido o pedido de exoneração da servidora efetiva Sirlei Terezinha Griebler Candaten, a partir de 12 de fevereiro de 2021, conforme portaria SAFGP nº 0176, de 12 de fevereiro de 2021.

Considerando o memorando 4.066/2021 com a solicitação de nomeação de candidato para ocupar o cargo de Professor de Ensino Fundamental Anos Iniciais.

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR DILVANE SCHIRMANN para o cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Fundamental Anos Iniciais, pelo regime Estatutário, 40 horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal de Educação, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público do Edital nº 008/2019, homologado em 14 de novembro de 2019.

Art. 2º A posse dar-se-á nos termos do art. 24 da LCM 009/2012, que deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável uma única vez por igual período, a requerimento do interessado.

Art. 3º Nos termos do art. 25 da LCM 009/2012 a posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial, além da apresentação de outros documentos necessários ao ingresso no serviço público municipal, não exigidos por ocasião da inscrição.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 17 de fevereiro de 2021.

WILSON TREVISAN  
Prefeito Municipal

ALENCAR BARBIERI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

Marialice Brassiani  
Técnica Administrativa

**PROCESSO Nº 13/2021 PREFEITURA**

Publicação Nº 2868402

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2021  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2021

O Município de São Miguel do Oeste/SC, a partir do Secretário de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo menor preço por ITEM.

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de recarga de gás GLP e de água mineral para atender as necessidades das secretarias e entidades da Administração Municipal de São Miguel do Oeste/SC, de acordo com o anexo I, termo de referência do edital.

Cadastro das propostas: Às 08h do dia 22 de fevereiro até às 08h15min do dia 04 de março de 2021.

Abertura da sessão pública: Às 08h30min do dia 04 de março de 2021.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações vigentes, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Federal nº 10.024/2019.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, telefone (0xx49) 36312006, e o edital consta na íntegra no site: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), no qual os fornecedores deverão cadastrar as propostas e acompanhar a sessão pública, e no site [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br).

São Miguel do Oeste/SC, 17 de fevereiro de 2021.

ALENCAR BARBIERI

Secretário de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

## PROCESSO Nº 26/2021 - PREFEITURA

Publicação Nº 2867834

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2021

O Município de São Miguel do Oeste/SC, a partir do Secretário de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo menor preço por ITEM.

Objeto: Registro de preços para eventual contratação de empresa para prestação de serviço de mão de obra para execução de passeio público (execução de calçadas, rampas e muretas) em terrenos de propriedade do Município de São Miguel do Oeste/SC, de acordo como anexo I, termo de referência do edital.

Cadastro das propostas: Às 08h do dia 19 de fevereiro até às 08h15min do dia 03 de março de 2021.

Abertura da sessão pública: Às 08h30min do dia 03 de março de 2021.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações vigentes, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Federal nº 10.024/2019.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, telefone (0xx49) 36312006, e o edital consta na íntegra no site: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), no qual os fornecedores deverão cadastrar as propostas e acompanhar a sessão pública, e no site [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br).

São Miguel do Oeste/SC, 17 de fevereiro de 2021.

ALENCAR BARBIERI

Secretário de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

## RESULTADO FINAL EDITAL 01/2021- AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PROVISÓRIA

Publicação Nº 2867831

Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste Secretaria Municipal de Educação

Resultado Final Edital 01/2021 – Ampliação de Carga Horária Provisória

Cargo: Professor de Ensino Fundamental Anos Iniciais– Ampliação 20 Horas.

Local da Ampliação da Carga Horária: EMEIEF Atílio Luiz Calza

Colocação	Candidato	Tempo de Experiência	Data de Nascimento
1º	Marilva Rita Maziero Giacomelli	12 dias	04/12/1970

São Miguel do Oeste, 16 de fevereiro de 2021.

SISSE ABDALLA DIAS VELOZO

Secretária Municipal de Educação

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 001/2018

Publicação Nº 2869505

Edital de Convocação do Processo Seletivo Edital nº 001/2018

CHARLES DA CUNHA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 05/97, de 16 de maio de 1997 e Edital do Processo Seletivo nº 001/2018, CONVOCA a candidata aprovada no Processo Seletivo para provimento no cargo abaixo mencionado, para apresentação no período de 19/02/2021 a 22/02/2021, das 08:00 às 17:00 horas na sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, localizada na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, bairro Centro, São Pedro de Alcântara/SC, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovada. O Candidato(a) que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado(a), obedecendo à ordem de classificação.

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais

CLASSIFICAÇÃO	NOME
15º	ISABELA ROSA

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de fevereiro de 2021.

CHARLES DA CUNHA  
Prefeito Municipal

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 001/2018

Publicação Nº 2869510

Edital de Convocação do Processo Seletivo Edital nº 001/2018

CHARLES DA CUNHA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 05/97, de 16 de maio de 1997 e Edital do Processo Seletivo nº 001/2018, CONVOCA a candidata aprovada no Processo Seletivo para provimento no cargo abaixo mencionado, para apresentação no período de 18/02/2021 a 19/02/2021, das 08:00 às 17:00 horas na sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, localizada na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, bairro Centro, São Pedro de Alcântara/SC, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovada. O Candidato(a) que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado(a), obedecendo à ordem de classificação.

Cargo: Professor II – Educação Infantil

CLASSIFICAÇÃO	NOME
25º	AMANDA KUHNEN

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de fevereiro de 2021.

CHARLES DA CUNHA  
Prefeito Municipal

### PREGÃO 10.04/2021 COMBUSTÍVEL

Publicação Nº 2869574

	10.04 2021

EDITAL DE LICITAÇÃO- PREGÃO PRESENCIAL n.º 10.04/2021

REGISTRO DE PREÇOS

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL (art. 1.º, da Lei n.º 10.520/2002) para REGISTRO DE PREÇOS (art. 15, II, da Lei n.º 8.666/1993, regulamentado pelo Decreto nº 7.892/2013).

CRITÉRIO PARA JULGAMENTO: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO

OBJETO: Registro de Preços para aquisição parcelada e estimada de combustível para abastecimento de veículos, com fornecimento diário, para os veículos das frotas municipais.

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA localizado na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara- SC, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo menor preço por lote, para REGISTRO DE PREÇOS, regido pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013, pela Lei Orgânica Municipal, pelo Decreto Municipal n.º 218/2007 e por este EDITAL.

O PREGÃO será conduzido pelo PREGOEIRO, conforme designação contida nos autos do processo, que receberá a documentação e a proposta entre às 8h00min (oito horas) até às 09h00min (nove horas), do dia 02 de março de 2021, no endereço acima referido, diretamente no Setor de Licitações e Contratos, em conformidade com as condições e anexos deste edital.

#### 1- DA LICITAÇÃO

##### 1.1- Do Objeto do Pregão:

1.1.1- A presente licitação tem como objeto Aquisição parcelada e estimada de combustível para abastecimento de veículos, com fornecimento diário, para os veículos das frotas Municipais.

1.1.2- Os Veículos que este Edital faz referência irão abastecer diretamente na Contratada. Entretanto, esta não poderá ultrapassar a distância rodoviária máxima de 08 km da Sede do Município.

##### 1.2- Entrega dos Envelopes e Credenciamento- Envelope n.º 1 (Proposta de Preços) e

Envelope n.º 2 (Documentos de Habilitação):

a) Data/Hora: Dia 02 de março de 2021, das 08h00min até às 9h00min.

b) Local: Setor de Licitações da Prefeitura de São Pedro de Alcântara/SC.

##### 1.3- Abertura da Sessão:

a) Data/Hora: Dia 02 de março de 2021, às 08h00min.

b) Local: Setor de Licitações da Prefeitura de São Pedro de Alcântara/SC.

1.4- Da Execução da Licitação: O processamento da licitação dar-se-á pelo Pregoeiro, na Sala de Reuniões de licitações da Prefeitura, destinando-se à obtenção de menor preço por lote para o objeto acima referido.

#### 2- CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

2.1- Poderão participar deste Pregão os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, que atendam às especificações determinadas neste edital, quanto à localização, prazos de entrega e tipo de fornecimento, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

2.1.1. Não poderão participar da presente licitação as microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem em qualquer das exclusões previstas no § 4º, do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

2.2. Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:

2.2.1. Com falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretada, ou em processo de recuperação extrajudicial;

2.2.2. Em dissolução ou em liquidação;

2.2.3. Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993;

2.2.4. Que estejam impedidas de licitar e de contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

2.2.5. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605, de 1998;

2.2.6. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração pública;

2.2.7. Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

2.2.8. Estrangeiras que não funcionem no País;

2.2.9. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

#### 3- DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO PREGÃO:

3.1- Na data e no horário estabelecidos para a realização da sessão pública do pregão, o licitante interessado deverá credenciar-se, por intermédio de seu representante, que deverá identificar-se, comprovando possuir os necessários poderes para representá-la, para formular as propostas e para a prática de todos os atos relativos ao processo licitatório. Essa comprovação deverá se dar por documento avulso, fora dos envelopes n.º 01 e 02, que permanecerão fechados até o credenciamento de todos os presentes.

3.1.1- Para comprovar a condição de representante do licitante, o credenciado entregará ao pregoeiro cópia autenticada dos seguintes documentos:

a) cópia autenticada do documento de identidade (será aceito o RG, a CNH ou documento de identidade expedido por órgão de registro profissional).

b) se procurador, procuração pública ou particular (acompanhada de cópia autenticada do contrato social da empresa), com poderes específicos para representar a empresa na licitação em todas as suas fases e todos os demais atos, em nome do licitante.

c) se dirigente/proprietário, cópia autenticada do contrato social, estatuto ou ata de eleição do dirigente do licitante.

d) deverão os licitantes apresentar, fora dos envelopes n.º 01 e 02, sob pena de desclassificação, a declaração exigida no inciso VII, do art. 4º, da Lei nº 10.520/2002.

3.2- Juntamente com o credenciamento exigido no item supra, deverão os licitantes ME e EPP apresentar OBRIGATORIAMENTE a certidão emitida pela Junta Comercial competente, que comprove estar à empresa licitante enquadrada como Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos moldes da Lei Complementar nº 123/2006.

3.3- Os licitantes deverão se fazer presentes na sessão pública do pregão, cumprindo os termos acima exigidos, no horário fixado no preâmbulo deste edital, para credenciamento.

3.4- Tão somente a pessoa credenciada poderá intervir no procedimento licitatório, sendo admitido, para esse feito, um único representante

por licitante interessado.

3.5- Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa nesta licitação, sob pena de exclusão sumária de ambos os licitantes representados.

3.6- A comprovação de que o interessado não possui poderes específicos para representar o licitante no certame, implicará na impossibilidade de participar da fase competitiva, consubstanciada nos lances verbais, lavrando-se em ata o ocorrido e permanecendo no certame tão somente a sua proposta escrita.

#### 4- DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

4.1- A proposta de preços e os documentos de habilitação deverão ser apresentados em envelopes (preferencialmente opacos e rubricados no fecho) separados e fechados, de forma a não permitir a violação de seu conteúdo, identificados com etiqueta conforme segue abaixo:

##### ENVELOPE n.º 01 – PROPOSTA DE PREÇOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – PMSPA

PROCESSO LICITATÓRIO – PREGÃO n.º 10.04.2021 REGISTRO DE PREÇOS

“RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA e CNPJ”

##### ENVELOPE n.º 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – PMSPA

PROCESSO LICITATÓRIO – PREGÃO n.º 10.04.2021 REGISTRO DE PREÇOS

“RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA e CNPJ”

#### 5- DA PROPOSTA DE PREÇOS – Envelope n.º 1:

5.1 - A proposta de preço dos proponentes deverá ser entregue no original, datilografada ou impressa, devendo ser assinada e rubricada em todas as folhas, sem emendas e rasuras, devendo constar a marca ou a especificação completa do produto, o valor unitário e valor total, e deverá conter:

a) o prazo de entrega do objeto cotado deverá ser feita diariamente, conforme a necessidade de cada veículo.

b) o prazo de validade da proposta, que deverá ser de 60 dias, contados da data limite para apresentação das propostas neste pregão;

5.1.1- Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, primeiro em algarismos com duas casas decimais após a vírgula e por último o valor por extenso.

5.1.2 – havendo divergência entre o valor apresentado em algarismo e por extenso, prevalecerá o segundo.

5.2- Nos preços cotados devem estar inclusos todos os custos relacionados com a remuneração e encargos sociais e outros, pertinentes ao fornecimento do objeto, bem como taxas, impostos, fretes, e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre ele. Nos preços decorrentes da aplicação dos descontos ofertados devem estar inclusos, além do lucro, todos os custos diretos e indiretos relativos ao cumprimento integral do objeto do PREGÃO, envolvendo, entre outras despesas e aquelas anteriormente mencionadas, garantindo-se este durante toda a vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, exceto quanto aos preços nas hipóteses de desequilíbrio econômico-financeiro previsto na legislação incidental.

5.3- Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste edital.

5.4- Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante da empresa devidamente identificado.

5.5- Na hipótese prevista no subitem 5.4, estando presente o representante legal na sala onde estão sendo abertos os envelopes e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade por intermédio de procuração com poderes específicos inerentes ao presente pregão, a falta da assinatura poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato.

5.6- O licitante que apresentar na sua proposta ou mesmo durante os lances verbais preço considerado pela administração municipal como inaceitável sofrerá as sanções previstas nos itens 16.1.3 e 16.1.4.

5.7- A proposta deverá apresentar o valor máximo previsto por item que será de acordo com o anexo I deste edital. As empresas licitantes que apresentarem propostas acima do valor orçado serão automaticamente desclassificadas do pregão.

5.8- Também deverá estar incluso no preço cotado todo o trabalho de abastecimento do objeto deste Edital, que ficará sob a total responsabilidade do licitante vencedor.

#### 6.0- DO FORNECIMENTO DOS PRODUTOS:

6.1- Para fornecimento das quantidades adquiridas proceder-se-á da seguinte forma, de acordo com as necessidades e conveniências da CONTRATANTE:

6.1.1- O abastecimento será realizado diretamente nas bombas de combustível da CONTRATADA, no endereço indicado na proposta, admitida uma distância de até 08 km do Prédio da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara;

6.1.2- A CONTRATANTE encaminhará seus veículos oficiais até o posto de abastecimento, dentro do horário de funcionamento da Contratada, o qual não poderá ser inferior ao intervalo de horário das 7h (sete) às 20h (vinte) horas;

6.1.3- A CONTRATADA fornecerá os produtos mediante a apresentação da “Autorização de Fornecimento”, apresentado pela CONTRATANTE e acordado pelas partes, devidamente datada e assinada por funcionário autorizado da CONTRATADA;

6.1.4- A “Autorização de Fornecimento” deverá ser devidamente preenchida com as informações relativas ao abastecimento.

6.1.5- O combustível será recusado no caso de densidade fora dos padrões, erro quanto ao produto solicitado, volume menor que o solicitado, contaminação por quaisquer elementos não permitidos em sua composição ou a presença de outras substâncias, em percentuais além dos autorizados em sua composição.



6.1.6- O combustível recusado deverá ser substituído no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir do recebimento pela CONTRATADA da formalização da recusa pela CONTRATANTE, arcando a CONTRATADA com os custos dessa operação, inclusive os de reparação.

6.1.7- Para o abastecimento dos veículos oficiais, deverá ser especificado o quantitativo em litros do combustível fornecido, bem como deverá ser fornecido o devido comprovante.

6.1.8- Não será admitida recusa de abastecimento em decorrência de sobrecarga na sua capacidade instalada.

6.1.9- Em caso de panes, falta do combustível, casos fortuitos ou de força maior, a CONTRATADA deverá providenciar alternativas de abastecimento nas mesmas condições acordadas, no prazo máximo de 01 (uma) hora, após o recebimento da formalização de descontinuidade dos serviços emitida pela CONTRATANTE, sob pena de sofrer as sanções previstas no contrato.

## 6.2 - CONDIÇÕES BÁSICAS

6.2.1 - O fornecimento do combustível deverá estar disponibilizado à CONTRATANTE imediatamente após a assinatura do contrato.

6.2.2- Quanto ao quantitativo estimado a ser contratado, só será pago o que efetivamente for consumido.

## 7- DA FASE COMPETITIVA DO CERTAME:

7.1- Aberta a sessão pública do pregão, o Pregoeiro abrirá o envelope n.º 1, contendo a proposta de preços, verificará a sua conformidade com as exigências do presente edital e as ordenará por ordem de menor preço.

7.2- Participarão dos lances verbais e sucessivos por item ofertado o autor da proposta de menor preço por item e os autores das propostas que apresentem valores até 10% superiores, relativamente, àquele menor preço.

7.2.1- Em havendo empate na última proposta de preço unitário a entrar na disputa, ou seja, na de maior valor entre as três menores apresentadas, serão chamadas a participar dos lances individuais todas as que se encontrarem nessa situação.

7.2.1.1- Considera-se, para os fins do art. 44, § 2.º, da Lei Complementar n.º 123/2006, empate ficto aquele cujo preço da Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte for superior em até 5% (cinco por cento) à proposta mais bem classificada.

7.2.2- Não havendo pelo menos três ofertas nas condições previstas anteriormente, serão chamados a participar dos lances verbais e sucessivos os autores das melhores propostas, quaisquer que sejam os preços oferecidos, até o máximo de três.

7.3- Os lances verbais e sucessivos pelo preço unitário serão iniciados pelo autor da proposta com maior preço dentre aqueles aptos a oferecer propostas e assim, sucessivamente, em ordem decrescente, até a proclamação do vencedor.

7.4- Caso duas ou mais propostas, dentre as inicialmente ordenadas para oferecer lances verbais, apresentarem preços iguais, será realizado previamente sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.4.1- Caso as licitantes participantes do sorteio desistam de apresentar lance verbal, a classificação dar-se-á de acordo com o resultado do sorteio.

7.4.2- Terminados os lances verbais e ocorrendo o empate ficto entre a proposta mais bem classificada de uma não ME ou EPP, com a proposta de uma Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos moldes do art. 44, § 2.º, da Lei Complementar n.º 123/2006 (preço da ME ou EPP não superior a 5% da proposta mais bem classificada), utilizar-se-á a regra de desempate ali estabelecida, sendo oferecido à ME ou à EPP o direito de cobrir a melhor proposta, num prazo máximo e improrrogável de 05 minutos.

7.5- Os lances, em valores distintos e decrescentes, serão efetuados no momento em que for conferida a palavra ao representante da licitante, na ordem decrescente dos preços.

7.6- É vedada a oferta de lance visando empate com proposta de outra licitante.

7.7- Os lances observarão o decréscimo mínimo de R\$ 0,01 (um centavo de real) do último valor ofertado.

7.8- Não será admitida a desistência do(s) lance(s) efetivado(s), sujeitando-se a licitante desistente às penalidades previstas neste edital.

7.9- A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

7.10- Caso as licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

7.11- O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes deixarem de apresentar novos lances.

7.12- Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará:

a) a aceitabilidade da proposta de menor valor, comparando-a com valores consignados em planilha de acompanhamento de preços do órgão licitante;

b) o atendimento das especificações e qualificações do bem ofertado, definidas no edital e seus anexos, bem como as demais condições estabelecidas.

7.13- Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter melhor preço.

7.14- Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda o edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

7.15- Serão desclassificadas:



- a) as propostas que não atenderem às exigências relativas ao objeto desta licitação;
- b) as que conflitem com a legislação em vigor;
- c) as propostas que apresentarem preços maiores que o preço máximo desta licitação, haja vista que se aplica ao certame a regra do art. 40, X, da Lei n.º 8.666/1993.

7.16- Não serão consideradas, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens não previstas no edital.

7.17- Encerrada a fase competitiva do pregão e ordenadas as propostas, será aberto pelo pregoeiro o Envelope nº 2 – Documentos de Habilitação da licitante classificada com menor preço.

#### 8- DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – Envelope n.º 2:

8.1- Os documentos de habilitação, em uma via, preferencialmente numerados e na sequência exigida neste edital, deverão estar agrupados, rubricados em todas as suas páginas por representante legal da licitante ou preposto, e deverão ser apresentados no original, em cópia autenticada por cartório, ou em cópia autenticada por servidor autorizado da Prefeitura de São Pedro de Alcântara, mediante a exibição dos originais, antes da entrega dos envelopes.

8.1.1- Somente serão aceitos documentos originais, cópias ou publicações legíveis, que ofereçam condições de análise por parte da Comissão.

8.1.2- Serão aceitos comprovantes de regularidade fiscal, obtidos na rede internet, condicionado a que os mesmos tenham sua validade confirmada pela Comissão, na fase de habilitação.

8.2- A documentação para fins de habilitação a ser incluída no envelope n.º 2 pelas licitantes, é constituída de:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou cópia da cédula de identidade, se pessoa física;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;
  - b.1) caso a licitante, no ato do credenciamento, já tenha apresentado uma via do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, não se faz necessário que repita a exigência da letra “b” supra no envelope n.º 02;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretária da Receita Federal (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede da licitante.
  - c.1) a certidão a que se refere a alínea anterior abrange inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive inscritas em Dívida Ativa da União (DAU).
- d) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente (CND);
- e) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente (CND);
- f) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CND);
- g) declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- h) certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor do foro ou cartório da sede da licitante.
- i) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943”.

8.2.1- As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação no certame, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição.

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, letras “c”, “d”, “e”, “f” supra, o proponente deverá regularizar a documentação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento do julgamento da habilitação, prorrogáveis por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

b) A não regularização da documentação, no prazo previsto na alínea “a”, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 de Lei 8.666/93, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes,

8.2.2- Ocorrendo o fato acima mencionado, a sessão pública será suspensa, restando todas as licitantes, no ato da suspensão, intimadas a comparecer em data e horário a serem de pronto designados pelo pregoeiro, para continuidade do certame.

8.3- Os comprovantes exigidos, quando for o caso, deverão apresentar prazo de validade até a data limite fixada para a entrega dos envelopes. Não constando a vigência, será considerado o prazo de 90 dias da data da emissão.

8.4- Sob pena de inabilitação, os documentos a que se refere o subitem 8.2 deste edital deverão constar o nome/razão social da licitante, o número do CNPJ e o respectivo endereço, observado que:

- a) se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, salvo situação expressa em documento: válidos para matriz e filiais;
- c) se a licitante for a matriz e o fornecimento for realizado pela filial, os documentos exigidos neste edital deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, salvo situação expressa em documento: válidos para matriz e filiais.

8.5- As licitantes que, por sua natureza ou por força de lei estiverem dispensadas da apresentação de determinados documentos de habilitação deverão apresentar declaração identificando a situação e citando os dispositivos legais pertinentes.

#### 8.6- Da Abertura do Envelope n.º 2 – Documentos de Habilitação:

8.6.1- Sendo considerada aceitável a proposta de preços da licitante que apresentou menor preço unitário, a Comissão procederá à abertura do envelope n.º 2 – Documentos de Habilitação da autora da proposta de menor preço unitário, realizando a verificação do atendimento

das condições de habilitação fixadas neste edital.

8.6.2- Constatada a conformidade da documentação com as exigências contidas no edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

8.6.3- Em caso da licitante desatender às exigências habilitatórias, a Comissão a inabilitará e examinará as ofertas subseq-entes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, sujeitando a empresa inabilitada as penalidades previstas.

8.6.4- O envelope de documentação deste pregão que não for aberto ficará em poder da Comissão pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, a partir da homologação da licitação, após o que ficará a disposição da licitante para retirada até o prazo de 05 dias úteis.

8.7- Os envelopes com os documentos de habilitação das empresas que forem excluídas da fase competitiva do certame, conforme o subitem 8.2 deste edital será devolvido caso solicitado em ata, após a assinatura do contrato com a empresa vencedora.

#### 9- DA ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

9.1- Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo o(s) registro(s):

- a) das licitantes credenciadas;
- b) das propostas escritas e verbais apresentadas na ordem de classificação;
- c) da análise da documentação exigida para a habilitação;
- d) da manifestação imediata e motivada de intenção de recorrer da licitante.

9.1.1- A ata circunstanciada deverá ser assinada pelo pregoeiro, pela Comissão de Licitação e pelo(s) representante(s) da(s) licitante(s) presente(s), devidamente credenciado(s).

#### 10- DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

10.1- Iniciada a sessão pública do pregão, esta não será suspensa ou transferida, salvo motivo excepcional assim caracterizado pelo pregoeiro e pela Comissão.

10.2- Verificando-se o adiamento da sessão pública do pregão, o Pregoeiro determinará nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas as licitantes.

10.3- O Pregoeiro poderá interromper a sessão, temporariamente, para determinar alguma providência administrativa para o bom andamento dos trabalhos.

#### 11- DO JULGAMENTO:

11.1- Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do ato convocatório da licitação.

11.2- Será considerada primeira classificada a licitante que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste edital, apresentar o menor preço por lote para o objeto desta licitação.

#### 12- DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

12.1- Qualquer cidadão poderá, no prazo de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública, solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o edital do pregão, neste último caso, a impugnação deverá ser formalizada e encaminhada ao e-mail: [licitacao@pmspa.sc.gov.br](mailto:licitacao@pmspa.sc.gov.br).

12.2- Ao final da sessão, após a declaração da licitante vencedora, num prazo estabelecido pelo Pregoeiro, que não poderá exceder a 05 (cinco) minutos, a licitante que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro deverá manifestar imediata e motivadamente tal intenção, com o devido registro em ata, sendo-lhe concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhe assegurada vista dos autos.

12.3- Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela licitante.

12.4- A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.

12.5- As impugnações, recursos e contrarrazões deverão ser entregues na sala da Comissão de Licitação ou pelo e-mail mencionado no subitem 12.1.

#### 13- DAS CONTRATAÇÕES:

13.1- Os licitantes vencedores para a prestação dos serviços incluídos na ata de registro de preços estarão obrigados a celebrar os contratos que poderão advir, nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria ata.

13.2- A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

13.3- Para instruir a formalização dos contratos ou instrumento equivalente, o licitante vencedor deverá providenciar e encaminhar ao órgão contratante, no prazo de 03 (três) dias úteis a partir da data da convocação, certidão negativa do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como certidão negativa de tributos municipais de sua sede, sob pena de a contratação não se concretizar, devendo manter estas certidões atualizadas.

13.3.1- Se as certidões anteriormente apresentadas para habilitação ou constantes do cadastro estiverem dentro do prazo de validade, o licitante ficará dispensado da apresentação das mesmas.

#### 14- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

14.1- As despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão por conta dos recursos orçamentários previstos para o exercício vigente, sendo que a cada contratação, de acordo com a necessidade da Administração, será efetuado o devido empenhamento no item orçamentário específico.

#### 15- DO VALOR MÁXIMO (art. 40, X, da Lei n.º 8.666/1993):

15.1- O valor máximo é aquele constante no ANEXO I, parte integrante deste edital.

**16- DO PAGAMENTO DAS DESPESAS:**

16.1- O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias depois de entregue e conferido pelo Setor de Contabilidade do Município, e somente será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do Município de São Pedro de Alcântara, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, o número da autorização de fornecimento e/ou a Ata de Registro de Preços.

**17- DAS SANÇÕES:**

17.1- As licitantes que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas na Lei n.º 10.520/2002 e na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, quais sejam:

17.1.1- Advertência;

17.1.2- Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso na entrega dos produtos, calculado sobre o valor total desta licitação;

17.1.3- Suspensão:

17.1.3.1- A licitante ficará impedida de licitar e contratar com o Município de São Pedro de Alcântara/SC, por até 02 (dois) anos quando convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

a) não celebrar o contrato;

b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;

c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

d) não mantiver a proposta;

e) falhar ou fraudar na execução do contrato;

f) comportar-se de modo inidôneo;

g) cometer fraude fiscal.

17.1.4- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas através de processo administrativo.

17.2- Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas às justificativas da licitante ou contratada, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

17.3- As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/contratada.

17.4- Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**18- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

18.1- São partes integrantes deste edital a tabela de quantitativos estimados para os produtos a serem adquiridos (anexo I)

18.2- Os preços propostos serão fixos, tendo sua validade adstrita à validade da ata de registro de preços, qual seja, 12 meses corridos a contar da sua assinatura.

18.2.1 - A ata firmada com o licitante fornecedor poderá ser alterada nos termos dos artigos 65, da Lei 8.666/93.

18.3- É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

18.4- As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

18.5- O licitante que vier a ter seus preços registrados na Ata de Registro de Preços ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial da ata que se fizerem necessários, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993.

18.6- Não será permitida a subcontratação do objeto deste edital.

18.7- Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da comissão permanente de licitações em contrário.

18.8- Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

18.8.1- Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura de São Pedro de Alcântara.

18.9- O Município de São Pedro de Alcântara poderá revogar o presente pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

18.10- O presente edital poderá ser alterado, pela Administração, antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o artigo 21, § 4º, da Lei n.º 8.666/1993, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das propostas e documentos de habilitação.

18.11- Informações e esclarecimentos sobre a presente licitação serão prestadas pela Comissão Permanente de Licitações, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara/SC – fone: (48) 3277-0122 – ramal 202, de segunda à sexta-feira, durante o horário de expediente, ou através do e-mail: [licitacoes@pmspa.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pmspa.sc.gov.br)

18.12- A Administração não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste pregão, senão aquelas que estiverem rubricadas pela autoridade competente, ou sua cópia fiel.

18.13- A participação na presente licitação implica na aceitação plena das condições expressas neste edital e em seus anexos.

18.14- Fica eleito o foro da Comarca de São José/SC, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes deste edital

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de Fevereiro de 2021.

CHARLES DA CUNHA  
Prefeito Municipal

RAFAEL LUCIANO DE ALMEIDA DA SILVA  
Pregoeiro

ANEXO I

**PREGÃO PRESENCIAL nº 10.04.2021**  
**REGISTRO DE PREÇOS COMBUSTÍVEL**

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	REF.	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO R\$	VALOR MÁXIMO TOTAL
01	01	Gasolina Comum	Litro	25.000	R\$ 4,50	R\$ 113.500,00
VALOR TOTAL DO LOTE 01					R\$ 113.500,00	
02	01	Diesel S10	Litro	160.000	R\$ 3,70	R\$ 592.000,00
	02	Arla 32 (armaze- nados em galão ou Balde de 20 litros)	Unidade/ galão	110	R\$ 79,00	R\$ 8.239,00
VALOR TOTAL DO LOTE 02					R\$ 600.239,00	
VALOR TOTAL DOS LOTES 01 E 02: R\$ 713.739,00 (setecentos e treze mil setecentos e trinta e nove reais)						

## 1.0 DO OBJETO

1.1 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de prestação do serviço em igualdade de condições.

1.2 **IMPORTANTE:** Os produtos a serem entregues, quando da contratação, deverão corresponder às especificações da proposta, em total consonância com o edital, no que tange às suas características e padrão de qualidade, sob pena de rescisão contratual e penalidades cabíveis.

## 2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente licitação servirá para A presente licitação tem como objeto Aquisição parcelada e estimada de combustível para abastecimento de veículos, com fornecimento diário, para os veículos das frotas Municipais. Outrossim, optou-se pela adoção do Sistema de Registro de Preços (PREGÃO PRESENCIAL).

## 3. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 Os produtos devem ser entregues mediante autorização da chefia, respeitando a necessidade e demanda por eles estabelecidos.

## 4. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMUNS

4.1. O serviço a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

## 5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. A Contratada obriga-se a:

- 5.1.1. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- 5.1.2. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Contratante ou a terceiros;
- 5.1.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 5.1.5. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;
- 5.1.6. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- 5.1.7. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;
- 5.1.8. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 5.1.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 5.1.10. Manter durante toda a vigência DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.1.11. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- 5.1.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. A Contratante obriga-se a:

- 6.1.1. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;
- 6.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua



proposta;

6.1.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.1.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

6.1.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

6.1.6. Zelar para que durante toda a vigência DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## 7. CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A fiscalização da contratação será exercida pelos servidores, Joseane Cristina Stein, CPF 004.598.099-38, matrícula 3401; Maicon Lohn CPF 039.209.959-45 matrícula 3.759 designados, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, e de tudo dará ciência à Administração.

7.2. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 8. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que, no decorrer da contratação:

8.1.1. Inexecução total ou parcialmente Da Ata De Registro De Preços;

8.1.2. Apresentar documentação falsa;

8.1.3. Comportar-se de modo inidôneo;

8.1.4. Cometer fraude fiscal;

8.1.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no Contrato.

8.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

8.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

8.2.2. Multa:

8.2.2.1 Moratória de até 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

8.2.2.2 Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata De Registro De Preços, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total da Ata De Registro De Preços.

8.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, pelo prazo de até dois anos;

8.2.4. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal.

8.2.5. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;

8.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

8.2.6.1 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.2.7. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão da Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação:

8.2.7.1 Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

8.2.7.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

8.2.7.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

8.2.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

8.2.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8.2.10. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Contratante, ou deduzidos da garantia, se houver, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

8.2.10.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.2.11. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

8.2.12. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão prevista no Edital.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de fevereiro de 2021.

CHARLES DA CUNHA  
Prefeito Municipal

RAFAEL LUCIANO DE ALMEIDA DA SILVA  
Pregoeiro

## ANEXO II

### MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2021

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 10.04/2021

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos XX dias do mês de XXXXXX do ano de XXXX, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, com sede na administrativa no endereço Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, CEP 88,125-000, inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Charles da Cunha, CPF nº 066.071.219-93 e RG nº 5.399.905, no uso de suas atribuições legais;

Nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 1993, e as demais normas legais correlatas;

Em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 10.04/2021, conforme resultado homologado em XX/XX/XXXX;

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a contratação dos itens constantes na proposta vencedora transcrita em Anexo desta Ata, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa XXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXX, CEP XXXX, no Município de XXXXXX, neste ato representada pelo(a) Sr(a). XXXXXX, portador(a) da Cédula de Identidade nº XXXX e CPF nº XXXXXX, cuja proposta foi classificada em 1º lugar no certame.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto desta Ata é o registro de preços para contratação do serviço de XXXXXX (LOTE(S) VENCIDO(S) PELA EMPRESA), mediante o regime de empreitada por preço unitário, visando atender às necessidades da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, conforme descrição, quantidades e preços descritos em Anexo(s).

1.1.1. A descrição e a especificação detalhada do serviço e das tarefas que o compõem constam do Termo de Referência.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1. O valor global desta Ata é de R\$ XXXXXX (XXXXXXX), distribuídos da seguinte forma:

Nº LOTE DESCRIÇÃO DO LOTE VALOR TOTAL

01 NOME DO LOTE VENCIDO PELA EMPRESA R\$ XXX

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Administração e Finanças e Secretaria Municipal de Saúde.

3.3. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Art. 22 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.3.1. Caberá ao prestador de serviços beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da prestação dos serviços, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3.3.2. As contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3.3.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.3.4. Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao prestador de serviços faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4.2. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

4.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos prestadores dos serviços.

4.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

4.4.1. Convocar o prestador de serviços visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

4.4.2. Frustrada a negociação, o prestador dos serviços será liberado do compromisso assumido;

4.4.3. Convocar os demais prestadores de serviços visando igual oportunidade de negociação.

4.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o prestador dos serviços, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.5.1. Liberar o prestador de serviços do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de prestação dos serviços; e

4.5.2. Convocar os demais prestadores de serviços visando igual oportunidade de negociação.

4.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.7. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

5.1. O prestador dos serviços terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

5.1.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.1.3. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

5.1.4. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.1.5. Não manter as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.2. O prestador dos serviços poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

5.3. Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do prestador dos serviços aos órgãos participantes, se houver.

#### 6. CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

6.1. A contratação com o prestador de serviços registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de serviços ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.1.1. As condições de execução dos serviços constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

6.2. O órgão convocará a prestadora de serviços com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

6.2.1. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

6.3 É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.



6.3.1. É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

6.4. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.5. Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.

#### 7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

7.1. A vigência do serviço é a partir da assinatura desta ata até 02 de Março de 2022.

#### 8. CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO

8.1. O preço apresentado pelas licitantes deve estar de acordo com o divulgado pela ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil) do Ministério da Defesa, proposto com base na menor tarifa do momento da emissão, acompanhado do maior desconto oferecido sobre a remuneração da companhia aérea.

8.2. A proposta de preço deve conter a indicação do maior percentual de desconto oferecido pela empresa licitante a ser aplicado sobre o valor da comissão paga pela companhia aérea a Agência, incidente no preço dos bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais.

8.3. O percentual de desconto não deverá ter mais do que duas casas decimais.

#### 9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a:

9.1.1. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

9.1.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

9.1.3. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Administração ou a terceiros;

9.1.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

9.1.5. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;

9.1.6. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadiplência não transfere responsabilidade à Administração;

9.1.7. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

9.1.8. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

9.1.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.11. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência.

9.1.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A Contratante obriga-se a:

9.2.1. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

9.2.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.2.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

9.2.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço.

9.2.6. Zelar para que durante toda a vigência da ata de registro sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.3. as especificações técnicas exigidas.

#### 10. CLÁUSULA DEZ - DO PAGAMENTO

10.1. O prazo para pagamento será de até 10 (dez) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.

10.2. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, que conterá o detalhamento dos serviços executados.

10.2.1. O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os serviços efetivamente prestados.

10.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.4. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

10.5. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

10.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.7. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

#### 11. CLÁUSULA ONZE - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

11.1. A fiscalização da contratação será exercida pelos servidores Luis Antonio Schappo Exterkoetter, Secretário de Administração, Finanças e Planejamento, CPF nº 096.704.859-16, RG nº 6.225.457, matrícula 3777 Rafael Kretzer, Chefe de Gabinete, CPF nº 066.784.819-33, RG nº 5.688.813 matrícula 3769, designada gestora, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

#### 12. CLÁUSULA DOZE - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS da Lei nº 10.520, de 2002, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

12.1.1. Não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;

12.1.2. Apresentar documentação falsa;

12.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

12.1.4. Não manter a sua proposta dentro do prazo de validade;

12.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.6. Cometer fraude fiscal;

12.1.7. Fizer declaração falsa;

12.1.8. Ensejar o retardamento da execução do certame.

12.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- b) Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos;

12.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12.3. Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que, no decorrer da contratação:

- 12.3.1. Inexecução total ou parcialmente a Ata de Registro de Preço;
- 12.3.2. Apresentar documentação falsa;
- 12.3.3. Comportar-se de modo inidôneo;
- 12.3.4. Cometer fraude fiscal;
- 12.3.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços.

12.4. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- b) Multa:
  - b) 1. Moratória de até 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;
  - b) 2. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.
- c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, pelo prazo de até dois anos;
- d) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

12.4.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12.5. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

- 12.5.1. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- 12.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

12.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Órgão, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

12.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.9. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

### 13. CLÁUSULA TREZE - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e Anexos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 10.04/2021 e a proposta da empresa.

13.2. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.

13.3. O foro para dirimir questões relativas à presente Ata será o da Comarca de São José, Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro.

São Pedro de Alcântara, XX de XXXXXX de XXXX.

Representante do Órgão

Representante da Empresa

Gestor(a)

### ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2021

Este documento é parte da Ata de Registro de Preços acima referenciada, celebrada entre a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara /SC e a empresa XXXXXXXXXX, cujos itens e respectivos preços estão a seguir descritos na proposta de preços anexada, em face da realização do Pregão Presencial nº 10.04/2021

### ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO ART. 7º, XXXIII DA CF/88  
(colocar em papel timbrado da licitante)

### PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 10.04/2021

#### DECLARAÇÃO

nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador (a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº...../....., DECLARA, para fins do disposto no inciso XXXIII do artigo 7 da Constituição Federal de 1988 e do Decreto nº. 4.358, de 05 de setembro de 2002, c/c o artigo 27, inciso V, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescida pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, para participação no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 10.04/2021 da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara / SC.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

Local e data

(assinatura)

### ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO – ART. 4º, INC. VII, DA LEI Nº 10.520/2002

### PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 10.04/2021

#### DECLARAÇÃO

..... (identificação da licitante) com sede na ....., (endereço) inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., vem através de seu representante legal abaixo assinado, declarar expressamente, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, com os documentos devidamente atualizados na forma da legislação vigente, que se encontram dentro do Envelope de nº 02 – Documentos de Habilitação, em conformidade com o inciso VII, Art. 4º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para participação no Pregão Eletrônico presencial para Registro de Preços nº 10.04/2021 da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara / SC.

Local e data

(assinatura)

### ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU COOPERATIVA  
ENQUADRADA NO ART. 34 DA LEI Nº 11.488, DE 2007

(colocar em papel timbrado da licitante)

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 10.04/2021

#### DECLARAÇÃO

..... (identificação da licitante) com sede na ....., (endereço) inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, expressamente, sob as penas da lei, que é considerada:

☐ microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não se incluindo nas hipóteses de exclusão previstas no §4º do artigo 3º do mesmo diploma;

OU

☐ cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007;

Gozando, assim, do regime diferenciado e favorecido instituído pela referida Lei Complementar, para fins de participação no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 10.04/2021 da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara / SC.

Local e data

(assinatura)

#### TERMO DE DESISTÊNCIA

Publicação Nº 2869424

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.

TERMO DE DESISTÊNCIA

PROCESSO SELETIVO EDITAL N.º 001/2018

Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de 2021,

BERNADETE ZENAIDE FERREIRA BERNARDO por livre e espontânea vontade declarou para os devidos fins que DESISTIU da vaga para qual foi aprovada no Processo Seletivo Edital nº. 001/2018, da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, relativo ao cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, classificação 14 conforme termo arquivado no Setor de Recursos Humanos do Município.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de fevereiro de 2021.

# Saudades

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 20, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2021

Publicação Nº 2867837

DECRETO N. 20, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

“ADOPTA MEDIDAS PREVENTIVAS PARA O ENFRENTAMENTO, CONTROLE DA TRANSMISSÃO E REDUÇÃO DOS RISCOS DE DISSEMINAÇÃO E CONTÁGIO DO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MACIEL SCHNEIDER, Prefeito Municipal de Saudades, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto no art. 8º da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que determina a forma regionalizada e hierarquizada das ações e serviços de saúde;

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (com público superior a cem pessoas);

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março de 2020, atribuiu à epidemia causada pelo novo coronavírus (covid-19) o status de pandemia;

CONSIDERANDO que o Congresso Nacional no dia 20 de março de 2020, reconheceu o Estado de Calamidade Pública para os fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;

CONSIDERANDO a Portaria nº 454/GM/MS, de 20 de março de 2020, que declara em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do COVID-19;

CONSIDERANDO a Portaria Conjunta SED/SES/DCSC nº 750, de 25 de setembro de 2020, que determina a elaboração e a validação dos Planos de Contingência Municipal e Escolares para a Educação e a organização dos Comitês Municipais e Comissões Escolares para o gerenciamento da COVID-19 para a Educação;

CONSIDERANDO a Lei nº 18.032, de 8 de dezembro de 2020, que considera a educação como atividade essencial durante a pandemia de COVID-19, bem como o Decreto nº 1.003, de 14 de dezembro de 2020, que regulamenta a Lei nº 18.032, de 2020;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 1.027 de 18.12.2020 que instituiu novas regras para organização das medidas para o enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO as análises realizadas pelo Governo do Estado em relação à evolução da pandemia de COVID-19 nas diferentes regiões do Estado, combinadas com a disponibilidade de leitos e da atual estrutura de saúde existente;

CONSIDERANDO a preocupante situação vivida pelo Município de Chapecó em relação ao iminente colapso no sistema de saúde, bem como à indisponibilidade de leitos de UTI no Hospital Regional de Chapecó e Hospital Regional Teresinha Gaio Basso (São Miguel do Oeste), para onde são encaminhados os casos de internação do Município de Saudades;

CONSIDERANDO importante reunião realizada na manhã do dia 17.02.2021 em conjunto pela Administração Municipal e suas secretarias, representante da Câmara de Vereadores, da Associação Comercial e Industrial de Saudades/SC e representantes do Hospital de Saudades;

#### DECRETA:

Art. 1º. Todas as determinações contidas neste Decreto terão validade até o dia 28.02.2021, inclusive.

Art. 2º. Ficam suspensas as aulas presenciais em toda a rede de ensino de Saudades/SC, pública e privada, em todos os níveis de ensino, mantendo-se as atividades remotas, quando possível, que terão início em 18.02.2021.

Art. 3º. Ficam suspensas em todo o território municipal as atividades esportivas, inclusive, mas não se limitando, a futebol, baralho, dominó, bocha, bilhar (sinuca) e outras modalidades que possam aglomerar pessoas em clubes sociais, bares, lanchonetes e demais estabelecimentos sediados na cidade e no interior do município.

Art. 4º. Os Restaurantes terão seu funcionamento ao público restrito entre as 9h e 22h, com limitação de lotação máxima equivalente a 30% (trinta por cento) da capacidade, conforme definido no Decreto Estadual nº 1.027, de 18.12.2020, para o nível gravíssimo, desde

que respeitado o distanciamento social de 1,5 metros entre os presentes, além do uso de máscaras e álcool gel.

Parágrafo único. Os clientes deverão permanecer no estabelecimento somente pelo período necessário para realizar as refeições.

Art. 5º. Ficam suspensas, em todo território municipal, todos os eventos governamentais, esportivos, artísticos, culturais, políticos, científicos, comerciais, religiosos e outros com concentração de pessoas.

Art. 6º. Fica proibido a permanência de pessoas em logradouros públicos como praças e parques municipais, após as 22h.

Art. 7º. Fica proibida a realização de festas, encontros, reunião particulares e similares, com mais de 10 (dez) pessoas, sendo necessária ainda, a observância do distanciamento social de 1,5 metros entre os presentes além do uso de máscaras e álcool gel.

Art. 8º. Ficam suspensas as atividades religiosas presenciais em templos, igrejas e similares, em qualquer horário, em todo o território municipal.

Art. 9º. As atividades desempenhadas pelos comércios em geral do município devem ficar limitadas a adentrar no estabelecimentos somente 1 (uma) pessoa por família, limitando-se a permanência simultânea de clientes de, no máximo, 30% (trinta por cento) da capacidade do Estabelecimento, desde que observado o distanciamento social de 1,5 metros entre os presentes além do uso de máscaras, devendo ser mantido acessível ao público álcool em gel (70%).

Parágrafo único. As restrições do caput aplicam-se a todos os estabelecimentos que mantêm acesso ao público.

Art. 10. Mantém-se obrigatório o uso de máscaras e distanciamento social em todo território do Município de Saudades (em todos os estabelecimentos, espaços públicos, inclusive em vias públicas), exceto na própria residência, estando sujeito o infrator as penalidades legais.

Art. 11. As pessoas infectadas com o coronavírus (Covid-19) ou com determinação de isolamento por Autoridade de Saúde, devem manter-se em isolamento pelo tempo recomendado, sob pena de aplicação das sanções previstas no Código Penal.

Art. 12. As indústrias do Município de Saudades deverão adotar medidas a fim de redobrar os cuidados em relação à propagação da Covid-19 no ambiente de trabalho, como intensificar a higienização do local de trabalho, cumprir, na medida do possível o distanciamento de 1,5 metros entre os trabalhadores e exigir o uso de máscaras.

Art. 13. Caberá à Vigilância Sanitária, à Defesa Civil e à Polícia Militar do Estado de Santa Catarina a fiscalização das medidas constantes neste Decreto e demais normas sanitárias vigentes.

Art. 14. O descumprimento das determinações elencadas no presente Decreto está sujeito à imposição alternativa ou cumulativa das penalidades de:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Interdição parcial ou total do estabelecimento.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Saudades/SC, 17 de fevereiro de 2021.

MACIEL SCHNEIDER  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MÁRCIO OTAIR HART  
Secretário de Fazenda e Administração



# Schroeder

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO N°. 001/2019-SEMEC/PMS

Publicação N° 2869511

Convocação Processo Seletivo n°. 001/2019-SEMEC/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o (a) Sr. (a) SAMANTHA SALOMON HUBEL, inscrito (a) no CPF sob n°. 036.150.259-11, aprovado (a) em 4º lugar no Processo Seletivo n°. 001/2019-SEMEC/PMS, para o cargo de PROFESSOR B – ARTE para assumir o respectivo cargo.

O (a) convocado (a) deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 16h30 do dia 19 de fevereiro de 2021, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, conforme preveem os itens 15.2 e 15.3.

Schroeder, 17 de fevereiro de 2021.

Felipe Voigt  
Prefeito Municipal

Armelinda Walz Schmitt  
Secretária de Educação e Cultura

### CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO N°. 001/2019-SEMEC/PMS

Publicação N° 2869519

Convocação Processo Seletivo n°. 001/2019-SEMEC/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o (a) Sr. (a) CRISTINA HOLZINGER, inscrito (a) no CPF sob n°. 712.555.089-49, aprovado (a) em 2º lugar no Processo Seletivo n°. 001/2019-SEMEC/PMS, para o cargo de PROFESSOR B – LÍNGUA ESTRANGEIRA ALEMÃ para assumir o respectivo cargo.

O (a) convocado (a) deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 16h30 do dia 19 de fevereiro de 2021, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, conforme preveem os itens 15.2 e 15.3.

Schroeder, 17 de fevereiro de 2021.

Felipe Voigt  
Prefeito Municipal

Armelinda Walz Schmitt  
Secretária de Educação e Cultura

### CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO N°. 001/2019-SEMEC/PMS

Publicação N° 2869506

Convocação Processo Seletivo n°. 001/2019-SEMEC/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o (a) Sr. (a) BIANCA MULLER, inscrito (a) no CPF sob n°. 070.458.969-99, aprovado (a) em 3º lugar no Processo Seletivo n°. 001/2019-SEMEC/PMS, para o cargo de PROFESSOR B – CIÊNCIAS para assumir o respectivo cargo.

O (a) convocado (a) deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 16h30 do dia 19 de fevereiro de 2021, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, conforme preveem os itens 15.2 e 15.3.

Schroeder, 17 de fevereiro de 2021.

Felipe Voigt  
Prefeito Municipal

Armelinda Walz Schmitt  
Secretária de Educação e Cultura

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO N°. 001/2019-SEMEC/PMS**

Publicação N° 2868278

Convocação Processo Seletivo n°. 001/2019-SEMEC/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o (a) Sr. (a) NELSO DE QUADRA, inscrito (a) no CPF sob n°. 465.746.039-00, aprovado (a) em 10º lugar no Processo Seletivo n°. 001/2019-SEMEC/PMS, para o cargo de PROFESSOR B – EDUCAÇÃO FÍSICA para assumir o respectivo cargo.

O (a) convocado (a) deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 16h30 do dia 19 de fevereiro de 2021, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, conforme preveem os itens 15.2 e 15.3.

Schroeder, 17 de fevereiro de 2021.

Felipe Voigt  
Prefeito Municipal

Armelinda Walz Schmitt  
Secretária de Educação e Cultura

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO N°. 001/2019-SEMEC/PMS**

Publicação N° 2869500

Convocação Processo Seletivo n°. 001/2019-SEMEC/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o (a) Sr. (a) REJANE DE CASSIA CORDEIRO, inscrito (a) no CPF sob n°. 606.494.029-87, aprovado (a) em 2º lugar no Processo Seletivo n°. 001/2019-SEMEC/PMS, para o cargo de PROFESSOR B – LÍNGUA ESTRANGEIRA INGLÊS para assumir o respectivo cargo.

O (a) convocado (a) deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 16h30 do dia 19 de fevereiro de 2021, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, conforme preveem os itens 15.2 e 15.3.

Schroeder, 17 de fevereiro de 2021.

Felipe Voigt  
Prefeito Municipal

Armelinda Walz Schmitt  
Secretária de Educação e Cultura

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO N°. 001/2020-ESF/SMS/PMS**

Publicação N° 2868118

Convocação Processo Seletivo n°. 001/2020-ESF/SMS/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o (a) Sr (a) TATIANE DERNER DOS SANTOS GUARESCHI, inscrito (a) no CPF sob n°. 041.809.399-75, aprovado (a) em 3º lugar no Processo Seletivo n°. 001/2020-ESF/SMS/PMS, para o cargo de ENFERMEIRO, para assumir o respectivo cargo.

O (a) convocado (a) deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 16h30 do dia 22 de fevereiro de 2021, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê os itens 11.2 e 11.3 do edital.

Schroeder, 17 de fevereiro de 2021.

Felipe Voigt  
Prefeito Municipal

Ingrit Eli Roweder  
Secretária de Saúde

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO N°. 001/2020-ESF/SMS/PMS**

Publicação N° 2868112

Convocação Processo Seletivo n°. 001/2020-ESF/SMS/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o (a) Sr (a) KAILA SUELEN STREIT, inscrito (a) no CPF sob n°. 007.622.349-38, aprovado (a) em 6º lugar no Processo Seletivo n°. 001/2020-ESF/SMS/PMS, para o cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, para assumir o respectivo cargo.

O (a) convocado (a) deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 16h30 do dia 22 de fevereiro de 2021, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê os itens 11.2 e 11.3 do edital.

Schroeder, 17 de fevereiro de 2021.

Felipe Voigt  
Prefeito Municipal

Ingrit Eli Roweder  
Secretária de Saúde

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO N°. 001/2020-ESF/SMS/PMS**

Publicação N° 2868125

Convocação Processo Seletivo n°. 001/2020-ESF/SMS/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o (a) Sr (a) ANGELICA MERICI XAVIER LEITE, inscrito (a) no CPF sob n°. 070.534.329-47, aprovado (a) em 1º lugar no Processo Seletivo n°. 001/2020-ESF/SMS/PMS, para o cargo de PSICÓLOGO, para assumir o respectivo cargo.

O (a) convocado (a) deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 16h30 do dia 19 de fevereiro de 2021, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê os itens 11.2 e 11.3 do edital.

Schroeder, 16 de fevereiro de 2021.

Felipe Voigt  
Prefeito Municipal

Ingrit Eli Roweder  
Secretária de Saúde

**DECRETO N° 5.484/2021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação N° 2868218

DECRETO N° 5.484/2021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

AUTORIZA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE MÉDICO (A) - ESF PARA ATENDER A NECESSIDADE DE ESPECIAL INTERESSE PÚBLICO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto no Art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1.690/2008, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando as informações repassadas pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio do Memorando nº 9/2021 - SMS, datado em 27 de janeiro de 2021, para a contratação de 01 (um) profissional MÉDICO – ESF para atuar na Secretaria Municipal de Saúde;

Considerando que no Processo Seletivo 001/2020 – ESF/SMS/PMS todos os classificados para a referida vaga já foram convocados;

Considerando que a referida Secretaria já foi orientada a proceder com os ditames para realização de novo processo seletivo que permitirá a contratação em caráter temporário ACT's e concurso público para suprir possíveis demandas nas áreas da Saúde;

Considerando que os profissionais da Saúde são indispensáveis para o bom andamento dos trabalhos e o atendimento aos munícipes conforme legislação específica.

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu art. 6º, a Saúde como um direito social pétreo e inalienável;

## DECRETA:

Art. 1º Autoriza-se a contratação pelo Poder Executivo Municipal de 01 (um) profissional MÉDICO (A) - ESF para atuar na equipe do Programa Estratégia Saúde da Família – ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da efetiva contratação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 16 de fevereiro de 2021.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TÂNIA MARIA ZOZ  
Secretária Executiva

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 01/2021-FAS**

Publicação Nº 2867441

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500  
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC  
e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 01/2021-FAS  
Dispensa nº. 01/2021-FAS  
Processo nº. 02/2021-FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: ACR ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o no 35.010.113/0001-52, estabelecida na Rua Pau-Brasil nº 312, Capela Velha, no Município de Araucária, Estado do Paraná, CEP 83.705-420

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de limpeza e manutenção de telhados e calhas, com o fornecimento de material necessário e mão de obra para realizar reparo CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Assistência Social de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Prestação de serviço de limpeza e manutenção de telhados e calhas, com o fornecimento de material necessário e mão de obra para realizar reparo CREAS	1	Unid.	1.200,00	1.200,00
TOTAL R\$					1.200,00

Valor do contrato: R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais)  
Data da Assinatura: 17/02/2021 Vigência: 31/12/2021

Felipe Voigt  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 10/2021-FMS**

Publicação Nº 2867265

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 10/2021-FMS

Dispensa nº. 10/2021-FMS

Processo nº. 11/2021-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: 4A FARMÁCIA E DROGARIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 15.020.081/0001-69, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº 3246, sala 1, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000

Objeto: Constitui o presente contrato a Insumos destinados a atender a demanda das ações judiciais da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC (ACIP 5000177-20.2021.8.24.0026), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	FRALDA GERIÁTRICA BIGFRAL TAMANHO P COM 10 UNIDADES POR PACOTE	1000	Unidade	2,299	2.299,00
TOTAL R\$					2.299,00

Valor do contrato: R\$ 2.299,00 (dois mil duzentos e noventa e nove reais)

Data da Assinatura: 17/02/2021 Vigência: 31/12/2021

Felipe Voigt

Prefeito Municipal

**NOTIFICAÇÃO Nº 01/2021 – PMS**

Publicação Nº 2868128

NOTIFICAÇÃO Nº 01/2021 – PMS

Contrato nº 137/2020

Processo Licitatório nº 205/2020 – PMS

Tomada de Preços nº 36/2020 – PMS

Fica a empresa WR ASSESSORIA E PLANEJAMENTO PARA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.096.603/0001-13, estabelecida na Rua Avenida Brasil, 333, apto. 704, Bairro Centro, no município de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.330-040, representada pelo senhor Raphael Alexandre de Paiva Bertacchini, inscrito no CPF: 016.830.239-00, NOTIFICADA a concluir a obra descrita a seguir: execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de substituição de telhas existentes por telhas onduladas de fibrocimento, com 6mm de espessura e instalação de nova tampa de caixa da água 10.000 litros no Ginásio de Esportes do bairro Schroeder I, neste Município, conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório, na data limite do dia 26/02/2021, conforme TERMO ADITIVO Nº. A13/2021 – PMS.

Caso não haja o cumprimento do prazo, serão adotadas as penalidades cabíveis, de acordo com a Lei 8.666/1993.

SCHROEDER/SC, 17 de fevereiro de 2021.

Atenciosamente,

Ilmar José Pereira Borges Filho

Eng.Civil – CREA/SC 051.856-6

Município de Schroeder/SC

Matrícula: 2010

**PORTARIA Nº 8.769/2021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868132

PORTARIA Nº 8.769/2021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a Lei nº. 2.520/2021, de 9 de fevereiro de 2021, que autoriza a concessão de licença sem remuneração para a servidora Iveli



Baesso;

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR, o pedido de licença não remunerada de 9/02/2021 a 7/08/2021 da servidora Sra. Iveli Baesso, que desempenha a função de Agente Comunitária de Saúde - ESF.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008, com efeitos retroativos a 9/02/2021

Publique-se, Comunique-se e Cumpra-se

Schroeder, 16 de fevereiro de 2021.

FELIPE VOIGT INGRIT ELI ROWEDER  
Prefeito Municipal Secretária de Saúde

Publicada por:

TÂNIA MARIA ZOZ  
Secretária Executiva

### **PORTARIA Nº 8.771/2021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868136

PORTARIA Nº 8.771/2021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o Decreto nº. 5.478/2021, de 8 de fevereiro de 2021, que autoriza a contratação emergencial de Serventes para atender a necessidade de especial interesse público, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a partir desta data, a Sra. Vanessa Krause para exercer o cargo de Servente, percebendo o nível salarial nº 11 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 16 de fevereiro de 2021.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TÂNIA MARIA ZOZ  
Secretária Executiva

### **PORTARIA Nº 8.772/2021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868144

PORTARIA Nº 8.772/2021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o Decreto nº. 5.478/2021, de 8 de fevereiro de 2021, que autoriza a contratação emergencial de Serventes para atender a necessidade de especial interesse público, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a partir desta data, a Sra. Vanessa Gonçalves de Lima para exercer o cargo de Servente, percebendo o nível salarial nº 11 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 16 de fevereiro de 2021.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal  
Publicada por:

TÂNIA MARIA ZOZ  
Secretária Executiva

### **PORTARIA Nº 8.773/2021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868148

PORTARIA Nº 8.773/2021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o Decreto nº. 5.478/2021, de 8 de fevereiro de 2021, que autoriza a contratação emergencial de Serventes para atender a necessidade de especial interesse público, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a partir desta data, a Sra. Adriana Paulino da Rocha para exercer o cargo de Servente, percebendo o nível salarial nº 11 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 16 de fevereiro de 2021.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal  
Publicada por:

TÂNIA MARIA ZOZ  
Secretária Executiva

### **PORTARIA Nº 8.774/2021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868157

PORTARIA Nº 8.774/2021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido efetuado pela Secretaria da Educação através do Ofício nº. 05/2021 – SEMEC datado em 3 de fevereiro de 2021;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 001/2019-SEMEC/PMS;

Considerando o Decreto nº. 4.816/2019, de 31/07/2019, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a partir desta data, a Sra. Tatiane Cristina Stoinsky Francener para exercer o cargo de Professora B, percebendo o nível



salarial B-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 16 de fevereiro de 2021.

FELIPE VOIGT ARMELINDA WALZ SCHMITT  
Prefeito Municipal Secretária de Educação e Cultura

Publicada por:

TÂNIA MARIA ZOZ  
Secretária Executiva

## **PORTARIA Nº 8.775/2021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868162

PORTARIA Nº 8.775/2021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021

REESTRUTURA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE SCHROEDER - COMDEMA.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, nas Leis Municipais nº 2.129/2015, de 7/10/2015, 2.404/2019, de 9/4/2019 e 2.485/2020, de 14/7/2020,

RESOLVE :

Art. 1º Reestruturar a composição do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Schroeder - COMDEMA, a saber:

a) Representantes da Secretaria Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental:  
Mônica Cicino de Moura – Titular  
Jéssica Michalak Besen – Suplente

b) Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças:  
Milton Trapp Junior – Titular  
Valderi Rocha de Camargo – Suplente

c) Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio:  
Kamile Molina Leoni Negherbon – Titular  
Ana Paula Kreis – Suplente

d) Representantes da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos:  
Amilton Aldo dos Santos – Titular  
Gilmar Taborda Ribas – Suplente

e) Representantes da Diretoria Municipal da Defesa Civil:  
Jean Carlos Walz – Titular  
Ilmar José Pereira Borges Filho – Suplente

m) Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:  
Paulo Henrique Gneipel - Titular  
Yara Cristina de Souza - Suplente

f) Representantes da Associação dos Municípios do Vale do Itapocu - AMVALI:  
Karine Rosilene Holler – Titular  
Juliana P. Horongoso Demarchi – Suplente

g) Representantes da Associação Empresarial de Schroeder – ACIAS:  
Anderson dos Santos – Titular  
Paulo Rogério Ribeiro – Suplente

h) Representantes da Associação de Bananicultores de Schroeder – ABS:  
Florentino Salomon – Titular

Claudio Mathias – Suplente

i) Representantes do Consórcio AMVALI – CIGAMVALI:

Kerling Fabiane Hornburg - Titular

Mauri Edgar Padilha de Lima - Suplente

j) Representantes da Cooper Schroeder:

Jair Mendonça – Titular

Romeu Volles - Suplente

k) Representantes da Associação Municipal de Microbacias:

Alcides Pereguda – Titular

Harivald Obenaus – Suplente

l) Representantes da Celesc Distribuição S.A.:

Pedro Paulo Luciano - Titular

Tarcila Edna Ignácio – Suplente

m) Representantes da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI:

Aloísio Gesser – Titular

Karla Janaíne Diedrich Conceição – Suplente

n) Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

Marciane Neumann Stortz - Titular

Maria Joana Bellarmino - Suplente

o) Representantes da Organização Não Governamental (ONG):

Evandro Souza Lopes – Titular

Vivian Pommerening Caires - Suplente

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17 de junho de 2008, revogando-se a Portaria nº 8.453/2020, de 9 de outubro de 2020.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 16 de fevereiro de 2021.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Publicada por:

TÂNIA MARIA ZOZ

Secretária Executiva

## **PORTARIA Nº 8.776/2021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868165

PORTARIA Nº 8.776/2021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido efetuado pela Secretaria da Educação através do Ofício nº. 05/2021 – SEMEC datado em 3 de fevereiro de 2021;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 001/2019-SEMEC/PMS;

Considerando o Decreto nº. 4.816/2019, de 31/07/2019, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

**RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR, a partir desta data, a Sra. Marcela Leticia Albrecht Correa para exercer o cargo de Professora A, percebendo o nível salarial A-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 16 de fevereiro de 2021.

FELIPE VOIGT ARMELINDA WALZ SCHMITT  
Prefeito Municipal Secretária de Educação e Cultura

Publicada por:

TÂNIA MARIA ZOZ  
Secretária Executiva

### **PORTARIA Nº 8.777/2021, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868172

PORTARIA Nº 8.777/2021, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido efetuado pela Secretaria da Educação através do Ofício nº. 05/2021 – SEMEC datado em 3 de fevereiro de 2021;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 001/2019-SEMEC/PMS;

Considerando o Decreto nº. 4.816/2019, de 31/07/2019, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a partir desta data, a Sra. Gislaine Vital dos Santos Ludtke para exercer o cargo de Professora A, percebendo o nível salarial A-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 17 de fevereiro de 2021.

FELIPE VOIGT ARMELINDA WALZ SCHMITT  
Prefeito Municipal Secretária de Educação e Cultura

Publicada por:

TÂNIA MARIA ZOZ  
Secretária Executiva

### **PORTARIA Nº 8.778/2021, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868184

PORTARIA Nº 8.778/2021, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido efetuado pela Secretaria da Educação através do Ofício nº. 11/2021 – SEMEC datado em 8 de fevereiro de 2021;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 001/2019-SEMEC/PMS;

Considerando o Decreto nº. 4.816/2019, de 31/07/2019, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a partir desta data, a Sra. Vanessa Gonçalves Tabisz para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, percebendo o

nível salarial nº 11 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 001/2019-SEMEC/PMS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 17 de fevereiro de 2021.

FELIPE VOIGT ARMELINDA WALZ SCHMITT  
Prefeito Municipal Secretária de Educação e Cultura

Publicada por:

TÂNIA MARIA ZOZ  
Secretária Executiva

### **PORTARIA Nº 8.779/2021, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868188

PORTARIA Nº 8.779/2021, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido efetuado pela servidora no protocolo 480/2021 em 28/01/2021;  
Considerando deferimento do pedido pela Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças.

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da servidora Natalia Kersten Brumuller, no cargo de Recepcionista, de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008, com efeitos retroativos à 15 de fevereiro de 2021.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 17 de fevereiro de 2021.

FELIPE VOIGT DENILSON WEISS  
Prefeito Municipal Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicada por:

TÂNIA MARIA ZOZ  
Secretária Executiva

### **PORTARIA Nº 8.780/2021, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868195

PORTARIA Nº 8.780/2021, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o memorando nº 20/2021 – SMS;

Considerando deferimento do pedido pela Secretaria de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da servidora Patricia da Silva Senem, no cargo de Enfermeira, de 40 (quarenta) horas semanais para 30 (trinta) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 17 de fevereiro de 2021.

FELIPE VOIGT INGRIT ELI ROWEDER  
Prefeito Municipal Secretária de Saúde

Publicada por:

TÂNIA MARIA ZOZ  
Secretária Executiva

## **PORTARIA Nº. 8.770/2021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868134

PORTARIA Nº. 8.770/2021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Volmir Inacio Kraemer, para exercer o Cargo Comissionado de Assessor de Agricultura, Indústria e Comércio, da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, percebendo pelo exercício dessa função os vencimentos e vantagens do seu cargo efetivo, acrescidos da gratificação por função correspondente (FG-1), nos termos do art. 12, Parágrafo único, da Lei Complementar n.º 62, de 02 de dezembro de 2008, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008, com efeitos retroativos à 01 de fevereiro de 2021.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de fevereiro de 2021.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TÂNIA MARIA ZOZ  
Secretária Executiva

## **TERMO ADITIVO Nº. A16/2021 – PMS**

Publicação Nº 2869544

TERMO ADITIVO Nº. A16/2021 – PMS

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 110/2020 – PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: ARBO SERVIÇOS DE OBRAS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº. 31.054.795/0001-44, estabelecida a rua Carlos Meyer nº. 79, Czerniewicz, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pela Senhora Cristina Isabel Voltolini Vacchi, inscrita no CPF sob o nº. 890.285.469-87.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 110/2020-PMS, celebrado em 25 de setembro de 2020, Processo de licitação nº. 145/2020-PMS, Modalidade Tomada de Preços nº. 20/2020-PMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) para construção da Quadra Esportiva na Escola Municipal Frida Hein Krause, com área total de 585m², localizada na Rua Marechal Castelo Branco, Bairro Schroeder III neste Município, conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 65, § 1º. da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela empresa, frente ao aditivo de reequilíbrio econômico financeiro no valor de R\$ 72.265,79 (setenta e dois mil duzentos e sessenta e cinco reais e setenta e nove centavos), tendo em vista que a empresa não acatou os valores propostos no Parecer nº 239/2020-PROJUR, tendo juntado novos documentos ao pedido, e considerando os recálculos feitos pelo setor de engenharia.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entre as partes, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Quarta "do valor do contrato" no item 4.1, aditando o valor de R\$ 72.265,79 (setenta e dois mil duzentos e sessenta e cinco reais e setenta e nove centavos), passando a ser o valor do contrato inicial de R\$ 344.162,51 (trezentos e quarenta e quatro mil cento e sessenta e dois reais e cinquenta e um centavos).

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 110/2020-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 18 de fevereiro de 2021.

CONTRATADA:

ARBO SERVIÇOS DE OBRAS EIRELI

Cristina Isabel Voltolini Vacchi

CPF nº 890.285.469-87

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Felipe Voigt

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª \_\_\_\_\_

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª \_\_\_\_\_

Nome: Valquiria Heidorn Eing

CPF nº. 690.419.039-68

**DECRETO Nº 5.485/2021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868227

**DECRETO Nº 5.485/2021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2021.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.519/2021 de 8 de fevereiro de 2021,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**

**02.01 - CHEFIA DE GABINETE**

02.01.06.182.0014.2.059 - Contribuição Associação Bombeiros Voluntários de Schroeder  
3.3.50.41.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Contribuicoes ..... R\$ 20.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**07 - SECRETARIA MUN DE AGRIC IND COMÉRCIO**

**07.02 - DIRETORIA DE AGRICULTURA**

07.02.20.606.0005.2.037 - Manutenção da Patrulha Rural  
4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 20.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 16 de Fevereiro de 2021.

**FELIPE VOIGT**  
Prefeito Municipal

**DENILSON WEISS**  
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

**TÂNIA MARIA ZOZ**  
Secretária Executiva



**DECRETO Nº 5.486/2021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868231

**DECRETO Nº 5.486/2021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021****ABRE CRÉDITO ADICIONAL - ESPECIAL - ABERTOS NO ORÇAMENTO  
PROGRAMA DE 2021.**

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.519/2021 de 8 de fevereiro de 2021,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 2.284.059,09 (dois milhões, duzentos e oitenta e quatro mil cinquenta e nove reais e nove centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**03 - SECRETARIA MUN DE PLANEJAMENTO GESTÃO E FINANÇAS****03.01 - DIRETORIA DE FINANÇAS**

03.01.04.123.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças  
3.3.93.40.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur. .... R\$ 11.424,00

**06 - SECRETARIA MUN DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS****06.03 - DIRETORIA DE FISCALIZACAO DE OBRAS E POSTURAS**

06.03.15.451.0004.1.013 - Pavimentação Urbana  
4.4.90.92.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Despesas de Exercícios Anteriores ..... R\$ 19.121,29  
4.4.90.92.00.00.00.00 - 00.01.0083 - Despesas de Exercícios Anteriores ..... R\$ 2.253.513,80

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**06 - SECRETARIA MUN DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS****06.03 - DIRETORIA DE FISCALIZACAO DE OBRAS E POSTURAS**

06.03.15.451.0004.1.013 - Pavimentação Urbana  
4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0083 - Obras e Instalacoes ..... R\$ 2.253.513,80

**07 - SECRETARIA MUN DE AGRIC IND COMÉRCIO****07.02 - DIRETORIA DE AGRICULTURA**

07.02.20.606.0005.2.037 - Manutenção da Patrulha Rural  
4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 11.424,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 16 de Fevereiro de 2021.

**FELIPE VOIGT**  
Prefeito Municipal

**DENILSON WEISS**  
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

**TÂNIA MARIA ZOZ**  
Secretária Executiva

**DECRETO Nº 5.487/2021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868244

**DECRETO Nº 5.487/2021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - ESPECIAL - ABERTOS NO ORÇAMENTO  
PROGRAMA DE 2021.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.519/2021 de 8 de fevereiro de 2021,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**04.04 - ASSESSORIA DE SAÚDE**

04.04.10.122.0013.2.075 - Enfrentamento da Emergência COVID 19

3.1.90.94.00.00.00.00 - 00.03.0122 - Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas ..... R\$ 5.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 16 de Fevereiro de 2021.

**FELIPE VOIGT**  
Prefeito Municipal

**DENILSON WEISS**  
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

**TÂNIA MARIA ZOZ**  
Secretária Executiva

**DISPENSA 01/2021-FAS**

Publicação Nº 2867421

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER</b>	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 1/2021 - DL</b>
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>Processo Nr.: 2/2021</b> <b>Data: 17/02/2021</b>
Folha: 1/2	

<b>Fornecedor:</b> ACR ADMINISTRADORA DE SERVICOS EIRELI Endereço: R PAU-BRASIL, 312, ***** Cidade: Araucária - PR CNPJ: 35.010.113/0001-52	<b>Código:</b> 14516 <b>Inscrição Estadual:</b>
<b>Objeto da Compra:</b> contratação de empresa especializada na prestação de serviço de limpeza e manutenção de telhados e calhas, com o fornecimento de material necessário e mão de obra para realizar reparo CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Assistência Social de Schroeder/SC.	

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Prestação de serviço de limpeza e manutenção de telhados e calhas, com o fornecimento de material necessário e mão de obra para realizar reparo CREAS	UN	1.200,00	1.200,00

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação, que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

**JUSTIFICATIVA**

Solicita-se o reparo para prevenção e manutenção do prédio público. Este problema esta ocasionando infiltração toda vez que o tempo esta chuvoso. Em outro momento, em 2020, foi aberto processo de licitação, contudo, conforme Nota de anulação de Processo de Compra Nº 01/2020, o processo foi cancelado devido a duas tentativas de abertura da licitação serem desertas.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Schroeder, 17 de Fevereiro de 2021

-----  
FELIPE VOIGT  
PREFEITO MUNICIPAL

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER</b>		<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 1/2021 - DL</b>
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		<b>Processo Nr.: 2/2021</b> <b>Data: 17/02/2021</b>
		Folha: 2/2

11/02/2021

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 11 de Fevereiro de 2021

---

**Valor da Despesa:** 1.200,00 (um mil e duzentos reais)

---

**Pagamento.....:** 15 dias após recebimento do documento fiscal

---

# Seara

## PREFEITURA

### PORTARIAS Nº 158/2021 A Nº 161/2021

Publicação Nº 2868738

Portaria nº. 158, de 17 de fevereiro de 2021. O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SEARA – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso VI, do artigo 2º da Lei Complementar nº 98/2019, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo de vigência da Portaria nº. 194/2018, que contrata Jocilaine Laís Bordignon, em caráter temporário, para exercer a função de Educador Social, constante no Anexo I, e vencimentos previstos no anexo III, nível ACT-050, da Lei Complementar 98/2019, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 20 de fevereiro de 2021 enquanto vigorar o programa do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

Art. 2º Fica retificada a fundamentação legal que embasa a Portaria nº 194/2018, eis que a contratação se dá em conformidade com o disposto no inciso VI, do art. 2º, da LC 98/2019, ou seja, para participação no programa do SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, o que permite a prorrogação do prazo de vigência do contrato, nos termos do disposto no art. 3º, inciso I, da Lei Complementar nº 98/2019.

Art. 3º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara – SC., 17 de fevereiro de 2021.

FLAVIO RAGAGNIN

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se

Em 17 de fevereiro de 2021.

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária da Administração

Portaria nº. 159, de 17 de fevereiro de 2021. O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SEARA – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 104 da Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara e das outras providências, RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Eleandro Antunes, matrícula 2014-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas Agrícolas e Similares, licença para tratamento de saúde, conforme atestado médico, pelo período de 11 a 25 de fevereiro de 2021, mediante remuneração pelo município e a partir de 26 de fevereiro de 2021, pelo Regime Geral de Previdência Social, devendo o servidor se submeter à perícia médica junto ao INSS.

Art. 2º Os efeitos desta Portaria estender-se-ão até a cessação do benefício previdenciário.

Seara - SC, 17 de fevereiro de 2021.

FLAVIO RAGAGNIN

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se

Em 17 de fevereiro de 2021.

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária da Administração

Portaria nº. 160, de 17 de fevereiro de 2021. O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SEARA – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso X do artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo de vigência da Portaria nº. 481/2020, que contrata Claudia Fagundes, em caráter temporário, para exercer a função de Agente de Vigilância Epidemiológica e Ambiental, Anexo I – Grupo “A” - Serviços Administrativos, e vencimentos previstos no anexo IV, nível 57, classe inicial, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, Lei Complementar nº. 27/2008, com carga horária de 40 horas semanais, para atender serviços essenciais e emergenciais do município, no período de 18 de fevereiro a 18 de maio de 2021.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 17 de fevereiro de 2021.

FLAVIO RAGAGNIN

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se

Em 17 de fevereiro de 2021.

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária da Administração

Portaria nº 161, de 17 de fevereiro de 2021. O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do art. 3º da Lei nº Complementar nº 18 de 28 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências, e:

Considerando a pandemia de abrangência mundial e os prejuízos ocasionados nos mais diversos setores e dentre os quais o processo de ensino/aprendizagem dos discentes;

Considerando que na Escola Núcleo Lira Camila Petry, há inúmeras famílias que alegam não possuir condições de acessar os conteúdos ofertados pela instituição de ensino de forma remota;

Considerando que o poder público tem o dever de atender as demandas que estão sob sua responsabilidade;  
Considerando que a retomada das aulas está prevista para o dia 18/02/2021, entretanto, em razão do cenário atual, ainda não há condições de voltar as aulas no modelo anterior à pandemia;

Considerando a necessidade de orientar os alunos e auxiliá-los nesse novo formato de ensino/aprendizagem, RESOLVE:

Art. 1º Atribuir função à servidora Judite Alessi, brasileira, portadora do RG nº 14/C 2.691.636 e CPF nº 771.770.539-72, ocupante do cargo efetivo de Especialista em Educação na área de Orientação Educacional, categoria Nível Superior, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, da Lei Complementar nº 21, de 15 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos Profissionais do Magistério Público do Município de Seara, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, com lotação na Escola Núcleo Lira Camila Petry, para atender o apoio pedagógico com os alunos que apresentarem necessidade na escola e durante sua jornada de trabalho atender remotamente, os alunos que optarem pelas aulas online ou que são de grupo de risco, durante a vigência do Plano de Retorno as Aulas Presenciais da Rede Municipal de Ensino de Seara, Estado de Santa Catarina, concomitantemente as atribuições do cargo estabelecido no Anexo II - Descrição Atribuições dos Cargos da Lei Complementar 21/2003.

Art. 2º Em razão da situação excepcional caracterizada pela pandemia, com base na alínea "b", inciso III, art. 2º da Lei 2041, as funções atribuídas por esta Portaria não acarretarão alterações de vencimentos.

Art. 3º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, em 17 de fevereiro de 2021.

FLAVIO RAGAGNIN

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se

Em 17 de fevereiro de 2021

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária de Administração

## PROCESSO LICITATÓRIO 019/2021

Publicação Nº 2867846

Processo Licitatório nº 019/2021.

Edital de Pregão Presencial nº. 005/2021 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC, Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min do dia 02/03/2021, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para prestação de serviços (mão de obra) para pinturas de meio fio. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site [www.seara.sc.gov.br](http://www.seara.sc.gov.br) e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC, 17 de fevereiro de 2021.

Flávio Ragagnin

Prefeito Municipal em Exercício

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2021

Publicação Nº 2867816

Processo Licitatório nº 018/2021 – Inexigibilidade de Licitação nº 009/2021.

Objeto: Credenciamento para fornecimento de cascalho.

Justificativa: Município de Seara lançou Edital de Chamamento Público nº 001/2017, objetivando o credenciamento para fornecimento de cascalho, do tipo macadame, a ser utilizado na recuperação de estradas vicinais e em obras realizadas pela administração pública. Atendendo às exigências do referido Edital de Chamamento Público, o Sr Delcio Antonio Lorscheitter comprovou capacidade para tal fornecimento, ficando o mesmo habilitado.

Fundamento Legal - Lei nº 8.666/93, art. 25, caput.

Seara, SC, 17 de fevereiro de 2021.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 089.2021 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2867631

DECRETO Nº 089/2021, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

“ADOA MEDIDAS PREVENTIVAS PARA O ENFRENTAMENTO, CONTROLE DA TRANSMISSÃO E REDUÇÃO DOS RISCOS DE DISSEMINAÇÃO E CONTÁGIO DO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RAFAEL MARIN, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas no art. 40, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março de 2020, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

CONSIDERANDO o aumento significativo de casos de infecção pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) no Município de Serra Alta e região;

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 1.027 de 18.12.2020 que instituiu novas regras para organização das medidas para o enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a preocupante situação vivida pelo Município de Chapecó em relação ao iminente colapso no sistema de saúde, bem como à indisponibilidade de leitos de UTI no Hospital Regional de Chapecó para onde são encaminhados os casos de internação do Município de Serra Alta (SC);

CONSIDERANDO a recomendação recebida pelo Município de Chapecó oriunda do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, na data de 14/02/2021, que recomendou ao Prefeito Municipal que, “caso entenda necessário manter suspensas as atividades educacionais na rede de ensino pública e privada de Chapecó, faça cumprir também as mesmas medidas de suspensão total de atividades em relação a bares, cinemas, igrejas e demais atividades equiparadas ou não essenciais, exercendo seu Poder de Polícia nos termos da Portaria n. 356/2020, do Ministério da Saúde, bem como instaurando o competente procedimento administrativo para imposição das penalidades administrativas correspondentes”;

CONSIDERANDO que o Município de Chapecó é, também, referência para Serra Alta para o tratamento de casos graves de COVID-19;

CONSIDERANDO os números divulgados pela Secretaria Municipal de Saúde no dia de hoje, informando que o número de casos ativos é de 03 pacientes e monitorados de 06 pacientes, bem como que, nos últimos dias, é significativamente crescente o número de atendimentos a pacientes com sintomas de COVID-19;

Por fim, considerando importante reunião realizada na manhã do dia 16.02.2021 em conjunto pela Administração Municipal de Serra Alta e os representantes de 51 municípios da região oeste do Estado.

DECRETA:

Art. 1º. Todas as determinações contidas neste Decreto terão validade até o dia 01.03.2021.

Art. 2º. Ficam suspensas as aulas presenciais em toda a rede de ensino de Serra Alta (SC), pública e privada, em todos os níveis de ensino, mantendo-se as atividades remotas, quando possível, que terão início em 18.02.2021.

Art. 3º. Ficam suspensas em todo o território municipal as atividades esportivas, inclusive, mas não se limitando, a futebol, baralho, dominó, bocha, bilhar (sinuca) e outras modalidades que possam aglomerar pessoas em clubes sociais, bares, lanchonetes e demais estabelecimentos sediados na cidade e no interior do município.

Art. 4º. Os restaurantes poderão funcionar exclusivamente nos seguintes horários, observando a lotação máxima preconizada pelo Estado de Santa Catarina para o nível gravíssimo:

I – das 10:00 às 14:00;

II – das 18:00 às 21:00.

Parágrafo único. Os clientes deverão permanecer no estabelecimento somente pelo período necessário para realizar as refeições.



Art. 5º. Ficam suspensas as atividades de bares, petiscarias, choperias, cervejarias, conveniências (inclusive de Postos de Combustíveis) e outros locais destinados preponderantemente a consumo de bebidas alcoólicas.

Parágrafo único. Os estabelecimentos definidos no caput poderão realizar vendas somente para consumo fora do estabelecimento, não sendo permitida a permanência de clientes consumindo no local.

Art. 6º. Ficam suspensas, em todo território municipal, todos os eventos governamentais, esportivos, artísticos, culturais, políticos, científicos, comerciais, religiosos e outros com concentração de pessoas.

Art. 7º. As Unidades Básicas de Saúde do Município e a Secretaria de Assistência Social atuarão somente em regime de URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, em todas as áreas de atuação, realizando somente atendimentos que sejam considerados urgentes ou emergenciais para cada área.

Art. 8º. Fica proibida a aglomeração ou permanência de pessoas em logradouros públicos como praças e parques municipais.

Art. 9º. Fica proibida a realização de festas, encontros, reuniões particulares e similares, com mais de 10 (dez) pessoas, sendo necessária ainda, a observância do distanciamento social de 1,5 metros entre os presentes além do uso de máscaras e álcool gel.

Art. 10. Ficam suspensas as atividades religiosas presenciais em templos, igrejas e similares, em qualquer horário, em todo território municipal.

Art. 11. As atividades desempenhadas pelos comércios em geral do município de devem ficar limitadas a adentrar nos estabelecimentos somente 01 (uma) pessoa por família, limitando-se a permanência simultânea de clientes de, no máximo, 30% (trinta por cento) da capacidade do estabelecimento, desde que observado o distanciamento social de 1,5 metros entre os presentes além do uso de máscaras, devendo ser mantido acessível ao público álcool em gel (70%).

Parágrafo único. As restrições do caput aplicam-se a todos os estabelecimentos que mantêm acesso ao público, inclusive, mas não se limitando, a escritórios de contabilidade, de advocacia, despachantes e similares.

Art. 12. Mantém-se obrigatório o uso de máscaras e distanciamento social em todo território do Município de Serra Alta (em todos os estabelecimentos, espaços públicos, inclusive em vias públicas), exceto na própria residência, estando sujeito o infrator as penalidades legais.

Art. 13. As pessoas infectadas com o coronavírus (COVID-19) ou com determinação de isolamento por Autoridade de Saúde, devem manter-se em isolamento pelo tempo recomendado, sob pena de aplicação das sanções previstas no Código Penal.

Art. 14. As indústrias do Município de Serra Alta deverão adotar medidas a fim de redobrar os cuidados em relação à propagação da COVID-19 no ambiente de trabalho, como intensificar a higienização do local de trabalho, cumprir, na medida do possível, o distanciamento de 1,5 metros entre os trabalhadores e exigir o uso de máscaras.

Art. 15. Caberá à Vigilância Sanitária, à Defesa Civil e à Polícia Militar do Estado de Santa Catarina a fiscalização das medidas constantes neste Decreto e demais normas sanitárias vigentes.

Art. 16. O descumprimento das determinações elencadas no presente Decreto está sujeito à imposição alternativa ou cumulativa das penalidades de:

I - Advertência;

II – Multa;

III – Interdição parcial ou total do estabelecimento.

Art. 17. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 17 de fevereiro de 2021.

RAFAEL MARIN  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

MARCONDES LEONARDO MULLER  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 090.2021 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2869490

DECRETO Nº 090/2021, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

“DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO DECRETO 035, DE 18 DE JANEIRO DE 2021, DANDO CONTINUIDADE AOS EDITAIS NÚMEROS 001/2020 E 002/2020 RELATIVOS AO PROGRAMA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RAFAEL MARIN, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 40, da Lei Orgânica do Município de Serra Alta/SC.

Considerando que não se verificou qualquer irregularidade no processo de participação e seleção dos candidatos aos benefícios previstos nos editais números 001/2020 e 002/2020 relativos ao programa municipal de habitação de interesse social;

Considerando, ainda, a necessidade de dar segmento ao programa municipal com o fito de que o mesmo possa atingir sua função social, provendo as famílias carentes com condições mínimas

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica suspenso por prazo indeterminado o andamento dos Editais números 001/2020 e 002/2020, relativos ao Programa Municipal de Habitação de Interesse Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogando as demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 18 de fevereiro de 2021.

RAFAEL MARIN  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

MARCONDES LEONARDO MULLER  
Secretário de Administração

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2021 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2867587

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2021

O Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina Sr. RAFAEL MARIN, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Edital do Processo Seletivo nº 003/2020,

**DETERMINA**

I – CONVOCAR os candidatos a seguir relacionado aprovados no referido Processo Seletivo, seguindo a ordem de classificação, para comparecer na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, situado na Rua 7 de Setembro, nº 530, Bairro Centro, no dia 17 de fevereiro de 2021, às 13hrs30min para preenchimento da vaga.

PROFESSOR II  
1-JOICE CARINE AMANN  
2-CLAUDIA INES SCHMITZ ALGAYER  
3-IVANI TOMAZELLI GERMINIANI  
4-GICIELI MAIGLI LAUXEN

SERVENTE  
1-JOCIELI SPEROTTO  
2-ADRIANA CERIZOLLI  
3-ELISANDRA MAGGI SEHNEM  
4-FERNANDA SALETE ROSSI KREIN FERREIRA  
5-LENIR SOARES DE ANHAYA BIOLCHI

II – CONVOCAR os candidatos a seguir relacionado aprovados no referido Processo Seletivo, seguindo a ordem de classificação, para comparecer na Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC, situado na Av. Dom Pedro II, nº 830, Bairro Centro, no dia 17 de fevereiro de 2021, às 13hrs30min para preenchimento da vaga.

FARMACÊUTICO  
1-DANDARA BACKES

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

1-GILSON RONNING

AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE – MICRO ÁREA 05

1-JORDANA LUCIA ZAMPIERON

AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE – MICRO ÁREA 07

1-SANDRA PAULA BELOLLI

II – DETERMINA que os candidatos convocados apresentem cópia da documentação abaixo, acompanhada dos originais para conferência, quando couber:

OBS : as cópias deverão ser feitas separadamente por folha,(ex: Identidade frente e verso em uma folha, título de eleitor em outra folha).

- 01 Foto 3x4 (atual);
- Carteira de Identidade;
- CPF;
- Título de eleitor;
- Quitação com as obrigações eleitorais;
- Certidão de Nascimento ou Casamento;
- Registro de Nascimento dos filhos menores de idade;
- Histórico Escolar;
- Diploma e registro no respectivo órgão fiscalizador da Profissão.
- Carteira nacional de Habilitação.
- Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
- PIS/PASEP;
- Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial; (As consultas Admissionais serão realizadas dia 18/02/2021 à tarde, na Prefeitura de Serra Alta)
- Comprovante de residência;
- Declaração de Bens Completa;
- Conta corrente do Banco do Brasil S/A.

Obs: Fica a pessoa obrigada a trazer os documentos devidamente xerocados.

### III - HORÁRIO DE CHAMAMENTO

Comunicamos aos interessados no Processo Seletivo nº 003/2020, que o não comparecimento no prazo previsto, implicará na desclassificação automática, sendo que tais medidas se fazem necessárias frente à necessidade do atendimento profissional junto ao setor competente.

Serra Alta/SC, 17 de fevereiro de 2021.

RAFAEL MARIN  
Prefeito Municipal

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003.2021 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2867678

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2021

O Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina Sr. RAFAEL MARIN, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Edital do Processo Seletivo nº 003/2020,

#### DETERMINA

I – CONVOCAR os candidatos a seguir relacionado aprovados no referido Processo Seletivo, seguindo a ordem de classificação, para comparecer na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, situado na Rua 7 de Setembro, nº 530, Bairro Centro, no dia 17 de fevereiro de 2021, às 13hrs30min para preenchimento da vaga.

#### PROFESSOR II

1-FRANCINE KREUSCH

2-IRIA BARP

II – DETERMINA que os candidatos convocados apresentem cópia da documentação abaixo, acompanhada dos originais para conferência, quando couber:

OBS : as cópias deverão ser feitas separadamente por folha,(ex: Identidade frente e verso em uma folha, título de eleitor em outra folha).

- 01 Foto 3x4 (atual);
- Carteira de Identidade;
- CPF;
- Título de eleitor;
- Quitação com as obrigações eleitorais;
- Certidão de Nascimento ou Casamento;
- Registro de Nascimento dos filhos menores de idade;

- Histórico Escolar;
  - Diploma e registro no respectivo órgão fiscalizador da Profissão.
  - Carteira nacional de Habilitação.
  - Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
  - PIS/PASEP;
  - Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial; (As consultas Admissionais serão realizadas dia 18/02/2021 à tarde, na Prefeitura de Serra Alta)
  - Comprovante de residência;
  - Declaração de Bens Completa;
  - Conta corrente do Banco do Brasil S/A.
- Obs: Fica a pessoa obrigada a trazer os documentos devidamente xerocados.

### III - HORÁRIO DE CHAMAMENTO

Comunicamos aos interessados no Processo Seletivo nº 003/2020, que o não comparecimento no prazo previsto, implicará na desclassificação automática, sendo que tais medidas se fazem necessárias frente à necessidade do atendimento profissional junto ao setor competente.

Serra Alta/SC, 17 de fevereiro de 2021.

RAFAEL MARIN  
Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 007.2021 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2868649

PORTARIA Nº. 007/2021, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

“DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE IVANI TOMAZELLI GERMINIANI PARA O CARGO DE PROFESSOR II, POR TEMPO DETERMINADO, PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RAFAEL MARIN, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40, da Lei Orgânica Municipal; e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Complementar nº. 037/2018 e alterações posteriores; Lei Municipal nº. 692/2006; e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 003/2020, do Município de Serra Alta/SC.

### RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, a partir desta data, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	Ivani Tomazelli Germiniani
CPF:	987.388.369-04
RG:	1.279.208 SSPDC/SC
CARGO:	Professora II
CARGA HORÁRIA:	20 horas semanais
LOTAÇÃO:	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
GRUPO:	II-MAG
NÍVEL:	220
LEI AUTORIZATIVA:	A Lei Municipal nº. 692/2006, art. 2º, inciso VI "admissão para suprir vaga não preenchida em concurso Público".
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	Justifica-se a contratação pelo motivo de vaga não preenchida por concurso Público.
VIGÊNCIA:	18/02/2021 A 22/12/2021.

Art. 2º Este contrato pode ser suspenso e/ou encerrado de acordo com os termos da Lei Municipal 1.141 de 15 de maio de 2020, Artigo II, inciso 4º.

Art. 3º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Complementar nº. 037/2018 e suas alterações posteriores, vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 4º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006. e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 5º Aplica-se a contratação desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 18 de fevereiro de 2021.

RAFAEL MARIN  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

MARCONDES LEONARDO MULLER  
Secretário de Administração

## PORTARIA Nº 008.2021 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2868655

PORTARIA Nº. 008/2021, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

“DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE IRIA BARP PARA O CARGO DE PROFESSOR II, POR TEMPO DETERMINADO, PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RAFAEL MARIN, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40, da Lei Orgânica Municipal; e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Complementar nº. 037/2018; Lei Municipal nº. 692/2006; e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 003/2020, do Município de Serra Alta/SC.

### RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, a partir desta data, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	Iria Barp
CPF:	525.984.709.15
RG:	1.610.814 SSPDC/SC
CARGO:	Professor II
CARGA HORÁRIA:	20 horas semanais
LOTAÇÃO:	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
GRUPO:	II-MAG
NÍVEL:	220
LEI AUTORIZATIVA:	A Lei Municipal nº. 692/2006, art. 2º, inciso VI “admissão para suprir vaga não preenchida em concurso Público”.
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	Justifica-se a contratação pelo motivo de vaga não preenchida por concurso Público.
VIGÊNCIA:	18/02/2021 a 22/12/2021

Art. 2º Este contrato pode ser suspenso e/ou encerrado de acordo com os termos da Lei Municipal 1.141 de 15 de maio de 2020, Artigo II, inciso 4º.

Art. 3º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Complementar nº. 037/2018 e suas alterações posteriores, vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 4º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006. e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 5º Aplica-se a contratação desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 18 de fevereiro de 2021.

RAFAEL MARIN  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

MARCONDES LEONARDO MULLER  
Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 009.2021 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868661

PORTARIA Nº. 009/2021, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE JOCIELI SPEROTTO PARA O CARGO DE SERVENTE, POR TEMPO DETERMINADO, PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RAFAEL MARIN, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40, da Lei Orgânica Municipal; e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Complementar nº. 038/2018; Lei Municipal nº. 692/2006; e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 003/2020, do Município de Serra Alta/SC.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica contratada, a partir desta data, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	Jocieli Sperotto
CPF:	091.653.359-02
RG:	6.095.489 SSPDC/SC
CARGO:	Servente
CARGA HORÁRIA:	40 horas semanais
LOTAÇÃO:	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
GRUPO:	I-SEG
NÍVEL:	110
LEI AUTORIZATIVA:	A Lei Municipal nº. 692/2006, art. 2º, inciso VI "admissão para suprir vaga não preenchida em concurso Público".
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	Justifica-se a contratação pelo motivo de vaga não preenchida por concurso Público.
VIGÊNCIA:	18/02/2021 A 22/12/2021

Art. 2º Este contrato pode ser suspenso e/ou encerrado de acordo com os termos da Lei Municipal 1.141 de 15 de maio de 2020, Artigo II, inciso 4º.

Art. 3º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Complementar nº. 038/2018 e suas alterações posteriores, vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 4º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006. e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 5º Aplica-se a contratação desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 18 de fevereiro de 2021.

RAFAEL MARIN  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

MARCONDES LEONARDO MULLER  
Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 010.2021 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868674

PORTARIA Nº. 010/2021, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE ADRIANA CERIZOLLI PARA O CARGO DE SERVENTE, POR TEMPO DETERMINADO, PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RAFAEL MARIN, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40, da Lei Orgânica Municipal; e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Complementar nº. 038/2018 e alterações posteriores; Lei Municipal nº. 692/2006; e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 003/2020, do Município de Serra Alta/SC.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica contratada, a partir desta data, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	Adriana Cerizolli
CPF:	081.053.539-46
RG:	5.543.366 SSPDC/SC
CARGO:	Servente
CARGA HORÁRIA:	40 horas semanais
LOTAÇÃO:	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
GRUPO:	I-SEG
NÍVEL:	110
LEI AUTORIZATIVA:	A Lei Municipal nº. 692/2006, art. 2º, inciso VI "admissão para suprir vaga não preenchida em concurso Público".
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	Justifica-se a contratação pelo motivo de vaga não preenchida por concurso Público.
VIGÊNCIA:	18/02/2021 A 22/12/2021.

Art. 2º Este contrato pode ser suspenso e/ou encerrado de acordo com os termos da Lei Municipal 1.141 de 15 de maio de 2020, Artigo II, inciso 4º.

Art. 3º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Complementar nº. 038/2018 e suas alterações posteriores, vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 4º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006. e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 5º Aplica-se a contratação desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 18 de fevereiro de 2021.

RAFAEL MARIN  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

MARCONDES LEONARDO MULLER  
Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 011.2021 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868688

PORTARIA Nº. 011/2021, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE ELISANDRA MAGGI SEHNEM PARA O CARGO DE SERVENTE, POR TEMPO DETERMINADO, PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RAFAEL MARIN, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40, da Lei Orgânica Municipal; e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Complementar nº. 038/2018 e alterações posteriores; Lei Municipal nº. 692/2006; e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 003/2020, do Município de Serra Alta/SC.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica contratada, a partir desta data, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	Elisandra Maggi Sehnem
CPF:	030.663.969-67
RG:	4.127.283 SSPDC/SC
CARGO:	Servente
CARGA HORÁRIA:	40 horas semanais
LOTAÇÃO:	Secretaria de Assistência Social



GRUPO:	I-SEG
NÍVEL:	110
LEI AUTORIZATIVA:	A Lei Municipal nº. 692/2006, art. 2º, inciso VI "admissão para suprir vaga não preenchida em concurso Público".
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	Justifica-se a contratação pelo motivo de vaga não preenchida por concurso Público.
VIGÊNCIA:	18/02/2021 a 22/12/2021

Art. 2º Este contrato pode ser suspenso e/ou encerrado de acordo com os termos da Lei Municipal 1.141 de 15 de maio de 2020, Artigo II, inciso 4º.

Art. 3º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Complementar nº. 038/2018 e suas alterações posteriores, vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 4º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006. e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 5º Aplica-se a contratação desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 18 de fevereiro de 2021.

RAFAEL MARIN  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

MARCONDES LEONARDO MULLER  
Secretário de Administração

## PORTARIA Nº 012.2021 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2868701

PORTARIA Nº. 012/2021, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE FERNANDA SALETE ROSSI KREIN FERREIRA PARA O CARGO DE SERVENTE, POR TEMPO DETERMINADO, PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RAFAEL MARIN, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40, da Lei Orgânica Municipal; e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Complementar nº. 038/2018 e alterações posteriores; Lei Municipal nº. 692/2006; e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 003/2020, do Município de Serra Alta/SC.

RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, a partir desta data, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	Fernanda Salete Rossi Krein Ferreira
CPF:	011.738.849-12
RG:	5.770.944 SSPDC/SC
CARGO:	Servente
CARGA HORÁRIA:	40 horas semanais
LOTAÇÃO:	Secretaria de Educação, Cultura e Esporte
GRUPO:	I-SEG
NÍVEL:	110
LEI AUTORIZATIVA:	A Lei Municipal nº. 692/2006, art. 2º, inciso VI "admissão para suprir vaga não preenchida em concurso Público".
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	Justifica-se a contratação pelo motivo de vaga não preenchida por concurso Público.
VIGÊNCIA:	18/02/2021 a 22/12/2021

Art. 2º Este contrato pode ser suspenso e/ou encerrado de acordo com os termos da Lei Municipal 1.141 de 15 de maio de 2020, Artigo II, inciso 4º.

Art. 3º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Complementar nº. 038/2018 e suas alterações posteriores, vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 4º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006. e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 5º Aplica-se a contratação desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.  
Serra Alta/SC, 18 de fevereiro de 2021.

RAFAEL MARIN  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

MARCONDES LEONARDO MULLER  
Secretário de Administração

## PORTARIA Nº 013.2021 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2868702

PORTARIA Nº. 013/2021, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE LENIR SOARES DE ANHAYA BIOLCHI PARA O CARGO DE SERVENTE, POR TEMPO DETERMINADO, PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RAFAEL MARIN, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40, da Lei Orgânica Municipal; e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Complementar nº. 038/2018 e alterações posteriores; Lei Municipal nº. 692/2006; e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 003/2020, do Município de Serra Alta/SC.

### RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, a partir desta data, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	Lenir Soares de Anhaya Biolchi
CPF:	045.307.079-54
RG:	4.363.473 SSPDC/SC
CARGO:	Servente
CARGA HORÁRIA:	40 horas semanais
LOTAÇÃO:	Secretaria de Saúde
GRUPO:	I-SEG
NÍVEL:	110
LEI AUTORIZATIVA:	A Lei Municipal nº. 692/2006, art. 2º, inciso VI "admissão para suprir vaga não preenchida em concurso Público".
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	Justifica-se a contratação pelo motivo de vaga não preenchida por concurso Público.
VIGÊNCIA:	18/02/2021 a 31/12/2021

Art. 2º Este contrato pode ser suspenso e/ou encerrado de acordo com os termos da Lei Municipal 1.141 de 15 de maio de 2020, Artigo II, inciso 4º.

Art. 3º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Complementar nº. 038/2018 e suas alterações posteriores, vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 4º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006. e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 5º Aplica-se a contratação desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 18 de fevereiro de 2021.

RAFAEL MARIN  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

MARCONDES LEONARDO MULLER  
Secretário de Administração

## PORTARIA Nº 014.2021 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2868705

PORTARIA Nº. 014/2021, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

“DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE GILSON RONNING PARA O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, POR TEMPO DETERMINADO, PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RAFAEL MARIN, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40, da Lei Orgânica Municipal; e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Complementar nº. 038/2018 e alterações posteriores; Lei Municipal nº. 692/2006; e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 003/2020, do Município de Serra Alta/SC.

### RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, a partir desta data, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	Gilson Ronning
CPF:	636.320.049-00
RG:	1.834.825 SSPDC/SC
CARGO:	Auxiliar de Serviços Gerais
CARGA HORÁRIA:	40 horas semanais
LOTAÇÃO:	Secretaria de Saúde
GRUPO:	I-SEG
NÍVEL:	110
LEI AUTORIZATIVA:	A Lei Municipal nº. 692/2006, art. 2º, inciso VI “admissão para suprir vaga não preenchida em concurso Público”.
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	Justifica-se a contratação pelo motivo de vaga não preenchida por concurso Público.
VIGÊNCIA:	18/02/2021 a 31/12/2021

Art. 2º Este contrato pode ser suspenso e/ou encerrado de acordo com os termos da Lei Municipal 1.141 de 15 de maio de 2020, Artigo II, inciso 4º.

Art. 3º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Complementar nº. 038/2018 e suas alterações posteriores, vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 4º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006. e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 5º Aplica-se a contratação desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 18 de fevereiro de 2021.

RAFAEL MARIN  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

MARCONDES LEONARDO MULLER  
Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 015.2021 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868706

PORTARIA Nº. 015/2021, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SANDRA PAULA BELOLLI PARA O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, POR TEMPO DETERMINADO, PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RAFAEL MARIN, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40, da Lei Orgânica Municipal; e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Complementar nº. 038/2018 e alterações posteriores; Lei Municipal nº. 692/2006; e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 003/2020, do Município de Serra Alta/SC.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica contratada, a partir desta data, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	Sandra Paula Belolli
CPF:	091.653.349-22
RG:	5.137.896-5 SSPDC/SC
CARGO:	Agente Comunitária de Saúde
CARGA HORÁRIA:	40 horas semanais
LOTAÇÃO:	Secretaria de Saúde
GRUPO:	I-SEG
NÍVEL:	111
LEI AUTORIZATIVA:	A Lei Municipal nº. 692/2006, art. 2º, inciso VI "admissão para suprir vaga não preenchida em concurso Público".
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	Justifica-se a contratação pelo motivo de vaga não preenchida por concurso Público.
VIGÊNCIA:	18/02/2021 a 31/12/2021

Art. 2º Este contrato pode ser suspenso e/ou encerrado de acordo com os termos da Lei Municipal 1.141 de 15 de maio de 2020, Artigo II, inciso 4º.

Art. 3º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Complementar nº. 038/2018 e suas alterações posteriores, vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 4º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006. e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 5º Aplica-se a contratação desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 18 de fevereiro de 2021.

RAFAEL MARIN  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

MARCONDES LEONARDO MULLER  
Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 016.2021 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868710

PORTARIA Nº. 016/2021, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE JORDANA LUCIA ZAMPIERON PARA O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, POR TEMPO DETERMINADO, PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RAFAEL MARIN, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40, da Lei Orgânica Municipal; e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Complementar nº. 038/2018 e alterações posteriores; Lei Municipal nº. 692/2006; e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 003/2020, do Município de Serra Alta/SC.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica contratada, a partir desta data, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	Jordana Lucia Zampieron
CPF:	109.744.069-96
RG:	5.543.472 SSPDC/SC
CARGO:	Agente Comunitária de Saúde
CARGA HORÁRIA:	40 horas semanais
LOTAÇÃO:	Secretaria de Saúde
GRUPO:	I-SEG
NÍVEL:	111
LEI AUTORIZATIVA:	A Lei Municipal nº. 692/2006, art. 2º, inciso VI "admissão para suprir vaga não preenchida em concurso Público".
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	Justifica-se a contratação pelo motivo de vaga não preenchida por concurso Público.
VIGÊNCIA:	18/02/2021 a 31/12/2021

Art. 2º Este contrato pode ser suspenso e/ou encerrado de acordo com os termos da Lei Municipal 1.141 de 15 de maio de 2020, Artigo II, inciso 4º.

Art. 3º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Complementar nº. 038/2018 e suas alterações posteriores, vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 4º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006. e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 5º Aplica-se a contratação desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 18 de fevereiro de 2021.

RAFAEL MARIN  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

MARCONDES LEONARDO MULLER  
Secretário de Administração

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2020-FMS**

Publicação Nº 2868071

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2020**

SEGUNDO ADITAMENTO CONTRATUAL PARA A EXECUÇÃO DA AMPLIAÇÃO DE SALA DE EMERGÊNCIA NA UNIDADE DE SAÚDE MUNICIPAL, COM ÁREA TOTAL DE 63,49M², QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA E A EMPRESA M.M MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP, NA FORMA ABAIXO:

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Estado de Santa Catarina, pessoa de direito público interno, com endereço na(o) Rua Almirante Barroso, 525, centro, Serra Alta, inscrito no CGC/MF sob o nº 11.583.359/0001-55, neste ato representado por seu PREFEITO MUNICIPAL E GESTOR DO FUNDO Senhor RAFAEL MARIN, portador do CPF sob o nº 006.201.999-62 e RG nº 3.668.373/SSP/SC.

CONTRATADA: A Empresa M.M MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP, com sede na Av. Dom Pedro II, nº226, centro, Serra Alta- SC, inscrita no CGC/MF sob o nº 01.674.325/0001-12, neste ato representada por seu representante legal Senhor EDEMAR MARTINI, portador do CPF 607.141.589-68 e RG 2.544.236.

Os CONTRATANTES têm entre si justos e avençados e celebram o presente Termo Aditivo em decorrência do Processo de Licitação Nº003/2020, TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 003/2020, homologado em 15/09/2020, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais a seguir enunciadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.0. O presente Aditamento Contratual tem por objeto:

1.1. Alterar o item 2.1 da Cláusula Segunda– Do Preço e Condições de Pagamento, oriundo do contrato nº 002/2020-FMS, com fundamentação legal no artigo 65 da Lei de Licitações nº 8.666/93, que passará a vigorar com a seguinte redação:

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

2.1 O presente termo tem por objeto ADITIVAR o contrato que objetivou a EXECUÇÃO DA OBRA DE AMPLIAÇÃO DE SALA DE EMERGÊNCIA DA UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE, COMPREENDENDO UMA ÁREA DE 63,49M<sup>2</sup> A SER AMPLIADA. Considerando que foi constatado a necessidade de novas adequações no orçamento, conforme relação de serviços e insumos em alguns itens elencados no Projeto de Engenharia quando da vistoria in loco, de acordo com a Justificativa com Parecer Técnico emitido pelo Departamento de Engenharia da Contratante que se encontra em anexo, sendo parte integrante do presente instrumento. Dessa forma, nos termos do Art. 65, inciso II, alínea d, c/c § 1º da Lei 8.666/93 – Da Alteração dos Contratos, fica ADITIVADO o valor total de R\$ 301,96 (Trezentos e um reais e noventa e seis centavos), em relação ao contrato inicialmente celebrado, resultando no percentual de acréscimo aproximado de 0,29% (zero vírgula vinte e nove por cento). Desse valor R\$ 196,28 (Cento e noventa e seis reais e vinte e oito centavos) é relativo aos materiais e R\$ 105,68 (Cento e cinco reais e sessenta e oito centavos) é correspondente a mão de obra.

Diante disso, o valor total da obra perfaz um montante de R\$ 104.201,96 (Cento e quatro mil, duzentos e um reais e noventa e seis centavos).

**CLÁUSULA SEGUNDA– DA PUBLICAÇÃO**

2.1. A publicação resumida deste instrumento será efetivada pela CONTRATANTE conforme dispõe o Parágrafo Único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93, no Diário Oficial dos Municípios.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

3.1. Os demais Itens e Cláusulas do Contrato Administrativo que a este deu causa, ficam ratificados permanecendo inalterados em sua íntegra, e com plena eficácia, e do qual o presente termo aditivo passa a fazer parte integrante e complementar, a fim de que juntos produzam um único efeito de direito.

3.2. E, por assim estarem justos e acertados, passam a assinar o presente Aditivo ao Contrato Administrativo 002/2020, elaborado em três vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, na presença de duas testemunhas, também signatárias deste instrumento.

SERRA ALTA/SC, 17 de fevereiro de 2021.

RAFAEL MARIN  
PREFEITO MUNICIPAL  
Contratante

EDEMAR MARTINI  
REPRESENTANTE LEGAL  
M.M MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP  
Contratada

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

MAURÍCIO LEONIR SONDA  
Advogado  
OAB/SC 54.175

Testemunhas:

MARCONDES LEONARDO MULLER  
CPF: 053.864.149-50  
Sec. de Administração e Desenv. Econ.

ANTONINHO LUIZ DE SOUZA  
CPF: 032.920.699-04  
Sec. de Saúde

# Siderópolis

## PREFEITURA

### 14/2021 PE PÁ-CARREGADEIRA

Publicação N° 2867763

MUNICÍPIO DE SIDEROPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS 14/2021

PREGÃO ELETRÔNICO PMS N°. 02/2021

1. Objeto: Aquisição de uma pá-carregadeira para o Município de Siderópolis, conforme o Convênio/MDR nº 0036/2020 PLATAFORMA + BRASIL nº 898692/2020.
  2. Fundamentação Legal: Decreto nº 10.024/2019, Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.
  3. Data da sessão pública: 05/03/2021 às 09h00 min
  4. Local: A sessão pública será realizada exclusivamente através da plataforma: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)
  5. Obtenção do Edital: O edital na íntegra e demais disposições referente a este pregão, estarão disponíveis no site do Município: [www.sideropolis.sc.gov.br](http://www.sideropolis.sc.gov.br) ou na plataforma: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)
  6. Informações: e-mail: [licitacao@sideropolis.sc.gov.br](mailto:licitacao@sideropolis.sc.gov.br); telefone: (48) 3435-8900.
- Siderópolis, 17 de fevereiro de 2021.  
ANGELO FRANQUI SALVARO  
Prefeito



# Sul Brasil

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 060 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2867815

DECRETO Nº 60/2021, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

“SUSPENDE O RETORNO DAS AULAS PRESENCIAIS ATÉ O DIA 1º DE MARÇO DE 2021 NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SUL BRASIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MAURILIO OSTROSKI, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, de conformidade com o disposto no artigo 41, inciso VII da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, na forma do artigo 196 da CF/88;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que a Portaria n. 188/GM/MS, de 03 de fevereiro de 2020, declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que a Portaria n. 454/GM/MS, de 20 de março de 2020, declara em todo o território nacional o estado de transmissão comunitária do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que o Congresso Nacional, no dia 20 de março de 2020, reconheceu o Estado de Calamidade Pública para os fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal n. 101/2000;

CONSIDERANDO que o Decreto Estadual n. 1.027, de 18 de dezembro de 2020, instituiu novas regras e medidas para o enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO que a Matriz da Avaliação de Risco Potencial, de 06 de fevereiro de 2021, classifica a Região Oeste como “risco potencial gravíssimo”;

CONSIDERANDO a atual taxa de ocupação de leitos de UTI nos Hospitais da Região Oeste e o considerável aumento de casos de pessoas contaminadas com o coronavírus (COVID-19) no Município de União do Oeste;

CONSIDERANDO que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação do coronavírus (COVID-19),

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 57/2021 de 15 de fevereiro de 2021.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suspensas até o dia 01/03/2021 as aulas presenciais em toda a rede de ensino no âmbito do município de Sul Brasil – SC, seja da rede pública e privada, devendo as atividades curriculares ou extracurriculares funcionar apenas no molde remoto/casa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
aos 17 de fevereiro de 2021.

MAURILIO OSTROSKI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA

DIEGO GUSTAVO KIRCH  
Diretor de Administração

**DECRETO Nº 061 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2867902

DECRETO Nº. 061 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PEDRO REZENDE PARA OCUPAR O CARGO DE CHEFE DE SETOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURILIO OSTROSKI, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 9º, inciso II, da Lei Municipal nº 384/2001 de 01.06.2001 e artigo 3º da Lei Municipal nº 385 de 01/06/2001.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado PEDRO REZENDE, portador do CPF nº 743.302.849-87 e RG 2.545.469, Servidor Público Municipal de Sul Brasil-SC, para ocupar o cargo em Comissão de Chefe de Setor, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura, Obras, Transportes e Meio Ambiente.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
aos 17 de fevereiro de 2021.

MAURILIO OSTROSKI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

DIEGO GUSTAVO LIRCH  
Diretor de Administração

**DECRETO Nº 063 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2869577

DECRETO Nº.063 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021

DISPÕE SOBRE ADMISSÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, JANICE BILLIG, APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURILIO OSTROSKI, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 9º da Lei Municipal nº. 384, de 01 de junho de 2001, e Lei Complementar nº 385, de 01 de junho de 2001, alterada pela Lei Complementar nº 678 de 19.01.2009 e Edital nº 002/2019 – Concurso Público.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada servidora pública Municipal de Sul Brasil-SC, a partir desta data, a candidata aprovada no Concurso Público nº 002/2019, abaixo denominado, de acordo com o cargo e enquadramento que segue:

NOME: JANICE BILLIG  
CPF: 079.107.799-33  
CARGO:PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL  
CARGA HORÁRIA: 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS  
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; CULTURA E ESPORTES.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor a partir da data de publicação vinculada a Publicação da Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
18 de fevereiro de 2021.

MAURILIO OSTROSKI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

DIEGO GUSTAVO KIRCH  
Diretor do Administração

**ERRATA PREGÃO 07**

Publicação Nº 2868043

ESTADO DE SANTA CATARNA  
MUNICIPIO DE SUL BRASIL  
Aviso de Licitação

**ERRATA**

Processo N.º 017/2021 - Pregão Presencial nº 07/2021

O Município de SUL BRASIL – SC, torna público aos interessados que encontra-se aberto o PREGÃO PRESENCIAL 007/2021 – decorrente do PROCESSO 017/2021, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS, de acordo com as especificações contidas no Edital, disponível no Setor de Licitações.

Objeto da Errata: onde se lê: 08H00MIN DO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2021;  
Leia-se: 14H00MIN DO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2021

Objeto da Errata: onde se lê: 08H15MIN DO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2021;  
Leia-se: 14H15MIN DO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2021

Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente pelo fone (49) 3367 0030, ou diretamente no Setor Administrativo sito Rua Dr. José Leal Filho, 589, Sul Brasil - SC, 17 de fevereiro de 2021. Maurilio Ostroski - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 018 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868303

PORTARIA Nº 018, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.  
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

MAURILIO OSTROSKI, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal LOIVA NEUMANN, ocupante do cargo de Auxiliar de Saúde Bucal, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, de 20 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 10.06.2019 a 09.06.2020 a serem gozadas no período de 22.02.2021 a 13.03.2021.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando vinculado ao DOM, CONFORME Lei Municipal 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
17 de fevereiro de 2021.

MAURILIO OSTROSKI  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

DIEGO GUSTAVO KIRCH  
Diretor de Administração

# Taió

## PREFEITURA

### CONTRATO N° RH/034/2021

Publicação N° 2869014

CONTRATO No RH/034/2021

Termo de contrato individual de trabalho por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, entre o MUNICÍPIO DE TAIÓ e EDELICIO ALVES CARDOSO.

O MUNICÍPIO DE TAIÓ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Luiz Bértoli, no 44, Centro, inscrito no CNPJ sob no 82.765.488/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. HORST ALEXANDRE PURNHAGEN, doravante denominado EMPREGADOR, e EDELICIO ALVES CARDOSO, residente na Rua Padre Eduardo, 1458, Padre Eduardo, Taió, Santa Catarina, portador(a) da Carteira de Identidade no 4706589 e do CPF no 048.729.149-29, doravante denominado(a) SERVIDOR(A), celebram o presente contrato individual de trabalho por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, combinado com o Art. 2o, da Lei Complementar no 203/2017, de 15/12/2017, considerando o resultado do Processo Seletivo Edital 004/2019, bem como o expediente emitido pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, em atendimento a Educação Especial para atender aos alunos Vinicius Cesar Lehmkuhl, Gabriel Augusto de Borba Nunes e Leonardo Gabriel da Cruz, mediante as condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) SERVIDOR(A) exercerá o cargo de provimento temporário de Professor nível 2, com exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica o(a) servidor(a) ciente que será empossado(a) nesta data e o presente contrato vigorará a partir de 18 de fevereiro de 2021 até a manutenção da matrícula dos alunos ou término do ano letivo, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste, por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - O vencimento mensal a ser pago pelo EMPREGADOR ao SERVIDOR(A), incluído o repouso semanal remunerado, será de R\$ 1.903,28 (um mil novecentos e três reais e vinte e oito centavos) sobre o qual incidirão os reajustes pagos aos servidores do Município de Taió.

CLÁUSULA QUARTA - Fica ajustado que o EMPREGADOR poderá a qualquer tempo, conforme a necessidade do serviço público, transferir o(a) SERVIDOR(A) para prestar serviços em qualquer localidade do município de Taió.

CLÁUSULA QUINTA - A jornada de trabalho será de 20 (vinte) horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA - O(A) SERVIDOR(A) sujeitar-se-á as normas gerais do EMPREGADOR, que em nenhum momento poderão ser ignoradas obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem conferidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O EMPREGADOR fica autorizado a descontar da remuneração do(a) SERVIDOR(A) o valor dos danos e prejuízos por ele(a) causados, seja por dolo, negligência, imprudência ou imperícia.

CLÁUSULA OITAVA - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária conforme Lei n.º 4.220, de 08 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA NONA - As partes poderão rescindir unilateralmente o presente contrato antes de expirado o seu prazo, sem qualquer ônus ou indenização advindo desta medida.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam o presente contrato de trabalho em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Taió (SC), em 18 de fevereiro de 2021.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN

EDELICIO ALVES CARDOSO

TESTEMUNHAS:

### CONTRATO N° RH/035/2021

Publicação N° 2869016

CONTRATO No RH/035/2021

Termo de contrato individual de trabalho por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, entre o MUNICÍPIO DE TAIÓ e EDELICIO ALVES CARDOSO.

O MUNICÍPIO DE TAIÓ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Luiz Bértoli, no 44, Centro, inscrito no CNPJ sob no 82.765.488/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. HORST ALEXANDRE PURNHAGEN, doravante denominado EMPREGADOR, e EDELICIO ALVES CARDOSO, residente na Rua Padre Eduardo, 1458, Padre Eduardo, Taió, Santa Catarina, portador(a) da Carteira de Identidade no 4706589 e do CPF no 048.729.149-29, doravante denominado(a) SERVIDOR(A), celebram o presente contrato individual de trabalho por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, combinado com o Art. 2o, da Lei Complementar no 203/2017, de 15/12/2017, considerando o resultado do Processo Seletivo Edital 004/2019, bem como o expediente emitido pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, em atendimento a Educação Especial para atender à aluna Brenda Solare Viviane, mediante as condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) SERVIDOR(A) exercerá o cargo de provimento temporário de Professor nível 2, com exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica o(a) servidor(a) ciente que será empossado(a) nesta data e o presente contrato vigorará a partir de 18 de fevereiro de 2021 até a manutenção da matrícula dos alunos ou término do ano letivo, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste, por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - O vencimento mensal a ser pago pelo EMPREGADOR ao SERVIDOR(A), incluído o repouso semanal remunerado, será de R\$ 1.903,28 (um mil novecentos e três reais e vinte e oito centavos) sobre o qual incidirão os reajustes pagos aos servidores do Município de Taió.

CLÁUSULA QUARTA - Fica ajustado que o EMPREGADOR poderá a qualquer tempo, conforme a necessidade do serviço público, transferir o(a) SERVIDOR(A) para prestar serviços em qualquer localidade do município de Taió.

CLÁUSULA QUINTA - A jornada de trabalho será de 20 (vinte) horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA - O(A) SERVIDOR(A) sujeitar-se-á as normas gerais do EMPREGADOR, que em nenhum momento poderão ser ignoradas obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem conferidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O EMPREGADOR fica autorizado a descontar da remuneração do(a) SERVIDOR(A) o valor dos danos e prejuízos por ele(a) causados, seja por dolo, negligência, imprudência ou imperícia.

CLÁUSULA OITAVA - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária conforme Lei n.º 4.220, de 08 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA NONA - As partes poderão rescindir unilateralmente o presente contrato antes de expirado o seu prazo, sem qualquer ônus ou indenização advindo desta medida.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam o presente contrato de trabalho em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Taió (SC), em 18 de fevereiro de 2021.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN

EDELICIO ALVES CARDOSO

TESTEMUNHAS:

## CONTRATO Nº RH/036/2021

Publicação Nº 2869020

CONTRATO No RH/036/2021

Termo de contrato individual de trabalho por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, entre o MUNICÍPIO DE TAIÓ e FABIANO CANDIDO MATIAS.

O MUNICÍPIO DE TAIÓ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Luiz Bértoli, no 44, Centro, inscrito no CNPJ sob no 82.765.488/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. HORST ALEXANDRE PURNHAGEN, doravante denominado EMPREGADOR, e FABIANO CANDIDO MATIAS, residente na Rua do Seminário, 130, Seminário, Taió, Santa Catarina, portador(a) da Carteira de Identidade no 2007508822-8 e do CPF no 065.500.303-74, doravante denominado(a) SERVIDOR(A), celebram o presente contrato individual de trabalho por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, combinado com o Art. 2o, da Lei Complementar no 203/2017, de 15/12/2017, considerando o resultado do Processo Seletivo Edital 004/2019, bem como o expediente emitido pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, em substituição a servidora Daniele Leitzke da Silva, designada para exercer função gratificada de Diretor da Escola de Educação Fundamental Adolpho Ewald, mediante as condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) SERVIDOR(A) exercerá o cargo de provimento temporário de Professor nível 2, com exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica o(a) servidor(a) ciente que será empossado(a) nesta data e o presente contrato vigorará a partir de 18 de fevereiro de 2021 até o término da função gratificada ou término do ano letivo, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste, por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - O vencimento mensal a ser pago pelo EMPREGADOR ao SERVIDOR(A), incluído o repouso semanal remunerado, será de R\$ 1.903,28 (um mil novecentos e três reais e vinte e oito centavos) sobre o qual incidirão os reajustes pagos aos servidores do Município de Taió.

CLÁUSULA QUARTA - Fica ajustado que o EMPREGADOR poderá a qualquer tempo, conforme a necessidade do serviço público, transferir o(a) SERVIDOR(A) para prestar serviços em qualquer localidade do município de Taió.

CLÁUSULA QUINTA - A jornada de trabalho será de 20 (vinte) horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA - O(A) SERVIDOR(A) sujeitar-se-á as normas gerais do EMPREGADOR, que em nenhum momento poderão ser ignoradas obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem conferidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O EMPREGADOR fica autorizado a descontar da remuneração do(a) SERVIDOR(A) o valor dos danos e prejuízos por ele(a) causados, seja por dolo, negligência, imprudência ou imperícia.

CLÁUSULA OITAVA - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária conforme Lei n.º 4.220, de 08 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA NONA - As partes poderão rescindir unilateralmente o presente contrato antes de expirado o seu prazo, sem qualquer ônus ou indenização advindo desta medida.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam o presente contrato de trabalho em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Taió (SC), em 18 de fevereiro de 2021.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN

FABIANO CANDIDO MATIAS

TESTEMUNHAS:

## CONTRATO Nº RH/037/2021

Publicação Nº 2869021

CONTRATO No RH/037/2021

Termo de contrato individual de trabalho por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, entre o MUNICÍPIO DE TAIÓ e MARTA IZIDORO KLEHM.

O MUNICÍPIO DE TAIÓ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Luiz Bértoli, no 44, Centro, inscrito no CNPJ sob no 82.765.488/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. HORST ALEXANDRE PURNHAGEN, doravante denominado EMPREGADOR, e MARTA IZIDORO KLEHM, residente na Estrada Geral Ribeirão Pinheiro, 5030, Taió, Santa Catarina, portador(a) da Carteira de Identidade no 2.125.115 e do CPF no 586.715.449-15, doravante denominado(a) SERVIDOR(A), celebram o presente contrato individual de trabalho por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, combinado com o Art. 2º, da Lei Complementar no 203/2017, de 15/12/2017, considerando o resultado do Processo Seletivo Edital 004/2019, bem como o expediente emitido pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, em substituição a servidora Maura Alves de Melo, a qual está afastada de seu cargo efetivo para exercer cargo político de Secretário de Educação, Cultura e Esportes, mediante as condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) SERVIDOR(A) exercerá o cargo de provimento temporário de Professor nível 2, com exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica o(a) servidor(a) ciente que será empossado(a) nesta data e o presente contrato vigorará a partir de 18 de fevereiro de 2021 até o término do cargo político ou término do ano letivo, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste, por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - O vencimento mensal a ser pago pelo EMPREGADOR ao SERVIDOR(A), incluído o repouso semanal remunerado, será de R\$ 1.903,28 (um mil novecentos e três reais e vinte e oito centavos) sobre o qual incidirão os reajustes pagos aos servidores do Município de Taió.

CLÁUSULA QUARTA - Fica ajustado que o EMPREGADOR poderá a qualquer tempo, conforme a necessidade do serviço público, transferir o(a) SERVIDOR(A) para prestar serviços em qualquer localidade do município de Taió.

CLÁUSULA QUINTA - A jornada de trabalho será de 20 (vinte) horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA - O(A) SERVIDOR(A) sujeitar-se-á as normas gerais do EMPREGADOR, que em nenhum momento poderão ser ignoradas obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem conferidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O EMPREGADOR fica autorizado a descontar da remuneração do(a) SERVIDOR(A) o valor dos danos e prejuízos por ele(a) causados, seja por dolo, negligência, imprudência ou imperícia.



CLÁUSULA OITAVA - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária conforme Lei n.º 4.220, de 08 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA NONA - As partes poderão rescindir unilateralmente o presente contrato antes de expirado o seu prazo, sem qualquer ônus ou indenização advindo desta medida.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam o presente contrato de trabalho em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Taió (SC), em 18 de fevereiro de 2021.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN

MARTA IZIDORO KLEHM

TESTEMUNHAS:

## CONTRATO Nº RH/038/2021

Publicação Nº 2869022

CONTRATO No RH/038/2021

Termo de contrato individual de trabalho por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, entre o MUNICÍPIO DE TAIÓ e MARIANI PEREIRA.

O MUNICÍPIO DE TAIÓ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Luiz Bértoli, no 44, Centro, inscrito no CNPJ sob no 82.765.488/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. HORST ALEXANDRE PURNHAGEN, doravante denominado EMPREGADOR, e MARIANI PEREIRA, residente na Rua Tiradentes, Centro, 564, Taió, Santa Catarina, portador(a) da Carteira de Identidade no 5.465.976 e do CPF no 100.718.559-71, doravante denominado(a) SERVIDOR(A), celebram o presente contrato individual de trabalho por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, combinado com o Art. 2º, da Lei Complementar no 203/2017, de 15/12/2017, considerando o resultado do Processo Seletivo Edital 004/2019, bem como o expediente emitido pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, em atendimento a Educação Especial para atender aos alunos Elizeu Gutz, Thiago de Oliveira e Robson Marques, mediante as condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) SERVIDOR(A) exercerá o cargo de provimento temporário de Professor nível 2, com exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica o(a) servidor(a) ciente que será empossado(a) nesta data e o presente contrato vigorará a partir de 18 de fevereiro de 2021 até a manutenção da matrícula dos alunos ou término do ano letivo, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste, por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - O vencimento mensal a ser pago pelo EMPREGADOR ao SERVIDOR(A), incluído o repouso semanal remunerado, será de R\$ 1.903,28 (um mil novecentos e três reais e vinte e oito centavos) sobre o qual incidirão os reajustes pagos aos servidores do Município de Taió.

CLÁUSULA QUARTA - Fica ajustado que o EMPREGADOR poderá a qualquer tempo, conforme a necessidade do serviço público, transferir o(a) SERVIDOR(A) para prestar serviços em qualquer localidade do município de Taió.

CLÁUSULA QUINTA - A jornada de trabalho será de 20 (vinte) horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA - O(A) SERVIDOR(A) sujeitar-se-á as normas gerais do EMPREGADOR, que em nenhum momento poderão ser ignoradas obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem conferidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O EMPREGADOR fica autorizado a descontar da remuneração do(a) SERVIDOR(A) o valor dos danos e prejuízos por ele(a) causados, seja por dolo, negligência, imprudência ou imperícia.

CLÁUSULA OITAVA - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária conforme Lei n.º 4.220, de 08 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA NONA - As partes poderão rescindir unilateralmente o presente contrato antes de expirado o seu prazo, sem qualquer ônus ou indenização advindo desta medida.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam o presente contrato de trabalho em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Taió (SC), em 18 de fevereiro de 2021.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN

MARIANI PEREIRA

TESTEMUNHAS:



**CONTRATO Nº RH/039/2021**

Publicação Nº 2869023

CONTRATO No RH/039/2021

Termo de contrato individual de trabalho por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, entre o MUNICÍPIO DE TAIÓ e DIRLENE DALRI.

O MUNICÍPIO DE TAIÓ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Luiz Bértoli, no 44, Centro, inscrito no CNPJ sob no 82.765.488/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. HORST ALEXANDRE PURNHAGEN, doravante denominado EMPREGADOR, e DIRLENE DALRI, residente na Rua Karl Schott, Vila Mariana, 106, Taió, Santa Catarina, portador(a) da Carteira de Identidade no 3.607.178 e do CPF no 004.450.059-98, doravante denominado(a) SERVIDOR(A), celebram o presente contrato individual de trabalho por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, combinado com o Art. 2o, da Lei Complementar no 203/2017, de 15/12/2017, considerando o resultado do Processo Seletivo Edital 004/2019, bem como o expediente emitido pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, em atendimento a "grade curricular", com referência a língua estrangeira, mediante as condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) SERVIDOR(A) exercerá o cargo de provimento temporário de Professor nível 2, com exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica o(a) servidor(a) ciente que será empossado(a) nesta data e o presente contrato vigorará a partir de 18 de fevereiro de 2021 até término do ano letivo, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste, por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - O vencimento mensal a ser pago pelo EMPREGADOR ao SERVIDOR(A), incluído o repouso semanal remunerado, será de R\$ 1.903,28 (um mil novecentos e três reais e vinte e oito centavos) sobre o qual incidirão os reajustes pagos aos servidores do Município de Taió.

CLÁUSULA QUARTA - Fica ajustado que o EMPREGADOR poderá a qualquer tempo, conforme a necessidade do serviço público, transferir o(a) SERVIDOR(A) para prestar serviços em qualquer localidade do município de Taió.

CLÁUSULA QUINTA - A jornada de trabalho será de 20 (vinte) horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA - O(A) SERVIDOR(A) sujeitar-se-á as normas gerais do EMPREGADOR, que em nenhum momento poderão ser ignoradas obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem conferidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O EMPREGADOR fica autorizado a descontar da remuneração do(a) SERVIDOR(A) o valor dos danos e prejuízos por ele(a) causados, seja por dolo, negligência, imprudência ou imperícia.

CLÁUSULA OITAVA - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária conforme Lei n.º 4.220, de 08 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA NONA - As partes poderão rescindir unilateralmente o presente contrato antes de expirado o seu prazo, sem qualquer ônus ou indenização advindo desta medida.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam o presente contrato de trabalho em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Taió (SC), em 18 de fevereiro de 2021.

\_\_\_\_\_  
HORST ALEXANDRE PURNHAGEN\_\_\_\_\_  
DIRLENE DALRI

TESTEMUNHAS:

**CONTRATO Nº RH/040/2021**

Publicação Nº 2869025

CONTRATO No RH/040/2021

Termo de contrato individual de trabalho por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, entre o MUNICÍPIO DE TAIÓ e EDINA BALDO PACHECO.

O MUNICÍPIO DE TAIÓ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Luiz Bértoli, no 44, Centro, inscrito no CNPJ sob no 82.765.488/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. HORST ALEXANDRE PURNHAGEN, doravante denominado EMPREGADOR, e EDINA BALDO PACHECO, residente na Rua Antenor da Silva Althoff, Padre Eduardo, 297, Taió, Santa Catarina, portador(a) da Carteira de Identidade no 4.935.267 e do CPF no 074.531.749-96, doravante denominado(a) SERVIDOR(A), celebram o presente contrato individual de trabalho por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, combinado com o Art. 2o, da Lei Complementar no 203/2017, de 15/12/2017, considerando o resultado do Processo Seletivo Edital 004/2019, bem como o expediente emitido pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, em atendimento a Educação Especial para atender aos alunos Vinicius Ricardo Eble, Beatriz Farias dos Santos, Miguel Retke Hillesheim e Sarah

Elisa Hackbarth, mediante as condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) SERVIDOR(A) exercerá o cargo de provimento temporário de Professor nível 2, com exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica o(a) servidor(a) ciente que será empossado(a) nesta data e o presente contrato vigorará a partir de 18 de fevereiro de 2021 até a manutenção da matrícula dos alunos ou término do ano letivo, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste, por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - O vencimento mensal a ser pago pelo EMPREGADOR ao SERVIDOR(A), incluído o repouso semanal remunerado, será de R\$ 1.903,28 (um mil novecentos e três reais e vinte e oito centavos) sobre o qual incidirão os reajustes pagos aos servidores do Município de Taió.

CLÁUSULA QUARTA - Fica ajustado que o EMPREGADOR poderá a qualquer tempo, conforme a necessidade do serviço público, transferir o(a) SERVIDOR(A) para prestar serviços em qualquer localidade do município de Taió.

CLÁUSULA QUINTA - A jornada de trabalho será de 20 (vinte) horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA - O(A) SERVIDOR(A) sujeitar-se-á as normas gerais do EMPREGADOR, que em nenhum momento poderão ser ignoradas obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem conferidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O EMPREGADOR fica autorizado a descontar da remuneração do(a) SERVIDOR(A) o valor dos danos e prejuízos por ele(a) causados, seja por dolo, negligência, imprudência ou imperícia.

CLÁUSULA OITAVA - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária conforme Lei n.º 4.220, de 08 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA NONA - As partes poderão rescindir unilateralmente o presente contrato antes de expirado o seu prazo, sem qualquer ônus ou indenização advindo desta medida.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam o presente contrato de trabalho em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Taió (SC), em 18 de fevereiro de 2021.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN

EDINA BALDO PACHECO

TESTEMUNHAS:

## CONTRATO Nº RH/041/2021

Publicação Nº 2869026

CONTRATO No RH/041/2021

Termo de contrato individual de trabalho por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, entre o MUNICÍPIO DE TAIÓ e EDINA BALDO PACHECO.

O MUNICÍPIO DE TAIÓ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Luiz Bértoli, no 44, Centro, inscrito no CNPJ sob no 82.765.488/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. HORST ALEXANDRE PURNHAGEN, doravante denominado EMPREGADOR, e EDINA BALDO PACHECO, residente na Rua Antenor da Silva Althoff, Padre Eduardo, 297, Taió, Santa Catarina, portador(a) da Carteira de Identidade no 4.935.267 e do CPF no 074.531.749-96, doravante denominado(a) SERVIDOR(A), celebram o presente contrato individual de trabalho por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, combinado com o Art. 2º, da Lei Complementar no 203/2017, de 15/12/2017, considerando o resultado do Processo Seletivo Edital 004/2019, bem como o expediente emitido pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, em atendimento a Educação Especial para atender aos alunos Jeferson Nunes Alves dos Santos, Andressa Bonin e Emili Talia Rodehden, mediante as condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) SERVIDOR(A) exercerá o cargo de provimento temporário de Professor nível 2, com exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica o(a) servidor(a) ciente que será empossado(a) nesta data e o presente contrato vigorará a partir de 18 de fevereiro de 2021 até a manutenção da matrícula dos alunos ou término do ano letivo, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste, por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - O vencimento mensal a ser pago pelo EMPREGADOR ao SERVIDOR(A), incluído o repouso semanal remunerado, será de R\$ 1.903,28 (um mil novecentos e três reais e vinte e oito centavos) sobre o qual incidirão os reajustes pagos aos servidores do Município de Taió.

CLÁUSULA QUARTA - Fica ajustado que o EMPREGADOR poderá a qualquer tempo, conforme a necessidade do serviço público, transferir o(a) SERVIDOR(A) para prestar serviços em qualquer localidade do município de Taió.

CLÁUSULA QUINTA - A jornada de trabalho será de 20 (vinte) horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA - O(A) SERVIDOR(A) sujeitar-se-á as normas gerais do EMPREGADOR, que em nenhum momento poderão ser ignoradas obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem conferidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O EMPREGADOR fica autorizado a descontar da remuneração do(a) SERVIDOR(A) o valor dos danos e prejuízos por ele(a) causados, seja por dolo, negligência, imprudência ou imperícia.

CLÁUSULA OITAVA - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária conforme Lei n.º 4.220, de 08 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA NONA - As partes poderão rescindir unilateralmente o presente contrato antes de expirado o seu prazo, sem qualquer ônus ou indenização advindo desta medida.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam o presente contrato de trabalho em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Taió (SC), em 18 de fevereiro de 2021.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN

EDINA BALDO PACHECO

TESTEMUNHAS:

## CONTRATO Nº RH/042/2021

Publicação Nº 2869027

CONTRATO No RH/042/2021

Termo de contrato individual de trabalho por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, entre o MUNICÍPIO DE TAIÓ e MARLETE VICENZI MARTINELLI.

O MUNICÍPIO DE TAIÓ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Luiz Bértoli, no 44, Centro, inscrito no CNPJ sob no 82.765.488/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. HORST ALEXANDRE PURNHAGEN, doravante denominado EMPREGADOR, e MARLETE VICENZI MARTINELLI, residente na Rua Victor Konder, 501, Victor Konder, Taió, Santa Catarina, portador(a) da Carteira de Identidade no 2.122.030 e do CPF no 614.726.209-25, doravante denominado(a) SERVIDOR(A), celebram o presente contrato individual de trabalho por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, combinado com o Art. 2º, da Lei Complementar no 203/2017, de 15/12/2017, considerando o resultado do Processo Seletivo Edital 004/2019, bem como o expediente emitido pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, em substituição a servidora Carla Terezinha Jacinto Wehmuth Comper, designada para atender o Programa Apoio Escolar, Lei n.º 3.855, meta 2, estratégia 2.3, conforme Portaria n.º 15.124/2021, mediante as condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) SERVIDOR(A) exercerá o cargo de provimento temporário de Professor nível 2, com exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica o(a) servidor(a) ciente que será empossado(a) nesta data e o presente contrato vigorará a partir de 18 de fevereiro de 2021 até o término do programa ou término do ano letivo, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste, por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - O vencimento mensal a ser pago pelo EMPREGADOR ao SERVIDOR(A), incluído o repouso semanal remunerado, será de R\$ 1.903,28 (um mil novecentos e três reais e vinte e oito centavos) sobre o qual incidirão os reajustes pagos aos servidores do Município de Taió.

CLÁUSULA QUARTA - Fica ajustado que o EMPREGADOR poderá a qualquer tempo, conforme a necessidade do serviço público, transferir o(a) SERVIDOR(A) para prestar serviços em qualquer localidade do município de Taió.

CLÁUSULA QUINTA - A jornada de trabalho será de 20 (vinte) horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA - O(A) SERVIDOR(A) sujeitar-se-á as normas gerais do EMPREGADOR, que em nenhum momento poderão ser ignoradas obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem conferidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O EMPREGADOR fica autorizado a descontar da remuneração do(a) SERVIDOR(A) o valor dos danos e prejuízos por ele(a) causados, seja por dolo, negligência, imprudência ou imperícia.

CLÁUSULA OITAVA - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária conforme Lei n.º 4.220, de 08 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA NONA - As partes poderão rescindir unilateralmente o presente contrato antes de expirado o seu prazo, sem qualquer ônus ou indenização advindo desta medida.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam o presente contrato de trabalho em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Taió (SC), em 18 de fevereiro de 2021.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN

MARLETE VICENZI MARTINELLI

TESTEMUNHAS:

## CONTRATO Nº RH/043/2021

Publicação Nº 2869028

CONTRATO No RH/043/2021

Termo de contrato individual de trabalho por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, entre o MUNICÍPIO DE TAIÓ e JANICE FESTEwig.

O MUNICÍPIO DE TAIÓ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Luiz Bértoli, no 44, Centro, inscrito no CNPJ sob no 82.765.488/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. HORST ALEXANDRE PURNHAGEN, doravante denominado EMPREGADOR, e JANICE FESTEwig, residente na Rua Bruno Heidrich, 574, Nova Esperança, Mirim Doce, Santa Catarina, portador(a) da Carteira de Identidade no 3.905.671 e do CPF no 005.137.839-62, doravante denominado(a) SERVIDOR(A), celebram o presente contrato individual de trabalho por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, combinado com o Art. 2º, da Lei Complementar no 203/2017, de 15/12/2017, considerando o resultado do Processo Seletivo Edital 004/2019, bem como o expediente emitido pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, em virtude do aumento do número de matrículas na rede municipal de ensino, mediante as condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) SERVIDOR(A) exercerá o cargo de provimento temporário de Professor nível 2, com exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica o(a) servidor(a) ciente que será empossado(a) nesta data e o presente contrato vigorará a partir de 18 de fevereiro de 2021 até o término do ano letivo, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste, por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - O vencimento mensal a ser pago pelo EMPREGADOR ao SERVIDOR(A), incluído o repouso semanal remunerado, será de R\$ 1.903,28 (um mil novecentos e três reais e vinte e oito centavos) sobre o qual incidirão os reajustes pagos aos servidores do Município de Taió.

CLÁUSULA QUARTA - Fica ajustado que o EMPREGADOR poderá a qualquer tempo, conforme a necessidade do serviço público, transferir o(a) SERVIDOR(A) para prestar serviços em qualquer localidade do município de Taió.

CLÁUSULA QUINTA - A jornada de trabalho será de 20 (vinte) horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA - O(A) SERVIDOR(A) sujeitar-se-á as normas gerais do EMPREGADOR, que em nenhum momento poderão ser ignoradas obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem conferidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O EMPREGADOR fica autorizado a descontar da remuneração do(a) SERVIDOR(A) o valor dos danos e prejuízos por ele(a) causados, seja por dolo, negligência, imprudência ou imperícia.

CLÁUSULA OITAVA - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária conforme Lei n.º 4.220, de 08 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA NONA - As partes poderão rescindir unilateralmente o presente contrato antes de expirado o seu prazo, sem qualquer ônus ou indenização advindo desta medida.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam o presente contrato de trabalho em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Taió (SC), em 18 de fevereiro de 2021.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN

JANICE FESTEwig

TESTEMUNHAS:

**CONTRATO Nº RH/044/2021**

Publicação Nº 2869030

CONTRATO No RH/044/2021

Termo de contrato individual de trabalho por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, entre o MUNICÍPIO DE TAIÓ e NADIR SCHMITZ BRIDAROLLI.

O MUNICÍPIO DE TAIÓ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Luiz Bértoli, no 44, Centro, inscrito no CNPJ sob no 82.765.488/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. HORST ALEXANDRE PURNHAGEN, doravante denominado EMPREGADOR, e NADIR SCHMITZ BRIDAROLLI, residente na Rua Paulo Cordeiro, 520, Vila Mariana, Taió, Santa Catarina, portador(a) da Carteira de Identidade no 4.118.194-8 e do CPF no 038.548.619-74, doravante denominado(a) SERVIDOR(A), celebram o presente contrato individual de trabalho por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, combinado com o Art. 2º, da Lei Complementar no 203/2017, de 15/12/2017, considerando o resultado do Processo Seletivo Edital 004/2019, bem como o expediente emitido pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, em virtude do aumento do número de matrículas na rede municipal de ensino, mediante as condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) SERVIDOR(A) exercerá o cargo de provimento temporário de Professor nível 2, com exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica o(a) servidor(a) ciente que será empossado(a) nesta data e o presente contrato vigorará a partir de 18 de fevereiro de 2021 até o término do ano letivo, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste, por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - O vencimento mensal a ser pago pelo EMPREGADOR ao SERVIDOR(A), incluído o repouso semanal remunerado, será de R\$ 951,64 (novecentos e cinquenta e um reais e sessenta e quatro centavos) sobre o qual incidirão os reajustes pagos aos servidores do Município de Taió.

CLÁUSULA QUARTA - Fica ajustado que o EMPREGADOR poderá a qualquer tempo, conforme a necessidade do serviço público, transferir o(a) SERVIDOR(A) para prestar serviços em qualquer localidade do município de Taió.

CLÁUSULA QUINTA - A jornada de trabalho será de 10 (dez) horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA - O(A) SERVIDOR(A) sujeitar-se-á as normas gerais do EMPREGADOR, que em nenhum momento poderão ser ignoradas obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem conferidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O EMPREGADOR fica autorizado a descontar da remuneração do(a) SERVIDOR(A) o valor dos danos e prejuízos por ele(a) causados, seja por dolo, negligência, imprudência ou imperícia.

CLÁUSULA OITAVA - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária conforme Lei n.º 4.220, de 08 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA NONA - As partes poderão rescindir unilateralmente o presente contrato antes de expirado o seu prazo, sem qualquer ônus ou indenização advindo desta medida.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam o presente contrato de trabalho em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Taió (SC), em 18 de fevereiro de 2021.

---

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN

---

NADIR SCHMITZ BRIDAROLLI

TESTEMUNHAS:

**CONTRATO Nº RH/045/2021**

Publicação Nº 2869031

CONTRATO No RH/045/2021

Termo de contrato individual de trabalho por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, entre o MUNICÍPIO DE TAIÓ e SHEILA FLORIANO.

O MUNICÍPIO DE TAIÓ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Luiz Bértoli, no 44, Centro, inscrito no CNPJ sob no 82.765.488/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. HORST ALEXANDRE PURNHAGEN, doravante denominado EMPREGADOR, e SHEILA FLORIANO, residente na Rua Vereador Lindo Lenzi, 27, Vila Mariana, Taió, Santa Catarina, portador(a) da Carteira de Identidade no 4.935.054 e do CPF no 079.078.219-75, doravante denominado(a) SERVIDOR(A), celebram o presente contrato individual de trabalho por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, combinado com o Art. 2º, da Lei Complementar no 203/2017, de 15/12/2017, considerando o resultado do Processo Seletivo Edital 004/2019, bem como o expediente emitido pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, em virtude do turno ininterrupto de trabalho nas Unidades de Educação Infantil, mediante as condições a seguir:



CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) SERVIDOR(A) exercerá o cargo de provimento temporário de Professor nível 2, com exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica o(a) servidor(a) ciente que será empossado(a) nesta data e o presente contrato vigorará a partir de 18 de fevereiro de 2021 até o término do ano letivo, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste, por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - O vencimento mensal a ser pago pelo EMPREGADOR ao SERVIDOR(A), incluído o repouso semanal remunerado, será de R\$ 1.903,28 (um mil novecentos e três reais e vinte e oito centavos) sobre o qual incidirão os reajustes pagos aos servidores do Município de Taió.

CLÁUSULA QUARTA - Fica ajustado que o EMPREGADOR poderá a qualquer tempo, conforme a necessidade do serviço público, transferir o(a) SERVIDOR(A) para prestar serviços em qualquer localidade do município de Taió.

CLÁUSULA QUINTA - A jornada de trabalho será de 20 (vinte) horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA - O(A) SERVIDOR(A) sujeitar-se-á as normas gerais do EMPREGADOR, que em nenhum momento poderão ser ignoradas obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem conferidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O EMPREGADOR fica autorizado a descontar da remuneração do(a) SERVIDOR(A) o valor dos danos e prejuízos por ele(a) causados, seja por dolo, negligência, imprudência ou imperícia.

CLÁUSULA OITAVA - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária conforme Lei n.º 4.220, de 08 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA NONA - As partes poderão rescindir unilateralmente o presente contrato antes de expirado o seu prazo, sem qualquer ônus ou indenização advindo desta medida.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam o presente contrato de trabalho em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Taió (SC), em 18 de fevereiro de 2021.

\_\_\_\_\_  
HORST ALEXANDRE PURNHAGEN

\_\_\_\_\_  
SHEILA FLORIANO

TESTEMUNHAS:

## **CONTRATO Nº RH/046/2021**

Publicação Nº 2869032

CONTRATO No RH/046/2021

Termo de contrato individual de trabalho por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, entre o MUNICÍPIO DE TAIÓ e SONIA GUTZ.

O MUNICÍPIO DE TAIÓ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Luiz Bértoli, no 44, Centro, inscrito no CNPJ sob no 82.765.488/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. HORST ALEXANDRE PURNHAGEN, doravante denominado EMPREGADOR, e SONIA GUTZ, residente na Rua Coronel Federsen, 3231, Vila Mariana, Taió, Santa Catarina, portador(a) da Carteira de Identidade no 4.485.577 e do CPF no 007.997.239-08, doravante denominado(a) SERVIDOR(A), celebram o presente contrato individual de trabalho por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, combinado com o Art. 2º, da Lei Complementar no 203/2017, de 15/12/2017, considerando o resultado do Processo Seletivo Edital 004/2019, bem como o expediente emitido pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, em substituição a servidora Josiane Matias, que está em licença à gestante, mediante as condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) SERVIDOR(A) exercerá o cargo de provimento temporário de Professor nível 2, com exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica o(a) servidor(a) ciente que será empossado(a) nesta data e o presente contrato vigorará a partir de 18 de fevereiro de 2021 até o dia 01 de maio de 2021, o término do ano letivo, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste, por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - O vencimento mensal a ser pago pelo EMPREGADOR ao SERVIDOR(A), incluído o repouso semanal remunerado, será de R\$ 1.903,28 (um mil novecentos e três reais e vinte e oito centavos) sobre o qual incidirão os reajustes pagos aos servidores do Município de Taió.

CLÁUSULA QUARTA - Fica ajustado que o EMPREGADOR poderá a qualquer tempo, conforme a necessidade do serviço público, transferir o(a) SERVIDOR(A) para prestar serviços em qualquer localidade do município de Taió.

CLÁUSULA QUINTA - A jornada de trabalho será de 20 (vinte) horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA - O(A) SERVIDOR(A) sujeitar-se-á as normas gerais do EMPREGADOR, que em nenhum momento poderão ser ignoradas obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem conferidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O EMPREGADOR fica autorizado a descontar da remuneração do(a) SERVIDOR(A) o valor dos danos e prejuízos por ele(a) causados, seja por dolo, negligência, imprudência ou imperícia.

CLÁUSULA OITAVA - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária conforme Lei n.º 4.220, de 08 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA NONA - As partes poderão rescindir unilateralmente o presente contrato antes de expirado o seu prazo, sem qualquer ônus ou indenização advindo desta medida.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam o presente contrato de trabalho em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Taió (SC), em 18 de fevereiro de 2021.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN

SONIA GUTZ

TESTEMUNHAS:

## CONTRATO Nº RH/047/2021

Publicação Nº 2869035

CONTRATO No RH/047/2021

Termo de contrato individual de trabalho por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, entre o MUNICÍPIO DE TAIÓ e SONIA GUTZ.

O MUNICÍPIO DE TAIÓ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Luiz Bértoli, no 44, Centro, inscrito no CNPJ sob no 82.765.488/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. HORST ALEXANDRE PURNHAGEN, doravante denominado EMPREGADOR, e SONIA GUTZ, residente na Rua Coronel Federsen, 3231, Vila Mariana, Taió, Santa Catarina, portador(a) da Carteira de Identidade no 4.485.577 e do CPF no 007.997.239-08, doravante denominado(a) SERVIDOR(A), celebram o presente contrato individual de trabalho por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, combinado com o Art. 2º, da Lei Complementar no 203/2017, de 15/12/2017, considerando o resultado do Processo Seletivo Edital 004/2019, bem como o expediente emitido pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, em virtude do aumento do número de matrículas na rede municipal de ensino, mediante as condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) SERVIDOR(A) exercerá o cargo de provimento temporário de Professor não habilitado, com exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica o(a) servidor(a) ciente que será empossado(a) nesta data e o presente contrato vigorará a partir de 18 de fevereiro de 2021 até o término do ano letivo, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste, por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - O vencimento mensal a ser pago pelo EMPREGADOR ao SERVIDOR(A), incluído o repouso semanal remunerado, será de R\$ 475,82 (quatrocentos e setenta e cinco reais e oitenta e dois centavos) sobre o qual incidirão os reajustes pagos aos servidores do Município de Taió.

CLÁUSULA QUARTA - Fica ajustado que o EMPREGADOR poderá a qualquer tempo, conforme a necessidade do serviço público, transferir o(a) SERVIDOR(A) para prestar serviços em qualquer localidade do município de Taió.

CLÁUSULA QUINTA - A jornada de trabalho será de 10 (dez) horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA - O(A) SERVIDOR(A) sujeitar-se-á as normas gerais do EMPREGADOR, que em nenhum momento poderão ser ignoradas obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem conferidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O EMPREGADOR fica autorizado a descontar da remuneração do(a) SERVIDOR(A) o valor dos danos e prejuízos por ele(a) causados, seja por dolo, negligência, imprudência ou imperícia.

CLÁUSULA OITAVA - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária conforme Lei n.º 4.220, de 08 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA NONA - As partes poderão rescindir unilateralmente o presente contrato antes de expirado o seu prazo, sem qualquer ônus ou indenização advindo desta medida.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam o presente contrato de trabalho em 03 (três) vias de igual teor e forma.



Taió (SC), em 18 de fevereiro de 2021.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN

SONIA GUTZ

TESTEMUNHAS:

## CONTRATO Nº RH/048/2021

Publicação Nº 2869036

CONTRATO No RH/048/2021

Termo de contrato individual de trabalho por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, entre o MUNICÍPIO DE TAIÓ e TEREZINHA DE SOUZA ABREU.

O MUNICÍPIO DE TAIÓ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Luiz Bértoli, no 44, Centro, inscrito no CNPJ sob no 82.765.488/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. HORST ALEXANDRE PURNHAGEN, doravante denominado EMPREGADOR, e TEREZINHA DE SOUZA ABREU, residente na Localidade Passo Manso, Estrada Geral, 365, Taió, Santa Catarina, portador(a) da Carteira de Identidade no 3.569.753 e do CPF no 800.534.249-72, doravante denominado(a) SERVIDOR(A), celebram o presente contrato individual de trabalho por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, combinado com o Art. 2o, da Lei Complementar no 203/2017, de 15/12/2017, considerando o resultado do Processo Seletivo Edital 004/2019, bem como o expediente emitido pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, em substituição a servidora Leide Maria Nardelli Patel, designada para exercer função gratificada de Chefe de Serviço de Educação Infantil, mediante as condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) SERVIDOR(A) exercerá o cargo de provimento temporário de Professor nível 2, com exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica o(a) servidor(a) ciente que será empossado(a) nesta data e o presente contrato vigorará a partir de 18 de fevereiro de 2021 até o término da função gratificada ou término do ano letivo, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste, por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - O vencimento mensal a ser pago pelo EMPREGADOR ao SERVIDOR(A), incluído o repouso semanal remunerado, será de R\$ 1.903,28 (um mil novecentos e três reais e vinte e oito centavos) sobre o qual incidirão os reajustes pagos aos servidores do Município de Taió.

CLÁUSULA QUARTA - Fica ajustado que o EMPREGADOR poderá a qualquer tempo, conforme a necessidade do serviço público, transferir o(a) SERVIDOR(A) para prestar serviços em qualquer localidade do município de Taió.

CLÁUSULA QUINTA - A jornada de trabalho será de 20 (vinte) horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA - O(A) SERVIDOR(A) sujeitar-se-á as normas gerais do EMPREGADOR, que em nenhum momento poderão ser ignoradas obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem conferidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O EMPREGADOR fica autorizado a descontar da remuneração do(a) SERVIDOR(A) o valor dos danos e prejuízos por ele(a) causados, seja por dolo, negligência, imprudência ou imperícia.

CLÁUSULA OITAVA - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária conforme Lei n.º 4.220, de 08 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA NONA - As partes poderão rescindir unilateralmente o presente contrato antes de expirado o seu prazo, sem qualquer ônus ou indenização advindo desta medida.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam o presente contrato de trabalho em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Taió (SC), em 18 de fevereiro de 2021.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN

TEREZINHA DE SOUZA ABREU

TESTEMUNHAS:

**CONTRATO Nº RH/049/2021**

Publicação Nº 2869038

CONTRATO No RH/049/2021

Termo de contrato individual de trabalho por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, entre o MUNICÍPIO DE TAIÓ e FERNANDA DO CARMO FERREIRA BELLI.

O MUNICÍPIO DE TAIÓ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Luiz Bértoli, no 44, Centro, inscrito no CNPJ sob no 82.765.488/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. HORST ALEXANDRE PURNHAGEN, doravante denominado EMPREGADOR, e FERNANDA DO CARMO FERREIRA BELLI, residente na Rua Johan Bruns, Centro, 51, Taió, Santa Catarina, portador(a) da Carteira de Identidade no 5087454 e do CPF no 052.005.039-81, doravante denominado(a) SERVIDOR(A), celebram o presente contrato individual de trabalho por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, combinado com o Art. 2o, da Lei Complementar no 203/2017, de 15/12/2017, considerando o resultado do Processo Seletivo Edital 004/2019, bem como o expediente emitido pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, em substituição a servidora Terezinha da Silva Valzburger, designada para atender no Programa Apoio Escolar, Lei n.º 3.855, Meta 2, estratégia 2.3, conforme Portaria n.º 15.127/2021, mediante as condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) SERVIDOR(A) exercerá o cargo de provimento temporário de Professor nível 2, com exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica o(a) servidor(a) ciente que será empossado(a) nesta data e o presente contrato vigorará a partir de 18 de fevereiro de 2021 até o término do programa ou término do ano letivo, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste, por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - O vencimento mensal a ser pago pelo EMPREGADOR ao SERVIDOR(A), incluído o repouso semanal remunerado, será de R\$ 1.903,28 (um mil novecentos e três reais e vinte e oito centavos) sobre o qual incidirão os reajustes pagos aos servidores do Município de Taió.

CLÁUSULA QUARTA - Fica ajustado que o EMPREGADOR poderá a qualquer tempo, conforme a necessidade do serviço público, transferir o(a) SERVIDOR(A) para prestar serviços em qualquer localidade do município de Taió.

CLÁUSULA QUINTA - A jornada de trabalho será de 20 (vinte) horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA - O(A) SERVIDOR(A) sujeitar-se-á as normas gerais do EMPREGADOR, que em nenhum momento poderão ser ignoradas obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem conferidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O EMPREGADOR fica autorizado a descontar da remuneração do(a) SERVIDOR(A) o valor dos danos e prejuízos por ele(a) causados, seja por dolo, negligência, imprudência ou imperícia.

CLÁUSULA OITAVA - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária conforme Lei n.º 4.220, de 08 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA NONA - As partes poderão rescindir unilateralmente o presente contrato antes de expirado o seu prazo, sem qualquer ônus ou indenização advindo desta medida.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam o presente contrato de trabalho em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Taió (SC), em 18 de fevereiro de 2021.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN

FERNANDA DO CARMO FERREIRA BELLI

TESTEMUNHAS:

**CONTRATO Nº RH/050/2021**

Publicação Nº 2869039

CONTRATO No RH/050/2021

Termo de contrato individual de trabalho por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, entre o MUNICÍPIO DE TAIÓ e DAIANI VESTEWIG.

O MUNICÍPIO DE TAIÓ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Luiz Bértoli, no 44, Centro, inscrito no CNPJ sob no 82.765.488/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. HORST ALEXANDRE PURNHAGEN, doravante denominado EMPREGADOR, e DAIANI VESTEWIG, residente na Rua Francisco Tomazoni, Padre Eduardo, 1174, Taió, Santa Catarina, portador(a) da Carteira de Identidade no 6862645 e do CPF no 101.952.219-40, doravante denominado(a) SERVIDOR(A), celebram o presente contrato individual de trabalho por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, combinado com o Art. 2o, da Lei Complementar no 203/2017, de 15/12/2017, considerando o resultado do Processo Seletivo Edital 004/2019, bem como o expediente emitido pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, em substituição a

servidora Adriana Bittencourt Bagatoli, a qual está readaptada, mediante as condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) SERVIDOR(A) exercerá o cargo de provimento temporário de Professor nível 2, com exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica o(a) servidor(a) ciente que será empossado(a) nesta data e o presente contrato vigorará a partir de 18 de fevereiro de 2021 até o término da readaptação da servidora supracitada ou término do ano letivo, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste, por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - O vencimento mensal a ser pago pelo EMPREGADOR ao SERVIDOR(A), incluído o repouso semanal remunerado, será de R\$ 1.903,28 (um mil novecentos e três reais e vinte e oito centavos) sobre o qual incidirão os reajustes pagos aos servidores do Município de Taió.

CLÁUSULA QUARTA - Fica ajustado que o EMPREGADOR poderá a qualquer tempo, conforme a necessidade do serviço público, transferir o(a) SERVIDOR(A) para prestar serviços em qualquer localidade do município de Taió.

CLÁUSULA QUINTA - A jornada de trabalho será de 20 (vinte) horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA - O(A) SERVIDOR(A) sujeitar-se-á as normas gerais do EMPREGADOR, que em nenhum momento poderão ser ignoradas obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem conferidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O EMPREGADOR fica autorizado a descontar da remuneração do(a) SERVIDOR(A) o valor dos danos e prejuízos por ele(a) causados, seja por dolo, negligência, imprudência ou imperícia.

CLÁUSULA OITAVA - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária conforme Lei n.º 4.220, de 08 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA NONA - As partes poderão rescindir unilateralmente o presente contrato antes de expirado o seu prazo, sem qualquer ônus ou indenização advindo desta medida.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam o presente contrato de trabalho em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Taió (SC), em 18 de fevereiro de 2021.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN

DAIANI VESTEWIG

TESTEMUNHAS:

## CONTRATO Nº RH/051/2021

Publicação Nº 2869040

CONTRATO No RH/051/2021

Termo de contrato individual de trabalho por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, entre o MUNICÍPIO DE TAIÓ e DAIANI VESTEWIG.

O MUNICÍPIO DE TAIÓ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Luiz Bértoli, no 44, Centro, inscrito no CNPJ sob no 82.765.488/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. HORST ALEXANDRE PURNHAGEN, doravante denominado EMPREGADOR, e DAIANI VESTEWIG, residente na Rua Francisco Tomazoni, Padre Eduardo, 1174, Taió, Santa Catarina, portador(a) da Carteira de Identidade no 6862645 e do CPF no 101.952.219-40, doravante denominado(a) SERVIDOR(A), celebram o presente contrato individual de trabalho por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, combinado com o Art. 2º, da Lei Complementar no 203/2017, de 15/12/2017, considerando o resultado do Processo Seletivo Edital 004/2019, bem como o expediente emitido pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, em substituição a servidora Zilene Machado da Silva Figueredo, a qual foi designada para exercer função gratificada Chefe de Serviço de Educação Infantil, mediante as condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) SERVIDOR(A) exercerá o cargo de provimento temporário de Professor nível 2, com exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica o(a) servidor(a) ciente que será empossado(a) nesta data e o presente contrato vigorará a partir de 18 de fevereiro de 2021 até o término função gratificada da servidora supracitada ou término do ano letivo, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste, por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - O vencimento mensal a ser pago pelo EMPREGADOR ao SERVIDOR(A), incluído o repouso semanal remunerado, será de R\$ 1.903,28 (um mil novecentos e três reais e vinte e oito centavos) sobre o qual incidirão os reajustes pagos aos servidores do Município de Taió.

CLÁUSULA QUARTA - Fica ajustado que o EMPREGADOR poderá a qualquer tempo, conforme a necessidade do serviço público, transferir o(a) SERVIDOR(A) para prestar serviços em qualquer localidade do município de Taió.

CLÁUSULA QUINTA - A jornada de trabalho será de 20 (vinte) horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA - O(A) SERVIDOR(A) sujeitar-se-á as normas gerais do EMPREGADOR, que em nenhum momento poderão ser ignoradas obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem conferidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O EMPREGADOR fica autorizado a descontar da remuneração do(a) SERVIDOR(A) o valor dos danos e prejuízos por ele(a) causados, seja por dolo, negligência, imprudência ou imperícia.

CLÁUSULA OITAVA - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária conforme Lei n.º 4.220, de 08 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA NONA - As partes poderão rescindir unilateralmente o presente contrato antes de expirado o seu prazo, sem qualquer ônus ou indenização advindo desta medida.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam o presente contrato de trabalho em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Taió (SC), em 18 de fevereiro de 2021.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN

DAIANI VESTEwig

TESTEMUNHAS:

## EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO 001/2021

Publicação Nº 2868032

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÕES  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2021

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN, Prefeito do Município de Taió Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Complementar 187, de 21 de março de 2017, TORNA PÚBLICA A HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÕES do Processo Seletivo Simplificado N.º 001/2021, conforme Ata de Julgamento realizada pela comissão nomeada através da Portaria n.º 15.078, de 02 de fevereiro de 2021, conforme segue:

### RELAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS

INSCRIÇÃO	NOME	CARGO
02	ANTINÓRIO CLAUDÍNO	OPERADOR DE EQUIPAMENTO(MOTORISTA)
03	WILSON BLANCK	OPERADOR DE EQUIPAMENTO(MOTORISTA)
04	JUARI BERRI	OPERADOR DE EQUIPAMENTO(MOTORISTA)
05	DEIVITE DA SILVA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
06	DARCI BACK	OPERADOR DE EQUIPAMENTO(MOTORISTA)
07	AGNALDO RODRIGUES DE SOUZA	OPERADOR DE EQUIPAMENTO(MOTORISTA)
08	VANESSA SANTANA DOS SANTOS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
09	MARIA APARECIDA DOS SANTOS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
10	SEBASTIÃO SCHULTZ	OPERADOR DE EQUIPAMENTO(MOTORISTA)
11	ERIVELTON PIRES DE LIMA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
12	JOICE FERNANDA HARBS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
13	LINDACIR ALVES PIRES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
14	JANAÍNA ALVES DE JESUS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
15	BRAULINO MARCIANO FELIPE	MOTORISTA
16	LUCIA REGINA CORREA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
17	DIRCEU RENATO LEMKE DE SOUZA	OPERADOR DE EQUIPAMENTO(MOTORISTA)
18	DERCI BLANCK ROSA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
19	VITÓRIA G. A. DO NASCIMENTO DE FREITAS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
20	ANA CLAUDIA ALVES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
21	LEONARDO DIAS DE FREITAS	OPERADOR DE EQUIPAMENTO(MOTORISTA)

22	KÉTLIN BRENDA BARCELOS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
23	LUCIANA GOULART	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
24	NELSO GOULART	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
25	ANA PAULA PEREIRA AGUIAR	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
26	AFONSO KNISS	OPERADOR DE EQUIPAMENTO(MOTORISTA)
27	CATARINA FERNANDES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
28	HENRIQUE KAESTNER	OPERADOR DE EQUIPAMENTO(MOTORISTA)
29	FRANCIELI SOUZA DA SILVA JESUITA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
30	JUÇARA OBERZINER	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
31	JOANIR NOLLI	OPERADOR DE EQUIPAMENTO(TRATOR SOBRE ESTEIRA)
32	THAINÁ LESKE	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
33	OSMAR ANDERLE	OPERADOR DE EQUIPAMENTO(MOTORISTA)
34	LUCIANO ZANIS	OPERADOR DE EQUIPAMENTO(MOTORISTA)
35	EVERSON CHIMINSKI	OPERADOR DE EQUIPAMENTO(MOTORISTA)
36	LUIZ CARLOS CARVALHO LEAL	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
37	AMANDA DA SILVA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
38	PAULO CÉSAR DE PAULA SOUZA	MÉDICO CLÍNICO
39	MARCIO ZANGHELINI	OPERADOR DE EQUIPAMENTO(MOTORISTA)
40	BRANDA PAULA HERGERT	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
41	CAROLINA KARSTEN HEROERT	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
42	LUCIA GOULART MAÇANEIRO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
43	CHESTER ESTIVE FRANÇA	OPERADOR DE EQUIPAMENTO(MOTORISTA)
44	STEFANI MARIA LEANDRO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
45	ZELIA MODESTO DA SILVA CERNUCKY	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
46	PEDRO VALENTIM	OPERADOR DE EQUIPAMENTO(MOTORISTA)
48	ASSI MERVES MICHEL	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
49	DEJAVAN MICHEL	OPERADOR DE EQUIPAMENTO(MOTORISTA)
50	EVERALDO PAWLACK	OPERADOR DE EQUIPAMENTO(TRATOR SOBRE ESTEIRA)
51	ARY GOETTEN DE SOUZA	OPERADOR DE EQUIPAMENTO(MOTORISTA)
52	CRISTIANE GIRARDI MELLO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
53	VILMAR MENEL	OPERADOR DE EQUIPAMENTO(MOTORISTA)
54	ANDRE FELIPI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
55	FABIO SOARES DA SILVA	OPERADOR DE EQUIPAMENTO(MOTORISTA)
56	AEXANDRA DA SILVA NOBRE DOS SANTOS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
57	JENIFER KARINE PASSING	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
58	JANIR STRINGARI	OPERADOR DE EQUIPAMENTO(MOTORISTA)
59	JAIR SILVÉRIO	OPERADOR DE EQUIPAMENTO(MOTORISTA)
60	JOCIMAR CARVALHO DE CAMARGO	OPERADOR DE EQUIPAMENTO(MOTORISTA)
61	JHONATAN BACK	OPERADOR DE EQUIPAMENTO(MOTORISTA)
62	TIAGO SOARES DOS SANTOS	OPERADOR DE EQUIPAMENTO(MOTORISTA)
63	ANTONIO CARLOS SENES	OPERADOR DE EQUIPAMENTO(MOTORISTA)
64	PAULO VITOR PETERS	OPERADOR DE EQUIPAMENTO(PATROLA)
65	LUCIA DE LIMA VIANTE	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
66	NELSON SCHIMILLA	OPERADOR DE EQUIPAMENTO(MOTORISTA)
67	ADRIANO CLAUDINO	OPERADOR DE EQUIPAMENTO(MOTORISTA)
68	JOÃO SCHMILLA	OPERADOR DE EQUIPAMENTO(MOTORISTA)

69	VITOR SOUZA MACHADO	OPERADOR DE EQUIPAMENTO(TRACTOR SOBRE ESTEIRA)
70	LIRIANE DA SILVA RODRIGUES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
71	JUAREZ MARCOLLA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
72	BIANCA GOMES RUFINO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
73	JOCIANE ALVES DE LIMA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
74	MARIA GABRIELA GIACOMOZZI DA SILVA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
75	DALINE DOS SANTOS DO NASCIMENTO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
76	MARIA GORETI ODORIZZI VIZENTAINER	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
77	JOÃO PAULO DOMINGOS PEDRO	OPERADOR DE EQUIPAMENTO(TRACTOR SOBRE ESTEIRA)
78	MARCOS ANTONIO LORENZETTI	OPERADOR DE EQUIPAMENTO(MOTORISTA)
79	DANIEL BITTENCOURT	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
80	CLEIZI DIANA RECH	AUXILIAR DE DENTISTA
81	CRISTIANE DIEL	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
82	DAIAN FABRICIO RICARDO	OPERADOR DE EQUIPAMENTO(MOTORISTA)
83	LUCIA MIRANDA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

#### RELAÇÃO DAS INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

INSCRIÇÃO	NOME	CARGO	MOTIVO
001	ADEMIR DA SILVA	OPERADOR DE EQUIPAMENTO(MOTORISTA)	Item 2.2., a)
047	CÉLIO BRUNO APOLINARIO	(NÃO DEFINIDO)	Item 2.7

Taió, em 17 de fevereiro de 2021.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN  
Prefeito

#### PORTARIA 14/2021

Publicação Nº 2867793

PORTARIA Nº 14, de 16/02/2021

Dispõe sobre Averbação de Tempo de Contribuição da servidora RUBIA MARLENE FUSINATO DUARTE para fins de aposentadoria na matrícula nº 5561-02, junto ao TAIÓPREV e dá outras providências.

INDIANARA SEMAN, Diretora Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Taió – TAIOPREV, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que conferem a Lei Municipal nº 3.625 de 19 de dezembro de 2012,

Resolve:

Art. 1º Averbar o Tempo de Contribuição, Conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (protocolo nº 20021060.1.00052/06-3), da Servidora Pública Municipal RUBIA MARLENE FUSINATO DUARTE, matrícula nº 5561-02, conforme descrição abaixo:

I- A Certidão de Tempo de Contribuição expedida pela expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - discrimina o tempo de contribuição da seguinte forma:

EMPREGADOR	PERÍODO DE CONTRIBUIÇÃO	TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO
Cotal Comercio de Tintas Arco Iris Ltda	01/05/1983 a 01/11/1984	01 anos, 06 meses, 01 dias
Cotal Comercio de Tintas Arco Iris Ltda	01/06/1985 a 10/05/1986	0 anos, 11 meses, 10 dias
Comércio J. Mateus Ltda	02/06/1986 a 18/03/1988	01 anos, 09 meses, 17 dias
Hospital São Francisco de Assis Ltda	01/07/1988 a 15/08/1988	0 anos, 01 meses, 15 dias
Antonio Claudio Schimitz	01/09/1988 a 09/08/1990	01 anos, 11 meses, 09 dias



TOTAL EM DIAS LÍQUIDOS	2.302
TOTAL DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	06 anos, 03 meses, 22 dias

Art.. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
P.R.I

Taió, 16 de Fevereiro de 2021.

INDIANARA SEMAN  
Diretora Presidente  
TAIOPREV

## PORTARIA 15/2021

Publicação Nº 2867796

PORTARIA Nº 15, de 16/02/2021

Dispõe sobre Averbação de Tempo de Contribuição da servidora ROSELI MARIA MARTINS PEDROSO para fins de aposentadoria na matrícula nº 111658-02, junto ao TAIÓPREV e dá outras providências.

INDIANARA SEMAN, Diretora Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Taió – TAIOPREV, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que conferem a Lei Municipal nº 3.625 de 19 de dezembro de 2012,

Resolve:

Art. 1º Averbar o Tempo de Contribuição, Conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (protocolo nº 14021150.1.00113/20-4), da Servidora Pública Municipal ROSELI MARIA MARTINS PEDROSO, matrícula nº 111658-02, conforme descrição abaixo:

I- A Certidão de Tempo de Contribuição expedida pela expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - discrimina o tempo de contribuição da seguinte forma:

EMPREGADOR	PERÍODO DE CONTRIBUIÇÃO	TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO
Lourival G. Correia	01/02/1985 a 31/08/1987	02 anos, 07 meses, 0 dias
Comercial Broering	08/09/1987 a 09/01/1988	0 anos, 04 meses, 02 dias
Hotel Bauernhof	01/08/1988 a 10/09/1988	0 anos, 01 mês, 10 dias
Lourival G. Correia	01/04/1989 a 31/08/1990	1 ano, 05 meses, 0 dias
Onix Net Informatica	01/11/1990 a 17/12/1994	04 anos, 01 mês, 17 dias
Onix Net Informatica	01/12/1995 a 17/08/1996	0 anos, 08 meses, 17 dias
Cooperativa Vale do Itajaí	02/09/1996 a 28/10/1996	0 anos, 01 mês, 27 dias
Taiotex	22/02/1997 a 10/06/1997	0 anos, 03 meses, 19 dias
Elrita Tomelin	01/12/1997 a 30/07/1998	0 anos, 08 meses, 0 dias
Stringari e Hang	01/06/1999 a 05/08/1999	0 anos, 02 meses, 05 dias
Minimercado Nestor	03/01/2000 a 30/11/2002	02 anos, 10 meses, 28 dias
Taymalhas	02/06/2003 a 18/03/2009	05 anos, 09 meses, 17 dias
Município de Taió	01/04/2009 a 10/01/2011	01 ano, 09 meses, 10 dias
Município de Taió	10/01/2011 a 16/02/2021	10 anos, 1 mês, 10 dias
TOTAL EM DIAS LÍQUIDOS	7.703	
TOTAL DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	21 anos, 01 mês, 8 dias	

Art.. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

P.R.I



Taió, 16 de Fevereiro de 2021.

INDIANARA SEMAN  
Diretora Presidente  
TAIOPREV

**PORTARIA N° 15150/2021**

Publicação N° 2868985

PORTARIA No 15.150, de 17/02/2021

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI e VII, do Art. 70, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 23 de março de 1990 e com fundamento na Lei Complementar no 190/2017, de 19 de abril de 2017.

CONSIDERANDO o Ofício nº 049/2021/ GAB, de 10 de fevereiro de 2021.

RESOLVE:

designar o servidor público municipal ADEMIR ZANIS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais I, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e exercício na Secretaria do Distrito de Passo Manso, para exercer a função gratificada de "Diretor do Departamento do Distrito de Passo Manso", sem prejuízo das funções de seu cargo efetivo, percebendo mensalmente o vencimento e as vantagens do cargo que é titular, bem como, o nível 44 da Tabela de Vencimentos, contida no Decreto no 7.303, de 19 de janeiro de 2021.

P.R.I.

Taió, 17 de fevereiro de 2021.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN  
Prefeito

**PORTARIA N° 15151/2021**

Publicação N° 2869008

PORTARIA No 15.151, de 17/02/2021

ENQUADRA SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS NO TRABALHO NÃO PRESENCIAL (HOME OFFICE)

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI e VII, do Art. 70, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 23 de março de 1990.

CONSIDERANDO os requerimentos protocolados sob o nº 912 e 958, datados de 08/02/2021 e 09/02/2021, respectivamente.

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.346, de 15 de fevereiro de 2021.

RESOLVE:

enquadrar as servidoras LUCIANA SUMARIVA e JANAINA MATGGE BRORING ocupantes do cargo de Contador(Oficial de Nível superior) e Agente Técnico I, respectivamente, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e exercício na Secretaria de Administração e Finanças, no trabalho não presencial (home office).

P.R.I.

Taió, 17 de fevereiro de 2021.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN  
Prefeito

**PORTARIA N° 15152/2021**

Publicação N° 2868987

PORTARIA No 15.152, de 17/02/2021

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR REALIZAÇÃO DE TRABALHO ESPECIAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI e VII, do Art. 70, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 23 de março de 1990 e com fulcro no Art. 1o, inciso V, da Lei Complementar no 010/95, de 11 de julho de 1995.

CONSIDERANDO o ofício n.º 052/2021/GAB, datado de 15 de fevereiro de 2021.

RESOLVE:

conceder a servidora pública municipal GIANA MAESTRI BATISTA RAMOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Técnico I, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e exercício na Secretaria de Administração e Finanças, gratificação mensal equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o vencimento base.

P.R.I.

Taió, 17 de fevereiro de 2021.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN  
Prefeito

## **PORTARIA N° 15153/2021**

Publicação N° 2868988

PORTARIA No 15.153, de 17/02/2021

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR REALIZAÇÃO DE TRABALHO ESPECIAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI e VII, do Art. 70, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 23 de março de 1990 e com fulcro no Art. 1º, inciso V, da Lei Complementar no 010/95, de 11 de julho de 1995.

CONSIDERANDO o ofício n.º 05/2021/SAS, datado de 17 de fevereiro de 2021.

RESOLVE:

conceder a servidora pública municipal JOICE MARIA DO PINHO MORAIS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Técnico, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e exercício na Secretaria de Assistência Social, gratificação mensal equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o vencimento base.

P.R.I.

Taió, 17 de fevereiro de 2021.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN  
Prefeito

## **PORTARIA N° 15154/2021**

Publicação N° 2868990

PORTARIA No 15.154, de 17/02/2021

NOMEIA COMISSÃO PARA O FIM QUE ESPECIFICA

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI e VII, do Art. 70, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 23 de março de 1990.

CONSIDERANDO o Ofício n.º 053/2021/GAB, datado de 15/02/2021.

RESOLVE:

nomear os servidores públicos municipais JESSE TIAGO FERNANDES, DANIEL UHLENDORF e ROSE CRISTIANE HERMES, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão do Processo Seletivo Simplificado Edital no 002/2021.

P.R.I.

Taió, 17 de fevereiro de 2021.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN  
Prefeito

**PORTARIA Nº 15155/2021**

Publicação Nº 2868991

PORTARIA No 15.155, de 17/02/2021

**ALTERA LOCAL DE TRABALHO/EXPEDIENTE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DA OUTRA PROVIDÊNCIA**

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI e VII, do Art. 70, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 23 de março de 1990 e com fulcro no Art. 2º, parágrafo único, da Lei Complementar no 010/95, de 11 de julho de 1995.

CONSIDERANDO o Ofício nº 009/2021/SAF, de 17 de fevereiro de 2021.

**RESOLVE:**

a contar do dia 17 de fevereiro de 2021, alterar o local de trabalho/expediente da servidora pública municipal TATIANE GONÇALVES HERERA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Técnico I, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e exercício na Secretaria de Administração e Finanças, para desempenhar as atribuições do seu cargo no Paço Municipal, com horário a ser cumprido de segunda-feira a sexta-feira das 08:00h as 12:00h e 13:30h as 17:30h. Ao mesmo tempo revoga a Portaria de nº 7.481, de 29 de janeiro de 2009.

P.R.I.

Taió, 17 de fevereiro de 2021.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN  
Prefeito

# Tangará

## PREFEITURA

### ATA N.º 142 CMDCA 2021

Publicação N° 2869083

Ata n.º 142

Ata de eleição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA. Atendendo ao disposto na lei 1.517 de 01 de outubro de 2001 e na portaria 105 de 15 de fevereiro de 2021, em 16 de fevereiro de 2021, reunidos na sala de reuniões do departamento social às 08:30 deu-se início ao ato de eleição da Presidência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA, em atendimento ao art. 9º-C da lei 1.517/2021, para a gestão 2021-2022. Fernanda Dalmolin deu as boas vindas a todos e desejou bom trabalho aos novos membros, fez a leitura dos membros nomeados em portaria, foi explanado sobre as atribuições do conselho e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e discutido sobre possíveis ações e demandas do município, Na sequência os membros deram início a pauta e eleição do novo presidente, vice-presidente, 1º Secretário e 2º secretário, sendo eleitos como Presidente: Vandraia Bonassi Rampon, vice-presidente, Arlete Samistraro, Gallafassi, 1º secretário: Willian José Zen e 2º secretário: Francieli Silva Parisotto. foi repassado a esta presidência o livro ata e demais documentos da antiga presidência. Às 09: 20 encerramos a primeira reunião de Eleição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA, sendo que a respectiva posse se dará em conformidade ao Art. 9º-f da lei 1.517/2001. Ficou agendada para 02/março de 2021 às 08:30 a próxima reunião do Conselho, não havendo nada mais a tratar lavro a presente ata, que segue assinada por mim, Willian José Zen, e pelos demais presentes. Tangará, 16 de Fevereiro de 2021.

### TP 002/2021

Publicação N° 2868161

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

#### Aviso de Licitação

Processo Licitatório n. 025/2021 Tomada de Preço n. 02/2021

Objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, A QUAL FORNEÇA MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA (HORA/HOMEM) PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E REVITALIZAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES DA PREFEITURA E ESCOLA ÂNGELA EXTENSÃO. Os envelopes contendo a documentação e propostas de preços serão recebidos até às 09h00min do dia 18/03/2021. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Adm. do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 35327450.

Tangará, 17 de Fevereiro de 2021.

ALDAIR BIASIOLO

Prefeito Municipal

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO GEOVANI EDSON MUSCOPF

Publicação Nº 2869570

#### TERMO DE CONVOCAÇÃO

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos – SC, em conformidade com o Edital Processo Seletivo nº. 002/2019 e o Decreto Nº. 105/2020, CONVOCAR o Sr. GEOVANI EDSON MUSCOPF, Aprovado em 2º lugar, para assumir no prazo de 07 (sete) dias a Vaga de Agente Comunitária de Saúde, 40 horas semanal, junto a Secretaria Municipal de Saúde, apresentando a documentação/habilitação necessária junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal.

Esta convocação entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC.

Tigrinhos/SC, 18 de JFevereiro de 2021.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Recebi em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

### DECRETO Nº 234, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2868342

#### DECRETO Nº 234, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre o Retorno as Aulas no ano letivo de 2021, na Rede Municipal de Ensino e dá outras providências.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Inciso VI, do Artigo 68, da Lei Orgânica do Município

CONSIDERANDO a importância e a necessidade da retomada gradativa das atividades sociais, econômicas e educacionais, respeitada a situação epidemiológica local, associado ao cumprimento das exigências para prevenção e mitigação da disseminação da COVID-19.

CONSIDERANDO a lei 18.032/2020, de 8 de dezembro de 2020, que considera a educação como atividade essencial durante a pandemia da COVID-19.

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 1.027 de 18.12.2020 que instituiu novas regras para organização das medidas para o enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a Portaria Conjunta SES/SED 983/2020 que organizou o Plano de Retorno as aulas com protocolos de segurança sanitária para o retorno de atividades escolares/educacionais (curriculares e extracurriculares) presenciais para as etapas da de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 1153, de 15 de fevereiro de 2021 que dispõe sobre as atividades essenciais no Estado de Santa Catarina, e autoriza para os estabelecimentos de ensino que possuem o PlanCon-Edu/COVID-19 homologado, as atividades educacionais presenciais, devendo ser rigorosamente seguidos todos os cuidados e regramentos sanitários estabelecidos;

CONSIDERANDO que a Rede Municipal de Ensino do Município de Tigrinhos tem aprovado o Plano de Contingência Municipal e os Planos de Contingências Escolares já elaborados e homologados em 2020.

CONSIDERANDO as deliberações obtidas através da Resolução COMED Nº 001, de 10 de fevereiro de 2021 do Conselho Municipal de Educação do Município de Tigrinhos /SC que aprovou o Plano de Retorno das aulas no Ano Letivo de 2021.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado, a partir de 18 de fevereiro de 2021, o retorno das aulas presenciais e das atividades extracurriculares em toda a rede de ensino publica e privada no território do Município de Tigrinhos /SC.

Art. 2º O retorno às aulas presenciais será de forma escalonada conforme determinações da Secretaria Municipal de Educação e seguindo as normas vigentes nos Planos de Contingência Municipal e Escolar (PlanCon-Edu/Covid-19) para prevenção e enfrentamento da pandemia Covid, seguindo modelo híbrido, com revezamento dos alunos entre atividades presenciais e em casa e observando rigorosamente o limite de 50% das matrículas ativas por turno de atendimento do estabelecimento de ensino para ocupação nas salas de aula e no transporte escolar.

Art. 3º Segue anexo ao presente Decreto o Plano de Retorno as Aulas Presenciais na Rede Municipal de Ensino do Município de Tigrinhos SC.

Art. 4º. . Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º . Revogam-se as disposições em contrário.

Tigrinhos/SC, 17 de fevereiro de 2021.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS****PLANO DE RETORNO AS AULAS PRESENCIAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS.**

A Educação foi uma das áreas onde mais aconteceram mudanças com a Pandemia, escolas permaneceram fechadas no ano letivo de 2020, gestores, professores, alunos e famílias se reinventaram para atender a modalidade de aulas não presenciais (aulas remotas), tornando-se um ano atípico para o processo de ensino aprendizagem.

No ano de 2021 a área da Educação se prepara para ao retorno as atividades, porém de forma ainda diferente, sendo o Regime Híbrido, sem esquecer que a Pandemia ainda existe, seguimos no distanciamento e isolamento social, com cuidados essenciais de uso de máscara e álcool gel, com inúmeras situações vivenciadas por nossos alunos como afastamento da escola e vividos no espaço domiciliar, estresse, ansiedade e para alguns até perda pessoas queridas.

E neste sentido é preciso prevalecer um total acolhimento, tanto para alunos, professores, funcionários e comunidade ao retornar as escolas e planejar um retorno e espaço seguro com as devidas medidas de segurança sanitárias, bem como monitorar o período de adaptação para o novo modelo de ensino.

A Rede Municipal de Ensino do Município de Tigrinhos tem aprovado o Plano de Contingência Municipal e os Planos de Contingências Escolares já elaborados e homologados e

Considerando a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

Considerando a Lei Federal nº 13.979/2020, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Estado de Santa Catarina, conforme Decreto nº 562/2020;

Considerando a importância e a necessidade da retomada gradativa das atividades sociais, econômicas e educacionais, respeitada a situação epidemiológica local, associado ao cumprimento das exigências para prevenção e mitigação da disseminação da COVID-19;

Considerando as análises realizadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina em relação à evolução da pandemia nas diferentes regiões do estado, combinadas com a disponibilidade de leitos e da atual estrutura de saúde existente;

Considerando a Portaria Conjunta SED/SES/DCSC nº 750, de 25 de setembro de 2020, que determina a elaboração dos Planos de Contingência Municipal e Escolares para a Educação COVID-19, a homologação dos Planos Escolares e a organização dos Comitês Municipais e Comissões Escolares para o gerenciamento da COVID-19 para Educação;

Considerando a Portaria SES nº 464, de 03 de julho de 2020, que instituiu o programa de descentralização e regionalização das ações de combate a COVID-19;

Considerando a Portaria nº 592, de 17 de agosto de 2020, que estabelece critérios de funcionamento das atividades de interesse regional e local, bem como as medidas de enfrentamento da COVID-19, de acordo com os níveis de risco da Avaliação do Risco Potencial Regional das regiões de saúde, e suas atualizações.

Considerando a lei 18.032/2020, de 8 de dezembro de 2020, que considera a educação como atividade essencial durante a pandemia da COVID-19.

Organizou o Plano de Retorno as aulas com protocolos de segurança sanitária para o retorno de atividades escolares/educacionais (curriculares e extracurriculares) presenciais para as etapas da de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, embasado na Portaria Conjunta SES/SED 983/2020.

Como frisa a Portaria Conjunta SES/SED 983/2020 que o Plano de Contingência para Educação/COVID-19 (PlanCon -Edu/COVID-19) é um instrumento de planejamento e preparação da resposta ao desastre de natureza biológica, caracterizado pela Pandemia da COVID-19. É organizado pela definição e caracterização do cenário de risco, se explicitam os níveis de risco/prontidão considerados e se estabelecem as dinâmicas e ações operacionais a implementar, definindo-se estratégias, ações e rotinas de resposta para o enfrentamento da Pandemia da COVID-19.

E neste sentido o Plano de Contingência para Educação/COVID-19 precisa ser revisado e atualizado sempre que necessário, numerando e registrando suas versões e mantendo o histórico das atualizações, para a autoridade sanitária competente quando solicitado.

Primeiramente as Unidades Escolares encaminharão para as famílias uma Pesquisa para o retorno às atividades presenciais, explicando que em cumprimento às legislações vigentes, informamos que o retorno presencial das crianças e adolescentes da Rede Pública Municipal de Ensino de Tigrinhos acontecerá a partir do dia 18/02/21. O atendimento presencial ocorrerá semanalmente com alternância de grupos de alunos, quando necessário, de acordo com o período que seu filho está matriculado, seguindo todas as normativas sanitárias, especialmente no que diz respeito ao distanciamento mínimo de 1,5m dentro da sala de aula. Para a partir da pesquisa, a gestão da Instituição de Ensino irá elaborar o cronograma dos grupos de alunos, que será encaminhado aos pais e/ou responsáveis antes do início do ano letivo.

É importante enfatizar aos pais e/ou responsáveis que poderão optar pelo retorno das Atividades de Aprendizagem Presenciais ou pela continuidade das Atividades de Aprendizagem Não Presenciais (online ou impressas).

As crianças e adolescentes que se enquadram no grupo de risco para Covid-19, conforme a Portaria Conjunta da Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de Estado da Educação e Defesa Civil de Santa Catarina nº 983, de 15 de dezembro de 2020, devem permanecer em Atividades de Aprendizagem Não Presenciais (online ou impressas).

O retorno às atividades escolares/educacionais presenciais, na Rede Municipal de ensino será de maneira híbrida, com atendimento presencial, considerando todas as medidas sanitárias e o distanciamento social de, no mínimo, 1,5 metros, primando por retomar atividades escolares/educacionais presenciais no dia 18 de fevereiro de 2021, adotando como critério de alternância de grupos para o retorno presencial e remoto, com intervalo de mínimos de 7(sete) dias, onde a turma será dividida, respeitando o distanciamento social de 1,5m em todos os ambientes e espaços da instituição.

Os estudantes e servidores que se enquadram nos grupos de risco para a COVID-19 devem ser mantidos em atividades remotas.

Os responsáveis legais pelo estudante podem optar pela continuidade no regime de atividades não presenciais ou remotas, quando a



instituição/rede oferecer, mediante a assinatura de Termo de Compromisso( SEGUE EM ANEXO) junto à instituição de ensino na qual o estudante está matriculado. O termo de responsabilidade terá validade de 15 dias. Caso haja mudança de entendimento durante este período, os responsáveis legais deverão comunicar a instituição de ensino para o enquadramento do estudante em até 7 dias úteis após essa comunicação.

#### ATENDIMENTO CONFORME A AVALIAÇÃO DE RISCO POTENCIAL AO COVID-19

Será observado nas Regiões de Saúde que apresentem Risco Potencial GRAVÍSSIMO (representado pela cor vermelha) na Avaliação de Risco Potencial ao COVID-19, o atendimento presencial deve manter-se em até 50% das matrículas ativas por turno de atendimento do estabelecimento de ensino, seguindo todos os cuidados e regramentos estabelecidos, rigorosamente, e o distanciamento social de, no mínimo, 1,5 metros dentro de cada ambiente.

O total de matrículas ativas do estabelecimento, por turno, deve estar fixada na entrada da escola.

Após a divulgação no site [www.coronavirus.sc.gov.br](http://www.coronavirus.sc.gov.br) do resultado da Avaliação de Risco Potencial Regional relacionada à COVID-19, o estabelecimento de ensino possui o prazo de até 2 (dois) dias para realizar as adequações, caso necessário.

A organização para o atendimento presencial em caso de agravamento da pandemia, onde o estabelecimento necessitará limitar-se ao atendimento de até 50% das matrículas ativas por turno de funcionamento, devem estar previstas no Plano de Contingência Escolar para COVID-19 e amplamente divulgado para a comunidade escolar.

Nas Regiões de Saúde que apresentem Risco Potencial GRAVE (representado pela cor laranja), ALTO (representado pela cor amarela) e MODERADO (representado pela cor azul) na Avaliação de Risco Potencial ao COVID-19, para os estabelecimentos de ensino que possuem Plano de Contingência Escolar para a COVID-19 (PlanCon-Edu/COVID-19) homologados, as atividades escolares/educacionais presenciais estão autorizadas, seguindo rigorosamente todos os cuidados e regramentos sanitários estabelecidos, desde que a capacidade operativa das salas e dos espaços disponíveis respeitem o distanciamento social de, no mínimo, 1,5 metros.

Considerando a organização das Unidades Escolares, grupos de alunos em Aulas Presenciais e Não Presenciais( sete dias na escola e sete dias em casa), alunos 100%(cem por cento) no Ensino Remoto, organização do Transporte Escolar, Merenda Escolar, Planejamento Pedagógico a Rede Municipal de Ensino optou por fazer o atendimento presencial em até 50% das matrículas ativas por turno de atendimento do estabelecimento de ensino, indiferente de como se apresenta o Mapa de Risco.

A capacidade de atendimento presencial para cada grupo está condicionada ao distanciamento social de 1,5 metros, sem limitação de percentual máximo de estudantes por turma. A capacidade deve ser calculada pelo tamanho do ambiente, estabelecendo 1,5 metros de distanciamento entre os estudantes e servidores que ocuparem o espaço. A capacidade de atendimento, respeitados o distanciamento social de cada espaço escolar, deve estar estabelecida no Plano de Contingência Escolar para a COVID-19 (PlanCon-Edu/COVID-19) do estabelecimento de ensino e fixada em cartaz na entrada de cada ambiente.

Para os estabelecimentos de ensino que não possuem espaço físico suficiente para atender as matrículas de cada grupo, respeitados o distanciamento social de, no mínimo, 1,5 metros, deverão ser organizadas estratégias de alternância entre os grupos, mantendo atividades presenciais e remotas para garantia do direito à educação. A alternância deve estar prevista no PlaCon-Edu/COVID-19 e amplamente informada para toda a comunidade escolar.

Em situações de surto de COVID-19 no estabelecimento de ensino, a instituição deve informar imediatamente às autoridades de vigilância epidemiológica e sanitária competentes para as medidas cabíveis.

#### DOS REGRAMENTOS

O retorno das atividades escolares presenciais obedecerá obrigatoriamente a todos os regramentos estabelecidos nos 8 Cadernos de Diretrizes para o retorno às aulas, constantes no Plano Estadual de Contingência para a Educação e homologadas pelo Centro de Operações de Emergência em Saúde - COES Estadual, disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/15qHdlz6ul=-Tp39liBIQwVXynyfn5ee1zV?usp=sharing>.

Cada estabelecimento de ensino deverá organizar em seu Plano de Contingência as seguintes medidas administrativas a fim de combater e mitigar o contágio da COVID-19:

I - Organizar cada sala de aula, de forma que cada aluno utilize, todos os dias, a mesma mesa e a mesma cadeira;

II - Reenquadrar, dentro do possível, as grades de horários de cada turma, de forma a condensar as aulas do mesmo professor, permitindo que cada professor mude o mínimo possível de sala;

III - Adotar estratégias eficazes de comunicação com a comunidade escolar, priorizando canais virtuais e a audiodescrição para deficientes visuais e LIBRAS para alunos com deficiência auditiva;

IV - Providenciar a atualização dos contatos de emergência dos alunos (também dos responsáveis, quando aplicável), e dos trabalhadores, antes do retorno das aulas, assim como mantê-los permanentemente atualizados;

V - Priorizar reuniões por videoconferência; quando não for possível, reduzir o máximo o número de participantes e sua duração. Em extensão para as pessoas com necessidades especiais, buscar assessoria e suporte dos serviços de Educação Especial para adequações e acesso às informações;

VI - Suspender as atividades do tipo excursões e passeios externos;

VII - Suspender, dentro do estabelecimento de ensino, todas as atividades que envolvam aglomerações, tais como festas, comemorações, reuniões para entrega de avaliações, formaturas, feiras de ciências, apresentações teatrais, entre outras. Caso a instituição de ensino opte pela realização destas atividades em local externo, deve-se cumprir o estabelecido pela portaria SES nº 710 , de 18.09.2020, ou outra que vier substituí-la;

VIII - As atividades esportivas coletivas e de contato devem seguir os cuidados sanitários preconizados nas portarias específicas de esportes, exceto quanto à determinação de realização de exames;

IX - As aulas de educação física devem ser planejadas e executadas em espaços abertos (ar livre). Caso não seja possível, realizar atividades sem contato físico, mantendo a distância de 1,5 m entre os participantes e em espaços abertos (ar livre). Fica proibida a prática de esportes que envolvam superfícies e objetos que não possam ser higienizados;

X - Desestimular o uso de elevadores, por meio de cartazes afixados em locais visíveis, contendo orientações de utilização apenas para



peças com dificuldades ou limitações para deslocamento;

XI - Adotar rotinas regulares de orientação de alunos e trabalhadores sobre as medidas de prevenção, monitoramento e controle da transmissão da COVID-19, com ênfase na correta utilização, troca, higienização e descarte de máscaras, bem como na adequada higienização das mãos e de objetos, na manutenção da etiqueta respiratória e no respeito ao distanciamento social seguro, sempre em linguagem acessível para toda a comunidade escolar;

XII - Informar as alterações de rotina e mudanças de trajeto e objetos com antecedência aos alunos com deficiência visual e Transtorno de Espectro Autista - TEA;

XIII - Comunicar as normas de condutas relativas ao uso dos espaços físicos e à prevenção e controle da COVID-19, em linguagem acessível à comunidade escolar e, quando aplicável, afixar cartazes com as mesmas normas em locais visíveis e de circulação, tais como: acessos aos estabelecimentos, salas de aula, banheiros, refeitórios, corredores, dentre outros;

XIV - Conhecer todos os regramentos sanitários vigentes aplicáveis, documentando e evidenciando as ações adotadas pelo estabelecimento de ensino, em decorrência do cumprimento destes regramentos;

XV - Os diretores Escolares e Administradores Escolares devem acompanhar, juntamente com as autoridades de saúde locais, a evolução de casos positivos nos seus municípios e nos adjacências, de forma a gerenciar o funcionamento do estabelecimento, avaliando a adequação da continuidade das aulas, cancelando-as, se necessário e, quando aplicável, contemplar o possível fechamento temporário do estabelecimento, de forma total ou parcial (apenas alguma sala, edifício ou instalação);

XVI - Assegurar que trabalhadores e alunos do Grupo de Risco permaneçam em casa, sem prejuízo de remuneração e de acompanhamento das aulas, respectivamente.

#### MEDIDAS DE HIGIENE PESSOAL

Cada estabelecimento de ensino deverá organizar em seu Plano de Contingência as seguintes medidas de higiene pessoal a fim de combater e mitigar o contágio da COVID-19:

I - Divulgar para alunos e trabalhadores a necessidade e a importância de evitar tocar olhos, nariz e boca, além de higienizar sistematicamente as mãos, especialmente nas seguintes situações:

- a) após o uso de transporte público;
- b) ao chegar ao estabelecimento de ensino;
- c) após tocar em superfícies tais como: maçanetas das portas, corrimãos, botões de elevadores, interruptores;
- d) após tossir, espirrar e/ou assoar o nariz;
- e) antes e após o uso do banheiro;
- f) antes de manipular alimentos;
- g) antes de tocar em utensílios higienizados;
- h) antes e após alimentar os alunos;
- i) antes das refeições;
- j) antes e após cuidar de ferimentos;
- k) após a limpeza de um local e/ou utilizar vassouras, panos e materiais de higienização;
- l) após remover lixo e outros resíduos;
- m) após troca de sapatos;
- n) antes e após o uso dos espaços coletivos;
- o) antes de iniciar e após uma nova atividade.

II - Disponibilizar em pontos estratégicos, em diversos ambientes do estabelecimento de ensino, dispensadores de álcool 70% ou preparações antissépticas de efeito similar, devendo ser orientada e estimulada a constante higienização das mãos;

III - É obrigatório o uso de máscaras descartáveis ou de tecido não tecido (TNT) por alunos, trabalhadores e visitantes, durante todo o período de permanência no estabelecimento de ensino. Orientar a troca das máscaras a cada 2 (duas) horas ou quando tornar-se úmida (se antes deste tempo). Não devem ser colocadas máscaras em bebês e crianças menores de dois anos devido ao perigo de asfixia;

A secretaria Municipal de Educação irá distribuir máscaras para todos os alunos da Rede Municipal acima de 2 anos de idade, mediante assinatura de termo para as famílias enfatizando as medidas de higiene com elas.

IV - Disponibilizar álcool 70% ou preparações antissépticas de efeito similar para cada professor, recomendando a frequente higienização das mãos;

V - Os professores devem higienizar as mãos e substituir a máscara ao final de cada aula (a cada mudança de sala) e ao final do seu turno;

VI - Os trabalhadores devem manter as unhas cortadas ou aparadas, os cabelos presos e evitar o uso de adornos, como anéis e brincos;

VII - Orientar a comunidade escolar sobre os cuidados necessários a serem adotados em casa e no caminho entre o domicílio e o estabelecimento de ensino;

VIII - Orientar e estimular os alunos, trabalhadores e visitantes à aplicação da "etiqueta da tosse";

IX - Orientar alunos e trabalhadores a usar lenços descartáveis para higiene nasal e bucal e a descartá-los imediatamente em lixeira com tampa, preferencialmente de acionamento por pedal ou outro dispositivo;

X - Orientar alunos com deficiência visual a realizarem a higiene das mãos bem como de sua bengala de uso pessoal após a utilização, principalmente ao andar em espaços abertos.

#### MEDIDAS PARA READEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS FÍSICOS PARA CIRCULAÇÃO SOCIAL

Cada estabelecimento de ensino deverá organizar em seu Plano de Contingência as seguintes medidas para readequação dos espaços físicos para circulação social a fim de combater e mitigar o contágio da COVID-19:

I - Readequar os espaços físicos, respeitando o distanciamento mínimo de 1,5 m (um metro e meio) em sala de aula. Nas atividades de educação física e em espaços abertos, deve-se manter distância de 1,5 m entre pessoas;

II - Estabelecer e respeitar o teto de ocupação compreendido como o número máximo permitido de pessoas presentes simultaneamente no mesmo ambiente, respeitando o distanciamento obrigatório. Disponibilizar esta informação nos locais;

III - Organizar as salas de aula de forma que os alunos se acomodem individualmente em carteiras, respeitando o distanciamento mínimo recomendado;

IV - Demarcar o piso dos espaços físicos, a fim de facilitar o cumprimento das medidas de distanciamento social, especialmente nas salas

de aula, bibliotecas, refeitórios e em outros ambientes coletivos;

V - Quando houver a utilização de catracas de acesso e/ou sistemas de registro de ponto através de biometria digital, disponibilizar álcool 70% ou preparações antissépticas de efeito similar para higienização das mãos antes e depois da identificação pela biometria, bem como afixar cartazes próximos com esta orientação; e/ou higienizar os equipamentos após cada uso com álcool 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar, respeitando as características do equipamento quanto à escolha do produto;

VI - Estabelecer sentido único nos corredores, para coordenar os fluxos de entrada, circulação e saída de alunos e trabalhadores, respeitando o distanciamento mínimo entre as pessoas;

VII - Definir pontos exclusivos para entradas e saídas nos estabelecimentos que disponham de mais de um acesso. Para estabelecimentos que disponham de um único acesso, definir e identificar áreas para acessos e saídas, de forma a proporcionar condições que evitem ou minimizem o cruzamento das pessoas na mesma linha de condução;

VIII - Organizar as entradas e as saídas dos alunos, de forma que não ocorram aglomerações e congestionamentos, escalonando os horários;

IX - Organizar, quando necessário, os horários de intervalo das refeições, de utilização de ginásios, bibliotecas, pátios entre outros, preservando o distanciamento mínimo obrigatório entre pessoas, evitando a aglomeração de alunos e trabalhadores nas áreas comuns;

X - Disponibilizar alternativas de acessos e saídas sem comandos com o contato das mãos, para estabelecimentos que disponham de estacionamento, em especial se utilizarem sistemas de digitação numérica ou de biometria digital, tanto para alunos quanto para trabalhadores e visitantes;

XI - Evitar o acesso de pais, responsáveis, cuidadores ou visitantes no interior das dependências dos estabelecimentos de ensino, porém nos casos em que o acesso ocorrer, devem ser preservadas as regras de distanciamento mínimo obrigatório e o uso de máscara;

XII - Assegurar que todos os pais, responsáveis ou cuidadores, cumpram as regras de uso de máscara e de distanciamento mínimo obrigatório nas dependências externas do estabelecimento de ensino, quando da entrada ou da saída de alunos e, quando aplicável, sinalizar no chão a posição a ser ocupada por cada pessoa;

XIII - Desativar ou lacrar as torneiras a jato dos bebedouros que permitam a ingestão de água diretamente, de forma que se evite o contato da boca do usuário com o equipamento. Caso não seja possível lacrar ou remover o sistema de torneiras com jato de água, o bebedouro deve ser substituído por equipamento que possibilite a retirada de água apenas em copos descartáveis ou recipientes de uso individual, mantendo disponível álcool 70% ao lado do bebedouro, com recomendação de higienização das mãos antes e após a retirada da água;

XIV - Aferir a temperatura de todas as pessoas (alunos, trabalhadores e visitantes) previamente ao seu ingresso nas dependências do estabelecimento de ensino, por meio de termômetro digital infravermelho, vedando a entrada daquela cuja temperatura registrada seja igual ou superior a 37,8°C (trinta e sete vírgula oito) graus Celsius;

XV - Caso o aluno, trabalhador ou visitante apresente temperatura corporal maior ou igual a 37,8°C ou sintomas como tosse seca ou produtiva, dor no corpo, dor de garganta, congestão nasal, dor de cabeça, falta de ar, lesões na pele, diarreia ou vômito, fica impedido de entrar no estabelecimento de ensino e deve ser orientado a procurar uma unidade de assistência à saúde do município;

XVI - Os alunos, trabalhadores, visitantes e prestadores de serviços suspeitos ou confirmados devem ser afastados conforme orientações do Manual de Orientações da COVID-19 (vírus SARS COV-2) de Santa Catarina de 23.10.2020 e suas atualizações;

XVII - Assegurar o conhecimento das mudanças realizadas nos espaços físicos de circulação social aos alunos com necessidades especiais;

XVIII - Comunicar aos pais a obrigatoriedade de manter os filhos em casa quando estiverem doentes;

XIV - Comunicar à equipe a importância de estar vigilante quanto aos sintomas e de manter contato com a administração da unidade caso apresentem algum sintoma.

#### MEDIDAS DE DISTANCIAMENTO SOCIAL

Cada estabelecimento de ensino deverá organizar em seu Plano de Contingência as seguintes medidas de distanciamento social a fim de combater e mitigar o contágio da COVID-19:

I - Respeitar o limite definido para capacidade máxima de pessoas em cada ambiente, em especial, em salas de aulas, bibliotecas, ambientes compartilhados, afixando cartazes informativos nos locais;

II - Os alunos, professores, trabalhadores e visitantes devem manter o distanciamento de, no mínimo, 1,5 m (um metro e meio) entre as pessoas em todos os ambientes do estabelecimento de ensino;

III - Divulgar e orientar alunos, trabalhadores e visitantes que não é permitido:

- a) Comportamentos sociais tais como aperto de mãos, abraços e beijos;
- b) Compartilhar material escolar, como canetas, cadernos, régua, borrachas entre outros;
- c) Compartilhar objetos pessoais, como roupas, escova de cabelo, maquiagens, brinquedos e semelhantes.

IV - Os alunos devem permanecer somente nas suas salas de aula, evitando espaços comuns e outras salas que não as suas;

V - Manter uma proporção adequada de funcionários para os alunos para garantir a segurança.

#### MEDIDAS DE HIGIENIZAÇÃO E SANITIZAÇÃO DE AMBIENTES

Cada estabelecimento de ensino deverá organizar em seu Plano de Contingência as seguintes medidas de higienização e sanitização de ambientes a fim de combater e mitigar o contágio da COVID-19:

I - Todos os estabelecimentos devem fazer higienização de todas as suas áreas, antes da retomada das atividades;

II - Disponibilizar equipamentos de higiene adequados e em número suficiente, como dispensadores de álcool 70%, lixeiras com tampa com dispositivo que permita a abertura e o fechamento sem o uso das mãos (como lixeira com pedal);

III - Prover treinamento específico sobre higienização e desinfecção adequadas de materiais, superfícies e ambientes, aos trabalhadores responsáveis pela limpeza;

IV - Utilizar exclusivamente produtos de limpeza e higienização regularizados pela ANVISA e ao fim que se destinam;

V - Realizar diariamente procedimentos que garantam a higienização dos ambientes do estabelecimento, intensificando a limpeza com desinfetantes próprios para esta finalidade;

VI - Higienizar o piso das áreas comuns a cada troca de turno, com soluções de hipoclorito de sódio 0,1% (água sanitária) ou outro

desinfetante indicado para este fim;

VII - Higienizar, periodicamente, as superfícies de uso comum de todos os ambientes do estabelecimento de ensino, tais como carteiras, cadeiras, maçanetas das portas, corrimãos, botões de elevadores, interruptores, puxadores, bancos, mesas, acessórios em instalações sanitárias, com álcool 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar, respeitando a característica do material quanto à escolha do produto;

VIII - Intensificar a frequência da higienização das instalações sanitárias;

IX - Manter os lavatórios dos refeitórios e sanitários providos de sabonete líquido, toalha descartável, álcool 70% ou preparações antissépticas de efeito similar;

X - Higienizar, após cada uso, materiais e utensílios de uso comum, como colchonetes, tatames, entre outros;

XI - Intensificar, quando possível, a utilização de iluminação natural (com entrada de sol) e a manutenção de portas e janelas abertas para a ventilação natural do ambiente, tanto para salas de aulas, ambientes comuns e de deslocamento. Quando existir sistemas de climatização artificial e forem aplicáveis os Planos de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), estes devem estar implantados e atualizados.

#### MEDIDAS DE HIGIENIZAÇÃO DE MATERIAIS E INSTRUMENTOS DIDÁTICOS E PESSOAIS

Cada estabelecimento de ensino deverá organizar em seu Plano de Contingência as seguintes medidas de higienização de materiais e de instrumentos didáticos e pessoais, a fim de combater e mitigar o contágio da COVID-19:

I - Orientar alunos e trabalhadores a higienizarem regularmente os aparelhos celulares com álcool 70% ou solução sanitizante de efeito similar, compatíveis com os respectivos aparelhos;

II - Estabelecer regras para que alunos e trabalhadores higienizem, a cada troca de usuário, os computadores, tablets, equipamentos, instrumentos e materiais didáticos empregados em aulas práticas, de estudo ou pesquisa, com álcool 70% ou com soluções sanitizantes de efeito similar, compatíveis com os respectivos aparelhos, equipamentos ou instrumentos;

III - Manter em sala de aula apenas os materiais didáticos estritamente necessários para as atividades didático-pedagógicas, retirando ou reduzindo a quantidade de livros e outros materiais que não são utilizados;

IV - Os livros do acervo da biblioteca, após sua utilização ou devolução por alunos, devem ser mantidos em quarentena em local arejado. Somente retornar para uso após quarentena de três dias.

#### MEDIDAS DE PROTEÇÃO CONTRA A INFECÇÃO DE COVID-19 EM TRABALHADORES

Cada estabelecimento de ensino deverá organizar em seu Plano de Contingência as seguintes medidas de proteção contra a infecção da COVID-19 em trabalhadores, a fim de combater e mitigar o contágio da COVID-19:

I - Capacitar os trabalhadores, disponibilizar e exigir o uso dos Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs) apropriados, diante do risco de infecção pela COVID-19, para a realização das atividades, dentre eles máscaras e, quando necessário, luvas;

II - Disponibilizar e exigir que todos (trabalhadores e prestadores de serviço entre outros) utilizem máscaras durante todo o período de permanência no estabelecimento, sendo estas substituídas conforme recomendação de uso, sem prejuízo da utilização de outros EPIs necessários ao desenvolvimento das atividades;

III - Manter uma distância de, no mínimo, 1,5 m (um metro e meio) entre os trabalhadores. Se não houver como atender a esta distância, instalar barreiras físicas nas estações de trabalho ou proteção com protetor facial rígido (tipo face shield), além do uso da máscara;

IV - Programar a utilização de vestiários a fim de evitar agrupamento e cruzamento entre trabalhadores (definir fluxos internos e de entrada e saída), mantendo o distanciamento de 1,5 m (um metro e meio) entre os trabalhadores. Caso a atividade necessite da utilização de uniformes, é importante orientar aos trabalhadores a ordem de desparamentação, e o último EPI a ser descartado deve ser a máscara;

V - Recomendar que os trabalhadores não retornem às suas casas diariamente com suas roupas de trabalho, quando estes utilizarem uniforme;

VI - Orientar e estimular a constante higienização das mãos por todos os trabalhadores;

VII - Programar a utilização dos refeitórios respeitando o distanciamento de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas;

VIII - Priorizar a ventilação natural nos postos de trabalho;

IX - Monitorar os trabalhadores com vistas à identificação precoce de sintomas compatíveis com a COVID-19 (febre aferida ou referida, calafrios, dor de garganta, dor de cabeça, tosse, coriza, distúrbios olfativos ou gustativos);

X - Trabalhadores sintomáticos ou confirmados para COVID-19 devem ser afastados conforme orientações do Manual de Orientações da COVID-19 (vírus SARS COV-2) de Santa Catarina de 23.10.2020 e suas atualizações e não devem retornar ao trabalho antes de atender aos critérios para interromper o isolamento domiciliar.

#### MEDIDAS PARA IDENTIFICAÇÃO E CONDUÇÃO DE CASOS SUSPEITOS OU CONFIRMADOS PARA COVID-19

Cada estabelecimento de ensino deverá organizar em seu Plano de Contingência as seguintes medidas para identificação e condução de casos suspeitos ou confirmados para COVID-19, a fim de combater e mitigar o contágio da COVID-19:

I - Os trabalhadores e alunos devem informar ao responsável pelo estabelecimento de ensino ou ao profissional de referência no estabelecimento, caso apresentem sintomas de síndrome gripal ou convivam com pessoas sintomáticas, suspeitas ou confirmadas com COVID-19;

II - Organizar o estabelecimento escolar de forma a disponibilizar uma sala de isolamento para casos que apresentem sintomas de síndrome gripal;

III - Promover o isolamento imediato de qualquer pessoa que apresente os sintomas gripais e realizar as seguintes ações:

a) se aluno for menor de idade, comunicar imediatamente aos pais ou responsáveis, mantendo-o em área segregada de outros alunos, sob supervisão de um responsável trabalhador da instituição, respeitando as medidas de distanciamento e utilização de EPI, aguardando a presença dos pais ou responsáveis para os devidos encaminhamentos;

b) se aluno for maior de idade, mantê-lo em área segregada com acompanhamento de um trabalhador do estabelecimento, respeitando as medidas de distanciamento e utilização de EPI até a definição dos encaminhamentos;

c) se for trabalhador (inclusive professor) afastá-lo imediatamente das suas atividades até elucidação do diagnóstico.

- IV - Notificar imediatamente os casos suspeitos para a Vigilância Epidemiológica local, para orientações e encaminhamentos;
- V - Reforçar a limpeza dos ambientes, de objetos e das superfícies utilizadas pelo caso suspeito, bem como da área de isolamento;
- VI - Para os casos confirmados ou suspeitos para COVID-19, seguir o preconizado no Manual de Orientações da COVID-19 (vírus SARS-CoV-2) de Santa Catarina, disponível em [www.dive.sc.gov.br](http://www.dive.sc.gov.br), ícone: Coronavírus.
- VII-Monitorar o retorno dos alunos após a alta e a autorização da área da saúde, evitando evasão e abandono escolar.

#### MEDIDAS ESPECÍFICAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE RELACIONADAS AO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS NO CE.PROFESSOR IVO LUIZ HONNEF

Nos estabelecimentos de ensino que ofertam o Ensino Fundamental Anos Iniciais, os Planos de Contingência, além das medidas sanitárias gerais determinadas nos incisos dos Art. 10 a 17 desta portaria, deverão organizar as medidas específicas de prevenção e controle relacionadas ao ensino fundamental anos iniciais, a fim de combater e mitigar o contágio da COVID-19:

- I - No horário de chegada e saída dos alunos, um ou mais profissionais escolares devem estar na entrada para receber os alunos não sendo permitida a entrada de pais e responsáveis;
- II - Os alunos de cada turma devem ficar sempre na mesma sala, para evitar troca de espaços e maior movimentação nos corredores;
- III - Sinalizar os corredores para que haja fila única e definição prioritária de tráfego, visando ajudar os alunos a seguir as normas a lembrar de manter a distância mínima durante a movimentação;
- IV - Os alunos devem interagir apenas para as pessoas que estejam na mesma sala (sendo vedada a interação de estudantes de diferentes turmas e/ou com professores de outras classes);
- V - Não é permitida a implementação dos programas e projetos intersetoriais, que são desenvolvidos por profissionais que não fazem parte do corpo docente da unidade escolar;
- VI - Estabelecer alternância dos intervalos para as classes, evitando aglomerações em corredores e outros espaços;
- VII - É proibida a utilização de materiais didáticos que sejam manuseados por vários alunos ao mesmo tempo ou sequencialmente, a não ser que eles possam ser limpos e desinfetados após cada uso;
- VIII - Priorizar atividades com material audiovisual, para evitar manuseio de objetos pelos alunos;
- IX - Higienizar diariamente, após cada turno, brinquedos e materiais utilizados pelas crianças dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e higienizar imediatamente após o uso brinquedos e materiais que forem levados à boca pelos alunos;
- X - Orienta-se que os estabelecimentos que dispuserem de infraestrutura compatível (diversos sanitários) para definir sanitários para uso exclusivo deste público (não compartilhar com os alunos de outros níveis).

#### RETORNO DAS AULAS PRESENCIAIS COMUNICADO ÀS FAMÍLIAS

Prezadas famílias estamos organizando a escola para o retorno das aulas presenciais neste ano de 2021 e isso exige que sigamos protocolos de segurança, as orientações descritas devem ser seguidas durante todo o período das aulas.

As aulas acontecerão de forma alternada sendo uma semana em casa e uma na escola, com número reduzido de alunos em 50%.

#### MEDIDAS ADOTADAS PELA ESCOLA PARA ADAPTAÇÃO DOS AMBIENTES:

- A escola irá disponibilizar álcool gel 70% nas entradas, salas e nos banheiros;
- Antes de adentrar ao transporte escolar e nas unidades de ensino será aferida a temperatura com termômetro a laser (sem contato) de todos os alunos, inclusive funcionários. Um adulto deve acompanhar a criança na parada do ônibus, para se caso houver febre (temperatura >37,8°C) levar a criança de volta para casa.
- No ônibus os lugares serão demarcados não podendo estar mudando de lugar;
- No horário de entrada apenas os alunos irão entrar no ambiente escolar;
- Tapete de higienização dos calçados na entrada e saída;
- Lixeiras de fácil acesso;
- Salas com as janelas e portas sempre abertas para ventilação;
- Escola sinalizada com faixas para sinalizar o espaço para entrar e sair dentro da escola;
- Alunos organizados por turnos (1º e 2º ano no turno vespertino). Alunos do (3º, 4º e 5º ano) no turno matutino;
- Turno matutino horário de chegada 07:15 h às 07:30 h horário de saída as 11:30 h. Turno vespertino horário de chegada das 12:45 h às 13:00h, horário de saída as 17:00 respeitando o distanciamento.
- Os alunos que chegarem à escola acompanhados pelos seus pais devem ser deixados na entrada da escola com um responsável, que irá encaminhá-lo a sala, sendo evitada a entrada de pais no ambiente escolar.
- Os estudantes devem permanecer somente nas suas salas de aula, evitando espaços comuns e outras salas que não as suas;
- Cada estudante terá sua carteira identificada com seu nome, evitando dessa forma a troca de lugares;
- Para os alunos que não utilizam o transporte escolar, devem vir acompanhados de um responsável para se caso estiver com febre levar a criança de volta para casa ou procurar a unidade de saúde.
- Na entrada da escola teremos um profissional aguardando os alunos para orientar qual o espaço destinado para a turma, medir temperatura aplicar álcool gel, na sala de aula já teremos um responsável orientando os alunos.
- Separação dos banheiros por turma mantendo o distanciamento e higienização necessária;
- Hora do lanche, retirada do lanche em bandeja na cozinha mantendo o distanciamento, em seguida o aluno irá realizar a refeição na sala de aula.
- Cada aluno deverá trazer sua máscara (A Secretaria de Educação vai disponibilizar), álcool gel, garrafa de água identificada;
- Não será permitido o compartilhamento de materiais;
- Salas organizadas para respeitar o distanciamento mínimo de 1,5 metros entre as carteiras e respeitando o número máximo permitido pelo ambiente;
- Saída escalonada dos alunos das salas de aulas para evitar aglomeração no final da aula;
- Orientar as famílias a informar quando estiverem com suspeita de contaminação com a covid-19 ou se apresentarem sintomas de gripe.

#### MEDIDAS DE HIGIENE PESSOAL

- Evitar tocar olhos, boca e nariz, além de higienizar sistematicamente as mãos, especialmente nas seguintes situações:



- Ao chegar no estabelecimento de ensino;
  - Após tocar superfícies como maçanetas das portas, corrimão e interruptores;
  - Após tossir, espirar e ou assoar o nariz;
  - Antes e após o uso de banheiros;
  - Antes de iniciar uma nova atividade;
  - Não cumprimentar fisicamente o colega;
  - Não compartilhar materiais;
  - Orientamos que o aluno ao entrar na escola se dirija diretamente a sua sala de aula;
  - Mochilas estão presentes na rua e dentro da sala de aula, por este motivo ela hoje pode ser o ponto de transmissão para dentro da sua casa como para escola, então, é necessária uma atenção especial;
  - Disposição de álcool gel 70% em ambientes estratégicos;
  - Obrigatório o uso de máscaras de tecido ou TNT fazendo a troca quando esta estiver úmida, ou descartáveis trocando de duas em duas horas. O professor orientará a hora da troca tomando os devidos cuidados. Deve ter sempre na mochila máscara limpa e uma sacola plástica para colocar a utilizada e estar levando para casa para devida higienização.
  - Obedecer à etiqueta de tosse, colocando o braço na frente da boca;
  - Caso o aluno, trabalhador apresente temperatura igual ou superior a 37,8 graus Celsius ou sintomas como tosse seca, dor no corpo, dor de garganta, congestão nasal, dor de cabeça, falta de ar, lesões na pele, diarreia, vômito, fica impedido de entrar no estabelecimento e será orientado a buscar a unidade de saúde.
  - Orientar as crianças a respeitar as medidas de distanciamento;
  - As crianças não poderão trazer brinquedos de casa;
  - O uso da máscara é obrigatório;
- Pedimos a colaboração de todos e agradecemos a compreensão C E Professor Ivo Luiz Honnef.  
Em caso de dúvidas entre em contato pelo telefone: 3658-0062 ou 984376652.

**MEDIDAS ESPECÍFICAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE RELACIONADAS À EDUCAÇÃO INFANTIL NO CEI. PROINFÂNCIA CRIANÇA SORRISO**  
Nos estabelecimentos de ensino que ofertam a Educação Infantil, os Planos de Contingência, além das medidas sanitárias gerais determinadas nos incisos dos Art. 10 a 17 desta portaria, deverão organizar as medidas específicas de prevenção e controle relacionadas à Educação Infantil, a fim de combater e mitigar o contágio da COVID-19:

- I - Os estabelecimentos de ensino que possuam em suas dependências crianças menores de seis anos, ou com algum grau de dependência, devem adotar medidas para que estas recebam auxílio para adequada higiene de mãos, com a regularidade necessária;
- II - Recomenda-se dividir as turmas em grupos menores, sendo vedada a interação de crianças de diferentes turmas e/ou com professores de outras classes;
- III - É proibida a circulação de profissionais entre diferentes turmas na rotina diária de atividades;
- IV - Os estabelecimentos educacionais que dispuserem de local destinado à amamentação devem mantê-lo ventilado, com assentos adequados e distantes 1,5 m (um metro e meio) de raio, e disponibilizar, em pontos estratégicos, local para a adequada higienização das mãos e, na ausência ou distância do local, disponibilizar álcool 70% (setenta por cento) ou preparações antissépticas de efeito similar. O local deve ser higienizado após cada uso;
- V - A alimentação deve ser oferecida preferencialmente dentro da própria sala, sendo sempre evitada a troca de espaços;
- VI - Escalonar o horário do parquinho sendo que o mesmo deverá ser higienizado completamente após a utilização de cada turma;
- VII - Estabelecer alternância na entrada e na saída das crianças de modo a evitar aglomerações. Se possível, os profissionais devem pegar a criança do lado de fora da escola e levá-las para dentro, evitando que os pais/responsáveis entrem no ambiente;
- VIII - Higienizar, após cada uso, materiais e utensílios de uso comum, como colchonetes, tatames, trocadores, cadeiras de alimentação, berços entre outros. A higienização completa deverá ser realizada entre os turnos também;
- IX - Separar colchões ou berços das crianças na hora do cochilo, colocando-os a, pelo menos, 1,5 metros (um metro e meio) de distância um do outro, sendo que os mesmos devem ser higienizados após cada uso e no final do turno;
- X - Não é permitido o uso de brinquedos e outros materiais que não sejam passíveis de higienização;
- XI - Não é permitido que as crianças levem brinquedos de casa para a instituição;
- XII - Não é permitido compartilhar objetos de uso individual, como copos, talheres, mamadeiras, babadores, lençóis, travesseiros, toalhas entre outros;
- XIII - Trocar as roupas de bebês e crianças quando estas tiverem sujidades visíveis. Assim, os pais ou cuidadores devem fornecer várias mudas de roupa para a instituição;
- XIV - Colocar as roupas com sujidades visíveis, tanto de profissionais quanto de crianças, em sacolas plásticas até que se proceda a entrega aos pais e a lavagem;
- XV - Ao realizar troca de fraldas de bebês ou crianças, os trabalhadores responsáveis devem:
- a) definir um local fixo para esta atividade, estruturado para tal;
  - b) realizar a adequada higiene das mãos antes e após a troca de fraldas;
  - c) usar luvas descartáveis e proceder a troca das mesmas após o atendimento de cada criança;
  - d) usar avental descartável ou impermeável e higienizável (como "capa de chuvas"), descontaminando-o após cada uso;
  - e) higienizar as mãos da criança após o procedimento;
  - f) realizar o descarte adequado dos materiais resultantes desta atividade;
  - g) as fraldas de pano reutilizáveis não devem ser limpas no local, mas sim colocadas em sacos plásticos até o momento da lavagem;
  - h) realizar limpeza da superfície após a troca de fraldas.
  - i) recomenda-se que sejam afixados materiais informativos com o passo a passo adequado para efetuar a troca de fraldas.
- XVI - Os professores e funcionários devem supervisionar o uso dos produtos a serem utilizados na higiene de mãos e superfícies de modo a garantir a utilização correta, bem como evitar exposição e ingestão acidental;
- XVII - Os alunos maiores de 02 anos devem utilizar máscara durante toda a permanência no estabelecimento de ensino, retirando a mesma

apenas no momento da refeição.

#### RETORNO DAS AULAS PRESENCIAIS NO CEI.PROIFÂNCIA CRIANÇA SORRISO COMUNICADO AOS PAIS

As aulas acontecerão de forma alternada sendo uma semana em casa e uma na escola, com número reduzido de alunos em 50%.

#### MEDIDAS ADOTADAS PELA ESCOLA PARA ADAPTAÇÃO DOS AMBIENTES:

- A escola irá disponibilizar álcool gel 70% nas entradas, salas e nos banheiros;
- Antes de adentrar ao transporte escolar e nas unidades de ensino será aferida a temperatura com termômetro a laser (sem contato) de todos os alunos, inclusive funcionários. Um adulto deve acompanhar a criança na parada do ônibus, para se caso houver febre (temperatura >37,8°C) levar a criança de volta para casa.
- No ônibus os lugares serão demarcados não podendo estar mudando de lugar;
- No horário de entrada apenas os alunos irão entrar no ambiente escolar;
- Tapete de higienização dos calçados na entrada e saída;
- Lixeiras de fácil acesso;
- Salas com as janelas e portas sempre abertas para ventilação;
- Escola sinalizada com faixas para sinalizar o espaço para entrar e sair dentro da escola;
- Turmas do Pré I e Pré II no turno matutino;
- Turmas do Berçário e Maternal I, II, e III no turno vespertino;
- Turno matutino horário de chegada 07:15 h às 07:30 h horário de saída as 11:30 h.
- Turno vespertino horário de chegada das 12:45 h às 13:00h, horário de saída as 17:00 respeitando o distanciamento.
- Os alunos que chegarem à escola acompanhados pelos seus pais devem ser deixados na entrada da escola com um responsável, que irá encaminhá-lo a sala, sendo evitada a entrada de pais no ambiente escolar.
- Os estudantes devem permanecer somente nas suas salas de aula, evitando espaços comuns e outras salas que não as suas;
- Na sala as crianças terão seu espaço demarcado (com distanciamento de 1,5m) identificada com seu nome, evitando dessa forma a troca de lugares;
- Para os alunos que não utilizam o transporte escolar, devem vir acompanhados de um responsável para se caso estiver com febre levar a criança de volta para casa ou procurar a unidade de saúde.
- Na entrada da escola teremos um profissional aguardando os alunos para orientar qual o espaço destinado para a turma, medir temperatura aplicar álcool gel, na sala de aula já teremos um responsável orientando os alunos.
- Separação dos banheiros por turma mantendo o distanciamento e higienização necessária;
- Hora do lanche as merendeiras levarão em bandeja, a refeição na sala de aula, e distribuirão, a cada aluno que realizou o lanche na sala de aula.
- Cada aluno deverá trazer sua máscara (A Secretaria de Educação vai disponibilizar, máscara), também deverão trazer álcool gel, garrafa de água identificada;
- Não será permitido o compartilhamento de materiais;
- Salas organizadas para respeitar o distanciamento mínimo de 1,5 metros entre as carteiras e respeitando o número máximo permitido pelo ambiente;
- As crianças ao chegar na escola serão diretamente encaminhadas a sua sala de aula;
- Saída escalonada por (ônibus) dos alunos das salas de aulas para evitar aglomeração no final da aula;
- Sempre informar quando a criança estiver com suspeita de contaminação com a covid-19 ou se apresentarem sintomas de gripe.
- Salas com as janelas e portas sempre abertas para ventilação;
- Parque, cama elástica, motocas, brinquedoteca, enfim brinquedos e espaços que poderão ser utilizados, será com cronograma de horários e devidamente higienizado.

#### MEDIDAS DE HIGIENE PESSOAL

- Evitar tocar olhos, boca e nariz, além de higienizar sistematicamente as mãos, especialmente nas seguintes situações:
  - Ao chegar no estabelecimento de ensino;
  - Após tocar superfícies como maçanetas das portas, corrimão e interruptores;
  - Após tossir, espirar e ou assoar o nariz;
  - Antes e após o uso de banheiros;
  - Antes de iniciar uma nova atividade;
  - Não cumprimentar fisicamente o colega;
  - Não compartilhar materiais;
  - As trocas de fraldas irão ocorrer em um local fixo, sendo higienizados antes e após as trocas, higienização das mãos para as trocas, uso de avental impermeável;
  - Mochilas estão presentes na rua e dentro da sala de aula, por este motivo ela hoje pode ser o ponto de transmissão para dentro da sua casa como para escola, então, é necessária uma atenção especial;
  - Disposição de álcool gel 70% em ambientes estratégicos;
  - Obrigatório o uso de máscaras de tecido ou TNT fazendo a troca quando esta estiver úmida, ou descartáveis trocando de duas em duas horas. O professor orientará a hora da troca tomando os devidos cuidados. Deve ter sempre na mochila máscara limpa e uma sacola plástica para colocar a utilizada e estar levando para casa para devida higienização.
  - Alunos maiores de 2 anos devem usar máscaras;
  - Obedecer à etiqueta de tosse, colocando o braço na frente da boca;
  - Caso o aluno, trabalhador apresente temperatura igual ou superior a 37,8 graus Celsius ou sintomas como tosse seca, dor no corpo, dor de garganta, congestão nasal, dor de cabeça, falta de ar, lesões na pele, diarreia, vômito, fica impedido de entrar no estabelecimento e será orientado a buscar a unidade de saúde.
  - Orientar as crianças a respeitar as medidas de distanciamento;
  - As crianças não poderão trazer brinquedos de casa;
  - O uso da máscara é obrigatório;
- Pedimos a colaboração de todos e agradecemos a compreensão

C E I Proinfancia criança sorriso

Em caso de dúvidas entre em contato pelo telefone: 3658-0125 ou 984376810.

#### MEDIDAS ESPECÍFICAS PARA ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS INCLUÍDOS NAS ESCOLAS REGULARES

- I - O estabelecimento de ensino deve estabelecer entre escola e pais, as formas de condução das atividades dos alunos com necessidades especiais, de maneira a ampliar a segurança e a reintegração destes no ambiente escolar;
- II - Estabelecer profissionais responsáveis pela entrada e saída do aluno, evitando a entrada de pais ou responsáveis no estabelecimento;
- III - Garantir a limpeza da cadeira de rodas, bem como de andadores e carrinhos dos alunos cadeirantes;
- IV - Orientar os alunos sobre a higiene de materiais de uso individual tais como: regletes, sorobã, bengala, lupas, telescópios, etc.;
- V - Organizar na sala de aula, espaço adequado para que o aluno com deficiência visual possa guardar sua máquina braille e livros em braille, bem como estabelecer uma medida de cuidados de higienização deste material;
- VI - Auxiliar o aluno quanto às medidas de higienização de mãos e demais medidas de prevenção e controle;
- VII - Garantir o distanciamento de 1,5m entre um aluno e outro;
- VIII - Orientar quanto ao uso obrigatório de máscaras. Os alunos que não aceitam o uso de máscara devem passar por um trabalho de orientação, bem como suas famílias;
- IX - Esclarecer ao segundo professor as medidas de higienização necessárias no auxílio das atividades pedagógicas, alimentação e na troca do aluno

#### MEDIDAS SANITÁRIAS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A garantia da segurança sanitária na distribuição da alimentação escolar nos estabelecimentos de ensino, durante a pandemia da COVID-19, é uma importante atividade que requer organização dos estabelecimentos e colaboração da comunidade escolar, portanto é necessário compor o Plano de Contingência:

Procedimento Geral:

- I - O estabelecimento de ensino deve atualizar o Manual de Boas Práticas de Manipulação e os Procedimentos Operacionais Padronizados de forma a adequá-los para o combate à disseminação da COVID-19;
- II - O Estabelecimento que manipula alimentos deve prepará-los de acordo com o Manual de Boas Práticas e os Procedimentos Operacionais Padronizados (POPs) de forma a combater a disseminação da COVID-19;
- III - Devem ser utilizados utensílios higienizados conforme definido no Manual de Boas Práticas de Manipulação dos Alimentos de cada estabelecimento;
- IV - Todos os manipuladores devem evitar tocar o rosto, em especial os olhos e a máscara, durante a produção e distribuição dos alimentos, seguindo os procedimentos estabelecidos no Manual de Boas Práticas de Manipulação de Alimentos de cada estabelecimento;
- V - Os uniformes devem ser trocados e lavados diariamente e usados exclusivamente nas dependências de armazenamento, preparo e distribuição dos alimentos;
- VI - Realizar higienização adequada das mesas, cadeiras, bancos e similares, a cada uso, e não utilizar toalhas de tecido ou outro material;
- VII - O estabelecimento deve obedecer ao distanciamento mínimo de 1,5 metros (um metro e meio) entre pessoas no refeitório em todas as atividades, da entrada à saída;
- VIII - Os alunos e trabalhadores não devem partilhar alimentos e não devem utilizar os mesmos utensílios, como copos, talheres, pratos entre outros;
- IX - O uso de máscara é obrigatório durante toda a permanência no ambiente, retirando somente no momento do consumo do alimento;
- X - Os entregadores e outros trabalhadores externos não devem entrar no local de manipulação dos alimentos;
- XI - Capacitar e treinar os profissionais envolvidos em todos os processos de alimentação na escola (recebimento, armazenamento, pré-preparo, preparo, distribuição, acompanhamento e fiscalização, conforme a RDC 216/2004/ANVISA e Portaria SES nº 256 de 21.04.2020), seguindo os procedimentos estabelecidos nas diretrizes sanitárias, planos de contingências e protocolos escolares;
- XII - Organizar um plano de comunicação para orientar a comunidade escolar sobre os procedimentos alimentares, conforme as diretrizes sanitárias, planos de contingência e protocolos escolares.

#### PROTOCOLO 1: DISTRIBUIÇÃO E CONSUMO DE ALIMENTOS NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL

Os refeitórios escolares são mais do que um espaço para realizar refeições, também servem de local de acolhimento e socialização, com papel de destaque na educação. Porém é importante lembrar que os cuidados sanitários são necessários no enfrentamento da COVID 19, desta forma, os refeitórios das escolas municipais não dispõem de espaços suficientes para mantermos o distanciamento recomendado de 1,5 m entre cada criança.

As Recomendações adotadas neste caso incluem:

· Realizar o lanche na sala de aula, pois podem ser considerados espaços seguros para refeições.

1. Higienizar as mesas pouco antes do lanche ser servido com álcool 70% com borrifador e papel toalha descartável não reciclado, com auxílio da professora.
2. Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Centro de Educação Professor Ivo Luiz Honnef) cada criança se deslocará em ordem e organização para não haver aglomeração até a cozinha e irá retirar sua bandeja de lanche com auxílio da merendeira.
3. Na Educação Infantil (Creche e Pré) as merendeiras levam as bandejas com os lanches até a sala de aula e distribuem para cada criança.
4. As bandejas estarão dispostas com o lanche pronto, bebida, talheres e guardanapos. Tudo coberto com plástico isofilme, evitando contaminação dos alimentos até eles chegar na sala de aula.
5. Ressaltando que as Merendeiras e manipuladores de alimentos estão capacitadas e instruídas a seguir os protocolos de segurança alimentar e nutricional de acordo com as recomendações do Programa Nacional de Alimentação Escolar para retorno presencial às aulas durante a pandemia da COVID -19, seguindo os protocolos preconizados nos processos de manipulação de alimentos, atualizados em setembro de 2020 pelo FNDE/PNAE.
6. Os alunos deverão manter o uso das máscaras até o momento de iniciar a refeição. O protocolo de retirada das máscaras deve ser cuidadoso, tocando apenas no elástico e evitar colocar a máscara diretamente sobre a mesa. Orientar os alunos que após a refeição coloque uma máscara limpa, garantindo a troca.

Recomendações para Execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar no retorno presencial às aulas durante a pandemia da covid



**-19. Educação Alimentar e Nutricional. Nutricionista Franciele Ballestreri Broetto CRN1510**

XIII - Seguir os procedimentos de higienização do kit de alimentação escolar (onde houver) de acordo com as normas sanitárias;  
XIV- Lactário, unidade com área restrita, destinada à limpeza, esterilização, preparo e guarda de mamadeiras, basicamente de fórmulas lácteas (RDC 50/2002 ANVISA) e alimentos para crianças de 0 a 2 anos;  
XV- Todos os estabelecimentos devem atualizar o Manual de Boas Práticas de Manipulação e os Procedimentos Operacionais Padronizados (POPs) do Lactário de forma a adequá-los para o combate à disseminação da COVID-19;  
XVI- Os estabelecimentos que manipulam e preparam os alimentos e mamadeiras devem estar de acordo com o Manual de Boas Práticas e os Procedimentos Operacionais Padronizados de forma a combater a disseminação da COVID-19;

XVII - Para desinfecção das superfícies, podem ser utilizados, por exemplo:

- a) solução de hipoclorito na diluição e tempo recomendados no rótulo;
- b) álcool 70% líquido ou gel;
- c) os próprios desinfetantes (seguir a orientação do rótulo).

XVIII - As mamadeiras e chupetas devem ser individuais, identificadas, higienizadas, secas e guardadas em armário fechado. Se as mamadeiras forem de uso coletivo devem ser lavadas e desinfetadas com solução clorada ou fervidas durante 10 minutos;

XIX - Estabelecer horários alternados de distribuição de alimentos e mamadeiras, de forma que cada criança seja atendida individualmente a fim de evitar compartilhamento de utensílios;

**MEDIDAS SANITÁRIAS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR**

As medidas sanitárias específicas para o Transporte Escolar visam estabelecer critérios para os estudantes, familiares, professores, motoristas, gestores e demais profissionais envolvidos neste transporte, quanto às medidas para a prevenção e mitigação da disseminação da COVID-19.

Para retorno das atividades do Transporte Escolar as seguintes medidas devem ser adotadas:

I - Limitar e controlar a lotação máxima de cada veículo da seguinte forma:

- a) Veículo de passeio: resguardar intervalo de um assento vazio entre os passageiros nos bancos traseiros;
- b) Van (incluindo Kombi): resguardar intervalo de um assento vazio entre os passageiros em todos os bancos;
- c) Micro-ônibus: priorizar ocupação alternada dos assentos, até o limite de um ocupante por assento, sendo vedado passageiro em pé;
- d) Ônibus: priorizar ocupação alternada dos assentos, até o limite de um ocupante por assento, sendo proibido passageiro em pé;

II - Em todas as modalidades de transporte, manter a obrigatoriedade de ocupar o mesmo lugar todos os dias, com registro dos ocupantes pelo monitor/motorista;

III - A distribuição de estudantes nos assentos do ônibus deve ser feita de forma a agrupar os alunos de uma mesma escola na mesma região do veículo, quando este atender a mais de um estabelecimento escolar no mesmo deslocamento;

IV - Adequar a frota de modo a compatibilizar o quantitativo de veículos com o de passageiros a serem transportados, respeitando a limitação definida para cada modalidade de transporte, inclusive disponibilizando linhas extras, se necessário;

V - Ordenar as entradas e saídas dos passageiros de forma que, no embarque, os passageiros ocupem inicialmente as partes traseiras dos veículos, e que o desembarque inicie pelos passageiros dos bancos da parte dianteira;

VI - Manter os basculantes e as janelas dos veículos abertas (exceto em dias de chuva/frio extremo), com amplitude que permita a troca de ar sem comprometer a segurança dos passageiros. Caso o veículo disponha de sistema de ar condicionado com renovação de ar, esta deve estar ativa, bem como a higienização e as substituições dos filtros devem estar em conformidade com as recomendações dos fabricantes;

VII - Permitir que entrem e permaneçam nos veículos somente pessoas com máscara quer sejam estudantes ou trabalhadores das escolas. Orientar estes usuários que se optarem por usar máscara de tecido, que seja em conformidade com o previsto na Portaria SES nº 224, de 03 de abril de 2020, ou outros regramentos que venham substituí-la;

VIII - Demarcar a distância de segurança de, no mínimo, 1,5 metros (um metro e meio) nas áreas de embarque e desembarque ou locais destinados para fila (na escola), evitando a aglomeração de pessoas;

IX - Orientar que, nos pontos de embarque (distantes da escola), ocorrendo a existência de formação de filas, os usuários mantenham a distância mínima de 1,5 metros (um metro e meio) das demais pessoas;

X - Definir procedimentos e operações de higienização, de forma que após cada itinerário/viagem, seja realizada a limpeza e desinfecção dos veículos utilizados no transporte;

XI - Higienizar apoios de braço, maçanetas, pegadores, janelas (vidros) e poltronas com álcool 70% ou produtos sanitizantes de efeitos similar, a cada finalização de viagem;

XII - A higienização interna completa do veículo deve ser realizada ao menos uma vez ao dia;

XIII - Disponibilizar álcool 70% ou sanitizantes de efeito similar para a higienização das mãos, no embarque e no interior do veículo;

XIV - Afixar no espaldar de cada poltrona um encarte com as orientações aos passageiros sobre etiqueta da tosse, uso da máscara, higienização das mãos e distanciamento social;

XV - Organizar e orientar alternância de horários de chegadas e saídas dos estudantes nas instituições de ensino, reduzindo a concentração deles no local;

XVI - Os motoristas e monitores escolares devem realizar a aferição de temperatura corporal dos estudantes, antes de adentrarem no transporte escolar, com uso de termômetros infravermelhos. Aferida a temperatura de 37,8°C (trinta e sete vírgula oito graus Celsius) ou superior, não permitir a entrada do estudante no veículo;

XVII - No caso de o estudante apresentar temperatura de 37,8°C (trinta e sete vírgula oito graus Celsius) ou superior, o motorista ou monitor deve relatar aos pais ou responsável a impossibilidade do aluno utilizar o meio de transporte e relatar o fato à equipe gestora da escola para que esta tome as devidas providências;

XVIII - Priorizar as crianças da Educação Infantil e crianças com necessidades especiais no embarque e desembarque e na ocupação dos bancos dianteiros do transporte coletivo;

XIX - É proibida a entrada nos veículos, de pais e responsáveis, a não ser em caso de extrema necessidade para auxiliar estudante/criança

com necessidade especial ou outra limitação, situação que o monitor sozinho não consiga administrar, sendo que os pais e responsáveis, para adentrar o veículo, deverão ser submetidos à aferição de temperatura e estar utilizando máscara.

#### MEDIDAS AOS SERVIDORES E PRESTADORES DE SERVIÇO:

I - Identificar previamente casos suspeitos da COVID-19 é uma importante ferramenta no controle da disseminação do vírus na comunidade escolar.

II - Os trabalhadores do transporte escolar devem informar imediatamente ao estabelecimento, caso apresentem sintomas de síndrome gripal e/ou convivam com pessoas sintomáticas, suspeitas ou confirmadas da COVID-19, aplicando para estes as mesmas condutas relacionadas aos outros trabalhadores da atividade escolar, no que se refere à elucidação diagnóstica, período de afastamento e notificação das autoridades sanitárias e epidemiológicas;

III - Os motoristas, monitores e demais prestadores de serviço do transporte devem reforçar seus cuidados pessoais, lavando sempre as mãos com água e sabão e que, sistematicamente, utilizem o álcool 70% para higienização das mãos;

IV - Os motoristas e monitores devem utilizar máscaras e também face shield (protetor facial rígido), simultaneamente, durante todo o deslocamento (desde as entradas no veículo até o desembarque do último aluno). É facultado optar por uso máscara de tecido, desde que seu uso esteja em conformidade com o previsto na Portaria SES nº 224, de 03 de abril de 2020, ou outros regramentos que venham substituí-la;

V - Os trabalhadores do transporte escolar devem estar capacitados quanto à forma adequada de uso dos dispositivos de segurança sanitária (máscara, face shield), tanto para a colocação quanto para a retirada, troca, substituição, higienização e descarte;

VI - Os trabalhadores do transporte escolar, ao final de cada turno ou expediente, ao retornar às suas residências, devem trocar de roupa ou uniforme.

#### MEDIDAS AOS PAIS E RESPONSÁVEIS DE ALUNOS E ESTUDANTES

I - Orientar aos pais que os estudantes devem utilizar máscara facial como barreira, para a utilização do transporte, seguindo todas as orientações de uso já dispostas na Portaria SES nº 224, de 03 de abril de 2020;

II - Solicitar aos pais ou responsáveis que acompanham e aguardam seus filhos no ponto de embarque que, caso seja detectada febre, este não poderá adentrar ao veículo e deverá buscar orientação com a Vigilância Epidemiológica Municipal;

III - Realizar campanha de conscientização para que os pais ou responsáveis priorizem o transporte próprio de seus filhos, visando evitar o risco de contaminação dentro do transporte, orientando que não transportem passageiros fora do núcleo familiar.

#### ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS

##### ORGANIZAÇÃO DO CALENDÁRIO ESCOLAR

Organizar o Calendário Escolar com registro detalhado das atividades presenciais e não presenciais do Modelo Regime de Ensino Híbrido desenvolvidas em cada Instituição Escolar, é fundamental para a reorganização e o cômputo da equivalência de horas cumpridas em relação às 800 (oitocentas) horas anuais, mas não tem obrigatoriedade de seguir o número mínimo de 200(duzentos) dias letivos previstas na legislação e normas educacionais, contendo descrição das atividades relacionadas com os objetivos de aprendizagem da BNCC, de acordo com a proposta curricular da instituição ou da rede escolar, no âmbito de cada sistema de ensino, considerando a equivalência das atividades propostas em relação ao cumprimento dos objetivos propostos no currículo.

##### ACOLHIMENTO

Cada Unidade Escolar deverá identificar os alunos que não voltaram para as escolas, para ter a garantia de atendimento a todos, através de um monitoramento e mapeamento de todos os alunos que são atendidos nas escolas.

Estabelecer estratégias de Busca Ativa em parcerias com outros órgãos para fazer um mapeamento e identificar os alunos que não voltaram a escola e nem as atividades remotas.

Realizar o acolhimento socioemocional dos estudantes e dos Profissionais da Educação, considerando que a Pandemia do Covid-19 trouxe vários impactos na saúde mental e emocional dos estudantes e da população em geral. Para isso promover um momento de acolhidas e oferecimento de apoio necessário, e promover atividades que permitam que alunos se readaptem ao ambiente escolar e se reconectem com colegas e os professores.

##### AVALIAÇÕES DIAGNÓSTICAS

Realizar avaliações diagnósticas e formativas com os estudantes para nortear o processo de aprendizagem e recuperação, buscando observar como foi o desenvolvimento dos objetivos de aprendizagem e habilidades que foram trabalhados na forma não presencial no de 2020 Promover parada na Rede para com base nos resultados das avaliações pedagógicas e formativas e reorganizar e definir os objetivos e habilidades para as aulas presenciais e remotas no ano de 2021 com revisão dos Conteúdos do Ano Letivo de 2020

##### RECUPERAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Estruturar programas de recuperação da aprendizagem adotando o Currículo Continuo juntamente com o Sistema de Ensino Aprende Brasil, aulas de Apoio Pedagógico, Sondagens e implantação do Programa Letrix.

##### Oferecer na Rede Municipal de Ensino

Assegurar o acesso adequado dos alunos em que as famílias optaram pelo ensino remoto.

Formar e apoiar aos professores, na necessidade de combinar o ensino remoto e presencial e os vários impactos educacionais que a Pandemia trouxe a todos da comunidade escolar.

Tigrinhos, 08 de fevereiro de 2021

#### ANEXO

##### TERMO DE COMPROMISSO

##### TERMO DE COMPROMISSO DE RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAS – REDE MUNICIPAL DE ENSINO – TIGRINHOS/SC

Nome da Unidade Escolar:

<b>DADOS DO ALUNO</b>				
Nome Completo do Aluno:				
Ano: 2021	Turma:			
<b>DADOS DO RESPONSÁVEL LEGAL</b>				
Nome completo:				
Grau de parentesco:	RG ou CPF:			
<b>CONTATOS</b>				
Telefone fixo:	Celular/Whatsapp:			
E-mail (válido, para encaminhamento de atividades):				
<b>INFORMAÇÕES RELEVANTES</b>				
O(A) aluno(a) pertence ao grupo de risco? Grupos de risco: pessoas com 60 anos ou mais; doenças crônicas (cardiopatas, diabetes, hipertensão, imunossupressores), gestantes, entre outros, conforme Decreto SC/525/2020.	(	) SIM	(	) NÃO
O(A) aluno(a) reside com alguém do grupo de risco?	(	) SIM	(	) NÃO

CONSIDERANDO que os sistemas de ensino e instituições das redes privadas, comunitárias e confessionais possuem autonomia para normatizar a reorganização dos calendários e replanejamento curricular para as instituições a eles vinculadas.

CONSIDERANDO que o retorno às atividades presenciais nas Unidades Escolares tem fundamental importância para o desenvolvimento social, intelectual e emocional dos estudantes. E visa garantir direitos de aprendizagem assegurados na Constituição Federal Art. 6º, Art. 208 e Art. 227.

CONSIDERANDO a Lei nº 18.032, de 8 de dezembro de 2020, que considera a educação como atividade essencial durante a pandemia de COVID-19;

CONSIDERANDO o Decreto nº 1.003, de 14 de Dezembro de 2020 cujo teor estabelece as condições gerais para a retomada das atividades presenciais na área da Educação, nas redes pública e privada de ensino, durante a pandemia de COVID-19 e regulamenta a lei 18032/2020, que dispõe sobre as atividades essenciais no Estado de Santa Catarina,

CONSIDERANDO que o Decreto nº 1.003, de 14 De Dezembro de 2020 cujo teor estabelece no Art.1º § 3º O responsável legal pelo estudante pode optar pela continuidade no regime de atividades não presenciais ou remotas quando a instituição ou rede oferecer essa opção, mediante assinatura de termo de responsabilidade na instituição de ensino em que o estudante estiver matriculado. E a Portaria Conjunta SES/SED 983 2020 que torna obrigatório no § 3º Os responsáveis legais pelo estudante que optarem pela continuidade no regime de atividades não presenciais ou remotas. A assinatura de termo de responsabilidade junto à instituição de ensino na qual o estudante está matriculado. O termo de responsabilidade terá validade de 15 dias. Caso haja mudança de entendimento durante este período, os responsáveis legais deverão comunicar a instituição de ensino para o enquadramento do estudante em até 7 dias úteis após essa comunicação.

DECLARO, eu, responsável legal pelo(a) aluno(a) supracitado, ter ciência de todos os problemas causados pela pandemia COVID-19, dos riscos em relação ao contágio do coronavírus e do que está acontecendo a nível mundial, nacional, e especialmente no município de Tigrinhos e Estado de Santa Catarina. E ciente que este termo de compromisso terá validade de 15 dias e caso eu tome a decisão de optar pelo retorno do meu filho ao regime presencial deverei comunicar a unidade de ensino 7 dias antes do término do prazo de validade deste termo de compromisso. Sendo renovado por novo período.

DECLARO que estou ciente do agravamento dos riscos que envolvem o retorno às aulas presenciais, bem como, estou ciente de todas medidas e protocolos adotados pela Secretaria Municipal de Educação em relação ao retorno das atividades presenciais.

DECLARO que estou ciente de que o sistema de ensino neste momento de retorno às aulas será "híbrido", sendo ofertadas aulas presenciais e remotas concomitantemente. Devendo o(a) aluno(a) desenvolver as atividades remotas conforme os módulos de estudo disponibilizados semanalmente.

E, por livre e espontânea vontade, ciência, concordância e responsabilidade:

( ) DECLARO, que o(a) aluno(a) NÃO FREQUENTARÁ neste momento às aulas presenciais. E estou ciente das obrigações no tocante ao cumprimento das atividades escolares, seja em plataformas digitais ou em meio físico, me comprometendo a realização das mesmas para que o rendimento do(a) aluno(a) seja avaliado adequadamente, da mesma forma me comprometo em manter os dados do aluno(a) atualizados na Unidade Escolar.

( ) DECLARO que o(a) aluno(a) FREQUENTARÁ às aulas presenciais. E estou ciente das obrigações no tocante ao cumprimento das atividades escolares, seja em plataformas digitais ou em meio físico, me comprometendo a realização das mesmas para que o rendimento do(a) aluno(a) seja avaliado adequadamente, da mesma forma me comprometo em manter os dados do aluno(a) atualizados na Unidade Escolar. Também declaro estar CIENTE:

a. Do conteúdo do PROTOCOLO PARA RETORNO DAS ATIVIDADES NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO; E o Plano de Contingência Municipal e Escolar.

- Antes de adentrar ao transporte escolar e nas unidades de ensino será aferida a temperatura com termômetro a laser (sem contato) de todos os alunos, inclusive funcionários. Um adulto deve acompanhar a criança na parada do ônibus, para se caso houver febre (temperatura >37,8°C) levar a criança de volta para casa.
  - No ônibus os lugares serão demarcados não podendo estar mudando de lugar;
  - No horário de entrada apenas os alunos irão entrar no ambiente escolar,
  - Turno matutino horário de chegada 07:15 h às 07:30 h horário de saída as 11:30 h.
  - Turno vespertino horário de chegada das 12:45 h às 13:00h, horário de saída as 17:00 respeitando o distanciamento.
  - Os alunos que chegarem à escola acompanhados pelos seus pais devem ser deixados na entrada da escola com um responsável, que irá encaminhá-lo a sala, sendo evitada a entrada de pais no ambiente escolar.
  - Para os alunos que não utilizam o transporte escolar, devem vir acompanhados de um responsável para se caso estiver com febre levar a criança de volta para casa ou procurar a unidade de saúde.
  - Não será permitido o compartilhamento de materiais,
  - Evitar tocar olhos, boca e nariz, além de higienizar sistematicamente as mãos, especialmente nas seguintes situações:
    - Ao chegar no estabelecimento de ensino;
    - Após tocar superfícies como maçanetas das portas, corrimão e interruptores;
    - Após tossir, espirar e ou assoar o nariz;
    - Antes e após o uso de banheiros;
    - Antes de iniciar uma nova atividade;
    - Não cumprimentar fisicamente o colega;
    - Não compartilhar materiais;
  - Orientamos que o aluno ao entrar na escola se dirija diretamente a sua sala de aula;
  - Mochilas estão presentes na rua e dentro da sala de aula, por este motivo ela hoje pode ser o ponto de transmissão para dentro da sua casa como para escola, então, é necessária uma atenção especial;
  - Disposição de álcool gel 70% em ambientes estratégicos, obrigatório o uso de máscaras de tecido ou TNT fazendo a troca quando esta estiver úmida, ou descartáveis trocando de duas em duas horas. O professor orientará a hora da troca tomando os devidos cuidados. Deve ter sempre na mochila máscara limpa e uma sacola plástica para colocar a utilizada e estar levando para casa para devida higienização, caso o aluno, trabalhador apresente temperatura igual ou superior a 37,8 graus Celsius ou sintomas como tosse seca, dor no corpo, dor de garganta, congestão nasal, dor de cabeça, falta de ar, lesões na pele, diarreia, vomito, fica impedido de entrar no estabelecimento e será orientado a buscar a unidade de saúde, orientar as crianças a respeitar as medidas de distanciamento, as crianças não poderão trazer brinquedos de casa, o uso da máscara é obrigatório.
  - b. Das exigências sanitárias de segurança estabelecidas que deverão ser cumpridas, especialmente no tocante ao uso da máscara e higienização das mãos;
  - c. De que as aulas presenciais serão ofertadas em forma de alternância em dias e horários preestabelecidos, devendo o(a) aluno(a) frequentar as aulas conforme os dias/horários determinados;
  - d. De que em caso de contágio de alguém que resida com o(a) aluno(a), o responsável se compromete em comunicar a unidade escolar e cumprir o tempo de afastamento determinado pela autoridade médica. Incluindo neste parágrafo o contágio do próprio estudante também, e caso apresentar qualquer tipo de sintoma, o mesmo será afastado até comprovação da sanidade.
  - e. De que o(a) aluno(a) somente frequentará o atendimento presencial caso não tenha apresentado nos últimos 14 dias sintomas de contaminação, tais como febre, tosse, ou caso tenha sido diagnosticado com infecção pelo coronavírus.
- Estando de forma clara as informações, assino o presente.

Tigrinhos, de fevereiro de 2021.

Assinatura do responsável

## EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS Nº 002/2021

Publicação Nº 2868253

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS N. 002/2021.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS torna público para conhecimento dos interessados, a ABERTURA DE INSCRIÇÕES DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS para o preenchimento de vagas de Estágio não obrigatório e cadastro de reserva destinado a estudantes regularmente matriculados em Instituições de Ensino de Educação de Nível Médio e Superior, por intermédio do CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE/SC, em conformidade com o disposto no artigo 37 da Constituição Federal e na Lei Federal n. 11.788 de 25 de setembro de 2008, de acordo com as normas e condições do presente Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será composto das seguintes fases:

ETAPAS	DATA
Publicação do Edital no site da Prefeitura de Tigrinhos, bem como no site do CIEE/SC	17/02/2021
Período de recebimento das inscrições e da documentação dos candidatos	18/02/2021 a 19/02/2021
Publicação do resultado e ordem final de classificação e Homologação final	23/02/2021

### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo Simplificado de estagiários será regido por este Edital, de forma que o pedido de inscrição do candidato implicará no

conhecimento e aceitação tácita das normas e condições aqui previstas, e será executado pelo CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE/SC.

1.2 O Processo Seletivo Simplificado de caráter classificatório e eliminatório, destina-se ao preenchimento de vagas e à formação de cadastro de reserva de estagiário na medida das necessidades da Prefeitura Municipal de Tigrinhos.

1.3 As informações prestadas pelo(s) candidato(s) serão de sua inteira responsabilidade, dispondo à Prefeitura de Tigrinhos, bem como ao CIEE/SC o direito de excluir do processo seletivo aquele(s) que fornecerem dados comprovadamente inverídicos.

1.4 O estágio do Ensino Superior compreende o exercício transitório de atividades relacionadas ao currículo escolar do estudante, tendo como objetivo o aprendizado prático de caráter educativo e não cria vínculo empregatício de qualquer natureza com a Prefeitura Municipal de Tigrinhos.

1.5 Não poderá ingressar no estágio o estudante que tiver concluído curso ou com data de conclusão de curso prevista por período inferior a 06 (seis) meses, no momento da assinatura do termo de compromisso de estágio.

1.6 A duração do estágio não poderá exceder a 2 (dois) anos, consecutivos ou alternados, salvo se se tratar de pessoa com deficiência.

1.7 O estudante que já tenha estagiado na Prefeitura Municipal de Tigrinhos, não poderá ser novamente contratado se a contagem dos períodos, mesmo que fracionados, for igual a 2 (dois) anos.

1.8 A participação dos candidatos neste Processo Seletivo Simplificado não implica obrigatoriamente de sua contratação, ocorrendo apenas a expectativa de convocação e contratação, ficando reservado ao Município de Tigrinhos, o direito de proceder às contratações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, obedecendo rigorosamente à ordem de Classificação Final, dentro do prazo de validade deste Edital.

## 2. DAS VAGAS

2.1 O Processo Seletivo Simplificado destina-se a possibilidade de preenchimento de estágio para:

NÍVEL	ÁREA/CURSO	CARGA HORÁRIA	VALOR DA BOLSA AUXÍLIO	VAGAS	CR**	PcD***	Afrodescendentes
Superior	Ensino superior na área da educação	20 horas semanais	R\$ 600,00	CR*	*	10%	20%
Superior	Ensino superior na área da educação	30 horas semanais	R\$ 800,00	CR*	*	10%	20%
Médio	Cursando Ensino Médio	20 horas semanais	R\$ 300,00	CR*	*	10%	20%

\*\*CR: Cadastro de Reserva.

\*\*\*PcD: Pessoa com Deficiência

2.2 Aos candidatos participantes na qualidade de pessoas portadoras de deficiência de acordo com o §5º, art. 17 da Lei nº 11.788/08, serão assegurados o percentual de 10% (dez) por cento das vagas de estágio ofertadas e cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência que tenham.

2.3 O candidato deverá anexar à documentação de inscrição, declaração conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.

2.4 As pessoas portadoras de deficiência participarão do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos.

2.5 As vagas destinadas aos portadores de deficiência que não forem providas por falta de candidatos serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.

2.6 Constatada a falsidade da declaração, a que se refere o item 2.3, será o candidato eliminado do Processo Seletivo Simplificado, após procedimento administrativo, em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

2.7 Consoante disposição da Lei n. 12.990/14, aos candidatos participantes da Cota para Minorias Étnico-Racial serão assegurados o percentual de 20% (vinte) por cento das vagas de estágio ofertadas.

2.8 O candidato deve anexar à documentação de inscrição, declaração conforme modelo constante no Anexo III deste Edital.

2.9 Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos nesta condição, aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito de cor ou raça utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

2.10 As vagas destinadas as Minorias Étnico-Racial que não forem providas por falta de candidatos serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.

## 3. DO ESTÁGIO

3.1 A jornada de estágio para ensino médio será de: 4 horas diárias ou 20 semanais; técnico e superior será de: 6 horas diárias ou 30 semanais, a ser acordada com o gestor da área em que o estagiário irá atuar.

3.2 O estágio será desenvolvido com desempenho de atividades pré-estabelecidas no Plano de Atividades, relacionadas ao curso em que o candidato estiver matriculado em consonância com o Termo de Compromisso de Estágio, devendo ser acompanhado por professor orientador indicado pela da Instituição de Ensino e supervisionado pelo servidor público responsável pelo setor de estágio ao qual o estagiário estiver subordinado.

## 4. DO AUXÍLIO E BENEFÍCIOS



4.1 O estagiário fará jus a uma bolsa-auxílio, conforme valores estipulados no item 2.1.

4.2 É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares, nos termos do art. 13 da Lei n. 11.788/08.

4.3 Será contratado seguro contra acidentes pessoais em favor do estagiário, nos termos do art. 9º, IV, da Lei n. 11.788/08, a cargo do Agente Integrador – CIEE/SC.

## 5. DAS INSCRIÇÕES

5.1 Para realizar a inscrição, o estudante interessado deverá preencher a Ficha de Inscrição conforme Anexo I deste Edital, bem como encaminhar as documentações constante no item 5.2 e seus subitens, para o seguinte endereço:

Local: Prefeitura Municipal de Tigrinhos -SC

Rua: Avenida Felipe Baczinski, nº. 479, centro, CEP 89.875-000 no departamento de Recursos Humanos.

ou

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE/SC, pelo site [ciee.sc/processoseletivo](http://ciee.sc/processoseletivo)

Data: As inscrições dar-se-ão a partir de 18/02/2021 até 19/02/2021 das 7h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, de acordo com as datas estabelecidas no preâmbulo deste Edital. 5.2 Documentos para Inscrição:

5.0.1 Ficha de Inscrição preenchida conforme Anexo I;

5.0.2 Cópia simples (frente e verso) do Registro Geral (RG);

5.0.3 Cópia simples do Cadastro de Pessoa Física (CPF);

5.0.4 Declaração Original de Frequência e Matrícula escolar, o qual deve constar o período em que o aluno está matriculado, expedida no máximo 90 (noventa) dias;

5.0.5 Original do Histórico Escolar Completo do curso em andamento no caso de alunos de Ensino Superior. Para os estudantes de cursos técnicos podem entregar a integralização das notas, e para os estudantes de nível médio o último boletim escolar;

5.0.6 Cópia simples do Comprovante de Residência;

5.0.7 Para os candidatos portadores de deficiência, declaração conforme Anexo II;

5.0.8 Para os candidatos de Cotas Étnico-Racial, declaração conforme Anexo III.

5.1 As cópias dos documentos constantes nos itens anteriores, não necessitarão de reconhecimento em cartório.

5.2 Para inscrições pelo site do CIEE/SC seguir passo a passo do Anexo IV.

## 6. DA SELEÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E CRITÉRIOS DE DESEMPATE

6.1 O processo Seletivo Simplificado será de caráter classificatório e eliminatório, sendo estabelecido como critério de seleção o candidato que obter a maior média aritmética do último semestre concluído, com base nas seguintes instruções:

a) O resultado será aferido pela média simples das notas obtidas do último semestre/bimestre cursado ou equivalente;

b) Para o cálculo da média deverá ser utilizado a seguinte fórmula:  $MA = (N1 + N2 + N3 + \dots) / X$ , sendo que MA é a média aritmética, N1, N2, N3... correspondem às notas das disciplinas cursadas no último semestre/bimestre ou equivalente e X é o número de disciplinas cursadas no semestre/bimestre ou equivalente.

c) Caso a instituição de ensino utilize critério de conceito, serão considerados os seguintes valores de equivalência:

I – notas 9,50 (nove inteiros e cinquenta décimos) e 8,00 (oito) para os conceitos

A e B, respectivamente;

II – notas 6,50 (seis inteiros e cinquenta décimos) e 5,00 (cinco) para os conceitos C e D, respectivamente;

III – nota 3,50 (três inteiros e cinquenta décimos) para os conceitos E e demais.

d) Se a instituição de ensino não disponibilizar sistema que permita valoração por conceito ou nota, a inscrição será indeferida e o candidato desclassificado pela inviabilidade de apuração do desempenho acadêmico, critério preliminar de avaliação definido nas alíneas 'a' e 'b'.

6.2 Nos casos de estudantes de nível médio, será considerado o último bimestre/trimestre concluído.

6.3 Havendo empate entre candidatos será selecionado o candidato com maior carga horária de curso concluída.

6.4 Permanecendo o empate, terá preferência o candidato que possuir maior idade.

6.5 A seleção do candidato ao estágio acontecerá sempre que a lista de estudantes classificados no processo seletivo simplificado anterior estiver esgotada, ou seja, quando não tiver mais candidatos para assumir as vagas em aberto.

6.6 Para os estudantes que estão iniciando a graduação (1º semestre), deverão apresentar o restante da documentação, exceto histórico das disciplinas cursadas. Como não terão notas e nem acréscimo por semestre cursados, nesse requisito ficarão zerados, e serão classificados somente por idade, que é o critério de desempate.

## 7. DA DESCLASSIFICAÇÃO

7.1 O candidato será desclassificado do processo seletivo se:

7.1.1 Fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;

7.1.2 Não forem localizados em decorrência de telefone/e-mail desatualizado, incompleto ou incorreto;

7.1.3 Não apresentar no ato da inscrição toda a documentação exigida neste Edital;

7.1.4 Não atender às determinações deste Edital e de seus atos complementares;

7.1.5 Quando, após sua convocação para admissão, não comparecer ao local no prazo designado;

7.1.6 Se a instituição de ensino não disponibilizar sistema que permita valoração por conceito ou nota, pela inviabilidade de apuração do desempenho acadêmico, critério preliminar de avaliação definido na alínea 'a' do item 6.1.

## 8. DA CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS

8.1 A convocação dos aprovados será de acordo com o quadro de vagas e a necessidade da Prefeitura Municipal de Tigrinhos, sendo que os aprovados serão convocados por ordem de classificação estabelecida de acordo com o presente Edital.

8.2 Para a respectiva contratação, o candidato aprovado e convocado deverá comparecer perante o Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Tigrinhos e apresentar a documentação exigida no item 9, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de perda do direito de assumir a função de estagiário.

## 9. DOS REQUISITOS E DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA A CONTRATAÇÃO

9.1 A contratação para a vaga de estágio dar-se-á por meio de Termo de Compromisso, nos termos da Lei Federal 11.788/08.

9.2 Para a contratação no estágio no âmbito da Prefeitura Municipal de Tigrinhos, o estudante deverá:

- a) ter idade mínima de 16 (dezesesseis) anos;
- b) ter sido classificado por meio do processo seletivo simplificado;
- c) estar devidamente matriculado e com frequência regular no nível de escolaridade em que foi inscrito, mediante atestado expedido pela instituição de ensino no máximo 90 (noventa) dias;
- d) firmar termo de compromisso de estágio (TCE) com a Prefeitura Municipal de Tigrinhos, CIEE/SC e com a respectiva Instituição de Ensino, devendo estar representado por seu responsável legal em se tratando de menor de 18 anos;
- e) comprovar, quando for o caso, estar em dia com as obrigações militares e no pleno gozo dos direitos políticos;
- f) fornecer cópia simples do CPF e RG, devidamente conferidos com os originais;
- g) fornecer cópia do comprovante de residência;
- h) fornecer número da conta corrente, conta poupança ou conta eletrônica, de titularidade do candidato, bem como a indicação do banco e da agência bancária;
- i) o candidato deverá apresentar declaração pessoal de que NÃO POSSUI OUTRO VÍNCULO DE ESTÁGIO e que dispõe de horário compatível com o horário para a vaga solicitada, possibilitando assim o exercício da função;
- j) fornecer Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) que comprove a aptidão clínica para o exercício da função.
- k) os portadores de necessidades especiais deverão apresentar atestado médico, emitido nos últimos 12 (doze) meses, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao CID (Classificação Internacional de Doenças);

## 10. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

10.1 O processo seletivo tem validade 1 (um) ano, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a contar da publicação da homologação final.

10.2 Os casos omissos serão resolvidos pelo CIEE/SC.

10.3 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Tigrinhos/SC, 17, de Fevereiro de 2021.

Derli Antonio de Oliveira  
Prefeito Municipal de Tigrinhos/SC

### ANEXO I – FICHA DE INSCRIÇÃO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS N. 002/2021.

Documentos anexados:

- ( ) Cópia simples do RG;
- ( ) Cópia simples do CPF;
- ( ) Declaração Original de Frequência e Matrícula Escolar expedida no máximo 90 (noventa) dias;
- ( ) Cópia simples do Comprovante de residência;
- ( ) Original do Histórico Escolar/Acadêmico, se emitido pela internet deverá ter o carimbo e assinatura da instituição.

Eu, abaixo assinado, declaro conhecer e aceitar todas as normas do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS Nº. 002/2021 da Prefeitura Municipal de Tigrinhos/SC, bem como a legislação pertinente sobre a contratação.

Tigrinhos/SC, 17 de fevereiro de 2021.

Assinatura do Candidato

### ANEXO II

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS Nº. 002/2021.

Declaração de Portador de Deficiência

Eu, (nome do candidato), portador(a) do Registro Geral (RG) n. \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o n. \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins que sou portador(a) de deficiência e que quero realizar minha inscrição às vagas reservadas aos portadores de deficiência. Estou ciente que todas as informações declaradas por mim serão averiguadas e deverão estar acompanhadas dos documentos comprobatórios exigidos neste certame.



Tigrinhos/SC, 17 de Fevereiro de 2021.

Assinatura do Candidato

**ANEXO III**

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS Nº. 002/2021.**

Declaração de Afro descendência

Eu, (nome do candidato), portador(a) do Registro Geral (RG) n. \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o n. \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins que sou afrodescendente e que quero realizar minha inscrição às vagas reservadas aos auto declarantes de afro descendência. Estou ciente que todas as informações declaradas por mim serão averiguadas.

Tigrinhos/SC, 17 de fevereiro de 2021.

Assinatura do Candidato

**ANEXO IV**

**INSCRIÇÃO PELO SITE CIEE/SC**

**PARA A INSCRIÇÃO É NECESSÁRIO TER CADASTRO NO SISTEMA DO CIEE/SC**

**PASSO A PASSO PARA INSCRIÇÕES VIA PORTAL DO ESTUDANTE - CIEE/SC**

**1. ACESSE O SITE [www.ciee.sc/ProcessoSeletivo](http://www.ciee.sc/ProcessoSeletivo)**

**1.1 ANTES DE PROSSEGUIR, CONSULTE O EDITAL, BAIXE OS ARQUIVOS QUE VOCÊ VAI PRECISAR PREENCHER E VERIFIQUE OS DOCUMENTOS QUE VOCÊ VAI PRECISAR PROVIDENCIAR PARA ENVIAR NO SISTEMA DE INSCRIÇÃO.**

**2. ESTUDANTES COM CADASTRO DEVEM CLICAR EM ENTRAR.  
ESTUDANTES QUE AINDA NÃO TÊM CADASTRO DEVEM CLICAR EM**

**CADASTRAR:**

**3. REALIZAR O CADASTRO DIGITANDO AS INFORMAÇÕES SOLICITADAS:**

**4. CONCLUÍDO O CADASTRO AGORA VOCÊ PRECISA CARREGAR, NO PORTAL DO ESTUDANTE, OS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO EDITAL: (1º) CLIQUE EM "DOCUMENTOS DIGITALIZADOS" E (2º) SELECIONE O TIPO DE DOCUMENTO QUE VOCÊ DESEJA ENVIAR (UM ARQUIVO POR VEZ), CLICANDO EM "ENVIAR DOCUMENTO". SERÁ INDEFERIDA A INSCRIÇÃO QUE NÃO ENVIAR TODOS OS DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS NO EDITAL.**

**4.1. OS DOCUMENTOS "LAUDO COMPROBATÓRIO DE DEFICIÊNCIA" E "COMPROVANTE DE BENEFÍCIO BOLSA FAMÍLIA" DEVEM SER INCLUÍDOS NESTA ETAPA, SOB PENA DE NÃO SEREM ACEITOS POSTERIORMENTE.**

**5. APÓS INSERIR TODOS OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS VOCÊ CONSEGUE SE INSCREVER NO EDITAL. DENTRO DO PORTAL DO ESTUDANTE CLIQUE NA ABA PROCESSOS SELETIVOS:**

**6. CLIQUE EM INSCRIÇÕES ABERTAS:**

**7. ESCOLHA O EDITAL SELEÇÃO DE APRENDIZES PARA A COOPERATIVA A1:**

**8. CLIQUE EM "QUERO ME INSCREVER!"**

**9. SUA INSCRIÇÃO É CONCLUÍDA SE APRESENTAR A MENSAGEM ABAIXO:**

**SUA INSCRIÇÃO SERÁ AVALIADA EM CONCORDÂNCIA COM OS DOCUMENTOS ENVIADOS. SERÁ CONSIDERADA INSCRIÇÃO DEFERIDA O CANDIDATO QUE ENVIAR DOCUMENTAÇÃO CONFORME DESCRITO NO EDITAL E REALIZAR A INSCRIÇÃO CONFORME OS PASSOS ACIMA.**

**ALÉM DA CONFIRMAÇÃO DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO NO SISTEMA, VOCÊ RECEBERÁ UM E-MAIL DO CIEE APÓS A AVALIAÇÃO DA SUA INSCRIÇÃO, INFORMANDO SE A MESMA FOI APROVADA OU NÃO APROVADA AVALIANDO OS CRITÉRIOS.**

**Em razão da pandemia do novo coronavírus (Sars-Cov-2) e da necessidade de garantir a segurança e a preservação da saúde de todos os envolvidos, a s inscrições para a presente seleção serão realizadas apenas de forma on-line pelo link:**

**[www.ciee.sc/ProcessoSeletivo](http://www.ciee.sc/ProcessoSeletivo)**

**LEI Nº 984, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2867780

LEI Nº. 984, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROMOVER A ALIENAÇÃO EM LEILÃO PÚBLICO DE BEM MÓVEL DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, autorizado a alienar, mediante leilão público, observado o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666/93 e demais disposições pertinentes à matéria o bem móvel abaixo relacionados:

ÍTEM	DESCRIÇÃO DO BEM	SECRETARIA
01	PA CARREGADERIA MARCA CASE, MODELO W 20E, DE COR AMARELA, ANO DE FABRICAÇÃO/ MODELO 1998, MOTOR A DIESEL.	Secretaria de Agricultura

Art. 2º. O valor do bem cuja venda está sendo autorizada será estipulado por Comissão especialmente designada pelo Município.

Art. 3º. A alienação do equipamento será efetivada pelo maior lance, superior ou igual a avaliação.

Art. 4º. A venda do bem será exclusivamente à vista, mediante depósito do valor em conta corrente bancária do Município.

Parágrafo único – Será considerado efetivado o pagamento com a liquidação do valor na conta corrente.

Art. 5º. A alienação prevista nesta lei está em conformidade com as normas da lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 6º. O valor arrecadado com a alienação do bem descritos no artigo 1º da presente Lei será depositado em conta específica do Município de Tigrinhos e sua destinação será para compra de outros bens patrimoniais.

Art. 7º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 8º. Esta Lei entrará em vigência na data de publicação.

Tigrinhos SC, 18 de fevereiro de 2021.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito

**PORTARIA 082/2021**

Publicação Nº 2868250

PORTARIA Nº. 082/2021, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 035/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica Concedida Licença para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal, Sra. ELESANDRA KLUGE, portadora do CPF nº. 037.558.719-55, efetiva no cargo de Merendeira, 40 horas semanais, cadastrada sob a matrícula nº. 437/01, pelo período de 13 (treze) dias, a partir de 17 de fevereiro de 2021 a 01 de março de 2021, retornando as atividades normais em 02 de março de 2021, nos termos do art. 109 da Lei Municipal Complementar nº. 035/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos), conforme Atestado Médico Apresentado.

Lei Municipal Complementar nº 035/2015.

Art. 109 Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em exame médico, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus pelo período de 15 (quinze) dias, sendo que após, o funcionário deverá encaminhar o devido procedimento junto ao Instituto Nacional de Seguro Social. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2021.  
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezessete de fevereiro de dois mil e vinte um.

Cleiton Soethe  
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

## **PORTARIA 083/2021**

Publicação Nº 2869525

PORTARIA Nº. 083/2021, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.  
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE CARGO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal Complementar 035/2015,

Considerando a existência de interesse público e a necessidade de manter as atividades da administração municipal que não podem sofrer solução de continuidade;

Considerando o pedido exoneração da servidora pública municipal, Sra. Simone Cibulski, ocupante do cargo de Merendeira;

Considerando a impossibilidade do Município permanecer sem um servidor para exercer as funções de Merendeira, considerando o retorno das aulas presenciais e em especial estarmos passando por um período de pandemia pela COVID-19;

Considerando que o Município de Tigrinhos está providenciando o lançamento de concurso público neste exercício para contratação de servidor para exercer o cargo de Merendeira;

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Fica Nomeada a Sra. SANDRA DO NASCIMENTO VARGAS, portadora do CPF Nº. 038.337.689-08, para exercer, temporariamente, o Cargo de MERENDEIRA, com 40 (quarenta) horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, a partir de 18 de Fevereiro de 2021, recebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezoito de fevereiro de dois mil e vinte um.

Cleiton Soethe  
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

## **PORTARIA 084/2021**

Publicação Nº 2869528

PORTARIA Nº. 084/2021, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.  
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE CARGO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal Complementar 035/2015,

Considerando a existência de interesse público e a necessidade de manter as atividades da administração municipal que não podem sofrer solução de continuidade;

Considerando o afastamento da servidora pública municipal, Sra. Marinês Kirten da Silva, ocupante do cargo de Merendeira, para exercer o cargo de Agente Político de Secretária Municipal de Assistência Social;

Considerando a impossibilidade do Município permanecer sem um servidor para exercer as funções de Merendeira, considerando o retorno das aulas presenciais e em especial estarmos passando por um período de pandemia pela COVID-19;

Considerando que o Município de Tigrinhos está providenciando o lançamento de concurso público neste exercício para contratação de servidor para exercer o cargo de Merendeira;

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Fica Nomeada a Sra. MARLISE SIQUEIRA, portadora do CPF N°. 073.900.549-99, para exercer, temporariamente, o Cargo de ME-RENDEIRA, com 40 (quarenta) horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, a partir de 18 de Fevereiro de 2021, recebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezoito de fevereiro de dois mil e vinte um.

Cleiton Soethe  
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

# Tijucas

## PREFEITURA

### ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO 05 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2867591

#### Ata de reunião do Conselho Municipal de Turismo

Aos cinco de fevereiro de 2021 às quatorze horas e dez minutos, no Centro de Eventos Dr. João Bayer Neto, na Rua Canela nº251, bairro Mata Atlântica, em Tijucas em Santa Catarina CEP 88200-000. Tendo comparecido os representantes do Conselho Municipal de Turismo, Tiago Lessa de Miranda, Chyslayne Rodrigues Gomes Regis, Odirlei Resini, Patrícia Ferreira, Alexsandro Bastos, Alcides Sgrott, Álvaro Elias Flores, Vinicius Palau Santos. Iniciadas as discussões a secretária de Cultura e Juventude e Turismo de Tijucas iniciou a reunião dando boas vindas a todos, fez um breve histórico sobre a pasta de Turismo de Tijucas apresentando aos membros o Plano Municipal de Turismo elaborado em parceria com SEBRAE. Após as ressalvas iniciou-se o processo de eleição para compor a mesa diretoria do conselho para um mandato de 02(dois) anos contados da presente data. Eleição esta realizada através de votos secretos em cédulas anexadas a este documento, após a votação definiu-se então como presidente o Sr. Vinicius Palau Santos representante do SESC, Alexsandro Bastos representante da CDL para o cargo de vice-presidente, para o cargo de secretária a Sra. Patrícia Ferreira representante da Diretoria de Integração e Comunicação Social. Após a eleição dos membros da mesa diretora sugeriu-se então trazer em uma próxima reunião do conselho regimento interno para a construção e aprovação. Definiu-se também a criação de um grupo de trocas de informações referente ao conselho Municipal de Turismo via Whatsapp facilitando assim todo o processo de construção e definições de metas do conselho. Documentos a serem encaminhados via whatsapp, Regimento Interno, Lei de nº 2771 de 10 de dezembro de 2019 que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo, onde a mesma autoriza a Instituição do Fundo Municipal de Turismo. Posteriormente a Secretária Paula Regina da Silva proferiu sobre os benefícios e desafios do credenciamento no Mapa Turístico Brasileiro. Em seguida foi dada a palavra aos membros do conselho onde surgiram várias ideias e sugestões relacionadas ao Turismo para município de Tijucas, estas foram registradas para uma discussão nas próximas reuniões. Não havendo mais nada a tratar foram suspensos os trabalhos para a lavratura da presente ata.

Tijucas 05 de fevereiro de 2021

### AVISO DE LICITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/SAMAE/2021 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/SAMAE/2021

Publicação Nº 2867407

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS  
SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/SAMAE/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/SAMAE/2021

Objeto: Locação de Software AUTODESK AUTOCAD 2021, com as condições expostas no Termo de Referência, a fim de atender as necessidades da área de projetos, do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço por Item;

Data de Abertura: 03 de março de 2021, às 08h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).

Luiz Rogério da Silva – PRESIDENTE DO SAMAE

### AVISO DE LICITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/PMT/2021 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/PMT/2021

Publicação Nº 2867737

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

O Município de Tijucas SC, inscrito sob o CNPJ n. 82.577.636/0001-65, com sede na Rua Cel. B-chelle, 01, centro, Tijucas SC, de conformidade com a Lei n. 8.666/93, alterada pela Lei n. 8.883/94, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme:

Processo Licitatório nº 018/PMT/2021

Dispensa de Licitação nº 006/PMT/2021

Objeto: Aquisição de Balizador Cônico em Polietileno de 1,10M com Faixas Refletivas e Base de Borracha, atendendo as Demandas da DI-TRAN – Diretoria de Trânsito e Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do Município de Tijucas – SC.

Contratado: SULVALE EQUIPAMENTOS EIRELI

Valor: R\$. 13.720,00 (Treze mil, setecentos e vinte reais).

Amparo Legal: Art. 24, inciso II, Art. 23. Inciso I e II "a" da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável nº 039/2021/PGM.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

### **EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 013/PMT/2021**

Publicação Nº 2867713

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 013/PMT/2021 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/PMT/21 –PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/PMT/21 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS - DITRAN.

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE RÁDIOS DE COMUNICAÇÃO, PARA USO DOS AGENTES DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO DO DITRAN (DIRETORIA DE TRÂNSITO), DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC

EMPRESA VENCEDORA: DIRETA TELECOMUNICAÇÕES LTDA

VALOR: R\$. 34.722,60 (Trinta e quatro mil, setecentos e vinte e dois reais e sessenta centavos).

TIJUCAS/SC, 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

### **EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 014/PMT/2021**

Publicação Nº 2867872

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 014/PMT/2021 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/PMT/21 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/PMT/21

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS E DITRAN.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BALIZADOR CÔNICO EM POLITILENO DE 1,10M COM FAIXAS REFLETIVAS E BASE DE BORRACHA, ATENDENDO AS DEMANDAS DA DITRAN – DIRETORIA DE TRÂNSITO E SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS – SC.

EMPRESA VENCEDORA: SULVALE EQUIPAMENTOS EIRELI

Valor: R\$. 13.720,00 (Treze mil, setecentos e vinte reais).

Amparo Legal: Art. 24, inciso II, Art. 23. Inciso I e II "a" da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável nº 039/2021/PGM.

TIJUCAS/SC, 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

### **HOMOLOGA RESULTADO DA ELEIÇÃO DA DIRETORIA O CONSELHO MUNICIPAL CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE TIJUCAS**

Publicação Nº 2867583

RESOLUÇÃO Nº 001, de 05 de fevereiro de 2021

Homologa resultado da eleição da Diretoria

O CONSELHO MUNICIPAL CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE TIJUCAS , Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2771, de 10 de Dezembro de 2019, e

CONSIDERANDO as nomeações previstas no Decreto nº 1.649, de 27 de janeiro de 2021;

CONSIDERANDO o resultado da eleição realizada na sessão plenária de 05 de fevereiro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o resultado da eleição dos cargos de direção do CONSELHO MUNICIPAL CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE TIJUCAS para o biênio 2021/2023, ficando assim empossados:

I – Presidente: Vinicius Palau Santos;

II – Vice-Presidente: Alexsandro Bastos;

III – Secretária: Patrícia Ferreira.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas (SC), 05 de fevereiro de 2021.

VINICIUS PALAU SANTOS

Presidente do Conselho Municipal de Turismo

ALEXSANDRO BASTOS

Vice-Presidente do Conselho Municipal de Turismo

PATRÍCIA FERREIRA

Secretária do Conselho Municipal de Turismo



# Timbé do Sul

## SAMAE - TIMBÉ DO SUL

### AVISO DE LICITAÇÃO PR 01/2021 - SERVIÇOS DE MÁQUINAS

Publicação Nº 2867931

Atendendo as recomendações da Organização Mundial da Saúde em prevenção ao Coronavírus (COVID-19), a licitação será realizada em sala de reuniões ventilada e respeitando a distância mínima recomendada entre as pessoas, sendo que o SAMAE disponibilizará álcool em gel e exigirá o uso de máscaras por todas as pessoas presentes.

Estado de Santa Catarina  
SAMAE de Timbé do Sul

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 08/2021 - Pregão Presencial Nº. 1/2021, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL.

OBJETO DA LICITAÇÃO: A presente licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual contratação de empresa(s) para prestação de serviços com máquina mini escavadeira hidráulica de esteira rolante e lâmina frontal, com peso não inferior a 2.500kg, com máquina retroescavadeira de pneu, para execução de serviços em diversos locais dentro do Município de Timbé do Sul quando solicitado e conforme a necessidade, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas neste Edital.

DATA/HORA DA ABERTURA: 01 de março de 2021, às 09:00 horas.

LOCAL: Escritório do SAMAE, sito a Rua Carlos Savi, nº 365, Bairro Centro – Timbé do Sul - SC, CEP 88.940-000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SAMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail [samae@samaetimbedosul.sc.gov.br](mailto:samae@samaetimbedosul.sc.gov.br) e [jucianacb@engeplus.com.br](mailto:jucianacb@engeplus.com.br)

ou pelo site do SAMAE - [www.samaetimbedosul.sc.gov.br](http://www.samaetimbedosul.sc.gov.br)

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SAMAE, sito à Rua Carlos Savi, nº 365, Bairro Centro – Timbé do Sul - SC, CEP 88.940-000, ou pelo fone (048) 3536-1172, com a comissão de licitação das 08:00 às 11:00 e das 13:30 às 17:00 horas.

Timbé do Sul/SC, 18 de fevereiro de 2021.

Amarildo Scursel Alexandre – Diretor do Samae

**Timbó****PREFEITURA****ATA JULGAMENTO DA PROPOSTA DA CONCORRÊNCIA Nº. 01 2020 FUMTRAN**

Publicação Nº 2868467

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
ATA DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO  
CONCORRÊNCIA Nº. 01/2020 – FUMTRAN  
HABILITADAS: RENATO SCHUMANN

Às dez horas do décimo sétimo dia, do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um (17/02/2021), no setor de licitações da Prefeitura de Timbó, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 03, de 04 de janeiro de 2021, para Julgamento da Proposta de Preço da empresa habilitada no processo licitatório Concorrência nº. 01/2020 – FUMTRAN.

Considerando o parecer técnico do Setor de Trânsito da Prefeitura Municipal de Timbó, aliado à documentação apensada aos autos, a Comissão Permanente de Licitações classifica a proposta de preço da empresas habilitada, conforme tabela abaixo:

	EMPRESA	VALOR TOTAL DA OFERTA
1º	RENATO SCHUMANN – CNPJ 81.304.313/0001-35	3%

Ato contínuo, a Comissão Permanente de Licitações declara vencedora a empresa RENATO SCHUMANN, com a oferta global de 3% (três por cento), sendo esta, a única proposta apresentada e dentro dos limites impostos pelo edital.

Ficam os interessados cientes do inteiro teor desta ata de Julgamento da Proposta de Preço, para, querendo, apresentar recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, ou seja, 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

Nada mais a tratar, encerra-se a sessão e lavra-se a presente ata, que segue assinada pela Comissão Permanente de Licitações.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

THOMAZ H CAMPREGHER Presidente	TAINARA H FISTAROL Membro	ANDERSON DAVID RADDATZ Membro
-----------------------------------	------------------------------	-------------------------------

**AVISO PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 04 2021 PMT - AQUISIÇÃO TUBOS DE CONCRETO**

Publicação Nº 2868487

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 04/2021 PMT

OBJETO: aquisição de tubos de concreto, destinados à manutenção e execução de obras para atendimento a Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 05 de março de 2021. ABERTURA: dia 05 de março de 2021 às 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br), ou através do e-mail [licitacoes@timbo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@timbo.sc.gov.br), e telefone (47) 3380-7000, ramal 7035.

Timbó (SC), 17/02/2021  
MOACYR CRISTOFOLINI JÚNIOR  
Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

**CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 02.2021 PMT**

Publicação Nº 2868469

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2021 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, os representantes legais das empresas R.S. DISTRIB. COM. ART. PAPELARIA LTDA EPP, CNPJ n.º 82.997.446/0001-05, ADL COMERCIAL EIRELI EPP, CNPJ n.º 15.267.298/0001-78 e RSUL LTDA ME, CNPJ n.º 14.066.477/0001-84 a comparecerem para assinatura das respectivas atas de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;  
DATA: até 25/02/2021

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 17 de fevereiro de 2021.

MONICA CRISTINA GADOTTI

Central de Licitações

### **CONVOCAÇÃO ASSINATURA PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 122.2020 FUMDEC**

Publicação N° 2868473

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 122/2020 FUMDEC

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa GF ARQUITETURA LTDA, CNPJ nº. 36.571.118/0001-17 a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato oriundo do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 25/02/2021.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 17 de fevereiro de 2021.

PRISCILA MACEDO

Central de Licitações

### **CONVOCAÇÃO ASSINATURA PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 94.2020 FUMDEC**

Publicação N° 2868471

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 94/2020 FUMDEC

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa GF ARQUITETURA LTDA, CNPJ nº. 36.571.118/0001-17 a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato oriundo do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 25/02/2021.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 17 de fevereiro de 2021.

PRISCILA MACEDO

Central de Licitações

### **CONVOCAÇÃO ASSINATURA SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 18.2020 FME**

Publicação N° 2868474

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 18/2020 FME

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa DATAMAIS SISTEMAS LTDA EPP, CNPJ nº. 01.470.919/0001-01, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato oriundo do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 25/02/2021.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 17 de fevereiro de 2021.

PRISCILA MACEDO

Central de Licitações

**EXTRATO CONTRATO 21.2021 PMT - POWER IMPORTS VEÍCULOS LTDA**

Publicação Nº 2868476

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 21/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 71/2020 PMT

AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola.

AUTORIZADO: POWER IMPORTS VEÍCULOS LTDA

OBJETO: Aquisição de máquinas, equipamentos e veículos, destinados a Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola com possibilidade de aquisição com recursos do financiamento FINISA, conforme PVL02.009678/2019-56, processo nº 17944.101322/2020-70.

VALOR TOTAL: R\$ 137.990,00 (cento e trinta e sete mil, novecentos e noventa reais).

DATA DA ASSINATURA: 05/02/2021

MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR

Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

**EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 35.2020 PMT**

Publicação Nº 2868477

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 35/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2020

AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Secretaria da Fazenda e Administração.

AUTORIZADO: PRIORI SERVIÇOS E SOLUÇÕES, CONTABILIDADE EIRELI.

OBJETO: Prorrogação do prazo previsto na Cláusula Primeira do Contrato Administrativo nº. 35/2020, em relação à vigência, até 14/04/2021.

DATA DA ASSINATURA: 08/02/2021

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

**EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO Nº 12-03.2020 FMDE - AP OESTE**

Publicação Nº 2868482

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 12-03/2020 FMDE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2020

CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Secretaria de Educação.

CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.

OBJETO: Reequilíbrio financeiro do valor dos itens 02 (AÇÚCAR REFINADO - PACOTE DE 05 KG) e 04 (ARROZ PARBOILIZADO - PACOTE DE 05KG), conforme tabela abaixo:

Item	Valor Unitário Registrado	Reajuste do mercado	Valor Unitário Atualizado
02	R\$ 11,90	10,41%	R\$ 13,14
04	R\$ 16,90	17,24%	R\$ 19,81

DATA DA ASSINATURA: 11/02/2021

ALFROH POSTAI

Secretário de Educação

**PORTARIA Nº 67, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868141

PORTARIA Nº 67, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021

Nomeia Servidores para exercer Cargo em Comissão na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, I e X, combinado com o art. 70, II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no art. 11, II e §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93; e art.28 da Lei Complementar nº 196 de 29/12/2000 e alterações,

## RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, os Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO			
NOME	CARGO EM COMISSÃO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL	A CONTAR DE
Daiane Gonçalves	Assessor de Serviços – Nível I / CC-5	41	15/02/2021
Luciana Raquel Bottner	Supervisor de Tesouraria / CC-3	61	11/02/2021
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO, MEIO AMBIENTE, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS			
NOME	CARGO EM COMISSÃO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL	A CONTAR DE
Lourival Anacleto	Coordenador de Serviços-Nível I / CC-6	32	15/02/2021
Maraiza Wuerz	Assessor Técnico de Indústria, Comércio e Serviços / CC-2	76	10/02/2021

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de fevereiro de 2021; 151º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

**PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 58.2020 PMT**

Publicação Nº 2830753

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 58/2020 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó, através da Secretaria de Fazenda e Administração.

OBJETO: Aquisição de uniformes para servidores e colaboradores da central de atendimento ao cidadão "SIMPLIFICA TIMBÓ".

EMPRESA FORNECEDORA: LECRUZ ROUPAS PROFISSIONAIS LTDA.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 53.100,00 (cinquenta e três mil e cem reais).

VALIDADE DA ATA: 17/11/2021

Timbó, 18/11/2020  
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária da Fazenda e Administração

# Timbó Grande

## PREFEITURA

### PREGAO 6/2021

Publicação Nº 2868099

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ GRANDE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2021  
MODALIDADE Pregão Presencial N 6/2021

O município de Timbó Grande torna publico a todos os interessados que estará realizando processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, com objetivo de adquirir GLP Gás liquefeito de Petróleo. Acesso público terá início às 09h00 horas, do dia 3 de março de 2021, junto ao Departamento de Compras e Licitações. Informação será disponibilizada junto ao Departamento de Compras, pelo e-mail licitacoes@timbogrande.sc.gov.br, ou pelo telefone (049) 3252-1214, no horário das 14h00 até as 16h00.

Timbó Grande, 17 de fevereiro de 2021.  
Valdir Cardoso dos Santos  
Prefeito Municipal

# Treviso

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 160/2021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2868434

DECRETO Nº 160/2021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

HOMOLOGA OS NOMES DOS REPRESENTANTES DE ENTIDADES INDICADOS PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, DESTE MUNICÍPIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e conforme dispõe o Art. 45, Incisos II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, a Lei Municipal nº 029/97, de 30 de abril de 1997, e alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologados os nomes dos seguintes representantes de entidades indicados para composição do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, deste Município:

I – Representantes do Governo:

a) Cinara Antunes Pagani - Titular

Aniely Kristine da Luz - Suplente, representando a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

b) Hemelise Benedet Perovano - Titular

Jean Carlos Buogo - Suplente, representando a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo;

c) Jadna Cristina Machado Possato - Titular

Joice da Silva Mattos - Suplente, representando a Secretaria Municipal de Educação.

II – Representantes da Sociedade Civil:

a) Michele Felisberto - Titular

Maria Albertina Gava da Boit - Suplente, representando as entidades prestadoras de serviços da área da Assistência Social atuação no Município (PROAST);

b) Mariane Oliveira Anelli - Titular

Mario Anelli Neto - Suplente, representando as entidades de usuários ou de defesa dos direitos dos usuários (ADM);

c) Flávia Scoti Legnani - Titular

Elaine da Silveira Carminati - Suplente, representando as entidades de usuários ou de defesa dos direitos dos usuários (Pastoral da Criança).

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 245/2020, de 04 de março de 2020.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISÓ/SC

Em, 16 de fevereiro de 2021.

VALERIO MORETTI

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 18 de fevereiro de 2021.

ERNANY DA SILVA MORETI

Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 161/2021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2868435

DECRETO Nº 161/2021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

CONTRATA E NOMEIA, POR TEMPO DETERMINADO, FÁBIO COELHO, PARA EXERCER AS FUNÇÕES DO EMPREGO DE MÉDICO (CARDIOLOGISTA) E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALERIO MORETTI, Prefeito Municipal de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe a Lei Orgânica Municipal, a Lei Municipal nº 468/07, de 18 de dezembro de 2007, e o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,



**DECRETA:**

Art. 1º. Fica contratado e nomeado a partir de 02 de fevereiro de 2021, por tempo determinado, FÁBIO COELHO, para exercer as funções do emprego de MÉDICO (CARDIOLOGISTA), vinculado ao Departamento de Saúde, da Secretaria de Saúde, dentro da Estrutura Administrativa do Município.

Parágrafo 1º. A referida contratação é necessária, pois o Município não dispõe de servidores concursados para o emprego em referência.

Parágrafo 2º. O período determinado, constante no caput deste Artigo, será de seis meses, renovável se necessário.

Parágrafo 3º. A carga horária a ser executada por este profissional será de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º. O salário base do servidor acima especificado será de acordo com os valores constantes do Anexo II – Quadro de Empregos Públicos Permanentes do Município constantes da Lei nº 468/07, de 18 de dezembro de 2007, e alterações posteriores e, em caso específico, proporcional às horas trabalhadas.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2021.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISÓ/SC

Em, 16 de fevereiro de 2021.

VALERIO MORETTI

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 18 de fevereiro de 2021.

ERNANY DA SILVA MORETI

Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 162/2021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868437

DECRETO Nº 162/2021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

RENOVA CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DA SERVIDORA TAIS MENDES FELIPE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e conforme dispõe a Lei Orgânica Municipal, a Lei Municipal nº 468/07, de 18 de dezembro de 2007, o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal, e o Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital nº 001/2019,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica renovado a partir de 19 de fevereiro de 2021, até 20 de dezembro de 2021, o contrato da servidora TAIS MENDES FELIPE, para exercício das funções do emprego de MASSAGISTA, vinculada ao Departamento de Saúde, da Secretaria de Saúde, dentro da Estrutura Administrativa do Município.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISÓ/SC

Em, 16 de fevereiro de 2021.

VALERIO MORETTI

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 18 de fevereiro de 2021.

ERNANY DA SILVA MORETI

Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 163/2021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868439

DECRETO Nº 163/2021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

RENOVA CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DO SERVIDOR TIAGO BERNARDO BONFANTE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e conforme dispõe a Lei Orgânica Municipal, a Lei Municipal nº 468/07, de 18 de dezembro de 2007, o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal, e o Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital nº 001/2019,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica renovado a partir de 27 de fevereiro de 2021, até 20 de dezembro de 2021, o contrato do servidor TIAGO BERNARDO BONFANTE, para exercício das funções do emprego de OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, vinculado ao Departamento de Obras, da Secretaria de Viação, Obras e Serviços, dentro da Estrutura Administrativa do Município.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC

Em, 16 de fevereiro de 2021.

VALERIO MORETTI

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 18 de fevereiro de 2021.

ERNANY DA SILVA MORETI

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 122/2021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868443

PORTARIA Nº 122/2021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA – FG 09 A SERVIDORA SANDRA SPADA PÉRICO.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 37 ao 39 da Lei Municipal nº 468/07, de 18 de dezembro de 2008, alterações posteriores e o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Concede função gratificada – FG 09 a Servidora SANDRA SPADA PÉRICO, a contar de fevereiro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 16 de fevereiro de 2021.

VALERIO MORETTI

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 18 de fevereiro de 2021.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças.

**PORTARIA Nº 123/2021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868445

PORTARIA Nº 123/2021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA – FG 09 A SERVIDORA DÉBORA SAVARIS PAGANI.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 37 ao 39 da Lei Municipal nº 468/07, de 18 de dezembro de 2008, alterações posteriores e o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Concede função gratificada – FG 09 a Servidora DÉBORA SAVARIS PAGANI, a contar de fevereiro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 16 de fevereiro de 2021.

VALERIO MORETTI

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 18 de fevereiro de 2021.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças.

**PORTARIA Nº 124/2021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868448

PORTARIA Nº 124/2021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.  
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA – FG 02 A SERVIDORA JULIANA SALVADOR.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 37 ao 39 da Lei Municipal nº 468/07, de 18 de dezembro de 2008, alterações posteriores e o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Concede função gratificada – FG 02 a Servidora JULIANA SALVADOR, a contar de fevereiro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 16 de fevereiro de 2021.

VALERIO MORETTI  
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 18 de fevereiro de 2021.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças.

**PORTARIA Nº 125/2021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868453

PORTARIA Nº 125/2021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.  
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA – FG 08 A SERVIDORA CLAUDILENE EVA DA SILVA.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 37 ao 39 da Lei Municipal nº 468/07, de 18 de dezembro de 2008, alterações posteriores e o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Concede função gratificada – FG 08 a Servidora CLAUDILENE EVA DA SILVA, a contar de fevereiro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 16 de fevereiro de 2021.

VALERIO MORETTI  
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 18 de fevereiro de 2021.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças.

**PORTARIA Nº 126/2021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868457

PORTARIA Nº 126/2021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.  
CONCEDE REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA, MANTENDO-SE A MESMA REMUNERAÇÃO DA SERVIDORA GRACIELE CONSONI DA SILVA.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder redução de carga horária de trabalho para 6 horas interruptas, mantendo-se a mesma remuneração, a contar de 10 de fevereiro de 2021, a servidora GRACIELE CONSONI DA SILVA, ocupante do emprego de AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS INTERNOS.

Parágrafo único: A referida decisão dá-se em virtude da necessidade e conveniência de manter os serviços de limpeza na Estação Rodoviária Municipal em período estendido.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de fevereiro de 2021.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 16 de fevereiro de 2021.

VALERIO MORETTI  
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 18 de fevereiro de 2021.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças.

## **PORTARIA Nº 127/2021, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868461

PORTARIA Nº 127/2021, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.  
CONCEDE FÉRIAS E PAGAMENTO DE 1/3 DE FÉRIAS AO SERVIDOR ADILSON ALVES.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica do Município; Art. 129 e 130 da CLT e Art. 19 da Lei Complementar Municipal nº 608/12 de 14 de março de 2012;

### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder férias pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 18 de fevereiro de 2021, e pagamento de 1/3 de férias referente ao período aquisitivo de 02 de janeiro de 2020 a 01 de janeiro de 2021, ao servidor ADILSON ALVES, ocupante do emprego de AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS EXTERNOS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 17 de fevereiro de 2021.

VALERIO MORETTI  
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 18 de fevereiro de 2021.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças.

## **PORTARIA Nº 128/2021, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2868464

PORTARIA Nº 128/2021, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

ALTERA SETOR DE TRABALHO DA SERVIDORA HELADIANE ALAMINI PIROLA.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica do Município,

### **RESOLVE:**

Art. 1º - Alterar, por tempo indeterminado, a partir de 17 de fevereiro de 2021, setor de trabalho da servidora HELADIANE ALAMINI PIROLA, deixando de exercer suas funções de MOTORISTA III na SECRETARIA DE SAÚDE para exercê-la na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 17 de fevereiro de 2021.

VALERIO MORETTI  
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 18 de fevereiro de 2021.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças.

# Treze de Maio

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 011/2021

Publicação Nº 2868628

DECRETO Nº 011/2021

"NOMEIA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito de Treze de Maio, Jailso Bardini, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município de Treze de Maio, DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão de Processo Seletivo Simplificado, formada pelos seguintes membros:

- I – Marlize Vitorassi de Pieri
- II – Catarina Faust de Aguiar
- III – Tatiana Dal Toe Noveleiro
- IV – Neide Takeko Goia
- V – Bruna Gentil Comerlato.

Art. 2º. Compete a Comissão designada neste Decreto, à fiscalização, organização e supervisão dos processos seletivos de provas, títulos, provas e títulos, realizados no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social de Treze de Maio

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

JAILSO BARDINI  
PrefeitoMunicipal

Publicada o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um.

CAMILA NANDI ZANELLA  
Secretária de Administração do Município de Treze de Maio

### DECRETO Nº. 010/2021

Publicação Nº 2868493

DECRETO Nº. 010/2021, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2021.

"CRIA NOVA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – ELEMENTO DE DESPESA E FONTE DE RECURSO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE DE MAIO, POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JAILSO BARDINI, Prefeito Municipal de Treze de Maio, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que determina o Artigo 8º da Lei Municipal nº. 1411/2020, de 27 de Outubro de 2020, e

Considerando os dispositivos contidos na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2021 - Lei Municipal nº. 1409/2020 de 25 de Agosto de 2020, em especial o contido no artigo 46;

Considerando os termos dos parágrafos 1, 2 e 3, do Prejulgado Nº 1794, resultante da Decisão Plenária Nº 1087/2006, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando que a inclusão no Orçamento Anual de Elemento de Despesa e Fonte de Recurso na classificação orçamentária, não caracteriza alteração orçamentária do tipo abertura de crédito adicional especial,

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam incluídos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Treze de Maio, as classificações orçamentárias (elementos de despesas e fonte de recurso), a qual passa a integrar o Orçamento Municipal com a seguinte estrutura orçamentária:

Órgão: 0300 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade: 0301 - Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças

04.122.0003 – Administração Geral - Prefeitura

Proj./Ativ.: 2.003 – Manutenção dos Convênios da Rádio Patrulha, Polícia Militar, Polícia Civil e Bombeiros		
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.0.3.00 (297) – Material de Consumo		
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.0.3.00 (298) – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica		
Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00.0.3.00 (299) – Equipamentos e Material Permanente		
Fonte de Recurso: 0.3.00 – Recursos Ordinários – SUPERÁVIT FINANCEIRO		
Código Reduzido da Despesa: 297 – 298 – 299		
Órgão: 0300 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
Unidade: 0301 - Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças		
04.122.0003 – Administração Geral - Prefeitura		
Proj./Ativ.: 2.003 – Manutenção dos Convênios da Rádio Patrulha, Polícia Militar, Polícia Civil e Bombeiros		
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.0.3.00 (300) – Material de Consumo		
Fonte de Recurso: 0.3.00 – Recursos Ordinários – SUPERÁVIT FINANCEIRO		
Código Reduzido da Despesa: 300		

Artigo 2º - Ficam abertos créditos adicionais suplementares ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Treze de Maio, por conta do Superávit Financeiro do exercício anterior, na forma do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, no montante de R\$ 16.979,78 (Dezesseis mil, novecentos e setenta e nove reais e setenta e oito centavos) no orçamento do Exercício de 2021, conforme abaixo especificado:

Órgão: 0300 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
Unidade: 0301 - Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças		
04.122.0003 – Administração Geral – Prefeitura		
Proj./Ativ.: 2.003 – Manutenção dos Convênios da Rádio Patrulha, Polícia Militar, Polícia Civil e Bombeiros		
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.0.3.00 (297) – Material de Consumo ..... R\$ 7.420,51		
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.0.3.00 (298) – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 6.000,00		
Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00.0.3.00 (299) – Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 3.000,00		
SOMA ..... R\$ 16.420,51		
Proj./Ativ.: 2.003 – Manutenção dos Convênios da Rádio Patrulha, Polícia Militar, Polícia Civil e Bombeiros		
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.0.3.00 (300) – Material de Consumo.. R\$ 559,27		
SOMA ..... R\$ 559,27		
TOTAL GERAL ..... R\$ 16.979,78		

Parágrafo Único: Os recursos de que tratam o artigo 1º estão creditados nas Contas Corrente nº: 000.108-2, da Caixa Econômica Federal, Agência 2891 e nº 044.580-0 do Banco do Brasil, Agência 2736.

Artigo 3º - Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2018/2021 – Lei Municipal nº. 1267/2017 de 22 de Agosto de 2017, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2021 – Lei Municipal nº. 1409/2020 de 25 de Agosto de 2020 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2021– Lei Municipal nº. 1411/2020 de 27 de Outubro de 2020, que se fizerem necessários em função da abertura do Crédito Adicional Suplementar constante do presente Decreto.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se às disposições em contrário.

Treze de Maio, 05 de Fevereiro de 2021.

JAILSO BARDINI

Prefeito Municipal

Publicação: Publicado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra.

CAMILA NANDI ZANELA

Secretária Municipal de Administração e Finanças

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### DECRETO 2677

Publicação Nº 2869482

DECRETO N.º 2.677 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDI OHLWEILER, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e autorizado conforme Lei Orçamentária Anual n.º 2.051/2020 de 28/10/2020,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto, no orçamento do Município de Treze Tílias, um crédito suplementar no valor de R\$ 252.779,98 (duzentos e cinquenta e dois mil, setecentos e setenta e nove reais e noventa e oito centavos), para as dotações abaixo:

**06 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

02.2202 – Ensino Fundamental FUNDEB

(147) 3.1.90.00.00.00.03.0018 ..... R\$ 148.483,63

**07- SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES**

07.01.2015 – Manutenção das atividades Culturais

(148) 3.3.90.00.00.00.03.3068 ..... R\$ 4.263,57

**10 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMUNITÁRIO**

10.03.2405- Proteção Social Básica

(11) 4.4.90.00.00.00.03.0631 ..... R\$ 38.468,01

(12) 4.4.90.00.00.00.03.0052 ..... R\$ 31.564,77

**04+ SECRETARIA DE SAÚDE**

04 .01.2105– Bloco Saúde Estado

(24) 4.4.90.00.00.00.03.3067 ..... R\$ 30.000,00

Art. 2º - Para fazer frente aos recursos suplementados no artigo anterior, será utilizado SUPERÁVIT das respectivas fontes.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
aos 16 dias do mês de fevereiro de 2.021

RUDI OHLWEILER

Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

iara de ross

Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO 2678

Publicação Nº 2869483

DECRETO N.º 2.678 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

NOMEIA COMISSÃO DE SELEÇÃO DE PROJETO E DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO NOS TERMOS DO DECRETO MUNICIPAL 2.276/2017 QUE REGULAMENTA AS LEIS FEDERAIS N.ºS. 13.019/2014 E 13.204/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS/SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para compor a Comissão de Seleção do Projetos apresentados pelas entidades, nos termos do art. 30 do Decreto Municipal nº 2.276/2017, os seguintes servidores:

a) JAIME BERTÉ

b) MARIA LÚCIA DALLA COSTA CENCI

c) ANE MARGARIDA SOERGER ZARO



d) SILVIO REMI ZANG

e) CLÁUDIO LUIZ COLLA

Parágrafo Único. Para presidir a comissão nomeio o servidor JAIME BERTÉ e para o cargo de secretária nomeio a servidora MARIA LÚCIA DALLA COSTA CENCI.

Art. 2º. Ficam nomeados para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação, nos termos do art. 40 do Decreto Municipal n. 2.276/2017, os seguintes servidores:

a) GILBERTO HOFFELDER JÚNIOR

b) IARA DE ROSS

c) VERÔNICA BRUSTOLIN NARITA

d) HELGA ZEISLER FEILSTRECKER

e) ALANA CONTE

Parágrafo Único. Para presidir a comissão nomeio o servidor GILBERTO HOFFELDER JUNIOR e para o cargo de secretária nomeio a servidora IARA DE ROSS.

Art. 3º. Este Decreto entra vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições e contrário, especialmente o Decreto nº 2.671/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias aos 17 dias do mês de fevereiro de 2021.

RUDI OHLWEILER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Iara De Ross

Secretária Mun. de Administração e Finanças

## DECRETO 2679

Publicação Nº 2869484

DECRETO Nº 2.679 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

SUBSTITUI NOME DE MEMBRO E COMPLEMENTA LISTA DE REPRESENTANTES DO COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DO RETORNO DAS AULAS PRESENCIAIS NO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS E AO GERENCIAMENTO DA PANDEMIA DA COVID-19 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica substituído membro do Comitê de acompanhamento do retorno das aulas presenciais no Município de Treze Tílias, passando a integrar a seguinte servidora:

I – Representante da Secretaria de Assistência Social

Cledi W. Altenburger

Art. 2º. Fica complementada a lista de representantes do Comitê de acompanhamento de retorno das aulas presenciais no Município de Treze Tílias, dos seguintes segmentos e sua respectiva nominata:

I - Representante das Instituições de Ensino da Rede Municipal

Deisy Karine Juchen

II - Representante das Instituições de Ensino da Rede Estadual

Maria Ana Unterberger Serighelli

III - Representante das Instituições de Ensino da Rede Federal

Danielle K-hl Hartmann

IV – Representante do Legislativo Municipal

Cleomar José Brandalise

V – Representante da Vigilância Sanitária  
Valdirlene Piaia

VI – Representante da Defesa Civil  
Claudio Luiz Colla

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC,  
17 de fevereiro de 2021.

RUDI OHLWEILER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M/SC.

IARA DE ROSS  
Secretária de Administração e Finanças

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2021 - TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO - TREZE TÍLIAS - 01/2021/ DECRETO Nº 2.674/2020**

Publicação Nº 2868989



*Estado de Santa Catarina*  
*Prefeitura Municipal de Treze Tílias*

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2021**  
**EDITAL Nº 01/2021 DE 21 DE JANEIRO DE 2021**

**CONVOCA APROVADO EM TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO**  
**PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER**  
**TEMPORÁRIO**

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

**CONVOCA:**

Art. 1º - O servidor, a seguir especificado, aprovado em **TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO**, oriundo do Edital nº 01/2021 de 21 de janeiro de 2021 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.674/2020, de 09 de fevereiro de 2021 para **TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO**.

➤ **PROFESSOR (A) DE PORTUGUÊS – 30HS**  
**CRISTIANE KÜHL C. OLIVEIRA**

Art. 2º - Nos termos do item 8.2, da Cláusula 8 – Da Convocação, do Edital nº 01/2021, o candidato terá 24 horas para confirmar se assumirá ou não a vaga e o prazo de 05 dias úteis após a sua confirmação para entrar em exercício.

§ 1º. O candidato que no ato de sua convocação não desejar ocupar a vaga para a qual foi chamado, independente do motivo, deverá notificar por escrito o setor de Recursos Humanos desta Prefeitura expondo a sua decisão.

§ 2º. Caso não comparecer no prazo estipulado pelo Edital de Convocação, ou estiver com a documentação faltante, será automaticamente eliminado/desclassificado do certame, prosseguindo-se então com a chamada do próximo candidato aprovado. Não será possível a recolocação para o final da fila dos classificados.

Fones: (49) 3537 0176 – FAX: 3537 0166 – Gabinete do Prefeito: 3537 0200 – Praça Ministro Andréas Thaler, 25.  
CEP 89650-000 – Treze Tílias / SC – e-mail: [trezetilias@trezetilias.sc.gov.br](mailto:trezetilias@trezetilias.sc.gov.br)  
Site: [www.trezetilias.com.br](http://www.trezetilias.com.br)





*Estado de Santa Catarina*  
*Prefeitura Municipal de Treze Tílias*

Art. 3º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Histórico ou diploma escolar;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Foto 3x4;
- Atestado médico admissional, emitido por Médico do Trabalho;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho;
- Número de conta bancária pessoal junto ao Banco do Brasil;
- Comprovante de residência;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos. Empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 4º - A posse e o exercício dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos vigentes.

Art. 5º. A contratação se dará por tempo determinado, conforme disposto no item 1.3, da Cláusula 1 – Das Disposições Preliminares, do Edital nº 01/2021, obedecendo-se ao limite de 24 (vinte e quatro), meses, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 060/2013 e suas alterações.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias, 16 de fevereiro de 2021.

**RUDI OHLWEILER**  
PREFEITO MUNICIPAL

Fones: (49) 3537 0176 – FAX: 3537 0166 – Gabinete do Prefeito: 3537 0200 – Praça Ministro Andréas Thaler, 25.  
CEP 89650-000 – Treze Tílias / SC – e-mail: [trezetilias@trezetilias.sc.gov.br](mailto:trezetilias@trezetilias.sc.gov.br)  
Site: [www.trezetilias.com.br](http://www.trezetilias.com.br)



**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2021 - TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO - TREZE TÍLIAS - 01/2021/ DECRETO Nº 2.674/2020**

Publicação Nº 2868992



*Estado de Santa Catarina*  
*Prefeitura Municipal de Treze Tílias*

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2021**  
**EDITAL Nº 01/2021 DE 21 DE JANEIRO DE 2021**

**CONVOCA APROVADO EM TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO  
PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER  
TEMPORÁRIO**

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

**CONVOCA:**

Art. 1º - O servidor, a seguir especificado, aprovado em **TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO**, oriundo do Edital nº 01/2021 de 21 de janeiro de 2021 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.674/2020, de 09 de fevereiro de 2021 para **TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO**.

➤ **PROFESSOR (A) DE PORTUGUÊS – 30HS**  
**ROSECLEI G. DOS SANTOS**

Art. 2º - Nos termos do item 8.2, da Cláusula 8 – Da Convocação, do Edital nº 01/2021, o candidato terá 24 horas para confirmar se assumirá ou não a vaga e o prazo de 05 dias úteis após a sua confirmação para entrar em exercício.

§ 1º. O candidato que no ato de sua convocação não desejar ocupar a vaga para a qual foi chamado, independente do motivo, deverá notificar por escrito o setor de Recursos Humanos desta Prefeitura expondo a sua decisão.

§ 2º. Caso não comparecer no prazo estipulado pelo Edital de Convocação, ou estiver com a documentação faltante, será automaticamente eliminado/desclassificado do certame, prosseguindo-se então com a chamada do próximo candidato aprovado. Não será possível a recolocação para o final da fila dos classificados.

Fones: (49) 3537 0176 – FAX: 3537 0166 – Gabinete do Prefeito: 3537 0200 – Praça Ministro Andréas Thaler, 25.  
CEP 89650-000 – Treze Tílias / SC – e-mail: [trezetilias@trezetilias.sc.gov.br](mailto:trezetilias@trezetilias.sc.gov.br)  
Site: [www.trezetilias.com.br](http://www.trezetilias.com.br)





*Estado de Santa Catarina*  
*Prefeitura Municipal de Treze Tílias*

Art. 3º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Histórico ou diploma escolar;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Foto 3x4;
- Atestado médico admissional, emitido por Médico do Trabalho;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho;
- Número de conta bancária pessoal junto ao Banco do Brasil;
- Comprovante de residência;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos. Empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 4º - A posse e o exercício dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos vigentes.

Art. 5º. A contratação se dará por tempo determinado, conforme disposto no item 1.3, da Cláusula 1 – Das Disposições Preliminares, do Edital nº 01/2021, obedecendo-se ao limite de 24 (vinte e quatro), meses, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 060/2013 e suas alterações.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias, 16 de fevereiro de 2021.

**RUDI OHLWEILER**  
PREFEITO MUNICIPAL

Fones: (49) 3537 0176 – FAX: 3537 0166 – Gabinete do Prefeito: 3537 0200 – Praça Ministro Andréas Thaler, 25.  
CEP 89650-000 – Treze Tílias / SC – e-mail: [trezetilias@trezetilias.sc.gov.br](mailto:trezetilias@trezetilias.sc.gov.br)  
Site: [www.trezetilias.com.br](http://www.trezetilias.com.br)



**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2021 - TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO - TREZE TÍLIAS - 01/2021/ DECRETO Nº 2.674/2020**

Publicação Nº 2868994

***Estado de Santa Catarina***  
***Prefeitura Municipal de Treze Tílias*****EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2021**  
**EDITAL Nº 01/2021 DE 21 DE JANEIRO DE 2021****CONVOCA APROVADO EM TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO  
PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER  
TEMPORÁRIO**

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

**CONVOCA:**

Art. 1º - O servidor, a seguir especificado, aprovado em **TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO**, oriundo do Edital nº 01/2021 de 21 de janeiro de 2021 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.674/2020 de 09 de fevereiro de 2021 para **TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO**.

➤ **T.M.N.S ENFERMAGEM – 40HS**  
**DOUGLAS GONÇALVES**

Art. 2º - Nos termos do item 8.2, da Cláusula 8 – Da Convocação, do Edital nº 01/2021, o candidato terá 24 horas para confirmar se assumirá ou não a vaga e o prazo de 05 dias úteis após a sua confirmação para entrar em exercício.

§ 1º. O candidato que no ato de sua convocação não desejar ocupar a vaga para a qual foi chamado, independente do motivo, deverá notificar por escrito o setor de Recursos Humanos desta Prefeitura expondo a sua decisão.

§ 2º. Caso não comparecer no prazo estipulado pelo Edital de Convocação, ou estiver com a documentação faltante, será automaticamente eliminado/desclassificado do certame, prosseguindo-se então com a chamada do próximo candidato aprovado. Não será possível a recolocação para o final da fila dos classificados.

Fones: (49) 3537 0176 – FAX: 3537 0166 – Gabinete do Prefeito: 3537 0200 – Praça Ministro Andréas Thaler, 25.  
CEP 89650-000 – Treze Tílias / SC – e-mail: [trezetilias@trezetilias.sc.gov.br](mailto:trezetilias@trezetilias.sc.gov.br)  
Site: [www.trezetilias.com.br](http://www.trezetilias.com.br)







*Estado de Santa Catarina*  
*Prefeitura Municipal de Treze Tílias*

Art. 3º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Histórico ou diploma escolar;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Foto 3x4;
- Atestado médico admissional, emitido por Médico do Trabalho;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho;
- Número de conta bancária pessoal junto ao Banco Sicredi;
- Comprovante de residência;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos. Empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 4º - A posse e o exercício dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos vigentes.

Art. 5º. A contratação se dará por tempo determinado, conforme disposto no item 1.3, da Cláusula 1 – Das Disposições Preliminares, do Edital nº 01/2021, obedecendo-se ao limite de 24 (vinte e quatro), meses, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 060/2013 e suas alterações.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias, 17 de fevereiro de 2021.

**RUDI OHLWEILER**  
PREFEITO MUNICIPAL

Fones: (49) 3537 0176 – FAX: 3537 0166 – Gabinete do Prefeito: 3537 0200 – Praça Ministro Andréas Thaler, 25.  
CEP 89650-000 – Treze Tílias / SC – e-mail: [trezetilias@trezetilias.sc.gov.br](mailto:trezetilias@trezetilias.sc.gov.br)  
Site: [www.trezetilias.com.br](http://www.trezetilias.com.br)



**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2021 - TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO - TREZE TÍLIAS - 01/2021/ DECRETO Nº 2.674/2020**

Publicação Nº 2868996

***Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Treze Tílias*****EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2021  
EDITAL Nº 01/2021 DE 21 DE JANEIRO DE 2021****CONVOCA APROVADO EM TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO  
PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER  
TEMPORÁRIO**

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

**CONVOCA:**

Art. 1º - O servidor, a seguir especificado, aprovado em **TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO**, oriundo do Edital nº 01/2021 de 21 de janeiro de 2021 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.674/2020 de 09 de fevereiro de 2021 para **TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO**.

➤ **T.M.N.S ENFERMAGEM – 40HS**  
**MARIANA SPERNADIO LOPES MORALES**

Art. 2º - Nos termos do item 8.2, da Cláusula 8 – Da Convocação, do Edital nº 01/2021, o candidato terá 24 horas para confirmar se assumirá ou não a vaga e o prazo de 05 dias úteis após a sua confirmação para entrar em exercício.

§ 1º. O candidato que no ato de sua convocação não desejar ocupar a vaga para a qual foi chamado, independente do motivo, deverá notificar por escrito o setor de Recursos Humanos desta Prefeitura expondo a sua decisão.

§ 2º. Caso não comparecer no prazo estipulado pelo Edital de Convocação, ou estiver com a documentação faltante, será automaticamente eliminado/desclassificado do certame, prosseguindo-se então com a chamada do próximo candidato aprovado. Não será possível a recolocação para o final da fila dos classificados.

Fones: (49) 3537 0176 – FAX: 3537 0166 – Gabinete do Prefeito: 3537 0200 – Praça Ministro Andréas Thaler, 25.  
CEP 89650-000 – Treze Tílias / SC – e-mail: [trezetilias@trezetilias.sc.gov.br](mailto:trezetilias@trezetilias.sc.gov.br)  
Site: [www.trezetilias.com.br](http://www.trezetilias.com.br)





*Estado de Santa Catarina*  
*Prefeitura Municipal de Treze Tílias*

Art. 3º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Histórico ou diploma escolar;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Foto 3x4;
- Atestado médico admissional, emitido por Médico do Trabalho;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho;
- Número de conta bancária pessoal junto ao Banco Sicredi;
- Comprovante de residência;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos. Empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 4º - A posse e o exercício dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos vigentes.

Art. 5º. A contratação se dará por tempo determinado, conforme disposto no item 1.3, da Cláusula 1 – Das Disposições Preliminares, do Edital nº 01/2021, obedecendo-se ao limite de 24 (vinte e quatro), meses, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 060/2013 e suas alterações.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias, 17 de fevereiro de 2021.

**RUDI OHLWEILER**  
PREFEITO MUNICIPAL

Fones: (49) 3537 0176 – FAX: 3537 0166 – Gabinete do Prefeito: 3537 0200 – Praça Ministro Andréas Thaler, 25.  
CEP 89650-000 – Treze Tílias / SC – e-mail: [trezetilias@trezetilias.sc.gov.br](mailto:trezetilias@trezetilias.sc.gov.br)  
Site: [www.trezetilias.com.br](http://www.trezetilias.com.br)



**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2021 - TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO - TREZE TÍLIAS - 01/2021/ DECRETO Nº 2.674/2020**

Publicação Nº 2868998



*Estado de Santa Catarina*  
*Prefeitura Municipal de Treze Tílias*

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2021**  
**EDITAL Nº 01/2021 DE 21 DE JANEIRO DE 2021**

**CONVOCA APROVADO EM TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO  
PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER  
TEMPORÁRIO**

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

**CONVOCA:**

Art. 1º - O servidor, a seguir especificado, aprovado em **TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO**, oriundo do Edital nº 01/2021 de 21 de janeiro de 2021 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.674/2020 de 09 de fevereiro de 2021 para **TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO**.

- T.M.N.M – TÉCNICO EM ENFERMAGEM – 40HS  
**THAÍS ARIELI SALLES**

Art. 2º - Nos termos do item 8.2, da Cláusula 8 – Da Convocação, do Edital nº 01/2021, o candidato terá 24 horas para confirmar se assumirá ou não a vaga e o prazo de 05 dias úteis após a sua confirmação para entrar em exercício.

§ 1º. O candidato que no ato de sua convocação não desejar ocupar a vaga para a qual foi chamado, independente do motivo, deverá notificar por escrito o setor de Recursos Humanos desta Prefeitura expondo a sua decisão.

§ 2º. Caso não comparecer no prazo estipulado pelo Edital de Convocação, ou estiver com a documentação faltante, será automaticamente eliminado/desclassificado do certame, prosseguindo-se então com a chamada do próximo candidato aprovado. Não será possível a recolocação para o final da fila dos classificados.

Fones: (49) 3537 0176 – FAX: 3537 0166 – Gabinete do Prefeito: 3537 0200 – Praça Ministro Andréas Thaler, 25.  
CEP 89650-000 – Treze Tílias / SC – e-mail: [trezetilias@trezetilias.sc.gov.br](mailto:trezetilias@trezetilias.sc.gov.br)  
Site: [www.trezetilias.com.br](http://www.trezetilias.com.br)





*Estado de Santa Catarina*  
*Prefeitura Municipal de Treze Tílias*

Art. 3º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Histórico ou diploma escolar;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Foto 3x4;
- Atestado médico admissional, emitido por Médico do Trabalho;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho;
- Número de conta bancária pessoal junto ao Banco Sicredi;
- Comprovante de residência;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos. Empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 4º - A posse e o exercício dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos vigentes.

Art. 5º. A contratação se dará por tempo determinado, conforme disposto no item 1.3, da Cláusula 1 – Das Disposições Preliminares, do Edital nº 01/2021, obedecendo-se ao limite de 24 (vinte e quatro), meses, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 060/2013 e suas alterações.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias, 17 de fevereiro de 2021.

**RUDI OHLWEILER**  
PREFEITO MUNICIPAL

Fones: (49) 3537 0176 – FAX: 3537 0166 – Gabinete do Prefeito: 3537 0200 – Praça Ministro Andréas Thaler, 25.  
CEP 89650-000 – Treze Tílias / SC – e-mail: [trezetilias@trezetilias.sc.gov.br](mailto:trezetilias@trezetilias.sc.gov.br)  
Site: [www.trezetilias.com.br](http://www.trezetilias.com.br)



**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 06/2021 - TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO - TREZE TÍLIAS - 01/2021/ DECRETO Nº 2.674/2020**

Publicação Nº 2868999



*Estado de Santa Catarina*  
*Prefeitura Municipal de Treze Tílias*

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 06/2021**  
**EDITAL Nº 01/2021 DE 21 DE JANEIRO DE 2021**

**CONVOCA APROVADO EM TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO  
PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER  
TEMPORÁRIO**

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

**CONVOCA:**

Art. 1º - O servidor, a seguir especificado, aprovado em **TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO**, oriundo do Edital nº 01/2021 de 21 de janeiro de 2021 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.674/2020 de 09 de fevereiro de 2021 para **TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO**.

- T.M.N.M – TÉCNICO EM ENFERMAGEM – 40HS  
**ALINE BEATRIZ GARDINO**

Art. 2º - Nos termos do item 8.2, da Cláusula 8 – Da Convocação, do Edital nº 01/2021, o candidato terá 24 horas para confirmar se assumirá ou não a vaga e o prazo de 05 dias úteis após a sua confirmação para entrar em exercício.

§ 1º. O candidato que no ato de sua convocação não desejar ocupar a vaga para a qual foi chamado, independente do motivo, deverá notificar por escrito o setor de Recursos Humanos desta Prefeitura expondo a sua decisão.

§ 2º. Caso não comparecer no prazo estipulado pelo Edital de Convocação, ou estiver com a documentação faltante, será automaticamente eliminado/desclassificado do certame, prosseguindo-se então com a chamada do próximo candidato aprovado. Não será possível a recolocação para o final da fila dos classificados.

Fones: (49) 3537 0176 – FAX: 3537 0166 – Gabinete do Prefeito: 3537 0200 – Praça Ministro Andréas Thaler, 25.  
CEP 89650-000 – Treze Tílias / SC – e-mail: [trezetilias@trezetilias.sc.gov.br](mailto:trezetilias@trezetilias.sc.gov.br)  
Site: [www.trezetilias.com.br](http://www.trezetilias.com.br)





*Estado de Santa Catarina*  
*Prefeitura Municipal de Treze Tílias*

Art. 3º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Histórico ou diploma escolar;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Foto 3x4;
- Atestado médico admissional, emitido por Médico do Trabalho;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho;
- Número de conta bancária pessoal junto ao Banco Sicredi;
- Comprovante de residência;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos. Empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 4º - A posse e o exercício dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos vigentes.

Art. 5º. A contratação se dará por tempo determinado, conforme disposto no item 1.3, da Cláusula 1 – Das Disposições Preliminares, do Edital nº 01/2021, obedecendo-se ao limite de 24 (vinte e quatro), meses, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 060/2013 e suas alterações.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias, 17 de fevereiro de 2021.

**RUDI OHLWEILER**  
PREFEITO MUNICIPAL

Fones: (49) 3537 0176 – FAX: 3537 0166 – Gabinete do Prefeito: 3537 0200 – Praça Ministro Andréas Thaler, 25.  
CEP 89650-000 – Treze Tílias / SC – e-mail: [trezetilias@trezetilias.sc.gov.br](mailto:trezetilias@trezetilias.sc.gov.br)  
Site: [www.trezetilias.com.br](http://www.trezetilias.com.br)





**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 07/2021 - TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO - TREZE TÍLIAS - 01/2021/ DECRETO Nº 2.674/2020**

Publicação Nº 2869000



*Estado de Santa Catarina*  
*Prefeitura Municipal de Treze Tílias*

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 07/2021**  
**EDITAL Nº 01/2021 DE 21 DE JANEIRO DE 2021**

**CONVOCA APROVADO EM TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO**  
**PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER**  
**TEMPORÁRIO**

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

**CONVOCA:**

Art. 1º - O servidor, a seguir especificado, aprovado em **TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO**, oriundo do Edital nº 01/2021 de 21 de janeiro de 2021 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.674/2020 de 09 de fevereiro de 2021 para **TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO**.

➤ **T.M.N.M – TÉCNICO EM ENFERMAGEM – 40HS**  
**JOCIELI DOS SANTOS**

Art. 2º - Nos termos do item 8.2, da Cláusula 8 – Da Convocação, do Edital nº 01/2021, o candidato terá 24 horas para confirmar se assumirá ou não a vaga e o prazo de 05 dias úteis após a sua confirmação para entrar em exercício.

§ 1º. O candidato que no ato de sua convocação não desejar ocupar a vaga para a qual foi chamado, independente do motivo, deverá notificar por escrito o setor de Recursos Humanos desta Prefeitura expondo a sua decisão.

§ 2º. Caso não comparecer no prazo estipulado pelo Edital de Convocação, ou estiver com a documentação faltante, será automaticamente eliminado/desclassificado do certame, prosseguindo-se então com a chamada do próximo candidato aprovado. Não será possível a recolocação para o final da fila dos classificados.

Fones: (49) 3537 0176 – FAX: 3537 0166 – Gabinete do Prefeito: 3537 0200 – Praça Ministro Andréas Thaler, 25.  
CEP 89650-000 – Treze Tílias / SC – e-mail: [trezetilias@trezetilias.sc.gov.br](mailto:trezetilias@trezetilias.sc.gov.br)  
Site: [www.trezetilias.com.br](http://www.trezetilias.com.br)





*Estado de Santa Catarina*  
*Prefeitura Municipal de Treze Tílias*

Art. 3º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Histórico ou diploma escolar;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Foto 3x4;
- Atestado médico admissional, emitido por Médico do Trabalho;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho;
- Número de conta bancária pessoal junto ao Banco Sicredi;
- Comprovante de residência;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos. Empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 4º - A posse e o exercício dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos vigentes.

Art. 5º. A contratação se dará por tempo determinado, conforme disposto no item 1.3, da Cláusula 1 – Das Disposições Preliminares, do Edital nº 01/2021, obedecendo-se ao limite de 24 (vinte e quatro), meses, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 060/2013 e suas alterações.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias, 17 de fevereiro de 2021.

**RUDI OHLWEILER**  
PREFEITO MUNICIPAL

Fones: (49) 3537 0176 – FAX: 3537 0166 – Gabinete do Prefeito: 3537 0200 – Praça Ministro Andréas Thaler, 25.  
CEP 89650-000 – Treze Tílias / SC – e-mail: [trezetilias@trezetilias.sc.gov.br](mailto:trezetilias@trezetilias.sc.gov.br)  
Site: [www.trezetilias.com.br](http://www.trezetilias.com.br)



**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 12/2021 - TESTE SELETIVO - TREZE TÍLIAS - 01/2019/ DECRETO Nº 2.507/2019**

Publicação Nº 2869003



*Estado de Santa Catarina*  
*Prefeitura Municipal de Treze Tílias*

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 12/2021**  
**EDITAL Nº 01/2019 DE 28 DE MAIO DE 2019**

**CONVOCA APROVADO EM PROCESSO  
SELETIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE  
PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

**CONVOCA:**

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em **TESTE SELETIVO**, conforme Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.507/2019 de 17 de setembro de 2019, para **TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO**.

➤ **PROFESSOR (A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL**  
**JAQUELINI BONES DOS SANTOS**

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de **03 (três) dias úteis**, após o recebimento deste edital, para manifestar interesse em tomar posse e de **10 (dez) dias corridos**, para o servidor entrar em exercício munido da documentação relacionada no Art. 9.1 do Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, **VIA OFÍCIO**, requerer:

a) Conforme o Item 9.2 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, requerer a sua recolocação para o **“final da fila dos classificados”**. No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será “eliminado definitivamente”.

b) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão.

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados o candidato classificado e convocado que:

- Não se apresentar **no prazo máximo de 03 dias úteis** nos termos da Lei Complementar nº 40/2011 e suas alterações após o recebimento deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste

Fones: (49) 3537 0176 – FAX: 3537 0166 – Gabinete do Prefeito: 3537 0200 – Praça Ministro Andréas Thaler, 25.  
CEP 89650-000 – Treze Tílias / SC – e-mail: [trezetilias@trezetilias.sc.gov.br](mailto:trezetilias@trezetilias.sc.gov.br)  
Site: [www.trezetilias.com.br](http://www.trezetilias.com.br)





**Estado de Santa Catarina**  
**Prefeitura Municipal de Treze Tílias**

período a sua intenção de renúncia a fim de ser recolocado para o final da fila conforme Art. 3º deste Edital;

- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional, emitido por Médico do Trabalho;
- Tipo sanguíneo;
- Histórico ou diploma escolar;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme requisitos mínimos do cargo (Escolaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de bens e fontes de renda, com firma reconhecida em cartório;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias, 12 de fevereiro de 2021.

\_\_\_\_\_  
RUDI OHLWEILER  
PREFEITO MUNICIPAL

Fones: (49) 3537 0176 – FAX: 3537 0166 – Gabinete do Prefeito: 3537 0200 – Praça Ministro Andréas Thaler, 25.  
CEP 89650-000 – Treze Tílias / SC – e-mail: [trezetilias@trezetilias.sc.gov.br](mailto:trezetilias@trezetilias.sc.gov.br)  
Site: [www.trezetilias.com.br](http://www.trezetilias.com.br)



**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 13/2021 - TESTE SELETIVO - TREZE TÍLIAS - 01/2019/ DECRETO Nº 2.507/2019**

Publicação Nº 2869006



*Estado de Santa Catarina*  
*Prefeitura Municipal de Treze Tílias*

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 13/2021**  
**EDITAL Nº 01/2019 DE 28 DE MAIO DE 2019**

**CONVOCA APROVADO EM PROCESSO  
SELETIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE  
PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

**CONVOCA:**

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em **TESTE SELETIVO**, conforme Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.507/2019 de 17 de setembro de 2019, para **TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO**.

➤ **PROFESSOR (A) DE SÉRIES INICIAIS – 20HS**  
**JULIANA ARRUDA GOMES SARTORI**

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de **03 (três) dias úteis**, após o recebimento deste edital, para manifestar interesse em tomar posse e de **10 (dez) dias corridos**, para o servidor entrar em exercício munido da documentação relacionada no Art. 9.1 do Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, **VIA OFÍCIO**, requerer:

a) Conforme o Item 9.2 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, requerer a sua recolocação para o **“final da fila dos classificados”**. No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será “eliminado definitivamente”.

b) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão.

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados o candidato classificado e convocado que:

- Não se apresentar no prazo máximo de 03 dias úteis nos termos da Lei Complementar nº 40/2011 e suas alterações após o recebimento deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste

Fones: (49) 3537 0176 – FAX: 3537 0166 – Gabinete do Prefeito: 3537 0200 – Praça Ministro Andréas Thaler, 25.  
CEP 89650-000 – Treze Tílias / SC – e-mail: [trezetilias@trezetilias.sc.gov.br](mailto:trezetilias@trezetilias.sc.gov.br)  
Site: [www.trezetilias.com.br](http://www.trezetilias.com.br)





**Estado de Santa Catarina**  
**Prefeitura Municipal de Treze Tílias**

período a sua intenção de renúncia a fim de ser recolocado para o final da fila conforme Art. 3º deste Edital;

- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional, emitido por Médico do Trabalho;
- Tipo sanguíneo;
- Histórico ou diploma escolar;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme requisitos mínimos do cargo (Escolaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de bens e fontes de renda, com firma reconhecida em cartório;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias, 17 de fevereiro de 2021.

\_\_\_\_\_  
RUDI OHLWEILER  
PREFEITO MUNICIPAL

Fones: (49) 3537 0176 – FAX: 3537 0166 – Gabinete do Prefeito: 3537 0200 – Praça Ministro Andréas Thaler, 25.  
CEP 89650-000 – Treze Tílias / SC – e-mail: [trezetilias@trezetilias.sc.gov.br](mailto:trezetilias@trezetilias.sc.gov.br)  
Site: [www.trezetilias.com.br](http://www.trezetilias.com.br)



# Trombudo Central

## PREFEITURA

### DECRETO 018/21

Publicação Nº 2867582

DECRETO 018/21 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021.

RESTITUI VALORES FINANCEIROS RECOLHIDOS INDEVIDAMENTE JUNTO AOS COFRES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO os Art. 90, Art. 91 e Art. 92 da Lei Municipal 1999 de 19 de Dezembro de 2017 (Código Tributário Municipal).

#### DECRETA:

Art. 1º - Autoriza a restituição no valor de R\$ 428,34 (quatrocentos e vinte e oito reais e trinta e quatro centavos), ao contribuinte ROGÉRIO SCHNEIDER E OUTROS, inscrito no CPF sob nº 399.674.259-20, relativo à importância recolhida por pagamento espontâneo de tributo indevido em duplicidade ao cofre público do Município, a título de Contribuição de Melhoria, conforme documentação apresentada e arquivada junto a Fazenda Pública Municipal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 12 de fevereiro de 2021.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER  
Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO 019/21

Publicação Nº 2867668

DECRETO 019/21 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021.

#### PRORROGA PROCESSO SELETIVO

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o item 12 "da validade do Processo Seletivo" do Edital de Processo Seletivo nº 001/2020, datado de 22 de janeiro de 2020;

CONSIDERANDO o Decreto 019/20 de 03 de março de 2020, que homologa a classificação final do Edital 001/2020;

CONSIDERANDO Art. 37, inciso III da Constituição Federal e,

CONSIDERANDO o indispensável funcionamento do serviço e o superior interesse Público.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado a vigência do Edital do Processo Seletivo 001/2020 da Prefeitura de Trombudo Central, pelo período de 01 (um) ano, a contar de 03 de março de 2021.

Art. 2º- O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de março de 2021, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 12 de fevereiro de 2021.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central



Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER  
Secretário de Administração e Finanças

## DISPENSA DE LICITAÇÃO PMTC Nº 5/2021

Publicação Nº 2868324

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL  
DISPENSA DE LICITAÇÃO PMTC Nº 5/2021  
DATA: 16/02/2021

OBJETO: Contratação direta por dispensa de licitação com o asilo de velhos de Braço do Trombudo para abrigamento de pessoa idosa decorrente de ação judicial nº 5000110-08.2021.8.24.0074/SC formulada pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina e conforme parecer jurídico da Procuradoria do Município nº 004/2021 anexo ao processo.

VALOR TOTAL: R\$ 6.960,00 (Seis mil novecentos e sessenta reais)

CONTRATADA: Asilo de Velhos de Braço do Trombudo  
EMBASAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso IV, da Lei Federal Nº 8.666/93, e demais alterações posteriores.

Geovana Gessner  
Prefeita Municipal

## PORTARIA 059/21

Publicação Nº 2867608

PORTARIA 059/21 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021.  
NOMEIA COMISSÃO INTERNA DE AVALIAÇÃO E ALIENAÇÃO DE BENS PÚBLICOS.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

### RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR Comissão Interna de Avaliação e Alienação de Bens Públicos, que terá como função a regularização da situação dos bens patrimoniais, com vigência de 02 (dois) anos a partir da publicação da presente Portaria, seguindo os mesmos dispostos contidos em Portarias expedidas anteriormente, tendo como atribuições:

I Avaliar os resultados do inventário físico realizado pelo setor de Patrimônio, junto a todos os Órgãos Municipais;

II Incorporar ao patrimônio os bens encontrados fisicamente e que não constam nos registros do sistema patrimonial informatizado, procedendo à avaliação dos mesmos;

III Excluir, depois de esgotados todas as possibilidades de localização aqueles bens constantes nos registros patrimoniais, mas que não foram localizados;

IV Verificar a possibilidade de remanejamento de bens que porventura estejam ociosos em um Órgão e que possam servir para outro;

V Verificar a possibilidade de recuperação de bens, quando esta for financeiramente viável, e houver aplicação para os mesmos no âmbito municipal;

VI Proceder à baixa dos bens que porventura venham a ser considerados inservíveis (ociosos, antieconômicos e irreversíveis);

VII Definir a forma de alienação ou desfazimento (leilão, doação, permuta, inutilização, abandono, ou qualquer outra modalidade prevista na legislação). Para os bens considerados inservíveis;

VIII Revisar as especificações dos bens constantes nos registros patrimoniais informatizados e promover as alterações de acordo com os apontamentos da equipe que realizou o levantamento físico.

Art. 2º- Constitui-se a presente Comissão dos seguintes membros (servidores efetivos), sob a presidência do primeiro:

1º OZIEL ADALBERTO SCHLEMPER – Agente Administrativo

2º ADILSON MATTEUSSI – Auxiliar Administrativo

3º RONALDO KRUGER - Tesoureiro

4º WILSON HOBUS - Desenhista

Art. 3º - A presente Comissão poderá convocar outros servidores para colaborar na execução dos trabalhos.

Art. 4º - Os trabalhos da presente comissão deverão ser iniciados imediatamente após a publicação da presente Portaria, apresentando periodicamente relatórios de suas atividades.

Art. 5º- Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 12 de fevereiro de 2021.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER  
Secretário de Administração e Finanças

# Tunápolis

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 5610/2021

Publicação Nº 2867338

PORTARIA Nº. 5.610/2021  
Em 11 de Fevereiro de 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base na Lei Orgânica, Lei complementar nº 13/2006 e respectivas alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. TRANSFERIR, CLAUDENIR BORTOLINI, com o cargo efetivo de MOTORISTA DE VEICULO DE PASSAGEIROS, com carga horária semanal de 40(quarenta) horas, lotado atualmente na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes para a Secretaria Municipal da Saúde e Bem Estar, neste Município.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tunápolis  
Em 11de Fevereiro de 2021.

MARINO JOSÉ FREY  
Prefeito Municipal

SÉRGIO LUÍS EIDT  
Responsável RH

Esta portaria foi publicada na  
Presente data.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna

### PORTARIA Nº 5611/2021

Publicação Nº 2867347

PORTARIA Nº. 5.611/2021  
Em 15 de Fevereiro de 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 027/2011 e alterações, bem como o edital de processo Seletivo nº 05/2020;

- 1) Considerando que a Administração Municipal realizou seleção para contratação em Caráter Temporário (ACT) para o Magistério Público Municipal, para o ano de 2.021, conforme Edital SMECETT nº 005/2020 - para vagas cujo preenchimento é de caráter temporário;
- 2) Considerando que o ano letivo não poderá sofrer paralisação das aulas, em razão do comprometimento, não só do calendário escolar, mas também das pessoas envolvidas;
- 3) Considerando o relevante interesse público municipal na questão, bem como, o tratamento diferenciado e impositivo dado pela Carta Magna na área da Educação.

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, o (a) RAQUEL LUIZA SCHOENIGER KUNST, com cargo de MERENDEIRA lotada na Secretaria Municipal de Educação, neste município, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para o período de 15 de Fevereiro de 2021 à 17 de Dezembro de 2021, recebendo vencimentos e vantagens previstas na lei acima citada.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tunápolis  
Em 11 de Fevereiro de 2021.

MARINO JOSÉ FREY  
Prefeito Municipal

SÉRGIO LUÍS EIDT  
Responsável RH

Esta portaria foi publicada na  
Presente data.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna

## PORTARIA Nº 5612/2021

Publicação Nº 2867419

PORTARIA Nº. 5.612/2021  
Em 15 de Fevereiro de 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº 027/2011 e alterações, bem como o edital de processo Seletivo nº 05/2020;

- 1) Considerando que a Administração Municipal realizou seleção para contratação em Caráter Temporário (ACT) para o Magistério Público Municipal, para o ano de 2.021, conforme Edital SMECETT nº 005/2020 - para vagas cujo preenchimento é de caráter temporário;
- 2) Considerando que o ano letivo não poderá sofrer paralisação das aulas, em razão do comprometimento, não só do calendário escolar, mas também das pessoas envolvidas;
- 3) Considerando o relevante interesse público municipal na questão, bem como, o tratamento diferenciado e impositivo dado pela Carta Magna na área da Educação.

### RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, o (a) professor (a) FRANCIELI BOTTEGA SCHNEIDER, com cargo de AUXILIAR DE ENSINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE, HABILITADA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, neste município, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para o período de 15 de Fevereiro de 2021 à 17 de Dezembro de 2021, recebendo vencimentos e vantagens previstas na lei acima citada.

Art. 2º - CONCEDER vantagem de Regência de Classe de 6% (seis por cento) Lei 027/2011, Art. 60 alterado pela Lei 033/2012 sobre o vencimento, não recebendo ajuda de custo referente deslocamento dentro do município, conforme Art. 64, da Lei Complementar nº. 027/2011.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tunápolis  
Em 15 de Fevereiro de 2021.

MARINO JOSÉ FREY  
Prefeito Municipal

SÉRGIO LUÍS EIDT  
Responsável RH  
Esta portaria foi publicada na  
Presente data.  
CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna

## PORTARIA Nº 5613/2021

Publicação Nº 2867425

PORTARIA Nº. 5.613/2021  
Em 15 de Fevereiro de 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº 027/2011 e alterações, bem como o edital de processo Seletivo nº 05/2020;

- 1) Considerando que a Administração Municipal realizou seleção para contratação em Caráter Temporário (ACT) para o Magistério Público Municipal, para o ano de 2.021, conforme Edital SMECETT nº 005/2020 - para vagas cujo preenchimento é de caráter temporário, sendo as mesmas vinculadas a licença maternidade da Professora Marlise Regines Morás;
- 2) Considerando que o ano letivo não poderá sofrer paralisação das aulas, em razão do comprometimento, não só do calendário escolar, mas também das pessoas envolvidas;
- 3) Considerando o relevante interesse público municipal na questão, bem como, o tratamento diferenciado e impositivo dado pela Carta Magna na área da Educação.

### RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, o (a) professor (a) MARILEI CHRIST LEHNHOFF, com cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, HABILITADA e com Pós graduação, lotada na Secretaria Municipal de Educação, neste município, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para o período de 17 de Fevereiro de 2021 à 17 de Dezembro de 2021, recebendo vencimentos e vantagens previstas na lei acima citada.

Art. 2º - CONCEDER vantagem de Regência de Classe de 6% (seis por cento) Lei 027/2011, Art. 60 alterado pela Lei 033/2012 sobre o vencimento, não recebendo ajuda de custo referente deslocamento dentro do município, conforme Art. 64, da Lei Complementar nº. 027/2011. Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em 17 de Fevereiro de 2.021.

Prefeitura Municipal de Tunápolis  
Em 15 de Fevereiro de 2021.

MARINO JOSÉ FREY  
Prefeito Municipal

SÉRGIO LUÍS EIDT  
Responsável RH  
Esta portaria foi publicada na  
Presente data.  
CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna

## **PORTARIA Nº 5614/2021**

Publicação Nº 2867440

PORTARIA Nº. 5.614/2021  
Em 16 de Fevereiro de 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 013/2006 de 17 de Maio de 2006 e suas alterações posteriores.

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder LICENÇA COM VENCIMENTOS de 9 (nove dias), conforme atestado médico e Relatório Social, compreendendo o período de 16 à 24 de Fevereiro de 2021, a servidora pública municipal CLEONICE DEISE YESS no cargo ASSISTENTE SOCIAL, cargo este efetivo, com lotação na Secretaria Municipal da Saúde e Bem Estar - CRAS, desta municipalidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tunápolis  
Em 16 de Fevereiro de 2021.

MARINO JOSÉ FREY  
Prefeito Municipal

SÉRGIO LUÍS EIDT  
Responsável RH  
Esta portaria foi publicada na  
Presente data.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna

## **PORTARIA Nº 5615/2021**

Publicação Nº 2867503

PORTARIA Nº. 5.615/2021  
Em 16 de Fevereiro de 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Leis Complementares Municipais nº 13/2006, nº 026/2011; nº 027/2011, nº 35/2013 e 64/2021, bem como a Lei Municipal nº 0977/2010 e respectivas atualizações;

Art. 1º - Designar: Sérgio Luís Eidt, Roseli Gabriel Bonavigo e Juliana Scherer, brasileiros, servidores públicos municipais, sob a presidência do primeiro, para comporem a COMISSÃO MUNICIPAL DE PROCESSOS SELETIVOS NO ANO DE 2021, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos dos processos, instaurados para contratação em Caráter Temporário - ACT.

Art. 2º - Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.  
Em 16 de Fevereiro de 2021

MARINO JOSÉ FREY  
Prefeito Municipal

SÉRGIO LUÍS EIDT  
Responsável RH

Esta portaria foi publicada na  
Presente data  
CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico de Controladoria Interno

# Turvo

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 04/21, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2867505

PORTARIA Nº 04/2021, de 01 de Fevereiro de 2021.  
NOMEIA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com que estabelece o parágrafo §4º, do artigo 51, da Lei nº. 8.666/93, de 21. 06. 93, e alterações complementares Resolve:

**NOMEAR:**

Art. 1º - Ficam nomeados, os senhores REGINALDO FERMIANO MENDES NETO, IVANOR LUIZ CARLESSI e AFONSO MANFREDINI NETO, para sob a Presidência do primeiro, constituírem a Comissão Julgadora de Licitações Permanente – CJLP, para abertura e julgamento das propostas, objeto de licitação e julgamento de pedidos, cadastros de Fornecedores, expedidos pela Câmara Municipal de Vereadores de Turvo, para o exercício de 2021.

Art. 2º - Os serviços prestados pelos membros acima citados serão gratuitos e considerados relevantes a Câmara Municipal de Vereadores de Turvo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo, em 01 de Fevereiro de 2021.

Vereador SAMUEL NEOTI  
Presidente da Câmara

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, na data Supra.

Vereador VALCIR VASSOLER MILANEZ  
Primeiro Secretário

### PORTARIA Nº 05/21, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2867510

PORTARIA Nº 05/21, de 01 de Fevereiro de 2021.  
Dispõe sobre a nomeação de cargo de Provimento em Comissão da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto nas Leis Complementares nº. 018/17 e 035/20,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, Hendel Maragno Pescador, CPF nº. 078.280.069-69, OAB/SC 38.958, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Jurídico Parlamentar, SPC 030, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo, com direito à remuneração estabelecida no Anexo II da Lei Complementar nº. 018/17 e artigo 3º. da Lei Complementar nº. 035/20.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo/SC, 01 de Fevereiro de 2021.

Vereador SAMUEL NEOTI  
Presidente da Câmara

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, na data Supra.

Vereador VALCIR VASSOLER MILANEZ  
Primeiro Secretário



# União do Oeste

## PREFEITURA

### 2 TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADM Nº 23/2020

Publicação Nº 2868374

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

#### 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 02/2017

Setimo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 02/2017, que fazem de um lado o MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, com endereço Avenida São Luiz, N. 531, Centro, União do Oeste/SC, inscrito no CGC/MF sob o nº 78.505.591.0001-46, neste ato representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor CELSO MATIELLO, portador do CPF n.º 422.972.909-00 e do RG n.º 763.173 doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa RECICLEPLAS SERVIÇOS DE COLETA LTDA - ME, com sede na Rua Eugênio Fante, s/n, bairro centro, cidade de Irati, Estado de Santa Catarina, CEP: 89856-000, inscrita no CGC/MF sob o nº. 10.500.703/0001-32, neste ato representada por seu Sócio Administrador Sr. CLAUDIR JOSÉ STÉDILLE, portador do CPF n.º 001.499.159-42 e do RG n.º 2.164.895/SSPSC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, acordam firmar o presente Termo Aditivo, fundamentado na Cláusula Quarta do contrato principal e Art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, conforme segue:

Considerando a elevada alta do IGPM (Índice Geral de Preços-Mercado) e prezando pela economicidade do recurso público, o presente aditivo será regido pelo índice de preços IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo);

Cláusula Primeira. Fica reajustado o valor contratual em 4,56% correspondente ao índice acumulado do IPCA dos últimos doze meses, passando a CONTRATANTE a pagar para a contratada CONTRATADA pela prestação dos serviços o valor de R\$ 101.314,25 (cento e um mil trezentos e quatorze reais e vinte e cinco centavos), divididos em 10 parcelas mensais de R\$10.131,42 (dez mil cento e trinta e um reais e quarenta e dois centavos) a serem pagas até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

As despesas decorrentes do presente aditivo correrão à conta da Dotação do orçamento do Município para 2021, com a seguinte classificação:

Órgão - 08 – SECRETARIA TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade - 02 – DPTO. DE SERVIÇOS URBANOS

Projeto Atividade - 2.032 – MANUT. DEPTO DE SERV. URBANOS

Cód. Red. 169 – Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00

Cláusula Segunda. As demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 01/2017 permanecem inalteradas e válidas.

UNIÃO DO OESTE, 17 de fevereiro de 2021.

CELSO MATIELLO  
PREFEITO MUNICIPAL  
P/CONTRATANTE

RECICLEPLAS SERVIÇO DE COLETA LTDA ME  
CLAUDIR JOSÉ STÉDILLE  
P/ CONTRATADA

01. \_\_\_\_\_ 02. \_\_\_\_\_  
Nome: Andressa G. Donzelli Nome: Suélem Dal Santo Tessaro  
CPF: 090.534.369-79 CPF:060.674.009-01

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

### DECRETO Nº 4.731 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2868170

DECRETO Nº 4.731 de 17 DE FEVEREIRO DE 2021.  
Dispõe sobre novas medidas de enfrentamento à epidemia da Covid-19.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pela Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que o nível da Avaliação de Risco Potencial do Estado de Santa Catarina para região de Chapecó permanece em nível GRAVÍSSIMO (representado pela cor vermelha no mapa do Estado);

CONSIDERANDO o colapso na rede de saúde pública e privada do Oeste de Santa Catarina, com ausência de vagas nas UTI's – Unidades de Terapia Intensiva e severo comprometimento do atendimento ambulatorial, bem como o colapso no Hospital Regional do Oeste;

CONSIDERANDO que, no âmbito do Município de União do Oeste, tem sido observado o descumprimento das determinações normativas alusivas ao enfrentamento da pandemia em diversos setores;

CONSIDERANDO que se está enfrentando o pior momento no que diz respeito ao comprometimento da capacidade instalada da rede de atendimento em saúde do município e região;

CONSIDERANDO as deliberações e as ações aprovadas na reunião extraordinária realizada no dia 16 de fevereiro de 2021, envolvendo a representação dos 52 municípios integrantes do CIS-AMOSC e o Secretário de Estado da Saúde;

CONSIDERANDO, por fim, a imperiosa necessidade de preservar a VIDA dos cidadãos e de, ao mesmo tempo, preservar o ensino escolar e manter ativas as atividades empresariais em âmbito municipal;

**DECRETA:**

Art. 1º. Ficam suspensas, até 1º de março do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior, as atividades de:

I - bares, pubs, boates, petiscarias, choperias, cervejarias, whiskerías, casas de show, bailões, lojas de conveniência e outros locais destinados a happy hours ou a consumo predominante de bebidas alcoólicas em qualquer horário, sendo vedado a permanência no local, permitindo apenas adquirir os produtos desejados e deslocar-se para sua residência, limitado o atendimento até as 18h;

II - clubes de campo, associações de trabalhadores, centros de convivências, sedes de empresas e locais afins (a exemplo de ranchos, recantos, etc.), exceto para a

prática em tais locais de exercícios ou esportes individuais que permitam o distanciamento físico, como caminhadas, ciclismo, tênis e afins;

III - prática, recreativa ou por meio de competições, independentemente do número de participantes, de atividades físicas ou esportivas coletivas, a exemplo de futebol, vôlei, futevôlei e outros, em quadras, campos ou ginásios de esportes, abertos ou fechados, públicos ou privados; e,

IV - circos, shows, amostras e apresentações que importem em acesso generalizado de pessoas, a título gratuito ou mediante pagamento de ingresso ou entrada.

V - os atendimentos eletivos nas unidades de saúde do município, ficando priorizados apenas os atendimentos de urgência e emergência e os casos suspeitos do coronavírus (COVID-19), os quais serão atendidos conforme protocolos públicos municipais elaborados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Até 1º de março do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior, os restaurantes, pizzarias, lanchonetes e food trucks, poderão funcionar exclusivamente nos seguintes horários, e observando a lotação máxima preconizada pelo Estado de Santa Catarina para o nível Gravíssimo:

I - das 10:00 às 14:00 horas; e,

II - das 18:00 às 22:00 horas;

§ 1º. Considera-se atividade de restaurante, para os fins deste decreto, aquela destinada a servir almoço e jantar, nos períodos correspondentes aos horários definidos nos incisos I e II deste artigo, sendo que as demais atividades assemelhadas serão regidas pelas demais disposições específicas deste e dos demais decretos e normas em vigor;

§ 2º. O atendimento deverá atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias e de saúde relativas ao enfrentamento da pandemia da Covid-19, especialmente:

I - a obrigatoriedade do uso de máscaras;

II - redução da ocupação máxima a 50% (cinquenta por cento) da capacidade total permitida;

III - respeitar o intervalo de uma mesa ocupada e uma mesa vazia, devendo esta última estar devidamente identificada;

IV - permitir apenas a ocupação máxima de 04 (quatro) pessoas por mesa;

V - intensificar o uso de álcool em gel 70% na entrada do estabelecimento e nos locais de uso compartilhado, como buffet, banheiros e afins; e,

VI - impedir filas ou locais de espera sem o devido distanciamento.

Art. 3º Fica vedado até 1º de março do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior:

I - a realização presencial de missas, cultos e demais atividades religiosas ou de outras crenças que importem em uso comum de espaços de igrejas, templos, santuários, grutas e locais afins;

II - a realização de promoções ou eventos por estabelecimentos comerciais, de qualquer natureza, destinadas ao chamamento de clients;

III - a utilização de parques infantis, situados em praças, associações, ou condomínios residenciais, cuja proibição deverá ser devidamente identificada pelos responsáveis legais, exceto para a prática em tais locais de exercícios ou esportes individuais que permitam o distanciamento físico, como caminhadas, ciclismo e afins;

IV - o funcionamento de brinquedotecas, espaços kids e espaços de jogos, em condomínios residenciais, clubes recreativos, associações e entidades afins, cuja proibição deverá ser devidamente identificada pelos responsáveis legais;

V - o uso de salões de festa, espaços gourmet, salões de jogos, salas de cinema, espaços de recreação, piscinas e saunas, em condomínios residenciais, associações e entidades afins, cuja proibição deverá ser devidamente identificada pelos responsáveis legais;

VI - a utilização de propriedades particulares, na cidade e no interior (sítios, chácaras e afins), com o objetivo de realização de festas ou eventos irregulares que impliquem em aglomeração de pessoas;

VII - a prática, em locais públicos ou privados, de jogos de sinuca, dominó, bocha, bolão, 48 e demais meios recreativos que importem em compartilhamento de objetos;

VIII - a disposição de mesas, cadeiras e bancos em áreas externas de lojas de conveniências e estabelecimentos afins.

Art. 4º Ficam suspensas até 28 de fevereiro do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior, as aulas presenciais nas unidades da rede pública de ensino, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), ensino técnico e ensino superior, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente.

Paragrafo único: As aulas iniciarão de forma remota em 18 de fevereiro de 2021.

Art. 5º Fica vedado até 1º de março do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior, a realização de eventos sociais, educacionais, recreativos, de confraternização e afins (a exemplo de palestras, reuniões associativas, assembleias e outros), independentemente da quantidade de pessoas, de caráter público ou privado.

Art. 6º Além das medidas já em vigor, para os estabelecimentos que têm por objeto a venda de produtos alimentícios, tais como mercearias, minimercados, mercados, supermercados e afins, fica restabelecida, até reavaliação posterior, a proibição da entrada de mais de uma pessoa por grupo familiar a cada compra a ser realizada, cabendo ao responsável legal pelo local a obrigação de fiscalização dessa medida.  
Paragrafo único: Fica vedado a prova de roupas, calçados ou congêneres, permitindo apenas a escolha e aquisição.

Art. 7º Em razão do notório deslocamento de munícipes a destinos turísticos deste e de outros Estados (a exemplo de praias, resorts, hotéis, campings e outros), fica recomendado às empresas, estabelecimentos locais e repartições públicas que viabilizem o trabalho remoto às pessoas inseridas nesse grupo por pelo menos 07 (sete) dias após o retorno confirmado, devendo ainda monitorar de modo mais intenso

eventuais sintomas típicos da covid-19 apresentados pelos mesmos quando do retorno ao trabalho presencial.

Parágrafo único. Os estabelecimentos de ensino e de cursos livres deverão estender a recomendação prevista no caput aos seus respectivos alunos ou frequentadores.

Art. 8º O descumprimento das medidas estabelecidas no presente decreto sujeitará o infrator às penalidades previstas nas normas estaduais e municipais em vigor.

Art. 9º As pessoas, entidades ou estabelecimentos referidos no presente decreto deverão comunicar o respectivo público alvo acerca das normas ora estabelecidas.

Art. 10 Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as constantes nos Decretos n. 4.729 e 4.730.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor em 17 de fevereiro de 2021.

União do Oeste (SC), 17 de fevereiro de 2021.

VALMOR GOLO  
Prefeito Municipal

# Urussanga

## PREFEITURA

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 23/2021, 24/2021, 25/2021, 26/2021, 27/2021, 28/2021, 29/2021, 30/2021**

Publicação Nº 2867342

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE URUSSANGA/SC  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato: 23/2021

Data de Assinatura: 15/02/2021

Processo de Licitação: 04/2021

Pregão Presencial: 04/2021

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

CNPJ: 82.930.181/0001-10

Contratado: VITAL CLÍNICA MÉDICA E DIAGNÓSTICO LTDA

CPNJ/CPF: 07.869.713/0001-35

Quadro De Sócios E Administradores – Qsa: ADRIANO SAVIO HEUSSER, ALESSANDRO YOSHIKATO, LUIZ FERNANDO VAZ, ALESSANDRA CECHINEL DARELA, VILSON LUIS MACIEL

Objeto: SERVIÇOS MÉDICOS COM ESPECIALIDADES.

Valor Global: R\$ 35.744,50

Contrato: 24/2021

Data de Assinatura: 15/02/2021

Processo de Licitação: 04/2021

Pregão Presencial: 04/2021

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

CNPJ: 82.930.181/0001-10

Contratado: CARLA BARBOSA MARCHESINI

CPNJ/CPF: 11.904.209/0001-04

Quadro De Sócios E Administradores – Qsa: CARLA BARBOSA MARCHESINI

Objeto: SERVIÇOS MÉDICOS COM ESPECIALIDADES.

Valor Global: R\$ 70.395,60

Contrato: 25/2021

Data de Assinatura: 15/02/2021

Processo de Licitação: 04/2021

Pregão Presencial: 04/2021

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

CNPJ: 82.930.181/0001-10

Contratado: CEISUL ATENDIMENTO MÉDICO EIRELI

CPNJ/CPF: 15.131.283/0001-88

Quadro De Sócios E Administradores – Qsa: RAPHAEL ELIAS FARIAS

Objeto: SERVIÇOS MÉDICOS COM ESPECIALIDADES.

Valor Global: R\$ 42.893,40

Contrato: 26/2021

Data de Assinatura: 15/02/2021

Processo de Licitação: 04/2021

Pregão Presencial: 04/2021

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

CNPJ: 82.930.181/0001-10

Contratado: DARIO & ANTONELLI OFTALMOLOGIA LTDA

CPNJ/CPF: 23.364.810/0001-22

Quadro De Sócios E Administradores – Qsa: CESAR DA SOLER DARIO, JULIA WEISE ANTONELLI DARIO

Objeto: SERVIÇOS MÉDICOS COM ESPECIALIDADES.

Valor Global: R\$ 113.951,20

Contrato: 27/2021

Data de Assinatura: 15/02/2021

Processo de Licitação: 04/2021

Pregão Presencial: 04/2021

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

CNPJ: 82.930.181/0001-10

Contratado: CLÍNICA MÉDICA ANNE ROSSO EVANGELISTA EIRELI

CPNJ/CPF: 30.332.432/0001-60

Quadro De Sócios E Administradores – Qsa: ANNE ROSSO EVANGELISTA

Objeto: SERVIÇOS MÉDICOS COM ESPECIALIDADES.

Valor Global: R\$ 56.320,00

Contrato: 28/2021

Data de Assinatura: 15/02/2021

Processo de Licitação: 04/2021

Pregão Presencial: 04/2021

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

CNPJ: 82.930.181/0001-10

Contratado: MANUELLA DE LUCCA MICHELS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

CPNJ/CPF: 30.023.251/0001-52

Quadro De Sócios E Administradores – Qsa: MANUELA DE LUCCA MICHELS, JOÃO DAVI FARACO PERUCHI

Objeto: SERVIÇOS MÉDICOS COM ESPECIALIDADES.

Valor Global: R\$ 119.900,00

Contrato: 29/2021

Data de Assinatura: 15/02/2021

Processo de Licitação: 04/2021

Pregão Presencial: 04/2021

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

CNPJ: 82.930.181/0001-10

Contratado: BRAMASOLE CLÍNICA MÉDICA LTDA

CPNJ/CPF: 33.449.989/0001-74

Quadro De Sócios E Administradores – Qsa: FERNANDA CORREA DE CARVALHO BORA, ELOA SPRITZE GUOLLO, SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA

Objeto: SERVIÇOS MÉDICOS COM ESPECIALIDADES.

Valor Global: R\$ 71.489,00

Contrato: 30/2021

Data de Assinatura: 15/02/2021

Processo de Licitação: 04/2021

Pregão Presencial: 04/2021

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

CNPJ: 82.930.181/0001-10

Contratado: UROLIFE CLINICA DE UROLOGIA LTDA ME

CPNJ/CPF: 12.386.341/0001-26

Quadro De Sócios E Administradores – Qsa: JOÃO PAULO SVAISSER CARNEIRO, KALINKA FELTRIN

Objeto: SERVIÇOS MÉDICOS COM ESPECIALIDADES.

Valor Global: R\$ 44.000,00

## TERMO DE APOSTILAMENTO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2021 E 02/2021

Publicação Nº 2868438

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE URUSSANGA

PODER EXECUTIVO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA Nº 01/2020

Processo de Licitação: 83/2020

Pregão Presencial: 53/2020

Contratado: POSTO JOÃO E MARCOS EIRELI

CNPJ: 35.329.222/0001-37

Data de Assinatura: 17/02/2021

Do apostilamento: fica equilibrado os itens 01 e 05 da Ata nº 01/2021, o seguinte valor:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	VALOR ATUAL	VALOR REAJUSTADO
01	GASOLINA COMUM	L	R\$ 4,30	R\$ 4,73
05	GASOLINA ADITIVADA	L	R\$ 4,36	R\$ 4,79

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA Nº 02/2020

Processo de Licitação: 83/2020

Pregão Presencial: 53/2020

Contratado: PADOIN FONTANELLA COM. DE COMBUSTÍVEL LTDA

CNPJ: 04.340.499/0001-37

Data de Assinatura: 17/02/2021

Do apostilamento: fica equilibrado os itens 02 e 03 da Ata nº 02/2021, o seguinte valor:



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	VALOR ATUAL	VALOR REAJUSTADO
2	ÓLEO DIESEL	L	R\$ 3,30	R\$ 3,56
3	ÓLEO DIESEL S10	L	R\$ 3,35	R\$ 3,61

Luis Gustavo Cancellier  
Prefeito Municipal

# Videira

## PREFEITURA

### ADITIVO 37/2021 - PMV

Publicação Nº 2867680

Termo Aditivo nº 37/2021

Contrato/ATA nº 60/2020

Processo: PE 06/2020 - PMV

Contratado: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI

Objeto: Reequilibrar o item 63 (porta correspondência tripla), passando o valor do item para R\$ 36,63 a unidade.

Data: 17/02/2021.

### DECRETO Nº 17.855/21

Publicação Nº 2867305

DECRETO Nº 17.855/21, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.876 de 23 de dezembro de 2020.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

03 – Secretaria Municipal de Administração	
03 – Segurança Pública	
2.018 – Convênio Polícia Militar	
3.3.90.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas	20.000,00
TOTAL SUPLEMENTAÇÕES	20.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superavit financeiro dos recursos vinculados do convênio da Polícia Militar do exercício de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 16 de fevereiro de 2021.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de fevereiro de 2021.

EURO VIECELI

Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

### DECRETO Nº 17.856/21

Publicação Nº 2867312

DECRETO Nº 17.856/21, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

Revoga o Decreto nº 17.837/21, que Nomeia Assessor de Equipe de Britagem e Manutenção Rural.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 72, IX da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 17.837/21, que Nomeia Assessor de Equipe de Britagem e Manutenção Rural.



Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 3 de fevereiro de 2021.

Videira, 16 de fevereiro de 2021.

DORIVAL CARLOS BORGA  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de fevereiro de 2021.

EURO VIECELI  
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

## **DECRETO Nº 17.861/21**

Publicação Nº 2868380

DECRETO Nº 17.861/21, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Estabelece a Escala de Plantão das Farmácias do Município de Videira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Federal nº 5.991/73 e no Decreto Municipal nº 17.823/21;

### **DECRETA**

Art. 1º Fica determinada a Escala de Plantão das Farmácias no Município de Videira, das 22h00min às 07h00min, nos dias úteis, domingos e feriados, para o período de 22 de fevereiro de 2021 até 07 de março de 2022, conforme segue:

22/02/2021 a 1º/03/2021 até as 07h00min

Farmácia Central Farma – Avenida Dom Pedro II, nº 35 – Sala 101 – Bairro Centro;

1º/03/2021 a 8/03/2021 até as 07h00min

Farmácia do Jean – Rua Saul Brandalise, nº 835 – Bairro Centro;

08/03/2021 a 15/03/2021 até as 07h00min

Farmácia Bom Jesus/ Super Popular – Rua XV de Novembro, nº 300 – Bairro Centro;

15/03/2021 a 22/03/2021 até as 07h00min

Farmácia Central Farma – Rua Pedro Andreazza, nº 65 – Bairro Centro;

22/03/2021 a 29/03/2021 até as 07h00min

Farmácia São João – Rua Saul Brandalise, nº 120 – Bairro Centro;

29/03/2021 a 05/04/2021 até as 07h00min

Farmácia Bom Jesus – Rua Saul Brandalise, nº 198 – Bairro Centro;

05/04/2021 a 12/04/2021 até as 07h00min

Farmácia Líder Farma – Avenida Dom Pedro II, nº 225 – Bairro Centro;

12/04/2021 a 19/04/2021 até as 07h00min

Farmácia São João – Rua XV de Novembro, nº 250 – Bairro Centro;

19/04/2021 a 26/04/2021 até as 07h00min

Farmácia Líder Farma – Rua Brasil, nº 07 – Bairro Centro;

26/04/2021 a 03/05/2021 até as 07h00min

Farmácia Central Farma – Avenida Dom Pedro II, nº 35 – Sala 101 – Bairro Centro;

03/05/2021 a 10/05/2021 até as 07h00min

Farmácia do Jean – Rua Saul Brandalise, nº 835 – Bairro Centro;

10/05/2021 a 17/05/2021 até as 07h00min

Farmácia Bom Jesus/ Super Popular – Rua XV de Novembro, nº 300 – Bairro Centro;

17/05/2021 a 24/05/2021 até as 07h00min

Farmácia Central Farma – Rua Pedro Andreazza, nº 65 – Bairro Centro;

24/05/2021 a 31/05/2021 até as 07h00min

Farmácia São João – Rua Saul Brandalise, nº 120 – Bairro Centro;

31/05/2021 a 7/06/2021 até as 07h00min

Farmácia Bom Jesus – Rua Saul Brandalise, nº 198 – Bairro Centro;

07/06/2021 a 14/06/2021 até as 07h00min

Farmácia Líder Farma – Avenida Dom Pedro II, nº 225 – Bairro Centro;

14/06/2021 a 21/06/2021 até as 07h00min

Farmácia São João – Rua XV de Novembro, nº 250 – Bairro Centro;

21/06/2021 a 28/06/2021 até as 07h00min

Farmácia Líder Farma – Rua Brasil, nº 07 – Bairro Centro;

28/06/2021 a 05/07/2021 até as 07h00min

Farmácia Central Farma – Avenida Dom Pedro II, nº 35 – Sala 101 – Bairro Centro;

05/07/2021 a 12/07/2021 até as 07h00min

Farmácia do Jean – Rua Saul Brandalise, nº 835 – Bairro Centro;

12/07/2021 a 19/07/2021 até as 07h00min

Farmácia Bom Jesus/ Super Popular – Rua XV de Novembro, nº 300 – Bairro Centro;

19/07/2021 a 26/07/2021 até as 07h00min

Farmácia Central Farma – Rua Pedro Andreazza, nº 65 – Bairro Centro;

26/07/2021 a 02/08/2021 até as 07h00min

Farmácia São João – Rua Saul Brandalise, nº 120 – Bairro Centro;

02/08/2021 a 09/08/2021 até as 07h00min

Farmácia Bom Jesus – Rua Saul Brandalise, nº 198 – Bairro Centro;

09/08/2021 a 16/08/2021 até as 07h00min

Farmácia Líder Farma – Avenida Dom Pedro II, nº 225 – Bairro Centro;

16/08/2021 a 23/08/2021 até as 07h00min

Farmácia São João – Rua XV de Novembro, nº 250 – Bairro Centro;

23/08/2021 a 30/08/2021 até as 07h00min

Farmácia Líder Farma – Rua Brasil, nº 07 – Bairro Centro;

30/08/2021 a 06/09/2021 até as 07h00min

Farmácia Central Farma – Avenida Dom Pedro II, nº 35 – Sala 101 – Bairro Centro;

06/09/2021 a 13/09/2021 até as 07h00min

Farmácia do Jean – Rua Saul Brandalise, nº 835 – Bairro Centro;

13/09/2021 a 20/09/2021 até as 07h00min

Farmácia Bom Jesus/ Super Popular – Rua XV de Novembro, nº 300 – Bairro Centro;

20/09/2021 a 27/09/2021 até as 07h00min

Farmácia Central Farma – Rua Pedro Andreazza, nº 65 – Bairro Centro;

27/09/2021 a 04/10/2021 até as 07h00min

Farmácia São João – Rua Saul Brandalise, nº 120 – Bairro Centro;

04/10/2021 a 11/10/2021 até as 07h00min

Farmácia Bom Jesus – Rua Saul Brandalise, nº 198 – Bairro Centro;

11/10/2021 a 18/10/2021 até as 07h00min

Farmácia Líder Farma – Avenida Dom Pedro II, nº 225 – Bairro Centro;

18/10/2021 a 25/10/2021 até as 07h00min

Farmácia São João – Rua XV de Novembro, nº 250 – Bairro Centro;

25/10/2021 a 1º/11/2021 até as 07h00min

Farmácia Líder Farma – Rua Brasil, nº 07 – Bairro Centro;

1º/11/2021 a 08/11/2021 até as 07h00min

Farmácia Central Farma – Avenida Dom Pedro II, nº 35 – Sala 101 – Bairro Centro;

08/11/2021 a 15/11/2021 até as 07h00min

Farmácia do Jean – Rua Saul Brandalise, nº 835 – Bairro Centro;

15/11/2021 a 22/11/2021 até as 07h00min

Farmácia Bom Jesus/ Super Popular – Rua XV de Novembro, nº 300 – Bairro Centro;

22/11/2021 a 29/11/2021 até as 07h00min

Farmácia Central Farma – Rua Pedro Andreazza, nº 65 – Bairro Centro;

29/11/2021 a 06/12/2021 até as 07h00min

Farmácia São João – Rua Saul Brandalise, nº 120 – Bairro Centro;

06/12/2021 a 13/12/2021 até as 07h00min

Farmácia Bom Jesus – Rua Saul Brandalise, nº 198 – Bairro Centro;

13/12/2021 a 20/12/2021 até as 07h00min

Farmácia Líder Farma – Avenida Dom Pedro II, nº 225 – Bairro Centro;

20/12/2021 a 27/12/2021 até as 07h00min

Farmácia São João – Rua XV de Novembro, nº 250 – Bairro Centro;

27/12/2021 a 03/01/2022 até as 07h00min

Farmácia Líder Farma – Rua Brasil, nº 07 – Bairro Centro;

03/01/2022 a 10/01/2022 até as 07h00min

Farmácia Central Farma – Avenida Dom Pedro II, nº 35 – Sala 101 – Bairro Centro;

10/01/2022 a 17/01/2022 até as 07h00min

Farmácia do Jean – Rua Saul Brandalise, nº 835 – Bairro Centro;

17/01/2022 a 24/01/2022 até as 07h00min

Farmácia Bom Jesus/ Super Popular – Rua XV de Novembro, nº 300 – Bairro Centro;

24/01/2022 a 31/01/2022 até as 07h00min

Farmácia Central Farma – Rua Pedro Andreazza, nº 65 – Bairro Centro;

31/01/2022 a 07/02/2022 até as 07h00min

Farmácia São João – Rua Saul Brandalise, nº 120 – Bairro Centro;

07/02/2022 a 14/02/2022 até as 07h00min

Farmácia Bom Jesus – Rua Saul Brandalise, nº 198 – Bairro Centro;

14/02/2022 a 21/02/2022 até as 07h00min

Farmácia Líder Farma – Avenida Dom Pedro II, nº 225 – Bairro Centro;

21/02/2022 a 28/02/2022 até as 07h00min

Farmácia São João – Rua XV de Novembro, nº 250 – Bairro Centro;

28/02/2022 a 07/03/2022 até as 07h00min

Farmácia Líder Farma – Rua Brasil, nº 07 – Bairro Centro.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 22 de fevereiro de 2021.

Videira, 17 de fevereiro de 2021.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de fevereiro de 2021.

EURO VIECELI  
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

## DECRETO Nº 17.862/21

Publicação Nº 2868356

DECRETO Nº 17.862/21, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Dispõe sobre medidas excepcionais de prevenção e combate ao coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Videira e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus;

Considerando a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

Considerando a classificação pela OMS, no dia 11 de março de 2020, como pandemia pelo novo coronavírus – COVID19;

Considerando a taxa de ocupação dos leitos de UTI e a taxa de positividade dos testes realizados no Município, bem como em toda região Oeste e Meio Oeste de Santa Catarina;

Considerando a alta procura por atendimento junto ao Hospital Divino Salvador e na UPA;

Considerando a falta de consciência da população no cumprimento das regras sanitárias e isolamento para prevenção ao COVID-19;

Considerando a constatação da alta quantidade de viagens e o risco de contaminação da população;

Considerando ainda o não cumprimento por parte da população das regras de distanciamento e isolamento social;

Considerando a exaustão dos profissionais de saúde em decorrência do alto número de atendimentos;

Considerando a atual situação local e regional de contaminação;

Considerando a deliberação do Comitê de Gestão Preventiva COVID-19, em reunião extraordinária ocorrida em 17 de fevereiro de 2021.  
DECRETA

Art. 1º Ficam suspensos os seguintes eventos:

I – Eventos comemorativos relativos a casamentos, batizados, formaturas, aniversários, reuniões familiares e sociais, e afins, sendo permitidas apenas as celebrações religiosas;

II – Eventos esportivos, tais como: campeonatos, torneios, competições e afins, bem como, a participação de atletas Videirenses nos eventos esportivos realizados fora do Município;

III – Eventos integrativos sociais e empresariais, tais como: reuniões, assembleias, confraternizações e afins;

IV – Eventos, reuniões e/ou confraternizações em locais de uso coletivo, tais como: sedes sociais, churrasqueiras coletivas, sítios e chácaras que acarretem aglomeração;

V – As atividades de casas noturnas, casa de shows, boates, pubs e afins.

Art. 2º Fica proibida a realização de música ao vivo, em qualquer ambiente ou estabelecimento.

Art. 3º As atividades educacionais presenciais ficam limitadas a 50% (cinquenta por cento) das matrículas ativas por turno de atendimento do estabelecimento de ensino.

§ 1º Os estabelecimentos de ensino devem ainda, além de respeitar todas normas de saúde definidas nas portarias e decretos do Estado de Santa Catarina, garantir e efetivar medidas para evitar fila e aglomeração de profissionais, pais e alunos na entrada e na saída do estabelecimento.

§ 2º O transporte escolar deverá operar limitado até 50% (cinquenta por cento) da capacidade de assentos de passageiros sentados.

Art. 4º Durante a vigência deste decreto, fica determinado o encerramento do horário de funcionamento dos serviços de alimentação, nos seguintes dias e horários:

I – Restaurantes, Lanchonetes e Food Trucks – diariamente até as 22h00min, podendo após o horário de encerramento disponibilizar serviço delivery ou retirada no balcão;

II – Bares – de segunda-feira a sexta-feira até as 20h00min, sábados, até às 14h00min, fechados aos domingos e feriados;

III – Lojas de Conveniências e similares – deverá ser observado o horário de funcionamento do posto de combustível, ficando autorizado o consumo de lanches, guloseimas e bebidas no local, apenas no mesmo horário de funcionamento dos bares.

Parágrafo Único – Em todos os estabelecimentos de serviço de alimentação, fica proibido unir as mesas ou aumentar a capacidade, devendo manter apenas as cadeiras conforme a capacidade das mesas e com o devido distanciamento.

Art. 5º Para as celebrações, missas e cultos religiosos, devem ser efetivadas medidas para se evitar fila e aglomeração nas entradas e saídas, bem como durante a celebração da eucaristia, devendo ainda respeitar o limite de 30% da capacidade definida conforme Portaria SES 1.002 de 23 de dezembro de 2020, do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único – Ficam suspensas também, as atividades de corais e bandas que concentrem pessoas ou que comprometem o distanciamento social.

Art. 6º Ficam proibidos jogos de mesa, tabuleiro e sinuca em qualquer estabelecimento.

Art. 7º Fica proibido o uso e o compartilhamento de narguilé em qualquer estabelecimento ou local.

Art. 8º Fica suspenso no Município de Videira as atividades de excursões turísticas, quer seja o receptivo de turistas, bem como a organização e embarque de passageiros no Município de Videira.

Art. 9º As medidas de restrição previstas neste Decreto, perdurarão pelo período de 14 dias, podendo ser prorrogado conforme a classificação da matriz de risco da região e a situação local.

Art. 10 O descumprimento das determinações contidas neste Decreto caracteriza infração sanitária sujeita a aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 11 Este Decreto entra em vigor na data da sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de fevereiro de 2021.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de fevereiro de 2021.

EURO VIECELI  
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 12/2021

Publicação Nº 2867976

SECRETARIA DA FAZENDA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 12/2021

O Secretário Municipal da Fazenda, no uso de suas atribuições legais com fundamento na Lei Orgânica artigo 100, no Código Tributário Municipal (Lei 69/85) artigo 87, §2º, e considerando ainda o que consta no Processos Administrativos Fiscal 9546/2020 e seus anexos, o qual se encontram à disposição do contribuinte na Secretaria da Fazenda Municipal no Departamento de Tributação/Fiscalização;

DECLARA;

Notificada do TERMO DE DESENQUADRAMENTO RETROATIVO DO SIMEI a contribuinte MEIRE MARTINS DA SILVA - MEI, inscrita no CNPJ de nº 36.616.927/0001-06, com endereço sito a Rua Paulo Ogliari, nº 101, Bairro Dois Pinheiros, Município de Videira/SC, diante da impossibilidade em notificar em seu endereço conforme aviso de recebimento (AR) BZ078065769BR.

TERMO DE DESENQUADRAMENTO RETROATIVO DO SIMEI  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1785/2021

Nome/Razão Social: MEIRE MARTINS DA SILVA - MEI  
Endereço: Rua Paulo Ogliari, nº 101 - Bairro Dois Pinheiros - Videira/SC  
CNPJ: 36.616.927/0001-06

Responsável: Meire Martins da Silva  
CPF: 066.177.339-67

#### DESENQUADRAMENTO DE OFÍCIO RETROATIVO DO SIMEI

A contribuinte acima identificada efetuou a opção pelo SIMEI em 10/03/2020, sendo enquadrada como Microempreendedor Individual (MEI) e tendo que observar as condições expostas na Resolução nº 140/2018 do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN), da Lei Complementar 123/06 e demais legislações pertinentes ao Regime Diferenciado.

CONSIDERANDO que para ser optante do Regime Diferenciado do SIMEI o contribuinte deverá atender ao previsto no artigo 100, inciso I da Resolução 140/2018 CGSN, ou seja, exercer de forma independente, apenas as ocupações constantes do Anexo XI desta Resolução.

CONSIDERANDO que se entende como independente a ocupação exercida pelo titular do empreendimento, desde que este não guarde, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade (art.100, § 8º Resolução nº 140/2018 CGSN).

CONSIDERANDO que dos documentos juntados pelo Fisco Municipal constantes no processo administrativo nº 1785/2021, foram encontradas inconsistências entre a ocupação CNAE FISCAL 7319.0/02.00 (Promoção de Vendas) declarada pelo contribuinte MEIRE MARTINS DA SILVA – MEI e a real atividade desenvolvida (Representação Comercial) quais sejam:

a) Nas redes sociais (fls. 09 a 11) o contribuinte se intitula como representante comercial autônoma.

b) A contribuinte possui inscrição junto ao órgão de classe CORE (Conselho Regional dos Representantes Comerciais de Santa Catarina) sob o nº 43409, com situação ativo (fls.08).

c) A contribuinte relatou por telefone ao Fiscal de Tributos Municipais, quando indagada qual seria o seu endereço para receber correspondências haja vista que dos endereços constantes no cadastro municipal não teria sido possível a entrega dos avisos de recebimentos de nº BZ018902685BR e BZ041912775BR (fls.12 a 13), que poderia ser encaminhado em seu e-mail meiregol12@hotmail.com, pois como é representante comercial está constantemente em viagem.

d) A contribuinte inaugurou em 28/10/2015 personalidade jurídica com a razão social Meire Martins Representação Comercial Ltda., com o nº 23.565.471/0001-42, vindo a baixá-la em 19/01/2018 (fls.06 a 07).

e) Na data de 10/02/2021 às 13:23 horas o Fiscal de Tributos Municipais efetuou ligação para o nº (49) 3324-0402 extraído do site <http://www.macropampa.com.br/ondeatueamos.php>, pertencente a empresa Macropampa Distribuidora Ltda., empresa a qual a contribuinte emite notas fiscais de prestação de serviços. Em contato com a pessoa de Gabriela, esta informou que os representantes comerciais que atuam na região de Videira/SC são Antônio Bráulio e Meire Martins da Silva.

Ademais diante dos fatos supracitados, com fulcro no artigo 115, § 4º, inciso II ao infringir as condições previstas no artigo 100, inciso I c/c art. 102, § 2º inciso I, todos da Resolução 140/2018 CGSN, registre-se que a contribuinte será desenquadrada da condição de SIMEI com efeitos retroativos a partir 10/03/2020.

Com o fito de garantir o contraditório e a ampla defesa, está sendo concedido a contribuinte o prazo de 30 (trinta) dias da ciência, para que no caso de discordância venha interpor impugnação ao termo, findo o prazo previsto será procedido o desenquadramento de ofício nos moldes da Res. CGSN nº 140/2018 c/c a Lei Complementar nº 123 /06.

O setor de Fiscalização do CORE-SC tem recebido denúncias de contratação de representantes comerciais inscritos no MEI (Microempreendedor Individual) como promotores de vendas. A atividade de Representação Comercial não se enquadra nesta modalidade, assim como todas as outras profissões regulamentadas.

Para constar, em atenção ao que dispõe o Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/66) em seu artigo 196, este termo de desenquadramento foi lavrado pelos Fiscais de Tributos Municipais da Secretaria da Fazenda do Município de Videira/SC, sendo cópia deixada em poder do contribuinte.

Videira/SC, 10 de fevereiro de 2021

Ricardo Garcia Schulz	Edvans Pasqual
Fiscal de Tributos Municipais	Fiscal de Tributos Municipais
Matrícula nº 19.047	Matrícula nº 15.490

DE ACORDO.  
CIENTIFIQUE-SE O CONTRIBUINTE.

GENTIL GAEDKE  
Secretário Municipal da Fazenda

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital dando-se ciência do mesmo ao contribuinte notificado.

Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira/SC, 17 de fevereiro de 2021.

GENTIL GAEDKE  
Secretário Municipal da Fazenda

### ENCERRAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2021 - PMV

Publicação Nº 2868286

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

encerramento DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2021 - PMV

O Secretário Municipal de Gabinete DO Município de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2021-PMV, a qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAR SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ALUNOS QUE FREQUENTAM AS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, foi encerrada sem vencedores, ante a falta de interessados em participar do certame. Informações na Av. Manoel Roque, nº 188, fone (49) 3566-9034 ou 3566-9026.

Videira, 17 de fevereiro de 2021.

FABIANO LUIZ MARAFON  
Secretário Municipal de Gabinete

### PORTARIA Nº 0189/2021

Publicação Nº 2867322

PORTARIA nº 0189/2021

Revoga a Portaria nº 0581/19

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0581/19, que designa SILMARA REGINA CAMARGO PIASSON, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI I, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0159/2021, retroagindo seus efeitos a 2 de fevereiro de 2021.

Videira, 16 de fevereiro de 2021.

DORIVAL CARLOS BORGA  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de fevereiro de 2021.

EURO VIECELI  
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

### PORTARIA Nº 0194/2021

Publicação Nº 2868745

PORTARIA nº 0194/2021

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Designar VANIR APARECIDA NOVAES, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI II, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.



Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 15 de fevereiro de 2021.

Videira, 17 de fevereiro de 2021.

DORIVAL CARLOS BORGA  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de fevereiro de 2021.

EURO VIECELI  
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

## **RESULTADO DO JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2021 – PMV RERRATIFICAÇÃO**

Publicação Nº 2868561

ESTADO DE SANTA CATARINA  
município DE VIDEIRA

### **RESULTADO DO JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2021 – PMV RERRATIFICAÇÃO**

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público a rerratificação do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS INTERTRAVADO DE CONCRETO (PAVER 16 FACES), NAS RUAS GUSTAVO BEIMS, RUA MARIA VANZ E Nº2 E RUA SEM DENOMINAÇÃO (ACESSO AO SEST SENAT), COM ÁREA DE INTERVENÇÃO DE 4.017,15M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO. Onde se lê: "Diante do exposto, a Comissão Permanente de Licitações considera INABILITADA as empresas IPSUM Serviços Especializados Eireli e Referência Serviços de Obras e Sinalizações Ltda por descumprirem as exigências editalícias e, considera HABILITADAS para a segunda fase do prélio as empresas Autentika Engenharia e Construtora Ltda, Cima Projetos e Construções Ltda, J. Lopes Construções Ltda EPP e Antinhas Fábrica de Artefatos de Cimento Eireli.". Leia-se: "Diante do exposto, a Comissão Permanente de Licitações considera INABILITADAS as empresas IPSUM Serviços Especializados Eireli, Referência Serviços de Obras e Sinalizações Ltda e Autentika Engenharia e Construtora Ltda por descumprirem as exigências editalícias e, considera HABILITADAS para a segunda fase do prélio as empresas Cima Projetos e Construções Ltda, J. Lopes Construções Ltda EPP e Antinhas Fábrica de Artefatos de Cimento Eireli.". Fica remarcada a data para abertura e julgamento das propostas para o dia 26/02/2021 às 15:30h, desde que não haja interposição de recursos. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato. Informamos que a ata de abertura e julgamento do processo licitatório em epígrafe encontra-se disponível no site do Município de Videira ([www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br)).

Videira, 17 de fevereiro de 2021.  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

**VISAN - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA****LAUDO DE ACEITABILIDADE PE 01/2020 - VISAN**

Publicação Nº 2867692

**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021- VISAN**

**Objeto** - REGISTRO DE PREÇO, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

**LAUDO DE ACEITABILIDADE**

Pelo presente instrumento, declaro que a empresa **AH2A COMÉRCIO DE EPIS E UNIFORMES LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 12.670.791/0001-13, apresentou as amostras conforme previsto no Edital e nas marcas abaixo discriminadas:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	C.A
24	LUVA ESPECIAL PARA ELETRICISTA BAIXA TENSÃO PICO 2500V CLASSE 00= 2.5KV. LUVA ISOLANTE DE BORRACHA, TIPO II. CONFECCIONADA EM BORRACHA NA COR PRETA DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DA NORMA ANSI/ASTM D120 E TESTADO E APROVADO PELA NORMA NBR 10622. DEVERÁ POSSUIR CA - CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	ORION	2.178
35	MÁSCARA FACIAL INTEIRA COM FILTRO PARA CLORO GÁS 6800 - RESPIRADOR TIPO PURIFICADOR DE AR TIPO PEÇA FACIAL INTEIRA, COM CORPO MOLDADO EM SILICONE. A PEÇA FACIAL POSSUI UM VISOR CONSISTIDO DE MATERIAL RÍGIDO TRANSPARENTE, FIXADO AO CORPO DA MESMA ATRAVÉS DE ENCAIXE ESPECÍFICO E DE UM ARO CONFECCIONADO EM MATERIAL PLÁSTICO, PRESO POR DOIS PARAFUSOS. O VISOR É CONSTITUÍDO EM DUAS PARTES: UMA PARTE SUPERIOR LISA E UMA PARTE INFERIOR, QUE APRESENTA DUAS ABERTURAS EM SUAS LATERAIS, UTILIZADAS PARA O ENCAIXE DE DOIS SUPORTES DE MATERIAL PLÁSTICO RÍGIDO, DOTADOS, EM SUA PARTE DIANTEIRA DE UM ENCAIXE TIPO BAIONETA DE UM ANEL DE BORRACHA, ONDE SÃO FIXADOS OS FILTROS QUÍMICOS, COMBINADOS. PARA PARTÍCULAS COM ENCAIXE TIPO BAIONETA OU A BASE DE FIXAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DOS FILTROS PARA PARTÍCULAS PLANOS. NA PARTE TRASEIRA DE CADA UM DOS SUPORTES, ENCONTRA-SE FIXADA UMA VÁLVULA DE INALAÇÃO. EM OUTRA ABERTURA, LOCALIZADA NA PARTE CENTRO INFERIOR DO VISOR, EXISTE UM DISPOSITIVO CONFECCIONADO EM MATERIAL PLÁSTICO RÍGIDO, QUE SERVE DE SUPORTE PARA VÁLVULA DE EXALAÇÃO E QUE POSSUI UMA COBERTURA. NA PARTE TRASEIRA DO DISPOSITIVO, ENCAIXA-SE UMA MASCARILHA, CONFECCIONADA EM ELASTÔMETRO SINTÉTICO, DOTADA DE VÁLVULAS DE INALAÇÃO. A PEÇA FACIAL POSSUI UM TIRANTE	3M	7.298

RUA VENERIANO DOS PASSOS, Nº430 BAIRRO CENTRO  
CEP: 89.560-152 - CNPJ: 30.753.960/0001-93  
TELEFONE: (49) 3566-0322





DE CABEÇA COM QUATRO PONTOS DE FIXAÇÃO, PRESO ÀS BORDAS DAS MESMAS POR MEIO DE FIVELAS COM AJUSTE RÁPIDO. DEVERÁ POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE.		
LUVA ISOLANTE ELETRICA - LUVA ISOLANTE DE BORRACHA, TIPO II - PRETA / CLASSE 00 - 2,5KV- CONFECCIONADA EM BORRACHA NA COR PRETA DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DA NORMA ANSI/ASTM D120 E TESTADO E APROVADO PELA NBR 10622	ORION	2.178

Desta forma, após conferência, aprovo as marcas e modelos apresentados pela empresa acima referida.

Videira (SC), 12 de fevereiro de 2021.

**LEONARDO ANTUNES MENEGOTTO**  
Diretor Administrativo VISAN

RUA VENERIANO DOS PASSOS, Nº430 BAIRRO CENTRO  
CEP: 89.560-152 - CNPJ: 30.753.960/0001-93  
TELEFONE: (49) 3566-0322





### EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021- VISA N

**Objeto** - REGISTRO DE PREÇO, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISA N

### LAUDO DE ACEITABILIDADE

Pelo presente instrumento, declaro que a empresa **FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 04.584.756/0001-86, apresentou as amostras conforme previsto no Edital e nas marcas abaixo discriminadas:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	C.A
03	ÓCULOS DE SEGURANÇA INCOLOR, COM LENTE ÚNICA COM PROTEÇÃO LATERAL. TRATAMENTO ANTIRRISCO, COM HASTES REGULÁVEIS EM QUATRO ESTÁGIOS, ARMAÇÃO COM ENCAIXE PARA A LENTE, FILTRA 99,9% ULTRAVIOLETA E ORIFÍCIOS PARA CORDÃO. DEVERÁ POSSUIR CA - CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	ISSO MOLD	28.018
05	ÓCULOS DE SOBREPOR - SOBREPOSIÇÃO AO ÓCULOS DE GRAU. - ÓCULOS DE SEGURANÇA, CONSTITUÍDO DE ARMAÇÃO E VISOR CONFECCIONADOS EM UMA ÚNICA PEÇA DE POLICARBONATO INCOLOR, COM MEIA BORDA SUPERIOR E MEIA BORDA LATERAL. AS HASTES DO TIPO ESPÁTULA SÃO CONFECCIONADAS DO MESMO MATERIAL DA ARMAÇÃO, POSSUEM SEIS FENDAS PARA VENTILAÇÃO E SÃO FIXADAS À ARMAÇÃO ATRAVÉS DE PINOS PLÁSTICOS. DEVERÁ POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE.	KALIPSO	10.344
07	BOTA EM PVC NA COR PRETA COM CANO NORMAL, PARA PROTEÇÃO DOS PÉS CONTRA RISCOS DE NATUREZA LEVE E CONTRA AGENTES ABRASIVOS DE OPERAÇÃO COM USO DE ÁGUA, SOLADO ANTIDERRAPANTE. DEVERÁ POSSUIR CA - CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO. OS TAMANHOS SERÃO DEFINIDOS PELO ÓRGÃO REQUISITANTE NO MOMENTO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, SENDO OBRIGATÓRIO FORNECER A NUMERAÇÃO DE 33 A 44.	GENOVA	37.154
08	BOTA EM PVC BRANCA COM CANO LONGO COM AMARRAS PARA PROTEÇÃO DOS PÉS CONTRA AGENTES ABRASIVOS DE OPERAÇÃO COM O USO DE ÁGUA, SOLADO ANTIDERRAPANTE, OS TAMANHOS SERÃO DEFINIDOS PELO ÓRGÃO REQUISITANTE NO MOMENTO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, SENDO OBRIGATÓRIO FORNECER A NUMERAÇÃO DE 33 A 44. DEVERÁ POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	GENOVA	39.204
09	CALÇADO DE SEGURANÇA - BIQUEIRA DE PVC - CALÇADO OCUPACIONAL DE USO PROFISSIONAL. TIPO BOTA PVC CANO LONGO. IMPERMEÁVEL. INTEIRO POLIMÉRICO. CONFECCIONADO EM POLICLORETO DE VINILA (PVC). COM RESISTÊNCIA QUÍMICA. SISTEMA DE ABSORÇÃO DE ENERGIA NO SOLADO. PROPRIEDADES ANTIDERRAPANTES E RESISTÊNCIA AO ÓLEO COMBUSTÍVEL. OS TAMANHOS SERÃO DEFINIDOS PELO ÓRGÃO REQUISITANTE NO MOMENTO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO. DEVERÁ POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE.	GENOVA	39.184

RUA VENERIANO DOS PASSOS, Nº430 BAIRRO CENTRO  
CEP: 89.560-152 - CNPJ: 30.753.960/0001-93  
TELEFONE: (49) 3566-0322





13	AVENTAL IMPERMEÁVEL COR BRANCA OU TRANSPARENTE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,5 MM.	PREVEMAX	-
15	AVENTAL DE LONA - AVENTAL DE SEGURANÇA NA SEGUINTE DIMENSÃO: COMPRIMENTO TOTAL DE 700MM E LARGURA TOTAL DE 1200MM. CONFECCIONADO EM POLIÉSTER REVESTIDO DE PVC EM UMA FACE E TRÊS TIRAS DE CORDÃO SINTÉTICO UTILIZADAS PARA AJUSTE AO USUÁRIO. DEVERÁ POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE	KCC	13.943
18	LUVA DE SEGURANÇA, CINCO DEDOS, CONFECCIONADA EM RASPA DE COURO BOVINO, COM REFORÇO EXTERNO ENTRE O POLEGAR E O INDICADOR, REFORÇO INTERNO NA PALMA DA MÃO. COM CÂNO. PUNHO DE 7CM, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE	PROBEM	34.277
19	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM LÁTEX NOS TAMANHOS P, M e G, COM REVESTIMENTO INTERNO EM FLOCOS DE ALGODÃO, ANTIDERRAPANTE NA PALMA, FACE PALMAR E PONTA DOS DEDOS, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE	PLASTCOR	34.141
20	LUVA DE SEGURANÇA DEDOS CONFECCIONADA EM 100% COURO DE VAQUETA NA COR NATURAL, MODELO PETROLEIRO. DEVE POSSUIR PUNHO DE 7 CM DE CUMPRIMENTO, COM ELÁSTICO NO PUNHO PARA MELHOR FIXAÇÃO. USO CONTRA ABRASÃO E AGENTES ESCORIANTE. OS TAMANHOS SERÃO DEFINIDOS PELO ÓRGÃO REQUISITANTE NO MOMENTO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO. DEVERÁ POSSUIR CA - CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO	MPS LUVAS	39.779
21	LUVA DE SEGURANÇA IMPERMEÁVEL EM LÁTEX NATURAL COM ADIÇÃO DE LÁTEX SINTÉTICO (SILVER) NOS TAMANHOS P, M e G, TEXTURIZADA NA PALMA E NOS DEDOS. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE.	SUPER SAFETY	33.332
23	LUVA DE LÁTEX: CONFECCIONADA COM COMPOSTO DE LÁTEX NATURAL COM RESINA DE NITRINA, ADITIVADO, FORRADA COM VERNIZ SILVER, PALMA ANTIDESLIZANTE, COM RESISTÊNCIA A ATRITO, PERFURAÇÃO E CORTE, COM ESPESSURA DE 0,70MM. DEVENDO CONTER NO EPI, O NOME DO FABRICANTE E O LOTE DE FABRICAÇÃO. OS TAMANHOS SERÃO DEFINIDOS PELO ÓRGÃO REQUISITANTE NO MOMENTO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO. DEVERÁ POSSUIR CA - CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	SUPER SAFETY	33.332
26	LUVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES MECÂNICOS: LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM FIO DE POLIETILENO DE ULTRA ALTO PESO MOLECULAR E FIBRA ELASTOMÉRICA EM COMBINAÇÃO COM FIBRAS DE VIDRO DE ALTA RESISTÊNCIA A CORTES, E POLIAMIDA, REVESTIDA EM POLIURETANO NA PALMA DA MÃO, DEDOS E PONTA DOS DEDOS, PUNHO TRICOTADO COM OS MESMOS FIOS E ELASTANO, PALMA ANTIDERRAPANTE E ACABAMENTO RETO, COM PUNHO PROLONGADO PARA PROTEÇÃO ADICIONAL. PARA PROTEÇÃO EM TRABALHOS QUE EXIJAM MANUSEIO ABRASIVOS E COM ARESTAS CORTANTES. OS TAMANHOS SERÃO FORNECIDOS PELO ÓRGÃO REQUISITANTE NO MOMENTO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO. DEVERÁ POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E ESTAR DE ACORDO COM A NORMA EN 420-2010.	KALIPSO	34.712

RUA VENERIANO DOS PASSOS, Nº430 BAIRRO CENTRO  
 CEP: 89.560-152 - CNPJ: 30.753.960/0001-93  
 TELEFONE: (49) 3566-0322





27	LUVA DE SEGURANÇA TRICOTADA SEM COSTURA, CONFECCIONADA EM FIBRAS SINTÉTICA, REVESTIMENTO NA PALMA, FACE PALMAR EM PONTAS DOS DEDOS EM POLIURETANO, COM INSERÇÕES DE FIBRA ELÁSTICA NO PUNHO E ACABAMENTO FINAL EM FIBRAS SINTÉTICAS. OS TAMANHOS SERÃO DEFINIDOS PELO ÓRGÃO REQUISITANTE NO MOMENTO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE.	VOLK	30.916
28	LUVA DE PVC 35 CM COM FORRO TAM 9,5, PALMA ÁSPERA, DE SEGURANÇA CONTRA AGENTES MECÂNICOS E QUÍMICOS. LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM PVC; COM FORRO EM MALHA DE ALGODÃO, DEVERÁ POSSUIR CA - CERTIFICADO DA APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	KALIPSO	21.420
30	LUVA DE SEGURANÇA. CONFECCIONADA COM FORRO EM TECIDO NATURAL E SINTÉTICO. REVESTIMENTO EM PVC. PALMA, DEDOS E DORSO COM ACABAMENTO ÁSPERO. COMPRIMENTO DOS PUNHOS 46CM. PAR. DEVERÁ POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE.	KALIPSO	21.420
32	VESTIMENTA DE SEGURANÇA COMPOSTA POR CAPUZ ISOLADO CONFECCIONADO COM O MESMO MATERIAL HIDRORREPELENTE DAS PEÇAS DA CAMISA E DA CALÇA, COM ABA FRONTAL ARREDONDADA SOBRE A FACE, CONFECCIONADA COM POLIETILENO RÍGIDO REVESTIDO COM MESMO MATERIAL HIDRORREPELENTE. PALA PARA PROTEÇÃO DO PESCOÇO E DA PARTE SUPERIOR DOS OMBROS, CONFECCIONADOS COM O MESMO TECIDO HIDRORREPELENTE. AS LATERAIS DA PALA NA PARTE FRONTAL E ABAIXO DO QUEIXO SÃO COSTURADAS PARA O FECHAMENTO DA ABERTURA FRONTAL. VISEIRA FRONTAL, COMPOSTA POR UMA LÂMINA DE ACETATO DE 175UM DE ESPESURA, TRANSPARENTE E FORMATO RETO; O CABEDAL, NA PARTE SUPERIOR É CONFECCIONADO COM MATERIAL DE POLIAMIDA (NYLON 100%) REVESTIDO COM O MATERIAL HIDRORREPELENTE USADO NAS DEMAIS PEÇAS DO CONJUNTO. O CABEDAL AINDA TEM UMA CAMADA DE ESPUMA DE DENSIDADE 26, COM ORIFÍCIOS PARA AERAÇÃO, COLADOS INTERNAMENTE AO TECIDO CABEDAL NA PARTE SOB A LÂMINA FRONTAL. PARA O FECHAMENTO, O CABEDAL CONTÉM PEDAÇOS DE VELCRO NAS PONTAS, PARA AJUSTE NA CABEÇA DO USUÁRIO. CAMISA DE MANGAS COMPRIDAS. A GOLA É DO TIPO PADRE, COM UM PEDAÇO DE VELCRO NA PARTE FRONTAL ABAIXO DO PESCOÇO, PARA O FECHAMENTO NA ABERTURA DA GOLA. PARA O AJUSTE DA CAMISA NA REGIÃO DA CINTURA DO USUÁRIO, HÁ UM CORDÃO DO MESMO TECIDO DA CAMISA EMBAINHADO NA BARRA DA CAMISA. CALÇA COMPRIDA TIPO RETA, CONFECCIONADA COM O MATERIAL HIDRORREPELENTE. A PARTE DA FRENTE E TRASEIRA DAS PERNAS TEM UM REFORÇO COM MATERIAL IMPERMEÁVEL DE PVC, COSTURADO ABAIXO AO MATERIAL HIDRORREPELENTE A PARTIR DA BARRA ATÉ 40% DO COMPRIMENTO TOTAL DAS PERNAS DA CALÇA. AO AJUSTE DA CALÇA NA CINTURA DO USUÁRIO É COM UMA TIRA DO MESMO TECIDO DA CALÇA EMBAINHADA NO CÓS, CUJAS PONTAS SÃO AMARRADAS COM NÓ NA PARTE FRONTAL. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE.	SAYRO	17.917
36	PROTETOR AURICULAR DO TIPO INSERÇÃO, PRÉ-MOLDADO, TIPO PLUG, CONSTITUÍDO DE TRÊS FLANGES DE SILICONE, MACIÇAS E CÔNICAS,	PROTECT	28.534

RUA VENERIANO DOS PASSOS, Nº430 BAIRRO CENTRO  
 CEP: 89.560-152 - CNPJ: 30.753.960/0001-93  
 TELEFONE: (49) 3566-0322





	VIRADAS PARA TRAS, MOLDADAS, FLEXIVEIS, ANTIALÉRGICAS, LAVÁVEIS E REUTILIZÁVEIS; MOLDÁVEL A DIFERENTES CANAIS AUDITIVOS, COM CORDÃO E ESTOJO, CORDÃO EM ALGODÃO OU POLIPROPILENO, COM ATENUAÇÃO SUPERIOR A 17 DB (NRRSF). DEVERÁ POSSUIR CA - CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO.		
37	PROTETOR AUDITIVO, DO TIPO CONCHA, CONSTITUÍDO POR DUAS CONCHAS EM PLÁSTICOS, APRESENTANDO ALMOFADAS DE ESPUMA EM SUAS LATERAIS E EM SEU INTERIOR, POSSUI UMA HASTE EM PLÁSTICO RÍGIDO ALMOFADADO, CONCHAS FIRMEMENTES SELADAS CONTRA A REGIÃO DAS ORELHAS DO USUÁRIO E QUE SUSTENTA AS CONCHAS - PROTEÇÃO PARA 23 DB, PROTETOR DO QUAL POSSA SER EFETUADO A TROCA DE ALMOFADA E ESPUMA; DEVERÁ POSSUIR CA - CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	NADUS	33.137
38	CONJUNTO IMPERMEÁVEL TRANSPARENTE CALÇA E BATA MANGAS LONGAS COM ELÁSTICO E CAPUZ. CONJUNTO IMPERMEÁVEL COM CAPUZ E ELÁSTICO NO TORNOZELO/CINTURA/PUNHO NA COR TRANSPARENTE (CALÇA E BATA) NA ESPESSURA ACIMA DE 11 MICRAS. OS TAMANHOS SERÃO DEFINIDOS PELO ÓRGÃO REQUISITANTE NO MOMENTO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO. DEVERÁ POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE.	PREVEMAX	30.354 30.355
40	CALÇA CONSTITUÍDA EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE NA ESPESSURA ACIMA DE 11 MICRAS, TRANSPARENTE SEM ELÁSTICO NA BAINHA - COM ELÁSTICO NA CINTURA - DEVERÁ POSSUIR CA - CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO. OS TAMANHOS SERÃO DEFINIDOS PELO ÓRGÃO REQUISITANTE NO MOMENTO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.	PREVEMAX	30.355
41	PERNEIRA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM DUAS CAMADAS DE MATERIAL SINTÉTICO, CINCO TALAS DE POLIETILENO, METATARSO COM REFORÇO DE CABOS DE AÇO REVESTIDOS POR PVC AFIXADOS ATRAVÉS DE COSTURAS ELETRÔNICAS. DEVERÁ ESTAR COM O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE.	SAYRO	11.410
44	CONJUNTO IMPERMEÁVEL TRANSPARENTE CALÇA E BATA MANGAS LONGAS COM ELÁSTICO E CAPUZ. CONJUNTO IMPERMEÁVEL COM CAPUZ E ELÁSTICO NO TORNOZELO/CINTURA/PUNHO NA COR TRANSPARENTE (CALÇA E BATA) NA ESPESSURA ACIMA DE 11 MICRAS. OS TAMANHOS SERÃO DEFINIDOS PELO ÓRGÃO REQUISITANTE NO MOMENTO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO. DEVERÁ POSSUIR CA - CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	PREVEMAX	30.354 30.355
54	JUGULAR PARA CAPACETE	LEDAM	-

Desta forma, após conferência, aprovo as marcas e modelos apresentados pela empresa acima referida.

Videira (SC), 17 de fevereiro de 2021.

**LEONARDO ANTUNES MENEGOTTO**  
Diretor Administrativo VISAN

RUA VENERIANO DOS PASSOS, Nº430 BAIRRO CENTRO  
CEP: 89.560-152 - CNPJ: 30.753.960/0001-93  
TELEFONE: (49) 3566-0322







## EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021- VISAN

**Objeto** - REGISTRO DE PREÇO, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

### LAUDO DE ACEITABILIDADE

Pelo presente instrumento, declaro que a empresa **PINGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 78.651.973/0001-88, apresentou as amostras conforme previsto no Edital e nas marcas abaixo discriminadas:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	C.A
01	CAPACETE DE SEGURANÇA CLASSE B. COM CASCO DE ABA FRONTAL TIPO II; FABRICADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE; COM VENTILAÇÃO; TIRA ABSORVENTE DE SUOR; SUSPENSÃO COM NO MÍNIMO QUATRO PONTOS DE FIXAÇÃO; CONTENDO CARNEIRA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE COM REGULAGEM ATRAVÉS DE AJUSTE SIMPLES, CATRACA OU AJUSTE FACIAL; NA COR AZUL; DEVERÁ APRESENTAR O SELO DE MARCAÇÃO DO IMETRO E DEVERÁ POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE.	LIBUS	36.099
02	CAPACETE DE SEGURANÇA CLASSE B. COM CASCO DE ABA FRONTAL TIPO II; FABRICADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE; COM VENTILAÇÃO; TIRA ABSORVENTE DE SUOR; SUSPENSÃO COM NO MÍNIMO QUATRO PONTOS DE FIXAÇÃO; CONTENDO CARNEIRA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE COM REGULAGEM ATRAVÉS DE AJUSTE SIMPLES, CATRACA OU AJUSTE FACIAL; NA COR BRANCA; DEVERÁ APRESENTAR O SELO DE MARCAÇÃO DO IMETRO E DEVERÁ POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE.	LIBUS	36.099
12	CALÇADO OCUPACIONAL TIPO BOTINA, FECHAMENTO EM CADARÇO, CANO ACOLCHOADO, CONFECCIONADO EM COURO NA COR PRETA CURTIDO AO CROMO, PALMILHA DE MONTAGEM EM MATERIAL SINTÉTICO RESINADO NA COR BRANCA, MONTADO PELO SISTEMA STROBEL, FORRO INTERNO EM NÁOTECIDO NA COR CINZA, SOLADO DE POLIURETANO BIDENSIDADE NA COR PRETA INJETADO DIRETAMENTE NO CABEDAL, BIQUEIRA DE POLIPROPILENO PARA CONFORMAÇÃO, RESISTENTE AO ÓLEO COMBUSTÍVEL, À ABSORÇÃO DE ENERGIA NO CALCANHAR E À PASSAGEM DE CORRENTE ELÉTRICA.	BOMPEL	39.899
16	LUVA NITRÍLICA 3/4 FORRADA (33CM) - LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM BORRACHA	VOLK	16.313

RUA VENERIANO DOS PASSOS, Nº430 BAIRRO CENTRO  
CEP: 89.560-152 - CNPJ: 30.753.960/0001-93  
TELEFONE: (49) 3566-0322





	SINTÉTICA (NITRIL), TEXTURIZADA NA PALMA E NOS DEDOS. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE.		
25	LUVAS PARA PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS CAIXA COM 100 UNIDADES, CONFECCIONADA EM BORRACHA NITRILICA, AMBIDESTRA, SUPERFÍCIE EXTERNA LISA, NOS TAMANHO P, M e G QUE SERÃO DEFINIDAS PELO ÓRGÃO REQUISITANTE NO MOMENTO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO. DEVE ESTAR COM O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE.	DESCARPACK	44.052
31	CINTO PARAQUEDISTA, COM TIRAS EM CONFORT PES (POLIESTER) DEVE PROTEGER CONTRA QUEDAS POR SUSPENSÃO DORSAL. CINTURÃO PARA TRABALHOS ESTACIONÁRIOS E EM REDES ELÉTRICAS. COSTURAS EM ZIG ZAG E EM COR CONTRASTANTE COM A TIRA PARA FACILITAR A INSPEÇÃO, PROTEÇÃO LOMBAR ERGONÔMICA, DEVE CONTER UMA MEIA-ARGOLA DORSAL EM "D" PARA FIXAÇÃO DE TALABARTE E SUSTENTAÇÃO EM CASO DE QUEDA; E DUAS MEIA-ARGOLA DORSAL EM "D" NA CINTURA PARA UTILIZAÇÃO DE TALABARTE DE POSICIONAMENTO EM TRABALHOS ESTACIONÁRIOS. DUAS ALÇAS DE SUSPENSÃO NO PEITORAL PARA ACOPLAGEM DE MOSQUETÃO PARA USO EXCLUSIVO DE IÇAMENTO OU RESGATE. TRÊS FIVELAS DE ENGATE RÁPIDO PARA REGULAGENS, SENDO DUAS NAS PERNAS, E UMA NA CINTURA. RESISTÊNCIA APROVADA EM CONFORMIDADE COM A NORMA NBR 11370/2001, PARA USUÁRIOS ATÉ 120KG. DEVERÁ POSSUIR CA - CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	MG CINTOS	35.521
39	COLETE REFLETIVO COR LARANJA, TIPO X COM ALÇAS COM 04 REFLETIVO DE 35 CM SEGMENTADO DE 20MM PRATA E NA CINTURA NA FRENTE 1 REFLETIVO DE 35CM PRATA E NAS COSTAS 3 REFLETIVOS PRATA DE 15CM E 12CM DE VELCRO EM CADA LADO NA CINTURA. OS TAMANHOS SERÃO DEFINIDOS PELO ÓRGÃO REQUISITANTE NO MOMENTO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.	BR COLETES	-

Desta forma, após conferência, aprovo as marcas e modelos apresentados pela empresa acima referida.

Videira (SC), 17 de fevereiro de 2021.

**LEONARDO ANTUNES MENEGOTTO**  
Diretor Administrativo VISAN

RUA VENERIANO DOS PASSOS, Nº430 BAIRRO CENTRO  
CEP: 89.560-152 - CNPJ: 30.753.960/0001-93  
TELEFONE: (49) 3566-0322



**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021- VISAN**

**Objeto** - REGISTRO DE PREÇO, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

**LAUDO DE ACEITABILIDADE**

Pelo presente instrumento, declaro que a empresa **RP COMÉRCIAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 20.604.417/0001-70, apresentou as amostras conforme previsto no Edital e nas marcas abaixo discriminadas:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	C.A
14	AVENTAL DE RASPA - AVENTAL DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM RASPA. TIRAS EM RASPA E FIVELAS METÁLICAS NO PESCOÇO E NA CINTURA PARA AJUSTES. OS TAMANHOS SERÃO DEFINIDOS PELO ÓRGÃO REQUISITANTE NO MOMENTO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE.	KOCH	5.585
34	RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR TIPO PEÇA SEMIFACIAL. FILTRANTE PARA PARTICULAS CLASSE PFF-2, COM FORMATO TIPO DOBRÁVEL, COM SOLDA TÉRMICA EM TODO O SEU PERÍMETRO. O RESPIRADOR É COMPOSTO BASICAMENTE POR DOIS PAINÉIS DE NÃO TECIDO E UM MEIO FILTRANTE EM MICROFIBRAS E SINTÉTICAS TRATADAS ELETROSTATICAMENTE. A FACE EXTERNA DO RESPIRADOR É RECOBERTA POR UM NÃO-TECIDO PODENDO SE APRESENTAR NAS CORES AZUL ESCURO OU VERDE ESCURO, QUE PROTEGE O MEIO FILTRANTE, EVITANDO QUE AS MICROFIBRAS SE SOLTEM, A FACE INTERNA É RECOBERTA POR UM NÃO-TECIDO NA COR BRANCA COM A MESMA FINALIDADE. NAS LATERAIS DE CADA PEÇA, SÃO FIXADOS QUATRO GRAMPOS METÁLICOS, SENDO DOIS DE CADA LADO, POR ONDE PASSAM AS PONTAS DE DOIS TIRANTES ELÁSTICOS NA COR AMARELA. A PARTE SUPERIOR EXTERNA DA PEÇA POSSUI UMA TIRA DE MATERIAL METÁLICO MOLDÁVEL, UTILIZADA PARA AJUSTE NO SEPTO NASAL QUE CONFERE AO RESPIRADOR UMA VEDAÇÃO FACIAL EFICIENTE E SEGURA. SEM VÁLVULA. INDICADO PARA POEIRAS, VÉVOAS, FUMOS E GASES ÁCIDOS TAIS COMO CLORO, FLUORETO DE HIDROGÊNIO E DIÓXIDO DE ENXOFRE ATÉ O LIMITE DA TOLERÂNCIA. CAIXAS COM 100 UNIDADES. DEVERÁ POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO DENTRO DO PRAZO	3M	41.514

RUA VENERIANO DOS PASSOS, Nº430 BAIRRO CENTRO  
CEP: 89.560-152 - CNPJ: 30.753.960/0001-93  
TELEFONE: (49) 3566-0322





42	CAPA DE CHUVA PARA PROTEÇÃO DO TRONCO E MEMBROS SUPERIORES DO USUÁRIO CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE OPERAÇÕES COM USO DE ÁGUA. CAPA DEVE POSSUIR CAPUZ, MANGAS, TAMANHO GG. DEVENDO SER CONFECCIONADAS EM TECIDO DE POLIÉSTER REVESTIDO DE PVC EM UMA FACE, FECHAMENTO FRONTAL ATRAVÉS DE QUATRO BOTÕES DE PRESSÃO DE PLÁSTICO E COSTURAS ATRAVÉS DE SOLDA ELETRÔNICA. NAS SEGUINTE DIMENSÕES: ALTURA TOTAL, MEDIDA DA JUNCTÃO DO CAPUZ COM A CAPA À BORDA INFERIOR, TAMANHO GG - 1250; LARGURA FRONTAL NA ALTURA DO TÓRAX. GG - 665. DEVERÁ POSSUIR CA - CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	BRASCAMP	28.449
----	---	----------	--------

Desta forma, após conferência, aprovo as marcas e modelos apresentados pela empresa acima referida.

Videira (SC), 12 de fevereiro de 2021.

**LEONARDO ANTUNES MENEGOTTO**  
Diretor Administrativo VISAN

RUA VENERIANO DOS PASSOS, Nº430 BAIRRO CENTRO  
CEP: 89.560-152 - CNPJ: 30.753.960/0001-93  
TELEFONE: (49) 3566-0322





### **EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021- VISAN**

**Objeto** - REGISTRO DE PREÇO, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

### **LAUDO DE ACEITABILIDADE**

Pelo presente instrumento, declaro que a empresa **SULVALE EQUIPAMENTOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº 35.830.997/0001-91, **NÃO** apresentou as amostras dos itens 04, 10, 11, 17, 22, 29 e 33 conforme previsto no Edital.

Desta forma, a empresa encontra-se desclassificada do certame conforme previsão do item 1.2.5 do Edital.

Videira (SC), 17 de fevereiro de 2021.

**LEONARDO ANTUNES MENEGOTTO**  
Diretor Administrativo VISAN

RUA VENERIANO DOS PASSOS, Nº430 BAIRRO CENTRO  
CEP: 89.560-152 - CNPJ: 30.753.960/0001-93  
TELEFONE: (49) 3566-0322



# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 056/2021

Publicação Nº 2867673

PORTARIANº 056/2021

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve  
AMPLIAR CARGA HORÁRIA:

de acordo com o Artigo 31, §§ 3º e 4º, da Lei Complementar Municipal nº 048, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: GRACIELI MONDINI

Cargo: PROFESSOR NÍVEL II

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, nomeada pela Portaria 250/2014, de 30 de dezembro de 2014, passando de 20 (vinte) para 37 (trinta e sete) horas semanais, pelo período de 01 de fevereiro de 2021 a 31 de janeiro de 2022.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2021, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

### PORTARIA Nº 057/2021

Publicação Nº 2867901

PORTARIANº 057/2021

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve  
AMPLIAR CARGA HORÁRIA:

de acordo com o Artigo 31, §§ 3º e 4º, da Lei Complementar Municipal nº 048, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: PATRICIA TILLMANN LEFFER

Cargo: PROFESSOR NÍVEL II

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, nomeada pela Portaria 259/2016, de 20 de dezembro de 2016, passando de 20 (vinte) para 39 (trinta e nove) horas semanais, pelo período de 01 de fevereiro de 2021 a 31 de janeiro de 2022.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2021, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

### PORTARIA Nº 058/2021

Publicação Nº 2867894

PORTARIANº 058/2021

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve  
REDUZIR CARGA HORÁRIA:

de acordo com o Artigo 31, §§ 3º e 4º, da Lei Complementar Municipal nº 048, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: JANAINA PRISCILA DAROLT FRANCISCO  
Cargo: PROFESSOR NÍVEL II

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, nomeada pela Portaria 010/2020, de 15 de janeiro de 2020, passando de 40 (quarenta) para 27 (vinte e sete) horas semanais, pelo período de 01 de fevereiro de 2021 a 31 de janeiro de 2022.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2021, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

## **PORTARIA Nº 059/2021**

Publicação Nº 2867948

PORTARIANº 059/2021

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve  
**AMPLIAR CARGA HORÁRIA:**

de acordo com o Artigo 31, §§ 3º e 4º, da Lei Complementar Municipal nº 048, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: DENY ELEN DOS SANTOS

Cargo: PROFESSOR NÍVEL III

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, nomeada pela Portaria 256/2016, de 20 de dezembro de 2016, passando de 20 (vinte) para 39 (trinta e nove) horas semanais, pelo período de 01 de fevereiro de 2021 a 31 de janeiro de 2022.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2021, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

## **PORTARIA Nº 060/2021**

Publicação Nº 2868066

PORTARIANº 060/2021

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve  
**REDUZIR CARGA HORÁRIA:**

de acordo com o Artigo 31, §§ 3º e 4º, da Lei Complementar Municipal nº 048, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: CRISTINA RENGEL DE BRITO

Cargo: PROFESSOR NÍVEL II

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, nomeada pela Portaria 015/2020, de 15 de janeiro de 2020, passando de 40 (quarenta) para 38 (trinta e oito) horas semanais, pelo período de 01 de fevereiro de 2021 a 31 de janeiro de 2022.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2021, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.



**PORTARIA Nº 061/2021**

Publicação Nº 2868111

PORTARIANº 061/2021

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve REDUZIR CARGA HORÁRIA:

de acordo com o Artigo 31, §§ 3º e 4º, da Lei Complementar Municipal nº 048, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: ELISIANE STOEBERL DELUCA

Cargo: PROFESSOR NÍVEL II

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, nomeada pela Portaria 020/2020, de 27 de janeiro de 2020, passando de 40 (quarenta) para 33 (trinta e três) horas semanais, pelo período de 01 de fevereiro de 2021 a 31 de janeiro de 2022.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2021, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**PORTARIA Nº 062/2021**

Publicação Nº 2868696

PORTARIANº 062/2021

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve REDUZIR CARGA HORÁRIA:

de acordo com o Artigo 31, §§ 3º e 4º, da Lei Complementar Municipal nº 048, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: DANIELI SINCLAIR DECARLI

Cargo: PROFESSOR NÍVEL II

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, nomeada pela Portaria 024/2020, de 27 de janeiro de 2020, passando de 40 (quarenta) para 33 (trinta e três) horas semanais, pelo período de 01 de fevereiro de 2021 a 31 de janeiro de 2022.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2021, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

# Xanxerê

## PREFEITURA

### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0007/2021

Publicação Nº 2867611

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo nº 0032/2021 – Dispensa de Licitação nº 0007/2021

O Município de Xanxerê-SC, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. Oscar Martarello, justifica a Dispensa de Licitação para Aquisição de Equipamentos (Capa de Colete Balístico, porta carregador de pistola, porta algema e porta rádio) destinados ao uso da Polícia Militar de Xanxerê, através de Dispensa de Licitação fundamentada no Art. 24, Inciso II da Lei 8.666/93, com a empresa RUBENS RUAS FERREIRA JUNIOR CNPJ: 25.967.289/0001-43, no valor total de R\$ 7.447,68 (sete mil e quatrocentos e quarenta e sete reais e sessenta e oito centavos).

Xanxerê/SC, 16 de fevereiro de 2021. Oscar Martarello – Prefeito Municipal

### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0008/2021

Publicação Nº 2867420

#### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0033/2021

#### CHAMADA PÚBLICA COM DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0008/2021

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ, Estado de Santa Catarina, torna público aos interessados que está realizando CHAMADA PÚBLICA para Aquisição de Gêneros Alimentícios provenientes da Agricultura Familiar, destinados para as unidades de ensino da Rede Municipal de Educação, conforme descrito no "Anexo I" do Edital, destinado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, em cumprimento do estabelecido pela Lei 11.947/2009 e Resolução FNDE nº 38/2009 e nº 26/2013. Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e projeto de venda, até às 08:45 horas do dia 15 de março de 2021, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal, situada na Rua Dr. José de Miranda Ramos, nº 455, Centro, Xanxerê-SC e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br). Informações complementares através do telefone: (49) 3441-8542 ou no email [licita@xanxere.sc.gov.br](mailto:licita@xanxere.sc.gov.br).

Xanxerê-SC, 17 de fevereiro de 2021. Oscar Martarello- Prefeito Municipal.

### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0009/2021

Publicação Nº 2867603

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo nº 0034/2021 – Dispensa de Licitação nº 0009/2021

O Município de Xanxerê-SC, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. Oscar Martarello, justifica a Dispensa de Licitação para Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto estrutural das fundações e orçamento de duas cabeceiras e um apoio central para ponte de concreto armado pré-fabricada com extensão total de 18,00 metros e largura de 6,25 metros e alas a ser executada na Linha Invernadinha, interior de Xanxerê-SC. através de Dispensa de Licitação fundamentada no Art. 24, Inciso I da Lei 8.666/93, com a empresa PROJETARC ENGENHARIA LTDA, CNPJ Nº 05.376.271/0001-60, no valor total de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Xanxerê/SC, 17 de fevereiro de 2021. Oscar Martarello – Prefeito Municipal

### CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 010/2020

Publicação Nº 2868498

#### TESTE SELETIVO Nº 10/2020

#### CONVOCAÇÃO

O Município de Xanxerê, vem por meio deste, realizar a convocação para o cargo em caráter temporário, na ordem de chamada dos candidatos classificados nos termos do Edital 10/2020.

Local: Prefeitura Municipal de Xanxerê/SC, Departamento de Recursos Humanos, situada na Rua José de Miranda Ramos, nº 455, Centro, Xanxerê/SC.

Convocados: Candidato aprovado no Teste Seletivo 010/2020

Classificação	ÁREA	NOME	CPF
28º	Enfermeiro	Carine Rossetto	105.889.029-85

O candidato deverá comparecer na Prefeitura Municipal no Departamento de Recursos Humanos para apresentar a documentação no prazo de 10 (dez) dias corridos, e agendar a consulta admissional.

Após análise de documentação e aprovação no referido exame pré-admissional, o candidato será nomeado e tomará posse no exercício do cargo.

Xanxerê, 17 de fevereiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 112/2021

Publicação Nº 2867506

DECRETO Nº 112/2021

NOMEIA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL, EDITAL 006/2021, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 69 incisos III e VIII da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 3402, de 14 de dezembro de 2011 e demais dispositivos legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados membros para compor a Comissão de Processo Seletivo Simplificado Emergencial, objeto do Edital nº 006/2021, de 17 de fevereiro de 2021, da Secretaria Municipal de Saúde, sendo:

- I – Diego Davi Corso;
- II – Fernando Dal Zot;
- III – Marisângela Paula Basso Gava.

Art. 2º Fica designado como presidente da Comissão o Sr. Fernando Dal Zot.

Art. 3º Os membros nomeados pelo presente decreto terão a atribuição de acompanhar, controlar e avaliar o Processo Seletivo, bem como, resolver os casos omissos do Edital.

Art. 4º Aos integrantes da Comissão, não será atribuída remuneração, sendo considerados serviços relevantes prestados à comunidade.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 17 de fevereiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO  
Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 099/2021

Publicação Nº 2867910

PORTARIA Nº 099/2021

REVOGAR A PORTARIA Nº 384/2019.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09 e Lei Complementar nº BLB 3375/11.

RESOLVE

REVOGAR a Portaria Nº 384/2019 de função de Direção da EMEB JOÃO DA CRUZ E SOUZA, a Servidora Pública Municipal, a Sra. NEUSA VASEAK JOSÉ LUIZ, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora da CI nº 1.698.006 e CPF nº 014.376.459-41, nomeada conforme Decreto AM 069/2002, no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO, com 20 (vinte) horas semanais lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.  
Em 03 de Fevereiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 100/2021**

Publicação Nº 2867989

PORTARIA Nº 100/2021

REVOGAR A PORTARIA Nº 346/2019.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09 e Lei Complementar nº BLB 3375/11.

RESOLVE

REVOGAR a Portaria Nº 346/2019 da função de Direção da EMEB MONTEIRO LOBATO, a Servidora Pública Municipal a Sra. ARIANE TRIACA ROMANI, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portador da CI 17/R 2.875.862 e CPF nº 933.642.299-53, nomeada conforme Decreto JB nº 134/95 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO, com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente a Portaria Nº 346/2019

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 03 de Fevereiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 101/2021**

Publicação Nº 2868117

PORTARIA Nº 101/2021

REVOGAR A PORTARIA Nº 372/2019.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09 e Lei Complementar nº BLB 3375/11.

RESOLVE

REVOGAR a Portaria Nº 372/2019 da função de DIREÇÃO DA EMEB PEQUENO TRABALHADOR, a Servidora Pública Municipal a Sra. CLAIR TEREZINHA RIBEIRO, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portador da CI 3.892.074-3 e CPF nº 027.686.209-04, nomeada conforme Decreto Nº EB 012/08 no cargo de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA, com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente a Portaria Nº 372/2019.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 03 de Fevereiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 102/2021**

Publicação Nº 2868270

PORTARIA Nº 102/2021

REVOGAR A PORTARIA Nº RH-AM 520/2018.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09 e Lei Complementar nº BLB 3375/11.

RESOLVE

REVOGAR a Portaria Nº RH-AM 520/2018 da função de DIREÇÃO DA EMEB VISTA ALEGRE, a Servidora Pública Municipal a Sra. SIMONE TOZZO BORDIN, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portador da CI 2.426.261 e CPF nº 895.649.879-20, nomeada conforme Decreto nº JB 135/95 no cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO, com 20 (vinte) horas semanais e Decreto nº AM 074/2002 no cargo de Professora Magistério, com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente a Portaria Nº RH-AM 520/2018.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.  
Em 03 de Fevereiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 103/2021**

Publicação Nº 2868308

PORTARIA Nº 103/2021

REVOGAR A PORTARIA Nº 026/2019.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09 e Lei Complementar nº BLB 3375/11.

RESOLVE

REVOGAR a Portaria Nº 026/2019 da função de DIREÇÃO DA EMEB PAUL HARRIS a Servidora Pública Municipal a Sra. FERNANDA LAVINIKI DUARTE, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portador da CI 4.121.573-7 e CPF nº 945.224.480-15, nomeada conforme Decreto nº BLB 065/10 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO, com 20 (vinte) horas semanais e Decreto nº AJG 029/2016 no cargo de PROFESSORA NÍVEL 1, com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente a Portaria Nº 026/2019.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.  
Em 03 de Fevereiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 104/2021**

Publicação Nº 2868553

PORTARIA Nº 104/2021

REVOGAR A PORTARIA Nº 677/2019.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09 e Lei Complementar nº BLB 3375/11.

RESOLVE

REVOGAR a Portaria Nº 677/2019 da função de DIREÇÃO DA CEMEI CANTINHO FELIZ a Servidora Pública Municipal a Sra. REJANE APARECIDA DOS SANTOS, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora da CI 3.623.064 e CPF nº 027.738.339-02, nomeada conforme Decreto nº AM 036/08 no cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA, com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente a Portaria Nº 677/2019.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.  
Em 03 de Fevereiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 105/2021**

Publicação Nº 2868615

PORTARIA Nº 105/2021

REVOGAR A PORTARIA Nº 018/2019.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09 e Lei Complementar nº BLB 3375/11.

RESOLVE

REVOGAR a Portaria Nº 018/2019, da função de DIREÇÃO DO CEMEI CARROSSEL a Servidora Pública Municipal a Sra. JOSIANE ELZA CAVAGNOLI MACHADO, brasileira, residente e domiciliada, nesta cidade de Xanxerê – SC, portadora da CI 3.289.815-0 e CPF nº 944.405.069-68, nomeada conforme Decreto nº. AM 030/08 no cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO – ENSINO FUNDAMENTAL 1ª A 4ª SÉRIES, com 20 (vinte) horas semanais e Decreto nº BLB 166/2011 no cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO, com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente a Portaria Nº 018/2019.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 03 de Fevereiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 106/2021**

Publicação Nº 2868669

PORTARIA Nº 106/2021

REVOGAR A PORTARIA Nº 371/2019.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09 e Lei Complementar nº BLB 3375/11.

RESOLVE

REVOGAR a Portaria Nº 371/2019, da função de DIREÇÃO DO CEMEI DENTE DE LEITE a Servidora Pública Municipal a Sra. ALAIR SALETE ELEUTÉRIO DA LUZ, brasileira, residente e domiciliada, nesta cidade de Xanxerê – SC, portadora da CI 2.879.119 e CPF nº 933.617.699-49, nomeada conforme Decreto nº. BLB 044/10 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO CRECHE, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente a Portaria Nº 371/2019.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 03 de Fevereiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 107/2021**

Publicação Nº 2868718

PORTARIA Nº 107/2021

REVOGAR A PORTARIA Nº 386/2019.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09 e Lei Complementar nº BLB 3375/11.

RESOLVE

REVOGAR a Portaria Nº 386/2019, da função de DIREÇÃO DO CEMEI RUI PIMENTEL a Servidora Pública Municipal a Sra. CLEUNICE APARECIDA ALVES CAMARGO, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora da CI 1.591.232 e CPF nº 707.625.119-15, nomeada conforme Decreto nº JB 036/94 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO, com 20 (vinte) horas semanais, lotada

na Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente a Portaria N° 386/2019.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.  
Em 03 de Fevereiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA N° 108/2021**

Publicação N° 2868774

PORTARIA N° 108/2021

REVOGAR A PORTARIA N° RH-AM 369/2018.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei n° HW 1.775/91, Lei Complementar n° AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09 e Lei Complementar n° BLB 3375/11.

RESOLVE

REVOGAR a Portaria N° RH-AM 369/2018, da função de DIREÇÃO DO CEMEI LIDIA BORTOLUZZI a Servidora Pública Municipal a Sra. SOELI DE FÁTIMA RIBEIRO DE FREITAS, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora da CI 1.784.386 e CPF n° 949.720.959-20, nomeada conforme Decreto n° JB 237/96 e reenquadrada conforme Portaria N° RH BLB 037/2012 no cargo de PROFESSORA, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente a Portaria N° 369/2018.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.  
Em 03 de Fevereiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA N° 109/2021**

Publicação N° 2868801

PORTARIA N° 109/2021

REVOGAR A PORTARIA N° RH-AM 211/2017.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei n° HW 1.775/91, Lei Complementar n° AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09 e Lei Complementar n° BLB 3375/11.

RESOLVE

REVOGAR a Portaria N° RH-AM 211/2017, da função de DIREÇÃO DO CEMEI NOSSA SENHORA DE FÁTIMA a Servidora Pública Municipal a Sra. MARISA DE FÁTIMA LINS MARTINS ARMENIO, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora da CI 1.783.196-2 e CPF n° 586.939.809-63, nomeada conforme Decreto n° JB 72/94 no cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO, com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente a Portaria N° RH-AM 211/2017.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.  
Em 03 de Fevereiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 110/2021**

Publicação Nº 2868847

PORTARIA Nº 110/2021

REVOGAR A PORTARIA Nº 369/2019.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09 e Lei Complementar nº BLB 3375/11.

RESOLVE

REVOGAR a Portaria Nº 369/2019, da função de DIREÇÃO DO CEMEI PINGO DE GENTE a Servidora Pública Municipal a Sra. SOLANGE VIDAL DA COSTA, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora da CI 1.697.689-4 e CPF nº 638.778.139-68, nomeada conforme Decreto nº BLB 043/10 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO CRECHE, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente a Portaria Nº 369/2019.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 03 de Fevereiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal

**PRIMEIRA ALTERAÇÃO IL Nº 0014/2020**

Publicação Nº 2867705

1 Alteração IL 0014

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0145/2020

INEXIGIBILIDADE Nº 0014/2020

“EDITAL DE CREDENCIAMENTO UNIVERSAL”

O Município de Xanxerê, estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde de Xanxerê, torna público que fica alterado o Edital de Credenciamento conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A presente alteração tem embasamento legal no Processo de Licitação nº 0145/2020 – Inexigibilidade nº 0014/2020 e pela Lei 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94 e Lei 9.648/98.

CLÁUSULA SEGUNDA – O presente Edital tem por objeto o Credenciamento de Prestadores Serviços de Saúde, para de serviços de Coleta e Realização Exame para o COVID-19, pelo método de Pesquisa de Antígeno por Imunocromatografia e pelo método de RT/PCR, para atendimento aos pacientes do Município de Xanxerê-SC.

CLÁUSULA TERCEIRA –Fica reduzido o valor unitário e valor total do procedimento abaixo relacionado, conforme ofício da Secretaria Municipal de Saúde em anexo:

Procedimentos/Especificações	Quant.	Valor Referência Anterior	Novo Valor Referência	Novo Valor Total Estimado Mês
Exame para COVID-19, pelo método de pesquisa de antígeno por imunocromatografia	Até 500/mês	R\$ 206,00	R\$ 150,00	R\$ 75.000,00

CLÁUSULA QUARTA - Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Edital originário.

Xanxerê-SC, 17 de fevereiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO	
Prefeito Municipal	

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 010/2020**

Publicação Nº 2869427

**TESTE SELETIVO Nº 10/2020****CONVOCAÇÃO**

O Município de Xanxerê, vem por meio deste, realizar a convocação para o cargo em caráter temporário, na ordem de chamada dos candidatos classificados nos termos do Edital 10/2020.

Local: Prefeitura Municipal de Xanxerê/SC, Departamento de Recursos Humanos, situada na Rua José de Miranda Ramos, nº 455, Centro, Xanxerê/SC.

Convocados: Candidato aprovado no Teste Seletivo 010/2020

Classificação	ÁREA	NOME	CPF
8º	Farmacêutico	Emmyle Cantanhede Borges	051.503.353-71

O candidato deverá comparecer na Prefeitura Municipal no Departamento de Recursos Humanos para apresentar a documentação no prazo de 10 (dez) dias corridos, e agendar a consulta admissional.

Após análise de documentação e aprovação no referido exame pré-admissional, o candidato será nomeado e tomará posse no exercício do cargo.

Xanxerê, 18 de fevereiro de 2021.

**OSCAR MARTARELLO****Prefeito Municipal**

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 014/2020**

Publicação Nº 2869428

**TESTE SELETIVO Nº 14/2020****CONVOCAÇÃO**

O Município de Xanxerê, vem por meio deste, realizar a convocação para o cargo em caráter temporário, na ordem de chamada dos candidatos classificados nos termos do Edital 14/2020.

Local: Prefeitura Municipal de Xanxerê/SC, Departamento de Recursos Humanos, situada na Rua José de Miranda Ramos, nº 455, Centro, Xanxerê/SC.

Convocados: Candidato aprovado no Teste Seletivo 014/2020

Classificação	ÁREA	NOME	CPF
1º	Enfermeiro	Camila Zanesco	083.072.239-46

O candidato deverá comparecer na Prefeitura Municipal no Departamento de Recursos Humanos para apresentar a documentação no prazo de 10 (dez) dias corridos, e agendar a consulta admissional.

Após análise de documentação e aprovação no referido exame pré-admissional, o candidato será nomeado e tomará posse no exercício do cargo.

Xanxerê, 18 de fevereiro de 2021.

**OSCAR MARTARELLO****Prefeito Municipal**

# Xavantina

## PREFEITURA

### 3º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2020

Publicação Nº 2868102

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Contrato nº...: 3º termo aditivo à Ata de Registro de Preços nº 022/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Contratada...: POSTO SANDRA LTDA

Valor ..... : Reajuste de R\$ 3,70 para R\$ 3,99.

Vigência ..... : Início: 15/02/2021 Término: 13/04/2021

Objeto ..... : Recomposição dos preços para a possível aquisição de Combustível Automotivo (Óleo Diesel S500) para todas as máquinas e veículos do Município de Xavantina, incluindo o Fundo Municipal de Saúde, demais Fundos, Polícias Militar e Civil.

Xavantina, 17 de fevereiro de 2021

### 7º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2020

Publicação Nº 2868074

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Contrato nº...: 7º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Contratada...: POSTO PEGORINI LTDA

Valor ..... : Reajuste de R\$ 3,59 para R\$ 3,70.

Vigência ..... : Início: 15/02/2021 Término: 13/04/2021

Objeto ..... : Recomposição dos preços para a possível aquisição de Combustível Automotivo (Óleo Diesel S10) para todas as máquinas e veículos do Município de Xavantina, incluindo o Fundo Municipal de Saúde, demais Fundos, Polícias Militar e Civil.

Xavantina, 17 de fevereiro de 2021

**TOMADA DE PREÇO Nº 002/2021 PMXV**

Publicação Nº 2867954

**Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE XAVANTINA****MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC****AVISO DE LICITAÇÃO****TOMADA DE PREÇO Nº 002/2021 PMXV**

**Objeto:** A presente licitação tem por objeto a prestação de serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e recicláveis - Urbano e Rural no Município de Xavantina/SC, conforme Memorial Técnico constante no Anexo "E" deste edital. **Tipo:** Menor Preço Global (mensal) **Recebimento das propostas:** até às 08h30 do dia 09/03/2021. **Abertura:** dia 09/03/2021, às 08h45. O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100. Xavantina - SC, em 17 de fevereiro de 2021.

**ARI PARISOTTO**  
**Prefeito Municipal**

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100

# Xaxim

## PREFEITURA

### AVISO DE PREGÃO 009/2021

Publicação Nº 2868625

Aviso de Licitação

Município de Xaxim

A Secretaria de Saúde, através de seu secretário comunica o presente Pregão presencial, a saber:

Processo licitatório n. 022/2021 Pregão 009/2021

Objeto: Registro de preço realização de coleta, análise e emissão de resultados de testes RT – PCR para detecção de COVID-19 aprovado pela ANVISA.

Entrega dos Envelopes: até às 08h30min do dia 02 de março de 2021.

Abertura dos Envelopes: às 09h00min do dia 02 de março de 2021.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, nº 347, de Segunda a Sexta, das 08h às 11h45min e das 13h30min, às 17h30min, pelo fone (0\*\*49)33538201 ou na página eletrônica do município [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br). Xaxim – SC, 17 de fevereiro de 2021. UILIAN CAVALHEIRO – Secretário de Saúde.

### DECRETO Nº 0115/2021

Publicação Nº 2867387

DECRETO Nº0115/2021 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A LIBERAÇÃO DOS LOTES OFERECIDOS EM GARANTIA PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA DE PARCELAMENTO DO SOLO URBANO DENOMINADO "LOTEAMENTO VIDEIRAS" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI, do Artigo 66, da Lei Orgânica do Município e art. 9º 'caput' da lei 6.766/79, e ainda;

Considerando as vistorias já realizadas junto ao empreendimento, dando conta da execução de 70% das obras de infraestrutura;

Considerando que eventual liberação de parcela de caução de empreendimento em voga não traduz nenhuma espécie de tolerância, novação, ou adendo já entabulado;

Considerando que a municipalidade se reserva, a qualquer tempo, proceder com novas vistorias e exigir o total cumprimento das medidas obrigacionais assumidas pelos proprietários do empreendimento;

Considerando o atual estado de emergência instituído pelo Decreto 113/2021, decorrente da pandemia – COVID-19, prejudica os atos fiscalizatórios e emissão de pareceres detalhados;

Considerando que a municipalidade ainda não se posicionou acerca qualitativamente dos serviços realizados e com o presente não renuncia tal direito;

Considerando que ainda restará, a título de caução, 97 terrenos no empreendimento vinculado;

Considerando o disposto no Artigo 85, I, "a" da Lei n. 4.068 de 28 de abril de 2015.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam liberados da garantia a que se refere o Decreto nº 088/2015, os seguintes lotes, todos do loteamento denominado "Videiras", aprovado pela Lei nº 4.042/2015, com matrícula no CRI sob o nº 21.801 e então caucionados em favor da Administração Pública Municipal de Xaxim:

I – Da quadra 700 – lote 217: matriculado sob o nº 24.995; e Lote 218, matriculado sob o nº 24.996;

Art. 2º. A liberação referida no artigo anterior dar-se-á automaticamente por força do presente Decreto.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas eventuais disposições em contrário.

Xaxim, 16 de fevereiro de 2021.

EDILSON ANTONIO FOLLE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra e no local de costume.

Luciano Gabriel

Subprocurador do Município

Registrado e publicado em data supra.

**DECRETO Nº 0117/2021**

Publicação Nº 2868755

DECRETO Nº 0117/2021, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE FARMACÊUTICA EM CARÁTER TEMPORÁRIO EMERGENCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1.729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de Junho de 2007 e posteriores alterações e considerando Decreto nº. 227/2020 e,

CONSIDERANDO as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, editadas por meio do Decreto nº 525 de 23 de março de 2020, editado pelo Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO que a referida pandemia assola todo país e o perigo iminente paira sobre nosso Município;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o acesso a serviços de saúde para toda a população Xaxinense, bem como maior efetivo de profissionais nas Unidades de Saúde, especialmente neste período;

CONSIDERANDO o afastamento de profissionais de saúde em razão de integrarem o grupo de risco, bem como o afastamento de profissionais da saúde que contraíram ou vêm contraindo referindo vírus;

CONSIDERANDO o alarmante crescimento de contágio de casos de Covid-19 em nosso Município;

CONSIDERANDO a necessidade de ampliar a equipe de atendimento de pacientes acometidos pelo coronavírus;

CONSIDERANDO o teor o Decreto 113/2021, que declara estado de emergência em saúde pública no município de Xaxim;

CONSIDERANDO a obrigação de manter os serviços básicos de atendimento em saúde nos termos da Constituição Federal;

**DECRETA:**

Art. 1º . Fica contratada, em caráter emergencial, SUELYN RITA SORGATTO, CPF Nº 094.670.279-92, para exercer a função de Farmacêutica, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde;

Art. 2º. A servidora, ora contratada, ocupante do cargo de Farmacêutica, será contratada de forma temporária e emergencial, prescindindo de processo seletivo e pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias;

Art. 3º. As contratações deverão obedecer ao disposto na Lei Complementar 96/2012, Lei Federal nº 8.745/1993 e Decreto Municipal nº 331/2017;

Art. 4º. Este Decreto terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 18/02/2021, podendo ser prorrogado nos termos da Lei;

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas disposições em contrário;

**EDILSON ANTONIO FOLLE**

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra e no local de costume.

Luciano Gabriel

Subprocurador do Município



# Associações

## AMAI

### ATA EDITAL Nº 001/2021 - PREGÃO 001/2021

Publicação Nº 2868062

ATA EDITAL Nº 001/2021  
Pregão 001/2021

Aos dezessete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte um, às quatorze e trinta horas, na sala de reuniões da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI), na cidade de Xanxerê, Santa Catarina, reuniram-se os membros da Comissão designada pela Resolução Nº 003/2021, para proceder o Pregão Presencial, objeto do Edital 001/2021, destinado a contratação de empresa especializada para prestação de serviços contábeis e de consultoria e assessoria de licitações a Associação dos Municípios do Alto Irani – AMAI.

Protocolou os envelopes e credenciamento a empresa ASSEGURA SOLUCOES CONTABEIS LTDA, representada pela Senhora Andreza Gallas, as 13h30min.

A Comissão abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital as 14h30min. Credenciando a empresa acima citada, devidamente representadas. As partes e a comissão avistaram os documentos e envelopes, passando-se para as propostas.

Assegura Soluções Contábeis Ltda, conforme valores descritos abaixo

Item 01 – Serviços contábeis R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) mensais.

Item 02 – Assessoria e consultoria de licitações R\$ 120,00 (cento e vinte reais) por hora.

Passou-se a fase de habilitação, sendo que a empresa acima descrita apresentou todos os documentos previstos no item 8 e seguintes do edital que rege o certame, estando todos validos e sem restrições.

Sendo consagrada vencedora do certame a empresa ASSEGURA SOLUCOES CONTABEIS LTDA, inscrita no CNPJ 18.139.918 0001-67 com os valores descritos abaixo

Item 01 – Serviços contábeis R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) mensais.

Item 02 – Assessoria e consultoria de licitações R\$ 120,00 (cento e vinte reais) por hora.

Por fim, registrou que a presente ATA que será publicada no Diário Oficial dos Municípios e disponibilizada no sítio [www.amaisc.org.br](http://www.amaisc.org.br). Nada mais havendo a declarar, o a Comissão deu por encerrada a sessão às 14h40min, do dia dezessete de fevereiro de dois mil e vinte e um, mesmo local, cuja ata foi lavrada e assinada pela Comissão e pelos licitantes participantes. Não houve manifestação de interposição de recursos.

Xanxerê, SC, 17 de fevereiro de 2021.

Comissão:

Eduarda Cristina Schuckes	Ingrid Aline Piovesan	Diéssyca Amaro Lemos
---------------------------	-----------------------	----------------------

## AMERIOS

## PRESTACAO DE CONTAS 2020

Publicação Nº 2867477

**Associacao dos Municipios do Entre-Rios**  
**Balancete Consolidado por Empresas de 01/01/2020 a 31/12/2020**

Página: :1

Código	Classificação	Nome	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
19	01	ATIVO	2.724.080,98	4.309.429,21	4.139.914,88	2.893.595,31
27	01.01	ATIVO CIRCULANTE	332.687,48	4.252.453,21	4.082.474,88	502.665,81
35	01.01.01	DISPONIBILIDADES	332.687,48	4.211.506,97	4.041.528,64	502.665,81
43	01.01.01.01	BANCO DO BRASIL S.A AG 858-3 CTA 3315-4	28.516,37	3.022.325,74	3.050.842,11	0,00
51	01.01.01.03	CEF AG 1077 CTA 003.00001127-1	1.154,86	37,74	0,00	1.192,60
5290	01.01.01.05	B.B AG 858-3 CTA 3315-4 Apl. RF LP 90 Mil	250.833,78	5.257,80	1.554,31	254.537,27
5347	01.01.01.06	B.B AG 858-3 C/3315-4 Poupança	884,06	0,00	884,06	0,00
6416	01.01.01.07	B.B AG 858-3 CTA 3315-4 Apl RF DI PLUS	51.298,41	248.790,03	100.931,44	199.157,00
6475	01.01.01.08	B.B AG 858-3 CTA 3315-4 Apl BB AUT MAIS	0,00	935.095,66	887.316,72	47.778,94
110	01.01.02	Creditos	0,00	40.946,24	40.946,24	0,00
115	01.01.02.02	Valores a Restituir	0,00	40.946,24	40.946,24	0,00
345	01.02	ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.391.393,50	56.976,00	57.440,00	2.390.929,50
418	01.02.06	IMOBILIZADO	2.391.393,50	56.976,00	57.440,00	2.390.929,50
426	01.02.06.01	Imóveis	500.004,67	0,00	0,00	500.004,67
434	01.02.06.02	Móveis e Utensílios	153.359,00	0,00	0,00	153.359,00
442	01.02.06.03	Veículos	146.251,39	0,00	57.440,00	88.811,39
450	01.02.06.04	Máquinas e Equipamentos	17.757,91	0,00	0,00	17.757,91
469	01.02.06.05	Equipamento de Informática	112.441,38	14.738,00	0,00	127.179,38
477	01.02.06.08	Predio	1.459.929,15	0,00	0,00	1.459.929,15
3190	01.02.06.11	Demais Bens Moveis	1.650,00	5.798,00	0,00	7.448,00
493	01.02.06.12	( - ) Depreciação, Amortização e Exaustão Acumuladas	0,00	36.440,00	0,00	36.440,00
507	02	PASSIVO	2.724.080,98	3.729.194,49	3.898.708,82	2.893.595,31
515	02.01	PASSIVO CIRCULANTE	4.939,78	1.879.514,31	1.878.575,22	4.000,69
531	02.01.02	FORNECEDORES	0,00	304.024,36	304.024,36	0,00
4057	02.01.02.02	Rede de Comunicação SC Ltda	0,00	450,00	450,00	0,00
4073	02.01.02.04	Adyr Jorge Wildner	0,00	7.673,69	7.673,69	0,00
4081	02.01.02.05	Laudivan Palinski	0,00	717,00	717,00	0,00
4090	02.01.02.06	Geoterra Serviços Topograficos s/s Ltda	0,00	109.800,00	109.800,00	0,00
4138	02.01.02.10	Celesc Distribuidora	0,00	16.143,50	16.143,50	0,00
4146	02.01.02.11	Casan	0,00	2.800,70	2.800,70	0,00
5711	02.01.02.111	Liberty Seguros	0,00	3.831,04	3.831,04	0,00
5835	02.01.02.123	Clinica Agostini Ltda	0,00	2.574,00	2.574,00	0,00
5886	02.01.02.128	Gráfica e Editora Erdmann Ltda ME	0,00	5.756,00	5.756,00	0,00
5894	02.01.02.129	HDI Seguros S.A.	0,00	1.094,01	1.094,01	0,00
4162	02.01.02.13	Oi S.A	0,00	4.641,25	4.641,25	0,00
4170	02.01.02.14	Infopoint Comercio de Equipamentos	0,00	24.014,83	24.014,83	0,00
6114	02.01.02.140	Base Monitoramento Ltda	0,00	3.573,95	3.573,95	0,00
6130	02.01.02.141	CERAÇA Cooperativa de Infra Estrutura Val	0,00	3.348,81	3.348,81	0,00
6157	02.01.02.142	Secretaria de Estado da Fazenda SC	0,00	2.379,55	2.379,55	0,00
6173	02.01.02.143	Lider Seguradora de Cons. do DPVAT	0,00	15,69	15,69	0,00
6181	02.01.02.145	Doces & Salgados Bolfe Ltda	0,00	445,75	445,75	0,00
4189	02.01.02.15	CREA-SC	0,00	491,25	491,25	0,00
6335	02.01.02.155	Virtual Automação Ltda	0,00	27.913,25	27.913,25	0,00
4197	02.01.02.16	Conselho de Arquitetura e Urbanismo	0,00	514,27	514,27	0,00
6459	02.01.02.164	TotalCAD Com e Serv. de Informática Ltda	0,00	2.787,00	2.787,00	0,00
6440	02.01.02.165	Laudete Mazetto	0,00	1.624,72	1.624,72	0,00
6467	02.01.02.166	Casa das Tintas Maravilha EIRELI	0,00	250,00	250,00	0,00
6483	02.01.02.167	DELICIAS DA GRAZZI LTDA EPP	0,00	1.124,04	1.124,04	0,00
6491	02.01.02.168	FH Papelaria EIRELI - Papelaria Millenniun	0,00	3.348,53	3.348,53	0,00
6521	02.01.02.169	CP Jeans Ltda	0,00	100,00	100,00	0,00
6530	02.01.02.170	Edson Leandro Viegas 06531688963	0,00	360,00	360,00	0,00
6548	02.01.02.171	Maravilha Tintas Ltda	0,00	450,00	450,00	0,00
6556	02.01.02.172	Marco Aurélio Konell	0,00	112,80	112,80	0,00
6564	02.01.02.173	Gilmar Carlos Eckert	0,00	210,00	210,00	0,00
6572	02.01.02.174	Centermedi Com de Prod Hosp Ltda	0,00	152,00	152,00	0,00
6580	02.01.02.175	Valquiria Zenere	0,00	1.251,08	1.251,08	0,00
6599	02.01.02.176	Detetizadora Estrela Ltda	0,00	600,00	600,00	0,00
6629	02.01.02.177	Computech Inofrmática Lita ME	0,00	9.998,00	9.998,00	0,00
6610	02.01.02.178	Ilumina Decorações Tecidos e Aviaamentos	0,00	366,87	366,87	0,00
6645	02.01.02.179	Relojoaria e Joalheiria Brilhante Eireli	0,00	55,00	55,00	0,00
4219	02.01.02.18	MHNET Telecomunicações Eireli	0,00	2.529,30	2.529,30	0,00
6637	02.01.02.180	Jurandir Reckers	0,00	465,00	465,00	0,00
6653	02.01.02.181	Metalfer Metalúrgica Eireli	0,00	1.835,00	1.835,00	0,00
6661	02.01.02.182	Conte e Cia Ltda	0,00	827,00	827,00	0,00
6670	02.01.02.183	Casa dos Korinos Elvis Ltda ME	0,00	860,00	860,00	0,00
6688	02.01.02.184	RT4 Engenharia Ltda ME	0,00	535,00	535,00	0,00
6696	02.01.02.185	HD Comércio e Serv. de Equip. Supr. Inform. Ltda	0,00	1.740,00	1.740,00	0,00
4391	02.01.02.28	Zanotto & Cia Ltda	0,00	797,50	797,50	0,00
4405	02.01.02.29	Refrigeração Mozer Ltda ME	0,00	7.088,00	7.088,00	0,00

SCI -Visual Sucessor

15/01/2021 14:24:14

## Associação dos Municípios do Entre-Rios

### Balancete Consolidado por Empresas de 01/01/2020 a 31/12/2020

Página: :2

Código	Classificação	Nome	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
4448	02.01.02.33	Auto Mecanica Rieger Ltda	0,00	215,70	215,70	0,00
4464	02.01.02.35	Editora Jornalística Novoeste Ltda	0,00	290,00	290,00	0,00
4472	02.01.02.36	Samir Idalino Silva	0,00	250,00	250,00	0,00
4480	02.01.02.37	Keli Fernanda Luiz Carraro	0,00	2.800,00	2.800,00	0,00
4499	02.01.02.38	Hpprinter Serviços de Informática Ltda	0,00	2.150,00	2.150,00	0,00
4502	02.01.02.39	Editora Jornalística Lider Ltda	0,00	180,00	180,00	0,00
4510	02.01.02.40	Lema Arquitetura e Urbanismo Ltda	0,00	118,80	118,80	0,00
4561	02.01.02.45	Tele Artes Graficas Maravilha Ltda	0,00	53,00	53,00	0,00
4570	02.01.02.46	Tim Celular S/A	0,00	3.299,40	3.299,40	0,00
4774	02.01.02.54	Santa Catarina Informatica Ltda	0,00	4.218,72	4.218,72	0,00
4790	02.01.02.55	Com de Art.Informatica Iraceminha Ltda	0,00	10.997,50	10.997,50	0,00
4952	02.01.02.63	Certisign Certificadora Digital S/A	0,00	227,00	227,00	0,00
5045	02.01.02.71	Criativa Embalagens Ltda	0,00	3.173,35	3.173,35	0,00
5126	02.01.02.78	Renovadora de Pneus Maravilha Ltda	0,00	474,00	474,00	0,00
5142	02.01.02.80	Arnildo Luiz Kollet Soc. Individual de Ad	0,00	14.531,78	14.531,78	0,00
5169	02.01.02.82	Thomas Eloi Heydt ME	0,00	235,00	235,00	0,00
5304	02.01.02.91	Service Com. de Mat. Elétrico Eireli	0,00	3.164,73	3.164,73	0,00
558	02.01.03	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	4.647,90	630.086,83	629.057,00	3.618,07
566	02.01.03.01	Cofins , PIS e CSLL a Recolher	0,00	205,80	205,80	0,00
574	02.01.03.02	Cofins S/Rendimentos a Recolher	45,05	371,57	364,63	38,11
590	02.01.03.04	Irrf a Recolher	0,00	127.023,25	127.023,25	0,00
604	02.01.03.05	Inss a Recolher	4.602,85	391.070,84	390.047,95	3.579,96
612	02.01.03.06	Fgts a Recolher	0,00	100.034,34	100.034,34	0,00
625	02.01.03.08	Iss a Recolher	0,00	188,05	188,05	0,00
4618	02.01.03.09	Pis S/ Folha a Recolher	0,00	11.192,98	11.192,98	0,00
639	02.01.04	CONTAS A PAGAR	291,88	945.403,12	945.493,86	382,62
640	02.01.04.01	Salários	0,00	938.404,60	938.404,60	0,00
4340	02.01.04.12	Contribuição AABF	0,00	1.002,00	1.002,00	0,00
4359	02.01.04.13	Seguros de Vida	291,88	5.996,52	6.087,26	382,62
795	02.03	PATRIMÔNIO SOCIAL	2.719.141,20	1.849.680,18	2.020.133,60	2.889.594,62
817	02.03.02	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	813.851,35	0,00	0,00	813.851,35
820	02.03.02.01	Imóveis	813.851,35	0,00	0,00	813.851,35
850	02.03.04	RESULTADOS SOCIAIS	1.905.289,85	1.849.680,18	2.020.133,60	2.075.743,27
875	02.03.04.03	Superávit/déficit do exercício	1.905.289,85	1.849.680,18	2.020.133,60	2.075.743,27
892	03	RECEITAS	0,00	2.020.133,60	2.020.133,60	0,00
906	03.01	CONTRIBUIÇÕES ASSOCIADOS	0,00	1.923.653,63	1.923.653,63	0,00
914	03.01.01	Município de Bom Jesus do Oeste	0,00	82.926,94	82.926,94	0,00
2160	03.01.01.01	Contribuições Mensais	0,00	82.926,94	82.926,94	0,00
922	03.01.02	Município de Caibi	0,00	82.926,94	82.926,94	0,00
2194	03.01.02.01	Contribuições Mensais	0,00	82.926,94	82.926,94	0,00
930	03.01.03	Município de Cunhataí	0,00	82.926,94	82.926,94	0,00
2224	03.01.03.01	Contribuições Mensais	0,00	82.926,94	82.926,94	0,00
949	03.01.04	Município de Cunha Porã	0,00	102.239,72	102.239,72	0,00
2259	03.01.04.01	Contribuições Mensais	0,00	102.239,72	102.239,72	0,00
957	03.01.05	Município de Flor do Sertão	0,00	82.926,94	82.926,94	0,00
2283	03.01.05.01	Contribuições Mensais	0,00	82.926,94	82.926,94	0,00
965	03.01.06	Município de Iraceminha	0,00	82.926,94	82.926,94	0,00
2313	03.01.06.01	Contribuições Mensais	0,00	82.926,94	82.926,94	0,00
973	03.01.07	Município de Maravilha	0,00	543.384,19	543.384,19	0,00
2348	03.01.07.01	Contribuições Mensais	0,00	543.384,19	543.384,19	0,00
981	03.01.08	Município de Modelo	0,00	82.926,94	82.926,94	0,00
2372	03.01.08.01	Contribuições Mensais	0,00	82.926,94	82.926,94	0,00
990	03.01.09	Município de Palmitos	0,00	117.052,56	117.052,56	0,00
2402	03.01.09.01	Contribuições Mensais	0,00	117.052,56	117.052,56	0,00
1007	03.01.10	Município de Riqueza	0,00	82.926,94	82.926,94	0,00
2437	03.01.10.01	Contribuições Mensais	0,00	82.926,94	82.926,94	0,00
1010	03.01.11	Município de Saltinho	0,00	82.926,94	82.926,94	0,00
2461	03.01.11.01	Contribuições Mensais	0,00	82.926,94	82.926,94	0,00
3204	03.01.12	Município de Saudades	0,00	82.926,94	82.926,94	0,00
3212	03.01.12.01	Contribuições Mensais	0,00	82.926,94	82.926,94	0,00
3263	03.01.13	Município de Sta Terezinha do Progresso	0,00	82.926,94	82.926,94	0,00
3271	03.01.13.01	Contribuições Mensais	0,00	82.926,94	82.926,94	0,00
3328	03.01.14	Município S.M. da Boa Vista	0,00	82.926,94	82.926,94	0,00
3336	03.01.14.01	Contribuições Mensais	0,00	82.926,94	82.926,94	0,00
3387	03.01.15	Município de Tigrinhos	0,00	82.926,94	82.926,94	0,00
3395	03.01.15.01	Contribuições Mensais	0,00	82.926,94	82.926,94	0,00
3441	03.01.16	Município Romelandia	0,00	82.926,94	82.926,94	0,00
3450	03.01.16.01	Contribuições Mensais	0,00	82.926,94	82.926,94	0,00
3506	03.01.17	Município de Campo Ere	0,00	82.926,94	82.926,94	0,00
3514	03.01.17.01	Contribuições Mensais	0,00	82.926,94	82.926,94	0,00

SCI -Visual Sucessor

15/01/2021 14:24:14

**Associacao dos Municipios do Entre-Rios**  
**Balancete Consolidado por Empresas de 01/01/2020 a 31/12/2020**

Página: :3

Código	Classificação	Nome	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
1040	03.05	OUTRAS RECEITAS	0,00	87.332,60	87.332,60	0,00
5436	03.05.01	OUTRAS RECEITAS	0,00	87.332,60	87.332,60	0,00
1080	03.05.01.08	Receitas Diversas - Aluguel ARIS	0,00	12.500,00	12.500,00	0,00
6270	03.05.01.12	Receitas Diversas - CIS AMERIOS	0,00	29.940,00	29.940,00	0,00
6289	03.05.01.13	Receitas Diversas - CIGA AMERIOS	0,00	44.892,60	44.892,60	0,00
1147	03.06	RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	9.147,37	9.147,37	0,00
5444	03.06.01	RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	9.147,37	9.147,37	0,00
1155	03.06.01.03	Rendimentos de Aplicação	0,00	9.147,37	9.147,37	0,00
1252	04	CUSTOS E DESPESAS	0,00	1.851.821,57	1.851.821,57	0,00
1406	04.02	DESPESAS COM PESSOAL	0,00	1.163.937,34	1.163.937,34	0,00
5487	04.02.01	DESPESAS COM PESSOAL	0,00	1.163.937,34	1.163.937,34	0,00
1422	04.02.01.02	Ordenados e Salários	0,00	957.982,15	957.982,15	0,00
1449	04.02.01.04	Férias	0,00	117.324,74	117.324,74	0,00
1457	04.02.01.05	13º Salário	0,00	88.630,45	88.630,45	0,00
3115	04.03	Obrigações Patronais	0,00	400.896,17	400.896,17	0,00
5495	04.03.01	OBRIGACOES PATRONAIS	0,00	400.896,17	400.896,17	0,00
1465	04.03.01.02	Inss	0,00	289.668,85	289.668,85	0,00
1473	04.03.01.03	Fgts	0,00	100.034,34	100.034,34	0,00
1481	04.03.01.04	Pis/Pasep	0,00	11.192,98	11.192,98	0,00
1546	04.04	FORNECEDOR / PRESTADOR TERCEIROS	0,00	17.811,44	17.811,44	0,00
5509	04.04.01	FORNECEDOR/PRESTADOR TERCEIROS	0,00	17.811,44	17.811,44	0,00
1550	04.04.01.01	Pessoa Física	0,00	3.231,22	3.231,22	0,00
1562	04.04.01.03	Pessoa Jurídica	0,00	14.580,22	14.580,22	0,00
1570	04.05	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00	97.341,40	97.341,40	0,00
5517	04.05.01	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00	97.341,40	97.341,40	0,00
1880	04.05.01.01	Luz	0,00	16.143,50	16.143,50	0,00
1885	04.05.01.02	Água e Esgoto	0,00	2.534,77	2.534,77	0,00
1902	04.05.01.03	Telefone	0,00	7.720,69	7.720,69	0,00
1589	04.05.01.04	Combustíveis	0,00	3.348,81	3.348,81	0,00
1597	04.05.01.05	Manutenção de Veículos	0,00	1.049,70	1.049,70	0,00
1619	04.05.01.08	Manutenção Informática	0,00	8.565,20	8.565,20	0,00
1920	04.05.01.10	Material de Higiene e Limpeza	0,00	6.166,97	6.166,97	0,00
1990	04.05.01.11	Manifrentos para Copa	0,00	2.512,35	2.512,35	0,00
1985	04.05.01.12	Locação de Sistemas Informatizados	0,00	4.970,77	4.970,77	0,00
4650	04.05.01.17	Material de Expediente	0,00	17.930,03	17.930,03	0,00
4049	04.05.01.22	Vigilância e Monitoramento	0,00	3.762,00	3.762,00	0,00
4308	04.05.01.23	Despesas com Internet	0,00	2.529,30	2.529,30	0,00
4677	04.05.01.25	Despesas com Medicina Segurança Trabalho	0,00	2.574,00	2.574,00	0,00
4723	04.05.01.26	Materiais Eletricos	0,00	1.728,72	1.728,72	0,00
4901	04.05.01.28	Material de Processamento de Dados	0,00	1.354,00	1.354,00	0,00
4910	04.05.01.29	Serviços de Impressão de Copias	0,00	11.391,88	11.391,88	0,00
4928	04.05.01.30	Outros Materiais Consumo	0,00	3.058,71	3.058,71	0,00
1872	04.06	DESPESAS GERAIS	0,00	166.505,64	166.505,64	0,00
5576	04.06.01	DESPESAS GERAIS	0,00	166.505,64	166.505,64	0,00
1930	04.06.01.01	Manutenção e reparos	0,00	10.079,57	10.079,57	0,00
1980	04.06.01.02	Diversas	0,00	167,80	167,80	0,00
1925	04.06.01.04	Assinatura e Publicade jornais e revistas	0,00	920,00	920,00	0,00
1955	04.06.01.05	CREA/SC	0,00	491,25	491,25	0,00
1960	04.06.01.06	CAU/SC	0,00	514,27	514,27	0,00
1998	04.06.01.08	Semin/Capac/Reuniões-Servidores	0,00	32,41	32,41	0,00
4596	04.06.01.10	Despesas Topografia e Agrimensura	0,00	109.800,00	109.800,00	0,00
4847	04.06.01.12	Seguros	0,00	4.940,74	4.940,74	0,00
6068	04.06.01.13	Ginástica Laboral	0,00	2.400,00	2.400,00	0,00
6076	04.06.01.14	Serviços de Despachante	0,00	250,00	250,00	0,00
6092	04.06.01.16	Participação CICLO ESTUDOS TCE	0,00	749,36	749,36	0,00
6106	04.06.01.17	Assembléia Prefeitos	0,00	445,75	445,75	0,00
6122	04.06.01.19	Manutenção/reparos Equip.Setor Engenharia	0,00	446,30	446,30	0,00
6149	04.06.01.22	Licenciamento de Veículos	0,00	370,59	370,59	0,00
4669	04.06.01.32	Despesas com manutenção Jardim	0,00	587,00	587,00	0,00
5363	04.06.01.38	Despesas com certificado	0,00	227,00	227,00	0,00
6513	04.06.01.42	Despesa com Prevenção Doenças COVID 19	0,00	2.147,59	2.147,59	0,00
6505	04.06.01.46	Perdas em Fundo de Investimentos	0,00	1.235,76	1.235,76	0,00
6602	04.06.01.47	Locação Software Engenharia	0,00	30.700,25	30.700,25	0,00
1813	04.14	DESPESAS TRIBUTÁRIAS	0,00	3.657,95	3.657,95	0,00
5533	04.14.01	DESPESAS TRIBUTARIAS	0,00	3.657,95	3.657,95	0,00
1830	04.14.01.02	Ipva	0,00	2.008,96	2.008,96	0,00
1848	04.14.01.03	Tributos e Contribuições	0,00	364,63	364,63	0,00
6017	04.14.01.07	IRRF e IOF s/ Aplicação Financeira	0,00	1.284,36	1.284,36	0,00
2000	04.15	Tarifas Bancárias	0,00	1.671,63	1.671,63	0,00
5525	04.15.01	TARIFAS BANCARIAS	0,00	1.671,63	1.671,63	0,00

SCI -Visual Sucessor

15/01/2021 14:24:14



**Associacao dos Municipios do Entre-Rios**  
**Balancete Consolidado por Empresas de 01/01/2020 a 31/12/2020**

Página: :4

Código	Classificação	Nome	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
2011	04.15.01.02	Tarifas Bancárias	0.00	1.671.63	1.671.63	0.00

FRANCISCO VALDECI DE  
ALMEIDA:52618471920

Assinado de forma digital por FRANCISCO  
VALDECI DE ALMEIDA:52618471920  
Dados: 2021.01.18 10:47:12 -03'00'

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA

Contador

CPF: 526.184.719-20

CRC: 1.SC/016887/0-4

RICARDO LUIS  
MALDANER:9872389896  
8

Assinado de forma digital por  
RICARDO LUIS

MALDANER:98723898968

Dados: 2021.01.18 13:50:17 -03'00'

RICARDO LUIS MALDANER

Presidente

CPF: 987.238.989-68

SCI -Visual Sucessor  
15/01/2021 14:24:14



**Associacao dos Municipios do Entre-Rios**

Página: 1

**Balanco Patrimonial em 01/01/2020 a 31/12/2020**

<b>Código</b>	<b>Nome</b>	<b>Saldo atual</b>	<b>Saldo anterior</b>
19	ATIVO	2.893.595,31	2.724.080,98
27	ATIVO CIRCULANTE	502.665,81	332.687,48
35	DISPONIBILIDADES	502.665,81	332.687,48
43	BANCO DO BRASIL S.A AG 858-3 CTA 3315-4	0,00	28.516,37
51	CEF AG 1077 CTA 003.00001127-1	1.192,60	1.154,86
5290	B.B AG 858-3 CTA 3315-4 Apl. RF LP 90 Mil	254.537,27	250.833,78
5347	B.B AG 858-3 C/3315-4 Poupança	0,00	884,06
6416	B.B AG 858-3 CTA 3315-4 Apl RF DI PLUS	199.157,00	51.298,41
6475	B.B AG 858-3 CTA 3315-4 Apl BB AUT MAIS	47.778,94	0,00
345	ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.390.929,50	2.391.393,50
418	IMOBILIZADO	2.390.929,50	2.391.393,50
426	Imóveis	500.004,67	500.004,67
434	Móveis e Utensílios	153.359,00	153.359,00
442	Veículos	88.811,39	146.251,39
450	Máquinas e Equipamentos	17.757,91	17.757,91
469	Equipamento de Informática	127.179,38	112.441,38
477	Predio	1.459.929,15	1.459.929,15
3190	Demais Bens Moveis	7.448,00	1.650,00
493	( - ) Depreciação, Amortização e Exaustão Acumuladas	36.440,00	0,00

contábil SCI VISUAL Sucessor  
15/01/2021 13:44:24

## Associação dos Municípios do Entre-Rios

Página: 2

## Balanço Patrimonial em 01/01/2020 a 31/12/2020

Código	Nome	Saldo atual	Saldo anterior
507	PASSIVO	2.893.595,31	2.724.080,98
515	PASSIVO CIRCULANTE	4.000,69	4.939,78
558	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	3.618,07	4.647,90
574	Cofins S/Rendimentos a Recolher	38,11	45,05
604	Inss a Recolher	3.579,96	4.602,85
639	CONTAS A PAGAR	382,62	291,88
4359	Seguros de Vida	382,62	291,88
795	PATRIMÔNIO SOCIAL	2.889.594,62	2.719.141,20
817	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	813.851,35	813.851,35
820	Imóveis	813.851,35	813.851,35
850	RESULTADOS SOCIAIS	2.075.743,27	1.905.289,85
875	Superávit/déficit do exercício	2.075.743,27	1.905.289,85

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial em 01/01/2020 a 31/12/2020, a vista dos documentos apresentados, cujo Ativo e Passivo importam R\$ 2.893.595,31 - (Dois Milhões Oitocentos e Noventa e Três Mil Quinhentos e Noventa e Cinco Reais e Trinta e Um Centavos)

FRANCISCO VALDECI

DE

ALMEIDA:52618471920

Assinado de forma digital por  
FRANCISCO VALDECI DE  
ALMEIDA:52618471920  
Dados: 2021.01.18 10:49:28 -03'00'

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA

Contador

CPF: 526.184.719-20

CRC: 1.SC/016887/0-4

RICARDO LUIS

MALDANER:987238

98968

Assinado de forma digital por  
RICARDO LUIS  
MALDANER:98723898968  
Dados: 2021.01.18 13:51:00  
-03'00'

RICARDO LUIS MALDANER

Presidente

CPF: 987.238.989-68

contábil SCI VISUAL Sucessor  
15/01/2021 13:44:24



**Associacao dos Municipios do Entre-Rios**

Página: 1

CNPJ : 00.961.206/0001-88

**DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 01/01/2020 a 31/12/2020**

Código	Nome	Saldo atual	Saldo anterior
221	SALDO NO FINAL DO PERÍODO	2.889.594,62	2.719.141,20

Maravilha/SC, 31 Dezembro de 2020.

FRANCISCO VALDECI  
DE  
ALMEIDA:52618471920

Assinado de forma digital por  
FRANCISCO VALDECI DE  
ALMEIDA:52618471920  
Dados: 2021.01.18 10:50:11 -03'00'

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA

Contador

CPF : 526.184.719-20

CRC : 1.SC/016887/0-4

RICARDO LUIS  
MALDANER:98723898  
968

Assinado de forma digital por  
RICARDO LUIS  
MALDANER:98723898968  
Dados: 2021.01.18 13:51:38 -03'00'

RICARDO LUIS MALDANER

Presidente

CPF : 987.238.989-68

ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE-RIOS

contábil SCI VISUAL Sucessor  
15/01/2021 - 13:51:11

**Associação dos Municípios do Entre-Rios**  
**DOAR - Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos**  
**de 01/01/2020 a 31/12/2020**

Página: 1

Classificação	Nome	Saldo atual	Saldo anterior
03	RECEITAS	(1.945.301,00)	(1.869.444,37)
03.01	CONTRIBUIÇÃO ASSOCIADOS	(1.923.653,63)	(1.842.665,63)
03.01.01	Município de Bom Jesus do Oeste	(82.926,94)	(79.435,63)
03.01.01.01	Contribuições Mensais	(82.926,94)	(79.435,63)
03.01.02	Município de Caibí	(82.926,94)	(79.435,63)
03.01.02.01	Contribuições Mensais	(82.926,94)	(79.435,63)
03.01.03	Município de Cunhataí	(82.926,94)	(79.435,63)
03.01.03.01	Contribuições Mensais	(82.926,94)	(79.435,63)
03.01.04	Município de Cunha Pora	(102.239,72)	(97.935,28)
03.01.04.01	Contribuições Mensais	(102.239,72)	(97.935,28)
03.01.05	Município de Flor do Sertão	(82.926,94)	(79.435,63)
03.01.05.01	Contribuições Mensais	(82.926,94)	(79.435,63)
03.01.06	Município de Iraceminha	(82.926,94)	(79.435,63)
03.01.06.01	Contribuições Mensais	(82.926,94)	(79.435,63)
03.01.07	Município de Maravilha	(543.384,19)	(520.507,05)
03.01.07.01	Contribuições Mensais	(543.384,19)	(520.507,05)
03.01.08	Município de Modelo	(82.926,94)	(79.435,63)
03.01.08.01	Contribuições Mensais	(82.926,94)	(79.435,63)
03.01.09	Município de Palmitos	(117.052,56)	(112.124,48)
03.01.09.01	Contribuições Mensais	(117.052,56)	(112.124,48)
03.01.10	Município de Riqueza	(82.926,94)	(79.435,63)
03.01.10.01	Contribuições Mensais	(82.926,94)	(79.435,63)
03.01.11	Município de Saltinho	(82.926,94)	(79.435,63)
03.01.11.01	Contribuições Mensais	(82.926,94)	(79.435,63)
03.01.12	Município de Saudades	(82.926,94)	(79.435,63)
03.01.12.01	Contribuições Mensais	(82.926,94)	(79.435,63)
03.01.13	Município de Santa Terezinha do Progresso	(82.926,94)	(79.435,63)
03.01.13.01	Contribuições Mensais	(82.926,94)	(79.435,63)
03.01.14	Município de s.m. boa vista	(82.926,94)	(79.435,63)
03.01.14.01	Contribuições Mensais	(82.926,94)	(79.435,63)
03.01.15	Município de Tigrinhos	(82.926,94)	(79.435,63)
03.01.15.01	Contribuições Mensais	(82.926,94)	(79.435,63)
03.01.16	Município de Romelandia	(82.926,94)	(79.435,63)
03.01.16.01	Contribuições Mensais	(82.926,94)	(79.435,63)
03.01.17	Município de Campo Ere	(82.926,94)	(79.435,63)
03.01.17.01	Contribuições Mensais	(82.926,94)	(79.435,63)
03.05	OUTRAS RECEITAS	(12.500,00)	(5.500,00)
03.05.01	Receitas Diversas	(12.500,00)	(5.500,00)
03.06	RECEITAS PATRIMONIAIS	(9.147,37)	(21.278,74)
03.06.01	Rendimentos de Aplicação	(9.147,37)	(21.278,74)
08	DESPESAS	(1.811.709,26)	(1.903.052,55)
08.1	DESPESAS OPERACIONAIS	(1.808.051,31)	(1.894.162,18)
08.1.01	DESPESAS COM PESSOAL	(1.163.937,34)	(1.144.019,17)
08.1.01.001	Ordenados e Salários	(957.982,15)	(947.505,53)
08.1.01.004	Férias	(117.324,74)	(111.720,67)
08.1.01.005	13.Salário	(88.630,45)	(84.792,97)
08.1.02	ENCARGOS SOCIAIS	(400.896,17)	(371.936,11)
08.1.02.001	I.N.S.S.	(289.668,85)	(268.140,69)
08.1.02.002	F.G.T.S.	(100.034,34)	(92.977,22)
08.1.02.004	PIS sobre Folha	(11.192,98)	(10.818,20)
08.1.03	DESPESAS GERAIS	(243.217,80)	(378.206,90)
08.1.03.001	CREA/SC	(491,25)	(475,63)
08.1.03.003	Água e Esgoto	(2.268,84)	(2.606,30)
08.1.03.004	Energia Elétrica	(16.143,50)	(18.481,50)

ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE-RIOS

 contábil SCI VISUAL Sucessor  
 15/01/2021 - 13:55:46


**Associação dos Municípios do Entre-Rios**  
**DOAR - Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos**  
**de 01/01/2020 a 31/12/2020**

Página: 2

Classificação	Nome	Saldo atual	Saldo anterior
08.1.03.005	Mantimentos para Copa	(2.512,35)	(3.995,66)
08.1.03.006	Material de Expediente	(17.930,03)	(12.837,40)
08.1.03.007	Material de Higiene e Limpeza	(5.573,15)	(3.332,33)
08.1.03.008	Material de Escritório	0,00	(1.355,50)
08.1.03.009	Manutenção e Reparos	(10.079,57)	(17.733,73)
08.1.03.010	Combustíveis e Lubrificantes	(3.348,81)	(6.273,85)
08.1.03.011	Manutenção de Veículos	(1.049,70)	(4.767,36)
08.1.03.015	CAU/SC	(514,27)	(497,50)
08.1.03.017	Locação de Sistemas Informatizados	(4.970,77)	(41.785,90)
08.1.03.018	Serviços de Terceiros - Pessoa Física	(3.231,22)	(1.350,00)
08.1.03.019	Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	(14.580,22)	(85.397,64)
08.1.03.020	Lanches e Refeições	0,00	(1.326,69)
08.1.03.021	Seminários/Congressos/Simpósios	(32,41)	(4.273,99)
08.1.03.022	Telefone	(7.500,73)	(10.672,14)
08.1.03.023	Diversas	(167,80)	(76,00)
08.1.03.024	Vigilância e Monitoramento	(3.475,00)	(3.444,00)
08.1.03.025	Manutenção Informática	(8.565,20)	(4.033,80)
08.1.03.027	Assinatura de Publicidade de Jornais e Revistas	(920,00)	(922,76)
08.1.03.028	Despesas com Internet	(2.529,30)	(2.278,80)
08.1.03.029	Outros Materiais de Consumo	(3.058,71)	(461,10)
08.1.03.030	Despesas com topografia e Agrimensura	(109.800,00)	(109.800,00)
08.1.03.031	Despesas com Manutenção Jardim	(587,00)	(480,00)
08.1.03.035	Despesa com Plotagem	0,00	(7.843,00)
08.1.03.038	Material de Processamento de Dados	(1.354,00)	(885,00)
08.1.03.040	Serviços de Impressão de Cópias	(11.391,88)	(15.812,74)
08.1.03.043	Outros Serviços	0,00	(85,63)
08.1.03.045	Despesas com Segurança do Trabalho	(2.574,00)	(2.376,00)
08.1.03.047	Despesas com Passagem	0,00	(670,44)
08.1.03.048	Seguros Veículos	(4.940,74)	(5.299,74)
08.1.03.049	Tarifas Bancárias	(1.671,63)	(1.893,64)
08.1.03.051	Materiais Elétricos	(1.728,72)	(3.045,91)
08.1.03.054	DESPESAS COM CERTIFICADO	(227,00)	(731,00)
08.1.03.056	Hospedagens	0,00	(844,22)
08.1.03.058	Estacionamento	0,00	(60,00)
08.3	DESPESAS OPERACIONAIS TRIBUTÁRIAS	(3.657,95)	(5.602,37)
08.3.01	IMPOSTOS	(3.657,95)	(5.602,37)
08.3.01.002	Tributos e Contribuições	(364,63)	(1.689,02)
08.3.01.004	IPVA	(2.008,96)	(350,00)
08.3.01.008	IRRF s/aplicação financeira	(1.284,36)	(3.563,35)
08.5	OUTRAS DESPESAS	0,00	(3.288,00)
08.5.01	PERDAS	0,00	(3.288,00)
08.5.01.002	Baixa Bens Inservíveis	0,00	(3.288,00)
13	RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES E IMPOSTOS	0,00	3.288,00
16	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(133.591,74)	33.608,18
16.01	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(133.591,74)	33.608,18
16.01.001	Resultado Líquido do Exercício (Lucro)	(133.591,74)	0,00

ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE-RIOS

 contábil SCI VISUAL Sucessor  
 15/01/2021 - 13:55:46


**Associação dos Municípios do Entre-Rios**  
**DOAR - Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos**  
**de 01/01/2020 a 31/12/2020**

Página: 3

Classificação	Nome	Saldo atual	Saldo anterior
---------------	------	-------------	----------------

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA:52618471920

Assinado de forma digital por  
FRANCISCO VALDECI DE  
ALMEIDA:52618471920  
Dados: 2021.01.18 10:50:55 -03'00'

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA

Contador

CPF : 526.184.719-20

CRC : 1.SC/016887/0-4

RICARDO LUIS MALDANER

Presidente

CPF : 987.238.989-68

ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE-RIOS

contábil SCI VISUAL Sucessor  
15/01/2021 - 13:55:46

**Associação dos Municípios do Entre-Rios**  
**DLPA - Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados**  
**de 01/01/2020 a 31/12/2020**

Página: 1

Classificação	Nome	Saldo atual	Saldo anterior
1	FLUXOS DE CAIXA ORIGINÁRIOS DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.041.938,83	3.853.271,28
1.01	Recursos Recebidos	2.020.133,60	1.925.688,82
1.04	(-) Pagamentos Despesas com Perda Capital	(57.440,00)	45.288,00
1.05	(-) Pagamentos de Impostos	400.896,17	371.936,11
1.06	(-) Pagamentos de Salários a Colaboradores	1.163.937,34	1.144.019,17
1.07	(-) Pagamentos de Prestadores Serviços	17.811,44	86.747,64
1.08	(-) Pagamentos de Despesas Administrativas	97.341,40	145.728,29
1.10	(-) Pagamentos de Tarifas	1.671,63	1.893,64
1.11	Disponibilidade Líquida gerado nas atividades operacionais	397.587,25	131.969,61
5	Disponibilidades no Início do Período	332.687,48	371.429,56
6	Disponibilidades no Final do Período	502.665,81	332.687,48
7	Variação das Disponibilidades	169.978,33	(38.742,08)

FRANCISCO VALDECI DE  
ALMEIDA:52618471920

Assinado de forma digital por  
FRANCISCO VALDECI DE  
ALMEIDA:52618471920  
Dados: 2021.01.18 10:59:18 -03'00'

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA

Contador

CPF : 526.184.719-20

CRC : 1.SC/016887/0-4

RICARDO LUIS  
MALDANER:987238  
98968

Assinado de forma digital por  
RICARDO LUIS  
MALDANER:98723898968  
Dados: 2021.01.18 13:52:13 -03'00'

RICARDO LUIS MALDANER

Presidente

CPF : 987.238.989-68

ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE-RIOS

contábil SCI VISUAL Sucessor  
18/01/2021 - 10:56:23



## Associação dos Municípios do Entre-Rios

Página: 1

CNPJ : 00.961.206/0001-88

## Balanco de resultado econômico 01/01/2020 a 31/12/2020

GASTOS	DÉBITO	RENDAS	CRÉDITO
DESPESAS OPERACIONAIS	1.849.680,18	RECEITAS FINANCEIRAS	2.020.133,60
Obrigações Patronais	400.896,17	Rendas Financeiras	2.020.133,60
Administrativas	95.974,69		0,00
GERAIS	165.730,96		0,00
TRIBUTARIAS	3.657,95		0,00
Despesas com pessoal	1.163.937,34		
Prestador/ Terceiros	17.811,44		
Tarifas	1.671,63		
TOTAL DE DESPESAS OPERACIONAIS (6)	1.849.680,18	TOTAL DE RECEITAS FINANCEIRAS (7)	0,00
GASTOS NÃO OPERACIONAIS	82.926,94	RENDAS NÃO OPERACIONAIS	0,00
Variação Monetária Passiva	82.926,94	Variações Monetárias Ativas	0,00
GASTO NÃO OPERACIONAIS (9)	82.926,94	TOTAL DAS RENDAS NÃO OPERACIONAIS (10)	0,00
SOMA REGISTROS A DÉBITO = (1+4+6+9+12+13)	1.932.607,12	SOMA REGISTROS A CRÉDITO = (2+7+10+15)	2.020.133,60

Maravilha/SC, 31 Dezembro de 2020.

FRANCISCO VALDECI DE  
ALMEIDA:52618471920Assinado de forma digital por  
FRANCISCO VALDECI DE  
ALMEIDA:52618471920  
Dados: 2021.01.18 11:00:01 -03'00'RICARDO LUIS  
MALDANER:98723  
898968Assinado de forma digital por  
RICARDO LUIS  
MALDANER:98723898968  
Dados: 2021.01.18 13:52:54  
-03'00'

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA

Contador

CPF : 526.184.719-20

CRC : 1.SC/016887/0-4

RICARDO LUIS MALDANER

Presidente

CPF : 987.238.989-68

ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE-RIOS

contábil SCI VISUAL Sucessor  
15/01/2021 - 14:17:58**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

**Associacao dos Municipios do Entre-Rios**  
**Demonstração do Valor Adicionado de 01/01/2020 a 31/12/2020**

Página: 1

Classificação	Nome	Saldo atual	Saldo anterior
01	ATIVO	2.845.816,37	2.724.080,98
01.01	ATIVO CIRCULANTE	454.886,87	332.687,48
01.01.01	DISPONIBILIDADES	454.886,87	332.687,48
01.01.01.01	BANCO DO BRASIL S.A AG 858-3 CTA 3315-4	0,00	28.516,37
01.01.01.03	CEF AG 1077 CTA 003.00001127-1	1.192,60	1.154,86
01.01.01.05	B.B AG 858-3 CTA 3315-4 Apl. RF LP 90 Mil	254.537,27	250.833,78
01.01.01.06	B.B AG 858-3 C/3315-4 Poupança	0,00	884,06
01.01.01.07	B.B AG 858-3 CTA 3315-4 Apl RF DI PLUS	199.157,00	51.298,41
01.02	ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.390.929,50	2.391.393,50
01.02.06	IMOBILIZADO	2.390.929,50	2.391.393,50
01.02.06.01	Imóveis	500.004,67	500.004,67
01.02.06.02	Móveis e Utensílios	153.359,00	153.359,00
01.02.06.03	Veículos	88.811,39	146.251,39
01.02.06.04	Máquinas e Equipamentos	17.757,91	17.757,91
01.02.06.05	Equipamento de Informática	127.179,38	112.441,38
01.02.06.08	Predio	1.459.929,15	1.459.929,15
01.02.06.11	Demais Bens Moveis	7.448,00	1.650,00
01.02.06.12	( - ) Depreciação, Amortização e Exaustão Acumuladas	36.440,00	0,00
02	PASSIVO	2.723.141,89	2.726.663,91
02.01	PASSIVO CIRCULANTE	4.000,69	4.939,78
02.01.03	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	3.618,07	4.647,90
02.01.03.02	Cofins S/Rendimentos a Recolher	38,11	45,05
02.01.03.05	Inss a Recolher	3.579,96	4.602,85
02.01.04	CONTAS A PAGAR	382,62	291,88
02.01.04.13	Seguros de Vida	382,62	291,88
02.03	PATRIMÔNIO SOCIAL	2.719.141,20	2.721.724,13
02.03.02	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	813.851,35	813.851,35
02.03.02.01	Imóveis	813.851,35	813.851,35
02.03.04	RESULTADOS SOCIAIS	1.905.289,85	1.907.872,78
02.03.04.03	Superávit/déficit do exercício	1.905.289,85	1.907.872,78
03	RECEITAS	2.020.133,60	1.925.688,82
03.01	CONTRIBUIÇÕES ASSOCIADOS	1.923.653,63	1.842.665,63
03.01.01	Município de Bom Jesus do Oeste	82.926,94	79.435,63
03.01.01.01	Contribuições Mensais	82.926,94	79.435,63
03.01.02	Município de Caibi	82.926,94	79.435,63
03.01.02.01	Contribuições Mensais	82.926,94	79.435,63
03.01.03	Município de Cunhataí	82.926,94	79.435,63
03.01.03.01	Contribuições Mensais	82.926,94	79.435,63
03.01.04	Município de Cunha Porã	102.239,72	97.935,28
03.01.04.01	Contribuições Mensais	102.239,72	97.935,28
03.01.05	Município de Flor do Sertão	82.926,94	79.435,63
03.01.05.01	Contribuições Mensais	82.926,94	79.435,63
03.01.06	Município de Iraceminha	82.926,94	79.435,63
03.01.06.01	Contribuições Mensais	82.926,94	79.435,63
03.01.07	Município de Maravilha	543.384,19	520.507,05
03.01.07.01	Contribuições Mensais	543.384,19	520.507,05
03.01.08	Município de Modelo	82.926,94	79.435,63
03.01.08.01	Contribuições Mensais	82.926,94	79.435,63
03.01.09	Município de Palmitos	117.052,56	112.124,48
03.01.09.01	Contribuições Mensais	117.052,56	112.124,48
03.01.10	Município de Riqueza	82.926,94	79.435,63
03.01.10.01	Contribuições Mensais	82.926,94	79.435,63
03.01.11	Município de Saltinho	82.926,94	79.435,63
03.01.11.01	Contribuições Mensais	82.926,94	79.435,63

ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE-RIOS

contábil SCI VISUAL Sucessor  
15/01/2021 - 14:10:45





**Associacao dos Municipios do Entre-Rios**  
**Demonstração do Valor Adicionado de 01/01/2020 a 31/12/2020**

Página: 2

Classificação	Nome	Saldo atual	Saldo anterior
03.01.12	Município de Saudades	82.926,94	79.435,63
03.01.12.01	Contribuições Mensais	82.926,94	79.435,63
03.01.13	Município de Sta Terezinha do Progresso	82.926,94	79.435,63
03.01.13.01	Contribuições Mensais	82.926,94	79.435,63
03.01.14	Município S.M. da Boa Vista	82.926,94	79.435,63
03.01.14.01	Contribuições Mensais	82.926,94	79.435,63
03.01.15	Município de Tigrinhos	82.926,94	79.435,63
03.01.15.01	Contribuições Mensais	82.926,94	79.435,63
03.01.16	Município Romelandia	82.926,94	79.435,63
03.01.16.01	Contribuições Mensais	82.926,94	79.435,63
03.01.17	Município de Campo Ere	82.926,94	79.435,63
03.01.17.01	Contribuições Mensais	82.926,94	79.435,63
03.05	OUTRAS RECEITAS	87.332,60	61.744,45
03.05.01	OUTRAS RECEITAS	87.332,60	61.744,45
03.05.01.04	Recuperação de despesas	0,00	120,00
03.05.01.08	Receitas Diversas - Aluguel ARIS	12.500,00	5.500,00
03.05.01.12	Receitas Diversas - CIS AMERIOS	29.940,00	22.455,00
03.05.01.13	Receitas Diversas - CIGA AMERIOS	44.892,60	33.669,45
03.06	RECEITAS PATRIMONIAIS	9.147,37	21.278,74
03.06.01	RECEITAS PATRIMONIAIS	9.147,37	21.278,74
03.06.01.03	Rendimentos de Aplicação	9.147,37	21.278,74
04	CUSTOS E DESPESAS	1.815.596,58	1.928.271,75
04.02	DESPESAS COM PESSOAL	1.163.937,34	1.144.019,17
04.02.01	DESPESAS COM PESSOAL	1.163.937,34	1.144.019,17
04.02.01.02	Ordenados e Salários	957.982,15	947.505,53
04.02.01.04	Férias	117.324,74	111.720,67
04.02.01.05	13º Salário	88.630,45	84.792,97
04.03	Obrigações Patronais	400.896,17	371.936,11
04.03.01	OBRIGACOES PATRONAIS	400.896,17	371.936,11
04.03.01.02	Inss	289.668,85	268.140,69
04.03.01.03	Fgts	100.034,34	92.977,22
04.03.01.04	Pis/Pasep	11.192,98	10.818,20
04.04	FORNECEDOR / PRESTADOR TERCEIROS	17.811,44	86.747,64
04.04.01	FORNECEDOR/PRESTADOR TERCEIROS	17.811,44	86.747,64
04.04.01.01	Pessoa Física	3.231,22	1.350,00
04.04.01.03	Pessoa Jurídica	14.580,22	85.397,64
04.05	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	95.974,69	145.728,29
04.05.01	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	95.974,69	145.728,29
04.05.01.01	Luz	16.143,50	18.481,50
04.05.01.02	Água e Esgoto	2.268,84	2.606,30
04.05.01.03	Telefone	7.500,73	10.672,14
04.05.01.04	Combustíveis	3.348,81	6.273,85
04.05.01.05	Manutenção de Veículos	1.049,70	4.767,36
04.05.01.06	Material de Escritório	0,00	1.355,50
04.05.01.08	Manutenção Informática	8.565,20	4.033,80
04.05.01.10	Material de Higiene e Limpeza	5.573,15	3.332,33
04.05.01.11	Mantimentos para Copa	2.512,35	3.995,66
04.05.01.12	Locação de Sistemas Informatizados	4.970,77	41.785,90
04.05.01.17	Material de Expediente	17.930,03	12.837,40
04.05.01.22	Vigilancia e Monitoramento	3.475,00	3.444,00
04.05.01.23	Despesas com Internet	2.529,30	2.278,80
04.05.01.25	Despesas com Medicina Segurança Trabalho	2.574,00	2.376,00
04.05.01.26	Materiais Elétricos	1.728,72	3.045,91
04.05.01.28	Material de Processamento de Dados	1.354,00	885,00
04.05.01.29	Serviços de Impressão de Copias	11.391,88	15.812,74

ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE-RIOS

 contábil SCI VISUAL Sucessor  
 15/01/2021 - 14:10:45


**Associação dos Municípios do Entre-Rios**  
**Demonstração do Valor Adicionado de 01/01/2020 a 31/12/2020**

Página: 3

Classificação	Nome	Saldo atual	Saldo anterior
04.05.01.30	Outros Materiais Consumo	3.058,71	461,10
04.05.01.33	Central Telefônica	0,00	7.283,00
04.06	DESPESAS GERAIS	131.647,36	169.056,53
04.06.01	DESPESAS GERAIS	131.647,36	169.056,53
04.06.01.01	Manutenção e reparos	10.079,57	17.733,73
04.06.01.02	Diversas	167,80	76,00
04.06.01.04	Assinatura e Publicação jornais e revistas	920,00	922,76
04.06.01.05	CREA/SC	491,25	475,63
04.06.01.06	CAU/SC	514,27	497,50
04.06.01.08	Semin/Capac/Reuniões-Servidores	32,41	4.273,99
04.06.01.10	Despesas Topografia e Agrimensura	109.800,00	109.800,00
04.06.01.12	Seguros	4.940,74	5.299,74
04.06.01.13	Ginástica Laboral	2.000,00	3.410,00
04.06.01.14	Serviços de Despachante	250,00	0,00
04.06.01.16	Participação CICLO ESTUDOS TCE	374,68	1.955,00
04.06.01.17	Assembleia Prefeitos	445,75	490,00
04.06.01.19	Manutenção/reparos Equip.Setor Engenharia	446,30	717,55
04.06.01.20	Lanches e refeições	0,00	1.326,69
04.06.01.22	Licenciamento de Veículos	370,59	1.097,68
04.06.01.32	Despesas com manutenção Jardim	587,00	480,00
04.06.01.33	Despesa com Passagem	0,00	670,44
04.06.01.35	Despesa com Plotagem/Manut.Máquina	0,00	7.843,00
04.06.01.36	Outros Serviços	0,00	85,63
04.06.01.38	Despesas com certificado	227,00	731,00
04.06.01.39	Hospedagem	0,00	844,22
04.06.01.41	Estacionamento	0,00	60,00
04.06.01.44	Depósito Judicial-Justiça Trabalho	0,00	271,37
04.06.01.45	Jogos de Integração AMERIOS	0,00	9.994,60
04.09	RESULTADO NÃO OPERACIONAL	0,00	3.288,00
04.09.01	RESULTADO NAO OPERACIONAL	0,00	3.288,00
04.09.01.01	BAIXA BENS INSERVIVEIS	0,00	3.288,00
04.14	DESPESAS TRIBUTÁRIAS	3.657,95	5.602,37
04.14.01	DESPESAS TRIBUTARIAS	3.657,95	5.602,37
04.14.01.02	Ipva	2.008,96	350,00
04.14.01.03	Tributos e Contribuições	364,63	1.689,02
04.14.01.07	IRRF s/ Aplicação Financeira	1.284,36	3.563,35
04.15	Tarifas Bancárias	1.671,63	1.893,64
04.15.01	TARIFAS BANCARIAS	1.671,63	1.893,64
04.15.01.02	Tarifas Bancárias	1.671,63	1.893,64

ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE-RIOS

contábil SCI VISUAL Sucessor  
15/01/2021 - 14:10:45



**Associacao dos Municipios do Entre-Rios**  
**Demonstração do Valor Adicionado de 01/01/2020 a 31/12/2020**

Página: 4

Classificação	Nome	Saldo atual	Saldo anterior
	<div>FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA:52618471920</div> <div>Assinado de forma digital por FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA:52618471920 Dados: 2021.01.18 11:00:40 -03'00'</div>	<div>RICARDO LUIS MALDANER:98723898968</div> <div>Assinado de forma digital por RICARDO LUIS MALDANER:98723898968 Dados: 2021.01.18 13:53:43 -03'00'</div>	

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA

Contador

CPF : 526.184.719-20

CRC : 1.SC/016887/0-4

RICARDO LUIS MALDANER

Presidente

CPF : 987.238.989-68

ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE-RIOS

contábil SCI VISUAL Sucessor  
15/01/2021 - 14:10:45

**Associação dos Municípios do Entre-Rios**  
**DFC - Demonstração dos Fluxos de Caixa de 01/01/2020 a 31/12/2020**

Página: 1

Classificação	Nome	Saldo atual	Saldo anterior
1	FLUXOS DE CAIXA ORIGINÁRIOS DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.041.938,83	3.853.271,28
1.01	Recursos Recebidos	2.020.133,60	1.925.688,82
1.04	(-) Pagamentos Despesas com Perda Capital	(57.440,00)	45.288,00
1.05	(-) Pagamentos de Impostos	400.896,17	371.936,11
1.06	(-) Pagamentos de Salários a Colaboradores	1.163.937,34	1.144.019,17
1.07	(-) Pagamentos de Prestadores Serviços	17.811,44	86.747,64
1.08	(-) Pagamentos de Despesas Administrativas	97.341,40	145.728,29
1.10	(-) Pagamentos de Tarifas	1.671,63	1.893,64
1.11	Disponibilidade Líquida gerado nas atividades operacionais	397.587,25	131.969,61
5	Disponibilidades no Início do Período	332.687,48	371.429,56
6	Disponibilidades no Final do Período	502.665,81	332.687,48
7	Variação das Disponibilidades	169.978,33	(38.742,08)

FRANCISCO VALDECI  
DE  
ALMEIDA:52618471920

Assinado de forma digital por  
FRANCISCO VALDECI DE  
ALMEIDA:52618471920  
Dados: 2021.01.18 11:01:24 -03'00'

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA  
Contador  
CPF : 526.184.719-20  
CRC : 1.SC/016887/0-4

RICARDO LUIS  
MALDANER:987238  
98968

Assinado de forma digital por  
RICARDO LUIS  
MALDANER:98723898968  
Dados: 2021.01.18 13:54:22 -03'00'

RICARDO LUIS MALDANER  
Presidente  
CPF : 987.238.989-68

ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE-RIOS

contábil SCI VISUAL Sucessor  
15/01/2021 - 13:59:34



## Associação dos Municípios do Entre-Rios

Página: 1

CNPJ : 00.961.206/0001-88

## Demonstração do Resultado Abrangente de 01/01/2020 a 31/12/2020

Código	Classificação	Nome	31/12/2020
19	01	ATIVO	2.893.595,31
27	01.01	ATIVO CIRCULANTE	502.665,81
35	01.01.01	DISPONIBILIDADES	502.665,81
51	01.01.01.03	CEF AG 1077 CTA 003.00001127-1	1.192,60
5290	01.01.01.05	B.B AG 858-3 CTA 3315-4 Apl. RF LP 90 Mil	254.537,27
6416	01.01.01.07	B.B AG 858-3 CTA 3315-4 Apl RF DI PLUS	199.157,00
6475	01.01.01.08	B.B AG 858-3 CTA 3315-4 Apl BB AUT MAIS	47.778,94
345	01.02	ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.390.929,50
418	01.02.06	IMOBILIZADO	2.390.929,50
426	01.02.06.01	Imóveis	500.004,67
434	01.02.06.02	Móveis e Utensílios	153.359,00
442	01.02.06.03	Veículos	88.811,39
450	01.02.06.04	Máquinas e Equipamentos	17.757,91
469	01.02.06.05	Equipamento de Informática	127.179,38
477	01.02.06.08	Predio	1.459.929,15
3190	01.02.06.11	Demais Bens Moveis	7.448,00
493	01.02.06.12	( - ) Depreciação, Amortização e Exaustão Acumuladas	36.440,00
507	02	PASSIVO	2.893.595,31
515	02.01	PASSIVO CIRCULANTE	4.000,69
558	02.01.03	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	3.618,07
574	02.01.03.02	Cofins S/Rendimentos a Recolher	38,11
604	02.01.03.05	Inss a Recolher	3.579,96
639	02.01.04	CONTAS A PAGAR	382,62
4359	02.01.04.13	Seguros de Vida	382,62
795	02.03	PATRIMÔNIO SOCIAL	2.889.594,62
817	02.03.02	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	813.851,35
820	02.03.02.01	Imóveis	813.851,35
850	02.03.04	RESULTADOS SOCIAIS	2.075.743,27
875	02.03.04.03	Superávit/déficit do exercício	2.075.743,27

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração do Resultado do Exercício, a vista dos documentos apresentados, transcrito nas páginas 1 a 1 do livro diário nº3.

Maravilha/SC, 31 Dezembro de 2020.

FRANCISCO VALDECI  
DE  
ALMEIDA:52618471920

Assinado de forma digital por  
FRANCISCO VALDECI DE  
ALMEIDA:52618471920  
Dados: 2021.01.18 11:01:58 -03'00'

RICARDO LUIS  
MALDANER:98723898  
968

Assinado de forma digital por  
RICARDO LUIS  
MALDANER:98723898968  
Dados: 2021.01.18 13:54:58 -03'00'

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA

Contador

CPF : 526.184.719-20

CRC : 1.SC/016887/0-4

RICARDO LUIS MALDANER

Presidente

CPF : 987.238.989-68

ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE-RIOS

contábil SCI VISUAL Sucessor

15/01/2021 - 13:46:51



**AMURC****DECRETO 01-2021**

Publicação Nº 2867640

Curitiba, 15 de fevereiro de 2021.

**DECRETO 01-2021**

Dispõe sobre Luto Oficial na Associação dos Municípios da Região do Contestado - AMURC e da outras providências.

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Frei Rogério, SC e Presidente da Amurc, no uso de atribuições que lhe confere o Estatuto Social da entidade, DECRETA: LUTO OFICIAL por 03 (três) dias no âmbito da sede da Associação dos Municípios dos municípios da Região do Contestado, considerando o falecimento do ex Secretário Executivo da AMURC, Sr. Valdir Ângelo Tagliari, ocorrido no dia 15 de fevereiro de 2021.

Curitiba, 15 de fevereiro de 2021.

JAIR DA SILVA RIBEIRO  
PRESIDENTE DA AMUC

**AMUREL****ATA AGE 22-04-2020**

Publicação Nº 2868954

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA – AMUREL**

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de 2020 (22/04/2020), às 08:30h, em segunda chamada, reuniram-se na modalidade virtual, para Assembleia Geral Extraordinária da Associação de Municípios da Região de Laguna - AMUREL, os senhores Prefeitos representantes dos Municípios Associados: Clésio Bordini de Biasi, Prefeito do Município de Treze de Maio, Residente na Rua: Thomaz Damian Preve, 293, 88710-000 - Treze de Maio – SC, CPF: 661.199.369-04, RG: 2.210.297, Estado civil: Casado, Naturalidade: Treze de Maio, profissão: Empresário, neste ato representado pelo Senhor Agnaldo Carara, Prefeito em Exercício; Ibaneis Lembeck, Prefeito do Município de São Ludgero, residente na Rua Padre José, 600 - Bairro Centro, 88730-000 - São Ludgero – SC, CPF: 680.817.519-72, Estado civil: Casado, Naturalidade: Rio Fortuna, ocupação: Empresário; Joares Carlos Ponticelli, Prefeito do Município de Tubarão, residente na Rua: Lauro Muller, 334 cobertura 01 – Centro, 88701-100 - Tubarão – SC, CPF: 481.036.329-53, RG: 1.422.567, Estado civil: Divorciado, Naturalidade: Pouso Redondo, profissão: Professor; José Benjamim Arent, Prefeito do Município de Armazém, residente na Rua: Arnoldo Michels, 99 – Centro, 88740-000 - Armazém – SC, CPF: 290.721.239-72, RG: 4.827.177, Estado civil: Casado, Naturalidade: Armazém, profissão: Contador; Lindomar Ballmann, Prefeito do Município de Rio Fortuna, residente na Rua: Nereu Ramos, 249 – Centro, 88760-000 - Rio Fortuna – SC, CPF: 031.353.049-14, RG: 3.868.063, Estado civil: Casado, Naturalidade: Rio Fortuna, profissão: Professor Ensino Médio; Márcio Borba Blasius, Prefeito do Município de Grão Pará, residente na Estrada Geral Rio Pequeno, s/nº - Centro, 88900-000 – Grão Pará – SC, CPF: 054.241.769-33, RG: 4.838.059-8, Estado civil: Casado, Naturalidade: Grão Pará, profissão: Servidor Público Municipal; Mauro Vargas Candemil, Prefeito do Município de Laguna, residente na Avenida João Pinho, 677 - Mar Grosso, 88790-000 - Laguna – SC, CPF: 009.891.779-04, RG: 124.462, Estado civil: Divorciado, Naturalidade: Laguna, profissão: Engenheiro; Nivaldo de Sousa, Prefeito do Município de Capivari de Baixo, residente na Avenida Machado de Assis, 740 – Centro, 88745-000 - Capivari de Baixo – SC, CPF: 377.691.629-04, RG: 8.348.545, Estado civil: Casado, Naturalidade: Capivari de Baixo, ocupação: Aposentado; Roberto Kuerten Marcelino, Prefeito do Município de Braço do Norte, residente na Avenida Getúlio Vargas, 817 – Centro, 88750-000 - Braço do Norte – SC, CPF: 034.788.629-90, RG: 4.004.369, Estado civil: Casado, Naturalidade: Braço do Norte, ocupação; Administrador; Robson Jean Back, Prefeito do Município de São Martinho, Avenida Frederico Schumacher, 140 apto 01 – Centro, 88765-000 - São Martinho – SC, CPF: 016.399.209-60, RG: 3.504.814, Estado civil: Casado, Naturalidade: São Martinho, profissão: Administrador; Rosivaldo da Silva Júnior, Prefeito do Município de Imbituba, residente Rua: Vergilino Soares, s/nº - Guaiuba, 88780-000 - Imbituba – SC, CPF: 932.790.199-15, RG: 2.386.554, Estado civil: Casado, Naturalidade: Imaruí, profissão: Médico; Rui José Candemil Júnior, Prefeito do Município de Imaruí, Avenida Governador Celso Ramos, s/nº - Centro, 88770-000 - Imaruí – SC, CPF: 950.653.509-49, RG: 3.028.636, Estado civil: Casado, Naturalidade: Imaruí, profissão: Servidor Público Municipal; Salésio Wiemes, Prefeito do Município de Santa Rosa de Lima, residente na Rua: Henrique Heidemann, 464 - Bela Vista, 88763-000 - Santa Rosa de Lima – SC, CPF: 767.649.829-53, RG: 2.934.589, Estado civil: Casado, Naturalidade: Santa Rosa de Lima, profissão: Servidor Público Municipal; Vilson Tadeu Marcon, Prefeito do Município de Pedras Grandes, residente na Rua: Alvares Sampaio, 44 – Centro, 88720-000 - Pedras Grandes – SC, CPF: 345.059.209-25, RG: 678.559-0, Estado civil: Casado, Naturalidade: Pedras Grandes, profissão: Aposentado e Wanderlei Nazário Marega, Prefeito do Município de Gravatal, residente na Rua: Engenheiro Annes Gualberto, 121 – Centro, 88735-000 - Gravatal – SC, CPF: 342.833.159-15, Estado civil: Casado, Naturalidade: Gravatal, ocupação: Aposentado. Além dos senhores Prefeitos acima nominados, presentes o senhor Celso Heidemann, Diretor Executivo da AMUREL, residente na Rua 10 de Maio, 69, Cep 88763-000 - Santa Rosa de Lima – SC, CPF: 714.907.449-91, RG: 2.212.248, Estado civil: Casado, Naturalidade: Santa Rosa de Lima, profissão: Diretor Executivo; a Assessoria Jurídica da AMUREL e Gilson Lunardi Albino, diretor executivo do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, conforme imagem gravada e arquivada. Após constatado haver quórum mínimo exigido pelo Estatuto, o senhor Rosivaldo da Silva Júnior, Prefeito do Município de Imbituba e Presidente da AMUREL, saudou a todos e deu por aberto os trabalhos da Assembleia e fez breve contextualização da pauta da assembleia em especial no que diz respeito as decisões tomadas pelo Governo do Estado face a pandemia de COVID19, que afetam diretamente na gestão das secretarias de educação dos municípios e, deixou a palavra aberta para as manifestações iniciais, neste

sentido o senhor Celso Heidemann, anunciou que estão na sala os senhores Robson Jean Back, Prefeito do Município de São Martinho e Presidente do CIGA e Gilsoni Lunardi, diretor do CIGA, que estão desenvolvendo ferramentas para auxiliar no ensino municipal. Ato contínuo, o senhor Robson Jean Back, relatou que no início do ano a diretoria do CIGA aprovou a realização do projeto educação conectada, assim foi aberto chamamento público para as que empresas interessadas se credenciem para participarem na prestação de serviços com oferta de ferramentas (plataforma) para educação a distância para os municípios interessados e explanou sobre os encaminhamentos do seu município em relação ao tema, em seguida passou a palavra ao senhor Gilsoni, que repassou que o CIGA já está efetivando parcerias, sem custo, com algumas prefeituras para desenvolvimento de projeto voltado à educação não presencial, denominado de educação conectada, sendo que o município de São Martinho já está fazendo parte do projeto, em seguida, comentou sobre os aspectos tecnológicos das ferramentas e a forma para adesão ao projeto para os municípios interessados, em seguida, no uso da palavra, manifestaram-se sobre os encaminhamentos de seus municípios acerca da pauta, os senhores Rosivaldo da Silva Júnior, Prefeito do Município de Imbituba; Ibaneis Lembeck, Prefeito do Município de São Ludgero; Nivaldo de Sousa, Prefeito do Município de Capivari de Baixo; Joares Carlos Ponticelli, Prefeito do Município de Tubarão. Após as manifestações o senhor Celso Heidemann, destacou que a AMUREL ficará em parceria com o CIGA à disposição dos municípios interessados, para prestar as orientações quanto à implantação das plataformas desenvolvidas para a educação à distância. Por fim, o senhor Rosivaldo da Silva Júnior, Prefeito do Município de Imbituba e Presidente da AMUREL, como encaminhamento da discussão, sugeriu que todos os gestores municipais e secretários de educação avaliassem internamente as suas necessidades e, caso haja interesse na plataforma de educação apresentada pelo CIGA, seja a AMUREL informada para providenciar a adesão ao sistema, todos participantes concordaram o encaminhamento apresentado. Assuntos Diversos: a) Assembleia Geral Ordinária: No uso da palavra o senhor Celso Heidemann, comunicou que a próxima AGO da AMUREL será realizada no dia 30/04/2020, na forma virtual. b) Contratos ACT's: O senhor Nivaldo de Sousa, Prefeito do Município de Capivari de Baixo, questionou quanto aos encaminhamentos dos profissionais de educação "ACT's" em razão das paralisações das aulas presenciais, tendo como resposta as manifestações dos senhores: Rosivaldo da Silva Júnior, Prefeito do Município de Imbituba; Ibaneis Lembeck, Prefeito do Município de São Ludgero; Lindomar Ballmann, Prefeito do Município de Rio Fortuna, Celso Heidemann, diretor executivo da AMUREL, Márcio Borba Blasius, Prefeito do Município de Grão Pará; Joares Carlos Ponticelli, Prefeito do Município de Tubarão; Robson Jean Back, Prefeito do Município de São Martinho; José Benjamim Arent, Prefeito do Município de Armazém, Cassio Medeiros de Oliveira, assessor jurídico AMUREL. Para finalizar, assessoria jurídica da AMUREL colocou-se à disposição para contribuir e orientar, caso necessário, os procuradores jurídicos dos municípios no tocante a normatização do tema em debate. c) Solicitação MPSC: o senhor José Benjamim Arent, Prefeito do Município de Armazém, informou que recebeu ofício do MPSC questionando se o município possui site eletrônico específico para publicação das contratações relativas ao combate ao COVID19, assim quer saber se os demais municípios receberam tal comunicado. Neste sentido se manifestaram os senhores: Lindomar Ballmann, Prefeito do Município de Rio Fortuna; Wanderlei Nazário Marega, Prefeito do Município de Gravatal, Cassio Medeiros de Oliveira, assessoria jurídica da AMUREL; Robson Jean Back, Prefeito do Município de São Martinho, que informou que já está preparando expediente para anteder a demanda do MPSC, e ficou à disposição de seus pares para orientar no que for possível. d) Leitos de UTI's para atendimento COVID19: Joares Carlos Ponticelli, Prefeito do Município de Tubarão, externou a sua preocupação no que se refere a não implementação e a definição por parte do governo do estado, no tocante ao hospital de referência na região da Amurel, sugerindo o envio de correspondência ao Governo do Estado na pessoa do secretário de saúde, para que defina quantos leitos de UTI's COVID serão instalados na região e, em qual município, com a participação no debate do senhor Mauro Vargas Candemil, Prefeito do Município de Laguna. Retomando a palavra, o senhor Rosivaldo da Silva Júnior, Prefeito do Município de Imbituba e Presidente da Amurel, na forma discutida, definiu que será encaminhado ofício ao Governo do Estado com o questionamentos apresentados. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim, senhor Celso Heidemann, Diretor Executivo da AMUREL e pelo senhor Clésio Bardini de Biasi, Prefeito do Município de Treze de Maio e Presidente da AMUREL.

Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito de Imbituba  
Presidente da AMUREL

Celso Heidemann  
Diretor executivo da AMUREL

## ATA AGO 10-12-2020

Publicação Nº 2868946

### ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA - AMUREL

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de 2020, às 09h:30m, em segunda convocação, reuniram-se na modalidade virtual, para Assembleia Geral Ordinária, os senhores Prefeitos representantes dos Municípios Associados: Clésio Bardini de Biasi, Prefeito do Município de Treze de Maio, Residente na Rua: Thomaz Damian Preve, 293, 88710-000 - Treze de Maio - SC, CPF: 661.199.369-04, RG: 2.210.297, Estado civil: Casado, Naturalidade: Treze de Maio, profissão: Empresário; Lindomar Ballmann, Prefeito do Município de Rio Fortuna, residente na Rua: Nereu Ramos, 249 - Centro, 88760-000 - Rio Fortuna - SC, CPF: 031.353.049-14, RG: 3.868.063, Estado civil: Casado, Naturalidade: Rio Fortuna, ocupação: Professor; Márcio Borba Blasius, Prefeito do Município de Grão Pará, residente na Estrada Geral Rio Pequeno, s/nº - Centro, 88900-000 - Grão Pará - SC, CPF: 054.241.769-33, RG: 4.838.059-8, Estado civil: Casado, Naturalidade: Grão Pará, profissão: Servidor Público Municipal; Nivaldo de Sousa, Prefeito do Município de Capivari de Baixo, residente na Avenida Machado de Assis, 740 - Centro, 88745-000 - Capivari de Baixo - SC, CPF: 377.691.629-04, RG: 8.348.545, Estado civil: Casado, Naturalidade: Capivari de Baixo, ocupação: Aposentado; Robson Jean Back, Prefeito do Município de São Martinho, Avenida Frederico Schumacher, 140 apto 01 - Centro, 88765-000 - São Martinho - SC, CPF: 016.399.209-60, RG: 3.504.814, Estado civil: Casado, Naturalidade: São Martinho, ocupação: Administrador; Salésio Wiemes, Prefeito do Município de Santa Rosa de Lima, residente na Rua: Henrique Heidemann, 464 - Bela Vista, 88763-000 - Santa Rosa de Lima - SC, CPF: 767.649.829-53, RG: 2.934.589, Estado civil: Casado, Naturalidade: Santa Rosa de Lima, ocupação: Servidor Público Municipal e, Vilson Tadeu Marcon, Prefeito do Município de Pedras Grandes, residente na Rua: Alvares Sampaio, 44



– Centro, 88720-000 - Pedras Grandes – SC, CPF: 345.059.209-25, RG: 678.559-0, Estado civil: Casado, Naturalidade: Pedras Grandes, profissão: Aposentado. Além dos senhores Prefeitos acima nominados, presentes: o senhor Celso Heidemann, Diretor Executivo da AMUREL; a Assessoria Jurídica da AMUREL, e demais pessoas, conforme lista de presença assinada. Depois de constatado haver quórum mínimo exigido pelo Estatuto, o senhor Clésio Bardini de Biasi, Prefeito do Município de Treze de Maio e Presidente da AMUREL, fez a abertura dos trabalhos dando-os as boas vidas a todos, ato contínuo, passou a palavra ao senhor Celso Heidemann, Diretor Executivo da AMUREL, para a leitura pauta de trabalho fixada em edital de convocação publicado no Diário dos Municípios, que se transcreve: “O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA – AMUREL, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Municípios associados para ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 10 de dezembro de 2020, às 9 horas, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios, em primeira convocação, e às 09:30 horas, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/3 (um terço) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios associados, realizada de FORMA VIRTUAL através de Webconferência com link a ser enviado (por e-mail e por WhatsApp) para cada prefeito. Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias: I. Prestação de Contas do 4º e 5º Bimestre; II. Aprovação das atas da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária deste ano; IV. Indicação de representante para eleição do sistema FECAM; V. Assuntos diversos.” Abertos os trabalhos passaram a apreciar os referidos itens da pauta, na seguinte forma: I. Prestação de Contas do 4º. e 5º. bimestres de 2020: O Presidente da AMUREL, passou a palavra ao contador da AMUREL, Senhor Ramon Mendes, o qual para fins de análise e deliberação, apresentou os relatórios das demonstrações contábeis relativos ao 4º. e 5º. bimestres de 2020, Após os devidos esclarecimentos, foram efetuadas as apreciações e discussões das prestações de contas, sendo as mesmas consideradas aprovadas pela Assembleia por unanimidade. II. Aprovação das Atas da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária deste ano: Retomando a palavra o senhor Clésio Bardini de Biasi, Presidente da AMUREL, abriu o presente tópico e de imediato repassou a palavra ao Diretor Executivo da AMUREL senhor Celso Heidemann para nominar as atas que estão em discussão para posterior votação, em seguida o senhor Presidente da AMUREL, indagou aos demais Prefeitos sobre a necessidade de efetuar a leituras das atas nominadas, sendo que a leituras das mesmas foram dispensadas e após discussão as atas foram aprovadas por unanimidade. Em seguida o Presidente da AMUREL, determinou a análise do próximo item. III. Fórum de Lutas da Amurel: Neste ponto o senhor Celso Heidemann, diretor executivo da AMUREL, enfatizou que a instituição recebeu uma correspondência subscrita por diversas entidades representativas de classe, a qual se comprometeu em efetuar a leitura em assembleia. Neste sentido, solicitou autorização para efetuar a íntegra da leitura da referida correspondência, sendo prontamente autorizado. Após a leitura da correspondência, o senhor Clésio Bardini de Biasi, Presidente da AMUREL, abriu espaço para manifestação, reinando silêncio, o Presidente da AMUREL concedeu a palavra ao senhor Celso Heidemann para a leitura do ofício resposta da AMUREL, registrado sob o número 064/2020, inicialmente o senhor Celso Heidemann, enfatizou a colaboração do Dr. Cássio Medeiros de Oliveira, membro da assessoria jurídica da entidade, na confecção da correspondência resposta, efetuando assim, a leitura em sua totalidade. Finalizada a leitura da correspondência resposta, se manifestaram os senhores Prefeitos: Clésio Bardini de Biasi e Lindomar Ballmann, os quais parabenizaram o senhor Celso Heidemann, pela condução da questão em nome da AMUREL. Após o Presidente da AMUREL para o próximo item, qual seja, IV. Indicação de representante para eleição do sistema FECAM: Manifestando-se sobre o presente item, o diretor executivo da AMUREL, senhor Celso Hediemann, informou é que de costume na ultima assembléia de dezembro a AMUREL indicar representantes para o CIGA, FECAM e ARIS. Assim, cabe aos prefeitos a indicação de nomes para compor processo eleitoral da FECAM, CIGA e ARIS, sendo indicados os seguintes nomes: para a FECAM, foi indicado o nome do Senhor Joares Carlos Ponticelli, Prefeito do Município de Tubarão, para o CIGA, foi indicado o nome do senhor Robson Jean Back, Prefeito de São Martinho, para a ARIS, foi indicado o nome do senhor Luiz Mendes, Prefeito eleito para próxima legislatura do Município de Armazém. V. Assuntos diversos: a) Aquisição de Software: O diretor executivo da AMUREL senhor Celso Hediemann, relatou a necessidade da entidade em adquirir softwares para a equipe de engenharia para agilizar os trabalhos do setor, ainda, disse que o fluxo de caixa da entidade permite a aquisição destes softwares, por fim, solicitou autorização para a aquisição de 03 (três) sistemas de softwares e, em seguida passou a para o senhor Everson Guimarães, coordenador administrativo da AMUREL, que especificou as funcionalidades dos softwares mencionados. Após a fala do senhor Everson, o senhor Presidente da AMUREL, passou a palavra aos prefeitos dos quais se manifestaram os senhores Robson Jean Back, Prefeito do Município de São Martinho e Clésio Bardini de Biasi, Prefeito do Município de Treze de Maio, após discussão a aquisição de 03 (três) sistemas de softwares foram aprovados por unanimidade. b) Manutenção da sede da AMUREL: Ato contínuo, o senhor Celso Hediemann, diretor executivo da AMUREL, participou que, conforme autorização, está sendo efetuada a manutenção, pintura interna e externa e remodelagem do hall superior da entidade. Por último, agradeceu ao o senhor Clésio Bardini de Biasi, Prefeito do Município de Treze de Maio e Presidente da AMUREL pelo apoio nesta empreitada e convidou a todos para visitar e verificar como ficou o resultado deste investimento. b) Considerações Finais: Nivaldo de Sousa, Prefeito do Município de Capivari de Baixo, comentou que está se despedindo da política como Prefeito, agradeceu a parceria e parabenizou a diretoria da AMUREL por todo o apoio recebido ao longo do seu mandato. Márcio Borba Blasius, Prefeito do Município de Grão Pará, também mencionou que está se despedindo da política, ao menos pelo período de 4 (quatro) anos, agradeceu ao senhor Celso Heidemann e aos colaboradores da AMUREL pelo apoio nas demandas de seu município. Robson Jean Back, Prefeito do Município de São Martinho, relatou as dificuldades encontradas no exercício da vida pública, agradeceu a diretoria da AMUREL pelo apoio dispensado à sua gestão e disse que conta com a continuidade dos serviços nos próximos 4 (quatro) anos, por fim deixou um grande abraço aos colegas que estão se despedindo no dia 31/12, e falou que estes 4 (quatro) anos que se finda foi de muito aprendizado para todos. Lindomar Ballmann, Prefeito do Município de Rio Fortuna, citou que está deixando o governo municipal e disse que a forma como foram conduzidos os trabalhos dentro da AMUREL sem privilegiar bandeira partidária e a união entre os prefeitos é um legado que levará para vida, ao final agradeceu o apoio dispensado ao seu município pela AMUREL. Nivaldo de Sousa, Prefeito do Município de Capivari de Baixo, destacou que dos 18 (dezoito) municípios associados da AMUREL, 7 (sete) prefeitos continuam no mandato e os 11 (onze) novos prefeitos que chegam. Assim, solicitou aos prefeitos que se reelegeram que levem aos novos prefeitos a mensagem para que reforcem ainda mais a AMUREL, pois graças ao apoio da entidade grandes projetos foram realizados na nossa região. Bardini de Biasi, Prefeito do Município de Treze de Maio, agradeceu a parceria de toda equipe da AMUREL, destacou as realizações de sua administração, parabenizou todos os Prefeitos que se reelegeram e desejou boa sorte aos Prefeitos que estão chegando para o próximo mando. Celso Heidemann, diretor executivo da AMUREL, inicialmente justificou a ausência do senhor, Ibaneis Lembeck, Prefeito do Município de São Ludgero, que segundo informações está em Brasília cuidando dos interesses do seu município e de pronto em nome da equipe da AMUREL, enfatizou que foi uma honra muito grande trabalhar durante estes 4 (anos) com os atuais gestores municipais, ainda declarou que a entidade, apesar das limitações e do ano atípico, tentou fazer o melhor em prol de seus municípios associados, disse que a AMUREL está avançando nos projetos regionais e, que espera que a pandemia acabe e a vida volte à normalidade com as reuniões presenciais e disse que a AMUREL está a inteira disposição de todos os 18 (dezoito) municípios, para atender o que for necessário dentro das possibilidades técnicas da entidade, encerrou sua fala desejando muita saúde e paz para todos. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual foi lavrada a

presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim, senhor Celso Heidemann, Diretor Executivo da AMUREL e pelo senhor Roberto Kuerten Marcelino, Prefeito do Município de Treze de Maio e Presidente da AMUREL.

Clésio Bardini de Biasi  
Prefeito do Município de Treze de Maio  
Presidente da AMUREL

Celso Heidemann  
Diretor executivo da AMUREL

# Consórcios

## AGIR

### DECRETO Nº 100/2021 - DELEGA COMPETÊNCIAS AO DIRETOR GERAL - AGIR

Publicação Nº 2868381

DECRETO Nº 100/2021

PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA DA AGIR DELEGA ATRIBUIÇÕES AO DIRETOR GERAL

JOSÉ ARI VEQUI, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso X, Cláusula 26 do Protocolo de Intenções, devidamente ratificado pelos municípios consorciados e:

Considerando os termos do Decreto nº 053/2018, publicado no DOM/SC, Edição nº 2708, do dia 18/12/2018, página 2160, que aprovou e conferiu publicidade as deliberações da Assembleia Geral da AGIR realizada no dia 06 de dezembro de 2018, na qual elegeu o Sr. Heinrich Luiz Pasold, para o cargo de Diretor Geral da AGIR, para o triênio de 2019/2020/2021, nos termos da Cláusula 44 do Protocolo de Intenções da AGIR.

Considerando a deliberação do Comitê de Regulação da AGIR, na reunião realizada em 14 de janeiro de 2019, na qual apreciou e homologou o nome eleito pela Assembleia Geral para exercer as funções do cargo de Diretor Geral da AGIR, Sr. Heinrich Luiz Pasold, nos termos do inciso III da Cláusula 32 do Protocolo de Intenções da AGIR.

Considerando a aprovação e a publicidade da eleição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal do Consórcio Público da AGIR, nos termos do Decreto nº 099/2021, publicado no DOM/SC, Edição nº 3401, do dia 04 de fevereiro de 2021, página 1797.

DECRETA:

Art. 1º Ficam delegadas ao Diretor Geral as atribuições competentes ao Diretor Executivo da AGIR, respeitados os ditames constantes na Cláusula 26 e seus incisos, com especial observação aos parágrafos 1º e 2º da Cláusula supracitada do Protocolo de Intenções da AGIR, ratificado pelos municípios consorciados;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos jurídicos e administrativos a partir de 1º de janeiro de 2021, restando ratificados todos os atos praticados pelo Diretor Geral neste período.

Blumenau, em 5 de fevereiro de 2021.

JOSÉ ARI VEQUI

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

### DECRETO Nº 101/2021 - ALTERA GRUPO DE TRABALHO RTE/BRK - AGIR

Publicação Nº 2868391

DECRETO Nº 101/2021

ALTERA O DECRETO Nº 083/2020, QUE NOMEOU O GRUPO DE TRABALHO TÉCNICO CONSTITUÍDO PARA A APRESENTAÇÃO DE AÇÕES, ESTUDOS, DOCUMENTOS E SUGESTÕES PARA APRECIACÃO E UTILIZAÇÃO NA ANÁLISE E DECISÃO DA REVISÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO PRESTADOS PELA CONCESSIONÁRIA BRK AMBIENTAL – BLUMENAU S.A NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO AGIR Nº 121/2020.

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 100/2021, observadas as disposições do Novo Protocolo de Intenções da AGIR, e com amparo nas cláusulas do contrato de concessão para prestação do serviço público de esgotamento sanitário de Blumenau, e seus Aditivos Contratuais, e de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis, e

Considerando, a exoneração a pedido do servidor Daniel Antonio Narzetti – Gerente de Controle, Regulação e Fiscalização Transporte Coletivo e demais Serviços Públicos da AGIR, nos termos do Decreto nº 093, de 14 de julho de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º Altera a alínea “a” do artigo 1º do Decreto nº 083/2020, publicado no DOM/SC, Edição nº 3203 de 17/07/2020, págs. 1140-1141, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...);

a) Coordenação: Ademir Manoel Gonçalves – Economista da AGIR.”

Art. 2º As demais disposições constantes do Decreto nº 083, de 2020, permanecem inalteradas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, em 16 de fevereiro de 2021.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR

**CIGA****EXTRATO DE CONTRATO N. 506 / 2020 - MUNICÍPIO DE CANDEIAS**

Publicação Nº 2867882

EXTRATO DE CONTRATO Nº 506/2020  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - MUNICÍPIO DE CANDEIAS  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDEIAS  
CNPJ: 13.830.336/0001-23  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 04/2020  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional.

VALOR: R\$ 12.265,00 (doze mil e duzentos e sessenta e cinco reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 29 de dezembro de 2020.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

**EXTRATO DE CONTRATO N. 507 / 2020 - MUNICÍPIO DE JUPIÁ**

Publicação Nº 2867891

EXTRATO DE CONTRATO Nº 507/2020  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Jupiá  
CONTRATANTE: Município de Jupiá  
CNPJ: 01.593.132/0001-37  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 47/2017  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA; Coletor de Dados - CIGA Coletor: permite a integração dos dados tributários e cadastrais de pessoas físicas e jurídicas, com o intuito de promover a organização, o armazenamento e o cruzamento desses dados para consequente combate à sonegação de impostos. O sistema promove o intercâmbio de informações entre os fiscos municipais e Estadual mediante arquivos de layouts pré-definidos, por meio de certificado digital e conexão criptografada.

VALOR: R\$ 6.426,00 (seis mil e quatrocentos e vinte e seis reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 14 de dezembro de 2020.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

**EXTRATO DE CONTRATO N. 508 / 2020 - CÂMARA MUNICIPAL DE PAINEL**

Publicação Nº 2868203

EXTRATO DE CONTRATO Nº 508/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Paine

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Paine

CNPJ: 01.646.639/0001-01

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº 03/2020

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

CIGA Câmara - Versão 2.0, em plataforma web, que possui as seguintes funcionalidades e características: I - sistema todo eletrônico e digital com funcionalidades acessíveis também por dispositivos móveis, para atender às necessidades do processo legislativo das Câmaras Municipais; II - portal eletrônico compatível com a legislação atual acerca de acessibilidade e transparência, alimentado automaticamente com as informações cabíveis do sistema legislativo; III - transmissões ao vivo das sessões plenárias em áudio e vídeo; IV - sistema de protocolo/processo administrativo com certificação digital; V - sistema de votação eletrônica com possibilidade de contingência off-line; e VI - integração com o CIGA Diário quando se tratar de Município e ou Câmara que publique nesse Sistema..

VALOR: R\$ 9.950,00 (nove mil e novecentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 01 de janeiro de 2021.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**EXTRATO DE CONTRATO N. 75 / 2021 - MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL**

Publicação Nº 2867843

EXTRATO DE CONTRATO Nº 75/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Balneário Barra do Sul

CONTRATANTE: Município de Balneário Barra do Sul

CNPJ: 95.954.509/0001-80

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº 01/2021

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA.

VALOR: R\$ 651,00 (seiscentos e cinquenta e um reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 28 de janeiro de 2021.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**EXTRATO DE CONTRATO N. 76 / 2021 - CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**

Publicação Nº 2867897

EXTRATO DE CONTRATO Nº 76/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Itapiranga

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Itapiranga

CNPJ: 78.484.995/0001-09

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº 01/2021

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

CIGA Câmara - Versão 2.0, em plataforma web, que possui as seguintes funcionalidades e características: I - sistema todo eletrônico e digital com funcionalidades acessíveis também por dispositivos móveis, para atender às necessidades do processo legislativo das Câmaras Municipais; II - portal eletrônico compatível com a legislação atual acerca de acessibilidade e transparência, alimentado automaticamente com



as informações cabíveis do sistema legislati-vo;III - transmissões ao vivo das sessões plenárias em áudio e vídeo;IV - sistema de protocolo/processo administrativo com certificação digital;V - sistema de votação eletrônica com possibilidade de contingência off-line; eVI - integração com o CIGA Diário quando se tratar de Município e ou Câmara que publi-que nesse Sistema..

VALOR: R\$ 8.472,00 (oito mil e quatrocentos e setenta e dois reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 11 de janeiro de 2021.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

## EXTRATO DE CONTRATO N. 77 / 2021 - MUNICÍPIO DE JAGUARUNA

Publicação Nº 2868130

EXTRATO DE CONTRATO Nº 77/2021  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Jaguaruna  
CONTRATANTE: Município de Jaguaruna  
CNPJ: 82.928.698/0001-74  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº 06/2021  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA; Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional.

VALOR: R\$ 4.011,00 (quatro mil e onze reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2021.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

## EXTRATO DE CONTRATO N. 78 / 2021 - MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

Publicação Nº 2868139

EXTRATO DE CONTRATO Nº 78/2021  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Timbó Grande  
CONTRATANTE: Município de Timbó Grande  
CNPJ: 78.497.492/0001-60  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº 02/2020  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão de Obras - CIGA Obras: direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada, com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação; Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; Gestão Tributária: Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - CIGA Nota: permite a emissão de Nota Fiscal de Serviços com o intuito de registrar, de forma eletrônica, as operações de prestação de serviço de pessoas jurídicas estabelecidas no município, sendo integrado ao Sistema de Gestão do Simples Nacional; Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos

que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA.

VALOR: R\$ 11.669,46 (onze mil, seiscentos e sessenta e nove reais e quarenta e seis centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2021.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

## **EXTRATO DE CONTRATO N. 79 / 2021 - MUNICÍPIO DE CANELINHA**

Publicação Nº 2868154

EXTRATO DE CONTRATO Nº 79/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Canelinha

CONTRATANTE: Município de Canelinha

CNPJ: 82.562.893/0001-23

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 06/PMC/2021

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Micro-empresendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA; .

VALOR: R\$ 7.731,00 (sete mil e setecentos e trinta e um reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 25 de janeiro de 2021.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

## **EXTRATO DE CONTRATO N. 80 / 2021 - CÂMARA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**

Publicação Nº 2868171

EXTRATO DE CONTRATO Nº 80/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Serra Alta

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Serra Alta

CNPJ: 17.165.981/0001-20

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº 02/2021

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

CIGA Câmara - Versão 2.0, em plataforma web, que possui as seguintes funcionalidades e características: I - sistema todo eletrônico e digital com funcionalidades acessíveis também por dispositivos móveis, para atender às necessidades do processo legislativo das Câmaras Municipais; II - portal eletrônico compatível com a legislação atual acerca de acessibilidade e transparência, alimentado automaticamente com as informações cabíveis do sistema legislativo; III - transmissões ao vivo das sessões plenárias em áudio e vídeo; IV - sistema de protocolo/processo administrativo com certificação digital; V - sistema de votação eletrônica com possibilidade de contingência off-line; e VI - integração com o CIGA Diário quando se tratar de Município e ou Câmara que publique nesse Sistema..

VALOR: R\$ 6.230,00 (seis mil e duzentos e trinta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2021.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA



**EXTRATO DE CONTRATO N. 81 / 2021 - CÂMARA MUNICIPAL DE HERVAL DO OESTE**

Publicação Nº 2868302

EXTRATO DE CONTRATO Nº 81/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Herval do Oeste

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Herval do Oeste

CNPJ: 04.446.350/0001-37

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº 01/2021

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

CIGA Câmara - Versão 2.0, em plataforma web, que possui as seguintes funcionalidades e características: I - sistema todo eletrônico e digital com funcionalidades acessíveis também por dispositivos móveis, para atender às necessidades do processo legislativo das Câmaras Municipais; II - portal eletrônico compatível com a legislação atual acerca de acessibilidade e transparência, alimentado automaticamente com as informações cabíveis do sistema legislativo; III - transmissões ao vivo das sessões plenárias em áudio e vídeo; IV - sistema de protocolo/processo administrativo com certificação digital; V - sistema de votação eletrônica com possibilidade de contingência off-line; e VI - integração com o CIGA Diário quando se tratar de Município e ou Câmara que publique nesse Sistema..

VALOR: R\$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 22 de fevereiro de 2021.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**EXTRATO DE CONTRATO N. 82 / 2021 - CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO ITAPERI**

Publicação Nº 2868314

EXTRATO DE CONTRATO Nº 82/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de São João do Itaperiú

CONTRATANTE: Câmara Municipal de São João do Itaperiú

CNPJ: 95.954.467/0001-87

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº 04/2021

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

CIGA Câmara - Versão 2.0, em plataforma web, que possui as seguintes funcionalidades e características: I - sistema todo eletrônico e digital com funcionalidades acessíveis também por dispositivos móveis, para atender às necessidades do processo legislativo das Câmaras Municipais; II - portal eletrônico compatível com a legislação atual acerca de acessibilidade e transparência, alimentado automaticamente com as informações cabíveis do sistema legislativo; III - transmissões ao vivo das sessões plenárias em áudio e vídeo; IV - sistema de protocolo/processo administrativo com certificação digital; V - sistema de votação eletrônica com possibilidade de contingência off-line; e VI - integração com o CIGA Diário quando se tratar de Município e ou Câmara que publique nesse Sistema..

VALOR: R\$ 3.770,00 (três mil e setecentos e setenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 30 de junho de 2021.

Florianópolis, 02 de fevereiro de 2021.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**CINCATARINA****AT21CIN07369-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BR-ROBERTO TESSARO & CIA LTDA-PAL0221532020**

Publicação Nº 2869119

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN07369

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: ROBERTO TESSARO &amp; CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 03/02/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 03/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN07669-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869131

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN07669

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU

FORNECEDOR: S&amp;R DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 08/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 08/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN07671-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU-WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869122

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN07671

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU

FORNECEDOR: WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 08/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 08/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN07683-MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869120

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN07683

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN07744-MUNICÍPIO DE CALMON-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020**

Publicação Nº 2869183

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN07744

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CALMON

FORNECEDOR: POSSATTO &amp; POSSATTO LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CALMON, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN07768-HOSPITAL STO ANTONIO-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020**

Publicação Nº 2869180

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN07768

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: POSSATTO &amp; POSSATTO LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO DE LEBON RÉGIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN07769-HOSPITAL STO ANTONIO-TECSUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-PAL0040002020**

Publicação Nº 2869147

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN07769

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: TECSUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO DE LEBON RÉGIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN07858-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS-METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LT-PAL0040002020**

Publicação Nº 2869121

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN07858

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN07859-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020**

Publicação Nº 2869123

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN07859

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS

FORNECEDOR: POSSATTO &amp; POSSATTO LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN07861-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS-TECSUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-PAL0040002020**

Publicação Nº 2869153

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN07861

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS

FORNECEDOR: TECSUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN07908-MUNICÍPIO DE ITAPOÁ-VALE COMERCIAL DE MATERIAL PARA ESCRITÓRIO E INFOR-PAL0083082020**

Publicação Nº 2869124

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN07908

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

FORNECEDOR: VALE COMERCIAL DE MATERIAL PARA ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA EIRELI

PAL: 008308/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN07909-MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS-VALE COMERCIAL DE MATERIAL PARA ESCRITÓRIO E INFOR-PAL0083082020**

Publicação Nº 2869125

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN07909

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS

FORNECEDOR: VALE COMERCIAL DE MATERIAL PARA ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA EIRELI

PAL: 008308/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN07945-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0040782020**

Publicação Nº 2869126

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN07945

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 004078/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08370-MUNICÍPIO DE IPUAÇU-INGA CAMINHOES LTDA-PAL0176212020**

Publicação Nº 2869127

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08370

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IPUAÇU

FORNECEDOR: INGA CAMINHOES LTDA

PAL: 017621/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0037/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/02/2021 a 15/10/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de VEÍCULOS TIPO VAN MINIBUS, NOVOS, ZERO KM, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IPUAÇU, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08375-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS-ALFRS INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA EPP-PAL0125902020**

Publicação Nº 2869128

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08375

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS

FORNECEDOR: ALFRS INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA EPP

PAL: 012590/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0034/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/02/2021 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS E DE FISIOTERAPIA, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN08376-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS-ALFRS INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA EPP-PAL0125902020**

Publicação Nº 2869129

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08376

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS

FORNECEDOR: ALFRS INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA EPP

PAL: 012590/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0034/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/02/2021 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS E DE FISIOTERAPIA, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08391-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869130

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08391

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08407-MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA-ROBERTO TESSARO & CIA LTDA-PAL0221532020**

Publicação Nº 2869159

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08407

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA

FORNECEDOR: ROBERTO TESSARO &amp; CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/02/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN08419-HOSPITAL STO ANTONIO-PONTAMED FARMACEUTICA LTDA-PAL0145502020**

Publicação Nº 2869132

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08419

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO DE LEBON RÉGIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08422-MUNICÍPIO DE IRANI-PONTAMED FARMACEUTICA LTDA-PAL0145502020**

Publicação Nº 2869133

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08422

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

FORNECEDOR: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IRANI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08431-HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS-PONTAMED FARMACEUTICA LTDA-PAL0145502020**

Publicação Nº 2869134

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08431

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

FORNECEDOR: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08444-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU-PONTAMED FARMACEUTICA LTDA-PAL0145502020**

Publicação Nº 2869135

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08444

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU

FORNECEDOR: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08471-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA FMS -LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS -PAL0010362020**

Publicação Nº 2869136

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08471

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA

FORNECEDOR: LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08474-BRAÇO DO TROMBUDO-TRIASA COMERCIO DE VEICULOS LTDA-PAL0176212020**

Publicação Nº 2869137

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08474

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO

FORNECEDOR: TRIASA COMERCIO DE VEICULOS LTDA

PAL: 017621/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0037/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/02/2021 a 15/10/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de VEÍCULOS TIPO VAN MINIBUS, NOVOS, ZERO KM, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08475-MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI-JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0001732020**

Publicação Nº 2869138

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08475

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI

FORNECEDOR: JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08476-MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0001732020**

Publicação Nº 2869139

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08476

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08477-MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI-VOA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E-PAL0001732020**

Publicação Nº 2869140

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08477

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI

FORNECEDOR: VOA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08484-MUNICÍPIO DE OURO-ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES EIRELI-PAL0040002020**

Publicação Nº 2869141

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08484

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OURO

FORNECEDOR: ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES EIRELI

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE OURO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08488-MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS-FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME-PAL0254462020**

Publicação Nº 2869142

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08488

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS

FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME

PAL: 025446/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0058/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 11/02/2021 a 24/01/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de NOTEBOOKS, TABLETS E MONITORES, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 11/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08494-MUNICÍPIO DE ITAPOÁ-R.S VAREJO EIRELI-PAL0083082020**

Publicação Nº 2869143

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08494

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

FORNECEDOR: R.S VAREJO EIRELI

PAL: 008308/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 11/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 11/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08495-MUNICÍPIO DE ITAPOÁ-LUCIANO PILATTI-PAL0083082020**

Publicação Nº 2869144

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08495

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 008308/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 11/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 11/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08500-MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO-R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS-PAL0139872020**

Publicação Nº 2869145

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08500

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS

PAL: 013987/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0030/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 11/02/2021 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ELETRODOMÉSTICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 11/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08516-CAMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR-N. T. LUIZE EPP-PAL0221532020**

Publicação Nº 2869146

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08516

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CAMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR

FORNECEDOR: N. T. LUIZE EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 11/02/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: CAMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 11/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08522-MUNICÍPIO DE TANGARÁ-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869148

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08522

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 11/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA:

MUNICÍPIO DE TANGARÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 11/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08523-MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS-CONFECÇÕES HIZA LTDA-PAL0173202020**

Publicação Nº 2869164

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08523

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS

FORNECEDOR: CONFECÇÕES HIZA LTDA

PAL: 017320/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0038/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 11/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA:

MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 11/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08524-MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS-CONFECÇÕES HIZA LTDA-PAL0173202020**

Publicação Nº 2869149

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08524

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS

FORNECEDOR: CONFECÇÕES HIZA LTDA

PAL: 017320/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0038/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 11/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA:

MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 11/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN08525-MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS-PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0173202020**

Publicação Nº 2869150

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08525

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 017320/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0038/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 11/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 11/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08526-FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO-PRIOM TECNOLOGIA EM EQUIPAMENTOS EIRELI-PAL0173202020**

Publicação Nº 2869151

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08526

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

FORNECEDOR: PRIOM TECNOLOGIA EM EQUIPAMENTOS EIRELI

PAL: 017320/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0038/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 11/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 11/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08528-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS-COTAÇÃO COM REPRESENTAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO -PAL0173202020**

Publicação Nº 2869152

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08528

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS

FORNECEDOR: COTAÇÃO COM REPRESENTAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

PAL: 017320/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0038/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 11/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 11/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN08533-MUNICÍPIO DE ITÁ-DENTAL PRIME-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS HOSPIT-PAL0040782020**

Publicação Nº 2869155

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08533

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ITÁ

FORNECEDOR: DENTAL PRIME-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI

PAL: 004078/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 11/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ITÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 11/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08535-MUNICÍPIO DE ITÁ-ELISVANDIA MATOS DONINI ME-PAL0040782020**

Publicação Nº 2869154

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08535

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ITÁ

FORNECEDOR: ELISVANDIA MATOS DONINI ME

PAL: 004078/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 11/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ITÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 11/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08536-MUNICÍPIO DE ITÁ-ELISVANDIA MATOS DONINI ME-PAL0040782020**

Publicação Nº 2869162

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08536

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ITÁ

FORNECEDOR: ELISVANDIA MATOS DONINI ME

PAL: 004078/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 11/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ITÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 11/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08537-MUNICÍPIO DE ITÁ-EMIGE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA-PAL0040782020**

Publicação Nº 2869156

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08537

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ITÁ

FORNECEDOR: EMIGE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA

PAL: 004078/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 11/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ITÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 11/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08550-MUNICÍPIO DE IRANI-LPK LTDA-PAL0001732020**

Publicação Nº 2869157

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08550

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

FORNECEDOR: LPK LTDA

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 11/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IRANI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 11/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08553-MUNICÍPIO DE PALMEIRA-J MARTINS COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA E-PAL0170602020**

Publicação Nº 2869158

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08553

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PALMEIRA

FORNECEDOR: J MARTINS COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI

PAL: 017060/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0033/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 11/02/2021 a 15/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de SUPRIMENTOS PARA IMPRESSÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PALMEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 11/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08555-MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869160

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08555

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08557-MUNICÍPIO DE CALMON-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869161

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08557

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CALMON

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CALMON, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08558-MUNICÍPIO DE IBIAM-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869165

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08558

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IBIAM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08562-MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869163

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08562

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08563-MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869179

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08563

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08565-MUNICÍPIO DE TANGARÁ-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869167

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08565

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TANGARÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08566-MUNICÍPIO DE VIDEIRA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869166

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08566

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VIDEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08567-CINCATARINA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869170

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08567

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08568-HOSPITAL FREI ROGÉRIO-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869168

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08568

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08570-MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869169

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08570

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08571-MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869175

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08571

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08572-MUNICÍPIO DE LUZERNA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869171

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08572

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LUZERNA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN08573-MUNICÍPIO DE VARGEM-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869172

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08573

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VARGEM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08574-MUNICÍPIO DE IBICARÉ-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869173

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08574

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IBICARÉ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08577-MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869174

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08577

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN08579-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869181

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08579

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08584-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869176

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08584

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08585-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869177

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08585

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08586-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869178

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08586

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08590-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869192

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08590

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08591-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869195

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08591

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08593-MUNICÍPIO DE OURO-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869188

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08593

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OURO

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE OURO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08594-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869182

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08594

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08595-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BR-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869193

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08595

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08596-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869184

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08596

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08598-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITA GARIBALDI-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869185

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08598

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITA GARIBALDI

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITA GARIBALDI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08599-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869186

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08599

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08601-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO -CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869187

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08601

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08602-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA FMS -CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869213

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08602

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08603-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869189

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08603

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08609-FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869190

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08609

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08612-DONA EMMA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869191

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08612

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE DONA EMMA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE DONA EMMA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08613-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869194

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08613

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN08614-GUATAMBÚ-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869218

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08614

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08615-MUNICÍPIO DE SALETE-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869199

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08615

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SALETE

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SALETE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08617-MUNICÍPIO DE FRAIBURGO-R.S VAREJO EIRELI-PAL0025392020**

Publicação Nº 2869206

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08617

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

FORNECEDOR: R.S VAREJO EIRELI

PAL: 002539/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ELETRÔNICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN08624-MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS-R.S VAREJO EIRELI-PAL0025392020**

Publicação Nº 2869196

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08624

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

FORNECEDOR: R.S VAREJO EIRELI

PAL: 002539/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ELETRÔNICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08632-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ-R.S VAREJO EIRELI-PAL0025392020**

Publicação Nº 2869197

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08632

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

FORNECEDOR: R.S VAREJO EIRELI

PAL: 002539/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ELETRÔNICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08633-MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI-R.S VAREJO EIRELI-PAL0025392020**

Publicação Nº 2869198

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08633

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI

FORNECEDOR: R.S VAREJO EIRELI

PAL: 002539/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ELETRÔNICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08637-MUNICÍPIO DE PALMEIRA-R.S VAREJO EIRELI-PAL0025392020**

Publicação Nº 2869246

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08637

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PALMEIRA

FORNECEDOR: R.S VAREJO EIRELI

PAL: 002539/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ELETRÔNICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PALMEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08639-MUNICÍPIO DE FRAIBURGO-FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME-PAL0083082020**

Publicação Nº 2869200

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08639

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME

PAL: 008308/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08640-MUNICÍPIO DE IBIAM-FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME-PAL0083082020**

Publicação Nº 2869201

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08640

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM

FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME

PAL: 008308/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IBIAM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08643-MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO-FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME-PAL0083082020**

Publicação Nº 2869202

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08643

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME

PAL: 008308/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08645-MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS-FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME-PAL0083082020**

Publicação Nº 2869203

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08645

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME

PAL: 008308/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08650-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS-FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME-PAL0083082020**

Publicação Nº 2869204

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08650

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME

PAL: 008308/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08652-MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO-FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME-PAL0083082020**

Publicação Nº 2869205

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08652

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME

PAL: 008308/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08656-MUNICÍPIO DE FRAIBURGO-LUANDA COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LT-PAL0170602020**

Publicação Nº 2869249

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08656

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

FORNECEDOR: LUANDA COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA EPP

PAL: 017060/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0033/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de SUPRIMENTOS PARA IMPRESSÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08663-MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS-LUANDA COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LT-PAL0170602020**

Publicação Nº 2869207

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08663

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

FORNECEDOR: LUANDA COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA EPP

PAL: 017060/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0033/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de SUPRIMENTOS PARA IMPRESSÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08671-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI-NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA M-PAL0170602020**

Publicação Nº 2869208

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08671

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI

FORNECEDOR: NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME

PAL: 017060/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0033/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de SUPRIMENTOS PARA IMPRESSÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08672-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI-LUANDA COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LT-PAL0170602020**

Publicação Nº 2869209

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08672

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI

FORNECEDOR: LUANDA COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA EPP

PAL: 017060/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0033/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de SUPRIMENTOS PARA IMPRESSÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08682-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020**

Publicação Nº 2869210

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08682

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08685-SÃO CRISTOVÃO DO SUL-ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES EIRELI-PAL0040002020**

Publicação Nº 2869211

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08685

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL

FORNECEDOR: ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES EIRELI

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08686-SÃO CRISTOVÃO DO SUL-METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LT-PAL0040002020**

Publicação Nº 2869212

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08686

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08687-SÃO CRISTOVÃO DO SUL-NOELI VIEIRA DISTRIBUIDORA DE SOROS-PAL0040002020**

Publicação Nº 2869217

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08687

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL

FORNECEDOR: NOELI VIEIRA DISTRIBUIDORA DE SOROS

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN08689-SÃO CRISTOVÃO DO SUL-SC MED DISTRIBUIDORA MEDICO HOSPITALAR EPP-PAL0040002020**

Publicação Nº 2869214

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08689

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL

FORNECEDOR: SC MED DISTRIBUIDORA MEDICO HOSPITALAR EPP

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08692-SÃO CRISTOVÃO DO SUL-BMH PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA - EPP-PAL0173202020**

Publicação Nº 2869215

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08692

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL

FORNECEDOR: BMH PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA - EPP

PAL: 017320/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0038/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08693-SÃO CRISTOVÃO DO SUL-CONFECÇÕES HIZA LTDA-PAL0173202020**

Publicação Nº 2869216

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08693

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL

FORNECEDOR: CONFECÇÕES HIZA LTDA

PAL: 017320/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0038/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN08695-SÃO CRISTOVÃO DO SUL-NURMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LT-PAL0173202020**

Publicação Nº 2869226

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08695

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL

FORNECEDOR: NURMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA

PAL: 017320/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0038/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08696-SÃO CRISTOVÃO DO SUL-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0173202020**

Publicação Nº 2869243

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08696

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL

FORNECEDOR: POSSATTO &amp; POSSATTO LTDA ME

PAL: 017320/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0038/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08698-MUNICÍPIO DE CATANDUVAS-R.S VAREJO EIRELI-PAL0025392020**

Publicação Nº 2869219

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08698

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

FORNECEDOR: R.S VAREJO EIRELI

PAL: 002539/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ELETRÔNICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08699-MUNICÍPIO DE CATANDUVAS-MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME-PAL0025392020**

Publicação Nº 2869220

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08699

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

FORNECEDOR: MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME

PAL: 002539/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ELETRÔNICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08700-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO-JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0001732020**

Publicação Nº 2869221

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08700

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08701-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO-RAÇA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA-PAL0001732020**

Publicação Nº 2869222

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08701

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: RAÇA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA-EPP

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08702-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0001732020**

Publicação Nº 2869223

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08702

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08703-SÃO BERNARDINO-I A LAZZAROTTO ATACADISTA EPP-PAL0001732020**

Publicação Nº 2869224

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08703

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: I A LAZZAROTTO ATACADISTA EPP

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08704-SÃO BERNARDINO-JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0001732020**

Publicação Nº 2869225

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08704

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08705-SÃO BERNARDINO-RAÇA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA-PAL0001732020**

Publicação Nº 2869231

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08705

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: RAÇA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA-EPP

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08706-SÃO BERNARDINO-ROBERTO TESSARO & CIA LTDA-PAL0001732020**

Publicação Nº 2869227

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08706

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: ROBERTO TESSARO &amp; CIA LTDA

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08707-SÃO BERNARDINO-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0001732020**

Publicação Nº 2869228

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08707

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08708-SÃO BERNARDINO-SURFLUX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E ILU-PAL0001732020**

Publicação Nº 2869229

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08708

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: SURFLUX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E ILUMINAÇÃO EIRELI

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08709-SÃO BERNARDINO-VOA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E-PAL0001732020**

Publicação Nº 2869230

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08709

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: VOA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08710-CERRO NEGRO-LPK LTDA-PAL0001732020**

Publicação Nº 2869238

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08710

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO

FORNECEDOR: LPK LTDA

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08711-CERRO NEGRO-PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI -PAL0001732020**

Publicação Nº 2869232

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08711

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO

FORNECEDOR: PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08712-CERRO NEGRO-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0001732020**

Publicação Nº 2869233

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08712

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08713-SÃO BERNARDINO-JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0001732020**

Publicação Nº 2869234

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08713

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN08714-SÃO BERNARDINO-PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI -PAL0001732020**

Publicação Nº 2869235

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08714

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08715-SÃO BERNARDINO-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0001732020**

Publicação Nº 2869236

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08715

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08716-SÃO BERNARDINO-SURFLUX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E ILU-PAL0001732020**

Publicação Nº 2869237

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08716

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: SURFLUX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E ILUMINAÇÃO EIRELI

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN08717-SÃO BERNARDINO-VOA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E-PAL0001732020**

Publicação Nº 2869256

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08717

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: VOA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08718-SÃO BERNARDINO-I A LAZZAROTTO ATACADISTA EPP-PAL0001732020**

Publicação Nº 2869239

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08718

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: I A LAZZAROTTO ATACADISTA EPP

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08719-SÃO BERNARDINO-JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0001732020**

Publicação Nº 2869240

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08719

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08720-SÃO BERNARDINO-ROBERTO TESSARO & CIA LTDA-PAL0001732020**

Publicação Nº 2869241

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08720

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: ROBERTO TESSARO &amp; CIA LTDA

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08721-SÃO BERNARDINO-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0001732020**

Publicação Nº 2869242

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08721

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08722-SÃO BERNARDINO-VOA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E-PAL0001732020**

Publicação Nº 2869363

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08722

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: VOA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08723-FUNDO MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL DO MUNICÍPIO D-I A LAZZAROTTO ATACADISTA EPP-PAL0001732020**

Publicação Nº 2869244

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08723

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

FORNECEDOR: I A LAZZAROTTO ATACADISTA EPP

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08724-FUNDO MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL DO MUNICÍPIO D-JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0001732020**

Publicação Nº 2869245

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08724

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

FORNECEDOR: JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08725-FUNDO MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL DO MUNICÍPIO D-VOA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E-PAL0001732020**

Publicação Nº 2869248

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08725

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

FORNECEDOR: VOA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08726-SÃO BERNARDINO-I A LAZZAROTTO ATACADISTA EPP-PAL0001732020**

Publicação Nº 2869247

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08726

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: I A LAZZAROTTO ATACADISTA EPP

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08727-SÃO BERNARDINO-JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0001732020**

Publicação Nº 2869259

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08727

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08728-SÃO BERNARDINO-JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0001732020**

Publicação Nº 2869250

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08728

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08729-SÃO BERNARDINO-ROBERTO TESSARO & CIA LTDA-PAL0001732020**

Publicação Nº 2869313

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08729

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: ROBERTO TESSARO &amp; CIA LTDA

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08730-SÃO BERNARDINO-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0001732020**

Publicação Nº 2869251

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08730

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08731-SÃO BERNARDINO-VOA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E-PAL0001732020**

Publicação Nº 2869252

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08731

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: VOA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08732-SÃO CRISTOVÃO DO SUL-GIGA1.COM EIRELI-PAL0001732020**

Publicação Nº 2869253

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08732

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL

FORNECEDOR: GIGA1.COM EIRELI

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08733-SÃO CRISTOVÃO DO SUL-I A LAZZAROTTO ATACADISTA EPP-PAL0001732020**

Publicação Nº 2869254

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08733

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL

FORNECEDOR: I A LAZZAROTTO ATACADISTA EPP

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08734-SÃO CRISTOVÃO DO SUL-JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0001732020**

Publicação Nº 2869255

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08734

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL

FORNECEDOR: JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN08735-SÃO CRISTOVÃO DO SUL-LPK LTDA-PAL0001732020**

Publicação Nº 2869299

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08735

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL

FORNECEDOR: LPK LTDA

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08736-SÃO CRISTOVÃO DO SUL-PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI -PAL0001732020**

Publicação Nº 2869257

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08736

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL

FORNECEDOR: PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08737-SÃO CRISTOVÃO DO SUL-RAÇA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA-PAL0001732020**

Publicação Nº 2869258

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08737

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL

FORNECEDOR: RAÇA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA-EPP

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN08738-SÃO CRISTOVÃO DO SUL-ROBERTO TESSARO & CIA LTDA-PAL0001732020**

Publicação Nº 2869279

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08738

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL

FORNECEDOR: ROBERTO TESSARO &amp; CIA LTDA

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08739-SÃO CRISTOVÃO DO SUL-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0001732020**

Publicação Nº 2869260

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08739

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08740-SÃO CRISTOVÃO DO SUL-SURFLUX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E ILUMINAÇÃO EIRELI ME-PAL0001732020**

Publicação Nº 2869261

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08740

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL

FORNECEDOR: SURFLUX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E ILUMINAÇÃO EIRELI

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08753-SÃO BERNARDINO-BARONESA LTDA-PAL0221612020**

Publicação Nº 2869262

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08753

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: BARONESA LTDA

PAL: 022161/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0053/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08754-SÃO BERNARDINO-BOING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS LTDA ME-PAL0221612020**

Publicação Nº 2869263

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08754

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: BOING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS LTDA ME

PAL: 022161/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0053/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08755-SÃO BERNARDINO-CARLOS ENRIQUE LUSSANI-PAL0221612020**

Publicação Nº 2869264

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08755

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: CARLOS ENRIQUE LUSSANI

PAL: 022161/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0053/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08756-SÃO BERNARDINO-FISIU EQUIPAMENTOS LTDA-PAL0221612020**

Publicação Nº 2869265

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08756

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: FISIU EQUIPAMENTOS LTDA

PAL: 022161/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0053/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08757-SÃO BERNARDINO-GATE 72 COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA-PAL0221612020**

Publicação Nº 2869266

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08757

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: GATE 72 COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA

PAL: 022161/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0053/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08758-SÃO BERNARDINO-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221612020**

Publicação Nº 2869267

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08758

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022161/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0053/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08759-SÃO BERNARDINO-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221612020**

Publicação Nº 2869268

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08759

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI &amp; CIA LTDA

PAL: 022161/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0053/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08760-SÃO BERNARDINO-JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0221612020**

Publicação Nº 2869269

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08760

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 022161/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0053/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08761-SÃO BERNARDINO-N. T. LUIZE EPP-PAL0221612020**

Publicação Nº 2869270

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08761

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: N. T. LUIZE EPP

PAL: 022161/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0053/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08762-SÃO BERNARDINO-RSUL EIRELI EPP -PAL0221612020**

Publicação Nº 2869271

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08762

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: RSUL EIRELI EPP

PAL: 022161/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0053/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08763-SÃO BERNARDINO-SIMONE KACIANO DE ARAUJO-PAL0221612020**

Publicação Nº 2869272

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08763

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: SIMONE KACIANO DE ARAUJO

PAL: 022161/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0053/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08764-SÃO BERNARDINO-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0221612020**

Publicação Nº 2869273

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08764

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 022161/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0053/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08769-SÃO BERNARDINO-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0049222020**

Publicação Nº 2869274

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08769

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08771-SÃO BERNARDINO-MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA-PAL0049222020**

Publicação Nº 2869275

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08771

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08772-SÃO BERNARDINO-PAULO VICTOR SCHWAB EIRELI ME-PAL0049222020**

Publicação Nº 2869276

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08772

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: PAULO VICTOR SCHWAB EIRELI ME

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN08773-SÃO BERNARDINO-PITAKE DO SUL COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA-PAL0049222020**

Publicação Nº 2869277

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08773

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: PITAKE DO SUL COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08774-SÃO BERNARDINO-SOMA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME -PAL0049222020**

Publicação Nº 2869278

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08774

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: SOMA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08775-SÃO BERNARDINO-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0049222020**

Publicação Nº 2869298

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08775

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN08776-SÃO BERNARDINO-COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LM LTDA-PAL0049222020**

Publicação Nº 2869280

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08776

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LM LTDA

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08778-SÃO BERNARDINO-MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA-PAL0049222020**

Publicação Nº 2869281

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08778

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08779-SÃO BERNARDINO-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0049222020**

Publicação Nº 2869282

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08779

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08780-SÃO BERNARDINO-MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA-PAL0049222020**

Publicação Nº 2869283

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08780

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08781-SÃO BERNARDINO-PITAKE DO SUL COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA-PAL0049222020**

Publicação Nº 2869284

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08781

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: PITAKE DO SUL COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08782-SÃO BERNARDINO-SOMA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME -PAL0049222020**

Publicação Nº 2869285

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08782

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: SOMA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08783-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0049222020**

Publicação Nº 2869286

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08783

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08785-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO-MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA-PAL0049222020**

Publicação Nº 2869287

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08785

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08786-MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ-COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LM LTDA-PAL0049222020**

Publicação Nº 2869288

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08786

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ

FORNECEDOR: COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LM LTDA

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08787-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ-MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA-PAL0049222020**

Publicação Nº 2869289

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08787

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ

FORNECEDOR: MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08792-MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ-AUTO MECÂNICA GERAL LTDA-PAL0226502020**

Publicação Nº 2869290

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08792

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ

FORNECEDOR: AUTO MECÂNICA GERAL LTDA

PAL: 022650/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0055/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 10/01/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de VEÍCULOS NOVOS, ZERO KM, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08796-MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE-BIANCA UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA-PAL0173702020**

Publicação Nº 2869291

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08796

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

FORNECEDOR: BIANCA UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA

PAL: 017370/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 046A/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 13/01/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de FARDA PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E COMUNITÁRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08797-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO-VENTISOL DA AMAZONIA INDUSTRIA DE APARELHOS ELETRI-PAL0139792020**

Publicação Nº 2869292

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08797

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: VENTISOL DA AMAZONIA INDUSTRIA DE APARELHOS ELETRICOS LTDA

PAL: 013979/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0029/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de APARELHOS DE AR CONDICIONADO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08799-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS-VENTISOL DA AMAZONIA INDUSTRIA DE APARELHOS ELETRI-PAL0139792020**

Publicação Nº 2869293

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08799

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS

FORNECEDOR: VENTISOL DA AMAZONIA INDUSTRIA DE APARELHOS ELETRICOS LTDA

PAL: 013979/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0029/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de APARELHOS DE AR CONDICIONADO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08800-MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA-GIGA1.COM EIRELI-PAL0254462020**

Publicação Nº 2869294

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08800

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA

FORNECEDOR: GIGA1.COM EIRELI

PAL: 025446/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0058/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 24/01/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de NO-TEBOOKS, TABLETS E MONITORES, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08803-MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE-FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA-PAL0092152020**

Publicação Nº 2869295

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08803

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08806-MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE-VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI-PAL0092152020**

Publicação Nº 2869296

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08806

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08807-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO-FISIU EQUIPAMENTOS LTDA-PAL0221532020**

Publicação Nº 2869297

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08807

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: FISIU EQUIPAMENTOS LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN08808-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO-RC TEIVE COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA-PAL0221532020**

Publicação Nº 2869309

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08808

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: RC TEIVE COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08809-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO-ROBERTO TESSARO & CIA LTDA-PAL0221532020**

Publicação Nº 2869304

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08809

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: ROBERTO TESSARO &amp; CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08810-SÃO BERNARDINO-DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA-PAL0221532020**

Publicação Nº 2869300

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08810

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN08811-SÃO BERNARDINO-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020**

Publicação Nº 2869301

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08811

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI &amp; CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08812-SÃO BERNARDINO-RC TEIVE COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA-PAL0221532020**

Publicação Nº 2869302

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08812

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: RC TEIVE COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08813-SÃO BERNARDINO-ROBERTO TESSARO & CIA LTDA-PAL0221532020**

Publicação Nº 2869303

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08813

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: ROBERTO TESSARO &amp; CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08814-SÃO BERNARDINO-RSUL EIRELI EPP -PAL0221532020**

Publicação Nº 2869315

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08814

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: RSUL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08815-SÃO BERNARDINO-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0221532020**

Publicação Nº 2869305

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08815

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08816-SÃO BERNARDINO-DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA-PAL0221532020**

Publicação Nº 2869306

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08816

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08817-SÃO BERNARDINO-FISIU EQUIPAMENTOS LTDA-PAL0221532020**

Publicação Nº 2869307

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08817

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: FISIU EQUIPAMENTOS LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08818-SÃO BERNARDINO-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020**

Publicação Nº 2869308

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08818

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08819-SÃO BERNARDINO-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020**

Publicação Nº 2869342

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08819

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI &amp; CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08820-SÃO BERNARDINO-RC TEIVE COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA-PAL0221532020**

Publicação Nº 2869310

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08820

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: RC TEIVE COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08821-SÃO BERNARDINO-ROBERTO TESSARO & CIA LTDA-PAL0221532020**

Publicação Nº 2869311

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08821

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: ROBERTO TESSARO &amp; CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08822-SÃO BERNARDINO-RSUL EIRELI EPP -PAL0221532020**

Publicação Nº 2869312

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08822

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: RSUL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08823-SÃO BERNARDINO-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0221532020**

Publicação Nº 2869329

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08823

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08825-SÃO BERNARDINO-J MARTINS COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA E-PAL0170602020**

Publicação Nº 2869314

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08825

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: J MARTINS COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI

PAL: 017060/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0033/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de SUPRIMENTOS PARA IMPRESSÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08826-SÃO BERNARDINO-J MARTINS COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA E-PAL0170602020**

Publicação Nº 2869323

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08826

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: J MARTINS COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI

PAL: 017060/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0033/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de SUPRIMENTOS PARA IMPRESSÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08827-TRÊS BARRAS-LUCIANO PILATTI-PAL0139872020**

Publicação Nº 2869316

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08827

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013987/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0030/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ELE-TRODOMÉSTICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08828-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO-LFP COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI EPP-PAL0109372020**

Publicação Nº 2869317

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08828

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: LFP COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI EPP

PAL: 010937/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 025A/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de LEITES, SUPLEMENTOS ALIMENTARES E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08829-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO-MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE SA-PAL0109372020**

Publicação Nº 2869318

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08829

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE SA

PAL: 010937/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 025A/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de LEITES, SUPLEMENTOS ALIMENTARES E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN08832-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO-PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTES DE ALIMENTOS LTDA-PAL0171762020**

Publicação Nº 2869319

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08832

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTES DE ALIMENTOS LTDA

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08833-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO-JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI-PAL0171762020**

Publicação Nº 2869320

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08833

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08834-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ-PRÓ CIRÚRGICA CHAPECÓ PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0092232020**

Publicação Nº 2869321

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08834

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ

FORNECEDOR: PRÓ CIRÚRGICA CHAPECÓ PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 009223/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0019/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA FISIOTERAPIA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN08835-TRÊS BARRAS-AUTO MECÂNICA GERAL LTDA-PAL0226502020**

Publicação Nº 2869322

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08835

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS

FORNECEDOR: AUTO MECÂNICA GERAL LTDA

PAL: 022650/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0055/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 15/02/2021 a 10/01/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de VEÍCULOS NOVOS, ZERO KM, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 15/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08836-MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS-AUTO MECÂNICA GERAL LTDA-PAL0226502020**

Publicação Nº 2869325

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08836

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

FORNECEDOR: AUTO MECÂNICA GERAL LTDA

PAL: 022650/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0055/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 15/02/2021 a 10/01/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de VEÍCULOS NOVOS, ZERO KM, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 15/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08839-MUNICÍPIO DE IPUMIRIM-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0049222020**

Publicação Nº 2869324

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08839

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 15/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 15/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08840-MUNICÍPIO DE ITÁ-ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0173202020**

Publicação Nº 2869336

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08840

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ITÁ

FORNECEDOR: ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 017320/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0038/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 15/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ITÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 15/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08841-MUNICÍPIO DE ITÁ-BMH PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA - EPP-PAL0173202020**

Publicação Nº 2869326

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08841

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ITÁ

FORNECEDOR: BMH PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA - EPP

PAL: 017320/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0038/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 15/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ITÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 15/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08842-MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0173202020**

Publicação Nº 2869327

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08842

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 017320/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0038/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 15/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 15/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08843-IPIRA-ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0173202020**

Publicação Nº 2869328

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08843

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IPIRA

FORNECEDOR: ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 017320/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0038/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 15/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IPIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 15/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08845-OTACÍLIO COSTA-BMH PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA - EPP-PAL0173202020**

Publicação Nº 2869334

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08845

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA

FORNECEDOR: BMH PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA - EPP

PAL: 017320/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0038/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 15/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 15/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08846-OTACÍLIO COSTA-ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0173202020**

Publicação Nº 2869330

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08846

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA

FORNECEDOR: ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 017320/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0038/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 15/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 15/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08859-MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA-AUTO MECÂNICA GERAL LTDA-PAL0226502020**

Publicação Nº 2869331

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08859

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

FORNECEDOR: AUTO MECÂNICA GERAL LTDA

PAL: 022650/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0055/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 15/02/2021 a 10/01/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de VEÍCULOS NOVOS, ZERO KM, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 15/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08860-MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA-FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA-PAL0226332020**

Publicação Nº 2869332

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08860

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

FORNECEDOR: FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

PAL: 022633/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0056/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 15/02/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de TIRAS PARA TESTE DE GLICOSE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 15/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08861-SÃO CRISTOVÃO DO SUL-VOA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E-PAL0001732020**

Publicação Nº 2869333

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08861

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL

FORNECEDOR: VOA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 15/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 15/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08866-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA FMS -GDC DA SILVA COSTA EIRELI-PAL0092232020**

Publicação Nº 2869343

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08866

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA

FORNECEDOR: GDC DA SILVA COSTA EIRELI

PAL: 009223/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0019/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 15/02/2021 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA FISIOTERAPIA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 15/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08870-SÃO CRISTOVÃO DO SUL-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020**

Publicação Nº 2869335

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08870

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 15/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 15/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08873-MUNICÍPIO DE CATANDUVAS-R.S VAREJO EIRELI-PAL0083082020**

Publicação Nº 2869367

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08873

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

FORNECEDOR: R.S VAREJO EIRELI

PAL: 008308/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 15/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 15/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08874-MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS-LUCIANO PILATTI-PAL0083082020**

Publicação Nº 2869337

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08874

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 008308/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 15/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 15/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08875-MUNICÍPIO DE IBICARÉ-GYN COMÉRCIO DE PRODUTOS EM T.I EIRELI-PAL0083082020**

Publicação Nº 2869338

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08875

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FORNECEDOR: GYN COMÉRCIO DE PRODUTOS EM T.I EIRELI

PAL: 008308/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 15/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IBICARÉ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 15/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08876-MUNICÍPIO DE BOM JESUS-VENTISOL DA AMAZONIA INDUSTRIA DE APARELHOS ELETRI-PAL0139792020**

Publicação Nº 2869339

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08876

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

FORNECEDOR: VENTISOL DA AMAZONIA INDUSTRIA DE APARELHOS ELETRICOS LTDA

PAL: 013979/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0029/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 15/02/2021 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de APARELHOS DE AR CONDICIONADO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BOM JESUS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 15/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN08877-MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA-R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS-PAL0139872020**

Publicação Nº 2869340

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08877

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

FORNECEDOR: R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS

PAL: 013987/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0030/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 15/02/2021 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ELETRODOMÉSTICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 15/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08882-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA FMS -BMH PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA - EPP-PAL0173202020**

Publicação Nº 2869341

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08882

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA

FORNECEDOR: BMH PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA - EPP

PAL: 017320/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0038/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 15/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 15/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08883-MUNICÍPIO DE IBICARÉ-JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI-PAL0287552020**

Publicação Nº 2869357

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08883

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FORNECEDOR: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI

PAL: 028755/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0060/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 15/02/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IBICARÉ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 15/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN08884-SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO JOAÇABA HE-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221612020**

Publicação Nº 2869378

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08884

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO JOAÇABA HERVAL DOESTE E LUZERNA

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022161/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0053/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 15/02/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO JOAÇABA HERVAL DOESTE E LUZERNA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 15/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08885-SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO JOAÇABA HE-RSUL EIRELI EPP-PAL0221612020**

Publicação Nº 2869344

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08885

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO JOAÇABA HERVAL DOESTE E LUZERNA

FORNECEDOR: RSUL EIRELI EPP

PAL: 022161/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0053/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 15/02/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO JOAÇABA HERVAL DOESTE E LUZERNA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 15/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08886-MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0221612020**

Publicação Nº 2869345

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08886

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 022161/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0053/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 15/02/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 15/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08887-MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS-AUTO MECÂNICA GERAL LTDA-PAL0226502020**

Publicação Nº 2869346

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08887

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: AUTO MECÂNICA GERAL LTDA

PAL: 022650/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0055/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 15/02/2021 a 10/01/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de VEÍCULOS NOVOS, ZERO KM, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 15/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08888-MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS-R.S VAREJO EIRELI-PAL0254462020**

Publicação Nº 2869347

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08888

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: R.S VAREJO EIRELI

PAL: 025446/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0058/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 15/02/2021 a 24/01/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de NOTEBOOKS, TABLETS E MONITORES, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 15/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08889-MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS-FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME-PAL0254462020**

Publicação Nº 2869348

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08889

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME

PAL: 025446/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0058/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 15/02/2021 a 24/01/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de NOTEBOOKS, TABLETS E MONITORES, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 15/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08893-MUNICÍPIO DE IOMERÊ-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869349

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08893

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IOMERÊ

FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IOMERÊ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08896-MUNICÍPIO DE FRAIBURGO-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869350

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08896

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08897-MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869351

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08897

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08898-MUNICÍPIO DE CAÇADOR-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869352

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08898

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAÇADOR, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08899-MUNICÍPIO DE CALMON-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869353

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08899

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CALMON

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CALMON, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08900-MUNICÍPIO DE IBIAM-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869354

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08900

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IBIAM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08901-MUNICÍPIO DE IOMERÊ-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869355

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08901

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IOMERÊ

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IOMERÊ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08905-MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869356

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08905

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08906-MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869358

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08906

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08908-MUNICÍPIO DE TANGARÁ-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869359

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08908

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TANGARÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08909-MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869383

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08909

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08910-MUNICÍPIO DE VIDEIRA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869360

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08910

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VIDEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN08911-CINCATARINA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869361

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08911

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08912-HOSPITAL FREI ROGÉRIO-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869362

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08912

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08914-MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869382

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08914

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN08915-MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869364

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08915

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08916-MUNICÍPIO DE ITÁ-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869365

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08916

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ITÁ

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ITÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08917-MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869366

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08917

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08918-MUNICÍPIO DE LUZERNA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869370

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08918

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LUZERNA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08919-MUNICÍPIO DE VARGEM-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869368

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08919

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VARGEM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08920-MUNICÍPIO DE IBICARÉ-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869369

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08920

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IBICARÉ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08923-MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869373

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08923

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08925-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869371

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08925

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08931-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869372

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08931

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08932-HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869408

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08932

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08934-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGÊÃO-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869374

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08934

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VARGÊÃO

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VARGÊÃO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08936-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869375

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08936

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08937-MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869376

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08937

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08938-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869377

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08938

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08940-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869379

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08940

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08941-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869380

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08941

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08942-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869381

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08942

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08947-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869394

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08947

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN08949-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869393

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08949

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08952-MUNICÍPIO DE OURO-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869384

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08952

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OURO

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE OURO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08954-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869385

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08954

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN08955-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BR-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869386

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08955

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08956-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869387

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08956

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08957-MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869388

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08957

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08958-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869389

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08958

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08959-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869390

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08959

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08960-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO -CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869391

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08960

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08962-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869392

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08962

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08967-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869411

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08967

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08968-FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869395

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08968

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08971-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869396

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08971

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08972-GUATAMBÚ-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869397

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08972

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08973-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869398

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08973

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08974-MUNICÍPIO DE SALETE-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869399

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08974

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SALETE

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SALETE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08976-MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869400

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08976

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08977-LEOBERTO LEAL-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2869401

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08977

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08979-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ-LUCIANO PILATTI-PAL0083082020**

Publicação Nº 2869402

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08979

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 008308/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08980-MUNICÍPIO DE FRAIBURGO-LUCIANO PILATTI-PAL0083082020**

Publicação Nº 2869403

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08980

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 008308/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08981-MUNICÍPIO DE CAÇADOR-LUCIANO PILATTI-PAL0083082020**

Publicação Nº 2869404

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08981

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 008308/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAÇADOR, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN08982-MUNICÍPIO DE IBIAM-LUCIANO PILATTI-PAL0083082020**

Publicação Nº 2869405

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08982

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 008308/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IBIAM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08983-MUNICÍPIO DE IOMERÊ-LUCIANO PILATTI-PAL0083082020**

Publicação Nº 2869406

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08983

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IOMERÊ

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 008308/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IOMERÊ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08985-MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS-LUCIANO PILATTI-PAL0083082020**

Publicação Nº 2869407

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08985

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 008308/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN08990-MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS-LUCIANO PILATTI-PAL0083082020**

Publicação Nº 2869409

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08990

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 008308/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08991-MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO-LUCIANO PILATTI-PAL0083082020**

Publicação Nº 2869410

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08991

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 008308/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08994-MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS-LUCIANO PILATTI-PAL0083082020**

Publicação Nº 2869412

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08994

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 008308/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09000-MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS-LUCIANO PILATTI-PAL0083082020**

Publicação Nº 2869413

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09000

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 008308/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), quarta-feira, 17 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AVISO DE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 0010 - E-PAL 293\_2021 - MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS**

Publicação Nº 2867904

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 0010/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO ELETRÔNICO "e-PAL" Nº 293/2021-e

REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Materiais Ambulatoriais e Correlatos, para uso dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados ou referendados ao Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, na condição de Órgão Participante desta licitação de acordo com os quantitativos estimados no Anexo V, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

JULGAMENTO: Menor preço por ITEM.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 do dia 18/02/2020 até às 09:00 horas do dia 02/03/2021.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 12:00 horas do dia 02/03/2021.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13:30 horas do dia 02/03/2021.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Sede do CINCATARINA, localizada na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 13º andar, Sala 1305, Centro Executivo Imperatriz, Bairro Canto, CEP: 88.070-800, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina. Fone (48) 3380-1620. Site: [www.cincatarina.sc.gov.br](http://www.cincatarina.sc.gov.br).

Florianópolis (SC), 17 de fevereiro de 2021.

Elói Rönnau – Diretor Executivo do CINCATARINA

**DECISÃO ATUALIZAÇÃO DE BENS PRÉ-QUALIFICADOS - CHAMADA PÚBLICA Nº 0005\_2017 – ODONTOMEDI**

Publicação Nº 2867707

DECISÃO

ATUALIZAÇÃO DA VALIDADE DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

Trata-se do requerimento para atualização da validade da pré-qualificação de bens aprovados, apresentado pela empresa ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida Luiz Antonio Faedo, nº 1612, sala 01, Bairro Industrial, na cidade de Francisco Beltrão - PR, CEP: 85.601-275, inscrita no CNPJ sob o nº 06.194.440/0001-03 em conformidade §§ 1º e 2º do artigo 21 da Resolução do CINCATARINA nº 005 de 16 de março de 2015.

BENS REQUERIDOS PARA ATUALIZAÇÃO DA VALIDADE QUE FORAM DEFERIDOS

Descrição	Marca	Modelo	Código Aprovação/ Atualização	Chamada Pública	
				Item	Edital

<p>ADESIVO FOTOPOLIMERIZÁVEL COM CARGA NANOMÉTRICA DE 5NM, "PRIMER" E "ADESIVO" EM FRASCO ÚNICO, COM 6G. INDICADO PARA RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL E CIMENTAÇÃO DE RESTAURAÇÕES INDIRETAS. FRASCO COM VEDAÇÃO ALTAMENTE CONFIÁVEL QUE PREVINA VAZAMENTOS, COM BICO ECONÔMICO QUE EVITE DESPERDÍCIO. COMPOSIÇÃO BIS-GMA, HEMA, DIURETANO DIMETADRILO, COPOLÍMEROS DO ÁCIDO POLIALCENÓICO, CANFOROQUINONA, ÁGUA E ETANOL, GICEROL 1.3 DIMETACRILATO, 10% EM PESO DE SÍLICA COLOIDAL COM 5 NANÔMETROS. (CIM1425)</p>	3M	SINGLE BOND	1425-1	1	0005/2017
<p>BROCA DIAMANTADA 1ª SÉRIE, PARA ALTA ROTAÇÃO, PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. DEVERÁ CONTER NA EMBALAGEM: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO. DISPONÍVEL NOS MODELOS: 1011, 1012 (HASTE CURTA), 1012 (HASTE LONGA), 1013, 1014 (HASTE CURTA), 1014 (HASTE LONGA), 1015, 1016, 1016 (HASTE LONGA), 1022, 1024, 1031, 1032, 1033, 1034, 1035, 1036, 1045, 1046, 1047, 1062, 1063, 1066, 1090, 1092, 1190, 1190 (FINA), 1190 (EXTRA-FINA), 1302, 1332, 1342, 1343, ENTRE OUTROS. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O MODELO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. (CIM5547)</p>	POUL	SORENSEN	5547-2	2	0005/2017
<p>BROCA DIAMANTADA 1ª SÉRIE, PARA ALTA ROTAÇÃO, PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. DEVERÁ CONTER NA EMBALAGEM: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO. DISPONÍVEL NOS MODELOS: 1011, 1012 (HASTE CURTA), 1012 (HASTE LONGA), 1013, 1014 (HASTE CURTA), 1014 (HASTE LONGA), 1015, 1016, 1016 (HASTE LONGA), 1022, 1024, 1031, 1032, 1033, 1034, 1035, 1036, 1045, 1046, 1047, 1062, 1063, 1066, 1090, 1092, 1190, 1190 (FINA), 1190 (EXTRA-FINA), 1302, 1332, 1342, 1343, ENTRE OUTROS. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O MODELO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. (CIM5547)</p>	KG	SORENSEN	5547-1	2	0005/2017

BROCA DIAMANTADA 2ª SÉRIE, PARA ALTA ROTAÇÃO, PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. DEVERÁ CONTER NA EMBALAGEM: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO. DISPONÍVEL NOS MODELOS: 2082, 2135, 2135 (FINA), 2135 (EXTRA-FINA), 2200, 2200 (EXTRA-FINA) ENTRE OUTROS. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O MODELO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. (CIM5548)	KG	SORENSEN	5548-1	3	0005/2017
BROCA DIAMANTADA 2ª SÉRIE, PARA ALTA ROTAÇÃO, PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. DEVERÁ CONTER NA EMBALAGEM: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO. DISPONÍVEL NOS MODELOS: 2082, 2135, 2135 (FINA), 2135 (EXTRA-FINA), 2200, 2200 (EXTRA-FINA) ENTRE OUTROS. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O MODELO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. (CIM5548)	OPTION	POUL SORENSEN	5548-2	3	0005/2017
BROCA DIAMANTADA 3ª SÉRIE, PARA ALTA ROTAÇÃO, PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. DEVERÁ CONTER NA EMBALAGEM: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO. DISPONÍVEL NOS MODELOS: 3017 (EXTRA FINA), 3018 (HASTE LONGA), 3070, 3118, 3118 (FINA), 3118 (EXTRA-FINA), 3168, 3168 (FINA), 3168 (EXTRA-FINA), 3168 (GROSSA), 3195, 3195 (FINA), 3195 (EXTRA-FINA), 3200, ENTRE OUTRAS. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O MODELO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. (CIM5549)	KG	SORENSEN	5549-1	4	0005/2017

BROCA DIAMANTADA 3ª SÉRIE, PARA ALTA ROTAÇÃO, PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. DEVERÁ CONTER NA EMBALAGEM: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO. DISPONÍVEL NOS MODELOS: 3017 (EXTRA FINA), 3018 (HASTE LONGA), 3070, 3118, 3118 (FINA), 3118 (EXTRA-FINA), 3168, 3168 (FINA), 3168 (EXTRA-FINA), 3168 (GROSSA), 3195, 3195 (FINA), 3195 (EXTRA-FINA), 3200, ENTRE OUTRAS. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O MODELO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. (CIM5549)	OPTION	POUL SORENSEN	5549-2	4	0005/2017
CIMENTO DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO RADIOPACO SISTEMA PASTA-PASTA. COMPOSIÇÃO ESTER GLICOL SALICILATO, FOSFATO DE CALCIO, TUNGSTATO DE CÁLCIO, ÓXIDO DE ZINCO, ETITOLUENO SULFONAMIDA, HIDRÓXIDO DE CÁLCIO DE TITANIO, ES-TEORATO DE ZINCO E CORANTE MINERAIS. APRESENTAÇÃO: 1 TUBO DE PASTA BASE COM 13GR, 1 TUBO DE PASTA CATA LIZADORA COM 11G E 1 BLOCO DE MISTURA. COM REGISTRO NA ANVISA. (CIM1489)	DENTS-PLY	HYDRO C	1489-1	5	0005/2017
CIMENTO TEMPORÁRIO PARA PREENCHIMENTO DE CAVIDADES DENTÁRIAS, DE ENDURECIMENTO QUÍMICO, À BASE DE ÓXIDO DE ZINCO/SULFATO DE ZINCO. PRODUTO UTILIZADO PARA APLICAÇÕES EM CURTO PRAZO (1 A 2 SEMANAS) E COMO SELADOR PARA TRABALHOS DE ENDODONTIA; COM COLORAÇÃO SEMELHANTE AO DENTE, RADIOPACO. APRESENTAÇÃO EM POTE COM NO MÍNIMO 20G. (CIM5628)	COLTO-SOL		5628-1	8	0005/2017
IONÔMERO DE VIDRO DE PRESA QUÍMICA PARA RESTAURAÇÃO DENTAL, KIT CONTENDO: UM FRASCO DE CIMENTO EM PÓ COM 10G, UM FRASCO DE LIQUIDO COM 8G, UM DOSADOR DE PÓ E UM BLOCO DE ESPATULAÇÃO, COR A2. (CIM3578)	FGM	MAXXION R	3578-1	9	0005/2017
IONÔMERO DE VIDRO DE PRESA QUÍMICA PARA RESTAURAÇÃO DENTAL, KIT CONTENDO: UM FRASCO DE CIMENTO EM PÓ COM 10G, UM FRASCO DE LIQUIDO COM 8G, UM DOSADOR DE PÓ E UM BLOCO DE ESPATULAÇÃO, COR A3. (CIM1545)	FGM	MAXXION R	1545-1	10	0005/2017

RESINA COMPOSTA FLOW, FLUIDA, DE MÉDIA VISCOSIDADE, INDICADA TAMBÉM COMO FORRAMENTO DE CAVIDADES, COM BAIXO VALOR DE CONTRAÇÃO DE POLIMERIZAÇÃO, COM NO MÍNIMO 70% DE TEOR DE CARGA, COM ALTA RESISTÊNCIA A FLEXÃO, 01 SERINGA COM 2 GRAMAS. DISPONÍVEL NAS CORES A2, A3, ENTRE OUTRAS. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADA A COR QUE DEVERÁ SER FORNECIDA. (CIM5564)	FGM	OPALLIS FLOW	5564-1	12	0005/2017
RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL, COM 100% DE NANOPARTÍCULAS, MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, BIS-EMA, UDMA, TEGDMA E PEGDMA E PARTÍCULAS INORGÂNICAS DE ZIRCONIA/SÍLICA COM 63,3% EM VOLUME E 78,5% EM PESO PARA AS CORES ESMALTE, CORPO E DENTINA E 55,6% EM VOLUME E 72,5% EM PESO NAS CORES TRANSLÚCIDAS. SERINGA CONTENDO 4G. DISPONÍVEL NAS CORES ESMALTE: A1E, A2E, A3E, B1E, B2E. CORPO: A1B, A2B, A3B, 5B, A4B, A6B. DENTINA: A1D, A2D, A3D, A4D. TRANSLÚDIAS: CINZA, AZUL E AMARELO, ENTRE OUTRAS. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADA A COR QUE DEVERÁ SER FORNECIDA. (CIM5567)	3M	FILTEK Z350 XT	5567-1	13	0005/2017
RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL, MICROHÍBRIDA COMPOSTA DE MICROGLASS, BIS-GMA, PARTÍCULAS DE VIDRO DE BÁRIO E PARTÍCULAS PRÉ-POLIMERIZADAS, QUE APRESENTAM TAMANHO MÉDIO DE 0,7 µM (MICRÔMETRO). SERINGA CONTENDO 4G. DISPONÍVEL NAS CORES A1, A2, A3, A 3,5, A4, B1, B2, B3, ENTRE OUTRAS. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADA A COR QUE DEVERÁ SER FORNECIDA. (CIM5573)	CHARISMA	CLASSIC	5573-1	14	0005/2017
RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL, MICROHÍBRIDA, COM NANOPARTÍCULAS, MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 81,8% EM PESO E 67,8% EM VOLUME; MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, UDMA, BIS-EMA, PEGDMA E TEGDMA. SERINGA CONTENDO 4G. DISPONÍVEL NAS CORES A1, A2, A3, A 3,5, A4, B1, B2, B3, C2, D3, ENTRE OUTRAS. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADA A COR QUE DEVERÁ SER FORNECIDA. (CIM5565)	3M	FILTEK Z250 XT	5565-1	15	0005/2017
RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL, MICROHÍBRIDA, MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 84,5% EM PESO E 66% EM VOLUME; MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA E TEGDMA. SERINGA CONTENDO 4G. DISPONÍVEL NAS CORES A1, A2, A3, A 3,5, A4, B2, B3, C2, C4, ENTRE OUTRAS. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADA A COR QUE DEVERÁ SER FORNECIDA. (CIM5566)	3M	Z 100	5566-1	16	0005/2017

RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPÃO FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 2 GR COR A0,5 (CIM2143)	FGM	OPALLIS	2143-1	17	0005/2017
---	-----	---------	--------	----	-----------

Justificativa: A requerente cumpriu os requisitos formais da Resolução nº 005/2015.

Diante ao exposto, decido que os bens requeridos para atualização da validade que foram deferidos, serão atualizados no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CINCATARINA", pelo prazo de 1 (um) ano.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a que o prazo de recurso é de até 05 (cinco) dias úteis da publicação desta decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente junto ao Setor de Licitações da Central Executiva do CINCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

Não serão conhecidos os recursos apresentados por intermédio de qualquer meio eletrônico e/ou apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Publique-se,  
Florianópolis, 17 de fevereiro de 2021.

Elói Rönna  
Diretor Executivo CINCATARINA

## DECISÃO ATUALIZAÇÃO DE BENS PRÉ-QUALIFICADOS - CHAMADA PÚBLICA Nº 0005\_2018 – ODONTOMEDI

Publicação Nº 2867709

### DECISÃO ATUALIZAÇÃO DA VALIDADE DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

Trata-se do requerimento para atualização da validade da pré-qualificação de bens aprovados, apresentado pela empresa ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida Luiz Antonio Faedo, nº 1612, sala 01, Bairro Industrial, na cidade de Francisco Beltrão - PR, CEP: 85.601-275, inscrita no CNPJ sob o nº 06.194.440/0001-03 em conformidade §§ 1º e 2º do artigo 21 da Resolução do CINCATARINA nº 005 de 16 de março de 2015.

### BENS REQUERIDOS PARA ATUALIZAÇÃO DA VALIDADE QUE FORAM DEFERIDOS

Descrição	Marca	Modelo	Código Aprovação/ Atualização	Chamada Pública	
				Item	Edital
IONÔMERO DE VIDRO DE PRESA QUÍMICA PARA RESTAURAÇÃO DENTAL, KIT CONTENDO: UM FRASCO DE CIMENTO EM PÓ COM 10G, UM FRASCO DE LÍQUIDO COM 8G, UM DOSADOR DE PÓ E UM BLOCO DE ESPATULAÇÃO, COR A3. (CIM1545)	MAQUIRA	IONGLASS R	1545-2	8	0005/2018

Justificativa: A requerente cumpriu os requisitos formais da Resolução nº 005/2015.

Diante ao exposto, decido que o bem requerido para atualização da validade que foi deferido, será atualizado no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CINCATARINA", pelo prazo de 1 (um) ano.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a que o prazo de recurso é de até 05 (cinco) dias úteis da



publicação desta decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente junto ao Setor de Licitações da Central Executiva do CINCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

Não serão conhecidos os recursos apresentados por intermédio de qualquer meio eletrônico e/ou apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Publique-se,  
Florianópolis, 17 de fevereiro de 2021.

Elói Rönnau  
Diretor Executivo CINCATARINA

## DECISÃO ATUALIZAÇÃO DE BENS PRÉ-QUALIFICADOS - CHAMADA PÚBLICA Nº 0008\_2019 – ODONTOMEDI

Publicação Nº 2867710

### DECISÃO ATUALIZAÇÃO DA VALIDADE DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

Trata-se do requerimento para atualização da validade da pré-qualificação de bens aprovados, apresentado pela empresa ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida Luiz Antonio Faedo, nº 1612, sala 01, Bairro Industrial, na cidade de Francisco Beltrão - PR, CEP: 85.601-275, inscrita no CNPJ sob o nº 06.194.440/0001-03 em conformidade §§ 1º e 2º do artigo 21 da Resolução do CINCATARINA nº 005 de 16 de março de 2015.

#### BENS REQUERIDOS PARA ATUALIZAÇÃO DA VALIDADE QUE FORAM DEFERIDOS

Descrição	Marca	Modelo	Código Aprovação/ Atualização	Chamada Pública	
				Item	Edital
IONÔMERO DE VIDRO DE PRESA QUÍMICA PARA RESTAURAÇÃO DENTAL, KIT CONTENDO: UM FRASCO DE CIMENTO EM PÓ COM 10G, UM FRASCO DE LIQUIDO COM 8G, UM DOSADOR DE PÓ E UM BLOCO DE ESPATULAÇÃO, COR A2. (CIM3578)	MAQUIRA	IONGLASS R	3578-2	7	0008/2019

Justificativa: A requerente cumpriu os requisitos formais da Resolução nº 005/2015.

Diante ao exposto, decido que o bem requerido para atualização da validade que foi deferido, será atualizado no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CINCATARINA", pelo prazo de 1 (um) ano.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a que o prazo de recurso é de até 05 (cinco) dias úteis da publicação desta decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente junto ao Setor de Licitações da Central Executiva do CINCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

Não serão conhecidos os recursos apresentados por intermédio de qualquer meio eletrônico e/ou apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Publique-se,  
Florianópolis, 17 de fevereiro de 2021.

Elói Rönnau  
Diretor Executivo CINCATARINA

## TERMO DE HOMOLOGAÇÃO INGRESSO CINCATARINA - 126

Publicação Nº 2868044

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – 126

CONSIDERANDO a solicitação de Ingresso do Município de Botuverá e as previsões contidas no Protocolo de Intenções;  
CONSIDERANDO que a Lei de Ratificação ao Protocolo de Intenções não previu reservas para afastar ou condicionar a vigência artigos, parágrafos, incisos ou alíneas do Protocolo de Intenções e que a homologação do ingresso poderá ser de forma automática.  
CONSIDERANDO que a assembleia geral aprovou a homologação de forma automática de ingresso do referido município;

DECIDO:

Pela HOMOLOGAÇÃO do Ingresso ao CINCATARINA do Município de Botuverá, nos termos da Lei Municipal nº 52 de 17 de fevereiro de 2021;  
Publique-se.

Florianópolis, SC, 17 de fevereiro de 2021.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito de Videira  
Presidente do CINCATARINA

---

## CIS/AMUREL

---

### EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 02/2021 - CENTRO MÉDICO TUBARÃO

Publicação Nº 2867935

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 02/2021.  
Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL  
Contratado: CENTRO MÉDICO TUBARÃO LTDA  
Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, consulta especializada de Ortopedia.  
Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Chamada Pública nº. 02/2021 ).  
Data da Assinatura: 04/01/2021.  
Assinantes: Salésio Wiemes pelo Contratante e, Eduardo Barbosa Coelho Neto pelo Contratado.

---

## CIS/AMURES

---

### AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021 - CISAMURES

Publicação Nº 2868273

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMURES – CISAMURES

#### AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2021

OBJETO: O presente pregão tem por objeto o registro de preço para eventual aquisição de medicamentos listados no ANEXO I do edital PE nº 01/2021 para o uso dos municípios consorciados participantes do presente processo.

TIPO DA LICITAÇÃO: Menor valor por item

DATA PARA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 09:01h do dia 02/03/2021

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.comprasbr.com.br](http://www.comprasbr.com.br)

O edital encontra-se disponível no site: [www.comprasbr.com.br](http://www.comprasbr.com.br), [www.cisamures.sc.gov.br](http://www.cisamures.sc.gov.br) ou [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

Informações: Na secretaria do CISAMURES, à Rua Nossa Senhora dos Prazeres, 62, Centro, Lages, pelo telefone (49) 3251-3700 ou através do endereço eletrônico [licitacoes@cisamures.sc.gov.br](mailto:licitacoes@cisamures.sc.gov.br).

Lages, 18 de Fevereiro de 2021

BEATRIZ BLEYER RODRIGUES MONTEMEZZO  
Diretora Executiva CISAMURES

**EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021 - CISAMURES**

Publicação Nº 2868274

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021 - CISAMURES  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 138/2021

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMURES, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 07.383.800/0001-88, com sede na Rua Nossa Senhora dos Prazeres, 62, Bairro Centro, CEP 88.502-230, em Lages, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Diretora Executiva, Sra. Beatriz Bleyer Rodrigues Montemezzo, no uso de suas atribuições, designada pela portaria nº 10/2020, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pela Resolução nº 03/2021 - CISAMURES, com fundamento na Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019, Resolução nº 01/2013 - CISAMURES, disposições previstas neste Edital e seus Anexos e, no que couber, Lei nº 8.666/93, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade "PREGÃO ELETRÔNICO", por meio de sistema eletrônico, visando o REGISTRO DE PREÇOS, sob regime de MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a escolha da proposta mais vantajosa para eventual aquisição de medicamentos de acordo com os quantitativos estimados nas descrições especificações constantes no ANEXO I.

MENOR PREÇO POR ITEM - REGISTRO DE PREÇO - CISAMURES	
INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	08:00h 18/02/2021
FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	08:00h 02/03/2021
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS	09:01h 02/03/2021
ENDEREÇO DA DISPUTA DE PREÇOS	www.comprasbr.com.br
ACESSO AO EDITAL	www.comprasbr.com.br - www.cisamures.sc.gov.br - www.diariomunicipal.sc.gov.br
CONSULTAS/ESCLARECIMENTOS	licitacoes@cisamures.sc.gov.br ou (49) 3251-3700

**1. DO OBJETO**

1.1 O presente pregão tem por objeto o registro de preço para eventual aquisição de medicamentos listados no ANEXO I deste edital para o uso dos municípios consorciados participantes do presente processo.

1.2 As quantidades constantes do ANEXO I são estimadas, não sendo obrigado o órgão participante a adquirir toda ou qualquer quantidade indicada no presente processo.

1.3 Os preços unitários e total estimados estão previstos no ANEXO I deste edital.

**2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

2.1 O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) do ComprasBR.

2.2 Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro designado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica do ComprasBR (www.comprasbr.com.br).

**3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

3.1 Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

3.2 Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à ComprasBR.

3.3 Não poderá participar da licitação a empresa em processo de falência, concordata, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública ou impedida legalmente.

3.4 Não tenham sido declaradas inidôneas, suspensas ou impedidas de licitar e contratar com a administração pública.

3.5 O servidor de qualquer Órgão ou Entidade vinculada ao Órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

3.6 Empresa ou instituição vinculada ao Comprador.

**4. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA COMPRASBR**

4.1 A participação do interessado na licitação se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas a ComprasBR, através da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subseq-ente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos, devendo manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.2 Os participantes que desejem operar por meio de empresa associada à ComprasBR, deverão nomear através do instrumento de mandato com firma reconhecida, atribuindo-lhe poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.comprasbr.com.br.

4.3 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

4.4 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da ComprasBR.

4.5 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à ComprasBR a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.7 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.8 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida pelo telefone: Campo Grande-MS (67) 3303-2730, através do ComprasBR [www.comprasbr.com.br](http://www.comprasbr.com.br) ou pelo e-mail [contato@comprasbr.com.br](mailto:contato@comprasbr.com.br).

## 5. PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

5.1 O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

5.2 O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.3 No cadastro da proposta eletrônica deverá ser preenchido corretamente todos os campos disponíveis neste cadastro, SENDO VEDADO A IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE.

5.4 Fica vedada a identificação da licitante em qualquer campo da proposta, tal como timbres, abreviações (relacionadas a empresas), carimbos, telefones e outros, sendo que o descumprimento desta vedação acarretará na desclassificação da licitante no certame.

5.5 A microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar no campo próprio da ficha técnica descritiva do objeto, o seu enquadramento nesta condição, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, para fazer valer o direito de prioridade no desempate previsto nos arts. 44 e 45 da mesma lei.

## 6. RECEBIMENTO, ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

6.1 As propostas dos licitantes poderão ser enviadas, substituídas e excluídas até a data e hora definidas para o recebimento das propostas.

6.2 Após o prazo previsto para recebimento das propostas, o sistema não aceitará a inclusão ou alteração das mesmas.

6.3 A proposta deverá conter Especificação, Quantidade, Unidade, Valor Unitário e Valor Total.

6.4 A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas.

6.5 Todas as propostas classificadas serão consideradas lances na fase de disputas e ordenadas por valor. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes. Serão aceitos valores que estejam acima do valor estimado no anexo I, considerando que não se trata de preço máximo e sim de preço estimado respeitando o preço máximo de venda a governo baseado na tabela CMED.

6.6 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, os participantes serão imediatamente informados de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.7 O fornecedor poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o lote/item.

6.8 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.9 Fica a critério do Pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante.

6.10 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

6.11 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de mensagem eletrônica (e-mail ou chat), divulgando data e hora da reabertura da sessão.

6.12 A etapa de lances da sessão pública será de acordo com o modo de disputa ABERTO conforme regulamenta o decreto nº 10.024/2019.

6.13 A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.14 A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.15 Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item 6.13 e 6.14, a sessão pública será encerrada automaticamente.

6.16 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no item 6.13, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º do decreto 10.024/2019.

6.17 Quando for constatado empate, conforme estabelecem os artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, o sistema aplicará os critérios para desempate em favor da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. Após o desempate, poderá o Pregoeiro ainda tentar negociar um melhor preço.

6.18 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada.

6.19 Para efeito do direito à preferência atribuído às microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme art. 44 desta Lei Complementar 123/06, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

6.19.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

6.20 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 6.18, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21 O disposto nos subitens 6.17 a 6.20 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.22.1 Na aceitabilidade da proposta o pregoeiro analisará os seguintes critérios para análise da exequibilidade da proposta:

a) Nos termos do § 3º do art. 44 da Lei 8.666/93 serão considerados inexequíveis preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero.

6.22.2 Sendo a proposta considerada inexequível pelo pregoeiro, será facultado ao licitante a possibilidade de comprovar a exequibilidade da sua proposta, nos termos previstos em lei.

6.23 Os documentos exigidos no presente edital deverão ser enviados no momento do cadastro da proposta no sistema eletrônico do COMPRASBR.

6.24 Posteriormente à declaração do vencedor, a proposta com o valor final e corrigido deverá ser encaminhado em até 03 horas para o endereço eletrônico [licitacoes@cisamures.sc.gov.br](mailto:licitacoes@cisamures.sc.gov.br) ou anexado na plataforma COMPRASBR.

6.25 A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece em fase de classificação/habilitação até o recebimento da proposta eletrônica corrigida.

6.26 O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação conforme estabelece o item 6.23 poderá acarretar nas sanções previstas no item 17, deste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

6.27 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

6.28 Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

6.29 A proposta de preços deverá ter a validade mínima de 60 (sessenta) dias, permanecendo este prazo em caso de omissão.

6.30 Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos ou estando eles já decididos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço por item.

6.31 Serão permitidos lances com até 04 casas decimais.

6.32 Os lances devem ter no mínimo 01 décimo de centavo de intervalo.

## 7. PROPOSTA ELETRÔNICA APÓS LANCES

7.1 APÓS DECLARADO VENCEDOR, o licitante deve enviar a proposta eletrônica corrigida com o valor final conforme estabelece o item 6.24 contendo ainda:

- o nome do proponente, endereço, razão social, o número do CNPJ e da Inscrição Estadual, número de telefone, e-mail, dados bancários;
- declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;
- o prazo de validade da proposta de preços, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias;
- o preço do objeto, discriminados em moeda corrente nacional, limitado até 04 (quatro) casas decimais para os centavos;
- especificação/detalhamento completo do objeto oferecido, de acordo com as características apresentadas na Proposta Eletrônica;
- O prazo de entrega será de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da ordem de compra emitida pelo município através do sistema eletrônico disponibilizado pelo CISAMURES, na sede de cada município participante;
- A validade dos itens deverá ser igual ou superior a 12 (doze) meses contados da data do recebimento do objeto.

7.2 Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o MENOR PREÇO POR ITEM para atendimento do objeto.

7.3 Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

7.4 A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão participante, por intermédio de contrato que poderá ser substituído, nos termos do art. 62 da lei nº 8.666/93 e do art. 15 do decreto federal nº 7.892/2013, por instrumentos similares como nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução do serviço.



7.5 O fornecedor poderá acompanhar as ordens de compra, registrar, anexar documentos, através do sistema eletrônico disponibilizado pelo CISAMURES, sendo-lhe liberado o acesso através de senha a ser fornecida por ocasião da ata de registro de preço.

7.6 Caso a ordem de compra a ser entregue não atinga o valor mínimo de 50 reais, o fornecedor desde que, noticie o requisitante, e este concorde, poderá exceder, em no máximo 10 dias, o prazo de entrega.

7.7 A contratação dos itens, de forma parcelada será efetuada conforme a necessidade de cada órgão participante durante o período de vigência da ata de registro de preços.

7.8 O fornecedor deverá entregar os itens no prazo de 30 (trinta) dias e no local indicado pelo órgão participante, com respectiva nota fiscal eletrônica.

7.9 Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do fornecedor bem como o transporte adequado e em perfeitas condições de armazenamento.

7.10 O fornecedor deverá observar as diretrizes estabelecidas pela RDC nº 54/2013, referente a implantação de sistema nacional de controle de medicamentos e os mecanismos e procedimentos para rastreamento de medicamentos na cadeia dos produtos farmacêuticos.

## 8. DA HABILITAÇÃO

8.1 Toda a documentação de habilitação deverá ser enviada no momento do cadastro da proposta no sistema eletrônico do COMPRASBR conforme art. 26 do decreto nº 10.024/2019.

8.2 Para habilitação na presente licitação será exigida os seguintes documentos:

- ato constitutivo, estatuto, contrato social em vigor, Requerimento do Empresário (se for o caso), bem como a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;
- caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração ou documento equivalente, com firma reconhecida do outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF – Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, a fim de comprovar os poderes do outorgante;
- declaração de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação, conforme modelo no ANEXO III.

Obs.: Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva e comprovando condição.

• A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito de tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, deverá ser apresentada a certidão expedida pela junta comercial.

• Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

• Certidão Conjunta Negativa Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

• Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

• Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

• Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);

• Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos da Lei federal nº 12.440/2011.

• Cópia da licença sanitária estadual ou municipal, para atividade desenvolvida pela empresa: produção, importação, armazenamento, distribuição ou comercialização de medicamentos.

• Cópia da autorização de funcionamento da empresa ou da respectiva publicação no diário oficial da união no caso de cotação de medicamentos sujeitos ao controle especial.

• Certidão negativa de falência ou concordata, recuperação judicial expedida pelo cartório distribuidor da pessoa jurídica há menos de 60 (sessenta) dias.

• Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação, conforme modelo constante no ANEXO V.

• Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos nos termos do inciso 33 do art. 7º da CF. de 88 conforme modelo constante no ANEXO VI.

• Declaração de que no caso dos medicamentos que requerem registro na ANVISA, encontram-se registrados, devidamente válidos, junto a ANVISA conforme ANEXO VII.

8.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar os documentos referentes à regularidade fiscal. Todavia, apresentada a documentação, eventual restrição poderá ser sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, como condição para a assinatura do contrato, na forma da Lei Complementar nº 123/06.

8.3.1 A não regularização da documentação no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado ao CISAMURES convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.4 Em nenhuma hipótese serão aceitos documentos com prazo de validade vencido.

8.5 Os documentos apresentados sem prazo de validade serão considerados válidos por 4 (quatro) meses após a sua expedição.

8.6 Os documentos cuja autenticidade possa ser atestada através da internet, mediante livre e gratuito acesso, não precisarão ser autenticados.

## 9. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

9.1 Decairá do direito de impugnar os termos do Edital aquele que não o fizer até 3 (três) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

9.2 Será admitida a Impugnação do Edital por intermédio de e-mail ou na plataforma eletrônica do COMPRASBR, devendo a referida peça ser encaminhada para o e-mail [licitacoes@cisamures.sc.gov.br](mailto:licitacoes@cisamures.sc.gov.br).

9.3 Caberá ao Pregoeiro decidir, no prazo de dois dias úteis contado da data de recebimento da impugnação, sobre a Impugnação interposta.

9.4 Se procedente e acolhida a Impugnação do Edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto,

quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

#### 10. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E RECURSOS

10.1 Verificado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante será declarado vencedor.

10.2 A presente licitação será adjudicada ao licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO POR ITEM, desde que atendidas as exigências deste Edital.

10.3 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, desde que manifeste sua intenção, antes da adjudicação, através do sistema eletrônico. O licitante recorrente deverá fazer, via sistema, o registro da síntese das suas razões, devendo juntar memoriais com as razões detalhadas. Os licitantes interessados ficam, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente. Dentro do prazo para apresentação de contrarrazões, será facultada vistas dos autos aos interessados.

10.3.1 Os memoriais de recurso deverão ter todas as páginas rubricadas, sendo assinado, com firma reconhecida, na última página. Deverá, ainda, ser apresentada cópia autenticada do documento de identidade do signatário, acompanhado de cópia autenticada do ato constitutivo da pessoa jurídica recorrente, sob pena de não ser conhecido.

10.3.2 A falta de manifestação imediata e motivada importará na preclusão do direito de recurso, bem como a falta de apresentação das razões de recurso, por memoriais, acarretará na mesma consequência.

10.3.3 Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo licitante.

10.3.4 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4 Não havendo manifestação dos licitantes quanto à interposição de recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), sendo submetido este resultado a Autoridade do CISAMURES para homologação.

10.5 O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) a Autoridade do CISAMURES, por intermédio do Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) a Autoridade do CISAMURES, devidamente instruído(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

10.6 No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.7 O encaminhamento das razões de recurso e de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes será realizado no âmbito do sistema eletrônico, ressalvada a hipótese de necessidade de instrução das razões ou contrarrazões recursais com documentos comprobatórios das alegações, os quais poderão ser encaminhados à sede do CISAMURES.

10.8 Decidido(s) o(s) recurso(s) eventualmente interposto(s), será o resultado da licitação submetido a Autoridade do CISAMURES para o procedimento de homologação da adjudicação do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

#### 11. DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

11.1 Será de responsabilidade do licitante vencedor:

- assinar a ata, o contrato, ou instrumento semelhante, no prazo de 10 (dez) dias contados da convocação para realização do ato, sob pena de aplicação do art. 81 da Lei nº 8.666/93;
- prestar com diligência, profissionalismo e segurança os serviços objeto certame, responsabilizando-se única, integral e exclusivamente pelas consequências e implicações dele decorrentes;
- responsabilizar-se pela idoneidade e comportamento de seus colaboradores/prepostos, bem como pelos direitos trabalhistas deste, respondendo por qualquer prejuízo que venha a ser causado por estes em razão da execução do contrato a ser celebrado;
- facilitar a fiscalização do contrato a ser celebrado, fornecendo os esclarecimentos e documentos solicitados, sem criar qualquer tipo de embaraço;
- manter, até a assinatura do contrato e durante todo o período da vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para prestação do objeto;
- cumprir seus deveres de sigilo e de ética profissional, fazendo as recomendações oportunas e desenvolvendo todos os demais atos e funções necessárias ou convenientes ao bom cumprimento das atribuições contratadas;
- manter a proposta que lhe classificou como vencedora;
- fornecer o objeto, conforme prazo de entrega estabelecido neste edital;
- ler todas as condições da contratação, não podendo, posteriormente, alegar seu desconhecimento.
- responsabilizar-se por todas as despesas oriundas da entrega do objeto;
- acompanhar as publicações referentes ao presente certame, as quais serão veiculadas através do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, no site <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/>;
- utilizar o sistema de gerenciamento de processo de compra do CISAMURES para atender as ordens de compras dos municípios e procedimentos referentes ao processo licitatório.
- manter o registro dos medicamentos na ANVISA
- manter o certificado de controle de qualidade do lote de cada produto

#### 12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

##### 12.1 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

12.1.1. Após a homologação pelo ordenador da despesa, o adjudicatário será convocado para assinatura da ata de registro de preço, no prazo de dez dias contados da convocação, prorrogável por igual período quando solicitado justificadamente pelo interessado, podendo ser utilizada assinatura digital.

12.1.2 A validade da ata de registro de preço será até 31 de dezembro de 2021, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

12.1.3 A competência para assinar a ata de registro de preço cabe ao órgão gerenciador e o fornecedor e facultado aos municípios.



12.2 A ata de registro de preços durante a sua validade não poderá ser utilizada por município consorciado que não tenha participado do certame licitatório.

12.3 O licitante que, convocado para assinar a ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

12.4 A ata de registro de preço não poderá ser alterada, a exceção do previsto no art. 65 da lei 8.666/93.

12.4.1 No caso de substituição de marca deve o fornecedor comprovar fato superveniente não imputável a ele que inviabilizou o fornecimento da marca anteriormente cotada (exemplo: descontinuidade do produto pelo fabricante), além disso a nova marca ofertada deve ser na qualidade igual ou superior a inicialmente cotada de forma a atender todos os requisitos solicitados no edital. As solicitações de troca de marca deverão ser realizadas pelo sistema eletrônico do CISAMURES bem como enviado ao [licitacoes@cisamures.sc.gov.br](mailto:licitacoes@cisamures.sc.gov.br)

12.4.2 No caso de cancelamento de item deverá comprovar a descontinuidade do produto após esgotar a possibilidade de troca de marca.

12.4.3 O fornecedor não poderá solicitar cancelamento de itens alegando inexecução da proposta ou erro no momento da cotação, uma vez que o decreto federal nº 10.024/19 que regulamentou a lei nº 10.520/2002, estipulou que o licitante é responsável por suas propostas e lances, de forma que ele não pode desistir do preço ofertado, sendo-lhe permitido alterar a sua proposta somente até o início da sessão.

### 13. DO CONTRATO DE FORNECIMENTO OU INSTRUMENTO SIMILAR

13.1 O licitante classificado em 1º (primeiro) lugar, depois de assinada a ata de registro de preços com o CISAMURES, deverá firmar o contrato de fornecimento ou instrumento similar (nota de empenho, autorização de compra, ordem de execução do serviço), devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal, reapresentando os documentos listados no subitem 8.2 que eventualmente tenham vencido desde sua habilitação.

13.2 Sendo o contrato, o instrumento escolhido pelo órgão participante, terá vigência a partir da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2021, devendo-se observar todos os itens da ata de registro de preços para elaboração do referido instrumento jurídico.

13.3 Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu contrato cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar sua via do contrato, no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

### 14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas decorrentes das aquisições dos medicamentos, objeto do presente certame, correrão a conta de dotação específica de cada órgão participante.

14.2 O órgão participante, quando da contratação/empenhamento, especificará a classificação orçamentária pertinente.

### 15. DO PAGAMENTO

15.1 Os pagamentos serão realizados pelos órgãos participantes em favor do fornecedor contratado, mediante depósito bancário em conta corrente, em até 30 (trinta) dias contados da data do recebimento integral do objeto, acompanhado da respectiva nota fiscal.

15.2 Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta.

15.3 O número do CNPJ constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

15.4 Por ocasião do pagamento o órgão participante poderá consultar a situação da regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor, podendo bloquear os pagamentos caso constate alguma irregularidade até que a mesma seja sanada.

### 16. DO REAJUSTE E DA REVISÃO DOS PREÇOS

#### 16.1 DO REAJUSTE DOS PREÇOS

16.1.1 Os preços não serão reajustados durante a validade da ata de registro de preço.

#### 16.2 DA REVISÃO DOS PREÇOS

16.2.1 Os preços poderão ser revistos para reestabelecimento de equilíbrio econômico financeiro decorrentes de fatos supervenientes nos termos do art. 65 da lei nº 8.666/93, ressalvado § 1º do art. 65 da lei nº 8.666/93 e art. 17 e seguintes do decreto nº 7.892/2013.

16.2.2 As solicitações de reajuste e revisão poderão ser realizadas através do sistema de gestão de compras disponibilizado pelo CISAMURES ou pelo e-mail [licitacoes@cisamures.sc.gov.br](mailto:licitacoes@cisamures.sc.gov.br).

16.3 Para ter direito a recomposição do equilíbrio econômico financeiro a empresa deve apresentar juntamente com seu requerimento de equilíbrio os seguintes documentos:

- Planilha ou equivalente contendo o custo de cada item constante da proposta inicial em confronto com a nova planilha ou equivalente (prova do custo do produto) de cada item a ser reequilibrado a fim de comprovar a elevação dos encargos do particular;
- Demonstração de que o desequilíbrio decorre de fato superveniente, isto é, ocorrência de evento posterior a apresentação da proposta (neste caso por se tratar de registro de preço, à assinatura da ata de registro de preços);
- Vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos da empresa;
- Comprovação de que o desequilíbrio decorre de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis apresentando para tanto todos os documentos que comprovem a imprevisibilidade da ocorrência do evento;
- A memória de cálculo (demonstração dos cálculos realizados);
- A demonstração de que o desequilíbrio decorre de fato alheio a vontade das partes;

16.4 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

16.5 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

16.6 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

16.7 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

16.8 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

16.9 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

16.10 Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

16.11 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

16.12 Na hipótese de atraso do pagamento, por culpa exclusiva do CONTRATANTE, o critério de atualização financeira é o IGP-M.

#### 17. DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

17.1 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato/Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo de 10 (dez) dias, a contar da convocação, feita através do email cadastrado, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

17.2 De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

17.3 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o CISAMURES aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

- advertência;
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures – CISAMURES, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o Fornecedor sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total inadimplido, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato. Quando o prejuízo causado pela contratada exceder ao percentual aqui previsto, poderá a administração exigir indenização suplementar, valendo esta cláusula penal como mínimo da indenização nos termos do parágrafo único do art. 416 do código civil.
- Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, poderá ser considerado rescindido o Contrato, e aplicada a multa de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato inadimplido.
- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o Órgão Gerenciador ou Participante incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam>

17.4 A multa moratória prevista na alínea c do item 17.3 é inacumulável com as multas sancionatórias previstas nas alíneas d e e do mesmo item, se decorrentes do mesmo fato gerador. Entretanto, tendo origem em fatos diversos, poderão ser cumuladas.

17.5 A aplicação de quaisquer penalidades decorrerá de processo administrativo, instaurado pelo Pregoeiro, garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo realizadas as intimações através de mensagem eletrônica (email) com confirmação de leitura, enviada ao endereço eletrônico informado pelo licitante em seu cadastro, ou por correspondência com Aviso de Recebimento, enviado ao endereço da sede da pessoa jurídica.

17.6 Das decisões que cominarem penalidades, caberá recurso à Presidente do CISAMURES, no prazo de 10 (dez) dias.

17.7 Ficará suspensa a exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta Reais), facultando-se à Administração exigi-las no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar a este limite.

17.8 No caso do item 17.4, sendo o fato punível, também, com penalidades não pecuniárias, nada obsta sua aplicação.

17.9 As multas eventualmente aplicadas deverão ser depositadas a favor do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures – CISAMURES, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias do trânsito em julgado da decisão administrativa que a houver aplicado.

#### 18. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

18.1 O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços,
- b) recusar-se a celebrar as atas de registro de preços ou não retirar o instrumento no prazo estabelecido sem justificativa aceitável
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado quando este se tornar superior à aqueles praticados no mercado
- d) estiverem presentes razões de interesse público
- e) for declarado inidôneo para licitar e contratar com o CISAMURES ou qualquer um dos municípios consorciados
- f) for impedido de licitar e contratar com o CISAMURES ou qualquer um dos municípios consorciados
- g) não utilizar recurso de tecnologia da informação disponibilizados pelo CISAMURES

18.2 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados.

#### 19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 O contrato decorrente do presente certame poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

19.2 A participação na presente licitação implica na concordância, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital.

19.3 A existência de preços registrados não obriga o órgão gerenciador ou os órgãos participantes a firmar as contratações que deles poderão advir.

19.4 Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

19.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos.

19.6 Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital em dia de expediente do CISAMURES.

19.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento/desclassificação do licitante, desde que seja possível a exata compreensão de sua proposta e a perfeita aferição de sua qualificação.

19.8 As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

19.9 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

19.10 Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, de acordo com as normas citadas no preâmbulo.

19.11 O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, no Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures – CISAMURES, logo após sua homologação.

19.12 A Autoridade do CISAMURES poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

19.13 O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como responderão às dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 09h00min às 11h00min e das 14h00min às 16h00min, através do telefone (49) 3251-3700, ou endereço eletrônico [licitacoes@cisamures.sc.gov.br](mailto:licitacoes@cisamures.sc.gov.br).

19.14 São partes integrantes deste Edital os seguintes ANEXOS:

- ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA (ESTIMATIVAS E QUANTITATIVOS)
  - ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
  - ANEXO III - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
  - ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
  - ANEXO V - DECLARAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO
  - ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGAR MENOR
  - ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE REGISTRO NA ANVISA
- Lages (SC), 15 de Fevereiro de 2021.

BEATRIZ BLEYER RODRIGUES MONTEMEZZO

Diretora Executiva CISAMURES

## ANEXO I

### EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021- CISAMURES

#### TERMO DE REFERÊNCIA

##### 1 - INTRODUÇÃO

1.1 - O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMURES – CISAMURES é um Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 07.383.800/0001-88, e com sede na Rua Nossa Senhora dos Prazeres, 62, Bairro Centro, no Município de Lages, Estado de Santa Catarina, na forma da Lei Federal nº 11.107/05, de seu regulamento (Decreto nº 6.017/07).

1.2 – A justificativa do CISAMURES é a realização dos interesses comuns, visando economia de esforços através da redução de processos repetitivos; redução de custos através da compra concentrada com maiores volumes (ganho de escala); padronização; transparência.

1.3.1 – Municípios participantes da ata de registro de preços para a eventual compra de medicamentos conforme estimativas anexadas no processo administrativo nº 138/2021: BOM JARDIM DA SERRA, BOM RETIRO, CERRO NEGRO, LAGES, PAINEL, PONTE ALTA, PONTE ALTA DO NORTE, RIO RUFINO, SÃO JOAQUIM, URUBICI.

##### 2 – DO OBJETO (ESTIMATIVA GERAL)

2.1 - Tem por objeto o registro de preço para eventual aquisição de medicamentos conforme estimativa abaixo:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR REFERÊNCIA UNITÁRIO (R\$)
1	147	ACEBROFILINA 10MG/ML 120 ML	FR	2950	11,68
2	148	ACEBROFILINA 5MG/ML 120 ML	FR	2450	13,38
3	149	ACETATO DE DEXAMETASONA CREME DERMATOLOGICO 1MG 20G	BIS	15750	5,78
4	151	ACETATO DE HIDROCORTISONA 10MG (1%) 10G	BIS	3730	11,87
5	152	ACETATO DE RETINOL 10.000UI/G + AMINOACIDOS 2,5% + METIONINA 0,5% + CLORANFENICOL 0,5% POMADA OFTALMICA ESTERIL 3,5G	BIS	280	15,34
6	153	ACETATO DE RETINOL 50.000UI/ML+COLECALCIFEROL 10.000UI/ML 10ML	FR	1900	7,2
7	154	ACETILCISTEINA 600MG GRANULADO PARA SOLUCAO ORAL	FR	10010	25,72
8	156	ACICLOVIR 200 MG	COMP	33200	1,48
9	157	ACICLOVIR 50MG CREME 10G	BIS	2150	15,06

10	158	ACIDO ACETILSALICILICO 100 MG	COMP	2640000	0,02
11	159	ACIDO ACETILSALICILICO 500 MG	COMP	11000	0,2
12	160	ACIDO ASCORBICO (VITAMINA C) 500MG	COMP	10010	0,73
13	161	ACIDO ASCORBICO 100MG/ML INJETAVEL	AMP	3450	0,6387
14	162	ACIDO ASCORBICO 200MG/ML	FR	3400	8,21
15	163	ACIDO FOLICO 0,2MG/ML 30ML	FR	1350	24,5
16	164	ACIDO FOLICO 5 MG	COMP	250000	0,39
17	165	ACIDO VALPROICO 250MG	COMP	301000	0,15
18	167	ACIDO VALPROICO 500 MG	COMP	500500	1,35
19	169	ACIDO VALPROICO 50MG/ML SOLUCAO ORAL 100ML + COPO/SERINGA MEDIDA	FR	4800	3,59
20	170	AGUA BIDEUTILADA 5 ML	AMP	12500	0,15
21	171	AGUA DESTILADA 10ML	FR	60000	0,61
22	172	ALBENDAZOL 400 MG	COMP	35200	5,2
23	173	ALBENDAZOL 40MG/ML 10 ML	FR	9000	0,96
24	174	ALENDRONATO SODICO 70 MG	COMP	84450	1,87
25	175	ALOPURINOL 100 MG	COMP	58000	0,19
26	176	ALOPURINOL 300 MG	COMP	66000	0,46
27	177	ALPRAZOLAM 0,5 MG	COMP	55000	0,26
28	178	ALPRAZOLAM 1 MG	COMP	52000	0,41
29	179	ALPRAZOLAM 2 MG	COMP	25000	0,79
30	180	AMBROXOL, CLORIDRATO 15MG/5ML DE 100 ML	FR	2400	11,34
31	181	AMBROXOL, CLORIDRATO 30MG/5ML DE 100 ML	FR	2300	14,99
32	183	AMINOFILINA 100 MG	COMP	147000	0,16
33	185	AMINOFILINA 24MG/ML DE 10 ML	AMP	1550	3,3
34	187	AMIODARONA 200 MG	COMP	130400	0,75
35	188	AMIODARONA 50MG/ML COM 3 ML	AMP	2400	11,96
36	189	AMITRIPTILINA 25 MG	COMP	1455000	0,3
37	190	AMITRIPTILINA 75 MG	COMP	7500	0,87
38	191	AMOXICILINA + CLAVULONATO DE POTÁSSIO 400 + 57MG/5ML	FR	800	35,6
39	192	AMOXICILINA 250 MG + AC. CLAVULANICO 62,5 MG/5 ML	FR	10800	34,17
40	193	AMOXICILINA 250MG/5ML 60ML	FR	11550	7,58
41	194	AMOXICILINA 400MG/5ML	FR	200	6,94
42	195	AMOXICILINA 500 MG	CAP	171000	0,66
43	196	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTASSIO 500+125 MG	COMP	37000	2,71
44	197	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTASSIO 875 MG + 125 MG	COMP	19900	4,67
45	198	AMOXICILINA TRI-HIDRATADA 250MG/5ML PO SUSPENSAO ORAL 150 ML APOS RESTITUICAO + COPO/SERINGA MEDIDA	FR	6000	7,86
46	199	AMOXICILINA TRI-HIDRATADA 500MG EMBALAGEM HOSPITALAR	CAP	60000	0,72
47	200	AMPICILINA 250MG/5ML C/ 150ML	FR	150	18,06
48	201	AMPICILINA 500 MG	CAP	15850	1,46
49	202	ANLODIPINO 2,5MG	COMP	31500	0,85
50	203	ANLODIPINO BESILATO 10 MG	COMP	227000	0,69
51	204	ANLODIPINO BESILATO 5 MG	COMP	808000	0,46
52	205	ATENOLOL 100 MG	COMP	5500	0,59
53	209	ATENOLOL 25 MG	COMP	132000	0,13
54	210	ATENOLOL 50 MG	COMP	286000	0,38
55	211	ATORVASTATINA 10 MG	COMP	17000	1,19
56	212	ATROPINA 0,25MG/ML – 1ML	AMP	3750	0,34
57	213	ATROPINA 0,5MG/1ML	AMP	225	0,53
58	215	AZITROMICINA 40MG/ML 15 ML	FR	1580	33,5
59	216	AZITROMICINA 500 MG	COMP	266000	3,74
60	217	AZITROMICINA PO PARA SUSPENSAO + DILUENTE ORAL 600 MG	FR	4900	26,91

61	218	AZITROMICINA PO PARA SUSPENSÃO + DILUENTE ORAL 900 MG	FR	3000	13,97
62	219	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, 250 MCG/DOSE 200 DOSES	FR	450	48,94
63	221	BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 50 MCG COM 200 DOSES	FR	100	38,9
64	222	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI	FR-AMP	14700	13,84
65	223	BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000 UI 4ML	AMP	3300	7,09
66	225	BENZOATO DE BENZILA 25% EMULSAO TOPICA 80 ML	FR	2000	9,51
67	226	BENZOILMETRONIDAZOL 40 MG/ML 100 ML	FR	750	17,09
68	227	BETAISTINA DICLORIDRATO 16 MG	COMP	86360	0,41
69	228	BETAISTINA DICLORIDRATO 24 MG	COMP	56000	0,64
70	229	BETAMETASONA 5 MG DIPROPIONATO + FOSFATO DIS-SODICO DE BETAMETASONA 2MG 1 ML + SERINGA	AMP	4050	16,05
71	230	BIPERIDENO 2 MG	COMP	206000	0,39
72	231	BIPERIDENO 5MG/ML	AMP	825	1,41
73	232	BISACODIL 5 MG	COMP	2700	0,34
74	233	BISOPROLOL FUMARATO 2,5 MG	COMP	8360	1,13
75	234	BISOPROLOL FUMARATO 5 MG	COMP	22000	1,38
76	235	BROMAZEPAM 3 MG	COMP	23500	0,41
77	236	BROMETO DE N-BUTILESCOPOLAMINA 10MG + DIPIRONA 200MG	COMP	176300	2,81
78	239	BROMETO DE N-BUTILESCOPOLAMINA 20 MG/ML – EV/IM/SC 1ML	AMP	6100	4,7
79	241	BROMETO DE N-BUTILESCOPOLAMINA 4MG/ML + DIPIRONA 500MG/ML IV/IM	AMP	16800	2
80	242	BROMETO DE TIOTROPIO 2,5MCG	COMP	200	364,9
81	244	BROMIDRATO DE FENOTEROL 5MG/ML GTS – 20ML	FR	2550	4,15
82	245	BROMOPRIDA 10 MG	COMP	16500	0,62
83	246	BROMOPRIDA 4 MG/ML 20 ML	FR	1460	12,18
84	247	BUDESONIDA AEROSOL NASAL, 64 MCG/DOSE	FR	1200	22,38
85	248	BUDESONIDA AEROSOL NASAL, 32 MCG/DOSE	FR	1800	13,32
86	249	BUPROPIONA, CLORIDRATO, 150 MG	COMP	51500	1,78
87	250	BUSPIRONA 10MG	COMP	500	2,12
88	251	CANDESARTANA CILEXETILA 16MG	COMP	5000	3,34
89	252	CAPTAPRIL 25 MG	COMP	222500	0,19
90	253	CAPTAPRIL 50 MG	COMP	300000	6,49
91	254	CARBAMAZEPINA 20 MG/ML 100 ML	FR	2500	14,3
92	255	CARBAMAZEPINA 200 MG	COMP	920000	0,26
93	256	CARBAMAZEPINA 400 MG	COMP	28000	0,81
94	257	CARBONATO DE CALCIO + COLECALCIFEROL (500MG+400UI)	COMP	53000	0,84
95	258	CARBONATO DE CALCIO 1250MG (EQUIVALENTE A 500MG DE CALCIO ELEMENTAR) + COLECALCIFEROL 400UI COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP	377000	1,26
96	259	CARBONATO DE CALCIO 500 MG + VITAMINA D 200 UI	COMP	50000	0,82
97	260	CARBONATO DE CALCIO 500MG	COMP	165400	0,94
98	261	CARBONATO DE CALCIO 600 MG ASSOCIADO COM VITAMINA D3 400 UI	COMP	3000	7,33
99	262	CARBONATO DE LITIO 300 MG	COMP	564000	0,47
100	263	CARVEDILOL 12,5 MG	COMP	275000	0,39
101	264	CARVEDILOL 25 MG	COMP	282300	0,77
102	265	CARVEDILOL 3,125 MG	COMP	166000	4,48
103	266	CARVEDILOL 6,25 MG	COMP	305000	0,37
104	267	CEFALEXINA 250MG/5ML 100 ML	FR	8000	32,02
105	268	CEFALEXINA 50 MG/ML 100 ML	FR	100	36,15
106	269	CEFALEXINA 500MG	COMP	158500	2,02
107	270	CEFALEXINA, MONOIDRATADA 250MG/5ML, SUSPENSÃO ORAL PREPARADA 60ML + COPO/SERINGA MEDIDA	FR	950	10,45
108	273	CEFALEXINA, MONOIDRATADA 500MG, CÁPSULA - EMBALAGEM HOSPITALAR	FR	90000	2,02



109	276	CEFTRIAXONA SODICA 1 G ENDOVENOSA	AMP	2550	5,85
110	277	CEFTRIAXONA SODICA 1 G INTRAMUSCULAR	AMP	19980	27,06
111	278	CETOCONAZOL 20 MG TUBO COM 30 GRAMAS	BIS	1600	12,22
112	279	CETOCONAZOL 200 MG	COMP	9000	1,74
113	281	CETOPROFENO 100 MG	COMP	64000	1,28
114	282	CETOPROFENO 100MG PO LIOFILIZADO INJETAVEL IV (INTRAVENOSO)	AMP	15700	10,8
115	283	CETOPROFENO 50 MG/ML IM 2 ML	AMP	23900	2,05
116	284	CIANOCOBALINA + PANTOTENATO DE CALCIO + RIBO-FLAVINA + MONOITRATO DE TIAMINA + NICOTINAMIDA + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA - POLIVITAMINICO DO COMPLEXO B COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP	46000	0,8
117	286	CICLOBENZAPRINA CLORIDARATO 10 MG	COMP	56000	0,68
118	287	CICLOBENZAPRINA CLORIDRATO 5 MG	COMP	83000	0,39
119	288	CILOSTAZOL 100 MG	COMP	23500	0,61
120	289	CILOSTAZOL 50 MG	COMP	58500	0,37
121	290	CIMETIDINA 200 MG	COMP	51500	0,72
122	292	CINARIZINA 25 MG	COMP	82200	0,25
123	295	CINARIZINA 75 MG	COMP	142000	0,39
124	297	CIPROFIBRATO 100 MG	COMP	108000	0,85
125	299	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO, 500 MG	COMP	146800	1,81
126	300	CITALOPRAM 20 MG	COMP	139350	0,72
127	301	CLARITROMICINA 250MG/5ML 60 ML	FR	20	63,59
128	303	CLOBAZAM 10MG	COMP	10000	0,81
129	307	CLOBAZAM 20MG	COMP	35000	0,67
130	309	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO 10 MG	COMP	500	1,4
131	312	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO 25 MG	COMP	41500	0,95
132	326	CLONAZEPAM 0,5 MG	COMP	18000	0,95
133	327	CLONAZEPAM 2 MG	COMP	1660000	0,24
134	328	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML 20 ML	FR	5810	7,81
135	329	CLOPIDOGREL 75 MG	COMP	306500	2,07
136	331	CLORANFENICOL 4 MG/ML 10 ML	FR	20	11,2
137	332	CLORETO DE BENZALCONIO 0,1MG/ML + CLORETO DE SODIO SOLUCAO NASAL FRASCO DE 30	FR	100	11,06
138	333	CLORETO DE SODIO 0,9% 50 ML	FR	1250	8,11
139	334	CLORETO DE SODIO 20% 10 ML	AMP	300	0,39
140	335	CLORIDATO DE LIDOCAINA 20MG/ML GELEIA 30G	BIS	3520	11,07
141	336	CLORIDRATO DE BAMIFILINA 300MG	COMP	4800	1,4
142	337	CLORIDRATO DE BAMIFILINA 600MG	COMP	1000	2,22
143	338	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO 3,5MG/ML + DEXA-METASONA 1MG/ML SUSPENSÃO OFTALMICA ESTERIL FRASCO CONTA GOTAS 5ML	FR	100	21,29
144	339	CLORIDRATO DE DULOXETINA 30MG	COMP	19000	2,02
145	340	CLORIDRATO DE HIDROXIZINA 25MG	COMP	12000	0,53
146	343	CLORIDRATO DE LIDOCAINA 100MG/ML SOLUCAO TOPI-CA SPRAY	FR	144	106,18
147	344	CLORIDRATO DE PROPRANOLOL 40MG	COMP	47000	0,19
148	345	CLORIDRATO DE TETRACAINA 1% + CLORIDRATO DE FENILEFRINA 0,1% SOLUCAO OFTALMICA ESTERIL FRAS- CO CONTA GOTAS 10ML	FR	85	8,92
149	346	CLORPROMAZINA 100 MG	COMP	282500	0,47
150	347	CLORPROMAZINA 25 MG	COMP	185000	0,34
151	348	CLORPROMAZINA 25MG/5ML 5 ML	AMP	450	4,41
152	349	CLORPROMAZINA 40MG/ML - 20ML	FR	1400	8,03
153	351	CLORTALIDONA 25 MG	COMP	11000	0,29
154	352	CODEINA 30 MG	COMP	8000	1,44
155	353	COLAGENASE 0,6U/G + CLORANFENICOL 0,01G/G 30G	BIS	2020	56,09
156	354	COMPLEXO B GOTAS 30ML	FR	1700	8,62
157	355	DESLOMATADINA 0,5MG/ML 60 ML	FR	1270	26,42
158	356	DESVENLAFAXINA 100MG	COMP	7000	1,97

159	357	DEXAMETASONA 0,1% 5 ML	FR	425	9,01
160	358	DEXAMETASONA 0,1MG/ML ELIXIR 100ML	FR	1300	0,94
161	359	DEXAMETASONA 2 MG 1 ML	AMP	1900	5,19
162	360	DEXAMETASONA 4 MG	COMP	29400	0,31
163	361	DEXAMETASONA 4MG/ML 2,5 ML	AMP	820	3,04
164	362	DEXAMETASONA, 1MG/G, CREME DERMATOLÓGICO EM BSNAGA 10G	BIS	12800	4,32
165	363	DEXAMETASONA, ACETATO 0,1% 10G	BIS	1600	8,58
166	364	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, ASSOCIADA A BETAMETASONA, 0,4 MG + 0,05 MG/ML, 100 ML	FR	2500	19,82
167	365	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO, 0,4 MG/ML 100 ML	FR	3880	6,52
168	366	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO, 2 MG	COMP	164000	0,46
169	367	DEXTRANA 70 1MG/ML + HIPROMELOSE 3MG/ML SOLUCAO OFTALMICA ESTERIL FRASCO CONTA GOTAS 15ML	FR	50	16,04
170	368	DIAZEPAM 10 MG	COMP	673500	0,4
171	369	DIAZEPAM 5 MG	COMP	51000	0,21
172	370	DIAZEPAM 5 MG/ML 2 ML	AMP	6520	1,09
173	373	DICLOFENACO POTASSICO 25MG/ML 3 ML	AMP	1900	1,15
174	374	DICLOFENACO POTASSICO 50 MG	COMP	81200	0,43
175	375	DICLOFENACO SODICO 25 MG/ML 3 ML	AMP	6400	4,71
176	376	DICLOFENACO SODICO 50 MG	COMP	96000	0,47
177	377	DICLOFENACO SODICO 75MG 3 ML	AMP	1575	2,7
178	379	DICLOFENACO, SAL DIETILAMONIO, 11,6 MG/G EQUIVALENTE A 10 MG/G DO SAL POTASSICO, GEL 60G	TB	8200	12,47
179	381	DICLOFENACO, SAL RESINATO, 15 MG/ML 20 ML	FR	185	6,83
180	382	DIGOXINA 0,25 MG	COMP	274200	0,23
181	383	DIGOXINA 0,2MG/ML ELIXIR 19 30ML	FR	15	5,34
182	384	DILTIAZEM CLORIDRATO, 30 MG	COMP	1500	0,24
183	385	DILTIAZEM, CLORIDRATO 90 MG	COMP	17500	1,9
184	386	DIMENIDRATO 25 MG/ML+PIRIDOXINA 5MG/ML – 20ML	FR	910	7,43
185	387	DIMENIDRATO 50MG + PIRIDOXINA 10MG	COMP	6900	0,58
186	388	DIMENIDRATO ASSOCIADO COM PIROXIDINA 50/50MG/ML 1 ML IM	AMP	7900	1,21
187	389	DIMENIDRINATO ASSOCIADO COM PIRIDOXINA + GLICOSE + FUTOSE, 3 MG + 5 MG + 100 MG + 100 MG/ML 10 ML	AMP	2150	1,76
188	390	DIMETICONA 40MG	COMP	30000	0,43
189	391	DIMETICONA 75MG/ML	FR	1100	13,53
190	394	DINITRATO DE ISOSSORBIDA 10MG	COMP	2300	0,24
191	395	DIOSMINA ASSOCIADA A HESPERIDINA, 450 MG + 50 MG	COMP	168900	1,44
192	396	DIPIRONA MONOIDRATADA, 500MG/ML FRASCO 10ML SUSPENSÃO ORAL GOTAS	FR	2200	7,65
193	397	DIPIRONA SODICA 500 MG	COMP	650000	0,59
194	405	DIPIRONA SODICA 500 MG/ML 2 ML	AMP	32500	2
195	406	DIPIRONA SODICA 500 MG/ML 20 ML	FR	14500	6,97
196	407	DISSULFIRAM 250MG	COMP	25500	0,42
197	409	DIVALPROATO DE SODIO 500 MG	COMP	27200	1,26
198	410	DOMPERIDONA 10 MG	COMP	21500	0,31
199	411	DOMPERIDONA 1MG/ML	FR	250	22,45
200	412	DOPAMINA, CLORIDRATO 5MG/ML 10 ML	AMP	100	1,77
201	413	DOXAZOSINA MESILATO 2 MG	COMP	208000	0,74
202	414	DOXAZOSINA MESILATO 4 MG	COMP	199000	1,06
203	415	DOXICICLINA 100 MG	COMP	2500	1,2
204	416	DULOXETINA 30 MG	COMP	32001	2,32
205	420	DULOXETINA 60 MG	COMP	143500	3,5
206	423	ENALAPRIL, MALEATO, 10 MG	COMP	221000	0,17
207	426	ENALAPRIL, MALEATO, 20 MG	COMP	31000	0,23
208	427	ENALAPRIL, MALEATO, 5 MG	COMP	25000	0,29
209	429	EPINEFRINA 1MG/ML 1 ML	AMP	5050	4,49



210	430	ERITROMICINA 500 MG	COMP	1000	1,69
211	431	ERITROMICINA ESTEARATO 50MG/ML 60 ML	FR	50	4,94
212	435	ESCITALOPRAM 10 MG	COMP	149000	1,15
213	436	ESCITALOPRAM 20 MG	COMP	24500	2,39
214	437	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 10 MG	COMP	59500	16,97
215	440	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 20MG/ML 1 ML	AMP	1600	11,63
216	442	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPI- RONA SODICA 10MG + 250 MG	COMP	147000	12,79
217	443	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPI- RONA SODICA 4 MG + 500 MG/ML 5 ML	AMP	8600	1,26
218	444	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPI- RONA SODICA 6,67 MG + 333 MG/ 20 ML	FR	3420	5,14
219	445	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO 10MG/ML 20 ML	FR	1300	16,07
220	446	ESOMEPRAZOL 40MG	COMP	1000	2,91
221	448	ESPIRONOLACTONA 100 MG	COMP	21000	0,64
222	449	ESPIRONOLACTONA 25 MG	COMP	551000	0,47
223	450	ESPIRONOLACTONA 50 MG	COMP	67000	0,52
224	451	ESTRADIOL, VALERATO ASSOCIADO COM NORESTISTE- RONA, ENANTATO 5 MG + 50 MG/ML DE 1 ML	AMP	1250	14,99
225	452	EXTRATO DE PLANTAS, GARRA-DO-DIABO 400 MG (HAR- PAGOPHYTOM PROCUMBENS)	COMP	3000	0,75
226	454	EXTRATO DE PLANTAS, GINKGO BILOBA 80 MG	CAP	38000	0,7
227	455	EXTRATO DE PLANTAS, GUACO (MIKANIA GLOMERATA SPRENG) EXTRATO FLUIDO 81,5 mg/ml 100 ML	FR	900	37,5
228	456	EXTRATO DE PLANTAS, PASSIFLORA INCARNATA 300 MG	COMP	10500	1,45
229	457	FENITOINA 100 MG	COMP	165000	0,21
230	461	FENITOINA 50MG/ML COM 5 ML	AMP	2450	3,06
231	462	FENOBARBITAL 100 MG	COMP	326000	0,2
232	463	FENOBARBITAL 100MG/ML 2 ML	AMP	2720	34,72
233	464	FENOBARBITAL 40MG/ML COM 20 ML	FR	3000	4,49
234	465	FINASTERIDA 5 MG	COMP	67000	0,85
235	467	FLUCONAZOL 150 MG	CAP	38080	2,44
236	475	FLUOXETINA 20 MG	CAP	1371000	0,78
237	476	FORMOTEROL, FUMARATO ASSOCIADO A BUDESONIDA 12MCG + 400 MCG/DOSE	FR	51550	70,06
238	477	FOSFATO DISSODICO DE DEXAMETASONA, CLORIDRATO DE TIAMINA, CLORIDRATO DE PIRIDOXINA, CIANOCABA- LAMINA (4MG/100MG/100MG/5.000MCG)	CAP	10000	12,19
239	478	FOSFATO SODICO PREDNISOLONA 3MG/ML SOLUCAO ORAL FRASCO 60ML + COPO/ SERINGA MEDIDA	FR	1100	8,02
240	479	FRUTOSE 50MG/ML INJETÁVEL	AMP	100	10,14
241	482	FUMARATO DE FORMOTEROL 120MCG +BUDESONIDA 400MCG	COMP	10100	1,45
242	483	FUROSEMIDA 10 MG/ML 2 ML	AMP	10100	0,44
243	484	FUROSEMIDA 40 MG	COMP	697000	0,25
244	485	FUROSEMIDA 40MG/ML 2 ML	AMP	9100	0,7
245	486	GABAPENTINA 300 MG	CAP	15000	1,94
246	487	GINKGO BILOBA 40MG	COMP	23000	0,65
247	489	GLIBENCLAMIDA 5 MG	COMP	195000	0,36
248	490	GLICAZIDA 30 MG	COMP	69000	0,26
249	492	GLICOSAMINA ASSOCIADA COM CONDROITINA, EM SAIS SULFATOS, 1,5 G + 1,2 G 35 4,13 G	SACHE	500	4,59
250	494	GLICOSE 25% 10 ML	AMP	3300	0,245
251	495	GLICOSE 50% 10 ML	AMP	9000	0,96
252	497	GLIMEPIRIDA 2 MG	COMP	27000	0,47
253	498	GLIMEPIRIDA 4 MG	COMP	25000	0,68
254	499	HALOPERIDOL 1 MG	COMP	4000	0,28
255	500	HALOPERIDOL 2 MG/ML 20 ML	FR	2015	4,07
256	502	HALOPERIDOL 5 MG	COMP	137000	0,5

257	504	HALOPERIDOL 5 MG/ML 1 ML	AMP	1300	5,58
258	506	HALOPERIDOL DECANOATO 50MG INJETAVEL 1ML	AMP	2550	22,06
259	509	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 100 MG	COMP	114000	5,08
260	511	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 25 MG	COMP	110500	1,04
261	513	HEMITARTARATO DE ZOLPIDEM 10MG	COMP	136000	1,59
262	514	HEPARINA SODICA 5.000 UI/0,25 ML 0,25 ML	AMP	3600	3,27
263	515	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG	COMP	390000	0,07
264	516	HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG	COMP	121000	0,19
265	519	HIDROCORTISONA 100 MG SUCCINATO SODICO	AMP	4550	4,11
266	520	HIDROCORTISONA 500 MG, SUCCINATO SODICO	AMP	9200	20,1
267	522	HIDROCORTIZONA 10MG - POMADA 15GR	BIS	500	6,55
268	527	IBUPROFENO 100MG/ML - 30 ML	FR	4700	5,64
269	528	IBUPROFENO 300 MG	COMP	1000	0,42
270	533	IBUPROFENO 50MG/ML - 30 ML	FR	7300	11,25
271	534	IBUPROFENO 600 MG	COMP	445000	0,63
272	536	IMIPRAMINA, CLORIDRATO 25 MG	COMP	200500	0,26
273	537	IODETO DE POTASSIO 20MG/ML COM 100ML	FR	4500	11,24
274	538	IPRATROPIO BROMETO 0,25 MG/ML 20 ML	FR	2700	6,48
275	540	ISOSSORBIDA 10 MG SAL DINITRATO SUBLINGUAL	COMP	15000	6,48
276	541	ISOSSORBIDA 20MG, SAL MONONITRATO	COMP	193000	0,25
277	542	ISOSSORBIDA 40MG, SAL MONONITRATO	COMP	36800	0,35
278	545	ISOSSORBIDA 5 MG, SAL DINITRATO SUBLINGUAL	COMP	22030	0,34
279	547	ITRACONAZOL 100 MG	CAP	8200	3,81
280	548	IVERMECTINA 6 MG	COMP	66000	4,47
281	549	LACTULOSE 667MG/ML 120 ML	FR	1700	18,52
282	551	LAMOTRIGINA 100 MG	COMP	7000	1,02
283	553	LAMOTRIGINA, 25MG COMPRIMIDO	COMP	6000	0,73
284	558	LEVODOPA ASSOCIADA A BENSERAZIDA 200 MG + 50 MG	CAP	28000	2,3
285	559	LEVODOPA ASSOCIADA A CARBIDOPA 250/25 MG	COMP	50500	1,21
286	561	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100 MG +25 MG	CAP	94500	0,86
287	562	LEVODOPA, ASSOCIADO À BENSERAZIDA, 100MG + 25 MG COMPRIMIDO BIRRANHURADO	COMP	20500	1,34
288	563	LEVOFLOXACINO 500 MG	COMP	28600	5,01
289	564	LEVOMEPROMAZINA 100 MG	COMP	98500	1,04
290	565	LEVOMEPROMAZINA 25 MG	COMP	220500	0,49
291	568	LEVOMEPROMAZINA 40 MG/ML, 20 ML	FR	1750	13,86
292	569	LEVONORGESTREL 0,75MG	COMP	330	5,31
293	570	LEVONORGESTREL ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL 0,150 + 0,03 MG	CART	110740	0,2
294	571	LEVOTIROXINA SODICA 100 MCG	COMP	368650	0,14
295	572	LEVOTIROXINA SODICA 25 MCG	COMP	512600	0,2
296	574	LEVOTIROXINA SODICA 50 MCG	COMP	529800	0,22
297	575	LEVOTIROXINA SODICA 75 MCG	COMP	199000	0,18
298	576	LEVOTIROXINA SODICA 88 MCG	COMP	1000	0,21
299	577	LIDOCAINA 2% 20 ML	FR	2600	7,79
300	578	LORATADINA 1 MG/ML 100 ML	FR	1550	26,36
301	579	LORATADINA 10 MG	COMP	149000	1,06
302	580	LORATADINA, 1MG/ML, XAROPE FRASCO 100ML + COPO/SERINGA MEDIDA	FR	1300	20,94
303	581	LORAZEPAM 2 MG	COMP	10000	0,56
304	582	LOSARTANA POTASSICA 50 MG	COMP	610500	0,16
305	585	MEBENDAZOL 100 MG	COMP	2700	0,3
306	586	MEBENDAZOL 20MG/ML 30 ML	FR	300	3,31
307	587	MEBENDAZOL, 20MG/ML, SUSPENSÃO ORAL FRASCO 30ML + COPO/SERINGA MEDIDA	FR	50	3,38
308	588	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, 150 MCG 1 ML	AMP	2100	24,72
309	590	MEDROXIPROGESTERONA, ACETATO 10 MG	COMP	450	2,07
310	591	MELOXICAM 15 MG	COMP	52000	1,69

311	593	METFORMINA CLORIDRATO 500 MG	COMP	248000	0,16
312	595	METFORMINA CLORIDRATO 850 MG	COMP	419000	0,13
313	596	METILDOPA 250 MG	COMP	131000	0,39
314	598	METILDOPA 500 MG	COMP	143000	0,46
315	599	METOCLOPRAMIDA 10 MG	COMP	140000	0,45
316	600	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML 10 ML	FR	8800	3,63
317	601	METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML 2 ML	AMP	29600	0,68
318	604	METOPROLOL, SUCCINATO, 50 MG	COMP	125500	0,92
319	605	METRONIDAZOL 100MG/G 55 G	BIS	400	21,02
320	607	METRONIDAZOL 250 MG	COMP	52000	0,39
321	608	METRONIDAZOL 400 MG	COMP	38000	0,65
322	610	METRONIDAZOL, 100MG/ML, GELEIA VAGINAL + 14 APLICADORES	BIS	2200	18,09
323	611	MICONAZOL 2% CREME VAGINAL 80 G	BIS	1950	21,49
324	613	MICONAZOL 20 MG/G 28 G	BIS	1625	12,02
325	621	MIRTAZAPINA 30MG	COMP	3000	3,52
326	622	MIRTAZAPINA 45MG	COMP	300	5,2
327	623	MORFINA 10 MG	COMP	5550	0,75
328	624	MORFINA 10 MG/ML 1 ML	AMP	4250	6,44
329	627	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG + 250UI/G, 10G	BIS	37360	11,38
330	629	NIFEDIPINO 10 MG	COMP	21100	0,44
331	630	NIFEDIPINO 20 MG	COMP	39090	0,5
332	633	NIMESULIDA 100 MG	COMP	239500	0,64
333	635	NISTATINA 100.000 UI/4G CREME VAGINAL COM 60G	BIS	1100	12,72
334	640	NISTATINA 100.000 UI/ML 50 ML	FR	3250	17,78
335	642	NISTATINA, 25.000UI/G, CREME VAGINAL 60G + 7 APLICADORES	BIS	6800	11,12
336	643	NITROFURANTOINA 100 MG	COMP	70280	0,21
337	644	NORESTINERONA 0,35MG	COMP	7950	0,2
338	645	NORFLOXACINO 400 MG	COMP	43210	1,5
339	646	NORTRIPTILINA 10MG	COMP	10000	1,92
340	648	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO, 25 MG	COMP	31300	0,57
341	649	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO, 50 MG	CAP	5800	1,07
342	650	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO, 75 MG	CAP	15000	1,29
343	651	OLANZAPINA 10MG	COMP	8600	5,7
344	652	OLANZAPINA 2,5MG	COMP	3000	2,22
345	654	OLANZAPINA 5MG	COMP	13000	1,62
346	655	OLEO DE GIRASSOL 100ML	FR	400	8,25
347	657	OLEO MINERAL 100 ML	FR	2600	9,87
348	659	OMEPRAZOL 20 MG	CAP	2880000	0,37
349	661	ONDANSETRONA 2MG/ML INJETÁVEL	AMP	2460	31,9
350	662	ONDANSETRONA 4MG	COMP	5300	1,67
351	664	OXALATO DE ESCITALOPRAM 10MG	COMP	1000	1,65
352	665	OXCARBAMAZEPINA 300 MG	COMP	15000	1,02
353	667	OXCARBAMAZEPINA 600 MG	COMP	80500	1,58
354	673	PANTOPRAZOL 20 MG	COMP	42000	0,51
355	674	PANTOPRAZOL 40 MG	COMP	49140	0,9
356	675	PARACETAMOL 200 MG/ML 15 ML	FR	17500	9,71
357	677	PARACETAMOL 500 MG	COMP	411000	0,727
358	679	PARACETAMOL 750 MG	COMP	723000	0,331
359	681	PARACETAMOL ASSOCIADO COM CODEINA 500 MG + 30 MG	COMP	149000	0,85
360	684	PAROXETINA CLORIDRATO 20 MG	COMP	95000	0,87
361	686	PERICIAZINA 40MG/ML 20 ML	FR	50	19,79
362	696	PERMANGANATO DE POTASSIO 100 MG	COMP	9600	0,27
363	699	PERMETRINA 1% 60ML	FR	1050	13,56
364	705	PERMETRINA 5% 60ML	FR	800	23,76
365	706	PERMETRINA 50MG/ML LOCAO 60ML + PENTE FINO	FR	1200	21,91

366	707	PERMETRINA, 10MG/ML, LOÇÃO FRASCO 60ML + PENTE FINO	FR	1000	9
367	715	PREDNISOLONA 20 MG	COMP	6000	9,16
368	718	PREDNISOLONA SOL ORAL 3 MG/ML 100 ML	FR	3600	24,83
369	721	PREDNISONA 20 MG	COMP	154000	0,95
370	723	PREDNISONA 5 MG	COMP	164000	0,4
371	724	PREGABALINA 75 MG	COMP	48000	1,53
372	731	PROMETAZINA CLORIDRATO 25 MG	COMP	66000	0,33
373	732	PROMETAZINA, CLORIDRATO, 25 MG/ML 2 ML	AMP	8750	0,25
374	734	PROPAFENONA 300 MG	COMP	480	0,8
375	737	PROPATILNITRATO 10 MG	COMP	171060	0,51
376	740	PROPRANOLOL, CLORIDRATO, 40 MG	COMP	119000	0,23
377	741	PROSSO CALCIO CITRATO MALEATO+ VITAMINA D3 250MG	COMP	5000	2,81
378	742	RANITIDINA, CLORIDRATO, 150 MG	COMP	150000	0,9
379	743	RANITIDINA, CLORIDRATO, 25 MG/ML 2 ML	AMP	18700	1,35
380	745	RANITIDINA, CLORIDRATO, 300 MG	COMP	30000	1,83
381	748	RINGER + LACTATO, 1000ML EV	AMP	1450	7,89
382	749	RISPERIDONA 1 MG	COMP	118000	0,69
383	750	RISPERIDONA 1 MG/ML 30 ML	FR	1250	47,18
384	751	RISPERIDONA 2 MG	COMP	174000	1,22
385	752	RIVAROXABANA 20 MG	COMP	17488	9,01
386	753	ROSUVASTATINA, CALCIDA 10 MG	COMP	43500	1,09
387	754	SACARATO DE HIDRÓXIDO FÉRRICO 20MG/ML IV	AMP	1250	6,21
388	755	SAIS PARA REHIDRATAÇÃO ORAL, COMPOSTO POR: CLORETO DE SÓDIO 3,5 G + GLICOSE 20 G + CITRATO DE SÓDIO 2,9 G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5 G PARA 1000 ML	UN	16750	0,51
389	756	SALBUTAMOL 0,4 MG/ML 100 ML	UN	1070	5,85
390	757	SALBUTAMOL 100 MCG/DOSE 200 DOSES	FR	52400	22,46
391	759	SALBUTAMOL, 04MG/ML, SOLUÇÃO ORAL XAROPE FRASCO 120ML + COPO/ SERINGA MEDIDA	FR	100	4,02
392	760	SALMETEROL XINOFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 25MCG/125MCG 120 DOSES	FR	100	135,92
393	762	SERTRALINA CLORIDRATO 25 MG	COMP	122000	0,97
394	763	SERTRALINA CLORIDRATO 50 MG	COMP	769000	1,01
395	765	SIMETICONA 125MG	CAP	11500	1,36
396	766	SIMETICONA 40 MG	COMP	89600	0,48
397	767	SIMETICONA 75 MG/ML 15 ML	FR	4300	11,43
398	768	SIMETICONA, 75MG/ML, EMULSÃO ORAL FRASCO CONTA GOTAS 10ML	FR	1000	5,45
399	769	SINAVASTATINA 10 MG	COMP	15000	0,22
400	770	SINAVASTATINA 20 MG	COMP	1272000	0,34
401	772	SINAVASTATINA 40 MG	COMP	360000	0,53
402	775	SÓDIO, CLORETO SOLUÇÃO NASAL FRASCO 30ML	FR	200	13,42
403	776	SOLUÇÃO DE MANITOL 20%	FR	200	12,07
404	777	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA NASAL 0,9% 30ML	FR	500	14,41
405	778	SULFADIAZINA 500 MG	COMP	500	0,15
406	779	SULFADIAZINA DE PRATA 1% 50G	BIS	2160	14,97
407	782	SULFADIAZINA DE PRATA, 10MG/G, BISNAGA 30G	BIS	1220	15,46
408	783	SULFAMETAZOL, ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA, 40MG/L + 8MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 50ML + COPO/ SERINGA MEDIDA	FR	1550	13,9
409	787	SULFAMETOXAZOL 400MG + TRIMETOPRIMA 80MG	COMP	67000	0,56
410	789	SULFATO DE GLICOSAMINA + CONDRITINA 400/500 MG	CAP	45000	2,65
411	790	SULFATO FERROSO 125MG/ML 30 ML	FR	2500	3,01
412	791	SULFATO FERROSO 25MG/ML	FR	750	5,04
413	793	SULFATO FERROSO 40 MG DE FERRO II	COMP	366600	0,27
414	795	SULFATO FERROSO, 25MG/ML, XAROPE FRASCO 100ML	FR	1500	5,04
415	796	TERBUTALINA 0,5MG/ML	AMP	6900	4,1

416	797	TETRACICLINA, 500MG, CÁPSULA - EMBALAGEM HOSPI-TALAR	CAP	7000	1,21
417	798	TIAMINA 300 MG	COMP	1000	0,68
418	799	TIMOLOL, MALEATO 0,5% 5 ML	FR	750	6,01
419	800	TOPIRAMATO 100 MG	COMP	3000	1,76
420	801	TOPIRAMATO 25 MG	COMP	3000	0,72
421	803	TOPIRAMATO 50 MG	COMP	176000	1,28
422	1036	TRAMADOL 100 MG	COMP	6000	7,13
423	1037	TRAMADOL 50 MG	COMP	97060	1,45
424	1038	TRAMADOL CLORIDRATO 50 MG/ML 1 ML	AMP	26400	42,27
425	1039	TRAZODONA 50MG	COMP	23000	0,58
426	1040	VALERIANA 50MG	COMP	21000	0,49
427	1041	VALPROATO DE SODIO 500MG	COMP	56000	0,9
428	1042	VALPROATO DE SODIO/ACIDO VALPROICO 250 MG/5ML 100 ML	FR	1150	17,61
429	1043	VALSARTANA 160 MG	COMP	20000	1,42
430	1044	VALSARTANA 320 MG	COMP	20000	1,22
431	1046	VARFARINA SODICA 5 MG	COMP	97700	0,25
432	1047	VENLAFAXINA 75 MG	COMP	152450	1,64
433	1048	VERAPAMIL, CLORIDRATO, 80 MG	COMP	33000	0,5
434	1049	VILDAGLIPTINA / METFORMINA 50/1000 MG	COMP	720	2,75
435	1050	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1 - 5 MG, B2 - 2 MG, B6 - 2 MG, B5 - 3 MG, PP - 20 MG	COMP	482000	1,09
436	1051	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1, B2, B5, B6 E PP 30 ML	FR	11300	4,15
437	1052	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1, B2, B5, B6 E PP, 2 ML	AMP	4100	4,21
438	1053	ZOLPIDEM 10 MG	COMP	100000	1,28

### 3. HABILITAÇÃO:

- ato constitutivo, estatuto, contrato social em vigor, Requerimento do Empresário (se for o caso), bem como a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;
- caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração ou documento equivalente, com firma reconhecida do outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF – Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, a fim de comprovar os poderes do outorgante;
- declaração de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação Obs.: Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva e comprovando condição.
- A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito de tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, deverá ser apresentada a certidão expedida pela junta comercial.
- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- Certidão Conjunta Negativa Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
- Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos da Lei federal nº 12.440/2011.
- Cópia da licença sanitária estadual ou municipal, para atividade desenvolvida pela empresa: produção, importação, armazenamento, distribuição ou comercialização de medicamentos.
- Cópia da autorização de funcionamento da empresa ou da respectiva publicação no diário oficial da união no caso de cotação de medicamentos sujeitos ao controle especial.
- Certidão negativa de falência ou concordata, recuperação judicial expedida pelo cartório distribuidor da pessoa jurídica há menos de 60 (sessenta) dias.
- Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação
- Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos nos termos do inciso 33 do art. 7º da CF. de 88
- Declaração de que no caso dos medicamentos que requerem registro na ANVISA, encontram-se registrados, devidamente válidos junto a ANVISA

### 4. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

#### 4.1 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

4.1.1. Após a homologação pelo ordenador da despesa, o adjudicatário será convocado para assinatura da ata de registro de preço, no prazo de dez dias contados da convocação, prorrogável por igual período quando solicitado justificadamente pelo interessado, podendo ser utilizada assinatura digital.

4.1.2 A validade da ata de registro de preço será até 31 de dezembro de 2021, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

4.1.3 A competência para assinar a ata de registro de preço cabe ao órgão gerenciador e o fornecedor.

4.2 A ata de registro de preços durante a sua validade não poderá ser utilizada por município consorciado que não tenha participado do certame licitatório.



4.3 O licitante que, convocado para assinar a ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

4.4 A ata de registro de preço não poderá ser alterada, a exceção do previsto no art. 65 da lei nº 8.666/93.

4.4.1 No caso de substituição de marca deve o fornecedor comprovar fato superveniente não imputável a ele que inviabilizou o fornecimento da marca anteriormente cotada (exemplo: descontinuidade do produto pelo fabricante), além disso a nova marca ofertada deve ser na qualidade igual ou superior a inicialmente cotada de forma a atender todos os requisitos solicitados no edital. As solicitações de troca de marca deverão ser realizadas através do sistema de gestão de compras disponibilizado pelo CISAMURES ou pelo e-mail [licitacoes@cisamures.sc.gov.br](mailto:licitacoes@cisamures.sc.gov.br).

4.4.2 No caso de cancelamento de item deverá comprovar a descontinuidade do produto após esgotar a possibilidade de troca de marca.

4.4.3 O fornecedor não poderá solicitar cancelamento de itens alegando inexecução da proposta ou erro no momento da cotação, uma vez que o decreto federal nº 10.024/19 que regulamentou a lei nº 10.520/2002, estipulou que o licitante é responsável por suas propostas e lances, de forma que ele não pode desistir do preço ofertado, sendo-lhe permitido alterar a sua proposta somente até o início da sessão.

#### 5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 Será de responsabilidade do licitante vencedor:

- assinar a ata, o contrato, ou instrumento semelhante, no prazo de 10 (dez) dias contados da convocação para realização do ato, sob pena de aplicação do art. 81 da Lei nº 8.666/93;
- prestar com diligência, profissionalismo e segurança os serviços objeto certame, responsabilizando-se única, integral e exclusivamente pelas consequências e implicações dele decorrentes;
- responsabilizar-se pela idoneidade e comportamento de seus colaboradores/prepostos, bem como pelos direitos trabalhistas deste, respondendo por qualquer prejuízo que venha a ser causado por estes em razão da execução do contrato a ser celebrado;
- facilitar a fiscalização do contrato a ser celebrado, fornecendo os esclarecimentos e documentos solicitados, sem criar qualquer tipo de embaraço;
- manter, até a assinatura do contrato e durante todo o período da vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para prestação do objeto;
- cumprir seus deveres de sigilo e de ética profissional, fazendo as recomendações oportunas e desenvolvendo todos os demais atos e funções necessárias ou convenientes ao bom cumprimento das atribuições contratadas;
- manter a proposta que lhe classificou como vencedora;
- fornecer o objeto, conforme prazo de entrega estabelecido;
- ler todas as condições da contratação, não podendo, posteriormente, alegar seu desconhecimento.
- responsabilizar-se por todas as despesas oriundas da entrega do objeto;
- acompanhar as publicações referentes ao presente certame, as quais serão veiculadas através do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, no site <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/>.
- utilizar o sistema de gerenciamento de processo de compra do CISAMURES para atender as ordens de compras dos municípios e procedimentos referentes ao processo licitatório.
- manter o registro dos medicamentos na ANVISA
- manter o certificado de controle de qualidade do lote de cada produto

#### 6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 As despesas decorrentes das aquisições dos medicamentos, objeto do presente certame, correrão a conta de dotação específica de cada órgão participante.

6.2 O órgão participante, quando da contratação/empenhamento, especificará a classificação orçamentária pertinente.

#### 7. DO PAGAMENTO

7.1 Os pagamentos serão realizados pelos órgãos participantes em favor do fornecedor contratado, mediante depósito bancário em conta corrente, em até 30 (trinta) dias contados da data do recebimento integral do objeto, acompanhado da respectiva nota fiscal.

7.2 Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta.

7.3 O número do CNPJ constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

7.4 Por ocasião do pagamento o órgão participante poderá consultar a situação da regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor, podendo bloquear os pagamentos caso constate alguma irregularidade até que a mesma seja sanada.

Beatriz Bleyer Rodrigues Montemezzo  
Diretora Executiva CISAMURES

#### ANEXO II

#### EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021- CISAMURES

#### MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Apresentamos nossa proposta para aquisição do objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica nº 01/2021, acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

#### 1 – IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO, TELEFONE:

EMAIL:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

#### 2 – PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL R\$
TOTAL						XXXX

2.1 Os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros.

### 3 – CONDIÇÕES GERAIS

3.1 A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório e seus anexos, os quais regem a presente licitação.

### 4 - PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

4.1 O prazo de entrega será de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da ordem de compra emitida pelo município através do sistema eletrônico disponibilizado pelo CISAMURES, na sede de cada município participante.

### 5 - VALIDADE DO OBJETO

5.1 A validade deverá ser igual ou superior a 12 (doze) meses contados da data do recebimento do objeto.

### 7 - VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

7.1 O prazo de validade da proposta de preços é de 60 (sessenta) dias.

### LOCAL E DATA

### NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

### ANEXO III

### EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021- CISAMURES

### DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

\_\_\_\_\_(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) \_\_\_\_\_ CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada em \_\_\_\_\_(ENDEREÇO COMERCIAL)\_\_\_\_\_, declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

OBS – Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva.

\_\_\_\_<CIDADE>\_\_\_\_\_ ( UF ), \_\_\_\_< DATA> \_\_\_\_\_

Assinatura do representante legal da empresa  
Carimbo da empresa

### ANEXO IV

### EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021- CISAMURES

### MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ..... /2021

Aos ... dias do mês de ..... do ano de dois mil e ....., presentes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMURES – CISAMURES, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 07.383.800/0001-88, com sede na Rua Nossa Senhora dos Prazeres, nº 62, Centro, no Município de Lages, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Diretora Executiva, BEATRIZ BLEYER RODRIGUES MONTEMEZZO, resolve registrar os preços da ..... pessoa jurídica de direito privado, situada na ....., nº ....., na cidade de ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., neste ato representada pelo ....., Sr. ...., de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 10.520/2002, nº 10.024/19, Resolução nº 01/2013, e disposições previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2021-CISAMURES e seus Anexos, e ainda, no que couber a Lei nº 8.666/93 nas seguintes condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente ata tem por objeto o registro de preço para eventual aquisição de medicamento especificado no item 2 do termo de referência ANEXO I do edital de pregão nº 01/2021, que é parte integrante desta ata, assim como a proposta vencedora, independente de transcrição:

### CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, o fornecedor e as demais condições da proposta são as que seguem:



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL R\$
TOTAL						XXXX

**CLÁUSULA TERCEIRA – ÓRGÃO GERENCIADOR, ÓRGÃOS PARTICIPANTES E ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES**

3.1 O Órgão Gerenciador da presente ata é o identificado em seu preâmbulo.

3.2 São órgãos participantes do registro de preço com as especificações, itens, unidades e quantidades, conforme previsto no edital nº 01/2021 bem como termo de referência, ata de adjudicação e homologação da licitação nº 01/2021.

3.3 A ata de registro de preços durante a sua validade não poderá ser utilizada por município consorciado que não tenha participado do certame licitatório.

**CLÁUSULA QUARTA – DA CONTRATAÇÃO**

4.1 Para fornecimento dos itens registrados nesta ata o órgão participante deverá formalizar instrumento específico, podendo ser contrato, nota de empenho, ordem de compra, autorização de fornecimento.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E CANCELAMENTO**

5.1 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.2 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.3 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.6 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

5.7 Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.8 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.9 O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- descumprir as condições da ata de registro de preços,
- recursar-se a celebrar as atas de registro de preços ou não retirar o instrumento no prazo estabelecido sem justificativa aceitável
- não aceitar reduzir seu preço registrado quando este se tornar superior à aqueles praticados no mercado
- estiverem presentes razões de interesse público
- for declarado inidôneo para licitar e contratar com o CISAMURES ou qualquer um dos municípios consorciados
- for impedido de licitar e contratar com o CISAMURES ou qualquer um dos municípios consorciados
- não utilizar recurso de tecnologia da informação disponibilizados pelo CISAMURES

5.10 Na hipótese de atraso do pagamento, por culpa exclusiva do CONTRATANTE, o critério de atualização financeira é o IGP-M.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

6.1 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da lei 8.666/93.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

6.1 Compete ao ÓRGÃO GERENCIADOR:

- Gerenciar a ata de registro de preços;
- Promover pesquisa de mercado no prazo de 06 meses contados a partir do início da vigência da ata para comprovar se os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados na administração pública;
- Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- Conduzir eventuais renegociações de preços registrados
- Fiscalizar a prestação dos serviços contratados.
- Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

**7.1 É responsabilidade do FORNECEDOR:**

- assinar a ata, o contrato, ou instrumento semelhante, no prazo de 10 (dez) dias contados da convocação para realização do ato, sob pena de aplicação do art. 81 da Lei nº 8.666/93;
- prestar com diligência, profissionalismo e segurança os serviços objeto certame, responsabilizando-se única, integral e exclusivamente pelas conseqüências e implicações dele decorrentes;
- responsabilizar-se pela idoneidade e comportamento de seus colaboradores/prepostos, bem como pelos direitos trabalhistas deste, respondendo por qualquer prejuízo que venha a ser causado por estes em razão da execução do contrato a ser celebrado;
- facilitar a fiscalização do contrato a ser celebrado, fornecendo os esclarecimentos e documentos solicitados, sem criar qualquer tipo de embaraço;
- manter, até a assinatura do contrato e durante todo o período da vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para prestação do objeto;
- cumprir seus deveres de sigilo e de ética profissional, fazendo as recomendações oportunas e desenvolvendo todos os demais atos e funções necessárias ou convenientes ao bom cumprimento das atribuições contratadas;
- manter a proposta que lhe classificou como vencedora;
- fornecer o objeto, no prazo de 10 dias, contados do recebimento da ordem de compra emitida pelo município através do sistema eletrônico, no local indicado pelo órgão participante;
- ler todas as condições da contratação, não podendo, posteriormente, alegar seu desconhecimento.
- responsabilizar-se por todas as despesas oriundas da entrega do objeto;
- acompanhar as publicações referentes ao presente certame, as quais serão veiculadas através do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, no site <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/>.
- utilizar o sistema de gerenciamento de processo de compra do CISAMURES para atender as ordens de compras dos municípios e procedimentos referentes ao processo licitatório.
- manter o registro dos medicamentos na ANVISA
- manter o certificado de controle de qualidade do lote de cada produto

**CLÁUSULA OITAVA – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

8.1 A validade da ata de registro de preço será até 31 de dezembro de 2021, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada

**CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS**

9.1 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato/Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo de 10 (dez) dias, a contar da convocação, feita através do email cadastrado, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

9.2 De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

9.3 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o CISAMURES aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures – CISAMURES, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o Fornecedor sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total inadimplido, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato. Quando o prejuízo causado pela contratada exceder ao percentual aqui previsto, poderá a administração exigir indenização suplementar, valendo esta cláusula penal como mínimo da indenização nos termos do parágrafo único do art. 416 do código civil.
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, poderá ser considerado rescindido o Contrato, e aplicada a multa de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato inadimplido.
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o Órgão Gerenciador ou Participante incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam>

9.4 A multa moratória prevista na alínea c do item 9.3 é inacumulável com as multas sancionatórias previstas nas alíneas d e e do mesmo item, se decorrentes do mesmo fato gerador. Entretanto, tendo origem em fatos diversos, poderão ser cumuladas.

9.5 A aplicação de quaisquer penalidades decorrerá de processo administrativo, instaurado pelo Pregoeiro, garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo realizadas as intimações através de mensagem eletrônica (email) com confirmação de leitura, enviada ao endereço eletrônico informado pelo licitante em seu cadastro, ou por correspondência com Aviso de Recebimento, enviado ao endereço da sede da pessoa jurídica.

9.6 Das decisões que cominarem penalidades, caberá recurso à Presidente do CISAMURES, no prazo de 10 (dez) dias.

9.7 Ficará suspensa a exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta Reais), facultando-se à Administração exigi-las no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar a este limite.

9.8 No caso do item 9.4, sendo o fato punível, também, com penalidades não pecuniárias, nada obsta sua aplicação.

9.9 As multas eventualmente aplicadas deverão ser depositadas a favor do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures – CISAMURES, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias do trânsito em julgado da decisão administrativa que a houver aplicado.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 O órgão gerenciador bem como os órgãos participantes não se obrigam a adquirir o item registrado do licitante vencedor, tampouco, as quantidades previstas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 – É competente o foro da Comarca de Lages, SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

Lages (SC), ... de ..... de 2021.

BEATRIZ B. R. MONTEMEZZO Fornecedor  
Diretora Executiva CISAMURES  
Órgão Gerenciador

Testemunhas:

1ª – \_\_\_\_\_

2ª – \_\_\_\_\_

#### ANEXO V

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021- CISAMURES

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO  
(Modelo)

[Nome da empresa], CNPJ nº \_\_\_\_\_ sediada [Endereço completo], declara sob as penas da lei, que até a presente data, inexistente fato superveniente impeditivo para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data

Nome e Identidade do Declarante

#### ANEXO VI

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021- CISAMURES

DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGAR MENOR  
(Modelo)

[Nome da Empresa] inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a) [Nome do Representante Legal], portador (a) da Carteira de Identidade nº [Número da Carteira de Identidade] e do CPF Nº. [Número do CPF], DECLARA para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, em conformidade com o previsto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor (es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Local e Data

[Nome do Representante Legal da Empresa]  
Cargo / Telefone

#### ANEXO VII

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021- CISAMURES

DECLARAÇÃO DE REGISTRO NA ANVISA

[Nome da empresa], CNPJ n.º \_\_\_\_\_ sediada [Endereço completo], declara para os devidos fins, que no caso dos medicamentos que requerem registro na ANVISA, mante-los-á devidamente válidos.

Local e Data

[Nome do Representante Legal da Empresa]

Cargo

## CIS/AMVI

### ARP 18\_2021 - BIOPLASMA PRODUTOS PARA LABORATORIOS E CORRELATOS LTDA EPP

Publicação Nº 2867269

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - Nº 18 / 2021

POR FONECEDOR

PREGÃO ELETRÔNICO 14 / 2020

(Vigência de 16/2/2021 até 10/12/2021)

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, em Blumenau/SC, inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, considerando que a licitante vencedora VIDA BIOTECNOLOGIA LTDA - CNPJ 11.308.834/0001-85 não realizou as entregas em conformidade com o descritivo do item 1 da Ata de Registro de Preços 149/2020; e considerando que dentre os licitantes classificados para fornecimento do item, a BIOPLASMA PRODUTOS PARA LABORATORIOS E CORRELATOS LTDA EPP, manifestou aceite em fornecer o saldo remanescente do teste em condição mais vantajosa, RESOLVE, nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 14/2020, habilitar BIOPLASMA PRODUTOS PARA LABORATORIOS E CORRELATOS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.086.552/0001-15, situada na Sia/Sul Trecho 17 Rua 08 Lote 170, - Parte A - Cep : 71200-222 - Zona Industrial - Brasília - DF neste ato representado pelo Sr.(a) Marcelino Andrade de Oliveira inscrito no CPF sob o nº 442.994.861-53, para fornecimento dos saldos remanescentes dos itens abaixo relacionados, constantes da ATA GERAL DE REGISTRO DE PREÇOS – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2020, e sujeitando-se ao disposto na Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CONSIDERANDO o requerimento de aumento de quantitativo formulado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, com fundamento, no artigo 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93, que autoriza acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras de até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo inicial do certame, resolvem as partes acrescentar a Ata de Registro de Preços, nos seguintes termos:

#### 1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de TESTE RÁPIDO, POR ENSAIO IMUNOCROMATOGRÁFICO, PARA DETECÇÃO QUALITATIVA ESPECÍFICA DE ANTÍGENOS DE SARS-COV-2 EM AMOSTRAS DE SWAB DE NASOFARINGE, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 14/2020.

1.2 Os produtos deverão ser entregues nos endereços indicados pelas 15 (quinze) Secretarias de Saúde das cidades catarinenses da região do Médio Vale do Itajaí, consorciadas junto ao CISAMVI, conforme endereços discriminados no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 14/2020.

1.3 As solicitações de fornecimento serão realizadas diretamente pelas Secretarias Municipais de Saúde, por intermédio de sistema informatizado disponibilizado pelo CISAMVI, conforme a necessidade de cada município, e a entrega deverá obedecer ao prazo estabelecido (20 dias corridos), sob pena de multa pelo atraso registrado.

#### 2 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas pelos fornecedores vencedores da menor proposta são os que seguem:

BIOPLASMA PRODUTOS PARA LABORATORIOS E CORRELATOS LTDA EPP - 04.086.552/0001-15					
Item	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Teste rápido, por ensaio imunocromatográfico, para detecção qualitativa específica de antígenos de sars-cov-2 em amostras de swab de nasofaringe. O teste rápido adquirido deverá: possuir registro junto à agência nacional de vigilância sanitária/ministério da saúde (anvisa/ms); apresentar sensibilidade superior a 80% e especificidade superior a 95%; apresentar validade de no mínimo seis meses após o recebimento dos presentes testes; possibilitar o seu armazenamento à temperatura ambiente; possuir todos os materiais necessários para coleta de amostra e realização do teste em seu kit diagnóstico (dispositivo teste, tampão de extração, swab estéril, etc); apresentar bula com as respectivas características técnicas e instruções de uso em língua portuguesa.	Abbott	54.625 UND	R\$ 32,00	R\$ 1.748.000,00

### 3 DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será até 10/12/2021 (16/2/2021 até 10/12/2021).

### 4 DAS BOAS PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS

4.1 A fornecedora declara ter ciência do dever de conduzir os seus negócios de maneira legal, ética e transparente, conforme os requisitos das Normas Anticorrupção, incluindo, mas não se limitando, à Lei Federal nº 12.846/13 e Decreto Federal nº 8.420/15, e de estender a todos os seus dirigentes, empregados, contratados, colaboradores e terceiros que a representem a obrigação de cumprir as diretrizes estabelecidas na legislação indicada.

1.1 A fornecedora declara que nenhum valor pago a ela com base na presente Ata de Registro de Preços será utilizado na prática de atos que infrinjam ou possam infringir as Normas Anticorrupção.

1.2 A fornecedora fica obrigada a informar ao CISAMVI, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da sua ciência, qualquer ato praticado por si, seus acionistas/sócios, administradores, diretores, empregados, contratados, representantes e/ou terceiros que, sendo relacionado com o CISAMVI ou com esta Ata de Registro de Preços, infrinja ou represente uma potencial infração às Normas Anticorrupção.

1.3 O CISAMVI poderá, a qualquer tempo, solicitar à fornecedora documentos com a finalidade de verificar o cumprimento das Normas Anticorrupção.

### 2 DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao CISAMVI promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

5.2 Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser protocolados/encaminhados para a sede do CISAMVI, não sendo conhecidos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro encaminhados por e-mail ou fac-símile.

5.2.1 Todas as Autorizações de Fornecimento emitidas até o protocolo do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser atendidas considerando o valor até então registrado, ficando o item suspenso para novos pedidos desde a data do protocolo do pedido até a análise final do requerimento.

5.3 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o CISAMVI poderá:

5.3.1 Consultar os demais licitantes que tenham apresentado lance para o lote em questão, questionando-lhe sobre a possibilidade de assunção do registro, nas condições originalmente pactuadas pelo licitante vencedor ou, ainda, nas condições de sua melhor proposta no certame ou nas condições atuais de mercado.

5.3.1.1 Obtendo-se possibilidade de inclusão do lote na Ata de Registro de Preços com outro licitante, por valor inferior ao da proposta de realinhamento, convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

5.3.1.2 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes de esgotado o prazo para fornecimento da Autorização de Fornecimento.

5.3.2 Cancelar o item cujo valor foi comprovado como inexequível, a fim de inseri-lo em novo processo licitatório.

5.4 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando este as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.5 Independentemente de solicitação, o Consórcio poderá convocar o fornecedor, após a aprovação da Ata, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicados na proposta, em virtude de redução dos preços de mercado.

5.6 A critério do CISAMVI, o item poderá ter seu registro cancelado por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

5.7 Caso a beneficiária do registro venha a se locupletar com a redução efetiva dos preços de mercado, não a repassando à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

5.8 Será possível a subrogação de direitos e obrigações do fornecedor, nos casos de fusão, cisão ou incorporação, conforme artigo 78, inciso VI da Lei nº 8.666/93.

### 6 DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1 É de responsabilidade do fornecedor registrado:

6.1.1 Cumprir todas as obrigações constantes do Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

6.1.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, ao fabricante, ao modelo, à procedência, e ao prazo de validade, constando na embalagem do produto a observação "PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO";

6.1.3 Substituir, às suas expensas, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação expedida pelo CISAMVI e/ou município consorciado, o(s) produto(s) que apresentarem defeitos de fabricação ou discordância em relação às especificações previstas no Termo de Referência;

6.1.4 Reparar, corrigir e remover às suas expensas, no todo ou em parte, dos objetos licitados, em que se verifique danos em decorrência do transporte, ou técnico, bem como, providências à substituição dos mesmos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

6.1.5 Comunicar por escrito, ao CISAMVI a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o cumprimento das obrigações assumidas, tão logo esta seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;

6.1.6 Observar rigorosamente as normas técnicas em vigor;

6.1.7 Manter durante todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.8 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da produção, fornecimento e entrega do produto, inclusive as despesas de embarque e transporte, embalagens, frete e seguro, e eventuais perdas e danos;

6.1.9 Acessar o Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas do CISAMVI a fim de efetuar o recebimento das Autorizações de Fornecimento;



- 6.1.10 Incluir a Nota Fiscal em formato .pdf no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas do CISAMVI
- 6.1.11 Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da contratação objeto desta licitação ou a ela relacionada;
- 6.1.12 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CISAMVI e aos municípios consorciados em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações editalícias ou legais a que estiver sujeito;
- 6.1.13 Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do Edital e seus anexos.

## 7 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 Aos fornecedores que não cumprirem com o prazo estabelecido para a entrega será aplicada automaticamente multa, nos seguintes termos:

7.1.1 Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto ficam os fornecedores sujeitos a multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, calculada desde o 1º (primeiro) dia de atraso, incidente sobre o valor total do item, na respectiva Autorização de Fornecimento (AF).

6.0.2 Finda a contagem da multa no momento da entrega ou no fim do período de 30 dias.

6.0.3 Ficará suspensa a exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 5,00 (cinco reais), facultando-se ao CISAMVI exigí-las no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar este limite.

6.1 Nos atrasos de entrega acima de 30 (trinta) dias o fornecedor estará sujeito, além da multa automática prevista no subitem 7.1, à aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93, com a observância do devido processo administrativo previsto na Resolução nº 293/2019 do CISAMVI:

7.2.1 Advertência por escrito.

7.2.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CISAMVI, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o CISAMVI incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP.

7.3 São consideradas ainda situações de aplicação das sanções previstas no subitem 7.2:

7.3.1 Recusa do licitante vencedor em assinar a Ata de Registro de Preços e/ou Contrato Administrativo dentro do prazo estabelecido pelo CISAMVI.

7.3.2 Não atendimento às especificações técnicas previstas no Termo de Referência ou na Autorização de Fornecimento.

7.3.3 Entrega de objeto/mercadoria falsificado, furtado, deteriorado, danificado ou inadequado para o uso ou em desconformidade com a referência técnica da ANVISA, como se verdadeiro ou perfeito fosse.

## 7 DAS CONDIÇÕES GERAIS

8.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega, acondicionamento e transporte do objeto, recebimento provisório e definitivo, as obrigações do CISAMVI e do(s) fornecedor(es) registrado(s) e demais condições do ajuste encontram-se definidos no Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 14/2020 e no Termo de Referência correspondente.

8.2 O CISAMVI não se obriga a adquirir dos fornecedores vencedores os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

8.3 A quantidade registrada serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento.

8.4 Todas as obrigações estabelecidas no Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 14/2020 em relação aos fornecedores vencedores ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

8.5 Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes das Leis nºs 8.666/93 e 10.520/02, e dos Decretos nºs nº 7.892/13 e 10.024/19.

Blumenau - SC, 16 de fevereiro de 2021.

Cleones Hostins  
Diretor Executivo CISAMVI

Marcelino Andrade de Oliveira  
BIOPLASMA PRODUTOS PARA LABORATORIOS E CORRELATOS LTDA EPP

## AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA\_PE 01\_2021

Publicação Nº 2867560

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI

CNPJ nº 03.269.695/0001-08

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, do tipo menor preço por item, para futura e eventual aquisição de AGULHAS E SERINGAS, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, na sede do CISAMVI, por meio da internet, no site <https://www.portaldecompras-publicas.com.br> (acesso identificado), com ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS das 13hs00min do dia 03/02/2021 até 13hs30min do dia 1/3/2021, ABERTURA DAS PROPOSTAS/INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA às 13hs31min do dia 1/3/2021 e INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE LANCES às 14hs00min do mesmo dia (horário de Brasília-DF), podendo estender-se para os dias seguintes, atendendo-se necessidade

técnica-operacional.

O Edital encontra-se disponível em <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>. Informações complementares serão prestadas diretamente na plataforma de realização do certame ou ainda através do fone (47) 3331-5863 das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, nos dias úteis de segunda-feira à sexta-feira.

Blumenau-SC, 17 de fevereiro de 2021.

Ércio Kriek - Presidente do CISAMVI | Cleones Hostins - Diretor Executivo

## CISAM

### ERRATA 02 DO PREGÃO PRESENCIAL 03/2021 - CPL CISAM-MO

Publicação Nº 2869558

Capinzal/SC, 18 de fevereiro de 2021

ERRATA nº 02

Pregão Presencial nº 003/2021

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM-MO, no uso de suas atribuições legais, referente ao Edital de Licitação – Pregão Presencial nº 003/2021 – que tem como objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de reagentes, padrões analíticos, vidrarias, utensílios, equipamentos laboratoriais e equipamentos de proteção individual – EPI, por parte dos consorciados e do CISAM MO, com entrega na sede dos respectivos entes consorciados e no CISAM-MO, conforme descrição no Anexo I, COMUNICA aos interessados, que, a Abertura da Sessão que estava prevista para ocorrer em Data/Hora: 19/02/2021 às 8:30 horas, está SUSPENSA, por tempo indeterminado, por motivo de força maior.

Leomar Eggers

Pregoeiro / Presidente da CPL

## CISAMREC

### ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CISAMREC DE 16-02-2021

Publicação Nº 2867757

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 16/02/2021

Ao décimo sexto dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um, os membros do Conselho Executivo do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC - CISAMREC, cumprindo as disposições do seu estatuto, reuniram-se no plenarinho da AMREC, em primeira convocação às 14h e, em segunda convocação às 14h15min, em Assembleia Geral Extraordinária, conforme convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios sob nº. 2851508, edição 3407, de 10/02/2021 e levada ao conhecimento de todos os membros da associação via e-mails, registrados em lista de presença, os senhores, Eduardo Sartor Guolo, prefeito em exercício do município de Morro da Fumaça e Presidente em exercício do CISAMREC, o Sr. Jorge Luiz Koch, prefeito do município de Orleans e Presidente da AMREC, o Sr. Clésio Salvaro, prefeito do Município de Criciúma, o Sr. Luiz Gustavo Cancelier, prefeito do município de Urussanga, José Artur Fernandes representando o município de Lauro Muller, José Claudio Gonçalves prefeito do Município de Forquilha, Jandir Sorato, vice-prefeito de Içara, Ângelo Franqui Salvaro, prefeito do município de Siderópolis, o Prefeito do Município de Balneário Rincão Sr. Jairo Celoy Custódio, Valério Moretti, prefeito do município de Treviso, Rogério José Frigo, prefeito do município de Nova Veneza, Fernando de Faveri Marcelino, prefeito do município de Cocal do Sul, Edilane Rocha Nicoleite, Secretária de Administração e Finanças representando o Sr. Anibal Brambila, prefeito do município de Maracajá, Acélio Baesso, vice-prefeito de Timbé do Sul, Fabiano Pelizzari Waterkemper, secretário de Saúde de Timbé do Sul, Michele Constantino Gonçalves, diretora de saúde de Maracajá, Almidess Roberg Silva da Rosa, prefeito de Santa Rosa do Sul, Everaldo dos Santos, prefeito de Balneário Gaivota, o Sr. Roque Salvan, Diretor executivo do CISAMREC, Sr. Ronaldo Alexandre Torres, contabilista e Patrícia Mendonça da Silva, estes da diretoria executiva do CISAMREC, tendo como ordem do dia: 1. ALTERAÇÃO DE VALOR NA TABELA nº 002/CISAMREC/2018: 1.1 - Procedimento código 0301019063 - CONSULTA MÉDICA ESPECIALIZADA EM PNEUMOLOGIA, alteração de valor de R\$ 65,00 para R\$ 120,00; 1.2 - Procedimento código 0204019006 - VIDEOEGLUTOGRAMA, alteração de valor de R\$ 300,00 para R\$ 800,00; 2. INCLUSÃO NA TABELA nº 002/CISAMREC/2018: - Procedimento código 0302050027 - ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO NAS ALTERAÇÕES MOTORAS (por sessão), VALOR SUS R\$ 4,67 - VALOR CISAMREC R\$ 45,00. Em ASSUNTOS GERAIS, o Ofício SMS nº 022/2021 de 08/02/2021 – COCAL DO SUL referente a INCLUSÃO NA TABELA nº 002/CISAMREC/2018, procedimento: Ressonância Magnética de MASTÓIDE pelo valor de R\$ 369,95 e Ofício SMS nº 066/2021 de 11/02/2021 – MORRO DA FUMAÇA INCLUSÃO NA TABELA nº 002/CISAMREC/2018, procedimento: Ressonância Magnética de OUVIDO pelo valor de R\$ 369,95. Aberta a assembleia, o Presidente em exercício do CISAMREC, Sr. Eduardo Sartor Guolo, cumprimentando os membros do conselho e os demais presentes, passou a discorrer quanto à ordem do dia, que após informação do Diretor Executivo do CISAMREC, o Sr. Roque Salvan, que esclareceu que todos esses procedimentos citados na pauta, foram deliberados e aprovados pelos Secretários de Saúde na reunião da CIR do dia 04/02/2021 conforme resolução nº 016/CIR/2021, foi colocado em discussão e em seguida APROVADOS por unanimidade. Em ato contínuo, nos assuntos gerais, foram deliberados sobre os Ofícios: 1) SMS nº 022/2021 de 08/02/2021 – COCAL DO SUL referente a INCLUSÃO NA TABELA nº 002/CISAMREC/2018, procedimento: Ressonância Magnética de MASTÓIDE pelo valor de R\$ 369,95 e; 2) Ofício SMS nº 066/2021 de 11/02/2021 – MORRO DA FUMAÇA INCLUSÃO



NA TABELA nº 002/CISAMREC/2018, procedimento: Ressonância Magnética de OUVIDO pelo valor de R\$ 369,95. Foi colocado em discussão e em seguida APROVADOS por unanimidade. Em seguida, o Sr. Eduardo Sartor Guolo, cede a palavra ao Sr. Roque, este, por solicitação do Presidente da AMREC o Sr. Jorge Luiz Koch, prefeito de Orleans, passa a apresentar um relatório das atividades da gestão do CISAMREC ocorridas nestes últimos 04 (quatro) anos, em um material visual em PowerPoint (PPT) com 99 slides em tela concluídos em 20 minutos, no qual foi explanado o crescimento, eficiência, efetividade e eficácia da gestão do CISAMREC através da equipe comprometida e dedicada com as ações e atribuições diárias. Reforçou que o consórcio é órgão público organizado e resolutivo, possui uma equipe técnica eficiente e todos são comprometidos e dedicados na execução das atividades do consórcio e estão preparados para atender os 27 (vinte e sete) municípios consorciados. Falou do crescimento que o consórcio teve com esta gestão e a ampliação da oferta de serviços aos municípios, bem como fora ampliado o credenciamento de prestadores em todos os municípios evitando o deslocamento dos munícipes para Criciúma. Falou novamente dos recursos recebidos pelo Estado, na ordem de 20 milhões, fruto de uma luta dos consórcios de saúde de Santa Catarina, desde 2018, e que resultou, em 2020, recursos aos municípios da AMREC na ordem de R\$ 2 milhões, tendo como parâmetro a produção do consórcio de 2019, para utilizarem nos serviços de consultas, exames e procedimentos, que representa economia aos municípios, uma vez que estes que arcam com os referidos custos. Comentou que já está no orçamento de 2021, do Estado, o valor de 25 milhões, que serão rateados aos consórcios públicos de saúde no estado de Santa Catarina e aos municípios consorciados de acordo com a produção de 2020 e, consequentemente, contemplará os municípios que aderiram ao consórcio no ano de 2020. Dada a palavra ao Sr. Acélio Casagrande, Secretário de Saúde de Criciúma, este apresentou 02 (dois) assuntos: 1) apresentou e colocou em discussão com os Conselheiros presente a proposta para regionalização do Centro de Reabilitação do município de Criciúma, antiga Casa de Saúde Rio Maina, que em seguida, após discussão, foi deliberado que o CISAMREC apresentará uma proposta de gestão, regionalizando os serviços ali a serem executados e ofertando aos consorciados, aprovados pelos conselheiros presentes que os serviços serão comprados pelos municípios por atendimentos encaminhados. O Prefeito de Urussanga, Sr. Gustavo Luis Cancelier, informou que o Seu município não participará desta proposta, pois já dispõe desse serviço próprio na rede. 2) Na sequência, o Sr. Acélio Casagrande, solicita que seja incluído na TABELA nº 002/CISAMREC/2018 e disponibilizados aos consorciados interessados, o procedimento: 0301010064 – CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO PRIMÁRIA tendo sugerido o valor de R\$ 30,00 por consulta. Colocado o assunto em discussão e sendo feito a defesa em favor, pelo Prefeito de Cocal do Sul, Sr. Fernando de Fáveri e também pelos demais prefeitos presentes da Região da AMESC, salientado a importância e necessidade deste procedimento fazer parte na tabela do CISAMREC e que este prestador possa atender os pacientes nas UBS dos municípios consorciados devido a falta deste profissional no mercado, foi aprovado por unanimidade. Novamente o prefeito Rogério Frigo sinalizou positivamente pelas adesões dos novos municípios ao CISAMREC, tecendo elogios quanto a eficiência e resolutividade dos serviços prestados aos municípios pelo CISAMREC. Da mesma forma, Os senhores: Acélio Baesso, vice-prefeito de Timbó do Sul; Almides Roberg Silva da Rosa, prefeito de Santa Rosa do Sul; Everaldo dos Santos, prefeito de Balneário Gaivota e a senhora Edilane Rocha Nicoleite, Secretária de Administração e Finanças representando o Sr. Anibal Brambila, prefeito do município de Maracajá, manifestaram satisfação com as suas adesões ao CISAMREC, apontando a forma e transparência na gestão dos serviços, e o acesso que os municípios tem em todos os serviços, tecendo elogios ao Sr. Roque, pela recepção que tiveram e pela forma como o consórcio é gerido. O Sr. Eduardo Sartor Guolo, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente Assembleia Geral Extraordinária, e eu, Roque Salvan, lavei esta ata e os membros consorciados presentes ratificaram.

EDUARDO SARTOR GUOLO

Prefeito em exercício de Morro da Fumaça

Presidente do CISAMREC

## **RESOLUÇÃO 010.CISAMREC.2021 - INCLUSÃO E ALTERAÇÃO DE PROCEDIMENTOS NA TABELA 002. CISAMREC.2018**

Publicação Nº 2867758

RESOLUÇÃO Nº. 010/CISAMREC/2021

Dispõe sobre a alteração na Tabela de Consultas e Procedimentos Especializados nº 002/CISAMREC/2018 do CISAMREC e dá outras providências.

O Presidente em exercício do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC - CISAMREC, Sr. EDUARDO SARTOR GUOLO, Prefeito em exercício do município de Morro da Fumaça (SC), no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 19 do Estatuto Social e;

Considerando o art. 2º da Resolução nº. 005/CISAMREC/2018, que dispõe que a inclusão, alteração ou exclusão de Consultas e Procedimentos Especializados na Tabela nº 002/CISAMREC/2018, ocorrerá por deliberação em Assembleia Geral do CISAMREC, via Resolução;

Considerando a deliberação do Conselho de Saúde do CISAMREC dia 04/02/2021 e resolução nº 016/CIR/2021 que deliberou e aprovou a alteração de valores e a inclusão de novos procedimentos na Tabela nº 002/CISAMREC/2018 de Consultas e Procedimentos Especializados;

Considerando a Assembleia Geral Extraordinária do CisAmrec realizada no dia 16/02/2021 as 14hs conforme convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios sob nº. 2851508, edição 3407, de 10/02/2021 e levada ao conhecimento de todos os membros da associação via e-mails, registrados em lista de presença que ratificou a deliberação do Conselho de Saúde do CISAMREC e resolução nº 016/CIR/2021 e aprovou a alteração de valores e a inclusão de novos procedimentos na Tabela nº 002/CISAMREC/2018 de Consultas e Procedimentos Especializados;

RESOLVE:

Art. 1º. A Tabela de Consultas e Procedimentos Especializados nº. 002/CISAMREC/2018 passa a vigorar com a alteração de valores e a inclusão de novos procedimentos conforme segue:

G.P.	CÓDIGO	PROCEDIMENTOS	Valor SUS (SIGTAP) R\$	Valor Complemento (R\$)	Valor SUS + Complemento R\$
13	0301019063	CONSULTA MÉDICA ESPECIALIZADA EM PNEUMOLOGIA	10,00	110,00	120,00
24	0204019006	VIDEODEGLUTOGRAMA (Fonoaudiologia)	0,00	800,00	800,00
33	0302050027	ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO NAS ALTERAÇÕES MOTORAS (por sessão)	4,67	40,33	45,00
31	0207019113	Ressonância Magnética de Mastóides (Ouvidos/Ossos temporais)	0,00	369,95	369,95

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina-DOM/SC.

Criciúma (SC), 16 de fevereiro de 2021.

EDUARDO SARTOR GUOLO

Prefeito em exercício de Morro da Fumaça

Presidente do CISAMREC

## CISNORDESTE

### CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE N.º 18/2021

Publicação Nº 2867605

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE N.º 18/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE CELEBRADO ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC (CONTRATANTE) E CLÍNICA UROLÓGICA DJ COUTINHO LTDA; Processo Administrativo Nº. 34/2018, eDITAL 02/2018.

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, pessoa jurídica de direito público do tipo associação pública, com sede na Rua Max Colin, nº. 1843, Bairro América, cidade de Joinville/SC, CNPJ nº. 03.222.337/0001-31, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. Clézio José Fortunato, Prefeito do Município de São João do Itaperiú/SC.

CONTRATADA: Clínica Urológica DJ Coutinho Ltda., com sede a Avenida Dom Pedro II, nº 403, sala 22, Centro, na cidade de São Bento do Sul (SC), CNPJ nº. 08.256.214/0001-35, neste ato representado por seu procurador, Dr. Daniel Joaquim Coutinho, brasileiro, casado, médico, inscrito no CPF nº 213.906.038-57, RG nº 25.496.272-5 SSP/SC e CRM/SC nº 12.090.

Com fundamento na Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes e na Lei Federal nº. 8.080/90, no que forem aplicáveis, bem como na Lei nº. 8.666/93, Lei nº. 11.107/05; Decreto Federal nº. 6.017/07 e, ainda, no Edital de nº. 02/2018, Resolução nº. 01/2014 e Portaria 1.606/GM-MS, RESOLVEM celebrar o presente contrato de prestação de serviços em saúde, com base no Art. 25, caput da Lei nº 8.666/93 – Inexigibilidade de Licitação e Credenciamento Universal, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação dos seguintes serviços de saúde:

03.01.01.007-2 Consulta em Urologia

02.11.09.001-8 Avaliação Urodinâmica Completa

02.11.09.007-7 Urofluxometria

§ 1º Os serviços ora contratados serão realizados em favor da população dos municípios consorciados ao CONTRATANTE, conforme necessidades e disponibilidades financeiras de cada um dos entes consorciados.

§ 2º - Os serviços serão prestados pela CONTRATADA, nos termos desta cláusula, a pacientes/usuários que lhe sejam encaminhados pelas Secretarias Municipais de Saúde dos municípios que integram o CONTRATANTE ou, excepcionalmente, pelo próprio CONTRATANTE.

§ 3º Os serviços somente serão prestados aos beneficiários mediante a apresentação da Requisição de consulta e/ou exame fornecida pelas Secretarias Municipais de Saúde dos municípios consorciados, acompanhada de documento de identificação do usuário, ou, quando for o caso, de guia de autorização emitida pelo CONTRATANTE.

§ 4º Caso haja necessidade de complementação nos serviços inicialmente autorizados, tal complementação também precisará ser previamente autorizada, sob pena de ser inviabilizado o respectivo pagamento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Os serviços ora contratados serão pagos de acordo com as especificações e valores constantes na presente cláusula e/ou na tabela anexa:

Código	Procedimentos em Urologia	Quantidade	Valor Unitário	Valor/mês
03.01.01.007-2	Consulta em Urologia	20	R\$ 54,65	R\$ 1.093,00
02.11.09.001-8	Avaliação Urodinâmica Completa	12	R\$ 399,60	R\$ 4.795,20
02.11.09.007-7	Urofluxometria	40	R\$ 110,95	R\$ 4.438,00

Valor médio/mês do contrato estimado: Valor médio/mês do contrato: R\$ 10.326,20 (dez mil, trezentos e vinte e seis reais e vinte centavos).  
Valor médio/ano do contrato: R\$ 123.914,40 (cento e vinte e três mil, novecentos e quatorze reais e quarenta centavos).

Parágrafo Único. Os quantitativos mensais são estimados, assim, somente serão pagos à CONTRATADA os serviços efetivamente realizados.  
**CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os serviços referidos na Cláusula Primeira serão executados pela CONTRATADA, no seguinte endereço Avenida Dom Pedro II, nº 403, sala 22, Centro, na cidade de São Bento do Sul (SC, de acordo com as seguintes disposições:

I- a CONTRATADA deverá manter atualizado junto ao CONTRATANTE o nome do responsável técnico pelos serviços ora contratados, encaminhando-lhe o respectivo documento de responsabilidade técnica;

II – os serviços contratados deverão ser solicitados por formulário específico fornecido pelo CONTRATANTE;

III – os atendimentos somente poderão ser realizados pela CONTRATANTE se estiverem lançados no sistema Saudetec, com autorização do CONTRATANTE;

IV – O horário de atendimento da clínica é de segunda a sexta-feira das 09:00 às 18:00 horas.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA RELAÇÃO JURÍDICA COM A CONTRATADA

A prestação dos serviços ora contratada não implica vínculo empregatício entre o CONTRATANTE e os profissionais da CONTRATADA, nem com a própria CONTRATADA no caso de empresa individual, tampouco exclusividade de colaboração entre as partes contratantes.

§ 1º - O CONTRATANTE ou agente público de município consorciado designado especialmente para esse fim terá direito a acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste contrato. Caso haja superveniência de legislação na área da saúde expedida pelo gestor público (local, estadual ou federal), a mesma será aplicada ao presente contrato, quando pertinente.

§ 2º - É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, incluídos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício ou prestação de serviços autônomos, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONTRATANTE ou para quaisquer de seus municípios integrantes.

§ 3º - A CONTRATADA fica exonerada da responsabilidade pelo não-atendimento do paciente encaminhado pelo CONTRATANTE na hipótese de atraso no pagamento superior a noventa (90) dias.

§ 4º O CONTRATANTE reserva-se o direito de contratar quantos prestadores julgar necessários para atendimento da demanda dos municípios consorciados.

§ 5º A CONTRATADA não terá direito adquirido à realização de quaisquer quantitativos físicos e financeiros mínimos mensais.

§ 6º O encaminhamento do paciente a outro prestador de serviços conforme exposto no § 4º desta Cláusula, não dará direito ao prestador de serviços ora contratado a cobrar do CONTRATANTE qualquer forma de ressarcimento.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REGULARIDADE DA DOCUMENTAÇÃO

Toda a documentação apresentada pela CONTRATADA ao CONTRATANTE quando de sua habilitação poderá, a qualquer momento, ser solicitada pelo CONTRATANTE para fins de averiguação de sua regularidade.

Parágrafo Único. A CONTRATADA fica obrigada a apresentar ao CONTRATANTE, juntamente com a nota fiscal/fatura referente aos serviços prestados, todos os documentos comprobatórios da sua regularidade fiscal e trabalhista, válidos, conforme art. 29 da Lei nº 8.666/93 e item 3.1.4 do Edital, sob pena de inviabilização dos pagamentos, até que a regularidade seja comprovada

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a:

I – cumprir as cláusulas do presente contrato;

II – manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes e o arquivo médico em questão;

III- não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;

IV – atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviços;

V – justificar ao CONTRATANTE, ao paciente ou seu responsável, sempre que solicitado e por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não-realização de qualquer ato profissional previsto no contrato;

VI – manter o ambiente de atendimento dos pacientes em perfeito estado de conservação, higiene e funcionamento;

VII – notificar ao CONTRATANTE de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança em sua diretoria, contrato ou estatuto, enviando ao CONTRATANTE, no prazo de sessenta (60) dias, contados a partir da data do registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da junta comercial ou do cartório de registro de pessoas jurídicas;

VIII – apresentar a fatura/nota fiscal da forma que for solicitada pelo CONTRATANTE, acompanhado dos documentos comprobatórios de sua regularidade fiscal e trabalhista;

IX - fornecer ao CONTRATANTE as informações sobre os procedimentos realizados nos pacientes;

X - apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividades que demonstrem quantitativa e qualitativamente o atendimento do objeto deste contrato;

XI- manter registro atualizado no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, inclusive quanto aos profissionais pertencentes ao quadro da CONTRATADA que executarão o objeto ora contratado;

XII - submeter-se à regulação instituída pelo gestor da área da saúde, quando houver;

XIII – submeter-se a todos os controles de prestação de serviços determinados pelo CONTRATANTE, seja de auditoria, controle, avaliação ou outros assemelhados;

XIV - manter contrato que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;

XV - garantir o acesso dos conselhos de saúde aos serviços contratados no exercício de seu poder de fiscalização.

XVI – comunicar imediatamente ao CONTRATANTE eventual mudança de endereço, para que seja analisada a conveniência de manter os serviços ora contratados, podendo o CONTRATANTE rever as condições do contrato e, até mesmo rescindi-lo, se entender conveniente, sem que disso lhe resulte ônus;

XVII – Comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer irregularidade referente ao serviço contratado; e

XVIII - Fornecer, sem custo adicional, todos os materiais inclusos na delimitação do objeto e do preço, constantes das Cláusulas Primeira e Segunda deste instrumento.

§1º - A CONTRATADA não poderá cobrar do paciente/usuário ou seu acompanhante quaisquer valores pelos serviços prestados nos termos deste contrato.

§ 2º - A CONTRATADA responsabilizar-se-á por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante em razão da execução deste contrato, independentemente da espécie de vínculo existente entre o profissional que realizou a cobrança e a CONTRATADA.

§ 3º - A CONTRATADA que ainda não possui CNES ou que precisar atualizá-lo, deverá fazê-lo num prazo máximo de 60 (sessenta) dias da assinatura deste instrumento, sob pena de rescisão contratual justificada.

§ 4º - A CONTRATADA deverá realizar o agendamento das cotas ofertadas neste contrato no decorrer do mês, não podendo alegar agenda insuficiente, respeitando Instrução Normativa nº 01/2014 da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE se obriga a:

I - repassar à CONTRATADA até o 10º dia útil após a apresentação do comprovante dos serviços, o valor mensal faturado, de acordo com a solicitação dos serviços autorizados no mês anterior, sendo que o prazo de pagamento aqui mencionado fica condicionado à entrega da fatura e demais documentos referidos no Parágrafo Único da Cláusula Quinta, nos termos do presente instrumento;

II - acompanhar, fiscalizar e supervisionar a prestação dos serviços objeto deste contrato; e

III – providenciar a publicação da súmula do referido contrato no prazo da lei.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

A CONTRATADA é responsável por quaisquer danos causados ao paciente e a terceiros a eles vinculados decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, bem como pelas obrigações e indenizações decorrentes desses danos.

§ 1º - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do CONTRATANTE ou servidor designado não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

§ 2º - Caso haja responsabilização do CONTRATANTE, solidária ou subsidiária, por danos causados pela CONTRATADA, seus prepostos ou profissionais a ele vinculados, a pacientes ou terceiros em razão dos serviços ora contratados, é garantido ao CONTRATANTE o direito de regresso integral contra a CONTRATADA.

#### CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

01.02.10.0302.0002.2.002.333900000000000000.010202 – Araquari (Referência 7)

01.02.10.0302.0002.2.003.333900000000000000.010202 – Balneário Barra do Sul (Referência 8)

01.02.10.0302.0002.2.004.333900000000000000.010202 – Barra Velha (Referência 10)

01.02.10.0302.0002.2.005.333900000000000000.010202 – Campo Alegre (Referência 11)

01.02.10.0302.0002.2.006.333900000000000000.010202 – Corupá (Referência 12)

01.02.10.0302.0002.2.007.333900000000000000.010202 – Garuva (Referência 14)

01.02.10.0302.0002.2.008.333900000000000000.010202 – Guarany (Referência 15)

01.02.10.0302.0002.2.009.333900000000000000.010202 – Itapoá (Referência 16)

01.02.10.0302.0002.2.010.333900000000000000.010202 – Jaraguá do Sul (Referência 18)

01.02.10.0302.0002.2.011.333900000000000000.010202 – Joinville (Referência 20)

01.02.10.0302.0002.2.012.333900000000000000.010202 – Massaranduba (Referência 21)

01.02.10.0302.0002.2.013.333900000000000000.010202 – Piên (Referência 22)

01.02.10.0302.0002.2.014.333900000000000000.010202 – Rio Negrinho (Referência 24)

01.02.10.0302.0002.2.015.333900000000000000.010202 – São Bento do Sul (Referência 25)

01.02.10.0302.0002.2.016.333900000000000000.010202 – São Francisco do Sul (Referência 27)

01.02.10.0302.0002.2.017.333900000000000000.010202 – São João do Itaperiú (Referência 29)

01.02.10.0302.0002.2.018.333900000000000000.010202 – Schroeder (Referência 30)

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os serviços estipulados neste contrato serão pagos mediante as seguintes condições:

I – Apresentação pela CONTRATADA de nota fiscal/fatura, relação discriminadora dos serviços prestados devidamente assinada e relatório dos atendimentos realizados, devidamente conferidos com o sistema Saudetech ou de forma manual, no caso de o sistema apresentar algum problema técnico;

II – A CONTRATADA apresentará mensalmente ao CONTRATANTE, até o 5º dia útil de cada mês a documentação elencada no Inciso I, relativa aos serviços efetivamente prestados entre os dias 1º a 30 do mês anterior, bem como documentos comprobatórios de sua regularidade fiscal e trabalhista. Após a validação dos documentos, realizada pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA receberá o pagamento pelos serviços prestados, no prazo estabelecido pelo Inciso I da Cláusula Sétima;

III - Se a documentação descrita no inciso I for entregue fora do prazo estabelecido no inciso II a CONTRATADA não terá direito ao recebimento de juros, multa ou atualizações financeiras sobre o valor da fatura, podendo o pagamento ser postergado para a próxima fatura;

IV – O pagamento está condicionado à validade e regularidade das Certidões Negativas de Débito do INSS, das Fazendas Federal, Estadual e Municipal e do Certificado de Regularidade do FGTS e CNDT.

V – Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento das contas, por culpa do CONTRATANTE, este garantirá à CONTRATADA o pagamento, no prazo avençado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior, acertando-se as diferenças que houver no pagamento seguinte, mas ficando o CONTRATANTE exonerado do pagamento de multas e sanções financeiras;

VI – As contas rejeitadas quanto ao mérito serão objeto de análise do CONTRATANTE;

VII - Somente serão pagos serviços previamente autorizados pelas Secretarias Municipais da Saúde dos municípios consorciados ou, excepcionalmente, pelo CONTRATANTE;



VIII – Os atendimentos devem ser agendados e devidamente executados no sistema Saudetech para fins de faturamento;

VIX – A documentação elencada no Inciso I, com exceção da NF/Fatura, após análise e pagamento, serão devolvidas ao município de origem.

X – Em caso de recursos oriundos de Convênios Federal e/ou Estadual para pagamento dos serviços prestados, deverá a Contratada emitir Nota Fiscal específica dos serviços prestados com aquele recurso, identificando o Número do Convênio e demais informações determinadas pelo Contratante.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E DO REAJUSTE

O percentual de reajuste dos serviços de saúde objeto deste contrato será:

I - os serviços que constam na tabela SUS, serão reajustados conforme a tabela SUS;

II - os serviços que constam na tabela SUS e que são pagos com complemento do CISNORDESTE/SC, o reajuste será aplicado sobre o valor do complemento vigente em dezembro de cada ano, utilizando o índice - IPCA acumulado dos últimos 12 meses, publicado até o dia 30 de Novembro de cada ano;

III - os serviços que não constam na tabela SUS, serão reajustados aplicando o índice IPCA acumulado sobre o valor vigente em dezembro;

IV - por deliberação do Conselho Administrativo do CISNORDESTE/SC, em caso superveniente e excepcional que implique revisão para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Parágrafo Único: Os novos valores terão vigência a partir do mês de janeiro subseq-ente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO

A execução do presente contrato será avaliada e fiscalizada pelo CONTRATANTE, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

§ 1º - Em casos específicos, definidos pelo CONTRATANTE, poderá ser realizada auditoria especializada.

§ 2º - Sempre que seja necessário e/ou do interesse do CONTRATANTE, este poderá vistoriar as instalações da CONTRATADA para verificar se persistem as mesmas condições básicas originais, comprovadas por ocasião da assinatura deste instrumento.

§ 3º - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa da CONTRATADA poderá ensejar a não-prorrogação deste acordo ou a revisão das condições ora estipuladas.

§ 4º - A fiscalização do CONTRATANTE sobre os serviços ora contratados não eximirá a CONTRATADA da sua plena responsabilidade, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato, perante o CONTRATANTE ou para com os pacientes e terceiros.

§ 5º - A CONTRATADA facilitará ao CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores do CONTRATANTE designados para tal fim.

§ 6º - Em qualquer hipótese é assegurado à CONTRATADA amplo direito de defesa, nos termos da Lei Federal nº. 8.666/83.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste cadastramento, conforme o caso, o CONSÓRCIO poderá aplicar ao contratado as seguintes sanções, sem prejuízo de outras medidas legais aplicáveis, garantida a prévia e ampla defesa:

I - advertência;

II - multa de até 3 (três) vezes a média mensal de faturamento realizado pela cadastrada nos últimos 12 (doze) meses;

III - suspensão temporária de participar de chamamento, licitação ou contrato com o CONSÓRCIO ou com órgãos da administração direta e indireta dos municípios consorciados, por até dois anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

Parágrafo Único: As penalidades previstas nos incisos I a IV do caput, ainda poderão ser aplicadas à CONTRATADA que:

I - retardar injustificadamente a execução do objeto do contrato, ou de alguma de suas parcelas ou obrigações acessórias, ou descumprir qualquer condição estabelecida no Edital ou no contrato;

II - injustificadamente, não mantiver as condições estabelecidas neste Contrato;

III - fizer declaração falsa ao CONTRATANTE ou a qualquer um de seus municípios consorciados;

IV - falhar ou fraudar na execução do contrato;

V - tenha sofrido condenação definitiva pela prática dolosa de fraude fiscal ou ato de outra improbidade administrativa;

VI - tenha praticado atos ilícitos visando à frustração dos objetivos desta contratação; e

VII - demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O presente instrumento vigorará por doze (12) meses a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério do CONTRATANTE, mediante a celebração de termo aditivo, pelo prazo de até sessenta (60) meses.

§ 1º - Para a prorrogação do contrato deverão ser encaminhados ao CONTRATANTE os seguintes documentos vigentes, referentes ao local da prestação dos serviços:

I - Alvará Sanitário vigente ou seu protocolo junto ao órgão da vigilância sanitária competente;

II - Certidões negativas de débitos junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal;

III - Certidões de regularidade do FGTS, CNDT e INSS; e,

IV - Certificado CRM do estabelecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

As alterações do presente contrato, desde que permitidas legalmente, somente vigorarão a partir da celebração do respectivo Termo Aditivo pelas partes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

Além das hipóteses previstas na Lei Federal nº. 8.666/93, são motivos para rescisão do presente contrato o não-cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, sem prejuízo das penalidades previstas neste instrumento e no art. 87 da referida Lei.

§ 1º - A CONTRATADA reconhece desde já os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na legislação antes mencionada.

§ 2º - A rescisão contratual solicitada pela CONTRATADA deverá ser encaminhada com antecedência de trinta (30) dias;  
§ 3º No caso de rescisão contratual administrativa, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, a critério do CONTRATANTE, será observado o prazo de trinta (30) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo a CONTRATADA não prestar os serviços de acordo com as disposições deste contrato, poderá ser aplicada alguma das penalidades deste instrumento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Joinville (SC), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E por estarem as partes mutuamente de acordo com as cláusulas do presente instrumento, firmam o presente contrato.

Joinville (SC), 01 de janeiro de 2021.

CONTRATANTE

CONTRATADA

## CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE N.º 19/2021

Publicação Nº 2867609

### CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE N.º 19/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE CELEBRADO ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISONORDESTE/SC (CONTRATANTE) E GASTROCENTRO LTDA; Processo Administrativo Nº. 34/2018, eDITAL 02/2018. CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISONORDESTE/SC, pessoa jurídica de direito público do tipo associação pública, com sede na Rua Max Colin, nº. 1843, Bairro América, cidade de Joinville/SC, CNPJ nº. 03.222.337/0001-31, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. Clézio José Fortunato, Prefeito do Município de São João do Itaperiú/SC.

CONTRATADA: Gastrocentro Ltda. com sede a Rua Roberto Koch, 60, Bairro América, na cidade de Joinville (SC), CNPJ nº. 05.639.628/0001-55, neste ato representado por sua procuradora, Dra. Dalva Maria Alves Alcântara, brasileira, casada, médica, inscrita no CPF nº 705.698.356-15, RG nº M-22.291.851 SSP/MG e CRM/SC nº 7.344.

Com fundamento na Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes e na Lei Federal nº. 8.080/90, no que forem aplicáveis, bem como na Lei nº. 8.666/93, Lei nº. 11.107/05; Decreto Federal nº. 6.017/07 e, ainda, no Edital de nº. 02/2018, Resolução nº. 01/2014 e Portaria 1.606/GM-MS, RESOLVEM celebrar o presente contrato de prestação de serviços em saúde, com base no Art. 25, caput da Lei nº 8.666/93 – Inexigibilidade de Licitação e Credenciamento Universal, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação dos seguintes serviços de saúde:

11.17.112.01-0 Esofagomanometria

11.17.112.02-1 Ph Metria

§ 1º Os serviços ora contratados serão realizados em favor da população dos municípios consorciados ao CONTRATANTE, conforme necessidades e disponibilidades financeiras de cada um dos entes consorciados.

§ 2º - Os serviços serão prestados pela CONTRATADA, nos termos desta cláusula, a pacientes/usuários que lhe sejam encaminhados pelas Secretarias Municipais de Saúde dos municípios que integram o CONTRATANTE ou, excepcionalmente, pelo próprio CONTRATANTE.

§ 3º Os serviços somente serão prestados aos beneficiários mediante a apresentação da Requisição de consulta e/ou exame fornecida pelas Secretarias Municipais de Saúde dos municípios consorciados, acompanhada de documento de identificação do usuário, ou, quando for o caso, de guia de autorização emitida pelo CONTRATANTE.

§ 4º Caso haja necessidade de complementação nos serviços inicialmente autorizados, tal complementação também precisará ser previamente autorizada, sob pena de ser inviabilizado o respectivo pagamento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Os serviços ora contratados serão pagos de acordo com as especificações e valores constantes na presente cláusula e/ou na tabela anexa:

Código Procedimentos Qde. Vlr. R\$ Vlr. R\$ Total/mês Vlr. R\$Total/ano

11.17.112.01-0 Esofagomanometria 20 R\$ 294,85 R\$ 5.897,00 R\$ 70.764,00

11.17.112.02-1 Ph Metria 20 R\$ 294,85 R\$ 5.897,00 R\$ 70.764,00

Valor médio/mês do contrato estimado: Valor médio/mês do contrato: R\$ 11.794,00 (onze mil, setecentos e noventa e quatro reais). Valor médio/ano do contrato: R\$ 141.528,00 (cento e quarenta e um mil, quinhentos e vinte e oito reais).

Parágrafo Único. Os quantitativos mensais são estimados, assim, somente serão pagos à CONTRATADA os serviços efetivamente realizados.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços referidos na Cláusula Primeira serão executados pela CONTRATADA, no seguinte endereço a Rua Roberto Koch, 60, Bairro América, na cidade de Joinville (SC), de acordo com as seguintes disposições:

I- a CONTRATADA deverá manter atualizado junto ao CONTRATANTE o nome do responsável técnico pelos serviços ora contratados, encaminhando-lhe o respectivo documento de responsabilidade técnica;

II – os serviços contratados deverão ser solicitados por formulário específico fornecido pelo CONTRATANTE;

III - os atendimentos somente poderão ser realizados pela CONTRATANTE se estiverem lançados no sistema Saudetec, com autorização do CONTRATANTE;

IV – O horário de atendimento da clínica é de Segunda-feira a Sexta-feira das 08:00h as 12:00h e das 13:30h as 17:00h.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA RELAÇÃO JURÍDICA COM A CONTRATADA

A prestação dos serviços ora contratada não implica vínculo empregatício entre o CONTRATANTE e os profissionais da CONTRATADA, nem com a própria CONTRATADA no caso de empresa individual, tampouco exclusividade de colaboração entre as partes contratantes.

§ 1º - O CONTRATANTE ou agente público de município consorciado designado especialmente para esse fim terá direito a acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste contrato. Caso haja superveniência de legislação na área da saúde expedida pelo gestor público (local, estadual ou federal), a mesma será aplicada ao presente contrato, quando pertinente.

§ 2º - É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, incluídos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício ou prestação de serviços autônomos, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONTRATANTE ou para quaisquer de seus municípios integrantes.

§ 3º - A CONTRATADA fica exonerada da responsabilidade pelo não-atendimento do paciente encaminhado pelo CONTRATANTE na hipótese de atraso no pagamento superior a noventa (90) dias.

§ 4º O CONTRATANTE reserva-se o direito de contratar quantos prestadores julgar necessários para atendimento da demanda dos municípios consorciados.

§ 5º A CONTRATADA não terá direito adquirido à realização de quaisquer quantitativos físicos e financeiros mínimos mensais.

§ 6º O encaminhamento do paciente a outro prestador de serviços conforme exposto no § 4º desta Cláusula, não dará direito ao prestador de serviços ora contratado a cobrar do CONTRATANTE qualquer forma de ressarcimento.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REGULARIDADE DA DOCUMENTAÇÃO

Toda a documentação apresentada pela CONTRATADA ao CONTRATANTE quando de sua habilitação poderá, a qualquer momento, ser solicitada pelo CONTRATANTE para fins de averiguação de sua regularidade.

Parágrafo Único. A CONTRATADA fica obriga a apresentar ao CONTRATANTE, juntamente a com a nota fiscal/fatura referente aos serviços prestados, todos os documentos comprobatórios da sua regularidade fiscal e trabalhista, válidos, conforme art. 29 da Lei nº 8.666/93 e item 3.1.4 do Edital, sob pena de inviabilização dos pagamentos, até que a regularidade seja comprovada

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a:

I – cumprir as cláusulas do presente contrato;

II – manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes e o arquivo médico em questão;

III- não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;

IV – atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviços;

V – justificar ao CONTRATANTE, ao paciente ou seu responsável, sempre que solicitado e por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não-realização de qualquer ato profissional previsto no contrato;

VI – manter o ambiente de atendimento dos pacientes em perfeito estado de conservação, higiene e funcionamento;

VII – notificar ao CONTRATANTE de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança em sua diretoria, contrato ou estatuto, enviando ao CONTRATANTE, no prazo de sessenta (60) dias, contados a partir da data do registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da junta comercial ou do cartório de registro de pessoas jurídicas;

VIII – apresentar a fatura/nota fiscal da forma que for solicitada pelo CONTRATANTE, acompanhado dos documentos comprobatórios de sua regularidade fiscal e trabalhista;

IX - fornecer ao CONTRATANTE as informações sobre os procedimentos realizados nos pacientes;

X - apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividades que demonstrem quantitativa e qualitativamente o atendimento do objeto deste contrato;

XI- manter registro atualizado no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, inclusive quanto aos profissionais pertencentes ao quadro da CONTRATADA que executarão o objeto ora contratado;

XII - submeter-se à regulação instituída pelo gestor da área da saúde, quando houver;

XIII – submeter-se a todos os controles de prestação de serviços determinados pelo CONTRATANTE, seja de auditoria, controle, avaliação ou outros assemelhados;

XIV - manter contrato que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;

XV - garantir o acesso dos conselhos de saúde aos serviços contratados no exercício de seu poder de fiscalização.

XVI – comunicar imediatamente ao CONTRATANTE eventual mudança de endereço, para que seja analisada a conveniência de manter os serviços ora contratados, podendo o CONTRATANTE rever as condições do contrato e, até mesmo rescindi-lo, se entender conveniente, sem que disso lhe resulte ônus;

XVII – Comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer irregularidade referente ao serviço contratado; e

XVIII - Fornecer, sem custo adicional, todos os materiais inclusos na delimitação do objeto e do preço, constantes das Cláusulas Primeira e Segunda deste instrumento.

§1º - A CONTRATADA não poderá cobrar do paciente/usuário ou seu acompanhante quaisquer valores pelos serviços prestados nos termos deste contrato.

§ 2º - A CONTRATADA responsabilizar-se-á por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante em razão da execução deste contrato, independentemente da espécie de vínculo existente entre o profissional que realizou a cobrança e a CONTRATADA.

§ 3º - A CONTRATADA que ainda não possuir CNES ou que precisar atualizá-lo, deverá fazê-lo num prazo máximo de 60 (sessenta) dias da assinatura deste instrumento, sob pena de rescisão contratual justificada.

§ 4º - A CONTRATADA deverá realizar o agendamento das cotas ofertadas neste contrato no decorrer do mês, não podendo alegar agenda insuficiente, respeitando Instrução Normativa nº 01/2014 da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE se obriga a:

I - repassar à CONTRATADA até o 10º dia útil após a apresentação do comprovante dos serviços, o valor mensal faturado, de acordo com



a solicitação dos serviços autorizados no mês anterior, sendo que o prazo de pagamento aqui mencionado fica condicionado à entrega da fatura e demais documentos referidos no Parágrafo Único da Cláusula Quinta, nos termos do presente instrumento;

II - acompanhar, fiscalizar e supervisionar a prestação dos serviços objeto deste contrato; e

III - providenciar a publicação da súmula do referido contrato no prazo da lei.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

A CONTRATADA é responsável por quaisquer danos causados ao paciente e a terceiros a eles vinculados decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, bem como pelas obrigações e indenizações decorrentes desses danos.

§ 1º - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do CONTRATANTE ou servidor designado não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

§ 2º - Caso haja responsabilização do CONTRATANTE, solidária ou subsidiária, por danos causados pela CONTRATADA, seus prepostos ou profissionais a ele vinculados, a pacientes ou terceiros em razão dos serviços ora contratados, é garantido ao CONTRATANTE o direito de regresso integral contra a CONTRATADA.

#### CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

01.02.10.0302.0002.2.002.333900000000000000.010202 – Araquari (Referência 7)  
01.02.10.0302.0002.2.003.333900000000000000.010202 – Balneário Barra do Sul (Referência 8)  
01.02.10.0302.0002.2.004.333900000000000000.010202 – Barra Velha (Referência 10)  
01.02.10.0302.0002.2.005.333900000000000000.010202 – Campo Alegre (Referência 11)  
01.02.10.0302.0002.2.006.333900000000000000.010202 – Corupá (Referência 12)  
01.02.10.0302.0002.2.007.333900000000000000.010202 – Garuva (Referência 14)  
01.02.10.0302.0002.2.008.333900000000000000.010202 – Guarapiranga (Referência 15)  
01.02.10.0302.0002.2.009.333900000000000000.010202 – Itapoá (Referência 16)  
01.02.10.0302.0002.2.010.333900000000000000.010202 – Jaraguá do Sul (Referência 18)  
01.02.10.0302.0002.2.011.333900000000000000.010202 – Joinville (Referência 20)  
01.02.10.0302.0002.2.012.333900000000000000.010202 – Massaranduba (Referência 21)  
01.02.10.0302.0002.2.013.333900000000000000.010202 – Piên (Referência 22)  
01.02.10.0302.0002.2.014.333900000000000000.010202 – Rio Negrinho (Referência 24)  
01.02.10.0302.0002.2.015.333900000000000000.010202 – São Bento do Sul (Referência 25)  
01.02.10.0302.0002.2.016.333900000000000000.010202 – São Francisco do Sul (Referência 27)  
01.02.10.0302.0002.2.017.333900000000000000.010202 – São João do Itaperiú (Referência 29)  
01.02.10.0302.0002.2.018.333900000000000000.010202 – Schroeder (Referência 30)

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os serviços estipulados neste contrato serão pagos mediante as seguintes condições:

I – Apresentação pela CONTRATADA de nota fiscal/fatura, relação discriminadora dos serviços prestados devidamente assinada e relatório dos atendimentos realizados, devidamente conferidos com o sistema Saudetech ou de forma manual, no caso de o sistema apresentar algum problema técnico;

II – A CONTRATADA apresentará mensalmente ao CONTRATANTE, até o 5º dia útil de cada mês a documentação elencada no Inciso I, relativa aos serviços efetivamente prestados entre os dias 1º a 30 do mês anterior, bem como documentos comprobatórios de sua regularidade fiscal e trabalhista. Após a validação dos documentos, realizada pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA receberá o pagamento pelos serviços prestados, no prazo estabelecido pelo Inciso I da Cláusula Sétima;

III - Se a documentação descrita no inciso I for entregue fora do prazo estabelecido no inciso II a CONTRATADA não terá direito ao recebimento de juros, multa ou atualizações financeiras sobre o valor da fatura, podendo o pagamento ser postergado para a próxima fatura;

IV – O pagamento está condicionado à validade e regularidade das Certidões Negativas de Débito do INSS, das Fazendas Federal, Estadual e Municipal e do Certificado de Regularidade do FGTS e CNDT.

V – Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento das contas, por culpa do CONTRATANTE, este garantirá à CONTRATADA o pagamento, no prazo avençado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior, acertando-se as diferenças que houver no pagamento seguinte, mas ficando o CONTRATANTE exonerado do pagamento de multas e sanções financeiras;

VI – As contas rejeitadas quanto ao mérito serão objeto de análise do CONTRATANTE;

VII - Somente serão pagos serviços previamente autorizados pelas Secretarias Municipais da Saúde dos municípios consorciados ou, excepcionalmente, pelo CONTRATANTE;

VIII – Os atendimentos devem ser agendados e devidamente executados no sistema Saudetech para fins de faturamento;

VIX – A documentação elencada no Inciso I, com exceção da NF/Fatura, após análise e pagamento, serão devolvidas ao município de origem.

X – Em caso de recursos oriundos de Convênios Federal e/ou Estadual para pagamento dos serviços prestados, deverá a Contratada emitir Nota Fiscal específica dos serviços prestados com aquele recurso, identificando o Número do Convênio e demais informações determinadas pelo Contratante.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E DO REAJUSTE

O percentual de reajuste dos serviços de saúde objeto deste contrato será:

I - os serviços que constam na tabela SUS, serão reajustados conforme a tabela SUS;

II - os serviços que constam na tabela SUS e que são pagos com complemento do CISNORDESTE/SC, o reajuste será aplicado sobre o valor do complemento vigente em dezembro de cada ano, utilizando o índice - IPCA acumulado dos últimos 12 meses, publicado até o dia 30 de Novembro de cada ano;

III - os serviços que não constam na tabela SUS, serão reajustados aplicando o índice IPCA acumulado sobre o valor vigente em dezembro;

IV - por deliberação do Conselho Administrativo do CISNORDESTE/SC, em caso superveniente e excepcional que implique revisão para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Parágrafo Único: Os novos valores terão vigência a partir do mês de janeiro subseq-ente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO

A execução do presente contrato será avaliada e fiscalizada pelo CONTRATANTE, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

§ 1º - Em casos específicos, definidos pelo CONTRATANTE, poderá ser realizada auditoria especializada.

§ 2º - Sempre que seja necessário e/ou do interesse do CONTRATANTE, este poderá vistoriar as instalações da CONTRATADA para verificar se persistem as mesmas condições básicas originais, comprovadas por ocasião da assinatura deste instrumento.

§ 3º - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa da CONTRATADA poderá ensejar a não-prorrogação deste acordo ou a revisão das condições ora estipuladas.

§ 4º - A fiscalização do CONTRATANTE sobre os serviços ora contratados não eximirá a CONTRATADA da sua plena responsabilidade, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato, perante o CONTRATANTE ou para com os pacientes e terceiros.

§ 5º - A CONTRATADA facilitará ao CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores do CONTRATANTE designados para tal fim.

§ 6º - Em qualquer hipótese é assegurado à CONTRATADA amplo direito de defesa, nos termos da Lei Federal nº. 8.666/83.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste cadastramento, conforme o caso, o CONSÓRCIO poderá aplicar ao contratado as seguintes sanções, sem prejuízo de outras medidas legais aplicáveis, garantida a prévia e ampla defesa:

I - advertência;

II - multa de até 3 (três) vezes a média mensal de faturamento realizado pela cadastrada nos últimos 12 (doze) meses;

III - suspensão temporária de participar de chamamento, licitação ou contrato com o CONSÓRCIO ou com órgãos da administração direta e indireta dos municípios consorciados, por até dois anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

Parágrafo Único: As penalidades previstas nos incisos I a IV do caput, ainda poderão ser aplicadas à CONTRATADA que:

I - retardar injustificadamente a execução do objeto do contrato, ou de alguma de suas parcelas ou obrigações acessórias, ou descumprir qualquer condição estabelecida no Edital ou no contrato;

II - injustificadamente, não mantiver as condições estabelecidas neste Contrato;

III - fizer declaração falsa ao CONTRATANTE ou a qualquer um de seus municípios consorciados;

IV - falhar ou fraudar na execução do contrato;

V - tenha sofrido condenação definitiva pela prática dolosa de fraude fiscal ou ato de outra improbidade administrativa;

VI - tenha praticado atos ilícitos visando à frustração dos objetivos desta contratação; e

VII - demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O presente instrumento vigorará por doze (12) meses a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério do CONTRATANTE, mediante a celebração de termo aditivo, pelo prazo de até sessenta (60) meses.

§ 1º - Para a prorrogação do contrato deverão ser encaminhados ao CONTRATANTE os seguintes documentos vigentes, referentes ao local da prestação dos serviços:

I - Alvará Sanitário vigente ou seu protocolo junto ao órgão da vigilância sanitária competente;

II - Certidões negativas de débitos junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal;

III - Certidões de regularidade do FGTS, CNDT e INSS; e,

IV - Certificado CRM do estabelecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

As alterações do presente contrato, desde que permitidas legalmente, somente vigorarão a partir da celebração do respectivo Termo Aditivo pelas partes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

Além das hipóteses previstas na Lei Federal nº. 8.666/93, são motivos para rescisão do presente contrato o não-cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, sem prejuízo das penalidades previstas neste instrumento e no art. 87 da referida Lei.

§ 1º - A CONTRATADA reconhece desde já os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na legislação antes mencionada.

§ 2º - A rescisão contratual solicitada pela CONTRATADA deverá ser encaminhada com antecedência de trinta (30) dias;

§ 3º No caso de rescisão contratual administrativa, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, a critério do CONTRATANTE, será observado o prazo de trinta (30) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo a CONTRATADA não prestar os serviços de acordo com as disposições deste contrato, poderá ser aplicada alguma das penalidades deste instrumento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Joinville (SC), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E por estarem as partes mutuamente de acordo com as cláusulas do presente instrumento, firmam o presente contrato.

Joinville (SC), 01 de janeiro de 2021.

CONTRATANTE

CONTRATADA

**CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE N.º 20/2021**

Publicação Nº 2867614

**CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE N.º 20/2021**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE CELEBRADO ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC (CONTRATANTE) E CLÍNICA CENTRO MÉDICO DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM S/S LTDA; Processo Administrativo Nº. 34/2018, eDITAL 02/2018.

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, pessoa jurídica de direito público do tipo associação pública, com sede na Rua Max Colin, nº. 1843, Bairro América, cidade de Joinville/SC, CNPJ nº. 03.222.337/0001-31, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. Clézio José Fortunato, Prefeito do Município de São João do Itaperiú/SC.

CONTRATADA: Centro Médico Diagnósticos por Imagem S/S Ltda, com sede na Rua Dr. Marinho Lobo, nº 80, salas 4,5,6 e 8, Bairro Centro, na cidade de Joinville (SC), CNPJ nº. 79.382.164/0001-80, neste ato representado pelos sócios administradores, José Olavo Freddi Dugaich, brasileiro, casado, médico, inscrito no CPF nº 624.287.218-87, RG nº 4.322.478 SSP/SC e CRM/SC nº 2.970, e, Sebastião Ricardo Miotto, brasileiro, divorciado, médico, CPF nº 005.749.758-37 e CRM/SC nº 3.280.

Com fundamento na Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes e na Lei Federal nº. 8.080/90, no que forem aplicáveis, bem como na Lei nº. 8.666/93, Lei nº. 11.107/05; Decreto Federal nº. 6.017/07 e, ainda, no Edital de nº. 02/2018, Resolução nº. 01/2014 e Portaria 1.606/GM-MS, RESOLVEM celebrar o presente contrato de prestação de serviços em saúde, com base no Art. 25, caput da Lei nº 8.666/93 – Inexigibilidade de Licitação e Credenciamento Universal, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a prestação dos seguintes serviços de saúde:

11.14.020.03-4 Ultra-som transretal de próstata com biópsia  
02.07.01.001-3 Angioressonancia cerebral  
11.07.01.001-1 Angioressonancia de carótidas e vertebrae  
02.07.03.003-0 Ressonância magnética membro inferior (unilateral)  
02.07.01.003-0 Ressonância magnética da coluna cervical  
02.07.01.004-8 Ressonância magnética da coluna lombo-sacra  
02.07.01.005-6 Ressonância magnética da coluna torácica  
02.07.01.002-1 Ressonância magnética de atm (bilateral)  
02.07.03.002-2 Ressonância magnética de bacia ou pelvis  
02.07.02.002-7 Ressonância magnética de membro superior (unilateral)  
02.07.01.006-4 Ressonância magnética de crânio  
02.07.01.007-2 Ressonância magnética de sela turca  
02.07.03.004-9 Ressonância magnética de vias biliares  
02.07.03.001-4 Ressonância magnética do abdômen superior  
02.07.02.003-5 Ressonância magnética do tórax  
11.02.07.102-1 Ressonância magnética de mama bilateral com contraste  
11.02.07.112-2 Ressonância magnética de mama bilateral sem contraste  
11.02.07.101-0 Ressonância magnética de mama unilateral com contraste  
11.02.07.112-1 Ressonância magnética de mama unilateral sem contraste

§ 1º Os serviços ora contratados serão realizados em favor da população dos municípios consorciados ao CONTRATANTE, conforme necessidades e disponibilidades financeiras de cada um dos entes consorciados.

§ 2º - Os serviços serão prestados pela CONTRATADA, nos termos desta cláusula, a pacientes/usuários que lhe sejam encaminhados pelas Secretarias Municipais de Saúde dos municípios que integram o CONTRATANTE ou, excepcionalmente, pelo próprio CONTRATANTE.

§ 3º Os serviços somente serão prestados aos beneficiários mediante a apresentação da Requisição de consulta e/ou exame fornecida pelas Secretarias Municipais de Saúde dos municípios consorciados, acompanhada de documento de identificação do usuário, ou, quando for o caso, de guia de autorização emitida pelo CONTRATANTE.

§ 4º Caso haja necessidade de complementação nos serviços inicialmente autorizados, tal complementação também precisará ser previamente autorizada, sob pena de ser inviabilizado o respectivo pagamento.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO**

Os serviços ora contratados serão pagos de acordo com as especificações e valores constantes na presente cláusula e/ou na tabela anexa:

Código	Exames biópsia	Qtidade	Valor Unitário	Valor/mês
11.14.020.03-4	Ultra-som transretal de próstata com biópsia	60	R\$ 464,75	R\$ 27.885,00
CÓDIGO	Ressonância magnética	Qtidade	Valor Unitário	Valor/mês
02.07.01.001-3	Angioressonancia cerebral	20	R\$ 369,95	R\$ 12.067,00
11.07.01.001-1	Angioressonancia de carótidas e vertebrae		R\$ 603,35	

02.07.03.003-0	Ressonância magnética membro inferior (unilateral)	170	R\$ 369,95	R\$ 62.891,50
02.07.01.003-0	Ressonância magnética da coluna cervical		R\$ 369,95	
02.07.01.004-8	Ressonância magnética da coluna lombo-sacra		R\$ 369,95	
02.07.01.005-6	Ressonância magnética da coluna torácica		R\$ 369,95	
02.07.01.002-1	Ressonância magnética de atm (bilateral)		R\$ 369,95	
02.07.03.002-2	Ressonância magnética de bacia ou pelvis		R\$ 369,95	
02.07.02.002-7	Ressonância magnética de membro superior (unilateral)		R\$ 369,95	
02.07.01.006-4	Ressonância magnética de crânio		R\$ 369,95	
02.07.01.007-2	Ressonância magnética de sela turcica		R\$ 369,95	
02.07.03.004-9	Ressonância magnética de vias biliares		R\$ 369,95	
02.07.03.001-4	Ressonância magnética do abdômen superior		R\$ 369,95	
02.07.02.003-5	Ressonância magnética do tórax		R\$ 369,95	
11.02.07.102-1	Ressonância magnética de mama bilateral com contraste	10	R\$ 993,00	R\$ 7.855,60
11.02.07.112-2	Ressonância magnética de mama bilateral sem contraste		R\$ 788,95	
11.02.07.101-0	Ressonância magnética de mama unilateral com contraste		R\$ 748,20	
11.02.07.112-1	Ressonância magnética de mama unilateral sem contraste		R\$ 612,10	

Valor médio/mês do contrato estimado: Valor médio/mês do contrato: R\$ 110.699,10 (cento e dez mil, seiscentos e noventa e nove reais e dez centavos). Valor médio/ano do contrato: R\$ 1.328.389,20 (um milhão, trezentos e vinte e oito mil, trezentos e oitenta e nove reais e vinte centavos)

Parágrafo Único. Os quantitativos mensais são estimados, assim, somente serão pagos à CONTRATADA os serviços efetivamente realizados.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços referidos na Cláusula Primeira serão executados pela CONTRATADA, no seguinte endereço Dr. Marinho Lobo, nº 80, salas 4,5,6 e 8, Bairro Centro, na cidade de Joinville (SC), de acordo com as seguintes disposições:

I- a CONTRATADA deverá manter atualizado junto ao CONTRATANTE o nome do responsável técnico pelos serviços ora contratados, encaminhando-lhe o respectivo documento de responsabilidade técnica;

II – os serviços contratados deverão ser solicitados por formulário específico fornecido pelo CONTRATANTE;

III - os atendimentos somente poderão ser realizados pela CONTRATANTE se estiverem lançados no sistema Saudetec, com autorização do CONTRATANTE;

IV – O horário de atendimento da clínica é de segunda a sexta-feira das 09:00 às 18:00 horas.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA RELAÇÃO JURÍDICA COM A CONTRATADA

A prestação dos serviços ora contratada não implica vínculo empregatício entre o CONTRATANTE e os profissionais da CONTRATADA, nem com a própria CONTRATADA no caso de empresa individual, tampouco exclusividade de colaboração entre as partes contratantes.

§ 1º - O CONTRATANTE ou agente público de município consorciado designado especialmente para esse fim terá direito a acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste contrato. Caso haja superveniência de legislação na área da saúde expedida pelo gestor público (local, estadual ou federal), a mesma será aplicada ao presente contrato, quando pertinente.

§ 2º - É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, incluídos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício ou prestação de serviços autônomos, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONTRATANTE ou para quaisquer de seus municípios integrantes.

§ 3º - A CONTRATADA fica exonerada da responsabilidade pelo não-atendimento do paciente encaminhado pelo CONTRATANTE na hipótese de atraso no pagamento superior a noventa (90) dias.

§ 4º O CONTRATANTE reserva-se o direito de contratar quantos prestadores julgar necessários para atendimento da demanda dos municípios consorciados.

§ 5º A CONTRATADA não terá direito adquirido à realização de quaisquer quantitativos físicos e financeiros mínimos mensais.

§ 6º O encaminhamento do paciente a outro prestador de serviços conforme exposto no § 4º desta Cláusula, não dará direito ao prestador de serviços ora contratado a cobrar do CONTRATANTE qualquer forma de ressarcimento.



**CLÁUSULA QUINTA – DA REGULARIDADE DA DOCUMENTAÇÃO**

Toda a documentação apresentada pela CONTRATADA ao CONTRATANTE quando de sua habilitação poderá, a qualquer momento, ser solicitada pelo CONTRATANTE para fins de averiguação de sua regularidade.

Parágrafo Único. A CONTRATADA fica obriga a apresentar ao CONTRATANTE, juntamente a com a nota fiscal/fatura referente aos serviços prestados, todos os documentos comprobatórios da sua regularidade fiscal e trabalhista, válidos, conforme art. 29 da Lei nº 8.666/93 e item 3.1.4 do Edital, sob pena de inviabilização dos pagamentos, até que a regularidade seja comprovada

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A CONTRATADA se obriga a:

I – cumprir as cláusulas do presente contrato;

II – manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes e o arquivo médico em questão;

III- não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;

IV – atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviços;

V – justificar ao CONTRATANTE, ao paciente ou seu responsável, sempre que solicitado e por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não-realização de qualquer ato profissional previsto no contrato;

VI – manter o ambiente de atendimento dos pacientes em perfeito estado de conservação, higiene e funcionamento;

VII – notificar ao CONTRATANTE de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança em sua diretoria, contrato ou estatuto, enviando ao CONTRATANTE, no prazo de sessenta (60) dias, contados a partir da data do registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da junta comercial ou do cartório de registro de pessoas jurídicas;

VIII – apresentar a fatura/nota fiscal da forma que for solicitada pelo CONTRATANTE, acompanhado dos documentos comprobatórios de sua regularidade fiscal e trabalhista;

IX - fornecer ao CONTRATANTE as informações sobre os procedimentos realizados nos pacientes;

X - apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividades que demonstrem quantitativa e qualitativamente o atendimento do objeto deste contrato;

XI- manter registro atualizado no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, inclusive quanto aos profissionais pertencentes ao quadro da CONTRATADA que executarão o objeto ora contratado;

XII - submeter-se à regulação instituída pelo gestor da área da saúde, quando houver;

XIII – submeter-se a todos os controles de prestação de serviços determinados pelo CONTRATANTE, seja de auditoria, controle, avaliação ou outros assemelhados;

XIV - manter contrato que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;

XV - garantir o acesso dos conselhos de saúde aos serviços contratados no exercício de seu poder de fiscalização.

XVI – comunicar imediatamente ao CONTRATANTE eventual mudança de endereço, para que seja analisada a conveniência de manter os serviços ora contratados, podendo o CONTRATANTE rever as condições do contrato e, até mesmo rescindi-lo, se entender conveniente, sem que disso lhe resulte ônus;

XVII – Comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer irregularidade referente ao serviço contratado; e

XVIII - Fornecer, sem custo adicional, todos os materiais inclusos na delimitação do objeto e do preço, constantes das Cláusulas Primeira e Segunda deste instrumento.

§1º - A CONTRATADA não poderá cobrar do paciente/usuário ou seu acompanhante quaisquer valores pelos serviços prestados nos termos deste contrato.

§ 2º - A CONTRATADA responsabilizar-se-á por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante em razão da execução deste contrato, independentemente da espécie de vínculo existente entre o profissional que realizou a cobrança e a CONTRATADA.

§ 3º - A CONTRATADA que ainda não possuir CNES ou que precisar atualizá-lo, deverá fazê-lo num prazo máximo de 60 (sessenta) dias da assinatura deste instrumento, sob pena de rescisão contratual justificada.

§ 4º - A CONTRATADA deverá realizar o agendamento das cotas ofertadas neste contrato no decorrer do mês, não podendo alegar agenda insuficiente, respeitando Instrução Normativa nº 01/2014 da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

O CONTRATANTE se obriga a:

I - repassar à CONTRATADA até o 10º dia útil após a apresentação do comprovante dos serviços, o valor mensal faturado, de acordo com a solicitação dos serviços autorizados no mês anterior, sendo que o prazo de pagamento aqui mencionado fica condicionado à entrega da fatura e demais documentos referidos no Parágrafo Único da Cláusula Quinta, nos termos do presente instrumento;

II - acompanhar, fiscalizar e supervisionar a prestação dos serviços objeto deste contrato; e

III – providenciar a publicação da súmula do referido contrato no prazo da lei.

**CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA**

A CONTRATADA é responsável por quaisquer danos causados ao paciente e a terceiros a eles vinculados decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, bem como pelas obrigações e indenizações decorrentes desses danos.

§ 1º - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do CONTRATANTE ou servidor designado não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

§ 2º - Caso haja responsabilização do CONTRATANTE, solidária ou subsidiária, por danos causados pela CONTRATADA, seus prepostos ou profissionais a ele vinculados, a pacientes ou terceiros em razão dos serviços ora contratados, é garantido ao CONTRATANTE o direito de regresso integral contra a CONTRATADA.

**CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

01.02.10.0302.0002.2.002.333900000000000000.010202 – Araquari (Referência 7)

01.02.10.0302.0002.2.003.333900000000000000.010202 – Balneário Barra do Sul (Referência 8)

01.02.10.0302.0002.2.004.333900000000000000.010202 – Barra Velha (Referência 10)

01.02.10.0302.0002.2.005.333900000000000000.010202 – Campo Alegre (Referência 11)

01.02.10.0302.0002.2.006.333900000000000000.010202 – Corupá (Referência 12)

01.02.10.0302.0002.2.007.333900000000000000.010202 – Garuva (Referência 14)

01.02.10.0302.0002.2.008.333900000000000000.010202 – Guaramirim (Referência 15)  
01.02.10.0302.0002.2.009.333900000000000000.010202 – Itapoá (Referência 16)  
01.02.10.0302.0002.2.010.333900000000000000.010202 – Jaraguá do Sul (Referência 18)  
01.02.10.0302.0002.2.011.333900000000000000.010202 – Joinville (Referência 20)  
01.02.10.0302.0002.2.012.333900000000000000.010202 – Massaranduba (Referência 21)  
01.02.10.0302.0002.2.013.333900000000000000.010202 – Piên (Referência 22)  
01.02.10.0302.0002.2.014.333900000000000000.010202 – Rio Negrinho (Referência 24)  
01.02.10.0302.0002.2.015.333900000000000000.010202 – São Bento do Sul (Referência 25)  
01.02.10.0302.0002.2.016.333900000000000000.010202 – São Francisco do Sul (Referência 27)  
01.02.10.0302.0002.2.017.333900000000000000.010202 – São João do Itaperiú (Referência 29)  
01.02.10.0302.0002.2.018.333900000000000000.010202 – Schroeder (Referência 30)

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os serviços estipulados neste contrato serão pagos mediante as seguintes condições:

I – Apresentação pela CONTRATADA de nota fiscal/fatura, relação discriminadora dos serviços prestados devidamente assinada e relatório dos atendimentos realizados, devidamente conferidos com o sistema Saudetech ou de forma manual, no caso de o sistema apresentar algum problema técnico;

II – A CONTRATADA apresentará mensalmente ao CONTRATANTE, até o 5º dia útil de cada mês a documentação elencada no Inciso I, relativa aos serviços efetivamente prestados entre os dias 1º a 30 do mês anterior, bem como documentos comprobatórios de sua regularidade fiscal e trabalhista. Após a validação dos documentos, realizada pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA receberá o pagamento pelos serviços prestados, no prazo estabelecido pelo Inciso I da Cláusula Sétima;

III - Se a documentação descrita no inciso I for entregue fora do prazo estabelecido no inciso II a CONTRATADA não terá direito ao recebimento de juros, multa ou atualizações financeiras sobre o valor da fatura, podendo o pagamento ser postergado para a próxima fatura;

IV – O pagamento está condicionado à validade e regularidade das Certidões Negativas de Débito do INSS, das Fazendas Federal, Estadual e Municipal e do Certificado de Regularidade do FGTS e CNDT.

V – Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento das contas, por culpa do CONTRATANTE, este garantirá à CONTRATADA o pagamento, no prazo avençado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior, acertando-se as diferenças que houver no pagamento seguinte, mas ficando o CONTRATANTE exonerado do pagamento de multas e sanções financeiras;

VI – As contas rejeitadas quanto ao mérito serão objeto de análise do CONTRATANTE;

VII - Somente serão pagos serviços previamente autorizados pelas Secretarias Municipais da Saúde dos municípios consorciados ou, excepcionalmente, pelo CONTRATANTE;

VIII – Os atendimentos devem ser agendados e devidamente executados no sistema Saudetech para fins de faturamento;

VIX – A documentação elencada no Inciso I, com exceção da NF/Fatura, após análise e pagamento, serão devolvidas ao município de origem.

X – Em caso de recursos oriundos de Convênios Federal e/ou Estadual para pagamento dos serviços prestados, deverá a Contratada emitir Nota Fiscal específica dos serviços prestados com aquele recurso, identificando o Número do Convênio e demais informações determinadas pelo Contratante.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E DO REAJUSTE

O percentual de reajuste dos serviços de saúde objeto deste contrato será:

I - os serviços que constam na tabela SUS, serão reajustados conforme a tabela SUS;

II - os serviços que constam na tabela SUS e que são pagos com complemento do CISNORDESTE/SC, o reajuste será aplicado sobre o valor do complemento vigente em dezembro de cada ano, utilizando o índice - IPCA acumulado dos últimos 12 meses, publicado até o dia 30 de Novembro de cada ano;

III - os serviços que não constam na tabela SUS, serão reajustados aplicando o índice IPCA acumulado sobre o valor vigente em dezembro;

IV - por deliberação do Conselho Administrativo do CISNORDESTE/SC, em caso superveniente e excepcional que implique revisão para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Parágrafo Único: Os novos valores terão vigência a partir do mês de janeiro subsequente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO

A execução do presente contrato será avaliada e fiscalizada pelo CONTRATANTE, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

§ 1º - Em casos específicos, definidos pelo CONTRATANTE, poderá ser realizada auditoria especializada.

§ 2º - Sempre que seja necessário e/ou do interesse do CONTRATANTE, este poderá vistoriar as instalações da CONTRATADA para verificar se persistem as mesmas condições básicas originais, comprovadas por ocasião da assinatura deste instrumento.

§ 3º - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa da CONTRATADA poderá ensejar a não-prorrogação deste acordo ou a revisão das condições ora estipuladas.

§ 4º - A fiscalização do CONTRATANTE sobre os serviços ora contratados não eximirá a CONTRATADA da sua plena responsabilidade, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato, perante o CONTRATANTE ou para com os pacientes e terceiros.

§ 5º - A CONTRATADA facilitará ao CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores do CONTRATANTE designados para tal fim.

§ 6º - Em qualquer hipótese é assegurado à CONTRATADA amplo direito de defesa, nos termos da Lei Federal nº. 8.666/83.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste cadastramento, conforme o caso, o CONSÓRCIO poderá aplicar ao contratado as seguintes sanções, sem prejuízo de outras medidas legais aplicáveis, garantida a prévia e ampla defesa:

I - advertência;

II - multa de até 3 (três) vezes a média mensal de faturamento realizado pela cadastrada nos últimos 12 (doze) meses;

III - suspensão temporária de participar de chamamento, licitação ou contrato com o CONSÓRCIO ou com órgãos da administração direta e indireta dos municípios consorciados, por até dois anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

Parágrafo Único: As penalidades previstas nos incisos I a IV do caput, ainda poderão ser aplicadas à CONTRATADA que:

I - retardar injustificadamente a execução do objeto do contrato, ou de alguma de suas parcelas ou obrigações acessórias, ou descumprir qualquer condição estabelecida no Edital ou no contrato;

II – injustificadamente, não mantiver as condições estabelecidas neste Contrato;

III - fizer declaração falsa ao CONTRATANTE ou a qualquer um de seus municípios consorciados;

IV – falhar ou fraudar na execução do contrato;

V – tenha sofrido condenação definitiva pela prática dolosa de fraude fiscal ou ato de outra improbidade administrativa;

VI – tenha praticado atos ilícitos visando à frustração dos objetivos desta contratação; e

VII – demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O presente instrumento vigorará por doze (12) meses a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério do CONTRATANTE, mediante a celebração de termo aditivo, pelo prazo de até sessenta (60) meses.

§ 1º - Para a prorrogação do contrato deverão ser encaminhados ao CONTRATANTE os seguintes documentos vigentes, referentes ao local da prestação dos serviços:

I - Alvará Sanitário vigente ou seu protocolo junto ao órgão da vigilância sanitária competente;

II - Certidões negativas de débitos junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal;

III - Certidões de regularidade do FGTS, CNDT e INSS; e,

IV – Certificado CRM do estabelecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

As alterações do presente contrato, desde que permitidas legalmente, somente vigorarão a partir da celebração do respectivo Termo Aditivo pelas partes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

Além das hipóteses previstas na Lei Federal nº. 8.666/93, são motivos para rescisão do presente contrato o não-cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, sem prejuízo das penalidades previstas neste instrumento e no art. 87 da referida Lei.

§ 1º - A CONTRATADA reconhece desde já os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na legislação antes mencionada.

§ 2º - A rescisão contratual solicitada pela CONTRATADA deverá ser encaminhada com antecedência de trinta (30) dias;

§ 3º No caso de rescisão contratual administrativa, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, a critério do CONTRATANTE, será observado o prazo de trinta (30) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo a CONTRATADA não prestar os serviços de acordo com as disposições deste contrato, poderá ser aplicada alguma das penalidades deste instrumento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Joinville (SC), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E por estarem as partes mutuamente de acordo com as cláusulas do presente instrumento, firmam o presente contrato.

Joinville (SC), 01 de janeiro de 2021.

CONTRATANTE

CONTRATADA



**CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE N.º 21/2021**

Publicação Nº 2867621



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**  
Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC  
Fone 3422 9838 – CNPJ: 03.222.337/0001-31  
[www.cisnordeste.sc.gov.br](http://www.cisnordeste.sc.gov.br)

**CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE N.º 21/2021**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE CELEBRADO ENTRE O  
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA  
CATARINA – CISONORDESTE/SC (CONTRATANTE) E ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR  
SÃO JOSÉ DE JARAGUÁ DO SUL; PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 34/2018,  
EDITAL 02/2018.**

**CONTRATANTE:** Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISONORDESTE/SC, pessoa jurídica de direito público do tipo associação pública, com sede na Rua Max Colin, nº. 1843, Bairro América, cidade de Joinville/SC, CNPJ nº. 03.222.337/0001-31, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. Clézio José Fortunato, Prefeito do Município de São João do Itaperiú/SC.

**CONTRATADA:** Associação Hospitalar São José de Jaraguá do Sul, com sede a Rua Dr. Waldemiro Mazurechen, nº 80, Bairro Centro, na cidade de Jaraguá do Sul (SC), CNPJ nº. 12.846.027/0001-89, neste ato representado por seu procurador Mauricio José Souto Maior, brasileiro, administrador, casado, CPF 520.640.779-87 e RG 1.967.456-2/SC

Com fundamento na Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes e na Lei Federal nº. 8.080/90, no que forem aplicáveis, bem como na Lei nº. 8.666/93, Lei nº. 11.107/05; Decreto Federal nº. 6.017/07 e, ainda, no Edital de nº. 02/2018, Resolução nº. 01/2014 e Portaria 1.606/GM-MS, **RESOLVEM** celebrar o presente contrato de prestação de serviços em saúde, com base no Art. 25, *caput* da Lei nº 8.666/93 – Inexigibilidade de Licitação e Credenciamento Universal, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a prestação dos seguintes serviços de saúde:

02.07.01.001-3	Angioressonância cerebral
11.07.01.001-1	Angioressonância de Carótidas e Vertébras
02.07.03.003-0	Ressonância Magnética Membro Inferior (unilateral)
02.07.01.003-0	Ressonância Magnética da Coluna Cervical
02.07.01.004-8	Ressonância Magnética da Coluna Lombo-Sacra
02.07.01.005-6	Ressonância Magnética da Coluna Torácica
02.07.01.002-1	Ressonância Magnética de ATM (bilateral)
02.07.03.002-2	Ressonância Magnética de Bacia ou Pélvis
02.07.02.002-7	Ressonância Magnética de Membro Superior (unilateral)
02.07.01.006-4	Ressonância Magnética de Crânio
02.07.01.007-2	Ressonância Magnética de Sela Túrcica
02.07.03.004-9	Ressonância Magnética de Vias Biliares
02.07.03.001-4	Ressonância Magnética do Abdômen Superior
02.07.02.003-5	Ressonância Magnética do Tórax
11.07.01.002-1	Ressonância Magnética com espectroscopia
11.02.07.102-1	Ressonância Magnética de mama bilateral com contraste
11.02.07.112-2	Ressonância Magnética de mama bilateral sem contraste
11.02.07.101-0	Ressonância Magnética de mama unilateral com contraste
11.02.07.112-1	Ressonância Magnética de mama unilateral sem contraste
02.06.01.001-0	Tomografia Computadorizada de Coluna Cervical c/ ou s/ contraste
02.06.01.002-8	Tomografia Computadorizada de Coluna Lombo-Sacra Cervical c/ ou s/ contraste
02.06.01.003-6	Tomografia Computadorizada Torácica Cervical c/ ou s/ contraste
02.06.01.006-0	Tomografia Computadorizada de Sela Túrcica
02.06.01.007-9	Tomografia Computadorizada de Crânio
02.06.03.001-0	Tomografia Computadorizada do Abdômen Superior
02.06.02.003-1	Tomografia Computadorizada do Tórax
02.06.01.004-4	Tomografia Computadorizada de Face ou Seios de Face ou Articulações
02.06.03.003-7	Tomografia Computadorizada de Pelve ou Bacia
02.06.01.005-2	Tomografia Computadorizada de Pescoço (partes moles, laringe, tireoide, paratireoide, e faringe)
02.06.02.002-3	Tomografia Computadorizada dos Segmentos Apendiculares (braços, antebraços, coxas, pernas, mãos, pés).
02.06.01.008-7	Tomomielografia até três seguimentos
02.06.02.001-5	Tomografia Computadorizada das Articulações de membro superior



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC  
Fone 3422 9838 – CNPJ: 03.222.337/0001-31  
[www.cisnordeste.sc.gov.br](http://www.cisnordeste.sc.gov.br)

- 02.06.03.002-9 Tomografia Computadorizada das Articulações de membro inferior
- 11.02.06.030-1 Tomografia Computadorizada de joelho com protocolo de Lyon
- 11.02.06.007-1 Angiotomografia de crânio
- 11.02.06.002-2 Angiotomografia de carótidas
- 11.02.06.001-1 Angiotomografia de artéria pulmonar (TEP)
- 11.02.06.003-2 Angiotomografia de aorta torácica
- 11.02.06.004-4 Angiotomografia de aorta abdominal
- 11.02.06.005-5 Angiotomografia de aorta ilíacas
- 11.02.06.006-6 Angiotomografia de membro inferior e superior
- 02.04.03.003-0 Mamografia Unilateral
- 02.04.03.018-8 Mamografia Bilateral
- 02.04.06.002-8 Densitometria Óssea Duo Energética de Coluna (Vértebras Lombares) + colo de fêmur
- 02.05.01.003-2 Ecocardiografia Transtorácica
- 02.05.01.002-4 Ecocardiograma Transesofágico
- 02.11.02.006-0 Teste de Esforço/ Teste Ergométrico
- 02.11.08.006-3 Prova função pulmonar simples (espirometria)
- 11.02.11.050-1 Polissonografia Domiciliar
- 11.02.11.060-0 Polissonografia Domiciliar com CPAP
- 02.09.01.003-7 Esofagogastroduodenoscopia com Sedação (Endoscopia Digestiva) acima de 16 anos)
- 04.07.01.025-4 Retirada de Pólipo do Tubo Digestivo por Endoscopia
- 02.09.01.002-9 Colonoscopia (incluso a retirada de corpo estranho/pólipos do reto/colo)
- 11.10.01.003-8 Alça diatérmica/polipectomia – para colonoscopia
- 11.17.11.202-1 PH Metria
- 11.17.11.201-0 Esofagomanometria
- 02.11.09.001-8 Avaliação Urodinâmica Completa
- 02.11.09.007-7 Urofluxometria
- 03.01.01.007-2 Consulta em Hepatologia
- 02.02.01.001-5 Clearance osmolar
- 02.02.01.002-3 Determinacao de capacidade de fixacao do ferro
- 02.02.01.003-1 Determinacao de cromatografia de aminoacidos
- 02.02.01.004-0 Determinacao de curva glicemica (2 dosagens)
- 02.02.01.005-8 Determinacao de curva glicemica c/ inducao por cortisona ( 5 dosagens)
- 02.02.01.006-6 Determinacao de curva glicemica c/ inducao por cortisona (4 dosagens)
- 02.02.01.007-4 Determinacao de curva glicemica classica (5 dosagens)
- 02.02.01.008-2 Determinacao de osmolaridade
- 02.02.01.009-0 Dosagem de 5-nucleotidase
- 02.02.01.010-4 Dosagem de acetona
- 02.02.01.011-2 Dosagem de acido ascorbico
- 02.02.01.012-0 Dosagem de acido urico
- 02.02.01.013-9 Dosagem de acido vanilmandelico
- 02.02.01.014-7 Dosagem de aldolase
- 02.02.01.015-5 Dosagem de alfa-1-antitripsina
- 02.02.01.016-3 Dosagem de alfa-1-glicoproteina acida
- 02.02.01.017-1 Dosagem de alfa-2-macroglobulina
- 02.02.01.018-0 Dosagem de amilase
- 02.02.01.019-8 Dosagem de amonia
- 02.02.01.020-1 Dosagem de bilirrubina total e fracoes
- 02.02.01.021-0 Dosagem de calcio
- 02.02.01.022-8 Dosagem de calcio ionizavel
- 02.02.01.023-6 Dosagem de caroteno
- 02.02.01.025-2 Dosagem de ceruloplasmina
- 02.02.01.027-9 Dosagem de colesterol hdl
- 02.02.01.028-7 Dosagem de colesterol ldl
- 02.02.01.029-5 Dosagem de colesterol total
- 02.02.01.030-9 Dosagem de colinesterase
- 02.02.01.031-7 Dosagem de creatinina
- 02.02.01.032-5 Dosagem de creatinofosfoquinase (cpk)
- 02.02.01.033-3 Dosagem de creatinofosfoquinase fracao mb
- 02.02.01.034-1 Dosagem de desidrogenase alfa-hidroxibutirica
- 02.02.01.035-0 Dosagem de desidrogenase glutamica
- 02.02.01.036-8 Dosagem de desidrogenase latica
- 02.02.01.037-6 Dosagem de desidrogenase latica (isoenzimas fracionadas)
- 02.02.01.038-4 Dosagem de ferritina
- 02.02.01.039-2 Dosagem de ferro serico
- 02.02.01.040-6 Dosagem de folato

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC

Fone 3422 9838 – CNPJ: 03.222.337/0001-31

[www.cisnordeste.sc.gov.br](http://www.cisnordeste.sc.gov.br)

02.02.01.041-4	Dosagem de fosfatase acida total
02.02.01.042-2	Dosagem de fosfatase alcalina
02.02.01.043-0	Dosagem de fosforo
02.02.01.044-9	Dosagem de fracao prostática da fosfatase acida
02.02.01.045-7	Dosagem de galactose
02.02.01.046-5	Dosagem de gama-glutamyl-transferase (gama gt)
02.02.01.047-3	Dosagem de glicose
02.02.01.048-1	Dosagem de glicose-6-fosfato desidrogenase
02.02.01.049-0	Dosagem de haptoglobina
02.02.01.050-3	Dosagem de hemoglobina glicosilada
02.02.01.051-1	Dosagem de hidroxiprolina
02.02.01.052-0	Dosagem de isomerase-fosfohexose
02.02.01.053-8	Dosagem de lactato
02.02.01.054-6	Dosagem de leucino-aminopeptidase
02.02.01.055-4	Dosagem de lipase
02.02.01.056-2	Dosagem de magnesio
02.02.01.057-0	Dosagem de muco-proteinas
02.02.01.058-9	Dosagem de piruvato
02.02.01.059-7	Dosagem de porfirinas
02.02.01.060-0	Dosagem de potassio
02.02.01.061-9	Dosagem de proteinas totais
02.02.01.062-7	Dosagem de proteinas totais e fracoes
02.02.01.063-5	Dosagem de sodio
02.02.01.064-3	Dosagem de transaminase glutamico-oxalacetica (tgo)
02.02.01.065-1	Dosagem de transaminase glutamico-piruvica (tgp)
02.02.01.066-0	Dosagem de transferrina
02.02.01.067-8	Dosagem de triglicerideos
02.02.01.068-6	Dosagem de triptofano
02.02.01.069-4	Dosagem de ureia
02.02.01.070-8	Dosagem de vitamina b12
02.02.01.071-6	Eletroforese de lipoproteinas
02.02.01.072-4	Eletroforese de proteinas
02.02.01.073-2	Gasometria (ph pco2 po2 bicarbonato as2 (excesso ou deficit base )
02.02.01.074-0	Prova da d-xilose
02.02.01.075-9	Teste de tolerancia a insulina / hipoglicemiantes orais
02.02.01.076-7	Dosagem de 25 hidroxivitamina d
02.02.01.077-5	Determinacao de creatinina no leite humano ordenhado
02.02.01.078-3	Acidez titulavel no leite humano (dornic)
02.02.02.001-0	Citoquímica hematológica
02.02.02.002-9	Contagem de plaquetas
02.02.02.003-7	Contagem de reticulocitos
02.02.02.004-5	Determinacao de curva de resistencia globular
02.02.02.005-3	Determinacao de enzimas eritrocitárias (cada)
02.02.02.006-1	Determinacao de sulfo-hemoglobina
02.02.02.007-0	Determinacao de tempo de coagulacao
02.02.02.008-8	Determinacao de tempo de lise da euglobulina
02.02.02.009-6	Determinacao de tempo de sangramento -duke
02.02.02.010-0	Determinacao de tempo de sangramento de ivy
02.02.02.011-8	Determinacao de tempo de sobrevivência de hemácias
02.02.02.012-6	Determinacao de tempo de trombina
02.02.02.013-4	Determinacao de tempo de tromboplastina parcial ativada (ttp ativada)
02.02.02.014-2	Determinacao de tempo e atividade da protrombina (tap)
02.02.02.015-0	Determinacao de velocidade de hemossedimentacao (vhs)
02.02.02.016-9	Dosagem de anticoagulante circulante
02.02.02.017-7	Dosagem de antitrombina iii
02.02.02.018-5	Dosagem de fator ii
02.02.02.019-3	Dosagem de fator ix
02.02.02.020-7	Dosagem de fator v
02.02.02.021-5	Dosagem de fator vii
02.02.02.022-3	Dosagem de fator viii
02.02.02.023-1	Dosagem de fator viii (inibidor)
02.02.02.024-0	Dosagem de fator von willebrand (antigeno)
02.02.02.025-8	Dosagem de fator x
02.02.02.026-6	Dosagem de fator xi
02.02.02.027-4	Dosagem de fator xii



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC

Fone 3422 9838 – CNPJ: 03.222.337/0001-31

[www.cisnordeste.sc.gov.br](http://www.cisnordeste.sc.gov.br)

02.02.02.028-2	Dosagem de fator xiii
02.02.02.029-0	Dosagem de fibrinogenio
02.02.02.030-4	Dosagem de hemoglobina
02.02.02.031-2	Dosagem de hemoglobina - instabilidade a 37oc
02.02.02.032-0	Dosagem de hemoglobina fetal
02.02.02.033-9	Dosagem de hemossiderina
02.02.02.034-7	Dosagem de plasminogenio
02.02.02.035-5	Eletroforese de hemoglobina
02.02.02.036-3	Eritrograma (eritrocitos, hemoglobina, hematocrito)
02.02.02.037-1	Hematocrito
02.02.02.038-0	Hemograma completo
02.02.02.039-8	Leucograma
02.02.02.040-1	Pesquisa de atividade do cofator de ristocetina
02.02.02.041-0	Pesquisa de celulas le
02.02.02.042-8	Pesquisa de corpusculos de heinz
02.02.02.043-6	Pesquisa de filaria
02.02.02.044-4	Pesquisa de hemoglobina s
02.02.02.046-0	Pesquisa de tripanossoma
02.02.02.048-7	Prova de consumo de protrombina
02.02.02.049-5	Prova de retracao do coagulo
02.02.02.050-9	Prova do laco
02.02.02.051-7	Rastreio p/ deficiencia de enzimas eritrocitarias
02.02.02.052-5	Teste de agregacao de plaquetas
02.02.02.053-3	Teste de ham (hemolise acida)
02.02.02.054-1	Teste direto de antiglobulina humana (tad)
02.02.03.001-6	Contagem de linfocitos b
02.02.03.002-4	Contagem de linfocitos cd4/cd8
02.02.03.003-2	Contagem de linfocitos t totais
02.02.03.004-0	Deteccao de rna do hiv-1 (qualitativo)
02.02.03.005-9	Deteccao de rna do virus da hepatite c (qualitativo)
02.02.03.006-7	Determinacao de complemento (ch50)
02.02.03.007-5	Determinacao de fator reumatoide
02.02.03.008-3	Determinacao quantitativa de proteina c reativa
02.02.03.009-1	Dosagem de alfa-fetoproteina
02.02.03.010-5	Dosagem de antígeno prostático específico (psa)
02.02.03.011-3	Dosagem de beta-2-microglobulina
02.02.03.012-1	Dosagem de complemento c3
02.02.03.013-0	Dosagem de complemento c4
02.02.03.014-8	Dosagem de crioaglutinina
02.02.03.015-6	Dosagem de imunoglobulina a (iga)
02.02.03.016-4	Dosagem de imunoglobulina e (ige)
02.02.03.018-0	Dosagem de imunoglobulina m (igm)
02.02.03.019-9	Dosagem de inibidor de c1-esterase
02.02.03.020-2	Dosagem de proteina c reativa
02.02.03.021-0	Genotipagem de virus da hepatite c
02.02.03.022-9	Imunoeletroforese de proteínas
02.02.03.023-7	Imunofenotipagem de hemopatias malignas (por marcador)
02.02.03.025-3	Pesquisa de anticorpo igg anticardiolipina
02.02.03.026-1	Pesquisa de anticorpo igm anticardiolipina
02.02.03.027-0	Pesquisa de anticorpos anti-dna
02.02.03.028-8	Pesquisa de anticorpos anti-helicobacter pylori
02.02.03.029-6	Pesquisa de anticorpos anti-hiv-1 (western blot)
02.02.03.030-0	Pesquisa de anticorpos anti-hiv-1 + hiv-2 (elisa)
02.02.03.031-8	Pesquisa de anticorpos anti-htlv-1 + htlv-2
02.02.03.032-6	Pesquisa de anticorpos anti-ribonucleoproteina (rnp)
02.02.03.033-4	Pesquisa de anticorpos anti-schistosomas
02.02.03.034-2	Pesquisa de anticorpos anti-sm
02.02.03.035-0	Pesquisa de anticorpos anti-ss-a (ro)
02.02.03.036-9	Pesquisa de anticorpos anti-ss-b (la)
02.02.03.037-7	Pesquisa de anticorpos antiadenovirus
02.02.03.038-5	Pesquisa de anticorpos antiamebas
02.02.03.039-3	Pesquisa de anticorpos antiaspergillus
02.02.03.040-7	Pesquisa de anticorpos antibrucelas
02.02.03.041-5	Pesquisa de anticorpos anticisticerco
02.02.03.042-3	Pesquisa de anticorpos antclamidia (por imunofluorescencia)

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC  
Fone 3422 9838 – CNPJ: 03.222.337/0001-31  
[www.cisnordeste.sc.gov.br](http://www.cisnordeste.sc.gov.br)

02.02.03.043-1	Pesquisa de anticorpos anticortex suprarenal
02.02.03.044-0	Pesquisa de anticorpos antiequinococos
02.02.03.045-8	Pesquisa de anticorpos antiescleroderma (scl 70)
02.02.03.046-6	Pesquisa de anticorpos antiespermatozoides
02.02.03.047-4	Pesquisa de anticorpos antiestreptolisina o (aslo)
02.02.03.048-2	Pesquisa de anticorpos antifigado
02.02.03.050-4	Pesquisa de anticorpos antiglomerulo
02.02.03.051-2	Pesquisa de anticorpos antiilhota de langerhans
02.02.03.052-0	Pesquisa de anticorpos antiinsulina
02.02.03.053-9	Pesquisa de anticorpos antileptospiros
02.02.03.054-7	Pesquisa de anticorpos antilisteria
02.02.03.055-5	Pesquisa de anticorpos antimicrosomas
02.02.03.056-3	Pesquisa de anticorpos antimitocondria
02.02.03.057-1	Pesquisa de anticorpos antimusculo estriado
02.02.03.058-0	Pesquisa de anticorpos antimusculo liso
02.02.03.059-8	Pesquisa de anticorpos antinucleo
02.02.03.060-1	Pesquisa de anticorpos antiparietais
02.02.03.061-0	Pesquisa de anticorpos antiplasmodios
02.02.03.062-8	Pesquisa de anticorpos antitireoglobulina
02.02.03.063-6	Pesquisa de anticorpos contra antígeno de superfície do vírus da hepatite b (anti-hbs)
02.02.03.064-4	Pesquisa de anticorpos contra antígeno e do vírus da hepatite b (anti-hbe)
02.02.03.065-2	Pesquisa de anticorpos contra histoplasma
02.02.03.066-0	Pesquisa de anticorpos contra o sporotrix schenkii
02.02.03.067-9	Pesquisa de anticorpos contra o vírus da hepatite c (anti-hcv)
02.02.03.068-7	Pesquisa de anticorpos contra o vírus da hepatite d (anti-hdv)
02.02.03.069-5	Pesquisa de anticorpos contra o vírus do sarampo
02.02.03.070-9	Pesquisa de anticorpos contra paracoccidioides brasiliensis
02.02.03.071-7	Pesquisa de anticorpos e/ou antígeno do vírus sincicial respiratório
02.02.03.072-5	Pesquisa de anticorpos eie anticlamidia
02.02.03.073-3	Pesquisa de anticorpos heterofilos conta o vírus epstein-barr
02.02.03.074-1	Pesquisa de anticorpos igg anticitomegalovirus
02.02.03.075-0	Pesquisa de anticorpos igg antileishmanias
02.02.03.076-8	Pesquisa de anticorpos igg antitoxoplasma
02.02.03.077-6	Pesquisa de anticorpos igg antitrypanosoma cruzi
02.02.03.078-4	Pesquisa de anticorpos igg e igm contra antígeno central do vírus da hepatite b (anti-hbc-total)
02.02.03.079-2	Pesquisa de anticorpos igg contra arbovirus
02.02.03.080-6	Pesquisa de anticorpos igg contra o vírus da hepatite a (hav-igg)
02.02.03.081-4	Pesquisa de anticorpos igg contra o vírus da rubéola
02.02.03.082-2	Pesquisa de anticorpos igg contra o vírus da varicela-herpes zoster
02.02.03.083-0	Pesquisa de anticorpos igg contra o vírus epstein-barr
02.02.03.084-9	Pesquisa de anticorpos igg contra o vírus herpes simples
02.02.03.085-7	Pesquisa de anticorpos igm anticitomegalovirus
02.02.03.086-5	Pesquisa de anticorpos igm antileishmanias
02.02.03.087-3	Pesquisa de anticorpos igm antitoxoplasma
02.02.03.088-1	Pesquisa de anticorpos igm antitrypanosoma cruzi
02.02.03.089-0	Pesquisa de anticorpos igm contra antígeno central do vírus da hepatite b (anti-hbc-igm)
02.02.03.090-3	Pesquisa de anticorpos igm contra arbovirus
02.02.03.091-1	Pesquisa de anticorpos igm contra o vírus da hepatite a (hav-igg)
02.02.03.092-0	Pesquisa de anticorpos igm contra o vírus da rubéola
02.02.03.093-8	Pesquisa de anticorpos igm contra o vírus da varicela-herpes zoster
02.02.03.094-6	Pesquisa de anticorpos igm contra o vírus epstein-barr
02.02.03.095-4	Pesquisa de anticorpos igm contra o vírus herpes simples
02.02.03.096-2	Pesquisa de antígeno carcinoembrionário (cea)
02.02.03.097-0	Pesquisa de antígeno de superfície do vírus da hepatite b (hbsag)
02.02.03.098-9	Pesquisa de antígeno e do vírus da hepatite b (hbeag)
02.02.03.099-7	Pesquisa de clamidia (por captura híbrida)
02.02.03.100-4	Pesquisa de crioglobulinas
02.02.03.101-2	Pesquisa de fator reumatoide (waller-rose)
02.02.03.102-0	Pesquisa de hiv-1 por imunofluorescência
02.02.03.103-9	Pesquisa de imunoglobulina e (ige) alergeno-específica
02.02.03.104-7	Pesquisa de trypanosoma cruzi (por imunofluorescência)
02.02.03.105-5	Provas de prausnitz-kustner (pk)
02.02.03.106-3	Provas imuno-alérgicas bacterianas
02.02.03.107-1	Quantificação de rna do hiv-1
02.02.03.108-0	Quantificação de rna do vírus da hepatite c



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC  
Fone 3422 9838 – CNPJ: 03.222.337/0001-31  
[www.cisnordeste.sc.gov.br](http://www.cisnordeste.sc.gov.br)

02.02.03.109-8	Teste treponemico p/ deteccao de sífilis
02.02.03.110-1	Reacao de montenegro id
02.02.03.111-0	Teste nao treponemico p/ deteccao de sífilis
02.02.03.112-8	Teste fta-abs igg p/ diagnostico da sífilis
02.02.03.113-6	Teste fta-abs igm p/ diagnostico da sífilis
02.02.03.114-4	Testes alergicos de contato
02.02.03.115-2	Testes cutaneos de leitura imediata
02.02.03.117-9	Teste nao treponemico p/ deteccao de sífilis em gestantes
02.02.03.118-7	Dosagem de anticorpos antitransglutaminase recombinante humano iga
02.02.03.119-5	Dosagem da fracao c1q do complemento
02.02.03.120-9	Dosagem de troponina
02.02.03.121-7	Dosagem do antígeno ca 125
02.02.03.122-5	Exame laboratorial para doença de gaucher i
02.02.03.123-3	Exame laboratorial para doença de gaucher ii
02.02.03.125-0	Deteccao de rna do htlv-1
02.02.03.126-8	Pesquisa de anticorpos anticorpos anti-htlv-1 (western-blot)
02.02.04.001-1	Dosagem de estercobilinogenio fecal
02.02.04.002-0	Dosagem de gordura fecal
02.02.04.003-8	Exame coprológico funcional
02.02.04.004-6	Identificacao de fragmentos de helmintos
02.02.04.005-4	Pesquisa de enterobius vermiculares (oxiurus oxiura)
02.02.04.006-2	Pesquisa de eosinofilos
02.02.04.007-0	Pesquisa de gordura fecal
02.02.04.008-9	Pesquisa de larvas nas fezes
02.02.04.009-7	Pesquisa de leucocitos nas fezes
02.02.04.010-0	Pesquisa de leveduras nas fezes
02.02.04.011-9	Pesquisa de ovos de schistosomas (em fragmento de mucosa)
02.02.04.012-7	Pesquisa de ovos e cistos de parasitas
02.02.04.013-5	Pesquisa de rotavirus nas fezes
02.02.04.014-3	Pesquisa de sangue oculto nas fezes
02.02.04.015-1	Pesquisa de substancias redutoras nas fezes
02.02.04.016-0	Pesquisa de tripsina nas fezes
02.02.04.017-8	Pesquisa de trofozoitas nas fezes
02.02.05.001-7	Análise de caracteres físicos, elementos e sedimento da urina
02.02.05.002-5	Clearance de creatinina
02.02.05.003-3	Clearance de fosfato
02.02.05.004-1	Clearance de ureia
02.02.05.005-0	Contagem de addis
02.02.05.006-8	Determinacao de osmolalidade
02.02.05.007-6	Identificacao de glicídios urinarios por cromatografia (camada delgada)
02.02.05.008-4	Dosagem de citrato
02.02.05.009-2	Dosagem de microalbumina na urina
02.02.05.010-6	Dosagem de oxalato
02.02.05.011-4	Dosagem de proteínas (urina de 24 horas)
02.02.05.012-2	Dosagem e/ou fracionamento de ácidos orgânicos
02.02.05.013-0	Exame qualitativo de cálculos urinarios
02.02.05.014-9	Pesquisa / dosagem de aminoácidos (por cromatografia)
02.02.05.015-7	Pesquisa de alcaptona na urina
02.02.05.016-5	Pesquisa de aminoácidos na urina
02.02.05.017-3	Pesquisa de beta-mercapto-lactato-dissulfiduria
02.02.05.018-1	Pesquisa de cadeias leves kappa e lambda
02.02.05.019-0	Pesquisa de cistina na urina
02.02.05.020-3	Pesquisa de coproporfirina na urina
02.02.05.021-1	Pesquisa de erros inatos do metabolismo na urina
02.02.05.022-0	Pesquisa de fenil-cetona na urina
02.02.05.023-8	Pesquisa de frutose na urina
02.02.05.024-6	Pesquisa de galactose na urina
02.02.05.026-2	Pesquisa de homocistina na urina
02.02.05.027-0	Pesquisa de lactose na urina
02.02.05.028-9	Pesquisa de mucopolissacarídeos na urina
02.02.05.029-7	Pesquisa de porfobilinogenio na urina
02.02.05.030-0	Pesquisa de proteínas urinarias (por eletroforese)
02.02.05.031-9	Pesquisa de tirosina na urina
02.02.05.032-7	Prova de diluicao (urina)
02.02.06.001-2	Determinacao de indice de tiroxina livre

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC

Fone 3422 9838 – CNPJ: 03.222.337/0001-31

[www.cisnordeste.sc.gov.br](http://www.cisnordeste.sc.gov.br)

02.02.06.002-0	Determinacao de retencao de t3
02.02.06.003-9	Determinacao de t3 reverso
02.02.06.004-7	Dosagem de 17-alfa-hidroxiprogesterona
02.02.06.005-5	Dosagem de 17-cetosteroides totais
02.02.06.006-3	Dosagem de 17-hidroxicorticosteroides
02.02.06.007-1	Dosagem de acido 5-hidroxi-indol-acetico (serotonina)
02.02.06.008-0	Dosagem de adrenocorticotrofico (acth)
02.02.06.009-8	Dosagem de aldosterona
02.02.06.010-1	Dosagem de amp ciclico
02.02.06.011-0	Dosagem de androstenediona
02.02.06.012-8	Dosagem de calcitonina
02.02.06.013-6	Dosagem de cortisol
02.02.06.014-4	Dosagem de dehidroepiandrosterona (dhea)
02.02.06.015-2	Dosagem de dihidrotestoterona (dht)
02.02.06.016-0	Dosagem de estradiol
02.02.06.017-9	Dosagem de estriol
02.02.06.018-7	Dosagem de estrona
02.02.06.019-5	Dosagem de gastrina
02.02.06.020-9	Dosagem de globulina transportadora de tiroxina
02.02.06.021-7	Dosagem de gonadotrofina corionica humana (hcg, beta hcg)
02.02.06.022-5	Dosagem de hormonio de crescimento (hgh)
02.02.06.023-3	Dosagem de hormonio foliculo-estimulante (fsh)
02.02.06.024-1	Dosagem de hormonio luteinizante (lh)
02.02.06.025-0	Dosagem de hormonio tireoestimulante (tsh)
02.02.06.026-8	Dosagem de insulina
02.02.06.027-6	Dosagem de paratormonio
02.02.06.028-4	Dosagem de peptideo c
02.02.06.029-2	Dosagem de progesterona
02.02.06.030-6	Dosagem de prolactina
02.02.06.031-4	Dosagem de renina
02.02.06.032-2	Dosagem de somatomedina c (igf1)
02.02.06.033-0	Dosagem de sulfato de hidroepiandrosterona (dheas)
02.02.06.034-9	Dosagem de testosterona
02.02.06.035-7	Dosagem de testosterona livre
02.02.06.036-5	Dosagem de tireoglobulina
02.02.06.037-3	Dosagem de tiroxina (t4)
02.02.06.038-1	Dosagem de tiroxina livre (t4 livre)
02.02.06.039-0	Dosagem de triiodotironina (t3)
02.02.06.040-3	Teste de estimulo da prolactina / tsh apos trh
02.02.06.041-1	Teste de estimulo da prolactina apos clorpromazina
02.02.06.042-0	Teste de estimulo com gnrh ou com agonista gnrh
02.02.06.043-8	Teste de estimulo do hgh apos glucagon
02.02.06.044-6	Teste de supressao do cortisol apos dexametasona
02.02.06.045-4	Teste de supressao do hgh apos glicose
02.02.06.046-2	Teste p/ investigacao do diabetes insipidus
02.02.06.047-0	Pesquisa de macroprolactina
02.02.07.001-8	Dosagem de acido delta-aminolevulinico
02.02.07.002-6	Dosagem de acido hipurico
02.02.07.003-4	Dosagem de acido mandelico
02.02.07.004-2	Dosagem de acido metil-hipurico
02.02.07.005-0	Dosagem de acido valproico
02.02.07.006-9	Dosagem de ala-desidratase
02.02.07.007-7	Dosagem de alcool etilico
02.02.07.008-5	Dosagem de aluminio
02.02.07.009-3	Dosagem de aminoglicosideos
02.02.07.010-7	Dosagem de anfetaminas
02.02.07.011-5	Dosagem de antidepressivos triciclicos
02.02.07.012-3	Dosagem de barbituratos
02.02.07.013-1	Dosagem de benzodiazepinicos
02.02.07.014-0	Dosagem de cadmio
02.02.07.015-8	Dosagem de carbamazepina
02.02.07.016-6	Dosagem de carboxi-hemoglobina
02.02.07.017-4	Dosagem de chumbo
02.02.07.018-2	Dosagem de ciclosporina
02.02.07.019-0	Dosagem de cobre



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC  
Fone 3422 9838 – CNPJ: 03.222.337/0001-31  
[www.cisnordeste.sc.gov.br](http://www.cisnordeste.sc.gov.br)

02.02.07.020-4	Dosagem de digitalicos (digoxina, digitoxina)
02.02.07.021-2	Dosagem de etossuximida
02.02.07.022-0	Dosagem de fenitoina
02.02.07.023-9	Dosagem de fenol
02.02.07.024-7	Dosagem de formaldeido
02.02.07.025-5	Dosagem de litio
02.02.07.026-3	Dosagem de mercurio
02.02.07.027-1	Dosagem de meta-hemoglobina
02.02.07.028-0	Dosagem de metabolitos da cocaína
02.02.07.029-8	Dosagem de metotrexato
02.02.07.030-1	Dosagem de quinidina
02.02.07.031-0	Dosagem de salicilatos
02.02.07.032-8	Dosagem de sulfatos
02.02.07.033-6	Dosagem de teofilina
02.02.07.034-4	Dosagem de tiocianato
02.02.07.035-2	Dosagem de zinco
02.02.08.001-3	Antibiograma
02.02.08.002-1	Antibiograma c/ concentracao inibitoria minima
02.02.08.003-0	Antibiograma p/ micobacterias
02.02.08.004-8	Baciloscopia direta p/ baar tuberculose (diagnostica)
02.02.08.005-6	Baciloscopia direta p/ baar (hanseníase)
02.02.08.006-4	Baciloscopia direta p/ baar tuberculos (controle)
02.02.08.007-2	Bacterioscopia (gram)
02.02.08.008-0	Cultura de bacterias p/ identificacao
02.02.08.009-9	Cultura do leite humano (pos-pasteurizacao)
02.02.08.010-2	Cultura p/ herpesvirus
02.02.08.011-0	Cultura para baar
02.02.08.012-9	Cultura para bacterias anaerobicas
02.02.08.013-7	Cultura para identificacao de fungos
02.02.08.014-5	Exame microbiologico a fresco (direto)
02.02.08.015-3	Hemocultura
02.02.08.016-1	Identificacao automatizada de microorganismos
02.02.08.017-0	Pesquisa de pneumocysti carini
02.02.08.018-8	Pesquisa de bacilo difterico
02.02.08.019-6	Pesquisa de estreptococos beta-hemoliticos do grupo a
02.02.08.020-0	Pesquisa de haemophilus ducrey
02.02.08.021-8	Pesquisa de helicobacter pylori
02.02.08.022-6	Pesquisa de leptospiras
02.02.08.023-4	Pesquisa de treponema pallidum
02.02.08.024-2	Prova confirmatoria da presenca de micro-organismos coliformes
02.02.09.001-9	Acido urico liquido no sinovial e derrames
02.02.09.002-7	Adenograma
02.02.09.003-5	Citologia p/ clamidia
02.02.09.004-3	Citologia p/ herpesvirus
02.02.09.005-1	Contagem especifica de celulas no liquor
02.02.09.006-0	Contagem global de celulas no liquor
02.02.09.007-8	Determinacao de fosfolipidios relacao lecitina - esfingomielina no liquido amniotico
02.02.09.008-6	Dosagem de creatinina no liquido amniotico
02.02.09.009-4	Dosagem de fosfatase alcalina no esperma
02.02.09.010-8	Dosagem de frutose
02.02.09.011-6	Dosagem de frutose no esperma
02.02.09.012-4	Dosagem de glicose no liquido sinovial e derrames
02.02.09.013-2	Dosagem de proteinas no liquido sinovial e derrames
02.02.09.015-9	Eletroforese de proteinas c/ concentracao no liquor
02.02.09.016-7	Espectrofotometria no liquido amniotico
02.02.09.017-5	Esplenograma
02.02.09.018-3	Exame de caracteres fisicos contagem global e especifica de celulas
02.02.09.019-1	Mielograma
02.02.09.021-3	Pesquisa de anticorpos antiespermatozoides ( elisa )
02.02.09.022-1	Dosagem de fosfatase acida no esperma
02.02.09.023-0	Pesquisa de caracteres fisicos no liquor
02.02.09.024-8	Pesquisa de celulas orangiofilas
02.02.09.025-6	Pesquisa de cristais c/ luz polarizada
02.02.09.026-4	Pesquisa de espermatozoides (apos vasectomia)
02.02.09.027-2	Pesquisa de ragocitos no liquido sinovial e derrames



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**  
Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC  
Fone 3422 9838 – CNPJ: 03.222.337/0001-31  
www.cisnordeste.sc.gov.br

- 02.02.09.028-0 Prova de progressão espermática (cada)  
02.02.09.029-9 Prova do latex p/ haemophilus influenzae, streptococcus pneumoniae, neisseria meningitidis (sorotipos a, b, c)  
02.02.09.030-2 Prova do latex p/ pesquisa do fator reumatoide  
02.02.09.031-0 Reação de pandy  
02.02.09.032-9 Reação de rivalta no líquido sinovial e derrames  
02.02.09.033-7 Teste de clements  
02.02.09.034-5 Teste de gastroacidograma - secreção basal por 60 em 4 amostras  
02.02.09.035-3 Teste de hollander no suco gástrico  
02.02.10.001-4 DETERMINAÇÃO DE CARIÓTIPO EM CULTURA DE LONGA DURAÇÃO (C/ TÉCNICA DE BANDAS) (Valor alterado pela resolução nº. 208/2018, de 15/05/2018)  
02.02.10.004-9 Quantificação/amplificação do her-2  
02.02.11.001-0 Detecção de variantes da hemoglobina (diagnóstico tardio)  
02.02.11.002-8 Detecção molecular de mutação em hemoglobinopatias (confirmatório)  
02.02.11.003-6 Detecção molecular em fibrose cística (confirmatório)  
02.02.11.004-4 Dosagem de fenilalanina (controle / diagnóstico tardio)  
02.02.11.005-2 Dosagem de fenilalanina e tsh ou t4  
02.02.11.006-0 Dosagem de fenilalanina tsh ou t4 e detecção da variante de hemoglobina (componente do teste do pezinho)  
02.02.11.007-9 Dosagem de tripsina imunoreativa (componente do teste do pezinho)  
02.02.11.008-7 Dosagem de tsh e t4 livre (controle / diagnóstico tardio)  
02.02.11.009-5 Dosagem de 17 hidróxi progesterona em papel de filtro (componente teste do pezinho)  
02.02.11.010-9 Dosagem da atividade de biotinidase em amostras de sangue em papel de filtro (componente do teste do pezinho)  
02.02.11.011-7 Dosagem quantitativa da atividade da biotinidase em amostras de soro  
02.02.11.012-5 Detecção molecular de mutação em hiperplasia adrenal congênita  
02.02.11.013-3 Detecção molecular de mutação em deficiência de biotinidase  
02.02.11.014-1 Dosagem de cloreto no suor  
02.02.12.001-5 Determinação de anticorpos antiplaquetários  
02.02.12.002-3 Determinação direta e reversa de grupo abo  
02.02.12.003-1 Fenotipagem de sistema rh - hr  
02.02.12.004-0 Identificação de anticorpos séricos irregulares c/ painel de hemácias  
02.02.12.005-8 Pesquisa de anticorpos irregulares pelo método da eluição  
02.02.12.006-6 Pesquisa de anticorpos séricos irregulares 37oc  
02.02.12.007-4 Pesquisa de anticorpos séricos irregulares a frio  
02.02.12.008-2 Pesquisa de fator rh (inclui d fraco)  
02.02.12.009-0 Teste indireto de aglutinação humana (tia)

§ 1º Os serviços ora contratados serão realizados em favor da população dos municípios consorciados ao CONTRATANTE, conforme necessidades e disponibilidades financeiras de cada um dos entes consorciados.

§ 2º - Os serviços serão prestados pela CONTRATADA, nos termos desta cláusula, a pacientes/usuários que lhe sejam encaminhados pelas Secretarias Municipais de Saúde dos municípios que integram o CONTRATANTE ou, excepcionalmente, pelo próprio CONTRATANTE.

§ 3º Os serviços somente serão prestados aos beneficiários mediante a apresentação da Requisição de consulta e/ou exame fornecida pelas Secretarias Municipais de Saúde dos municípios consorciados, acompanhada de documento de identificação do usuário, ou, quando for o caso, de guia de autorização emitida pelo CONTRATANTE.

§ 4º Caso haja necessidade de complementação nos serviços inicialmente autorizados, tal complementação também precisará ser previamente autorizada, sob pena de ser inviabilizado o respectivo pagamento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Os serviços ora contratados serão pagos de acordo com as especificações e valores constantes na presente cláusula e/ou na tabela anexa:

Código	Ressonância magnética	Qtde	Valor Unitário	Valor/mês
02.07.01.001-3	Angioressonância cerebral	10	R\$ 369,95	R\$ 4.866,50
11.07.01.001-1	Angioressonância de Carótidas e Vertébras		R\$ 603,35	
02.07.03.003-0	Ressonância Magnética Membro Inferior (unilateral)	90	R\$ 369,95	R\$ 33.295,50
02.07.01.003-0	Ressonância Magnética da Coluna Cervical		R\$ 369,95	
02.07.01.004-8	Ressonância Magnética da Coluna Lombo-Sacra		R\$ 369,95	



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC  
Fone 3422 9838 – CNPJ: 03.222.337/0001-31  
www.cisnordeste.sc.gov.br

02.07.01.005-6	Ressonância Magnética da Coluna Torácica		R\$ 369,95	
02.07.01.002-1	Ressonância Magnética de ATM (bilateral)		R\$ 369,95	
02.07.03.002-2	Ressonância Magnética de Bacia ou Pélvis		R\$ 369,95	
02.07.02.002-7	Ressonância Magnética de Membro Superior (unilateral)		R\$ 369,95	
02.07.01.006-4	Ressonância Magnética de Crânio		R\$ 369,95	
02.07.01.007-2	Ressonância Magnética de Sela Túcica		R\$ 369,95	
02.07.03.004-9	Ressonância Magnética de Vias Biliares		R\$ 369,95	
02.07.03.001-4	Ressonância Magnética do Abdômen Superior		R\$ 369,95	
02.07.02.003-5	Ressonância Magnética do Tórax		R\$ 369,95	
11.07.01.002-1	Ressonância Magnética com espectroscopia	2	R\$ 500,65	R\$ 1.001,30
11.02.07.102-1	Ressonância Magnética de mama bilateral com contraste	2	R\$ 993,00	R\$ 1.571,12
11.02.07.112-2	Ressonância Magnética de mama bilateral sem contraste		R\$ 788,95	
11.02.07.101-0	Ressonância Magnética de mama unilateral com contraste		R\$ 748,20	
11.02.07.112-1	Ressonância Magnética de mama unilateral sem contraste		R\$ 612,10	
	<b>Tomografia computadorizada</b>	<b>Qtidade</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor/mês</b>
02.06.01.001-0	Tomografia Computadorizada de Coluna Cervical c/ ou s/ contraste	70	R\$ 106,20	R\$ 8.638,00
02.06.01.002-8	Tomografia Computadorizada de Coluna Lombo-Sacra Cervical c/ ou s/ contraste		R\$ 120,55	
02.06.01.003-6	Tomografia Computadorizada Torácica Cervical c/ ou s/ contraste		R\$ 106,20	
02.06.01.006-0	Tomografia Computadorizada de Sela Turcica		R\$ 116,85	
02.06.01.007-9	Tomografia Computadorizada de Crâneo		R\$ 116,85	
02.06.03.001-0	Tomografia Computadorizada do Abdômen Superior		R\$ 158,05	
02.06.02.003-1	Tomografia Computadorizada do Tórax		R\$ 155,85	
02.06.01.004-4	Tomografia Computadorizada de Face ou Seios de Face ou Articulações		R\$ 106,20	
02.06.03.003-7	Tomografia Computadorizada de Pelve ou Bacia		R\$ 158,05	
02.06.01.005-2	Tomografia Computadorizada de Pescoço (partes moles, laringe, tireoide, paratireoide, e faringe)		R\$ 106,20	
02.06.02.002-3	Tomografia Computadorizada dos Segmentos Apendiculares (braços, antebraços, coxas, pernas, mãos, pés).		R\$ 106,20	
02.06.01.008-7	Tomomielografia até três seguimentos		R\$ 158,05	
02.06.02.001-5	Tomografia Computadorizada das Articulações de membro superior		R\$ 106,20	
02.06.03.002-9	Tomografia Computadorizada das Articulações de membro inferior		R\$ 106,20	
11.02.06.030-1	Tomografia Computadorizada de joelho com protocolo de Lyon	2	R\$ 620,00	R\$ 1.240,00
11.02.06.007-1	Angiotomografia de crâneo	10	R\$ 612,00	R\$ 6.120,00
11.02.06.002-2	Angiotomografia de carótidas		R\$ 612,00	
11.02.06.001-1	Angiotomografia de artéria pulmonar (TEP)		R\$ 612,00	



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**  
Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC  
Fone 3422 9838 – CNPJ: 03.222.337/0001-31  
www.cisnordeste.sc.gov.br

11.02.06.003-2	Angiotomografia de aorta torácica		R\$ 612,00	
11.02.06.004-4	Angiotomografia de aorta abdominal		R\$ 612,00	
11.02.06.005-5	Angiotomografia de aorta ilíacas		R\$ 612,00	
11.02.06.006-6	Angiotomografia de membro inferior e superior		R\$ 612,00	
<b>Código</b>	<b>Procedimentos Radiodiagnóstico</b>	<b>Qtidade</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor/mês</b>
02.04.03.003-0	Mamografia Unilateral	5	R\$ 22,50	R\$ 112,50
02.04.03.018-8	Mamografia Bilateral	25	R\$ 45,00	R\$ 1.125,00
02.04.06.002-8	Densitometria Óssea Duo Energética de Coluna (Vértebras Lombares) + colo de fêmur	20	R\$ 55,10	R\$ 1.102,00
<b>Código</b>	<b>Exames Ultra-sonográficos</b>	<b>Qtidade</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor/mês</b>
02.05.01.003-2	Ecocardiografia Transtorácica	10	R\$ 121,70	R\$ 1.217,00
	<b>Procedimentos de Diagnose em Cardiologia</b>		Valor Unitário	Valor/mês
02.05.01.002-4	Ecocardiograma Transesofágico	10	R\$ 262,85	R\$ 2.628,50
02.11.02.006-0	Teste de Esforço/ Teste Ergométrico	20	R\$ 146,70	R\$ 2.934,00
	<b>Procedimentos de Diagnose em Pneumologia</b>	<b>Qtidade</b>	Valor Unitário	Valor/mês
02.11.08.006-3	Prova função pulmonar simples (espirometria)	20	R\$ 53,50	R\$ 1.070,00
11.02.11.050-1	Polissonografia Domiciliar	20	R\$ 480,05	R\$ 9.601,00
11.02.11.060-0	Polissonografia Domiciliar com CPAP	10	R\$ 480,05	R\$ 4.800,50
	<b>Procedimentos de Diagnose e Cirurgicos em Gastroenterologia</b>	<b>Qtidade</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor/mês</b>
02.09.01.003-7	Esofagogastroduodenoscopia com Sedação (Endoscopia Digestiva) acima de 16 anos)	50	R\$ 190,30	R\$ 9.515,00
04.07.01.025-4	Retirada de Pólipo do Tubo Digestivo por Endoscopia	50	R\$ 29,84	R\$ 1.492,00
02.09.01.002-9	Colonoscopia (incluso a retirada de corpo estranho/pólipos do reto/colo)	40	R\$ 335,25	R\$ 13.410,00
11.10.01.003-8	Alça diatérmica/polipectomia – para colonoscopia	20	R\$ 160,00	R\$ 3.200,00
11.17.11.202-1	PH Metria	10	R\$ 294,85	R\$ 2.948,50
11.17.11.201-0	Esofagomanometria	10	R\$ 294,85	R\$ 2.948,50
	<b>Procedimentos de Diagnose em Urologia</b>	<b>Qtidade</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor/mês</b>
02.11.09.001-8	Avaliação Urodinâmica Completa	30	R\$ 399,60	R\$ 11.988,00
02.11.09.007-7	Urofluxometria	10	R\$ 110,95	R\$ 1.109,50
<b>Código</b>	<b>Consulta/Procedimentos</b>	<b>Qtidade</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor/mês</b>
03.01.01.007-2	Consulta em Hepatologia	50	R\$ 54,65	R\$ 2.732,50

Procedimentos	Qtde Mensal	médio	Valor Total
Exames análises clínicas	1000	11,81 (médio)	R\$ 11.810,00

	Exames análises clínicas	Valor Unitário
02.02.01.001-5	Clearance osmolar	R\$ 3,51
02.02.01.002-3	Determinacao de capacidade de fixacao do ferro	R\$ 2,01
02.02.01.003-1	Determinacao de cromatografia de aminoacidos	R\$ 15,65
02.02.01.004-0	Determinacao de curva glicemica (2 dosagens)	R\$ 3,63
02.02.01.005-8	Determinacao de curva glicemica c/ inducao por cortisona ( 5 dosagens)	R\$ 6,55
02.02.01.006-6	Determinacao de curva glicemica c/ inducao por cortisona (4 dosagens)	R\$ 3,68



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**  
Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC  
Fone 3422 9838 – CNPJ: 03.222.337/0001-31  
[www.cisnordeste.sc.gov.br](http://www.cisnordeste.sc.gov.br)

02.02.01.007-4	Determinacao de curva glicemica classica (5 dosagens)	R\$ 10,00
02.02.01.008-2	Determinacao de osmolaridade	R\$ 3,51
02.02.01.009-0	Dosagem de 5-nucleotidase	R\$ 3,51
02.02.01.010-4	Dosagem de acetona	R\$ 1,85
02.02.01.011-2	Dosagem de acido ascorbico	R\$ 2,01
02.02.01.012-0	Dosagem de acido urico	R\$ 1,85
02.02.01.013-9	Dosagem de acido vanilmandelico	R\$ 9,00
02.02.01.014-7	Dosagem de aldolase	R\$ 3,68
02.02.01.015-5	Dosagem de alfa-1-antitripsina	R\$ 3,68
02.02.01.016-3	Dosagem de alfa-1-glicoproteina acida	R\$ 3,68
02.02.01.017-1	Dosagem de alfa-2-macroglobulina	R\$ 3,68
02.02.01.018-0	Dosagem de amilase	R\$ 2,25
02.02.01.019-8	Dosagem de amonia	R\$ 3,51
02.02.01.020-1	Dosagem de bilirrubina total e fracoes	R\$ 2,01
02.02.01.021-0	Dosagem de calcio	R\$ 1,85
02.02.01.022-8	Dosagem de calcio ionizavel	R\$ 3,51
02.02.01.023-6	Dosagem de caroteno	R\$ 2,01
02.02.01.025-2	Dosagem de ceruloplasmina	R\$ 3,68
02.02.01.027-9	Dosagem de colesterol hdl	R\$ 3,51
02.02.01.028-7	Dosagem de colesterol ldl	R\$ 3,51
02.02.01.029-5	Dosagem de colesterol total	R\$ 1,85
02.02.01.030-9	Dosagem de colinesterase	R\$ 3,68
02.02.01.031-7	Dosagem de creatinina	R\$ 1,85
02.02.01.032-5	Dosagem de creatinofosfoquinase (cpk)	R\$ 3,68
02.02.01.033-3	Dosagem de creatinofosfoquinase fracao mb	R\$ 4,12
02.02.01.034-1	Dosagem de desidrogenase alfa-hidroxibutirica	R\$ 3,51
02.02.01.035-0	Dosagem de desidrogenase glutamica	R\$ 3,51
02.02.01.036-8	Dosagem de desidrogenase latica	R\$ 3,68
02.02.01.037-6	Dosagem de desidrogenase latica (isoenzimas fracionadas)	R\$ 3,68
02.02.01.038-4	Dosagem de ferritina	R\$ 15,59
02.02.01.039-2	Dosagem de ferro serico	R\$ 3,51
02.02.01.040-6	Dosagem de folato	R\$ 15,65
02.02.01.041-4	Dosagem de fosfatase acida total	R\$ 2,01
02.02.01.042-2	Dosagem de fosfatase alcalina	R\$ 2,01
02.02.01.043-0	Dosagem de fosforo	R\$ 1,85
02.02.01.044-9	Dosagem de fracao prostatica da fosfatase acida	R\$ 2,01
02.02.01.045-7	Dosagem de galactose	R\$ 3,51
02.02.01.046-5	Dosagem de gama-glutamyl-transferase (gama gt)	R\$ 3,51
02.02.01.047-3	Dosagem de glicose	R\$ 1,85
02.02.01.048-1	Dosagem de glicose-6-fosfato desidrogenase	R\$ 3,68
02.02.01.049-0	Dosagem de haptoglobina	R\$ 3,68
02.02.01.050-3	Dosagem de hemoglobina glicosilada	R\$ 7,86
02.02.01.051-1	Dosagem de hidroxiprolina	R\$ 3,68
02.02.01.052-0	Dosagem de isomerase-fosfohexose	R\$ 3,51
02.02.01.053-8	Dosagem de lactato	R\$ 3,68
02.02.01.054-6	Dosagem de leucino-aminopeptidase	R\$ 3,51



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**  
Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC  
Fone 3422 9838 – CNPJ: 03.222.337/0001-31  
[www.cisnordeste.sc.gov.br](http://www.cisnordeste.sc.gov.br)

02.02.01.055-4	Dosagem de lipase	R\$ 2,25
02.02.01.056-2	Dosagem de magnésio	R\$ 2,01
02.02.01.057-0	Dosagem de muco-proteínas	R\$ 2,01
02.02.01.058-9	Dosagem de piruvato	R\$ 3,68
02.02.01.059-7	Dosagem de porfirinas	R\$ 3,51
02.02.01.060-0	Dosagem de potássio	R\$ 1,85
02.02.01.061-9	Dosagem de proteínas totais	R\$ 1,40
02.02.01.062-7	Dosagem de proteínas totais e fracos	R\$ 1,85
02.02.01.063-5	Dosagem de sódio	R\$ 1,85
02.02.01.064-3	Dosagem de transaminase glutâmico-oxalacética (tgo)	R\$ 2,01
02.02.01.065-1	Dosagem de transaminase glutâmico-pirúvica (tgp)	R\$ 2,01
02.02.01.066-0	Dosagem de transferrina	R\$ 4,12
02.02.01.067-8	Dosagem de triglicerídeos	R\$ 3,51
02.02.01.068-6	Dosagem de triptofano	R\$ 3,51
02.02.01.069-4	Dosagem de ureia	R\$ 1,85
02.02.01.070-8	Dosagem de vitamina b12	R\$ 15,24
02.02.01.071-6	Eletroforese de lipoproteínas	R\$ 3,68
02.02.01.072-4	Eletroforese de proteínas	R\$ 4,42
02.02.01.073-2	Gasometria (ph pco2 po2 bicarbonato as2 (excesso ou déficit base )	R\$ 15,65
02.02.01.074-0	Prova da d-xilose	R\$ 3,68
02.02.01.075-9	Teste de tolerância a insulina / hipoglicemiantes orais	R\$ 6,55
02.02.01.076-7	Dosagem de 25 hidroxivitamina d	R\$ 15,24
02.02.01.077-5	Determinação de creatinina no leite humano ordenado	R\$ 1,53
02.02.01.078-3	Acidez titulável no leite humano (dornic)	R\$ 3,04
02.02.02.001-0	Citoquímica hematológica	R\$ 6,48
02.02.02.002-9	Contagem de plaquetas	R\$ 2,73
02.02.02.003-7	Contagem de reticulócitos	R\$ 2,73
02.02.02.004-5	Determinação de curva de resistência globular	R\$ 2,73
02.02.02.005-3	Determinação de enzimas eritrocitárias (cada)	R\$ 2,73
02.02.02.006-1	Determinação de sulfo-hemoglobina	R\$ 2,73
02.02.02.007-0	Determinação de tempo de coagulação	R\$ 2,73
02.02.02.008-8	Determinação de tempo de lise da euglobulina	R\$ 2,73
02.02.02.009-6	Determinação de tempo de sangramento -duke	R\$ 2,73
02.02.02.010-0	Determinação de tempo de sangramento de ivy	R\$ 9,00
02.02.02.011-8	Determinação de tempo de sobrevivência de hemácias	R\$ 5,79
02.02.02.012-6	Determinação de tempo de trombina	R\$ 2,85
02.02.02.013-4	Determinação de tempo de tromboplastina parcial ativada (ttp ativada)	R\$ 5,77
02.02.02.014-2	Determinação de tempo e atividade da protrombina (tap)	R\$ 2,73
02.02.02.015-0	Determinação de velocidade de hemossedimentação (vhs)	R\$ 2,73
02.02.02.016-9	Dosagem de anticoagulante circulante	R\$ 4,11
02.02.02.017-7	Dosagem de antitrombina iii	R\$ 6,48
02.02.02.018-5	Dosagem de fator ii	R\$ 5,31
02.02.02.019-3	Dosagem de fator ix	R\$ 7,61
02.02.02.020-7	Dosagem de fator v	R\$ 4,73
02.02.02.021-5	Dosagem de fator vii	R\$ 8,09
02.02.02.022-3	Dosagem de fator viii	R\$ 6,63





**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**  
Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC  
Fone 3422 9838 – CNPJ: 03.222.337/0001-31  
[www.cisnordeste.sc.gov.br](http://www.cisnordeste.sc.gov.br)

02.02.02.023-1	Dosagem de fator viii (inibidor)	R\$ 15,00
02.02.02.024-0	Dosagem de fator von willebrand (antígeno)	R\$ 18,91
02.02.02.025-8	Dosagem de fator x	R\$ 6,66
02.02.02.026-6	Dosagem de fator xi	R\$ 9,11
02.02.02.027-4	Dosagem de fator xii	R\$ 10,51
02.02.02.028-2	Dosagem de fator xiii	R\$ 6,66
02.02.02.029-0	Dosagem de fibrinogenio	R\$ 4,60
02.02.02.030-4	Dosagem de hemoglobina	R\$ 1,53
02.02.02.031-2	Dosagem de hemoglobina - instabilidade a 37oc	R\$ 2,73
02.02.02.032-0	Dosagem de hemoglobina fetal	R\$ 2,73
02.02.02.033-9	Dosagem de hemossiderina	R\$ 2,73
02.02.02.034-7	Dosagem de plasminogenio	R\$ 4,11
02.02.02.035-5	Eletroforese de hemoglobina	R\$ 5,41
02.02.02.036-3	Eritrograma (eritrocitos, hemoglobina, hematocrito)	R\$ 2,73
02.02.02.037-1	Hematocrito	R\$ 1,53
02.02.02.038-0	Hemograma completo	R\$ 4,11
02.02.02.039-8	Leucograma	R\$ 2,73
02.02.02.040-1	Pesquisa de atividade do cofator de ristocetina	R\$ 25,00
02.02.02.041-0	Pesquisa de celulas le	R\$ 4,11
02.02.02.042-8	Pesquisa de corpusculos de heinz	R\$ 2,73
02.02.02.043-6	Pesquisa de filaria	R\$ 2,73
02.02.02.044-4	Pesquisa de hemoglobina s	R\$ 2,73
02.02.02.046-0	Pesquisa de tripanossoma	R\$ 2,73
02.02.02.048-7	Prova de consumo de protrombina	R\$ 4,11
02.02.02.049-5	Prova de retracao do coagulo	R\$ 2,73
02.02.02.050-9	Prova do laco	R\$ 2,73
02.02.02.051-7	Rastreio p/ deficiencia de enzimas eritrocitarias	R\$ 2,73
02.02.02.052-5	Teste de agregacao de plaquetas	R\$ 12,00
02.02.02.053-3	Teste de ham (hemolise acida)	R\$ 2,73
02.02.02.054-1	Teste direto de antiglobulina humana (tad)	R\$ 2,73
02.02.03.001-6	Contagem de linfocitos b	R\$ 15,00
02.02.03.002-4	Contagem de linfocitos cd4/cd8	R\$ 15,00
02.02.03.003-2	Contagem de linfocitos t totais	R\$ 15,00
02.02.03.004-0	Deteccao de rna do hiv-1 (qualitativo)	R\$ 65,00
02.02.03.005-9	Deteccao de rna do virus da hepatite c (qualitativo)	R\$ 96,00
02.02.03.006-7	Determinacao de complemento (ch50)	R\$ 9,25
02.02.03.007-5	Determinacao de fator reumatoide	R\$ 2,83
02.02.03.008-3	Determinacao quantitativa de proteina c reativa	R\$ 9,25
02.02.03.009-1	Dosagem de alfa-fetoproteina	R\$ 15,06
02.02.03.010-5	Dosagem de antígeno prostático específico (psa)	R\$ 16,42
02.02.03.011-3	Dosagem de beta-2-microglobulina	R\$ 13,55
02.02.03.012-1	Dosagem de complemento c3	R\$ 17,16
02.02.03.013-0	Dosagem de complemento c4	R\$ 17,16
02.02.03.014-8	Dosagem de crioaglutinina	R\$ 2,83
02.02.03.015-6	Dosagem de imunoglobulina a (iga)	R\$ 17,16
02.02.03.016-4	Dosagem de imunoglobulina e (ige)	R\$ 9,25





**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**  
Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC  
Fone 3422 9838 – CNPJ: 03.222.337/0001-31  
[www.cisnordeste.sc.gov.br](http://www.cisnordeste.sc.gov.br)

02.02.03.018-0	Dosagem de imunoglobulina m (igm)	R\$ 17,16
02.02.03.019-9	Dosagem de inibidor de c1-esterase	R\$ 9,25
02.02.03.020-2	Dosagem de proteína c reativa	R\$ 2,83
02.02.03.021-0	Genotipagem de vírus da hepatite c	R\$ 298,48
02.02.03.022-9	Imunoelektroforese de proteínas	R\$ 17,16
02.02.03.023-7	Imunofenotipagem de hemopatias malignas (por marcador)	R\$ 80,00
02.02.03.025-3	Pesquisa de anticorpo igg anticardiolipina	R\$ 10,00
02.02.03.026-1	Pesquisa de anticorpo igm anticardiolipina	R\$ 10,00
02.02.03.027-0	Pesquisa de anticorpos anti-dna	R\$ 8,67
02.02.03.028-8	Pesquisa de anticorpos anti-helicobacter pylori	R\$ 17,16
02.02.03.029-6	Pesquisa de anticorpos anti-hiv-1 (western blot)	R\$ 85,00
02.02.03.030-0	Pesquisa de anticorpos anti-hiv-1 + hiv-2 (elisa)	R\$ 10,00
02.02.03.031-8	Pesquisa de anticorpos anti-htlv-1 + htlv-2	R\$ 18,55
02.02.03.032-6	Pesquisa de anticorpos anti-ribonucleoproteína (rnp)	R\$ 17,16
02.02.03.033-4	Pesquisa de anticorpos anti-schistosomas	R\$ 5,74
02.02.03.034-2	Pesquisa de anticorpos anti-sm	R\$ 17,16
02.02.03.035-0	Pesquisa de anticorpos anti-ss-a (ro)	R\$ 18,55
02.02.03.036-9	Pesquisa de anticorpos anti-ss-b (la)	R\$ 18,55
02.02.03.037-7	Pesquisa de anticorpos antiadenovirus	R\$ 9,25
02.02.03.038-5	Pesquisa de anticorpos antiamebas	R\$ 10,00
02.02.03.039-3	Pesquisa de anticorpos antiaspergillus	R\$ 9,25
02.02.03.040-7	Pesquisa de anticorpos antibrucelas	R\$ 3,70
02.02.03.041-5	Pesquisa de anticorpos anticisticerco	R\$ 5,83
02.02.03.042-3	Pesquisa de anticorpos anticlamidia (por imunofluorescência)	R\$ 10,00
02.02.03.043-1	Pesquisa de anticorpos anticortex suprarrenal	R\$ 17,16
02.02.03.044-0	Pesquisa de anticorpos antiequinococos	R\$ 9,25
02.02.03.045-8	Pesquisa de anticorpos antiescleroderma (scl 70)	R\$ 10,00
02.02.03.046-6	Pesquisa de anticorpos antiespermatozoides	R\$ 9,70
02.02.03.047-4	Pesquisa de anticorpos antiestreptolisina o (aslo)	R\$ 2,83
02.02.03.048-2	Pesquisa de anticorpos antifgado	R\$ 10,00
02.02.03.050-4	Pesquisa de anticorpos antiglomerulo	R\$ 10,00
02.02.03.051-2	Pesquisa de anticorpos antiilhota de langerhans	R\$ 10,00
02.02.03.052-0	Pesquisa de anticorpos antiinsulina	R\$ 17,16
02.02.03.053-9	Pesquisa de anticorpos antileptospiras	R\$ 4,10
02.02.03.054-7	Pesquisa de anticorpos antilisteria	R\$ 5,50
02.02.03.055-5	Pesquisa de anticorpos antimicrosomas	R\$ 17,16
02.02.03.056-3	Pesquisa de anticorpos antimitocondria	R\$ 17,16
02.02.03.057-1	Pesquisa de anticorpos antimusculo estriado	R\$ 17,16
02.02.03.058-0	Pesquisa de anticorpos antimusculo liso	R\$ 17,16
02.02.03.059-8	Pesquisa de anticorpos antinucleo	R\$ 17,16
02.02.03.060-1	Pesquisa de anticorpos antiparietais	R\$ 17,16
02.02.03.061-0	Pesquisa de anticorpos antiplasmodios	R\$ 10,00
02.02.03.062-8	Pesquisa de anticorpos antitireoglobulina	R\$ 17,16
02.02.03.063-6	Pesquisa de anticorpos contra antígeno de superfície do vírus da hepatite b (anti-hbs)	R\$ 18,55
02.02.03.064-4	Pesquisa de anticorpos contra antígeno e do vírus da hepatite b (anti-hbe)	R\$ 18,55
02.02.03.065-2	Pesquisa de anticorpos contra histoplasma	R\$ 7,78



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**  
Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC  
Fone 3422 9838 – CNPJ: 03.222.337/0001-31  
[www.cisnordeste.sc.gov.br](http://www.cisnordeste.sc.gov.br)

02.02.03.066-0	Pesquisa de anticorpos contra o sporotrix schenkii	R\$ 9,71
02.02.03.067-9	Pesquisa de anticorpos contra o vírus da hepatite c (anti-hcv)	R\$ 18,55
02.02.03.068-7	Pesquisa de anticorpos contra o vírus da hepatite d (anti-hdv)	R\$ 18,55
02.02.03.069-5	Pesquisa de anticorpos contra o vírus do sarampo	R\$ 9,25
02.02.03.070-9	Pesquisa de anticorpos contra paracoccidioides brasiliensis	R\$ 4,10
02.02.03.071-7	Pesquisa de anticorpos e/ou antígeno do vírus sincicial respiratório	R\$ 18,55
02.02.03.072-5	Pesquisa de anticorpos eie antilamblia	R\$ 17,16
02.02.03.073-3	Pesquisa de anticorpos heterofilos conta o vírus epstein-barr	R\$ 2,83
02.02.03.074-1	Pesquisa de anticorpos igg anticitomegalovírus	R\$ 11,00
02.02.03.075-0	Pesquisa de anticorpos igg antileishmanias	R\$ 9,25
02.02.03.076-8	Pesquisa de anticorpos igg antitoxoplasma	R\$ 16,97
02.02.03.077-6	Pesquisa de anticorpos igg antitrypanosoma cruzi	R\$ 9,25
02.02.03.078-4	Pesquisa de anticorpos igg e igm contra antígeno central do vírus da hepatite b (anti-hbc-total)	R\$ 18,55
02.02.03.079-2	Pesquisa de anticorpos igg contra arbovírus	R\$ 30,00
02.02.03.080-6	Pesquisa de anticorpos igg contra o vírus da hepatite a (hav-igg)	R\$ 18,55
02.02.03.081-4	Pesquisa de anticorpos igg contra o vírus da rubéola	R\$ 17,16
02.02.03.082-2	Pesquisa de anticorpos igg contra o vírus da varicela-herpes zoster	R\$ 17,16
02.02.03.083-0	Pesquisa de anticorpos igg contra o vírus epstein-barr	R\$ 17,16
02.02.03.084-9	Pesquisa de anticorpos igg contra o vírus herpes simples	R\$ 17,16
02.02.03.085-7	Pesquisa de anticorpos igm anticitomegalovírus	R\$ 11,61
02.02.03.086-5	Pesquisa de anticorpos igm antileishmanias	R\$ 10,00
02.02.03.087-3	Pesquisa de anticorpos igm antitoxoplasma	R\$ 18,55
02.02.03.088-1	Pesquisa de anticorpos igm antitrypanosoma cruzi	R\$ 9,25
02.02.03.089-0	Pesquisa de anticorpos igm contra antígeno central do vírus da hepatite b (anti-hbc-igm)	R\$ 18,55
02.02.03.090-3	Pesquisa de anticorpos igm contra arbovírus	R\$ 20,00
02.02.03.091-1	Pesquisa de anticorpos igm contra o vírus da hepatite a (hav-igg)	R\$ 18,55
02.02.03.092-0	Pesquisa de anticorpos igm contra o vírus da rubéola	R\$ 17,16
02.02.03.093-8	Pesquisa de anticorpos igm contra o vírus da varicela-herpes zoster	R\$ 17,16
02.02.03.094-6	Pesquisa de anticorpos igm contra o vírus epstein-barr	R\$ 17,16
02.02.03.095-4	Pesquisa de anticorpos igm contra o vírus herpes simples	R\$ 17,16
02.02.03.096-2	Pesquisa de antígeno carcinoembrionário (cea)	R\$ 13,35
02.02.03.097-0	Pesquisa de antígeno de superfície do vírus da hepatite b (hbsag)	R\$ 18,55
02.02.03.098-9	Pesquisa de antígeno e do vírus da hepatite b (hbeag)	R\$ 18,55
02.02.03.099-7	Pesquisa de clamídia (por captura híbrida)	R\$ 60,00
02.02.03.100-4	Pesquisa de crioglobulinas	R\$ 2,83
02.02.03.101-2	Pesquisa de fator reumatoide (waller-rose)	R\$ 4,10
02.02.03.102-0	Pesquisa de hiv-1 por imunofluorescência	R\$ 10,00
02.02.03.103-9	Pesquisa de imunoglobulina e (ige) alérgeno-específica	R\$ 9,25
02.02.03.104-7	Pesquisa de trypanosoma cruzi (por imunofluorescência)	R\$ 10,00
02.02.03.105-5	Provas de prausnitz-kustner (pk)	R\$ 1,77
02.02.03.106-3	Provas imuno-alérgicas bacterianas	R\$ 1,77
02.02.03.107-1	Quantificação de rna do hiv-1	R\$ 18,00
02.02.03.108-0	Quantificação de rna do vírus da hepatite c	R\$ 168,48
02.02.03.109-8	Teste treponêmico p/ detecção de sífilis	R\$ 4,10
02.02.03.110-1	Reação de montenegro id	R\$ 2,83
02.02.03.111-0	Teste não treponêmico p/ detecção de sífilis	R\$ 2,83



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**  
Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC  
Fone 3422 9838 – CNPJ: 03.222.337/0001-31  
[www.cisnordeste.sc.gov.br](http://www.cisnordeste.sc.gov.br)

02.02.03.112-8	Teste fta-abs igg p/ diagnostico da sífilis	R\$ 10,00
02.02.03.113-6	Teste fta-abs igm p/ diagnostico da sífilis	R\$ 10,00
02.02.03.114-4	Testes alérgicos de contato	R\$ 1,77
02.02.03.115-2	Testes cutâneos de leitura imediata	R\$ 1,77
02.02.03.117-9	Teste não treponêmico p/ detecção de sífilis em gestantes	R\$ 2,83
02.02.03.118-7	Dosagem de anticorpos antitransglutaminase recombinante humano iga	R\$ 18,55
02.02.03.119-5	Dosagem da fração c1q do complemento	R\$ 17,16
02.02.03.120-9	Dosagem de troponina	R\$ 9,00
02.02.03.121-7	Dosagem do antígeno ca 125	R\$ 13,35
02.02.03.122-5	Exame laboratorial para doença de Gaucher I	R\$ 80,00
02.02.03.123-3	Exame laboratorial para doença de Gaucher II	R\$ 120,00
02.02.03.125-0	Deteção de RNA do HTLV-1	R\$ 65,00
02.02.03.126-8	Pesquisa de anticorpos anti-HTLV-1 (western-blot)	R\$ 85,00
02.02.04.001-1	Dosagem de estercobilinogênio fecal	R\$ 1,65
02.02.04.002-0	Dosagem de gordura fecal	R\$ 3,04
02.02.04.003-8	Exame coprológico funcional	R\$ 3,04
02.02.04.004-6	Identificação de fragmentos de helmintos	R\$ 1,65
02.02.04.005-4	Pesquisa de Enterobius vermicularis (Oxiurus oxiura)	R\$ 1,65
02.02.04.006-2	Pesquisa de eosinófilos	R\$ 1,65
02.02.04.007-0	Pesquisa de gordura fecal	R\$ 1,65
02.02.04.008-9	Pesquisa de larvas nas fezes	R\$ 1,65
02.02.04.009-7	Pesquisa de leucócitos nas fezes	R\$ 1,65
02.02.04.010-0	Pesquisa de leveduras nas fezes	R\$ 1,65
02.02.04.011-9	Pesquisa de ovos de schistosomas (em fragmento de mucosa)	R\$ 1,65
02.02.04.012-7	Pesquisa de ovos e cistos de parasitas	R\$ 1,65
02.02.04.013-5	Pesquisa de rotavírus nas fezes	R\$ 10,25
02.02.04.014-3	Pesquisa de sangue oculto nas fezes	R\$ 1,65
02.02.04.015-1	Pesquisa de substâncias redutoras nas fezes	R\$ 1,65
02.02.04.016-0	Pesquisa de tripsina nas fezes	R\$ 1,65
02.02.04.017-8	Pesquisa de trofozoítas nas fezes	R\$ 1,65
02.02.05.001-7	Análise de caracteres físicos, elementos e sedimento da urina	R\$ 3,70
02.02.05.002-5	Clearance de creatinina	R\$ 3,51
02.02.05.003-3	Clearance de fosfato	R\$ 3,51
02.02.05.004-1	Clearance de ureia	R\$ 3,51
02.02.05.005-0	Contagem de addis	R\$ 2,04
02.02.05.006-8	Determinação de osmolaridade	R\$ 3,70
02.02.05.007-6	Identificação de glicídios urinários por cromatografia (camada delgada)	R\$ 3,70
02.02.05.008-4	Dosagem de citrato	R\$ 2,01
02.02.05.009-2	Dosagem de microalbumina na urina	R\$ 8,12
02.02.05.010-6	Dosagem de oxalato	R\$ 3,68
02.02.05.011-4	Dosagem de proteínas (urina de 24 horas)	R\$ 2,04
02.02.05.012-2	Dosagem e/ou fracionamento de ácidos orgânicos	R\$ 3,04
02.02.05.013-0	Exame qualitativo de cálculos urinários	R\$ 3,70
02.02.05.014-9	Pesquisa / dosagem de aminoácidos (por cromatografia)	R\$ 3,70
02.02.05.015-7	Pesquisa de alcaptona na urina	R\$ 2,04
02.02.05.016-5	Pesquisa de aminoácidos na urina	R\$ 3,70



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**  
Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC  
Fone 3422 9838 – CNPJ: 03.222.337/0001-31  
[www.cisnordeste.sc.gov.br](http://www.cisnordeste.sc.gov.br)

02.02.05.017-3	Pesquisa de beta-mercapto-lactato-dissulfiduria	R\$ 2,04
02.02.05.018-1	Pesquisa de cadeias leves kappa e lambda	R\$ 2,40
02.02.05.019-0	Pesquisa de cistina na urina	R\$ 2,04
02.02.05.020-3	Pesquisa de coproporfirina na urina	R\$ 2,04
02.02.05.021-1	Pesquisa de erros inatos do metabolismo na urina	R\$ 3,70
02.02.05.022-0	Pesquisa de fenil-cetona na urina	R\$ 2,04
02.02.05.023-8	Pesquisa de frutose na urina	R\$ 2,04
02.02.05.024-6	Pesquisa de galactose na urina	R\$ 3,36
02.02.05.026-2	Pesquisa de homocistina na urina	R\$ 2,04
02.02.05.027-0	Pesquisa de lactose na urina	R\$ 2,04
02.02.05.028-9	Pesquisa de mucopolissacarídeos na urina	R\$ 3,70
02.02.05.029-7	Pesquisa de porfobilinogênio na urina	R\$ 2,04
02.02.05.030-0	Pesquisa de proteínas urinárias (por eletroforese)	R\$ 4,44
02.02.05.031-9	Pesquisa de tirosina na urina	R\$ 2,04
02.02.05.032-7	Prova de diluição (urina)	R\$ 2,04
02.02.06.001-2	Determinação de índice de tiroxina livre	R\$ 12,54
02.02.06.002-0	Determinação de retenção de t3	R\$ 12,54
02.02.06.003-9	Determinação de t3 reverso	R\$ 14,69
02.02.06.004-7	Dosagem de 17-alfa-hidroxiprogesterona	R\$ 10,20
02.02.06.005-5	Dosagem de 17-cetosteróides totais	R\$ 6,72
02.02.06.006-3	Dosagem de 17-hidroxicorticosteróides	R\$ 6,72
02.02.06.007-1	Dosagem de ácido 5-hidroxi-indol-acético (serotonina)	R\$ 6,72
02.02.06.008-0	Dosagem de adrenocorticotrófico (acth)	R\$ 14,12
02.02.06.009-8	Dosagem de aldosterona	R\$ 11,89
02.02.06.010-1	Dosagem de amp cíclico	R\$ 12,01
02.02.06.011-0	Dosagem de androstenediona	R\$ 11,53
02.02.06.012-8	Dosagem de calcitonina	R\$ 14,38
02.02.06.013-6	Dosagem de cortisol	R\$ 9,86
02.02.06.014-4	Dosagem de dehidroepiandrosterona (dhea)	R\$ 11,25
02.02.06.015-2	Dosagem de dihidrotestosterona (dht)	R\$ 11,71
02.02.06.016-0	Dosagem de estradiol	R\$ 10,15
02.02.06.017-9	Dosagem de estriol	R\$ 11,55
02.02.06.018-7	Dosagem de estrona	R\$ 11,12
02.02.06.019-5	Dosagem de gastrina	R\$ 14,15
02.02.06.020-9	Dosagem de globulina transportadora de tiroxina	R\$ 15,35
02.02.06.021-7	Dosagem de gonadotrofina coriônica humana (hcg, beta hcg)	R\$ 7,85
02.02.06.022-5	Dosagem de hormônio de crescimento (hgh)	R\$ 10,21
02.02.06.023-3	Dosagem de hormônio foliculo-estimulante (fsh)	R\$ 7,89
02.02.06.024-1	Dosagem de hormônio luteinizante (lh)	R\$ 8,97
02.02.06.025-0	Dosagem de hormônio tireoestimulante (tsh)	R\$ 8,96
02.02.06.026-8	Dosagem de insulina	R\$ 10,17
02.02.06.027-6	Dosagem de paratormônio	R\$ 43,13
02.02.06.028-4	Dosagem de peptídeo c	R\$ 15,35
02.02.06.029-2	Dosagem de progesterona	R\$ 10,22
02.02.06.030-6	Dosagem de prolactina	R\$ 10,15
02.02.06.031-4	Dosagem de renina	R\$ 13,19



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**  
Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC  
Fone 3422 9838 – CNPJ: 03.222.337/0001-31  
[www.cisnordeste.sc.gov.br](http://www.cisnordeste.sc.gov.br)

02.02.06.032-2	Dosagem de somatomedina c (igf1)	R\$ 15,35
02.02.06.033-0	Dosagem de sulfato de hidroepiandrosterona (dheas)	R\$ 13,11
02.02.06.034-9	Dosagem de testosterona	R\$ 10,43
02.02.06.035-7	Dosagem de testosterona livre	R\$ 13,11
02.02.06.036-5	Dosagem de tireoglobulina	R\$ 15,35
02.02.06.037-3	Dosagem de tiroxina (t4)	R\$ 8,76
02.02.06.038-1	Dosagem de tiroxina livre (t4 livre)	R\$ 11,60
02.02.06.039-0	Dosagem de triiodotironina (t3)	R\$ 8,71
02.02.06.040-3	Teste de estímulo da prolactina / tsh apos trh	R\$ 12,01
02.02.06.041-1	Teste de estímulo da prolactina apos clorpromazina	R\$ 12,01
02.02.06.042-0	Teste de estímulo com gnrrh ou com agonista gnrrh	R\$ 12,01
02.02.06.043-8	Teste de estímulo do hgh apos glucagon	R\$ 12,01
02.02.06.044-6	Teste de supressao do cortisol apos dexametasona	R\$ 12,01
02.02.06.045-4	Teste de supressao do hgh apos glicose	R\$ 12,01
02.02.06.046-2	Teste p/ investigacao do diabetes insipidus	R\$ 8,43
02.02.06.047-0	Pesquisa de macroprolactina	R\$ 12,15
02.02.07.001-8	Dosagem de acido delta-aminolevulinico	R\$ 2,06
02.02.07.002-6	Dosagem de acido hipurico	R\$ 2,23
02.02.07.003-4	Dosagem de acido mandelico	R\$ 3,68
02.02.07.004-2	Dosagem de acido metil-hipurico	R\$ 2,04
02.02.07.005-0	Dosagem de acido valproico	R\$ 15,65
02.02.07.006-9	Dosagem de ala-desidratase	R\$ 3,51
02.02.07.007-7	Dosagem de alcool etilico	R\$ 2,01
02.02.07.008-5	Dosagem de aluminio	R\$ 27,50
02.02.07.009-3	Dosagem de aminoglicosideos	R\$ 10,00
02.02.07.010-7	Dosagem de anfetaminas	R\$ 10,00
02.02.07.011-5	Dosagem de antidepressivos triciclicos	R\$ 10,00
02.02.07.012-3	Dosagem de barbituratos	R\$ 13,13
02.02.07.013-1	Dosagem de benzodiazepinicos	R\$ 13,48
02.02.07.014-0	Dosagem de cadmio	R\$ 6,55
02.02.07.015-8	Dosagem de carbamazepina	R\$ 17,53
02.02.07.016-6	Dosagem de carboxi-hemoglobina	R\$ 4,11
02.02.07.017-4	Dosagem de chumbo	R\$ 8,83
02.02.07.018-2	Dosagem de ciclosporina	R\$ 58,61
02.02.07.019-0	Dosagem de cobre	R\$ 3,51
02.02.07.020-4	Dosagem de digitalicos (digoxina, digitoxina)	R\$ 8,97
02.02.07.021-2	Dosagem de etossuximida	R\$ 15,65
02.02.07.022-0	Dosagem de fenitoina	R\$ 35,22
02.02.07.023-9	Dosagem de fenol	R\$ 2,05
02.02.07.024-7	Dosagem de formaldeido	R\$ 3,51
02.02.07.025-5	Dosagem de litio	R\$ 2,25
02.02.07.026-3	Dosagem de mercurio	R\$ 2,04
02.02.07.027-1	Dosagem de meta-hemoglobina	R\$ 4,11
02.02.07.028-0	Dosagem de metabolitos da cocaína	R\$ 10,00
02.02.07.029-8	Dosagem de metotrexato	R\$ 10,00
02.02.07.030-1	Dosagem de quinidina	R\$ 10,00



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**  
Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC  
Fone 3422 9838 – CNPJ: 03.222.337/0001-31  
[www.cisnordeste.sc.gov.br](http://www.cisnordeste.sc.gov.br)

02.02.07.031-0	Dosagem de salicilatos	R\$ 2,01
02.02.07.032-8	Dosagem de sulfatos	R\$ 3,51
02.02.07.033-6	Dosagem de teofilina	R\$ 15,65
02.02.07.034-4	Dosagem de tiocianato	R\$ 3,68
02.02.07.035-2	Dosagem de zinco	R\$ 15,65
02.02.08.001-3	Antibiograma	R\$ 4,98
02.02.08.002-1	Antibiograma c/ concentracao inibitoria minima	R\$ 13,33
02.02.08.003-0	Antibiograma p/ micobacterias	R\$ 13,33
02.02.08.004-8	Baciloscopia direta p/ baar tuberculose (diagnostica)	R\$ 4,20
02.02.08.005-6	Baciloscopia direta p/ baar (hanseniose)	R\$ 4,20
02.02.08.006-4	Baciloscopia direta p/ baar tuberculos (controle)	R\$ 4,20
02.02.08.007-2	Bacterioscopia (gram)	R\$ 2,80
02.02.08.008-0	Cultura de bacterias p/ identificacao	R\$ 5,62
02.02.08.009-9	Cultura do leite humano (pos-pasteurizacao)	R\$ 5,62
02.02.08.010-2	Cultura p/ herpesvirus	R\$ 4,33
02.02.08.011-0	Cultura para baar	R\$ 5,63
02.02.08.012-9	Cultura para bacterias anaerobicas	R\$ 10,25
02.02.08.013-7	Cultura para identificacao de fungos	R\$ 4,19
02.02.08.014-5	Exame microbiologico a fresco (direto)	R\$ 2,80
02.02.08.015-3	Hemocultura	R\$ 11,49
02.02.08.016-1	Identificacao automatizada de microorganismos	R\$ 5,63
02.02.08.017-0	Pesquisa de pneumocysti carini	R\$ 4,33
02.02.08.018-8	Pesquisa de bacilo difterico	R\$ 2,80
02.02.08.019-6	Pesquisa de estreptococos beta-hemoliticos do grupo a	R\$ 4,33
02.02.08.020-0	Pesquisa de haemophilus ducrey	R\$ 2,80
02.02.08.021-8	Pesquisa de helicobacter pylori	R\$ 4,33
02.02.08.022-6	Pesquisa de leptospiras	R\$ 2,80
02.02.08.023-4	Pesquisa de treponema pallidum	R\$ 5,04
02.02.08.024-2	Prova confirmatoria da presenca de micro-organismos coliformes	R\$ 5,62
02.02.09.001-9	Acido urico liquido no sinovial e derrames	R\$ 1,89
02.02.09.002-7	Adenograma	R\$ 5,79
02.02.09.003-5	Citologia p/ clamidia	R\$ 4,33
02.02.09.004-3	Citologia p/ herpesvirus	R\$ 4,33
02.02.09.005-1	Contagem especifica de celulas no liquor	R\$ 1,89
02.02.09.006-0	Contagem global de celulas no liquor	R\$ 1,89
02.02.09.007-8	Determinacao de fosfolipidios relacao lecitina - esfingomielina no liquido amniotico	R\$ 6,56
02.02.09.008-6	Dosagem de creatinina no liquido amniotico	R\$ 1,89
02.02.09.009-4	Dosagem de fosfatase alcalina no esperma	R\$ 2,01
02.02.09.010-8	Dosagem de frutose	R\$ 2,01
02.02.09.011-6	Dosagem de frutose no esperma	R\$ 2,01
02.02.09.012-4	Dosagem de glicose no liquido sinovial e derrames	R\$ 1,89
02.02.09.013-2	Dosagem de proteinas no liquido sinovial e derrames	R\$ 1,89
02.02.09.015-9	Eletroforese de proteinas c/ concentracao no liquor	R\$ 5,23
02.02.09.016-7	Espectrofotometria no liquido amniotico	R\$ 6,56
02.02.09.017-5	Esplenograma	R\$ 5,79
02.02.09.018-3	Exame de caracteres fisicos contagem global e especifica de celulas	R\$ 1,89





**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC  
Fone 3422 9838 – CNPJ: 03.222.337/0001-31  
[www.cisnordeste.sc.gov.br](http://www.cisnordeste.sc.gov.br)

02.02.09.019-1	Mielograma	R\$ 5,79
02.02.09.021-3	Pesquisa de anticorpos antiespermatozoides ( elisa )	R\$ 9,70
02.02.09.022-1	Dosagem de fosfatase acida no esperma	R\$ 2,01
02.02.09.023-0	Pesquisa de caracteres fisicos no liquor	R\$ 1,89
02.02.09.024-8	Pesquisa de celulas orangiofilas	R\$ 1,89
02.02.09.025-6	Pesquisa de cristais c/ luz polarizada	R\$ 1,89
02.02.09.026-4	Pesquisa de espermatozoides (apos vasectomia)	R\$ 4,80
02.02.09.027-2	Pesquisa de ragocitos no liquido sinovial e derrames	R\$ 1,89
02.02.09.028-0	Prova de progressao espermatica (cada)	R\$ 9,70
02.02.09.029-9	Prova do latex p/ haemophilus influenzae, streptococcus pneumoniae, neisseria meningitidis (sorotipos a, b, c)	R\$ 1,89
02.02.09.030-2	Prova do latex p/ pesquisa do fator reumatoide	R\$ 1,89
02.02.09.031-0	Reacao de pandy	R\$ 1,89
02.02.09.032-9	Reacao de rivalta no liquido sinovial e derrames	R\$ 1,89
02.02.09.033-7	Teste de clements	R\$ 1,89
02.02.09.034-5	Teste de gastroacidograma - secrecao basal por 60 em 4 amostras	R\$ 4,69
02.02.09.035-3	Teste de hollander no suco gastrico	R\$ 4,69
02.02.10.001-4	DETERMINACAO DE CARIOTIPO EM CULTURA DE LONGA DURACAO (C/ TECNICA DE BANDAS) (Valor alterado pela resolução nº. 208/2018, de 15/05/2018)	R\$ 180,00
02.02.10.004-9	Quantificacao/amplificacao do her-2	R\$ 120,00
02.02.11.001-0	Deteccao de variantes da hemoglobina (diagnostico tardio)	R\$ 8,80
02.02.11.002-8	Deteccao molecular de mutacao em hemoglobinopatias (confirmatorio)	R\$ 66,00
02.02.11.003-6	Deteccao molecular em fibrose cistica (confirmatorio)	R\$ 66,00
02.02.11.004-4	Dosagem de fenilalanina (controle / diagnostico tardio)	R\$ 5,50
02.02.11.005-2	Dosagem de fenilalanina e tsh ou t4	R\$ 12,10
02.02.11.006-0	Dosagem de fenilalanina tsh ou t4 e deteccao da variante de hemoglobina (componente do teste do pezinho)	R\$ 20,90
02.02.11.007-9	Dosagem de tripsina imunorreativa (componente do teste do pezinho)	R\$ 5,50
02.02.11.008-7	Dosagem de tsh e t4 livre (controle / diagnostico tardio)	R\$ 13,20
02.02.11.009-5	Dosagem de 17 hidroxi progesterona em papel de filtro (componente teste do pezinho)	R\$ 8,00
02.02.11.010-9	Dosagem da atividade de biotinidase em amostras de sangue em papel de filtro (componente do teste do pezinho)	R\$ 5,50
02.02.11.011-7	Dosagem quantitativa da atividade da biotinidase em amostras de soro	R\$ 137,00
02.02.11.012-5	Deteccao molecular de mutacao em hiperplasia adrenal congenita	R\$ 66,00
02.02.11.013-3	Deteccao molecular de mutacao em deficiencia de biotinidase	R\$ 66,00
02.02.11.014-1	Dosagem de cloreto no suor	R\$ 150,00
02.02.12.001-5	Determinacao de anticorpos antiplaquetarios	R\$ 10,65
02.02.12.002-3	Determinacao direta e reversa de grupo abo	R\$ 1,37
02.02.12.003-1	Fenotipagem de sistema rh - hr	R\$ 10,65
02.02.12.004-0	Identificacao de anticorpos sericos irregulares c/ painel de hemacias	R\$ 10,65
02.02.12.005-8	Pesquisa de anticorpos irregulares pelo metodo da eluicao	R\$ 5,79
02.02.12.006-6	Pesquisa de anticorpos sericos irregulares 37oc	R\$ 5,79
02.02.12.007-4	Pesquisa de anticorpos sericos irregulares a frio	R\$ 5,79
02.02.12.008-2	Pesquisa de fator rh (inclui d fraco)	R\$ 1,37
02.02.12.009-0	Teste indireto de antiglobulina humana (tia)	R\$ 2,73
02.02.12.010-4	Titulacao de anticorpos anti a e/ou anti b	R\$ 5,79



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC

Fone 3422 9838 – CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisnordeste.sc.gov.br

Valor médio/mês do contrato estimado: Valor médio/mês do contrato: R\$ 142.476,92 (cento e quarenta e dois mil, quatrocentos e setenta e seis reais e noventa e dois centavos). Valor médio/ano do contrato: R\$ 1.709.723,04 (um milhão, setecentos e vinte e três mil e quatro centavos).

Parágrafo Único. Os quantitativos mensais são estimados, assim, somente serão pagos à CONTRATADA os serviços efetivamente realizados.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os serviços referidos na Cláusula Primeira serão executados pela CONTRATADA, no seguinte endereço Rua Dr. Waldemiro Mazurechen, nº 80, Bairro Centro, na cidade de Jaraguá do Sul (SC), de acordo com as seguintes disposições: I- a CONTRATADA deverá manter atualizado junto ao CONTRATANTE o nome do responsável técnico pelos serviços ora contratados, encaminhando-lhe o respectivo documento de responsabilidade técnica;

II – os serviços contratados deverão ser solicitados por formulário específico fornecido pelo CONTRATANTE;

III – os atendimentos somente poderão ser realizados pela CONTRATANTE se estiverem lançados no sistema Saudetec, com autorização do CONTRATANTE;

IV – O horário de atendimento: sempre aberto.

**CLÁUSULA QUARTA – DA RELAÇÃO JURÍDICA COM A CONTRATADA**

A prestação dos serviços ora contratada não implica vínculo empregatício entre o CONTRATANTE e os profissionais da CONTRATADA, nem com a própria CONTRATADA no caso de empresa individual, tampouco exclusividade de colaboração entre as partes contratantes.

§ 1º - O CONTRATANTE ou agente público de município consorciado designado especialmente para esse fim terá direito a acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste contrato. Caso haja superveniência de legislação na área da saúde expedida pelo gestor público (local, estadual ou federal), a mesma será aplicada ao presente contrato, quando pertinente.

§ 2º - É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, incluídos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício ou prestação de serviços autônomos, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONTRATANTE ou para quaisquer de seus municípios integrantes.

§ 3º - A CONTRATADA fica exonerada da responsabilidade pelo não-atendimento do paciente encaminhado pelo CONTRATANTE na hipótese de atraso no pagamento superior a noventa (90) dias.

§ 4º O CONTRATANTE reserva-se o direito de contratar quantos prestadores julgar necessários para atendimento da demanda dos municípios consorciados.

§ 5º A CONTRATADA não terá direito adquirido à realização de quaisquer quantitativos físicos e financeiros mínimos mensais.

§ 6º O encaminhamento do paciente a outro prestador de serviços conforme exposto no § 4º desta Cláusula, não dará direito ao prestador de serviços ora contratado a cobrar do CONTRATANTE qualquer forma de ressarcimento.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REGULARIDADE DA DOCUMENTAÇÃO**

Toda a documentação apresentada pela CONTRATADA ao CONTRATANTE quando de sua habilitação poderá, a qualquer momento, ser solicitada pelo CONTRATANTE para fins de averiguação de sua regularidade.

Parágrafo Único. A CONTRATADA fica obrigada a apresentar ao CONTRATANTE, juntamente com a nota fiscal/fatura referente aos serviços prestados, todos os documentos comprobatórios da sua regularidade fiscal e trabalhista, válidos, conforme art. 29 da Lei nº 8.666/93 e item 3.1.4 do Edital, sob pena de inviabilização dos pagamentos, até que a regularidade seja comprovada.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A CONTRATADA se obriga a:

I – cumprir as cláusulas do presente contrato;

II – manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes e o arquivo médico em questão;

III- não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;

IV – atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviços;



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**  
Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC  
Fone 3422 9838 – CNPJ: 03.222.337/0001-31  
www.cisnordeste.sc.gov.br

V – justificar ao CONTRATANTE, ao paciente ou seu responsável, sempre que solicitado e por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não-realização de qualquer ato profissional previsto no contrato;

VI – manter o ambiente de atendimento dos pacientes em perfeito estado de conservação, higiene e funcionamento;

VII – notificar ao CONTRATANTE de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança em sua diretoria, contrato ou estatuto, enviando ao CONTRATANTE, no prazo de sessenta (60) dias, contados a partir da data do registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da junta comercial ou do cartório de registro de pessoas jurídicas;

VIII – apresentar a fatura/nota fiscal da forma que for solicitada pelo CONTRATANTE, acompanhado dos documentos comprobatórios de sua regularidade fiscal e trabalhista;

IX - fornecer ao CONTRATANTE as informações sobre os procedimentos realizados nos pacientes;

X - apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividades que demonstrem quantitativa e qualitativamente o atendimento do objeto deste contrato;

XI- manter registro atualizado no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, inclusive quanto aos profissionais pertencentes ao quadro da CONTRATADA que executarão o objeto ora contratado;

XII - submeter-se à regulação instituída pelo gestor da área da saúde, quando houver;

XIII – submeter-se a todos os controles de prestação de serviços determinados pelo CONTRATANTE, seja de auditoria, controle, avaliação ou outros assemelhados;

XIV - manter contrato que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;

XV - garantir o acesso dos conselhos de saúde aos serviços contratados no exercício de seu poder de fiscalização.

XVI – comunicar imediatamente ao CONTRATANTE eventual mudança de endereço, para que seja analisada a conveniência de manter os serviços ora contratados, podendo o CONTRATANTE rever as condições do contrato e, até mesmo rescindi-lo, se entender conveniente, sem que disso lhe resulte ônus;

XVII – Comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer irregularidade referente ao serviço contratado; e

XVIII - Fornecer, sem custo adicional, todos os materiais inclusos na delimitação do objeto e do preço, constantes das Cláusulas Primeira e Segunda deste instrumento.

§1º - A CONTRATADA não poderá cobrar do paciente/usuário ou seu acompanhante quaisquer valores pelos serviços prestados nos termos deste contrato.

§ 2º - A CONTRATADA responsabilizar-se-á por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante em razão da execução deste contrato, independentemente da espécie de vínculo existente entre o profissional que realizou a cobrança e a CONTRATADA.

§ 3º - A CONTRATADA que ainda não possuir CNES ou que precisar atualizá-lo, deverá fazê-lo num prazo máximo de 60 (sessenta) dias da assinatura deste instrumento, sob pena de rescisão contratual justificada.

§ 4º - A CONTRATADA deverá realizar o agendamento das cotas ofertadas neste contrato no decorrer do mês, não podendo alegar agenda insuficiente, respeitando Instrução Normativa nº 01/2014 da CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

O CONTRATANTE se obriga a:

I - repassar à CONTRATADA até o 10º dia útil após a apresentação do comprovante dos serviços, o valor mensal faturado, de acordo com a solicitação dos serviços autorizados no mês anterior, sendo que o prazo de pagamento aqui mencionado fica condicionado à entrega da fatura e demais documentos referidos no Parágrafo Único da Cláusula Quinta, nos termos do presente instrumento;

II - acompanhar, fiscalizar e supervisionar a prestação dos serviços objeto deste contrato; e

III – providenciar a publicação da súmula do referido contrato no prazo da lei.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA**

A CONTRATADA é responsável por quaisquer danos causados ao paciente e a terceiros a eles vinculados decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, bem como pelas obrigações e indenizações decorrentes desses danos.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**  
Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC  
Fone 3422 9838 – CNPJ: 03.222.337/0001-31  
www.cisnordeste.sc.gov.br

§ 1º - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do CONTRATANTE ou servidor designado não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

§ 2º - Caso haja responsabilização do CONTRATANTE, solidária ou subsidiária, por danos causados pela CONTRATADA, seus prepostos ou profissionais a ele vinculados, a pacientes ou terceiros em razão dos serviços ora contratados, é garantido ao CONTRATANTE o direito de regresso integral contra a CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

01.02.10.0302.0002.2.002.33390000000000000000.010202 – Araquari (Referência 7)  
01.02.10.0302.0002.2.003.33390000000000000000.010202 – Balneário Barra do Sul (Referência 8)  
01.02.10.0302.0002.2.004.33390000000000000000.010202 – Barra Velha (Referência 10)  
01.02.10.0302.0002.2.005.33390000000000000000.010202 – Campo Alegre (Referência 11)  
01.02.10.0302.0002.2.006.33390000000000000000.010202 – Corupá (Referência 12)  
01.02.10.0302.0002.2.007.33390000000000000000.010202 – Garuva (Referência 14)  
01.02.10.0302.0002.2.008.33390000000000000000.010202 – Guaramirim (Referência 15)  
01.02.10.0302.0002.2.009.33390000000000000000.010202 – Itapoá (Referência 16)  
01.02.10.0302.0002.2.010.33390000000000000000.010202 – Jaraguá do Sul (Referência 18)  
01.02.10.0302.0002.2.011.33390000000000000000.010202 – Joinville (Referência 20)  
01.02.10.0302.0002.2.012.33390000000000000000.010202 – Massaranduba (Referência 21)  
01.02.10.0302.0002.2.013.33390000000000000000.010202 – Piên (Referência 22)  
01.02.10.0302.0002.2.014.33390000000000000000.010202 – Rio Negrinho (Referência 24)  
01.02.10.0302.0002.2.015.33390000000000000000.010202 – São Bento do Sul (Referência 25)  
01.02.10.0302.0002.2.016.33390000000000000000.010202 – São Francisco do Sul (Referência 27)  
01.02.10.0302.0002.2.017.33390000000000000000.010202 – São João do Itaperiú (Referência 29)  
01.02.10.0302.0002.2.018.33390000000000000000.010202 – Schroeder (Referência 30)

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

Os serviços estipulados neste contrato serão pagos mediante as seguintes condições:

I – Apresentação pela CONTRATADA de nota fiscal/fatura, relação discriminadora dos serviços prestados devidamente assinada e relatório dos atendimentos realizados, devidamente conferidos com o sistema Saudetech ou de forma manual, no caso de o sistema apresentar algum problema técnico;

II – A CONTRATADA apresentará mensalmente ao CONTRATANTE, até o 5º dia útil de cada mês a documentação elencada no Inciso I, relativa aos serviços efetivamente prestados entre os dias 1º a 30 do mês anterior, bem como documentos comprobatórios de sua regularidade fiscal e trabalhista. Após a validação dos documentos, realizada pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA receberá o pagamento pelos serviços prestados, no prazo estabelecido pelo Inciso I da Cláusula Sétima;

III - Se a documentação descrita no inciso I for entregue fora do prazo estabelecido no inciso II a CONTRATADA não terá direito ao recebimento de juros, multa ou atualizações financeiras sobre o valor da fatura, podendo o pagamento ser postergado para a próxima fatura;

IV – O pagamento está condicionado à validade e regularidade das Certidões Negativas de Débito do INSS, das Fazendas Federal, Estadual e Municipal e do Certificado de Regularidade do FGTS e CNDT.

V – Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento das contas, por culpa do CONTRATANTE, este garantirá à CONTRATADA o pagamento, no prazo avençado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior, acertando-se as diferenças que houver no pagamento seguinte, mas ficando o CONTRATANTE exonerado do pagamento de multas e sanções financeiras;

VI – As contas rejeitadas quanto ao mérito serão objeto de análise do CONTRATANTE;

VII - Somente serão pagos serviços previamente autorizados pelas Secretarias Municipais da Saúde dos municípios consorciados ou, excepcionalmente, pelo CONTRATANTE;

VIII – Os atendimentos devem ser agendados e devidamente executados no sistema Saudetech para fins de faturamento;

VIX – A documentação elencada no Inciso I, com exceção da NF/Fatura, após análise e pagamento, serão devolvidas ao município de origem.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**  
Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC  
Fone 3422 9838 – CNPJ: 03.222.337/0001-31  
[www.cisnordeste.sc.gov.br](http://www.cisnordeste.sc.gov.br)

X – Em caso de recursos oriundos de Convênios Federal e/ou Estadual para pagamento dos serviços prestados, deverá a Contratada emitir Nota Fiscal específica dos serviços prestados com aquele recurso, identificando o Número do Convênio e demais informações determinadas pelo Contratante.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E DO REAJUSTE**

O percentual de reajuste dos serviços de saúde objeto deste contrato será:

- I - os serviços que constam na tabela SUS, serão reajustados conforme a tabela SUS;
- II - os serviços que constam na tabela SUS e que são pagos com complemento do CISONORDESTE/SC, o reajuste será aplicado sobre o valor do complemento vigente em dezembro de cada ano, utilizando o índice - IPCA acumulado dos últimos 12 meses, publicado até o dia 30 de Novembro de cada ano;
- III - os serviços que não constam na tabela SUS, serão reajustados aplicando o índice IPCA acumulado sobre o valor vigente em dezembro;
- IV - por deliberação do Conselho Administrativo do CISONORDESTE/SC, em caso superveniente e excepcional que implique revisão para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Parágrafo Único: Os novos valores terão vigência a partir do mês de janeiro subsequente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO**

A execução do presente contrato será avaliada e fiscalizada pelo CONTRATANTE, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

§ 1º - Em casos específicos, definidos pelo CONTRATANTE, poderá ser realizada auditoria especializada.

§ 2º - Sempre que seja necessário e/ou do interesse do CONTRATANTE, este poderá vistoriar as instalações da CONTRATADA para verificar se persistem as mesmas condições básicas originais, comprovadas por ocasião da assinatura deste instrumento.

§ 3º - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa da CONTRATADA poderá ensejar a não-prorrogação deste acordo ou a revisão das condições ora estipuladas.

§ 4º - A fiscalização do CONTRATANTE sobre os serviços ora contratados não eximirá a CONTRATADA da sua plena responsabilidade, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato, perante o CONTRATANTE ou para com os pacientes e terceiros.

§ 5º - A CONTRATADA facilitará ao CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores do CONTRATANTE designados para tal fim.

§ 6º - Em qualquer hipótese é assegurado à CONTRATADA amplo direito de defesa, nos termos da Lei Federal nº. 8.666/83.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES**

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste cadastramento, conforme o caso, o CONSÓRCIO poderá aplicar ao contratado as seguintes sanções, sem prejuízo de outras medidas legais aplicáveis, garantida a prévia e ampla defesa:

- I - advertência;
- II - multa de até 3 (três) vezes a média mensal de faturamento realizado pela cadastrada nos últimos 12 (doze) meses;
- III - suspensão temporária de participar de chamamento, licitação ou contrato com o CONSÓRCIO ou com órgãos da administração direta e indireta dos municípios consorciados, por até dois anos;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

Parágrafo Único: As penalidades previstas nos incisos I a IV do *caput*, ainda poderão ser aplicadas à CONTRATADA que:

- I - retardar injustificadamente a execução do objeto do contrato, ou de alguma de suas parcelas ou obrigações acessórias, ou descumprir qualquer condição estabelecida no Edital ou no contrato;
- II - injustificadamente, não manter as condições estabelecidas neste Contrato;
- III - fizer declaração falsa ao CONTRATANTE ou a qualquer um de seus municípios consorciados;
- IV - falhar ou fraudar na execução do contrato;
- V - tenha sofrido condenação definitiva pela prática dolosa de fraude fiscal ou ato de outra improbidade administrativa;
- VI - tenha praticado atos ilícitos visando à frustração dos objetivos desta contratação; e



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**  
Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC  
Fone 3422 9838 – CNPJ: 03.222.337/0001-31  
[www.cisnordeste.sc.gov.br](http://www.cisnordeste.sc.gov.br)

VII – demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO**

O presente instrumento vigorará por doze (12) meses a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério do CONTRATANTE, mediante a celebração de termo aditivo, pelo prazo de até sessenta (60) meses.

§ 1º - Para a prorrogação do contrato deverão ser encaminhados ao CONTRATANTE os seguintes documentos vigentes, referentes ao local da prestação dos serviços:

- I - Alvará Sanitário vigente ou seu protocolo junto ao órgão da vigilância sanitária competente;
- II - Certidões negativas de débitos junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal;
- III - Certidões de regularidade do FGTS, CNDT e INSS; e,
- IV – Certificado CRM do estabelecimento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES**

As alterações do presente contrato, desde que permitidas legalmente, somente vigorarão a partir da celebração do respectivo Termo Aditivo pelas partes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO**

Além das hipóteses previstas na Lei Federal nº. 8.666/93, são motivos para rescisão do presente contrato o não-cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, sem prejuízo das penalidades previstas neste instrumento e no art. 87 da referida Lei.

§ 1º - A CONTRATADA reconhece desde já os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na legislação antes mencionada.

§ 2º - A rescisão contratual solicitada pela CONTRATADA deverá ser encaminhada com antecedência de trinta (30) dias;

§ 3º No caso de rescisão contratual administrativa, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, a critério do CONTRATANTE, será observado o prazo de trinta (30) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo a CONTRATADA não prestar os serviços de acordo com as disposições deste contrato, poderá ser aplicada alguma das penalidades deste instrumento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO**

As partes elegem o Foro da Comarca de Joinville (SC), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E por estarem as partes mutuamente de acordo com as cláusulas do presente instrumento, firmam o presente contrato.

Joinville (SC), 01 de janeiro de 2021.

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

**CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE N.º 22/2021**

Publicação Nº 2867622

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC

Fone 3422 9838 – CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisnordeste.sc.gov.br

**CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE N.º 22/2021**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE CELEBRADO ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC (CONTRATANTE) E CDA CENTRO DE DIAGNOSTICOS AVANÇADOS LTDA EPP; PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 34/2018, EDITAL 02/2018.**

**CONTRATANTE:** Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, pessoa jurídica de direito público do tipo associação pública, com sede na Rua Max Colin, nº. 1843, Bairro América, cidade de Joinville/SC, CNPJ nº. 03.222.337/0001-31, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. Clézio José Fortunato, Prefeito do Município de São João do Itaperiú/SC.

**CONTRATADA:** CDA – Centro de Diagnósticos Avançados SS Ltda, com sede na Rua Blumenau, nº. 178, sala 801, Bairro Centro, na cidade de Joinville (SC) CNPJ nº. 01.719.779/00001-62, neste ato representado por seu sócio proprietário, Dr. Rainoldo Grüdner Júnior, brasileiro, médico, inscrito no CPF nº 223.663.939-20 e RG nº 122.681, CRM/SC nº. 2483.

Com fundamento na Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes e na Lei Federal nº. 8.080/90, no que forem aplicáveis, bem como na Lei nº. 8.666/93, Lei nº. 11.107/05; Decreto Federal nº. 6.017/07 e, ainda, no Edital de nº. 02/2018, Resolução nº. 01/2014 e Portaria 1.606/GM-MS, **RESOLVEM** celebrar o presente contrato de prestação de serviços em saúde, com base no Art. 25, *caput* da Lei nº 8.666/93 – Inexigibilidade de Licitação e Credenciamento Universal, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a prestação dos seguintes serviços de saúde:

**02.04.06.002-8 Densitometria Óssea**

§ 1º Os serviços ora contratados serão realizados em favor da população dos municípios consorciados ao CONTRATANTE, conforme necessidades e disponibilidades financeiras de cada um dos entes consorciados.

§ 2º - Os serviços serão prestados pela CONTRATADA, nos termos desta cláusula, a pacientes/usuários que lhe sejam encaminhados pelas Secretarias Municipais de Saúde dos municípios que integram o CONTRATANTE ou, excepcionalmente, pelo próprio CONTRATANTE.

§ 3º Os serviços somente serão prestados aos beneficiários mediante a apresentação da Requisição de consulta e/ou exame fornecida pelas Secretarias Municipais de Saúde dos municípios consorciados, acompanhada de documento de identificação do usuário, ou, quando for o caso, de guia de autorização emitida pelo CONTRATANTE.

§ 4º Caso haja necessidade de complementação nos serviços inicialmente autorizados, tal complementação também precisará ser previamente autorizada, sob pena de ser inviabilizado o respectivo pagamento.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO**

Os serviços ora contratados serão pagos de acordo com as especificações e valores constantes na presente cláusula e/ou na tabela anexa:

Código	Procedimento	Qde/	Valor R\$	Valor/mês
		mês		
02.04.06.002-8	Densitometria Óssea	60	R\$ 55,10	R\$ 3.306,00

Valor médio/mês do contrato estimado: Valor médio/mês do contrato: R\$ 3.306,00 (três mil, trezentos e seis reais). Valor médio/ano do contrato: R\$ 39.672,00 (trinta e nove mil, seiscentos e setenta e dois reais).

Parágrafo Único. Os quantitativos mensais são estimados, assim, somente serão pagos à CONTRATADA os serviços efetivamente realizados.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC  
Fone 3422 9838 – CNPJ: 03.222.337/0001-31  
[www.cisnordeste.sc.gov.br](http://www.cisnordeste.sc.gov.br)

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os serviços referidos na Cláusula Primeira serão executados pela CONTRATADA, no seguinte endereço na Rua Blumenau, nº. 178, sala 801, Bairro Centro, na cidade de Joinville (SC), de acordo com as seguintes disposições:

- I- a CONTRATADA deverá manter atualizado junto ao CONTRATANTE o nome do responsável técnico pelos serviços ora contratados, encaminhando-lhe o respectivo documento de responsabilidade técnica;
- II – os serviços contratados deverão ser solicitados por formulário específico fornecido pelo CONTRATANTE;
- III - os atendimentos somente poderão ser realizados pela CONTRATANTE se estiverem lançados no sistema Saudetec, com autorização do CONTRATANTE;
- IV – O horário de atendimento da clínica é de segunda a sexta-feira das 08:00 às 18:00 horas.

**CLÁUSULA QUARTA – DA RELAÇÃO JURÍDICA COM A CONTRATADA**

A prestação dos serviços ora contratada não implica vínculo empregatício entre o CONTRATANTE e os profissionais da CONTRATADA, nem com a própria CONTRATADA no caso de empresa individual, tampouco exclusividade de colaboração entre as partes contratantes.

§ 1º - O CONTRATANTE ou agente público de município consorciado designado especialmente para esse fim terá direito a acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste contrato. Caso haja superveniência de legislação na área da saúde expedida pelo gestor público (local, estadual ou federal), a mesma será aplicada ao presente contrato, quando pertinente.

§ 2º - É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, incluídos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício ou prestação de serviços autônomos, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONTRATANTE ou para quaisquer de seus municípios integrantes.

§ 3º - A CONTRATADA fica exonerada da responsabilidade pelo não-atendimento do paciente encaminhado pelo CONTRATANTE na hipótese de atraso no pagamento superior a noventa (90) dias.

§ 4º O CONTRATANTE reserva-se o direito de contratar quantos prestadores julgar necessários para atendimento da demanda dos municípios consorciados.

§ 5º A CONTRATADA não terá direito adquirido à realização de quaisquer quantitativos físicos e financeiros mínimos mensais.

§ 6º O encaminhamento do paciente a outro prestador de serviços conforme exposto no § 4º desta Cláusula, não dará direito ao prestador de serviços ora contratado a cobrar do CONTRATANTE qualquer forma de ressarcimento.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REGULARIDADE DA DOCUMENTAÇÃO**

Toda a documentação apresentada pela CONTRATADA ao CONTRATANTE quando de sua habilitação poderá, a qualquer momento, ser solicitada pelo CONTRATANTE para fins de averiguação de sua regularidade.

Parágrafo Único. A CONTRATADA fica obriga a apresentar ao CONTRATANTE, juntamente a com a nota fiscal/fatura referente aos serviços prestados, todos os documentos comprobatórios da sua regularidade fiscal e trabalhista, válidos, conforme art. 29 da Lei nº 8.666/93 e item 3.1.4 do Edital, sob pena de inviabilização dos pagamentos, até que a regularidade seja comprovada

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A CONTRATADA se obriga a:

- I – cumprir as cláusulas do presente contrato;
- II – manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes e o arquivo médico em questão;
- III- não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- IV – atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviços;
- V – justificar ao CONTRATANTE, ao paciente ou seu responsável, sempre que solicitado e por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não-realização de qualquer ato profissional previsto no contrato;
- VI – manter o ambiente de atendimento dos pacientes em perfeito estado de conservação, higiene e funcionamento;
- VII – notificar ao CONTRATANTE de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança em sua diretoria, contrato ou estatuto, enviando ao CONTRATANTE, no prazo de sessenta (60) dias, contados a partir da data do registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da junta comercial ou do cartório de registro de pessoas jurídicas;
- VIII – apresentar a fatura/nota fiscal da forma que for solicitada pelo CONTRATANTE, acompanhado dos documentos comprobatórios de sua regularidade fiscal e trabalhista;



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC  
Fone 3422 9838 – CNPJ: 03.222.337/0001-31  
www.cisnordeste.sc.gov.br

- IX - fornecer ao CONTRATANTE as informações sobre os procedimentos realizados nos pacientes;  
X - apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividades que demonstrem quantitativa e qualitativamente o atendimento do objeto deste contrato;  
XI- manter registro atualizado no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, inclusive quanto aos profissionais pertencentes ao quadro da CONTRATADA que executarão o objeto ora contratado;  
XII - submeter-se à regulação instituída pelo gestor da área da saúde, quando houver;  
XIII – submeter-se a todos os controles de prestação de serviços determinados pelo CONTRATANTE, seja de auditoria, controle, avaliação ou outros semelhantes;  
XIV - manter contrato que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;  
XV - garantir o acesso dos conselhos de saúde aos serviços contratados no exercício de seu poder de fiscalização.  
XVI – comunicar imediatamente ao CONTRATANTE eventual mudança de endereço, para que seja analisada a conveniência de manter os serviços ora contratados, podendo o CONTRATANTE rever as condições do contrato e, até mesmo rescindi-lo, se entender conveniente, sem que disso lhe resulte ônus;  
XVII – Comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer irregularidade referente ao serviço contratado; e  
XVIII - Fornecer, sem custo adicional, todos os materiais inclusos na delimitação do objeto e do preço, constantes das Cláusulas Primeira e Segunda deste instrumento.

§1º - A CONTRATADA não poderá cobrar do paciente/usuário ou seu acompanhante quaisquer valores pelos serviços prestados nos termos deste contrato.

§ 2º - A CONTRATADA responsabilizar-se-á por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante em razão da execução deste contrato, independentemente da espécie de vínculo existente entre o profissional que realizou a cobrança e a CONTRATADA.

§ 3º - A CONTRATADA que ainda não possuir CNES ou que precisar atualizá-lo, deverá fazê-lo num prazo máximo de 60 (sessenta) dias da assinatura deste instrumento, sob pena de rescisão contratual justificada.

§ 4º - A CONTRATADA deverá realizar o agendamento das cotas ofertadas neste contrato no decorrer do mês, não podendo alegar agenda insuficiente, respeitando Instrução Normativa nº 01/2014 da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

O CONTRATANTE se obriga a:

- I - repassar à CONTRATADA até o 10º dia útil após a apresentação do comprovante dos serviços, o valor mensal faturado, de acordo com a solicitação dos serviços autorizados no mês anterior, sendo que o prazo de pagamento aqui mencionado fica condicionado à entrega da fatura e demais documentos referidos no Parágrafo Único da Cláusula Quinta, nos termos do presente instrumento;  
II - acompanhar, fiscalizar e supervisionar a prestação dos serviços objeto deste contrato; e  
III – providenciar a publicação da súmula do referido contrato no prazo da lei.

**CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA**

A CONTRATADA é responsável por quaisquer danos causados ao paciente e a terceiros a eles vinculados decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, bem como pelas obrigações e indenizações decorrentes desses danos.

§ 1º - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do CONTRATANTE ou servidor designado não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

§ 2º - Caso haja responsabilização do CONTRATANTE, solidária ou subsidiária, por danos causados pela CONTRATADA, seus prepostos ou profissionais a ele vinculados, a pacientes ou terceiros em razão dos serviços ora contratados, é garantido ao CONTRATANTE o direito de regresso integral contra a CONTRATADA.

**CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

- 01.02.10.0302.0002.2.002.333900000000000000.010202 – Araquari (Referência 7)  
01.02.10.0302.0002.2.003.333900000000000000.010202 – Balneário Barra do Sul (Referência 8)  
01.02.10.0302.0002.2.004.333900000000000000.010202 – Barra Velha (Referência 10)  
01.02.10.0302.0002.2.005.333900000000000000.010202 – Campo Alegre (Referência 11)

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC

Fone 3422 9838 – CNPJ: 03.222.337/0001-31

[www.cisnordeste.sc.gov.br](http://www.cisnordeste.sc.gov.br)

01.02.10.0302.0002.2.006.33390000000000000000.010202 – Corupá (Referência 12)  
01.02.10.0302.0002.2.007.33390000000000000000.010202 – Garuva (Referência 14)  
01.02.10.0302.0002.2.008.33390000000000000000.010202 – Guaramirim (Referência 15)  
01.02.10.0302.0002.2.009.33390000000000000000.010202 – Itapoá (Referência 16)  
01.02.10.0302.0002.2.010.33390000000000000000.010202 – Jaraguá do Sul (Referência 18)  
01.02.10.0302.0002.2.011.33390000000000000000.010202 – Joinville (Referência 20)  
01.02.10.0302.0002.2.012.33390000000000000000.010202 – Massaranduba (Referência 21)  
01.02.10.0302.0002.2.013.33390000000000000000.010202 – Piên (Referência 22)  
01.02.10.0302.0002.2.014.33390000000000000000.010202 – Rio Negrinho (Referência 24)  
01.02.10.0302.0002.2.015.33390000000000000000.010202 – São Bento do Sul (Referência 25)  
01.02.10.0302.0002.2.016.33390000000000000000.010202 – São Francisco do Sul (Referência 27)  
01.02.10.0302.0002.2.017.33390000000000000000.010202 – São João do Itaperiú (Referência 29)  
01.02.10.0302.0002.2.018.33390000000000000000.010202 – Schroeder (Referência 30)

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

Os serviços estipulados neste contrato serão pagos mediante as seguintes condições:

I – Apresentação pela CONTRATADA de nota fiscal/fatura, relação discriminadora dos serviços prestados devidamente assinada e relatório dos atendimentos realizados, devidamente conferidos com o sistema Saudetech ou de forma manual, no caso de o sistema apresentar algum problema técnico;

II – A CONTRATADA apresentará mensalmente ao CONTRATANTE, até o 5º dia útil de cada mês a documentação elencada no Inciso I, relativa aos serviços efetivamente prestados entre os dias 1º a 30 do mês anterior, bem como documentos comprobatórios de sua regularidade fiscal e trabalhista. Após a validação dos documentos, realizada pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA receberá o pagamento pelos serviços prestados, no prazo estabelecido pelo Inciso I da Cláusula Sétima;

III – Se a documentação descrita no inciso I for entregue fora do prazo estabelecido no inciso II a CONTRATADA não terá direito ao recebimento de juros, multa ou atualizações financeiras sobre o valor da fatura, podendo o pagamento ser postergado para a próxima fatura;

IV – O pagamento está condicionado à validade e regularidade das Certidões Negativas de Débito do INSS, das Fazendas Federal, Estadual e Municipal e do Certificado de Regularidade do FGTS e CNDT.

V – Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento das contas, por culpa do CONTRATANTE, este garantirá à CONTRATADA o pagamento, no prazo avençado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior, acertando-se as diferenças que houver no pagamento seguinte, mas ficando o CONTRATANTE exonerado do pagamento de multas e sanções financeiras;

VI – As contas rejeitadas quanto ao mérito serão objeto de análise do CONTRATANTE;

VII – Somente serão pagos serviços previamente autorizados pelas Secretarias Municipais da Saúde dos municípios consorciados ou, excepcionalmente, pelo CONTRATANTE;

VIII – Os atendimentos devem ser agendados e devidamente executados no sistema Saudetech para fins de faturamento;

VIX – A documentação elencada no Inciso I, com exceção da NF/Fatura, após análise e pagamento, serão devolvidas ao município de origem.

X – Em caso de recursos oriundos de Convênios Federal e/ou Estadual para pagamento dos serviços prestados, deverá a Contratada emitir Nota Fiscal específica dos serviços prestados com aquele recurso, identificando o Número do Convênio e demais informações determinadas pelo Contratante.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E DO REAJUSTE**

O percentual de reajuste dos serviços de saúde objeto deste contrato será:

I - os serviços que constam na tabela SUS, serão reajustados conforme a tabela SUS;

II - os serviços que constam na tabela SUS e que são pagos com complemento do CISONORDESTE/SC, o reajuste será aplicado sobre o valor do complemento vigente em dezembro de cada ano, utilizando o índice - IPCA acumulado dos últimos 12 meses, publicado até o dia 30 de Novembro de cada ano;

III - os serviços que não constam na tabela SUS, serão reajustados aplicando o índice IPCA acumulado sobre o valor vigente em dezembro;

IV - por deliberação do Conselho Administrativo do CISONORDESTE/SC, em caso superveniente e excepcional que implique revisão para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Parágrafo Único: Os novos valores terão vigência a partir do mês de janeiro subsequente



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC

Fone 3422 9838 – CNPJ: 03.222.337/0001-31

[www.cisnordeste.sc.gov.br](http://www.cisnordeste.sc.gov.br)

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO**

A execução do presente contrato será avaliada e fiscalizada pelo CONTRATANTE, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

§ 1º - Em casos específicos, definidos pelo CONTRATANTE, poderá ser realizada auditoria especializada.

§ 2º - Sempre que seja necessário e/ou do interesse do CONTRATANTE, este poderá vistoriar as instalações da CONTRATADA para verificar se persistem as mesmas condições básicas originais, comprovadas por ocasião da assinatura deste instrumento.

§ 3º - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa da CONTRATADA poderá ensejar a não-prorrogação deste acordo ou a revisão das condições ora estipuladas.

§ 4º - A fiscalização do CONTRATANTE sobre os serviços ora contratados não eximirá a CONTRATADA da sua plena responsabilidade, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato, perante o CONTRATANTE ou para com os pacientes e terceiros.

§ 5º - A CONTRATADA facilitará ao CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores do CONTRATANTE designados para tal fim.

§ 6º - Em qualquer hipótese é assegurado à CONTRATADA amplo direito de defesa, nos termos da Lei Federal nº. 8.666/83.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES**

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste cadastramento, conforme o caso, o CONSÓRCIO poderá aplicar ao contratado as seguintes sanções, sem prejuízo de outras medidas legais aplicáveis, garantida a prévia e ampla defesa:

I - advertência;

II - multa de até 3 (três) vezes a média mensal de faturamento realizado pela cadastrada nos últimos 12 (doze) meses;

III - suspensão temporária de participar de chamamento, licitação ou contrato com o CONSÓRCIO ou com órgãos da administração direta e indireta dos municípios consorciados, por até dois anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

Parágrafo Único: As penalidades previstas nos incisos I a IV do *caput*, ainda poderão ser aplicadas à CONTRATADA que:

I - retardar injustificadamente a execução do objeto do contrato, ou de alguma de suas parcelas ou obrigações acessórias, ou descumprir qualquer condição estabelecida no Edital ou no contrato;

II - injustificadamente, não manter as condições estabelecidas neste Contrato;

III - fizer declaração falsa ao CONTRATANTE ou a qualquer um de seus municípios consorciados;

IV - falhar ou fraudar na execução do contrato;

V - tenha sofrido condenação definitiva pela prática dolosa de fraude fiscal ou ato de outra improbidade administrativa;

VI - tenha praticado atos ilícitos visando à frustração dos objetivos desta contratação; e

VII - demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO**

O presente instrumento vigorará por doze (12) meses a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério do CONTRATANTE, mediante a celebração de termo aditivo, pelo prazo de até sessenta (60) meses.

§ 1º - Para a prorrogação do contrato deverão ser encaminhados ao CONTRATANTE os seguintes documentos vigentes, referentes ao local da prestação dos serviços:

I - Alvará Sanitário vigente ou seu protocolo junto ao órgão da vigilância sanitária competente;

II - Certidões negativas de débitos junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal;

III - Certidões de regularidade do FGTS, CNDT e INSS; e,

IV - Certificado CRM do estabelecimento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES**

As alterações do presente contrato, desde que permitidas legalmente, somente vigorarão a partir da celebração do respectivo Termo Aditivo pelas partes.

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC

Fone 3422 9838 – CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisnordeste.sc.gov.br

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO**

Além das hipóteses previstas na Lei Federal nº. 8.666/93, são motivos para rescisão do presente contrato o não-cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, sem prejuízo das penalidades previstas neste instrumento e no art. 87 da referida Lei.

§ 1º - A CONTRATADA reconhece desde já os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na legislação antes mencionada.

§ 2º - A rescisão contratual solicitada pela CONTRATADA deverá ser encaminhada com antecedência de trinta (30) dias;

§ 3º No caso de rescisão contratual administrativa, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, a critério do CONTRATANTE, será observado o prazo de trinta (30) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo a CONTRATADA não prestar os serviços de acordo com as disposições deste contrato, poderá ser aplicada alguma das penalidades deste instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO**

As partes elegem o Foro da Comarca de Joinville (SC), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E por estarem as partes mutuamente de acordo com as cláusulas do presente instrumento, firmam o presente contrato.

Joinville (SC), 01 de janeiro de 2021.

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

**CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE N.º 23/2021**

Publicação Nº 2867626

**CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE N.º 23/2021**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE CELEBRADO ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISONORDESTE/SC (CONTRATANTE) E CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR DE JOINVILLE S/S LTDA; Processo Administrativo Nº. 34/2018, eDITAL 02/2018.

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISONORDESTE/SC, pessoa jurídica de direito público do tipo associação pública, com sede na Rua Max Colin, nº. 1843, Bairro América, cidade de Joinville/SC, CNPJ nº. 03.222.337/0001-31, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. Clézio José Fortunato, Prefeito do Município de São João do Itaperiú/SC.

CONTRATADA: Centro de Medicina Nuclear de Joinville S/S Ltda, com sede na Rua Quinze de Novembro, 867, 3º andar, bairro Centro, na cidade de Joinville (SC) CNPJ nº. 83.635.326/0001-12, neste ato representado por seu sócio proprietário, Dr. Rainoldo Grudtner Júnior, brasileiro, médico, inscrito no CPF nº 223.663.939-20 e RG nº 122.681, CRM/SC nº. 2483.

Com fundamento na Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes e na Lei Federal nº. 8.080/90, no que forem aplicáveis, bem como na Lei nº. 8.666/93, Lei nº. 11.107/05; Decreto Federal nº. 6.017/07 e, ainda, no Edital de nº. 02/2018, Resolução nº. 01/2014 e Portaria 1.606/GM-MS, RESOLVEM celebrar o presente contrato de prestação de serviços em saúde, com base no Art. 25, caput da Lei nº 8.666/93 – Inexigibilidade de Licitação e Credenciamento Universal, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a prestação dos seguintes serviços de saúde:

02.08.01.002-5 Cint. Miocárdio/perfusão – estresse (mín. 03 projeções)

02.08.01.003-3 Cint. Miocárdio/perfusão - repouso (mín. 03 projeções)

02.08.02.008-0 Cintilografia para pesquisa de divertículo de meckel

02.08.02.005-5 Cintilografia para avaliação de esvaziamento esofágico (líquidos)

02.08.02.007-1 Cintilografia para avaliação de esvaziamento gástrico  
 02.08.02.011-0 Cintilografia para pesquisa de refluxo gastro-esofágico  
 02.08.02.010-1 Cintilografia para pesquisa de hemorragia não ativa  
 02.08.02.003-9 Cintilografia glândulas salivares c/ ou s/ estímulo (mín 4 imagens)  
 02.08.02.006-3 Cintilografia para estudo de trânsito esofágico (semi-sólidos)  
 02.08.02.001-2 Cintilografia do fígado e baço - mínimo 05 imagens  
 02.08.02.002-0 Cintilografia do fígado e vias biliares  
 02.08.02.009-8 Cintilografia para pesquisa de hemorragias ativas  
 02.08.03.002-6 Cintilografia da tireóide com ou sem captação (i 131)  
 02.08.03.004-2 Cintilografia para pesquisa do corpo inteiro (pci)  
 02.08.03.001-8 Cintilografia de paratireóide  
 02.08.04.005-6 Cintilografia renal (qualitativa e/ou quantitativa)  
 02.08.04.003-0 Cintilografia testicular (bolsa escrotal)  
 02.08.04.008-0 Determinação da filtração glomerular com radioisótopos  
 02.08.04.007-2 Cistocintilografia indireta  
 02.08.04.010-2 Estudo renal dinâmico com ou sem diurético  
 02.08.05.001-9 Cint. Articulações e/ou extremidades com ou sem fluxo sanguíneo  
 02.08.05.003-5 Cintilografia óssea com ou sem fluxo sanguíneo (corpo inteiro)  
 02.08.08.004-0 Linfocintilografia  
 02.08.07.003-6 Cintilografia pulmonar (inalação) com mínimo de 02 projeções  
 02.08.07.002-8 Cintilografia pulmonar para pesquisa de aspiração  
 02.08.07.004-4 Cintilografia pulmonar (perfusão) - mínimo de 04 projeções  
 02.08.08.002-3 Demonstração de sequestro de hemácias pelo baço com radioisótopos  
 02.08.09.002-9 Cintilografia da glândula lacrimal - dacriocistografia

§ 1º Os serviços ora contratados serão realizados em favor da população dos municípios consorciados ao CONTRATANTE, conforme necessidades e disponibilidades financeiras de cada um dos entes consorciados.

§ 2º - Os serviços serão prestados pela CONTRATADA, nos termos desta cláusula, a pacientes/usuários que lhe sejam encaminhados pelas Secretarias Municipais de Saúde dos municípios que integram o CONTRATANTE ou, excepcionalmente, pelo próprio CONTRATANTE.

§ 3º Os serviços somente serão prestados aos beneficiários mediante a apresentação da Requisição de consulta e/ou exame fornecida pelas Secretarias Municipais de Saúde dos municípios consorciados, acompanhada de documento de identificação do usuário, ou, quando for o caso, de guia de autorização emitida pelo CONTRATANTE.

§ 4º Caso haja necessidade de complementação nos serviços inicialmente autorizados, tal complementação também precisará ser previamente autorizada, sob pena de ser inviabilizado o respectivo pagamento.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Os serviços ora contratados serão pagos de acordo com as especificações e valores constantes na presente cláusula e/ou na tabela anexa:

Código	Exames por Medicina Nuclear In Vivo	qtidade	Valor R\$	valor mês
02.08.01.002-5	Cint. Miocárdio/perfusão – estresse (mín. 03 projeções)	50	R\$ 408,52	R\$ 20.426,00
02.08.01.003-3	Cint. Miocárdio/perfusão - repouso (mín. 03 projeções)	50	R\$ 383,07	R\$ 19.153,50
02.08.02.008-0	Cintilografia para pesquisa de divertículo de meckel	2	R\$ 114,86	R\$ 229,72
02.08.02.005-5	Cintilografia para avaliação de esvaziamento esofágico (líquidos)	2	R\$ 135,38	R\$ 270,76
02.08.02.007-1	Cintilografia para avaliação de esvaziamento gástrico	2	R\$ 144,22	R\$ 288,44
02.08.02.011-0	Cintilografia para pesquisa de refluxo gastro-esofágico	2	R\$ 135,38	R\$ 270,76
02.08.02.010-1	Cintilografia para pesquisa de hemorragia não ativa	2	R\$ 265,19	R\$ 530,38
02.08.02.003-9	Cintilografia glândulas salivares c/ ou s/ estímulo (mín 4 imagens)	2	R\$ 87,89	R\$ 175,78
02.08.02.006-3	Cintilografia para estudo de trânsito esofágico (semi-sólidos)	2	R\$ 135,38	R\$ 270,76
02.08.02.001-2	Cintilografia do fígado e baço - mínimo 05 imagens	2	R\$ 133,26	R\$ 266,52
02.08.02.002-0	Cintilografia do fígado e vias biliares	2	R\$ 187,93	R\$ 375,86
02.08.02.009-8	Cintilografia para pesquisa de hemorragias ativas	2	R\$ 157,23	R\$ 314,46
02.08.03.002-6	Cintilografia da tireóide com ou sem captação (i 131)	10	R\$ 77,28	R\$ 772,80
02.08.03.004-2	Cintilografia para pesquisa do corpo inteiro (pci)	2	R\$ 338,70	R\$ 677,40
02.08.03.001-8	Cintilografia de paratireóide	4	R\$ 324,54	R\$ 1.298,16
02.08.04.005-6	Cintilografia renal (qualitativa e/ou quantitativa)	12	R\$ 133,03	R\$ 1.596,36
02.08.04.003-0	Cintilografia testicular (bolsa escrotal)	2	R\$ 108,94	R\$ 217,88
02.08.04.008-0	Determinação da filtração glomerular com radioisótopos	2	R\$ 63,22	R\$ 126,44



02.08.04.007-2	Cistocintilografia indireta	5	R\$ 144,50	R\$ 722,50
02.08.04.010-2	Estudo renal dinâmico com ou sem diurético	2	R\$ 165,24	R\$ 330,48
02.08.05.001-9	Cint. Articulações e/ou extremidades com ou sem fluxo sanguíneo	12	R\$ 180,32	R\$ 2.163,84
02.08.05.003-5	Cintilografia óssea com ou sem fluxo sanguíneo (corpo inteiro)	35	R\$ 190,99	R\$ 6.684,65
02.08.08.004-0	Linfocintilografia	2	R\$ 141,33	R\$ 282,66
02.08.07.003-6	Cintilografia pulmonar (inalação) com mínimo de 02 projeções	2	R\$ 128,12	R\$ 256,24
02.08.07.002-8	Cintilografia pulmonar para pesquisa de aspiração	2	R\$ 127,51	R\$ 255,02
02.08.07.004-4	Cintilografia pulmonar (perfusão) - mínimo de 04 projeções	2	R\$ 130,50	R\$ 261,00
02.08.08.002-3	Demonstração de sequestro de hemácias pelo baço com radioisótopos	2	R\$ 97,37	R\$ 194,74
02.08.09.002-9	Cintilografia da glândula lacrimal - dacriocistografia	4	R\$ 66,23	R\$ 264,92

Valor médio/mês do contrato estimado: Valor médio/mês do contrato: R\$ 58.678,03 (cinquenta e oito mil, seiscentos e setenta e oito reais e três centavos). Valor médio/ano do contrato: R\$ 704.136,36 (setecentos e quatro mil, cento e trinta e seis reais e trinta e seis centavos).

Parágrafo Único. Os quantitativos mensais são estimados, assim, somente serão pagos à CONTRATADA os serviços efetivamente realizados.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços referidos na Cláusula Primeira serão executados pela CONTRATADA, no seguinte endereço Rua Quinze de Novembro, 867, 3º andar, bairro Centro, na cidade de Joinville (SC), de acordo com as seguintes disposições:

I- a CONTRATADA deverá manter atualizado junto ao CONTRATANTE o nome do responsável técnico pelos serviços ora contratados, encaminhando-lhe o respectivo documento de responsabilidade técnica;

II – os serviços contratados deverão ser solicitados por formulário específico fornecido pelo CONTRATANTE;

III - os atendimentos somente poderão ser realizados pela CONTRATANTE se estiverem lançados no sistema Saudetec, com autorização do CONTRATANTE;

IV – O horário de atendimento da clínica é de segunda a sexta-feira das 08:00 às 18:00 horas.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA RELAÇÃO JURÍDICA COM A CONTRATADA

A prestação dos serviços ora contratada não implica vínculo empregatício entre o CONTRATANTE e os profissionais da CONTRATADA, nem com a própria CONTRATADA no caso de empresa individual, tampouco exclusividade de colaboração entre as partes contratantes.

§ 1º - O CONTRATANTE ou agente público de município consorciado designado especialmente para esse fim terá direito a acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste contrato. Caso haja superveniência de legislação na área da saúde expedida pelo gestor público (local, estadual ou federal), a mesma será aplicada ao presente contrato, quando pertinente.

§ 2º - É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, incluídos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício ou prestação de serviços autônomos, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONTRATANTE ou para quaisquer de seus municípios integrantes.

§ 3º - A CONTRATADA fica exonerada da responsabilidade pelo não-atendimento do paciente encaminhado pelo CONTRATANTE na hipótese de atraso no pagamento superior a noventa (90) dias.

§ 4º O CONTRATANTE reserva-se o direito de contratar quantos prestadores julgar necessários para atendimento da demanda dos municípios consorciados.

§ 5º A CONTRATADA não terá direito adquirido à realização de quaisquer quantitativos físicos e financeiros mínimos mensais.

§ 6º O encaminhamento do paciente a outro prestador de serviços conforme exposto no § 4º desta Cláusula, não dará direito ao prestador de serviços ora contratado a cobrar do CONTRATANTE qualquer forma de ressarcimento.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REGULARIDADE DA DOCUMENTAÇÃO

Toda a documentação apresentada pela CONTRATADA ao CONTRATANTE quando de sua habilitação poderá, a qualquer momento, ser solicitada pelo CONTRATANTE para fins de averiguação de sua regularidade.

Parágrafo Único. A CONTRATADA fica obriga a apresentar ao CONTRATANTE, juntamente a com a nota fiscal/fatura referente aos serviços prestados, todos os documentos comprobatórios da sua regularidade fiscal e trabalhista, válidos, conforme art. 29 da Lei nº 8.666/93 e item 3.1.4 do Edital, sob pena de inviabilização dos pagamentos, até que a regularidade seja comprovada

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a:

I – cumprir as cláusulas do presente contrato;

II – manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes e o arquivo médico em questão;

III- não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;

IV – atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviços;

V – justificar ao CONTRATANTE, ao paciente ou seu responsável, sempre que solicitado e por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não-realização de qualquer ato profissional previsto no contrato;

VI – manter o ambiente de atendimento dos pacientes em perfeito estado de conservação, higiene e funcionamento;

VII – notificar ao CONTRATANTE de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança em sua diretoria, contrato ou estatuto, enviando ao CONTRATANTE, no prazo de sessenta (60) dias, contados a partir da data do registro da alteração, cópia

autenticada da Certidão da junta comercial ou do cartório de registro de pessoas jurídicas;

VIII – apresentar a fatura/nota fiscal da forma que for solicitada pelo CONTRATANTE, acompanhado dos documentos comprobatórios de sua regularidade fiscal e trabalhista;

IX - fornecer ao CONTRATANTE as informações sobre os procedimentos realizados nos pacientes;

X - apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividades que demonstrem quantitativa e qualitativamente o atendimento do objeto deste contrato;

XI - manter registro atualizado no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, inclusive quanto aos profissionais pertencentes ao quadro da CONTRATADA que executarão o objeto ora contratado;

XII - submeter-se à regulação instituída pelo gestor da área da saúde, quando houver;

XIII – submeter-se a todos os controles de prestação de serviços determinados pelo CONTRATANTE, seja de auditoria, controle, avaliação ou outros assemelhados;

XIV - manter contrato que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;

XV - garantir o acesso dos conselhos de saúde aos serviços contratados no exercício de seu poder de fiscalização.

XVI – comunicar imediatamente ao CONTRATANTE eventual mudança de endereço, para que seja analisada a conveniência de manter os serviços ora contratados, podendo o CONTRATANTE rever as condições do contrato e, até mesmo rescindi-lo, se entender conveniente, sem que disso lhe resulte ônus;

XVII – Comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer irregularidade referente ao serviço contratado; e

XVIII - Fornecer, sem custo adicional, todos os materiais inclusos na delimitação do objeto e do preço, constantes das Cláusulas Primeira e Segunda deste instrumento.

§1º - A CONTRATADA não poderá cobrar do paciente/usuário ou seu acompanhante quaisquer valores pelos serviços prestados nos termos deste contrato.

§ 2º - A CONTRATADA responsabilizar-se-á por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante em razão da execução deste contrato, independentemente da espécie de vínculo existente entre o profissional que realizou a cobrança e a CONTRATADA.

§ 3º - A CONTRATADA que ainda não possuir CNES ou que precisar atualizá-lo, deverá fazê-lo num prazo máximo de 60 (sessenta) dias da assinatura deste instrumento, sob pena de rescisão contratual justificada.

§ 4º - A CONTRATADA deverá realizar o agendamento das cotas ofertadas neste contrato no decorrer do mês, não podendo alegar agenda insuficiente, respeitando Instrução Normativa nº 01/2014 da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE se obriga a:

I - repassar à CONTRATADA até o 10º dia útil após a apresentação do comprovante dos serviços, o valor mensal faturado, de acordo com a solicitação dos serviços autorizados no mês anterior, sendo que o prazo de pagamento aqui mencionado fica condicionado à entrega da fatura e demais documentos referidos no Parágrafo Único da Cláusula Quinta, nos termos do presente instrumento;

II - acompanhar, fiscalizar e supervisionar a prestação dos serviços objeto deste contrato; e

III – providenciar a publicação da súmula do referido contrato no prazo da lei.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

A CONTRATADA é responsável por quaisquer danos causados ao paciente e a terceiros a eles vinculados decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, bem como pelas obrigações e indenizações decorrentes desses danos.

§ 1º - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do CONTRATANTE ou servidor designado não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

§ 2º - Caso haja responsabilização do CONTRATANTE, solidária ou subsidiária, por danos causados pela CONTRATADA, seus prepostos ou profissionais a ele vinculados, a pacientes ou terceiros em razão dos serviços ora contratados, é garantido ao CONTRATANTE o direito de regresso integral contra a CONTRATADA.

#### CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

01.02.10.0302.0002.2.002.333900000000000000.010202 – Araquari (Referência 7)

01.02.10.0302.0002.2.003.333900000000000000.010202 – Balneário Barra do Sul (Referência 8)

01.02.10.0302.0002.2.004.333900000000000000.010202 – Barra Velha (Referência 10)

01.02.10.0302.0002.2.005.333900000000000000.010202 – Campo Alegre (Referência 11)

01.02.10.0302.0002.2.006.333900000000000000.010202 – Corupá (Referência 12)

01.02.10.0302.0002.2.007.333900000000000000.010202 – Garuva (Referência 14)

01.02.10.0302.0002.2.008.333900000000000000.010202 – Guaramirim (Referência 15)

01.02.10.0302.0002.2.009.333900000000000000.010202 – Itapoá (Referência 16)

01.02.10.0302.0002.2.010.333900000000000000.010202 – Jaraguá do Sul (Referência 18)

01.02.10.0302.0002.2.011.333900000000000000.010202 – Joinville (Referência 20)

01.02.10.0302.0002.2.012.333900000000000000.010202 – Massaranduba (Referência 21)

01.02.10.0302.0002.2.013.333900000000000000.010202 – Piên (Referência 22)

01.02.10.0302.0002.2.014.333900000000000000.010202 – Rio Negrinho (Referência 24)

01.02.10.0302.0002.2.015.333900000000000000.010202 – São Bento do Sul (Referência 25)

01.02.10.0302.0002.2.016.333900000000000000.010202 – São Francisco do Sul (Referência 27)

01.02.10.0302.0002.2.017.333900000000000000.010202 – São João do Itaperiú (Referência 29)

01.02.10.0302.0002.2.018.333900000000000000.010202 – Schroeder (Referência 30)

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os serviços estipulados neste contrato serão pagos mediante as seguintes condições:

I – Apresentação pela CONTRATADA de nota fiscal/fatura, relação discriminadora dos serviços prestados devidamente assinada e relatório dos atendimentos realizados, devidamente conferidos com o sistema Saudetech ou de forma manual, no caso de o sistema apresentar algum problema técnico;

II – A CONTRATADA apresentará mensalmente ao CONTRATANTE, até o 5º dia útil de cada mês a documentação elencada no Inciso I,



relativa aos serviços efetivamente prestados entre os dias 1º a 30 do mês anterior, bem como documentos comprobatórios de sua regularidade fiscal e trabalhista. Após a validação dos documentos, realizada pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA receberá o pagamento pelos serviços prestados, no prazo estabelecido pelo Inciso I da Cláusula Sétima;

III - Se a documentação descrita no inciso I for entregue fora do prazo estabelecido no inciso II a CONTRATADA não terá direito ao recebimento de juros, multa ou atualizações financeiras sobre o valor da fatura, podendo o pagamento ser postergado para a próxima fatura;

IV - O pagamento está condicionado à validade e regularidade das Certidões Negativas de Débito do INSS, das Fazendas Federal, Estadual e Municipal e do Certificado de Regularidade do FGTS e CNDT.

V - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento das contas, por culpa do CONTRATANTE, este garantirá à CONTRATADA o pagamento, no prazo avençado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior, acertando-se as diferenças que houver no pagamento seguinte, mas ficando o CONTRATANTE exonerado do pagamento de multas e sanções financeiras;

VI - As contas rejeitadas quanto ao mérito serão objeto de análise do CONTRATANTE;

VII - Somente serão pagos serviços previamente autorizados pelas Secretarias Municipais da Saúde dos municípios consorciados ou, excepcionalmente, pelo CONTRATANTE;

VIII - Os atendimentos devem ser agendados e devidamente executados no sistema Saudetech para fins de faturamento;

VIX - A documentação elencada no Inciso I, com exceção da NF/Fatura, após análise e pagamento, serão devolvidas ao município de origem.

X - Em caso de recursos oriundos de Convênios Federal e/ou Estadual para pagamento dos serviços prestados, deverá a Contratada emitir Nota Fiscal específica dos serviços prestados com aquele recurso, identificando o Número do Convênio e demais informações determinadas pelo Contratante.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E DO REAJUSTE

O percentual de reajuste dos serviços de saúde objeto deste contrato será:

I - os serviços que constam na tabela SUS, serão reajustados conforme a tabela SUS;

II - os serviços que constam na tabela SUS e que são pagos com complemento do CISNORDESTE/SC, o reajuste será aplicado sobre o valor do complemento vigente em dezembro de cada ano, utilizando o índice - IPCA acumulado dos últimos 12 meses, publicado até o dia 30 de Novembro de cada ano;

III - os serviços que não constam na tabela SUS, serão reajustados aplicando o índice IPCA acumulado sobre o valor vigente em dezembro;

IV - por deliberação do Conselho Administrativo do CISNORDESTE/SC, em caso superveniente e excepcional que implique revisão para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Parágrafo Único: Os novos valores terão vigência a partir do mês de janeiro subsequente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO

A execução do presente contrato será avaliada e fiscalizada pelo CONTRATANTE, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

§ 1º - Em casos específicos, definidos pelo CONTRATANTE, poderá ser realizada auditoria especializada.

§ 2º - Sempre que seja necessário e/ou do interesse do CONTRATANTE, este poderá vistoriar as instalações da CONTRATADA para verificar se persistem as mesmas condições básicas originais, comprovadas por ocasião da assinatura deste instrumento.

§ 3º - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa da CONTRATADA poderá ensejar a não-prorrogação deste acordo ou a revisão das condições ora estipuladas.

§ 4º - A fiscalização do CONTRATANTE sobre os serviços ora contratados não eximirá a CONTRATADA da sua plena responsabilidade, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato, perante o CONTRATANTE ou para com os pacientes e terceiros.

§ 5º - A CONTRATADA facilitará ao CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores do CONTRATANTE designados para tal fim.

§ 6º - Em qualquer hipótese é assegurado à CONTRATADA amplo direito de defesa, nos termos da Lei Federal nº. 8.666/83.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste cadastramento, conforme o caso, o CONSÓRCIO poderá aplicar ao contratado as seguintes sanções, sem prejuízo de outras medidas legais aplicáveis, garantida a prévia e ampla defesa:

I - advertência;

II - multa de até 3 (três) vezes a média mensal de faturamento realizado pela cadastrada nos últimos 12 (doze) meses;

III - suspensão temporária de participar de chamamento, licitação ou contrato com o CONSÓRCIO ou com órgãos da administração direta e indireta dos municípios consorciados, por até dois anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

Parágrafo Único: As penalidades previstas nos incisos I a IV do caput, ainda poderão ser aplicadas à CONTRATADA que:

I - retardar injustificadamente a execução do objeto do contrato, ou de alguma de suas parcelas ou obrigações acessórias, ou descumprir qualquer condição estabelecida no Edital ou no contrato;

II - injustificadamente, não mantiver as condições estabelecidas neste Contrato;

III - fizer declaração falsa ao CONTRATANTE ou a qualquer um de seus municípios consorciados;

IV - falhar ou fraudar na execução do contrato;

V - tenha sofrido condenação definitiva pela prática dolosa de fraude fiscal ou ato de outra improbidade administrativa;

VI - tenha praticado atos ilícitos visando à frustração dos objetivos desta contratação; e

VII - demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O presente instrumento vigorará por doze (12) meses a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério do CONTRATANTE, mediante a celebração de termo aditivo, pelo prazo de até sessenta (60) meses.

§ 1º - Para a prorrogação do contrato deverão ser encaminhados ao CONTRATANTE os seguintes documentos vigentes, referentes ao local da prestação dos serviços:

I - Alvará Sanitário vigente ou seu protocolo junto ao órgão da vigilância sanitária competente;

II - Certidões negativas de débitos junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal;

III - Certidões de regularidade do FGTS, CNDT e INSS; e,

IV - Certificado CRM do estabelecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

As alterações do presente contrato, desde que permitidas legalmente, somente vigorarão a partir da celebração do respectivo Termo Aditivo pelas partes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

Além das hipóteses previstas na Lei Federal nº. 8.666/93, são motivos para rescisão do presente contrato o não-cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, sem prejuízo das penalidades previstas neste instrumento e no art. 87 da referida Lei.

§ 1º - A CONTRATADA reconhece desde já os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na legislação antes mencionada.

§ 2º - A rescisão contratual solicitada pela CONTRATADA deverá ser encaminhada com antecedência de trinta (30) dias;

§ 3º No caso de rescisão contratual administrativa, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, a critério do CONTRATANTE, será observado o prazo de trinta (30) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo a CONTRATADA não prestar os serviços de acordo com as disposições deste contrato, poderá ser aplicada alguma das penalidades deste instrumento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Joinville (SC), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E por estarem as partes mutuamente de acordo com as cláusulas do presente instrumento, firmam o presente contrato.

Joinville (SC), 01 de janeiro de 2021.

CONTRATANTE

CONTRATADA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE N.º 24/2021

Publicação Nº 2867613

#### CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE N.º 24/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE CELEBRADO ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC (CONTRATANTE) E CLÍNICA CARDIOLÓGICA VITTACOR S/S; Processo Administrativo Nº. 34/2018, eDITAL 02/2018.

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, pessoa jurídica de direito público do tipo associação pública, com sede na Rua Max Colin, nº. 1843, Bairro América, cidade de Joinville/SC, CNPJ nº. 03.222.337/0001-31, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. Clézio José Fortunato, Prefeito do Município de São João do Itaperiú/SC.

CONTRATADA: Clínica Cardiológica Vittacor S/S, com sede na Rua Abdon Batista, nº 47, 4º andar, sala 01, Bairro Centro, na cidade de Joinville (SC), CNPJ nº. 06.262.373/0001-17, neste ato representada pela sua administradora, Marylane Christian Feitosa Dantas, brasileira, casada, médica, inscrita no CPF nº 002.872.387-25, RG Nº 07.768.329-0 SSP/RJ e CRM/SC nº 11478.

Com fundamento na Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes e na Lei Federal nº. 8.080/90, no que forem aplicáveis, bem como na Lei nº. 8.666/93, Lei nº. 11.107/05; Decreto Federal nº. 6.017/07 e, ainda, no Edital de nº. 02/2018, Resolução nº. 01/2014 e Portaria 1.606/GM-MS, RESOLVEM celebrar o presente contrato de prestação de serviços em saúde, com base no Art. 25, caput da Lei nº 8.666/93 – Inexigibilidade de Licitação e Credenciamento Universal, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação dos seguintes serviços de saúde:

02.05.01.003-2 Ecocardiografia Transtorácica

11.11.05.012-2 Doppler de carótidas (por paciente)

11.02.05.001-2 Ecodoppler Fetal

02.11.02.006-0 Teste de Esforço/Teste Ergométrico

02.11.02.004-4 Monitoramento pelo Sistema Holter 24 horas

02.11.02.005-2 MAPA 24h

§ 1º Os serviços ora contratados serão realizados em favor da população dos municípios consorciados ao CONTRATANTE, conforme necessidades e disponibilidades financeiras de cada um dos entes consorciados.

§ 2º - Os serviços serão prestados pela CONTRATADA, nos termos desta cláusula, a pacientes/usuários que lhe sejam encaminhados pelas Secretarias Municipais de Saúde dos municípios que integram o CONTRATANTE ou, excepcionalmente, pelo próprio CONTRATANTE.

§ 3º Os serviços somente serão prestados aos beneficiários mediante a apresentação da Requisição de consulta e/ou exame fornecida pelas Secretarias Municipais de Saúde dos municípios consorciados, acompanhada de documento de identificação do usuário, ou, quando for o caso, de guia de autorização emitida pelo CONTRATANTE.

§ 4º Caso haja necessidade de complementação nos serviços inicialmente autorizados, tal complementação também precisará ser previamente autorizada, sob pena de ser inviabilizado o respectivo pagamento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Os serviços ora contratados serão pagos de acordo com as especificações e valores constantes na presente cláusula e/ou na tabela anexa:

Código	Exames Ultra-sonográficos	Quantidade	Valor Unitário	Valor/mês
02.05.01.003-2	Ecocardiografia Transtorácica	40	R\$ 121,70	R\$ 4.868,00
11.11.05.012-2	Doppler de carótidas (por paciente)	30	R\$ 175,65	R\$ 5.269,50
11.02.05.001-2	Ecodoppler Fetal	5	R\$ 238,30	R\$ 1.191,50
	Exames Cardiológicos		Valor Unitário	Valor/mês
02.11.02.006-0	Teste de Esforço/Teste Ergométrico	60	R\$ 146,70	R\$ 8.802,00
02.11.02.004-4	Monitoramento pelo Sistema Holter 24 horas	60	R\$ 108,85	R\$ 6.531,00
02.11.02.005-2	MAPA 24h	60	R\$ 125,45	R\$ 7.527,00

Valor médio/mês do contrato estimado: Valor médio/mês do contrato: R\$ 34.189,00 (trinta e quatro mil, cento e oitenta e nove reais). Valor médio/ano do contrato: R\$ 410.268,00 (quatrocentos e dez mil, e duzentos e sessenta e oito reais).

Parágrafo Único. Os quantitativos mensais são estimados, assim, somente serão pagos à CONTRATADA os serviços efetivamente realizados.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços referidos na Cláusula Primeira serão executados pela CONTRATADA, no seguinte endereço na Rua Abdon Batista, nº 47, 4º andar, sala 01, Bairro Centro, na cidade de Joinville (SC), de acordo com as seguintes disposições:

I- a CONTRATADA deverá manter atualizado junto ao CONTRATANTE o nome do responsável técnico pelos serviços ora contratados, encaminhando-lhe o respectivo documento de responsabilidade técnica;

II – os serviços contratados deverão ser solicitados por formulário específico fornecido pelo CONTRATANTE;

III - os atendimentos somente poderão ser realizados pela CONTRATANTE se estiverem lançados no sistema Saudetec, com autorização do CONTRATANTE;

IV – O horário de atendimento da clínica é de segunda a sexta-feira das 07:00 às 21:00 horas.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA RELAÇÃO JURÍDICA COM A CONTRATADA

A prestação dos serviços ora contratada não implica vínculo empregatício entre o CONTRATANTE e os profissionais da CONTRATADA, nem com a própria CONTRATADA no caso de empresa individual, tampouco exclusividade de colaboração entre as partes contratantes.

§ 1º - O CONTRATANTE ou agente público de município consorciado designado especialmente para esse fim terá direito a acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste contrato. Caso haja superveniência de legislação na área da saúde expedida pelo gestor público (local, estadual ou federal), a mesma será aplicada ao presente contrato, quando pertinente.

§ 2º - É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, incluídos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício ou prestação de serviços autônomos, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONTRATANTE ou para quaisquer de seus municípios integrantes.

§ 3º - A CONTRATADA fica exonerada da responsabilidade pelo não-atendimento do paciente encaminhado pelo CONTRATANTE na hipótese de atraso no pagamento superior a noventa (90) dias.

§ 4º O CONTRATANTE reserva-se o direito de contratar quantos prestadores julgar necessários para atendimento da demanda dos municípios consorciados.

§ 5º A CONTRATADA não terá direito adquirido à realização de quaisquer quantitativos físicos e financeiros mínimos mensais.

§ 6º O encaminhamento do paciente a outro prestador de serviços conforme exposto no § 4º desta Cláusula, não dará direito ao prestador de serviços ora contratado a cobrar do CONTRATANTE qualquer forma de ressarcimento.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REGULARIDADE DA DOCUMENTAÇÃO

Toda a documentação apresentada pela CONTRATADA ao CONTRATANTE quando de sua habilitação poderá, a qualquer momento, ser solicitada pelo CONTRATANTE para fins de averiguação de sua regularidade.

Parágrafo Único. A CONTRATADA fica obriga a apresentar ao CONTRATANTE, juntamente a com a nota fiscal/fatura referente aos serviços prestados, todos os documentos comprobatórios da sua regularidade fiscal e trabalhista, válidos, conforme art. 29 da Lei nº 8.666/93 e item 3.1.4 do Edital, sob pena de inviabilização dos pagamentos, até que a regularidade seja comprovada

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a:

I – cumprir as cláusulas do presente contrato;

II – manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes e o arquivo médico em questão;

III- não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;

IV – atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviços;

V – justificar ao CONTRATANTE, ao paciente ou seu responsável, sempre que solicitado e por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não-realização de qualquer ato profissional previsto no contrato;

VI – manter o ambiente de atendimento dos pacientes em perfeito estado de conservação, higiene e funcionamento;

VII – notificar ao CONTRATANTE de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança em sua diretoria, contrato ou estatuto, enviando ao CONTRATANTE, no prazo de sessenta (60) dias, contados a partir da data do registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da junta comercial ou do cartório de registro de pessoas jurídicas;

VIII – apresentar a fatura/nota fiscal da forma que for solicitada pelo CONTRATANTE, acompanhado dos documentos comprobatórios de sua regularidade fiscal e trabalhista;

IX - fornecer ao CONTRATANTE as informações sobre os procedimentos realizados nos pacientes;

X - apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividades que demonstrem quantitativa e qualitativamente o atendimento do objeto deste contrato;

XI - manter registro atualizado no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, inclusive quanto aos profissionais pertencentes ao quadro da CONTRATADA que executarão o objeto ora contratado;

XII - submeter-se à regulação instituída pelo gestor da área da saúde, quando houver;

XIII – submeter-se a todos os controles de prestação de serviços determinados pelo CONTRATANTE, seja de auditoria, controle, avaliação ou outros assemelhados;

XIV - manter contrato que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;

XV - garantir o acesso dos conselhos de saúde aos serviços contratados no exercício de seu poder de fiscalização.

XVI – comunicar imediatamente ao CONTRATANTE eventual mudança de endereço, para que seja analisada a conveniência de manter os serviços ora contratados, podendo o CONTRATANTE rever as condições do contrato e, até mesmo rescindi-lo, se entender conveniente, sem que disso lhe resulte ônus;

XVII – Comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer irregularidade referente ao serviço contratado; e

XVIII - Fornecer, sem custo adicional, todos os materiais inclusos na delimitação do objeto e do preço, constantes das Cláusulas Primeira e Segunda deste instrumento.

§1º - A CONTRATADA não poderá cobrar do paciente/usuário ou seu acompanhante quaisquer valores pelos serviços prestados nos termos deste contrato.

§ 2º - A CONTRATADA responsabilizar-se-á por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante em razão da execução deste contrato, independentemente da espécie de vínculo existente entre o profissional que realizou a cobrança e a CONTRATADA.

§ 3º - A CONTRATADA que ainda não possuir CNES ou que precisar atualizá-lo, deverá fazê-lo num prazo máximo de 60 (sessenta) dias da assinatura deste instrumento, sob pena de rescisão contratual justificada.

§ 4º - A CONTRATADA deverá realizar o agendamento das cotas ofertadas neste contrato no decorrer do mês, não podendo alegar agenda insuficiente, respeitando Instrução Normativa nº 01/2014 da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE se obriga a:

I - repassar à CONTRATADA até o 10º dia útil após a apresentação do comprovante dos serviços, o valor mensal faturado, de acordo com a solicitação dos serviços autorizados no mês anterior, sendo que o prazo de pagamento aqui mencionado fica condicionado à entrega da fatura e demais documentos referidos no Parágrafo Único da Cláusula Quinta, nos termos do presente instrumento;

II - acompanhar, fiscalizar e supervisionar a prestação dos serviços objeto deste contrato; e

III – providenciar a publicação da súmula do referido contrato no prazo da lei.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

A CONTRATADA é responsável por quaisquer danos causados ao paciente e a terceiros a eles vinculados decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, bem como pelas obrigações e indenizações decorrentes desses danos.

§ 1º - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do CONTRATANTE ou servidor designado não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

§ 2º - Caso haja responsabilização do CONTRATANTE, solidária ou subsidiária, por danos causados pela CONTRATADA, seus prepostos ou profissionais a ele vinculados, a pacientes ou terceiros em razão dos serviços ora contratados, é garantido ao CONTRATANTE o direito de regresso integral contra a CONTRATADA.

#### CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

01.02.10.0302.0002.2.002.333900000000000000.010202 – Araquari (Referência 7)

01.02.10.0302.0002.2.003.333900000000000000.010202 – Balneário Barra do Sul (Referência 8)

01.02.10.0302.0002.2.004.333900000000000000.010202 – Barra Velha (Referência 10)

01.02.10.0302.0002.2.005.333900000000000000.010202 – Campo Alegre (Referência 11)

01.02.10.0302.0002.2.006.333900000000000000.010202 – Corupá (Referência 12)

01.02.10.0302.0002.2.007.333900000000000000.010202 – Garuva (Referência 14)

01.02.10.0302.0002.2.008.333900000000000000.010202 – Guaramirim (Referência 15)

01.02.10.0302.0002.2.009.333900000000000000.010202 – Itapoá (Referência 16)

01.02.10.0302.0002.2.010.333900000000000000.010202 – Jaraguá do Sul (Referência 18)

01.02.10.0302.0002.2.011.333900000000000000.010202 – Joinville (Referência 20)

01.02.10.0302.0002.2.012.333900000000000000.010202 – Massaranduba (Referência 21)

01.02.10.0302.0002.2.013.333900000000000000.010202 – Piên (Referência 22)

01.02.10.0302.0002.2.014.333900000000000000.010202 – Rio Negrinho (Referência 24)

01.02.10.0302.0002.2.015.333900000000000000.010202 – São Bento do Sul (Referência 25)

01.02.10.0302.0002.2.016.333900000000000000.010202 – São Francisco do Sul (Referência 27)

01.02.10.0302.0002.2.017.333900000000000000.010202 – São João do Itaperiú (Referência 29)

01.02.10.0302.0002.2.018.333900000000000000.010202 – Schroeder (Referência 30)

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os serviços estipulados neste contrato serão pagos mediante as seguintes condições:

I – Apresentação pela CONTRATADA de nota fiscal/fatura, relação discriminadora dos serviços prestados devidamente assinada e relatório dos atendimentos realizados, devidamente conferidos com o sistema Saudetech ou de forma manual, no caso de o sistema apresentar algum problema técnico;

II – A CONTRATADA apresentará mensalmente ao CONTRATANTE, até o 5º dia útil de cada mês a documentação elencada no Inciso I, relativa aos serviços efetivamente prestados entre os dias 1º a 30 do mês anterior, bem como documentos comprobatórios de sua regularidade fiscal e trabalhista. Após a validação dos documentos, realizada pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA receberá o pagamento pelos serviços prestados, no prazo estabelecido pelo Inciso I da Cláusula Sétima;

III - Se a documentação descrita no inciso I for entregue fora do prazo estabelecido no inciso II a CONTRATADA não terá direito ao



recebimento de juros, multa ou atualizações financeiras sobre o valor da fatura, podendo o pagamento ser postergado para a próxima fatura;

IV – O pagamento está condicionado à validade e regularidade das Certidões Negativas de Débito do INSS, das Fazendas Federal, Estadual e Municipal e do Certificado de Regularidade do FGTS e CNDT.

V – Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento das contas, por culpa do CONTRATANTE, este garantirá à CONTRATADA o pagamento, no prazo avençado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior, acertando-se as diferenças que houver no pagamento seguinte, mas ficando o CONTRATANTE exonerado do pagamento de multas e sanções financeiras;

VI – As contas rejeitadas quanto ao mérito serão objeto de análise do CONTRATANTE;

VII - Somente serão pagos serviços previamente autorizados pelas Secretarias Municipais da Saúde dos municípios consorciados ou, excepcionalmente, pelo CONTRATANTE;

VIII – Os atendimentos devem ser agendados e devidamente executados no sistema Saudetech para fins de faturamento;

VIX – A documentação elencada no Inciso I, com exceção da NF/Fatura, após análise e pagamento, serão devolvidas ao município de origem.

X – Em caso de recursos oriundos de Convênios Federal e/ou Estadual para pagamento dos serviços prestados, deverá a Contratada emitir Nota Fiscal específica dos serviços prestados com aquele recurso, identificando o Número do Convênio e demais informações determinadas pelo Contratante.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E DO REAJUSTE

O percentual de reajuste dos serviços de saúde objeto deste contrato será:

I - os serviços que constam na tabela SUS, serão reajustados conforme a tabela SUS;

II - os serviços que constam na tabela SUS e que são pagos com complemento do CISNORDESTE/SC, o reajuste será aplicado sobre o valor do complemento vigente em dezembro de cada ano, utilizando o índice - IPCA acumulado dos últimos 12 meses, publicado até o dia 30 de Novembro de cada ano;

III - os serviços que não constam na tabela SUS, serão reajustados aplicando o índice IPCA acumulado sobre o valor vigente em dezembro;

IV - por deliberação do Conselho Administrativo do CISNORDESTE/SC, em caso superveniente e excepcional que implique revisão para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Parágrafo Único: Os novos valores terão vigência a partir do mês de janeiro subseq-ente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO

A execução do presente contrato será avaliada e fiscalizada pelo CONTRATANTE, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

§ 1º - Em casos específicos, definidos pelo CONTRATANTE, poderá ser realizada auditoria especializada.

§ 2º - Sempre que seja necessário e/ou do interesse do CONTRATANTE, este poderá vistoriar as instalações da CONTRATADA para verificar se persistem as mesmas condições básicas originais, comprovadas por ocasião da assinatura deste instrumento.

§ 3º - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa da CONTRATADA poderá ensejar a não-prorrogação deste acordo ou a revisão das condições ora estipuladas.

§ 4º - A fiscalização do CONTRATANTE sobre os serviços ora contratados não eximirá a CONTRATADA da sua plena responsabilidade, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato, perante o CONTRATANTE ou para com os pacientes e terceiros.

§ 5º - A CONTRATADA facilitará ao CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores do CONTRATANTE designados para tal fim.

§ 6º - Em qualquer hipótese é assegurado à CONTRATADA amplo direito de defesa, nos termos da Lei Federal nº. 8.666/83.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste cadastramento, conforme o caso, o CONSÓRCIO poderá aplicar ao contratado as seguintes sanções, sem prejuízo de outras medidas legais aplicáveis, garantida a prévia e ampla defesa:

I - advertência;

II - multa de até 3 (três) vezes a média mensal de faturamento realizado pela cadastrada nos últimos 12 (doze) meses;

III - suspensão temporária de participar de chamamento, licitação ou contrato com o CONSÓRCIO ou com órgãos da administração direta e indireta dos municípios consorciados, por até dois anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

Parágrafo Único: As penalidades previstas nos incisos I a IV do caput, ainda poderão ser aplicadas à CONTRATADA que:

I - retardar injustificadamente a execução do objeto do contrato, ou de alguma de suas parcelas ou obrigações acessórias, ou descumprir qualquer condição estabelecida no Edital ou no contrato;

II – injustificadamente, não mantiver as condições estabelecidas neste Contrato;

III - fizer declaração falsa ao CONTRATANTE ou a qualquer um de seus municípios consorciados;

IV – falhar ou fraudar na execução do contrato;

V – tenha sofrido condenação definitiva pela prática dolosa de fraude fiscal ou ato de outra improbidade administrativa;

VI – tenha praticado atos ilícitos visando à frustração dos objetivos desta contratação; e

VII – demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O presente instrumento vigorará por doze (12) meses a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério do CONTRATANTE, mediante a celebração de termo aditivo, pelo prazo de até sessenta (60) meses.

§ 1º - Para a prorrogação do contrato deverão ser encaminhados ao CONTRATANTE os seguintes documentos vigentes, referentes ao local da prestação dos serviços:

I - Alvará Sanitário vigente ou seu protocolo junto ao órgão da vigilância sanitária competente;

II - Certidões negativas de débitos junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal;

III - Certidões de regularidade do FGTS, CNDT e INSS; e,  
IV – Certificado CRM do estabelecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

As alterações do presente contrato, desde que permitidas legalmente, somente vigorarão a partir da celebração do respectivo Termo Aditivo pelas partes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

Além das hipóteses previstas na Lei Federal nº. 8.666/93, são motivos para rescisão do presente contrato o não-cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, sem prejuízo das penalidades previstas neste instrumento e no art. 87 da referida Lei.

§ 1º - A CONTRATADA reconhece desde já os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na legislação antes mencionada.

§ 2º - A rescisão contratual solicitada pela CONTRATADA deverá ser encaminhada com antecedência de trinta (30) dias;

§ 3º No caso de rescisão contratual administrativa, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, a critério do CONTRATANTE, será observado o prazo de trinta (30) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo a CONTRATADA não prestar os serviços de acordo com as disposições deste contrato, poderá ser aplicada alguma das penalidades deste instrumento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Joinville (SC), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E por estarem as partes mutuamente de acordo com as cláusulas do presente instrumento, firmam o presente contrato.

Joinville (SC), 01 de janeiro de 2021.

CONTRATANTE

CONTRATADA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE N.º 27/2021

Publicação Nº 2867629

#### CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE N.º 27/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE CELEBRADO ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC (CONTRATANTE) E PAULO RICARDO DA COSTA LOPES CLÍNICA MÉDICA EIRELI; Processo Administrativo Nº. 34/2018, eDITAL 02/2018.

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, pessoa jurídica de direito público do tipo associação pública, com sede na Rua Max Colin, nº. 1843, Bairro América, cidade de Joinville/SC, CNPJ nº. 03.222.337/0001-31, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. Clézio José Fortunato, Prefeito do Município de São João do Itaperiú/SC.

CONTRATADA: Paulo Ricardo da Costa Lopes Clínica Médica EIRELI, com filial na Rua João Pessoa, 94, Saguazu, Joinville/SC, inscrita no CNPJ 26.863.828/0002-48, CEP 89.204-440, neste ato representado por sua sócia proprietária, Ruth Mayumi Watanabe, inscrita no CPF sob o nº 037.965.259-54.

Com fundamento na Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes e na Lei Federal nº. 8.080/90, no que forem aplicáveis, bem como na Lei nº. 8.666/93, Lei nº. 11.107/05; Decreto Federal nº. 6.017/07 e, ainda, no Edital de nº. 02/2018, Resolução nº. 01/2014 e Portaria 1.606/GM-MS, RESOLVEM celebrar o presente contrato de prestação de serviços em saúde, com base no Art. 25, caput da Lei nº 8.666/93 – Inexigibilidade de Licitação e Credenciamento Universal, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação dos seguintes serviços de saúde:

11.11.05.001-0 Mapeamento Cerebral Computadorizado com EEG Digital  
02.11.05.003-2 Eletroencefalograma com sono medicamentoso c/foto estímulo  
02.11.05.002-4 Eletroencefalograma em Vigília com ou sem foto estímulo.  
02.11.05.004-0 Eletroencefalograma em Vigília e Sono Espontâneo c/ ou s/ Foto-Estímulo  
02.11.05.008-3 Eletroencefalografia (Membros)  
11.02.11.050-1 Polissonografia Domiciliar  
11.02.11.060-0 Polissonografia Domiciliar com CPAP  
02.11.08.006-3 Prova Função Pulmonar Simples (Espirometria)  
02.11.08.005-5 Prova função pulmonar completa (farmacodinâmica)  
02.11.07.026-2 Peate / Bera - pesquisa de integridade funcional das vias auditivas c/pesquisa de limiar auditivo /ou p300

§ 1º Os serviços ora contratados serão realizados em favor da população dos municípios consorciados ao CONTRATANTE, conforme necessidades e disponibilidades financeiras de cada um dos entes consorciados.

§ 2º - Os serviços serão prestados pela CONTRATADA, nos termos desta cláusula, a pacientes/usuários que lhe sejam encaminhados pelas Secretarias Municipais de Saúde dos municípios que integram o CONTRATANTE ou, excepcionalmente, pelo próprio CONTRATANTE.

§ 3º Os serviços somente serão prestados aos beneficiários mediante a apresentação da Requisição de consulta e/ou exame fornecida pelas Secretarias Municipais de Saúde dos municípios consorciados, acompanhada de documento de identificação do usuário, ou, quando for o caso, de guia de autorização emitida pelo CONTRATANTE.

§ 4º Caso haja necessidade de complementação nos serviços inicialmente autorizados, tal complementação também precisará ser previamente autorizada, sob pena de ser inviabilizado o respectivo pagamento.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO**

Os serviços ora contratados serão pagos de acordo com as especificações e valores constantes na presente cláusula e/ou na tabela anexa:

Código	Procedimentos em Neurologia	Qde	Valor R\$ Unitário	Valor Mês
11.11.05.001-0	Mapeamento Cerebral Computadorizado com EEG Digital	150	R\$ 159,40	R\$ 23.910,00
02.11.05.003-2	Eletroencefalograma com sono medicamentoso c/foto estímulo	150	R\$ 90,00	R\$ 13.500,00
02.11.05.002-4	Eletroencefalograma em Vigília com ou sem foto estímulo.	150	R\$ 75,00	R\$ 11.250,00
02.11.05.004-0	Eletroencefalograma em Vigília e Sono Espontâneo c/ ou s/ Foto-Estímulo	150	R\$ 75,00	R\$ 11.250,00
02.11.05.008-3	Eletroneuromiografia (Membros)	300	R\$ 99,40	R\$ 29.820,00
Código	Procedimentos em Pneumologia	Qde	Valor R\$ Unitário	Valor Mês
11.02.11.050-1	Polissonografia Domiciliar	20	R\$ 480,05	R\$ 9.601,00
11.02.11.060-0	Polissonografia Domiciliar com CPAP	20	R\$ 480,05	R\$ 9.601,00
02.11.08.006-3	Prova Função Pulmonar Simples (Espirometria)	100	R\$ 53,50	R\$ 5.350,00
02.11.08.005-5	Prova função pulmonar completa (farmacodinâmica)	100	R\$ 91,65	R\$ 9.165,00
Código	Procedimentos	qtdade	Valor R\$ Unitário	Valor Mês
02.11.07.026-2	Peate / Bera - pesquisa de integridade funcional das vias auditivas c/pesquisa de limiar auditivo /ou p300	100	R\$ 159,95	R\$ 15.995,00

Valor médio/mês do contrato estimado: Valor médio/mês do contrato: R\$ 139.442,00 (cento e trinta e nove mil, quatrocentos e quarenta e dois reais). Valor médio/ano do contrato: R\$ 1.673.304,00 (um milhão, seiscentos e setenta e três mil, trezentos e quatro reais).

Parágrafo Único. Os quantitativos mensais são estimados, assim, somente serão pagos à CONTRATADA os serviços efetivamente realizados.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os serviços referidos na Cláusula Primeira serão executados pela CONTRATADA, no seguinte endereço Rua João Pessoa, 94, Saguacu, Joinville/SC, de acordo com as seguintes disposições:

I- a CONTRATADA deverá manter atualizado junto ao CONTRATANTE o nome do responsável técnico pelos serviços ora contratados, encaminhando-lhe o respectivo documento de responsabilidade técnica;

II – os serviços contratados deverão ser solicitados por formulário específico fornecido pelo CONTRATANTE;

III - os atendimentos somente poderão ser realizados pela CONTRATANTE se estiverem lançados no sistema Saudetec, com autorização do CONTRATANTE;

IV – O horário de atendimento da clínica é de segunda a sexta-feira das 08:00 às 18:00 horas.

**CLÁUSULA QUARTA – DA RELAÇÃO JURÍDICA COM A CONTRATADA**

A prestação dos serviços ora contratada não implica vínculo empregatício entre o CONTRATANTE e os profissionais da CONTRATADA, nem com a própria CONTRATADA no caso de empresa individual, tampouco exclusividade de colaboração entre as partes contratantes.

§ 1º - O CONTRATANTE ou agente público de município consorciado designado especialmente para esse fim terá direito a acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste contrato. Caso haja superveniência de legislação na área da saúde expedida pelo gestor público (local, estadual ou federal), a mesma será aplicada ao presente contrato, quando pertinente.

§ 2º - É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, incluídos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício ou prestação de serviços autônomos, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONTRATANTE ou para quaisquer de seus municípios integrantes.

§ 3º - A CONTRATADA fica exonerada da responsabilidade pelo não-atendimento do paciente encaminhado pelo CONTRATANTE na hipótese de atraso no pagamento superior a noventa (90) dias.

§ 4º O CONTRATANTE reserva-se o direito de contratar quantos prestadores julgar necessários para atendimento da demanda dos municípios consorciados.

§ 5º A CONTRATADA não terá direito adquirido à realização de quaisquer quantitativos físicos e financeiros mínimos mensais.

§ 6º O encaminhamento do paciente a outro prestador de serviços conforme exposto no § 4º desta Cláusula, não dará direito ao prestador de serviços ora contratado a cobrar do CONTRATANTE qualquer forma de ressarcimento.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REGULARIDADE DA DOCUMENTAÇÃO**

Toda a documentação apresentada pela CONTRATADA ao CONTRATANTE quando de sua habilitação poderá, a qualquer momento, ser solicitada pelo CONTRATANTE para fins de averiguação de sua regularidade.

Parágrafo Único. A CONTRATADA fica obrigada a apresentar ao CONTRATANTE, juntamente com a nota fiscal/fatura referente aos serviços prestados, todos os documentos comprobatórios da sua regularidade fiscal e trabalhista, válidos, conforme art. 29 da Lei nº 8.666/93 e item 3.1.4 do Edital, sob pena de inviabilização dos pagamentos, até que a regularidade seja comprovada.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A CONTRATADA se obriga a:

I – cumprir as cláusulas do presente contrato;



II – manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes e o arquivo médico em questão;  
III- não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;  
IV – atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviços;  
V – justificar ao CONTRATANTE, ao paciente ou seu responsável, sempre que solicitado e por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não-realização de qualquer ato profissional previsto no contrato;  
VI – manter o ambiente de atendimento dos pacientes em perfeito estado de conservação, higiene e funcionamento;  
VII – notificar ao CONTRATANTE de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança em sua diretoria, contrato ou estatuto, enviando ao CONTRATANTE, no prazo de sessenta (60) dias, contados a partir da data do registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da junta comercial ou do cartório de registro de pessoas jurídicas;  
VIII – apresentar a fatura/nota fiscal da forma que for solicitada pelo CONTRATANTE, acompanhado dos documentos comprobatórios de sua regularidade fiscal e trabalhista;  
IX - fornecer ao CONTRATANTE as informações sobre os procedimentos realizados nos pacientes;  
X - apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividades que demonstrem quantitativa e qualitativamente o atendimento do objeto deste contrato;  
XI- manter registro atualizado no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, inclusive quanto aos profissionais pertencentes ao quadro da CONTRATADA que executarão o objeto ora contratado;  
XII - submeter-se à regulação instituída pelo gestor da área da saúde, quando houver;  
XIII – submeter-se a todos os controles de prestação de serviços determinados pelo CONTRATANTE, seja de auditoria, controle, avaliação ou outros assemelhados;  
XIV - manter contrato que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;  
XV - garantir o acesso dos conselhos de saúde aos serviços contratados no exercício de seu poder de fiscalização.  
XVI – comunicar imediatamente ao CONTRATANTE eventual mudança de endereço, para que seja analisada a conveniência de manter os serviços ora contratados, podendo o CONTRATANTE rever as condições do contrato e, até mesmo rescindi-lo, se entender conveniente, sem que disso lhe resulte ônus;  
XVII – Comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer irregularidade referente ao serviço contratado; e  
XVIII - Fornecer, sem custo adicional, todos os materiais inclusos na delimitação do objeto e do preço, constantes das Cláusulas Primeira e Segunda deste instrumento.

§1º - A CONTRATADA não poderá cobrar do paciente/usuário ou seu acompanhante quaisquer valores pelos serviços prestados nos termos deste contrato.

§ 2º - A CONTRATADA responsabilizar-se-á por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante em razão da execução deste contrato, independentemente da espécie de vínculo existente entre o profissional que realizou a cobrança e a CONTRATADA.

§ 3º - A CONTRATADA que ainda não possuir CNES ou que precisar atualizá-lo, deverá fazê-lo num prazo máximo de 60 (sessenta) dias da assinatura deste instrumento, sob pena de rescisão contratual justificada.

§ 4º - A CONTRATADA deverá realizar o agendamento das cotas ofertadas neste contrato no decorrer do mês, não podendo alegar agenda insuficiente, respeitando Instrução Normativa nº 01/2014 da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE se obriga a:

I - repassar à CONTRATADA até o 10º dia útil após a apresentação do comprovante dos serviços, o valor mensal faturado, de acordo com a solicitação dos serviços autorizados no mês anterior, sendo que o prazo de pagamento aqui mencionado fica condicionado à entrega da fatura e demais documentos referidos no Parágrafo Único da Cláusula Quinta, nos termos do presente instrumento;

II - acompanhar, fiscalizar e supervisionar a prestação dos serviços objeto deste contrato; e

III – providenciar a publicação da súmula do referido contrato no prazo da lei.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

A CONTRATADA é responsável por quaisquer danos causados ao paciente e a terceiros a eles vinculados decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, bem como pelas obrigações e indenizações decorrentes desses danos.

§ 1º - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do CONTRATANTE ou servidor designado não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

§ 2º - Caso haja responsabilização do CONTRATANTE, solidária ou subsidiária, por danos causados pela CONTRATADA, seus prepostos ou profissionais a ele vinculados, a pacientes ou terceiros em razão dos serviços ora contratados, é garantido ao CONTRATANTE o direito de regresso integral contra a CONTRATADA.

#### CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

01.02.10.0302.0002.2.002.333900000000000000.010202 – Araquari (Referência 7)  
01.02.10.0302.0002.2.003.333900000000000000.010202 – Balneário Barra do Sul (Referência 8)  
01.02.10.0302.0002.2.004.333900000000000000.010202 – Barra Velha (Referência 10)  
01.02.10.0302.0002.2.005.333900000000000000.010202 – Campo Alegre (Referência 11)  
01.02.10.0302.0002.2.006.333900000000000000.010202 – Corupá (Referência 12)  
01.02.10.0302.0002.2.007.333900000000000000.010202 – Garuva (Referência 14)  
01.02.10.0302.0002.2.008.333900000000000000.010202 – Guaramirim (Referência 15)  
01.02.10.0302.0002.2.009.333900000000000000.010202 – Itapoá (Referência 16)  
01.02.10.0302.0002.2.010.333900000000000000.010202 – Jaraguá do Sul (Referência 18)  
01.02.10.0302.0002.2.011.333900000000000000.010202 – Joinville (Referência 20)  
01.02.10.0302.0002.2.012.333900000000000000.010202 – Massaranduba (Referência 21)  
01.02.10.0302.0002.2.013.333900000000000000.010202 – Piên (Referência 22)  
01.02.10.0302.0002.2.014.333900000000000000.010202 – Rio Negrinho (Referência 24)  
01.02.10.0302.0002.2.015.333900000000000000.010202 – São Bento do Sul (Referência 25)  
01.02.10.0302.0002.2.016.333900000000000000.010202 – São Francisco do Sul (Referência 27)

01.02.10.0302.0002.2.017.333900000000000000.010202 – São João do Itaperiú (Referência 29)

01.02.10.0302.0002.2.018.333900000000000000.010202 – Schroeder (Referência 30)

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os serviços estipulados neste contrato serão pagos mediante as seguintes condições:

I – Apresentação pela CONTRATADA de nota fiscal/fatura, relação discriminadora dos serviços prestados devidamente assinada e relatório dos atendimentos realizados, devidamente conferidos com o sistema Saudetech ou de forma manual, no caso de o sistema apresentar algum problema técnico;

II – A CONTRATADA apresentará mensalmente ao CONTRATANTE, até o 5º dia útil de cada mês a documentação elencada no Inciso I, relativa aos serviços efetivamente prestados entre os dias 1º a 30 do mês anterior, bem como documentos comprobatórios de sua regularidade fiscal e trabalhista. Após a validação dos documentos, realizada pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA receberá o pagamento pelos serviços prestados, no prazo estabelecido pelo Inciso I da Cláusula Sétima;

III - Se a documentação descrita no inciso I for entregue fora do prazo estabelecido no inciso II a CONTRATADA não terá direito ao recebimento de juros, multa ou atualizações financeiras sobre o valor da fatura, podendo o pagamento ser postergado para a próxima fatura;

IV – O pagamento está condicionado à validade e regularidade das Certidões Negativas de Débito do INSS, das Fazendas Federal, Estadual e Municipal e do Certificado de Regularidade do FGTS e CNDT.

V – Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento das contas, por culpa do CONTRATANTE, este garantirá à CONTRATADA o pagamento, no prazo avençado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior, acertando-se as diferenças que houver no pagamento seguinte, mas ficando o CONTRATANTE exonerado do pagamento de multas e sanções financeiras;

VI – As contas rejeitadas quanto ao mérito serão objeto de análise do CONTRATANTE;

VII - Somente serão pagos serviços previamente autorizados pelas Secretarias Municipais da Saúde dos municípios consorciados ou, excepcionalmente, pelo CONTRATANTE;

VIII – Os atendimentos devem ser agendados e devidamente executados no sistema Saudetech para fins de faturamento;

VIX – A documentação elencada no Inciso I, com exceção da NF/Fatura, após análise e pagamento, serão devolvidas ao município de origem.

X – Em caso de recursos oriundos de Convênios Federal e/ou Estadual para pagamento dos serviços prestados, deverá a Contratada emitir Nota Fiscal específica dos serviços prestados com aquele recurso, identificando o Número do Convênio e demais informações determinadas pelo Contratante.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E DO REAJUSTE

O percentual de reajuste dos serviços de saúde objeto deste contrato será:

I - os serviços que constam na tabela SUS, serão reajustados conforme a tabela SUS;

II - os serviços que constam na tabela SUS e que são pagos com complemento do CISNORDESTE/SC, o reajuste será aplicado sobre o valor do complemento vigente em dezembro de cada ano, utilizando o índice - IPCA acumulado dos últimos 12 meses, publicado até o dia 30 de Novembro de cada ano;

III - os serviços que não constam na tabela SUS, serão reajustados aplicando o índice IPCA acumulado sobre o valor vigente em dezembro;

IV - por deliberação do Conselho Administrativo do CISNORDESTE/SC, em caso superveniente e excepcional que implique revisão para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Parágrafo Único: Os novos valores terão vigência a partir do mês de janeiro subseq-ente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO

A execução do presente contrato será avaliada e fiscalizada pelo CONTRATANTE, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

§ 1º - Em casos específicos, definidos pelo CONTRATANTE, poderá ser realizada auditoria especializada.

§ 2º - Sempre que seja necessário e/ou do interesse do CONTRATANTE, este poderá vistoriar as instalações da CONTRATADA para verificar se persistem as mesmas condições básicas originais, comprovadas por ocasião da assinatura deste instrumento.

§ 3º - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa da CONTRATADA poderá ensejar a não-prorrogação deste acordo ou a revisão das condições ora estipuladas.

§ 4º - A fiscalização do CONTRATANTE sobre os serviços ora contratados não eximirá a CONTRATADA da sua plena responsabilidade, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato, perante o CONTRATANTE ou para com os pacientes e terceiros.

§ 5º - A CONTRATADA facilitará ao CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores do CONTRATANTE designados para tal fim.

§ 6º - Em qualquer hipótese é assegurado à CONTRATADA amplo direito de defesa, nos termos da Lei Federal nº. 8.666/83.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste cadastramento, conforme o caso, o CONSÓRCIO poderá aplicar ao contratado as seguintes sanções, sem prejuízo de outras medidas legais aplicáveis, garantida a prévia e ampla defesa:

I - advertência;

II - multa de até 3 (três) vezes a média mensal de faturamento realizado pela cadastrada nos últimos 12 (doze) meses;

III - suspensão temporária de participar de chamamento, licitação ou contrato com o CONSÓRCIO ou com órgãos da administração direta e indireta dos municípios consorciados, por até dois anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

Parágrafo Único: As penalidades previstas nos incisos I a IV do caput, ainda poderão ser aplicadas à CONTRATADA que:

I - retardar injustificadamente a execução do objeto do contrato, ou de alguma de suas parcelas ou obrigações acessórias, ou descumprir qualquer condição estabelecida no Edital ou no contrato;

II – injustificadamente, não mantiver as condições estabelecidas neste Contrato;

III - fizer declaração falsa ao CONTRATANTE ou a qualquer um de seus municípios consorciados;

IV – falhar ou fraudar na execução do contrato;

V – tenha sofrido condenação definitiva pela prática dolosa de fraude fiscal ou ato de outra improbidade administrativa;

- VI – tenha praticado atos ilícitos visando à frustração dos objetivos desta contratação; e  
VII – demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O presente instrumento vigorará por doze (12) meses a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério do CONTRATANTE, mediante a celebração de termo aditivo, pelo prazo de até sessenta (60) meses.

§ 1º - Para a prorrogação do contrato deverão ser encaminhados ao CONTRATANTE os seguintes documentos vigentes, referentes ao local da prestação dos serviços:

I - Alvará Sanitário vigente ou seu protocolo junto ao órgão da vigilância sanitária competente;

II - Certidões negativas de débitos junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal;

III - Certidões de regularidade do FGTS, CNDT e INSS; e,

IV - Certificado CRM do estabelecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

As alterações do presente contrato, desde que permitidas legalmente, somente vigorarão a partir da celebração do respectivo Termo Aditivo pelas partes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

Além das hipóteses previstas na Lei Federal nº. 8.666/93, são motivos para rescisão do presente contrato o não-cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, sem prejuízo das penalidades previstas neste instrumento e no art. 87 da referida Lei.

§ 1º - A CONTRATADA reconhece desde já os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na legislação antes mencionada.

§ 2º - A rescisão contratual solicitada pela CONTRATADA deverá ser encaminhada com antecedência de trinta (30) dias;

§ 3º No caso de rescisão contratual administrativa, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, a critério do CONTRATANTE, será observado o prazo de trinta (30) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo a CONTRATADA não prestar os serviços de acordo com as disposições deste contrato, poderá ser aplicada alguma das penalidades deste instrumento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Joinville (SC), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E por estarem as partes mutuamente de acordo com as cláusulas do presente instrumento, firmam o presente contrato.

Joinville (SC), 01 de janeiro de 2021.

CONTRATANTE

CONTRATADA

## CISAMA

### RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 106/2021

Publicação Nº 2867923

#### RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 106/2021

ESTABELE OS REQUISITOS PARA O LIVRE COMÉRCIO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL NA ÁREA DE ATUAÇÃO DO CISAMA.

O Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense - CISAMA, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 11.173.405/0001-48, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Ademilson Conrado, Prefeito do Município de Cerro Negro - SC, torna público que aprovou a seguinte:

Considerando, a Portaria Nº 62, de 29 de junho de 2016, emitida pelo Secretário de Defesa Agropecuária, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a qual reconhece a equivalência dos Serviços Municipais de Inspeção de Produtos de Origem Animal que compõem o Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense – CISAMA para a adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produto de Origem Animal do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária;

Considerando, o Decreto nº 10.032, de 1 de outubro de 2019, que altera o Anexo ao Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, para dispor sobre as competências dos Consórcios Públicos de Município no âmbito do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal;

Considerando, a Instrução Normativa nº 29, de 23 de abril de 2020, que estabelece os requisitos para o livre comércio de produtos de origem animal, inspecionados por Consórcio Público de Municípios;

Art.1º - Ficam estabelecidos os requisitos para o livre comércio de produtos de origem animal nos territórios dos Municípios consorciados ao CISAMA, de mesma Unidade da Federação daquele que mantém o registro do produto.

1º A área de atuação do CISAMA corresponde à soma dos territórios dos municípios consorciados.

2º Os produtos de origem animal inspecionados por Serviço de Inspeção vinculado ao CISAMA, atendidos os requisitos do Decreto nº 10.032, de 1º de outubro de 2019 e a Instrução Normativa nº 29, de 23 de abril de 2020, poderão ser comercializados nos territórios dos Municípios consorciados da mesma Unidade da Federação daquele que mantém o registro do produto.

Art. 2º Os requisitos para o livre comércio de produtos de origem animal na área de atuação do Consórcio Público de Municípios de mesma Unidade da Federação são os que seguem:

1º Os Serviços de Inspeção deverão ser equivalentes e cumprir com os pré-requisitos de estruturação conforme os modelos de Lei e Decreto disponibilizados pelo CISAMA.

2º Os municípios consorciados que não possuem Serviço de Inspeção poderão apenas receber os produtos dos demais municípios equivalentes dentro da mesma Unidade Federativa.

3º O produto de origem animal inspecionado pelo Serviço de Inspeção vinculado ao CISAMA deve:

a) estar devidamente registrado; e

b) estar rotulado com as informações abaixo, sem prejuízo das demais especificidades regulamentares vigentes:

1. Identificação do consórcio com letras maiúsculas, na forma 'CISAMA – SC', devendo estar posicionada logo abaixo do carimbo do Serviço de Inspeção, conforme modelo abaixo:

Modelo 01 – produtos até 1Kg: Fonte da letra Arial, negrito, cor preta, tamanho de letra mínimo de 12. Produtos acima de 1kg o carimbo do SIM deverá seguir as normas publicadas no Decreto do SIM ou normas complementares do CISAMA.

2. A denominação do consórcio, número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e o endereço do CISAMA devem estar localizados logo abaixo da sigla (CISAMA – SC), com letra de arial, maior ou igual a 1 mm (milímetro) e legível, conforme abaixo:

Consórcio Intermunicipal da Serra Catarinense – CISAMA. CNPJ: 11.173.405/0001-48. Rua Otacílio Vieira da Costa, 112 – Centro – Lages/SC.

3. Código de barras do produto, quando a empresa possuir (item facultativo).

Art. 3º - A relação dos Municípios/SC consorciados, está disponível na página eletrônica <https://www.cisama.sc.gov.br/> bem como no anexo 1 desta Resolução.

Art. 4º Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se disposições em contrário.

Lages/SC, 17 de fevereiro de 2021.

Ademilson Conrado  
Presidente do CISAMA

ANEXO I  
Municípios consorciados:

SANTA CATARINA
1-Anita Garibaldi
2-Bocaina do Sul
3-Bom Jardim da Serra
4-Bom Retiro
5-Campo Belo do Sul
6-Capão Alto
7-Cerro Negro
8-Correia Pinto
9-Otacílio Costa
10-Painel
11-Palmeira
12-Lages
13-Ponte Alta
14-Rio Rufino
15-São Joaquim
16-São José do Cerrito
17-Urubici
18-Urupema

**CVC****ADITIVO ATA N 16 ODONTOMEDI**

Publicação Nº 2867570

TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2020, PARA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELA-  
LADOS, DE MATERIAL AMBULATORIAL E ODONTOLÓGICO, CONFORME TABELA DA CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DA MENCIONADA ATA DE  
REGISTRO DE PREÇOS, FIRMADA ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, COMO ÓRGÃO GERENCIADOR E OS  
MUNICÍPIOS COMO ÓRGÃO PARTICIPANTE E ODONTOMEDI

PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA COMO FORNECEDOR, EM CONFORMIDADE COM O PROCESSO LICITATORIO Nº  
001/2020 - CVC.

**QUARTO TERMO ADITIVO**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, com sede à AVENIDA SANTA CATARINA, nº 346 SALA 2, Bairro CENTRO, na  
cidade de Coronel Freitas (SC), inscrita no CNPJ/MF 14.688.861/0001-19, CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - neste ato  
representado por seu presidente Sr. CLODOALDO BRIANCINI, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR, e os seguinte municípios:

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO  
UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó CEP: 89883000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato  
representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE  
SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Águas Frias CEP: 89843000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato  
representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LUIZ JOSE DAGA.

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO  
FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim CEP: 89865000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste  
ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. EDILSON FERLA.

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida DOM PEDRO II,  
S/N Bairro CENTRO - Serra Alta CEP: 89871000 inscrito no CNPJ sob nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado pelo  
PREFEITO MUNICIPAL Sr. RAFAEL MARIM.

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida SÃO LUIZ,  
S/N Bairro CENTRO - União do Oeste CEP: 89845000 inscrito no CNPJ sob nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo  
PREFEITO MUNICIPAL Sr. VALMOR GOLLO.

Doravante denominado ORGÃOS PARTICIPANTES, e a empresa ODONTOMEDI

PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Avenida LUIZ  
ANTONIO FAEDO, 1612 S/N INDUSTRIAL CEP 85.601-275 - Francisco Beltrão/PR CEP: 85.601-275, inscrita no CNPJ sob o  
nº 06.194.440/0001-03, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. ANIMARI TEREZINHA GUIMARÃES, doravante denominado  
FORNECEDOR, celebram o presente Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 016/2020, firmada em 29/05/2020 em decorrência do Pregão  
Eletrônico nº 001/2020 - CVC:

Considerando a necessidade do Aditamento dos lotes identificados na Clausula Primeira da ata de Registro de Preços do FORNECEDOR  
REGISTRADO no processo licitatório 001/2020 – CVC, e com fundamento no art. 19 da Resolução 003/2015 CVC e clausula oitava item 8.1  
e incisos da ata de registro de preços, resolvem as partes aditá-la, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DA INCLUSÃO DO LOTE LISTADO NA TABELA ABAIXO À CLAUSULA DÉCIMA QUARTA:**

Fica incluído o lote abaixo na Tabela da Cláusula Décima Quarta:

14.1 Tabela de itens, preços e estimativa de consumo registrados:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
153	1.820	UNIDADE	FRASCO PARA NUTRI- ÇÃO ENTERAL 300 ML	BIOBASE	1,04

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA RATIFICAÇÃO**

O presente aditamento complementa a Ata de Registro de Preços nº 016/2020 firmada em 29/05/2020, ratificando todas as cláusulas que  
não foram modificadas.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DA PUBLICAÇÃO**

Em atenção ao disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o extrato do presente aditamento será publicado pelo ÓRGÃO  
GERENCIADOR no Diário Oficial dos Municípios, disponível em [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

É por estarem assim justos e acordados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor.

Coronel Freitas (SC), 16/02/2021

CLODOALDO BRIANCINI

Presidente

Órgão Gerenciador

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ

Órgão Participante



MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS  
Órgão Participante

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM  
Órgão Participante

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA  
Órgão Participante

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE  
Órgão Participante

ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA  
Fornecedor

Testemunha

Testemunha

---

## CIMGEPA

---

### TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 01 2021

Publicação N° 2868979

Estado de Santa Catarina  
Consórcio Intermunicipal Multifinalitário de Gestão Pública da Amesc – CIMGEPA

Termo de Dispensa de Licitação

Processo Licitatório nº 01/2021 – Dispensa de Licitação

Objeto: Execução dos serviços de complementação da supervisão e de subsídios à fiscalização de serviços rodoviários decorrentes da execução (por terceiros igualmente contratados) de serviços de recuperação e conservação das Rodovias Estaduais previstas no Decreto Estadual 759/2011 – território dos municípios consorciados na região da AMESC, atendendo o PROJETO RECUPERAR, originado do Governo do Estado de Santa Catarina – Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade –SIE, conforme especificações técnicas do Termo de Referência. Contratante: Consórcio Intermunicipal Multifinalitário de Gestão Pública da Amesc - CIMGEPA, Associação Pública, inscrita no CNPJ sob o nº 34.363.129/0001-86, com sede na Av. XV de Novembro, 911 Sala 2 – Centro Cívico - Araranguá/SC.

Contratado: Iguatemi Consultoria e Serviços de Engenharia Ltda, inscrito no CNPJ sob o nº 83.256.172/0001-58, sito na Rua Santos Saraiva, 1964 – Capoeiras - Florianópolis/SC.

Valor: O valor mensal para execução dos serviços é de R\$18.999,52 (dezoito mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta e dois centavos), totalizando R\$ 65.865,00 (sessenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e cinco reais).

Vigência: de 12 de fevereiro a 27 de maio de 2021.

Fundamento Legal: Art. 24, IV e § 1º, da Lei 8.666/93

Araranguá/SC, 12 de fevereiro de 2021.

Heriberto Afonso Schmidt

Diretor Executivo

**CIGAMERIOS****PRESTACAO DE CONTAS 2020**

Publicação Nº 2867453

Página: 1  
12/02/2021 10:31

Estado de Santa Catarina  
CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA Exercício de 2020 - Anexo 01, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora: CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi

Receita		Despesa	
Receitas Correntes		Despesas Correntes	
Receita Patrimonial	3.318,74	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAI	198.985,58
Receita de Serviços	-	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	66.272,09
Transferências Correntes	273.142,40		
Outras Receitas Correntes	-	Superávit	11.203,47
Totais .....	276.461,14	Totais .....	276.461,14

Resumo	Receita	Despesa	
Receitas Correntes	-	Despesas Correntes	-
Receitas Correntes Intraorçamentária	-	Despesas Correntes Intraorçamentária	-
Receitas de Capital	276.461,14	Despesas de Capital	265.257,67
Receitas de Capital Intraorçamentária	-	Despesas de Capital Intraorçamentária	-
		Superávit	11.203,47
Total .....	276.461,14	Total .....	276.461,14

DERLI FURTADO  
PRESIDENTE CIGAMERIOS

Francisco Valdeci de Almeida  
Contador CRC/SC 16887/O-4

GOVBR CP - Emissão: 12/02/2021 às 10h31min - Duração: 0h00m04seg (2)



Estado de Santa Catarina Demonstracao da Despesa por Unidades Orcamentarias  
CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO Segundo as Categorias Economicas  
Exercicio de 2020 - Anexo 2, da Lei 4.320/64

Folha: 1

Unidade Gestora : CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi

Orgao

----- Despesas Correntes -----

Unidade Orcamentaria	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Divida	Outras Despesas Correntes	Total
CONS. INTEG DE GEST. PUBL - CIGAMERIOS				
CONS. INTEG DE GEST. PUBL - CIGAMERIOS	198.985,58		66.272,09	265.257,67
Total .....	198.985,58		66.272,09	265.257,67

GOVBR CP - Emissao: 12/02/2021 as 10h41min - Duracao: 0h00m00seg (2)

Estado de Santa Catarina Demonstracao da Despesa por Unidades Orcamentarias  
CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO Segundo as Categorias Economicas  
Exercicio de 2020 - Anexo 2, da Lei 4.320/64

Folha: 2

Unidade Gestora : CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi

Orgao	----- Despesas de Capital -----				
Unidade Orcamentaria	Investimentos	Inversoes	Amortizacao da		Total
		Financeiras	Divida		
CONS. INTEG DE GEST. PUBL - CIGAMERIOS					
CONS. INTEG DE GEST. PUBL - CIGAMERIOS					
Total .....	0,00	0,00	0,00		0,00

GOVER CP - Emissao: 12/02/2021 as 10h41min - Duracao: 0h00m00seg (2)

Estado de Santa Catarina Demonstracao da Despesa por Unidades Orcamentarias  
CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO Segundo as Categorias Economicas  
Exercicio de 2020 - Anexo 2, da Lei 4.320/64

Folha: 3

Unidade Gestora : CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi

Orgao

----- T O T A I S -----

Unidade Orcamentaria	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
CONS. INTEG DE GEST. PUBL - CIGAMERIOS			
CONS. INTEG DE GEST. PUBL - CIGAMERIOS	265.257,67		265.257,67
Total .....	265.257,67		265.257,67

DERLI FURTADO  
PRESIDENTE CIGAMERIOS

Francisco Valdeci de Almeida  
Contador CRC/SC 16887/O-4

GOVER CP - Emissao: 12/02/2021 as 10h41min - Duracao: 0h00m00seg (2)

Estado de Santa Catarina Natureza da Despesa Segundo as Categorias Economicas  
 CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO Exercício de 2020 - Anexo 2, da Lei 4.320/64

Folha: 1

Unidade Gestora.....: CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi  
 Orgao.....: 01 CONS. INTEG DE GEST. PUBL - CIGAMERIOS  
 Unidade Orcamentaria: 01.01 CONS. INTEG DE GEST. PUBL - CIGAMERIOS

Codigo	Especificacao	Desdobramento	Grupo de Natureza da Despesa	Natureza da Despesa
3.0.00.00.00.0000	DESPESAS CORRENTES			265.257,67
3.1.00.00.00.0000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		198.985,58	
3.1.90.00.00.0000	APLICACOES DIRETAS		198.985,58	
3.1.90.11.00.0000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	155.226,49		
3.1.90.11.01.0000	VENCIMENTOS E SALARIOS	135.652,75		
3.1.90.11.43.0000	13o SALARIO	11.756,25		
3.1.90.11.45.0000	FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	2.607,49		
3.1.90.11.46.0000	FERIAS - PAGAMENTO ANTECIPADO	5.210,00		
3.1.90.13.00.0000	OBRIGACOES PATRONAIS	43.759,09		
3.1.90.13.01.0000	FGTS	11.947,84		
3.1.90.13.02.0000	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS	31.811,25		
3.3.00.00.00.0000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		66.272,09	
3.3.90.00.00.0000	APLICACOES DIRETAS		66.272,09	
3.3.90.30.00.0000	MATERIAL DE CONSUMO	428,70		
3.3.90.30.07.0000	GENEROS DE ALIMENTACAO	344,70		
3.3.90.30.16.0000	MATERIAL DE EXPEDIENTE	71,00		
3.3.90.30.26.0000	MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	13,00		
3.3.90.39.00.0000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ - VER ANEXO III	48.122,70		
3.3.90.39.05.0000	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	6.526,05		
3.3.90.39.50.0000	SERVICOS MEDICO-HOSPITALAR, ODONTOLOGICO E LABORATORIAL	100,00		
3.3.90.39.79.0000	SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL	41.151,55		
3.3.90.39.81.0000	SERVICOS BANCARIOS	345,10		
3.3.90.40.00.0000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO (TIC) - PJ	17.682,28		
3.3.90.40.01.0000	LOCACAO DE EQUIPAMENTOS E SOFTWARES	17.455,28		
3.3.90.40.99.0000	OUTROS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	227,00		
3.3.90.47.00.0000	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	38,41		
3.3.90.47.12.0000	CONTRIBUICAO PARA O PIS/PASEP	38,41		
4.0.00.00.00.0000	DESPESAS DE CAPITAL			0,00
4.4.00.00.00.0000	INVESTIMENTOS		0,00	
4.4.90.00.00.0000	APLICACOES DIRETAS		0,00	
Total da Unidade Orcamentaria				265.257,67
Total do Orgao				265.257,67
Total Geral				265.257,67

DERLI FURTADO  
 PRESIDENTE CIGAMERIOS

Francisco Valdeci de Almeida  
 Contador CRC/SC 16887/0-4

GOVBR CP - Emissao: 12/02/2021 as 10h40min - Duracao: 0h00m01seg (2)



Estado de Santa Catarina Receita Segundo as Naturezas  
 CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO Exercício de 2020 - Anexo 2, da Lei 4.320/64

Folha: 1

Unidade Gestora: CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi

Codigo	Especificacao	Desdobramento	Fonte	Natureza Da Receita
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes			276.461,14
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial		3.318,74	
1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliarios		3.318,74	
1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correcoes Monetarias	3.318,74		
1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita de Servicos		0,00	
1.6.9.0.00.0.0.00.00.00	Outros Servicos		0,00	
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferencias Correntes		273.142,40	
1.7.3.0.00.0.0.00.00.00	Transferencias dos Municipios e de suas Entidades		253.142,40	
1.7.3.8.00.0.0.00.00.00	Transf dos Municipios - Especificas de Estados, DF e Municip	253.142,40		
1.7.5.0.00.0.0.00.00.00	Transferencias de Outras Instituicoes Publicas		20.000,00	
1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes		0,00	
1.9.1.0.00.0.0.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		0,00	
Total Geral .....				276.461,14
Total de Deducoes.....				0,00
Total da Receita Liquida..				276.461,14

GOVBR CP - Emissao: 12/02/2021 as 10h37min - Duracao: 0h00m01seg (2)

Estado de Santa Catarina

Receita Segundo as Naturezas

Folha: 2

CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO

Exercicio de 2020 - Anexo 2, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora: CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi

**R e s u m o**

Receita Patrimonial	3.318,74
Transferencias Correntes	273.142,40
	-----
Total Receitas Correntes	276.461,14
	-----
<b>Total Geral</b>	<b>276.461,14</b>

---

DERLI FURTADO  
PRESIDENTE CIGAMERIOS

---

Francisco Valdeci de Almeida  
Contador CRC/SC 16887/O-4

GOVER CP - Emissao: 12/02/2021 as 10h37min - Duracao: 0h00m01seg (2)

Estado de Santa Catarina Programa de Trabalho  
 CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO Exercício de 2020 - Anexo 6, da Lei 4.320/64

Folha: 1

Unidade Gestora.....: CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi  
 Orgao.....: 01 CONS. INTEG DE GEST. PUBL - CIGAMERIOS  
 Unidade Orcamentaria: 01.01 CONS. INTEG DE GEST. PUBL - CIGAMERIOS

Codigo	Especificacao	Projetos	Atividades	Oper. Especiais	Total
04.000.0000.0.000.000	Administracao		265.219,26		265.219,26
04.122.0000.0.000.000	Administracao Geral		265.219,26		265.219,26
04.122.0001.0.000.000	Administracao Geral do CIGAMERIOS		265.219,26		265.219,26
04.122.0001.2.001.000	Administracao Geral do CIGAMERIOS		265.219,26		265.219,26
28.000.0000.0.000.000	Encargos Especiais			38,41	38,41
28.846.0000.0.000.000	Outros Encargos Especiais			38,41	38,41
28.846.0001.0.000.000	Administracao Geral do CIGAMERIOS			38,41	38,41
28.846.0001.0.001.000	Contribuicao para o PASEP			38,41	38,41
	Total Unidade Orcamentaria.....		265.219,26	38,41	265.257,67
	Total do Orgao .....		265.219,26	38,41	265.257,67
	Total Geral .....		265.219,26	38,41	265.257,67

DERLI FURTADO  
 PRESIDENTE CIGAMERIOS

Francisco Valdeci de Almeida  
 Contador CRC/SC 16887/O-4

GOVBR CP - Emissao: 12/02/2021 as 10h42min - Duracao: 0h00m00seg (2)



Folha: 1

Exercicio de 2020 - Anexo 7, da Lei 4.320/64

Codigo	Especificacao	Projetos	Atividades	Oper. Especiais	Total
04.000.0000	Administracao		399.000,00		399.000,00
04.122.0000	Administracao Geral		399.000,00		399.000,00
04.122.0001	Administracao Geral do CIGAMERIOS		399.000,00		399.000,00
28.000.0000	Encargos Especiais			1.000,00	1.000,00
28.846.0000	Outros Encargos Especiais			1.000,00	1.000,00
28.846.0001	Administracao Geral do CIGAMERIOS			1.000,00	1.000,00
	Total .....	0,00	399.000,00	1.000,00	400.000,00

Francisco Valdeci de Almeida  
Contador CRC/SC 16887/O-4

GOVBR CP - Emissao: 12/02/2021 as 10h43min - Duracao: 0h00m00seg (2)

Estado de Santa Catarina Demonstrativo da Despesa por Funcoes, Subfuncoes e Programas  
CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO Conforme o Vinculo com os Recursos  
Exercicio de 2020 - Anexo 8, da Lei 4.320/64

Folha: 1

Unidade Gestora : CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi

Codigo	Especificacao	Ordinario	Vinculado	Total
04.000.0000	Administracao	265.219,26		265.219,26
04.122.0000	Administracao Geral	265.219,26		265.219,26
04.122.0001	Administracao Geral do CIGAMERIOS	265.219,26		265.219,26
28.000.0000	Encargos Especiais	38,41		38,41
28.846.0000	Outros Encargos Especiais	38,41		38,41
28.846.0001	Administracao Geral do CIGAMERIOS	38,41		38,41
	Total .....	265.257,67		265.257,67

DERLI FURTADO  
PRESIDENTE CIGAMERIOS

Francisco Valdeci de Almeida  
Contador CRC/SC 16887/O-4

GOVBR CP - Emissao: 12/02/2021 as 10h44min - Duracao: 0h00m00seg (2)

Estado de Santa Catarina

Demonstrativo da Despesa por Funcoes

Folha: 1

CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO

Exercicio de 2020 - Anexo 9, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora : CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi

Orgao	Funcao	Despesa Executada	Total
01	CONS. INTEG DE GEST. PUBL - CIGAMERIOS		
	04 Administracao	265.219,26	
	28 Encargos Especiais	38,41	265.257,67

GOVBR CP - Emissao: 12/02/2021 as 10h45min - Duracao: 0h00m00seg (2)

Estado de Santa Catarina

Demonstrativo da Despesa por Funcoes

Folha: 2

CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO

Exercicio de 2020 - Anexo 9, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora : CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi

----- Resumo -----

Funcao	Despesa Executada
04 Administracao	265.219,26
28 Encargos Especiais	38,41
Total Geral .....	265.257,67

---

DERLI FURTADO  
PRESIDENTE CIGAMERIOS

---

Francisco Valdeci de Almeida  
Contador CRC/SC 16887/O-4

GOVER CP - Emissao: 12/02/2021 as 10h45min - Duracao: 0h00m00seg (2)

Estado de Santa Catarina Comparativo da Receita Orcada com a Arrecadada  
 CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO Exercício de 2020 - Anexo 10, da Lei 4.320/64

Folha: 1

Unidade Gestora : CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi

Codigo	Especificacao	Orcada	Arrecadada	Diferenca	
				Para Mais	Para Menos
1.0.0.0.00.0.0.00.00	Receitas Correntes	400.000,00	276.461,14		123.538,86
1.3.0.0.00.0.0.00.00	Receita Patrimonial	5.000,00	3.318,74		1.681,26
1.3.2.0.00.0.0.00.00	Valores Mobiliarios	5.000,00	3.318,74		1.681,26
1.3.2.1.00.0.0.00.00	Juros e Correcoes Monetarias	5.000,00	3.318,74		1.681,26
1.3.2.1.00.1.0.00.00	Remuneracao de Depositos Bancarios	5.000,00	3.318,74		1.681,26
1.3.2.1.00.1.1.00.00	Remuneracao de Depositos Bancarios - Principal	5.000,00	3.318,74		1.681,26
1.6.0.0.00.0.0.00.00	Receita de Servicos	10.000,00	0,00		10.000,00
1.6.9.0.00.0.0.00.00	Outros Servicos	10.000,00	0,00		10.000,00
1.6.9.0.99.0.0.00.00	Outros Servicos	10.000,00	0,00		10.000,00
1.6.9.0.99.1.0.00.00	Outros Servicos	10.000,00	0,00		10.000,00
1.6.9.0.99.1.1.00.00	Outros Servicos - Principal	10.000,00	0,00		10.000,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00	Transferencias Correntes	379.713,60	273.142,40		106.571,20
1.7.3.0.00.0.0.00.00	Transferencias dos Municipios e de suas Entidades	379.713,60	253.142,40		126.571,20
1.7.3.8.00.0.0.00.00	Transferencias dos Municipios - Especificas de Estados, DF e Municip	379.713,60	253.142,40		126.571,20
1.7.3.8.02.0.0.00.00	Transferencias de Municipios a Consorcios Publicos	379.713,60	253.142,40		126.571,20
1.7.3.8.02.1.0.00.00	Transferencias de Municipios a Consorcios Publicos	379.713,60	253.142,40		126.571,20
1.7.3.8.02.1.1.00.00	Transferencias de Municipios a Consorcios Publicos - Principal	379.713,60	253.142,40		126.571,20
1.7.3.8.02.1.1.01.00	Municipio de Bom Jesus do Oeste	7.675,20	5.116,80		2.558,40
1.7.3.8.02.1.1.02.00	Municipio de Caibi	22.388,40	14.925,60		7.462,80
1.7.3.8.02.1.1.03.00	Municipio de Campo Ere	33.732,00	22.488,00		11.244,00
1.7.3.8.02.1.1.04.00	Municipio de Cunha Pora	38.206,80	25.471,20		12.735,60
1.7.3.8.02.1.1.05.00	Municipio de Cunhatai	6.775,20	4.516,80		2.258,40
1.7.3.8.02.1.1.06.00	Municipio de Flor do Sertao	5.716,80	3.811,20		1.905,60
1.7.3.8.02.1.1.07.00	Municipio de Iraceminha	15.310,80	10.207,20		5.103,60
1.7.3.8.02.1.1.08.00	Municipio de Maravilha	79.563,60	53.042,40		26.521,20
1.7.3.8.02.1.1.09.00	Municipio de Modelo	14.562,00	9.708,00		4.854,00
1.7.3.8.02.1.1.10.00	Municipio de Palmitos	48.060,00	32.040,00		16.020,00
1.7.3.8.02.1.1.11.00	Municipio de Riqueza	17.416,80	11.611,20		5.805,60
1.7.3.8.02.1.1.12.00	Municipio de Romelandia	19.983,60	13.322,40		6.661,20
1.7.3.8.02.1.1.13.00	Municipio de Saltinho	14.259,60	9.506,40		4.753,20
1.7.3.8.02.1.1.14.00	Municipio de Santa Terezinha do	10.425,60	6.950,40		3.475,20
1.7.3.8.02.1.1.15.00	Municipio de Sao Miguel da Boa Vista	6.854,40	4.569,60		2.284,80
1.7.3.8.02.1.1.16.00	Municipio de Saudades	32.457,60	21.638,40		10.819,20
1.7.3.8.02.1.1.17.00	Municipio de Tigrinhos	6.325,20	4.216,80		2.108,40
1.7.5.0.00.0.0.00.00	Transferencias de Outras Instituicoes Publicas	0,00	20.000,00	20.000,00	
1.7.5.0.00.1.0.00.00	Transferencias de Outras Instituicoes Publicas	0,00	20.000,00	20.000,00	
1.7.5.0.00.1.1.00.00	Transferencias de Outras Instituicoes Publicas - Principal	0,00	20.000,00	20.000,00	
1.7.5.0.00.1.1.00.01	Transf.de Outras. Inst.Pub. Convenio TRATASan ARIS	0,00	20.000,00	20.000,00	
1.9.0.0.00.0.0.00.00	Outras Receitas Correntes	5.286,40	0,00		5.286,40
1.9.1.0.00.0.0.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	5.286,40	0,00		5.286,40
1.9.1.0.04.0.0.00.00	Multas Previstas na Legislacao sobre Defesa dos Direitos Difusos	5.286,40	0,00		5.286,40
1.9.1.0.04.1.0.00.00	Multas Previstas na Legislacao sobre Defesa dos Direitos Difusos	5.286,40	0,00		5.286,40
1.9.1.0.04.1.1.00.00	Multas Previstas na Legislacao sobre Defesa dos Direitos Difusos - Princi	5.286,40	0,00		5.286,40

GOVBR CP - Emissao: 12/02/2021 as 10h46min - Duracao: 0h00m00seg (2)

Estado de Santa Catarina

Comparativo da Receita Orcada com a Arrecadada

Folha: 2

CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO

Exercicio de 2020 - Anexo 10, da Lei 4.320/64

Codigo	Especificacao	Orcada	Arrecadada	----- Diferenca -----
				Para Mais Para Menos
	T o t a l   G e r a l . . . . .	400.000,00	276.461,14	123.538,86

DERLI FURTADO  
PRESIDENTE CIGAMERIOS

Francisco Valdeci de Almeida  
Contador CRC/SC 16887/O-4

GOVER CP - Emissao: 12/02/2021 as 10h47min - Duracao: 0h00m16seg (2)

Estado de Santa Catarina  
CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada  
Exercicio de 2020 - Anexo 11, da Lei 4.320/64

Folha: 1

Unidade Gestora: CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi

Identificacao		----- A u t o r i z a d a -----		Total	Realizada	Diferenca
Codigos	Titulos	Creditos Orcamentarios e Suplementares	Creditos Especiais e Extra-Ordinarios			
01						
CONS. INTEG DE GEST. PUBL - CI		430.000,00	0,00	430.000,00	265.257,67	164.742,33
0101						
CONS. INTEG DE GEST. PUBL - CI		430.000,00	0,00	430.000,00	265.257,67	164.742,33
0101.04						
Administracao		429.000,00	0,00	429.000,00	265.219,26	163.780,74
0101.04122						
Administracao Geral		429.000,00	0,00	429.000,00	265.219,26	163.780,74
0101.041220001						
Administracao Geral do CIGAMERIOS		429.000,00	0,00	429.000,00	265.219,26	163.780,74
0101.0412200012.001						
Administracao Geral do CIGAMERIOS		429.000,00	0,00	429.000,00	265.219,26	163.780,74
300000.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	420.000,00	0,00	420.000,00	265.219,26	154.780,74
310000.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	220.000,00	0,00	220.000,00	198.985,58	21.014,42
319000.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	220.000,00	0,00	220.000,00	198.985,58	21.014,42
319011.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL				155.226,49	
319013.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS				43.759,09	
330000.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	200.000,00	0,00	200.000,00	66.233,68	133.766,32
339000.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	200.000,00	0,00	200.000,00	66.233,68	133.766,32
339030.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO				428,70	
339039.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ - VER ANEXO III				48.122,70	
339040.00.00.00	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO (TIC) - PJ				17.682,28	
400000.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	9.000,00	0,00	9.000,00	0,00	9.000,00
440000.00.00.00	INVESTIMENTOS	9.000,00	0,00	9.000,00	0,00	9.000,00
449000.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	9.000,00	0,00	9.000,00	0,00	9.000,00
0101.28						
Encargos Especiais		1.000,00	0,00	1.000,00	38,41	961,59
0101.28846						
Outros Encargos Especiais		1.000,00	0,00	1.000,00	38,41	961,59
0101.288460001						
Administracao Geral do CIGAMERIOS		1.000,00	0,00	1.000,00	38,41	961,59
0101.2884600010.001						
Contribuicao para o PASEP		1.000,00	0,00	1.000,00	38,41	961,59
300000.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.000,00	0,00	1.000,00	38,41	961,59
330000.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.000,00	0,00	1.000,00	38,41	961,59
339000.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	1.000,00	0,00	1.000,00	38,41	961,59
339047.00.00.00	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS				38,41	
Total Unidade Orcamentaria.....		430.000,00	0,00	430.000,00	265.257,67	164.742,33
Total Orgao.....		430.000,00	0,00	430.000,00	265.257,67	164.742,33
Total Geral.....		430.000,00	0,00	430.000,00	265.257,67	164.742,33

GOVBR CP - Emissao: 12/02/2021 as 10h47min - Duracao: 0h00m02seg (2)





Estado de Santa Catarina

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada

Folha: 2

CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO

Exercicio de 2020 - Anexo 11, da Lei 4.320/64

---

DERLI FURTADO  
PRESIDENTE CIGAMERIOS

---

Francisco Valdeci de Almeida  
Contador CRC/SC 16887/O-4

GOVER CP - Emissao: 12/02/2021 as 10h47min - Duracao: 0h00m02seg (2)

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Município: Maravilha  
Estado de Santa Catarina  
Período: Exercício de 2020  
Unidade Gestora: 0 - CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d)=(c-b) (123.538,86)
<b>Receitas Correntes (I)</b>	<b>400.000,00</b>	<b>400.000,00</b>	<b>276.461,14</b>	<b>(123.538,86)</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	5.000,00	5.000,00	3.318,74	(1.681,26)
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receita de Serviços	10.000,00	10.000,00	-	(10.000,00)
Transferências Correntes	379.713,60	379.713,60	273.142,40	(106.571,20)
Outras Receitas Correntes	5.286,40	5.286,40	-	(5.286,40)
<b>Receitas de Capital (II)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Operações de Crédito	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>400.000,00</b>	<b>400.000,00</b>	<b>276.461,14</b>	<b>(123.538,86)</b>
<b>Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>400.000,00</b>	<b>400.000,00</b>	<b>276.461,14</b>	<b>(123.538,86)</b>
<b>Déficit (VI)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>400.000,00</b>	<b>400.000,00</b>	<b>276.461,14</b>	<b>(123.538,86)</b>
<b>Saldo de Exercícios Anteriores</b>	<b>-</b>	<b>30.000,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>-</b>
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	30.000,00	30.000,00	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

GOVBR CP - Contabilidade Pública

Emitido em: 12/02/2021 10:48:57

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Município: Maravilha  
Estado de Santa Catarina  
Período: Exercício de 2020  
Unidade Gestora: 0 - CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Públi

**DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS**

	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j)=(f-g)
<b>Despesas Correntes (VIII)</b>	<b>391.000,00</b>	<b>421.000,00</b>	<b>265.257,67</b>	<b>265.257,67</b>	<b>265.254,63</b>	<b>155.742,33</b>
Pessoal e Encargos Sociais	190.000,00	220.000,00	198.985,58	198.985,58	198.985,58	21.014,42
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	201.000,00	201.000,00	66.272,09	66.272,09	66.269,05	134.727,91
<b>Despesas de Capital (IX)</b>	<b>9.000,00</b>	<b>9.000,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.000,00</b>
Investimentos	9.000,00	9.000,00	-	-	-	9.000,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>Reserva de Contingência (X)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)</b>	<b>400.000,00</b>	<b>430.000,00</b>	<b>265.257,67</b>	<b>265.257,67</b>	<b>265.254,63</b>	<b>164.742,33</b>
<b>Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)</b>	<b>400.000,00</b>	<b>430.000,00</b>	<b>265.257,67</b>	<b>265.257,67</b>	<b>265.254,63</b>	<b>164.742,33</b>
Superávit (XIV)	-	-	11.203,47	-	-	-
<b>TOTAL (XV) = (XIII + XIV)</b>	<b>400.000,00</b>	<b>430.000,00</b>	<b>276.461,14</b>	<b>265.257,67</b>	<b>265.254,63</b>	<b>153.538,86</b>
<b>Reserva do RPPS (XVI)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

GOVBR CP - Contabilidade Pública

Emitido em: 12/02/2021 10:48:57

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Município: Maravilha  
Estado de Santa Catarina  
Período: Exercício de 2020  
Unidade Gestora: 0 - CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publ

**QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**

	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
<b>EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>					
<b>Despesas Correntes (I)</b>	20.000,00	30.940,00	50.940,00	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	20.000,00	30.940,00	50.940,00	-	-
<b>Despesas de Capital (II)</b>	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	20.000,00	30.940,00	50.940,00	-	-

**QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**

	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
<b>EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS</b>					
<b>Despesas Correntes (I)</b>	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
<b>Despesas de Capital (II)</b>	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	-	-	-	-	-

As Receitas e Despesas Intraorçamentárias não foram consideradas para computo dos valores deste anexo

Página 4 de 4

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Município: Maravilha  
Estado de Santa Catarina  
Período: Exercício de 2020  
Unidade Gestora: 0 - CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi

DERLI FURTADO  
PRESIDENTE CIGAMERIOS

Francisco Valdeci de Almeida  
Contador CRC/SC 16887/O-4

GOVBR CP - Contabilidade Pública

Emitido em: 12/02/2021 10:48:57

**BALANÇO FINANCEIRO**

Página 1 de 2

Município: Maravilha  
 Estado: Estado de Santa Catarina  
 Período: 01/01/2020 até 31/12/2020  
 Unidade Gestora: 0000 - CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi

INGRESSOS		
Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b><u>Receita Orçamentária (I)</u></b>	<b>276.461,14</b>	<b>450.444,12</b>
Receitas Correntes	276.461,14	411.613,04
Receita Patrimonial	3.318,74	5.593,34
Transferências Correntes	273.142,40	406.019,70
(-)-Deduções Da Receita	0,00	0,00
Receitas de Capital	0,00	38.831,08
Transferências de Capital	0,00	38.831,08
(-)-Deduções de Capital	0,00	0,00
<b><u>Transferências Financeiras Recebidas (II)</u></b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS	0,00	0,00
<b><u>Recebimentos Extraorçamentários (III)</u></b>	<b>30.717,43</b>	<b>54.742,44</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	0,00	30.940,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados	3,04	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	30.714,39	23.802,44
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,00	0,00
<b><u>Saldo do Exercício Anterior (IV)</u></b>	<b>417.491,74</b>	<b>211.570,09</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	417.491,74	211.570,09
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>	<b>724.670,31</b>	<b>716.756,65</b>

**BALANÇO FINANCEIRO**

Página 2 de 2

Município: Maravilha

Estado: Estado de Santa Catarina

Período: 01/01/2020 até 31/12/2020

Unidade Gestora: 0000 - CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi

DISPÊNDIOS		
Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b><u>Despesa Orçamentária (VI)</u></b>	<b>265.257,67</b>	<b>211.301,05</b>
Despesas Correntes	265.257,67	211.301,05
Pessoal e Encargos Sociais	198.985,58	126.105,54
Outras Despesas Correntes	66.272,09	85.195,51
Despesas de Capital	0,00	0,00
<b><u>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</u></b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Concedidas - Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS	0,00	0,00
<b><u>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</u></b>	<b>81.654,39</b>	<b>87.963,86</b>
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	50.940,00	64.147,36
Pagamento de Restos a Pagar Processados	0,00	14,06
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	30.714,39	23.802,44
Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,00	0,00
<b><u>Saldo para o Exercício Seguinte (IX)</u></b>	<b>377.758,25</b>	<b>417.491,74</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	377.758,25	417.491,74
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>	<b>724.670,31</b>	<b>716.756,65</b>

DERLI FURTADO  
PRESIDENTE CIGAMERIOS

Francisco Valdeci de Almeida  
Contador CRC/SC 16887/O-4



## BALANÇO PATRIMONIAL

Página 1 de 2

Município: Maravilha

Estado de Santa Catarina

Período: 01/01/2020 Até 31/12/2020

Unidade Gestora: 0000 - CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi

Maravilha - Estado de Santa Catarina			
QUADRO DO ATIVO, PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Exercício: 2020			
	Nota	Exercicio Atual	Exercício Anterior
ATIVO			
<u>Ativo Circulante</u>			
Caixa e Equivalentes de Caixa		377.758,25	417.491,74
Créditos a Curto Prazo		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
Estoques		0,00	0,00
Ativo Não Circulante Mantido para Venda		0,00	0,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente		0,00	0,00
Total Ativo Circulante		377.758,25	417.491,74
<u>Ativo Não Circulante</u>			
Ativo Realizável a Longo Prazo		0,00	0,00
Investimentos		0,00	0,00
Imobilizado		1.598,00	1.598,00
Intangível		0,00	0,00
Diferido		0,00	0,00
Total do Ativo Não Circulante		1.598,00	1.598,00
TOTAL DO ATIVO		379.356,25	419.089,74
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
<u>Passivo Circulante</u>			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo		25.344,39	18.626,67
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		3,04	0,00
Obrigações de Repartição a Outros Entes		0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo		0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo		0,00	0,00
Total do Passivo Circulante		25.347,43	18.626,67
<u>Passivo Não Circulante</u>			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo		0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo		0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo		0,00	0,00
Resultado Diferido		0,00	0,00
Total do Passivo Não Circulante		0,00	0,00
<u>Patrimônio Líquido</u>			
Patrimônio Social e Capital Social		0,00	0,00
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		0,00	0,00
Reservas de Capital		0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial		0,00	0,00
Reservas de Lucros		0,00	0,00
Demais Reservas		0,00	0,00
Resultados Acumulados		354.008,82	400.463,07
(-) Ações/Cotas Em Tesouraria		0,00	0,00
Total do Patrimônio Líquido		354.008,82	400.463,07
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		379.356,25	419.089,74

## BALANÇO PATRIMONIAL

Página 2 de 2

Município: Maravilha

Estado de Santa Catarina

Período: 01/01/2020 Até 31/12/2020

Unidade Gestora: 0000 - CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi

Maravilha - Estado de Santa Catarina			
QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES			
(LEI N° 4.320/64)			
Exercício: 2020			
ATIVO (I)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Financeiro		377.758,25	417.491,74
Ativo Permanente		1.598,00	1.598,00
<b>Total do Ativo</b>		<b>379.356,25</b>	<b>419.089,74</b>
PASSIVO (II)			
Passivo Financeiro		3,04	50.940,00
Passivo Permanente		25.344,39	18.626,67
<b>Total do Passivo</b>		<b>25.347,43</b>	<b>69.566,67</b>
<b>Saldo Patrimonial (I - II)</b>		<b>354.008,82</b>	<b>349.523,07</b>

Maravilha - Estado de Santa Catarina			
QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
(LEI N° 4.320/64)			
Exercício: 2020			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>			
Garantias e Contrapartidas recebidas		0,00	0,00
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres		0,00	0,00
Direitos Contratuais		0,00	0,00
Outros atos potenciais ativos		0,00	0,00
<b>Total dos Atos Potenciais Ativos</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>			
Garantias e Contragarantias concedidas		0,00	0,00
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres		0,00	0,00
Obrigações contratuais		9.600,00	50.940,00
Outros atos potenciais passivos		0,00	0,00
<b>Total dos Atos Potenciais Passivos</b>		<b>9.600,00</b>	<b>50.940,00</b>

Maravilha - Estado de Santa Catarina			
QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO			
(LEI N° 4.320/1964)			
Exercício: 2020			
FONTE DE RECURSOS	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
100 Recursos Ordinários		9.899,83	244.275,25
180 Convênio Tratasan/Aris		0,00	(20.000,00)
300 Recursos Ordinários - Superavit Financeiro		367.855,38	142.276,49
<b>Superávit/Déficit do Exercício</b>		<b>377.755,21</b>	<b>366.551,74</b>

\*Nota Explicativa: Os valores apresentados consideram a movimentação das contas Intra OFSS.

DERLI FURTADO  
PRESIDENTE CIGAMERIOS

Francisco Valdeci de Almeida  
Contador CRC/SC 16887/0-4

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Página 1 de 4

Município: Maravilha

Estado: Estado de Santa Catarina

Período: Exercício de 2020

Unidade Gestora: 0000 - CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi

<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>Nota</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	I	0,00	0,00
Contribuições	II	0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	III	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	IV	3.318,74	5.593,34
Transferências e Delegações Recebidas	V	273.142,40	444.850,78
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	VI	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	VII	0,00	0,00
<b>Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)</b>		<b>276.461,14</b>	<b>450.444,12</b>
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>			
Pessoal e Encargos	VIII	205.703,30	137.577,21
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	IX	0,00	0,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	X	117.173,68	118.155,48
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	XI	0,00	192,52
Transferências e Delegações Concedidas	XII	0,00	0,00
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	XIII	0,00	0,00
Tributárias	XIV	38,41	54,87
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados	XV	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	XVI	0,00	0,00
<b>Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)</b>		<b>322.915,39</b>	<b>255.980,08</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I-II)</b>		<b>-46.454,25</b>	<b>194.464,04</b>

**VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS**  
 (Decorrentes da execução orçamentária)

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Incorporação do Ativo	0,00	0,00
Desincorporação do Passivo	0,00	0,00
Incorporação do Passivo	0,00	0,00
Desincorporação do Ativo	0,00	0,00

**Nota I - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria**

	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Impostos	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00
Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Nota II - Contribuições**

	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Contribuições Sociais	0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	0,00	0,00
<b>Contribuições</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Nota III - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos**

	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Venda de Mercadorias	0,00	0,00

Os valores apresentados na coluna "Exercício Anterior" referem-se ao saldo final do exercício anterior.  
 Os valores apresentados consideram a movimentação das contas Intra OFSS.

GOVBR CP - Contabilidade Pública

Emitido em: 12/02/2021 10:55:10

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Página 2 de 4

Município: Maravilha

Estado: Estado de Santa Catarina

Período: Exercício de 2020

Unidade Gestora: 0000 - CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi

Venda de Produtos	0,00	0,00
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	0,00	0,00
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Nota IV - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras**

	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	3.318,74	5.593,34
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras	0,00	0,00
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>3.318,74</b>	<b>5.593,34</b>

**Nota V - Transferências e Delegações Recebidas**

	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Transferências Intra Governamentais	0,00	0,00
Transferências Inter Governamentais	0,00	0,00
Transferências das Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	20.000,00	25.000,00
Transferências de Consórcios Públicos	253.142,40	419.850,78
Transferências do Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas	0,00	0,00
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>273.142,40</b>	<b>444.850,78</b>

**Nota VI - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos**

	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Reavaliação de Ativos	0,00	0,00
Ganhos com Alienação	0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos	0,00	0,00
Desincorporação de Passivos	0,00	0,00
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00
<b>Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Nota VII - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas**

	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
VPA a classificar	0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações	0,00	0,00
Operações de Autoridade Monetária	0,00	0,00
Subvenções econômicas	0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	0,00	0,00
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Nota VIII - Pessoal e Encargos**

	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Remuneração a Pessoal	164.354,24	109.608,33
Encargos Patronais	41.349,06	27.968,88
Benefícios a Pessoal	0,00	0,00
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Os valores apresentados na coluna "Exercício Anterior" referem-se ao saldo final do exercício anterior.  
Os valores apresentados consideram a movimentação das contas Intra OFSS.

GOVBR CP - Contabilidade Pública

Emitido em: 12/02/2021 10:55:10



## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Página 3 de 4

Município: Maravilha

Estado: Estado de Santa Catarina

Período: Exercício de 2020

Unidade Gestora: 0000 - CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi

<b>Pessoal e Encargos</b>	205.703,30	137.577,21
<b>Nota IX - Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>		
	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Aposentadorias e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Benefícios de Prestação Continuada	0,00	0,00
Benefícios Eventuais	0,00	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	0,00
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Nota X - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>		
	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Uso de Material de Consumo	428,70	1.751,13
Serviços	116.744,98	116.404,35
Depreciação, Amortização e Exaustão	0,00	0,00
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>117.173,68</b>	<b>118.155,48</b>
<b>Nota XI - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>		
	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Aporte do Banco Central	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	0,00	192,52
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>0,00</b>	<b>192,52</b>
<b>Nota XII - Transferências e Delegações Concedidas</b>		
	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Transferências Intra Governamentais	0,00	0,00
Transferências Inter Governamentais	0,00	0,00
Transferências a Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências ao Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada a Entes	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas	0,00	0,00
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Nota XIII - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>		
	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	0,00	0,00
Perdas com Alienação	0,00	0,00
Perdas Involuntárias	0,00	0,00
Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Desincorporação de Ativos	0,00	0,00
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Os valores apresentados na coluna "Exercício Anterior" referem-se ao saldo final do exercício anterior.  
Os valores apresentados consideram a movimentação das contas Intra OFSS.

GOVBR CP - Contabilidade Pública

Emitido em: 12/02/2021 10:55:10

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Página 4 de 4

Município: Maravilha

Estado: Estado de Santa Catarina

Período: Exercício de 2020

Unidade Gestora: 0000 - CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi

Nota XIV - Tributárias		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	38,41	54,87
<b>Tributárias</b>	<b>38,41</b>	<b>54,87</b>
Nota XV - Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Custo das Mercadorias Vendidas	0,00	0,00
Custo dos Produtos Vendidos	0,00	0,00
Custo dos serviços Prestados	0,00	0,00
<b>Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Nota XVI - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Premiações	0,00	0,00
Resultado Negativo de Participações	0,00	0,00
Operações de Autoridade Monetária	0,00	0,00
Incentivos	0,00	0,00
Subvenções Econômicas	0,00	0,00
Participações e Contribuições	0,00	0,00
Constituição de Provisões	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais diminutivas	0,00	0,00
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<div style="display: flex; justify-content: space-between; align-items: flex-end; margin-top: 20px;"> <div style="text-align: center;"> <hr style="width: 100px; margin: 0 auto;"/> <b>DERLI FURTADO</b>  PRESIDENTE CIGAMERIOS </div> <div style="text-align: center;"> <hr style="width: 100px; margin: 0 auto;"/> Francisco Valdecir de Almeida  Contador CRC/SC 16887/O-4 </div> </div>		

Os valores apresentados na coluna "Exercício Anterior" referem-se ao saldo final do exercício anterior.  
Os valores apresentados consideram a movimentação das contas Intra OFSS.

GOVBR CP - Contabilidade Pública

Emitido em: 12/02/2021 10:55:10

UF: ESTADO DE SANTA CATARINA

Demonstração da Dívida Fundada

Município: Maravilha

Exercício de 2020  
Unidade Gestora: 0000 - CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Públi

Títulos	Saldos do Exercício Anterior	Débitos	Créditos	Saldos para o Exercício Seguinte
SEM MOVIMENTO				
TOTAL				

DERLI FURTADO  
PRESIDENTE CIGAMERIOS

Francisco Valdeci de Almeida  
Contador CRC/SC 16887/O-4



UF: ESTADO DE SANTA CATARINA  
**Demonstração da Dívida Flutuante**

Município: Maravilha

Exercício de 2020

Unidade Gestora: 0000 - CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Públi

Títulos	Saldos do Exercício Anterior	Inscrição	Baixa	Saldos para o Exercício Seguinte
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	18.626,67	227.687,07	220.969,35	25.344,39
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	117.173,68	117.173,68	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	38,41	35,37	3,04
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00	30.714,39	30.714,39	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>18.626,67</b>	<b>375.613,55</b>	<b>368.892,79</b>	<b>25.347,43</b>

Nota Explicativa: Os valores apresentados consideram a movimentação das contas Intra OFSS.

DERLI FURTADO  
 PRESIDENTE CIGAMERIOS

Francisco Valdeci de Almeida  
 Contador CRC/SC 16887/O-4

GOVBR CP - Contabilidade Pública

Emitido em: 12/02/2021 11:06

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

Página 1 de 2

Município: Maravilha

Estado: Estado de Santa Catarina

Período: Exercício de 2020

Unidade Gestora: 0000 - CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi

	Nota	Exercício Atual
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Ingressos</b>		<b>276.461,14</b>
Remuneração das Disponibilidades		3.318,74
Transferências recebidas		273.142,40
<b>Desembolsos</b>		<b>316.194,63</b>
Pessoal e demais despesas		285.480,24
Outros desembolsos operacionais		30.714,39
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)</b>		<b>(39.733,49)</b>
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)</b>		<b>(39.733,49)</b>
Caixa e Equivalente de caixa inicial		417.491,74
Caixa e Equivalente de caixa final		377.758,25

**QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS**

Município: Maravilha

Estado: Estado de Santa Catarina

Período: Exercício de 2020

Unidade Gestora: 0000 - CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi

	<b>Exercício Atual</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS</b>	
Intergovernamentais	253.142,40
de Municípios	253.142,40
Outras transferências correntes recebidas	20.000,00
<b>Total das transferências recebidas</b>	<b>273.142,40</b>

**QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO**

Município: Maravilha

Estado: Estado de Santa Catarina

Período: Exercício de 2020

Unidade Gestora: 0000 - CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi

	<b>Exercício Atual</b>
Administração	285.444,87
Encargos Especiais	35,37
<b>Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função</b>	<b>285.480,24</b>

Nota: A Demonstração dos Fluxos de Caixa é elaborada pelo método direto, isto é, evidencia somente as movimentações ocorridas no caixa e seus equivalentes (bancos). Os valores apresentados consideram a movimentação das contas Intra OFSS.

DERLI FURTADO  
PRESIDENTE CIGAMERIOS

Francisco Valdecir de Almeida  
Contador CRC/SC 16887/0-4

Estado de Santa Catarina Detalhamento do Programa de Trabalho  
 CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO Exercício de 2020 - Balanco

Folha: 1

Unidade Gestora : CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi

Identificacao		----- R e a l i z a d a -----		
Codigos	Titulos	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
01				
CONS. INTEG DE GEST. PUBL - CIGAMERIOS		265.257,67		265.257,67
01.01				
CONS. INTEG DE GEST. PUBL - CIGAMERIOS		265.257,67		265.257,67
01.01.04				
Administracao		265.219,26		265.219,26
01.01.04122				
Administracao Geral		265.219,26		265.219,26
01.01.041220001				
Administracao Geral do CIGAMERIOS		265.219,26		265.219,26
01.01.0412200012.001				
Administracao Geral do CIGAMERIOS		265.219,26		265.219,26
319000.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	18.696,36		18.696,36
319000.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	180.289,22		180.289,22
319001.00.00.00	APOSENTADORIAS E REFORMAS			0,00
319011.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.607,49		2.607,49
319011.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.210,00		5.210,00
319011.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.878,12		5.878,12
319011.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.878,13		5.878,13
319011.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	7.837,50		7.837,50
319011.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	127.815,25		127.815,25
319013.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	4.980,73		4.980,73
319013.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	11.947,84		11.947,84
319013.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	26.830,52		26.830,52
339000.00.00.00	APLICACOES DIRETAS			0,00
339000.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	66.233,68		66.233,68
339030.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	13,00		13,00
339030.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	71,00		71,00
339030.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	344,70		344,70
339039.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ - VER ANEXO III	100,00		100,00
339039.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ - VER ANEXO III	345,10		345,10
339039.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ - VER ANEXO III	6.526,05		6.526,05
339039.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ - VER ANEXO III	41.151,55		41.151,55
339040.00.00.00	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO (TIC) - PJ	227,00		227,00
339040.00.00.00	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO (TIC) - PJ	17.455,28		17.455,28
449000.00.00.00	APLICACOES DIRETAS			0,00
01.01.28				
Encargos Especiais		38,41		38,41
01.01.28846				
Outros Encargos Especiais		38,41		38,41
01.01.288460001				
Administracao Geral do CIGAMERIOS		38,41		38,41
01.01.2884600010.001				
Contribuicao para o PASEP		38,41		38,41

GOVBR CP - Emissao: 12/02/2021 as 11h9min - Duracao: 0h00m01seg (2)

Estado de Santa Catarina

Detalhamento do Programa de Trabalho

Folha: 2

CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO

Exercicio de 2020 - Balanco

Unidade Gestora : CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi

----- R e a l i z a d a -----

Identificacao		Despesas	Despesas	Total
Codigos	Titulos	Correntes	de Capital	
339000.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	38,41		38,41
339047.00.00.00	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	38,41		38,41
Total Unidade Orcamentaria		265.257,67		265.257,67
Total Orgao		265.257,67		265.257,67
Total Geral		265.257,67		265.257,67

DERLI FURTADO  
PRESIDENTE CIGAMERIOS

Francisco Valdeci de Almeida  
Contador CRC/SC 16887/O-4

GOVER CP - Emissao: 12/02/2021 as 11h9min - Duracao: 0h00m01seg (2)

## CIS/AMERIOS

## PRESTACAO DE CONTAS 2020

Publicação Nº 2867475

Página: 1  
11/02/2021 14:14

Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas  
Exercício de 2020 - Anexo 01, da Lei 4.320/64

Estado de Santa Catarina  
CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saúde

Unidade Gestora: CIS - Amerios

Receita		Despesa	
Receitas Correntes	9.095,52	Despesas Correntes	77.997,88
Receita Patrimonial	6.733.024,93	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.428.309,74
Transferências Correntes		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.506.307,62
Totais .....	6.742.120,45	Superávit	1.235.812,83
		Totais .....	6.742.120,45

Resumo	Receita	Despesa	
Receitas Correntes	-	Despesas Correntes	-
Receitas Correntes Intraorçamentária	-	Despesas Correntes Intraorçamentária	-
Receitas de Capital	6.742.120,45	Despesas de Capital	5.506.307,62
Receitas de Capital Intraorçamentária	-	Despesas de Capital Intraorçamentária	-
		Superávit	1.235.812,83
Total .....	6.742.120,45	Total .....	6.742.120,45

DERLI FURTADO  
PRESIDENTE CIGAMERIOS

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA  
Contador CRC/SC 16887/O-4  
CPF 526.184.719-20

GOVBR CP - Emissão: 11/02/2021 às 14h14min - Duração: 0h00m04seg (2)

Estado de Santa Catarina

Demonstracao da Despesa por Unidades Orcamentarias

Folha: 1

CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude

Segundo as Categorias Economicas

Exercicio de 2020 - Anexo 2, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora : CIS - Amerios

Orgao

----- Despesas Correntes -----

Unidade Orcamentaria

	Pessoal	Juros e Encargos	Outras Despesas	Total
	e Encargos Sociais	da Divida	Correntes	

CIS - AMERIOS

ADMINISTRACAO

77.997,88

5.428.309,74

5.506.307,62

Total .....

77.997,88

5.428.309,74

5.506.307,62

GOVBR CP - Emissao: 11/02/2021 as 14h22min - Duracao: 0h00m00seg (2)



Estado de Santa Catarina

Demonstracao da Despesa por Unidades Orcamentarias

Folha: 2

CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude

Segundo as Categorias Economicas

Exercicio de 2020 - Anexo 2, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora : CIS - Amerios

Orgao

Unidade Orcamentaria

----- Despesas de Capital -----

Investimentos

Inversoes

Amortizacao da

Total

Financeiras

Divida

CIS - AMERIOS

ADMINISTRACAO

Total .....

0,00

0,00

0,00

0,00

GOVBR CP - Emissao: 11/02/2021 as 14h22min - Duracao: 0h00m00seg (2)

Estado de Santa Catarina

Demonstracao da Despesa por Unidades Orcamentarias

Folha: 3

CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude

Segundo as Categorias Economicas

Exercicio de 2020 - Anexo 2, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora : CIS - Amerios

Orgao

----- T O T A I S -----

Unidade Orcamentaria

Despesas

Despesas

Correntes

de Capital

Total Geral

CIS - AMERIOS

ADMINISTRACAO

5.506.307,62

5.506.307,62

Total .....

5.506.307,62

5.506.307,62

---

DERLI FURTADO  
PRESIDENTE CIGAMERIOS

---

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA  
Contador CRC/SC 16887/O-4  
CPF 526.184.719-20

GOVBR CP - Emissao: 11/02/2021 as 14h22min - Duracao: 0h00m00seg (2)

Estado de Santa Catarina

Natureza da Despesa Segundo as Categorias Economicas

Folha: 1

CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude

Exercicio de 2020 - Anexo 2, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora.....: CIS - Amerios

Orgao.....: 01 CIS - AMERIOS

Unidade Orcamentaria: 01.01 ADMINISTRACAO

Codigo	Especificacao	Desdobramento	Grupo de Natureza da Despesa	Natureza da Despesa
3.0.00.00.00.0000	DESPESAS CORRENTES			5.506.307,62
3.1.00.00.00.0000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		77.997,88	
3.1.90.00.00.0000	APLICACOES DIRETAS		77.997,88	
3.1.90.11.00.0000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	60.125,35		
3.1.90.11.01.0000	VENCIMENTOS E SALARIOS	51.242,85		
3.1.90.11.43.0000	13o SALARIO	4.702,50		
3.1.90.11.44.0000	FERIAS - ABONO PECUNIARIO	1.567,50		
3.1.90.11.45.0000	FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	1.045,00		
3.1.90.11.46.0000	FERIAS - PAGAMENTO ANTECIPADO	1.567,50		
3.1.90.13.00.0000	OBRIGACOES PATRONAIS	17.872,53		
3.1.90.13.01.0000	FGTS	5.016,86		
3.1.90.13.02.0000	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS	12.855,67		
3.3.00.00.00.0000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		5.428.309,74	
3.3.90.00.00.0000	APLICACOES DIRETAS		5.428.309,74	
3.3.90.32.00.0000	MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA	402.700,00		
3.3.90.32.99.0000	OUTROS MATERIAIS DE DISTRIBUICAO GRATUITA	402.700,00		
3.3.90.36.00.0000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	354.915,60		
3.3.90.36.30.0000	SERVICOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS	354.784,30		
3.3.90.36.99.0000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	131,30		
3.3.90.39.00.0000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ - VER ANEXO III	4.580.645,82		
3.3.90.39.50.0000	SERVICOS MEDICO-HOSPITALAR, ODONTOLOGICO E LABORATORIAL	4.541.718,22		
3.3.90.39.79.0000	SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL	29.940,00		
3.3.90.39.81.0000	SERVICOS BANCARIOS	8.987,60		
3.3.90.40.00.0000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO (TIC) - PJ	20.103,00		
3.3.90.40.01.0000	LOCACAO DE EQUIPAMENTOS E SOFTWARES	19.200,00		
3.3.90.40.03.0000	HOSPEDAGEM DE SISTEMAS	600,00		
3.3.90.40.99.0000	OUTROS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	303,00		
3.3.90.47.00.0000	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	69.945,32		
3.3.90.47.12.0000	CONTRIBUICAO PARA O PIS/PASEP	90,92		
3.3.90.47.18.0000	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA SB SERVICOS DE TERCEIROS - PF	69.854,40		
4.0.00.00.00.0000	DESPESAS DE CAPITAL			0,00
4.4.00.00.00.0000	INVESTIMENTOS		0,00	
4.4.90.00.00.0000	APLICACOES DIRETAS		0,00	
Total da Unidade Orcamentaria				5.506.307,62
Total do Orgao				5.506.307,62
Total Geral				5.506.307,62

GOVBR CP - Emissao: 11/02/2021 as 14h16min - Duracao: 0h00m01seg (2)



Estado de Santa Catarina

Natureza da Despesa Segundo as Categorias Economicas

Folha: 2

CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude

Exercicio de 2020 - Anexo 2, da Lei 4.320/64

---

DERLI FURTADO  
PRESIDENTE CIGAMERIOS

---

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA  
Contador CRC/SC 16887/O-4  
CPF 526.184.719-20

GOVBR CP - Emissao: 11/02/2021 as 14h16min - Duracao: 0h00m01seg (2)

Estado de Santa Catarina

Receita Segundo as Naturezas

Folha: 1

CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude

Exercicio de 2020 - Anexo 2, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora: CIS - Amerios

Codigo	Especificacao	Desdobramento	Fonte	Natureza Da Receita
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes			6.742.120,45
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial		9.095,52	
1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliarios		9.095,52	
1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correcoes Monetarias	9.095,52		
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferencias Correntes		6.733.024,93	
1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Transf dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades		1.192.923,14	
1.7.2.8.00.0.0.00.00.00	Transf dos Estados - Especificas de Estados, DF e Municipios	1.192.923,14		
1.7.3.0.00.0.0.00.00.00	Transferencias dos Municipios e de suas Entidades		5.540.101,79	
1.7.3.8.00.0.0.00.00.00	Transf dos Municipios - Especificas de Estados, DF e Municip	5.540.101,79		
	Total Geral .....			6.742.120,45
	Total de Deducoes.....	-----	0,00	
	Total da Receita Liquida..	-----	6.742.120,45	

GOVBR CP - Emissao: 11/02/2021 as 14h15min - Duracao: 0h00m00seg (2)

Estado de Santa Catarina  
CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude

Receita Segundo as Naturezas  
Exercicio de 2020 - Anexo 2, da Lei 4.320/64

Folha: 2

Unidade Gestora: CIS - Amerios

**R e s u m o**

Receita Patrimonial	9.095,52
Transferencias Correntes	6.733.024,93
	-----
Total Receitas Correntes	6.742.120,45
	-----
<b>Total Geral</b>	<b>6.742.120,45</b>

\_\_\_\_\_  
DERLI FURTADO  
PRESIDENTE CIGAMERIOS

\_\_\_\_\_  
FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA  
Contador CRC/SC 16887/O-4  
CPF 526.184.719-20

GOVBR CP - Emissao: 11/02/2021 as 14h15min - Duracao: 0h00m00seg (2)

Estado de Santa Catarina

Programa de Trabalho

Folha: 1

CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude

Exercicio de 2020 - Anexo 6, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora..... CIS - Amerios

Orgao..... 01 CIS - AMERIOS

Unidade Orcamentaria: 01.01 ADMINISTRACAO

Codigo	Especificacao	Projetos	Atividades	Oper. Especiais	Total
10.000.0000.0.000.000	Saude		5.506.216,70		5.506.216,70
10.122.0000.0.000.000	Administracao Geral		150.413,00		150.413,00
10.122.0002.0.000.000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CIS-AMERIOS		150.413,00		150.413,00
10.122.0002.2.004.000	Adminitracao		150.413,00		150.413,00
10.302.0000.0.000.000	Assistencia Hospitalar e Ambulatorial		5.355.803,70		5.355.803,70
10.302.0002.0.000.000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CIS-AMERIOS		5.355.803,70		5.355.803,70
10.302.0002.2.002.000	Servicos Medicos/Hospitalares/Laboratoriais e Especialidades dos Mun. Consorciados		5.355.803,70		5.355.803,70
28.000.0000.0.000.000	Encargos Especiais			90,92	90,92
28.846.0000.0.000.000	Outros Encargos Especiais			90,92	90,92
28.846.0002.0.000.000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CIS-AMERIOS			90,92	90,92
28.846.0002.0.001.000	Pagamento PASEP			90,92	90,92
	Total Unidade Orcamentaria.....		5.506.216,70	90,92	5.506.307,62
	Total do Orgao .....		5.506.216,70	90,92	5.506.307,62
	Total Geral .....		5.506.216,70	90,92	5.506.307,62

DERLI FURTADO  
PRESIDENTE CIGAMERIOS

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA  
Contador CRC/SC 16887/O-4  
CPF 526.184.719-20

GOVBR CP - Emissao: 11/02/2021 as 14h23min - Duracao: 0h00m00seg (2)





Estado de Santa Catarina

Programa de Trabalho de Governo

Folha: 1

CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude

Demonstrativo de Funcoes, Subfuncoes e Programas por Projetos, Atividades e O.E.

Exercicio de 2020 - Anexo 7, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora : CIS - Amerios

Codigo	Especificacao	Projetos	Atividades	Oper. Especiais	Total
10.000.0000	Saude		5.506.216,70		5.506.216,70
10.122.0000	Administracao Geral		150.413,00		150.413,00
10.122.0002	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CIS-AMERIOS		150.413,00		150.413,00
10.302.0000	Assistencia Hospitalar e Ambulatorial		5.355.803,70		5.355.803,70
10.302.0002	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CIS-AMERIOS		5.355.803,70		5.355.803,70
28.000.0000	Encargos Especiais			90,92	90,92
28.846.0000	Outros Encargos Especiais			90,92	90,92
28.846.0002	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CIS-AMERIOS			90,92	90,92
Total .....		0,00	5.506.216,70	90,92	5.506.307,62

DERLI FURTADO  
PRESIDENTE CIGAMERIOS

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA  
Contador CRC/SC 16887/O-4  
CPF 526.184.719-20

GOVBR CP - Emissao: 11/02/2021 as 14h24min - Duracao: 0h00m00seg (2)

Estado de Santa Catarina

Demonstrativo da Despesa por Funcoes, Subfuncoes e Programas

Folha: 1

CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude

Conforme o Vinculo com os Recursos

Exercicio de 2020 - Anexo 8, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora : CIS - Amerios

Codigo	Especificacao	Ordinario	Vinculado	Total
10.000.0000	Saude	5.506.216,70		5.506.216,70
10.122.0000	Administracao Geral	150.413,00		150.413,00
10.122.0002	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CIS-AMERIOS	150.413,00		150.413,00
10.302.0000	Assistencia Hospitalar e Ambulatorial	5.355.803,70		5.355.803,70
10.302.0002	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CIS-AMERIOS	5.355.803,70		5.355.803,70
28.000.0000	Encargos Especiais	90,92		90,92
28.846.0000	Outros Encargos Especiais	90,92		90,92
28.846.0002	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CIS-AMERIOS	90,92		90,92
Total .....		5.506.307,62		5.506.307,62

DERLI FURTADO  
PRESIDENTE CIGAMERIOS

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA  
Contador CRC/SC 16887/O-4  
CPF 526.184.719-20

GOVBR CP - Emissao: 11/02/2021 as 14h25min - Duracao: 0h00m00seg (2)

Estado de Santa Catarina

Demonstrativo da Despesa por Funcoes

Folha: 1

CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude

Exercicio de 2020 - Anexo 9, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora : CIS - Amerios

Orgao Funcao

Despesa Executada

Total

01 CIS - AMERIOS

10 Saude

5.506.216,70

28 Encargos Especiais

90,92

5.506.307,62

GOVBR CP - Emissao: 11/02/2021 as 14h26min - Duracao: 0h00m00seg (2)

Estado de Santa Catarina

Demonstrativo da Despesa por Funcoes

Folha: 2

CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude

Exercicio de 2020 - Anexo 9, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora : CIS - Amerios

## ----- Resumo -----

Funcao	Despesa Executada
10 Saude	5.506.216,70
28 Encargos Especiais	90,92
Total Geral .....	5.506.307,62

---

DERLI FURTADO  
PRESIDENTE CIGAMERIOS

---

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA  
Contador CRC/SC 16887/O-4  
CPF 526.184.719-20

GOVBR CP - Emissao: 11/02/2021 as 14h26min - Duracao: 0h00m00seg (2)

Estado de Santa Catarina

Comparativo da Receita Orcada com a Arrecadada

Folha: 1

CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude

Exercicio de 2020 - Anexo 10, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora : CIS - Amerios

Codigo	Especificacao	Orcada	Arrecadada	----- Diferenca ----- Para Mais Para Menos
1.0.0.0.00.0.0.00.00	Receitas Correntes	4.800.000,00	6.742.120,45	1.942.120,45
1.3.0.0.00.0.0.00.00	Receita Patrimonial	28.000,00	9.095,52	18.904,48
1.3.2.0.00.0.0.00.00	Valores Mobiliarios	28.000,00	9.095,52	18.904,48
1.3.2.1.00.0.0.00.00	Juros e Correcoes Monetarias	28.000,00	9.095,52	18.904,48
1.3.2.1.00.1.0.00.00	Remuneracao de Depositos Bancarios	28.000,00	9.095,52	18.904,48
1.3.2.1.00.1.1.00.00	Remuneracao de Depositos Bancarios - Principal	28.000,00	9.095,52	18.904,48
1.7.0.0.00.0.0.00.00	Transferencias Correntes	4.772.000,00	6.733.024,93	1.961.024,93
1.7.2.0.00.0.0.00.00	Transferencias dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	1.192.923,14	1.192.923,14
1.7.2.8.00.0.0.00.00	Transferencias dos Estados - Especificas de Estados, DF e Municipios	0,00	1.192.923,14	1.192.923,14
1.7.2.8.99.0.0.00.00	Outras Transferencias dos Estados	0,00	1.192.923,14	1.192.923,14
1.7.2.8.99.1.0.00.00	Outras Transferencias dos Estados	0,00	1.192.923,14	1.192.923,14
1.7.2.8.99.1.1.00.00	Outras Transferencias dos Estados - Principal	0,00	1.192.923,14	1.192.923,14
1.7.3.0.00.0.0.00.00	Transferencias dos Municipios e de suas Entidades	4.772.000,00	5.540.101,79	768.101,79
1.7.3.8.00.0.0.00.00	Transferencias dos Municipios - Especificas de Estados, DF e Municipios	4.772.000,00	5.540.101,79	768.101,79
1.7.3.8.02.0.0.00.00	Transferencias de Municipios a Consorcios Publicos	4.772.000,00	5.540.101,79	768.101,79
1.7.3.8.02.1.0.00.00	Transferencias de Municipios a Consorcios Publicos	4.772.000,00	5.540.101,79	768.101,79
1.7.3.8.02.1.1.00.00	Transferencias de Municipios a Consorcios Publicos - Principal	4.772.000,00	5.540.101,79	768.101,79
1.7.3.8.02.1.1.01.00	Bom Jesus do Oeste	164.200,00	184.450,52	20.250,52
1.7.3.8.02.1.1.02.00	Caibi	353.700,00	579.667,26	225.967,26
1.7.3.8.02.1.1.03.00	Cunha Pora	429.500,00	428.275,81	1.224,19
1.7.3.8.02.1.1.04.00	Cunhatai	290.500,00	186.044,83	104.455,17
1.7.3.8.02.1.1.05.00	Flor do Sertao	252.600,00	302.026,97	49.426,97
1.7.3.8.02.1.1.06.00	Iraceminha	189.400,00	159.118,49	30.281,51
1.7.3.8.02.1.1.07.00	Maravilha	871.500,00	730.640,63	140.859,37
1.7.3.8.02.1.1.08.00	Modelo	151.500,00	221.005,09	69.505,09
1.7.3.8.02.1.1.09.00	Palmitos	298.400,00	619.338,43	320.938,43
1.7.3.8.02.1.1.10.00	Riqueza	227.300,00	347.159,76	119.859,76
1.7.3.8.02.1.1.11.00	Romelandia	139.000,00	181.052,40	42.052,40
1.7.3.8.02.1.1.12.00	Saltinho	75.700,00	112.450,21	36.750,21
1.7.3.8.02.1.1.13.00	Sta Terezinha do Progresso	290.500,00	296.551,22	6.051,22
1.7.3.8.02.1.1.14.00	Sao Miguel da Boa Vista	227.300,00	255.125,17	27.825,17
1.7.3.8.02.1.1.15.00	Saudades	560.900,00	662.628,80	101.728,80
1.7.3.8.02.1.1.16.00	Tigrinhos	166.700,00	232.865,94	66.165,94
1.7.3.8.02.1.1.18.00	Maravilha SUS - Producao	83.300,00	41.700,26	41.599,74
Total Geral .....		4.800.000,00	6.742.120,45	1.942.120,45

DERLI FURTADO  
PRESIDENTE CIGAMERIOS

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA  
Contador CRC/SC 16887/O-4  
CPF 526.184.719-20

GOVBR CP - Emissao: 11/02/2021 as 14h27min - Duracao: 0h00m01seg (2)



Estado de Santa Catarina  
CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada  
Exercicio de 2020 - Anexo 11, da Lei 4.320/64

Folha: 1

Unidade Gestora: CIS - Amerios

Identificacao		----- A u t o r i z a d a -----				
Codigos	Titulos	Creditos Orcamentarios e Suplementares	Creditos Especiais e Extra-Ordinarios	Total	Realizada	Diferenca
01						
CIS - AMERIOS		5.901.389,36	0,00	5.901.389,36	5.506.307,62	395.081,74
0101						
ADMINISTRACAO		5.901.389,36	0,00	5.901.389,36	5.506.307,62	395.081,74
0101.10						
Saude		5.896.389,36	0,00	5.896.389,36	5.506.216,70	390.172,66
0101.10122						
Administracao Geral		185.000,00	0,00	185.000,00	150.413,00	34.587,00
0101.101220002						
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CIS-AMERIOS		185.000,00	0,00	185.000,00	150.413,00	34.587,00
0101.1012200022.004						
Adminitracao		185.000,00	0,00	185.000,00	150.413,00	34.587,00
300000.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	175.000,00	0,00	175.000,00	150.413,00	24.587,00
310000.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	95.000,00	0,00	95.000,00	77.997,88	17.002,12
319000.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	95.000,00	0,00	95.000,00	77.997,88	17.002,12
319011.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL				60.125,35	
319013.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS				17.872,53	
330000.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	80.000,00	0,00	80.000,00	72.415,12	7.584,88
339000.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	80.000,00	0,00	80.000,00	72.415,12	7.584,88
339036.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA				131,30	
339039.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ - VER ANEXO III				38.927,60	
339040.00.00.00	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO (TIC) - PJ				20.103,00	
339047.00.00.00	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS				13.253,22	
400000.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
440000.00.00.00	INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
449000.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
0101.10302						
Assistencia Hospitalar e Ambul		5.711.389,36	0,00	5.711.389,36	5.355.803,70	355.585,66
0101.103020002						
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CIS-AMERIOS		5.711.389,36	0,00	5.711.389,36	5.355.803,70	355.585,66
0101.1030200022.002						
Servicos Medicos/Hospitalares/Laboratoriais e Especialidades dos Mun. Consorciados		5.711.389,36	0,00	5.711.389,36	5.355.803,70	355.585,66
300000.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	5.711.389,36	0,00	5.711.389,36	5.355.803,70	355.585,66
330000.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.711.389,36	0,00	5.711.389,36	5.355.803,70	355.585,66
339000.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	5.711.389,36	0,00	5.711.389,36	5.355.803,70	355.585,66
339032.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA				402.700,00	

GOVBR CP - Emissao: 11/02/2021 as 14h28min - Duracao: 0h00m02seg (2)

Estado de Santa Catarina  
CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada  
Exercicio de 2020 - Anexo 11, da Lei 4.320/64

Folha: 2

Unidade Gestora: CIS - Amerios

Identificacao		----- A u t o r i z a d a -----				
Codigos	Titulos	Creditos	Creditos Espe-	Total	Realizada	Diferenca
		Orcamentarios e Suplementares	ciais e Extra-Ordinarios			
339036.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA				354.784,30	
339039.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ - VER ANEXO III				4.541.718,22	
339047.00.00.00	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS				56.601,18	
0101.28						
Encargos Especiais		5.000,00	0,00	5.000,00	90,92	4.909,08
0101.28846						
Outros Encargos Especiais		5.000,00	0,00	5.000,00	90,92	4.909,08
0101.288460002						
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CIS-AMERIOS		5.000,00	0,00	5.000,00	90,92	4.909,08
0101.2884600020.001						
Pagamento PASEP		5.000,00	0,00	5.000,00	90,92	4.909,08
300000.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	5.000,00	90,92	4.909,08
330000.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	5.000,00	90,92	4.909,08
339000.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	5.000,00	0,00	5.000,00	90,92	4.909,08
339047.00.00.00	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS				90,92	
Total Unidade Orcamentaria.....		5.901.389,36	0,00	5.901.389,36	5.506.307,62	395.081,74
Total Orgao.....		5.901.389,36	0,00	5.901.389,36	5.506.307,62	395.081,74
Total Geral.....		5.901.389,36	0,00	5.901.389,36	5.506.307,62	395.081,74

DERLI FURTADO  
PRESIDENTE CIGAMERIOS

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA  
Contador CRC/SC 16887/O-4  
CPF 526.184.719-20

GOVBR CP - Emissao: 11/02/2021 as 14h28min - Duracao: 0h00m03seg (2)





**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Município: MARAVILHA  
Estado de Santa Catarina  
Período: Exercício de 2020  
Unidade Gestora: 0 - CIS - Aterros

**RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS**

<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>Previsão Inicial (a)</b>	<b>Previsão Atualizada (b)</b>	<b>Receitas Realizadas (c)</b>	<b>Saldo (d)=(c-b)</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	28.000,00	28.000,00	9.095,52	(18.904,48)
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	4.772.000,00	4.772.000,00	6.733.024,93	1.961.024,93
<b>Receitas de Capital (II)</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>4.800.000,00</b>	<b>4.800.000,00</b>	<b>6.742.120,45</b>	<b>1.942.120,45</b>
<b>Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>4.800.000,00</b>	<b>4.800.000,00</b>	<b>6.742.120,45</b>	<b>1.942.120,45</b>
<b>Déficit (VI)</b>	-	-	-	-
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>4.800.000,00</b>	<b>4.800.000,00</b>	<b>6.742.120,45</b>	<b>1.942.120,45</b>
<b>Saldo de Exercícios Anteriores</b>	-	<b>257.680,18</b>	<b>257.680,18</b>	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	257.680,18	257.680,18	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

GOVBR CP - Contabilidade Pública

Emitido em: 11/02/2021 14:29:23

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Município: MARAVILHA  
Estado de Santa Catarina  
Período: Exercício de 2020  
Unidade Gestora: 0 - CIS - Aterros

**DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS**

	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j)=(f-g)
<b>Despesas Correntes (VIII)</b>	<b>4.790.000,00</b>	<b>5.891.389,36</b>	<b>5.506.307,62</b>	<b>5.313.160,56</b>	<b>5.313.147,91</b>	<b>385.081,74</b>
Pessoal e Encargos Sociais	95.000,00	95.000,00	77.997,88	77.997,88	77.997,88	17.002,12
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	4.695.000,00	5.796.389,36	5.428.309,74	5.235.162,68	5.235.150,03	368.079,62
<b>Despesas de Capital (IX)</b>	<b>10.000,00</b>	<b>10.000,00</b>	-	-	-	<b>10.000,00</b>
Investimentos	10.000,00	10.000,00	-	-	-	10.000,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>Reserva de Contingência (X)</b>	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)</b>	<b>4.800.000,00</b>	<b>5.901.389,36</b>	<b>5.506.307,62</b>	<b>5.313.160,56</b>	<b>5.313.147,91</b>	<b>395.081,74</b>
<b>Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)</b>	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)</b>	<b>4.800.000,00</b>	<b>5.901.389,36</b>	<b>5.506.307,62</b>	<b>5.313.160,56</b>	<b>5.313.147,91</b>	<b>395.081,74</b>
Superávit (XIV)	-	-	1.235.812,83	-	-	-
<b>TOTAL (XV) = (XIII + XIV)</b>	<b>4.800.000,00</b>	<b>5.901.389,36</b>	<b>6.742.120,45</b>	<b>5.313.160,56</b>	<b>5.313.147,91</b>	<b>(840.731,09)</b>
<b>Reserva do RPPS (XVI)</b>	-	-	-	-	-	-

GOVBR CP - Contabilidade Pública

Emitido em: 11/02/2021 14:29:23

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Município: MARAVILHA  
Estado de Santa Catarina  
Período: Exercício de 2020  
Unidade Gestora: 0 - CIS - Aterros

**QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**

	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
<b>EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>					
<b>Despesas Correntes (I)</b>	-	219.272,65	219.272,65	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
<b>Despesas de Capital (II)</b>	-	219.272,65	219.272,65	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	-	219.272,65	219.272,65	-	-

**QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**

	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
<b>EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS</b>					
<b>Despesas Correntes (I)</b>	-	16.856,91	16.856,91	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
<b>Despesas de Capital (II)</b>	-	16.856,91	16.856,91	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	-	16.856,91	16.856,91	-	-

As Receitas e Despesas Intraorçamentárias não foram consideradas para computo dos valores deste anexo

GOVBR CP - Contabilidade Pública

Emitido em: 11/02/2021 14:29:23

Página 4 de 4

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Município: MARAVILHA  
Estado de Santa Catarina  
Período: Exercício de 2020  
Unidade Gestora: 0 - CIS - Amerios

DERLI FURTADO  
PRESIDENTE CIGAMERIOS

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA  
Contador CRC/SC 16887/O-4  
CPF 526.184.719-20

GOVBR CP - Contabilidade Pública

Emitido em: 11/02/2021 14:29:23

**BALANÇO FINANCEIRO**

Página 1 de 2

Município: MARAVILHA  
 Estado: Estado de Santa Catarina  
 Período: 01/01/2020 até 31/12/2020  
 Unidade Gestora: 0000 - CIS - Amerios

INGRESSOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b><u>Receita Orçamentária (I)</u></b>		<b>6.742.120,45</b>	<b>4.732.073,42</b>
Receitas Correntes		6.742.120,45	4.732.073,42
Receita Patrimonial		9.095,52	21.083,82
Transferências Correntes		6.733.024,93	4.710.989,60
(-)Deduções Da Receita		0,00	0,00
Receitas de Capital		0,00	0,00
(-)Deduções de Capital		0,00	0,00
<b><u>Transferências Financeiras Recebidas (II)</u></b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b><u>Recebimentos Extraorçamentários (III)</u></b>		<b>268.114,45</b>	<b>317.318,03</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		193.147,06	219.272,65
Inscrição de Restos a Pagar Processados		12,65	16.856,91
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		74.954,74	81.188,47
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b><u>Saldo do Exercício Anterior (IV)</u></b>		<b>512.028,57</b>	<b>381.582,48</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		512.028,57	381.582,48
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>7.522.263,47</b>	<b>5.430.973,93</b>

## BALANÇO FINANCEIRO

Página 2 de 2

Município: MARAVILHA  
Estado: Estado de Santa Catarina  
Período: 01/01/2020 até 31/12/2020  
Unidade Gestora: 0000 - CIS - Amerios

DISPÊNDIOS		
Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b><u>Despesa Orçamentária (VI)</u></b>	<b>5.506.307,62</b>	<b>4.716.133,83</b>
Despesas Correntes	5.506.307,62	4.716.133,83
Pessoal e Encargos Sociais	77.997,88	77.094,82
Outras Despesas Correntes	5.428.309,74	4.639.039,01
Despesas de Capital	0,00	0,00
<b><u>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</u></b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Concedidas - Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS	0,00	0,00
<b><u>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</u></b>	<b>311.928,77</b>	<b>202.811,53</b>
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	219.272,65	122.492,33
Pagamento de Restos a Pagar Processados	16.856,91	15,96
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	75.799,21	80.303,24
Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,00	0,00
<b><u>Saldo para o Exercício Seguinte (IX)</u></b>	<b>1.704.027,08</b>	<b>512.028,57</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.704.027,08	512.028,57
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>	<b>7.522.263,47</b>	<b>5.430.973,93</b>

DERLI FURTADO  
PRESIDENTE CIGAMERIOS

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA  
Contador CRC/SC 16887/O-4  
CPF 526.184.719-20

## BALANÇO PATRIMONIAL

Página 1 de 2

Município: MARAVILHA

Estado de Santa Catarina

Período: 01/01/2020 Até 31/12/2020

Unidade Gestora: 0000 - CIS - Amerios

MARAVILHA - Estado de Santa Catarina  
QUADRO DO ATIVO, PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício: 2020

Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>ATIVO</b>		
<b><u>Ativo Circulante</u></b>		
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.704.027,08	512.028,57
Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00
Ativo Não Circulante Mantido para Venda	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	0,00	0,00
<b>Total Ativo Circulante</b>	<b>1.704.027,08</b>	<b>512.028,57</b>
<b><u>Ativo Não Circulante</u></b>		
Ativo Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Imobilizado	0,00	0,00
Intangível	0,00	0,00
Diferido	0,00	0,00
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.704.027,08</b>	<b>512.028,57</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
<b><u>Passivo Circulante</u></b>		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	7.813,91	5.096,73
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	0,00	16.843,50
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	12,65	13,41
Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	40,76	885,23
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>7.867,32</b>	<b>22.838,87</b>
<b><u>Passivo Não Circulante</u></b>		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
Resultado Diferido	0,00	0,00
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b><u>Patrimônio Líquido</u></b>		
Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00
Reservas de Capital	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
Reservas de Lucros	0,00	0,00
Demais Reservas	0,00	0,00
Resultados Acumulados	1.696.159,76	489.189,70
(-) Ações/Cotas Em Tesouraria	0,00	0,00
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>1.696.159,76</b>	<b>489.189,70</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.704.027,08</b>	<b>512.028,57</b>



## BALANÇO PATRIMONIAL

Página 2 de 2

Município: MARAVILHA

Estado de Santa Catarina

Período: 01/01/2020 Até 31/12/2020

Unidade Gestora: 0000 - CIS - Amerios

MARAVILHA - Estado de Santa Catarina			
QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES			
(LEI Nº 4.320/64)			
Exercício: 2020			
ATIVO (I)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Financeiro		1.704.027,08	512.028,57
Ativo Permanente		0,00	0,00
<i>Total do Ativo</i>		<b>1.704.027,08</b>	<b>512.028,57</b>
PASSIVO (II)			
Passivo Financeiro		193.200,47	237.014,79
Passivo Permanente		7.813,91	5.096,73
<i>Total do Passivo</i>		<b>201.014,38</b>	<b>242.111,52</b>
<b>Saldo Patrimonial (I - II)</b>		<b>1.503.012,70</b>	<b>269.917,05</b>

MARAVILHA - Estado de Santa Catarina			
QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
(LEI Nº 4.320/64)			
Exercício: 2020			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>			
Garantias e Contrapartidas recebidas		0,00	0,00
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres		0,00	0,00
Direitos Contratuais		0,00	0,00
Outros atos potenciais ativos		0,00	0,00
<i>Total dos Atos Potenciais Ativos</i>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>			
Garantias e Contragarantias concedidas		0,00	0,00
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres		0,00	0,00
Obrigações contratuais		0,00	0,00
Outros atos potenciais passivos		0,00	0,00
<i>Total dos Atos Potenciais Passivos</i>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

MARAVILHA - Estado de Santa Catarina			
QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO			
(LEI Nº 4.320/1964)			
Exercício: 2020			
FONTE DE RECURSOS	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
100 Recursos Ordinarios		300.404,53	257.617,19
124 Transferencias de Convênios Sec Est Saúde Sc		1.192.939,98	0,00
289 Alienação de Bens Outros Programas		17.419,11	17.333,60
300 Recursos Ordinarios		62,99	62,99
<i>Superávit/Déficit do Exercício</i>		<b>1.510.826,61</b>	<b>275.013,78</b>

\*Nota Explicativa: Os valores apresentados consideram a movimentação das contas Intra OFSS.

DERLI FURTADO  
PRESIDENTE CIGAMERIOS

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA  
Contador CRC/SC 16887/O-4  
CPF 526.184.719-20

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Página 1 de 4

Município: MARAVILHA  
 Estado: Estado de Santa Catarina  
 Período: Exercício de 2020  
 Unidade Gestora: 0000 - CIS - Amerios

<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>Nota</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	I	0,00	0,00
Contribuições	II	0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	III	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	IV	9.095,52	21.083,82
Transferências e Delegações Recebidas	V	6.733.024,93	4.710.989,60
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	VI	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	VII	0,00	0,00
<b>Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)</b>		<b>6.742.120,45</b>	<b>4.732.073,42</b>
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>			
Pessoal e Encargos	VIII	80.715,06	78.701,82
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	IX	0,00	0,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	X	5.384.490,01	4.469.216,76
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	XI	0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	XII	0,00	0,00
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	XIII	0,00	0,00
Tributárias	XIV	69.945,32	73.041,93
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados	XV	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	XVI	0,00	0,00
<b>Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)</b>		<b>5.535.150,39</b>	<b>4.620.960,51</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I-II)</b>		<b>1.206.970,06</b>	<b>111.112,91</b>

<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (Decorrentes da execução orçamentária)</b>		
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Incorporação do Ativo	0,00	0,00
Desincorporação do Passivo	0,00	0,00
Incorporação do Passivo	0,00	0,00
Desincorporação do Ativo	0,00	0,00

<b>Nota I - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>		
	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Impostos	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00
Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b>Nota II - Contribuições</b>		
	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Contribuições Sociais	0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	0,00	0,00
<b>Contribuições</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b>Nota III - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>		
	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Venda de Mercadorias	0,00	0,00

Os valores apresentados na coluna "Exercício Anterior" referem-se ao saldo final do exercício anterior.  
 Os valores apresentados consideram a movimentação das contas Intra OFSS.

GOVBR CP - Contabilidade Pública

Emitido em: 11/02/2021 14:37:13

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Página 2 de 4

Município: MARAVILHA

Estado: Estado de Santa Catarina

Período: Exercício de 2020

Unidade Gestora: 0000 - CIS - Amerios

Venda de Produtos	0,00	0,00
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	0,00	0,00
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Nota IV - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras**

	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	9.095,52	21.083,82
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras	0,00	0,00
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>9.095,52</b>	<b>21.083,82</b>

**Nota V - Transferências e Delegações Recebidas**

	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Transferências Intra Governamentais	0,00	0,00
Transferências Inter Governamentais	1.192.923,14	0,00
Transferências das Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos	5.540.101,79	4.710.989,60
Transferências do Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas	0,00	0,00
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>6.733.024,93</b>	<b>4.710.989,60</b>

**Nota VI - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos**

	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Reavaliação de Ativos	0,00	0,00
Ganhos com Alienação	0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos	0,00	0,00
Desincorporação de Passivos	0,00	0,00
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00
<b>Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Nota VII - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas**

	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
VPA a classificar	0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações	0,00	0,00
Operações de Autoridade Monetária	0,00	0,00
Subvenções econômicas	0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	0,00	0,00
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Nota VIII - Pessoal e Encargos**

	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Remuneração a Pessoal	63.806,54	61.886,20
Encargos Patronais	16.908,52	16.815,62
Benefícios a Pessoal	0,00	0,00
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Os valores apresentados na coluna "Exercício Anterior" referem-se ao saldo final do exercício anterior.  
Os valores apresentados consideram a movimentação das contas Intra OFSS.

GOVBR CP - Contabilidade Pública

Emitido em: 11/02/2021 14:37:13



## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Página 3 de 4

Município: MARAVILHA

Estado: Estado de Santa Catarina

Período: Exercício de 2020

Unidade Gestora: 0000 - CIS - Amerios

<b>Pessoal e Encargos</b>	80.715,06	78.701,82
<b>Nota IX - Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>		
	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Aposentadorias e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Benefícios de Prestação Continuada	0,00	0,00
Benefícios Eventuais	0,00	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	0,00
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Nota X - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>		
	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Uso de Material de Consumo	402.700,00	15.190,00
Serviços	4.981.790,01	4.454.026,76
Depreciação, Amortização e Exaustão	0,00	0,00
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>5.384.490,01</b>	<b>4.469.216,76</b>
<b>Nota XI - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>		
	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Aporte do Banco Central	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	0,00	0,00
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Nota XII - Transferências e Delegações Concedidas</b>		
	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Transferências Intra Governamentais	0,00	0,00
Transferências Inter Governamentais	0,00	0,00
Transferências a Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências ao Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada a Entes	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas	0,00	0,00
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Nota XIII - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>		
	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	0,00	0,00
Perdas com Alienação	0,00	0,00
Perdas Involuntárias	0,00	0,00
Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Desincorporação de Ativos	0,00	0,00
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Os valores apresentados na coluna "Exercício Anterior" referem-se ao saldo final do exercício anterior.  
Os valores apresentados consideram a movimentação das contas Intra OFSS.

GOVBR CP - Contabilidade Pública

Emitido em: 11/02/2021 14:37:13

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Página 4 de 4

Município: MARAVILHA

Estado: Estado de Santa Catarina

Período: Exercício de 2020

Unidade Gestora: 0000 - CIS - Amerios

Nota XIV - Tributárias		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	69.945,32	73.041,93
<b>Tributárias</b>	<b>69.945,32</b>	<b>73.041,93</b>
Nota XV - Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Custo das Mercadorias Vendidas	0,00	0,00
Custo dos Produtos Vendidos	0,00	0,00
Custo dos serviços Prestados	0,00	0,00
<b>Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Nota XVI - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Premiações	0,00	0,00
Resultado Negativo de Participações	0,00	0,00
Operações de Autoridade Monetária	0,00	0,00
Incentivos	0,00	0,00
Subvenções Econômicas	0,00	0,00
Participações e Contribuições	0,00	0,00
Constituição de Provisões	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais diminutivas	0,00	0,00
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<div style="display: flex; justify-content: space-between; align-items: flex-end; margin-top: 20px;"> <div style="text-align: center;"> <hr style="width: 100px; margin: 0 auto;"/> <b>DERLI FURTADO</b>  PRESIDENTE CIGAMERIOS </div> <div style="text-align: center;"> <hr style="width: 100px; margin: 0 auto;"/> <b>FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA</b>  Contador CRC/SC 16887/O-4  CPF 526.184.719-20 </div> </div>		

Os valores apresentados na coluna "Exercício Anterior" referem-se ao saldo final do exercício anterior.  
Os valores apresentados consideram a movimentação das contas Intra OFSS.

GOVBR CP - Contabilidade Pública

Emitido em: 11/02/2021 14:37:13

Município: MARAVILHA  
UF: ESTADO DE SANTA CATARINA  
**Demonstração da Dívida Fundada**

Exercício de 2020  
Unidade Gestora: 0000 - CIS - Amerios

Títulos	Saldos do Exercício Anterior	Débitos	Créditos	Saldos para o Exercício Seguinte
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	5.096,73	157.898,79	160.415,97	7.813,91
<b>TOTAL</b>	<b>5.096,73</b>	<b>157.898,79</b>	<b>160.415,97</b>	<b>7.813,91</b>

DERLI FURTADO  
PRESIDENTE CIGAMERIOS

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA  
Contador CRC/SC 16887/O-4  
CPF 526.184.719-20

Município: MARAVILHA

UF: ESTADO DE SANTA CATARINA

**Demonstração da Dívida Flutuante**

Exercício de 2020

Unidade Gestora: 0000 - CIS - Amerios

Títulos	Saldos do Exercício Anterior	Inscrição	Baixa	Saldos para o Exercício Seguinte
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	5.096,73	160.415,97	157.698,79	7.813,91
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	16.843,50	5.384.490,01	5.401.333,51	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	13,41	90,92	91,68	12,65
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	885,23	74.954,74	75.799,21	40,76
<b>TOTAL</b>	<b>22.838,87</b>	<b>5.619.951,64</b>	<b>5.634.923,19</b>	<b>7.867,32</b>

Nota Explicativa: Os valores apresentados consideram a movimentação das contas Intra OFSS.

DERLI FURTADO  
PRESIDENTE CIGAMERIOS

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA  
Contador CRC/SC 16887/O-4  
CPF 526.184.719-20



**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

Página 1 de 2

Município: MARAVILHA  
Estado: Estado de Santa Catarina  
Período: Exercício de 2020  
Unidade Gestora: 0000 - CIS - Amerios

	Nota	Exercício Atual
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Ingressos</b>		<b>6.742.120,45</b>
Remuneração das Disponibilidades		9.095,52
Transferências recebidas		6.733.024,93
<b>Desembolsos</b>		<b>5.550.121,94</b>
Pessoal e demais despesas		5.474.322,73
Outros desembolsos operacionais		75.799,21
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)</b>		<b>1.191.998,51</b>
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)</b>		<b>1.191.998,51</b>
Caixa e Equivalente de caixa inicial		512.028,57
Caixa e Equivalente de caixa final		1.704.027,08

**QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS**

Município: MARAVILHA  
Estado: Estado de Santa Catarina  
Período: Exercício de 2020  
Unidade Gestora: 0000 - CIS - Amerios

	<b>Exercício Atual</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS</b>	
Intergovernamentais	6.733.024,93
de Estados e Distrito Federal	1.192.923,14
de Municípios	5.540.101,79
<b>Total das transferências recebidas</b>	<b>6.733.024,93</b>

**QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO**

Município: MARAVILHA  
Estado: Estado de Santa Catarina  
Período: Exercício de 2020  
Unidade Gestora: 0000 - CIS - Amerios

	<b>Exercício Atual</b>
Saúde	5.474.231,05
Encargos Especiais	91,68
<b>Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função</b>	<b>5.474.322,73</b>

Nota: A Demonstração dos Fluxos de Caixa é elaborada pelo método direto, isto é, evidencia somente as movimentações ocorridas no caixa e seus equivalentes (bancos). Os valores apresentados consideram a movimentação das contas Intra OFSS.

DERLI FURTADO  
PRESIDENTE CIGAMERIOS

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA  
Contador CRC/SC 16887/O-4  
CPF 526.184.719-20

Estado de Santa Catarina  
CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude

Detalhamento do Programa de Trabalho  
Exercicio de 2020 - Balanco

Folha: 1

Unidade Gestora : CIS - Amerios

		----- R e a l i z a d a -----		
Identificacao		Despesas	Despesas	
Codigos	Titulos	Correntes	de Capital	Total
01				
CIS - AMERIOS		5.506.307,62		5.506.307,62
01.01				
ADMINISTRACAO		5.506.307,62		5.506.307,62
01.01.10				
Saude		5.506.216,70		5.506.216,70
01.01.10122				
Administracao Geral		150.413,00		150.413,00
01.01.101220002				
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CIS-AMERIOS		150.413,00		150.413,00
01.01.1012200022.004				
Adminitracao		150.413,00		150.413,00
319000.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	77.997,88		77.997,88
319001.00.00.00	APOSENTADORIAS E REFORMAS			0,00
319011.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.045,00		1.045,00
319011.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.567,50		1.567,50
319011.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.702,50		4.702,50
319011.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	51.242,85		51.242,85
319013.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	5.016,86		5.016,86
319013.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	12.855,67		12.855,67
339000.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	72.415,12		72.415,12
339030.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			0,00
339036.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	131,30		131,30
339039.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ - VER ANEXO III			0,00
339039.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ - VER ANEXO III	8.987,60		8.987,60
339039.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ - VER ANEXO III	29.940,00		29.940,00
339040.00.00.00	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO (TIC) - PJ	303,00		303,00
339040.00.00.00	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO (TIC) - PJ	600,00		600,00
339040.00.00.00	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO (TIC) - PJ	19.200,00		19.200,00
339047.00.00.00	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	13.253,22		13.253,22
449000.00.00.00	APLICACOES DIRETAS			0,00
01.01.10302				
Assistencia Hospitalar e Ambulatorial		5.355.803,70		5.355.803,70
01.01.103020002				
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CIS-AMERIOS		5.355.803,70		5.355.803,70
01.01.1030200022.002				
Servicos Medicos/Hospitalares/Laboratoriais e				
Especialidades dos Mun. Consorciado		5.355.803,70		5.355.803,70
339000.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	257.680,18		257.680,18
339000.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	5.098.123,52		5.098.123,52
339030.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			0,00

GOVBR CP - Emissao: 11/02/2021 as 14h43min - Duracao: 0h00m01seg (2)

Estado de Santa Catarina

Detalhamento do Programa de Trabalho

Folha: 2

CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude

Exercicio de 2020 - Balanco

Unidade Gestora : CIS - Amerios

Identificacao		Despesas		Total
Codigos	Titulos	Correntes	Despesas de Capital	
339032.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA	26.400,00		26.400,00
339032.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA	376.300,00		376.300,00
339036.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA			0,00
339036.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	354.784,30		354.784,30
339039.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ - VER ANEXO III	231.280,18		231.280,18
339039.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ - VER ANEXO III	4.310.438,04		4.310.438,04
339047.00.00.00	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	56.601,18		56.601,18
01.01.28				
Encargos Especiais		90,92		90,92
01.01.28846				
Outros Encargos Especiais		90,92		90,92
01.01.288460002				
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CIS-AMERIOS		90,92		90,92
01.01.2884600020.001				
Pagamento PASEP		90,92		90,92
339000.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	90,92		90,92
339047.00.00.00	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	90,92		90,92
Total Unidade Orcamentaria		5.506.307,62		5.506.307,62
Total Orgao		5.506.307,62		5.506.307,62
Total Geral		5.506.307,62		5.506.307,62

DERLI FURTADO  
PRESIDENTE CIGAMERIOS

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA  
Contador CRC/SC 16887/O-4  
CPF 526.184.719-20

GOVBR CP - Emissao: 11/02/2021 as 14h43min - Duracao: 0h00m01seg (2)

**CONDER****1ª RETIFICAÇÃO - EDITAL - PROC LIC 04.2021 - PE 03.2021 - EPI E EPC**

Publicação Nº 2867549



**(\*) 1ª RETIFICAÇÃO**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2021**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2021**  
**“REGISTRO DE PREÇOS”**

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONDER**, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito, inscrito no CNPJ sob o nº 23.773.012/0001-54, com sede na Rua Oswaldo Cruz, 167, Prédio da CASAN, Centro, Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, **Sr. CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER**, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que o edital do Processo Licitatório nº 004/2021, Pregão Eletrônico nº 03/2021, que visa o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de forma parcelada de EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA, **SOFREU ALTERAÇÃO A SABER:**

**ONDE SE LIA:**

Item 16	MÁSCARA FACIAL DESCARTÁVEL, N95, SEM VÁLVULA.
Item 17	MÁSCARA FACIAL DESCARTÁVEL, N95, COM VÁLVULA.

**PASSA-SE A LER:**

Item 16	MÁSCARA FACIAL DESCARTÁVEL, N95 PFF2, COR BRANCA, CONTENDO REGISTRO NA ANVISA, SELO DO INMETRO, SEM VÁLVULA. POSSUIR TIRA METÁLICA PARA AJUSTAR O CONTORNO DO NARIZ, TIRAS ELÁSTICAS PARA PRENDER ATRÁS DA ORELHA. INDICADA PARA PROTEÇÃO DAS VIAS RESPIRATÓRIAS DOS TRABALHADORES DA ÁREA DA SAÚDE CONTRA EXPOSIÇÃO DE AGENTES BIOLÓGICOS.
Item 17	MÁSCARA FACIAL DESCARTÁVEL, N95 PFF2, COR BRANCA, CONTENDO REGISTRO NA ANVISA, SELO DO INMETRO, COM VÁLVULA. POSSUIR TIRA METÁLICA PARA AJUSTAR O CONTORNO DO NARIZ, TIRAS ELÁSTICAS PARA PRENDER ATRÁS DA ORELHA. INDICADA PARA PROTEÇÃO DAS VIAS RESPIRATÓRIAS DOS TRABALHADORES DA ÁREA DA SAÚDE CONTRA EXPOSIÇÃO DE AGENTES BIOLÓGICOS.

**ONDE SE LIA:**

Item 124	CONJUNTO IMPERMEÁVEL - CONJUNTO DE JAQUETA E CALÇA IMPERMEÁVEL E VENTILADO. CONFECCIONADO EM NYLON RIP STOP	<b>R\$ 3.500,00</b>
----------	---	---------------------

www.conder.sc.gov.br •• conder@conder.sc.gov.br •• (49) 3621 0795 •• CNPJ: 23.773.012/0001-54  
 CEP.: 89900 000 •• R. Oswaldo Cruz, 167, Centro. •• São Miguel do Oeste - SC



	<p>EMBORRACHADO. COMPOSIÇÃO DE 55% POLIAMIDA E 45% POLICLORETO DE VINILA COM APROXIMADAMENTE 194GR/M² E 0,23MM DE ESPESSURA; JAQUETA COM CAPUZ AJUSTÁVEL EM TORNO DO ROSTO, FAIXAS RETRO-REFLETIVO 3M, FECHAMENTO FRONTAL COM DUPLO ZÍPER, MANGAS LONGAS COM PUNHOS COM ELÁSTICO; CALÇA COM CINTURA AJUSTADA POR ELÁSTICO E FECHAMENTO COM CORDÃO, DEVE POSSUIR FAIXAS RETRORREFLETIVAS; COR AMARELA; LOGOTIPO DA CORPORAÇÃO BORDADO NA FRENTE E INSCRIÇÃO BORDADO NAS COSTAS. TAMANHO A SER DEFINIDO NO ATO DA COMPRA.</p>	
--	---	--

#### PASSA-SE A LER:

Item 124	<p><b>CONJUNTO IMPERMEÁVEL</b> - CONJUNTO DE JAQUETA E CALÇA IMPERMEÁVEL E VENTILADO. CONFECCIONADO EM NYLON RIP STOP EMBORRACHADO. COMPOSIÇÃO DE 55% POLIAMIDA E 45% POLICLORETO DE VINILA COM APROXIMADAMENTE 194GR/M² E 0,23MM DE ESPESSURA; JAQUETA COM CAPUZ AJUSTÁVEL EM TORNO DO ROSTO, FAIXAS RETRO-REFLETIVO 3M, FECHAMENTO FRONTAL COM DUPLO ZÍPER, MANGAS LONGAS COM PUNHOS COM ELÁSTICO; CALÇA COM CINTURA AJUSTADA POR ELÁSTICO E FECHAMENTO COM CORDÃO, DEVE POSSUIR FAIXAS RETRORREFLETIVAS; COR AMARELA; LOGOTIPO DA CORPORAÇÃO BORDADO NA FRENTE E INSCRIÇÃO BORDADO NAS COSTAS. TAMANHO A SER DEFINIDO NO ATO DA COMPRA.</p>	<p><b>R\$ 313,33</b></p>
----------	--	--------------------------

#### ONDE SE LIA:

Item 120	<p><b>BALACLAVA</b> – CAPUZ DE PROTEÇÃO TIPO BALACLAVA PARA COMBATE A INCÊNDIO, CONFECCIONADO EM TECIDO DE POLIACRILONITRILÓ OXIDADO OU TECIDO COM POLIBENZIMINAZOL (PBI), COM CAMADA DUPLA E GRAMATURA MÁXIMA DE 450 G/M2, COSTURAS EM FIOS DE META-ARAMIDA OU SIMILAR RESISTENTE A CHAMAS, BABADOR LONGO PARA COBERTURA DO PEITO, COM CERTIFICAÇÃO POR ME DAS SEGUINTE NORMAS: NFPA 1971, UL, EN 13911, NFPA 70E. DEVE POSSUIR ABERTURA FRONTAL ELÁSTICA SANFONADA PARA USO SOBRE A</p>
----------	---



	MÁSCARA FACIAL DE EPR, QUE PERMITA RÁPIDA COLOCAÇÃO (NÃO SERÁ ADMITIDA BALACLAVA COM ABERTURA CONVENCIONAL QUE PERCA A CARACTERÍSTICA ORIGINAL COM O USO, FICANDO FROUXA PARA COLOCAÇÃO SOBRE A MÁSCARA DO EPR). O OBJETIVO NA UTILIZAÇÃO É A COLOCAÇÃO DA MÁSCARA FACIAL DIRETAMENTE NA PELE DO USUÁRIO, COM A BALACLAVA SENDO VESTIDA EM SEGUIDA POR CIMA DA MÁSCARA. TAMANHO A SER DEFINIDO NO ATO DA COMPRA.
--	--

**PASSA-SE A LER:**

Item 120	CAPUZ DE PROTEÇÃO TIPO BALACLAVA PARA COMBATE A INCÊNDIO, CONFECCIONADO EM TECIDO DE POLIACRILONITRILÓ OXIDADO OU TECIDO COM POLIBENZIMINAZOL (PBI), OU TECIDO COM COMPOSIÇÃO 56% META-ARAMIDA, VISCOSA FR, 6% POLIAMIDA, 3% PARA-ARAMIDA, 2% FIBRA DE CARBONO E 2% DE ELASTANO, COM CAMADA DUPLA E GRAMATURA MÁXIMA DE 450 G/M2, COSTURAS EM FIOS DE META-ARAMIDA OU SIMILAR RESISTENTE A CHAMAS, BABADOR LONGO PARA COBERTURA DO PEITO, COM CERTIFICAÇÃO POR MA DAS SEGUINTE NORMAS: NFPA 1971, UL, EN 13911, NFPA 70E. DEVE POSSUIR ABERTURA FRONTAL ELÁSTICA SANFONADA PARA USO SOBRE A MÁSCARA FACIAL DE EPR, QUE PERMITA RÁPIDA COLOCAÇÃO (NÃO SERÁ ADMITIDA BALACLAVA COM ABERTURA CONVENCIONAL QUE PERCA A CARACTERÍSTICA ORIGINAL COM O USO, FICANDO FROUXA PARA COLOCAÇÃO SOBRE A MÁSCARA DO EPR). O OBJETIVO NA UTILIZAÇÃO É A COLOCAÇÃO DA MÁSCARA FACIAL DIRETAMENTE NA PELE DO USUÁRIO, COM A BALACLAVA SENDO VESTIDA EM SEGUIDA POR CIMA DA MÁSCARA. TAMANHO A SER DEFINIDO NO ATO DA COMPRA. DEVERÁ SER APRESENTADO JUNTO COM A PROPOSTA AS CERTIFICAÇÕES DA BALACLAVA DE ACORDO COM AS NORMAS SOLICITADAS. ESTAS CERTIFICAÇÕES DEVEM SER EMITIDAS POR LABORATÓRIOS ACREDITADOS. A VALIDADE DAS CERTIFICAÇÕES DEVE ESTAR DENTRO DO LIMITE DOS 05.11.2021 / 20 ANOS DA DATA DE PROMULGAÇÃO. O(S) CERTIFICADO(S), SOMENTE SERÃO ACEITOS COMO VÁLIDO QUANDO O ORGANISMO CERTIFICADOR FOR ACREDITADO POR UM ORGANISMO SIGNATÁRIO DE ACORDO MULTILATERAL DE RECONHECIMENTO (MULTILATERAL RECOGNITION ARRANGEMENT - MLA) ESTABELECIDO POR UMA DAS SEGUINTE COOPERAÇÕES: INTERNATIONAL ACCREDITATION FORUM, INC. – IAF EUROPEAN CO-OPERATION FOR ACCREDITATION - EA; INTERNATIONAL LABORATORY ACCREDITATION COOPERATION - ILAC. INTERAMERICAN ACCREDITATION COOPERATION – IAAC. OS DOCUMENTOS APRESENTADOS EM IDIOMA ESTRANGEIRO DEVERÃO SER CONSULARIZADOS OU APOSTILADOS, NA FORMA DA
----------	--





LEGISLAÇÃO VIGENTE, ALÉM DE SEREM TRADUZIDOS PARA O IDIOMA OFICIAL DO BRASIL POR TRADUTOR JURAMENTADO, CONFORME DISPÕE O ART. 224 DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO E ARTS. 156 E 157 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO. EXCETUAM-SE APENAS AS EXPRESSÕES ESTRITAMENTE TÉCNICAS QUE NÃO POSSUAM TRADUÇÃO COMPATÍVEL NO VERNÁCULO. SOMENTE SERÃO ACEITOS DOCUMENTOS ORIGINAIS OU COPIAS AUTENTICADAS.

**ONDE SE LIA:**

Item 126	<p><b>ROUPA DE PROTEÇÃO PARA COMBATE A INCÊNDIO</b> ESTRUTURAL (CASACO E CALÇA). CONJUNTO COMPOSTO DE CASACO E CALÇA, COM CAMADA EXTERNA NA COR PRETA, CONSTITUÍDA EM TECIDO COM TRAMA TIPO “RIP STOP” OU TECIDO COM OUTRAS TECNOLOGIAS CONSIDERADAS AVANÇADAS, COM GARANTIA DE IGUAL OU MAIOR CONFORTO E RESISTÊNCIA À ABRASÃO E AO CORTE, SENDO QUE NÃO SERÁ ACEITO TECIDO PLANO CONVENCIONAL. O PROPONENTE PODERÁ OFERTAR O CONJUNTO COM A CAMADA EXTERNA COMPOSTA DE PBI, NESTE CASO A REFERÊNCIA DA COMPOSIÇÃO DO TECIDO EXTERNO COM MATERIAL <b>INERENTEMENTE RESISTENTE À CHAMA</b> DEVE ESTAR COMPREENDIDO ENTRE: 35% A 42% DE POLIBENZIMIDAZOL; 54% A 62% DE PARA-ARAMIDA OU TECHNORA; E 1,4% A 3 % DE FIBRA BI COMPONENTE ANTI ESTATICA. A OUTRA OPÇÃO DE TECIDO EXTERNO É O TECIDO NOMEX E FIBRA DE CARBONO DENSAMENTE INCORPORADO, COM APLICAÇÃO DE CAMADA DE FLUORCARBONO, REPELENTE A ÁGUA E ÓLEO. CASO O PROPONENTE OPTE POR TECIDO NOMEX TAMBÉM DEVERÁ SER <b>INERENTEMENTE RESISTENTE À CHAMA</b> E DEVERÁ ATENDER UMA DAS SEGUINTE COMPOSIÇÕES: COMPOSIÇÃO DE FIBRAS (PERMITINDO-SE UMA VARIAÇÃO DE <math>\pm 5\%</math>):</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• COMPOSIÇÃO DE 50,0% DE FIBRA PARA-ARAMIDA.</li><li>• COMPOSIÇÃO DE 45,5% DE FIBRA META-ARAMIDA.</li><li>• COMPOSIÇÃO DE 3,5% DE FIBRA POLIAMIDA.</li><li>• COMPOSIÇÃO DE 1,0% DE FIBRA ANTIESTÁTICA.</li></ul> <p>OPÇÃO 2.</p> <p>COMPOSIÇÃO DE FIBRAS (PERMITINDO-SE UMA VARIAÇÃO DE <math>\pm 5\%</math>):</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• COMPOSIÇÃO DE 23% DE FIBRA PARA-ARAMIDA.</li><li>• COMPOSIÇÃO DE 75% DE FIBRA META-ARAMIDA.</li><li>• COMPOSIÇÃO DE 2,0% DE FIBRA ANTIESTÁTICA.</li></ul> <p>O PROPONENTE PODERÁ OFERTAR OS CONJUNTOS <b>CERTIFICADOS</b> PELAS NORMAS EN OU NFPA, NESTE CASO A NORMA DE REFERÊNCIA NFPA É A 1.971</p>
----------	--

VERSÃO 2013 OU MAIS RECENTE COM OS REQUISITOS DE DESEMPENHO MÍNIMO PREVISTOS NO CAPÍTULO 7 DA REFERIDA NORMA.

SE O CONJUNTO FOR CERTIFICADO PELA NORMA EUROPÉIA O CONJUNTO DE PROTEÇÃO DEVE SER CONFECCIONADO DE ACORDO COM OS ITENS 6.2, 6.3, 6.10, 6.11 E 6.12 DA EN 469/2005+A1 2006 DEVENDO ESTAR CERTIFICADO E CLASSIFICADO DENTRO DOS PARÂMETROS DE NÍVEL 2 PARA TODOS OS ITENS NA REFERIDA NORMA, ASSIM COMO CERTIFICADO PARA AS PROPRIEDADES ELETROSTÁTICAS CONFORME NORMA EN 1149-5. O ÍNDICE DE TRANSMISSÃO DO CALOR, *HEAT TRANSMISSION INDEX* (HTI),  $HTI_{24} (\geq 13 \text{ S})$  E  $HTI_{24}-HTI_{12} (\geq 4 \text{ S})$  E O ÍNDICE DE TRANSFERÊNCIA DE CALOR POR RADIAÇÃO, *RADIATION HEAT TRANSMISSION INDEX* (RHTI);  $RHTI_{24} (\geq 18 \text{ S})$  E  $RHTI_{24}-RHTI_{12} (\geq 4 \text{ S})$ ; O CONJUNTO DEVE DEVERÁ POSSUIR ÍNDICE DE RESISTÊNCIA À PENETRAÇÃO DE ÁGUA, DEVERÁ SER MAIOR OU IGUAL A 20 KPA (NÍVEL 2) CONFORME ITEM 6.11 DA EN 469 ENQUANTO O ÍNDICE DE RESISTÊNCIA AO VAPOR DE ÁGUA (RVA) OU (RET), IGUAL OU INFERIOR A 20 M<sup>2</sup>PA/W. A CAMADA DESTINADA À PROTEÇÃO TÉRMICA DEVERÁ SER CONSTITUÍDA DE **TECIDO** OU FIBRA AGULHADA NÃO RECICLADA. A CAMADA QUE ATUA COMO BARREIRA DE VAPOR (UMIDADE) DEVERÁ DE PTFE COMPOSTA POR MEMBRANA **BI COMPONENTE**, COM REVESTIMENTO CONTÍNUO OLEOFÓBICO E HIDROFÓBICO. AS CAMADAS CONSTITUINTES DESSE TECIDO DEVERÃO SER ANTICHAMA E COM RESISTÊNCIA QUÍMICA (ÁCIDOS, DERIVADOS DE PETRÓLEO, CLORADOS) E RESISTÊNCIA BIOLÓGICA A PATÓGENOS SANGUÍNEOS. O APANHADO DOS TECIDOS CONSTITUINTES DO CONJUNTO (SOMANDO CAMADAS), DEVERÁ POSSUIR PESO INFERIOR A 590 G/M<sup>2</sup>, COM TOLERÂNCIA DE VARIAÇÃO DE 2% PARA MAIS. QUANTO AO LAY OUT DEVE ATENDER O QUE PREVÊ A NFPA 1971/2013 CAPÍTULO 6, SE A CERTIFICAÇÃO FOR POR AQUELA NORMA. CASO A CERTIFICAÇÃO SEJA A EUROPEIA, DEVE OBEDECER AO ÍNDICE MÍNIMO DE VISIBILIDADE DA **EN 471**. O CONJUNTO DEVE SER DOTADO DE FAIXAS REFLETIVAS QUE DEVEM SER AMARELAS, PRATEADAS, AMARELAS, INTERCALADAS, E POSSUIR NO MÍNIMO 50 MM DE LARGURA. AS FAIXAS DEVEM SER COSTURADAS COM FIOS 100% META ARAMIDA. NAS COSTAS, DEVERÁ SER IMPRESSO EM FAIXA REFLETIVA PRATA COM, NO MÍNIMO, 480 CD/(LX.M<sup>2</sup>), ESTAMPADA A QUENTE A IDENTIFICAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA, SOB ORIENTAÇÃO DA CONTRATANTE (PORTARIA 435, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017, DO COMANDO GERAL DO CBMSC). QUANTO AO REFORÇO EXPOSTO NOS COTOVELOS E JOELHOS, DEVERÁ SER DE SILICONE COM ESPESSURA DE NO MÍNIMO 5MM OU DE TECIDO 100% FIBRA ARAMIDA. OS REFORÇOS DEVEM SER DE TAMANHO SUFICIENTE PARA ESTAREM EM CONTATO COM O SOLO QUANDO O BOMBEIRO ESTIVER AJOELHADO OU ENGATINHANDO EM QUATRO APOIOS. DEVERÁ PERMITIR A ERGONOMIA EM QUALQUER CIRCUNSTÂNCIA, NÃO LIMITANDO OS MOVIMENTOS DE MEMBROS INFERIORES E SUPERIORES; QUALQUER PARTE METÁLICA EXISTENTE DEVERÁ SER NATURALMENTE RESISTENTE À CORROSÃO OU RECEBER TRATAMENTO ANTI CORROSIVO; TODAS AS PEÇAS DEVEM ESTAR ETIQUETADAS EM CONFORMIDADE COM AS RESPECTIVAS NORMAS (NFPA

1971/2013 CAPÍTULO 5 OU DA EN ISO 3758), BEM COMO CADA PEÇA DEVERÁ VIR ACOMPANHADA COM A SUA RESPECTIVA BULA. **CASACO:** GOLA MALEÁVEL, PERMITINDO A DOBRA POR SOBRE OS OMBROS, COM DISPOSITIVO DE ABA COM VELCRO QUE GARANTA A TOTAL COBERTURA DO PESCOÇO DO USUÁRIO; DEVERÁ SER FIXADO SUPORTE PARA LANTERNA TIPO “COTOVELO”, NO LADO DIREITO, NA ALTURA DO PEITO, CONSTRUÍDO NO MESMO MATERIAL DA CAMADA EXTERNA. ALÉM DO SUPORTE, DEVERÁ EXISTIR MECANISMO TIPO VELCRO QUE GARANTA A FIXAÇÃO E ESTABILIDADE DO CORPO DA LANTERNA DURANTE O USO, MANTENDO O FOCO DE LUZ APONTADO PARA FRENTE; NO LADO ESQUERDO DO PEITO, NA MESMA ALTURA DO BOLSO DA LANTERNA, DEVERÁ DISPOR DE BOLSO PARA HT MODELO DE REFERÊNCIA MOTOROLA EP450, COM ABA DE FECHAMENTO QUE GARANTA A FIXAÇÃO DO HT; TAMBÉM NA PARTE FRONTAL, PORÇÃO INFERIOR, POSSUIRÁ DOIS BOLSOS COM ABA DE FECHAMENTO TIPO VELCRO COM TAMANHO SUFICIENTE PARA ACOMODAÇÃO DE UMA LUVAS DE COMBATE A INCÊNDIO EM CADA, PREFERENCIALMENTE EMBUTIDOS. QUANDO OS BOLSOS NÃO FOREM EMBUTIDOS, DEVERÃO SER CONSTRUÍDOS DE FORMA QUE O SANFONADO NÃO SOFRA PROJEÇÃO DE MAIS DE 3CM. AINDA NA PARTE FRONTAL, O FECHAMENTO DEVERÁ SE DAR POR DOIS DISPOSITIVOS (ABA DE TEMPESTADE COM LARGURA APROXIMADA DE 80 MM COM SISTEMA DE VELCRO E ZÍPER). NO BARRAMENTO, CENTRALIZADO NA PARTE POSTERIOR, DEVERÁ POSSUIR JANELA DE INSPEÇÃO COM ABERTURA MÍNIMA DE 500 MM DE COMPRIMENTO, COM FECHAMENTO POR ZÍPER OU BOTÕES DE PRESSÃO OU POR VELCRO, O QUAL DEVE ESTAR COBERTO COM O MESMO TECIDO DA ROUPA, COM CURSOR SEM PROLONGAMENTO, A FIM DE REMOVER E INSPECIONAR TOTALMENTE A ESTRUTURA INTERNA DA CONSTRUÇÃO DO CASACO. NA JUNÇÃO DA MANGA COM O CORPO DO CASACO, DEVERÁ POSSUIR UMA NESGA DE NO MÍNIMO 60MM BASE MEDIANA INFERIOR A MANGA, QUE GERA AUMENTO DE DIÂMETRO NA MANGA E MELHORIA DE MOVIMENTOS NOS BRAÇOS. O COMPRIMENTO DESTA NESGA NAS AXILAS É DE NO MÍNIMO 150 MM PARTE FRONTAL E 130 MM PARTE COSTAL. NA REGIÃO DO COTOVELO OU OMBRO, POSSUIR CERZIDOS, PARA DEIXAR A MANGA MAIS ANATÔMICA E PARA QUE O USUÁRIO TENHA CONDIÇÕES MÍNIMAS DE EXERCER FORÇA AO MOVIMENTAR O BRAÇO. DEVERÁ POSSUIR REFORÇO NA REGIÃO DO COTOVELO. O PUNHO DEVERÁ TER BOLSA PARA CONTENÇÃO DE LÍQUIDOS, COM FORRAÇÃO DA MESMA CAMADA DA BARREIRA DE VAPOR RECOBERTO POR FIBRA TIPO TELA COM FOLE INTERNO, PODENDO SER ADMITIDO TAMBÉM TECIDO SIMILAR QUE SEJA IMPERMEÁVEL E RESPIRÁVEL – TECIDO ANTI WICKING, MEDINDO APROXIMADAMENTE 110 MM PELO INTERIOR PARA INIBIR À PENETRAÇÃO DE LÍQUIDOS, CHAMAS OU CALOR. A MALHA DO PUNHO DEVERÁ SER ESTENDIDA POR APROXIMADAMENTE 170 MM PARA COBRIR A PARTE DORSAL DA MÃO, COM UM ANEL NA MALHA PARA QUE POSSA TRANSPASSAR O POLEGAR. SE FOR CERTIFICADO EN, NO BRAÇO LADO DIREITO DEVE SER BORDADO A BANDEIRA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (TODAS AS COSTURAS DEVERÃO SER FEITAS COM LINHA 100% META ARAMIDA, ANTICHAMAS). CASO A

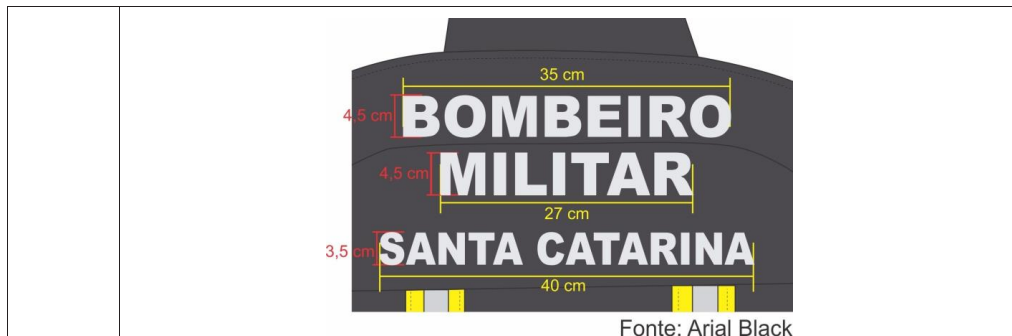


PROPONENTE OPTE POR CERTIFICAÇÃO NFPA E SEU CERTIFICADO NÃO CONTEMPLE A INSTALAÇÃO DE BANDEIRA, ESTA PODE FICAR DISPENSADA.



FIGURA ILUSTRATIVA DA BANDEIRA DE SANTA CATARINA

**CALÇA:** DEVERÁ POSSUIR SUSPENSÓRIO REMOVÍVEL EM ELASTANO DE MÉDIA TENACIDADE, COM NO MÁXIMO 20% DE EXPANSÃO, COM 50MM DE LARGURA. NOS PONTOS DE CONTATO DO SUSPENSÓRIO COM AS CLAVÍCULAS E TODA A EXTENSÃO DOS MÚSCULOS DO TRAPÉZIO, DEVERÁ EXISTIR REVESTIMENTO EM META ARAMIDA ACOLCHOADO ANTICHAMAS. O AJUSTE DE ALTURA FORMADO POR FIVELA DE AJUSTE E SISTEMA DE TRAVAMENTO. SE HOVER DISPOSITIVOS METÁLICOS DEVERÃO TER TRATAMENTO ANTICORROSIVO. NA PARTE CENTRAL TRASEIRA DO SUSPENSÓRIO, DEVERÁ EXISTIR UM PAINEL NA FORMA DE TRAPÉZIO, NO MESMO MATERIAL DA CAMADA EXTERNA DO CONJUNTO E NA PARTE FRONTAL, COM APROXIMADAMENTE 200 MM DE ALTURA, DEVERÁ EXISTIR REGULADOR DE AJUSTE RÁPIDO PARA FACILITAR O USO PELO USUÁRIO. ESTE REGULADOR DEVERÁ GARANTIR A MANUTENÇÃO DO AJUSTE MESMO COM O BOMBEIRO EM MOVIMENTO, NÃO PERMITINDO QUE O SUSPENSÓRIO SOLTE DE MANEIRA ACIDENTAL. DEVERÁ POSSUIR DOIS BOLSOS, LATERALMENTE À COXA, SANFONADOS, UM DE CADA LADO, FIXADOS ENTRE A ARTICULAÇÃO DO QUADRIL E DO JOELHO. DEVERÁ POSSUIR NA REGIÃO DOS JOELHOS. A REGIÃO DO JOELHO DEVE POSSUIR FOLGA QUE PERMITA O PERFEITO AJUSTE ERGONÔMICO, MESMO COM O BOMBEIRO TOTALMENTE AGACHADO. **DO LAYOUT:** O LAYOUT DA DISTRIBUIÇÃO DAS FAIXAS REFLETIVAS PODE SEGUIR O PADRÃO CRIADO PELA PROPONENTE, PARA EVITAR PROBLEMA NA QUESTÃO DA CERTIFICAÇÃO DESDE QUE COMPROVE O ATENDIMENTO DOS DISPOSITIVOS DA NORMA QUE FOI CERTIFICADA (NFPA 1971 OU EN 471). A INSCRIÇÃO NA PARTE POSTERIOR DEVE OBEDECER AO QUE PREVÊ A PORTARIA 435, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017, DO COMANDO GERAL DO CBMSC.


**PASSA-SE A LER:**

Item 126	<p>ROUPA DE PROTEÇÃO PARA COMBATE A INCÊNDIO ESTRUTURAL (CASACO E CALÇA). CONJUNTO COMPOSTO DE CASACO E CALÇA, COM CAMADA EXTERNA NA COR PRETA, CONSTITUÍDA EM TECIDO COM TRAMA TIPO “RIP STOP” OU TECIDO COM OUTRAS TECNOLOGIAS CONSIDERADAS AVANÇADAS, COM GARANTIA DE IGUAL OU MAIOR CONFORTO E RESISTÊNCIA À ABRASÃO E AO CORTE, SENDO QUE NÃO SERÁ ACEITO TECIDO PLANO CONVENCIONAL. O PROPONENTE PODERÁ OFERTAR O CONJUNTO COM A CAMADA EXTERNA COMPOSTA DE PBI, NESTE CASO A REFERÊNCIA DA COMPOSIÇÃO DO TECIDO EXTERNO COM MATERIAL INERENTEMENTE RESISTENTE À CHAMA DEVE ESTAR COMPREENDIDO ENTRE: 35% A 42% DE POLIBENZIMIDAZOL; 54% A 62% DE PARA-ARAMIDA OU TECHNORA; E 1,4% A 3 % DE FIBRA BI COMPONENTE ANTI ESTATICA. A OUTRA OPÇÃO DE TECIDO EXTERNO É O TECIDO NOMEX E FIBRA DE CARBONO DENSAMENTE INCORPORADO, COM APLICAÇÃO DE CAMADA DE FLUORCARBONO, REPELENTE A ÁGUA E ÓLEO. CASO O PROPONENTE OPTE POR TECIDO NOMEX TAMBÉM DEVERÁ SER INERENTEMENTE RESISTENTE À CHAMA E DEVERÁ ATENDER UMA DAS SEGUINTE COMPOSIÇÕES: COMPOSIÇÃO DE FIBRAS (PERMITINDO-SE UMA VARIAÇÃO DE <math>\pm 5\%</math>):</p> <p><b>OPÇÃO 1</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• COMPOSIÇÃO DE 50,0% DE FIBRA PARA-ARAMIDA.</li> <li>• COMPOSIÇÃO DE 45,5% DE FIBRA META-ARAMIDA.</li> <li>• COMPOSIÇÃO DE 3,5% DE FIBRA POLIAMIDA.</li> <li>• COMPOSIÇÃO DE 1,0% DE FIBRA ANTIESTÁTICA.</li> </ul> <p><b>OPÇÃO 2</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• COMPOSIÇÃO DE FIBRAS (PERMITINDO-SE UMA VARIAÇÃO DE <math>\pm 5\%</math>):</li> </ul>
----------	--



- COMPOSIÇÃO DE 23% DE FIBRA PARA-ARAMIDA.
- COMPOSIÇÃO DE 75% DE FIBRA META-ARAMIDA.
- COMPOSIÇÃO DE 2,0% DE FIBRA ANTIESTÁTICA.

### OPÇÃO 3

- COMPOSIÇÃO DE FIBRAS (PERMITINDO-SE UMA VARIAÇÃO DE  $\pm 5\%$ ):
- COMPOSIÇÃO DE 5,0% DE FIBRA PARA-ARAMIDA.
- COMPOSIÇÃO DE 93,0% DE FIBRA META-ARAMIDA.
- COMPOSIÇÃO DE 2,0% DE FIBRA ANTIESTÁTICA.

O PROPONENTE PODERÁ OFERTAR OS CONJUNTOS CERTIFICADOS PELAS NORMAS EN OU NFPA, NESTE CASO A NORMA DE REFERÊNCIA NFPA É A 1.971

VERSÃO 2013 OU MAIS RECENTE COM OS REQUISITOS DE DESEMPENHO MÍNIMO PREVISTOS NO CAPÍTULO 7 DA REFERIDA NORMA. SE O CONJUNTO FOR CERTIFICADO PELA NORMA EUROPÉIA O CONJUNTO DE PROTEÇÃO DEVE SER CONFECCIONADO DE ACORDO COM OS ITENS 6.2, 6.3, 6.10, 6.11 E 6.12 DA EN 469/2005+A1 2006 DEVENDO ESTAR CERTIFICADO E CLASSIFICADO DENTRO DOS PARÂMETROS DE NÍVEL 2 PARA TODOS OS ITENS NA REFERIDA NORMA, ASSIM COMO CERTIFICADO PARA AS PROPRIEDADES ELETROSTÁTICAS CONFORME NORMA EN 1149-5. O ÍNDICE DE TRANSMISSÃO DO CALOR, HEAT TRANSMISSION INDEX (HTI), HTI 24 ( $\geq 13$  S) E HTI 24 -HTI 12 ( $\geq 4$  S) E O ÍNDICE DE TRANSFERÊNCIA DE CALOR POR RADIAÇÃO, RADIATION HEAT TRANSMISSION INDEX (RHTI); RHTI 24 ( $\geq 18$  S) E RHTI 24 -RHTI 12 ( $\geq 4$  S); . O CONJUNTO DEVE DEVERÁ POSSUIR ÍNDICE DE RESISTÊNCIA À PENETRAÇÃO DE ÁGUA, DEVERÁ SER MAIOR OU IGUAL A 20 KPA (NÍVEL 2) CONFORME ITEM 6.11 DA EN 469 ENQUANTO O ÍNDICE DE RESISTÊNCIA AO VAPOR DE ÁGUA (RVA) OU (RET), IGUAL OU INFERIOR A 20 M2PA/W. A CAMADA DESTINADA À PROTEÇÃO TÉRMICA DEVERÁ SER CONSTITUÍDA DE TECIDO OU FIBRA AGULHADA NÃO RECICLADA. A CAMADA QUE ATUA COMO BARREIRA DE VAPOR (UMIDADE) DEVERÁ DE PTFE COMPOSTA POR MEMBRANA BI COMPONENTE, COM REVESTIMENTO CONTÍNUO OLEOFÓBICO E HIDROFÓBICO. AS CAMADAS CONSTITUINTES DESSE TECIDO DEVERÃO SER ANTICHAMA E COM RESISTÊNCIA QUÍMICA (ÁCIDOS, DERIVADOS DE PETRÓLEO, CLORADOS) E RESISTÊNCIA BIOLÓGICA A PATÓGENOS SANGUÍNEOS. O APANHADO DOS TECIDOS CONSTITUINTES DO CONJUNTO (SOMANDO CAMADAS), DEVERÁ POSSUIR PESO INFERIOR A 590 G/M2, COM TOLERÂNCIA DE VARIAÇÃO DE 2% PARA MAIS. QUANTO AO LAY OUT DEVE ATENDER O QUE PREVÊ A NFPA 1971/2013 CAPÍTULO 6, SE A CERTIFICAÇÃO FOR POR AQUELA NORMA. CASO A CERTIFICAÇÃO SEJA A EUROPEIA, DEVE OBEDECER AO ÍNDICE MÍNIMO DE VISIBILIDADE DA EN 471. O CONJUNTO DEVE SER DOTADO DE FAIXAS REFLETIVAS QUE DEVEM SER AMARELAS, PRATEADAS, AMARELAS, INTERCALADAS, E POSSUIR NO

MÍNIMO 50 MM DE LARGURA. AS FAIXAS DEVEM SER COSTURADAS COM FIOS 100% META ARAMIDA. NAS COSTAS, DEVERÁ SER IMPRESSO EM FAIXA REFLETIVA PRATA COM, NO MÍNIMO, 480CD/(LX.M2), ESTAMPADA A QUENTE A IDENTIFICAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA, SOB ORIENTAÇÃO DA CONTRATANTE (PORTARIA 435, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017, DO COMANDO GERAL DO CBMSC). QUANTO AO REFORÇO EXPOSTO NOS COTOVELOS E JOELHOS, DEVERÁ SER DE SILICONE COM ESPESSURA DE NO MÍNIMO 5MM OU DE TECIDO 100% FIBRA ARAMIDA. OS REFORÇOS DEVEM SER DE TAMANHO SUFICIENTE PARA ESTAREM EM CONTATO COM O SOLO QUANDO O BOMBEIRO ESTIVER AJOELHADO OU ENGATINHANDO EM QUATRO APOIOS. DEVERÁ PERMITIR A ERGONOMIA EM QUALQUER CIRCUNSTÂNCIA, NÃO LIMITANDO OS MOVIMENTOS DE MEMBROS INFERIORES E SUPERIORES; QUALQUER PARTE METÁLICA EXISTENTE DEVERÁ SER NATURALMENTE RESISTENTE À CORROSÃO OU RECEBER TRATAMENTO ANTI CORROSIVO; TODAS AS PEÇAS DEVEM ESTAR ETIQUETADAS EM CONFORMIDADE COM AS RESPECTIVAS NORMAS (NFPA 1971/2013 CAPÍTULO 5 OU DA EN ISO 3758), BEM COMO CADA PEÇA DEVERÁ VIR ACOMPANHADA COM A SUA RESPECTIVA BULA. CASACO: GOLA MALEÁVEL, PERMITINDO A DOBRA POR SOBRE OS OMBROS, COM DISPOSITIVO DE ABA COM VELCRO QUE GARANTA A TOTAL COBERTURA DO PESCOÇO DO USUÁRIO; DEVERÁ SER FIXADO SUPORTE PARA LANTERNA TIPO “COTOVELO”, NO LADO DIREITO, NA ALTURA DO PEITO, CONSTRUÍDO NO MESMO MATERIAL DA CAMADA EXTERNA. ALÉM DO SUPORTE, DEVERÁ EXISTIR MECANISMO TIPO VELCRO QUE GARANTA A FIXAÇÃO E ESTABILIDADE DO CORPO DA LANTERNA DURANTE O USO, MANTENDO O FOCO DE LUZ APONTADO PARA FRENTE; NO LADO ESQUERDO DO PEITO, NA MESMA ALTURA DO BOLSO DA LANTERNA, DEVERÁ DISPOR DE BOLSO PARA HT MODELO DE REFERÊNCIA MOTOROLA EP450, COM ABA DE FECHAMENTO QUE GARANTA A FIXAÇÃO DO HT; TAMBÉM NA PARTE FRONTAL, PORÇÃO INFERIOR, POSSUIRÁ DOIS BOLSOS COM ABA DE FECHAMENTO TIPO VELCRO COM TAMANHO SUFICIENTE PARA ACOMODAÇÃO DE UMA LUVA DE COMBATE A INCÊNDIO EM CADA, PREFERENCIALMENTE EMBUTIDOS. QUANDO OS BOLSOS NÃO FOREM EMBUTIDOS, DEVERÃO SER CONSTRUÍDOS DE FORMA QUE O SANFONADO NÃO SOFRA PROJEÇÃO DE MAIS DE 3CM. AINDA NA PARTE FRONTAL, O FECHAMENTO DEVERÁ SE DAR POR DOIS DISPOSITIVOS (ABA DE TEMPESTADE COM LARGURA APROXIMADA DE 80 MM COM SISTEMA DE VELCRO E ZÍPER). NO BARRAMENTO, CENTRALIZADO NA PARTE POSTERIOR, DEVERÁ POSSUIR JANELA DE INSPEÇÃO COM ABERTURA MÍNIMA DE 500 MM DE COMPRIMENTO, COM FECHAMENTO POR ZÍPER OU BOTÕES DE PRESSÃO OU POR VELCRO, O QUAL DEVE ESTAR COBERTO COM O MESMO TECIDO DA ROUPA, COM CURSOR SEM PROLONGAMENTO, A FIM DE REMOVER E



INSPECIONAR TOTALMENTE A ESTRUTURA INTERNA DA CONSTRUÇÃO DO CASACO. NA JUNÇÃO DA MANGA COM O CORPO DO CASACO, DEVERÁ POSSUIR UMA NESGA DE NO MÍNIMO 60MM BASE MEDIANA INFERIOR A MANGA, QUE GERA AUMENTO DE DIÂMETRO NA MANGA E MELHORIA DE MOVIMENTOS NOS BRAÇOS. O COMPRIMENTO DESTA NESGA NAS AXILAS É DE NO MÍNIMO 150 MM PARTE FRONTAL E 130 MM PARTE COSTAL. CASO O FABRICANTE UTILIZE SISTEMA ALTERNATIVO, QUE MESMO SEM NESGA, GERE AUMENTO DE DIÂMETRO NA MANGA E MELHORE OS MOVIMENTOS DOS BRAÇOS, A EXISTÊNCIA DA NESGA SERÁ DISPENSADA, NA REGIÃO DO COTOVELO OU OMBRO, POSSUIR CERZIDOS OU SISTEMA ALTERNATIVO PARA DEIXAR A MANGA MAIS ANATÔMICA E PARA QUE O USUÁRIO TENHA CONDIÇÕES MÍNIMAS DE EXERCER FORÇA AO MOVIMENTAR O BRAÇO. DEVERÁ POSSUIR REFORÇO NA REGIÃO DO COTOVELO. O PUNHO DEVERÁ TER BOLSA PARA CONTENÇÃO DE LÍQUIDOS, COM FORRAÇÃO DA MESMA CAMADA DA BARREIRA DE VAPOR RECOBERTO POR FIBRA TIPO TELA COM FOLE INTERNO, PODENDO SER ADMITIDO TAMBÉM TECIDO SIMILAR QUE SEJA IMPERMEÁVEL E RESPIRÁVEL – TECIDO ANTI WICKING, MEDINDO APROXIMADAMENTE 110 MM PELO INTERIOR PARA INIBIR À PENETRAÇÃO DE LÍQUIDOS, CHAMAS OU CALOR. A MALHA DO PUNHO DEVERÁ SER ESTENDIDA POR APROXIMADAMENTE 170 MM PARA COBRIR A PARTE DORSAL DA MÃO, COM UM ANEL NA MALHA PARA QUE POSSA TRANSPASSAR OPOLEGAR. SE FOR CERTIFICADO EN, NO BRAÇO LADO DIREITO DEVE SER BORDADO A BANDEIRA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (TODAS AS COSTURAS DEVERÃO SER FEITAS COM LINHA 100% META ARAMIDA, ANTICHAMAS). CASO A PROPONENTE OPTE POR CERTIFICAÇÃO NFPA E SEU CERTIFICADO NÃO CONTEMPLE A INSTALAÇÃO DE BANDEIRA, ESTA PODE FICAR DISPENSADA. FIGURA ILUSTRATIVA DA BANDEIRA DE SANTA CATARINA CALÇA: DEVERÁ POSSUIR SUSPENSÓRIO REMOVÍVEL EM ELASTANO DE MÉDIA TENACIDADE, COM NO MÁXIMO 20% DE EXPANSÃO, COM 50MM DE LARGURA. NOS PONTOS DE CONTATO DO SUSPENSÓRIO COM AS CLAVÍCULAS E TODA A EXTENSÃO DOS MÚSCULOS DO TRAPÉZIO, DEVERÁ EXISTIR REVESTIMENTO EM META ARAMIDA ACOLCHOADO ANTICHAMAS. O AJUSTE DE ALTURA FORMADO POR FIVELA DE AJUSTE E SISTEMA DE TRAVAMENTO. SE HOUVER DISPOSITIVOS METÁLICOS DEVERÃO TER TRATAMENTO ANTICORROSIVO. NA PARTE CENTRAL TRASEIRA DO SUSPENSÓRIO, DEVERÁ EXISTIR UM PAINEL NA FORMA DE TRAPÉZIO, NO MESMO MATERIAL DA CAMADA EXTERNA DO CONJUNTO E NA PARTE FRONTAL, COM APROXIMADAMENTE 200 MM DE ALTURA, DEVERÁ EXISTIR REGULADOR DE AJUSTE RÁPIDO PARA FACILITAR O USO PELO USUÁRIO. ESTE REGULADOR DEVERÁ GARANTIR A MANUTENÇÃO DO AJUSTE MESMO COM O BOMBEIRO EM MOVIMENTO, NÃO PERMITINDO QUE O SUSPENSÓRIO SOLTE DE MANEIRA ACIDENTAL.



DEVERÁ POSSUIR DOIS BOLSOS, LATERALMENTE À COXA, SANFONADOS, UM DE CADA LADO, FIXADOS ENTRE A ARTICULAÇÃO DO QUADRIL E DO JOELHO. DEVERÁ POSSUIR NA REGIÃO DOS JOELHOS. A REGIÃO DO JOELHO DEVE POSSUIR FOLGA QUE PERMITA O PERFEITO AJUSTE ERGONÔMICO, MESMO COM O BOMBEIRO TOTALMENTE AGACHADO. DO LAYOUT: O LAYOUT DA DISTRIBUIÇÃO DAS FAIXAS REFLETIVAS PODE SEGUIR O PADRÃO CRIADO PELA PROPONENTE, PARA EVITAR PROBLEMA NA QUESTÃO DA CERTIFICAÇÃO DESDE QUE COMPROVE O ATENDIMENTO DOS DISPOSITIVOS DA NORMA QUE FOI CERTIFICADA (NFPA 1971 OU EN 471). A INSCRIÇÃO NA PARTE POSTERIOR DEVE OBEDECER AO QUE PREVÊ A PORTARIA 435, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017, DO COMANDO GERAL DO CBMSC.

**ONDE SE LIA:**

- **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** das 08h do dia 02 de fevereiro de 2021 até às 08h do dia 18 de fevereiro de 2021, através do Portal de Compras Públicas ([www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)).

- **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS (LANCES):** 18 de fevereiro de 2021, às 08h15min, através do Portal de Compras Públicas ([www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)).

**PASSA-SE A LER:**

- **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** das 08h do dia 17 de fevereiro de 2021 até às 08h do dia 04 de março de 2021, através do Portal de Compras Públicas ([www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)).

- **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS (LANCES):** 04 de março de 2021, às 08h10min, através do Portal de Compras Públicas ([www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)).

São Miguel do Oeste/SC, 17 de fevereiro de 2020.

**CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER**  
Presidente do CONDER  
Prefeito de Guarujá do Sul

www.conder.sc.gov.br •• conder@conder.sc.gov.br •• (49) 3621 0795 •• CNPJ: 23.773.012/0001-54  
CEP: 89900 000 •• R. Osvaldo Cruz, 167 Centro •• São Miguel do Oeste - SC

**CIRSURES****EXTRATO DE TERMO ADITIVO 001/2021**

Publicação Nº 2868211

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES  
Comissão Permanente de Licitação e Julgamento – CPLJ

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Contrato: 010/2017 Termo Aditivo nº 1/2021

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES

Contratado: F. AGUIAR CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM.

CNPJ: 10.774.380/0001-75

Processo Licitatório n.º 001/2017

Objeto: O presente termo aditivo tem por escopo prorrogar o contrato nº010/2017 (e seus termos aditivos, em especial o quarto termo aditivo – fl.258) pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme previsão contida na cláusula sexta, item “6.1” (fl.198) nos exatos termos de sua redação original, fixando-se o termo inicial para o dia 5 de março de 2021 e o final para o dia 5 de março de 2022.

Data da assinatura: 09/02/2021

Urussanga (SC), 17 de fevereiro de 2021.